Anais



1º CONACSO

Congresso Nacional de Ciências Sociais

Desafios da Inserção em Contextos Contemporâneos

23 a 25 de setembro de 2015 . UFES - VITÓRIA - ES

1º CONACSO
Congresso Nacional de Ciências Sociais

Anais do I Conacso
I Congresso Nacional de Ciências Sociais

1ª Edição

Realização:

Departamento de Ciências Sociais - UFES
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES

Apoio:

CRÉDITOS EDITORIAIS

Editores

Adelia Miglievich-Ribeiro (UFES)
Rosana de Miranda Henrique (UFES)

Comissão Editorial

Aissa Afonso Guimarães (UFES)
Aline Trigueiro (UFES)
Amauri Carlos Ferreira (PUC-MG)
André Moulin Dardengo (UFES)
Antonio Carlos Gil (UFES)
Carlos Nazareno Ferreira Borges (UFES/UFPA)
Celeste Ciccarone (UFES)
Cibele Verrangia Correa da Silva (UFES)
Eliana Creado (UFES)
Guilherme da Silva e Sá (UnB)
Júlio Pompeu (UFES)
Lívia de Cássia Godoi Moraes (UFES)
Marcia Rodrigues (UFES)
Marclin Moreira (UFES)
Maria Cristina Dadalto (UFES)
Marta Mendes da Rocha (UFJF)
Mauro Petersem Domingues (UFES)
Nilton Santos (UFF)
Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)
Pablo Rosa (UVV)
Patrícia Pavesi (UFES)
Paulo Magalhães Araújo (UFES)
Sandra Costa (UFES)
Sandro José da Silva (UFES)
Sonia Missagia (UFES)
Syrléa Marques Pereira (UERJ)
Winifred Knox (UFRN)

Projeto Gráfico

Rita Lyrio

Projeto de Capa

Rita Lyrio

Diagramação

Monique Klitzke

Revisores:

Redação Científica

Adelia Miglievich Ribeiro
Aline Coutinho
Cibele Verrangia Correa da Silva
Dayane Santos de Souza
Eloá Carvalho
Fabiani Rodrigues Taylor Costa
Isabella Baltazar
Juardi Agripino Rodrigues
Leandro Leite Ramos da Silva
Leonardo Nolasco-Silva
Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres
Luciana Rodrigues do Nascimento
Michele Silva Freire
Natália Gimenes de Azevedo
Noëlle da Silva
Rosana de Miranda Henrique
Shirlena de Souza Amaral
Thayla Fernandes
Vinícius Tomaz Fernandes
Vittorio Lo Bianco

Abstract

Ágeson Christian da Silva
Bruna Mussagy
Davi Scárdua Fontinelli
Danilo Laranjeira de Jesus
Diandra Ávila Martini
George Gomes Coutinho
Isabela Andrade
Ixchel Luna Lara
Jane Seviriano Siqueira
Joelma Gomes Luz
Jonatas Sousa
Luiza Duarte Bissoli
Muryan Passamani da Rocha
Noëlle da Silva
Rafael Alexandre Gomes dos Prazeres
Raul Felix Barbosa
Sônia Missagia Mattos

Espanhol

Vittorio Lo Bianco

Comissão Organizadora

Prof.ª Dr.ª Adelia Maria Miglievich Ribeiro (UFES - Coordenadora Geral)
Prof.ª Dr.ª Euzeneia Carlos do Nascimento (UFES)
Prof. Dr. Carlos Nazareno Ferreira Borges (UFES)
Prof.ª Dr.ª Sônia Missagia Mattos (UFES)
Prof.ª Dr.ª Patrícia Pereira Pavesi (UFES)
Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Dadalto (UFES)
Prof.ª Dr.ª Márcia Rodrigues Barros (UFES)

Comissão Científica

Prof.ª Dr.ª Antonia Colbari (UFES)
Prof. Dr. Elísio Macamo (Universidade de Basileia)
Prof. Dr. Emil Sobottka (PUC-RS)
Prof.ª Dr.ª Glaucia Villas Bôas (UFRJ)
Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (UFRJ)
Prof. Dr. Luís Fernando Beneduzi (Universidade Cà Foscari de Veneza)
Prof. Dr. Luiz Antônio Machado da Silva (IESP-UERJ)
Prof. Dr. Marcio Goldman (UFRJ)
Prof.ª Dr.ª Maria Tereza Tapada Berteli (Universidade de Barcelona)
Prof.ª Dr.ª Marta Zorzal e Silva (UFES)
Prof. Dr. Michel Misse (UFRJ)
Prof. Dr. Paulo Henrique Martins (UFPE)

FICHA CATALOGRÁFICA

O ISSN foi solicitato. Aguarde.

EXPEDIENTE

Universidade Federal do Espírito Santo

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Departamento de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Reitor

Prof. Dr. Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora

Prof.ª Dr.ª Ethel Leonor Noia Maciel

Pró-Reitora de Graduação

Prof.ª Dr.ª Zenólia Christina Campos Figueiredo

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Neyval Costa Reis Junior

Pró-Reitora de Extensão

Prof.ª Dr.ª Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Diretor do CCHN

Prof. Dr. Renato Rodrigues Neto

Chefe do DCSO

Prof. Ms. João Carlos Saldanha do Nascimento Santos

Coordenadora do PGCS

Prof.ª Dr.ª Cristiana Losekann

Coordenador do Colegiado do Curso de Ciências Sociais

Prof. Dr. Sandro José da Silva

PALAVRAS INICIAIS

A Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, recebe em seu campus, o I Congresso Nacional de Ciências Sociais – I CONACSO – com o tema: "Desafios da Inserção em Contextos Contemporâneos". Daqui, pode-se ver, ao longe, a figura eminente do "Mestre Álvaro" que marca a paisagem capixaba, maciço no município vizinho da Serra. A montanha revela-nos em si a ação do tempo, e dos homens e mulheres no tempo, dos humanos e não-humanos que a desenham. Parece querer participar de nossos debates, expondo-se em suas marcas, dizendo-nos que a história jamais é linear mas entre a agência e as circunstâncias, os processos sociais são sinuosos, íngremes, feitos de altos e baixos, continuidades e descontinuidades, rupturas, recomeços, trânsitos, possibilidades e impossibilidades, desvios, pausas, instantes, declínios, retrocessos, aclives, ascensões, persistências, resistências.

Assim também são os desafios da inserção no contexto contemporâneo.
Inserção de gente, coletividades, povos no estatuto da "dignidade humana".
Inserção das pessoas na universidade, pela democratização do conhecimento.
Inserção da universidade na vida em sociedade, como sua partícipe.
Inserção das ciências sociais no cotidiano, no diálogo simétrico com outros saberes.
Inserção do Estado do Espírito Santo e sua comunidade científica no mapa das ciências sociais brasileiras.
Inserção do Brasil nas redes internacionais, por um mundo melhor.
Nada começou hoje. A caminhada é longa, surpreendente, como escalar o "Mestre Álvaro", aliás, como o próprio maciço.

Temos uma inspiração.

Comissão Organizadora – I CONACSO

APRESENTAÇÃO

Estamos lançando os Anais do I Congresso Nacional de Ciências Sociais, intitulado Desafios da Inserção em Contextos Contemporâneos e realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) entre os dias 23 e 25 de setembro.

Curioso: foram apenas 3 (três) dias que o evento nos ocupou. No entanto, entre a primeira ideia do Congresso e a publicização da extensa e profícua produção intelectual aqui visibilizada, foi uma longa estrada que percorremos por quase dois anos – importante registrar isso. É fundamental que se saiba o quanto se trabalha na universidade pública no Brasil. Apesar das dificuldades, que não são poucas, trabalhamos! Contando com o fomento à ciência em nosso país, o I Conacso teve o apoio do CNPq, da Capes e da Fapes.

Do projeto à prestação pública das contas, da organização das mesas-redondas e dos grupos de trabalho à impressão do material publicitário, da construção do site à entrega dos certificados, do convite a nossos conferencistas, da inscrição dos participantes, da gestão do espaço físico no *campus*, do traslado dos convidados, da recepção, das atividades artísticas – que não somente embelezam um evento científico, mas lhe emprestam sentido e tornam, aos sentidos, a memória mais viva –, também dos registros fotográficos e fílmicos, do cuidado com as necessidades de cada um dos presentes no evento – a envolver desde a alimentação à limpeza dos ambientes –, do recebimento das comunicações completas das pesquisas, por escrito, sua revisão, confecção de *abstracts*, compilação, diagramação até a divulgação no site, tivemos, em torno do I Conacso, tantos envolvidos quanto a vontade de nossa Universidade de se mostrar corajosa ao dizer à comunidade das ciências sociais no Brasil que nossa graduação e nossa pós-graduação não recuam mas se afirmam, ainda que nas intempéries.

O Congresso, gestado a partir do Departamento de Ciências Sociais da Ufes, foi abraçado por professores, alunos – da graduação e da pós-graduação –, servidores técnicos, funcionários e terceirizados. As instâncias diretivas da Ufes também atenderam, em seu máximo, as demandas surgidas. Havia greve, contrariedades, atrasos e, ainda assim, realizamos um feito que marca a história das ciências sociais na Ufes: um congresso nacional a atrair para Vitória (ES), além de para nosso *campus* em Goiabeiras, cerca de 700 (setecentas) inscritos.

Em nossa lembrança, ficou a imagem de uma comunidade disposta à comunicação, inteligente e amável. Voltem sempre... para ver o Mestre Álvaro!

Entre o evento e os Anais, no entanto, o tempo se alargou. Havia uma intenção: queríamos que os Anais também fossem uma prática pedagógica. Insistimos, o quanto pudemos, para que o maior número de participantes com trabalho nos enviasse sua contribuição. Havia, entretanto, as normas científicas a serem obedecidas. Descobrimos que uma boa parcela dos estudantes tinha, ainda, pouca familiaridade com elas e, por isso, nossa necessária rigidez seria responsável por excluir não poucos de nossa publicação final. Não aceitamos isso. A ciência é prática. A ciência se ensina. A ciência se aprende. Formamos, assim, um time de 20 revisores e revisoras de padrões de trabalho acadêmico e de língua portuguesa. Também constituímos considerável time de 17 revisores de *abstracts*; redatores que, voluntariamente, e no tempo em que lhes era viável, puderam aprimorar os trabalhos recebidos. Também contamos com revisores de espanhol. Não sei se fui enfática o suficiente: contamos com 40 voluntários(as), estudantes e docentes de dentro e fora da Ufes. Algumas idas e vindas entre autores e nós, além de, noutras vezes, a aceitação do olhar do professor-orientador, que (quase) nos lançou na perseguição de uma melhor qualidade textual. Não se buscou a perfeição. Não tínhamos braços para isso, mas esperamos que, eventualmente, os autores vejam nosso modesto esforço de valorização da mensagem que se desejava transmitir. A caminhada acadêmica é lenta, porém não subimos os degraus sozinhos.

Com isso, temos 201 *papers* aqui publicados, de 14 (catorze) GTs. Vocês verão os trabalhos reunidos por grupo de trabalho, em ordem alfabética de acordo com o primeiro nome do primeiro autor. Cabe lembrar que os coordenadores dos GTs – professores e professores doutores – foram especialmente responsáveis pelo sucesso do Congresso.

Alguns GTs tiveram a oportunidade de somar aos coordenadores os debatedores, que emprestaram mais acuidade à análise das exposições orais.

O Congresso ganhou fôlego, também, com a realização do *workshop* Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: inovação na análise da institucionalização, sob a coordenação dos colegas, professores doutores, Euzeneia Carlos (Ufes), Adrian Gurza Lavalle (USP) e Drª Monika Dowbor (UNISINOS).

Queremos recordar a agradecer nosso conferencista inaugural, Dr. Marcos Costa Lima (UFPE). Nossos palestrantes das mesas-redondas: Dr. Breno Bringel (IESP-UERJ) e Dr. Remo Mutzenberg (UFPE); Drª. Luciana Ballestrin (UFPel) e Dr. Luiz Fernandes Oliveira (UFRRJ); Dr. Osvaldo Luiz Ribeiro (Faculdade Unida), Dr. Kenner Roger Cazotto Terra (Faculdade Unida) e Frei Franciscus Henricus van der Poel (Instituto C. G. Jung e

Instituto Santo Tomás de Aquino). Os debatedores da Casa e os alunos, mediadores. Lembrar com afeto, igualmente, a presença de Dra. Sandra Maria da Mata Azeredo (UFMG/FIOCRUZ) e dos estudantes Edmar Machado (UFRJ) e Leonel Salgueiro (UFRJ), que ministraram os minicursos. Agradecer Dr. Guilherme da Silva e Sá (UnB) pela *roda de conversa* e tantos outros que trouxeram suas sensíveis produções para a mostra fotográfica e audiovisual. Antes que seja tarde, não menos às oleiras do Jequitinhonha, que conosco estiveram naqueles três dias expondo sua arte.

Com os Anais, com a busca do ISSN, o I Conacso se encerra. Em verdade, não se encerra. Antes, quer continuar. Que venham os futuros Conacso(s).

Vitória (ES), 31 de outubro de 2016.

Adelia Miglievich-Ribeiro
Coordenadora-Geral do I Conacso

SUMÁRIO

GT 01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS 24

Antonio Cesar Machado da Silva
Repertórios de ação em mudança e a luta por direitos humanos no Espírito Santo 25

Arthur Gomes Dau: Marcia Prezotti Palassi
Consciência política e participação dos conselheiros da Casa dos Conselhos de Vitória ... 36

Beatriz Rodrigues Sanchez
Reforma política e representação parlamentar feminina: possibilidades e limites 50

Brena Costa Lerbach
De desafiantes a membros da *polity*: carreiras de ativistas ambientais no Espírito Santo ... 62

Carla Beatriz Raulino Marques
Juventude e política em foco: estudo sobre o comportamento político de jovens em Fortaleza ... 77

Cristiano das Neves Bodart
Movimentos sociais e a construção de espaço de participação institucionalizado na gestão pública 91

Daniel Pitangueira de Avelino: Joana Luiza Oliveira Alencar
Mediadores do Governo Federal: perfil da burocracia que dialoga 107

Diogo Rodrigues Lima: Hugo Borsani Cardozo: Vinícius Gomes
Perfil da trajetória política dos Deputados do PT e do PSDB 123

Elson dos Santos Gomes Junior
A cultura política no assentamento Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes-RJ) ... 133

Fabiana Gomes Rodrigues: Hugo Borsani
Ativismo judicial ou defesa de direitos? Fornecimento de medicamentos via poder judiciário 148

Felipe Moura de Andrade: Adelia Maria Miglievich Ribeiro
Confrontos de junho de 2013: notas sobre a "insuficiência" democrática brasileira 161

Felipe Rodrigues Braga: Mauro Macedo Campos: Nilo Lima de Azevedo
Transparência e publicização das contas públicas municipais sob a perspectiva democrática 176

Fernando de Oliveira Vieira
Projeto de poder e anticomunismo nos boletins mensais do Ipês entre 1963 e 1966 187

Gabriel Tisse da Silva: Nelson Luis Motta Goulart: Vitor de Moraes Peixoto
Os partidos políticos e as mulheres: a sub representação nos municípios brasileiros 201

Gabriela Zorzal
Participação e poder legislativo: o desenho institucional das audiências do orçamento 216

Igor Suzano Machado: Louise Tavares
A atuação das associações de classe no controle de constitucionalidade das leis via ADPFS 229

Jefferson Ferreira Alvarenga
A base social; a ampliação da cidadania; incorporação-exclusão: uma experiência populista no Espírito Santo? 242

José Vitor Lemes Gomes
Comportamento político e corrução no Brasil de hoje 266

Juliana Magalhães de Castro: Leonardo Anderson Ricardo Vieira
Investigando a democracia no Brasil: breve análise sobre os mecanismos de participação popular no governo PT 289

Juscelino da Silva Pessoa: Maria Tereza Miceli Kerbauy
Norberto Bobbio e o debate sobre os conflitos entre direito e poder 399

Louise de Siqueira Tavares: Frederico Cristiano Oliveira Mapa
Entre conquistas e desafios no enfrentamento à violência contra a mulher em Viçosa-MG 313

Luana Puppin Pratti
Elites políticas: trajetórias e perfil dos legisladores do Estado do Espírito Santo 325

Maria Meirice Pereira Barbosa
Governo e sociedade - Desempenho de políticas públicas sociais e comunidades locais .. 338

Maria Paula Escobar Bins
Fidelidade partidária no Brasil 351

Mauro Petersem Domingues
O golpe militar de 1955 na Argentina pelas páginas do jornal "O Globo" 365

Noëlle da Silva
Estudos presidenciais: principais abordagens teóricas 377

Orlando Lyra de Carvalho Jr.
Sub-representação de gênero em Assembleias Legislativas: estudo de casos 395

Raphael de Oliveira Soares: Hugo Borsani
Centralização, desigualdades territoriais e gastos sociais na federação brasileira (2007-2011) ... 413

Rhadson Rezende Monteiro
Democracia deliberativa e efetividade em instituições participativas: um balanço teórico 424

Taís de Cássia Badaró Alves: Mauro Macedo Campos
O Senado e a representação de interesses na primeira república (1889-1930) 438

GT 02 - CONFLITOS URBANOS, CRIME E JUVENTUDE 453

Alanna Oliveira Santos
A internet e a ressignificação do uso da maconha 454

Andrelino Campos: Vinicius da Silva Seabra: Nilo Sérgio Modesto: Hebert Calvosa Guimarães
A produção do espaço urbano carioca em "tons" de preto: por uma outra regionalização dos grupos subalternizados na metrópole carioca 464

Dábila Thomes: Stephany Phaipher Borges: Michelly Pfeifer de Oliveira Machado: Vinícius Zocateli
Recriando espaços de intervenção: uma cartografia dos socioeducandos no NASE - Linhares 482

Daniela Cristina Neves de Oliveira
Homicídios juvenis: a percepção social das mães das vítimas sobre a violência 492

Felipe Machado Veloso: Humberto Ribeiro Júnior
Linchamentos no ES: entre as justificativas dos perpetradores e o monopólio estatal da violência 504

Jheniffer Vieira de Almeida
Indisciplina: contradições no contexto escolar 517

Josimar Barbosa Grippa
"Juventude (des)acreditada": a escola como espaçotempo de potência e ampliação da vida 531

Lohaine Jardim Barbosa
Reflexões acerca do valor simbólico do "mundo do crime": a "outra família" 542

Maria Angela Rosa Soares: Marcia Barros Ferreira Rodrigues: Edilene Souza da Silva Neves
Juventude invisível: vítimas preferenciais do crime de homicídio 558

Matheus Boni Bittencourt
Escolarização, encarceramento e exclusão social 571

Michelli de Souza Possmozer
Crianças no tráfico: uma análise do município de Vitória 584

Renan Subtil Torres
Poder gerencialista e tolerância zero: estratégias de encarceramento em massa de pobres no Estado do Espírito Santo 599

Thayla Fernandes da Conceição
As ordens e as ruas: estado, violências e profanações no contexto das jornadas de junho ... 613

Vitor Luiz de Sá Freitas
A UPP vista do lado de cá: o jovem e a complexificação da violência na baixada fluminense .. 626

Wendell Marcel Alves da Costa
Violência e cooperação na cidade: a ordem social entre moradores em situação de rua ... 641

GT 03 - RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS: REFLEXÕES TEÓRICAS E REDES DE PRÁTICAS NA ANTROPOLOGIA 655

Andréa Barbosa Osório Sarandy
Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação 656

Clara Crizio de Araujo Torres
A conservação de baleias: uma análise de artigos científicos e relatos de campo 671

Davi Scárdua Fontinelli
A tartaruga marinha sob diferentes visões de natureza: o caso do Tamar no ES 690

Francisco Carlos Jacinto Barbosa
A vacina de Rodolfo: implicações sociotécnicas e tensões políticas envolvendo a vacina animal no Ceará (1900-1904) 705

João Paulo Braga Cavalcante
O tumblr da autolesão: abordagem etnográfica sobre o cutting numa rede sociotécnica ... 720

Matheus Henrique Pereira da Silva: Flávio Leonel Abreu da Silveira
Dimensões relacionais de tratadores e animais cativos no *Zoo* do "Bosque" 734

Míriam Rebeca Rodeguero Stefanuto
As implicações do trabalho nos frigoríficos para os Kaingang do Toldo Chimbangue 747

Pedro Lukas Trindade de Freitas
As tartarugas visitam os humanos: alegorias de aproximações entre humanos e não-humanos . 756

Renata Venturim Bernardino
Natural, saúde e confiança: representações dos orgânicos em consumidores da feira orgânica .. 768

Vânia Alves Martins Chaigar: Ivana Maria Nicola Lopes
A cidade, as crianças e os animais: uma disciplina amparada pelo paradigma emergente? 782

GT 04 - DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS 797

Aerica Souza Malheiros
Impactos socioambientais da via expressa sobre a comunidade Vinhais Velho 798

Alcemi Almeida de Barros: Irio Luiz Conti: Francisca Malvinier Macedo
Políticas públicas de acesso à água no semiárido brasileiro: entre conflitos e soluções 811

Alessandra Dale Giacomin Terra: Jamille Medeiros de Souza: Bárbara Terra Queiroz
O saneamento ambiental de Oriximiná (PA): um estudo de caso sobre saneamento ambiental, vulnerabilidade e os direitos da criança e do adolescente 824

Bruno Curtis Weber
Projeções do agora e relatos do porvir: representações e imaginários sociais sobre a chegada de um projeto de grande escala em Linhares-ES 837

Erick Alessandro Schunig Fernandes
Estratégias de comunicação em redes sociais: a rede alerta contra o deserto verde 856

Francisco Hélio Monteiro Júnior
Nas tramas do convencimento e da resistência à mineração do urânio e fosfato 869

Gabriel Keller Franci: Aline Trigueiro
Crise hídrica, gestão ambiental e percepção social 884

Jayme Karlos Reis Lopes
Reclassificação de experiências sociais e identidade nacional a partir do mito: a energia elétrica 899

Jerônimo Amaral de Carvalho
Por entre estes mares: uma etnografia dos conflitos socioambientais entre Brasil/Argentina 912

Joallysson Desterro Bayma
Apropriação e uso das áreas de proteção ambiental na cidade de São Luís 929

Larissa Pinheiro
Tombamento do Penedo: o meio ambiente e o Porto de Vitória 943

Leonardo Bis dos Santos
Conflitos e redes sociais na implementação das primeiras unidades de conservação no Espirito Santo - ES 957

Melissa Vivacqua Rodrigues
Reservas Extrativistas Marinhas: conflitos e desafios no estágio pré-implementação 973

Mírian Lacerda de Brito
Restrições em zonas de amortecimento de unidades de conservação: aspectos legais 994

Nabila Gonçalves da Matta: Ludmila Gonçalves da Matta
Urbanização de áreas periféricas em Campos dos Goytacazes-RJ: um olhar sobre o conflito .. 1006

Nadloyd da Conceição Pinheiro Moraes
Impactos dos empreendimentos imobiliários sobre a área de proteção ambiental do Maracanã . 1022

Natália Morais Gaspar
Estudos de impacto ambiental e a técnica de negar a política 1037

Patrícia Falco Genovez: Francisleila Melo Santos
Os quilombolas e a Anglo American: comunidades tradicionais realocadas em Minas Gerais . 1051

Paula Emília Gomes de Almeida
A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: por uma cultura de prevenção de desastres 1066

Renata Cristina Santos
O "desenvolvimento" e os atingidos pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha ... 1076

Rosirene Martins Lima
Conflitos socioambientais no contexto da Expansão urbana/metropolitana em São Luís-MA . 1089

GT 05 - SOCIABILIDADES E INSURGÊNCIAS NA EXPERIÊNCIA URBANA CONTEMPORÂNEA 1099

Alessandro da Silva Guimarães
Jovens e projetos de futuro: entre classe social, gênero e rede de sociabilidades 1100

Carine Lavrador de Farias: Márcia Leitão Pinheiro
Juventudes, lazer e música *gospel*: sociabilidades juvenis entre os evangélicos 1111

Carolina Appel Colvero
Sou da rua: experiência etnográfica com moradores de rua em Lisboa-PT 1126

Cleber Fernando Gomes
Territórios em disputa: o grafite de rua como conteúdo político na fotografia outsider ... 1135

Daniela Zanetti: Ângelo Bortolon de Alvarenga
Rolezinhos na Grande Vitória: sociabilidades urbanas e estratégias de visibilidade em rede 1152

Glalber da Costa Cypreste Queiroz: Humberto Ribeiro Junior
A influência da violência nas relações sociais dos moradores de Boa Vista - Vila Velha/ES 1168

Hugo Felipe Quintela
Trajetos liminares: a experiência da "liminaridade permanente" nas trajetórias de mulheres transexuais 1183

Jonas Marcondes Sarubi de Medeiros: Maria da Gloria Gohn
A emergência de um "feminismo periférico" na Zona Leste da cidade de São Paulo 1197

Leonardo Anderson Ricardo Vieira: Juliana Magalhães de Castro
O MTST e as práticas de ocupação urbana em Fortaleza 1212

Naiana de Freitas Bertoli: Wania Amélia Belchior Mesquita
Jovens evangélicos moradores de favelas: algumas expressões de suas sociabilidades urbanas 1223

Noélia Nunes Marinho
Novas configurações nas trajetórias juvenis a partir de uma reflexão sobre identidade ... 1237

Rafaela Scardino
Sujeito e sobrevivência: resistir pela palavra 1250

Réia Sílvia Gonçalves Pereira
"Não tava parado no fluxo": sobre funk, adesão e movimento 1260

GT 06 - SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO 1271

Amauri Carlos Ferreira: Julia Calvo: Yonne de Souza Grossi: Thiago Hot P. Faria
A construção do imaginário religioso intolerante: violência à mineira 1272

Igor Suzano Machado: Ana Paula Costa: Bruno Monteiro Duarte
PEC 99/11: a tensa relação entre religião e política chega à política judicializada 1280

Bianca de Jesús Silva
Assistência religiosa em presídios na Grande Vitória/ES: criação e atuação do Ginter ... 1292

Bruno Schwabenland Ramos
O religioso na cristandade: sua influência no contexto escolar 1302

Caio César de Azevedo Barros
As relações entre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB) nas Eleições de 2014 no Rio de Janeiro 1314

Camila Bravim Silveira
Comunidades terapêuticas religiosas e instituições totais: um projeto para mudar a si 1329

Claudio Marcio Coelho
A reação católica e a permanência da "questão religiosa" no Brasil republicano 1344

Elberth de Oliveira Bertoli
O bizarro da homossexualidade na sociedade brasileira contemporânea 1357

Elio Roberto Pinto Santiago Filho
Emilio Willems e os estudos de religião no Brasil 1370

Gabriela Abuhab Valente
O olhar acadêmico sobre o fenômeno religioso 1385

Hevellyn Cruz dos Santos: Osvaldo Martins de Oliveira
Trânsito religioso e identidades múltiplas 1395

João Ricardo Boechat Pires de Almeida Sales
Religião e classe social: a teologia da prosperidade em diferentes segmentos do movimento evangélico 1410

Karina Inácio de Araujo Lambert
Reencantamento digital - a linguagem religiosa na pós-modernidade 1424

Luiz Ernesto Guimarães
Religião e política na Câmara Municipal de Londrina 1438

Nelson Luis Motta Goulart: Vitor de Moraes Peixoto
Modernização, pluralismo religioso e competição eleitoral nos municípios brasileiros .. 1451

Sônia Missagia Mattos
Religiosidade e gênero no "reino da impura sorte" 1466

Thiago Hot Pereira de Faria
Ishná e Belo Horizonte: influência da cultura oral na comunidade judaica belo-horizontina 1485

Washington Phillip Spanhol Carneiro
Eleições legislativas e protagonismo assembleiano no Congresso Nacional (2015) 1499

GT 07 - ANTROPOLOGIA E PLURALISMO JURÍDICO 1514

Alceu Fernandes da Costa Neto
A decisão das cortes latinas em matéria de direito dos povos tradicionais: um estudo empírico 1515

Anne Karoline Ferrari Salazar: Gilead Marchezi Tavares
Outros possíveis modos de habitar profissionalmente o poder judiciário 1531

Alessandra Dale Giacomin Terra: Bárbara Terra Queiroz: Lílian Cazorla do Espírito Santo Nunes: Thiago Guerreiro Bastos
A arquitetura da vulnerabilidade: a estrutura das instituições de acolhimento e os direitos da criança e do adolescente 1539

Edson Bomfim dos Santos
A construção da negação de brasilidade 1549

Franciele Helena da Silva: Cleide Lavoratti
O processo de destituição do poder familiar e suas implicações nas relações familiares 1561

Janaína Gomes Garcia de Moraes
O homem da relação: o processo legislativo de reconhecimento de direitos dos homossexuais 1576

Jane Seviriano Siqueira
Afro-américa: práticas culturais como possibilidades de superação da modernidade colonial . 1589

Larissa de Albuquerque Silva
De brincadeira à patrimônio: as várias dimensões do Jongo/Caxambu no Espírito Santo 1602

Maria Luiza Lacerda Carvalhido
O que há de se dizer sobre a mulher que usa o monitoramento eletrônico de presos? 1619

Mariana de Medeiros Thompson: Moema Guimarães Motta
Os reflexos do processo de colonização na saúde indígena brasileira sob o olhar de Aníbal Quijano e Bartolomé de Las Casas 1631

Mauricio Alejandro Diaz Uribe
Los dilemas de un estado multicultural. Colombia y los derechos étnicos-culturales 1641

Natane Franciella de Oliveira
Demarcação de terras quilombolas: fundamentação das decisões dos juízes do Espírito Santo 1651

Otaviano de Oliveira Filho
Tradição, modernidade e capitalismo no norte de Minas Gerais: uma reflexão sobre a comunidade sertaneja 1665

Sarany Rodrigues da Costa: Welyza Carla da Anunciação Silva
Revitalização do Centro Histórico de São Luís: passos para construção de uma identidade 1675

GT 08 - LITERATURA E PENSAMENTO SOCIAL 1684

Ariel Cherxes Batista
Observações sobre a vivência e o cotidiano do campo de concentração de Auschwitz nos escritos de Primo Levi 1685

Beatriz Salgado Cardoso de Oliveira
Representações literárias da cidade: Walter Benjamin e a etnografia urbana 1697

Caroline Izidoro dos Santos
Memórias subterrâneas em Os Sertões: a visão de Euclides da Cunha 1713

Cassio Pereira Oliveira
Construções identitárias e representações culturais através da literatura surda 1721

Fabricio Fernandez
Um projeto (an)arqueológico do curta-metragem *Cruz na Praça* (1959) de Glauber Rocha 1733

Guilherme Gouvêa Soares Torres
Jorge Semprún: crítica aos totalitarismos em um belo domingo e o morto certo 1744

Joana d'Arc Batista Herkenhoff
Campo Belo: o entendimento de si em Conto de Conceição Evaristo como metáfora do processo de descolonialidade 1754

João Luiz Xavier Castaldi
Literatura da estiagem: *Famintos* e *Os Flagelados do Vento Leste* 1765

Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres: Adelia Miglievich Ribeiro
Identidades e indecibilidade no conto A Fuga 1773

Luciana Rodrigues do Nascimento
A formação antropológica brasileira em Macunaíma: representação do Brasil na América Latina 1783

Maria Cândida Vargas Frederico
Tramas e casos na tentativa de formar um campo literário no Rio de Janeiro 1797

Renata Bomfim
"Tinha uma pedra no meio do caminho": oficinas de poesia em CTs capixabas 1808

Sarah Pereira Camilo
Clarice Lispector: a violência psicológica em Macabéa e Ana 1823

GT 09 - IMIGRAÇÃO, CIRCULARIDADE DE IDEIAS E NARRATIVAS 1838

Armando Arnaldo Correia: Rui da Costa Sanha: Ulilbaté Rui Lopes: Yolanda Victor Monteiro Garrafão
Trajetórias de imigrantes estudantes guineenses para o Ceará: vivências, experiências e dificuldades 1839

Cione Marta Raasch Manske
Língua, imagem e identidade: considerações sobre o descendente pomerano no Espírito Santo 1854

Danilo Milev
A imigração italiana em Buenos Aires no período 1880-1890 1866

Gisele Silva Prado
Em busca de uma identidade: dificuldades enfrentadas por crianças brasileiras no Japão 1879

Iuri Duque da Incarnação
Sociologia das migrações: correntes teóricas e perspectivas 1891

Layla dos Santos Freitas: Tatyana Léllis da Matta e Silva
Invisibilidade social: a atual situação dos imigrantes asiáticos na cidade de Vitória 1903

Lorena Orletti Del Rey
A Vila de São Jorge (GO) - ecoturismo e garimpo como desdobramento de migrações 1915

Marcelo da Silva Araujo
Cultura acima da Bíblia? Religião, pertencimento e cultura entre chineses do Rio de Janeiro .. 1925

Moara Ferreira Lacerda
Processo de integração sociedade-migrante: refugiados sírios no ES 1940

Raphael de Souza Brun
A construção pomerana em Domingos Martins/ES 1955

Raul Felix Barbosa
O Dia do Oxi: identidade e imaginário na comunidade grego-brasileira 1967

Roberta Rangel Batista: Mariana Bonomo
Imigrantes e processos de identidade social: os brasileiros no Reino Unido 1979

Viviane Mozine Rodrigues
Apatridia: o caso do Haiti e República Dominicana 1990

GT 10 - IDENTIDADE, MEMÓRIA E TRANSMISSÃO DE SABERES 1999

Abinair Maria Callegari
Tradição e memória: linguagem poética na escultura de Irineu Ribeiro 2000

Fabiane Vasconcelos Salume Zimerer: Ana Rita Vitor de Assis Zordan
Reis de Boi: permanências e transformações 2014

Fábio Oliveira Pavão
Memórias em forma de canção: a velha guarda da Portela e a transmissão de saberes em Oswaldo Cruz 2026

Fernando Bueno Oliveira
O "ser quilombola" em (re)constituições territoriais 2042

Fabíola Pereira Costa: Guilherme Alves da Costa
Educação em Arquivos Municipais: o caso do Arquivo Municipal de Vitória 2057

Jissela Fernanda Pineda Gomezcoello: Silvia Lima de Aquino
Construção e reconstrução de identidades nas migrações Brasil - Paraguai - Brasil empreendidas por pequenos agricultores brasileiros 2069

Leila Samira Portela de Morais
"Veio a ordem de andar": espaço e identidade entre ciganos Calon, município de Carneiros/AL 2085

Lilian Zanvettor Ferreira
A classe trabalhadora paulista entre 1920 e 1940 e a educação não-formal: o caso do PCB 2099

Mattheus Vinicius Rosa
O jazz como luta criativa 2113

Michele Freire Schiffler
Identidade, ancestralidade e polifonia em cantares quilombolas 2128

Milena Xibile Batista
Povo de axé: memórias e identidades em casas de candomblé (ES) 2142

Renato Pasti
A comunidade quilombola de Helvécia e o uso da memória como instrumento de resistência . 2157

Roberto Izoton
A comunidade de Alto Iguape: descrição etnográfica de uma comunidade quilombola translocal 2166

Sandro Nandolpho
Licenciatura em educação do campo: território de produção de subjetividades no norte do ES 2180

Tauã Lima Verdan Rangel
O ofício das paneleiras de Goiabeiras: entre o desenvolvimento e a preservação cultural 2193

GT 11 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES 2207

Danúbia Aires de Souza: José Jairo Vieira: Débora Nascimento: Stephany C. de Freitas
Desafios da/na prática docente: um estudo sobre as representações construídas, por docentes em formação, acerca das práticas culturais oriundos da afrodiáspora 2208

Emanuel Vieira de Assis: Fabrisa Leite B. da Silva
A escola silencia as diversidades? Estudo de caso de uma instituição de ensino em Cariacica-ES 2221

Euzeneia Carlos: Larissa Pinheiro
Participação e juventude: desafios metodológicos e práticas inovadoras 2233

Fabíola dos Santos Cerqueira: Alexandre Holanda Nascimento
Africanizando 2248

Leonardo Rangel: Yamilia Siqueira: Larissa Pinheiro: Euzeneia Carlos
A importância do Pibid para a promoção da licenciatura nas Ciências Sociais 2257

Luana da Costa Fonseca
Estética de resistência, educação e diversidade 2272

Maria Betânia Guerra Duarte
Implementação da educação escolar entre os guaranis de Angra dos Reis e Paraty 2282

Pâmela Rodrigues Altamor: Vanise dos Santos Gomes
Investigando as políticas de formação de professores da EJA no município de Rio Grande-RS 2294

Taíse de Jesus Chates
Lei 11.645/08 e IFBA: lacunas e iniciativas 2309

Ubirajara Santiago de Carvalho Pinto
Um caso de "vandalismo": compromisso com a grandeza escolar na arena pública da internet 2320

Wilson Camerino dos Santos Junior: Wendell Marcel Alves da Costa
Educação em Direitos Humanos e Diversidades: cinema como recurso didático na escola 2334

Yamilia Siqueira: Larissa Pinheiro
Apontamentos sobre etnicidade na escola 2345

GT 12 - MUNDO DO TRABALHO: NOVAS E VELHAS CONFIGURAÇÕES 2359

Amanda Teixeira Silveira: Arthur Almeida da Silva: Rayssa Deps Bolelli
Café Conilon: a superexploração do trabalho na colheita no município de Sooretama no ES ... 2360

André Peralta Grillo
Cultura e trabalho imaterial: notas para o debate 2375

Bruna Raissa Cruz Caldas: Joallysson Desterro Bayma
Políticas públicas de emprego no Brasil: impactos sobre o mercado de trabalho das mulheres 2388

Eveline Caren Genesini Pereira: Vanise dos Santos Gomes
Tecendo diálogos com professores de língua inglesa: os licenciados e os não licenciados 2403

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida
Mudanças no mundo do trabalho e suas relações com a subjetividade dos indivíduos no capitalismo contemporâneo 2413

Jéssica Barros Altoé
Workaholism: abordagem e problematização do fenômeno a partir da noção de habitus ... 2427

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
O retorno dos tempos difíceis? Insegurança laboral no contexto da crise econômica 2441

André Junqueira Caetano: Luís Henrique Silva Ferreira
Informalidade no setor calçadista: um estudo entre três municípios brasileiros 2452

Maria Gilvania Valdivino Silva
Dos modos de se relacionar com a política: o caso de duas gerações de trabalhadores .. 2464

Francisleila Melo Santos: Marina Braga da Silva
O território da terceirização ilícita e suas multiterritorialidades 2476

Igor Sousa Mariano Fraga: Steferson Zanoni Roseiro
A laicidade do diabo: biopolítica da inclusão 2490

Vinicius Tomaz Fernandes
A autoprodução do homem a partir do trabalho: Marx, Engels e Lukács 2501

GT 13 - AMÉRICA LATINA, INTELECTUAIS, IDENTIDADES E DESCOLONIALIDADES 2516

Adelia Maria Miglievich Ribeiro
O pós-colonial, o anti-colonial e o decolonial: a crítica do ponto de vista do Sul 2517

Camilla dos Santos Nogueira
Colonialismo interno e dependência: um debate teórico sobre a subordinação dos países latino-americanos 2534

Cíntia C. Braga Dantas
O projeto político-estético do cineasta Glauber Rocha: *transe* e descolonização 2550

Júlia Melo Azevedo Cruz
A defesa da identidade étnica e a luta por autonomia no movimento zapatista 2562

Pedro Demenech
O nascimento da tragédia: a face renascentista de Ángel Rama 2574

GT 14 - SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DAS PRÁTICAS CORPORAIS, ESPORTE E LAZER 2587

Camila Rissari Correia
Exclusivo para mulheres: motivadores de escolha em uma academia feminina de Vitória-ES . 2588

Claudio da Silva Costa
O corpo na modernidade líquida: a biopolítica e os corpos dóceis 2603

Cristiana Felippe e Silva
Tango na Rua: lazer e espaço corporal ressignificados na Paulista 2614

Leonardo Perovano Camargo: Lorenna Pereira Oliosi: Junia Helena F. dos Santos: Carlos Nazareno Ferreira Borges: Kamila da Penha Braz DeFante
Relação público-privado nos usos das orlas dos municípios de Serra e Vitória-ES 2623

Maikel Dias Nunes
O papel da educação física no fortalecimento da construção das identidades nas diferenças ... 2637

Mariana da Conceição Alves: Alan Faber do Nascimento
A exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos 2647

Mariana Schade da Silva
Macacos, hashtags e bananas: futebol, racismo e redes sociais 2659

Marina de Mattos Dantas
Audax: o clube-empresa, o negócio social e a condução de vidas pelo mercado 2673

Rodrigo Ayres Almeida Camurça
Turismo em Cuba, um lazer imaginado: perspectivas, representações e contradições na ilha socialista 2684

Scheila Espindola Antunes: Yuri Marcio: Silva Lopes: Otávio Guimarães Tavares da Silva
Projetos esportivos no âmbito social e a criminalidade jovem - uma perspectiva de estudo 2697

GT 01 - INSTITUIÇÕES E ATORES POLÍTICOS NAS DEMOCRACIAS

Coordenadores:

Prof. Dr. Marcelo Martins Vieira (UFES)

Prof.ª Dr.ª Marta Mendes da Rocha (UFJF)

Prof. Ms. Mauro Petersem Domingues (UFES)

Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo (UFES)

REPERTÓRIOS DE AÇÃO EM MUDANÇA E A LUTA POR DIREITOS HUMANOS NO ESPÍRITO SANTO

Antonio Cesar Machado da Silva
UFS

Resumo: Este trabalho problematiza alguns pontos abordados em nossa tese de doutorado sobre as dinâmicas associativas no Espírito Santo, com destaque para as mudanças nos repertórios de ação desenvolvidos pelas organizações de defesa dos direitos humanos. As técnicas de coleta de dados centraram-se em entrevistas com militantes presentes nas primeiras mobilizações, nos idos dos anos 70 e com os das novas gerações. Assim, como valemo-nos das atas do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) entre outros documentos produzidos pelas entidades, por exemplo, notas públicas e ofícios ao governo do Estado. Interpretamos tais materiais através das técnicas de análise de redes e relacional, com vistas a identificar os impactos das ações em rede na adoção destas estratégias. Pudemos identificar ao longo dos últimos 30 anos transformações significativas no modo de agir das mesmas, indo de ações de rua como passeatas a indicar relativa capacidade de mobilização popular até medidas judiciais, mostrando a importância de ações dentro das instâncias legais. Nossos referenciais teóricos giram em torno dos autores da Mobilização de Recursos e Oportunidades Políticas, por exemplo, Sidney Tarrow e Doug McAdam. Enfim, acreditamos que as mudanças nas alianças e nos adversários, impactaram e assim continuam no *modus operandi* do movimento de direitos humanos.

Palavras-chave: Estratégias de mobilização; Direitos Humanos; Redes sociais.

Abstract: This paper discusses some points raised in our doctoral thesis on associative dynamics in Espírito Santo, highlighting changes in the action repertoires developed by human rights organizations. The data collection techniques focused on interviews with activists that participated in the first mobilizations in bygone '70s, and those from the newer generations. We used records from State Council for Human Rights (ECHR) as well as other documents produced by other entities, for example, public notes and official correspondence sent to the state government. We interpreted such materials through network analysis and relational techniques, in order to identify the impact of network actions in adopting these strategies. We identified, from over the last 30 years, significant changes in the way they act, varying from street actions like marches (that indicated popular mobilization capacity) to legal action, showing the importance of actions within the legal arena. Our theoretical framework is built around authors that write on Resource Mobilization and Political Opportunities, for example, Sidney Tarrow, and Doug McAdam. Finally, we believe that changes in alliances and adversaries impacted and still impact the modus operandi human rights movement adopt.

Keywords: Mobilization strategies; Human rights; Social networks.

Este trabalho apresenta de forma sucinta um dos pontos tratados em nossa tese sobre redes de organizações de defesa dos direitos humanos no Espírito Santo. Entre outros tínhamos o objetivo de entender como eram pensadas as ações de enfrentamento destas diante de adversários muitas vezes perigosos e poderosos, por exemplo, o próprio Estado. Procuramos descobrir como estabeleciam alianças entre si, e em que medida a conjuntura política à época, assim como as configurações institucionais assumidas pelas redes influenciavam nas escolhas das organizações.

Ao longo de sua existência, as entidades da sociedade civil desenvolvem estratégias de ação para enfrentar seus oponentes, assim como para mobilizar suas bases, contudo a escolha pela melhor jogada não é ao acaso. Algumas variáveis são calculadas com vistas aos resultados possíveis. Elas vão buscar nos repertórios de ação disponíveis naquele contexto as mais apropriadas para o êxito da empreitada. Sendo assim, farão uso de estratégias bem sucedidas naquela sociedade. Em alguns casos, inovações são promovidas por movimentos de vanguarda e, a depender do sucesso, também serão incorporadas ao acervo de repertórios, ficando disponíveis às demais organizações.

Então quando um movimento por coragem de seus membros ou por ter pouco a perder desafia um adversário poderoso, acabam expondo seus pontos de fraqueza que não tinham sido observados anteriormente. Isso atrai aliados e impulsiona o surgimento de novos movimentos de contestação. Da mesma forma, abrem-se barreiras institucionais não previstas no início do confronto, alterando o quadro de opções de ações possíveis. "Once collective action is launched in part of a system, on behalf of one type of goal, and by a particular group, the encounter between that group and its antagonists provides models of collective action that produce opportunities for others[1]" (TARROW, 1996, p. 58). Assim, essas ações de vanguarda ampliam o repertório disponível àquele contexto de confronto.

O movimento de direitos humanos do Espírito Santo tem um amplo estoque de estratégias para enfrentar seus oponentes, aprendidas ao longo das últimas três décadas de embates contra o crime organizado e o Estado, na busca pela consolidação dos direitos. Assim, procuraremos compreender como os repertórios são aprendidos, incorporados e utilizados no cotidiano das mobilizações. Há que se destacar a inexistência de unidade dentro do movimento quanto à definição das melhores estratégias a serem postas em prática. Por vezes, isso causa rupturas e afastamentos de determinados militantes.

No princípio, uma das primeiras estratégias adotadas foi a aproximação com a Igreja Católica. Sob a sua proteção, pode-se desenvolver e alcançar os rincões mais excluídos da sociedade, justamente onde se encontravam aqueles pelos quais se lutava. A proteção e o impulso oferecidos pela Igreja no seu princípio foram fundamentais para o sucesso do movimento de direitos humanos. Talvez o maior legado dessa estratégia tenha sido a criação

[1] "Uma vez que a ação coletiva é lançada em parte do sistema, em favor de um tipo de objetivo, e por um grupo particular, o encontro entre este grupo e seus antagonistas promove modelos de ação coletiva que produz oportunidades para outros" (tradução livre do autor).

do CDDH-Serra, bancado pela Arquidiocese de Vitória que, depois de estruturado, afastou-se do mundo eclesiástico e passou a desenvolver seus próprios projetos.

A Igreja Católica, por meio das suas comunidades de base, das pastorais e, depois, com a própria Arquidiocese de Vitória, forneceu o suporte para que os indivíduos pudessem organizar-se e reivindicar uma vida digna. Esse apoio foi decisivo, pois incubou em seu seio muitos movimentos sociais, entre eles o de direitos humanos que surgia naquele momento. Deu forma a um conjunto de demandas que vinham da vida cotidiana por intermédio de formação política, mostrando que a luta de um era a de todos. Esse processo formativo conferiu estofo aos debates levantados pelos militantes, ou seja, não se tratavam de críticas vazias, mas demandas politicamente construídas.

Essa postura da Igreja não se restringiu ao Espírito Santo. Difundiu-se pelo país inteiro nos idos anos 80. O próprio Movimento Nacional de Direitos Humanos é o seu maior exemplo, nascido a partir da CNBB e daqueles religiosos ligados à Teologia da Libertação. Portanto, buscar amparo nos setores progressistas da igreja não foi algo ao acaso; configurou-se como uma estratégia de ação com vistas ao fortalecimento e à sobrevivência de muitas organizações em um contexto com mais restrições do que oportunidades.

Portanto, identificamos a tendência de instituições de maior porte, e já estabelecidas, em apoiar a criação e o fortalecimento de novas entidades. Como vimos, trata-se de uma lógica de ação aprendida junto às comunidades de base. Esse fenômeno repetiu-se ao longo das últimas décadas com várias organizações. Inclusive com a migração de militantes de umas para outras, levando consigo seu *know-how* mobilizatório, pois o acréscimo de uma organização forte ao movimento fortalece-o como um todo também.

Continuando a tratar das "armas" utilizadas pelos movimentos nos seus enfrentamentos cotidianos, pois, durante os confrontos, os contendentes farão uso de diferentes subterfúgios para suplantar o oponente. Dependendo do estado do conflito, podem ser acusações pelos meios de comunicação ou atentados à vida, geralmente pelo lado dos opositores às organizações civis. Assim, às estratégias de inovação e mudança, ancoradas em aspectos culturais e postas em prática pelas entidades da sociedade civil, convencionou-se chamar de "repertórios de ação", expressão cunhada por Tarrow e Tilly. Trata-se do modo como o movimento encara seus opositores, sejam por meio de cartas, abaixo-assinados, mobilizações públicas etc. Ao longo do texto, identificaremos como é construído o repertório de ação do movimento de direitos, suas influências e ações mais usadas.

Se os adversários procuram restringir as ações das organizações da sociedade civil, cabe-nos perguntar: como elas fazem para chamar a atenção do Estado para a sua causa? Como lidam com a perseguição política? Como pressionam seus adversários? Cada entidade do movimento tem a tendência a adotar um repertório de ação particular mais próximo ao tipo de enfrentamento que faz. Por exemplo, o Coletivo Fazendo Direito tende a desenvolver debates e seminários, já o FEJUNES prefere ações de rua. Entender as transformações dessas estratégias de confronto e os seus usos diferenciais será nosso objetivo nesta seção.

Em uma época marcada pela judicialização em que o Poder Judiciário coloca-se como o guardião legítimo da ordem[2], parte das contentadas do movimento de direitos humanos, de alguma forma, acaba por direcionar-se aos tribunais. Desse modo, uma das estratégias mais recorrente e, em certa medida, definidora da feição do movimento é a criação de vínculos com instituições do Judiciário ou diretamente com os operadores do direito, por exemplo, advogados, juízes e promotores públicos, figuras habilitadas e legitimadas a intercederem no campo de confronto.

Embora de maneira difusa, essa prática encontra suas raízes nas primeiras mobilizações civis nas décadas anteriores, naquele momento, o resguardo era garantido pela Igreja por meio de assistência jurídica aos militantes e suas associações – serviço prestado pela Comissão de Justiça e Paz com vistas a proteger os defensores dos direitos assim como as parcelas mais empobrecidas da sociedade dos mais diferentes tipos de violações. A diferença atualmente reside no fato de não haver intermediários, assim as organizações civis perfilam-se ao lado dos agentes da lei tendo muitos deles como aliados de primeira hora.

Isso se evidencia, quando observamos a atual composição do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Das 12 entidades conselheiras, metade, ou seja, seis possuem uma

[2] A judicialização da vida pode ser percebida no seguinte trecho do discurso de posse da Presidência do Supremo Tribunal Federal pelo Ministro Ricardo Lewandowski. "[...] o Judiciário, superando uma postura hermenêutica mais ortodoxa, que desvendava o Direito apenas a partir de regras jurídicas positivadas na Constituição e nas leis, passou a fazê-lo também com base em princípios, superando a visão tradicional que se tinha deles, considerados preceitos de caráter meramente indicativo ou programático. Os juízes começaram a extrair consequências práticas dos princípios republicano, democrático e federativo, bem assim dos postulados da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e da dignidade da pessoa humana, ampliando assim o espectro de suas decisões. A partir dessa nova postura, o Judiciário começou a intervir em questões que antes estavam reservadas exclusivamente aos demais Poderes, participando, de maneira mais ativa, da formulação de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, do meio ambiente, do consumo, da proteção de idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. O Supremo Tribunal Federal, de modo particular, passou a interferir em situações limítrofes, nas quais nem o Legislativo, nem o Executivo, lograram alcançar os necessários consensos para resolvê-las" (SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. 2014, *on-line*).

conexão direta com o mundo das leis. Destacando as representantes do Estado[3], passa a ser quase inegável o predomínio desse tipo de instituição dentro do Conselho. Por sua vez, a sociedade civil possui ao seu lado o Coletivo Fazendo Direito, com o objetivo de ter um aliado institucional capaz de realizar os enfrentamentos no mesmo nível de discussão.

Não se trata de acreditar que aquelas são melhores que as entidades sociais, mas sem um parceiro capaz de confrontá-las nos seus termos, estabelece-se um diálogo desigual, daí a importância de buscar aliados que também possuam o conhecimento jurídico, inclusive capacitando os militantes. Isso amplia a autonomia do movimento, porque permite às organizações não serem ludibriadas com afirmações que agir dessa ou daquela maneira é ilegal. Basta lembrarmos quando foram impedidas de ingressarem nas penitenciárias com máquinas fotográficas.

Embora a OAB[4] ocupe uma das cadeiras do Estado dentro do Conselho, destaca-se o seu papel em muitas ações desenvolvidas pelo movimento, principalmente na constituição do Fórum Reage Espírito Santo, durante o confronto com o crime organizado. Por meio de seu apoio, realizou-se forte pressão sobre o Tribunal de Justiça com vistas a julgar e punir os envolvidos com a *Scuderie Detetive Le Coc.* Sua proximidade com os direitos humanos assume contornos institucionais, pois possui uma comissão voltada à temática, tanto em nível regional, quanto nacional. Em função disso, possui assento em vários órgãos colegiados, como o MNDH.

Com base nas nossas análises, podemos aventar algumas explicações para a íntima relação do movimento com o campo do direito. A primeira delas baseia-se na natureza dos direitos humanos[5], a saber, um conjunto de direitos resguardados pelo Estado com vistas a garantir a integridade, física e moral de todos os seres humanos sem espécie alguma de distinção. Assim, o saber jurídico torna-se um elemento importante para interpretação, se uma determinada situação configura-se como uma violação a esses direitos. Além disso, quando as demandas invadem os tribunais, é indispensável a presença de seus operadores, conhecedores dos procedimentos legais, para a restauração das violações. Portanto, em alguns momentos assumem a face de ferramentas do movimento nos confrontos políticos.

[3] São estas: Secretária de Justiça e Segurança, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Tribunal de Justiça.
[4] Começa com a luta contra o regime de exceção durante o Regime Militar.
[5] De acordo com o Artigo 2° da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Outra explicação está assentada no fenômeno anteriormente comentado da judialização da vida social, ou seja, as relações sociais passam cada vez mais a serem mediadas não pelos costumes e valores de uma determinada sociedade, mas pelo Direito. Por isso, torna-se indispensável contar com o auxílio daqueles que conhecem os procedimentos legais, os trâmites pelos quais os processos passam, até alcançarem uma solução satisfatória para as partes. Logo, não basta estar disposto ao diálogo é preciso conhecer os meandros da lei para conseguir sucesso em uma ação legal. Dito em outras palavras, trocamos a moral pela lei. Como o movimento de direitos humanos não é uma ilha no meio da sociedade acaba incorporando essa mesma lógica de ação.

As explicações acima não são excludentes, pelo contrário completam-se no sentido de tentarmos compreender a lógica de funcionamento da sociedade civil em específico a vinculação do movimento de direitos humanos com o mundo das leis. Fica evidente que as estratégias adotadas pelas organizações estão vivamente relacionadas com o mundo social do qual fazem parte. Assim, se é preciso recorrer aos tribunais para garantir os direitos, serão buscados os meios de se fazer isso.

Umas das maneiras mais tradicionais de lançar desafios ao Estado, desenvolvida pelos movimentos sociais em quase todo o globo terrestre, são as manifestações públicas, estratégia amplamente incorporada aos repertórios de ação das sociedades ocidentais e, como temos acompanhado nos últimos anos, também no Oriente[6]. Elas podem assumir diferentes feições, desde atos de conflitos abertos marcados por quebra-quebras ou pacifistas, tal como o adotado por Ghandi[7] e seus seguidores na Índia.

Tomar as ruas é uma estratégia amplamente difundida, porque, além de atacar diretamente seu oponente, evidenciando um problema social emergente, chama a atenção da população mais desatenta para o debate em tela. Em suma, atrai os olhares para uma situação que, até então era considerada menor, provocando debates profundos que contribuirão para a superação de tal violação e a transformação da realidade problematizada. No Espírito Santo, esta tem sido uma prática recorrente ao longo das últimas três décadas e ainda utilizada pelas entidades, como pudemos observar.

[6] Fenômeno conhecido como Primavera Árabe, quando a população de alguns países do Norte da África e do Oriente Médio insurgiu-se contra seus governos, parte deles ditaduras estabelecidas há mais de trinta anos.
[7] O *sit-in* é uma estratégia de ação difundida por Ghandi em que os manifestantes não fazem nada além de sentarem-se no chão, enquanto são, na maioria das vezes, pressionados pela polícia a deixarem o local. Essa modalidade de ação pode ser acompanhada nos últimos meses nos EUA nas manifestações contra a violência policial contra jovens negros.

Ao contrário dos movimentos de massa, o de direitos humanos não agrupa em suas fileiras grande quantidade de militantes capazes de fazer atos públicos vultosos atraindo assim o interesse da população pela causa, algo característico, por exemplo, do Movimento dos Sem-Terra (MST) com suas marchas[8] que atravessam o Brasil e acampamentos[9] com milhares de famílias, provocando a discussão sobre a questão fundiária no Brasil.

Isto não quer dizer que as organizações capixabas não vão às ruas reivindicar. Em momentos de grande comoção as entidades conseguem arregimentar muitos simpatizantes e, com isso, ocupar os espaços públicos. Lançam mão dessa estratégia com a intenção de chocar e provocar o debate, por exemplo, durante o confronto contra o crime organizado na segunda metade dos anos 90 e início dos 2000 quando milhares de pessoas caminharam em direção ao Tribunal de Justiça pedindo o fim da impunidade.

Haja vista o pouco espaço concedido aos movimentos sociais na grande mídia não restam muitas alternativas a eles, senão desenvolver estratégias desse tipo, pois, ao mesmo tempo em que choca quem assiste, provoca uma reflexão sobre a condição das mulheres, nesse caso específico. Em seu bojo, atrai a atenção dos meios de comunicação, pois não podem se negar a noticiarem ações desse porte.

O FEJUNES também realizou manifestações em frente ao Palácio do Governo no dia 20 de novembro, porém, ao invés de banhar com "sangue" o pátio da sede do governo, crava cruzes no gramado, mostrando a terrível condição do jovem negro no Espírito Santo. De acordo com seu coordenador, a juventude negra passa por um processo de extermínio, e ninguém se dispõe a refletir essa situação, o que leva a ações desse porte. Além disso, afixam faixas contra o racismo e a violência sofrida pelas mulheres[10].

Para encerrar a nossa exemplificação, tomamos o caso da Associação de Mães e Familiares Vítimas da Violência (AMAFAVV) que, em 2003, realizou cortejo pelo centro de Vitória com o corpo esquartejado de um jovem assassinado brutalmente pela Polícia Militar em Vitória, parando em frente da Assembleia Legislativa e do Ministério Público.

[8] Lembramo-nos do Abril Vermelho, ação anual promovida pelo MST, quando militantes de várias partes do Brasil marcham em direção a Brasília para cobrar celeridade na reforma agrária.
[9] Um dos acampamentos mais famosos foi o da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, em 1985. Neste, mais de seis mil pessoas permaneceram acampadas por quase dois anos.
[10] O Fórum Estadual da Juventude Negra (Fejunes) realiza, nesta quinta-feira (20), a VII Marcha Estadual contra o Extermínio da Juventude Negra. A marcha acontece no dia em que é celebrado o Dia da Consciência Negra. [...] Durante o ato público os participantes da marcha vão fincar cruzes em frente ao Palácio em memória dos jovens negros assassinados no Estado. [...] Na atividade, que tem o tema "Parem de nos matar", a entidade vai denunciar a ação ou omissão do Estado diante do extermínio da juventude negra (FRANCEZ, 2014b).

Além de exigir o julgamento dos responsáveis, a manifestação tinha como pano de fundo provocar a discussão sobre o abuso de autoridade das forças policiais[11].

Tanto nos exemplos apresentados, quanto em muitas outras manifestações podemos perceber a presença de elementos lúdicos transformando-as em encenações públicas, tal como fossem peças de teatro amador apresentadas ao ar livre, objetivando juntar o maior número possível de pessoas ao redor. Sejam os "amarelinhos" limpando o Estado da sujeira da corrupção, os jovens negros celebrando seus próprios enterros, sejam as mulheres dando seu sangue para combater a violência que sofrem, a realidade é problematizada sob a perspectiva da arte, o que, de certa forma, facilita o entendimento daqueles que estão na rua de passagem e não podem deter-se por muito tempo.

O diferencial encontrado por nós não é simplesmente o fato de a sociedade civil capixaba sair às ruas para reivindicar o respeito aos direitos humanos, pois essa é uma prática já amplamente difundida entre as organizações sociais, mas fazer isso de forma artística, conferindo contornos jocosos a temas relativamente pesados, por exemplo, o assassinato de jovens. Não se trata de um modo de agir dessa ou daquela entidade, mas se relaciona ao repertório local.

Com vistas a avançar na compreensão dos modos de ação das organizações da sociedade civil, não é profícuo reificarmos a imagem do militante como de um santo secularizado, alguém que age exclusivamente para uma causa, mais com o coração do que com a razão, porque aqueles responsáveis pelas organizações encontram-se cotidianamente envoltos em desafios que passam pela manutenção material e ideológica da identidade, sem contarem as dificuldades relacionadas em mobilizar as bases e colocar o movimento na rua e na mídia. Portanto, as ações de rua são calculadas com intuito de maximizar os recursos disponíveis para ampliar seu potencial de atração de novos simpatizantes.

Sobre os dramas relacionados à manutenção das associações recordamos a fala de Edna Martins do Fórum de Mulheres Capixabas:

> […] para as manifestações que fazemos saímos pedindo um pouquinho aqui e ali, mas dá uma trabalheira. No geral, as mulheres são muito pobres, não trabalhamos com mulheres da burguesia, o que torna tudo mais difícil,

[11] Quando o exame de DNA comprovou que o corpo encontrado em Xuri era o de Tiago, a família conseguiu a liberação para o velório. Os familiares do estudante, além de membros da AMAFAVV, saíram do Departamento Médico Legal (DML) e passaram com o caixão em protesto pelo Ministério Público Estadual (MPES), Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça do Estado (TJES) Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), terminando a marcha no Palácio Anchieta, sede do governo do Estado. No local, o caixão foi aberto, exibindo o corpo carbonizado de Tiago e os familiares e membros da associação pediram providências ao então governador Paulo Hartung para a elucidação do crime (FRANCEZ, 2014a).

> pois são as pobres que necessitam de maior apoio. Trabalhamos nisso não só a dimensão de gênero, mas de raça e classe. Às vezes ela não vem em uma manifestação porque ela não quer, mas por não ter condição de vir.

Os líderes do movimento precisam decidir por estratégias de ação que não custem caro, e, dado o nível de participação no período, não demandem grande contingente de membros. Tendo em mira essas restrições, os militantes capixabas por intermédio do CEDH fazem largo uso de expedientes formais de pressão e cobrança do governo, tais como cartas abertas à população, ofícios e pedidos de esclarecimentos. Portanto, a redação desses materiais torna-se um modo eficiente de pressionar os adversários, sem despender grande quantidade de recursos.

Nas entrevistas, pouco se comenta a respeito desses expedientes, porém, ao analisarmos as atas das assembleias do Conselho, reparamos a sua ampla utilização mediante a grande quantidade de mensagens enviadas aos vários órgãos da administração pública, cobrando esclarecimentos sobre a localização de determinado detento, ou a responsabilidade sobre uma determinada política pública que é executada equivocadamente[12]. Não temos como medir com precisão o grau de eficiência dessa estratégia, contudo, pelo seu uso regular, podemos afirmar estar organicamente incorporada ao repertório de ação do conselho há muito tempo.

As notas públicas, embora externem o enquadramento do movimento sobre as noções de direitos humanos e suas violações, não alcançam a visibilidade necessária para atrair novos militantes. Tal inferência encontra eco no fato de nenhum militante entrevistado ter ingressado no confronto por causa do conhecimento de uma dessas manifestações, nem mesmo lembram-se de alguém que o tenha. Por causa disso, acreditamos que o principal objetivo dessa estratégia seja acertar seus adversários, mostrando-se atento aos acontecimentos.

A partir do Novo Milênio, as organizações que compõem o movimento de direitos humanos adotaram a bandeira da humanização das prisões e do respeito aos direitos individuais dos presos, deixando de lado a luta contra o crime organizado, o *master frame* orientador das ações passa a ser a defesa dos direitos individuais dos encarcerados. Para as organizações, mesmo aqueles que foram condenados pelo Estado merecem, como seres humanos, ser respeitados, não podendo passar por situações vexatórias e degradantes.

Durante esse ciclo de confronto que durou aproximadamente oito anos, Conselho e Estado entabularam uma relação marcada pelo confronto com apenas alguns momentos de

[12] Consultar Quadro 1.

trégua e diálogo. Essa queda de braço, como vimos, ultrapassou os limites regionais alcançando a ONU, inclusive sendo citada no Relatório Anual da Anistia Internacional publicado em 2008. O ápice do tensionamento ocorreu, quando os militantes foram proibidos de ingressarem nas cadeias para vistoria, obrigando o movimento acionar seus aliados do campo jurídico. Apesar disso, encontram-se relatos em atas de diretores de presídios proibindo o uso de câmeras fotográficas para registrar as inspeções. Sobre essa situação belicosa comenta um representante estatal no Conselho:

> Já passamos essa fase em que o Conselho primeiro retraia se organizava estabelecia sua pauta de demandas e partia para o enfrentamento junto ao governo para exigir o cumprimento de determinada política pública. Presenciamos isto fortemente no sistema penitenciário. [...] Já houve algum momento em que o governador fechou a porta para os Conselhos. No governo anterior havia uma demanda latente muito grande de políticas públicas seja na área da saúde ou de encarceramento. Ele vetou e prensou o Conselho na parede e falou "no meu governo vocês vão ficar aí e não vão me trazer essas dores de cabeça". O Conselho partiu para o enfrentamento em função da ausência de diálogo entre Conselho e governo. Houve embate direito (PEREIRA, defensor público).

Notamos a tendência do acirramento do confronto, na medida em que um dos contendentes, geralmente o governo, fecha os canais de comunicação com a sociedade civil, ignorando as demandas vindas do cotidiano, da vida ordinária dos indivíduos, aos quais não restam muitas alternativas, senão ampliar o confronto. Assim, as entidades laçam mão das estratégias que, naquele momento, melhor respondem às suas necessidades. Por exemplo, diante um governo marcado por um forte apelo midiático, através do qual se mostrava inovador e preocupado com as questões sociais, o movimento de direitos humanos atacou essa imagem denunciando-o em tribunais internacionais, além de promover inspeções federais no Estado, algo negativo à imagem construída pelo governo.

Embora o repertório de ações disponíveis aos movimentos compreenda uma vasta gama de possibilidades, é preciso discernimento para escolher as melhores estratégias. Por isso, é preciso levar em consideração os tipos de oportunidades e restrições apresentadas naquela ocasião. Naquele momento, no Espírito Santo, o movimento, com vistas a alcançar seus objetivos, procurou desconstruir a imagem do governo como sério e preocupado com a qualidade de vida dos capixabas. Para isso, acionou seus parceiros operadores do direito, mobilizou sua rede de contatos, permitindo conexão com organismos internacionais de direitos humanos e, em alguns casos, foi às ruas denunciar os abusos por detrás dos murros dos cárceres.

Fora as ações desenvolvidas especificamente dentro do confronto, como acima tratamos, o movimento desenvolve outras periodicamente com vistas a promover temas caros aos direitos humanos. Essas atividades apresentam como pano de fundo um aspecto formativo, pois aproxima o público em geral da temática dos direitos humanos. Com isso, abre-se a possibilidade de ampliar o número de simpatizantes e, com sorte, ganhar novos militantes. Dentre essas iniciativas, destacamos a Semana de Direitos Humanos realizada desde 2008. Consiste de seminários, oficinas e palestras sobre a temática, além de um concurso de redação promovido entre os alunos da rede estadual de ensino.

Enfim, entendemos que a mobilização de determinados repertórios de ação é influenciada também pelos tipos de parceiros que constituem o arranjo, definindo o campo em que se desenrola o confronto – no nosso caso, deixa de ser as ruas e torna-se os tribunais. Assim, somos convidados a pensar a realidade de uma perspectiva relacional, ou seja, levando em consideração não apenas o contexto de interação e os adversários, mas o lugar das entidades dentro do jogo das interações.

Referências

TARROW, Sidney. States and opportunities: the political structuring of social movements In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D; ZALD, Mayer N. (Ed.) **Comparative perspectives on social movements:** politicalopportunities, mobilizingstructures, and cultural framing. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 62-92.

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS DA CASA DOS CONSELHOS DE VITÓRIA[1]

Arthur Gomes Dau
Mestrando em Administração pelo PPGAdm da UFES. E-mail: arthurgdau@yahoo.com.br.

Márcia Prezotti Palassi
Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. Professora do Departamento de Administração, do PPGAdm e do PPGCS da UFES. E-mail: mprezotti@hotmail.com.

Resumo: Os conselhos gestores são instâncias deliberativas que necessitam da ativa participação da sociedade para funcionar. Porém, encontramos conselhos que ainda remetem aos padrões tradicionais de gestão pública e funcionam como meros entes burocráticos. Neste contexto, buscamos neste trabalho analisar em que modelo de administração pública os conselhos estudados se enquadram: gestão pública tradicional ou societal. O objetivo é analisar a consciência política e a participação dos conselheiros dos conselhos pertencentes à Casa dos Conselhos de Vitória no Espírito Santo. O marco teórico é o modelo de análise da consciência política para compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados baseiam-se na análise de documentos, entrevistas informais semiestruturadas e observação às plenárias dos conselhos, submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004).

Palavras-chave: consciência política; conselhos gestores; participação.

Abstract: The management councils are deliberative bodies that require the active participation of society to function. However, we find advice that still refer to traditional standards of public management and act as mere bureaucratic ones. In this context, we seek to analyze this work in which the public administration model the studied advice fall: traditional or societal governance. The goal is to analyze the political awareness and participation of the directors of the boards belonging to the House of Councils. The theoretical framework is political consciousness of the analytical model for understanding of participation in collective actions of Sandoval (2001). It is a qualitative study, whose data are based on analysis of documents, semi-structured interviews and informal observations to the plenary of the councils submitted to content analysis **(**BARDIN, 2004).

Keywords: politic awareness; management councils; participation.

Introdução

A participação da sociedade civil na gestão pública é uma forma de alinhar interesses e demandas da população com as ações dos governos federal, estaduais e municipais. No Brasil a participação tem sido marcada por dois fenômenos importantes segundo Avritzer (2007): ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das instituições participativas. Para Gohn (2011, p. 16), "o entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo

[1] Este é um trabalho proemial cujo conteúdo teórico e levantamento de dados empíricos compõe uma dissertação de mestrado em processo de pesquisa.

de democratização da sociedade brasileira". Portanto, a participação se torna essencial à busca de direitos e condições igualitárias, bem como de afirmação da cidadania.

Os conselhos gestores de políticas públicas são um dos canais de aproximação entre esses dois segmentos, Estado e sociedade civil, os quais começaram a estreitar laços na administração pública brasileira a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o Estado descentralizou a gestão de políticas públicas, trazendo-as mais próximas dos municípios e dos cidadãos (GOHN, 2001). São instâncias públicas, porém não estatais, que se caracterizam pela interação entre a sociedade e o poder público. Encontram-se nas esferas federal, estadual e municipal, definindo políticas de assistência à população, com a participação dela própria no controle e na prestação de contas junto aos governos. O Portal da Transparência do Governo Federal caracteriza os conselhos como "canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade" (BRASIL, 2015). É através deles que a relação entre a população e o governo se torna mais estreita no cumprimento de políticas e práticas subscritas pelo governo, na prestação de contas a população e na ativa participação do povo.

Essa participação ativa da população no processo de criação e controle de políticas promovidas pelo Estado só foi possível com a descentralização das ações envolvendo políticas públicas no Brasil, em ato da Constituição de 1988. Antes disso, essas ações eram centralizadas e burocráticas, geridas pelo Governo Federal. Sua incorporação à gestão pública como veículos de participação e controle social foi promovida pelas leis orgânicas municipais. Esse movimento "foi dinamizado pela ampla institucionalização de conselhos nas áreas de saúde e assistência social, como condição para o repasse de verbas orçamentárias" (OLIVEIRA. 2009, p. 84). Gohn (2001) enfatiza que essa mudança tornou os conselhos uma nova forma de expressão, representação e participação, sendo eles dotados, em tese, de poder de transformação política. Tatagiba (2003) considera o papel da participação um elemento renovador e de mudanças na gestão local, fundamental para o processo de redemocratização do Brasil, atuando de forma a consolidar a democracia entre os cidadãos.

Assim como no Brasil, no município de Vitória (ES) houve no fim de 1980 e início de 1990 "uma intensa abertura de espaços para a população popular" (SILVA e BRITO JÚNIOR, 2009, p. 39). Porém, só se torna efetivo seu propósito, se os conselhos se estabelecerem como entidades plurais, com forte poder de participação e deliberação

populares, não se deixando transformar em meros instrumentos burocráticos de repasses de verbas e de manobras políticas, remetendo-se aos antigos padrões de gestão pública.

Dentro dessa discussão alguns entraves são percebidos no funcionamento dos conselhos de políticas públicas, por exemplo, a hegemonia estatal através da representação do poder público e a falta de tradição participativa brasileira (DAMASCENO e GÓIS, 2010). Esses fatores corroboram para uma passividade deliberativa dentro dos conselhos e interfere no cumprimento de sua proposta principal que é a de ser um espaço consultivo e deliberativo. Diante deste cenário, o problema que se procura responder é: os conselhos constituintes da Casa dos Conselhos de Vitória, ES são tratados como efetivos canais de participação da sociedade, atuando como colegiados consultivos e decisórios, remetendo-se aos conceitos da Gestão Pública Societal (PAES DE PAULA, 2005) ou ainda sofrem influências dos preceitos tradicionais, tornando-se meros órgãos de caráter burocrático? Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar a consciência política (SANDOVAL, 2001) dos conselheiros dos conselhos constituintes da Casa dos Conselhos de Vitória, ES (Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos do Idoso, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Segurança Alimentar e Nutricional), confrontando suas características com os modelos de administração pública, a fim de responder ao problema de pesquisa proposto.

Este trabalho faz parte de um levantamento preliminar de dados teóricos e empíricos para uma dissertação de mestrado. Ele está estruturado em sete partes, sendo a primeira esta introdução. A seguir, apresentamos uma breve revisão da literatura sobre a participação nos conselhos, o marco teórico adotado, a metodologia da pesquisa, um panorama sobre a Casa dos Conselhos, os resultados encontrados até o momento e as considerações finais.

1. Uma breve revisão de literatura sobre os Conselhos

A participação dos indivíduos nos processos de decisão e na prestação de contas junto à sociedade onde vivem só se estruturou no Brasil nos idos dos anos de 1980. Essa participação se deu no surgimento de movimentos sociais e suas atuações conjuntas às comunidades eclesiais de base, sindicatos, associações de moradores e algumas categorias de funcionários públicos (GOHN, 2011). Gohn (2011, p. 52) também esclarece que “a participação popular foi definida, naquele período, como esforços organizados para

aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade". Suas principais demandas relacionavam-se à redemocratização do país, com a eleição de representantes legítimos da sociedade civil e a constituição de mecanismos e instrumentos de participação (DEMO, 1988).

Com a ascensão das classes populares aos governos estaduais e municipais no final de 1980, fazendo oposição à elite que governava, surge o conceito da participação cidadã, que trazia, na passagem de 1980 para 1990, pela primeira vez, a institucionalização dos mecanismos de participação, compostas por representantes eleitos diretamente da sociedade de onde provêm (GOHN, 2011). Esses mecanismos, os conselhos gestores, incluídos no arcabouço jurídico do Estado Brasileiro pela Constituição Federal de 1988, tornaram-se o principal instrumento de alinhamento entre interesses diretos da sociedade civil e governo, bem como uma nova forma de gestão pública. Assim, criaram-se novas relações de gestão compartilhada entre sociedade e Estado, que requerem a consolidação de estruturas institucionais capazes de sustentá-las e de atores que estejam dispostos a trabalhar em prol da democracia deliberativa (OLIVEIRA, 2009).

Atualmente, os conselhos estão presentes na maioria dos municípios brasileiros, seja por imposição de lei ou pela livre intenção dos governos municipais. Mas, existem diversos entraves e limitações que rodeiam o funcionamento desses ambientes de participação e geram ônus para a população, principalmente quando se trata da gestão de políticas públicas: fragmentação; falta de estrutura física, de clareza sobre o que se entende por participação e de capacitação dos conselheiros; baixa participação de conselheiros; uso do mecanismo para manobras políticas, etc.

Fucks e Perissinotto (2006), Silva e Brito Júnior (2009), Kleba e colaboradores (2010) e De Carvalho (2013), fornecem informações sobre o funcionamento dos conselhos gestores em diversas regiões do país. Destacamos nestes trabalhos aspectos relacionados à estrutura desses ambientes, o papel dos conselheiros, a eficácia política dos mesmos e a conduta da sociedade civil e governamental nas ações cotidianas desses instrumentos participativos. Silva e Brito Junior (2009) fazem uma análise minuciosa dos conselhos gestores do município de Vitória (ES), contribuindo para que tenhamos um mapa da ação conselhista na gestão pública do município.

Os conselhos da área de assistência social de Vitória (Conselho Municipal de Assistência Social, da Pessoa Portadora de Deficiência, do Idoso, da Criança e do

Adolescente e da Segurança Alimentar e Nutricional) foram criados na década de 1990, exceto o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que foi criado através de lei municipal em 2005. Silva e Brito Junior (2009) nos mostram que existe nesses conselhos, segundo a percepção dos próprios conselheiros, um efetivo grau de publicidade nas informações, abertura aos cidadãos e participação em conferências, o que nos indica uma permeabilidade da sociedade nesses instrumentos participativos. Outro aspecto relevante à pesquisa diz respeito ao grau de articulação com outros espaços, onde se percebe uma fragilidade na relação entre os conselhos e o legislativo municipal. Quanto à representatividade e participação dos conselheiros, Silva e Brito Junior (2009) esclarecem que na maioria das reuniões dos conselhos, os conselheiros estão presentes em número significativo. Quanto ao grau de efetividade dos conselhos, ou seja, a avaliação dos conselheiros sobre as ações dos conselhos, os autores mostram que esta avaliação é positiva para os entrevistados, pois consideram que os conselhos cumpriram suas funções.

Através desse breve panorama, tem-se um diagnóstico de como se encontravam os conselhos municipais do município de Vitória (ES) à época da pesquisa. Nota-se uma aprovação das ações conselhistas, participação ativa e um efetivo funcionamento estrutural dos conselhos. A seguir apresentamos o marco teórico deste estudo, que pretende apresentar um diagnóstico parcial da consciência política dos conselheiros da Casa dos Conselhos, complementando os estudos anteriores citados nesta parte do trabalho.

2. O modelo de consciência política de Sandoval

O conceito de consciência política de Sandoval (2001) é inspirado no conceito de *consciência operária* de Touraine (1996)[2], onde este autor estabelece três dimensões básicas para a construção da consciência operária: identidade, oposição e totalidade. Entretanto, Sandoval (2001) viu a necessidade de somar a elas mais uma dimensão: a predisposição para intervenção. Sendo assim, o autor define como consciência política como "um composto de dimensões psicológicas sociais inter-relacionadas de significados e informações que permitam aos indivíduos tomar decisões quanto ao melhor curso de ação dentro de contextos políticos e situações específicas" (p. 185).

[2] Para aprofundamento: TOURAINE, A. **La conscience ouvrière.** Paris: Seuil. 1996.

Sandoval (2001) cita sete dimensões que compõem a construção da consciência política: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas societais; sentimentos de interesses coletivos e antagônicos; eficácia política; sentimento de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente; metas de ação coletiva. Essas dimensões são conceituadas em forma de sentimentos, "permitindo visualizar as mudanças nas estruturas e relações sociais e como elas afetam a predisposição das pessoas para agirem em defesa de seus interesses" (PALASSI, 2011, p. 137). Vale ressaltar que não há hierarquia entre estas dimensões, elas servem para analisar as reflexões que um sujeito faz para decidir se participa de uma ação coletiva ou individual.

A dimensão da *Identidade Coletiva* caracteriza-se pelo sentimento de pertencimento de um indivíduo ou sua identificação a um ou mais grupos sociais. Sandoval (2001) salienta a importância desta dimensão, pois diversos autores apontam "a importância dos processos de identificação de grupo como um alicerce para um compromisso de participar na política" (SANDOVAL, 2001, p. 186) e também devido à importância dada pela Teoria dos Movimentos Sociais em entender como os processos de identificação interferem na determinação da participação do indivíduo em determinado movimento social. Sandoval (2001) cita os trabalhos de Melucci (1996), Hogg & Abrams (1990), Jenkins (1996), Tajfel (1985) e Gamson (1992) como contribuidores para a formulação desta dimensão.

A dimensão *crenças, valores e expectativas societais* que um indivíduo desenvolve em relação à sociedade onde vive nos dá uma noção de mundo deles, apresentada de maneira mais explícita em forma de ideologia política. Esta dimensão revela a lente pela qual o indivíduo vê e interpreta a sociedade, suas perspectivas e expectativas sobre temas que envolvem o seu dia a dia e o de seus iguais. Palassi (2011) explica que esta dimensão se manifesta junto à identidade individual e coletiva (TAJFEL, 1981), caracterizadas por representações sociais do indivíduo, produzida nas interações e experiências com demais grupos. Corroborando este raciocínio, Sandoval (2001) vê em Heller (1972), no íntimo dessas relações, a presença da espontaneidade no cotidiano, fazendo com que o indivíduo assimile fatos, comportamentos e crenças, sem, no entanto, submetê-los a uma reflexão.

A *identificação de interesses coletivos e antagônicos*, outra dimensão, consiste no sentimento do indivíduo em relação a como seus interesses materiais e simbólicos se opõem aos interesses de outros grupos e até que ponto os interesses antagônicos levam à concepção da existência de adversários coletivos da sociedade. Sandoval (2001) salienta que é

necessária a noção de um adversário visível, para que se possa mobilizar indivíduos e ações coordenadas contra um alvo específico.

A dimensão *eficácia política* busca compreender o sentimento do indivíduo sobre sua capacidade de interferir em uma situação política. Sandoval (2001) utiliza-se da teoria da atribuição de Hewstone (1989) através da interpretação do nexo de causalidade dividida em três *locus*: a impotência percebida diante de fenômenos naturais e transcendentes; a busca por soluções individuais para problemas sociais e soluções conjuntas sobre aflições que envolvem o grupo a que o indivíduo pertence. Conforme Sandoval (2001) é por meio desta dimensão que se descobre se os indivíduos são capazes de se tornarem atores com o propósito de mudar suas próprias vidas.

A dimensão *sentimento de justiça e injustiça* explica a capacidade do indivíduo de perceber, em um arranjo social, o nível de reciprocidade social existente (SANDOVAL, 2001). O autor baseia-se no conceito de justiça social de Moore (1978) que se refere ao sentimento de concordância entre as obrigações e as recompensas. Desse modo, quando o indivíduo acredita que não há equilíbrio nas relações e que parte das relações recíprocas se volta contra ele, ele passa a entendê-la como injustiça.

Para descrever a dimensão *vontade do indivíduo em agir coletivamente* Sandoval (2001) apoia-se em Klandermans (1992). Esta dimensão é "mais instrumental da predisposição de um indivíduo para realizar um conjunto de ações coletivas, como forma de procurar reparação de injustiças cometidas contra ele" (SANDOVAL, 2001, p. 189). Envolve três aspectos que condicionam a participação coletiva: o primeiro refere-se aos custos e benefícios envolvendo laços interpessoais e de lealdade resultantes da participação ou não em determinado movimento; o segundo remete aos ganhos e perdas de benefícios materiais relativos à participação em um movimento e o terceiro refere-se aos riscos físicos ao se engajar em ações coletivas. Por fim, tem-se a avaliação do indivíduo sobre a organização do movimento e sua capacidade de implementar as ações propostas.

A dimensão *metas e ações do movimento* reporta-se ao grau em que os participantes percebem a correspondência entre os objetivos do movimento, suas estratégias de atuação, sentimentos de injustiça e de eficácia política com aquilo que é efetivamente realizado nas ações coletivas (SANDOVAL, 2001). Centra-se na percepção do indivíduo de que as ações do movimento estão condizentes com os aspectos ideológicos, materiais e simbólicos que originaram tal ação coletiva em determinado momento.

A análise da consciência política através das dimensões propostas por Sandoval (2001) está relacionada aos significados das expressões verbais e de atitudes dos indivíduos e aos dados do contexto de onde emergem tais significados, associando-os, conforme salienta Palassi (2011). Deste modo, suas análises contribuem para o desenvolvimento do compromisso da participação em ações coletivas de maneira ativa e não de forma meramente mecânica e burocrática ou opta-se pela ação individual.

A seguir apresentamos a metodologia da pesquisa que gerou os dados para a análise da participação ou não dos conselheiros na Casa dos Conselhos de Vitória-ES.

3. Método

Neste trabalho optamos por uma abordagem qualitativa pelo fato de se buscar o contato direto entre o pesquisador e os atores da pesquisa, "procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo" (GODOY, 1995, p. 01).

Para fins deste trabalho, reunimos as informações levantadas no período de agosto a setembro de 2015, para apresentar um diagnóstico parcial da consciência política dos conselheiros dos conselhos da Casa dos Conselhos. Realizamos, portanto, observações às plenárias para analisar o compromisso de participação e contestação dos representantes (FERREIRA; TORRECILHA; MACHADO, 2012), levantamento da documentação pública pertinente à criação dos conselhos e seus regimentos (PIMENTEL, 2001) e, ainda, levantamento de dados através de um roteiro de entrevistas informais semiestruturadas (FRASER e GONDIM, 2004) com os conselheiros representantes da sociedade civil e governo durante as plenárias, envolvendo questões pertinentes às dimensões da consciência política proposta por Sandoval (2001). A seleção dos conselheiros entrevistados se deu pelo destaque dos mesmos durante atuação nas plenárias. As informações obtidas foram submetidas à análise de conteúdo *a priori* (BARDIN, 2004), cujas categorias analíticas são as dimensões do modelo de consciência política de Sandoval (2001) apresentado anteriormente.

4. Contexto de pesquisa: A Casa dos Conselhos de Vitória no Espírito Santo

A Casa dos Conselhos é um espaço físico onde estão contidos os conselhos pertencentes à área da assistência social do município de Vitória: Conselho Municipal de

Assistência Social (Comasv), dos Direitos da Criança e do Adolescente (Concav), do Idoso (Coimid), dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped) e o Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). É um espaço que permite uma maior articulação e fortalecimento das relações entre estes conselhos. A composição dos representantes é paritária. O número de conselheiros, porém, varia de conselho para conselho.

O Comasv atua no acompanhamento, fiscalização e avaliação dos serviços de assistência social por entidades públicas e privadas, além de fiscalizar a gestão dos recursos destinados à área da assistência social. Caracteriza-se como órgão superior de deliberação colegiada, tendo caráter também fiscalizador.

O Concav objetiva a formulação, a deliberação e o controle das políticas de atendimento às crianças e adolescentes, além de gerir o Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência. Tem caráter deliberativo.

Ao Comid compete a formulação de políticas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida dos idosos. É um órgão de deliberação e de avaliação e planejamento da Política Municipal do Idoso.

O Comped tem caráter deliberativo, consultivo, de assessoramento e fiscalizador. Entre suas funções está a de formular diretrizes e zelar pela implementação dos direitos da pessoa com deficiência.

Finalmente, o Consea, colegiado de caráter consultivo e propositivo, atua no acompanhamento da política municipal de segurança alimentar e nutricional, envolvendo projetos, orçamentos e, ainda, articulando ações junto à sociedade civil.

Os conselheiros se reúnem, em plenária ordinária, uma vez por mês. A participação se dá de forma ativa pelos conselheiros representantes da sociedade civil e também do governo. Ações e ideias são levadas à pauta das reuniões com a finalidade de apresentar, debater e elaborar estratégias para colocá-las em prática. Frisamos a importância da participação efetiva dos conselheiros como forma de tornar a plenária um instrumento democrático, onde todos têm voz e devem se fazer presentes. Dahl (2005) explica que um ambiente só alcança um estágio efetivamente democrático quando existe nesse ambiente a capacidade de abertura à participação e que aqueles que participam tenham poder de contestação. Desse modo, como principal pilar de desempenho desses mecanismos participativos está o trabalho consciente e frequente de seus representantes.

5. Resultados preliminares

Analisando a participação dos conselheiros representantes da sociedade civil e do governo nas plenárias e através das entrevistas informais realizadas com eles durante no período agosto a setembro de 2015, pode-se apresentar um diagnóstico parcial, sob a ótica da consciência política do modelo proposto por Sandoval (2001).

Durante as entrevistas e através das falas dos conselheiros nas reuniões plenárias é possível notar a posição de representante com relação àquilo que acredita e entende ser seu papel. O fato de terem consciência de suas funções e da importância da representatividade efetiva nos trabalhos dos conselhos nos revela um sentimento de *eficácia política*. Por meio de suas ações, os conselheiros de ambas as representações, acreditam que podem mudar a situação atual em que se encontra sua sociedade. Para os representantes da sociedade civil, a participação efetiva nos conselhos tem poder de transformação. A participação e sua influência política no bairro ou na organização que representam surte mais efeito em curto prazo. No entanto, uma parcela dos representantes da sociedade civil acredita que levar as demandas da sua região e da sua categoria às reuniões dos conselhos contribui para uma melhoria gradual da situação em que se encontram. Os representantes do governo nos revelam uma vontade política para, junto a suas secretarias, mudar estruturas engessadas de gestão que dificultam uma maior fluidez dos trabalhos dos conselhos.

Essas informações nos permitem fazer uma análise sobre a dimensão identidade coletiva do modelo de Sandoval (2001). Pelo fato de estarem dispostos a levar as demandas das regiões e das entidades a que pertence, a maioria dos representantes da sociedade civil se diz profundamente engajado nas ações destinadas à sua comunidade. Entendem que fazem parte daquele ambiente e sentem que pertencem àquele conjunto de pessoas.

Duas dimensões do modelo de Sandoval (2001), a *identificação de interesses coletivos e antagônicos* e o *sentimento de justiça e injustiça* são explicitados nas falas e nas ações dos conselheiros representantes do governo e da sociedade civil no instante em que se mostram esclarecidos quanto ao alinhamento de suas propostas com aquilo que representantes da mesma categoria reivindicam. Os conselheiros governamentais compreendem a importância das ações das secretarias que representam junto ao funcionamento dos conselhos. No entanto, para uma parcela dos conselheiros da sociedade civil há uma dificuldade em assimilar aquilo que é antagônico ao seu interesse e de sua representação. Não há, para eles, de forma clara, um mapa político das ações conselhistas. Existem divergências e opiniões contrárias dentro de

um mesmo segmento, como por exemplo, na representação da sociedade civil. Porém, não foi possível aprofundarmos sobre o motivo de tais divergências até o momento.

Os conselheiros entrevistados mostraram-se convictos quanto às *crenças e valores* dos lugares de onde veem, com relação aos conselhos e sua importância como espaço participativo e também sobre o governo. Para eles, o conhecimento sobre temas relacionados à participação social, à capacitação técnica e ao conhecimento sobre o funcionamento dos conselhos produz uma posição crítica que é de vital importância na manutenção de suas ações e no processo de deliberação de propostas.

Outro ponto que se destaca nas análises corresponde às *metas e ações coletivas*. O sentimento de correspondência entre aquilo que é proposto pelos conselhos e o que é efetivamente realizado é revelado no instante em que os representantes dos cidadãos ouvidos se mostram desanimados por alguns rumos que os trabalhos dos conselhos tomam. Para eles é preciso mais compromisso político dos conselheiros e dos governantes. A visão que nos foi passada é a de que os conselhos possuem capacidade para um efetivo funcionamento, porém impedimentos de ordem burocrática e política, não aprofundados pelos conselheiros, ainda existem.

Através dessas análises, percebe-se um conjunto de características que remetem os conselhos estudados ao paradigma da gestão pública societal (PAES DE PAULA, 2005), cujos atributos estão ligados, principalmente, a uma concepção participativa, lúcida e deliberativa da gestão pública. Entretanto, é necessário frisar que existem características pertencentes também à gestão pública tradicional, porém de forma rasa. Essas características não foram aprofundadas pelos conselheiros durante este primeiro contato, o que esperamos compreender ao longo das próximas etapas da pesquisa. A seguir faremos algumas considerações finais acerca da análise realizada de acordo com as informações levantadas.

Considerações Finais

Neste trabalho apresentamos um diagnóstico parcial da consciência política dos conselheiros sob a ótica do modelo de Sandoval (2001).

A análise dos dados obtidos por meio das técnicas descritas nos revela um panorama participativo e inclusivo nos conselhos estudados. Isso se dá através da análise dos regimentos e leis de criação dos conselhos: abrangem diversos segmentos da sociedade civil e possuem mecanismos de pluralização dos membros. Através das observações e das entrevistas, percebe-se

que os conselheiros de ambas as representações contribuem com notória percepção sobre os mecanismos de funcionamento dos conselhos, possuem consciência da importância da sua participação e do engajamento junto aos seus representados e se sentem motivados a lutar pelos direitos de sua categoria. As plenárias desses conselhos se caracterizam por serem reuniões com participação ativa e objetiva e não meramente cumpridoras de burocracia.

A limitação deste estudo está relacionada à análise superficial realizada, pois se trata de um levantamento de dados preliminares para a composição das informações necessárias ao mapeamento do objeto de estudo da nossa pesquisa. Como proposta metodológica para obtenção dos dados da pesquisa completa, utilizaremos, além das observações conforme foram feitas, revisão da documentação interna dos conselhos, como atas, livros de presença e organogramas e entrevistas semiestruturadas formais, orientadas para as dimensões da consciência política de Sandoval (2001), a fim de aprofundar a análise exposta até o momento.

Este diagnóstico preliminar corrobora a literatura revisada sobre os conselhos da área da assistência social de Vitória (ES), tendo em vista que retrata uma participação conselhista ativa e preocupada com suas ações, de acordo com os estudos de Silva e Brito Junior (2009). No entanto, problemas foram detectados como entraves políticos e burocráticos, bem como a dificuldade de diálogo com as instâncias superiores da gestão pública municipal. Desse modo, este estudo contribui para enriquecer a literatura sobre a análise da ação conselhista na Casa dos Conselhos do município de Vitória (ES) ao apresentar um panorama de como estão sendo desenvolvidos os trabalhos dentro desses ambientes e se esses espaços estão cumprindo com seus objetivos legais.

Referências

AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443 a 464, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 3ª. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 13 ago. 2015.

BRASIL. **Portal da Transparência da Presidência da República**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 05 abr. 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA (Espírito Santo). Resolução n. 52, de 17 de novembro de 2011, Vitória.

DAMASCENO, L. B. e GÓIS, J. B. H. Poliarquias e Participação Social no Brasil: um estudo de um Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 264-276, ago./dez. 2010.

DAHL, R. **Poliarquia:** participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

DE CARVALHO, J. S. Conselhos municipais: sua contribuição para o desenvolvimento local. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR**.** v. 8, 2013. Recife. **Anais.** Recife: ANPUR, 2013.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n° 3751/91**. Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente; Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo para a Infância e a Adolescência, e dá outras providências. 05 nov. 1991. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2007/L6944.PDF> Acesso em: 08 jul. 2015.

ESPÍRITO SANTO**. Lei n° 6364/05**. Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-Vitória. 08 ago. 2005. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2005/L6364.PDF> Acesso em: 05 ago. 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n° 6811/06**. Cria o Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória - COMASV e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, e dá outras providências. 15 dez. 2006. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2006/L6811.PDF>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n° 6944/97**. Cria o Conselho Municipal do Idoso - COMID, e dá outras providências. 04 jun. 2007. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2007/L6944.PDF> Acesso em: 08 jul. 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n° 7862/09**. Dispõe sobre a criação e organização do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, e dá outras providências. 22 dez. 2009. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2009/L7862.PDF> Acesso em: 08 jul. 2015.

FERREIRA, L. B.; TORRECILHA, N.; MACHADO, S. H. S. **A técnica de observação em estudos de administração**. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, mai./ago. 2004.

FUCKS, M.; PERISSINOTTO, R. **Recursos, decisão e poder:** Conselhos Gestores de políticas públicas de Curitiba. In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. v. 21, n. 60, fev. 2006.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago. 1995.

GOHN, M. G. M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

HEWSTONE, M. **Causal Attribution:** From Cognitive Processes to Collective Beliefs London: Basil Blackwell. 1989.

KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social Psychological Expansion of the Resource Mobilization Theory. **American Sociological Review.** n. 49 pp. 583-600. 1992.

KLEBA, M. E., *et al*. O papel dos conselhos gestores de políticas públicas: um debate a partir das práticas em Conselhos Municipais de Chapecó (SC). **Ciência & Saúde Coletiva** v. 15, n. 3, p. 793-802, 2010.

MOREIRA, D. A. Pesquisa em Administração: Origens, usos e variantes do método fenomenológico. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-19, 2004.

OLIVEIRA, V.C. S. Sociedade, Estado e Administração Pública: análise da configuração institucional dos conselhos gestores do município de Lavras-MG. **Tese.** Doutorado em Administração. Lavras, 2009.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública:** limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PALASSI, M. P. **Ações coletivas e consciência política no mundo do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

PIMENTEL, A**.** O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

SANDOVAL, S. A. M. The Crises of the Brazilian of Labor Movement and the Emergence of Alternatives of Working-class Contention in the 1990s. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, p. 173-195, jan./jul. 2001.

SERVA, M.; JAIME JR., P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 64-79, mai./jun. 1995.

SILVA, M. Z. e BRITO JUNIOR, B. T. de. **Participação social na gestão pública:** olhares sobre as experiências de Vitória, ES. São Paulo: Annablume, 2009.

TATAGIBA, L. **Participação, cultura, política e modelos de gestão:** a democracia gerencial e suas ambivalências. 2003. 189 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH - UNICAMP), Campinas-SP, 2003.

TAJFEL, H. **Grupos Humanos e Categorias Sociais** (v. II). Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 7. ed São Paulo: Cortez, 2009.

REFORMA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR FEMININA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Beatriz Rodrigues Sanchez
USP

Resumo: Que reformas do sistema político brasileiro contribuiriam para a correção da sub-representação parlamentar das mulheres? Este trabalho parte do diagnóstico de que as teorias da representação pouco dialogam com os teóricos que pensam as reformas da democracia. Em um contexto no qual o debate sobre a reforma do sistema político brasileiro está no centro da agenda política e acadêmica do país, a aproximação entre essas duas vertentes, a partir de uma perspectiva feminista, pode trazer contribuições fundamentais para a análise das barreiras institucionais, materiais e culturais que dificultam a representação igualitária das mulheres. Os problemas da representação, como, por exemplo, os limites estruturais do mecanismo eleitoral e a reprodução das desigualdades, são inerentes às democracias modernas. No entanto, eles podem ser minimizados por meio de reformas que visem à inclusão dos grupos marginalizados da população nas instâncias legislativas como forma de tornar a democracia brasileira mais responsiva. O objetivo deste trabalho é diagnosticar os obstáculos atualmente existentes para a incorporação das mulheres no Legislativo e apresentar propostas de reformas institucionais do sistema político que possam contribuir para a correção da sub-representação parlamentar feminina.

Palavras-chave: reforma política; representação política; igualdade de gênero.

Abstract: That the Brazilian political system reforms have helped to correct the parliamentary under-representation of women? This work of the diagnosis that the theories of representation little dialogue with theorists who think the reforms of democracy. In a context in which the debate on the reform of the Brazilian political system is at the center of political and academic agenda of the country, bringing together these two strands, from a feminist perspective can bring fundamental contributions to the analysis of institutional barriers, materials and cultural factors that hinder the equal representation of women. The problems of representation, for example, the structural limits of the electoral mechanism and the reproduction of inequalities, are inherent to modern democracies. However, they can be minimized through reforms aimed at inclusion of marginalized groups of the population in the legislative bodies as a way to make Brazilian democracy more responsive. The objective of this study is to diagnose the current obstacles to the incorporation of women in the legislature and present proposals for institutional reform of the political system that can contribute to the correction of female parliamentary under-representation.

Keywords: political reform; political representation; gender equality.

Introdução

O poder é um espaço machista, em que não se aceita com facilidade a presença feminina no debate de ideias.
Jandira Feghali, deputada federal.

Lutamos para que o fato de termos uma presidenta não seja um episódio, mas uma mudança que nos coloque no exercício do poder como em qualquer atividade.
Maria do Rosário, deputada federal.

Nas eleições de 2014, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 69,1% dos candidatos eram homens e 30,9% eram mulheres. Isso significa que, pela primeira vez, foi cumprida a exigência prevista na lei de cotas para candidaturas femininas (Lei 12.034/2009) que cria a obrigatoriedade de que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo para cargos de representação proporcional. No entanto, quando verificamos o número de mulheres eleitas, essas porcentagens se modificam. No caso da Câmara dos Deputados, por exemplo, foram eleitas 51 mulheres, o que representa 9,9% das cadeiras. Nas eleições de 2010, 45 deputadas federais haviam sido eleitas, representando 8,7% do total de candidaturas, o que demonstra que houve um crescimento pequeno da bancada feminina entre uma eleição e outra. No Senado, a situação não é muito diferente. Foram eleitas cinco novas senadoras, que somadas às outras seis que já estavam cumprindo seu mandato, totalizam 11, representando 13,6% do total de cadeiras. Como é possível perceber, o aumento da porcentagem de candidaturas femininas desde a adoção da lei de cotas para candidaturas femininas não se converteu em um aumento da porcentagem de mulheres eleitas (MOISÉS e SANCHEZ, 2014).

Diante desses dados, a sub-representação das mulheres na política parlamentar fica evidente. Apesar de representarem 51,3% da população, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e 52% do eleitorado nacional, de acordo com dados do TSE, nem a porcentagem de candidaturas e menos ainda a porcentagem de mulheres eleitas se aproximou do percentual de mulheres na população. Esses números deixam o Brasil na 113ª posição no ranking mundial de mulheres no parlamento, de acordo com dados da União Interparlamentar (IPU). Na América Latina, o único país com menor porcentagem de mulheres no parlamento do que o Brasil é o Haiti.

Como parte das recentes votações no Congresso sobre a reforma política, no dia 16 de junho de 2015 a Câmara dos Deputados rejeitou a proposta da bancada feminina que previa reserva de 10% das cadeiras nos Legislativos federal, estaduais e municipais[1]. Essa proposta já havia sido um recuo em relação ao texto inicial que previa reserva de 30% das cadeiras. No entanto, ela representa um avanço significativo, já que garante que pelo menos 10% das cadeiras necessariamente sejam ocupadas por mulheres, independentemente das candidaturas. No dia 25 de agosto de 2015, o Senado aprovou a mesma proposta com 65

[1] 293 deputados votaram a favor da proposta, mas o mínimo necessário era de 308, por se tratar de Proposta de Emenda à Constituição.

votos favoráveis e 7 contrários[2]. A não aprovação dessa proposta em primeiro turno por parte dos deputados e a aprovação por parte dos senadores revelam que as tentativas de inclusão das mulheres na política institucional ainda enfrentam forte resistência dos parlamentares brasileiros, mas, ao mesmo tempo, que é possível, a partir de uma articulação prévia interna, obter avanços na direção da inclusão de gênero no Congresso. As mulheres e o movimento feminista têm um longo caminho a ser percorrido para que seja possível alcançar a paridade política e a organização da bancada feminina pode fazer a diferença.

A adoção da política de cotas para mulheres no Legislativo faz parte de uma tendência mundial que teve início na Europa nos anos 1990 e se irradiou para outros países rapidamente (KROOK, 2006). Esse consenso internacional em torno da adoção da política de cotas para mulheres na política cumpriu um papel importante, pois afirmou a ideia de que a representação feminina nas instituições é algo positivo para a qualidade das democracias. Além disso, as cotas refletiram um consenso generalizado em torno da insuficiência da democracia liberal em promover a representação igualitária de todos os grupos sociais, legitimando vias alternativas de acesso ao poder institucional.

Diante deste cenário, torna-se necessária a correção da sub-representação política das mulheres no Congresso. Este trabalho parte do diagnóstico de que a articulação entre as teorias da representação e os teóricos que pensam as reformas da democracia, campos que dificilmente dialogam, pode trazer contribuições para minimizar esse déficit democrático. Os problemas da representação, como, por exemplo, os limites estruturais do mecanismo eleitoral e a reprodução das desigualdades, são inerentes às democracias modernas (MIGUEL, 2014). No entanto, eles podem ser minimizados por meio de reformas que visem à inclusão dos grupos marginalizados da população nas instâncias legislativas como forma de tornar a democracia brasileira mais responsiva.

Este trabalho parte do pressuposto de que os estudos empíricos nas ciências sociais não possuem significado se não estiverem ancorados em teorias normativas (GERRING e YESNOWITZ, 2006). Nesse sentido, a incorporação de pressupostos normativos é o que confere relevância a uma pesquisa empírica. As ideias de que a democracia deve ser responsiva às cidadãs e aos cidadãos, pressuposto da teoria democrática, e de que uma representação política das mulheres igualitária no parlamento é benéfica para a promoção da igualdade de gênero, pressuposto da teoria política feminista, são os horizontes normativos que orientam este trabalho.

[2] O texto foi aprovado em primeiro turno e depende de uma segunda votação.

1. Por que as mulheres devem estar no Congresso?

O trabalho seminal de Pitkin (1967) apresenta diferentes dimensões da representação política. É possível mobilizar as categorias cunhadas pela autora para justificarmos a importância da presença de mulheres no Legislativo. Para os fins deste trabalho, serão consideradas três dimensões da representação: a descritiva, a substantiva e a simbólica.

A dimensão descritiva diz respeito à quantidade de mulheres nos parlamentos. De acordo com essa perspectiva, o Congresso deveria ser como um microcosmos da população, ou seja, se as mulheres correspondem à metade da população, deveriam ocupar metade das cadeiras do Legislativo. O mesmo raciocínio vale para outros grupos identitários como negros, indígenas, população LGBT, etc. Nesse sentido, as mulheres deveriam estar no Congresso pelo simples fato de que compõem em média metade das populações dos países.

Além disso, quando as mulheres participam dos espaços de poder, novos temas entram na agenda de discussão política. É difícil acreditar que um Congresso majoritariamente branco, masculino e heterossexual como o nosso defenderá os direitos dos grupos marginalizados. Temas como a descriminalização do aborto e os direitos da população LGBT enfrentam forte resistência dos deputados da chamada "bancada BBB" (bala, bíblia e boi), composta por deputados de origem militar, religiosa e/ou rural. Isso porque eles não são capazes de traduzir a vivência de discriminação desses grupos, já que não carregam na construção de sua identidade os marcadores sociais da diferença. Essa vivência de discriminação gera perspectivas diferentes que só podem ser representadas por aqueles que sofrem cotidianamente com as diversas formas de dominação.

Essa preocupação com a representação dos interesses está associada à dimensão da representação substantiva. Nessa perspectiva, a representação significa agir de acordo com os interesses dos representados, de modo responsivo. Nesse sentido, não basta que as mulheres estejam presentes no parlamento, é necessário que elas representem os interesses das mulheres. É exatamente nessa última afirmação que se encontra um dos desafios da representação: definir quais segmentos da população devem ser representados sem reproduzir concepções estanques sobre as identidades dos grupos. Quando a categoria "mulheres" é utilizada, de que mulheres estamos falando? A defesa da adoção de ações afirmativas deve evitar o seu essencialíssimo potencial, ou seja, a ideia de que as mulheres, apenas pelo fato de serem mulheres, responderão a interesses idênticos e apoiarão as mesmas políticas. Os indivíduos possuem diferentes

características que definem sua posição social como, por exemplo, raça, classe, orientação sexual e idade. Por isso, integrar um grupo não significa necessariamente expressar suas demandas. A ideia de que há coincidência entre as ações das representantes e os interesses de suas eleitoras pode ser equivocada, já que as mulheres podem discordar sobre quais são seus interesses (VARIKAS, 1995). Os interesses das mulheres brancas de classe média e os interesses das mulheres negras de camadas menos privilegiadas podem não ser, e frequentemente não são, os mesmos. As teóricas feministas negras cumprem um papel fundamental ao aprofundar esse debate a partir do conceito de interseccionalidade (HOOKS, 2000).

Ademais, quando uma mulher ocupa espaços de poder ela mostra para as outras que aquele lugar também pode ser delas. Historicamente, como consequência da divisão sexual do trabalho e da separação feita pelo liberalismo entre público e privado, as mulheres foram destinadas ao ambiente doméstico e às tarefas de cuidado. A conquista tardia do direito ao voto feminino, por exemplo, é reflexo disso. Desde pequenas as meninas aprendem que não são bem-vindas no espaço público e que, se ousarem ocupá-lo, devem tomar cuidado, pois sempre correm o risco de serem assediadas. Por isso, a presença de mulheres na política cumpre uma função simbólica de colocar a participação política no horizonte de possibilidades da vida das mulheres.

A representação simbólica, na definição de Pitkin (1967), envolve os significados culturais e as ramificações do processo representativo. Ela denota alterações nas atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação à esfera política. As percepções públicas sobre o papel da mulher nas instâncias legislativas e o engajamento político das eleitoras são aspectos que são considerados nessa perspectiva. Os efeitos simbólicos da representação são os menos tangíveis, o que cria dificuldades para a sua definição e mensuração.

2. Barreiras institucionais e possibilidades

Para que seja possível propor alterações no sistema político brasileiro objetivando uma maior inclusão feminina, é preciso em primeiro lugar identificar quais são as barreiras existentes para a inserção das mulheres no Legislativo. Foram localizados três principais obstáculos institucionais para uma representação política igualitária: o sistema eleitoral, o financiamento de campanha e os partidos políticos.

Com relação ao sistema eleitoral, o modelo atualmente adotado pelo Brasil é a representação proporcional com lista aberta. Na disputa para a Câmara dos Deputados, os

partidos podem apresentar uma lista de candidatos de até uma vez e meia o número de cadeiras da circunscrição eleitoral; no caso de coligação entre partidos, esse número sobe para duas vezes. Nas circunscrições eleitorais que elegem até 20 representantes, um partido pode apresentar até o dobro de candidatos; ou até duas vezes e meia quando há coligação (NICOLAU, 2006).

Isso quer dizer que os partidos, em coligação com outros ou não, lançam os seus candidatos e o eleitor escolhe um para cada cargo ou vota diretamente no partido pelo voto de legenda. Dessa maneira, as campanhas são centradas nos candidatos e estes têm que competir individualmente pelos votos dos eleitores. Segundo Nicolau (2006), além do incentivo para que as campanhas sejam centradas no candidato, a lista aberta afeta os partidos por estimular a competição entre os membros de uma mesma legenda, ou seja, os candidatos têm como principais adversários os colegas da própria lista e não de outros partidos. Essa competição tende a ser agravada pelo alto grau de incerteza que caracteriza uma eleição para deputado federal, cujo número de candidatos de cada lista é, em geral, muito superior ao potencial eleitoral do partido.

Por isso, nesse sistema, o que mais conta é a campanha nominal e, consequentemente, o capital político dos candidatos. Nicolau (2006, p. 704) afirma que "regras institucionais que estimulam as campanhas centradas em candidatos (e não nos partidos) têm como resposta o alto peso da reputação pessoal (e baixo peso da reputação partidária) na escolha do eleitor". As mulheres, por estarem há menos tempo na disputa política têm, consequentemente, menor capital político, o que lhes dificulta jogar o jogo de um sistema em que o indivíduo é mais importante do que o partido político que ele representa. Por isso, muitas vezes, as mulheres eleitas são aquelas que já possuem trajetória política ou que são familiares de outros políticos com carreiras consolidadas.

As experiências internacionais mostram que uma das maneiras de corrigir o problema da sub-representação das mulheres no Congresso é a adoção do sistema de lista fechada, com alternância de gênero, combinada com política de cotas (SACCHET, 2015). No caso brasileiro, em que a lei estipula um mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo, das três primeiras posições das listas de cada partido ou coligação, no mínimo uma delas teria que ser ocupada por uma mulher e assim sucessivamente até o final da lista. Este mecanismo obrigaria os partidos a colocarem mulheres nas primeiras posições da lista, que são as mais propensas a darem retorno em termos de sucesso eleitoral. Quando o sistema eleitoral de representação proporcional com lista fechada e mandato de posição inclui mecanismos de controle efetivos a taxa de sucesso das candidaturas femininas é ainda maior. Este conjunto de variáveis tem sido utilizado para explicar

o êxito de dois casos de países da América Latina que, ao adotarem a política de cotas para mulheres na política, tiveram um aumento expressivo e duradouro de mulheres no Legislativo: Argentina e Costa Rica. O Brasil, pelo contrário, é o exemplo mais emblemático de caso malsucedido de implementação da lei de cotas para mulheres na política.

No que diz respeito ao financiamento de campanhas, ele constitui um elemento central do processo político eleitoral. É por meio do financiamento que as condições materiais para que o candidato se comunique com os eleitores são oferecidas. No Brasil, as campanhas dos candidatos têm arrecadações financeiras extremamente desiguais. De acordo com a legislação eleitoral vigente, há total liberdade de arrecadação e ausência de teto para os gastos, o que faz com que a iniciativa privada possa doar enormes montantes tanto para candidatos como para partidos como forma de obterem benefícios. As regras atualmente existentes, ao invés de contribuírem para equalizar a disputa, fazem com que ela seja ainda mais desigual. As características da política brasileira de financiamento e o sistema de representação proporcional de lista aberta, caracterizado pelo fato de as campanhas e as arrecadações serem individualizadas, têm como consequência a centralidade das receitas de campanha na definição das chances de sucesso eleitoral dos candidatos nas urnas.

Mais especificamente em relação ao financiamento das candidaturas femininas, diversos estudos sobre diferentes pleitos eleitorais em diferentes níveis federativos revelaram que as mulheres têm arrecadação média de campanha consideravelmente inferior a arrecadação dos homens (SACCHET e SPECK, 2012). Elas recebem significativamente menor apoio financeiro da iniciativa privada, dos partidos e tendem a investir menos recursos próprios em suas campanhas. Além disso, para se elegerem, as mulheres precisam de um financiamento maior do que o dos homens. Os homens candidatos tendem a vir de carreiras políticas mais longas ou, em muitos casos, estão concorrendo à reeleição, o que os tornam mais conhecidos dos eleitores e, consequentemente, gera uma necessidade menor de financiamento eleitoral.

Nesse sentido, o financiamento público de campanhas seria uma possibilidade de reforma do sistema político brasileiro. Enquanto a ocupação das cadeiras dos órgãos de representação política tiver influência das empresas de capital privado não há garantia de que os parlamentares estarão comprometidos com o enfrentamento de questões que vão de encontro aos interesses econômicos de grupos hegemônicos. Com o financiamento público de campanhas, os partidos e os candidatos terão condições menos desiguais para disputarem os cargos políticos. A recente proibição do financiamento empresarial de campanhas,

aprovada em primeiro turno no Senado no dia 2 de setembro de 2015, foi um avanço para a democratização dos recursos financeiros no processo eleitoral[3].

Os partidos políticos também são barreiras institucionais para a representação política das mulheres. Devido ao seu poder de recrutar pessoas para a vida política, legitimar os líderes políticos e decidir sobre as questões de interesse público, eles devem ser considerados elementos centrais no debate. Ao lado dos próprios parlamentos, eles são vistos por parte da literatura como peças fundamentais na articulação dos interesses políticos das mulheres e, em muitos casos, essa simples constatação serviu de inspiração para movimentos de reforma política como meio de aperfeiçoar o regime democrático (GOETZ e SACCHET, 2008).

Isso quer dizer que os partidos políticos representam limites para que as mulheres passem da condição de cidadãs elegíveis para a condição de candidatas aptas a participar do processo eletivo. Esses limites estão relacionados à legislação eleitoral e à predominância de oligarquias partidárias nas decisões desses organismos. O modo como os partidos escolhem seus candidatos nem sempre é caracterizado por mecanismos democráticos. A experiência brasileira revela que tanto a estrutura interna dos partidos quanto as suas posições ideológicas são fatores que influenciam o desempenho eleitoral das mulheres. A pressão dos movimentos feministas por maior participação resultou em algumas mudanças e, embora não se possa falar propriamente de uma democratização das estruturas e dos procedimentos adotados pelos partidos, a permeabilidade à participação feminina vem crescendo especialmente nos partidos de esquerda, sinalizando uma tendência de melhora que, todavia, apresenta resultados ainda muito tímidos (MOISÉS e SANCHEZ, 2014). A experiência de militância feminista a partir dos anos 1980 no âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, operou como um estímulo para a pressão por maior acesso das mulheres aos cargos de direção partidária. Como consequência, desde 2011, 50% das lideranças internas do PT devem ser obrigatoriamente femininas.

Por fim, a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de democracia participativa, como conselhos de políticas públicas, conferências e orçamentos participativos, combinados e bem articulados com os mecanismos da democracia representativa, também podem contribuir para uma melhor representação dos interesses das mulheres. Isso porque as mulheres estão presentes em grande parte dessas instituições participativas, muitas vezes compondo a maior parte de seus participantes. Recentemente, a

[3] Foram 36 votos favoráveis a proposta e 31 contrários.

Câmara Municipal de São Paulo aprovou projeto de lei que determina que no mínimo 50% das cadeiras dos conselhos participativos da cidade serão ocupadas por mulheres.

O Brasil tornou-se um exemplo mundial no processo de inovação institucional democrática com o desenvolvimento de ferramentas alternativas de participação (LAVALLE e ISUNZA, 2011). Esse processo se intensificou desde o ano de 2002 com o primeiro do governo Lula (TEIXEIRA, 2013). No entanto, a participação nesses espaços é majoritariamente consultiva e setorizada, o que reproduz a fragmentação da arquitetura da participação e fragiliza a sua capacidade de tencionar o sistema político representativo e as decisões sobre alocação de recursos públicos.

Os mecanismos de participação devem ter regulamentação apropriada que estabeleça as formas de articulação entre os diversos espaços e mecanismos de participação, as questões sobre as quais estes mecanismos podem deliberar e os instrumentos que garantam que essas deliberações sejam cumpridas tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo. No final de 2014, o governo federal tentou aprovar um decreto que criaria o Sistema Nacional de Participação, justamente com o objetivo de minimizar esses problemas, articulando as instituições participativas e tornando-as mais eficientes. Entretanto, o projeto foi barrado no Congresso sob a acusação de "bolivarianismo"[4].

3. O debate sobre justiça: redistribuição, reconhecimento e representação

As reformas institucionais do sistema político brasileiro, apesar de poderem contribuir para o crescimento da representação parlamentar feminina, apresentam alguns limites. Isso porque a desigualdade de gênero não se restringe à dimensão da representação política, mas tem relação também com a redistribuição dos recursos materiais no âmbito da economia e com o reconhecimento das identidades no âmbito da cultura (FRASER, 2009). A preocupação com os arranjos institucionais, típica da teoria democrática tradicional, deve levar em consideração as outras formas existentes de reprodução de desigualdade, apontadas pela teoria política feminista normativa, que vão além da política formal.

Aqueles que sofrem com o problema da sub-representação, incluindo aqui o caso específico das mulheres, estão vulneráveis também à injustiça material e cultural. Sem a

[4] O Congresso Nacional derrubou o decreto presidencial que instituía a Política Nacional de Participação Social, apelidado de "bolivariano" pela oposição dois dias após a apuração dos votos para a Presidência da República.

possibilidade de se expressarem politicamente, elas se tornam incapazes de articular e defender seus interesses no que diz respeito à redistribuição das condições materiais e ao reconhecimento das identidades. O resultado é um círculo vicioso em que as três dimensões da injustiça, redistribuição, reconhecimento e representação, reforçam-se mutuamente, negando a algumas pessoas a chance de participar como pares com os demais na vida social. Por isso, o desenvolvimento de condições econômicas e culturais equânimes deve ocorrer simultaneamente ao processo de aumento da representação política. De acordo com Fraser:

> Ao estabelecer critérios de pertencimento social e determinando quem conta como membro, a dimensão política da justiça especifica o alcance das demais dimensões: diz quem está incluído e quem está excluído do conjunto daqueles intitulados a uma justa distribuição e reconhecimento recíproco. Ao estabelecer as regras de decisão, a dimensão política estabelece os procedimentos para colocar e resolver as disputas nas dimensões econômica e cultural: diz não somente quem pode fazer demandar por redistribuição e reconhecimento, mas também como tais demandas devem ser introduzidas no debate e julgadas (FRASER, 2009, p. 9).

Aspectos como a divisão sexual do trabalho, fruto da separação entre público e privado cunhada pelo pensamento liberal, constituem barreiras que não são institucionais, mas são tão ou mais difíceis de serem superadas. O fato de as mulheres terem que se responsabilizar pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos gera dificuldades para a sua participação política, já que elas têm menos tempo disponível do que os homens. A divisão sexual do trabalho tem consequências também para a própria atuação das parlamentares no Congresso. Depois de enfrentarem as barreiras existente e conseguirem adentrar o campo da política institucional, as deputadas enfrentam outras barreiras no agir legislativo. Elas têm maior acesso aos temas considerados femininos, como educação, e menor acesso aos temas considerados masculinos, como economia (SANCHEZ, 2015).

As análises críticas sobre a sub-representação das mulheres destacaram alguns aspectos fundamentais da vida política que antes encontravam-se encobertos pelo ideal liberal de universalidade (OKIN, 1991; PATEMAN, 1996). O caráter patriarcal das instituições políticas, os padrões culturais e de socialização que constroem o universo político como espaço masculino e os constrangimentos estruturais para a participação política das mulheres (entre eles a menor quantidade de recursos financeiros e de tempo livre) são algumas das interpretações que também devem ser consideradas para o entendimento da exclusão política das mulheres (MIGUEL e BIROLI, 2013).

Conclusão

As principais barreiras institucionais para uma representação política feminina igualitária são o sistema eleitoral de lista aberta, o financiamento desigual de campanhas entre candidatos e candidatas e a impermeabilidade dos partidos políticos às mulheres. Nesse sentido, a adoção de um sistema eleitoral proporcional com alternância de gênero, do financiamento público de campanhas, da reserva de cadeiras para mulheres no parlamento e da consolidação dos mecanismos de participação extraparlamentar são reformas institucionais que contribuiriam para a correção desse déficit democrático.

Com relação às barreiras materiais e culturais, a teoria política feminista revela que reformas institucionais que ampliem a representação política das mulheres não são suficientes para que se atinja uma paridade de participação. A igualdade política em uma democracia que pretende alcançar o seu ideal normativo requer também a redução das desigualdades sociais e econômicas. Para a conquista de uma inclusão democrática de fato, que envolva as dimensões política, material e cultural, são necessárias transformações que promovam a redistribuição dos recursos e o reconhecimento das identidades dos grupos marginalizados.

A representação política é uma dimensão fundamental da promoção da justiça, junto com a redistribuição dos recursos materiais e com o reconhecimento das identidades. A sub-representação das mulheres tem consequências perversas para a vida concreta de toda a população e para a consolidação do regime democrático brasileiro. Para alcançarmos a tão sonhada igualdade de gênero é preciso, entre outras reformas, realizar transformações em nosso sistema representativo. Enquanto as diversas vozes da população não puderem ser ouvidas, a democracia brasileira não terá se completado.

Referências

FRASER, Nancy. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 77. São Paulo, 2009.

GERRING, John and YESNOWITZ, Joshua. **A normative turn in political science?** Polity, v. 38, N. 1, 2006.

GOETZ, Anne Marie; SACCHET, Teresa. Political Parties and Gender in Latin America: an overview of conditions and responsiveness. In: Anne Marie Goetz. (Org.). **Governing Women:** Women's Political Effectiveness in Contexts of Democracy and Governence Reform. New York: Routledge, 2008, p. 148-172.

GURZA LAVALLE, Adrian; ISUNZA, Ernesto. **A trama da crítica democrática:** da participação à representação e à accountability. Lua Nova (Impresso), v. 84, p. 95-140, 2011.

HOOKS, bell. **Feminist theory:** from margin to center. Cambridge, MA: South End Press, 2000.

KROOK, Mona Lena. **Reforming representation:** the diffusion of candidate gender quotas worldwide. PoliticsandGender, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação:** territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia. **Teoria política feminista:** textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MOISÉS, José Álvaro e SANCHEZ, Beatriz. Representação política das mulheres e Qualidade da Democracia: o caso do Brasil. In: José Álvaro Moisés. (Org.). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade:** representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014, v. 1, p. 89-115, 2014.

NICOLAU, Jairo. **O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil.** Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, pp. 689 a 720, 2006.

OKIN, Susan. Gender, the Public and the Private. In: HELD, David (Org.). **Political Theory Today.** Stanford: Stanford UniversityPress, 1991.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: CASTELLS, Carme (Org.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. Berkley: University of California Press, 1967.

SACCHET, Teresa. **Que reforma política interessa às mulheres?** Cotas, sistema eleitoral e financiamento de campanha. In: Reforma política democrática: temas atores e desafios. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha eleitoral em cargos legislativos. In: José Eustáquio Diniz Alves; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. 1 ed. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2012, v. 1, p. 417-452.

SANCHEZ, Beatriz. **Quem são e o que fazem as parlamentares brasileiras?** Uma análise do perfil biográfico e da produção legislativa da bancada feminina. No prelo.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Para além do voto:** uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975 - 2010). Tese de doutorado, UNICAMP, 2013.

VARIKAS, Eleni. **Une représentation em tant que femme?** Réflexions critiques surla demande de laparitédessexes. NouvellesQuestionsFeministes, v. 16, n. 2, 1995.

DE DESAFIANTES A MEMBROS DA *POLITY*: CARREIRAS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS NO ESPÍRITO SANTO

Brena Costa Lerbach
Mestre em Ciências Sociais pela UFES

Resumo: O trabalho problematiza a entrada de ativistas de movimentos sociais para o Estado, por meio da ocupação de cargos de confiança ou comissionados em órgãos públicos, pensando os impactos produzidos sobre suas carreiras ativistas. Para tanto, vale-se dos resultados de um estudo dos itinerários pessoais de seis ativistas ambientais com atuação no Espírito Santo. O estudo, que foi instrumentalizado teoricamente pela sociologia das carreiras militantes, permite concluir que, mesmo para os que se mantiveram ativistas em organizações e lutas ambientais após a entrada para o Estado, houve impactos sobre suas carreiras objetivas e subjetivas, sendo notável uma mudança na visão e na relação com o Estado, compreendido como lugar onde é possível "gerar contribuições".

Palavras-chave: ativismo; carreiras militantes; movimentos sociais.

Abstract: This paper discusses the entry of social movements activists to the state by occupying positions of trust or commissioned by government agencies, considering the impacts on their activist careers. To this end, it is the results of a study of personal itineraries of six environmental activists engaged in the Holy Spirit. The study, which was instrumental in theory by the sociology of militant careers, shows that, even for those who remained activists in organizations and environmental struggles after the entry for the state, there were impacts on its objective and subjective careers, being remarkable a change in vision and relationship with the state, understood as a place where you can "generate contributions".

Keywords: activism; careers militants; social movements.

Introdução

Há alguns anos os estudiosos dos movimentos sociais vêm apontando mudanças no relacionamento destes com o Estado. Ao contrário da externalidade e da conflitualidade que caracterizavam esta relação na literatura dominante e, de maneira geral, no contexto brasileiro das décadas de 1970 e 1980 – quando a participação popular na política estava interditada, devido à Ditadura Militar (1964-1985) –, as análises empíricas mais recentes apontam que os movimentos sociais podem desenvolver uma relação bastante estreita com o Estado (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA 2014; ABERS e VON BÜLOW, 2011; SILVA e OLIVEIRA, 2011). De acordo com Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), as experiências latino-americanas demonstram que o histórico das democratizações nestes países tem sido caracterizado por processos não de rigorosa separação, mas de vinculações, articulações e trânsitos entre sociedade civil e Estado, tornando-se mesmo frequente a passagem de lideranças engajadas em movimentos e iniciativas da sociedade civil para posições de responsabilidade política no

aparato estatal (ibidem; FELTRAN, 2006; MISCHE, 2008). Diante desse quadro, o presente trabalho propõe abordar os trânsitos de lideranças de movimentos sociais para instituições estatais – quando, para usar os termos de Charles Tilly (1977), passam de desafiantes a membros da *polity*[1] – a partir de um enfoque individual (ainda que em permanente relação com os níveis institucional e das estruturas sociais), investigando impactos produzidos sobre as carreiras ativistas. Para tanto, apresentaremos os resultados de uma pesquisa[2] em que foram estudados os itinerários pessoais de seis ativistas ambientais que ocuparam cargos comissionados ou de confiança em órgãos públicos no estado do Espírito Santo.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira parte falaremos sinteticamente sobre os objetivos do estudo, a base teórica que o instrumentalizou, o recorte e os procedimentos metodológicos utilizados; na segunda, apresentaremos e discutiremos resultados; e, na última, fecharemos a exposição com algumas considerações finais.

1. Estudando carreiras de ativistas que passaram a atuar no Estado

Vários autores têm chamado a atenção para a necessidade de superar certa dificuldade no que diz respeito à integração entre agência humana e estrutura na compreensão de relações e processos políticos, argumentando que os pesquisadores do ativismo e dos movimentos sociais precisam revisitar o papel dos indivíduos nesses processos e nos resultados por eles alcançados (MISCHE, 2008; MORRIS E STAGGENBORG, 2004; MORRIS, 2000). Visando lidar com essas dificuldades, e partindo de uma compreensão da militância como atividade social individual e dinâmica, Olivier Fillieule (2013) propõe a construção de um modelo para analisar o engajamento individual e sua evolução temporal, colocando-o em relação com variáveis contextuais e situacionais. Para tanto, recorre ao conceito de carreira, desenvolvido pelos interacionistas simbólicos:

> Em sua dimensão objetiva, uma carreira é "uma série de novos status e ofícios definidos claramente [...] típicas sequências de posição, realizações, responsabilidade, e mesmo de aventura [...]. Subjetivamente, uma carreira é a perspectiva em movimento na qual a pessoa vê sua vida como um todo

[1] Em seu *polity model*, Tilly compreende os movimentos sociais como um tipo de interação contenciosa que envolve demandas mútuas entre desafiantes (competidores fora das instituições políticas que tentam influenciar o governo) e membros da *polity* (competidores que tentam influenciar o governo a partir de posições estabelecidas no poder político instituído, com uma rotina estabelecida e baixo custo de acesso).
[2] Que subsidiou minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais, intitulada *Dos movimentos sociais para o Estado*: um estudo das carreiras de ativistas ambientais no Espírito Santo (2015).

> e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e as coisas que acontecem com ele" (HUGHES, 1937, p. 409-410 in BECKER, 1966, p. 102 *apud* FILLIEULE, 2010: 4)[3].

Aplicada ao engajamento político, a concepção de carreira permite compreender, entre outras coisas, como, em cada etapa da biografia, as atitudes e comportamentos são condicionados por envolvimentos anteriores (passagem por organizações, socializações secundárias, experiências sociais), colocando também a esfera do ativismo em relação com as outras esferas de vida (profissional, familiar, etc.) do indivíduo, de maneira a contextualizar sua atuação política ao longo do curso de vida. Esta abordagem teórica, intitulada *sociologie des carrières militantes*, foi, então, adotada como instrumental teórico por oferecer ferramentas adequadas para o estudo, que pretendia investigar mudanças nos posicionamentos individuais de indivíduos que, tendo atuado como ativistas, acabaram ao longo de suas trajetórias se inserindo e atuando a partir do Estado.

Assim, a pesquisa teve como objetivo investigar transformações processadas nas dimensões objetivas e subjetivas das carreiras de lideranças do ativismo ambiental que adentraram o Estado por meio da ocupação de cargos, particularmente desempenhando funções relacionadas ao tema do meio ambiente. Quanto à dimensão objetiva da carreira, observamos as posições ocupadas e a atuação propriamente dita (sequências de posição, funções desempenhadas, campos de atuação política e o caráter da atuação política); e, quanto à dimensão subjetiva, buscamos captar mudanças na perspectiva individual ao longo do tempo (perspectivas sobre vida e carreira pessoais, visão sobre a luta política, auto identificação no estágio atual de sua carreira).

Para o estudo foram selecionadas as trajetórias de seis indivíduos que tiveram atuação reconhecida em lutas ambientais no Espírito Santo, desempenhando papeis substantivos de liderança como organizadores e representantes em organizações, associações ou redes engajadas no movimento ambiental no estado[4]. E que, como já delimitado, ocuparam ou ocupam cargos comissionados ou de confiança no Estado, desempenhando funções

[3] Original em inglês: "In its objective dimension, a career is 'a series of statuses and clearly defined offices... typical sequences of position, achievement, responsability, and even of adventure... Subjectively, a career is the moving perspective in which the person sees his life as a whole and interprets the meaning of his various attributes, actions and the things which happen to him'".

[4] Buscamos escolher uma amostra diversa, abarcando ativistas de alguns dos principais grupos que se organizaram no Espírito Santo. Nesse sentido, fazem parte do grupo: ex-diretores e ex-vice-presidentes da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente - ACAPEMA, colaboradores da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, ex-participante e ex-presidente da Associação Espírito-Santense de Biologia - AESB, ex-ativista do Grupo SOS Natureza, diretor e ex-presidente do Instituto Ecobacia, ex-presidente e vice-presidente da Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande - AAPFG, liderança no Movimento ES Salve o Código Florestal Brasileiro, entre outros.

relacionadas à área ambiental[5] – dando ou não continuidade à atuação como ativistas. As lideranças foram escolhidas a partir de uma pesquisa prévia a respeito das lutas ambientais no Espírito Santo, que teve como fontes trabalhos acadêmicos, informações disponíveis na internet e duas entrevistas com ambientalistas atuantes no estado. Foram selecionados os seguintes atores, para os quais atribuímos nomes fictícios:

- L1 - José (Advogado)
- L2 - Regina (Professora universitária - Serviço Social)
- L3 - Antônio (Biólogo)
- L4 - Leonardo (Biólogo)
- L5 - Pedro (Filósofo)
- L6 - Daniel (Geógrafo)

A principal forma de coleta dos dados se deu via entrevistas semiestruturadas e em profundidade com as lideranças, que foram gravadas e transcritas, e por meio das quais procedemos à reconstrução dos itinerários individuais pessoais e de atuação política dos entrevistados, possibilitando a análise. Utilizamos como fontes complementares páginas de internet, documentos, materiais (publicações, panfletos) produzidos pelas organizações por onde passaram, e entrevistas em jornais e programas de TV, de maneira a informar sobre a atuação política dos entrevistados. Seguiremos expondo e discutindo alguns de seus principais resultados.

2. Resultados

2.1 Engajamento e militância

Das seis lideranças entrevistadas, cinco iniciaram a militância entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980[6]. Portanto, dentro de um contexto nacional de luta

[5] A título de exemplo, podemos citar como cargos ocupados pelas lideranças: assessores (de secretários municipais de meio ambiente, do superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e de deputados ligados à questão ambiental), secretários e subsecretários (nos níveis municipal e estadual, de meio ambiente e em outras pastas), gerente (de recursos naturais na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA), técnicos, etc.
[6] A exceção é o geógrafo Daniel (L6), hoje na casa dos 30 anos. Iniciou o engajamento militante na década de 1990, ao começar a graduação em Geografia na UFES.

contra a Ditadura Militar; e estadual de urbanização e industrialização do Espírito Santo[7], levando a uma modificação do cenário principalmente na Grande Vitória. Assim, o período em que os sujeitos entrevistados construíram seu engajamento político foi marcado por grandes mudanças políticas, econômicas e sociais. Hoje estão na faixa dos 50 anos de idade e lançaram-se ao ativismo quando jovens, participando de espaços como as comunidades eclesiais de base; movimento comunitário, estudantil e cultural; partidos; ou diretamente no movimento ambiental (caso dos dois ativistas que são biólogos). As falas de Pedro e de Antônio ilustram a importância do ambiente estudantil para o início de seu engajamento:

> E aí passei na Escola Técnica naquela época. [...] tem algo que não está escrito aí no meu currículo, mas que é algo que eu tenho muito carinho na minha vida, é o fato de que eu tive uma formação política, uma participação política muito grande num período, assim, no fim da Ditadura. Desde 79, quando eu vim do interior para cá, eu acabei participando da refundação do Grêmio da Escola Técnica, Rui Barbosa. Meu irmão era ligado a movimento político de esquerda na universidade, um pouco por causa dos círculos de amizade dele. Eu, que saí da minha cidade natal, com 15 anos de idade, eu rompi, perdi todas as minhas amizades, ficaram para trás. E eu aqui fiz um novo círculo. Fiquei muito tempo, assim, congelado, sem novas amizades, mas aí o movimento estudantil me salvou nesse aspecto, porque me deu um novo círculo de amizades. E aí, no movimento estudantil, daí dele eu fiquei conhecendo muitas pessoas e caí num outro tipo de movimento político, que não mais estudantil, mas o movimento comunitário em Vila Velha. Eu era filiado clandestinamente ao Partidão, o Partido Comunista Brasileiro[8]. Junto com uma série imensa de colegas que estão aí até hoje. [...] É uma lista fácil de conseguir no DOI-CODI[9] (risos), está tudo lá! (Pedro - L5).

> É, na universidade a gente começou a participar até... fizemos o primeiro simpósio de ecologia do Espírito Santo! Eu fui um dos organizadores, eu era o secretário. E eu entrei na universidade já para o movimento ecológico. E quem orientou esse primeiro simpósio de ecologia, foi um marco do ambientalismo no Espírito Santo, que foi orientado pelo Ruschi[10]. O Ruschi é que sugeriu os nomes das pessoas que vieram aqui. Nomes

[7] Foi marcante neste contexto histórico capixaba a implantação de Grandes Projetos de Impacto, que levaram à instalação dos parques industriais da Companhia Siderúrgica de Tubarão (atual Arcelor Mittal), da Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale), da Aracruz Celulose (atual Fibria) e da Samarco – sendo que os dois primeiros foram implementados em um raio de apenas cerca de 100 km da capital, modificando o ambiente e as dinâmicas da Grande Vitória (aglomeração urbana composta pelas cidades de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e pela capital Vitória). Também é importante observar que neste período a Grande Vitória recebeu grande contingente de migrantes: de acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves (2011), entre as décadas de 1960 e 1970 estes municípios sofreram um acréscimo populacional de respectivamente 156%, 88%, 60%, 123% e 60%.

[8] PCB.

[9] Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, órgão repressor do regime militar.

[10] Augusto Ruschi (1915-1986), renomado cientista e conservacionista capixaba. É famoso por seus estudos sobre orquídeas e beija-flores, e pelo ativismo pessoal em defesa do meio ambiente. Em 1994, através de lei federal, recebeu o título de Patrono da Ecologia no Brasil.

> importantíssimos. Até como José Lutzenberger, que era um grande ambientalista. [...] E aí desse seminário de 76 surgiram as semanas do meio ambiente. Fazia a semana da Biologia, que acabou virando semana do meio ambiente. A gente debatia basicamente questões ligadas ao meio ambiente. Foi aí que... é, eu posso te dizer que foram os precursores mesmo do movimento ambiental aqui no Espírito Santo. O Ruschi e depois a gente, essa turma aí da Biologia (Antônio - L3).

Uma análise geral a respeito do início das carreiras ativistas dos sujeitos entrevistados revela que, como sugerem os trabalhos de Passy e Giugni (2000) e Klatch (2000), o engajamento foi viabilizado nos casos em que outras esferas de vida (em especial a dos estudos e a profissional, mas também a das relações pessoais de amor e amizade) tiveram proximidade com a esfera do ativismo, impulsionando essas atividades, inclusive para um engajamento político em outras áreas, organizações e temas. Dessa maneira, a militância e a inserção no meio estudantil (principalmente na universidade), e a formação acadêmica e profissional desempenharam importante papel para o início da carreira ativista dos entrevistados. Nesse sentido, mostrou-se recorrente uma concepção militante da atividade profissional e da formação escolar, vistas como instrumentos de intervenção política e social (OLIVEIRA, 2008):

> Hoje eu vejo que me apaixonei pela Geografia [...]. Aí é legal, porque na Geografia você consegue... ela é bem abrangente, né? Apesar de a maioria virar professor – até acho muito digno, acho legal, deveria ser melhor reconhecido, né? Essa profissão – mas eu mesmo nem fiz a licenciatura, porque eu queria enfrentar um outro dragão, sabe. Queria botar a mão na massa. Igual aqui, na Assembleia [Legislativa do Espírito Santo], você pode mexer, fazer, influir na formulação de uma lei, chamar quem entende do assunto para poder opinar... da sociedade, quem tem interesse nisso, né. Ou no executivo, onde você pode mesmo fazer outros tipos de ações diretas, né. Usando a Geografia (Daniel - L6).

Tendo se engajado ainda jovens na militância política, com o avanço no curso de vida deram início à vida profissional – nos casos aqui selecionados, este desempenho do exercício profissional ocorrendo repetidas vezes por meio da ocupação de cargos em instituições de Estado. Trata-se de uma situação bastante particular, uma vez que as mesmas pessoas que desenvolveram um ativismo ambiental, dirigindo protestos ao poder público em vários momentos, passaram a funcionários do Estado, trabalhando com questões ligadas à temática ambiental, seja como assessores, técnicos ou gestores. As experiências de inserção e atuação no Estado, assim como as interpretações pessoais dos entrevistados a respeito da atuação nos dois campos e os relatos das tensões sentidas, serão tratadas a seguir.

2.2 Atuação a partir do Estado: caracterização, tensões e diferenças em relação à militância

A ocupação de posições no Estado se deu por meio da vinculação a partidos políticos, por meio de redes de conhecidos ou mesmo em função da própria militância ambiental. De modo geral, apesar de alguns entrevistados manterem um discurso bastante crítico quanto ao poder público (por exemplo, em relação ao apoio a grandes empresas poluidoras através de manobras para garantir a aprovação indevida de licenciamentos ambientais), frequentemente este foi relativizado, sendo recorrente o entendimento do Estado como um espaço heterogêneo, no qual uma diversidade de grupos e projetos políticos (inclusive os comprometidos com a questão ambiental) disputa o poder. Dessa forma, eles relataram ter contribuído pessoalmente para realizações consideradas positivas nos órgãos onde trabalharam.

Ao reconstruirmos seus itinerários pessoais, observamos que houve repetidamente uma atuação simultânea (ou até mesmo articulada) como ativistas em organizações e lutas ambientais e como quadros do Estado; e que, ao logo das trajetórias, apenas dois dos seis sujeitos do estudo deixaram a atuação no ativismo ambiental à medida que fizeram esta passagem– ainda que tenha havido impactos de ordem objetiva e subjetiva nas carreiras de todos, como será discutido na próxima seção. Para os que atuaram ao mesmo tempo como ativistas em movimentos e como quadros do Estado, esta dupla atuação foi em muito facilitada ou dificultada por características dos gestores/governos. Nas situações em que foi difícil conciliar os dois papéis, tensões decorrentes deste duplo posicionamento se manifestaram, levando algumas vezes a rupturas. Podemos citar o caso de Leonardo, que ao assumir um cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Vitória - PMV optou por deixar uma coluna ambiental num canal de TV em que dirigia críticas ao poder público:

> [...] eu gostaria muito de poder continuar, mas, sabendo que muitas vezes a gente vai ter questionamentos, né, necessários em relação ao poder público, tanto a nível do estado como a nível do município, eu entendo que vai chegar um momento em que eu posso causar constrangimentos e isso prejudicar a minha vida como profissional dentro da instituição. *E aí que eu acho que o grande desafio do ambientalista é conseguir sobreviver enquanto profissional e, ao mesmo tempo, você ter sua trajetória com coerência marcada. Entendeu? E definida* (Leonardo - L4).

A fala de Leonardo demonstra que a esfera do ativismo e a esfera profissional podem, apesar de estreitamente relacionadas, estar tensamente colocadas em certos contextos e

situações. Outra situação de ruptura como fruto desse tensionamento foi identificada na carreira de José, que teve que deixar a vice-presidência da ACAPEMA para preservar o emprego como técnico na SEAMA:

> É porque a entidade tinha um caráter muito de denunciar as coisas com o Estado e tudo e, historicamente, você vê, até hoje não deram uma solução para a poeira, então imagina 30, 40 anos de poeira aí... então denunciava essas coisas todas. E como eu era vice-presidente e eu tava trabalhando dentro do órgão aí... ficou uma situação quase que insustentável. Eu era como se fosse um cargo comissionado, eu não tinha estabilidade, *ou eu assumia que era Estado ou assumia que era ONG*. [...]. Porque houve um conflito. Na época, o Antônio[11], eu cheguei para trabalhar e uma colega minha falou assim: "você está demitido". Eu falei assim "como assim tô demitido? ". "Ah, a ACAPEMA fez uma nota aí, o secretário está puto, ele sabe que você é vice-presidente. Ele vai demitir você". Eu falei, "mas como é que vai ficar lá...". "Tem um jeito", e não sei o que: "o único jeito é você se afastar da ACAPEMA". Aí eu me afastei (José - L1).

Segundo José, com outros gestores e deputados com quem trabalhou não houve problema (principalmente os mais ligados a movimentos sociais), sendo possível trabalhar nos órgãos sem prejuízo para a atuação como ativista ambiental. E houve também casos em que o rompimento se deu com o poder público. Leonardo relatou ter pedido demissão duas vezes da PMV por discordar, "enquanto ambientalista", das decisões tomadas. Uma dessas situações foi contada na fala a seguir:

> E ela me chama [a ex-secretária de meio ambiente de Vitória], então, para assumir a coordenação, querendo fazer com que as coisas acontecessem. "Olha, Leonardo, em vez de você ficar batendo, por que você não me ajuda a construir? ". Eu falei "eu aceito o desafio, agora, eu deixo claro para você que, enquanto a gente puder construir, eu vou continuar construindo com você. Agora, se em algum momento eu entender que não é possível, você pode ter certeza que eu vou continuar criticando aquilo que está sendo feito aqui". Foi quando, então, ela, junto com o IDAF[12], autoriza o corte de quase um hectare de vegetação nativa e exótica ao lado da reserva ecológica do Itapinambi, ali próximo ao Hospital Infantil, para [...] uma empresa muito poderosa que queria construir mais algum empreendimento imobiliário ali. Eu, enquanto coordenador, não concordei; meus técnicos, que estavam subordinados a mim, não concordaram com o desmatamento; e mesmo assim ela passou por cima e permitiu que fosse cortado. Não tomei conhecimento no dia, no outro dia eu fui lá ver o que tinha acontecido e de lá mesmo eu liguei para o meu subsecretário, o Ronaldo, e falei "olha, Ronaldo, eu queria te avisar que eu estou aqui vendo o que

[11] A L3, que também fez parte do estudo e que na época ocupava o cargo de secretário de estado de meio ambiente.
[12] Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo.

> estou vendo, estou denunciando o que está acontecendo aqui, e estou te avisando que segunda-feira eu estou pedindo demissão do meu cargo". E assim eu fiz (Leonardo - L4).

Assim, vemos que nem sempre as atividades como ativistas e quadros do Estado foram conciliáveis, fixando-se como desafio o equilíbrio entre ambas.

Por terem lidado com a questão ambiental a partir de duas perspectivas diferentes (como lideranças ativistas do movimento ambiental e como quadros do Estado), pedimos aos entrevistados que as diferenciassem a partir de suas vivências. De acordo com suas percepções, enquanto o ativista teria como papel atuar como crítico, fazendo reivindicações e denúncias, e explicitando problemas e contradições; ao técnico/gestor público caberia construir soluções para os problemas por meio da proposição e execução de políticas, devendo respeitar legislações e competências específicas ao órgão e à função exercida, estando também limitados por compromissos com grupos políticos e econômicos. Como as experiências vividas a partir deste segundo papel tiveram rebatimento sobre as carreiras ativistas dos entrevistados objetiva e subjetivamente será o tema do próximo item.

2.3 Impactos produzidos sobre as carreiras ativistas

Ainda que não possamos estabelecer fronteiras fixas, sociedade civil e Estado consistem em dois diferentes lugares de atuação; e a atuação em ambos os campos deixa marcas nos indivíduos que por eles passam, impactando sua maneira de agir e de interpretar as questões que os cercam. Ao analisarmos os itinerários pessoais dos ativistas, constatamos, de maneira geral, que a atuação no poder público gerou impactos sobre as carreiras: a) objetivamente – na formação técnica; em indicações para novos cargos, possibilitando seguir uma trajetória profissional no setor público; no aumento do acesso à informação; e b) subjetivamente – na percepção de que é possível "gerar contribuições" a partir do Estado; de que "fazer coisas dentro de órgão público é difícil"; no desenvolvimento de uma visão do Estado como espaço heterogêneo, havendo uma relativização da crítica (em que trabalhar para certos políticos "é diferente"), entre outras observações. Como a exposição da análise de todas as carreiras ultrapassaria os limites do trabalho, escolhemos alguns exemplos para ilustrar pontos de reflexão que nos pareceram interessantes. Começaremos chamando a atenção para as carreiras objetivas de José e Antônio, representadas graficamente nas figuras 1 e 2.

Figura 1 - Trajetória política da L1 - José[13]

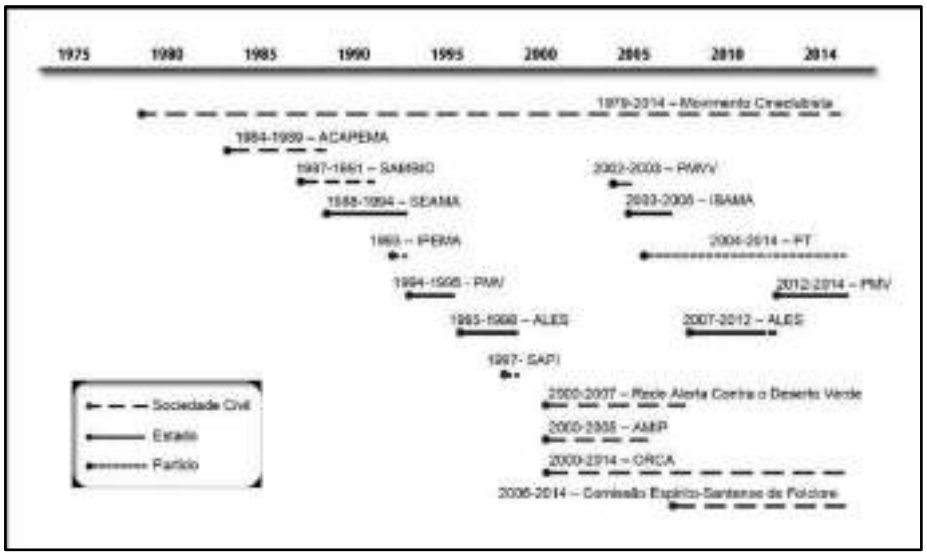
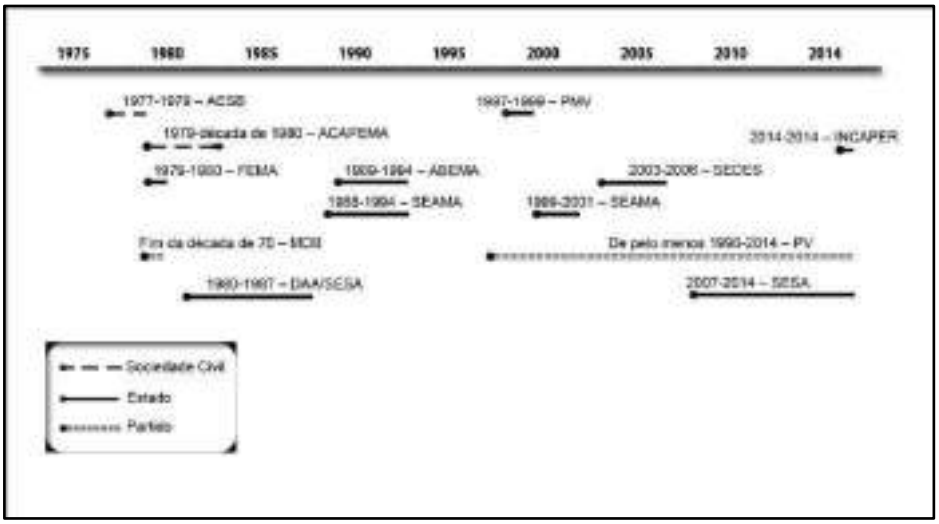


Figura 2 - Trajetória política da L3 - Antônio[14]



Ao retratar os principais pertencimentos políticos de José ao longo de sua trajetória, a Figura 1 traz o exemplo de um caso em que houve continuidade da atuação como ativista

[13] SAMBIO - Sociedade dos Amigos do Museu de Biologia Mello Leitão, IPEMA - Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica, PMVV - Prefeitura Municipal de Vila Velha, PT - Partido dos Trabalhadores, ALES - Assembleia Legislativa do Espírito Santo, SAPI - Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas, AMIP - Associação dos Amigos do Piraquê-açu, ORCA - Organização Consciência Ambiental.

[14] FEMA - Fundação Estadual de Meio Ambiente, ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo, MDB - Movimento Democrático Brasileiro, PV - Partido Verde, DAA/SESA - Departamento de Assuntos Ambientais da Secretaria de Estado de Saúde, SESA - Secretaria de Estado da Saúde, INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

mesmo após a entrada para o Estado. Vemos que são muitos os vínculos e que vários são simultâneos, levando a concluir que José sustentou uma vasta atuação paralela em ambos os espaços. Já a Figura 2 ilustra um caso de desengajamento em relação ao ativismo, o de Antônio. Ela revela que, com a progressão da atuação em órgãos públicos (no caso específico, indo de estagiário na FEMA, instituição que abriu caminho para a criação da SEAMA, a secretário de estado de meio ambiente por três vezes), Antônio cessou seus vínculos com organizações de movimento social ambientais. Ele conta que os discursos dos colegas da ACAPEMA passaram a soar "meio infantis" e passou a adotar o Estado como novo lugar de atuação, defendendo que algumas vezes as lutas ambientais carecem de argumentos embasados tecnicamente:

> [Parei de participar da ACAPEMA] quando eu comecei a trabalhar mais tecnicamente dentro da Secretaria de Saúde, quando a gente já começou a praticar, né. [...]. Mas ali também a gente já estava desempenhando uma função no governo. Eu colaborava com eles, demais. Quando você tem a oportunidade de fazer alguma coisa, né. E a gente começou a trabalhar. Fizemos a primeira proposta da primeira lei de meio ambiente. Eu fui autor dessa minuta, da primeira lei de meio ambiente, junto com outros companheiros lá do Departamento de Ações Ambientais. Então a gente começou a militar na prática. Começamos a preencher os espaços que a sociedade tinha e que não estava ocupando, pela questão ambiental, pela gestão do meio ambiente. Aí começamos a falar que as empresas que viessem para cá teriam que se licenciar, ter a licença ambiental. "Ai, que absurdo! Para quê? " E começamos também a trabalhar as empresas que já estavam implantadas, o que elas tinham que fazer para controlar o seu processo de produção, para não emitir poeira para o ar, não jogar água poluída [...] nos rios. Como eu tinha esse espaço, eu trabalhava menos na ACAPEMA. Às vezes eu ia para a ACAPEMA, eu ouvia umas conversas já meio infantis. Porque a gente já estava desenvolvendo como governo. Não é porque é governo que vai ser reacionário. Então a gente tinha uma oportunidade dentro do governo de estar influenciando. Mesmo sem recursos, sem estrutura, mas um processo de convencimento muito grande. A gente também tinha a capacidade de gerar atenção da mídia para aquelas questões que a gente levantava, então isso nos dava força. E aí a gente ganhava espaço na sociedade e até mesmo lá dentro da estrutura do governo. A gente ia conquistando isso, né (Antônio - L3).

Assim, Antônio passou de militante da causa ambiental a técnico e gestor público, tendo sua carreira modificada objetiva e subjetivamente. Apenas ele e Pedro[15] relataram não participar mais de movimentos ambientais; e são os únicos que guardam a característica de, tendo iniciado a trajetória política ligados a partidos colocados à esquerda (MDB e PCB) do

[15] Que, apesar de atualmente participar da ONG Instituto Ecobacia, não se considera mais um ativista ambiental, e sim um "quadro dos recursos hídricos".

espectro político-partidário, terem deslocado seus pertencimentos, alianças e preferências políticas para o centro. Mas não foi apenas entre eles que verificamos impactos. Estes também foram observados nas carreiras dos que deram continuidade ao engajamento militante, como se observa no caso de Leonardo. Ao logo de seu itinerário pessoal, ele combinou carreira ativista e trajetória profissional (boa parte das vezes em órgãos públicos) e, no momento atual do curso de vida, diz ter mudado de uma postura mais "combativa" (majoritariamente baseada na crítica) para uma postura "proativa", ajudando o Estado a construir soluções na área ambiental:

> E hoje eu tenho que buscar uma atitude muito mais proativa, no meu entendimento, já com 56 anos de idade, do que combativa. E eu entendo. *É por essa razão que eu fui convidado pelo atual secretário municipal de meio ambiente* [...], que entende que eu posso contribuir muito, com toda minha experiência profissional, dentro do órgão construindo. Bem mais do que simplesmente atacando ou criticando (Leonardo - L4).

> E essas dificuldades [de conciliar a atuação como ambientalista e o exercício profissional em órgãos públicos], elas têm níveis diferentes de dificuldade e que, dependendo, ela pode chegar ao extremo de tomar uma medida radical. Como eu fiz em dois momentos, pedindo demissão da Prefeitura de Vitória. Entendeu? Agora, há momentos em que você discute, há momentos em que você vai às raias da loucura, mas não necessariamente precisa tomar atitudes radicais. *Eu acho que o crescimento e o amadurecimento do homem estão justamente nesse processo.* Eu, durante muito tempo na vida, inclusive na minha trajetória no COMDEMA[16], fui visto como é hoje visto o Moreschi[17]. [...] *Ele é um cara hoje, que eu me vejo há 8 anos atrás, há 6 anos atrás (sic). Entendeu? Ele vê o Estado como um inimigo*. Um inimigo que tem que ser derrubado. Um inimigo que tem que ser humilhado. Um inimigo que tem que ser destruído. E não há como fazer isso. *Você não pode pensar que nem o Estado, nem tampouco o interesse econômico, sejam inimigos que você tem que abater. Não. Eu diria que são instâncias que você tem que ajudar a fazer que aconteçam de forma diferente. Você tem que contribuir para que isso mude*. E você tem duas formas de contribuir, seja na dor ou no amor – como a gente costuma dizer nas relações pessoais. [...]. Você não precisa ter uma relação de amor com as instituições públicas, mas você pode ter uma relação muito mais profícua se você conseguir construí-la, se você participar do processo de construção, do que só do questionamento. Porque quando você só questiona, você não produz. [...]. *Eu diria que [passo atualmente] muito mais [por] uma mudança comportamental de atitude. Saindo muito mais do ativismo simplesmente questionador para um ativismo mais produtivo* (Leonardo - L4).

[16] Conselho Municipal de Meio Ambiente.
[17] EraryltonMoreschi Junior. Líder do Grupo SOS Espírito Santo Ambiental.

Vemos, assim, uma "desradicalização" de seu discurso e postura pessoais, dando novos contornos à sua carreira ativista subjetiva e objetiva (uma vez que tal mudança de atitude tem orientado suas ações e aberto oportunidades para a atuação no Estado, como expresso no trecho em itálico da primeira citação). Os casos de Antônio e Leonardo demonstram, desta forma, como a atuação em órgãos públicos deu novos direcionamentos aos itinerários como ativistas da causa ambiental, reorientando seus posicionamentos, preferências e crenças.

Considerações Finais

Retomando o propósito do trabalho, que consistiu em investigar impactos da atuação em instituições de Estado, por meio da ocupação de cargos comissionados ou de confiança, sobre as carreiras de lideranças do ativismo ambiental, finalizaremos sintetizando alguns pontos de reflexão.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, contrariamente ao que se poderia esperar, a inserção em órgãos públicos na maioria dos casos não produziu desengajamento das lutas ambientais – o afastamento da atuação como ativistas só aconteceu em duas das trajetórias estudadas. No entanto, impactos foram produzidos em todos os casos, transformando a maneira como compreendem a luta política e as relações com o Estado.

Nesse sentido, constatamos que a simultaneidade da atuação em movimentos e no Estado foi recorrente. Contudo, apesar da proximidade variável entre os dois tipos de atividade, observamos que a experiência da atuação a partir do poder público foi percebida de maneira diferente do ativismo em movimentos e entidades pelos entrevistados, atividade caracterizada pelo tom de crítica e oposição comum aos *desafiantes*. Atuando a partir do Estado, tiveram a oportunidade de "gerar contribuições", influenciando as ações (e, em alguns casos, mesmo auxiliando na construção) dos órgãos onde trabalharam. Ao mesmo tempo, foram "construídos" pela experiência nos órgãos – seja pelos aprendizados da prática profissional, pelas formações técnicas, pela socialização institucional recebida ou pela própria experiência de posicionar-se como representante do poder público –, o que contribuiu para influenciar itinerários, crenças e opiniões. Assim, por mais críticos que sejam do Estado, os entrevistados em geral acreditam no potencial da atuação dentro dos órgãos.

Por fim, se, por um lado, observamos que a entrada de militantes ambientais para órgãos públicos consiste em uma prática recorrente e que as carreiras estudadas revelam ser

possível manter, algumas vezes até de maneira conectada, uma atuação no ativismo ambiental e no Estado; por outro, cabe frisar que este duplo posicionamento não se deu sempre sem dificuldades. A ação individual não pode em quaisquer circunstâncias satisfazer paralelamente ao que demandam movimento e Estado e, como os exemplos da vivência dos entrevistados demonstraram, tensões se manifestaram na medida em que houve incompatibilidade entre as atuações num campo e noutro. Assim, as rupturas ocorreram como produto da impossibilidade de conciliar ambas as atuações. Coloca-se, então, para ativista-quadro público que busca manter a "coerência" o desafio permanente de equilibrar-se entre os dois papeis assumidos.

Referências

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS** - Revista de Ciências Sociais**.** Rio de Janeiro, v. 57, no 2, 2014, pp. 325-357.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E. et al. (orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FELTRAN, G. S. Deslocamentos - trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, E. et al. (orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FILLIEULE, O. Propuestas para un análisis procesual del compromiso individual. **Intersticios** - Revista Sociológica de Pensiamento Crítico. v. 7, n. 1, 2013.

FILLIEULE, O. Some Elements of an Interactionist Approach to Political Disengagement. **Social Movement Studies**, 2010, v. 9, n. 1:1-15.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência:** análise no Espírito Santo e Vitória. Vitória, ES, 2011. Disponível em: http://goo.gl/WyX7nL. Acesso em 21/01/2015.

KLATCH, R. The Contradictory Effects of Work and Family on Political Activism. **Qualitative Sociology**, v. 23, n. 4, p. 505-519, 2000.

LERBACH, B. C. **Dos movimentos sociais para o Estado:** um estudo das carreiras de ativistas ambientais no Espírito Santo. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MISCHE, A. **Partisan Publics:** Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks. Nova Jersey (EUA): Princeton University Press, 2008.

MORRIS, A. Reflections on Social Movement Theory: Criticism and Proposals. **Contemporary Sociology**, v. 29, n. 3, p. 445-454, 2000.

MORRIS, A.; STAGGENBORG, S. Leadership in Social Movements. In: SNOW, D.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (orgs.) **The Blackwell Companion to Social Movements**. MA, Oxford, Austrália: BlackwellPublishing, 2004.

OLIVEIRA, W. J. F. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008.

PASSY, F.; GIUGNI, M. Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in Social Movements: A Phenomenological Approach to Political Commitment. **Sociological Forum**, v. 15, N. 1, 2000, p. 117-144.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - Uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 13, n. 28, set,/dez. 2011, p. 86-124.

TILLY, C. **From Mobilizationto Revolution**. University of Michigan. CRSO Working Paper #156, 1977.

JUVENTUDE E POLÍTICA EM FOCO: ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO POLÍTICO DE JOVENS EM FORTALEZA

Carla Beatriz Raulino Marques
UFC

Resumo: Esta pesquisa analisa os discursos de jovens residentes no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza-CE, investigando o comportamento político e as representações da cultura política presentes nas falas destes moradores. O referencial teórico que embasou a pesquisa foram os conceitos de capital social e cultura política. Capital social são vínculos de confiança, cooperação e associativismo que facilitam atores e grupos sociais a obterem fins específicos. Uma comunidade ou organismo social que possui estoques de capital social, que consegue articular e fortalecer os laços de confiança e cooperação entre os indivíduos, reproduz uma cultura de conscientização cidadã. Nesta perspectiva, analisar a cultura política de um organismo social nos permite apreender como se dá o comportamento político e quais os valores culturais norteadores do processo de escolha de seus representantes. A metodologia adotada foi a realização de um Grupo de Discussão em que foram exibidos para seis moradores a propaganda política de sete candidatos da prefeitura de Fortaleza, em 2012. Os dados coletados indicam a carência de confiança (capital social) na esfera cultural dos jovens eleitores estudados no sistema político e demonstram a prevalência da personalização e da aprovação da "imagem" do candidato como critério para a decisão do voto.

Palavras-chave: juventude; comportamento político; capital social.

Abstract: This research analyzes the discourse of young people living in the neighborhood Bom Jardim, in Fortaleza, to investigate the political behavior and the representations of political culture present in the speeches of these residents. The theoretical framework used in the research were the concepts of social capital and political culture. Social Capital are bonds of trust, cooperation and associations that facilitate actors and social groups to achieve specific purposes. A community or social body which has a social capital stock, that can articulate and strengthen the bonds of trust and cooperation between individuals, could to develop a citizen awareness culture. In this perspective, analyze the political culture of a social organism allows us to grasp how is the political behavior and what the guiding cultural values of the process choice of their representatives. The methodology adopted was the fulfillment of a Discussion Group, where they were displayed for six residents, the propaganda of seven candidates the city Hall of Fortaleza, in 2012. The data collected indicate a lack of trust (social capital) in the cultural sphere of young voters studied in the political system and demonstrated the prevalence of customization and approval of the "image" of the candidate as a criterion for voting decision.

Keyword: youth; political behavior; social capital.

Apresentação

Entender os elementos culturais e discursivos que pautam o comportamento dos eleitores jovens nos permite compreender as ações de 33% do eleitorado brasileiro, segundo Pesquisa do Instituto Data Popular (2014). Os jovens não são apenas "o futuro da sociedade", mas no presente já possuem poder decisivo para definir pleitos e, inclusive, podem promover mudanças sociais no nosso país, mediante o engajamento cívico destes.

Esta pesquisa visa analisar o discurso e o comportamento político de jovens moradores do bairro Bom Jardim, na periferia de Fortaleza. A metodologia adotada foi a realização de um grupo de discussão (grupo focal) com jovens eleitores entre (16 a 29 anos). A observação aconteceu em setembro de 2012, no período das eleições municipais, onde foram exibidos os "spots", um resumo da propaganda política e das propostas de sete candidatos a prefeitura de Fortaleza. Eram eles: Heitor Ferrer (PDT), Renato Roseno (PSOL), Marcos Cals (PSDB), Inácio Arruda (PC do B), Roberto Cláudio (PSB), Elmano de Freitas (PT) e Moroni Torgan (DEM).

Com a orientação do Prof. Dr. Jakson Aquino, pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC), pude analisar as percepções subjetivas dos jovens eleitores e as representações de alguns elementos da cultura política destes mediante os discursos expressos no grupo focal. O local de realização do Grupo de Discussão foi o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza- CDVHS no bairro Bom Jardim.

Não se pretende aqui levar a discussão da categoria juventude no contexto das suas significações socioculturais e do processo de construção da sua identidade enquanto relacionadas a uma determinada fase da vida. Porém, esta pesquisa busca contribuir na compreensão do comportamento do jovem como ator político: o que pensam sobre a esfera política e quais as suas motivações subjetivas no momento de decidirem o voto. Qual o posicionamento dos jovens sobre a política e as instituições democráticas? A juventude na atualidade possui confiança em seus representantes políticos? São perguntas que nos propomos a refletir mediante a observação da experiência fortalezense.

Antes de verificarmos os dados coletados, é preciso entender o conceito de capital social e os efeitos que a ausência ou a acumulação deste pode gerar na cultura e no comportamento político dos jovens eleitores, bem como na sociedade brasileira.

1. Capital social e cultura política

O termo Capital social aparece, inicialmente, conceituado por Coleman[1], como uma cadeia de interações sociais baseadas em laços de confiança e reciprocidade, que, como consequência, produz benefícios para os atores de um determinado grupo ou organização social.

[1] Na década de 1980, Coleman conceituou capital social como um componente facilitador na interação dos agentes sociais, uma vez que a confiança é o elemento chave que possibilita a cooperação voluntária e reduz os riscos de transgressões nas transações entre os indivíduos. Para mais detalhes, consultar Putnam (2006) e Costa (2003).

Devido às relações de dependência existentes no interior de um grupo, através do capital social as pessoas podem alcançar fins comuns, que não conseguiriam obter valendo-se apenas do capital particular.

> Segundo Coleman, o capital social não seria propriedade dos indivíduos, estando presente na própria relação social e sendo, portanto, inalienável. Ao participar de relações geradoras de capital social, o indivíduo estaria beneficiando não apenas a si próprio, mas a todos os sujeitos envolvidos nas relações (AQUINO, 2009, p. 4).

Para Coleman e Putnam, o capital social aumenta de acordo com o seu uso, e em oposição ao pensamento de Bourdieu, não pertence aos indivíduos, mas é um bem público que permeia os sistemas de intercâmbios sociais.

Comungando parte das ideias de Coleman e intitulado como seguidor da linha "tradicionalista", Putnam analisa as comunidades cívicas[2] da Itália Moderna e a importância do civismo e do capital social para o bom desenvolvimento e funcionamento das instituições. De acordo com o autor, o capital social: "[...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 2006, p. 177).

Desta forma, podemos apreender que uma comunidade ou um grupo dotado de capital social, agregando os elementos morais de reciprocidade, solidariedade e cooperação mútua, consegue com maior facilidade e eficiência solucionar problemáticas de ordem coletiva. Tendo como objetivo o bem público, esta intenção, porém, só se concretizará mediante o estabelecimento da confiança entre os atores sociais.

> Coleman chama de capital social ao conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado (AQUINO, 2000, p. 24).

A confiança, seja ela pessoal ou social, é o principal recurso do capital social, pois promove a cooperação dentro de uma determinada relação social. A primeira forma de confiança citada, encontrada principalmente em pequenas comunidades, refere-se àquela

[2] Ao tratar sobre a existência do civismo e do engajamento político em comunidades específicas, Putnam esclarece que "a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração" (PUTNAM, 2006, p. 21).

constituída por laços de intimidade, vizinhança e familiaridade, onde o "outro" é conhecido, e considerado digno de confiança.

Não se restringindo apenas ao caso italiano (as comunidades cívicas estudadas por Putnam), o capital social está presente na sociedade moderna, capitalista e democrática, atuando no interior das interações sociais *horizontais* ou *verticais.* A primeira ocorre entre agentes que ocupam a mesma posição social, e a segunda estabelece a relação entre atores com status sociais distintos, geralmente inseridos em uma estrutura hierárquica.

Segundo Cremonese e Dallabrida (2004), as políticas neoliberais, além de provocarem o aumento da pobreza, estão produzindo a "cultura da desconfiança" entre os indivíduos em todas as relações sociais. Estes autores acreditam que a conjuntura atual de desemprego e exclusão social estimulou a perda de valores nos indivíduos, refletindo-se não apenas na desconfiança com a política, mas se estendendo também na esfera particular.

> O declínio da participação em todos os níveis da sociedade, a falta de confiança mútua e a desconfiança nas instituições políticas, assim, configura em um déficit de capital social. É necessário, por isso, que se re-estabeleça a confiança, a participação e se fortaleça o capital social, pois só o capital social pode proporcionar novos caminhos na direção de pensar mecanismos que potencializem a capacidade participativa da sociedade (CREMONESE; DALLABRIDA, 2004, p. 2).

O capital social seria, pois, um "remédio" eficaz para incutir nos cidadãos valores de solidariedade, cooperação e associativismo, opondo-se à cultura vigente da apatia e desconfiança nas instituições políticas, que são maléficas à "saúde" e à estabilidade do regime democrático.

Deste modo, Baquero (2003) defende que o capital social é um importante instrumento para a democracia, pois estimula a participação cívica, contribuindo para que determinado grupo social ou comunidade alcance objetivos comuns.

O acúmulo de capital social produz novas características subjetivas na cultura política do indivíduo ou grupo a que está inserido, como aqui já foi citado: confiança, reciprocidade e participação cívica. Sem o capital social, o cidadão tende a confiar somente no seu núcleo familiar e a olhar com descrédito o sistema político e as instituições democráticas. Possuir estoques de confiança (capital social) é essencial para o fortalecimento das instituições políticas e incentiva o engajamento cívico.

> Segundo a teoria da cultura política, a confiança interpessoal e a confiança nas instituições políticas são pré-condições para a formação de associações

> secundárias que, por sua vez, podem agir como promotoras da participação política e, consequentemente, no aperfeiçoamento da democracia. Para o bom funcionamento das instituições políticas é imperativa a confiança dos cidadãos nelas (BAQUERO, 2003, p. 91).

Vimos até aqui, resumidamente, a influência da confiança nas relações sociais e na cultura política dos cidadãos. Mas, o que podemos afirmar como cultura política? A cultura política influencia o comportamento dos indivíduos na hora de definirem seus votos?

Entende-se por cultura política "o conjunto de orientações subjetivas de cidadãos, inclusive valores, crenças e conhecimento sobre o sistema político" (RENNÓ, 2001, p. 34). A obra de *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* publicada por Gabriel Almond e Sidney Verba, em 1963, representa um marco na reflexão teórica sobre a cultura política. Estes autores defendiam a tese de que o comportamento político dos cidadãos está diretamente associado com a cultura política vigente em cada país (BORBA, 2005).

Apesar de ter sofrido críticas por difundir um suposto "determinismo cultural", tal obra, representou uma grande contribuição para o avanço das investigações desta temática nas Ciências Sociais e Política nas décadas subsequentes.

Há um consenso na maioria dos autores de que o comportamento do eleitor é influenciado pela sua cultura. A divergência estaria somente em qual dimensão teria maior relevância: a social-econômica, a psicológica ou a escolha racional (FIGUEIREDO, 2008).

Para o modelo de explicação sociológica, o indivíduo, por estar inserido em determinado lugar na estrutura social: grupos, classes sociais ou partidos, tende a construir a sua postura ideológica e a escolher os seus candidatos mediante as interações do próprio grupo social que ocupa. O comportamento político do eleitor, segundo esta perspectiva, seria influenciado pelo contexto social que o mesmo ocupa. As interações sociais seriam fatores predominantes na formação de opiniões e comportamentos individuais.

> Nesse sentido, para compreender o voto de um jovem ou de um idoso é necessário conhecer o seu contexto social e político: *onde* esses eleitores vivem e *como* vivem nesse contexto. [...]. Portanto, não são os indivíduos e sim os coletivos sociais que imprimem dinâmica à política; e o que precisa ser explicado são os resultados agregados de ações coletivas (FIGUEIREDO, 2008, p. 48).

Para a escola psicológica, também conhecida como modelo de Michigan[3], os indivíduos escolhem seus candidatos e aderem a um partido político, pautado nas suas preferências pessoais, crenças e laços afetivos (RADMANN, 2001).

Em outras palavras, o foco para a compreensão das atitudes políticas individuais, reside em conhecer as bases psicológicas do eleitor. Este modelo não nega o contexto social em que os sujeitos se situam, mas sugere que desde a formação familiar, o sujeito recebe estímulos (a socialização política) e passa a construir um "sistema de personalidade", que pautará a geração das suas opiniões e atitudes futuras na esfera política.

> As atitudes adquiridas, juntamente com outros aspectos, passam a integrar a estrutura de personalidade dos indivíduos. Portanto, as atitudes políticas fazem parte da psicologia humana e, ao se consolidarem pela socialização política, tornam-se a base para a ação frente ao ambiente político mais amplo (FIGUEIREDO, 2008, p. 26).

Outras autoras, assim como (CASTRO, 1992) e (RADMANN, 2001) defendem que as variáveis macroestruturais devem ser averiguadas de forma combinada na análise das atitudes políticas, tais como a social, a cultural e a psicológica.

> A integração entre as perspectivas sociológica e psicológica com ênfase nos condicionantes da cultura política auxilia na compreensão do comportamento do eleitor brasileiro por levar em consideração os contextos estruturais em que os indivíduos se inserem e as interações que realizam dentro do grupo socioeconômico do qual os eleitores fazem parte (RADMANN, 2001, p. 47).

A teoria da escolha racional, contudo, propõe uma interpretação diferente acerca das razões que influenciam o comportamento eleitoral. Segundo esta teoria, os sujeitos são seres racionais, e, portanto, também no campo político, eles escolhem suas preferências partidárias e o seu voto *estrategicamente*. Elaborada inicialmente por Anthony Downs, este modelo afirma que a decisão do voto é feita pelo próprio indivíduo, onde ele mesmo escolhe em qual candidato votar baseado em cálculos, tais como: Qual candidato trará mais vantagens? Qual apresenta as melhores propostas? E qual possui mais chances de vencer as eleições?

[3] Foi desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, no final da década de 1950, com a publicação da obra "The American Voter" por Angus Campbell. Desenvolveram a técnica *survey* para a coleta de dados e a difundiram nas Ciências Sociais (FIGUEIREDO, 2008) (BORBA, 2005).

O eleitor também tenta prever o voto dos demais. Deste modo, as incertezas sobre quem será o vencedor do pleito, bem como o sentimento de que um voto pode fazer a diferença, são mecanismos que incentivam o eleitor a participar da votação.

> Ao decidir se vota ou não, o eleitor leva em conta o benefício que espera obter caso seu candidato ganhe e considera a probabilidade de que seu voto afete o resultado da eleição, de forma que seu partido ou candidato vença; nesse cálculo, o eleitor desconta os custos com que vai arcar por decidir votar – procura e obtenção de informação, por exemplo – e os custos do próprio ato de votar – tempo e energia gastos em se deslocar até as urnas (CASTRO, 1992, p. 2).

Marcus Figueiredo, defensor da teoria da escolha racional, afirma que o eleitor brasileiro possui um comportamento estratégico. Ou seja, sem negar a influência da cultura, o autor acredita que há três "variáveis que compõem a estrutura decisória: o ordenamento das preferências eleitorais, as chances de vitória entre os candidatos e as expectativas de cada eleitor sobre o comportamento dos demais eleitores" (FIGUEIREDO, 2008, p. 195).

Mônica de Castro critica a teoria da escolha racional, pois esta não menciona o caso dos eleitores portadores de baixa sofisticação política, "a massa do eleitorado popular", que, segundo a autora, não decide seu voto através de: "cálculos complicados, ponderando as chances de vitória dos diversos candidatos, as expectativas a respeito das tendências de comportamento dos demais eleitores, os custos diversos da tomada de decisão e da ação de votar" (CASTRO, 1992, p. 7).

Apesar do embate e da discussão entre estas três teorias, pesquisas recentes apontam consensos e regularidades no comportamento eleitoral dos brasileiros. Diversos pesquisadores, tais como Marcello Baquero, Julian Borba, Lucio Rennó e Elis Radmann relatam a tendência à personalização e a aprovação da "imagem" dos candidatos no processo de decisão dos seus votos. Ou seja, o eleitor identifica-se com o candidato em si, com seus atributos pessoais e não com o partido, desconhecendo, geralmente, o projeto político deste.

"Observa-se que a decisão do voto, para a grande maioria do eleitorado, está fortemente estruturada pelas 'imagens políticas' e avaliações que o eleitor faz de algumas características pessoais dos candidatos em disputa" (BORBA, 2005, p. 161).

Verifica-se também o baixo grau de instrução dos eleitores e as opiniões políticas "difusas", somadas à desconfiança e ao descrédito acerca dos candidatos e das instituições democráticas (BAQUERO, 2003). Elis Radmann enfatiza que o comportamento eleitoral brasileiro, pautado pelo ceticismo e personalismo político, além da descrença nos partidos políticos é reflexo da cultura política vigente no país.

Para Borba (2005) e Moisés (2005) a alternância entre regimes autoritários e democráticos vivenciados na República Brasileira, no século XX, contribuiu para a formação destas características na nossa cultura política, que desvaloriza os partidos políticos e prioriza as qualidades do líder/candidato.

> Deste modo, a conjugação de cidadãos pouco sofisticados com a constante difusão de ideologias antidemocráticas foi o elemento central da formação da cultura política brasileira, permitindo que o personalismo constituísse a base histórica de estruturação do comportamento eleitoral (BORBA, 2005, p. 164).

Em *A cabeça do eleitor*, Alberto Carlos Almeida expõe regularidades no comportamento político brasileiro. Uma delas é a tendência de o eleitorado reeleger candidatos cujos governos foram bem avaliados ou eleger seus sucessores (ALMEIDA, 2008). A reeleição do ex-presidente Lula é citada como exemplo, pois, no contexto do pleito de 2006, houve diversas denúncias de corrupção ao candidato e ao PT; entretanto, a aprovação do governo por parcela significativa da população garantiu os seus votos.

Há um paradoxo no comportamento do eleitor brasileiro, sobretudo naqueles que possuem baixa instrução política (RADMANN, 2001). Na visão da autora, o eleitor desconfia do sistema político, como também acredita que votar é um ato importante.

Estas tendências nacionais, apontadas pelos autores, também se aplicam atualmente nos jovens eleitores cearenses? É o que analisaremos a seguir.

2. Grupo de discussão no bairro Bom Jardim - Fortaleza.

Para se verificar metodologicamente o posicionamento dos jovens eleitores residentes no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza-CE, foram exibidos os spots de sete candidatos a Prefeitura de Fortaleza: Heitor Ferrer (PDT), Renato Roseno (PSOL), Marcos Cals (PSDB), Inácio (PC do B), Roberto Cláudio (PSB), Elmano (PT) e Moroni (DEM).

Em seguida, os seis participantes começaram a responder as perguntas propostas, como também dialogaram e expuseram suas opiniões de forma espontânea.

Durante a exibição dos spots, os participantes permanecem atentos e concentrados, apenas dois demonstraram reprovação na sua expressão facial ao assistirem determinadas propagandas. Um jovem morador, que declarou que iria votar no candidato Elmano, demonstrou reprovação ao ver o spot de Marcos Cals, quando este afirmava ser a “verdadeira

mudança"; e outro morador, que afirmou que iria votar em Roberto Cláudio, fez uma expressão irônica ao assistir as propagandas de Elmano e Heitor Ferrer.

A seguir, observemos as perguntas que foram realizadas e um resumo das respostas elaboradas pelos jovens eleitores. Apresentaremos as principais falas destes que estão descritas em itálico e entre aspas.

Pergunta 1 - Na sua opinião, o que os candidatos ressaltaram sobre si nos programas de TV para conseguir apoio dos eleitores?

Os políticos falam, mas não fazem, não resolvem os problemas do bairro.

O povo diz que todo político é ladrão, porque não fazem o que dizem. Existem candidatos (a vereador) que aparecem, mas não são do bairro. Melhor seria se realmente conhecessem o Bom Jardim.

O Elmano se preocupa mais com os bairros ricos e com o turismo.

Os candidatos não olham para o Bom Jardim que precisa de muita coisa na área da educação e da saúde.

O Moroni já vem tentando desde 2004. Eu acho assim, ele não é nem daqui, parece que é do Rio Grande do Sul e vem se candidatar aqui. Tudo bem que faz muito tempo, mas ele vem lá da terra dele, e vem para a nossa se candidatar. Eu não concordo. Acho que deveria ser alguém aqui de Fortaleza. O Heitor, eu não o conhecia, eu vim conhecer agora. Eu estou entre o Roberto Cláudio e o Elmano, porque eu já tinha visto na TV Senado, na TV Assembleia. O Roberto Cláudio e o Elmano, eu já tinha visto, mas os outros não.

Nesta etapa, os jovens teceram discursos de reprovação e desconfiança com a conduta dos candidatos. Também enfatizaram a necessidade de este conhecer as demandas sociais do bairro/cidade. Uma jovem afirmou não votar no candidato Moroni (DEM) pelo fato deste não ser natural do Ceará.

Apesar de não terem sido questionados, nesta fase inicial, os jovens moradores começaram a declarar os seus votos em Roberto Cláudio (PSB), por aprovarem a proposta dos UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e no candidato Elmano (PT).

Pergunta 2 - O que lhe agradou ou desagradou na forma como os candidatos se apresentam para conquistar votos dos eleitores?

Eles prometem aquilo e às vezes nunca fazem. Só fazem paródia.

Se fizessem pelo menos 50% do que prometem seria ótimo para a cidade.

Mas às vezes eles agradam só pelas coisas que eles fazem.

O que eu gostei mais foi do Roberto Cláudio. Ele disse que vai botar segurança, que vai aumentar o número de UPAS. O que eu mais estou lidando é com ele.

Eu gostei mais foi do Elmano. É porque eu acho que as coisas têm que ser resolvidas 'olho no olho'. Também ele falou que ia melhorar várias coisas aqui em Fortaleza.

Pergunta 3 - Você percebeu diferenças entre as propostas para o governo de Fortaleza apresentados pelos candidatos em suas campanhas? Quais?

Roberto Cláudio: Os participantes gostaram das propostas na área da segurança e principalmente na área da saúde (UPAs). Não gostaram da proposta de um *tablet* para cada estudante e pelo boato do mesmo ter mandado agredir fisicamente os professores.

Elmano: Os jovens gostaram da frase "olho no olho" exibida nas propagandas e músicas. E acreditam que "Ele vai melhorar muitas coisas". Já outro jovem disse não gostar do candidato, porque ele se preocupa mais com o turismo do que com outras necessidades básicas da cidade.

Renato Roseno: Os participantes da pesquisa gostaram da proposta dos postos de saúde nos terminais de ônibus, favorecendo aquelas pessoas que adoecem no referido lugar e não dispõem de veículo para levá-la até o hospital. Um deles, porém, não aprovou esta proposta, pois a considerou inviável e acredita que seria mais vantajoso investir nos postos de saúde existentes e/ou aumentá-los.

Heitor Ferrer: Uma moradora afirmou que iria votar nele, porque este possui mais propostas para a área da saúde.

Moroni: Segundo os jovens, este candidato enfatiza mais a área de segurança pública. Nenhum dos jovens declarou votar nele.

Inácio: Um morador disse que o candidato propôs a reforma nos Hospitais Gonzaguinhas, porém o participante não acredita nele, e falou que o Roberto Cláudio já iria construir os UPAs.

Pergunta 4 - Para você, entre as propostas apresentadas pelos candidatos, quais são as mais importantes? Por quê?

As Propostas que os jovens analisados consideraram mais importantes foram as das áreas da saúde, educação e segurança pública.

Os jovens gostaram da proposta do Roberto Cláudio que promete investimento na saúde, com a construção das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Também aprovaram a proposta de Marcos Cals de criar as escolas modelo, de tempo integral.

Afirmaram que a educação é importante para tirar o jovem da rua e colocar na escola o dia todo. É necessário que haja mais investimentos em escolas, para prevenir o tráfico de drogas, do que investir em clínicas de reabilitação.

Pergunta 5 - A forma como os candidatos se apresentam e o que prometem fazer inspiram em você um sentimento de confiança ou desconfiança? Por que confiar ou desconfiar de determinados candidatos?

Para mim, no caso todos os políticos, quando falam na cara querem dizer uma coisa, mas depois quando estão lá em "cima" não fazem nada. A minha opinião é essa. Respondeu um dos jovens.

Outro afirmou que o candidato Roberto Cláudio transmite confiança porque começou a construir os UPAs e está cuidando da área da saúde.

Um morador disse que o candidato Elmano transmite mais confiança e o povo brasileiro gosta do Lula. Outro jovem afirmou que não confia no Elmano, porque a Luizianne, ex-prefeita de Fortaleza, também do PT, não cuidou dos postos de saúde.

Pergunta 6 - O fato de que um candidato se anuncie como uma pessoa religiosa, uma "pessoa de Deus", ajuda a conquistar eleitores? Por quê?

A maioria dos participantes respondeu que se o candidato se apresentar como "religioso" não ajuda na campanha. Não concordam que pessoas da Igreja se envolvam em política. Para um deles, se o candidato for evangélico ou pastor irá atrapalhar, pois não confia neles. *O Pastor irá ajudar financeiramente a Igreja. Eles se dizem fiéis a Deus, mas nem todos realmente são*.

Segundo os jovens, quem votar em um candidato religioso vota só porque o conhece, mas não avalia as suas propostas. Outro morador considera errado, pois os candidatos mentem e usam o nome de Deus.

Pergunta 7 - Quais candidatos você considera de oposição? Por quê?

Os participantes não conheciam os termos oposição e situação.

Pergunta 8 - Você concorda que é melhor para a cidade que prefeito e governador estejam do mesmo lado político?

Sim, porque os dois terão a mesma opinião.

Se vereador e prefeito forem do mesmo lado, poderão fazer mais coisas.

Governador e prefeito do mesmo lado é bom.

Se os dois forem de lados opostos, nenhum dos dois poderá fazer nada.

Conclusão

Verifica-se nos discursos dos jovens eleitores a repetição de posicionamentos de descrédito e desconfiança nos candidatos e nas instituições políticas: "os políticos não fazem o que prometem, falam, mas não fazem".

Para os jovens eleitores participantes da pesquisa, do bairro Bom Jardim, as propostas que mais lhe agradaram foram aquelas que refletem as demandas locais onde residem, tais como saúde, educação e segurança pública. Para aqueles que declararam votar em Roberto Cláudio (PSB), que foi o candidato eleito e é o atual Prefeito de Fortaleza, a proposta mais citada foi a construção de Unidades de Saúde, as UPAs.

No comportamento político dos jovens, foi perceptível a presença do critério de personalização na escolha do voto mediante a simpatia por candidatos a vereador que residem no bairro e, por sua vez, conheceriam as necessidades sociais da comunidade; e através da aprovação da propaganda do candidato à prefeitura, Elmano (PT), ao transmitir segurança aos eleitores com o slogan "olho no olho".

Isto também demonstra que, no caso estudado, os jovens eleitores sentem confiança naqueles candidatos que são conhecidos do bairro. A confiança interpessoal, portanto, é restrita, pois esta diminui quando se refere a outros políticos fora do território local. O candidato Moroni, por exemplo, segundo a fala dos moradores, "é de fora", não é cearense, e, portanto, foi citado com indiferença pelos jovens.

Constatou-se também, para aqueles que declararam votar em Elmano, candidato do PT, a influência do apoio do ex-presidente Lula na escolha do candidato.

Para os moradores, se o candidato se utilizar da imagem de "religioso", ao invés de ajudar a conseguir votos, iria atrapalhar a sua candidatura, pois acreditam que não é favorável mesclar religião com política.

Segundo a análise do discurso e do comportamento político dos jovens no Grupo Focal, pode-se afirmar que há a presença da desconfiança, ou seja, a carência de capital social na relação eleitor – candidato – cidadão – sistema político. A desconfiança, enraizada na cultura política da parcela juvenil estudada, alimenta a apatia e o desengajamento cívico, o descrédito nas instituições democráticas e o distanciamento do cidadão das esferas comunitárias de participação política.

A carência de capital social pode gerar no comportamento político dos eleitores a reprodução do clientelismo, a falta de consciência partidária e a personalização do voto sem a análise crítica das propostas dos candidatos.

Os jovens moradores do Bom Jardim mostraram-se atentos às propostas dos candidatos, porém ainda não possuíam conhecimento dos termos situação e oposição e não declararam seus votos baseados na aprovação de algum partido. O critério de decisão do voto, que norteia seu comportamento político, é a simpatia pelo candidato (personalização), a confiança restrita, somente se o candidato for próximo (conhecido no bairro) ou apoiado por um líder político carismático e a elaboração de propostas que realmente atendam as demandas da comunidade local.

Verificou-se no comportamento político dos jovens estudados, portanto, a reprodução das tendências apontadas para o eleitor brasileiro. A educação e conscientização cidadã dos jovens são caminhos desejáveis para a construção, não de uma juventude apática e descrente, mas de jovens engajados na esfera política, que tenham o conhecimento e a motivação necessários para intervir e buscar benefícios sociais seja no âmbito regional ou nacional. Se popularmente é dito que “os jovens são o futuro da sociedade”; pode-se afirmar similarmente que os jovens são o presente e o futuro da democracia.

Referências

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do eleitor:** estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

AQUINO, Jakson Alves. **As teorias da ação social de Coleman e Bourdieu**. Humanidades e Ciências Sociais - v. 2 n. 2, p. 17-29, 2000.

AQUINO, Jakson Alves. **Capital social:** confiança e corrupção. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú-MG, 2009.

BAQUERO, M. **Construindo uma outra sociedade**: o capital social na construção da política participativa no Brasil. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003.

BORBA, Julian. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral:** alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. Revista Opinião Pública, Campinas, v. XI, n. 1, p. 147-168, 2005.

CASTRO, M. M. M de. **Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 20, 1992.

COSTA, Maria Alice N. **Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais:** a favela da mangueira no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Ciência Política, n. 21, p. 147-163, nov. 2003.

COLEMAN, James S. Social **Capital in the Creation of Human Capital**. The American Journal of Sociology, v. 94. Universidade de Chicago, 1988.

CREMONESE, Dejalma; DALABRIDA, Valdir R. **Políticas sociais, formação do capital social e desenvolvimento.** II Simpósio de Debates Sobre Políticas Sociais: Estratégias e Tendências, UNIJUÍ, 2004.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto:** democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2 ed, 2008.

MOISÉS, J.A. **A desconfiança nas instituições democráticas.** Revista Opinião Pública, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, março. 2005.

RADMANN, Elis R.H. **O Eleitor Brasileiro:** uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 5 ed, 2006.

RENNÓ, Lucio R. **Confiança Interpessoal e Comportamento Político:** microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. Revista Opinião Pública, Campinas, v. VII, n. 1, p. 33-59, 2001.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADO NA GESTÃO PÚBLICA

Cristiano das Neves Bodart
Doutorando em Sociologia - USP

Resumo: As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por mudanças de repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais brasileiros, assim como pela luta e construção de novos espaços de participação social na gestão pública municipal. O presente artigo, tomando a experiência do município de Serra (ES) como estudo de caso, buscou analisar os repertórios de atuação e o papel dos movimentos sociais serranos na construção de um espaço de participação social: o orçamento participativo (OP). Para esse intento, recorremos a uma pesquisa de cunho histórico-documental e a narrativas dos atores envolvidos nesse processo. Identificamos que os movimentos serranos nos anos de 1980 e 1990 foram decisivos para que o orçamento participativo fosse implantado e institucionalizado em 1997 e que as relações entre os movimentos sociais, partidos políticos e Estado a partir de então devem ser compreendidas para além do confronto político contencioso da Teoria dos Processos Políticos e da ideia de cooptação que teve muitos pesquisadores adeptos nos anos de 1990.

Palavras-chave: movimentos sociais; repertório de ação; Estado.

Abstract: The 1980s and 1990s were marked by changes repertoires of collective action of Brazilian social movements, as well as the struggle and construction of new spaces of social participation in municipal management. This article, taking the experience of the city of Serra (ES) as a case study, aimed at analyzing the repertoires of action and the role of serrano social movements in building a space of social participation: the participatory budgeting (PB). For this purpose, we resort to a historical-documentary nature of research and the narratives of the actors involved in this process. We found that the highlanders movements in the 1980s and 1990s were decisive for the participatory budgets were implemented and institutionalized in 1997 and that the relations between social movements, political parties and state from then to be understood beyond the contentious political confrontation of the Political Process Theory and of the appointment of idea had many supporters researchers in the 1990s.

Keywords: social movements; repertoire of action; State.

Introdução

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por mudanças de repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais brasileiros, assim como pela construção de novos espaços de participação social na gestão pública municipal. Os fatores responsáveis por essas mudanças foram, em síntese, a ampliação das oportunidades políticas e a redução das restrições de atuação dos movimentos sociais, o que se deu basicamente pela redemocratização do país, fim da clandestinidade dos partidos políticos de esquerda (e seu crescimento), aprovação de uma nova Constituição Federal, em 1988, descentralização dos recursos entre os entes federados (Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal) e, em certa medida, pela Reforma Gerencial do Estado (1995). Tais mudanças alteraram substancialmente a interação entre

movimentos sociais e Estado, sobretudo na esfera local.

No presente artigo nos debruçamos sobre a experiência de Serra, município localizado no Estado do Espírito Santo. A escolha desse município deu-se pelo seu histórico de organização social e atuação dos movimentos sociais, sobretudo de bairros, e pelo êxito alcançado na busca pela criação de um espaço de participação social institucionalizado. O objetivo desse artigo é discutir a participação dos movimentos sociais serranos e dos partidos políticos na construção de um espaço de participação social: o orçamento participativo (OP). Para esse intento, optamos por realizar uma pesquisa de cunho histórico-documental apoiado por narrativas dos atores envolvidos nesse processo. O recorte temporal dessa pesquisa dar-se-á entre os primeiros anos de 1980 ao ano de 1998. Esse período se justifica por marcar o desenvolvimento dos movimentos serranos, sobretudo a fundação e desenvolvimento da Federação das Associações dos Moradores de Serra (FAMS) e a implantação efetiva do orçamento participativo no município (1998). A fim de "reconstituir" a atuação dos movimentos sociais serranos recorremos a jornais publicados na época, a atas das reuniões realizadas e outros documentos produzidos pelos movimentos sociais de Serra/ES. Além de tais documentos, a narrativa nos foi de grande valia para a compreensão do fenômeno social estudado. De posse das narrativas, a principal matéria-prima da sociologia que aqui realizamos, buscamos compreender a complexa realidade social que envolveu a sociedade civil serrana. Tomamos como matéria-prima algumas narrativas coletadas por outros pesquisadores em momentos anteriores (ELEOTÉRIO, 2000; PAULINO, 2009; CARLOS, 2013), assim como novas narrativas obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas. Não nos pautamos aqui em transcrever as narrativas, mas incorpora-las de forma interpretativa, uma vez que a tarefa do sociólogo está em desvendar as conexões entre o que chega a consciência desses atores e o que se oculta na alienação própria da vida social.

Do ponto de vista teórico, adotamos uma análise pouco usual nos estudos dos movimentos sociais, marcada por uma versão renovada da Teoria do Confronto Político (ou Processo Político), caracterizada não apenas pela interação entre movimento social e Estado como entidades exteriores uma à outra, mas que fazem uma ponte entre política institucional e não institucional.

1. O contexto de ampliação das oportunidades políticas e a redução das restrições de atuação dos movimentos sociais no Brasil

Durante os regimes autoritários na América Latina, o ideal de "autonomia" dos grupos que faziam oposição às ditaduras era concebido a partir da negação das relações com

o Estado, em um movimento de negação ao autoritarismo. No Brasil, as bases do surgimento da sociedade civil estiveram ligadas diretamente a tal postura. De acordo com Medeiros (2007), os grupos sociais que lutavam contra a ditadura militar brasileira agregaram, durante essa luta, os ideais de autonomia e liberdade de expressão, as noções de cidadania, democracia e justiça social, levantando a bandeira da transparência nos processos políticos e a busca pela participação social nas ações públicas, o que se deu a partir do processo de redemocratização brasileira.

Esse novo momento da política brasileira[1] é fruto de uma longa transição política (KINZO, 2001), marcada pela lenta entrada de atores civis no processo político, pelo surgimento de novos partidos políticos (o que ficou conhecido como reforma partidária), fim da clandestinidade da esquerda partidária, ampliação gradual da liberdade de expressão e a anistia. Kinzo (2001) destaca que três fatores concorreram para a transição democrática brasileira. Teriam sido eles: o processo eleitoral, o conflito interno dentro das forças armadas e a emergência de sérios problemas econômicos causados pelo crescimento forçado frente à crise internacional do petróleo. Somou-se a essa situação econômica o desenvolvimento, no campo político, de partidos de esquerda que atuavam junto às comunidades, criando condições para que movimentos sociais contestatórios se multiplicassem por conta das condições sociais brasileiras.

Estávamos migrando de um regime autoritário para uma democracia, onde as alianças com autoridades políticas passaram a ser mais comuns, principalmente na construção de novos processos políticos que envolviam a participação social. Ademais, o consenso em torno da democracia se consolidava, forçando os partidos políticos a aceitar a maior participação da sociedade civil nos rumos da política, sob a pena de perderem votos.

Com a democratização política no Brasil, surgiram novas oportunidades e restrições, sobretudo após as "Diretas Já" e a Constituição Federal de 1988. Para Tarrow (2009, p. 24), "[...] as mudanças nas oportunidades políticas e nas restrições criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto". As novas oportunidades e a redução

[1] Embora aqui a chamemos de nova, a tática de aproximação dos movimentos sociais com o Estado não é dinâmica exclusiva do pós-1988. Outras experiências ocorreram no Brasil, tais como o movimento pela Reforma Sanitária, que conseguiu imprimir a demanda da universalização da saúde como direito do cidadão e dever do Estado. Chamamos de novo pela maior abertura e certa intensificação de práticas de aproximação da sociedade com o Estado, que se tornou notória após a promulgação da Constituição, sobretudo por meio da criação de espaços institucionalizados de participação, tais como fóruns, conselhos e o Orçamento Participativo.

políticas das restrições, sobretudo da repressão violenta, parecem ter criado condições para o uso de um repertório de interação entre Estado e sociedade civil.

O movimento "Diretas Já" marcou a entrada maciça da população na luta política no rompimento rápido com o regime autoritário. Para Sallum Jr. (2003, 2006), a partir daquele momento o governo passou a ter que tolerar a participação social, assim como obrigou os meios de comunicação de massa, fiéis ao regime, a noticiar a participação social, assim como obrigou as elites políticas a aceitar as exigências de maior aprofundamento democrático. Assim, seria inaceitável um Estado que reprimisse a expressão, organização e participação popular.

A Constituição Federal de 1988 foi, certamente, um valioso dispositivo jurídico enfatizador da descentralização político-administrativa, atribuindo ao município um importante papel nas políticas públicas (CORREIA, 2003, p. 155). O município dotado de receita – devido à descentralização financeira e uma onda de reforma fiscal que ampliou a arrecadação própria de muitos municípios – passou a ser, em parte, o *locus* da disputa de interesses de classes, de gêneros, de idades, de *status*, etc. Tais disputas ocorreram porque, juntamente com a descentralização dos recursos públicos, os municípios passaram a possuir certa autonomia administrativa (MARQUETTI; CAMPOS, 2008). As questões políticas, materializando-se mais claramente no espaço local, parecem facilitar a participação da sociedade civil. No Brasil, esse cenário passa a ser claramente configurado a partir da segunda metade da década de 1980. Nesse novo cenário, os movimentos sociais e demais instâncias da sociedade civil organizada se depararam com um novo ambiente de confronto político: a arena institucionalizada.

Os atores políticos passaram a defender uma relação estreita com o Estado. Há uma clara mudança: "[...] de uma postura quase incondicional anti-Estado, para uma defesa da ampliação dos espaços, nos quais, a sociedade civil poderia interferir nos rumos desse novo Estado" (MEDEIROS, 2007, p. 182). O ideário que se desenvolveu no Brasil pós-redemocratização de incorporação da sociedade civil nos processos de decisão e gestão pública teve um papel importante para a aproximação do Estado com os movimentos sociais e demais organizações. Tal ideário nos parece ser parte de uma política neoliberal que se desenvolvia no país, buscando repassar parte da responsabilidade da execução das políticas públicas às organizações sociais sem fins lucrativos.

Para Avritzer (2012, p. 386), o aprofundamento democrático experimentado no Brasil motivou a interdependência entre sociedade civil e Estado. Para esse mesmo autor,

"[...] os atores da sociedade civil superaram uma fase de demarcação de espaço com o Estado e começaram a interagir em conselhos de políticas", assim como interagindo na implementação de políticas públicas. Nesse contexto desenvolvem-se os conselhos, fóruns, consulta pública e o Orçamento Participativo.

Ao mudar os padrões de oportunidades e restrições políticas, os repertórios de interação são atrativos à participação? Tal questionamento nos parece ser importante para compreendermos a interação da sociedade civil com o Estado.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2013), os anos de 1990 são marcados pela proximidade do Estado em relação aos movimentos sociais e pela criação de espaços participativos institucionalizados. O Orçamento Participativo, os conselhos municipais e os fóruns participativos são exemplos desses espaços.

As novas "estruturas de oportunidades políticas" têm possibilitado a entrada na arena política de militantes dos movimentos sociais, cidadãos que nunca atuaram ativamente na luta por demandas públicas, grupos anteriormente organizados, mas poucos ativos (como grupos religiosos, associações, clubes, etc.), assim como indivíduos militantes de partidos políticos. É certo que os confrontos violentos continuam existindo; o que muda são os tipos de repertórios utilizados, tornando necessário estudar esses confrontos no novo cenário político, marcado pela institucionalização dos espaços públicos e pela "parceria" com o Estado, bem como a relação com os partidos políticos.

2. Uma inserção na realidade serrana

Serra está localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES, distante 28 km da capital do estado, Vitória, possuindo atualmente[2] uma área territorial de 547,45 Km².

O processo de urbanização ocorrido no município de Serra/ES está estreitamente ligado ao processo de industrialização e de urbanização brasileira das décadas de 50, 60 e 70 e à dinâmica da Região Metropolitana da Grande Vitória. O fenômeno da urbanização de Serra se deu em consequência, como na maioria das cidades brasileiras, ao processo de industrialização, embora, como destacou Siqueira (2001, p. 45), o caso capixaba tenha sido posterior ao processo de substituição de importações. Foi a partir da década de 60 que a população serrana apresentou taxas de crescimento populacional extremamente elevadas, sobretudo da década de setenta

[2] Considerando a Lei Estadual nº 9.972/2012, que altera o limite municipal entre Vitória e Serra.

(16,93%), destacando com a maior taxa de crescimento demográfico entre os municípios do estado do Espírito Santo, em qualquer época (SIQUEIRA, 2001). Esse rápido crescimento levou o município a se deparar com grandes problemas sociais, tais como assentamentos irregulares, deficiência de atendimento público educacional, social e de saúde. O problema se agravou devido ao fato de que o crescimento econômico da região metropolitana e da cidade de Serra estava intimamente ligado às atividades que demandavam uma mão de obra minimamente qualificada, o que acarretou a ampliação dos problemas socioeconômicos do município, marginalizando os trabalhadores menos qualificados, desencadeando diversos outros problemas socioeconômicos correlatos (SIQUEIRA, 2001, p. 93).

Os movimentos sociais que se desenvolveram no município de Serra, no início dos anos de 1980, estão inseridos em um contexto político marcado pelo início da redemocratização brasileira. Nesse período, os movimentos sociais passaram a se deparar com uma maior tolerância (em relação aos anos anteriores da Ditadura Militar) por parte das autoridades. Nessa mesma época, surgiam os partidos de esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) em Serra/ES que, juntamente com um segmento da Igreja Católica, vieram a colaborar na formação dos movimentos sociais, tais como a Federação das Associações dos Moradores de Serra (FAMS) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH).

As ações coletivas em Serra começaram a surgir junto com muitos dos bairros que se formavam na década de 1970. A necessidade material, questão mobilizadora importante (GOHN, 2001), uniu diversos indivíduos que chegaram em Serra em busca de trabalho e moradia. Ainda durante a década de 1970, ocorreram também manifestações por parte dos que haviam conseguido emprego, porém recebendo baixos salários. Outro tipo de ação coletiva praticado em Serra nos anos de 1980 era o fechamento de avenidas (A TRIBUNA, 04/08/1987).

A criação de uma federação de associações de bairros foi fundamental para que as ações coletivas tornassem ações sustentadas e, consequentemente em movimentos sociais. Os movimentos sociais serranos se mobilizaram, inicialmente, em torno de demandas materiais.

No caso da participação coletiva e organizada em Serra, notou-se que os repertórios utilizados eram basicamente as passeatas e os protestos em espaços públicos. Para que ocorressem as mobilizações, era necessário que houvesse redes de comunicação interpessoal e diversas formas de negociações contínuas, incluindo aqui a identitária (TILLY, 2005). Nesse sentido, compreender as negociações e as redes interpessoais é de grande valia para

compreender o processo de mobilização. No caso de Serra, observamos que as negociações também ocorreram entre as instituições que compartilhavam interesses e atores em comum, o que parece ter facilitado a produção de uma identidade compartilhada entre diversos setores sociais, assim como a construção de um alinhamento interpretativo, marcado por uma demanda mais ampla e clara: a necessidade de maior participação social. Referimo-nos a expressão "mais ampla" por conta de que notamos, por meio das entrevistas realizadas, que as demandas que agregavam atores para a ação coletiva eram inicialmente a precariedade dos serviços públicos prestados e que a FAMS, juntamente com as associações de bairros, seguimentos da Igreja católica e os partidos políticos, construíram um consenso de que era necessário maior participação social na gestão pública, desejando propor a criação de espaços institucionalizados de participação já no final dos anos de 1980. A FAMS, as CEBs e a CDDH realizaram o papel destacado por Tarrow (2009, p. 145) destinados justamente aos movimentos sociais, que era o de "inserir os descontentamentos em quadros interpretativos amplos que identificam uma injustiça" assim como "responsabilizar outros por ela e propor soluções". Os movimentos serranos souberam aproveitar o papel da emotividade no fornecimento do "calor" necessário para a mobilização, utilizando-se das carências sociais que marcavam o cenário serrano.

Assim, o que observamos em Serra foi justamente uma construção coletiva que envolveu diversos grupos, tais como a FAMS, o CDDH, as CEBs e os partidos políticos de esquerda (PT e PCB). Como destacaremos, esses grupos atuaram diretamente na conscientização das comunidades que as carências sociais deveriam ser compreendidas no contexto de um "quadro interpretativo" agregador e mobilizador de atores sociais em direção as suas resolutividades.

Em junho de 1978 a Associação dos Moradores do Parque das Laranjeiras realizou seu primeiro protesto. Após 15 dias sem coleta de lixo, moradores inconformados tomando ciência de que o prefeito, que era candidato a vice-governador do Estado, e o governador estariam no bairro fazendo um comício e inaugurando de um posto médico, resolveram protestar "decorando" o local, com aproximadamente 400 sacolas cheias de lixo. Ainda que o prefeito tivesse tentado retirar do local as sacolas, o cheiro impediu o comício de acontecer (A TRIBUNA, 23/10/1978). De acordo com notícia jornalística da época, a Associação dos Moradores do Parque das Laranjeiras logo se tornou referência para o surgimento de outras

associações em Serra (A TRIBUNA, 08/01/1985), sendo essa associação a que mais colaborou para o surgimento posterior de uma federação de associações em Serra.

O surgimento de movimentos sociais não ocorre em qualquer circunstância. Tarrow (2009) aponta que há uma correlação clara entre o surgimento de movimentos, abertura de oportunidades políticas e mudança nas restrições políticas. Parece-nos que o sucesso de algumas ações da Associação dos Moradores do Parque das Laranjeiras deixou claro aos demais moradores de outros bairros de Serra que havia um contexto de maiores oportunidades e menores restrições políticas do que durante os anos de 1970. Para compreendermos o surgimento, desenvolvimento e atuação dos movimentos sociais, entendemos que seja necessário compreendermos o contexto de oportunidades e restrições políticas que se configuraram no município de Serra durante os anos de 1980 e 1990. Nesse sentido, grande parte do histórico político de Serra era comum à realidade das demais cidades metropolitanas do sudeste brasileiro que se industrializaram a partir dos anos de 1960 e 1970.

A Federação das Associações de Moradores da Serra (FAMS), que se autodenomina "movimento popular" se apresentou, ao longo de toda a sua existência, como um dos movimentos sociais mais significativos e coesos de Serra. Esta emergiu no final da década de 1970, sendo fruto do trabalho da organização popular das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, da Pastoral Operária (PO), da Juventude para o Meio Popular (PJMP), do grupo de mulheres e das comissões temáticas (comissão de moradores, comissão de saúde e comissão de educação) (CARLOS, 2013, p. 100).

A FAMS foi durante as décadas de 1980 e 1990 o elemento aglutinador dos movimentos populares de Serra. Esteve sempre à frente dos protestos e diálogos com o poder público. A FAMS era composta de atores que compartilhavam o desejo de solidariedade e identidade, possuindo diversos vínculos. Dentre esses vínculos é possível mencionar o fato de serem, muitos deles, vizinhos; alguns trabalhavam na mesma empresa; frequentavam a mesma igreja e; seus filhos estudavam nas mesmas escolas. Estavam esses atores sob a mesma realidade social lhes dando uma identidade, o que corrobora para o surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais (TARROW, 2009).

Como destacou Tarrow (2009, p. 27), as ações coletivas "surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo". No caso de Serra notamos essas mudanças, marcadas pela menor repressão as ações coletivas e a

existência de incentivos proporcionados pela FAMS, pelas CEBs e partidos políticos de esquerda, mais especificadamente o PT e o PCB.

O discurso de "unidade", fundado em um "quadro interpretativo da injustiça" e o alinhamento interpretativo marcado pela "emotividade" possibilitou o fortalecimento do movimento social. Em outros termos, a produção de um alinhamento interpretativo [conquistas de direitos e aprofundamento da democracia] foi fundamental para o fortalecimento do movimento social serrano e a FAMS desempenhava o papel de "alinhar" a causa, dando unidade ao movimento. A Igreja Católica, através das CEBs, contribuiu decididamente para a formação dos movimentos sociais de Serra e, consequentemente, para a criação e fortalecimento da FAMS. Em um documento de 1986, cujo título é "proposta de reestruturação organizacional", encontramos a valorização que estava sendo dado ao papel da FAMS como entidade responsável de trazer coesão ao movimento social serrano.

Houve um interesse tanto do poder público em trazer para si algumas lideranças, como algumas lideranças encaravam a participação no poder público local como um repertório de ação eficiente em prol das demandas dos movimentos sociais de Serra/ES.

A FAMS deu início à construção de um espaço de participação social por meio da realização de congressos. A proposta da FAMS foi ampliar as discussões populares e superar a atitude meramente reivindicativa, típicas dos movimentos populares do início do dos anos de 1980. A proposta dessa entidade era tornar-se um espaço propositivo, marcado pela participação ativa dos cidadãos na apresentação de soluções para os problemas (CARLOS, 2006). Em 1986 a FAMS apoiada por militantes de partidos de esquerda e pela CEBs, realizou seu primeiro congresso. Já nesse congresso, ficou estabelecida a necessidade de ser criado o que seria chamado, posteriormente, de Orçamento Participativo. Estava claro o discurso de que era necessária a participação social na gestão pública e sua maior transparência. Por outro lado, o executivo municipal, mostrou-se oposicionista a tais pretensões. O caminho tomado pela FAMS foi rumo à câmara municipal, buscando tornar lei o intento de criação de um espaço institucionalizado de participação e controle social na gestão pública local. Goldstone (2003, p. 19) aponta que é comum os movimentos sociais influenciarem os legisladores. No caso de Serra, tal influência é notória na aprovação, em 1994, na Câmara dos Vereadores, da criação da Assembleia Municipal do Orçamento (AMO), Lei nº 1788/94, que viria a protagonizar, junto a FAMS, o processo de construção e prática do orçamento participativo e posterior emenda na Lei Orgânica Municipal que passou, em 1997, a determinar a

obrigatoriedade do orçamento participativo. A influência dos movimentos sociais sobre os partidos políticos, sobretudo sobre os legisladores, é tão presente que muitas vezes para compreendermos a lógica das aprovações de projetos de lei torna-se necessário compreender os movimentos sociais existentes naquele cenário (GOLDSTONE, 2003).

Todavia, a oficialização da AMO não foi suficiente para a efetivação do processo, uma vez que o executivo não cumpria as metas estabelecidas pela assembleia. A falta de vontade política, naquele período, inviabilizou a prática. A vontade política para a implementação do OP é de fundamental importância. O OP só passou a ser uma peça destacada na gestão municipal, em 1997, no primeiro mandato do prefeito Sérgio Vidigal (Coligação Frente Popular da Serra - PDT, PSB, PPS e PTB) (CARLOS, 2007, p. 131).

Já no ano seguinte, em 1995, a AMO e a FAMS passaram a elaborar a construção do orçamento participativo, tendo adesão de alguns poucos técnicos da prefeitura de Serra, a despeito do executivo municipal (CARLOS, 2006). Mobilizado diversas associações e moradores, foram realizadas diversas assembleias nos bairros, nas regionais criadas e assembleias gerais a fim de elaborar o orçamento para o ano de 1997. Como já havia se manifestado em oposição a esse projeto, o executivo não pôs em prática nada do que foi planejado. Apenas em 1998 o orçamento participativo passa a ser um instrumento "abraçado" pelo poder municipal. Com a vitória nas urnas do PDT, Sérgio Vidigal passa a realizar uma gestão mais próxima da FAMS e da AMO, colocando em prática o orçamento participativo.

Em síntese, como atestado por entrevistados que atuaram como delegados do OP e foram integrantes do Núcleo de Acompanhamento do OP (NAOP) de Serra, os movimentos sociais serranos, aproveitaram-se de um cenário favorável ao surgimento, no início da década de 1980, de associações comunitárias e da FAMS o que tornou possível a criação de um alinhamento interpretativo (que pode ser descrito como "necessidade de maior controle e participação na gestão pública") que conduziu o movimento a se tornar referência de organização popular no estado do Espírito Santo e conquistar, em 1998, a implantação do Orçamento Participativo em Serra/ES.

Com relação à posição dos partidos políticos frente aos confrontos, esses reagem de acordo com os incentivos políticos existentes. No caso do município de Serra, os partidos PDT e PSB atenderam à demanda dos movimentos sociais em criar um espaço institucionalizado de participação por compreender que se assim fizessem teriam apoio de líderes dos movimentos sociais.

O alinhamento interpretativo anterior ("necessidade de maior controle e participação na gestão pública") teve que ser ajustado a outro que daria sustentação ao movimento social serrano. Em documento produzido e distribuído pela FAMS em 1986, é possível identificar o quadro interpretativo que esta instituição desejava consolidar baseava-se na democratização da gestão pública e na unidade do movimento social.

Para a compreensão do alinhamento interpretativo construído alguns estudos buscam debruçar-se sobre os discursos, no entanto acreditamos que é observando as práticas do movimento social serrano ao longo dos anos de 1980 e 1990 que isso seja possível. Como acreditava Tilly, "sentidos são inseparáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos" (TILLY, 1978 apud ALONSO, 2012, p. 29). Observando a trajetória da FAMS notamos que seu intento foi, ao longo dos anos de 1980 e 1990, construir um alinhamento interpretativo em torno da necessidade de serem criadas instancias institucionalizadas de participação social na gestão pública, acreditando que seria o melhor caminho para ter as suas demandas materiais atendidas. Nesse sentido, parece-nos que a FAMS compreendeu aquilo que afirmou Tarrow (2009, p. 40): "a cooperação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados". Assim, a FAMS investiu na construção de um quadro interpretativo, possibilitando a clareza de "quem era" o movimento e "o que queriam".

Além da redução das restrições políticas, com o fim da Ditadura Militar, as novas oportunidades políticas foram propiciadas pela proximidade entre as CEBs, partidos políticos e movimento social, ampliando a participação ao nível de uma "sociedade civil". Certamente, como evidencia o conjunto das diversas narrativas de atores que viveram aquele momento aqui estudado, as carências urbanas e muitos interesses imediatos foram fundamentais para a mobilização social em Serra/ES. Nesse contexto a FAMS soube aproveitar essas oportunidades e criar quadros interpretativos que deram coesão ao movimento social, como observou Gohn (2001) ao tratar das mobilizações brasileiras.

A expansão de oportunidades políticas em Serra "não afeta apenas as alianças dos movimentos sociais, mas também seus opositores", o que já havia sido destacado por Tarrow (2009, p. 119), afirmando que "os movimentos que empregam violência atraem repressão física". A manifestação para a abertura do Dório Silva deixa claro que muitos participantes dos movimentos sociais já haviam percebido que suas ações geravam uma contra ação violenta do poder público, fato que levou vários indivíduos a não comparecerem ao evento. No entanto,

a atuação não contenciosa, marcada por um ato público pacífico, levou esses indivíduos a notarem que ações não violentas geravam respostas igualmente menos agressivas naquele momento de menor restrição e maiores oportunidades políticas de ação coletiva. Como destacou Tarrow (2009, p. 119) as ações bem-sucedidas dos movimentos sociais expandem as oportunidades de atuação de outros grupos e indivíduos, o que ocorreu em Serra/ES.

No período pós-transição, o PT, que possuía uma relação próxima com o movimento popular, perdeu as eleições municipais para políticos tradicionais que se revezavam no poder (José Maria Feu Rosa, ARENA/PDS e depois PMDB e João Baptista da Motta, PMDB e depois PSDB). Foi o PDT (em coligação partidária com o PPS e o PSB) que, em 1997, colocou em prática uma arena institucionalizada de participação política (CARLOS, 2006), momento que marcou uma divisória na história política dos movimentos sociais em Serra, conforme relatou uma ativista:

> [...] representou, de fato, um parâmetro entre duas fases distintas da política da Serra: o tempo do "abacaxi" com seu coronelismo agrário, de voto de cabresto e a que ele [Sérgio Vidigal] representou, de instituição e avanço da democracia participativa e popular na gestão pública da Serra (FAMS, 2009, p. 7, doc.135).

Para Carlos (2006, p. 31), foi por meio do PDT, com Sérgio Vidigal, um ano após instituído em lei municipal, que o orçamento participativo passou a vigorar, apresentando "um desenho institucional bem definido e com regras claras, constituído socialmente, conhecidas, estáveis, que garantem uma participação ampla e uma boa confiabilidade ao processo de eleições de demandas e de representantes populares".

Frente ao novo contexto político, os movimentos sociais de Serra/ES buscaram novas formas de atuação. Outros repertórios foram necessários ser mobilizados, tais como a parceria entre sociedade civil organizada e poder público e o Orçamento Participativo foi o caminho adotado para essa aproximação. Outra forma de atuação foi a entrada de representantes dos movimentos sociais na esfera pública, sobretudo em lugares estratégicos, como a presidência da Assembleia Municipal do Orçamento (AMO).

Em Serra o PT inicialmente se posiciona contrário ao grupo que implementou o orçamento participativo, isso por ter perdido o pleito de 1996, momento que a FAMS apoiou a coligação PDT-PPS-PSB. O PPS, antigo PCB, mais uma vez apontava que a aproximação entre movimentos sociais e Estado poderia ser um caminho frutífero para a sociedade serrana. Apenas

em 2000 o PT se aproximou do PDT e do PSB e passou a apoiar abertamente a aproximação entre os movimentos sociais e o poder público local por meio do orçamento participativo.

A partir da abertura de um novo espaço[3] de participação social, com a criação do orçamento participativo, o movimento social serrano ampliou a participação a outros atores. Ao analisar o orçamento participativo não nos é possível reduzir os atores sociais envolvidos ao conceito de movimento social. Os indivíduos que passaram a atuar com maior frequência na política local muitas vezes apresentam múltiplas atuações e presença em arenas diversas, tais como em protestos nas ruas, reuniões de conselhos municipais, participação ativa nas associações de bairro, em movimentos de proteção aos Direitos Humanos e melhorias de serviços públicos e no orçamento participativo, assim como reivindicando, muitas vezes como indivíduo desvinculado de grupos de interesses. Parece-nos ser equivocado isolar a atuação dos indivíduos a um único grupo ou espaço.

No caso mais específico da FAMS e do CDDH, construiu-se, a partir da proximidade com o poder público local, um cenário que expõem os seus militantes a diversos riscos, os quais dificultam um comportamento crítico e autônomo, o que pode desencadear-se em cooptação, submissão e perda da capacidade de oposição. Esse risco faz parte da realidade brasileira, sobretudo pela clara intencionalidade de muitos partidos políticos que ao chegar ao poder acabam "aparelhando" os movimentos sociais, tirando suas capacidades de oposição. Embora haja o risco de cooptação, isso nem sempre ocorre e os benefícios são vistos como maiores do que os riscos existentes na aproximação dos integrantes dos movimentos sociais com o poder público local.

Considerações Finais

Observamos que os problemas sociais e a ausência do Estado em alguns setores, somado a ampliação das oportunidades políticas e a redução das restrições possibilitaram a criação de um alinhamento interpretativo inicial, o qual se transformou em necessidade de criação de um espaço de participação social institucionalizado, onde a sociedade civil pudesse participar diretamente e juntamente com o gestor público municipal. O caminho

[3] É importante destacar que as demais formas de atuação dos movimentos sociais serranos se mantêm. Os repertórios de confronto continuam sendo mobilizados sempre que julgam necessário. Só na primeira quinzena de julho de 2015, foram realizadas duas manifestações públicas, uma marcada pela interdição da principal via pública (BR-101). Os desafiados, ora é o poder público, ora empresas privadas instaladas no município.

para a construção desse espaço deu-se marcado por diversos embates e aproximações, assim como a necessidade de mobilizar repertórios de ação coletiva diversos, para além daqueles destacados pela teoria do Processo Político.

Em síntese, identificamos que os movimentos serranos foram decisivos para que o orçamento participativo fosse oficializado no município de Serra no ano de 1997 por meio de sua inclusão na Lei Orgânica Municipal. Destacamos que as relações entre os movimentos sociais, partidos políticos e Estado a partir das novas configurações das oportunidades políticas e da redução das restrições de atuação devem ser compreendidas para além confronto político contencioso e da ideia de cooptação. Assim, movimentos sociais, partidos políticos e Estado podem, em certa medida, serem compreendidos como corresponsáveis pela construção dessa arena de participação social denominado orçamento participativo, rompendo com a simplória ideia de que esse instrumento de gestão se trata de uma política partidária ou fruto exclusivo da vontade política de alguns gestores.

Referências

A TRIBUNA. **Coleta de lixo gera revolta em Laranjeiras**. Vitória, 23 out. 1978.

A TRIBUNA. **Residencial Laranjeiras, uma comunidade onde todos ajudam**. Vitória, 08 jan. 1985.

A TRIBUNA. **Tumulto e protestos na Serra**. Vitória, 04 ago. 1987, 1 Cad, p. 14.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**. v. 2. N. 03, 2012, p. 21-41.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 08 jul. 2015.

BURGOS, Raúl. Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, sociedade covil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CARLOS, Euzineia. **Movimentos sociais e instituições participativas:** efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. Tese de doutoramento em Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

_____. Participação e cultura política no orçamento participativo. **Ciências Sociais Unisinos.** V. 42, n. 1, jan.-abr. 2006. pp. 27-34. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/938/93842104.pdf>. Acesso em 09 nov. 2015.

CORREIA, Claudia. Gestão Democrática da Cidade: construindo uma nova política. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma Urbana e Gestão Democrática:** promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ELEOTERIO, Isabele Santos. **Cidadania e saúde:** protesto pela abertura do Hospital Dório Silva. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. 2000. mineo.

GOHN, Maria Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez editora. 2013.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GOLDSTONE, Jack A. **States, Parties and social Moviments**. Cambrige, New York, USA, 2003.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político sobre a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 24, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>. Acessado em: 18 fev. 2015.

MARQUETTI, Aldamir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). **Democracia participativa e redistribuição:** análise de experiências do orçamento participativo. São Paulo: Xamã, 2008.

MEDEIROS, Rogério de Souza. Crítica e resignação nas atuais relações entre as ONGs e o Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, sociedade covil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

PAULINO, Vânia Seidler. **Articulação entre os atores sociais na década de 1980:** a constituição do projeto democrático participativo no município da Serra, ES. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

SALLUM Jr., Brasilio. Crise, democratização e liberalização no Brasil. **Clio Nova Série**, v. 14/15 (nº duplo), Lisboa, 2006.

SALLUM Jr., Brasilio. Metamorfoses do Estado no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003.

SERRA. **Agenda 21**, Estudo Temático: vetores de desenvolvimento e dinâmica populacional da Serra. Serra: Prefeitura Municipal da Serra/ES, v. I, 2000.

_____. Site institucional da Prefeitura Municipal de Serra. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br>. Acessado em: 10 ago. 2015.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **Industrialização e empobrecimento urbano**. Vitória: EDUFES, 2001.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Introduction to Part II:** Invention, Diffusion, and Transformation of the Social Repertoire. Movement European Review of History. v. 12, n. 2, p. 307-320. 2005.

MEDIADORES DO GOVERNO FEDERAL: PERFIL DA BUROCRACIA QUE DIALOGA

Joana Luiza Oliveira Alencar
IPEA

Daniel Pitangueira de Avelino
IPEA

Resumo: O Poder Executivo Federal brasileiro, desde a Constituição de 1988 até a recente edição do Decreto nº 8.243, de 2014, foi progressivamente estruturado de forma a permitir diversos canais de interação entre Estado e sociedade. Para compreender a maneira como ocorre essa interação e, principalmente, os tipos de resultados que é capaz de produzir, as análises focadas nas estruturas organizacionais não são suficientes para captar a complexidade do fenômeno e demandam o aprofundamento do estudo dos elementos humanos por trás desses diálogos. Com esse objetivo, o presente trabalho recupera os resultados do *survey* sobre o perfil da burocracia de médio escalão do governo federal, realizado em 2014, e promove uma análise de correlação entre os atributos dos respondentes que se manifestaram como mais habituados ao diálogo com atores não governamentais. Foram tratadas, entre outras características, a natureza do vínculo, a carreira, o setor e o órgão de exercício, o tempo de serviço, a experiência profissional e as atribuições, para tentar delinear, nos limites dos dados, um perfil médio do burocrata federal que interage com a sociedade.

Palavras-chave: agente público; perfil profissional; diálogo.

Abstract: Brazilian Federal Executive Branch, since the Constitution of 1988 to the latest edition of the Decree N. 8,243, 2014, was progressively structured to allow several ways of interaction between State and society. In order to understand how this interaction happens and especially the kinds of results that it is capable to produce, the focused analysis on organizational structures are not enough to capture the complexity of the phenomenon and requires a deepening into the studies of the human elements behind these dialogues. In order to do so, this paper retrieves the survey results on the profile of the mid level bureaucracy of the federal government, held in 2014, and promotes an analysis on the correlation between the attributes of the interviewed who demonstrated being more accustomed to dialogue with non-governmental agents. It were dealt, among other characteristics, the nature of the bond, the career, the sector and the exercise of authority, the duration of service, the work experience and functions, with regard to try to delineate, limited to the data, an average profile of the federal bureaucrat who interacts with society.

Keywords: public official; professional profile; dialogue.

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece no parágrafo único de seu primeiro artigo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos. A forma de exercício direto desse poder soberano pode tomar várias formas e produzir resultados diferenciados, mas sempre é orientada pela premissa de que os agentes públicos estão a serviço dos cidadãos. Nesse contexto, a burocracia estatal de médio escalão exerce um papel complexo, pois ao mesmo tempo está submetida a um regime

legal que determina sua atuação, à autoridade hierárquica responsável por sua indicação em comissão e ao dever de promoção da cidadania ativa.

O diálogo entre a sociedade e o burocrata aparece, nesse contexto, como uma estratégia válida para alinhamento da atuação de ambos em favor do interesse público. Sem esse contato, o agente estatal perde importantes parâmetros para aferição do que consiste esse interesse público a ser perseguido, no caso concreto, além daquilo já expresso na legislação em termos gerais e abstratos. Tornar o diálogo parte da gestão pública é, portanto, uma forma de promover a avaliação permanente e constante da atuação burocrática por atores não governamentais, a fim de identificar se e em que medida os objetivos institucionais estão sendo alcançados.

Nesse sentido, tão importante quanto estudar os arranjos e estruturas organizacionais é analisar os elementos humanos por trás desse diálogo. Um mesmo burocrata, na mesma organização e no mesmo posto que outro, pode adotar uma postura mais aberta ao diálogo e mais disposta à interação com atores não governamentais. Considerada essa variação, para compreender as interações entre Estado e sociedade é importante traçar um perfil da burocracia que dialoga.

1. Base de dados

Em 2014, a Escola Nacional de Administração Pública divulgou os resultados da pesquisa intitulada "Pesquisa sobre burocratas de médio escalão do governo federal" (FREIRE, 2014). O levantamento de dados ocorreu entre abril e junho de 2014, por meio de questionário autoaplicado direcionado aos ocupantes de cargos comissionados (DAS 1 a 5 e equivalentes) do governo federal, o que totalizou uma amostra de 25.334 servidores. Houve resposta a aproximadamente 9 mil questionários, que após sistematização resultaram em 7.223 respondentes válidos (FREIRE, 2014, p. 16-17).

A ENAP tornou pública a base de dados completa gerada pela pesquisa (ENAP, 2015). Além dos resultados, foram oferecidas a estrutura do questionário aplicado e as orientações sobre seus códigos e sintaxes. Dentro de uma perspectiva de construção coletiva do conhecimento, a divulgação da base de dados permite novas análises a partir das mesmas informações:

> Por fim, ressalte-se que um dos produtos mais relevantes da pesquisa é o próprio banco de dados consolidado, o qual será colocado à disposição na internet para futuras pesquisas científicas. Além de servir para descrição de variáveis exploratórias nesse relatório, a pesquisa poderá subsidiar também trabalhos posteriores relacionados a outras agendas de pesquisa (FREIRE, 2014, p. 67).

É nesse ponto que se insere o presente trabalho. Baseados nas informações coletadas pela pesquisa da Escola Nacional de Administração Pública, os dados sobre interação com a sociedade civil são evidenciados para, assim como foi traçado o perfil da burocracia de médio escalão do governo federal (CAVALCANTE; LOTTA, 2015), também possa ser delineado o perfil da burocracia que dialoga.

2. Metodologia

Com esse objetivo, o presente trabalho recupera os resultados do *survey* sobre o perfil da burocracia de médio escalão do governo federal (ENAP, 2014) e promove uma análise de correlação entre os atributos dos respondentes que se manifestaram como mais habituados ao diálogo com atores não governamentais. As respostas aos questionários foram escalonadas em valores numéricos quando possível, para permitir a comparação. Os dados sobre interação com agentes não governamentais foram testados com as seguintes características principais: Nível do cargo em comissão; Natureza do vínculo; Setor de governo; Tempo no cargo; Experiência profissional; Tamanho da equipe; Interlocutores; Sexo; Idade; Raça ou cor; Escolaridade; Deficiência física.

As características quantificadas em ordens numéricas foram testadas por meio de análise de correlação estatística, destacando aquelas com coeficiente de correlação mais alto. Os atributos que não puderam ser quantificados foram comparados por contagem ponderada, para identificar aqueles mais recorrentes no conjunto dos respondentes que admitiram a prática de diálogo com a sociedade. Os resultados de ambas as formas de medição foram reunidos em um conjunto de características mais frequentes para traçar o perfil médio do burocrata que dialoga.

3. Sociedade civil

A compreensão sobre o diálogo que conta com a participação de agentes da burocracia estatal demanda uma caracterização preliminar dos interlocutores em questão: a sociedade civil. Aqui reside um sutil afastamento entre a base de dados utilizada e a presente análise.

O conceito de sociedade civil não é uma construção recente, mas remonta às produções de Hegel, Marx e Gramsci como um contraponto à noção de sociedade política. Essa é a análise de Norberto Bobbio (1982, p. 26), com o seguinte alerta:

> Desse modo, ao contrário do conceito de Estado, que tem atrás de si uma longa tradição, o conceito de sociedade civil – que deriva de Hegel e reaparece atualmente, em particular, na linguagem da teoria marxiana da sociedade – é usado, até mesmo na linguagem filosófica, de modo menos técnico e rigoroso, com significações oscilantes, que exigem uma certa cautela na comparação e algumas precisões preliminares.

O autor analisa, desde os jusnaturalistas até a produção gramsciana, as transformações do sentido da expressão "sociedade civil", para demonstrar que significava elementos bastante distintos (BOBBIO, 1986, p. 24-32). Explica que, em contraste com a visão marxista, "a sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura" (p. 32), compreendendo "todo o conjunto das relações ideológico-culturais" (p. 33) e presente nas manifestações "da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações)" (p. 36). Coerente com essa análise, em uma passagem célebre dos *Cadernos do Cárcere* está a síntese do que Gramsci entende como sociedade civil:

> Por enquanto, podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "sociedade política ou Estado", planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico" (GRAMSCI, 2006, p. 20-21).

A literatura brasileira sobre movimentos sociais também discute o conceito de sociedade civil, que a depender da abordagem pode ser uma derivação da visão gramsciana ou estar direcionado especificamente a organizações não governamentais (ONG), fundações, entidades ou outras formas coletivas de formação de grupos de interesse, em um processo dinâmico de constante redefinição. Segundo Evelina Dagnino (2004, p. 100), "o resultado tem sido uma crescente identificação entre 'sociedade civil' e ONG, onde o significado da expressão 'sociedade civil' se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de 'Terceiro Setor'". Há, portanto, para a autora, uma insuficiência dessa noção, baseada em uma "concepção minimalista" (p. 108) da política e da democracia.

Em suma, as concepções adotadas no Brasil oscilam entre esses dois extremos: a concepção gramsciana ampla das relações ideológico-culturais, discutida por Bobbio (1986) e a concepção minimalista de Terceiro Setor, criticada por Dagnino (2004). Com a base de dados utilizada na presente pesquisa, não poderia ser diferente. O questionário utilizado para o

levantamento de dados da pesquisa previa, na parte referente à medição das interações, um item específico denominado de "sociedade civil", com a seguinte redação:

> 11. Pensando na rotina de trabalho do seu atual cargo em comissão (considere o último ano), indique com que frequência você interage (negociar, emitir e receber ordens, deliberar, solicitar informações etc.) com:
> [...]
> Sociedade civil (representantes de grupos de interesse, entidades de classe, ONGs) (FREIRE, 2014, p. 75).

O significado, muito embora seja mais amplo que a concepção "minimalista" (DAGNINO, 2004, p. 108), traz um elenco restrito de atores sociais considerados e se afasta da visão gramsciana mais ampla de "conjunto de organismos designados vulgarmente como 'privados'" (GRAMSCI, 2006, p. 20). Essa constatação é reforçada pela evidência de que, na mesma questão apresentada aos respondentes, é tratada em itens específicos a interação com "Mídia", "Cidadãos" e "Empresas privadas", como uma classificação diferente de "sociedade civil" (FREIRE, 2014, p. 75). Essa opção metodológica, inteiramente válida para os efeitos da pesquisa, precisa ser reavaliada tendo em vista outras concepções de sociedade civil, como aquela fixada no Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014:

> Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
> I - Sociedade civil - o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações; (BRASIL, 2014).

Em virtude dessa definição mais ampla, estabelecida em norma federal vigente, algumas outras categorias consideradas em apartado no questionário precisaram ser reunidas durante a análise para formar um "conceito amplo" de sociedade civil. Considerando a dicotomia gramsciana entre "sociedade civil" e "sociedade política ou Estado" (BOBBIO, 1986, p. 32-36), foi necessário agrupar sob essa categoria ampliada tudo o que pudesse ser caracterizado como interlocutor não estatal. Isso inclui especificamente na questão 11 os itens 9 (organismos internacionais), 11 (mídia), 13 (cidadãos), 14 (empresas privadas), além de algumas respostas gerais do item 15 (outros)[1]. Assim, para os resultados deste trabalho, o item 12 (sociedade civil) foi analisado como "conceito restrito" de sociedade civil, que em conjunto com os demais itens mencionados forma a sociedade civil em "sentido amplo".

[1] A lista completa de respostas consideradas no item 15 está no Anexo I.

4. Resultados

É possível considerar que o universo e a amostra da pesquisa podem não ser representativos de toda a burocracia estatal, mas apenas daqueles considerados de médio escalão, que exercem cargos em comissão de gestão intermediária, como era o foco do *survey* (FREIRE, 2014, p. 15-16). Ainda assim, os resultados trazem informações importantes sobre como esse segmento intermediário age em relação aos interlocutores não governamentais. Como foi utilizado um conceito mais amplo de sociedade civil, que envolve não apenas organizações e movimentos sociais, mas também cidadãos, mídia e empresas (inclusive fornecedores), os números podem parecer sobredimensionados para quem adota um conceito mais restrito.

Tabela 1 - Coeficientes de correlação entre habitualidade do diálogo com a sociedade civil e características do respondente - Brasil, 2014

Características do respondente	Diálogo com a sociedade civil em sentido estrito (item 12)	Diálogo com a sociedade civil em sentido amplo[1]
Nível do Cargo em Comissão	0,195	0,175
Tipo do Cargo em Comissão	0,028	0,056
Natureza do Vínculo	-0,082	-0,032
Setor de governo - Social	0,116	0,048
Setor de governo - Infraestrutura	-0,008	0,058
Setor de governo - Econômica	-0,064	0,033
Setor de governo - Órgãos centrais	-0,051	-0,128
Tempo no cargo	-0,036	-0,013
Experiência - federal	-0,044	-0,019
Experiência - estadual e DF	0,088	0,064
Experiência - municipal	0,065	0,040
Experiência - empresa privada	-0,003	0,014
Experiência - entidade não lucrativa	0,130	0,088
Tamanho da equipe	0,064	0,091
Sexo	0,023	-0,008
Idade	-0,015	-0,003
Raça ou cor - branca	-0,011	0,044
Raça ou cor - parda	-0,007	-0,050
Raça ou cor - preta	0,030	-0,006
Raça ou cor - amarela	0,009	0,014
Raça ou cor - indígena	0,015	0,007
Escolaridade	0,144	0,191
Deficiência	0,018	0,014

Fonte: ENAP, 2014.

1 - Incluindo organismos internacionais, mídia, cidadãos, empresas privadas e outras organizações listadas no Anexo I.

A Tabela 1 evidencia os coeficientes de correlação entre as medidas[2] de habitualidade do diálogo e algumas características dos respondentes. O coeficiente de correlação, obtido pela fórmula $\rho_{X,Y} = \frac{Cov(X,Y)}{\sigma_X \cdot \sigma_Y}$, procura medir o grau de alinhamento entre diferentes variáveis. No caso, todos os valores obtidos podem ser considerados pequenos (COHEN, 1988) ou fracos (DANCEY; REIDY, 2005), o que é insuficiente para concluir que exista alguma correlação entre as variáveis analisadas isoladamente. Ainda assim, algumas observações preliminares podem ser acrescentadas, a sugerir alguns caminhos para aprofundamento das pesquisas:

a) Os valores mais altos do coeficiente de correlação – como aqueles que envolvem o nível do cargo em comissão, a escolaridade e a experiência com entidades não lucrativas – reforçam a percepção de que essas características são favoráveis ao diálogo, o que pode ser testado em pesquisas mais específicas;
b) As possíveis correlações negativas também podem fornecer informações importantes sobre características que estão associadas à falta de diálogo. Em uma análise mais detalhada, por exemplo, é possível perceber que o coeficiente de correlação entre a atuação no setor de governo dos órgãos centrais e o diálogo com empresas privadas é de -0,198 – um primeiro indício de que o diálogo é mais difícil entre esses interlocutores especificamente;
c) Valores mais altos podem ser obtidos quando as mesmas variáveis são combinadas de forma diferente. Por exemplo, ao comparar, de um lado, uma medida composta pela escolaridade e pelo nível do cargo em comissão e, de outro lado, a habitualidade de diálogo ao mesmo tempo com organismos internacionais, mídia e sociedade civil em sentido estrito, o coeficiente de correlação resultante é de 0,339 – o que passa a ser considerado um valor médio de correlação (COHEN, 1988).

Após a verificação da correlação, a próxima análise é a identificação das características mais comuns nos servidores que praticam o diálogo, a fim de traçar o seu perfil. Nas tabelas a

[2] As respostas que puderam ser representadas por uma escala numérica crescente (nível do cargo, tempo no cargo, experiência, tamanho da equipe, idade e escolaridade) foram representadas por esses intervalos. As demais foram reduzidas a escalas binárias (0 ou 1) para indicar a presença ou não daquela característica. A característica da natureza do vínculo foi representada por uma escala tricotômica, com o valor 1 atribuído para os servidores efetivos de carreiras federais, o valor zero para comissionados sem vínculo e o valor 0,5 para os demais casos.

seguir, o diálogo com a sociedade civil foi medido de duas formas diferentes. A primeira procurou identificar uma medida de frequência simples, ou seja, a **quantidade de servidores** que declararam dialogar com os diferentes atores, independentemente da habitualidade com que ocorre esse diálogo. Assim, em uma contagem simples, foi identificado o número de respondentes, em cada categoria, que informaram interagir "raramente", "algumas vezes", "frequentemente" ou "sempre" com a sociedade civil (em sentido restrito ou em sentido amplo).

Em segundo lugar, a **habitualidade de diálogo** com a sociedade civil foi medida atribuindo os valores de 1 a 4 pontos para as respostas de "raramente" a "sempre", respectivamente, e o valor zero para as respostas "nunca" e "não se aplica". O resultado foi obtido por meio da média simples dos valores das respostas, para cada categoria, gerando uma medida de habitualidade de diálogo que varia de zero a quatro pontos. É importante mencionar que, diferentemente da contagem anterior, para obtenção da medida de habitualidade do diálogo foram levados em consideração todos os respondentes da categoria em questão, o que inclui aqueles que informaram as alternativas "não se aplica" ou "nunca" (às quais foram atribuídas o valor numérico zero). Assim, quanto maior o número de servidores que não declararam praticar o diálogo, em uma dada categoria, menor tende a ser a medida de habitualidade naquele caso.

Em cada uma das tabelas, os valores mais altos de número de servidores e de habitualidade foram destacados em fundo cinza.

Tabela 2 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por nível e tipo do cargo em comissão - Brasil, 2014

Nível e tipo do cargo em comissão	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Nível 1	1932	992	1,00	1652	0,92
Nível 2	1679	881	1,05	1439	0,89
Nível 3	1542	956	1,30	1386	1,02
Nível 4	1416	1057	1,58	1338	1,19
Nível 5	513	415	1,73	497	1,31
DAS 101	5326	3288	1,27	4792	1,04
DAS 102	1756	1013	1,18	1520	0,95
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

2 - Habitualidade é a média do valor das respostas para aquele segmento, que varia de zero (nunca interage) a 4 (sempre interage).

Tabela 3 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por tipo do vínculo funcional - Brasil, 2014

Tipo do vínculo	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Efetivo	5195	3145	1,18	4647	1,00
Sem vínculo	1395	851	1,44	1239	1,07
Aposentado federal	178	99	1,22	149	0,94
Outros Poderes e Esferas	154	114	1,73	139	1,16
Outros	44	18	0,73	34	0,78
Empregado público	116	74	1,22	104	0,98
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 4 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por setor de governo - Brasil, 2014

Setor de governo	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Social	2033	1357	1,48	1843	1,07
Infraestrutura	1363	861	1,23	1255	1,10
Econômica	1599	876	1,10	1431	1,06
Órgãos Centrais	2087	1207	1,15	1783	0,88
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 5 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por tempo no cargo em comissão atual - Brasil, 2014

Tempo no cargo atual (anos)	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
0 a 2	3851	2330	1,25	3463	1,01
3 a 5	1818	1174	1,33	1624	1,06
6 a 8	591	336	1,10	524	0,98
9 a 11	414	237	1,23	357	1,02
12 a 14	179	105	1,21	156	0,98
15 a 17	96	51	1,02	79	0,90
18 a 20	69	34	0,94	57	0,90
21 a 23	28	20	1,43	23	1,20

24 a 26	18	7	0,89	14	0,76
27 a 29	7	3	1,14	5	0,95
30 ou +	11	4	0,55	10	0,94
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 6 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por tempo de experiência no Poder Público federal, estadual ou distrital e municipal - Brasil, 2014

Tempo de experiência (anos)	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Poder Público federal					
0 a 2	966	561	1,26	839	0,98
3 a 5	921	564	1,40	833	1,05
6 a 8	912	570	1,27	827	1,03
9 a 11	836	543	1,30	767	1,08
12 a 14	554	353	1,25	503	1,07
15 a 17	386	224	1,20	341	0,98
18 a 20	499	286	1,13	443	0,96
21 a 23	224	135	1,15	200	1,02
24 a 26	254	158	1,22	225	1,02
27 a 29	454	258	1,11	401	0,96
30 ou +	1076	649	1,19	933	1,00
Poder Público estadual ou distrital					
0 a 2	6173	3671	1,21	5484	1,00
3 a 5	441	298	1,40	405	1,10
6 a 8	191	133	1,52	168	1,09
9 a 11	103	69	1,43	94	1,17
12 a 14	52	39	1,69	47	1,20
15 a 17	23	16	1,61	22	1,15
18 a 20	41	29	1,63	39	1,16
21 a 23	13	12	2,15	13	1,46
24 a 26	14	12	2,43	14	1,43
27 a 29	7	4	1,29	5	0,93
30 ou +	24	18	1,71	21	1,20
Poder Público municipal					
0 a 2	6681	4024	1,23	5953	1,01
3 a 5	199	141	1,55	183	1,12
6 a 8	72	44	1,38	64	1,07
9 a 11	56	35	1,39	47	0,98
12 a 14	23	19	2,04	21	1,25

15 a 17	14	13	2,14	13	1,49
18 a 20	11	6	1,27	10	1,06
21 a 23	11	10	2,45	11	1,80
24 a 26	7	3	1,14	4	0,76
27 a 29	3	2	1,67	2	0,72
30 ou +	5	4	2,00	4	1,13
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 7 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por tempo de experiência em empresas privadas e entidades sem fins lucrativos - Brasil, 2014

Tempo de experiência (anos)	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Empresas privadas					
0 a 2	3901	2382	1,25	3457	1,01
3 a 5	1386	852	1,27	1243	1,04
6 a 8	643	393	1,26	582	0,99
9 a 11	436	243	1,12	384	0,98
12 a 14	257	148	1,15	228	1,03
15 a 17	180	114	1,32	163	1,11
18 a 20	123	73	1,26	110	1,03
21 a 23	55	25	0,80	50	0,84
24 a 26	49	33	1,47	47	1,13
27 a 29	15	13	1,53	15	1,13
30 ou +	37	25	1,51	33	1,13
Entidades sem fins lucrativos					
0 a 2	6596	3945	1,20	5862	1,00
3 a 5	269	186	1,67	245	1,19
6 a 8	102	81	2,04	97	1,37
9 a 11	51	37	1,90	47	1,15
12 a 14	22	17	2,00	21	1,27
15 a 17	18	16	2,06	17	1,33
18 a 20	14	11	2,14	13	1,33
21 a 23	2	1	2,00	2	1,17
24 a 26	3	3	2,67	3	1,50
27 a 29	2	2	3,00	2	1,58
30 ou +	3	2	1,33	3	0,94
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 8 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por tamanho da equipe gerenciada - Brasil, 2014

Tamanho da equipe	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Nenhuma	1705	939	1,15	1435	0,87
1 a 9	2436	1338	1,11	2118	0,92
10 a 19	1187	736	1,28	1079	1,05
20 a 29	522	353	1,41	497	1,22
30 a 39	314	217	1,47	291	1,21
40 a 49	161	115	1,47	157	1,24
50 a 59	143	110	1,56	135	1,31
60 a 69	92	75	1,62	90	1,33
70 a 79	70	48	1,24	70	1,21
80 a 89	64	44	1,34	63	1,21
90 ou +	333	280	1,72	323	1,40
Total	**7027**	**4255**	**1,25**	**6258**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 9 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil segundo o sexo, raça ou cor e situação de deficiência - Brasil, 2014

Característica	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Sexo					
Masculino	4272	2610	1,22	3845	1,02
Feminino	2810	1691	1,28	2467	1,01
Raça ou cor					
Branca	4763	2916	1,24	4271	1,04
Parda	1845	1091	1,23	1621	0,96
Preta	289	175	1,43	255	0,99
Amarela	163	105	1,32	144	1,08
Indígena	22	14	1,59	21	1,11
Deficiência física					
Não	6937	4211	1,24	6190	1,02
Sim	145	90	1,41	122	1,09
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 10 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por idade - Brasil, 2014

Idade (anos)	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
20 ou menos	4	2	1,25	4	0,96
21 a 25	99	69	1,71	89	1,06
26 a 30	542	324	1,37	496	1,03
31 a 35	1136	699	1,26	1023	1,02
36 a 40	1038	623	1,18	939	1,00
41 a 45	915	567	1,27	827	1,06
46 a 50	1024	612	1,19	911	1,01
51 a 55	1061	617	1,15	919	0,95
56 a 60	767	474	1,27	676	1,05
61 a 65	342	217	1,38	297	1,08
66 ou +	154	97	1,31	131	1,02
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

Fonte: ENAP, 2014.

Tabela 11 - Habitualidade e número de servidores que dialogam com a sociedade civil por nível de escolaridade - Brasil, 2014

Nível de escolaridade (completo)	Respondentes	Diálogo com a sociedade civil			
		em sentido restrito		em sentido amplo[1]	
		servidores	habitualidade[2]	servidores	habitualidade[2]
Fundamental	11	6	1,64	9	0,95
Médio/Técnico	415	180	0,96	324	0,79
Graduação	2275	1250	1,11	1976	0,92
Especialização (*lato sensu)*	2794	1700	1,20	2497	0,99
Mestrado	1141	835	1,57	1074	1,22
Doutorado/Pós-doutorado	446	330	1,65	432	1,36
Total	**7082**	**4301**	**1,25**	**6312**	**1,02**

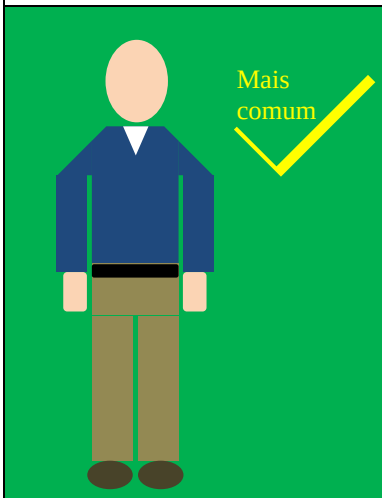
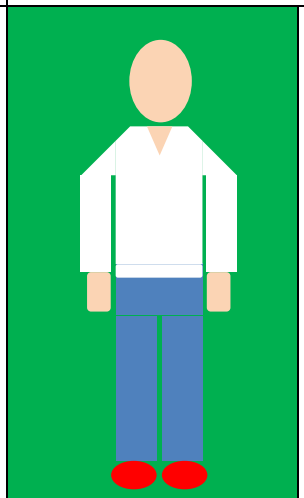
Fonte: ENAP, 2014.

Em síntese, em números absolutos, o perfil mais comum de burocrata que dialoga com a sociedade (em sentido amplo) é de um homem branco com cerca de 44 anos de idade[3] e pós-graduação *lato sensu*, sem deficiência, com vínculo efetivo em carreiras do Poder

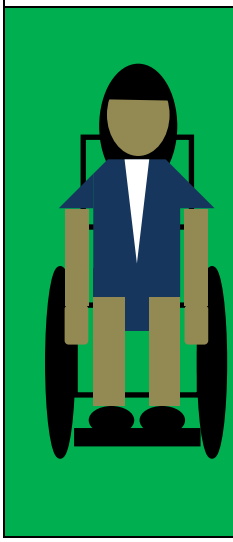
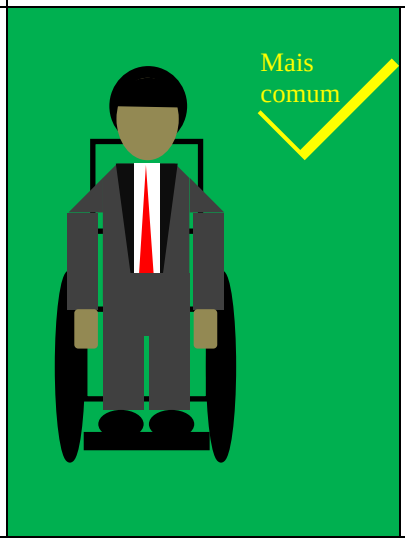
[3] Para as medidas numéricas, como idade, tempo no cargo, tempo de experiência e tamanho da equipe, foi feita uma média das informações prestadas pelos respondentes, ponderada pela habitualidade no caso dos dois últimos perfis.

Executivo Federal, nomeado para cargo em comissão de direção (DAS 101) de nível 1 há cerca de 3 anos e meio, atuando em órgãos do setor social do governo. Não há muita diferença no perfil comum de servidor que dialoga com a sociedade em sentido estrito.

Esse perfil, no entanto, está marcado pelos traços característicos da burocracia brasileira, assim como por eventuais sobrerrepresentações na amostra da pesquisa. Para tentar minimizar o efeito desses vieses, foi elaborado um segundo perfil, de natureza relativa, considerando a habitualidade de diálogo em cada um dos estratos possíveis.

<table>
<tr><th colspan="4">PERFIL DA BUROCRACIA QUE DIALOGA</th></tr>
<tr><td colspan="2">com representantes de grupos de interesse, entidades de classe, ONGs</td><td colspan="2">com representantes de grupos de interesse, entidades de classe, ONGs, organismos internacionais, mídia, cidadãos, empresas privadas e outros</td></tr>
<tr><td> 
</td><td>DAS 101.4
efetivo
setor social
homem branco
sem deficiência
pós-graduado
3,5 anos no cargo
44 anos de idade
chefia 36 pessoas
Experiência/anos:
14,3 federal
1,3 estadual
0,6 municipal
4,0 privada
0,7 não lucrativo</td><td>  </td><td>DAS 101.1
efetivo
setor social
homem branco
sem deficiência
pós-graduado
3,5 anos no cargo
44 anos de idade
chefia 29 pessoas
Experiência/anos:
14,3 federal
1,2 estadual
0,5 municipal
4,0 privada
0,5 não lucrativo</td></tr>
</table>

Com mais habitualidade ao diálogo com a sociedade civil em sentido estrito, o perfil mais favorável é de uma mulher indígena com doutorado, com deficiência, requisitada de outros poderes ou entes da federação, nomeada para cargo em comissão de direção de nível 5, atuando em órgãos do setor social do governo. Com mais predisposição ao diálogo com atores não governamentais em geral (sociedade civil em sentido amplo), o perfil mais favorável é de um homem indígena com doutorado, com deficiência, requisitado de outros poderes ou entes, nomeado para cargo em comissão de direção de nível 5, atuando em órgãos do setor de infraestrutura.

<table>
<tr><th colspan="4">PERFIL DA BUROCRACIA QUE DIALOGA</th></tr>
<tr><td colspan="2">com representantes de grupos de interesse, entidades de classe, ONGs</td><td colspan="2">com representantes de grupos de interesse, entidades de classe, ONGs, organismos internacionais, mídia, cidadãos, empresas privadas e outros</td></tr>
<tr><td>  </td><td>DAS 101.5
requisitada
setor social
mulher índia
com deficiência
doutorado
3,5 anos no cargo
44 anos de idade
chefia 37 pessoas
Experiência/anos:
13,9 federal
1,4 estadual
0,6 municipal
4,0 privada
0,8 não lucrativo</td><td> 
</td><td>DAS 101.5
requisitado
infraestrutura
homem índio
com deficiência
doutorado
3,6 anos no cargo
44 anos de idade
chefia 37 pessoas
Experiência/anos:
14,3 federal
1,3 estadual
0,5 municipal
4,1 privada
0,7 não lucrativo</td></tr>
</table>

Em todos os casos, os perfis aqui traçados são tipos ideais, que não correspondem necessariamente à população pesquisada. É significativo perceber que, nos dois primeiros casos, o perfil de servidor mais comum nas atividades de diálogo corresponde, em linhas gerais, ao perfil geral do servidor público federal. Nos dois últimos casos, é relevante notar que os servidores que mais se dedicam às atividades de diálogo são aqueles que revelam características de grupos sociais mais vulneráveis. Em síntese, qualquer servidor é capaz de realizar atividades de diálogo, mas tende a dialogar com mais habitualidade aquele com o qual o interlocutor se identifica mais.

Referências

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. (Biblioteca de ciências sociais; n. 23)

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, ano CLI, n. 98, Brasília-DF, segunda-feira, 26 de maio de 2014, p. 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela (orgs). **Burocracia de médio escalão:** perfil, trajetória e atuação. Brasília: ENAP, 2015.

COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences.** Hillsdale (NJ): Erlbaum, 1988.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DANCEY, Christine; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia:** usando SPSS para Windows. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Perfil da burocracia.** Base de dados em Excel. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2156>. Acesso em: 14 jul. 2015.

FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia et al. **Perfil da burocracia de médio escalão do Poder Executivo Federal:** resultados do survey. Brasília: ENAP, 2014. 102 p. (Cadernos ENAP, 39).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PERFIL DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS DO PT E DO PSDB

Diogo Rodrigues Lima
UENF

Hugo Borsani Cardozo
UENF

Vinícius Gomes
UENF

Resumo: Qual o caminho percorrido pelos políticos dentro das instituições políticas até sua eleição (ou reeleição) como deputados? Existem perfis de trajetórias diferentes segundo os partidos? Essas são algumas das questões que orientam esse trabalho. O estudo da trajetória política dos representantes implica observar os cargos eletivos, executivos, partidários ou sindicais ocupados ao longo de sua vida política. O objetivo do presente trabalho é uma análise comparada do perfil da trajetória política de deputados dos dois principais partidos políticos no governo e na oposição desde 2003, PT e PSDB, eleitos em 2014. Ambos partidos são, entre os grandes partidos brasileiros, os que apresentam melhor grau de identificação ideológica. Com o objetivo de determinar se tem mudado o início das carreiras políticas nos últimos anos, o trabalho inclui uma comparação entre as trajetórias dos legisladores que foram eleitos pela primeira vez em 2014 com aqueles que acumularam uma experiência de quatro ou mais legislaturas. As fontes de informação são as páginas *web* dos organismos eleitorais de cada país, das Câmaras de Deputados e dos próprios partidos políticos. Os dados foram processados no *software* estatístico SPSS, para análises descritivas segundo o partido.

Palavras-chave: partidos políticos; deputados brasileiros; governo; eleições.

Abstract: What is the path taken by politicians within political institutions until his election (or re-election) as members? There are different trajectories profiles according to the parties? These are some of the questions that guide this work. The study of political history of Representatives entails observing the elected officials, executives, partisan or union occupied throughout his political life. The objective of this study is a comparative analysis of the profile of deputies from political trajectory of the two main political parties in government and in opposition since 2003, PT and PSDB, elected in 2014. Both parties are among the large Brazilian parties, those with better degree of ideological identification. In order to determine whether you have changed the start of political careers in recent years, the work includes a comparison between the trajectories of the legislators who were elected for the first time in 2014 with those who have accumulated experience of four or more legislatures. Sources of information are the websites of electoral bodies in each country, the Deputies Chambers and the political parties themselves. Data were analyzed using SPSS software, descriptive analyzes according to the party.

Keywords: political parties; brazilian deputies, government; elections.

Introdução

Junto com os estudos do perfil das elites políticas, os trabalhos sobre a carreira política contribuem para entender as condições e características que favorecem uma trajetória política de sucesso e, portanto, definem o perfil da elite política de um país. Os

trabalhos sobre carreira política dos legisladores são os de mais recente desenvolvimento entre os estudos de elites políticas, especialmente no caso da América Latina. No caso brasileiro vale citar os trabalhos de Ranincheski (2003), Miguel (2003) e Rodrigues (2002).

Entre eles podem ser detectadas diferentes perspectivas de análise, que respondem, basicamente, ou a uma perspectiva mais sociológica e cultural, centrada nos processos de socialização dos representes políticos (perfil sócio demográfico e profissional), ou a uma perspectiva mais institucional, com ênfase nos processos institucionais, formais ou informais, que interferem na seleção dos representantes e nas suas trajetórias políticas (Alcántara *et. al*, 1997). O estudo das elites políticas tem suas origens em autores já clássicos como Pareto, Mosca e Weber, mas começa a ser desenvolvido de forma mais sistemática a partir do trabalho de Putnam (1976), adquirindo crescente atenção os tipos e níveis de profissionalização, as estratégias de carreira política e as características sócio demográficas dos representantes políticos.

Estudos sobre o recrutamento político como o de Norris (1997) incluem a vida política dos representantes e o processo de seleção no sistema político, ou seja, os diferentes regimes eleitorais dos países. Segundo o autor, o recrutamento pode ser definido como processo que junta uma série de variáveis como a estrutura de oportunidades, recrutamento e oferta de candidatos. Ainda no processo de recrutamento, outro elemento importante é o capital político – recursos que os candidatos contam – econômicos, contatos políticos, experiência política e partidária.

Interessa saber, portanto: que fator é mais importante para atingir a cadeira de deputado: ter ocupado previamente cargos eletivos no âmbito local ou cargos na direção de organismos públicos? Ter atuado na direção de organismos de classe, sindicatos ou organizações estudantis é uma característica presente nos deputados? Essas e outras questões orientam esse trabalho.

Partindo da premissa de que, para se eleger, o candidato pode seguir diferentes arranjos dentro das mais variadas instituições, o que teria influência sobre a carreira do político, Santana (2008, p. 133) explica que:

> Para melhor compreensão, considero que a ambição política de um político pode ser classificada em estática, progressiva, regressiva e dinâmica. A *ambição estática*, ou seja, desejo ou tendência de um político concorrer à reeleição, isto é, a ambição seria ficar no mesmo posto para o qual foi eleito. O avanço do político para um cargo, considerado “mais alto”, foi

> denominado de *ambição progressiva*. A *ambição regressiva*, que compreende a volta dos deputados para cargos de menor prestígio ou "mais baixos" dentro da hierarquia política de cada país. A "ambição dinâmica" é um comportamento típico do parlamentar que não possui objetivos de carreira na Câmara dos deputados e nem em arenas externas ao legislativo (Schlesinger, 1966; Pereira e Leoni, 1999; Santana, 2006).

Como no Brasil o sistema político é federativo, há uma maior variedade de cargos eletivos, supõe-se que os candidatos têm ambição progressiva, pois podem disputar por mais cargos.

1. Observações metodológicas

Foi construída uma base de dados com informações de perfil e carreira política dos deputados eleitos em 2014. Dentre estas, as variáveis básicas de sexo e idade, além de definir variáveis que possam identificar de forma detalhada o tipo de trajetória a partir dos diferentes cargos e funções desempenhadas pelos legisladores até o momento de sua eleição. Nos cargos executivos, procurou-se definir se o deputado atuou em cargos de âmbito nacional, estadual ou municipal, além da direção de empresas públicas. Esse aspecto é interessante, pois pode reforçar a tese de que os candidatos vêm nos cargos executivos uma ponte para a vida pública.

Na variável que define os cargos partidários também se considerou as ocupações nos âmbitos nacional, estadual e municipal, e também se o legislador ocupou algum cargo na juventude do partido. Todas essas opções justificam uma trajetória dos deputados nos quadros internos do partido, e seria também um elemento de alavanca para a carreira política eleitoral. Nos cargos políticos eletivos, foram considerados todos os possíveis: vereador, prefeito, deputado federal, estadual, senador, governador e presidente.

Além da trajetória definida pelos cargos supracitados, foram consideradas as atividades em movimentos sociais, sindicais ou representação de classe, visto que a ocupação de cargos eletivos nessas esferas constitui características que se diferenciam segundo partido e ideologia (Marenco y Serna, 2007). Há uma ramificação da variável de análise de atividades sindicais que visa destacar se os legisladores compuseram diretorias em movimentos estudantis, e se o fizeram se começaram suas atividades enquanto secundaristas ou universitários. A ideia da diferenciação das variáveis partiu do pressuposto de que o legislador pode ter exercido alguma função em uma organização estudantil e, posteriormente, atividades sindicais ou de representação de classe.

Com o objetivo de determinar se tem mudado o início das carreiras políticas nos últimos anos, o trabalho inclui uma comparação entre as trajetórias dos legisladores que foram eleitos pela primeira vez com aqueles que acumularam uma experiência de quatro ou mais legislaturas. A intenção é destacar o perfil dos candidatos e discernir sua atuação nas instituições de acordo com a experiência de mandatos.

2. Perfil dos Deputados do PT e do PSDB eleitos em 2014

No caso específico dos legisladores federais, o PT possui um total de 101 deputados computados, 68 (sessenta e oito) dos quadros analisados, que equivale a 67,3% do total de deputados verificados. Já o PSDB ocupa os 32,7% dos quadros restantes, que em números equivale a 33 deputados.

A fim de explicar e contextualizar melhor a realidade dos legisladores analisados, saber da distribuição dos quadros de acordo com a faixa etária, gênero, escolaridade e formação são pontos importantes. No âmbito profissional, por exemplo, pode-se identificar se sua formação corresponde de alguma forma ao trabalho desempenhado por um legislador em mandato.

A média de idade dos deputados analisados é de 54 anos. Na variável de identificação de sexo dos candidatos, apenas 8,9% dos deputados eleitos em 2014 no PT e no PSDB são mulheres, sendo que toda a categoria feminina se encontra concentrada no PT, que no total de 68 dos quadros, conta com 9 mulheres.

Quanto à escolaridade dos deputados, alguns dados não estavam ainda disponíveis para legisladores eleitos em 2014 por primeira vez (12,9% dos casos). Dos deputados do PSDB 45% possuem curso superior e do PT 50%. Com pós-graduação, o PSDB conta com 27,3% de seus deputados, frente a 30,9% no PT.

Foi realizado um levantamento para saber se há de fato uma concentração de cargos executivos, partidários e eletivos em ambos os partidos, para assim fazer os demais cruzamentos. A concentração de cargos executivos foi de 48,5% em ambos os partidos. Já nos cargos partidários a concentração foi maior: 61,4% dos deputados já ocuparam cargos partidários. Nos cargos eletivos prévios, o que desconsidera os deputados que a atual legislatura (2014), a concentração é de 85,1% dos candidatos em ambos os partidos. Esses dados reforçam a importância de se analisar as ocupações dos legisladores para traçar perfis de suas trajetórias políticas.

3. Trajetória política dos Deputados por experiência

Discutindo a questão da trajetória, tema central deste trabalho, surgiu o seguinte questionamento: há alguma transformação no perfil da trajetória dos candidatos de acordo com o número de legislaturas acumuladas? A partir dessa pergunta, foi elaborado um critério de classificação no qual durante a pesquisa ao encontrar um deputado cuja experiência ultrapassou 4 (quatro) mandatos, excluindo a legislatura atual (2015-2019), este recebeu a classificação de político profissional. Os critérios utilizados tiveram como parâmetro a execução de no mínimo 2 (legislaturas) somada as demais experiências políticas-eleitorais, sejam como prefeito, vereador, governador ou senador.

Para produzir uma avaliação preliminar que se limitasse a proposta do trabalho, analisou-se se os deputados exerceram ou não cargos executivos e partidários, segundo a classificação por partido e experiência política. A tabela 1 representa essa situação.

Tabela 1 - Relação de atuação em cargos executivos por partido segundo experiência política

Partido/Cargos Executivos			Quant. de mandatos (executivo ou legislativo)		Total
			Menos de quatro mandatos	Quatro ou mais mandatos	
PSDB	Cargo Executivo	Não	53,8%	30,8%	42,3%
		Sem dados	7,7%		3,8%
		Sim	38,5%	69,2%	53,8%
	Total		100% N=13	100% N=13	100% N=26
PT	Cargo Executivo	Não	39,5%	40,0%	39,7%
		Sem dados	11,6%	4,0%	8,8%
		Sim	48,8%	56,0%	51,5%
	Total		100% N=43	100% N=25	100% N=68
PT e PSDB	Cargo Executivo	Não	42,9%	36,8%	40,4%
		Sem dados	10,7%	2,6%	7,4%
		Sim	46,4%	60,5%	52,1%
	Total		100% N=56	100% N=38	100% N=94

No total de deputados que ocuparam algum cargo eletivo ao longo de sua trajetória, com mais de quatro mandatos de experiência mostra uma diferença de 14% em relação aos políticos menos experientes. No âmbito dos cargos executivos, a hipótese se mostra verdadeira, pois a maioria dos deputados que ocuparam cargos eletivos tem em seu currículo quatro ou mais mandatos, além da legislatura atual. Isso pode reforçar a divergência na

trajetória dos deputados mais novos, que supostamente percorriam outros caminhos na sua vida política que não envolvesse necessariamente cargos executivos. Cerca de 6,9% do total de deputados não tinham dados disponíveis.

Já na outra variável observada, que visa saber se o candidato ocupou algum cargo partidário ao longo de sua trajetória, constitui-se num dos elementos de análise para entender se os políticos, mais especificamente os legisladores, fazem uma trajetória dentro dos seus partidos de origem, para assim atingir os cargos eletivos. A tabela 2 mostra uma relação dos cargos partidários ocupados pelos deputados segundo partido e experiência política.

Tabela 2 - Relação de atuação em cargos partidários por partido segundo experiência política

Partido/Cargos Partidários			Quant. de mandatos (executivo ou legislativo)		Total
			Menos de quatro mandatos	Quatro ou mais mandatos	
PSDB	Cargo Partidário	Sem dados	15,4%	7,7%	11,5%
		Não	23,1%	15,4%	19,2%
		Sim	61,5%	76,9%	69,2%
	Total		100% N=13	100% N=13	100% N=26
PT	Cargo Partidário	Sem dados	20,9%	8,0%	16,2%
		Não	30,2%	4,0%	20,6%
		Sim	48,8%	88,0%	63,2%
	Total		100% N=43	100% N=25	100% N=68
PT e PSDB	Cargo Partidário	Sem dados	19,6%	7,9%	14,9%
		Não	28,6%	7,9%	20,2%
		Sim	51,8%	84,2%	64,9%
	Total		100% N=56	100% N=38	100% N=94

Também nos cargos partidários, os candidatos eleitos com mais experiência política ultrapassaram em 32,4% os deputados menos experientes. No caso do PSDB há uma boa distribuição com uma pequena vantagem dos deputados experientes. No PT a diferença é expressiva, sendo praticamente o dobro de deputados experientes que ocuparam cargos dentro de seu partido.

Esses dois resultados mantêm a linha de alta concentração de cargos partidários e executivos em ambos partidos, o que reforça a trajetória dos candidatos dentro dos partidos e instituições políticas no caso brasileiro, sendo elemento importante na carreira política, pois são vetores da ambição dos candidatos.

4. Cargos eletivos previamente ocupados

Para avaliar a experiência adquirida e tentar classificar a ambição dos candidatos (Santana, 2008) é preciso analisar os cargos eletivos ocupados previamente. A pesquisa buscou estabelecer os dois primeiros cargos eletivos ocupados pelos deputados. O objetivo é identificar com qual tipo de ambição os legisladores brasileiros se encaixam melhor. As tabelas 3.1 e 3.2 apresentam os primeiros e segundos cargos eletivos ocupados pelos eleitos em 2014, respectivamente.

Tabela 3.1 - Primeiro cargo eleitoral

Primeiro Cargo Eleitoral	Partido		Total
	PSDB	PT	
Nenhum	21,2%	10,3%	13,9%
Deputado Estadual	24,2%	32,4%	29,7%
Deputado Federal	24,2%	20,6%	21,8%
Prefeito e vice-prefeito	9,1%	7,4%	7,9%
Vereador	21,2%	29,4%	26,7%
Total	100% N=33	100% N=68	100% N=101

Tabela 3.2 - Segundo cargo eleitoral

Segundo Cargo Eleitoral	Partido		Total
	PSDB	PT	
Nenhum	24,2%	16,2%	18,8%
Deputado Estadual	30,3%	27,9%	28,7%
Deputado Federal	33,3%	29,4%	30,7%
Prefeito e vice-prefeito	9,1%	16,1%	13,9%
Vereador	3,0%	10,3%	7,9%
Total	100% N=33	100% N=68	100% N=101

Para a análise, foi realizada uma contagem dos primeiros e segundos cargos eletivos de cada deputado do total de 101 analisados, a fim de verificar se o candidato "subiu" ou "desceu" de cargo. Em relação aos candidatos do PT pode-se identificar uma ambição progressiva, nos parâmetros acima mencionados, já que há um aumento relativo na porcentagem de deputados federais, uma diminuição do quadro de vereadores em relação à primeira eleição (cerca de 19%). Também é possível observar um aumento relativo de participação em todas as instâncias políticas, seguindo um caminho ascendente à suposta estrutura da carreira política (Miguel, 2003, p. 117).

Em relação aos candidatos do PSDB a ambição progressiva é ainda mais observável. Há um aumento relativo de todos os cargos ocupados da primeira para a segunda eleição dos candidatos e uma diminuição do número de vereadores, considerada a instância menor na hierarquia política-eletiva.

5. Atividades Sindicais e Organizações/Associações de Classe

As atividades exercidas pelos deputados antes de sua iniciação na vida político-partidária também são importantes para o estudo do perfil de trajetória. Estudos como o de Miguel (2003) e Marenco y Serna (2007) apontam para a diferenciação na carreira segundo ocupações prévias à vida eleitoral, como atividades sindicais, organizações ou associações de classe. A pesquisa incluiu a investigação da participação desde movimentos estudantis secundaristas até as diligências sindicais. No caso específico das organizações estudantis, a falta de dados disponíveis impossibilitou uma análise mais profunda dessa distribuição de atividades segundo partido.

No caso das atividades sindicais, a hipótese é que maior porcentagem de deputados de partidos mais à esquerda teriam iniciado suas carreiras políticas em movimentos sociais e sindicatos, enquanto uma maior porcentagem de deputados de partidos de centro ou direita, iniciariam sua atividade política em associações profissionais ou de classe (associação de empresários ou comerciantes, por exemplo). A fim de distinguir essas categorias segundo partido e espectro ideológico, a tabela 5 demonstra a relação entre as atividades exercidas pelos candidatos antes de sua vida eleitoral.

Tabela 4 - Participação dos legisladores em associações de classe e atividades sindicais.

Associações de Classe e Atividades Sindicais	Partido		Total
	PSDB	PT	
Sem dados	6,1%	5,9%	5,9%
Dirigente Agrícola		1,5%	1,0%
Dir. de Associação de Classe	6,1%	2,9%	4,0%
Dir. de Outras Associações	12,1%	17,6%	15,8%
Dirigente Sindical	12,1%	27,9%	22,8%
Nenhum	63,6%	39,7%	47,5%
Representante de Classe		4,4%	3,0%
Total	100% N=33	100% N=68	100% N=101

É possível observar uma maior concentração de dirigente de associação de classe no PSDB, partido considerado mais à direita e uma maior concentração de dirigentes sindicais no PT, partido mais à esquerda. No caso da direção de sindicatos, o PT mostrou uma concentração maior de deputados que foram da mobilização sindical antes de se candidatarem. Este resultado é parecido com a pesquisa realizada no período anterior (2011-2015) e está dentro da previsão de resultados parciais.

Conclusões

Vários elementos que comprovam um perfil de trajetória segundo partido foram identificados na pesquisa. O PT apresentou a maior concentração de cargos executivos e partidários, bem como maior participação em atividades sindicais. No caso dos cargos executivos, o partido pode apresentar maior concentração graças ao tempo ocupando o governo do país.

Na trajetória dentro dos partidos, os partidos de esquerda (Rodrigues, 2002) usualmente contam com a formação de suas bases dentro do partido, o que justificaria a concentração maior de deputados do PT que ocuparam cargos partidários. A mesma explicação pode ser dada para a maior concentração das atividades sindicais. Ainda nessa classificação, o PSDB também se mostrou ativo na ocupação de cargos dentro e fora dos partidos, com uma boa concentração em cargos executivos e partidários. No âmbito das atividades sindicais, também apresenta parte de seus quadros, especialmente na direção de associação de classe, reforçando seu padrão de partido mais à direita.

Referências

BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (Eds.) **Parliament Representatives in Europe**, 1848-2000. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CORDERO, Rodrigo. La composición social de lanuevaCámara de Diputados: cambios y continuidades (1961-2010). In: HUNNEUS, Carlos, BERRIOS, Fabiola, GAMBOA, Ricardo (Orgs.). **Laselecciones chilenas de 2005**. Santiago: Catalonia, 2007.

HUNEEUS, Carlos. **La derechaenel Chile después de Pinochet:** el caso de laUniónDemócrata Independiente. KelloggInstitute, WorkingPaper, n. 285, 2001.

LEMOS, Leany B. de Sousa e RANINCHESKI, Sonia. **Carreras políticas enel Senado brasileño:** Unestudio de lascomposicionesdel Pleno y de laComisión de Constitución, Justicia y Ciudadaníaenla década de 90. LateinamerikaAnalysen. Hamburg, v. 4, p. 3-30, 2003.

MARENCO, André y SERNA, Miguel. **Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais?** Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, 2007.

MICHELS, Robert**. Sociologia dos partidos políticos**, Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. **Capital político e carreira eleitoral:** algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 20, 2003.

NORRIS, Pippa. **Passages To Power.** LegislativeRecruitment In AdvancedDemocracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PUTNAM, Robert. **The Comparative Study of Political Elites.** New York: Prentice-Hall, 1976.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social.** Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara de Deputados. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTANA, Luciana. **Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras:** Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Teoria e Sociedade, Belo Horizonte, n. 16, 2008.

A CULTURA POLÍTICA NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES (CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ)

Elson dos Santos Gomes Junior
Professor do IFF e mestrando do PPGSP da UENF.

Resumo: Os estudos referentes à "cultura política" tiveram seu marco na Ciência Política norte-americana com Gabriel Almond em 1956, quando utilizou pela primeira vez o termo. Segundo Rennó (1998), este arcabouço conceitual, mesmo que de forma implícita, abordou questões como "subculturas políticas", "socialização política" e "mudança na cultura" desde a Antiguidade. Desta forma encontra-se presente desde os estudos políticos clássicos. No âmbito destes estudos, primeiro esta pesquisa buscou identificar e caracterizar os integrantes do assentamento Zumbi dos Palmares situado no Norte Fluminense, e identificar sua forma de organização e a mobilização sociopolítica. Segundo, verificou o índice de mobilização instrumental em relação ao de mobilização a valores, considerando as práticas destes indivíduos em relação ao exercício da cidadania. Por último, caracterizou as formas de socialização política existentes entre os habitantes do meio urbano da cidade de Campos dos Goytacazes e os integrantes do Zumbi dos Palmares. Deste conjunto de variáveis que partiu da hipótese de que, os assentados tenderiam por conta de uma vida em comunidade iniciada com a forma "acampamento" a possuir uma cultura política mais "intensa" que os moradores do meio urbano (Campos dos Goytacazes-RJ).

Palavras-chave: cultura política; associativismo; assentamento rural.

Abstract: The studies on the "political culture" had their milestone in Science US policy with Gabriel Almond in 1956, when first used the term. According Rennó (1998), this conceptual framework, even if implicitly, addressed issues such as "political subcultures", "political socialization" and "change in culture" since ancient times. This way is present from classic political studies. In these studies this research aimed to first identify and characterize members of Zumbi dos Palmares settlement located in the Norte Fluminense, and identify its form of organization and the socio-political mobilization. Second, found the instrumental mobilization index in relation to the mobilization of the values, considering the practices of individuals in relation to citizenship. Finally, characterized existing forms of political socialization among the inhabitants of the urban environment of the city of Campos dos Goytacazes and members of Zumbi dos Palmares. This set of variables hypothesized that the settlers tend because of a life-initiated community shaped "camp" to have a political culture more "intense" than residents of urban areas (Campos dos Goytacazes-RJ).

Keywords: political culture; associations; rural settlement.

Introdução

No Rio de Janeiro o MST se consolidou em finais da década de 1990, tendo a região Norte Fluminense como a área de concentração de suas ações. Marcada pela histórica atividade canavieira, principalmente em Campos dos Goytacazes (Lewin *et al*., 2005, p. 65), possui grandes propriedades onde, com a falência do setor sucroalcooleiro, apresentou um quadro propício para atuação do movimento.

Os integrantes destes assentamentos (total de 11 na região Norte Fluminense) são oriundos tanto do meio rural quanto do urbano e, como afirma Belo (2012, p. 70), construíram organizações tanto em confluência quanto em oposição às propostas organizativas do MST. A diversidade de formas associativas e de mobilizações salienta a existência de disputas pelo direcionamento da atuação de indivíduos e sujeitos no campo. Para Neves (2008, p. 35) estes "agentes mediadores" são eficientes em processos de organização, na circulação de ideias, na construção de estratégias, que são geralmente agregadas em torno de movimentos associativos e instituições.

Apesar da existência de disputas e conflitos internos referentes ao MST e demais assentados, é possível salientar a presença de formas associativas que, por meio das possibilidades jurídicas do uso social da terra entre outros fatores, apontam para características tanto instrumentais quanto a valores (Azevedo e Prates, 1995, p. 105). A primeira pode ser preliminarmente discutida a partir do cálculo olsoniano baseado na relação entre custo e benefício. Para Olson (2011, p. 36) as formas associativas estão permeadas por estes cálculos e os indivíduos apenas dispõem de suas energias quando o primeiro (custo) é menor que o segundo (benefício).

No que tange a associação a valores, segundo Putnam (1997, p. 113), as organizações além de proporcionarem a socialização de formas de ação, também contribuem para o fortalecimento de laços de confiança. Neste sentido, o que possibilita frações de movimentos como o MST e/ou população rural assentada continuarem atuantes mesmo depois de conquistas materiais, está associado a um aprendizado que se inicia com a participação no acampamento, com sua importância simbólica e pedagógica (Sigaud, 2004, p. 14; Belo e Pedlowski, 2014, p. 76); ou seja, o compartilhar de concepções e valores que se consolidaram ao longo do tempo, contribuem para a manutenção da mobilização de indivíduos e atores mesmo quando estes alcançam suas conquistas particulares.

Os conceitos de "mobilização sociopolítica" e a "sofisticação política" (Azevedo e Fernandes, 2014, p. 201) tornaram-se centrais no sentido de identificar e caracterizar a cultura política existente na atuação do MST e demais assentados ligados em algum grau ao movimento, mais precisamente, dos integrantes do assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana (RJ). Estes conceitos complementam o esforço de caracterização da forma associativa e de atuação dos assentados e do MST no referido assentamento.

Neste quadro conceitual este estudo apresenta as características da cultura política do assentamento Zumbi dos Palmares, tomando como referência estudo anterior envolvendo a temática em Campos dos Goytacazes e Macaé. Com isso, a partir dos desdobramentos teóricos denominados pela literatura especializada de "Nova Cultura Política" (NCP), direciona sua análise para o entendimento da atuação (cultura política) dos integrantes do Zumbi dos Palmares.

1. Área de estudo e coleta de dados

O assentamento Zumbi dos Palmares está localizado entre os municípios de São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), mais precisamente, entre as coordenadas 21º 32' e 21º 45' S e 41º 11' e 41º 16' W. Apesar de ser considerado numericamente como único assentamento, divide-se em cinco núcleos, 506 lotes, em uma extensão de 8.00,293 hectares e uma área útil de 5.924,1 hectares (FAO/INCRA, 1999).

Sobre o questionário aplicado no Zumbi dos Palmares, salientamos ser o mesmo que foi usado para realização da pesquisa sobre cultura política em Campos dos Goytacazes e Macaé. Esta pesquisa, onde parte das análises encontra-se em Azevedo e Fernandes (2014), foi organizada pelo Observatório das Metrópoles em parceria com a Universidade Candido Mendes e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Como os estudos referentes à cultura política são, desde sua formalização na Ciência Política, estudos comparativos (Almond e Verba, 1992, p. 178; Rennó, 1998, p. 89), foi utilizado o mesmo questionário aplicado na pesquisa sobre Campos e Macaé (Azevedo e Fernandes, 2014) para coleta de dados, possibilitando assim, a elaboração dos indicadores a respeito da cultura política do assentamento Zumbi dos Palmares.

Assim, além do questionário, foram utilizados para coleta de dados os seguintes instrumentos: caderno de campo e o roteiro de entrevista semi-estruturado; além de consulta a dados coletados em pesquisa anterior[1]. Estas atividades necessitaram de inúmeras visitas ao campo, as quais foram realizadas por meio de transporte público até os arredores dos núcleos. Vale ressaltar que todo o Zumbi dos Palmares foi percorrido a pé, com intuito de registrar, fotografar e estabelecer contatos, e que esta prática não deixou nenhuma rua do assentamento sem verificação.

[1] Ver Gomes Junior (2013).

2. Resultados

As contribuições da chamada "Nova Cultura Política" (Clark e Navarro, 2007) inserem-se em um momento histórico que não é conjuntural; ou seja, seus defensores afirmam que esta renovação teórica responde a uma série de transformações cujos elementos se encontram diretamente associados à chamada globalização. Neste sentido, inserem-se a intensificação do fluxo de capitais, os fluxos migratórios, mudanças nas formas de participação política, entre outros, evidenciadas nos países desenvolvidos.

Neste quadro, pesquisas buscaram analisar a influência destas mudanças em países em desenvolvimento, como o Brasil (Azevedo *et al*., 2012). Os indicadores construídos em tais pesquisas, entre eles, associativismo, mobilização sociopolítica, exposição à mídia e socialização secundária, mostram que na perspectiva teórica da nova cultura política o Brasil possui, no geral, baixos índices em relação a outros países estudados (Azevedo *et al*., 2009 a, p. 352). Assim, a presente pesquisa utilizou estes quatro indicadores como cerne da análise sobre a cultura política no Zumbi dos Palmares.

A região Norte Fluminense, mais precisamente Campos dos Goytacazes e Macaé, devido o quadro de mudanças econômicas que possibilitou maior fluxo de capitais e pessoas, elevou estas cidades à condição de pólos econômicos regionais. Como tais, atraíram o interesse de instituições e pesquisadores onde, entre outros estudos, foram realizadas pesquisas sobre a cultura política (Azevedo e Fernandes, 2014).

Considerando as possibilidades metodológicas em relação ao caráter comparativo dos estudos sobre cultura política (Rennó, 1998, p. 75), o questionário aplicado para coleta de dados no assentamento Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana - RJ) foi o mesmo utilizado na pesquisa que abordou a cidade de Campos dos Goytacazes.

As análises realizadas nesta pesquisa são baseadas na construção de índices compostos, ou seja, cada índice é construído com base em um grupo de variáveis que o constitui. Desta forma, para a análise das formas de associativismo, foram consideradas as informações sobre as seguintes formas associativas: partido político, sindicato, grêmio ou associação profissional, igreja ou outra associação religiosa, grupo desportivo, cultural ou recreativo, grupo de associação voltada para defesa do meio ambiente e, por último, participação em outra associação voluntária qualquer.

Para análise da mobilização sociopolítica foram as seguintes informações: ação em defesa do meio ambiente, participação em fórum na internet, aparecer na mídia, contribuição para causas públicas, contatar político, participar de comício ou reunião política, participar de ato público (meio ambiente), participar de manifestações sociais, boicotar produtos e participação em abaixo-assinado.

Com relação ao índice de socialização secundária, foram utilizadas informações sobre: a regularidade com que os assentados conversam sobre política com os vizinhos, em reuniões associativas, em casa ou de seus familiares, em encontro com os amigos e no local de trabalho. Por último, no índice de exposição à mídia informativa e sua utilização para obter informações sobre política foram utilizadas informações sobre o uso da internet, do rádio, televisão e jornais.

A construção e análise dos quatro índices possuem um grau de variação que vai de 0 a 3. Sendo assim, quanto mais próximo estiver de 0, o indicador apresenta a não participação dos indivíduos na forma de ação contemplada. Já o contrário, quanto mais próxima de 3, mais os indivíduos comprovam participação no conjunto informado para construção do índice. Nestes termos, podemos avançar em direção às análises e resultados obtidos sobre a cultura política no assentamento Zumbi dos Palmares.

Os índices de associativismo mostram, de forma geral, uma intensidade muito baixa (ou seja, em uma escala de ponderação de 0-3 nenhuma das formas de associativismo ultrapassou sequer os 2 pontos)[2]. Além disso, com exceção do associativismo profissional e religioso, as demais são pouco significativas. A exceção é a "participação em grupo cultural ou recreativo", isto pelo fato de o assentamento já ter possuído ponto de cultura, grupos de fabrico de artesanato, práticas artísticas e uma escola de agroecologia[3] (Gomes Junior, 2013, p. 17).

No que se refere à mobilização[4] sociopolítica do Zumbi dos Palmares o maior índice é o "comício e reunião política", seguido de "abaixo-assinado". Os demais índices aparecem

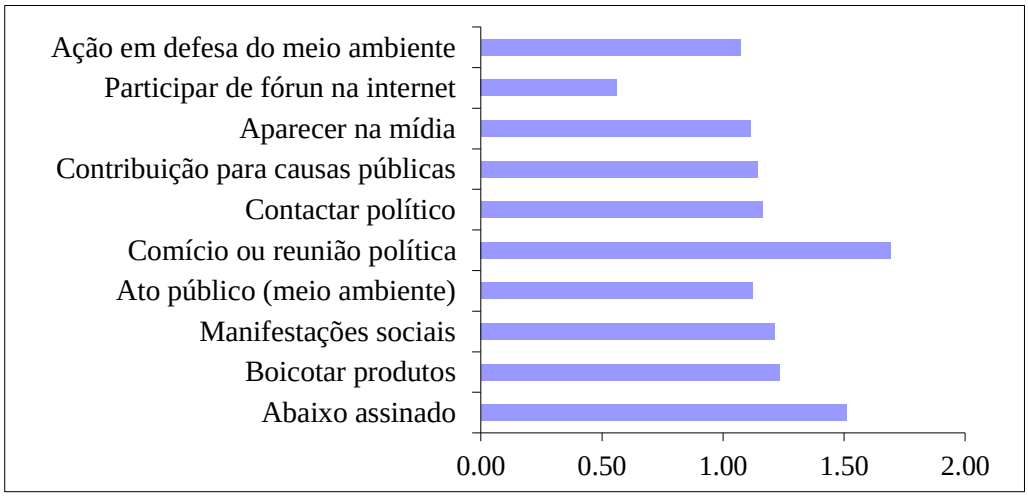
[2] Quando afirmo que estes índices são baixos, saliento que poucas das variáveis assinaladas ultrapassam metade das possibilidades de intensidade. Além disso, em um quadro de pesquisas mais geral e que abrange as metrópoles brasileiras em relação a de outros países, a cultura política dos brasileiros também é evidenciada como de pouca intensidade. Ver Azevedo, Sergio de. et al. Metrópoles, cultura política e cidadania no Brasil. Cadernos Metrópole (PUC/SP), v. 11, p. 347-366, (2009a).

[3] Chamada pelos assentados de "Escolinha de Agroecologia" é um espaço de encontro realizado uma vez por mês com o intuito de trocar experiências e soluções agrícolas sustentáveis. Além disso, muitas experiências homeopáticas são socializadas. Por muito tempo funcionou no CIEPE de Travessão, no entanto, atualmente a proposta é de que seja itinerante e que possa ser realizada em outros Assentamentos.

[4] O conceito de "mobilização sociopolítica" possui nesta pesquisa o significado de formas de organização e/ou participação de ações em prol de alcançar e/ou contribuir com interesses extra-individuais.

com um grau de mobilização muito próximo, excetuado o item "participar de fórum na internet", que tem desempenho muito baixo.

Gráfico 1 - Mobilização sociopolítica dos integrantes do Zumbi dos Palmares



É possível dizer que os índices de mobilização sociopolítica dos integrantes do Zumbi dos Palmares, excetuando "comício e reunião política" (que de forma singular supera "abaixo-assinado"), também são relativamente baixos quando comparados aos índices obtidos em pesquisas sobre cultura política que consideram elementos da Nova Cultura Política (Azevedo, Sergio de. *et al*., 2009 a, p. 352).

A grande novidade é que, pela primeira vez em pesquisas deste tipo, o item "comício ou participação política"[5] aparece em primeiro lugar superando o "abaixo-assinado" que sempre se apresenta como a manifestação mais utilizada, até mesmo, pelo fato de se tratar de um instrumento que exige menor custo de participação (ou seja, apenas uma assinatura) como bem afirma Olson (2011, p. 36).

Azevedo e colaboradores (2009 b, p. 711) apresentaram uma possibilidade explicativa em estudo realizado sobre a chamada "nova cultura política" (NCP) onde foram analisados sete países, entre eles, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Suécia, Espanha e Portugal. Em todos estes países, a modalidade de ação sociopolítica "abaixo-assinado" é superior ao

[5] O que foi verificado, primeiramente, na cidade de Campos dos Goytacazes (Azevedo e Fernandes2014) e posteriormente no Zumbi dos Palmares por meio desta pesquisa. No entanto, no primeiro caso, a questão não foi problematizada pelos autores no trabalho publicado no referido ano. Mesmo sem este tratamento e abordando outra realidade, o trabalho de Azevedo e colaboradores (2009 b) apresentou a possibilidade de problematização via análise por nível de escolaridade.

índice "participação política". Azevedo e colaboradores também mostram que este índice não é maior apenas nos casos de baixa escolaridade, ou seja, onde se verifica quatro anos ou menos de estudo. Isto pode apontar que, na cidade de Campos e, consequentemente no Zumbi dos Palmares, esta especificidade pode ter relação com um baixo nível de escolaridade que contribui para que as pessoas optem pela mobilização em reuniões políticas pelo fato de muitas vezes estarem impossibilitadas de manifestarem-se através da forma escrita.

O que ajuda a explicar a preponderância da "participação política" é, também, o próprio processo de constituição do assentamento que, segundo os próprios assentados, possuiu certo investimento por parte de políticos locais (mesmo que seja de forma localizada e pontual, como em períodos eleitorais).

Quanto a "assinar um abaixo-assinado", Azevedo e Fernandes (2014, p. 207), sugerem que aparece em segundo lugar em grau de intensidade por conta da pouca energia investida nesta forma de mobilização. No caso específico do Zumbi dos Palmares, outro fator importante é que o "abaixo-assinado" constitui-se no assentamento em um instrumento que pode ser usado tanto para equalizar demandas como também, para a "aceitação" de determinado assentado em potencial. Durante o trabalho de campo[6], inúmeras vezes foram mencionadas experiências de assinatura para que pudesse ser corroborada a presença de determinadas pessoas como instrumento de composição do processo de acesso ao assentamento.

Como exemplo, um assentado "X", cujo irmão ficou doente e veio a falecer, precisou de um abaixo-assinado para que, diante do INCRA, pudesse demonstrar ser bem aceito pela comunidade do núcleo e demonstrar que realmente vivia e trabalhava no lote. Esta experiência foi vivenciada, segundo especificidades, por outros indivíduos que já estão assentados ou em processo de regularização.

Agora quando comparamos os dados referentes à intensidade de associativismo e mobilização política relacionando o assentamento Zumbi dos Palmares a Campos dos Goytacazes, podemos construir uma análise enriquecedora. Como bem salientou Rennó (1998), o aparato teórico da cultura política possui implícito o elemento comparativo. Vejamos os índices na tabela seguinte.

[6] Termo utilizado aqui com o propósito de expressar o cotidiano de coleta de dados e informações no assentamento.

Tabela 1 - Intensidade de associativismo no Zumbi dos Palmares e Campos dos Goytacazes

Formas de associativismo	PA Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes
Partidos políticos	0,09	0,29
Sindicato, grêmio ou associação profissional	1,48	0,42
Igreja ou organização religiosa	1,78	1,87
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,41	0,63
Outra associação voluntária	0,09	0,53
Média	0,68	0,62

Com exceção do associativismo profissional, em todas as demais formas os índices que representam o assentamento são menores. No entanto, quando se considera a média esta interpretação é modificada; ou seja, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos assentados (Pedlowski, 2011, p. 127), a intensidade dos índices de associativismo presentes no Zumbi dos Palmares são, em média, maiores do que os verificados na cidade de Campos dos Goytacazes (tida como pólo regional).

Isto aponta para um diferencial na formação da sociabilidade do assentamento; ou seja, a importância do acampamento para gênese da cultura política dos assentados (Sigaud, 2004; Sigaud *et al*., 2010; Belo e Pedlowski, 2014). Logo, todo o processo de operacionalizar estrategicamente a "forma acampamento" (Sigaud *et al*., 2010, p. 7) e, com isso, de alimentar todas as suas demandas, proporcionou aos assentados um conjunto de ações (participações, construções e experiências) que marcou o processo de formação de sua cultura política. Agora, quando verificamos os dados referentes à mobilização sociopolítica, os índices são significativamente diferentes, principalmente, pela diminuição das disparidades e superioridade, em sua maioria, por parte do assentamento.

Acreditamos que um dado que deve ser levado em consideração é o "aspecto histórico" da trajetória de vida dos assentados. Quando utilizamos este termo, o percebemos como uma vida de lutas, onde estas experiências de mobilização muitas vezes não alcançaram êxito nas primeiras tentativas (Gonçalves, 2004, p. 89; Alentejano, 2011, p. 32).

Assim, além do processo que envolveu todo o período no acampamento, necessitou-se também de angariar forças para a superação de dificuldades estruturais e de serviços diretamente relacionadas ao assentamento. Neste sentido, a materialização destas ações é apresentada na tabela 11.

Tabela 2 - Intensidade de mobilização sociopolítica segundo a modalidade de ação política em Campos e no PA Zumbi dos Palmares

Modalidade de ação sociopolítica	PA Zumbi dos Palmares	Campos
Assinar um abaixo-assinado	1,51	1,76
Boicotar produtos	1,23	0,84
Participar de manifestação social	1,21	0,93
Participar de comício ou reunião política	1,69	1,85
Contatar políticos/alto funcionário do Estado	1,16	0,94
Dar dinheiro/recolher fundos para causas públicas	1,14	0,89
Contatar ou aparecer na mídia	1,11	0,62
Participar de fóruns pela internet	0,56	0,70
Média	1,18	1,07

Os assentados, considerando a totalidade das formas de ação política, possuem níveis de intensidade maiores de mobilização sociopolítica que os encontrados em Campos dos Goytacazes[7] (em sua maioria e, também, em média). Nas modalidades em que os índices referentes ao assentamento são superiores, podemos realizar algumas considerações que esclareçam a respeito desta superioridade.

A primeira modalidade, "boicotar produtos", pode-se dizer que a não compra de alguns insumos agrícolas estão fortemente associados a sua superioridade. Podemos apontar, principalmente, insumos que podem ser inseridos no conjunto dos chamados "agrotóxicos" (herbicidas, fungicidas e inseticidas). Algumas culturas cultivadas no assentamento, como o abacaxi, possuem uma grande demanda destes insumos (Terra *et al*., 2011, p. 172). No entanto, experiências negativas de intoxicação associadas ao desenvolvimento de uma concepção produtiva (agroecológicas) têm conduzido alguns poucos assentados a diminuírem o consumo destes produtos ou, até mesmo, não adquiri-los (Gomes Junior, 2013, p. 17)[8].

Na modalidade "participar de ação social", o próprio fato de estar em um assentamento de reforma agrária já explica bastante este índice (Sigaud, 2004; Belo e Pedlowski, 2014). Além disso, as condições em que os assentados receberam a terra (sem energia elétrica, muitos lugares sem ruas abertas, nenhuma condução, entre outros fatores) foram agravantes de mobilização que

[7] Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, Iuperj, ICS-UL, ISRP (2008); Pesquisa Observatório das Metrópoles, UENF, Ucam-Faperj (2009).
[8] Esta pesquisa mostra o papel da "Escolinha de Agroecologia", onde os assentados compartilham formas alternativas de solucionar problemas agrícolas. Em seus trabalhos, são socializadas experiências negativas com agrotóxico e os males causados por estes produtos. Durante a pesquisa, alguns assentados, mesmo os que não usam agrotóxicos, afirmaram que tiveram algum tipo de irritação ou complicação de saúde através de contaminação pelo ar.

impuseram a esta população, em algum momento, atos de mobilização em prol destes serviços elementares. Mesmo que não se tenha chegado ao ideal, em algum nível, houve avanço por conta destas condições, principalmente, se considerado a relação entre o custo de tais mobilizações e seus benefícios (Olson, 2011, p. 37; Azevedo e Prates, 1995, p. 105).

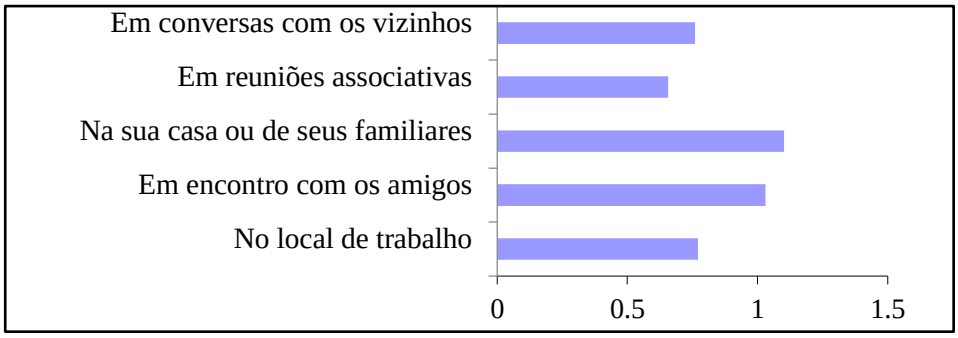
Mesmo que este processo tenha se enfraquecido a partir da entrega dos lotes aos assentados, estas experiências foram vivenciadas pela necessidade de contribuir para criação e organização de um espaço de convivência e moradia que, primeiro, foi um espaço de luta. Por conta disso, os dados a respeito do associativismo são maiores no Zumbi dos Palmares. A presente diminuição de sua intensidade é compreensível, enquanto não houver a necessidade de esforços cuja recompensa seja compatível com os mesmos (Olson, 2011).

Mesmo que os valores que passaram a vigorar no cotidiano do Zumbi dos Palmares estejam mais próximos de "instrumentais" do que ideais (Azevedo e Prates, 1995), e que enquanto "comunidade" (Putnam, 1997, p. 101) isso tenha contribuído em alguma medida negativamente para a solução dos anseios e necessidades da grande maioria, experiências de mobilização foram vivenciadas e, apesar de tudo, não desapareceram em meio a um individualismo avassalador, pois existem parcerias (amizades, lembranças, aprendizados, vivências, memórias) que coexistem e fazem parte desta identidade maior chamada assentamento Zumbi dos Palmares.

A "sofisticação política" dos indivíduos pertencentes ao Zumbi dos Palmares será analisada de acordo com a proposta analítica de Azevedo e Fernandes (2014, p. 201). Segundo estes autores a sofisticação política divide-se em dois conjuntos de fatores. O primeiro conjunto, chamado de "socialização secundária", busca apreender o índice de intensidade com que os indivíduos conversam sobre política no local de trabalho, em encontro com os amigos, em casa com os familiares, em reuniões associativas e em conversas com os vizinhos. Já o segundo é chamado "exposição à mídia", analisa a intensidade com que os integrantes do assentamento acessam informações sobre política através de jornais, televisão, rádio e internet.

Quanto ao primeiro conjunto, socialização secundária, os índices mostram que os assentados possuem baixos índices quando o assunto é "falar sobre política". Assim, as variáveis que compõem o referido índice apontam que no Zumbi dos Palmares poucos são os momentos em que seus integrantes reservam para tratar de assuntos referentes à política, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Índice de socialização secundária dos integrantes do PA Zumbi dos Palmares



Em uma escala analítica de 0 a 3, nenhuma das variáveis acima passou de (1,2), evidenciando que os assentados possuem em seu cotidiano a "política" como um assunto dentre os que são tratados com pouca freqüência e/ou intensidade. Estas variáveis possuem grande influência da organização espacial dos assentados e do nível de "energia" que necessita ser gasto para que haja maior interação (Fialho, 2008, p. 73).

O primeiro deles, "conversas com os vizinhos", pode ser explicitado pelo fato de que geograficamente os assentados vivenciam um cotidiano de distâncias, uma vez que os lotes impõem esta organização. Assim, com exceção do núcleo IV[9], que possui uma agrovila, nos demais núcleos do assentamento as pessoas estão muito dispersas e por isso, acabam mantendo relações que não contam com encontros frequentes.

No que se referem a reuniões associativas, os assentados tem nas associações um espaço de reivindicações e discussões que foi o mais acionado. No entanto, com o passar dos anos, estes passaram a receber o descrédito em relação à efetiva capacidade de resolução de anseios e conflitos. Somam-se a isto as disputas internas que contribuíram para a multiplicação destas associações. Por conta destes fatores, "falar de assuntos políticos", apesar de pouca intensidade, apareceu com evidência mais aparente no espaço da casa dos assentados.

Quando comparados aos índices de intensidade de Campos dos Goytacazes podemos perceber uma grande diferença entre as duas realidades. Segundo Azevedo e Fernandes (2014, p. 208), enquanto esta possui um índice de socialização secundária de (1,65), no assentamento este índice é de (0,86); ou seja, praticamente o dobro. Isso pode ser muito bem explicado pela organização espacial da cidade e pela peculiar característica de proximidade entre os indivíduos que, por meio desta, podem estabelecer maiores níveis de relações

[9] O núcleo II também possui uma organização em agrovila, no entanto, como os próprios Assentados afirmam, esta organização existe apenas no papel.

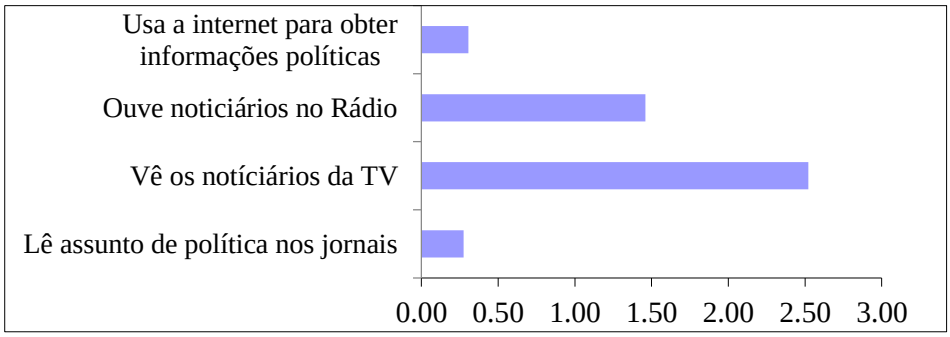
interpessoais; ou seja, são formas específicas de sociabilidade onde a última apresenta maior dinamismo (o que não significa superioridade em termos qualitativos).

Nestes termos, comparativamente, em Campos dos Goytacazes esta socialização é mais intensa "no local de trabalho", seguido de "em casa com os familiares", "encontro com os amigos", "em conversas com os vizinhos" e, por último, "em reuniões associativas". Com exceção deste último (aproximadamente 1,0), todos os demais apresentaram um grau de intensidade superior a (1,4), de uma escala analítica de 0 a 3; ou seja, no que se refere à socialização secundária, os assentados apresentam índices distantes em relação aos apresentados pelos indivíduos moradores da cidade.

Quanto ao acesso dos assentados a informações referentes à política por meio de mídias, estes apresentam um índice médio de intensidade igual a (1,14). Azevedo e Fernandes (2014, p. 209) apontam que este dado referente aos indivíduos moradores de Campos dos Goytacazes é igual a (1,55). Por conta de toda ausência de infraestrutura e dificuldades de acesso a serviços por que passam os moradores do Zumbi dos Palmares (Pedlowski, 2011), esperávamos que este índice pudesse ser menor em relação aos evidenciados em Campos dos Goytacazes.

Para Azevedo e Fernandes (2014, p. 210), a exposição à mídia informativa direciona para "sofisticação política", principalmente, quando os indivíduos buscam informações em jornais impressos. Isto, pelo fato de exigir "maior grau de interesse, atenção e compreensão cognitiva por parte dos indivíduos". Neste sentido, os dados referentes ao Zumbi dos Palmares apresentam a seguinte configuração:

Gráfico 3 - Índice de exposição à mídia informativa no PA Zumbi dos Palmares



Apresentando índices semelhantes aos da cidade de Campos dos Goytacazes, os assentados possuem como principais veículos de informação sobre política os telejornais e

os veículos de radiodifusão. Segundo Azevedo e Fernandes (2014, p. 208), quando se usa como referencial apenas os dados referentes à leitura de jornais, Campos dos Goytacazes apresenta um índice de (1,13), enquanto que no Zumbi dos Palmares é de (0,28).

Diferenciais semelhantes foram confirmados no que se refere ao uso da internet e a leitura de jornais, tanto para o Zumbi dos Palmares quanto para Campos dos Goytacazes. Neste sentido, nas duas realidades a internet é um veículo de acesso a assuntos sobre política mais utilizada que os jornais. O diferencial, neste caso, fica por conta de que em Campos verifica-se mais que o dobro de acesso a este veículo de informação.

Além dos fatores relacionados à precariedade de serviços no assentamento (Pedlowski, 2011), a "sofisticação" política (Azevedo e Fernandes, 2014, p. 207) sofre com um fator marcante, ou seja, o nível de escolaridade dos assentados. Assim, em uma realidade social onde, somados a porcentagem dos que não possuem qualquer grau de escolaridade e os que possuem a 3ª série do Ensino Fundamental ou menos se obtém o percentual de 41,8%, fica estruturalmente debilitado qualquer possibilidade da existência de uma "sofisticação política". Principalmente, quando a leitura possui uma preponderância nesta análise.

As análises do conjunto de fatores que constituem a teoria da cultura política (Almond e Verba, 1992; Azevedo e Fernandes, 2014; Azevedo *et al*., 2009a) apontam que, de modo geral, os índices médios são baixos no Zumbi dos Palmares. Os índices médios em uma escala de 0 a 3 não passam de 1,5; ou seja, nem mesmo chegam a atingir a metade da intensidade máxima possível. Estes números são menos expressivos quando comparados com os índices referentes a Campos dos Goytacazes, com exceção, dos fatores relacionados à participação política. Assim, em uma perspectiva comparada, podemos visualizar melhor estes dados na tabela 12.

Tabela 3 - Determinantes da cultura política em Campos e no PA Zumbi dos Palmares

Determinantes	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes
Associativismo	0,68	0,62
Mobilização sócio-política	1,18	1,07
Exposição à mídia	1,14	1,55
Socialização secundária	0,86	1,65

Os resultados apontam para existência de experiências diferenciadas de formação da cultura política, o que aponta para algumas especificidades em sua configuração. Para os integrantes do assentamento estas diferenças são maiores em relação aos fatores cognitivos.

Já quando analisados os elementos referentes à participação política, os índices referentes a Campos dos Goytacazes são inferiores e/ou de diferença pouco significativa.

Considerações Finais

Considerando as especificidades do meio rural, suas formas de sociabilidade, disponibilidade de serviços entre outras, podemos concluir que o processo de construção de uma identidade a partir da exclusão do acesso a terra contribuiu para uma configuração essencial para a formação da cultura política dos integrantes do assentamento Zumbi dos Palmares.

Assim, todo o processo de luta iniciado a partir da forma acampamento de luta, contribuiu para que os assentados, mesmo não possuindo experiências anteriores de luta por terra, pudessem construir uma cultura política, em termos de associativismo e mobilização política, mais intensa que os moradores do meio urbano da cidade de Campos dos Goytacazes.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. In. PEDLOWSKI, Marco A. et al. **Desconstruindo o latifúndio:** a saga da reforma agrária no Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ALMOND, G.; VERBA, S. La cultura política. In BATLE, Albert. **Diez textos básicos de Ciência Política.** Barcelona: Ariel, 1992 [1963].

AZEVEDO, S.; FERNANDES, J. S. **Pólos regionais do Norte Fluminense e a Região Metropolitana:** cultura política em perspectiva comparada. Cadernos Metrópole (PUC/SP), v. 16, p. 195-217, 2014.

AZEVEDO, Sergio de. et al. **Metrópoles, cultura política e cidadania no Brasil.** Cadernos Metrópole (PUC/SP), v. 11, p. 347-366, (2009 a).

_____. **Mudanças e permanências da cultura política nas metrópoles brasileiras.** Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, PP. 691-733, (2009 b).

AZEVEDO, Sérgio de. et al. (Org.). **Cultura Política, Cidadania e Voto:** desafios para a governança metropolitana. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. **Movimientos sociales, accion colectiva y planificacion participativa em el Brasil.** Revista EURE, v. 21, n. 64, PP. 103-120, Santiago de Chile, diciembre 1995.

BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra.** Revista NERA (UNESP), v. 17, p. 71-85, 2014.

BELO, Diego Carvalhar. **O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense.** 2012 (Mestrado - Pós-Graduação Políticas Sociais, Campos dos Goytacazes, 2012).

CLARK, T. N. e NAVARRO, Clemente J. **La Nueva Cultura Política**. Miño y Dávila, 2007.

FIALHO, Fabrício Mendes**. As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social.** BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 65, p. 71-87, 2008.

GOMES JUNIOR, E. S**. A importância das atividades culturais na formação da identidade coletiva em assentamentos de reforma agrária.** (Monografia - Graduação em Ciências Sociais, Campos dos Goytacazes, 2013).

GONÇALVES, C. U. **Capelinha:** marco e marcas da luta pela terra no Rio de Janeiro. Vértices (Campos dos Goytacazes), Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 2, p. 83-102, 2004.

LEWIN, Mônica et al. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil.** Rio de janeiro: 7 Letras, 2005.

NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 2011.

PEDLOWSKI, Marco A. Os limites da Reforma agrária desassistida na região norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados. In: PEDLOWSKI, Marco A. et al. **Desconstruindo o latifúndio:** a saga da reforma agrária no Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

PUTNAM Robert D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2007.

RENNÓ, L. **Teoria da cultura política:** vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1998.

SIGAUD, Lygia et al. **Ocupações e Acampamentos:** sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SIGAUD, Lygia. "**Ocupações de Terra, Estado e movimentos sociais no Brasil**". Cadernos de antropologia social, n. 20, p. 11-23, 2004.

TERRA, Maria Alice da Costa et al. As características e repercussões socioambientais do uso de agrotóxicos em um assentamento de reforma agrária no Norte Fluminense. In: PEDLOWSKI, Marco A.et al. **Desconstruindo o latifúndio:** a saga da reforma agrária no Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ATIVISMO JUDICIAL OU DEFESA DE DIREITOS? FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS VIA PODER JUDICIÁRIO

Fabiana Gomes Rodrigues
Doutoranda

Hugo Borsani
Doutor/Docente e Pesquisador. UENF, Centro de Ciências do Homem.

Resumo: O fornecimento de medicamentos via Poder Judiciário supõe um ativismo judicial ou se configura como uma de suas funções básicas: a garantia de direitos fundamentais? Estamos frente a casos de interferência de poderes ou de divisão de poderes? O objetivo deste trabalho é analisar se as decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que versam sobre fornecimento de medicamentos configuram excesso de poder do Judiciário ou refletem o exercício de sua atribuição. De início, demonstra-se a atuação do Judiciário na política de medicamentos, fazendo um paralelo entre judicialização e ativismo judicial, destacando características onde é possível verificar o excesso desse poder. Para compreender a política de medicamentos é traçado um panorama do cenário nacional e de relevantes ações que estruturaram a política existente. Analisando o papel desempenhado pelo Judiciário frente aos demais poderes do Estado foram selecionadas 147 decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 2013 que se referiam ao fornecimento de medicamentos. Nestas, foram identificadas variáveis que sinalizam esta atuação.

Palavras chaves: ativismo judicial; fornecimento de medicamentos; conflito de poderes.

Abstract: The supply of medicines over the judiciary implies a judicial activism or is configured as one of its basic functions: the fundamental rights guaranteed? We are faced with cases of interference of powers or checks and balances? The objective of this study is to analyze if the decisions of the Court of the Rio de Janeiro State that deal with supply of drugs constitute excessive power of the judiciary or reflect the exercise of their assignment. At first, it depicts the role of the judiciary in drug policy, making a parallel between legalization and judicial activism, highlighting features where you can check the excess of that power. To understand the drug policy is outlined an overview of the national scene and relevant actions that structured the existing policy. Analyzing the role of the judiciary across the other branches of government were selected 147 decisions handed down by the State Court of Rio de Janeiro in 2013 which related to the supply of medicines. In these variables were identified that signal this action.

Keywords: judicial activism; supply of drugs; conflict of powers.

Introdução

Existe uma linha tênue que separa as competências entre o Judiciário, Executivo e o Legislativo. Na perspectiva dos Federalistas, o Judiciário era considerado o mais fraco dos três poderes, já que não possuía influência nem sobre a "espada" e nem sobre o "tesouro".

> O Judiciário, porém, não tem a menor influência sobre a espada nem sobre o tesouro; não participa da força nem da riqueza da sociedade e não toma resoluções de qualquer natureza. Na verdade, pode-se dizer que não tem

> FORÇA nem VONTADE, limitando-se simplesmente a julgar, dependendo fundamentalmente do auxílio do ramo executivo para a eficácia de suas sentenças. Esta simples análise do assunto sugere várias conclusões importantes. Ela prova, incontestavelmente, que o Judiciário é, sem comparação, o mais fraco dos três poderes, que nunca poderá enfrentar com êxito qualquer dos outros dois; e que deve tomar todas as precauções possíveis para defender-se dos ataques deles (LIMONGI, 1995. p. 275).

A realidade que se apresenta parece ser outra. O modelo republicano brasileiro adotado pela Constituição Federal de 1988 atribuiu aos tradicionais três poderes o status de princípio fundamental. O Judiciário, em particular, é fortalecido neste novo desenho.

Há uma ampliação do acesso à justiça (CAPELLETTI, 1998) sentida pela sociedade. Ocorre a criação dos juizados especiais, possibilitando ao cidadão acionar a justiça sem intermédio de advogado. A Defensoria Pública é institucionalizada como órgão público essencial para a orientação jurídica e a defesa dos necessitados. O Supremo Tribunal Federal assume a posição de guardião da Constituição, atribuindo a ele a competência, em última instância, para a solução de conflitos de natureza constitucional. A criação de um canal aberto de televisão do Judiciário (TV Justiça) socializa suas atividades. As decisões judiciais são notícia e influenciam o cotidiano da sociedade.

Esta expansão esperada do modelo republicano é potencializada pelos avanços da sociedade traz outro efeito: o crescimento das demandas no Judiciário. Na saúde, e em particular, no que se refere ao fornecimento de medicamentos, o Tribunal do Estado do Rio de Janeiro experimenta este efeito como o aumento das ações pleiteando assistência farmacêutica. Os pedidos são fundamentados por duas vertentes principais: falha no sistema de saúde e, portanto, no fornecimento de medicamento e garantia do direito fundamental a saúde.

O que se busca descobrir é se o fornecimento de medicamentos via Poder Judiciário supõe um ativismo judicial ou se configura como uma de suas funções básicas: a garantia de direitos fundamentais? Estamos frente a casos de interferência de poderes ou de divisão de poderes?

1. O Judiciário na política de medicamentos

A Política Nacional de Medicamentos vem sofrendo constantes interferências do Poder Judiciário. O Executivo Estadual e Municipal, bem como o Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal Regional Federal e as Turmas Recursais Fazendárias vivenciam esta

realidade. Recursos advindos de ações de todo o Estado buscam que o Judiciário imponha ao Estado/Município o fornecimento de medicamentos referentes às mais diversas patologias.

Não se pode, sem detida análise, afirmar se tratar de uma invasão do Judiciário na política desenvolvida pelos entes da federação. Existem normativas e convênios que se destinam ao fornecimento de medicamento, capazes de balizar estas decisões. O que se pode afirmar é que, quando o Judiciário garante a aplicabilidade da norma referente à assistência farmacêutica, ele está cumprindo a sua função de garantidor da vontade da maioria, que se expressa pela atuação de seus representantes, e que a política pública de medicamentos não está sendo desenvolvida da maneira programada pelos agentes do executivo.

Por outro lado, quando as decisões ultrapassam as fronteiras das normas e convênios estabelecidos pelos entes políticos, refletindo a vontade do julgador em oposição aos designos dos representantes da maioria, elas podem provocar um rearranjo no programa de Assistência Farmacêutica desenvolvido pela Administração Pública.

As consequências da intervenção do Judiciário na política pública de saúde, em particular na de fornecimento de medicamentos, é tema de discussão em vários setores da sociedade. No Supremo Tribunal Federal, o assunto é objeto de pelo menos duas Audiências Públicas, uma em 2014 – Internação hospitalar com diferença de classe no SUS, e outra ocorrida em 2009 – Judicialização do direito à saúde. Nessas audiências diversos setores da sociedade se reuniram para discutir a problemática. O objetivo é que esses debates subsidiem os Ministros do STF na formação de suas convicções que, materializadas em suas decisões, repercutirão em todo país.

A fala do Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro dos Reis, na audiência pública no STF de 2014, reflete a amplitude desse tema.

> Gostaria de chamar atenção sobre um estudo de doutorado de Mariana Figueiredo, sobre este tema, na PUC do Rio Grande do Sul, ainda inédito em termos de publicação, que conclui que a repercussão decorrente do acolhimento das pretensões apresentadas, nessas ações civis públicas, será desastrosa na organização e estruturação do serviço público de assistência à saúde, ferindo os princípios constitucionais que regem o SUS pelas quatro situações propostas e, ainda, extrapolam todas as matérias já julgadas por este Tribunal. A proposta destrói o esforço dos gestores públicos, em instituir um processo de regulação governamental que garanta o acesso qualificado e em tempo oportuno. Financeiramente, trata-se de uma medida inócua, ineficiente e eticamente injustificável, não resolve e proporcionará a apropriação desses recursos por poucos. Temos que encontrar alternativas mais consistentes ao nosso ideário, ao *marcus* da nossa legislação (STF, 2014. p. 142).

Um projeto de lei levado à apreciação na Câmara dos Deputados - PL 8058/2014, que aguarda parecer da Comissão de Finanças e Tributação, trata dessa problemática e tem como finalidade limitar as liminares da justiça que deferem remédios e medicamentos não oferecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O que está na pauta dessas discussões é o pacto federativo e a preservação da autonomia desses poderes, e, em última análise, a prevalência do direito individual em detrimento dos interesses da coletividade.

> Conquanto seja inegável que parcela significativa das ações judiciais decorre de interesses legítimos que não podem ser retirados da apreciação do Judiciário, é igualmente constatável que a concessão pela via judicial de um tratamento médico ou medicamentoso, pela própria característica de individualidade de que comumente se revestem, impacta de modo expressivo a programação e a organização do Sistema Único de Saúde, considerando se ainda que muitas vezes, os médicos vinculados ou não ao SUS prescrevem tratamentos diversos dos oferecidos pelo sistema, apesar de haver alternativas viáveis dentro do próprio SUS. Por fim, os dados apresentados revelam a necessidade de se buscar uma linha de atuação, por parte de todos os interessados no assunto, que conjugue os interesses individuais com a percepção coletiva do mesmo direito (Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. 2012. p. 21).

Não se discute aqui o universo de decisões que tratam sobre o fornecimento de medicamentos. A judicialização, vista por alguns autores como uma interferência do Judiciário nas atribuições dos outros poderes (GARRAPON, 1999) e por outros como o exercício pleno das funções desse poder (CAPELLETTI, 1993), é uma consequência do arranjo constitucional, é um fato. Diante de uma controvérsia em que as partes não conseguem uma solução satisfatória de seus interesses, cabe ao Judiciário dirimir o conflito, decidindo o caso concreto. Trata-se do exercício de sua função no modelo republicano democrático como o nosso.

A questão dos medicamentos se torna controversa quando as decisões, ancoradas no direito constitucional à saúde interferem nas diretrizes pensadas pelos gestores dos entes da federação: o chamado ativismo judicial. “O ativismo judicial é uma atitude, um modo “proativo” e “expansivo” de interpretar a Constituição, dela extraindo regras não expressamente criadas pelo constituinte ou pelo legislador” (CAMPOS, 2014. p. 20).

Antes de analisar como estas questões estão tratadas no Judiciário é preciso demonstrar qual o formato da política de medicamentos adotada no país.

2. Da Política Nacional de Medicamentos

Antes de ser considerada como matéria de política pública, a problemática do acesso a medicamentos era tratada pelo Governo através de um órgão autônomo, sem a relevância que se configura no cenário nacional.

A Central de Medicamentos (CEME), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tinha como finalidade promover e organizar o fornecimento, por preços acessíveis ou a título gratuito, de medicamentos a quantos não pudessem adquiri-los a preços comuns do mercado. Em 1985 o CEME foi transferido para o Ministério da Saúde, mas os recursos para o custeio da assistência farmacêutica continuaram a ser providos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social através do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS.

Com a Constituição de 1988, a saúde assume status de direito universal, estando a questão dos medicamentos elencada como serviço assistencial de caráter seletivo, tratamento similar dado pelo CEME. Com a criação da Lei do SUS (Sistema Único de Saúde) em 1990, as ações de assistência farmacêutica ganharam uma nova amplitude. O assunto passa a assumir um caráter universalista, incluído como uma das ações prioritárias entre as exercidas pelo SUS.

Em 1998 cria-se a política nacional de medicamentos, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Saúde, através da Portaria do Ministério da Saúde 3.916 de 30 de outubro de 1998. Em consonância com o federalismo brasileiro e o modelo descentralizado de governança, a portaria desenha um processo negociado e extenso de *shared decision making*, ou seja, de compartilhamento de decisões e responsabilidades (ABRUCIO, 2005).

A política de medicamentos privilegia a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo e a gestão compartilhada, atribuindo responsabilidades aos gestores em cada uma das respectivas unidades políticas (gestor federal, estadual e municipal). Um dos objetivos dessa política é implementar, no âmbito das três esferas do SUS, atividades relacionadas à promoção do acesso da população aos medicamentos essenciais.

O gestor financeiro dos recursos destinados ao SUS na esfera federal é o Fundo Nacional de Saúde (FNS), instituído através do Decreto nº 84.867 de 24 de julho de 1969. A

aquisição dos medicamentos é realizada pelos três entes federados através de reserva orçamentária para este fim.

O repasse Fundo a Fundo garante a verba dos Estados e Municípios, desde que, entre outros requisitos, seja elaborada a relação de medicamentos adequados à peculiaridade da população local, sempre com base numa lista nacional de medicamentos (RENAME) atualizada periodicamente. Os Estados elaboram a lista de medicamentos essenciais (REME) e os municípios, a lista municipal de medicamentos (REMUME) de competência das Secretarias de Saúde.

Segunda a Política de Medicamentos, o objetivo da lista nacional é a orientação dos gestores na aquisição de medicamentos, podendo incluir outros, bem como excluir medicamentos indicados na RENAME, de acordo com a necessidade da população a ser atendida. Esta diretriz se conforma com os fundamentos que orientam a descentralização da gestão desta política e o próprio arranjo institucional do federalismo, que privilegia a parceria, reconhecendo a autonomia de cada ente federativo e a reunião de esforços para fortalecer a unidade entre eles (ABRUCI, 2005).

A inspiração para a criação desta lista nacional surgiu em 1977, quando entrou na pauta da Organização Mundial de Saúde (OMS) a preocupação com medicamentos essenciais para a população. A formulação de uma estratégia global de reforçar a atenção primária de saúde como componente para atingir a meta de "Saúde para todos no ano 2000" surgiu a partir da elaboração do conceito de medicamentos essenciais, ou seja, aqueles medicamentos de importância máxima, básicos e indispensáveis para atender às necessidades de saúde da população.

Uma dessas estratégias consistia na elaboração de uma lista de medicamentos que deveria servir de baliza para nortear a realidade de cada país, atendendo ao perfil da população e à disponibilidade de medicamentos de cada mercado. A primeira lista proposta pela OMS é de 1977, que desde então, é submetida a revisões periódicas. A última corresponde a 19º edição de abril de 2015.

3. A intervenção do Judiciário e o panorama da atividade jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

O marco referencial dessa onda de intervenção é a própria Constituição Federal, através do tratamento abrangente que dá à Saúde e, pontualmente, a Lei 9313/1996 (Lei Sarney) que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e

doentes de AIDS. Nesta fase há um aumento das demandas por medicamentos. As determinações para o fornecimento de medicamento guardavam o entendimento de que o acesso gratuito aos remédios era parte integrante do direito à Saúde. As liminares concedidas nessas ações, fato que implica o cumprimento imediato das decisões pelos entes federados, não traziam a preocupação com as consequências em relação ao orçamento público.

> O orçamento do Ministério da Saúde foi pressionado, não só pelo aumento da demanda por medicamentos, como pela qualificação e a complexidade deles, como medicamentos de última geração, patenteados e sujeitos aos preços praticados pelas multinacionais. Os gastos do Governo Federal com aquisição de medicamentos, que foram de cerca de US$ 35 milhões, em 1996, passaram para US$ 224 milhões, em 1997, para US$ 305 milhões, em 1998, e para US$ 335 milhões, em 1999 (Loyola, 2008. p. 771).

Hoje esta intervenção ultrapassou a barreira da epidemia de AIDS e a corrida pelo acesso a medicação antiviral para alcançar a toda a ordem de medicamentos. Além de pedidos por medicamentos essenciais como previsto pelo MS e inseridos na RENAME não disponíveis a população, outros como: medicamentos não autorizados e sequer aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para comercialização no país, medicamentos específicos em detrimento dos denominados genéricos que deveriam ser gratuitamente fornecidos, são alguns dos exemplos que chegam a Justiça.

O Judiciário torna-se palco desses conflitos e acaba intervindo diretamente na política de medicamentos.

Explicitando a complexidade do problema, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Repetitivo, através de uma decisão publicada em 06/11/2013, autorizou ao juiz a possibilidade de bloquear verbas públicas para garantir fornecimento de remédio a pessoas necessitadas.

O Recurso Repetitivo é um procedimento que pode ser utilizado pelo Tribunal quando há multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito. Todos os processos, de todo país, ficam aguardando esta única decisão, que colocará termo à controvérsia. Neste caso ficou assim decidido:

> Saúde - Fornecimento de medicamento necessário ao tratamento de saúde, sob pena de bloqueio ou sequestro de verbas do Estado, a serem depositadas em conta corrente.
> EMENTA

> 1. Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar, até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação.
> 2. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art.543-C do CPC e da Resolução 08/2008 do STJ (REsp1069810 RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, Julgado em 23/10/2013, DJE 06/11/2013).

Este tipo de intervenção, na melhor das hipóteses, pode provocar um rearranjo na política de fornecimento de medicamento, ou, na pior delas, inviabilizar a efetivação de uma política que atenda à coletividade.

Mesmo que a sentença não determine o bloqueio de verbas, decisão como da 2ª Vara Federal de São Gonçalo, veiculada no site da Justiça Federal/Seção Judiciário do Rio de Janeiro em 14/07/2015, que determinou que aquele Município custeasse as despesas para a compra e a importação de canabidiol, destinado ao tratamento de uma criança de 5 anos portadora de paralisia cerebral e epilepsia, pode trazer consequências para as crianças do município na mesma proporção que a ausência deste medicamento causaria àquela que teve seu pedido concedido.

4. Medicamentos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Para demonstrar a situação da política de medicamentos no Estado do Rio de Janeiro, foram selecionadas, através do site do TJRJ, decisões disponíveis para consulta que se referiam a medicamentos no ano de 2013. Para a triagem, foram utilizadas as palavras chaves: medicamento, saúde, remédio.

A pesquisa não abrange todos os julgamentos que o Tribunal realizou naquele ano, mas somente decisões em grau de recurso que os julgadores, de forma discricionária, entenderam conveniente a construção de uma ementa, sendo este resumo critério de seleção do site. De um total de 147 decisões coletadas, 15 delas foram excluídas por não retratarem o tema que se pretende abordar.

Uma das limitações dos documentos pesquisados refere à sua própria natureza: eles não foram produzidos para investigação social; os dados estão condicionados ao conteúdo dos documentos, o que prejudica a análise de algumas variáveis.

Das 132 decisões consideradas, 43 delas não identificavam com exatidão os medicamentos a serem fornecidos ao autor da ação, nessas é possível encontrar ordens

genéricas como: “medicamentos necessários ao tratamento da doença”, “fornecimento de tratamento por tempo indeterminado”. Somente uma, das 132 decisões analisadas, negava o fornecimento de medicamento. A motivação não se relacionou à especificidade do medicamento, mas ao fato do autor não ser comprovadamente hipossuficiente. Esta, em especial, foi promovida por advogado particular, como outras 39 que foram julgadas procedentes. A maior parte das ações, quase 70% das pesquisadas, foram patrocinadas pela Defensoria Pública do Estado, o que revela a condição de carência financeira de quem requer este tipo de pronunciamento do Judiciário. A Defensoria Pública possui critérios de triagem, como a análise do bairro onde o indivíduo reside, se declara imposto de renda, o seu consumo de energia, dentre outros, selecionando os indivíduos que serão atendidos.

Nas 85 decisões que indicavam com precisão o medicamento, foi possível selecionar 225 fármacos. Desses, somente 38 foram detectados como integrantes da lista de medicamentos do Ministério da Saúde de 2013 (RENAME/2013).

Entendimento explicitado em algumas decisões esclarece o motivo desses números: “Impossibilidade dos entes públicos limitarem os medicamentos necessários à saúde da pessoa por lista de remédios elaborada pelos próprios, a qual deve servir apenas de parâmetro para evitar a exigência de medicamentos supérfluos” (Apelação Cível 0037604-65.2011.8.19.0014. p. 211).

Medicamentos como Tylenol e Centrum, conhecidos pelo empenho dos laboratórios na veiculação de propagandas em diferentes canais de comunicação, foram detectados nesta lista. Somente 12 decisões foram explícitas em indicar a possibilidade de aquisição do medicamento genérico[1], alternativa que, por si só, diminuiria o custo na aquisição do medicamento.

A implantação dos medicamentos genéricos no país aconteceu com a Lei 9787/99 associada à política de medicamentos e à publicação da RENAME/2000. Estabelecer a necessidade do receituário médico que instrui o pedido inicial conter o nome genérico do medicamento seria uma medida simples capaz de aproximar as determinações do Judiciário à Política Social desenvolvida.

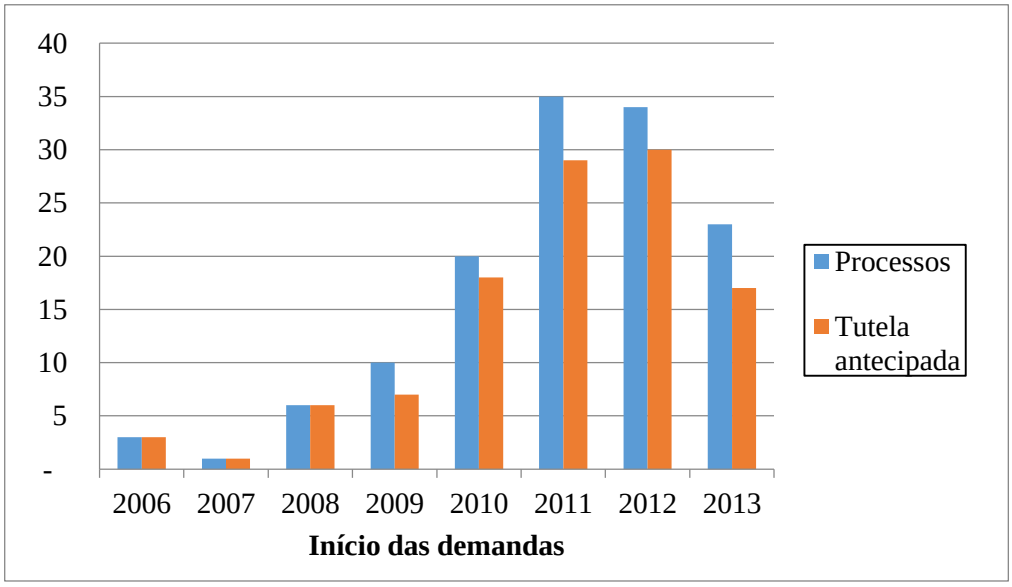
> A adoção de medicamentos genéricos, uma das prioridades da Política Nacional de Medicamentos, está respaldada, em especial: no estabelecimento de procedimentos para o registro desses produtos; na

[1] Genéricos são medicamentos que possuem características similares a um medicamento de referência, ou seja, os patenteados. A patente possui vigência máxima de 20 anos. Passado este prazo ou por qualquer outro motivo, como por exemplo, a quebra de patente, o medicamento genérico poderá ser produzido por qualquer laboratório que tenha interesse.

> definição dos requisitos nacionais para a demonstração de equivalência terapêutica, principalmente em relação à biodisponibilidade; no levantamento e na utilização da infra-estrutura e da capacidade do País para a realização de estudos de bioequivalência disponível na rede de laboratórios; na identificação de mecanismos de incentivo à produção dos genéricos; e no estabelecimento de regulamentação referente à comercialização, prescrição e dispensação destes produtos em todo o Território Nacional (RENAME. 2000. p. 5).

Em 84% das demandas foi concedida tutela antecipada. Significa dizer que os pedidos veiculados no início das demandas foram satisfeitos de imediato e antes do término dos processos. A maioria deles leva de 2 a 3 anos para serem julgados. Considerando medicamentos de uso continuado, ou decisões que não delimitam, por exemplo, até quando irá perdurar a obrigação, o cumprimento da ordem judicial ultrapassa os mandatos eletivos. Os novos gestores recebem de herança obrigações que devem ser pensadas para o planejamento das diretrizes que pretendem seguir.

Gráfico 1 - Processos julgados pelo TJRJ/2013 sobre fornecimento de medicamentos

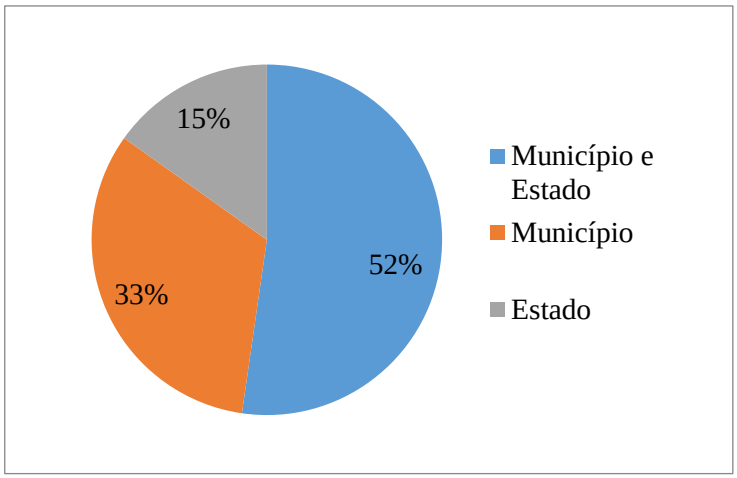


Fonte: <http://www.tjrj.jus.br>, 2015. Elaboração própria.

São os municípios que recebem a grande parte das determinações judiciais. Como a obrigação de fornecimento de medicamentos é fruto de um convênio entre União, Estado e Município, as Secretarias Municipais de Saúde são as responsáveis pelo fornecimento desses medicamentos. São elas que recebem a maioria das ordens para cumprimento das decisões judiciais.

É o autor da ação que escolhe em face de quem irá fazer seu requerimento. Mesmo quando o autor do pedido faz a opção de incluir o Estado junto com o Município como réu da ação, o fornecimento dos medicamentos é de incumbência da Secretaria Municipal de Saúde e mesmo que o custeio da ordem seja dividido caberá a ela fornecer o medicamento.

Gráfico 2 - O réu nas ações sobre fornecimento de medicamentos



Fonte: <http://www.tjrj.jus.br>, 2015. Elaboração própria.

Considerações Finais

Políticas públicas são formas de ações relacionadas à área social planejadas pelo Estado que buscam alcançar determinado nível de desenvolvimento humano.

A Política Nacional de Medicamentos é formada por um extenso arcabouço normativo, envolvendo leis nacionais, portarias, regulamentos e convênios, caracterizados pela descentralização e cooperação entre os entes federativos. Apesar dessa vasta normatização a Política de Medicamentos sofre crescente intervenção do Poder Judiciário.

As decisões judiciais tem se tornado um desafio para os entes políticos. Elas têm causado um rearranjo na política pública desenvolvida. As liminares concedidas determinam o seu cumprimento em prazos exíguos, o que acaba gerando outros efeitos, como a possibilidade de afastamento do processo licitatório, dando margem a possíveis desvios.

As ordens judiciais não fazem correlação com o custo deste medicamento e nem mesmo com a lista pensada pelo MS. Esta lista inclusive, não é analisada para efeitos de concessão ou negativa do pedido, o que parece ser essencial é a existência de prescrição

médica. Existe até mesmo um entendimento do TJRJ da impossibilidade dessa lista limitar o fornecimento de medicamentos.

Não se observa uma preocupação em priorizar o fornecimento de medicamentos genéricos que, segundo orientação do MS, deve ser no mínimo 35% mais barato que o medicamento de referência.

Decisões que determinam aquisições de medicamentos de eficácia duvidosa, não registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de custo muito elevado, de inexistência de preço disponibilizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED ou importados, acabam por comprometer o direito da coletividade em prol de um direito individual à saúde.

No ano de 2012, um levantamento de medicamentos de valores mais altos que serviu para atender 523 pacientes custou para União R$ 278.904.639,71, valor que, comparado ao repasse realizado no mesmo ano para assistência farmacêutica a todo o Estado do Rio de Janeiro (R$ 86.925.976,14) revela um quadro alarmante de desigualdade e privilegio institucionalizado (Advocacia Geral da União. 2013. p. 12).

O Estado Democrático expressa a ideia de soberania popular, onde todo poder emana do povo e é exercido por meio de seus representantes. A democracia é o governo da maioria. Cabe aos representantes eleitos a direção das políticas públicas que melhor atendam ao interesse dos representados. Quando os eleitos violam os direitos priorizados pela maioria, cabe ao Judiciário realinhar as ações administrativas em favor dessa maioria. Nessas hipóteses a atuação do Judiciário é legitima, cumprindo seu papel de legitimação dos interesses sociais.

Nos casos em que o Judiciário prioriza o direito individual e não atenta para a política pública desenvolvida é possível perceber o agigantamento das funções a ele conferidas fragilizando a harmonia e a separação dos poderes.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A coordenação federativa no Brasil:** a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 24, p. 41-67, junho, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à Judicialização excessiva: Direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. In **Direitos Sociais:** Fundamentos, Judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008, p 875-903.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal.** Rio de Janeiro: Forense. 2014.

CAPPELLETTI, M. GARTH, B. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris. 1998,

CAPPELLETTI, M. **Juízes legisladores?** Porto Alegre: Fabris. 1993.

Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. **Intervenção judicial na saúde pública:** panorama no âmbito da Justiça Federal e apontamentos na seara das Justiças Estaduais. 2012. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Ago/21/Panorama.pdf>. Acesso em: 07/07/2015.

GARAPON, A**. O juiz e a democracia:** o guardião de promessas. Rio de Janeiro: Revan. 1999.

LOMONGI, F. "**O Federalista**": remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, F. (org). Os clássicos da política. São Paulo: Ática. 1995, p. 272-278.

LOYOLA, Maria Andréa. **Medicamentos e saúde pública em tempos de AIDS:** metamorfoses de uma política. Ciência & Saúde Coletiva, Suplemento 13. 2008, p. 763-778, 2008.

Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME. 2000. **Gerência de Assistência Farmacêutica.** Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. 2000. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/rename01.pdf>. Acesso em: 08/08/2013.

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 581.488**. Audiência Pública: internação hospitalar com diferença de classe - SUS. 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/TranscricaoInternacaoHospitalar.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende; BURGOS, Marcelo Baummam. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan. 2014.

CONFRONTOS DE JUNHO DE 2013: NOTAS SOBRE A "INSUFICIÊNCIA" DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Felipe Moura de Andrade
Mestrando do PGCS-UFES

Adelia Maria Miglievich Ribeiro
Doutora em Ciências Humanas/Sociologia pelo PPGSA-IFCS-UFRJ. Professora Adjunta da UFES.

Resumo: Esta pesquisa, a partir de perspectiva neoinstitucional apresenta uma hipótese explicativa para a ocorrência das manifestações de junho de 2013 no Brasil, a de que decorreriam da elevação da tensão entre trajetória institucional e demandas sociais. A partir do conceito de *path dependency*, constrói-se um modelo explicativo baseado em dois eixos. De um lado, o sistema político com o desenvolvimento de uma trajetória conciliadora e conservadora, porém de verniz progressista. De outro lado, o modelo de sociedade social-desenvolvimentista, não implementado nos termos do texto constitucional. Conclui-se que os eventos de Junho decorrem da saturação social da tensão entre um sistema político tendencialmente mais conservador e blindado em relação às demandas sociais e um modelo de sociedade insuficientemente desenvolvido, não se alcançando, dessa forma, níveis sustentáveis de bem-estar. É nesta tensão que a "Nova República" se configurou como insuficientemente democrática e fora contestada nas ruas em junho de 2013 no Brasil.

Palavras-chave: eventos de junho; *path dependency*; insuficiência democrática.

Abstract: This research in a neo-institutional perspective presents a possible explanation for the occurrence of the June 2013 demonstrations in Brazil, result of the rise in tension between institutional trajectory and social demands. From the concept of path dependency it is set up an explanatory model based on two axes, in one hand the political system with the development of a conciliatory and conservative trajectory, but of progressive distinction. On the other hand the model of social developmental society, implemented with no accordance with the Constitution. It is concluded that the June events became of the social saturation of the tension between the political system, tendentiously more conservative and armored in relation to social demands and a model of an insufficiently developed society, thus it did not reach a tenable level of welfare. It is in this tension that the "New Republic" was set up as democratically insufficient and was contested on the streets in June 2013 in Brazil.

Keywords: june events; path dependency; democratic failure.

Apresentação

Como nos relembra Renato Ribeiro ao prefaciar Nogueira (2013), quatro datas ficaram marcadas na história recente do Brasil: 1984, com as manifestações por eleições diretas; 1994, com a vitória sobre a inflação com o Plano Real; 2003, com a posse de Lula e sua decisão de enfrentar e erradicar a miséria e promover a inclusão social e 2013, ano descrito como inesperado e rico. As três primeiras datas, apesar dos diferentes conteúdos históricos, guardam em si alguns elementos que as aproximam. As três foram capazes de gerar expectativas de

momentos melhores a partir da experiência de superação da nação em face de fracassos anteriores. Mas, e os protestos iniciados em 2013, em que nos parecem tão importantes?

Nosso objetivo neste trabalho é oferecer uma leitura sobre em que medida junho de 2013 pode ser alçado ao mesmo patamar de outros marcos recentes da história brasileira. Para cumprir esta tarefa propomos analisar, a partir de uma perspectiva institucional, dois legados oriundos da redemocratização. De um lado, pretendemos discutir a emergência do social-desenvolvimentismo como modelo de sociedade a suplantar o nacional-desenvolvimentismo e de outro, como a passagem da ditadura militar para democracia atualizou uma cultura política conservadora da relação entre sociedade e Estado e dentro deste, produzindo práticas específicas de interdependência entre governo e parlamento.

Por limites alheios ao nosso querer reduzimos nossa discussão teórica a uma apresentação sumária de dois conceitos que subsidiam nosso olhar em todo este trabalho. O primeiro destes conceitos é o de *path dependency*, que podemos traduzir como dependência de trajetória. Fernandes (2002) conceitua *path dependency* da seguinte maneira: "em momentos críticos do desenvolvimento de um país (ou outra unidade de análise), estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão novos pontos de escolha para mudança mais adiante" (2002:79). Como se pode perceber, este conceito lança luz sobre a força que as escolhas pretéritas assumidas por instituições tende a exercer na tomada de novas, desta forma nos aponta que, de uma maneira geral, manter o sentido do caminho já trilhado é menos custoso à tomada de novas decisões. Ao adotar uma trajetória de escolhas institucionais, as decisões que corroborem o sentido já adotado tendem a funcionar como retornos crescentes, capazes de ampliar ainda mais a força da trajetória adotada.

A adoção do conceito de *Path Dependency* leva-nos a ter de considerar outro elemento fundamental, a ideia de momento crítico, que pode ser compreendido como "uma situação de transição política e/ou econômica vivida por um ou vários países, Estados, regiões, distritos ou cidades, caracterizada por um contexto de profunda mudança, seja ela revolucionária ou realizada por meio de reforma institucional" (Fernandes, 2002:85). O momento crítico se caracteriza como período de inflexão na trajetória desenvolvida e a possibilidade de surgimento de novos caminhos.

Nossa discussão neste trabalho está estruturada em três subunidades, a saber: a) a crise que leva ao novo sistema político e ao novo modelo de sociedade – em que apresentamos uma leitura da crise do regime autoritário, bem como do nacional-

desenvolvimentismo; b) pemedebismo como cultura política – ao abordar a permanência no novo regime de traços do que já se encerrara e c) A emergência e os limites do social-desenvolvimentismo – em que exploramos os alcances e principalmente os limites do modelo de sociedade expresso no texto constitucional. Em nossas considerações finais, apresentamos uma leitura que conecta os eventos de junho de 2013 no Brasil à trajetória de desenvolvimento do que se convencionou chamar de "Nova República", inaugurada com a volta à democracia e com a Constituição Cidadã de 1988.

1. A crise que leva ao novo sistema político e ao novo modelo de sociedade

Trabalhamos com a hipótese de que os eventos de junho de 2013 no Brasil decorrem de um descompasso entre a sociedade e o Estado, mais exatamente entre as dinâmicas e consensos sociais que emergem e se consolidam a partir da redemocratização e a forma como o sistema político passa a lidar com a pressão que a sociedade começa a exercer. Nossa hipótese está estruturada na compreensão de que o fim do regime militar brasileiro em meados dos anos 1980 é fruto de uma profunda crise do modelo de sociedade nacional-desenvolvimentista.

> O modelo de sociedade abrangente que se consolidou a partir dos anos 1930, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, moldou a modernização acelerada do país até a década de 1980. Desencadeado e dirigido pelo Estado, pretendia alcançar não apenas a produção de um mercado interno de importância, mas também a criação de instituições adequadas à modernidade. A modernização deveria alcançar a cultura e a própria vida cotidiana, transformando também as relações pessoais e a esfera privada, segundo um conjunto determinado de valores modernos. Tratava-se de produzir uma cultura política centrada na emergência da nação autêntica, de uma integração social que se daria pelo pertencimento não apenas a um país, mas a uma história e a um conjunto de valores determinado, a ser partilhado por todos os membros. Valores que incluíam não somente o civismo e o nacionalismo, mas uma extensa lista de relações de subordinação, inferioridade e dependência da maior parte da população. Um conjunto de valores que, sintomaticamente, não incluía a democracia como um de seus componentes fundamentais. Pelo contrário, na maior parte do tempo em que esteve em vigência, o nacional-desenvolvimentismo coincidiu com ditaduras e/ou coronelismo e clientelismo (Nobre, 2013:20).

O nacional-desenvolvimentismo é, portanto, um legado da revolução de trinta e das novas elites econômicas e políticas que chegam ao poder central a partir dos anos 30. Dessa forma, o elemento essencial que nos permite falar de sua perenização por cinco décadas, é a

"modernização acelerada" promovida por cima, no intuito de construir instituições modernas – este foi o núcleo que permitiu a este modelo de sociedade se compatibilizar com distintos regimes políticos sem se descaracterizar.

Ao esgotar-se como modelo de sociedade, o nacional-desenvolvimentismo viveu um longo período de crise, abalando a legitimidade e sustentação do regime político que se vivia no país no momento de sua derrocada. Aos dois choques do petróleo, 1973 e 1979, à crise da dívida na década de 1980 e à hiperinflação, que corroíam a legitimidade do regime em sua sustentação econômica, somaram-se as pressões pela redemocratização do regime político, cada vez mais desafiado pelas greves de operários, pelo retorno dos exilados políticos a partir da anistia em 1979, pelo fim do regime bipartidário e emergência do multipartidarismo em 1980, pelas eleições de 1982 e "Diretas Já!", instalando-se um forte ambiente de crise e transição política no país. Para Nobre (2013), essa crise vai de 1979 até 1994 e para Sallum (2013) a transição vai de 1983 até 1994, notemos que em ambos, o tempo de inflexão é de mais de uma década. Podemos afirmar que as instituições e a sociedade brasileira viviam um período de crise com uma inflexão de duplo caráter, do regime político e do modelo de sociedade. Dessa forma, era necessário gestar duas soluções.

No tocante ao regime político é necessário situar que se a passagem da ditadura civil-militar para a democracia é em si uma transformação relevante, todavia é necessário ter muito cuidado na análise de sua profundidade, pois, em grande medida, essa mudança foi incremental e conciliatória, o que permitiu a sobrevivência de traços da fase anterior na que emergia. Em linguagem técnica, poderíamos dizer que do conjunto de variáveis que permitiram a configuração da contemporânea democracia brasileira ou como tem se chamado, da "Nova República", parte importante delas já atuavam na etapa antecedente. Destacamos duas variáveis importantes para a explicação da transição política, mas anteriores ao momento crítico: a) cultura política autoritária; b) transformação por cima. Ressaltamos ainda duas outras variáveis que emergem do momento crítico: c) progressivismo; d) transição conciliadora. O caráter conservador se apresenta límpido em três das quatro variáveis, o que nos permite indicar a forma pela qual as forças políticas autoritárias transitaram para a democracia.

No tocante ao modelo de sociedade, nossa análise aponta para a atuação de duas importantes variáveis explicativas para a substituição do nacional-desenvolvimentismo pelo social-desenvolvimentismo, e são elas: a) pressão popular e b) legado desenvolvimentista.

Estes dois vetores assumem um caráter democrático e renovado, pois a pressão popular realizada pelos movimentos sociais trazia a público demandas por direitos há anos reprimidas e o desenvolvimentismo como conjunto de ideias e valores se renovava ao ser reivindicado por forças políticas que estiveram alijadas do processo político ao longo do regime militar. A variável legado do desenvolvimentismo é composta tanto pela agência renovada dos até então exilados políticos, ou da emergência do novo sindicalismo, como pela ação de agentes do Estado e intelectuais que a defendiam, conferindo a ela um caráter heterogêneo, mas atuando em mesmo sentido, na defesa do papel do Estado como indutor e garantidor do desenvolvimento econômico.

2. Pemedebismo como cultura política

O lema "distensão lenta, gradual e segura" foi a marca da transição iniciada pelo General Ernesto Geisel, Presidente da República entre 1974 e 1979. Esse lema nos aponta a concepção política e a prática institucional da "transformação por cima", que caracterizou todo o processo de redemocratização brasileira. Essa variável como explicação de uma dinâmica institucional foi impactada por outra, de caráter interveniente, a "cultura política autoritária", ambas explicam a manutenção no regime que emergia, não só das velhas práticas, mas propriamente dos agentes políticos que sustentaram o regime que se encerrava.

É sobre o auspício de uma transformação por cima, e de conciliação dos agentes contestadores com os portadores de uma cultura política autoritária, que José Sarney, da antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional), chega ao poder na forma por nós conhecida[1]. Desta forma, o até então aliado do regime de exceção assume a missão de conduzir o país no período de transição até as eleições diretas para Presidente da República em 1989. Nesse cenário,

> [...] com exceção do PT, todos os partidos participaram da eleição indireta de janeiro de 1985, no chamado Colégio Eleitoral, controlado pelas forças da ditadura. [...] Mesmo com Sarney na presidência, o "progressismo" continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a

[1] Com a "reforma" do sistema eleitoral e o fim do bipartidarismo, a ARENA tornara-se PDS (Partido Democrático Social) e José Sarney é indicado pela Frente Liberal, racha do PDS na eleição indireta de 1985, como vice de Tancredo Neves do PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira) na chapa vitoriosa na eleição indireta para presidente da república. Com a morte do presidente eleito pelo colégio eleitoral, o vice, integrante do regime ditatorial é quem assume a Presidência da República, mas agora no PMDB, antigo MDB (Mobilização Democrática Brasileira).

> democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista (Nobre, 2013:6).

Ao combinar a condição de única oposição autorizada ao regime militar e posteriormente a solução conciliadora, configurou-se dentro do MDB, a partir da distensão em meados dos anos de 1970, uma unidade forçada contra a ditadura militar em torno da luta pela redemocratização, o que possibilitou a emergência de uma retórica progressista associada a tal agremiação política na época já bastante heterogênea.

Ao sair vitoriosa em meados dos anos de 1980, a própria transição democrática e todos os seus significados assumem um caráter progressista (Nobre, 2013). Esta fachada assumida pela redemocratização impossibilitou as forças políticas que compuseram a base do regime anterior a se contraporem a tal retórica. A democracia nasce nestas condições como um consenso retórico progressista, esta é, portanto, uma variável importante a explicar o sistema político que começava a se desenhar.

Sobre o sistema político brasileiro construído na transição, Abranches (1988) produz uma definição que se consolida nas análises políticas brasileiras, sejam elas acadêmicas ou não, a ideia de que nosso sistema é um "presidencialismo de coalização". Desse modo, combinaria as características do presidencialismo, em que o chefe do executivo é eleito diretamente e tem mandato independente do poder legislativo e a coalizão guardaria os aspectos típicos do parlamentarismo, em que múltiplas forças políticas compondo o sistema disputariam espaço no parlamento na busca de ser a força majoritária ou relevante para compor o governo.

Para Nobre (2013) a definição de Abranches (1988) é correta, porém incompleta, pois confere à operação do sistema político brasileiro contemporâneo pelas forças políticas um nível de legitimidade não existente. Assim, Nobre propõe uma definição complementar, que vai além das formalidades do sistema político, incorporando também em sua definição os elementos de uma cultura política autoritária, patrimonialista e clientelista, pré-democrática, que se atualizaram em formas compatíveis com o sistema de "presidencialismo de coalização". Portanto, Nobre (2013) nos permite indicar que, pelo fato de o processo de transição democrática assumir um verniz progressista e seu fiel depositário ter sido o então PMDB, o pemedebismo tendeu a configurar-se como a articulação entre a formalidade institucional do presidencialismo de coalizão e a cultura política pretérita, lhe conferindo as seguintes propriedades:

> [...] o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que

> se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a "governabilidade"; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral) (Nobre, 2013: 9).

Como se percebe, a cultura política do pemedebismo utiliza-se das relações entre executivo e legislativo para barganhar espaços, vetar adversários e crescer seu espaço nos governos, sejam quais forem eles. O pemedebismo apresentou-se pela primeira vez no colégio eleitoral de 1985 ao articular a solução conciliadora; sua segunda grande aparição deu-se na constituinte, quando parte dos parlamentares se viu pressionada por movimentos sociais para incorporar no texto constitucional os anseios populares. É neste momento que se trava a disputa em torno da outra face do momento crítico brasileiro, o modelo de sociedade, e foi em resposta ao modelo democrático e social que fazia pressão sobre os congressistas que se articulou por dentro do PMDB o Centrão, constituído por forças políticas com caráter conservador, mas que pelo consenso majoritário de retórica progressista não poderiam assumir esse matiz político. O Centrão atuou como uma convergência de múltiplos interesses que exerceu poder de veto às demandas sociais, impedido que a Constituição de 1988 tivesse uma feição ainda mais social e intervencionista.

Outro momento importante para consolidação do pemedebismo foi como a classe política compreendeu o impeachment de Fernando Collor de Melo. Para os agentes políticos era claro, Collor não se sustentara por não ter construído uma base de apoio no Congresso que o blindasse das contestações exógenas ao sistema político.

> Após o impeachment, os canais de expressão das forças de oposição ao pemedebismo se estreitaram. A força das ruas que derrubou Collor foi substituída pouco a pouco pelo clamor da "opinião pública". E a opinião pública foi substituída pela opinião da grande mídia. Para obrigar o sistema a mudar, pouco que fosse, era necessário produzir campanhas intensivas de denúncias vocalizadas pela grande mídia. Até o final do mandato de Itamar Franco, em 1994, as ferramentas de blindagem foram sendo produzidas, testadas e aperfeiçoadas. Seu desenvolvimento se deu ao longo dos dois mandatos consecutivos de FHC (1995-2002) (Nobre, 2013:7).

O pemedebismo se consolida nos anos de 1990 como uma forma antissocial e anticontestatória das relações entre sistema, agentes políticos e sociedade. A capacidade de mobilizar a sociedade para impactar a política se reduz, fazendo emergir como ator relevante a mídia, que de um lado era o mecanismo de vazão para algum clamor popular e de outro ela mesmo produzia suas próprias investigações e denúncias. Nesta questão, uma ponderação deve ser feita, a mídia brasileira fez uma forte adesão ao discurso liberal como resposta à crise do nacional-desenvolvimentismo (Costas, 2002), ou como aponta Sallum (2013:64), "a grande mídia e as elites empresariais adotaram, na segunda metade dos anos 1980, uma perspectiva cada vez mais liberal".

Desta forma, a polarização política instituída pelo pemedebismo nos anos 90, entre aqueles que dela se serviam e aqueles que lhe faziam oposição, consolida-se na polarização respectivamente entre PSDB e PT. Assim, a posição de diversos veículos de mídia se ideologizou e em grande medida se partidarizou, o que contribuiu para uma maior blindagem do sistema político, ou de parte de seus agentes, que passou a sofrer tensões apenas quando seus próprios agentes entram em disputa de espaço e poder, "a produção de escândalos passou a depender de enfrentamentos abertos entre forças políticas aliadas" (Nobre, 2013:8).

Foi no uso da estratégia pemedebista que o governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu realizar as privatizações; também é fruto dessa forma de relação política a emenda constitucional que permitiu a reeleição para os executivos nos três níveis da federação, mesmo tendo denúncia de compra de voto parlamentar, o que não prosperou e nenhuma investigação foi realizada[2]. O último governo de FHC (1999-2002) viu-se desgastado pelos limites da receita de estabilização econômica implementada por aquele governo, mas também pelo modo de governar imposto pelo pemedebismo.

O Partido dos Trabalhadores, Lula e sua eleição representaram em si dois grandes vieses de crítica à política brasileira e às relações entre Estado e sociedade. Uma, propriamente de esquerda, era a crítica ao avanço do "neoliberalismo" no governo de FHC e foi traduzida para o amplo eleitorado como enfrentamento da crise econômica que atingia o país desde 1997. De outro lado, o PT se propunha a realizar uma mudança ética na política nacional, pois ao longo de sua história passou distante de grandes escândalos, esquemas de corrupção e investigações, situando-se no campo da denúncia, como oposição ao pemedebismo. Esta imagem moralista feita para capitanear parte do eleitorado continua uma crítica mais profunda

[2] Ver: RODRIGUES, Fernando. **Conheça a história da compra de votos a favor da emenda da reeleição.** Blog do Fernando Rodrigues, Uol Notícias Política. 2014.

ao modo de fazer política no Brasil, caracterizado pelo assistencialismo, clientelismo e patrimonialismo. Pode-se dizer que "o PT pretendeu ser o portador de duas missões históricas: combater desigualdades de todo o tipo e reformar radicalmente o sistema político, eliminando a tecnocracia e o pemedebismo" (Nobre, 2013:22).

Para melhor dialogar com o eleitorado, o PT despolitizou sua crítica, tornando-a em diversos momentos uma abordagem moralista da política, um esquema simplista em que a esquerda era retratada como boa e ética e a direita como má e corrupta. O PT ao chegar ao poder resiste ao modo pemedebista de gestão do Estado brasileiro de construção de supermaiorias, até a crise desencadeada pelo escândalo do "mensalão"[3]. Vendo-se acuado e pressionado, adota a estratégia de incorporação do PMDB à base do governo e adere à estratégia de maiorias máximas, deixando de lado apenas seu concorrente na gestão do condomínio do pemedebismo, o Partido da Social Democracia Brasileira e seus aliados.

> Uma crescente blindagem do pemedebismo contra a sociedade foi o preço que o governo Lula decidiu pagar não apenas para implementar seu projeto reformista, mas para tentar se manter no poder na eleição presidencial de 2010. O ponto máximo dessa linha de atuação foi a defesa aguerrida que fez o governo de José Sarney em 2009, quando o presidente do Senado, durante mais de quatro meses, foi acossado por uma série de graves denúncias. A partir desse momento, a blindagem do sistema político em relação à sociedade se completou (Nobre, 2013:27).

Outra grande demonstração de força do pemedebismo na relação com o PT foi a coligação para a eleição de Dilma Rousseff para Presidente da República em 2010, que contou com dez partidos, desde tradicionais partidos de esquerda e centro-esquerda como PT, PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), até o centrismo do PMDB, além de direitistas como PR (Partido da República), PRB (Partido Republicano Brasileiro) e PSC (Partido Social Cristão) ou partidos com pouca identidade como PTN (Partido Trabalhista Nacional) e PTC (Partido Trabalhista Cristão). Tratava-se realmente de um condomínio partidário, em que o PT ocupara pela esquerda o pemedebismo e tentava através deste, garantir alguma estabilidade política para o processo de sucessão presidencial.

[3] Trata-se do nome popularizado por veículos de mídia da ação penal 470, já julgada e em fase de conclusão de penas por muitos dos condenados. O esquema configurou-se no repasse de verbas não contabilizadas pelo Partido dos Trabalhadores a dirigentes partidários do PL (Partido Liberal), PMDB, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PP (Partido Progressista), todos da base aliada do primeiro governo Lula. Os significados políticos do esquema, sua construção como escândalo e mesmo o julgamento ainda estão em disputa pelos atores políticos e agentes midiáticos brasileiros.

3. A emergência e os limites do social-desenvolvimentismo

Três grandes processos se relacionam com a emergência e desenvolvimento do social-desenvolvimentismo e a superação do modelo anterior, são eles: a promulgação da constituição de 1988 com a incorporação de direitos sociais; a estabilização econômica com o Plano Real, que ao retirar de cena a instabilidade econômica permitiu a emergência da desigualdade como um problema político e a chegada de Lula à presidência da República com o enfrentamento da miséria e da desigualdade.

Para compreender o papel da variável "pressão popular" na construção deste novo modelo de sociedade se faz necessário assentar estes três grandes eventos em um pano de fundo mais amplo, de que trata Scherer-Warren (2012) ao apontar que na relação entre Estado e movimento social no Brasil nos últimos 50 anos devemos falar em quatro grandes ciclos de ações coletivas. O primeiro ciclo, que se desenvolve nos anos 1960 e 1970, é o do *movimento cívico*, caracterizado pela resistência ao autoritarismo do Estado. Esse movimento era composto por segmentos das camadas populares, intelectuais e artistas, bem como pelo movimento estudantil, objetivando resistir ao autoritarismo estatal e democratizar o regime político e a sociedade. Neste período, surge um novo sindicalismo, novas organizações camponesas e os chamados "novos movimentos sociais".

> O fim deste período fecha-se com as mobilizações pela Lei de Anistia, assinada em 1979, possibilitando o retorno de exilados políticos, muitos dos quais vieram a fortalecer importantes ONGs, que lutavam pelos direitos de cidadania, outros aderiram a novas opções partidárias (Scherer-Warren, 2012:78).

É este ciclo de lutas, somado aos limites econômicos e políticos, nacionais e internacionais, do regime militar – como as mudanças na economia global com os choques do petróleo e o avanço das tecnologias de informação – que vão precipitar o colapso do regime político e do modelo de sociedade daquele momento. O fim deste ciclo de lutas políticas, em particular com a abertura política marcada pelo retorno dos exilados pelo regime autoritário, abre um novo processo de lutas, que impactará os anos 1980 e 1990, o *movimento cidadão*.

O vetor "pressão popular" emerge como determinante para a construção política neste momento, se anteriormente a luta era para voltar à ordem democrática, neste ela é incorporada à lógica do sistema político e passa a atuar para transformar os consensos sociais. Desse modo, as campanhas das diretas mobilizaram a nação e a colocaram em movimento, fazendo crer que

a democracia, além de garantir e respeitar direitos individuais e restituir direitos políticos, era o caminho para a superação da histórica desigualdade reinante no Brasil, abrindo um novo horizonte para o encontro entre sociedade e Estado. Em alguma medida, com a eleição indireta em 1985, parte da luta das diretas foi frustrada, mas renovada no embate em torno do texto constitucional. É na Constituição que está garantido o caráter social ou democrático de nossa sociedade. Assim dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre seus Princípios Fundamentais, em seu art. 3º (incisos de I a IV) (BRASIL, 1988, p. 3):

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Como podemos observar, só uma sociedade pluralista, democrática e de bem-estar social seria capaz de garantir os objetivos constitucionais da liberdade, justiça, solidariedade, erradicação da pobreza e da marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos sem qualquer forma de preconceito. O texto constitucional é claro, a sociedade brasileira se assenta na justiça social. É neste flanco que precisamos inserir a segunda variável de nossa análise sobre o modelo de sociedade, o "legado desenvolvimentista". Para a implementação de uma sociedade de bem-estar social, não é qualquer sistema econômico e ordem financeira que cria suas bases materiais. O desenvolvimentismo, mesmo sofrendo críticas decorrentes de seu histórico autoritário, foi compreendido pelos agentes sociais, políticos e legisladores da constituinte como a base capaz de garantir os direitos sociais. Como dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre sua Ordem Econômica e Financeira em seu art. 170 e sobre sua Ordem Social em seu art. 193 (BRASIL, 1988, p. 119, 131):

> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
> [...]
> Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

Como fica nítido, o legislador constituinte acatou o consenso majoritário de que é papel do Estado garantir a justiça social. Nesse sentido, "as ideias têm um papel central na elaboração das políticas, na medida em que legitimam alguns interesses em detrimento de outros" (Rocha, 2005:20), portanto, cabe compreender o lugar que a disputa de ideias, como parte da disputa de interesses, cumpriu na consolidação desse modelo de sociedade. Assim, "no que diz respeito às disputas políticas relativas à intervenção estatal na esfera econômico social, [...] elas têm sido moldadas desde o final dos anos 1980 por três ideários principais, o neoliberal, o neodesenvolvimentista e o estatal-distributivista" (Sallum, 2013:62).

Com o avanço constitucional na garantia de direitos sociais, um novo ciclo de lutas políticas é aberto com a promulgação da Constituição em 1988, o que possibilitará o surgimento do movimento institucionalizado. Neste momento histórico, diversos movimentos sociais rurais se consolidam, bem como a luta dos novos movimentos sociais ganha força e legitimidade. É também neste período pós-constituinte que ocorre uma inflexão no papel do Estado por um conjunto de reformas liberalizantes que vêm limitar a atuação do Estado como organizador e indutor do desenvolvimento nacional e promotor do bem-estar social. Este sofre uma reestruturação, não no sentido que apontava a Constituição ao indicar a construção de um Estado do bem-estar, ou dos movimentos sociais que lutavam pela implementação dos direitos constitucionais, mas na direção das transformações necessárias para a circulação do capital em sua reprodução global. Nesse cenário de contradições, a versão liberalizante do Estado consegue, porém, a estabilização econômica e o controle da inflação, o que foi, em alguma medida, responder ao conjunto dos anseios que impulsionaram a redemocratização.

Se por um lado o controle da inflação permitiu aos cidadãos, agentes econômicos e estatais uma maior capacidade de planejamento e previsão, por outro este mesmo processo frustrou as expectativas de parte importante dos brasileiros na medida em que transformou o Estado em agente de sua autodesregulamentação, "o Estado tem de intervir para deixar de intervir, também só um Estado forte pode produzir com eficácia a sua fraqueza" (Santos, 2002:42), flexibilizando o processo de acumulação pelo capital financeiro e deslegitimando (e fragilizando) os direitos sociais e trabalhistas.

O ciclo político nacional dos anos 1990, em particular a partir do segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em sintonia com o ciclo dos movimentos sociais, movimento institucionalizado, projetou a figura pública Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do novo sindicalismo, combatente contra a ditadura civil-militar e forte opositor do

pemedebismo como esperança de conectar os avanços sociais expressos na Constituição com a estabilização econômica. Nesse sentido, Scherer-Warren (2012), ao destacar a força dos novos movimentos sociais nos anos 1990, aponta que "muitos atores coletivos viram na figura de uma liderança histórica do "novo sindicalismo" (Lula), a possibilidade de acesso ao poder, com a criação de canais de negociação mais direitos" (Scherer-Warren, 2012:83).

Lula sintetizou em si, na perspectiva dos movimentos sociais, a *esperança*. Não por outra razão o slogan "A esperança venceu o medo" surgiu como uma eficiente resposta de marketing eleitoral nas eleições de 2002, quando a estratégia de campanha de seu adversário jogava com estigmas e preconceitos em relação ao Partido dos Trabalhadores e seu presidenciável, criando um clima de terror e medo.

A eleição de Lula em 2002, para parte importante dos atores políticos, artistas, intelectuais e da sociedade brasileira, era "o encontro do Brasil consigo mesmo", na medida em que simbolizava os humildes que nunca chegaram ao poder neste país. Lula mobilizava em sua posse grande parte da nação pela expectativa da mudança social e da construção de um Estado justo com a redução da desigualdade social e a superação da cultura política em vigor. Ao mesmo tempo, a democracia fortalecia-se com a passagem de poder de maneira tranquila nos marcos da legalidade, mesmo que o sucessor em muito provocasse dúvidas nas elites e agitasse as camadas populares e médias da população em torno de transformações significativas. Esse novo ciclo político parecia se apropriar dos avanços da estabilidade econômica, conseguida no governo de Fernando Henrique Cardoso, para viabilizar o acesso a serviços públicos básicos por novos setores da sociedade aos quais também se garantiria a inclusão no mercado de consumo.

Considerações Finais

Os eventos de junho de 2013 no Brasil se conectam ao processo histórico descrito por nós na medida em que estes recentes eventos significaram uma inflexão e possível abertura de crise no desenvolvimento da trajetória institucional iniciado com a "Nova República".

A redemocratização como crise simultânea do regime político e do modelo de sociedade abriu dois caminhos, por um lado a sociedade modernizou-se rapidamente, passando a ser mais plural, fragmentada e democrática, por outro o sistema político blindou-se das demandas desta mesma sociedade, atualizando uma cultura política avessa aos avanços sociais. Podemos dizer que, ao se consolidar como cultura política, o pemedebismo

passou a atuar como um vetor a controlar o ritmo de implementação dos objetivos fundamentais da Constituição de 1988, se não para frear por completo, ao menos para reduzir sua velocidade. Atuando como variável a desacelerar o processo democratizante da sociedade brasileira por um lado e como fiel da balança da governabilidade por outro, o pemedebismo como dispositivo de poder atualizou formas diversas de descolamento da sociedade e do sistema político. A situação agravara-se nos anos de 1990, quando as reformas liberalizantes inviabilizaram o cumprimento do consenso crescente em torno da justiça social, bem expresso no texto constitucional.

Nesse quadro, pemedebismo e neoliberalismo passam a configurar-se como variáveis de oposição à consolidação do social-desenvolvimentismo como modelo de sociedade. Ambas as variáveis atuam para a despolitização da sociedade brasileira e a desorganização da sociedade civil. Nesse cenário, é necessário retomar Scherer-Warren (2012) e sua proposta para compreendermos que, nos anos 2000, abre-se um novo ciclo de movimento a que chama de *movimento cidadão crítico*, não sendo objeto desse movimento compor com partidos estratégias de disputas institucionais, mas sim a disputa do imaginário da sociedade brasileira. Esse novo movimento se organiza em redes, buscando formas horizontais de organização e ação. Somam-se a esta nova forma de ativismo de esquerda as diversas frustrações com o "petismo de governo", que conciliou interesses, manteve parte da política econômica ortodoxa de FHC, viu-se envolvido em casos de corrupção e aderiu ao condomínio pemedebista pela esquerda.

Diante de tal quadro, parece-nos provável que as manifestações de 2013 catalisaram as frustrações seguidas e acumuladas dos cidadãos brasileiros com o funcionamento do Estado; com a classe política; com a gestão econômica e social do país, tudo isso em uma sociedade que mudou significativamente, acompanhando as transformações globais.

É como se a sociedade chegasse frente ao Estado e sua classe política e dissesse: "fiz minha parte nos encontros de 1984, 1994 e 2003, agora cobro que vocês façam a de vocês!". A relação entre desejos e frustrações parece ter "estourado" os limites do tolerável e a sociedade comunica o Estado, e principalmente à classe política, a desconexão entre representantes e representados. Isso foi dito nas ruas com a mobilização de milhões de pessoas em centenas de cidades no Brasil, mas também em pesquisas de opinião, de um lado com a queda vertiginosa dos índices de popularidade da presidente e de governadores (Nogueira, 2013), de outro pelo apoio da maioria dos brasileiros aos protestos. A prática

política conciliatória foi posta em xeque, portanto, o pemedebismo, e desse processo emerge uma conjuntura de conflitualidade social.

Referências

ABRANCHES, S. H. Hudson de. **Presidencialismo de Coalização:** O Dilema Institucional Brasileiro. Revista de Ciências Sociais Rio de Janeiro. v. 31. n. 1, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Distrito Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (Org.) O que esperar do Brasil? In: SALLUM JR, Brasílio. **O desenvolvimentismo e o Estado brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília:** esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERNANDES, Antônio, S.A. **Path Dependency e os Estudos históricos comparados.** BIB, São Paulo, n. 53. 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia:** Ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Ed. Contraponto - Brasília-DF, 2013.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento:** Da abertura democrática ao governo Dilma. Companhia das Letras, 2013.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas:** Algumas observações. Civita, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2005.

RODRIGUES, Fernando. **Conheça a história da compra de votos a favor da emenda da reeleição.** Blog do Fernando Rodrigues, Uol Notícias Política. 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Globalização e as ciências sociais**. - 2. Ed. - São Paulo - Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias:** nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. ed. Curitiba: Appris, 2012.

TRANSPARÊNCIA E PUBLICIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS SOB A PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA

Felipe Rodrigues Braga
Pós-Graduado em Gestão Pública Municipal - IFES, Mestrando em Sociologia Política pela UENF.

Mauro Macedo Campos
Pós-doutor em Ciência Política pela UNICAMP. Professor Associado do LGPP/UENF.

Nilo Lima de Azevedo
Mestre em Ciências Sociais pela UFJF, Doutor em Sociologia Política pela UENF, professor titular da UENF associado ao LGPP.

Resumo: O presente artigo trata da temática da transparência pública digital municipal, nas suas vertentes ativa e passiva, através da sistematização e análise dos instrumentos normativos e novos marcos regulatórios, que prescrevem a forma e o tipo de informação que os municípios devem dispor por meio eletrônico aos seus cidadãos. O propósito do trabalho é refletir essa nova modalidade de transparência pública local e como a mesma se estruturou normativamente na legislação brasileira a partir da teoria da democracia, em especial com a abordagem de Robert Dahl relativo aos conceitos de *responsividade*, *contestação pública* e *inclusividade* e de O'Donnell com a distinção entre *accountability* vertical e *accountability* horizontal. Para tal, será elaborado um comparativo entre as informações encontradas nos sítios eletrônicos das prefeituras municipais de Campos dos Goytacazes e Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, em 2015, como fio condutor da presente discussão. Trata-se de artigo com enfoque quali-quantitativo, desenvolvido sob embasamento bibliográfico articulado à localização nos sites das prefeituras citadas de características consideradas necessárias à construção de sites eletrônicos transparentes, conforme a Escala Brasil Transparente elaborada pela Controladoria Geral da União para avaliar o Índice de Transparência de Estados e Municípios brasileiros.

Palavras-chave: a*ccountability*; transparência pública; Escala Brasil Transparente.

Abstract: This article deals with the issue of municipal digital public transparency in its active and passive aspects, through the systematization and analysis of regulatory instruments and new regulatory frameworks that prescribe the form and type of information that municipalities should be given by e to its citizens. The purpose of the paper is to this new form of local government transparency and how it was structured normatively by Brazilian law from the theory of democracy, especially with Robert Dahl approach of the concepts of responsiveness, public outcry and inclusiveness and O'Donnell with the distinction between vertical and horizontal accountability accountability. To this end, a comparison will be drawn between the information found in electronic sites of the municipalities of Campos dos Goytacazes and Macaé, State of Rio de Janeiro in 2015 as a guide to this discussion. This is article with qualitative and quantitative approach, developed under bibliographic foundation articulated to the location on the websites of municipalities cited the characteristics considered necessary for the construction of transparent electronic sites, according to Brazil Transparent Scale, developed by the Union of the Comptroller General to assess Index Transparency Brazilian states and municipalities.

Keywords: accountability; public transparency; Brazil Transparent scale.

Introdução

Muitas das mudanças intensas que vem acontecendo ultimamente no mundo, conhecida por Revolução Digital, especificamente em relação ao Estado e a sociedade organizada, têm despertado, ou pelo menos possibilitado, ao cidadão uma visão mais crítica, e uma participação mais efetiva quanto aos rumos das políticas através dos meios eletrônicos e seu principal veículo, a *internet*. O que também inclui a crescente exigência pela melhoria de serviços públicos, atrelada a uma atuação transparente e de cobrança de responsabilidades (*accountability*) para aqueles que conduzem os negócios da coletividade.

Neste diapasão, trata-se, em síntese, de um artigo sobre as novas possibilidades de controle e formas de *accountability*, que busca ainda examinar se os governos eletrônicos das prefeituras de Campos dos Goytacazes e Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, ao ocuparem o ciberespaço ofertando informações em seus sítios eletrônicos, tornaram mais transparentes as relações entre governantes e governados, e se, essas informações nos sites aumentam ou possibilitam a responsabilização da performance dos agentes públicos, promovendo mais *accountability*.

Por conseguinte, é pertinente informar que estuda e dispõe sobre pontos relevantes abordados por autores relacionados ao tema, na tentativa de responder a questões como: a *accountability* ou a responsabilização dos representantes governamentais pela população pode ser reforçada com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação? Seria crível que a informatização, ao permitir uma maior oferta de informações e uma maior transparência dos atos governamentais através da web, poderia renovar os vínculos da sociedade contemporânea com a prática e os valores democráticos fortalecendo os mecanismos de *accountability?*

Como opção para elaboração dessas respostas, foram analisados os sites das prefeituras arroladas ao tema e aplicada a escala da CGU, Escala Brasil Transparente, nos sites daqueles municípios, buscando conhecer a demanda por *accountability* no Brasil, e mais precisamente na região norte do Estado do RJ.

Assumem-se aqui os pressupostos de Castells (1999) de que não há conserto tecnológico para os dilemas da democracia contemporânea. E reconhece-se que permanece atual as advertências de O'Donnell (1998) de que as jovens poliarquias latino-americanas transitam de uma democracia delegativa, com seus limites patrimonialistas, para uma

democracia representativa moderna (O'DONNELL,1998). Tanto uma como outra perspectiva aumentam em importância a demanda por maior *accountability* no Brasil, em particular, na região. Controlar e fiscalizar a burocracia estatal, junto aos representantes eleitos no decurso dos mandatos, além de aperfeiçoar os mecanismos institucionais disponíveis aos cidadãos para o exercício efetivo da soberania popular, são ações que se confundem com o sentido último da democracia.

Neste sentido, o artigo, a partir da utilização de ferramentas da *web*, destaca o *e-government*, as legislações pertinentes e os conceitos de teóricos como Arretche, O'Donnell, Castells, Schedler e Dahl entre outros, sendo esse o fio condutor da presente organização textual.

1. Desenvolvimento

Para discorrer sobre o tema proposto temos que ir aos tempos da máquina, quando se iniciou essa longa jornada: o computador pessoal (PC). A ideia de compartilhamento descentralizado de dados ganhou força com o lançamento do PC da IBM, período em que essa tecnologia foi massificada, na década de 80. Mas a partir de 1990, a internet começaria a alcançar a população em geral com o desenvolvimento do sistema conhecido como World Wide Web ("WWW"). Atualmente, a internet e as plataformas de acesso se desenvolveram para além dos PC: incluem suportes como notebooks, SmartTV's e os smartfones, ampliando ainda mais o acesso e o alcance da rede.

A singularidade dos usos da rede conformou os mais diversos aspectos da vida cotidiana às novas práticas e rotinas, seja nos relacionamentos, no mercado, no ensino, na provisão de serviços, apresentando inclusive desafios e debates éticos em relação à perda das relações interpessoais, fragmentação de sentimentos indenitários, mas, sobretudo, em relação a um afrouxamento no espectro da privacidade, (WERTHEIN, 2000; LANGHEINRICH, 2001) com sérios reflexos no âmbito dos direitos de cidadania nos moldes de Marshall (1967).

Todo esse contexto, também alcançou de forma significativa a maneira como o Estado, principalmente os democráticos interagem com a sociedade, o que se convencionou chamar de E-Government (ou Governo Eletrônico), que se caracteriza por um remodelamento de procedimentos administrativos e serviços disponibilizados eletronicamente a partir da internet como emissão de certidões, até a disponibilização de valiosos dados a respeito de financiamento de campanha, ouvidorias e portais de transparência.

A combinação dessas ferramentas viabilizou ao cidadão conectado uma gama de informações anteriormente ocultas para a população em geral, possibilitando um controle social mais efetivo, através do incentivo à participação popular na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração à medida que se torna fácil o acesso a informação sobre os valores utilizados e os locais alocados pelos nossos governantes, no cotidiano de suas administrações.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, a publicidade e, via de consequência, também a transparência foi alçada como princípio da Administração Pública pelo artigo 37, a saber, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A partir da CF de 1988, foi se estruturando uma legislação acerca do tema, que institucionalizou instrumentos legais e administrativos a fim de tornarem a publicização e a transparência na Administração a regra e o sigilo a exceção. Isso resultou em um aumento significativo do número de dados fornecidos pelos entes públicos.

Destacam-se, nesta direção, a Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011, bem como, as importantes modificações da Lei Complementar (LC) nº 131/2009, denominada Lei da Transparência, que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal.

A Lei de Acesso à Informação, conforme seu artigo 8°, torna obrigatória "independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas" (BRASIL, 2011). Já o outro diploma legal, Lei da Transparência Pública, determina que sejam disponibilizadas em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No âmbito municipal, dentro das obrigações originadas pela Lei de Acesso à Informação, art. 8°, parágrafo segundo, encontra-se disposto que todas as prefeituras, "órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet)", entretanto, as prefeituras com até dez mil habitantes são dispensadas da divulgação obrigatória na internet pelo parágrafo quarto, embora, segundo a TIC - Governo Eletrônico 2013, 93% das prefeituras pesquisadas já utilizam sistema de informação para a gestão contábil, 84% possuem website, 88% disponibilizaram informações sobre serviços públicos na rede, e 66% prestam algum serviço público através do seu website.

Nesse sentido, o presente artigo trata da temática da transparência pública digital municipal, nas suas vertentes ativa e passiva, através da sistematização e análise dos instrumentos normativos e novos marcos regulatórios, que prescrevem a forma e o tipo de informação que os municípios devem dispor por meio eletrônico aos seus cidadãos. O propósito do trabalho é refletir essa nova modalidade de transparência pública local e como a mesma se estruturou normativamente na legislação brasileira, a partir da abordagem de Robert Dahl, com referência aos conceitos de responsividade, contestação pública e inclusividade, O'Donnell com a distinção entre *accountability* vertical e *accountability* horizontal, e, Schedler, com preceitos como o de *enforcement* e *answerability*, pontos verificados e dispostos adiante.

No Brasil, recentemente, é possível observar a diminuição das desigualdades sociais. A adoção de políticas de recuperação do salário mínimo, combinadas com programas de redistribuição de renda como o Bolsa-Família e a ampliação do crédito à população de baixa renda, inseriu milhões de pessoas no mercado interno de consumo. Fatores que não podem ser desprezados uma vez que o consumo das famílias constitui condição básica e elementar para uma poliarquia ter futuro.

Conforme já informado, o estudo e comparações entre os municípios Campos dos Goytacazes e Macaé foram efetuados, tendo em vista, a Escala Brasil Transparente (EBT), elaborada pela Controladoria Geral da União (CGU) para aplicação do Índice de Transparência a Estados e Municípios.

Conforme consta no site da CGU, a EBT é uma metodologia utilizada para medir a transparência pública entre estados e municípios brasileiros e corresponde a um indicador que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da LAI. Sua primeira versão concentra-se na transparência passiva, sendo essa vertente escolhida pela ausência de métricas de avaliação, que contemplem essa nova obrigação advinda da Lei nº 12.527/2011.

O diferencial da métrica da CGU é a abordagem de verificação da efetividade da LAI, pois compreendem solicitações reais de acesso à informação sobre diversas áreas do governo municipal em especial.

Atinente ao conceito de efetividade, Arretche (1998, p. 3) entende "o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação", apontando avanço.

A intenção da CGU é aprofundar o monitoramento da transparência pública, observando doze quesitos que cobrem aspectos da regulamentação do acesso à informação e da existência e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), gerando um produto que possibilite o acompanhamento das ações empreendidas por estados e municípios em relação ao direito de acesso à informação.

Sendo assim, embora a pesquisa ainda não tenha sido concluída, pode-se afirmar, que entre os doze quesitos a serem respondidos pelo mecanismo de aferição da pontuação do EBT da CGU, para que os sites das prefeituras em geral sejam conceituados na referida Escala Brasil como transparentes, Macaé apresenta, até o momento dez respostas positivas e Campos dos Goytacazes absolutamente nenhuma.

A EBT trata-se de um quadro comparativo relacionado a temáticas correlatas como democracia, transparência passiva e *accountability*.

Nesse sentido, Robert Dahl (1971) define a democracia usando como característica central a responsividade: "I should like to reserve the term "democracy" for a political system, one of the characteristics of which is the quality of being completely responsive to all its citizens". Quanto mais forte se observam as preferências dos cidadãos, mais se pode falar de uma democracia. Esta perspectiva se reflete dentro de muitas concepções da democracia e forma um argumento fundamental na defesa da democracia direta (SAWARD, 1994, p. 6-24).

Conforme Dahl (1997), entre os critérios que definem o processo democrático estão a "participação efetiva" e o "entendimento esclarecido", e nenhum dos dois critérios pode ser plenamente satisfeito sem a observância do princípio da transparência e da existência de controle social. Para o autor, o direito de acesso à informação está presente na descrição das condições e características do que ele denomina "Poliarquia". Entre as características da democracia poliárquica descritas por Dahl, destacam-se a liberdade de expressão e o acesso a fontes de informação.

Além disso, na obra clássica "Sobre a Democracia", Dahl (2001) analisa o triunfo democrático sobre todos os outros regimes; esclarece seus primórdios, o porquê de a democracia ser tão valiosa, o funcionamento e as dificuldades que terá no futuro.

Segundo o autor, chama atenção o fato de a democracia ser uma forma de organização política que não possui "forças históricas" suficientes para garantir sua sobrevivência ou mesmo sua ascensão. A história mostra, muito pelo contrário, que há possibilidade de queda (como na Idade Média) ou mudança, de um sistema mais "popular"

para outro mais autoritário. Como o próprio autor diz: “aparentemente, a democracia é um tantinho incerta”, depende muito das construções e ações que ocorrem no presente.

Ainda no bojo do referido texto, o autor verifica, no que se refere à transparência, que as atuações do governo devem ser suficientemente abertas para a visão do público e simples o bastante em sua essência para que os cidadãos entendam o que ele faz e como está agindo, o que o governo eletrônico e todas as formas de interação originadas na internet permitem e possibilitam amplamente (DAHL, 2001, p. 143).

Nessa linha, as ideias a serem analisadas dizem respeito à transparência passiva e ativa. Por ativa, compreendem-se as principais informações que são disponibilizadas de forma discricionária pelo ente público, independentemente de demanda. Já a passiva, vinculada por lei, devem ser fornecidas a quem solicitar, corroborando para o fortalecimento da acessibilidade. Frise-se ainda que a informação é um direito do cidadão. Em caso de descumprimento o agente público civil ou militar poderá ser punido, no mínimo, com suspensão. Além disso, o agente poderá responder por improbidade administrativa, de acordo com a própria LAI.

Esse é um processo associado ao que se identifica como *accountability*: termo abrangente, ainda não traduzido para o português, que vai além da prestação de contas, pelos gestores da coisa pública. O termo é atribuído, pela maioria dos autores, em um sentido genérico de prestação de contas e fiscalização. Para alguns autores, esse fato deriva da fragilidade da democracia do Brasil e de outros países, conforme o estágio democrático em que se encontram, apontando para um maior ou menor interesse pela *accountability*.

Segundo Schedler (1999), *accountability* é a situação em que “A reporta a B quando A é obrigado a prestar contas a B de suas ações e decisões, passadas ou futuras, para justificá-las e, em caso de eventual má-conduta, receber punições”.

Schedler (1999) esclarece o conceito de *accountability*, apontando suas dimensões e diferentes semânticas. O autor distingue as duas conotações básicas que o termo *accountability* política suscita: a) a capacidade de resposta dos governos (*answerability*), e b) a capacidade (*enforcement*) das agências de *accountability* (*accounting agencies*) de impor sanções e perda de poder para aqueles que violaram os deveres públicos.

A definição de *accountability* política pressupõe a existência do poder e a necessidade de que este seja controlado, sendo essa sua razão de ser. Para Schedler (1999), existem três formas básicas pelas quais se pode prevenir do abuso do poder: a) sujeitar o

poder ao exercício das sanções; b) obrigar que este poder seja exercido de forma transparente e c) forçar que os atos dos governantes sejam justificados. A primeira dimensão remete à capacidade de *enforcement* e as duas outras se relacionam à capacidade de resposta dos oficiais públicos (SCHEDLER, 1999, p. 14).

De acordo com Guillermo O'Donnell (1998):

> This kind of accountability depends on the existence of state agencies that are legally empowered-and factually willing and able-to take actions ranging from routine oversight to criminal sanctions or impeachment in relation to possibly unlawful actions or omissions by other agents or agencies of the state (O'Donnell, 1998, p. 117).

Neste norte, O'Donnell (1998, 1999, 2003 e 2004) distinguiu e conceituou diferentes formas de *accountability*. Sua classificação é considerada uma das principais referências em ciência política, estabelecendo a diferenciação entre *accountability* vertical e *accountability* horizontal (CENEVIVA, 2006).

Por *accountability* vertical, compreende-se às atividades de fiscalização dos cidadãos e da sociedade civil ao buscar estabelecer meios de controle ascendente sobre governantes e burocratas. Conforme O'Donnell, as referidas atividades compreendem: o processo eleitoral "presumivelmente a principal faceta da *accountability* vertical" (CENEVIVA, 2006, p. 5); instrumentos de democracia direta como plebiscitos e consultas públicas; e ações de organizações da sociedade civil e da mídia, de modo a buscar expor transgressões e delitos cometidos por agentes públicos no exercício do poder (CENEVIVA, 2006).

Já a *accountability* horizontal, segundo O'Donnell, dá-se via mecanismos institucionalizados de controle e fiscalização mútua, na forma de freios e contrapesos, entre os Poderes (ou "Checks and Balances"), e também como modo de atuação de outras agências governamentais que têm por finalidade específica o monitoramento e a fiscalização do poder público e de outros órgãos estatais, tais como os tribunais de contas no Brasil (CENEVIVA, 2006).

Notadamente, em relação às contas públicas do Brasil, iniciativas novas têm sido adotadas quanto ao acesso à informação e transparência das mesmas, especialmente através de Portais como o Portal Brasileiro de Dados Abertos, que disponibiliza ao cidadão uma gama de informações do governo federal, e tornou o Brasil um líder mundial no ranking de transparência de dados em orçamento do governo.

A criação do aludido portal dialoga diretamente com o combate à corrupção, assim como oferece maior transparência, mais fiscalização dos gastos públicos, através de uma prestação de contas sobre a destinação dos recursos públicos. Desde 2011, quando o Brasil firmou, com outros sete países (África do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido) a parceria para Governo Aberto (OGP), o governo vem avançando no sentido de alcançar cada vez mais transparência ativa. De acordo com avaliação do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Valdir Simão:

> O Brasil hoje é o principal país do mundo em abertura de dados do orçamento. Desde 2011, quando o Brasil firmou a parceria de governo aberto, o governo vem implementando uma série de iniciativas com vistas a incentivar cada vez mais a transparência ativa, colocação de dados à disposição da população. E essa é certamente uma iniciativa que dialoga diretamente com o combate à corrupção, com maior transparência, com maior fiscalização dos gastos públicos. É fundamental que nós continuemos avançando nessa perspectiva.

Nesse sentido, é notável que a CF de 1988 impulsionasse o desenvolvimento da *accountability* e a melhoria na qualidade da democracia em que vivemos, possibilitando mais governabilidade ao incrementar o governo eletrônico, promovendo a LAI e a Lei da Transparência Pública (LC 131/2009).

A transparência tem fundamento político no ideal democrático, proporcionando um novo status à cidadania; jurídico, sendo um princípio constitucional implícito, relativo ao dever do Estado de mostrar-se em forma e conteúdo; e social, pois é condição para o controle social efetivo. Coloca-se como uma dimensão tanto do Estado de Direito como da Democracia, princípios imanentes à nossa ordem constitucional.

Entre outras constatações, preliminarmente, a transparência pública, embora seja exigida em lei, ainda não é observada de modo efetivo em sites de prefeituras desenvolvidas economicamente como a de Campos de Goytacazes/RJ, contudo, o mesmo não se pode dizer sobre o site da prefeitura de sua vizinha Macaé, que apresenta praticamente todas as exigências legais e informações para seus usuários.

Considerações Finais

Mesmo com os avanços oriundos do amadurecimento político e com as portas abertas pela *accountability*, o grande problema ainda está no segundo momento, ou seja, na resposta

dada pelas autoridades aos dados obtidos. O que acontece com as informações e dados obtidos é insuficiente e carece de melhor punibilidade.

Outra questão que surge é a opacidade das informações prestacionadas, ou seja, as informações prestadas muitas vezes não servem para informar, sendo contrárias ao princípio da transparência.

Infelizmente, a cultura da opacidade é quase onipresente no Brasil; muitas das nossas instituições ainda buscam lutar em sentido contrário ao ideal republicano da transparência que fundamenta e orienta o nosso Estado. De qualquer forma, o que importa é que os tempos de escuridão e indiferença dos entes públicos estão com os dias contados.

Há tempos a ausência ou a incompletude de dados e informações de grande relevância tem dificultado debates francos dentro da nossa sociedade. Agora não mais. Pelo menos é o que se espera depois da implantação da legislação aludida no presente artigo.

Por fim, reconhece-se que a discussão iniciada permanece aberta, embora nos tenha possibilitado uma comparação inicial entre a realidade municipal de Campos dos Goytacazes e Macaé. Porém, percebe-se a *accountability* como um passo necessário ao avanço em direção ao *enforcement*, conforme sugere Schedler (1999).

Referências

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio:** Revista Crítica de Sociologia e Política. Ano I, n. 01, jul. a dez. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 131**, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da internet no Brasil:** do surgimento das redes de computadores à Instituição dos mecanismos de governança. 2006. 259 p. Dissertação mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação. UFRJ, RJ.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. v. 1. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENEVIVA, R. (2006). **Accountability:** novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente. Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. São Paulo, SP, Brasil, 17.

DAHL, Robert A. **Poliarquia:** participação e oposição. São Paulo: Ed. USP, 1997.

_____. **Polyarchy.** Participation and Opposition. New Haven/London: Yale University Press, 1971.

_____. Dossiê qualidade da democracia. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 115-138, jan.-abr. 2013. 128 the characteristics of which is the quality of being completely responsive to all its citizens.

JARDIM, J. M. **Governo Eletrônico no Brasil:** o Portal Rede Governo. Arquivística.net, v. 3, p. 28-37, 2007.

LANGHEINRICH, Marc. **Privacyby Design** - Principles of Privacy-Aware Ubiquitous Systems. G. D. Abowd, B. Brumitt, S. A. N. Shafer (Eds.): Ubicomp, pp. 273-291, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. **Horizontal Accountability in New Democracies**. Journal of Democracy, v. 9, N. 3, July 1998. P. 112-126.

O'DONNELL, Guillermo; VARGAS CULLELL, Jorge; IAZZETTA, Osvaldo (eds.). **The Quality of Democracy.** South Bend: University of Notre Dame Press, 2004.

SANTOS, P.; FERRER F. (Orgs.). **E-government***:* governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

SAWARD, Michael. Democratic Theory and Indices of Democratization. In: BEETHAM, David (ed.). **Defining and Measuring Democracy**. London: SAGE, 1994, pp. 6-24.

SCHEDLER, Andreas. In: Andreas Schedler, Larry Diamond, Marc F. Plattner. **The Self-Restraining State:** Power and Accountability in New Democracies. London: Lynne Rienner Publishers, 1999, pp. 13-28.

TIC. **Governo Eletrônico 2013**. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no setor público brasileiro. SP. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, pp. 71-77, mai./ago. 2000.

PROJETO DE PODER E ANTICOMUNISMO NOS BOLETINS MENSAIS DO IPÊS ENTRE 1963 E 1966

Fernando de Oliveira Vieira
Mestrando em Ciências Sociais no PPGCS da Unifesp. E-mail: csfernandovieira@yahoo.com.br.

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender a participação de setores civis na conjuntura de desestabilização política que resultou no golpe civil militar de 1964. Por isso, optamos pela análise de materiais publicados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - Ipês entre os anos de 1963 e 1967, em especial, os *Boletins Mensais Ipês*, além de outras publicações internas do Ipês e através de outros materiais como jornais de grande circulação. O *Boletim Mensal Ipês* foi uma publicação criada em setembro de 1962 no Rio de Janeiro com a participação de dirigentes do Ipês de São Paulo e Rio de Janeiro. A publicação apresentava o ideário do Ipês, por meio de uma retórica anticomunista e de uma oposição ao governo João Goulart e através da defesa de reformas institucionais no Estado brasileiro. Por meio da investigação científica dos *Boletins Mensais Ipês*, nosso propósito é analisar como a defesa das reformas institucionais do Ipês se relaciona a um projeto de poder que foi empregado em parte no governo Castello Branco, bem como discurso anticomunista presente na publicação.

Palavras-chave: anticomunismo; reformas; projeto de poder.

Abstract: The aim of this article is to understand the participation of civil sectors in the political destabilization of situation that resulted in civil-military coup of 1964. Therefore, we chose the analysis of materials published by the Institute for Research and Social Studies - Ipês between the years 1963 and 1967, in particular the Monthly Bulletin Ipês, and other internal publications Ipês and through other materials such as major newspapers. The Monthly Bulletin Ipês a publication was created in September 1962 in Rio de Janeiro attended by leaders of São Paulo and Rio de Janeiro Ipês. The publication presented the ideas of Ipês through an anti-Communist rhetoric and opposition to Goulart government and through the defense of institutional reforms in the Brazilian state. Through scientific research of the Monthly Bulletins Ipês, our purpose is to analyze how the defense of the institutional reforms Ipês relates to a power project which was used in part in the government Castello Branco as well as anti-communist speech in this publication.

Keywords: anti-communism; reforms; power project.

Introdução

A partir dos princípios da Aliança para o Progresso[1] e da encíclica *Materet Magistra*[2] de autoria do papa João XXIII, o Ipês foi fundado em[3] novembro de 1962 e passou a funcionar

[1] **Aliança Para o Progresso** era um programa de desenvolvimento econômico para a América Latina idealizado pelos Estados Unidos durante o governo John Kennedy. É fundada em agosto de 1961, quando Estados Unidos e 22 nações da América Latina assinam a Carta de Puntadel Este (ABREU A. A. *et al*, s/p, 2010). Tratava-se de um programa de ajuda financeira, mas seu principal objetivo de acordo com o historiador Carlos Fico (2014b, p. 27) era o combate ao comunismo.
[2] **Mater Et Magistra** foi uma carta encíclica publicada em 15 de maio de 1961 que atualizava *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, defendendo os seguintes princípios: a justiça social, a participação de trabalhadores no lucro e da propriedade das empresas, a solidariedade entre operários e empresários, a remuneração justa (JOÃO XXII,1961).
[3] A reunião de fundação do Ipês ocorreu em 29 de novembro de 1961 (DREIFUSS, P175), foi registrado em 8 de dezembro de 1961e fundado oficialmente em 02 de fevereiro de 1962 (ASSIS, 2001, p. 21); (SÃO PAULO - Diário Oficial (do) Estado de São Paulo, São Paulo, 8 dez. 1961).

legalmente em fevereiro de 1962. Juridicamente, era uma entidade filantrópica sem fins lucrativos (ASSIS, 2001, p 21). Predominantemente, era formado por empresários e profissionais liberais e havia militares egressos da Escola Superior de Guerra - ESG. A presença de quadros do governo Jânio Quadros era significativa. Os princípios do Ipês eram:

> A finalidade do Ipês é o estudo de soluções democráticas para os problemas colocados pelo desenvolvimento nacional, e a formação legitima de uma opinião pública, esclarecida e participante, visando ao fortalecimento do regime democrático e ao progresso econômico e social (QUE é o IPÊS, 1964, p. 2).

As motivações para a criação do Ipês foram a renúncia de Jânio Quadros, a mobilização política atravessando barreiras de classe de acordo com Dreifuss. O propósito era estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi "percebido como a tendência esquerdista da vida política'' (DREIFUSS, 2008, p. 174-175).

A face pública do Ipês mostrava uma organização integrada por "respeitáveis homens de negócios", "intelectuais e técnicos de destaque" "que pregavam reformas moderadas das instituições políticas e econômicas existentes". Mas que segundo Dreifuss coordenavam uma sofisticada campanha política, ideológica e militar, agindo em consonância com o Ibad-Instituto Brasileiro de Ação Democrática (DREIFUSS (2008, p. 175-176).

O Ipês fez intensa campanha contra o governo João Goulart. Financiou documentários contrários ao governo, editou livros[4] e panfletos de caráter anticomunista, organizou conferências, tinha espaço na televisão em programas como *Peço a Palavra* na TV Cultura e em jornais de grande porte como *O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil.* Foi acusado de financiar grupos oposicionistas em campanhas eleitorais contra candidatos identificados com a esquerda (como Miguel Arraes na campanha eleitoral de 1962) e participou ativamente do golpe de 1964 (ASSIS, 2001; DREIFUSS, 2008).

O Ipês foi acusado de ser um dos agrupamentos envolvido no financiamento ilícito de campanhas oposicionistas em 1962, junto com o Instituto de Ação Democrática - Ibad. Em 1963 foi instalada uma CPI para investigar a atuação do Ipês e do Ibad. O relatório da CPI concluiu pela culpabilidade do Ibad e o condenou à extinção, mas o Ipês foi inocentado por falta de provas.

[4] Martina Gonçalves (2010) aponta a conexão do Ipês com as Editoras Record, GRD (iniciais de Gumercindo Rocha Dórea – ex-integralista, e Agir (fundada pelo intelectual católico Alceu Amoroso Lima e por Candido Guinle). Entre outras editoras apontadas por Gonçalves com vínculos indiretos com Ipês destacamos as editoras Globo, José Olímpio, Cruzeiro. A autora faz uma listagem ampla de livros publicados. Destacamos os seguintes livros: *Anatomia do Comunismo, A Rebelião da Juventude na URSS, Une: Instrumento de Subversão, Cuba: Nação Independente ou Satélite, Você e a democracia.*

Sendo um dos apoiadores do golpe de 1964, o Ipês durou mais oito anos, focando sua atuação em cursos e palestras para altos executivos. Em 1972, de acordo com Assis (2001, p. 73-76), o Instituto foi fechado por não conseguir arcar com as despesas do aluguel de suas instalações. Em 29 de março daquele ano Harold Cecil Poland presidiu a assembleia de fechamento do Instituto. O acervo documental do Ipês ficou sob responsabilidade do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e do Centro de Biblioteconomia. Foi criado o *Fundo Ipês*, que seria repassado à Fundação Getúlio Vargas para a premiação dos melhores trabalhos sobre ecologia.

1. Os Boletins Mensais do Ipês no Governo João Goulart

O *Boletim Mensal do Ipês* era editado pelo Grupo de Opinião Pública do Ipês, voltado aos associados do Ipês, tendo como objetivo a formulação de um discurso institucional. Mas ele não era restrito apenas aos associados. De acordo com o editorial do *Boletim Mensal Ipês*, nº 18 (p. 2), essa publicação teria sido fartamente distribuída no país. Foram distribuídos aproximadamente 36 mil exemplares (em 12 revistas) até o ano de 1963. Parece-nos, recorrendo a Dreifuss (2008), um mecanismo "para moldar a consciência e a organização de setores dominantes''. Mas pode ser considerado também um mecanismo de propaganda direcionado ao público externo.

O *Boletim Mensal Ipês* foi criado em setembro de 1962 (RAMÍREZ, 2010, p. 223-224) como uma publicação formulada por São Paulo e Rio de Janeiro, representando o ideário do Ipês. Em maio de 1964, o Ipês São Paulo e da Guanabara se separam e o Ipês São Paulo passa a ter uma publicação própria chamada *As Notícias do Ipês SP*. *O Boletim Mensal Ipês* passou a ser uma publicação do Ipês Guanabara e ter ênfase mais regional, mas as mudanças foram sutis. Em novembro de 1965 o *Boletim* volta a ser semestral e em março de 1967 volta a ser mensal. Em janeiro de 1968 passa a se chamar *Boletim Informativo Mensal,* com um número restrito de páginas. As publicações que sucederam o *Boletim* foram o *Noticiário IPES/Gb,* em 1968, e *o Informativo IPES/Gb,* nos anos de 1968 e 1969.

A linha editorial do *Boletim Mensal do Ipês* era de oposição ao governo João Goulart, defendendo uma política anti-inflacionária, o planejamento econômico, a criação de um Banco Central, as reformas agrária, urbana e tributária. Além disso, defendia como ideal, a livre empresa. Tais concepções se contrapunham à agenda reformista do governo João Goulart, ao

que entendiam como clima de agitação da época. Tais reformas parecem-nos indicar um projeto de poder. Outros elementos presentes são a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento, o anticomunismo, a crítica ao caos administrativo e a defesa da ordem.

O programa de reformas proposta pelos dirigentes do Ipês procurava dar resposta às mobilizações por reformas durante o governo João Goulart. Tal período caracterizou-se por reivindicações por reforma agrária, por mobilizações de trabalhadores urbanos, por reformas trabalhistas e pelo surgimento dos Centros Populares de Cultura, que tinham como programa a democratização da cultura (MONIZ BANDEIRA. 2010, pp. 163-171).

O fracasso do Plano Trienal é um dos elementos que, para Caio Navarro de Toledo, fizeram com que João Goulart se empenhasse de maneira mais enérgica na defesa das Reformas de Base. Esse programa de reformas pressupunha reforma agrária, bancária, fiscal, eleitoral, urbana. De acordo com Toledo, tais reformas seriam indispensáveis a fim de que o capitalismo brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento (TOLEDO, 2004, p. 17).

A preocupação com um novo patamar de desenvolvimento econômico para o país era presente no ideário do Ipês. Tal modelo de desenvolvimento[5] parece contrapor às reformas propostas pelo governo João Goulart. O desenvolvimento econômico era defendido pelo Ipês como estratégia para a saída do subdesenvolvimento. E a condição para isso, nessa concepção, seria a educação, pois ela abrangeria todos os aspectos da vida social, tais como o comportamento social, respeito às leis e honestidade em transações comerciais (EDITORIAL,1963C, p. 2-3).

De acordo com essa argumentação, o desenvolvimento se converte numa questão psicológica e num ato de vontade dos escolhidos. Desse modo, na retórica dos dirigentes do Ipês, o desenvolvimento é impossível de ser realizado se não se implantar na mente dos "homens convocados para implantá-lo" (EDITORIAL, 1963C, p. 2-3).

[5] Lídia Goldenstein (1994 pp. 23-55) faz referência aos debates entre intelectuais latinos americanos em relação à questão da dependência e do subdesenvolvimento na América Latina apontando que a preocupação com o desenvolvimento econômico ganha força nos anos 40 quando Raul Prebisch inicia o que ficou conhecido como teoria do subdesenvolvimento. Uma nova corrente de pensamento econômico associada aos estudos e propostas da CEPAL é inaugurada nesse período, de acordo com a autora (GOLDENSTEIN, pp. 24-25). Goldenstein relembra os debates desse período sobre a teoria do subdesenvolvimento de Prebisch, à influência do Partido Comunista, ao debate dos anos 60 entre os autores que classifica como "estagnacionistas" e os "dependentistas" representados por Cardoso e Enzo Faletto. Desse modo, se o Ipês tinha a sua concepção de desenvolvimento econômico, estava inserida no debate da época.

O que se entende como desenvolvimento era contraposto ao subdesenvolvimento, associado aos países que na época eram classificados como subdesenvolvidos, vistos como "favelas da economia mundial", conforme se explicita na citação logo abaixo:

> [...] E a tarefa de educar como solução para vencer o subdesenvolvimento é assunto político da maior urgência porque o povo está impaciente e cansado de esperar. Ninguém mais quer viver em favelas. Todos aspiram a melhorar. E como diz Cairncross, **os países subdesenvolvidos são as favelas da economia mundial** (EDITORIAL, 1963C, p. 3, sem negrito no original).

O programa de reformas proposto pelo Ipês pressupunha uma estratégia para atingir um patamar de desenvolvimento econômico associado à justiça social e atrelado ao desenvolvimento da indústria e da agricultura.

O Estado é defendido pelos líderes ipesianos como indutor do desenvolvimento econômico. Mas a intervenção estatal deve ser limitada devendo ocorrer apenas como função supletiva e disciplinarizadora das empresas privadas, não devendo intervir em atividades que podem ser supridas pela iniciativa privada. O resultado da intervenção do Estado, de acordo com essa interpretação, pode ser o de fortalecimento da iniciativa privada ou a sua destruição (ALVES FERREIRA; CARNEIRO; FARIA; FIGUEIREDO JUNIOR, 1964, p. 46-47).

Um importante instrumento de desenvolvimento econômico defendido pelo Ipês é a reforma agrária. Em contraposição, o latifúndio é considerado um atraso. Esse modelo de reforma agrária se contrapõe a proposta defendida no governo João Goulart porque, de acordo com o texto intitulado *Crítica ao Anteprojeto de Lei Reforma Agrária* publicado no *Boletim Mensal nº 12*, não implanta a mentalidade democrática no homem do campo. De acordo com essa leitura, diversos pontos da reforma agrária defendidos pelo governo não são considerados claros. Além disso, a lei não fiscaliza abusos que podem tornar o Estado brasileiro o maior latifundiário do país (CRITICA ao Anteprojeto de Lei Reforma Agrária. 1963 p. 4-12).

Outras reformas defendidas nos *Boletins Mensais* como instrumento de desenvolvimento econômico, foi a reforma tributária, defendida como instrumento de correção desequilíbrios regionais (ALMINO, 1963, p. 22-31). Defendem uma reforma bancaria que preconizava a criação de um Banco Central independente adaptado às exigências de mercado e ao combate à inflação (NOGUEIRA 1963, p. 21-29). Outra reforma preconizada é a habitacional onde se defende que o trabalhador adquira a casa própria com base no esforço e na poupança compulsória (TOLLENS, 1963, p. 23-29).

As reformas defendidas pelos dirigentes do Ipês, publicadas nos *Boletins* eram apresentadas ao público como um trabalho coletivo de especialistas. Os autores dessas reformas eram grupos de trabalho formados por economistas, sociólogos, empresários, militares e por intelectuais que tinham respaldo do Ipês, sendo publicados em seus *Boletins*. Essas reformas eram apresentadas como necessárias e urgentes. Tratava-se de um verdadeiro programa de governo. Durante o governo João Goulart, de acordo com Dreifuss (2008, p. 338), alguns desses estudos convertiam-se em projetos de lei apresentados por deputados vinculados à anticomunista Ação Democrática Parlamentar.

Em contraposição, as reformas defendidas no governo João Goulart são criticadas pelos dirigentes do Ipês. O Plano Trienal, por exemplo, é criticado no editorial intitulado *Ainda a Propósito do Plano Trienal Comentado pelo Ipês*, publicado no *Boletim Mensal* nº 08, o Plano Trienal não pode ser verdadeiramente considerado um plano, não tendo condições básicas de exequibilidade, já que não haveria pessoal tecnicamente qualificado, disponibilidade de informação e aparelhamento administrativo adequado. Haveria também falhas técnicas sérias. Outro argumento é que um plano pode levar a resultados adversos daqueles que se pretendia adotar (EDITORIAL. 1963B, p 2-6).

O ideário do Ipês indica que a incorporação da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento, está presente em outras organizações que lhe foram contemporâneas tais como o ISEB, por exemplo, que era uma entidade aparentemente oposta ao Ipês. Porém, como mostra Caio Navarro de Toledo (1978, p. 111) em *ISEB Fabrica de Ideologias*, o ISEB convocou camadas intelectuais para pensarem na superação do atraso, dos problemas sociais e do subdesenvolvimento. Além disso, as próprias Reformas de Base do governo João Goulart tinham como um dos horizontes a superação do subdesenvolvimento. Isso mostra como a teoria do subdesenvolvimento de Prebish penetrou em correntes ideológicas distintas entre os anos 50 e 60.

O Ipês também tinha como preocupação a superação do subdesenvolvimento, mas com uma proposta alternativa, alinhada aos marcos da Aliança para o Progresso e da *Mater et Magistra*, contrapondo-se a política externa independente do governo Goulart. Tal proposta alternativa revela, conforme a literatura sobre o instituto [Dreifuss (2008), Gonçalves (2010) Motta (2010) Starling (1986)], a presença de elementos conservadores tais como a defesa da ordem, do anticomunismo, da tutela em relação às massas, tidas como incapazes e o elitismo, atribuindo ao empresário um papel de relevo.

2. Os Boletins Mensais durante o Governo Castelo Branco - As reformas e o projeto de poder como antítese do comunismo e em defesa da ditadura

Os interesses por reformas institucionais no Estado Brasileiro, bem como o anticomunismo, permanecem, nos *Boletins Mensais Ipês* durante o governo Castello Branco. A diferença é que a possibilidade das reformas preconizadas pelo Ipês passaram a ser aplicáveis. Naquele período são publicados artigos de membros do 1º escalão do governo Castelo Branco, tais como o presidente do Banco Central (recém-criado) e do Ministério do Planejamento. A defesa da livre empresa, a política anti-inflacionária, a reforma agrária e ao planejamento continuam. Mas alguns temas ganham maior destaque. Um dos exemplos é a temática da educação[6].

Outra mudança importante ocorre com Ipês após o golpe. Em 27 de maio ocorre uma assembleia que decide pela separação do Ipês Guanabara do Ipês São Paulo, sob a explicação que a mudança "oficializa uma situação de fato, pois os problemas administrativos são eminentemente locais" (ATA da Reunião da Comissão Diretora- Extrato para Registro nº 4). A nova estrutura se reflete nas publicações. Em julho de 1964 as referências em relação ao Ipês de São Paulo deixam de aparecer no *Boletim Mensal Ipês* que passa a ser uma publicação do Ipês Guanabara e a ênfase regional aumenta significativamente. O Ipês São Paulo passa a ter uma publicação própria denominada como *Notícias do Ipês.* Ambas as publicações fazem apologia ao golpe de 1964 e apresentam a ditadura como uma democracia resultada de uma revolução democrática de classe média. O *Boletim Ipês n 42-43,* por exemplo, apresenta a ditadura como uma democracia representativa fundada na livre iniciativa conforme a citação abaixo:

> [...] O Brasil fez a sua opção – e essa escolha significa democracia representativa, democracia econômica, livre iniciativa para complementar a ação pública, sistema de preços e de mercados expostos aos ventos livres da competição sadia. A manifestação do povo, canalizada através de forças atuantes da nacionalidade, legitimou no plano político, um elenco de providencias para instituir a nova ordem jurídica e, no plano econômico, impôs o planejamento capaz de projetar no presente a sombra do futuro [...] (GENTE e Noticia, 1966, p. 6).

[6] O *Boletim Mensal Ipês nº 29* apresenta um estudo feito sobre a educação no Japão. Já o *Boletim Mensal Ipês nº* 30-31 apresenta um detalhado estudo sobre o sistema educacional na União Soviética e sobre o modelo de escola de negócios dos EUA. Nesse período a preocupação em defender reformas educacionais é mais evidente no Ipês. Conforme mostra Souza (1981), realizaram-se duas conferências nos anos 1964 e 1968 promovidas pelo Ipês e pela PUC do Rio de Janeiro que foram reunidas no documento intitulado: *A educação que nos convém* publicado em 1969. Nesses encontros, entre os pontos defendidos, destacamos: reforma universitária; o fim da gratuidade nas universidades; maior investimento no ensino médio e em cursos profissionalizantes.

Durante a ditadura militar, diversos quadros do Ipês foram incorporados em cargos de 1º e 2º escalão durante o governo Castello Branco[7] e puderam implantar as reformas defendidas durante o governo João Goulart. Tratava-se assim do momento em que os dirigentes do Ipês puderam implantar parte de seus programas de reformas.

Desse modo, conforme Dreifuss (2008, p. 440-441), o papel do Ipês foi reavaliado. O momento era o de conter grupos econômicos e militares e facções dissidentes recalcitrantes. O Ipês passou a se ver como o "governo privado" que deveria apoiar o "governo público" que eles próprios inspirariam, além de ocupar os postos com seu pessoal (DREIFUSS, 2008, p. 440-441). Tornou-se um fórum de discussão para empresários, ministros e altos burocratas.

O *Boletim Mensal Ipês* se converte numa publicação de defesa das reformas do governo Castello Branco, ou como Dreifuss aponta, tornou-se a "voz da revolução" (DREIFUSS, p. 475). Nessa condição, os dirigentes do Ipês que passaram a ocupar postos governamentais, continuaram a ter seus textos publicados nos *Boletins*. As reformas defendidas pelo Ipês passam a ser as reformas do governo. Parcela expressiva dos dirigentes do Ipês ocupava postos importantes no governo e parte das reformas implantadas pelo governo são as reformas defendidas pelos dirigentes do Ipês. Roberto Campos (1994, p. 640), por exemplo, defende que as reformas implementadas pelo governo só foram possíveis graças ao "thinkthank" do Ipês:

> Essa produtividade, que requeria a preparação de complexos textos legislativos, somente se tornou possível graças aos trabalhos pregressos de um thinkthank, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Formalmente criado em novembro de 1961, reunindo empresários, economistas, sociólogos e políticos, o IPES propunha-se a formular alternativas racionais e pragmáticas ao radicalismo da república sindicalista de Goulart. Através de seus Grupos de Estudo e Doutrina, coordenados por José Garrido Torres, procedia o levantamento da conjuntura e à preparação de anteprojetos de lei tão variados como as reformas tributária, bancaria, agrária, habitacional e administrativa, a remessa de lucros, a democratização do capital e a legislação antitruste. Essas reformas seriam direcionadas para a modernização do capitalismo (CAMPOS, 1994, p. 640).

[7] No governo Castello Branco, dirigentes do Ipês ocuparam postos importantes no governo. Golbery do Couto Silva criou o Sistema Nacional de Informação com base nos arquivos do Ipês. Hélio Beltrão tornou-se o responsável pela reforma administrativa do governo e se tornou ministro do planejamento. Dênio Nogueira foi o primeiro presidente do recém-criado Banco Central. José Garrido Torres se converteu em presidente do BNDE. Joviano Jardim se converte em presidente da Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro. Para o Conselho Nacional de Economia foram escolhidos Glycon de Paiva, Harold Cecil Polland e Paulo de Assis Ribeiro. O diretor do curso de atualidades brasileiras do Ipês, o general João Tubino de Andrade foi nomeado para o cargo de superintendente da fronteira sudeste com sede em Porto Alegre. Dreifuss aponta ainda que dirigentes do Ipês ocuparam a área econômica do governo, ocupando posto no Conselho Nacional de Economia, do Conselho Monetário Nacional e também nos bancos estaduais. A área financeira do governo foi tomada por representantes do Ipês nos ministérios da Fazenda, Planejamento e do SUMOC (DREIFUSS, 2008, p. 437-479, p. 4 GENTE E NOTICIA BOLETIM IPÊS 23 p. 3).

Um dos dirigentes do Ipês, Paulo de Assis Ribeiro, torna-se presidente do recém-criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, convertendo-se no formulador do Estatuto da Terra – que seria a reforma agrária do governo Castello Branco. No *Boletim Ipês nº 24* é entrevistado na condição de representante do governo e endossa os estudos anteriores do Ipês, defendendo o Estatuto da Terra como uma reforma agrária que defende o direito de propriedade, enquanto o modelo de reforma agrária do governo deposto é criticado por seu suposto radicalismo (ENTREVISTANDO Paulo Assis Ribeiro, 1964, pp. 4-8).

A inflação ainda é uma preocupação dos dirigentes do Ipês. Mas agora a política anti-inflacionária do governo é defendida, sendo vista como um instrumento de desenvolvimento econômico. O dirigente ipesiano José Garrido Torres, como presidente do BNDE e porta voz do governo, defende a PAEG como instrumento de disciplinarização dos investimentos e de perseguição ao desenvolvimento por meio de um combate sistemático à inflação (TORRES, 1965, p. 12).

Outra reforma defendida é a administrativa a partir de um modelo em que o Estado seja descentralizado a partir de um **planejamento institucionalizado**. Um dos que defendem isso nas publicações do Ipês é Hélio Beltrã[8], responsável pela reforma administrativa no governo Castello Branco. De acordo com sua argumentação, a União se intrometeu em áreas que seriam de competência de Estados e municípios. Conforme a citação abaixo:

> Não se trata de nomear, dentro do Governo Federal, um ditador que vá planejar toda a administração Pública. Trata-se de institucionalizar um sistema de planejamento que faça com que todos os órgãos planejem seus serviços, que faça com que haja planejamento nos vários setores do Serviço Público (BELTRÃO. 1965 p. 34).

Outro tema recorrente nesse período é o da educação, que é entendida como instrumento para converter o Brasil numa potência. O quadro do país, de acordo com a publicação, é de falta de tecnologia além do subdesenvolvimento. E o responsabilizado pelo subdesenvolvimento é o homem brasileiro.

> A causa primordial de nosso subdesenvolvimento reside, entretanto, no próprio homem brasileiro. Está no seu físico, combalido por uma série de

[8] Durante o governo Castello Branco, Hélio Beltrão foi responsável pela reforma administrativa da administração federal e estabeleceu novas competências para o Poder Executivo estruturar novos órgãos do e poderes para promover reformas. Foi ministro do planejamento no governo Costa e Silva e assumiu diversos cargos na administração federal durante a ditadura militar (VELLOSO, 2010).

> enfermidades que encontram prêsa fácil em um organismo cujas resistências foram minadas pela subnutrição. Mas está também no seu espírito "cultivado''; no desconhecimento das mais adequadas técnica de trabalho quer no campo, quer na cidade; na insuficiente capacidade de organização e direção; no despreparo das elites para responder ao desafio dos novos tempos; na irresponsabilidade que campeia livre em todos os quadrantes do país (A REFORMA da Educação, 1964, p. 8).

Desse modo, o culpado pelo subdesenvolvimento brasileiro é o próprio homem brasileiro, já que ele é combalido por uma série de enfermidades. Uma das consequências apontadas, de acordo com os dirigentes, seria a existência de pessoas despreparadas que iriam trabalhar em empresas e concorrer a cargo no serviço público (A REFORMA da Educação, 1964, p. 8). Caberia assim aos esclarecidos, isto é, aos homens de empresa – e não ao "povo em geral" a tarefa do desenvolvimento em conjunto com o governo.

Durante o governo Castello Branco o comunismo continuou sendo uma preocupação importante para os dirigentes do Ipês. Por exemplo, no artigo intitulado "Comunistas usam a Economia de Mercado", publicado no *Boletim Mensal Ipês* nº 42-43, de autoria de Haroldo Poland, o comunismo é associado ao totalitarismo, sendo visto como incompatível com o desenvolvimento econômico, tratando-se de um confuso regime misto (público e privado). Nesse regime os níveis de industrialização ocorrem à custa do consumo, dos salários baixos e do Estado policial típico de um estado totalitário (POLAND, 1966, p. 10).

Considerações Finais

Durante o governo João Goulart, o Ipês apresentava-se publicamente como uma organização preocupada com a formulação de um programa de reformas institucionais no Estado brasileiro. Tais reformas seriam aplicadas com base nos pressupostos do liberalismo econômico, na doutrina cristã e no alinhamento externo com os Estados Unidos, e o Ipês fazia lobby no congresso, procurando influenciar nos projetos de lei no congresso.

Defendia pressupostos como democracia sem radicalismos, um modelo de Estado onde haveria espaço para o planejamento estatal com a participação da iniciativa privada. Além disso, defendia o engajamento do empresário como um proponente e ator das reformas. No entanto, não haveria problema para os dirigentes de o Ipês apresentar a ditadura militar instaurada pelo golpe como uma democracia representativa.

Parte expressiva do ideário do Ipês foi incorporada governo Castello Branco após o golpe, tendo como base o alinhamento externo com os Estados Unidos e o liberalismo econômico. Desse modo, uma série de reformas institucionais elaboradas pelo governo Castello Branco, confluíam com as reformas defendidas pelo Ipês. Tais reformas foram implantadas num ambiente de repressão, expurgo de oposicionistas que contribuiu para que tais reformas fossem implantadas com maior facilidade.

As reformas defendidas pelo Ipês preconizavam um novo modelo de Estado que não seria ameaçado pelo comunismo, pela incompetência, pela corrupção e pelo subdesenvolvimento. Tal modelo Estado seria responsável por um planejamento econômico adequado, não interviria no campo da empresa privada e seria responsável pelo desenvolvimento econômico do país em colaboração com o *homem de empresa* que caberia o protagonismo. Tal modelo de Estado seria a condição necessária para a superação do subdesenvolvimento.

Tais ideais conservadores do Ipês parecem-nos estar associados à tradição brasileira de conservadorismo da qual fala o sociólogo Paulo Mercadante. "De acordo com essa concepção, a mentalidade conservadora brasileira se distingue da europeia pelas singulares feições conciliatórias" (MERCADANTE, 1980, p. 11). Tal tradição conciliaria o mercantilismo e o feudalismo, o liberalismo com a escravidão. Outro elemento do qual trata Mercadante (1980, p 64) é o que ele denomina como "ideologia de centro" de Hipólito da Costa que indicam como deveriam ser encaradas e solucionadas as questões sociais, excluindo-se dessas reformas o povo, elemento que causaria constrangimento, segundo o autor.

Parece-nos que o Ipês se encaixa nessa tradição de conciliação e nessa "ideologia de centro" formuladas por Mercadante. O Ipês incorpora essa tradição conciliatória ao defender um ideário de democracia, ao mesmo tempo em que conspirava contra um governo legitimo. Além disso, apoiava um golpe civil-militar e a ditadura instaurada. É possível afirmar que essa ideologia de centro está presente nas formulações do Ipês, ao mesmo tempo em que ele se coloca como entidade de centro, moderada e apolítica que defende reformas excluindo as massas, tidas como incapazes, devendo ser tuteladas pela elite empresarial.

Referências

A REFORMA da Educação. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 28, nov. 1964.

ALMINO, A.Reforma Tributária. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano II, n. 12, pp. 22-31, jul. 1963.

ALIANÇA Para o Progresso. In ABREU A. A. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** - Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 07 mar. 2015.

ALVES F. E.; CARNEIRO, J.; FARIA, O. de; FIGUEIREDO JUNIOR, L. Trabalho de Grupo 3: O Problema da coexistência das empresas privada e estatal, na economia brasileira. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 19-20, pp. 46-55, fev.-mar. 1964.

ASSIS, D. **Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe 1962/1964**. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.

ATA da Reunião da Comissão Diretora - Extrato para Registro nº 4 Registro de Título à rua Miguel Couto n. 24, 28/10/1964.

BELTRÃO, H. Reforma Administrativa Federal In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano V, n. 44, nov.-dez. 1965

BRASIL EUA: Encontro de Empresários In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 25, agosto 1964.

Boletim Mensal Ipês, Rio de Janeiro, Ano III, n. 29, pp. 14-48, dez. 1964.

CAMPOS, R. **A Lanterna na Popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CRÍTICA ao Anteprojeto de Lei Reforma Agrária. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano II, n. 12, pp. 4-12, jul. 1963.

DREIFUSS, R. A. 1964. **A conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. 7ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

EDITORIAL Novas Responsabilidades. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano II, n. 7, pp. 2- 3, fev. 1963A

EDITORIAL. Ainda a propósito do Plano Trienal comentado pelo Ipês. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano II, n. 8, pp. 2-6, mar. 1963.

EDITORIAL. Situação do Comunismo e sua infiltração particularmente na América Latina e Brasil. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano II, n. 12, pp. 2-4, jul. 1963C.

EDITORIAL. Do planejamento para 1966 In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 40-41, nov.-dez. 1965.

MERCADANTE, P. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

GENTE E Noticia. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano V, n. 42/43, pp. 5-6, jan./fev. 1966.

GOLDENSTEIN, L. Dependência e desenvolvimento. In. **Repensando a dependência**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.

GONÇALVES, M S. **Páginas golpistas:** democracia e o anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964) - 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1364.pdf>. Acesso em 07 mar. 2015.

INSTITUTO de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). **A educação que nos convém**. Rio de Janeiro: APEC, 1969

JOÃO XXIII. Carta Encíclica MaterEtMagistra. In **Site Oficial da Santa Sé** 1961 Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html>. Acesso em 07 mar. 2015

LAMARÃO, S. **Instituto De Pesquisas e Estudos Sociais** (IPÊS). ABREU A. A. et al (coords). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 07 mar. 2015.

MONIZ BANDEIRA, L. Alberto. **O Governo João Goulart:** As Lutas Sociais no Brasil - 1961-1964. São Paulo, 8ª Ed, rev. e. ampliada Editora UNESP, 2010. 512 p.

POLAND, H Cecil. Comunistas usam a Economia do Mercado. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano V, n. 42-43, pp. 10-13, jan.-fev. 1966.

QUE é o IPÊS. **Boletim Mensal Ipês**. Rio de Janeiro 25. Rio de Janeiro, Ano III, n. 25, pp. 2-3, agosto, 1964.

SÃO PAULO. Extrato para registro no cartório dr. Sebastiao Medeiros, a rua Miguel Couto 24, **Diário Oficial (do) Estado de São Paulo**, São Paulo**,** 8 dez. 1961.

RAMÍREZ, H. R. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. **Diálogos**, v 13, mai. 2010. Disponível em: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=373>. Acesso em: 28 ago. 2015.

RELATÓRIO das Atividades do Ipês Rio durante o ano de 1963. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro n. 18 Ano III. p. 2-9, janeiro de 1964.

SÃO PAULO. Extrato para registro no cartório Dr. Sebastião Medeiros, a Rua Miguel Couto 24, **Diário Oficial (do) Estado de São Paulo**, São Paulo**,** 8 dez. 1961.

SOUZA, M I S de. **Os Empresários e a educação:** o IPÊS e a política educacional após 1964- Petrópolis, Vozes, 1981.

STARLING, H M. **Os senhores as gerais:** os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, C. N. de. **ISEB:** Fábrica de Ideologias. SP Ed Atica, 1978.

TOLEDO, C. N. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2004, v. 24, n. 47, pp. 13-28. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>. Acesso em 07 mar. 2015.

TOLLENS, P. Pela Casa Própria. Pontos fundamentais de um planejamento. In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano II, n. 11, pp. 23-29, junho, 1963.

TORRES, J. G. O investimento Público Brasileira: Analise e Plano In. **Boletim Mensal Ipês**, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 40-41, nov.-dez. 1965.

VELLOSO, V. P. Hélio Beltrão. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** - Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 07 mar. 2015.

OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS MULHERES: A SUB REPRESENTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Gabriel Tisse da Silva
Graduando - CISO-UENF

Nelson Luis Motta Goulart
Mestrando - PPGSP-UENF

Vitor de Moraes Peixoto
Professor Associado - PPGSP-UENF

Resumo: A participação política feminina é um fenômeno relativamente novo na história política brasileira. Existe um consenso na literatura sobre as dificuldades que mulheres enfrentam na Competição Eleitoral. Os Partidos de Esquerda foram os primeiros a oferecerem suportes para inserção desses novos atores no cenário político. Não há evidências claras que confirmem que esse suporte se traduza no aumento do percentual de candidatas eleitas. A presente pesquisa pretende fornecer uma resposta empírica a essa questão, utilizando dados relativos às eleições de 2012. A relação entre o Tamanho dos Partidos, sua posição no eixo ideológico Esquerda/Direita e os Níveis de Sucesso nas candidaturas de mulheres foram analisados estatisticamente. O intuito foi testar os fatores causais do sucesso, ou insucesso, eleitoral das mulheres. Os resultados apontam que a Esquerda, contudo, não favoreceu as mulheres na competição. Nas Eleições Municipais Proporcionais de 2012, os Partidos de Esquerda não contribuíram efetivamente para o aumento de chance das 7.637 eleitas do total de 134.171 candidatas, nos 5.568 municípios brasileiros.

Palavras-chave: candidatas; partidos políticos; competição eleitoral.

Abstract: Women's political participation is a relatively new phenomenon in Brazilian Political History. There's a consensus in the literature about the difficulties that women face in the Electoral Competition. The Left Parties were the first to offer supports for insertion of these new actors on the political scene. There is no clear evidence to confirm that this support will result in increasing the percentage of elected candidates. This research aims to provide an empirical answer to this question using data relating to the elections of 2012. The relationship between the size of the Parties, their position in the ideological axis Left / Right and the Success levels in female candidates were statistically analyzed. The aim was to test the causal factors of success, or failure, election of women. The results show that the Left, however, did not favor women in the competition. Proportional Municipal Elections in 2012, the Left parties did not contribute effectively to the increased chance of 7.637 electeds by the total of 134.171 candidates in 5,568 Brazilian municipalities.

Keywords: candidates; political parties; electoral competition.

Introdução

O acesso das mulheres à esfera pública, de modo geral, é dificultado por um duplo complicador sustentado na prerrogativa da não cidadania das mulheres, ou seja, na caracterização delas como sujeitos passivos, vinculados à esfera privada e desprovidos de requisitos para interferir na esfera pública. A representação das mulheres, desse modo,

também está condicionada por esses fatores. Esse princípio, inerente de uma exclusão da cidadania das mulheres, deriva na negativa, objetiva e simbólica, da condição de sujeito ativo, e também de cidadãs, às mulheres (ARAÚJO, 2012b, p. 154).

Porém as conquistas sociais das mulheres, tangenciadas e influenciadas pela legitimidade do movimento feminista, resultaram também em conquistas políticas, sendo uma das principais o direito de votarem e serem votadas. Ambos os direitos, no entanto, não foram conseguidos simultaneamente, o direito de se candidatarem foi conquistado depois. Poucas décadas após a obtenção do sufrágio feminino nota-se ainda que as mulheres continuam ocupando uma parcela muito reduzida das posições de poder, problema esse que se trata de um sintoma; de uma doença com base estrutural (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 363):

> A ausência das mulheres na política é sintomática, visto a grande proporção das mesmas na População Economicamente Ativa (PEA) – 52,7% (SEADE, 2012) – enquanto que na Câmara Municipal elas não chegam a ocupar 20% das cadeiras (TSE, 2010) (BOLOGNESI, 2012, p. 115).

Os partidos de esquerda, nesse ínterim, foram os primeiros a oferecerem suporte para inserção desses novos atores na competição política (ARAÚJO, 2005, p. 199). O Movimento Feminista, em suas variadas formas e correntes, encontrou inicialmente amparo justamente nesses partidos. Esses partidos foram os primeiros a criarem regras internas que tivessem como objetivo integrar as mulheres a política (ARAÚJO, 2005, p. 199). A preponderância do suporte ofertado pela esquerda, porém, é questionada, visto a constante utilização de estratégias eleitorais que alteram substancialmente o cenário político.

As medidas internas e o pioneirismo dos partidos de esquerda em relação às mulheres, contudo, não permitem afirmar uma relação causal de favorecimento, de inserção das mulheres à política. Esse amparo, dos partidos de esquerda para com as mulheres, não deixa claro se causa o aumento da taxa de sucesso feminina. A situação se configura de forma que não há, ainda, evidências empíricas claras que apontem que essa relação dos Partidos de Esquerda para com as mulheres traduz-se no aumento efetivo de mulheres eleitas (ARAÚJO, 2005, p. 197).

1. Objetivo

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o posicionamento ideológico e o tamanho dos partidos e os níveis de sucesso nas candidaturas de mulheres.

2. Método

O teste utilizado para a comparação das taxas de sucesso dos candidatos nos partidos foi a Comparação de Médias. A coleta dos dados foi realizada no Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral, foram organizados em um banco de dados único que, em seguida, foi alocado em um software de análise estatística. A hipótese que orientou a análise foi a de que os partidos de esquerda ofereceram melhor suporte às mulheres. Dito de outra forma: a média de mulheres eleitas em partidos de esquerda é maior que nos de direita?

3. Revisão bibliográfica

3.1 A representação e sub-representação

A representação pode ser pensada do ponto de vista: da autoridade; da atividade; e do modo de refletir os representados. Representar implica uma autorização dos representados aos representantes, um consentimento por parte dos primeiros que permite aos segundos pensar, agir e falar em seu nome. O conceito de representação também pode ser observado pelo ângulo da atividade política em si, onde os representantes políticos objetivam tornar efetiva uma política que vá de encontro ao interesse dos representados. Representar é, ainda, um modo de refletir os representados, de modo que uma das maneiras de assegurar a representação é a presença de representantes, num corpo legislativo, de todos os segmentos da população (KINZO, 1980, p. 43).

A sub-representação é um problema que ocorre a determinados grupos quando os mesmos não possuem seus interesses devidamente representados por seus representantes, quando esses não reproduzem um discurso coerente ao desejo de seus representados; quando os representantes não versam adequadamente pelos interesses dos representados; e, além disso, quando o grupo representado não se encontra presente quantitativamente, na figura de seus representantes, nas instâncias de poder.

As mulheres são um grupo que possui “interesses especiais e legítimos ligado ao gênero” (MIGUEL, 2000, p. 93). As condições de opressão ligadas ao gênero tornam as demandas femininas justificáveis, demandando a existência de representantes que advoguem essas demandas. Todavia, apresentam números baixos de eleitas em instâncias de poder, o que

faz com que sofram com o problema da sub-representação política, que tem origem estrutural, sustentado na negativa, tanto objetiva quando subjetiva, da não cidadania das mulheres.

Um sintoma dessa situação é o baixo número de mulheres eleitas, em proporção ao de homens. Bolognesi (2012, p. 115) aponta que o número de cadeiras, nas Câmaras Municipais ocupadas por mulheres, não chegam a 20% do total de assentos disponíveis. O percentual de mulheres nas Câmaras Municipais Brasileiras, em 2008, foi de apenas 12,53% e, em 2012, após a efetivação das modificações da cota eleitoral de gênero, foi de 13,32%.

3.2 As conquistas eleitorais das mulheres

O Estado Moderno Ocidental teve sua construção marcada pela negação às mulheres da condição de cidadãs, o que fez com que as mesmas ficassem excluídas das esferas de poder (ARAÚJO, 2012a, p. 245). A exclusão fez com que as mulheres se organizassem para a luta por seus direitos, sendo o de voto o primeiro desses a se popularizar nas lutas feministas, no que ficou conhecido como a primeira onda do feminismo, ainda no século XIX (PINTO, 2012, p. 270).

> O programa dessa primeira fase do feminismo tinha como eixos a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades (MIGUEL, 2014, p. 21).

O século XIX ficou marcado também na conjuntura dos movimentos libertários de gênero pelo desenvolvimento do feminismo liberal e pelo surgimento do feminismo socialista. Enquanto que o primeiro foi, com frequência, acusado de um viés de classe, o segundo, por conta da radicalidade de suas propostas, ficou à margem das correntes dominantes do sufragismos (MIGUEL, 2014, p. 23), embora ambos tivessem em seu cerne a crítica da submissão da mulher à esfera privada.

O Movimento Feminista construiu-se de tal forma a produzir críticas que vinculam a submissão da mulher à esfera doméstica a sua exclusão da esfera pública (MIGUEL, 2014, p. 19). O Movimento Feminista, portanto, está diretamente ligado com as conquistas sociais e políticas das mulheres. As críticas, a mobilização e as lutas produziram ganhos para as mulheres, entre eles, talvez o principal, o direito de votar e serem votadas.

> Para as sufragistas estadunidenses do século XIX, por exemplo, a conquista do voto "seria o Milênio para as mulheres", como observou acidamente Angela Davis. A pífia presença feminina nos espaços de poder após a obtenção desse direito indicou a necessidade de identificar os mecanismos de exclusão mais profundos, além da restrição consignada em lei (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 8).

A luta pelo voto também foi, no Brasil, a manifestação inicial da primeira onda do feminismo (PINTO, 2012, p. 270). A Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino, que teve Bertha Lutz como uma de suas fundadoras, fez campanha pública pelo voto. O direito de votar, contudo, só seria conquistado na década de 1930, com a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro.

A conquista do voto feminino em todo o Brasil se deu em 1932, a partir do Código Eleitoral e, mais tarde, em 1934, na Constituição. O Código Eleitoral e também a Constituição, mesmo sendo mais inclusivos e tendo a obrigatoriedade do voto para os sujeitos aptos a ele, não fizeram com que grande parte da população se cadastrasse. O contingente de adultos cadastrados foi de apenas 3,9% de uma população absoluta de 36.974 milhões de habitantes (NICOLAU, 2002, p. 38).

A participação das mulheres nas altas esferas de poder não era expressiva o suficiente, contudo:

> A partir, sobretudo, dos anos 1970, o movimento feminista obteve êxito em apontar que tal ausência (de mulheres no poder) era sinal de um problema – que não se tratava do reflexo de uma pretensa inclinação menor das mulheres para a participação na vida pública, mas do sintoma de uma exclusão, com base estrutural, que devia ser combatida (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 363).

Os anos 1970 foram importantes para o crescimento do movimento feminista, principalmente no que diz respeito à participação política. Os movimentos sociais em geral se mobilizaram para garantir sua participação em ações decisórias, haja visto que, ainda nos dias atuais, o perfil dos representantes políticos em sua maioria é "mais masculino, muito mais rico, muito mais instruído e muito mais branco" (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 364). O movimento feminista, também inserido na busca pela representação, passou a apoiar-se em seu novo *slogan*, cunhado nos anos 1960*:* "o pessoal é político" (ARAÚJO, 2012a, p. 246).

As décadas de 60 e 70, porém, apresentavam um complicador para o desenvolvimento das lutas e reinvindicações libertárias no Brasil. O ambiente de repressão

e forte controle, legitimados pelos Atos Institucionais, exercido pelo Regime Militar, onde "as eleições foram suspensas ou restringidas para todos os cargos eleitos pelo sistema majoritário" (NICOLAU, 2002, p. 55), dificultou em grande parte o desenvolvimento e aquisição de direitos ligados a causas vinculadas a liberdades individuais, ao contrário do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos.

> [...] enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que havia era um momento de repressão total da luta política legal (PINTO, 2012, p. 272).

O feminismo brasileiro entrou em uma fase de grande efervescência de sua luta pelos direitos das mulheres com a redemocratização dos anos 1980 (PINTO, 2012, p. 273). Os anos 80 representaram um marco na história política brasileira por ter sido, em 1985, a primeira vez na história do país que analfabetos puderam votar, mesmo que não pudessem ser eleitos (NICOLAU, 2002, p. 61). Nesse período há uma aproximação entre os grupos e coletivos de mulheres que acabaram, muitas vezes, se organizando próximos a movimentos populares também de mulheres. O encontro produziu novas percepções ao movimento, que tinha como seu germe a classe média intelectualizada brasileira (PINTO, 2012, p. 273).

A década de 1980 acompanharia ainda mais uma significativa vitória do feminismo brasileiro: a criação do Conselho Nacional da Condição Mulher (CNDM) (PINTO, 2012, p. 274). O conselho promoveu uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional que culminou na Constituição de 1988, "uma das que mais garante direitos para mulheres em todo o mundo" (PINTO, 2012, p. 274).

A primeira cota para gênero no Brasil, no entanto, só seria criada em 1995, sendo "a principal resposta prática ao problema da sub-representação feminina" (MIGUEL; BIROLI, 2009). Essa cota estabelecia 20% das vagas de cada partido reservadas para mulheres. Em 1997, dentro da lei das Eleições (9.504/97), uma nova cota de gênero, que seria aplicada às eleições proporcionais, onde cada partido ou coligação deveria reservar no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas para um gênero.

O fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000 presenciou o declínio da importância do CNDM, o surgimento da Secretaria Especial da Polícia da Mulher e um processo de profissionalização do próprio movimento feminista (PINTO, 2012, p. 274). Tanto durante no governo Collor quanto o FHC, a importância do Conselho Nacional decresce. O conselho seria

recriado, com características mais próximas da sua concepção original, durante o primeiro governo Lula, que também criou a Secretaria Especial da Polícia da Mulher, que possuía *status* de ministério. A profissionalização do movimento, ainda nesse período, se fez por meio das ONGs.

> Ainda na última década do século XX, o movimento sofre, seguindo uma tendência mais geral, um processo de profissionalização por meio da criação de ONG's focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado para aprovar medidas protetoras para as mulheres e para buscar espaços para sua maior participação na política (PINTO, 2012, p. 274).

O aumento de candidatas, e também de eleitas, de fato ocorreu, contudo em relação a candidaturas, proporcionalmente, o número de eleitas ainda era inferior. E, além disso, o crescimento, tanto nas candidaturas quanto nas eleições, é observado também nos pleitos Majoritários (para prefeito) onde as cotas não se aplicam, sugerindo que houve, independente das cotas, um aumento da entrada de mulheres na vida pública.

3.3 As mulheres e a competição eleitoral

A legislação em relação à cota eleitoral, e a obrigatoriedade da mesma, todavia, viria a ser modificada em Setembro de 2009. O texto da Lei 9.504/97 foi modificado pela Lei 12.034/09, estabelecendo a obrigatoriedade dos partidos e coligações em lançar candidaturas de no máximo 70% e no mínimo 30% das suas vagas para um gênero.

O que se observa é que as ações afirmativas eleitorais de gênero promoveram a inserção das candidaturas femininas. Contudo, Bolognesi (2012, p. 126) ressalta que as cotas eleitorais de gênero, como política pública, não preveem as chances efetivas dessas mulheres, agora candidatas, se elegerem. As condições que levam um candidato, independente do sexo, a se eleger, perpassam por diversos fatores, entre eles, o incentivo do partido, e ainda, segundo Miguel e Queiroz (2006, p. 365), há de levar em consideração que a eficácia das cotas está diretamente associada ao sistema eleitoral.

O Partido tem obrigação de lançar candidaturas de no mínimo 30% de um mesmo sexo, não de tornar esses candidatos elegíveis. A possibilidade real das mulheres serem eleitas dependerá de outros fatores, e não apenas da regra eleitoral, que dizem respeito ainda aos partidos e as estratégias eleitorais que os mesmos adotarão, como também a situação da competição eleitoral.

Fica evidente que o impulso necessário para que uma candidatura feminina chegue a se eleger só virá se o partido, e/ou coligação, tiver real interesse:

> Assim, ao lado de posições ideológicas, são os cálculos eleitorais que influenciam na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais (ARAÚJO, 2005, p. 194).

Portanto, para que uma candidata chegue a ser eleita, primeiro precisa de fomentos partidários. Em relação às mulheres, assim, foi constato dois padrões, em relação ao partido, envolvendo sua elegibilidade: o primeiro envolvendo o eixo ideológico, onde Partidos de Esquerda, que teriam um "perfil mais inclusivo" (BOLOGNESI, 2012, p. 125), elegeriam mais que os partidos de centro e, sobretudo, mais que os de direita; e o segundo, quanto ao tamanho dos partidos, aponta que os partidos de médio porte elegeriam mais mulheres que os partidos localizados nos extremos (ARAÚJO, 2005, p. 198).

O sistema partidário e os municípios ainda surgem como outra variável importante em relação à candidatura de mulheres. "Os indicadores de Número Efetivo de Partidos (NEP) têm demonstrado uma crescente competição eleitoral no nível municipal" (PEIXOTO; GOULART, 2014, p. 52). As médias dos NEP's nas Eleições Proporcionais, desde as eleições de 1996 até as de 2012, são maiores que as das Eleições Majoritárias, o que significa que há fortes indícios de que a introdução de novos atores na Competição Eleitoral no Sistema Proporcional, e não apenas a fragmentação das forças eleitorais já existentes, tem contribuído diretamente para o crescimento do número efetivo de partidos nesse modelo de eleição. A magnitude dos distritos eleitorais proporcionais, ou seja, quantidade de cadeiras disputadas, aliada a esse ambiente de alta competitividade, também favorecem o aumento de chances da inserção de novos atores no cenário político (PEIXOTO; GOULART, 2014, p. 45).

A literatura, enfim, aponta que as mulheres teriam mais chances de serem eleitas em partidos de médio porte localizados a esquerda do eixo ideológico partidário concorrendo em eleições proporcionais.

4. Resultados

A tentativa de responder qual eixo ideológico propiciou mais ingresso de mulheres a cadeiras do legislativo demandou, primeiro, a classificação dos partidos por eixo ideológico. Posteriormente levou-se em consideração também o tamanho de cada partido. E, por fim, foram comparadas as médias das taxas de sucesso dos partidos. O impacto das leis eleitorais de discriminação positiva e o efeito destas sobre as estratégias eleitorais e sobre o comportamento dos atores políticos também foram considerados.

A Lei 12.034, de 29 de Setembro de 2009, estabeleceu a obrigatoriedade dos partidos ou coligações a preencherem no mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. O resultado dessa alteração na legislação produziu mudanças nas ações afirmativas eleitorais de gênero e também no próprio número de candidatas e eleitas, o que pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1 - Número de candidatas e eleitas em Eleições Municipais no Brasil (2008-2012)

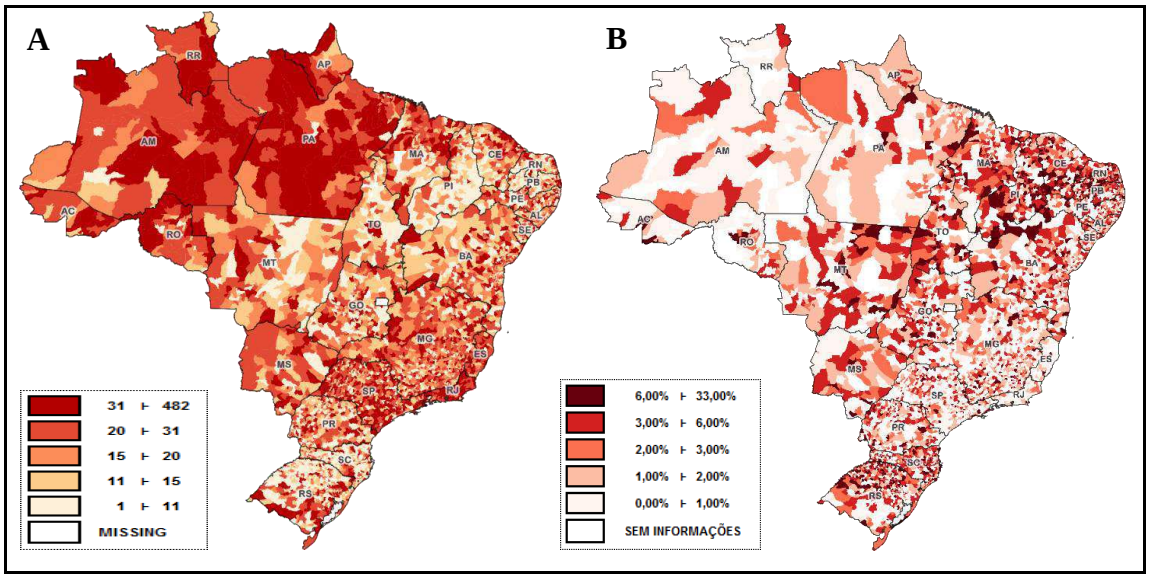
		MULHERES	
		CANDIDATAS	ELEITAS
2008	PREFEITO	1.722	512
	VEREADOR	77.415	6.504
2012	PREFEITO	2.043	664
	VEREADOR	134.171	7.637

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 1996 - 2012.

Os resultados das eleições permitem notar que houve um aumento substancial no número de eleitas nas eleições, tanto majoritárias quanto proporcionais. O número de prefeitas, que passou de 512 em 2008 para 664 em 2012, teve um aumento de 29,68% de um ano para o outro, enquanto que o aumento do número de vereadoras, que passou de 6.504 em 2008 para 7.637 em 2012, foi de 17,42%.

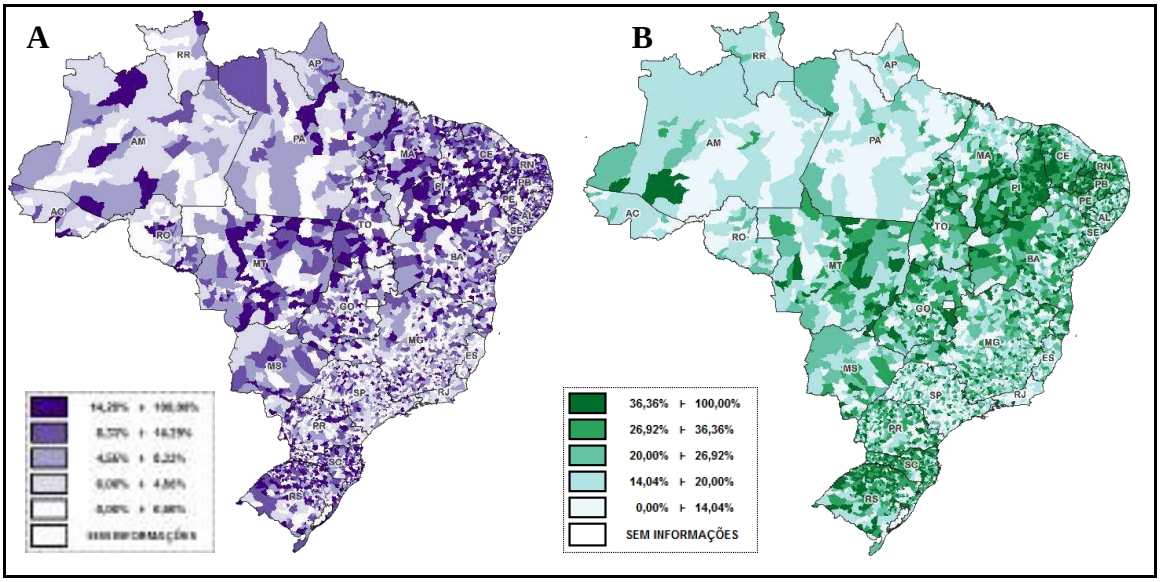
O contingente de mulheres candidatas e o percentual de mulheres eleitas, todavia, não apresentam correlações estatísticas significativas. Os municípios em que mais mulheres se candidataram foram, de modo geral, os municípios em que menos mulheres conseguiram ser eleitas, como mostram os mapas abaixo:

Gráfico 1 - (A) Total de candidatas e (B) percentual de eleitas nas Eleições Proporcionais Municipais do Brasil, 2012.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012. Elaboração dos autores.

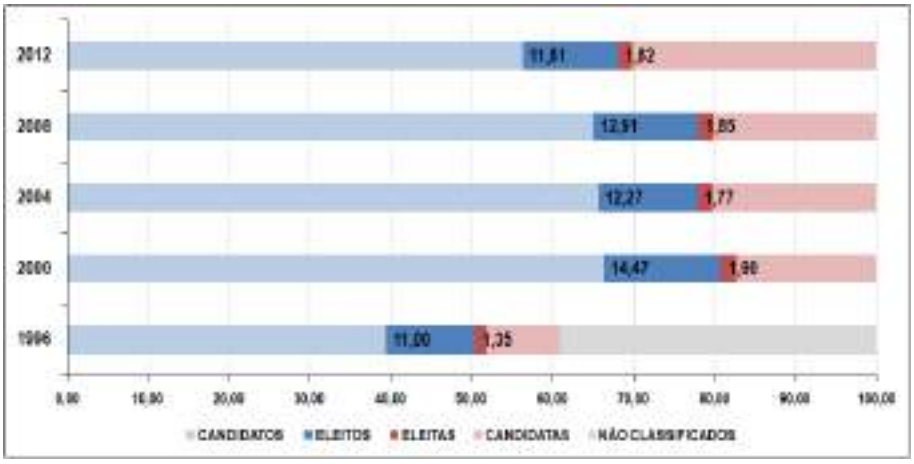
Gráfico 2 - (A) Taxa de sucesso de mulheres e (B) taxa de sucesso de homens nas Eleições Proporcionais Municipais do Brasil, 2012.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012. Elaboração dos autores.

O número de eleitas obteve um crescimento bem inferior a proporção de mulheres que se candidataram, embora tenha havido um aumento tanto de candidatas quanto de eleitas, promovido pela cota de gênero. A relação percentual pode ser mais bem observada no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Percentual de candidatos e eleitos por sexo nas Eleições Municipais Proporcionais (1996-2012)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012. Elaboração dos autores.

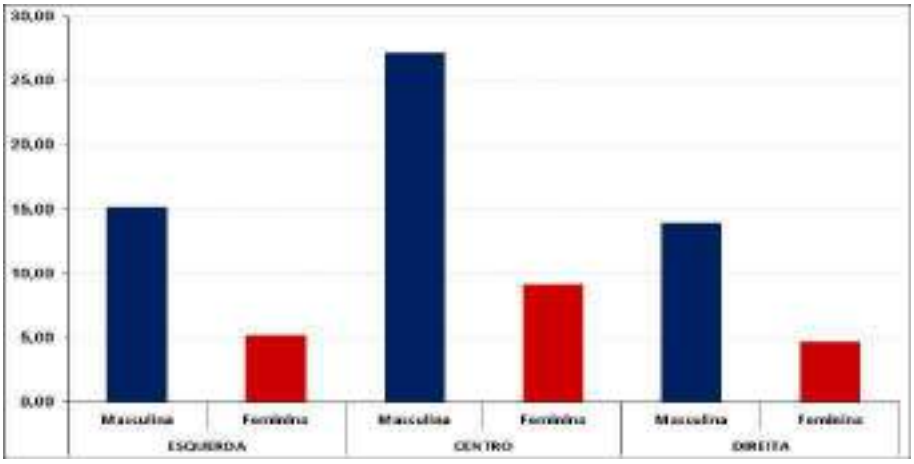
O que se observa, por meio deste gráfico, é que as ações afirmativas eleitorais de gênero promoveram a inserção das candidaturas femininas aumentando o número não só de candidatas, mas também de eleitas. As alterações, promovidas pela nova lei, no total de candidatas e eleitas foi então analisada em nível de partido na primeira eleição após a implementação da nova lei: as Eleições Municipais Proporcionais de 2012.

A primeira classificação dos partidos foi realizada utilizando-se a clivagem unidimensional Esquerda/Direita, a primeira análise utilizou essa clivagem por eixo ideológico. O eixo ideológico de cada partido foi determinado utilizando a classificação de Krause (2010, p. 381). Os partidos concorrendo nessa eleição foram alinhados da Esquerda para a Direita. As taxas de cada ponto do eixo representaram a média das taxas de sucesso de cada partido, os valores dados são porcentagens.

A classificação do eixo ideológico elaborada por Krause[1] (2010) é baseada na forma como os partidos se coligam e também no tamanho[2] desses. A Esquerda ficou representada pelo PT, PSB, PPS e PDT; o Centro por PMDB e PSDB; a Direita por DEM, PR, PP e PTB. Os Pequenos Partidos de Esquerda (PPE)[3] são o PCO, PHS, PMN, PCB, PV e PC do B; Os Pequenos Partidos de Direita (PPD)[4] são o PRP, PRTB, PSDC, PSL, PTC, PT do B e PTN.

[1] A classificação utilizada refere-se aos partidos em 2008, trata-se da mais recente classificação partidária, no momento, sendo este o motivo de ter sido escolhida para este trabalho.
[2] Um partido é considerado como pequeno quando o mesmo registra percentual nacional de votos para a Câmara dos Deputados inferior a 1% em pelo menos duas das três últimas eleições (DANTAS, PRAÇA, 2010).
[3] O PSOL e o PPL foram considerados como PPE.
[4] O PSC, PRB, PTB e PSD foram considerados PPD.

Gráfico 4 - Média das taxas de sucesso por eixo ideológico[5] nas Eleições Proporcionais Municipais de 2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012. Elaboração dos autores.

As primeiras observações, levando em consideração apenas o eixo ideológico, atestam contra a hipótese da preponderância dos Partidos de Esquerda em relação as maiores taxas de sucesso de mulheres, porém essa não coube também aos Partidos de Direita. Os resultados encontrados, assim, não apontaram os partidos de Esquerda como os que apresentaram as maiores médias das taxas de sucesso de mulheres, coube ao Centro esse protagonismo, a Direita, por sua vez, apresentou as piores taxas.

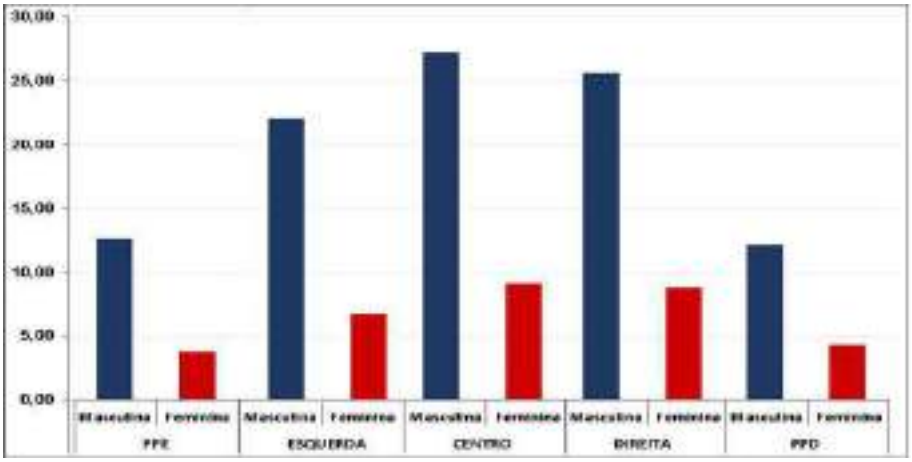
A Esquerda apresentou taxas maiores que a Direta, porém, menores que o Centro. O Eixo Ideológico de Esquerda apresentou uma Taxa de Sucesso de Mulheres de 5,23% enquanto que a Direita apresentou 4,74%, o Centro, por sua vez, apresentou média de 9,14%. O Centro, então, na eleição analisada, foi o tipo de partido com as maiores médias das taxas de sucesso, em relação ao eixo ideológico, enquanto que a Esquerda ocupa o segundo lugar e a Direita completou o pódio em terceiro.

A situação, porém, se altera ao considerar o tamanho dos partidos. O Centro continuou apresentando as maiores médias, contudo, ao separar os partidos de Direita dos Pequenos Partidos de Direita, realizando simultaneamente esse mesmo processo com a Esquerda, os resultados apontam que as médias dos partidos de Direita são maiores que a dos partidos de Esquerda, assim, o resultado anterior ocorre pelo fato das taxas dos Pequenos

[5] Nesse gráfico entende-se por Esquerda todos os Partidos Políticos de Esquerda somados a todos os Pequenos Partidos de Esquerda; do mesmo modo, entende-se Direita por todos os Partidos de Direita somados a todos os Pequenos Partidos de Direita.

Partidos de Direita terem um efeito negativo mais acentuado nas médias da Direita do que dos Pequenos Partidos de Esquerda na Esquerda.

Gráfico 5 - Média das taxas por tamanho do partido e por eixo ideológico nas Eleições Municipais Proporcionais de 2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012. Elaboração dos autores.

Os PPD influem negativamente na taxa de sucesso da Direita mais que os PPE na taxa da Esquerda. A menor média apresentada pelos partidos de Direita na primeira análise é resultado do desequilíbrio causado pela influência dos Pequenos Partidos de Direita, na Esquerda o mesmo não ocorre com a mesma intensidade visto que os Pequenos Partidos de Esquerda não influem de maneira tão negativa no resultado agrupado.

Após a análise descritiva da média das taxas de sucesso de eleitas, analisamos a relação entre o desenvolvimento socioeconômico municipal utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o percentual de candidatas eleitas. Para analisar a relação entre as variáveis computadas e descritas anteriormente foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (**ρ**). Os valores do coeficiente de correlação de Pearson (**ρ**) vão de – 1 a 1: onde 0 é o valor expresso da não correlação entre as variáveis; 1 a correlação direta perfeita entre as variáveis; e – 1 a correlação inversa perfeita entre as variáveis.

Tabela 2 - Correlações entre o IDHM e o percentual de eleitas nas Eleições Municipais do Brasil, 2012.

		Percentual de Eleitas
IDHM - 2010	Pearson Correlation	-0,038
	Sig. (2-tailed)	,013
	N	4228
IDHM Educação - 2010	Pearson Correlation	-0,037
	Sig. (2-tailed)	,018
	N	4228
IDHM Longevidade - 2010	Pearson Correlation	-,029
	Sig. (2-tailed)	,059
	N	4228
IDHM Renda - 2010	Pearson Correlation	-0,04
	Sig. (2-tailed)	,010
	N	4228

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012. Elaboração dos autores.

Não foram encontrados valores significativos de **ρ**, nem com IDHM e nem com nenhuma de suas dimensões (Educação, Longevidade ou Renda). Em nível agregado, para o município, as variáveis socioeconômicas não tiveram relações com nível de eleitas. Em análises futuras serão incluídas outras variáveis: demográficas, socioeconômicas e político institucionais, buscando compreender o que explicaria o sucesso das mulheres na Competição Política.

Conclusão

Os partidos de Esquerda apresentam uma taxa de sucesso menor que a dos demais partidos; em relação ao tamanho dos partidos notou-se também não serem os partidos de médio porte a elegerem mais candidatas, mas sim, os de grande porte. Não apenas o eixo ideológico foi fator determinante para o sucesso eleitoral das mulheres, mas também o tamanho do partido, portanto, nas Eleições Proporcionais Municipais de 2012 as mulheres tiveram maiores chances de serem eleitas por grandes partidos de Centro em Eleições Proporcionais Municipais.

Referências

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 1, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

ARAÚJO, C. Feminismo e Poder Político, Uma Década depois. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (Eds.). **Teoria Política e Feminismo:** Abordagens Brasileiras. 1. ed. Vinhedo: Novo Horizonte, 2012a. p. 290.

ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 147-168, dez. 2012b.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Introdução. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (Eds.). **Feminismo e Política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 164.

BOLOGNESI, B. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, v. 1, n. 2, p. 113-129, 2012.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Pequenos Partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Eds.). **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2010. p. 384.

KINZO, M. D. G. **Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil**. [s.l.] Edição Símbolo, 1980.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. **Coligações Partidárias na nova democracia brasileira:** Perfis e Tendências. 1o. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

MIGUEL, L. F. O Feminismo e a Política. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (Eds.). **Feminismo e Política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 164.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 55-81, jun. 2009.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. DE. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, set. 2006.

NICOLAU, J. M. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEIXOTO, V.; GOULART, N. Evolução da Competição Eleitoral Municipal no Brasil (1996 a 2012). **Teoria e Pesquisa:** Revista de Ciência Política, v. 23, n. 2, p. 41-63, 2014.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (Eds.). **Teoria Política e Feminismo:** Abordagens Brasileiras. 1. ed. Vinhedo: Novo Horizonte, 2012. p. 290.

PARTICIPAÇÃO E PODER LEGISLATIVO: O DESENHO INSTITUCIONAL DAS AUDIÊNCIAS DO ORÇAMENTO

Gabriela Zorzal
UFES

Resumo: Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação intitulada "Efetividade da participação no legislativo estadual: Uma análise sobre as audiências públicas do orçamento (2007-2014)". O presente trabalho está centrado no desenho institucional, um dos eixos de análise para a avaliação da efetividade da participação. A teoria sobre instituições participativas demonstra a importância do desenho institucional como fator de análise da estrutura da participação e da qualidade da deliberação. É o desenho que define, por exemplo, quem pode participar, como esse espaço é oportunizado, os temas em debate e a forma de seleção dos membros envolvidos, entre outras características. O grau de institucionalização desses espaços também é fator preponderante na análise. Aplicados às audiências públicas da LOA, conclui-se que tais audiências possuem baixo nível de institucionalização, falta de igualdade deliberativa, problemas relacionados ao planejamento, divulgação e mobilização, além de baixa abrangência territorial no Espírito Santo. A combinação desses fatores aponta para a conclusão de que o desenho institucional das audiências da LOA realizadas pelo legislativo capixaba tende a restringir a participação.

Palavras-chave: participação; legislativo; desenho institucional.

Abstract: This article presents a part of the dissertation "Effectiveness of state legislative participation: an analysis about budget public hearings (2007-2014)" results. The research is centered in the institutional design, one of the analysis axes for evaluation the effectiveness of participation. The theory about participatory institutions shows institutional design importance as a structure of participation analysis and the deliberation quality. It's the design that defines, for example, who can participate, how to opportunity the space, the debate themes and the ways of selecting involved members, among others characteristics. The institutionalization degree of these spaces is also a major factor in the analysis. Applied to Annual Budget Law (Lei Orçamentária Annual - LOA, in Portuguese) public hearings, it is concluded that the public hearings have low institutionalization level, lack of deliberative equality, planning, mobilization and outreach problems, in addition to low territorial coverage in Espirito Santo. These factors combination points to a conclusion that LOA public hearings institutional design, performed by capixaba legislative, tends to restrict participation.

Keywords: participation; legislative; institucional design.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados da dissertação intitulada "Efetividade da participação no legislativo estadual: Uma análise sobre as audiências públicas do orçamento (2007-2014)". Na pesquisa, defendida em 2015, foi desenvolvida uma análise multidimensional para estudar a efetividade da participação nas audiências públicas realizadas pelo parlamento do Espírito Santo para discutir o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA). Foram estruturados dois eixos de pesquisa: os fatores endógenos (desenho

institucional, perfil dos legisladores e perfil dos participantes), que fazem parte da dinâmica interna das audiências públicas; e os fatores exógenos (relação entre Executivo e Legislativo e emendas parlamentares), localizados em uma esfera externa às audiências, embora possam sobre elas exercer forte influência. Neste artigo, apresentamos especificamente a análise e resultados do estudo do desenho institucional das audiências, que abarca sua criação, processo de institucionalização e formato das reuniões, ou seja, as regras e ritos das audiências em termos de favorecimento ou restrição a participação.

A teoria sobre instituições participativas demonstra a importância do desenho institucional como fator de análise da estrutura da participação e da qualidade da deliberação. É o desenho que define, por exemplo, quem pode participar, como esse espaço é oportunizado, os temas em debate e a forma de seleção dos membros envolvidos, entre outras características. O grau de institucionalização desses espaços também é fator preponderante na análise.

As audiências objeto deste estudo se constituem um exemplo de instituição participativa porque foram criadas, em 2003, com o objetivo de envolver os cidadãos capixabas no debate do orçamento e colher sugestões para adequação do projeto de lei, que ainda está em tramitação no parlamento durante a realização das audiências. As reuniões são realizadas entre os meses de outubro e dezembro pela Comissão de Finanças, formada por sete deputados. O colegiado visita municípios capixabas – a partir de um cronograma previamente aprovado, de maneira que represente todas as 10 microrregiões do Estado, para apresentar o projeto da LOA, que é uma previsão dos gastos e investimentos do Estado para o ano seguinte. O recorte temporal deste trabalho compreende um conjunto de 48 audiências públicas realizadas no período de oito anos, de 2007 a 2014.

A análise do desenho institucional das audiências públicas da LOA foi feita a partir de uma abordagem multimétodos, que conjuga o uso de diferentes ferramentas de pesquisa do método quantitativo e qualitativo para analisar o objeto de estudo. Foram utilizadas três ferramentas de pesquisa: análise documental, entrevista semiestruturada e dados provenientes de aplicação de questionários aos participantes das audiências. A pesquisa documental foi desenvolvida a partir do estudo das legislações sobre o tema, dos vídeos com gravação na íntegra das audiências públicas e dos relatórios anuais das audiências. As entrevistas semiestruturadas, no bojo do método qualitativo, foram realizadas com os sete parlamentares que compunham a Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa e dois servidores que trabalhavam há mais de dez anos no colegiado. A terceira ferramenta de

pesquisa utilizada no presente trabalho foi a aplicação de questionário semiestruturado aos participantes do ciclo de audiências públicas de 2014. Dos 132 questionários distribuídos, 92 foram devolvidos total ou parcialmente preenchidos, alcançando 70% de respondentes.

1. Desenho institucional e efetividade da participação

O desenho institucional é um eixo importante de análise da efetividade da participação, definida como a capacidade de se influenciar, controlar e decidir sobre determinada política pública (Cunha, 2009, p. 188). Esta efetividade pode ser medida por dois fatores: os internos e os externos às instituições participativas (IPs). Como explica Cunha (2009), os fatores internos são os ligados ao processo no qual ocorre à deliberação, incluindo sua estrutura normativa e os processos de interação. Os fatores externos podem ser encontrados dentro do contexto histórico e das condições políticas, sociais e econômicas que podem gerar resultados mais ou menos democráticos das instituições participativas. A autora é clara ao dizer que o formato institucional é o mais importante fator interno por refletir a estrutura da participação e a própria qualidade da deliberação.

Outros estudiosos no assunto corroboram a tese da importância do desenho institucional. Para Avritzer (2011), o pesquisador precisa se debruçar sobre a dimensão do momento deliberativo para analisar efeitos ou impactos nos processos de tomada de decisão. Essa efetividade do momento deliberativo seria a fase de análise que se volta para o interior dos espaços de participação, ou seja, o estudo do desenho institucional. Nesse sentido, o esforço do pesquisador é demonstrar que há deliberação nas IPs em pelo menos algum de seus momentos, mostrando quem delibera e como é o processo.

Essa é uma perspectiva defendida também por Cunha e Almeida (2011), que afirmam que os sistemas de participação são complexos e a deliberação ocorre em instâncias nas quais pode prevalecer uma mistura de participação, negociação, debate, decisão, representação eleitoral e articulação. Para analisar em que medida as instituições cumprem suas funções e objetivos se faz necessário levar em consideração não apenas o efeito redistributivo, mas também o processo deliberativo. Assim, as autoras indicam observar: quem participa, como a deliberação acontece, quais temas são mobilizados, como diferentes sujeitos são inseridos, entre outros aspectos.

As autoras destacam três princípios que norteiam o conceito de efetividade e que estão diretamente relacionados com a análise do desenho institucional. O primeiro é a

igualdade deliberativa, que significa dar a todos os participantes a mesma oportunidade de colocar temas na agenda, iniciar o debate, propor soluções e participar das discussões. O segundo princípio é o da publicidade, compreendida como a condição de ser aberto e público os procedimentos e debates. Por último está o princípio da pluralidade, que reflete não apenas a diversidade, mas a tolerância e o reconhecimento do outro como igual.

Um dos aspectos mais importantes citados por Cunha e Almeida (2011) é a definição clara de quem institui e de quem participa do processo. Tal definição ajuda os analistas a pensar a natureza e a substância da troca que é feita. Assim, é possível avaliar em que medida realmente há uma disposição em partilhar o poder de decisão. Tudo isso faz parte da definição do desenho institucional.

Tal desenho é colocado por Feres e Ribeiro (2011) em lugar de centralidade na análise da efetividade da participação. É este formato que vai definir quem pode participar, como a participação será oportunizada, de que maneira os temas serão debatidos, como os membros serão selecionados, entre outros detalhes. Para a análise, o desenho pode estar descrito em documentos institucionais, como legislações locais e regimentos internos, quando não, pode ser observado empiricamente. Grau de formalidade, tempo de existência, frequência de funcionamento e estrutura organizacional indicam a institucionalização das IPs e "quanto maior a regulação sobre seu funcionamento, mais institucionalizado são esses espaços" (FERES; RIBEIRO, 2011, p. 128).

Cunha e colaboradores (2011) também são defensores do desenho institucional ao afirmarem que este é uma das mais importantes condicionantes endógenas da efetividade da participação. Para os autores, influenciam na efetividade da participação os seguintes elementos: presença do debate face a face, igualdade na apresentação das razões, ausência de coerção, interatividade e reciprocidade do discurso, discordância entre os participantes, publicidade, informação ampliada sobre os assuntos e conclusividade.

O desenho institucional é entendido por Fung e Wright (2003) como fator primordial para avaliar de que maneira alguns espaços participativos podem ser mais fortemente deliberativos do que outros. Assim, os autores constatam que essa variável institucional tem relação direta com a efetividade tanto na equidade quanto na extensão da participação e da deliberação porque oferecem parâmetros para sua atuação. Dentro desses parâmetros estão as regras e os procedimentos utilizados, que, por não serem neutros, produzem consequências para os resultados da participação.

Nesse sentido, regras, ritos e procedimentos inseridos nas instituições participativas mostram tendências inclusivas desses espaços, bem como o potencial de influência da participação no processo deliberativo. O raciocínio é que, quanto maior o nível de institucionalização, melhor a qualidade do debate e da deliberação.

> Desse modo, os trabalhos sobre desenho institucional têm buscado identificar as variáveis que impactam no desempenho democrático e inclusivo dessas novas instituições. Aspectos tais como quem participa, como são recrutados, que temas discutem e decidem, quando o fazem e com que recorrência, podem todos vir a ser controlados pelo desenho, impactando, assim, a prática participativa e deliberativa no interior dessas instituições (CUNHA *et al*., 2011, 307).

Wampler (2011) explica que o objetivo geral da maioria das IPs é melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo poder público. Os cidadãos se envolvem nesse processo na esperança de que seus esforços interfiram na alocação dos recursos, resultando em melhorias para a comunidade. Dessa maneira, quando falamos de efetividade da participação estamos estabelecendo uma estreita ligação entre a deliberação realizada nas IPs e mudança nas políticas públicas. Nas palavras de Wampler, estabelecer essa ligação é "extremamente difícil" (p. 45). Por isso, muitos autores defendem a análise de múltiplos fatores conjugados, o que implica estudar a relação entre o desenho institucional (como um fator interno) e os resultados das audiências (como um fator externo). O presente trabalho se concentra na primeira parte. O que se pretende mostrar, no caso das audiências públicas da LOA, é seu desenho institucional, em especial o seu grau de institucionalização e o seu formato em termos de favorecimento ou restrição da participação.

2. Análise do desenho institucional das audiências públicas da LOA

As audiências públicas da Assembleia Legislativa do Espírito Santo para debater a LOA foram criadas por meio do projeto de resolução 398/2003, de autoria do ex-deputado Edson Vargas (PMN). O objetivo da proposta era dar maior transparência para o processo de discussão do orçamento e envolver a população no debate de maneira a discutir as necessidades de cada região e as medidas a serem adotadas. No Regimento Interno, o texto consta da seguinte forma:

> Art. 238 [...]:
> § 3º A tramitação do Projeto de Lei do Plano Plurianual - PPA e do Orçamento Anual contará com ampla participação popular, por meio de realização de audiências públicas em todas as microrregiões do Estado, bem como com todas as organizações não governamentais de forma setorial, a fim de que as matérias sejam discutidas e sejam apresentadas sugestões.
> § 4º As audiências públicas, a que se refere o § 3º, terão seu calendário aprovado dentro do cronograma previsto neste artigo, pela Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas, sendo garantida na organização a participação das demais comissões permanentes, de acordo com o campo temático.
> § 5º Ao final das audiências públicas regionais e setoriais será realizada uma audiência pública geral no Plenário da Assembleia Legislativa, na qual o relator da matéria apresentará e colocará em discussão com os presentes o pré-relatório referente à situação das sugestões oferecidas pela população (REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2009).

Observa-se existência de grande diferença entre a norma legal e a prática. De acordo com o artigo 238 do Regimento Interno, o objetivo das audiências públicas está centrado na discussão do orçamento e na apresentação de sugestões. O texto também diz que as audiências devem ser realizadas "com todas as organizações não governamentais de forma setorial", o que não foi detectado nos anos analisados. Da mesma forma, a audiência pública geral, também prevista no mesmo artigo, para a apresentação de um pré-relatório sobre as sugestões também não aconteceu nos anos pesquisados. Na prática o que acontece é a apresentação de um relatório em reunião ordinária da Comissão de Finanças, quando o ciclo de audiências públicas já foi finalizado pelos deputados.

A pesquisa realizada mostra que foram feitas duas iniciativas parlamentares com o objetivo de regulamentar as audiências públicas. No entanto, nenhuma delas foi aprovada. Uma delas (Projeto de Lei 90/2003), de autoria do deputado Marcelo Santos (PMDB), determinava regras para a realização de audiências públicas cuja finalidade fosse elaborar ou debater as matérias orçamentárias. O projeto definia forma e prazos de divulgação, normas para a escolha do local, regras para o processo de participação nas audiências (cada participante teria, por exemplo, cinco minutos para falar), entre outras determinações. O projeto foi considerado inconstitucional pela Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa.

Outra iniciativa foi do deputado Rodrigo Coelho (PT). Quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias estava em análise no parlamento em 2014, o parlamentar fez uma emenda com o objetivo de fazer uma reserva de recursos a ser destinada especialmente para as demandas colhidas nas audiências públicas da LOA. A proposta foi rejeitada pelos deputados após longa discussão em plenário. Durante a sessão ordinária do dia 11 de junho de 2014, o

autor defendeu a iniciativa, afirmando que "se a Assembleia Legislativa não admitir colocar 1% do orçamento de acordo com a vontade popular, de nada vai adiantar fazer audiências públicas" (Rodrigo Coelho, Sessão Ordinária, 11/06/2014). Podemos concluir que a criação das audiências não foi acompanhada de um processo de regulamentação das mesmas.

O planejamento das audiências inicia com a chegada do projeto de lei ao parlamento, enviado pelo poder Executivo. Assim, um dos primeiros tópicos definidos pela Comissão de Finanças é o cronograma de trabalho, que inclui a data, horário e os municípios que irão sediar as audiências públicas. É importante frisar que não existe um número fixo de audiências que devem ser realizadas e nem mesmo a obrigatoriedade de realizar uma audiência para cada microrregião. Consta no período analisado a realização de 48 audiências públicas do orçamento.

A elaboração do calendário e a consequente escolha do município e definição dos locais não segue nenhuma regra pré-definida. Assim, buscamos junto à Comissão de Finanças alguma informação sobre como funciona essa etapa de planejamento das audiências. De acordo com as entrevistas realizadas com deputados que fazem parte da Comissão de Finanças, o calendário é construído a partir de um acordo entre os deputados membros do colegiado e leva em consideração a região de atuação dos deputados.

O deputado Euclério Sampaio (PDT) disse, inclusive, que há vistas eleitorais na escolha do município, pois "é uma maneira de angariar voto e colocar em evidência o deputado da região, como se fosse um sistema: quem é da região preside a audiência" (EUCLÉRIO SAMPAIO, entrevista em 19/05/2014).

Na análise da distribuição geográfica das audiências públicas, percebemos que existe uma pré-disposição do colegiado a visitar sempre os mesmos municípios. Assim, apesar de o Espírito Santo ter 78 municípios, apenas 19 deles foram sede das audiências sobre o orçamento em 8 anos de análise. Muitas delas, mais de uma vez, como a cidade de São Mateus, que foi sede da audiência pública por seis anos.

Outro aspecto que observamos é a divulgação. De acordo com servidores que trabalham no colegiado, a divulgação é feita diretamente com as prefeituras, câmara de vereadores e grupos associativos por meio de contato telefônico e e-mail. Faz-se necessário registrar que nenhuma legislação da Casa regulamenta como o colegiado deve trabalhar com relação à mobilização dos municípios para as audiências.

Na análise dos vídeos das audiências públicas da LOA encontramos discursos que mostram que as organizações civis enfrentam dificuldade de mobilização para as audiências em virtude da falta de informação prévia sobre a realização do evento e sobre o conteúdo em debate.

Na análise dos vídeos das audiências públicas da LOA encontramos dois discursos de participantes que sugerem que o convite para a audiência e o acesso ao material podem ser mais bem organizados pela comissão. Membro da Associação de Produtores Florestais de Colatina, Valter Matielo, deixa claro que não há tempo hábil para que as organizações se mobilizem e se preparem para a discussão. A audiência em questão aconteceu no município de Colatina, em 2009:

> Merece o registro quanto à oportunidade que se tem de participar da destinação do dinheiro do povo. **Para ser mais eficiente, talvez seja melhor que a gente pudesse estar acessando esse material com alguma antecedência. Isso ajudaria para sermos mais propositivos no debate** (VALTER MATIELO, AUDIÊNCIA PÚBLICA 04/11/2009, grifo nosso).

Outro relato no mesmo sentido é do membro da Associação de Moradores do bairro Novo Horizonte, de Linhares. Antônio Carlos, na audiência pública realizada em 2007 no município, relata que o convite para a associação foi feito tardiamente:

> Peço que os convites sejam enviados com antecedência para as pessoas se organizarem. A associação de moradores de Novo Horizonte recebeu o convite ontem. Quero acreditar que nos próximos, o convite seja em tempo para uma maior participação. Também peço que seja enviado o projeto de lei orçamentária para que a gente possa estudar, se organizar e fazer uma discussão prévia. Aí sim, viríamos com propostas mais amarradas em cada comunidade (ANTÔNIO CARLOS, AUDIÊNCIA PÚBLICA, 19/10/2007).

As falas transcritas demonstram que a divulgação prévia e o acesso anterior aos documentos relativos à LOA podem ser coadjuvantes no processo de debate do orçamento porque possibilitaria às associações se mobilizarem para o evento.

Essa perspectiva foi reforçada com dados colhidos por meio da aplicação do questionário: quando perguntados sobre as principais dificuldades dos participantes nas audiências públicas da LOA, 43% afirmaram a falta de divulgação adequada das reuniões e a falta de acesso a informações claras e objetivas.

Embora não exista um direcionamento oficial sobre o tema, a análise aponta para a existência de um roteiro padrão para as audiências que podemos dividir em três etapas:

composição da mesa, apresentação do orçamento e participação. Na primeira fase, os componentes da mesa possuem um lugar de destaque e espaço privilegiado de fala, já que são convidados para discursarem, muitas vezes por tempo indeterminado. Além dos deputados estaduais, a mesa das audiências públicas também é composta por autoridades locais, em sua maioria, vereadores e prefeitos. Sobre a presença do legislativo municipal, é comum que o presidente da câmara seja convidado para representar os vereadores de cada município. Durante o período analisado, nenhum representante de associação da sociedade civil foi convidado para compor a mesa, embora a presença deles esteja registrada nas participações orais. Também chama a atenção o uso desse espaço (a mesa do evento) como estratégia de reforçar relações políticas-partidárias, como registro de homenagens. Esta primeira etapa não há nenhuma relação direta com o debate do orçamento público.

A segunda fase da audiência é a apresentação do orçamento público, feita por um servidor da Comissão de Finanças em tempo médio de 30 minutos. Os seguintes tópicos fazem parte da apresentação: conceito de orçamento, funcionamento e tramitação da LOA, orçamento global do estado para o ano seguinte, orçamento específico para a região em debate, valores destinados para cada pasta do governo, como educação e segurança.

Embora o tema do orçamento seja complexo, a análise mostra que a apresentação faz um esforço de tornar o assunto de fácil compreensão. Os participantes também recebem, no início da audiência, um material escrito que auxilia no acompanhamento dos valores previstos na peça orçamentária e apresentados. Sobre o fornecimento de informação técnica, 45% dos participantes que responderam ao questionário afirmaram que as informações são dadas durante a audiência de forma clara e objetiva. Para 21%, as informações não são claras e objetivas. Tais dados confirmam nossa percepção sobre a apresentação do orçamento nas audiências públicas da LOA: apesar da complexidade do tema, é real a tentativa de mostrá-lo da maneira mais didática possível.

A terceira fase das audiências públicas da LOA consiste na abertura do espaço para a fala dos participantes com um sistema de prévia inscrição. O número de participantes por audiências públicas permaneceu, no período analisado, em uma faixa que vai de 35 a 53 participantes. Sobre essa quantidade, a pesquisa realizada aponta que existe percepção por parte dos deputados e também dos participantes de que a quantidade de pessoas nas audiências públicas da LOA é baixa. Quando perguntados quais as principais dificuldades da Assembleia Legislativa na realização das audiências, 46% dos participantes afirmaram

que é a falta de participação da população. Sobre as dificuldades dos participantes das audiências, 47% apontaram que existe a falta de interesse por parte das pessoas. Também é importante registrar que a dinâmica da participação nas audiências públicas é menos de diálogo ou debate e mais de registros de demandas. Na fase da participação, as pessoas inscritas são convidadas a falar sistematicamente, uma após as outras e registramos poucos momentos de diálogo entre os participantes e as autoridades políticas presentes.

Conclusão

O presente artigo apresenta a análise do desenho institucional das audiências públicas da LOA realizadas no Espírito Santo pelo poder legislativo (recorte de 2007-2014). O primeiro aspecto que chama atenção é a baixa institucionalização das audiências públicas. Dessa maneira, embora elas tenham sido criadas por lei e realizadas anualmente, percebemos que existe diferença entre o que está previsto no Regimento Interno do parlamento sobre a reunião e o que acontece de fato. Além disso, não existe nenhuma previsão legal sobre as regras e a dinâmica de participação a ser respeitada nas audiências. Ainda que se perceba a existência de um padrão para o funcionamento das reuniões, a falta de uma devida previsão legal faz com que a dinâmica da audiência dependa demasiadamente de quem está presidindo os trabalhos. Esta baixa institucionalização já foi apontada em teoria como um fator que influencia diretamente a baixa efetividade de espaços como as audiências (FERES; RIBEIRO, 2011; FUNG; WRIGHT, 2003; CUNHA *et. al*, 2011). A baixa institucionalização apresentada é reforçada pelo fato de que as tentativas de maior regulamentação que aconteceram ao longo do tempo foram fracassadas, arquivadas após votação dos deputados. Este aspecto, porém, é apenas um dos apontados na presente análise.

Ainda sobre o desenho institucional, este estudo mostrou problemas relacionados ao planejamento das audiências: a análise mostra que a escolha dos municípios para sediar as reuniões possui uma lógica eleitoral, atendendo a vontade dos deputados que fazem parte da Comissão de Finanças. Como consequência, o debate realizado pela Assembleia se restringiu a um determinado grupo de municípios, favorecendo a presença de alguns representantes municipais em detrimento da sub-representação de outras cidades.

Apesar de o Estado ser composto por 78 municípios e a Comissão de Finanças ter realizado 48 audiências no período analisado, apenas 19 cidades foram privilegiadas como

sede do debate. Esta baixa abrangência tem impacto direto na representação dos municípios: nossa análise demonstra que o município sede é largamente privilegiado com maior participação nas audiências e que muitas cidades nem chegam a ser representadas nas reuniões. Não foi verificada a existência de nenhum sistema de rodízio, o que poderia tornar mais justa a distribuição geográfica das audiências. Tal feito implica em restrição de uma participação mais ampla nas audiências.

Além da questão relacionada à escolha do município, a análise também mostra problemas na divulgação prévia e na disponibilização de material das audiências que interferem na mobilização dos participantes para as reuniões e no estudo da matéria para o debate proposto. Sobre esses aspectos, pode-se dizer que as audiências não têm privilegiado a igualdade deliberativa (CUNHA; ALMEIDA, 2011), constituindo-se assim, mais um fator que contribui para a fragilidade da efetividade da participação. Nesse aspecto em especial, a fragilidade está localizada no fato de os participantes não terem condições iguais de debate (conhecimento prévio da audiência e informações sobre o orçamento suficientes para a mobilização e para o debate).

Propriamente sobre o roteiro das audiências, a análise aponta para uma divisão das reuniões em três momentos: a composição da mesa, a apresentação do orçamento e a participação. Percebe-se claramente que a composição da mesa do evento privilegia atores políticos e abre espaço para discursos de cunho eleitoral, que nenhuma relação tem com o debate proposto. No período analisado nenhum representante da sociedade civil foi convidado a fazer parte da mesa demonstrando a existência de um tratamento especial para com representantes políticos.

A apresentação do orçamento realizada nas audiências traz um aspecto positivo das reuniões diante de uma clara tentativa de tratar o tema de maneira didática, ainda que trate de termos técnicos. Tal percepção foi confirmada tanto no decorrer das audiências quanto na percepção dos próprios participantes.

A terceira fase da reunião, que é de participação e apresentação de demandas, confirma as audiências enquanto uma instituição participativa por se constituir em uma ferramenta que permite a colaboração dos cidadãos para questões relacionadas a políticas públicas (DAGNINO; OLIVERA; FANCHINI, 2006). A análise aqui desenvolvida demonstra, porém, que o número de participantes é baixo (essa é a percepção tanto dos parlamentares quanto dos participantes) e que a dinâmica predominante nessa fase é a

apresentação sistemática de demandas ao invés da instituição de um diálogo ou de um processo de negociação entre os atores envolvidos. Dessa maneira, embora a palavra seja concedida aos participantes de maneira aberta (qualquer um pode se inscrever) e igualitária (os inscritos podem falar por igual período), o diálogo é escasso, o que demonstra baixa reciprocidade do discurso (CUNHA *et al*., 2011) e, por consequência, fortalece a percepção de uma frágil efetividade da participação. Podemos concluir que a participação, neste caso, é mais colaborativa do que essencialmente deliberativa.

A partir dos dados apresentados, podemos concluir pela fragilidade da efetividade da participação na perspectiva do desenho institucional. É importante salientar que o presente artigo apresenta apenas uma dimensão da análise multifatorial. Na análise completa (que estudou também o perfil dos participantes, dos legisladores, a relação entre Executivo e Legislativo e as emendas parlamentares) tal fragilidade ganhou mais força, embora o estudo apresente aspectos positivos com relação ao desempenho de uma função fiscalizadora por parte dos participantes.

Referências

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.): **A efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa:** estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997/2006). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ALMEIDA, Debora C. Rezende de; FERES, Claudia Farias; RIBEIRO, Uriella Coelho. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.): **A efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ALMEIDA, Debora C. Rezende de. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.): **A efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

DAGNINO, Evelina; OLIVERA, Alberto J. e PANFICHI, Aldo. Para um/a outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: **Disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa**. Resolução 2.700 de 15 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/portal/>.

FERES, Claudia Faria; RIBEIRO, Uriella Coelho. Desenho Institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.): **A efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. **Deepening democracy:** institutional innovations in empowered participatory governance. London; New York: Verso, 2003. The Real Utopias Project IV.

WAMPLER, Brian. Que tipo de resultados devemos esperar das instituições participativas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.): **A efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

Entrevistas concedidas

SAMPAIO, Euclério. (19 de maio de 2014). Deputado Estadual. Entrevista para esta dissertação concedida a Gabriela Zorzal. Vitória/ES, 2014.

Documentos em vídeo

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Apresentação da LOA em 2007. Produção: TV Assembleia/Centro de Documentação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Apresentação da LOA em 2009. Produção: TV Assembleia/Centro de Documentação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. 2009.

A ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS VIA ADPFS

Igor Suzano Machado
Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ, professor Adjunto da UFES.

Louise Tavares
Graduanda de Ciências Sociais da UFV, bolsista FAPEMIG.

Resumo: O presente trabalho buscou analisar a atuação de um grupo específico dentre os legitimados para a proposição de ações de controle de constitucionalidade das leis. Este grupo específico são as associações de classe, que se destacam entre aqueles que podem propor tais ações por serem grupo oriundo da sociedade civil, enquanto os demais são, majoritariamente, agentes do Estado, como chefes dos três poderes ou Ministério Público. Além de se destacarem por provocarem o controle de constitucionalidade via sociedade civil, as associações de classe também se mostram interessantes por envolverem grupos com interesses potencialmente antagônicos, como empresários e trabalhadores. Daí a intenção de estudar seus padrões de atuação no que concerne ao uso das ADPFs - Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental –, em que são questionados atos do poder público atentatórios contra a Constituição naquilo que tais associações consideram como seus ditames mais importantes. Os resultados da pesquisa mostraram dois padrões comuns de atuação, que são a atuação em busca da desregulamentação estatal – especialmente na atuação das associações de empresários contra o Poder Executivo Federal – e a atuação com vistas a garantir acesso a recursos escassos – especialmente na atuação de associações de funcionários públicos contra os Poderes Judiciários estaduais.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; associações de classe; ADPF.

Abstract: This study aimed to analyze the performance of a specific group among the acknowledged ones on the proposition of actions of control over the constitutionality of the laws. This particular group are trade associations, that stand out among those who can propose these actions by being a group of the civil society, while the others are, mostly, officials of the State such as heads of the Three Branches or of the Prosecution Office. In addition to stand out because of the control over constitutionality through civil society, trade associations are also interesting because they involve groups with potentially antagonistic interests, such as entrepreneurs and workers. Hence, the intention to study its acting patterns concerning the use of CNFPs - Claims of Non-compliance with Fundamental Precept – in which actions of the public authorities against Constitution are asked in what these associations consider as their most important dictates. What the results of the research showed were two common acting patterns, which are the action of search for state deregulation – especially in the performance of business associations against the Federal Executive Branch – and acting in order to ensure access to scarce resources – especially in the performance of civil servants associations against the State Judiciaries.

Keywords: constitutional control; professional associations; CNFP.

Introdução

Pode-se dizer que, atualmente, a política brasileira vivencia um contexto de judicialização, isto é, parte importante de seus embates e suas decisões não se passa

exclusivamente nos poderes Executivo e Legislativo, mas também no Judiciário.[1] Dentro desse contexto, o processo de produção legislativa típico não necessariamente está confinado aos poderes Executivo e Legislativo, pois, após aprovação das leis em tais instâncias, existe a possibilidade de anulação da lei pelo Judiciário que, assim, torna-se um importante ator de veto na efetivação da vontade política. Dessa forma, a presença na arena judiciária passa a ser estrategicamente relevante para atores políticos que pretendem tornar efetivas suas vontades, tendo em vista que tal efetividade não é mais garantida pela simples vitória majoritária nas instâncias legislativas tradicionais.

Assim, os grupos inseridos no chamado rol de "intérpretes legítimos da Constituição", ou seja, aqueles com poder de deflagrar um processo de controle de constitucionalidade, têm feito uso desse controle para tentar efetivar seus interesses, como é o caso das associações de classe, como confederações sindicais e associações de empresários e funcionários públicos. Nesse contexto, conhecer como tem se dado sua atuação nessa nova arena de disputa política também é importante para entendermos a atual democracia brasileira e as diferentes formas de atuação de seus agentes políticos, assim como as dinâmicas de interação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O objetivo da pesquisa é examinar como o texto constitucional tem sido interpretado por aqueles grupos que poderiam ter alguns dos interesses mais contrastantes dentre aqueles considerados como "intérpretes legítimos" da Constituição, isto é, as associações profissionais. E isso seria pensado não na sua atuação política pela via legislativa, em que os representantes dos agrupamentos profissionais pressionariam por mudanças legais capazes de alterar o sentido da constituição, mas na sua atuação "judicializada". Ou seja, o estudo pretende avaliar como as entidades de classe têm feito uso de instrumentos constitucionais que fomentam a judicialização para fazerem valer sua forma própria de compreender o sentido por vezes polissêmico do texto constitucional, inclusive contra prescrições do Executivo e do Legislativo.

O estudo contou, em um primeiro momento, com a catalogação das ADPFs ajuizadas por entidades de classe junto ao STF até a data do 25º aniversário da Constituição de 1988, por meio de consulta ao endereço eletrônico do tribunal (www.stf.jus). Esse banco de dados permitiu a tabulação de alguns parâmetros de atuação das entidades de classe que foram

[1] Sobre a judicialização da política no Brasil, farta literatura pode ser consultada, desde o trabalho pioneiro de Luiz Werneck Vianna *et al* (1999) até pesquisas mais recentes, como a de Thamy Pogrebinschi (2012) e a coletânea de trabalhos como a organizada por Luiz Eduardo Motta e Maurício Mota (2011).

classificadas em associações de empresários, trabalhadores, funcionários públicos e profissionais liberais. Observou-se, dentre tais ações, principalmente quais eram os poderes políticos por elas questionados (Executivo Federal, Executivo Estadual, Legislativo Federal, etc.) e os temas nelas tratados (Regulação econômica, regulação da sociedade civil, relações de trabalho, administração pública, etc.).

Com base nas regularidades encontradas nessa primeira parte, fora selecionado um quantitativo de 10 ações para uma análise qualitativa de seus argumentos. Nessa seleção foram levados em conta "casos típicos" – por exemplo, ações que questionavam poder político ou tratavam de temas que eram comumente acionados por aquele tipo de associação de classe – e casos que contassem com alguma decisão, ao menos em sede de liminar, por parte do STF. Os argumentos dos proponentes das ações – e também dos ministros do STF que eventualmente vieram a se pronunciar nas ações que contavam com algum tipo de decisão, liminar ou de mérito – foram objeto de estudo que buscou identificar neles a construção de um discurso que configurasse leitura específica do texto da Constituição de 1988 contra a produção legislativa de outros poderes.

Como resultado, o que se observou foi que as associações de classe mobilizam o controle de constitucionalidade das leis em defesa de interesses próprios, representados, contudo, como interesse geral – por exemplo, grupos empresariais defendem a liberdade de realização de seus empreendimentos, livres das amarras de decretos do poder Executivo, mas o fazem apelando também ao fato de gerarem empregos, impostos, desenvolvimento econômico do país, etc. Mas esta narrativa de desregulamentação do exercício de atividade econômica, questionando portarias e leis em que o poder público limita de alguma forma o exercício de uma atividade profissional ou exploração de um ramo industrial, não é a única que aparece em destaque nas ações estudadas. Há também ações em que tem destaque a lógica de disputa por recursos escassos, em que grupos de funcionários públicos visam desconstruir equiparações funcionais para evitarem concorrentes na disputa por verbas públicas. Nesses casos, não costuma haver a construção de uma narrativa de interesse público, mas, curiosamente, tampouco há desconfiança perante a existência desse interesse público por parte dos ministros do STF, contrariamente ao que acontece em ações movidas por associações de empresários, em que os ministros se mostram bastante reticentes quanto à aceitação de tais agentes como porta-vozes do interesse público e não perseguidores de seus interesses privados.

Tendo isso em vista, os próximos tópicos do presente trabalho irão apresentar um exemplo de cada grupo de ações estudadas. Ou seja: (1) a análise de uma ADPF proposta por associação de empresários (ADPF 46); (2) a análise de uma ADPF proposta por associação de funcionários públicos (ADPF 97); (3) a análise de uma ADPF proposta por associação de trabalhadores (ADPF 14); e (4) a análise de uma ADPF proposta por associação de profissionais liberais (ADPF 112). Ao final, serão apresentadas algumas considerações finais, com hipóteses de explicação dos dados obtidos.

1. Associação de empresários: análise da ADPF 46

A ADPF número 46, mobilizada pela Associação Brasileira das Empresas de Distribuição (ABRAED), fora ajuizada no Distrito Federal, com entrada no STF em 14 de novembro de 2003 e apresentara como relator o Ministro Marco Aurélio Mello. O dispositivo Legal questionado pela requerente da presente arguição refere-se à Lei número 6.538, promulgada em 22 de junho de 1978, a qual dispõe sobre a regulamentação dos direitos e das obrigações concernentes ao funcionamento dos serviços postais e dos serviços de telegrama em todo o território brasileiro. A requerente da ação, ABRAED, questionou a vigência do dispositivo Legal nº 6.538 tendo em vista a alegação de que essa lei violava preceitos constitucionais considerados por ela como fundamentais.

Para legitimar a proposição da ADPF nº 46, a requerente respaldou-se nos seguintes artigos da Constituição de 1988: artigo 1º inciso IV, artigo 5º inciso XIII, artigo 170, caput, inciso IV e parágrafo único. Assim, o artigo 1º, inciso IV, elenca a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito; o artigo 5º, inciso XIIII, assevera quanto à garantia da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; já o artigo 170, caput, inciso IV, parágrafo único, ressalta que a livre concorrência consiste em um dos princípios da ordem econômica, a qual – "fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa – tem como finalidade assegurar a todos existência digna, fundamentando-se nos ditames da justiça social".

À vista disso, a requerente alegou que os artigos citados acima estão sendo "flagrantemente vilipendiados" pelos atos da arguida, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), haja vista que a Lei nº 6.538 inviabiliza a realização do livre cumprimento das atividades dispostas nos contratos e nos estatutos sociais das empresas associadas. De

acordo com a argumentação apresentada pela ABRAED, no que se refere ao artigo 1º, inciso IV, é por meio da livre iniciativa que se faz possível a projeção da personalidade humana no trabalho, cabendo ao Estado o dever de assegurar a opção de cada um. Ademais, alega que o Estado deve desempenhar papel secundário frente à ordem econômica, de modo que não reprima a liberdade de iniciativa particular, mas sim a incentive, a fim de que, dessa forma, se garanta a proteção dos direitos essenciais de cada indivíduo.

Analogamente, a associação ressaltou o inciso XIII do artigo 5º que assevera quanto à garantia da inviolabilidade do direito à liberdade para realizar qualquer tipo de trabalho, sob a alegação de que "é na escolha do trabalho que o homem vai impregnar mais profundamente a sua personalidade" (p. 17, petição inicial). Por fim, argumenta que o artigo 170, caput, inciso IV, parágrafo único, elenca que a livre concorrência é um dos preceitos fundamentais da ordem econômica, de maneira que, por meio da arguição nº 46, almeja-se manter a "saudável livre concorrência no ramo da distribuição" (p. 18, petição inicial) para que não se faça necessária a demissão de "todo o contingente de trabalhadores" (p. 19, petição inicial) que as empresas associadas mantêm empregados.

A fim de legitimar a proposição dessa arguição, a ABRAED estabelece uma correlação entre os preceitos fundamentais violados e os objetivos sociais que, segundo ela, norteiam a atuação das empresas associadas. Desse modo, a arguente alega que o funcionamento das empresas mantém cerca de um milhão e duzentos mil postos de trabalho, além de que elas geram e recolhem impostos, os quais movimentam as atividades públicas do país – conforme informação presente na petição inicial da ADPF nº 46. Além disso, a argumentação ressalta a ineficiência dos serviços prestados pela ECT em comparação aos serviços das empresas pertencentes a essa entidade de classe, uma vez que as empresas associadas prestam bons serviços, com preços competitivos, geram empregos e pagam regularmente os impostos.

O ministro Marco Aurélio Mello julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental sob a alegação de que a interpretação feita pelo Supremo Tribunal Federal tem como finalidade conferir maior eficácia à Constituição Federal, preconizando a realização dos preceitos constitucionais de maneira dialética entre a norma e a realidade, a fim de que se acompanhem as mudanças vivenciadas pela sociedade. Asseverou, ainda, que a livre concorrência deve corresponder à garantia inerente ao Estado Democrático de Direito, de maneira que a atuação do STF considere não apenas o passado, mas, acima de tudo, almeje obter melhores perspectivas de futuro. O ministro destacou também a incapacidade e

a ineficiência empresarial do Estado brasileiro, o qual detinha monopólio dos serviços de distribuição devido à inexistência de empresas privadas dotadas de capacidade técnica para realizar a função. Se hoje elas existem, complementa o ministro, não haveria mais motivos plausíveis para manter o monopólio desse tipo de serviço, uma vez que o monopólio vai de encontro ao dinamismo e à inovação tecnológica necessários ao pleno crescimento econômico do país. O ministro argumenta, ainda, que há sucessivas emendas desestatizantes na Constituição Federal de 1988 criadas com intuito de por fim aos gravíssimos efeitos de um setor público ineficaz. Assevera, por fim, a necessidade de se solucionar a ineficiência estatal através de meios políticos, tal como a arguição em questão, para que se extirpe o patrimonialismo ainda presente no Brasil, haja vista que a defesa de privilégios corporativos não pode ser disfarçada de nacionalismo.

O ministro Eros Grau, por sua vez, julgou a ação totalmente improcedente, alegando que serviço postal é serviço público, não atividade econômica, tal como alegado pela ABRAED. Segundo ele, "o serviço público está para o Estado assim como a atividade econômica está para a iniciativa privada" (p. 68 Acórdão). À vista disso, a interpretação do direito deve se adequar à realidade nacional, que, segundo Eros Grau:

> [...] evidencia que nossos conflitos são trágicos. A sociedade civil não é capaz de solucionar esses conflitos. Não basta, portanto, a atuação meramente subsidiária do Estado. No Brasil, hoje, aqui e agora – vigente uma Constituição que diz quais são os fundamentos do Brasil e, no artigo 3º, define os objetivos do Brasil (porque quando o artigo 3º fala da República Federativa do Brasil, está dizendo que ao Brasil incumbe construir uma sociedade livre, justa e solidária) – vigentes os artigos 1º e 3º da Constituição, exige-se, muito ao contrário do que propõe o voto do Ministro relator, um Estado forte, vigoroso, capaz de assegurar a todos existência digna. A proposta de substituição do Estado pela sociedade civil, vale dizer, pelo mercado, é incompatível com a Constituição do Brasil e certamente não nos conduzirá a um bom destino.

Nota-se, pois, que o ministro se manifesta favoravelmente à manutenção da exclusividade na prestação de serviços de distribuição por uma empresa pública federal, a ECT, visto que somente através da atuação de um Estado forte se faz possível a seguridade da existência digna a todos os brasileiros.

Acompanhando o posicionamento do ministro Eros Grau, o ministro Joaquim Barbosa também julgou a ADPF nº 46 como totalmente improcedente. Argumentou que os serviços de distribuição são serviços públicos e, por isso, as atividades responsáveis pela sua

execução devem ser norteadas por princípios que regem o serviço público, tais como o interesse público, a igualdade, a universalidade, a impessoalidade e a continuidade. As empresas associadas, assim, segundo o ministro, apenas gostariam de atuar no setor mais lucrativo e de maior interesse econômico, em detrimento da prestação de serviços igualitários e acessíveis a todos os cidadãos. Posto isso, completa, o serviço postal seria de interesse coletivo e não poderia ficar à mercê dos humores do mercado, motivado por interesses puramente privados e econômicos (p. 83-84 Acórdão). Ademais, o ministro frisou que qualquer extensão da prestação dos serviços de distribuição a particulares deve ser feita pelo Poder Legislativo, não pelo Judiciário.

O Ministro Carlos Ayres Britto, por sua vez, julgou a arguição como parcialmente improcedente. Tendo em vista que, a seu ver, serviço de distribuição é serviço público, asseverou ser uma atividade "insusceptível de exercício privado" (p. 89 Acórdão), o que se deve às especificidades que detém tal atividade: cabe ao serviço postal assegurar a inviolabilidade da comunicação privada, a integração nacional e garantir a todos o acesso à comunicação. Diante disso, ressaltou que tanto a "titularidade, quanto a protagonização dessa atividade" são de competência do setor público federal. Carlos Ayres Britto, contudo, destacou que a presente arguição é procedente em parte, haja vista que não cabe o privilégio do monopólio em correspondência mercantil ou comercial.

O ministro Cezar Peluso também se posicionou julgando a ação como totalmente improcedente por considerar serviço de distribuição um serviço público, o que inviabiliza a argumentação da ABRAED, segundo a qual a disposição da Lei nº 6.538 configura a existência de monopólio, ferindo o princípio da livre-iniciativa. Já o ministro Gilmar Mendes destacou que o legislador, representando as atribuições do Poder Legislativo, dispõe da competência para conferir nova configuração ao dispositivo Legal questionado, mas não o Supremo. O ministro considerou também como improcedente a arguição nº 46, todavia, relativizando a criminalização de quem fere o monopólio, sob a alegação de que não identifica uma violação clara do princípio da reserva estrita.

A ministra Ellen Gracie julgou a ação como totalmente improcedente, sob a alegação de que a ABRAED disfarçou os objetivos das empresas associadas ao configurar lesão a princípio constitucional fundamental, visto que as associadas têm o interesse de ficar com a parte menos penosa e mais lucrativa dos serviços de distribuição – o que configura um grave desvirtuamento do "nobre instituto da ADPF" (p. 99. Acórdão). Asseverou a ministra que

serviço de distribuição é serviço público e, por não consistir em atividade econômica em sentido estrito, a ele não se aplicariam os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa.

O ministro Menezes Direito não se manifestou, pois se declarou suspeito. Já a ministra Carmen Lucia acompanhou a divergência, julgando improcedente a ação por considerar que o serviço postal é de competência do serviço público. Assim, segundo a ministra, os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência não são violados, uma vez que, por se tratar de serviço público, o regime jurídico é diferenciado.

O ministro Ricardo Lewandowiski, diferentemente, considerou a ação como parcialmente procedente, pois considera que a configuração de monopólio somente se aplica a correspondências pessoais. Diante disso, entregas de talões de cheque, de encomendas, brindes, documentos, revistas e jornais, entre outros, não devem estar inseridas no monopólio estatal. Isso porque a livre-iniciativa – por ser um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito – "deve servir de baliza para todos os outros dispositivos da Constituição, inclusive àqueles de competência da União".

2. Associações de funcionários públicos: análise da ADPF 97

A ADPF 97, mobilizada pela Associação Nacional dos Procuradores dos Estados (ANAPE), fora ajuizada no Pará, com entrada no STF em 11 de julho de 2006, tendo como relatora a ministra Rosa Weber. O dispositivo legal questionado pela requerente da arguição foi o artigo 65 da Lei Complementar número 22 do Estado do Pará, sancionada no ano de 1994, segundo o qual: "o vencimento básico do delegado de Polícia Civil será fixado com diferença não superior a 005% (cinco por cento) de uma classe para outra de carreira, correspondendo a de maior nível o vencimento de Procurador do Estado de último nível, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

A argumentação da ANAPE respalda-se nos artigos 37, inciso XIII, e 39, §1º, I, II e III da Constituição da República, com a redação da Emenda Constitucional número 19, de 1998. Segundo os dizeres do artigo 37: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". O inciso XIII do artigo acima citado ressalta que: "é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público".

Tendo em vista a presença de decisão final, notou-se certa particularidade no tocante ao pronunciamento dos ministros do STF ao analisar a ação, de modo que houve divergências significativas entre eles. Assim, a ministra Rosa Weber ressaltou que "o potencial engessamento remuneratório decorrente do atrelamento de outra categoria a dos Procuradores do Estado do Pará evidencia o interesse da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados em combater o que entende configurar afronta à própria norma constitucional" (ACÓRDÃO, p. 4).

Já o ministro Marco Aurélio de Mello destacou que a lei estadual não disciplina a remuneração dos Procuradores do Estado, mas sim a remuneração dos delegados de polícia, o que inviabiliza o reconhecimento do interesse de agir da ANAPE necessário para afastar ou reparar suposta lesão a preceito fundamental, tal como disposto na lei que rege o dispositivo da ADPF. Afirmou, portanto, que inexistiria interesse de agir da ANAPE. Posto isso, o ministro indagou em que ponto os interesses da categoria profissional congregada pela ANAPE estariam sendo abarcados por essa lei do Estado do Pará, a qual versa apenas acerca da remuneração dos delegados de polícia. Posto isso, o ministro Marco Aurélio conclui que processo deveria ser encerrado sem julgamento da matéria de fundo.

O ministro Gilmar Mendes, por sua vez, manifestou-se contrário ao ministro Marco Aurélio no tocante à matéria da presente arguição. Desse modo, seu entendimento assevera que, por se tratar de um processo de feição objetiva, há interesse público no controle de constitucionalidade a partir do momento em que a requerente é uma entidade de âmbito nacional. Assim, o ministro Gilmar Mendes frisou que não se faria necessário tratar o interesse jurídico tal como se faz na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), de modo que se basta o presente interesse público no controle concentrado de constitucionalidade das leis.

O ministro Luis Roberto Barroso apresentou-se em dúvida quanto à legitimação universal que supostamente deteria a Associação Nacional dos Procuradores do Estado, conforme asseverado pelo ministro Gilmar Mendes. Entretanto, destacou que não haveria dúvidas de que existiria pertinência temática na medida em que "ser paradigma para majoração de vencimentos de outra categoria, evidentemente é um peso para a categoria paradigma, porque uma majoração, por exemplo, de vencimentos que beneficiaria cem, duzentos, trezentos, se você atrela a outra carreira passam a ser mil e duzentos e, aí, é muito mais difícil de conseguir" (ACÓRDÃO, p. 39).

O ministro Ricardo Lewandowski coadunou com o posicionamento do ministro Marco Aurélio, destacando haver certo alargamento do conceito de preceito fundamental.

Contudo, acompanhou integralmente a decisão de preservar a pertinência temática e não extinguir a ação sem julgamento de mérito.

3. Associações de trabalhadores: análise da ADPF 14

A ADPF número 14, mobilizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário, Aéreo, na Pesca e nos Portos (CONTIMAF), teve entrada no STF em 23 de abril de 2001 e apresentou como relatora a ministra Cármen Lúcia. O dispositivo Legal questionado pela requerente desta arguição refere-se aos artigos 1º do Decreto número 3.721, sancionado em 8 de janeiro de 2001, o qual confere nova redação ao inciso II, artigo 20 e incisos IV e V do artigo 31 do Decreto número 81.240, de 20 de janeiro de 1978, segundo os quais se restringem os direitos de percepção de complemento de aposentadoria de entidades fechadas de previdência. Desse modo, o decreto impugnado estabelece novos parâmetros para o antigo direito à complementação de proventos oriundos de entidades fechadas de aposentadoria.

A autora da arguição alega que o dispositivo legal questionado comete lesões aos artigos: 5º, inciso II; 6º; 10; 37, caput; 84, inciso IV; 170, caput; 174, caput; 192, caput e inciso II; 202, caput e §§ 4º, 5º e 6º, inciso II, todos referentes ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988.

Logo, tendo como base lesões às disposições sobre a previdência (conforme dispõe o artigo 202, parágrafos 4 e 6), à competência do presidente da república no tocante à expedição de decreto para a fiel execução da lei (tal como disposto no artigo 84), à reserva legal somente em virtude de lei (conforme expresso no artigo 5º, inciso II), ao direito à saúde e à previdência social (artigo 6º), ao direito referente à presença de trabalhadores e empregadores para a deliberação de e sobre seus direitos (como elencado no artigo 10), assim como à vista das lesões acarretadas aos preceitos organizadores da ordem econômica (conforme artigos 170, 174 e 192, inciso II), a CONTIMAF argumenta que, independentemente de qualquer razão, não competiria ao Estado qualquer direito de gestão nos serviços prestados pelas entidades de aposentadoria complementar, porque a Constituição de 1988 não lhe outorga a titularidade de tais direitos, mas sim confere legitimidade à iniciativa de particulares.

A decisão dessa arguição definiu-se prejudicada em vista da perda de objeto jurídico, uma vez que o decreto questionado pela requerente da ação fora revogado mediante a chegada de novo decreto regulador da previdência privada.

4. Associações de profissionais liberais: análise da ADPF 112

A ADPF número 112, mobilizada pela Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (CONFAEAB), teve entrada no STF em 29 de maio de 2007 e apresentou como relator o ministro Joaquim Barbosa. O dispositivo legal questionado pela requerente dessa ação refere-se ao Decreto número 4.560, sancionado em 2002, o qual altera o Decreto número 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei número 5.524, de 5 de novembro de 1968, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

A associação CONFAEAB alega que o Decreto número 4.560 viola os seguintes preceitos constitucionais considerados por ela como fundamentais: artigo 2º; artigo 22, inciso XVI; artigo 44, caput; e artigo 84, inciso IV – todos os quais versam sobre a separação dos poderes. Alega também que o dispositivo legal questionado viola o artigo que discorre acerca do direito ao livre e correto exercício da profissão, a saber: artigo 5º, inciso XIII. Além disso, a requerente destaca que os artigos 225 e 170, inciso VI – os quais dispõem sobre a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – são violados pelo Decreto acima citado. Por fim, os artigos 5º, inciso XXXII, e o artigo 170, inciso V – que versam a respeito da proteção aos consumidores – bem como os artigos 6º, 5º, caput, e 196, todos os quais discorrem sobre a proteção à saúde e à segurança, seriam igualmente violados pelo dispositivo Legal questionado.

No decurso da argumentação apresentada na petição inicial da arguição, a CONFAEAB destaca que o Decreto número 4.560, ao regulamentar que funções próprias de engenheiros agrônomos sejam executadas por técnicos de nível médio, confere competência a profissionais não capacitados, haja vista que as atribuições concernentes aos engenheiros agrônomos exigem um elevado nível de apreensão científica, o que somente se obtém através de formação superior (p. 11 da petição inicial).

A associação requerente da ADPF 112 assevera que o conteúdo da presente arguição não se restringe a interesse próprio de sua categoria, mas sim diz respeito a toda a coletividade. Isso porque, segundo a CONFAEAB, a realização de atividades e a execução de funções sem a devida formação acadêmica maculam uma gama de direitos individuais e subjetivos da coletividade no que tange aos consumidores, à saúde, ao meio ambiente e à segurança. Nesse ponto, nota-se o recurso estratégico aos direitos difusos e coletivos como forma de legitimar a proposição da ação.

A fim de exemplificar que os técnicos agrícolas de nível médio não dispõem de qualificação suficiente para o exercício de funções e competências dispostas no Decreto questionado, a CONFAEAB estabelece analogia entre a profissão de engenheiro agrícola e a de médico. Diante disso, a função do engenheiro agrônomo consiste em ser "médico" do meio ambiente. Ressalta, ademais, que eles seriam os menos prejudicados em vista de todo o ônus imputado à sociedade em decorrência da realização de suas funções por profissionais não capacitados formalmente.

Conclusão

Quando a pesquisa teve início, imaginamos que a opção pelas ADPFs nos levaria a ações que mobilizassem princípios jurídicos abstratos. Contudo, regras bastante específicas, como a proibição de vinculação ao salário mínimo ou regras de competência legislativa foram constantemente utilizadas. Também era esperada a mobilização de uma suposta vontade coletiva como força motriz das arguições, o que foi observado algumas vezes, mas não apareceu exatamente como regra.

Contudo, três tendências aparecem nitidamente nas análises retratadas anteriormente. Primeiramente, a busca pela concretização de interesses próprios das associações, apresentando-se como titulares de uma vontade coletiva que transcende sua própria categoria – ADPFs 46 e 112 – ou não – ADPFs 97 e 14. Em segundo lugar, a disputa por recursos públicos escassos também teve destaque e apareceu com nitidez nas ADPFs 97 e 112. Por fim, a construção de uma narrativa de liberdade perante um poder público controlador deu o tom das ADPFs 46 e 14. Tais tendências foram observadas também em outras ações pesquisadas, mas cujas análises não foram contempladas pelo presente artigo.

As ações analisadas também representam bem o paradoxo identificado por Rogério Bastos Arantes (2013) na exigência de que as associações de classe proponham ações de controle de constitucionalidade dotadas de "pertinência temática" – isto é, com tema que lhe diga respeito diretamente. Como apelar a um direito constitucional fundamental e que, portanto, é de interesse geral, partindo de uma demanda precipuamente particularista? Em alguns casos, as associações conseguem realizar tal alquimia, representando seu interesse específico como interesse geral. Contudo, em outros casos, o que aparece é uma mera disputa

por preservar uma zona de liberdade não restringível por diretrizes políticas ou por outras categorias profissionais em busca de equiparação funcional.

Interessante notar que nas ADPFs que apresentaram decisão final ou pedido de liminar houve divergências nas decisões dos ministros, os quais se mostraram mais desconfiados da argumentação apresentada pelas associações de empresários que buscavam se apresentar como porta-vozes da sociedade em geral, do que, por exemplo, pelas associações de funcionários públicos que trilhavam o mesmo caminho. Nesse sentido, pode-se rememorar o pronunciamento da ministra Carmen Lúcia na ADPF 46, quando assevera que houve disfarce dos objetivos das empresas ao configurar lesão a princípio constitucional fundamental sob o propósito de realizar interesse próprio da categoria.

Contudo, uma questão continua em aberto: os motivos pelos quais as associações recorrem ao Judiciário como alternativa à concretização de interesses da categoria precisam ser mais claramente compreendidos, uma vez que o fator celeridade não é definidor desse Poder, haja vista a morosidade apresentada durante o processo de julgamento das ações selecionadas, como as datas de mobilização junto ao STF e seu julgamento apontam. À vista da perda da eficácia jurídica em decorrência da promulgação de dispositivo legal pelo Legislativo Federal, o que culminou na perda de validade do dispositivo questionado pela arguição de número 14, depreende-se a hipótese de que a mobilização do controle de constitucionalidade consistiria em mais uma via dentre tantas outras utilizadas pelas associações de classe com a finalidade de efetivar a concretização de interesses particularistas. Tal hipótese, no entanto, carece de dados para sua confirmação.

Referências

ARANTES, Rogério Bastos. Cortes Constitucionais In: AVRITZER, Leonardo *et al*. **Dimensões políticas da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MOTTA, Luiz Eduardo; MOTA, Maurício (org.) **O Estado Democrático de Direito em Questão:** teorias críticas da judicialização da política. São Paulo: Elsevier, 2011.

POGREBINSCHI, Thamy. **Judicialização ou representação?** Política, direito e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palácios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

A BASE SOCIAL; A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA; INCORPORAÇÃO-EXCLUSÃO: UMA EXPERIÊNCIA POPULISTA NO ESPÍRITO SANTO?

Jefferson Ferreira Alvarenga
UFES

Resumo: O debate sobre o populismo no Brasil ainda está longe de se esgotar. São diversos intelectuais que ainda tentam demonstrar a existência, ou não, do populismo na política brasileira. Em busca de respostas sobre o tema, esse artigo pretende analisar uma realidade sociopolítica pouco compreendida e ainda vista como uma periferia do Brasil. Trata-se do estado do Espírito Santo. Propomos estudar este Estado seguindo as diretrizes de um novo conceito de populismo[1] elaborado por María Moria Mackinnon e Mario Alberto Petrone[2]. Dessa forma, consideraremos as seguintes categorias analíticas: a base social, a ampliação da cidadania e incorporação ou a exclusão de segmentos sociais. Nesse sentido, coloca-se a seguinte hipótese: será que houve uma experiência populista no Espírito Santo? Considerando essas categorias de análise, nosso recorte temporal refere-se ao estado do Espírito Santo entre 1959-1966, nos governos de Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar.

Palavras-chave: política; história; Espírito Santo.

Abstract: The debate about populism in Brazil is still far from being exhausted. There are many intellectuals who still try to demonstrate the existence of populism in Brazilian politics, although there are some others who still try to demonstrate the non-existence of such populism. In search of answers about this subject this article analyzes a sociopolitical reality poorly understood and still seen as a periphery of Brazil: the State of Espírito Santo. In fact, we propose to study the Brazilian State of Espírito Santo following the guidelines of a new concept of populism developed by María Moria Mackinnon and Mario Alberto Petrone. Thus, we will consider the following analytical categories: the social base, the expansion of citizenship and the incorporation or exclusion of social groups. In this way, there is the following hypothesis: was there a populist experience in the State of Espírito Santo? Considering these categories of analysis, the analyzed period refers to The State of Espírito Santo between 1959-1966, having Lindenberg and Francisco Lacerda de Aguiar been governors of the state.

Keywords: politics; history; Espírito Santo.

1. A base social; a ampliação da cidadania; incorporação-exclusão

O governo de Carlos Lindenberg[3] se consolidou entre os anos de 1959-1962, momento em que o estado sofria intensas transformações capitalistas, bem como o problema social das migrações campo-cidade, o qual trazia inúmeros migrantes das áreas rurais para

[1] María Moria Mackinnon e Mario Alberto Petrone, no trabalho *Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la cenicienta* compreendem que se devem utilizar três unidades analíticas mínimas para o uso do conceito: a) a crise como condição de emergência; b) a experiência da participação como sustento da mobilização popular; c) o caráter ambíguo dos movimentos populistas. Além disso, situam outras unidades a serem utilizadas como: a base social; a ampliação da cidadania; incorporação-exclusão dos segmentos populares na experiência populista.
[2] MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en América Latina*: El problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
[3] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg é descendente da família mais influente da Primeira República e tornou-se uma liderança política importante do estado do Espírito Santo.

os centros urbanos. Tais mudanças refletiram no modo de fazer política, uma vez que o voto popular precisava ser conquistado e não aliciado. Para isso, Carlos Lindenberg criou bases para a participação popular, por meio dos subdiretórios partidários instituídos nos bairros e municípios da Grande Vitória, como também nos municípios do interior. Esses subdiretórios criaram um canal de ligação entre o líder e as massas populares. Dessa maneira, foi possível para aquela liderança criar uma base de sustentação bastante heterogênea. Com a crise do café, aliada às migrações campo-cidade, foi possível ampliar a participação de novos atores sociais no campo político do Espírito Santo. Além disso, o projeto de industrialização revitalizado por Carlos Lindenberg permitiu a inserção de novos atores sociopolíticos identificados com as reivindicações capitalistas, porém Lindenberg continuava recebendo apoio das elites cafeeiras por causa da crise que afetava extremante essa monocultura.

A fundação dos subdiretórios nos bairros da Grande Vitória e no interior sempre era veiculada pelo jornal *A Gazeta*. Geralmente havia a presença de uma grande massa popular e o jornal sempre dizia que o povo tinha uma intensa confiança no trabalho que Carlos Lindenberg desempenhava. Com certeza, Lindenberg era uma liderança cuja imagem se sobrepunha ao próprio partido. Embora Jones dos Santos Neves[4] também fosse uma importante liderança política, Carlos Lindenberg passava ao povo um sentimento carismático e uma proximidade aos anseios populares. Na visão popular, a presença de Carlos Lindenberg na fundação desses subdiretórios representava uma confiança maior no partido, bem como no seu planejamento governamental.

Em seu discurso político, Lindenberg sempre enfatizava o problema do café. Dessa maneira, colocava-se como defensor do cafeicultor, na mesma proporção em que também defendia os interesses do operariado e das massas populares. Na formação do subdiretório nos bairros, o Partido Social Democrático (PSD) geralmente oferecia condução gratuita para os habitantes dos bairros vizinhos ou longínquos. Assim, os integrantes do PSD conseguiam agregar um contingente de massa popular em suas festividades políticas. Como Lacerda de

[4] Jones dos Santos Neves nasceu em 29 de dezembro de 1901. "Era filho do Dr. João dos Santos Neves e de D. Albina da Silva Neves. Casou-se com D. Alda Hithchings Magalhães Neves, com quem teve dois filhos: Jones Filho e Joel (ambos engenheiros), e uma filha: Terezinha Neves Leal. [...] Fez o primário na Escola Modelo e Liceu Filomático, em Vitória; o curso médio, no Ginásio São Vicente de Paulo e Ginásio do Espírito Santo; e o superior, na Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro". Foi interventor federal no Espírito Santo (1943-45), senador da República (1947-50) e governador do estado (1951-55). Faleceu em Vitória em 20 de dezembro de 1973 (ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg*: Um Estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 198).

Aguiar[5], Carlos Lindenberg também pronunciava para as massas populares, do campo e da cidade, que seu governo era a favor de "[...] trabalharem por uma política de entendimento, de paz e de união [...]"[6]. Também defendia uma proposta de desenvolvimento econômico, era a favor da cafeicultura e da moralização da máquina pública.

Em virtude da liderança de Lindenberg no PSD foi possível unir os interesses das populações do campo e da cidade. Isso implicou um êxito do partido e levou-o a formar subdiretórios e uma base social nessas duas áreas. Lindenberg, como uma liderança política, vivenciou oito anos no cargo de senador da República. Ele entendia as mudanças que ocorriam no eleitorado brasileiro e capixaba. Aliás, compreendeu que a vitória de Lacerda de Aguiar estava relacionada a mudanças macroestruturais, por isso modificou suas práticas políticas, buscou ampliar sua base social de sustentação de poder com a população rural e urbana, mas não deixou o apoio das elites cafeeiras de lado.

Se, por um lado Lindenberg promoveu um projeto de desenvolvimento capitalista, por outro lado a modernização do campo implicou efeitos desastrosos para o pequeno produtor rural; muitos deles saíram da área rural para a área urbana, o que levou essa população aos morros.

Carlos Lindenberg, quando esteve à frente da direção do Estado, continuou a ampliação de sua base social. Por várias vezes, reuniu-se com os líderes sindicais e, em uma ocasião, alguns desses líderes solicitaram ao governador do Estado um terreno para a construção do Palácio dos Sindicatos[7]. Em outra ocasião, foi comemorado o dia do trabalhador com sessões cinematográficas gratuitas ao operariado, como se evidencia em ofício enviado em 8 de maio de 1959, pelo governador Lindenberg a José Carêta, do Cine Hollywood - Jardim América:

> [...] Senhor,
>
> Tenho a satisfação de vir à presença de Vossa Senhoria para agradecer-lhe a valiosa cooperação para as comemorações do dia do trabalho, fazendo realizar, em seu cinema, gratuitamente, sessões cinematográficas dedicadas aos trabalhadores e suas digníssimas famílias [...][8].

[5] Cf. ALMEIDA, A. Op. cit., p. 367, nota 4. O autor esclarece: [...] Carlos foi o responsável pela entrada de Francisco Lacerda de Aguiar nas eleições partidárias. Em 1945, Aguiar foi prefeito de Guaçuí, indicado por João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra. Nas eleições de 1947, foi eleito prefeito e, em 1950, deputado federal pelo PSD, a convite de Carlos, que evoca o fato: "Ele era fazendeiro em Guaçuí, muito bem apessoado, com muito boa conversa. Então achei que ele seria um bom deputado federal, como realmente foi [...].

[6] "PSD reafirma-se em Linhares com entusiasmo e disposição num clima de civismo e harmonia. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 24 dez. 1957".

[7] "Líderes sindicais reúnem-se com o governador Lindenberg. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 30 set. 1959".

[8] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959, caixa: 622.

Perseguindo seu objetivo, Lindenberg ampliava sua base social de apoio por meio de convites aos grupos sociais mais humildes para que pudessem verificar as ações do governo estadual. Em um ofício enviado a Nicamor Alves dos Santos (presidente do Clube Caxias de Futebol), há a seguinte mensagem:

> [...] Senhor Presidente,
>
> Estando minha administração empenhada na promoção de obras que refletiam o verdadeiro sentido de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, venho recomendando que se proporcionem visitas a todas as classes sociais do Estado, para que se ramifique na opinião pública o verdadeiro rumo ordenado aos propósitos do atual governo, cuja a [sic] principal determinação é somar os fatores positivos do nosso cobiçado progresso.
>
> Seguindo esse pensamento, apraz-me formular convite a essa agremiação esportiva para visitar, a despesas deste gabinete, a usina hidrelétrica de Suíça, deixando a V.S. a marcar a data que melhor lhe convier, pedindo-lhe, apenas, que a mesma recaia invariavelmente num domingo, comunicando-me com antecedência, o dia escolhido [...][9].

A cidadania tornou-se um parâmetro diferenciador nas experiências populistas, pois o apoio das bases sociais só se concretiza mediante a expansão do acesso à cidadania. Getúlio Vargas ampliava a cidadania dos sindicatos por meio de assistência social aos participantes dessas instituições. Decerto, esse não é o caso de um estado como o Espírito Santo. A ampliação da cidadania nos governos estaduais veio junto às políticas públicas, não só para a população urbana como também para a população rural.

Na área rural, Carlos Lindenberg ampliou o acesso à educação pública[10], colocando mais 507 docentes de emergência. Também construiu mais 94 prédios de escolas rurais, com

[9] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Carlos Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 637.

[10] Cf. ALMEIDA, A. Op. cit., p. 416, nota 4: Segundo o depoimento de Carlos Lindenberg: [...] – Bolívar de Abreu reorganizou todo o ensino. Havia uma grande demanda de escolas e ele preparou um grande programa de escolas feitas pela comunidade com auxílio do estado, para que as pessoas do povo sentissem que as escolas eram propriedade sua e as conservassem melhor. Fizemos 450 escolas assim, numa espécie de mutirão, onde todos tomavam parte na construção. Na inauguração, nós íamos lá e fazíamos uma festa muito grande. Conscientizávamos a população de que a escola era dela e devia conservá-la. Assim conseguimos um número muito grande de escolas isoladas para atender à gente do interior. Teve uma professora numa fazenda de Guaçuí que assumiu ela mesma a construção da escola. Era uma beleza de escola, sempre muito bem tratada, florida. Não me recordo o nome da professora, só sei que ela não quis auxílio algum do estado. O pai dela é que construiu a escola para ela na fazenda. Inauguramos também o Colégio Estadual no Forte de São João. Bolívar teve de legalizar também a situação de professores assistentes e contratados, isso levou tempo, foi um trabalho enorme que ele fez.

106 salas de aulas[11], possibilitou curso para professores primários no interior do estado[12], realizou concursos de professores de ensino secundário[13], criou novos cursos supletivos e fez funcionar 200 cursos da campanha nacional de educação de adultos e adolescentes. Igualmente, o governador procurou construir prédios escolares na área urbana.

Esse acesso à educação, em especial nas áreas rurais, significou um processo de ampliação da cidadania daqueles que estavam longe do processo de informação e formação. Os municípios que receberam tais serviços educacionais foram: Anchieta, Ibiraçu, Vila Velha, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Cachoeiro de Itapemirim, São José do Calçado e Itapemirim, Guarapari, Cariacica, Jerônimo Monteiro, Aracruz, Colatina, etc. Em 1961, o jornal A Gazeta, de 18 de janeiro, veiculava a informação de haver 125 escolas inauguradas[14]. De acordo com a mensagem enviada a Assembleia Legislativa, de 1961, foram criadas 1600 novas escolas e classes a partir daquele ano, à razão de duzentas anualmente, elevando o número de cargos de professores de ensino primário a 150 por ano durante 8 anos e também 400 funções dos docentes de emergência normalistas, a razão de 50 por ano[15]. Os municípios beneficiados foram: Aracruz, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Guaçuí, Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Conceição da Barra, Guarapari, Linhares, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Aracruz, Barra de São Francisco, Castelo, Colatina, Ecoporanga, Ibiraçu, Jerônimo Monteiro, Santa Tereza, São Mateus, Barra de São Francisco, Itaguaçu e Linhares[16].

---

[11] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962. Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1961, p. 114.

[12] Realização do curso de atualização de conhecimentos para professores primários, em Vitória, com 119 cursistas. Realização do curso para professores de 1° série, em Mimoso do Sul, com 117 cursistas, realização do curso de desenho pedagógico em Vitória, com 105 cursistas. Realização de nove cursos para docentes de emergência, funcionando em diversas localidades: Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Colatina, Conceição da Barra, Iúna, Linhares, Nova Venécia, São Mateus e Vitória, 375 cursistas (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1960, p. 221-222).

[13] Cientificado pelo secretário Bolívar de Abreu quanto aos resultados obtidos pelo governo, no que tange às construções escolares, de cujo programa o instituto que dirige participa destacadamente, o professor Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, mostrou-se profundamente entusiasmado com o que o Governo capixaba vem realizando nesse campo. O diretor do INEP teve palavras de calorosos elogios ao trabalho do secretário Bolívar de Abreu, chegando mesmo a dizer que é um dos mais importantes dos já realizados no Brasil. Disse ainda de seu desejo de que o Secretário fosse levar pessoalmente, ao Ministro da Educação, os resultados do notável programa de cuja aplicação, já tivera conhecimento aquela autoridade ("Entusiasmado o diretor do INEP com o programa de construções escolares do governo Lindenberg. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 6 nov. 1960").

[14] "Erradicando o analfabetismo: governo inaugurou 125 escolas. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 18 jan. 1961".

[15] Em 1961, foram criados: Classes - 31; Escolas singulares - 125; Grupos escolares- 1; Escolas reunidas - 8; Cursos supletivos - 13; Delegacia de ensino - 2. ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1961, p. 110.

[16] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador**

Outras formas de ampliação da cidadania foram: as instalações de serviço de água encanada e de sistema de esgoto, tanto na área rural quanto na área urbana[17], bem como a construção do hospital, em Domingos Martins; as construções de postos de saúde, a reforma do hospital "Dr. Pedro Fontes" e a construção do Hospital Infantil "Nossa Senhora da Glória". Essas iniciativas foram realizadas pelo Departamento Estadual de Saúde, lideradas por Carlos Lindenberg Von Schilgen[18]. Esse departamento ainda criou lavanderia para a população dos bairros pobres e implementou campanhas médicas para imunização das massas, como, por exemplo, a campanha contra a paralisia infantil e a poliomielite. Algumas dessas realizações foram feitas no ano de 1960:

> [...] 1 - Instalação de sete lactários, sendo 4 na área da capital e 3 respectivamente nas cidades de Colatina, Baixo Guandú e Guaçuí como armamento e combate à mortalidade infantil de causa alimentar;
> 2 - Instalação e funcionamento das unidades sanitárias de Vila Velha e Gurigica, na área da capital do Estado, e Imbuí, no município de Guaçuí;
> 3 - Instalação e funcionamento da farmácia e do ambulatório do Porto de Vitória;
> 4 - Instalação e funcionamento de um conjunto para fabricar anestésicos dentários;
> No setor hospitalar: início e andamento das obras do hospital de tuberculose na cidade de Colatina, com capacidade para 50 leitos; construção de dois ambulatórios para atendimentos de crianças no "hospital infantil Nossa Senhora da Glória" em Vitória; ampliação de serviços d'água em Iconha, Alfredo Chaves, Arari, Cedrolândia, Muquiçaba, Guarapari, São Rafael, Guarani, Barracão de Petrópolis, Santo Antônio, Morro do Bonfim, Vitória e Vila Velha; estudo e projeto de Serviços de Esgotos de Vitória, capital do Estado; intensificação da penetração do programa de merenda escolar em todos os quadrantes diários em 1959 a 44.800, contra 31.900 realizados em 1958 [...][19].

No ano de 1960, o departamento priorizou a assistência em profundidade ao homem do campo, visando a ampliar as duas funções básicas da saúde pública: doenças transmissíveis e

do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1961, p. 110-119.

[17] Fazendo uso da tribuna do legislativo municipal numa de suas últimas sessões, o vereador Arly Sebastião Baracho anunciou que o Sr. Carlito Von Schilgen, Diretor do Departamento Estadual de Saúde, está tomando decisivas providências para dotar vários bairros da Cidade de serviços d'água, citando especialmente o Morro do Moscoso (complementação), Morro da Piedade e Ilha de Santa Maria. Segundo o representante trabalhista na Câmara Municipal, o Diretor do DES, em reivindicação dirigida ao governador Carlos Lindenberg, a inclusão no orçamento de 62 (do Estado) da verba de 30 milhões de cruzeiros, a que foi prontamente atendido pelo Sr. Carlos Lindenberg que demonstrou estar vivamente interessado na solução do problema ("Para dar água aos bairros Carlito toma providências. **A Gazeta**, Vitória, p. 06, 14 nov. 1961"). Foram instalados sistema de água e esgoto nos municípios de Vitória, Cariacica, e Vila Velha (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960** [por] **Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1960, p. 449-503).

[18] C.f. ALMEIDA, A. Op. cit., p. 417, nota 4: No setor da Saúde, lembra Carlos, [...] "Carlito Von Schilgen fez um excelente trabalho, construindo diversos postos de Saúde" [...].

[19] ESPÍRITO SANTO. (Estado) Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1960, p. 237-238.

saneamento. Os municípios a que foram destinados os recursos: Barra de São Francisco, Ecoporanga, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra, Mucurici, Linhares, Aracruz, Serra, Fundão, Viana, Cariacica, Guarapari, Anchieta e Santa Leopoldina. Os serviços oferecidos foram: laboratório central; laboratório industrial; serviço de assistência médico-social; serviços de maternidade, infância e adolescência; serviço de assistência à saúde mental para psicopatas; serviço de Lepra; sanatório Pedro Fontes; serviço de biodemografia e estatística da saúde; serviço de tuberculose; serviço de câncer; campanha nacional de merenda escolar[20].

A eletrificação foi outro passo para a concretização da ampliação da cidadania. Ela foi levada ao campo para a modernização e, consequentemente, a oferta também se ampliou no mundo urbano, com as construções das usinas Rio Bonito e Suíça.

A habitação constituiu outro problema fundamental do governo estadual, já que as migrações campo-cidade resultaram em efeitos desastrosos para a questão social da habitação. Apesar de não haver um projeto para habitação, havia uma preocupação com esse problema, como segue no relato do ofício enviado em 10 de abril de 1962 a Américo Marques:

> [...] Senhor Superintendente,
>
> Tenho a máxima satisfação de acusar o expediente de Vossa Senhoria em que me encaminha a Drª. Adina Mera, com a qual vimos mantendo proveitoso contato visando a dar início à planificação do problema habitacional deste Estado, cuja iniciativa consulta realmente às pretensões das classes carentes de habitação, cada vez mais ascendentes em face do lamentável êxodo rural que vem desafiando os altos propósitos das autoridades interessadas em sua solução. Posso afirmar a Vossa Senhoria que o nosso espírito de colaboração há de atuar com todo empenho em favor do êxito do trabalho de que está incumbida a ilustre representante dessa superintendência, porquanto a constante preocupação deste governo é oferecer aos capixabas os verdadeiros elementos de progresso e bem estar [...][21].

O Instituto de Bem-Estar Social (IBES), implementado por Jones dos Santos Neves, de certo modo, cumpria esse papel de ampliar a cidadania por meio de construções para moradia de operários. Conforme um ofício enviado por Carlos Lindenberg ao Ministro do Trabalho e Assistência Social do governo de João Goulart, o IBES já tinha construído 1.000 casas populares que eram revendidas aos operários para pagamento em 240 meses[22]. O IBES não só construía

[20] ESPÍRITO SANTO. (Estado) Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada a Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1961 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1961, p. 131-132.
[21] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1962, caixa: 645.
[22] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e**

casas, mas também era responsável pela educação gratuita de moças pobres de bairros vizinhos, proporcionando-lhes ensino de artes domésticas, corte e costura, bordado e outros ensinamentos do lar. Mantinha também um clube agrícola para meninos. Sob uma orientação técnica, manteve ainda artesanato, no qual meninos de famílias de poucos recursos recebiam ensinamentos.

Outro benefício trazido pelo núcleo foi a distribuição de farta sopa de carne, verduras e legumes, acompanhada de pães, durante três dias alternados por semana. Mantinha ainda, gratuitamente, um serviço social[23].

Outra unidade conceitual que queremos analisar, neste artigo, é a incorporação-exclusão dos indivíduos. Em geral, os elementos inseridos no governo Carlos Lindenberg eram as elites cafeeiras, porém, aos poucos, ele introduziu os segmentos populares urbanos e rurais. Essa inclusão era feita, principalmente, pelos canais de participação, que eram os subdiretórios e também pelas políticas públicas, ou seja, com a ampliação da cidadania.

A inclusão desses setores mais empobrecidos não significou controle absoluto do líder sobre a massa. Ao contrário, em uma análise conceitual, podemos afirmar que a inclusão desses atores políticos pode significar mais exigências em relação aos benefícios sociais. Com certeza, o líder detém certo controle das massas na mesma proporção em que ele mesmo atende a exigências sociais. O governo de Carlos Lindenberg não estava somente voltado aos interesses das massas populares urbanas, mas também das massas populares rurais empobrecidas, por isso as realizações sociais seguiram para o campo e a cidade.

Quadro 1 - Demonstrativo das obras autorizadas, em andamento e concluídas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (1959-1962).

Obras	Munícipio	Natureza do Serviço	Obras	Munícipio	Natureza do Serviço
Grupo escolar "Cel. Xavier"	Jerônimo Monteiro	Reconstrução	Preventório Gustavo Capanema	Não informado	Não informado
Escola singular de Princesa	Rio Novo do Sul	Reforma	Grupo escolar Irmã Maria Horta	Não informado	Não informado
Escola rural do "Campinho"	Iconha	Reparos	Posto de Saúde Gurigica	Vitória	Não informado
Cadeia pública	Barra de São Francisco	Reforma	Parque Infantil Ernestina Pessoa	Não informado	Não informado

recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 640.
[23] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1961, caixa: 640.

Divisão de obras	Não informado	Não informado	Rádio Espírito Santo	Não informado	Não informado
Obra Social Santa Luiza	Não informado	Não informado	Assembleia Legislativa	Não informado	Não informado
Grupo escolar de Mulembá	Não informado	Não informado	Igrejinha de S. Francisco	Não informado	Não informado
Patronato das Roças Velhas	Não informado	Não informado	Secretaria de Governo	Não informado	Não informado
Secretaria de Viação e Obras Públicas	Não informado	Não informado	Divisão do Patrimônio	Não informado	Não informado
Grupo escolar de Maruípe	Não informado	Não informado	Faculdade de Odontologia	Não informado	Não informado
Grupo escolar de S. Francisco	Não informado	Não informado	Grupo escolar de S. Torquato	Não informado	Não informado
Entreposto Frigorífico	Não informado	Não informado	Secretaria do Interior	Não informado	Não informado
Garage do Estado	Não informado	Não informado	Parque Infantil de Santo Antônio	Não informado	Não informado
Tribunal de Justiça	Não informado	Não informado	P. Infantil da Praia Comprida	Não informado	Não informado
Delegacia de Argolas	Não informado	Não informado	Chefatura de Polícia	Não informado	Não informado
Grupo escolar Jardim América	Não informado	Não informado	Tribunal de Contas	Não informado	Não informado
Grupo escolar Alipia Fraga	Não informado	Não informado	G.E Adolfina Zamprogno	Não informado	Não informado
G.E. Professor Nunes - Baixo Guandú	Não informado	Não informado	Institutos dos cegos	Não informado	Não informado
Divisão do material;	Não informado	Não informado	Residência do governador - P. da Costa;	Não informado	Não informado

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construção**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959-60, caixa: 6; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Assuntos diversos: ofícios divisão de obras, reparos e executados pela SAVOP (1959)**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1957-61, caixa: 155; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ofícios recebidos pela SVOP EM 1962**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1940 a 1973, caixa: 121; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construções**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960-61, caixa: 07.

Continuação do Quadro 1 - Demonstrativo das obras autorizadas, em andamento e concluídas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (1959-1962).

Obras	Munícipio	Natureza do Serviço	Obras	Munícipio	Natureza do Serviço
Creche Menino de Jesus;	Não informado	Não informado	Centro de Saúde;	Não informado	Não informado
Sanatório	Não informado	Não informado	Grupo escolar de Paul;	Não informado	Não informado

Escola Singular de Sobreiro	Afonso Cláudio	Em execução	G. Escolar-Sede	Afonso Cláudio	Em execução
G.E Bernardino Monteiro	Cachoeiro de Itapemirim	Em execução	Escola Singular de Mangueira	Cachoeiro de Itapemirim	Em execução
Posto de Saúde (sede)	Castelo	Em execução	Escola Singular de Mangueira	Castelo	Em execução
Posto de Saúde (sede)	Iconha	Em execução	Posto de Saúde	Iúna	Em execução
Cadeia pública (sede)	Iúna	Em execução	G. E Bartovino Costa	Linhares	Concluído
Cadeia pública (sede)	Linhares	Em execução	Escola rural de S. Sebastião do Bananal	Linhares	Não informado
Escola de Bebedouro	Linhares	Concluído	Cadeia pública	Rio Novo do Sul	Não informado
Cadeia pública (sede)	Nova Venécia	Prosseguimento	Delegacia de polícia (sede)	Afonso Cláudio	Prosseguimento/ ampliação
Grupo escolar de Campinho	Não informado	Construção	Ginásio "João Bley" de Castelo	Castelo	Construção
Grupo escolar da Praia do Suá	Não informado	Construção	Ginásio de Muqui	Não informado	Reforma e Ampliação
Grupo escolar	Baixo Guandú	Construção e reforma	Grupo escolar "Padre Afonso Braz"	Iúna	Reforma e Ampliação
Ginásio de São Mateus	São Mateus	Ampliação e reforma	Ginásio de Castelo	Castelo	Construção
Grupo escolar de Campinho	Não informado	Construção	Cadeia pública	Cachoeiro de Itapemirim	Reforma
Cadeia de Jerônimo Monteiro Abastecimento de Água e taqueamento de uma das oficinas do "Patronato agrícola de Roças Velhas"	Jerônimo Monteiro Cariacica	Construção	G.E "Bodard Júnior" Cadeia pública	Rio Novo do Sul Anchieta	Reforma e ampliação Reforma
Escola rural	Morro da Penha	Construção	Cadeia pública	Jerônimo Monteiro	Construção

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construção**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1959-60, caixa: 6; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Assuntos diversos: ofícios divisão de obras, reparos e executados pela SAVOP (1959)**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1957-61, caixa: 155; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ofícios recebidos pela SVOP EM 1962**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1940 a 1973, caixa: 121; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1959-1962: Lindenberg). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Dossiês de projetos de construções**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1960-61, caixa: 07.

Como Carlos Lindenberg, Francisco Lacerda de Aguiar fundamentou sua base social na heterogeneidade dos diversos grupos sociais existentes no Espírito Santo, tanto da área rural quanto na urbana. Embora as elites cafeeiras fossem uma base social imprescindível

para as lideranças políticas que desejavam a direção do Estado, Lacerda de Aguiar também buscou formas de ampliar o apoio político por meio de outros grupos sociais, como as massas populares urbanas e rurais.

Desse modo, Lacerda de Aguiar não projetou a criação de subdiretórios, mas buscou, durante sua campanha eleitoral, uma relação de pessoalidade. Era muito natural que Lacerda de Aguiar percorresse os principais bairros populares da Grande Vitória, em especial os morros, e também as regiões onde se encontravam as populações rurais. Sua campanha era convidativa e Lacerda de Aguiar baseava sua ampliação da base social no carisma pessoal que tinha e no discurso de um governo de prosperidade, paz e amor.

Ainda que Francisco Lacerda de Aguiar não tenha desenvolvido grandes canais de participação popular, ele ampliou essa participação por intermédio da relação carismática do líder com as massas. Por isso, as audiências populares que ocorriam no Palácio Anchieta eram uma forma de o povo encontrar com seu líder, com o objetivo de pedir benefícios materiais. Geralmente a raia miúda era atendida durante um dia na semana, segundo o próprio governador: "[...] Era quinta-feira. Ficava de noite e atendia cerca de 400 pessoas [...]"[24]. A visita aos morros da Grande Vitória também ampliava a relação líder-massa, contudo não abria caminho aos canais de participação popular.

Essa relação próxima entre o líder e a massa, implicou que os benefícios materiais fossem obtidos também por meio de reivindicações de pequenos canais de participação, como as associações de moradores, e os abaixo-assinados. Entretanto essas formas de canais de participação não foram criadas pela liderança governamental. Em geral, aqueles pequenos canais eram as únicas formas de participação comunitária, nas quais a massa popular conseguia reivindicar os benefícios materiais, como segue no ofício:

> [...] Em atenção do ofício de Vossa Excelência n° 3005, datado de 14 de outubro último, através do qual encaminha a este gabinete cópia do abaixo-assinado que lhe foi dirigido pelos moradores de Mulembá, referente a ampliação do grupo escolar Mulembá, transmito-lhe em anexo a cópia da informação prestada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas [...][25].

De acordo com os documentos encontrados na Secretaria de Governo do Estado do Espírito Santo, parecem ser os abaixo-assinados dos moradores o canal de participação mais

[24] Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 3, p. 22-37, dez.1972.
[25] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 673.

eficiente para obtenção de benefícios materiais, salvo a existência dos sindicatos e das associações de moradores, que também parecem exercer um papel de pressão para a participação popular, como segue em outro ofício enviado em 24 de março de 1965, pelo governador, a Joaquim Fernando Filho:

> [...] Em nome do senhor governador acuso o recebimento do abaixo-assinado, enviado por V.S e subscrito por vários outros ilustres moradores desse progressista distrito, solicitando providências para efetivação de diversos reparos nas estradas locais. Demonstrando o máximo interesse pela justa reivindicação, o chefe do poder executivo encaminhou-a ao diretor geral do DER, para tomar as devidas providências, com a máxima urgência [...][26].

Em outros ofícios, são encontradas reivindicações semelhantes, o que nos demonstra que, enquanto Carlos Lindenberg pautou sua ampliação da base social pela constituição dos subdiretórios regionais, Lacerda de Aguiar não teve essa visão e as formas de reivindicação estavam especialmente nas associações de moradores, nos abaixo-assinados, que exigiam os benefícios materiais, ou ainda na relação líder-massa que ocorria nas audiências populares no Palácio Anchieta. Essas reivindicações são originárias até mesmo da área rural, como segue no ofício enviado em 4 de agosto de 1964, a João de Castro, pelo governador Lacerda de Aguiar:

> [...] Senhor,
>
> Reportando-me ao abaixo-assinado de vossa senhoria e outros moradores dessa localidade, em que solicitam o melhoramento das estradas São José do Calçado – Muqui – Mimoso do Sul, cumpre-me transmitir-lhe a seguir, de ordem do senhor governador, a informação prestada pelo departamento de Estradas [...][27].

Chiquinho, além de aumentar sua base social por causa do seu magnetismo pessoal, também conseguia incluir e atrair os setores populares urbanos e rurais para a participação política. Além de a inclusão ser feita por ligações pessoais entre o líder e as massas populares, também poderia ser realizada por favores concedidos aos sindicatos, que geralmente representavam as massas populares, conforme revela uma carta de agradecimento enviada ao governador Lacerda de Aguiar em 14 de janeiro de 1963, na qual

[26] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 676.
[27] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 660.

o sindicato agradece o empréstimo de um trator para preparação do terreno de construção do hospital do sindicato[28]. Em ofício, enviado em 16 de março de 1965 ao governador do Estado, a associação de moradores do bairro Senhor do Bonfim solicitava, por meio de abaixo-assinado, uma máquina de escrever e um aparelho de alto falante para a comunidade[29]. Já em outro ofício, enviado em 12 de agosto de 1965, os moradores do bairro Alvorada, por meio de abaixo-assinado, pedem iluminação pública:

> [...] Os abaixo-assinados, moradores na Av. União, no Bairro Alvorada, município do Espírito Santo, vem mui respeitosamente solicitar de Vossa Excelência que se digne autorizar uma verba para extensão da rede de iluminação elétrica até suas residências, para que possam colocar luz nas mesmas [...][30].

A inclusão de atores sociais ocorria, de certa forma, através da ampliação da cidadania. Em geral, Chiquinho procurou ampliar os benefícios materiais às populações mais empobrecidas. Por isso, o governador tratou de implementar inúmeros serviços de utilidade pública. No âmbito da infraestrutura, foram realizadas: iluminação da ponte sobre o Rio Doce (Colatina); Avenida Lacerda de Aguiar (Cachoeiro de Itapemirim); Avenida Aristides Campos (Cachoeiro de Itapemirim). Saneamento básico: novas de esgoto: 1677; desobstruções: 392; Vazamentos: 2.843; mudanças de derivação: 234; Substituição: de tubos: 95; Redes desobstruídas: 13.855 metros. Redes construídas: 1.475 metros; rede de água (Santa Lúcia/ Vitória); serviços de luz e força (Pancas); reasfaltamento da estrada de Vila Velha; obras do serviço de abastecimento de água em Santa Lúcia/ Vitória; serviços de abastecimento de água no município de Domingos Martins.

Na Educação, houve a preocupação com acesso à educação pública, precipuamente das classes mais humildes, seja no interior do estado, seja na área urbana. Tal preocupação abriu espaço para a conquista e ampliação da cidadania dos indivíduos pertencentes a essas classes. Conforme se pode ler no ofício, enviado em 7 de outubro de 1965, pelo governador Lacerda de Aguiar, à Secretaria de Educação, essa preocupação fica bem clara:

---

[28] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Correspondências recebidas e expedidas pelo governador do Estado do Espírito Santo a diversas repartições.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963, caixa: 654.
[29] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.
[30] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

> [...] A instrução de nível médio no interior do Estado é difícil de ser obtida, motivada pela falta de meios para a manutenção de estabelecimentos particulares de ensino. Devido ao alto custo de vida e aos baixos salários não podem, estes estabelecimentos de ensino cobrar de seus alunos-anuidade que proporcionem um rendimento suficiente para fazer face às grandes despesas e, como conseqüência [sic], os professores são pessimamente remunerados e o nível de ensino é baixíssimo. Além disto, a maior parte dos jovens não tem nenhuma possibilidade de estudar, pois seus pais não possuem condições de pagar qualquer anuidade. Faz-se necessária, portanto, a criação, por parte do governo de Estado, de ginásios e escolas normais em todos os núcleos populacionais de certa importância, a fim de que todas as classes sociais, até as mais humildes, possam ter, gratuitamente, a instrução desejada, formando futuros homens aptos para trabalhar e produzir para o bem estar social, o progresso do nosso Estado, a grandeza desta Pátria, que embora em franco progresso, precisa utilizar todas as suas reservas de energia a fim de libertar-se, para sempre, dos grilhões do subdesenvolvimento [...][31].

No campo da educação pública, houve, naquele governo a recuperação da escola de Guaçuí (Guaçuí); distribuição de calçados a escolares pobres do município de Guaçuí (800 pares); distribuição de calçados a escolares pobres do município de Cachoeiro de Itapemirim (mil e duzentos pares); construção da escola "Inanh Werneck" em Cachoeiro de Itapemirim; construção de escolas no interior do Estado (Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Domingos Martins e Guaçuí); reforma e construção de escolas rurais: 43 escolas (construídas ou em andamento no ano de 1964); construção ou reforma de escolas públicas e grupo escolar: 27 escolas (construídas ou em andamento). Ainda foram criadas 270 novas classes, 192 escolas singulares, 26 cursos supletivos noturnos, 9 escolas reunidas, 6 grupos escolares e 1 escola de aplicação; e também foram construídos e reformados prédios escolares, incentivando a alfabetização em todo o território do Espírito Santo. Foram adquiridos equipamentos escolares: 5.420 carteiras escolares para as escolas da rede oficial do Estado; sapatos para escolares foram adquiridos e em grande parte distribuídos, 7.300 (sete mil, e trezentos pares de sapatos, tanto nas escolas da Grande Vitória, quanto nas escolas do interior do estado, como no caso de Linhares). Foram ainda construídos 7 estabelecimentos de educação secundária e profissional. Também, na educação pública, foi realizada em 1965, a construção de escolas e ginásios; a distribuição de merendas, calçados, uniformes, cadernos e outros materiais escolares; além disso, foram feitos convênios, instalações de cursos diversos, etc. Foram criadas 270 novas classes escolares, 192 escolas singulares e 1 escola de aplicação, tendo sido contemplados todos os municípios do Espírito Santo, cabendo a Cachoeiro de

[31] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

Itapemirim 9 escolas singulares, 9 classes novas e 1 curso supletivo noturno[32]. Por fim, o executivo estadual aprovou um projeto de lei que autorizou o governo do estado a doar ao instituto Luiz Braille do Espírito Santo uma área de terras, em Bento Ferreira, destinada à construção da sede própria daquela instituição[33].

Junto com a ampliação da educação pública, o governo estadual procurou estar em consonância com o governo federal, no que se refere à campanha nacional de alimentação escolar, conforme o ofício enviado em 17 de novembro de 1965, pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar, ao diretor presidente da CASES, Antenor Hermínio Bassini. O executivo estadual solicita armazéns para a estocagem desses alimentos destinados a escola pública:

> [...] Em face do que preceitua o item "h" da cláusula segunda, do termo de ajuste que firmarmos com a campanha nacional da alimentação escolar, assinado em 10 de julho de 1963, solicito a V.S. a sejam cedidas ao referido órgão, por tempo indeterminado, instalações suficientes para o armazenamento dos gêneros alimentícios que empregamos em diferentes programas de assistência alimentar aos escolares capixabas, ou seja, almoço escolar, pequeno almoço e merenda escolar. Realizando um trabalho de profunda repercussão e de relevantes benefícios no Espírito Santo, pois é uma tarefa que visa a apagar os efeitos altamente negativos da subnutrição, no meio escolar, a observação dessa providência que estou determinando a V.S. a resolverá um sério problema da campanha nacional de alimentação escolar e contribuirá para um melhor andamento de serviços [...][34].

No que diz respeito à segurança pública, houve investimentos na construção de delegacias de polícia, cadeias públicas e penitenciárias. Na saúde pública, o governador empreendeu modificações estruturais, ampliando o Departamento de água e esgotos, tendo sido criados os seguintes órgãos: a) Conselho Estadual de água e esgotos; b) Diretoria geral; c) Divisão de planejamento e obras; d) Divisão de águas e esgotos; e) Divisão de produção[35].

---

[32] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n. 2, janeiro, 1964. ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n. 3, Abril, 1964. ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Administração: Francisco Lacerda de Aguiar, ano II, n. 6. Vitória, Julho, 1965.

[33] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos e recebidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 662.

[34] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 673.

[35] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

Posteriormente, foi criada a Secretaria da Saúde, visando a uma racionalização prática das funções específicas de saúde pública[36]. Foram empreendidos pelo governo estadual: posto de saúde, sanitários e outros; obras no tratamento de água e esgoto (no interior e na capital), proteção à maternidade e infância, imunizações, serviço de lepra, serviços de assistência médico social, serviços de laboratórios. Também se ampliaram os serviços de utilidade pública no IBES.

Os Municípios beneficiados com as políticas públicas foram: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Alegre, Anchieta, Apiacá, Aracruz, Baixo Guandú, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Fundão, Guaçuí, Guarapari, Ibiraçú, Iconha, Itaguaçú, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Linhares, Mantenópolis, Mimoso do Sul, Mucurici, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pancas, Rio Novo do Sul, Santa Tereza, Santa Leopoldina, São Gabriel, São José do Calçado, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória[37].

A habitação também se constituiu em uma outra preocupação do governo estadual, sobretudo, por causa das migrações campo-cidade. Em consonância ao modelo federal, o governo estadual criou a Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo (COHAB-ES), isto é esclarecido por meio do ofício enviado pelo governador em 18 de agosto ao governo federal:

[36] Consoante ao ofício enviado a Assembléia Legislativa: [...] Senhor presidente, Tenho a honra de enviar a essa egrégia Assembléia Legislativa, por intermédio de Vossa Exa, o anexo projeto de lei que estrutura a Secretaria de Saúde e Assistência, elaborado pelo corpo técnico daquela secretaria e revisado pelos demais órgãos competentes do executivo. Criada, ainda, no governo do meu ilustre-antecessor, Dr. Asdrúbal Soares e instalada no início da atual administração, a secretaria da saúde contínua elaborando os seus trabalhos modelando-se no regulamento do antigo departamento estadual de saúde. O projeto que era encaminhado está colocado nos mais recentes estudos de desenvolvimento da ciência sanitária, permitindo dotar, o Estado de uma organização de saúde pública com uma estrutura moderna, ampla e dinâmica, com determinação dos objetivos, de designação de funções e perfeito estabelecimento de relações entre os escalões superiores e pessoal encarregado da execução de tarefas. O plano elaborado representa uma racionalização prática das funções específicas de saúde pública, no qual foram evitados a criação de órgãos e serviços estanques, evitando a tendência rotineira da burocratização, evitando-se os erros do passado, indo ao alcance dos reais objetivos que atualizem os órgãos que zela pela promoção, prevenção e reparação da saúde da coletividade [...] (ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1964, caixa: 660).

[37] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n. 4, janeiro, 1965; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n. 6, julho, 1965; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n. 3, abril, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n. 2, janeiro, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; n. 1, outubro, 1963.

> [...] O governo federal formulou a Política Nacional de Habitação e de planejamento territorial que coordenará a ação dos órgãos públicos, orientando a iniciativa privada e estimulando-a para aumentar o índice da construção de habitações de interesse social e a aquisição da casa própria, instrumento de ação básico na estabilidade do regime alcançável pela justiça social e bem estar de todos. Este poder executivo, atendendo à orientação do serviço federal de habitação e urbanismo, reformulará atual posição do IBES, que se coordenará com a Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo (COHAB-ES), entidade associativa por ações, na qual o Estado subscreverá cinqüenta [sic] e um por cento das ações da Companhia. Estudos sociais promovidos em outras áreas do país identificam, causas e efeitos das migrações populacionais dirigidas para os grandes centros demográficos, com o fenômeno das favelas que em prioridade está sendo enfocado com o interesse de solução pela administração federal. Uma adaptação à estrutura federal é um imperativo para que este Estado, com a criação da Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo, se habilite a uma programação estimada em 1300 casas para este exercício de 1965, num valor aproximadamente de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros [...]. [...] a programação geral do Serviço federal de habitação e urbanismo visa igualmente, a um levantamento socioeconômico neste Estado de modo a fixar nas áreas rurais as famílias marginalizadas, que comumente se deslocam para os maiores centros demográficos onde se estabeleceu em aglomerados suburbanos, que o plano prioritariamente se propõe erradicar. Atualização do Instituto de Bem Estar Social se cingirá em trabalhos de pesquisa e de assistência aos órgãos locais, que se estabelecem nas áreas urbanizadas, com um equipamento comunitário fazendo a assistência técnica ao operário, encaminhando-o nos trabalhos e aprimoramento artesanal e num segundo estágio pesquisa industrial local.
>
> Projeto de lei enviado a Assembleia legislativa:
> Lei de criação da COHAB - ES.
> Art. 1 - Fica o poder executivo a autoridade a construir a Companhia de Habitação Popular do Espírito Santo (COHAB), que terá a finalidade de estudar as questões relacionadas com a habitação de interesse social e de executar as suas soluções, de acordo com as diretrizes e normas da lei federal n° 4.380, de 1964 [...][38].

Quadro 2 - Relações de obras iniciadas, em andamento e concluídas durante o exercício de 1963

Obras	Munícipio	Natureza do Serviço	Obras	Munícipio	Natureza do Serviço
Ginásio Estadual e Escola normal da sede	Afonso Cláudio	Reforma do prédio (em andamento); Construção de um galpão (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Serrinha	Apiacá	Constr. (em andamento)
			Esc. Rural de uma sala em Bom Jesus		Constr. (em andamento)

[38] ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de governo. Ofícios expedidos pelo governador do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1965, caixa: 671.

Esc. Rural de S. Luiz de Miranda		Ref. Geral (concluída)	Esc. Rural de 1 sala em Saí	Aracruz	Constr. (em andamento)
G.E. José Cupertino		Ref. da instalação sanitária (construída)	Esc. Rural de 1 sala em Bom Jesus		Constr. (em andamento)
			G.E. da sede	Baixo Guandú	Construção de um galpão-paralisação
Escola rural de uma sala em Ribeirão		Construção em andamento	Esc. Rural de uma sala em Córrego da Tomba Revira		Constr. (em andamento)
Escola rural de uma sala em Córrego da Liberdade		Construção em andamento	Esc. Rural de uma sala em Córrego do Mangue		Constr. (em andamento)
G.E. de Celina	Alegre	Ref. Geral (concluída)			
G.E Professor Lellis		Construção do galpão para prática de Educação física (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Barra do Itapemirim	Barra de São Francisco	Constr. (em andamento)
			Esc. Rural de 1 sala em Barra Sapucaia		Constr. (em andamento)
Escolas Reunidas de Vila do café		Ref. Geral (concluída)	Fórum da sede	Cachoeiro de Itapemirim	Em construção
			Esc. Rural de 1 sala em Boa Esperança		Constr. (em andamento)
Escola Rural de uma sala na Fazenda Arataca		Constr. (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Rochimento		Constr. (em andamento)
			Esc. Rural de 1 sala em Independência		Constr. (em andamento)
Escola rural de uma sala na fazenda Boa Esperança G.E. de Anutiba		Constr. (em andamento)	G.E de Cariacica	Cariacica	Constr. Muro (em andamento)
			G.E. Itaquari		Reforma do prédio (em andamento)
			Esc. de 1 sala em Porto Novo		Construção (em andamento)
			Esc. Rural de 1 sala em Rio Bonito Patronato de Roças Velhas		Construção (em andamento) Recuperação

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisada e em andamento**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

Cont. do Quadro 2 - Relações de obras iniciadas, em andamento e concluídas durante o exercício de 1963

Obras	Munícipio	Natureza do Serviço	Obras	Munícipio	Natureza do Serviço
Ginásio João Bley	Castelo	Estruturas de 2 blocos concluídas	Esc. Rural de Matilde	Alfredo Chaves	Reforma geral (concluída)
Esc. Rural de 1 sala em Boa Esperança		Construção (em andamento)			
Esc. Rural de 1 sala em Areião		Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Nove Estrelas		Constr. (em andamento)
Esc. Rural de Maria Ortiz	Colatina	Reforma (concluída)			
Esc. de S. Silvane		Conclusão	Esc. Rural de uma sala em Aparecida		Constr. (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Córrego Paul		Construção (em andamento)			
Esc. Rural de 1 sala em Barra Rio Moacyr		Construção (em andamento)	Cadeia de Anchieta	Anchieta	Paralisada
			Ginásio de Anchieta		Pintura geral (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Rio Bonito		Construção (em andamento)	Esc. Sing. de Jabaquara		Reforma geral (concluída)
Casa do Juiz	Conceição da Barra	Em conclusão			
Esc. Rural de 1 sala em povoado José de Caribs		Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Mãe Bá		Constr. (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Vila de Itaúnas		Construção (em andamento)			
Esc. Rural de 1 sala em Água Boa	Ecoporanga	Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Duas Barras		Constr. (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em S. Geraldo		Construção (em andamento)	G.E. de Domingos Martins	Domingos Martins	Concluído
			G.E. de Domingos Martins		Const. de muro (concluído)
Cadeia da sede	Fundão	Construção (concluída)	Esc. Estação de Domingos Martins		Ampliação (concluído)
Esc. Rural de 1 sala em Janguetá		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Pena		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Praia Grande		Construção (em andamento)			
Esc. Rural em Praia Grande		Construção (em andamento)	Esc. Rural de uma sala em Faz. Mancel Lube		Construção (em andamento)
			Serv. De água da escola Aracê		Concluído

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisadas e em andamento**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

Cont. do Quadro 2 - Relações de obras iniciadas, em andamento e concluídas durante o exercício de 1963

Obras	Munícipio	Natureza do Serviço	Obras	Munícipio	Natureza do Serviço
G.E. Bodart Junior	Rio Novo do Sul	Reforma geral (concluído)	Esc. Rural de Patrimônio de Santo Antônio	Santa Tereza	Reforma geral (concluída)
Esc. Rural de S. Vicente		Construção (em andamento)			
Esc. Rural de 1 sala em Ribeirão		Construção (em andamento)	Esc. de São João de Petrópolis		Reforma geral (concluída)
Esc. de 1 sala em Monte Alegre		Construção (em andamento)	G.E. Peçanha Póvoa		Reforma geral (concluída)
Esc. Rural de 1 sala em Rio Farinhas	Santa Leopoldina	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em S. Sebastião		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Ribeirão dos Pardos		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Nova Lombardia		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Faz. Braswoschi	São Gabriel	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Barra Sêca	São Mateus	Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Faz. do Morro		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Terra Fresca		Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Itaiobaia	Serra	Em andamento	Esc. Rural de 1 sala em Palmeiras	São José do Calçado	Construção (em andamento)
Esc. Rural de 1 sala em Carapebus		Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Ponte Branca		Construção (em andamento)
G.E. Ilha das Flores	Vila Velha	Construção (em andamento)	Esc. Rural de 1 sala em Formate	Viana	Construção (em andamento)
Lavanderia Zélia Viana de Aguiar em Cruz do Campo		Construção (concluída)	Esc. Rural de 1 sala em Pedra Mulata		Construção (em andamento)
Lavanderia do Alecrim		Projetada	Refeitório Infantil da Fonte Grande	Vitória	Construção (andamento)
Cadeia do IBES		Construção (concluída)	G.E. da Fonte Grande		Construção (concluída)
Presídio de Mulheres		Em andamento	Refeitório Infantil de Maruípe		Construção (andamento)
Delegacia de polícia de Cobilândia		Construção (concluída)	Chefatura de Polícia		Construção (concluído)
Esc. Rural de 1 sala em Alvorada		Construção (concluída)	G.E. Jeny Coutinho		Construção (andamento)
			G.E na Ilha do Príncipe		Barracão Concluído
Esc. Rural de 1 sala em Cobi		Construção (concluída)	Batalhão de Guardas e Corpo de Bombeiros		Construção (andamento)
Unidade Sanitária de Cobilândia		Construção (concluída)	Posto de Saúde da Ilha do Príncipe		Reforma (em andamento)

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relatório das obras iniciadas, concluídas, paralisadas e em andamento**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1963-65, caixa: 145.

Quadro 3 - Plano de Educação de Emergência (1964-66). Programação dos investimentos e das fontes de recursos financeiros em valores correntes, em CR$1.000,000

Especificação dos Investimentos		Fontes de Recursos			Total	Metas Para 1966	Déficit Escolar
		Orçamento Estadual	Orçamento Federal	Outros			
1. Educação primária e pré-primária							
1.1. Obras novas	Qt.				2862000 (1.080 salas equipadas)	Ens. primário (271.000 matríc.)	Ens. Primá. (36.000 matríc.)
Jardim de Infância	10	59.500					
Grupos escolares	15	104.250					
Escolas rurais	17	111.600					
Prédios Escolares	22	99.000					
Prédios Escol-Plano da Sedu	105	105.000					
Equipamento e material permanente		6623					
1.2. Conclusões de obras e Ampliação							
Ampliações e conclusão de obras em grupos escolares							
Escolas rurais e jardim de infância		70.250					
Subtotal		**556.223**					
Verba do Plano Trienal - 30%-Fundo Nacional de Ensino primário			700.000				
Arrecadação do salário educação lei 4.440 de 24/10/64			396.624				
2. Educação média, e técnica							
2.1. Obras novas	Qt.				300.000 (4 ginásios)	Ens. Médio 26.200 matríc.	Ens. Médio: 4.200 vagas no 1° ciclo; 600 vagas no 2° ciclo
Ginásios	5	17.500					
Inst. Educacional	1	5.000					
Inst. Educação	1	60.000					
2.2 Conclusões de obras e ampliação							
Ampliação e conclusões de obras em ginásio		63.500					
Subtotal		146.000					
Verba do Plano Trienal - Fundo Nacional de Ensino Médio			700.000				
TOTAIS		**702.223**	**1.796.624**	**663.153**	**3.262.000**		
PARTICIPAÇÃO RELATIVA		22,21	58,82	20,97	100		

Fonte: SILVA, 1986, p. 423.

Quadro 4 - Quadro demonstrativo das obras autorizadas, em andamento e concluídas da divisão de obras públicas em 1965.

Obra	Município	Natureza do Serviço	Valor do Orçamento
Escola de Santa Maria	Alegre	Construção	6.634.070,50
Escola de Iriri	Anchieta	Construção	2.530.017
Escola Singular de Jucutuquara	Anchieta	Construção da Cerra	171.074,80
Galpão anexo ao G. Estadual	Afonso Cláudio	Construção	2.441.856,90
Grupo escolar Km 4	Baixo Guandú	Reparos	1.037.419,10
Prédio do Fórum	Baixo Guandú	Pinturas e reparos	409.291,10
Fórum	Baixo Guandú	Pinturas e reparos	409.292,10
Fórum	B. S. Francisco	Construção	9.708.685,40
Sub-posto de Saúde de Água Doce	B. S. Francisco	Construção	2.649. 224,40
G. Escolar Professor Cunha	Cariacica	Construção e ampliação	–
Escola de Pacotuba	C. Itapemirim	Construção	6.080.707,50
G.Esc.no Bairro Coronel Borges	C. Itapemirim	Construção	11.536.737,70
G. Esc.do Morro do Amaral	C. Itapemirim	Construção	11.536.738,70
Escola de Cachoeiro do Oito	Colatina	Reforma	187.385,20
Cantina anexa ao G. Otacílio Lomba	Colatina	Ampliação	3223874
Escola Rural de Santa Lúcia	Conc.do Castelo	Construção	–
Escola do Alto Cachichi	Conc.do Castelo	Construção	–
Lavanderia	Castelo	Construção	1.262.422,40
Lavanderia	Castelo	Reforma do telhado e pintura	1.262.423,40
Posto de Saúde	Guaçuí	Reforma do telhado e pintura	470.983,68
Jardim de Infância	Linhares	Construção	34.971.527,20
Grupo escolar	Montanha	Reforma	1.317.699,40
Posto de Saúde	Montanha	Reforma	1.298.533,40
Grupo escolar Km 4	Mutum (B. Guandú)	Reparos	_
Grupo escolar de Alto	N. Venécia	Reparos	1.014.421,96
Lavanderia de 10 taques	Piúma	Construção	_
Lavanderia	Piúma	Construção	1.262.422,40
Grupo de Alto Rio Novo	Pancas	Conclusão	256.236
Escola Sebastiana (Laginha)	Pancas	Reparos	462.582,20
Grupo Escola Peçanha Pôvoa	Santa Tereza	Rep: Na dep. Destinada a cozinha e distribuição de merenda	323.773,70
Grupo Escola Peçanha Pôvoa	Santa Tereza	Const.de uma Copa, const.de um reservatório de água, reparos	
Grupo Escolar João Loyola	Serra	Ber. de reservatório de água	–
Grupo Escolar João Loyola	Serra	Reparos	2.064.414,20
Escola Rural de Tanque - Caçaroca	Viana	Reparos	2.110.361,10
Escola Normal	Vitória	Reparos	17.290.121

Fonte: ESPÍRITO SANTO. (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano II; n° 4, janeiro, 1965.

Conclusão

Em suma esse artigo procurou demonstrar a existência ou não do populismo no estado do Espírito Santo, por isso levamos em consideração algumas categorias de análises. Em nossa visão, o populismo é uma conjuntura complexa que exige algumas unidades mínimas de análises, portanto escolhemos algumas delas para examinar nossa realidade local, como: a base social, a ampliação da cidadania e incorporação ou a exclusão de segmentos sociais.

Dessa forma, as mudanças capitalistas que vigoraram na década de 1950 propiciaram o desenvolvimento de um eleitorado bastante heterogêneo, principalmente nas grandes cidades. Consequentemente, o voto, antes aliciado pelos coronéis, passou a ser conquistado pelas lideranças carismáticas.

Com objetivo de conquistar os votos populares, Carlos Lindenberg criou bases para a participação popular por meio dos subdiretórios partidários instituídos nos bairros e municípios da Grande Vitória, como também nos municípios interior. Esses subdiretórios criaram um canal de ligação entre o líder e a massas populares. Além disso, ele criou bases de sustentação bastante heterogêneas, pois se sustentou também nas elites cafeeiras e nas elites industriais nascentes, aglomeradas em torno da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES).

Vale ressaltar que, como uma liderança política, Lindenberg viveu oito anos no cargo de senador da República, portanto, ele entendia as mudanças que ocorriam no eleitorado brasileiro e capixaba. Aliás, compreendeu que a vitória de Lacerda de Aguiar estava relacionada com as mudanças macroestruturais, por isso modificou suas práticas políticas e buscou ampliar sua base social de sustentação de poder com a população rural e urbana, no entanto não deixou o apoio das elites cafeeiras de lado.

A ampliação da cidadania foi um fator diferenciador, uma vez que ela adveio junto às políticas públicas, não só para a população urbana, como também para a população rural. Essas políticas direcionaram-se para as áreas de saúde, educação e habitação afetando principalmente as populações mais carentes do estado.

Francisco Lacerda de Aguiar também buscou formas de ampliar o apoio político, por meio da inserção das massas populares urbanas e rurais no campo decisório. Seja pela campanha eleitoral, na qual ele convidava a participação popular, usando o carisma pessoal e um discurso de um governo de prosperidade, paz e amor, seja pelas audiências populares, que ocorriam no Palácio Anchieta, onde o povo encontrava com seu líder objetivando pedir benefícios materiais.

Em outro caso, as reivindicações ocorriam por meio de pequenos canais de participação, como, por exemplo, as associações de moradores e os abaixo-assinados. Entretanto, essas formas de canais de participação não foram criadas pela liderança governamental. Em geral, aqueles pequenos canais eram as únicas formas de participação comunitária em que a massa popular conseguia reivindicar os benefícios materiais. Por outro lado, tais reivindicações poderiam ser realizadas por favores concedidos aos sindicatos, que geralmente representavam as massas populares.

A inclusão de atores sociais ocorria, de certa forma, através da ampliação da cidadania. Em geral, Chiquinho procurou ampliar os benefícios materiais às populações mais empobrecidas. Por isso, o governador tratou de implementar inúmeros serviços de utilidade pública, como saneamento básico, segurança pública, educação e habitação.

Dado ao exposto, entendemos a existência de populismo no Espírito Santo, como um fenômeno diferente do que ocorreu em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Na verdade, o populismo no Espírito Santo se baseou socialmente nas populações rurais e urbanas, bem como, pela aproximação das lideranças políticas estaduais a tais segmentos sociais. Isso permitiu a ampliação da cidadania e o aumento das benesses públicas para as populações mais carentes. Desse modo, o voto passou a ser conquistado pelas lideranças carismáticas.

Referências

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg:** Um Estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

GURGEL, Antônio de Paula. **Dr. Carlos:** Um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: Contexto e Jornalismo & Assessoria, 2000.

MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. **Populismo y neopopulismo en América Latina:** El problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. (Coleção Canaã: 8).

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **Industrialização e empobrecimento urbano:** o caso da Grande Vitória 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001.

COMPORTAMENTO POLÍTICO E CORRUÇÃO NO BRASIL DE HOJE

José Vitor Lemes Gomes
Doutorando pelo PPGCS da UFJF. E-mail: emaildozevitor@gmail.com

Resumo: Esse estudo consiste na análise do comportamento político dos brasileiros frente à corrupção na política. Tomamos as Leis de iniciativa popular, voltadas para o combate da corrupção eleitoral (Leis 9840/99 e 135/10, a Lei da Ficha Limpa), como evidência empírica de que existe, no Brasil de hoje, pelo menos, dois tipos de comportamento frente à corrupção: o comportamento pró-corrupção e o comportamento anticorrupção. Construímos dois tipos ideais através dos quais avaliamos quais fatores estão associados a cada tipo de comportamento.

Palavras-chave: corrupção; comportamento político; cultura política; escolha racional.

Abstract: This study is to analyze the political behavior of Brazilians against the corruption in politics. We take the Laws of popular initiative aimed at combating electoral corruption (Laws 9840/99 and 135/10, the Law of Clean Record) as empirical evidence that exists today in Brazil of at least two types of behavior towards corruption: the pro-corruption behavior and anti-corruption behavior. We build two ideal types through which we evaluate which factors are associated with each type of behavior.

Keywords: corruption; political behavior; political culture; rational choice.

Introdução

Este trabalho consiste em um estudo do comportamento político dos cidadãos frente à corrupção no Brasil contemporâneo. A corrupção na política é um dado persistente na história do Brasil. A redemocratização iniciada no final dos anos 1970 não fez cessar os escândalos de corrupção na política. Ao longo do século XX, o comportamento político dos brasileiros frente à corrupção foi predominantemente pautado pela conivência com a mesma. Porém, nos anos 1990, setores específicos da sociedade brasileira provaram que nem tudo é conivência no comportamento político frente à corrupção. Tratam-se dos ativistas empenhados na iniciativa popular que deu origem às leis 9840/99 e 135/10, ambas voltadas ao combate à corrupção eleitoral. Contudo, o presente trabalho tem como essência argumentar que o comportamento político dos cidadãos frente à corrupção, no Brasil de hoje, é composto por, pelo menos, dois tipos de comportamento: o comportamento pró-corrupção e o comportamento anticorrupção.

A Lei 9840/99 só foi possível graças ao ativismo de cidadãos que se mobilizaram para colher assinaturas no intuito de efetivar tal lei a partir de uma proposta de iniciativa popular. Superados os vários obstáculos para que a proposição se tornasse possível, o projeto chegou

ao Congresso Nacional no qual foi aprovado graças à pressão popular em seu favor. A Lei 9840/99 criminalizou a compra e venda de votos, fonte de corrupção eleitoral. Percebemos que tal lei só foi necessária devido ao amplo conhecimento de que a prática de compra e venda de votos era, como ainda é, frequente durante as eleições brasileiras. A efetivação dessa lei evidencia a dicotomia do comportamento político dos cidadãos frente à corrupção. O primeiro tipo de comportamento é marcado pela conivência do cidadão para com a corrupção, consiste na disposição e na conduta efetiva daqueles que trocam o voto por um favor ou por um benefício. O segundo tipo de comportamento é aquele do cidadão que se dispõe a colher assinaturas em nome de um projeto de iniciativa popular contra a corrupção, trata-se de um comportamento marcado pelo ativismo, pelo engajamento a uma causa de interesse público. Consideramos esse último tipo de comportamento uma novidade na vida pública brasileira[1].

A lei 135/10 foi o segundo projeto de iniciativa popular contra a corrupção eleitoral em um prazo de dez anos. A lei da ficha limpa, como ficou conhecida, consiste na inelegibilidade de políticos com condenações criminais (por colegiados) antecedentes às eleições. Tal como a lei do ano de 1999, a Lei 135/10 resultou do empenho de vários cidadãos na coleta de assinaturas, em todos os Estados da Federação. Essa lei é mais uma evidência da existência de dois tipos de comportamento entre os brasileiros. Marcado pela conivência com a corrupção, apontamos o comportamento daqueles que votam em políticos notoriamente corruptos. Por outro lado, os ativistas pró-lei da ficha limpa são a evidência de um comportamento engajado a favor da ética e da honestidade na política.

Partimos do argumento de que existem no Brasil contemporâneo, pelo menos, dois tipos de comportamento político dos cidadãos frente à corrupção. Para efeito de análise construímos dois tipos ideais para o comportamento dos brasileiros frente à corrupção: o comportamento pró-corrupção e o comportamento anticorrupção. A prática da venda de votos e o voto em políticos notoriamente corruptos são as evidências empíricas do comportamento pró-corrupção. A prática da coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10 é a evidência empírica do comportamento anticorrupção.

A questão central que guia esse trabalho é: compreender a convivência, no Brasil, de duas condutas diferentes e opostas frente à corrupção, identificando os fatores e variáveis associados a cada tipo de comportamento. Trabalhamos com a hipótese de que a diferença

[1] Reconhecemos que sempre houve, entre os brasileiros, cidadãos avessos a corrupção, mas nunca houveram ações coletivas tão organizadas e eficazes quanto àquelas que culminaram nas Leis 9840/99 e 135/10.

de reagir à corrupção está associada a fatores socioeconômicos e culturais, mais especificamente, ao controle diferenciado de recursos, por parte dos cidadãos e ao seu grau de envolvimento em projetos coletivos (associativismo). Esse trabalho objetiva: descrever analiticamente o padrão de comportamento de cidadãos que colheram assinaturas a favor das Leis 9840/99 e/ou 135/10 em comparação com cidadãos que não se envolveram na coleta de assinaturas em nome das leis mencionadas. A partir disso, poderemos inferir as prováveis associações entre as variáveis comportamentais abordadas. O ativismo pró-leis de combate à corrupção eleitoral é a evidência mais consistente de que existe, no Brasil contemporâneo, um novo tipo de comportamento político.

1. Definições teóricas

O que é corrupção no mundo contemporâneo? Entre as várias definições que conhecemos, elegemos como ponto de partida da nossa reflexão sobre o termo, aquela que consideramos a mais sintética. Trata-se da definição de Joseph Nye (1967), para quem a corrupção é um comportamento que se desvia dos deveres formais de um papel público, por causa da sobreposição de interesses pessoais em nome de ganhos financeiros ou de *status*. Esse comportamento se expressa em práticas como suborno, nepotismo e apropriação indébita. Consideramos a definição de Nye sintética porque podemos desdobrá-la em, pelo menos, dois aspectos: 1º) a corrupção é um desvio de deveres formais, ou seja, normas jurídicas, ou regras institucionais, pré-existentes à ação em questão e 2º) consiste na sobreposição de interesses pessoais sobre o interesse público.

O objetivo desse trabalho é compreender o comportamento dos cidadãos brasileiros frente à corrupção. O comportamento político é um fenômeno complexo composto por opiniões, atitudes e condutas dos atores frente às questões política. A formação/efetivação do comportamento político depende de percepções, valores, crenças (cultura), das necessidades e interesses (economia) e do sistema político (regime autoritário ou democrático).

Apesar das limitações, a democracia está consolidada no Brasil. Todos os brasileiros estão submetidos a um Estado Democrático de Direito, ainda que a igualdade frente à lei seja desrespeitada em muitos casos. Supomos que a fraqueza da igualdade entre os brasileiros não se deve a falta de leis, mas sim, a existência de crenças, valores, percepções, necessidades e

interesses que prejudicam as práticas igualitárias na sociedade brasileira. Portanto, avaliamos o comportamento político dos brasileiros sob a influência dos fatores culturais e econômicos.

Putnam (2006), no seu estudo da descentralização administrativa da Itália, demonstra que naquele país há uma grande diferença de comportamento político entre os italianos do norte e do sul. Enquanto os primeiros são mais participativos, engajados, informados, confiantes, cooperativos e igualitários, os últimos são o oposto. A diferença dos padrões de comportamento entre os italianos do norte e do sul devia-se às diferenças culturais entre as duas regiões. De acordo com Putnam, o norte italiano resultou de um processo histórico que culminou na formação de uma comunidade cívica[2], marcada pela abundância de capital social[3], enquanto o sul foi palco de outro processo histórico que resultou em uma comunidade não cívica, marcada pela escassez de capital social.

Putnam argumenta que a comunidade cívica, do norte italiano, foi um contexto favorável à efetivação de um círculo virtuoso de confiança e cooperação originado na prática associativa, isto é, o hábito disseminado entre os italianos do norte de se engajarem em associações e movimentos sociais.

Putnam demonstra que no sul da Itália não havia, por parte dos cidadãos, a mesma disposição para participar da vida pública, através de associações e movimentos sociais. Entre os sulistas prevalecia o círculo vicioso de desconfiança e isolamento ligado à escassez da prática associativa.

De acordo com Putnam (2006), a efetivação das comunidades cívicas e não cívicas na Itália deviam-se à cultura política resultante de diferentes processos históricos. Como o comportamento político é influenciado pelo contexto, os italianos do norte encontravam mais razões para participar da vida pública, enquanto no sul ocorria o contrário. Mais do que reconhecer a influência da cultura no comportamento, Putnam ressalta a importância de custos e incentivos que influenciam os atores a definir seu comportamento pela participação ou não. O cidadão que vive em uma comunidade cívica encontra bons motivos para participar, pois, nesse caso, a maioria das pessoas espera por isso. A expectativa da maioria dos atores de uma sociedade se traduz em uma forma de coerção. Os atores que se comportam como esperado fortalecem seus vínculos com

[2] Comunidade cívica é o contexto no qual prevalece a cultura cívica, conceito oriundo de Almond & Verba (1963), que se referem ao complexo cultural no qual existem cidadãos bem informados, dotados de confiança mútua e nas instituições; que valorizam a igualdade e o predomínio das relações horizontais; tal como o cultivo da solidariedade e da cooperação comunitária.

[3] Para Putnam (2006), segundo a qual capital social é um bem público produzido pelas formas de confiança inerente a uma comunidade, "[...] não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam" (PUTNAM, 2006, 180).

o grupo, por outro lado, aqueles que não correspondem às expectativas podem ser excluídos do grupo. De acordo com Putnam, a existência de uma comunidade cívica é um forte antídoto aos dilemas da ação coletiva apresentados por Olson (2011).

Putnam (2006) aborda as diferenças do desempenho institucional no norte e sul da Itália argumentando que a diferença de trajetórias históricas culminou na efetivação de dois padrões antagônicos de cultura política. A Itália é um caso híbrido onde a cultura cívica prevalece nas regiões do norte enquanto a cultura não cívica é a regra nas regiões do sul.

O trabalho de Putnam é um precioso exemplar da Teoria da Cultura Política. No entanto, é perceptível que, para Putnam, a cultura não é a única instância que influencia o comportamento, pois necessidades e interesses também exercem forte influência na definição dos comportamentos individuais. Putnam mobiliza argumentos da Teoria da Escolha Racional para demonstrar que os atores promovem seus interesses e necessidades através de um cálculo de custo/benefício que tem forte impacto na efetivação do comportamento. Tal como Downs (2012), Putnam reconhece que o cálculo econômico guia o comportamento dos atores não apenas no mercado, mas, também, nas experiências públicas relacionadas à política. Tal como Weber (2004), Putnam reconhece que a racionalidade é relativa ao contexto, ou seja, uma ação racional em um contexto pode ser considerada irracional em outro contexto. Se para um italiano do norte é racional engajar-se em ações coletivas, para um italiano do sul é racional não participar.

A diferença no comportamento político, resulta de diferentes formas de satisfação do cálculo racional de custo/benefício. Em uma comunidade cívica, como aquela que se encontra no norte da Itália, é disseminado o entendimento de que interesses pessoais podem ser satisfeitos pela promoção do interesse público. Por outro lado, em uma comunidade não cívica, como aquela que se encontra no sul da Itália, a promoção dos interesses pessoais é fortemente dissociada da promoção do interesse público[4]. A crença de que os interesses públicos e pessoais são conciliáveis resulta de padrões culturais cristalizados ao longo de diversas rodadas de interação social nas quais a comunidade tem sucesso no agir coletivo. Por outro lado, nas comunidades em que prevalece a crença de que o interesse pessoal é maximizado em detrimento do interesse púbico, prevalece o comportamento oportunista através de várias formas de trapaça, entre as quais, a corrupção.

Buscamos avaliar no Brasil as mesmas variáveis que Putnam abordou no caso italiano. "As associações constituem recurso imprescindível na construção de conexões e relações baseadas

[4] Nas comunidades não cívicas é escassa a confiança mútua entre os cidadãos, fato que inviabiliza a ação coletiva como forma de promoção dos interesses, logo, não há expectativa de promoção do interesse público, restando aos cidadãos promover seus interesses individualmente, através de cálculos egoístas.

em laços de solidariedade, confiança e de reciprocidade, elementos centrais na formação das atitudes e práticas de base cooperativa" (LUCHAMANN, 2014, p. 164). A concepção de associações desse trabalho é a mesma de Putnam (2006), isto é, associações são ambientes propícios para: a troca de informações, a promoção de relações horizontais e igualitárias, o estímulo ao interesse e a responsabilidade sobre assuntos públicos, a cooperação e a confiança mútua. Ferreira (1999), ressalta que apesar do número de associações ter crescido acentuadamente no Brasil, desde a abertura política (anos 1970), o número de filiados permaneceu pequeno frente ao tamanho da população. Ferreira (1999), utiliza dados da PNAD[5] (1988) e da PME[6] (1996), a partir dos quais observa que "[...] a dimensão associativa no país, em termos quantitativos, não é tão expressiva quanto a literatura destaca, já que a maior parte das modalidades de associativismo apresenta percentuais de filiação menores que 5%" (FERREIRA, 1999, p. 98).

A sofisticação política para Delli Carpini e Keeter (1996); Castro (1994) é fator que pode estar associado ao comportamento dos cidadãos frente à corrupção como somatório das seguintes condutas: interesse pela política, o hábito de se informar e a lembrança relativa aos escândalos de corrupção. Desse modo, cidadãos com mais interesse pela política, mais habituados a se informarem e com maior memória dos casos de corrupção, são cidadãos com maior sofisticação política do que aqueles que demonstrarem características opostas. Supomos que, quanto maior o grau de sofisticação de um cidadão, mais seu comportamento tende a se adequar no tipo anticorrupção. Por outro lado, quanto menor o grau de sofisticação de um cidadão, mais seu comportamento tende a se adequar ao comportamento do tipo pró-corrupção.

Mal informados sobre política, muitos brasileiros apresentam uma percepção fatalista da política. De acordo com Barreiro e Zubieta (2011) a percepção fatalista é aquela compreensão da existência humana, segundo a qual o destino de todos está predeterminado e tudo ocorre de modo inevitável. Aos indivíduos, só resta aceitar seu destino, submeter-se à sorte que prescreve seu fardo. Trata-se de um comportamento conformista de resignação frente às circunstâncias. Quando esse tipo de percepção se aplica à política, tende a ocorrer maior tolerância à corrupção.

Vários autores Baquero (2003); Moisés (1992); Rennó (2001); Lopes (2004); Reis (2003), mobilizam dados que comprovam a existência de uma síndrome de desconfiança

[5] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
[6] Pesquisa Mensal de Empregos. Trata-se de uma pesquisa mensal por amostragem cujo o universo circunscreve-se as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Seu principal objetivo é o monitoramento do mercado de trabalho no meio urbano brasileiro. Tanto a PNAD-1988 quanto a PME-abril-1996, incluem um suplemento com diversas questões sobre participação política, opinião eleitoral e conhecimento político.

generalizada na América Latina e no Brasil em específico, isto é, há uma escassez de capital social entre os cidadãos das democracias latino-americanas. A noção de capital social adotada nesse trabalho é aquela de Putnam (2006), segundo a qual capital social é um bem público produzido pelas formas de confiança inerente a uma comunidade, "[...] não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam" (PUTNAM, 2006, p. 180). Como não se trata de uma atitude individual, não podemos mensurar o capital social em um estudo de casos individuais, por isso essa pesquisa se limita em avaliar em cada entrevistado seu, o grau de confiança interpessoal, de confiança nas instituições e de disposição para cooperação.

De acordo com Putnam (1996), os contextos sociais onde as interações se pautam no princípio da igualdade são ambientes favoráveis para ocorrência de confiança disseminada. Objetivamos saber se os cidadãos pesquisados percebem a vigência da igualdade e em que medida. DaMatta (1991) avalia o tratamento desigual entre os brasileiros em suas relações sociais a partir de uma perspectiva cultural. Sem desconsiderar a debilidade da cidadania no Brasil, DaMatta reconhece que a cidadania, como fonte de igualdade dos indivíduos frente à lei, não é uma regra entre os brasileiros. Avaliamos se a percepção do entrevistado frente às relações sociais é mais hierárquica ou mais igualitária. Assim poderemos analisar se os cidadãos engajados percebem as relações como mais igualitárias que os cidadãos não engajados na coleta de assinaturas pró-leis de combate à corrupção eleitoral.

A tolerância à corrupção é outra variável importante desse estudo. A tolerância implica na conivência do cidadão para com a corrupção. Mesmo o cidadão que é indignado pode ser tolerante se não agir de modo efetivo contra a corrupção. São intolerantes com a corrupção os cidadãos que denunciam, criticam em meios de comunicação de massa, que se engajam em movimentos contrários a corrupção e protestam tais como os ativistas que promoveram as leis de combate à corrupção eleitoral. Avaliamos a tolerância do cidadão frente à corrupção ao estimular seu posicionamento frente a três práticas corriqueiras no Brasil, isto é, as práticas de compra e venda de votos, as práticas que consistem no uso de bens públicos a favor de interesses privados, e a disposição de votar em políticos notoriamente corruptos.

A racionalidade é um fenômeno inerente às consciências individuais e consiste na capacidade dos indivíduos encontrarem motivações racionais para agir de modos específicos. Assim como Weber, Putnam (2006) demonstra que ações antagônicas podem ser interpretadas como racionais, apesar do antagonismo. Isso é possível por que, para Putnam, a racionalidade é sempre referente ao contexto social na qual se desenvolve. Nas relações sociais o ator encontra os

motivos que o levam a planejar sua ação no intuito de realizar objetivos pessoais. A racionalidade é mobilizada nessa pesquisa com o objetivo de compreendermos a lógica de ações antagônicas em uma mesma sociedade. Queremos conhecer as justificativas que os atores apresentam para o próprio comportamento político. Supomos que, de modo geral, todos tenham argumentos racionais para pensar e explicar suas ações frente ao mundo em que vivem. Cidadãos que demonstrem racionalidade favorável à omissão, à conivência e ao conluio com a corrupção aproximam-se do comportamento do tipo pró-corrupção. Cidadãos que apresentarem racionalidade favorável ao engajamento em ações coletivas são casos próximos, ou típicos do comportamento anticorrupção.

Portanto, já foram apresentadas todas as variáveis selecionadas, nesse trabalho, para avaliarmos o comportamento político do cidadão brasileiro frente à corrupção, assim podemos expor o modelo sintético dos dois tipos ideais de comportamento político que construímos para essa pesquisa. Trabalhamos com a hipótese de que a diferença de reagir à corrupção está associada a fatores socioeconômicos e culturais, mais especificamente, ao controle diferenciado de recursos, por parte dos cidadãos e ao seu grau de envolvimento em projetos coletivos (associativismo).

Quadro 1 - Tipos ideais de comportamento e suas variáveis

Variáveis	Comportamento pró-corrupção	Características específicas	Comportamento anticorrupção
Engajamento Ativista	-	Coletou assinaturas pró-Leis 9840/99 e/ou 135/10	+
Associativismo	-	Possui experiência associativa	+
Sofisticação Política	-	Possui informação sobre a política	+
	-	Se informa frequentemente	+
	-	Se informa por meios diversos	+
	-	Possui interesse por política	+
	-	Conversa sobre política	+
Percepção (Fatalista x Antifatalista)	-	Percebe a diferença entre política e corrupção	+
	-	Percebe a corrupção como fenômeno disseminado no tempo	+
	-	Percebe a corrupção como fenômeno disseminado no mundo	+
	-	Percebe a corrupção como fenômeno dotado de causalidade complexa	+
	-	Percebe que a corrupção pode ser reduzida	+
	-	Percebe que pode contribuir para redução da corrupção	+
Confiança	-	Confia nos concidadãos	+
	-	Confia nas instituições	+
Cooperação	-	Apresenta disposição para cooperar	+

Igualdade	-	Defesa de relações igualitárias	+
Tolerância	-	Não tolera a compra e venda de votos	+
	-	Discernimento entre público e privado	+
	-	Rejeita políticos notoriamente corruptos	+
Racionalidade	-	Apresenta racionalidade estratégica favorável ao combate à corrupção	+

Fonte: Próprio Autor (2016).

As variáveis do comportamento político apresentadas acima consistem em um conjunto de disposições, opiniões, atitudes e condutas determinantes na definição do comportamento político dos cidadãos frente à corrupção.

Contudo, a questão central desse trabalho é compreender a convivência, no Brasil, de duas condutas diferentes e opostas frente à corrupção, identificando os fatores e variáveis associados a cada tipo de comportamento. Consideramos a hipótese de que a diferença de reagir à corrupção está associada a fatores culturais. Supomos que os cidadãos que colheram assinaturas são casos mais próximos do comportamento anticorrupção, ou seja, apresentam: mais experiência associativa, mais informação, mais hábito de se informar sobre política, mais interesse por política, percepção mais antifatalista, mais confiança interpessoal, mais confiança nas instituições, mais disposição para cooperar, percepção mais igualitária das relações sociais, mais intolerância com a compra e venda de votos, mais intolerância com o uso privado de bens públicos, mais indisposição de votar em políticos corruptos e racionalidade estratégia favorável ao engajamento. Supomos ainda, que os cidadãos que não colheram assinaturas apresentam, ao contrário, os traços do comportamento pró-corrupção.

2. Estudo comparativo de casos

Esse trabalho consiste em um estudo de casos realizado por meio de entrevistas individuais. Para cumprir o objetivo descritivo analítico do comportamento de cidadãos engajados e não engajados na coleta de assinaturas pelas Leis 9840/99 e 135/10, selecionamos duas amostras de cidadãos para as entrevistas. A primeira amostra é formada por um grupo de ativistas[7] pró-leis de combate à corrupção eleitoral da cidade de Juiz de Fora/MG. A segunda amostra é formada por um grupo de não ativistas da mesma cidade. Cada amostra é composta por quatro cidadãos. A seleção dos entrevistados da primeira amostra será feita por

[7] Por ativistas entenda-se cidadãos engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10.

acessibilidade, isto é, entre todos os ativistas que coletaram assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10 na cidade de Juiz de Fora, selecionamos aqueles que apresentem maior disponibilidade de responder as perguntas pré-definidas no roteiro. A segunda amostra foi composta com o intuito de reproduzir o perfil socioeconômico da primeira, enquanto varia a conduta ativista que é o traço diferencial das duas amostras. A segunda amostra funciona como um grupo de controle da pesquisa. O sucesso da hipótese implica na diferenciação de comportamento entre as duas amostras, de modo que, a primeira deve conter cidadãos dotados de comportamentos anticorrupção, enquanto a segunda, deve ser composta de comportamentos pró-corrupção.

Quadro 2 - Perfil das duas amostras[8]

Idade	Engajados		Não Engajados	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
50-59		EM1: ensino médio, dona de casa, bairro classe média, parda, atéia.		NM1: ensino médio, dona de casa, bairro classe média, parda, sem religião.
60-69	EH1: ensino médio, porteiro, bairro de periferia, branco, sem religião.	EM2: Superior, professora aposentada, bairro classe média, parda, católica não praticante.	NH1: ensino médio, vendedor, bairro de periferia, branco, espírita kardecista	NM2: Superior, professora aposentada, bairro de classe média, branca, católica.
	EH2: superior, funcionário público aposentado, bairro classe média, pardo, católico.		NH2: Superior, funcionário público aposentado, bairro classe média, branco, católico.	

Fonte: Próprio Autor (2016).

3. Resultados

A apresentação dos resultados está estruturada em função das variáveis do comportamento político que buscamos conhecer sobre o comportamento de cidadãos juiz-foranos engajados e não engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e

[8] Estabelecemos contato direto com 16 cidadãos juiz-foranos engajados na coleta de assinaturas. Todos apresentam idade entre 50 e 79 anos, a maioria é oriunda de movimentos da Igreja Católica. No que se refere à profissão, a maioria é de professoras e funcionários públicos aposentados. Entre os engajados, já entrevistamos 12, porém só conseguimos até o momento entrevistar 4 cidadãos não engajados, a pesquisa está em andamento. Os resultados apresentados aqui são parciais e relativos aos oito cidadãos apresentados acima.

135/10. Tais variáveis são: experiência associativa, sofisticação política, percepção da política, confiança, cooperação, igualdade, tolerância com a corrupção e racionalidade.

3.1 Experiência associativa

A experiência associativa foi um dado diferencial entre cidadãos engajados e não engajados na coleta de assinaturas pelas Leis 9840/99 e 135/10. Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas apresentaram experiência associativa pregressa à coleta de assinaturas. Em Juiz de Fora, o principal grupo que coletou assinaturas a favor das Leis mencionadas denomina-se "Comitê de Cidadania". Trata-se de uma associação criada por cidadãos ligados aos movimentos da Igreja Católica com o incentivo da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. A partir do ano de 1996, cidadãos juiz-foranos ligados aos movimentos católicos aderiram ao combate à compra e venda de votos que culminou na criação da Lei 9840/99. Efetivada a lei, os mesmos cidadãos criaram o Comitê 9840/99 que tem a missão de conscientizar a população sobre o valor do voto, tal como fiscalizar a compra e venda de votos nos períodos eleitorais. No ano de 2000, o mesmo grupo inaugurou o projeto de acompanhar os trabalhos da Câmara Municipal de Juiz de Fora, missão para qual fundaram uma nova associação, o Comitê de Cidadania. Desde então, tanto o Comitê de Cidadania, quanto o Comitê 9840/99, atraem cidadãos católicos e não católicos; crentes e ateus, para a participação política continuada em defesa do interesse público.

O Comitê de Cidadania de Juiz de Fora é reconhecido pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral como o principal grupo juiz-forano engajado na coleta de assinaturas pela Lei 135/10. Os membros do Comitê de Cidadania são cidadãos oriundos de diversos movimentos sociais, religiosos e laicos, dedicados promoção do interesse público. Ressaltamos que todos os membros do Comitê de Cidadania apresentam experiência associativa pregressa à adesão ao mesmo. Esse fato é compatível com o argumento de Putnam, segundo o qual a experiência associativa precede à disposição para o engajamento em ações coletivas.

3.2 Percepção da política

Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas pró-leis 9840/99 e 135/10, manifestaram uma percepção antifatalista da política que sintetizamos nos seguintes termos:

- São apartidários, ainda que alguns demonstrem tendências ideológicas pró-esquerda, tal como a defesa de serviços públicos gratuitos para toda a população.
- Acreditam que sempre houve corrupção na política brasileira. Argumentam que atualmente a corrupção é mais exposta devido à proliferação dos meios de comunicação e da liberdade de imprensa.
- Percebem que atos corruptos envolvem a ação de cidadãos em geral, não sendo exclusividade de políticos profissionais.
- Entendem que a corrupção ocorre em todos os países, não se trata de uma exclusividade do Brasil. No entanto acreditam que no Brasil a impunidade seja maior.
- Apontam, com facilidade, causas da corrupção. Entre as causas apontadas ressaltam a impunidade e o financiamento privado de campanhas.
- Acreditam que a corrupção pode ser reduzida se suas causas forem combatidas. Acreditam, também, que podem contribuir para redução da corrupção através da conscientização, da denúncia e da adesão às ações coletivas.

A percepção dos cidadãos engajados na coleta de assinaturas é antifatalista devido à capacidade dos atores perceberem a política de um modo esquemático a partir do qual compreendem as causas da corrupção como fenômenos ligados a ação política de todos os cidadãos, sendo passível de mudança.

Por outro lado, os cidadãos não engajados demonstraram uma percepção fatalista da política que sintetizamos nos seguintes aspectos:

- Acreditam que a corrupção aumentou nos últimos anos. Apesar de não explicitarem simpatia ou aversão a qualquer partido, argumentam que a corrupção cresceu a partir dos governos petistas.
- Creem que há mais corrupção no Brasil, pois percebem outros países como mais rígidos na punição. Alguns dos entrevistados demonstraram simpatia aos regimes autoritários devido à severidade na punição de corruptos.
- Apontam a impunidade como causa da corrupção.
- Acreditam que a corrupção pode ser reduzida pela ascensão de um líder forte que promova mais fiscalização. Não se reconhecem como atores capazes de contribuir para a redução da corrupção.

Os cidadãos não engajados demonstraram-se menos informados sobre a política e desprovidos de uma concepção democrática segundo a qual todos os cidadãos teriam ação importante na redução da corrupção. Percebem-se como impotentes frente à política e condenados a sofrer as consequências da má gestão da coisa pública.

Portanto, podemos dizer que os cidadãos não engajados apresentam uma percepção mais fatalista da política que os cidadãos engajados. A percepção que os cidadãos possuem a respeito da política é um dado fundamental para que seus comportamentos se definam como pró ou anticorrupção, afinal o cidadão que não crê que possa contribuir para a redução da corrupção tende a permanecer apático frente à vida pública e não engajado às ações coletivas em defesa do interesse público.

3.3 Sofisticação política

Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas apresentam maior sofisticação política que os cidadãos não engajados. Esse dado foi constatado nas entrevistas como um todo e nas questões específicas através das quais questionamos a memória sobre casos de corrupção, os hábitos de informação, o interesse por política e a disposição de diálogo sobre política nas interações sociais do dia-a-dia. Os resultados demonstraram que:

- A memória sobre escândalos de corrupção é limitada tanto entre os cidadãos engajados como entre os não engajados, ao pedir que o entrevistado explicitasse três casos de corrupção dos quais se lembrassem todos demonstraram lembrar-se do nome dos protagonistas sem conseguir explicar detalhes relativos aos escândalos.
- As entrevistas evidenciaram que, enquanto os cidadãos não engajados se informam predominantemente pela televisão os eleitores engajados se informam por meios diversos, inclusive através dos meios que requerem leitura.
- Os cidadãos não engajados demonstraram menor interesse pela política, tal como maior dificuldade em reconhecer a importância da política em suas vidas. Entre os cidadãos engajados ocorreu o oposto.
- Tantos os cidadãos engajados como os não engajados admitem conversar sobre política com a família, amigos e no trabalho, porém, em todos esses âmbitos de interação, o diálogo se dá com

pessoas e grupos com quem o entrevistado possui maior afinidade ideológica. É perceptível que a quantidade e qualidade de informação mobilizada é maior entre os cidadãos engajados.

Supomos que a experiência associativa vivenciada pelos cidadãos engajados é um estímulo à informação, tal como avalia Putnam.

3.4 Confianças nas instituições

Ao serem questionados sobre o Poder Judiciário e a Polícia no Brasil todos os cidadãos, engajados e não engajados, demonstraram baixo grau de confiança nessas instituições. Quase todos apontam a impunidade, a morosidade e a corrupção como problemas inerentes às instituições em questão.

O que o Sr(a). acha da Justiça no Brasil?

> É injusta. Porque eles são só uma panelinha. Os ricos ficando mais ricos e os pobres ficando mais pobres. Eu acho tudo... oh! O cara que tem (gesto com a mão insinuando dinheiro), tem! O que não tem se ferra! Porque a justiça é demorada, é mole, é parada, não é séria! Um assassino mata, daqui a pouco ele tá na rua; um pai de família rouba carne pra sustentar o filho, fica lá mofando e eles não soltam. O poder judicial tinha que mudar as leis, é muito antiga.

No entanto, entre os cidadãos engajados a crítica à justiça e à polícia é mais detalhada, ou seja, a capacidade de identificar as causas dos problemas institucionais é maior entre os cidadãos engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10.

> [...] o Judiciário no Brasil hoje tá vergonhoso na verdade, tem que se altera muita coisa pra ele funcionar, né! Se desvincular desses interesses de partido de grupos econômicos e financeiros, então pra se mudar o Poder Judiciário é um processo demorado. E a lentidão é um dos principais problemas, mas o principal problema começa nas faculdades de direito, o ensino de direito tá muito comprometido, mesmo as pessoas comprometidas em fazer um trabalho sério, ético, moral; ele acaba sendo prejudicado desde o momento que vai pra faculdade. O sistema de ensino no Brasil tá comprometido com as questões daquilo que é interesse econômico, financeiro, porque é o capitalismo, né! Mesmo a pessoa bem intencionada tem dificuldade de botar em pratica, pelo próprio sistema [...] (sic).

A falta de confiança nas instituições é acompanhada de baixa confiança na disposição dos concidadãos para defesa do interesse público. Esse dado prevalece tanto nos cidadãos engajados quanto nos não engajados.

3.5 Confiança nos concidadãos

A confiança nos concidadãos para promoção de ações coletivas é baixa nas duas amostras, ou seja, tanto os cidadãos engajados, como os não engajados, demonstram baixa expectativa na disposição da maioria da população para colaborar em ação coletiva em defesa do interesse público.

Entre os cidadãos engajados, porém, a explicação da baixa confiança é mais sofisticada, pois entre esses, alguns identificam a baixa disposição de engajamento da maioria dos brasileiros como resultado da ordem capitalista.

No seu bairro, se alguns dos vizinhos sugerirem uma ação conjunta para tratar de um problema que afeta a vida de todos os moradores, você acha que todos ou a maioria apoiaria e compareceria? Por quê?

> Não, infelizmente não. Primeiro, pela dificuldade do trabalhador estar participando, segundo, pela questão da falta de conscientização e união pra resolver problemas coletivos. As pessoas têm pouquíssima consciência. Na associação de moradores sempre tínhamos dificuldade, marcava encontros, na hora as pessoas não vão. Mas elas sabem muito bem cobrarem, mas não participam, cobram, criticam, crítica pela critica, mas não se engajam, não participam. Ficam na crítica sem ter conhecimento e acabam cometendo injustiça com aqueles que estão trabalhando, se esforçando e abrindo mão de sua vida pra ajudar a comunidade. Na própria rua de moradores entre amigos e conhecidos há dificuldade de ta organizando. A vida, a luta do trabalhador, trabalhando, estudando, resta pouco tempo. A falta de interesse mesmo, de boa vontade mesmo, de conscientização política mesmo. As pessoas estão muito individualistas, hoje, o próprio sistema capitalista ensina isso. Faz as pessoas ficarem muito individualistas.

Supomos que a experiência associativa dos cidadãos engajados seja a fonte do entendimento dos dilemas de ação coletiva, tal como demonstrado no trecho acima, em que o entrevistado relata a dificuldade de mobilizar os demais cidadãos para o engajamento em ações coletivas voltadas para promoção do interesse público.

Mais do que reconhecer a indisposição da maioria da população, o cidadão engajado entende que a inércia de seus concidadãos se deve à baixa conscientização política e à rotina do trabalhador que consome grande parte de seu tempo em longas jornadas de trabalho. Nos termos de Olson (2011) a inércia seria devida aos custos de ação. Putnam (2006), no mesmo sentido, ressaltaria que o contexto da maioria dos trabalhadores seria inviável para uma racionalidade favorável à participação.

3.6 Disposição para cooperação

Ao serem questionados se teriam disposição de apoiar uma ação coletiva em nome do interesse público todos os entrevistados, engajados e não engajados, afirmaram que apoiariam e compareceriam.

No seu bairro, se alguns dos vizinhos sugerirem uma ação conjunta para tratar de um problema que afeta a vida de todos os moradores, você apoiaria e compareceria? Por quê?

"Ah... Ia com certeza. Se fosse pro bem eu ia, caso contrário não".

No entanto, entre os cidadãos engajados, a adesão às ações coletivas têm o tom de uma obrigação moral.

> Com certeza, isso ai até é a obrigação da gente. Embora a gente tá muito desmotivado por causa do desinteresse de um grupo grande. Participaria porque é obrigação das pessoas que se propõem a participar de alguma maneira pra poder mudar essa situação do Brasil, da própria cidade da gente, do próprio bairro. É uma questão moral, ética moral, de dar o exemplo de participação. O discurso é importante, mas o exemplo é que caba arrastando outras pessoas [grifo nosso].

Além de demonstrarem maior grau de informação e compreensão da política, os cidadãos engajados demonstram que sua participação continuada está relacionada com um sentimento de dever cívico.

3.7 Percepção das relações: Igualitárias ou hierárquicas?

Tanto os cidadãos engajados quanto os não engajados reconhecem que os brasileiros não são tratados igualmente, nem nas relações sociais, nem frente à Lei. Ao serem questionados sobre o que faria um policial que aborda um veículo sem documentação, mas, conduzido por um juiz, todos afirmaram que a tendência natural era a impunidade, seja pela não aplicação da penalidade, seja pela capacidade do juiz anular a multa.

> Com certeza ele tem que fazer a obrigação dele como policial, né! Tomar as devidas providências com essa situação, se é o caso de apreensão de documentos ou de multa, acho que ele tem que proceder assim, ele não tem que ficar temeroso. Isso aí é o que eu entendo, na questão ética, de moral, de justiça, mas o policial, se agir assim, vai ter problemas sérios. Porque as pessoas hoje cometem abuso de poder, isso já ficou muito natural no Brasil, as pessoas que têm poder, elas abusam do poder, e acho que ele realmente não agiria de forma

> correta, o policial, porque ele saberia que teria problemas, essa pessoa cometeria abuso de poder, não aceitaria ser multado ou ter o veículo apreendido, porque é uma autoridade, tem mais conhecimento, poder, abuso de poder.

Certamente as experiências sociais desse tipo contribuem para a falta de confiança nos demais cidadãos como nas instituições.

3.8 Tolerância com a compra e venda de voto

Tanto os cidadãos engajados como os não engajados mostraram-se avessos e indispostos a aceitar qualquer recompensa pelo seu voto[9]. No entanto os cidadãos engajados na coleta de assinaturas pelas Leis 9840/99 e 135/10, demonstraram mais compreensão dos dilemas que levam um cidadão a vender seu voto.

> Com certeza tá errado as pessoas aceitarem, porque é isso que motiva e gera mais corrupção, né! Infelizmente o trabalhador comum, as pessoas que não têm consciência política, acham que isso é natural, que até se amigos, vizinhos soubessem de uma recusa dele, diriam que ele é bobo, otário. É o comum, o normal, a pessoa acha que tem que ver o lado dela mesmo, mesmo que seja errado, ela continua a praticar aquele erro. Acho que isso aí ficou muito comum.

O relato transcrito acima demonstra a compreensão de um cidadão engajado quanto a influência do contexto sobre o comportamento individual. Nesse caso, a falta de consciência, tanto política, quanto das necessidades da população carente, produzem um contexto no qual vender o voto é uma ação racional.

3.9 Discernimento entre público e privado

O discernimento entre público e privado foi constante nas duas amostras. Tanto os cidadãos engajados, quanto os não engajados demonstraram clareza de que os bens públicos não devem ser geridos em nome de interesses privados.

Alguém eleito para um cargo público deve usá-lo em benefício próprio?

[9] Ressaltamos que essas questões contêm o viés de aquiescência, ou seja, os entrevistados tendem a elaborar suas respostas levando em conta as expectativas éticas e morais vigentes no seu contexto, ainda que as ações em questão não sejam, de fato, praticadas.

"Discordo, porque público é aquilo que é do interesse de todos, do comum, da justiça, da democracia".

Apesar do discernimento entre público e privado ser generalizado entre os cidadãos engajados e não engajados, alguns dos cidadãos não engajados demonstraram disposição a votar em políticos notoriamente corruptos. Isso revela que, muitas vezes, o voto em um político corrupto ocorre apesar da consciência do eleitor sobre o real dever dos políticos profissionais, isto é, governar sem desrespeitar o interesse público em nome de interesses pessoais.

3.10 Tolerância com políticos notoriamente corruptos

Cidadãos engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10 apresentaram rejeição absoluta ao nome de um político notoriamente corrupto, o ex-prefeito de Juiz de Fora, Bejani[10], que já foi preso pela Polícia Federal e encontra-se inelegível. Entre os cidadãos não engajados não ocorreu o mesmo, pois alguns dos entrevistados afirmaram que votariam no ex-prefeito apesar dos escândalos de corrupção em que ele esteve envolvido.

Se o Bejani voltar a se candidatar para algum cargo público, o Sr(a). votaria nele? Por quê?

> Votaria na maior! Porque ele pode ter feito coisa errada, mas eu acho que depois dele levar tanto na cabeça, eu acho que ele não faria mais coisa errada. Porque estariam de olho nele. Eu acho que na época dele, tudo que ele fez, tá feito. Muita coisa ele fez direitinho. Desviou alguma coisa, mas fez. O diabo é quem desvia e não faz. Entendeu? Ele passou a mão, mas ele fez muita coisa boa.

Os cidadãos engajados na coleta de assinaturas demonstraram forte rejeição ao argumento "rouba mas faz", o mesmo não ocorre com os cidadãos não engajados. Entre os cidadãos não engajados ainda aparece o argumento: "[...] votaria do mesmo jeito. Por que todos roubam, não tem jeito! Não tem como separar, aquele lá é honesto, não tem como... fazer o que?".

[10] Em 9 de abril de 2008, o então Prefeito de Juiz de Fora, Carlos Alberto Bejani, foi preso durante a chamada "Operação Passárgada" da Polícia Federal, acusado de desvio de recursos que eram repassados pela União através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em sua casa foram encontrados e apreendidos 1,12 milhão de reais em espécie, um revólver de uso exclusivo das Forças Armadas, duas pistolas e uma carabina. Treze dias depois, em 22 de abril, Bejani foi libertado através de habeas corpus do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Voltou a ser preso em 12 de junho, por não conseguir comprovar a origem do dinheiro apreendido em sua casa. No mesmo dia, o site da revista *Época* divulga um vídeo em que Bejani aparece recebendo sacolas de dinheiro. No dia 13 de junho a Câmara Municipal de Juiz de Fora, após realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, decidiu pedir a cassação de Bejani. Ele, porém, se antecipou à decisão e anunciou a renúncia em 16 de junho de 2008 [grifo nosso].

Tanto os cidadãos engajados como os não engajados agem racionalmente, desde que suas crenças sejam consideradas plausíveis. Enquanto os cidadãos engajados entendem que o melhor meio de melhorar suas vidas é a adesão a causas coletivas em nome do interesse público, os cidadãos não engajados agem isoladamente pautados pelos interesses pessoais. Desse modo, alguns dos cidadãos não engajados acham legítimo votar em um político, ainda que esse seja um político notoriamente corrupto, pois para eles, mais importante que a honestidade, é a crença de que possam se beneficiar com a vitória do político em questão.

3.11 Crenças e racionalidade

As crenças que fundamentam a racionalidade dos atores em questão, são os fatores essenciais que nos permitem diferenciar o comportamento de cidadãos engajados na coleta de assinaturas frente a cidadãos não engajados. “Vale a pena agir contra a corrupção?” Essa foi a pergunta feita a todos os entrevistados. Entre os cidadãos engajados foi unânime a resposta “sim”. Entre os não engajados prevaleceu o não.

O Sr(a). acha que vale a pena agir contra a corrupção? Por quê?

> Valeria, se esse país fosse mais sério. Mas do jeito que ta aí, não dá nada, ué, acaba em pizza. Não tem como. Quem age contra a corrupção tá perdendo tempo, muito tempo. Não dá em nada. O país não é sério, a lei é arcaica. Não adianta. Aqui é casa de mãe Joana, esse país[11].

O trecho acima é a fala de um cidadão não engajado, esse acredita que a ação contra a corrupção não gera resultados. A omissão frente ao problema é uma conduta racional, afinal, como afirma o entrevistado, seria perda de tempo. A ação dos cidadãos engajados é, também, racional, porém em sentido oposto, pois o fundamento da conduta é outra crença.

O Sr(a). acha que vale a pena agir contra a corrupção? Por quê?

> Vale a pena sim, é obrigação do cidadão. A corrupção é antidemocrática, né, ela destrói os interesses comuns, o interesse público. O cidadão consciente tem que se engajar na luta contra a corrupção. Sei que hoje é quase uma utopia, com esse Congresso conservador que a gente tem. Aqueles que são eleitos têm que ficar a serviço do capital, onde existir o capitalismo existe corrupção, interesses de grupos individuais e que se

[11] Trecho da entrevista com um cidadão não engajado que apresenta os seguintes atributos socioeconômicos: 62 anos, vendedor, sem experiência associativa, renda entre 1 e 3 salários, segundo grau completo, considera-se branco, divorciado, reside na periferia, é espírita kardecista.

> sobrepõem às questões democráticas. É quase uma utopia conseguir resultados imediatos, mas tem que permanecer na luta por uma questão, até de sobrevivência humana, de justiça, de moral, de direito, é uma obrigação das pessoas de bem, fazerem isso[12].

O trecho transcrito acima é a fala de um cidadão engajado na coleta de assinaturas pró-leis de combate à corrupção. Apesar de reconhecer que os resultados não são imediatos, o entrevistado acredita que ocorrerão resultados positivos. Além disso, o entrevistado se mostra motivado por valores democráticos e republicanos, tal como a defesa do interesse público. O entrevistado expressa, ainda, que "pessoas de bem" tem a obrigação de agir contra a corrupção em nome da moral e da justiça, noções abstratas relativas ao comportamento e convívio em sociedade. O comportamento desse ator é racional, para ele a promoção do interesse coletivo é uma forma de promover seus interesses pessoais, afinal ele entende que a realização de bens púbicos o dará acesso a recursos que permaneceriam indisponíveis sem a promoção do interesse coletivo.

Conclusão

As entrevistas mobilizadas permitiram que conhecêssemos as opiniões, atitudes e condutas através das quais podemos compreender o entrevistado como ator, que tende a um dos dois tipos de comportamento. Nenhum dos entrevistados apresentou comportamento típico pró ou anticorrupção, mas é notável que, enquanto os entrevistados engajados na coleta de assinaturas pró-leis 9840/99 e 135/10 apresentaram um comportamento que tende mais ao tipo anticorrupção, os não engajados demonstraram comportar-se mais de modo pró-corrupção.

Podemos resumir os resultados nos seguintes termos:

- A experiência associativa é uma variável relevante na diferenciação das duas amostras. Enquanto todos os entrevistados engajados na coleta de assinaturas possuem experiência associativa, o contrário ocorre com os não engajados.
- A sofisticação política é maior entre os entrevistados engajados, fato que, provavelmente está associado à experiência associativa.

[12] Trecho da entrevista com um cidadão engajado que apresenta os seguintes atributos socioeconômicos: 60 anos, porteiro, com experiência associativa, renda entre 1 e 3 salários, segundo grau completo, considera-se branco, divorciado, reside na periferia, sem religião.

- Os entrevistados engajados possuem uma percepção menos fatalista da política, fato que, provavelmente, está associado à experiência associativa e a sofisticação política. Os entrevistados engajados possuem uma percepção esquemática de causalidade, na qual são apontadas causas da corrupção. Esses entrevistados entendem que se houverem ações sobre as causas a corrupção pode diminuir. Além disso, os engajados se percebem como atores ativos no combate à corrupção. Essa percepção leva-os a agir, tal como fizeram na coleta de assinaturas pró-Leis 9840/99 e 135/10.
- Tanto os entrevistados engajados quanto os não engajados apresentam pouca confiança nas instituições e nos demais cidadãos. Porém, os engajados percebem que as falhas institucionais e o individualismo são efeitos da ordem social que se efetivou no Brasil ao longo da história.
- Tanto os entrevistados engajados, quanto os não engajados, verbalizaram disposição para colaborar em ações coletivas em defesa do interesse público, no entanto os engajados possuem um histórico de ativismo enquanto os não engajados nunca participaram de ações coletivas.
- Tanto os entrevistados engajados, quanto os não engajados, percebem que no Brasil predominam as relações sociais verticais e hierárquicas.
- Tanto os entrevistados engajados, quanto os não engajados, mostraram-se avessos a compra e venda de votos, porém alguns dos engajados demonstraram maior compreensão dos motivos que levam um cidadão a vender o próprio voto.
- Enquanto alguns (dois) dos entrevistados não engajados verbalizaram a disposição de votar em um político notoriamente corrupto, entre os engajados todos se mostraram indispostos a votar em um político notoriamente corrupto.
- Tanto os entrevistados engajados, quanto os não engajados, demonstraram compreender bem a distinção entre público e privado, tal como os limites da ação individual na gestão da coisa pública.
- Enquanto os entrevistados engajados apresentaram uma racionalidade estratégica favorável ao engajamento em ações coletivas a favor do combate à corrupção, os não engajados apresentaram racionalidade estratégica favorável à omissão. Essa diferença é crucial para o comportamento de ambos e se deve a percepção que esses cidadãos possuem de si e da política. Enquanto os engajados entendem que a corrupção pode ser reduzida e que eles próprios podem contribuir para isso, os não engajados não se percebem como atores capazes de contribuir para redução da corrupção, tal como alguns deles não creem que possa haver.

Portanto, constatamos que os cidadãos juiz-foranos engajados na coleta de assinaturas a favor das Leis 9840/99 e 135/10, são casos em que a experiência associativa, a sofisticação política, a percepção esquemática causal da política, a racionalidade estratégica favorável ao combate à corrupção, a disposição efetiva de cooperação e engajamento em ações coletivas contra a corrupção encontram-se associadas. Por outro lado, entre os cidadãos não engajados na coleta de assinaturas é perceptível que a ausência da experiência associativa, o menor grau de sofisticação política, a percepção fatalista da política e as manifestações de conivência com a corrupção são fatores que se encontram associados entre si.

O comportamento dos cidadãos engajados na coleta de assinaturas pró-Leis 9840/99 e 135/10, não é um caso típico puro do comportamento anticorrupção. Eles apresentam longeva experiência associativa, elevada sofisticação política, percepção causal esquemática da política, disposição para cooperação e engajamento efetivo em ações coletivas contra a corrupção. Porém, não se encontra entre os mesmos um elevado grau de confiança nas instituições e nos cidadãos em geral, nem mesmo uma percepção de que a igualdade frente à Lei e frente aos concidadãos seja a regra em suas experiências. A escassez de confiança e a percepção de que a igualdade frente à lei não é uma regra, prevalece, também, entre os cidadãos não engajados.

Os cidadãos entrevistados, engajados e não engajados, não são casos típicos e puros dos dois tipos de comportamentos políticos esboçados para essa análise, porém, não resta dúvida de que enquanto os cidadãos engajados se aproximam mais do comportamento anticorrupção, os não engajados tendem ao comportamento pró-corrupção. Esses dois tipos de comportamento coexistem entre os brasileiros e revelam que o Brasil de hoje é um híbrido cultural.

Referências

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade. **Rev. Sociol. Polít**., Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003.

BARREIRO, Alicia; ZUBIETA, Elena. **Parsimonia cognitiva y legitimación de las injusticias sociales:** la creencia en el mundo justo y el fatalismo latino americano. Facultad de psicología - uba / secretaría de investigaciones / anuario de investigaciones / volumen XVIII. 2011.

BRASIL. **Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010**. Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade

administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 7 de junho de 2010.

_____. **Lei 9.840 de 28 de setembro de 1999.** Altera dispositivos da Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965 Lei 9840/99. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 29 de setembro de 1999.

CASTRO, M. M. M. **Determinantes do comportamento eleitoral:** a centralidade da sofisticação política. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. IUPERJ, 1994.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

DELLI CARPINI, M. & KEETER, S. **What Americans know about politics and it matters**. New Haven, Yale University Press. 1996.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EdUSP, 2012. Economia Global. Brasília: UnB, 2002.

LOPES, D. Pensar a confiança e a cultura política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. X, n. 1, p. 162-187, mai. 2004.

LÜCHMANN, Lígia H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **RBSC**, v. 29, n. 85, jun., 2014.

MOISÉS, José Álvaro. **Democratização e cultura de massa no Brasil**. Lua Nova, 26, 1992.

PUTNAN, Robert. **Comunidade e democracia:** a experiência italiana moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, B. Capital social e confiança. **Rev. Sociol. Polít**., Curitiba, 21, p. 35-49, nov., 2003.

RENNÓ, L. Confiança interpessoal e comportamento político. **Opinião pública**. Campinas. v. VII, n. 1, p. 33-59, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. 1, Brasília: UnB, 2004.

INVESTIGANDO A DEMOCRACIA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE SOBRE OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO GOVERNO PT

Juliana Magalhães de Castro
Mestranda PPGCS/UFRN

Leonardo Anderson Ricardo Vieira
Mestrando PPGS/UFC

Resumo: O presente trabalho procura investigar o contexto político, social e econômico em que se insere a participação popular no Brasil por meio da análise dos mecanismos de diálogos entre o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada, durante mais de doze anos do governo PT. Através do levantamento de dados sobre os mecanismos de participação já existentes em forma embrionária desde a década de 1980, procura-se compreender que elementos se entrelaçam ao tratarmos da participação popular no cenário da democracia brasileira, tendo como ponto de partida o questionamento sobre o papel da institucionalidade na demanda de diálogos entre os diversos setores organizados da sociedade civil e o Estado, bem como os possíveis impactos na organização dos movimentos sociais. A hipótese apresentada é que as políticas de participação popular defendidas no discurso do Partido dos Trabalhadores nas gestões Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) tiveram um impacto qualitativo na organização dos movimentos sociais e na construção da democracia nacional através dos diálogos entre o Estado e a sociedade civil organizada, influindo diretamente sobre a luta e organização dos trabalhadores.

Palavras-chave: democracia participativa; Partido dos Trabalhadores; sociedade civil

Abstract: This paper investigates the political, social and economic context in which it operates popular participation in Brazil by analyzing the dialogue mechanisms between the Brazilian government and civil society organizations for over twelve years of the PT government. Through the survey data on the mechanisms of existing participation in embryonic form since the 1980s, seeking to understand what elements are interwoven to treat people's participation in the Brazilian democracy scenario taking as its starting point the questioning of the role of institutional demand for dialogue between various organized sectors of civil society and the state as well as possible impacts on the organization of social movements. The hypothesis put forward is that popular participation policies defended the Party discourse of Workers in efforts Lula (2003-2010) and Dilma (2011-2014) had a qualitative impact on the organization of social movements and the construction of national democracy through dialogue between the state and organized civil society influencing directly on the struggle and organization of workers.

Keywords: democracy; civil society; participatory politics.

1. A participação popular no Brasil: breve histórico (1980-2000)

Para que possamos compreender os significados da participação popular no Brasil, é preciso, em primeiro lugar, que adentremos no histórico do desenvolvimento das instâncias democráticas no país e os caminhos percorridos na disputa por espaços políticos.

Se nos dias atuais acompanhamos diversas discussões sobre a importância da participação efetiva da população nas mais diversas esferas de decisões, a começar pela obrigatoriedade do voto, faz-se necessário debruçar-nos sobre a própria história da democracia no Brasil. Não é de agora que a luta por espaço nas esferas de decisões acontece.

Foi em meados da década de 1980 que acompanhamos um momento de grande efervescência no país. A necessidade da reabertura democrática funcionava como oxigênio para as mobilizações de diversas categorias que se colocavam em luta, com destaques para o movimento operário do ABC paulista.

Soma-se a essas mobilizações, a demanda de uma nova constituição que pudesse ser atualizada e representasse os anseios e necessidades da sociedade brasileira do período. A pauta da constituinte fora encampada pela quase totalidade dos movimentos sociais que participavam do movimento Diretas Já!, por exemplo.

O que se colocava em cheque era fundamentalmente a necessidade de se ampliar os mecanismos de participação e diálogo com o Estado brasileiro. O Regime Militar (1964-1985) havia esgotado suas possibilidades e as mudanças sociais, econômicas e culturais pelas quais o país passava exigia uma governabilidade diferente. A demanda por democracia era inevitável.

Como pano de fundo, a *reforma política* emergia como necessidade e também como possibilidade de transformações sociais. Se é bem verdade que no encerramento político de cada ciclo surgem demandas novas e algumas antigas permanecem, é verdade também, que se tratando da relação entre Estado e sociedade civil nas sociedades capitalistas, a ampliação do diálogo é pauta permanente. Nesse sentido, a Constituição de 1988, aparece como documento que, em tese, garante uma série de direitos sociais e, é justamente nessa discussão que se buscou ampliar a participação "direta" nas esferas de decisão. Segundo Silva e Jaccoud:

> A Constituição de 1988 instituiu o arcabouço jurídico que permitiu a consolidação do regime democrático no Brasil. Um conjunto de direitos sociais foi ali estabelecido como resultado de um longo e conflituoso processo de mobilizações sociais e políticas que marcaram os anos 1970 e 1980. Nessa trajetória, buscou-se ampliar o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão e implementação das políticas sociais, respondendo a demandas em torno da descentralização e da democratização do Estado brasileiro (SILVA & JACCOUD, 2004, p. 43).

Foi a partir da Carta Constitucional de 1988, que os Conselhos Populares foram institucionalizados em quase todas as instâncias de políticas sociais no país, a exemplo do conselho de saúde, que foi pioneiro nesse quesito. Tais conselhos passaram a ser parte

estruturante do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS) que ainda hoje está na base das discussões sobre políticas públicas no país.

A legitimidade dada aos conselhos viria a se somar com a força que ganhavam os movimentos sociais no período e a institucionalização passa a ser característica marcante no novo período político no Brasil.

Há ainda um outro elemento que deve ser considerado na correlação de forças no período: a instituição de ONG's e dos Movimentos Sociais como agentes de disputa na sociedade civil brasileira:

> A participação da sociedade na execução das políticas sociais também sofreu uma grande alteração a partir dos anos 1980. Na conjuntura da luta pela democratização do país, consolidou-se no campo da atuação privada, até então dominada pelas entidades de cunho filantrópico, um novo elenco de atores sociais voltados à promoção da sociedade como protagonista de sua própria transformação. Movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGs) passam a atuar na implementação de projetos sociais de diversos conteúdos, visando dotar comunidades e grupos sociais de protagonismo social em um Estado autoritário e numa realidade social marcada pela exclusão, discriminação e pobreza (SILVA & JACCOUD, 2004, p. 44).

Via de regra, a cara da participação política nesse período no Brasil vai ser ditada pelos chamados Novos Movimentos Sociais, compreendidos aqui, de forma ampla, a partir dos novos arranjos e demandas que surgiram na sociedade brasileira no período. Vão desde demandas identitárias tais como Movimento de Mulheres, Movimento Negro, LGBT, etc., até o chamado Novo Sindicalismo que terá como pólo aglutinador a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fundada em 1983.

Ao longo da década de 1990, por meio do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), assistimos uma série de concessões e privatizações de serviços públicos no país e, como consequência, o ataque direto aos direitos dos trabalhadores. As políticas de participação social acabam ficando secundarizadas por meio da ideia neoliberal de minimização do Estado. A tentativa de desmantelamento das estruturas sindicais via criação de uma central sindical que se opunha à hegemonia da CUT e da política de maximização do Estado (Força Sindical), são só um exemplo de como a participação social fora tratada na década de 1990. Qualitativamente, não houve avanços na medida em que o enfoque da administração estatal do período foram as concessões ao privado.

É nesse cenário de ataques que o Partido dos Trabalhadores (PT) irá aparecer como alternativa institucional viável. Fruto da emergência dos movimentos sociais na década de 1980,

o PT desde sua criação ganha espaço nas instâncias representativas a partir de uma política que apresenta como base o diálogo e a participação popular nas instâncias democráticas.

Com a chegada de Lula à Presidência da República (2003), acompanhamos uma alteração qualitativa em relação à participação popular nas instâncias representativas. Como característica marcante do "modo petista de governar", encontramos a tentativa de ampliar a representatividade popular por meio da criação de novos conselhos populares, por exemplo, e da instituição do Orçamento Participativo como ferramenta de diálogo institucional.

Para termos uma ideia do que representou, na prática, essa ênfase dada aos mecanismos de participação popular, basta dizer que ao longo dos dois mandatos do governo FHC foram realizadas 19 conferências nacionais de políticas públicas. Já nos oito anos de governo Lula, esse número quadruplicou, subindo para 74. Além das conferências já existentes – como a de Direitos Humanos, Saúde e Assistência Social, foram criadas outras, tais como de Juventude e LGBTT[1].

Outro dado importante é sobre a criação de comissões especiais atreladas aos ministérios, que no governo Lula chegaram a 18 contra apenas oito no governo FHC.

Tudo isso tem uma razão de ser, que não se limita às possíveis divergências ideológicas entre os partidos em questão (PT e PSDB), mas que tem como base material as mudanças estruturais e políticas pelas quais a sociedade brasileira passou no último período. Se na década de 1980 a democracia aparecia como anseio de uma ampla parcela da sociedade, nos anos 2000 a busca por um amadurecimento das instâncias democráticas também surge como necessidade imediata diante de um cenário político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Deve-se considerar a hipótese de que o "modo petista de governar" foi aquele que mais se adequou às necessidades econômicas e sociais de nossa história recente, na medida em que soube trabalhar bem com essa ampliação da participação popular sem que essa participação saísse da esfera institucional, isto é, sem que saísse do controle governamental que soube ditar como, onde e por que participar da política no país.

2. Estado ampliado, sociedade civil e a realidade brasileira

Para compreender os significados da ampliação dos mecanismos de participação popular no Brasil, é necessário delimitar a concepção de Estado da qual se parte. É necessário

[1] Dados: IPEA

ter em mente que o Estado brasileiro é, sobretudo, reflexo da configuração econômica, social e política e corresponde às demandas e interesses de um determinado período histórico.

Em primeiro lugar, o Estado brasileiro se insere dentro da dinâmica das relações sociais capitalistas, isto é, diz respeito a uma forma de organização social que tem por base o modo de produção capitalista e toda a superestrutura que se ergue em cima dele, sendo parte estrutural desse sistema de organização social.

Sendo parte estruturante do modo de produção capitalista, cabe ao Estado a manutenção e legitimação da ordem social estabelecida. Segundo Poulantzas (1971), tem como uma das características fundamentais o papel de coesão social na medida em que estabelece relações econômicas, políticas e ideológicas e, ainda, compreende as lutas de classe empreendidas contra as estruturas do Estado. Dessa maneira – por meio da coesão – as relações sociais entre classes ficam camufladas por meio de uma suposta universalidade que seria garantida pelo Estado. No que tange à participação popular nas esferas institucionais:

> [...] Tudo se passa nas suas instituições, como se a luta de classe não existisse. Esse Estado apresenta-se organizado como unidade política duma sociedade com interesses econômicos divergentes – não interesses de classes, mas interesses de sujeitos econômicos. Isto se reporta à relação do Estado com o isolamento das relações sociais econômicas, o qual é, em parte o seu próprio efeito. A partir desse isolamento, a função política do Estado apresenta uma ambivalência característica, constante diga respeito às classes dominantes ou às classes dominadas (POULANTZAS, 1971, p. 8).

Como é papel social do Estado, na sociedade capitalista, garantir a coesão social por meio da camuflagem da luta de classes, a demanda por políticas sociais que busquem trabalhar em cima de desigualdades específicas, oriundas do modo de produção capitalista e suas especificidades conjunturais, acaba cumprindo um papel de conciliação de classe e legitimação da ordem social estabelecida.

É em Gramsci que encontramos o conceito de Estado Ampliado e temos a noção de Sociedade Civil que aqui nos interessa. Para o autor, para pensar o marxismo, era preciso desenvolver uma teoria analítica que pudesse dar conta de compreender as diversas transformações pelas quais o modo de produção capitalista passou no último século. Dentre essas transformações, encontra-se a compreensão do papel do Estado dentro da dinâmica da luta de classes.

Dessa forma, o autor divide a nível didático, a sociedade em dois momentos: a sociedade política e a sociedade civil:

> Nas sociedades ocidentais, o Estado, em sentido amplo, o Estado ampliado, a superestrutura, é a junção de duas esferas, a: a) **sociedade política** (Estado em sentido estrito, Estado-coerção): formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção; e b) **sociedade civil** (Estado ético): organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso) (VIOLIN, 2006, p. 13, grifo nosso).

Essa divisão é importante, na medida em que nos permite diferenciar as diversas esferas de disputa de poder na sociedade moderna.

Contudo, em Montaño, que nos chama a atenção para algo fundamental na compreensão da teoria gramsciana:

> Há em Gramsci (na esteira de Marx), à diferença dos autores do 'terceiro setor', um caráter claramente classista na sociedade civil – aqui se expressa a articulação das esferas sociais, ignorada por estes teóricos: a 'sociedade civil' gramsciana **faz parte** do Estado (lato sensu) que por sua vez é permeado pelos interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica (MONTAÑO, 2002, p. 74).

Dessa maneira, a disputa na sociedade civil deve ser entendida como parte constituinte da disputa na esfera estatal. Estado e Sociedade Civil são partes de um mesmo processo e não podem se dissociar totalmente. Não há como debater sociedade política sem debater sociedade civil e vice-versa. Ambas representam os dois lados de uma mesma moeda, e, só podem ser compreendidas dentro de uma totalidade, representada pela luta de classes.

Tratando-se especificamente da participação popular nas esferas institucionais, é preciso compreender que não se pode considerar a via representativa democrática como algo dissociável da disputa por direito por fora da legalidade instituída pelo Estado. Se ambos processos – os que ocorrem na sociedade política e na sociedade civil – acontecem dentro da dinâmica da luta de classes, é justamente nessa dinâmica que há o ponto de partida necessário para se localizar o papel que o Partido dos Trabalhadores cumpriu na sociedade brasileira.

Caso contrário, correríamos o risco de fazermos uma análise deturpada sobre a correlação de forças na sociedade brasileira. Se por um lado, vemos, no governo PT, uma

ênfase ao tocante às esferas institucionais de participação popular – como Conselhos e Orçamentos Participativos – por outro, podemos acompanhar uma série de mobilizações nas quais o PT se colocou em embate com movimentos sociais, atuando de forma repressora e complacente às camadas dominantes[2] da sociedade.

3. Os mecanismos de participação popular e a democracia no Brasil: o PT como um partido de todos

Para concluirmos esse breve artigo, levamos em consideração a hipótese de que houve uma mudança qualitativa na organização dos mecanismos de participação popular ao longo do governo PT (2003-atual). Mas não nos basta evidenciar o que se apresenta já em estatísticas, já mencionadas.

Os primeiros resultados da pesquisa, que se encontra na fase de levantamento bibliográfico e de dados quantitativos, apontam para uma real alteração no cenário de diálogo entre o Estado e a sociedade civil organizada, durante as gestões do PT na presidência da república, através da participação das representatividades dos diversos movimentos sociais brasileiros dentro dos mecanismos de negociação e participação popular por dentro da ordem.

Tais movimentos sociais podem ser divididos em quatro grandes grupos:

1) Movimentos Sindicais Urbanos; 2) Movimentos Sindicais Rurais; 3) Movimentos pelo direito a Terra e Reforma Agrária e 4) Movimentos pela ampliação de direitos sociais[3]. Alteração essa que apresenta significado objetivo e subjetivo na forma com que os movimentos sociais, rurais e urbanos se mobilizam para colocar na pauta democrática suas próprias demandas.

A primeira impressão é que a ampla maioria dos movimentos sociais surgidos na década de 1980 e que contribuíram fortemente na construção do Partido dos Trabalhadores estão atualmente atrelados à lógica institucional da representatividade, participando de mecanismos tais como Orçamentos Participativos à nível estadual e os Conselhos Populares. Isso tem uma grande implicância na relação com o governo na medida em que o diálogo é priorizado em virtude da necessidade de negociações, mas se sobrepõe à própria análise crítica da real eficiência de tais negociações.

[2] Por camadas dominantes entendemos aqui as classes sociais com maior poder econômico e político.
[3] Tal divisão cumpre caráter meramente didático, auxiliando no levantamento de dados da pesquisa.

Deve-se procurar compreender qual a relação orgânica entre o Partido dos Trabalhadores e os principais movimentos representativos que emergiram durante o mesmo período que o partido, na efervescência da década de 1980. Cabe refletir se eles surgem como síntese de um período histórico em que a organização dos trabalhadores se fazia necessária em meio a um cenário de crise, no plano econômico e abertura democrática, no plano político, sendo eles a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como via sindical e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como representatividade do campo.

São esses mecanismos de diálogo que vão orientar a participação popular a partir de 2002, com a chegada do Partido dos Trabalhadores a presidência da república e delimitar a relação entre o governo e os diversos movimentos sociais da sociedade brasileira.

A efetividade de tais mecanismos dentro do desenvolvimento da democracia participativa é o que se coloca como objeto de investigação principal, trazendo à tona o debate atual sobre as possibilidades de participação popular via institucionalidade e suas possíveis consequências nas mobilizações de massas.

Tais mecanismos trazem como pano de fundo o debate acerca da participação democrática dentro do Estado democrático de direito e suas implicações no debate sobre Estado dentro de uma abordagem sociológica e política, nos significados de representatividade política na sociedade contemporânea e na análise da correlação de forças entre o poder instituído pela governabilidade e a relevância das pressões populares na conquista de direitos sociais.

A política apresentada pelo PT por dentro da via institucional ou, em outras palavras, por dentro da ordem, aparece como síntese de uma demanda política e social do país. Se compreendermos o Estado como o instrumentalizador e legitimador da ordem social capitalista, compreenderemos também os seus administradores como instrumentos de manutenção da ordem a partir do momento em que se propõe a administrar e a melhorar as condições sob as quais a democracia se desenvolve em nossa realidade social. Não é à toa, por exemplo, que o PT se elege como um governo de coalizão. É nesse campo, da sociedade política em diálogo com a sociedade civil que o PT disputa espaço e projetos políticos ou como nos diz seu presidente à época:

> O programa de governo que a candidatura Lula levou às ruas em 2002 contém eixos estratégicos para o Brasil. Um projeto estratégico, qualquer que seja, é sempre a projeção ideal que um agente político formula em relação à sua visão de futuro. Projeto político não pode ser entendido como

> algo que necessariamente se realizará. Trata-se apenas de um dever-ser, de uma das possibilidades em relação ao futuro. Na medida em que existem vários projetos interagindo e que a ação de execução de um projeto interage com a ação de outros sujeitos, o resultado final da ação implementadora de um projeto nunca será igual à intenção inicial do agente. O mesmo ocorre com programas de governo. O que importa, na ação dos partidos, é que suas ações correspondam a programas e projetos. Resultará daí algo mais ou menos aproximado da formulação inicial, dependendo sempre da capacidade de execução, das condicionantes da realidade, das circunstâncias e dos agentes interativos (GENOÍNO, 2003).

Isto é, a disputa política ocorre dentro e fora do partido através de apresentação de diferentes projetos políticos que interagem entre si, formando, a partir dessa interação, uma síntese que seja capaz de garantir a governabilidade. Dessa maneira, o PT fez-se como o partido de todos, tal qual o slogan da gestão Lula, fazendo valer a prerrogativa que o Estado é, em última instância, o instrumento legitimador da ordem.

É inegável que a participação popular no governo PT sofreu grandes alterações, dentro da esfera institucional, isto é, dentro da sociedade política e de manutenção da ordem, mas, se tratando de uma perspectiva mais ampla, que leve em conta a disputa por fora das instâncias legais, o governo PT cumpriu o mesmo papel que os demais governos cumpriram na sociedade brasileira, de reprimir e amortecer conflitos. Isso traz à tona a ideia de que, em última análise, o PT foi um governo de conciliação de classes e manutenção da ordem.

Prova disso é a resposta apresentada pela presidente Dilma Rousseff pós Jornadas de Junho de 2013[4] em pronunciamento nacional. A resposta foi o Decreto nº 8243, derrubado posteriormente pelo Congresso e que pretendia instituir a Política Nacional de Participação Social, isto é, apresentar, dentro das instâncias estatais uma alternativa democrática de participação popular. Procurando apaziguar os conflitos, a ideia era trazer para o controle governamental a participação política ao mesmo tempo em que a repressão aos que se colocavam nas ruas era a ação que imperava.

Por fim, não há como debater a mudança qualitativa que houve na democracia brasileira por meio da utilização desses mecanismos de participação popular sem considerar a totalidade da luta de classes. Se é bem verdade que a noção de Estado ampliado que Gramsci nos apresenta diz muito de nosso tempo histórico, é justamente por isso, que a análise da participação democrática e do papel cumprido pelo Partido dos Trabalhadores

[4] As Jornadas de Junho correspondem ao período de fortes manifestações políticas ocorridas em Junho de 2013 que tinham, entre inúmeras reivindicações, o questionamento sobre a Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

deve se dar no prisma da noção sobre a correlação de forças entre as classes sociais no Brasil. Se dentro do partido, como nos diz Genoíno, há a coexistência de diversos projetos políticos, há na política colocada em prática a legitimação e preleção à ideia de conciliação de classes.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 8243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 de maio de 2014.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Graal, 1987.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital:** o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1988). Feira de Santana: UEFS Editora, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson (org). **PT, um projeto político para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe:** o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MENEGUELLO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo** (1981-1997). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Crônica de um partido não anunciado:** programa e governos do PT 1979/2000. (Tese de Doutorado), Unicamp, Campinas, 2004.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NORBERTO BOBBIO E O DEBATE SOBRE OS CONFLITOS ENTRE DIREITO E PODER

Juscelino da Silva Pessoa
Estudante de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - UNESP.
E-mail: didicso03@yahoo.com.br

Maria Tereza Miceli Kerbauy
Pesquisadora do Depto. de Antropologia e Política, Araraquara/SP

Resumo: A presente investigação tem como objetivo analisar criticamente as contribuições do pensamento de Norberto Bobbio para o debate sobre as lutas, as conquistas e a necessidade de proteger os "Direitos do Homem". Bobbio chamou a era moderna de "A Era dos Direitos" e fez dos "Direitos do Homem", um objeto de estudo que completou uma trilogia que, segundo ele, é composta de "três momentos necessários do mesmo "movimento" histórico" (BOBBIO, 1992). Os três momentos a que se refere o pensador italiano são Direitos do Homem, Democracia e Paz. Esta pesquisa visa a abordar o problema dos conflitos existentes nas relações entre Direito e Poder no contexto das lutas por reconhecimento, da redistribuição e da busca da proteção dos direitos do Homem analisando e comparando as ideias de Bobbio com as ideias de alguns autores que se destacaram com estudos no campo da análise de tais problemas, como, por exemplo, Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor.

Palavras-chave: Século das Luzes; Direitos do Homem; Ordem Jurídica Global.

Abstract: This research aims to critically analyze the Norberto Bobbio's thinking contributions to the debate about the struggles, achievements and the need to protect the "human rights". Bobbio called the modern era of "The Age of Rights" and made of "Human Rights" an object of study that completed a trilogy which, he said, consists of "three required the same time" "historic" move (BOBBIO, 1992). Three times referred to the Italian thinker are Human Rights, Democracy and Peace. This research aims to address the problem of conflicts in the relationship between law and power in the context of struggles for recognition, redistribution and the pursuit of protection of human rights analyzing and comparing the Bobbio ideas with the ideas of some authors that stood out studies in the field of analysis of such problems, for example, Axel Honneth Nancy Fraser and Charles Taylor.

Keywords: the enlightenment, human rights, Global Legal Order.

Introdução

A relação entre Direito e Poder é um problema de suma importância para o pensamento contemporâneo, tanto no que concerne à Filosofia (Filosofia Política e Filosofia do Direito), como no que concerne à Sociologia, à Ciência Política e à Ciência do Direito. Os conflitos entre os atores engajados nas lutas pela conquista de direitos de diversos tipos, como, por exemplo, os direitos civis, os direitos sociais, os direitos políticos, os direitos econômicos e os direitos simbólicos, e os atores do mundo da política institucional marcaram a História de várias nações nas mais diversas épocas. Tais conflitos ganharam impulso na

modernidade e no mundo contemporâneo passando para a História através de várias lutas, manifestações, revoltas, protestos, guerras, revoluções, embates entre populações diversas e o poder instituído, e também por meio de reformas políticas e sociais.

Entretanto, sabe-se, inclusive, que durante a Antiguidade Clássica também houve conflitos entre determinados segmentos sociais e o governo, conflitos motivados pela busca do reconhecimento e proteção de direitos, incluindo os direitos fundamentais da pessoa humana. A História retrata, por exemplo, a existência de movimentos sociais que atuaram na Roma Antiga no período da República Imperialista. As historiadoras Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick abordam o problema da rebelião dos plebeus, os quais se retiraram para o monte Sagrado, o chamado Monte Aventino, e depois ameaçaram fundar uma cidade independente de Roma se as autoridades romanas não atendessem às suas reivindicações.

Como resultado dos protestos, os plebeus conquistaram o direito de eleger seus próprios magistrados, os tais tribunos da plebe (MOTA & BRAICK, 2005, p. 83). As autoras supracitadas tratam também da questão das leis escritas e da garantia da igualdade jurídica defendida por tais leis. Segundo elas, os plebeus conquistaram também, em 450 a. C., a publicação de leis escritas, as quais garantiam a igualdade jurídica entre patrícios e plebeus. As leis às quais as referidas autoras fazem alusão são as chamadas Leis das Doze Tábuas, leis que os romanos gravaram em placas de bronze e expuseram no fórum para que toda a população de Roma pudesse conhecer. Tais leis se transformaram em um dos fundamentos do Direito Romano (MOTA & BRAICK, 2005, p. 83).

Contudo, segundo Norberto Bobbio, os Direitos do Homem surgiram durante a modernidade. Os Dez Mandamentos e As Leis das Doze Tábuas são, segundo Bobbio (1992), documentos relativos às obrigações dos indivíduos, e não relativos aos seus direitos. Os Direitos do Homem emergem juntamente com uma concepção de sociedade baseada no individualismo, os quais são uma influência do liberalismo, e se desenvolveram no contexto das lutas pela conquista de direitos na França revolucionária e no contexto da hegemonia no processo histórico de definição e da institucionalização dos mesmos no seio da sociedade burguesa.

Tal processo deu-se por meio, inclusive, da criação das declarações sobre os direitos do homem e da promulgação das constituições nos estados nacionais, conquistados pela burguesia, mediante revoluções, contrarrevoluções ou golpes de Estado. Para Bobbio, os Direitos do Homem transformaram-se em um dos principais indicadores do progresso histórico (BOBBIO, 1992).

No que diz respeito ao mundo contemporâneo, principalmente depois do surgimento nos Estados Unidos do movimento denominado "multiculturalismo" e das diversas pesquisas e debates em torno de tal temática, é possível falar, em termos teóricos, em uma enorme quantidade de conflitos entre Direito e Poder que suscitaram lutas por reconhecimento e redistribuição de direitos.

As lutas que ocorreram durante o Apartheid na África do Sul contra a opressão da sociedade dos Boers contra os negros, por exemplo, foram tão importantes que, em conjunto com as lutas contra o totalitarismo soviético e outras lutas por direitos fundamentais ao redor do mundo, ocasionaram a queda do muro de Berlim. Segundo declarou o filósofo e sociólogo alemão Hauke Brunkhorst, em sua conferência no 33º Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, MG, no ano de 2009, denominada: "Democracia sob pressão: O retorno da dialética do esclarecimento na sociedade mundial".

No que concerne aos objetos de estudo de Norberto Bobbio, vale salientar que o término da Segunda Guerra Mundial e a volta da liberdade são dois fatos históricos significativos que fizeram surgir no cenário dos debates filosóficos dois problemas importantes para Norberto Bobbio abordar: o problema da Democracia e o problema da Paz (DIAS, 2012).

Esses dois problemas complexos constituíram-se nos dois primeiros objetos de estudo que compuseram a trilogia intelectual do filósofo de Turim, os quais ele denominou os três momentos necessários do mesmo "movimento" histórico (BOBBIO, 1992). O terceiro objeto de estudo que completou a trilogia supracitada é o dos *Direitos do Homem*. De acordo com a literatura especializada, Bobbio chegou ao estudo desse importante tema (importante, tanto para a Filosofia do Direito, como para a Filosofia Política) através das suas reflexões a respeito da democracia e através das suas reflexões a respeito das condições de paz.

Segundo Dias, a primeira obra de Bobbio sobre o problema dos Direitos do Homem é de 1951 quando ele escreveu *La Dichiarazione universale dei diritti dell'uomo.* Esse escrito foi chamado de lição e versou sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948. Tal lição foi dada em 4 de maio em Turim. Bobbio já havia abordado o problema acima referido quando escreveu na *Prefazione* à tradução italiana da La *Dichiarazione dei diritti socialli*, obra escrita por Georges Gurvitch. A leitura de La *Dichiarazione universale dei diritti dell'uomo* nos leva a perceber que Bobbio ocupa-se de teses que ele abordou durante toda a sua carreira (DIAS, 2012, p. 9, acesso 12 junho 2010).

A literatura especializada revela que a análise da bibliografia utilizada por Bobbio evidencia uma "ligação estreita" entre os problemas da Democracia, da Paz e dos Direitos

do Homem, não obstante ao fato de as obras do filósofo italiano sobre cada um dos três temas terem surgido sem depender uma das outras (DIAS, 2012, p. 6, acesso 12 junho 2010).

A apresentação feita por Bobbio da ligação estreita entre os três temas supracitados, constituiu-se como um projeto de elaboração de uma Teoria Geral do Direito e da Política, projeto que o pensador italiano jamais efetuou. De acordo com Dias (2012), a Teoria Geral do Direito e da Política seria uma obra cuja constituição dar-se-ia com base em três partes pertencentes a um único sistema.

Para o filósofo italiano, as contribuições democráticas da era moderna são baseadas no reconhecimento e na proteção dos "Direitos do Homem", os quais apareceram, como já foi dito, justamente na era moderna. Bobbio explica na obra *A Era dos Direitos* que a instituição dos Direitos do Homem ocorre no início da modernidade com a Revolução Francesa (BOBBIO, 1992). O pressuposto necessário para o reconhecimento e para a proteção efetiva e eficaz dos "Direitos Fundamentais" no interior de cada Estado e também no Sistema Internacional, esfera em que a situação dos direitos é bastante complicada, devido à complexidade do mundo das relações internacionais.

Por fim, o processo de "democratização" do Sistema Internacional é possível a partir do reconhecimento, da proteção dos direitos do Homem acima do Direito e do Poder dos Estados nacionais e de seus respectivos governos. O Sistema Internacional é visto por Bobbio como o caminho obrigatório para se chegar ao estágio da paz perpétua, de Kant, o que faz com que o pensador italiano trate com destacada importância o problema da democracia no âmbito internacional. Por isso, ele considera o problema do reconhecimento e o problema da proteção dos direitos do Homem como questões cuja abrangência ultrapassa os limites das fronteiras nacionais.

É nesse sentido que Bobbio afirma que os Direitos do Homem, a Democracia e a Paz "são três momentos necessários do mesmo movimento histórico" (BOBBIO, 1992). Existe essa ligação entre os temas da trilogia do pensador italiano, porque, para o mestre de Turim "sem Direitos do Homem, reconhecimento e proteção, não existe democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos sociais" (BOBBIO, 1992, p. 1).

Segundo Dias, a afirmação acima pode ser resumida da seguinte forma: a democracia é a Sociedade dos cidadãos. Os "súditos" se tornam cidadãos quando são reconhecidos seus direitos fundamentais. Bobbio acredita que "existirá paz estável, uma vez que não tenha mais a guerra como alternativa, quando somente existirem cidadãos não só deste ou daquele

Estado, mas do mundo "ordenado" num Sistema Jurídico Democrático" (DIAS, 2012, p. 7, acesso em 12 jun., 2012).

O problema central da presente pesquisa foi compreender como Bobbio, pensador que acredita na solução pacífica dos conflitos entre pessoas, grupos sociais e Estados, através do Direito e do Poder com base nos instrumentos da Democracia, analisa o problema dos conflitos nas relações entre os agentes do Direito e do Poder, o qual é o principal obstáculo no processo de construção da cidadania internacional baseada em um Sistema Jurídico Democrático, defendida por ele com entusiasmo, e contribui para o debate sobre o reconhecimento e proteção dos Direitos do Homem para além das fronteiras dos Estados nacionais.

1. Objetivos

O objetivo geral do presente estudo foi uma abordagem crítica da terceira parte da trilogia do filósofo italiano Norberto Bobbio – os Direitos do Homem – com a finalidade de compreender o surgimento e a evolução de tal problema ao longo da era moderna, seu contexto histórico, jurídico, político e filosófico e o avanço do debate sobre o tema dos direitos do Homem até as chamadas lutas por reconhecimento no mundo contemporâneo. Os objetivos específicos da presente investigação foram os seguintes:

- Em primeiro lugar, compreender o problema do reconhecimento dos direitos do Homem e o problema da proteção de tais direitos acima dos Estados nacionais;
- Em segundo lugar, compreender o projeto da criação de um sistema Jurídico Democrático Internacional, o que denominamos neste estudo Estado Democrático de Direito Global;
- Em terceiro lugar, analisar e comparar com o pensamento de Bobbio sobre o problema do reconhecimento as ideias de autores importantes da Filosofia que também pensaram sobre o tema do reconhecimento. Um dos autores é, como já escrito, Axel Honneth, o filósofo que formulou a Teoria do Reconhecimento.

2. Procedimentos metodológicos

O estudo ora apresentado foi efetuado por meio de uma revisão bibliográfica que teve como objeto de análise as obras de Norberto Bobbio, obras que tratam especificamente do

tema dos direitos do Homem, enfatizando o problema do reconhecimento e o problema da proteção de tais direitos no interno dos Estados e no Sistema Internacional. Esse tipo de pesquisa é denominado pesquisa documental. Betanho leciona que de acordo com Oliveira:

> A revisão de literatura não é uma simples transcrição de pequenos trechos de livros e materiais científicos da internet, mas uma discussão sobre as ideias, fundamentos, problemas etc. de vários autores, devidamente examinadas, combinadas e criticadas (OLIVEIRA, 2001, apud BETANHO, 2012, p. 5).

Para efetuar a investigação, o método foi o estudo baseado em uma análise acurada e em um debate crítico a respeito das questões relevantes para a abordagem do problema da pesquisa, com o objetivo de realizar um debate em perspectiva comparada, utilizando os argumentos de Norberto Bobbio sobre a questão do reconhecimento e sobre a questão da proteção dos Direitos do Homem acima dos Estados nacionais.

Portanto, visa-se estudar, analisar e comparar criticamente com as proposições de Bobbio, as afirmações dos filósofos mais influentes atualmente no que se refere às Teorias do Reconhecimento e da redistribuição de direitos, como, por exemplo, Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor.

Além da leitura e do estudo das obras de Bobbio, bem como, de diversos autores que exploraram o tema do reconhecimento, da redistribuição de direitos e o tema da justiça, cujos principais expoentes foram citados acima, contaremos com o auxílio dos trabalhos de alguns comentadores e críticos das obras do filósofo e jurista italiano: dissertações de mestrado, teses de Doutoramento, artigos acadêmicos e livros, bem como blogs e *sites* voltados para os debates acerca do tema em questão, além do acervo da Bolsa de valores e Futuros, o qual contém uma grande coleção de obras inéditas de Bobbio escritas em italiano.

Os autores que abordam o problema do reconhecimento e da distribuição de direitos e os autores das teorias da justiça servirão como os aportes teóricos, para fins de contextualização do problema em tela e de contraponto no debate das ideias de Bobbio, sobre a questão do reconhecimento dos direitos e da necessidade de protegê-los em escala global.

3. Justificativa: a importância da proteção dos Direitos do Homem e a criação de um Estado de Direito Democrático Internacional

A coletânea de artigos denominada “A Era dos Direitos” é um livro em que Norberto Bobbio, analisa a emergência dos direitos do Homem demonstrando que tais direitos são

resultantes das lutas de uma imensa parcela da população francesa (o Terceiro Estado) no contexto da Revolução Francesa, fato histórico que marca o fim da Idade Média e o início da modernidade.

Em *A Era dos Direitos*, o filósofo de Turim chama a atenção para o problema do reconhecimento e para o problema da necessidade da proteção dos chamados Direitos do Homem, como uma via imprescindível para atingir os fins concernentes ao avanço no processo de democratização do Sistema Internacional e para assegurar as condições necessárias para a realização do ideal kantiano da paz perpétua a partir da criação de um mundo organizado, através das normas de um Sistema Jurídico Democrático de alcance internacional.

A tese defendida por Bobbio é a de que uma ordem jurídica internacional baseada nos princípios da democracia impediria a existência de guerras garantindo a paz estável por meio da solução pacífica dos conflitos existentes nas relações entre Direito e Poder nas esferas individual, social, estatal e internacional. Em outras palavras, Bobbio propõe em todos os seus escritos jurídicos, políticos e filosóficos o estabelecimento de uma espécie de Estado Democrático de Direito Internacional.

O Estado Democrático de Direito Internacional pensado pelo mestre italiano seria uma ordem jurídica que coloque os Direitos do Homem acima dos interesses dos Estados nacionais assegurando a solução dos conflitos através do uso de instrumentos jurídicos e democráticos efetivos e eficazes na tarefa de tornar os impasses concernentes às relações conflituosas entre indivíduos, grupos sociais e Estados, problemas passíveis de serem resolvidos pacificamente com base no diálogo entre Direito e Poder pela via da aplicação dos princípios democráticos.

Com a publicação de *A Era dos Direitos*, o objetivo de Bobbio é elevar o tema dos Direitos do Homem (direitos humanos, no jargão jurídico cotidiano hodierno), ao patamar dos temas mais importantes nos debates jurídicos, filosóficos e políticos no cenário da abordagem sobre os conflitos entre Direito e Poder nas agendas nacionais e internacionais, gerando discussões e propostas de alternativas sobre a possibilidade do alargamento da atuação das instituições do Estado Democrático de Direito para a esfera internacional.

O filósofo de Turim busca a promoção do reconhecimento e a proteção dos referidos direitos no interior de cada país em específico e entre as nações em geral, de modo a viabilizar a solução dos conflitos entre pessoas, organizações, segmentos sociais e Estados pela via do Direito e, portanto, pacificamente dispensando, assim, o recurso do uso das forças armadas e evitando o terrorismo, bem como a predominância do "Poder arbitrário".

Foi por conta da finalidade de abordar o problema dos direitos do Homem em uma perspectiva que levasse em consideração as especificidades do interno dos países e das condições estruturais do conjunto das nações desde a modernidade (momento da História em que, segundo Bobbio, os Direitos do Homem, foram estabelecidos e amparados para a posteridade através da promulgação das chamadas constituições) que o pensador italiano procedeu a uma análise crítica da temática de tais direitos mediante um "encontro" de seus temas recorrentes nas várias áreas do conhecimento em que ele atuou.

Na apresentação à edição brasileira da supracitada obra *A Era dos Direitos*, o jurista e ex-ministro das Relações Exteriores durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, professor Celso Lafer, comenta o seguinte:

> A Era Dos Direitos tem, como todos os livros de Bobbio, a inconfundível marca do seu modo de pensar e expor: o rigor analítico, a inexcedível clareza; a capacidade de contextualização histórica, o sábio uso da "lição dos clássicos"; o discernimento do relevante. Tem, ademais, uma característica própria que o singulariza no conjunto de sua obra. É o livro da convergência dos temas recorrentes de Bobbio nos diversos campos de estudo a que se dedicou e, por isso mesmo, um livro explicitador da coerência que permeia sua trajetória de pensador. Com efeito, em A Era dos Direitos, estão harmoniosamente presentes o grande teórico do Direito, da política e das relações Internacionais, não faltando também o intelectual militante que se dedicou à relação entre política e cultura (LAFER, 1992, p. 1).

Voltando ao problema da expansão do Estado Democrático de Direito, para o âmbito internacional, é importante frisar que um ordenamento jurídico democrático com poderes internacionais garantiria, na concepção de Bobbio, o surgimento e a manutenção de uma condição de existência igual àquela que Kant pensou como um ideal a ser buscado constantemente independentemente de estarmos obtendo êxito na busca em *À Paz Perpétua*, obra em que o filósofo do *Direito Cosmopolita* defende a república como o melhor modelo de governo a ser implementado para implantar a paz entre as nações (KANT, 1989).

Na visão de Kant (1989 apud GOMES, 2005, p. 47-48), a partir do momento em que a decisão sobre a guerra se torna uma prerrogativa dos indivíduos, a arbitrariedade do soberano deixa de vigorar o risco da deflagração da guerra por meio de uma vontade única deixa de existir.

Kant pensa com base no conceito de vontade geral de Rousseau, expresso na obra *Do Contrato Social*, um importante tratado de *Direito Político*, no qual o filósofo suíço defende a democracia como o governo em que o soberano é o povo (ROUSSEAU, 1974). Entretanto, a concepção de soberania popular de Kant difere da concepção de Rousseau pelo

fato do filósofo alemão argumentar que somente os cidadãos esclarecidos (esclarecidos no sentido do conceito de esclarecimento explicado por Kant no artigo *Resposta à pergunta: que é o iluminismo?*), procedem à tomada de decisões na República que Kant apregoa como o modelo excelente de organização política.

As pessoas que ainda não saíram do estado de menoridade, para usar uma expressão do próprio Kant, a qual está expressa no artigo supracitado, não possuem o status de cidadãos com direito de participação no processo decisório das questões que digam respeito à vida em sociedade na República. Isso nos permite afirmar que na República Internacional da paz perpétua entre as nações apenas uma parcela dos indivíduos estaria capacitada para deliberar sobre a decisão de deflagrar a guerra, cessar-fogo e manter a "paz estável" (KANT, 1989 apud BOBBIO, 1992).

A Democracia que Bobbio defende e que chama de "as regras do jogo" (BOBBIO, 2000) é rejeitada por Kant pelo mesmo motivo que Platão a rejeita em *A República* (PLATÃO, 1990), ou seja, pelo argumento de que a maioria dos indivíduos do povo não é preparada para o exercício do Poder justamente por não ter passado por um processo de esclarecimento (KANT, 1988) e, portanto, não ter as habilidades necessárias para participar do processo de tomada de decisões na esfera pública, para usar uma expressão utilizada por Habermas, para tratar de um tipo de democracia diferente daquele da democracia dos antigos, a democracia dos modernos, a "democracia dos burgueses".

Na obra *Direito e Estado* no pensamento de Immanuel Kant, o pensador de Turim argumenta que a discussão faz emergir o pacifismo democrático, o qual ele define como "um pacifismo político, porque vê a causa principal das guerras e, portanto, conhece o remédio para a paz, principalmente numa transformação política" (BOBBIO, 1992 APUD GOMES, 2005, p. 48). Celso Lafer, na já citada apresentação à edição brasileira da obra *A Era dos Direitos*, afirma o seguinte:

> É na Introdução de A Era dos Direitos que Bobbio afirma "Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos". Na sua obra, a interligação dos três temas é o modo pelo qual Bobbio foi tecendo conceitualmente a interação entre o "interno" dos estados e o "externo" da vida internacional. Esta tessitura articula continuidades e contiguidades que Bobbio realça apontando como a democracia e os direitos humanos, no âmbito das sociedades nacionais, criam condições para a possibilidade de paz no plano mundial. Subjacente a essa interligação está o pressuposto, recorrentemente reiterado na sua obra, de que Direito e Poder são as duas faces de uma mesma moeda, pois a

> comum exigência da eficácia se complementa com o evidente paralelismo existente entre os requisitos da norma jurídica – justiça e validade – e os do poder – legitimidade e legalidade (LAFER, p. 1, 1992).

Em Norberto Bobbio aos 94 anos, artigo publicado em O Estado de São Paulo, na ocasião do aniversário de 94 anos do mestre italiano, o professor Celso Lafer reafirma que alguns de seus comentários publicados na supracitada apresentação:

> Se a democracia requer uma construção jurídica e o direito é um meio indispensável para modelar e garantir instituições democráticas, a razão é um instrumento necessário para elaborar e interpretar o direito. É um instrumento necessário porque o direito não é um dado da natureza. É uma construção, um artefato humano, fruto da política que requer a razão para pensar, projetar e ir transformando esse artefato, em função das necessidades da convivência coletiva. A convivência coletiva se dá num mundo no qual, como observa Bobbio com um olhar hobbesiano, a guerra é o produto da inclinação natural ao conflito. A paz é um ditame da razão, da capacidade humana de medir as consequências dos fatos que resultam dessa inclinação natural e instintiva. Como construir a paz, com a colaboração da razão? Mediante o nexo entre a paz e os direitos humanos, que instauram a perspectiva dos governados e da cidadania como princípio de governança. É garantindo os direitos humanos – o direito à vida, os direitos às liberdades fundamentais, os direitos sociais que asseguram a sobrevivência – que se enfrentam as tensões que levam à violência, à guerra e ao terrorismo. Lembra Bobbio, à maneira de Kant, que o progresso da convivência coletiva mediante os nexos acima mencionados não é necessário. É apenas possível (LAFER, 2003, p. 1, apud BOBBIO, acesso 10 jun. 2012).

Dias também destaca que para Bobbio, Direito e Poder são duas faces da mesma moeda, mas utiliza o termo medalha no lugar de moeda:

> Direito e Poder, segundo ele, são duas faces da mesma medalha. Uma Sociedade bem ordenada precisa tanto do Direito quanto do Poder. Onde o Direito é impotente a Sociedade arrisca em precipitar-se na anarquia; onde o Poder não é controlado, a Sociedade corre o risco oposto do ‘despotismo’ (DIAS, 2012, p. 8, acesso 12 jun., 2012).

Qual seria então o modelo ideal do encontro ente Direito e Poder no pensamento de Norberto Bobbio? Dias enfatiza que no pensamento do mestre italiano o modelo ideal entre Direito e Poder é o seguinte:

> O modelo ideal do encontro entre Direito e Poder é o “Estado Democrático”. Isto é, o estado no qual através das leis fundamentais, não existe poder do mais “alto” ao mais “baixo” que não seja submetido a “normas” jurídicas,

> não seja regulado pelo Direito, e no qual, do mesmo modo, a legitimidade do inteiro Sistema de normas deriva, numa última instância, do consensus ativo dos cidadãos (DIAS, 2012, p. 8, acesso 12 jun., 2012).

De acordo com Dias, as referências bibliográficas de Bobbio nas obras que ele escreveu durante cerca de três anos do período do pós-guerra revelam que os temas de que ele tratou são concernentes, justamente ao problema da redemocratização da Itália. Sobre o tema da paz, havia um problema bem atual que foi o problema do "Federalismo Europeu" de que se aguardava o final de uma guerra que já durava mais de cem anos – a Guerra Civil Europeia. Para Dias, a pátria ideal aos olhos de Bobbio era a Inglaterra, devido ao fato do pensador de Turim conviver em ambientes antifascistas. Dias salienta que Bobbio "[...] aprendeu, e nunca mais esqueceu, sobre o que dizia respeito à Teoria da Democracia, os dois volumes de Karl Reimond Popper, dos quais Bobbio falou pela primeira vez na Itália" (DIAS, 2012, p. 7, acesso 12 jun., 2012).

Em sua abordagem sobre o problema dos Direitos do Homem, Bobbio argumenta que esses direitos são direitos históricos e sua marca é a marca das lutas por "novas liberdades" contra "velhos poderes" não concomitantemente nem de uma vez por todas, mas lenta, gradual e conflituosa. O caminho da concepção individualista da Sociedade é contínuo e se dá com lentidão, além disso, ele, às vezes, sofre interrupções. Tal caminho dá-se a partir do reconhecimento dos "direitos de cidadão do mundo". O primeiro arauto desse documento foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948.

Esse percurso deu-se a partir do "direito interno" aos Estados, mediante o direito entre os demais Estados, o direito cosmopolita, como diz Kant. Bobbio cita Cassese, um eminente estudioso de relações internacionais, para afirmar que a declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, auxiliou no processo de inclusão do indivíduo em uma dimensão que outrora estava reservada somente aos Estados soberanos. Tal declaração colocou em movimento um processo que não se pode mais reverter, o processo das lutas pelo reconhecimento e pela proteção dos Direitos do Homem em todo o mundo (BOBBIO, 1992). Sobre a origem dos diversos tipos de direitos do homem existentes hodiernamente, o mestre italiano afirma que:

> A liberdade religiosa é um efeito das guerras de Religião; as liberdades civis são efeitos das lutas dos parlamentos contra os soberanos. As liberdades políticas e sociais são efeitos do nascimento, crescimento e maturação do movimento dos trabalhadores assalariados, dos agricultores com pouca terra ou "sem-terra", dos pobres que pedem aos públicos poderes a proteção do trabalho contra a desocupação; pedem ainda os primeiros rudimentos de instrução contra o analfabetismo; paulatinamente

> pedem a assistência para a invalidez e a velhice. Necessidades às quais os proprietários ricos podiam prover por si sós (BOBBIO, 1992, p. 32).

Os direitos sociais receberam o nome de direitos da "segunda geração". Os direitos da "terceira geração" surgiram ao lado dos direitos sociais e são uma categoria por demais heterogênea e vaga, portanto, uma categoria de difícil compreensão, de acordo com Bobbio. Ele argumenta que a figura dos direitos da terceira geração teve sua introdução na literatura que trata dos "novos direitos" no artigo de Jean Rivera denominado *La evolución* contemporânea de *la teoria de l'hombre.* Entre os tais "novos direitos" estão os "direitos de solidariedade", o direito ao "desenvolvimento", o direito à "paz internacional", o direito a um ambiente protegido; o direito à "comunicação".

De acordo com Bobbio, dentre os "novos direitos", o direito de maior importância é o direito que os movimentos ecológicos reivindicam, qual seja, o direito a viver num ambiente sem poluição (BOBBIO, 1992). O mestre italiano fala ainda em uma quarta geração de direitos. Os "direitos da quarta geração" referem-se aos efeitos "perturbadores" das pesquisas empreendidas pela biotecnologia, as quais possibilitam a manipulação do patrimônio genético de cada um dos indivíduos humanos.

A posição do pensamento de Bobbio no que concerne aos conflitos entre Direito e Poder e no que concerne ao reconhecimento de direitos e à sua proteção é uma posição de conciliação, uma posição de busca do consenso, através da aplicação das ferramentas do Direito (no plano jurídico) e do cumprimento das "regras do jogo" (no plano político). É nesse sentido, que Bobbio argumenta que "sem direitos do homem, reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos" (BOBBIO, 1992. p. 1).

Como ele próprio revelou na entrevista ao professor Bresser-Pereira, em 1994, em Turim, ele se definiu como "um intelectual mediador, aquele que procura encontrar soluções, ao invés de dividir. Evitar opostos extremistas, como na Itália, o Fascismo e o comunismo" (BOBBIO, 1994 apud BRESSER-PEREIRA, 1994, p. 4).

A posição do pensamento de Nancy Fraser no tocante ao problema do reconhecimento de direitos e do problema da redistribuição de direitos é a de que é preciso tomar cuidado para que a conquista de direitos (a redistribuição de direitos) não afaste das pessoas a preocupação e o cuidado em relação às lutas por reconhecimento.

A visão de Nancy Fraser contém, portanto, não um teor de conciliação, de busca de consenso entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais, mas um teor da concepção marxista de que a História é feita pela luta de classes e que, em vez de serem acontecimentos negativos, os conflitos sociais, as lutas por "novos direitos" contra "velhos poderes" são acontecimentos altamente positivos para o ideal de avanço na busca de melhorias para a Sociedade. Posição semelhante à posição de Nancy Fraser é a posição de Chantal Mouffe. Segundo Mouffe:

> O objetivo da democracia não é que todo mundo se coloque de acordo, há posições irreconciliáveis. Critico as tradições teóricas que dizem que a política democrática busca consensos. Habermas indica que o consenso se busca através de processos deliberativos, argumentos racionais. Eu não concordo com ele. A política tem a ver com o conflito e a democracia consiste em dar possibilidade aos diferentes pontos de vista para que se manifestem e se desentendam. O dissenso pode se dar mediante o antagonismo amigo-inimigo quando se trata o oponente como inimigo – no extremo levaria a uma guerra civil – ou através do que chamo agonismo: um adversário reconhece a legitimidade do oponente e o conflito se conduz através das instituições. É uma luta por hegemonia (MOUFFE, 2012, p. 1, acesso, 27 set. 2012).

A grande pergunta de Axel Honneth na obra "A Gramática Moral dos Conflitos Sociais", é: por que os homens se engajam nos conflitos sociais? Para Honneth, o problema dos conflitos sociais é um problema de ordem semântica (HONNETH, 2003, p. 1). Já Norberto Bobbio teve como preocupação pensar e demonstrar soluções eficazes e eficientes para os conflitos na chave dos Direitos do Homem, da Democracia e da Paz tendo a política e o direito como instrumentos fundamentais, tanto da teoria como da prática no debate público e nas atividades do cotidiano em escala global.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Livro V., Brasília: Editora UNB, 1985.

BETANHO. Cristiane. **Construção e aplicação do conhecimento**. São Paulo: Universidade Paulista - UNIP, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Direito e poder**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **O Futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Editora UNESP: São Paulo, 2000.

_____. **Direito e Estado no pensamento de Immanuel Kant**. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 2000.

BRESSER-PEREIRA. Bobbio defende o "compromisso" entre liberalismo e socialismo. **Folha de São Paulo**, Mais! 5 dez. 1994.

BRUNKHORST. Hauke. "Democracia sob pressão: O retorno da dialética do esclarecimento na sociedade mundial". Conferência proferida no **33º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 2009.

DIAS, José Francisco de Assis. **Consensus Omnium Gentium**, O Problema do Fundamento dos Direitos Humanos no Pensamento de Norberto Bobbio (1909- 2004). (Monografia) Pontifícia Universidade Urbaniana, Cidade do Vaticano, 2006.

DIAS, José Francisco de Assis. **Perfil filosófico de Norberto Bobbio**. Disponível em: <http://www.profdias.com.br/2012/05/25/perfil-ilosofico-de-norberto-bobbio/>. Acesso em 12 jun. 2012.

FRASER, Nancy. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista". In: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje:** novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Editora UNB, Brasília, 2001.

SOUZA, Jessé. (ORG.), livraria da Travessa, Brasília, 2001.

_____. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acessado em: 13 jan. 2010.

HONNETH, Axel. "Redistribution as Recognition" In: FRASER, Nancy e HONNETH, Axel (eds.). **Redistribution or Recognition?** Verso, London, 2003, pp. 160 a 189.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** A gramática moral dos conflitos sociais. 34. ed., Trad. Luiz Repa. São Paulo, 2003.

LAFER, Celso. Apresentação da edição brasileira da obra A Era dos Direitos In BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**, 2004.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2009.

MOUFFE, Chantal. Entrevista concedida à jornalista argentina Mercedes López San Miguel, em Buenos Aires, publicada originalmente no IHU online e reproduzida pela Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16943>. Acesso em: 27 set. 2012.

OLIVEIRA, Sílvio L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

PLATÃO. **A República**. Livro I, São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

REALE, Miguel. **Os legados de Norberto Bobbio**. Disponível em: <www.bobbio brasil.com.br> Acesso em 10 jun. 2012.

ENTRE CONQUISTAS E DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM VIÇOSA-MG

Louise de Siqueira Tavares
Graduanda em Ciências Sociais na UFV. E-mail: louise.tavares@ufv.br.

Frederico Cristiano Oliveira Mapa
Graduando em Ciências Sociais na UFV.

Resumo: O presente estudo apresenta-se como uma tentativa de conferir prosseguimento à pesquisa *Avaliação da rede de atenção às mulheres vítimas de violência em Viçosa, Minas Gerais*, – realizada por Daniela Leandro Rezende e Luciana Vieira Rubim Andrade durante o ano de 2012 – na qual se fez avaliação da atuação da rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa-MG, com intuito de contribuir para o debate acerca do enfrentamento à violência contra a mulher na comarca de Viçosa-MG. Esta análise tem como propósito apresentar e discutir as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres, introduzidas pelo *Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência*, sancionado em 5 de março de 2015.

Palavras-chave: violência contra a mulher; Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência; Viçosa-MG.

Abstract: This study is an attempt to continue the research Evaluation of the network of care for women victims of violence in Viçosa, Minas Gerais – carried out by Daniela Leandro Rezende and Luciana Vieira Rubim Andrade in 2012 – in which an assessment of the non-specialized network of care for women in situations of violence was made in Viçosa-MG, aiming to contribute to the debate on combating violence against women in the county of Viçosa-MG. This analysis aims to present and discuss the strategies for fighting violence against women introduced by the Municipal Protocol of Attention for Women in Situations of Violence, sanctioned on March 5, 2015.

Keywords: violence against women; Municipal protocol of Attention for Women in Situations of Violence; Viçosa-MG.

1. Enfrentamento à violência de gênero na comarca de Viçosa, Minas Gerais

Pasinato (2010) chama a atenção para refletir sobre os obstáculos e os problemas que têm sido enfrentados para a aplicação integral da Lei 11.340/2006, conhecida também como Lei Maria da Penha. Esse dispositivo legal entrou em vigor em 22 de setembro de 2006 e se trata de uma legislação específica, cujo objetivo é, tal como asseverado no artigo 1º dessa lei, "criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher".

Tal legislação, por um lado, restringe-se à proteção dos "casos de violência que ocorrem em ambiente doméstico, nas relações familiares ou em relações íntimas de afeto" (artigo 5º) e, por outro, estende esta mesma proteção a qualquer mulher que tenha sido vítima de violência

doméstica e familiar, independentemente de sua classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião (artigo 2º) (BRASIL, 2006 *apud* PASINATO, 2010).

Conforme parâmetros estabelecidos pela Lei Maria da Penha, a atenção às mulheres em situação de violência requer articulação entre ações que visem tanto à prevenção, quanto ao atendimento e à responsabilização, haja vista a complexidade característica das múltiplas formas de violência contra a mulher. O eixo prevenção abrange estratégias educativas que objetivam coibir a reprodução social da violência e da discriminação baseadas no gênero; o eixo atendimento refere-se às ações que resguardam a integridade física e os direitos da mulher realizadas por meio de um conjunto de intervenções protetivas com caráter de urgência; e o eixo responsabilização se refere às medidas criminalizantes necessárias à punição do agressor. A relevância da articulação entre prevenção, atendimento e responsabilização é frisada por Pasinato, a qual assevera que:

> A articulação destes três eixos depende, em certa medida, da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar que devem se organizar para que as medidas previstas na legislação sejam operacionalizadas de forma integrada, proporcionando às mulheres acesso aos direitos e autonomia para superar a situação de violência em que se encontram. Mas não é apenas o Judiciário que precisa se reorganizar para a aplicação da lei. A correta implementação da lei exige a formulação de políticas públicas de gênero direcionadas à integração entre a polícia, o Judiciário e os diferentes serviços nas áreas de segurança, saúde, assistência jurídica, médica, psicológica, entre outras, que prestam atendimento a mulheres em situação de violência (PASINATO, 2010, p. 220).

O projeto *Contribuição à Formação de uma Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Risco*, criado no ano de 2010 no município de Viçosa, Minas Gerais, almejava contribuir para a formação de uma *Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência* que abrangesse o município e região. Em um primeiro momento, constatou-se que a rede de atendimento se ancorava mais em pessoas que em instituições, o que poderia comprometer a continuidade e a efetividade das ações, pois poderia culminar na insuficiência quanto à garantia de atendimento adequado e na sazonalidade dos serviços. A fim de superar tais lacunas, em abril de 2011 foi firmado o *Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher em Viçosa e Região*, no qual foram esboçadas as estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher na microrregião de Viçosa-MG (REZENDE e ANDRADE, 2014).

Os indicadores de violência contra a mulher no município, somados às denúncias feitas por mulheres agredidas sexualmente, fez com que o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM) mobilizasse parceiros para compor a rede de atendimento do município

e propôs o desafio de compartilhar as dificuldades e o cotidiano dos atendimentos nos órgãos e nas instituições competentes (Protocolo Municipal, 2015, p. 10-11).

Em vista à erradicação das várias facetas em que se configura a violência contra a mulher, surgiu a proposta de elaboração de um Protocolo Municipal que objetivasse conferir atenção às mulheres em situação de violência conforme os parâmetros indicados pela Lei número 11.340/06.

Surge, então, o *Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência* em resposta à mobilização popular pelo fortalecimento das estratégias de enfrentamento a esses tipos de violência e aos esforços compartilhados pelo CMDM e pelo Projeto Casa das Mulheres.

O público alvo do Protocolo compreende mulheres acima de 18 anos em situação de violência, residentes em Viçosa ou nos municípios da região. Como estratégia de combate às violências contra a mulher foi criada uma rede protetiva de atenção às mulheres em situação de violência. A composição atual da rede de atendimento conta com a mobilização das seguintes instituições: Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM), Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, Hospital São Sebastião (HSS), Serviço de Vigilância Epidemiológica (SMS/PMV), Centro Integrado Viva Vida/Hiperdia (SMS/PMV), Hospital São João Batista (HSJB), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS/SMPS/PMV), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS - SMPS/PMV), Unidades Saúde da Família (SMS/PMV), Polícia Civil, Polícia Militar, Divisão de Saúde e Divisão Psicossocial da Universidade Federal de Viçosa (Protocolo Municipal, 2015, p. 19-37).

Cada instituição possui, além de atribuições gerais e específicas de atendimento, critérios para atender, acolher, notificar e encaminhar os casos conforme o fluxo de atendimento de mulheres em situação de violência estabelecido pelo protocolo (*ibid*, p. 36-37)[1].

Uma especificidade apresentada no Protocolo Municipal é o caso da violência sexual, que extrapola a Lei Maria da Penha, já que este tipo de violência apesar de se restringir, em muitos casos, ao ambiente doméstico, também pode envolver desconhecidos em ambientes públicos. O Protocolo entende que

> [...] o nível de exposição do corpo nesse tipo de violência, assim como a degradação emocional causada, exige, do poder público, competências para criar e gerir condições de tratamento a curto, médio e longo prazo e em tempo oportuno (Protocolo Municipal, 2015, p. 8).

[1] Conferir anexo para visualizar o fluxo de atendimento.

Como resposta, o Protocolo Municipal define as competências das instituições diante de um caso de violência sexual e estratégias que garantam formas de interlocução com outros parceiros da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Embora a rede de atendimento não especializada na comarca de Viçosa venha suprir a necessidade de atenção às mulheres em situação de violência, seria interessante que a comarca dispusesse de instituições especializadas, como uma Delegacia Especial de Crimes Contra a Mulher, uma Casa Abrigo, uma Promotoria Especial de Violência Doméstica e Familiar e um Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública. Isso porque tal "conjunto de serviços proporcionaria às mulheres ampla cobertura de atendimento nas áreas da segurança e justiça, orientação psicológica, social e jurídica" (PASINATO, 2010, p. 223). A implementação desse conjunto de serviços se justifica pela constatação de que no município de Viçosa encontram-se os mesmos problemas que foram identificados nos municípios com mais de cem mil habitantes.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa eminentemente documental, em que se analisou o *Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência*, instituído pelo Decreto número 4.781, sancionado em 5 de março de 2015 no município de Viçosa-MG, à luz da literatura que versa sobre as temáticas *gênero* e *violência de gênero* com intuito de contextualizar essa problemática, bem como sob o propósito de apresentar e discutir os entraves e limites do enfrentamento da violência contra a mulher na comarca de Viçosa, Minas Gerais.

Procurou-se esclarecer como o problema vem sendo abordado do ponto de vista teórico-metodológico. Objetivou-se responder a alguns questionamentos, dentre eles: 1) Quais procedimentos foram mais comumente empregados na avaliação do problema referente à violência contra a mulher pelos órgãos destinados a sua resolução? 2) Que fatores têm afetado os resultados das ações desenvolvidas? 3) Quais propostas têm sido feitas para solucionar tais problemas? 4) Quais procedimentos vêm sendo empregados para dimensionar os entraves ao funcionamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher?

A presente investigação, portanto, almeja identificar, à luz das inferências realizadas por Rezende e Andrade (2014), quais lacunas acerca do enfrentamento à violência contra a

mulher o Protocolo objetivou superar. Ademais, quais gargalos referentes ao funcionamento da rede de atenção ainda permanecem? E o que se pode fazer para superá-los?

3. Entre conquistas e desafios no enfrentamento à violência contra a mulher na comarca de Viçosa, Minas Gerais

A violência contra a mulher configura-se em um problema eminentemente multidimensional, cuja superação exige o desenvolvimento de estratégias orientadas por três premissas, a saber: intersetorialidade, transversalidade e capilaridade. Portanto, a erradicação das várias formas de violência contra a mulher somente será possível através de ações intersetoriais que preconizem "um planejamento comum desde a elaboração das políticas públicas até sua implementação" (REZENDE e ADRADE, 2014, p. 212.), de modo que sejam claramente delineadas as responsabilidades a serem compartilhadas por todas as instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Faz-se necessário também o desenvolvimento de estratégias transversais, uma vez que a integração entre políticas é crucial ao aniquilamento desse tipo de violência. Ademais, a capilaridade no que concerne à simultânea participação de todos os níveis de Governo – tanto da União, quanto dos Estados e municípios – é condição *sine qua non* à plena efetividade das ações que visam ao combate à violência contra a mulher.

Conforme asseverado por Rezende e Andrade (2014), segundo dados da pesquisa *Avaliação da rede de atenção às mulheres vítimas de violência em Viçosa-MG,* realizada em 2012, a avaliação da rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência na comarca de Viçosa, Minas Gerais, constatou entraves e lacunas à implementação das orientações dispostas na Lei Maria da Penha, o que decorre, segundo as autoras, da "complexidade de articulação da rede protetiva de atendimento às mulheres em situação de violência, especialmente no contexto de inexistência de serviços especializados" (REZENDE; ANDRADE, 2014, p. 221).

Pôde-se constatar, assim, que a rede protetiva das mulheres em situação de violência preconiza ações voltadas para a dimensão do atendimento, de modo que "a responsabilização [é] pouco eficaz no tocante à punição dos agressores e a prevenção é quase inexistente" (REZENDE; ANDRADE, 2014, p. 222). Segundo as autoras, tal constatação permitiu inferir que a referida rede articulava-se – à época da pesquisa – de maneira fragmentada, ao ponto em que a dispersão de informações, a falta de preparo dos atores para lidar com questões

relacionadas a esse tipo de violência, a precariedade de recursos e serviços, bem como a ausência de integração entre os órgãos e serviços tornavam o enfrentamento à violência contra a mulher por demais frágil e débil, o que ia de encontro às diretrizes necessárias à erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher salientadas pela Lei 11.340/06.

Ademais, Rezende e Andrade (2014) identificaram vulnerabilidades no que tange à articulação de serviços em uma mesma área, tal como a saúde, de maneira que se verificou ausência de integração entre serviços de atenção primária e secundária. No tocante ao eixo responsabilização e garantia de direitos, notou-se o compartilhamento de atribuições, "o que pode gerar sobreposição de atividades" (REZENDE; ANDRARE, 2014, p. 222) e, consequentemente, a revitimização das mulheres em situação de violência.

Mostra-se pertinente mencionar a inadequação da infraestrutura dos órgãos e serviços que compõem a rede – como grande aglomerado de pessoas trabalhando em espaços físicos limitados, mal estruturados e desprovidos de aparatos tecnológicos necessários à demanda de serviços – conforme exposto por Rezende e Andrade (2014). Ademais, as autoras notaram "assimetria conceitual, teórica e prática acerca da violência contra a mulher e da Lei Maria da Penha, ausência de práticas sistemáticas de coleta, análise e compartilhamento de informações" (REZENDE; ANDRADE, 2014, p. 222). Logo, questões relativas a essa problemática correspondem a desafios que precisam ser urgentemente superados para que a rede de assistência às mulheres em situação de violência no município de Viçosa e região adquira a eficácia e a eficiência necessárias à plena erradicação dessas formas de violência contra a mulher.

Em vista das lacunas identificadas por Rezende e Andrade (2014), realizamos a análise documental *do Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência*, sancionado em março desse ano, com intuito de apresentar e discutir as estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher introduzidas pelo documento em questão. Desse modo, nosso estudo orientou-se pela hipótese de que as inovações procedimentais dispostas no Protocolo contribuirão sobremaneira no enfrentamento à violência contra a mulher na comarca de Viçosa por serem capazes de suplantar muitos dos problemas referentes ao efetivo funcionamento da rede de assistência verificados por Rezende e Andrade (2014). Posto isso, esta análise limita-se à realização de uma avaliação acerca do funcionamento da rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência na comarca de Viçosa, Minas Gerais, à luz das conquistas que a elaboração do Protocolo equivale.

4. Protocolo como marco político-jurídico no enfrentamento à violência contra a mulher na comarca de Viçosa, Minas Gerais

A promulgação *do Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência* representa o marco político-jurídico do enfrentamento à violência contra a mulher no município de Viçosa e região.

Político por decorrer de uma construção eminentemente participativa, já que os esforços foram direcionados em torno da realização de encontros entre os integrantes da rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher a fim de elaborar um diagnóstico acerca das atuais condições de atendimento dos casos. Jurídico por se tratar de um documento referente à última etapa da proposição de Lei Municipal de Iniciativa Popular iniciada no ano de 2013, mediante o que se intenta conferir respaldo legal ao cumprimento do Protocolo como política pública de saúde e de proteção.

Em decorrência disso, a elaboração do Protocolo representou um avanço na qualificação do atendimento às mulheres em situação de violência na região, uma vez que transpôs as esferas da pessoalidade e do improviso ao estabelecer padrões de condutas e de procedimentos, os quais devem ser institucionalizados no processo de acolhimento, notificação e encaminhamento das mulheres em situação de violência. Assim, tal como disposto no documento, "o atendimento se afasta cada vez mais da improvisação para ganhar normatizações que evitem a parcialidade e a descontinuidade do cuidado com a pessoa agredida" (Protocolo Municipal, 2015, p. 8).

Conforme a introdução do Protocolo, sua elaboração foi orientada pela perspectiva do trabalho solidário e em rede a fim de "favorecer a interlocução entre os parceiros e a construção de estratégias de mobilização que garantam a atenção integral a todos os casos" (Protocolo Municipal, 2015, p. 8). O trecho também ressalta a preocupação em pautar o enfrentamento à violência contra a mulher a partir de um viés educativo. Ademais, salienta a importância da execução de um contínuo processo de formação no qual temas referentes à violência contra a mulher sejam "problematizados, debatidos e colocados sempre em questão" (Protocolo Municipal, 2015, p. 9) aos integrantes da rede.

Pode-se inferir, a partir daí, que o *Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência* sedimenta-se em propósitos tanto formativos, quanto preventivos. À vista disso, nota-se que o documento se apresenta sob o intento de sanar algumas lacunas apresentadas por Rezende e Andrade (2014) no que se refere ao eixo de prevenção disposto

na Lei Maria da Penha, assim como aos entraves referentes a assimetrias conceituais, teóricas e práticas dos membros da rede que lidam com a problemática da violência contra a mulher.

Além disso, o Protocolo confere relevância à "noção de pertencimento dos trabalhadores envolvidos com a temática da violência e com a realidade na qual estão inseridos" (Protocolo Municipal, 2015, p. 12). Posicionamento que nos remete a uma forma de solucionar uma das dificuldades identificadas por Rezende e Andrade (2014) no que tange à dificuldade de "garantir a prestação adequada e a permanência dos serviços" (REZENDE e ANDRADE, 2014, p. 213), haja vista a elevada rotatividade dos funcionários integrantes da rede de atenção às mulheres em situação de violência.

Mostra-se pertinente asseverar que o documento objetivou definir não somente as competências e atribuições das instituições diante de casos de violência doméstica e familiar, como almejou criar estratégias concretas que garantam relações dialógicas entre os parceiros. Apresenta-se aqui o entrave identificado pelas autoras no que se refere à sobreposição de funções entre os órgãos integrantes da rede de atenção às mulheres em situação de violência.

Por se tratar de um documento de referência cujo propósito, em síntese, refere-se a orientar ações, órgãos e serviços que visem ao enfrentamento da violência contra a mulher, o Protocolo fora seccionado em seções nas quais se discorreu sobre definições de violência e violência de gênero, bem como fora definido o conceito de violência contra a mulher. Além disso, o documento frisou a importância de que os atores envolvidos no enfrentamento dessas formas de violência desenvolvessem aguçada percepção acerca do ciclo da violência contra a mulher em vista da complexidade do fenômeno, de sua cronicidade característica e, sobretudo, das "dificuldades apresentadas pelas mulheres para romper com esse ciclo" (Protocolo Municipal, 2015, p. 17).

O documento também destaca os aspectos éticos que devem conduzir o atendimento dos casos e ressalta a importância e a obrigatoriedade de se realizar a notificação compulsória em casos de violência contra a mulher – procedimento desconhecido por muitos integrantes à época em que fora realizada a pesquisa *Avaliação da rede de atenção às mulheres em situação de violência em Viçosa-MG.*

O *Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência* não se restringe ao plano das ideias e propõe orientações de conduta que devem nortear o acolhimento solidário posto que "o acompanhamento da vítima não pode se restringir à

atenção à sua saúde ou à criminalização do agressor, devendo também contemplar o âmbito psicológico e socioeconômico" (Protocolo Municipal, 2015, p. 18). Diante disso, os integrantes da rede devem dispor de tempo para o diálogo com a mulher em situação de violência, usar linguagem clara e precisa com intuito de favorecer a interação, a empatia e o acolhimento, assim como devem dispor de materiais informativos e educativos que esclareçam sobre seus direitos e garantias procedimentais.

Na seção referente às *atribuições gerais das instituições que compõem a rede e dos serviços de referência*, o Protocolo elenca as competências comuns a cada órgão e serviço membro da rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, o que destaca a relevância de se realizarem ações norteadas pela concepção de integralidade, de maneira que os serviços governamentais e não governamentais se articulem e promovam uma "agenda contínua de debate sobre o tema" (Protocolo Municipal, 2015, p. 26).

Em relação às *atribuições específicas* a cada integrante, destacaram-se etapas fundamentais à prestação de assistência às mulheres em situação de violência ao ressaltar que a rede de órgãos e serviços precisa se organizar articuladamente, de modo que as competências específicas de cada membro se complementem com a execução das atribuições próprias dos outros integrantes.

Como fora destacado por Rezende e Andrade (2014), a precariedade do processo de registro e sistematização dos dados consistia em um entrave ao efetivo enfrentamento à violência contra a mulher à época em que se realizou a pesquisa. O documento aqui analisado, por sua vez, frisou a relevância de que os órgãos e serviços responsáveis por essa etapa registrem todas as informações pertinentes ao atendimento em prontuário, além de que as notificações sejam digitadas em sistema informatizado – o que toca diretamente na lacuna identificada pelas autoras.

No que tange às ações referentes à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, também pontuadas como deficientes por Rezende e Andrade (2014), o Protocolo ressaltou a necessidade de se realizarem ações e atividades que objetivem não somente conferir orientação e acolhimento às mulheres em situação de violência, mas também preconizar a realização de intervenções de caráter preventivo no município e região.

Mediante as atribuições específicas ao CREAS e àquelas próprias ao CRAS dispostas no Protocolo, notou-se que o documento conseguiu superar a sobreposição de funções identificadas por Rezende e Andrade (2014), assim como conferiu a noção de trabalho em rede às instituições responsáveis pela prestação de assistência social.

Ademais, em relação às competências relativas ao eixo responsabilização, o Protocolo possibilitou a diferenciação entre as atribuições da Polícia Civil e da Polícia Militar, o que propiciou a sedimentação da concepção de atendimento continuado e articulado – ponto também identificado como entrave ao adequado funcionamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Faz-se pertinente mencionar também o destaque atribuído à função comum a todos os serviços e órgãos de enfrentamento a essas formas de violência no que se refere ao papel receptor dos casos de violência contra a mulher.

Assim, respeitando e cumprindo as competências específicas e as atribuições comuns elencadas pelo Protocolo, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na comarca de Viçosa se estruturaria de maneira integralizada, o que contribui de modo relevante à efetividade do atendimento, à não revitimização das mulheres e à continuidade do atendimento.

Considerações Finais

Notadas as complexidades características da violência contra a mulher, conclui-se que o enfrentamento às múltiplas facetas nas quais essa forma de violência se manifesta é um trabalho árduo e repleto de desafios.

O documento aqui analisado, o *Protocolo de Atenção às Mulheres em Situação de Violência*, estruturou o enfrentamento à violência contra a mulher em consonância com o disposto na Lei Maria da Penha ao orientar a estruturação da rede de atenção às mulheres em situação de violência na comarca de Viçosa através da implantação de estratégias pautadas na prevenção, no atendimento e na responsabilização.

Além disso, as propostas desenvolvidas pelo Protocolo Municipal visam promover a resolução de um problema eminentemente multidimensional por meio de intervenções fundamentadas nas três premissas que regem a 11.340/06, a saber: a intersetorialidade, a transversalidade e a capilaridade.

Todavia, por se tratar de um documento de complexa elaboração, haja vista a necessidade de se conferir diferenciação – a qual é muitas vezes sutil – entre as atribuições comuns aos membros da rede de enfrentamento e aquelas competências específicas a cada órgão e serviço, o Protocolo apresentou algumas recomendações que se restringiram ao plano das ideias, sem explorar possibilidades de intervenções factíveis no combate à violência contra a mulher.

Isso se revela nas proposições em que se recomenda o "acolhimento solidário", por exemplo, proposta que não explicita quais são as práticas adequadas à concretização dessa forma de acolhimento. Essa lacuna também se verifica na estratégia referente às formas de se exercer a integralidade das ações de enfrentamento à violência contra a mulher no que se refere à comunicação entre os serviços, uma vez que o Protocolo não expõe em termos práticos os meios e modos de se executar essa procedimentalização.

Ademais, alguns órgãos apresentam igualdade no que tange às competências tanto comuns, quanto específicas, o que pode gerar sobreposição de ações e, assim, incorrer em revitimização da mulher.

A despeito desses problemas, infere-se, por fim, que o *Protocolo de Atenção às Mulheres em Situação de Violência* representou uma conquista inestimável no enfrentamento à violência contra a mulher para a microrregião de Viçosa, Minas Gerais, ao dispor sobre as competências e atribuições concernentes a órgãos fundamentais ao adequado funcionamento da rede de atenção às mulheres em situação de violência – tais como as Polícias Civil e Militar, o CREAS e o CRAS, entre outros –, o que contribuiu significativamente tanto para a conformação, quanto para a consolidação da noção de trabalho em rede e, consequentemente, para a difusão da concepção de assistência continuada entre esses órgãos e serviços.

Referências

BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 - **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 04 de junho de 2015.

Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. 03/2015. Disponível em <http://www.nieg.ufv.br>. Acesso em 04 de junho de 2015.

PASINATO, W. **Lei Maria da Penha.** Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? Civitas, 2010; 10 (2): 216-232.

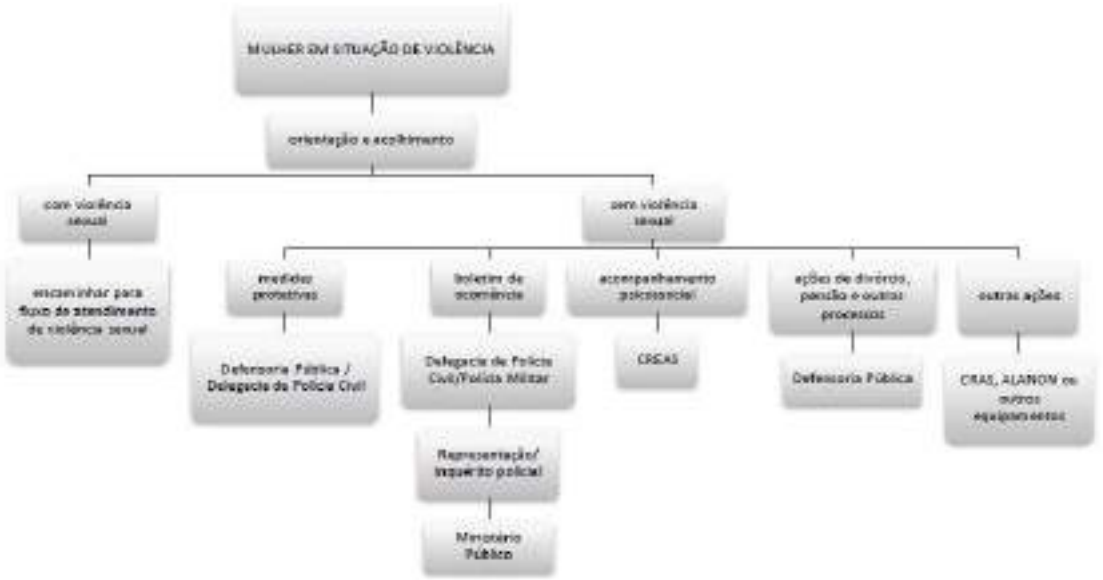
REZENDE, D. L.; ANDRADE, Luciana. V. R.. **Avaliação da Rede protetiva às mulheres vítimas de violências na Comarca de Viçosa - MG**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais dos Feminismos, 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 10, 2013. p. 1-11.

REZENDE, D. L.; ANDRADE, L. V. R.. **Rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa, Minas Gerais.** Revista de C. Humanas. Viçosa, v. 14, n. 1, p. 207-225, jan./jun. 2014.

ANEXOS

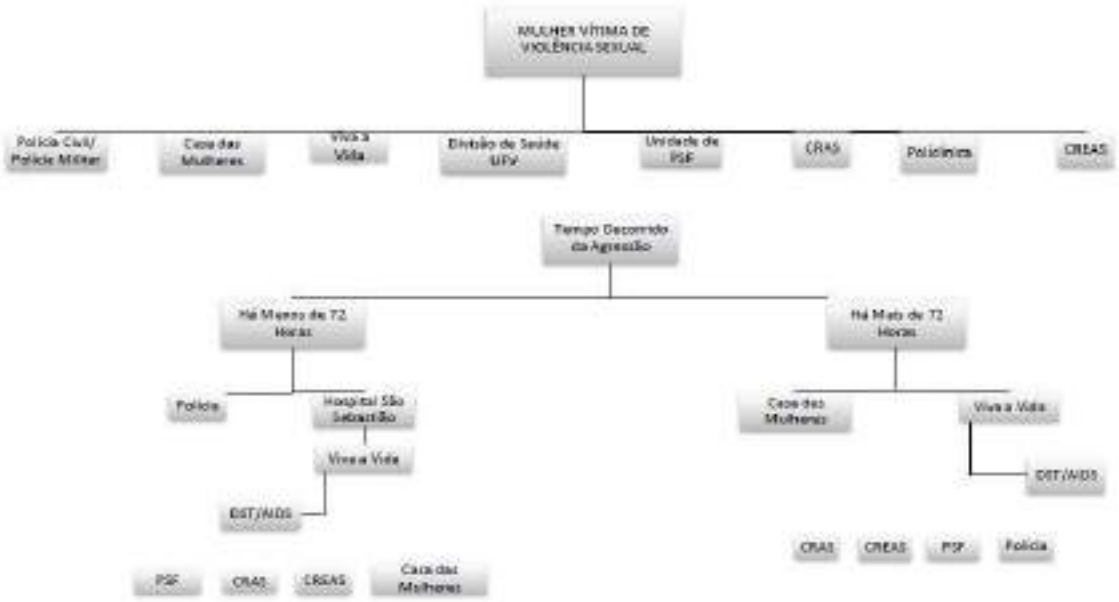
1 - O atendimento à mulher em situação de violência - Organização da Rede de Serviços para atenção Íntegra

1.1 - Fluxo de atendimento de mulheres em situação de violência



Fonte: Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, p. 36.

1.2 - Fluxo de atendimento de mulheres vítimas de violência sexual



Fonte: Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, p. 37.

ELITES POLÍTICAS: TRAJETÓRIAS E PERFIL DOS LEGISLADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Luana Puppin Pratti
Doutoranda em Sociologia Política pela UENF. E-mail: luacso@gmail.com

Resumo: A proposta deste trabalho é discutir os padrões de carreiras políticas dos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo, a partir de suas características socioeconômicas, utilizando os resultados de dados verificados em pesquisa anterior[1]. Será observada a trajetória política dos representantes eleitos no período de 1986 a 2010, indicando a profissionalização dos mesmos, além de aferir sobre a experiência em cargos eletivos e na administração pública. Também serão analisados quais cargos são ocupados dentro da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), com o intuito de confirmar se há formação de uma elite legislativa dentro da instituição. Nesse sentido, a hipótese colocada é de que determinadas trajetórias, com certo acúmulo de experiência, promovem maiores chances de ocupação de cargos de comando na estrutura de poder da Assembleia e, com isso, favorece a consolidação de carreiras políticas dos parlamentares. Por fim, avaliaremos sinais de consolidação da carreira parlamentar tendo em vista a *seniority*, isto é, a experiência prévia do representante no próprio cargo de deputado estadual.

Palavras-chave: elites políticas; trajetórias políticas; Deputados Estaduais.

Abstract: The purpose of this assignment is to discuss the patterns of political careers of the state of Espirito Santo representatives from their socioeconomics characteristics, using the data results verified in previous research. It will be observed the elected representative political path between the period of 1986 - 2010, indicating their educational background and also the their experience in elective positions and in public administrative positions. It will be studied which positions are held in ALES, with the purpose of verifying if there is a formation of a legislative elite in the institution. The hypotheses is that certain trajectories, with certain collection of experience promote greater chances to hold the positions with more power in the hierarchical structure in the ALES, and that comes in favour of the consolidation of their political careers. Lastly, it will be studied signs of career consolidation of parliamentary career in view of the seniority, in other words, the representative previous experience in the same position as state representative.

Keywords: political elites; trajectory; state representatives.

Introdução

O debate sobre elites políticas tem ganhado notoriedade nas discussões dos cientistas políticos nos últimos anos, inclusive em grupos que estudam o tema no Brasil (MESSENBERG, 2002; RODRIGUES, 2002; PERISSINOTO, 2009). O aspecto do "quem governa", sem sombra de dúvidas, ainda é a principal abordagem da questão sobre as elites políticas, o destaque de suas características e qualidades sociais e econômicas abarcam boa

[1] "Perfil social, recrutamento e trajetórias políticas: uma análise dos representantes do legislativo estadual capixaba, 1986-2010" (Pratti, 2013).

parte das pesquisas sobre o tema. Entretanto, tem despontado entre pesquisadores da área questionamentos sobre a profissionalização dos atores políticos e como estes mantêm-se no poder. É sob este último aspecto que dirigimos os esforços desse trabalho.

Entendemos como elite política aqueles indivíduos que possuem determinadas qualidades e características capazes de proporcionar maiores chances de exercer a atividade e profissão política, também podem fazer parte da elite política aqueles indivíduos capazes de influenciar nas decisões de impacto coletivo. Por um lado, a formação de uma elite política depende da disponibilidade de recursos particulares de cada indivíduo, por outro, resulta das condições oferecidas pelas organizações/instituições para o exercício do poder (MOSCA, 1987; PARETO, 1984, 1996; MICHELS, 1982).

A entrada dos atores na esfera política é facilitada por aspectos particulares de suas personalidades, mas também pela estrutura de oportunidades oferecidas pelo sistema eleitoral (NORRIS, 1997; SAMUELS, 2003; BORCHERT, 2011). Além disso, a construção de uma carreira política, não depende somente desses aspectos, mas está particulamente ligada à profissionalização contínua desses atores na cena política, ou seja, a capacidade deles se tornarem profissionais políticos, aproveitando tanto qualidades pessoais, como estrutura de oportunidades para se manter no poder.

Trajetórias políticas podem dar-se em dois sentidos principais: a ascensão da carreira (quando o político ascende a cargos eletivos mais altos) ou, no sentido do *seniority* (Polsby, 2008) (a manutenção do mesmo cargo, no nosso caso o legislativo estadual). Ambas as situações permitem a profissionalização do político (LEONI, PEREIRA, RENNÓ, 2003; SANTANA, 2008).

Isto posto, a finalidade desse trabalho, é verificar quais são os padrões de carreiras políticas construídas pelos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo a partir de seu perfil sócioeconômico e da estrutura de oportunidades oferecida pelo sistema eleitoral brasileiro. O pressuposto principal é de que determinadas trajetórias, favorecem a ocupação de cargos importantes dentro da instituição, qual seja, a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, favorecendo, de tal maneira, a consolidação de carreiras políticas dos parlamentares, incentivando o *seniority*.

Portanto, algumas características particulares irão favorecer a carreira política de alguns indivíduos, gerando consequências para o perfil das instituições políticas, por exemplo, a institucionalização, e a composição dos governos, bem como para a qualidade das suas políticas (NORRIS, 1997).

A pesquisa empírica reuniu dados biográficos dos deputados estaduais eleitos no período entre 1986-2010. Foram compilados dados em relação à idade, escolaridade, região de origem, profissão, participação em associações politicamente relevantes, experiência em cargos eletivos no executivo e no legislativo, experiência na administração pública e experiência em cargos importantes na Assembleia. Para a análise dos dados, foi utilizado o SPSS, que permitiu averiguar com maior precisão as informações disponíveis, além de possibilitar o teste de correlação entre as variáveis.

No total, foram avaliadas 207 vagas ao longo do período. Entretanto, isso não quer dizer que 207 indivíduos diferentes foram eleitos deputados estaduais, mas a quantidade de cadeiras que puderam ser ocupadas no intervalo analisado. Temos assim a seguinte distribuição: na 11ª legislatura foram eleitos 27 deputados e nas demais foram eleitos 30 parlamentares cada. Devemos lembrar que ao longo do período houve reeleições, sendo que, dessas 207 vagas, 41 foram ocupadas por indivíduos que passaram pela reeleição.

Apesar do nosso esforço no levantamento dos dados, não foi possível encontrar algumas informações relativas a determinados deputados, principalmente aquelas relacionadas à experiência política. Em alguns casos, a falta de informação reflete nos resultados, mas não inviabiliza a análise.

A experiência política mostrou-se fundamental na conquista de uma posição privilegiada dentro da Ales. A hipótese desta pesquisa foi confirmada através dos testes estatísiticos. Foi notada uma alta correlação entre a experiência no *seniority* e na *expertise*, em geral, para se alcançar cargos importantes na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Enfim, observamos, como todos estes fatores impactaram na formação de uma elite "intra-parlamentar". Os postos de poder disponíveis na Ales estão sob o controle de um grupo restrito de parlamentares, sobretudo daqueles que possuem maior profissionalização dentro da instituição.

1. Perfil social e trajetórias políticas: recursos para a manutenção do poder e consolidação da carreira política.

Neste tópico, buscaremos apontar algumas características do perfil social e econômico da elite parlamentar do estado do Espírito Santo com o propósito de assinalar quais qualidades podem auxiliar na entrada para a atividade política e quais podem contribuir para o desenvolvimento da carreira política e manutenção do poder. Também será verificada

a trajetória política dos deputados eleitos e qual a dinâmica dessas carreiras de estática, favorecendo o *seniority*, ou progressiva.

A hipótese principal desta pesquisa fundamenta-se no princípio de que determinadas características socioeconômicas e, particularmente, políticas promovem maiores oportunidades de carreiras legislativas, sobretudo consolidando lideranças em postos de poder no interior do parlamento. Sendo assim, neste tópico, avaliamos se os antecedentes políticos dos deputados estaduais do Espírito Santo estão vinculados aos cargos que ocupam dentro da instituição, testando empiricamente nossa hipótese.

Na pesquisa realizada, constamos um padrão no perfil social e econômicos dos deputados estaduais eleitos no período destacado, sendo assim, pontuaremos alguns dos principais aspectos:

2. Sobre perfil socioeconômico:[2]

- Há uma predominância entre representantes do sexo masculino entre os deputados eleitos, sendo 91.8% dos deputados homens;
- A média de idade dos legisladores fica em torno dos 47 anos, sendo essa média um pouco mais elevada quando relativas as mulheres por volta dos 48,94 anos, enquanto os homens têm em média 45, 11 anos;
- Quando analisadas separadamente as regiões de origem, observou-se que ao longo das legislaturas, a maioria dos deputados tem como região de origem a Região Metropolitana da Grande Vitória, entretanto deve-se atentar para o fato de que as regiões interioranas, se consideradas em um conjunto, agregam 53, 6% do total de representantes eleito.
- Em relação à escolaridade verificou-se um parlamento altamente escolarizado, com 74,5% dos deputados com curso superior.
- No quesito profissão, averiguou-se a preponderância de três atividades principais: Profissionais da Área Jurídica, Empresários e Comerciantes e Profissionais da Saúde, o que mostrou que as profissões liberais são mais associadas ao desenvolvimento de carreiras políticas no estado.

[2] A análise dos dados completa pode ser verificada em Pratti, 2013: **"PERFIL SOCIAL, RECRUTAMENTO E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DOS REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO ESTADUAL CAPIXABA**, 1986-2010".

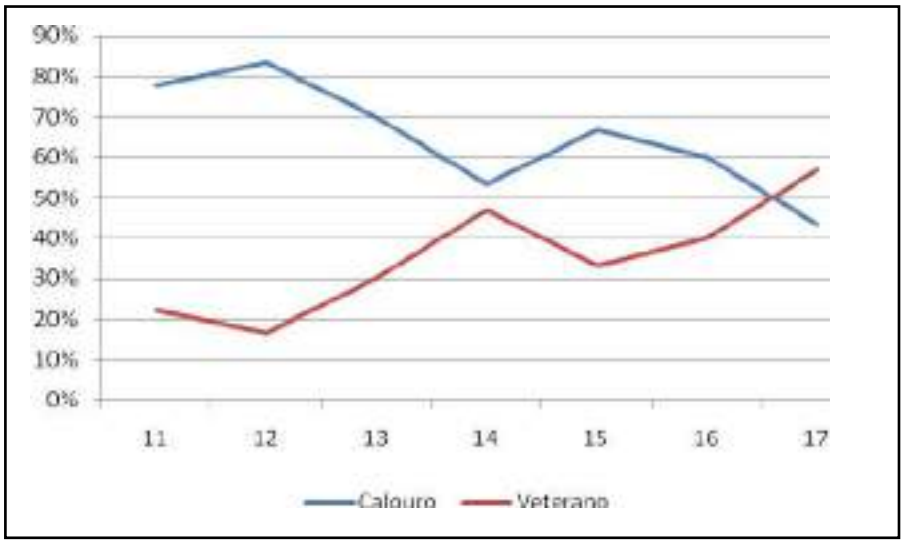
3. Quanto à origem partidária e ao perfil político dos deputados estaduais:[3]

- Foram identificadas 23 agremiações partidárias representadas na Ales ao longo do período estudado, indicando uma alta fragmentação da mesma. Dentre os partidos, 5 tiveram as maiores representações: PFL/Dem, PMDB, PT, PDT e PTB, respectivamente. Contudo, nenhum deles conseguiu ser representativamente hegemônico em nenhuma legislatura.
- No que concerne à participação em associações politicamente relevantes (militância partidária, sindicatos, movimento estudantil, associações civis, entre outros), pode-se afirmar que não é uma dimensão muito relevante para a construção das carreiras políticas dos deputados estaduais.
- Em relação às experiências em cargos administrativos, observou-se que cerca de 90 parlamentares haviam passado por algum cargo da burocracia pública, enquanto 75 não acumulavam essa experiência. Para os demais não havia informação.
- A experiência em cargos eletivos legislativos (exceto *seniority*) é crescente entre os parlamentares, sendo que na 16ª e 17ª os deputados que possuem essa experiência se sobressaem em relação àqueles que não possuem.
- Em cargos executivos a experiência dos parlamentares é menor, principalmente quando comparados à *seniority* e a outros cargos legislativos.
- Existe uma tendência de aumento para a *seniority*, principalmente após a superação da crise de governabilidade da década de 1990[4].
- No geral, quando analisamos a experiência dos deputados de forma agregada, ou seja, considerando toda a experiência prévia, percebe-se o desenvolvimento da profissionalização dos parlamentares na atividade política, em contrapartida, a construção de carreiras políticas obedece à lógica *dinâmica*, isto é a preocupação está em ocupar cargos eletivos pouco importando se no executivo ou legislativo, também não se considera o nível da federação (se municipal, estadual ou federal).

O gráfico abaixo demonstra a evolução do *seniority* na Assembleia Legislativa do Espírito Santo no período 1986-2010:

3 Idem.
4 Sobre a crise de governabilidade no estado do Espírito Santo ver Silva (1995; 2010)

Gráfico 1 - Evolução da *seniority* na Ales



Fonte: Autoria própria (2015).

O gráfico 1, elaborado a partir de dados da biografia dos deputados, levantados pela autora, demonstra que ao longo do tempo houve uma tendência à manutenção do poder pelos deputados que estavam inseridos dentro da instituição. O *seniority* aponta para uma profissionalização dos membros da Ales e para a reprodução de uma elite no poder.

Com a intenção de atingir o nosso propósito, analisamos os cargos de liderança dentro da Ales de maior importância e mais almejados pelos deputados, sendo eles: Presidente da mesa diretora, 1º secretário, Presidente da Comissão de Finanças e Presidente da Comissão de Justiça[5]. Os demais cargos foram suprimidos, visto que, por se tratar de um número restrito de representantes, a maioria conseguia exercer algum cargo[6].

Com relação aos indicadores de experiência política, vale esclarecer que a análise compreendeu os cargos no legislativo municipal e federal (vereador, deputado federal e senador), *seniority* (deputado estadual), cargos no executivo (municipal – prefeito e vice-prefeito; estadual – governador e vice-governador e federal – presidente e vice-presidente, apesar de não haver representantes deste último). Também foram incluídos cargos na

[5] Apesar da importância do cargo de líder de governo este não foi considerado por falta de informações suficientes sobre os ocupantes do cargo em todas as legislaturas.
[6] Domingues (2001) relata que o reduzido número de parlamentares restringe a divisão de trabalho dentro da Ales. Assim a quantidade de comissões disponíveis e de cargos conseguem abarcar quase a totalidade dos representantes no que se refere a ocupação das vagas ofertadas.

administração pública, como secretarias de estado ou município, diretor ou funcionário do alto escalão de empresa pública e demais cargos ligados à burocracia dos governos.

Avaliaram-se então 4 tipos de experiências políticas, que permitiram construir um índice de experiência política, testado adiante.

A hipótese será testada verificando-se a existência ou não de correlações entre experiências políticas prévias dos deputados e a ocupação de cargos de poder no interior da Assembleia. As técnicas estatísticas utilizadas são as tabelas de cruzadas e respectivos qui-quadrados.

A tabela 1 oferece uma primeira confirmação da hipótese. Considerando-se os postos de liderança preenchidos na Ales e o *seniority*, verificou-se se o maior tempo de "casa" favoreceria a ocupação dos mesmos, como evidenciado a seguir:

Tabela 1 - Cargos de comando ocupados na Ales *x Seniority*

Tem *seniority*			
Ocupou cargo de comando na Ales	**Não**	**Sim**	**Total**
Não	117 87,3%	54 74,0%	171 82,6%
Sim	17 12,7%	19 26,0%	36 17,4%
Total	134	73	207
***X*²:** 5,854, *gl*. = 1; sig. 0,016			

Fonte: Autoria própria (2015).

O teste do qui-quadrado mostrou uma relação alta e significativa entre ser "sênior" na casa e ocupar cargos de comando, tem-se então: X^2: 5,854, *gl*. = 1; sig, 0,016. Observou-se uma grande concentração de indivíduos, 117, que não possuíam o *seniority* e que não ocuparam cargos na Ales. De acordo com o valor do X^2, essa concentração não é casual, mas aponta uma correlação. Apesar da alta correlação entre *seniority* e cargos importantes ocupados, observou-se que alguns não possuem *seniority*, mas conseguiram alcançar algum posto na Ales. Isso pode ocorrer caso o parlamentar possua outras experiências. Assim, houve a necessidade de avaliar se outras experiências são igualmente importantes para o desenvolvimento de carreiras no interior do legislativo.

Na tabela 2, foram correlacionados os cargos de comando acessados na Ales e a experiência em cargos legislativos (exceto na própria Ales). A relação entre as variáveis observada com o teste do qui-quadrado não foi significativa, sendo: X^2: 2,125, gl.=2; sig.0,346.

Tabela 2 - Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos legislativos (exceto na Assembleia)

Tem experiência em cargos legislativos no geral			
Ocupou cargo de comando na Ales	**Não**	**Sim**	**Total**
Não	94 79,7%	64 85,3%	171 82,6%
Sim	24 20,3%	11 14,7%	36 17,4%
Total	118	75	207
X^2**:** 2,125, *gl*. = 2; *sig*. 0,346			

Fonte: Autoria própria (2015).

Segundo o índice de qui-quadrado utilizado, as experiências em outras esferas legislativas, municipal ou federal, não são estatisticamente importantes para a ocupação de cargos de comando dentro da Ales. Em números absolutos, 94 deputados que não possuíam experiência em cargos legislativos também não ocuparam cargos importantes na Assembleia, como assinalado abaixo:

A hipótese da experiência prévia ainda associou experiência no poder executivo e ocupação de cargos de comando na Ales. O exame estabelecido pelo qui-quadrado foi ainda mais baixo se comparado com a relação anterior, obteve-se: X^2**:** 1,775, *gl*. = 2; *sig*. 0,412. Do total de legisladores no período, 116 não ocuparam cargos de chefia no Executivo, consequentemente, não obtiveram acesso aos cargos de direção disponíveis na Ales, enquanto 7 deputados tiveram prática no poder executivo e acessaram cargos, como exposto logo abaixo:

Tabela 3 - Cargos de comando ocupados na Ales x Experiência em cargos Executivo

Ocupou cargos na chefia do Executivo			
Ocupou cargo de comando na Ales	**Não**	**Sim**	**Total**
Não	116 80,6%	42 85,7%	171 82,6%
Sim	28 19,4%	7 14,3%	36 17,4%
Total	144	49	207
X^2**:** 1,775, *gl*. = 2; *sig*. 0,412			

Fonte: Autoria própria (2015).

Verificou-se, por fim, o impacto da experiência em cargos administrativos na ocupação de postos na Ales. O teste do qui-quadrado também não foi estatisticamente relevante, atingindo a seguinte correlação: X2: 2,166, gl. = 2; sig. 0,141. Um total de 17 parlamentares acumulavam experiência administrativa e ocuparam cargos na Ales, em contrapartida 79 não possuíam experiência na esfera administrativa e sequer ocuparam cargo de comando na Ales.

Tabela 4 - Ocupou cargo de comando na Ales x Experiência em cargos públicos administrativos

Ocupou cargos administrativos			
Ocupou cargo de comando na Ales	**Não**	**Sim**	**Total**
Não	79 85,9%	57 77,0%	136 81,9%
Sim	13 14,1%	17 23,0%	30 18,1%
Total	92	74	166
X^2**:** 2,166, *gl*. = 2; *sig*. 0,141			

Fonte: Autoria própria (2015).

No entanto, se por um lado os testes, isoladamente, não tenham apontado a correlação estatística significativa entre experiência e ocupação de cargos de comando, como mostrou os resultados, por outro, as tabelas 2, 3 e 4 *não apontam para a negação da hipótese*. Observando os percentuais e os valores absolutos distribuídos nestas três tabelas, nota-se que a tendência de distribuição é a mesma da tabela referente à *seniority* (tabela 1): um grande número de deputados sem experiência no legislativo, executivo ou na administração coincide com o montante dos que não ocuparam cargos parlamentares de comando.

Como dito anteriormente, todas essas experiências acumuladas permitiram construir um indicador de *expertise*. Assim o nível 0 de *expertise* significa que o legislador não possui nenhuma experiência em qualquer um dos cargos analisados; o nível 1 indica uma única experiência em algum dos cargos; para 2 a *expertise* indica que o deputado acumulou duas experiências diferentes e assim respectivamente para 3 e 4. Ou seja, para 4, o deputado passou pelo legislativo em outras esferas de governo, pelo executivo, por cargos na administração pública e adquiriu *seniority* na Ales, tendo, assim, um maior *know-how*. O

pressuposto é que quanto maior o valor do índice, maior a chance de ocupar cargo de comando parlamentar. O quadro seguinte examinou esse elemento:

Tabela 5 - Ocupação de cargo de liderança na Ales x *Expertise* total

Nível de *expertise*						
Ocupou cargo de comando na Ales	**0**	**1**	**2**	**3**	**4**	Total
Não	47 100,0%	72 87,8%	29 61,7%	10 66,7%	0 0,0%	158 81,4%
Sim	0 0,0%	10 12,2%	18 38,3%	5 33,3%	3 100,0%	36 18,6%
Total[7]	47	82	47	15	3	194
***R* de Pearson**: 0,418; sig. 0,000						

Fonte: Autoria própria (2015).

Via de regra, podemos notar que, com aumento da *expertise*, invariavelmente, a possibilidade de ocupar cargos no interior do legislativo estadual se eleva, sendo o contrário também verdadeiro, ou seja, sem nenhuma expertise o parlamentar não consegue se estabelecer como liderança. Todos os parlamentares com nível de expertise 4 ocuparam cargos na Ales, demonstrando a importância da profissionalização e especialização. O maior índice está entre aqueles deputados que acumulam duas experiências diferentes em sua trajetória, ficando em torno de 38,3%. A correlação entre estes fatores é muito significativa, podendo ser observado tanto nos valores distribuídos na tabela, como no *R* de Pearson: 0,418; *sig*. 0,000.

Os dados apresentados nos sugerem, então, que a *expertise* e a profissionalização dos deputados tornam-se essenciais para a conquista de cargos de liderança no interior da instituição, o que confirma a Teoria da institucionalização proposta por Polsby (2008), o qual afirma que quanto maior a profissionalização, especificamente quando ligada à *seniority*, maiores as chances de se alcançar posições de hierarquia mais altas no poder legislativo.

Enfim, conclui-se que a construção de uma carreira política com acúmulo de cargos agregados conciliados a determinadas características socioeconômicas e culturais facilitam o acesso não só ao cargo de deputado estadual, bem como ao exercício de atividades internas ao legislativo, formando assim uma elite "intra-parlamentar". Tal proposição, confirma

[7] 13 deputados não foram contabilizados nessa análise devido à falta de informações.

também os pressupostos da teoria das elites, qual seja, a de que a elite política reflete o compartilhamento de certos aspectos individuais comuns ao grupo.

Para o caso analisado, especificamente, podemos afirmar que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo tende a se tornar, cada vez mais, institucionalizada e seus membros mais especializados. Além disso, deve-se enfatizar, há a tendência de formação de uma oligarquia parlamentar que controla os espaços de poder disponíveis na mesma.

Considerações Finais

A proposta deste trabalho foi testar empiricamente a hipótese colocada no início desta discussão, qual seja, a de que certos parâmetros socioeconômicos e determinadas trajetórias políticas favorecem o ingresso e a permanência dos deputados na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, e contribuem para formar uma elite "intra-parlamentar" que domina as posições de poder dentro da casa.

Inicialmente, foram avaliadas as qualidades socioeconômicas dos representantes, estabelecendo um perfil para este grupo. Dentre as principais características, podemos destacar que os membros da Assembleia Legislativa do Espírito Santo são formados em sua maioria por homens, com média de idade de aproximadamente 47 anos, com alta escolaridade, exercendo predominantemente profissões ligadas à área jurídica e atividades empresariais e comerciais.

Outro ponto debatido nesta pesquisa, foi quanto às trajetórias políticas percorridas pelos parlamentares. Desse aspecto, também foram retiradas algumas premissas. O parlamento capixaba do ponto de vista da composição partidária é altamente fragmentado. A participação em organizações politicamente relevantes não é crucial na trajetória para alcançar o poder, sugerindo um caráter oligárquico dos parlamentares do estado.

A experiência em cargos eletivos no poder executivo e legislativo também não se mostrou fundamental para se alcançar uma cadeira na Assembleia, sendo que 23, 6% dos dos mandatos analisados, possuíram experiência em cargos executivos e 36,2% em cargos no legislativo. A *seniority* e a taxa de recondução parlamentar foram aumentando gradativamente, principalmente após o período de crise governativa na década de 1990, apontando para uma tendência de institucionalização do parlamento e de profissionalização parlamentar.

A experiência política mostrou-se fundamental na conquista de uma posição privilegiada dentro da Ales. A hipótese desta pesquisa foi confirmada neste capítulo através dos testes estatísticos. Foi notada uma alta correlação entre a experiência no *seniority* e na *expertise* em geral para se alcançar cargos importantes na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Enfim, observamos, como todos estes fatores impactaram na formação de uma elite "intra-parlamentar". Os postos de poder disponíveis na Ales estão sob o controle de um grupo restrito de parlamentares, sobretudo daqueles que possuem maior profissionalização dentro da instituição, confirmando a teoria proposta por Polsby (2008).

Referências

BORCHERT, Jens. **Ambition and Opportunity in Federal Systems:** the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany, and the United States. Frankfurt (Germany): University of Frankfurt.

DOMINGUES, M. P. Espírito Santo: Produção Legal e Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In: Fabiano Santos. (Org.). **O Poder Legislativo nos Estados:** diversidade e convergência. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, v. 1, p. 85-112.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **Estratégias para sobreviver politicamente:** Escolhas de carreira na Câmara de Deputados do Brasil. Opinião Pública, Campinas, v. IX, n. 1, 2003, pp. 44-67.

MESSENBERG, Débora. **A elite parlamentar do pós-constituinte:** atores e práticas. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MOSCA, Gaetano. **História das doutrinas políticas**. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Completada por Gaston Bouthoul. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

NORRIS, Pippa. **Passages to Power**. Legislative Recruitment In Advanced Democracies. Cambridge University Press, 1997.

PARETO, Vilfredo. **Manual de economia política**. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. São Paulo: Ed Nova Cultura Ltda, 1996.

_____. **Sociologia política.** Trad. Ruy R. Cunha. In: RODRIGUES, José Albertino (org). São Paulo: Ática, 1984.

PERISSIONOTO, Renato M. **As elites políticas:** questões de teoria e método. Curitiba: Ibpex, 2009.

POLSBY, Nelson W. **A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos**. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Gustavo Rinaldi Althoff. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 221-251, jun. 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa sociais, 2002. (Biblioteca virtual de Ciências Humanas).

SAMUELS, David. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. **Perfil, Trajetórias e Ambição Política dos legisladores na construção de suas carreiras:** Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Teoria e Sociedade, n. 16, v. 2, p. 130-155, jul./dez. 2008.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo:** Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

_____. **Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo**. Capitulo: 01 - Livro ES (IJSN) - Trajetória Política, ES., 2010.

GOVERNO E SOCIEDADE - DESEMPENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E COMUNIDADES LOCAIS

Maria Meirice Pereira Barbosa
Doutora pela PUC/SP. IFPE.

Resumo: O trabalho relaciona o trajeto das políticas sociais com os desafios de radicalizar a democracia. Busca analisar os discursos apresentados em documentos oficiais e em relatos dos atores sociais que vivenciaram processos decisórios nos quais as variáveis de tipo *institucional* foram ressignificadas em distintas conjunturas políticas, bem como, as configurações do relacionamento Estado e Sociedade Civil daí emergentes possibilitaram as "escolhas" governamentais resultantes para gestão dos problemas sociais, e fizeram emergir tipos diferenciados de *Estado* estabelecendo *renovadas* regras para o jogo político. Nesse *movimento*, explicitaram-se ambiguidades, tanto no campo das mediações institucionais quanto nos recursos utilizados pela população ao lidar com a *lógica da necessidade* sendo simultaneamente *clientela* e *público-alvo* das políticas sociais. Assim, a conquista da cidadania enfrenta os paradoxos internos aos padrões gerenciais de planejamento e execução das políticas públicas os quais, pasteurizando o dinamismo das relações sociais, distanciam-na da rapidez da reprodução da desigualdade social na realidade vivida.

Palavras-chave: coordenação governamental; políticas sociais; controle social.

Abstract: The work relates the path of social policies with the challenges of radical democracy. Seeks to analyze the speeches presented in official documents and in the social actors reports that experienced decision-making processes where the institutional type of variables were resignified in different political circumstances as well as the relationship settings State and civil society then emerging enabled the "choices" resulting from government for management of social problems, and they have emerged different types of State renewed establishing rules for the political game. In this movement, if made explicit, ambiguities, both in the field of institutional mediations as the resources used by the population to deal with the logic of the need simultaneously being customer and target audience of social policies. Thus, the conquest of citizenship faces internal paradoxes to the management standards of planning and execution of public policies which, pasteurizing the dynamism of social relations, distanced -in the speed of reproduction of social inequality in the lived reality.

Keywords: government coordination; social policy; social control.

Introdução

Nas décadas de 1980 e 1990, um intenso processo de reforma do Estado brasileiro articulou-se ao contexto de descentralização. Nesse percurso, foi possível observar finalidades prático-políticas da realidade estadual e nacional constituindo-se em mecanismos político-institucionais emoldurados pelas tentativas de reconstrução democrática dos atores políticos e pelos esforços de desmonte do Estado através da redução de sua atividade reguladora e produtiva mediante a diminuição do espaço público para os direitos sociais conquistados no pós-1988.

Esse contexto contraditório permite uma percepção político-institucional na qual descentralizar deveria possibilitar desconcentrar competências e decisões do centro do poder

para o que estivesse ao seu redor, por exemplo, constituindo "[...] instituições que viabilizem a participação dos cidadãos nas decisões políticas" (ARRETCHE,1996, p. 46).

Assim, o período permite destacar alguns conceitos extremamente vinculados à reflexão dos processos de descentralização por problematizarem as formas, assumidas ou não, de ampliação das perspectivas de democratização das ações do Estado.

Os governos, considerando-se em seu interior, a importância e significado dos esforços de coordenação governamental, precisam lidar com a capacidade ou possibilidade de exercício do controle em que o cumprimento de obrigações, promessas ou execuções passa por etapas de monitoramento e avaliação, estas comprovadamente sensíveis à gestão de programas e políticas públicos, alimentam o desenvolvimento social.

Para tanto, as políticas sociais daí resultantes, precisam ser inovadoras e com desempenho otimizado[1] dependendo não apenas da atuação dos técnicos e gestores de políticas junto ao campo comunitário, mas da capacidade de articulação com lideranças e movimentos populares e, sobretudo da percepção das características locais, enquanto modo através do qual as comunidades se organizam tradicionalmente conseguindo conservar assim suas instituições sociais, econômicas, ou mesmo se deixando "atropelar" por fragilidades nos processos de decisão política quando, diante das condições de enfrentamento da desigualdade, convivem em meio ao entrelaçamento de uma *lógica gerencial* advinda dos organismos governamentais com a *lógica da necessidade* presente em seu cotidiano.

Como as conquistas democráticas que se destacaram no cenário político do país, resultantes das diversas formas de engajamento e organização da sociedade civil demonstram que a participação popular sempre foi efetivamente o instrumento de construção democrática das diversas políticas públicas, o nível de tipificação generalista no atendimento às demandas coletivas, apesar desse engajamento, muitas vezes apenas sobrepõe-se às realidades locais, desconsiderando seus contextos específicos e sua perspectiva de internalizar propostas ou mesmo alternativas possíveis dentro da compreensão dos atores sociais que vivenciam essa mesma realidade social. Isso tanto empobrece as condições de

[1] Ao utilizar a expressão *Desempenho otimizado*, estamos considerando: a) que o crescimento da pobreza tem comprometido a coesão social e a representação política, além de por em risco as promessas democráticas. E, b) uma mediação institucional, para garantia dos interesses da maioria, terá melhor *qualificação* em termos da preponderância histórica de regras democráticas, se possibilitar transparência quando do reconhecimento indiscutível dessas mesmas regras. O *desempenho* institucional não lida apenas com o sentido restrito de *produto* previsto por metas e objetivos presentes numa política pública mas com o que extrapola sua *execução* particular e acarreta, para além dele, um *impacto* sobre a problemática sob sua responsabilidade. Ou, dos *efeitos [...] esperados ou não, que afetam o meio social e institucional* (DRAIBE: 2001:21) no qual o mesmo se realizou.

coordenação governamental como o próprio processo reivindicativo submete-se à mera lógica dos programas profissionalizando lideranças, enclausurando a dimensão técnica e enfraquecendo a capacidade educativa e mobilizadora das organizações locais.

Enquanto isso, a sociedade organizada precisa prosseguir no enfrentamento das contradições do sistema e, nesse percurso, ressignificar os conteúdos dessas lutas em prol da redução da desigualdade através das políticas sociais. Um caminho necessário é o de assumir o protagonismo dos conhecimentos acerca de si mesma, como sinaliza o depoimento a seguir:

> O nosso povo, graças a Deus, tá tentando descobrir, é, o seu rumo certo. Mas a gente percebe que a organização deles é muito grande, na luta, porém, são muito barrados, né? Mas aos pouquinhos eles vão conseguindo, num é, vão conseguindo o seu espaço, mas só que com muita luta (LÍDER COMUNITÁRIA - CANINDÉ).

1. Descentralização das políticas sociais e ambiguidades das mediações institucionais

No período mencionado, o governo estadual do Ceará adquiriu evidência ao alardear o combate à desigualdade social reestruturando o funcionamento das instituições e destinando considerável volume de recursos ao funcionamento de um sistema padrão de assistência social voltado aos excluídos com ênfase nos interesses da sociedade civil cearense[2].

O advento dos programas participativos, e particularmente do *Programa de Ação Comunitária*, fez surgir formas de associativismo seguindo qualificações dadas pelo sistema de captação de demandas sociais do governo estadual as quais foram difundidas enquanto modo aceitável de participação direta nessas prerrogativas pelos governos municipais[3].

[2] No caso específico dos governos estaduais, alcançados por este texto, apresentou-se uma base social substantivada nos seus documentos oficiais e uma reengenharia institucional fundamentada em um modelo interativo com *demandas* da sociedade civil – O *Sistema de Ação Social.* Acrescente-se, a forma publicitária das gestões, veiculadas sempre como *Governo das Mudanças* e considerando-se um período de dezesseis anos que se inicia com a eleição do empresário *Tasso Ribeiro Jereissati* em 1986, para seu primeiro mandato (1987/1990), o desenvolvimento do governo de seu sucessor, *Ciro Ferreira Gomes* (1991/1995), e a segunda administração de Tasso Jereissati, entre 1996 e 1998. Devo reforçar que, ao mencionar esses posicionamentos dos governantes do Ceará, não estou afirmando que esse padrão de assistência atingiu todos os interesses da sociedade civil. Estou dando ênfase à tônica do discurso e das propostas constantes nos principais documentos que orientaram a atividade institucional no período.

[3] A linha programática de *apoio ao poder público municipal* objetiva: "Desencadear um processo reflexivo com as entidades populares para uma leitura crítica e compreensão da realidade social, política econômica, contribuindo no seu processo organizativo; prestar assessoramento à estruturação do trabalho social do município, no sentido de cooperar na definição das linhas programáticas da política social, colaborando na capacitação e participação popular; apoiar o processo da estruturação das entidades técnicas, jurídica e financeiramente; apoiar as ações desenvolvidas pelas entidades, destinando às comunidades, recursos para aquisição de equipamentos e material permanente; apoiar o intercâmbio de experiências comunitárias (encontros comunitários locais e regionais, seminários, fóruns, etc.) possibilitando a troca de experiências e

Enquanto o legado histórico do Ceará permite identificar fortes identidades e tradições políticas locais balizadas em uma cultura política paternalista, clientelista e autoritária, diferentes atores políticos influenciaram em seus padrões de participação cívica[4] e solidariedade social, no âmbito das possibilidades de constituição de uma *esfera pública*, tais como partidos de esquerda e Comunidades Eclesiais de Base. Portanto, no contexto de democratização em andamento no país, e dentro do projeto político dos empresários cearenses, então no poder estadual, o fortalecimento da ação governamental junto à sociedade civil, desafiava os discursos e as práticas políticas à incorporação nos espaços de debate público, dos interesses de todos (SOUSA, 1997).

Wanderley (1991) afirma a importância da cena pública para constituição de uma nova ordem democrática. Nesse sentido, um exame das características encontradas nos municípios cearenses para o desenvolvimento dos mecanismos de participação almejados demonstrou a continuidade do conteúdo programático do padrão de *ação social municipal* segundo os ditames estaduais, o que aparentemente ocorreu como consequência das consecutivas gestões estaduais, de sua aura de modernidade e da subserviência política e econômica dos governos municipais ao Estado e ao governo federal considerando-se, no contexto em vigor, a insuficiência das receitas municipais para responder aos encargos repassados aos municípios a partir das definições do processo de descentralização administrativa iniciado pela Constituição Brasileira de 1988.

Daí que, enquanto os poderes públicos deveriam privilegiar os interesses gerais de seus eleitores com vistas à cidadania, ficou evidente a "apatia" e a "inoperância" das secretarias municipais, o que se agravou principalmente pela simplificação da assessoria técnica e pelo baixo poder de pressão das comunidades, muitas vezes manifestando-se apenas por pedidos de ajuda individual dada sua relação com o favor e personalismo dos políticos locais. Em geral, a implantação dos subsistemas municipais ocorreu rapidamente mediante visitas técnicas, levantamento e/ou legalização de entidades associativas e constituição das secretarias. Em municípios que possuíam uma organização social mais consistente e desenvolviam uma experiência mais participativa, as experiências

buscando a abertura de canais de participação nas instituições públicas; e assessorar as entidades associativas dando continuidade ao tratamento dispensado à questão da cidadania na política social valorizando o crescente interesse das comunidades em se organizarem" (PLANO OPERATIVO - DAC/FAS).

[4] Para PUTNAM (1996), a *participação cívica* tem a ver com o interesse próprio na participação nos negócios públicos definido no contexto das necessidades públicas gerais, ou seja, é um interesse próprio sensível aos interesses dos demais. A cidadania se mantém por relações horizontais de reciprocidade e cooperação.

apresentaram-se melhor sucedidas e acabam por legitimar os dois níveis de governo[5].

Porém, a percepção da *invisibilidade* dos movimentos organizados de contestação, propiciaram uma *desqualificação* democrática das instituições como aspectos mais contundentes[6]. O modelo de gestão participativa estabeleceu critérios homogeneizadores dos atores e demandas envolvidos no processo. E, seus níveis de alcance e continuidade foram bastante problemáticos.

A principal crítica que podemos direcionar ao programa de Ação Comunitária é a ênfase na desigualdade. Na realidade estadual, setores menos desenvolvidos foram marginalizados ou o programa investiu apenas no município representante da região. Assim, as localidades mais sofridas enfrentaram dificuldades para incorporarem-se aos processos de transformação propostos para a realidade maior do Estado. Em todas as localidades, o processo violento de urbanização levava ao apagamento das formas tradicionais de engajamento (folguedos, rituais religiosos, eventos folclóricos) por não representarem a possibilidade de fluxo de capital ou mão de obra. E o programa não valorizou as n*arrativas* como possibilidade de compartilhamento da memória dos grupos impossibilitando um melhor uso político de suas experiências[7]. Assim sendo, os setores mais sofridos da população permaneceram atrelados a vínculos estreitos de submissão aos médios e grandes proprietários de terra, ou sofrendo a indigência dos pequenos municípios.

No processo de planejamento e de tomada de decisões das políticas sociais, ocorreu a superposição da dinâmica *programática*, proveniente das regras institucionais para atendimento às demandas da população sobre a lógica *da necessidade* enfrentada por ela cotidianamente. Desse modo, as prefeituras não mudaram a lógica que regia a burocracia municipal anteriormente; a inserção da população nos processos decisórios de aplicação dos recursos financeiros e humanos, insuficientes, não lhe garantiu a oportunidade de priorizá-los, apenas de optar por predefinições; ocorreu o descaso com a necessidade de prestar assistência técnica à população em meio aos condicionantes físicos, secas, e às precariedades

[5] Três municípios são emblemáticos desta situação: Crateús, Quixadá e Santana do Acaraú. No primeiro, uma consistente organização popular favoreceu o bom desempenho da secretaria municipal, no segundo, esta mesma condição aliada à uma postura democratizante do poder público local, propiciaram resultado semelhante e o Terceiro caracteriza-se por possuir uma gestão participativa modelo para o país.

[6] Estamos provisoriamente denominando de *desqualificação* institucional a predominância de uma cultura política autoritária que, por não permitir a almejada transparência nas decisões, não possibilita a melhor capacitação política daqueles que demandam suas respostas, impedindo-os de realizarem confrontos propositivos como condição para o desenvolvimento democrático social.

[7] Para Pollack (1989) a memória permite evidenciar os usos políticos do passado pela manifestação ou pelo esquecimento/silêncio revelados na fala dos depoentes.

nos setores agrícolas; as práticas administrativas estiveram mais condicionadas à submissão dos níveis governamentais superiores do que ao real atendimento às questões municipais, podando a criatividade na solução e atendimento das causas locais.

Por conseguinte, as administrações municipais mencionaram interesse em atender as necessidades mais urgentes em cada município, entretanto, realizaram investimentos dispersos em relação às prioridades apresentadas pelos moradores os quais manifestaram o desejo de que o *desenvolvimento* não provocasse a destruição de seu lugar e de seus hábitos tranquilos. Mesmo assim, a degradação ambiental e o descaso com as tradições apareceram como preocupações dos munícipes, os quais não conseguiram dialogar as novas diretrizes e formas de gerenciamento de cunho transitório e político, levando a não compreensão de procedimentos e interesses importantes para o município.

As experiências desta "nova" concepção de ação político – social demonstraram que o desenvolvimento local precisa mobilizar forças políticas, sociais e econômicas que vão além do simples somatório de forças e intenções. Uma estratégia de ação que priorize a comunicação e a capacidade de cooperação entre organizações e prefeituras e dessas entre si, sobrepondo-se às dificuldades políticas, propiciaria consolidar experimentações inovadoras do poder local. Por isso, o equilíbrio entre os grupos organizados, o quadro institucional e as vivências culturais foram dificultados, fragilizando a participação e impedindo que cada localidade se apresentasse enquanto tal e como portadora de um ritmo de desenvolvimento.

Nesse percurso, a ação governamental apareceu mais concretamente na figura do *Técnico governamental* quando dá assessoria ao poder público municipal em uma experimentação padronizada de tratamento à questão social configurada a partir dos procedimentos burocráticos e políticos definidos para o funcionamento desejado do Sistema de Ação Social Estadual.

A reengenharia institucional que resultara na política social em vigor, colocou frente à frente a relação contraditória entre *fazer* política e governar com *mudanças, desnaturalizando* os preceitos da eficiência.

No relacionamento com as organizações, podemos afirmar que as lideranças comunitárias exercitaram uma certa seletividade classificando os profissionais entre quem seria, ou não, um "companheiro de luta" explicitando que a única forma de cooperação possível seria através dos "interesses comunitários"[8].

[8] Aspecto mais visível entre as lideranças com formação política adquirida nos sindicatos, partidos de esquerda e nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Para detalhamento dessa tipologia de lideranças presentes nos movimentos sociais do Ceará, ver SOUSA, 1997.

Ressalte-se aqui, o desafio democratizante de um tipo "híbrido" de técnico derivado da fusão de características de dois tipos ideais apontados por WEBER (1993) o *burocrata* e o *político*.

Em sua conduta o funcionário viu-se sob princípios de responsabilidade distintos, a ambiguidade das regras democráticas acarretou conflitos de papéis, tensões e disputas entre os diversos técnicos, possuidores de posturas diferenciadas, embora se sobressaíssem especificidades da fragmentação burocrática, ainda com cunho weberiano[9], na condução das políticas públicas, impedindo a reflexão plena dos interesses coletivos localizados.

2. Governo e sociedade - Desafios de radicalizar a democracia

Especialmente a partir da década de 1980, no Brasil, houve uma multiplicidade de experiências colocando em prática a presença da participação e do entrosamento entre Estado e sociedade como traço marcante do próprio processo de consolidação da democracia ocorrido no país.

Vimos o Estado reconhecer a sua incapacidade de assumir a responsabilidade exclusiva pela formulação de políticas públicas e pela tomada de decisões sobre temas e questões pertencentes ao conjunto da sociedade. Entretanto, mesmo com a formação de parcerias envolvendo Estado e sociedade tornando-se uma característica programática predominante em parte das políticas sociais desde então, a quantidade e diversidade de formatos assumidos por essa relação recaiu em uma capacitação dos mesmos para uma relação gerencial que escapuliu aos desejos das lutas por uma cidadania construída em um exercício permanente.

Então, as atividades organizativas oportunizadas pelas políticas sociais funcionaram como *laboratórios* que favoreceram novos espaços de atuação das práticas mas fragilizaram saberes originadores e originados desses processos de mediação.

Experiências relativamente recentes, os programas de cunho participativo surgiram ainda na década de 80, o que delimita um curto período para se avaliar as consequências sobre os beneficiários e os impactos, previstos ou não, sobre a população como um todo.

Um aspecto importante que pode ser extraído do conjunto das experiências participativas é sua possibilidade de replicação dos mecanismos inovadores da participação

[9] Tais como: cabe aos políticos "fazer" políticas e aos técnicos repassá-las às comunidades e/ou administrá-las; a contribuição de políticos expressa interesses, a participação burocrática, na elaboração de políticas, baseia-se no conhecimento especializado; o representante político articula interesses amplos, o funcionário media interesses definidos de clientelas organizadas.

popular, mesmo dentro de limites técnico-administrativos, os quais apesar de localizados no espaço micro e dispersos geograficamente, podem transferir para as comunidades sua capacidade de recriação da *participação* e da *cidadania*.

Revisitar o significado destes conceitos amplamente difundidos e utilizados, principalmente nos programas sociais de cunho participativo, possibilita empreender a tentativa de analisá-los para apontar características e propor alternativas adequadas aos *beneficiários*[10] no sentido da cidadania.

Entendemos que os projetos sociais, entregues prontos e acabados aos beneficiários finais (como "receitas"), por estarem voltados para a autogestão do seu próprio processo pelos beneficiários, devem abrir perspectivas nas quais a participação e o grau de mobilização possam tornar-se responsáveis pela qualidade dos resultados.

Por isso ainda é fundamental que a sociedade civil tenha formas de controle social e exija do Estado a sua responsabilidade social. Mas os sujeitos políticos no seio de comunidades de desiguais precisam constituir-se em uma esfera autônoma de ação social, cultural, política e econômica.

Dentro de uma sociedade que retroalimenta elites que consideram os desiguais como responsabilidade apenas de um Estado intervencionista, os trajetos de políticas sociais devem permitir variação de enfoques no que tange a participação como elemento central e indispensável na elaboração e implantação da experiência.

Nesse sentido, um exemplo merece ser comentado: a distinção entre dois tipos-ideais de avaliação das experiências centrados no enfoque explicitado anteriormente. Na avaliação do programa social como processo, entram na análise a estrutura montada e os instrumentos aplicados para obtê-los, ou seja, dando ênfase à eficiência da experiência. Já a avaliação do mesmo enquanto mero produto visa à apreciação dos resultados em si, com o objetivo de medir a eficácia do projeto.

Este discernimento é importante porque a avaliação dos resultados é normalmente considerada como uma necessidade de justificar, perante a sociedade, a razão da existência e a legitimidade de uma determinada ação. Quando feita em conjunto – poder público e a sociedade – um contingente ainda maior de iniciativas possibilita um maior comprometimento com a participação daqueles efetivamente afetados.

[10] Utilizando a expressão governamental para aqueles que lidam com os recursos financeiros oriundos dos programas sociais que regulam as parcerias Estado/comunidades.

Por seu turno, a avaliação do processo deve ser muito mais delicada por constituir-se em um procedimento de autocrítica coletiva sobre comportamentos e responsabilidades assumidas que nem sempre os promotores dos projetos estão dispostos ou sabem como levar adiante. Efetivamente, a adoção de mecanismos de redefinição da linguagem das políticas torna-se significativa por ampliar o controle democrático a partir de uma participação equitativa de todos os envolvidos em um caminho para efetuar eventuais correções ou alterações de interesse da maioria envolvida. Nesse sentido, o processo vivenciado pelos sujeitos evidenciará relações de dominação, geradas, muitas vezes, pela ausência de um senso crítico construído sobre os conceitos, dados e condições programáticas das políticas sociais o que os coloca em uma passividade se compreendidos apenas enquanto *beneficiários* / um *sujeito universal* em vez de participantes efetivos, pois submetem sua prática a enfraquecimentos e até mesmo ao cerceamento da participação e compreensão do processo. Daí que,

> Sem atores coletivos coerentes, bem organizados, dotados de uma ética própria, capazes de representar e defender seus próprios interesses no âmbito público, sem conflitos definidos que possam ser canalizados e resolvidos, repito [...]: Não há 'povo' mas simples 'massa', multidão atomizada de interesses individuais (RESTREPO,1990, p. 83).

A articulação entre política e organização comunitária assume, então, enorme importância porque permite combinar as iniciativas individuais alterando a complementaridade entre elas e possibilita a reconstrução de uma *esfera pública* na qual haja magnitude para humanização através de uma identidade cidadã.

Para RESTREPO (1990, p. 82), a *fiscalização orgânica* do Estado pela sociedade civil é fundamental no sentido de evitar o risco de seu recrutamento clientelista para legitimar eleitoralmente os governantes. Desse ponto de vista, a América Latina experimentaria um efeito transformador, diante da debilidade e fragmentação das agremiações partidárias, a partir da ação de movimentos sociais fortes e autônomos. Para tanto, faz-se necessária uma sólida constituição dos sujeitos sociais e de suas formas de organização com orientação para a construção democrática de uma sociedade civil forte e bem constituída, ou seja, *participativa*[11].

Porque a participação, se assimilada como concessão, dificulta sua absorção como um direito por parte dos envolvidos. Mas, uma ação educativa como ação continuada de ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos e dos espaços participativos funciona

[11] O autor utiliza a noção de sociedade civil apoiado no pensamento Gramsciano (RESTREPO,1990, p. 83).

inviabilizando o esvaziamento das experiências coletivas ou ainda a reprodução do jogo político no cerne da comunidade permitindo a negociação de espaços para o seu exercício com o estabelecimento de regras democráticas para guiar seus objetivos.

Considerações Finais

As instâncias de democratização dos órgãos públicos e as associações de moradores, como resultados das conquistas de movimentos populares e da sociedade civil organizada tem sido alvo de críticas e debates por conta dos "vazios" existentes, quando eles próprios não equacionam as condições de exercerem seu papel político de agentes nas ações governamentais. Podemos perceber lacunas e questões que problematizam o desempenho das políticas públicas sociais e dificultam suas funções de ambos os lados: o social em termos de sua representatividade, o estatal, em termos do não atendimento ou da mera padronização de instituições e políticas.

Compreendemos que, para se dar a efetividade dos objetivos a que as políticas se propõem, prioritariamente o da construção de espaços de controle democrático, algumas compreensões precisam ser resolvidas, dentre elas:

- A definição clara de autonomia decisória do campo comunitário;
- O amparo educativo e jurídico para suas deliberações;
- Ultrapassar os modos de resistência presentes no interior dos espaços institucionais governamentais em dividir ou não o poder com a sociedade;
- Vencer estes mesmos modos no interior das comunidades locais para que elas possam reconhecer os representantes comunitários e organizações locais como instâncias legítimas de exercício do controle social;
- Dotar esse controle da condição de conhecimento local capaz de imprimir novos formatos no interior das políticas (principalmente em termos de uma linguagem) por estarem envolvidos desde a formação da política até a tomada de decisões das políticas públicas.
- Como uma nova forma de relação entre o governo e a sociedade, o acesso, de segmentos sociais aos espaços nos quais se tomam as decisões políticas, com qualificação, modo pelo qual a participação se fortalecerá no âmbito de decisões (mais concretas ainda se relacionadas à realidade local)

- Nesse sentido, lideranças, associações, conselhos, famílias, podem ser compreendidos como portadores de conhecimento dos interesses contextualizados e das potencialidades para a efetivação da participação como capacidade/prerrogativa de deliberar, controlar, fiscalizar as políticas públicas.

Referências

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: maior democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, n. 31, p. 44-66, 1996.

BARREIRA, Irlys; BRAGA, Elza Franco (Orgs.). **A política da escassez:** lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1991.

BARBOSA, Ma. Meirice P. **O desempenho institucional dos governos das mudanças nos municípios do Ceará (1986-1998).** Novo modo de fazer Política?". (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa:** referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo, Editora Ática. 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda:** Razões e significações de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995;

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. Trad.: Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **A política dos outros**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

CASTELL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. São Paulo: vozes, 1998

CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (Orgs.). **Mídia e política**. São Paulo: EDUC, Coleção Escritos NEAMP, 2000.

D'INCAO, Ma. Conceição; ROY, Gérard. **Nós, cidadãos:** aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DINIZ, Eli. **Empresários e modernização econômica:** Brasil anos 90. Florianópolis: EUFSC, 1993.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós - 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995.

FISCHER, Tânia (org.). **Poder local:** governo e cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ação - por um Ceará melhor.** Secretaria do Trabalho e Ação Social, março/ 1990ª.

_____. **Perfil do Sistema de Ação Social do Estado do Ceará**. Secretaria de Ação Social, 1990b.

_____. **Plano Operativo Anual**. SAS/FAS, 1990c, (mimeo.).

_____. **Relatório do Encontro de Avaliação do Trabalho Desenvolvido pela FAS - 1987/1990.** SAS, 1990d.

_____. **Fundação da Ação Social:** atuação no período 1987-1990. SAS/FAS, 1991ª.

_____. **Documento de Avaliação do Departamento de Ação Comunitária**: 1987-l991. SAS/FAS, 1991b.

_____. **Plano Plurianual Governo Ciro Gomes.** Fortaleza, 1991c, (mimeo).

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1988.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder:** o (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume/ Fortaleza: EUFC, 1995.

MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice, 1989.

PEREIRA, Potyara A. P. Conceitos e funções da assistência social. **Série Política Social em Debate**, n. 5, NEPPOS, jun. 1991 (mimeo).

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, 1989/3.

QUEIROZ, Ma. Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: História da Civilização Brasileira, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

RICO, Elisabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais,1998.

SOUSA, Ma. Meirice P. de. **Gerentes e/ou representantes?** Líderes populares e programas sociais nos bairros de Fortaleza. (Dissertação de mestrado), Fortaleza: UFC, 1997.

SOUSA, M. M. Pereira. Cenas de um "Encontro" - Líderes populares e a gestão de Programas Sociais Governamentais nos bairros de Fortaleza - CE". **Ação e debates** -

Cadernos de Informação Legislativa. Ano 1, n. 1 (semestral), Fortaleza: Assembléia Legislativa do Ceará, INESP. Jun., 2005.

SOUSA, M. M. Pereira de. "A 'eletronização' dos sonhos". **Revista Educação em Debate**, Fortaleza: Faculdade de Educação/ UFC, ano 19, n. 34, 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (1996) Rumos da ordem pública no Brasil: a Construção do Público. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, Fundação Seade, v. 10, n. 4, p. 96-106.

WEBER, Max. **Ciência e política:** duas vocações. 9. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

FIDELIDADE PARTIDÁRIA NO BRASIL

Maria Paula Escobar Bins
Mestranda em Ciência Política - Universidade de Lisboa.
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Resumo: O trabalho tem por objetivo fazer uma análise da literatura sobre a fidelidade partidária no Brasil e uma análise empírica sobre migração partidária na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na legislatura 1999-2002. A mudança de partido passou a ocorrer em larga escala no país a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, que, entre outros pontos, aboliu o instituto da fidelidade partidária, que fora introduzido pelo regime militar. A legislação atual foi modificada e é regulamentada pela Resolução-TSE nº 22.610/2007, que determina que o partido político interessado pode pedir, na Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência da desfiliação partidária sem justa causa. A partir deste contexto, propõe-se o estudo das principais causas, consequências e alternativas para o fenômeno em estudo, assim como um levantamento de algumas tentativas de Reforma Política já realizadas no país, que tiveram, entre seus objetivos, modificar a regra da fidelidade partidária.

Palavras-chave: fidelidade partidária; representação política; reforma política.

Abstract: The work aims to do a literature review on party loyalty in Brazil and na empirical analysis of party switch in the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul in the legislature 1999-2002. The party switch began to occur on a large scale in the country since the adoption of Constitutional Amendment nº 25, May 1985, that, among other things, abolished the institution of party loyalty, which was introduced by the military regime. The current legislation has been modified and is regulated by the Resolution-TSE nº 22.610/2007, which determine that the interested party can ask, in the Electoral Justice, the decreeing of elective office loss as a result of unjustified party disaffiliation. From this context, we propose the study of the main causes, consequences and alternatives to the phenomenon under study, as well as a survey of attemps to political reform already held in the country, which had, among its objectives, modify the rule of party loyalty.

Keywords: party loyalty; political representation; political reform.

Introdução

O Brasil vive hoje sua segunda experiência democrática. A partir de 1985, após o período autoritário, o país voltou a viver sob o funcionamento de um regime democrático. Entre os países que possuem um regime considerado como uma democracia, o Brasil sempre ocupou uma posição ímpar. Em nenhum outro país observa-se uma combinação entre presidencialismo, federalismo, multipartidarismo, bicameralismo, voto proporcional em lista aberta, dois tipos de sistema eleitoral e distritos de magnitude diferenciada (Abranches, 1988).

Alterações institucionais ainda são necessárias no sentido de fazer com que o cenário que vem se construindo tome contornos mais nítidos. Na tentativa de compreensão do sistema partidário brasileiro, propomo-nos a estudar a fidelidade partidária (ver tabela 1),

com o intuito de tornar mais claro o que motiva os políticos a utilizarem a migração partidária como parte de uma estratégia de carreira política.

Tabela 1 - Número de deputados que mudam de partido por legislatura na Câmara dos Deputados (%)

Tipo de deputado	Legislatura					Total (N)
	1983/1987	1987/1991	1991/1995	1995/1999	1999/2003	
Não-migrante	68,8	72,5	67,7	73,1	74,2	(2120)
Migrante	31,3	27,5	32,3	26,9	25,8	(852)
Total (N)	(528)	(560)	(620)	(621)	(643)	(2972)

Fonte: Melo, 2004, p. 65. (N): número total da soma das legislaturas.

Utilizaremos a definição de migração partidária de Marenco dos Santos:

> "Migração partidária corresponde à estratégia individual de troca de partido, adotada por candidatos ou parlamentares, buscando incrementar suas oportunidades de carreira política. Pode ocorrer durante o mandato para o qual o representante tenha sido eleito ou, ainda, como infidelidade partidária registrada em algum ponto ao longo de sua carreira" (Marenco dos Santos, 2006, p. 183).

Apesar das condições mais gerais, os políticos sempre tiveram a opção de permanecer no partido pelo qual, bem ou mal, se elegeram – e a maior parte assim procedeu. A ocorrência de troca de legenda não é algo óbvio. É preciso explicar sob que condições ela se mostrou vantajosa para o deputado (Melo, 2004).

1. Definição e características da fidelidade partidária

A mudança de partido passou a ocorrer em larga escala no Brasil a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, que, entre outros pontos, aboliu o instituto da fidelidade partidária, que fora introduzido pelo regime militar. A mudança de partido passou a ser livre, sem nenhuma exigência burocrática, bastando ao político comunicar à mesa diretora de sua Casa legislativa sua nova opção.

A novidade institucional permitiu uma reacomodação das elites políticas na segunda metade da década de 1980, como resposta a fatores conjunturais. Longe de se limitar a esses movimentos reacomodativos, a migração partidária se manteria nas legislaturas seguintes e em proporção semelhante. Transformada em prática corrente, a mudança de partido acabou por dotar o atual período democrático brasileiro de mais essa peculiaridade (Melo, 2000).

Até 2007, a legislação permitia aos políticos mudarem de partido sempre que julgassem conveniente, diferenciando-se do regulamento que vigorou durante o sistema bipartidário (expresso na ARENA e MDB) imposto pelo autoritarismo. A legislação atual foi modificada e é regulamentada pela Resolução-TSE nº 22.610/2007[1].

Especialistas condenam as migrações partidárias porque elas alteram artificialmente a correspondência entre o número de votos conquistados pelos partidos e o número de cadeiras que estes ocupam, e porque dificultam que os políticos estabeleçam uma identidade partido/parlamentar e uma carreira sólida em uma sigla. Argumentam, ainda, que nas democracias a força dos partidos deve corresponder ao resultado que eles obtiveram nas urnas. Apesar do reconhecimento de que o voto em lista aberta facilita a falta de ligação entre os atores, os críticos consideram que as mudanças de filiação são um desrespeito à vontade dos eleitores.

Para Samuels (1997), embora as instituições políticas e eleitorais do país pareçam engendrar carreiras legislativas longas, a rotatividade é relativamente alta no Brasil. O autor sustenta que isso é consequência da natureza da ambição política no país e do alto nível de competição decorrente das regras eleitorais. O principal enigma das eleições legislativas seria, então, a alta taxa de rotatividade e não a reeleição. Os pesquisadores interessados em analisar o presidencialismo de coalizão[2], base do sistema político brasileiro, enfatizaram, em sua maioria, variáveis explicativas intrínsecas ao "jogo político", considerando como unidade de análise o desenho institucional do país. A estrutura de punições e recompensas existente no arranjo interno do Legislativo permitiria a coexistência de dois comportamentos: disciplina em plenário e troca de legenda.

Lima Jr. (1993) aponta que de 1979, com o fim do bipartidarismo, até a promulgação da Constituinte de 1988, o surgimento de inúmeras siglas partidárias teria impulsionado as

[1] De acordo com a Resolução-TSE nº 22.610/2007, o partido político interessado pode pedir, na Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência da desfiliação partidária sem justa causa. Considera-se justa causa a incorporação ou fusão do partido, a criação de novo partido, a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário e a grave discriminação pessoal.

[2] O termo foi cunhado por Abranches (1988), para abordar o dilema de um sistema que combina presidencialismo, multipartidarismo e representação proporcional, como é o caso brasileiro.

trocas de partido na Câmara dos Deputados, somada a não proibição da infidelidade partidária. No entanto, mesmo em um contexto de vínculos partidários frágeis e crise no sistema partidário, a existência de um grande número de alternativas e de uma legislação altamente permissiva poderia ser ignorada pelos congressistas, o que representou a opção da maioria. A ocorrência da troca de legenda não é, portanto, algo óbvio.

As causas apontadas pelos especialistas para as constantes mudanças de partido são múltiplas. Transformada em prática corrente, a troca de legenda passou a vigorar como instrumento suplementar de modificação da correlação de forças no Congresso, com impacto diferenciado sobre o desempenho dos sistemas partidários estaduais, a constituição de coalizões governamentais e o grau de representatividade do sistema partidário nacional (Melo, 2003).

Explicações para a infidelidade partidária entre os políticos costumam identificar como causas para tal comportamento a redução da incerteza associada à manutenção da carreira política, os incentivos oferecidos pelas regras eleitorais e os procedimentos que regulamentam o funcionamento interno das Casas Legislativas. Nessa direção, a combinação de lista aberta com uma elevada magnitude das circunscrições eleitorais aumentaria o potencial de competição intrapartidária, reduzindo o controle da liderança partidária sobre seus membros (Marenco dos Santos, 2006b).

Segundo Nicolau (1996), as razões para a intensidade das mudanças de partido pelos parlamentares seriam três: 1) conflito de natureza ideológico-programática no seu partido de origem; 2) conflito de natureza pessoal no seu partido de origem; 3) maximização das oportunidades na carreira política. A explicação causal estaria na sobrevivência individual dos políticos, imersos num cenário de incerteza e onde os custos para realizar tal mudança são reduzidos.

As regras que passaram a reger o processo tanto eleitoral quanto partidário e legislativo no Brasil possibilitaram novas formas de ação aos congressistas. Melo (2003) enumera dois pontos que permitiram esse comportamento diferenciado. Em primeiro lugar, a legislação facultou aos partidos: a) disputar eleições, em qualquer nível, de posse apenas do registro provisório[3]; b) chegar à Câmara sem precisar alcançar o quociente eleitoral legal[4]; c) ter acesso a recursos para a disputa eleitoral, mesmo sem nenhum traço de representação

[3] Até 1995, a exigência de que os partidos obtivessem registro definitivo no TSE para disputar eleições foi letra morta. O resultado foi um enorme número de solicitações de registro ao TSE.
[4] Reintrodução da permissão para as coligações eleitorais nas eleições proporcionais, provocando um aumento no número de partidos com cadeiras no Congresso.

no Congresso[5]. O segundo aspecto que pode ser apontado como exercendo influência sobre a migração partidária é a ampliação dos poderes legislativos do presidente e a centralização, nas mãos dos líderes partidários, dos trabalhos do Congresso.

Em um Congresso onde a possibilidade de o deputado exercer influência individual é quase nula, tanto sobre a agenda quanto sobre o ritmo dos trabalhos legislativos, e a distribuição dos recursos se encontra nas mãos de um pequeno grupo de líderes, a disciplina nas votações tem certo preço e ao parlamentar interessa estar em uma posição onde possa cobrá-lo.

> Isso significa que um grande contingente de deputados passou a ter à sua disposição dois caminhos: *ou seguir o líder ou procurar outro, situado em melhor posição trocando, com este objetivo, de partido*. A rota a ser seguida dependia da possibilidade de sucesso na busca do almejado "naco de patronagem (Melo, 2003, p. 329).

O raciocínio desenvolvido pelo autor leva em conta que o deputado: a) age sob o imperativo da sobrevivência política ao tomar suas decisões; b) enfrenta um cenário de acentuada incerteza quando ao futuro de sua carreira política; c) pode alterar sua trajetória partidária sem maiores custos. É razoável esperar que o deputado veja na mudança de partido uma oportunidade de maximizar suas chances de sucesso na carreira.

Melo (2004) trabalha com a dimensão macro e micro do fenômeno em questão. Em relação à dimensão que investiga o parlamentar individualmente, ou seja, a *micro*, o autor sugere que no momento de decidir seu futuro, o representante coloca no seu cálculo uma possível troca de legenda, citando evidências de três tipos que ajudam a corroborar o argumento: a) nas três legislaturas da década de 90, as mudanças partidárias ocorreram seguindo o calendário da competição político-eleitoral (a maioria das migrações ocorrem no primeiro e terceiro ano da legislatura); b) deputados *com acesso*[6] no Legislativo migraram proporcionalmente menos se comparados com os deputados *sem acesso*; c) o sentido das migrações foi rumo à base governista, exceto quando o presidente apresentou impopularidade. Partindo dessas evidências, o autor afirma que o que explica as migrações é a racionalidade do parlamentar em reacomodar-se no interior do Legislativo.

[5] Acesso a recursos públicos, em especial ao rádio e à televisão. Partidos sem representação no Congresso, ou que viessem a adquirir cadeiras ao longo da legislatura, tinham garantido espaço de divulgação.
[6] Os deputados considerados com acesso cumpriram pelo menos um dos requisitos: participaram da mesa diretora na condição de titulares; integraram o colégio de líderes; presidiram alguma comissão permanente na Câmara; compuseram o ministério ou fizeram parte do secretariado em seu estado de origem.

Segundo Marenco dos Santos (2006), a principal consequência institucional da defecção partidária, quando ocorre durante o mandato parlamentar, implica uma alteração na correspondência entre votos e cadeiras, violando uma regra básica da representação política, de que a distribuição de preferência dos eleitores constitua uma condição que define as oportunidades de acesso a postos públicos. Devemos lembrar que são poucos os candidatos que concorrem às cadeiras legislativas e obtêm votos nominais em número igual ou maior ao quociente eleitoral[7], garantindo sua eleição com seus próprios votos. O parlamentar, deste modo, quando troca de legenda, viola a distribuição de poder político entre os partidos, tal como determinada inicialmente pelos eleitores. O impacto sobre a representação partidária tem se revelado mais significativo do que o decorrente da ação dos fatores ligados à legislação eleitoral.

Além dessa, duas outras consequências negativas podem ser observadas em relação à migração partidária, seja no decorrer do mandato ou ao longo da carreira política. Infidelidade partidária revela que os partidos não são uma condição indispensável para a geração de oportunidades de carreira. Quando se pode trocar de partido e assim mesmo alcançar uma reeleição ou a mobilidade nos cargos políticos, é indício de que a fidelidade partidária possui pouco valor na definição de estratégias da elite política. Ou, ainda, que os insumos para a maximização de carreiras são obtidos junto a outras agências às quais se asseguram lealdades preferenciais (Marenco dos Santos, 2006).

Nesse sentido, Nicolau (2002) nos mostra que o fenômeno da troca de legenda implica, também, incremento do custo da informação e de monitoramento para os eleitores sobre reputações partidárias, dificuldade potencializada pelo grande número de partidos e candidatos. Ao mudar de partido, o representante insere custo adicional para a geração de identidades partidárias, já que esse comportamento torna mais difícil a conversão da reputação pessoal em reputação partidária.

A constatação do impacto das trocas de legenda sobre a representação eleitoral leva a proposições de mudanças nas regras eleitorais, buscando soluções para o problema. A substituição da representação proporcional pela fórmula distrital mista[8] e a introdução de listas preordenadas são alternativas lembradas, assim como a ampliação do tempo de filiação

[7] Relação entre o número de votos válidos e as vagas em disputa.
[8] Neste sistema, a metade das vagas para os parlamentos é distribuída pela regra proporcional e a outra metade, pelo sistema distrital. O eleitor tem dois votos para cada cargo: um para a lista proporcional (lista fechada) e outro para a disputa em seu distrito. O Estado é dividido em distritos eleitorais.

partidária exigido para candidatos a cargos públicos. A definição de um intervalo de tempo mínimo de filiação deve orientar-se "por um ponto ótimo entre a geração de custos capazes de inibir a adoção de estratégias de infidelidade e o risco potencial de congelamento do sistema partidário" (Marenco dos Santos, 2006, p. 186).

Transformada em prática comum e ocorrendo em escala significativa, a mudança de partido vem introduzindo certa instabilidade no interior do Legislativo, criando obstáculos à consolidação do sistema partidário, comprometendo a representatividade do sistema político e contribuindo para aumentar o desgaste dos partidos como instituições.

2. Fidelidade partidária e representação política

Neste ponto, exploraremos a relação entre as migrações partidárias e a representação política. Desde que foi "posta em prática", a representação tem sido objeto de inúmeras controvérsias e acirrados debates. Vamos nos basear na definição de representação política de Anastasia e Nunes (2006):

> "O conjunto de relações estabelecidas entre os cidadãos e os governantes eleitos. Os primeiros são, nas democracias, os sujeitos detentores de soberania política e a utilizam para autorizar outros, os governantes, a agirem em seu nome [...] Os cidadãos são os mandantes, os governantes os mandatários, estejam no Poder Executivo – presidente, governador, prefeito – ou no Poder Legislativo – senadores, deputados federais, deputados estaduais ou vereadores" (Anastasia; Nunes, 2006, p. 17).

Lima Jr. (1993) aponta que a composição das Casas legislativas seria resultado da excessiva liberdade da legislação eleitoral e partidária, que não pune os comportamentos individualistas. Os partidos adquirem, assim, um caráter de algo descartável e o grande número destes no Congresso põe em xeque a representatividade do sistema e a legitimidade do próprio Congresso.

O sistema eleitoral brasileiro provoca, para Melo (2004), distorções entre o conjunto de preferências dos eleitores e a efetiva distribuição de cadeiras entre os partidos. Com a troca de legenda, várias cadeiras são postas "fora do lugar", comprometendo a proporcionalidade entre votos e postos legislativos recebidos pelos partidos, provocando o que se costuma chamar de crise de representatividade.

A distância entre os votos dos eleitores e a distribuição de cadeiras na Câmara, como ressaltado acima, continua a aumentar após o início de cada legislatura, resultado da infidelidade partidária praticada pelos parlamentares, e sem que haja a interferência do eleitor. A proporção de deputados que muda de partido funciona como um indicador de quanto a representação efetivada durante a legislatura se afastou da representação eleita, reforçando o argumento de que a representatividade dos partidos na Câmara é questionável.

A questão da representatividade também está relacionada com a correspondência entre o interesse do representado e as decisões tomadas pelos representantes. Repensar a representação é um desafio que se coloca para aprofundar a democracia brasileira na atual perspectiva de uma democracia política e cidadã.

3. Fidelidade partidária e reforma política

A reforma política sempre esteve presente na agenda do Congresso Nacional desde a redemocratização em 1946. A partir de 1985, algumas modificações políticas foram adotadas, como a abertura para novos partidos, a redução facultativa da idade eleitoral de 18 para 16 anos e os votos brancos contados como inválidos (Fleischer, 2004). Neste capítulo, abordaremos a questão das tentativas de reforma política e sua relação com a infidelidade partidária.

A reforma política tem sido um assunto quase restrito à atividade parlamentar, e consequentemente partidária, levando alguns a questionar a eficácia e a legitimidade diante da opinião pública. É consenso entre os estudiosos que a infidelidade partidária é uma das maiores debilidades do sistema eleitoral brasileiro. Admite-se a facilidade com que os candidatos se elegem por um partido ou coligação e depois abandonam o compromisso assumido com suas legendas, gerando um sistema proporcional desequilibrado. Do ponto de vista jurídico, o tema precisa ser discutido, já que a Constituição de 1988 estabelece a filiação partidária como condição de elegibilidade.

Em 1999, quando se imaginava que seria votada uma norma para coibir as migrações, o número de trocas de partido superou o registrado no primeiro ano das legislaturas anteriores. Realizadas as primeiras migrações, logo após a posse dos que foram eleitos, o país assistiu a uma corrida aos parlamentares “disponíveis”, sob a tutela dos líderes das bancadas governistas, interessados em aumentar seu poder nas negociações internas (Melo, 2004).

Em 1995 foi criada uma Comissão Especial, pelo então presidente do Senado José Sarney, para estudar a reforma político-partidária, que apresentou seu relatório final em 1998. A Câmara chegou ao final da legislatura 1995-1999 sem concluir seus trabalhos.

Neste mesmo período, a comissão que estudou o assunto no Senado Federal propôs uma emenda à Constituição, afim de punir com penalidade extrema a infidelidade dos parlamentares. Trata-se da PEC nº 44/98, que altera a redação dos artigos 17 e 55 da Constituição Federal. Esses artigos tratam da fidelidade partidária e, de acordo com a proposta, o parlamentar perderá o cargo na hipótese de abandono da legenda pela qual foi eleito e a migração será considerada como grave violação da disciplina partidária. Arquivada no final da legislatura, a proposta não foi representada porque as lideranças partidárias concordaram em apresentar apenas os projetos de lei, por ser de seu entendimento os com maiores chances de aprovação.

No início de 2003, a Câmara dos Deputados instituiu uma nova comissão especial para estudar as matérias em tramitação cujo tema abrangia a reforma política. A comissão promoveu debates e audiências públicas e apresentou o PL 2.679/2003, posteriormente renomeado como PL nº 1.210/2007, do relator Ronaldo Caiado (PFL-GO). Esta proposição foi arquivada definitivamente em 2007, não sendo apreciada.

Nos primeiros meses de 2011, foi instaurada uma Comissão Especial da Reforma Política no Senado e na Câmara dos Deputados para debater o tema, tratado como prioridade. Em relação à fidelidade partidária, foi mantida a determinação da Resolução de 2007 que versa sobre o assunto.

Através da análise de todas estas tentativas de reformas políticas, podemos perceber que falta consenso entre a classe política sobre quais matérias devem ser alteradas e qual deve ser a direção e a profundidade de tal mudança. Um dos motivos para tal receio é a imprevisibilidade resultante da alteração do *status quo*, sendo desconhecidos seus resultados e a quem irá afetar. Assim, para a classe política é mais cômodo manter as regras vigentes, mantendo também seu poder e garantias já existentes.

4. Fidelidade partidária na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: legislatura 1999-2002

Sabe-se que as taxas de migração na Câmara dos Deputados não são as mesmas quando se comparam as bancadas por estados federativos (Nicolau, 1996; Marenco dos

Santos, 2006). Sendo assim, acredita-se ser importante analisar o fenômeno no nível subnacional, nas Casas Legislativas, sendo neste trabalho analisada a Assembleia Legislativa do RS. A legislatura que será analisada é a dos anos 1999-2002. Cabe-se ressaltar que o deputado estadual, de acordo com a Constituição de 1988, é eleito pelo sistema proporcional para um mandato de quatro anos.

Segundo Marenco dos Santos, o estado do Rio Grande do Sul, elegeu, no período 1986-2000, bancadas formadas quase inteiramente por deputados com filiação exclusiva às legendas responsáveis pela conquista da cadeira. Outro dado apresentado é que o estado se destaca

> por um padrão que parece corresponder ao de maior controle partidário sobre a competição e o recrutamento legislativos: menor flutuação eleitoral, acompanhada por maior participação de parlamentares com vínculos exclusivos à sua legenda. Eleitores previsíveis na atribuição de seus votos parecem, aqui, sinalizar potencial de sanções para a infidelidade ou premiar candidatos com lealdades partidárias testadas durante suas trajetórias políticas (Marenco dos Santos, 2006, p. 185).

Na legislatura estudada, perceberemos, porém, que os deputados migrantes no estado não fogem dos padrões de comportamento apontados acima, observados nas demais unidades da Federação.

Tabela 2 - Deputados estaduais eleitos em 1998 no Rio Grande do Sul que trocaram de partido

Candidato	Partido Origem	Partido Destino	Ano Migração	Ordem Lista Partidária	Reeleição
Luciana Genro	PT	PSOL	2004	4º	Sim
Antônio Rosado	PMDB	PPS	2001	5º	Sim
Cezar Busatto	PMDB	PPS	2001	1º	Sim
Mario B. Neto	PMDB	PPS	2001	9º	Sim
Paulo Odone	PMDB	PPS	2001	4º	Não
Bernardo de Souza	PSB	PPS	2000	1º	Sim

Elaboração própria a partir de dados da Assembleia Legislativa do RS. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/eleicoes/>. Acesso em: 01/09/2015.

Na tabela acima estão representados os deputados estaduais eleitos na legislatura de 1998 que mudaram de partido na legislatura seguinte ou em legislaturas posteriores e sua ordem na eleição de 1998 na lista partidária. No estado são eleitos 55 deputados estaduais.

Podemos notar que a maioria das migrações ocorreu no ano de 2001 e foram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para o Partido Popular Socialista (PPS), e que os deputados migrantes ficaram bem posicionados em seus partidos na lista partidária na eleição de 1998, não contando em seu cálculo, na hora da troca de partido, seu posicionamento dentro da sigla. Ou seja, mesmo estando bem posicionados na lista partidária, os parlamentares decidiram dar continuidade na sua carreira em outra agremiação. O padrão de troca no seguimento do calendário eleitoral também é verificado, com a maioria dos movimentos ocorrendo no terceiro ano da legislatura, visando a um reposicionamento tendo em vista a eleição do ano seguinte.

Somente um deputado migrante não foi reeleito logo após a troca de legenda. Segundo Melo (2004), as mudanças de partido, analisadas em seu conjunto, não melhoram as chances de sucesso do deputado. Tampouco tendem a piorá-las de forma significativa. Neste caso, o fator troca de partido não influenciou o eleitorado na hora de reeleger estes representantes.

Quando o partido significa apenas um instrumento que o parlamentar utiliza para a obtenção de uma cadeira na Câmara, não existe consenso acerca da organização. Para o político que migra, a legenda abandonada faz parte do seu passado, tornando-se o partido um instrumento descartável. Além disso, as possibilidades de reeleição do parlamentar não são influenciadas pelo partido e sim pelas suas próprias iniciativas.

Como o PPS era um partido relativamente novo, os parlamentares poderiam alcançar um nível maior de poder e influência do que dentro de seu antigo partido, indo em busca do seu "naco de patronagem" e da maximização de suas chances dentro do cenário político. Dois dos seis deputados que trocaram de partido o fizeram no sentido situação/oposição e quatro deles o fizeram no sentido oposição/oposição, indo em direção ao padrão de migração apontado pela literatura, de que a maior parte das defecções se dá de acordo com a popularidade, ou impopularidade, do governo.

Entre 2000 e 2001, ano em que ocorreram a maioria das migrações, o governo estadual, liderado por Olívio Dutra (PT), estava desgastado com as constantes críticas recebidas pela imprensa. Não tendo a maioria na Assembleia, sofreu derrotas como a não aprovação do aumento do ICMS e também denúncias de um esquema de desvio de verbas envolvendo o PT, o que justifica a migração em direção a partidos da oposição. Outro ponto a ser destacado é a maioria das migrações do PMDB para o PPS – que ocorreram em função

de uma disputa interna dentro do PMDB entre o grupo de Pedro Simon e o do ex-governador Antônio Britto, na definição do futuro candidato do partido às eleições de 2002.

Conclusão

A partir dos elementos apresentados no decorrer do trabalho, constatamos algumas das causas, consequências e alternativas para a infidelidade partidária entre os parlamentares. Identificamos como causas a redução da incerteza associada à manutenção da carreira política e a busca por recursos de poder, os incentivos oferecidos pelas regras eleitorais e as próprias regras, como a lista aberta que aumenta o potencial de competição intrapartidária, os procedimentos que regulamentam o funcionamento interno das Casas Legislativas, o conflito de natureza ideológico-programático no partido de origem, a ampliação dos poderes legislativos do presidente e a centralização, nas mãos dos líderes partidários, dos trabalhos do Congresso.

A infidelidade partidária gera uma alteração na correspondência entre votos conquistados pelos partidos e as cadeiras que estes ocupam, violando uma regra básica da representação política. A distribuição de poder político entre os partidos tal como determinada pelos eleitores é infringida. Outras consequências de tal comportamento, apontadas ao longo do presente trabalho, são a instabilidade do sistema partidário nacional, o incremento do custo da informação para os eleitores sobre reputações partidárias e o aumento do número efetivo de partidos.

Conforme a literatura sobre o tema sugere, as alternativas para coibir a troca de partido são a instituição de uma norma que puna com a perda do mandato o abandono voluntário da legenda pela qual o parlamentar foi eleito, a ampliação de um para quatro anos o prazo de filiação partidária exigida para os candidatos a cargos públicos, a introdução de listas preordenadas e a substituição da representação proporcional pela fórmula distrital mista.

Na legislatura analisada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, percebemos que os parlamentares gaúchos seguem os mesmos padrões de migração nacionais, não podendo o Estado ser considerado um caso desviante neste sentido.

As evidências permitem falar de uma estabilização apenas relativa do sistema partidário nacional. Os partidos continuam institucionalmente frágeis. Em um país onde o índice de migração partidária na Câmara dos Deputados fica em torno de 30%, não é possível afirmar que o sistema partidário possua coesão interna suficiente.

A fragilidade dos partidos também surge como um ponto destacado pela literatura estudada. Podemos citar seu subdesenvolvimento, seu caráter efêmero, suas frágeis raízes na sociedade, a contínua prática oligárquica e a autonomia que possuem os políticos em relação ao partido. As eleições se tornam disputas intrapartidárias e personificadas. Como consequência temos o alto nível de migração partidária no país. A prática corrente da troca de legenda não é, portanto, algo óbvio. Para usar uma expressão dominante na literatura, falta *accountability* ao sistema.

Referências

ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de Coalizão:** o dilema institucional brasileiro. *Dados*, v. 31, n. 1, 1988.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. A Reforma da Representação. In: **Reforma Política no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

DAHL, Robert. **Poliarquia:** Participação e Oposição. São Paulo: EdUsp, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando**. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

FLEISCHER, David. **Reforma Política en el Brasil:** una historia sin fin**.** América Latina Hoy. Salamanca, 37, p. 165-199, 2004.

LIMA JR, Olavo**. Democracia e Instituições políticas no Brasil dos anos 80.** São Paulo: Loyola, 1993.

MAINWARING, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais:** o Brasil numa perspectiva comparada. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1991.

MARENCO DOS SANTOS, André. Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária. In: **Reforma política:** lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Regras eleitorais importam?** Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. Dados, v. 49, n. 4, 2006b.

MELO, Calos R. **Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados.** Dados, v. 43, n. 2, 2000.

_____. Migração partidária na Câmara dos Deputados. Causas, conseqüências e possíveis soluções. In: **Reforma Política e Cidadania.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Retirando as cadeiras do lugar.** Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e democracia:** um estudo sobre o sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. **Como controlar o representante?** Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. Dados, v. 45, n 2, 2002.

SAMUELS, David. **Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato:** evidências sobre o Brasil. *Dados*, v. 40, n. 3, 1997.

O GOLPE MILITAR DE 1955 NA ARGENTINA PELAS PÁGINAS DO JORNAL "O GLOBO"

Mauro Petersem Domingues
Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFES.

Resumo: O presente estudo resgata a cobertura do jornal O Globo sobre os acontecimentos que levaram à deposição do Presidente argentino Juan Domingo Perón em setembro de 1955 e ao estabelecimento de uma ditadura militar naquele país. Apresenta uma seleção das matérias publicadas acerca do tema, tomadas como evidências empíricas a serem submetidas à análise do discurso de modo a identificar as estratégias discursivas de que lançou mão o jornal, a caracterização que este fez dos personagens envolvidos nos fatos narrados, as relações estabelecidas entre personalidades e processos da política argentina e os da política brasileira e identificar os imaginários sociais mobilizados e as ideologias difundidas por O Globo naquele contexto, averiguando sua contribuição à difusão de crenças e valores relativos à vida política e à legitimidade democrática entre nós. O estudo preliminar aponta para concluir que o jornal O Globo fez uso de sua cobertura sobre os fatos da política argentina de modo a reforçar a associação da figura de Perón à de Getúlio Vargas, colocando ambos como uma ameaça à estabilidade democrática em seus países e no continente. No contexto brasileiro essa identificação visava desgastar os "herdeiros" de Vargas, ou seja, a chapa composta por Juscelino Kubistchek e, principalmente, João Goulart, que se apresentavam como candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente, nas eleições que ocorreriam em outubro daquele mesmo ano.

Palavras-chave: imprensa; cultura política; democracia.

Abstract: This study will delineate the newspaper O Globo coverage on the events that led to the overthrow of Argentine President Juan Domingo Peron in September 1955 and the establishment of a military dictatorship in that country. It presents a selection of articles published on the subject, taken as empirical evidence to be submitted to discourse analysis in order to identify the discursive strategies that the newspaper threw hand of, the characterization that it made of the political personalities involved in the facts narrated, the relations that it had stabilished among persons and processes of Argentine politics and the Brazilian ones and identify the mobilized social imaginary and ideologies disseminated by O Globo at that context, checking his contribution to the dissemination of beliefs and values related to political and democratic legitimacy among us. The preliminary study points to the conclusion that the newspaper O Globo made use of its coverage of the events of Argentine politics in order to strengthen the association of Peron political image to the Getúlio Vargas' one, presenting both as threats to democratic stability in their countries and in continent. In the Brazilian context such identification aimed wearing the Vargas's "heirs", ie the join ticket composed by Juscelino Kubitschek and João Goulart, who presented themselves as candidates for the Presidency and Vice Presidency of the Republic, respectively, in the elections that would occur in October of that same year.

Keywords: press; political culture; democracy.

Apresentação

No dia 16 de setembro de 1955, o diário carioca, O Globo, destacava em sua primeira página a seguinte manchete: *Novo levante militar na Argentina*. De fato, tratava-se de um novo levante militar, já que o presidente Juan Domingo Perón já suportara um levante três

meses antes, em que a força aérea argentina lançara bombardeios sobre a capital, Buenos Aires, causando 364 mortes, número que ultrapassou a casa das 400 mortes se computados outros combates envolvendo a Marinha e o Exército.

Na nova tentativa de golpe iniciada em 16 de setembro, a adesão da Marinha (que antes apoiara o Presidente) foi definitiva para que, em menos de uma semana, Perón se visse deposto e obrigado a pedir asilo na embaixada do Paraguai a 20 de setembro de 1955. No mesmo dia, o general Eduardo Lonardi baixou um decreto nomeando a si mesmo Presidente Provisório, sendo quase que imediatamente reconhecido pelos governos do Uruguai (23 de setembro), Estados Unidos e Reino Unido (25 de setembro).

A deposição, através de um golpe militar, de um presidente democraticamente eleito em um país vizinho dá-nos a oportunidade de observar nas reações da imprensa brasileira seu grau de adesão aos valores democráticos e de tolerância ou mesmo apoio a saídas não democráticas para a resolução de conflitos políticos.

No presente trabalho, optamos por selecionar o golpe de 1955 na Argentina pela relevância que aquele país, nosso maior vizinho no continente, ocupa tanto nas relações internacionais como no imaginário político brasileiro. A escolha pelo jornal O Globo se deveu ao fato deste jornal ter-se tornado, ao longo das últimas seis décadas, o centro da principal organização de comunicação de massas do país (as chamadas Organizações Globo), ocupando na ocasião do golpe de 55 um lugar de crescente influência na imprensa da capital do país. A escolha também deveu-se a motivos de ordem prática, uma vez que todo o acervo d'O Globo se encontra hoje digitalizado e disponível para consulta através da web.

No presente estudo preliminar, buscamos registrar a forma como o jornal O Globo repercutiu o golpe que deu origem à queda de Perón. Para isso, trabalharemos com as edições do diário lançadas entre os dias 16 e 25 de setembro de 1955. Tal período coincide com os últimos dias da campanha eleitoral para a Presidência da República aqui no Brasil, da qual sairia eleita a 03 de outubro de 1955 a chapa JK/Jango, superando as chapas lideradas pelo general Juarez Távora (apoiada por O Globo), Ademar de Barros e Plínio Salgado.

Na cobertura de O Globo sobre a crise política na Argentina, fica evidente a vinculação entre os acontecimentos no país vizinho e o cenário político interno. De fato, como pretendemos mostrar, a experiência argentina é apresentada pelo diário carioca como uma lição a ser aprendida pelos brasileiros "O Golpe na Argentina" na Cobertura de "O Globo", em 16 de setembro de 1955.

Fechando a primeira página dessa edição, destaca-se uma espécie de editorial (matéria opinativa e não assinada) em que se torna possível compreender a associação feita pelo jornal entre os fatos em curso na Argentina e o contexto político-eleitoral brasileiro. Nesse sentido, vale a pena destacar os últimos parágrafos desse editorial.

> [...] a entente com os comunistas está fazendo água por todas as frestas mal calafetadas do M.N.P.T.[1] Na forma de sua velha técnica, os marxistas brasileiros criaram esse trambolho, igual a tantos outros, atrás dos quais se escondem os homens de Prestes. [...]
>
> Só o Sr. Kubitschek não tem olhos para ver a realidade ou está ficando daltônico a ponto de não distinguir a cor gritantemente vermelha da arapuca inventada por Prestes e Tancredo Neves, para colher os votos e a solidariedade dos trabalhadores!
>
> Estão brincando com fogo os ingênuos ou os sabidos partidários da aliança PSD-PTB. Os comunistas, convocados pelos não-comunistas para companheiros de lutas políticas, lembram aquele pensamento de Rivarol: "se um rebanho chama tigres contra seus cães, quem poderá defendê-lo contra seus novos defensores?" (O Globo: 16/09/1955, p. 1).

A tese da conspiração comunista, perfeitamente em sintonia com o clima de Guerra Fria que vigorava no continente no período, fará a conexão entre a situação na Argentina e no Brasil, que dará a tônica da cobertura do jornal durante todo o período analisado. Já na edição do dia seguinte, 17 de setembro de 1955, O Globo traz como manchete a seguinte afirmação: *Armas cedidas por Perón a João Goulart*. Como subtítulo da matéria diz-se: *Para a implantação da "República Sindicalista"*. Trata-se do famoso caso da "Carta Brandi"[2]. Posteriormente provada como falsa, essa carta deu ensejo a investigações no Brasil e na Argentina e repercutiu, como pretendemos mostrar, fortemente no cenário eleitoral brasileiro.

Ainda na mesma matéria de capa, abaixo da reprodução da carta, O Globo registra, em negrito os seguintes comentários:

---

[1] Segundo o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), o Movimento Nacional Popular Trabalhista foi "uma organização criada no meio sindical em maio de 1955 com o objetivo de obter o apoio dos sindicatos para os candidatos às eleições presidenciais de outubro daquele ano que apresentassem uma plataforma nacionalista e de defesa dos interesses populares". Ver verbete "Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT)", em: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 2001, p. 3982.

[2] Nessa carta, supostamente endereçada a João Goulart, lida por Carlos Lacerda na TV Rio no dia anterior e publicada por O Globo em sua primeira página logo abaixo da manchete citada, o deputado peronista argentino Antônio Jesús Brandi trata de um acordo entre Perón e Goulart no sentido da formação de uma coordenação sindical entre o Brasil e a Argentina, a criação de brigadas operárias de choque e aquilo que Lacerda interpretou como a compra de armas na Argentina para essas brigadas. Ver o verbete "Carta Brandi" em: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 2001, p. 1152.

> Documento Estarrecedor (Hoje em Poder das Altas Autoridades Militares), Revelando o Crime de Lesa-Pátria do Aliado do Sr. Juscelino Kubitschek – Agentes Peronistas e Emissários do Ex-Ministro do Trabalho Numa Sinistra e Execranda Conspiração Contra o Brasil – Não Traiu o Brasil Apenas se Aliando a Moscou, Mas, Também, Conluiando-se com o Peronismo.

No detalhamento da matéria de capa, na página 10 dessa edição, O Globo traz a matéria "Armas Cedidas por Perón a João Goulart para a Implantação da 'República Sindicalista", na qual afirma que a referida carta:

> [...] confirma tudo que, de há muito, vem sendo articulado contra o Sr. João Goulart, acusado de conspirar contra o regime, com íntimas ligações não só com os comunistas como com Perón, para a implantação da sua famosa República Sindicalista. [...] O sensacional documento que apresentamos [...] dispensa quaisquer comentários. [...] Armas da Argentina, fabricadas pelo governo argentino, foram enviadas ao Brasil, via Uruguaiana, para atender aos impatrióticos e sinistros desígnios do homem que se aproveitava do Poder, do prestígio do Governo, da sombra do Sr. Getúlio Vargas, para conspirar contra o regime, na sua felizmente vã tentativa de implantar a "República Sindicalista" (O Globo: 17/09/1955, p. 10).

Ainda na primeira página desse dia 17 de setembro de 1955, destaca-se uma matéria em que se afirma "A Argentina no Limiar da Guerra Civil". Nessa mesma edição, em sua página 6, encontramos um *box* em que se noticia que, em Fortaleza (CE), a Cruzada Brasileira Anticomunista, através de seu Presidente, o Vice-Almirante Pena Boto, entregou à imprensa local em entrevista coletiva uma nota em que declara serem "totalmente inaceitáveis" os atuais candidatos à Presidência da República. Na nota, Pena Boto afirma que "a Cruzada observa com repugnância as manobras solertes da politicalha brasileira e aguarda a reação das forças vivas do país, com desprendimento e espírito cívico" E prossegue afirmando que "por mais drástica que pareça, essa reação será benéfica, pois tirará o Brasil de um impasse" (O Globo: 17/09/1955, p. 6).

Não havendo naquela época a edição de domingo, na segunda-feira, dia 19 de setembro, O Globo registra a evolução dos conflitos na Argentina com maior apelo emocional. No topo da primeira página destaca: *"O Globo" Apresenta Fotografias Exclusivas Dos Funerais, em Montevidéu, das Primeiras Vítimas da Revolução na Argentina*. Em destaque, a fotografia de um caixão cercado de flores e a seguinte legenda:

> Esta é uma das inúmeras coroas enviadas à Prefeitura do Porto de Montevidéu. Trazia os seguintes dizeres: "Morra o Tirano". Assina-a:

> "Uma mãe" (Foto de Indagassú Leite, enviado especial de O Globo a Montevidéu para a cobertura da revolução argentina).

Em outra foto, imediatamente abaixo, destaca-se um veículo funerário cercado de populares e, abaixo a seguinte legenda: Uma multidão consternada assistiu à saída dos féretros dos cinco marujos argentinos da Prefeitura do Porto de Montevidéu ao cemitério (O Globo: 19/09/1955, p. 1).

Entre manchetes sobre os conflitos na Argentina, destaca-se manchete sobre a carta Brandi: *Apuração Imediata da Verdade*. Na chamada para a matéria afirma-se que "Encarece o Ministro da Marinha urgência para o inquérito sobre a autenticidade da carta do deputado peronista Antônio Brandi ao Sr. João Goulart e sua remessa à Justiça Eleitoral 'para proceder dentro da lei'".

Na página 6 da mesma edição, ao desenvolver a matéria de capa, o jornal dá destaque às posições do general Góis Monteiro, Ministro do Supremo Tribunal Militar, entrevistado pelo jornal. Embora registre que encontrou o general "ora esquivo, ora reticente" acerca da carta, O Globo interpreta as declarações do ex-Ministro da Guerra da seguinte forma: "Nas entrelinhas de suas declarações, no entanto, descobre-se nitidamente a confirmação da autenticidade da carta".

A edição de 20 de setembro mantém o mesmo padrão das anteriores, alternando no topo da primeira página notícias sobre a situação na Argentina e o processo eleitoral brasileiro, aí incluído o caso da carta Brandi. Assim, no topo da página, lê-se, entre aspas, em caixa alta e letras grandes "Vitória de Juarez para Garantia do Regime" e, ao lado, entre parênteses e letras minúsculas "declarações de Milton Campos e João Agripino" (O Globo: 20/09/1955, p. 1). Abaixo, a manchete principal trata da situação na Argentina e afirma "A Ameaça de Greve Geral Inquieta a Junta Militar".

Ainda na primeira página, em negrito e entre aspas, o jornal traz a manchete: *Perón como ditador já estava durando muito*. Mais abaixo um pouco, reforça-se a mesma ideia acerca do Presidente (democraticamente eleito) Juan Perón, destacando a fala do deputado brasileiro Aliomar Baleeiro: Juan Perón teve o fim de todos os ditadores.

No pé dessa primeira página, mais um editorial ataca João Goulart em função da carta Brandi: *A Carta do Deputado Argentino e a Insustentável Posição do Sr. Goulart*. Exortando a que o ex-Ministro do Trabalho prove a inautenticidade da carta, O Globo assim se expressa:

> O caso para o Sr. Goulart requer um esclarecimento amplo e urgente, porque sua candidatura está posta ao exercício da segunda magistratura da República. Se ele é o destinatário da incriminada carta; se ele combinou com especialista do sindicalismo peronista o envio de agentes para o Brasil; se ele contratou a compra de armas para sua milícia sindicalista (que seria uma cópia da C.G.T. de Buenos Aires), então não pode, de forma alguma, ser companheiro de chapa do Sr. Juscelino Kubitschek. Suas atitudes, seus compromissos, suas leviandades o terão frontalmente desqualificado para aspirar a tão alta honra. Não são precisos "golpes" nem levantes armados. O simples sentimento nacional tolherá as pessoas de um moço que não soube compenetrar-se da grande honra que é ser cidadão da sua Pátria (O Globo: 20/09/1955, p. 1).

A edição do dia 21 de setembro indica a queda de Perón sem que ainda se possa falar de um novo governo na Argentina. O Globo expressa-se com a manchete "A Argentina sem Governo". Logo abaixo, no entanto, destaca a rendição das forças armadas fiéis a Perón: *Total Capitulação dos Generais Peronistas*. Destaca-se também as comemorações em Montevidéu (Uruguai) pela queda de Perón e dos estudantes do Liceu Naval de Rio Santiago (Argentina). Na página 4 dessa edição, com o título "Perón Deixa um País em Ruínas" registra-se a entrevista com Américo Guialdi, ex-diretor do extinto jornal *La Vanguardia*, de Buenos Aires, exilado político, que avalia que "Perón deixa um país em ruínas, social, política e economicamente", afirmando ainda que este "deixa uma profunda divisão no seio das forças armadas, o que, em quaisquer circunstâncias, significa grave perigo para uma República" (O Globo: 21/09/1955, p. 4).

A edição do dia 22 de setembro é, talvez, a mais agressiva de todas as do período. Em destaque, o debate acerca da falsidade ou não da carta Brandi, com o jornal pedindo a opinião dos leitores e abrindo colunas de opinião dos deputados Carlos Lacerda e Fernando Ferrari na primeira página. Ao lado dessa matéria principal, o jornal publica: *Serão apuradas ligações de Perón com grupos políticos estrangeiros*.

Reproduzindo ainda as declarações de Carlos Lacerda, a primeira página de O Globo destaca: *Vamos mostrar à Nação quem é o traidor "Jango" Goulart*. Nessa matéria, Lacerda declara:

> Os peronistas e seus cúmplices no Brasil estão julgando o clichê de uma cópia fotostática de um documento cujo original não viram. Mas, não perdem por esperar. Esse documento é apenas o começo. Perón e o partido comunista não vão cair apenas na Argentina. Cairão também aqui, se Deus quiser. Votem em Juarez e esperem tranquilos: nós enfrentaremos essa onda. Vamos demonstrar à nação quem é o traidor "Jango" Goulart (O Globo: 22/09/1955, p. 1).

No pé da página, mais um editorial em favor da candidatura de Távora à Presidência: *Por que Juarez Távora?*

Ainda nessa edição, O Globo traz em sua página 5 notícias sobre o novo governo provisório argentino e sua determinação de deixar partir o ex-Presidente Perón para o exílio. O novo Presidente, o general Eduardo Lonardi é apresentado como "um democrata notório".

Na página 6 encontramos ainda duas matérias sobre Perón e a situação na Argentina. Em "Começam a Eliminar-se os Vestígios da Ditadura Peronista na Argentina", O Globo destaca as "manifestações de júbilo em todo o país", a destruição de bustos e retratos do casal Perón, bem como o debate acerca do destino a ser dado ao ex-Presidente, se o exílio ou um julgamento no próprio país. Em "Perón irá Mesmo para Assunção", O Globo registra as declarações do embaixador brasileiro em Buenos Aires dando conta de que o novo governo não estaria pondo obstáculos à saída de Perón do país em navio paraguaio.

Na página 7, o jornal aborda o tema da capa acerca das investigações das ligações entre Perón e grupos políticos estrangeiros. Assim se expressa o jornal:

> Devassa completa para a elucidação dos crimes e negociatas do ex-ditador – apagar o peronismo até os últimos vestígios, a tarefa do governo revolucionário – como falou a O Globo em Montevidéu o deputado radical Zabala Ortiz que deverá ocupar lugar de relevo no novo governo argentino (O Globo: 22/09/1955, p. 7).

Ainda no corpo dessa matéria, registra-se a declaração do referido deputado de que "todos os crimes e negociatas do governo Perón serão apurados, inclusive ligações clandestinas com grupos políticos de outros países", a que O Globo acrescenta, entre parênteses a seguinte frase: Caso República Sindicalista do Brasil articulada pelo Sr. João Goulart.

Ainda sobre o destino a ser dado a Perón, O Globo destaca em sua página 9 do dia 22 de setembro de 1955, declarações de especialistas em Direito Internacional no sentido de que deva ser garantido o direito de Perón deixar o país e não ser entregue às autoridades do novo governo argentino.

Sobre o cenário político brasileiro, ao final dessa mesma página 9, O Globo destaca a declaração do candidato à Presidência da República pela UDN, General Juarez Távora, de que "Escolhi o Caminho das Urnas", na qual este declara: considero ultrapassado o assunto "golpe". Segundo O Globo, Távora teria declarado que "escolhi o caminho das urnas e seria desicaldado pensar em outra solução" (O Globo: 22/09/1955, p. 9).

A primeira página da edição de 23 de setembro de 1955 é praticamente toda dedicada à política, no Brasil e na Argentina. A manchete do topo da página mantém a conexão entre os dois assuntos: "O Globo ouve o Deputado Brandi, que Negou a Autoria da Carta". E, logo abaixo, outra manchete destaca que o suposto intermediário entre Goulart e o governo argentino para o envio das armas, Ignacio Nicolas Pinedo, teria estado no Rio de Janeiro à época do acordo, tendo se hospedado no mesmo hotel onde residia João Goulart. Assim foi publicada a manchete: *Pinedo, citado na carta de Brandi, chegou ao Rio para hospedar-se no Hotel Regente, onde vivia o Sr. "Jango" Goulart*.

Na página 2 dessa edição, O Globo retrata assim o Presidente Provisório da Argentina:

> Quem é o General Lonardi
>
> O General Lonardi é considerado por todos como um homem honesto e idealista. Nasceu aqui mesmo em Buenos Aires a 15 de setembro de 1895. Foi colega de Perón na Escola Militar. Serviu como Adido Militar no Chile e representou a Argentina na Junta Interamericana de Defesa, em Washington. Quando Eva Perón foi convidada a se candidatar à Vice-Presidência da República, o General Lonardi pediu reforma em protesto. Desde então, passou a conspirar contra Perón, tendo participado ativamente na conspiração de 1953. Perón tentou dominá-lo, oferecendo-lhe ótimas posições, mas o General Lonardi sempre as recusou. As suas recusas intensificaram a perseguição do governo. O General Lonardi é homem conservador e religioso. É casado e possui quatro filhos: dois rapazes e duas moças. Um dos rapazes estuda na Inglaterra (O GLOBO: 23/09/1955, p. 2).

Em outras manchetes de primeira página O Globo destaca "Fuzilaria em Rosário", dando conta de choques entre peronistas e o Exército, e "Inflamados pela Revolução, Populares Destroem Tudo da Propaganda de Perón", nas quais se registra a invasão e destruição da sede da Aliança Libertadora e o jornal volta a apresentar o líder do golpe, general Lonardi, como "o general perseguido por Perón".

Sobre a política nacional, em "De uma Vez por Todas", O Globo publica carta de João Neves da Fontoura se defendendo da acusação, feita pelo jornal "Diário Carioca" de ser ele o autor da carta Brandi. Em "Reafirma a Subserviência do MNPT a Elementos Comunistas", o jornal traz chamada para a entrevista com o sindicalista Nelson Rustici acusando o movimento de estar sendo conduzido por "elementos comunistas nele infiltrados" (O GLOBO: 23/09/1955, p. 3).

Em "Tenham Pena do Brasil", O Globo reproduz discurso do Presidente da UDN carioca, Adauto Lúcio Cardoso. Assim publicou o jornal em sua primeira página:

> Não votem em candidatos desonestos, peculatórios ou fascistas a fim de poupar dias amargos para o país, conclama o presidente da UDN carioca, Sr. Adauto Lúcio Cardoso – "Deus há de ajudar-nos a que saiamos desse atoleiro com a eleição de Juarez" – Provada a improbidade de Juscelino – Telegrama de Carlos Lacerda ao General Távora – "Deixo o país por breves horas, para ir buscar as provas da traição dos candidatos peronistas à Presidência e Vice-Presidência da República" (O GLOBO: 23/09/1955, p. 1).

Na página 9 dessa edição, destaca a dissolução do Congresso Argentino (de maioria peronista) pelo governo provisório. Na mesma matéria, registra-se a declaração do General Lonardi de que em seu governo jamais se produzirá uma situação em que o povo se veja obrigado a empunhar armas. Na mesma página destaca-se o restabelecimento da liberdade de imprensa na Argentina.

Em 24 de setembro de 1955, a primeira página dessa edição é também basicamente voltada para a política argentina e brasileira. No topo da página, novamente a ligação entre uma coisa e outra: *Autoridades Brasileiras em Buenos Aires Confirmam as Ligações com o Peronismo!*

Na manchete principal "Delírio Popular em Buenos Aires na Posse de Lonardi". No pé da página destaca-se a fala de Lonardi no sentido de que seu governo tenderá a durar apenas o tempo suficiente para a restituição das "liberdades democráticas" no país. Sem registrar qualquer contradição, em sua página 5, o jornal noticia que foram "Presos Todos os Ex-Congressistas Peronistas".

A questão da veracidade da carta Brandi tem continuidade com o debate acerca do uso do "til" em "O Til Continua a Fazer Prova..." e a manchete "O Ministro da Guerra Considera Imperativa a Elucidação do Caso da Carta a João Goulart", em que se destaca as declarações do General Maurell Filho, Presidente do Inquérito Policial Militar acerca do caso.

26 de setembro de 1955, mm mais uma edição cuja primeira página é praticamente toda tomada pelos temas políticos brasileiros e argentinos, O Globo traz no topo de página a manchete "Lacerda Promete Revelações Sensacionais", em que afirma a existência de laços estreitos entre João Goulart e Inácio Pineda, suposto contato no caso da venda de armas segundo a carta Brandi. Sobre a situação na Argentina o jornal traz as manchetes: "Tão Cedo, na Argentina, não se Pode Pensar em Eleições"; "Perón Deixou a Argentina", dando conta da saída do ex-Presidente do país a bordo de navio militar paraguaio, e; "Medidas Drásticas do Exército para Prevenir Contra-Revolução Peronista".

Sobre as eleições no Brasil, O Globo destaca a intensificação dos esforços do Clube da Lanterna, organização fundada em 1953 por Carlos Lacerda com o intuito de combater o governo de Getúlio Vargas, em favor da candidatura de Juarez Távora. No corpo do jornal, registra-se:

> Realizou-se no sábado último, no auditório da ABI, uma reunião do "Clube da Lanterna", em que foi debatido e articulado o programa definitivo da campanha em favor de Juarez e Milton durante esta semana. O único orador foi o Sr. Amaral Neto, Presidente do Clube, que esclareceu aos presentes a posição daquele organismo em face do momento político, em que aceita a candidatura do Sr. Juarez Távora após a retirada da do Sr. Etelvino Lins. Foi ressaltada a importância da candidatura Juarez, que foi apoiada como a "última esperança capaz de resolver, por bem, os problemas brasileiros", uma vez que, se depois de 3 de outubro voltar ao poder a camarilha Vargas, apoiada pela fraude eleitoral, todos os brasileiros saberão imitar o exemplo da Argentina (O Globo: 26/09/1955, p. 2).

No topo da página 5 da mesma edição, a matéria "Denunciadas Há Dois Anos as Ligações de Jango com Perón" trata de nota da Cruzada Brasileira Anticomunista a qual "comprova plenamente a autenticidade da carta do Deputado Brandi a Jango Goulart", dando conta de que o Presidente da entidade, o Almirante Pena Boto, já havia questionado em 1953 o então Ministro do Trabalho João Goulart pelo fato de manter em seu gabinete Raul Riff, o qual descreve como comunista militante, e de receber "quase diariamente" outra militante comunista, a Sra. Maria da Graça Dutra. A nota da Cruzada, reproduzida por O Globo, segue registrando a carta de Pena Boto a Goulart, nela se afirma: "Sr. Ministro, a unidade sindical nos levaria, fatalmente, a uma ditadura sindicalista e colocaria o Brasil sob a tutela de uma C.G.T. à moda peronista ou boliviana". Traz ainda, a nota, a afirmação de que:

> No mesmo mês e ano, no Recife, o Almirante deu entrevista em que disse estar o P.T.B. instigando as greves para criar "a C.G.T. e passar ao regime filocomunista que bem poderia ser do tipo da república sindicalista". Por fim, numa outra proclamação o Almirante Pena Boto acrescentava: "Pobre Brasil. Internamente cede aos bolchevistas e lhes presenteia, para o êxito, com o crescente descalabro nacional; externamente, cede aos argentinos (via Jango e outros traidores) propiciando-lhes a criação do bloco sul-americano urdido na mente monomaníaca de um déspota que deseja liderar a América Latina e dele apartar a grande nação da América do Norte" (O GLOBO, 26/09/1955, p. 5).

Conclusão

A crise política na Argentina, com a queda de Perón imposta através da intervenção militar seguida de um princípio de guerra civil e a morte de cidadãos e soldados argentinos é apresentada como um desfecho inevitável de um governo apontado como tirânico. Perón é apresentado como um governante apegado ao poder, sem escrúpulos de usar expedientes ilegais e a manipulação das massas para se perpetuar no poder. Entre esses expedientes,

estaria estimular a formação de milícias armadas no interior do movimento sindical de modo a se contrapor ao poder das próprias Forças Armadas e estimular o mesmo em países vizinhos, inclusive o Brasil.

O caso da carta Brandi é fartamente utilizado na cobertura jornalística do jornal para lançar sobre João Goulart, político mais fortemente identificado com a herança de Getúlio Vargas, a desconfiança de que o mesmo alimentaria os mesmos ideais e métodos de Perón, pretendendo por fim à democracia liberal e implantar uma República Sindicalista, armando as organizações sindicais sob seu comando ou, pior ainda, sob o comando do Partido Comunista do Brasil.

Diferentemente do ocorrido na Argentina, no entanto, onde Perón teve que ser derrubado pelas armas, o Brasil teria a chance de evitar esse destino através das urnas, elegendo o General Juarez Távora nas eleições presidenciais de outubro. O apoio explícito de O Globo à chapa Juarez Távora/Milton Campos é acompanhado de ataques sistemáticos à chapa JK/Jango. Tal qual na Argentina, em que o General Lonardi é apresentado como um democrata que se vê obrigado a articular a derrubada do governo, também aqui no Brasil, o país poderia contar com uma liderança militar comprometida com a democracia, mas que, porém, teria "escolhido o caminho das urnas". A candidatura de Juarez é apontada, na fala de autoridades civis e militares ouvidas pelo jornal, como "última esperança capaz de resolver, por bem, os problemas brasileiros", cuja vitória seria capaz de "garantir o regime", evitando que sigamos no Brasil o destino da Argentina.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição:** o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2006.

Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. 2. ed. rev. e atual. 5 v. Rio de Janeiro: Ed. FGV: CPDOC, 2001.

MAGGIO, Agustina. "La caída de Perón: ruptura e relectura. Las interpretaciones histórico políticas sobre el echo peronista tras el golpe de Estado de 1955". In **Documentos de Trabajo**. Buenos Aires (Argentina): Universidad de Belgrano (Departamento de Investigaciones/Area de Ciencia Política), 2007. n. 203. Disponível em <http://www.ub.edu.ar/investigaciones/dt_nuevos/203_maggio.pdf>. Acesso em 08 ago. 2014.

MIRANDA, Mario Ângelo Brandão de Oliveira. "A deposição de Juan Perón e sua repercussão no ambiente político das eleições presidenciais brasileiras de 1955". In **Anais do 9º Encontro Internacional da ANPHLAC**. Goiânia: UFG, 2010. Disponível: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Miranda%20MABO.pdf>. Acesso em 08 ago. 2014.

NOVO levante militar na Argentina. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16 set. 1995, p. 1.

_____. Rio de Janeiro, 17 set. 1995.

_____. Rio de Janeiro, 19 set. 1995.

_____. Rio de Janeiro, 20 set. 1995.

_____. Rio de Janeiro, 21 set. 1995.

_____. Rio de Janeiro, 22 set. 1995.

_____. Rio de Janeiro, 23 set. 1995.

_____. Rio de Janeiro, 24 set. 1995.

ESTUDOS PRESIDENCIAIS: PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS[1]

Noëlle da Silva
Mestre pela UnB.

Resumo: A Ciência Política norte-americana tem, no estudo da Presidência e dos diferentes gabinetes, uma vasta literatura que permite entender o funcionamento do Poder Executivo e, assim, do processo da governança pública. Nos últimos dez anos, a Ciência Política no Brasil, país igualmente regido por um sistema presidencialista, têm produzido esforços analíticos acerca desta agenda. Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma breve revisão teórica dos estudos Presidenciais, a partir da literatura norte-americana e da recente produção brasileira. Os resultados apontam que embora haja diferenças institucionais significativas entre a Presidência norte-americana e a Presidência brasileira, esta literatura sobre a presidência americana – precursora no tema – é importante para melhor compreender como as instituições importam para a estrutura e desempenho do governo. E ainda, enquanto a Ciência Política norte-americana passa por um processo de avaliação, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico dos estudos presidenciais, a Ciência Política brasileira caminha ainda para a construção desses estudos, se configurando em uma agenda emergente.

Palavras-chave: instituições; presidência; presidencialismo de coalizão.

Abstract: Science US policy has, in the study of the Presidency and of the different offices, a vast literature that allows us to understand the functioning of the executive branch and thus the public governance process. Over the past decade, the political science in Brazil, a country also governed by a presidential system, have produced analytical efforts on this agenda. Therefore, the aim of this paper is to present a brief theoretical review of Presidential studies from American literature and the recent Brazilian production. The results show that although there are significant institutional differences between the US Presidency and the Brazilian Presidency, this literature about the American presidency – precursor on the subject – it is important to better understand how institutions matter to the structure and governance performance. And yet, while Scientific American policy goes through an evaluation process, both from a theoretical and methodological point of view of presidential studies, the Brazilian Political Science still walks to the construction of these studies, configured in an emerging agenda.

Keywords: institutions; presidency; presidential coalition.

Introdução

A Ciência Política norte-americana tem, no estudo da Presidência e dos diferentes gabinetes, uma vasta literatura que permite entender o funcionamento do Poder Executivo e, assim, do processo da governança pública. Identificados como uma lacuna analítica durante as décadas 1970 e 1980, os estudos acerca do Poder Executivo, especialmente da presidência, ganharam espaço no debate acadêmico norte-americano. A dedicação

[1] Este trabalho é resultado do capítulo teórico da dissertação de mestrado intitulada: A Presidência Institucional: o papel e a atuação da Casa Civil na coordenação e no monitoramento das políticas públicas do Governo Lula (2003-2010), da presente autora.

acadêmica voltada para a presidência americana, excede, atualmente, a qualquer outra instituição política e assim deve ser, ressalta King (1993), Edwards III e Howell (2011).

Os autores enxergam esse quadro como algo natural, uma vez que a presidência é tida como ponto central no cenário político americano. A Ciência Política norte-americana não somente sanou a lacuna sobre estudos presidenciais, principalmente durante as três últimas décadas, como hoje possui uma larga literatura sobre o assunto, o que dificulta, por vezes, sua verdadeira compreensão.

Atualmente, a preocupação acadêmica em relação aos estudos presidenciais tem procurado avaliar a colocação dessa extensa literatura, as provas oferecidas pelas obras mais antigas da literatura tradicional, os temas emergentes e as direções futuras para o avanço na investigação da presidência[2].

Nos últimos dez anos, a Ciência Política no Brasil, país igualmente regido por um sistema presidencialista, têm produzido esforços analíticos acerca desta agenda. No entanto, boa parte dos trabalhos acerca do Poder Executivo, geralmente o abordam na perspectiva de sua relação com o Legislativo, na qual este tem o foco central das análises. O que se sabe a respeito do Poder Executivo é baseado na sua relação com o Poder Legislativo (RENNÓ, 2013).

Desse modo, o objetivo dessas análises não é o de entender a Presidência como instituição, mas, sim, o de lançar luz sobre as estruturas e os resultados da escolha do Legislativo (FIGUEIREDO, 2004).

Rennó (2013) argumenta que pouco se sabe sobre o funcionamento interno, estrutura organizacional e mecanismos de coordenação institucional do Poder Executivo, destacando, ainda, a considerável dificuldade de acesso aos dados. Destaca, ainda, alguns temas tidos como centrais sobre essa discussão, entre eles, o grau de organização interna da Presidência, o que afetaria sua propensão em delegar ou concentrar poderes. Essa questão destacada pelo autor mostra a importância de se considerar a dimensão dos processos de coordenação, cooperação, delegação e formação de preferências dos atores envolvidos quando do desenho, planejamento e implementação de decisões de uma política pública.

A partir desse breve debate, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma revisão teórica da agenda de estudos Presidenciais, a partir da literatura norte-americana e da recente produção brasileira. Para a tanto, foram selecionados trabalhos e artigos de autores que

[2] Ver melhor esta discussão em: EDWARDS III, C. G. HOWELL, G. W. The Oxford Handbook of The American Presidency. Oxford University, New York, 2011.

publicam sistematicamente na *Presidential Studies Quartely* e no caso brasileiro, os principais pesquisadores desta agenda que tem sido muito debatida no âmbito dos encontros da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP e das pesquisas produzidas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. O artigo está estruturado em duas seções. Na primeira seção serão apresentadas as principais contribuições da literatura norte-americana, dando ênfase à discussão da Presidência Institucional. No segundo momento, o debate recai sobre a produção desta literatura no Brasil e suas principais abordagens.

1. A literatura norte-americana e os estudos presidenciais: breves apontamentos

Focando nos métodos de análise quantitativa, na teoria dos jogos e do desenvolvimento político americano, especialmente no governo, são os temas que mais predominam nesta literatura. Moe e Howell (1999), Howell (2011) e James (2011) procuram delinear as distintas características destas abordagens, os seus pontos fortes e fracos, e, fundamentalmente, as ideias substantivas que tem gerado na própria presidência, destacando a grande influência da *rational choice theory*, que tem guiado boa parte dos trabalhos, principalmente nos estudos de Terry Moe[3].

Entretanto, para além da escolha racional a literatura atual está repleta de outras questões interessantes, novas abordagens e métodos sofisticados, destaca Mayer (2009).

Nesse sentido, Edwards III e Howell (2011) também mostram que há outras formas de estudar o tema, pois ao longo dos anos estudos importantes sobre a presidência americana adotaram estilos de pesquisa do direito, da sociologia e psicologia que contribuíram para compreender áreas específicas da presidência. Exemplo disto é a obra célebre de Richard Neustaldt (2008) *Presidential Power and moderns Presidents*, que como comentou Redman (2008) no prefácio à edição brasileira, o livro foi estruturado a partir de observações ilustradas por incidentes históricos e narrativas, o que dificulta o seu resumo, incomodando uma geração de cientistas políticos americanos quantitativista, habituados a pensar por estatísticas e análises de regressão.

[3] Terry Moe, um dos principais autores da linha de estudos presidenciais, fundou seus modelos dentro do que se convencionou chamar de teorias econômicas da política, focando na separação de poderes, em que, segundo o autor, tendem a constituir órgãos mais burocratizados, presos a normas muito rígidas, que atuam, geralmente, com custos elevados e reduzida eficácia. Dessa forma, é dada ênfase à complexidade organizacional da presidência que se institucionaliza e se transforma ao longo do tempo e é composta por diferentes atores (MOE e WILSON, 1994).

A transição presidencial, questão bem abordada por Neustadt (2008), a definição de agenda do presidente e os precursores críticos para a governança (PFIFFNER, 2011; WOOD, 2011) tem sido foco central dos estudos mais recentes, representando temas de pesquisas mais emergentes. Outro tema bastante discutido e também tido como central nos trabalhos é a relação com o Poder Legislativo (RUDALEVIGE, 2002; ROHDE e BARTHELEMY, 2011; WAYNE, 2011; EDWARDS III 2011; CAMERON, 2011), tema que nas duas últimas décadas tem sido muito pesquisado no Brasil. Somando-se a esses estudos, há também o debate acerca do veto presidencial, das consequências de um governo dividido e do papel dos grupos de interesse sobre a presidência (MOE e HOWELL, 1999; CAMERON, 2011; COLEMAM e PARKER, 2011; MAYER, 2009).

Há ainda o foco em como os presidentes modernos adotam estratégias de governo baseadas no apoio popular/público e da relação existente entre ambos, incluindo a retórica presidencial (CAMPBELL e JAMIESON, 1985), a avaliação popular do presidente e ainda a influência que o chefe do executivo pode ter sobre a opinião pública. Alinha-se a essa temática o debate acerca dos meios de comunicação em massa, que se configuram como intermediadores chaves entre a Casa Branca e os cidadãos (MAYER, 2009).

Esse ponto é importante pois, geralmente, os presidentes são responsabilizados pelo público por praticamente todos os aspectos do desempenho da nação, como afirmam Moe e Caldwell (1994), seja de ordem econômica, social, de desempenho de alguma agência ou da política externa. Desse modo, uma das preocupações do presidente não é só o de estabelecer uma relação com o público, como também de construir uma capacidade institucional para uma governabilidade efetiva.

O poder da ação unilateral do presidente é outro aspecto que a literatura norte-americana lançou atenção em estudos recentes e muito debatido na *Presidential Studies Quartely*, reorientando os estudos sobre o poder presidencial (KRAUSE e MELUSKY, 2012; MAYER, 2009, 2011; PIOUS, 2011; WATERMAN, 2011).

Sobre essa assertiva, Moe e Howell (1999) propõem uma nova teoria sobre o aspecto do poder presidencial, utilizando dados sobre as ações do presidente e sobre a forma como Congresso e Judiciário têm respondido a estas ações. Os debates acerca do tema, sempre trataram o poder da ação unilateral do presidente como um forte instrumento na política americana, uma vez que não é formal, ou seja, não está especificada na Constituição. O precursor deste debate é Neustaldt (2008), mostrando que os presidentes da era moderna têm

pouco poder formal, menos do que o necessário para atender as expectativas que recaem sobre eles. A chave para uma forte liderança presidencial encontra-se não no poder formal do presidente, mas nas habilidades, temperamento e experiência de quem ocupa o gabinete, bem como da capacidade em utilizar essas qualidades pessoais na melhoria de seu prestígio e reputação. Desse modo, o fundamento do poder presidencial é, em última análise, o pessoal – *individual presidency*[4]. Moe e Howell (1999) ao proporem o novo modelo de análise, partem da mesma pergunta feita por Neusltadt (2008), de procurar entender as bases do poder presidencial. A diferença é que essa literatura mais recente trata do tema fornecendo um tratamento rigoroso dos poderes formais especificados na Constituição.

Moe e Howell (1999) salientam que o debate mais recente possui características distintas das análises que focam a presidência individual e também daquelas com abordagem institucional baseadas na *rational choice*, muito expandida no novo institucionalismo, o que representa um ponto da revolução nos estudos presidenciais, como também observou Mayer (2009) e Edwards III e Howell (2011). O desenvolvimento da literatura norte-americana sobre a presidência até então, permitiu que novas questões fossem introduzidas, fazendo emergir uma nova produção, que segundo Mayer (2009) possui basicamente três aspectos: a teoria da escolha racional, a ênfase na Presidência institucional longe da Presidência individual e a preocupação com as regras e estrutura normativa – constitucional.

Especificamente sobre o segundo ponto destacado pelo autor, boa parte dos trabalhos acadêmicos exploraram as consequências dos processos institucionais, custos de transação e controle. Atualmente o debate tem focado nos diretores e agentes, nos direitos residuais de decisão, na racionalidade limitada e no monitoramento das ações e políticas do Presidente.

É esta discussão da literatura que mais tem se destacado nesta agenda, em que o foco recai na presidência institucional, na forma como o presidente governa com essa estrutura e como ele consegue moldá-la de acordo com os seus interesses, quando há a possibilidade para a mudança. Além disso, a coordenação de governo, com o monitoramento das ações e políticas públicas, são variáveis importantes do desempenho da presidência, e é exatamente o modo como se organiza a instituição e ainda os atores que a compõe que vão dar suporte a esta coordenação.

[4] Embora grande parte da literatura sobre estudos presidenciais diferencie-se desta análise feita por Neustaldt, o trabalho do autor foi fundamental para o avanço desta literatura. Os pós-neustaldtianos (em especial Terry Moe) como afirma Skowroneck (2009), partiram da mesma pergunta feita por Neustaldt a respeito da capacidade do presidente e das bases do seu poder.

1.1 A presidência institucional

A Presidência norte-americana, ao longo do tempo, aumentou o tamanho de suas responsabilidades e o profissionalismo da burocracia pública, situando-se, desse modo, mais diretamente ao terreno da teoria positiva, como uma instituição bem desenvolvida e diferenciada e complexa (MOE e WILSON, 1994).

Nesse contexto, os mesmos autores destacam duas estruturas. A primeira envolve as instituições que interpretam, elaboram e executam as políticas públicas, que são concretizadas por meio da burocracia, e que grande parte da luta pela política resume-se, principalmente, em uma luta burocrática pelo empoderamento das agências administrativas. A segunda estrutura refere-se à Presidência e ao Congresso como instituições, considerando suas capacidades para o exercício do poder.

Para Moe e Wilson, (1994) a forma como cada Presidente consegue obter o controle do governo dependerá do modo como sua instituição está organizada internamente, os tipos de recursos que pode reunir e a autoridade que pode colocar em uso efetivo. Portanto, vê-se que cada Presidente, quando assume o poder, tende a moldar os órgãos da Presidência, de modo que estes sejam capazes de viabilizar os resultados que desejam alcançar. Preocupados em construir uma capacidade institucional para uma governabilidade efetiva, os Presidentes podem alterar a dinâmica da mudança institucional de acordo com suas preferências, criando o próprio contexto estrutural[5]. O Presidente também pode se apropriar dos poderes do gabinete para alcançar os seus propósitos, mudando o terreno da governança presidencial.

Para Ragsdale e Theis (1997), na mesma direção de Moe e Wilson (1994), a institucionalização da Presidência envolve o alcance da estabilidade, o valor do gabinete e de seus órgãos como organização com um fim em si mesmo. A institucionalização também é resultado da interação de atores, tidos individualmente, dentro da organização e dos aspectos do ambiente e contexto que os rodeiam. Avançando nesse sentido, *decision making* também é tema essencial nos estudos presidenciais (BURKE, 2011; HULT E WALCOTT, 2011).

Há mais conhecimento de como os Presidentes organizam o seu *staff* do que como esses arranjos afetam as suas decisões (COHEN e HULT, 2012). Os mesmos autores

[5] Sobre esse ponto da mudança institucional, Streeck e Thelen (2005) elaboram uma tipologia, classificando os tipos de mudança. As instituições adquirem estabilidade ao longo do tempo e preservam sua estrutura normativa por meio de mudanças ou pela tomada de um caminho através de uma estrutura já estabelecida (THELEN, 1999). Características como o contexto político, propriedades das instituições e foco nos agentes de mudança são elementos que caracterizam a compreensão das mudanças institucionais incrementais que podem ocorrer na Presidência.

chamam atenção para a pouca dedicação de pesquisa no que se refere à implementação de políticas públicas e de como se faz pertinente analisar o desempenho da Casa Branca na implementação de políticas de impacto significativo no país[6]. Isso relaciona-se também com a agenda presidencial, as estratégias administrativas e a burocracia, que esses autores denominam de *presidential administration.*

Com todas essas dimensões apresentadas até então, como a capacidade de influência e persuasão do Presidente, seus poderes formais estabelecidos na constituição, o poder de ação unilateral, a centralização na formulação de políticas públicas, sua relação com o Congresso e com outros atores e instituições, o seu desempenho e as capacidades e limitações da Presidência, tida como uma instituição desenvolvida e complexa, requer, sobretudo, uma compreensão sistemática das propriedades da equipe que trabalha em torno do Presidente, dos órgãos de assessoramento e sua organização.

As vitórias e derrotas do desempenho de um Presidente são, muitas vezes, atribuídas a sucessos e falhas na organização que há na própria Presidência. As avaliações do Presidente também devem concentrar-se na equipe que compõe o seu *staff* e os principais órgãos da Presidência, sendo que a capacidade externa de governar do chefe do executivo exige o desafio da organização e da governança interna, como mostra Walcott e Hult (1987) ao analisarem a organização e estrutura da Casa Branca. Essa discussão também se apresenta como uma lacuna analítica, mesmo que boa parte dos estudos quando focam o Presidente, destaquem a importância de seu *staff*.

As três tarefas principais da Presidência contemporânea dividem-se em: (i) Coordenação e fiscalização das atividades e pessoas que compõem a Presidência, (ii) A formulação de políticas e a deliberação, (iii) Alcance dos interesses externos e do público em geral (HULT, 2003).

Dando destaque aos dois primeiros pontos, o modelo padrão para a execução desta tarefa apresenta inúmeras unidades especializadas dirigidas e coordenadas pelo chefe de gabinete. Fica claro, que é inerente ao chefe do executivo desempenhar funções como, gerenciar, coordenar sua equipe, coletar informações, planejar, além de conciliar valores conflitantes e responder com rapidez e flexibilidade aos problemas emergentes. Todas essas

[6] Ver mais detalhado na parte VIII *"Implementing Policy" de Durant e Resh 2011; Khademian, 2011 - EDWARDS III, C. G. HOWELL, G. W. The Oxford Handbook of The American Presidency.* Oxford University, New York, 2011.

funções requerem uma estrutura institucional e uma dinâmica organizacional complexa, que vão impactar de forma significativa o desempenho do Presidente, como foi exposto até então.

Krause (2009) também chama atenção para este ponto, destacando a grande necessidade de estudos nesta temática e esboça elementos de uma agenda de pesquisa que examina o controle presidencial sobre a burocracia em relação aos problemas de coordenação. A exposição desta literatura e suas principais dimensões mostra o quanto podemos avançar nas pesquisas sobre a Presidência, mesmo com as diferenças institucionais significativas entre a presidência brasileira e norte-americana, especialmente no que se refere ao presidencialismo de coalizão brasileiro e dos poderes constitucionais, como o poder de legislar que o Presidente brasileiro tem que o Presidente norte-americano não possui. Passa-se agora para a discussão da produção brasileira sobre os estudos presidenciais.

2. Estudos presidenciais no Brasil: a burocracia e o arranjo institucional do presidencialismo de coalizão

A literatura norte-americana mostrou que a Presidência moderna aumentou o tamanho das suas responsabilidades e de sua estrutura, caracterizando-se como uma organização complexa, diferenciada e bem desenvolvida. Isso se deve, sobretudo, ao crescimento das demandas da sociedade que levam as instituições a se adequarem internamente para responder as questões de ordem econômica e social. No Parlamento, isso também ocorreu, com o aumento do número de comissões temáticas permanentes que visam atender a necessidades da sociedade moderna, obrigando os parlamentares a se especializarem no trato com as leis.

Esse quadro não foi diferente no Brasil. A estrutura econômica alcançou grande diversidade e complexidade, assim como a estrutura social que se tornou mais diferenciada adquirindo maior densidade organizacional, com grandes descontinuidades, desigualdades e marcada pela heterogeneidade (ABRANCHES, 1988). Esse quadro resulta em uma pluralidade de interesses que acentua a competitividade e o antagonismo, ampliando o conflito em várias dimensões, destaca Abranches (1998). Ao mesmo tempo, o Estado cresce e burocratiza a organização política, e se mostra, por vezes, incapaz de processar institucionalmente toda essa grande diversidade e complexidade, além de agregar a pluralidade de interesses e valores.

Dado esse contexto, o Brasil é um país que combina a proporcionalidade, o multipartidarismo, o presidencialismo e, além disso, organiza o Executivo baseado em grandes coalizões. Esse arranjo institucional é denominado por Abranches (1998) como "Presidencialismo de Coalizão" que funciona por meio de alianças amplas do Executivo com partidos no Congresso e são efetivadas por meio de um governo partilhado, em que o gabinete é formado por membros da base de apoio partidário (AMORIM NETO, 2000).

Uma determinada política pública requer que diferentes ministérios trabalhem juntos, exigindo uma cooperação; e isso esbarra, por vezes, em diferenças ideológicas entre os partidos. A formação de coalizão com partidos do Congresso oferece fortes incentivos para que o Legislativo passe a dar sustentação ao Executivo.

Melo (2010), mostra que essa estrutura de incentivo aproxima o presidencialismo do regime parlamentarista, caracterizando-se como um "presidencialismo parlamentarizado", porém com uma diferença significativa. No parlamentarismo, há uma garantia institucional de dissolução do governo dentro do mandato, caso o apoio legislativo não se materialize (MELO, 2010, p. 40).

Devido a essa característica do presidencialismo, a maneira como o gabinete funciona tem impacto significativo sobre a qualidade das políticas públicas e na capacidade de governar do Presidente. A relação entre estabilidade e resultado das políticas implica no fato de que quando o gabinete ministerial é mais estável, as políticas públicas também o serão, conforme Martínez-Gallardo (2010). A autora argumenta ainda, que, de forma geral, os Ministros e as burocracias subordinadas a eles serão os atores dominantes nos desenhos políticos de países da América Latina. Mesmo que o Presidente possua a prerrogativa de propor um projeto de lei, os Ministros terão importante papel, não só na produção de projetos que serão propostos dentro de suas pastas, como também na negociação da agenda do Presidente dentro do Congresso; sobretudo os Ministros filiados a partidos, que são fundamentais nesse jogo de busca de apoio dos parlamentares.

Nessa direção, o estudo de Batista (2014), Gaylord e Rennó (2015) mostra que quando se fala em governo de coalizão deve-se abandonar a ideia do Executivo unitário que concentra sua figura no Presidente, e isso sugere analisar o cenário de decisão em que o Presidente atua, reconhecendo a complexidade de um Executivo multipartidário e heterogêneo.

Para se entender a forma como os sistemas presidenciais multipartidários são conduzidos, faz-se necessário o conhecimento da dinâmica da elaboração de políticas de governos de coalizão, o seu funcionamento interno e o papel do gabinete no processo de

tomada de decisão (GAYLORD e RENNÓ, 2015). Em uma passagem que corrobora com o argumento desses autores, Figueiredo (2004) afirma que para se analisar a capacidade do governo em formular e implementar políticas públicas devem ser considerados três aspectos:

> [...] em primeiro lugar, é necessário examinar a natureza da relação entre o Executivo e o Legislativo. O Legislativo desempenha papel essencial na formulação de políticas públicas, mas também tem influência na sua implementação. O segundo aspecto a ser examinado refere-se à estrutura do próprio Executivo, tendo como foco as relações entre a chefia do Executivo ou do Governo e os Ministros responsáveis pelas diversas áreas de atuação setorial do Governo. E, em terceiro lugar, cabe analisar as relações entre o Executivo político, ou seja, a chefia de Governo e seu gabinete e a burocracia. Com respeito a essa última, cabe distinguir, segundo Caldwell (1993), a engrenagem herdada – o serviço público permanente – e a "engrenagem" criada – os funcionários nomeados e as assessorias políticas (FIGUEIREDO, 2004, p. 6-7).

O segundo aspecto destacado pela autora, da relação que o Presidente mantém com os seus Ministros, requer uma estrutura organizacional e pessoal para a execução desta tarefa e dialoga com a abordagem teórica da Presidência Institucional. O Presidente da república acumula as funções de líder político e de gerente geral do Governo, sendo ao mesmo tempo chefe de estado e chefe de Governo. Nesse sentido, como o cargo exige a predominância do líder político, o Presidente normalmente vai delegar a função executiva. Estudos que abordam esta distinção entre a liderança executiva e institucional da Presidência, ou seja, que se concentram na estrutura da Presidência, são raramente abordados na literatura, não só no Brasil, mas também nos demais países da América Latina.

Os esforços de Rennó (2013), Lameirão (2013; 2014), Inácio (2006) Inácio e Llanes (2014), Batista (2014), De Toni (2004), Santos (2006), Lassance (2010; 2014) e Vieira (2014) trazem luz a esta questão, mostrando o quanto estas estruturas são afetadas não só pela conjuntura, mas pelo estilo de governar dos Presidentes e pela dinâmica imposta do próprio sistema político, baseado em coalizões, além de analisar a atuação da Presidência no processo de implementação e gestão das políticas públicas e no controle da burocracia por meio das nomeações.

Inácio e Llanes (2014) mostram que o desenvolvimento do presidencialismo de coalizão no Brasil foi acompanhado de uma compacta e funcional Presidência institucional, com poucas diferenças no que se refere a organização e estrutura, enquanto na Argentina, dois governos de um mesmo partido nas décadas de 1990 e 2000, foram marcados por diferentes organizações presidenciais, ambos obtivendo sucesso. O estudo das autoras

confirma que este arranjo institucional da coalizão impacta no funcionamento do Executivo e da forma como este se organiza.

Rennó (2013) explora um dos aspectos da reforma institucional recente no Brasil, concentrando a sua análise nas mudanças institucionais da estrutura organizacional da Presidência, investigando os padrões, causas e efeitos da mudança, comparando os governos FHC, Lula e início do mandato de Dilma Rousseff. Batista (2014) também apresenta o desenho institucional da Presidência nos governos FHC e Lula.

A autora destaca que o executivo, para estabelecer sua estrutura institucional, o faz por Medidas Provisórias e não possui a formalização de seus procedimentos na forma de um regimento. Mas é importante destacar, que os órgãos que compõem a sua estrutura são dotados de um regimento interno. Em estudo similar, Lassance (2014) analisa a importância dos diferentes padrões de governança presidencial na trajetória do desenvolvimento brasileiro, tomando por referência os atos presidenciais unilaterais, tais como os decretos e medidas provisórias.

Lameirão (2013) aponta que os partidos da coalizão, geralmente, expressam interesses e orientações diferentes do Presidente, uma vez que representam o seu partido e também as suas regiões. Desse modo, a autora supõe que o Presidente, diante deste quadro, vai procurar aplicar estratégias na organização do seu relacionamento com o gabinete ministerial, objetivando a expansão de sua liderança, bem como o controle das estruturas e processos nas decisões de governo, mantendo a coerência entre os ministérios, e necessita de um órgão ou estrutura que execute esta tarefa. A mesma autora em um estudo inédito mostra que a Casa Civil, pelas suas atribuições formais é o órgão da estrutura da presidência que representa esse mecanismo utilizado pelo Presidente e de como ela transformou-se na principal esfera de coordenação política e administrativa da Presidência, especialmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Na busca da liderança e controle pelo Presidente, é pertinente entender que:

> [...] as organizações (estruturas) da Presidência, que compõem o seu núcleo de poder e estão hierárquica e exclusivamente submetidas à sua autoridade, constituem importantes recursos institucionais estrategicamente manejados pelo Presidente para mediar o seu controle sobre as ações do Governo e, logo, dos ministérios e a relação do Executivo com o Congresso Nacional (LAMEIRÃO, 2013, p. 18-19).

Nesse contexto, surge a questão da delegação. Pereira *et al*. (2013), ao analisarem os dilemas da delegação que o Presidente enfrenta ao gerenciar uma coalizão multipartidária,

comentam que o relacionamento desejável entre o Presidente e seus parceiros na coalizão seria o de dar mais autonomia para o Ministro, na tomada de decisões. Entretanto, os autores destacam que a assimetria de informação e a distância ideológica, que podem prejudicar as preferências do Presidente, fazem com que o chefe do Executivo adote mecanismos de controle sobre os ministérios, em uma coalizão fragmentada partidariamente. Um dos principais objetivos do Presidente é o de manter a coalizão coerente com a agenda programática das políticas. Nesse sentido, as nomeações políticas e decretos regulamentares são mecanismos que auxiliam o Presidente no controle político da burocracia (VIEIRA, 2014).

Por um lado, por meio de nomeações políticas, Presidentes limitam as chances de oportunismo ministerial e incentivam a cooperação burocrática quando coalizões são politicamente heterogêneas (VIEIRA, 2014, p. 3).

Um dos principais mecanismos de divisão de poder em um governo é a nomeação para cargos da burocracia, e a importância desse mecanismo amplia-se no presidencialismo multipartidário, tendo em vista o volume de cargos de livre nomeação disponíveis ao Presidente da República (LOPEZ, BUGARIN e BUGARIN, 2013).

A estratégia de nomeação dos Presidentes tem maior importância diante da necessidade de obter a coordenação e o controle dos diversos ministérios e setores de política pública (BORGES e COELHO, 2015).

O estudo de Praça, Freitas e Hoepers (2011), mostra que a distribuição dos cargos comissionados obedece à lógica do presidencialismo de coalizão. Além do cargo de Ministro, o Presidente distribui cargos na burocracia entre os partidos da base. A literatura aponta que, dessa forma, quanto maior for o grau de confiança do Presidente no Ministro, menos inclinado estará a interferir na pasta. Desse modo, o Ministro terá maior autonomia para gerenciar o ministério. Outro importante aspecto destacado por Borges e Coelho (2015) é que uma maneira que o Presidente utiliza para evitar a perda de delegação é impedir que os cargos dos ministérios não sejam controlados verticalmente pelo partido que ocupa o ministério, incluindo também a nomeação de quadros do partido do Presidente e ainda de outros partidos, de forma a evitar a monopolização de determinada política.

Sobre esse ponto, Silva (2014) mostra que no período Lula (2003-2010), governo marcado por um gabinete altamente fragmentado partidariamente, a Casa Civil controlou as nomeações de toda a administração federal, sendo o ministro chefe do órgão o responsável pela assinatura dessas nomeações. Houve o aumento do número de cargos ocupados por

filiados ao partido do Presidente, nos ministérios ocupados pelos parceiros da coalizão, comparado ao período ao governo anterior, FHC.

Esse quadro demonstra a preocupação do Presidente Lula em controlar seus nomeados e, desse modo, a burocracia. Além disso, o gabinete multipartidário juntamente a uma estrutura que totalizou 36 pastas ministeriais, impactou a dinâmica de atuação da Casa Civil, que montou uma estrutura específica de monitoramento, não existente em nenhuma presidência anterior. Isso significa dizer, que além da estratégia das nomeações, outros mecanismos de controle e monitoramento sobre as políticas públicas e o gabinete ministerial somaram-se nas estratégias do Presidente.

E ainda, o estudo da autora mostrou que, uma das principais atribuições da Casa Civil, a coordenação governamental, durante o governo Lula teve ênfases diferentes. Uma com um Ministro voltado para o perfil de articulador político, como foi o caso do José Dirceu e a outra com um perfil mais técnico, voltado para a gestão interna e governamental, com a Ministra Dilma Rousseff. Essas ênfases, continuaram a ser atribuídas aos Ministros que vieram a ocupar o cargo após o Governo Lula.

Considerações Finais

Este trabalho procurou mostrar brevemente as principais abordagens dos Estudos Presidenciais, da importância desta agenda de pesquisa na Ciência Política brasileira e de como a literatura norte-americana aponta caminhos interessantes para esses estudos no Brasil. Embora haja diferenças institucionais significativas entre a Presidência norte-americana e a Presidência brasileira, especialmente no que se refere ao arranjo institucional do presidencialismo de coalizão, esta literatura – precursora no tema – é importante para melhor compreender como as instituições importam para a estrutura e desempenho do governo.

Além disso, os estudos sobre o Executivo, em um sistema de governo presidencialista, concentram a sua análise nas correntes de diversas áreas de conhecimento, nas quais se organiza a Ciência Política norte-americana (FIGUEIREDO, 2004; INÁCIO e LLANES, 2014).

Partindo especificamente da abordagem da Presidência institucional que se concentra nas características institucionais da Presidência, mostrando a sua complexidade e desenvolvimento ao longo do tempo, e ainda, as ferramentas administrativas e burocráticas utilizadas pelo Presidente no processo de governança caracterizada de Presidência

administrativa, e das dimensões apresentadas por Cohen e Hult (2012) mostram-se como debates fundamentais para analisar a presidência brasileira.

A literatura demonstra que analisar a organização e estrutura permite a avaliação do desempenho da principal instituição do Poder Executivo: a Presidência. E ainda, a preocupação do Presidente em controlar a burocracia, utilizando a estratégia das nomeações e indicações políticas nas agências que são de seu interesse e de como isso é coordenado pelo núcleo presidencial, tem sido foco dos pesquisadores desta agenda na Ciência Política brasileira.

Importante destacar que esse quadro também não tem sido diferente nos países da América Latina. Estudos sobre o Executivo e a presidência inseriram-se nos debates dos principais congressos e demais eventos acadêmicos que reúnem cientistas políticos desses países com regime presidencialista.

Este debate também mostra que as futuras pesquisas sobre a presidência devem enfatizar não só as análises quantitativas, mas a pesquisa qualitativa de forma rigorosa e sistemática, como pontua King (1993). Insistindo muito neste ponto, o autor expõe que qualquer previsão ou explicação deve estar acompanhada de uma avaliação justa de sua incerteza. É o que também argumenta Rennó (2013), que chama atenção para que as pesquisas procurem privilegiar a triangulação de dados qualitativos e quantitativos. A triangulação dessas estratégias de dados, com recortes transversais e históricos é relevante para o estudo da Presidência da República. Isso pode ser estudado a partir da análise de conteúdo e grau de detalhamento das diretrizes da Presidência, seus decretos administrativos, medidas provisórias, por exemplo (RENNÓ, 2013, p. 13).

Referências

ABRANCHES, S. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados** - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, pp. 5 a 38 (1988).

AMORIM NETO, O. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

BATISTA, M. O Mistério dos Ministérios: A governança da coalizão no presidencialismo brasileiro. (Tese de Doutorado), Recife, 2014.

BORGES; A; COELHO, D. B. O preenchimento de cargos da burocracia pública federal no presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois ministérios - ciência e tecnologia e integração nacional. In. LOPEZ F. G (org.). Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro, **IPEA**, 2015.

BURKE, J. P. Organizational Structure and Presidentail Decision Making. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

CAMERON, C. M. The Presidential Veto. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

CAMPBELL, K. K. e JAMIESON, K. H. **Inaugurating the presidency**. Presidential Studies Quarterly, 15, 394-411, 1985.

COLEMAN, J. J; PAKER, D. C. W. The consequences of Divided Government. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

COHEN, D. B; HULT, K. M. **Patterns and Possibilities:** Perspectives on the Office of White House Chief of Staff. Annual Meeting of the American Political Science Association, August 30-September 2, 2012.

DE TONI, Jackson S. **Planejamento e monitoramento de ações estratégicas:** a experiência do governo Lula no Brasil. Brasília: Mimeo, 22p, 2004.

EDWARDS III, C. G. HOWELL, G. W. **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

EDWARDS III, C. G. Presidential Approval as a Source of Influence in Congress. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

FIGUEIREDO, A. M. C. Resenha de estudos sobre o executivo. **Revista do Serviço Público**, v. 55, n. 1 e 2, p. 05-48, 2004.

FIGUEIREDO, A. "Executivo e Burocracia". In: MARTINS, C. e LESSA, R. MARTINS, H. H. T. S. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil:** Ciência Política. São Paulo: Anpocs, p. 191-216, 2010.

GAYLORD, S; RENNÓ, L. **Opening the Black Box:** Cabinet Authorship of Legislative Proposals in a Multiparty Presidential System. Presidential Studies Quarterly v. 45, Issue 2, p. 247-269, June, 2015.

HOWELL, William G. Executives - The American Presidency in RHODES, R. A. W. BINDER, Sarah A. ROCKMAN, Bert A. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford University, New York, 2006.

HULT, K. M. **The Bush White House in comparative perspective**. In The George W. Bush presidency: An early assessment, edited by Fred I. Greenstein. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

HULT, K. M; WALCOTT, C. E. **Influences on Presidential Decision Making**. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). The Oxford Handbook of the American Presidency. Oxford University, New York, 2011.

INÁCIO, M "Entre Presidir e Coordenar: presidência e gabinetes multipartidários no Brasil". Paper preparado para apresentação no **3 Encontro Latinoamericano de Ciência Política**. Campinas - Brasil, 2006.

INÁCIO, M; LLANOS, M. The Institutional Presidency from a Comparative Perspective: Argentina and Brazil since the 1980s. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, p. 39-64, 2015.

KRAUSE, George A. Organizational Complexity and Coordination Dilemmas in the U.S. **Executive Politics**. Presidential Studies Quarterly. v. 39 (March). 74-88, 2009.

KRAUSE, G. A; MELUSKY, B. F. Concentrated Powers: Unilateral Executive Authority and Fiscal Policymaking in the American States. **The Journal of Politics**. Volume 74. January. pp 98-112, 2012.

KING, G. The Methodology of Presidential Research. In: EDWARDS III, George; KESSEL, John; ROCKMAN, BERT (EDs) **Researching the Presidency:** vital questions, new approaches. University of Pittsburgh Press: Pittsburgh, 1993.

LAMEIRÃO, C. A Casa Civil como instituição do Executivo federal**. Desigualdade e Diversidade,** Ed. Especial dez. 2011.

LAMEIRÃO, Camila. **A Casa Civil como estrutura de poder e controle da Presidência:** gênese, trajetória e o seu desenvolvimento institucional no governo FHC. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LASSANCE, A. Poder Executivo: configuração histórico-institucional. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Estado, instituições e democracia:** República. Brasília: IPEA. Coleção Estado, instituições e democracia, v. 1. p. 65-95, 2010.

LASSANCE, A. **Padrões de governança presidencial e desenvolvimento brasileiro**. Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas / [editores: Leonardo Monteiro Monasterio, Marcel Côrtes Neri, Sergei Suarez Dillon Soares]. - Brasília: Ipea, 2014.

LOPEZ, F. G; BUGARIN, M; BUGARIN, K. Partidos, facções e a ocupação dos cargos de confiança no executivo federal (1999-2011). **Economics and Politics Research Group A CNPq-Brazil Research Group,** 2013.

LOPEZ, F. G; PRAÇA, S. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. In. LOPEZ F. G (org.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**, IPEA, 2015.

MAHONEY, J. e RUESCHMEYER, D. **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge University Press. 2003.

MAHONEY, J; THELEN, K. "A Theory of Gradual Institutional Change", IN: Mahon, James; Thelen, Kathleen, orgs, **Explaining Institutional Change:** Ambiguity, Agency and Power. Cambridge, Cambridge University Press. 2010.

MARTÍNEZ-GALLARDO, C. "Inside the Cabinet: The Influence of Ministers in thePolicymaking Process" In: C. Scartascini, E. Stein And M. Tommasi, **How Democracy Works:** Political Institutions, Actors, and Arenas in Latin American Policymaking*:* 119-146, 2010.

MAYER, K. R. Thoughts on "The Revolution in Presidential Studies. **Presidential studies quarterly,** v. 39, n. 4, Dec. p. 781-785, 2009.

MAYER, K. R. Going Alone: The Presidential Power of Unilateral Action. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

MELO, M. A. Controle do Poder Executivo e Presidencialismo de Coalizão. **Caderno Aslegis**, n. 40 maio/ago, 2010.

MOE, T. M. e WILSON, S. **Presidents and the Politics of Structure.** Law and Contemporary Problems; 57, 2, p. 1-44, 1994.

MOE, T. e CALDWELl, M. The Institutional Foundations of Democratic Government: A Comparison of Presidential and Parliamentary Systems. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**; 150, 1, p. 171-195, 1994.

MOE, T; HOWELL, W. **The Presidential power of unilateral action**. Journal of Law, Economics, and Organization, p. 132-179,1999.

NESTALDT, R. E. **Poder presidencial e os presidentes modernos:** a política de liderança de Roosevelt a Reagan. Brasília: Enap 2008.

PEREIRA, *et al*. Top Managers and Risk of Policy Expropriation in Multiparty Presidential Regimes. Paper apresentado no **7th Congress of the Latin American Political Science Association**, Bogotá, 2013.

PIOUS, R. M. Prerogative Power and Presidential Politics. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

PFIFFNER, J. P. Presidential Transitions. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

PRAÇA, S. FREITAS, A. HOEPERS, B. A rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro 2010-2011. **Novos Estudos**, n. 94, 2012.

RAGSDALE, L; THEIS, J. J. The Institutionalization of the American Presidency, 1924-92. **American Journal of Political Science**, v. 41, N. 4. Oct. Pp. 1280-1318, 1997.

RELYEA, H. C. The Executive Office of the President: An Historical Overview. Congressional Research Service, **Report** 98-606 GOV, nov. 26, 2008.

SANTOS, A. L. A Casa Civil e a análise de Políticas Públicas no governo federal do Brasil. **XI Congreso Internacional del CLAD** sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, nov. 2006.

RENNÓ, L. La estructura organizacional de la presidencia de la república en Brasil: marco institucional y reformas recientes (1995-2011). In: Alessandro, Martin; Gilio, Andrés. (Org.). **La dinámica del Poder Ejecutivo en América:** estudios comparados sobre la institución presidencial. 1 ed. Buenos Aires: Instituto Nacional de la Administración Pública - INAP v. 1, p. 299-330, 2013

ROHDE, D. W; BARTHELEMY, M. The President and Congressional Parties in na Era of Polarization. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

RUDALEVIGE, Andrew. **Managing the President's Program:** presidential leadership and legislative policy formulation. Princeton University Press: New Jersey, 2002.

SANTOS, A. L. A casa civil e a análise de políticas públicas no governo federal do Brasil. XI **Congreso Internacional del CLAD** sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, nov. 2006.

SILVA, N. A **Presidência Institucional:** o papel e a atuação da Casa Civil na coordenação e no monitoramento das políticas públicas do governo Lula (2003-2010). Dissertação de Mestrado, Brasília, 2015.

STREEK, W. THELEN, K. "Introduction: Institutional Change in Advanced Political Economies". IN: Streek, Wolfgang; Thelen, Kathleen, orgs. **Beyond Continuity:** Institutional Change in Advanced Political Economies. Oxford, Oxford University Press. Pagina 1-39, 2005.

SKOWRONEK. S. **Mission accomplished**. Presidential studies quarterly, v. 39, n. 4, p. 795-804, 2009.

SKOWRONEK. S. **The politics presidents make:** leadership from John Adams to George Bush. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

THELEN, K. **Historical Institutionalism in Comparative Politics**. Annual Review of Political Science 2:369 - 404. 1999.

WALCOTT, C; HULT, K. M. **Organization the White House:** Structure, Environment and Organizational Governance. American Journal of Political Science 31, p. 109-25, 1987.

WATERMAN, R. W. Assessing the Unilateral Presidency. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

WOOD, D. B. Presidents and the Political Agenda. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

VIEIRA, M. Como o Conflito de Políticas do Gabinete Afeta a Criação de Burocracias Públicas Centralizadas na Presidência? Trabalho apresentado no **IX Encontro da ABCP**, Brasília, 2014.

WAYNE, S. J. Legislative Skills. In EDWARDS, C. G. HOWELL, G. W (ed). **The Oxford Handbook of the American Presidency**. Oxford University, New York, 2011.

SUB-REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO EM ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS: ESTUDO DE CASOS

Orlando Lyra de Carvalho Jr.
Doutor em Ciências Sociais pela UFJF e em Política Comparada pela Otto-Friedrich-Universität-Bamberg. Pós-Doutorado na UVV. Projeto de Pesquisa financiado pela CAPES/FAPES.
E-mail: orlandolyra@gmail.com.

Resumo: Objetivo - Este artigo compara a representação descritiva e substantiva de mulheres (N=15) com uma amostra randomizada de deputados homens (N=65) nas Assembleias Legislativas dos Estados do Espírito Santo, Bahia e Paraná (Legislatura 2015-2019). **Recorte teórico:** O modelo proposto, baseado na análise de papéis e mecanismos de socialização eleitoral, possibilita mensurar possíveis efeitos causados por fatores como gênero e cor da pele na produção legislativa e na atuação parlamentar das deputadas e deputados amostrados. **Metodologia:** Os dados para pesquisa foram coletados a partir do repertório biográfico e da produção legislativa das deputadas e dos deputados, disponibilizados pelas Assembleias Legislativas, de entrevistas semiabertas e de um questionário fechado de 65 itens, que permitiu estabelecer correlações entre as variáveis de interesse e comparar o perfil, a trajetória política e atividade parlamentar das deputadas com uma amostra correspondente de legisladores homens. **Resultados:** Comparados ao grupo de controle, foram encontrados índices significativamente maiores de produção legislativa específica entre representantes descritivos, embora nem todos os integrantes desses grupos atuem como "embaixadores" ou pautem sua atuação parlamentar preponderantemente em torno das questões pertinentes à democracia de raça e gênero.

Palavras-chave: representação descritiva; gênero; raça; grupos minoritários.

Abstract: This article compares the descriptive and substantive representation of women (N = 15) with a random sample of men parliamentarians (N = 65) in the Legislative Assemblies of the States of Espírito Santo, Bahia and Paraná (Legislature 2015-2019). Theoretical framework: The proposed model, based on the analysis of electoral roles and socialization mechanisms, allows to measure possible effects caused by factors such as gender and skin color in the legislative process and the parliamentary action of the sampled MPs and MEPs. Methods: Data for this research were collected from the biographical repertoire and legislative output of deputies and deputies as available on the Legislative Assemblies of semi-open interviews and a closed questionnaire of 65 items used to establish correlations between variables of interest and compare the profile, the political trajectory and parliamentary activity of MPs with a corresponding sample of men legislators. Results: Compared to the control group were found significantly higher levels of specific legislative production between descriptive representatives, although not all members of these groups act as "ambassadors" or costumer his parliamentary activities mainly around issues pertaining to democracy of race and gender.

Keywords: descriptive representation; gender; race; minority groups.

1. Recorte teórico

Instituições políticas democráticas são muitas vezes avaliadas pelo gênero, etnia e raça dos representantes eleitos (GUINIER 1994; PAOLINO 1995). Implícita nestas avaliações, é a suposição de que as instituições políticas democráticas que não possuem quaisquer representantes de grupos historicamente desfavorecidos são injustas. E o debate

normativo sobre a representação política muitas vezes presume, implícita ou explicitamente, que uma representação substantiva adequada exigiria uma representação descritiva mais proporcional (PHILLIPS, 1995; MANSBRIDGE, 1999).

Teóricos políticos contemporâneos têm apoiado tais pressupostos oferecendo diversas explicações para a representação política de grupos historicamente desfavorecidos (PITKIN, 1967; MANSBRIDGE 1999; PHILLIPS 1995; SAPIRO, 1981, THOMAS, 1991). Atualmente, a "representação descritiva" se tornou sinônimo de "representação de grupo", "política de presença" ou ainda "auto representação", termos que aqui são usados indistintamente.

No entanto, a correlação entre representação descritiva e substantiva não é necessária, precisando ser testada empiricamente. Rehfeld (2009) argumenta que qualquer representante – seja quais forem suas características descritivas, como sexo, raça ou etnia – exerce de várias maneiras suas funções no Parlamento, dependendo das seguintes variáveis: (i) a que tipo de eleitores eles se dirigem; (ii) de quem dependem financeiramente; (iii) qual agenda recebe melhor avaliação política; (iv) qual o escopo da atuação política (nacional ou local); (v) qual o grau de dependência e sensibilidade em relação à base eleitoral.

Hanna Pitkin (1967) assinala que a ideia de "representação descritiva" concebe o parlamento como uma espécie de "mapa", que representaria uma imagem perfeita da sociedade, embora em tamanho reduzido. Segundo a autora, tal representatividade "mimética" acabaria promovendo a *responsividade* em detrimento da *accountability*, que seria substituída pela *similitude*. Assim, as decisões políticas corresponderiam à vontade dos eleitores simplesmente porque seriam tomadas por pessoas similares a eles. Com isso, ainda segundo a autora, *o que* os representantes fazem perde importância em relação *a quem* eles são. Nessa lógica, um aspecto valioso da representação política, a *accountability* dos representantes para com seus eleitores, passa a segundo plano.

Já Anne Phillips (1995), prefere definir a *política de presença* como a adoção de *cotas de representação* para integrantes de determinados grupos sociais, o que não excluiria a necessidade de qualquer representante passar pelo processo eleitoral e assim prestar contas aos seus eleitores. Portanto, a *similitude* seria um complemento à *accountability:* os representantes continuariam dependentes do voto popular, mas os interesses de determinados grupos sociais seriam levados em conta graças à presença de um contingente de integrantes nos espaços decisórios. Isso porque a sanção de que os eleitores dispõem – o poder de retirar ou manter os representantes em seus cargos a cada eleição – parece

insuficiente para garantir a *responsividade* dos parlamentares. Do ponto de vista histórico, a mera *accountability vertical* se mostrou incapaz de proteger as minorias em todos os parlamentos de democracias avançadas.

Iris Young (2000), por sua vez, observa que, quando a vida política é pensada exclusivamente em termos de "promoção de interesses", fórmulas eleitorais que visam assegurar a presença de determinados grupos nas esferas de poder perdem força. A autora argumenta que, se, por um lado, cada um é o melhor juiz de seus próprios interesses, então os grupos hoje marginalizados não precisariam nada além da mera igualdade política formal para eleger seus representantes, sem necessidade de medidas especiais. Por outro lado, se os indivíduos estão submersos na "falsa consciência" e encontram obstáculos para a identificação de seus interesses verdadeiros, tais fenômenos de alienação continuariam presentes, independentemente do acesso de tais ou quais pessoas ao poder.

Para contornar tal objeção, Young (2000) propõe uma perspectiva social em vez de uma abordagem baseada apenas na promoção de interesses individuais ou coletivos: a representação política de grupos marginalizados é necessária não só porque seus integrantes compartilham dos mesmos interesses, mas porque compartilham de uma mesma "perspectiva social", ou seja, um modo de ver o mundo determinado por certos padrões socialmente estruturados de experiências de vida.

Trata-se, portanto, de um *ponto de partida*, não de chegada. A ideia de *perspectiva* permite captar a sensibilidade da experiência formada pela posição do grupo, sem postular um conteúdo unificado. As mulheres, por exemplo, podem conceber de diferentes maneiras seus interesses – e esses interesses podem muito bem ser defendidos por homens. Mas elas trazem para a arena pública determinadas vivências comuns, vinculadas à posição subordinada que hoje ocupam em diferentes espaços sociais, que dão forma a uma perspectiva que nenhum homem, por mais sensível que seja aos problemas femininos, é capaz de incorporar. Em outras palavras, o acesso das mulheres, ou das demais minorias, às instâncias de representação política e de deliberação pública seria necessário não só pelo compartilhamento de ideias e interesses, mas por uma dimensão social vinculada a padrões de experiências compartilhadas.

Podemos resumir o acima exposto, dizendo que uma representação política de grupos considerados prejudicados envolve pelo menos três dimensões: (i) *interesses*, ou seja, aquilo necessário para que agentes individuais ou coletivos alcancem seus fins; (ii) *opiniões* ou valores e princípios que fundam as decisões políticas; (iii) *perspectiva social* entendida como padrões

de experiências de vida socialmente estruturados. Este artigo explora tais dimensões ao analisar os resultados da pesquisa de campo realizada em três Assembleias Legislativas do país.

2. Presença feminina e afrodescendente na política

Segundo dados do *Inter Parliamentary Union* (IPU)[1], na maior parte do mundo, as mulheres já não estão confinadas à esfera da vida privada e/ou familiar, estando presentes de forma bastante expressiva no mercado de trabalho, no ativismo político, e são a maioria nas universidades. Porém, quando se trata de participação na arena político-institucional, as mulheres permanecem sub-representadas em escala global. No Brasil, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que as mulheres perfazem 51,7 % do eleitorado. Porém, sua participação na política está muito aquém desse percentual e a paridade longe de ser alcançada. Hoje a representação feminina, em média, mal alcança dois dígitos. Nas eleições de 2014, apenas 13% das deputadas estaduais eram mulheres. Na Câmara dos Deputados esse índice ficou em 8,90%. No Senado Federal a bancada feminina eleita alcançou 14,81%.

Embora a presença de mulheres no Legislativo tenha iniciado uma trajetória ascendente, a previsão é ainda muito modesta para os próximos 10 anos. Segundo estimativa do Senado Federal, as mulheres serão pelo menos 10% do Legislativo em 2019, 12% em 2023 e 16% em 2027[2]. A previsão é válida para os cargos de deputada federal, deputada estadual e vereadora. Paradoxalmente, tal estabilidade encontra-se em um patamar que mantém uma grande desigualdade em termos de gênero, uma vez que a bancada feminina na Câmara Federal tem se mantido em torno de 8% há mais de uma década. Esse dado se torna ainda mais curioso, se considerarmos que a legislação eleitoral brasileira prevê cotas partidárias para as mulheres desde 1997, quando houve uma ampliação considerável das candidaturas femininas, mas que não se traduziu em um incremento real do número de eleitas.

Apesar da determinação legal (lei 9504/1997, §3o, Art. 10), as cotas eleitorais têm funcionado apenas como um indicativo, ao estabelecer um percentual mínimo de 30% de candidaturas de mulheres, sem prever qualquer sanção ao descumprimento da norma. O percentual

[1] Em sua *homepage* <http://www.ipu.org/english/home.htm> estão disponíveis dados sobre Parlamentos de 190 países onde existe uma legislatura nacional.
[2] Encontra-se em tramitação no Senado Federal a PEC 98/15 que prevê a reserva de pelo menos 10% das vagas nas casas legislativas para as mulheres na primeira eleição após a promulgação. Depois, o percentual passaria para 12% das cadeiras nas eleições seguintes e para 16% das vagas na terceira eleição após a vigência das novas regras <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122308>.

não vem sendo cumprido pela maioria dos partidos, que alegam não conseguir candidatas, devido ao baixo interesse do público feminino pela disputa política. Desse modo, no Brasil, ao contrário de outros países, as cotas não têm apresentado resultados efetivos para reverter a sub-representação das mulheres no Legislativo (ARAÚJO, 2001; MARTINS, 2007; ALVES, ARAÚJO, 2009).

Com relação aos afrodescendentes, há um projeto de lei em curso na Câmara dos Deputados (PEC 116/2011), de autoria do Dep. Luiz Alberto (PT/BA), que estabelece cotas progressivas de cadeiras para negros na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados por cinco legislaturas. Atualmente, para 50,7% da população negra do país, correspondem apenas 3.5% de parlamentares negros e 0,6% de deputadas negras.

Segundo a proposta, o percentual de vagas nas casas legislativas reservado para parlamentares oriundos da população negra corresponderia a dois terços do percentual de pessoas que se tenham declarado pretas ou pardas no último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na circunscrição do pleito, desde que o número de lugares reservados não seja inferior a um quinto ou superior à metade do total de vagas.

O autor da emenda argumenta que a proposta "combina radicalidade com contenção" e esclarece que "a radicalidade encontra-se no fato de que se quer produzir uma mudança qualitativa imediata nas casas legislativas". Não se trata de criar mecanismos para que, aos poucos, a população negra inclua-se nos órgãos decisórios do Estado brasileiro, mas de reconhecer que ela está pronta para fazê-lo e que a democratização do país exige que ela o faça imediatamente. A contenção reside no fato de que não se mudam de forma profunda e permanente as regras de composição das casas legislativas. A inovação sugerida na PEC se adaptará, durante um período predeterminado, a praticamente qualquer sistema eleitoral implantado ou por implantar no país" (CCJC, 2013).

3. Questões, desenho de pesquisa e coleta de dados

O sistema eleitoral brasileiro fornece incentivos máximos para o cultivo do "voto pessoal" (CAREY, SHUGART, 1995). Por um lado, uma série de características institucionais de nosso sistema (e.g., a baixa fidelidade partidária) fomenta estratégias de representação que enfatizam fatores pessoais, como capacidade de liderança, competência administrativa e visibilidade midiática entre outros. Por outro lado, quaisquer que sejam suas

características individuais – independentemente do gênero[3] e de origens étnicas ou raciais – , os parlamentares são antes de tudo candidatos de um partido ou de uma coligação de partidos, cuja prioridade é obter uma pluralidade de votos em suas bases eleitorais para serem eleito-reeleitos. Com base em tais pressupostos, formulamos as seguintes perguntas:

P1: Que estratégias de campanha as candidatas eleitas para as Assembleias Legislativas utilizaram em suas campanhas eleitorais? Atuaram como "embaixadoras" (Rehfeld, 2009, p. 223) de grupos feministas ou pelo contrário procuraram *de-enfatizar* o gênero? Ou ainda, usaram a tática da "alternância" (*toggling*)?

P2: Em que medida tal atuação se traduz em produção legislativa especificamente orientada para a defesa dos direitos das mulheres e dos negros?

P3: Qual a identificação ideológica das deputadas e como a ideologia relaciona-se com a produção legislativa específica delas?

P4: Quais agremiações destacam-se por uma cultura organizacional interna voltada a atrair candidaturas femininas e negras?

Três Assembleias Legislativas foram selecionadas, uma no Nordeste (ALBA), uma no Sudeste (ALES) e uma no Sul (ALEP) como pesquisa-piloto que se pretende extender por outros estados da Federação e alcançar a Câmara dos Deputados. O objetivo é comparar a atuação parlamentar e o perfil das deputadas com uma amostra correspondente, randomizada, de deputados estaduais e federais.

Como instrumento inicial da pesquisa, foi elaborado, e previamente testado, um questionário padronizado, "A Representação descritiva e substantiva de mulheres e negros na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas"[4], contendo 65 questões fechadas. O questionário foi preenchido pelas deputadas e deputados durante entrevistas pessoais realizadas pelo autor deste artigo. Como a proporção de deputadas nas três Assembleias (N= 15) é muito pequena em relação à população (N=132), optou-se por incluí-las como *amostra certa* e calcular uma *amostra aleatória* representativa dos deputados das três Casas Legislativas (n=65)[5].

[3] O termo *gênero* é usado pelas autoras feministas para enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo e como rejeição ao determinismo biológico embutido em termos como sexo e diferença sexual (Scott, 1995, p. 76).
[4] As entrevistas, previamente agendadas e gravadas, foram realizadas pelo autor entre 27 e 30 de abril de 2015 na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA); 18 a 22 de maio de 2015 na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP); 8 a 12 de junho de 2015 na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES); e durante o XIX Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), em Vitória, ES.
[5] Técnica amostral para população finita (até 100.000): $n = Z^2 \times P \times Q \times N \div e^2 \times (N-1) + Z^2 \times P \times Q$. Onde: *Z*=nível de confiança (95%), *P*=quantidade de acerto esperado (50%); *Q*=quantidade de erro esperado (50%); *N*=população total; *e*=nível de precisão (15%).

Quadro 1 - Parâmetros da População

Assembleia Legislativa	**Cadeiras**	**Deputados (N)**	%	**Deputadas: Estrato certo**	%	**Deputados: Estrato amostrado**: (n)
ALBA	63	56	89%	7	11%	n=25
ALES	30	26	87%	4	13%	n=16
ALEP	54	50	92,5%	4	7,5%	n=24
Total	**N=147**	**n=132**		**n=15**		**n=65**

Fonte: Autoria própria (2015)

O questionário foi dividido em três baterias de perguntas. A primeira teve por finalidade coletar dados sobre o perfil dos respondentes: sexo, cor, idade, religião, profissão, grau de escolaridade, filiação partidária, nível de representação, mandatos exercidos anteriormente e participação em Comissões Legislativas. Por último, solicitou-se ao respondente indicar sua posição ideológica em uma escala de sete categorias, da "extrema esquerda" a "extrema direita".

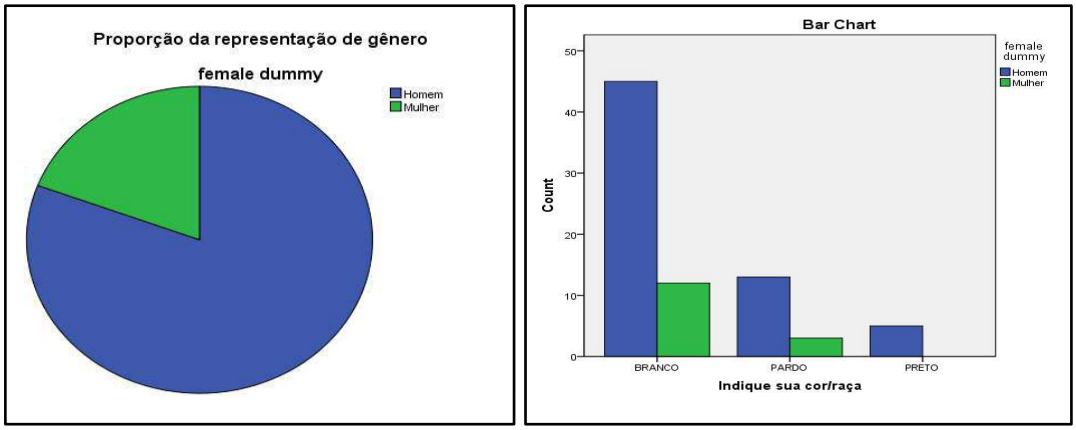
A segunda bateria de questões ofereceu aos participantes quatro categorias de respostas ("muito importante", "importante", "pouco importante" e "sem importância") e teve como objetivo medir o grau de importância que os parlamentares atribuem à (i) democracia de gênero e raça; (ii) cor da pele e gênero nas campanhas políticas; (iii) aos eleitores mulheres e negros para as carreiras políticas; (iv) aos critérios de contratação de assessores (filiação partidária, identidade de gênero, identidade de raça e competência técnica); (v) aos meios institucionais utilizados para promoção da democracia de gênero e raça (discurso em plenário, elaboração de projetos de lei, proposta de emenda à Constituição, moção de aplauso, audiência pública e comissões de inquérito). Finalmente, (vi) o grau de satisfação de cada respondente com o próprio partido, no que se refere à promoção da igualdade de gênero e raça, foi medido por uma escala de cinco valores, que varia de "muito satisfeito" a "muito insatisfeito".

Na terceira bateria de questões, quatro categorias de respostas ("concordo totalmente; concordo mais do que discordo; discordo mais do que concordo; discordo totalmente") foram oferecidas como respostas a um conjunto de assertivas: (i) cinco assertivas relacionadas à representação de mulheres e negros na política; (ii) cinco referentes ao aperfeiçoamento da democracia de gênero e raça; (iv) quatro ligadas à representação de negros na política. Duas questões sobre a utilização de estratégias de campanha especificamente orientadas para atrair os votos de mulheres e negros também foram incluídas. A essas últimas, os respondentes foram convidados a responder "sim" ou "não".

4. Gênero e raça como categorias de análise

A baixa presença feminina e negra nas Assembleias aqui estudadas viola o princípio da representatividade no sentido de que embora mulheres e negros representem a maioria da população no Brasil (52%, IBGE)[6], só marginalmente participam ou podem intervir nos processos políticos que definem seus direitos e defendem seus interesses. Tal déficit de representatividade reproduz-se na amostra selecionada das Assembleias estaduais da Bahia, na qual as deputadas representam 11% do total, Espírito Santo 13% e Paraná apenas 7,5%. Na amostra, elas perfazem 18,8% contra 81,3% de homens (gráficos e tabela abaixo).

Figura 1 - Categorização de raça e gênero



Fonte: Autoria própria (2015)

A candidatura de mulheres e negros no Brasil encontra inúmeros obstáculos e enfrenta enormes preconceitos presentes nas organizações partidárias, como o acesso seletivo ao fundo partidário, que em média destina-lhes apenas 5% dos recursos disponíveis, bem como de outras dificuldades oriundas da dupla jornada de trabalho e modos diferenciados de socialização pré-eleitoral. De fato, o sistema eleitoral brasileiro, baseado em listas abertas, está focado nos/as candidatos/as, o que torna a campanha mais cara para estes/as e tem, portanto, efeitos negativos para as mulheres, que, em geral, conseguem menos recursos que os homens. Sendo assim, movimentos feministas frequentemente clamam pela modificação do sistema

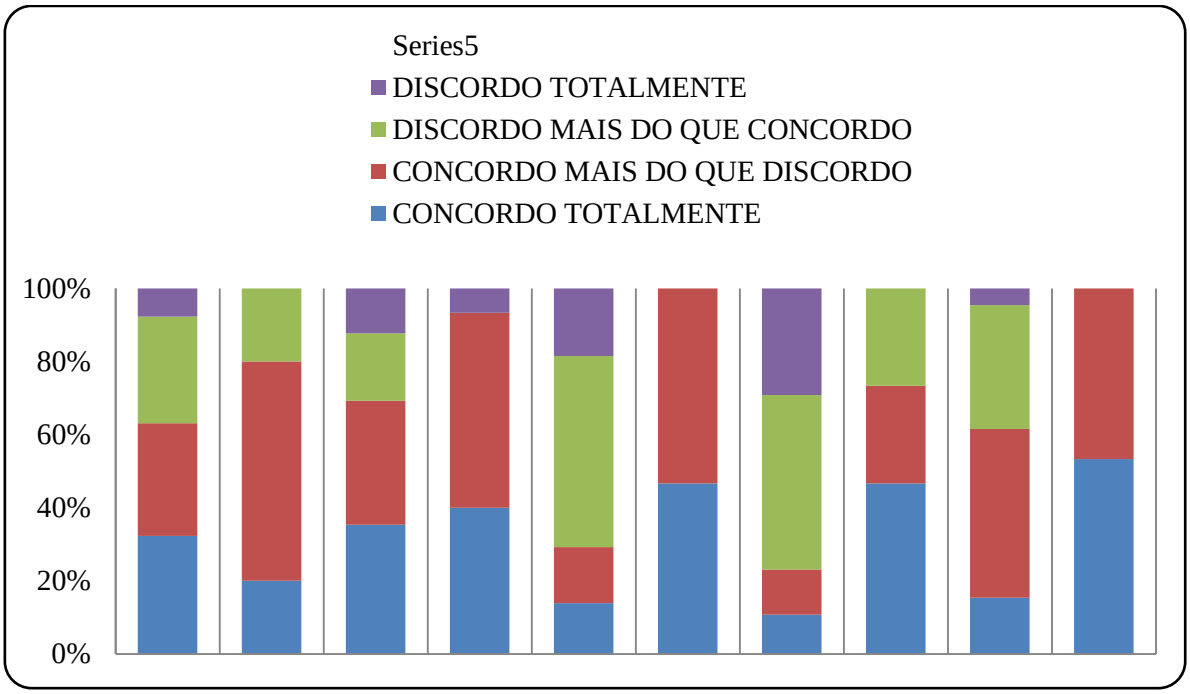
[6] A Bahia ocupa o segundo lugar no ranking nacional com 76,3% autodeclarados pretos e pardos. Entretanto, é o estado com o maior número de pessoas autodeclaradas pretas (17,1%); outras 59,2% se dizem pardas (IBGE, 2013).

eleitoral em favor das candidaturas femininas no sentido, por exemplo, da instituição do financiamento público exclusivo de campanha e da lista fechada, com alternância de sexo.

A inserção diferenciada de homens e mulheres na sociedade e, em particular, na política tem como base diferentes papéis atribuídos a cada um desses grupos. Uma das consequências dessa separação de papéis e funções é que a política, por ocupar o espaço público, é vista como responsabilidade dos homens, enquanto que o espaço doméstico, o das mulheres. Tal percepção encontra certo grau de confirmação nas respostas à questão "várias formas de preconceito operam para excluir as mulheres das elites políticas", com a qual 45% dos respondentes concordaram.

Por outro lado, um dos fatores que mais contribuem para a ineficácia das cotas eleitorais para diminuir o déficit de representação é o fato de que a esmagadora maioria das candidaturas femininas é meramente "proforma", isto é, apenas para atender os requisitos legais. Muitos partidos nem sequer chegam aos 30% previstos em lei.[7] Razão pela qual não foi difícil chegar ao percentual de 73,75% de concordância entre os entrevistados (gráfico abaixo).

Figura 2 - fatores que contribuem no déficit de representação feminina



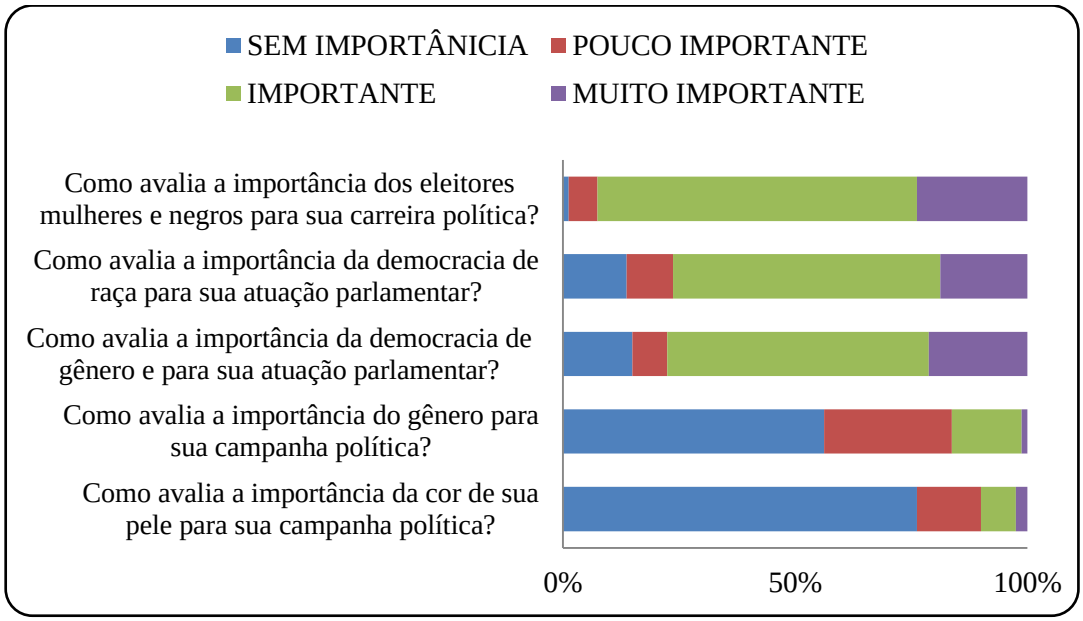
Fonte: Autoria própria (2015)

[7] Segundo o TSE (2014), o percentual de candidaturas femininas para as eleições de 2014 28,62%, abaixo da cota de 30%. Em 2010, o percentual de mulheres havia sido bem mais baixo: 22,43%, ou 5.056 candidatas.

A opinião dos Membros das três Assembleias aqui analisadas (N=80) sobre a importância do gênero e da raça para diferentes aspectos de suas carreiras políticas foi medida por cinco questões, as quais ofereciam aos respondentes uma escala de quatro valores (gráfico abaixo).

Paradoxalmente, as categorias "gênero" e "cor da pele" foram avaliadas como "importante e muito importante" para campanha política apenas por uma pequena fração dos respondentes (16% e 11% respectivamente). Talvez a polissemia do termo "gênero" – uma expressão que se tornou altamente politizada e debatida ultimamente –, tenha suscitado interpretações contraditórias sobre seu significado e importância. De qualquer modo, para aqueles parlamentares comprometidos com movimentos de base feminista e negro, a adesão às categorias "gênero", "raça" e "cor da pele", como politicamente relevantes foi quase unânime.

Figura 3 - Importância das categorias "gênero" e "cor da pele para campanha política



Fonte: Autoria própria

Já as questões referentes à importância – para atuação parlamentar e campanha política – do "eleitorado negro e feminino" (93%), bem como da "democracia de raça" (77%) e da "democracia de gênero" (79%), receberam altos escores positivos, o que parece indicar uma percepção diferenciada dessas categorias: quando associadas a "eleitores" ou à "democracia", tanto o "gênero" quanto a "raça" parecem ser ressignificadas e remeter para ideias pragmáticas de "obtenção de votos" ou de "igualdade para todos". Pode indicar

também uma tendência a uma estratégia "inclusiva", que, por razões pragmáticas, procura *de-enfatizar* (McCormick e Jones, 1993) essas clivagens sociais.

5. Produção legislativa e atuação parlamentar

A terminologia aqui adotada para classificar diferentes tipos de atuação parlamentar, especificamente focados nas questões de gênero e raça, baseia-se na tipologia de estratégias eleitorais usadas por Rehfeld (2009), Mansbridge (1999) e Collet (2008). Em um extremo do espectro tipológico aqui apresentado, encontra-se a atuação parlamentar "comprometida", que é avaliada por elevado índice de produção legislativa específica, pela utilização de estratégias eleitorais baseadas na identidade de gênero e raça, e por opiniões claramente favoráveis à promoção da democracia de gênero e raça. No extremo oposto do espectro, a atuação parlamentar "descomprometida" com as questões de gênero e raça caracteriza-se por índice nulo de produção legislativa específica, pela não utilização de estratégias eleitorais baseadas na identidade de gênero e raça, e por opiniões claramente desfavoráveis à promoção da democracia de gênero e raça.

No centro do espectro, encontra-se a atuação parlamentar "inclusiva", que apresenta baixo índice de produção legislativa específica, não utiliza estratégias eleitorais baseadas em gênero e raça, muito embora valorize o voto de mulheres e negros; apoia em princípio a democracia de gênero, mas discorda dos métodos práticos de promovê-la, como, por exemplo, a política de cotas.

Tal tipologia foi operacionalizada e medida através de um constructo, o "índice de produção legislativa específica" (*ipe*), que é o produto do número de proposições específicas aprovadas (aquelas que normatizam questões de gênero e raça, como a proteção dos direitos da mulher e a política de cotas para negros) pelo peso específico de cada tipo legislativo[8]. De fato, a literatura indica a *taxa de sucesso* de proposições apresentadas, aquelas que efetivamente transformam-se em normas jurídicas, como *proxy* de representação substantiva e de comunicação com as bases eleitorais, sobretudo em distritos de grande magnitude (NORTON, WOOD, 1993).

Segundo o Regimento Interno das Assembleias Legislativas aqui estudadas, *proposição legislativa* é toda matéria sujeita à deliberação das respectivas casas. Os tipos de

[8] Os pesos (*w*) foram calculados tomando como base o *quórum* necessário para aprovação de cada tipo de proposição: 0,66 para PEC, 0,25 para PL, e 0,60 para PLC e PDL. A fórmula utilizada foi $ipe=n.w$, onde *ipe* = índice de produção legislativa específica, *n* = total de proposições específicas aprovadas (gênero e raça), *w* = peso específico de cada tipo legislativo.

proposição considerados principais, visto que se originam nas normas descritas no art. 59 da Constituição Federal, são: Propostas de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLC), Projetos de Lei Ordinária (PL), Projetos de Resolução (PR) e Projetos de Decreto Legislativo (PDL).

Os valores do índice de produção legislativos específicos encontrados nas três Assembleias (ALBA, ALES e ALEP) variam de 0,00 a 3,80 com valor médio de 0,27 conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Índice de Produção Legislativa Específica: valores médios

N	Mínimo	Máximo	Média	Desv. Pad.
80	0,00	3,80	0,27	0,64

Fonte: Autoria própria (2015)

Para proceder à análise comparativa entre deputadas e deputados, foi criada uma variável *dummy* com valor 1 para as deputadas das três Assembleias. Ao se calcular os valores médios, constata-se que a produção legislativa específica total das mulheres (M=14,55, SD=1,15) nas três Casas Legislativas (ALBA, ALES e ALEP) é mais do que o dobro da média total apresentada pelos homens (M=6,75, SD=0,25), sugerindo um tipo de atuação parlamentar mais "comprometida" com a agenda feminista em comparação com os deputados (tabelas abaixo).

Tabela 3 - Produção legislativa específica

Produção Legislativa: Deputadas							
		Número de PEC específica aprovada	Número de PL específica aprovada	Número de PLC específica aprovada	Número de PR específica aprovada	Número de PDL específica aprovada	Índice de Produção Legislativa
N	Valid	15	14	15	15	15	15
	Missing	0	1	0	0	0	0
Mean		,0000	3,0000	,2000	,4667	,0667	**,9700**
Median		,0000	3,0000	,0000	,0000	,0000	,5000
Mode		,00	4,00	,00	,00	,00	,25
Std. Deviation		,00000	2,74563	,56061	1,35576	,25820	1,15771
Sum		,00	42,00	3,00	7,00	1,00	**14,55**

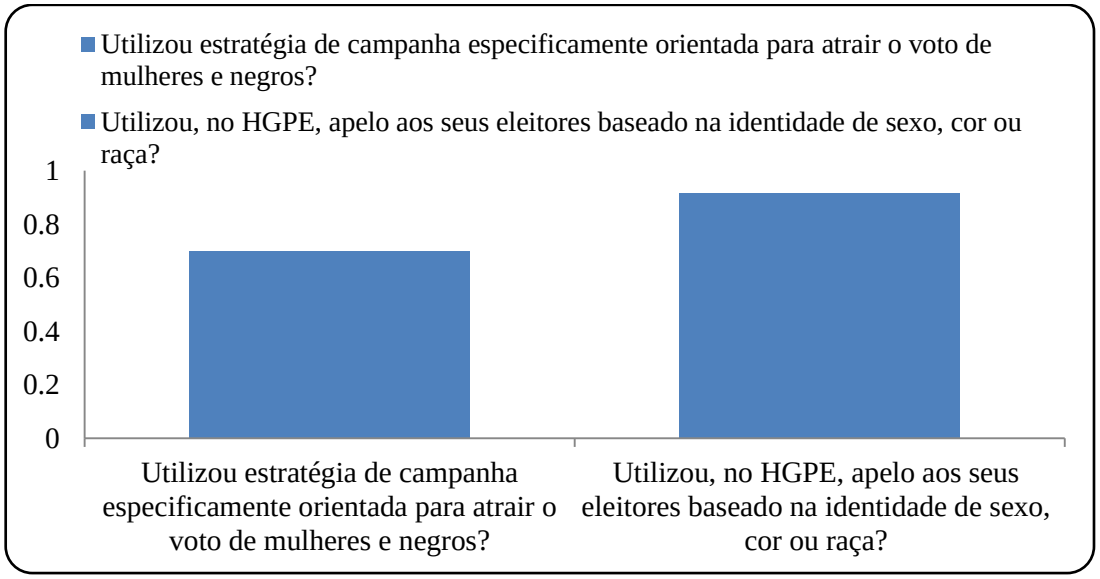
Produção Legislativa: Deputados

		Número de PEC específica aprovada	Número de PL específica aprovada	Número de PLC específica aprovada	Número de PR específica aprovada	Número de PDL específica aprovada	Índice de Produção Legislativa
N	Valid	65	65	65	65	65	65
	Missing	0	0	0	0	0	0
Mean		,0000	,4308	,0000	,0000	,0000	**,1038**
Median		,0000	,0000	,0000	,0000	,0000	,0000
Mode		,00	,00	,00	,00	,00	,00
Std. Deviation		,00000	1,10353	,00000	,00000	,00000	,25729
Sum		,00	28,00	,00	,00	,00	**6,75**

Fonte: Autoria própria (2015)

Outro indicador de atuação parlamentar é a relação entre índice de produção legislativa (eixo y) e estratégias de campanhas (eixo x), aqui representadas por duas variáveis nominais: "sim" ou "não" para identificar os parlamentares que utilizaram as categorias de gênero e raça em suas campanhas eleitorais. O gráfico abaixo mostra uma relação positiva entre escores elevados de produção legislativa (M=0,70 e M=0,92) e a utilização de estratégias de gênero e raça em campanhas eleitorais.

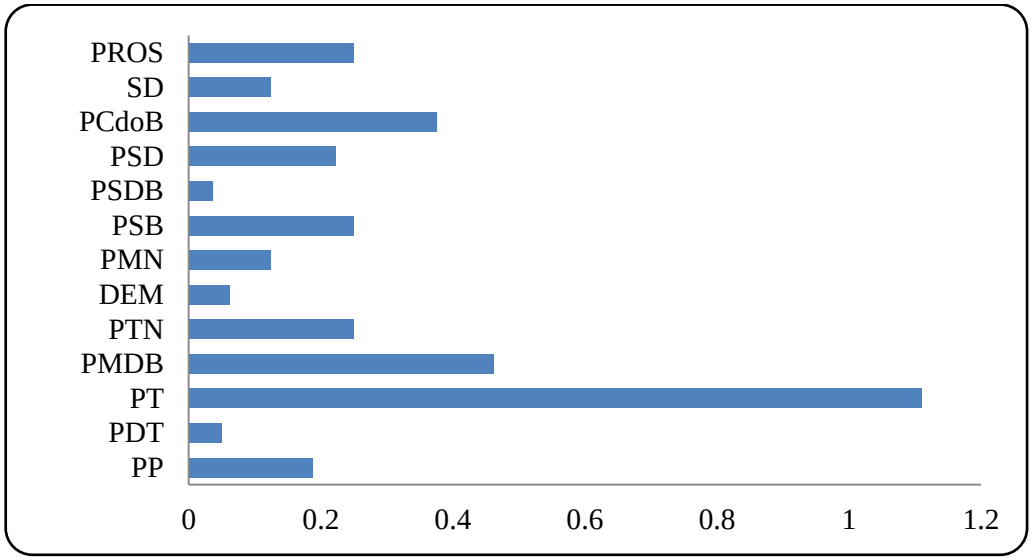
Gráfico 4 - Demonstração de produção legislativa



Fonte: Autoria própria (2015)

A relação entre filiação partidária e produção legislativa revela que o Partido dos Trabalhares (PT) é a agremiação com os maiores escores de produção de leis para a defesa e promoção dos direitos da mulher e dos negros (1,11), quase três vezes o segundo colocado, o PMDB (0,46). Tal resultado se deve, por um lado, ao fato de que o PT é a agremiação com maior número de deputadas nas três Assembleias (26%). Por outro lado, a estreita vinculação do PT com Movimentos de Base Feminista e Negro, nos três estados analisados, fomenta uma cultura política interna naturalmente sensível às questões de gênero e raça.

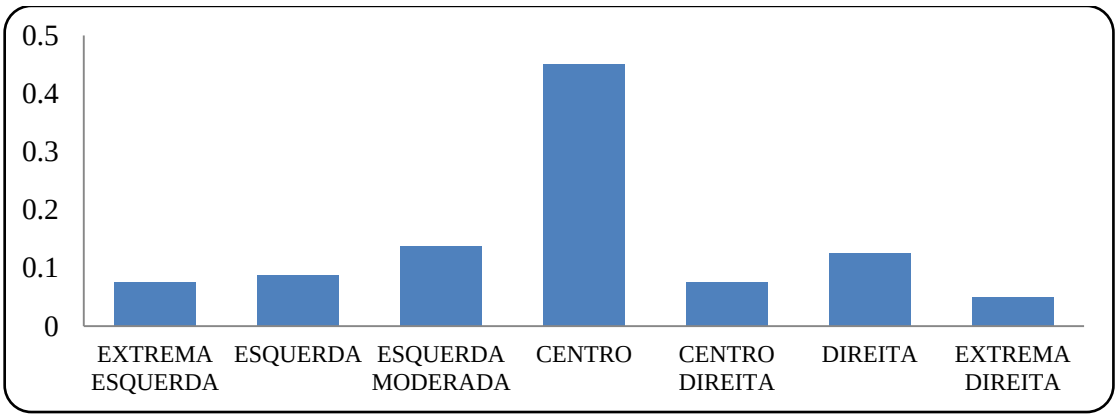
Gráfico 5 - Índice de produção legislativa x partidos



Fonte: Autoria própria (2015)

A posição autodeclarada no espectro ideológico é outra variável que pode indicar correlações importantes com a produção legislativa. Quase metade dos respondentes (45%) identifica-se com o "centro", que pode ser definido como "uma combinação de ideias que caracteriza a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir as desigualdades sociais, mas sem ameaçar a ordem estabelecida" (SINGER, 2009, p. 84). A preferência por essa zona ideológica de conforto confirma a aversão às polarizações ideológicas que caracteriza nossa cultura política.

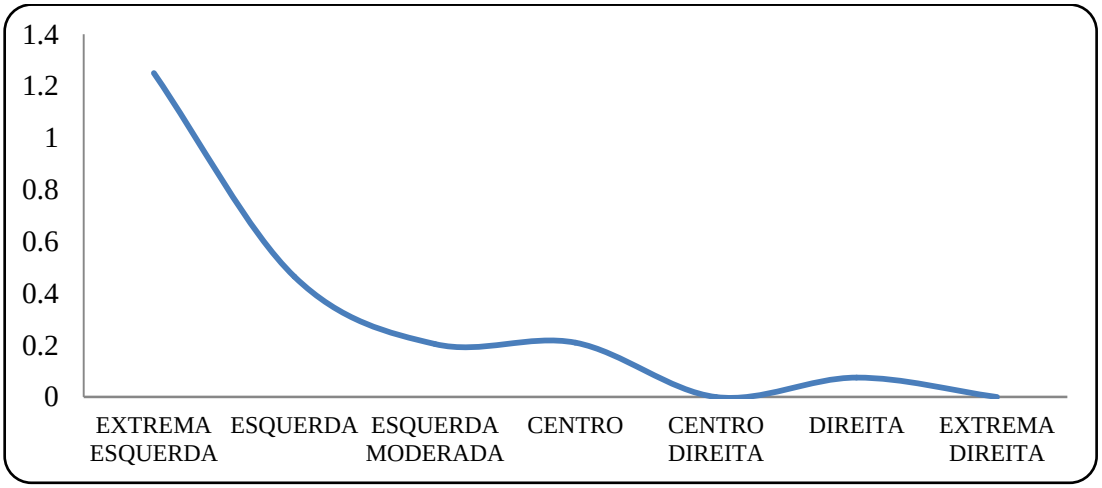
Gráfico 6 - Posição autodeclarada no espectro ideológico (N=80)



Fonte: Autoria própria (2015)

Embora a maior proporção dos respondentes tenha identificado-se com o "centro", a produção legislativa de gênero e raça se concentra quase exclusivamente à esquerda do espectro ideológico como claramente indica o gráfico abaixo. Tal resultado pode estar relacionado ao fato de que todos os partidos de esquerda no Brasil – sobretudo nos Estados da Bahia e do Espírito Santo, líderes do ranking nacional de violência doméstica e crimes contra a mulher (IBGE, 2014) –, têm um especial comprometimento com a luta pelos direitos da mulher e dos negros, bem como com a igualdade de gênero e raça.

Gráfico 7 - Índice de Produção Legislativa x posição ideológica



Fonte: Autoria própria (2015)

Como era esperado, o índice de produção legislativa específica também serviu como preditor das posições ideológicas separadas por sexo: as deputadas situam-se mais à esquerda do centro se comparadas com os deputados.

Conclusão

Ainda que pareça ingênuo acreditar que a simples presença de mulheres e negros possa garantir a defesa dos interesses desses grupos populacionais, os resultados desta pesquisa dão suporte empírico à ideia de que a representação descritiva nessas três Assembleias, no caso de aprovação de leis específicas, é bastante relevante. Foram encontrados índices significativamente maiores de produção legislativa específica entre os representantes descritivos (mulheres e negros), o que indica uma atuação parlamentar "comprometida" com a promoção da democracia de gênero e raça.

Por outro lado, no que diz respeito às categorias "gênero", "raça" e "cor da pele", apenas uma minoria as considerou importantes quando tratadas isoladamente. Uma vez associadas a outros conceitos, como "eleitores" e "democracia", essas mesmas categorias aumentam consideravelmente em importância, o que sugere um comportamento parlamentar mais próximo de uma atuação "inclusiva" ou "desracializada".

A relação ideologia x produção legislativa revelou que as agremiações localizadas à esquerda do espectro ideológico se mostraram substancialmente mais produtivas do que aquelas ocupando a direita desse espectro, sendo mais sensíveis à promoção da igualdade de gênero e a defesa dos direitos das mulheres.

Dado o reduzido espaço destinado a este artigo, foi possível apenas utilizar um número reduzido de variáveis do banco de dados. Outras análises, com recursos estatísticos mais complexos, serão apresentadas em publicações posteriores, com a finalidade de testar empiricamente as implicações do gênero e da raça como categorias de análise política.

Referências

ARAUJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

ALVES. J. E. D.; ARAUJO, C. **A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina.** Disponível em: <http://lasa.international.pitt.>, 2009.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas, **Electoral Studies**, v. 14, p. 417-439, 1995.

COLLET, C. Minority candidates, alternative media, and multiethnic America: Deracialization or Toggling? **Perspectives on Politics**, v. 6, p. 707-728, 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, **Relatório de Admissibilidade da PEC 116/2011** - Parecer do Relator: Dep. Luiz Couto, 2013.

GUINIER, L. **The Tyranny of the Majority:** Fundamental Fairness in Representative Democracy. New York: Free Press, 1994.

MARTINS, E. V. **A política de cotas e representação feminina na Câmara de Deputados**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara de Deputados, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 06 out. 2014.

MANSBRIDGE, J. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent Yes, **Journal of Politics**, v. 61, p. 628-657, 1999.

McCORMICK, J.P., II e JONES, C.E. (1993) **The Conceptualization of Deracialization:** Thinking Through the Dilemma. In: Persons, G. A. (ed.) Dilemmas of Black Politics: Issues of Leadership and Strategy, New York, HarperCollins, pp. 66-84.

MIGUEL. L. F.; QUEIROZ C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em Eleições Municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

PAOLINO, P. Group-Salient Issues and Group Representation: Support for Women Candidates in the 1992 Senate Elections. **American Journal of Political Science**, v. 39, n. 5, p. 294-313, 1995.

PITKIN, H. F. 1967. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University, 1995.

REHFELD, A. Representation Rethought: On Trustees, Delegates, and Gyroscopes in the Study of Political Representation and Democracy, **American Political Science Review**, v. 103, p. 214-230, 2009.

RUSH, M.; GIDDINGS, P. **Parliamentary Socialization**: Learning the Ropes or Determining Behavior? Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2011.

RUSSO, F.; WIBERG, M. **Parliamentary Questioning in 17 European Parliaments**: Some Steps towards Comparison, Journal of Legislative Studies, v. 16, p. 215-232, 2010.

SAPIRO, V. When Are Interests Interesting? **American Political Science Review**, v. 75, n. 9, p. 701-21, 1981.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SINGER, André. As Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**, v. 3, n. 85, p. 83-102, ago./set. 2009.

YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University, 2000.

VARIKAS, E. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 65-94, 1996.

THOMAS, S. The Impact of Women on State Legislative Policies. **Journal of Politics**, v. 53, n. 11, p. 958-976, 1991.

CENTRALIZAÇÃO, DESIGUALDADES TERRITORIAIS E GASTOS SOCIAIS NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA (2007-2011)

Raphael de Oliveira Soares
Bacharel em Ciências Sociais pela UENF Darcy Ribeiro e Mestrando em Sociologia Política no PPGSP da UENF Darcy Ribeiro. Bolsista FAPERJ/UENF.

Hugo Borsani
Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e professor do PPGSP/UENF Darcy Ribeiro.

Resumo: Sistemas políticos federativos são notórios por promoverem possibilidades institucionais de expressão da pluralidade e heterogeneidade de seus membros. No entanto, diante da pluralidade de arranjos institucionais possíveis, alguns consensos estabelecidos sobre o funcionamento do federalismo devem ser revistos e testados. Os arranjos federativos, com efeito, em algumas federações, têm a capacidade de promover a homogeneidade e a atenuação das diferenças entre os entes federativos. Tendo em vista a multiplicidade de pontos em que a dinâmica federativa pode ser abordada, iniciaremos por uma tentativa de análise do impacto das relações federativas na redução da desigualdade fiscal entre os seus membros, apreendendo o impacto redistributivo das transferências intergovernamentais. Em um segundo momento, verificaremos a extensão em que a normatização federal consegue conduzir os municípios a alocarem seus recursos em setores específicos de política pública, em especial em saúde e educação, promovendo uma tentativa de homogeneização da prestação de alguns serviços básicos ao longo do território. Como implicação da análise, também questionaremos outra interpretação acerca do federalismo, que propugna que, em sistemas políticos federativos, haveria uma tendência ao pouco volume de investimentos em gastos sociais, tendo em vista a criação de um ambiente atrativo e pouco oneroso para o capital.

Palavras-chave: centralização; federalismo fiscal; desigualdades territoriais.

Abstract: Federal political systems are notorious for promoting institutional possibilities of expression of their member's heterogeneity. However, bearing in mind that many institutional arrangements are possible, some well-established arguments on federalism should be reviewed. Institutional arrangements, therefore, in some federal systems, have the capacity of spreading homogeneity among their federal units. In order to analyze the Brazilian federal system dynamics, we shall begin looking for its capacity in reducing the fiscal inequality observed among your members, trying to figure out the role played by the intergovernmental transferences in this task. In a second moment, we will try to verify the extension in which the normalization imposed by the Union can constrain the action of the municipalities, allocating the sources of their budgets in specific areas of public policy, especially in Health and education.

Keywords: centralization; fiscal federalism; territorial inequalities.

Introdução

Sistemas políticos federativos são notórios por promoverem possibilidades institucionais de expressão da pluralidade e heterogeneidade de seus membros. No entanto, na transição dos princípios filosóficos abstratos, que jazem sob as argumentações a favor de um modelo federativo de organização do poder, para a realidade histórica, nos foi, e nos são,

fornecidos inúmeros exemplos de como os modelos federativos se distinguem uns dos outros. O conceito de autonomia, central para o federalismo, mostrou-se multifacetado, referindo-se a distintas dimensões da ação estatal, sejam elas, políticas, fiscais ou administrativas, e a institucionalidade específica de cada país, operacionalizador desses distintos âmbitos da autonomia, mostrou-se mais multiforme ainda.

Diante da pluralidade de arranjos institucionais possíveis, alguns consensos estabelecidos sobre o funcionamento do federalismo devem ser revistos. Importante argumento caracterizador do federalismo se refere, justamente, às instituições federativas como condições de possibilidade para o desenvolvimento da desigualdade e da divergência, da autonomia face ao governo federal. Tal assunção, em nossa visão, deve ser testada e contrastada com outros exemplos históricos de federalismo, como o brasileiro, que expressam, com efeito, a orientação contrária, isso é, em direção à homogeneização, e, nesse sentido, esse texto busca uma contribuição.

Com base nos trabalhos de Arretche (2012; 2007), propomos analisar a dinâmica federativa brasileira em seus impactos redistributivos, ou seja, o seu potencial de garantir mínimos parâmetros de equidade frente às enormes disparidades socioeconômicas que marcam o território nacional. Tendo em vista a multiplicidade de pontos em que os arranjos federativos podem ser abordados, iniciaremos por uma tentativa de análise do impacto das relações federativas na redução da desigualdade fiscal entre os seus membros, tendo em vista o impacto redistributivo das transferências intergovernamentais sobre essas disparidades, ou seja, o quanto essa redistribuição fiscal consegue dirimir o abismo orçamentário que separa os municípios a níveis que possibilitem a capacidade de provisão mínima de serviços sociais.

Um segundo sentido importante para o qual nosso trabalho se dirigirá, é verificar o quanto a federação consegue impor uma agenda mínima de governo aos municípios, de modo que a alocação de seus gastos deem-se em políticas estipuladas pela União, como a vinculação aos gastos com saúde e educação. Nesse segundo sentido, também haveria um questionamento de consensos estabelecidos sobre o federalismo, que propugnaria que, em sistemas políticos federativos, haveria uma tendência ao pouco volume de investimentos em gastos sociais (TIEBOUT, 1956).

O gasto social, no Brasil, engloba as seguintes rubricas: educação e cultura; saúde e saneamento básico; assistência social e seguridade social; e habitação e desenvolvimento urbano (SATYRO, 2006). Tomaremos para análise a totalidade dos municípios brasileiros, buscando apreender qual é a parcela do gasto dos municípios que se deve a regulação federal

e o quanto essa regulação condiciona a discricionariedade dos municípios na alocação de suas próprias receitas, discriminando entre os gastos direcionados às políticas reguladas constitucionalmente, saúde e educação, e as demais políticas não reguladas.

O artigo está norteado pelos princípios teóricos do institucionalismo histórico. Essa abordagem, com efeito, advoga tanto a apreensão da dinâmica política pelo prisma de suas instituições políticas formais, de modo que se torne claro o impacto que tais normatizações, de fato, exercem sobre a escolha do curso de ação dos agentes, isolando os impactos das variáveis políticas das influências exercidas pelos demais sistemas sociais, como o sistema econômico, o sistema cultural etc., e também busca ressaltar as conjunturas nas quais os indivíduos agem, moldando seus valores e suas percepções sobre as normatizações que lhes são dadas (HALL, TAYLOR, 2003; IMMERGUT, 2007).

1. Abordagem teórica

A redemocratização do país, na década de 1980, trouxe consigo o reestabelecimento das bases federativas de organização do poder político no território nacional e a emergência de um novo modelo de Estado, que viria a ser o substituto do estado nacional desenvolvimentista, em atividade por 50 anos. O debate acadêmico, com efeito, sobre o formato das instituições políticas adotado pela federação brasileira, e suas implicações nas relações intergovernamentais, caracterizou-se por seu caráter amplo e divergente, decorrência da própria complexidade do arcabouço institucional do sistema político brasileiro.

A combinação, nos termos de Arend Lijphart (1999), de elementos consociativos (federalismo, sistema multipartidário e proporcional, com votação em listas abertas) e majoritários (presidencialismo, capacidade reguladora da União e poder de agenda do Executivo), forneceu argumentos para todas as matizes da argumentação acadêmica; tanto para aqueles que viam um exacerbamento no federalismo brasileiro (STEPAN, 1999; ABRUCIO, 1998), diagnosticando um possível cenário de impasse decisório, quanto aqueles que enfatizam os elementos centralizadores dos processos decisórios (FIGUEIREDO, LIMONGI, 2001) e da dinâmica federativa (ARRETCHE, 2012).

Nesse sentido, pode-se supor que as diferenças de ênfase, dada pelos analistas, devem-se ao fato de que as instituições que regem o equilíbrio federativo e a dinâmica intergovernamental são de diversos tipos. Com efeito, tanto as instituições partidárias e

eleitorais, passando pelas regras de distribuição de recursos tributários e fiscais, quanto as regras que regem a relação entre executivo e legislativo, indo até a distribuição constitucional de competências na implementação de políticas sociais, tem impacto na dinâmica federativa. Assim, os teóricos que argumentam em favor de qualquer posicionamento do pêndulo federativo tendem a basear suas análises em uma das dimensões citadas acima.

Uma linha de argumentação que se tornou premente, principalmente nos âmbitos subsequentes à inauguração do novo regime, foi a de que o formato institucional adotado pela federação brasileira concedia demasiadas prerrogativas aos governos subnacionais, principalmente aos estados. Assim, os governadores receberam a alcunha de os "barões da federação" devido a sua premência no cenário político nacional. Tal premência se devia, segundo as abordagens de Abrucio (1998), Couto (1997), Lamounier (1992), Stepan (1999), entre outros, às características do sistema partidário e eleitoral brasileiros, à descentralização fiscal e à própria situação de penúria socioeconômica da maioria esmagadora dos municípios brasileiros.

A permissividade e a facilidade de acesso à competição eleitoral por parte de pequenas siglas e de candidatos individualizados gerariam poucos incentivos a consolidação de interesses nacionais. Dessa forma, os legisladores nacionais tenderiam, segundo tal abordagem, a um comportamento paroquial, de modo que suas ações supostamente se concatenariam com as preferências dos governadores de seus estados. Esses, por sua vez, estariam de posse da máquina pública estadual, capaz de realizar investimentos de grande monta nos municípios do interior. Tais investimentos, por sua vez, seriam vistos como essências no prosseguimento da carreira política do político com base eleitoral no interior. Os legisladores federais, da mesma forma, deveriam ter um bom desempenho no plano regional (ABRUCIO,1998).

A descentralização de recursos sem a concomitante descentralização de responsabilidades também teria tido um grande impacto nas relações intergovernamentais. A constituição de 1988 não especificou quais encargos deveriam ser assumidos pelas diferentes esferas de governo. Destarte, a assunção das responsabilidades administrativas ficava a cargo da adesão do ente federado interessado em ter tais incumbências sob sua gestão. Assim, a descentralização de recursos, lograda pelas demandas de descentralização dos estados e municípios, não veio, inicialmente, atrelada a funções administrativas específicas. Com efeito, os estados brasileiros, de posse de uma parcela expressiva dos recursos fiscais gerados pela federação e tendo os bancos estaduais como instrumento decisivo de capacidade de investimento, se tornaram investidores decisivos para o sucesso na carreira política local.

Não obstante, tais tendências centrífugas na federação brasileira, há dimensões do arcabouço institucional brasileiro que apontam para direção oposta. Os trabalhos que analisam o processo decisório a partir da dinâmica interna dos trabalhos legislativos apontam para a existência de amplos mecanismos institucionais a disposição do executivo federal para o prevalecimento de sua agenda frente às demandas do poder legislativo, que, na abordagem de Abrucio, contemplam os interesses dos governos estaduais. Além do poder de agenda e de patronagem à disposição do executivo, a dinâmica legislativa organiza-se em termos partidários, deixando cada vez menos margem de ação ao comportamento individualizado. A divisão dos cargos diretores do processo legislativo, como a presidência e a mesa diretora, que organizam os trabalhos, baseia-se na proporção da representação dos partidos no plenário. Além disso, nas votações, o colégio de líderes assume uma função precípua. Os legisladores, considerados individualmente, tem pouca margem para uma ação que destoe da dos demais integrantes de sua sigla.

Seguindo as abordagens que enfatizam os mecanismos centralizadores presentes na federação, os trabalhos de Arretche (2012) se destacam. Segundo o viés adotado pela autora, as distintas percepções da dinâmica federativa detectam, de fato, traços presentes na configuração do sistema político brasileiro. Não obstante, tais trabalhos não dão a devida atenção ao papel normatizador que a União possui frente aos entes subnacionais. A esfera estadual, ainda que exerça uma grande influência no transcorrer da vida política de seus municípios, tem a margem de sua ação tolhida pelas correias que ligam os municípios ao governo federal. Analiticamente, deve-se fazer uma distinção entre *policy-making* e *policy decision making*, i.e., compreender que a descentralização da execução da ação não implica em que haja a transferência da decisão sobre as diretrizes pelas quais deve se pautar essa execução.

Nesse sentido, por exemplo, ainda que a descentralização fiscal tenha outorgado aos estados e municípios a capacidade de arrecadar seus próprios tributos, a base sobre a qual incide tais tributos e as respectivas alíquotas não é de seu livre dispor. A Lei de responsabilidade fiscal, a Lei de diretrizes e bases são exemplos, no âmbito fiscal, da regulação federal. No plano das políticas sociais, os municípios brasileiros são os principais executores de grande parte das políticas públicas, não obstante as áreas de políticas públicas, e o volume referente aos gastos, sejam limitados pela regulação federal. A emenda constitucional nº 29, a PEC da saúde, foi uma vitória contundente para a União, revertendo o princípio constitucional que proporcionava aos municípios o livre dispor de suas receitas.

2. Objetivos

O objetivo do artigo é analisar em que medida a regulação federal e seus arranjos institucionais exercem um papel redistributivo na federação brasileira, tanto em termos de equilíbrio fiscal quanto na definição da alocação dos gastos sociais dos municípios, tanto no volume de receitas quanto nas rubricas de gasto. Isto inclui: a) analisar as receitas municipais, tentando captar o papel que os diversos tipos de transferência intergovernamental exercem na equalização mínima das possibilidades orçamentárias dos municípios, e b) analisar a variação dos gastos sociais, tentando captar em que medida as instituições federativas conseguem direcionar o gasto municipal, homogeneizando a provisão de serviços básicos ao longo do território nacional.

3. Metodologia

A análise fiscal será feita a partir dos dados contábeis dos municípios, fornecidos pelo Tesouro Nacional, tentando entender o impacto das transferências intergovernamentais na redução das desigualdades orçamentárias, utilizando estatísticas descritivas, como média e a mediana, no intento de captar o percentual dos orçamentos municipais que se deve às transferências e, através de estatísticas de variabilidade, como o desvio padrão, o quanto essas transferências diminuem as discrepâncias orçamentárias ao longo o território nacional. A mesma fonte e os mesmos instrumentos estatísticos serão usados para captar o quanto a regulação federal consegue constranger todos os municípios a alocar um percentual de sua agenda a setores específicos.

4. Resultados e discussão

Tabela 1 - Composição per capita da receita corrente. 2011

Região	Receitas Correntes per capita	Receitas tributárias per capita	Transferências Correntes per capita	Rec.trib./Rec. Corrente	Transf./ Receitas Correntes
Norte	1.609,41	188,74	1.316,86	12%	82%
Nordeste	1.540,79	164,87	1.275,28	11%	83%
Sul	2.103,57	358,71	1.424,85	17%	68%
Sudeste	2.304,39	586,73	1.408,26	25%	61%
Centro-Oeste	1.981,35	303,34	1.457,70	15%	74%

Fonte: Autoria própria (2015)

A tabela 1 nos dá indicações para a alta dependência dos municípios do norte e nordeste em relação às transferências correntes, representando, para o ano de 2011, em média, 82% e 83%, da composição dos orçamentos de seus municípios, o que evidencia suas baixas capacidades tributárias, principalmente em relação aos municípios do Sul e Sudeste, que detém 17% e 25%, respectivamente, de seus orçamentos provenientes de receitas tributárias próprias. Nesse sentido, percebe-se que, se há uma equiparação nas receitas correntes per capita, entre as distintas regiões do país, essa aproximação se dá devido ao caráter redistributivo de alguns dos mecanismos fiscais dos quais dispõe a federação, transferindo recursos das regiões mais ricas para as mais pobres.

No tocante às despesas municipais, os resultados da pesquisa apontam que os municípios brasileiros despenderam, entre os anos de 2007-2011, como nos mostra a tabela 2, em média 69% de seus orçamentos em políticas sociais, distanciando-se da vinculação obrigatória de 40%, sendo 25% para a educação e 15% para a saúde. Na média dos anos, cerca de 50% do orçamento municipal foi alocado nas duas áreas reguladas (tabela 3 e 4), o que indica, a nosso ver, a influência exercida pela agenda do governo federal sobre a autonomia municipal, no que tange a discricionariedade da alocação de seus recursos.

Uma das conquistas principais dos estados e municípios na redemocratização do país, com efeito, havia sido a autonomia em relação à alocação de suas receitas. Nesse sentido, era notório o consenso sobre como o processo de reestabelecimento das bases federativas do sistema político brasileiro havia sido feito de forma errática e descoordenada. Para os analistas Falleti (2006), em termos de sequência temporal, ocorrera uma descentralização política e fiscal sem a concomitante atribuição de responsabilidades claras aos entes subnacionais. Todavia, o processo de fortalecimento do governo federal, encetado, em grande medida, pelos proventos advindos do sucesso de estabilização econômica do plano real, parece reverter tal padrão.

Tabela 2 - Gasto em políticas sociais total dos municípios em % (2007-2011)

	Total P.S. 2007	Total P.S. 2008	Total P.S. 2009	Total P.S. 2010	Total P.S. 2011
N Válido	5295	5050	5493	5495	5382
Média	68,26%	68,75%	68,70%	69,57%	69,78%
Mediana	69,27%	70,01%	69,91%	71,12%	71,32%
Erro padrão	9,663%	9,843%	9,818%	10,470%	10,719%
Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%
Máximo	94%	96%	97%	96%	93%

Fonte: Autoria própria. OBS: dados primários do FinBra da STN.

Tabela 3 - Gasto em saúde dos municípios em % (2007-2011)

	Saúde 2007	2008	2009	2010	2011
N Válido	5295	5050	5493	5495	5382
Média	21,59%	21,51%	22,32%	21,92%	21,88%
Mediana	21,37%	21,19%	22,04%	21,80%	21,64%
Erro padrão	4,943%	4,844%	4,913%	5,284%	5,200%
Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%
Máximo	51%	53%	56%	54%	64%

Fonte: Autoria própria. OBS: dados primários do FinBra da STN.

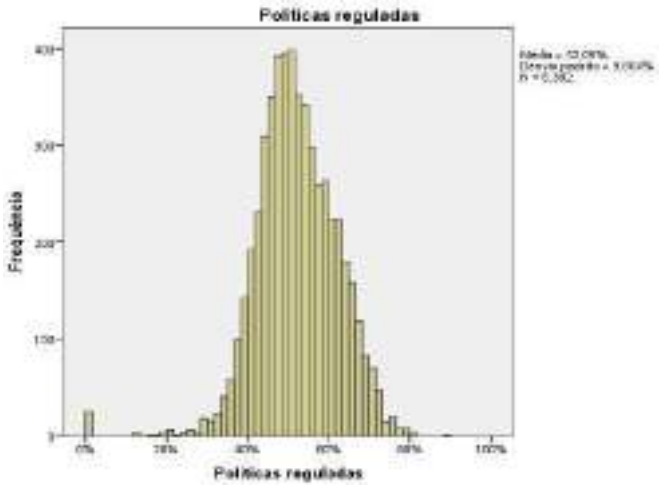
Tabela 4 - Gasto em educação dos municípios em % (2007-2011)

	Educação 2007	2008	2009	2010	2011
N Válido	5295	5050	5493	5495	5382
Média	29,02%	28,29%	29,50%	29,55%	30,21%
Mediana	27,86%	27,21%	28,46%	28,29%	28,65%
Erro padrão	7,859%	7,801%	8,313%	8,801%	9,367%
Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%
Máximo	63%	65%	69%	73%	66%

Fonte: Autoria própria. OBS: dados primários do FinBra da STN

Interessante notar que, tendo em vista a amplitude numérica dos municípios brasileiros e sua heterogeneidade, o que poderia indicar um alto grau de divergência na alocação de seus recursos, as áreas de políticas públicas reguladas pela normatização federal conseguem ter um padrão de gasto homogêneo ao longo de todo território nacional, evidenciado por um desvio padrão relativamente baixo, no da série analisada.

Gráfico 1 - Histograma de políticas reguladas

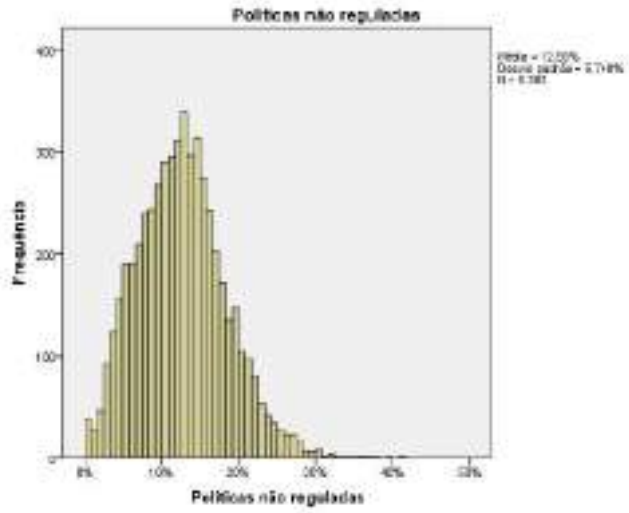


Fonte: Autoria própria (2015)

No entanto, ainda que a normatização federal, como dito, vincule uma parte expressiva dos orçamentos municipais a políticas sociais específicas, essa vinculação acaba obscurecendo o fato de que as áreas de política social, previstas constitucionalmente, são bem mais amplas do que as duas que receberam, nos últimos tempos, uma normatização específica que operacionalize os direitos previstos em lei.

Se observarmos o histograma abaixo, relativo às políticas de assistência social e urbanismo, as duas políticas não reguladas para as quais são destinadas, na média de todos os municípios, a maior parcela do orçamento, perceberemos o caráter errático da sua implementação. No agregado das duas politicas, a média de gasto de todos os municípios é de 12,59%. Todavia, seu desvio padrão é de 5,74, o que, relativamente à média, é uma variação de quase 50% para mais ou para menos.

Gráfico 2 - Distribuição dos gastos em políticas de assistência social e urbanismo 2011



Fonte: Autoria própria (2015)

Considerações Finais

A atual dinâmica federativa brasileira tem apontado para uma constante assunção das funções de provisão de políticas sociais pelos municípios brasileiros. Portanto, os níveis mais abrangentes de governo, a União e os estados, tem buscado transferir as funções de execução para as municipalidades, assumindo funções de coordenação e de financiamento.

Segundo elementos da própria dinâmica eleitoral partidária (BORGES, 2013), no pleito presidencial, a União tem concentrado suas políticas em programas de transferência de renda em detrimento de investimentos em programas sociais de larga escala, ficando esses a cargo dos governos locais, que, municiados por transferências fiscais e um direcionamento normativo, imposto pela obrigatoriedade de alocação de seus recursos em áreas estipuladas como prioritárias pelo governo federal, buscam assumir essa função pública de suma relevância para a redução das desigualdades abissais que marcam a trajetória histórica de sociedade brasileira.

A indagação que nos surge ao considerarmos a concentração dos investimentos sociais nas áreas de política reguladas, compreendidas pelas categorias saúde e educação, é o quanto essa normatização é eficiente na garantia do asseguramento do amplo acesso dos cidadãos a condições mínimas de autonomia, i.e., o quanto os cidadãos brasileiros conseguem ter acesso a uma ampla gama de serviços públicos que lhes permitam desenvolver-se nas direções que melhor lhes aprouver.

Como nos mostram as considerações de Lavinas (2007), o aumento da renda feminina, que tem profundo impacto nas rendas familiares, está estreitamente ligado a uma provisão pública de serviços desmercantilizados. Nesse sentido, os investimentos em infraestrutura urbana aparecem como sendo de suma importância na criação de oportunidades de vida adequadas para os indivíduos, i.e., o acesso à rede de esgoto, água encanada, energia elétrica, faz parte de um pacote estrutural do qual o cidadão não pode prescindir.

Destarte, é de se questionar se o atual modelo de provisão de políticas públicas, que induz os municípios a adotarem políticas sociais desenhadas pelos níveis de governo mais abrangentes, enquanto esses atuam como financiadores e articuladores, é capaz de erradicar a pobreza e garantir a segurança econômica da população. Portanto, há que se considerar que segurança econômica e transferência de renda são coisas distintas. A primeira necessita de um suporte material que parece não estar sendo realizado, devidamente, por nenhuma esfera governamental.

A União, com efeito, tem direcionado seus programas para as transferências de renda, enquanto os municípios, atuais incumbidos pela provisão de políticas sociais, parecem não terem ocupado o espaço existente no tocante à necessidade de uma criação de infraestrutura urbana, tendo em vista o baixo e heterogêneo volume de investimentos em habitação, urbanismo e assistencialismo social, elementos essenciais na criação de possibilidades do desenvolvimento humano como liberdade para autodeterminar-se.

Referências

ABRUCIO, Fernando. **Os barões da federação:** os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/ Fiocruz, 2012.

BORGES, André. Eleições presidenciais, federalismo e políticas sociais. In: HOCHMAN, Gilberto. **Federalismo e políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, editora Fiocruz, 2013.

FALLETI, Tulia. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada. In: SOUZA, Celina e DANTAS NETO, Paulo Fabio. **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. São Paulo: FGV/ FAPESP, 2001.

LAMOUNIER, Bolivar. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, João Paulo (Org.). **O Brasil e as reformas políticas**. Editora Jose Olympo, 1992.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2007.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy**. Government forms and performance in Thirty six countries. Yale University, 1999.

SATYRO, Natália G.D. Política nos estados brasileiros e gastos sociais: uma análise de série temporal com corte transversal 1987 a 2002. In: SOUZA, Celina e DANTAS NETO, Paulo Fabio. **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros.** Rio de Janeiro, Revan, 2006.

IMMERGUT, Ellen. O núcleo teórico do novo institucionalismo. In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas.** Coletânea v. 1. 2007.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. **As três versões do neo-institucionalismo**. São Paulo, Lua nova, n. 58, 2003.

STEPAN, Alfred. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder da Demos. Rio de Janeiro, **Dados**, v. 42, n. 2, 1999.

TIEBOUT, Charles. A pure theory of local expenditures. **The journal of political economy,** v. 64, n. 5, oct.1956.

DEMOCRACIA DELIBERATIVA E EFETIVIDADE EM INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS: UM BALANÇO TEÓRICO

Rhadson Rezende Monteiro
UFES

Resumo: O advento de um novo viés democrático contemporâneo promovido pelo Estado brasileiro após a constituinte suscita diversas considerações acerca do atual momento assumido pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada no que tange à democracia participativa e à cogestão da Administração Pública. A institucionalização de instrumentos e métodos é cada vez mais indispensável ao fomento da democracia participativa nos moldes constitucionais, principalmente após o primeiro governo Lula, em que houve uma larga expansão dos espaços deliberativos paritários (ABERS, 2014). Dessa forma, tornam-se cada vez mais relevantes os estudos que possam compreender a efetividade dessas instituições, tanto em seu processo deliberativo quanto em seus efeitos para políticas públicas (AVRITZER, 2010). A presente proposta de comunicação objetiva, portanto, efetuar um balanço teórico sobre o conceito de efetividade utilizado nas avaliações e estudos dessas Instituições Participativas, em especial a literatura que tangencia os conselhos paritários de políticas públicas. Nesse aspecto, há dois focos de análise que são frequentes na temática proposta, o primeiro refere-se à chamada efetividade deliberativa, que tangencia atores e desenho institucional e o segundo, a avaliação e os impactos dessas políticas públicas (PIRES, 2011), apresentados nesse trabalho.

Palavras-chave: instituições participativas; democracia deliberativa; efetividade.

Abstract: The advent of a new contemporary democratic bias promoted by the Brazilian State after the constituent raises a number of considerations regarding the current moment taken by citizens and the organized civil society with regard to participatory democracy and the co-management of Public Administration. The institutionalization of tools and methods are increasingly indispensable in fostering participatory democracy in constitutional forms, especially after the first Lula's government, where there was a large expansion of parity deliberative spaces (Abers, 2014). Therefore, the studies to understand the effectiveness of these institutions becomes increasingly important, both in the decision-making process and in the effects on the public policy (Avritzer 2010). The proposal of this objective communication, therefore makes a theoretical assessment of the concept of effectiveness used in the evaluations and studies of these Participatory Institutions, particularly the literature concerning the parity councils of public policies. In this aspect, there are two analysis centers that are frequent in the proposed theme, the first one refers to the so-called deliberative effectiveness, regarding the agents and institutional design and the second one the evaluation and impacts of these public policies (PIRES, 2011) to be presented in this work .

Keywords: participatory institutions; deliberative democracy; effectiveness.

Introdução

As mudanças no cenário político apontam na direção da presença cada vez maior de formas ampliadas de participação direta na democracia brasileira. A literatura que busca analisar esse fato social tem a seu favor a presença de experiências de participação em diversas partes do Brasil expandida em diversas áreas de política pública. No momento atual,

as pesquisas buscam mostrar não apenas o papel dos atores nas deliberações realizadas nessas instituições participativas, mas também fazer ligações entre estas e os resultados daí decorrentes para a "operacionalidade da democracia". Essa é a possível origem do assim chamado "problema da efetividade", que tem despertado, crescentemente, a atenção dos estudiosos (TATAGIBA, 2002; ABERS; AVRITZER, 2007; CUNHA, 2007;)

Alguns autores, ao traçarem o panorama da literatura, têm procurado definir as gerações de estudos sobre as instituições participativas. Para Silva (2011), uma primeira geração teria tomado corpo ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000 e se constituiu numa tentativa de defender as IPs como vetores para a obtenção de determinados objetivos político-normativos inerentes ao processo de democratização brasileiro. Teria ocorrido, naquele momento, uma "força tarefa" para a construção do campo enquanto objeto científico legítimo, demarcando um espaço próprio perante outros temas mais consolidados e reconhecidos academicamente. Nesse contexto, o momento era de afirmação e de apologia aos mecanismos de participação (ROMÃO; MARTELLI, 2013).

A segunda geração de estudos remonta a meados dos anos 2000, quando se passou a observar uma dissonância entre os objetivos político-normativos democratizantes que alimentavam o ideário participacionista e suas constatações empíricas (ROMÃO; MARTELLI, 2013). Nesse momento, muitos estudos seriam categóricos ao buscar mensurar os limites das IPs enquanto ampliadoras do acesso às tomadas de decisão no contexto da democracia participativa e da promoção de políticas públicas.

A terceira e atual geração, por sua vez, altera o lócus do debate das gerações anteriores – em geral centradas na defesa ou na crítica da própria existência das IPs com base em parâmetros normativos – para uma geração de estudos capaz de identificar e analisar de forma sistemática processos e resultados produzidos pela implementação de IPs em diferentes setores de políticas públicas e de mensurar sua ação através da efetividade deliberativa e de resultados (SILVA, 2011, p. 233-4 *apud* ROMÃO; MARTELLI, 2013).

Romão e Martelli (2013) defendem que essa mudança que trás um novo enfoque na literatura acadêmica sobre as instituições participativas ocorreria por dois motivos principais. Em primeiro lugar, devido a uma crescente associação entre participação e políticas públicas, uma vez que as instituições de democracia participativa no Brasil foram se disseminando em praticamente todos os setores de políticas públicas principalmente nos últimos anos, de tal

modo que as formas institucionais de ampliação da participação foram sendo crescentemente associadas às decisões no que diz respeito à relação entre essas próprias políticas.

O segundo motivo estaria relacionado a uma mudança no próprio campo do debate mais teórico, em nível nacional e internacional, sobre a democracia deliberativa, que passou a ter crescente preocupação com a efetividade da própria deliberação e de seus resultados (ROMÃO; MARTELLI, 2013).

O presente artigo objetiva, portanto, efetuar um balanço teórico sobre as análises normativas do desenho institucional dessas instituições, as teorias dos Movimentos Sociais e o conceito de efetividade oriundos da teoria da democracia deliberativa, utilizados nos estudos de Instituições Participativas. Nesse aspecto, há dois focos de análise que são frequentes na temática proposta, o primeiro refere-se à chamada efetividade deliberativa, que tangencia atores e desenho institucional e o segundo, à avaliação de resultados dessas políticas públicas (PIRES, 2011).

O trabalho se dividirá em duas partes. A primeira busca definir a formação do debate frente à literatura internacional, fazendo um breve histórico sobre as teorias de Movimentos Sociais e sua relação com o Estado, com breve ênfase nas interações entre atores quando das interações em IPs. Em um segundo momento, trataremos propriamente da teoria da democracia deliberativa e sua aplicação aos estudos sobre IPs, dando ênfase às análises que buscam evidenciar o conceito de efetividade, principalmente através da formação do direito e do desenho normativos das instituições em estudos de caso no Brasil.

1. Formação do debate na teoria dos movimentos sociais: Esbarrando nos espaços do Estado

A partir da década de 1960, em um contexto de efervescência cultural e mudanças políticas, sobretudo na Europa e Estados Unidos, os regimes democráticos construídos sobre a eleição de elites reunidas em torno de partidos políticos passaram a ser alvo de críticas (SCHUMPETER, 1976 apud ROMÃO; MARTELLI, 2013). De certa forma, existiria nas democracias representativas considerável "déficit de legitimidade", principalmente alimentado pela distância entre representantes e representados, escassez de mecanismos do que se convencionou chamar, tempo depois, de accountability (TARROW, 1998). A democracia carecia de mais participação dos cidadãos comuns nos assuntos governamentais.

Na década de 1980 houve o período de abertura democrática das ditaduras militares na América do Sul e, no fim da mesma década, caía a Cortina de Ferro no Leste Europeu. Dentro desse contexto histórico o foco do debate acadêmico transferiu-se para a crítica dos processos de transição para os sistemas democráticos. Passam a predominar, então, trabalhos comparativos e analíticos sobre os diversos processos de transição e a ideia de que, nas democracias nascentes ou reestruturadas, o que importava era que as instituições democráticas estivessem em funcionamento (eleições periódicas, parlamento relativamente autônomo, sistema de justiça independente do poder executivo etc.) (ROMÃO; MARTELLI, 2013). Sai de cena, temporariamente, o debate sobre a necessidade de ampliação dos canais de participação e os limites da democracia representativa.

Para além, também nesse contexto histórico surgiram as duas grandes teorias que estruturam os estudos sobre Movimentos Sociais e Sociedade Civil. Nessa esteira, eclodem diversos movimentos sociais com novas demandas e temáticas, que foram amplamente estudados e serviram como base empírica para a estruturação das duas grandes teorias de análise da Ação coletiva e dos Movimentos Sociais.

Dentre as duas teorias desse campo, uma pôs o foco no papel de uma multiplicidade de organizações da sociedade civil baseadas em solidariedade – substituindo o termo "movimento social" pelo conceito de sociedade civil – e a outra voltou o olhar para uma ampla gama de processos pautados pelo conflito político (introduzindo o conceito de Contentious Politics, ou a "política do conflito") (ABERS, 2014).

Especialmente depois da publicação do livro Civil Society and Political Theory, por Cohen e Arato (1992), o termo "novos movimentos sociais" foi ganhando força e substituindo a noção mais ampla de "sociedade civil". A Teoria dos Novos Movimentos Sociais "deixou, então, de associar a inovação a um ator, os movimentos, para atrelá-la a um lócus, a sociedade civil" (ALONSO, 2009).

Os autores já não focam mais em movimentos sociais específicos. Em vez disso, falam de uma multiplicidade de atores e organizações, caracterizados não tanto pela sua temática (meio ambiente, juventude, feminismo, etc.), mas sim por sua luta comum para criar um espaço de liberdade comunicativa. A noção de uma sociedade civil "autolimitada", muito enfatizada por Cohen e Arato (1992), refere-se à ideia de que os atores da sociedade civil constituem um campo separado que precisa manter sua distância tanto do mercado quanto do Estado, para poder garantir a comunicação livre e o respeito mútuo. A transição de "novo

movimento social" para "sociedade civil" envolveu, portanto, uma ampliação da unidade de análise, para incluir uma coleção muito mais diversificada de organizações e grupos.

Já a "abordagem do processo político" abriu um debate, ao longo dos anos 1990, que enfatizou o conflito em vez da reciprocidade e da comunicação, além de propor uma ampliação das fronteiras do campo de estudos. Seu principal marco teórico é o livro *Dynamics of Contention*, de McAdam, Tarrow e Tilly (2001). Para essa teoria, a mudança da lente empírica utilizada não se refere tanto ao tipo de ator envolvido (sindicato, ONG, movimento nacionalista ou associação de moradores, por exemplo), mas sim ao tipo de ação que promovem, ou seja, os meios empregados e o nível de institucionalização dos atores no sistema político.

No Brasil, o esforço dos pesquisadores nos últimos anos tem se focado na adaptação e adequação dessas teorias para serem aplicadas aos estudos empíricos típicos da América Latina. Em sua "forma pura", ambas as teorias dos MS propõem um distanciamento do Estado e de suas instituições. A primeira o faz em virtude de sua base na teoria sociológica habermasiana, que separa em esferas distintas e incomunicáveis Estado, Mercado e Sociedade sobre a égide de prejudicar a chamada autolimitação característica da esfera da sociedade civil. Já a segunda enfatiza a necessidade de um repertório de conflito, em que haverá sempre uma dualidade oposicionista entre os interesses da sociedade demandada contra o Estado, de modo que outras formas de interação, que não o conflito, poderiam representar formas de cooptação.

Ocorre que, no caso brasileiro, é muito comum observar em estudos de casos empíricos uma correlação entre atores da sociedade civil e atores estatais. Ao falarmos das IPs, por exemplo, temos inerentemente de observar que a sociedade civil atua na mesma esfera que os atores estatais. Em outras palavras, os debates e reivindicações de políticas públicas no interior das instituições paritárias pressupõem a interação cooperativa ou conflituosa entre os pares na fronteira entre Estado e sociedade.

Para desenvolver uma teoria que permita analisar movimentos sociais nessas fronteiras entre Estado e sociedade, Abers adapta o conceito de repertório, cunhado por Charles Tilly. O conceito desse autor diz que quando atores de dada sociedade civil decidem como organizar uma ação coletiva, eles a escolhem a partir de um portfólio finito de técnicas e práticas já experimentadas e que possuem legitimidade social e política. Segundo o autor, apesar da escolha de como organizar ser profundamente influenciada por experiências passadas e normas sociais, atores constantemente modificam seu repertório de ação coletiva, experimentando e

combinando diferentes práticas em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar demandas (TILLY, 1992; TARROW, 2009; CLEMENS, 2010 *apud* ABERS, 2014). Nessa perspectiva, o conceito de repertório, originalmente, foi concebido para o estudo dos movimentos sociais sob a chave das dinâmicas contenciosas, mas Abers (2014) o adapta também para relações que envolvam dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade.

Dessa forma, torna-se possível traçar redes na análise de MS que adentram espaços públicos institucionalizados, quando há interações conflituosas ou cooperativas entre a sociedade civil e as esferas paritárias, constituídas por atores estatais, tal como ocorre nas IPs.

Para além das perspectivas da teoria do MS e sua relação Sociedade *versus* Estado, os espaços das IPs são esferas de comunicação onde há (ao menos na teoria e na norma) interações entre atores da sociedade civil e atores do Estado na deliberação paritária de política pública. Aqui se inserem os estudos que tangenciam a teoria da democracia deliberativa e, mais recentemente, a análise sobre a efetividade nesses espaços, como doravante veremos.

2. Democracia deliberativa e efetividade aplicada aos estudos das IPs

Tomando por referência teórica a literatura de Habermas publicada, autores como Cohen (1997) passaram a pautar a retomada do debate sobre o aperfeiçoamento dos regimes democráticos baseada na conceitualização de esfera pública, dando ênfase a processos racionais de deliberação para a qualificação do processo decisório.

Essa perspectiva faz coro, a teoria democrática deliberativa é definida como:

> O processo de decisão do governo sustentado por meio da deliberação dos indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação. Essa deliberação não resultaria de um processo agregativo das preferências fixas e individuais, mas de um processo de comunicação, em espaços públicos que antecede e auxilia a própria formação da vontade dos cidadãos (FARIA, 2000).

Inicialmente com trabalhos eminentemente teóricos, o debate sobre a democracia deliberativa logo avançou para estudos sobre casos empíricos que demandavam uma adequação do "tipo ideal" da teoria para a realizada prática do campo de pesquisa.

Conselhos, experiências de orçamento participativo, fóruns deliberativos e demais instituições participativas são casos emblemáticos desses espaços onde pesquisadores buscam verificar a factibilidade empírica dos princípios da democracia deliberativa. Embora haja

especificidades teóricas entre a democracia participativa e as instituições participativas, no debate contemporâneo seus encontros são inevitáveis, sobretudo quando a literatura se encaminha para a análise de experiências reais de participação em processos de deliberação pública.

Segundo Pires (2011), a literatura sobre efetividade participativa remonta seu primórdio à literatura norte-americana sobre democracia deliberativa, que também tem como expoentes autores como Cohen e Bohman, dentre outros.

Essa literatura motiva-se por intermédio da crítica bastante clara à "ideia da democracia como um processo de agregação política de opiniões e/ou preferência formulada de forma descentralizada" (PIRES, 2011, p. 10).

Dessa forma, Pires cita Cohen afirmando que a intenção principal desta pluralidade participativa é mudar os termos do debate democrático ao inserir nele duas novas questões: a primeira delas é que é mais importante no debate democrático o problema da qualidade do processo deliberativo do que os resultados de um processo agregativo (COHEN, 1997 *apud* PIRES, 2011).

Em segundo lugar, o conceito de democracia deliberativa recoloca dentro da teoria crítica a qual ela se filia o elemento institucional. Na sua longa lista de condições procedimentais para a realização de um debate democrático adequado, Cohen insere o elemento institucional pensando em termos da inovação institucional, assim:

> [...] os membros de uma associação democrática "[...] preferem instituições nas quais a conexão entre a democracia e os seus resultados são mais evidentes [...]" (COHEN, 1997, p. 73). [...] a teoria da democracia deliberativa propõe uma nova entrada no debate democrático pensado a partir da associação entre qualidade da democracia e instituições políticas. Ao colocar a questão da procura institucional do desenho adequado para a deliberação, ele já estaria antecipando elementos do debate acerca da efetividade deliberativa (PIRES, 2011, p. 20).

Para Leonardo Avritzer, a sociedade civil se torna precondição para um desenho deliberativo exitoso. Seguindo esse raciocínio, ambas as concepções trazem a ideia de desenho institucional e de participação da sociedade civil para os desenhos institucionais com o objetivo de avaliar em que medida algumas instituições são mais fortemente deliberativas do que outras (AVRITZER, 2010). Para o autor, ambas as obras conectam preocupações genéricas da teoria democrática com questões práticas do funcionamento de IPs específicas e, mais uma vez, a questão da efetividade adquire centralidade nesse debate.

Portanto, a teoria da democracia deliberativa postularia que a participação dos indivíduos nas decisões traz legitimidade para o processo político. A ideia é de que tais decisões devem ser tomadas com a participação de todos que estarão sujeitos a elas e seu nível de efetividade deliberativo poderia ser mensurado de acordo com o desenho institucional. O conceito de efetividade também pode ser encontrado dentro dessa linha teórica. Cunha (2009) vai definir o termo efetividade como:

> [...] a capacidade efetiva de se influenciar, controlar e decidir sobre determinada política pública, o que se expressa na institucionalização dos procedimentos, na pluralidade da composição, na deliberação pública e inclusiva, na proposição de novos temas, no controle e na decisão sobre as ações públicas, na igualdade deliberativa entre os participantes (CUNHA, 2009, p. 188).

Assim, o foco da autora está no potencial desses espaços na produção tanto de deliberações quanto de decisões vinculantes, gerando alterações significativas quanto à justiça social. Além disso, a efetividade deliberativa pode ser medida por dois fatores: os internos e os externos. Os fatores internos são os ligados ao processo no qual ocorre a deliberação, incluindo sua estrutura normativa e os processos de interação. Os fatores externos podem ser encontrados dentro do contexto histórico e das condições políticas, sociais e econômicas que podem gerar resultados mais ou menos democráticos das instituições participativas (ZORZAL, 2015).

Dentre os fatores internos, Cunha destaca o formato institucional como o mais importante por refletir a estrutura da participação e a própria qualidade da deliberação (CUNHA, 2011). Já nos fatores externos, dentre outros diversos aspectos dois estão relacionados diretamente aos resultados advindos das decisões em instituições participativas: primeiro, a escolha e execução das políticas deliberadas pelas instituições da sociedade civil e executadas por intermédio dessa com o suporte dos fundos orçamentários. Segundo, as diretrizes, moções e outras formas de articulação retóricas discutidas e aprovadas nos espaços das IPs e capazes de influenciar a construção de normativas de direitos. E, terceiro, os orçamentos participativos.

Avritzer elucida que as formas de participação se ampliaram no cenário brasileiro e ganharam espaço nas pesquisas; despertou-se também a atenção para o problema da efetividade, que relaciona a forma de deliberação às decisões tomadas sobre as políticas públicas (AVRITZER, 2010). Dessa maneira, corroborando a posição dos autores já citados,

salienta que é possível tangenciar dois importantes tópicos quando se fala de efetividade da participação. O primeiro deles, trata da discussão e da deliberação no interior das instituições; o segundo, envolve a implementação dessas decisões pelos atores públicos. Dessa forma, o debate envolvendo o tema da efetividade da participação é relacionado aos desafios metodológicos que a discussão mobiliza.

A questão é como podemos medir os efeitos da participação? Avritzer aponta que o debate sobre efetividade tem origem justamente na questão dos efeitos ou impactos nos processos de tomada de decisão. Para ele, a efetividade da participação precisa ser vista em sua dupla face: a dimensão do momento deliberativo e a dimensão dos resultados (AVRITZER, 2010).

Efetividade do momento deliberativo seria a fase de análise que se volta para o interior dos espaços de participação. Nesse sentido, o esforço dos pesquisadores é demonstrar que há deliberação nas IPs em pelo menos algum de seus momentos, mostrando quem delibera e como é o processo. O esforço centrado nos resultados é de observar para além do momento deliberativo, quando da ocorrência da fase executiva dos projetos escolhidos pelos conselhos paritários por exemplo.

Dessa maneira, para analisar em que medida as instituições cumprem suas funções e objetivos, ou seja, para avaliar sua efetividade, faz-se necessário levar em consideração não apenas o efeito redistributivo, mas também o processo deliberativo. Faz-se necessário, portanto, mensurar quem participa, como a deliberação acontece, quais temas são mobilizados, como diferentes sujeitos são inseridos, entre outros pontos.

Dentre esses aspectos, o mais relevante citado por Cunha e Almeida (2011) é a definição de quem institui, de quem participa e como participa do processo decisório. Esse tipo de análise busca mensurar em que medida há ímpeto em compartilhar o poder de decisão entre os pares da sociedade civil (CUNHA, 2011).

O formato institucional também é colocado por Feres e Ribeiro (2011) em lugar de centralidade na análise da efetividade da participação. É esse formato que vai definir quem pode participar, como a participação será oportunizada, de que maneira os temas serão abordados, como os pares serão eleitos, dentre outros detalhes. Metodologicamente, o desenho institucional pode estar descrito em documentos oficiais, tais como legislações locais e regimentos internos, também pode ser observado empiricamente. O grau de formalidade, tempo de existência, periodicidade de funcionamento e estrutura organizacional indicam a

institucionalização das IPs e "quanto maior a regulação sobre seu funcionamento, mais institucionalizado são esses espaços" (FERES; RIBEIRO, 2011, *apud* ZORZAL, 2015).

De outra forma, Wampler (2011) elucida que o objetivo geral da maioria das IPs é melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo poder público. Os cidadãos se envolvem nesse processo na esperança de que seus esforços interfiram na alocação dos recursos, resultando em melhorias para a comunidade. Assim, quando falamos de efetividade da participação estamos estabelecendo uma estreita ligação entre a deliberação realizada nas IPs e o ímpeto de mudança nas políticas públicas.

A efetividade da participação também é tratada por Cunha (2011) a partir de uma visão multidimensional e com base na teoria da democracia deliberativa. Um dos aspectos defendidos pelos autores é a institucionalização do processo deliberativo, fator de essencial relevância para assegurar fundamentos basilares da teoria, tais como inclusão, publicidade, igualdade deliberativa, reciprocidade e conclusividade.

Influenciariam também na efetividade da participação os seguintes elementos: presença do debate face a face, igualdade na apresentação das razões, ausência de coerção, interatividade e reciprocidade do discurso, discordância entre os participantes, publicidade, informação ampliada sobre os assuntos e conclusividade (ZORZAL, 2015).

Como já dissertado, grande parte da literatura a analisar a efetividade dá ênfase à norma institucional. Fung e Wright (2003), por exemplo, também entendem o desenho institucional como fator primordial para avaliar de que maneira algumas IPs podem alcançar maior efetividade deliberativa do que outros. Assim, os autores constatam que essa variável institucional tem relação direta com a efetividade tanto na equidade quanto na extensão da participação e da deliberação, porque oferecem parâmetros para sua atuação. Segundo Zorzal (2015), essas regras e os procedimentos utilizados, por não serem neutros, produzem consequências para os resultados da participação.

Pode-se, assim, fazer coro aos autores, afirmando que regras, ritos e procedimentos inseridos nas instituições participativas mostram tendências inclusivas desses espaços, bem como o potencial de influenciar a participação no processo deliberativo e, por consequência, a efetividade da própria instituição em todos os seus aspectos. É importante ressaltar que, grosso modo, a efetividade deliberativa advinda do processo de embate e escolha racional de propostas dentro das IPs influencia na efetividade dos resultados desse processo, quando determinadas as diretrizes que nortearão alguma política pública e indistintamente seguindo

uma sequencia lógica. Ou seja, o processo de escolha no campo da esfera deliberativa reflete diretamente em seu resultado prático de execução de políticas públicas.

Por fim, e justamente nesse aspecto que a literatura no Brasil sobre efetividade ainda se encontra em consolidação, ou seja, para além da análise dos formatos institucionais, perfil e rede dos atores, regionalidades e influências endógenas e exógenas nas IPs, a grande maioria dos estudos limita-se a compreender a efetividade deliberativa apenas em seu processo/momento de escolha das políticas públicas. Ainda são poucos os estudos que se debruçam com maior profundidade em uma análise dos efeitos dessa deliberação frente à consolidação de seus resultados, cruzando dados entre a deliberação e seus resultados para a sociedade.

Conclusão

Resumindo, o presente artigo teve por pretensão apontar o debate teórico realizado por diversos autores em duas frentes. Primeiro, buscou evidenciar as principais ideais defendidas pelos autores da teoria dos movimentos sociais, explicitando em que contexto histórico surgiram essas teorias em sintonia com as mudanças na própria forma da democracia no ocidente e das alterações da interação da sociedade civil nesse processo, inclusive com o surgimento de novos movimentos sociais.

Assim, evidenciou o debate entre as teorias da Sociedade Civil e a Teoria da Política do Conflito frente à realidade empírica da sociedade brasileira, dotada, principalmente nos últimos anos, de intensa interação entre atores da sociedade civil e instituições do Estado.

Importante ressaltar que as pesquisas apresentadas, ao contrário do que as "teorias clássicas" apresentam, não consideram a interação sociedade x Estado como coabitação ou meramente conflito, ao contrário, essas formas de interação, em especial as que têm como "porta de entrada" as IPs, têm servido como caminho frutífero para a inserção de demandas da sociedade civil nas políticas públicas através de interação por vezes cooperativa. Nesse aspecto, a literatura tem apontado alternativas teórico-metodológicas tais como o repertório de cooperação e a análise das redes dos MS como metodologias mais adequadas para compreender e traçar os limites das interações na fronteira entre sociedade e Estado.

Em um segundo momento, principalmente com base nos textos reunidos por Pires (2011) e em outros trabalhos recentes, buscou-se apresentar os conceitos de democracia deliberativa aplicada à análise das IPs. O que se pretendeu nesse trecho foi apontar os termos

do debate atual sobre a efetividade das instituições participativas, objetivando a construção de texto introdutório do tema. Para isso, indicou-se como o debate sobre a participação institucional no Brasil evoluiu do final dos anos 1980 até nossos dias; também se fez necessário apresentar o conceito de democracia deliberativa e sua inserção no campo por autores – também correlatos ao primeiro trecho – tais como Habermas e Cohen.

Foi possível observar uma mudança nos estudos sobre IPs, que parte de um primeiro momento mais arraigado na defesa de seu instituto como mecanismo de democracia participativa, através de exaustiva análise do formato institucional e da norma para, em um segundo momento, estar mais pautada na análise do momento deliberativo e da composição dos atores, em que diversos autores vão questionar a efetividade deliberativa desses espaços.

É possível identificar nos estudos mais recentes uma terceira demanda de pesquisa que busca abarcar tanto os processos de efetividade deliberativa nos espaços das IPs como os resultados daí decorrentes. Tais pesquisas teriam o condão de apontar a real efetividade dessas instituições como transformadoras de políticas públicas no campo prático.

Por fim, fazendo coro ao trabalho de Romão e Martelli (2013), salientam-se os possíveis caminhos para a análise de futuras pesquisas em três principais aspectos. Primeiro, nem toda influência da sociedade sobre os processos decisórios em políticas públicas se dá pelas instituições participativas. Aliás, apontam os autores que seja necessário considerá-las, em princípio, como elementos marginais nesses processos, evitando sobrevalorização das IPs na formação de demandas da sociedade sobre o Estado. Segundo, perceber que a ações das IPs não estão imunes aos mecanismos e influências próprios da democracia representativa, tais como os partidos políticos ou o governo. Terceiro, o foco nas IPs já consolidadas – como os conselhos, conferências, audiências públicas, ouvidorias e orçamento participativo – não deve ofuscar outras formas de reação social, tais como movimentos pela modificação de normas, movimentos sociais, protestos espontâneos, manifestações públicas, enfim, demais formas de contestação oriundas da sociedade civil, sob pena de limitar as pesquisas sobre formas alternativas de participação.

Para analisar de forma empírica a chamada efetividade de resultados, podem ser feitas pesquisas em proposta metodológica através dos conselhos paritários nos processos – sempre de duração anual – de seleção de projetos para repasse de verba a instituições da sociedade civil.

Em geral, a dinâmica de seleção/execução dos projetos compõe-se das seguintes etapas: reunião do conselho para a confecção do edital; publicação do edital de seleção de

projetos em diário oficial; apresentação das propostas de projeto pela instituições da sociedade civil; reunião do conselho para debate e votação das escolhas dos projetos a serem contemplados; aprovação em ata dos projetos selecionados, com publicação em diário oficial; repasse da verba oriundo do fundo para a instituição da sociedade civil contemplada; fiscalização obrigatória dos conselheiros do projeto durante sua execução; entrega da prestação de contas pelas instituições da sociedade civil e aprovação do conselho das prestações de contas dos projetos contemplados.

Tal processo contempla a escolha, a captação, o repasse de recurso e o resultado da prestação de contas. Apresenta tanto momentos que permitem analisar a efetividade deliberativa, quanto momentos do processo cognitivo no qual, dentro da esfera paritária, os conselheiros escolhem os projetos das instituições contempladas, assim como a efetividade dos resultados que pode ser demonstrada nos atos fiscalizatórios e na prestação de contas feita pela sociedade civil ao conselho.

Parte-se da hipótese de que o formato institucional, ou seja, o modelo normativo que define as formas de acesso dos conselheiros, os requisitos para os repasses e para as prestações de contas são preponderantes no processo de consolidação da esfera de democracia deliberativa nas IPs.

Finalizando, as IPs parecem instituições já consolidadas em nossa democracia como portas de entrada para interações da sociedade civil institucionalizada no debate de política pública. Cabe à agenda de pesquisa acadêmica aprimorar o método para medir e avaliar sua efetividade de forma a contribuir com a melhoria na dinâmica dessas próprias instituições.

Referências

ABERS, Rebecca N.; VON BÜLOW, Marisa. 2011. Movimentos Sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, 13 (28) (dez.), p. 52-84.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. 2014. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula**. Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357.

ALONSO, Angela. 2012. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.): **A efetividade das**

instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CLEMENS, Elisabeth. 2010 [1993]. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 3 (jan.-jul.), p. 161-218.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. I e II. P 114

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. 2009**.** Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p. 11-48.

PIRES, Roberto RC; VAZ, Alexander Cambrais N. Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos da institucionalização da participação nos municípios brasileiros. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A dinâmica da participação local no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

PIRES, Roberto Rocha C. (Org.): **A efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação**.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

ROMÃO, W. M. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. **Lua Nova**, 84, 219-244, 2011.

TILLY, Charles. 2010. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133-160.

TARROW, Sidney. 2009 [1998]. **O Poder em Movimento:** Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis, RJ, Vozes. Capitulo 5, p. 99-121.

TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista Sociologia Política**, v. 25, p. 209-213, 2005.

ZORZAL, Gabriela. **Efetividade da participação no legislativo capixaba:** um estudo sobre as audiências publicação do orçamento (2007-2014)**.** Vitória: UFES, 2015.

O SENADO E A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Taís de Cássia Badaró Alves
Centro Universitário São José de Itaperuna.

Mauro Macedo Campos
Professor Associado da UENF.

Resumo: O sistema de representação de interesses no Brasil conta com significativa produção a partir do marco de 1930. Contudo, a experiência das primeiras décadas do regime republicano suscita maiores interrogações. Este artigo pretende verificar as relações entre Economia e Política e caracterizar as formas de articulação entre os interesses privados e o Estado na Primeira República, com ênfase no "lugar" do Senado na atividade legislativa brasileira. Pela consideração dos setores da cafeicultura e dos industriais, busca-se investigar a Câmara Alta como arena de pressão de interesses organizados e pensar a efetividade do Senado para a consecução de demandas na "Velha República". Em termos empíricos, os estudos partem da verificação e análise de medidas específicas, relativas às Políticas Monetária e Cambial focadas a estes setores. Pretende-se inferir os mecanismos mais efetivos, bem como as demandas mais contempladas pelas ações do Senado.

Palavras-chave: Primeira República; representação de interesses; senado.

Abstract: The system of interest in Brazil counts on a significant production from 1930 and onward. However, the experience in the first decades of the Republican regime raises major questions. This paper aims at verifying the relationship between Economy and Politics. It also characterizes the forms of articulation between private interests and the state in the First Republic. The emphasis relies on the position of the Senate in the Legislative Brazilian activity. Furthermore, it takes into consideration coffee's sector, likewise, the industry workers; we intend to investigate the "High Camera" (*Câmara Alta*) as an arena of pressure of organized interests as well as think of the effectiveness of the Senate to attain the demands of the "Old Republic". In empirical terms, this study starts at the verification and analysis of specific measures regarding the Monetary and Exchange Policy focused on these two sectors. We wish to infer more effective mechanisms along with the demands which are more appreciated by the Senate.

Keywords: First Republic; interest representation; senate.

Introdução[1]

O conjunto expressivo da produção clássica acerca das primeiras décadas do regime republicano produziu enfoques recorrentes de cunho econômico e político que reduziram o período ao "arranjo do café com leite" e à máxima da "política dos estados" em detrimento da efetividade da União. Tais questões já vêm sendo tratadas pela literatura por um outro olhar. Os estudos de Elisa Reis (1991) apontam para uma forma distinta de se pensar a

[1] Este artigo é parte de uma pesquisa maior que vem sendo elaborada pela autora, na tese de doutoramento em Sociologia Política, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

dimensão do Estado e suas relações com grupos dominantes na Primeira República. O enfoque tradicional para esse período,

> [...] pende muito mais para uma ênfase propriamente política, consistindo na análise dos mecanismos da dita dominação oligárquica, do sistema coronelista [...] deles derivando, quase automaticamente as determinações dos interesses a serem contemplados pelas políticas econômicas (MENDONÇA, 1999, p. 24).

Na esteira desses enfoques, a implantação da experiência republicana se viu caracterizada como uma época fortemente definida pelo regionalismo, em que a política se dava exogenamente ao Congresso, ou seja, na relação direta entre o presidente e os líderes das oligarquias nacionais, configurada no "pacto oligárquico"[2]. Contudo, a partir da década de 1980[3], outras abordagens, voltadas para uma releitura desse período, afirmaram maior complexidade do jogo político, assinalando embates e disputas para a demarcação dos espaços de hegemonia.

Este estudo, portanto, inscreve-se em um campo de reflexões, já há muito consolidado, sobre as relações entre Estado e grupos dominantes no Brasil e por consequência, valoriza o que se pode dizer sobre uma certa ingerência do mercado na política – tema atual no campo da Ciência Política que se encontra, neste artigo, abordado em uma perspectiva histórica. O que se pretende é verificar a representação dos interesses da cafeicultura e do setor industrial, junto ao Estado, para a consecução de suas demandas.

Algumas considerações sobre o quadro das exportações brasileiras se fazem necessárias a fim de reafirmar o espaço da cafeicultura nesse período e pensar as relações desse setor com o Estado. O café representou, em média, 60% das vendas no exterior, embora, em alguns anos, tenha alcançado a marca de 80% das exportações brasileiras. Já pelo lado do setor industrial, predominava a categoria de matérias-primas com uma participação aproximada de 50% no total importado pelo Brasil entre 1900 e 1930[4].

---

[2] A ideia de pacto oligárquico estabelece que todas as lideranças políticas, desde os simples coronéis interioranos até os próceres da política nacional, de algum modo, estavam intimamente associados por laços de aliança e compromisso. Em todos os níveis, os favores e benefícios concedidos deviam ser retribuídos, em geral, em forma de votos e de apoio eleitoral (PINTO, 1998).

[3] Os estudos sobre economia e política na Primeira República vêm passando por importantes revisões. Steven Topik (1989), assinala a presença do Estado na economia no período em foco. A exemplo disso, Viscardi (2012), enfatiza a inviabilidade de se pensar em um arranjo capaz de anular as tensões que se impuseram no cenário da reconfiguração dos poderes no contexto de implantação do modelo republicano.

[4] Os bens de consumo perderam espaço na pauta de importações para insumos industriais (ferro, aço, cimento), bens de capital (material rodante para estradas de ferro, trilhos, locomotivas), automóveis e combustíveis. Esses dados podem ser observados em Torelli (2004); Perissinotto (1997).

Este artigo, contudo, limita-se a examinar a recorrência de medidas propugnadas pelo Senado para identificar as possíveis demandas e interesses correspondidos a estes dois setores ao longo da Primeira República. No tocante às medidas, a ênfase recai sobre as operações de câmbio (valorização e desvalorização), proteção tarifária, empréstimos e crédito.

Busca apontar, ainda que preliminarmente, algumas direções para se indagar – no âmbito da relação entre os poderes – em que medida a cafeicultura e o empresariado industrial acionaram o Legislativo como contrapeso à política do Executivo, e ainda avaliar o poder propositivo do Legislativo, informando melhor acerca da dinâmica política na Primeira República.

1. Economia e política na "Velha República": cafeicultura e setor industrial

1.1 Frações da cafeicultura: os interesses em pauta

Para efeito do que se pretende neste artigo, a caracterização da cafeicultura limita-se à identificação de suas frações e demandas, especialmente em relação às políticas monetária e cambial. Tais políticas constituíram-se como produto de um processo de diferenciação determinado pelas características das ações desempenhadas junto ao modelo da agricultura de exportação. A escolha de se trabalhar com as operações da política econômica, cabe observar, implica um exercício de delimitação em um amplo campo de expectativas dos setores em pauta.

Tomando a cafeicultura paulista como referência, é importante observar que os contornos das demandas refletem o histórico dos setores, bem como o desenho institucional no qual se inserem. A política cambial, a exemplo disso, consistia na porta de comunicação entre a economia nacional e a economia internacional, naquele contexto.

No tocante à configuração da cafeicultura no contexto abordado, conforme observa Saes (1981), em São Paulo, as tensões entre os membros da lavoura e os representantes do capital cafeeiro movimentaram a "Velha República". Essa tensão tornou-se mais perceptível exatamente a partir das décadas iniciais do regime republicano, à medida que beneficiou a reprodução do grande capital cafeeiro em detrimento da reprodução dos capitais aplicados diretamente na lavoura.

Para a lavoura, dentre muitos interesses, havia os de cunho essencialmente econômico – que diretamente relaciona-se a este estudo – como os que visavam solucionar

a questão das paridades monetárias e das taxas cambiais a favor dos interesses do grupo dos grandes produtores de café.

Segundo Perissinotto (1997), emergiriam protestos por parte da lavoura contra o jogo especulativo ao qual se subordinava a reprodução do capital cafeeiro, gerando propostas de intervencionismo estatal especialmente no que se refere ao câmbio. Se por um lado, a desvalorização do mil-réis era desvantagem para as companhias de transporte, por outro, era vantajosa para a lavoura, pois a renda dos cafeicultores em moeda nacional tornava-se relativamente mais elevada.

Esses antagonismos perpassavam a política econômica do período – arena de disputas dos interesses que compõem nosso objeto de estudo. Quanto às demandas do grande capital cafeeiro, observa-se que, na atividade mercantil, residia a maior fonte de lucro, apesar da diversificação de seus investimentos e de suas atividades. A atividade mercantil é a que predominava, haja vista as relações do Brasil no cômputo mais geral da economia mundial: "o lugar" do modelo agrário-exportador. Apesar das atividades diversificadas engendradas pela produção e expansão do café, o grande capital cafeeiro estava voltado para as atividades financeiras e de infraestrutura[5].

Os pontos de tensão entre as frações intensificavam-se nos contextos de crise da economia cafeeira. A política monetária adotada pelo governo estava no centro dessa tensão. Afetados de forma diferente, ambos os grupos mobilizavam-se em defesa de suas pretensões, incrementando suas relações com o Estado. Conforme observa Love (1982, p. 53),

> As exigências básicas de São Paulo giravam em torno de serviços que somente o governo central poderia proporcionar – aval para os empréstimos feitos no estrangeiro, controle da política monetária e de divisas, e representação dos interesses econômicos do Estado no estrangeiro através de canais diplomáticos.

Os interesses de São Paulo – eixo mais expressivo da cafeicultura na Primeira República – estavam voltados para os aspectos em que se considerava que a ação do Estado não era suficiente. Daí as tentativas de interferir nas políticas monetária e cambial e de garantir empréstimos e representações diplomáticas para o atendimento dos interesses econômicos do

[5] Por grande capital cafeeiro entende-se o bloco de capitais que se aplicavam no transporte do café (as empresas ferroviárias), nos novos serviços urbanos requeridos pela concentração populacional em São Paulo (transporte, iluminação, água e energia), no comércio importador e no financiamento das safras (os bancos) (PERISSINOTTO,1997).

Estado no exterior, que pudessem valer tanto ao grupo dos produtores – a lavoura – quanto dos detentores do grande capital cafeeiro, ambos dependentes das dinâmicas de mercado.

2. A emergência do setor industrial: câmbio e tarifas

A trajetória do setor industrial na Primeira República é tema controverso, mobilizando debates e produzindo uma literatura especializada que discute não só questões relativas à emergência da indústria em um modelo agroexportador, como o grau de organização e afirmação de interesses do setor industrial.

Os enfoques mais tradicionais, usualmente, atribuem ao Estado brasileiro, na Primeira República, o caráter de representante exclusivo dos interesses cafeeiros, um "Estado-comitê"[6] e, consequentemente, afirma-se que sua política econômica deveria ser não-industrializante.

Em estudo sobre a representação dos interesses do setor industrial no Brasil, Wagner Mancuso (2007), ressalta que os empresários industriais, desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, revelaram uma alta capacidade de mobilização e de participação política na defesa de seus interesses específicos.

Os estudos de Leopoldi (2000), por sua vez, atentam para o papel do empresariado vinculado à indústria, e sua ação estratégica para as demandas de intervencionismo do Estado e a regulação do mercado, voltados especialmente para a questão tarifária.

A questão tarifária[7] era fundamental para o sucesso do projeto industrial, tendo em vista a concorrência acirrada da indústria nacional, então incipiente, com um capitalismo internacional já plenamente estabelecido. Para tanto, a burguesia industrial da Primeira República, paradoxalmente portadora de um discurso liberal[8], contava com a intervenção do Estado. Os industriais pressionavam o Estado e configurava-se, assim, uma luta em torno da elaboração ou revisão das tarifas.

[6] A crítica à ideia de "Estado-comitê" está presente na renovação (já referida) de estudos sobre os mecanismos políticos e econômicos da Primeira República. Para este tema, ver Gomes (2002), com ênfase na ação do empresariado brasileiro nesse contexto.
[7] A tarifa, combinada a outras políticas como o câmbio, emissões e concessões de crédito, permitia a emergência da sobrevivência e consolidação da indústria no centro-sul, principalmente depois da mudança para o regime republicano.
[8] A posição pragmática do setor deve ser destacada. Sobre as ambiguidades na expressão liberal dos empresários industriais no Brasil, recomendam-se os estudos de W. Guilherme dos Santos (1978).

No tocante ao câmbio – outro eixo da política econômica – é importante observar que as oscilações cambiais ameaçavam os industriais pelo peso do setor importador (importação de bens de consumo). A política cambial estava no centro das articulações do empresariado industrial brasileiro, no contexto referido.

> [...] o câmbio representou o eixo de articulação da economia brasileira com as dos países com quem o Brasil fazia trocas comerciais, obtinha divisas para importar, captava empréstimos para sustentar a produção e a exportação do café, bem como investimentos para as ferrovias, os serviços de eletricidade e transporte públicos (LEOPOLDI, 2000, p. 154).

Com base nas políticas econômicas a seres investigadas, pretende-se verificar a produção do Senado – em um curto período de tempo – pela disponibilidade de dados até o presente momento da pesquisa.

3. A arena legislativa: interrogando o Senado como arena de poder

3.1 Ação dos cafeicultores e do setor industrial no espaço legislativo

Como premissa inicial para este artigo tem-se o reconhecimento das articulações (ou pressões) da cafeicultura e do setor industrial sobre a arena legislativa. Isso implica, no contexto mais amplo da pesquisa em curso, a aplicação da terminologia "grupos de pressão" – ainda que fora do contexto mais recorrente de sua utilização[9].

De acordo com Torelli (2004), a Câmara e o Senado, tornaram-se espaços para grupos favoráveis e contrários às demandas da cafeicultura[10]. Observa ainda que, o grande capital cafeeiro encontrava uma correspondência mais efetiva nesses espaços.

No tocante à ação do setor industrial, é importante destacar, segundo Leopoldi (2000, p. 106), que, com a República, "[...]os industrialistas foram incorporados como interlocutores na discussão das tarifas".

[9] Grupos de interesse e grupos de pressão encontram-se abordados em uma perspectiva histórica, em Aragão (1994), que destaca a trajetória da Associação Comercial da Bahia, fundada em 1811 e com expressiva atuação perante o Congresso Nacional, no início da experiência republicana.

[10] O autor indica a presença de grupos de adesão e oposição aos interesses da cafeicultura que se constituíam nesses espaços. Dentre os que se mostraram a favor, destacaram-se nomes como Alfredo Elis, Cândido Rodrigues, Érico Coelho, entre outros, contrapondo-se a oposicionistas como Barbosa Lima, Barata Ribeiro e Miguel Calmon.

De forma bastante expressiva, afirma que o setor industrial mobilizou-se em torno da obtenção de medidas protecionistas, como a regulação tarifária seletiva das importações, o incentivo ao parque manufatureiro interno bem como o controle cambial.

A pesquisadora observa que o Congresso passou a ser também o novo fórum de formulação da política tarifária, que antes ficava restrita ao âmbito exclusivo do Ministério da Fazenda. A atuação do CIB (Centro Industrial Brasileiro), ganha espaço nessas análises. Como entidade representativa dos industriais,

> [...] envolveu-se diretamente no combate às políticas dos primeiros governos republicanos, fez *lobby* no Congresso, bloqueou tarifas desfavoráveis aos industriais e lutou por medidas protecionistas à indústria. Desta forma foi construindo, de maneira progressiva, o discurso industrialista e ampliando seu espaço no governo (LEOPOLDI, 2000, p. 64).

Sobre a ação dos industriais no contexto da Primeira República, é importante reconhecer o embate de posicionamentos que oscilam entre os que afirmam a tese da "fragilidade do setor industrial"[11] e os que contariam esse postulado, pela valorização da ação dos industriais em diferentes contextos. Esse modelo de análise é defendido por Leopoldi (2000); Mancuso (2007), entre outros, para demonstrar a importância e a efetividade das organizações do setor.

Estas perspectivas suscitam a pesquisa empírica, na tentativa de elucidar um pouco mais as relações dos setores proeminentes na Primeira República com o Estado em suas diferentes instâncias. É seguindo essa orientação que se levantam algumas questões relativas ao Senado como espaço de poder na esfera legislativa, nesse contexto.

3.2 O Senado como esfera de poder e decisão

Estudos voltados para a análise do processo legislativo, no Brasil, apresentam-se centrados na Câmara de Deputados, como expressão maior do comportamento legislativo. Para Araújo (2008, p. 204) "[...] a escassez de estudos específicos sobre o Senado no Brasil deixa lacunas acerca do comportamento parlamentar nesta Casa e redunda em pouco conhecimento sobre o funcionamento do bicameralismo no país". Essa lacuna torna-se ainda

[11] Essa tese se encontra representada pelos trabalhos de Luciano Martins (1968), Philippe Schmitter (1971), Edgar Carone (1977) e Mariza Sanz Leme (1978). Nessas referências, o protagonismo das ações voltadas para a industrialização, concentram-se no Estado e na conjuntura econômica internacional.

mais evidente quando trata-se de interrogar sobre a Câmara Alta em períodos históricos mais remotos – problema que norteia este artigo.

Apesar desse quadro, parece ser consensual, para o caso brasileiro, que o Senado dispõe de atribuições legislativas expressivas, não comportando-se como um ator secundário e funcionando como uma das câmaras altas mais fortes do mundo (RICCI, 2008).

Diante do exposto, a legitimidade dos estudos que enfocam o Senado impõe-se e justifica esta iniciativa, ainda que não se pretenda, neste texto, realizar uma análise do processo legislativo na Primeira República. Além disso, o recorte que norteia este artigo incide sobre um momento privilegiado: o contexto de implantação da República e da construção de seu desenho institucional[12]. A "fórmula" federalista bicameral – institutos muito valorizados nas análises sobre o funcionamento do poder Legislativo – compõe os contornos sobre os quais o Senado funcionou no contexto histórico em destaque. A relação entre federalismo e bicameralismo é entendida como fator que concorre para o fortalecimento do Senado (STEPAN, 1999).

Sobre a "solução republicana federativa" no Brasil, Carvalho (1993), observa que esses dispositivos foram respostas institucionais, vislumbradas pelas elites, ao desafio de vencer tradições localistas e manter a unidade.

Nestas breves considerações que assinalam a legitimidade dos enfoques voltados para a importância do Senado na dinâmica do Estado, faz-se necessário mencionar as muitas competências atribuídas ao Congresso pelo texto constitucional de 1891[13]. Os espaços delimitados ao Senado e à Câmara dos Deputados devem ser considerados para se entender melhor a relação entre as esferas do Legislativo. Ainda que neste artigo essas questões não tenham tratamento aprofundado, ficam como desafios para o desenvolvimento da pesquisa mais ampla em curso.

Como ressalva, para efeito dos limites que este artigo apresenta, quanto à articulação necessária entre Senado e a Câmara Baixa, Araújo (2012, p. 84), observa que

> [...] a influência efetiva do Senado nas decisões do governo federal é algo escassamente explorado nas pesquisas sobre o legislativo brasileiro. Tal lacuna se deve, em parte, ao fato de que, nos estudos que consideram uma das nossas câmaras ou as duas, elas são consideradas em si mesmas, à revelia do fato de que deputados e senadores são atores estratégicos e suas

[12] Abordagem teórico-metodológica para a qual as instituições têm efeitos discerníveis e relevantes na vida política, influindo sobre as decisões dos atores e sobre os resultados de suas ações (North, 1981; Ostrom, 1990).
[13] Sobre a amplitude das competências do Congresso, ver Constituição de 1891, Seção I, capítulo IV, art.34. No texto constitucional, pode-se observar mais de 30 competências privativas do Congresso (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1891).

> escolhas são, portanto, interdependentes – as escolhas feitas por uns não se dão à revelia do comportamento conhecido ou esperado dos outros.

Uma questão central que perpassa a investigação do Senado como arena de poder na Primeira República, é a forma como atuou: como casa de representação das regiões – preceito fundamental afirmado na transição do Império para a República – ou como arena que encampou uma proposta mais geral de desenvolvimento nacional, com ênfase nos interesses nacionais.

O contexto de implantação do modelo Republicano, no final do século XIX, sob a adoção da fórmula do federalismo bicameral, importa, significativamente, para o reconhecimento do papel do Senado nesse desenho institucional.

A lógica do federalismo brasileiro em sua fase de implantação, estabelecia que o Senado Federal deveria cumprir o papel de representação equitativa dos estados da federação, independente do quantitativo populacional[14] de cada estado. Erigia-se o papel do Senado como casa de representação das regiões – como princípio constitucionalmente estabelecido.

O jogo das forças econômicas e políticas, contudo, assinalaram a proeminência dos estados de Minas Gerais e São Paulo, o que justifica, entre outros elementos interpretativos, a abordagem e a valorização do real papel assumido pelo Senado na Primeira República.

Na sequência, busca-se verificar a que interesses o Senado corresponde, efetivamente – o que permite pensar a Câmara Alta no jogo político das décadas iniciais do regime republicano.

3.3 Política monetária e cambial: o Senado e a representação de interesses

Para os propósitos mais amplos da tese, algumas questões se estabelecem: a verificação do maior ou menor poder propositivo do Legislativo na Primeira República para as políticas em foco, expressando em que medida o Legislativo foi acionado, por parte do setor privado e a caracterização do papel ou do lugar do Legislativo como contrapeso ou ratificação do Executivo nesse contexto. Tais questões impõem uma análise mais específica, pois, ainda permanecem obscuras sob os modelos explicativos clássicos acerca da dinâmica política na Primeira República.

Este artigo, contudo, limita-se a uma sucinta demonstração dos temas que mais circularam nos debates e proposições dos Anais do Senado Federal, em um intervalo de tempo delimitado, os anos iniciais da República, mais especificamente nos anos de 1890 a

[14] No sistema bicameral brasileiro, cabe à Câmara dos Deputados o papel de casa de representação do povo, elegendo um número de candidatos proporcional ao quantitativo da população de cada estado.

1895. Este recorte foi feito a partir dos dados até então disponíveis e por outros fatores que se encontram discutidos na sequência do texto.

A escolha das políticas monetária e cambial para a pesquisa mais ampla em curso e para este estudo, dá-se em função do lugar privilegiado que ocupavam na dinâmica da economia, em função dos imperativos do modelo agrário-exportador: tais políticas constituíam-se no "centro nervoso" das demandas para a afirmação dos setores em foco.

É importante ressaltar que uma gama de interesses circundava essas políticas. A política tarifária, a exemplo, mobilizava amplos setores: industriais, o Estado, os comerciantes importadores, os produtores de manufaturados estrangeiros e os cafeicultores, pelas relações que estes mantinham com o mercado externo.

O intervalo de tempo recortado reflete uma escolha: a importância de se observar os anos iniciais da República que se constituíram de embates expressivos entre as frações da cafeicultura[15] e ao mesmo tempo refletiram reorientações na política econômica: o Encilhamento (1888-1892). Essa política econômica dinamizou, especialmente, os negócios no Rio de Janeiro, sob a direção do ministro Rui Barbosa. Embora se discuta os fins para os quais foi implementada e seus desdobramentos, o que interessa aqui é a relação que se estabelece com a indústria[16]. Nesse contexto, emissão, crédito e proteção tarifária incentivaram o setor.

Para estudos posteriores e o próprio desenvolvimento da pesquisa a ser considerado na construção da tese, todo o espaço de tempo que compreende as quatro décadas da Primeira República serão considerados.

A pesquisa aos Anais do Senado sob uma abordagem quantitativa, justifica-se como ponto de partida para a percepção das temáticas que se fizeram recorrentes e que, por expectativa – se verificadas em todo o intervalo de tempo da Primeira República – podem informar sobre uma época e um *modus operandi* dos grupos de pressão e das arenas de poder.

Quanto aos temas listados, e que constam nos quadros demonstrativos relativos ao período de 1890-1895, funcionam como mecanismos das políticas monetária e cambial que mais importavam no contexto delimitado. Cabe ainda observar, que a justificativa para a separação entre setor cafeeiro e setor industrial, encontra-se na identificação de demandas mais específicas voltadas a esses setores que foram apresentadas no corpo do trabalho.

[15] Esse período corresponde a um contexto mais favorável para a reprodução do grande capital cafeeiro, acirrando os embates entre as frações da cafeicultura (SAES, 1981).
[16] O setor têxtil se destacou nesse processo, chegando-se a registrar 25 estabelecimentos de grande porte na capital da República, o Rio de Janeiro. Além disso, uma das características da expansão industrial dessa época foi o crescimento concentrado, pelo estabelecimento de grandes firmas. Ver Leopoldi (2000).

Diante do exposto, apresenta-se um quadro demonstrativo de recorrências das medidas propugnadas no Senado Federal em favor dos setores da cafeicultura e da indústria.

Quadro 1 - Demonstrativo de recorrências propugnadas no Senado Federal (cafeicultura)

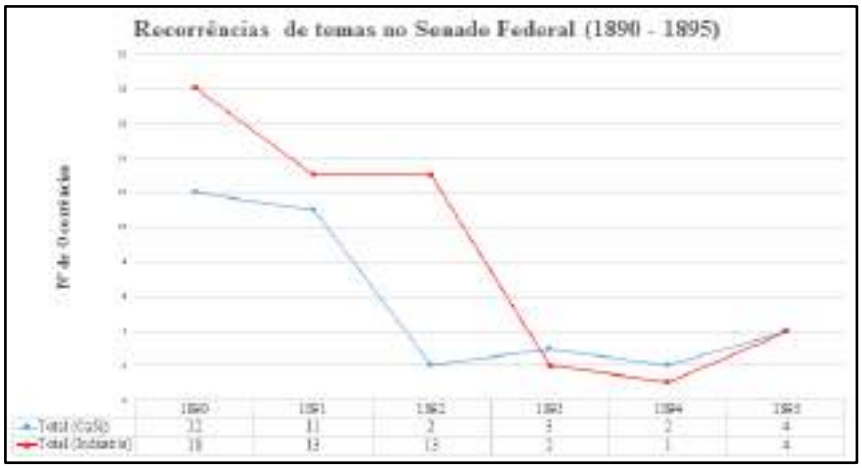
Temáticas das Políticas Cambial/ Monetária Senado Federal	Anos											
	1890		1891		1892		1893		1894		1895	
	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.	Café	Ind.
Tributação	1	-										
Imposto de Exportação	6	-										
Emissão	2	-										
Arrecadação Impostos Estados	3	-										
Importação	-	1										
Imposto de Importação	-	12										
Emissão	-	2										
Arrecadação Impostos Estados	-	3										
Exportação			1	-								
Câmbio Desvalorização			5	-								
Emissão			2	-								
Crédito			2	-								
Empréstimo			1	-								
Câmbio Valorização			-	1								
Imposto de Importação			-	3								
Emissão			-	2								
Estrada de Ferro			-	2								
Crédito			-	4								
Empréstimo			-	1								
Câmbio Desvalorização				-	1	-						
Emissão				-	1	-						
Câmbio Valorização					-	1						
Emissão					-	1						
Crédito					-	9						
Empréstimo					-	2						
Câmbio Desvalorização						-	1	-				
Imigração						-	1	-				

Crédito						**-**	**1**	**-**				
Imposto de Importação							**-**	**1**				
Crédito							**-**	**1**				
Imigração								**-**	**2**	**-**		
Imposto de Importação									**-**	**1**		
Câmbio Desvalorização										**-**	**1**	
Proteção Tarifária										**-**	**2**	
Imposto de Exportação											**1**	
Proteção Tarifária											**-**	**1**
Isenção											**-**	**1**
Imposto de Importação											**-**	**2**

Fonte: Anais do Senado Federal - disponível em <http://www.senado.gov.br>.

Da recorrência dos eixos econômicos acima apresentados, foi possível construir o gráfico com a evolução da correspondência aos interesses dos setores em pauta no intervalo de tempo determinado.

Gráfico 1 - Evolução da correspondência aos interesses da cafeicultura



Fonte: Autoria própria (2015) adaptado do Anais Do Senado Federal

Por expectativa, o conjunto mais amplo de dados pode informar sobre o comportamento do Senado e sua efetividade para a consecução das demandas dos setores analisados. As considerações finais esboçam algumas inferências e conexões possíveis para o período abordado.

Considerações Finais

Algumas referências apresentadas no corpo do trabalho apontaram para uma tendência mais atual na historiografia e áreas afins, de superação dos modelos de análise que simplificam o "jogo político" e, de forma categórica, desconsideram as prerrogativas da seara legislativa na articulação dos Poderes da República – em sua fase de implantação.

Discutir a dinâmica da representação de interesses na Primeira República, não implica tomar tal processo como síntese da política naquele contexto. As quatro décadas de "fundação" do modelo republicano, certamente engendraram relações e dinâmicas bem amplas.

As escolhas feitas neste artigo constituem-se em pontos de partida para a caracterização das dinâmicas por meio das quais a cafeicultura e o setor industrial – entendidos como grupos de pressão – organizaram sua ação sobre o Estado (em seus poderes) para a consecução de seus interesses.

O que se pode inferir, considerando a incipiência dos dados pelo curto período abordado, é a proeminência do ajuste cambial – pela via da desvalorização da moeda – e a grande incidência do imposto sobre a importação. De forma elementar, mas como uma evidência, esse movimento expressa o embate entre as pressões do setor industrial e da cafeicultura, respectivamente, acenando para uma discreta vantagem para as pretensões industrialistas, nos anos analisados. O debate e as decisões acerca do imposto de importação nos Anais do Senado estabelecem a relação direta entre este dispositivo e o impulso à indústria e sua produção.

De fato, nesse contexto, a política do Encilhamento (já referida neste trabalho), engendrou um impulso significativo ao setor industrial. Afirma-se um ciclo de investimento industrial que, tendo se iniciado na década de 1880, sustentou-se até, aproximadamente 1895, especialmente no centro-sul. Algumas evidências do incremento à indústria pela política do encilhamento foram observadas no corpo do artigo.

Os dados por ora obtidos – ainda que em sua precariedade – ensaiam um modelo de análise pela perspectiva de se observar ao longo dos anos, a correspondência em maior ou menor grau aos postulados da literatura especializada sobre o período.

Com base em dados referentes a todo o intervalo que compreende a Primeira República, pretende-se poder afirmar ou não, o lugar do Senado, nesse período da história,

como arena que corresponde equitativamente aos interesses das unidades da Federação e ainda avaliar a conexão do Senado com os interesses nacionais.

Claro está que, para os objetivos mais gerais da pesquisa, que extrapolam, em muito, os contornos deste artigo, outras dinâmicas deverão ser analisadas para que se possa inferir não apenas demandas correspondidas mas, especialmente, mecanismos de pressão dos setores que, do ponto de vista econômico e político, movimentaram a "Velha República".

Referências

ARAGÃO, Murilo de. **Grupos de pressão no congresso nacional:** como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. São Paulo: Maltese, 1994.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. A Câmara Alta no presidencialismo brasileiro: o desempenho legislativo do Senado entre 1989 e 2000. In: LEMOS, Leany Barreiro (org.). **O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte**. vol 4. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008. p. 203- 236.

_____. O bicameralismo no Brasil: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal. **Política e Sociedade**, v. 11, n. 21, Florianópolis, julho de 2012.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murillo de. Federalismo y centralización em el imperio brasileño. In: CARMAGNANI, M. (coord.). **Federalismos latinoamericanos:** México, Brasil, Argentina. Ciudad de México: El Colégio de México, 1993.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em 02 set. 2015.

GOMES, Ângela de Castro. A República não oligárquica e o liberalismo dos empresários. IN: SILVA, Sergio e ZMRECZÁNY, Tamás (orgs.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 7- 16.

LEME, Mariza. S. **A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945**). Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses na industrialização brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOVE, Joseph. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MANCUSO, Wagner P. **O Lobby da indústria no congresso nacional: e**mpresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo. Humanitas/Edusp, 2007.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MENDONÇA, Sônia R. de. **Economia e Política na Historiografia Brasileira**. Revista Antropolítica. UFF. Niterói, n. 7, p. 23-39, 2.sem. 1999.

NORTH, Douglass. **Structure and change in economic history**. New York, 1981.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons:** The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro:** burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930). (Tese de Doutoramento), IFCH-UNICAMP, Campinas; datilo, 1997.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. (Série Monografias Premiadas, 1998).

REIS, Elisa. Poder Privado e Construção de Estado sob a Primeira República. In: Renato Raul Boschi (org.). Corporativismo e desigualdade: **A construção do Espaço Público no Brasil.** Rio de Janeiro; Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1991, pp. 43-79.

RICCI, Paolo. A produção legislativa de iniciativa parlamentar no Congresso: diferenças e similaridades entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. In: LEMOS, Leany Barreiro (org.). **O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte**. vol 4. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008. p. 237-272.

SAES, Flávio. M. de. Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906). **Revista Brasileira de História**, n. 2, 1981.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHMITTER, Philippe. **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

STEPAN, Alfred. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou federações que ampliam o poder do demos. **Dados**, n. 42, Rio de Janeiro, 1999.

TOPIK, Steven. **A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930.** Rio de Janeiro: Record, 1989.

TORELLI, Leandro Salman. **A defesa do café e a política cambial:** os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)**.** 2004. (Dissertação de Mestrado)**.** Campinas, SP: IE-Unicamp.

VISCARDI, Claudia M.R. **O Teatro da Oligarquias:** uma revisão da "Política do Café com Leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GT 02 - CONFLITOS URBANOS, CRIME E JUVENTUDE

Coordenadores:

Prof.ª Dr.ª Márcia Rodrigues (UFES)

Prof.ª Dr.ª Pablo Ornelas Rosa (UVV)

A INTERNET E A RESSIGNIFICAÇÃO DO USO DA MACONHA

Alanna Oliveira Santos
UFRB

Resumo: Este trabalho busca observar o papel da internet na ressignificação da identidade de usuários de maconha através da Análise de Discurso dos sites antiproibicionistas Hempadão e Growroom. Encarando a internet como mais um espaço de interação social onde atuam diversas forças em conflitos, mas que abre espaço para que grupos minoritários possam se organizar e difundir suas ideologias e estilos de vida específicos, possibilitando o fortalecimento de discursos não hegemônicos que vão redefinir a imagem do usuário de maconha, fortalecendo estes enquanto grupo identitário com valores morais e culturais específicos e mobilizando politicamente em favor de mudanças na legislação e na forma como a sociedade encara a maconha e seu usuário.

Palavras-chave: maconha; internet; análise de discurso.

Abstract: This work seeks to observe the role of the Internet in the resignification of marijuana users' identity through Discourse Analysis of the anti-prohibitionist websites Hempadão and Growroom. Looking at the internet as another social interaction space where various forces work in conflict, but that leaves room for minority groups to organize themselves and spread their specific ideologies and lifestyles, making possible the strengthening of non-hegemonic discourses that will redefine the image of the marijuana user, strengthening these as identity group with specific moral and cultural values and mobilizing politically in favor of changes in legislation and in the way society sees marijuana and its user.

Keywords: marijuana; internet; discourse analysis.

Introdução: Contexto histórico do uso da maconha no Brasil

Embora os portugueses ao chegarem ao Brasil, em 1500, já tivessem conhecimento sobre a *cannabis*, é provável que ela tenha chegado aqui através de africanos escravizados. É o que indica o uso das palavras: "maconha", "diamba", "liamba", "riamba", "cagonha", "aliamba", "bongo", "ganja", "gongo", "marigonga", "maruamba", "namba" e "pango", todas de origem africana, para designar a *cannabis* no Brasil (MOTT, 1984, p. 123). Assim, como outros elementos da cultura africana, o seu uso foi reprimido e criminalizado.

Baseado em discursos médicos-sanitaristas, difundiu-se a ideia de que os usuários de maconha eram vadios, pervertidos sexuais, prostitutas, gays "rixosos", "agressivos", capazes de praticar "violências e crimes" e que seu uso causaria delinquência, imbecilidade e até mesmo a morte (CARNEIRO, Henrique, 2010).

Nos anos 60, o uso da maconha passa a espalhar-se também pela classe média, principalmente entre jovens e intelectuais que buscavam um estilo de vida alternativo, em que pudessem ser livres para pensar o que quisessem, e experimentar outras formas de percepção,

inspirados no movimento hippie. Este estilo de vida foi alvo do interesse dos militares que governavam o país e tentavam impor uma conduta moral (MACRAE & SIMÕES, 2000).

Esses dois estereótipos de maconheiro irão povoar o imaginário do brasileiro até os dias atuais, sendo constantemente reiterado pelos meios de comunicação tradicionais, variando entre o marginal, o vagabundo e o hippie, o surfista, conforme a cor da pele e classe social.

Em 1980, inicia-se no Brasil o debate sobre a legalização da maconha e, até o final da década de 90, esta discussão se restringia às universidades e dificilmente era pauta dos meios de comunicação tradicionais, cuja abordagem era comumente voltada para os malefícios da substância e o tráfico, sempre reiterando o caráter perigoso da planta (JUNIOR, Osvaldo, 1985).

Com o surgimento e a popularização da internet, outros atores sociais, que não detêm o poder dos grandes meios de comunicação, puderam expor outros pontos de vista sobre diversos temas, dando força a discursos que não estão presentes nos meios tradicionais de comunicação.

Começam, então, a surgir blogs, sites e perfis em redes sociais com viés antiproibicionista, voltados principalmente para os usuários, com conteúdo informativos acerca de leis, histórias, hábitos, produções artísticas e outros temas relacionados à maconha, apresentando não só um novo tipo de maconheiro, mas toda uma cultura relacionada ao uso da maconha.

O objetivo deste estudo é observar a representação do maconheiro nesses espaços e a importância deles para a construção de uma nova identidade do usuário de maconha. Buscando compreender de que forma esses discursos fortalecem as articulações de movimentos como a Marcha da Maconha e projetos de lei para a sua regulação, impactando politicamente a sociedade e pautando a mídia tradicional.

Para tanto, analisaremos dois sites dentre as dezenas que compõem o cenário atual. São eles: o Growroom (2002), pioneiro em levantar o discurso em prol à legalização e incentivar o cultivo caseiro como alternativa ao tráfico e o Hempadão (2009) que inova apresentando uma variedade de conteúdos que abordam aspectos culturais, políticos e sociais atuando também como canal de entretenimento.

1. A internet e a emergência de discursos não hegemônicos

A sociedade contemporânea é marcada pela velocidade de informações e o contato entre diferentes culturas proporcionado pela globalização. Dentro deste contexto, a internet surge como uma ferramenta ainda mais integradora, capaz de conectar pessoas do mundo

inteiro através de uma complexa rede virtual. Com o surgimento das redes sociais, esta interação se tornou ainda mais sofisticada e os usuários da rede não só têm acesso a conteúdo produzidos no mundo inteiro de maneira instantânea, mas se tornou capaz de interagir com esses conteúdos e com essas pessoas de maneira cada vez mais real e dinâmica.

Dessa maneira, a internet tem propiciado um espaço virtual de interação e convívio social. Através dela é possível saber o que seus amigos, bandas favoritas, personalidades pensam e fazem em tempo real. Dentro deste contexto, o usuário é também o produtor de conteúdo dos mais diversos tipos, surgindo a possibilidade de fazer emergir outros discursos que comumente não são divulgados pelos meios de comunicação tradicional por não fazerem parte do pensamento ideológico dominante.

Assim, torna-se cada vez mais fácil o acesso a diversos conteúdos produzidos por minorias e grupos culturais não dominantes. Essa difusão vai gerar um impacto em como esses grupos são vistos pela sociedade e como veem a si mesmos, perpassando as fronteiras da identidade cultural e de grupo.

Ao observar o caso dos usuários de maconha, popularmente conhecidos como maconheiros, percebe-se que a internet tem sido um importante meio para que este grupo ganhe visibilidade e uma identidade diferente daquela mostrada pelas instituições tradicionais que criminalizam seu uso e o usuário, tendo ainda papel fundamental na articulação de um movimento prol legalização da maconha no Brasil. Existem movimentos como a Marcha da Maconha cuja sensibilização é feita quase que exclusivamente pela internet, e projetos de lei encaminhados ao congresso através do recolhimento de 20 mil assinaturas apenas no meio virtual.

2. Identidade e Análise do Discurso

Os sujeitos e suas identidades são resultados de sua interação com a sociedade. É através dessa interação, que são passados ao indivíduo os valores, regras e condutas que devem ser seguidos no convívio social (LARAIA, Roque, 2001).

Todo esse arcabouço cultural é construído e transmitido por gerações e diversos mecanismos coercitivos são acionados para enquadrar os membros da sociedade a essas regras. Esses mecanismos vão desde o uso da violência física e sansões econômicas aos mecanismos como coloca Peter Berger: “Mecanismos de controle a um só tempo muito potentes e muito

sutis são constantemente aplicados ao transgressor real ou potencial. Tratam-se dos mecanismos de persuasão, ridículo, difamação e opróbrio" (BERGER, PETER, 2007, p. 84).

Dessa forma, os indivíduos que transpõem as regras do que é correto, moral e lícito sofrerão punições como sanções legais, difamação e exclusão sistemática do convívio social. São rotulados como desviantes e esse rótulo marcará a sua existência e sua relação com o outro. Esse processo tem papel importante na construção da identidade do sujeito que se constrói a partir de atos de reconhecimento social, contribuindo para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (BERGUER, 2004).

Para além das formas de coerção, o poder ideológico atua no sentido de conformar o sujeito às regras existentes. A Ideologia é a maneira como um determinado grupo social, em uma época histórica determinada, vê o mundo, os sentidos que atribuem a esse mundo. No entanto, como a sociedade é hierarquizada, as ideias de um grupo dominante se sobrepõem a de outros grupos, fazendo com que os sujeitos reconheçam aquelas ideias como suas. Logo, todos compartilham dos mesmos valores como naturais.

A ideologia então ocorre em formas materiais e age através da interpelação dos indivíduos como sujeitos, inserindo-os "em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos" (BRANDÃO, 2004, p. 26). Assim, as instituições como a religião, escola, família, imprensa, etc., representam um importante papel na hegemonia ideológica, já que é através deles que as ideias do grupo dominante irão ser reproduzidas como ideias comuns a todos.

> Como um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUI, 1981, p. 113).

Por sua vez, o discurso é uma das instâncias em que a ideologia se concretiza materialmente. Dessa forma, a Análise do Discurso se apresenta como um método que tem por objetivo percebermos textos às marcas da exterioridade. Para isso, ela busca encontrar no texto as influências históricas e sociais a que os sujeitos estão submetidos na construção do seu discurso. E, como "não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia" (ORLANDI, 2009, p. 17), perceber que o sujeito ocupa um papel importante na análise do discurso. E ele é sempre marcado por outros discursos que estarão presentes na constituição

do seu texto, nunca sendo completamente puro, o sujeito é composto da sua relação com outros sujeitos, incorporando o outro como parte de si.

> O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso. [...] Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos (BRANDÃO, 2004, p. 36).

O sujeito, para a Análise de Discurso, é profundamente marcado pela exterioridade, ele é essencialmente histórico e consequentemente ideológico e é através da língua que ele manifesta sua subjetividade, é nela que o seu discurso se materializa.

Vale lembrar que o discurso não é algo estático e imutável, mas que ele vai se transformando de acordo com as transformações históricas e sociais e com os embates ideológicos dentro da sociedade. Ao analisar um discurso, portanto, é necessário se considerar as condições em que ele é produzido, desde o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam até a imagem que fazem de si, do outro e do referente. De que forma então a interação entre os usuários de maconha com os discursos tradicionais e os discursos antiproibicionista sobre o uso vão ajudar a compor um repertório próprio que dê significado ao seu pertencimento ao grupo dos maconheiros?

O usuário de maconha tem sua identidade marcada pelo desvio das regras de condutas da sociedade. Mesmo que o uso não tenha sido descoberto e as sanções devidamente aplicadas, o medo de ser descoberto e o estereótipo criado acerca do uso marcam a sua experiência (BECKER, Howard, 2008).

No entanto, o próprio uso da maconha se constitui como uma atividade social. A iniciação no uso e todo o processo de aprendizado dos efeitos, dosagens e formas de uso e a consolidação como um usuário regular se dá através do contato com outros usuários e no aprendizado de uma série de regras, costumes e comportamentos que vão defini-lo como membro do grupo, como parte daquela cultura (BECKER, Howard, 2008).

Os meios de comunicação tradicionais são importantes mecanismos de reprodução ideológica. Através deles é reiterado o que é bom e o que é ruim para uma sociedade e o que deve e o que não deve ser feito pelos indivíduos que a compõe. Essas mídias tradicionais representaram o uso da maconha como algo potencialmente perigoso para a sociedade. A

imagem dos usuários varia entre o criminoso, o vagabundo e o viciado, marcando profundamente como a sociedade enxerga estes sujeitos.

Há duas décadas, as relações sociais eram bastante delimitadas por um espaço físico e temporal. A influência desses meios de comunicação tradicionais raramente era contestada. Com o advento da internet e principalmente da web 2.0, surgiu uma necessidade mundial de estar conectado a esta rede, de aderir a esta nova dimensão social onde os limites das relações sociais convencionais transpõem os limites dos espaços físicos, criando novas formas de se comunicar e se relacionar.

O grande feito da internet, neste sentido é o de transpor fronteiras, conectar pessoas e permitir a comunicação instantânea e eficiente dentre diversos grupos ao redor do mundo. Isso permite que grupos de pessoas movidos por um interesse em comum venham a se organizar e a articular ações tanto no espaço virtual quanto nos espaços físicos, borrando as fronteiras entre o real e o virtual e fazendo emergir outros discursos. Scherer – Warren apontam que a sociedade da informação teria:

> [...] a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa. Portanto, as redes desempenhariam um papel estratégico, enquanto elemento organizativo, articulador, informativo e de "atribuição de poder" (SCHERER - WARREN, 2006, p. 222).

É neste sentido que buscamos nesta pesquisa identificar o papel da internet enquanto rede virtual que permite a reprodução de um discurso não hegemônico sobre o uso da maconha, empoderando os seus usuários no sentido de se afirmarem enquanto cidadãos normais e saudáveis com hábitos e costumes próprios de uma cultura específica e através disso se articular em redes de movimentos em prol da legalização da maconha, tanto na web quanto em marchas e manifestações em todo o país.

3. Growroom e Hempadão - O discurso e a ressignificação do uso da maconha

Os dois sites analisados foram os primeiros em um segmento informativo que hoje se encontra em expansão, com dezenas de sites, blogs e páginas em redes sociais que defendem a bandeira antiproibicionista. O Growroom (2002), pioneiro em levantar o discurso pró legalização e incentivar o cultivo caseiro como alternativa ao tráfico e o

Hempadão (2009) que inova apresentando uma variedade de conteúdo que aborda aspectos culturais, políticos e sociais atuando também como canal de entretenimento.

O site Hempadão surgiu como blog em 2009, quando "Não existia nenhum lugar onde o brasileiro pudesse acompanhar diariamente notícias e a evolução ou retrocesso da cultura da cannabis" (Hempadão, 2015). Formado por "jornalistas e jovens de todas as idades em busca da construção de um espaço livre de compartilhamento de ideias e ideais. Através de música, poesia, informação, vídeos, filmes, tiras, memes, desenhos, vlogs, ufff" (Hempadão, 2015), o site conta hoje com 34 quadros divididos em cinco editorias.

O site inova apresentando uma variedade de conteúdo que aborda aspectos culturais, políticos e sociais atuando também como canal de entretenimento. Tendo como slogan "Larica de informação", faz alusão a fome que é conhecida como um dos efeitos do uso da erva, nesse caso a fome de informação de seus usuários. Assim, como o slogan, as seções temáticas em que é dividido o site também fazem trocadilho com outros hábitos, gírias e expressões que compõem a cultura dos usuários, como os quadros "Chapa 2", ConverSativa e DesenhOnda.

Com trocadilhos que a todo o momento fazem alusão a um determinado modo de ser, pensar, agir, a padrões e gostos culturais, a página, para além de produzir novos sentidos, desafia a forma como a maconha é convencionalmente tratada. Ao colocar seu uso como parte de uma cultura específica, da qual fazem parte políticos, artistas, jovens e trabalhadores, milita constantemente para a saída do "armário", para o cultivo caseiro, uso medicinal e pela mudança na legislação.

Em seus quadros são abordados assuntos diversos, desde músicas e vídeos que abordem a temática, famosos que usam ou defendem o uso, sessões de ensino sobre cultivo, redução de danos, marcha da maconha, militância, legislação, repressão policial, espécies de maconha, história do uso, uso ao redor do mundo, etc. Conta ainda com espaços publicitários que permitiram que o blog se transformasse em site. Dentre seus patrocinadores estão tabacarias e lojas de cultivo.

Já o site Growroom, embora produzam conteúdo jornalístico que também abordam ativismo, legislação, uso medicinal, dentre outros temas de interesses dos usuários e defensores da legalização, tem como principal bandeira a defesa do cultivo caseiro, como alternativa ao tráfico, e como diferencial um fórum em que usuários e principalmente cultivadores de todo o país trocam informações, em especial sobre o plantio caseiro, mas também sobre outras temáticas que envolvem o universo da maconha. Assim como o

Hempadão, essa característica já pode ser percebida tanto pelo seu nome, que tem como tradução livre para o português "sala de cultivo", e se refere ao cultivo feito em espaços fechados, como pelo seu slogan "Seu espaço para crescer" remetendo às dicas e informações trocadas para um cultivo mais eficiente.

Considerações Finais

Esta pesquisa ainda se encontra em andamento. No entanto, os dados analisados nos permitem perceber algumas formações discursivas que vêm ganhando destaque nos sites analisados, em especial o discurso do usuário autossuficiente, que plantam sua erva e não financiam o tráfico, que pode ser resumido pelos slogans "Não Compre, plante" e "Jardineiro não é traficante".

Há ainda o discurso do uso medicinal da planta que vem alcançando uma repercussão cada vez maior, inclusive pautando meios de comunicação tradicionais. Através dele sãos explorados os diversos usos médicos da erva, fortalecendo a discussão inclusive a nível político, provocando modificação na legislação brasileira a favor do uso medicinal.

Encontram-se também debates sobre segurança pública, relatos de usuários e uma série de produtos culturais que deverão compor o estilo de vida do usuário, que em momento algum é tratado como criminoso, mas como um indivíduo politizado, pertencente a um grupo cultural específico que busca liberdade para fazer suas próprias escolhas.

Obviamente não se pode fugir da questão de quem produz esses discursos. O quadro de ativistas responsáveis por ambos os sites são majoritariamente homens, brancos, de classe média e alta do sul e sudeste do país. Este fato estará relacionado aos discursos produzidos, visto que o estilo de vida pregado reproduz em maior ou menor nível o estilo de um grupo social específico que deverá ser seguido pelos outros usuários.

Dessa perspectiva, será que todo usuário tem condições de praticar o cultivo caseiro, em especial o indoor, que exige altos investimentos com estufas, lâmpadas e demais equipamentos? Será que o jovem usuário negro de periferia, muitas vezes, preso por tráfico por portar pequenas quantidades de maconha pode plantar para o seu próprio consumo? E o trabalhador que depende de seu trabalho para sustentar sua família poderá sair do armário? Para qual tipo de usuário esses conteúdos são verdadeiramente pensados?

Esses são questionamentos que podem e devem ser feitos ao se pensar nas formações discursivas produzidas por estes sites. Um novo e revolucionário discurso emerge de suas produções, uma militância que vem alcançado resultados concretos em termo de mudança de legislações, alcance de público e principalmente de levantar o debate acerca deste tema de relevância pública.

Os usuários, quer sejam de periferias ou de bairros nobres, agora contam com um elaborado repertório discursivo em defesa de seus hábitos, podem agora compartilhar experiências, informações, gostos. Não usuários que buscam conhecer um pouca mais sobre a maconha se deparam com um leque cada vez maior de respostas à suas questões, que podem tanto levá-lo a concluir que a maconha é uma droga pesada, que causa dependência e leva ao uso de outras drogas, ou que é uma planta, consumida por milhões de pessoas em todo o mundo, de diversas classes sociais, seja como remédio, como forma de contato com o divino ou de maneira recreativa e que esse uso poderá trazer benefícios e malefícios, dependendo de quem usa e de como se usa. É esta possibilidade de dar visibilidade à multiplicidade de formações discursivas, em tensões constantes, que fazem parte do jogo ideológico a possibilidade de emergir e de atingir pessoas, usuárias ou não, fazendo da internet um importante instrumento nesse jogo de poder.

Referências

BECKER, Howard S. **Outsiders:** Estudo de sociologia do desvio. Jorge Zahar, 1° edição, Rio de Janeiro, 2008.

BERGUER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas:** Uma visão humanística. Vozes, 29° edição, Petrópolis, 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine**. Introdução a Análise do Discurso**. Editora Unicamp, 2ª edição, Campinas, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Henrique. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Disponível em: <http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=266>. Acesso em 16 abr. 2010.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia.** Brasiliense, 1981, 3ª Edição

JUNIOR, Osvaldo Pessoa. A liberação da maconha no Brasil. In: HENMAN, Anthony, JUNIOR, Osvaldo Pesssoa (org). **Diamba Sarabamba:** Coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. EditouraGround, São Paulo, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** Um conceito antropológico**.** Jorge Zahar, 14°edição, Rio de Janeiro, 2001.

MACRAE, Edward, SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de fumo:** O uso da maconha entre camadas médias urbanas. EDUFBA. Salvador, 2000.

MOTT, Luiz. **A maconha na história do Brasil.** 1984. In: HENMAN, Anthony,

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso, princípios e procedimentos**. Pontes, 8ª edição, Campinas, São Paulo, 2009.

SABINA, Maria (org.). **Maconha em debate**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

SANTOS, Rafael Guimarães. **Um panorama sobre a maconha**. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_ blob=481>. Acesso em 16 abr. 2010.

SCHERER, Ilse Warren. **Redes sociais na sociedade de informação.** In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CARIOCA EM "TONS" DE PRETO: POR UMA OUTRA REGIONALIZAÇÃO DOS GRUPOS SUBALTERNIZADOS NA METRÓPOLE CARIOCA[1]

Andrelino Campos
PPGG - FFP/UERJ

Vinicius da Silva Seabra
PPGG - FFP/UERJ

Nilo Sérgio Modesto
PPGG - FFP/UERJ

Hebert Calvosa Guimarães
FFP/UERJ

Resumo: A partir da perspectiva da segregação sócio espacialmente induzida contínua, *como um dos elos para compreender a expansão do tecido urbano carioca interligando-a a apropriação espacial dos grupos autodeclarados negros/pardos*, tomados aqui como *"campo negro" (tese elaborada por Gomes, 1995*). A espacialização do grupo em foco tem as raízes na história, entre o final do século XIX ("fim" do trabalho escravos) e o meado do século XX (posteriormente incorporação dos ex-escravo como mão de obra livre ao espaço urbano). A espacialização de negros envolve, ao mesmo tempo, espaços segregados (favelas isoladas conflagradas e favelas sem conflitos iminentes, conjunto de favelas estruturalmente conflituosa), juntamente com subúrbios (em tese não são espaços segregados) cortados por três principais ramais da estrada ferro (ramais de Deodoro; Auxiliar e Mangaritiba). Em função desta dinâmica, resolvemos propor outra regionalização que contemple a permanência de negros com grandes percentuais em algumas regiões da cidade, segundo o IBGE (2010). Além dos bairros que estão ás margens das estradas de ferro, os demais serão agrupados com a seguinte lógica: (a) bairro que se encontram na orla marítima – da Baia de Guanabara em direção a São Conrado e Barra da Tijuca; (b) Jacarepaguá e Ilha do Governador; (c) bairros da área central e grande Tijuca. Como resultado da preliminar da pesquisa (Censo 2010), temos que, 60% da população do ramal de Mangaratiba se autodeclaram da cor ou raça preta ou parda; enquanto da Glória até São Conrado, os números se reduzem a 24%; e na Barra da Tijuca e adjacência (27%).

Palavras-chave: campos negros; estrada de ferro; regionalização da cidade do Rio de Janeiro.

Abstract: From the perspective of socio-spatially continuous induced segregation as one of the links to understand the urban expansion of the city of Rio de Janeiro, linking it to space appropriation of the self-declared color groups or black or brown race, taken here as "field black" (thesis elaborated by Gomes (1995). The spatial focus group has its roots in history, from the late nineteenth century ("end" of slave labor) and the mid-twentieth century (later incorporation of former slave and free labor to urban space). The specialization of black people surround, at the same time, segregated spaces (isolated slums conflagrated and slums without imminent conflict, group of structurally conflicting slums), together with suburbs (in theory are not segregated spaces) crossed by three main branches of the railroad (extensions of Deodoro, Auxiliary and Mangaritiba). Due to this dynamic, we decided to propose another regionalization that contemplate the permanence of black with large percentages in some areas of the city, according to IBGE (2010). Besides the neighborhoods that are on the banks of the railways, the other will be grouped with the following logic: (a) district that are on the waterfront – the Guanabara Bay towards São Conrado and Barra da Tijuca; (b) Jacarepagua and Ilha do Governor; (c) districts of the downtown

[1] Agradecemos a FAPERJ pelo apoio dado para a realização deste trabalho.

area and large Tijuca. As a result of preliminary research (the 2010 Census), we have 60% of Mangaratiba extension of the population declared themselves black or brown race or color; while the Gloria to São Conrado, the numbers are reduced to 24%; and in Barra da Tijuca and adjacency (27%).

Keywords: black field; railroad; regionalization of the city of Rio de Janeiro.

Introdução

Pensar que a cidade é constituída por conteúdos e representações sociais diferentes, perfazendo também histórias muito distintas, é uma perspectiva lógica. Entretanto, tendemos a acreditar que a história de uma cidade ocorre em movimentos que não se traduzem em totalidades únicas, por mais que o discurso dos grupos que controlam as estruturas de poder faz da sua história, a história de todas as pessoas que vivem determinados recortes espaciais. Não é possível. Nem todos descendentes de escravos, ou italianos, nordestinos, mineiros, nem tampouco, professores, operários vivem as mesmas experiências espaço-temporais, mas existem particularidades que se distinguem da universalidade, o que não permite que a história tenha movimento de acordo com a universalidade. Neste sentido, parte da história do Rio de Janeiro deve ser contada a partir da instituição das freguesias rurais consorciadas aos assentamentos dos trilhos ferroviários, um dos responsáveis pela formação dos subúrbios cariocas[2].

Os subúrbios, na concepção dos discursos autorizados sobre a cidade, considerando a metrópole carioca como uma totalidade, são sempre representados como "imagem do atraso", ligando-se, sobretudo, às estruturas tradicionais, contrapondo com o movimento da modernização da área central e da Zona Sul.

Sendo assim, propomos como objeto deste trabalho, *a permanência dos campos negros nos subúrbios, formados pelo assentamento dos trilhos ferroviários desde o meado do século XIX até o meado do século XX, na metrópole carioca*. Por outro lado, sabe-se que o sistema sobre trilhos, também incorporou os bondes, que no pensar de Fernandes (2011), Abreu (2013) entre outros autores, foi importante para formação dos subúrbios, mas na nossa avaliação, esta importância foi muito limitada, cabendo em grande parte aos trens suburbanos.

Os objetivos desta proposta são:

a) Compreender a permanência dos grupos autodeclarados da cor ou raça preta ou parda, formando os contingentes negros nos subúrbios constituídos pelos ramais das linhas

[2] Como defende Fernandes (2011) em "O rapto ideológico da categoria subúrbio".

auxiliares (Leopoldina, Estrada de Ferro Rio d'Ouro, Estrada de Ferro do Norte, entre outros pequenos ramais); Estrada de Ferro Central do Brasil (em dois trechos: ramal Deodoro (até Ricardo de Albuquerque) e o Ramal Mangaratiba[3]);

b) Propor uma nova regionalização onde os subúrbios tenham centralidade na análise, tendo em vista a grande concentração de autodeclarados da cor ou raça preta ou parda, segundo o IBGE (2010).

Trabalhar com os campos negros se justifica teoricamente em função que, ao mesmo tempo, permite a análise de um conjunto de bairros que se estendem por diversas partes da cidade, onde há uma alta concentração de autodeclaração de pessoas da cor ou raça preta ou parda, mas, por outro lado, também com os problemas urbanos que são promotores de vulnerabilidades socioespaciais tornam-se complicadores da sociabilidade urbana. Desta forma, os procedimentos metodológicos serão examinados levando-se em consideração algumas perspectivas, como a formação e permanência dos *campos negros* que necessitam de aportes teóricos oriundos da Geografia: lugar, território e região:

a) Lugar: grande parte dos bairros que serão analisados se inscreve no contexto da dita "cidade formal". Estes subúrbios, apesar dos estigmas, da discriminação e dos preconceitos são espaços que contém todos os conteúdos urbanos, desde lugares estruturados, favelas, bairros de classe média, loteamentos sem a regulação do Estado, condomínio fechados, lugares conflagrados e bairros até sem a violência acentuada, entre outras possibilidades. Portanto, aqui não se tratam apenas de espaços segregados em sua modalidade induzida, cabendo, então, as demais percepções sobre a cidade que conduz ao *imaginário da violência urbana*[4];
b) Território: tendo em vista que as favelas são consideradas pelo *imaginário* popular, como o lugar do conflito (reforçados pela visão muitas vezes preconceituosas dos

[3] RODRIGUEZ, H. S. A formação das estradas de ferros no Rio de Janeiro: resgate da sua Memória. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem/Open Plus Gráfica Editora Ltda., 2004.

[4] Uma rápida verificação nas mídias impressas, digitais ou televisivas, observar-se que grande parte dos bairros e das favelas cariocas (são quase 1.500 favelas) não produzem notícias que mereçam aparecer nos meios de comunicação. Isto pode ser indicador importante e revelador, pois aponta que nem toda a cidade está em conflito, como o imaginário popular é levado a pensar. De outra maneira, entendem-se por *imaginário da violência urbana*, o descompasso entre a experiência urbana das pessoas e/ou sujeitos da ação (Campos, Fernandes França & Fernandes, 2009; Campos, 2011; que vivem cada cidade, os dados sobre violência urbana e as produções de notícia sobre produzida. Entre a experiência urbana e tudo que se diz dela, causa uma sensação de insegurança e anuncia para os que estão fora, uma percepção que toda a totalidade da cidade é perigosa. Está sensação, para o nativo é diferente, pois ele pode considerar outros espaços de sua cidade como perigoso, excluindo os seus espaços de sociabilidades, como diferentes de outros. Espaço/tempo.

administradores públicos da cidade, associados aos meios de comunicação que, também de forma preconceituosa, tratam estes espaços como território favelado – e, mais recentemente, complexos de favelas, reduzem as possibilidades de ampliar a autoestima das pessoas que habitam estes recortes espaciais;

c) Conceito região: será usada para dar sentido aos conteúdos sócio-espaciais que estão reunidos pela pseudo-homogeneidade interna, apesar de cada lugar manter a sua singularidade no interior do recorte tratado. Por outro lado, a regionalização (Haesbaert, 2010) será proposta, como consequência lógica sócio-espacial, política e histórica da expansão da cidade tendo em vista uma mudança de olhar do complexo que envolve parte da orla da baia de Guanabara, bairros oceânicos e lagoas.

1. A constituição das freguesias rurais no Rio de Janeiro, séculos XVI e XIX, alguns apontamentos sobre a formação da porção norte e oeste do território carioca.

Explicar, em pleno século XXI, a grande presença de contingentes negros no oeste da cidade do Rio de Janeiro, poderia ser uma tarefa não muito difícil, pois a história dos quase 60 anos (1960-2015) de atuação do poder público, em produzir "deslocamentos"[5] da população das áreas de interesse do capital imobiliário, não se constitui em novidade no cenário carioca. Esta explicação contempla parte da história, pois, por mais que seja violenta e impactante o processo de remoção das famílias da porção Sul da cidade e área central da cidade, já era uma prática regulada pelo Estado desde 1870, quando foi proibida a reforma de cortiços e casas de cômodo, prosseguindo com a política do "bota-abaixo" de Pereira Passos, no início do século XX (Abreu, 2013; Valadares (1980, 31) Sodré (1988), Chalhoub (1996a e 1196b); Campos (1998 e 2012) entre outros autores. O fato é que, grande parte das famílias, que sofreram tais processos, era pobre e, fundamentalmente, negra[6].

Em relação às freguesias fluminenses, principalmente aquelas inseridas no contexto carioca, elas são responsáveis pela organização do território da capital do Brasil Império.

[5] Tremo adotado mais recentemente pelos gestores públicos, para evitar a carga de negatividade que o usado anteriormente – remoção de favelas, de cortiços, porém o impacto é mesmo sobre as populações pobres, sobretudo negras, que vivem nas cidades brasileiras, principalmente na metrópole carioca.

[6] Entende-se como "negra", o resultado da tomada dos censos demográficos, os que se auto declaram da cor ou raça preta ou parda. Ao longo da história do país, sobretudo, os Censos Demográficos de 1824 e 1872 apresentaram resultados muito distintos. Enquanto em 1824 a população de forros, livres e escravos eram superiores a população branca. Em 1872 a população branca teve o crescimento substancial, visto que, em algumas estatísticas, houve a incorporação do contingente de pardos aos grupos de brancos. Neste sentido, o movimento negro passou a reivindicar que os pardos, os não-brancos, fossem considerados também negros (Campos, 2006).

Segundo Fridman (2009, p. 94), a freguesia, designação portuguesa de paróquia, é um território submetido à jurisdição espiritual de um pároco ou vigário que também exerce a administração civil. Desta forma, as freguesias servem para se entender um país; ou seja, a formação de seu território desde as unidades mais modestas – arraias, aldeias, povoados e freguesias – até as vastas extensões que acabam por delimitar suas fronteiras (p. 95).

Em relação à vida política, a autora dirá que:

> A vida política também possuía caráter local: se o início de uma pequena povoação era sempre um cruzeiro ou capela, cuja acomodação dependia do patrimônio do santo, isto é, das terras doadas pelos grandes proprietários fundiários, tal fato pode ser interpretado como um sistema patriarcal do domínio político e uma mistura entre a coisa pública e o negócio privado na ordem espacial (p. 96).

No que diz respeito à propriedade da terra, propriedade de escravos, três fatos podem ser considerados chaves na explicação da produção de riquezas neste país, escolhendo os "privilegiados" a serem diferenciados ao longo da história. Troca de sentido do que representava riqueza. Se o escravo valia muito até a proibição do tráfico de negreiros, no período que antecede a abolição, perdeu o valor, representando dificuldades para os grandes proprietários rurais. A propriedade da terra substitui como forma de acumulação de riquezas, o que pode ser explicado pela promulgação da Lei de Terras, que favoreceu os grandes proprietários. Juntam-se a esta tese, o desejo de europeização, realizado por meio de importação dos trabalhadores italianos. Esta é primeira chave explicativa[7]. Neste sentido, Fridman dirá:

> A promulgação da Lei de terras e o seu regulamento consolidaram legalmente a propriedade privada, formaram um mercado capitalista de terras e permitiram o surgimento de inúmeros latifúndios já que não havia mais a restrição de tamanho de área. Novas doações foram proibidas e as terras devolutas, vendidas. A Lei dispunha ainda das sesmarias cujos

[7] Paulo Cesar Xavier Pereira, em palestra proferida no simpósio "Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)", na mesa 1: "Territórios negros, apropriação e sociabilidade urbana", defendeu que na "crise dos braços – falta de escravos", a riqueza teve seu sentido trocado – da propriedade de escravos para a propriedade de terra, onde a terra passou a representar a riqueza. Pereira, ainda afirmou que: "Os fazendeiros paulistas exerceram forte pressão para que os negros permanecessem fora do que hoje é a área central de São Paulo, sobretudo impedindo que se ocupassem nos trabalhos na construção civil e outras atividades, cedendo lugar aos italianos, que se tornaram os trabalhadores mais bem pagos do período. Então de 1890 a 2010, criou-se um sistema de privilégios e a manutenção do afastamento dos grupos negros. Diz ainda Pereira, que, ao final destes anos, os nativos (incluindo os negros) puderam ser contratados, mas o valor da mão de obra era infinitamente menor do que aquele pago aos italianos anteriormente (Paulo Cesar Xavier Pereira, em palestra proferida no simpósio "Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)", na mesa 1: *Territórios negros, apropriação e sociabilidade urbana*) , realizado no Instituto de Ciências Humanas, Estudos Afro-Brasileiros, Eventos e Urbanismo da USP em 24 a 26 de agosto de 2015.

> foreiros não preenchessem as condições legais. Tal norma satisfez aparentemente os objetivos da elite agrícola brasileira que resumiam-se aos posseiros e a todos que não houvesse cumprido as exigências relativas à concessão legal, como também nas condições de financiamento à produção agrícola. Foram afirmados o domínio de terras pelos grandes proprietários face à eminência do fim do trabalho escravo e a promoção da pequena propriedade como forma de atração de imigrantes (2009, p. 477).

Prossegue a autora: "A Lei, que proibia novas invasões e impedia o acesso a esse meio de produção por uma grande parcela da população, *[incluía os negros livre ou forros]* criava, por outro lado, condição para o estabelecimento de mercado para terras recebidas gratuitamente" (Fridman 2009, p. 477, destaque do autor). Esta seria a segunda chave, a Lei de Terras, que constitui privilégios, confirmando a tese levantada por Pereira (2015; ver nota).

Este fato irá repercutir na economia paulista, mas acredita-se que também em todas as partes do país, secundarizando os negros, alijando, de certa forma, do mercado de trabalho, mas também o afastando do mercado de terras. Estas condições ganham permanências na estrutura da apropriação dos meios de produção como aponta João B. Borges Pereira (2001, pp. 258-259):

Tabela 1 - Total de empregadores e trabalhadores por conta própria, segundo a cor, no estado de São Paulo, 1950.

Atividade	Categoria	Total	Participação % por cor na atividade econômica de São Paulo	
		Geral	Branca	Negra
Por conta própria	Indústria de transformação	27.087	90	7,9
	Comércio de mercadorias	70.571	92	3,1
	Comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	5.843	95	1,7
	Total geral de todos os trabalhadores que estavam por conta própria	530.870	87	7,5

Fonte: Pereira (2001: 259) apoiado no Censo Demográfico de 1950.

Os dados mostrados por Pereira (2001) são trágicos para os negros: para a "Indústria de transformação" encontram-se apenas 7,9 de 27.087 trabalhadores; também no Comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização, dos 58.843, encontram-se apenas 1,7%. Isto começa a demonstrar como a vida deste grupo foi sempre atingida com violência

econômica, criando-lhes vulnerabilidades. Se como empregador, a situação confirma a tese de Pereira (2015; nota 9), como trabalhador, por conta própria, a situação permanece a mesma.

Depois de examinar a permanência da questão negra em São Paulo, posição que, no Rio de Janeiro, também foi mantida, como será demonstrado em outra ocasião, seja pela questão econômica, seja pela renda, ou seja, pela educabilidade. Vamos retomar o tema ligado às freguesias. Fridman irá apontar uma mudança de lógica entre o século XVIII e o século XIX, quando afirma que:

> No século XIX presenciou-se nas Zonas agrícolas um significativo processo de mudanças sob o ponto de vista da questão fundiária. Se, no início do período, religiosos e senhores de engenho constituíram-se em seus grandes proprietários, a escrita não foi a mesma às vésperas do século XX. As alterações na configuração espacial [mostram] o parcelamento de grandes patrimônios até então existentes nas freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro (2009, p. 477).

Partindo da perspectiva adotada por Abreu (2013: 37-50), apoiado em Noronha Santos (1955), ao tratar da expansão da cidade, na segunda metade do século XIX, houve a incorporação das freguesias[8] rurais de Engenho Novo, Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha do Governador e Jacarepaguá que tiveram diferentes temporalidades e, quase sempre os mesmos processos foram responsáveis pela intensificação da ocupação da porção sul da cidade, da Glória/Laranjeiras; Glória/Botafogo/Lagoa e Botafogo/bairros Oceânicos.

Assim como as freguesias da área central tinham forte conteúdo urbano, freguesias de Inhaúma e de Irajá, Engenho Novo, Engenho Velho foram incorporadas, de forma precária, ao tecido urbano no meado do século XIX, sobretudo com o assentamento do transporte sobre trilhos. As grandes propriedades passaram a se constituir em sítios, fazendas ou loteamentos destinados às pessoas de menor posse, excluindo, neste momento, os negros. Como se pode lembrar, a Lei de Terras ainda vedava estes privilégios a estes sujeitos, mas eram concedidos aos migrantes, como afirmaram Abreu (2013), Fridman (2009). De acordo com Abreu (2013, p. 37-41), (1) a mobilidade, mesmo com a modernização do transporte sobre trilhos, era um privilégio para poucos; (2) apoiado nesta autora, pensa-se que, as freguesias de Inhaúma e Irajá até o momento da abolição detinham contingente de negros que, provavelmente, alimentavam diversos quilombos

[8] Segundo Fridman (2009) "A freguesia, designação portuguesa de paróquia, é um território submetido à jurisdição espiritual de uma cura que também exerce a administração civil. A palavra paróquia vem do grego *parochos* (aquele que fornece as coisas necessárias) ou *paroikia* (vizinhança; *para*, perto e *oikos*, casa). Trata-se de uma circunscrição eclesial em que se divide a diocese, palavra igualmente de origem grega e utilizada no Império romano, que tem o sentido de governo".

existentes na região, principalmente nas áreas consideradas mais afastadas para aquele momento (provocando imobilidades das pessoas que estavam nos marcos das normas do Império). Isto é uma possível explicação para permanência de autodeclarado da cor ou raça preta ou parda nos dias atuais em alguns bairros que estão contidos nestas antigas freguesias.

O fato destas freguesias paulatinamente serem incorporadas, não significa que todos tiveram o mesmo destino. Algumas freguesias permaneceram sob a antiga ordem, principalmente pela distância que se encontravam do centro do poder e da sociabilidade urbana, estas eram as freguesias rurais: Freguesia de Jacarepaguá, Freguesia de Campos Grande, Freguesia de Guaratiba, Freguesia de Santa Cruz:

a) Freguesia de Jacarepaguá

Segundo Fridman (2009, p. 478-480), desde o século XVI esta região, ocupada por enormes concessões territoriais aforadas, dedicou-se economicamente à pecuária e aos engenhos de açúcar, cuja produção expandiu-se no século XVIII conjuntamente à introdução dos cafezais, atividade que conheceu seu auge e decadência no século XIX. O contato com a cidade era pequeno, o que tornava a ação das igrejas de cada uma das fazendas o principal polo aglutinador das classes sociais.

A Baixada de Jacarepaguá, conhecida no período colonial como a Planície dos Onze Engenhos, é constituída hoje pelos bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá, incorporando ainda as sub-regiões: Camorim, Vargem Grande, Vargem Pequena, Taquara, De Fora, D'Água, Novo, Rio Grande, Serra, velho da Taquara e Restinga. Pela intensa atividade agrícola, precisava utilizar trabalho escravo intensivo para produzir tanto a matéria prima para os engenhos, como para a atividade plantio e outras fases das lavouras de café.

b) Freguesia de Campos Grande

Apoiado ainda em Fridman (2009, pp. 481-484), a freguesia foi reconhecida, em 1757, como de natureza pública, o que não impediu a violação de muitos grupos de latifundiários que fizeram fortunas. A região era muito extensa, da Estrada do Portela (limites com a Freguesia de Irajá), Campinho e Realengo (limites com a freguesia de Jacarepaguá), ao sul, delimitava com

as freguesias de Guaratiba e Santa Cruz; para leste com a serra do Mendanha. A economia era constituída por criação de gado e muares, plantação de café, milho, entre outros gêneros.

Nas terras realengas foi fundada a primeira zona militar: O Campo de Marte, com a escola de tiro e a Imperial Academia Militar (1859), o primeiro Batalhão de Engenharia (1897) e a fábrica de Cartuchos em 1898; no Campinho a fábrica de artigos pirotécnicos do Exército. Ressalta-se que a localidade de Bangu (sertão carioca) foi a região que apresentava fortes conflitos territoriais promovidos por grandes proprietários e lá foi instalada a Companhia Progresso Industrial do Brasil (1894) em função das vantagens locacionais: água em fartura, estrada de ferro e energia hidráulica.

Esta região, como veremos adiante, é uma das mais importantes pelo conjunto de população negra localizada até os dias de hoje em seus bairros. Também merecem ser observadas as dezenas ou mais de grandes conjuntos habitacionais que abrigam centenas de milhares de habitantes.

c) Freguesia de Guaratiba (1579)

De acordo com Fridman (2009, pp. 484-485) tinha como limite o rio Guandu ao rio Guaratiba e para a leste chegava a restinga de Marambaia. A economia girava em torno da cana de açúcar, engenhos, plantação de café e criação de gado. Como tem uma orla marítima, baias e oceânicas, acredita-se que também constituía como atividade voltada à pesca, como se encontra até os dias de hoje. Pelo que se tem notícia, foi uma região com a presença de muitos quilombos, apresentando até hoje, uma forte presença negra.

d) Freguesia de Santa Cruz

A origem está na fragmentação da freguesia de Guaratiba, ainda no século XVI. No início do século XVII, os jesuítas passaram a ser proprietários, até a expulsão em 1759. Merece destaque o Alvará de 26 de julho de 1813 que demarcou as terras foreiras ao Estado que não possuísse matas virgens, proibia também a derrubada de florestas no alto dos cumes e serras e demarcou um terreno em Sepetiba para fundar uma povoação de pescadores que, em troca da ocupação, pagariam um foro, mas "um módico reconhecimento para o senhorio por cada morador que ali edificar".

Como veremos adiante, as freguesias, Inhaúma, Irajá, Campos Grande, Santa Cruz e Guaratiba, serão base da formação dos subúrbios cariocas, considerados, sobretudo a partir da modernização dos transportes, entre os quais incluem os trens que cortaram o sertão carioca.

2. A constituição do subúrbio carioca: A permanência dos campos negros no cenário da metrópole carioca

A contraposição entre a porção sul da cidade (complexo formado pela orla da baia de Guanabara na direção sul, orla marinha envolvendo os bairros de Copacabana à Barra da Tijuca /Recreio dos Bandeirantes e as lagoas, que desde o século XIX, ganharam o imaginário dos grupos de dirigentes empresariais ligados ao mercado imobiliários da cidade do Rio de Janeiro). De certa forma, ligou-se a ideia de modernidade e modernização a forma como entendem Campos et. all. (2015, p. 76-96), quando o primeiro sustenta enquanto ideário as transformações do tecido urbano. Neste sentido, na contraposição, as demais partes da cidade, sobretudo as cortadas pelos trilhos ferroviários, representado pelos trens, sofreram de estigma e preconceitos, considerados como lugares do atraso.

A palavra subúrbio, segundo El-Kareh (2010, p. 19), significa subalternidade, tendo em vista o sufixo "sub", implicando em aglomerações que compõem o entorno da cidade, estabelecendo relações com as áreas centrais. No início, quando o termo começou a ganhar sentido entre nós, o subúrbio tinha como sinônimo "arrabalde". É desta maneira que o autor começa a tomar o termo quando pesquisa e descreve a visita de estrangeiros pela capital do Império. Escreve El Kareh (p. 21), "Começamos pela igreja da Lapa, vamos pela rua dos Barbosas (atual Evaristo da Veiga) até a Guarda Velha (atual Treze de Maio), passando o convento de Santo Antonio [...] daí para a praia, acompanhando o mar até o Mosteiro de São Bento". Aqui, o autor faz referência ao núcleo da área central, seguindo a orla da Baia de Guanabara.

Na descrição do viajante, continua o autor: "Por exemplo, da Glória a Botafogo havia apenas uma estreita senda de mula, que o uso alargara, tornando carroçável. [...] 'o mato escondia completamente o mar da nossa vista, e a estrada numa praia [praia de Botafogo], ali não tínhamos esperanças de encontrar mais nenhuma" (p. 21). Este quadro da direção sul, saindo da área central da cidade, segundo o relato do viajante, mostra o estado da arte da metrópole carioca no início do século XX. Outro fato importante é que a palavra subúrbio tinha como sinônimo o termo arrabaldes, era como a porção sul da cidade era conhecida.

Na produção da "categoria subúrbio" (Fernandes, 2011, p. 24), afirma que:

> O sentido essencial, original e geral da categoria subúrbio reside no fato de representar um espaço geográfico situado à margem, nas bordas, na periferia, localizado extramuros da cidade. Um espaço produzido junto à cidade e tão antigo quanto ela, mas que, por sua localização geográfica, tipo e forma de uso, não se confunde nem com a paisagem nem com o espaço considerado urbano.

Neste sentido, os arrabaldes, que recebiam as incursões de estrangeiros, eram considerados subúrbios, tendo em vista a proximidade, diferenciando pela densidade e pela paisagem. Então, o bairro da Glória a Botafogo, Glória a Laranjeiras; Botafogo à Lagoa; Botafogo a Copacabana; área central ao Estácio/Catumbi (Mata Porco); mas incorporação da freguesia do Engenho Velho, posteriormente a incorporação do Engenho Novo e, muito mais tarde, a Freguesia de Inhaúma, eram considerados subúrbios.

Assim, o autor enumera algumas situações para trabalhar o termo:

a) A posição periférica e extramuros – é invariante em sua história, garantindo uma homologia mínima entre a realidade e a palavra, o que é completamente abstraída quando convertida no conceito carioca de subúrbio. Esta perda de sentido, locacional e espacial – o insólito aspecto urbano de nossos subúrbios visto por Lima Barreto – é uma característica essencial do modo como é usada no Rio de Janeiro (p. 34);
b) O segundo aspecto que conforma o conceito carioca de subúrbio é a sua referência exclusiva e obrigatória para os bairros ferroviários e populares do Rio de Janeiro (p. 35);
c) O terceiro aspecto do conceito carioca de subúrbio consiste da não utilização desta palavra para designar os setores periféricos ocupados e identificados com a classe média e alta (p. 35). A Grande Tijuca é um bom exemplo desta perspectiva espacial e histórica. A Praça da Bandeira e o Maracanã têm estações de trem, mas pertence ao recorte espacial, enquanto a Mangueira, apesar de sua proximidade, é mais uma estação suburbana.

Assim, começamos a traçar a regionalização da cidade tendo como ponto inicial os bairros ferroviários, partindo da Praça da Bandeira em direção à estação de Ricardo de Albuquerque, compondo o ramal de Deodoro, incluindo os bairros no entorno que apesar de compor bairros ferroviários, mas estão sob a influência destes, como é caso do Lins de Vasconcelos, Água Santa e Campinho que no passado, pertenceram à Freguesia de Jacarepaguá. Outro caso, que iremos tratar como uma situação a parte, é a Ilha do Governador,

que está fora de todos os eixos ferroviários, apesar de no passado haver intenção de construir um ramal nesta direção para ser incluída como área de influência das linhas auxiliares.

Os campos negros:

i. Uniformidade de acordo com predomínio (+50%) ou presença muito forte (entre 40 e 49%) estão localizados nos considerados bairros ferroviários;
ii. Os indicadores segundo a educabilidade (analfabetismo e anos de estudos demonstram que são necessárias políticas públicas que reduzam a desigualdade);
iii. Em função do segundo ponto, total de sem rendimento com 10 ou mais anos, apresentam-se de forma crítica se pensarmos a questão da sobrevivência;
iv. Levando-se em consideração a habitabilidade, os domicílios encontrados nas regiões com predomínio ou forte presença negro, são os que tem maior densidade (entre 6 e 10 pessoas por domicílio);
v. Segurança pública: a relação batalhão de Polícia Militar/ delegacias policiais representam poucas unidades para um grande número de habitantes, além do que vem se publicando nos últimos, a morte de jovens negros em confronto com policiais. Na modalidade "Homicídio Decorrente de Intervenção Policial – Auto de Resistência", em 2014, foram 245 mortes de opositores contra 12 policiais militares, zero polícia civil, constituindo uma tragédia, para cada policial morto, morrem 20,4 (*vinte e quatro) pessoas*.

Sobre o ponto (v), acrescentamos o relatório da Anistia Internacional que beira a catástrofe, quando afirma:

> "O Brasil é um dos países onde mais se mata no mundo", destaca Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil. "Cultivamos a ideia de um país pacífico, mas convivemos com números de homicídios que superam, inclusive, situações onde existem conflitos armados e guerras. É inadmissível que *haja cerca de 56 mil vítimas de homicídios* por ano, a maior parte composta de jovens, e este não seja o principal tema de debate na agenda pública nacional", conclui (Relatório 2014/15 - O Estado dos Direitos Humanos no Mundo)[9].

Não carece de comentários para além do que foi dito até aqui.

[9] Disponível <https://anistia.org.br/relatorio-da-anistia-internacional>, acessado em 07/09/2015.

3. Por uma outra regionalização tendo como ponto de partida as permanências dos campos negros na metrópole carioca

Mas tendo em vista a situação exposta, a proposta terá o seguinte escopo:

a) Central do Brasil (ramal da Praça Bandeira ao bairro de Ricardo de Albuquerque);
b) Estrada de Ferro Leopoldina e em junção com as linhas auxiliares incluindo a Ilha do Governador (porção norte da cidade);
c) Ramal Mangaratiba (antigas freguesias rurais, como visto acima);
d) Área central e Grande Tijuca: A Área central incluindo todo centro antigo e as extensões posteriores, como Catumbi, Rio Comprido, Saúde / Grande Tijuca (sem os bairros do Maracanã e Praça da Bandeira) levando em consideração um dos movimentos elaborado pelas classes médias em direção à montanha (Abreu, 1992);
e) Grande Jacarepaguá;
f) Complexo dos bairros da orla da baia de Guanabara, oceânicos e lacunares.

Compreende (Lagoa e Barra da Tijuca); para esta porção da cidade, é necessário levar em conta as lagoas localizadas na Lagoa Rodrigo de Freitas e na Barra da Tijuca. Desta forma estabelece de maneira inicial a regionalização, com fortes ligações com a história da cidade.

Desta feita, entendemos que as desigualdades, que já se tornaram estrutural no cenário urbano carioca, sejam examinadas por uma lógica, onde os grupos que sofrem de maiores vulnerabilidades possam ser atendidos por meio de políticas públicas com objetivos de reduzir as heteronomias sociais (Casroriadis, 1986). Isto só será possível se produzir outra divisão regional, onde os termos dos *campos negros*, tese levantada pelo historiador Flávio Gomes (2006) se tornará instrumento de grande monta.

Do ponto de vista histórico, os "campos negros" eram constituídos pelo conjunto das relações estabelecidas entre os vários atores presentes na área em questão. Enquanto os negros forneciam produtos da floresta, os fazendeiros cediam produtos semi ou industrializados. A complexidade dos campos negros era maior, quanto mais quilombos estivessem presentes em determinadas áreas associadas aos cativos das fazendas próximas e aos comerciantes, que formavam uma vasta rede de informações.

Do ponto de vista geográfico, os *campos negros* possibilitam tratar as espacialidades que são de importância fundamental para a geografia:

a) O lugar, em rápidas palavras – espaço recortado, que tem como dimensão histórica o cotidiano. Em tese, é o espaço das experiências e das pessoas em sua singularidade em relação direta com outros;
b) Região: o que melhor representa este conceito seria uma "constelação de conceito: um conjunto de território sob uma determinada ótica, seja administrativa, seja para reunir fenômenos que estão em correlação ou interdependência um com os outros, seja para reunir conteúdo social que tenham uma historicidade que, por si só, conduz a um corpo explicativo, como a questão do negros que habitam os bairros populares ferroviários e têm como regularidade a denominação de subúrbios carioca, um "rapto ideológico do termo" (Fernandes, 2011) com presença marcantes de autodeclarados da cor ou raça preta e parda que, ao longo da história, colecionaram vulnerabilidades sociais, como mostrado nas tabelas 1 e 2, abaixo;
c) Território: os campos negros devem ser designados como tal, quando se estabelecem conflitos em uma de suas partes, em geral ligados à segurança pública (territórios conflagrados pela questão do tráfico de drogas); ou ocupações do MSTe/ou MSTs; ou ainda os movimentos de remanescentes de quilombolas. Destaca-se que o movimento de transformação em território não é uma condição permanente. Cessado o conflito, cessa a condição necessária de ser território, voltando a condição primeira de lugar.

Abre-se um parêntese para tratar de território. O território, quando em operação, é *construído* por determinados grupos de interesses e com intencionalidades de controle sobre os demais grupos, para que haja exercício do poder; mas também *destruído*, em um movimento contrário por grupo de oponente (Souza, 1995, p. 81).

Em outro momento, o autor dirá que:

> "[...] o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura [...] e mesmo a economia" não sejam peças importantes para a compreensão das estruturas territoriais (SOUZA, 2009, p. 59).

Apesar de Santos (1994, p. 15), Souza (2009, p. 63) entre outros autores apontarem que atuação do Estado era definidora de "lugares" a partir de seu território, mas, sobretudo, Santos entenderá que: "[...] O território era a base, o fundamento do Estado - Nação que, ao mesmo tempo,

o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.

Metrópole do Rio de Janeiro por regiões de maior ocorrência de autodeclarado da cor ou raça preta ou parda, segundo a classe analfabeta e a quantidade de anos de estudos, 2010.

Região, segundo a ocupação da população negra na metrópole carioca	Total	Auto-declaração da cor ou raça			
		Negra	%	Branca	%
Central do Brasil	879.683	416.974	47	456.275	52
Estrada de Ferro Leopoldina e Linhas Auxiliares	1.669.621	889.346	53,3	761.403	45
Ramal Mangaratiba	1.693.931	1.012.004	60	666.188	39
Grande Jacarepaguá	608.545	293.188	48	310.610	51
Área Central e Grande Tijuca	529.793	187.518	35	337.339	64
Complexo dos bairros da orla da baia de Guanabara, oceânicos e lagunar (Lagoa e Barra da Tijuca)	938.873	81.891	9	699.140	74
Total geral	6.320.446	2.880.921	46	3.230.955	51

Região, segundo a ocupação da população negra na metrópole carioca	Total	Analfabetismo					Anos de estudos
		8 ou 9	(+) de 10 a 19	(+) de 20	Total	%	
Central do Brasil	879.683	1.136	17.572	14.646	33.354	4	8,7
Estrada de Ferro Leopoldina e Linhas Auxiliares	1.669.621	5 013	71 433	51 331	91 255	5	7,5
Ramal Mangaratiba	1.693.931	5.233	62.411	40.143	107.787	6	7,3
Grande Jacarepaguá	608.545	1.332	19.144	16.046	36.522	6	8,3
Área Central e Grande Tijuca	529.793	640	11 060	9 484	29 476	6	9,1
Complexo dos bairros da orla da baia de Guanabara, oceânicos e lagunar (Lagoa e Barra da Tijuca)	938.873	423	6.074	5.196	11.693	1	11,0
Total geral	6.320.446	13.777	187.694	136.846	310.087	5	8,3

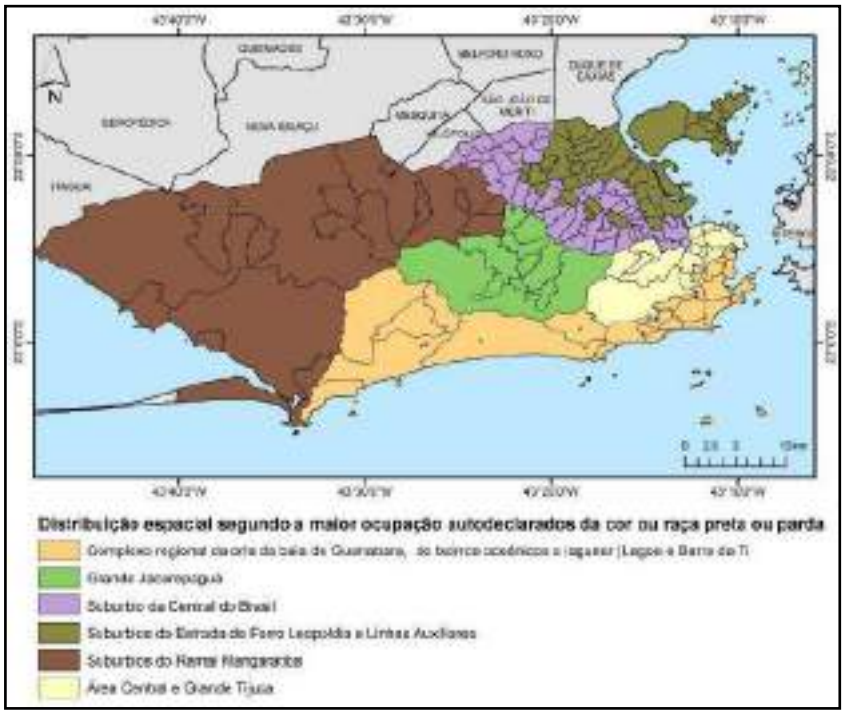
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Metrópole do Rio de Janeiro por regiões de maior ocorrência de autodeclarado da cor ou raça preta ou parda, segundo a classe "sem" ou com rendimento até ½ e de ½ a 1 Salário Mínimo, 2010.

Metrópole Carioca por áreas de ocupação	Total geral	Sem rendimento	%	Até 1/2 SM	%	1/2 a 1	%
Subúrbio central do Brasil	784.263	258.907	33	8.412	1	119.374	15,2
Subúrbios Leopoldina e Linhas Auxiliares	1.157.808	527.776	45	20.725	1,4	219.720	19,0
Subúrbio do Ramal de Mangaratiba	1.942.071	683.959	40	24.948	1	339.094	17,5
Grande Jacarepaguá	531.885	174.274	33	6.681	1	77.259	15,0

Área Central e Grande Tijuca	479 581	129.064	27	3.970	1	60 504	13,0
Complexo dos bairros da orla da baia de Guanabara, oceânicos e lagunar (Lagoa e Barra da Tijuca)	851.270	227.520	27	5.462	1	64.911	8,0
Rio de Janeiro	5.267.297	2.001.500	33	13.621	0	880.862	15,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010 / Organizado pelo OBGEO-LMRJ.

Considerações Finais

Primeiro lembrar que, no âmbito de um congresso, os espaços para expor ideias são muito restritos, isto nos leva a alguma limitação na exposição das argumentações do tema escolhido. Mesmo assim, procurou-se trilhar os caminhos fundantes que nos levaram a propor uma nova regionalização, tendo em vista a invisibilidade espacial que os negros sofrem desde há muito tempo na vida urbana brasileira, sobretudo, no recorte espacial do qual tratamos ao longo deste texto.

A negação de um passado agrário, por uma representação modernizante da cidade do Rio de Janeiro, ofusca a história, sobretudo dos negros (em grande maioria), que vivem às margens dos trilhos ferroviários. Se não bastasse esta condição redutora de sociabilidade, ainda se localizam no interior de seus bairros, uma quantidade substancial de favelas, sendo estas consideradas problemas urbanos mais do que os subúrbios que as abriga. Elas, em si, num passado recente, eram

consideradas como os únicos espaços segregados, pois além de ser as maiores concentradoras de negros (sem estatísticas para comprovar tal evidência), retinham parte substancial da pobreza urbana, aliás, um dos poucos indicadores possíveis de serem observados e analisados. Desta feita, os subúrbios, as margens dos trilhos ferroviários, como se disse anteriormente, sofreram (e ainda sofrem) um "rapto ideológico", subsumiu nas análises sem conteúdo de cor ou raça, pois, neste caso, abrir-se-iam possibilidades de reivindicações sobre as políticas públicas, tão necessárias para redução das heteronomias sociais (Castoriadis, 1986).

Neste sentido, espera-se prosseguir com a pesquisa com intuito de desvendamento da questão negra e a sociabilidade urbana, neste mundo que teima em produzir desvantagens para os grupos mais fragilizados socialmente.

Referências

ABREU, M. de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Iplanrio/Zahar, 2013.

ABREU, Maurício de A. de. A cidade e a montanha. In: ABREU, Mauricio de A. (org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

CAMPO, A. As Particularidades da Escala de Ação do Movimento Negro: Algumas Considerações sobre a formação do sujeito. In.: **Revista Geografares**. Vitória: Revista Geografares, n. 9, p. 29-48, jul./dez., 2011

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**: a produção de "espaços criminalizados" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela**: a produção de "espaços criminalizados" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010;

CAMPOS, A. Entre a pessoa e o sujeito do conhecimento: algumas considerações sobre o movimento negro no contexto socioespacial: In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). **A cidade e o negro no Brasil**: Cidadania e território. São Paulo: Alameda, 270p; (pp. 231-267), 2013.

CAMPOS, A. Movimento em estruturas "sócio-espaciais": em busca dos sujeitos Subalternos. In; SILVA, C. A.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. d'Ávila. **Por uma geografia das existências**: Movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj. (pp. 39-57), 2014;

CAMPOS, A. O. **Do quilombo à favela**: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista. Dissertação apresentada ao PPGG da UFRJ como requisito básico a obtenção do Grau de Mestre em Ciências, 1998 (mimeo).

CAMPOS, A. O. **O Planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes**: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006, (mimeo - domínio público). Disponível em: <http://www.ppgg. igeo.ufrj.br/index.php?option= comcontent&task =view&id=487&Itemid=49>.

CAMPOS, A.; FRANÇA FILHO, A. L de; FERNANDES, F. M. Entre indivíduos e sujeitos: Lugares e territórios em movimento na metrópole. In: SILVA. C. A. da. (Org.). **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, (pp. 137-150), 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a;

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de alma negra: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. In: **Discursos Sediosos**: Crime, Direito e Sociedade,1 (1). Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996b

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 1989

EL-KAREH, Almir Chaiban. Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In.: **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina; Editora UFF e Lamparina, (pp. 19-56), 2010;

FERNANDES, N. da N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro (1858/ 1945), Rio de Janeiro: Apucuri/Faperj, 2011

FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. In: **Revista IEB**, n 49, 2009 mar/set p. 95. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/publicacoes-categoria/revista-do-ieb>, acessado em ago. 2015

GOMES, Flavio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: Mocambos e comunidades DCE senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

HAESBAERT, R. **Regional-Global**: Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

PEREIRA, João Batista Borges. **Cor, profissão e mobilidade**: O negro e o rádio de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2001;

RODRIGUEZ, H. S. **A formação das estradas de ferros no Rio de Janeiro**: resgate da sua Memória. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem/Open Plus Gráfica Editora Ltda., 2004

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988;

VALLADARES, Licia do Prado. Passa-se uma casa - uma análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RECRIANDO ESPAÇOS DE INTERVENÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DOS SOCIOEDUCANDOS NO NASE - LINHARES

Dábila Thomes
Pitágoras Linhares

Stephany Phaipher Borges
Pitágoras Linhares

Michelly Pfeifer de Oliveira Machado
Pitágoras Linhares

Vinícius Zocateli
Mestre, Professor Orientador. Pitágoras Linhares

Resumo: Nosso relato de intervenção emergiu da disciplina de Estágio Básico II do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras de Linhares, e ocorreu no Núcleo de Atendimento Socioeducativo (NASE). As ações que foram construídas se sustentaram nos pilares do SINASE (2006). O projeto objetivou conhecer, a partir de encontros, a realidade dos jovens que frequentam o serviço da instituição, buscando possibilidades de intervenção; incentivá-los, a partir desses encontros, a produzirem autonomia dentro de suas relações; potencializá-los na assertividade de suas escolhas para seus projetos de vida e, por fim, estimular o fortalecimento de vínculos comunitários e com o próprio NASE. O projeto foi construído *a posteriori*, ou seja, a intervenção seguiu o modelo cartográfico, com a participação tanto dos profissionais da instituição como dos socioeducandos. Percebemos a importância do vínculo, sendo que um dos principais resultados foi a estabilidade da frequência de participação dos socioeducandos. Além disso, constatamos existir uma grande dificuldade no NASE, pois é comum a falta de verba, refletindo num desfalque na equipe e impossibilitando a realização de alguns projetos. Foi possível criar um espaço que ampliou as possibilidades de existir, de se recriar e de buscar entender os fatores circunstanciais que produzem a nossa realidade.

Palavras-chave: socioeducação; intervenção; cartografia.

Abstract: Our intervention report emerged from Basic Stage II, a discipline of Psychology Course of the School of Pythagoras Linhares, and took place at the Center of Socio-Educational Services (NASE). The Project actions that have been built have sustained the pillars of SINASE (2006). The project aimed to know, through meetings, the reality of young people in the service of the institution, seeking possibilities of intervention; encourage them, from these meetings, to produce autonomy in their relations; empower them in the assertiveness of their choices for their life projects and, finally, encourage the strengthening of community ties and with NASE in its own. The project was constructed a posteriori, that is, the intervention was the cartographic model, involving both professionals of the institution as the “socioeducandos”. We realize the importance of the bond, and one of the main results was the stability of the frequency of participation of “socioeducandos”. Furthermore, we find there is a great difficulty in NASE, since it is usual its lack of budget to lack of funds, reflecting a defalcation in the team and making it impossible to carry out some projects. It was possible to create a space that expanded the possibilities of existence, to recreate and to seek to understand the environmental factors that produce our reality.

Keywords: socioeducation; intervention; cartography.

Introdução

O seguinte relato de intervenção emergiu diante das possibilidades que constitui a disciplina de Estágio Básico II – Práticas em Instituições, do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras de Linhares. A escolha da instituição, o Núcleo de Atendimento Socioeducativo (NASE), se fez por afinidade pessoal nossa pelo trabalho realizado nos serviços de socioeducação. As ações que foram construídas se sustentaram nos pilares do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2006), que apontam para o investimento em medidas em meio aberto, contrapondo a tradicional ideia de que o rigor das medidas de internação aumentaria a eficiência do serviço. Dessa forma, o NASE se constitui como o espaço por excelência de realização de atividades que produzam empoderamento, autonomia e engajamento político.

A proposta inicial do estágio propõe que a realização do projeto de intervenção deva ser construída *a posteriori* e com a participação tanto dos profissionais da instituição como dos socioeducandos. Tal opção se embasa na Psicologia Social Comunitária, que aposta em uma construção coletiva de intervenção. É uma área recente da Psicologia e ainda pouco praticada pelos psicólogos, mesmo nos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que prevê em sua política norteadora a ação psicológica de maneira social-comunitária (ARENDT, 1997). Dentro dessa perspectiva, pensamos a comunidade popular como um território potente para o engendramento de forças micropolíticas, onde encontramos "um ambiente propício para que política e arte revelem-se em sua condição de potências da vida humana – potências de resistência e de invenção, respectivamente" (ROLNIK, 2003 apud ROCHA, 2012).

Não é uma escolha fácil, pois tradicionalmente o conceito de comunidade presente na maioria dos espaços remete à noção de iguais, grupos fechados, algo que inevitavelmente dispara técnicas biopolíticas de massificação e controle dos indivíduos. Partimos então em busca de um novo olhar sobre o conceito de comunidade e encontramos algo inovador no artigo de revisão bibliográfica de Rocha (2012):

> É nessa direção que procuramos nos alinhar com autores que se propõe a problematizar a vida em comunidade para além de suas segmentaridades, traçando sobre a comunidade linhas mais flexíveis que não operam divisões identitárias. Neste sentido, muitos autores tem falado do comum, que seria um plano das forças que habitam um território, mais que um plano

> das formas bem definidas e organizadas. Compreendemos que o comum e a comunidade, tal como ela é caracterizada nos estudos de psicologia comunitária, não se confundem entre si, pois apresentam disparidades e propõem modos diferentes de aproximação com os processos coletivos. Ao mesmo tempo, acreditamos que essas noções podem se encontrar e promover deslocamentos que favoreçam a abertura da psicologia à produção de diferenças e a fragmentação do todo unitário e identitário da comunidade que ela persiste em afirmar.

Partindo dessa premissa e buscando uma ação pautada na ética e na inventividade, esse estágio justificou-se pela necessidade da expansão do campo da Psicologia Social Comunitária, assim como seus métodos que apostam na produção de atores sociais por via de processos potentes de singularização por meio de promoção de resiliência, que consiste em criar fatores de proteção para os sujeito em situação de vulnerabilidade, permitindo que os mesmos possam reinventar-se a todo o momento, ao invés de repetir formas estanques de ser e estar na vida.

Para tal, buscamos embasar nossa prática referenciando alguns conceitos e ideias importantes para nosso trabalho, tal como a adolescência, a lei do ECRIAD e as políticas de atenção a esse público reunidas no SUAS. Também foi importante estudar e compreender a história do NASE, instituição que atende os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

1. ECA, SUAS e SINASE: da invisibilidade à aposta no adolescente

Para melhor nos situarmos dentro da temática escolhida para esse projeto, foi necessário buscarmos conhecer os estudos e reflexões acerca do conceito de adolescência, sem, porém, ficar preso ao mesmo, ou seja, sem atuar buscando formas de homogeneização dos sujeitos dentro das características dessa fase.

A adolescência é uma fase biopsicossocial que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) vai dos 10 aos 19 anos, já para Organização das Nações Unidas (ONU) 15 aos 24 anos e para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECRIAD) essa fase vai dos 12 aos 18 anos (EISENSTEIN, 2005).

Essa fase é acompanhada universalmente pelo desenvolvimento biológico, chamado de puberdade, que não pode se deixar de fora da compreensão global da adolescência. No entanto, não é o único fator relevante no processo de desenvolvimento infância X adolescência, há também a necessidade de um desenvolvimento cognitivo e social, sendo

assim um período de fortes mudanças que altera não só a relação do indivíduo com o mundo, mas também a sua relação familiar e social (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010).

Esse momento da vida é cercado por conflitos, e segundo Erikson (1968) citado por Papalia (2013), um desses conflitos é a confusão entre a busca de uma identidade singular em contrapartida a necessidade de se tornar útil à sociedade. Vemos aqui claramente a captura dos processos de singularização pelos modos de produção capitalista, definindo a utilidade dos modos de ser de acordo com o sistema econômico. O modo como se enfrenta esse emaranhado de mudanças e conflitos varia de acordo com cada indivíduo, cada sociedade e cada cultura, tendo correlação direta nos fatores de risco e proteção que estão à disposição de cada adolescente (MACMILLAN et al., 2004 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Visto isso em um país como o Brasil, com muita desigualdade social, onde 15% da população é adolescente, percebemos a necessidade de criar espaços que possibilitem aos jovens a criação de estratégias de enfrentamento para fatores de riscos comuns em nossa sociedade e que atingem principalmente aos pobres, negros e de baixa escolaridade (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A partir das diversas demandas assistenciais presentes em nossa sociedade, é criado no Brasil o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços sócios assistenciais do país, tendo como modelo uma gestão participativa, articulando os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Tal política, criada na perspectiva de atuar nas desigualdades, preconceitos, violências, etc., pressupõe a acolha das demandas sociais e a criação de estratégias e de práticas inovadoras de transformação social (SUAS).

Diante da situação da juventude brasileira em conflito com a lei e dos diversos desafios para se trabalhar com tal fenômeno social, a sociedade organizada junto com diversos outros setores envolvidos com essa questão, e o Estado brasileiro criam o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) enquanto um programa coordenado pelo SUAS e direcionado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD). O SINASE caracteriza-se como um sistema transversal, multidimensional e vinculado à capacidade de articular setores de políticas públicas (assistência social, saúde, educação, dentre outras) e organizações do Sistema de Justiça (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar), considerando as relações de reciprocidade que cruzam setores e instituições, exigindo vínculos

com a sociedade civil, como por exemplo, movimentos sociais, centros de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Organizações Sociais (GOMES, 2012). Tais articulações objetivam que o adolescente, já em conflito com a lei, deixe de ser considerado um problema para ser compreendido como uma prioridade social (SINASE, 2006).

2. NASE Linhares: uma história recente

A ideia de implantação de um centro de atendimento para medidas em meio aberto, em Linhares, teve início em 2006, sendo discutida até 2008, ano que ocorreu a implantação do serviço no município, recebendo o nome de NASE, Núcleo de Atendimento Socioeducativo.

A justificativa para se ter um NASE no município foi embasada na grande quantidade de adolescentes que possuía, com cerca de 15.130 jovens, sendo que 100 desses estavam cumprindo medida em meio aberto. Devido a falta de uma instituição que regularizasse esse serviço, eles eram apenas acompanhados pelos comissários judiciais. Para provar que os adolescentes estavam cumprindo a medida, estes assinavam um documento perante o comissário e logo eram liberados. Não havia, dessa forma, uma efetiva política de socioeducação como prevista pelo documento nacional que regulamenta as práticas de liberdade assistida, o SINASE.

A partir da implementação desse serviço, diversas portas se abrem para o trabalho junto a esses jovens, o que inclui a promoção de acesso a serviços e direitos básicos, como educação, saúde, lazer, formação, etc... Porém, desde a inauguração, o serviço vem lutando para implementar políticas que buscam contradizer a lógica do enclausuramento e da punição vingativa, ações essas que já são consideradas fracassadas até mesmo no modelo adulto. Assim, a instituição vem, ao longo desses anos, tentando e lutando para que suas ações possam ser efetivadas e receber respaldo e apoio da sociedade, o que viria a fortalecer o sistema de socioeducação.

Diante dessa realidade, a instituição busca desenvolver um trabalho com os adolescentes que devem cumprir as medidas socioeducativas apontadas pelo juizado da infância e juventude, sendo, portanto, desenvolvidas oficinas das mais diversas, os serviços à comunidade, os atendimentos psicossociais e a criação e o acompanhamento do plano individual.

3. Objetivos

O projeto objetivou conhecer, a partir dos encontros, a realidade dos jovens que frequentam o serviço da instituição, buscando possibilidades de intervenção, incentivá-los, a partir desses encontros, a produzirem autonomia dentro de suas relações, potencializá-los na assertividade de suas escolhas para seus projetos de vida e estimular o fortalecimento de vínculos comunitários e com o próprio NASE. Assim, pretendeu-se promover processos de singularização que como descritos por Guattari (1986) citado por Rocha (2012). Tais processos são diferentes de processos de individualização, pois estes buscam enquadrar indivíduos dentro de valores, hábitos, crenças e desejos pré-estabelecidos como que uma fabricação de blocos serializados, onde a busca por signos identitários se coloca mais importante do que a autonomia. Nosso objetivo busca incitar processos de singularização, nos quais os sujeitos possam criar modos singulares de existência e de estar no mundo.

Nosso fazer visou construir um projeto *a posteriori*, ou seja, a realização da intervenção foi construída com a participação tanto dos profissionais da instituição como dos socioeducandos, mediante uma atitude cartográfica junto a esses atores.

4. Metodologia

O acompanhamento dos processos disparados requereu uma atenção às forças, saberes e práticas que estão instituídas e aos analisadores que foram surgindo durante os encontros, visto que estes não são dados de antemão. Embasamos nossa prática no pressuposto de que a pesquisa/intervenção cartográfica consiste no acompanhamento de processos, partindo da afirmação de uma construção coletiva de conhecimento e não na representação de objetos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Esse método é utilizado pela Psicologia Social Comunitária principalmente por sua característica de intervenção *a posteriori* que após conhecer, levantar, descrever e caracterizar as necessidades da população e sua dinâmica de vida pensam e constroem junto a esses sujeitos propostas do que pode vir a ser feito de acordo com a demanda (FREITAS, 1998).

Assim, estabelecemos os encontros junto aos socioeducandos nas quintas-feiras à tarde, mediados primeiramente pelo CineNASE, espaço de exibição e discussão de filmes. A partir desses encontros, produzimos diários de campo repletos de analisadores que

nortearam a construção conjunta dos próximos encontros, paulatinamente. Encontros esses que foram buscando, junto aos jovens e trabalhadores do NASE, a construção e implementação de atividades que promovessem encontros de pluralidades, ampliando as possibilidades de singularização e efetiva ressignificação de si e sua relação com o mundo.

4. Resultados e Discussão

A forma de trabalho que aplicamos e que fomos construindo ao longo da execução do projeto está embasada no que Freitas (1998) aponta: que a inserção do psicólogo na comunidade tem acontecido de dois modos distintos. Um modo, onde os objetivos de trabalho são construídos sem conhecer a realidade que pretende trabalhar, ou seja, são construídos *a priori* e o outro, o qual optamos como método, que é a criação de objetivos de trabalho após entrar em contato com a comunidade, uma construção *a posteriori*. Com a finalidade de conhecer e criar algum vínculo com os jovens usuários do serviço, iniciamos nossas atividades com exibição de filmes, porém, não ficamos engessados nessa atividade, tentamos acompanhar o interesse do grupo. Consequentemente, as oficinas se tornaram mais amplas, uma vez que conduzimos as ações conforme o entusiasmo dos socioeducandos, as possibilidades e inovações que nos apontavam.

A partir da atuação na instituição, criamos confiança em nossas ações. As supervisões de estágio e leitura também foram de grande importância durante o estágio.

Nesta intervenção, percebemos a importância da criação de vínculo. Isso só foi possível por se reconhecer os socioeducandos na sua condição de sujeito, que fala, julga e deseja. Nossa relação estabelecida com os socioeducandos vai ao encontro do que diz o SINASE (2006), uma vez que buscou o respeito, sem recorrer a palavras ofensivas ou qualquer tipo de desqualificação, visando cuidar do bem-estar da coletividade, sem ameaçar a individualidade. Buscamos, com isso, restabelecer a confiança na relação social entre os adolescentes e a equipe. Em nossos encontros, compartilhamos experiências do nosso dia a dia no intuito de haver troca, aprendendo, assim, com nossas vivências e erros. Isso pôde ser percebido claramente na primeira vez que levamos jogos de tabuleiro, momento descontraído, em que os socioeducandos se sentiram à vontade para falar de suas individualidades e realidades de vida.

O SINASE (2006) também aponta para a responsabilidade que temos de apresentar caminhos aos adolescentes. Assim, uma de nossas ações foi acompanhar os socioeducandos à Conferência do Direito da Criança e do Adolescente. Dessa forma, o vínculo estabelecido entre nós permitiu que fosse discutido o assunto proposto pela conferência, esclarecendo dúvidas e apontando caminhos, como encontrar meios para conseguir formação e/ou um emprego.

Um dos principais resultados de nossa intervenção pôde ser percebido na estabilidade da frequência de participação dos socioeducandos, o que segundo a equipe do NASE, já não acontecia há algum tempo.

Além disso, ao longo do estágio, constatamos existir uma grande dificuldade da equipe do NASE para executar um trabalho de qualidade, pois presenciamos uma rotineira falta de verba para a instituição, refletindo num desfalque na equipe e impossibilitando a realização de alguns projetos e a elaboração de outros. Tem-se, portanto, uma sobrecarga de tarefas dos colaboradores.

Constatamos ainda a falta de espaço de lazer público para os jovens, tanto na referida instituição quanto no restante do nosso município. Sabemos que o acesso ao lazer, à cultura, à educação e ao esporte são direitos das crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECRIAD (BRASIL,1990) e visam ao desenvolvimento pessoal e social desses, ou seja, são fatores de proteção, de promoção de cidadania. E como "obrigamos" que tais adolescentes respeitem à lei se os seus direitos básicos não são garantidos? A atenção ao adolescente deve configurar-se em espaços, como no que atuamos, nos quais se busca dar assistência e promover cuidado juntamente com a promoção da saúde e bem-estar, visando sempre as transformações focalizadas nos aspectos de humanização e de formação de sujeito e de sua cidadania (QUEIROZ; RIBEIRO; PENNAFORT, 2010). Neste sentido, denotamos que ações voltadas a esse público devem ter consonância com a demanda exposta pelos mesmos, tal qual buscamos nos encontros.

Um fato interessante encontrado nesse trabalho é justamente a dificuldade de os jovens assumirem esse espaço onde se demanda. Nas ocasiões em que isso foi possível, as relações se davam mais intensamente. Em situações contrárias, a demanda se resumia em, de alguma forma, se manter distante do NASE. Tal fato se apresenta aos nossos olhos como o efeito do que Foucault (2011) chama de docilização. Ou seja, diante de tantas histórias de vida que perpassavam as tradicionais instituições disciplinares, esses jovens precisariam se perceber como sujeitos autônomos em espaços como o nosso, que tenta lhe permitir isso.

Percebíamos isso quando, algumas vezes, após abrirmos espaços para que os jovens se colocassem, o resultado era: “tanto faz; pode ser qualquer coisa; ir pra casa dormir”. Tal fato sofreu uma inversão quando os diversos jogos passaram a fazer parte dos encontros.

A experiência que esse estágio nos trouxe foi significativa, mudando, por exemplo, nossa maneira de perceber os adolescentes em conflito com a lei, o que só foi possível graças ao método que utilizamos nos encontros, sem demonstrar preconceitos e indiferenças. Por fim, foi possível criar no NASE um espaço que esses jovens desconheciam e o qual eles reafirmaram a importância nos últimos encontros. Espaço esse que ampliou as possibilidades de existir, de se recriar e de buscar entender os fatores circunstanciais que produziram essa realidade a que todos estamos expostos.

Além disso, nosso trabalho aponta para a necessidade urgente da valorização dos serviços socioassistenciais por parte do poder público e da sociedade. Diversas atividades e propostas acabam não obtendo o resultado esperado por falta de apoio governamental e também muitas vezes, pela forma discriminativa que a sociedade trata esse público. Portanto, são urgentes ações políticas e sociais que venham a fortalecer o sistema, ampliando o alcance das ações afirmativas nessa área, multiplicando e potencializando projetos como este, que, de propósito, se coloca na contramão do senso comum estigmatizador e excludente.

Referências

ARENDT, R. J; Psicologia comunitária: teoria e metodologia. **Psicologia:** Reflexão e Crítica, v. 10, n. 1, Rio Grande do Sul, 1997.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** - SINASE. Brasília: Conanda, 2006.

COSTA, L. F.; BRANDÃO S. N.; **Abordagem clínica no contexto comunitário:** uma perspectiva integradora. Brasília. Psicologia & Sociedade; 17 (2): 33-41; mai./ago. 2005.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde,** v. 2, n. 2. Rio de Janeiro, junho 2005.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. M. **Adolescência através dos séculos.** São Paulo. Psicologia: Teoria e Pesquisa. v. 26, n. 2, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREITAS, M. de F. Q. **Inserção na comunidade e análise de necessidades**: reflexões sobre a prática do psicólogo. Psicologia Reflexiva Critica. v. 11, n. 1, Porto Alegre 1998.

GOMES, M. R. S. **Relação suas/sinase na revisão do Marco regulatório - lei 12435/2011 e lei 12594/12:** comentários críticos. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade (6): 73-86, São Paulo, 2012.

QUEIROZ, M.V.O.; RIBEIRO, E.M.V.; PENNAFORT, V.P.S. Assistência ao adolescente em um serviço terciário: acesso, acolhimento e satisfação na produção do cuidado. **Texto & contexto enferm;** 19(2):291-299, abr.-jun. 2010.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R.D**. Desenvolvimento Humano.** Artmed. 12ª Ed, 2013.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Rio de Janeiro; Ed. Sulina, 2009.

ROCHA, T. G. Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. **Global Journal of Community Psychology Practice**, v. 3, n. 4, 2012.

_____. **Sistema Único de Assistência Social** - SUAS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acessado em 20/09/2014.

SCHIMITH, M.D; LIMA, M.A. D. S. Acolhimento e vínculo em uma equipe do Programa Saúde da Família. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(6):1487-1494, nov.-dez. 2004.

HOMICÍDIOS JUVENIS: A PERCEPÇÃO SOCIAL DAS MÃES DAS VÍTIMAS SOBRE A VIOLÊNCIA

Daniela Cristina Neves de Oliveira
UFES

Resumo: O objeto da presente pesquisa são as causas dos homicídios de adolescentes e jovens, na faixa etária de 18 a 21 anos, do bairro Jardim Carapina, no município de Serra, Espírito Santo. O trabalho analisa de modo exploratório a percepção social da mãe de um jovem vítima de violência fatal residente no bairro Jardim Carapina, bem como de moradores, estabelecendo uma relação entre as causas apontadas pela mãe e moradores com as principais variáveis apontadas pela literatura da Sociologia da Violência. Os dados acerca dos homicídios foram disponibilizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Governo do estado do Espírito Santo (SESP). Ademais foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a mãe da vítima e moradores. Verificou-se que a principal causa dos homicídios juvenis no bairro Jardim Carapina é a denominada sociabilidade violenta presente nas relações no tráfico de drogas a varejo.

Palavras-chave: violência; homicídios juvenis; tráfico de drogas.

Abstract: The object of this research are the causes of homicides of young people, with ages ranging from 18 to 21, from Jardim Carapina neighborhood in the city of Serra, Espírito Santo. The paper analyzes in an exploratory way the social perception of the mother of a young victim of fatal violence residing in Jardim Carapina neighborhood as well as the residents, establishing a relationship between the causes given by the mother and residents with the main variables identified by the literature of the Violence Sociology. The data of the homicides were provided by the State Department of Public Security and Social Defense of the Government of the State of Espírito Santo (SESP). Moreover, it was conducted semi-structured interviews with the victim's mother and the locals. It was found that the main cause of juvenile homicides in Jardim Carapina is the so-called violent sociability present in relations in the retail drug trade.

Keywords: violence; juvenile homicides; drug traffic.

Introdução

O presente trabalho é um estudo exploratório sobre os homicídios de jovens na faixa etária de 18 a 21 anos que aconteceram no bairro Jardim Carapina, Serra/ES, nos anos de 2011, 2012 e 2013. Tenciona-se descrever a percepção social das mães das vítimas sobre as causas dos homicídios e relacioná-la com a literatura que explora o tema dentro da Sociologia da Violência. Além da percepção das mães das vítimas, serão apresentadas as estatísticas de homicídios do estado do Espírito Santo e do município de Serra, disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Governo do estado do Espírito Santo (SESP).

A violência urbana compreende práticas e conflitos criminalizados, diz respeito a uma multiplicidade de eventos que estão vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles (Misse, 2011). Segundo Misse, nos últimos vinte anos, registrou-se um extraordinário aumento da violência urbana nas grandes cidades brasileiras. Dessa forma, em 1973 matava-se dez vezes menos que hoje, já descontando o crescimento da população no período (Misse, 2011). Uma expressão dessa violência urbana são os homicídios de adolescentes e jovens, ocorridos em bairros populares, localizados nas periferias das grandes cidades. Entre 1980 e 2002 as maiores vítimas de homicídios no Brasil estavam na faixa etária entre 15 a 19 anos, isto é, 87,6% dos casos, conforme demonstra Peres (2006).

Segundo Peres (2006), no Espírito Santo, o coeficiente de mortes por homicídios da população de 0 a 19 anos cresceu acima da média do país entre 1980 e 2002. Na faixa etária de 15 a 19 anos, o coeficiente de homicídios cresceu 1.147,6% com valores que passaram de 6,9 para 86,4 por 100 mil habitantes. Em 2004, a taxa de homicídio de jovens (15 a 24 anos) era de 95,4 homicídios por 100 mil habitantes, a taxa de risco foi superior em 153% à taxa dos não jovens (Zanotelliet al., 2011, p. 71).

Dentro do município de Serra, o bairro Jardim Carapina apresenta elevados índices de violência fatal. Nos anos de 2011, 2012 e 2013 foram 52 vítimas, sendo que 30 tinham entre 15 e 24 anos. Por essa razão, e em conformidade com os demais esclarecimentos metodológicos dados à frente, este estudo será restrito a esse bairro.

Os homicídios concentrados em determinados locais nos centros urbanos, onde a desigualdade socioeconômica é patente, revela um problema estrutural da sociedade, vez que os homicídios crescem quando se deterioram as condições de vida, conforme dados da Organização Mundial de Saúde, analisados no **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde** no capítulo sobre violência juvenil (PERES, 2006). Dessa forma, Peres (2006, p. 22) afirma,

> A concentração dos homicídios em cidades e, especificamente, em alguns bairros ou distritos, explica por que os homicídios são também interpretados como um barômetro social, um indicador das relações sociais em nível micro e macro. O assassinato não é apenas um crime, é um sinalizador de saúde pública ou social.

Além do fator desigualdade socioeconômica, os pesquisadores têm apontado como fator importante, que contribui para o crescimento dos homicídios a partir da década de 1970, o engajamento de jovens com tráficos de drogas. Isso se deve ao fato de que como se trata

de um mercado informal ilegal, nos termos de Misse (2011), não pode haver regulação legal dos interesses nem resolução judicial dos conflitos. Prevalecem estratégias criminosas com vistas a oferecerem proteção seja dos controladores do varejo, seja produzida, sob a forma de extorsão pelos agentes encarregados de sua repressão legal. Nesse contexto, acontecem disputas por território, onde a violência é o principal recurso. As relações sociais nas comunidades são transformadas pelo comércio de drogas. Para Misse (2011, p. 114),

> A crescente disjunção entre escola e mercado de trabalho, os baixos salários há três décadas convivendo com um estímulo ao consumo nunca antes visto (mais do que o próprio desemprego) e a crise de autoridade na família (particularmente na família urbana pobre) fazem do comércio de drogas e de mercadorias políticas não apenas um negócio atraente, mas um estilo de vida sedutor, ainda que efêmero. Muitos jovens que entrevistei preferem morrer antes dos 25 anos com esse estilo de vida, a viver 60 como parias e humilhados.

Ruotti, Massa e Peres (2011) constataram que os grandes centros urbanos foram os mais afetados pela tendência de os homicídios aparecerem como a primeira causa de morte entre jovens (15 a 24 anos) já na década de 1990, conforme dados do Ministério da Saúde. Nesse contexto, a criminalidade, atrelada à expansão do tráfico de drogas, sobretudo a partir década de 1990, tem se apresentado cada dia mais presente nas periferias e favelas, tornando-se parte das "escolhas" apresentadas aos moradores destes locais. Estas "escolhas" assumem a existência de uma vulnerabilidade que ultrapassa a vontade individual. Compreende-se o conceito de vulnerabilidade como

> O quadro de vulnerabilidade permite compreender as formas pelas quais os indivíduos enfrentam os eventos adversos e adotam certos comportamentos, não de acordo com a visão de um sujeito racional que orienta sua ação apenas pela disponibilidade de informações, mas sob a perspectiva de um sujeito imbricado em um sistema dinâmico de relações e constrangimentos de diferentes ordens (sociais, políticos e econômicos), que influi nas suas escolhas e condições de existência (RUOTTI et al., 2011, p. 381).

Misse (2011) explica que a atual fase do tráfico de drogas por ser caracterizada pela decadência do controle externo e do "Comando" sobre as áreas do tráfico e a segmentação dos territórios com constantes guerras do "movimento", constitui-se na fase mais violenta. Segundo o autor, tal fase é marcada pelo extraordinário aumento da desconfiança entre lideranças e grupos, por lutas intestinais pela liderança no interior de um mesmo território ou entre territórios diferentes e pelo aumento da repressão policial violenta, sobretudo a partir de 1994 (MISSE, 2011, p. 185).

1. Metodologia

A metodologia adotada é a qualitativa. A estratégia de pesquisa foi o estudo exploratório, e as técnicas utilizadas foram a entrevista semiestruturada e a observação participante.

Os dados acerca dos homicídios foram gentilmente disponibilizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Governo do estado do Espírito Santo (SESP).

A amostra foi realizada com vítimas com idades entre 18 e 21 anos (pois a GEAC não disponibilizou informações completas – os nomes, por exemplo – sobre as vítimas menores de 18 anos, em observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente), durante os anos de 2011, 2012 e 2013, até 31 de outubro.

No universo de 30 casos de homicídios (da população de 18 a 24 anos do bairro Jardim Carapina, nos anos 2011, 2012 e 2013), foram selecionados três, um para cada ano. Contudo, em razão da escassez de tempo e em virtude de conflitos no bairro (justamente envolvendo as facções do tráfico de drogas) a pesquisa se limitou aos sujeitos que foram contatados inicialmente, ou seja, uma mãe e moradores do bairro.

A tabela a seguir demonstra a situação dos homicídios no Espírito Santo, na cidade de Serra e no bairro Jardim Carapina, durante os anos de 2011, 2012 e 2013, até 31 de outubro.

Tabela 1 - Homicídios no Espírito Santo, em Serra e em Jardim Carapina (2011, 2012 e 2013).

Índice de Homicídios			
Ano	2011	2012	2013
Homicídios no ES	1.707	1.661	1.308
Homicídios em Serra	378	344	287
Homicídios em Jardim Carapina	26	13	13
Homicídios em Jardim Carapina - faixa etária de 15 a 24 anos	16	06	08

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo.

2. O bairro Jardim Carapina

Nesta seção, serão apresentados o bairro Jardim Carapina e a situação de violência no bairro por meio da observação participante e entrevistas realizadas com moradores.

A área do bairro Jardim Carapina, numa região de Manguezal, começou a ser ocupada em 1988, sobretudo por pessoas vindas de outros bairros de Serra e de outros municípios do ES (Borges, 2009). Dessa forma, os moradores despossuídos ocuparam a região, construíram suas casas, em busca de trabalho, atraídos pelas indústrias, empresas e comércio na RMGV; muitos moradores vieram de outros Estados do Brasil, como Minas Gerais e Bahia. A infraestrutura do bairro é precária, existem ruas sem pavimentação, valas de esgoto a céu aberto (o que é motivo de desgosto para os moradores), uma área próxima ao mangue que se tornou depósito de lixo. O bairro Jardim Carapina fica entre o município de Serra e Vitória.

Quando nos afastamos da região central do bairro, nota-se que as casas, a maioria delas, não possuem acabamento, as residências são mais precárias. É justamente nesses locais que podemos ver adolescentes e jovens a pé ou de bicicleta, sempre atentos nas esquinas. Nesse sentido, um cenário de tensão vai se delineando, em função da disputa desses jovens por ponto de vendas de drogas. Misse (2011) afirma que o mercado ilícito de drogas garante alta taxa de lucratividade e exige baixa especialização dos varejistas (em Jardim Carapina são majoritariamente adolescentes e jovens) e, por conseguinte, existe alto risco de concorrência nas transações desse mercado.

Na percepção dos moradores, a causa principal da violência em Jardim Carapina é o conflito entre os jovens que disputam pontos de vendas de drogas. Contudo, o engajamento desses adolescentes e jovens com o tráfico é percebido como sintoma de outros "problemas" no bairro, como ausência ou precariedade das áreas de lazer, falta de "oportunidades" – que seriam educação e trabalho.

Foi realizada uma entrevista com a pedagoga e coordenadora de atividades do Projeto Vida Padre Gailhac em Jardim Carapina, a saber, Mirela dos Santos Bastos Del Pinheiro. O Projeto Vida é um projeto da Rede Sagrado Coração de Maria – mantida pelo Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria; é um projeto socioeducativo que atende crianças e adolescentes em Jardim Carapina – Serra/ES.

O Projeto Vida atende crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos do bairro Jardim Carapina no contra turno escolar, funcionando no período da manhã e da tarde. Para os participantes do Projeto são oferecidas refeições, café da manhã, no caso dos que frequentam pela manhã e lanche da tarde para os que frequentam a tarde e almoço para os participantes de ambos os turnos. O Projeto Vida atualmente tem convênio com a Prefeitura Municipal de Serra, porém, o mantenedor do Projeto é a Rede Sagrado Coração de Maria.

De acordo com a pedagoga Mirela, que trabalha na instituição há 4 anos, o Projeto Vida é um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que objetiva atender pessoas entre 7 e 15 anos em situação de vulnerabilidade social de Jardim Carapina e imediações. No entanto, atualmente, só participam do Projeto pessoas residentes em Jardim Carapina, o principal motivo para isso apontado por Mirela é a violência no bairro, pois os pais de bairros vizinhos temem pela segurança de seus filhos. Dessa forma, o tema da violência surgiu como primeiro assunto da entrevista.

Mirela explicou que por serem de "classe baixa" os pais do bairro precisam trabalhar e não têm com quem deixar seus filhos, muitos são filhos de pais separados, outros de mães solteiras. Assim, o Projeto passa a ser uma alternativa para eles. A renda é um critério de participação, é preciso ter um vínculo com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para Mirela, a parceria com a família é importante, pois se trata de um bairro

> [...] violento, apesar de tanta violência, apesar de termos tráfico na nossa porta, não temos problemas, com o apoio da família que muitas vezes são de meninos envolvidos, a gente fica meio que protegido. Não nos colocamos de um lado, nem de outro, nem a favor, nem contra. Mostramos para as crianças que não é certo, mas não julgamos cada pessoa, porque aqui é o pai do menino que é traficante, o irmão que é usuário, é o outro que matou. Então é assim, a gente tanta mostrar que isso não é legal, sem está julgando, sem está expondo a criança, ela não tem culpa, não é?

A proteção falada por Mirela, nesse sentido, seria oferecida pelo apoio das famílias de "meninos envolvidos", ou seja, pela simpatia dos próprios "envolvidos". Ora, nesse caso, o papel da Segurança Pública não aparece como sendo eficiente, determinante para garantir a integridade dos participantes, educadores e demais profissionais do Projeto.

O Projeto Vida atende 195 crianças e possui uma lista de espera de mais de 150 crianças e adolescentes. Em um mês, costuma-se atender mais crianças que o outro, dependendo da conjuntura da situação de violência do bairro. Mirela explicou que o ano de 2013 foi o mais violento desde em que começou a trabalhar na instituição e por isso foi um ano de muita evasão de participantes.

Em Jardim Carapina existem pelo menos três facções do tráfico de drogas ilícitas, conhecidas como: a Rua 11, o Ponto Final e o Contorno. Dependendo da conjuntura do bairro, isto é, das brigas entre essas facções, os moradores de determinado local são intimidados a não transitarem em outro local. Como afirma Sapori (2013), o mercado ilícito

de drogas possui um varejo fragmentado, pulverizado e, por conseguinte, conflitivo. Sendo as disputas por pontos de venda e os acertos marcados pela violência, onde a arma de fogo assume o papel de imposição da ordem no varejo do tráfico.

Mirela explica que o Projeto encaminha os adolescentes para o estágio, o que se configura numa oportunidade de remuneração, na fala de Mirela: "isso é muito bom, é uma oportunidade que eles têm. E o adolescente quer comprar, ele quer ter, então se ele não tem a oportunidade de conquistar o dele trabalhando, é onde muitas vezes ele acaba entrando no tráfico". Nesse sentido, Ruottiet al. (2011) explica que o tráfico de drogas, em função de sua expansão, tem se apresentado nas periferias e favelas e se tornado uma "escolha" e parte das "opções" aos moradores. Tais "escolhas" assumem a existência de uma vulnerabilidade que ultrapassa a vontade individual.

Nesse sentido, aparece a ideia de que o tráfico para os jovens é antes de qualquer coisa uma fonte de renda, um meio de vida, ainda que seja também um meio de morte, conforme Zaluar (1994). A despeito disso, Mirela entende que "a questão do poder" para o "menino envolvido" é mais importante do que a econômica. Para Mirela, os adolescentes buscam um status, nas palavras dela:

> Eu vejo assim, até as meninas... elas se encantam com aquele que está na esquina, com bonezinho de aba reta, com cordãozão de prata, que tem certo poder dentro do tráfico. E hoje as meninas infelizmente se encantam muito por isso e isso estimula os outros meninos a quererem cada vez mais.

Além da coordenadora do Projeto Vida, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com duas moradoras do bairro Jardim Carapina: Maria do Carmo e Cleida. A seguir, será abordada a percepção de ambas sobre a violência no bairro.

A senhora Cleida é moradora de Jardim Carapina há 23 anos, ou seja, acompanhou o processo de ocupação do bairro, assim como Maria do Carmo. Cleida é uma pequena comerciante, possui uma sorveteria e também faz transporte escolar. Ao falar sobre violência, a moradora afirmou que todos os bairros são violentos, porém, os jornais dão maior visibilidade ao caso de Jardim Carapina. Ao longo da entrevista, a moradora deixou escapar relatos de episódios que particularizam a situação de violência no bairro, corroborando o relato de Mirela sobre a divisão do bairro em setores (Contorno, Rua Onze, Ponto Final) entre as facções do tráfico de drogas. Além disso, também afirmou que os envolvidos são os mais jovens, inclusive crianças. Segundo Cleida, é comum ver esses jovens armados pelas ruas do bairro, sendo que já precisou voltar para casa do trabalho por esse motivo, isto é, medo de

conflitos entre as facções. A moradora afirmou que não costuma sair pelo bairro, frequenta bairros vizinhos, tendo em vista que a Praça de Jardim Carapina é "perigosa".

Cleida relatou situações em que adolescentes (filhos de vizinhas) se envolveram com o tráfico de drogas e acabaram vítimas de violência ou presos. Para a moradora, isso é triste, ver os jovens se perdendo, "se matando" por causa do tráfico e "não pode fazer nada". Para esta moradora, o envolvimento dos jovens no mercado ilícito de drogas é consequência da "família desestruturada" (nas palavras de Cleida). Para exemplificar, a moradora disse que os jovens são criados nas ruas, sem pai, sem orientação e educação. Nesse sentido, entendemos essa situação conforme o conceito de vulnerabilidade mencionado acima.

Maria do Carmo é moradora de Jardim Carapina há 25 anos, e, segundo ela, "fundou o bairro", veio morar quando tudo ainda era um "brejo, andava com lama até o joelho". A moradora relatou que no início era tudo difícil, as construções eram feitas sem planejamento, "depois o governo veio e fez os lotes", não tinha energia elétrica e nem ônibus. A despeito disso, Maria do Carmo afirmou que era preferível tudo ser como era no início, pois o problema atual "não tem solução, tira nossa paz e liberdade", o problema é a violência.

Maria do Carmo descreveu também a divisão do bairro entre as facções do tráfico de drogas. A moradora afirmou que a polícia não resolve o problema, pois enquanto eles passam com uma viatura, "eles" (os jovens engajados no tráfico) "passam com quatro carros atrás e armas para cima". Maria do Carmo afirmou que a polícia não prende quem realmente deveria: "eles prendem os 'donos', mas os 'gerentes' ficam e os 'donos' comandam da cadeia". Isso converge com o relato da mãe de Valdeir, uma vez que este teria sido assassinado a mando de um traficante preso. Maria do Carmo afirmou que "um é preso e logo surgem dez". Ademais, a moradora afirmou que os jovens se envolvem por amizade, citou exemplo de colegas de seus filhos que "foram para o tráfico". Nas palavras da moradora: "meu filho vai para a escola e na saída vê um garoto armado, ele não pode sair correndo, tem que conviver com isso, é a nossa realidade". Essa "realidade" de que fala a moradora enreda jovens para o mercado ilícito de drogas que, por sua vez, tem sido a principal engrenagem que aciona os homicídios juvenis.

3. A percepção das mães sobre a violência

Nesta seção, será abordada a percepção de uma mãe de um jovem, vítima de violência letal em Jardim Carapina, bem como a percepção de moradores.

Foi realizada uma entrevista com a senhora Maria de Nazaré dos Santos, mãe de Valdeir Adriano dos Santos, 18 anos, vítima de homicídio em 02 de janeiro de 2013. O ano de 2013, segundo relato da coordenadora do Projeto Vida e segundo moradores foi um dos mais violentos em Jardim Carapina. Essa violência se prolongou até o início de 2014, conforme experiência e observação nessa pesquisa.

Nazaré nasceu em São Mateus, norte do Estado do Espírito Santo, e veio para a RMGV há aproximadamente 30 anos. Desde então, mora no município de Serra. Mudou-se para o bairro Jardim Carapina logo no início de sua ocupação. Construiu sua casa em Jardim Carapina quando começou a "invasão" (nas palavras dela), isto é, quando famílias começaram a construir irregularmente suas casas no bairro. Atualmente, Nazaré trabalha como empregada doméstica e seu marido é proprietário de uma conhecida borracharia no bairro, a "borracharia do Negão". A família já teve outros comércios antes desse, por exemplo, um bar e um verdurão. Nazaré disse que acha importante colocar as crianças para trabalhar desde cedo para que não fiquem "à toa" nas ruas, podendo se envolver com "coisas erradas". Nazaré criticou as leis que não permitem os pais castigarem fisicamente seus filhos (bater), pois a polícia "bate na rua". A mãe relatou situações onde a polícia agride crianças e adolescentes arbitrariamente, sem o conhecimento dos pais ou responsáveis, sem motivo justo. Isso seria motivo de revolta entre adolescentes do bairro.

Nazaré tem seis filhos, duas mulheres já casadas que também residem em Jardim Carapina, um filho adolescente, um adulto, um menino de nove anos e uma menina de cinco. Nazaré é casada com o pai de seus filhos. Quando cheguei a sua casa, fui bem recebida, entendi que a mãe queria falar sobre o caso de seu filho Valdeir. Sentamos na varanda de sua casa em duas cadeiras que ela limpou cuidadosamente para que eu pudesse me sentar. Sentamo-nos na varanda e a porta da sala estava aberta, deu para notar a família reunida, quase completa, não fosse pela ausência de Valdeir.

Quando disse do que se tratava, a mãe se dispôs a pegar fotos de seu filho para que eu pudesse ver e talvez entender melhor a situação de sua família. Ao me mostrar as fotos, Nazaré se emocionou, também demonstrou sentimento de indignação pela perda. Nazaré disse que seu filho era trabalhador, pedreiro, sempre a ajudava desde criança nos comércios que a família tinha no bairro, era um rapaz muito bonito e "namorador". Valdeir se preparava para tirar a carteira de motorista. O rapaz não concluiu seus estudos no Ensino Médio, mas pretendia voltar a estudar. Ora, isso caracteriza a situação de vulnerabilidade nos termos de Ruottiet al.

(2011, p. 385), onde os jovens das periferias dos centros urbanos vivem precariamente, em que a incerteza e a improvisação pautam seus percursos; a incerteza no mercado de trabalho.

Nazaré descreveu uma situação de conflito entre as facções do tráfico de drogas no bairro, onde principalmente crianças e adolescentes estão "envolvidas"; descreveu também as constantes "guerras" entre as facções e que por isso teme sair de casa, principalmente após o homicídio de Valdeir. A mãe disse que o rapaz tinha o hábito de sair de casa com os amigos para passear pelo bairro, era frequentador da "pracinha". Essa pracinha era um local de convivência e lazer dos moradores do bairro, porém agora é "dominada" pelo tráfico e se tornou um local perigoso. Para Nazaré, circular pelo bairro é perigoso, principalmente à noite. O perigo eminente é algo que perpassa a fala dos moradores de Jardim Carapina.

Na noite de seu assassinato, o rapaz havia chegado do trabalho e resolveu sair com seus amigos para lanchar na avenida principal do bairro, Avenida Porto Seguro. Nazaré mora próximo a um ponto de venda de drogas. Segundo a mãe, o "dono" desse ponto, que está preso, teria mandado assassinar Valdeir e sua namorada, pois a moça já teria tido um relacionamento anterior com o traficante. Ou seja, o motivo do crime teria sido ciúmes. O traficante também teria mandado assassinar a moça, mas ela mudou de Estado.

A causa última do homicídio parece ter sido ciúmes, porém, nota-se que a questão da sociabilidade violenta presente nas relações no tráfico de drogas a varejo, em que os conflitos são mediados pelo uso da força por meio da arma de fogo. O bandido pode se auto afirmar eliminando fisicamente seus "inimigos". Como os conflitos não são regulados pela justiça, o que predomina é a "lei da palavra", onde parece existir uma supervalorização da honra do homem que se expressa também nas relações com as mulheres, no sentido de que essas são consideradas como uma propriedade e, nesse caso, o que é de um não pode ser de outro. Isso, conforme Zaluar (1994) se configura em uma concepção autoritária de poder, falta nessa ideologia a noção de direitos. O caso de Valdeir e os casos relatados por Mirela se entrelaçam no que diz respeito ao motivo pelo qual os jovens se engajam no tráfico, buscando reconhecimento, poder e visibilidade entre os seus iguais, inclusive com o objetivo de serem valorizados pelas mulheres.

De acordo com o relato da mãe de Valdeir, o jovem não estava engajado no tráfico, seja como vendedor ou usuário, mas estava inserido nesse contexto (no âmbito do bairro, do convívio social) e foi vitimado pelas regras que imperam no comércio ilegal. Esse contexto social de vulnerabilidade, conforme Ruottiet al. (2011) envolve as configurações sociais e normas culturais que atuam diretamente nas formas e interesses que regem o encontro da

trajetória individual e da interação entre os indivíduos e os elementos aí implicados, como as diferenças de status e poder que influenciam as possibilidades frente ao risco.

Considerações Finais

O bairro Jardim Carapina, no município de Serra/ES, surgiu de uma ocupação irregular realizada por sujeitos que se estabeleceram na RMGV no final do século XX, com o desenvolvimento de indústrias e, por conseguinte, da economia do Espírito Santo.

Existe no bairro Jardim Carapina, atualmente, um clima de medo, tensão, em decorrência do comércio ilegal de drogas, da disputa dos "donos" pelos pontos de venda. Uma expressão desse estado de coisas tem sido os homicídios juvenis; no bairro Jardim Carapina esses homicídios estão expressos em pichações pelo bairro que fazem menção à saudade e ao luto, principalmente, de adolescentes e jovens. Ademais, a relação da comunidade com a polícia, responsável pela repressão ao tráfico de drogas, também contribui para o clima de tensão, isto é, contribui, embora pareça paradoxal, para a sensação de insegurança, tendo em vista que a presença da polícia aumenta a ideia de se estar vivendo uma "guerra", um conflito declarado.

Com efeito, de acordo com dados da SESP, a maioria das vítimas de homicídios no Estado do Espírito Santo é de cor parda e negra. Desde o ano de 2004 até 31 de dezembro de 2013, foram 17.712 homicídios no ES, sendo que 15.163 foram vítimas de cor parda e 776 vítimas de cor negra. Ou seja, de fato existe uma seletividade de origem racial – entendendo raça no sentido sociológico, de raça social e não de raça biológica, isto quer dizer que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta em que se encontram – conforme Ianni (1978, p. 128) – nos homicídios juvenis.

A partir desses dados é plausível afirmar que certamente existe o "extermínio da juventude negra".

A percepção da mãe entrevistada e dos moradores é de que a guerra interna pelo domínio do mercado ilícito de drogas é a principal causa das mortes, com ou sem a ação direta da instituição policial.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a situação que contribui para a violência naquele contexto são as relações sociais estabelecidas a partir do mercado ilícito de drogas,

com suas redes de obrigações e vinganças, além da dimensão subjetiva para o engajamento dos jovens nesse mercado – a questão do poder, reconhecimento, status que tem atraído estes. A despeito disso, é preciso destacar que não é a maioria dos jovens, tampouco dos moradores de Jardim Carapina, que se engajam nesse comércio (como descrito na seção "O Bairro Jardim Carapina" os moradores são trabalhadores, majoritariamente, não especializados), mas como exemplificado no caso de Valdeir, a sociabilidade estabelecida a partir do tráfico de drogas contribui fortemente para desfechos violentos para os conflitos interpessoais.

Referências

ADORNO, Sergio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002, p. 84-135.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. 3 ed. Serra: Editora CTC, 2009.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil**: 1980-2002/ Maria Fernanda Tourinho Peres, Nancy Cardia, Patrícia Carla dos Santos; Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo. São Paulo: NEV/USP, 2006.

RUOTTI, C.; MASSA, V.C; PERES, M.F.T. **Vulnerabilidade e violência**: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. Interface - Comunic, Saude, Educ., v. 15, n. 37. p. 377-89, abr./jun. 2011.

SAPORI, Luis Flavio. **Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública**: paradoxo brasileiro? Revista Desigualdade e Diversidade. PUC/RIO, 2012.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz et al. **Atlas da Criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES, 2011.

WAISELFISZ, JulioJacobo. **Mapa da Violência 2012**: A Cor dos Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

WAISELFISZ, JulioJacobo. **Mapa da Violência 2013**: Homicídios e Juventude no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, 2013.

LINCHAMENTOS NO ES: ENTRE AS JUSTIFICATIVAS DOS PERPETRADORES E O MONOPÓLIO ESTATAL DA VIOLÊNCIA

Felipe Machado Veloso
Mestrando em Segurança Pública - UVV

Humberto Ribeiro Júnior
Professor do Mestrado em Segurança Pública - UVV

Resumo: O linchamento tem ganhado gradualmente a capa dos periódicos jornalísticos no Brasil, o que pode estar relacionado com o aumento da crise de legitimidade do monopólio da violência estatal, fazendo com que a população tenha uma descrença nas instituições de justiça e acabe resolvendo os seus conflitos de maneira privada. Desta forma, a perda do monopólio estatal da violência conduzida, dentre outros fatores, pelo aumento da criminalidade, pode estar relacionada com a prática dos linchamentos. Esta pesquisa irá procurar responder em que medida a crise de legitimidade do monopólio estatal da violência apontada por Weber pode ser vista como um dos fatores determinantes para a justificação e prática dos linchamentos. O aumento da violência em suas múltiplas formas pode fazer com que haja uma crise de legitimidade do monopólio estatal da violência, que pode levar os indivíduos a cometerem linchamentos como forma de, em sua visão, atingir um acesso direto à justiça.

Palavras-chave: linchamento; justiça popular; punição;

Abstract: Lynching has gradually gained the cover of journalistic periodicals in Brazil, what can be related to the increasing crisis of legitimacy of the monopoly of State violence, as a result, people start to have a disbelief in the institutions of Justice and solve their disputes privately. Thus, the loss of the State monopoly of violence conducted, among other factors, by rising crime, can be related with the practice of lynching, because the State is no longer the sovereign applicator of laws. This search will look for an answer to what extent the crisis of legitimacy of the State monopoly of violence, which was studied by Weber, can be seen as one of the determining factors for the justification and practice of lynching. The increase of violence in its multiple forms can contribute to the appearance of a crisis of legitimacy of the monopoly of State violence, what can influence people to practice lynching as a way of, in his point of view, finding a direct access to justice.

Keywords: lynching; popular justice; punishment.

Introdução

O linchamento tem ganhado gradualmente a capa dos periódicos jornalísticos no Espírito Santo e no Brasil. No entanto, a produção científica sobre o citado fenômeno ainda não tem recebido o destaque devido, mesmo sendo o linchamento uma grave questão de segurança pública. A população linchadora se apropria do direito único e exclusivo do Estado de aplicar as sanções punitivas ao suspeito, resultando na violação do direito do indivíduo ao devido processo legal, e, muitas vezes, na sua morte.

A perda do monopólio estatal da violência conduzida, dentre outros fatores, pelo aumento da criminalidade e a privatização da segurança, pode estar muito relacionada com a prática dos linchamentos, pois o Estado deixa de ser o soberano aplicador das leis e passa a gozar de descrédito com a população em geral, que acaba por praticar o seu próprio julgamento, e executar a "justiça com as próprias mãos".

Por ser um fato inesperado ou repentino em que a população enfurecida busca agredir fisicamente o suposto criminoso com todos os tipos de golpes e objetos, o estudo das motivações e causas do linchamento é complexo, tendo em vista seus inúmeros fatores envolvidos. Assim, a presente pesquisa irá procurar responder a seguinte questão: Em que medida a crise de legitimidade do monopólio estatal da violência pode ser vista como um dos fatores determinantes para a justificativa e prática dos linchamentos?

Nossa hipótese é a de que o aumento da violência em suas múltiplas formas, além da outorga dos poderes estatais a outros grupos e entidades privadas fazem com que haja uma crise de legitimidade do monopólio estatal da violência, que pode levar os indivíduos, em situações extremas, a cometerem linchamentos como forma de, em sua visão, atingir um acesso direto à justiça.

Este trabalho irá analisar os linchamentos ocorridos no Estado do Espírito Santo nos últimos 10 anos, sendo utilizadas como fonte de dados para a pesquisa, as ocorrências de linchamentos registras no jornal *A Gazeta*, uma vez que o poder público não possui um instrumento de coleta de dados específico sobre o referido fenômeno.

1. Metodologia

Será empregada como fonte de dados a imprensa escrita, mais especificamente o jornal A Gazeta. Isto porque os linchamentos não são registrados nas ocorrências policiais, o que dificulta o estudo deste fenômeno, que limita os estudiosos e pesquisadores a analisarem publicações de jornais locais para a busca de um quantitativo do número dos casos ocorridos.

Como destaca Martins (1996, p. 15), os dados de jornais são a "única fonte minimamente sistemática disponível em escala nacional. Não há outra". Ademais, Oliveira (2010) ensina que o linchamento não é uma classificação utilizada pelos órgãos policias, razão pela qual não é possível se utilizar dos registros dessas instituições para se realizar a pesquisa quantitativa sobre este tema. O referido fenômeno é registrado pela autoridade policial, como:

> [...] lesão corporal (quando a população espanca o acusado) ou então homicídio doloso (quando ele é morto), por este motivo, o conhecimento sobre ocorrência dos linchamentos é feita por fontes secundárias, que são principalmente as notícias de jornal (OLIVEIRA, 2010, p. 3)

No mesmo sentido, Ruotti*et al* (2009, p. 535) destacam que "ainda são imprecisos os dados sobre o número de vítimas de grupos de extermínios, de instituições policiais ou mesmo de linchamentos, seja pela falta de uniformização na coleta de dados, falta de empenho na investigação ou inexistência de inquéritos". Para Souza e Menandro (2002, p. 256):

> O fenômeno analisado fornece limitadas possibilidades de coleta de dados, conforme já foi exaustivamente debatido em estudos anteriores, condicionando boa parte das pesquisas à utilização de dados secundários, geralmente provenientes de notícias de jornais e revistas.

Ainda segundo os referidos autores, apesar dos dados apresentarem alguns problemas em relação à exatidão, estes são de grande valia para avaliar as características primordiais do linchamento. Outros pesquisadores como Benevides (1982), Ribeiro (2011), Ruotti (2009), Cerqueira e Noronha (2004), dentre outros, utilizaram como fonte de pesquisa as matérias jornalísticas. Com isso, constata-se que o estudo quantitativo dos linchamentos somente pode ser realizado por meio de pesquisas que fazem uso das notícias de jornais como fonte de dados.

Desta forma, o método empregado para alcançar os objetivos deste trabalho será a pesquisa documental na Biblioteca Digital da Rede Gazeta, onde estão digitalizados todos os cadernos jornalísticos desde o ano 2000. Serão utilizadas as expressões "linchador", "linchado", "linchamento", "lincha", e "linchou" na ferramenta de busca do acervo digital.

A partir disso, serão investigadas as informações sobre os linchamentos do ano de 2004 a 2014, buscando, por meio da análise do conteúdo encontrado nos registros jornalísticos, identificar o conceito de justiça entendido pelas partes envolvidas, verificar a ação praticada pelos linchados, avaliar o local onde ocorreram os crimes, analisar a justificativa apresentada pelos linchadores para promoverem a justiça com as próprias mãos e compreender se há um padrão ou um roteiro nos linchamentos.

2. O significado do termo "linchamento"

Antes do estudo do linchamento, faz-se necessário entender o significado e o surgimento da palavra, para que possa ficar evidente qual o fenômeno que está sendo pesquisado, uma vez que existem inúmeras definições do que seria o linchamento.

Insta ressaltar que a etimologia da palavra linchamento, segundo Oliveira (2010), é proveniente da história de um coronel da Revolução Americana chamado Charles Lynch, que perseguia odiosamente os índios e negros em razão de sua raça, originando a chamada "lei de Lynch", surgindo daí a origem da palavra linchamento no ano de 1837, nos Estados Unidos.

No mesmo sentido, Benevides (1982, p. 96) entende que "a interpretação mais comumente aceita para a palavra linchamento remete a Charles Lynch, fazendeiro da Virgínia que, durante a Revolução Americana, liderou uma organização privada para a punição de criminosos e de legalistas, fiéis à Coroa". Já em relação ao seu significado, segundo Cerqueira e Noronha (2004), é difícil estabelecer um determinado conceito para o linchamento, uma vez que este é um fenômeno que envolve uma grande gama de fatores.

Mesmo sendo complexa a definição de um conceito, os referidos autores estabelecem que os linchamentos são delitos praticados por pessoas que se encontram influenciadas pela multidão, contra um indivíduo ou grupo pequenos de determinada sociedade. Assim, percebe-se que o linchamento não pode ser praticado por um indivíduo apenas, mas por uma pluralidade de pessoas em "estado de multidão", conforme Cerqueira e Noronha (2004).

Ruotti*et al* (2009) também define o linchamento como um ato que deve ser praticado por mais de um agressor, acrescentando que as ações precisam ocorrer em locais públicos, onde seria certa a natureza de exemplaridade das agressões. Em razão disso, pode-se constatar que a população, por meio do linchamento, vai sempre procurar mostrar qual o modelo de comportamento que é admitido naquela comunidade, que não é o praticado pela vítima em questão.

Já segundo Ferreira (2004), linchamento significaria: "justiçar ou executar sumariamente uma pessoa, sem qualquer espécie de julgamento legal". Nesse sentido, Martins (1996, p. 12) dispõe sobre o linchamento, definindo-o como:

> [...] julgamentos frequentemente súbitos, carregados da emoção do ódio ou do medo, em que os acusadores são quase sempre anônimos, que se sentem dispensados da necessidade de apresentação de provas que fundamentem suas suspeitas, em que a vítima não tem nem tempo nem oportunidade de provar sua inocência. Trata-se de julgamento sem a participação de um

> terceiro, isento e neutro, o juiz, que julga segundo critérios objetivos e impessoais, segundo a razão e não segundo a paixão. Sobretudo, trata-se de julgamento sem possibilidade de apelação.

Desta forma, percebe-se que o linchamento é o julgamento e a execução da pena praticada por terceiros que não representam o judiciário, sob a influência dos mais variados sentimentos, em que não é garantido ao linchado qualquer direito de defesa e de prova. Oliveira (2012) o conceitua de forma análoga, dispondo que o linchamento seria uma espécie de justiça que não é realizada por um indivíduo imparcial e racional, mas sim com base estrita na emoção.

Com isso, pode-se dizer que os praticantes do linchamento substituem o poder estatal, no caso o judiciário, na sua exclusiva função de julgar e punir os réus, segundo o ordenamento jurídico vigente, fazendo com que, posteriormente, em muitos casos, fique comprovado que o linchado não tinha qualquer envolvimento com o ato que lhe for imputado.

Sobre esse aspecto, Benevides (1982) considera que a expressão linchamento pode ser utilizada para classificar qualquer ação de violência de uma determinada coletividade, para punir sem julgamento pessoas que supostamente praticaram um crime ou infração, sendo classificado como um fenômeno espontâneo e imprevisível. Adorno e Pasinato (2007, p. 138) classificam os linchamentos como:

> [...] modalidades de ação coletiva, com o propósito de executar sumariamente um ou mais indivíduos aos quais é imputada a responsabilidade pelo cometimento de crimes e violências de toda sorte, inclusive ameaças, que perturbam a vida e a rotina de bairros populares ou espaços urbanos de extensa e intensa circulação de pessoas.

Sinhoretto (2002, p. 40) considera como linchamento as “práticas coletivas de execução sumária de pessoas consideradas criminosas”. Assim, a presente pesquisa, da mesma forma que os autores mencionados, irá considerar como linchamento, o fenômeno tipicamente popular inesperado, praticado por mais de uma pessoa, tendo em vista uma violação legal ou moral daquela comunidade, em que não é dado ao linchado qualquer direito de defesa e de refutar as acusações feitas pela multidão.

3. Os linchamentos e o monopólio estatal da violência

O moderno Estado de Direito, baseado na lógica contratualista, sustenta a legitimidade de seu direito de punir, a partir da necessidade de conter as violações ao pacto

social, garantindo, assim, sua sobrevivência por meio da possibilidade de coerção penal. Afirma Hobbes (2008, p. 143) que "os pactos sem espada não passam de palavras, sem força de dar segurança a ninguém". Desta forma, segundo esta perspectiva, se não houver punição em face da quebra da norma, esta não possui nenhuma força.

No entanto, foi apenas com Max Weber que o conceito mais específico de "monopólio estatal da violência legítima" ganhou os contornos que conhecemos hoje. De acordo com o autor, "se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de 'Estado' seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como 'anarquia' no sentido específico da palavra" (2003, p. 55). Ele ainda destaca que, apesar de a força não ser o único método de atuação do Estado, é uma forma inerente somente a ele.

Surge, então, o atributo do Estado que Weber (2003, p. 56) denomina de "monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território". Segundo o referido autor, o Estado é o único que detém o direito de usar legitimamente a violência ou a força por meio de seus agentes diretos ou de outros entes, ou pessoas quando autorizados expressamente por ele.

A força e a violência a que Weber se refere é a sanção punitiva estatal ao indivíduo ou grupo que violar as leis existentes e a paz social, ou que tentar desconstituir o Estado e o seu território. Quaisquer dessas violações autoriza o Estado a utilizar todo o seu aparato institucional para garantir a sua soberania e a ordem.

Segundo Adorno (2002), o fato de os elementos de violência legítima serem de monopólio exclusivo do Estado não garantiu a pacificação da sociedade nos tempos passados. A partir daí, ainda de acordo com o referido autor, surge "a necessidade de um direito positivo, fruto da vontade racional dos homens, voltado, por um lado, para restringir e regular o uso dessa força e, por outro lado, para mediar os contenciosos dos indivíduos entre si" (p. 06).

Dessa forma, com a existência de um direito positivado, em que a sociedade sabe o que é proibido e permitido, além das consequências se realizarem a violação da proibição, o Estado poderá usar da violência em desfavor do indivíduo que as violar. O equilíbrio dessa equação, de violência legítima ou ilegítima, veio, segundo Adorno (2002, p. 6), "com Max Weber e sua célebre identificação do Estado com o monopólio da violência, cujas raízes se encontram na concepção kantiana de Estado".

Weber (2003, p. 53) explica, dentre os três tipos puros de dominação legítima, que "há o domínio em virtude da 'legalidade', em virtude da fé na validade do estatuto legal e

da ‘competência’ funcional, baseada em regras racionalmente criadas”, sendo esta última a imperante em nossa sociedade: a dominação racional/legal.

Neste caso, a violência é legitimada quando autorizada pelo ordenamento jurídico vigente e apenas dentro dos limites estabelecidos por ele. Desta maneira, não é legítima qualquer violência praticada pelo Estado. Para que a violência estatal seja legítima, ela deve ser executada de acordo com os ditames legais (Adorno, 2002).

Assim, o padrão que irá determinar a legitimidade da violência é a norma, o que significa que o monopólio estatal da violência não se refere apenas à violência, mas também à sua exclusividade de legislar sobre a violência ou interditá-la (BURDEAU et all, 1995).

Em razão disso, somente o Estado, por intermédio de seu sistema de justiça criminal, é que possui a legitimidade para aplicar a força/violência. No caso de um crime, é a pena prevista na legislação, que será aplicada se o acusado, após todo o devido processo legal, for considerado culpado.

Neste sentido, a prática do linchamento se apresenta como algo manifestamente contrário ao disposto por Weber, uma vez que a população se utiliza de uma violência não legítima para aplicar a sanção igualmente ilegal ao acusado. Como explica Adorno (2002, p. 08). “Na sociedade moderna, não há, por conseguinte, qualquer outro grupo particular ou comunidade humana com ‘direito’ ao recurso à violência como forma de resolução de conflitos nas relações interpessoais ou intersubjetivas”.

Isso faz do linchamento uma modalidade de violência ilegítima, não amparada por qualquer ordenamento jurídico existente, haja vista que o monopólio do uso da violência pertence ao estado. Contudo, para autores como Adorno (2002), estaríamos vivendo em um momento de crise do monopólio legítimo da violência, o que abriria espaço para soluções privadas de conflitos de ordem social, tais como os linchamentos. Em suas palavras:

> A baixa eficiência dessas agências – especialmente das polícias militar e civis em prevenir crimes e investigar ocorrências, e de todo o segmento judicial (ministério público e tribunais de justiça) em punir agressores –, associada aos tradicionais obstáculos enfrentados pelo cidadão comum no acesso à justiça acabam estimulando a adoção de soluções privadas para conflitos de ordem social (como os linchamentos e as execuções sumárias) bem como contribuindo para a exacerbação do sentimento de medo e insegurança coletivos (2002, p. 29).

Portanto, percebe-se que o linchamento pode ser visto como uma consequência da crise do monopólio estatal da violência, uma vez que, na visão de alguns grupos sociais, o

Estado não tem conseguido exercer seus papéis de controle da violência criminal e de promover um amplo acesso da justiça à população comum, o que, segundo o referido autor, resultaria, dentre outros, na prática dos linchamentos.

Isso pôde ser observado no discurso do Presidente da Associação dos moradores do bairro Morada da Barra em Vila Velha após a morte de um caminhoneiro por linchamento, em razão deste ter atropelado e matado uma criança no dia 24 de maio de 2013, que destacou o seguinte: "Infelizmente vivemos uma situação muito ruim em relação à segurança pública. Não concordamos com essa ação (linchamento), mas a população está oprimida com a violência". [...] "Não temos área para o jovem se divertir, nada disso" (COMUNIDADE..., 2013, p. 6).

Percebe-se nitidamente que, pelo discurso do Presidente da Associação dos Moradores, justifica-se o linchamento em razão do aumento não controlado da violência no bairro pelo Estado, o que, conforme ressaltado, resulta na crise de legitimidade do monopólio estatal da violência e pode contribuir para a prática dos linchamentos.

Já pela fala da mãe de uma criança que foi estuprada e assassinada por um mecânico em Vargem Alta, que veio a ser morto por linchamento pela população, pode-se perceber que há uma crítica às instituições de justiça criminal, uma vez que ela destaca que "Era para terem cortado a cabeça dele e chutado. O que fizeram foi pouco, pois cadeia hoje não segura ninguém" (ELE MOROU..., 2013, p. 10).

Sinhoretto (2002, p. 59) ressalta que a desconfiança da Justiça Pública constrói uma espécie de aceitação do justiçamento privado. Segundo ela:

> [...] poder estatal perde sua legitimidade na medida em que se verifica a legitimidade para o uso da violência por agentes não estatais em certos contextos sociais. E é por esse prisma que se pode tratar teoricamente a desconfiança da Justiça Pública e a aceitação por parte da população da prática de linchamentos.

Trata-se, portanto, de um círculo vicioso, no qual a perda da confiança nas instituições de justiça e nos agentes responsáveis por sua distribuição e execução leva a um acréscimo das soluções violentas ilegítimas que, por sua vez, aumenta a perda de confiança no Estado (ADORNO, 2002, p. 29). Em razão disso, uma parcela da população, principalmente constituída das classes médias e altas, recusam-se a aceitar quaisquer políticas públicas que promovam a defesa dos direitos humanos, reclamando, em contrapartida, por um aumento da punição e encarceramento.

Por esta razão, "vimos assistindo nas duas últimas décadas manifestações coletivas de obsessivo desejo punitivo que contemplam punição sem julgamento, pena de morte, violência institucional, leis draconianas de controle da violência e do crime" (ADORNO, 2002, p. 29).

A referida violência descontrolada e desejo de punição por parte da população podem ser vistas na fala do de um perito da polícia civil que destacou que "A população carregou o corpo fazendo festa pela morte do rapaz" (HOMEM..., 2011, p. 10). Após chegar ao local para realizar a perícia de um homem que foi morto por linchamento no bairro Campo Verde, em Cariacica, em 26 de maio de 2011, sob a acusação de ter abusado sexualmente de uma idosa.

Isso também pode ser percebido no relato de um policial militar ao intervir durante a ocorrência de um linchamento no bairro Flor de Piracemas, em Cariacica. Segundo ele: "Quando chegamos, a população gritava deixa ele morrer" (SUSPEITOS..., 2011, p. 7), o que demonstra o grande desejo da população de punição sem um julgamento.

Segundo Martins (2015, p. 11), o próprio ato punitivo de linchar expressa a perda da legitimidade das instituições de justiça em relação àquele determinado grupo que cometeu o linchamento. Para ele, os linchamentos:

> [...] crescem numericamente quando aumenta a insegurança em relação à proteção que a sociedade deve receber do Estado, quando as instituições não se mostram eficazes no cumprimento de suas funções, quando há medo em relação ao que a sociedade é e ao lugar que cada um nela ocupa.

Diante disso, é possível afirmar que há uma relação entre a crise do monopólio estatal da violência e o aumento dos casos de linchamento. Todavia, mesmo diante do sentimento de medo e insegurança (ADORNO, 2002), o único detentor do direito de punir o cidadão que infringe as normas penais é o Estado, que para isso, deve obedecer a uma série de procedimentos e direitos garantidos pela Constituição Federal, o que não é observado ao ser realizada a "justiça popular".

4. Os linchamentos no Espírito Santo

Conforme ressaltado, foi realizada pesquisa com o auxílio da ferramenta de busca da biblioteca digital do Jornal "A Gazeta", onde foram inseridas as expressões "linchamento", "lincha", "linchou", "linchador" e "justiçamento", separadamente, com o intuito de

identificar, classificar e obter características dos casos de linchamento ocorridos no Estado do Espírito Santo do ano de 2004 a 2014.

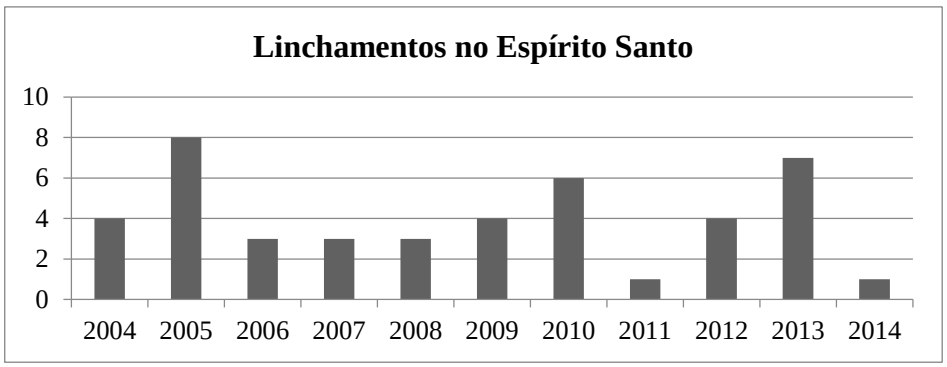
Nesse período, foram encontrados 44 casos de linchamento tentado ou consumado, sendo que 75% das ocorrências ocorreram na região metropolitana da Capital e apenas 25% no interior. De todos os registros, apenas dois casos ocorreram na região rural, o que equivale a 4,54% do registrado.

Isso demonstra que o linchamento no Espírito Santo é um fenômeno tipicamente urbano, haja vista que a grande maioria dos casos ocorre na cidade. Nesse sentido, Martins (2015, p. 78) destaca que "Os linchamentos que podem ser estudados no Brasil constituem um fenômeno caracteristicamente urbano, que se dá num ambiente caracteristicamente antitradicionalista".

A maior concentração das ocorrências de linchamento nos centros urbanos pode estar relacionada à violência existente nessas regiões, principalmente em comparação com o meio rural, o que, segundo Adorno (2002), estimula a prática dos linchamentos, uma vez que o Estado não tem conseguido controlar os índices de criminalidade nas regiões metropolitanas e ao mesmo tempo promover um amplo acesso à justiça daquela população, que acaba buscando a chamada "justiça com as próprias mãos".

Contudo, as ocorrências de justiçamento no meio rural têm relação, segundo Martins (2015), com os crimes de sangue ou violações à honra da família que mora no campo. Em comparação aos casos ocorridos no meio rural e urbano, o referido autor (2015, p. 79) destaca que "essa prática de justiça popular não é própria nem típica do mundo rural, onde ainda operam sólidos mecanismos de solidariedade familiar e comunal".

No período estudado, não houve um aumento ou diminuição gradativo do número de casos dos linchamentos no Espírito Santo. Apesar disso, alguns anos se destacaram pelo grande número de ocorrência em comparação com os demais, conforme gráfico abaixo:



O ano de 2005 foi o que apresentou uma maior quantidade de casos, chegando a 8 (oito); seguido de 2013 com 7 (sete); e 2010 com 6 (seis) registros. Já o período com o menor números de linchamentos registrados foram os de 2011 e 2014 com apenas 1 caso para cada ano. Os referidos dados demonstram que, em média, pode-se esperar de 3 a 4 linchamentos por ano no Estado do Espírito Santo.

Já em relação à suposta conduta praticada pelo linchado, o que levou ao linchamento, 59,09% dos casos tiveram como motivação a acusação de crime praticado contra a pessoa, 31,81% de crime contra a propriedade, 4,55% de crime contra a propriedade e pessoa e 4,55% por motivos desconhecidos.

Com isso, percebe-se que a maioria dos casos de linchamento no Espírito Santo são ocasionados pela acusação do linchado ter cometido um suposto crime contra a pessoa, que abrange desde homicídio a crimes sexuais como estupro. No Brasil, de acordo com a pesquisa realizada por Martins (2015), o índice de motivações ligadas a crimes contra a pessoa é de 45,7%, o que demonstra que no Estado há um aumento de mais de dez por cento desse motivo para linchar.

Considerações Finais

Diante do exposto, verificou-se que no Estado do Espírito Santo o linchamento é um fenômeno tipicamente urbano, que na maioria das ocorrências é motivado quando há um crime contra a pessoa, o que inclui homicídio e principalmente estupro. Além disso, não houve um aumento e nem diminuição gradativa dos linchamentos, tendo somente em alguns anos do período estudado um maior registro, mas que, para via de regra, nos anos seguintes, se estabilizava.

Além disso, constatou-se, por meio de depoimentos de testemunhas ou pessoas que faziam parte da comunidade onde foi praticado o linchamento, o grande desejo de punição e violência diante da suposta prática de um crime. Nesses relatos, também pode-se perceber a utilização de um discurso que aponta o Estado como culpado para os atos praticados.

Portanto, percebe-se que os linchamentos nos dias atuais podem ser vistos como uma demonstração da insatisfação daquela determinada população que o praticou em relação às instituições de justiça estatais. O que possui relação com a crise de legitimidade do monopólio estatal da violência e que faz com que a população desacredite que o acusado será punido justamente, o que a leva a praticar a “justiça com as próprias mãos”.

Referências

ADORNO, Sérgio e PASINATO, Wânia. **A Justiça não tempo, o ritmo da Justiça**. Tempo soc. [online]. 2007, v. 19, n. 2, pp. 131-155.

ADORNO, Sérgio. **O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea.** In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. V. IV. Editora Sumaré. Sumaré/SP. 2002.

BENEVIDES, M. V. **Linchamentos no Brasil:** violência e justiça popular. In: Roberto da Matta (Org.). Violência Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982, v., p. 93-117.

BURDEAU, Georges; HAMON, Francis; TROPER, Michel. **Manuel droit constitutionnel**. 24ª Edição. Paris. 1995

CERQUEIRA, Rafael Torres de; NORONHA, Ceci Vilar. **Cenas de linchamento:** reconstruções dramáticas da violência coletiva**.** Psicol. estud. [online]. 2004, v. 9, n. 2, pp. 163-172.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3.ed. Curitiba, Ed. Positivo, 2004.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Fonte, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos:** A Justiça Popular no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8(2): 11-26, outubro de 1996.

SOUZA, L. de &MENANDRO P. R. M. **Vidas apagadas:** vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000). Psicologia Política, 2002. 2(4), 249-266.

OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de. **Quando "pessoas de bem" matam**: um estudo sociológico sobre os linchamentos. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS; GT34 - Sociologia e antropologia da moral, 2010.

OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de. A luta dos de bem contra os do mal: justificações dadas para linchamentos (p. 155-177). In: Misse, Michel; Werneck, Alexandre (Org). **Conflitos de (grande) Interesse -** Estudos Sobre Crimes, Violências e Outras Disputas Conflituosas**.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. **O que não tem Governo:** Estudo sobre linchamentos. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

RUOTTI, Caren; FREITAS, Taís Viudes de; ALMEIDA, Juliana Feliciano de e PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo.** Rev. Saúde Pública [online]. 2009, v. 43, n. 3, pp. 533-540.

SINHORETTO, Jacqueline. **Os Justiçadores e sua Justiça**: Linchamentos, Costume e Conflito. São Paulo: Editora IBCCRIM, 2002.

WEBER, Max. **A política como vocação.** Brasília: Editora UNB, 2003.

Periódicos

HOMEM que estuprou idosa é linchado por vizinhos da vítima. **A Gazeta**, p. 10, 27 mai. 2011.

SUSPEITOS de estupro: um é espancado, outro executado. **A Gazeta,** p. 7, 29 ago. 2011.

COMUNIDADE: Carência de segurança e atenção. **A Gazeta,** p. 6, 25 mai. 2013.

ELE MOROU na minha casa durante 20 dias. **A Gazeta,** p. 10, 4 jun. 2013.

INDISCIPLINA: CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Jheniffer Vieira de Almeida
UENF

Resumo: No ambiente escolar é onde o desejo de disciplina tem sido aclamado, em uma pesquisa promovida pelo IBOPE junto com a Fundação Vitor Civita chamada "Dossiê do educador"; a falta de disciplina dos alunos se encontra em primeiro lugar dentro dos principais problemas encontrados em sala de aula. Frequentemente ouvimos que os alunos de hoje são indisciplinados e que necessitam de disciplinamento. O que se percebe é um desejo de voltar a um passado fortemente controlador como era na Sociedade Disciplinar dos Séculos XVIII-XIX. O sentido de indisciplina não é algo que fica claro dentro das visões encontradas na Escola 12 de Março, ao contrário está sujeito a confusões. O discurso de disciplinamento – da necessidade de silenciar o aluno, de que ele fique quieto e imóvel – é ainda hoje visto dentro da Escola 12 de Março; o que mostra que a escola pouco se modernizou. Nestes termos, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as visões de disciplina e indisciplina, defendidas pelos atores sociais da Escola 12 de Março. Procurar compreender qual a necessidade das disciplinas e se as mesmas existem devido ao modelo de escola disciplinar do início do século XIX.

Palavras-chave: escola; disciplinarização; indisciplina.

Abstract: In a school setting is where the desire for discipline has been hailed, in a survey conducted by IBOPE along with the Victor Civita Foundation called "Dossier educator"; the lack of student discipline is the first within the major problems encountered in the classroom. We often hear that students today are undisciplined and in need of discipline. What we see is a desire to return to a strongly driver past, like it was in the Disciplinary Society of XVIII-XIX centuries. The sense of discipline is not something that is clear in the views found in the March 12 School, on the contrary is subject to confusion. The discipline of speech – the need to mute the student, that he be quiet and still – is still seen within the March 12 School; which shows that the school was slightly modernized. Accordingly, this paper aims to reflect on the visions of discipline and indiscipline, advocated by stakeholders of the March 12 School. Seeking to understand what is the need of the subjects and whether there due to disciplinary school model of the early XIX century.

Keywords: School; disciplining; indiscipline.

Introdução

> Art. 169. Durante a aula ou recreio não poderá o alumno retirar-se sem o consentimento do professor. [...]
>
> Art. 172. É expressamente prohibido o estudo em vozeria. [...]
>
> Art. 173. As penas disciplinares são:
> a) Admoestação particular;
> b) Reprehensão em aula;
> c) Privação do recreio;
> d) Tarefa em casa;
> e) Reclusão com tarefa depois dos trabalhos do dia;
> f) Exclusão temporária;
> g) Eliminação. [...]

> §3º O professor cuidará em impedir que se forme e desenvolva nas crianças o habito da delação e espionagem. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Leis, resoluções não sanccionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo. 1900. p. 499-502).

O capítulo X da Collecção de Leis aborda a disciplina como um conceito de comportamento adequado e descreve as punições, sendo a maior delas a expulsão da escola, perdendo o direito de se estudar na rede pública. Algo irônico, já que a escola deveria funcionar como instituição educadora, acolhendo ao indisciplinado. Ainda hoje, mesmo com as mudanças, a escola tem um forte desejo disciplinar: "Hoje está tudo uma bagunça!", "Aluno indisciplinado", "Aluno sem controle". As falas transparecem um desejo de que a escola deve se colocar na posição disciplinadora, como era na época da sociedade disciplinar. É consenso entre os autores que discutem o tema da indisciplina e disciplina, que a indisciplina é algo colocado sobre o educando, mas que também não pode ser dissociada da sua relação com a escola, a família, a sala de aula e a sociedade. A indisciplina, segundo eles, é um processo, algo que vem se transformando e não se apresenta e nem se conceitua de forma única, mas, ao contrário, são diferentes visões.

A Escola 12 de Março é o nome fictício de uma escola estadual central no município de Campos dos Goytacazes, onde seus funcionários afirmam ter mais de cem anos e que, nesses anos, tem sua história marcada por rupturas. Uma das rupturas é a própria história da escola, pois a data de fundação não é confirmada, embora o Projeto Político Pedagógico da escola data do ano de 1911. Devido à localização, atende a alunos vindos de distritos. A escola carece de reformas, nesses dois anos (2013-2014) de pesquisa nenhuma reforma foi feita. Escolhi a escola 12 de Março para os estágios (1-4) pela localização e horário das aulas de sociologia, depois fui me interessando pela escola e permaneci nela para a pesquisa.

Este trabalho pretende abordar os enunciados de indisciplina encontrados na referida escola. Meu objetivo é refletir sobre as visões de disciplina e indisciplina defendidas pelos atores sociais da Escola 12 de Março, procurarei compreender qual a necessidade das disciplinas e se as mesmas existem seguindo o modelo de escola disciplinar do início do século XIX, sabendo que esta possui traços característicos da sociedade disciplinar dos séculos XVIII-XIX e se essas visões contribuem para a formação de estereótipos. Como metodologia de análise, eu utilizei a Análise do Discurso – onde ao decorrer do texto, muitos termos surgem. Trabalhei com entrevistas semi-estruturadas com alunos do ensino médio

vespertino e seus professores, coordenação pedagógica, direção, e os funcionários de apoio[1]. Conversas esporádicas na escola e visita ao Conselho Tutelar de Campos e no Grupamento Ronda Escolar e observação participante.

1. Apresentando a polifonia da indisciplina dentro da Escola 12 de Março

A partir das entrevistas, pude perceber que as falas caminhavam para uma possível categorização. Desse modo, construí categorias, onde pude agregar as falas.

Quadro 1 - Significados dados a Indisciplina pelos atores do processo de ensino e aprendizagem do Colégio 12 de Março[2].

Nomenclatura da Categoria	Tipos de Atos
Afrontamentos	Incompreensão de princípios de convivência, bagunça, atrapalhar o ensino, comportamento inadequado e fazer arte.
Falha na Educação Familiar	Algo negativo, coisa feia, forma como foi educado, falta de interiorização correta da educação familiar e falta de educação.
Ir contra regras/normas/ordens	Não cumprimento de regras pré-estabelecidas por instituições e estado de desordem.
Desinteresse	Falta de dedicação, ser faltoso, ter notas ruins, falta de seriedade, falta de compromisso e falta de motivação (Professor e aluno).
Ruídos	Falar na hora da explicação e falar palavrão.

Fonte: Entrevistas com professores, alunos, diretores, coordenação pedagógica e funcionários de apoio do Colégio 12 de Março em 2014.

Quadro 2 - Significados dados à disciplina pelos atores do processo de ensino e aprendizagem do Colégio 12 de Março.

Nomenclatura da Categoria	Tipos de Ato
Regras/Ordens/Normas	Regras internalizadas, conjunto de regras, estado de ordem, segurança para o aluno, uso do uniforme, cumprir com estatutos da direção e obedecer ao horário.
Adequação do comportamento ao ambiente	Comportamento adequado, bom comportamento, convenção social, respeito, autocontrole, educação, não conversar em aula e ser uma pessoa ideal.
Interesse	Comprometimento, dever pronto, dedicação aos estudos, atenção nas aulas, não faltar, estudar em casa, assistir às aulas, inteligência, responsabilidade e cumprir com os estudos.
Não uso de Tecnologias	Sem usar o celular, sem ouvir música,

[1] Funcionário de apoio é uma categoria que eu criei para identificar aqueles que não atuam diretamente no processo de ensino e aprendizagem, não atuam dentro da sala de aula, sendo guardas, coordenadores de turno – inspetores de alunos... Dentre outros.
[2] Entrevistas com alunos, Professores e funcionários da Direção, Coordenação Pedagógica, Guardas, Biblioteca e Coordenação de Turno no ano de 2014.

Fonte: Entrevistas com professores, alunos, diretores, coordenação pedagógica e funcionários de apoio do Colégio 12 de Março em 2014.

As categorias unem atos que possuem semelhanças, podemos perceber nove grandes enunciados dentro da cenografia escolar.

1.1 Circulação

A circulação é considerada problemática, pois deve o aluno estar sentado dentro da aula, no campo de visão dos olhos controladores da escola (BORGES, 2004). Sair sem autorização é um dos problemas mais acusados dentre as indisciplinas do colégio 12 de Março.

O movimento de alunos é algo comum e constante, a não ser quando não estão presentes na escola. Em uma terça-feira à tarde, fiquei observando a entrada dos alunos. Antes do sinal indicativo de início das aulas, percebi um grande aglomerado de alunos conversando em frente à grade que dá acesso aos dois andares de salas de aula. O primeiro sinal foi dado, grades abertas e alguns – poucos – alunos entraram. Mais alguns minutos, grande movimentação e novamente outro sinal, mais uns poucos alunos entram. Se a sirene tem por objetivo demarcar o início das aulas, por que os alunos não entravam em suas salas, após o toque da mesma?

Os coordenadores de turno são responsáveis por "colocar" os alunos em sala. E também por tirar-lhes da sala quando se está no intervalo. É complexa a relação com o espaço. Os alunos são obrigados a permanecer em sala durante as aulas e proibidos de ficar no pátio, mas, na ausência do professor e no intervalo, são obrigados a ficar no pátio, não podendo estar em sala.

Percebo nesse contexto uma característica com a sociedade disciplinar: Os espaços são quadriculados e funcionais, mudando de acordo com a cenografia do momento. Foucault (1999) vê a disciplina como sendo também a distribuição dos indivíduos no espaço.

O espaço aparece quadriculado – cada um no seu lugar e em algum lugar definido para se evitar grupos e confusões. Organizando o espaço para que se controle – saber onde se está e o que está fazendo. Os lugares são determinados não só para vigiar e interromper comunicações, mas para se criar utilidade (FOUCAULT, 1999, p. 169-170). Não se pode sair no colégio 12 de Março, sem que seja permitido, é necessário saber onde e o que está fazendo esse aluno que sai da sala.

A circulação não aparece nas respostas do que entendem disciplina e nem do que entendem indisciplina, mas quando perguntei sobre as possíveis regras que poderiam ser

destacadas[3], a circulação é vista de forma positiva quando consideram que poderia ter a permissão de sair durante o intervalo para "comprar lanche". Os alunos não podem sair da escola sem autorização e só saem quando terminam as aulas ou em caráter excepcional devidamente autorizado pela direção.

1.2 O uso da tecnologia em sala de aula

O uso da tecnologia torna-se indisciplina, quando se tem um celular ou algum aparelho eletrônico ligado e em funcionamento sem autorização, em sala de aula. Desde a massificação dos aparelhos eletrônicos (segunda década do século XXI), a escola nunca mais foi a mesma e na ausência de discussão sobre o assunto, tem-se regras e proibições[4].

A tecnologia tem sido considerada uma grande vilã das escolas atuais. O que mais se houve são questionamentos acerca da presença de celulares e outros eletrônicos dentro das salas estariam roubando a atenção dos alunos e prejudicando o andamento do ensino e aprendizagem. Quando perguntados sobre o que seria disciplina, o *não uso do celular* reaparece, pois para ser um aluno disciplinado não se deve usar o celular nas aulas e nem ouvir música.

O que se percebe com toda essa problemática é um conflito geracional. Por geração utilizo o conceito de Forquin (2003), que afirma que o conceito de geração vai muito além de nascer em um mesmo período, é ter modelagens, influências e desenvolvimento em contextos comuns, compartilhar uma "consciência de geração". Dentro de uma mesma geração pode haver grupos diferentes que compõem as unidades geracionais (MANNHEIM, apud FORQUIN, 2003, p. 5).

No Colégio 12 de Março, além das diferentes gerações, temos as diferentes unidades geracionais, são alunos e funcionários de diferentes contextos envolvidos num processo de ensino e aprendizagem que tendem a ser uno e não têm levado em consideração as mudanças ocorridas ao longo dos séculos. É um saudosismo de gerações anteriores que não percebe a transformação da sociedade, um não desejo de renovação. Não se discute sobre essa inserção das tecnologias dentro das salas, mas ao contrário, criam-se regras que acabam por não solucionar.

Uma lei estadual de 2009 proíbe o uso de celulares e eletrônicos dentro das escolas estaduais do Rio de Janeiro, a norma é exposta por todo o colégio, mas na prática não se

[3] A pergunta realizada foi: Existe algum código de postura para professores e alunos? O que poderia ser destacado no código?

[4] LEI Nº 5453, DE 26 DE MAIO DE 2009 - "Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular e outros aparelhos nas escolas estaduais do estado do Rio de Janeiro (NR)".

aplica. Professores mais jovens não se importam com tal uso, em várias aulas de sociologia vi alunos com seus celulares em mãos, ouvindo músicas, acessando a internet, enviando mensagens, e o professor, ciente de tal uso.

Quando perguntados sobre quais regras poderiam ser destacadas[5], o uso do celular reaparece, entretanto, não como proibição e sim possibilidade, onde se pede que seu uso seja permitido em sala como meio de comunicação com os pais. O colégio atende a muitos alunos distritais[6] e por estarem longe de casa o uso do celular seria benéfico como necessidade de se manter informado com pais e familiares, caso fosse necessário.

1.3 Desinteresse

Confesso que essa categoria muito me intrigou, um aluno pode ser indisciplinado por não se interessar em acumular para si capital cultural (BOURDIEU, 1979, p. 3-6).

O desinteresse como ato indisciplinado aparece nas entrevistas, no que seria indisciplina e disciplina e também dentro das possíveis regras que poderiam ser inseridas na escola. Observa-se então, que os atores do processo de ensino e aprendizagem consideram que o desinteresse é sim um ato indisciplinado. E o mais surpreendente é que essa visão não é algo do professor. Nas entrevistas, são os alunos que afirmam que "ser faltoso" e "falta de dedicação" são atitudes indisciplinadas. Assim, "atenção nas aulas" e "inteligência" são colocadas pelos alunos como a definição do que seria um aluno disciplinado. O que percebo é que os alunos reproduzem enunciados de seus professores e pais, mesmo que esses enunciados possam estigmatizá-los.

Garcia (2010) chama atenção para observarmos a indisciplina além da observação do contexto muito além da falta de interesse dos alunos, Garcia (2010) vê a possibilidade de que a indisciplina possa advir de um currículo que não pensa o aluno real.

Trevisol e Lopes (2008) veem a indisciplina também como resposta à aula desestimuladora, não desafiante. A escola não estaria atendendo às satisfações do aluno em seu contexto histórico.

Mas é Amaral (2000) que percebe em sua entrevista que o aluno ideal – para 59,9% dos professores – deveria também ser crítico e inteligente e a indisciplina entra ao lado do

[5] A pergunta foi: Existe algum código de postura para professores e alunos? O que poderia ser destacado no código?
[6] Categoria que descreve alunos que residem em distritos.

desinteresse com 68,1% como obstáculo intransponível. A pesquisa apontou também que 48,7% dos alunos afirmam que a sua indisciplina ocorre devido a aulas chatas, com professores nervosos. Assim a indisciplina é uma resposta ao comportamento do professor.

La Taille (1996) vê que a indisciplina pode ser derivada da descrença na importância da escola, todavia nenhum dos autores aponta a indisciplina como desinteresse do aluno no aprender.

Para Lajonquière (1996) diz que a indisciplina consiste em várias atitudes, não é homogênea. Todavia, considera que ela existe dentro de um certo conjunto, daquilo que fugiria ao aluno ideal, partindo das respostas dos atores. Se ser disciplinado é "ser comprometimento", "ter dever pronto", "dedicação aos estudos", "atenção nas aulas", "não faltar", "estudar em casa", "assistir as aulas", "inteligência", "responsabilidade" e "cumprir com os estudos", o comportamento indisciplinado poderá ser exatamente o contrário, como "não querer estudar", "ser faltoso" "ter notas ruins".

1.4 Ruídos

O ruído se dá quando o problema é o barulho do aluno. Independente da situação é problemático, sendo necessário silenciar o responsável pelo incômodo.

No colégio 12 de Março, o desejo de silenciamento é visível, discurso que abre a possibilidade para confusões. Ter o silêncio como alvo é característica da sociedade disciplinar (séculos XVIII e XIX) que Foucault (1999) bem descreveu. Neste contexto, a sociedade disciplinar não era necessário a fala, ao contrário, a fala era compreendida como empecilho ao aprendizado. A postura da escola sobre a fala dentro da sala de aula da escola 12 de Março segue o mesmo discurso, há um repúdio visível à fala, os estudantes são sempre "os falantes", "turmas barulhentas".

Passos (1996) inicia seu artigo (*A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados*) com uma descrição de uma sala de aula, onde não se espera o tão sonhado silêncio: "Havia muitos sons: o som de crianças circulando de um grupo para outro, o som da conversa entre eles, o som dos materiais que manipulam, o som do beijo estalado que a professora acabara de dar em uma das crianças" (PASSOS, 1996, p. 117).

Passos (1996) afirma que o trabalho pedagógico não necessita ser um ato silenciado em que somente o professor fala, ensina e o aluno "sujeito que aprende" quieto. Mas é a sala de aula ambiente de trocas, "emergir de falas", "movimento", "rebeldia". Na escola

presenciada por ela, era o contrário que se via: uma sala com alunos falantes, agitados; e toda a agitação e falas faziam parte do próprio trabalho pedagógico. Era necessário que se fizessem trocas, que conversassem e chegassem à conclusão do trabalho. A agitação dos grupos era prova de que o trabalho estava sendo feito e não símbolo de rebeldia.

Embora não tenham afirmado o silenciamento como disciplina, ele é um discurso comum dentro do colégio: os alunos são "barulhentos", "principalmente as meninas"[7].

1.5 Agressões

A agressão é quando a indisciplina é uma violência física ou verbal. A agressão é muito confundida com a indisciplina. O conceito de disciplina por vezes é associado a um ato de agressão. Guimarães (1996) vai questionar essa associação. Para a autora a indisciplina é um ato contrário à disciplina. Disciplina seria uma ordem imposta ou livre para o bom funcionamento de um dado ambiente. Indisciplina seria então essa desordem sobre o bom funcionamento. E violência seria o uso da força num ato violento. Em sentido jurídico, a violência é provocada por uso da força, constrangimento físico ou moral. Assim, a agressão não é algo intrínseco da indisciplina, mas pode um ato de indisciplina gerar alguma violência. O que se percebe é uma constante ambiguidade entre os dois termos (indisciplina e violência) que acabam por serem cunhados juntos.

Um destaque de Guimarães (1996) é o fato de ela considerar a própria instituição como violenta. Neste sentido, ela utiliza de Maffesoli (Apud Guimarães, 1996, p. 74) o termo social e sociabilidade. O *social* é o ambiente do *dever ser*, das instituições que regem como devemos nos portar, local da identidade precisa. Já a *sociabilidade* é o ambiente do *querer ser*, onde os indivíduos desempenham diversos papéis – atividade profissional e tribos. É na sociabilidade que se abre espaço para o pluralismo, é da ordem do provisório e fluído.

As instituições são ambíguas, pois tem o *dever ser* e o *querer viver* onde não se perde a individualidade em meio ao coletivo. As instituições – com o *dever ser* – não veem as diferenças nos indivíduos, controlam e manipulam, rompendo violentamente com a sociabilidade. As instituições dominam e utilizam de violência no cotidiano, as tensões ocorrem quando o *querer viver* se impõe a essa dominação. A indisciplina aparece, então, como resistência.

[7] Nunca me explicaram o porquê de as meninas serem mais barulhentas, talvez por estarem em maior quantidade dentro do colégio.

Na visão de Guimarães (1996) temos uma indisciplina positiva, onde aparece como resistência à ação violenta da escola sobre o indivíduo, quando não respeita sua especificidade – seu *querer viver*, mas, do contrário, manipula, domina e controla.

> Mas quando a escola se enrijece, aplicando uma lei única para todos os casos, o coletivo se desestrutura porque as discordâncias, deixando de ser objeto de negociação, enfraquecem os vínculos da trama social e começam a ser tratados por especialistas. O diretor passa a depender, por exemplo, dos peritos (policiais, bedéis, orientadores, psicólogos etc.) que utilizam da força física, moral e/ou psicológica para conter o movimento da violência. Contudo, a ação desses peritos será pouco eficaz, porque quando a violência não é eliminada, ela assume outras modulações e rompe regularmente, trazendo à tona tudo que foi rejeitado (GUIMARÃES, 1996, p. 80).

Esse trecho de Guimarães (1996) consegue descrever bem a situação da escola 12 de Março, pois mesmo com poucos casos de agressão (seis casos, quatro registrados no livro de ocorrências, um que presenciei e outro que a agente de leitura contou-me até o ano de 2014), ainda assim vê-se grande aparato a fim de que a violência não ocorra e se ocorrer seja rapidamente controlada. São profissionais: Policiais Militares do Projeto PROEIS[8], Guardas Civis Municipais do Projeto Ronda Escolar[9], Orientadores pedagógicos e educacionais, Coordenadores de turno e inspetores. Há também elementos estruturais como câmeras, corredores, grades e muros altos. Características que Foucault (1999) também destacou quando falava da sociedade disciplinar.

1.6 Afrontamentos

O afrontamento é quando a indisciplina origina de diferentes mentalidades, podendo haver confusão sobre as atitudes e falas. Os confrontos morais podem também advir de conflitos geracionais.

A "moral e os bons costumes" são elementos cobrados e relembrados por professores e funcionários. É um discurso de uma unidade geracional anterior ao dos alunos do colégio. São pessoas que já possuem mais de 40 anos e tiveram sua socialização num contexto marcado por correções e castigos constantes. Trazem em si um saudosismo: havia "mais respeito", "antigamente não era assim".

[8] PROEIS - Programa Estadual de Integração na Segurança – Onde a Policiais Militares contribuem com a segurança escolar.
[9] Grupamento Ronda Escolar (GCM) – programa municipal, onde a Guarda Municipal contribui para a segurança escolar e organiza palestras de acordo com o contexto escolar.

Aquino (1996) também percebe o saudosismo nas falas, onde a disciplina é vista como castigo e penalidade. Havendo uma idealização do aluno dominado perpassando as mudanças na sociedade, já que eram fortes os discursos da sociedade disciplinar analisada por Foucault (1999).

A indisciplina aparece então como resposta do sujeito histórico aos valores desatualizados e a não modernização da escola, mostrando a necessidade de uma mudança na configuração da mesma. A indisciplina aparece como resistência aos moldes arcaicos.

Para Araújo (1996), a indisciplina está associada à moralidade. Se a regra imposta for imoral, a indisciplina pode ser sinal de autonomia do sujeito e assim não é imoral o indisciplinado, do contrário, imoral é o professor que deseja aplicar tal regra.

1.7 Ir contra regras

As duas últimas categorias têm em si certa similaridade, pois existem os problemas de convivência derivados de quebra ou falha de informação acerca de normas e regras. Lorenzoni, Cargnin, Gerhardt, Arenhardt e Rempel (s/d) veem indisciplina dentro do contexto escolar como algo que preocupa, pois os alunos não têm controle. Dessa maneira, a disciplina ajudaria nas relações. Todavia, as regras disciplinares deveriam ser construídas dentro da sala, com os alunos, para maior comprometimento e participação dos mesmos. Por estes autores, a disciplina aparece como forma positiva, dizendo respeito à necessidade de viver junto, regras necessárias à convivência pacífica de diferentes indivíduos.

Na escola 12 de Março, o que se tem de regra pública – digo pública no sentido de expostas em cartazes, legitimadas por leis reafirmadas pelos funcionários – é a proibição do uso do celular dentro das salas e dentro da escola. E ainda assim essa regra é constantemente desobedecida e nem sempre punida. E o uso também dependerá da personalidade do professor. Nas aulas em que acompanhei, os alunos estavam sempre com seus celulares até mesmo em dias de prova. Ouviam música, trocavam torpedos, jogavam... Uma situação que me chamou atenção foi uma *selfie* no meio da aula: um grupo composto por cinco meninas arrumavam-se, ajeitavam os cabelos, organizaram-se e então vários *flashs*! Fotos no meio da explicação da matéria! E elas não se incomodaram nem com o fato de estarem de costas para o professor, ou o fato de que eu também as observava.

O uso do uniforme (camisa, calça ou saia e tênis) é algo que se imagina, pois em momento algum é conversado com alunos, entretanto, se vão de bermuda (e o conceito do que é bermuda ou short depende da interpretação do porteiro) podem não entrar na escola. O mesmo se aplica ao uso de sandálias abertas e chinelos em lugar do tênis. Também não pode ser uma regra muito rígida, pois as moças que estão grávidas não podem mais usar aquelas calças jeans apertadas – que antes usavam, e nem o uniforme que acaba ficando pequeno. Nesses dois anos em que estive frequentando a escola, pude perceber que o uso do uniforme não é tão rígido assim.

O desacato que é considerado crime com multa e reclusão, por exemplo, nunca foi se quer comentado na escola nesses dois anos em que a frequento. Mesmo sendo algo que já esteve presente. Esses três exemplos nos mostram como é complexa a relação que se faz com as regras, pois espera que os alunos as respeitem sem que as mesmas lhes sejam apresentadas. E cabe reafirmar que as regras são contextuais e dentro da escola elas podem ser modificadas de acordo com a situação.

O que percebo é que a escola espera que essas regras já venham internalizadas nos alunos, venha de sua casa ou mesmo da mãe (muitos afirmaram que a disciplina originava-se da mãe) e em contrapartida os pais esperam que a escola torne seus filhos civilizados e educados. Assim, enquanto uma instituição espera pela outra – ao invés de juntas trabalharem – os alunos ficam imersos a confusões e ambiguidades.

Conclusão

Todas as categorias acima descritas caminham para um modelo de aluno não existente, um modelo ideal que não se encontra no contexto prático da escola. Esse modelo de aluno silencioso, docilizado e passivo do período industrial, não mais atende à educação na modernidade. Seria necessário que a escola se modernizasse com a sociedade, acompanhando suas transformações. Hoje, com constantes inovações tecnológicas, num mundo mais conectado, a escola deveria se atualizar, ou o que teremos é uma série de controvérsias e ambiguidades dentro da escola que contribuirão para confusões e fraseologias como a que sempre escutei “antigamente os alunos eram mais educados”, o que não é verdade porque antigamente o contexto permitia que o comportamento do aluno se enquadrasse no modelo, mas, com as mudanças ocorridas, não se pode mais usar aquele mesmo modelo.

Não se pode dissociar a indisciplina do contexto em que ela se dá, pois para cada escola há uma regra e, mesmo dentro da escola, há possibilidade de zonas de interação com diferentes regras.

Há uma aproximação de sentido que os atores interiorizam por indisciplina e das práticas reconhecidas como indisciplinadas e disciplinadas. Na entrevista, quando perguntados sobre o que seria indisciplina, os atores do Colégio 12 de Março tiveram respostas próximas das regras que consideram como importantes[10]. Pode se perceber certa unidade nas respostas, pois eles afirmaram como regras importantes:

> "Princípios éticos com outros e com o patrimônio; necessidade de regras contra bagunças; regras para se prestar atenção nas aulas; Uniforme completo, camisa e tênis; Permissão para sair no intervalo para "comprar coisas"; Uniforme escolar e pontualidade; Contra bagunças, atrapalhar o andamento das aulas, e o professor; Respeito ao próximo; Proibir a entrada de bermuda curta e não proibir o namoro; Proibir a entrada usando short; Não proibir o uso dos celulares – comunicação com os pais" (Respostas encontradas nos questionários).

O que se percebe é uma exaltação de uma particularidade da escola, que além da educação básica formar para a vida, para o trabalho e cidadania (ECA, 1990) deve ela também disciplinar o aluno, docilizá-lo, torná-lo mais controlado. A visão que se tem de educação e ensino é mesclada à disciplinarização. Por isso, o disciplinamento é constantemente aclamado e se mobiliza todo um sistema de peritos (GIDDENS, 1991) para combater a indisciplina.

Referências

AMARAL, Cleonice Maria Torrens do. **A (in)disciplina em sala de aula** - o papel do professor. Acta Scientiarum 22(1):135-140, 2000. ISSN 1415-6814.

AQUINO, Julio Groppa. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In. _____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. 149 p.

ARAÚJO. Ulisses Ferreira de. Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano. In. _____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. 149 p. P. 103-116.

[10] A pergunta feita foi "O que poderia ser destacado no código?" – lembrando que este código é o código de regras do colégio.

BORGES, Juliano Luis. **Escola e disciplina**: uma abordagem foucaultiana. Revista Urutágua, Maringá, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/005/05edu_borges.htm>. Acesso em 07 ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990** - Estatuto da Criança e do Adolescente

BOURDIEU, Pierre. Os Três Estados do Capital Cultural. In. _____. **Escritos de Educação** / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 71-79.

CUNHA, Maristela. **Ronda Escolar retoma atividades junto às escolas da rede pública**. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=19972>. Acesso em 12 dez. 2013.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Collecção de Leis, resoluções não sanccionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo**. 1900. Petropolis, Typographia da Papelaria Jeronymo Silva, 1901.

FORQUIN, Jean-Claude. **Relações entre gerações e processos educativos**: transmissões e transformações. Congresso Internacional Co-Educação de Gerações. SESC São Paulo. Out. Outubro/2003.

FOUCAULT, Michael. Terceira Parte – Disciplina, Capítulo I – Os corpos dóceis. In._____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1999. 288p. p. 117-142. Disponível em: <ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Ci_ncia%20Pol_tica%20-%20I/Foucault%20-%20Vigiar%20e%20Punir.pdf>. Acesso em 05 out. 2013.

GARCIA, Joe. **Indisciplina e crise de confiança na relação professor-aluno** - Trabalho apresentado no XV Seminário Internacional de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.sieduca.com.br/2010/admin/upload/122.doc>. Acesso em 12 fev. 2014.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade** /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIMARÃES, Áurea M. Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola. In. _____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. 149 p. P. 73-82.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. A criança, "sua" (in)disciplina e a psicanálise. In. _____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. 149 p. P. 39-58.

LA TAILLE.Yves de. A indisciplina e o sentido de vergonha. In. _____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. 149 p. P. 09-24.

LORENZONI, Rosilãne de Lourenço; CARGNIN, Elisane Scapin; GERHARDT, Márcia Lenir; ARENHARDT, Simone; REMPEL, Terezinha Leiza. **Disciplina escolar**. S/L. S/D.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da Análise do Discurso**. Tradução doe Maria Adelaide P. P. Coelho da Silva. Liboa. Gradativa. 1997. 112p.

MESQUITA FILHO, Odilon Pinto de. **Lingüística III**: teoria da análise do discurso - Letras Vernáculas - EAD, módulo 3, v. 4 / Odilon Pinto de Mesquita Filho. - [Ilhéus, BA]: UAB/ UESC, 2011. 230p.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso** - princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2002a.

PASSOS, Laurizete Ferragut. A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados. In. _____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. 149 p. P. 117-128.

TREVISOL, Maria Teresa Ceron; LOPES, Anemari Luersen Vieira. A (in)disciplina na escola: sentidos atribuídos por profissionais da educação. In: **Congresso Nacional De Educação** - Educere, 8.; Congresso Ibero-Americano Sobre Violências Nas Escolas - Ciave, 3., 2008, Curitiba. Anais. Curitiba: Champagnat, 2008. P. 22-34.

"JUVENTUDE (DES) ACREDITADA": A ESCOLA COMO *ESPAÇOTEMPO* DE POTÊNCIA E AMPLIAÇÃO DA VIDA.

Josimar Barbosa Grippa
Mestrando em Segurança Pública - UVV. Bolsista da FAPES.
E-mail: josimar.grippa@yahoo.com.br

Resumo: Busca compreender as intensidades da vida em meio aos processos de constituição de violências nos cotidianos de escolas, em sua articulação com os outros contextos de vida dos estudantes-adolescentes.

Palavras-chave: cotidiano; violência; ampliação da vida.

Abstract: Seeks to understand the intensity of life amid the processes of violence constitution in the everyday of the schools in their relation to other life contexts of students-teenagers.

Keywords: everyday; violence; expansion of life.

Primeiras aproximações com o tema discutido

Conto neste texto, algumas experiências e problematizações em torno de questões teórico-epistemológicas relacionadas às violências contra juventude[1] que foram vivenciadas nos encontros cotidianos de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, do município de Vila Velha/ES. Para isso, vou transitar em alguns dados da minha pesquisa de Mestrado em Segurança Pública[2], da Universidade Vila Velha/ES. A pesquisa está em andamento e entrelaça nossas[3] experiências de vida com as vidas dos *praticantes cotidianos* (CERTEAU, 1994) que fazem deste *espaçotempo* (ALVES, 2001) um lugar especial.

Vou buscar, assim, neste texto, compreender as intensidades que se sente/vive/transpira/relaciona/compõe na vida dos *praticantes cotidianos* (CERTEAU, 1994) desta instituição escolar, reconhecendo que os modos de composição destes contextos de vida

[1] Também utilizaremos o termo estudante-adolescente para caracterizar a juventude que compõe este espaçotempo escolar e que transita cotidianamente em diversos contextos de vida aqui problematizados.
[2] Pesquisa de Mestrado intitulada "Processos de constituição de violências nos cotidianos de escolas em sua articulação com outras redes e contextos de vida dos estudantes-adolescentes: uma aposta na escola como espaçotempo de potência e ampliação da vida", segue a orientação da Professora Doutora Maria Regina Lopes Gomes e objetiva pesquisar os processos de constituição das violências nos cotidianos de escolas em sua articulação com outras redes de atenção e atendimentos aos adolescentes-estudantes, problematizando as *praticaspolíticas* e os modos de produção do fracasso escolar, tratado na pesquisa como uma violação do direito de aprendizagem desses estudantes. Intenciona pensar também as *praticaspolíticas de* produção das violências nos enredamentos desses contextos.
[3] A escrita está no plural por acreditar que as experiências do pesquisador e dos praticantes cotidianos se entrelaçam em algum momento da vida. E estes entrelaçamentos tornam-se o diferencial desta pesquisa com o cotidiano. Em alguns momentos lançaremos mão de uma escrita no singular.

precisam ser considerados em sua *complexidade* (MORIN, 2007) e singularidades, pois os diversos "modos/fazeres" produzem diferentes jeitos de pensar as diversas manifestações das violências praticadas no interior da escola. Nesta pesquisa, busco ainda entrelaçar os olhares com estes praticantes do cotidiano (FERRAÇO, 2008) para os processos de constituição das violências nos cotidianos de escolas, em sua articulação com os outros contextos de vida dos estudantes-adolescentes deste território marcado por disputas e alto índices de criminalidade.



Rua lateral da Escola, indicando as orientações para se trafegar pelo local.
Fonte: Arquivo do Grupo de Estudos da UVV.

O município de Vila Velha é composto por cinco regiões administrativas[4] e a instituição escolar onde esta pesquisa é realizada se localiza na região V (cinco) do município de Vila Velha e se encontra a 3 km do litoral praiano[5]. Esta região traz um contexto histórico de lutas entre proprietários e os denominados "invasores"[6]. Atualmente, os moradores possuem baixo poder aquisitivo e não usufruem de um local adequado para as práticas de atividades físicas e lazer.

Esta realidade expõe constantemente seus moradores aos complexos e violentos problemas sociais e envolvem muitas de suas crianças, adolescentes e jovens, principalmente, no uso e no envolvimento com o tráfico de drogas, fatores que inseriram o município no lamentável mapa da violência contra a juventude (WAISELFISZ, 2014) e sujeita seus moradores numa

[4] As regiões administrativas do município de Vila Velha recebem as seguintes divisões e nomenclaturas: Região I – Centro. Região II – Grande Ibes. Região III – Grande Aribiri. Região IV – Grande Cobilândia. Região V – Grande Jucu.
[5] Quando falamos do litoral praiano levamos em consideração a praia da Barra do Jucu, famosa pelo carnaval e demais festividades.
[6] Segundo consta nos documentos da prefeitura do município e histórias dos moradores mais antigos, o bairro é fruto de uma invasão ocorrida nos anos finais da década de 1970. O bairro era uma grande fazenda improdutiva que foi invadida por moradores das proximidades e de outros vindos do Sul da Bahia e dos municípios de Minas Gerais que fazem divisa com o Espírito Santo.

situação de "ameaça" quando se veem dispostos a alcançar o impossível (BAUMAN, 2005), especialmente quando relatam as dificuldades que tem em aceitar sua condição histórico-social, pois reconhecem as limitações para obter a identidade e o pertencimento de local. Bauman (2005) colabora com o nosso entendimento quando nos diz que "a ideia de 'ter uma identidade' não vai ocorrer às pessoas enquanto o 'pertencimento' continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa" (p. 17-18), ou seja, o pensador polonês aponta para a necessidade de construir o sentido de pertencimento diariamente, como "na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não só de uma tacada" (BAUMAN, 2005, p. 18).

Neste cenário, nos deparamos com sonhos que se tecem e vidas que se sentem/transpiram/vivem em meio às demandas sociais, culturais e econômicas de uma realidade marcada pelas diversas formas de violências que se manifestam e se articulam nos contextos de vida destes *praticantes cotidianos* (CERTEAU, 1994) especialmente o público jovem, sujeito da discussão deste trabalho.

A violência no Brasil cresceu muito nos últimos anos e os jovens têm sido as maiores vítimas desta lamentável constatação. Com Souza e Souza (2009) podemos considerar que a precariedade de políticas públicas para a população jovem possibilita o seu envolvimento no tráfico de drogas, nas manifestações de violências, nos usos de armas de fogo para a prática ilícita, fazendo com que esta parcela da população se torne vítima de um Estado ausente do exercício de sua função.

Fernandes (2004) corrobora nessa justificativa apontando que os jovens, especialmente aqueles que residem nas periferias das cidades, são as principais vítimas da violência no Brasil. E quando destacamos os *praticantes cotidianos* (CERTEAU, 1994) dos *espaçostempos* de escola (ALVES, 2001) percebemos que esta constatação se faz atual e integrante da realidade situacional desta pesquisa.

Os adolescentes-estudantes, que transitam nos *espaçostempos* (ALVES, 2001) da escola, o fazem de modo singular, pois trazem consigo suas histórias e experiências de vida para serem compartilhadas e valorizadas por aqueles que desempenham o ofício de ensinar e acompanhar o seu crescimento intelectual, mesmo considerando que o indivíduo se constitui com o outro. Mas essas expectativas esbarram nos equívocos da prática docente que, muitas vezes, vincula o indivíduo às mazelas da realidade local, "sem procurar compreender as suas particularidades e especificidades" (ROSA, 2013, p. 88).

Compreendemos com Rosa (2013) que:

> o risco dessa abordagem vinculativa é o de não reconhecer alguns processos de sociabilidade, intrínsecos nas diversas instâncias da própria condição juvenil, criminalizando-se, assim, a pobreza e legitimando discursos proibicionistas [...]. Assim, a falta de contextualização [...] pode resultar numa associação pouco crítica, muitas vezes de caráter universalista (p. 88).

Em contrapartida, este estudo realiza um mergulho com todos os sentidos nas redes cotidianas como um modo de nos aproximar daqueles que fazem do ofício de ensinar uma possibilidade de encontro, crescimento e avanços, bem como das práticas que nos apresentam elementos, muitas vezes, desfavoráveis à potencialização das crianças e dos conhecimentos. Acreditamos que o *espaçotempo* (ALVES, 2001) da escola é um dos locais onde a criança poderá vislumbrar uma infância em que a sua experiência e legitimidade não será negada (KOHAN, 2005), possibilitando à escola tornar-se um *espaçotempo* (ALVES, 2001) mais bonito e um lugar propício para desencadear laços que potencializem a ampliação da vida, uma vez que acreditamos com Augusto (2015), Alves (2001), Certeau (1994, 1995, 1996), Ferraço (2003, 2008) e Trevisol (2008) que no interior da escola se aprende os *saberesfazeres* daqueles que nela transitam e que são necessários para adquirir o conhecimento específico, mas nela também transitam a vida daqueles que movimentam a instituição, o bairro, a comunidade. "A escola passou a ser um lugar de convívio onde se estuda, se desfruta de lazer e se decidem coisas da vida entre os habitantes do local" (AUGUSTO, 2015, p. 12).

Sendo assim, acreditamos que as violências sofridas e que também são provocadas nas redes de relações e tecidas na caminhada de escolarização desses estudantes-adolescentes influenciam de modo significativo às aprendizagens e precisam ser consideradas como *pistas e indícios* (GINZBURG, 1989) para o fracasso escolar.

Desse modo, desejamos criar algumas problematizações a partir dessas práticas praticantes cotidianos para pensar outras possibilidades de tessitura de redes que apontem a expansão e a potência da vida, contribuindo com a *invenção* (CERTEAU, 1994) de uma escola mais bonita.

1. Pesquisa nos/dos/com os cotidianos: um caminho possível

Na primeira tentativa de organizar as ideias, trazemos nossas experiências de vida, nossos encontros de estudos, partilhas e reflexões com/nos cotidianos; as vivências nas escolas, igrejas, praças e outras redes das quais encontramos com *adolescentes-estudantes*,

além dos diálogos realizados no Grupo de Estudo[7] do Curso de Pedagogia da Universidade de Vila Velha/ES, do qual transitamos para problematizar algumas situações possíveis. Enfim, trazemos aquilo que nos passa, que tem nos passado e produzido sentidos de vida... "Estudar: algo (se) passa. Entre ler e escrever algo (se) passa" (LARROSA, 2003).



Atividades realizadas que potencializam o encontro e o diálogo entre pesquisador e os praticantes cotidianos de uma EMEF em Vila Velha/ES.
Fonte: Arquivo do Grupo de Estudos da UVV.

Para tanto, valemo-nos dos estudos e pesquisas "com" os cotidianos (FERRAÇO, 2003) para nossas problematizações e aproximações das diferentes realidades que são afetadas com nossa presença e que nos afetam, uma vez que estamos aprendendo com Maturana (1998) que os contextos de vida que pertencemos não podem ser pensados de maneira isolada, para esse autor, conhecimento e vida não se separam. Na mesma direção, somos orientados por Peréz e Azevedo (2008) em não afirmar o conhecimento sobre o outro, mas, que devemos buscar compreender as complexidades existentes nas redes que conectam os contextos de vida que são apresentados nos cotidianos da pesquisa.

[7] O Grupo de Pesquisa é recente e, por este motivo, ainda não tem nome específico. A pesquisa "Sobre as diferentes *práticaspolíticas* de alfabetização tecidas nos cotidianos de escolas: entre a potência da aprendizagem e a produção do fracasso escolar como violação de direitos" é coordenado pela professora Doutora Maria Regina Lopes e, objetiva pesquisar os processos de constituição das violências em contextos escolares em sua articulação com outras redes de atendimento e proteção às crianças e adolescente, problematizando a produção e os modos de apropriação de conhecimento da leitura e da escrita como um direito dos estudantes, especialmente, daqueles que enfrentam o fracasso escolar.

Assim, a construção dos entrelaçamentos, que são apresentados neste estudo, partirá do entendimento de que as práticas das violências, produzidas nos *espaçostempos* (ALVES, 2001), não podem ser pensadas sem dar importância aos atravessamentos históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais, pedagógicos, éticos e estéticos e as relações de poder que estão em jogo nessas redes cotidianas. Ou seja, para nós, com as ajudas de Certeau (1994 e 1996) a ideia de violência deve ser entendida por dentro da vida, considerando as multiplicidades e a complexidade das redes que estamos todos mergulhados e que nos constituem cotidianamente.

Usamos ainda outros pensadores dos cotidianos: os alunos, professores, funcionários e familiares dos *adolescentes-estudantes*, moradores do bairro onde a escola está inserida, dos quais suas ideias e verdades se entrelaçam com as dos pensadores teóricos por acreditarem e valorizarem a vida que se dá na relação entre os sujeitos praticantes deste cotidiano. Concordando com Certeau (1994), acreditamos que as narrativas dos sujeitos que praticam os espaços sociais, especialmente a escola, são importantes e precisam ser valorizados como autores e protagonistas de suas produções. Com Ferraço (2008) aprendemos que a pesquisa com o cotidiano propõe ao pesquisador a vivência dos processos sociais, educacionais, históricos *com* os sujeitos das escolas, utilizando como metodologia a produção em vez de apenas coletar dados.

Sendo assim, como tentativa de analisar e compreender os atravessamentos que nos passam e tocam (LARROSA, 2003), usamos como estratégia a aproximação, entrosamento e relação com os *praticantes cotidianos* (CERTEAU, 1994), especialmente, com os adolescentes que vivenciam os aspectos do ambiente escolar, considerando que os praticantes do cotidiano são "sujeitos protagonistas e autores da pesquisa" (FERRAÇO, 2008, p. 27).

> O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (CERTEAU, 1996, p. 31).

A cada encontro com os praticantes do cotidiano vou configurando uma nova visão de escola, além de pensar os possíveis caminhos que posso transitar no sistema educacional, especialmente, quando o caminho se faz com aqueles que movimentam o ambiente escolar: o estudante de múltiplas facetas.

A dimensão do lugar, do praticado, do vivido (CERTEAU, 1994, 1996) leva-nos a acreditar que os indícios (GINZBURG, 1989) do que está sendo feito-pensado-falado podem ser considerados como pistas que potencializam as relações, a ampliação da vida e as novas maneiras/formas de produzir conhecimentos. Para tanto, considero o *saberfazer* de Ferraço (2008):

> Nesse sentido, há dois aspectos que precisam ser considerados. O primeiro deles coloca a necessidade de essa análise privilegiar os *saberespráticas* dos sujeitos cotidianos, assumindo como sujeitos complexos e encarnados (p. 28).

A realidade sofrida dessa gente não possibilita as crianças traçarem metas e perspectivas de vida, uma vez que a maioria passa por problemas estruturais no seio familiar, além de não encontrar locais propícios de lazer ou que favoreça a realização de práticas esportivas coletivas, nem o encontro com o cultural e o lúdico, sem contar que o atendimento na área de saúde é precário e se esbarra nos conflitos de gangues que lutam por poder e espaço pelas ruas do bairro, isso impossibilita o convívio e a utilização dos serviços oferecidos para a região.



Proximidade da EMEF, em Vila Velha/ES.
Fonte: Arquivo do Grupo de Estudos da UVV.

Os conflitos externos à escola movimentam o seu ambiente, uma vez que as relações de produção de violências afetam o convívio dos estudantes-adolescentes, bem como a relação dos *praticantes cotidianos* (CERTEAU, 1994) que frequentam este *espaçotempo* escolar (ALVES, 2001).



Rua Lateral da EMEF em Vila Velha/ES.
Fonte: Arquivo do Grupo de Estudos da UVV.



Violência simbólica provocada pela escola: divisão das turmas entre aprovados e reprovados.
Fonte: Arquivo do Grupo de Estudos da UVV.

Mesmo com a constatação das manifestações de violências praticadas pela instituição escolar, o olhar estudantes-adolescentes para o seu ambiente de estudos é de admiração e respeito, uma vez que compreendem a importância da escola em suas vidas, pois reconhecem que este *espaçotempo* é "diferente" do habitual, pois possibilita novas perspectivas de vida, novos relacionamentos, novas ideias e um mundo de oportunidade; além de oferecer acolhimento, calçado e uniforme escolar, carinho, espaço para a prática esportiva e lazer, educação, respeito, entre outras práticas de amorosidade que conduzem a uma nova postura frente aos desafios do cotidiano.

Segundo Santos (2000), a relação estabelecida com a comunidade é ‘‘o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação’’ (p. 75), reconhecemos com Kohan (2008) que a comunidade escolar possibilita ao aluno realizar seu próprio caminho de emancipação, uma vez que, segundo este mesmo autor, “ninguém emancipa ninguém” (p. 248).

Os corpos dos estudantes-adolescentes realizam comandos que fogem aos padrões das regras estabelecidas para a boa convivência, ou seja, seus comportamentos reproduzem suas experiências e práticas cotidianas. Novamente recordamos Maturana (1998) quando expressa que os contextos de vida dos quais pertencemos não podem ser pensados de maneira isolada, deste modo, faz-nos pensar nas realidades das quais estamos inseridos e que nos afetam, proporcionando um encontro entre as experiências que ocorrem dentro e fora da escola.

Pensar as possibilidades de inserção dos padrões de cidadania no cotidiano desses adolescentes-estudantes não será (ou seria) uma tarefa fácil, como também não será (ou seria) fácil pensar outros mecanismos de controle para transformar essas crianças arteiras em jovens e, consequentemente, adultos ordeiros (ROSA, 2009. AUGUSTO, 2015). Antes de tudo, é preciso que a comunidade alcance uma estruturação que possibilite o convívio social para a escola não ser apenas o lugar da disciplina e da ocorrência, mas como o lugar do encontro, da renovação do sonho, e do reconhecendo de que o ambiente escolar carrega em si outros caminhos possíveis de ensinamento e relação.

Caso contrário, continuaremos promovendo a exclusão histórico-social do outro que se apresenta como legítimo, como protagonista e participante de uma história de lutas, superação e vitórias cotidianas. E a escola pode ser este *espaçotempo* (ALVES, 2001) que potencializa e amplia a vida nas suas diversas maneiras/modos de se manifestar.

Que a aposta seja a escuta atenta dessas vozes singulares que tornam vivas e tecem as teorias das práticas (CERTEAU, 1994), que consistem num fluir de interações articuladas aos intercâmbios desses praticantes cotidianos, trazendo-as para o centro da discussão as problematizações dessas políticas que precisam ser estabelecidas nas adjacências da escola. Vozes e narrativas que, para fazerem sentido, segundo Certeau (1994), precisam ser contadas de novo, ouvidas outra vez...

Portanto, para alcançar uma melhor compreensão do sentido de escola, e consequentemente não traduzir os nossos jovens a estatísticas apreensões e mortes, precisamos compreender os movimentos, formas e as intensidades das forças da vida praticada nos/dos/com cotidianos, percebendo os enredamentos apreendidos com os fios dos aspectos sociais dos

estudantes e dos envolvidos no processo educacional, visualizando os trabalhos e parceiras exercidos das outras redes de atendimento dessas crianças, adolescentes e jovens na realidade local almejando a construção não só de uma escola, mas de um bairro e sociedade mais bonitos, pois lançamos apostas no ser humano que se coloca como legítimo outro (MATURANA, 1997) e que constrói sua história numa coletividade de experiências, compreendendo que nesta realidade encontramos uma juventude que tem potencial vontade de *fazersaberfazer*.

Deste modo, a juventude voltará a ser confiante nos seus potenciais e promoverá a ampliação da vida em suas diversidades e a escola será um espaçotempo de potência e ampliação da vida, abrindo uma nova configuração de sentido de vida e de tudo o que nela encerra.

Referências

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 13-37.

AUGUSTO, Acácio. Governando crianças e jovens: escola, drogas e violência. In: RESENDE, Haroldo (Org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 11-24.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução José Gradei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

_____. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **A invenção do cotidiano**: morar e cozinhar. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

FERNANDES, C. R. Segurança para viver: propostas para uma política de redução da violência entre os adolescentes e jovens. In: NOVAIS, Regina e Vannuchi. Paulo. (Orgs.) **Juventude e sociedade**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-175.

FERRAÇO, Carlos Eduardo, PEREZ, Carmen Lúcia Vidal e OLIVEIRA, Inês Barbosa. Diferentes abordagens, temas e modos de ser da pesquisa nos/dos com os cotidianos. In: FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V. e OLIVEIRA, I. B. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa:** novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP ET alii, 2008, p. 23-34 - Coleção: Vida Cotidiana e Pesquisa em Educação.

GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KOHAN, Walter Omar. **Infância**: entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 237-255.

LARROSA, Jorge. A arte da conversa. In: SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Estudar = Estudiar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Linguagem e educação depois de babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATURANA, R., Humberto; Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (orgs.). **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

MATURANA, R., Humberto. **Emoções e linguagens na educação e na política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MATURANA, R., Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NEGRI, Antonio. **A constituição do comum**. Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo: economia do conhecimento e a constituição do comum. 24 e 25 de outubro de 2005, Rio de Janeiro. Organizada pela Rede Universidade Nômade e pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS).

PEREZ, Carmem Lúcia Vidal e AZEVEDO. Joanir Gomes de. Apontamentos de aulas: questões teórico-metodológicas a respeito dos estudos com o cotidiano. In: FERRAÇO, C. E.; PEREZ, C. L. V. e OLIVEIRA, I. B. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa:** novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP ET alii, 2008, p. 23-34 - Coleção: Vida Cotidiana e Pesquisa em Educação.

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude das prisões mascaradas como alvo das políticas criminais de drogas**. Vigilância, Segurança e Controle Social. PUC/PR: Curitiba: Surveillance in Latin America - 4-6 de março de 2009.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente:** Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2000.

SOUZA, Robson Sávio Reis & SOUZA, A. M. D. N. **Juventude e Violência**: novas demandas para a educação e segurança públicas. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 114-133, 2010.

TREVISOL, Jorge. **Educação transpessoal**: um jeito de educar a partir da interioridade. São Paulo: Paulinas, 2008 (Coleção: viver como protagonista).

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**: Jovens no Brasil. Centro Brasileiro de estudos latino-americano. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014. [Versão preliminar].

REFLEXÕES ACERCA DO VALOR SIMBÓLICO DO "MUNDO DO CRIME": A "OUTRA FAMÍLIA"

Lohaine Jardim Barbosa
UFES

Resumo: O presente artigo pretende fornecer reflexões acerca das dimensões simbólicas da adesão de crianças e adolescentes ao mundo do crime, em especial ao mundo do tráfico de drogas. Além de discutir algumas teorias atuais voltadas para a análise da questão da violência no Brasil, este artigo procura trazer à luz, um olhar sobre os elementos simbólicos de construção do discurso dos jovens envolvidos com o mundo do crime. O que temos ao final, não são conclusões ou respostas, mas sim, olhares sobre um fenômeno multifacetado, complexo, e ao mesmo tempo gritante, que se faz presente não só em nosso Estado, mas no mundo.

Palavras-chave: violência; juventude; adesão simbólica.

Abstract: This article seeks to provide reflections on the symbolic dimensions of children's and teenagers' membership to the world of crime, especially the world of drug trafficking . In addition to discussing some current theories focused on the analysis of the issue of violence in Brazil , this article intends to bring to light a look at the symbolic elements of the discourse construction of the youth involved with the criminal world . What we have at the end , are not conclusions or answers , but rather looks on a multifaceted and complex phenomenon and, at the same time, whopping, which is present not only in our state but in the world

Keywords: violence; youth; symbolic membership.

Apresentação

O presente artigo pretende trabalhar as dimensões simbólicas da adesão de crianças e adolescentes ao mundo do crime, em especial ao mundo do tráfico de drogas. Procuro destacar o que vem sendo elaborado pela bibliografia atual que visa discutir a violência urbana no Brasil e, em especial, com foco na realidade do Município de Vitória, no Espírito Santo, com relação aos elementos emocionais e psicológicos da adesão de garotos e garotas, cada vez mais jovens, ao mundo do tráfico.

O que se pretendeu neste breve artigo é provocar a necessidade de análises e postulados teóricos que considerem o fenômeno da violência urbana a partir de um olhar multifocal, que considere as dimensões subjetivas e não apenas sócio-estrutural, econômica e política do fenômeno da violência.

A hipótese aqui trabalhada, apesar de considerar o trabalho de crianças e adolescentes como um fenômeno histórico e cultural na sociedade brasileira, parte do princípio de que o acirramento do combate e das políticas de repressão do tráfico de drogas, bem como a

expansão e consolidação da atividade do narcotráfico no Brasil, tenha intensificado o aliciamento de crianças e jovens pela dinâmica do tráfico de drogas, não apenas entre as classes baixas, mas também entre classes médias e altas. Fenômeno esse que não pode ser explicado apenas através de uma sociologia do risco (PERALVA, 2000; SPINK, 2003; ROCHE,994; COHEN,1999) embora deva ser considerado também nessa perspectiva, envolve elementos de ordem emocional, psicológica, e social fundamentais para a compreensão e a reflexão sobre os índices de morte de jovens do sexo masculino, entre 14 e 25 anos (tendo a Cidade de Vitória no Estado do Espírito Santo como referência).

Embora esse tema seja atual e fundamental no pensar sobre políticas públicas de segurança urbana, não se pretendeu elaborar um guia de como lidar com esse fenômeno, nem listar ações dos poderes públicos em prol da diminuição dos índices de homicídios de jovens, ou de tráfico de entorpecentes. Buscou-se enfatizar a importância de reflexões e produções de pesquisas que tenham como fundamento a análise de aspectos emocionais e simbólicos da adesão ao crime, não bastando para esse fim a análise de estatísticas criminais (que por si só são limitadas e falhas, por focar na perspectiva do crime e não da vítima, pouco considerar os crimes não denunciados e, por isso, não catalogados e quantificados).

1. Olhares sobre a violência urbana no Brasil

Michel Weiviorka (1997) foi talvez um dos primeiros autores a propor um novo paradigma da violência que considerasse a dimensão subjetiva e psicológica do fenômeno, para além de uma leitura social do mesmo. O autor propõe uma discussão que visa articular e integrar as diversas teorias sobre violência, focando experiências históricas concretas, mas não de forma a esclarecer "classes de violência", o que limitaria a análise do fenômeno a um conjunto de especificações de ordem epistemológica. Este acaba com o "mito" de uma suposta "irracionalidade da violência", destacando a existência de uma racionalidade própria à violência e que se contextualiza ao se manifestar enquanto tal, sendo sua natureza extremamente dinâmica e mutável. Ao argumentar que a violência é com frequência, ou pelo menos em parte, a marca de um "sujeito contrariado, interditado, impossível ou infeliz":

> [...] (a violência) traz então a marca de uma subjetividade negada, arrebentada, esmagada, infeliz, frustrada, o que é expresso pelo ator que não pode existir enquanto tal, ela é a voz do sujeito não reconhecido,

> rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação racial (WEVIORKA, 1997:37).

Sua proposta de uma teoria da violência baseada na noção de sujeito, parte de uma análise centrada no sujeito racional, capaz de construir-se a si próprio, produzindo sua existência e seu reconhecimento na alteridade que produz em relação "aos outros". Trata-se de um sujeito dialético, em que o conflito se torna a sua base constituinte e a partir desse são construídas e reconstruídas as relações sociais. Embora racional, esse sujeito não é sempre "ator" (WEIVIORKA, 1997) e é quando, nesse espaço, o sujeito deixa de ser ator e de se responsabilizar pelos seus atos, constituindo a violência. Segundo o autor, as experiências da violência urbana não poderiam derivar de uma leitura economicista que relacione os atos de violência e a criminalidade a uma "frustração" pela não possibilidade de inserção no mercado de consumo, como destacam alguns autores (TAKEUTI, 1993; CARNEIRO, 2002).

Weviorka (1997) relaciona frustração e reconhecimento – do ponto de vista da psicologia dos instintos (psicanálise). Frustração, para o autor, refere-se geralmente à recusa de satisfação pela realidade, podendo ser essa uma frustração externa ou interna (para distingui-la da contrariedade de impulsos por forças no inconsciente ou também na consciência). Por isso, a violência não é relacionada a um ato irracional, mas sim a uma insatisfação ou revolta que se constitui enquanto legítima em virtude de uma lógica própria do autor desta.

Essa frustração do sujeito, não é para Weviorka uma frustração por não participação no mercado de consumo, embora esse seja um fato real, mas trata-se antes, de uma frustração pelo não reconhecimento enquanto sujeito o que seriam um motor da produção de um sentimento de injustiça, motor dessa violência tomada como real.

Ofuscados pela mídia e pela insegurança generalizada, os indivíduos não tomam consciência da violência do não reconhecimento que é anterior à violência generalizada. E, por isso, a última se torna um simulacro da real violência que se dá no campo do reconhecimento dos sujeitos enquanto tais, da efetivação de direitos civis, sociais e políticos, ou seja, a violência da desigualdade social, da discriminação social, racial, sexual, entre outras.

Para o autor, as sociedades atuais se encontram em crise e "[...] geram condutas, em seu próprio âmago, que constituem a marca para sua própria negação pessoal do sujeito" (WEVIORKA, 2006: 205). Podemos dizer que a violência generalizada da mídia obscurece um conflito fundante das sociedades ocidentais e pode ser interpretada enquanto um ponto

de partida "[...] a condição necessária para que se constituam atores, para que se exprima uma subjetividade até então reprimida [...]" (WEVIORKA, 2006:209).

A violência é fruto de um trabalho de "sentido", daí a importância de investigarmos seus elementos subjetivos, seu sentido para o autor da violência, superando assim uma lógica dominante de criminalização de certos atos de violência e naturalização de outros que exprimem um conflito fundante de nossas sociedades.

> [O] que caracteriza toda a violência: é o fato de que ela coloca em ação um sentido; mas que este, inevitavelmente, perde-se; desnaturaliza-se, perverte-se e sobrecarrega nela, o que é a marca de trabalho do sujeito através da violência, onde ele é suprimido – mas como vimos, também por vezes se funda (2006:212).

Weviorka não exclui a violência enquanto gozo (ou seja, violência pelo simples ato e prazer de proceder contra a dignidade do outro), mas enfatiza que essa emerge sempre de processos sociais, políticos e subjetivos que não são passíveis de tradução via uma estrutura de personalidade ou cultura, ou seja, o estudo do sentido que o autor da violência atribui a essa, bem como a carga simbólica e emocional que legitima a prática da violência deve constar enquanto elementos fundamentais dessa tradução.

Para o autor, não bastaria uma interpretação que enfatize uma "perda", "crise" ou "diminuição" dos sentidos e valores numa dada sociedade, mas sim da observação dos seus excessos, suas faltas e dos conflitos que se escondem por detrás da violência aparente que se constitui enquanto violência real, em virtude de um trabalho que a violência efetua sobre si mesma. Por isso, Weviorka (1997) rejeita a possibilidade de se compreender a violência a partir de um levantamento histórico da mesma, ou de uma análise estrutural de sua configuração, nem parcial de seu momento e argumenta que compreender o ponto de partida da violência não garante a compreensão do seu ponto de chegada ou sua trajetória. A violência é um fenômeno subjetivo e, como toda subjetividade, ela se transforma, se perverte e se inverte:

> Para pensar de maneira diferenciada o surgimento e o desenvolvimento da violência no espaço, não há mais princípio geopolítico sólido, as distinções econômicas são insuficientes, e a tese de choque das civilizações revela-se imprópria. Num mundo ou mesmo tempo fragmentado e globalizado, as probabilidades de graves violências localizadas são grandes em toda a parte, e ao mesmo tempo s problemas os mais limitados têm bem mais que no passado todas as chances de serem deslocados, exportados, prolongados fora do seu espaço inicial ou natural [...] a violência contemporânea pode ser analisada como

> um vasto conjunto de experiências que, cada uma à sua maneira, traduzem o risco de implosão pós moderna, e mesmo seu esboço (1997:28-29).

Outro autor importante para analisarmos o fenômeno da adesão de jovens e crianças ao mundo do tráfico é Paulo Cesar Fraga, o autor, embora analise o Rio de Janeiro em comparação com a questão colombiana, em seu texto "Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano" (2000), este consegue captar a necessidade de se aprofundar nas especificidades dos casos brasileiros. Entre os elementos que contribuiriam para o fenômeno que trabalhamos aqui, Fraga enumera, para o caso Colombiano: o "pouco apego à vida", o uso indiscriminado da violência, o "imediatismo" e o consumo exagerado e desenfreado, mas longe de aceitar apenas explicações economicistas para esse fácil aliciamento, destaca intensa solidão vivenciada por esses jovens e crianças:

> [...] medos, angústias, retratos de vidas que precocemente haviam perdido o sentido, em uma situação em que algozes e vítimas pareciam se confundir, num contexto em que todos os agentes são produtos das mudanças sociais e da socialização imposta pelo tráfico […] contudo é entre os jovens que a violência tem moldado as suas consequências mais nefastas (FRAGA, 2000:82-83).

Sua argumentação destaca o que viria a ser uma "cultura da urgência" (Sanchez, 1996), que estaria na base de um comportamento imediatista e favorável ao risco:

> [...] para estes jovens não há futuro nem raízes, a tradição é uma palavra vazia de conteúdo, existindo apenas, valoricamente, o tempo presente e que este é feito de cada instante e deve ser vivido como se fosse o último, sem qualquer outra referência, se não o hiper consumismo (FRAGA, 2000:82).

Apesar de destacar os elementos sociais, econômicos e comportamentais desse "desapego", "cultura da urgência" e do efêmero, sua explicação leva em conta as condicionantes emocionais e psicológicas desses jovens.

Fraga (2000) argumenta que, muitas vezes, o comportamento "criminoso" (o envolvimento com o tráfico) pode significar uma posição de enfrentamento dessa sociedade que discrimina e coloca esses jovens numa posição de subalternidade e marginalidade. Somado a isso, identifica ainda o que seria uma sensação de abandono por parte das instituições públicas, e crise da instituição familiar enquanto centro formador de valores, sociabilidade e convivência. Nesse momento, sua argumentação se aproxima de uma

interpretação acerca de sentimentos, valores e emoções, mas o autor não se aprofunda nesse sentido, limitando-se em pontuar como fundamentais essas variáveis.

Ambos os atores aqui trabalhados possuem importantes contribuições para a compreensão da complexidade do fenômeno da violência, em especial a violência criminosa (que constitui enquanto crime sendo tipificada no Código Penal), e apontam para a necessidade de se buscar explicações para esse fenômeno, não apenas nas estruturas sociais ou na chamada "crise das instituições", mas sim, na compreensão dessas instâncias através da análise das emoções, dos sentidos, dos valores e ideias construídas pelos autores da violência, em relação a essa. Residiria nesse ponto, a importância de se focar nos sentidos que os atores atribuem às práticas de violência, a significação que estes constroem acerca de seus atos e os impactos dessa experiência da construção de suas subjetividades.

2. A outra sociabilidade: tráfico enquanto profissão

Ao analisar o trabalho infantil no Brasil, Fraga (2000) destaca que este faz parte da constituição social brasileira, onde o trabalho infantil era interpretado enquanto valor moral (desde o século XIX), ou seja, uma preparação e treinamento para que a criança se constituísse em adulto responsável e dado ao trabalho. Sua legitimação, advinda da crença numa "moldura moral da criança" a partir dos valores do trabalho. Fraga explica a ampla aplicação de crianças e jovens no tráfico com base na crise do mercado de trabalho e em virtude da "era da empregabilidade" (SENNETT:2004, 2006). A precariedade das condições de trabalho; perda de sentido na realização do ofício, a relação com o produto do trabalho, e a exploração da mão de obra infanto-juvenil, em condições de subemprego, bem como o fim do emprego conduziriam, principalmente, jovens de baixa renda, a uma inserção precoce dos jovens ao mundo adulto. Este destaca que:

> [...] há, atualmente um tipo de exploração proveniente do retrocesso em relação às conquistas de direitos assegurados pelas reformas sociais. E que há uma desintegração do patriarcado sem que haja a submissão dele por u modelo de proteção às famílias pelo Estado. O capitalismo informal é uma estrutura social específica com regras dinâmicas próprias que está associado de forma sistêmica à super exploração do trabalho. No cerne da exploração estão os mecanismos geradores de exclusão social (2000:97).

Essa inserção em condições de exploração, exclusão social e crise do "poder de controle" da família, e quase inexistência das instituições de controle e regulação social, podem produzir contextos de inversão de valores, e produção de uma nova lógica que vem a legitimar atos ilegais em legítimos. Ou seja, diante das impossibilidades do mercado, da incapacidade do Estado em gerir as demandas sociais, mergulhados numa sociedade onde injustiça social e impunidade se solidificam enquanto características de uma formação social que possuiu a desigualdade em sua base, os "adultos precoces" podem elaborar novas lógicas de legitimação de atividades que são consideradas ilegais pela sociedade mais vasta, onde o risco se faz presente e a legitimação da atividade "criminosa" se impõe como forma de resistência às desigualdades sociais, à discriminação da qual são vítimas e a uma violência que é constituinte das relações e da formação social brasileira.

Nesse contexto, o tráfico e a vida de "traficante" permite um "reconhecimento" que antes parecia "impossível" para essas crianças e jovens:

> [...] lá eu posso fazer alguma coisa pelos outros, ajudar a comunidade, conversar, aconselhar as pessoas, lá eu posso desenvolver meus talentos, as pessoas me escutam, dão valor, reconhecem o que eu falo, agradecem pelo conselho (Fala de um ex-traficante).

O mundo do tráfico permite o reconhecimento e possibilidades de uma nova socialização, muitas vezes mais sólida que a familiar, cujas regras de comportamento fornecem elementos de sentido e novos valores, cimentando uma nova lógica que opõe a sociedade da lei (cidade) à uma nova família e nova sociedade (tráfico) legítima e reconhecida para seus partícipes. Como percebe Adorno (1998), a atividade criminosa introjeta e desencadeia desarranjos microscópicos no tecido social, principalmente o rompimento da significação tradicional entre o mundo da ordem e da legalidade com o "submundo do crime", pois existia anteriormente uma nítida distinção entre trabalho e delinquência. Com essa ruptura, o mundo do crime é assimilado enquanto mundo do trabalho, a partir de todos os elementos comuns, e esse, como "produtividade", "hierarquia", e ainda muitos outros que estariam em crise no mercado formal como: "lealdade", "comprometimento" e "sentimento de pertença".

Com isso, o risco individual da vida de traficante legitima-se nas estratégias individuais e coletivas forjadas a partir dessa "outra sociabilidade" que o "mundo do tráfico" possibilita. Esse mundo, fornece além de possibilidade de reconhecimento, valores relacionados ao mundo

do trabalho e uma ideia de realização pessoal que serve à legitimação da prática criminosa enquanto prática de resistência à sociedade que oprime e reprime o reconhecimento pessoal e a existência de milhares de jovens e crianças que um dia acordaram adultos.

O ofício do tráfico é invariavelmente uma forma de acender ao consumo, mas nem de longe as motivações dos agentes se resumem a isso. Trata-se de reconhecimento, de amizade, de lealdade, ao mesmo tempo em que o dinheiro do tráfico possibilita acesso ao mundo do consumo, ele permite acesso a um mundo de amizades, festas, mulheres, passeios na praia, ostentação de bens, e outras trocas simbólicas que envolvem status, respeito e serviços (guardar armas para colegas, fazer vigília, consignar vapores[1], e outros serviços).

A violência é legitimada enquanto meio legítimo de satisfação das expectativas dos agentes, sejam essas econômicas, sociais ou simbólicas (status e reconhecimento). O tráfico é assim um trabalho, uma profissão. Aqui, o valor das amizades também é tido como algo quase sagrado. Os "colegas de profissão" são sempre pessoas boas, honestas, amigas, o que por vezes vêm a negar o mito do "ninguém pode confiar em ninguém" que é declarado em outras falas. Aqui, esse sentimento é sempre contraditório, se os amigos são sempre confiáveis no discurso, o "mundo" do tráfico é sempre perigoso e arriscado:

> Ali você tem que estar sempre atento, tem um monte querendo puxar seu tapete, tem que ser experto senão você roda mesmo! Tem que ter malícia. Na moral mesmo! Tem que ficar de olho aberto! (Fala de um traficante).
>
> Aquilo não é pra qualquer um não! Você tem que dar o sangue mesmo, se dedicar, cumprir horário, ter responsabilidade, não pode dar mole! É um trabalho como outro qualquer e muito mais sofrido. É um dinheiro ganho com muito suor (Fala de um traficante).

O trabalho que enobrece, o trabalho que é "esforço físico", quase uma tortura do corpo, está presente na construção do ideal de "ofício" na percepção dos traficantes. É perceptível mesmo um sentido de "nobreza" e "sacrifício" no que fazem. A religiosidade também é uma frequente:

> Traficante que não acredita em Deus tá morto! Até pode ter uns camaradas psicopatas que não acreditam em Deus, mas geralmente não duram por lá.

[1] O varejo do tráfico de drogas no município de Vitória envolve geralmente uma hierarquia centralizada num patrão, vários gerentes de boca e outros gerentes menores que também funcionam como vapor em alguns momentos, mas podem consignar a droga a outros traficantes menores que apenas fazem a venda (vapores). Geralmente vapores que ganham reconhecimento e confiança dos "colegas" podem vir a consignar a outros vapores drogas, em virtude de terem um lucro maior com suas vendas e poderem comprar em maior quantidade.

> Se você não tiver Deus com você, tá perdido! Tem que ter alguém te protegendo, tem que ter fé! (Fala de um ex-traficante).

Quando perguntados sobre o "porquê" do tráfico, as justificativas giram entorno da legitimação da atividade enquanto algo que não faria mal a ninguém diretamente:

> Pô, não tô roubando, não tô matando, só tô lá vendendo, compra quem quer, se não for na minha mão vai ser na mão de outro. Eu não obrigo ninguém a comprar. Quando eu vejo que o cara tá lá, e tem família, pô torra a grana com a merda, eu falo, dou conselho, tento ajudar e muitas vezes os caras pensam, refletem, acho que eu consigo fazer bem pra um monte de cara. Eu sei que tem cara lá que quer que eles entreguem tudo, só quer saber de vender e tá pouco se fudendo pro cara! Mas eu não, eu faço diferente lá e sei que muita gente observa e já está mudando sua forma de lidar, sei que tem gente que vê o que eu faço e pensa, pô, ele é bacana, ele tá certo, e aí ajudam também, não ficam só na grana! (Fala de um traficante).

É muito comum a referência a uma moral pessoal que remete a um ideal de salvação, ajuda do outro ou simplesmente aceitação do próximo. A "comunidade se ajuda" e dessa forma, a união da "família do tráfico" ocorre em oposição ao mundo de competição, guerra da sociedade em geral e do mercado de trabalho legal.

> É diferente lá, existe humildade, um ajuda o outro, todo mundo lá é irmão, tem essa de ser melhor que o outro não. O cara que ganha status, ganha na humildade, é reconhecido pelo o que faz, é uma cara responsa, sabe, não é fura olho não, porque fura olho lá não dura! (Fala se ex-traficante).

Dessa forma, o espaço da sociabilidade do tráfico é percebido como mais dotado de valor tradicional do mundo do trabalho do que o mercado de trabalho formal. A "lealdade" e a "sinceridade" estão presentes em oposição à "competição" e "falsidade" do mercado atual. Embora a existência da "competição" não seja negada, esta não pressupõe a "aniquilação" do outro, ou meios ilícitos de disputa, pois estes são castigados com a vida.

> O cara que faz merda lá, desaparece! Se você sacaneia alguém, pode ter certeza que se o pessoal descobrir já era, some! Teve um cara lá que, tipo, traiu um amigo lá! Ficou com a mulher dele, o cara era até gente boa, mas pô, pegar mulher do outro, não pode não! Então, nunca mais vi o cara! (Fala de um ex-traficante).

O mundo do tráfico exerce a cada dia mais atração entre as mulheres. Dominados por homens, essas começam a ganhar destaque, passando em alguns casos a assumir a gerência

das bocas, caso terem seus maridos mortos ou presos. Muitas mulheres gozam de grande status no grupo, por isso, ganham prestígio sendo respeitadas e mesmo protegidas.

O mercado de mulheres nesses ambientes é vasto. É sempre presente na fala dos entrevistados a garantia de ter "mulheres" e "honras":

> Porra, lá eu tinha muita mulher, a mulher que eu quisesse eu tinha, a sério! E tem muita mulhê lá! Eu então, era mô camarada lá, o pessoal me respeitava, tava na boa, as vezes tinha um monte de cara dando idéia na garota e ela tava na minha, eu ficava com ela mas tava tudo na paz! Pô a galera falava "se não dá mole, hem cara", mas tava na paz eu era brother! (Fala de um ex-traficante).
>
> Tava sempre em festa, tinha um monte de camarada, tinha status, e tinha respeito. Demora muito para se conquistar isso e eu conquistei! (Fala de um ex-traficante).

Durante a realização dessa pesquisa, foi feita uma coleta de notícias veiculadas nos jornais A Gazeta e a Tribuna (de maior circulação no Estado) com vista na visualização de como a mídia vem tratando os casos relacionados ao tráfico de drogas, principalmente aqueles que envolvem menores e mulheres – restritos ao município de Vitória. Também foi feita uma breve varredura dos jornais online (gazeta online e folha vitória), bem como, no site da Justiça Federal, focando casos de tráfico de drogas registrados especificamente no município de Vitória.

Uma Reportagem Especial, publicada no Jornal A Tribuna do dia 03 de maio de 2002, chamou atenção para as "meninas" do tráfico, cada vez mais jovens, entre 12 e 17 anos, que se envolveriam no tráfico namorando traficantes e ficariam responsáveis por assumir a venda, enquanto seus namorados estivessem presos ou afastados, também se responsabilizariam por compras de armas, e seriam respeitadas e temidas em seus bairros. A matéria atenta para o "prestígio" que estas garotas alcançariam em suas comunidades como um dos atrativos para o mundo do crime.

Entre as leis citadas na referida reportagem, que contribuiriam para uma situação privilegiada e de status social em suas comunidades, por parte das garotas que namoram gerentes do tráfico, estão: a proibição de se envolver com a mulher do gerente do tráfico (sob pena de morte para quem a infringir), o direito de ser escoltada por um "soldado do tráfico" para ir a shoppings, escolas, entre outros locais, ou mesmo ser vigiada em casa, direito de poder sobre os funcionários das bocas de fumo, sendo por estes respeitada (os funcionários lhe devem obediência), ainda, no caso da ausência do gerente do tráfico, suas "esposas"

poderiam assumir o comando do tráfico em seu lugar, ditando as regras a serem seguidas pelos funcionários do tráfico e pela comunidade.

A inserção nesse mundo também abre portas para o acesso às drogas, em especial a cocaína e o crack. Muitas meninas se tornam viciadas nessas drogas e se envolvem com os traficantes para terem acesso às mesmas.

> Teve uma noite que eu gastei uns 300 paus com cocaína, a mulherada veio louco pra cima de mim! É só botar o pó na mesa que elas fazem o que você e quiser, nem precisa pedir! Esse dia foi sinistro! (Fala de um traficante).

Muitas dessas matérias foram veiculadas nos jornais mais de uma vez. Algumas, três dias seguidos, de forma a completar os espaços nos jornais, mesmo que diminuíssem de tamanho ao longo dos dias. Essa evidência demonstrou o quanto a mídia jornalística contribui para a sensação de insegurança da população e para a percepção da amplitude do tráfico de drogas, com destaque para o envolvimento de funcionários da Polícia Rodoviária Federal (matéria Jornal A Gazeta dia 18 de maio de 2010), de motoboys (matéria do jornal A gazeta de 19 de maio de 2010) evidenciando o grau de organização, profissionalização (e por que não dizer terceirização), sistematização das atividades do tráfico e também participação da PM no tráfico (matéria do jornal a Tribuna do dia 24 de Abril de 2010).

Através de uma catalogação das matérias relacionadas ao tráfico de drogas, que resultavam em flagrantes, prisões, homicídios ou simplesmente matérias jornalísticas entre a última semana do mês de abril e a primeira semana do mês de junho, tivemos uma média de 2, 5 notícias por dia, relacionadas ao tráfico somente no município de Vitória, sem contabilizar as matérias que se referiam a Serra, Cariacica, Vila Velha e outros municípios do Estado, no ano de 2010.

Isso deixa claro a quantidade de material jornalístico, veiculando apenas notícias sobre o tráfico de drogas, independente dos locais das apreensões, homicídios e outros fatos destacados nas páginas dos jornais que todos os dias são lidos nas casas e nos escritórios dos capixabas.

3. O mundo do tráfico pelos seus sujeitos: conclusões

As falas dos traficantes e ex-traficantes são sempre repletas de conflitos, entre um mundo onde tudo podem e um mundo que desejam fazer parte. O mundo do tráfico é o mundo dos possíveis, dentro de um mundo impossível, mesmo que o desejo mais profundo desses jovens

seja um dia fazer parte desse mundo impossível, possuindo possibilidades de reconhecimento por parte da sociedade em geral. O tráfico é o mundo possível onde gozam de reconhecimento, de capacidade de superação, de status social, e onde podem trocar prestígio por mulheres, medo por respeito e amizade por serviços diversos. Ao mesmo tempo em que todos precisam estar sempre atentos, todos também são amigos, se ajudam e ajudam a comunidade.

Encontramos também, nas falas dos traficantes, um ideal de "Robin Hood"; onde a atividade do tráfico seria benéfica e mesmo necessária para a comunidade em seu entorno:

> A comunidade estaria muito pior se o pessoal não tivesse lá. Eles ajudam a comunidade, eles movimentam o comércio, fazem festas, eles trazem muita coisa boa. A gente protege o pessoal também, pois ladrão que rouba lá não faz isso amis de uma vez. Se eu ficar sabendo de moleque que rouba em Jardim da Penha e se esconde lá, eu mesmo junto a galera e dou um pau nele, nunca mais ele volta. Uma vez uns pivetes fizeram isso, nós corremos atrás deles (risadas) eles correram que você não tem noção, não sei como, os meninos voaram (risadas), mas levaram um susto que nunca mais deram as caras por lá. Se cair na nossa mão por roubar no bairro então, já era! (Fala de um traficante).

A atividade do tráfico é percebida como sendo uma atividade econômica qualquer, que traria benefícios diversos para a comunidade, como livrá-la de perigos dos estranhos ou "marginais" de outras comunidades, promover festividades e condições de comércio local, proteger os comerciantes locais, e mesmo a comunidade como um todo.

As festas e o comércio de bares, barracas, que funcionam à noite, são praticamente sustentadas pela movimentação do tráfico de drogas em alguns locais, como é o caso de Santa Marta, Andorinhas e Jesus de Nazareth.

Nesse sentido, a atividade se torna não um mal, mas sim necessária e desejável, embora essa não seja a opinião da grande maioria dos moradores, é muito comum a defesa da atividade.

> Os meninos não fazem mal a ninguém, até protegem, não mexem com ninguém, minha menina chega de noite e eles ficam de olho, até ela chegar em casa, dão uma proteção pra ela, e são super educados, me chamam de senhora [...] (Moradora de Jesus de Nazareth).

> Se tem um problema com alguém é só chamar os meninos lá de cima (Traficantes) que eles resolvem, se um cara tá batendo na esposa, tipo espancando a mulher sem motivo os meninos dão um aviso pra ele, se fizer de novo e alguém contar, eles dão um jeito nele! (Moradora de Jesus de Nazareth).

> Aqui tem perigo não, pode andar a noite que os meninos ficam de olho, se precisar de dão escolta até em casa, tem bandido aqui não! (Morador de Santa Marta).
>
> Se o menino é difícil, se faz muita bagunça, se bate nos outros, é só chamar os meninos e eles dão um jeito, assalto aqui não tem não, mas você não pode dar mole, deixar nada no quintal, na janela, porque tem os viciados que levam mesmo para trocar por droga, isso é que é terrível! (Moradora de Jesus de Nazareth).

Não é preciso traçar toda uma explicação psicanalítica para compreender as motivações conscientes e inconscientes que levam cada jovem a se envolver na atividade do tráfico de drogas. Algumas considerações a esse respeito nos saltam aos olhos: como a vontade de poder, a necessidade de auto-afirmação perante um grupo e, por que não dizer, a ansiedade gritante por reconhecimento, por cidadania, por possibilidade de autor- realização, bem como uma percepção clara e concreta da impunidade e da "perseguição policial".

O policial nunca é o mal, sempre está "fazendo o trabalho dele", mas é comum associarem a ação policial ao preconceito e ao fato de morarem ou frequentarem uma comunidade carente, bem como, conhecerem muito bem o envolvimento policial na atividade:

> Os caras que vêem pra pegar a gente, pô, tão fazendo o trabalho deles, é isso mesmo, mas eles não querem nem saber, pode ser trabalhador, pode ser um jovem responsa, que estuda, que trabalha, todo certo na vida, que leva tranco do mesmo jeito. Só porque é pobre, mora na favela, é negro, os caras acham que é tudo igual, não é gente! (Fala de um ex-traficante).
>
> E não é todo policial que tá na responsa não! Os caras que tão fazendo o trabalho, pô, tão na boa, mas tem muito policial que fode a gente pra ganhar o dele, e ai quando pega umas 15 pedras pões lá que foi 8, enfim, as coisas não são como aparecem, não! (Fala de um traficante).
>
> Traficante não é bandido, não tá matando, não tá roubando, tá la vendendo, o cara compra porque quer, e se não comprar com ele compra com o outro, poxa, é um trabalho aê, como qualquer trabalho, o carra urra a noite toda, ganha o dele com sangue, suor e sangue! (Fala de um traficante).

O tráfico é um trabalho que não vê cor, não vê raça e não vê classe social, exige a adesão a um rígido padrão de conduta, proporciona outra socialização em oposição à sociedade em geral, e pede lealdade mortal. Mas aceita qualquer um, e principalmente os excluídos, os destituídos, aqueles que são vítimas de diversas formas de violência social por serem economicamente desfavorecidos, por pertencerem a uma parcela da sociedade que e sofre preconceito racial (negros, índios, geralmente) ou simplesmente por terem nascido em

famílias que se diferenciavam em muito de um ideal de família presente nas novelas, filmes, e nas cartilhas dos Programas de Governo e de Políticas Públicas.

O tráfico é atrativo por fornecer tudo que esses jovens não conseguem obter formalmente na sociedade: mulheres, trabalho, amigos, festas, vida social e eventos. Nada diferente da vida dos sonhos de qualquer jovem da classe média. Trata-se de uma conquista por vias não legais de reconhecimento e possibilidade de realização. Trata-se de uma saída encontrada para a falta de oportunidade e para a falta de sentido de muitos jovens que se sentem perdidos, sem oportunidade, sem motivação para levarem uma vida dentro das normas, regras e leis sociais vigentes.

Trata-se de uma opção para quem não percebe essa sociedade que considera o tráfico ilegal como legítima, trata-se de uma sociedade à parte que aceita aqueles que normalmente são excluídos do consumo e da cidadania. Podemos dizer que o tráfico traz reconhecimento e realização por meios não legais, mas legítimos, uma vez que se apresentam enquanto única forma capaz, e único meio real de realização.

O que é legal e ilegal para esses jovens já se encontra relativizado desde o nascimento, desde quando aprendem que estão privados de diversos bens de consumo, desde quando experimentam a dificuldade de acesso a serviços públicos e experimentam na pele e na vida as desigualdades sociais. Essa relativização se aprofunda quando conhecem e reproduzem um estigma social do qual são vítimas e também co-fundadores, e se agrava na sensação de impunidade, injustiça social e exploração do trabalho, sentido por todas as parcelas da sociedade, sejam pobres, classe média, ricas ou miseráveis!

Longe de buscar explicações para a adesão dos jovens e crianças ao mundo do tráfico, procurei aqui destacar um fenômeno multifacetado, complexo, e ao mesmo tempo gritante, que se faz presente não só em nosso Estado, ou nosso país, mas sim, em todo o mundo, em especial nos países em desenvolvimento, ou melhor, em profunda desigualdade social.

Este artigo foi produzido num curto espaço de tempo, mas condensa observações e reflexões que têm me acompanhado nos últimos dois anos, embora seus dados aqui sejam preliminares e as entrevistas tenham sido feitas informalmente e com um número reduzido de entrevistados. A análise das falas dos entrevistados, bem como, das reflexões sugeridas a partir do acompanhamento das matérias de jornais e dos índices de homicídios, aponta para muitos lados e trazem diversas oportunidades de investigação que pretendo desbravar com mais tempo. Sejam discursos da mídia, discursos do poder público na fala de policiais e

autoridades, também o tempo e volume de exposição das matérias relacionadas ao tráfico, mesmo a percepção dos moradores dos bairros ricos e de bairros pobres sobre essa atividade, suas representações acerca da figura do traficante e da atividade do tráfico.

Muitas são as possibilidades de investigação, e de reflexão. Aqui apenas pincelei pontos mais visíveis, questões latentes que só necessitam que os indivíduos (sujeitos) sejam colocados em primeiro plano, ou seja, protagonistas, para se fazerem visíveis.

Espero ter suscitado muito mais do que aqui pude escrever, desejo poder aprofundar tudo que aqui foi exposto, com mais tempo, mais leituras e quem sabe possibilidade de realizar uma pesquisa com volume e qualidade nas informações.

Por enquanto, fica minha singela contribuição, resultado mais que observação do que propriamente pesquisa.

Referências

BARBOSA, Antônio Rafael. **Prender e dar a fuga**: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. PPGAS/ MN/ UFRJ. 2005. [tese de Doutorado]. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/index.asp?ChvMn=39>. Acessado em 17 mai. 2010.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARNEIRO, R. (2002). **Desenvolvimento em Crise**: a Economia Brasileira no Último Quarto do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, IE, Unicamp.

COHEN, Philippe. **Protéger ou Disparaitre**. Paris: Gallimard, 1999.

DOWDNEY, Luke. Crianças do Tráfico. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. In: **Crianças do Tráfico**. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2003.

FRAGA, **Juventude, narcotráfico, e violência no Brasil**: para além do rural e do urbano, p. 81-108. 2000.

GRILLO, C. C. **Fazendo o doze na pista**: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. PPGSA/IFCS [Dissertação de mestrado] 2008. In: <http://necvu.tempsite.ws/index.asp?ChvMn=40>. Disponível em 17 mai. 2010.

MISSE, M. **O Movimento**: A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. Drogas e pós-modernidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. In: <http://necvu.tempsite.ws/texto.asp?ChvMn=>. Disponível em 17 mai. 2010.

_____. As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio: In Guilherme Castelo Branco e Luis Felipe Baeta Neves (org.), **Michel Foucalt**: da arqueologia do saber à estética da existência. Rio de janeiro e Londrina, Editora Nau e UEL. 1998.

_____. Crime e Pobreza: Velhos Enfoques, Novos Problemas. In: Villas-Boas, G. e Gonçalves, M. A. (orgs.), **O Brasil na Virada do Século XX**. Rio de Janeiro. Editora Relume-Dumará, 1995.

_____. **Malandros, marginais e vagabundos**. A Acumulação social da violência no Rio de Janeiro**.** Rio de Janeiro, IUPERJ [tese de Doutorado em Sociologia].1999.

_____. **Entrevista**: Polícia mata mais que Guerra. Entrevista concedida ao Site No Minimo em 21/11/2005.

PERALVA, **2000 Parte 3 - Face ao Risco**: Cap. 9 - Risco e modernidade; Cap. 10 - A escolha do crime (A experiência do narcotráfico, Os jovens diante da violência policial, A história de Lúcio, A história de Márcio); Cap. 11 - O sangue dos trens urbanos (Surfe ferroviário, A resposta institucional) e Conclusões, p. 119-187.

SENNETT, Richard. **A Cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPINK, Mary J. P. **Tópicos do discurso sobre risco**: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v. 16, n. 6, nov./dez. 2001. [on line]. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2003.

TAKEUTI, N. (1993) A Pobreza e a Exclusão Social no Primeiro Mundo, In: **Revista Vivência do CCHLA/UFRN**, v. 7, n. 1, dez. 1993.

TELLES, Vera da Silva. **Cidadania e Pobreza**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

TRINDADE, Alcione Melo e MENEZES, Jaileila de Araújo. **Intimidações na Adolescência**: expressões da Violência entre pares em uma escola da Rede pública Federal do Recife. UFPE. In: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/547_309.pdf>. Acessado em 17 mai. 2010.

WEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo vivemos?** São Paulo: Perspectivas, 2006.

ZANOTELLI, Cláudio; MEDINA, Jorge Lellis. Análise do discurso dos jornais A Gazeta e A Tribuna sobre os homicídios ocorridos no Espírito Santo em janeiro de 2005. In: **Revistaeletrônica UFES-Cidadã**, 23 p., n. 2, março de 2007. Disponível em <http://www.proex.ufes.br/nevi/revistas/analisediscursoagazetaeatribuna.pdf>.

JUVENTUDE INVISÍVEL: VÍTIMAS PREFERENCIAIS DO CRIME DE HOMICÍDIO

Maria Angela Rosa Soares
UVV

Marcia Barros Ferreira Rodrigues
UFES

Edilene Souza da Silva Neves
Novo Milênio / CET-FAESA

Resumo: O presente trabalho discorre sobre a dinâmica do homicídio no estado do Espírito Santo tendo como foco a autoria dos homicídios ocorridos no ano de 2012, nos municípios de Vitória e Vila Velha, a partir dos dados preliminares da pesquisa desenvolvida em convênio com a FAPES (Fundação de Amparo a Pesquisa do ES). Os dados preliminares sugerem que não é a totalidade das mortes que é apurada e que as motivações para os homicídios de jovens também não são suficientemente esclarecidas. Parte-se do princípio de que o homicídio é um fenômeno social e, como tal, a sua dinâmica é que importa para sua explicação, uma vez que remete ao processo social e legal da criminalização. Diante desse quadro, o objetivo do trabalho é apresentar resultados parciais de pesquisa com inquéritos policiais de crime de homicídio, realizada entre 2013-2015/1, visando apontar e discutir os resultados preliminares do trabalho de campo, discutindo as implicações do processo de criminalização de uma parcela da juventude submetida à prática discriminatória da "sujeição criminal" e ao homicídio enquanto crime com fortes indícios de seletividade, com viés racista e classista sustentado pela cultura excludente que prevalece na lógica penal brasileira.

Palavras-chave: homicídio juvenil; seletividade penal; sujeição criminal.

Abstract: This paper discusses the dynamics of murder in the state of Espirito Santo focusing on the authorship of homicides in 2012, in the cities of Vitória and Vila Velha, based on preliminary data from research developed in partnership with FAPES (Foundation Support Research of Espírito Santo). Preliminary data suggest that not all the deaths are determined and that the motivations for youth homicides are also not sufficiently clarified. It starts from the principle that murder is a social phenomenon and as such, its momentum is what matters to your explanation, as it refers to the social and legal process of criminalization. Given this situation, the aim of this study is to present partial search results with police investigations of the crime of murder, carried out between 2013-2015/1, aiming to identify and discuss the preliminary results of the field work, discussing the implications of the criminalization process of a portion of youth subjected to the discriminatory practice of "criminal subjection" and murder as a crime with strong evidence of selectivity, with racist and classist bias supported by exclusionary culture that prevails in the Brazilian criminal logic.

Keywords: youth homicide; criminal selectivity; criminal subjection.

Introdução

Considerando a fase de tratamento dos dados, que ainda se encontra em curso, o presente trabalho visa colocar em discussão os dados parciais obtidos até a etapa em que se

encontra a pesquisa, financiada pela FAPES – Fundação de Amparo a Pesquisa do ES, sobre a dinâmica do homicídio nos municípios de Vitória e Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, produzida em atuação conjunta pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo e a UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Projeto Integrado de Pesquisa, estudo da dinâmica dos padrões de homicídio no Espírito Santo, em áreas de atuação do Programa Estado Presente em Vitória e Vila Velha, tem como propósito a execução de pesquisa empírica objetivando identificar, a partir dos dados oficiais consolidados e da pesquisa de inquéritos policiais de homicídios dolosos, a variedade de situações que envolvem homicídios intencionais, os padrões de interação que explicam a "passagem ao ato", bem como as condições que levam ao desfecho mortal.

É cediço que existe uma variedade de situações que envolvem homicídios intencionais, bem como padrões de interação que explicam a "passagem ao ato" e que apontam as variáveis que geram o desfecho mortal. Entretanto, a dinâmica que envolve essas variedades de situações e condições circunstanciais presentes no crime do homicídio, não impede a verificação de um padrão. Parte-se da hipótese de que o homicídio é um fato social (Soares, 2008), portanto, segue um padrão, e o perfil da vítima, já bastante conhecido, permite por meio de pesquisa indiciária, inferir referências sobre o perfil do autor.

Desde o clássico estudo de Marvin Wolfgang Patterns of Criminal Homicide (1958), a maioria dos estudos sobre padrões de homicídios adere a abordagens baseadas em múltiplos fatores. Pesquisas que seguem essa tradição descrevem a distribuição sócio-demográfica tanto quanto a dinâmica espacial e temporal da violência letal, mas apenas num sentido muito limitado podem ser consideradas como capazes de fornecer explicações. Descrevem mais que explicam o que ocorre numa população específica ao produzirem um perfil detalhado e desagregado do problema do homicídio. Pesquisas desse tipo são úteis como um primeiro passo para o desenvolvimento de abordagens mais aprofundadas, que possam produzir resultados teóricos relevantes sobre as causas dos homicídios.

Talvez o autor mais conhecido para a principal referência europeia clássica nos estudos sobre homicídios seja o acadêmico finlandês Veli Verkko. De 1920 a 1950, ele publicou muitos estudos que combinavam forte base empírica com a preocupação na identificação de padrões gerais e características invariantes da violência letal. Atualmente, ele é conhecido como o autor das chamadas "leis de Verkko" (Verkko, 1951). Uma das observações importantes das pesquisas de Verkko que, exageradamente chamou-as de "leis",

é a de que a proporção de vítimas femininas de homicídio é mais alta quanto mais baixa for a taxa geral de homicídios, e vice-versa. Essa correlação observada é ainda válida. Desde então, muitos estudos têm buscado padrões nos homicídios (Liem & Pridemore, eds, 2012; Eisner, 2009; Messner & Rosenfeld, 1997), mas as especificidades históricas e societais tendem a produzir variações importantes, o que justifica pesquisas sobre fatores que se associam em incidências exclusivamente locais (Monkkonen, 2006).

Os principais estudos sobre padrões de homicídios no Brasil são recentes. Além dos estudos publicados em periódicos especializados, três livros e duas teses reúnem as principais contribuições até agora (Cruz e Batitucci, orgs. 2007; Soares, 2008; Beato, 2012; Cerqueira, 2010; Manso, 2012). No plano analítico são conhecidos os trabalhos que relacionam homicídios e tráfico de drogas (Zaluar, 1995; Misse, 2006). No Estado do Espírito Santo existem pouquíssimos estudos (Raizer, 2007; Zanottelli et al, 2011), considerando-se a estabilidade das altas taxas de violência letal ali apresentadas.

A metodologia adotada pretende uma aferição qualitativa de uma amostra de casos nos municípios de Vitória e Vila Velha, tendo como base os homicídios do ano de 2012, que possibilite entender o percentual de esclarecimento da dinâmica envolvida nas ocorrências conhecidas pela polícia, principalmente no que concerne a autoria desse tipo de crime.

A meta estabelecida para o final do trabalho é prover indicadores e variáveis preditivos que consolide o conhecimento científico, contribua para elaboração de políticas públicas preventivas, bem como auxilie a análise criminal e esclarecimento de grupos de crimes de homicídios numa mesma área ou região.

1. Os (des)caminhos da juventude na sociedade contemporânea

Observa-se na contemporaneidade o surgimento de novas formas de sociabilização que remetem a um processo de individualização exacerbado, apontando para uma ruptura dos valores consolidados a partir dos séculos XVII e XVIII. Vive-se a era do consumo de massa em que os bens materiais se sobrepõem aos valores individuais e até mesmo à vida humana, em uma evidente valorização do “ter” em detrimento do “ser” e, nesse diapasão enfraquecem-se os costumes e as regras sociais como norteadores da ética coletiva.

A sociedade moderna se apresenta regida fundamentalmente pelo mercado, tendo como base a tecnologia da informação e o estímulo às necessidades de consumo. Essa lógica

contemporânea enfraquece os valores coletivos e a solidariedade social, flexibilizando as relações humanas que se tornam virtualizadas e flexibilizadas com ênfase na individualização espetacularizada levando, para o espaço público, as emoções privadas.

Em síntese, a nova regra é não ter regra e os indivíduos se guiam mais pelos desejos, livres dos regulamentos norteadores tradicionais de suas ações e no lugar do indivíduo submetido às regras sociais, há um permanente estímulo ao "direito de ser ele mesmo em detrimento das relações com o outro e com a sociedade". É um contexto em que o que vale é aproveitar a vida ao máximo em uma supervalorização da personalização do indivíduo, em um ideal de (falsa) liberdade.

Citando o pensamento de Lipovetsky, (2005), aponta Chiriato, (2008),

> [...] na sociedade pós-moderna reina a indiferença de massa, em que domina o sentimento de repetição e estagnação, na qual a autonomia particular avança por si mesma, em que o novo é acolhido do mesmo modo que o velho, em que a inovação se torna banal, em que o futuro não é mais assimilado a um progresso inelutável. A sociedade moderna era conquistadora, acreditava no futuro, na ciência, na técnica. Na sociedade pós-moderna, a confiança e a fé no futuro se dissolveram, ninguém mais acredita nos amanhãs radiosos da revolução. O conceito de revolução desaparece ante uma nova ordem mais pasteurizada (LIPOVETSKY, 2005, p. XVIII-XIX, *apud* CHIRIATO, 2008, p. 58-60).

Na contemporaneidade prevalece o imediatismo, o aqui e agora sem o ideal de um novo tempo, em um mundo vazio de crenças, de ídolos, de objetivos, de sonhos, pois é uma sociedade fundada no individualismo e no atendimento aos próprios desejos. As opções de escolha se multiplicam sem que haja tempo para elaboração dessas escolhas em um universo de objetos ofertados e disponíveis no mercado. Revela-se uma sociedade de consumo sem uma visão crítica sobre o que se consome e os desejos individuais passam a ter mais valor do que os desejos e interesses coletivos, fortalecendo a visão pessoal em detrimento do social.

Vigora o isolamento do ser social e a valorização do ser individual. Há um culto a ideias sem fundamento, desejos e gostos superficiais, conteúdos indiferentes, desde que se possa obter os bens da moda, bens esses que situam os indivíduos e os circunscrevem nessa lógica social do vazio. Os laços sociais são facilmente esgarçados em favor dos bens que se possa possuir e, assim, se legitima o *ter* como um fim em si.

Em uma sociedade desigual em oportunidades e no acesso aos direitos de cidadania, marcada por uma herança cultural racista e excludente, nascem e crescem as crianças e

jovens que são socializados na cultura do consumo, pois o mercado hodiernamente se sobrepõe às instituições tradicionais que ofereciam as referências e as perspectivas de futuro, hoje esvaziadas de conteúdo. Nesse contexto, a sociedade induz as crianças e os adolescentes a se fixarem na velocidade do tempo, do culto ao corpo, da vida *fast-food*, no exibicionismo e no consumo exacerbado. Estar por fora significa estar excluído dos grupos, ser invisível socialmente e disto ninguém se orgulha. Nesse sentido, o adolescente vivencia todas as incertezas que essa fase da vida significa e não se enquadra na ordem dos valores que dão sentido à vida social na contemporaneidade e, nesse vácuo, o consumo se apresenta como categoria de inclusão e reconhecimento nesses tempos fluidos.

Na contemporaneidade, o sistema midiático, que atende ao modo de produção vigente e, portanto, tem um papel significativo na socialização dos indivíduos, concorrendo com as demais instituições socializadoras, reporta os jovens como uma categoria de consumidores e estes passam a ter maior destaque nesse papel do que como cidadãos e, assim, afastam-se dos movimentos artísticos, políticos, culturais e sociais dos quais a juventude fazia parte em décadas anteriores e se focam preferencialmente nos atrativos que o mercado oferece.

> À medida que o mercado de consumo cresce, as indústrias do marketing vão tendo os adolescentes como foco, já que eles passam a ser os principais alvos do mercado. Esse processo atinge toda a juventude, independente de nível econômico e classe social já que as imagens geradas pelo marketing visam à democratização do objeto, considerando mesmo os que não têm condições de comprar. O objeto de gozo está visível entre todas as classes sociais e atinge da mesma forma os ricos e os pobres (BACKES, 2011, apud GARCIA, 2012).

A relação de consumo, então, passa a ser a referência de sucesso, de prestígio, de respeito e de reconhecimento, significando para os adolescentes a possibilidade de inserção em um grupo, quesito altamente significativo nessa fase da vida em que se consolidam a personalidade, a sexualidade e a identidade dos sujeitos. O consumo dos bens da moda é, então, passaporte para a inclusão nos diversos grupos. Assim, o adolescente busca os objetos de gozo que o inserem socialmente e esses objetos, então, não são mais uma escolha, mas um imperativo: imperativo de gozo. É o consumo que dá um lugar social ao adolescente no mundo contemporâneo (BACKES, 2011, apud GARCIA, 2012).

Nessa lógica de mercado globalizado, situam-se todos os atores sociais e todas as instituições. Há uma cultura mercantil em curso que permeia todo o processo de socialização dos indivíduos e, nesse diapasão, há um enfraquecimento dos agentes tradicionais de

socialização que remetiam a valores mais diversos e menos transitórios. Os meios de comunicação de massa, atendendo à lógica do mercado, difundem os valores do consumo, do ter em todas as suas dimensões, criando sonhos e desejos que refletem nas marcas dos produtos os signos de distinção social, de pertencimento, de aceitação e de poder. A busca pelas condições de possuir esses bens, que situam socialmente os sujeitos, passa a ser a tônica que envolve também as famílias e seu papel socializador.

Como parte dessa lógica, em um contexto neoliberal, não há disponibilidade de serviços essenciais fornecidos gratuitamente pelo Estado o que induz a família e todas as demais instituições como a escola, e até mesmo a religião, a atuarem nessa perspectiva mercantil. Não há serviços de saúde, educação, lazer, cultura, moradia, transporte, etc., disponíveis pelo poder público e a família precisa buscar a sobrevivência a fim de atender a essas demandas e, nessa busca, não é incomum negligenciar seus papéis de formadora de cidadãos.

Vive-se uma era em que "amam-se as coisas e compram-se as pessoas", "cria-se herdeiros ao invés de cidadãos"; "ter vale mais do que ser" e, nesse contexto, abandona-se a política como esfera do bem comum e produz-se pessoas voltadas para si mesmas, sem a percepção do Outro como ser legítimo, principalmente se esse Outro não faz parte das relações cotidianas dos indivíduos por se distinguirem nas categorias de classe, cor, bairro, orientação sexual, gênero, etc. No extremo, o diferente pode ser até eliminado sem que provoque indignação.

Sem pretensão de demonizar a mídia ou o mercado porque o que parece é que essa lógica mercantil já ultrapassa o próprio mercado, e se estabelece como um "imperativo de gozo" que denota, como bem aponta Bauman (2003), uma "falsa liberdade", na medida em que apresenta uma infinidade de possibilidades para se alcançar o sucesso tão obrigatório nesses tempos efêmeros, porém, sem que haja nenhuma garantia de como se estabelecer nesse lugar sonhado. Assim, vive-se o tempo da solidão, do estresse, da ansiedade, da frustração e da busca desenfreada de uma felicidade artificializada porque não fundada em valores concretos, em desejos de realização, mas na busca narcísica de realizar desejos passageiros e superficiais na "sociedade do espetáculo" como bem leciona Débord (1997).

Nessa cultura de mercado, a economia se torna a instituição central em detrimento das demais que, historicamente, também compuseram, se não em igualdade de condições, mas com relativa equidade a função socializadora dos indivíduos. O sistema de produção, fundado no capital, difunde a ideologia da "livre concorrência", da meritocracia, da "socialização da riqueza", da ideia de que, se a economia for bem-sucedida, todas as demais

instituições também serão beneficiadas, a igualdade implementada e os cidadãos mais felizes. No entanto, seus três séculos de existência têm demonstrado que quando a economia de mercado se fortalece, quem possui riqueza, mais cresce economicamente e, quem não possui, mais empobrece. A supervalorização da economia fragiliza as demais instituições que passam a girar no seu entorno e, assim, fragilizam-se também os valores que orientaram historicamente a vida social.

Em uma sociedade estratificada em classes e regida pela cultura do consumo estatui-se um terreno fértil para o recrudescimento da desigualdade social, condição que está na base de grande parte das mazelas que a sociedade ora enfrenta. Atualmente, a sociedade encontra-se com problemas de desemprego, carências na saúde, na educação, no saneamento básico, na moradia, no lazer, além de enfrentar um esgarçamento do tecido social, fenômeno típico da sociedade contemporânea em razão das mudanças sociais e culturais profundas em decorrência das tecnologias da informação que comandam a vida social nos tempos de "modernidade líquida". Para Bauman (2003), o indivíduo da modernidade líquida se constitui por sentimentos de aflição, insegurança, depressão, ansiedade, uma vez que se sentem ameaçados pela possibilidade de se tornarem supérfluos e descartáveis como os produtos da moda.

Os cidadãos sem propriedade, sem direito à educação e à saúde, sem moradia e sem dignidade, sem trabalho e sem os direitos fundamentais garantidos, sentem-se vulneráveis diante da pressão social que impõe a necessidade do sucesso, do ter os bens disponíveis no mercado, de se apresentar nos espaços valorizados, ou seja, de ser o que não conseguem ser, não por descaso ou negligência, mas porque as oportunidades não são iguais para todos. Discutir a desigualdade social no Brasil remete à obrigatoriedade de levar em conta as desigualdades raciais, de gênero, de orientação sexual, de classe, regionais, que são impeditivas de um acesso igualitário aos direitos de cidadania. Onde há negação de direitos, a violência emerge como fruto dessa cidadania escassa e põe-se como desafio a harmonia social e a própria democracia.

A sociedade democrática pressupõe condições de igualdade para todos, no entanto, a estratificação social apresenta condições completamente opostas o que gera desrespeito, desordem, aumento de tensão, frustrações intensas e descargas agressivas, que levam a violência física ou moral. Isso pode ser resultado da ausência simbólica dos pais ou ausência de um sistema social que seja efetivamente continente às angústias dos indivíduos (LEVISKY, 2000, *apud* GARCIA, 2012).

Um cenário assim constituído apresenta-se como terreno fértil para expressão de violência de todas as naturezas, afetando principalmente as crianças e os adolescentes que, por serem sujeitos em formação, tornam-se mais vulneráveis diante das incertezas e da falta de perspectivas com relação ao futuro. Impedidos de exercer sua cidadania, de ter acesso aos direitos e privados de condições de dignidade, com referências difusas em relação a valores, acabam, em grande escala, ultrapassando os limites e violando as leis, aderindo a atos desaprovados pela sociedade e suas normas.

Nesse contexto, tornam-se sujeitos estigmatizados e, como tal, rejeitados e discriminados o que reforça o sentimento de abandono e rejeição que fazem com que acreditem na existência de uma inferioridade natural e se coloquem em posição de enfrentamento com o diferente, especialmente com outras classes sociais. Por não serem considerados como iguais, "desumanizam-se" e assumem o rótulo de "perigosos" e "incorrigíveis" utilizando-se desses rótulos para se posicionar diante da sociedade que os rejeita.

Nesse diapasão, oportuno se faz considerar o conceito de "sujeição criminal" que, segundo Misse (1999) "engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio".

Para esse autor,

> A sujeição criminal é potencializada por um ambiente de profunda desigualdade social, forte privação relativa de recursos de resistência (ou ocultação social) à estigmatização e pela dominação (mais que apenas pelo predomínio) da identidade degradada sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo. O rótulo "bandido" é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada (MISSE, 2010, p. 23).

É cediço que não se pode reduzir a prática de atos violentos e ilegais apenas à população pobre e não branca, como quer fazer crer o senso comum. Porém, no contexto de vulnerabilidade produz-se o que se define como "sujeição criminal", ou seja, condição em que as condutas são selecionadas de acordo com as pessoas que as praticam e estas assumem o rótulo como sendo parte integrante de sua identidade.

Segundo Dadalto e Rodrigues (2013), o Espírito Santo incorpora também a categoria "baiano" para se referir ao imigrante, ao diferente, ao outro que não é da nossa origem, o "outsider" em contraponto aos "estabelecidos", como componente forte da sujeição criminal,

especialmente nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória em que se concentra o maior número de pessoas oriundas de outros Estados e de outras regiões.

Esclarecem as autoras,

> [...] a metáfora do "baiano" condensa e desloca um discurso político, um conflito subjetivo e social. Por um lado, ela remete à questão econômica e à demanda por mão de obra barata e pouco qualificada. Por outro, produz um efeito de desarticulação ao estigmatizar esse grupo, legitimando seu alijamento do processo social que o submete e naturalizando o significado simbólico da metáfora, o que estimula o reforço de medidas políticas de caráter conservador e autoritário, impulsionando o atual processo de modernização conservadora por que passa o Espírito Santo (DADALTO e RODRIGUES, 2013, p. 162).

A recorrência a práticas de violência e de ações ilegais nas classes menos favorecidas está relacionada à ausência do Estado nos locais mais necessários, à negligência da família em muitos casos e à omissão da sociedade que não se percebe como parte do problema, não sendo uma questão de causa e efeito, pois a violência é uma questão social que envolve diferentes grupos sociais, englobando desde os mais vulneráveis até os privilegiados sociais, econômica e culturalmente.

No entanto, a repressão recai fundamentalmente sobre as classes menos favorecidas e estigmatizadas, produzindo a recorrência da seletividade penal que pune prioritariamente os não brancos, pobres, sem emprego, logo, presumidamente "perigosos", "vadios", "indolentes", "abusados" sendo o rótulo de "bandido" destinado automaticamente aos integrantes das classes mais desfavorecidas e estes são responsabilizados pela sua pobreza e "ociosidade" como se as escolhas fossem objetivas e não condicionadas.

Ao terem seus direitos negados, principalmente o direito à infância e à vida adolescente, tempo de construção da identidade e da personalidade dos indivíduos, crescem como adultos sem condições de exercer a cidadania de forma plena, mas são cobrados como se a condição de existência fosse igualitária e que as práticas de ações ilegais são adotadas como "estilo de vida".

Nesse contexto de exclusão, abandono e negação de direitos à juventude, têm-se os efeitos sociais mais perversos, pois como afirma Misse (1999), "no limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto".

2. Resultados preliminares da pesquisa de campo

Os dados analisados até a presente fase da pesquisa apresentam um cenário ainda inconcluso que remete a algumas observações significativas no que tange à dinâmica do

homicídio nos municípios de Vitória e de Vila Velha, tendo como base o ano de 2012, por ser considerado um período que permite o tempo suficiente para a conclusão dos inquéritos, objetos do estudo, referentes a crimes dolosos e que tenham sido relatados.

Em termos macro variáveis do crime de homicídio, temos o desenvolvimento econômico e as desigualdades sociais como aspectos importantes, que contribuem para agravar o processo de criminalização, gerando uma seletividade penal, concomitante a covariatas como a urbanização, desigualdades espaciais, raciais, migrações, etc.

Existem também áreas de segregação espacial na Região Metropolitana da Grande Vitória, onde a violência se destaca principalmente no crime de homicídio, e essas áreas são configurações espaciais que derivam da dinâmica de desenvolvimento industrial no Espírito Santo e que têm sofrido os impactos socioeconômicos em maior grau, embora já esteja em curso um processo acelerado de interiorização da violência urbana (Aracruz, Linhares, Presidente Kenedy, São Mateus, etc.).

Esse deslocamento se deve, em parte, pela reestruturação da produção brasileira que vem acontecendo desde o último quartil do século passado, marcado pela emergência dos novos polos de crescimento, que geram novas configurações da violência criminal. Esse quadro leva a relacionar essas questões e responder à pergunta sobre qual o lugar do debate sobre violência e segurança pública na estrutura social brasileira e do Espírito Santo em particular.

Parcialmente, podemos inferir que o crime de homicídio na RMGV é efeito e não causa da violência e deve ser estudado como parte de um processo macrossociológico que se relaciona com a modernização, industrialização, segregação espacial, socialização violenta, crescimento econômico, desigualdades, questões raciais, processo migratório, entre outros fatores de ordem objetiva e subjetiva.

Neste contexto, podemos dizer que a sociedade brasileira e o Espírito Santo não fogem à regra, enfrentam uma crise política que alguns denominam de crise da polícia. Não ocorreu ainda a transição da polícia política para a polícia civil. A sociedade mudou, mas a polícia não. A polícia não acompanhou a complexidade da sociedade urbana. Ela ainda não sabe atuar num estado democrático de direito. A geração mais jovem de policiais tende a assimilar melhor essa mudança, mas esbarra na rigidez da instituição que os treina para a repressão.

A visão da população vulnerável, sobre a polícia é extremamente negativa. É uma mistura de medo, respeito, temor e raiva. Além do que, ainda prevalece a concepção de que segurança pública é um caso de polícia. A segurança ainda é pensada nos termos de segurança

nacional, desde a população até o setor público. Enfim, todos esses fatores contribuem para a dificuldade de diálogo e interfaces entre economia, saúde, educação, esporte, demografia e gestão pública na formulação de políticas na área da defesa social e segurança pública.

Os resultados parciais da pesquisa apontam que, para reversão deste cenário, é necessário investimento em mais pesquisas, esforço integrado e visão sistêmica na gestão para que o Estado do Espírito Santo e a RMGV possam minimizar o índice de homicídio, que é relevante em um Estado pequeno, e que ainda não há comprovações empíricas que expliquem o fenômeno.

Considerações Finais

Até o presente foram analisados 130 inquéritos, cujos dados estão em fase de processamento para composição do banco de dados que visa à produção de informações que levem à identificação da dinâmica do homicídio nos municípios pesquisados.

Esses dados apontam preliminarmente para um índice significativo de homicídios resultante de guerra entre gangues, o que configura o estágio atual da organização do tráfico na RMGV. No entanto, esses dados não nos autorizam a afirmar que a taxa elevada de homicídios nesses municípios possa ser computada exclusivamente como decorrente desse conflito, pois a dinâmica do homicídio inclui outros tipos de conflitos como: passional, milícia, auto de resistência, briga de bar, conflito entre vizinhos, etc.

As demais variáveis componentes da dinâmica do homicídio encontram-se em fase de consolidação, de forma a permitir a análise qualitativa, uma vez que, há indícios de que o fenômeno do homicídio no Espírito Santo pode ser mais complexo do que os documentos oficiais aparentam e, com este objetivo, será dada sequência às análises, com vistas a cruzar dados e estender para entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com atores sociais significativos para o esclarecimento dessa dinâmica.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BEATO, C. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2012.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio, Tese de Doutorado em Economia, PUC/RJ, 2010.

CHIRIATO, Sirlene**. Tempo e espaço pós-modernos em sábado e o primeiro dia**. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/download/3173/2282>. Acesso em 08 set. 2015.

CRUZ, M.V., Batitucci, E, orgs. **Homicídios no Brasil**. Rio, Editora FGV, 2007.

DADALTO, Cristina e RODRIGUES, Marcia B. F. **Migração e violência**: O 'baiano' na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. n. 7, no 1, JAN/FEV/MAR, p. 143-166.

EISNER, M. **The uses of violence**: An examination of some cross-cutting issues. International Journal of Conflict and Violence, 3: 40-59, 2009.

GARCIA, Marina Maria Martins. **Ato infracional e mídia**: o discurso da imprensa escrita sobre os adolescentes em conflito com a lei. Disponível em <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Psicologia/2012/BIBLIOT_DIG_LEVV/JUSTICA_E_CID/TCC_II.pdf>. Acesso em 02 set. 2015.

LIEM, M. & Pridemore, W. **Handbook of European Homicide Research**. Patterns, Explanations and Country Studies. Springer, 2012.

MESSNER, S.F. & Rosenfeld, R. **Political restraint of the Market and levels of criminal homicide**: a cross-national application of institutional-anomie theory. Social Forces, 7: 1393-1416, 1997.

MISSE, M (org.) **O Inquérito Policial no Brasil**. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2010.

_____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio, Lumen Juris, 2006.

_____. **Quando a polícia mata**: homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001-2011) Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2013.

_____. **Crime, sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>. Acesso em 08 set. 2015.

MONKKONEN, E. (2006) **Homicide**: Explaining America's exceptionalism. American Historical Review, 111 (1): 76-94.

RAIZER, E. (2007) **Homicídios no Espirito Santo**: desafios e evidencias empíricas, in

CRUZ, M.V., Batitucci, E, orgs. (2007) **Homicídios no Brasil**. Rio, Editora FGV.

RODRIGUES, Marcia B. F. **Vida moderna**: sensações, espetáculo, mercado, cultura e violências. Simbiótica, UFES, v. único, n. 5. dez. 2013.

SOARES, G.A.D. **Não matarás**. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

VERKKO, V. **Homicides and suicides in Finland and their dependence on national character**. Copenhagen: G.F.C. Gads Forlag, 1951.

WOLFGANG, M. **Patterns of criminal homicide**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1958.

ZALUAR, A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

ZANOTELLI, C. et al **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo, Annablume/Fapes, 2011.

ESCOLARIZAÇÃO, ENCARCERAMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL

Matheus Boni Bittencourt
UFES

Resumo: Este trabalho pretende analisar a interface entre dois tipos de instituições centrais na vida social moderna, a saber, as instituições de ensino e as instituições policiais-penais, mediante a comparação entre a conexão de ambos os tipos de instituições com o mercado de trabalho capitalista. A metodologia se fundamenta na utilização de dados quantitativos para a construção de uma análise sociológica relacional e institucional. Sendo assim, as variáveis de escolarização e de encarceramento são correlacionadas tanto diretamente entre si, quanto indiretamente, por suas associações comuns com variáveis de gênero e raça no mercado de trabalho. As relações entre o sistema de ensino e o sistema policial-penal são de analogia, convergência e interpenetração parciais. O fracasso escolar é um passo em direção à prisão, e ambos operam como mecanismos de marginalização social. Sendo assim, tanto a escolarização quanto o encarceramento são mecanismos sociais seletivos, que tendem a reproduzir a segregação social, apesar de ser possível reconhecer potenciais emancipatórios na educação, contrariamente à lógica excludente da prisão.

Palavras-chave: encarceramento; escolarização; desigualdade.

Abstract: This paper's aim is to analyze the interface between two types of central institutions in the modern social life, namely, the educational and police-penal institutions, through the comparison of both institutional connections with the capitalist labor market. The methodology is based on the quantitative data use for the building of a relational and institutional sociological analysis. Thus, the variables of schooling and incarceration are correlated directly one with other, as indirectly, by their common associations with genre and race variables in the labor market. The relations between the education system and police-penal system are of partial analogy, convergence and interpenetration. The school failure is a step toward prison, and both operate as mechanisms of social marginalization. Thus, both the schooling and the incarceration are selective social mechanisms that tend to reproduce the social segregation, although it is possible to recognize emancipatory potential of education, contrary to the prison's exclusionary logic.

Keywords: incarceration; schooling; inequality.

Introdução

Em sua introdução à sociologia do direito penal, Alessandro Baratta mostra que os resultados das pesquisas sobre as instituições escolares e sobre as instituições punitivas mostram algumas convergências: "encontramos no sistema penal, em face dos indivíduos provenientes dos estratos sociais mais fracos, os mesmos mecanismos de discriminação presentes no sistema escolar" (Baratta, 2011, p. 175). Com efeito, o nexo entre instituições de ensino e a justiça penal se dá por mecanismos que, por meio de "filtros sucessivos", transmitem indivíduos "de uma certa zona da população de um sistema para o outro" (Baratta, 2011, p. 181).

Tais relações entre os órgãos escolares e punitivos são, antes de tudo, as que ambas as instituições estabelecem com o mercado de trabalho nas sociedades capitalistas. As conexões

institucionais revelam as burocracias repressivas e escolares como seletivas: aqueles que são mais bem integrados nas escolas são os que sofrem menos coerção policial e penal, enquanto aqueles que são mais excluídos da escolarização terminam por serem mais "incluídos" nas prisões.

As relações estruturais observadas são simetricamente inversas. As camadas sociais que apresentam melhor desempenho escolar (maior número médio de anos de estudos, menor analfabetismo, mais concludentes do ensino superior, etc.) são as mesmas que apresentam as menores taxas médias de encarceramento. Inversamente, o fracasso escolar ajuda a produzir os alvos da repressão policial-judiciária. Ou, dizendo de outra maneira, o fracasso escolar é um passo em direção à prisão, de modo que a população prisional apresenta um indicador de escolarização inferior à média da população.

Em defesa de nossa hipótese, apresentaremos um conjunto de variáveis quantitativas inter-relacionadas, abrangendo dados penitenciários, educacionais, econômicos e demográficos, confirmando as tendências analisadas por Castro (2009), de persistência da desigualdade educacional e do analfabetismo, apesar da lenta redução ao longo das décadas, e a análise desenvolvida por Bittencourt (2014), sobre a conexão entre encarceramento, vitimação e estratificação social no Brasil.

1. Desigualdades escolares e encarceramento

Os dados do IBGE sobre a escolaridade da população em geral apresentam algumas dificuldades de comparação com a população carcerária, em razão dos critérios de idade. Quer dizer, enquanto a população carcerária tem idade igual ou maior aos 18 anos, os dados disponibilizados para a educação são relativos à população de 15 anos ou mais para a alfabetização e de 25 anos ou mais para a obtenção ou não de graduação superior. Além disso, há dois fatores específicos: o aprisionamento desproporcional da população jovem, e ao mesmo tempo o aumento da oferta de vagas no ensino fundamental e superior nas últimas décadas, superando os 95% de matrícula das crianças brasileiras no ensino fundamental. Ainda assim, é possível inferir o que os números sugerem.

A taxa de analfabetismo entre os presos é de 5,6%, inferior à da população total é de 8,7%. Isso ocorre em função da maior concentração de analfabetismo na população idosa que na população jovem, muito mais presente nas prisões. No entanto, cumpre observar que é exatamente na população entre 18 e 34 anos, que é super-representada nas prisões (conforme vimos acima), que o analfabetismo é menor, na faixa dos 1,6% a 3,5%, enquanto as maiores taxas de analfabetismo estão entre os brasileiros mais velhos e chegam a 27,2% (IBGE, 2013).

Tais evidências sugerem que os jovens analfabetos e de baixa escolaridade tem maior probabilidade de serem encarcerados. Foram 64,2% os presidiários que não concluíram o ensino fundamental, enquanto no conjunto da população maior de 25 anos foram 45,2% os que não alcançaram a mínima escolaridade constitucionalmente obrigatória. Na população brasileira de 25 ou mais anos, 11,3% concluíram o ensino superior, e na população carcerária foram 0,5% os que concluíram o ensino superior, uma diferença de mais de vinte e duas vezes. Somando os que têm ensino superior completo e incompleto no sistema prisional são 1,3%, que podemos comparar com os 19% da população brasileira de 18 a 24 anos que tiveram acesso ao ensino superior (Andrade, 2012). Ainda nesta idade, 48% não foram além do ensino fundamental na população livre, em comparação com os 75,7% com a mesma situação entre os presos.

Como a faixa dos 18 aos 24 anos de idade representa 29% dos presos (uma proporção 2,5 vezes maior que na população total), trata-se de mais um dado que evidencia a "preferência" do sistema penal por pessoas de baixa escolaridade. Neste quesito, o aparelho punitivo converge com o mercado de trabalho, onde aqueles de menor escolaridade tendem a ter menores salários e mais frequentemente desempregados ou trabalhadores informais. Na tabela abaixo, a escolaridade da população adulta residente e da população carcerária, comparadas entre si.

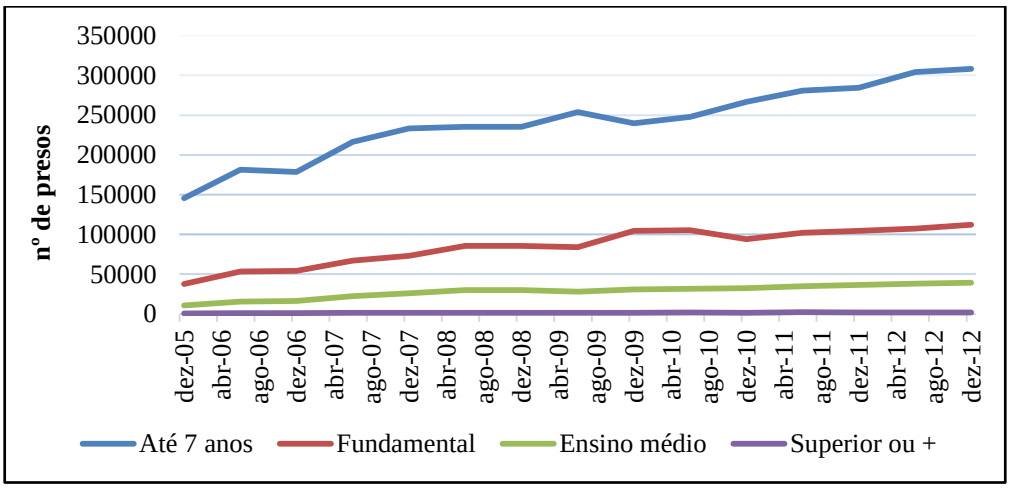
Tabela 1 - Escolaridade da população adulta residente e da população carcerária no Brasil/2012

Nível	População adulta PNAD 2012 (%)		População carcerária jun. 2012 (%)	
	Frequência			
	Relativa %	Acumulada %	Relativa %	Acumulada %
Analfabeto	45,2*	45,2	5,6	5,6
Alfabetizado			13	18,6
Fundamental incompleto			45,6	64,2
Fundamental completo	9,9*	55,1	11,5	75,7
Médio incompleto	4*	59,1	11,2	87,2
Médio completo	23,9*	83	7,5	94,7
Superior incompleto	5,5*	88,5	0,8	95,5
Superior completo	11,2*	99,7	0,4	95,9
Acima do superior			0,1	96
Não informado	-	-	4	100

* população de 25 anos ou mais. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2013; Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça 2013

Na figura seguinte, pode-se observar o número de presos conforme o grau de escolaridade:

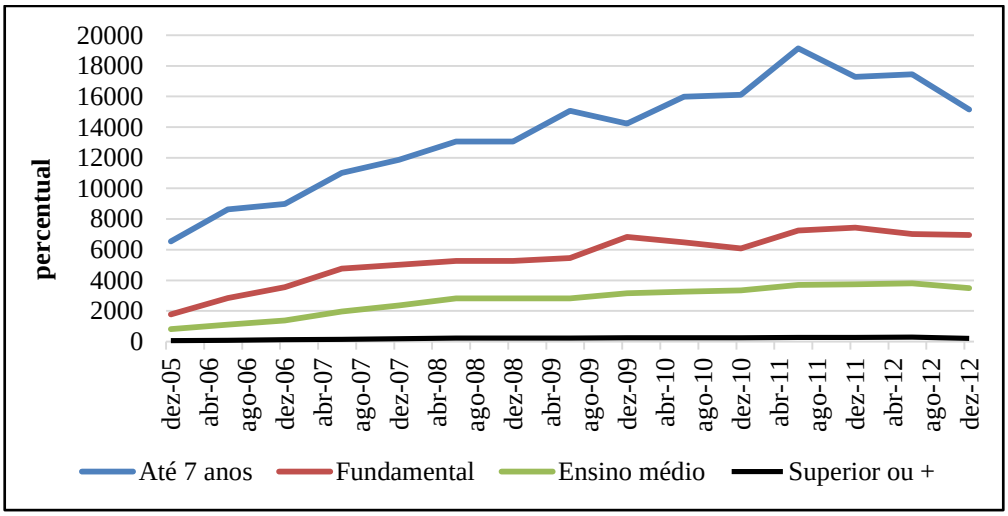
Figura 1 - Número de presos do sexo masculino, por nível de estudo completo (2005-2012)



Fonte: DEPEN (Ministério da Justiça) - Elaboração: Deivison Sousa Cruz.

Na figura abaixo, a porcentagem de presas por grau de escolaridade.

Figura 2 - Número de presos do sexo feminino, por nível de estudo completo (2005-2012)



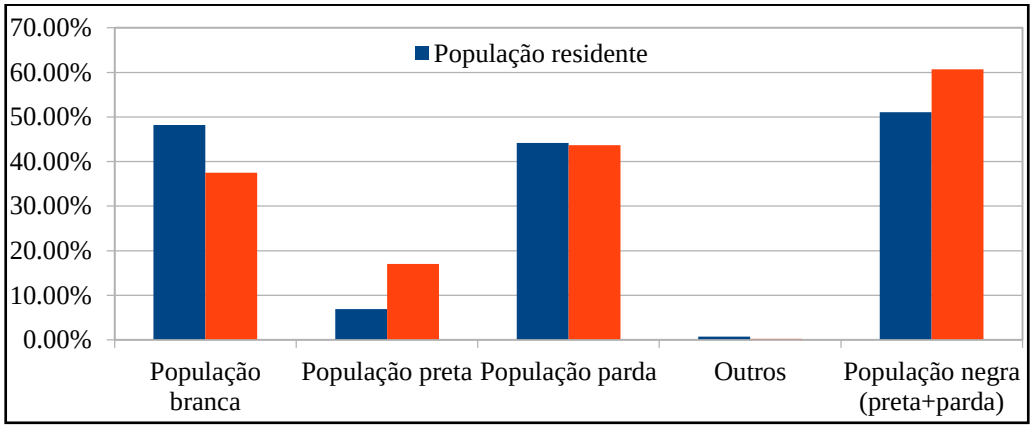
Fonte: DEPEN (Ministério da Justiça) - Elaboração: Deivison Sousa Cruz.

A composição "racial" dos presidiários também apresenta disparidades entre a população residente e a população encarcerada. Salta aos olhos a desproporção das populações branca e preta. A taxa de encarceramento da população branca é cerca de 220 por 100 mil habitantes. Da população negra (preta + parda), 337 por 100 mil habitantes, quase 50% maior que da população

branca. Da população preta, quase 700 por 100 mil habitantes. A diferença entre as taxas de encarceramento de brancos e de pretos é de mais de três vezes. Também na escolaridade, a população negra está em desvantagem expressiva, apresentando um menor número médio de anos, menor índice de acesso e conclusão do ensino superior e um maior percentual de analfabetos em comparação com a população branca (Castro, 2009). No mercado de trabalho, a camada negra (preta ou parda) da população tem menor renda média que a população branca e maiores índices de pobreza, desemprego e informalidade (Abram, 2006).

No gráfico abaixo, as porcentagens de população residente e população carcerária.

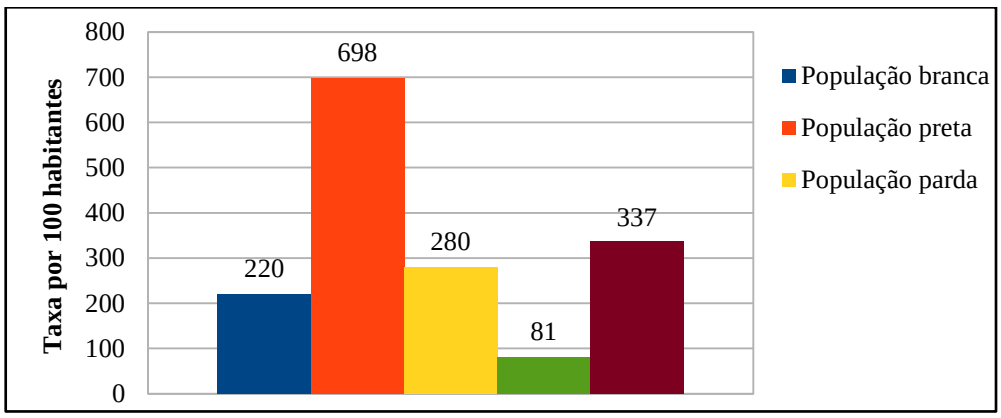
Gráfico 3 - Composição etnorracial da população residente e da população carcerária brasileira jun. 2012.



Fonte: INFOPEN (2013); IBGE (2010).

No gráfico a seguir, as diferentes taxas de encarceramentos:

Gráfico 4 - Encarceramento das diferentes camadas "raciais" no Brasil em jun. 2012



Fonte: INFOPEN 2013; IBGE 2010.

A relação da escolaridade e do encarceramento com as variáveis do mercado de trabalho – renda, emprego, formalização – são quase todas correspondentes entre si, exceto pelo gênero. Ainda que as mulheres tenham, na média, uma maior escolaridade, elas se beneficiam relativamente menos das vantagens – renda, emprego, formalização – e sofrem maiores desvantagens econômicas – desemprego, pobreza e informalidade laboral (Abram, 2006). Por outro lado, se as mulheres sofrem mais a pobreza (relativa e absoluta), os homens sofrem mais o homicídio e a prisão. Neste quesito, entretanto, é preciso observar que há uma penalização indireta de pessoas próximas dos presidiários, principalmente familiares e cônjuges, tanto pelos custos e constrangimentos com defesa, visitas, etc., quanto pela "contaminação" do estigma moral do apenado para as pessoas próximas. A prisão e a morte violenta atingem mais os homens adultos, a pobreza atinge mais as mulheres e crianças, mas tanto uns como outras das mesmas camadas negra e de baixa escolaridade da população.

Na tabela seguinte, a média de anos de estudo por grupos de gênero, idade, raça e renda, nos anos de 2002 e 2012:

Tabela 2 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo os grupos de gênero, raça, idade e renda - 2002/2012.

Grupos	2002 (1)	2012
Brasil	6,1	7,6
Gênero		
Homem	6,1	7,4
Mulher	6,2	7,7
Cor ou raça (2)		
Branca	7,0	8,5
Preta ou parda	4,9	6,7
Grupos de idade		
25 a 64 anos	6,6	8,1
65 anos ou mais	3,1	4,2
Quintos de rendimento mensal familiar per capita nacional		
1° quinto	3,3	5,2
2° quinto	4,1	6,1
3° quinto	4,7	6,1
4° quinto	6,3	7,8
5° quinto	9,7	10,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

A conexão da escolaridade com as vantagens e do encarceramento com as desvantagens econômicas é mais evidente nas desigualdades sociais por "raça". Os pretos e pardos, que em média sofrem de maiores taxas de analfabetismo e menores taxas de escolarização em comparação com os brancos, também sofrem de maiores taxas de encarceramento e de homicídios, e, para completar, menor renda média e maiores taxas de desemprego, pobreza e informalidade. Na variável "raça", encontramos uma correspondência direta nos indicadores de escolarização, encarceramento e de mercado de trabalho: todos os dados mostram uma nítida vantagem dos brancos e uma nítida desvantagem dos negros (pretos e pardos).

2. O mecanismo social de dupla seleção

Tendo em vista que o ciclo de escolarização começa na infância, por volta dos seis anos de idade, e pode se prolongar pela vida inteira, mas geralmente terminando na juventude (exceto para o ínfimo setor da população que avança para a pós-graduação), e que a expansão do acesso à escolarização fundamental e superior tem um histórico relativamente recente (de poucas décadas), é difícil comparar diretamente as taxas de escolarização e encarceramento por faixa etária. Isso porque o encarceramento oficial começa aos 18, abstraindo o que é de fato a prisão para adolescentes nas "medidas socioeducativas em regime fechado". Sendo assim, há um relativo descompasso, mas não completo ao ponto de impedir a análise.

Os jovens sofrem maiores taxas de encarceramento, e também algumas desvantagens no mercado de trabalho, principalmente o desemprego. Os mais velhos, na média com menos escolarização e maior porcentagem de analfabetos, tem menores taxas de encarceramento. Na faixa etária fica mais clara a relação do mercado de trabalho com o sistema punitivo, pois os jovens sofrem maior desemprego e tem maior número relativo de presos.

Ainda que fazendo a ressalva no tocante às faixas etárias, encontramos uma associação entre as taxas de escolarização e de encarceramento, que é confirmada também quando averiguamos a relação destas variáveis com as diferenças de gênero e de raça dentro da população. Não só há menor proporção de presos entre as camadas de maior escolaridade e vice-versa, como também os grupos de gênero e raça que possuem maior escolaridade são menos encarcerados, e os que estudaram menos anos estão mais representados na prisão. O fracasso escolar é um passo em direção à prisão, e ambos operam como mecanismos de marginalização social complementares.

A escola e a prisão são instituições que estão relacionadas ao mercado de trabalho. A escolarização ocorre em grande medida antes do ingresso ou tentativa de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, a entrada na prisão se dá em grande parte após a idade de (tentativa e fracasso) de inserção escolar e laboral. Tanto a escolarização quanto o encarceramento são processos de seleção social que levam a uma distribuição desigual das recompensas ou punições: a escola seleciona os alunos com melhor desempenho, para os quais são distribuídos prêmios na forma de diplomas que abrem portas para oportunidades de trabalho, e exclui a parte com o pior desempenho, rotulando-os de fracassados escolares. A repressão policial-penal seleciona os menos integrados ao mercado de trabalho formal, rotulando-os de criminosos e privando-os da sua liberdade. Ou seja, a prisão "inclui" aqueles que são "excluídos" da melhor escolarização.

Enquanto a escola retém o tempo da criança e em troca a recompensa com titulações escolares que lhe darão vantagens futuras no mercado de trabalho, a prisão retém o tempo dos adultos e ainda os prejudica com antecedentes criminais e passagens pela polícia, estigmatizando-o (não raro o dano social e psíquico se soma a danos físicos).

A elevação da escolaridade média desvaloriza os diplomas escolares e acadêmicos, exigindo que as crianças e jovens estudem sempre por mais tempo e nos cursos mais prestigiados para obter o que anteriormente era acessível com níveis menores de escolaridade e cursos menos prestigiados. A elevação do encarceramento não leva à redução do estigma criminal, que, pelo contrário, é apenas expandido, distribuído a um número maior de indivíduos direta ou indiretamente (tendo em vista que pessoas próximas aos presos sofrem indiretamente os efeitos de estigmatização moral impostos pelas instituições penais).

O que ocorre é um processo social de "dupla seleção". Escola e prisão funcionam em sentidos opostos, porém complementares. Quando as relacionamos ao mercado de trabalho, descobrimos que a escolarização é um meio para o maior acesso às vantagens como renda e emprego (sem prejuízo para a desigualdade, ainda mais radical, entre os proprietários e os não proprietários do capital e da terra, revelada pela distribuição funcional da renda).

Um ciclo mais longo de estudos também afasta uma desvantagem especial, que é a própria repressão policial-judiciária, que priva o indivíduo de uma parte do seu tempo de vida, impõe a estigmatização criminal (jurídica e moral) e riscos sérios à integridade física e mental. Comparando os grupos étnico-raciais pelo seu acesso relativo à escolaridade, renda e emprego, e pelo risco de prisão ou morte violenta, encontramos uma relação que passa tanto pelo mercado de trabalho quanto pelo sistema penal. Mas, quando comparamos os

gêneros masculino e feminino, a relação aparece como invertida: maior escolaridade média, menor renda média e menor risco de prisão e morte violenta para as mulheres, em comparação com os homens. Os diferenciais de renda, encarceramento e mortes violentas entre os gêneros se explicam em grande parte por uma divisão sexual do trabalho, existente tanto nos mercados lícitos quanto nos ilícitos e informais.

Abstraindo o fator "renda", no entanto, a relação do sistema escolar com o sistema punitivo aparece de maneira ainda mais direta e íntima. Tanto as instituições de ensino quanto as instituições punitivas atuam como mecanismo de seleção social complementares. O ensino exige tempo para retribuir com benefícios escolares e acadêmicos, a prisão priva de tempo de liberdade, distribuindo desvantagens jurídicas e morais. A escolarização facilita o acesso a benefícios econômicos, o encarceramento pune quem não teve oportunidades. A escola inclui alguns e exclui outros dos diplomas necessários para conquistar certas vagas no mercado de trabalho. Para as prisões são mandados aqueles que não conseguiram atender às exigências dos interesses dominantes para "incluir" seja lá quem for.

A dupla seleção operada a partir das instituições de ensino e das instituições punitivas tem sido especialmente dura com os segmentos pobre e negro (pretos e pardos) da população brasileira. Comparativamente, tem poupado as mulheres, que têm em média uma maior escolaridade e menor taxa de encarceramento, mas seguem sendo discriminadas no mercado de trabalho e sofrem efeitos indiretos da punição dos seus familiares e cônjuges. Além disso, a população carcerária feminina tem crescido mais rápido que a masculina nos últimos anos, devido ao crescente número de presas por tráfico de drogas ilícitas (Bittencourt, 2014).

O processo social de dupla seleção operado pelas instituições de ensino e policiais-penais não ocorre em condições de igualdade, a não ser de um ponto de vista puramente formal. Pelo contrário, trata-se de uma seleção que leva frequentemente à confirmação das vantagens ou desvantagens econômicas e culturais prévias, acumuladas pelas famílias e legadas aos seus descendentes, em função da sua posição na estrutura socioeconômica daquele contexto. Uma dupla seleção em que os pontos de partida dos candidatos são muito diferentes, de modo que um começa muito adiantado, com um grande volume de recursos acumulados (subjetiva e objetivamente), e outro com muito atraso e recursos capengas, isso quando tem algum, sem contar os que nem sequer podem competir. A desigualdade de renda entre os indivíduos é em grande parte explicada pela desigualdade de escolaridade entre as suas famílias, pois as "diferenças no nível educacional das famílias devem desempenhar um

papel importante na determinação do elevado nível e na persistência da desigualdade de rendimentos que se observa no Brasil" (Reis e Ramos, 2011, p. 178).

Ou seja, em nome de uma "meritocracia" sem igualdade substantiva de oportunidades, o mecanismo de dupla seleção opera no sentido de privilegiar os privilegiados e punir os desfavorecidos, classificando os indivíduos que são enquadrados em uma ou outra categoria como os únicos responsáveis por seu destino, ocultando assim os fatores objetivos que explicam as suas trajetórias (Bourdieu, 2007; Bourdieu e Passeron, 1992). A conexão entre fracasso escolar e coerção penal contribui para reproduzir as relações de poder existentes, legitimando a ordem econômica desigual por meio da redução dos conflitos à culpa e mérito individuais e ocultação dos mecanismos objetivos de hierarquização social.

Por último, não poderíamos deixar de falar da socialização que se dá no ambiente escolar, como também no interior das prisões. De fato, muito da indústria carcerária é justificada institucionalmente como um instrumento de "reeducação" que atua sobre indivíduos para os quais a escola fracassou. Entretanto, conforme frisou Baratta,

> o cárcere é contrário a todo moderno ideal educativo, porque este promove a individualidade, o autorrespeito do indivíduo, alimentado pelo respeito que o educador tem dele […] a educação promove o sentimento de liberdade e espontaneidade do indivíduo: a vida no cárcere, como universo disciplinar, tem um caráter repressivo e uniformizante (Baratta, 2011, p. 184).

E adiante acrescenta que o sentido da "'prisionalização', em face de qualquer tipo de reinserção do condenado, tem sido reconduzido a dois processos característicos: a educação para ser criminoso e a educação para ser bom preso" (Baratta, 2011, p. 185). A "educação" carcerária é, portanto, a negação da educação libertadora, orientada pela valorização da autonomia, como defendia Paulo Freire (1996).

Em tempos de obsessão com a segurança, mas talvez até antes disso, podemos indagar se a escola não acabou por incorporar elementos prisionais. Um egresso do ensino público paulista escreveu, numa crônica sobre a escola que frequentou:

> O prédio era feito um presídio: cinza, sem acabamento, com grandes portões de metal, grades nas janelas e arames farpados sobre os muros. E é exatamente assim que nos sentíamos, como presidiários de regime semi-aberto, deixando a escola todo dia lamentando termos que voltar no seguinte. Não por acaso, por diversas vezes os alunos planejaram fugas e arrombamentos dos portões da escola (Quinteiro, 2014).

Elementos prisionais que, certamente, são mais evidentes quando se tratam de organizações de ensino com traços mais explicitamente autoritários, como as academias militares e policiais ou internatos, mas que, no bojo de uma cultura punitiva hipertrofiada, acabam por se espalhar para as escolas "democráticas" da rede pública.

Considerações Finais

Consideramos a escolarização e o encarceramento como análogos no sentido de que ambos são mecanismos de distribuição desigual de vantagens ou desvantagens materiais e simbólicas em nome da igualdade jurídico-formal, legitimando uma ordem social desigual e contribuindo para beneficiar ou marginalizar as mesmas camadas socioeconômicas. Em outras palavras, a escola e a prisão caracterizam-se por sua seletividade, e, combinadas, a escolarização e o encarceramento operam uma dupla seleção em benefício dos privilegiados e para a punição dos desfavorecidos.

A ideologia meritocrática do sistema de ensino é análoga à ideologia da culpabilização individual na justiça penal. O funcionamento das instituições opera a partir do reducionismo individualista, uma abstração e ocultação de fatores contextuais que influem no desempenho escolar e acesso à justiça. O mérito selecionado pelo sistema de ensino é tão individualista quanto a culpa atribuída pelos tribunais penais. Privilegiam os mais favorecidos e punem os desprivilegiados.

A relação da escola e da prisão com as classes sociais não é apenas análoga, mas, além disso, materialmente convergente. As camadas da população com menor escolarização sofrem igualmente de maior taxa de encarceramento (e vitimação por crimes violentos, muitas vezes pelos próprios agentes de segurança pública). Logo, o fracasso escolar é um dos fatores que contribuem para explicar o aprisionamento de certas parcelas da população.

A conexão entre o fracasso escolar e a criminalização é confirmada pela incidência desproporcional destes sobre grupos de raça e renda. A ligação entre os mecanismos sociais da escolarização e da punição são mais evidentes frente à segmentação do mercado de trabalho capitalista. A maior duração e prestígio da escolarização andam de mãos dadas com melhores oportunidades econômicas, para as quais o fracasso escolar restringe o acesso, levando a menor renda e maior desemprego ou informalidade, e, no conjunto, menores possibilidades de se defender judicialmente dos órgãos repressivos do Estado, com a coação

policial-penal completando o processo de segregação social que inicia com a desigualdade de oportunidades econômicas e culturais.

Referências

ABRAM, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 4, Dec. 2006 .

ANDRADE, Cybele A. **Acesso ao ensino superior no Brasil:** equidade e desigualdade social. Ensino Superior Unicamp, 31/07/2012. <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>. Acesso em 15 nov. 2013.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Revan; IBCCrim, 2011.

BECKER, Howard Samuel. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetiva Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

_____. **Poder, interesse e representação**. In: ANAIS DO VIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - Espírito Santo. História Política em debate: linguagens, conceitos, ideologias. VITÓRIA - 2010.

_____. **Literatura e violência na narrativa curta de Rubem Fonseca**: um estudo sobre "O cobrador". Vitória: CCHN, 2012. Apresentada como tese de conclusão do curso de especialização em História e Literatura.

_____. O paradigma penal-militar no sistema de justiça criminal. **Em Tese**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013.

_____. DADALTO, Maria Cristina. **Segurança privada e encarceramento:** análise da realidade espírito-santense. In: V Congresso ABraSD: Pesquisa em Ação: Ética e práxis em Sociologia do Direito, 2014, Vitória, Espírito Santo. p. 2439-2455.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (orgs); BOURDIEU, Pierre. **Escritos sobre educação**. 9ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. - Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.

CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R. V.; LEITE, Phillippe G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Rev.**

Bras. Econ., Rio de Janeiro , v. 58, n. 2, p. 185-210, June 2004 .

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, octubre, 2009, pp. 673-697

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 41ª.Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais 2013**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2013.

LEÃO, Geraldo Magela. **Experiências da desigualdade**: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 31-48, jan./abr. 2006.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2ª ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011.

_____. (org). **Acusadores e acusados**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____; LIMA, Roberto Kant de; MIRANDA, Angelina Peralva. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** - BIB, Rio de Janeiro, n. 50, 2º/2000.

QUINTEIRO, Diego. **O que aprendi na escola pública.** São Paulo, 15/01/2014. Disponível em: <http://www.diegoquinteiro.com/o-que-aprendi-na-escola-publica/>. Acesso em 04 jul. 2015.

REIS, Mauricio Cortez; RAMOS, Lauro. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro , v. 65, n. 2, p. 177-205, June 2011 .

SAES, Décio Azevedo Marques de. Escola pública e classes sociais no Brasil atual. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 165-176, jul./dez. 2008.

SEABRA, Teresa. **Desigualdades escolares e desigualdades sociais**. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n. 59, 2009, pp. 75-106

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime**. 3ª.Ed.Petropolis: Vozes, 2011.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]. 3ª.Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CRIANÇAS NO TRÁFICO: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Michelli de Souza Possmozer
Mestranda do PPGCS da UFES

Resumo: Este trabalho se propõe a evidenciar a realidade de crianças, de zero a 12 anos incompletos, em situação de risco social decorrente da vivência no tráfico, em bairros do município de Vitória. Para tanto, serão analisados os prontuários de atendimento cedidos pelo conselho tutelar do Centro, que atende 36 bairros da capital, bem como discutidas entrevistas realizadas com conselheiros tutelares da entidade. O referencial teórico será construído a partir dos conceitos de sujeição criminal na juventude, de Michel Misse (2007), e infância perdida, de Roselene Gurski (2012), bem como vai buscar sustentação nas perspectivas acerca da destruição da fantasia na infância, de Maria Rita Kehl, as relações entre a sociedade do consumo e juventude, em Márcia Rodrigues (2010), além dos conceitos de *habitus* e campo social, de Pierre Bourdieu. Este trabalho é fruto de parte da pesquisa de campo que vem sendo desenvolvida na minha dissertação de mestrado, no PGCS em Ciências Sociais da UFES. As principais conclusões deste artigo referem-se ao uso sutil das crianças no tráfico de drogas e os elementos simbólicos e subjetivos que atravessam o envolvimento delas com os traficantes.

Palavras-chave: crime; crianças; tráfico.

Abstract: This paper proposes to show the reality of children, from 0 to 12 years incomplete, in situation of social risk from drugs trade in Vitória neighborhoods. To this end, are analyzed the reports assigned from guardian council of the downtown, which serves 36 neighborhoods of the capital, and discussed interviews with guardian counselors. The theoretical framework it will be constructed from the concepts of criminal subjection, of Michel Misse (2007), and lost childhood, of Roselene Gurski, as well as support seeking the perspectives about fantasy destruction of Maria Rita Kehl, the relations between the consumer society and youth, in Marcia Rodrigues, beyond the concepts of *habitus* and social field, of Pierre Bourdieu. This paper is result of my master's thesis, in PGCS in Social Sciences of UFES. The main conclusions refer to the subtle use of children in drugs trade and the symbolic and subjective elements that go through their involvement with drug dealers.

Keywords: crime; children; trade.

Introdução

Às vezes me pergunto quantas crianças a gente ainda vai perder pro tráfico pra um playboy poder enrolar um baseado.
Tropa de Elite

A intensa presença do tráfico de drogas e da figura do traficante em comunidades de Vitória, além de mortes e insegurança, aponta outro problema alarmante: o envolvimento de crianças nesse tipo de crime. São recorrentes notícias veiculadas na mídia local de crianças, a partir dos 6 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social em decorrência de participação em atividades relacionadas ao tráfico de drogas nos bairros onde vivem. Tal contexto traz como resultado uma infância perdida, em que atividades lúdicas

são substituídas por drogas e até armas, sendo que estas nem sempre são de brinquedo. Registros disponíveis nos órgãos públicos que atendem diretamente esses casos, os conselhos tutelares, corroboram tal realidade e apontam que crianças, antes de completar 12 anos, vivenciam o ambiente das bocas de fumo, fazem *favores* a traficantes em troca de dinheiro ou presentes ou até *trabalham* no transporte ou venda de drogas.

Este artigo é fruto de parte da pesquisa de campo da minha dissertação de mestrado, cujo tema versa sobre a realidade de tal vivência no município de Vitória e que teve início em março deste ano. A pretensão, neste conciso estudo, é mostrar um recorte desse cenário na capital, tendo em vista que o campo ainda não foi todo mapeado. Inicialmente, pretendia trabalhar com dados estatísticos dos dois conselhos tutelares da capital, sediados no Centro e Maruípe. Mas, após receber em mãos os dados da entidade do Centro, vi que não seria possível analisar tal realidade a partir da estatística, uma vez que informações referentes a crianças e adolescentes em conflito com a lei não são analisadas estatisticamente de forma separada, além do fato de que os indícios da vivência de crianças no tráfico de drogas, muitas vezes, não aparecem nos números. Assim, decidi investigar – especificamente para este estudo – somente no conselho do Centro, cada prontuário de atendimento das crianças e adolescentes os quais tiveram as últimas demandas entre janeiro e julho de 2015 para identificar quantos deles experimentaram – ou ainda vivenciam – o contato com o tráfico de drogas antes de completar 12 anos.

Dos 330 prontuários de atendimento de 2015 investigados, cinco foram selecionados para discussão neste estudo, sendo dois de crianças que atualmente estão com 9 e 11 anos e três adolescentes em conflito com a lei, hoje com 14, 16 e 17 anos. É importante ressaltar que utilizo o conceito de criança e adolescente segundo a classificação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD), cuja categorização é que crianças estão na faixa-etária de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes têm de 12 a 18 anos incompletos. Os nomes das crianças e adolescentes serão preservados, bem como os bairros onde moram, em função da proteção às vítimas em consonância com as exigências do ECRIAD e para evitar a estigmatização das comunidades.

O conselho tutelar do Centro, localizado no bairro Parque Moscoso, possui cinco conselheiras, que trabalham em regime de prontidão noturna e atendimento diurno na sede da entidade, das 9h às 18 horas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três delas, na condição de também terem os nomes preservados. Assim, o objetivo deste artigo é

evidenciar como se dá a vivência de crianças no tráfico de drogas na capital, a partir do histórico de atendimento desses meninos e das entrevistas com as conselheiras, que trazem dados qualitativos não observados na documentação analisada.

Antes de iniciar o trabalho de campo, fiz uma série de leituras bibliográficas que se relacionam ao objeto pesquisado e, ao ter contato com os prontuários e as conselheiras durante as entrevistas, compreendi como os conceitos trabalhados pelos autores referenciam o campo de estudo. Desse modo, primeiro irei percorrer o referencial teórico com o conceito de sujeição criminal, de Michel Misse, e como tal sujeição ocorre em crianças e adolescentes. Para discutir o processo decorrente do envolvimento de crianças no fenômeno da criminalidade, utilizarei a concepção de infância perdida, em Roselene Gurski, relacionando-a com as perspectivas acerca da destruição da fantasia na infância, de Maria Rita Kehl e as relações entre a sociedade do consumo e juventude, em Márcia Rodrigues (2010). Já para contextualizar o processo de "naturalização da cultura do crime", mencionado nas entrevistas e que seria um fator de influência para a ligação entre crianças e o tráfico de drogas, lanço mão dos conceitos de *habitus* e campo social, de Pierre Bourdieu.

1. A construção social do criminoso e sua relação com uma infância perdida

Misse (2010) aponta que há determinados "tipos sociais", os agentes criminalizados socialmente em função de seu estilo de vida, local onde moram e cor da pele, entre outras características. Segundo o autor, "[...] Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são 'marginais', 'violentos'" (2010, p. 18). Paralelo a esse processo de incriminação de tais "tipos sociais", desenvolveu-se na sociedade, na visão do autor, uma constante sujeição criminal, a qual está subjugada uma parte desses agentes de delitos, o que provocou a constituição de certa "cultura" relacionada ao universo dessas pessoas. Na opinião do autor, tal sujeição se "territorializa", isto é, esse processo estigmatiza o indivíduo de tal forma que o simples fato de ele morar em determinado bairro da cidade, que seja conhecido pela intensa presença de tráfico de drogas, por exemplo, pode levá-lo a ser rotulado como traficante e parado em uma blitz pela Polícia Militar por estar em *atitude suspeita*.

Misse (2010) indica, inclusive, que nem mesmo as crianças e adolescentes escapam da sujeição criminal, pois quando esta ganha contornos espaciais e subjuga os sujeitos locais,

os jovens que vivem na região marcada pelo estigma do crime podem vir a ser "criminosos em potencial", na visão de policiais e outras pessoas. Nas palavras de Misse:

> [...] Indivíduos tornam-se suspeitos habituais e, por extensão, ruas, favelas, bairros caem sob a suspeita geral de serem 'áreas perigosas'. A cristalização do crime num indivíduo, a transformação do evento possível de ocorrer em um sujeito social que incorpora em si o evento criminal virtual, cria tipos sociais – suspeitos preferenciais dos agentes de controle social. Quando os próprios indivíduos frequentemente suspeitos ou acusados incorporam em sua própria identidade essa suspeita e essa acusação, fazem-no como um papel social esperado e como uma carreira a que se pode apegar. No entanto, quando esse papel e essa carreira contaminam todos os demais papeis sociais desse indivíduo, de modo a produzi-lo como um ser anômalo, uma personalidade anormal, um 'perigo' para os demais, então, a incriminação passa a habitar plenamente o sujeito social (MISSE, 2007, p. 192).

Conforme apontou Misse (2007, 2010), o próprio processo cria os mecanismos de reprodução da sua lógica, de modo que ela é aceita e repassada para os outros do convívio como se fosse uma herança. De acordo com Misse (2007), ele supervisionou uma pesquisa no Rio de Janeiro que resultou no livro *Crianças do tráfico*, cujos depoimentos de crianças e adolescentes envolvidos com atos ilícitos denotaram que quase todos eles tinham uma visão negativa acerca do futuro e não resguardavam expectativas de chegar à idade adulta. É a concretização do processo de sujeição criminal, em que o sujeito, mesmo na condição de criança ou adolescente, que juridicamente não comete crime, é tido como um criminoso em potencial.

Paralelo à construção desse sujeito, existe uma espécie de roubo da infância de muitas crianças brasileiras, segundo Gurski (2012), uma vez que não são oferecidas a elas condições para que possam viver a infância, o que sugere a ausência dos direitos da criança e do adolescente garantidos por lei para aqueles pertencentes a determinados estratos sociais. E mediante Faleiros (2005 *apud* Gurski, 2012), esse processo de roubo da infância está atravessado pela história brasileira, no tratamento que foi dado às diferenças raciais e sociais. Na visão do autor, ao colocar a história social da infância no Brasil em perspectiva, é possível observar uma nítida distinção entre o tratamento destinado às crianças pertencentes às elites e aos filhos das classes mais abastadas. Tanto que enquanto os primeiros tiveram fácil acesso à educação, as crianças pobres estiveram restritas aos orfanatos, casas de correção e ensino técnico, com o objetivo de suprir um mercado de trabalho em ascensão, no período republicano, que demandava por mão de obra barata e com pouca qualificação. Também segundo Azambuja (2006), citado pela autora, foi, inclusive, nessa época, a partir da

constituição do Código Penal de 1890, que surgiu a preocupação com a "delinquência juvenil", legislação na qual ficou estabelecido que aos 9 anos a criança já pudesse ser responsabilizada criminalmente. Por esse viés histórico, pode-se compreender o lugar simbólico que a criança pobre ocupa no país e como tal posição é determinante para a ocorrência da sujeição criminal.

Gurski (2012) cita o documentário Falcão: Meninos do tráfico, produzido e dirigido por MV Bill e Celso Athayde, em que denota a realidade de 16 meninos entrevistados, sendo que apenas um deles estava vivo quando o documentário foi exibido, em 2006. Bill, Athayde (2006 apud Gurski) explicam que falcão é, na linguagem do tráfico, o nome que é dado às crianças e adolescentes que vigiam e tomam conta do tráfico na favela, o que faz uma alusão a um pássaro que "somente descansa, nunca dorme". Na interpretação de Gurski, "Esses meninos, adolescentes do ponto de vista 'cronológico', são precocemente convocados pela rede do tráfico, demonstrando, no deslocamento de seu lugar no espaço social, o sequestro de suas infâncias e juventudes". Como disse a autora:

> A criança que não encontra condições sociais que lhe possibilitem viver com dignidade a experiência da infância, ou as crianças aprisionadas por ideais do mundo adulto, cujo lugar simbólico fica tragado pela demanda de realizar a completude daqueles que a cercam, são, da mesma forma, roubadas da experiência da infância (GURSKI, 2012, p. 75).

Nesse contexto de roubo da infância, a destruição da fantasia é um fator que está associado ao fascínio de crianças pelo mundo do crime, na visão de Kehl (2008). Para a autora, muitas são obrigadas a conviver diariamente com a rotina da criminalidade (assassinatos, tiroteios, tráfico de drogas, etc.), muitas vezes praticada por irmãos ou até os próprios pais dentro de casa, uma vivência que vai minando a capacidade imaginativa dessas crianças de se projetarem no futuro e planejá-lo, ou seja, de construir um plano de vida. Conforme a explicação de Kehl (2008, p. 140), a fantasia "fundamenta a experiência da interioridade, de um 'si mesmo' que mede sua diferença em relação ao mundo real. Uma subjetividade sem fantasia é uma terra devastada, sujeita a servir ao gozo do Outro".

Conforme a autora, sendo a fantasia o motor do desejo e na medida em que tal capacidade de planejar o futuro, onde o sujeito não esteja subalternizado, é destruída pelo discurso do crime, "não há um ponto de fuga onde ancorar outro desejo senão o desejo de morte projetado na droga, na licença para matar, no poder irresistível do terror sem lei" (KEHL, 2008, p. 141). Segundo a psicanalista, as crianças entram no tráfico com a ciência

de que o crime mata, mas o poder (no plano simbólico) que emana do tráfico é eficaz, pois se sustenta sobre o desejo delas. Assim, ela propõe não o isolamento dessas crianças, o que seria impossível na realidade da periferia, mas sim a assimilação de outras perspectivas na vida desses pequenos, isto é, a possibilidade de sonhar e adquirir um desejo de infância a partir do acesso à arte, cultura e educação.

Nesse campo das subjetividades, Rodrigues (2013) traz a visão de que o fenômeno da violência é multifacetado e o consumo é uma forma de violência que não traz apenas fatores econômicos, mas também psíquicos. Dessa maneira, a violência deve ser estudada a partir de uma abordagem multidisciplinar, de forma a não se ater apenas a dados estatísticos, uma vez que eles não expressam a subjetividade do sujeito, argumento que justifica o método empregado neste estudo. Para Rodrigues:

> Entendemos que a origem social do fenômeno da violência é multicausal e multifacetada. Daí o grande desafio. Os números não registram ou mensuram afetos e sentimentos. Nesse sentido, o primeiro aspecto que se destaca é a variedade de formas de apresentação do fenômeno, sem falar na dimensão simbólica ou das representações sociais diferenciadas (RODRIGUES, 2013, p. 8).

A autora destaca que pesquisas já desmitificaram a relação direta entre pobreza e criminalidade, mas não ignoram a desigualdade social vigente no país, que pode causar "angústia e medo na sociedade como um todo, gerando desconfiança, raiva, intolerância, ressentimento e quebra de laços sociais de solidariedade". Nesse sentido, Rodrigues (2010, p. 302) associa as relações de consumo no mundo contemporâneo e as causas subjetivas que levam os jovens para a criminalidade, levantando a hipótese de que "o consumo é uma manifestação da violência simbólica representada nas diversas formas como o jovem excluído demonstra capacidade de consumo, seduzido que está pelo fetiche".

E ao se voltar o olhar para as comunidades onde esses jovens estão cada vez mais seduzidos pelo consumo na contemporaneidade, observa-se que a lógica do consumo não influencia apenas adolescentes que veem no tráfico de drogas a oportunidade de fazer parte da sociedade a partir da aquisição de roupas de marca, por exemplo. As crianças que estão sujeitas a uma vivência de rua, somando-se a quebra de valores familiares e morais, bem como outros aspectos, também estão inseridas nesse contexto. Como aponta Rodrigues (2010, p. 305), "pensar a juventude é fundamental para entender os efeitos alienantes da sociedade do consumo e do espetáculo, onde a cultura e mercado se amalgamaram".

2. *Habitus* e a cultura do crime

A naturalização da cultura do crime em crianças e adolescentes pode ser interpretada a partir do que Bourdieu (1989) denominou de *habitus*. Conforme a interpretação de Souza (2014, p. 4) acerca desse conceito, o *habitus* "seria a incorporação das estruturas sociais em um indivíduo ou em um determinado grupo", sendo que essa internalização se dá a partir da posição do indivíduo dentro do seu campo social, levando-o a formar o seu "gosto" e opiniões sobre os mais variados aspectos na sua vivência com o mundo. E ainda, de acordo com Bourdieu (1996 citado por SOUZA, 2014), a incorporação do *habitus* ocorre desde a infância, quando os "gostos" e opiniões do indivíduo vão sendo formados sem que ele se dê conta desse processo. Como explicou Bourdieu:

> O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é o bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para ouro e vulgar para um terceiro (1996, p. 22 apud SOUZA, 2014).

Outra importante definição de Pierre Bourdieu para a compreensão de como o *habitus* é moldado no indivíduo é o conceito de campo. Mediante Bourdieu (2004), mencionado por SOUZA, 2014), o campo pode ser definido como o universo onde os agentes, bem como as instituições criadas, estabelecem relações de convívio no mundo social, obedecendo a leis próprias. Os campos seriam "microcosmos relativamente autônomos", conforme afirmou Bourdieu (2004, p. 18 apud SOUZA, 2014 p. 6).

Dessa maneira, Souza (2014) discorre que, na concepção de Pierre Bourdieu, cada campo tem sua lógica interna própria que só é compreendida por quem convive dentro dele, ou seja, por aqueles agentes que possuem o *habitus* desse campo, onde está em disputa um capital simbólico que, segundo o autor, não se traduz necessariamente em um capital financeiro, mas pode ser um capital social, cultural, entre outros, que proporciona legitimidade e prestígio àquele que o possui, sendo, portanto, de grande valor e representatividade dentro de determinado campo social. Como interpreta Souza (2014, p. 8-

9), "O capital simbólico é um bem pessoal, subjetivo, mas só existe pelo reconhecimento que o outro dá a ele, pelo valor social que ele tem, seja ele institucionalizado ou não".

E na visão de Bourdieu (1989), é fundamental que a sociedade compreenda a gênese social de um campo para, assim, apreender aquilo que o sustenta nesse jogo de disputas simbólicas que existe nas relações entre as pessoas. Para o autor, o universo de um campo está subdividido em várias dimensões que diferenciam os agentes conforme a sua posição nesse espaço social, que se constitui um "espaço de relações" (BOURDIEU, 1989, p. 137). O autor critica a teoria marxista tal como esta divide a sociedade em classes sociais, uma vez que tal lógica explica as diferenças entre elas tomando por base o campo econômico, de modo que a posição social do indivíduo esteja situada unicamente em referência às relações de produção econômica. No entanto, para Bourdieu (1989), existem outros campos e subcampos interligados ao mundo social que pressupõem um jogo de interesses, envolvendo também elementos simbólicos. Contudo, como o referencial teórico discutido até aqui sustenta a discussão proposta neste artigo? É o que pretendo mostrar a seguir.

3. Pequenos favores no tráfico e a cultura do crime

A função que as crianças exercem no tráfico de drogas não é identificada com facilidade pelo poder público municipal, nem pela polícia. Isso porque o papel delas nesse movimento começa, em tese, com pequenos favores, segundo as conselheiras tutelares. Como muitos traficantes evitam circular pela comunidade, em função de conflitos no crime, pedem às crianças para fazerem alguns serviços, como ir à padaria, comprar marmita para o almoço, levar recados, ir à farmácia, entre outros. Uma conselheira tutelar afirmou: "Os traficantes precisam muito das crianças para os pequenos favores, porque as crianças que compram o pão com salame e o queijo, a marmitex...". Duas das três conselheiras especificaram que a "carreira" no tráfico começaria com os pequenos favores na infância, e que, com o passar do tempo, a criança subiria de posição no movimento.

> Eles começam fazendo pequenos serviços, favores. Começam indo na padaria comprar um pão para os meninos (do tráfico) que estão vigiando, aí depois já sobem – que eles falam que sobem de cargo – e daí já passam a vigiar... E daí já não fazem mais esses favores, que é comprar um pão ou uma medicação. Porque os patrões não podem descer do morro, do local onde estão. Então, depois eles já começam a vigiar, se está chegando alguém estranho, eles avisam, se é polícia, eles avisam; aí depois eles

> começam a entregar pequenas quantidades de drogas em certos locais e depois começam a vender e por aí vai (Conselheira tutelar).
>
> Dos que se envolvem de 9 anos acima – porque é mais ou menos nessa faixa – quando a coisa está gritante, a partir de 10 anos já começa a entrega de drogas mesmo. Eles começam de pequenos mesmo.... Assim que eles (traficantes) entendem que as crianças já começam a ter uma noção de dinheiro, começa a coisa a ficar mais séria (Conselheira tutelar).

Na avaliação de uma conselheira, quando a criança é utilizada como aviãozinho – transporte de drogas – é destinada a ela, geralmente, uma pequena quantidade de entorpecentes, que possa ser levada no bolso ou na mochila, meios que não despertam suspeitas. Nas palavras da conselheira: "O grau menor é o da criança, que vai levar, não grandes quantidades, mas pequenas quantidades, na mochila ou até mesmo no bolsinho...".

Na opinião das entrevistadas, as crianças mostram não ter noção ou consciência de que estão cometendo um crime, ou de que trabalham para o tráfico. Uma conselheira tutelar – que além do trabalho no conselho também atuou em casas de acolhimento institucional no município e em projetos sociais – relatou um caso de uma mãe, viciada em crack, que emprestava os filhos de 7 e 8 anos para traficantes de um bairro da capital. Segundo ela, "eles falavam, 'a gente faz porque o tio é legal, ele dá dinheiro e aí a gente compra aquele monte de chiclete, aquele monte de bala, porque o tio é bonzinho'".

Uma delas exemplificou tal questão com o caso do menino de 11 anos, que possui histórico de uso de maconha e estava ameaçado por traficantes em função de pequenos furtos que cometia na comunidade. Ele também gostava de ficar entre os traficantes e já foi usado para os pequenos favores. Na visão dela, "ele é uma criança, bobo. Ele já faz as coisas erradas, tem a malícia de rua, mas dentro dele é uma criança. Não tem a maldade de falar 'eu vou roubar isso aqui e vai acontecer isso comigo'".

Já outra conselheira acredita que, embora as crianças não tenham noção de que estejam praticando um ato ilícito e das consequências que isso pode acarretar, a partir dos 10 anos elas são movidas pelos seus interesses, sobretudo, por ter dinheiro.

> Eu identifico que até na faixa de 9, 10 anos não tem muita noção do que está fazendo, não. Agora, a partir dos 10 anos já começa a criar uma certa malícia, de ter aquele interesse, 'ah, eu vou levar isso pra fulano, porque eu vou ganhar tanto dinheiro e esse dinheiro vai me deixar ficar tanto tempo na *lan house*', ou 'com esse dinheiro, eu vou poder comprar uma camisa melhor', e é mais ou menos assim (Conselheira tutelar).

Já para outra entrevistada, as crianças não têm consciência de que, ao fazer pequenos serviços, trabalham para o tráfico, mesmo que, em troca, recebam dinheiro ou presentes. Na opinião dela, "para eles, estão fazendo um favor, não é tráfico. Eles não têm essa visão 'estou no tráfico'. Para eles, 'ah, estou levando ali um negócio', estão fazendo favores".

O fenômeno cultural, relacionado ao movimento do tráfico nos bairros de periferia de Vitória, foi um fator preponderante, na opinião das conselheiras, de influência para a criança querer pertencer ao tráfico de drogas. Conforme a fala de uma delas, "o bairro pode influenciar bastante, a própria cultura que está nos bairros de periferia, do tráfico que tem crescido. E o diálogo que a criança não tem com os pais em casa, ele encontra com o traficante na rua, em troca de um dinheiro...".

A mesma conselheira acredita que essa "cultura do local" que, para ela, é uma cultura do crime, faz com que o tráfico de drogas pareça normal para as crianças, bem como para a comunidade. Entretanto, quando a criança cresce em meio a esse ambiente é um agravante, uma vez que ela está no processo de formação da sua personalidade, gostos, caráter, etc. Nesse contexto, associo o conceito de *habitus* que, para Bourdieu (1989), seria a internalização das estruturas sociais em um indivíduo ou em um grupo, conforme já foi explanado anteriormente. Pode-se dizer que a criança faz os ditos "favores" no movimento e não questiona as condutas inadequadas em função da idade – como apontam as conselheiras inicialmente – ou por que consideram normal fazê-las. O menino cresce em determinada estrutura de dominação simbólica, em que o movimento dita as regras (lei do silêncio, toque de recolher e consequências para quem desobedecer às leis do crime) e mostra aos jovens que o tráfico é uma (senão a mais fácil) forma de ascensão econômica para ele conseguir o tênis e a roupa de marca, exemplos do desejo de consumo.

Outra conselheira aponta que a convivência de uma criança em uma região de periferia, com intensa presença do tráfico, possibilita que ela encare com naturalidade não somente esse movimento em si, mas também toda a cultura do crime que está atravessada por ele, como os tiroteios. Ela exemplificou tal pensamento com uma experiência que vivenciou em uma comunidade de Vitória, na véspera de conceder a entrevista:

> Ontem, eu estava numa região e estavam soltando aqueles rojões. Aí um menininho de 5 anos escutou os rojões, uns correram, aí o de 5 anos falou assim 'eu já nem ligo mais, porque todo dia tem tiroteio na minha rua'. Então assim, ele já está aprendendo, vivendo com isso, como se fosse uma

> cultura ouvir esses tiros todos os dias, e da mesma forma é a questão da droga. Já é do ambiente dele (Conselheira tutelar).

A mesma entrevistada analisa essa questão também pelo cotidiano que vivencia no bairro onde mora, situado em uma região de periferia na capital. Ela relatou que os traficantes da sua comunidade oferecem festas para os moradores, oferta que, na visão dela, é direcionada para conquistar a confiança da população local e, inclusive, a simpatia de crianças e adolescentes. Ela contou sobre uma festa que ocorreu este ano, no mês de julho.

> Fizeram a festa julina na quadra, com barraquinha, com tudo 0800 para os moradores e para as crianças. Já é uma forma de eles criarem para essas crianças e adolescentes, que não estão no tráfico, de que isso é natural, de que não precisa descer pra ter as coisas, e isso acaba gerando aquela questão que te falei, do poder, do ter... Quando a gente está muito *próximo* da comunidade, acaba vendo várias vertentes (Conselheira tutelar).

Compreendo que tal *habitus* do crime também favorece o processo de sujeição criminal em crianças. Isso porque esses meninos, que estão em processo de formação da personalidade e identidade, crescem com o discurso de que o mundo do crime – que está circunscrito ao bairro onde moram e ao círculo social em que convivem – é também o mundo dele. E com a vivência que o menino tem nas ruas, onde vê o vizinho vendendo drogas, sempre com dinheiro no bolso e respeitado por andar com uma arma na cintura, por exemplo, a criança internaliza que aquele modelo é o ideal para ser seguido, tendo em vista o mundo ao qual pertence. Assim, como afirmou Misse (2010), a sujeição é aceita e repassada como se fosse uma herança.

4. Da destruição da fantasia ao desejo de estar no tráfico

Ao analisar o histórico de atendimentos registrados nos prontuários das crianças e adolescentes, observei que todos apresentaram indícios referentes a fugas de casa, faltas e mau rendimento escolar e registro de desobediência em casa e na escola. Numa análise mais detalhada, observei que tais comportamentos vieram depois de situações que as crianças vivenciaram dentro da própria casa (maus tratos, abandono, drogadição na família, etc.) ou de uma vivência constante nas ruas que levou ao trabalho infantil ou mendicância.

Um menino que hoje está com 9 anos e que, segundo relato da avó no conselho tutelar, "vive pelas ruas aprontando com más companhias, aparecendo com dinheiro em casa que sempre afirma ter ganhado de um colega", antes de apresentar tal comportamento, sofreu

maus tratos da mãe, que é usuária de crack. Com 8 anos, ele fugiu de casa e parou uma viatura da Polícia Militar porque teria sido vítima de tortura, ameaça e espancamento pela mãe. Segundo registro do Boletim de Ocorrência (BO), ele estava com lesões na boca, orelha e mão direita, além de uma cicatriz na mão esquerda que, segundo ele, foi causada por sua mãe, que teria utilizado um garfo quente. O próprio menino disse em depoimento – o que foi confirmado por vizinhos – que ele presenciava a mãe usar drogas junto com outros usuários, "homens que ele não conhecia" e que frequentavam a sua casa. De acordo com informações de uma conselheira tutelar, ele também viu, diversas vezes, a mãe se prostituir em função do vício em crack, além da desconfiança de que ela fazia "correrias para o tráfico", como foi denunciado por moradores ao conselho tutelar.

Já o menino de 11 anos – que tem histórico de furtos, uso de drogas, ter sido usado no tráfico para os pequenos serviços e ter sido ameaçado de morte por traficantes – passou por uma vivência constante nas ruas, que resultou na situação de trabalho infantil em feiras livres. Posteriormente, a criança foi abordada diversas vezes por servidores do poder público municipal em situação de mendicância, embora ele tivesse pai e mãe (separados desde que era pequeno) e uma casa para morar. A suspeita do uso de drogas por parte da mãe surgiu quando o menino ficou desaparecido por cinco dias, em 2012 (aos 8 anos) e, ao retornar para casa, estava "muito sujo e com aspecto de que estaria 'drogado' e com marcas de feridas nas pernas e braços", segundo foi registrado no seu prontuário, no conselho tutelar. Um ano depois, ele foi morar um período com uma tia porque estava com piolhos, sujo e com bicho de pé. Nessa mesma época, após voltar a viver com a mãe, o menino foi localizado pela PM após uma fuga porque teria apanhado em casa.

Nesse caso em específico, uma conselheira avalia que houve um agravante para o mau comportamento da criança, que foi o fato de haver um "jogo de empurra de responsabilidades", uma vez que o garoto passou períodos sob os cuidados da mãe, do pai, da avó e da tia.

> O menino não tinha uma referência de família porque ele não sabia se era o pai ou se era a mãe, porque os dois (pais) ficavam brigando e transferindo a responsabilidade da criança, ora pra um, ora pra outro. Então, foi claro e nítido perceber que houve momentos que ele se sentia uma bola, sendo jogada pra lá 'eu não dou conta mais e você assume' e depois o pai 'eu não dou conta mais e você assume' (Conselheira tutelar).

Uma conselheira tutelar contou sobre o caso de um adolescente que conheceu numa casa de acolhimento em Vitória. Segundo ela, o menino começou a usar drogas aos 10 anos

a convite da mãe e, posteriormente, passou a trabalhar para o tráfico na tentativa de manter o vício. Nas palavras dela, "a própria mãe comprava droga e chamava *ele* 'vamos, meu filho, fazer uso comigo?' Ele começou a cheirar thinner aos 10 anos, com a mãe dele".

Está muito presente, em todos os casos, o desejo da criança em ficar na rua, sendo que nos documentos, na maioria das vezes, não consta o local específico em que o menino frequenta quando está na rua. Mas, segundo as conselheiras, parte do "viver nas ruas" está relacionada à convivência da criança em bocas de fumo ou entre traficantes. No caso específico do menino de 11 anos, uma conselheira relatou: "Ele gostava de ficar no meio dos meninos do tráfico". Ela explicou que a mãe do menino, por diversas vezes, foi até a boca de fumo pedir aos traficantes que não dessem nenhum serviço para ele fazer, o que, na visão da conselheira, foi até acatado pelos traficantes, em função do respeito pela família. Contudo, o menino continuava a frequentar o ambiente, pois, "ele ficava ali no meio pela questão de poder estar no meio dos caras, de poder comer alguma coisa diferente...daquela questão de empoderamento, de poder, tipo, 'estou aqui no meio'".

Outra conselheira avalia que a falta de diálogo e afeto que a criança passa dentro de casa é suprida pelos traficantes, o que motiva o menino a estar entre eles. Foi assim que, segundo ela, ocorreu com um dos casos analisados neste artigo. É o de um adolescente de 14 anos que, aos 11 anos, já era usado como aviãozinho no tráfico, segundo suspeitas da família. A mãe dele é usuária de crack e o rejeitou desde muito pequeno. Ainda conforme registro no prontuário, ele era criado pela avó, mas sofria constantes agressões verbais por parte do avô. De acordo com a entrevistada, que acompanhou o caso de perto, o garoto começou comprando marmitas para os traficantes do bairro e uma vez relatou para ela que gostava de almoçar com eles porque na boca de fumo ele "almoçava junto, quentinho". Em contrapartida, na casa dele não havia vivência em família, pois era "cada um na correria do dia a dia". A mesma conselheira relacionou três fatores de peso na atração da criança para o tráfico, sendo um deles o fato de se sentir acolhido e importante, na medida em que a criança passa a acreditar que é parte de um grupo quando vivencia o ambiente da boca de fumo.

> É o poder de respeito. Há também o poder do dinheiro e há também a questão de se sentir acolhido. Você acredita nisso? É aquilo, 'eu to ali porque ali...' – contando você não vai nem acreditar – mas da criança falar que ali no meio, quando ela chega com um pão na hora do café da tarde, eles tomam café junto e isso eles não têm em casa. A questão de quando ele chega de manhã (na boca de fumo), de perguntar se está tudo bem, e isso ele não tem em casa, com o pai e a mãe (Conselheira tutelar).

Tendo em vista a análise dos casos em conjunto, com os relatos das conselheiras tutelares, compreendo que há uma relação com os conceitos de roubo da infância, de Gurski (2012) e destruição da fantasia, de Kehl (2008). Como foi mostrado, nos casos das crianças submetidas a trabalho infantil e que não tiveram os direitos básicos de cuidado, educação e saúde garantidos, como prevê o ECRIAD, houve uma espécie de roubo da infância que levou à destruição da perspectiva delas com relação ao futuro. Na medida em que a capacidade de se projetarem foi minada, esses indivíduos ficaram sujeitos ao fascínio pelo mundo do crime, tendo em vista o desejo de estar no meio de traficantes, conforme foi relatado pelas entrevistadas. Nesse contexto, de vivência do ambiente das bocas de fumo, bem como de relações familiares conflituosas e ausência de uma série de direitos, cabe a análise em Rodrigues (2010, 2013) de que a violência consiste em um fenômeno multifacetado, além das perspectivas acerca do desejo pelos objetos de consumo, realidade que é atravessada pelas noções de fetiche e cultura de mercado, discutidas pela autora.

Considerações Finais

A realização desta concisa pesquisa foi fundamental para evidenciar questões importantes acerca do envolvimento de crianças no tráfico, como a de que o uso desses meninos ocorre de forma bem sutil, uma vez que é difícil de ser identificado pelo poder público ou até mesmo pela família. Como foi mostrado a partir do olhar das conselheiras tutelares, os pequenos favores consistem em atividades que, juridicamente, não são crimes, mas não deixam de ser uma das maneiras de atração da criança para o universo da criminalidade.

Compreendo que a análise dos prontuários de atendimento e as três entrevistas não foram suficientes para suprir o objetivo inicial desta pesquisa, que era evidenciar a vivência de crianças no tráfico de drogas, uma vez que trago aqui apenas um olhar institucional sobre parte dessa realidade. Acredito que é necessário o uso de outros procedimentos metodológicos, por exemplo, a observação participante junto a espaços frequentados por essas crianças, tais como projetos sociais nas comunidades, e entrevistas com familiares e traficantes, a fim de trazer outros olhares sobre como se dá tal envolvimento.

Analiso que este artigo revela que há elementos simbólicos e subjetivos que perpassam a atuação do movimento do tráfico em comunidades da capital. Um desses fatores é a carência afetiva, trazida como “a questão de se sentir acolhido”. Também na esfera simbólica, vejo que o processo de naturalização da cultura do crime – que aqui faço uma analogia ao conceito de

habitus, de Pierre Bourdieu – não pode ser ignorado e deve ser considerado pelo poder municipal na proposição de políticas públicas que visem à prevenção e combate ao tráfico de drogas. A partir de um olhar institucional sobre a vivência de crianças no tráfico de drogas, avalio que é insuficiente simplesmente dizer à criança que o movimento do tráfico é ilícito e, portanto, uma opção ruim para ela, na medida em que a criança pode não ter noção dessa ilegalidade.

Logo, vejo que o fenômeno da violência e o porquê de crianças tão pequenas serem atraídas para o universo do crime merecem uma análise múltipla, que não se atenha somente aos fatores econômicos, como se o "ganhar dinheiro fácil" fosse exclusivamente o motivo da atuação de crianças e jovens no tráfico de drogas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GURSKI, Roselene. O lugar simbólico da criança no Brasil: Uma infância roubada? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100004>. Acesso em: 20 ago. 2015.

KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã -** conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho D'água, 2008.

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. p. 191-200. In: PAIVA, Vanilda (Org.), SENTO-SÉ, João Trajano. **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n. 79. p. 15-38, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>. Acesso em 10 jul. 2015.

RODRIGUES, Márcia B. F. Vida moderna: sensações, espetáculo, mercado, cultura e violências. **Simbiótica** - Revista eletrônica, Vitória: UFES, v. único, n. 5, p. 1-14, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/6410/4701>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Consumo e violência: O fetiche no jogo de dominação da juventude. In: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia; DADALTO, Maria Cristina; VELOSO, Henrique Maia (Coord.). **Sociedade e consumo**: Múltiplas dimensões na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2010. p. 301-315.

SOUZA, Rafael Benedito de. Formas de pensar a sociedade: O conceito de *habitus*, campos e violência simbólica em Bourdieu. In: **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, n. 7, Jan. /Jun., 2014, p. 139-151. Disponível em: <file:///C:/Users/MP/Downloads/Dialnet-FormasDePensarASociedade-4766705.pdf>. Acesso em 11 ago. 2015.

PODER GERENCIALISTA E TOLERÂNCIA ZERO: ESTRATÉGIAS DE ENCARCERAMENTO EM MASSA DE POBRES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Renan Subtil Torres
Mestrando em Sociologia Política pela UVV, Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá e pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa Poder, Subjetividade e Resistência da UVV. E-mail: renansubtiltorres@hotmail.com.

Resumo: O seguinte trabalho abordará o problema da constante elevação dos índices de encarceramento de indivíduos pertencentes aos estratos menos privilegiados da sociedade contemporânea, mais especificamente, a prisão de jovens capixabas negros e pobres, principalmente no período pós-implantação do programa Estado Presente em Defesa da Vida, idealizado no início do governo Casagrande (2011-2014). O programa em questão será investigado de forma comparativa em relação ao programa estadunidense denominado Tolerância Zero, cujas características serão analisadas sob o prisma do "gerencialismo" criticado neste artigo e seus efeitos na esfera política da sociedade.

Palavras-chave: encarceramento; gerencialismo; segregação.

Abstract: The following work will address the problem of continuously rising incarceration rates of people belonging to less privileged segments of the contemporary society, more specifically, the arrest of black and the arrest of young black and poor capixabas, especially in the post- implementation period of the Present State in Defense of Life idealized at the beginning of Casagrande government (2011-2014). The program in question will be investigated in a comparative way in relation to the US program called Zero Tolerance, whose characteristics will be analyzed through the prism of "managerialism" criticized in this article and its effects in the political sphere of society.

Keywords: imprisonment; managerialism; segregation.

Introdução

Através da implantação de políticas de caráter repressivo no Estado do Espírito Santo, surge a necessidade de investigação da emergência, bem como, dos efeitos de programas com características semelhantes às do programa implantado em 2011durante o governo de Renato Casagrande. A partir da análise dos preceitos de tal programa, nasce a hipótese de que este seja consequência da globalização de políticas públicas norte-americanas que emergiram com a proposta de combate à criminalidade violenta vivida no final do século XX nos Estados Unidos. O programa, Tolerância Zero, é nascedouro de grande parte das políticas repressivas adotadas no país norte-americano que visavam a redução da criminalidade, mas que, segundo Belli (2004), teve como principal efeito colateral a superlotação do sistema carcerário daquele país, ocasionado pela prisão em massa

daqueles que não fazem parte da sociedade de consumo e logo, não são beneficiados pelas condutas neoliberais globalizadas por estratégias de governo.

É importante considerar que ambos os programas – tanto o programa Estado Presente em Defesa da Vida quanto o Tolerância Zero – possuem características do que Gaulejac (2007) chama de gerencialismo e que, em tese, potencializa o aprisionamento de seletas camadas da sociedade, numa corrida constante em busca de resultados quantitativos.

1. Tolerância Zero e poder gerencialista

Após a implantação das políticas idealizadas nos Estados Unidos durante a década de 1990, mais especificamente após a tomada de posse pelo prefeito de Nova York, Rudolf Giuliani, em 1993, diversas instituições acabaram sendo alvo de uma série de mudanças estruturais peculiares à globalização inseridas nos preceitos das políticas econômicas neoliberais. Essa reforma na segurança pública daquela cidade deve ser vista como um excelente exemplo para verificarmos a adoção de posturas pautadas em obtenções quantitativas de resultados práticos após a implantação do programa Tolerância Zero, onde as práticas de intensificação do policiamento – medida falaciosa de solução frente à onda de criminalidade violenta vivida em Nova York naquele período que foi instaurada por Giuliani – vinham acompanhadas por uma cobrança estatal feita através do estabelecimento de metas semelhantes às utilizadas em estratégias empresariais, aqui denominada gerencialismo.

O gerencialismo criticado por Gaulejac (2007) está intrínseco à sociedade capitalista contemporânea em diversos aspectos, escapando do contexto empresarial e perpassando as mais diversas esferas da vida em sociedade. Quando as táticas empresariais de obtenção de resultados – tal como a estipulação de metas para o estabelecimento de uma maior competitividade entre os funcionários e consequentemente maior geração de lucro – penetram na esfera política da sociedade, uma série de condutas individualistas se sobrepõe a valores pautados na coletividade.

A corrida em busca de melhores resultados e aperfeiçoamento constante no ambiente de trabalho, que são incentivados hodiernamente, são responsáveis por condutas extremamente individualistas por parte da classe trabalhadora. A necessidade do sustento familiar, agravado com a supervalorização de um alto padrão de vida, principalmente nas metrópoles, leva o trabalhador moderno a se submeter ao egoísmo competitivo de um

mercado de trabalho perverso e cada vez mais exigente em relação à geração de lucro. O clima de competição, incentivado pelos gestores das empresas, com o intuito de ampliação do capital pautado na meritocracia, leva as pessoas a cultivarem uma relação de rivalidade constante com o próximo, elevando seu individualismo e sobrepondo muitos valores de cooperação quando o assunto tratado é a obtenção de maior ascensão no mercado e consequente ampliação dos frutos financeiros gerados por essa corrida. Observando esta problemática da busca incessante por melhorias na produtividade pela perspectiva de Foucault (2008), percebemos uma transformação dos sujeitos na contemporaneidade, dentro do contexto neoliberal, constantemente preocupado com o "empreendedorismo de si", ou seja, no "*homo economicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda" (Foucault, 2008, p. 311) quando toma consciência de que é preciso investir em si mesmo para alcançar melhores resultados no mercado competitivo.

Nos Estados Unidos, posteriormente à implantação do programa Tolerância Zero, as ações policiais passaram a ser fomentadas com o incentivo a maior "produtividade" destes profissionais no combate ao crime através de condecorações para os agentes que prendem mais suspeitos de cometerem crimes violentos. Outra prática gerencialista que visa uma maior amplitude da atuação policial, mesmo que aplicada somente em regiões consideradas pelos agentes de segurança como lugares perigosos por serem povoados por pessoas de origem majoritariamente negra ou latina (o que revela uma conduta racista e xenófoba por parte da gestão conservadora estadunidense), é a adoção de sistemas computadorizados em viaturas, que têm por finalidade facilitar o trabalho dos policiais, tanto no registro das regiões supostamente mais vulneráveis à criminalidade, quanto no registro das pessoas que já cometeram algum tipo de delito, seja este minimamente danoso à sociedade, o que leva a uma punição mais firme no caso de reincidência, fato que acarreta a estigmatização de pessoas consideradas "propensas à criminalidade" através de estereótipos raciais ou relacionados aos bairros nos quais habitam estes indivíduos, como afirma Wacquant (2001).

O resultado de tais ações, baseadas na corrida policial em busca de resultados, ou seja, mais prisões – que na lógica conservadora é a solução para o problema da criminalidade – provocou uma superlotação do sistema carcerário. Dados[1] da Organização das Nações

[1] Visto no site: <http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/noticias/47-numeros-da-prisionalizacao-7-informacoes-basicas-sobre-encarceramento>. em 27 de maio de 2015.

Unidas – ONU mostram que os Estados Unidos é o país com a maior população carcerária do Planeta (2,2 milhões de presos em 2012), sendo que, segundo um artigo[2] publicado em 2006, os maiores contemplados com a prisão são negros, latino-americanos e pobres, informação confirmada na seguinte passagem que: "tanto o racismo quanto a precariedade econômica têm sido responsáveis pela proporção incrivelmente alta de negros nas prisões. Dos homens negros de 25 a 29 anos, 8,1% estão presos atualmente. Comparativamente, 2,6% dos hispânicos e 1,1% dos brancos encontram-se nessa situação". Mesmo não havendo comprovação empírica da relação entre prisões e redução da criminalidade, o governo dos Estados Unidos associou as políticas de Giuliani, através de um elaborado programa de *marketing*, que visava divulgar a suposta eficiência do programa Tolerância Zero no combate à violência, à redução da criminalidade existente em Nova York naquele período. A propaganda surtiu efeito em diversos países, principalmente na Europa Ocidental, onde foram adotadas medidas semelhantes na tentativa de combater o crime.

Com os "alvos" do encarceramento pré-estabelecidos, tornaram-se mais fáceis as práticas racistas e xenófobas que encarceram negros, pobres e estrangeiros nos Estados Unidos até os dias de hoje. O encarceramento em massa de populações paupérrimas é potencializado pela lógica gerencialista estadunidense através da adoção de prisões privadas, que além de possuírem um custo de construção e manutenção supostamente reduzido, garantem ao governo a obtenção de lucro através do trabalho não regulamentado dos detentos, ou seja, foi encontrada uma forma lucrativa de encerrar os estratos subalternos da sociedade estadunidense, conforme apontaram Rusche e Kirchheimer (2004) ao mostrarem a emergência das prisões e sua relação com o trabalho forçado. E, como uma de muitas práticas neoliberais deste país, sofreu um forte processo de globalização que levou vários países – não só da Europa, mas também o Brasil – a adotarem o sistema carcerário terceirizado que voltou a ganhar a atenção dos entusiastas gerencialistas após a implantação das políticas de tolerância zero nos Estados Unidos da América.

2. Encarceramento em massa da pobreza e geração de lucro

Como afirma Gaulejac (2007), o gerencialismo tem como principal finalidade a geração de lucro através de práticas empreendedoras que levam os indivíduos a competirem

[2] Visto no site: https://www.wsws.org/pt/2006/dec2006/por4-d19.shtml em 27 de maio de 2015.

incansavelmente em busca da ascensão tanto financeira quanto social. Tais práticas egoístas, intrínsecas ao âmbito empresarial, rompem os limites dos direitos humanos e da valorização da vida quando saem deste contexto e penetram na esfera da segurança pública, onde pessoas seletas são encarceradas visando pura e simplesmente à geração de riquezas para empresas e grupos legitimados pelo Estado.

Conforme mostramos, uma das principais características do programa Tolerância Zero foi o investimento em policiamento e endurecimento das penas para os indivíduos que cometeram pequenos crimes – isso para não dizer desvios mínimos – cuja consequência foi a superlotação do sistema carcerário. Todavia, essa explosão de crescimento da população carcerária não ocorre de forma homogênea, pois os alvos da punição e encarceramento têm "cor e classe" pré-definidos como aponta Sérgio Adorno ao afirmar que "no senso comum, o medo do crime vem acompanhado frequentemente da construção social do perfil dos prováveis delinquentes, invariavelmente definidos como pobres, favelados e quase sempre negros" (ADORNO, 1995 *apud* BELLI, 2004, p. 30).

Os estereótipos apenas reforçam o preconceito e desigualdade com as camadas menos privilegiadas da sociedade, que se tornam vítimas de ações repressivas, cuja tendência é provocar, através do efeito da globalização das políticas do tipo Tolerância Zero, a ampliação da distinção de cor e classe com o passar dos anos. Levando em consideração os dados[3] estadunidenses sobre o diferencial de encarceramento entre negros e brancos (incluindo latinos) em número de detentos para cada 100.000 adultos, percebe-se que do período de 1985 a 1995 a população carcerária negra que era de 3.544, no primeiro ano da pesquisa, passou para 6.926 no último ano desta, enquanto o número de presos brancos passou de 528 para 919, dentro deste mesmo período. A ideia que esses dados fornecem é reforçada através de Belli (2004) a seguir: "Como Alba Zaluar reconhece, o policial continua sendo treinado para vigiar, controlar e reprimir as classes previamente definidas como perigosas, em especial os pobres que habitam as favelas das grandes cidades brasileiras" (Belli, 2004: 32).

Uma pesquisa divulgada pela Secretaria Geral da Presidência da República no mês de junho de 2015, o Mapa do Encarceramento – os jovens do Brasil[4], que faz parte do Plano Juventude Viva do Governo Federal, revela que o Espírito Santo possui a segunda maior taxa de

[3] Fonte: Bureau of Justice Statistics, Correctional Populations in the United States, 1995, Washington Government Printing Office, 1997.
[4] Estudo de Jacqueline Sinhoretto lançado em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.

encarceramento de jovens do país. O mapa faz um estudo em relação à população jovem, com idades entre 18 e 29 anos e não jovens. Faz também um recorte racial da população encarcerada e de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O estudo revela que a taxa de encarceramento do Espírito Santo em 2012, ano-base da pesquisa, era de 413 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes e que entre 2005 e 2012 a população carcerária do Estado cresceu em 182%, saindo de 5.221 em 2005 para 14.733 internos em 2012.

Este índice é muito superior ao crescimento da taxa de encarceramento a nível nacional que, segundo o mesmo estudo, foi de 74% de 2005 a 2012, lembrando que, no ano de 2011, emerge no Estado o Programa Estado Presente em Defesa da Vida, projeto assumidamente focado na intensificação do policiamento e no efetivo de agentes de segurança pública. O mapa expõe também certa seletividade racial nos índices de encarceramento capixabas quando revela que a taxa de encarceramento de brancos no Estado ficou em 204 por 100 mil em 2012, enquanto a de negros ficou em 551 por 100 mil levando o Espírito Santo à posição de quarto lugar do país em taxa de encarceramento de negros, e o sétimo em encarceramento de brancos.

Realizando uma análise comparativa dos índices[5] brasileiros com as taxas de encarceramento dos Estados Unidos no ano de 2011, percebe-se a elevada cifra de 471.254 pessoas encarceradas no Brasil quando a população era de 190.755.799 habitantes, enquanto as prisões norte-americanas privavam de liberdade cerca de 2.239.751 de aproximadamente 312 milhões de seus habitantes. Nota-se também que o Brasil caminha a passos largos rumo a essa surpreendente marca de aprisionamento quando, através dos mesmos dados revelados pelo Mapa do Encarceramento, é revelado um aumento considerável no índice de encarceramento no país no período entre 2005 e 2012, quando o número de presos passa de 296.919, no início da pesquisa, para 515.482, no final da mesma.

O endurecimento das penas, até mesmo para os crimes de pequena dimensão, combinado com a comodidade da existência de uma parcela da sociedade pré-determinada como suspeita por carregar na pele os estereótipos de criminosos potenciais, culmina no caso brasileiro com uma superpopulação carcerária que, por parte de grande parcela da sociedade, recebe pouca ou quase nenhuma atenção, provocando um consequente sucateamento do sistema prisional que suprime a cada ano que passa os direitos mais básicos do ser humano

[5] Mais informações em: <http://institutoavantebrasil.com.br/brasil-holanda-e-estados-unidos-panorama-dos-sistemas-penitenciarios/>. Acessado no dia 19 de junho de 2015.

que é submetido a este procedimento penal. Não obstante, a violação dos direitos humanos recorrentes no sistema prisional torna-se evidente a obtenção de lucro no encarceramento através da privatização do sistema carcerário, que obteve sucesso através da globalização das políticas de tolerância zero. Bruno Shimizu[6] evidencia em uma entrevista[7], o descaso com a população carcerária e a crueldade que caracteriza a "mercantilização do aprisionamento", típica da governamentalidade neoliberal:

> Do ponto de vista da constituição federal a privatização dos presídios é inconstitucional. [...] Dentro desse movimento neoliberal a gente começa a privatizar os serviços públicos, a infraestrutura e agora isso chega ao seu cume com a privatização da violência, além disso, a privatização do sofrimento, a mercantilização do sofrimento. Aquela pessoa presa deixa de ser uma pessoa, ela deixa de ter dignidade humana pra ser vista como uma mercadoria.

O documentário, o qual foi transcrita essa entrevista, acompanha a emergência da primeira penitenciária privada do Brasil desde o processo licitatório até o seu pleno funcionamento, apesar de na época da pesquisa já existirem outros 22 presídios do mesmo modelo que foram resultado de parcerias de instituições penitenciárias públicas que estabeleceram relações privadas com o pretexto do dito "sucateamento" dos serviços prestados nas prisões.

Dentre as condições subumanas, relatadas no documentário citado, estão o corte de gastos com a manutenção de controle sobre os detentos. Os presos que não trabalham têm direito somente a banhos de 3 minutos de duração enquanto os que trabalham conseguem banhos de 3 minutos e meio, isso sem contar com os cortes diários de abastecimento de água dentro das celas em determinados horários do dia. A submissão dos presos a serviços não é regulamentada pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) conforme o § 2º do Art. 28 da Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984, assegurando somente até 3/4 de um salário mínimo, sem benefícios segundo o Art. 29 desta mesma lei, sendo que parte da remuneração é utilizada para cobrir gastos dos próprios detentos. Ainda é considerável o fato de que os presídios privados só dão lucro se sua capacidade total de lotação estiver acima de 90%, caso contrário, o presídio não se torna lucrativo. Segundo Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de administração penitenciária (MG):

[6] Coordenador do Núcleo da Situação Carcerária da Defensoria Pública (SP).
[7] Quanto mais presos, maior o lucro (2014); Reportagem: Paula Sacchetta; Imagens, edição e animação: Peu Robles; Supervisão: Marina Amaral. Acessado em 28 de fevereiro de 2015 através do site: <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>.

> O ideal seria quem cem por cento dos presos estivessem trabalhando, esse é entendimento nosso. Agora tem presos que realmente não querem estudar, não querem trabalhar e se for o caso posteriormente nós podemos retirar os que não querem trabalhar e colocar outros que queiram trabalhar e estudar, porque nossa intenção é ter essas 3360 vagas aqui preenchidas com pessoas que trabalhem e estudem.

Presume-se então que se nos próximos anos o encarceramento de pessoas se transformar em uma tarefa mais árdua e possivelmente não atingir os 90% da ocupação necessária para a obtenção de lucro das penitenciárias privadas, conforme uma das cláusulas do contrato da parceria público-privada de Ribeirão das Neves que estabelece como uma das "obrigações do poder público" a garantia dessa ocupação mínima de vagas do presídio (90% da capacidade total), tender-se-á à adoção de políticas ainda mais duras a fim de que se obtenham os presos necessários para tal demanda. Além disso, observam-se discursos falaciosos do Subsecretário de Administração Penitenciária no que tange à oferta de estudos aos detentos, o que contradiz o discurso de um dos presos na PPP (parceria público-privada) de Ribeirão das Neves desde novembro de 2013, no qual Mauro Costa afirma:

> Eles me chamaram, fizeram uma entrevista e me perguntaram se eu queria trabalhar, eu nem sabia que eu ia vir pra cá. *Eu por enquanto só trabalho. Não me chamaram para estudar ainda não.* A gente trabalha com costura de roupa né, calça, camisas. A gente trabalha também com a fabricação de coletes de segurança e esse é o nosso trabalho (grifos meus).

Além disso, como se não fossem desumanas o suficiente essa série de práticas que comprometem a qualidade de vida dos presos, uma vez que a medida privativa de liberdade só seria, em tese, a restrição apenas do direito de ir e vir do indivíduo condenado, os presídios privatizados "oferecem" ao preso a assistência jurídica também terceirizada, tornando-se também mercantilizada a interação entre presos e advogados contratados pela própria empresa gestora da penitenciária (o que seria violação de um direito garantido constitucionalmente segundo a cláusula LXXIV do artigo 5° referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, onde o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos), em uma possível acusação de restrição dos direitos individuais ou casos de tortura, por exemplo. Sendo assim, Patrick Cacicedo[8] alega:

[8] Coordenador do Núcleo de Situação Carcerária da defensoria pública (SP).

> Chega-se ao cúmulo de tentar também privatizar a assistência jurídica. Aquela função que condicionalmente ela é reservada a defensoria de assistência jurídica gratuita, as pessoas que não podem contratar um advogado de sua confiança. A (empresa) gestora do presídio também contratará uma série de advogados para assistência jurídica daqueles presos. Ou seja, diante de uma situação de tortura e violações de direitos, essa pessoa vai buscar um advogado contratado pela empresa "A" para demandar contra a empresa "A". Evidentemente isso está arquitetado de forma muito perversa.

Torna-se o preso nas Parcerias Público- Privadas – PPP's um produto gerador de lucros quando se leva em consideração que o custo da mão de obra carcerária é consideravelmente menor do que o de trabalhadores com todos seus direitos básicos garantidos pela CLT, fato que acaba sendo interessantíssimo para empresas que terceirizam serviços que agora são prestados por detentos como afirma Cacicedo:

> Para quem investe em determinado produto, no caso o produto humano, o preso, será interessante ter cada vez mais presos, ou seja, segue-se a mesma lógica do encarceramento em massa. A mesma lógica que justificou o caos, que justificou a privatização dos presídios. Será feita muita propaganda, então eu acho que é novidade e é o que vai se investir para maior controle social da pobreza, por meio do cárcere.

Wacquant (2001) já havia dito que a privatização das prisões já vinha crescendo de acordo com a expansão sem precedentes das atividades carcerárias dos Estados Unidos e que nascida em 1983, a privatização do sistema carcerário já tomava em 2001 cerca de 7% da população carcerária fortalecida com um crescimento anual de 45%. No Brasil, a análise de Laurindo Manhoto[9], também no que diz respeito à prosperidade das privatizações, é validada tomando como referencial a onda de ascensão desta prática, tanto nos Estados Unidos, onde está metade das prisões privadas de todo o mundo, e também, como recentemente, está ocorrendo no Brasil:

> [...] Cadeias se tornam recentemente um grande negócio por conta de políticas criminais de encarceramento em massa. Então países como Estados Unidos e Brasil estão às voltas com taxas de encarceramento historicamente inéditas, o que obviamente cria uma janela de oportunidades para o setor privado.

A experiência da penitenciária privada mineira também inspirou adoções semelhantes em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, ainda segundo o mesmo documentário.

[9] Professor de Sociologia da USP.

Algumas delas mal sucedidas, como no caso do Ceará, onde "uma decisão judicial obrigou à iniciativa privada devolver a gestão de penitenciárias para o Governo do Estado. No Paraná, o próprio Governo decidiu retomar a administração de uma série de penitenciárias, após avaliar duas questões: a jurídica e a financeira"[10]. A primeira penitenciária privada inaugurada no Brasil licitada desde seu planejamento, a de Ribeirão das Neves em Minas Gerais, também foi motivo da condenação do Governo de Minas Gerais por terceirização ilícita onde a Justiça do Trabalho anulou uma série de contratações feitas pelo GPA[11] de atividades relacionadas com custódia, guarda, assistência material, jurídica e à saúde dos presos.

A atual situação do encarceramento no Brasil é digna de questionamentos quanto à eficiência em relação ao combate à criminalidade, visto que não há nenhuma pesquisa que indique a redução da criminalidade através da adoção de penas mais duras potencializadas com a falta de dignidade das cadeias. Pelo contrário, a cada ano que passa, os índices estão cada vez mais alarmantes, tanto da violência que a implantação das políticas de tolerância zero em certos Estados brasileiros não foi capaz de reduzir, quanto do encarceramento em massa, principalmente das camadas sociais menos privilegiadas que deixam o país em 3º lugar no ranking dos países com maior população carcerária no mundo, atrás dos Estados Unidos e China, com um montante de 715.655 mil presos[12]. Entre os anos de 1992 e 2012, o Brasil sofreu um aumento de 380% de sua população carcerária e no que tange à privatização de serviços penitenciários, empresas dividem a gestão de penitenciárias com o poder público em pelo menos 22 presídios de sete Estados: Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Tocantins, Bahia, Alagoas e Amazonas, conforme revela a pesquisa exposta no documentário intitulado "Quanto Mais Presos Maior o lucro".

3. Programa Estado Presente em Defesa da Vida e seu reflexo no encarceramento da pobreza no Estado do Espírito Santo

O governo de Paulo César Hartung Gomes (2003 a 2010), apesar de inicialmente não se mostrar focado na crescente criminalidade violenta vivida no Espírito Santo desde essa época, foi responsável por aumentar em cerca de 3,5 vezes a população carcerária do Estado,

[10] Visto em: <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> no dia 28 fev. 2015.
[11] Gestores Prisionais Associados.
[12] Dados obtidos através do site: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465527-brasil-passa-a-russia-e-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml> acessado no dia 15 jun. 2015.

além de eleger no final desse período como deputado estadual, o até então secretário de segurança, Rodney Miranda, conforme mostrou Ribeiro Júnior (2012).

As políticas de intensificação do encarceramento aparentemente prosseguiram com a posterior gestão de Renato Casagrande (2011 a 2014), principalmente após o lançamento do programa, Estado Presente em Defesa da Vida, no mesmo ano de sua posse. O referido programa priorizou assumidamente a redução de homicídios e prevenção à violência, utilizando de estratégias específicas para cada organização policial. "No eixo de Proteção Policial trabalhamos para aprimorar o Sistema de Segurança Pública e aplicação da lei, incorporando novas estratégias de policiamento, contratação de policiais, novas tecnologias e aprimoramento do *modelo de gestão*" (grifos nossos), afirma o secretário de Ações Estratégicas, Álvaro Duboc em pronunciamento[13] sobre o programa Estado Presente em Defesa da Vida. A partir de tal afirmativa sobre a gestão e intensificação do contingente policial, é possível verificar características daquilo que Gaulejac (2007) chamou de poder gerencialista no programa Tolerância Zero, cujas mudanças mais significativas foram nas políticas públicas de segurança.

Segundo um levantamento[14] realizado pela pesquisadora Jacqueline Sinhoretto, com base nos dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, durante a transição de governos, precisamente entre 2007 e 2012, o índice de encarceramento de jovens de até 29 anos de idade no Espírito Santo cresceu em 132%, número que extrapola em mais de cinco vezes a média nacional de 26% ao ano e

> A pesquisa destacou ainda que os estados que desenvolveram programas de repressão qualificada, visando principalmente à redução de homicídios, como o Espírito Santo, tiveram crescimento de presos acima da média, acusados por crimes patrimoniais e delitos de drogas. O estudo lembra que no Espírito Santo foi implementado, em 2011, o programa Estado Presente pela Defesa da Vida, para o enfrentamento de crimes letais intencionais.

Através dos dados obtidos nas pesquisas acima, torna-se possível uma comparação entre características do programa capixaba com as políticas de tolerância zero estadunidenses, no que tange ao caráter repressivo, que enxerga no encarceramento de indivíduos que cometeram atos infracionais a solução para o problema da criminalidade

[13] Dados obtidos através do site: <http://www.folhadoes.com/noticia/2013/12/31/programa-estado-presente-encerra-o-ano-com-ampliacao-nas-acoes-de-protecao-policial-e-prevencao-social-da-violencia.html> acessado no dia 04 jun. 2015.
[14] Vista no site: <http://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/2015/06/cresce-numero-de-jovens-e-negros-em-presidios-do-espirito-santo.html> no dia 05 jun. 2015.

violenta, provocando assim o encarceramento em massa que já ocorria nas "masmorras" carcerárias do governo Hartung.

É preciso considerar que o encarceramento capixaba possui um caráter seletivo quanto à classe social e raça dos indivíduos, pois, ainda segundo a pesquisa de Sinhoretto, "com relação à variação da quantidade de detentos negros, o Espírito Santo teve um aumento (no índice de encarceramento) ainda maior, de 137%, perdendo apenas para Alagoas". A predominância de negros e pobres presos no Espírito Santo está possivelmente ligada ao maior motivo de encarceramento no Estado, que são os crimes de drogas – foco das ações policiais –, combinados com a legislação vigente que assumidamente seleciona o tratamento (usuário ou traficante) de indivíduos portadores de substâncias psicoativas ilícitas, através da análise feita pelo juiz da localidade da abordagem policial e das condições sociais do indivíduo, como constatado na nova Lei de Drogas (11.343/06) no artigo 28, § 2 , onde é afirmado que "atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, *ao local* e às condições em que se desenvolveu a ação, *às circunstâncias sociais e pessoais*, bem como à conduta e os antecedentes do agente" (grifos nossos). Ou seja, a maior causa de prisões no Espírito Santo é potencializada pela parcialidade legislativa, que seleciona sua "clientela" através de estereótipos.

Considerações Finais

A partir das análises apresentadas nesse trabalho, presume-se que o problema do encarceramento em massa de populações paupérrimas pode ser associado às características gerencialistas intrínsecas às políticas repressivas do tipo tolerância zero, tendo em vista que a seletividade debatida por Belli (2004) legitima, principalmente no interior da instituição policial, a prisão em massa das camadas menos privilegiadas social e economicamente da sociedade. Isso se reafirma quando são analisadas as cláusulas do artigo 28 da Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984, quando esta seletividade é explicitada e os alvos da repressão policial, na busca por resultados quantitativos de apreensões, são estabelecidos através da localidade onde a ação policial ocorreu além da condição socioeconômica do indivíduo, sobretudo, na repressão a crimes relacionados ao porte de drogas.

Torna-se ainda mais evidente o gerencialismo criticado por Gaulejac (2007) quando levamos em consideração as práticas de gestão de presídios que estabeleceram Parcerias Público-Privadas – PPP's visando exclusivamente a obtenção de lucro através da ocupação

destas instituições prisionais que, em sua emergência no Brasil, levou o governo do Estado de Minas Gerais a se comprometer com 90% da lotação da primeira prisão terceirizada do país.

No Estado do Espírito Santo, estas características de gestão, que perpassam o âmbito empresarial e avançam na esfera política da sociedade, são encontradas em programas com características semelhantes às encontradas no programa Tolerância Zero e que entraram em vigor em período de considerável aumento no índice de encarceramento, principalmente de jovens negros e pobres, levando o Espírito Santo ao vergonhoso título de quarto Estado em encarceramento de negros em 2012, e o sétimo em prisão de brancos.

As afirmações e análises comparativas, estabelecidas no presente artigo, também colocam em dúvida a legitimidade da guerra às drogas, que revela ser fator determinante dos elevados índices de encarceramento da pobreza em todo o mundo, conforme mostrou Rosa (2014), além de propor uma reflexão instigada por Belli (2004) e Wacquant (2001; 2003) acerca do provável desvanecimento de um Estado de bem-estar e a ascensão de um chamado "Estado penitência" ou "Estado Penal" tanto no Brasil quanto nos países que adotaram as práticas repressivas estadunidenses visando a redução da criminalidade violenta.

Referências

BECKER, Gary. **Human Capital:** A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BELLI, Benoni. **Tolerância Zero e Democracia no Brasil.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

DE GIORGI, Alessandro**. Zero Tolleranza.** Roma: Derive Approdi, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como Doença Social.** São Paulo: Ed Idéias & Letras, 2007.

OLIVEIRA, Salete. Qualidade de vida, corpos aprisionados. In BAGRICHEVSKY, M., PALMA, A. & ESTEVÃO, A. **A Saúde em Debate na Educação Física.** Blumenau: Ed. Edibes, 2003.

RIBEIRO JUNIOR, Humberto. **Encarceramento em Massa e Criminalização da Pobreza no Espírito Santo.** Vitória: Ed. Cousa, 2012.

ROSA, Pablo O. **Drogas e a Governamentalidade Neoliberal:** Uma genealogia da Redução de Danos. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

WACQUANT, Löic. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WACQUANT, Löic. **Punir os Pobres:** A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

WENDEL, Travis; CURTIS, Ric. Tolerância Zero - A Má Interpretação dos Resultados. In **Horizontes Antropológicos**. Ano 8, N. 18, dezembro de 2002.

AS ORDENS E AS RUAS: ESTADO, VIOLÊNCIAS E PROFANAÇÕES NO CONTEXTO DAS JORNADAS DE JUNHO

Thayla Fernandes da Conceição
UFES

Resumo: Em 2013 vivenciamos as chamadas "Jornadas de Junho", que se iniciaram com protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo e se expandiram radicalmente, de forma que milhões de pessoas, pertencentes a movimentos sociais organizados ou não, foram às ruas de todo país por suas diversas discordâncias. Este contexto prosseguiu no advento dos chamados "grandes eventos" – Copa das Confederações e a Copa do Mundo, nos quais a segurança pública foi uma das áreas-foco de investimento estratégico-financeiro, juntamente às políticas de reorganização do espaço público e remoção. Possuindo o "monopólio da violência legítima", o Estado se organizou para limitar manifestações populares e garantir as chamadas "ordem pública" e "defesa social", e assim os âmbitos legislativos, judicial, policial e das forças armadas se constituíram naquilo que denominamos "inteligências estatais criminalizadoras". Nosso objetivo neste trabalho é compreendê-las a partir das reflexões sobre estado de exceção, violência, poder, dispositivos e profanações propostas principalmente por Michel Foucault e Giorgio Agamben. Concluímos que a construção e a aplicação destas inteligências são sofisticações deste contexto, porém, refletem movimento historicamente verificável de criminalização dos protestos de rua, de coibição de oposições e de legitimação de atuações repressivas e autoritárias (contra as quais devemos nos colocar).

Palavras-chave: jornadas de junho; grandes eventos; inteligências estatais criminalizadoras.

Abstract: In 2013 we experienced the so-called "Days of June", which began with Movimento Passe Livre protests in São Paulo and expanded radically, so that millions of people belonging to social movements organized or not, took to the streets around the country for its various disagreements. This context continued in the advent of so-called "big events" – Confederations Cup and the World Cup, in which public safety was one of the focus areas of strategic and financial investment together the reorganization policies of public space and removal. Possessing the "monopoly of legitimate violence", the State is organized to limit demonstrations and ensuring so-called "public order" and "social protection", and thus the spheres of the legislative, judicial, police and armed forces were formed in what we call "criminalizing State intelligences". Our goal in this work is to understand them from the reflections on the state of exception, violence, power, devices, and desecrations proposed mainly by Michel Foucault and Giorgio Agamben. We conclude that the construction and application of these intelligences are sophistications this context, however, reflect historically verifiable movement of criminalization of street protests, in restraint of oppositions and legitimizing repressive and authoritarian performances (against which we must put ourselves).

Keywords: days june; big events; intelligences state criminalized.

Introdução

As Jornadas de Junho de 2013, bem como os protestos que as seguiram entre 2013 e 2014 em referência à ocasião dos grandes protestos no Brasil, tornaram-se mais um período simbólico à nossa história no que diz respeito aos movimentos de insurgências urbanas e protestos de rua, a exemplo, pensando no período entre e pós redemocratização, do que

foram as "Diretas Já", que levaram milhares de pessoas às ruas nos anos finais da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) sob o grito da vontade por eleições democráticas diretas.

É interessante destacarmos, a título de uma observação inaugural essencial, que o contexto recortado pela análise feita neste trabalho, de firme oposição às estruturas e decisões políticas tais como se colocam, não é absolutamente singular. Não podemos desprezar o fato de que nós, sociedade brasileira, possuímos uma trajetória histórica repleta de movimentos populares contestatórios das mais diversas naturezas – rurais, urbanas, trabalhistas, estudantis, de populações tradicionais e etc. –, trajetória esta que se apresenta como uma verdadeira prova contrária à – estrategicamente – anunciada "passividade" do povo brasileiro.

Buscou-se sempre, oficialmente, o exercício efetivamente ideológico de renegar ao esquecimento (por meio inclusive do afastamento e eliminação dos agentes sociais a elas relativos) quaisquer características de conflituosidade de nosso país. Assim reinou, em termos da história oficializada e construída, a apresentação do Brasil como espaço em que se responde sempre com o calor da paz à(s) (a)diversidade(s), não sendo reconhecidos como parte significativa da nossa história oficial aqueles que buscaram reconstruir e recontar essa história como história de lutas, resistências e insurgências.

Possuindo o chamado "monopólio da violência legítima" (ou "monopólio da coerção", ou, ainda, "monopólio da força física") – este que lhe garante a possibilidade de ser o único utilizador legítimo de processos de violência física e coercitiva sobre os indivíduos como garantia do exercício de (sua) autoridade dentro de um determinado território – e sendo, consequentemente, o responsável pela construção de dispositivos que garantam a "ordem pública" e a "defesa social", o Estado se organizou a partir de diversas vias para se relacionar especificamente com estas manifestações populares e com as controvérsias que lhes foram consequentes.

Embora, esse contexto traga algumas especificidades significativas, é interessante ressaltar que, assim como não são novidades as manifestações públicas de discordância por parte do povo brasileiro, igualmente não é novidade que o Estado se organize para lidar com elas e, não raro, para desencorajá-las e reprimi-las.

E, assim sendo, no contexto que serve de recorte a este trabalho, uma das estratégias de posicionamento do Estado perante a situação conflituosa colocada pelos protestos foi a elaboração de projetos de lei, a nível Federal, Estadual e Municipal, criados com base na preocupação de realizar controle – ou, mais precisamente, de coibir – sobre determinados

atos que poderiam ocorrer nas manifestações, principalmente a tão temida depredação de patrimônio público ou particular.

O poder judiciário também dispensou atenção especial às manifestações, revelando-se como mais uma inteligência voltada ao objetivo de manutenção da ordem. A Resolução nº 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça autorizou a criação dos chamados Centros de Pronto Atendimento Judiciário em Plantão (CEPRAJUD), sendo estes criados especificamente para solucionar, de forma célere, situações decorrentes de grandes manifestações. Alguns Estados, tais como São Paulo, adotaram o modelo.

A segurança pública *strito sensu*, ou seja, inteligências e ações referentes às polícias, que em alguma medida se espraiaram às forças armadas, nesse mesmo contexto recebeu a nível federal um investimento de R$1,17 bilhão (PORTAL DA COPA, 2014a) voltados, primordialmente, para a compra de novos equipamentos e para treinamentos referentes às investigações e a ações concretas nas ruas. A título de exemplo, temos a Força Nacional de Segurança Pública, elite militar criada pelo Ministério da Justiça em 2004, que esteve à disposição dos Estados-sede dos jogos da copa e a ela foram acrescentados mais seiscentos novos agentes com treinamentos específicos para a garantia da ocorrência dos eventos.

A partir destes exemplos, é possível perceber que esta organização – ou, conforme linguagem que delimitamos, esta configuração de inteligências por parte do Estado na área da segurança pública e da justiça criminal – tende a manifestar objetivos essencialmente autoritários, haja vista estarem eles relacionados a proibições, coibições e desencorajamento de situações relativas às manifestações populares. São três aquelas que denominamos de "inteligências criminalizadoras estatais": a referente ao poder legislativo, ao poder judiciário e à polícia e às forças armadas.

Neste trabalho, que se trata, na verdade, de um breve recorte teórico de um trabalho mais amplo de conclusão de curso apresentado ao bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, buscamos realizar um diálogo entre Giorgio Agamben, referenciando principalmente as suas reflexões sobre "estado de exceção", e Michel Foucault, por sua vez, principalmente a partir do que expõe a respeito dos conceitos de "dispositivo" e de "governamentalidade", para pensarmos questões mais próprias das noções de Estado, poder e violências no contexto das chamadas "Jornadas de Junho" e da realização dos grandes eventos no Brasil, contexto este de ampla movimentação e expansão de insurgências urbanas.

Utilizamos, ainda, outros autores como aporte para refinar este diálogo, principalmente aqueles que trazem reflexões aproveitadas inclusive pelos próprios Agamben e Foucault, tais como Carl Schmitt e Walter Benjamin.

1. As exceções e o Estado

Primeiramente, é necessário compreendermos que o conceito de "estado de exceção" construído por Agamben se distingue dos sentidos que comumente são concedidos à expressão e, inclusive, do sentido dos institutos jurídicos do "estado de defesa" e do "estado de sítio" apontados nos artigos 139 e 19 da constituição brasileira, respectivamente. Ambos, que inclusive não são próprios apenas do direito brasileiro, designam, resumidamente, a possibilidade de autorização para a adoção temporária de medidas diligenciais mais extremas diante de situações calamitosas igualmente temporárias e, portanto, não abarcam a complexidade da análise do autor que, tal como veremos, tem a continuidade como um dos fundamentos.

É intensa a complexidade deste termo agambeniano, por mais que amplamente seja utilizado nas reflexões contemporâneas sobre Estado e governo. Além de fugir a uma leitura legalista, é construído a partir de um levantamento histórico-político conciso que referencia situações e instituições, tais quais: o Senado Romano, com as suas respectivas "autoritas" e a "potestas", a Revolução Francesa, as duas grandes guerras mundiais e os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A partir deste levantamento histórico-genealógico, é que o autor demonstra como se instalaram os "estados de exceção" nas repúblicas e estados constitucionais, como ainda hoje sobrevivem e, mais ainda, como aos poucos deixaram de ser excepcionais para se tornarem verdadeiras regras de governamentalidade.

Para construir a sua ideia, o autor se vale também e profundamente das aproximações inaugurais que Carl Schmitt realiza entre os conceitos de "estado de exceção" e de "soberano". É diante desta relação que expõe Schmitt, na obra "Teologia Política" (2006), a sua fatídica e muito reproduzida conclusão: "Soberano é aquele que decide do estado de exceção".

E assim, este "estado de exceção" se presenta em um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo – ainda que seja amplamente adotado, tal como mencionado, nos Estados democráticos contemporâneos – repletos de impossibilidades que oscilam entre direito e vazio, entre declarado e ocultado, cuja dificuldade da conceituação é por ele reconhecida. Agamben dedica, então, uma obra completa exclusivamente para tratar do tema e o situa numa

área de intersecção entre o jurídico (o próprio direito público) e o fato político, na linha desenvolvida por Carl Schmitt, cujas análises costumavam ser bastante negligenciadas pelo fato de ser um autor assumidamente conservador no campo político e acadêmico.

Ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, este conceito não caracteriza simplesmente um regime tipicamente totalitário, que é entendido por Agamben como uma construção personalista, ou seja, centrada na figura de um líder-personalidade. O "estado de exceção" é pensado como um "dispositivo" que vai além disto e que tem características próprias, focadas na suspensão de direitos e no "governo do vazio" (AGAMBEN, 2004).

Tal como demonstra Agamben, portanto, o "estado de exceção" é uma estrutura – ou, de acordo com os termos foucaultianos dos quais se apropria, um "dispositivo", – permanente, constante, e, ainda, típico das formas contemporâneas de se governar populações e também de controlar insurreições políticas. Tal como coloca o autor, portanto, a exceção se tornou paradigmática aos Estados contemporâneos (ASSMANN, 2012):

> Vivemos há decênios num estado de exceção que se tornou regra, exatamente assim como acontece na economia em que a crise se tornou a condição normal. O estado de exceção – que deveria sempre ser limitado no tempo – é, pelo contrário, o modelo normal de governo, e isso precisamente nos estados que se dizem democráticos. Poucos sabem que as normas introduzidas, em matéria de segurança, depois do 11 de setembro (na Itália já se havia começado a partir dos anos de chumbo) são piores do que aquelas que vigoravam sob o fascismo. E os crimes contra a humanidade cometidos durante o nazismo foram possibilitados exatamente pelo fato de Hitler, logo depois que assumiu o poder, ter proclamado um estado de exceção que nunca foi revogado. E certamente ele não dispunha das possibilidades de controle (dados biométricos, videocâmaras, celulares, cartões de crédito) próprias dos estados contemporâneos. Poder-se-ia afirmar hoje que o Estado considera todo cidadão um terrorista virtual. Isso não pode senão piorar e tornar impossível aquela participação na política que deveria definir a democracia. Uma cidade cujas praças e cujas estradas são controladas por videocâmaras não é mais um lugar público: é uma prisão.

Afirma Agamben, em texto onde se dedica propriamente ao esforço da conceituação da noção de dispositivo, texto este resultado de uma conferência ministrada em Florianópolis/Santa Catarina em 2005, quando esta noção começa a ser usada com frequência por Foucault em que este começa a se ocupar do conceito de "governabilidade" (na verdade, "governamentalidade), ou "governo dos homens". Assim sendo, é, portanto, acima de tudo, um termo relativo à instrumentalização e interiorização do controle.

Genealogicamente, demonstra Agamben que a definição de "dispositivo" surgiu da noção de "positividade", a qual foi apropriada e elaborada por Foucault a partir do frequente contato que teve com o autor e intelectual francês de sua época, Jean Hyppolite. Este autor, por sua vez, discorre sobre como Friedrich Hegel originalmente apresentou a "positividade", sobretudo ao discutir sobre "religião positiva". Hegel coloca esta noção como elemento histórico com carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que termina sendo interiorizado nos sistemas de crenças e sentimentos. Compreende, assim, que "positividade" pode ser um obstáculo à liberdade humana, eis que é acompanhada de uma carga considerável de naturalizações que impedem a sua problematização.

Foucault aproveita esta reflexão e, ao contrário de Hegel, não busca conciliar "positividade" e "razão". Busca, acima de tudo, investigar de forma mais ampla e concreta como estas "positividades" atuam nas relações, nos mecanismos e nas dinâmicas relativas ao poder no mundo moderno. Passa, então, a intitulá-las como "dispositivos".

Tal como aduz Agamben, ainda, se trata de uma noção essencial à obra foucaultiana porque, em primeiro lugar, não se refere somente a esta ou àquela tecnologia de poder, mas sim, a uma amplitude de verdadeiras redes estabelecidas entre vários elementos, o que permite o aproveitamento e o estabelecimento de relações entre as categorias, ou entes da razão, que Foucault chamou de "universais" (tais como Estado, Lei e Soberania) e que se recusou criticamente a analisar isoladamente. Definirá o conceito de "dispositivo" o próprio Foucault (2009, p. 244) como:

> Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Ao se apropriar desta construção foucaultiana, Agamben a expande ainda mais, a ponto de afirmar que no existente só existem dois grupos ou classes, quais sejam, os seres viventes e os dispositivos. Entende, ainda, que é a partir da interação entre estas duas que se formarão os sujeitos. Neste sentido, para Agamben, podemos apreender como "dispositivos" as mais diversas coisas, tais como, obviamente, tanto as prisões, os manicômios, quanto a escritura, a literatura, e etc. Assim afirma (2005, p. 13):

> Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fabricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que e talvez o mais antigo dos dispositivos, em que ha milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. Recapitulando, temos assim duas grandes classes, os seres viventes (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os viventes e os dispositivos.

É de se perceber, com base nestas colocações, que se trata de um grupo ou classe de grande valia ordenadora e criadora de (determinadas) subjetividades, que está, sobretudo, a serviço de um universo de coesões e confirmações sacralizantes, motivos pelos quais a política contemporânea o assume como necessário ao governo do outro e zela pela sua manutenção e pela continuidade da sua expansão.

Afirma o autor que o "dispositivo" é efetivado a partir da ideia da separação entre homens e determinadas instâncias da vida, separação esta que ocorre em nome da possibilidade de convívio, felicidade e gozo plenos, e justamente por isto – pela sua relação com a estabilidade – que existe grande dificuldade de transpô-lo. Esta separação é semelhante àquilo que, no campo teológico – com o qual Agamben muito dialoga – se chamará de "sacralização", ou seja, o processo da retirada sacrificial de uma determinada instância da vida das mãos dos homens e a sua entrega para o maior dos administradores, para aquele que melhor lida com a *Oikonomia*dos recursos da vida, para aquele que, justamente por não ser humano, por ser onisciente e onipresente, mais pode definir o que é melhor para os homens, garantir a felicidade e a estabilidade da vida. No caso da sacralização, falemos em Deus. No caso dos "dispositivos", falemos do Estado.

Diante da amplitude deste conceito, diante da força que têm os poderes a ele relativos e de como necessariamente atingem os seres humanos, parece que delimita uma situação verdadeiramente "sem saída", relativa, de alguma forma, ao sagrado, e a qual necessariamente nós estaremos submetidos e sem possibilidade de transposição, e mais ainda se considerarmos, tal como conclui o autor, que a consolidação do capitalismo trouxe a ilimitada proliferação de "dispositivos".

2. Ação política, governabilidade e profanações

É diante de todos esses complicadores que Agamben insere a interessante noção de "profanação", sendo esta "o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício havia separado e dividido" (2005, p. 14). A profanação, portanto, é o desfazimento da sacralização, ou dessacralização, o processo por meio do qual algo deixa o sagrado e retorna aos homens. Ou, tal como expõe expressamente o autor em obra exclusiva sobre o tema (2007, p. 66), "profanar significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência, que ignora a separação, ou melhor, faz dela um uso particular".

Os elementos heterogêneos de um dispositivo estabelecerão diversos tipos de redes, que podem ser das mais diversas naturezas. Embora estas redes basilarmente sejam relativas às sacralizações e às confirmações, existe uma dinâmica, uma espécie de jogo, na manutenção do "dispositivo". É por isto que dentre as possibilidades das redes que podem ser estabelecidas, apresenta Foucault (2009, p. 244) uma que é relativa à própria ressignificação do dispositivo:

> Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Assim como parece fazer Foucault, Walter Benjamin, em seu "Para uma crítica da violência" (2013), admite a possibilidade de uma força revolucionária na ressignificação, entendendo esta força, assim como as forças de instituição e de manutenção, como uma das faces da *Gewalt*, ou seja, do poder que é simultaneamente violência e vice-versa.

É interessante observar que Agamben, ao apresentar a ideia da "profanação", desconstrói a possibilidade de que uma ressignificação rasa de um "dispositivo" possa ter um real sentido revolucionário. A "profanação" é uma realização mais profunda de desconstrução, ou de criação de uma nova racionalidade para o dispositivo, enquanto que a mera ressignificação deixa margens para que haja uma posterior, uma reabilitação de significados opressores.

É possível, a partir da análise dos conceitos de "estado de exceção" e, mais genericamente, de "dispositivo", se perceber problemática a relação entre estado, direito e

violência, relação da qual surge uma importante diferenciação: aquela entre violência legítima e violência ilegítima, estabelecida por relações de poder que ditam sobre as possibilidades e limites de determinadas violências, que será delimitada pelo próprio soberano a partir da ideia do monopólio das violências. Quando elaboradas e executadas por instrumento de governamentalidade, ou seja, quando exercidas pelo único legitimado e oficializado para tanto, passa a violência a ser denominada Direito.

Percebemos, portanto, que um dos esforços existentes no dispositivo do "estado de exceção" é o de reafirmar este monopólio sobre violências como necessário ao exercício de poder de Estado, isto é, de caracterizar estrategicamente violências estatais como Direito e de descaracterizar outras circunstâncias – mormente opositoras desta dada ordem definidora – enquanto violências, desarrazoadas, puras em si. É compreendendo este esforço que podemos averiguar que o uso da força por parte do Estado é legítimo porque é legitimado pelo próprio Estado, que se blinda de sua sacralidade, na sua prerrogativa de legitimidade e ação.

É a partir dessa tênue relação entre violências e poder de dizer e desdizer violências – e devemos nos lembrar que, a partir da noção de *Gewalt*, percebemos que poder e violência podem significar, simultaneamente, uma só coisa – que se pode compreender como a classe dos "dispositivos", e a rede tão heterogênea que representa, consegue manter determinadas configurações de vida e consegue afastar aquelas que, de alguma forma, poderiam significar gestos de "profanação", de abalo ou destruição desta mesma rede.

O "soberano", como poder, é, então, capaz de decidir sobre a transmutação das violências em justiça, e vice-versa, lançando mão de uma atuação baseada em "dispositivos". Tal como coloca Agamben, "o soberano é o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que violência transpassa em direito e o direito em violência" (2004, p. 38).

É a partir do momento em que se lança mão dos sentidos deste monopólio, e dos meandros dos discursos da manutenção da ordem pública e da defesa social, que se garante a legitimação de determinadas violências. E é exatamente neste mesmo movimento que se garante a possibilidade de deslegitimação, e até de destruição, de outras forças, aquelas que, sendo apresentadas como meras violências de fato e rompedoras do pacto democrático, são, na verdade, forças "profanadoras" que se colocam como opositoras da ordem proposta, que não se contentam com aquilo que oferece o mundo da governamentalidade e que observam a necessidade de devolver nos homens (dessacralizar) em determinadas instâncias da vida.

Mesmo dentro de regimes democráticos, a vontade revolucionária e profanadora deve se apresentar dentro dos limites colocados pela vontade de manutenção; a violência/poder – o *Gewalt* – revolucionário é refreado, e deve, assim como todas as forças que atuam no meio social, zelar pelo governo e por suas instituições, dentre as quais a Lei, e eles se submeter. A obediência e a conformação são essenciais ao funcionamento do "dispositivo" do "estado de exceção".

As ações e propostas contestadoras, assim, são autorizadas a existir, desde que observem os limites colocados por algumas exigências oficializadas, que partem de um discurso falsamente fundado em proposições democráticas. É necessário, portanto, que se criminalize estas forças profanadoras, que se coloque limites a elas, até que obedeçam ou nada sejam.

No contexto aqui estudado, e numa primeira instância de significações, a polícia – agente de poder que é, ao mesmo tempo, representante do soberano por delegação e, circunstancialmente, o próprio soberano – será o agente responsável pela designação de sacralidades e profanações no campo da disputa política. Se agentes policiais se deparam com uma determinada situação e a significam como crime – como profanações, espécies de violências a serem combatidas e desfazedoras da ordem – assim será.

Do contrário, se as significam como ações próprias e necessárias ao monopólio da violência e, consequentemente, à necessidade da manutenção da ordem, e à defesa da sociedade – podendo, inclusive e estrategicamente, serem eles próprios os agentes a praticarem estas determinadas condutas – estão elas legitimadas, justificadas, e até mesmo incentivadas.

As análises feitas até agora nos permitem concluir que, no contexto aqui estudado, qual seja, o dos protestos entre 2013 e 2014, o "estado de exceção" agambeniano se torna um "dispositivo" de "governamentalidade", no sentido construído por Foucault em diversas obras, dentre as quais, a conferência sobre o tema ministrada em 1978 (2006). Sobre isto, diz Acácio Augusto (2013, p. 99):

> Estamos diante de um problema de governo, do governo dos outros, da possibilidade de determinar a conduta dos outros, enfim, do governo não como função específica dos sujeitos que se ocupam do Estado, mas do governo como prática, uma tecnologia de poder que objetiva produzir obediência; tecnologia esta que Foucault chamará de *governamentalidade* – que incidirá, incialmente, sobre a questão da melhor forma de se governar o Estado. *Como o Estado governa a população? Como o governo pode dispor das coisas e das pessoas? Como garantir a segurança dessa população? Como garantir que os que estão sob o domínio de um Estado obedeçam?*

Isto é, torna-se uma forma, constituída a partir de diversas instituições e redes de poder, de governar os homens baseada primordialmente na preservação das necessidades de funcionamento do sistema capitalista contemporâneo, essas que necessariamente vão de encontro à possibilidade do lucro sobre o controle disciplinar da vida e, também, sobre a própria vida em si – inclusive sobre a felicidade, a celebração, a torcida, o espetáculo – nas suas mais diversas instâncias.

Podemos afirmar, ainda, que esta governamentalidade estabelecida durante o contexto dos grandes eventos é guiada por proposições da política neoliberal. São observadas necessidades capitalistas mais sofisticadas no momento em que são pensadas formas de lidar com os homens e de governá-los são pensadas, e se autoriza que grandes empreiteiras e organismos internacionais de organização de eventos participem ativamente – e tanto quanto o próprio governo interno – da constituição destas formas.

É necessário, no atendimento a estas sofisticações, que se limite e se desqualifique a ação política de determinados indivíduos – tratando-a como vandalizada, infantil, irracional, bandida – criminalizando-a não apenas formalmente, mas, também, a partir dos discursos e de todas as inteligências possíveis, para que esteja garantido o espetáculo do grande mundial, para que turistas pudessem ser acolhidos no luxo devido, para lucros acima do esperado pudessem advir. Sobre isto nos alerta Carlos Vainer (ANO, p. 39):

> A cidade dos megaeventos precipita, intensifica, generaliza a cidade de exceção e a democracia direta do capital. A Fifa e o COI, verdadeiros cartéis internacionais associados a corporações nacionais e interesses locais, recebem do governo da cidade: isenções de impostos, monopólio dos espaços publicitários, monopólio de equipamentos esportivos resultantes de investimentos públicos. São neoliberais, mas adotam um monopólio.

O "estado de exceção" estabelecido neste contexto aqui estudado, valendo-se de instrumentos que colocaram em prática os processos de criminalização daqueles que se atreveram a "profanar" os controles e os espetáculos, buscou a organização e realização dos grandes eventos e, obviamente, a ampla movimentação das instituições relativas a esta organização, tais como a própria FIFA, a Odebrecht, e tantas outras.

E percebemos que não é à toa que, tal como mencionado, o campo da segurança pública foi o que mais recebeu investimentos no contexto dos grandes eventos, e, consequentemente, o campo que mais realizou gastos. Os lucros e gastos do campo das políticas de segurança pública foram, na verdade, alguns dos maiores garantidores dos lucros do próprio evento.

Conclusão

A título de conclusão, percebemos, portanto, que se confirma a hipótese estabelecida inicialmente neste trabalho. Não há inocência ou neutralidade no discurso da necessidade da manutenção da ordem pública e da defesa social. Não há inocência ou neutralidade no momento da escolha das condutas a serem tuteladas pelo direito penal e a serem observadas pelas políticas de segurança pública; muito menos há no momento da aplicação efetiva – da persecução do alvo – destas leis e políticas e muito, muito menos há quando tudo isto está envolvido pela necessidade de se garantir a plena realização de um grande evento internacional, pensado aos mínimos detalhes para ser um espetáculo (de lucro) entre (alguns) povos.

Aliás, a partir deste exemplo e de muitos outros, possamos abandonar permanentemente qualquer menção à inocência ou neutralidade ao pensarmos o campo jurídico. E que o mesmo seja válido para quaisquer outros campos que envolvam relações de poder, ou seja, para quaisquer outras instâncias da vida social.

Parece-nos evidente que as estratégias adotadas para o trato com o ativismo que foi às ruas contra os grandes eventos e contra tudo o que está aí, estratégias estas articuladas, conforme discutido, como inteligências, tiveram e têm como objetivo coibir ou proibir atos referentes às manifestações, deslegitimá-las socialmente, intitulá-las como criminosas e estigmatizá-las juntamente com os ativistas que as constroem. E, diz-se por aí, eles são "baderneiros" e "vândalos" e, portanto, também são bandidos, e bandidos devem ser afastados, aprisionados, até mesmo mortos – mas de alguma forma mantidos distantes de nós.

O monopólio estatal da violência inclui o reconhecimento para – simbolicamente a todos representando – dizer quais atos, mormente as dissidências do suposto bem comum, podem ser entendidos como violências, para buscar eliminá-las e, ao mesmo tempo, para legitimar os dispositivos e inteligências próprios do Estado como efetivamente Direito. Este monopólio, portanto, termina por ser uma das fontes a partir das quais jorrarão estas inteligências que, de alguma forma, trazem consigo o paradoxo de legitimar violências simbólicas e físicas contra públicos definidos a partir de interesses pré-estabelecidos ao mesmo tempo em que os criminalizam e os consagram como a verdadeira violência. Nesta disputa estão em jogo, portanto, as definições das verdadeiras violências e dos verdadeiros Direitos/direitos.

Valendo-se de uma centelha bela de esperança, coloca Agamben (2007) que "a profanação do improfanável é a tarefa política da geração que vem". Se acendermos a centelha

um pouco mais, podemos até dizer que talvez o que teria que vir já aqui se encontra. Se, por acaso, avançarem tanto o dispositivo do estado de exceção, criarão no capitalismo possibilidades para se multiplicarem cada vez mais os dispositivos, que será avançado, a partir inclusive, da produção teórica crítica, contra eles e contra as contradições que possuem.

Enquanto as autoridades postas em nosso país celebram as inteligências de segurança pública como alguns dos maiores legados destes grandes eventos, nos resta pôr o capuz no rosto, ir às ruas e afirmar que, na verdade, triste é a civilização que tem as repressões como alguns de seus maiores legados e que aquilo que há para realmente celebrar é somente as investidas profanadoras contra elas.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Revista Outra Travessia. n. 5. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743> Acesso em: fev. 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ASSMANN, Silvino J. **"Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro".** Entrevista com Giorgio Agamben. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>. Acesso em: jan. 2015.

AUGUSTO, Acácio. **Política e polícia:** Cuidados, controles e penalizações de jovens. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: **Escritos sobre mito e linguagem** (1915-1921). São Paulo: Editora 34. 2013.

FOUCAULT, Michel. A "Governamentalidade". In: _____. **Estratégia, poder-saber:** ditos e escritos, v. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

SCHMITT, Carl. **Teologia Política.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

A UPP VISTA DO LADO DE CÁ: O JOVEM E A COMPLEXIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Vitor Luiz de Sá Freitas
IESP-UERJ

Resumo: Historicamente marcada por um padrão de violência orientado pela atuação de grupos de extermínio, a Baixada Fluminense, área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, passa, com base nos dados referentes ao número de homicídios, por uma escalada da violência nos últimos cinco anos, em contraste ao ocorrido na capital. De acordo com os moradores dos treze municípios, a explicação para este cenário está nas Unidades de Polícia Pacificadora, postas em prática em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro desde 2008. A comprovada migração de traficantes das áreas pacificadas promove atualmente uma complexificação do antigo padrão de violência na região, agora caracterizado, também, pelo fortalecimento do tráfico de drogas e pela consequente disputa entre esses dois grupos marginais. Assim, cabe a este trabalho uma discussão deste incipiente cenário da violência na Baixada Fluminense, bem como suas implicações à população jovem, majoritária em números absolutos e dentre as vítimas da violência nesta que é uma das maiores periferias urbanas do mundo.

Palavras-chave: grupos de extermínio; tráfico de drogas; juventude.

Abstract: Historically marked by a pattern of violence oriented by the action of “mop-up groups”, the Baixada Fluminense, a peripheral area of Rio de Janeiro’s metropolitan region, undergoes an increase in violence in the last five years. This statement is based on data on the number of homicides and contrasts with the capital’s situation. According to the citizen of the 13 counties, the explanation for this scenery is the installation of the Pacifying Police Units (UPP), which is occurring in some capital's slums since 2008. The proven migration of drug dealers of the pacified areas promotes a complexification of the Baixada’s old violence pattern. Nowadays, this pattern is also marked by a strengthening of drug trafficking and by the dispute between this two marginal groups. In this work we intent to discuss this present-day scenario of violence in Baixada Fluminense, as well as its implications among the young people who lives in this area. They are almost always between the victims of violence in the region which is one of the biggest urban fringe areas of the world.

Keywords: mop-up groups; drug traffic; youth.

Introdução

Se a tradicional atuação de “matadores” já tornava a violência um elemento presente na sociabilidade da Baixada, a possível complexificação deste padrão a partir da relatada migração de traficantes das favelas cariocas pacificadas é um novo tópico merecedor de investigação. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), de janeiro a outubro de 2014 foram registrados 1.674 homicídios dolosos na Baixada Fluminense, contra 1.052 na capital. Considerando que a população da “Cidade Maravilhosa” é aproximadamente o dobro da encontrada nos treze municípios periféricos aqui estudados, torna-se compreensível a constatação dos moradores quanto à consolidação

e ao fortalecimento do tráfico de drogas na região a partir da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro.

A comparação com os anos anteriores corrobora com a interpretação de que o padrão de violência na Baixada Fluminense está se tornando ainda mais complexo e letal. Dados do mesmo ISP mostram que o número de homicídios na Baixada Fluminense aumentou 25% de 2012 para 2013, passando de 1.381 para 1.728 casos de assassinatos na região.

Dessa forma, caracteriza-se como objetivo deste trabalho a problematização das impressões e relatos dos moradores da Baixada quanto ao aumento da criminalidade violenta na região a partir da chegada de novos personagens e, consequentemente, do confronto com os antigos "donos" do território.

A fim de exemplificar o discurso local incipientemente exposto, apoio-me em três eventos específicos verificados nos últimos dez anos e que caracterizam de maneira direta o quadro proposto. Assim, os casos da "Chacina da Baixada" (2005), da "Chacina da Chatuba" (2012) e do assassinato de "Canjica" (2015), ex-aluno e morador de Belford Roxo, são utilizados aqui como instrumentos de análise do contexto estudado, onde a motivação para tais eventos extremos, separados por uma década, vem a se somar com os dados e relatos colhidos durante a pesquisa de campo.

1. "Dos barões ao extermínio"

Tradicionalmente representada como uma área de terras baixas, constantemente alagadas entre o litoral e a Serra do Mar (GEIGER e SANTOS, 1956), a Baixada Fluminense conta com uma infinidade de definições e regionalizações que dificultam a determinação de um recorte espacial mais específico. Sendo assim, utilizo aqui sua configuração considerada mais ampla, composta por treze municípios – Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Com uma população de aproximadamente três milhões de habitantes, a região se destaca como uma das maiores áreas urbanas do país, compondo, juntamente com a capital e os municípios do Leste Metropolitano (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Maricá), a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

O considerável número de habitantes é acompanhado pela histórica segregação sofrida por esta periferia urbana. Desde sua ocupação a partir do ciclo da cana-de-açúcar, no

século XVII, passando pelos posteriores momentos de extração do ouro em Minas Gerais e do plantio do café no Vale do Paraíba, a Baixada Fluminense foi costumeiramente enxergada como um local de passagem, uma verdadeira *hinterland*, palco de afirmações e discursos preconceituosos e de uma atuação estatal marcada pela negligência ou, na maior parte dos casos, pela ação intencionalmente motivada.

O início do ciclo do café no Vale do Paraíba, após um pequeno período de plantio na Baixada, ratificará ainda mais a função de entreposto da região. Com o aumento da produção de café e o seu escoamento através do Porto do Rio de Janeiro, os velhos caminhos percorridos, através dos rios que cortam a região e abertos durante o ciclo do ouro, ganham nova importância. Assim, sem uma agricultura forte após a derrocada da cana-de-açúcar, restou à Baixada Fluminense o papel de intermediação entre as áreas produtoras e o Porto.

As limitações do transporte fluvial não demoram a aparecer no período cafeeiro. O aumento da produção de café leva o escoamento através dos rios a um intenso esgotamento e lentidão. Era necessário, então, buscar uma alternativa que viabilizasse o fluxo dessa mercadoria entre o Vale do Paraíba e a cidade do Rio de Janeiro. Essa solução seria o trem.

Desta forma, ocorre, a partir da segunda metade do século XIX, a construção de uma malha ferroviária centralizada na cidade do Rio de Janeiro, a se destacar a EFCB (Estrada de Ferro Central do Brasil) em 1858 e da EF Leopoldina em 1886. Tal malha provocou um surto populacional na Baixada Fluminense, sobretudo no entorno das estações, onde uma pequena gama de serviços era oferecida.

Contudo, a decadência vivenciada pelo café na Região do Vale do Paraíba, bem como, as constantes epidemias, que assolavam a Baixada Fluminense, fazem esse crescimento ser freado ao final do século XIX. Fato totalmente oposto ocorre na capital, cujo incipiente processo de industrialização, atrelado ao papel logístico adotado com a grande participação do Porto, levam a um intenso incremento demográfico na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, a uma expansão física, causando uma série de problemas estruturais e socioeconômicos que se intensificam com a Reforma Pereira Passos no início do século seguinte, como afirma Maurício de Abreu:

> A importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia coma a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes políticos e econômicos com carroças, animais e cortiços (ABREU, 1987, 60).

Além de uma alteração do perfil social da cidade, Passos também buscava uma definição da sua vocação econômica, substituindo atividades industriais, onde a presença do operário se fazia necessária, para uma cidade de serviços e negócios. A transferência das indústrias pesadas e intermediárias para os subúrbios, agora dotados de uma malha ferroviária, dá ainda mais força ao movimento de ocupação na Baixada Fluminense, onde a concentração populacional se manifestava ao redor das estações de trem da EFCB, sobretudo. A esse respeito, Simões afirma:

> A solução será a expansão em direção aos subúrbios servidos através do loteamento popular e da autoconstrução, que serão os três elementos fundamentais do processo de expansão urbana e formação da aglomeração metropolitana que se consolidará ao longo do século XX. A Baixada Fluminense, que até então era uma grande área insalubre e vazia com pequenos núcleos urbanos em torno das estações ferroviárias será, paulatinamente, integrada a essa lógica de ocupação urbana (SIMÕES, 2007, 95).

Assim, o início do século passado foi marcado por intensas modificações na estrutura urbana, tanto na cidade do Rio de Janeiro, através da Reforma Pereira Passos, quanto nas periferias urbanas e rurais, sendo esta última representada, principalmente, pelas consequências observadas na Baixada Fluminense, cuja urbanização – desordenada em grande parte – surge como uma resposta às políticas implementadas na então capital da república.

Já na metade do século XX, outro aspecto demográfico surge para reconfigurar a "Terra Alagada". Trata-se da chegada em massa de migrantes de várias regiões do país, sobretudo do Nordeste, ávidos pela oportunidade de conquistarem o seu "pedaço de terra" nas proximidades da então capital federal. Barreto (2006) destaca que durante as décadas de 1950 e 1960 a Baixada Fluminense passou pelo seu período de maior crescimento populacional (100% somente na década de 1950), superando o restante do Estado.

Se o período citado anteriormente caracterizou a Baixada como um *el dourado* do expansionismo urbano irregular, o período posterior contou com um distinto elemento associativo e central a este trabalho: a violência. A emergência de grupos de extermínio, somadas às altas taxas de homicídios e às imagens de um espaço marcado pela pobreza fadaram a Baixada a um estigma altamente depreciativo, intensificando, assim, as já abissais fronteiras simbólicas constituídas entre esta periferia e sua capital. Enne (2004), ao analisar a atuação da imprensa entre as décadas de 1950 e 2000, destaca o auge da representação da violência na Baixada durante a década de 1980, passando a imagens mais positivas nos anos

1990 e 2000, relacionadas ao desenvolvimento econômico da região e a consequente promoção de um mercado consumidor.

A primeira referência à Baixada nos jornais cariocas, já denota o estereótipo descrito. Passando por uma grave crise de abastecimento de alimentos, motivada, por sua vez, pelo monopólio e pela estocagem com fins especulativos desses mantimentos por comerciantes locais, somada às dificuldades e ao abandono da região pelo poder público, ocorre no dia 5 de julho de 1962 uma grande revolta popular conhecida como "o grande saque". Na manhã dessa quinta-feira, marcada também por uma greve geral de trabalhadores no país, cerca de dois mil estabelecimentos na Baixada foram saqueados. Concentrado entre os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Belford Roxo, "o grande saque" teve o saldo oficial de 47 mortos, 700 feridos e aproximadamente um bilhão de cruzeiros de prejuízos aos comerciantes (Torres e Menezes, 1987):

> Ao longo das três décadas que vão de 1930 até o golpe militar de 1964, a Baixada Fluminense transformou-se na grande periferia urbana reincorporada pela cidade do Rio de Janeiro. A explosão populacional, a febre loteadora, os conflitos por terras, o fluxo pendular dos trabalhadores em relação à cidade carioca, o crescimento do comércio e da indústria, o desmembramento e a formação de novos municípios, os movimentos de resistência dos camponeses frente aos despejos, a reconfiguração do campo político local e a explosão da revolta popular, são características dessa nova realidade que emergia. É nesse período, também, que a violência ganhará dimensões peculiares. Se por um lado ela se caracterizava como instrumento dos setores dominantes na obtenção de terras e poder, [...] por outro lado ela será posta em prática pelos setores populares a fim de superarem seus problemas. Tanto no caso das ocupações de terras por setores organizados do movimento camponês, como na fúria depredadora do saque, o que se viu foi o emprego da violência enquanto estratégia coletiva. Uma violência que deixava de ser apenas um ato individual na resolução de conflitos interpessoais e assumia dimensões bem mais amplas. Não era somente uma violência fruto do desajuste provocado pela rápida transformação urbana, nem uma mera revolta alucinada. O que ficava evidente era o seu caráter político (ALVES, 1998, pp. 98 e 99).

Eventos como "o grande saque" ou os linchamentos em praça pública, comuns durante as décadas de 1960 e 1970, serviram para reforçar o discurso de criminalização da pobreza que já recaía sobre os moradores da Baixada. O "monopólio da força física" ali não era do Estado, mas de líderes ou grupos de "matadores" que, embasados por um discurso moral, agiam em substituição aos agentes oficiais. O caso, talvez, mais representativo foi o do político caxiense Tenório Cavalcanti. Seu codinome de "o homem da capa preta", bem

como sua metralhadora apelidada carinhosamente de “Lurdinha”, o conferiram mais de duas décadas na vida política da região, marcada por escândalos, processos criminais que nunca foram à frente e declarações polêmicas, como a destacada por Beloch (1986):

> Eu, quando dou um tiro na barriga ou perna de alguém, é porque ele tá maconhado e é uma cobra venenosa que eu não posso deixar solta na rua [...] Os covardes é que se omitem e deixam o cachorro louco e a cobra venenosa agredir o indefeso. Tem que matar o agressor injusto, que é injusto não só contra você, mas contra toda coletividade (BELOCH, 1986).

A violência na Baixada Fluminense toma dimensões ainda maiores durante a ditadura militar (1964-1985). A formação do “Esquadrão da Morte”, grupo de extermínio constituído por policiais, bombeiros e militares em geral, cujo apoio velado da ditadura permitia a impunidade nos casos de execução daqueles que estavam “perturbando a ordem”, faz com que o número de homicídios quadruplique no município de Nova Iguaçu, com amplo destaque para o distrito de Belford Roxo, responsável por cerca de 35% dos casos registrados na sede municipal (Alves, 1998). É nesse contexto que a UNESCO vai considerar o então distrito como o lugar mais violento do mundo em 1976.

A atuação de grupos de extermínio ou, simplesmente, dos “matadores”, como a população costuma chamá-los, faz parte do processo de construção social de praticamente toda a Baixada Fluminense. O processo de ocupação narrado aqui e indiscutivelmente marcado pela ausência de planejamento e pela ação ineficiente ou inexistente do Estado deu espaço para este tipo de “segurança comunitária” se desenvolver, pois, ser um “matador” ou até mesmo um amigo de um, confere posição social de destaque entre a população local. A aniquilação física aqui não é monopólio do Estado, mas uma concessão do mesmo a tais “agentes comunitários de segurança”, vistos como vitais na marcante autorresolução de problemas da região.

O suposto carisma também se converteu (e ainda se converte) em dividendos políticos aos líderes dos grupos citados. O exemplo histórico de Tenório Cavalcanti é ampliado na década de 1990 em toda a região. As eleições ao cargo de prefeito de Joca em Belford Roxo e de Zito em Duque de Caxias ratificam a teoria citada. Acusados de uma série de homicídios, roubos, ameaças de mortes a opositores e desafetos, os dois políticos são exemplificações de um quadro ainda presente na Baixada Fluminense. A impunidade é uma das marcas principais deste padrão de violência, não somente aos que ocupam cargos políticos, como o caso dos ex-prefeitos citados, mas a maior parte dos envolvidos em crimes de execução na região.

É a partir desta tradicional certeza de impunidade e sensação de onipotência que chegamos à "Chacina da Baixada", a maior já registrada no país. Insatisfeitos com mudanças e investigações realizadas em alguns batalhões da região, principalmente no 15º BPM de Duque de Caxias, um grupo de policiais cometeu no dia 31 de março de 2005 o assassinato de 29 pessoas entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. A insatisfação dos policiais com a linha-dura imposta no batalhão citado, onde o comandante era o coronel Paulo César Lopes, teria sido o estopim para a explosão de violência. Antes da barbárie, ele havia afastado 60 policiais militares, presos durante a operação "Navalha na Carne", como afirmou ao jornal O Dia em reportagem especial sobre os dez anos do ocorrido:

> Assumi o batalhão em crise. Policiais se envolviam com corrupção com o transporte alternativo. Acabei com isso. Sofri retaliação e jogaram uma cabeça no pátio do batalhão. Dei uma resposta rápida. No mesmo dia prendi dez PMs. Aí começou a retaliação que desencadeou na Chacina da Baixada (O Dia, 29/03/2015).

Conforme destaca Alves (2005), a comprovação dessa versão expõe a continuidade de uma prática comum ao longo da história dos grupos de extermínio na Baixada. A cada movimento de controle e limite para a operação desses grupos, reações como o aumento do número de vítimas sempre foram identificadas, gerando, como uma consequência, uma acomodação das políticas de segurança e investigação. Coincidentemente ou não, a execução dos 29 inocentes ocorreu na noite do dia 31 de março de 2005, exatamente 45 anos após o golpe que deu origem à ditadura militar e a subsequente consolidação dos grupos de matadores na região.

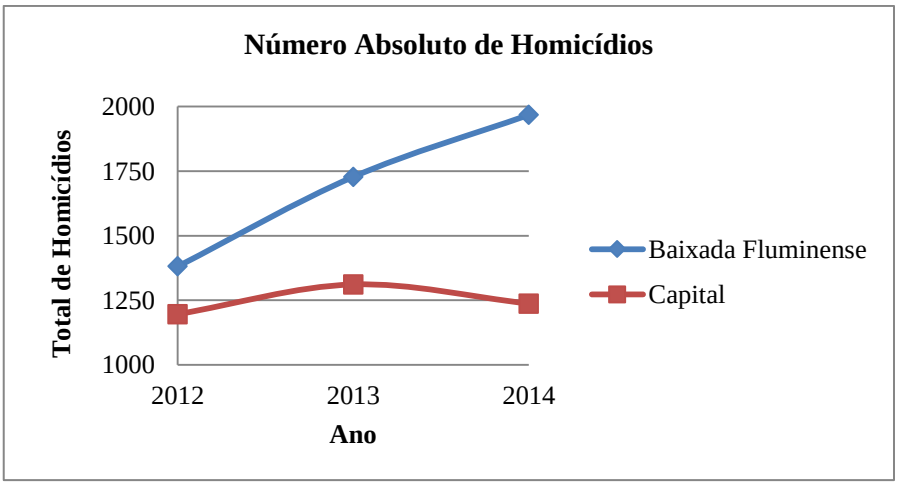
Ao todo, onze policiais foram indiciados e somente quatro condenados. Desses, um fora solto por falta de provas, dois foram assassinados na prisão, numa ação entendida pelo Ministério Público como queima de arquivo, e somente um dos condenados continua preso. A impunidade, marca registrada deste padrão de violência historicamente consolidado, até hoje se coloca como um elemento de sustentação da prática criminosa desses grupos. Permeados politicamente e respaldados por relações pessoais, sobretudo no próprio setor de segurança pública, os grupos de extermínio continuam a atuar neste espaço densamente ocupado e administrativamente negligenciado. As disputas territoriais narradas a seguir, bem como, as consequentes vítimas desse enfrentamento, só vêm a ratificar esta afirmação.

2. No meio do caminho tinha a UPP

Instaladas sem uma clara definição a partir do ano de 2008, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), programa de policiamento de proximidade desenvolvido e assim caracterizado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, conta, de acordo com dados publicados no site do programa, com aproximadamente dez mil policiais em seus efetivos, divididos em 38 unidades – 37 delas na capital e uma na Baixada Fluminense, instalada recentemente na Favela da Mangueirinha, em Duque de Caxias.

Por si só, a desproporcionalidade nos números já denotaria a fraca atuação estatal no campo da segurança pública na Baixada Fluminense, conforme relatou de maneira objetiva o tópico anterior. Levando em conta os dados referentes ao número de homicídios divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), em 2014 a Baixada Fluminense registrou 1968 casos, contra 1237 na cidade do Rio de Janeiro. Em outros termos, mesmo apresentando a metade da população da capital, a Baixada registra cerca de 60% a mais de homicídios dolosos. A evolução dos dados nos últimos três anos pode ser verificada no gráfico abaixo:

Figura 1



Fonte: elaboração própria

A simples análise dos dados apresentados já indica certa coerência na constatação de ampla maioria da população da Baixada Fluminense quanto à migração de traficantes e atividades ligadas ao tráfico de drogas para a região. Contudo, a fala oficial do secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame, na cerimônia de inauguração da 31ª UPP, localizadas

nas favelas do Caju e Barreira do Vasco, faz questão de evitar qualquer afirmação desta possível "fuga" em massa rumo à periferia metropolitana, porém, reconhece a existência do fluxo:

> Se a população refletir, as pacificações não estão acontecendo por acaso. Existe um plano para a Baixada Fluminense e para Niterói, mas não serei mercenário da ilusão de dizer que vamos fazer uma UPP nesses lugares na semana que vem. Há migração de traficantes, mas o número é mínimo. Não dá para tratar dinheiro público e vidas humanas com especulação. Nos guiamos por dados (G1, 03/03/2013).

O reconhecimento por parte do secretário, mesmo que seu pronunciamento faça questão de destacar um possível exagero na opinião generalizada na Baixada, soma-se a outro evento extremo de violência registrado na região, porém, sob a lógica de outro *modos operandi*. A "Chacina da Chatuba", como ficou conhecida, é aqui entendida como um elemento central de análise, visto que sua motivação e suposta realização diferem completamente da execução em massa ocorrida sete anos antes.

No dia 8 de setembro de 2012, seis jovens do bairro Cabral, localizado na cidade de Nilópolis, teriam saído de casa em direção a um festival de pipas que ocorria na vizinha Mesquita. Após o evento, o grupo decidiu tomar banho numa cachoeira, localizada no Parque de Gericinó – área militar controlada pelo exército e localizada entre os dois municípios. De acordo com o inquérito, o possível toque do celular de um dos rapazes é a explicação dos assassinatos. Uma funk, que faria menção a uma facção diferente da encontrada na Chatuba, teria levado traficantes locais, escondidos próximos à cachoeira, a confundirem os menores com possíveis invasores, provocando, assim, a execução dos rapazes numa região conhecida como "Bicão".

Os corpos, nus e enrolados em lençóis, de Cristhian Vieira, Glauber Siqueira, Victor Hugo Costa, Douglas Ribeiro, Josias Serles e Patrick Machado, todos com idade entre 16 e 19 anos, foram encontrados dois dias depois do desaparecimento, às margens da Rodovia Presidente Dutra, num canteiro de obras no trecho de Mesquita. Além dos seis citados, o pastor Alexandre Lima, 37 anos, e o cadete da Polícia Militar Jorge Augusto de Souza Alves Junior, de 34 anos, também foram encontrados mortos nos arredores da favela. Suas mortes foram identificadas como possíveis "queimas de arquivo", entendidas como testemunhas da execução dos jovens pelo grupo de traficantes.

Na mesma semana, cerca de 150 policias ocuparam a favela. Blindados do corpo dos Fuzileiros Navais foram encaminhados para a localidade com cobertura, em tempo real,

enquanto cruzavam a Avenida Brasil. Apesar da negativa quanto à migração citada anteriormente, Miagusko destaca a fala do então governador Sérgio Cabral e do próprio Beltrame no contexto da reação do Estado ao ocorrido:

> O governador Sérgio Cabral declarou que a fuga de 'marginais das comunidades pacificadas' no Rio de Janeiro que migravam e buscavam manter a estrutura de poder garantida pelo território podia ser interpretada como possível causa da 'chacina': 'eles conseguem escapar, se reorganizar e tentam manter a estrutura do poder paralelo. Isso tem sido bem claro para a gente. A gente não tem ilusão'. O secretário de segurança pública José Mariano Beltrame apontou a ausência do Estado naquela comunidade em função do domínio territorial por parte dos criminosos como causa principal da chacina. No entanto, Beltrame negou a tese da migração de criminosos das favelas com UPP para outras regiões: 'a migração acontece no sentido das lideranças do tráfico. Não há migração em massa'. O delegado responsável pelo caso, Júlio da Silva Filho, também ressaltou a ousadia dos criminosos: 'os traficantes se julgavam e se intitulavam donos e senhores daquele território. E os jovens teriam invadido aquele local' (MIAGUSKO, 2013).

O discurso, ora de negação ora de afirmação, por parte dos agentes oficiais do Estado, contraria a impressão amplamente encontrada na Baixada Fluminense quanto à teoria migratória das atividades relacionadas ao tráfico. Parece um consenso entre os quase 3,5 milhões de habitantes que aquele território, antes hegemonicamente controlado por grupos de extermínio, hoje se encontra em meio a uma disputa entre o antigo e o novo padrão de violência local. "Bailes de favela" que ocorrem nas ruas e limitam a circulação de moradores, bloqueio de entradas de alguns bairros e constantes tiroteios entre traficantes e policiais ou até mesmo entre facções diferentes são frequentemente citados em conversas sobre segurança e violência.

O carisma apresentado por alguns líderes de grupos de extermínio e aparentemente rotinizados, utilizando aqui a expressão de Max Weber, ao tratar da dominação carismática (1967), retorna em alguns discursos. O fortalecimento do tráfico em algumas regiões ou até mesmo o surgimento da atividade em locais antes considerados "tranquilos", faz parte dos moradores exaltarem a atuação dos tradicionais "matadores", claramente menos numerosos e mais cautelosos em suas atuações, como podemos notar neste trecho de entrevista cedida por uma moradora de Belford Roxo:

> Este lugar está nojento. Desde que trouxeram esses traficantes pra cá a gente não sabe mais com quem está lidando. São pessoas novas, mal-encaradas e que passam a todo tempo para nos colocar medo. Ainda bem que já comprei meu terreninho lá em Saquarema. Assim que puder vou

> para lá, mas espero que antes os homem (sic) cuidem disso. A gente sabe que vagabundo aqui não se cria, nunca se criou, porque agora vai ser diferente? (I.D.A, entrevista concedida em 22/04/2015).

O discurso representado acima ratifica a ideia não de uma alteração sumária do padrão de violência na Baixada, mas de uma complexificação das relações de força ali verificadas com o então fortalecimento do tráfico de drogas. É importante destacar que venda e consumo de drogas sempre existiu na Baixada Fluminense, ao contrário do que muitos moradores afirmam. Contudo, o que se percebe, seja através dos relatos, das observações de campo e até mesmo dos dados apresentados é um fortalecimento da estrutura comercial do tráfico na região, alterando as relações de força encontradas historicamente ali, conforme veremos na descrição seguinte.

3. O caso “Canjica”

Parecia uma manhã de segunda-feira normal quando cheguei ao CIEP, mas já na minha primeira turma do dia pude perceber que algo diferente acontecera ali. Os alunos, sempre divididos entre a tradicional preguiça do primeiro dia letivo da semana e a animação para contar as novidades do final de semana, desta vez pareciam carregar mais do que a indisposição matinal.

Após fazer a chamada e iniciar as atividades previstas para aquele dia, aproximei-me de Paulo para saber o que estava acontecendo. Paulo está no seu terceiro ano como aluno da segunda série do ensino médio e é visto por muitos professores como um aluno problemático e que deveria ser expulso da escola. Em 2013, quando cursava pela primeira vez o ano de escolaridade citado, acabou preso por assalto à mão armada em Nova Iguaçu. Filho e irmão de policiais, ficou cerca de um mês em Bangu II, mas como era réu primário, logo foi solto após o pagamento da fiança.

Apesar da indisposição do corpo docente com o rapaz, sempre procurei ter uma relação de proximidade e aconselhamento com ele, o que me fez ter sua confiança para revelar o que estava por abalar a turma por um todo. Com a voz embargada e os olhos começando a lacrimejar, Paulo me chamou para a porta da sala, já recolhendo seu material, numa alusão que não continuaria na aula. Percebendo a gravidade do que tinha ocorrido, levei-o à sala ao lado, vazia pela falta de algum professor naquele horário, e conversamos, após os quase cinco minutos de choro do aluno.

A narrativa do assustado rapaz se inicia na noite de sábado (30/06/2015), dia de baile na agora temida Favela da Caixa D'água, uma região conhecida pela anterior atuação de um dos mais fortes grupos de extermínio do município de Belford Roxo, reduto do ex-vereador e empresário Marcão Kiko e há cerca de três anos dominada pelo tráfico. Após o fim do seu mandato em 2012 e da relatada chegada de novos traficantes na região, Marcão e seus companheiros de atuação deixaram o bairro, hoje definido como favela pelos que lá vivem.

Ao chegar ao "Escadão", local onde ocorre o baile aos sábados, Paulo diz que se surpreendeu quando viu a moto de "Canjica" ali parada. É nesse momento que descubro a razão para a comoção dos alunos, não só na sala em que estava naqueles primeiros tempos, mas em toda a escola. "Canjica", como era chamado em referência aos dentes brancos e pequenos, era, na verdade, um ex-aluno meu e da escola. Seu carisma e simpatia contagiava a maior parte dos alunos, tanto das turmas em que estivera estudando, quanto das demais. Sua passagem pela escola já tinha se encerrado, com a conclusão do ensino médio em 2013, mas sua rede de amizade ainda se mantinha forte, a ponto de sua morte causar tamanha comoção.

De acordo com Paulo, ao chegar ao baile, um traficante conhecido o abordou e disse que seu amigo estava sendo "julgado" no alto do morro. Sem saber se perguntava o que tinha acontecido ou se corria para tentar salvá-lo, Paulo decide tentar a segunda opção, numa reação de desespero e medo. Nesse momento, segundo ele, o mesmo traficante o orienta a não subir, pois "quem fecha com errado, errado também está". Após essa fala, o filho de policial entende o recado e, conforme me relatou, procurou outro amigo "envolvido" para tentar argumentar em favor de "Canjica". Ao encontrá-lo, descobre que já não era possível fazer mais nada e que seu "irmão" já se encontrava num estado crítico numa das entradas principais da favela.

Impedido de sair da frente dos olhos do grupo de traficantes, Paulo conta que só pode deixar o local ao final do baile e que nesse momento já imaginava que o amigo se encontrava sem vida. Para sua surpresa, ao sair da favela à procura, encontra um grupo de fieis da Igreja Universal do Reino de Deus concentrados na porta da Escola Municipal Júlio César de Andrade (escola em que lecionei por um ano enquanto fui professor da Prefeitura Municipal de Belford Roxo e que carrega o nome do irmão assassinado do ex-vereador Marcão Kiko). Ao se aproximar da pequena multidão, Paulo logo se depara com o corpo de "Canjica", visivelmente espancado, porém ainda apresentando sinais vitais. Os membros da igreja o disseram que estavam retornando da vigília de sábado e que viram o momento em que três jovens deixaram o rapaz desacordado na lixeira localizada na entrada da escola.

Revoltado e voltando a chorar, Paulo diz que o amigo estava muito ferido e que mesmo com o atendimento prestado pelo SAMU, "Canjica" veio a falecer na tarde daquele domingo, dia 31 de junho. Segundo ele, seu amigo morreu por conta de um possível "envolvimento" com um jovem e já conhecido "matador" do bairro onde morava. Questionado sobre o que estaria fazendo ali no baile, "Canjica" não conseguiu convencer os traficantes de sua não-aproximação com o suposto membro do grupo de extermínio. Torturado e espancado, o rapaz não resistiu aos ferimentos provocados pelos paus e pedaços de madeira utilizados em sua sentença.

A morte de "Canjica" poderia ser mais uma das quase duas mil registradas anualmente na Baixada Fluminense se não fosse por uma razão especial: ela representa a complexificação do padrão de violência na região periférica fluminense. Não se trata mais do medo e da coação dos membros dos grupos de extermínio, tampouco das determinações e limitações impostas por traficantes, mas de uma delicada sociabilidade marcada por disputas territoriais, econômicas e, porque não, morais. A disputa entre esses dois personagens da violência urbana da Baixada torna ainda mais complexa a definição de uma "identidade para o extermínio" ou para a "salvação", como destaca Michel Misse:

> Na perspectiva da sujeição criminal, há um agravamento progressivo do processo de subjetivação, que vem a construir, em cada época da cidade, um tipo social de sujeito criminal: já foi o malandro por oposição ao trabalhador (até os anos 50), foi marginal por oposição ao malandro (a partir dos anos 60), é agora vagabundo – numa fusão do malandro com o marginal. Em cada passo, a incorporação de uma representação de mais violência (MISSE, 2000, p. 53).

A observação de Misse, apesar de ter sido cunhada sob outra realidade socioespacial, representa categoricamente o caso ocorrido com o jovem "Canjica" e com as demais vítimas desse complexo mosaico de interpretações e leituras. A representação do "matável", do *Homo Sacer* nos termos de Giogio Agambem (1995), tornou-se fluida e imprecisa a partir das já verificadas entrada e/ou fortalecimento de atividades narcotraficantes na Baixada em decorrência do projeto de pacificação em algumas favelas cariocas. Flutuar entre essas duas identidades, para o extermínio, requer uma habilidade pessoal nem sempre encontrada e que, quando ausente, mostra-se letal, como no caso do querido "Canjica".

Conclusão

As práticas do Estado na Baixada Fluminense orientam a interpretação de sua ausência – intencional ou não – nesta periferia urbana, historicamente conhecida pela fraca atuação de políticas públicas e ausência de infraestrutura. Longe de entender esta importante área da Região Metropolitana como um espaço vazio de sentido, destacou-se aqui a emergência dos grupos de extermínio, inicialmente como um instrumento próprio de resolução de problemas e rapidamente transformado em um eficaz instrumento de dominação, legitimado durante anos de abandono e/ou ações disfarçadamente intencionadas pelo próprio Estado.

A atuação coletiva de "matadores" locais, em sua maioria, organizada, a partir de grupos de policiais, bombeiros e militares, ofereceu aos grupos de extermínio um longo período de controle territorial, moral e econômico, sua aparente perda de força frente aos traficantes (locais ou supralocais) torna o padrão de violência, na Baixada Fluminense, algo difícil de uma clara definição. A Chacina da Baixada, identificada aqui como um exemplo representativo da tradicional atuação e sensação de impunidade, dá lugar, sete anos depois, a outro evento extremo de violência, porém orientado por razões completamente distintas.

Cabe destacar que o presente trabalho não procurou julgar a validade das UPPs como projeto de segurança, e sim caracterizar sua implantação praticamente majoritária na capital como mais uma face da parca presença do Estado na Baixada Fluminense. A questão da migração de traficantes e o fortalecimento/promoção do tráfico de drogas na região, a partir da expansão das Unidades de Polícia Pacificadora, na cidade do Rio de Janeiro, foram tratadas aqui não como uma hipótese infundada, mas como um fato, apesar das falas imprecisas do atual secretário de segurança pública.

A interpretação dos moradores da Baixada é revelada numa espécie de uníssono quanto ao agravamento das questões de segurança a partir das UPPs pela capital, sobretudo após a expansão do projeto pelas favelas do subúrbio da cidade. Os dados aqui simplificadamente apresentados, somados às distintas chacinas e, de forma especial, o caso do menino "Canjica", foram utilizados como instrumentos de validação da teoria local, criada a partir das impressões e experiências vividas e, como tradicionalmente se mostrou, negligenciada pela ação do poder público.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLAN Rio/ Jorge Zahar Editor, 1987.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH: Clio, 2003.

BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha**. Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, l985.

ENNE, Ana Lúcia. **Lugar, meu amigo, é minha Baixada**: memória, representações sociais e identidades. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, **Miriam Gomes Coelho**. Estudos Rurais da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. **Balanço das Incidências Criminais e Administrativas no Estado do Rio de Janeiro**, anos base 2014, 2013 e 2012.

MIAGUSKO, Edson. **"Chatuba não é favela"**: margens, representações sociais e UPP's no Rio de Janeiro. 37º Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 2013.

O DIA. **Chacina da Baixada completa 10 anos**. O Dia, Rio de Janeiro, 29 de março de 2015.

MISSE, Michel. A categoria "bandido" como identidade para o extermínio. Algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de (Orgs.) - **Violência e Dilemas Civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SIMÕES, Manoel. Ricardo. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado, UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2007

TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. **Sonegação Fome Saque**. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Editores, 1987.

VIOLÊNCIA E COOPERAÇÃO NA CIDADE: A ORDEM SOCIAL ENTRE MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

Wendell Marcel Alves da Costa
Graduando em Ciências Sociais - UFRN. Bolsista Pibic - CNPq
E-mail: marcell.wendell@hotmail.com

Resumo: Os temas contemporâneos envolvendo a problemática de moradores em situação de rua ocupam um extenso campo da violência urbana. Para pensar esse problema, este ensaio apresenta as categorias de biografia, trajetória e campo da etnografia, onde a nossa orientação acerca da temática procurou em De Lucca (2007) e outros estudos, um suporte para iniciar a reflexão. O trabalho tem em vista desenvolver a discussão conceitual sobre as categorias trabalhadas na etnografia, além de apresentar e discutir ao mesmo tempo o método e as significações encontradas no campo por meio da representação da interlocutora e seus discursos sobre violência e cooperação social entre os moradores em situação de rua. Em destaque, autores de referência em biografia e história de vida, e Magnani (1996, 2002, 2009) configuram-se em uma fundamentação teórica neste ensaio. A etnografia foi pensada mediante as contribuições de Harrington (2003) e Diversi (2006) sobre o processo de construção do campo e suas ressignificações do espaço urbano. Em síntese, identificamos no campo um sistema violência-união-moradia que está profundamente imbricado na situação das condições de vida dessas pessoas, demonstrando uma moral que está relacionada à proteção dos pares nas ruas e os sentidos de justiça presentes no imaginário dessas populações.

Palavras-chave: violência; etnografia; cidade.

Abstract: Contemporary issues involving the issue of the homeless residents occupy an extensive field of urban violence. To think about this problem, this paper presents the biography of categories, track and field of ethnography, where our orientation about the theme sought in De Lucca (2007) and other studies, a support to start thinking. The work aims to develop a conceptual discussion on the categories worked in ethnography, as well as present and discuss both the method and the meanings found in the field by means of representation of the speaker and his speeches on violence and social cooperation among residents in streets. Highlighted, reference authors in biography and history of life, and Magnani (1996, 2002, 2009) configured on a theoretical basis in this test. Ethnography was designed by the contributions of Harrington (2003) and Diversi (2006) on the field construction process and its reinterpretation of urban space. In summary, we have identified on the field one violence-union-house system that is deeply imbricated in the situation of living conditions of these people, demonstrating a moral that is related to the protection of the couple on the streets and the righteousness of imaginary meanings present in these populations.

Keywords: violence; ethnography; city.

Introdução

Por que conhecer biografias de pessoas desconhecidas? As histórias de vida são particularmente lembradas pela Antropologia quando o recorte é narrar personagens[1],

[1] Entende-se por personagem, neste trabalho, a persona compreendida, particularizada, fazendo referência a um espetáculo, da arte, metaforicamente sujeita a uma interpretação da vida cênica, encenada por atores sociais (GOFFMAN, 1985), mais comumente empregados como agentes sociais.

conflitos, processos psicossociais de determinado grupo. Muitas vezes, são os temas mais graves concorrentes a uma sociedade urbana, neste caso, a problemática de moradores em situação de rua, na cidade de Natal[2], que chama a atenção de pesquisadores que utilizam a técnica de pesquisa da Antropologia.

É este o exemplo dado, aqui, que chamou a atenção, num campo extenso da violência urbana – sendo ela física e, sobretudo, simbólica, como será visto nos próximos parágrafos –, a chave que tornou o tema tão importante para a discussão. Por outro lado, ainda que a Antropologia treine seus pesquisadores a não serem levados pela realidade das biografias narradas, as emoções condicionantes a ser um humano, e, portanto ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005), são barreiras que levam à formação do pesquisador a um nível de autoestima do trabalho produzido, e um passo para desvendar os códigos que permeiam os discursos dos nossos entrevistados.

Alguns autores de destaque das biografias e das histórias de vida, Bourdieu (1998) e Velho (2001), e Magnani (1996, 2002, 2009) em Antropologia Urbana e suas categorias de *mancha*, *pedaço* e *circuito*, configuram em uma fundamentação teórica para contar a experiência de pessoas sem se deixar *enfeitiçar* pelo fantástico que emprega os discursos e sua carga de poder de persuasão (FOUCAULT, 1999) das nossas personagens. Para isso, foi necessário realizar uma *ruptura* com a carga teórica que poderia ser levada para campo (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1995), podendo provocar um possível ruído de comunicação com a nossa interlocutora.

1. Moradores em situação de rua: apontamentos para uma abordagem.

Segundo Bourdieu (1998), o discurso de biografia de vida está condicionado em uma narração que se assemelha a uma aventura, contada em atos organizados, produzindo se não uma *ilusão* acerca da verdadeira crônica, porém, admite-se às personagens, menos emocionante. O trabalho do antropólogo, nesse sentido, está posicionado na sistemática de ouvir e, ao mesmo tempo, desvendar a história contada para depois produzir uma narração verossímil, o que envolve os três pontos-chave do antropólogo em campo, sendo eles: olhar, ouvir e escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). Cada etapa, com os procedimentos,

[2] A categoria moradores em situação de rua é utilizado neste trabalho para referenciar a adoção nominal de pessoas que têm como moradia a rua, consequência de inúmeros fatos sociais, econômicos e psicológicos. A intenção é não torná-los parte da paisagem urbana nas cidades, mas sim adotar a categoria como um dispositivo político de combate à objetificação dessas pessoas.

adequando-se ao corpo social, sendo o olhar e o ouvir, como colocado por Geertz (2005), a primeira parte da pesquisa – o "estando lá", *beingthere* –, enquanto o escrever, a segunda – o "estando aqui", *beinghere*.

Por outro lado, o sociólogo Pierre Bourdieu cria as categorias de biografia e autobiografia, entrevistador e entrevistado, interrogador e interrogado, com novas significações, repensando essas categorias não apenas como terminologias de uma história de vida onde indivíduos se predispõem a compor uma orquestra de simbologias e representações, como formas construídas pela sociabilidade. Algumas delas, tão fortemente criadoras e criaturas desse mesmo processo. O autor afirma que "os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado" (BOURDIEU, 1998, p. 190), compilando que a importância dos sujeitos que interferem e até fazem acionar a combustão de terminações sociais, são deveras satisfatórias no laboratório para conhecer a história de vida.

Entrementes, a biografia ou a autobiografia não se fazem, principalmente a segunda, de fatos contados por inibições ou inclusões de sujeitos fantasmas nas elaborações de seu discurso de vida. Ao contrário da literatura, a história de vida precisa estar orientada não apenas nas personagens principais, mas também nas secundárias, que são igualmente importantes, a fim de conhecer as composições de cenários, que Bourdieu chamará de "estados sucessivos". No ensaio sobre a moradora em situação de rua, objetivo deste trabalho, sua voz foi a única ouvida para ser conhecido o caminho percorrido até onde nos encontramos sentados no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, durante um evento sobre cinema e direitos humanos.

A ilusão biográfica, portanto, é um entrave ideológico por onde o cientista social, que trabalha com história oral, deverá se permitir submergir, contanto que esteja atento aos *atores fantasmas*, as histórias fantásticas dessa narração de vida que procura parecer ser aventura de Cinema, quase sempre com uma cronologia perfeitamente linear.

Particularmente, Velho (2001, p. 25) vai identificar como mediadores, indivíduos específicos que conseguem "lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose". Por outra ótica, não seriam também esses indivíduos mediadores os etnógrafos que conseguem transitar em diferentes realidades e subjetivações? Contudo, Velho não

indicou essa reflexão, mas colabora em afirmar que "os indivíduos constituem suas identidades através da memória, retrospectivamente, e dos projetos, prospectivamente" (2001, p. 27).

Tomando como ponto de análise a história de vida e os projetos da moradora em situação de rua, identificou-se a memória calculada em acontecimentos objetivos em sua trajetória, e a significação de projetos de formação intelectual, subjetivado na posição altruísta de ajudar as pessoas.

Dessa maneira, podemos perceber como que se constituem as formações de caminhos percorridos, planos a serem alcançados e indivíduos que se comunicam em diferentes códigos entre os seus pares e sujeitos diferenciados. Tomando esse último ponto, Barnes (1987) vai estudar as relações entre as pessoas, a transição e a competência organizacional de mensagens em redes sociais e processos políticos. Visto por uma análise local, o conflito existente entre moradores em situação de rua, a violência física e psicológica sofrida, está na colocação hierárquica e de poder político de dormitório e de comida, dinheiro arrecadado do trabalho em sinais, conflito por *territorialização*, assim como a cooperação social entre os moradores mediante a uma apresentação física entre os *seus*.

Os trabalhos encontrados sobre a temática da condição atual de moradores em situação de rua no Brasil percorrem, em sua maioria, o recorte dos conflitos internos existentes nessa categoria de organização humana. Como na maioria dos processos sociais, a violência está inculcada nos estabelecimentos que regem a comunicação e as trocas simbólicas dos sujeitos, predispostos a dormir em meio ao frio e à inexistência da proteção regulamentada na legislação brasileira. Portanto, estão à mercê da violência física e simbólica (FOUCAULT, 2000), da violência da carne e da mente. São invisíveis aos olhos menos atentos mediante a desigualdade social que permeia as grandes metrópoles do país.

Acerca disso, De Lucca (2007) escreve sobre os estabelecimentos dos jogos sociais e a proteção alberguista considerada inicial para essas populações na cidade de São Paulo, sobretudo tentando conhecer as dinâmicas organizatórias para a legitimação de uma política reparadora para salvaguardar a segurança dessas pessoas em situação de rua. Em partida a isso, no caso de Belo Horizonte, que possui duas pesquisas censitárias, uma de 1998 e outra de 2005, Ferreira (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais) apresenta que em 2005 os dados mostravam que mais de 39% da população em situação de rua estava nessa condição há mais de cinco anos. Como é o caso da nossa personagem, o problema de saúde encontrado em Belo Horizonte se configura que, em 2005, 11,81% tinha enfrentamentos psiquiátricos,

apresentando alcoolismo, alucinações, depressão/solidão, insônia, problema mental, vício em drogas. Todos esses problemas foram encontrados em nossa personagem.

Com igual importância, Engel (2010) procura entender que fatores psicossociais são determinantes para que pessoas procurem a rua como ambiente de moradia. Em sua pesquisa, no Estado de Santa Catarina, encontrou algumas determinantes, sendo a baixa autoestima, dependência química, vínculo familiar fragmentado e o conformismo da atual situação, referências que "contribuem para que os moradores em situação de rua permaneçam engessados nessa condição social", sendo que a dependência química "amortiza toda e qualquer esperança de dias melhores, contribuindo para cronificar a saúde dos mesmos e da sociedade" (ENGEL, 2010, p. 24), além de fortalecer estigmas como os denominados *drogados*, *loucos* ou *ladrões* (GOFFMAN, 1988; VALENCIO, 2008). Outra análise nos mostra que "ao tratar uma questão como essa, de morar nas ruas, são diversos e singulares os aspectos que a constituem. Desse modo, não é possível tratá-los apenas por discursos socioeconômicos, religiosos e psicológicos, pois eles não abrangem as várias faces que estão inseridas nessa questão" (sic) (KUBOTA, NEVES, PIRES, 2008, p. 232).

O que percebemos aqui, portanto, é uma predileção institucionalizada dos movimentos psíquicos da população em situação de rua, ainda mais quando envolve a questão do uso de drogas para amortecer a depressão. No entanto, é tão somente pelo encontro com o sujeito e sua intensa descaracterização dramática (GOFFMAN, 1985) que podemos incorrer na incorporação de situações de vidas que levaram até o estado encontrado.

Ao contrário de Ferreira, Melo (2011) afirma que muitos estudos vêm sendo realizados sobre a população em situação de rua desde a última década, o que torna o debate conceitual e político ainda mais diversificado. Ele também segue na descrição da intervenção de um processo político, do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, como um dispositivo que poderá assegurar mudanças sociais para o grupo e pela busca de reconhecimento do mesmo.

Essa noção de organização política em Natal é encontrada timidamente em encontros, como o Seminário Potiguar de População em Situação de Rua, organizado pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com a Ordem dos Advogados do Brasil, que teve sua primeira edição em 2013, e acontece em 2014 de 01 a 03 de dezembro. O Seminário é composto por oficinas, palestras e debates sobre a politização dos moradores em situação de rua, e dá abertura para que os mesmos participem do encontro.

2. O método, a etnografia e a protagonista.

O método utilizado neste trabalho foi o da etnografia, com algumas ressalvas importantes: não foi realizado no local fixo de moradia da personagem – já que não existe um. Não foi preparada nenhuma espécie de roteiro para o diálogo com a interlocutora, sabendo que a experiência se deu através do improviso imediato. A construção da relação etnógrafo-protagonista não resultou em nenhuma particularidade ou subjetividade, consoante a vivência de um com o outro. Desse modo, a etnografia é um resultado amador e pouco incisivo dos corretos meios de realizar uma etnografia eficaz.

Entretanto, sabendo que o campo é o agente transformador de um processo etnográfico, com os acontecimentos que ocorrem no seu desenvolvimento, levando em conta o *sujeito estudado* ou as ferramentas conceituais ou materiais para se chegar a um resultado eficaz, são desafios que se tornam a própria etnografia.

Esse processo, segundo Harrington (2003) pode ser chamado de *improvisação informada*, quando as representações cabíveis naquele momento são controladas e tornadas significantes para uma futura análise mais criteriosa. É o que ensina Diversi (2006) sobre a incontrolável manobra de tornar a etnografia um processo de *co-construção*, quando o sujeito de estudo, as aplicações conceituais e o sistema levam a um resultado tão importante quanto à primeira ideia do trabalho de campo.

Diante disso, a etnografia foi realizada com o uso de um caderno de anotações – inferindo de imediato as datas, a tonalidade da voz da protagonista e as perguntas que surgiam no momento, e já a descrição parcial de significados mais atraentes para aquele instante – no momento da conversa com a protagonista, assim como o uso de gravador de voz, com o qual ela ficou visivelmente confortável. “Você faz um filme comigo? Tira uma foto minha? Posso escutar a gravação?”, pedia Carla.

Sentada ao meu lado, em uma mesa no IFRN, Cidade Alta em um entardecer de dezembro de 2013, percebia-se a vontade de Carla em falar sobre sua vida no momento em que perguntei sobre as pulseiras que estava vendendo. De um comentário, ela emendava outras histórias tão surpreendentes quanto as que já tinham contado. Suas respostas eram completas, claras, e tivemos um bom papo de mais de duas horas. Não era mesmo uma entrevista, era uma conversa de uma pessoa que queria conhecer a vida daquela personagem tão complexa.

O motivo que levou a sua história a chegar até essas palavras as quais escrevo, não estão sobrepostas em um método redigido antes da etnografia. Foi mesmo a ocorrência de reencontrá-la durante a Mostra Cinema e Direitos Humanos no Instituto Federal que fizeram com que a sobrevida de contar sua história retornasse na possibilidade de escrevê-la para este relato.

Sendo assim, as perguntas se construíram no momento da conversa, o encontro com Carla tornou-se parte do evento que nós dois presenciávamos durante aquela noite. Conhecia Carla muito pouco, em outro evento de igual importância, o I Seminário de População em Situação de Rua, que teve sua primeira edição em 2013, e, depois desse encontro, estivemos separados pelos dias e pelos colchões que cada qual dormia. Mas como é impressionante o tempo[3], a reencontrei, e contarei sua história, esmiuçarei o pouco que fazem de Carla um tipo de personalidade inacreditável, uma representação contumaz do brasileiro que está à margem dos objetos políticos, dos mantimentos sociais dos governos.

A personagem Carla não tinha "papas na língua", respondia de tudo, até os fatos que faziam com que ela sentisse vergonha, diluindo o tom da voz enquanto pronunciava. Contudo, não existia nenhuma inquietude moral profunda, não transmitia nenhuma espécie de arrependimento de vida que a levasse a indagar, propositalmente, seus atos de sobrevivência nas ruas. Fez o que tinha que fazer: roubou, pediu esmola para comprar drogas, fugiu de casa deixando filhos ainda não criados em sua cidade natal. Esteve em tantos lugares, que uma rua ou uma praça é pouco para ela. Mas tinha memória boa para algumas coisas, ao passo que para outras esquecia com peculiar facilidade.

Os marcos, terríveis, não esquecia, era perspicaz em detalhar as agressões que já sofrera, as violências que já presenciou, assim como os devaneios mentais que já a impossibilitou de continuar na sanidade mental ante às drogas. Enquanto falava, não inclinava o olhar, não respondia com indelicadeza, era sempre gentil, com as palavras e com o comportamento de estar segura de seu pronunciamento. Não media esforços para responder

[3] Gostaria de citar o conceito de tempo para Elias (1998, p. 61), que provocou, em grande medida, a reflexão deste trabalho: "Ao tratarmos dos problemas relativos ao tempo, uma das principais fontes de dificuldades é a tendência, muito difundida, a atribui ao "tempo" em si algumas propriedades dos processos dos quais esse conceito representa, simbolicamente, os aspectos evolutivos. Dizemos que "o tempo passa", referindo-nos às transformações contínuas de nossa vida ou das sociedades em cujo interior vivemos. Esse fetichismo particular, ligado à noção de tempo, decorre do fato de este representar uma síntese intelectual, um estabelecimento de relações entre acontecimentos, o qual se efetua num nível relativamente elevado. Ele implica não somente a instituição de uma ligação, por um certo grupo humano, entre um processo evolutivo contínuo que serve de escala de medida e outros processos do mesmo tipo, em cujo interior procuramos determinar posições e intervalos, mas implica também o estabelecimento de uma relação, no seio de uma única e mesma sequência de acontecimentos, entre o que se produz "mais cedo" e o que se produz "mais tarde".

corretamente sobre as afirmações mais sagazes que lhe perguntava: parava, pensava e respondia, sempre com muita clareza. Era boa com palavras, como comentei em outros parágrafos. Era agradecida de estar contando a sua história, agradecia-me de estar ouvindo-a. Adorava conversar, e isso era bom.

É bem ao lado da Catedral Metropolitana, no bairro Cidade Alta, de Natal, RN, que dorme no chão da rua a falante Carla – pseudônimo –, de quarenta e sete anos. Mãe de três filhos – o mais velho, de trinta e três anos, está envolvido com as drogas, e a mais nova, de dezoito anos, engravidou bem jovem e também está envolvida com cocaína –, mora na cidade que pensou em visitar e acabou morando, há três anos e um pouco mais. Ela não lembra muito bem a data exata de quando chegou a Natal.

Mulher de pele negra, olhos cansados, conduta muito gentil e de boas palavras, comenta sobre sua vida, desde antes, quando morava em São Paulo, até quando chegou a visitar o Paraguaio, partindo para Maceió e Pernambuco, terminando sua jornada no Rio Grande do Norte. Sua vinda para Natal se deu por que em Palmares, Pernambuco, ela conheceu "um homem muito rico" em uma boate onde ela dormia, "que disse 'vamos pra Natal que lá você vai ganhar bastante dinheiro'".

Nessa trilha, que ela comenta ser "muito perigosa", encontrou de tudo: "de gente boa que ajuda com um prato de comida e moradia, até gente má que se vinga uns dos outros". A protagonista Carla é artista: faz pulseiras coloridas e as vende para poder comer suas refeições diárias, às vezes, apenas uma. É estudante, faz um curso de camareira no IFRN – Cidade Alta. É, antes de tudo, uma pessoa otimista, pensando em sair da rua e morar em sua casa própria, já adiantando toda a documentação necessária para tal realização. Não é religiosa, mas agradece a Deus por tê-la salvado de todos os momentos em que teve medo. Carla é, assim, um mundo particular criado por uma situação real, onde se encontram vários sujeitos predispostos às mesmas barbáries.

Sua condição de pessoa em situação de rua está sujeita a várias interpretações, pois como pessoa mentalmente mutável, vive munida de seus remédios para o controle emocional – é depressiva – e para evitar as crises de esquizofrenia. Toda semana busca seus remédios na CAPS, e na mesma instituição também participa de encontros com pessoas que estão na condição de usuários de drogas. Não esconde a possibilidade de voltar a usar o crack, a cocaína ou qualquer outra droga, por isso pretende se afastar do companheiro de rua, Roberto – pseudônimo –, de cinquenta e três anos, que usa frequentemente as substâncias,

convidando-a a experimentar e voltar novamente ao processo de limpeza do organismo. “Ele é um bom homem pra mim, mas brigamos muito; se eu continuar com ele, nunca vou me curar de vez das drogas. Quero sair disso”, comenta Carla. No entanto, tem medo dos outros homens: “muitos deles só se aproximam da gente pra se aproveitar. Se eles oferecem algo pra gente, droga, dinheiro ou comida, é pra se aproveitar da gente”.

Das pessoas que ela se aproxima, muitos acham que vão ser assaltados, enquanto que outros se impressionam com o modo dela falar: “Muitas me dão atenção, mas outras também correm de mim. Encontrei pessoas que me acolheram dentro da casa delas, já arranjei emprego em casa de patroa; mas o Roberto sempre me achava, e as pessoas me mandavam embora, vendo aquele homem me observando toda hora. Eu sempre conseguia um lugar pra morar, mas o Roberto sempre aparecia. Ele vem atrás de mim até me encontrar. Ele é incrível, sempre me achava; pra saber se eu não tava fazendo nada de errado”.

Seu sonho é fazer uma faculdade de Serviço Social pra que possa ajudar as pessoas, não importando a forma de fazê-lo. Ela comenta que vai trazer a filha mais nova pra Natal e colocá-la em uma casa.

3. A ordem social entre moradores em situação de rua: um estudo de caso.

Foram as experiências que Carla presenciou nas ruas de Natal que fizeram dela uma parte do que é hoje. Na Praça da Ribeira, viu um colega de rua ser assassinado por outros dois a facadas, quando um deles, que roubou o celular do outro, acusou o terceiro, mais jovem de vinte e três anos, de tê-lo roubado. O jovem foi morto injustamente. Os dois rapazes que mataram o jovem se entregaram para a polícia em seguida, sendo soltos pouco tempo depois.

Esses e outros fatos tornaram a personagem apática, fria sobre os acontecimentos cruéis que estão nas ruas, com as pessoas que são próximas dela[4]. O fato de que sua reação frente a esses acontecimentos seja a impunidade dos moradores em situação de rua, que cometem esses crimes, torna a sociedade e a justiça, para ela, algo surreal quando o preço da vida se torna uma moeda de jogo. Ela comenta que “é muito estranho a pessoa cometer um crime e não ser punida, presa. Comete o crime e um tempo depois já é solto. Parece que eles não querem prender”[5].

[4] Para efeito de análise sobre as instituições morais na modernidade, ver Bauman (1999, 2003, 2005, 2008, 2009).
[5] Percebemos claramente a lógica do aprisionamento e da punição como etapas humanamente estáveis da manipulação das identidades deterioradas (FOUCAULT, 2012).

A cidade é a sua casa, a rua é o seu lar, as árvores são a sua sombra, o sinal é o seu ganha-pão e a arte seu sustento digno. Carla não esconde que gastava – ainda gasta, às vezes – o dinheiro que ganhava das pulseiras coloridas que vende em cocaína, crack, bebidas; tornavam-lhe forte, resistente àquele mundo que não cuidava dela[6]. Naquelas ruas em que tudo podia acontecer: "estamos sujeitos a tudo. Andamos pelas ruas da cidade quando todos estão em suas casas, dormindo. Não tem ninguém na rua de madrugada; tudo pode acontecer. É muito perigoso", relata a moradora em situação de rua que nunca pensou em viver nesta situação de não ter um teto seguro sobre sua cabeça.

Com exceção de seu companheiro, ela nunca quis formar um grupo, unir-se a pessoas que estão na mesma situação de moradia de rua. Ela prefere ficar sozinha: "Sou muito agressiva. Não tenho paciência. Só mesmo Roberto me aguenta. E olha que nem sempre; é tanto que agora estou brigada com ele. Ele deve estar por aí". A moradora em situação de rua não busca afiliação.

Contudo, existe uma interessante *cooperação* entre a população em situação de rua. Caso uma agressão ocorra com algum indivíduo sem motivos aparentes, e se o agredido comenta com um grupo sobre o ocorrido, eles podem se vingar pela pessoa. Os casos mais graves acontecem no caso de estupro das mulheres, como comenta Carla: "Se eu sou estuprada e falo para os homens o que aconteceu, eles vão até lá no cara e se vingam pra mim. Os homens não aceitam estupradores!" Carla já sobreviveu a três tentativas de estupro, mas nunca reclamou aos homens, com medo de que eles matassem os agressores.

Através das palavras da protagonista, percebemos uma moralização dos homens que vivem em situação de rua, em razão de seu ódio pelos estupradores. O vínculo entre eles se dá quando um ato de violência muito grande acontece com um deles, como a violência sexual

[6] Acerca disso, Freud (1974) explica que são três as fontes de desprazer nos homens: àquele que vem do próprio corpo, do mundo externo, e do outro. O último, acertadamente, é o mais doloroso, por que a fruição das relações sociais é banalizada nos inúmeros rituais diários. Isolar-se do outro pode ser a defesa utilizada para fugir do sofrimento quase certamente infligido, assim como afastar-se ou procurar manter-se inerte durante as relações humanas insalubres, leva o indivíduo a sustentar vícios, intoxicar-se com substâncias que não compõem o material biológico do seu organismo, que produz naturalmente sensações de prazer. O sofrer humano está demarcado em demasia, por que se procura mais o gozo do que a cautela, o exercício de emergir do que a submersão do ego. Por outro lado, para fugir da fonte que é a mais intensa e profícua de desprazer, a realidade, que engloba os três momentos de sofrimento, procura-se reconsiderar a existência psíquica na realidade que se está inserido. Para isso, cria-se uma nova realidade, abstrata é certo, remodelada por um artesão da mente que escolhe as substancialidades inerentes a um mundo perfeito. O que transmite dor e sofrimento está excluído desse mundo. A partir dessa colocação, impossível humanamente e mentalmente, produz-se a insanidade, por que o indivíduo para conseguir esse feito, precisa ele constituir um grupo que fomentará esse aspecto surrealista da vida. Contudo, as determinações de paranoico podem ser aplicadas a qualquer um que se sujeite, ocasionalmente, a projetar na sua vivência correções psicossociais, não se reconhecendo como indivíduo que remodela o mundo ao seu redor.

que ainda persiste entre as mulheres. É sabido que a impunidade resistente às leis dos "homens de farda" faz com que os próprios moradores em situação de rua façam o julgamento do agressor. A sentença, nesse caso, não ocorre com medidas de defesa ou de aproveitamento da camaradagem de ser "um deles", mas pela motivação da vingança: o ato de trazer o controle, uma segurança, ou até mesmo uma satisfação de estar protegendo outrem.

No caso de Carla, ela passa uma surpreendente dinâmica de conhecimento das relações sociais, como questões sobre crime e família. Sabe que mesmo que queira viver sozinha, dormir sozinha e ganhar o pão do dia também sozinha, em algum momento irá precisar da ajuda dos seus colegas de rua. Lembramos que a grande maioria da população em situação de rua conhece uns aos outros, conversam e sabem onde se encontrar e trocar medidas de prevenção de crimes entre eles. Para tanto, o último evento que reuniu boa parte dessas pessoas em um único lugar, foi no I Seminário de População em Situação de Rua, que ocorreu na sede da OAB - RN.

Carla não enfrenta problemas para entrar nos albergues, por que possui todas as suas documentações, mas já sofreu algumas sanções dentro do órgão: "Já fiquei três vezes sem poder dormir no albergue. Uma aconteceu porque me esqueci de dobrar o lençol da cama e guardá-lo no armário. Tomei três dias de suspensão. Outra vez gritei com uma funcionária de lá. Tomei catorze dias. A pior foi quando dei um tapa nas costas de Roberto. Estava chateada com ele. Eu tomei vinte e um dias sem poder dormir lá. Eu não podia dormir, mas o Roberto podia, mas ele preferiu vir para a rua comigo. É por isso que gosto tanto dele, ele é muito companheiro".

Considerações Finais

Em síntese, identificamos no campo um sistema *violência-união-moradia* que está profundamente imbricado na situação das condições de vida dessas pessoas, demonstrando uma moral que está relacionada à proteção dos pares nas ruas e os sentidos de justiça presentes no imaginário dessas populações. Logo, esse sistema verificado está profundamente imbricado na situação de rua da população sujeita a diversas intervenções públicas e ambientais.

Mediante a constatação da tipologia violência-união-moradia, compreende que existe entre os moradores em situação de rua uma *propriedade associativa*, um termo utilizado na Sociologia como grupo social, capaz de difundir na organização social dessas pessoas um mantimento da ordem social frente à violência existente na cidade de Natal.

Três são os pontos que levaram a cabo o desenvolvimento desse estudo. Foram eles identificados durante a conversa com a personagem, sabendo que os três direcionam a um ponto em comum, por isso, foram eles ressignificados e produziram outros questionamentos.

A tipologia *violência-união-moradia*, resultados da interpretação elocutiva da personagem, estão baseados na perspectiva que trouxe o discurso dela, sabendo que não foram eles disseminados para mim de forma linear. Eram, pois, um emaranhado de acontecimentos, fatos simbólicos que remetiam a um questionamento qualquer, que precisava ser analisado mais a fundo.

Entrementes, é *a instituição da família*, a mais antiga e total em todos os povos, o poder de *coesão* que se desfaz a todo o momento, levando em conta o *habitus* de nomadismo dos moradores em situação de rua. Esses conceitos podem ser aplicados de modo arbitrário dentro do contexto de moradia de rua, entendendo que os laços podem se quebrar a qualquer momento, enquanto que o modo de agir – a formação do corpo, da mente e da representação de seu próprio ser – está submerso em atividades corriqueiras entre eles, como dormir, bocejar alto e pedir sempre um trocado a quem se predispõe a se aproximar deles.

O estigma do homem ou da mulher em situação de rua, que é ser o sem-teto, que quer viver da preguiça das atividades diárias, roubar os motoristas dos sinais ou recorrer às drogas, torna-lhes parte de um entendimento de mundo pouco ou quase nada desmistificado. No caso de Carla, a personagem deste relato, todos os conceitos acima descritos se aplicam a ela. É mais evidente, sobretudo, a formação de sua mente e de seu corpo pela particularidade das ruas. Ela se tornou parte daquele mundo, um mundo particular em si própria. Entrega esses resultados pelo bocejo, pelo andar desmedido, pela aparência curvada e solene. Contudo, rir-se quando eu, pessoa que lhe conversa, falo de boca cheia, ao comer um chocolate logo após o jantar, pois a mesma soube se comportar com elegância manejando o garfo e a faca. O estigma se quebra e se constrói a todo o momento. O mistificado não é se não uma aparência comum, anormal e involuntária que assola a população em situação de casas, lares e conglomerados.

Em síntese, a marca que impregnou o seu ser está afixado ao seu discurso. A sua consciência está voltada para que os agressores sejam punidos, e sua raiva reside neste fato. Contudo, o roubo de seus pertences já não lhe provoca ganância de justiça, sendo um caso tão natural quanto o nascer do sol.

O desnivelamento do que seja crime, justiça, pena ou violência está complexado na dinâmica que rege a população em situação de rua. A protagonista Carla é um baú, e ao conversar com ela, a chave está perdida. Quem sabe existam várias chaves, perdidas nos lugares onde ela esteve. A chave-mestra está guardada em sua mente, adormecida pelos cubos minúsculos psicotrópicos que retira da bolsa e me mostra.

Referências

ADAMS, R. D.& VICTOR, M. & FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização** - Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

BARNES, J. A. "Redes Sociais e Processo Político". In: Feldmann-Bianco, B. (org.). In: **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987: 159 - 194.

BAUMAN, Z. **Globalização**: consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BOURDIEU, P. "A ilusão biográfica". Em: Ferreira, M. de M. & Amado, J. (org.). In: **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "Olhar, ouvir, escrever". In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2006.

DE LUCCA, D. A rua em movimento**:** experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2007.

DIVERSI, M. "Street Kids in Nikes: In search of humanization through the culture of consumption". In: **Cultural Studies** – Critical Methodologies, 6 (3), 370-390, 2006.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ENGEL, A. **Moradores em situação de rua** - uma leitura segundo a psicologia corporal. Monografia de especialização. Curitiba, 2010.

FAVRET-SAADA, J. "Ser afetado". In: **Cadernos de Campo**, 13:155 - 161, 2005.

FERREIRA, F. P. M. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos**: o caso de Belo Horizonte 1998 - 2005.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 5° edição. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GEERTZ, C. "Estar Lá"; "Estar Aqui". In: **Obras e Vidas**: o Antropólogo como Autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HARRINGTON, B. "The Social Psychology of access in ethnographic research". In: **Journal of Contemporary Ethnography**, 32 (5), 592-625, 2003.

KUBOTA, A. C. NEVES, L. P. PIRES, C. B. **O morador de rua**: perspectivas conceituais. In: Centro Universitário São Camilo, 2008.

MAGNANI, J. G. C. "Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole". In: Magnani, José Guilherme Cantor e Torres, Lilian (orgs.). In: **Na Metrópole**: textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, jun. 2002.

_____. "Etnografia como Prática e Experiência". In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, pp. 129 - 156, jul./dez., 2009.

MELO, T. H. A. G. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, sociabilidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2011.

QUIVY, R. CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1995.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. "Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização". In: **RBSE -** Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 - 605, dez. 2008.

VELHO, G. "Biografia, trajetória e mediação". In: Velho, G. &Kuschnir, K. (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

GT 03 - RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS: REFLEXÕES TEÓRICAS E REDES DE PRÁTICAS NA ANTROPOLOGIA

Coordenadores:

Prof.ª Dr.ª Eliana Creado (UFES)

Prof. Dr. Guilherme da Silva e Sá (UnB)

Prof.ª Dr.ª Patrícia Pavesi (UFES)

MÃE DE GATO? REFLEXÕES SOBRE O PARENTESCO ENTRE HUMANOS E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO.

Andréa Barbosa Osório Sarandy
UFF

Resumo: A reflexão priorizará um grupo de protetores de gatos de rua, entre os quais os animais parecem ser humanizados e dotados de certas características que consideramos humanas, inclusive na forma de relações de parentesco. Em vez de um objeto, o animal de estimação é descrito, frequentemente, como um bebê. Não se o percebe como independente de sua *mãe* ou *pai* humanos. Ser mãe ou pai de alguém é, certamente, diferente de ser mãe ou pai de alguma coisa. Cães e gatos têm sido tratados, muitas vezes, como membros das famílias, sobretudo em meio urbano ocidental moderno, mas a literatura da área tem apontado que seu status nas famílias é distinto do das crianças e a presença destas parece estar relacionada à daqueles tanto quanto o emprego de termos de parentesco para se referir às relações com o animal. O uso da terminologia de parentesco é uma analogia. Embora os animais de estimação sejam vistos como uma parentela fictícia, não somos pais e mães de gatos ou cachorros, mas de nossos animais de estimação individuais. O afeto e a infantilização destes permitem vê-los como bebês ou filhos. Há, nessa infantilização, uma hierarquia também.

Palavras-chave: animais de estimação; família; afeto.

Abstract: This reflection refers to a group of street cats' protectors, in which the animals seem to be humanized and gifted with certain characteristics that we consider human, such as family relationships. Instead of an object, the pet is described often as a baby. It is not noticed like independent of his human mother or father. Certainly, being a mother or father of someone is different from being a mother or father of something. Dogs and cats have often been treated as family members, particularly in modern Western urban areas, but the literature about this subject has been pointing that its status in families is distinct from children's status and the presence of both seems to be related as well as the use of kinship terms referring to the relationship with the animal. The use of kinship terminology is an analogy. Although pets are seen as a fictional kindred, we are not cats' or dogs' parents, but of our individual pets. To have affection and infantilize the pets allow you to see them as babies or children. Therefore, the act of infantilize it represents a form of hierarchy as well.

Keywords: pets; family; affection.

Introdução

Em abril de 2012, um aluno enviou-me por *e-mail* um artigo publicado no *Jornal de Santa Catarina* no qual a autora, Martha Medeiros (2012), respondia às críticas recebidas em artigo anterior pelo uso da expressão "gato morto". Aparentemente, os amigos dos gatos se sentiram ofendidos. A autora, por sua vez, também. Em resposta, ela narra sua dificuldade propriedade e o parentesco, faz uma digressão dos prós e contras de ser dona ou de ser mãe de gato e termina sem tomar uma posição fixa, ao mesmo tempo afirmando-se "mãe do Nero". Ser mãe de alguém é, certamente, diferente de ser mãe de alguma coisa. Essa história

é apenas o mote para uma reflexão sobre um tipo de relação que tem chamado a atenção dos pesquisadores nas últimas décadas (Albert & Bulcroft, 1987; Belk, 1996; Oliveira, 2006; Charles & Davies, 2008; Kulick, 2009; Duarte, 2011).

Tal reflexão priorizará pesquisa realizada entre um grupo de interessados em proteção de gatos de rua, a qual indicou que os animais parecem ser humanizados e dotados de características humanas, sobretudo na forma de relações de parentesco. Em vez de um objeto, o animal de estimação é descrito, frequentemente, como um *bebê*[1]. Não se percebe o animal como independente de sua *mãe* ou *pai* humanos. O presente trabalho focaliza a visão do grupo analisado, que pode ser compartilhada ou não com donos/*pais* de animais de estimação em geral.

Cães e gatos têm sido tratados, muitas vezes, como membros das famílias, sobretudo em meio urbano ocidental moderno. Chamamo-los, no Brasil, de animais de estimação. Sua carne não é comida e a relação que mantém com humanos pode ser de afeto, de companhia, mas também de trabalho, como no caso de cães de guarda. O que chamo de animal de estimação aqui, como Ritvo (1987), é aquele que não precisa trabalhar, mas vive apenas para ser sujeito de afeto humano. Para Thomas (1988), o nome, a habitação junto aos humanos e a não comestibilidade são os traços marcantes do animal de estimação.

1. Um grupo de proteção a gatos de rua

A pesquisa que suscitou uma reflexão sobre o tema do parentesco (com o) animal teve início em 2009 e deu-se em ambiente de Internet. Acompanhei a troca de *posts*[2] de membros de uma *comunidade* do Orkut que congregava interessados no *resgate*[3] de gatos de uma praça arborizada de um bairro de classe média da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro onde, segundo os *membros* da *comunidade*, são constantemente *abandonados* gatos. A partir de 2012, porém, a *comunidade* se esvazia no Orkut e se reúne, simultaneamente, no *Facebook*, rede social análoga. Contudo, o material coletado aqui proveio da primeira fonte,

[1] Os termos em itálico, salvo quando usados para palavras em língua estrangeira ou títulos de obras, indicam terminologia nativa.
[2] *Post* é *mensagem* escrita em *tópico* na *comunidade*.
[3] *Resgate* é a captura e retirada do animal da rua. Essa captura envolve uma técnica específica, pois os animais nem sempre se deixam pegar por humanos. Os que fazem resgate de gatos são chamados *resgateiros*, em um trocadilho com a palavra inventada *gateiro*. Os que cuidam dos animais são chamados *protetores*. Segundo os pesquisados, o *gateiro(a)* possui e ama gatos. Não se observou uma hierarquia entre as categorias, mas algumas vezes tive a sensação de que, no universo daqueles que *protegem* e *resgatam*, essas atividades são mais valorizadas e de maior prestígio que a simples adoção ou posse do animal, o que envolve questões morais de intervenção na realidade que não poderão ser exploradas no momento.

que não é fundamentalmente diferente da segunda em termos de valores, narrativas e imaginário do grupo em questão.

A *comunidade* foi criada em 7 de agosto de 2009 com a intenção de congregar pessoas interessadas em efetuar o manejo dos animais, e contava, em maio de 2012, com cerca de 560 membros. Por manejo entendo o conjunto das atividades exercidas por alguns dos *membros* da *comunidade*, sobretudo a sua fundadora. Consistem em arrecadar dinheiro para a alimentação dos animais no parque, consultas com veterinário para os que estão doentes, exames clínicos, medicação, vacinação, *castrações*[4] de machos e fêmeas, cuidados gerais com filhotes e encaminhamento de filhotes e adultos para *adoção*.

O esquema do manejo é complexo: o animal tem que ser capturado *in loco*, levado para *lar temporário*[5], despugnizado, vermifugado, vacinado e *castrado* antes de encaminhado para *adoção*. Esse processo é efetuado tanto com filhotes quanto com adultos[6]. A escassez de *lares temporários* e de vaga nos mesmos impossibilita que todos os animais sejam retirados da praça ao mesmo tempo. Em novembro de 2009, a fundadora da *comunidade* indicava que havia uma *colônia*[7] de 70 gatos quando do início dos *resgates*, que chegaram a 269 animais segundo um *post* de 17 de dezembro de 2012. Observa-se claramente, portanto, que o trabalho de retirada dos gatos não extingue seu contingente. Ao mesmo tempo em que uns são retirados, outros são *abandonados* e os gatos não retirados do local continuam se reproduzindo.

Uma das razões por trás do trabalho de manejo é a ideia de que não sobrevivem sem intervenção humana. Combate-se a noção de que animais de rua existam. Toma-se, na maior parte das vezes, a posição de que todos os animais do parque são *abandonados*, muitas vezes indicando-se diretamente que todos tiveram uma *família* um dia, referindo-se a uma unidade doméstica humana. O *abandono*, segundo o grupo, tem como efeito a multiplicação de animais sem condições de sobrevivência, dado que sem *família*, o que implica em mortes

[4] Esterilização das fêmeas pela retirada de útero e ovários e dos machos pela retirada dos testículos.
[5] O *lar temporário* é o espaço doméstico de cuidado com um gato que foi resgatado e que será encaminhado para adoção. Está em oposição ao lar da família que o adota, por um lado, e em oposição à rua por outro. Trata-se, portanto, de espaço de transição.
[6] O animal é doado pelo grupo apenas depois que todos os cuidados com sua saúde foram tomados. Filhotes só são doados a partir de cerca de dois meses de vida, idade do desmame. Filhotes novos não podem ser castrados. Nesse caso, o doador *ganha* a castração para o animal mais tarde, ou seja, ele não paga por ela. Um gato é considerado filhote até o primeiro ano de vida e vive, em média, 15 anos.
[7] O coletivo de gatos que habitam áreas como praças, parques, campus, cemitérios, hospitais, *abrigos*, etc, é chamado pelo grupo pesquisado de *colônia*. O *abrigo* é um espaço reservado para a habitação dos gatos, na forma de gatil, porém sem grande convivência dos animais com os humanos. É o análogo ao asilo humano e, da mesma forma, malvisto por isolar os animais dos humanos e por impedir que haja encaminhamento dos mesmos a *lares adotivos*.

por acidente, doença, maus-tratos e desnutrição. Essa situação é vista como moralmente incorreta: deve-se atuar contra ela, intervindo na realidade, educando, *resgatando*, disponibilizando para *adoção* e, sobretudo, *castrando* os animais. A *castração* é uma das principais preocupações do grupo, na medida em que percebem empiricamente um *abandono* de filhotes que, fossem os gatos "da casa"[8] *castrados*, não existiria.

Um dado que chama a atenção é a quantidade majoritária de mulheres. Num levantamento quantitativo de 523 *membros* da *comunidade*, 75 declaravam-se homens (14%) e 448 (85%) mulheres. Não foi possível desenvolver um perfil de todos os *membros*, visto que essas informações são disponibilizadas pelo usuário do Orkut de forma não compulsória. Assim, apenas 9% dos *membros* da *comunidade* disponibilizaram sua idade, o que não contribui para a construção de faixas etárias representativas do total de *membros*. O baixo percentual de informações pessoais também foi observado quanto a categorias como relacionamento (21% responderam), filhos (45%), etnia (36%), religião (39%), orientação sexual (19%) e pessoas com quem reside (33%). O percentual se refere ao total dos 523 perfis consultados e as categorias são campos de resposta simples ou múltipla existentes na própria plataforma Orkut.

Ainda que os percentuais sejam baixos, creio que é interessante perceber, de forma sintética, que: apenas 50 (45%) entre 111 membros declaram-se casados; 126 (53%) em 235 declaram não ter filhos; 113 (59%) em 189 declaram-se brancos; 100 (48%) em 207 se declaram cristãos, subsumidas ai todas as categorias identificadas (católicos, anglicanos, protestantes, Santos dos Últimos Dias, outros); 84 (95%) em 88 se declaram heterossexuais. As demais categorias apresentaram respostas difusas não permitindo uma junção representativa. Embora os números aqui apresentados não sejam amostrais nem tampouco permitam inferir que esta seja a realidade preponderante em termos de um perfil dos *membros* da *comunidade*, fornece um retrato daqueles que disponibilizaram tais informações.

O que precisa ser ressaltado é a maioria feminina na *comunidade*. Outros estudos sobre *protetores* de animais (Zasloff & Hart, 1998; Herzog, 2007; Neumann, 2010) têm indicado que essa é uma atividade feminina. A consequência dessa maioria é que todas as citações de *posts* da *comunidade* utilizadas aqui são de mulheres. Falar em uma "mãe de gato" não exclui a existência de um "pai de gato" e, nesse sentido, a terminologia de

[8] Em oposição aos animais de rua. Indico, contudo, que para o grupo essa oposição não existe e faço uso dela apenas de forma analítica.

parentesco é utilizada para ambos os sexos. Porém, com uma maioria feminina, o discurso das mulheres é majoritário e os homens da *comunidade* pouco se manifestam, com exceção de um único deles. Assim, não se deve concluir que as mulheres utilizem mais a terminologia do parentesco para definirem sua relação com seus animais de estimação, mas sim que seu discurso é mais visível na *comunidade* e, por isso, foi priorizado nesta reflexão.

Oliveira (2006) indica que observou, numa clínica veterinária carioca, que a alguns cães era dado o sobrenome da família de seu dono, em contraposição aos cães-objeto de criadores cujo sobrenome é o nome do canil. No Orkut, a autora observou que os cães eram descritos como parentes: filhos e irmãos. Muitos dormiam na cama com seus donos, casados ou solteiros. No *pet shop* em que efetuou observação de campo, falava-se com eles da mesma forma que se costuma falar com os bebês humanos. Segundo ela, o cão é comparado a uma criança humana de até dois anos e afirma-se reconhecer no cão emoções e sentimentos, como o "amor verdadeiro". Não obstante, indica também que a explicitação de afeto do dono pelo cão era mais comum entre as mulheres do que entre os homens e debita tal assimetria às relações de gênero brasileiras que demandam dos homens uma contenção maior na expressão das emoções. Desta forma, o cuidado com os cães seria uma tarefa mais comumente desempenhada pelas mulheres do que pelos homens, na medida em que o cão é uma criança e o cuidado das crianças ainda é visto como tarefa feminina.

2. Mãe de gato

Ao iniciar esta reflexão, havia chamado a atenção para as relações de parentesco estabelecidas entre humanos e gatos. As donas de gatos são *mães* (na *comunidade* pesquisada são *mami/mamis*), eles são seus *bebês* (ou *filho/filhogato*). A ambivalência entre sujeito e objeto, mãe e dona, apresentada por Medeiros (2012), se reproduz aqui também, pois os gatos não se tornam humanos, embora se tornem sujeitos e filhos.

Conforme Strathern (2006), o pensamento ocidental tende a raciocinar em termos de propriedade e não, por exemplo, em termos de trocas, como na Melanésia, foco de análise da autora. Assim também o fazem os sujeitos desta pesquisa: embora não se pretenda dizer "dono de gato", diz "meu gato" como se diz "meu bebê", referindo-se ao gato. É a mesma forma de propriedade que se usa quando se fala em relações de parentesco: minha mãe, meu pai, meus filhos, etc. Ao substituir a ideia de *dono* pela de *mãe/pai*, o grupo não

necessariamente exclui as relações de propriedade, pois nossas relações de parentesco são baseadas também em ideias de propriedade características do mundo ocidental.

Seguem alguns excertos da *comunidade*:

> Mais uma ganhou um novo lar. Levei agora p/ sua nova dona [11 ago. 2009, G. S.].
>
> Esse papi e essa mami vão ter que repartir o Floquinho com a gente, rsrsrs [risos] [11 ago. 2009, F. E.].
>
> Ele foi muito arisco, mas a fome foi maior e ele confiou na mãezinha aqui. É o meu 'gordão'. Meio angorá e laranjinha. Tudo que a mamãe aqui queria!!! [12 ago. 2009, F. E.].
>
> Nossa mascotinha foi adotada. Segunda a levarei p/ a nova família e tirarei fotos [22 ago. 2009, G. S.].
>
> Toda feliz levando sua filhagata na saída da clínica" [22 ago. 2009, G. S.].
>
> Parabéns pelas atitudes de vocês, e que apareçam outras mamis aqui dispostas a levar esses amores pra casa [25 ago. 2009, J.].
>
> Que emoção ver a foto da minha filhota assim no quentinho... Nossa... como amo minha filhota... não sei mais viver sem ela! [06 set. 2009, I.].
>
> Vai ser filho único cheio de mimos [12 set. 2009, G. S.].
>
> Parabéns a todos os adotantes pela atitude e para os bebês, mta [muita] sorte nesta nova vida [22 nov. 2009, P.][9].

Os gatos *resgatados* são encaminhados para a *adoção* por uma *família*. Aquele que cuida do animal é sua *mãe/pai*. Aquele que cuida do animal de rua, mas não o *adotou*, é *protetor/a*. Às vezes utiliza-se mãe, mamãe e filho entre aspas. Parece-me que o uso das aspas como um estado de exceção, bem como o uso de corruptelas como *mami*, *mamis*, *mamy* ou *papi* e a junção *filhogato* são formas ortográficas de criar uma classificação diferenciada entre humanos e animais. Os gatos são *adotados* por humanos, tornam-se como

[9] Foram utilizadas citações de um mesmo *tópico:* "adoções concretizadas dos regatados". Foi compilado, em 2011, um total de 226 *tópicos*, contabilizando 3.699 páginas em *Word for Windows* de material escrito e inúmeras fotografias. As passagens e a linguagem utilizadas, contudo, se repetem de um *tópico* a outro e o conjunto dos *tópicos* da *comunidade* forma uma narrativa mais ou menos homogênea. Por exemplo, há mais de um *tópico* sobre o mesmo assunto. No presente trabalho, selecionou-se o *tópico* no qual a principal *protetora* atuante no parque em questão, G. S., divulga os animais já *adotados*. Outros *membros* da *comunidade* comentam estas *adoções*, entre outros assuntos. Há mais citações de G. S. porque é ela quem mais *posta* neste *tópico*, já que é quem efetivamente *resgata* os animais do parque e os disponibiliza para *adoção*. O *tópico* escolhido é bastante representativo dos debates da *comunidade*, embora não o único, e é o mais longo (190 páginas em *Word*).

se filhos, mas, como nem humanos se tornam gatos nem gatos se tornam humanos, as categorias criadas diferem ligeiramente na escrita quando são utilizadas para relações humano-animal e quando são utilizadas para relações entre humanos. Assim, o grupo diferencia animais de estimação de humanos, embora indique que ambas as relações são análogas, ou seja, metafóricas.

A transposição do universo doméstico que os gatos habitam é feita à imagem e semelhança das relações humanas. A unidade doméstica é o espaço da família e das relações de parentesco, pensadas como relações de afeto. Humaniza-se o animal que habita a casa e se o inclui na família: ele é uma criança, um *filho*, um *bebê*, demanda cuidados, precisa de *mãe*, precisa de *família*, não pode andar na rua, deve permanecer seguro dentro de casa. O cuidado e a proteção parecem, neste universo, caminhar juntos. Proteger um animal de rua é retirá-lo da mesma, *resgatá-lo*, dar a ele um *lar* e uma *família*. Cuidar de um animal *adotado*, ou *adotando*-o, é protegê-lo. De fato, nem todo proprietário cuida de seu animal e, do ponto de vista do grupo, o *abandono* é a maior prova disto. Na rua, o gato sofre:

> Se cada pessoa adotasse um gatinho daquele parque acabaria aquele sofrimento [10 ago. 2009, G. S.].
>
> Será que quando uma pessoa joga um animal ao relento não se dá conta que ele sente, frio, fome, medo e horror ao se sentir desprotegido??? [06 set. 2009, K.].
>
> Como é bom saber que um animal que tinha um destino tão incerto, não conhecia uma casa e nunca teve a oportunidade de viver uma vida digna hoje está feliz e adaptado num lar cheio de amor [16 set. 2009, G. S.].
>
> Existem muitos gatinhos abandonados em toda parte, e nós não podemos deixar esses seres tão meigos ao relento [11 out. 2009, J.].
>
> Foi uma adoção esperada, ele segue agora sua vidinha c/ uma família que o abraçou c/ muito amor. Lar responsável, não terá acesso a rua e todo seu sofrimento ficou p/ trás [06 mar. 2010, G. S.].
>
> Dona Nilce se compadeceu e a levou p/ seu apartamento que é telado. Acabou o abandono graças a deus [15 mar. 2010, G. S.].
>
> Que seriam deles se estivessem no parque até hoje? Aliás não estariam, pq [porque] depois das enchentes, coitados dos bbs [bebês] abandonados por aí, morreram todos. Estão num lar seguro cobertos de atenção e muito longe da fome e tudo de ruim que um animal passa na rua [19 abr. 2010, G. S.].

O acesso à rua é um dos principais pontos de debate na chamada *posse responsável*, protocolo de manejo requerido dos proprietários de gatos pelo grupo pesquisado[10]. O acesso à rua é visto como prejudicial ao animal em vários aspectos: ele pode ser roubado, atropelado, morto intencionalmente por humano, morto por cachorro, contrair doenças, perder-se, emprenhar. A rua não é o espaço dos gatos, mas sim a casa. Neste ponto, inevitável recordar um dos clássicos de Roberto DaMatta, *A Casa e a Rua* (1991). Segundo o autor, a rua no Brasil é espaço público, espaço de ninguém, onde as regras podem não ser cumpridas, perigoso e masculino. A casa, ao contrário, é o espaço feminino, protegido e resguardado, privado, regrado e ordenado. Como os humanos, sobretudo os do sexo feminino, os gatos devem permanecer em casas e apartamentos.

O imaginário do grupo aponta o animal de estimação como aquele que deve, necessariamente, habitar o ambiente doméstico. Este ambiente, por sua vez, é o da família, o do cuidado, o do amor, o da proteção. A rua é sua antítese. Nesta perspectiva, o animal é tomado como um ser extremamente frágil, que depende de humanos para sobreviver e cujo habitat é essencialmente humano, posto que uma casa humana. Não são criaturas da natureza, por assim dizer, mas da cultura, se tomarmos o universo humano como estritamente cultural. Nesse sentido, ganham uma posição dentro deste universo, não apenas como animais de estimação, o que os diferencia de outros animais, mas como membros de uma família humana, seu habitat necessário.

3. Relações metafóricas

Se o grupo analisado não entende a relação de parentesco como transformando o animal em um ser humano, então essa relação é metafórica. O uso da terminologia de parentesco para descrever a relação com o animal de estimação ou o próprio animal em termos de relações sociais humanas é apenas uma analogia. Charles & Davies (2008) indicam que, embora os animais de estimação sejam vistos como uma parentela fictícia, podemos nos apresentar como mães, pais ou avós destes animais.

Belk (1996) efetuou uma análise de alguns fatores implicados nessas relações metafóricas. Em primeiro lugar, elas pressupõem uma humanização dos animais. Ser um humano ou quase humano é pré-condição para ser considerado um membro da família.

[10] Para maiores considerações acerca da posse responsável, ver Osório (2011).

Contudo, tal humanização, ou antropomorfização, é encontrada em outras situações, como na literatura e no audiovisual televisivo ou cinematográfico. A tendência a ver os animais de estimação como parentes apresentar-se-ia de duas formas: pelo antropomorfismo e pela inclusão do animal nos rituais familiares (Belk, 1996). Segundo o autor, existem limites para essa inclusão e nem todos os proprietários de animais de estimação comportam-se ou pensam desta forma. Há muitas maneiras de se relacionar com animais.

Nesse processo de humanização, ter um nome, segundo Belk (1996), é fundamental[11]. Alguns proprietários podem conversar com seus animais, afirma-o, inclusive utilizando uma forma de conversa característica de interações com bebês humanos, o que evidencia uma tendência a infantilizar os animais de estimação. Assim, tais animais podem ser explicitamente vistos como filhos ou netos, às vezes mesmo como substitutos de filhos e netos humanos. O adestramento do animal se torna então, diz o autor, um processo de adaptação de um novo membro da família, que deve adotar certas condutas da rotina doméstica e passa a ser incluído nesta. Não obstante, essa inclusão não iguala humanos e não humanos em termos de direitos e responsabilidades. Não se espera que os animais tenham a mesma conduta dos humanos. Ao contrário de crianças humanas, indica Belk (1996), cães e gatos nunca ultrapassam sua dependência para com adultos humanos e são, para sempre, bebês. Por outro lado, aponta ele, também são constantemente usados como brinquedos, vestidos como bonecas, comprados, colecionados e circulados como mercadorias, controlados e comandados como se fossem objetos inanimados. Em todas as situações de controle, afirma, fica explícito que o status do animal de estimação é, em geral, inferior ao de um membro da família, embora nem sempre.

É interessante notar, ainda, as formas como tais criaturas são desanimalizadas para serem humanizadas: a castração controla impulsos sexuais incompatíveis com a visão ocidental de infância, ao mesmo tempo em que, em tese, controla impulsos agressivos e traços de comportamento do animal; roupas e acessórios são confeccionados imitando vestimentas humanas; produtos de higiene e beleza também; as excreções são reguladas para serem depositadas fora de casa ou em ambiente criado para isso (caixas de areia, tapetes higiênicos); a ração industrializada é nutricionalmente balanceada para que fezes e urina tenham determinado odor e consistência (Segata, 2012).

[11] O nome, eu sugeriria, não é apenas um processo de humanização, mas também de individualização.

Digard (1999) os apresenta como seres antropizados, antropomorfizados, adoçados, assépticos, quase abióticos e quase pelúcias, tornados assim por seus próprios donos. Para ele, contudo, a ação domesticatória (proteger, nutrir e controlar a reprodução) marca as relações entre animais de estimação e seus donos. A domesticação envolveria, ainda, o hábito de estar com humanos e a submissão do animal à sua vontade.

Albert & Bulcroft (1987) dispõem separadamente as noções de que o animal de estimação é uma companhia ou um membro da família. Em um *survey* telefônico com 320 proprietários de animais de estimação e 116 não proprietários em Providence, Rhode Island, EUA, os autores concluíram, entre outras coisas, que pessoas que residiam sozinhas estavam mais inclinadas a ver seus animais de estimação como companhias, enquanto aqueles que residiam com outras pessoas tendiam a ver tais animais como membros da família. Na amostra, os cães estariam mais propensos a serem vistos como membros da família e os gatos como companhia. Os animais foram adquiridos por prazer ou para companhia e a maioria dos entrevistados adquiriu seu(s) animal(is) quando era recém-casado (24%), quando os filhos estavam nos primeiros anos escolares (30%) ou quando já eram adolescentes (28%), ao passo que viúvos e casais sem filhos seriam menos propensos a terem animais de estimação.

Embora os autores não tenham analisado profundamente os dados, eu sugeriria que, na amostra, os animais de estimação se tornam uma complementação da família e não uma substituição de um membro da família. Nesse sentido, muitos animais já ingressariam nas famílias humanas com o status de membros dessas famílias. Não existindo família na residência, ou seja, entre os que moram sozinhos, o animal não é família porque esta não existe na unidade residencial. Na qualidade de companhia, ele é um sujeito que coabita com o residente solitário. Essa sugestão se contrapõe a análises que apontam os animais de estimação como substitutos para filhos (Strathern,1992 *apud* Charles & Davies, 2008), mas corrobora pesquisas que apontam que animais de estimação são mais encontrados entre casais, famílias com crianças e em famílias numerosas do que entre solteiros e idosos (Serpell, 1996 *apud* Charles & Davies, 2008).

Digard (1999) também afirma que a taxa de propriedade de animais de estimação cresce quando se passa de pessoas sozinhas a casais sem filhos e destes às famílias numerosas. Não obstante, o autor indica que animais de estimação substituem crianças. Segundo ele, na França, 52% dos proprietários de cães consideram-nos como um membro da família, 20% como uma criança, 15% como um amigo e 13% somente como um animal.

Entre os proprietários de gatos, as respostas às mesmas questões são 38% (família), 9% (criança), 36% (amigo) e 17% (animal). Entre os franceses, portanto, os cães estão mais propensos a serem humanizados, tornados parentes e infantilizados do que os gatos, considerados como animais ou amigos em maior proporção do que os cães, porém, considerados também membros da família. Aparentemente, o melhor amigo do homem é o gato, e seu novo parente é o cão.

Na França, afirma ainda Digard (1999), os animais de estimação são por vezes tratados maternalmente e chamados de bebês. O tratamento maternal é visto por ele como uma forma de adestramento pelo afeto, característico das mulheres, que se orienta a uma supernutrição do animal e a um cuidado que podem ser prejudiciais a este[12]. Sua definição de um animal de estimação é a de um animal de companhia, inteiramente disponível ao seu dono. O estatuto familial desse animal seria uma característica do sistema domesticatório atual.

Observe-se que a humanização, a desanimalização e a inclusão do animal como membro da família muitas vezes se confundem nas análises aqui apresentadas com o afeto. Não apenas as relações de parentesco na família nuclear estão sendo subsumidas a relações afetivas, mas a própria descrição, em português, de um animal "de estimação" chama a atenção para o afeto como elemento fundamental dessa relação. Não obstante, variadas definições do que seja um animal de estimação podem não priorizar o aspecto afetivo, como a de Thomas (1988) ou a de Digard (1999). O parentesco, por sua vez, mesmo quando metaforicamente estendido ao animal, não é sinônimo de afeto, como acredito que Leach (1983) possa demonstrar. A emergência do afeto no imaginário, discurso e prática concreta das relações com animais de estimação parece um elemento que tem ganhado força recentemente.

4. Comestibilidade e parentesco

Para Leach (1983), os animais de estimação são uma categoria ambígua na interseção entre o humano e o animal. Na verdade, seriam ambos ao mesmo tempo. A regra que restringe o consumo de sua carne, ou, dito de outra forma, a regra que permite tomar como animal de estimação aquele que não será comido (espécie, sobretudo, mas também indivíduo) é decorrente, segundo o autor, de uma sobreposição estrutural entre o animal de estimação e a relação de parentesco mais próxima – a de irmão/ã – guardada pelo tabu do

[12] Kulick (2009) relata um caso destes.

incesto. Assim, pela analogia entre sexo e comida, o autor afirma que o animal de estimação é parte da família e, portanto, não pode ser comido.

Tomando-se o modelo de Leach (1983), os animais em posição ambígua seriam caracteristicamente animais tabus, isto é, sagrados e sobrenaturais. Para Leach (1983), o tabu envolve, ainda, as questões alimentares. Assim, o animal de estimação, tomado como uma extensão da humanidade, não pode ser consumido na medida em que isto seria canibalismo. Este é claramente o caso do cão no mundo Ocidental.

Leach (1983) estrutura séries de correspondências entre comestibilidade animal e relações de parentesco/afinidade. Empreendendo uma tipologia do grau de sacralidade/tabu e comestibilidade do animal, o autor aponta para três possibilidades: a) comestíveis e consumidos normalmente; b) comestíveis e consumidos em situações especiais (conscientemente tabu); ou c) comestíveis, porém não reconhecidas como comida (inconscientemente tabu). Está claro que, para o autor, a comestibilidade em questão é material (venenoso/não venenoso), mas o reconhecimento como comida é simbólico. O exemplo dado por ele é a proibição do consumo de carne suína na religião judaica: o porco é comestível, mas não é comida para os judeus. Também recaem nesta divisão os animais que, sendo tão próximos ao homem que se tornam do mesmo tipo, não podem ser ingeridos sob o perigo do canibalismo, como seria o caso do cachorro.

Da série de comestibilidade, Leach (1983) depreende uma associação entre incesto/canibalismo e sexo/alimentação. Decorrem daí as seguintes séries: a) eu, irmã, primo(a), vizinho(a), estranho(a); b) eu, casa, fazenda, campo, longínquo (remoto); c) eu, animal de estimação, gado (animais de criação), caça, animais selvagens. As três séries devem ser lidas também na vertical: por exemplo, a relação com as pessoas de dentro da casa e com quem não posso me casar (irmã) fornece o padrão de relação que mantenho com meus animais de estimação. O objetivo central do exercício é depreender uma regra que diz que o tabu se aplica a categorias anômalas, quando em relação a categorias bem delimitadas, numa conclusão similar à de Douglas (1976) e a de Hubert & Mauss (2001: 143) sobre "o caráter ambíguo das coisas sagradas". Em outra série, Leach (1983) indica que homem: animais domesticados / não homem: animais selvagens e, na interseção destes dois conjuntos, ou seja, em posição anômala, estão animais de estimação: caça.

No caso do parentesco animal aqui analisado, especialmente a constituição de relação mãe/filho entre humano e animal de estimação, conforme o grupo de proteção pesquisado,

poder-se-ia, sem ônus, trocar a categoria irmã utilizada por Leach (1983) pela categoria filho(a). Como a aliança não está em foco aqui, a troca não distorce a série e mantém as características de membro da família, membro da casa e não comestibilidade que os animais de estimação apresentam.

Considerações Finais

As narrativas nas quais o dono de um animal de estimação se coloca na posição de seu pai ou mãe refletem um fenômeno contemporâneo. Nem todos os donos de animais de estimação reportam-se a eles desta forma. A construção de laços de (um) parentesco (imaginado ou fictício) parece obedecer a alguns processos visíveis nas sociedades contemporâneas ocidentalizadas: de um lado, a inclusão destes animais em nossos lares e, seguindo-se a isto, a relação de afeto mantida com eles e sua progressiva infantilização.

O afeto não requer investimento econômico. A infantilização do animal tampouco. Na qualidade de sujeitos de afeto, animais de estimação se tornaram as crianças da casa. A indústria veterinária, nesse sentido, contribuiu para a desanimalização e o controle de seus corpos. É verdade que legislações e preocupações com maus-tratos a animais indicam que nem sempre as relações são de afeto positivo. Não obstante, a própria condenação dos maus-tratos indica uma preocupação com o bem-estar animal cujas raízes remontam a movimentos ingleses do século XIX (Ritvo, 1994).

Este afeto pode ser traduzido, para algumas pessoas, na terminologia do parentesco. O deslize semântico entre amor e parentesco opera de forma a equivaler ambos. Da mesma forma que sabemos que nem todos amam seus parentes (pais, mães, filhos, entre outros), também sabemos que na cultura brasileira esse amor é uma obrigação moral e social. Assim, os termos se equivalem e o afeto e a infantilização dos animais de estimação permitem vê-los como bebês ou filhos. Há, nessa infantilização, um pouco de distinção ontológica também, na medida em que por mais que amemos nossos animais, eles são vistos como seres irracionais.

No grupo de proteção pesquisado, a irracionalidade do animal se conjuga à percepção de sua fragilidade e, juntos, criam uma hierarquia entre humanos e animais na qual aqueles são moralmente responsáveis por estes. No caso específico analisado, responsáveis apenas por gatos *abandonados* na rua, uma percepção que não apenas elege um sujeito vítima como

imputa ao próprio humano a responsabilidade pela violência que o gato sofreu e, portanto, também por sua salvação. Vítimas, eles são sujeitos, não objetos.

Por outro lado, na ordem brasileira, aquele que habita a casa é parte da família, ainda que estendida, ainda que na qualidade de agregado (DaMatta, 1991). Assim, o animal que habita nossas casas e apartamentos, às vezes nossas camas e sofás, se torna um membro da família, sujeito, com nome e gostos próprios, a quem se dedica tempo e dinheiro e por quem somos responsáveis, moral e juridicamente. Mas não somos pais e mães de gatos ou cachorros, somos pais e mães de nossos animais de estimação.

Referências

ALBERT, Alexa; BULCROFT, Kris. "Pets and urban life" **Anthrozoös**, 1(1), 1987, p. 9-25.

APROBATO FILHO, Nélson. **O couro e o aço:** sob a mira do moderno: a 'aventura' dos animais pelos 'jardins' da Paulicéia, final do século XIX/início do século XX. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, USP. 2006.

BELK, Russell W. "Metaphoric relationships with pets". **Society and Animals**, 4 (2), 1996, p. 121-145.

CHARLES, Nickie; DAVIES, Charlotte Aull. "My family and other animals: pets as kin". **Sociological Research Online**, 13 (5) 4, 2008. Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/13/5/4.html>. Acesso em: 09 mar. 2011.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1991.

DIGARD, Jean-Pierre. **Les français et leurs animaux**. Paris: Fayard, 1999.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luis Fernando Dias. "Animais, meu próximos". **Instituto Ciência Hoje**. 2011. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/sentidos-do-mundo/animais-meus-proximos>. Acesso em: 30 abr. 2012.

HERZOG, Harold A. "Gender differences in human-animal interactions: a review". **Anthrozoös**, 20(1), 2007, p. 07-21.

HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício". In Marcel Mauss, **Ensaios de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 141-227.

KULICK, Don. "Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies". **Mana**, 15(2), 2009, p. 481-508.

LEACH, Edmund. "Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal". In Roberto DaMatta (org.), **Edmund Leach**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 170-198.

MEDEIROS, Martha. "Mãe de gato". **Jornal de Santa Catarina**. 2012. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/jsc/sc/impressa/4,1147,3710791,19301>. Acesso em: 30 abr. 2012.

NEUMANN, Sandra L. "Animal welfare volunteers: who are they and why do they do what they do?". **Anthrozoös**, 23(4), 2010, p. 351-64.

OLIVEIRA, Samantha Brasil Calmon de. **Sobre homens e cães**: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRJ, 2006.

OSÓRIO, Andréa. "Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua". **R@U** - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, 3 (2), 2011.

RITVO, Harriet "The emergence of modern pet-keeping". **Anthrozoös**, 1 (3), 1987, p. 158-165.

RITVO, Harriet. "Animals in nineteenth-century Britain: complicated attitudes and competing categories". In Aubrey Manning & James Serpell. **Animals and human society**: changing perspectives. London: Routledge, 1994, p. 106-126.

SEGATA, Jean. "Parecidos, o suficiente: nós e os outros humanos, os animais de estimação". **R@U** - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, 4 (1), 2012.

SERPELL, James. **In the company of animals**: a study of human-animal relationships. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

STRATHERN, Marilin. **After nature**: english kinship in the late twentieth century. Cambridge : Cambridge University Press, 1992.

STRATHERN, Marilin. **O gênero da dádiva**. Campinas: Unicamp, 2006.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

ZASLOFF, R. Lee; HART, Lynette. "Attitudes and care practices of cat caretakers in Hawaii". **Anthrozoös**, 11(4), 1998, p. 242-248.

A CONSERVAÇÃO DE BALEIAS: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E RELATOS DE CAMPO

Clara Crizio de Araujo Torres
PGCSO/UFES

Resumo: O presente trabalho consiste em parte de um empreendimento etnográfico focado nas atuações (mais ou menos locais) do Instituto Baleia Jubarte, que foram observadas a partir de sua base, localizada em Caravelas/BA. O Instituto é um projeto de conservação da biodiversidade voltado principalmente a uma espécie emblemática para o ambientalismo (*Megaptera novaeangliae*). Através de uma perspectiva inspirada na Antropologia da Ciência, buscar-se-á delinear a rede de relacionamentos voltada à conservação da jubarte, podendo tocar em questões relativas a práticas, ontologias ou interesses conflitantes com os do coletivo. Durante a pesquisa será feita uma tentativa de compreender as relações estabelecidas no trabalho de campo dos profissionais técnico-científicos do Instituto com seus sujeitos-objetos de estudo e proteção, as baleias jubarte e também outros cetáceos. Para tais finalidades, o Instituto será visto como um nó górdio de relações entre esferas tecnocientíficas, legais, conhecimentos locais, interesses econômicos, aspectos simbólicos e afetivos ligados à espécie, etc. Nesta etapa do trabalho foi feita uma análise de parte das publicações científicas vinculadas ao Instituto em sobreposição aos relatos dos profissionais das suas experiências em campo.

Palavras-chave: ambientalismo; antropologia da ciência; natureza e cultura.

Abstract: This work is a part of an ethnographic project focused on the agency (more or less local) of the Humpback Whale Institute, which ware observed from its base, located in Caravelas,BA, Brazil. The Institute is a biodiversity conservation project focused mainly at a flagship species for the environmentalism (*Megaptera novaeangliae*). Through a perspective inspired by the Anthropology of Science, it is sought to outline the network addressed to humpback whale's conservation, while also address practical issues, ontologies and conflicting interests with the collective ones. During the research project it will be made an attempt to understand the relationships established in the fieldwork between the techno-scientific professionals of the Institute and their main subjects-objects of study and protection – the humpback whales – and other cetacean species. For such purposes, the Institute will be seen initially as a gordian knot of relations between techno-scientific spheres, local knowledge, legal, economic interests, symbolic and emotional aspects related to the species, etc. In this work's stage part of the scientific publications attached to the Institute was analyzed simultaneously to the professional's narratives of their fieldwork experiences.

Keywords: environmentalism; anthropology of science; nature and culture.

O presente trabalho consiste em parte de um empreendimento etnográfico focado nas atuações (mais ou menos locais) do Instituto Baleia Jubarte (IBJ), que foram observadas a partir de sua base, localizada em Caravelas/BA. Tal trabalho integra minha pesquisa de mestrado[1], que visa, através de uma perspectiva inspirada na Antropologia da Ciência, abordar as relações estabelecidas a partir do Instituto e da rede da qual este faz parte. O IBJ é uma

[1] Pesquisa em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (ingresso em 2014).

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de um projeto de conservação da biodiversidade financiado, principalmente, pela empresa Petrobras SA. Trata-se de um projeto focado em uma espécie emblemática para o ambientalismo, a baleia jubarte (nome científico: *Megaptera novaeangliae*). Destarte, o IBJ será visto como um porta-voz institucional da espécie, e onde se adensam as relações em torno da (e com a) baleia, representando um nó górdio de relações entre esferas tecnocientíficas, legais, conhecimentos locais, interesses econômicos, aspectos simbólicos e afetivos ligados à espécie, dentre outros.

Em minha pesquisa, baseio-me primeiramente em autores como Gabriel Tarde (2007) e Bruno Latour (1994; 1997; 2012) para as primeiras reflexões sobre associações entre humanos e não-humanos no contexto da produção científica. Utilizo suas ideias a fim de aproveitar uma noção de "social" mais abrangente, com o reconhecimento das agências não-humanas também. Na abordagem que proponho buscar em meu trabalho final (não contemplado em sua integridade neste texto) além de captar empiricamente algumas relações em curso a partir da atuação do IBJ, também pretendo problematizar, através de um estudo etnográfico, os trabalhos de campo antropológico e biológico sobrepostos no contexto da pesquisa. Para estas reflexões, me inspiro principalmente em Guilherme Sá (2013), Roy Wagner (2010) e Stefan Helmreich (2009), que trabalham de forma criativa a experiência do encontro com as diferenças de um coletivo "estranho" a nós, e sua transformação em nosso "outro" na medida em que nos relacionamos.

Por ora, para o olhar empírico e etnográfico sobre a ciência, uma combinação entre algumas abordagens de Latour (LATOUR, 1994; LATOUR & WOOLGAR, 1997; LATOUR, 2012) servir-me-ão como guia. Trabalho com sua perspectiva etnográfica voltada para a ciência como uma forma de Antropologia Simétrica (que observa os aspectos considerados, pelo autor, como centrais na nossa própria cultura, e não apenas os aspectos periféricos) (LATOUR, 1994; 1997); e também com sua Teoria do Ator-Rede mais como um guia de pesquisa para seguir os atores na medida em que vão se associando, do que um manual a ser seguido, como o próprio autor propõe que se faça seu uso (LATOUR, 2012).

Nos primeiros passos do meu trabalho, esbarrei durante pesquisa online com algumas fontes secundárias sobre o IBJ e o assunto da conservação de baleias. Nesse contato precário, percebi que houvera uma recente mudança no estado de risco da espécie em foco, que foi anunciada pelo Ministério do Meio Ambiente em um evento ocorrido em 22 de maio de 2015, com o anúncio de medidas protetivas da fauna e recuperação da baleia jubarte, no qual

uma das ações efetuadas foi uma menção honrosa para o Instituto Baleia Jubarte e para a Petrobras SA pelos serviços prestados à conservação da espécie[2]. A categoria de risco da baleia, outrora "ameaçada", foi substituída por "quase ameaçada" de extinção. Esta notícia levantou questões, sobre como, por exemplo, se perpetua um projeto de conservação cujo objetivo – de certo modo – se alcança: O que está em questão quando se modifica o status de uma espécie? Produções científicas, financiamentos, quais sujeitos e objetos são afetados por isso? Como devo segui-los? Que fluxos e que associações entre agentes humanos e não-humanos tornaram esta mudança possível? Como são definidas as políticas em torno destes entes não-humanos? São embasadas por que tipos de fatos e dados?

Como já observado em trabalhos anteriores, nas arenas decisórias voltadas ao meio ambiente, os representantes da técnica e da ciência possuem uma legitimidade destacada na definição dos problemas ambientais mais relevantes (HANNIGAN, 2009), muito embora ainda tenham que disputar pelas definições e decisões nas próprias arenas tecnocientíficas, e também em outros âmbitos, como, por exemplo, o das práticas tradicionais como a pesca e a caça (CREADO et al., 2012; TORRES, 2013; FREITAS, 2014), ou até mesmo em uma disputa mais ampla entre ontologias, como a que pode envolver as relações de mercado (ALMEIDA, 2013). Dada esta percepção, procurei observar quais são os métodos e instrumentos de produção de dados para legitimação e continuação do projeto, tendo em vista, inclusive, a recente mudança de status mencionada acima.

Para este objetivo, busquei pensar a relação entre agentes humanos e não-humanos, considerando o caso da proteção da baleia jubarte, animal emblemático para o ambientalismo, e que também é uma espécie guarda-chuva (SIMBERLOFF, 1998) e cosmopolita, cujos territórios são transoceânicos, fato que resulta em desafios do ponto de vista da efetivação de políticas voltadas à conservação e à defesa dos direitos da espécie. Trata-se também de um animal com muitos atributos associados à "humanidade" (como a senciência e a inteligência), aspecto relevante para a compreensão das interações entre seres humanos e animais. Priorizei a pesquisa etnográfica, porém, conjugada com uma abordagem devotada também a outras instâncias de atuação desses profissionais, como a textual, algo relevante para o entendimento da atuação tecnocientífica, que vai além de uma dimensão territorial específica.

[2] Fonte: <http://www.mma.gov.br/informma/item/10143-governo-comemora-resultados-e-amplia-ações-em-defesa-da-fauna> (último acesso em 29/09/2015).

A presente proposta de análise do material textual encontra-se em continuidade com as reflexões de meu projeto anterior, resultante no trabalho monográfico para conclusão de curso de Ciências Sociais "Discutindo fronteiras na produção científica sobre os elefantes africanos" (TORRES, 2013). Naquela oportunidade o foco recaiu sobre a análise da produção científica de um grupo de pesquisa da África do Sul, que atuava pela conservação de outra espécie, a do elefante africano (*Lexodonta africana*). Àquela época a ideia se limitava a identificar em seus discursos – que, na dimensão que pude alcançar, se desenrolavam através de produções textuais, basicamente – como estavam colocadas noções como as de natureza, cultura, humano e não-humano.

Na proposta expandida, mantenho a visão da não separação entre dimensões de políticas, fatos, valores, e etc., e, aqui nesta apresentação, explanarei primordialmente a análise de algumas das questões cristalizadas nos textos acadêmicos atrelados ao IBJ e que estão publicados. Para esta finalidade, utilizei como ponto de partida um modelo adaptado baseado no trabalho empregado por Latour (LATOUR & WOOLGAR, 1997) em suas próprias análises sobre o processo de produção do laboratório que culmina em produtos em forma de artigos científicos. O modelo que utilizo capta aspectos textuais recorrentes para observar o modo como se criam e comunicam os fatos (e também as coisas que não se comunicam ou que são obscurecidas neste ínterim), através da análise de conteúdos, enunciados e inscrições presentes.

No presente texto, minhas análises parciais consideraram o acervo digital das publicações textuais produzidas por membros e parceiros do IBJ, e que me foram disponibilizadas por A. C.[3], que atualmente é uma veterinária integrante do Instituto, responsável pelos chamados "resgates" (Programa de Resgates de Mamíferos Aquáticos). Para uma análise mais aprofundada de parte do material, aproveitei uma seleção prévia de algumas destas publicações, feita por M. M., o atual Diretor de Pesquisas do IBJ. Observo que esta seleção foi feita para mim, especificamente, quando o conheci em minha primeira visita a Caravelas, e solicitei que me enviasse alguns artigos que ilustrassem o que era e o que vinha sendo feito de pesquisas por eles. Outros materiais foram privilegiados por mim para análise pela importância informativa que atribuí como recém-ingressa no mundo das baleias, sem necessariamente dever-se a indicações de meus interlocutores ligados ao IBJ.

[3] Apesar das dificuldades de manter o sigilo das identidades, optei por manter os nomes de meus interlocutores parcialmente ocultos.

Para a análise do conteúdo dos textos, utilizei um modelo de fichas de leitura, onde registrei informações que foram consideradas relevantes e recorrentes. Posteriormente, foram produzidos quadros e tabelas para observação dos dados obtidos a partir deste trabalho. Observo a produção textual por esta não se encontrar dissociada das demais frentes de atuação tecnocientífica, sendo, inclusive uma de suas grandes e importantes ferramentas de difusão ou estabelecimento de fatos e problemas ambientais (HANNIGAN, 2009; LATOUR & WOOLGAR, 1997; TORRES, 2013), como também da produção de mudanças nos quadros de uma área de pesquisa, através de "descobertas científicas".

Priorizo agora os aspectos formais do "fazer ciência" no IBJ, por seu papel preponderante como referência comunicativa nas arenas políticas ambientais, onde tomam-se decisões que afetam as baleias, os pesquisadores, países caçadores, países conservacionistas, ambientalistas, e outros seres e coletivos interessados. Mas não apenas por isso, pois também a dimensão formal e textual traz em si referências da própria dimensão informal e subjetiva da comunicação cotidiana, explícita ou implicitamente, além de igualmente poder servir de referência para estas conversas (LATOUR & WOOLGAR (1997:46). Levando em consideração a importância disso que Latour chamou de comunicação formal, na próxima sessão do texto introduzirei algumas observações que já se fazem possíveis acerca dos produtos textuais científicos do coletivo em questão, em justaposição aos diálogos que se perfazem na prática cotidiana.

1. Primeiras observações

É claro que a parte "suja" do trabalho de campo e de coleta de dados – que envolve necropsias e situações muito exigentes dos corpos e estômagos dos envolvidos nos processos – não se faz evidente para quem lê um artigo que foi produto destes trabalhos. E foi neste sentido que, primeiramente, observei o que era reproduzido e difundido nestas publicações, e quais agentes humanos e não-humanos estavam presentes nestas narrativas e quais outros podiam não estar. Utilizei, para tal, o caminho das inscrições literárias como um dos princípios organizadores do meu próprio relato e observações de campo (LATOUR & WOOLGAR, 1997). A noção de inscrição, como utilizada por Latour e Woolgar (1997:37), foi "tomada de empréstimo de Derrida (1967), designa[ando] uma operação anterior à escrita". Ela resulta de associações entre os pesquisadores que trabalham no laboratório, os animais e materiais envolvidos na pesquisa, e

os aparelhos inscritores que processam estes materiais e dados, transformando-os em escrita. A noção, portanto, "serve aqui para resumir os traços, tarefas, pontos, histogramas, números de registro, espectros, gráficos, etc." (LATOUR & WOOLGAR, 1997:37), incluindo, no caso em questão, os mapas, tabelas, árvores filogenéticas, comparações de DNA, numerações, catálogos genéticos e fotográficos, dentre outros.

As inscrições servem de ponto de partida para a escrita dos artigos científicos e, segundo essa concepção, estão diretamente relacionadas à substância original que foi necessária à sua existência. Deste modo, possuem também natureza social e coletiva (LATOUR & WOOLGAR, 1997). Estas inscrições podem adquirir diversas formas, sendo muito comum nos artigos que li, a presença de mapas com informações referentes à localização de um indivíduo ou uma população da espécie[4], fotografias de animais ou de partes de animais[5] que podem versar sobre a sua identidade ou sua condição de saúde, e também as tradicionais tabelas e gráficos, contendo os mais diversos tipos de informações, desde dados fisiológicos sobre um animal específico ou vários animais, até dados populacionais, dentre outros elementos menos recorrentes. No caso do IBJ, com uma frequência muito grande as inscrições estão diretamente relacionadas aos encontros ou eventos que ocorrem em campo, ou seja, na praia ou no mar, e não apenas no laboratório, vide a constância da presença dos mapas como o tipo inscrição mais frequente. Em todos os casos, envolvem um encontro e uma história particular de, pelo menos, algum dos pesquisadores envolvidos, além dos aparelhos utilizados para o trabalho em cima do dado, estes sim mencionados nos textos com certa frequência, porém, obviamente, não em detalhe como o "objeto" do texto[6].

Para além do trabalho de campo e das produções textuais, para se pensar o trabalho e as negociações voltadas para a conservação da espécie, também era interessante considerar

[4] Dentre os artigos que observei mais aprofundadamente, os mapas se fazem presentes na maioria deles. Isto pode demonstrar a importância que é dada ao local onde se faz pesquisa, que é contrabalanceada pelo fato da conservação de cetáceos tratar de aspectos cosmopolitas, por esta ser uma característica de algumas dessas espécies, como a jubarte. Os dados produzidos ali, portanto, transpassam diversas escalas de proteção.

[5] Os artigos que contém fotografias dos animais ou suas partes geralmente abordam questões relativas à morfofisiologia ou à foto-identificação, mas também podem possuir uma função de divulgação, onde esse elemento é mais profundamente explorado.

[6] Menciono a presença dos aparelhos e a ausência de detalhes da sua participação na feitura do dado, pois muitas vezes tem-se exatamente uma *menção* (não passando disso) de que materiais foram utilizados para tal. O uso já consagrado em outros trabalhos, e estabelecido em paradigmas e métodos, faz da explicação de determinados mecanismos que criam inscrições algo obsoleto, porém, a sua presença, por vezes, ainda se mostra importante como forma de demonstrar descritivamente a robustez do método utilizado (nestes casos, as interações entre os aparelhos, objetos e amostras podem ser altamente detalhadas), ou até mesmo como um elemento que se relaciona diretamente ao comportamento do animal observado, o que, ironicamente, é muito diferente do tratamento que é dado à presença dos próprios pesquisadores, que tende a ser obliterada durante as análises do comportamento do animal.

quais tipos de leis operam no território utilizado pelas baleias, lembrando-se que a elaboração de leis e instituições são parte da constituição de uma arena ambiental devotada a um problema ambiental específico (HANNIGAN, 2009), neste caso, a conservação das baleias e a negociação para a manutenção dos diversos tipos de relações estabelecidas entre humanos e estes seres, de predação à proteção (DESCOLA, 2012). Por ser "terra de ninguém", as chamadas águas internacionais não possuem regulamentação própria, são consideradas áreas livres para o trânsito de embarcações, à exceção dos tratados e convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos do Mar, da qual o Brasil é signatário (ANDRADE, 2006). Outra questão diz respeito às técnicas e aos problemas da conservação sem fronteiras, como é o caso dos oceanos.

Desta forma, a proteção ambiental exercida por projetos, como os desenvolvidos pelo IBJ, se dá, primeiramente, nas águas territoriais, frequentadas pelas baleias principalmente em algumas épocas do ano para fins reprodutivos, e onde várias empresas vendem o serviço de turismo ambiental para avistamento de baleias, por vezes acompanhados por profissionais do Instituto que trabalham com monitoramento, pesquisa e fiscalização das atividades que envolvem os animais. Outro mecanismo utilizado para a proteção nos oceanos são os chamados Santuários, como por exemplo, a proposta do Santuário de Baleias no Atlântico Sul, defendida pelo Brasil, com apoio da Argentina, Uruguai e África do Sul, dentre outros países, entrando na lista de prioridades da Comissão Baleeira Internacional (CBI) para 2015 e 2016.

Como exemplo de conflitos possíveis entre diferentes formas de se relacionar com a baleia, no plano de uma arena ambiental menos circunscrita ao âmbito local, cito a reunião onde se debateu sobre a criação desse Santuário no Atlântico Sul, que ocorreu em setembro de 2014, sendo que o projeto não foi aprovado desta vez. O Japão, país com tradição de caça e consumo de baleias, foi um dos 18 países que votou contra a criação do mesmo (seria necessária aprovação de 75%, mas só foram atingidos dois terços dos votos positivos)[7]. O Japão possui uma demanda de caça para populações humanas tradicionais costeiras, mas a CBI já negou este direito, dentre outras demandas como direito de caça para finalidade de pesquisas científicas[8]. Neste conflito em particular, os países ficaram polarizados entre países protetores e caçadores, devido a uma série de controvérsias envolvendo o comércio da carne de baleias e golfinhos no Japão.

[7] Fonte: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticias/comissao-rejeita-criacao-santuario-baleias-atlantico-sul-801418.shtml> (último acesso em 18/11/2014).
[8] Fonte: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI1651619-EI299,00.html> (último acesso em 18/11/2014).

Segundo constatei em minha pesquisa, a atuação do IBJ possui maior potencial de mudança nos quadros da condição de risco da espécie, através das arenas menos localizadas[9], como a CBI, que possui suas próprias peculiaridades. A CBI foi criada dentro da Convenção Internacional para a Regulação da Caça Baleeira (*International Convention for the Regulation of Whaling*), assinada em 1946, com propósitos de manutenção dos "estoques" de baleias nos oceanos, dada a sua depleção por anos de caça exploratória e industrial no mundo todo (IWC, 1946). Neste âmbito, a manutenção das relações com a baleia se restringiam ao seu uso enquanto recurso natural, e, apesar da adaptação ao longo dos anos em incluir agendas conservacionistas, a existência da baleia enquanto recurso persiste e predomina, o que explicaria a ausência de relevância atribuída às questões éticas, subjetivas, ou do valor intrínseco da espécie, nesta arena específica, aumentando a atenção que é dada aos impactos que poderiam causar a diminuição populacional e aos argumentos pró e contra a caça que mobilizem recursos financeiros[10].

A mobilização da baleia enquanto recurso ou enquanto espécie parece diminuir a visibilidade dos aspectos mais únicos e especiais destes seres, que, por outro lado, são ressaltados por meus interlocutores mais durante a fala do que nos textos. Esta peculiaridade do coletivo que observo, denota outras características do que concerne a exposição das relações entre os pesquisadores e seus sujeitos-objetos, que é muito contida nos materiais

[9] De acordo com apresentações de membros do IBJ em eventos dos quais participei como ouvinte (COLOSIO, 2015; MARCONDES, 2015), que foram voltados para públicos diversos – de mestres de embarcações a medicina veterinária –, a maioria das jubartes e outros grandes cetáceos encalham já mortos ou, já muito debilitados, eventualmente morrem. Conclui-se, tragicamente, que o sucesso do trabalho dos resgates, considerado ao pé da letra, é, devido à falta de estrutura e à fragilidade destes gigantes fora da água, de fato, bastante improvável. A probabilidade é tão pequena, e os riscos que envolvem "salvar" uma baleia – emalhada em uma rede, por exemplo – são tão grandes, que, quando isso ocorre, torna-se um evento memorável, e ainda assim pouco se sabe sobre o destino do animal após sua liberdade. Devido a essa contingência, nas arenas locais, o trabalho de campo possui pouca significância no sentido efetivo de "salvar" indivíduos, porém, este se desdobra em pesquisas, estas sim que atuam nas arenas mais amplas e atualizam os quadros de risco – trabalho este que se relaciona diretamente aos números e estimativas dos animais.

[10] "Ah... além de sensibilizar as pessoas, é uma forma de você agregar um valor econômico pra conservação daquela baleia. Daquele animal. Então quando a gente vai pra uma reunião da Comissão Internacional da Baleia, que começou como um clube de caçadores, [...] os países que caçavam baleia se reunindo pra estabelecer quanto que cada um ia caçar, pra ver se sobrava pro ano seguinte. Só que a medida que as populações foram diminuindo e os países foram parando de caçar, eles passaram a mudar, alguns países passaram a mudar a posição e ter uma posição conservacionista. Então quando a gente vai pra uma reunião dessa, o Japão e os países que caçam, e os países que apoiam o Japão, vão defender a caça da baleia porque é um recurso econômico importante pro Japão, porque vai alimentar não sei quantas pessoas, porque gera um mercado de não sei quantos mil dólares pro Japão, pra economia do Japão. Em contrapartida, os países que defendem a conservação, chegam e falam "mas eu preciso dessa mesma baleia que ele quer caçar, eu preciso dela viva, porque aqui no meu país ela gera renda pra população local, através do turismo de observação de baleias..." [Trecho da entrevista realizada com M. M. em 19/03/2015, em Caravelas, BA].

publicados. Um aspecto interessante desta peculiaridade é uma espécie de ambiguidade da aparição dos agentes humanos nos artigos acadêmicos.

As presenças dos agentes humanos que participaram da constituição das inscrições e do produto final de um artigo estão, como uma exceção à regra, manifestas em alguns textos através da descrição de certos mecanismos de correção de falha humana. No caso mais corrente, tais agentes aparecem como uma das diversas covariáveis que podem influenciar o viés de um dado número de indivíduos em uma estimativa populacional[11]. Assim como as outras variáveis consideradas, o agente humano pode ser tratado como um fator constante ou variável, ou ainda ambas as coisas. Sua presença acarreta a suposição de uma série de animais perdidos ou não vistos pelos olhos humanos, estimados via complexos cálculos estatísticos.

Desta forma, o humano aqui significa um erro potencial, mas que, quando é considerado como mais um dos aparelhos ou condições necessárias para a destilação do dado da natureza, passa a aumentar a precisão de uma estimativa. Em outra forma de aparição dos agentes humanos na produção dos dados, sua presença é mencionada como um compensador de erros durante o trabalho de foto-identificação, quase o exato oposto de como é considerada no outro exemplo citado anteriormente. Contudo, embora pareça uma situação oposta, um mesmo tipo de paradoxo se faz visível, pois o erro – dos aparelhos ou dos humanos –, aqui é compensado pela presença de mais um humano julgando aquele dado[12], diminuindo assim a possibilidade do equívoco. Devido à inexistência de tecnologias que saibam interpretar, por exemplo, o padrão de uma cauda de baleia fotografada de ângulos variados com precisão satisfatória, no caso da foto-identificação, a compensação do erro pode ser realizada adicionando mais um par de olhos humanos – insubstituíveis e – engajados na análise comparativa.

Estas duas formas de aparição demonstram a ambiguidade da presença humana, que confere maior objetividade ao dado, ao mesmo passo que insere o erro na equação que o conforma[13]. Essa ambiguidade pode ser balizada por fontes extras de certeza, utilizando citações de outras pesquisas e referências às origens do método utilizado. O que ocorre

[11] "We considered the following covariates: time of day, transect direction, observer, sighting side (left/right), swimming direction, cue type, geographic stratum, sea state (Beaufort), visibility, pod size, day of year, depth, glare, and cloud cover" (ANDRIOLO et al., 2010:236. Grifo meu.).
[12] "The selection of photographs for the Brazil catalog followed standard international protocols (Katona and Beard 1990, Rosenbaum et al. 1995, Calambokidis et al. 2001). All photographs were compared by at least two trained persons, and a third was consulted in the event of ambiguity" (ENGEL & MARTIN, 2009:966).
[13] No caso dos cruzeiros de observação de baleias, a interação é sempre existente e considerada, porém, nem sempre tida como "negativa" do ponto de vista da criação de ruído no comportamento "puro" do animal. Esta interação, no campo, pode ser considerada neutra, dependendo menos de um trabalho humano de correção da impureza, e mais da resposta comportamental do animal à presença humana, que pode ser "neutra" ou "negativa".

quando um enunciado se repete dentro e fora de uma instituição de pesquisa, é um desaparecimento da subjetividade, ou seja, a inscrição que é repetida no mundo exterior se torna objetiva (LATOUR & WOOLGAR, 1997:86).

É interessante notar como os comportamentos dos animais que causam a empatia e admiração nos que lidam diretamente com eles, muitas vezes acabam sendo obscurecidos no texto final, como uma forma de traduzir uma objetividade, talvez. Acredito que esta limpeza ocorra no processo de exclusão de algumas das interações que ocorrem em campo, ao objetivarem-se outras através da escrita. A ocorrência disso nos textos se dá, mesmo que em outras frentes de atuação, internacionalmente e regionalmente, e com a educação ambiental, o coletivo atue no sentido de garantir a perpetuação da existência dos animais, sua conservação e bem-estar, podendo ou não transparecer sua relação subjetiva, a empatia e a admiração. O que chama atenção é o fato da baleia ser mobilizada enquanto espécie bandeira, cujo valor propagandístico e carismático deveria ser relevante a priori, o que não se mostra tão evidente nas discussões e resultados das pesquisas e nas inscrições. A pouca mobilização do carisma da baleia – que ocorre nas produções acadêmicas e nos argumentos utilizados para a proteção – é compatível com a própria escolha dos objetos de estudo, pois são poucos (ou nenhum) os trabalhos que abordam questões referentes às capacidades cognitivas dos animais, ou questões éticas, por exemplo. Por outro lado, estas escolhas podem estar relacionadas à dificuldade de obtenção de recursos, já mencionada, e também a uma especificidade da principal arena decisória sobre baleias, a CBI, que, como já expus, privilegia o debate em torno da questão econômica.

Por ora, não percebi as características específicas afetivas ou a relevância ontológica dos animais como sendo relevantes no âmbito "estritamente" textual. A divulgação da "humanidade" ou unicidade das baleias não salta muito aos olhos nos artigos, nem a sua subjetividade, muito embora em comunicações pessoais não restem dúvidas de que as baleias são consideradas seres superiores, ou mesmo transcendentais, com capacidades inimagináveis e impossíveis de descrever cientificamente, justamente.

Ainda que se admire a espécie, ou que se tenha alguma expectativa de um encontro com uma baleia, a visão subjetiva, que está, portanto, muito além do que abrangem os textos científicos sobre o animal, parece-me só ser possível a partir do encontro pragmático interespecífico.

> Consideramos a seguinte afirmação: ontologias são o acervo de *pressupostos sobre o que existe*. Encontros com o que existe pertencem ao âmbito pragmático. Ontologias e encontros pragmáticos não são, contudo, separáveis. Pode-se ver isso já a partir da seguinte consideração: pressupostos ontológicos dão *sentido*, ou permitem interpretar, encontros pragmáticos, mas *vão além* de qualquer encontro particular, seja qual for seu número (ALMEIDA, 2013:9).

No caso, parece-me que, para os pesquisadores, os encontros pragmáticos é que vão além de qualquer ontologia. Por mais que, de fato, exista sempre a possibilidade de ambiguidade ontológica (ALMEIDA, 2013) em um encontro com o mesmo ser, não há indício de que o que tentam explicar de mais importante sobre as baleias, seja algo da dimensão dos modos de identificação no mundo (DESCOLA, 2012). Vai muito além do naturalismo que predomina em suas ontologias, portanto.

> M. M. - O turismo de observação de baleias além de ser uma ferramenta pra você sensibilizar as pessoas pra conservação do animal, né, a pessoa vê a baleia do lado do barco, saltando, aquela coisa assim... Você já viu baleia? Não?
> C. - Só morta...
> M. M. - Precisa ver viva. Aí você vai entender o que eu to te falando.
> [Trecho da entrevista realizada com M. M. em 19/03/2015, em Caravelas, BA].

O contato pragmático parece ser a única forma encontrada pelos "baleiólogos" (como gosto de chamá-los) de "descrever" uma baleia assim como a enxergam. O conhecimento purificado não parece ser capaz de trazer ao público a noção da peculiaridade dos encontros e dos animais em si. Talvez – como evidenciado pela vontade de "proteger mais um pouquinho", na fala de um dos meus interlocutores –, na interpretação do dado, – e, consequentemente, na decisão que o dado media –, o amor, a relação subjetiva e o status ontológico do bicho[14], se façam mais presentes do que na transformação do encontro em escrita, mesmo que as interpretações e usos do dado estejam também em consonância com outros princípios da conservação, já estabelecidos com legitimidade destacada nessas arenas. Seus encontros são facilitados pelo privilégio da situação de pesquisa, que proporciona a proximidade com seus objetos de desejo e afeição. Facilitados, pois, é regulamentada a

[14] Refiro-me por "bicho" às espécies com as quais trabalham os meus companheiros de campo, que constantemente chamam-nas desta forma (Apêndice C). Interessante notar que esse mesmo termo também era utilizado no Conservation Ecology Research Unit (CERU), lá, em referência aos elefantes africanos (TORRES, 2013).

permissão para aproximação dos animais a menos de 100m, que é a distância mínima permitida durante o avistamento turístico de baleias.

Assim sendo, os motivos para a continuidade da proteção, e a negação imperativa da caça enquanto atividade repulsiva e cruel nas arenas internacionais, apesar de não explicitados na dimensão formal comunicativa, onde predominam os argumentos ecossistêmicos e materiais, passam também pela condição valorativa do animal em si mesmo – o que é muito claro em outras instâncias, que não está. Neste sentido, a importância do turismo de avistamento começa a ser vislumbrada, como um poderoso veículo de publicização e sensibilização do valor intrínseco da espécie, e uma poderosa arma contra a caça, internacionalmente. Considerando as características das arenas onde suas pesquisas voltadas para a conservação atuam, "faz sentido" que a subjetividade da relação e o conhecimento de aspectos incríveis sobre os seus sujeitos-objetos – que é dado via interações que transbordam das situações de pesquisa – não apareçam mais evidentemente em um projeto que é de pesquisa, mas que também é voltado para a conservação. Na dimensão formal, não parece haver espaço para o fluxo de todo conhecimento que é gerado a partir dos encontros entre humanos e baleias, que acabam contidos por uma ontologia naturalista e capitalista, muito bem demarcada.

2. A *atipicidade* como multiplicador de agências

Em alguns casos que encontrei em minhas primeiras visitas a Caravelas, um tipo de enunciado específico me chamou a atenção: nos textos que li e relatos que ouvi, a *atipicidade* de alguns eventos, comportamentos ou morfologias de animais se mostrou como um enunciado científico à parte bastante significativo.

Latour e Woolgar (1997) definem seis tipos de enunciados em uma escala crescente da aceitação do conteúdo deste como fato estabelecido. Não utilizei como modelo os tipos de enunciado de maneira sistemática, porém, acho interessante observar uma peculiaridade neste coletivo que observo, do frequente aparecimento da atipicidade como fator que agrega novas agências, por meio de informações e fatos nascentes que guardam em si um potencial de alterar um estado estabelecido das coisas. Esta característica é muito diferente do observado em outras situações, como analisado por Sordi e Lewgoy (2013) no caso da identificação de um caso atípico de "doença da vaca louca" no Brasil:

> O título deste trabalho pergunta: o que pode um príon? Analisando-se os desdobramentos do "caso atípico" de EEB no Brasil, uma primeira resposta possível a esta questão é: um príon é capaz de mobilizar uma imensa cadeia de associações e alianças que gravita, em maior ou menor grau, em torno da OIE, seus protocolos e suas normatizações. Em outras palavras, tudo depende do modo com que o evento priônico é traduzido, transladado e transformado no interior deste macroagente, sobretudo a manutenção ou não de um determinado status sanitário (SORDI & LEWGOY, 2013:134).

No caso narrado por Sordi, o discurso da atipicidade mobilizava a ideia de irrelevância do caso de vaca louca que era descrito e amplamente divulgado pelas mídias. Tal irrelevância se dava no sentido de que o caso não deveria ser tratado como o era feito nos demais países-com-vaca-louca, tornando o Brasil um país hipoteticamente descolorido no gráfico da OIE que a partir de então oficialmente passou a registrá-lo em vermelho. No caso que eu acompanho, ao se mobilizar o discurso da atipicidade na conservação das baleias, este se deu num sentido de potencializar a relevância de um "ponto fora da curva", coisa que corriqueiramente costuma ser tratada pelos pesquisadores como mero "ruído" em uma curva normal.

A atipicidade aqui pode ser abordada como se a informação atípica ali veiculada constituísse algo nunca descrito na literatura especializada, devido à (e também demonstrando uma) necessidade de mais pesquisas relacionadas ao assunto ou espécie em questão, mas podendo também ser tratada pelos autores como uma informação inovadora, que rompe com paradigmas e crenças relacionados a um fato dado qualquer sobre os animais.

A potencialidade de romper com a estabilidade do conhecimento em um determinado assunto pode trazer à tona aspectos antes não mencionados ou arbitrariamente obscurecidos, e, deste modo, desconhecidos pela mídia, público abrangente (incluindo os tomadores de decisões), e por vezes pela própria comunidade acadêmica, como no caso da vaca louca, em que ao se elucidar uma situação de crise ou surto da doença, "expunham-se aspectos constituintes do processo domesticatório totalmente desconhecidos (ou solenemente ignorados) pelo conjunto da população" (SORDI & LEWGOY, 2013:129). No caso das baleias, tais informações atípicas, quando tratadas como um novo dado, podem ser desdobradas em novas questões e problemas ambientais que devem ser defendidos como tal nas arenas decisórias, como a CBI, como explicarei.

Vejamos, atípico aqui é algo que importa. Seja um dado, evento, forma ou comportamento, esta coisa atípica se torna importante, tanto nos casos de baleias

cosmopolitas[15], que frequentam locais inusitados, embasando a conservação internacional (política), que ultrapassa as barreiras populacionais; como no caso de uma baleia que é desencalhada[16], que abre novas portas, abordagens e possibilidades para a conservação, além de também alimentar o sentimento de "fazer a diferença" em campo, não apenas diplomaticamente nas arenas internacionais, mas no próprio ato de tratar o bicho.

Abro um parêntese para falar um pouco sobre tal sentimento: Quanto ao sentimento de fazer a diferença, durante uma conversa com uma veterinária do IBJ em minha terceira visita a Caravelas, foi-me relatado que, no Instituto, diferentemente do que ocorre em outros projetos de conservação (voltados para animais menores ou projetos com mais recursos), não existe muito uma prática de "manejo" de animais vivos, como, por outro lado, pode ser observado no próprio caso do CERU (TORRES, 2013), ou do TAMAR[17], no Brasil. Na ocasião falávamos sobre o aumento dos números de jubartes que apareciam nas estimativas populacionais e que eram elogiadas pelo MMA à época, quando questionei a quais trabalhos do Instituto se devia este mérito, tendo em vista que, como ela havia me dito, devido a vários fatores, "pegar o bicho no colo" aqui não era possível. Segundo ela, a eficácia do trabalho de conservação e o aumento dos números se deviam mais ao trabalho feito com as políticas ambientais local e internacionalmente, representando os animais, do que a um trabalho de manejo de fato.

Este panorama – da não existência do manejo como prática que faz a diferença – poderia vir a ser modificado justamente pela agência de uma inscrição atípica em alguma dessas arenas, que é o caso da baleia resgatada. O trabalho político desempenhado por eles nestes espaços tem como base as próprias pesquisas desenvolvidas em campo, e os relatos e dados dali gerados, que, quando atípicos, atuam de modo a trazer voz a novas agências não antes mapeadas. O que foge ao padrão do esperado para determinada espécie é, portanto, um

[15] A jubarte é considerada uma espécie filopátrica e cosmopolita, por estar presente em todos os oceanos do mundo em subpopulações distintas, de acordo com a categorização da CBI. No hemisfério sul é distribuída em seis subpopulações migratórias (A, B, C, D, E, F, G) e uma população residente (X) pouco conhecida e estudada – um ponto fora da curva. As populações são diferenciadas por observações e dados genéticos, porém, os limites e os movimentos entre as populações não são muito bem estabelecido, então vez ou outra aparecem casos de baleias cosmopolitas. A população observada no Brasil é chamada de *Breeding Stock* A (BSA), e, quando não se encontra em temporada reprodutiva em águas brasileiras, migra para alimentar-se no ártico (Fonte: <http://www.baleiajubarte.org.br/projetoBaleiaJubarte/leitura.php?mp=aBaleia&id=102> - último acesso em 21/20/2015).

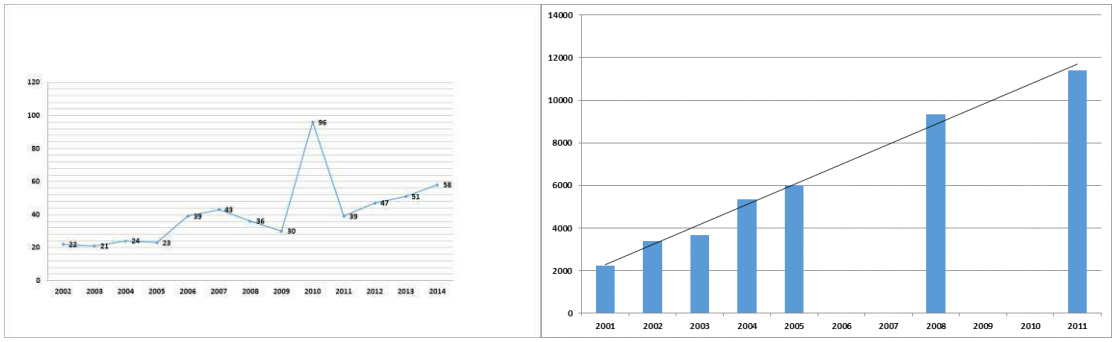
[16] Um caso específico de desencalhe, a mim relatado diversas vezes em campo, me chamou atenção neste sentido, e pode ser acessado via notícias de jornais: <http://oglobo.globo.com/rio/baleia-jubarte-desencalhada-volta-aparecer-8-anos-depois-2928702> (último acesso em 20/07/2015).

[17] No TAMAR, o manejo de ninhos é uma ação que busca influenciar diretamente no sucesso de eclosão dos ovos, e, consequentemente, na sobrevivência dos filhotes. Esta atividade também se desdobra no evento de soltura de filhotes, abertos ao público, como forma de sensibilização e educação ambiental. Todas essas atividades corroboram com um sentimento e reconhecimento público de "fazer a diferença".

tipo de expansão dos limites desta, uma conquista de novos territórios, passíveis de se desdobrarem em novas demandas nas arenas ambientais.

Expansões são geradas a partir do movimento de uma baleia cosmopolita que frequenta locais atípicos, ou não esperados, conectando subpopulações da espécie, e, quando identificada pelos pesquisadores, demonstra a proliferação das agências, proporcionada pela prática científica, que, "[...] após ter pulverizado o universo, necessariamente acaba por espiritualizar sua poeira", como observado por Gabriel Tarde (2007:78). Uma baleia pode romper com a pretensa homogeneidade do padrão de comportamento estabelecido dentro de uma gama de seres, através de uma agência diferenciante que cria novas perspectivas, estas que adquirem poder de modificar o estado de uma multidão que é ávida, mas que é contida por outros tipos de forças (ou crenças).

Uma manifestação poderosa da agência de uma inscrição atípica se deu durante a atualização do estado de risco da população de jubartes do Brasil, ao longo do processo que ocorreu no ano de 2011. Este ano foi precedido por um ano atípico de encalhes da espécie no litoral brasileiro. A condição atípica foi concedida ao número de encalhes por intermédio de um gráfico inscritor (Fig. 1).



Figuras 1 e 2: O eixo horizontal do gráfico da Fig. 1 (esquerda) designa os anos de registro; o seu eixo vertical, o número de animais encalhados. O eixo horizontal do gráfico da Fig. 2 (direita) designa os anos de pesquisas de estimativa populacional; e o seu eixo vertical, a população estimada. Ambos os gráficos foram concedidos por M. M. em setembro de 2015.

O pico no ano de 2010 do gráfico acima (Fig. 1), obviamente um ponto fora da curva, apontava para uma anormalidade, cuja causa ainda não foi completamente esclarecida nos meios acadêmico e conservacionista. Após o ano atípico, não se sabia o que esperar das próximas taxas de encalhes, estas que poderiam ou não refletir uma alta na mortalidade dos indivíduos da espécie, assim como era desconhecido se isto seria um indicativo de uma tendência crescente ou apenas um evento pontual. O dado obtido poderia indicar um possível aumento de mortalidade, mas, encalhes, contudo, não implicam uma associação direta à

mortalidade populacional, considerando que a chegada das carcaças às praias depende de uma série de fatores favoráveis, e principalmente do vento e da maré. Nem todos os animais mortos chegam à praia, e, do contrário, só porque não chegam – como ocorreu durante o período dessa temporada de 2015 que estive em Caravelas – não significa que não estão morrendo no mar, do mesmo modo. De toda forma, a atipicidade gritante do ocorrido em 2010 trouxe uma atenção maior para as possibilidades de interpretação deste dado.

Neste sentido, a inscrição adquiriu um forte poder argumentativo contra uma outra inscrição de suma importância dentro dos critérios para a definição do estado de risco do bicho (Fig. 2). Esta segunda inscrição, também gerada pelo coletivo, consiste em um atestado do aumento populacional, e sua eficácia enquanto dado objetivo, segundo foi-me dito, advém da manutenção da continuidade das mesmas condições incertas que foram necessárias para a produção do dado bruto final, como me foi explicado.

> Então você vai me perguntar, e falar "mas tinha 11.400 baleias mesmo?", ou "tinha 9.300?"... Não sei. Seu eu mudar o valor que eu uso pro tempo que a baleia fica na superfície, vai me dar um outro valor. Agora, como eu uso a mesma metodologia, essa tendência eu sei que é real. Pode ser que aqui tivesse um pouco mais, um pouco menos, um pouco mais, um pouco menos, mas a tendência de crescimento que ta me aparecendo aqui, eu sei que isso daí ta acontecendo mesmo. E isso daqui os pescadores empiricamente eles percebem, porque eles todo ano eles falam, "po, esse ano ta muita baleia, muito mais que tinha 5 anos atrás!", né. A gente também, quando a gente vai pro mar, a gente percebe isso daí. A gente ta vendo, sabe, aquela coisa, você ta lá no barco, aí daqui a pouco você ta confuso de que baleia que você foi, porque tem um monte de baleia perto do barco, uma passando pra cá, uma passando pra lá...
> [Trecho da entrevista concedida por M. M., realizada em 19/03/2015, em Caravelas, BA. Grifo meu].

As condições da produção do número de indivíduos estimados, ou seja, a rigidez do método empregado, não busca retratar algo real, de forma alguma. Muito pelo contrário, há uma ciência de suas dificuldades, impossibilidades e imperfeições. Porém, o que se busca retratar (esta sim considerada real e factual) é uma tendência, que já era percebida em campo pelos pesquisadores e por outros agentes, como os pescadores locais. Através dos dados, buscam, portanto, demonstrar qual é o comportamento do número estimado nas mesmas condições – na realidade, e em tempos diferentes – se ele aumenta, diminui ou se mantém, e em qual porcentagem isso ocorre.

Ao confrontarem-se os dois dados na arena decisória sobre o estado de risco da espécie, o gráfico com o pico de 2010 de encalhes ganhou relevância maior, por ser algo não

explicado e não esperado, contra o gráfico "normal" de crescimento exponencial da população, que parecia dar sinais de rápida recuperação. A incerteza do significado pragmático do primeiro dado ativou um dos princípios da conservação seguidos pelo instituto, que visa sempre priorizar abordagens e métodos conservativos, sem perder a busca por acuracidade e legitimidade científica dos métodos que adota. Os princípios seguidos pelo IBJ estão em consonância com o chamado princípio da precaução, estipulado na reunião Rio 92[18], que formalizou politicamente a aderência do Brasil a uma postura de cuidado com as incertezas científicas quando se tratam de questões relativas a riscos ambientais.

Assim sendo, dentro dos critérios estipulados para determinar a ameaça de extinção e das deliberações ocorridas durante o processo de reavaliação, no Brasil, a baleia não foi completamente retirada de um estado de risco se equiparando ao seu estado de risco internacional[19], onde é considerada uma espécie "menos preocupante". Assim, desceu para uma categoria anterior (porém, ainda de risco), se tornando "quase ameaçada". Esta categoria vislumbra a melhor continuidade da manutenção do desenvolvimento próspero da população brasileira de baleias jubartes, frente a um estado de menores riscos em outros âmbitos de atuação do IBJ – estes últimos que aumentam inversamente à diminuição dos estados de risco oficiais da espécie. Esses outros riscos podem consistir em perder oportunidades de financiamentos para sua conservação e pesquisa, perda da relevância dos argumentos pró-conservação da baleia jubarte em relatórios de impacto ambiental e em ações de educação ambiental, e também na diminuição da sua relevância em arenas ambientais nas quais se tomam decisões que afetem a espécie, onde "se diminui a capacidade de proteger a espécie", nas palavras de M. M., em entrevista realizada 19/03/2015, em Caravelas, BA.

Afora isso, as espécies categorizadas como Quase Ameaçada (QA) e Deficiente de Dados (DD) são consideradas prioritárias para pesquisa sobre o estado de conservação, de acordo com a Portaria MMA nº 43/2014[20]. A baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e o boto sotália (*Sotalia guianensis*), espécie a qual se dedica o outro projeto de pesquisa e conservação

[18] "Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental". Fonte: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf> (último acesso em 20/10/2015).

[19] Fonte: <http://www.iucnredlist.org/> (último acesso em 20/10/2015).

[20] Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p_mma_43_2014_institui_programa_nacional_conserva%C3%A7%C3%A3o_esp%C3%A9cies_amea%C3%A7adas_extin%C3%A7%C3%A3o_pro-especies.pdf> (último acesso em 15/08/2015).

existente no IBJ, pertencem, atualmente, às categorias QA e DD, respectivamente. Sendo assim, constituem espécies de categorias não de risco, mas *em* risco, por si só.

Referências

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Caipora e outros conflitos ontológicos. **R@u** - Revista de Antropologia da UFCSCar, v. 5, n. 1, jan.-jun., p. 7-28, 2013.

ANDRADE, Reinaldo de. **Brasil**: Conservação Marinha – Nossos desafios e conquistas. Texto Reinaldo de Andrade; coordenação editorial Sílvia Vivona. São Paulo: Empresa das Artes, 2006.

ANDRIOLO, A. et al. Humpback whales within the Brazilian breeding ground: distribution and population size estimate. **Endangered Species Research** (Endang Species Res). v. 11: 233-243, 2010.

COLOSIO, Adriana. Programa de Resgates de Mamíferos Aquáticos. Apresentação no evento **"Capacitação do turismo de observação de baleias embarcado"**, voltado aos operadores de turismo e mestres de embarcação da região do Extremo Sul da Bahia, promovido pelo Instituto Baleia Jubarte, em Caravelas, Bahia. 25/06/2015.

CREADO, E. S. J.; TORRES, C. C. A.; FREITAS, P. L. T. Algumas reflexões sobre o ambientalismo e duas de suas espécies emblemáticas. Trabalho apresentado na *28ª*. **Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil. 24 p.

ENGEL, M. H.; MARTIN, A. R. Feeding grounds of the western South Atlantic humpback whale population. **Marine Mammal Science**. 25(4): 964-969. 2009.

FREITAS, P. L. T., **A Tartaruga-Descabelada**: associações e fronteiras entre naturezas e culturas em um projeto de conservação. 2014. (monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo).

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HELMREICH, Stefan. **Alien Ocean**: Anthropological Voyages in Microbial Seas. Berkeley: University of California Press, 2009.

IWC. **International Convention for the Regulation of Whaling**. Washington, 2nd December, 1946.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. (Trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34. [1991] 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: Edufba, 2012; São Paulo: Edusc, 2012.

MARCONDES, Milton C. C. Necrópsias em baleias. Apresentação dentro da programação do evento **IX Semana Acadêmica de Medicina Veterinária** e II Simpósio da Pós Graduação em Ciência Animal, da Universidade Vila Velha, no ES. Vila Velha, ES. Brasil. 12/06/2015.

SÁ, Guilherme José da Silva e. **No mesmo galho**: antropologia de coletivos humanos e animais. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2013.

SIMBERLOFF, D. Flagships, Umbrelas and Keystones: Is single-species management passé in the landscape era? [S.l.]: **Biological Consevation** v. 83, n. 3, 1998 p. 247-257.

SORDI, Caetano & LEWGOY, Bernardo. O que pode um príon? O caso atípico de Vaca Louca no Brasil e seus desdobramentos. Revista **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 17, v. 24(1), 2013.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e Sociologia e outros ensaios**. Organização e introdução: Eduardo Viana Vargas. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TORRES, Clara C. A. **Discutindo fronteiras na produção científica sobre os elefantes africanos:** Uma análise do discurso e da agência científica a partir do Conservation Ecology Research Unit (CERU) - Universidade de Pretoria, África do Sul. 2013. (monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo).

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2010.

A TARTARUGA MARINHA SOB DIFERENTES VISÕES DE NATUREZA: O CASO DO TAMAR NO ES[1].

Davi Scárdua Fontinelli
Bacharel em Ciências Biológicas - UFES. Mestrando em Ciências Sociais - UFES.

Resumo: Considerando o contexto espíritossantense, com foco no manejo e na conservação de espécies "carismáticas", a proposta do texto consiste em apontar alguns *movimentos* nas relações locais referentes às ontologias de Philippe Descola e ao processo de categorização simbólica de Roy Wagner. Como forma de análise empírica, realizou-se uma etnografia, durante o mês de março de 2015, nas vilas de Regência e Povoação, localizadas na região da foz do Rio Doce, litoral norte do estado do Espírito Santo. Os *movimentos*, aqui considerados, se deram, principalmente, entre as tartarugas marinhas; os cientistas naturais e estagiários associados ao Projeto de Proteção às Tartarugas Marinhas - TAMAR, atuantes na região; e os moradores das Vilas de Regência e Povoação. Como veremos, foi possível perceber que este dinamismo, tanto ontológico como simbólico, confere alta complexidade às relações existentes na região, resultando, algumas vezes, em sentimentos de disputa e dominação e, em outras, em sentimentos afetivos, dignos de sacrifícios pessoais. Uma segunda "campanha" de campo está prevista para o mês de novembro de 2015, com isso, espero realizar um maior aprofundamento sobre o tema.

Palavras-chave: tartarugas marinhas; ontologias; invenção.

Abstract: Considering the context of Espírito Santo state, focusing on handle and conserve "charismatic" species, the proposed text consists on pointing out some movements in local relations concerning to Philippe Descola's ontology and to the Roy Wagner's process of symbolic categorization. As a way of empirical analysis, it was made an ethnography, during March, 2015, on the villages called Regência and Povoação, located in the region of the Rio Doce's river mouth, the northern coast Espírito Santo state. The movements considered here occurred mainly among sea turtles; natural scientists and trainees associated to the Marine Turtles Protection Project - TAMAR, that are active in the region; and residents of Regência and Povoação villages. As we shall see, it was possible to notice that this dynamism, such ontological as symbolic, gives high complexity to relations in the region, sometimes resulting in feelings of contention and domination, and other times, in emotional feelings worthy of personal sacrifice. A second field "campaign" is scheduled for November, 2015. Thus, there is the hope to accomplish further understanding on this issue.

Keywords: sea turtles; ontologies; invention.

Considerações iniciais sobre a pesquisa

O presente texto é fruto de uma etnografia realizada durante o mês de março de 2015 nas vilas de Regência e Povoação, localizadas na região da foz do Rio Doce, litoral norte do estado do Espírito Santo. Seu objetivo é contribuir para o conhecimento sobre a relação de humanos e não-humanos em meio a disputas ambientais que envolvam o manejo e a

[1] No decorrer da construção deste texto, decidi por mudar o título para "Relações e Invenções com Tartarugas Marinhas: o caso do TAMAR no Espírito Santo". Mas, devido às normas de inscrição, não foi possível.

conservação da fauna silvestre "carismática". A proposta consiste – dentro do limite de laudas – no apontamento de diferentes modos de identificação e de relações ontológicas (DESCOLA, 2012, 2014) compartilhados entre humanos e tartarugas, no contexto espírito-santense.

Além disso, tentei promover um diálogo entre Descola e Roy Wagner (2012), ainda que de forma inicial. Mais precisamente, relacionando as diferentes ontologias às formas pelas quais agentes locais, como cientistas, técnicos governamentais e não governamentais, *inventam*[2] e *convencionam* suas relações com as tartarugas. Estas diferentes conformações relacionais ocorrem nos diferentes momentos em que há interação com estes seres, que por sua vez, exercem um papel central nas relações sociais da região. A maioria destes agentes está vinculada ao principal projeto ambiental em atividade na região, o Projeto de Proteção das Tartarugas Marinhas - TAMAR.

1. Contextualizando

As vilas próximas a foz do Rio Doce, incluindo Povoação e Regência, se estabeleceram nas últimas décadas como comunidades pesqueiras (SALLES, 2011). Atualmente, a vila de Regência é uma localidade bastante conhecida, notadamente pelos turistas. Recebe um grande número de visitantes em datas festivas. Tanto as comunidades de pescadores, como os gestores locais, precisam lidar com esse fluxo de turistas, invariavelmente. A base de Regência se justifica por se tratar de uma área prioritária de alimentação e de desova das tartarugas. Além disso, por conta da alta frequência de turistas, existe um centro de visitantes do TAMAR na Vila.

A Praia de Povoação, por sua vez, não possui um centro para visitantes, como há em Regência, e o Projeto considera a área importante para a desova. Lá existe unicamente uma base, que fica a cerca de 3,5 quilômetros da vila, que aloja pesquisadores e estagiários durante a temporada de desova, para o monitoramento, pesquisa de campo e coleta de dados. Além disso, estudos de cunho socioambiental sobre esta localidade são inéditos. Devido a distância física entre a base e a comunidade, podemos pensar que as relações entre os gestores do Projeto, eventuais estagiários durante a alta temporada e a comunidade são, talvez, igualmente mais distantes. Mas, para sustentar tal afirmação mais dados e estadia em campo são necessários[3].

[2] O conceito de *invenção*, elaborado por Roy Wagner (2012), será melhor trabalhado adiante.
[3] Durante a segunda campanha em campo, prevista para o mês de novembro de 2015, pretendo permanecer mais tempo na vila de Povoação.

Novamente evoco o limite de laudas para justificar o fato de não entrar em detalhes aqui, mas, em suma, depois que cheguei em Regência, consegui, rapidamente, autorização do coordenador nacional do TAMAR para realizar minha pesquisa. Desta forma, tomei como iniciada minha etnografia. Distribuindo meu tempo entre os afazeres de casa (faxinas e cozinha), as leituras necessárias, a escrita do diário de campo, o monitoramento dos ninhos junto aos cientistas, as visitas ao centro de visitantes (CV) e a Reserva Biológica (REBIO) que existem na região, além de outras atividades que de alguma forma envolvem os técnicos do TAMAR e a comunidade, que, diga-se de passagem, não são poucas. Como veremos, a jornada de trabalho dos técnicos e, principalmente, dos estagiários é excessivamente longa, exigindo muita atividade, mental e braçal, além de poucas horas de sono.

2. Projeto Tamar - uma "família" de *workaholics*

Durante minha estadia em campo, sempre que eu perguntava sobre o início das pesquisas com tartarugas no Brasil logo me diziam, de formas ligeiramente diferentes, que eles estavam associados a criação do TAMAR. A grande maioria relacionava o início de tudo a uma expedição realizada em 1977 por um grupo de estudantes de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, no Rio Grande do Sul. Muitos citavam e indicavam a leitura do livro "Assim nasceu o Projeto TAMAR" (TAMAR, 2000).

Uma das características mais marcantes nos relatos cotidianos dos estagiários, demais gestores e até mesmo no próprio livro sobre o Projeto é o fato da expedição ter sido realizada por um grupo de jovens que, através de virtudes pessoais, desenvolveram o desejo de salvar o meio ambiente. Informações semelhantes foram obtidas por Jaqueline Sanz Rodriguez (RODRIGUEZ, 2005 p. 41-48), durante sua estadia em Regência. A autora conta esta história na forma de "mito fundador" do TAMAR. Este ponto é sempre ressaltado e, de certa maneira, acaba servindo como uma maneira de lembrar aos gestores e voluntários atuais, como a paixão e o auto sacrifício pelo trabalho de conservação é crucial para o sucesso do Projeto.

O coordenador dos estagiários[4] (chamado internamente de *trainee*) da temporada 2014/2015, Leandro[5], disse que uma vez assimilada a necessidade de se entregar por completo

[4] Todos os anos, durante a temporada de desova (setembro a março) é necessário que se realize a marcação, acompanhamento e registro do número de ninhos, ovos postos e filhotes nascidos. Para isso, são recrutados, em regime de voluntariado, os estagiários do TAMAR. São, em sua maioria, estudantes de graduação vinculados a algum curso pertencente às ciências naturais. A seleção e consequente alocação se dão através da análise do "perfil do candidato".
[5] Todos os nomes foram modificados, preservando-se somente a primeira letra.

ao trabalho, os estagiários sequer questionam o fato de terem que trabalhar quase 16:00 horas por dia durante a temporada de reprodução. Também não reclamam das poucas horas em que conseguem dormir. Pelo contrário, a maioria encara estes deveres como um verdadeiro privilégio e que, em outros centros de conservação de tartarugas pelo mundo, voluntários pagam quantias altas em dólares para poderem realizar esta mesma quantidade e qualidade de trabalho.

Roy Wagner (2012 p. 82-83), enquanto discorre sobre a cultura ocidental estadunidense, realiza uma série de distinções entre as características que separam questões de trabalho das questões de família. Estas distinções podem ser resumidas no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 - Elaboração própria, com base na leitura de Roy Wagner (2012)

Trabalho (Produtividade)	Família
Público	Particular
Dinheiro	Amor
Serve para sustentar a família	Mas não se baseia em dinheiro ou trabalho
Trabalho em troca de crédito	Relações de partilha
"O dever está acima de considerações pessoais"	"o amor é a única coisa que o dinheiro não pode comprar"

No entanto, no que tange o relacionamento dos "sujeitos" estagiários e seus "objetos" tartarugas, as duas colunas da tabela não parecem tão distintivamente separadas. O trabalho de ambientalistas é comumente associado ao amor e desvinculado de questões financeiras. Também, os estagiários e o *trainee* dividem o mesmo alojamento durante meses e uma das estagiárias com quem conversei, Gisele, me disse que lá eles vivem "como uma família". É como se os indivíduos partissem de sentimentos baseados no amor e na partilha para chegarem a resultados que, como consta na tabela "estão acima de considerações pessoais". Bons resultados estão associados ao sucesso na conservação das tartarugas e a futuros financiamentos para o Projeto.

Além disso, um outro episódio também me chamou atenção nesse sentido. Na sala principal do alojamento, existe um quadro com o nome de todos os estagiários da temporada. Na frente de cada um dos nomes estão dispostos uma série de números, que se referem a determinados ninhos que foram encontrados pelos respectivos estagiários. Leandro, em um determinado momento, durante um almoço no alojamento, ao qual fui convidado, me disse que estava bastante ansioso por conta da alta expectativa a respeito da taxa de nascimento de um dos ninhos sob seus cuidados. Perguntei se essas expectativas eram comuns nos demais

estagiários e Leandro me disse que sim, que alguns estagiários passam semanas falando de um ninho específico, ficando muito felizes ou muito tristes, dependendo dos resultados.

Acredito que o índice de sucesso de nascimento dos ninhos associados a cada um dos estagiários também influencia seu *status* hierárquico dentro do grupo[6], mas, ainda assim, o aspecto emocional está presente. Quem nunca se deparou com "pais" que se orgulham e se consideram bons cuidadores com base no sucesso de seus "filhos"?

De acordo com Roy Wagner (2012), o processo de invenção, muitas vezes, acontece de forma inconsciente. Os indivíduos estão constantemente [re]categorizando os símbolos com os quais interagem sem perceber o que estão fazendo. É o caso das tartarugas enquanto símbolo para aqueles que interagem com elas. Em alguns momentos são objetos científicos que, na forma de números, indicam o sucesso ou fracasso do Projeto; em outros, podem ser sujeitos ativos, como são seres antigos que sobrevivem há milhões de anos e por isso são considerados agentes resilientes (CREADO, 2015 p. 02-03); ou passivos, como uma espécie em perigo de extinção, que necessita de proteção; podem ser "filhos" dos estagiários; fonte de alimento e de estreitamento com os vizinhos (RODRIGUES, 2005 p. 113); um tabu alimentar gerador de conflitos. As possibilidades são infinitas.

Em seu livro, "A Invenção da Cultura" Roy Wagner (2012) discorre, dentre outras coisas, sobre a importância do processo de *comunicação* dentro e entre agrupamentos culturais e de como este processo só é possível através da relação dual entre *invenção* e *convenção*. A *convenção* se expressa através de inúmeros *contextos* que afetam e carregam uns aos outros e, quando estes *contextos* culminam em novas categorizações simbólicas, eis a *invenção*. Todavia, cada cultura tende a assumir que os significados convencionalizados dentro de seu próprio arcabouço simbólico são inatos (WAGNER, 2012).

Desta maneira, não faz sentido falar em significados primários para qualquer símbolo. Os *significados* são produtos das relações, uma função das maneiras pelas quais criamos e experienciamos *contextos:* "a definição e a extensão de uma palavra ou outro elemento simbólico constituem fundamentalmente uma mesma operação" (p. 115). Ou seja, quando utilizamos um elemento simbólico qualquer, estamos sempre estendendo suas associações, adquiridas através de sua integração convencional dentro de diferentes contextos, de forma inovadora.

[6] Buscarei pela confirmação desta hipótese durante minha segunda estadia em campo, no mês de novembro.

Nesse sentido, também é possível pensar nos movimentos entre diferentes categorizações, através dos modos de identificação ontológica de Philippe Descola (2012, 2014). O autor aborda os conceitos de "modos de identificação" e "modos relacionais", inferindo que as formas gerais de relações locais estruturam as conexões entre entidades que são distinguíveis através dos diferentes modos de identificação utilizados. Para tal, o autor comenta sobre quatro diferentes modos de identificação que se propõem a tratar sobre a relação entre *interioridade* e *fisicalidade* de forma que esquematizem nossa experiência no mundo, de acordo com o arranjo dos seres existentes e suas propriedades ontológicas.

O primeiro deles é o *animismo,* uma visão na qual existe uma continuidade de *interiores* e uma descontinuidade relacionada à *fisicalidade*. De acordo com o *animismo*, todas as categorias ontológicas participam do fenômeno da sociedade, com diferentes perspectivas umas em relação às outras. A partir deste último pressuposto, Descola (2014, p. 275), considera o Homem, e suas mais diversas atividades, como produtos de interações com outros corpos e forças de igual valor. Eduardo Viveiros de Castro cita Philippe Descola para observar que na cosmologia *animista* "o referencial comum a todos os seres da natureza não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição" (DESCOLA, 1986, p. 120 apud VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 119).

Em seguida, o *totemismo*. Descola aponta que o totemismo é mais do que aquele dispositivo classificatório universal, que Lévi-Strauss tentou desmerecer em "A Ilusão Totêmica" (2014, p. 275). É algo além disso, trata-se de uma ontologia na qual todos os seres, humanos e não humanos, afiliados a um determinado totem, compartilham aspectos de suas *fisicalidades* e/ou *interioridades*. O principal totem de um grupo geralmente é um animal ou uma planta, mas seu nome não necessariamente coincide com a entidade taxonômica representada. Em alguns casos é uma referência a uma qualidade abstrata associada à figura representada no totem e a todos os seres afiliados a este.

Em terceiro lugar nos fala do *analogismo,* que situa as diferentes ontologias em uma escala de diferenciação gradual, sem que necessariamente haja uma conexão física ou espiritual entre as diferentes partes que a compõem. Descola chama o analogismo de "sonho hermenêutico de completude e totalização, procedente de uma insatisfação" (p. 276, tradução minha), de acordo com o autor, esta insatisfação vem da tentativa de organizar as descontinuidades do mundo, de modo a fazer com elas pareçam, de alguma forma, contínuas.

Por último discorre sobre o *naturalismo* (relacionado com a visão adotada pelo ocidente) marcado pela dualidade descontínua, entre um polo único de oferta de recursos necessários – a natureza – e outros polos, plurais, que realizam a utilização destes recursos de forma espontânea e diversa – as culturas. Neste modo de identificação, ao contrário do que ocorre na ontologia *animista*, existe uma descontinuidade de *interiores* e uma continuidade *física* (DESCOLA, 2014 p. 277). Além disso, para o autor, apesar de existirem algumas ontologias que se aproximem bastante de modelos "puros", situações de hibridismo, nas quais ocorre uma ligeira dominação de algum dos modos de identificação sobre os outros, seriam as mais comuns (p. 277).

O TAMAR é parte de uma instituição governamental que pratica e se fundamenta em pesquisas científicas baseadas nos paradigmas evolutivos das ciências naturais. Logo, podemos associá-lo a um modo de identificação naturalista. Mas, o comportamento dos estagiários, que trabalham como voluntários, nos remete a questões emocionais que elevam as tartarugas a outro patamar ontológico, mais próximo do animismo. Elas passam, em determinados momentos, de um táxon ameaçado para um ente merecedor de dedicação e amor incondicional, um ser pelo qual vale a pena "se matar de trabalhar". Para Roy Wagner, a família não se baseia em dinheiro, mas o trabalho serve para "sustentar" a família (WAGNER, 2012).

Esta é uma postura que, de certa forma, acaba sendo esperada dos estagiários. Uma das tirinhas da Galera da Praia mostra – perdoem-me a blasfêmia sociológica – o "tipo ideal" do estagiário do TAMAR, a saber: um indivíduo emocionalmente envolvido com outras pessoas e com as tartarugas, mas, que ao mesmo tempo, possui um grande senso de responsabilidade e preocupação para com os dados científicos (Imagem 1[7]).

Imagem 1 - Tirinha da Galera da Praia lançada em 31 de agosto de 2013.



[7] Imagem retirada do site <http://www.tamar.org.br/galera_da_praia.php>. Último acesso em 04 set. 2015.

Desta forma, para finalizar a sessão, utilizarei um trecho da análise de Guilherme Sá (2013), sobre a relação entre sujeito e objeto nas ciências naturais, principalmente no que se refere a estudos com animais de grande porte. O autor se refere aos primatólogos que observou para sua pesquisa, mas creio que algo parecido pode ser pensado sobre a relação entre os estagiários do TAMAR e seus ninhos e tartarugas:

> A procura pela objetividade dos dados, pela não influência, a busca pela naturalidade nas ações dos objetos de estudo (primatas e primatólogos) evidenciava progressivamente a subjetividade das relações entre pesquisador e objeto. De um problema objetivo entre termos relacionados emerge a constatação da subjetividade desta relação. Cada primatólogo tinha uma forma particular de se relacionar com seu objeto de estudo. Lidar com os macacos diariamente incutia em estabelecer relações com eles que passavam pelo crivo do cientificismo, mas muitas vezes não se mostravam tão objetivas quanto se esperava delas. Absorvendo a noção de "tradução com pequenas traições" (Velho 2002) a tradução da Ciência parecia abrir espaço para pequenas traições subjetivas no curso do trabalho dos cientistas. Pequenas traições do cotidiano a uma 'Verdade' epistemológica residente na grande empresa da Ciência (SÁ, 2013. p. 30).

3. Invertendo convenções

Diferentemente do que alguns podem pensar, nossa interação com as tartarugas não se tornou significante apenas em tempos contemporâneos. Na realidade, a convivência entre humanos e tartarugas é longa e complexa, com registros na história antiga de diversas civilizações e em várias partes do mundo[8]. Além da obtenção de carne, óleo e de seus cascos, outros meios de interação menos utilitaristas também têm importante papel na relação homem-tartaruga.

Como veremos adiante, diferentes "tipos de relação" homens-tartarugas ainda existem atualmente e vez ou outra, estas diferentes formas de ver o mundo se encontram. Estes animais já foram utilizados como poderosos símbolos em diversas culturas e podem nos ajudar a entender como diferentes civilizações interagiam com o mar e, de certa forma, nos dar indícios sobre a visão que tinham a respeito da natureza (FRAZIER, 2005 p. 05). O mesmo autor, em outro artigo, aponta que as relações contemporâneas entre humanos e tartarugas também são ricas e diversas (FRAZIER, 2009. p. 242).

[8] Para mais detalhes ler os textos "Prehistoric and Ancient Historic Interactions between Humans and Marine Turtles" e "Marines Turtles of the Past: a vision of the future? ", de Jack Frazier. O Primeiro texto é o capítulo inicial do livro "The Biolgy of Sea Turtles - Vol II" (2003) e o segundo é o décimo capítulo do livro "The Future from the Past: Archaeozoology in Wildlife Conservation and Heritage Management" (2004).

No caso do ES, há relatos de várias gerações que utilizavam, antes da chegada do TAMAR, a tartaruga como fonte de alimento, medicamentos, ornamentos e como uma forma de fortalecer os laços entre os moradores da região, através da oferta de sua carne como presente (RODRIGUEZ, 2005 p. 113). Sendo assim, existem conflitos multidimensionais que envolvem as tartarugas marinhas, sobretudo a sua dimensão valorativa, comparando as diferentes formas de relação homem-animal estabelecidas, de um lado, por agentes governamentais e não governamentais e, por outro, pelos grupos sociais aos quais voltam-se as ações de mediação dos conflitos com estes animais.

Na região do Rio Doce a coleta dos materiais oriundos das tartarugas era realizada pelos *carebeiros*, pescadores que se especializaram, de forma empírica e através de ensinamentos ancestrais, em técnicas de rastreamento e intercepção das tartarugas fêmeas que subiam em terra firme para desovar. Estes especialistas sabiam encontrar os ninhos enterrados, sabiam os locais e a época preferencial de desova de cada espécie, sabiam localizar os rastros deixados pelas tartarugas, dentre muitos outros conhecimentos. Eram, também, membros bastante respeitados em suas comunidades, pois possuíam um tipo de saber que poucos compartilhavam. Em uma região de restinga, na qual só habitam primordialmente pequenos mamíferos, as fontes de carne vermelha são escassas e uma tartaruga de 250 quilos é uma reserva considerável, senão extraordinária, deste tipo de alimento[9].

Depois da chegada do Projeto TAMAR e da criação da Reserva Biológica de Comboios, no início da década de 1980, as práticas relacionadas ao consumo de ovos e carne de tartaruga foram proibidas e, desta forma, o início das relações entre as partes foi marcado por diversos conflitos. Buscando reverter a situação, o TAMAR realizou uma iniciativa que, além de beneficiar enormemente o Projeto, de certa forma, amenizou um pouco as tensões entre este e os moradores locais, eles *inventaram* um novo significado para a *carebada*.

Além disso, como as pesquisas com tartarugas no Brasil ainda não possuíam precedentes, os técnicos do TAMAR simplesmente não sabiam exatamente qual metodologia de campo seria ideal para que fosse possível a verificação, coleta e marcação das tartarugas que desovavam em nossas praias, assim como de seus respectivos ninhos. A grande "jogada de mestre" do TAMAR foi convencer os principais *carebeiros* de cada comunidade a redirecionarem os objetivos de suas práticas. Eles continuariam *carebando*,

[9] Em sua dissertação, Jaqueline Sanz Rodriguez aponta fortemente que, para os nativos de Regência, a carne da tartaruga é considerada "carne vermelha" (RODRIGUEZ, 2005).

mas, ao invés de coletarem os ovos e a carne das fêmeas, passariam a identificar os ninhos para o TAMAR, em troca de um salário, passando seu precioso conhecimento para os técnicos de campo, além de auxiliarem estes últimos em suas atividades.

> O *carebeiro*, inclusive, é um termo usado, e as vezes criticado por alguns estudiosos, pelo fato... ele era o termo usado para aquele pescador, aquela pessoa que comia a tartaruga, esse era o *carebeiro*. Então, o *carebeiro* era quem ia na praia atrás dos ovos e ia na praia atrás das fêmeas, para o abate delas. Então manteve-se o nome *carebeiro*, mas se mudou a função dele. [...]. Então é fundamental essa troca, realmente uma troca. Inclusive os *carebeiros*, eles ensinaram os primeiros técnicos, como se achar as desovas, quais eram os principais locais, quais eram as *carebas* que desovavam aqui [...] então eles que ensinaram muito do que o TAMAR sabe hoje (Jaime, entrevista 23 de março de 2015).

Esta aliança com os *carebeiros* não eliminou todos os conflitos de imediato, pelo contrário, esta atitude serviu para dividir a comunidade entre aqueles que ficaram do lado dos *carebeiros* e aqueles que os acusaram de traição. No entanto, o TAMAR conseguiu também, isso sim de imediato, os melhores "consultores" possíveis para atingir seus objetivos e desenvolver um protocolo metodológico de campo de qualidade, no que tange o manejo de tartarugas marinhas.

Assim, com o tempo, o Projeto e as pessoas vinculadas a ele conseguiram, de certa forma, *convencionalizar* (mesmo que parcialmente) sua forma de se relacionar com as tartarugas na região. Até hoje existe desaprovação em relação ao Projeto, mas aparentemente de uma forma menos direta. Logo, acredito, a *[re]invenção* da *carebada* pelo TAMAR pode ser considerada um bom exemplo de *inversão de convenções*. Antes, a *carebada* em busca de ovos e carne era uma categoria *coletivizante*, ao passo que carebar como forma de ajudar o TAMAR era uma categoria *diferenciante* (associada a traição). Com o passar dos anos, com a consolidação do TAMAR enquanto autoridade na região, as categorias se inverteram, sendo que hoje, carebar com o objetivo de coletar ovos e carne é *diferenciante* (associada ao crime) e carebar nos moldes do TAMAR é *coletivizante*, é o "normal".

Nesse sentido, podemos pensar nesta *inversão de convenções* através nos modos relacionais ontológicos de Descola (2012). É possível considerar que houve, ao longo do tempo, uma mudança nas proporções entre uma relação de predação/dádiva (caça e partilha da carne) e uma relação de proteção/transmissão (proibição da caça e educação ambiental), ambas predominantemente naturalistas. A primeira tendo perdido espaço para a última.

Vale destacar que, Descola (2012. p. 449) considera as relações de predação e de dádiva como sendo mais horizontais, se comparadas com as relações de proteção e transmissão. Estes dois tipos de relação seriam universais, sendo a primeira negativamente assimétrica e a segunda positivamente assimétrica, tratando, ambas, do movimento de algo valioso entre duas partes ontologicamente equivalentes. Ora, sem a sua presa, o predador deixa de existir, assim, a predação é o ato de se apropriar de algo sem oferecer nada em retorno. Antes de uma intenção de eliminar, trata-se de um reconhecimento do outro como sendo indispensável para a perpetuação de si mesmo (p. 455). A dádiva é considerada pelo autor como uma transferência única que pode, eventualmente e sem garantias, resultar em uma contratransferência. Este tipo de relação é baseado no conceito de confiança, que é ao mesmo tempo uma combinação de autonomia e dependência (p. 452-454).

No que tange a relação de proteção/transmissão, o autor considera o movimento nestes dois tipos de relação como sendo imperativo, dependendo de apenas uma das partes para se concretizar. Além disso, operam entre diferentes hierarquias ontológicas. A proteção é uma relação de dominação, do protetor sobre o protegido e apesar de nunca ser recíproca, em alguns casos, pode se inverter ao longo do tempo. Frequentemente é mutuamente rentável, mas, ainda assim, a relação é desigual (DESCOLA, 2012. p. 463). A transmissão é o modelo de relação que, acima de todos permite a dominação dos vivos, pelos mortos. A ênfase das relações de transmissão reside, principalmente, nas consequências institucionais vinculadas aos ancestrais de um certo grupo (p. 464). A meu ver, aqui, no caso considerado, esta relação se refere à transmissão dos ideais conservacionistas do TAMAR para as futuras gerações, através das iniciativas de educação ambiental.

4. Dando bandeira

Enquanto passava os dias acompanhando os técnicos e gestores do TAMAR, um conceito era trazido à tona, vez ou outra, para explicar porque a imagem das tartarugas marinhas é tão importante para o Projeto, o conceito de espécie bandeira. De acordo com Frazier (2005) este conceito – diferentemente de conceitos como "espécie-chave" ou "espécie-indicadora" – não vincula absolutamente nenhuma qualidade ecológica ou biológica às espécies agrupadas sob seu rótulo (FRAZIER, 2005 p. 14). Logo, o conceito está intimamente ligado à questão do nível de carisma que a espécie transmite para o público em geral.

Ou seja, quando o termo *espécie bandeira* é utilizado, mesmo nas práticas cotidianas, para atribuir características biológicas às tartarugas, afirmando que elas são responsáveis pela manutenção de diversas outras espécies ou de seu ecossistema, está se realizando uma re-categorização, que muitas vezes passa desapercebida. Certamente, uma determinada espécie pode ser, ao mesmo tempo, uma espécie bandeira e uma espécie-indicadora, por exemplo. No entanto, durante minha experiência de campo, principalmente quando os visitantes estavam sendo instruídos pelos funcionários do TAMAR, era comum ouvir que as tartarugas são espécies bandeira e que por isso contribuem para a conservação de outras espécies, assim como do ecossistema em que vivem.

Talvez, a intenção dos funcionários fosse associar o carisma das tartarugas a uma maior aceitação social do programa e a um consequente aumento dos incentivos que permitem sua forma de atuação, não saberia dizer. Mas na prática, o que aparece, nos termos de Roy Wagner (2012), é uma forma *diferenciante*, talvez inconsciente, da categorização científica "oficial" do conceito de espécie bandeira. O interessante é que, aos poucos, essa *invenção*, talvez fruto de um "mal-entendido", pode acabar sendo coletivizada na forma de uma nova categoria.

Eis um exemplo que ultrapassa as fronteiras do Rio Doce: outra das tirinhas da Galera da Praia (Imagem 2), publicada na data de 16 de fevereiro de 2013, exemplifica o que tento demonstrar. As tirinhas estão sempre acompanhadas de algum informe "menos lúdico", que aparece no canto inferior esquerdo, depois do questionamento "Você sabia?". Na tirinha em questão, o informe diz o seguinte: "Espécies bandeira são aquelas que atraem a atenção das pessoas e são usadas para difundir a mensagem da conservação, beneficiando também espécies menos conhecidas e seus habitats" [10].

Imagem 2 - Tirinha, Galera da Praia publicada na data de 02 de fevereiro de 2013



[10] Texto contido na (Imagem 2), retirada do site <http://www.tamar.org.br/galera_da_praia.php>. Último acesso em 04 de setembro de 2015.

Ao meu ver, nesta sentença o TAMAR associa **diretamente** o aumento da sua aprovação, pelo público em geral, devido ao carisma das tartarugas, ao aumento da conservação de diferentes habitats e das espécies que os ocupam. O projeto, de certa maneira, se personifica em tartaruga, ou melhor, se "quelonifica", conferindo a si mesmo, mas se referindo às tartarugas, características ecológicas extraordinárias. Trata-se, praticamente, dentro de um modo de identificação predominantemente *naturalista*, de uma identificação ontológica *animista*, na qual as duas partes consideradas (tartarugas e TAMAR) passam a compartilhar traços referentes às suas interioridades, a saber: o poder de salvar outras espécies com seu carisma. Não estou dizendo que as tartarugas não possuem tais capacidades, também não posso afirmar que as têm, estou apenas chamando a atenção para o fato de que mesmo uma terminologia científica, a princípio, coletivizada, pode ser [re]inventada sem que se perceba. Do mesmo modo, as alterações no *desequilíbrio* entre diferentes formas de identificação e relações ontológicas podem se modificar de diversas formas.

Logo, por se tratar de um conceito de categorização social, podemos acreditar que a mesma espécie, caso considerada uma espécie bandeira, pode vir a ser simbolizada de formas diferentes por diferentes grupos e/ou diferentes localidades. Em relação ao significado de um determinado símbolo, concordamos com Roy Wagner (WAGNER, 2012).

> **O significado é, pois, produto das relações, e as propriedades significativas de uma definição são resultados do ato de relacionar tanto quanto as de qualquer outro constructo expressivo**. Mas o *significado seria sempre completamente relativo não fosse a mediação da convenção – a ilusão de que algumas associações de um elemento simbólico são "primárias" e autoevidentes.* **Se o significado é baseado na relação, então o bom e sólido sentimento de denotação "absoluta"** (sobre o qual tantas epistemologias linguísticas são fundadas**) é uma ilusão fundada na não relação, ou tautologia"** (WAGNER, 2012 p. 115, grifo meu).

Considerações Finais

Roy Wagner, na citação anterior, apresenta um argumento que pode dialogar com Philippe Descola. De certa forma, ambos sustentam que as diferentes maneiras como significamos e categorizamos as "coisas" ao redor, são produtos das relações que estabelecemos com elas. Os dois autores, ao meu ver, também parecem acreditar em algum tipo de *movimento*, uma fluidez nos arranjos e modelos simbólicos ou ontológicos, respectivamente.

No entanto, acredito que este *movimento* em Roy Wagner se aproxima mais de um sistema *retroalimentador*, no qual invenções e convenções se afetam mutualmente e constantemente, dando origem a novas categorias simbólicas que, por sua vez, serão também [re]inventadas e [re]categorizadas, *ad infinitum.* Descola, por sua vez, me parece apontar um movimento de natureza mais *combinatório/posicional*, no qual os diferentes modos de identificação e relação ontológicos existentes possuem diferentes "dosagens", estabelecendo *desequilíbrios* favoráveis que permitem o domínio de um destes modos sobre os outros. Estes "domínios" seriam, por sua vez, distinguidos de outros através da comparação entre descontinuidades introduzidas "ao redor", ou seja, de sua relação posicional com outras ontologias.

Em seu livro, "Reagregando o Social – uma introdução à teoria do ator-rede", Bruno Latour discorre, dentre outras coisas, justamente sobre o que permite o estabelecimento do que chamamos de social, ou coletivos, assim como o que permite que as diferentes ciências contribuam para tal construção. Assim como Roy Wagner nos fala sobre o movimento eterno entre invenção e convenção (WAGNER, 2012 p. 79-80) e Descola sobre fronteiras ontológicas, marcadas por descontinuidades posicionais, entre diferentes coletivos (DESCOLA, 2014. p. 448), Latour também acredita que devemos considerar o social como algo em movimento, como um fluido que deve ser seguido, não como algo dado, estático, determinado (LATOUR, 2012 p. 25)

Neste sentido, também podemos pensar no conceito proposto por Gilles Deleuze e Félix Guatarri, abordado por Tim Ingold (DELEUZE & GUATARRI, 2004 p. 377 apud INGOLD, 2012. p. 26), o conceito de *materiais e forças.* Estes dois filósofos franceses defendem que as relações essenciais da vida não se dão através da matéria e da forma, como assumido pelo modelo hilemórfico de Aristóteles – tão enraizado no pensamento ocidental – mas pelo fluxo de todos os tipos de materiais e suas diferentes propriedades através das forças do universo.

Deste modo, busquei, dentro do possível, contrapor uma caracterização estática e preconcebida da natureza da tartaruga em relação às diferentes culturas que interagem com elas e que, de alguma forma a categorizam, seja simbolicamente ou ontologicamente. Em seu Manifesto Ciborgue, Donna Haraway (2000, p. 46-49) aponta como a criação de identidades sempre exclui algum aspecto da vida e que, em sua opinião, deveríamos nos atentar aos processos de afinidade que se estabelecem em determinados momentos, e que estão constantemente se modificando, entre diferentes grupos e indivíduos. Seriam identidades temporárias, que se formariam de acordo com os diferentes contextos espaço-

temporais, assim como um ciborgue, que pode modificar seu corpo, sua identidade, de acordo com suas necessidades.

Referências

CREADO, Eliana Santos Junqueira**. Tartarugas marinhas e mudanças climáticas**: uma não-questão para tartarugueiros brasileiros. Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v. 2, n. 2, 2015.

DESCOLA, Philippe. **Beyond Nature and Culture**. HAU: Journal of Ethnographic Theory v. 2 n. 1, p. 447-471, 2012.

DESCOLA, Philippe. **Modes of being and forms of predication**. HAU: Journal of Ethnographic Theory, v. 4, n. 1, p. 271-280, 2014.

FRAZIER, Jack. Marine turtles: **The Role of Flagship Species in Interactions Between People and the Sea.** Mast, 3(2) and 4(1): p. 5-38. 2005

FRAZIER, John G. **The Turtles Tale**: Flagships and Instruments for Marine Research, Education, and Conservation. Smithsonian Contributions to the Marine Sciences, n. 38, p. 241-246, 2009.

TAMAR, Projeto. **Assim nasceu o Projeto Tamar**. Salvador, Fundação Pró-Tamar, 2000.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue, In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida**: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos. V. 18, n. 37. Porto Alegre. jan./jun. 2012.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: Uma Introdução à teoria do Ator-Rede. Bauru, SP, EDUSC/Salvador, BA, EDUFBA, 2012.

RODRIGUEZ, Jacqueline Sanz. **Tartarugas Marinhas e sua Proteção**: Encontros e Desencontros entre a População de Regência e o Projeto Tamar. Dissertação. UENF 2004.

SÁ, Guilherme. **No mesmo galho**: antropologia de coletivos humanos e animais. RJ: 7 Letras, 2013.

SALLES, Charlene B. **Impactos dos projetos de desenvolvimento na pesca artesanal de regência augusta/ES**. Vitória: Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, ano 1, n. 1, 2011. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*. 1996, v. 2, n. 2, p. 115-144.

WAGNER, Roy. **A Invenção da cultura**. São Paulo, SP. Cosac Naify, 2010.

A VACINA DE RODOLFO: IMPLICAÇÕES SOCIOTÉCNICAS E TENSÕES POLÍTICAS ENVOLVENDO A VACINA ANIMAL NO CEARÁ (1900-1904)

Francisco Carlos Jacinto Barbosa
UECE

Resumo: A presente comunicação objetiva refletir sobre a vacinação promovida por Rodolfo Teófilo entre os anos de 1900 e 1904, como resultante de uma rede de agenciamentos técnicos, sociais e políticos que possibilitou o controle da varíola e a construção da ideia de extinção da varíola em Fortaleza.

Palavras-chave: vacina animal; rede sociotécnica; Rodolfo Teófilo.

Abstract: This communication aims to reflect about the vaccination promoted by Rodolfo Teófilo between the years of 1900 and 1904. This vaccination was promoted as the result from technical, social and political assemblages that worked in network and leaded to enable the smallpox control and the construction of the smallpox extinction idea in the city of Fortaleza.

Keywords: animal vaccine; socio-technical network; Rodolfo Teófilo.

Ao longo do século XIX a temática das doenças que atingiam o Ceará e, especialmente Fortaleza, é recorrente tanto na Imprensa como nos relatórios elaborados pela administração pública. A ocorrência de epidemias de um lado e, de outro a organização, ainda que incipiente, dos serviços de saúde, contribuíram para tal fenômeno.

Entre 1850 e 1878 a febre amarela, o cólera e a varíola atingiram com intensidade a população da Província, acometendo e, muitas vezes levando à morte, um número elevado de pessoas. Em momentos como estes, as fragilidades dos serviços de saúde ficaram ainda mais evidentes, demonstrando que a despeito das intenções subjacentes às transformações operadas desde 1828 – nas quais a responsabilidade pela saúde da população passaria do Governo Imperial às Câmaras Municipais – e das iniciativas do Governo Provincial – que criou e fez ocupar, ainda em 1838, o cargo de médico da pobreza –, a realidade era marcadamente precária. Mesmo assim, tais iniciativas possibilitaram problematizar mais sistematicamente as condições de salubridade, bem como a execução das medidas de prevenção e combate às moléstias. Desse modo, os recursos para a atuação clínica, para o fornecimento de medicamentos produzidos nas boticas locais e para a aquisição e aplicação da vacina contra a varíola, passaram a figurar com maior frequência nos orçamentos anuais do Governo. Além

destes, àqueles destinados excepcionalmente à construção de hospitais e enfermarias e a toda logística voltada ao atendimento de acometidos durante os surtos epidêmicos[1].

Dentre os serviços voltados para a prevenção de doenças, destacamos a vacinação contra a varíola, enfermidade de dimensão expressiva, presente no perfil epidemiológico mundial até pelo menos a segunda metade do século XX, quando foi erradicada. Como demonstra Fernandes (1999), o início do processo de institucionalização da vacina no Brasil é lento e, ao mesmo tempo, caracterizado por descontinuidades ancoradas na inexistência, no século XIX, de um suporte científico institucional, por problemas relativos à estrutura necessária a sua produção e difusão, pela cultura marcadamente refratária da população, bem como por questões de ordem política e administrativa.

Segundo a autora, a preocupação com o controle das doenças infecciosas, especialmente a varíola, resultou em desdobramentos mais concretos com a chegada da Corte, momento em que várias instituições portuguesas são reeditadas no Brasil. Dentre elas, a Fisicatura, órgão fiscalizador do exercício da medicina e da farmácia, a que estava vinculada a Junta Vacínica da Corte, cuja principal atribuição consistia na difusão da vacina jenneriana ou humanizada mediante a inoculação braço a braço. Na prática, a medida surtiu poucos efeitos diante da imensa demanda e da insuficiente estrutura. Não obstante, a junta permaneceu ativa até 1828 quando uma reforma ancorada nos princípios da constituição de 1824 tornou extintas as instituições trazidas de Portugal, promovendo a partir de então, a descentralização das responsabilidades com a saúde da população. Ao Império caberia a vigilância sanitária dos portos e dos lazaretos (espaços destinados ao isolamento de doentes acometidos de alguma doença infecciosa) e os demais serviços tais como a promoção da salubridade urbana, a clínica da população e a vacinação passaram a ser atribuição das câmaras municipais.

Essas alterações não tiveram desdobramento concreto satisfatório quanto ao controle da varíola. Mesmo que a competência para promover a vacinação tenha sido transferida do âmbito nacional para o local onde o acompanhamento do quadro nosológico e sanitário poderia ser feito de maneira mais imediata, a estrutura municipal da maioria das cidades era acentuadamente precária. Como observa Raymundo Faoro, o reconhecimento da autonomia acaba sobrecarregando de atribuições câmaras municipais portadoras de parcos recursos e subordinadas aos Conselhos Provinciais (transformados em Assembleias Provinciais pelo Ato Adicional de 1834):

[1] Para informações mais detalhadas sobre o tema, ver: OLIVEIRA, Almir Leal, BARBOSA, Ivone Cordeiro. Leis provinciais: Estado e Cidadania. 1835-1861. Fortaleza: Universidade do Parlamento/Assembleia Legislativa do Ceará, s/d.

> Dotado de atribuições amplas – e com minúcia discriminada – governo econômico e policial, instrução e assistência não possuíam rendas senão as mínimas dispensadas a manutenção dos seus serviços, sujeitas as câmaras ao desconfiado e miúdo controle dos conselhos gerais das províncias, dos presidentes provinciais e do governo-geral (Faoro, 1999:306).

Apesar da pouca eficácia dos serviços, a reforma ocorrida em 1846, criou o Instituto Vacínico do Império dentro da mesma lógica autonomista. A partir de então, caberia à recém-criada instituição a elaboração e fiscalização de normas sanitárias, bem como a atuação efetiva em cada província financiada pelos cofres municipais, o que pelos mesmos motivos que vimos indicando, tornou igualmente ineficiente o controle da varíola. Entretanto, é importante destacar uma nova responsabilidade do órgão, que consiste na necessidade de manter seus membros atualizados quanto aos avanços científicos e técnicos ocorrentes na Europa, onde a vacina e os processos de vacinação experimentavam relativo progresso. Isto resultou nos primeiros movimentos voltados a produção da vacina no Brasil, o que só veio a se realizar em 1887, não por iniciativa do Estado, mas do Dr. Pedro Afonso Franco que introduziu no país, a partir do Rio de Janeiro, a vacina animal (Fernandes, 1999). Tal acontecimento constitui um marco na história da vacinação contra a varíola, na medida em que a partir de então, a rede sociotécnica que articula a fabricação, distribuição e vacinação vai evidenciando um processo cada vez mais complexo, no qual estão em jogo interesses políticos, econômicos, posturas administrativas, acadêmicas, científicas e técnicas, não raramente geradores de conflitos diversos.

A iniciativa individual do Dr. Pedro Afonso foi se mostrando exitosa do ponto de vista técnico. Restava, então, conquistar a credibilidade da população, dos médicos e do governo, o que demandou grande esforço seja na vacinação gratuita dos moradores, seja na elaboração e publicação de artigos na imprensa local, dando a saber do sucesso alcançado e da necessidade de expandir a vacina animal. Ao mesmo tempo, conseguiu mobilizar apoio político para que o poder público subvencionasse suas atividades – então desenvolvidas na Santa Casa e, posteriormente, já na República, no Instituto Vacinogênico Municipal – até 1917, quando a União, por meio do recém-criado Instituto Oswaldo Cruz, assumiu a responsabilidade pela pesquisa, fabricação e difusão de soroterápicos (Fernandes, 1999).

A atuação do Dr. Pedro Afonso e de sua equipe evidenciou, a um só tempo, as fragilidades do modelo de vacinação adotado desde o início do século XIX – caracterizado em boa medida pela descontinuidade, pouca organização, má qualidade da linfa, devida a formas

inadequadas de acondicionamento e ao desinteresse político –, a viabilidade da propagação da vacina animal, o conflito com os defensores da vacina humanizada, a desconfiança da população e a falta de protagonismo do Estado, sempre dependente de ações individuais.

À semelhança do que ocorreu na Capital Federal, a produção e aplicação sistemáticas da vacina animal no Ceará e, especialmente, em Fortaleza, são devidas ao esforço realizado pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo nos primeiros anos do século XX. Até então, a difusão do chamado "preservativo" era realizada com o mínimo de coordenação da administração provincial, depois estadual. Os cirurgiões, médicos ou comissários vacinadores patrocinados pelas câmaras municipais recebiam os lotes de linfa e aguardavam o comparecimento dos interessados para que fosse efetivada a vacinação. Esse modelo obteve resultados pouco satisfatórios quanto ao número de indivíduos imunizados. No relatório enviado, em fins do século XIX, pelo Sr. Antônio Salles, secretário interino dos Negócios do Interior, ao presidente José Freire Bezerril Fontenelle, fica evidente a preocupação com os índices alcançados:

> Cumpre-me chamar especialmente vossa attenção para a parte referente á varíola e vaccinação, d'onde vê-se que cerca da metade da população desta capital não é vaccinada, apezar das freqüentes apparições da varíola, que tão espantosa mortandade fez na secca de 1877 -1879[2].

A afirmação é baseada no Relatório do Inspetor de Saúde Dr. João da Rocha Moreira o qual aponta números alarmantes se observarmos que no Estado e, particularmente, em Fortaleza, a varíola era considerada endêmica. Tal se dá, conforme o médico, devido à atitude refratária da população e à qualidade da linfa utilizada:

> Em quanto o povo, ou antes os espíritos refractarios não se convencerem de que a vaccina é o preservativo por excellencia da varíola, jamais poderemos apresentar uma estatística satisfactoria, pois acreditamos que o número de indivíduos não vaccinados, residentes nesta capital, entre parvulos e adultos, é superior a 20.000, algarismo enorme n'ums população de quase 50.000 almas.
>
> É verdade que o nosso serviço de vaccinação é deficiente e imperfeito visto como havemos lympha vaccinica da Capital Federal ou do Exterior, e esta que nos é remettida nem sempre é proveitosa, si bem que venha com o cunho de garantida e excellente[3].

[2] CEARÁ. *Relatório que o Secretario Interino dos Negocios do Interior Antonio Salles apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, Sr. José Freire Bezerril Fontelle*. Fortaleza, 1893. p. 16-17.
[3] Idem. p. 36.

A projeção de não imunizados é, de fato, assustadora se observarmos sua relação com o número de habitantes de uma cidade na qual a varíola era endêmica e que vivia assustada com o fantasma da grande epidemia de 1878. Embora o discurso do Inspetor de Saúde atribua o insucesso da vacinação à recusa das pessoas e à qualidade da linfa aqui aportada, desconsiderando o modelo empregado, há o reconhecimento da fraca estrutura disponível para o controle eficaz da varíola por meio de ações concretas no sentido da produção e propagação da vacina animal, evitando desse modo, a reprodução do método de inoculação braço a braço, doloroso, nem sempre eficaz e, em certa medida perigoso, uma vez que podia resultar em contaminação. Diante desse quadro o doutor reivindica a concessão de recursos para a implantação da cultura da vacina animal:

> Esperamos seja organisada o mais breve possível a cultura da vaccina animal nesta capital, e para este fim da maior vantagem e de neccessidade immediata, lembramos vos a conveniência de reclamar do poder respectivo a verba necessária[4].

A despeito da reivindicação do Inspetor de Higiene, reforçada pelo Secretário de Negócios do Interior, a situação não foi alterada. No relatório de 1894, o Dr. João Marinho de Andrade, então ocupante do cargo, fez severas críticas às condições mediante as quais a repartição funcionava; incapaz de executar eficazmente as suas atribuições:

> Cuidar do solo, estudar o estado atmospherico, sanear as ruas, as casas, os esgotos das cidades, tratar da remoção das matérias fecaes, do lixo da cidade, do abastecimento de água, estudar e providenciar sobre as moléstias reinantes, fiscalisar todos os hospitaes preparar os hospitaes de isolamento, providenciar sobre o transporte de contagiados, ter em grande consideração a mortalidade, e exercer activa policia sanitária – eis em rápida synthse o que compete á repartição de Hygiene Publica, e diga-se si é coisa de pouca monta e de nenhum trabalho o que ahi fica consignado. Si um inspector de Hygiene, por si só, pode desempenhar tão grandes funcções, e si não vale a pena gastar-se um pouco mais para satisfazer ás necessidades imperiosas, que reclamam a reorganisação das funcções de hygiene publica entre nós.
>
> Limitado a um inspector de hygiene, pode este, unicamente por seus esforços, cuidar do seviço de vaccinação, das analyses chimicas, do estudo do movimento demographo sanitário, das desinfecções, da policia sanitária e das demais attribuições, que lhe determina o actual regumento de hygiene[5].

[4] Idem.
[5] CEARÁ. *Relatório que o Inspector de Hygiene Pública apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, Sr. José Freire Bezerril Fontelle*. Fortaleza, 1894. p 71.

Exposta a situação, apelando para o espírito patriótico do governo e dos políticos, o médico apontou a urgente necessidade de reorganização dos serviços de higiene na Capital, "afim de que esta não se transforme em um centro productor de epidemias e de moléstias infecciosas, trazendo o seu descrédito ou o seu despovoamento"[6]. Para tal, propôs um plano no qual discriminou o que considerava essencial ao efetivo funcionamento do órgão, justificando a importância de cada um dos equipamentos sugeridos. Além do desinfetório, do laboratório de análises, dos serviços demográficos, o inspetor sugeriu a criação de um instituto vacinogênico. Este possibilitaria, conforme argumentou, a produção e difusão na vacina no mesmo local, a Capital, para onde convergiam pessoas de todos os recantos do Estado. Assim, seria evitada a importação ou aquisição do produto na Capital Federal.

No entanto, até pelo menos o ano seguinte, nenhuma das três instituições foi instalada. Consta somente a contratação de mais um médico, o Dr. Henrique Leite Barbosa, para auxiliar o Dr. João Marinho de Andrade na repartição de higiene. A estrutura permanece precária, tal como relata o Inspetor:

> Não tem casa própria em que funccione, fazendo-se o expediente no consultório medico do inspector, nem dispõe de pessoal sufficiente para as diversas funcções deste ramo tão importante da administração publica, de modo a satisfazer ás necessidades imperiosas da Hygiene Publica e policia sanitária, que á continuarem nesse meio abandono, em que as tem deixado os poderes do Estado, de modo algum serão profícuas á população[7].

Desse modo, o doutor insiste em reclamar mais uma vez a implantação de um plano que consistia na organização e promoção de serviços regulares, remetendo, apenso ao relatório, uma proposta com o objetivo de servir de base para a formulação de um Projeto de Lei a ser discutido e aprovado pela Assembleia Legislativa. Entretanto, excetuando-se a aquisição de uma casa que passou a funcionar como sede da repartição de higiene bem como a compra de aparelhos e material para o funcionamento do desinfetório e do laboratório, pouco foi alterada a realidade dos serviços de saúde no Ceará. Como defende Barbosa (1994), no início da República, o perfil dos serviços sanitários no país pouco mudou. A partir de 1892, eles permanecem sob a responsabilidade dos estados que a partir de então se encontravam enredados na política oligarca bem característica desse momento.

---

[6] Idem.
[7] CEARÁ. *Relatório que o Inspector de Hygiene Pública Inspector de Hygiene Pública do Ceará apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, Sr. José Freire Bezerril Fontelle.* Fortaleza, 1894. p. 139.

> Continuam a existir as Inspetorias de Higiene, que tinham a função de fazer a vigilância nos portos e proceder a vacinação antivariólica. Estes serviços eram feitos de maneira precária e com poucos recursos. Limitavam-se os inspetores a fazer relatórios anuais sobre as doenças que acometeram a população no período anterior e a tomar as medidas sanitárias nas grandes calamidades, como secas e epidemias (Barbosa: 1994,67).

Embora os argumentos de Barbosa (1994) não considerem os pormenores da efetiva realização dos serviços – nos quais se vislumbram as tensões de toda ordem entre os médicos e os administradores –, em sua essência, encontram certo respaldo nos relatórios. De fato, devido à deficiência da estrutura e a falta de maior regulamentação, os serviços sofriam acentuada restrição. Tal situação permaneceu até pelo menos o ano de 1918, quando foi criada a "Directoria Geral de Hygiene", órgão através do qual o Estado se fará mais presente na constituição do que o autor denominará "polícia sanitária". Conforme o seu regulamento, aprovado a 8 de novembro de 1918, é de sua responsabilidade o serviço sanitário em todo o Estado, mesmo na Capital, onde o trabalho seria dividido com as autoridades municipais.

As suas atribuições vão desde a natureza e as possibilidades de tratamento de moléstias surgidas em qualquer lugar do Estado até a fiscalização da higiene pública e privada, envolvendo uma ação profilática e educadora que toma como alvo principal a cidade de Fortaleza[8].

No capítulo I do Regulamento da Diretoria Geral de Higiene, onde se disciplina a divisão dos serviços entre a "Directoria de Hygiene" e a Intendência Municipal, fica evidente a competência de cada uma das instituições.

> Cabe ao município dotar a cidade do mínimo de infra-estrutura compatível com os códigos de higiene, de acordo com o ítem II do artigo 3º.
>
> Realizar os melhoramentos sanitários essenciaes à vida collectiva, como: esgôtos, abastecimento d'agua, drenagens, enxugo do solo, calçamento, regularização dos cursos d'água, escoamento de águas pluviaes.

Além disto, são de competência dos municípios, as tarefas de realização de limpeza pública, organização da assistência, cuidado com a higiene das habitações, como também os serviços de fiscalização e avaliação do estado sanitário nas construções de prédios. E ainda a elaboração dos "boletins demographicos e sanitarios" que deveriam ser mensalmente remetidos ao Estado.

[8] Ver a respeito: CEARÁ. *Regulamento da Directoria Geral De Hygiene*, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1643, de 8 de novembro de 1918. pp. 3-4.

A aludida Diretoria, por sua vez, além das atribuições a que nos referimos, deveria organizar um mapeamento geral da situação demográfica e sanitária em todo o Estado, no sentido de poder sistematizar as suas ações, dentre as quais se destaca a prática fiscalizadora.

Conforme o que se apreende do Regulamento, a atuação da "polícia sanitária" é bastante incisiva e abrangente, não devendo escapar um ponto sequer da cidade, que não seja submetido ao olhar vigilante. Desta forma é que as casas comerciais, os cinemas e casas de diversões, os hotéis e hospedarias, os espaços públicos em geral e as habitações particulares e coletivas deveriam, pela força da lei, deixar as portas abertas, no sentido de facilitar a ação do que seria uma verdadeira "brigada sanitária".

O artigo 298, constante do capítulo intitulado "Da Inspecção Sanitaria das Habitações, Estabelecimentos, Logares e Logradouros" ressalta com clareza o trabalho dos inspetores sanitários:

> A policia sanitaria será exercida pelos inspectores sanitarios que terão sempre livre ingresso em visitas systematicas a todas as habitações particulares ou collectivas, estabelecimentos de qualquer especie, terrenos cultivados ou não, logares e logradouros publicos, onde além de attender às suas condições hygienicas, asseio, conservação e estado de saude dos moradores, verificarão mais o estado dos reservatorios de agua potavel e seu abastecimento, a integridade e funcionamento das installações sanitarias, banheiros, tanques, lagos, esgotos, boeiros, etc., bem assim o asseio, conservação e condições hygienicas das áreas, quintaes, pateos, cocheiras, estrebarias, estabulos, galinheiros, etc., sempre coadjuvados pelo pessoal que trabalhou sob sua jurisdição e que executará as providencias de caracter urgente[9].

O Título VI, referente à "Polícia Sanitaria" procura, de uma forma geral disciplinar não apenas o trabalho dos inspetores, mas, sobretudo, o comportamento das populações urbanas, persuadindo-as ao correto cumprimento das normas de higiene e salubridade, bem como ao pronto acolhimento às recorrentes visitas.

Portanto, é somente nesse momento que a tão sonhada organização e estruturação dos serviços começam a ser esboçadas e vão se consolidando nos anos subsequentes.

Diante das ações pouco eficazes do Estado em relação às demandas sanitárias, a iniciativa individual de alguns acabou contribuindo, em boa medida, para a superação de sérios obstáculos relativos à salubridade de Fortaleza. A atuação do farmacêutico Rodolfo Teófilo na "extinção" da varíola na cidade, mediante a fabricação e difusão da vacina animal,

[9] Idem.p. 04.

merece destaque especial, na medida em que constitui uma baliza a partir da qual podemos pensar uma história da introdução da vacina animal no Ceará; história cuja trama envolve a circulação de conhecimentos técnicos e científicos, mobilização de artefatos técnicos, convencimento e luta política acirrada.

Como indica Teófilo, a vacina animal chegou ao Ceará no final do Império, quando um "enviado do governo-geral" percorreu, em 1888, as "províncias do Norte" divulgando o "preservativo" produzido no Rio de Janeiro. A continuidade da propagação ficara sob a responsabilidade do Inspetor de Higiene, o doutor João da Rocha Moreira que procurou cumprir com regularidade a vacinação, a despeito da desorganização dos serviços depois da proclamação da República. Nesse momento, ocorria um surto epidêmico de varíola que se repetiu mais tarde, de forma mais intensa devido à seca que atingiu o Estado em 1900, ano que marca o início da empreitada de Teófilo em busca da fabricação e ampla aplicação da vacina entre os cearenses, especialmente os da Capital; trabalho que se prolongou até 1904, quando declara extinta a moléstia.

O período que se estende de 1888 e 1904 compreende, nesse sentido, o processo no qual foi introduzida e difundida a vacina animal; uma história marcada pelo confronto ente os que a defendiam e os que a desprezavam, mediante interesses e estratégias diversos, pela busca de domínio do conhecimento e dos métodos de produção, acondicionamento e aplicação, pelo enfrentamento das formas defasadas de propagação adotadas secularmente pelo Estado, pela experiência bem-sucedida de Rodolfo Teófilo e, enfim, pelos significados atribuídos à vacina e à vacinação, no início da República.

O ano de 1904 é tratado na historiografia como um marco do controle da varíola na capital do Ceará. Para tal, concorreram os registros hemerográficos, a documentação oficial e, especialmente, àquela produzida pelo próprio farmacêutico, sempre preocupado em registrar o passo a passo da produção e aplicação da vacina, a estatística dos atendimentos, os argumentos em defesa do seu projeto, a publicação de anúncios, os contatos com médicos e com o governo. No entanto, uma análise mais atenta do material, pode revelar várias formas de tensão entre Rodolfo Teófilo e os demais sujeitos envolvidos nesse enredo, sejam o governo, os médicos contrários ou descrentes da eficácia de suas ações e até mesmo a população da cidade. A confirmação de que estava certo em seu investimento, tornava visível a eficácia do preservativo e do modelo de propagação organizados pelo "Benemérito", mas também a inocuidade do serviço adotado no Estado.

Durante o período que sucedeu ao trabalho de três anos consecutivos realizado pelo farmacêutico, os relatórios de presidente procuram demonstrar que a varíola continuava acometendo os cearenses – numa clara desvalorização do que fora e continuava sendo realizado – mas que, não obstante, o serviço de vacinação ocorria regulamente.

Na contramão desse discurso, o presidente Marcos Franco Rabelo, opositor da oligarquia Accioly, ao mesmo tempo em que criticou a situação na qual havia encontrado a repartição de higiene, a quem cabia entre outras coisas, o serviço de vacinação, reconheceu e elogiou a empreitada solitária de Teófilo:

> Quando os poderes públicos deixavam a população do Ceará entregue ás mais devastadoras epidemias, sem dar nenhuma providencia, o Sr. Rodolpho Theophilo, por sua própria iniciativa, sem subvenção nem estimulo do governo, emprehendeu a obra apostolar de extinguir a varíola no Ceará, dando inicio á sua humanitaria tarefa em Dezembro de 1900.
>
> A terrível epidemia que, durante quize annos consecutivos, arrebatara tantas vidas, foi jugulada [extinta]na Fortaleza, após três annos de um trabalho infatigável e sereno que, aliás, elle não interrompeu de então até hoje.
>
> O illustre patriota não só preparava a lympha, como fazia pessoalmente a vaccinação domiciliar nesta cidade e subúrbios. Alem disso, tinha em todo o centro do Estado um corpo de commissarios, a quem remettia a vaccina e que se incumbiam de dar combate á epidemia.
>
> Assim, em 1904 não se deu na Fortaleza um só caso de varíola. O Sr. Rodolpho Theophilo vaccinara nesses quatro annos oito mil pessoas, não se falando na vaccinação do interior.
>
> Elle tem feito a obra complexa de um excellente instituto vaccinico, por simples amor á humanidade, despendendo nessa gloriosa campanha dinheiro e energias[10].

No mesmo texto, o presidente informa a situação da Inspetoria, composta apenas do inspetor, um ajudante, um secretário e um servente "e mais 2:400$000 para expediente, material e serviço de vaccinação"[11], o que evidencia a estrutura deficitária, apesar do que afirmara o presidente anterior, Antonio Pinto Nogueira Accioly, em mensagem enviada a Assembleia em 1911[12], onde noticia a aquisição de estrutura para a produção da vacina animal desde 1910, seis anos depois de constatada a inexistência de novos casos de varíola entre os moradores de Fortaleza.

[10] CEARÁ. *Mensagem Apresentada pelo Presidente Marcos Franco Rabelo*. Fortaleza, 1913. p. 15.
[11] Idem. p. 13.
[12] "Com o objectivo de dar maior desenvolvimento ao serviço de vaccinação, como meio prophylactico efficaz contra o terrível morbus, a Inspectoria de Hygiene iniciou o anno passado, com êxito completo, a preparação

O discurso oficial corrente no Ceará desde o século XIX era de que a vacina chegada à Província tinha má qualidade, prejudicando, dessa forma, a imunização contra a bexiga. Mesmo que corresponda eventualmente à verdade, o governo e os seus inspetores não problematizaram com igual intensidade, exceto em algumas poucas ocasiões, tanto a estrutura como o modelo dos serviços de vacinação adotados, como se a linfa não tivesse relação alguma com o contexto no qual é produzida e difundida.

A qualidade da vacina é questionada também por Rodolfo Teófilo, que a atribui às condições de acondicionamento ou validade. Mas para ele, isso não constitui o único motivo pelo qual não se estabelecia um controle sobre a varíola. Além deste, era preciso considerar o modelo de propagação e a frequente ocorrência das secas. Esta tese parece ser embasada na observação dos fatos ocorridos em 1878, quando da grande epidemia. O trabalho que realizou nos anos iniciais do século XX denota envolvimento, determinação, alocação dos recursos necessários, organização de uma rede de colaboradores e, sobretudo, estudo e planejamento, o que reflete a complexidade e articulação das ações, fazendo jus à declaração final de Franco Rabelo, segundo a qual ele conseguira realizar – sem o menor apoio institucional – as tarefas de um instituto vacinogênico, desnudando o desprestígio que as questões de saúde experimentavam nos primeiros anos de uma República sustentada pelos poderes locais.

Isto nos leva a refletir sobre a necessidade de conceber o termo vacinação em seu sentido amplo, que compreende uma rede na qual se encontram articulados não apenas os processos de fabricação, distribuição e formas de difusão, mas além desses, os recursos econômicos alocados, os interesses políticos, bem como os valores atribuídos pelos agentes envolvidos e pelo público-alvo.

O projeto posto em prática por Rodolfo Teófilo põe em evidência não somente a praticidade, eficácia e segurança da vacina animal – superando o descrédito da administração –, mas também e, principalmente, a eficiência de sua estratégia que consistia em se dirigir aos domicílios para ali promover a aplicação, ao contrário do que costumava fazer o órgão governamental responsável. No seu entendimento, o poder público deveria estabelecer a obrigatoriedade da vacina, pois só desse modo, seria possível alcançar o controle da doença. O trabalho realizado teve início com a busca de conhecimento técnico necessário não apenas

---

de lympha vaccina animal, tendo sido para esse fim inoculados diversos vitellos". In: CEARÁ. *Mensagem Apresentada pelo Presidente Antonio Pinto Nogueira Accioly*. Fortaleza, 2011. p. 33.

à produção como também às formas de aplicação, o que conquistou com relativa brevidade, nas instalações do Instituto Vacinogênico da Bahia:

> Já conhecia o processo de vaccina animal, tanto que em duas sessões fiquei sabendo praticamente o méthodo de cultura daquella vaccina. Estava, portanto, habilitado a levar para o Ceará esse benefício, uma vez que o governo disso não cogitava[13].

A partir de então, providenciou a remessa de equipamentos e novilhos que, uma vez aportados no Ceará, possibilitaram o início dos trabalhos de instalação de um instituto vacinogênico em Fortaleza e a consequente produção da vacina, enfrentando a desconfiança e a falta de auxílio do Presidente do Estado e do Inspetor de Higiene que louvaram a iniciativa, mas manifestaram descrença quanto ao seu êxito.

A escolha do animal ideal, o processo de inoculação do vírus vacínico, a observação do desenvolvimento das pústulas, a retirada da linfa e da polpa (parte mais sólida do pus e também mais virulenta), a preparação e conservação do material para a devida trituração (técnica que possibilitava a homogeneização) e o meticuloso enchimento dos tubos, constituem o conjunto de procedimentos rigorosamente seguidos pelo farmacêutico, conforme preconizado pelo Instituto Chambon, situado na França. Após o insucesso das primeiras tentativas, a vacina finalmente ficou pronta, viabilizando, assim, a execução da etapa seguinte que consistia na aplicação. Para tal, foi necessário não apenas o domínio da técnica mediante a qual deveria ser realizada, mas ainda, planejamento e organização.

Assim, iniciou um trabalho de convencimento a partir da divulgação, no jornal, de notas sobre a gravidade da doença e a positividade da vacinação que praticava diariamente em sua residência:

> Em dias de janeiro de 1904, annunciei pelo único jornal que tínhamos *A República* que vaccinava gratuitamente todos os dias. Comecei também a publicar uma série de notícias sobre a peste da variola, episodios aterradores com o fim de incutir no espirito publico o terror da bexiga e movel-o a procurar a vaccina. A varíola grassava em Fortaleza e eu disso fazia uma arma em favor da minha propaganda.

[13] THEOPHILO, Rodolfo. *Varíola e vacinação no Ceará*. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Col. Biblioteca Básica Cearense) p. 71.

> Publicava notícias apontando os estragos e intensidade da epidemia, casos sem conta de varíola hemorrhagica. O certo é que nos dias subseqüentes a taes publicações alarmantes tinha eu a casa cheia de pessoas a vaccinar.[14]

À medida que a notícia era disseminada, a procura crescia acentuadamente, exigindo mais horas de dedicação às tarefas diárias de preenchimento dos tubos e aplicação do preventivo, o que era realizado com a ajuda de sua esposa e dos doutores J.de Castro Medeiros e E. Salgado, configurando uma rotina cansativa que iniciava logo pela manhã e se prolongava até o final da tarde:

> A colheita da vaccina se prolongava até o meio dia, hora em que interrompíamos o trabalho para almoçar e começar a uma hora a parte mais enfadonha da labuta.
>
> Imagine-se que tínhamos de encher quatrocentos tubos e as vezes mais e fechal-os a fogo no mais curto espaço de tempo possível. Este aborrecido serviço era feito por mim e por minha mulher, cujo auxilio na propaganda da vaccinação para mim tem seido de um valor inestimável[15].

Embora os anúncios tenham surtido efeitos satisfatórios ao longo dos primeiros meses do ano, Rodolfo percebeu que não atingira a população mais humilde da cidade; aquela situada nos subúrbios, composta de pobres e iletrados, isolados do que ocorria no centro e excluída dos serviços de saúde. Diante de tal constatação é que verificou a necessidade premente de realizar a vacinação domiciliar, desafio que demandou mais condições logísticas e energia, mas que foi realizada. Ali, nas areias (denominação dos lugares situados para além do perímetro urbano), ele se deparou com casebres de palha, construídos de forma desordenada e com moradores "assustados" e "desassistidos", "sem instrução", "sujos" e refratários à vacina. É ilustrativa a descrição do primeiro contato, elaborada a partir da condição de homem civilizado, adepto da ciência e admirador de Nina Rodrigues:

> Senti **calafrios**, confesso, quando entrei na primeira **choupana**. Imagine-se as proporções da **choça**, que para eu entrar tive de me abaixar até ficar quasi de cocoras. Era um pequeno quadrado tendo uns tres metros em cada face. As paredes eram feitas de alguns ramos seccos, dando entrada franca ao sol, a chuva, ao vento e aos olhares dos transeuntes. O tecto não resguardava melhor o único compartimento de que compunha aquela **espelunca.**

[14] Idem. pp. 99-100.
[15] Idem. p. 101.

> Nunca mais apagou-se de mim a impressão daquella miseria. O interior da choupana estava de accordo com o seu exterior. **Uma mulher, cabra mal encarada e de ruins maneiras**, recebeu-me dizendo logo que "**a vaccina era a de Deus e que não queria metter a peste no corpo dos filhos**", isso com os modos bruscos e soltando fartas baforadas de fumo de seu **fedorento** cachimbo.
>
> Ao lado della cinco creanças, de oito annos abaixo, todas nuas e **encardidas de sujo** olhavam-me espantadas. **O ar que se respirava ali tinha um fartum especial, lembrando uma mistura de sebo, suor de negro e sarro de cachimbo**[16].

A maneira como se refere às habitações humildes e às pessoas que nelas moravam, reflete a cultura urbana na qual estava mergulhado, aonde os ideais de progresso, civilização e eugenia são afirmados e reafirmados pelos políticos, pela ciência, pela imprensa, pelos literatos e intelectuais da época. Ela constitui o parâmetro através do qual são forjadas classificações, segregações e formas de poder, evidenciadas no próprio léxico. A pobreza é associada à sujeira, à ignorância e até mesmo ao perigo, uma vez que poderia ser a porta de entrada das moléstias.

Para além das sensações impressas pelo vacinador e dos valores nelas subjacentes, o relato indica a recusa dos moradores pobres à vacina, parecendo sugerir que se trata de um comportamento resultante da falta de civilização. Poderíamos, entretanto, pensar que a atitude desses moradores se ancora numa concepção segundo a qual a vacina era o próprio veneno, o que nos leva a inferir a permanência, ainda que residual, da cultura da variolização, muito presente na primeira metade do século XIX.

A empreitada de Rodolfo Teófilo se estendeu ainda mais mediante a constituição de uma rede de colaboradores que cobriu 53 municípios. Para cada comissão remeteu o primeiro lote de vacina acompanhado de um Diretório (manual) no qual orientava sobre a forma de proceder à aplicação e à formulação de relatórios periódicos através dos quais elaborava os mapas gerais e controlava a remessa de novos lotes. Assim procedeu até 1904, quando foi decretada pela União a obrigatoriedade da vacina, ao mesmo tempo em que ficava atestada a inexistência de casos de varíola em Fortaleza.

Os esforços de Rodolfo Teófilo em prol da extinção da varíola na Capital e do seu controle nos municípios do interior, já foram inúmeras vezes, abordados pelos historiadores. No entanto, arriscamos inferir que a vacina, a vacinação e o enredo no qual se inscreveram, revelam tensões, contradições, relações de poder e significados diversos atribuídos pela

[16] Idem. p. 102.

sociedade a todo processo de "extinção da varíola" na Capital, que só podem ser compreendidos se articulados a relações de outra ordem, ou seja, aquelas que são estabelecidas entre natureza, cultura e técnica, entre humanos e não humanos.

Referências

BARBOSA, José Policarpo. **História da saúde pública no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

CHALHOUB, S. **Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1991.

FERNANDES, Tânia Maria. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. In: **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz. V. 10 (suplemento 2) 461-74, 2003.

_____. **Vacina antivariólica**. Ciência, técnica e poder dos homens. *1808 - 1920*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A ciência responde à desordem**. Transformação urbana em Fortaleza durante o século XIX e início do século XX. Salvador: Mestrado em Arquitetura, 1996.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LUZ, Terezinha Madel. **Medicina e ordem política brasileira**. Políticas e Instituições de Saúde. 1850-1930. Rio de Janeiro: Graal, 1982

LEAL, Vinícius Barros. **História da medicina no Ceará**. Col. Cultura Cearense. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Col. Tudo é História)

STUDART, Guilherme. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Edição fac-similar da edição de 1909. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Col. Biblioteca Básica Cearense).

O TUMBLR DA AUTOLESÃO: ABORDAGEM ETNOGRÁFICA SOBRE O *CUTTING* NUMA REDE SOCIOTÉCNICA

João Paulo Braga Cavalcante
UFC

Resumo: Este artigo apresenta, com base em uma perspectiva de análise etnográfica para ambientes virtuais, uma discussão sobre o uso da mídia social Tumblr como meio de extensão das aflições e dores psíquicas. Adolescentes e jovens têm utilizado os recursos disponíveis neste artefato sociotécnico como meio de estetizar suas dores emocionais, ao mesmo tempo em que ultrapassam os limites do psiquismo rumo ao mundo das interações e dos relacionamentos. Como meio de suplantar as dores emocionais, eles praticam a autolesão ou *cutting*, que é o ato de deliberadamente causar danos ao próprio corpo geralmente cortando ou queimando a pele. No entanto, eles não pretendem se suicidar. Uma vez que esta prática é encarada como um desvio, além de categorizada como distúrbio grave pela medicina, os indivíduos que lidam com suas aflições desta maneira tendem a se isolar e esconder as cicatrizes causadas pelo *cutting*. Por outro lado, a autolesão é uma febre entre jovens no ciberespaço, subvertendo o uso "saudável" do Tumblr e lançando críticas à sociedade. A partir da análise da relação destes adolescentes com as mídias sociais, os pesquisadores podem realizar interpretações alternativas da autolesão frente a visão médica.

Palavras-chave: ciberespaço; Tumblr; autolesão.

Abstract: This paper presents, based on an approach to ethnographic analysis for virtual environments, a discussion about the use of the social media Tumblr as means of extension for afflictions and psychic pains. Teenagers and young people have used the available resources in this socio-technical artifact as a way of aestheticizing their emotional pains, at the same time they exceed the limits of the psyche towards the world of interactions and relationships. In order to overcome the emotional pains, they practice self-injury or cutting, which is the act of deliberately harming their own body usually by cutting or burning the skin. However, they do not intend to commit suicide. Since this practice is seen as a deviation, besides being categorized by the medicine as a serious disorder, people who deal with their affliction in this way tend to isolate themselves and hide the scars caused by the cutting. On the other hand, self-injury is a fad among youth in cyberspace, subverting the traditional use of Tumblr and launching criticism to society. From the analysis of these teenagers' relationship with social media, the researchers can perform alternative interpretations of the self-injury as a response to medical perspective.

Keywords: cyberspace; Tumblr; self-injury.

Introdução

Problemas familiares, traumas e outros tipos de circunstâncias e contextos emocionalmente desfavoráveis têm levado muitos jovens em diversos países a praticarem a autolesão, em particular a automutilação (*cutting*). Em linhas gerais, esta se caracteriza pela prática de fazer cortes no próprio corpo, geralmente braços e pernas, como forma de suplantar dores de cunho emocional, as quais o indivíduo não sabe lidar, como o faz com as dores físicas. Esta conduta ainda tem sido estudada sob o prisma da visão clínica, de doença

e tratamento, classificada como um tipo de transtorno comportamental, por exemplo, transtorno de personalidade *borderline* ou limítrofe, sendo que, atualmente, a automutilação tem recebido status de um transtorno particular, e não tanto um sintoma do *borderline*.

Ocorre que o *cutting* tem crescido em conteúdo *on-line*, gerando certo tom alarmante em escolas, instituições terapêuticas, entre a área médica e na mídia. Este crescimento tem levado também muitas redes sociais *on-line* a criarem barreiras contra a proliferação de conteúdos de autolesão e automutilação (imagens de jovens com braços cortados e ensanguentados, cicatrizes profundas, *GIF's* de suicídio, garotas anoréxicas dentre outras), seja deletando perfis, bloqueando *hashtags* ou dificultando a pesquisa destas.

A rede Tumblr, sobre a qual este estudo se volta, é constituída por uma espécie de microblog, onde diversos usuários se conectam a vários outros na plataforma, hoje uma das mais atuais e expressivas quando se observa o crescimento da "onda autolesiva" entre os adolescentes. Rica em recursos interativos, com grande capacidade de personalização por parte do usuário, em torno dessa rede os jovens que se cortam criam determinados tipos de vínculos e compartilham diversas ideias através de mensagens, sons e imagens, o que amplia ainda mais a visibilidade social do fenômeno da autolesão.

Esta forma de expressar angústia e dor através de páginas pessoais em redes da Internet, ainda compreendida superficialmente e por meio de conclusões apressadas, recentemente tem sido palco de controvérsias e endurecimento de agentes institucionais que veem este tipo de conteúdo como ofensivo ou que incitam outros adolescentes a se auto lesionar.

Assim, a expressão "rede social do corte" não é tanto uma comunidade virtual de pessoas que vivem em torno da automutilação ou a pregam como meio de vida ou de superar depressões. Ela também não está relacionada a fóruns de discussão *on-line* sobre esta conduta entre seus praticantes, o que seria algo mais restrito do que a ideia que uma rede social transmite, pois nela indivíduos com algum grau de proximidade ou de interesse e afinidade acabam criando vínculos, numa espiral crescente de pessoas e grupos, com o uso de um ambiente digital desenhado para este intuito, a exemplo do que foi o Orkut e agora o famoso *Facebook*. Podemos dizer com "rede social do corte" o fenômeno do crescimento da automutilação e, por que não dizer, da "invasão" dos *cutters* ou de indivíduos depressivos, uma vez encarado como desvio de conduta nas redes sociais (as plataformas, os programas).

1. O ciberespaço da autolesão

Até o presente momento, o Tumblr, uma plataforma de *blogging*, continua sendo uma rede atraente, *cool*, para os jovens, onde se compartilha diálogos, imagens, citações, áudio, *links*, vídeos e etc. Embora não seja a única rede social onde possa ser encontrado o tema da automutilação, foi escolhido pelo seguinte motivo: em vez de ser um *site* onde as pessoas criam grupos de discussão (simplesmente a discussão está disponível na Internet), a plataforma do Tumblr é uma matriz aberta sempre crescendo em complexidade e extensão, onde os *blogs* vão se conectando pelo vínculo de sentido. A metáfora visual deste processo é  , que significa REBLOGAR[1]. Ao clicar nas *hashtags* #cortes, #automutilação ou #suicidio, eles estarão lá, amontoados na tela do navegador. Um Tumblr pode seguir outro Tumblr, e reblogar é uma ação de demonstração de interesse particular por uma publicação específica. Em torno dele, os *cutters* se vinculam e compartilham, ampliando-o ainda mais. Esta forma *on-line* de manifestar a autolesão também tem levado muitas pesquisas sobre a automutilação (*self-mutilation*, *self-harm*, *self-injury*) a abordarem os sujeitos neste tipo de mídia mediante análise do conteúdo publicado e compartilhado, basicamente porque é mais fácil abordar um indivíduo que assim se comporta via Internet do que em copresença.

O fato é que, como já foi dito, o estudo da autolesão, particularmente a automutilação (*cutting*), a partir de grupos sociais em contextos de interação ainda é bastante reduzido. Um dos poucos que adotaram o método etnográfico acerca da automutilação foi Casadó-Marín (2013), trabalho no qual a autora reflete as questões metodológicas envolvidas no embasamento empírico de estudos em comunidades virtuais que ela considera pró-autolesão. Assim, expõe a síntese de suas reflexões:

> I have always had a sense with both the Ana and Mia [anorexia e bulimia, respectivamente] phenomenon and then monitoring the pro-self-harm [pró-automutilação] communities that I was witnessing a veritable Salem 1692-style witch-hunt, but in the twenty-first century. Indeed, some of the communities I worked with during the fieldwork process were constantly harassed, closed down and subsequently reopened. All this led me to reflect on what my role throughout this process should be. Should I be critical? Was it necessary to assume a position? What was obvious was that it was impossible for me to be neutral. Closing the pages was obviously not the

[1] *Hashtags* são indexações de palavras-chave e para isso deve-se usar a cerquilha (#). Tornam-se *hiperlinks* dentro da rede (ver <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag>). Recurso tecnológico bastante útil, quando utilizado para determinados fins, pode ter um significado cultural e um impacto social amplo, como é o caso da onda do *cutting* nas redes.

> solution, and as well as contradicting the logic of the Internet, also contributed to stigmatising the users (CASADÓ-MARÍN, 2013, p. 91).

Nesta perspectiva, o campo *on-line* ou a pesquisa de campo desenrolada na e pela Internet, o ciberespaço da autolesão, foi tomado tanto como recurso de pesquisa, como também uma dimensão das manifestações do fenômeno.

Figura 1 - Exemplo de perfil de usuário do Tumblr que vivencia o drama dos cortes (cutting)



Fonte: Tumblr, fevereiro de 2014.

As manifestações virtuais da autolesão no ciberespaço têm implicações concretas no mundo "real", de maneiras muito diversas. A colonização do ciberespaço por jovens que dizem viver uma dor e uma tristeza sem igual (ver Figura 1, página anterior) poderia ser vista como resultado de um mundo social árido, como os próprios *cutters* parecem fornecer as pistas por meio dos seguintes termos nos marcadores #SOCIEDADE #julgamentos #criticas, que eles criam no Tumblr.

Não apenas os sujeitos que se encontram em condições depressivas podem aprender sobre a prática dos cortes nas redes, como também *os dilemas do eu* nos processos de interação suportados pela comunicação mediada por computador (CMC) passam, então, a ser experimentados coletivamente. Wertheim (2001) apresenta uma discussão que se aproxima bastante da perspectiva aqui apresentada. Sua compreensão histórica sobre o espaço traz uma

postura crítica diante das visões mais otimistas do ciberespaço e, neste sentido, recoloca-o dentro das questões contemporâneas que envolvem as crises do eu e da individualidade na modernidade tardia (GIDDENS, 2002). Citando Sherry Turkle, socióloga do MIT, para trazer à tona uma imagem das visões que ela considera "ciberentusiastas", para quem a "Internet tornou-se um importante laboratório social para a experimentação com as construções e as reconstruções do eu que caracterizam a vida pós-moderna", Wertheim faz as seguintes ponderações:

> O que significa exatamente dizer que o ciberespaço é uma arena do "eu" é algo que devemos examinar com cuidado, mas a afirmação por si mesma merece nossa atenção. O fato de estarmos em vias de criar um novo espaço imaterial de existência tem profunda significação psicossocial. [...] A tentativa de Freud com sua ciência da psicanálise, de reinstalar a mente ou a "psique" de volta no domínio do discurso científico continua sendo um dos mais importantes desenvolvimentos intelectuais do último século. No entanto, a ciência de Freud era manifestamente individualista. Cada pessoa que começa a fazer análise (ou qualquer outra forma de psicoterapia) deve trabalhar com sua psique individualmente. A psicoterapia é uma experiência eminentemente solitária. Além dessa experiência individualista, muitas pessoas anseiam também por algo comunal – algo que ligue suas mentes a outras. Está muito bem enfrentar os próprios demônios pessoais, mas muitos parecem querer também uma vasta arena coletiva, um espaço que possam compartilhar com outras mentes (2001, p. 170).

A ideia de compartilhar acima aludida implica em diferentes perspectivas de compreender o espaço, sendo necessário entendê-lo no contexto da presente discussão como uma propriedade com diferentes variações: (I) o espaço no sentido de estar no mundo e se relacionar com os outros; (II) o espaço como esfera de transformação frente ao seu caráter normativo; (III) o ciberespaço como uma dimensão do eu em uma coletividade. Esta última dimensão, com as considerações acima sobre a autolesão e o virtual, repercute em elementos imprescindíveis para a estratégia de análise, onde a etnografia das interações sociais *on-line* é central para abrir novas perspectivas de interpretação e de compreensão do fenômeno auto lesivo adolescente, que não apenas as visões clínicas.

No caso específico desta investigação, uma vez diante de emoções e conflitos existenciais envolvidos em condutas auto lesivas, a rede Tumblr, entendida aqui como ferramenta para narrativas reflexivas do eu, vem a servir como um meio para os sujeitos tornarem público esta dimensão de tempo-espaço bastante íntima da vida. Não simplesmente tornam públicas, no sentido de expostas as dores da alma, mas criam um espaço "público" –

um ciberespaço público, aberto à navegação[2] – para algo que, sem a ferramenta tecnológica nestes moldes interacionais, estaria restrito à esfera da intimidade.

Uma das implicações disso é que estes indivíduos que se dizem atormentados têm começado a perceber que não estão tão sozinhos neste "sentir-se sozinho", e que diversas outras pessoas passam por situações muito parecidas, que se cortam e lidam com isso cotidianamente. Bem como com o ocultamento de uma prática vista como desvio. Por esta razão, vinculadas em um ambiente interativo, conversam entre si[3], e conversar tem muitas implicações para o "estar no mundo" do ator social.

Nestes termos, diante do presente recorte, pode-se pensar a partir de uma fenomenologia do *self-harm*, uma vez que o que a tecnologia proporciona é a extensão do caráter intersubjetivo da vida social para o ciberespaço. Do ponto de vista da presente análise, é importante ter em mente, como ensinou Schutz, a seguinte proposição:

> Estar relacionado com o Outro em um ambiente comum e ser unido a ele em uma comunidade de pessoas são duas proposições inseparáveis. Não poderíamos ser pessoas para outros, nem mesmo para nós mesmos, se não pudéssemos encontrar um ambiente comum como contrapartida da interconexão intencional de nossas vidas conscientes. Esse ambiente comum é estabelecido pela compreensão que, por sua vez, é fundada sobre o fato de que os sujeitos motivam uns aos outros reciprocamente em suas atividades espirituais (SCHUTZ, 2012, p. 181).

Esta visão analítica é fundamental na medida em que permite afirmar, por exemplo, que as imagens e mensagens de automutilação não são compartilhadas aleatoriamente. Os vínculos *on-line* das *dores da alma* são essencialmente vínculos emocionais. Quem compartilha e posta seus cortes ou os de outros jovens, numa forma estetizada peculiar, tem motivos e tem uma história, e o ato também é uma forma de apresentar e representar a "vida psicológica" (SCHUTZ, 2012). É uma forma "rudimentar", mas de alto impacto comunal, coletivista: por mais intuitivo e sofisticado que uma interface digital possa ser, ela não substitui as complicadas manipulações verbais-corporais da copresença.

---

[2] Para navegar, basta ir em <http://www.tumblr.com> e pesquisar por "automutilação" ou "*self-harm*" no recurso de busca, localizado no canto superior direito da janela.

[3] O Tumblr permite que os usuários façam perguntas, ou simplesmente enviar mensagens, a outros sem que seja preciso se identificar ou estar seguindo o blog de quem se deseja realizar a pergunta. A grande parte dos blogs, ao invés de nomes ou apelidos convencionais, utiliza *nicknames* como "menina-com-cortes", "anjo-drogado-e-mutilado", "alma-depressiva", "olhos-oprimidos", "pulsos-que-choram-sangue", "cortes-que-salvam" dentre muitos outros do gênero.

No entanto, livres destas barreiras físicas e corporais, a conexão da interação muitos-para-muitos, exclusiva da Internet (MITCHELL, 2002), acaba demonstrando sua força na criação de conteúdo de cortes. As interfaces estão sempre tentando se aproximar e, neste sentido, de potencializar as características fundamentais do relacionamento humano (PREECE et al., 2005), dentre outros fatores sociais e psicológicos envolvidos na interação. Desta forma, sustento que não deveríamos achar que estamos lidando com desequilíbrios psicológicos de quem não tem competência emocional para perceber a realidade e interagir de modo saudável.

Para o presente estudo, basicamente, pressupõe-se que na rede é possível um ambiente mais informal, menos institucionalizado, para lidar com a automutilação, e a interação ocorre entre os próprios *cutters* nos seus próprios termos, e não daqueles que versam sobre estes atores, que discutem sobre eles e os classificam em escalas distintas de transtornos.

Figura 2 - Interface do Tumblr para dispositivos móveis.



Fonte: captura de tela de celular do tumblr.com

Desta forma, os sujeitos fazem de seus *blogs* um espaço onde possam extravasar seus pensamentos e sentimentos e compartilhá-los, e, para tanto, ambientam suas páginas para que este tema, que é da maior relevância para eles, seja representado da forma mais personalizada possível. Tudo funciona mais ou menos como explica a usuária “crash-down”, na Figura 2, no que aproveitemos para visualizar a interface do Tumblr criada para dispositivos móveis de acesso à Internet.

A presente interação destaca um aspecto recorrente nesta rede social, na visão dos "nativos", no que se refere à automutilação, e que acompanha o presente estudo. Pode ser interpretado como um "prolongamento do eu" para dentro do incomensurável ambiente de *bits*.

De fato, o Tumblr possui recursos sofisticados da Web 2.0, o que torna seu uso uma experiência intuitiva tanto para o usuário, como para quem se posiciona como um observador ou, mais apropriadamente, um observador-usuário, como em uma observação etnográfica *on-line*. Não há um paralelo atualmente em termos de tecnologia em que o fenômeno da automutilação e das depressões adolescentes venham sendo tão intensamente apresentado, publicado, tornado público[4].

O Tumblr, por esta razão, causou um impacto internacional, inquietando governos e autoridades públicas, algo que passa por uma dimensão ética e política em torno das formas e limites da expressão livre na era digital, particularmente, a respeito de até onde pode ir o direito dos jovens para expor suas emoções da forma como ocorre na "rede do corte", algo que para muitos *outsiders* a este universo parece ser indigesto de se navegar.

2. O poder crítico da autolesão nas redes sociotécnicas

Uma das causas mais apontadas para o crescimento da automutilação entre adolescentes tem sido atribuída às redes sociais, fenômeno relativamente atual, como o Myspace[5], o Orkut e o Facebook, lançadas no início dos anos 2000. Para citar apenas uma das muitas matérias que têm circulado na mídia, no *site* de O Globo, o tema da automutilação é tratado da seguinte forma, a partir da fala de alguns especialistas, conforme o seguinte trecho:

> A psicóloga clínica Elisa Bichels diz que já atendeu a mais de 80 pacientes de 13 a 16 anos com casos de automutilação, todos de classe média e alunos de escolas particulares do Rio. Segundo ela, além dos cortes, há outras formas de autoagressão como queimaduras, menos usuais. Ela também

[4] A rede social Instagram, de compartilhamento de fotos e vídeos com filtros especiais, também é um ambiente com muitos recursos, onde os jovens que vivenciam a autolesão procuraram conectar-se, mas tiveram suas contas ou conteúdos banidos.

[5] Interessante lembrar que um dos primeiros casos que gerou alarde sobre as modas jovens alternativas e as redes sociais foi o episódio da noite de 29 de novembro de 2005, Praga, República Checa. O adolescente Joshua Anson Ballard, de 17 anos, publicou na sua página do Myspace que iria cometer suicídio, deixando o endereço para que a polícia fosse ao seu encontro, sendo achado morto 15 minutos após a publicação na rede social, com um tiro na cabeça. O garoto era adepto do *emocore*. Além das roupas e franja característica do estilo, havia na sua página canções da banda pós-*hardcore* Senses Fail, formada em 2002, Nova Jersey, Estados Unidos. Fonte: <http://news.newamericamedia.org/news/view_article.html?article_id=6d8134fbbe964d76f864b3b9682dcb19>, acesso em 10 nov. 2014.

> afirma que o aumento da incidência está ligado às redes sociais: "Há quem se utilize de um ato autolesivo pela dor, mas outros (o fazem) porque todo mundo está fazendo, para ver qual é. Há blogs que ensinam qual a melhor lâmina, em que parte do corpo você tem mais alívio. A questão maior é convencê-los de que as informações da internet não são verdadeiras" (NETO, 2014, *on site*).

Obviamente que pode haver casos nos quais o adolescente se corta para aderir à moda supostamente propagada nas redes e "fazer parte do grupo", ou situações nas quais os indivíduos já predispostos emocionalmente acabam aprendendo a fazer os ferimentos, encorajados em contato com outros nas redes. Mesmo nos casos em que o corte é exibicionismo, o efeito resultante ainda choca e confunde os *outsiders* aos *cutters* (pais, professores, especialistas etc.). De qualquer forma, a mera exposição às "redes do corte" não cria a condição nem explica por si só a disseminação da autolesão. Muitas explicações giram em torno das noções de vício ou de contágio, como o que é sustentado no seguinte estudo que aborda propostas de terapias para comportamentos auto lesivos:

> Perhaps one of the most striking trends in self-injury is that the rate seems to be increasing among adolescents. One possible reason for this observation may be related to the phenomenon of "contagion". Contagion is derived from social learning theory, which posits that individuals are likely to reproduce the behavior they see in others (CHRISTENSON, BOLT, 2011, p. 74).

Este raciocínio é aplicado em estudos de contextos isolados, e os indivíduos são vistos como excessivamente passivos. Por outro lado, pensando de uma forma diversa do que tem sido comumente discutido, as informações da Internet são verdadeiras em um sentido que ainda tem sido pouco explorado. Quando se observa uma grande quantidade de dados, em blocos maiores de informações[6], é possível perceber uma criação coesa de discurso e de ideias, estas mesmas sendo vinculadas através das *hastags*. Além deste aspecto, frequentemente a sociedade aparece no Tumblr de diversas formas: em imagens, histórias ficcionais, frases de reflexões, relatos de situações constrangedoras vivenciadas por indivíduos depressivos ou que alegam não conseguir se livrar dos cortes. "Ninguém sabe o quanto a sociedade e seus padrões machuca as pessoas" (Frase retirada de um Tumblr de usuário que pratica autolesão), é um tipo recorrente de texto em redes sociais.

[6] Algo que pode ser realizado observando e mapeando palavras e expressões a partir de quantidades maiores de textos, ao se importar dados do Tumblr para o HD do computador, como planilha eletrônica ou um editor de texto. Ver <http://admintheweb.weebly.com/web-ripping.html>, acesso em 04/05/2012.

Jovens que possuem algum tipo de sofrimento psíquico ou simplesmente vivem situações difíceis e não sabem lidar com isso, muitas vezes, ao postarem suas imagens retratando falta de esperança e dependência em cortes, são encorajados por outros usuários a continuar, como na seguinte frase que comenta uma postagem de corte em um Tumblr:

> Eu amo você, sem mesmo te conhecer, você merece o meu respeito, porque você aguentou o que pode e teve que optar a se cortar, eu sei como é boa e deliciosa a sensação do sangue escorrendo, mas é muito melhor a sensação de rir verdadeiramente com as pessoas mais especiais da sua vida... E esqueça a SOCIEDADE, tem pessoas que te amam do jeito que você é, nunca se esqueça disso, eu te amo do jeito que você é, você é forte e batalhadora por ter aturado isso durante tanto tempo (Comentário a uma postagem em um Tumblr sobre cortes).

A melancolia difundida nas redes sociais que compartilham ideias em torno da automutilação e do suicídio entre adolescentes *não é essencialmente uma apologia à morte e à tristeza*. As "comunidades do corte" fazem parte do mundo da vida[7], e dialogam entre si, como também dialogam neste mundo. Não são frutos de mentes problemáticas que vivem fora do mundo intersubjetivo, mas fazem parte qualitativamente tanto da construção como da resistência às circunstâncias sociais, pois estas "não são separadas da vida pessoal, nem são apenas pano de fundo para ela. Ao enfrentar problemas pessoais, os indivíduos ativamente ajudam a reconstruir o universo da atividade social à sua volta" (GIDDENS, 2002, pp. 18-19).

Por tudo isso, o indivíduo também, ao concentrar suas energias em outros processos de interação, com sua técnica de afirmação nas *cenas* virtuais do *cutting*, apesar dos aspectos autodestrutivos, se considerado em um sentido restrito, ele acaba propiciando "as condições de esperança", a partir de onde consegue "seguir em frente" em suas atividades cotidianas. Suas convenções interacionais, mesmo que provoquem indiferença, zombaria, repúdio entre outros que não as toleram, contribuem para dar uma pausa, por entre parênteses a ansiedade mais aguda, que é frequentemente superada pelos jovens.

A experiência empírica da presente investigação, bem como relatado em outros trabalhos, parece apontar para o fato de que poucos são aqueles que acabam morrendo acidentalmente com o uso das lâminas ou com o autoenvenenamento, muito menos venham a cometer suicídio. A

[7] Cabe lembrar que "nossos movimentos corporais [e poderíamos acrescentar comunicacionais no ciberespaço] – cinéticos, locomotivos e operativos – afetam o mundo, modificam ou transformam seus objetos e suas relações mútuas. Por outro lado, esses objetos oferecem resistências a nossas ações, as quais temos que superar ou às quais temos que nos conformar. [...] O mundo, assim concebido, é algo que temos de modificar com nossas ações ou que as modifica" (SCHUTZ, 2012, p. 85).

prática de se cortar, neste sentido mais abrangente, não é tanto um comportamento autodestrutivo, mas uma reação para manter o eu acordado em condições de privação emocional.

O Tumblr das *hashtags* #depressao, #suicidio e #automutilacao, que vão unindo pessoas e conteúdos é, em um sentindo mais amplo e profundo, como uma *squat punk*. A autolesão, assim entendida, propagada pelas redes *on-line*, não apenas no Tumblr, mas, por exemplo, no Facebook[8] e no Pinterest[9], é uma forma de ocupação; um *occupy* subpolítico – para fazer um paralelo com a ideia de Beck (1997) – em sua forma silenciosa, triste, vistas por *outsiders* como repugnante, intolerável e alarmante. "Na subpolítica (*sub-politics*), o "instrumento de poder" é o "congestionamento" (em sentido próprio e figurado), como a forma modernizadora da greve involuntária" (BECK, 1997, p. 36). Os jovens, o que inicialmente nos anos 2000 era visto como uma prática apenas restrita à subcultura *emo*, ao praticarem a automutilação e publicarem imagens e reflexões nas redes que são ícone da modernidade e da cultura de consumo contemporâneas, congestionam as páginas com uma realidade que muitas vezes nem mesmo os pais e outros familiares parecem perceber ou se importar.

Figura 3 - Imagens de comportamento autodestrutivo.



Fonte: Tumblr, março de 2014.

[8] Ver *Automutilação, suicídio, depressão está no Facebook*, <http://www.facebook.com/AutoMutilacaoSuicidioDepressao>, acesso em 2 nov. 2014.
[9] Ver *Self harm/ depression/ suicide/ quotes*, <https://www.pinterest.com/pandagurl228/self-harm-depression-suicide-quotes/>, acesso em 2 nov. 2014.

O corte feito de *bits* é como a versão digital da revolta *punk*. Ele entra nas mídias e de uma forma muito honesta, abre a pele, ao mesmo tempo em que lança dúvidas sobre o real, articulando via *reblogagens* discursos sobre a sociedade: *bullying*, intolerância, pais egoístas, anorexia. "Não dá, eu tentei, eu juro que tentei parar. Isso é como um viciado que precisa da sua droga pra se sentir livre e longe dessa SOCIEDADE estúpida. Ai vem aquelas pessoas que não conhecem a nossa história ou os nossos motivos e começam a criticar, aí a gente vai lá e se afunda cada vez mais" (Depoimento retirado do Tumblr).

Durante o início da presente década, com o aumento ou a tomada das redes pelo universo da autolesão adolescente[10], ao se entrar no Instagram e no Tumblr e usar os recursos de busca, digitando termos como depressão ou automutilação, o usuário ou visitante pode ser conduzido ao Reach Out (http://us.reachout.com). Contra esta onda de tristeza e automutilação, o Instagram, talvez por ser uma rede social especializada em fotos e vídeos, lança uma política (a *policy*), banindo e excluindo contas direcionadas a mostrar conteúdos sobre automutilação e suicídio.

Isso obviamente não *deleta* o problema, não elimina as condições que conduzem os jovens a vivenciarem estas aflições. "Teens – and adults – have long turned to the internet to grapple with mental health. But there will always be new, evolving ways to talk about internal pain" (YANDOLI, 2014, *on site*). Os jovens sempre encontram e continuarão a encontrar formas de serem ouvidos, mesmo que as *hashtags* sejam retiradas. Esta tecnologia recente – jamais se imaginaria que aglutinaria jovens *cutters* – pegando a *policy* de surpresa, no instante em que os sujeitos se apoderam dela e dão os usos sociais, ocorre uma forma de produção de vínculo de sentido. Quando não atende ao socialmente aceitável, positivamente sancionado, a *policy* percebe que há este vínculo e age para desmontá-lo.

Considerações Finais

Via Internet, a automutilação ganha ares de estética e se torna pública, com suas imagens em animações e reflexões textuais "contaminando" o sistema, incomodando-o. O #corte, a #automutilacao e seus correlatos vínculos de sentido (estas *hashtags* quase sempre são criadas nos *posts* junto com #tristeza, #depressao ou #suicidio) parecem desejar o mal.

[10] Ver *Self harm hashtags may be driving increase of cutting in young people*, em New.com, <www.news.com.au/lifestyle/health/self-harm-hashtags-may-be-driving-increase-of-cutting-in-young-people/story-fniym874-1227056210456>, acesso em 12 nov. 2014.

Quando não são encarados como espaços "terapêuticos", onde as pessoas podem conversar a respeito de seus "vícios" em automutilação sem reprimendas e olhares críticos, por exemplo, em fóruns *on-line*, são interpretados por especialistas e instituições como atitudes positivas e, portanto, doentias, em direção ao sofrimento e à morte, especialmente nas redes sociais, onde a estética e a estetização do sentimento de dor e tristeza reinam soberanas.

Tendo em vista o que tem sido apresentado, a visão sobre o corte ultrapassa a noção de doença psíquica mais propensa na adolescência, doença que se alastra diante de sociedades consumistas e de relações afetivas esvaziadas. As condutas auto lesivas impõem discussões mais profundas – não apenas olhar para quem as pratica, mas se questionar sobre a sociedade e a cultura atuais – indo além de soluções rápidas, definições e classificações de novas doenças em meio à onda de *cutting*. Trazendo para a realidade da problemática em torno desta investigação, podemos resumi-la da seguinte maneira, nas palavras de Winnicott (2005), que indaga em 1961:

> Se o adolescente quiser transpor esse estágio do desenvolvimento por processo natural, então deve-se esperar um fenômeno a que se poderia dar o nome de *depressões adolescentes*. A sociedade precisa incluir isso como característica permanente e tolerá-la, enfrentá-la, mas não a curar. Coloca-se então uma pergunta: **a nossa sociedade terá saúde para fazer isso?** (Grifos nosso) (p. 173).

Diante de tudo, ao contrário de perfis que podem ser vistos como sendo comuns ou "descolados", que procuram retratar felicidade (nem que seja aparente), estes adolescentes poderiam ser comparados a *hackers*. Eles agem coletivamente, por utilizarem artifícios que são compreendidos no âmbito da comunidade de interesse. #Sue (suicídio), #Ana (anorexia), #Mia (bulimia) e #Secretysocitey123 (automutilação) e outros são códigos que tomam posse de recursos tecnológicos para, a partir daí, burlar os *guidelines* das redes sociais. Os adolescentes "se encontram" nestas *hashtags*, em torno das quais agem como *flânerie* ou entram em interação focalizada, quando os indivíduos trocam mensagens e conselhos com aqueles que entendem e respeitam os seus motivos, ou seja, indo mais além das ações como curtir, favoritar ou reblogar postagens.

Através desta autonomia criativa, onde as *hashtags* vinculam um espaço de dados, temas específicos, eles burlam "as regras de conduta", postam imagens de jovens com corpos em estados deploráveis, romantizam cicatrizes com braços já totalmente marcados com cortes profundos. Este movimento que vem tomando grandes proporções nas mídias

eletrônicas é uma forma de chocar a sociedade, mesmo que a intenção não seja uma autoconsciência de grupo, como se tivesse sido pensada previamente por um ente coletivo.

É o resultado aleatório de múltiplas conexões, através das quais os jovens expõem suas dores e angústias, indo além da noção de doença ou transtorno.

Referências

BECK, Ulrich. Viver a própria vida num mundo em fuga: individualização, globalização e política. In: HUTTON, GIDDENS. (Orgs.). **No Limite da Racionalidade**: convivendo com o capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CASADO I MARÍN, L. **"A place to rest from the world"**: An ethnographic approach to pro-self-harm virtual communities. Rovira i Virgili University, DAJ, 2013 19(1), p. 77-93.

CHRISTENSON, Jacob D. BOLT, Kirsten. **Self-Injurious Behavior**: Who's Doing It, What's Behind it, and How to Treat It. Journal Therapeutic Schools and Programs. Aspen Achievement Academy, Loa, Utah, 2011, p. 71-87.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MITCHELL, William J. **E-topia**: a vida urbana, mas não como a conhecemos. São Paulo: Senac, 2002.

NETO, Lauro. **Prática de automutilação entre adolescentes se dissemina na internet e preocupa pais e escolas**. O Globo, 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/pratica-de-automutilacao-entre-dolescentes-se-dissemina-na-internet-preocupa-pais-escolas->. Acesso em 22/01/2014.

PREECE, Jennifer. ROGERS, Yvonne. SHARP, Helen. **Design de interação**: além da interação homem-computador. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. In Sociologia. Petrópoles: Vozes, 2012.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço**: de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ad., 2001.

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YANDOLI, Krystie Lee. **Inside The Secret World Of Teen Suicide Hashtags**. BuzzFeed Staff. 7 de Set/2014. Disponível em: <http://www.buzzfeed.com/krystieyandoli/how-teens-are-using-social-media-to-talk-about-suicide>. Acesso em 27/12/2014.

DIMENSÕES RELACIONAIS DE TRATADORES E ANIMAIS CATIVOS NO *ZOO* DO "BOSQUE"

Matheus Henrique Pereira da Silva
Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC-CNPq - UFPA.

Flávio Leonel Abreu da Silveira
LAANF - UFPA. Bolsista de produtividade do CNPq.

Resumo: O presente trabalho foi elaborado a partir de uma etnografia em curso, investigando as relações efetuadas entre humanos e não-humanos, no Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves, localizado na cidade de Belém (PA), a partir de experiências interespecíficas entre os profissionais nomeados "tratadores" e, sobretudo os animais cativos que constituem o acervo de espécies do pequeno "zoo", abrigado em seu interior. Propôs-se uma etnografia de perto e de dentro (Magnani, 2009) problematizando outras perspectivas da dinâmica urbana, através do acompanhamento e descrição das atividades diárias dos tratadores – alimentação, higienização dos viveiros, e cuidados diversos – com os animais. Buscam-se, ainda, a descrição de alianças efetivadas com outros profissionais (Médicos veterinários e biólogos) engajados em uma rede de agenciamentos sociotécnicos (Latour, 2005) visando o estabelecimento do *animal welfare*, através de condições propícias de manejo e conservação – vibrando ao longo de paisagens coexistenciais (Silveira; Garcia, 2014) constituintes na cidade. Ao seguir os tratadores, investigam-se as negociações de sentido imputadas ao cumprimento de suas tarefas e estabelecimento de relações – trocas de olhares e afetos – apontando ademais para um "intimismo" em seus (des)encontros diários.

Palavras-chave: tratadores; animais; socialidades.

Abstract: The present work has been based on an ongoing ethnography that investigates the relationships made between human and non-human at the Botanical Garden Bosque Rodrigues Alves, located in the city of Belém (PA), from interspecific experiences among the professionals called "caretakers" and, mainly, captive animals that make up the small species collection in the little zoo that takes place into the Garden. It was proposed an ethnography from close and from inside (MAGNANI, 2009), questioning other perspectives of urban dynamics by monitoring and descripting the caretakers' daily activities – feeding, cleaning of ponds, and other care – with the animals. It also seeks to describe the alliances with other professionals (veterinarians doctors and biologists) engaged in a sociotechnical assemblages' network (LATOUR, 2005) aiming the establishment of the welfare animal, through favorable conditions of management and conservation – vibrating along co-existential landscapes (SILVEIRA; GARCIA, 2014) which are constituents in the city. By considering the caretakers, it is investigated the negotiations of meaning charged to carry out their tasks and relations establishment- exchange of looks and affections – aiming even for a "intimism" in their daily mismatches.

Keywords: caretakers; animals; socialization.

1. Circulando pelo "Bosque", adentrando o zoo

O presente trabalho[1] situa-se em um campo de problematizações que giram em torno das relações entre humanos e não-humanos, no caso, os profissionais nomeados "tratadores" *com* os

[1] Trabalho concebido a partir do Projeto de Bolsa de Produtividade do CNPq, intitulado "Estudo antropológico das interações de humanos com os não-humanos no Bosque Rodrigues Alves, na cidade de Belém (PA). Paisagens de evasão, conservação da biodiversidade e imaginário urbano".

animais cativos no espaço circunscrito do Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves, localizado na cidade de Belém (PA). Trata-se de um espaço verde urbano que, atualmente, possui uma área total de 15 hectares (151.867 m²) distribuída em quatro quadrantes e 112 canteiros, contendo vegetação nativa de terra firme e abrigando uma rica biodiversidade no contexto urbano.

As experiências interespecíficas no pequeno *zoo* existente, no interior do "Bosque" (como é popularmente conhecido), são caracterizadas por relações de convívio entre profissionais trabalhadores, os visitantes e a biodiversidade local – de vida livre e em cativeiro. Tais agentes compõem paisagens coexistências (Silveira; Garcia, 2014) onde contatos e misturas entre humanos e não-humanos se efetuam, variando conforme as possibilidades e vicissitudes de tais interações, quando tratadores e animais cativos exercem formas de socialidades bastante variadas, sobretudo, para os tratadores, nos encontros cotidianos versando a realização de suas tarefas, tais como: higienização de recintos, alimentação, entre outras motivações possíveis de encontros diversos.

Todavia, se o zoo configura-se enquanto um espaço no qual ocorreriam (des)encontros entre humanos e animais, a partir das possibilidades de observação mutua (Berger, 2009), as relações entre tratadores e os animais cativos tencionariam um complexo de socialidades e itinerários ligados as suas atividades cotidianas – quando suas práticas de cuidado e conservação se efetivariam sob a ótica do *animal welfare* – marcadas por negociações de sentido, que tornam possíveis trocas de olhares e afetos, bem como distanciamentos e misturas de animais humanos e não-humanos que serão descritas adiante, exigindo técnicas e táticas (De Certeau, 1997) na execução das tarefas diárias.

A produção imagética apresentada adiante resulta do acompanhamento dos itinerários cotidianos de "tratadores", imersos na complexidade inerente ao jogo de aproximações e distanciamentos, que seriam próprios às relações com o "outro" animal, por vezes, para além dos gradeados e das cercas que circunscrevem o espaço designado por "viveiro". Tais interações apontam para um aspecto "intimista"[2] de interação com as

[2] Aqui diferenciamos dos aspectos de intimidade *per se*, que concernem a uma interioridade psicológica, ou uma pessoalidade sentimental distinta e reservada em relação ao mundo "externo", evocando, por isso, imagens do privado – Sennett (1988) discutiu com maestria as tensões entre público e privado no Ocidente moderno –, àquelas ligadas às possibilidades relacionais entre coletivos na perspectiva tanto de uma proximidade quanto da configuração de laços empáticos (sem, com isso, querer dizer que não possa existir tensões entre eles) que envolvem interações nas paisagens, não raro, com caráter público e que detém certa particularidade de interação. Intimismo, no nosso entendimento, se relaciona com uma dimensão processual que indica negociações entre formas interacionais para o convívio envolvendo agências de multiplicidades de humanos e não-humanos que coexistem na diferença – por isso, a partir de padrões e pontos de vistas distintos – em dado território compartilhado.

espécies componentes do acervo do zoo. Interações dessa ordem *tencionariam* dimensões de afinidades que se tornam possíveis, singularmente, no ritmo de visitações cotidianas do tratador, considerando os componentes territoriais do animal em questão – percepções do ambiente e materiais na paisagem (Ingold, 2000), tais como gradeados, comedouros entre outros – que operacionalizam as condições e os contrapontos de passagem e aliança do tratador com o animal, bem como do ritmo de movimentação de ambos no viveiro. Dessa maneira, nas denominadas "rondas" diárias, os tratadores caminham pelo Bosque, buscando observar traços de atividades dos animais no viveiro, bem como suas movimentações ou relações interespecíficas com outros agentes, que possibilitem indicar aspectos de seu bem-estar ou situações-problemas a serem compartilhadas com os humanos.

Os tratadores seriam, ainda, responsáveis por "guardar" a rica biodiversidade local, se engajando em agenciamentos no universo conservacionista – neste caso, circunscritos ao Bosque – através de cuidados diários que perpassam desde a abertura do gradeado até as precauções relacionadas ao servir a alimentação dos cativos, efetuada nas distintas paisagens e/ou instalações do "Bosque".

2. *Mise en scéne* no "Bosque", seguindo os tratadores

A partir dos encontros rotineiros com os profissionais pela manhã e parte da tarde[3] – imprescindíveis para a realização da pesquisa versando o cotidiano de trabalho em meio urbano (Velho, 1994) – procuramos caminhar com os tratadores e acompanhá-los em suas atividades. Nesses momentos as possibilidades de nos depararmos com a presença de cotias (*Dasyprocta azarae*)[4] atravessando rapidamente o caminho em nossa frente, ou de um macaco-de-cheiro (*Saimiri sciureus*) derrubarem galhos, sementes (quem sabe uma manga?), ofereciam oportunidades singulares de interação, olhares e contatos, além de pensarmos sobre a conservação das diferentes espécies existentes naquela área inserida no mundo urbano belenense.

Os tratadores chegam por volta das sete da manhã, concentrando-se nos espaços da cozinha, e em uma sala ao lado onde planejam suas atividades e guardam os instrumentos de trabalho (facas, mangueiras, vassouras, entre outros). Organizam-se e distribuem de

[3] Os tratadores iniciam suas atividades por volta de sete horas da manhã, sendo o termino das atividades em torno de cinco da tarde.
[4] A nomenclatura referenciada das espécies baseia-se no inventário faunístico do Bosque (2014).

imediato as tarefas, afinal as aves de vida semilivre movimentam-se para forragear, ao passo que as que se encontram cativas já vocalizam a espera do alimento. Nota-se que as aves são caracterizadas por sua regulação homeotérmica à custa de uma alta taxa metabólica, necessitando de intensa ingestão de alimentos energéticos. Dessa maneira, as aves interferem na ordenação que é o servir o "outro" sendo, por isso, privilegiada conjuntamente ao peixe-boi (*Trichechus inunguis*) – devido sua idade, estima-se que tenha aproximadamente 67 anos – ao receberem alimentos anteriormente às demais espécies do zoo.

A distribuição dos alimentos ocorre duas vezes ao dia, de acordo com a dieta do animal em questão: a primeira vez pela manhã, quando a recomendação é que seja realizada até as oito e meia da manhã para todos os animais. A segunda vez se dá pela tarde, entre uma e meia até as três horas. Nos viveiros, os procedimentos para a disposição alimentar estão engajados nas distintas temporalidades dos animais, desde os atos de preparo até a entrega – temporalidade humana que ressoa no relógio biológico animal, e desdobra-se em interações animais inter e intraespecíficas, como é o caso de um recinto onde ocorre o convívio entre diferentes espécies animais – duas espécies de jabutis (*Geochelone carbonária)* (*Geochelone denticulata),* araras (*Ara chloropterus)*, garça (*Ardea Alba)* e guarás (*Eudocimus ruber*). A repartição do alimento implica socialidades com os tratadores – os animais se aproximam – e entre si compartilham os alimentos preparados e servidos em bandejas, de alumínio e plástico, ou/e espalhadas pelo recinto: no chão para os animais terrestres e sobre suportes de madeira para as aves.

Os macacos-pregos (*Cebus apella*), por exemplo, a partir das sete e meia da manhã já esperam ansiosos o horário da alimentação, movimentando-se de um lado ao outro da gaiola. Com a aproximação do tratador que desponta com seu carrinho de mão trazendo o aguardado alimento, os quatro primatas movimentam-se ainda mais agitados. As duas fêmeas hierarquicamente dominantes sobre os machos controlam o acesso aos alimentos. Certa vez ocorreu o atraso do serviço de alimentação, por alguma eventualidade. Uma das araras-vermelha-grande (*Ara chloropterus*) calmamente (e comumente) saiu do viveiro e caminhou em direção à cozinha para "reivindicar" sua comida, logo, a ave força o movimento do tratador que vai a seu encontro para alimentá-la.

Figura 1 - O tratador e arara-vermelha-grande no Jardim Sensorial do Bosque.



Fonte: Acervo pessoal Matheus Silva (2014).

A observação de temporalidades compartilhadas no cronograma de alimentação aponta para táticas relativas ao comportamento do animal, que agencia seu deslocamento ao longo do viveiro, imputando ao tratador uma "negociação" de sentido na interação que estabelece com ele. O tratador precisa exercer através do "trabalho da memória" (Bosi, 1994) a comparação entre o presente – "o estar ali", ou ainda, o estar *com* o outro – e as suas experiências passadas junto àquele animal, considerando, obviamente, as sucessivas aproximações e distanciamentos espaciais em relação a ele, bem como o seu histórico alimentar.

Os cuidados cotidianos são realizados com base no conhecimento e na relação acerca dos comportamentos do e *com* animal em questão, apontando, assim para o que estamos entendendo como uma expressão do "intimismo" interespécies, onde afetos e afinidades são experimentados na proximidade e no distanciamento – portanto, como um processo de negociação – por meio de componentes territoriais dos animais não-humanos – percepções e materiais na paisagem, referentes à composição dos lugares onde ocorrem os (des)encontros, portanto, onde certo os dispositivos de observação e troca de olhares mútuos ocorrem. É preciso considerar a presença de gradeados, pontes e utensílios envolvidos no processo de visitação, em especial nos viveiros – que espaço que permite condições e contrapontos de passagem e aliança de tratadores com animais cativos. E, por certo, oferecem "resistências" e "negociações" quanto às proximidades e contatos – não se trata de meras reações comportamentais "influenciadas" por um ambiente externo, pois humanos e não-humanos tornam-se *companion-agents* (Despret, 2013), engajando-se entre si em processos vitais, vinculando-se pela coexistência nas paisagens do Bosque.

Em relação às dimensões do intimismo entre animais e tratadores, em duas conversas realizadas com tratadores, são apresentados elementos conviviais experimentados nas relações "intimistas" com os animais:

> Moisés - Existem dois fatores predominantes pra isso: o primeiro é... Que quando o animal não se apega a alguém, ele teme, então quando ele temer, ele geralmente não ataca. Então isso dá uma segurança para o tratador porque quando o animal se acostuma com a pessoa ele cria confiança, até mesmo para se gerar um ataque. Outro fator que a gente leva em consideração é o fato de que hoje você está no local de trabalho e amanhã você pode não estar [15/10/2014].
>
> Paulo Vitor - Quando a gente entra, a gente primeiro olha. Vê se é o animal primeiro, vê se ele não está em ponto de ataque né, e olha, e entra tranquilamente, e vai limpando lentamente, que aí ele vai perceber. A comida, você não pode fazer muito barulho. Visitante não pode fazer muito barulho quando a gente tá dentro do recinto, que é pra ele não morder a gente. Ainda tem isso também.
> - Têm, no caso, esses horários estratégicos pra determinado animal, quando não tem muita gente no recinto. Ai vocês vão lá.
> - Exatamente, por que se tiver muita gente dentro, nas laterais, do recinto, o quê que acontece? A vítima pode ser nós, entendeu!? Lá dentro... Mordem nós lá dentro. A gente evita o máximo possível num horário assim intermediário.
> Se entra um [tratador] no viveiro com um fluxo de gente muito grande, muito agito, automaticamente o bicho já fica agressivo. Pode ser a vítima, pode ser eu lá dentro: ele pode me morder. Tem que ficar em total silêncio. Total sigilo lá dentro, pra não acontecer nenhuma coisa grave
> Uma confiança, aí vai ficar normal. Tem, por exemplo, aqui a arara azul. Elas são muito delicadas, a arara azul. Muito. Tem esses bichos assim que são muito carinhosos, entendeu, com a gente. Então, são essas coisas... [16/10/2014].

Os tratadores engajam-se em socialidades com animais, situando-se nos recintos através de troca de olhares, destacando-se, sobretudo as condições de possibilidades que deslocam o limite e a efetividade de multiplicidades de formas interacionais entre as esferas da natureza e da cultura.

3. No meio do zoo: acerca do olhar do tratador

O zoo permite a observação rotineira dos animais em cativeiro devido ao posicionamento dos recintos que estão em nível mais alto, ou pelo destaque de sua localização no cenário, como é o caso do lago do peixe-boi e o das tartarugas, que estão situados sob um desnível no solo, ambos, próximos a pontes com um grau de elevação que propiciam a ampliação do campo visual, importante para os tratadores e o público nas ações

de tratar para os primeiros, e de ver[5] e/ou fotografar os animais para os segundos, de acordo com as motivações que orientam o olhar lançado ao "outro".

Os cuidados baseados, sobretudo, no olhar e na percepção do tratador, constituem os componentes fundamentais na constituição do conhecimento acerca de comportamentos animais e, a partir daí, no exercício de técnicas e táticas (De Certeau, 1997) para a execução de ações que visem o bem-estar animal – portanto, para uma coexistência não agonística interespécies – diante de vicissitudes enfrentadas em tais socialidades relacionais (Ingold, 2000), a exemplo do estresse sofrido pelos agentes não humanos devido aos tamanhos inapropriados dos recintos[6], apontando, assim, para a existência de uma tensão quanto ao compartilhamento dos lugares (entre os indivíduos da espécie e, deles com os humanos), bem como nas posições ocupadas pela instituição na rede de conservação de zoológicos.

Em uma conversa o tratador Gelson destacou que um dos aspectos de seu trabalho está voltado à constituição de parâmetros que objetivem acompanhar a saúde do animal:

> - Tipo a gente, tratador, é um observador do que acontece. É observador, tipo de olhar eles. Assim, quando tem um animal doente; quando tem um animal triste, a gente observa e passa pros técnicos. Leva pra eles. Aí eles vêm olhar o que é, e tal. Nesse caso, a gente, é responsável. O tratador ele tem que reparar também isso, o comportamento, como é que eles estão, se eles estão... O comportamento onde ele tá... O comportamento de onde, porque eles... Tá um pouco debilitado aí eles mudam. Eles chegam a mudar sim, o comportamento deles [14/09/2014].

O olhar do tratador relaciona-se, por certo, ao exercício de biopoder – em suas percepções e intervenções diretas sobre o corpo do *Outro* – que encarcera o vivo e atua sobre ele, mediante dispositivos de produção do seu bem-estar dentro de uma lógica de regramentos que visam a sua conservação. Desta maneira, a biometria é realizada intentando obter dados característicos dos animais (altura, sexo, entre outros) para um maior controle quanto às condições de vivência e reprodução, bem como visando contribuir para o bem-estar animal, pois acompanha o desenvolvimento e crescimento das espécies. Além de mapear a quantidade de

[5] Estebanez (2008) apresenta como características dos zoológicos modernos a possibilidade de "ver todo o conteúdo" do espaço delimitado (os animais figurando na paisagem do recinto em questão). A espacialidade enquanto uma miniatura essencialmente "exótica" do mundo. A noção de exotismo estaria marcada pelas relações de poder inerentes ao olhar colonizador, historicamente situado, na construção da alteridade.

[6] O Bosque encontra-se em um período de reformas, construções e readequações relacionadas ao IBAMA. Para ver os códigos e políticas de biodiversidade nacional, no caso sobre a fauna, segundo as normas do IBAMA: <http://www.ibama.gov.br/servicos/autorizacao-de-empreendimentos-utilizadores-de-fauna-silvestres-sisfauna>. Acesso em 25 jul. 2015.

espécies e sua distribuição geográfica. Numa dessas atividades os quelônios tiveram seus cascos medidos e marcados com um adesivo contendo seu tamanho e sexagem – por biólogos, responsáveis pelos procedimentos – criando uma identidade "biológica" dos indivíduos.

Figura 2 - Agenciamentos sociotécnicos (Latour). Biometria realizada no Bosque.



Fonte: Acervo pessoal Matheus Silva (2015).

Por outro lado, a partir das avaliações sensíveis do tratador que identifica sinais de adoecimento, o animal em cativeiro é submetido ao olhar perscrutador de caráter técnico e analítico da biomedicina animal, que interroga a sua sintomatologia, a fim de que sejam tomadas as decisões sobre o seu manejo. O auxílio pode ser oferecido no interior do próprio recinto, ou dependendo de suas condições, o animal é destinado ao tratamento na área de quarentena.

Deste modo, o denominado *animal welfare* problematiza um conjunto de práticas relacionadas a seus aspectos físicos e, sobretudo a observação de comportamentos tensionados (Dawkins, 2004) sob certas circunstâncias, exigindo a percepção do tratador e sua leitura de sinais na paisagem corpórea do animal (as marcas da paisagem, de acordo com Berque, 1998), impressas *no* animal não-humano. No caso do peixe-boi "Kajuru", como é conhecido, a médica veterinária Juliane destacou a procura diária por traços que indiquem aspectos sobre sua vitalidade: fezes, vestígios de alimentos, ou movimentações "irregulares", como ficar de bruços no lago.

A proximidade cotidiana do tratador *com* o animal, no interior do recinto, exige uma atenção frequente para se evitar os acidentes e "descuidos" no local. As entradas costumam ocorrer com cautela, observando a posição do animal no recinto e analisando previamente

as formas de como estabelecer o contato a partir de seus gestos e movimentos, envolvendo, ainda, o uso dos equipamentos (pratos, remédios, varas, vassoura, entre outros) de acordo com a tarefa que executará no recinto. É preciso deixar claro, que mesmo os menores movimentos podem configurar uma "ameaça" para a percepção animal, colocando tanto a vida do tratador quanto a do animal em risco.

Os riscos enfrentados pelos tratadores advêm de seu acesso diferenciado, em relação a outros humanos, quanto aos animais no recinto. Tais situações podem envolver ataques de animais – a exemplo de "ataques" ocorridos por tucanos de peito branco (*Ramphastus tucanus*) e papagaios do mangue (*Amazona amazonica*), ou a fuga de Macacos-prego (*Cebus apella*). Acontecimentos atribuídos ao estresse excessivo sofrido pelos animais – pois, em algumas situações eles indicam mediante movimentos e comportamentos ante a presença do tratador, as situações problemáticas em que se encontram envolvidos.

Os riscos pela passagem dos gradeados que *a priori* "separam" os humanos dos animais é inerente a sua profissão (Estabanez, 2010), principalmente a partir das atividades cotidianas nutridas no tempo compartilhado, conferindo ao tratador um acesso privilegiado ao animal. Os tratadores ao realizarem suas "rondas" diárias, envolvem-se *com* seres vivos em práticas de sentido que os forçam a um engajamento no mundo através de agenciamentos sociotécnicos (Latour, 2005) com médicos veterinários e biólogos, fundamentais as suas atividades pelo fato de propiciarem circunstâncias favoráveis à convivência.

Diante de certas situações – envolvendo stress, ou outras formas de adoecimento – médicos veterinários e biólogos são acionados. Em alguns casos, as intervenções realizam mediante o uso de técnicas de enriquecimento alimentar e ambiental (Bloomsmith, 1991), envolvendo argumentações e ponderações sobre a reprodução em cativeiro, de maneira mais aproximada possível de suas condições em contextos "naturais", como indicadas em outros estudos (Boere, 2001; Coe, 1985; Dawkins, 2004). Portanto, ainda que o estresse não possa ser erradicado completamente – aliás, nem deve ser evitado completamente, pois permite aos animais cativos que se prepararem para enfrentar dificuldades exigidas no meio – tais medidas permitem, ao menos, a possibilidade de atuar sobre o animal de forma a contribuir na melhoria de sua saúde, e assim, de aumentar seu campo de experiências conjuntamente aos humanos.

Porém, há dificuldades em se determinar se as condições de adaptação do animal às situações vividas por ele em cativeiro são favoráveis ao seu bem-estar, pois podem apresentar miríades de sofrimentos nos processos envolvidos (Dawkins, 2004), seja na higienização dos

recintos, ou até mesmo, na assistência médica ou cuidados diversos engendrados por médicos veterinários e tratadores, pois "a presença do próprio tratador pode estressar o animal" [09/06/2015], segundo Gelson. No recinto dos macacos-prego (*Cebus apella*), por exemplo, foram acrescentados pneus, cordas, galhos e um tronco de árvore, a fim de aumentar a mobilidade dos animais na espacialidade do lugar, devido ao fato de estarem sujeitos a obesidade por falta de atividades, o que veio acompanhado de um desbalanceamento em suas dietas.

Em outra situação, o biólogo Távison amarrou pedaços de milho em um poleiro no recinto, introduzindo elementos que estimulam/induzem a movimentação da arara-vermelha, que se movimenta para bicar e se alimentar. As práticas empregadas pelos tratadores, médicos veterinários e biólogos corroboram para a ampliação da qualidade de vida do animal em cativeiro, aludindo a técnicas de enriquecimento ambiental (Bloomsmith, 1991) e alimentar, de modo que introduzem elementos que variam desde a música, a colocação de elementos como redes e cordas (também para os macacos pregos) e a promoção de relações sociais, com o intuito de possibilitar uma convivência não-agonística de humanos e não-humanos.

Além disso, as modificações climáticas têm como consequência o fato de que animais doentes ocupam, de forma mais frequente, a área destinada à quarentena, local onde são isolados em jaulas com seus respectivos dispositivos de cuidado, necessitando, desta forma, de atenção redobrada. A quarentena fica sob estrita supervisão de tratadores, biólogos e médicos veterinários. Os animais "doentes" ou que são doados ao local, passam por um processo de adaptação e de recuperação, ficando em estado de observação contínua por um determinado período: recebendo visitações para higienização dos recintos e alimentação, além dos cuidados necessários. O espaço configura-se, ainda, enquanto o "lar" de algumas espécies, visto a impossibilidade de inserção e readaptação em ambiência semilivre, ou em recintos, a exemplo do quati "Weslley" (*Nasua nasua*) que permanece na quarentena há mais de seis meses, segundo o tratador Gelson. Esse tratador ainda ressaltou aspectos que circunstanciariam tais dificuldades para a reintrodução, pois estes ficavam "presos o tempo todo", "dependendo da alimentação dada" pelos tratadores, biólogos e médicos veterinários.

Notamos que ao longo de paisagens coexistenciais do Bosque emanam imagens sensíveis e dinâmicas, evocadoras de um campo de possibilidades quanto às interações rotineiras entre humanos e não-humanos no mundo urbano, onde os (des)encontros e as partilhas de afinidades entre seres vivos – imagens da natureza e da cultura amazônica – indicam formas de socializações a partir de experimentações multissensoriais engendradas

no caminhar com o outro no mundo urbano (Pink, 2007; 2008; 2009). Agenciamentos próprios às deambulações dos tratadores – que os etnógrafos acompanham – problematizando tensões peculiares de condições no intercurso das interações/sociações (Simmel, 1983), expressas nos cuidados e nos posicionamentos adotados pelo tratador, configurando um "intimismo" nos territórios de animais cativos e um tema promissor a uma etnografia multiespécies (Kirksey; Helmreich, 2010) na urbe.

Figura 3 - O tratador Elinaldo junto a Arara-Azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*) conhecida como "Duda".



Fonte: Acervo pessoal Matheus Silva (2015).

Considerações Finais

A experiência cotidiana dos tratadores junto aos animais cativos no Bosque Rodrigues Alves, de acordo com a tarefa em questão é efetuada com o estabelecimento de negociações de sentido através de distanciamentos que instauram posições diferenciais, não somente através de grades de ferro, sendo importantíssimo atentar para os posicionamentos adotados ao entrar em contato com os animais, mas também, envolvendo, falas, olhares e toques, ou ainda, um processo de "intimismo" aberto, constituído na temporalidade compartilhada que permite aos tratadores cuidarem atenciosamente (apoiados por biólogos e médicos veterinários), a fim de proporcionarem a conservação e o bem-estar da vida animal em cativeiro.

Ao deambular pelo Bosque com os tratadores, acompanhando sua labuta, foi possível observar a construção de conhecimentos e técnicas que constituem suas profissões,

empregadas no manejo animal em um espaço permeado por riscos e acidentes nas interações, que acentuam as desigualdades na dinâmica social do vivido com os não-humanos, notadamente no exercício de poder sobre a vida animal (parâmetros de saúde e bem-estar), bem como às atitudes e experiências que ampliam suas habilidades de interação com as paisagens do Bosque, descritas nos sucessivos deslocamentos e misturas de seres vivos.

Os laços e relações interespécies, principalmente os constituídos por tratadores e animais cativos, forçam-nos ainda a pensar possibilidades de (des)encontros com os animais, por meio de dispositivos de contato e de observação mútuos que propiciam socialidades que respeitam itinerários, as espacialidades dos recintos e seus entornos, a malha de elementos que compõem os materiais e os espaços onde habitam os animais), bem como atitudes e percepções acerca do "outro", pois a existência dos não-humanos se dá conjuntamente aos humanos ao longo do Bosque, uma vez que ambos figuram as paisagens desde suas diferenças coligadas.

Referências

BERGER, J. **Why look at animals?** London: Penguin Books, 2009.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 84-91, 1998.

BLOOMSMITH, M. A. BRENT, L. Y. & SCHAPIRO, S. J. Guidelines for developing and managing na environmental enrichment program for non-human primates. **Laboratory Animal Science**, v. 41, p. 372-377, 1991.

BOERE, V. Behavior and environment enrichment. In: Fowler ME, Cubas ZS. **Biology, medicine and surgery of South American wild animals**. Ames, IA: Iowa University Press, p. 263-266, 2001.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Ed. 3. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

COE, J. Design and perception: making the zoo world real. **Zoo Biol**, v. 4, p. 197-208, 1985.

DAWKINS, M. S. Using behaviour to assess animal welfare. **Animal Welfare**, v. 13, p. 3-7, 2004.

ESTEBANEZ, J. Ceux qui sont proches: lês soigneur sau zoo. **Sociétés**, v. 2, n. 108, p. 47-57, 2010.

_____. Les jardins zoologiques ou l'exotique a porte de main. **Le Globe**, n. 148, p. 49-67, 2008.

KIRKSEY, S. E. HELMICH, S. The emergence multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, V. 25, N. 4, p. 545-576, 2010.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2005.

MAGNANI, J. G. C. No meio da trama. A antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 60, p. 69-80, 2009.

MARVIN, G. L'animal de zoo: Um rôle entre sauvage et domestique. **Techniques & Culture**, v. 50, n. 1, p. 102-119, 2008.

PINK, S. Walking with video. **Visual Studies**, v. 22, N. 3. p. 240-252, 2007.

_____. A urban tour: The sensory sociality of ethnographic place - making. **Ethnographic**, V. 9, N. 2, p. 175-196, 2008.

_____. **Doing sensory ethnography**. London: Sage, 2009.

ROCHA, A. L. C. da. Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração dos símbolos. **Horizontes Antropológicos**. UFRGS, Porto Alegre, n. 2, 1995.

ROCHA, A. L. C. da. Tecnologias Audiovisuais na Construção de Narrativas Etnográficas, um percurso de investigação. **Campos**, V. 4, p. 113-134, 2003.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, G. **Sociologia**. In: Moraes Filho (Org.). São Paulo, Ática, 1983.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, n. 32, p. 171-188, 2009.

SILVA, M. & SILVEIRA, F. Sobre os (des)encontros entre tratadores e animais no zoo. **Ipiranga Pesquisa**, Belém, v. 3, n. 1, p. 182, 2015.

SILVEIRA, F. L. A. da. Paisagens do Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA): considerações sobre a conservação do patrimônio urbano no contexto amazônico. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 230-257, 2014.

SILVEIRA, F. L. A. da, GARCIA A. Paisagens coexistênciais: Por uma etnografia visual interespécies. **Amazônica**: Revista de Antropologia (Online) v. 6, n. 2, p. 526-550, 2014.

VELHO, G. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In. VELHO, G. (Org.). **O desafio da cidade**: Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO NOS FRIGORÍFICOS PARA OS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE

Míriam Rebeca Rodeguero Stefanuto
UFSCar

Resumo: Este trabalho, derivado de uma pesquisa em nível de mestrado em andamento, dedica-se a investigar quais as implicações para os Kaingang do Toldo Chimbangue de sua recente inserção nas indústrias de produção de carne na região da cidade de Chapecó, Santa Catarina. O trabalho nos frigoríficos, que apresenta uma organização específica e que abate animais e produz carne em quantidades industriais, se contrapõe a diversas práticas e conhecimentos Kaingang no que diz respeito ao trabalho, aos animais e à alimentação. Grande parte dos moradores do Toldo Chimbangue se aproxima de alguma forma tanto do modo industrial de se abater animais e produzir carne quanto da caça e da criação, uma vez que a maioria da população já esteve ou continua empregada em algum frigorífico da região de Chapecó e que muitos mantêm criações – normalmente de suínos e aves – nas proximidades de casa, e que a caça vem sendo retomada aos poucos acompanhando a recuperação das florestas. Assim, a partir da pesquisa etnográfica e da contraposição desses elementos, pretende-se ampliar o conhecimento a respeito das aldeias que passaram a fornecer trabalhadores indígenas para estes frigoríficos.

Palavras-chave: Kaingang; frigoríficos; animais.

Abstract: This paper, coming from a study at masters' level degree in progress, is dedicated to investigate what are the implications for the Kaingang of Toldo Chimbangue on its recent inclusion in meat production industries at the region of the city of Chapecó, Santa Catarina. The work at refrigerators, which have a specific organization, slaughter animals and produce meat in industrial quantities, is opposed to many practices and Kaingang knowledge with regard to work, the animals and the food. Most of the residents from Toldo Chimbangue approaches somehow both the industrial way of slaughtering animals and produce meat as hunting and breeding, since most of the population has been or was employed in a refrigerator of Chapecó region. Besides that, many of them maintain creations – usually pigs and poultry – near their homes, and the even hunting has been gradually resumed following the restoration of forests. Thus, from ethnographic research and contrast of these elements, it is intended to expand the knowledge about villages that started to provide indigenous workers for these refrigerators.

Keywords: Kaingang; refrigerators; animals.

Os Kaingang representam, atualmente, mais de 37 mil indivíduos, o que os fazem o 3º povo indígena mais populoso no Brasil. Pertencem ao grupo linguístico Jê e ocupam territórios localizados no oeste paulista, centro-norte e oeste paranaenses, oeste catarinense – área a qual se refere este trabalho – e centro-norte do Rio Grande do Sul (NACKE et al, 2007). Em Santa Catarina, o Kaingang somam cerca de 6.543 pessoas que habitam cinco Terras Indígenas e uma Reserva[1]. A Terra Indígena Toldo Chimbangue está localizada às margens dos rios Irani e Lajeado Lambedor, a uma distância de 18 km da cidade de Chapecó.

[1] Aldeia Condá.

Dentre as cinco Terras Indígenas, é a única totalmente regularizada, as demais apresentam alguma pendência no processo de demarcação.

Idealmente, os Kaingang têm seus grupos organizados por metades exogâmicas que se opõe e se complementam, denominadas *Kamé* e *Kairu*[2]. Cada metade possui sua marca específica, evidenciada principalmente em pinturas corporais – traços para aqueles que são *Kamé*, e pontos para os que são *Kairu* – e relaciona-se ainda a um ponto cardeal específico – a metade *Kamé* se relaciona ao oeste e a *Kairu* ao Leste. Não somente os membros das comunidades são classificados através das duas metades, mas também a natureza é percebida através dessa perspectiva dualista (VEIGA, 1994).

Segundo o cacique do Toldo Chimbangue, atualmente 560 Kaingang e 100 Guaranis[3] habitam a Terra Indígena e uma quantidade expressiva desses moradores tem sido empregada nos frigoríficos da região de Chapecó/SC, o que foi bem expresso na fala de uma Kaingang, ao dizer que "é difícil encontrar aqui no Chimbangue alguém que nunca trabalhou num frigorífico". A inserção no mercado de trabalho através da indústria da carne traz para a Terra Indígena novas questões que se relacionam e se contrapõe com as práticas da aldeia, principalmente referentes à noção de trabalho, às relações com os animais e à alimentação.

A etnografia, ainda não finalizada, teve duração de dois meses e objetivou principalmente investigar os efeitos do trabalho nos frigoríficos na aldeia. Ocorreu através de conversas e entrevistas com os moradores do Toldo Chimbangue que estavam trabalhando ou já haviam trabalhado nos frigoríficos da região de Chapecó, Santa Catarina. O ponto de partida foi a casa em que fiquei hospedada durante a pesquisa de campo, da família do cacique do Toldo Chimbangue, cujos filhos mais velhos já haviam trabalhado em alguns frigoríficos e que foram aos poucos me sugerindo outras pessoas com as quais eu poderia conversar sobre o assunto. Além disso, mesmo aqueles não tinham tido contato com as indústrias de carne diretamente, ofereceram impressões e opiniões sobre pessoas próximas que trabalhavam e que foram de grande importância.

Quase todos os moradores do Chimbangue possuem algum espaço de cultivo próximo da residência, reservado normalmente ao milho e à mandioca, que servem tanto para suprir as demandas familiares de alimento quanto para comércio. As criações são

[2] Embora esta seja a distinção principal nos grupos Kaingang, segundo Veiga (1994) a metade *Kamé* teria ainda duas subdivisões – *Kamé* e *Wonhéty* –, assim como a metade *Kairu* - *Kaiuru* e *Votor*.
[3] A comunidade Guarani vive no Toldo Chimbangue temporariamente desde 2001 enquanto aguarda a demarcação de seu território, a Terra Indígena Araçá'i, localizada entre os municípios de Saudades e Cunha Porã, no extremo Oeste de Santa Catarina.

principalmente de suínos e aves com alguns bovinos para a produção de leite, também mantidas próximas à casa. Diversas vezes a proximidade entre as casas dos moradores – consequência da ocupação das residências dos antigos colonos que ocuparam as terras e da concentração de moradias ao longo da rodovia[4] que corta a TI – aparece no discurso dos Kaingang mais velhos como empecilho para a criação de animais. Diante disso, os tempos passados são lembrados como ideais e melhores, na medida em que havia espaço suficiente para se criar animais. Apesar dessa queixa comum, a maioria dos Kaingang mantém pequenas criações. Normalmente, a agricultura e os suínos são responsabilidade masculina, enquanto os outros animais – bovinos e aves – dependem dos cuidados das mulheres. Quando não estão em horário de aula, as crianças acompanham os pais ou familiares mais próximos e vão adquirindo prática e autonomia na realização das atividades.

A caça na Terra Indígena vem sendo retomada com a progressiva recuperação das florestas e quase sempre envolve a ajuda de cachorros treinados para tal. Os animais mais caçados atualmente, segundo os relatos, são o quati e o tatu, sendo que a caça deste último precisa ser realizada à noite. As metades *Kamé* e *Kairu* que idealmente dividem a sociedade Kaingang se estendem também para a prática da caça. Os animais pertencentes a uma metade devem ser caçados por homens da metade oposta, pois a presa sente o cheiro daqueles que são do mesmo grupo que ela e foge; a carne obtida, da mesma forma, deve ser consumida também pela outra metade e nunca pelo próprio caçador (VEIGA, 1994).

Assim como a caça, a pesca é uma atividade predominantemente masculina e, embora se saiba que os Kaingang costumavam pescar através da técnica do *Pari* – que consiste em uma armadilha colocada nas corredeiras dos rios, feita de taquaras, nas quais os peixes entram e depois não conseguem sair – e que ainda o fazem em algumas aldeias (NACKE et al, 2007), no Toldo Chimbangue se "pesca com linha e vara, ué".

Segundo Tommasino (2004, p. 155), todo Kaingang possui um animal guia, ou *yangré*; um "espírito" animal que, segundo os relatos coletados por Veiga (1994, p. 156), "pode ser qualquer bichinho do mato". No caso do *kuiã* ou *kujá* (xamã), ajuda a exercer o papel de curador na prática do xamanismo: os espíritos destes animais indicam onde encontrar as plantas certas para a cura de doenças e localizar as almas que se perderam do corpo do enfermo. No caso de um caçador, nunca este indivíduo pode caçar animais que são seu *yangré* ou ingerir sua carne, porque estaria comendo um parente. De fato, no Toldo

[4] Rodovia SC - 484, que liga Chapecó ao município de Paial.

Chimbangue a mesma expressão que nomeia o animal guia é utilizada também para se referir ao cunhado de alguém, no entanto, os conhecimentos a respeito dos *yangré* são mais restritos ao xamã, conforme me informaram, e ainda não foram encontradas referências a estes animais pelos Kaingang que caçam.

Aqueles que não possuem nenhuma criação de animais, normalmente porque trabalham fora e não moram com familiares que possam realizar o serviço, costumam comprar a carne de quem cria, dentro da própria aldeia. Da mesma forma, embora a carne de caça não seja mais tão consumida, os que eventualmente querem comê-la, mas não caçam, também podem comprar de alguém que o faça. Os caçadores são sempre homens e seus consumidores quase sempre também, mesmo que ainda jovens.

As atividades agropecuárias não somente ocupam uma posição importante de produção de alimentos, como são consideradas expressões daquilo que é ser Kaingang atualmente. Diversas declarações de pessoas mais velhas acusam os jovens Kaingang de, ao abandonar o trabalho na roça e o cuidado dos animais e procurar um emprego formal, estar deixando de lado "as coisas de índio" e práticas que poderiam beneficiar os indígenas atraindo algum investimento ou parceria na venda de produtos agrícolas, segundo alguns Kaingang. Assim, o trabalho na terra e na própria aldeia é visto de maneira bastante positiva pelos indígenas, por não promover um afastamento do território e das atividades tradicionais, caso de empregos na cidade, como os nos frigoríficos.

Apesar de estarem fisicamente próximos da cidade e existir alguma facilidade de transporte, ela é, em certa medida, evitada, ainda que muitos se desloquem até Chapecó por motivos de trabalho. No Toldo Chimbangue ocorrem diversas idas à cidade, mas elas se fazem pouco necessárias diante do que é oferecido na própria Terra Indígena. O modo como se organizam principalmente os aspectos de compra de alimentos e mantimentos na aldeia, direto com ambulantes que vão até lá, mas também o fato de existir na Terra Indígena um Posto de Saúde e duas escolas – uma infantil e outra a partir do fundamental –, faz com que seja bastante difícil alguém que não trabalha na cidade precisar se deslocar até ela.

Embora se posicionem com certo afastamento em relação à cidade e ao que ela representa e oferece, cada vez mais os indígenas do Toldo Chimbangue têm se inserido na esfera urbana através de empregos e trabalhos na cidade de Chapecó. Dentre tais atividades, as indústrias de carne se destacam por ser um dos setores que mais contrata mão de obra indígena. O município de Chapecó é sede de unidades de três empresas do ramo alimentício,

a saber, Seara, que é parte do grupo JBS; a Cooperativa Aurora Alimentos, e Sadia, esta última pertencente ao conglomerado brasileiro BRF, que surgiu através da fusão das empresas Sadia e Perdigão em 2011.

O trabalho nos frigoríficos apresenta uma organização específica, marcada pela fragmentação das atividades, que são executadas por trabalhadores sempre fixos e distribuídos ao longo de uma linha de produção de carne (VIALLES, 1994; DIAS, 2009). O setor de frigoríficos não raro é alvo de processos por descumprimento de normas trabalhistas, que envolvem questões como não permitir pausas durante o expediente e expor os trabalhadores ao frio excessivo das câmaras frias. Além disso, o trabalho em frigoríficos é considerado um dos mais desgastantes, com recordes de depressão e lesões entre os trabalhadores. Umas das características do setor que favorece o alto índice de enfermidades é a elevada carga de movimentos repetitivos, que tendem a causar lesões definitivas se realizados por um tempo considerável e que se agrava com a exposição a baixas temperaturas, comum nos frigoríficos (Repórter Brasil, 2012). Em Chapecó, os dados do INSS apontam que 20% dos seis mil funcionários locais que trabalham na BRF receberam benefícios previdenciários em razão de doenças ao longo de cinco anos, e que cerca de 80% do público atendido no INSS chapecoense é de trabalhadores de frigoríficos (Repórter Brasil, 2012).

Esse cenário não é desconhecido dos Kaingang do Chimbangue, seja por experiência própria ou não. Diversos problemas de saúde ou acidentes de trabalho foram relatados, mas muitas das pessoas não necessariamente puderam, ou quiseram, deixar de trabalhar por conta disso. O cacique, contrário ao trabalho nos frigoríficos, justifica seu posicionamento baseado principalmente nessas consequências que afetam a saúde do trabalhador, dizendo que em poucos anos aqueles que trabalham nos frigoríficos estarão incapacitados para outras atividades, não vão "prestar pra fazer mais nada", e só são recrutados por ser um trabalho que "ninguém mais quer". Ao mesmo tempo, principalmente por serem as únicas empresas que atualmente oferecem transporte para aqueles que estão distantes do emprego, como é o caso de quem mora no Toldo Chimbangue, a contratação pelos frigoríficos é bastante comum entre os Kaingang.

O trabalho nos frigoríficos é, pois, percebido de maneira ambígua, às vezes como algo que traz o benefício do salário, mas normalmente é associado aos inúmeros problemas de saúde vividos pelos Kaingang, além de ser considerado como algo que afasta diariamente os indígenas da vida na aldeia e do trabalho na terra e que pouco ou nada acrescenta à Terra Indígena. Existem alguns Kaingang do Chimbangue que trabalham na sede da FUNAI em

Chapecó, o que não é questionado da mesma maneira que se questiona o trabalho nos frigoríficos, talvez porque se trate de um órgão cuja proposta é justamente a de atender populações indígenas, o que faz que seja um emprego que voltado para a própria comunidade.

Outro exemplo que evidencia essa questão é de uma moradora do Chimbangue que trabalha como professora na escola Fen'nó[5]. Segundo ela, logo mais os moradores do Chimbangue poderão enfrentar problemas "dentro de casa" por conta da grande contratação de mulheres pelos frigoríficos, o que faz com que elas passem o dia fora e precisem delegar o cuidado dos filhos a parentes e amigos e não executem mais tão bem as tarefas domésticas e seu papel de mães. Quando eu a questionei sobre seu próprio emprego como professora e sobre o fato de ela também ter filhos pequenos, ela justificou dizendo que não trabalha "na cidade, que é longe" e que, tendo um emprego como professora, contribui de maneira significativa com a comunidade, através da educação, o que não pode ser alegado por alguém que está empregado em algum frigorífico. De fato, a maioria das mulheres do Chimbangue com quem conversei teve ou têm sua primeira experiência de trabalho assalariado nos frigoríficos e algumas que eventualmente precisaram se afastar, lamentam a perda da independência financeira.

Trabalhar nos frigoríficos implica em tomar conhecimento de processos que envolvem a criação dos animais e a produção de carne, que são constantemente colocados em relação aos animais – e suas carnes – abatidos no Toldo Chimbangue. A carne dos frigoríficos é comumente considerada de baixa qualidade e artificial em relação à carne dos animais de criação e se distancia ainda mais da carne de caça, "mais forte" tanto em sabor quanto em capacidade de nutrir. Segundo os Kaingang, os animais de criação têm um processo de engorda mais lento, "que é o tempo que ele leva pra engordar mesmo", feito através de alimentos naturais, quase sempre sobras das refeições da residência da família a qual pertencem. Os animais abatidos em frigoríficos, do contrário, têm um processo de engorda mais acelerado e abastecido por rações, considerado um alimento "artificial", o que resulta em uma carne "branca", "aguada, que enche a boca da gente de água quando a gente mastiga". Em seu trabalho, Oliveira (2009) encontra relatos semelhantes quando aborda as mudanças na alimentação entre os Kaingang na Terra Indígena Xapecó. Como o autor aponta, os mais velhos encaram as comidas compradas em supermercados como "mais fracas" que as comidas indígenas, estas "mais fortes", obtidas por meio da caça ou do plantio

[5] Escola Indígena de ensinos Fundamental e Médio que leva o nome de uma Kaingang que participou ativamente do processo de demarcação das terras do Toldo Chimbangue.

sem o uso de agrotóxicos. Assim, os frigoríficos produzem outra carne que não a criada ou caçada na aldeia, feita a partir de outros tipos de animais, porque criados de outra maneira.

A carne de caça, embora seja mencionada como o alimento verdadeiramente Kaingang, não é apreciada por muitos paladares; as mulheres justificam que comeram muito peixe e muita caça durante a infância e que, por isso, "enjoaram" do gosto. Mesmo assim, afirmam que os mais velhos são mais saudáveis e atingem idade mais avançada porque durante toda a vida, e ainda hoje, se alimentam de "comida do mato", que envolve não somente a carne de caça e as folhas colhidas na própria Terra Indígena, mas também uma comida mais simples e preparada como antigamente, sem gorduras ou sal. Os Kaingang de algumas outras Terras Indígenas que são considerados pelos próprios moradores do Toldo Chimbangue como "mais puros", o são em parte porque "comem diferente, comem folha do mato" e se alimentam de "animais de verdade", que seriam os de caça.

Outra razão apresentada para justificar a diminuição do consumo de caça, ainda que se afirme o aumento do número de animais e a progressiva recuperação das matas, é pelo fato dos animais silvestres que fornecem carne estarem sendo inseridos no discurso de preservação. Conforme me informaram alguns Kaingang, normalmente já existe uma preocupação em não caçar filhotes, ou caçar em épocas de maior fragilidade da espécie etc. Para além disso, no entanto, algumas pessoas, novamente mulheres, alegam que têm "dó de matar esses bichinhos" e que eles precisam ser preservados assim como seu habitat. Por consequência, muitas vezes eles não são considerados "animais de comer", ainda que sempre se faça referência ao seu consumo no passado.

De maneira semelhante, embora a carne dos animais criados seja sempre considerada de qualidade em relação à dos frigoríficos, às vezes esses animais são poupados do abate e têm sua carne trocada por uma de supermercado. Um bom exemplo é de uma moradora do Chimbangue que cria muitas galinhas. Elas são alimentadas com o milho colhido na própria plantação e, mesmo que ele acabe, a dona alimenta os animais com arroz, "porque elas não podem ficar sem comer". Quando ela joga o milho ou o arroz "fecha o chão de galinha que é uma coisa linda! "Mesmo com um grande número de aves, a Kaingang se recusa a comê-las ou vende-las para alguém que queira fazê-lo, fica apenas com os ovos para fazer doces, mas continua com as galinhas porque "elas enfeitam o quintal".

Ainda que se consuma carne de frigoríficos no Toldo Chimbangue, o fato de ela ser produzida fora da aldeia e através de processos que colocam em dúvida sua qualidade faz

com que seja preterida em relação principalmente às carnes dos animais criados. Além disso, o fato de ser uma carne que é armazenada congelada, faz com que a carne fresca seja considerada mais saborosa, "um porco que abateu hoje é muito melhor que porco comprado", conforme me disseram.

Tanto o modo como os animais são criados é visto com desconfiança, pois somente "os bichos que a gente cria a gente sabe de onde vem", quanto o processo de produção de carne, uma vez que as carnes de frigoríficos são consideradas "tudo podre, a gente não sabe como fez, pode ter suor de quem mexeu, pedaço estragado, tudo...". Aqueles que trabalham nos frigoríficos dizem que durante a produção nada se perde, e mesmo carnes consideradas impróprias para consumo, "podres" ou "estragadas", de alguma forma se tornam produtos a serem consumidos, como mortadelas ou salsichas. Uma Kaingang que já trabalhou na Aurora, disse que não consome mortadela, porque conhece o processo de fabricação, que "serve pra juntar tudo o que sobrou, de ruim, e por na mortadela". Conhecimento que, por se tratar de suínos, não a impede de consumir carne de aves, "aqui a gente só come frango, porque né, eu não conheço os processos do frango, só vejo caminhão passando aqui carregado indo pro abate. Então da pra comer".

Diante de um alimento considerado artificial e industrializado, da falta de higiene e outros dados apresentados pelas indústrias de carne aos Kaingang, os animais de caça e criação, bem como suas carnes, têm seu caráter reforçado enquanto algo natural e próximo de uma vida indígena mais tradicional. O processo que envolve a produção dos alimentos tanto dos Kaingang quantos dos animais – milho, mandioca –, bem como o cuidado com as criações, também se constitui enquanto uma característica dos indígenas e se opõe, em certa medida, àquilo que está envolvido quando se trabalha num frigorífico, um emprego que afasta o indígena da aldeia e de trabalhos na terra que são "coisas de índio". Ao mesmo tempo, a carne dos frigoríficos às vezes aparece como uma saída para aqueles que não querem comer a carne de animais de caça, a fim de preservá-los em seu habitat já reduzido, ou a carne dos animais de criação quando os criadores eventualmente se afeiçoam aos animais ou quando estes passam a ter outros propósitos que não a alimentação.

Certamente não se pretende esgotar a problemática aqui abordada, mas contribuir para ampliar o conhecimento a respeito das Terras Indígenas que, muito recentemente, passaram a fornecer trabalhadores indígenas para os frigoríficos. Essa inserção no mercado de trabalho através da indústria da carne traz para a Terra Indígena novas questões que se

relacionam e se contrapõe ao modo de vida Kaingang. O que se buscou investigar aqui foram principalmente as relações e os efeitos do emprego nos frigoríficos no que diz respeito às noções de trabalho, do qual se espera que seja voltado para a vida na aldeia e para aquilo que é considerado característico dos Kaingang atualmente; à alimentação, na medida em que a carne produzida nos frigoríficos é consumida pelos Kaingang ao mesmo tempo em que reafirma a maior qualidade das carnes de caça e criação; e aos animais, cujo modo de criação é fator determinante na qualidade da carne, o que, muitas vezes, não garante que os mais bem criados ou os mais naturais e "do mato" serão abatidos. Em vez disso, os animais que mais caracterizam o modo de vida Kaingang são eventualmente poupados para que uma carne de menor qualidade seja consumida em seu lugar.

Referências

DIAS, Juliana. **O Rigor da Morte:** a Construção Simbólica do "Animal de Açougue" na Produção Industrial Brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NACKE, Aneliese et al. **Os Kaingang no oeste catarinense:** tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e Comida Fraca**. Alimentação e Fabricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ONG REPORTER BRASIL. **Moendo Gente**: A situação do trabalho nos frigoríficos. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/16.-moendo_gente_final.pdf>. Acesso em 23/07/2015.

TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu & NOELLI, Francisco. **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares Kaingang**. Londrina: EdUEL, 2004.

VEIGA, Juracilda. **Organização Social e Cosmovisão Kaingang:** uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma Sociedade Jê Meridional. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Estadual de Campinas, 1994.

VIALLES, Noelie. **Animal to Edible**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

AS TARTARUGAS VISITAM OS HUMANOS: ALEGORIAS DE APROXIMAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS.

Pedro Lukas Trindade de Freitas
UFES

Resumo: O presente trabalho se propõe a explorar em forma de ensaio algumas peculiaridades como a interação com entes não-humanos encontradas em trabalho de campo e colocar em discussão algumas reflexões surgidas a partir do trabalho etnográfico realizado numa pesquisa sobre o Tamar, envolvendo as tartarugas, estagiários e o pesquisador/observador. Faço um esforço de reflexão procurando explorar não só os humanos, mas também os não-humanos como reais interlocutores, umas vezes que estes estão associados (Latour, 1994). Tendo como ponto de partida uma etnografia das técnicas e técnicos do projeto de conservação em questão, bem como uma breve análise de um desenho animado, tomado em sua semelhança com um mito, busquei seguir os movimentos das tartarugas, meu objeto-sujeito de pesquisa, e tecer alguns relatos que abordem as aproximações e distanciamentos entre tartarugas e humanos; e entre a natureza a cultura.

Palavras-chave: etnografia da ciência; natureza-cultura; Projeto Tamar.

Abstract: This essay aims to explore some peculiarities such as the interaction with non-human loved ones, such as found in field work and provides a discussion about some thoughts that emerged from the ethnographic work conducted on a survey on Tamar project. This discussion involves turtles, trainees and the researcher/observer. It's made a reflection effort seeking to exploit not only humans, but also non-humans as real interlocutors once they are associated (LATOUR, 1994). It takes as starting point an ethnography of the techniques and technical from the conservation project, as well as a brief cartoon analysis and its resemblance to a myth. Therefore, it tried to follow the movements of turtles – the research object-subject – and make a few reports that address the similarities and differences between turtles and humans, nature and culture.

Keywords: ethnography of science; nature and culture; Tamar project.

Introdução

Em 2014 conclui uma monografia sobre um programa de conservação ambiental que trabalha com a as tartarugas-marinhas ao longo do litoral brasileiro: o Projeto Tamar. Procurei naquele momento analisar a atuação conservacionista e política; a produção tecnocientífica; e os vínculos subjetivos que os pesquisadores vinculados direta ou indiretamente ao projeto Tamar estabelecem com as tartarugas marinhas e com as comunidades costeiras – no caso, a vila de pescadores de Regência, em Linhares, ES. À luz da antropologia da ciência (Latour, 1994) busquei seguir alguns vínculos entre cientistas, a comunidade local, os técnicos do projeto de conservação e as tartarugas. Como é de praxe do trabalho em antropologia eu mesmo me envolvi de alguma maneira nestes vínculos e em decorrência das diferenças de natureza (e de cultura) dos entes que foram meus interlocutores, penso que uma série de

considerações podem ser feitas sobre o trabalho etnográfico, levando em conta, por exemplo, as discrepâncias entre as crenças e normas e o comportamento real, como sugere J. Van Velsen (1987) na *análise situacional*. Nesse sentido, me atentei para as condições de trabalho de campo, onde foi importante não somente o relacionamento com os técnicos do projeto e os cientistas – meus nativos – mas com os entes não-humanos que compunham o trabalho de campo deles, em especial as tartarugas-marinhas.

Nos recintos onde se desenvolvem as ações da biologia da conservação pude identificar seres, agências, e políticas que a princípio poderiam ser consideradas animistas em demasia e, portanto, desapropriadas para o âmbito naturalista onde ocorrem. Durante a pesquisa foram se evidenciando várias possibilidades de existências, modos de vida, ou mundos possíveis que extrapolam as noções correntes na cosmologia ocidental científica.

Outro ponto é como a interação que ocorre em campo é em si uma possibilidade de feitura do mundo a partir do engajamento dos entes em movimento. Observadores e observados, dentro de uma perspectiva dialógica conformam a si mesmos em um espaço simbólico compartilhado, e nem por isso menos real, a partir das associações que participam e estimulam.

Como então produzir relatos e textos em antropologia que deem conta destas associações e engajamentos que não se dão entre seres purificados ou prontos, mas em constante diferenciação?

1. Considerações

No que diz respeito às sociocosmologias ameríndias, Sztutman afirma que não "devem jamais ser concebidas como desvinculadas da prática, ou seja, devem ser antes concebidas como cosmopraxis" (2009, p. 2). É daqui que podemos pensar o papel e peculiaridade do método etnográfico que, no sentido em que me aproprio aqui, parece-me antes uma descrição da vida/cotidiano tal como é exercida, do que como ela é entendida. Na primeira parte deste ensaio procuro explorar este argumento de que a antropologia seria um estudo cosmológico (cosmoprático), mais do que metafísico.

Ensaio aqui o uso deste arsenal epistemológico tradicionalmente usado para estudar 'os outros', os não-modernos, para a partir disso tecer algumas reflexões das consequências encontradas do uso desse método para o estudo de nossa cosmologia científica. Em outras

palavras, a pergunta que resume minha proposta é: o que acontece se eu olhar nossa própria cosmologia para além da metafísica, por tanto enquanto 'cosmopraxis'?

Tendo feito essas considerações questiono: quais potenciais existem em tecer uma narrativa (etnográfica) que considera as operações animistas que ocorreriam no interior de sistemas naturalistas? No limite, minha pergunta seria, 'e se eu descrever as tartarugas como se fosse gente?'.

Um dos argumentos para aproximar experiências similares entre cosmologias em princípio tão distintas (ameríndias e a nossa) é a partir de Roy Wagner (2012), apostando que em ambos os casos ocorrem mesmos tipos de relações, com a diferença de que em um caso elas são evidenciadas pelo coletivo, ao passo que na outra é mascarada.

A fim de tentar lidar com esse questionamento busco produzir na forma de *metáfora* ou *alegoria* (GOLDMAN, 2011) alguns relatos de episódios ocorridos durante minha pesquisa etnográfica. Um deles diz de um evento singular que me foi narrado durante a pesquisa e que no trabalho de monografia chamei de "o caso da tartaruga louca", onde procurei enfatizar alguns aspectos antropomórficos do comportamento de uma tartaruga observada por técnicos do Tamar em Regência. Retomo brevemente este caso como ponto de partida para narrar um outro evento inusitado que foi a abertura de um ninho de tartaruga na praia de Itaparica – local situado no litoral urbano onde até então não havia registro algum de desova.

Os relatos expostos procuram abordar o evento ressaltando as discussões ontológicas, e se aproximam de uma linguagem mítica, no sentido de que enfatiza as *condições intensivas* (VIVEIROS DE CASTRO, 2007) do evento.

2. Pensar e viver

Durante a confecção de minha monografia no curso de ciências sociais uma oposição entre dois polos pareceu tencionar meu pensamento e me custou certo esforço para entender do que se tratava. Grosso modo essa tensão decorria de dois momentos diferentes dos quais me conduzia a também dois modos de interpretar, por assim dizer, meus dados. Num primeiro momento eu, na trilha da antropologia dos modernos, buscava ler e analisar publicações mais técnicas e científicas que poderiam estar relacionadas de algum modo com o projeto de conservação que eu estudava: o projeto Tamar. Neste ínterim, eu lia projetos de pesquisa e artigos científicos sobre tartarugas marinhas de diversas instituições.

A partir disso o que me conduzia afinal era *pensar* o que, ou como, os cientistas e técnicos *pensam* as tartarugas. Procurando seguir os preceitos dos estudos das ciências inspirado em Latour (1994), na medida em que percorria as redes de colaboração da tecnociência, o que eu vinha encontrando em geral eram os mecanismos de objetivação, ou *purificação* (LATOUR, 1994), destes seres da natureza. O primeiro polo de tensão com que me deparo então é o decorrente de como opera a formação do pensamento, ou antes dos objetos do pensamento, dentro da cosmologia naturalista.

O ponto a que cheguei naquele momento foi algo como uma 'Tartaruga-institucional' (FREITAS, 2014), 'boa pra pensar', por assim dizer, naquilo que estabelece uma descontinuidade sobre o real. Isso na prática significa que o processo de purificação do animal, repercutia nas políticas de conservação traçando fronteiras (físicas mesmo), instanciadas, por exemplo, como Unidades de Conservação, visando a constituição de territórios: de um lado territórios humanos e de outros territórios naturais.

Pois bem, foi num segundo momento de minha pesquisa que o outro polo de tensão se fez mais evidente. Foi durante os trabalhos de campo. Nesse momento eu vinha tentando contrapor o 'modo de pensar' dos biólogos da conservação com sua pratica nos trabalhos de campo deles. O campo foi para mim uma espécie de imersão em um campo de forças, experienciada intensivamente. Afecções atravessavam os corpos, e me pareciam ser mais relevantes do que um modo de classificação ou identificação. Na medida em que eu adentrava o campo uma outra forma de conhecer se tornava mais nítida para mim. Como coloca Viveiros de Castro:

> o conhecer não é mais um modo de representar o (des)conhecido mas de interagir com ele, isto é, um modo de criar antes que um modo de contemplar, de refletir, ou de comunicar. A tarefa do conhecimento deixa de ser a de unificar o diverso sob a representação, passando a ser a de 'multiplicar o número de agências que povoam o mundo' (Latour) (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 96).

Ali então, no campo, eu encontrava algo que transgredia as pretensões da 'constituição dos modernos' (LATOUR, 1994). Mesmo estando no interior de uma cosmologia naturalista havia ali algumas operações ditas animistas. O caso que relatei como exemplo, em meu TCC dizia de uma anedota contada sobre o comportamento inesperado de uma tartaruga que havia subida à areia para desovar. Chamei de 'o caso da tartaruga-louca' o que se tratava de uma narrativa cercada de afetos na relação entre técnicos estagiários e a

tartaruga, de modo que, segundo propus, o encontro em questão entre humano e não-humano se dava em um plano que extrapola as noções correntes de humanidade e animalidade.

Assim essa primeira oposição entre *pensar* e *viver* me conduzia a uma segunda dicotomia decorrente da primeira: o *contínuo*, que eu observava através da imersão nos afetos do campo de um lado, e do outro a *descontinuidade* entre os elementos do pensamento que operavam a efetuação de políticas da natureza. Se num primeiro momento minha abordagem conduzia a perceber a descontinuidade eu-outro; ao experimentar as relações no trabalho etnográfico eu encontrava a peculiaridade oferecida pelo campo, qual seja, perceber as continuidades eu-outro, já que ali eu mesmo era relativizado, de modo que 'eu' já não era 'eu mesmo', senão já outro – bem como meus nativos, os estagiários e suas 'tartarugas loucas'.

3. Contínuo e descontínuo

Em uma entrevista Philippe Descola atenta que na cultura visual do Ocidente, em certos casos, as imagens "prefiguraram transformações ontológicas que os textos só deixam explícitas muito mais tarde" (CAMPOS; DAHER, 2013, p. 20). Tendo em vista que os mitos contam de um tempo em que humanos e o que tratamos por não-humanos eram indistintos, se comunicavam entre si (LEVY-STRAUSS, 2009, p. 211; SZTUTMAN, 2009, p. 2), e levando um pouco a sério a ideia de que "os mitos parecem desenho animado" (LAGROU; BELAUNDE, 2011, p. 24), gostaria de tomar o desenho animado como cultura visual e narrativa mítica ao mesmo tempo. Meu convite então é para olharmos para o desenho animado das 'tartarugas mutantes ninjas', ressaltando algumas características especificas. Reconhecendo que cada uma delas poderia ter sua análise mais longamente estendida, aqui apenas as pontuo a fim de levantar a discussão sobre a possibilidade de se tomar o desenho como mito.

O primeiro ponto é a distinção das condições de humano e animal, e como ela aparece no caso dos personagens principais. O enredo da série conta a história de quatro tartarugas (de estimação) que foram abandonadas e tendo chegado ao esgoto entram em contato com um resíduo de laboratório que provoca um crescimento extraordinário de seus corpos e intelecto. Um rato as encontra e resolve adotar aquelas tartarugas. O contato com elas também o 'contamina' de modo que o rato também se desenvolve da mesma maneira prodigiosa que as tartarugas. O rato havia sido um animal de estimação de um mestre em

arte marcial ninja, e na medida em que crescem o rato transmite suas técnicas ninjas às tartarugas, que se tornam seus filhos.

No caso das cosmologias ameríndias:

> os mitos falam de um tempo em que 'os animais eram gente' e deixaram de sê-lo. Falam tanto de uma glória – a aquisição da cultura pelos homens – quanto de uma tragédia – a perda de comunicação ente os homens e os outros seres (animais, plantas e espíritos). As mitológicas [de Levy-Strauss] referem-se, em suma, a uma passagem da natureza para a cultura, mas que nunca se completa (SZTUTMAN, 2009, p. 9).

Aqui é interessante notar, como no caso do enredo de 'tartarugas ninjas' tudo se passa num contexto onde originalmente o que caracterizava a relação entre os seres humanos e não-humanos é justamente a distinção radical, ou distanciamento comunicativo, entre estes polos. O evento significativo do enredo então parece ser de que os animais 'se tornaram gente', e não 'deixaram de sê-lo' como nos contos ameríndios. Aponta então para uma relação de não-comunicação seguida da possibilidade de comunicação.

Dentro do reino animal as tartarugas são um daqueles representantes que mais expressam uma 'passividade'/'inércia'. São seres lentos (lembremo-nos da fábula da lebre e a tartaruga), que em geral não apresenta alguma individualidade, como vemos em um cachorro por exemplo, e em geral não são de praxe espécies companheiras, nem consideradas muito inteligentes.

Ora, as 'tartarugas mutantes ninjas' parecem quase um oposto simétrico a isso. 'Mutantes' parece caracteriza a aproximação de corpo (fisicalidade) e alma (interioridade) – seus nomes inclusive são de grandes nomes da cultura/arte renascentista: Michelangelo, Donatelo, Rafael, Leonardo. O adjetivo seguinte, 'ninjas', não menos surpreendente, parece apontar para o alto grau de agência de que dispõe como técnica aprendida. Contudo, na medida em que elas se desenvolvem no sentido de se aproximarem da humanidade, desenvolvem também essas 'técnicas ninjas'. No início do primeiro filme as 'Tartarugas Ninjas' chegam em casa anunciando ao Mestre Splinter que tiveram a sua primeira batalha. O mestre pergunta se eles foram vistos, eles respondem negativamente. O mestre faz então uma recomendação muito importante:

> [...] isso vocês nunca podem se descuidar. Mesmo aqueles que seriam nossos aliados não entenderiam. A sombra é o nosso reino, e vocês só devem sair dela com relutância, mas quando o fizerem ataquem com decisão e desapareçam, sem deixar vestígios. [...] Eu sei que é difícil pra

> vocês aqui, no subterrâneo, e é difícil aceitar isso como parte de suas vidas. Suas mentes de adolescentes são amplas e com vontade, mas vocês nunca devem parar de praticar a arte ninja: a arte da invisibilidade![1].

Dessas capacidades ninjas diríamos que são os próprios personagens que 'mediam' ou dosam suas interlocuções com o mundo humano – portanto são agentes nesse sentido – na medida em que intervém no mundo, na superfície – combatendo o crime – mas agem sem se apresentarem de fato, ou seja, o que aparecem são seus efeitos no mundo.

Para falar como Roy Wagner, as Tartarugas-ninjas atuam como um elemento diferenciante produto da 'obviação', ou seja, da fusão entre os contextos natural e cultural, ou ainda entre sujeito e objeto, que irrompe onde se tem por convenção uma *descontinuidade* evidente entre estes domínios. Roy Wagner coloca que "o elemento que contrasta com o convencional [...] não deve ser simplesmente assimilado ao leque das coisas 'autoevidentes' no mundo [...], embora certamente as inclua" (WAGNER, 2012, p. 123) e continua:

> [...] a tendência do simbolismo diferenciante é impor distinções radicais e compulsórias ao fluxo da construção; é assimilar uns aos outros os contextos contrastantes dispostos pela convenção. 'Invenção', [...] é o obviador (*obviator*[2]) dos contextos e contrastes convencionais; de fato, seu efeito total de fundir o 'sujeito' e o 'objeto' convencionais, transformando um com base no outro, pode ser rotulado 'obviação' (*obviation*) (WAGNER, 2012, p. 124).

Até aqui as coisas se passam como se esse tema da 'cultura com os não-humanos' fosse a questão central desse pretenso mito-desenho-animado. Em vez de falar então da aquisição da cultura pelos humanos, o tema aqui seria a aquisição de cultura pelos não-humanos.

Apontando brevemente outros dois aspectos do enredo, a saber, a 'residência' e o 'alimento', vejamos mais que outras correlações podemos encontrar sobre essa temática.

O lar de nossos personagens é o subterrâneo de uma cidade, ou seja, o esgoto. Os restos soterrados, e também sorrateiros, das operações, as mais diversas, da superfície. Estes seres são residentes de um submundo repugnante o qual fazemos questão de não perceber, de tornar 'invisível'. Esses fluxos de dejetos subentendidos a toda grande formação materializada de moradas culturais, a cidade, em geral, tratados ou não, são despejados no fim, nos mares. Aqui os correlatos com a realidade são imediatos quando se pensa nas

[1] Palavras do personagem 'mestre Splinter' no primeiro filme 'As Tartarugas Ninjas - o filme' de 1990. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=dmhVXjkvjlo>; acesso em 09/09/2015.
[2] Parênteses no original.

mutações dos corpos dos animais causada pela influência antrópica como no caso de tartarugas presas em materiais plásticos, ou ainda devido a doenças como a 'fibropapilomatose' (BAPTISTOTTE, 2007).



Fonte: <http://www.ambientelegal.com.br/wp-content/uploads/oceanoplasticos4.jpg>.



Fonte: <http://marsemfim.com.br/wp-content/uploads/2014/10/tartarugas-com-tumor.jpg>.

Enquanto que os contatos com agentes antrópicos deformam e transmutam os corpos, os alimentos aparecem em sua constituição. Em entrevista com Viveiros de Castro, o autor ressalta a importância daquilo que se come enquanto uma operação metafísica:

> "o perspectivismo indígena passa pela boca tanto quanto pelos olhos: seu "problema" é saber quem come quem. E como quem come vê, e é visto, por quem é comido, e vice-versa. Eu vejo tal coisa como comida, essa coisa me vê como comedor, e assim por diante. O perspectivismo faz parte dessa ontologia oral-canibal que é pan-amazônica, talvez pan-indígena, talvez pan-humana:

> "quem come quem" (predador vs. presa), "quem come como eu como" (congênere), quem come com quem" (comensal, parente, aliado), "quem dá comida para quem" (pais e filhos, donos e animais de estimação), " Enfim, comer é uma operação física e metafísica fundamental. Parente é aquele que come comigo – a comensalidade. Toda a teoria do parentesco passa por isso: quem é que me dá de comer, a quem eu dou de comer, o que eu não posso comer porque um parente está doente etc..." (BÜLL, 2014, p. 156).

Portanto, 'o que' e 'com quem' eu como, assume fundamental relevância para a perspectiva, para o corpo, daquele que come. É enfático no enredo de 'as tartarugas ninjas' sua preferência por um alimento especificamente humano: a pizza.

Por aí vamos vendo que a aproximação humano-animal, aqui no caso do nosso mito-desenho experimental, se dá por diversas frentes. Não há, por hora, condição de adentrarmos mais a fundo nessas correlações entre mito e cosmologia moderna. Gostaria aqui de início apenas atentar para a possibilidade dessas correlações, e sugerir a pergunta: afinal o que o corpo tem a ver com comunicação? Voltemos a Sztutman e vejamos o que ele diz dessa relação entre os ameríndios:

> [...] se o espírito é o lugar da comunicação metafísica entre todos os existentes, os corpos fazem-se lugar da diferenciação, da singularidade, da especiação. Em vez de pensar categorias puras, polares, os ameríndios pensariam em termos de diferenças intensivas, internas (SZTUTMAN, 2009, p. 12).

A questão que parece se delinear daqui é: em que medida poderíamos dizer que uma similaridade ou aproximação de corpos produz alguma comunicação (intensiva), já que a diferença entre os corpos é o lugar da singularização?

4. Um breve experimento: as tartarugas visitam os humanos

Dando sequência ao nosso exercício passemos a observar agora as aproximações, encontros e desencontros, invasões ou visitas numa situação não mítica. Interessante, notarmos, que do ponto de vista das políticas de conservação a perspectiva é a de que o homem invade os espaços naturais, poluindo e atrapalhando os processos ecológicos naturais. Por outro lado, nos espaços onde se realiza a pesca (ainda mesmo que proibidos por leis ambientais), de certa forma espaços "antropológicos", é a natureza quem invade se emaranhando nas redes humanas (e dos humanos) atrapalhando os processos antropológicos (relativo a cultura da pesca, ou a pesca enquanto atividade cultural ou tradicional) e

mercadológicos (enquanto processo produtivo de bens). Até aqui tudo se passa como se a contaminação entre natureza e cultura tivesse mão dupla, uma vez que a natureza invade os domínios antropológicos por convenção, e vice-versa!

Pois bem, em fevereiro de 2014, na cidade de Vila Velha/ES, uma tartaruga-gigante inusitada se dispôs a uma tal invasão, ainda que sido recebida como visita. Fui acompanhar o evento de abertura do ninho na época, e escrevi o pequeno relato que se segue: "Desovou na praia de Itaparica, onde até então não se tinha notícia de um acontecimento desse tipo. Muitos foram formar plateia para a abertura dos ninhos – uma cesariana. A dona gigante deve ter ficado bem orgulhosa de sua visita inusitada ao mundo civilizado. O nascimento de seus filhotes foi muito bem assistido, aliás, por técnicos especializados, que dispunham de toda sorte de objetos para realizar o parto e a partida das tartaruguinhas para o oceano: Luvas para o manuseio dos bichinhos (permitido apenas aos especialistas do Tamar), fitas para conter a plateia aflita que assistia ao evento e fotografava incessantemente; uma caixa de plástico foi usada para levar os recém-nascidos do ninho até a beira d'água sem maiores percalços; enquanto uma moça cuidava ainda para que não pisássemos a restinga, afinal tínhamos que causar uma boa impressão às nossas visitantes antes que partissem. Várias pessoas da imprensa foram registrar o evento. Muitos filhotes de nossa própria espécie foram conhecer pela primeira vez as pequenas tartarugas-gigantes, com a promessa de que a partir de então receberiam novas visitas da mamãe-gigante, que voltaria provavelmente no ano próximo ou no seguinte para trazer à luz novas tartaruguinhas. Foram todos muito bem instruídos pedagogicamente para sempre acolherem cordialmente as novas visitantes, que passariam a visitar nosso quintal praiano provavelmente nos anos seguintes. Agora as criancinhas nem precisam "sair de casa" para conhecer a natureza".

***

Enquanto eu realizava meu próprio trabalho de campo, o trabalho de campo de meus interlocutores mostrava que 'fazer campo' é 'fazer mundo', é 'fazer corpos'; o que me diz também do 'campo' da antropologia. Com este breve relato procurei tecer (ou antes evidenciar) pequenas 'continuidades' entre os seres que então eu observava em campo.

Da importante relação entre mundo (o real) e o pensamento Viveiros de Castro comenta sobre Levy-Strauss:

> A ideia do dualismo em desequilíbrio, com a qual Lévi-Strauss caracteriza a mitologia gemelar da América, é absolutamente central, porque tira do

> dualismo de Lévi-Strauss seja a interpretação estática e equipolente, seja a interpretação dialética que implica uma síntese conciliatória. A interpretação do dualismo ameríndio por Lévi-Strauss é que se trata de um dualismo interminável: toda divisão é imperfeita, deixa um excesso, cria um suplemento, e esse excesso ou suplemento está no real, é o real. É aqui que está, penso, o cerne da metafísica de Lévi-Strauss: na ideia de que o real é precisamente o que excede o pensamento. O pensamento tenta capturar o real com uma malha, uma grade binária; essa grade, essas discriminações categoriais ou classificatórias nunca conseguem partir o bolo exatamente no meio; para corrigir essa diferença, o ligeiro excesso sobra para um lado ou outro, o pensamento corta em outra direção; e jamais consegue uma divisão equitativa de todas as partes. Parte-se do mundo para o pensamento, parte-se o mundo para o pensamento; mas não se volta jamais ao mesmo mundo a partir do pensamento, o mundo partido para o pensamento não se recompõe jamais inteiramente (LAGROU; BELAUNDE, 2011, p. 18).

Para concluir, minha intenção com esta exposição foi tentar aproximar *pensamento* e *vida*; *objeto* e *experiência*; já que na academia o risco que se corre é separar demais as coisas, ou seja, 'viver à vida', e 'pensar o pensamento': (purificar); como se *viver* e *pensar* fossem então domínios desarticulados. A lição que trago do campo seria, portanto, ver o que acontece ao 'pensar a vida'; 'viver o pensamento' (hibridizar). Outro resultado parcial que trago do campo foi então algo como um dever-tartaruga que me atravessou enquanto digitava meu TCC:

"Escrevendo minha monografia, penso que acabei me tornando um pouco o meu próprio objeto. Meio tartaruga eu, não conseguia passar muito tempo longe do mar, da água... meus movimentos se tornaram lentos, e mesmo lesados fora d'água, mais graciosos porém quando submerso. Com alta capacidade para mergulhar neste mundo aquático só voltava a superfície em poucos intervalos esparsos e logo retornava, mergulhando... Nestes pequenos intervalos é que eu jogava pra fora o que vislumbrara ali embaixo. Encontros de enamoramentos me fertilizavam e me conduziam ao solo de areia, a realidade, onde, não sem alguma dificuldade, colocava [digitava] meus ovos para nascerem, brotarem ideias da areia e viver... Mas parece, o instinto natural era sempre o de retornar as profundezas oceânicas. Lá, onde não há transito, mas correntes; não há construções, mas formações de todo tipo; não há partidos, são cardumes e multidões; não há discursos, são cantos cetáceos; nem iluminação, mas brilhos; não há leis, e sim desejos... Assim como é difícil para um ser marinho subir à terra, também me foi árduo essas vindas a essa superfície da realidade; mas igualmente necessário para que o ciclo de fertilidade se cumprisse. Neste momento estou botando meus ovos, e alguns técnicos virão contar o número de minha ninhada, medir meu casco, e me classificar com uma marcação que me identifique onde quer que eu vá, em superfície... Para além disso, meu lugar mesmo é o mar...!"

Referências

BAPTISTOTTE, C. **"Caracterização espacial e temporal da fibropapilomatose em tartarugas marinhas da costa brasileira"**. 2007. 99f. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

BÜLL, P. L. G. "**Contra-Antropologia, contra o Estado**: uma entrevista com Eduardo Viveiros de Castro". Revista Habitus, v. 12, p. 146, 2014.

CAMPOS, R. & DAHER, A. **"A antropologia da natureza de Philippe Descola"**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 495-517, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000200495&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Sept. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014027013>.

FREITAS, P. L. T. de. "**A tartaruga-descabelada**: associações e fronteiras entre naturezas e culturas em um projeto de conservação". UFES: Vitória, 2014. (Monografia, Bacharelado em Ciências Sociais).

GOLDMAN, M. "**O fim da antropologia**". Novos estud. - CEBRAP, n. 89. São Paulo, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100012>.

LAGROU, E. & BELAUNDE, L. 2011. "**Do mito grego ao mito ameríndio**: uma entrevista sobre Lévi-Strauss com Eduardo Viveiros de Castro". Sociologia e Antropologia, 1(2):09-33.

LATOUR, B. "**Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica". (Trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34. [1991] 1994.

LEVI-STRAUSS, Claude. "**A lição de sabedoria das vacas loucas**". Estud. av., São Paulo, v. 23, n. 67, p. 211-216, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300025&lng=en&nrm=iso>. Access on 10 Sept. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000300025>.

SZTUTMAN, R. "**Natureza e cultura, versão americanista**: um sobrevoo". Ponto. Urbe (USP), v. 3, p. 1-18, 2009.

VAN VELSEN, J. "A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado". In: FeldmanBianco, B. (org.) 1987. **Antropologia das sociedades contemporâneas** - Métodos. São Paulo: Global.

VIVEIROS DE CASTRO. "**Filiação Intensiva e Aliança Demoníaca**", Novos Estudos, n. 77, março, São Paulo, 2007.

WAGNER, R. "**A invenção da cultura**". São Paulo, Edição Cosac & Naify Portátil, 2012.

NATURAL, SAÚDE E CONFIANÇA: REPRESENTAÇÕES DOS ORGÂNICOS EM CONSUMIDORES DA FEIRA ORGÂNICA

Renata Venturim Bernardino
Mestre em Ciências Sociais pela UFES

Resumo: Este trabalho propõe-se a apresentar uma análise de parte da dissertação de mestrado de cunho teórico-empírico, realizada entre os anos de 2013 e 2015, com base em pesquisas documentais, bibliográficas e empíricas. A análise está focalizada nos resultados de pesquisas empíricas realizadas no ano de 2014, que se deram por meio de dois instrumentos: o formulário *on-line* e o questionário aplicado *in loco*, com os consumidores da primeira feira orgânica surgida na Grande Vitória, no ano de 2002, no bairro Barro Vermelho, em Vitória - ES. Como aporte teórico teve-se alguns estudos das ciências sociais do ambiente, de alguns autores da antropologia cultural e de uma abordagem chamada "pós-humana". A partir da sistematização dos dados coletados (qualitativos e quantitativos) foram indicados elementos de significação evocados pelos consumidores que revelam sobre eles e sobre as condições socioculturais dessa produção de significados em torno dos alimentos orgânicos. Os resultados apontam para interações entre seres humanos e não humanos se dão pelo consumo de alimentos orgânicos e que as fronteiras entre Natureza e Cultura são tênues, o que nos permite ultrapassar a perspectiva racional utilitária sobre o consumidor e a abordagem passiva e privada do consumo.

Palavras-chave: alimentos orgânicos; consumo; confiança.

Abstract: This paper proposes to present an analysis of part of a dissertation which has theoretical and empirical nature, carried out between the years 2013 and 2015 and was based on documentary, bibliographical and empirical researches. The analysis is focused on the empirical results of research conducted on 2014 that occurred through the use of two instruments: an online form and a questionnaire *in loco*. It was applied for the consumers of the first organic market emerged in the city of Vitória (Espírito Santo state) on the year 2002, taking place on Barro Vermelho neighborhood. As theoretical contribution it was considered some studies from the social sciences of environment, some authors of cultural anthropology and an approach called "post-humanism". From the systematization of collected data (qualitative and quantitative) were nominated significant elements evoked by consumers which reveal about it and about the social cultural conditions of this meanings' formulation around organic foods. The results point that interactions between humans and non-humans are given by the consumption of organic foods and that the boundaries between nature and culture are subtle, allowing us to overcome the rational utilitarian perspective on the consumer as well as the passive and private approaches of consumption.

Keywords: organic food; consumption; confidence.

Introdução

Este trabalho busca tratar das representações sócias dos alimentos orgânicos em consumidores da feira orgânica, localizada no bairro Barro Vermelho em Vitória - ES. Apesar do consumo de alimentos orgânicos ser um fenômeno recente que tem se expandido nos espaços metropolitanos da Grande Vitória e que é, portanto, socialmente significativo, a

temática do consumo de alimentos orgânicos é ainda pouco estudada no Estado do Espírito Santo, principalmente sob o viés socioantropológico.

A análise retoma parte do quinto capítulo – "Quatro dimensões das representações sociais dos consumidores da feira orgânica do bairro Barro Vermelho sobre os alimentos orgânicos" – da minha dissertação de mestrado intitulada *Uma análise sociológica sobre o consumo de alimentos orgânicos a partir das representações sociais dos consumidores da feira orgânica do bairro Barro Vermelho em Vitória - ES*, apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo (2015).

O trabalho de campo foi efetuado entre os anos de 2013 e 2015 e os dados foram coletados por meio de fontes documentais, bibliográficas e empíricas. Esta última se deu por meio de dois instrumentos de pesquisa: questionário e formulário *on-line*, ambos contendo perguntas que abrangeram o seu perfil socioeconômico desses consumidores, suas práticas de consumo alimentar, sua participação política, suas motivações para esse consumo e seus canais de compra de alimentos orgânicos.

Entre o período de 7 de fevereiro a 11 de abril de 2014, 45 consumidores dessa feira orgânica se dispuseram a participar do preenchimento do formulário *on-line*, que foi disponibilizado pelo *Facebook* do grupo público "Orgânicos e vida saudável (Grande Vitória) " e pelo e-mail de consumidores abordados nessa feira. E uma aplicação *in loco* de 100 questionários foi realizada entre 5 de abril de 2014 e 19 de maio de 2014, por um entrevistador da Empresa Júnior de Consultoria Empresarial (CJA), vinculada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Os dados coletados por meio dos formulários *on-line* e questionários foram submetidos à análise de conteúdo com base na definição de Bardin (2004, p. 34), que entende que a finalidade (implícita ou explícita) dessa análise é a inferência (ou deduções lógicas) "de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferências estas que recorrem a indicadores (quantitativos ou não)".

A abordagem qualiquantitativa circunscreveu categorizações temáticas ou temas-eixo, com a indicação de elementos de significação (palavras) evocados pelos consumidores que revelaram sobre eles e sobre as condições socioculturais dessa produção de significados em torno dos alimentos orgânicos.

Partiu-se do pressuposto de que os alimentos orgânicos se constituem em um fenômeno de representação social com "relevância social" (SÁ, 1998, p. 21) e que a

atribuição de significado a esses alimentos expressa uma forma de conhecimento e orienta essa compra. Assim, as representações sociais (RS) não são apenas produções de indivíduos isolados, mas são realidades sociais e culturais que são coletivamente percebidas e sentidas (MOSCOVICI, 1995). Ao mesmo tempo, entendemos que toda representação não apenas expressa os atributos de alguma coisa (objeto de representação) e as características de alguém (sujeito) que o representa, como também aponta para as condições sociais de produção desses significados (JODELET, 2001, p. 28).

Como aporte teórico, foram mobilizadas proposições elementares da Teoria das Representações Sociais, além de alguns estudos das ciências sociais do ambiente e de abordagens teóricas da antropologia cultural e de autores que se inserem em uma abordagem chamada "pós-humana", que nos dão subsídio para o debate acerca da problemática do consumo de alimentos orgânicos e da relação de troca, na busca por transcender a abordagem dicotômica entre Natureza e Cultura e a interpretação descritiva e generalista sobre os consumidores de orgânicos.

1. A importância e a atualidade das questões relativas à produção e ao consumo de alimentos orgânicos no Espírito Santo.

O consumo de alimentos orgânicos constitui-se em universo temático que têm adquirido relevância na esfera da produção acadêmica no Brasil, inclusive nas Ciências Sociais.

O interesse por seu estudo se deve, em parte, porque o Brasil já ocupa posição de destaque na produção mundial de orgânicos. No entanto, apesar de sua produção ser destinada, principalmente, para o mercado externo, constata-se que a comercialização interna se tem fortalecido (BRASIL/MAPA, 2011) com um aumento considerável de feiras orgânicas em quase todas as capitais do país (IDEC, 2012).

Contudo, é preciso considerar que o sistema orgânico de produção desenvolvido por pequenos agricultores familiares no Brasil já ocorre desde o período pós-revolução verde, na década de 1970, como contraposição à agricultura baseada no padrão técnico moderno de produção. E que no estado do Espírito Santo, nos anos 1980, os pequenos agricultores familiares foram os pioneiros na implantação de sistemas orgânicos.

De modo geral, podemos dizer que o movimento de pequenos agricultores familiares voltados para a agricultura orgânica, chamado por Ehlers (1999, p. 86) de "movimentos

rebeldes" ou "alternativos", propõe-se a valorizar "o potencial biológico e vegetativo dos processos produtivos".

Enquanto a agricultura convencional (chamada moderna) e a indústria química impuseram um tipo de pensamento reducionista, linear e simplificador, que trata os sintomas e não as causas ou a complexidade que envolve a produção agrícola (LUTZENBERGER, 1997, p. 84-88), o modo de produção orgânico exclui o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e se baseia em aspectos fundamentais para manter a biodiversidade agrícola, a qualidade nutricional dos alimentos e a mão de obra ocupada no sistema orgânico (DAROLT, 2003). Segundo Shiva (2003), o sistema de produção orgânico visa resgatar o "pluralismo cultural e biológico", pois funcionam com base nos princípios inter-relacionados perenes da diversidade e da reciprocidade.

Desta maneira, a agricultura orgânica conflita e se contrapõe ao modelo dominante de produção de alimentos: enquanto a primeira defende a diversidade e a visão sistêmica, a segunda está baseada na racionalidade instrumental e produtivista. Cada modo de produção, por sua vez, repercute de forma diferenciada em várias esferas da vida de produtores e consumidores do campo e das cidades.

Paralelamente à expansão do sistema orgânico de produção, vem ocorrendo, desde os anos 1990, uma crescente demanda pelos alimentos orgânicos, que, para alguns autores, está inserida em um contexto mais amplo que tem feito os consumidores repensarem sobre suas práticas de consumo.

Esses consumidores se utilizam não apenas dos supermercados, mas também de diversos canais alternativos de comercialização dos orgânicos, como as vendas domiciliares, as lojas especializadas e as feiras livres. No entanto, estas últimas são consideradas importantes para os pequenos produtores, pois se apresentam como uma forma de contornar a submissão econômica, além de ser um circuito curto de comercialização que fortalece as relações entre produtor e consumidor (GODOY; ANJOS, 2007).

A prática de compra em feiras orgânicas é um fenômeno recente que tem se expandido também nos espaços metropolitanos da Grande Vitória. Há 13 anos, a venda direta de orgânicos ao consumidor passou a se dar por meio de 8 feiras exclusivas de alimentos orgânicos. A primeira feira orgânica, *lócus* dessa pesquisa, surgiu em 2002 e permanece situada no bairro Barro Vermelho, em Vitória - ES, onde são comercializados alimentos orgânicos originados de propriedade orgânicas dos municípios de Santa Maria de Jetibá e de Iconha.

Essa feira orgânica possui 18 barracas e funciona aos sábados, das 6 às 12 horas. Foi originada a partir da articulação de interesses entre a Associação de Moradores de Bairro Vermelho (AMBV), a Associação de Produtores de Orgânicos da Agricultura Familiar de Santa Maria de Jetibá (Amparo Familiar), a Associação de Produtores Santamarienses em Defesa da Vida (Apsad-Vida) e as de produtores de Iconha: Associação de Agricultores Familiares Tapuio Ecológico e Associação de Agricultores Orgânicos Agroecológicos de Campinho (Vero Sapore).

2. Caracterização socioeconômica dos consumidores da feira orgânica do bairro Barro Vermelho, em Vitória - ES.

Os consumidores da feira orgânica do bairro Barro Vermelho, em Vitória - ES se apresentam como um grupo específico, mas que não se constitui em um grupo homogêneo e uniforme.

A maioria deles reside no bairro Barro Vermelho, mas muitos residem em bairros adjacentes com características socioeconômicas similares, como Praia do Canto e Jardim da Penha. Em torno de 70% dos consumidores pesquisados nasceu no próprio Estado do Espírito Santo.

Entre os consumidores que responderam o formulário *on-line*, constatou-se que mais da metade dessa população eram do sexo masculino, representando um total de 60%; e do sexo feminino representaram 40%. Já entre os consumidores que responderam ao questionário, mais da metade da população pesquisada era sexo feminino, representando um total de 63%; e do sexo masculino, 37% da amostra. Sobre o estado civil, 65% dos consumidores pesquisados afirmaram serem casados.

Ainda que o principal público dessa feira seja composto por pessoas com 36 a 70 anos de idade, foi possível identificar algumas nuanças entre eles conforme o tipo de abordagem. Entre aqueles que responderam ao formulário *on-line*, 29% eram da faixa etária de 56 a 65 anos, aqueles com idade entre 46 e 55 anos eram 27%; e aqueles com idade de 36 a 45 anos eram 24%. Entre os consumidores que responderam ao questionário, 20% eram da faixa etária de 57 a 63 anos; aqueles com idade entre 43 e 49 anos constituíram 17%; aqueles com idade de 64 a 70 anos formaram 16%; e os consumidores com idade entre 50 a 56 anos registraram 12%.

A maioria dos consumidores pesquisados afirmou ter filhos. Entre os consumidores que responderam ao formulário *on-line*, 42% deles declararam ter 2 filhos, 29% declararam ter apenas 1 filho e 11% afirmaram ter 3 filhos ou mais. Já entre os consumidores que

responderam ao questionário, 30% deles declararam ter 2 filhos, 29% afirmaram ter 3 filhos ou mais e 20% declararam ter apenas 1 filho.

Entre os consumidores pesquisados foi identificada uma representação de todos os níveis de escolaridade, principalmente daqueles consumidores com elevado grau de instrução. Entre os consumidores que responderam ao formulário *on-line*, 55% declarou formação acima de superior completo; aqueles com superior completo registraram 29%. Entre os consumidores que responderam ao questionário, 52% possuía nível superior completo; aqueles com o ensino médio completo e acima de superior representavam 17% cada.

Entre as diferentes ocupações profissionais dos consumidores pesquisados destacaram-se as ocupações de aposentado e professor. Entre os consumidores que responderam ao formulário *on-line*, 22% deles disseram ser aposentados, 17% declararam ser professores e 11% disseram ser funcionários públicos. Entre os consumidores que responderam ao questionário, 18% deles disseram ser aposentados; aqueles que se declararam professores e médico representaram, ambos, 8% cada; e as profissões de advogado e funcionário público representaram, ambos, 5% cada.

No que se refere à questão da renda familiar, a maioria dos consumidores pesquisados possui um alto poder aquisitivo, que varia de 6 a mais de 20 salários mínimos.

Sobre a variável "religião", 85% dos consumidores afirmaram ter crença religiosa e/ou espiritual, sendo que 53% declararam ser da religião católica. Dentre os consumidores que responderam ao formulário *on-line*, 55% se declaram católicos; 9%, evangélicos; e aqueles que afirmaram não possuir religião e que se assumiram ateus representaram, ambos, 7% cada. Sobre os consumidores que responderam ao questionário, 51% se declararam católicos; 16%, espíritas; e aqueles que se declararam evangélicos e os que disseram não possuir religião representaram, ambos, 11% cada.

Para além dos aspectos estruturantes, entendemos que a opção desses consumidores pelo consumo de alimentos orgânicos em feira especializada e o seu entendimento acerca dos alimentos orgânicos são culturalmente construídos e sofrem influências socioculturais diversas. Daí a importância de saber o que esses consumidores sabem sobre os orgânicos e quais os significados que emergem desse objeto representado, como abordaremos no item a seguir.

3. As representações sociais que emergem dos alimentos orgânicos: natural, saúde e confiança.

Os consumidores pesquisados evocam em suas respostas tanto os atributos concretos quantos abstratos dos alimentos orgânicos. São atributos relacionados à constituição dos produtos e a características sensoriais positivas, que remetem à ideia de um alimento mais *natural*, como podemos verificar no QUADRO 1.

Quadro 1 - Atributos dos alimentos orgânicos segundo os consumidores da feira orgânica de Barro Vermelho, consultados via formulário *on-line* e aplicação de questionário *in loco* (em 2014).

	Consumidores que responderam ao formulário *on-line* (N = 45)*	**Consumidores que responderam ao questionário (N = 100)***
Atributos concretos e abstratos dos alimentos orgânicos	Ausência de agrotóxicos ou outros agroquímicos (86%)	Presença de selo/certificação orgânica (74%)
	Mais saudável (48%)	Mais saudável (70%)
	Presença de selo/certificação orgânica (44%)	Ausência de agrotóxicos (32%)
	Origem e forma de produção (33%)	Modo como é produzido (4%)
	Sabor e o aroma (8%)	Sabor (3%)
	Aparência de alimento mais natural (6%)	Beleza e frescor (2%)
	Frescor (2%)	Durabilidade (1%)

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados apresentados na dissertação de mestrado (2015). * O consumidor pôde emitir mais de uma resposta.

Os consumidores pesquisados definem os alimentos orgânicos pela negação ou rejeição da interferência de alguns produtos químicos, industriais ou substâncias sintéticas sobre a produção de alimentos e se utilizam de diferentes termos para indicar a toxicidade dos agentes contaminantes nos alimentos.

Eles se utilizam de diversas palavras, muitas que já fazem parte do senso comum – como as palavras “venenos”, “agrotóxicos”, “produto químico”, “defensivo”, “insumo” e “remédio” –, para poder atribuir a qualidade orgânica ao produto e, ao mesmo tempo, revelam seu conhecimento quanto aos riscos alimentares causados pela utilização desses produtos nas plantações.

Essa opção por uma alimentação à base de alimentos orgânicos remete a uma alternativa aos processos convencionais de produção e parece estar próxima a uma “antinomia entre o

alimento natural/orgânico/tradicional em oposição ao alimento artificial/quimicado/ industrializado", como afirma Portilho (2008, apud PORTILHO; CASTAÑEDA, 2008).

Como justificativas ou motivações para o consumo de alimentos orgânicos, uma das principais unidades de significação que se sobressaíram nas respostas dos consumidores pesquisados foi *saúde*, por entenderem que se trata de alimentos "saudáveis", sendo que os produtos mais comprados pelos consumidores dessa feira se constituem são aqueles que sofrem mais diretamente a ação de agrotóxicos, como as hortaliças, verduras, legumes e frutas.

Percebemos que a ameaça e o perigo de consumir alimentos contaminados estão sendo confrontados na esfera individual, sendo cada vez mais interpretados e resolvidos pelos próprios consumidores. Nesse sentido, as questões relativas aos tipos de dieta saudável e a escolha de qual alimento se deve comer também são objetos de reflexividade (GIDDENS, 1991).

Os consumidores pesquisados optam pelos alimentos orgânicos visando à saúde pessoal e familiar, mas também devido à preocupação com o meio ambiente/natureza. No entanto, as suas práticas alimentares são permeadas por ambiguidades e muitos desses consumidores adquirem diversos produtos advindos também do padrão técnico moderno de produção alimentar e se utilizam de uma alimentação que o senso comum considera uma dieta saudável, como os alimentos *diet* e *light* (com baixos teores de gordura e calorias), que podemos entender como uma forma de artificialização da vida e de redefinição da natureza (RABINOW, 1991).

Conforme Carvalho e Luz (2010, p. 150), o setor produtivo de alimentos se apropria dos traços distintivos de identificação coletiva com o estilo "natural", como algo atrativo para a venda. Assim,

> A prática mercadológica comercial, embora se afine mais com o estilo fast-food, com seus traços distintivos de pragmatismo e racionalização voltados para o rendimento e para a produtividade, se aplica também ao "natural", especialmente no que concerne ao apelo ao saudável (CARVALHO; LUZ, 2010, p. 152).

Desta forma, "a denominação de produtos naturais, amplamente utilizada nos alimentos em mercados comerciais, fragiliza a concepção de 'natural'" (CARVALHO; LUZ, 2010, p. 153). Concomitantemente ao crescente aumento da indústria do 'natural' e ao aumento de uma série de produtos "naturais", ocorre uma ressignificação do "natural" com o resgate da ideia do tradicional.

> Uma fusão do tradicional com o contemporâneo, com sua disposição para a bricolagem, equivale à fusão do "natural" com o estilo *light* (Santos LAS, 2008), que coloca produtos integrais como os pães com alto teor de fibras dietéticas, ou produtos considerados naturais, neste caso porque não contêm açúcar refinado, ainda que estes sejam comercializados e produzidos em larga escala. Curioso é notar como uma ideia tradicional serve a interesses diferentes: tanto pode ser uma disposição para a militância ecológica quanto para o consumismo (CARVALHO; LUZ, 2010, p. 151).

Também como apontam os estudos de Truninger (2013, p. 89) realizados em Lisboa, Portugal, verificamos que o consumidor orgânico faz uso de diferentes tipos de varejo alimentar – convencionais e alternativos.

Apesar de ocorrer a "justaposição de um ao outro", essa diversificação do consumo se deve à hegemonia das grandes redes varejistas e dos sistemas agroalimentares industriais modernos, entre outros, como mostra Azevedo (2011).

No entanto, foi constatado que outros impeditivos fazem com que o consumo de produtos orgânicos seja bem menor do que poderia ser ou inibem o crescimento das vendas em feiras orgânicas. Em torno de 50% dos consumidores pesquisados expressaram alguns impedimentos. Entre aqueles que responderam ao formulário *on-line*, foi destacada a falta de variedade de produtos orgânicos oferecidos (24%), o preço alto dos produtos (24%) e a localização da feira (6%). Para os consumidores que responderam ao questionário, foi apontada a falta de variedade de produtos orgânicos oferecidos (22%), a sazonalidade (16%) e o dia/horário da feira (8%).

Vê-se, porém, que o consumidor, muitas vezes, tem que se adaptar à sazonalidade do cultivo desses alimentos e adquirir os que estão disponíveis na feira. Nesse sentido, a prática do comer alimentos orgânicos simboliza uma defesa a alimentos locais e da safra e demonstra, também, um respeito à natureza, que tem seu tempo e clima adequados para uma determinada produção autossustentável de alimentos.

Para além de uma nova forma de gestão de riscos alimentares, são formadas novas coletividades em termos de 'biossocialidade' (RABINOW, 1991) em torno do consumo de alimentos valorados (como os orgânicos) ou de restrições alimentares e simbolismos, a exemplo de alguns consumidores dessa feira que não comem carne (vegetariano), ou não consomem produtos industrializados (naturalista), ou não comem carne e nenhum outro produto de origem animal (vegano).

Apesar de a comercialização de orgânicos ser socialmente aceita e destes alimentos ganharem uma formulação que os caracteriza como mercadorias comercializáveis, verificou-se

que os alimentos orgânicos também adquirem significados especiais para alguns consumidores e absorvem tipo de valor não monetário. Trata-se de uma forma de singularização dos alimentos orgânicos que ocorre pela diversificação de produtos ofertados pelos feirantes – tanto em termos de itens em geral quanto em termos da oferta de itens aos quais se tenta agregar valor, via produção de alimentos processados, na forma de bolos, doces, entre outros.

Como Mauss [1925], podemos entender que o econômico não está, necessariamente, associado à circulação do útil e que as relações de troca implicam em intersubjetividades. Ao considerarmos que as pessoas que trocam são "pessoas morais", entendemos que o processo de venda dos alimentos orgânicos na feira, incluindo os serviços prestados pelos feirantes/produtores orgânicos, envolve a circulação de valores e trocas simbólicas. Isso pode ser evidenciado quando identificamos como principal unidade de significação a palavra *confiança*.

A confiança nos alimentos adquiridos nessa feira passa por mecanismos sistêmicos ancorados na rotulagem e na certificação dos produtos, que Truninger (2013) chama de processos de confiança 'desenraizada', que são importantes mecanismos para identificar esses bens alimentares em situações de mercado anônimo e impessoal.

Todavia, a maioria dos consumidores se considera informada porque busca informações e para isso também se utiliza de conversas diretamente com o produtor rural e com amigos ou familiares. Essa proximidade fica mais evidente quando se constata que entre os consumidores que preencheram o formulário *on-line*, 32% afirmaram conhecer a propriedade dos produtores que comercializam na feira, e entre os consumidores Y, foram 21%.

Assim, o consumo de alimento orgânico também está vinculado ao sistema de confiança na forma de interações face a face ou redes interpessoais, como constatado em pesquisas realizadas por Portilho e Castañeda (2008) e por Castañeda (2010); que Truninger (2013), entende como "confiança enraizada" e Giddens (1991), como "confiança pessoal".

Além das relações interpessoais e institucionais, os consumidores também se utilizam de outros sinais, por meio da identificação de "características estéticas, sensoriais e metabólicas" dos alimentos, que fazem a relação de confiança alimentar nos orgânicos adquirir complexidade. Eles se utilizam da experiência e realizam 'testes' cotidianos, quando, por exemplo, percebem seu sabor, seu frescor e sua durabilidade. Estes atributos (concretos e/ou abstratos) apresentam-se, portanto, como indicadores de "qualidade" dos orgânicos.

Com base nas ideias de Latour (2012) de que "os objetos também agem", podemos compreender que o consumo de alimentos orgânicos (em um sentido amplo) remete à

defensa da vida de seres humanos (como os produtores orgânicos e consumidores) e de não humanos (como as espécies de seres vivos que compartilham o mesmo espaço ou se constituem na própria produção/propriedade orgânica).

Os alimentos orgânicos (não humanos carregados de agência) se apresentam como um ponto de partida das relações de consumo que sugerem outras relações sociais. Apesar das relações de socialidade serem construídas a partir desses não humanos, outros agentes influenciam na subjetividade dos consumidores e a produção significados sobre os alimentos orgânicos, como seus amigos e familiares, os meios de comunicação, a certificação, entre outros.

Conclusão

Com esse trabalho, buscou-se apresentar uma breve caracterização dos consumidores pesquisados e explicitar algumas determinações mais gerais que regem o fenômeno social em questão – o consumo de alimentos orgânicos, que se dão pelas RS dos consumidores da feira orgânica do bairro Barro Vermelho, em Vitória - ES, a partir de alguns resultados de uma pesquisa que subsidiaram minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais (2015).

Por meio das categorizações ou temas-eixo "natural", "saúde" e "confiança", procurou-se evidenciar a significação que emergem dos alimentos orgânicos e revelam sobre esses consumidores e sobre as condições socioculturais dessa produção de significados.

A análise aponta que os consumidores dessa feira o interpretam como um alimento mais saudável e próximo ao natural ou da natureza e esse consumo está sustentado em bases plurais da confiança alimentar.

É na definição de orgânicos, pelo contraponto com alimentos convencionais, que as RS dos consumidores são reveladas. Nestas não há apenas elementos racionais, cognitivos, lógicos, mas outros fatores mais amplos que legitimam e impulsionam a essa prática de consumo, como os elementos afetivos, sociais e culturais. De um lado, os consumidores associam os orgânicos à "saúde" e à "qualidade de vida", de outro, enraízam a representação dos orgânicos em uma rede de significações que permite situá-las em face dos seus valores sociais e intersubjetivos.

Em torno do consumo desse alimento valorado, os consumidores formam novas coletividades em termos de 'biossocialidade' (RABINOW, 1991). E ao considerarmos a questão do social como vínculo entre seres (LATOUR, 2012), por meio do consumo de

alimentos orgânicos (em um sentido amplo) estar-se-ia defendendo a vida, pois esse consumo resulta, concomitantemente, na saúde dos outros seres. Desta forma, esse consumo contribui para a melhoria da questão biossistêmica, uma ideia mais ampla de política que extrapola a ideia tradicional de ação política.

A legitimação do consumo de orgânicos de feira especializada se deve à confiabilidade que eles manifestam em relação aos alimentos e aos produtores dessa feira. Contudo, as RS positivas dos consumidores pesquisados sobre os alimentos orgânicos nos permitiram revelar que não é só a economia de mercado que orientam essas trocas, mas também a cultura por meio das trocas simbólicas.

À guisa de conclusão, com esse trabalho buscamos ressaltar que a prática de compra em feiras orgânicas é um fenômeno recente e socialmente significativo, que tem se expandido também nos espaços metropolitanos. Por meio de uma abordagem das RS dos consumidores da feira orgânica do bairro Barro Vermelho, em Vitória - ES, e de uma perspectiva "pós-humana" do consumo, constatamos que, no âmbito do consumo de alimentos orgânicos, as fronteiras entre Natureza e Cultura são tênues, visto que as interações entre seres humanos e não humanos se dão pelo consumo desses alimentos. Isso, por sua vez, nos permite ultrapassar a visão racional utilitária sobre o consumidor e a abordagem passiva e privada do consumo.

Referências

AZEVEDO, Elaine de. Riscos e controvérsias na construção social do conceito de alimento saudável: o caso da soja. **Revista Saúde Pública**, v. 45, n. 4. São Paulo. Agosto 2011, p. 781-788. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n4/2200.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Mercado interno de orgânicos cresce 40% em 2010. **Notícias**. Agroecologia. Brasília: Mapa, 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2011/02/mercado-interno-de-organicos-cresce-40porcento-em-2010>**.** Acesso em: 10 jan. 2015.

BERNARDINO, Renata V. **Uma análise sociológica sobre o consumo de alimentos orgânicos a partir das representações sociais dos consumidores da feira orgânica do bairro Barro Vermelho em Vitória - ES**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CARVALHO, Maria Claudia da V. S.; LUZ, Madel T. Simbolismo sobre "natural" na alimentação. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2011, v. 16, n. 1, p. 147-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n1/v16n1a18.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2015.

CASTAÑEDA, Marcelo. **Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana**: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ. 2010. Dissertação (Mestrado) - CPDA. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. 135 f. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/ 2011/08/dissertacao_marcelo_cast aneda_2010.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

DAROLT, M. R. Comparação da qualidade do alimento orgânico com o convencional. In: STRIGHETA, P.C & MUNIZ, J. N. **Alimentos orgânicos**: produção, tecnologia e certificação. 1. ed. Viçosa: UFV, 2003, p. 289-312. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/OrgConvenc.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2014.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP. 1991. 177 p.

GODOY, Wilson I.; ANJOS Flávio S. dos**.** A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007, p. 364-368. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/ index.php/cad/article/ view/1943>. Acesso em: 3 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Rota dos orgânicos. Fevereiro 2012. **Revista do Idec**. p. 20-23. Disponível em: <http://www.idec.org.br/ uploads/revistas_materias/pdfs/ed-162-pesquisa-organicos.pdf> Acesso em: 24 jan. 2015.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais.** Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

LATOUR, Bruno. Como se alimentar de controvérsias. In: _____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012. Bauru: Edusc, 2012. p. 41-47 (Introdução à Parte I).

_____. Terceira fonte de incerteza: os objetos também agem. In: _____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012. Bauru: Edusc, 2012. p. 97-128.

LUTZENBERGER, José A. Colheitas e pragas: a resposta está nos venenos? In: **Manual de ecologia** - do jardim ao poder. 1983 [1997]. Coleções L&PM POCKET, v. 2. Cap. 8, p. 83-103.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão de troca nas sociedades arcaicas [1925]. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 183-314.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 7-25.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo. Certificação e confiança face a face em feiras de produtos orgânicos. In: ENCONTRO NACIONAL ANPPAS, 4. Brasília, 2008. 15 p. **Anais...** Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT1-413-499-20080510232052.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2014.

RABINOW, Paul. Artificialidade e ilustração: da sociobiologia à biossociabilidade. Tradução de Zarima Vargas. **Revista Novos estudos,** CEBRAP, n. 31, out. 1991, p. 79-93. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/65/ 20080624_artificialidade_ e_ilustracao.pdf >. Acesso em: 20 set. 2014.

SÁ, Celso Pereira de. A noção de objeto de pesquisa. In: _____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 21-30 (Capítulo 1).

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia. 2003. 240 p.

TRUNINGER, Monica. As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: da certificação ao ‘teste da minhoca’. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, São Paulo v. XVI, n. 2, abr.-jun. 2013, p. 81-102. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v16n2/06. pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

A CIDADE, AS CRIANÇAS E OS ANIMAIS: UMA DISCIPLINA AMPARADA PELO PARADIGMA EMERGENTE?

Vânia Alves Martins Chaigar
FURG

Ivana Maria Nicola Lopes
FURG

Resumo: Apresenta reflexão sobre processos que geraram a disciplina *A cidade, as crianças e os animais* do curso de pós-graduação *stricto sensu* em educação da FURG. Desdobra-se de investigações realizadas por estudantes de Pedagogia de Rio Grande e São Leopoldo, RS, ao longo de alguns anos. Pesquisa realizada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos coordenada pela Profª Drª Marita Redin buscava analisar como as crianças compreendiam e se relacionavam com a cidade. Simultaneamente na Universidade Federal do Rio Grande, licenciandos, mediante imersão na cidade, procuravam significar memórias e narrativas como forma de aproximarem-se de epistemologias plurais e conhecimentos invisibilizados. Avaliamos esses materiais e observamos que a cidade é qualificada conforme os tratos que são conferidos aos animais (humanos e não humanos). A reflexão gerou trabalhos acadêmicos e a disciplina. Esta gira em torno de epistemologias e paradigmas emergentes sobre a relação cultura e natureza, animais humanos e não humanos. Nessa direção atingiu demandas de sujeitos oriundos de movimentos em defesa dos animais e professores de escolas especiais e dos anos iniciais, indicando a emergência da questão para jovens educadores. Estimamos que o espaço gere pesquisas, ações, propicie encontros alternos e experiências relacionais amparados em paradigmas menos antropocêntricos.

Palavras-chave: cidade; crianças; animais.

Abstract: This paper presents reflection on processes that generated the discipline called *the city, children and animals* of strict-post graduate course in Education of FURG. It unfolds from investigations carried out by students of Pedagogy from Rio Grande and São Leopoldo, RS, over a few years. The research was conducted at the University of Vale dos Sinos, coordinated by Professor Doctor Marita Redin. It sought to analyze how children understand and connect with the city. Simultaneously at the Federal University of Rio Grande - FURG, licensees, by dipping themselves in the town, aimed to give meaning to the memories and narratives as a way of getting close to plural epistemologies and invisible knowledge. We evaluate these materials and we noted that the city is qualified according to the treatment given to animals (human and non-human). The reflection generated academic papers and mentioned discipline, which goes around epistemology and emerging paradigms about the relation *culture and nature*, *human and non-human animals*. In this direction it reached demands of subjects arising from movements in defense of animals and teachers of special schools and early years, pointing then the emergence of the issue for young educators. We estimate that the space manages research, actions, conducive alternate meetings and relational experiences supported in less anthropocentric paradigms.

Keywords: city; children; animals.

> Eu não amava que botassem data na minha existência. A gente usava mais era preencher o tempo. Nossa data maior era o quando. O quando mandava em nós. A gente era o que quisesse ser só usando esse advérbio. Assim, por exemplo: tem hora que eu sou quando uma árvore e podia apreciar melhor os passarinhos. Ou: tem hora que eu sou quando uma pedra. [...] tem hora eu sou quando um rio. E as garças me beijam e me abençoam. Essa era uma teoria que a gente inventava nas tardes (BARROS, 2008, p. 113).

1. Tem hora que eu sou quando... Evocamos memórias sobre nossos passos

Animadas pela poética de Manoel de Barros e pelos desfazeres de uma gramática que privilegia os seres em detrimento das coisas e das ordens, mesmo num tempo que pouco mostra o que comemorar (ou talvez por ele), inventamos de enveredar por lugares, pelos quais possamos exercitar o que ainda temos de humano em nós, seja na docência em sala de aula, nas parcerias em projetos, nos espaços formais ou informais de educação pelos quais circulamos em nossos cotidianos.

Nessa direção nos aventuramos em projetos que tomam a cidade como cenário e palco privilegiado de ações educativas – a cidade como protagonista. Temos como aporte principal o conceito de cotidiano e de leituras da cidade amparadas em Certeau (1996, 1998). O autor entende haver uma série de "invenções cotidianas" produzidas por quem, aparentemente, seria um mero "consumidor" de políticas instituídas. Diz-nos o autor: "o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente" (CERTEAU, 1996, p. 31).

O presente é o que temos, nele nos posicionamos em conformidade com nossa cultura, memória, história de vida, relação com o conhecimento, com os outros seres, com a cidade. Nela na condição de "praticante", reinventamos nossos passos e percursos, criamos linguagens e uma "língua espacial" que lê e escreve a cidade por onde passamos (CERTEAU, 1998). Então são feitas tantas leituras da cidade quanto forem as línguas inventadas pelos citadinos/praticantes! Em nosso caso desejamos que olhares também sejam reescritos/reinscritos e, a partir disso, derramem sobre a cidade outras maneiras de olhar e, consequentemente, experienciar com plantas, águas, pedras, animais humanos e não humanos. Daí – quem sabe? – Outros convívios sejam possíveis.

Aliás, foi o escritor José Saramago que alertou para algumas distinções entre olhar e ver, acrescentando, para além deles, o verbo reparar: "Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara". A reflexão do autor em "Ensaio sobre a cegueira" deixa claras distinções conceituais e filosóficas sobre a questão: reparar parece ser um grande repto aos sentidos. Posteriormente, Saramago escreveria em seu blog:

> Quando eu era pequeno, a palavra reparar, supondo que já a conhecesse, não seria para mim um objecto de primeira necessidade até que um dia um tio meu (creio ter sido aquele Francisco Dinis de quem falei em *As pequenas memórias*) me chamou a atenção para uma certa maneira de olhar

> dos touros que quase sempre, comprovei-o depois, é acompanhada por uma certa maneira de erguer a cabeça. Meu tio dizia: "Ele olhou para ti, quando olhou para ti, viu-te, e agora é diferente, é outra coisa, está a reparar (SARAMAGO, 2015, n.p.).

Dessa explicação simples, porém difícil de ser exercitada em meio a excessos, indiferenças e dispersões, pensamos, entretanto, estar localizadas experiências e vivências relevantes a modos de ser e estar na cidade. Como forma de exercitar discentes de licenciaturas, na graduação, fomentamos o "ensino com pesquisa" (DEMO, 2009), capaz de gerar interrogações, dúvidas e interlocuções, além de um ambiente de aprendizagem vivo e interativo. Neste caso o tema recorrente é a cidade. Na licenciatura em Pedagogia, na FURG, foram desenvolvidos os seguintes projetos nos últimos anos: *Memórias, lugares e a cidade* (2009-2010); *A qualidade do tempo-espaço das crianças riograndinas* (2012); *Experiências riograndinas na contramão da barbárie: leituras da cidade por licenciandas de Pedagogia* (2013); *Culturas, tempos e espaços invisíveis em Rio Grande* (2014).

Paralelo a esse trabalho transcorreu o projeto de ensino *A (des)educação do olhar*, voltado para turmas de diferentes licenciaturas, cujo objetivo principal foi proporcionar vivências estético sensíveis, através de viagens, interações com Mostras, Museus, Casas de Cultura e outros espaços de cultura e memória, bem como análises de filmes, obras literárias, documentários, etc. Na base dessas experimentações está a "estesia" em oposição à "anestesia" (DUARTE JR, 2002), que coloca nossos sentidos e sentimentos a favor da construção do humano. Ademais é uma provocação a uma abertura sobre o conceito de cultura(s), pois "o amontoado de elementos e estímulos do mundo é organizado numa estrutura significativa, que diz respeito aos valores da existência. A criação da cultura é, consequentemente, um ato da imaginação humana" (DUARTE JR, 2002, p. 51).

Criar cultura significa manter nossa imaginação criativa intacta: eis um desafio em meio às pasteurizações e naturalizações que, aos poucos, banalizam o olhar.

O projeto *flutua* conforme os momentos acadêmicos, o ano letivo e os grupos, mas de uma forma ou de outra se faz presente na formação de licenciandos.

Um dos exemplos que se pode dar da flutuação da qual nos reportamos, é o grupo de doze (12) bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID da nossa Universidade que estão vinculados ao projeto *O ensino das Artes Visuais: para quê e para quem? A arte como campo de reconhecimento e conhecimento de si*. O projeto em questão teve início em março de 2014 e prevê sua continuidade. Os licenciandos trabalham

com duas escolas de ensino fundamental na cidade do Rio Grande no sul do estado (RS). O tema central é o patrimônio imaterial e por consequência, as noções de identidade e pertencimento são assuntos recorrentes. Interessante notar que ao trabalhar com este tema, os próprios acadêmicos se questionam sobre suas origens, sobre as narrativas familiares que compõe seu universo. Os alunos das escolas, por sua vez, sentem-se valorizados, na medida em que são *provocados* a buscar com seus familiares uma receita da avó, um remédio caseiro que a mãe fazia, os relatos dos vizinhos sobre alguma figura folclórica ou mesmo a figura de um ser *errante* que andava pelo bairro, como um cachorro solitário.

Observamos que os alunos absorvem a ideia de que somos todos importantes na construção da vida urbana e que a cultura de cada um deve ser respeitada e é obra de todos. As histórias, portanto, da família e da comunidade são valorizadas o que gera a ideia de pertencimento tanto do local em que vivem quanto de verem-se como sujeitos que habitam e são parte importante da cidade. Do mesmo modo, a memória das coisas, dos fatos, dos acontecidos familiares volta a reluzir ao sair do esquecimento e se anima, pois mais alguém *reparou* nela. As recordações são parte do histórico familiar e devem ser relembradas, levando em conta que *recordis significa tornar a passar pelo coração*, como tão bem refletiu Eduardo Galeano em O Livro dos Abraços.

Dessas interlocuções de licenciandos com a cidade foi sendo gerada a disciplina *A cidade, as crianças e os animais*. Serenamente, pacientemente, articulada como uma decorrência das experimentações narradas, mas também, de nossa relação com os animais. Desde muito tempo temos nos dedicado ao convívio com animais não humanos, especialmente os domésticos: cães e gatos. Como pessoas amigas e parceiras, as autoras deste texto, comungam de relatos[1] como os testemunhados abaixo:

Não saberia dizer aqui o número de animais que já passou pela minha residência, seja pela adoção, pelo acolhimento emergencial, por estadas provisórias ou, mesmo, como simples visitas, como o gato Narizinho, amigo querido, que vinha a minha casa, todos os dias, para ser alimentado, mas especialmente, mimado, pois às vezes, só ficava a me olhar, ronronar e tirar um cochilo no telhado sob a janela do escritório. Teve sua vida ceifada violentamente por um motorista em alta velocidade que sequer parou para assumir seu ato. O acontecimento levou-me a escrever uma carta intitulada “Colina do Sol vive dias de “trucida” gatos”, publicada no Jornal Diário Popular, em setembro de 2014. Dores como

[1] Neste movimento as narrativas estão na primeira pessoa do singular, para preservar o caráter singular das mesmas.

essa são parte dessa relação de amizade e autoconhecimento construída por mais de duas décadas com animais não humanos urbanos. Atualmente oito gatos (Lua, Chiquinha, Beto, Susi, Luluzinha, Nando, Cora e Miranda) e cinco cães (Smile, Nica, Gorda, Bob e Alemão) dividem suas vidinhas com a minha e a de meu companheiro. Juntos inventamos a nossa!

> Um tênis Adidas, uma carta de amor com assinatura ilegível, dez vasinhos com flores de plástico, sete bolas coloridas, um delineador de cílios, um batom, uma luva, um gorro, uma velha fotografia de Alan Ladd, três tartarugas ninja, um livro de contos, uma maraca, catorze prendedores de cabelo e alguns carrinhos de brinquedo formam parte do butim de uma gata que vive no bairro de Avellaneda e rouba nas vizinhanças. Deslizando-se por sótãos e telhados e calhas, ela rouba para o filho, que é paralítico e vive rodeado por essas oferendas espúrias (GALEANO, 2004, p. 32).

Com esse belo escrito do autor uruguaio, de seu livro "Bocas do Tempo", inicio a este escrito, pois ele sintetiza o amor e o respeito que temos pelos seres de outra espécie, além de ser um testemunho de que não temos a supremacia da sensibilidade ou do afeto...

Assim como minha colega de profissão e amiga que o mundo me ofertou, tenho muitas histórias com crianças e seres de quatro patas urbanos, pois habitam – efetivamente – os cantos, as vielas, os matagais, as ruas e as sarjetas da urbe contemporânea, ainda que sejam invisíveis em quase sua totalidade. Ninguém os *repara*. Mas aqui, gostaria de relembrar um dos casos mais recentes de carinho e afeição para com eles. Há muito tempo que alimentos cães comunitários, aqueles que, embora não tenham residência fixa, são tratados e alimentados por vizinhos de uma mesma quadra. Dentre eles, a figura de Senhorinha e de Branca se sobressai. Todas duas tiveram seus filhotes que logo foram doados (filhotes são graciosos!) e elas foram castradas e permaneceram a morar em nosso quarteirão. Branca, muito reservada e indócil, desde que seus filhos foram levados. Ela não faz parte do coletivo, vive na esquina e quem a trata é um senhor, operário da fábrica por quem ela tem apreço. Do mesmo modo, nos dias de sol, fica junto com outros trabalhadores. Eles lhe oferecem comida e ela a aceita. Branca é muito desconfiada com humanos e por raras vezes chegou perto de mim. Desconfiança esta, produzida desde que levaram seus filhos.

Assim como Branca, Senhorinha teve seus filhotes praticamente na mesma época, porém ela ficou com Preto, que não foi doado. Assim, criou-se uma família: Senhorinha, Preto e mais tarde chegou Mel e o Pretinho. Sempre juntos, não se desgrudavam nunca. Todos muito, muito carinhosos, entre si e com os humanos. No entanto Senhorinha era a que comandava a turma, a matriarca e todos a respeitavam, inclusive a Branca. Senhorinha

quando me via, tentava sair correndo para receber um carinho, me olhar com seu olho triste e pedir com a pata mais cafuné. Reparávamo-nos. Quantas vezes ela me acompanhou na fruteira, no mercado com seu passo incerto? Quando os meus iam para o canil, ela entrava de forma rápida em minha casa, ia até o pátio, cheirava os potes de comida, como se estivesse a inspecionar tudo. Ela tomava sol na calçada e não deixava ninguém passar que fosse, para ela, um possível perigo. Ela também era muito solidária. Quando deixavam algum resto de ração, vinham os pombos para comer e ela não se importava, creio que gostava de observá-los. Certo dia não a vi nem escutei seus latidos e na manhã seguinte, soube que morreu. O pior é que não foi por estar com idade avançada. Alguns dizem que ela morreu a pauladas por um grupo de adolescentes. Outros, que fora atropelada por um carro em alta velocidade.

Esta morte me doeu muito, pois ela não merecia uma coisa tão estúpida e bárbara. Extremamente dócil, era um ser muito especial. Senhorinha sempre será lembrada por mim e por todos aqueles com os quais ela conviveu durante muito tempo. Senhorinha também é o exemplo da maldade e da falta de respeito que o homem, com o "telencéfalo altamente desenvolvido e polegar opositor"[2] é capaz de fazer contra aqueles que julga inferior. Que estão aí pelas ruas para serem chutados, queimados e vilipendiados em sua integridade física. Para descontar as raivas e decepções. Talvez aqui resida a nossa luta, a de levar através de nossas práticas pedagógicas, uma mensagem de respeito para com aqueles que não possuem voz para dizer basta.

Também gostaria de falar de minha grande família. Hoje, além dos meus quatro seres que a vida me deu, há um agregado chamado Ruivo. Sim, ele é ruivo, de pelo avermelhado e de olhos azuis esverdeados. Já estava com um grande labrador chamado Otto, mais Nina Simone resgatada das ruas toda rosa devido à sarna que encobria seus lindos pelos brancos, Mazel Tov o filhote de pata quebrada, pois uma bicicleta não viu aquela bolinha rastejando na sarjeta e Chico um lhasa-apso que jogaram fora. Então Ruivo surge, literalmente na frente de minha casa, quase degolado, a sangrar muito. Não tinha como não reparar. Como fazer vista grossa para alguém ferido? Assim, levei-o para a veterinária. Quando sarou foi castrado. Pensava que alguém poderia adotá-lo e enquanto isso, ele dormia em um colchão no pequeno *hall* de entrada de minha casa. Uns meses depois, ele acabou entrando na casa e... lá está até hoje.

Sentimos necessidade de expressar nossos olhares e gestos a la Palomar[3], ao lançar soslaios aos cantinhos da cidade que poucos se dão ao trabalho de *reparar*. Desses lugares,

[2] Descrição creditada ao homem no documentário *Ilhas das Flores*, Porto Alegre, 1989.
[3] Personagem de Ítalo Calvino, na obra Palomar.

não raro, também jazem escondidas sobras de humanidade. Nos entremeios dessas experiências animais foram sendo construídas maneiras docentes de ser e práticas pedagógicas mais próximas – desejamos supor – de paradigmas como o da "ternura" (RESTREPO, 2000). Na intenção de contrariar o modelo mais conhecido, diz-nos o autor:

> Tanto o homem como a mulher, o menino ou o ancião, estão tentados por símbolos culturais inimigos do encontro terno, que ao regulamentar suas condutas, aspirações e convicções, levam-nos a aplicar na vida diária a lógica arrasadora da guerra. Mais que uma atribuição de gênero, a ternura é um paradigma de convivência que deve ser ganho no terreno do amoroso, do produtivo e do político, arrebatando, palmo a palmo, territórios em que dominam há séculos os valores da vindicta, a submissão e a conquista (RESTREPO, 2000, p. 13).

Não é uma questão específica a um determinado gênero, mas da luta de inversão de uma lógica incrustada numa couraça naturalizada por toda ordem de violência, que traz em si o desejo de subjugar o outro e detê-lo, como presa e posse. Aí se inscreve a disciplina.

2. Tem hora que eu sou quando... Existenciamos a cidade, as crianças e os animais

A disciplina *A cidade, as crianças e os animais* foi proposta no final do ano letivo de 2013, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, modalidade mestrado acadêmico, na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Concretamente surgiu de um desdobramento de uma investigação[4] feita em parceria com a Prof.ª Drª Marita Martins Redin, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a partir de documentos e pesquisas produzidas por estudantes de Pedagogia das duas universidades sobre imersões na cidade. Na UNISINOS foram coletados dados no período entre 2006 e 2010, numa atividade acadêmica intitulada *Ambientes de aprendizagem*, enquanto na FURG os registros decorreram principalmente do projeto *A qualidade do tempo-espaço das crianças riograndinas*, desenvolvido durante o ano de 2012, na disciplina *Metodologia de Ensino de Ciências Sociais*.

Nossas análises se debruçaram mais especificamente sobre a relação das crianças com a cidade e selecionamos uma mostra, organizada por idade, sexo e cidade. Chamou-nos a atenção a incidência dos animais presentes nas respostas a pelo menos uma das quatro

[4] *A cidade, as crianças e os animais:* geografias enunciadas por olhares infantis (2013).

indagações apresentados às crianças de vinte e uma localidades[5], do entorno de São Leopoldo, sede da UNISINOS.

O que é uma cidade? O que mais gosta na cidade? O que menos gosta na cidade? O que você acha que precisa ter na cidade para ser feliz?

Selecionamos uma mostra dos quatro aos doze anos, correspondente a duzentos e sessenta crianças. As respostas cheias de vivacidade, espontaneidade e poesia, encheram-nos de um sentimento de responsabilidade e impregnaram-nos um pouco do "quando infante", proposição de Manoel de Barros, ao assumir suas três infâncias para existenciar(se) com/no mundo. Admitimos como nossas algumas dessas percepções.

Encontramos como respostas infantis que expressam a cidade:

> Tem um monte de casas, cachorrinho, ruas (Gabriela, 5 anos, Portão).
>
> Minha cidade é o Brasil. Não sei dizer o que é, mas é legal e divertido. Tem árvores, casas, passarinhos, carros (Mariana, 8 anos, Campo Bom).
>
> Cidade é um monte de pessoas, de carros, de natureza. Tem flores, tem poluição dos peixes, tem sol... (Maísa, 9 anos, São Leopoldo).
>
> Uma cidade é o lugar onde vivemos e convivemos com diversas pessoas e que encontramos beleza como um belo parque ou um zoológico e encontramos feiúra como a poluição de um rio ou uma rua (Bárbara Cristina, 10 anos, Canoas).
>
> Onde as pessoas moram, tem abelhas, borboletas, árvores, bichos e pessoas. Tem também sinaleiras, posto de saúde, tem esquinas e hospitais (Raphaela, 11 anos, Canoas).

E sobre o que mais gostam na cidade:

> Na cidade do meu pai, gosto porque tem a Belinha (vaca) porque nasceu filhote dela e da Vida (cadela). Na cidade da minha mãe gosto da Redenção que é muito legal porque pode brincar e ir na natação (Nathália, 5 anos, Porto Alegre: mãe; Viamão: pai).
>
> A escola, os animais que nem o cachorro que vem comer aqui em casa. Do céu e das nuvens. Gosto dessas coisas porque é legal, assim. A gente também aprende com os animais, tem uns que são espertos daí a gente aprende. Gosto da escola porque aprendo, gosto de estudar assim, mais a matemática (Dérick, 8 anos, São Leopoldo).

[5] Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia do Sul, Gravataí, Canoas, Viamão, Alvorada, Campo Bom, Carlos Barbosa, Nova Petrópolis, Tupandi, Dois Irmãos, Igrejinha, São Pedro da Serra, Gramado, Canela, Ivoti, Santa Maria do Herval e Portão.

> A minha casa, a casa dos meus amigos e a escola. Porque na minha casa tem a minha cadela, porque na casa dos meus amigos a gente brinca bastante e na escola porque tem meus amigos e a gente estuda (João, 9 anos, Gravataí).

E sobre o que menos gostam:

> Não gosto da outra rua que fica a casa da minha avó que eu tenho que ficar quando a minha mãe vai no médico, porque tem que passar pelo rio que tem tubarão, peixes (Maysa Yasmin, 5 anos, São Leopoldo).
>
> Não gosto quando tem acidentes, quando machucam os animais, quando vejo pessoas morando na rua (Natália, 7 anos, São Leopoldo).
>
> De ver lixo espalhado na rua. Ver os animais doentes, cheios de pulga que as pessoas não cuidam. Cheio de lixo espalhado na rua como é que a gente vai caminhar? Não gosto de árvores serem cortadas, porque a natureza ajuda o vento a tirar a sujeira do ar que a gente respira. Mas, às vezes, tem que cortar as árvores para fazer papel. Não gosto quando as pessoas brigam. Por que ter violência? Se pega machuca outra pessoa, depois ela vem e ficam desentendidos e não tem amigo (Dérick, 8 anos, São Leopoldo).
>
> O bar do Beto, bar da esquina da escola e a casa do meu Júlio porque tem muitos passarinhos presos (Alice, 10 anos, Gravataí).

E, ainda, sobre o que desejam para tornar a cidade melhor/mais feliz:

> Gostaria que os rios fossem limpos e o arroio Gauchinho também para que tivesse peixe (Talita, 4 anos, São Leopoldo).
>
> Tinha que ter um monte de bicho. Minha vó mora em Porto Alegre e lá não tem bicho. Na Brás tem eu brinco e dou ração (cachorro). É bom, se vem bandido pra morder e salvar a gente (Eduarda Larissa, 5 anos, Portão).
>
> Que tivesse uns burrinhos que eu acho legal, só tem cavalos. E que tivesse palhaços (Fábio, 6 anos, São Leopoldo).
>
> Queria que tivesse um anjo azul, árvores cheias de maçãs e um zoológico (Adriano José, 7 anos, Tupandi).
>
> Eu queria que tivéssemos uma pista de skate para mim andar. Queria que as pessoas parassem de brigar, parassem de fazer violência. Queria que tivesse bastante animais (Dérick, 8 anos, São Leopoldo).
>
> Eu queria que tivesse um parque de diversões, um parque aquático, um zoológico, menos poluição e que as pessoas se amassem mais (Liane Maria, 12 anos, Tupandi).

As percepções infantis sobre o espaço da cidade nos alertam e sugerem a necessidade de ações urgentes na educação de modo que, logo ali, as crianças não sejam capturadas na armadilha do cientificismo concretizado em classificações biológicas, naturalizações de violências contra os animais e nas (falsas) proposições que os hierarquizam segundo os interesses da nossa espécie ou dos princípios mercadológicos e produtivistas.

Colocar os animais no centro de debates ético-existenciais desdobra repensar a maneira como a escola e também nós nas salas de aula universitárias, temos focado o assunto. Restrepo critica a forma como a escola educa as crianças no campo da ternura e da afetividade. Para ele "as salas de aula, tão propícias à formulação de uma verdade abstrata e metafísica, não parecem sê-lo ao tema da ternura. Há vários séculos a ternura e a afetividade foram desterradas do palácio do conhecimento" (2000, p. 21). A ideia de uma ciência neutra, desprovida de emoções e absolutamente antropocêntrica tem atravessado a sociedade e gerado uma espécie de anestesia em relação à maneira como outras formas de vida são percebidas. O utilitarismo está na base da violência e da exploração dos animais.

Acostumamos a secar folhas em prensas, matar e espetar insetos, empalhar animais, exibir (ou tolerar) cabeças de caças como troféus... (Nem sabemos se vale citar o extremo da barbárie humana que assassinou Cecil, símbolo do Zimbábue...) É uma forma de conhecer pela imobilização e/ou eliminação do outro e isso é levado também para a vida social. "A frieza do discurso científico não é outra coisa que uma expressão das lógicas de guerra que se inseriram na produção do conhecimento, sem que possamos converter esta deformação histórica em único parâmetro de validez" (RESTREPO, 2000, p. 28).

Entretanto, como continuar a defender tais posições ou, por outra, a prorrogar tal modelo de educação, em um contexto de graves crises paradigmáticas, que coloca inclusive a vida de grandes contingentes humanos em xeque? Como virar às costas para animais humanos cujas vidas são arriscadas diariamente pela mera sobrevivência? Perguntas como essas abundam na contemporaneidade e deixam ver a ponta do *iceberg* do analfabetismo emocional e afetivo (RESTREPO, 2000) que tem nos forjado. Nus, estamos nus... Cobertos de ignorância e dor! Das muitas respostas que elaboramos quase nenhuma serve mais. Deixamos que quinquilharias e espelhinhos adentrassem intimamente nossa morada e, quase (?), desistimos de nós, seja lá quem formos. Insistimos, porém, em fazer de nossas práxis diárias um terreno de novas possibilidades, de discussões e uma utopia concretizável.... Queremos caminhar. Desejamos um mundo sem crianças massacradas por guerras étnicas,

econômicas e religiosas e cidades mais acolhedoras para todos. De preferência sem cinquenta e três bilhões de animais mortos pela indústria ou torturados em laboratórios ou, ainda, assassinados enquanto são chicoteados por seus "donos". Sabemos que grandes mudanças não são realizadas por uma única pessoa, como um fato isolado. É necessário preparar o terreno e tensionar o debate, no "miúdo das relações" (CERTEAU, 1998), como no microuniverso das salas de aula, seja da escola ou da universidade.

Cresce em boa parte do mundo movimentos, como o vegano, totalmente embasado noutro modelo comportamental e vivencial. Nesta perspectiva considerar o bem-estar animal hoje, levará à abolição da exploração animal. "Não podemos justificar esta matança baseados na ideia de que ela é natural porque os humanos comem animais há milênios. O fato de estarmos fazendo uma coisa há muito tempo não quer dizer que essa coisa seja moralmente boa" (ABOLITIONIST APPROACH, 2015, n.p.).

Os números aterradores sobre a morte de animais no planeta, a maioria morta para a produção de comida – cinquenta e três bilhões por ano (sem contar peixes e outros animais marinhos), segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (idem, 2015) nos assustam e desafiam a novos comportamentos e refazeres econômicos, políticos, sociais e culturais.

Como sulistas criadas em região de criação de gado para abate, trata-se de um exercício de entortar a mente, reposicionar o coração, ressignificar maneiras de relacionar-se socialmente, inclusive. É isso que as crianças tratam de procurar ensinar pelo que vimos nos depoimentos sintetizados anteriormente. Este menino, por exemplo, questionado sobre o que precisa ter na cidade para que seja mais feliz respondeu: "Um monte de pessoas que gostassem das coisas bonitas" (Alex, 6 anos, Novo Hamburgo). Nas paisagens da cidade animais, pessoas, vegetais e outras formas de vida não surgem hierarquizadas. As crianças percebem também a face mercantilizante da cidade e sugerem um espaço para todos, inclusive os animais não humanos. Negam-se a aceitar maus-tratos, abandonos, irresponsabilidades e violências! Beleza e feiura aparecem lado a lado na relação entre pessoas e animais na cidade apreendida pelas crianças (CHAIGAR & REDIN, 2013).

As percepções nos encantaram e indicaram a possibilidade de aprendizagens com suas poéticas infantis e embasadas em paradigmas emergentes. Nessa direção temos procurado mobilizar nos cursos de graduação que licenciandos se atentem para o que as infâncias estão a – tentar – nos dizer e compreendam que as crianças são protagonistas do

espaço presente e não de – quem sabe? – Um devir futuro. Ao mesmo tempo estimulamos que esses jovens discentes produzam conhecimento sobre o tema, ainda que levando em conta o nível de formação em que se encontram, sua experiência de vida e o escopo teórico sobre o tema ainda em construção. A licenciatura, portanto, constitui-se em lócus de produção de conhecimento que está a influenciar, inclusive, na pós-graduação em nossa universidade. Essa produção tem-nos servido como fonte para reflexões e teorizações e gerado movimentos nascidos da empiria, como a criação da disciplina *A cidade, as crianças e os animais*, no mestrado em educação da FURG.

3. Tem hora que eu sou quando.... Construímos as memórias do agora

Entendemos, apesar de nossas produções ainda embrionárias, que versa de um tema emergente, mas ainda com escassa produção no que tange a sua relação com a educação, sobretudo a formal. Como se trata de uma disciplina experimental, tanto o referencial teórico quanto a metodologia estão em construção, mas intencionalmente ancorada em obras de escritores que percorrem (também) o universo animal como Ítalo Calvino, Ferreira Gullar, Juan Ramon Jimenez, Manoel de Barros, Virgínia Wolf, Willian Burroughs, entre outros. Tomamos como base os discentes, suas experiências e inserções nos movimentos sociais, na escola, na vida cotidiana. Inspiramo-nos claramente na aptidão de subversão do sujeito "ordinário" (CERTEAU, 1998), em suas ilimitadas capacidades de (sobre)viver a ordens *pasteurizadas* e, apenas na aparência, incapazes de serem transgredidas.

Duran (2007), tendo igualmente como referência o historiador Michel de Certeau, pondera sobre maneiras de subverter as classificações restritivas:

> Na perspectiva da racionalidade técnica, o melhor modo possível de se organizar pessoas e coisas é atribuir-lhes um lugar, um papel e produtos a consumir. Certeau, ao contrário, nos mostra que "o homem ordinário" inventa o cotidiano com mil maneiras de "caça não autorizada", escapando silenciosamente a essa conformação (DURAN, 2007, p. 119).

Também desejamos reagir a esse enquadramento. Entendemos que podemos pensar e agir na direção de outros jeitos de inventar a vida e vivê-la, subterraneamente, se necessário for. Para tal, na disciplina, temos como objetivos principais: Oportunizar estudos e aprendizagens a partir de abordagens menos utilitaristas sobre a vida e espécies não

humanas; investigar no espaço local a relação entre cidade, crianças e animais; produzir material teórico e didático. Na edição atual, a disciplina pretende uma ação mais proativa, com intervenções mais objetivas nos espaços-tempos dos sujeitos que a produzem, ao longo do segundo semestre de 2015.

A disciplina em sua primeira edição, em 2014, foi editada sob a forma de Tópico Especial e desenvolvida através de encontros quinzenais ao longo de todo o ano. A princípio ocorreria apenas no primeiro semestre com carga horária de trinta horas, porém ao chegarmos ao final do período percebemos que a 'ementa' era muito maior do que o tempo que lhe fora destinado e, a pedido dos estudantes, propusemos e obtivemos aceite do Conselho do Curso passando para quarenta e cinco horas, no decorrer desse ano.

Optamos por um trabalho dialógico em que interesses e ações particulares intercambiassem com as coletivas. Elegemos uma leitura comum a partir da obra "O direito à ternura", de Luiz Carlos Restrepo, mas cada discente também optou por leituras particulares e a organização de trabalhos voltados para seus interesses específicos. A disciplina contou com a participação de colegas em sua organização vindos de diferentes áreas, como da infância, da filosofia, da arte e da sociologia. Aos poucos reunimos um referencial fartamente irrigado pela literatura e pelo cinema. Assistimos e debatemos filmes, documentários, curtas-metragens e peças publicitárias, além de lermos romances, cartas, crônicas e contos envolvendo os temas da disciplina.

Entre as causas estudadas destacaram-se o veganismo, os animais domésticos, os animais na literatura e a relação entre crianças e os animais nativos do TAIM[6]. Este é o primeiro trabalho de mestrado derivado da disciplina, e se encontra em fase de construção do relatório de pesquisa. Um segundo trabalho sobre a relação dos cegos e a/da cidade, encontra-se na etapa da construção do projeto de qualificação. Como peças de um quebra-cabeça, sem a menor intenção de completar-se, pouco a pouco, *A cidade, as crianças e os animais* ganha forma, matizes, conteúdos conforme as pessoas que brincam...

Consideramos nesta segunda oferta da disciplina uma qualificada demanda que se explicita menos pela quantidade e mais pela presença de sujeitos que estão na vanguarda de movimentos sociais em favor dos direitos dos animais (humanos e não humanos), sobretudo

[6] Estação Ecológica do TAIM, localizada entre os municípios do Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar, ao sul do Rio Grande do Sul.

ligados à educação especial, aos anos iniciais e à educação não formal, como ONGs e iniciativas particulares – os sujeitos "praticantes" (CERTEAU, 1998) da cidade.

Obtivemos, em síntese, ao longo desses dois primeiros anos de oferta da disciplina, aumento da sua carga horária e da sua demanda, dois projetos de pesquisa (um em fase de qualificação e outro com o relatório em construção), 15 matriculados, aproximações de ONGs e de escolas da cidade do Rio Grande, RS, além de parcerias com colegas professores da FURG e de outras universidades da região.

Ao revolvermos em nossas memórias o *quando* atribuidor de sentidos, para além daqueles ditados pelo tempo linear (e insosso), e ao tentar enunciar a disciplina *A cidade, as crianças e os animais*, voltamos, novamente, para a gramática de Manoel, para colocar uma pausa – preferimos ao ponto – nesta reflexão: "Nesse tempo a gente era quando crianças. Quem é quando criança a natureza nos mistura com as suas árvores, com as suas águas, com o olho azul do céu" (BARROS, 2008, p. 113).

Referências

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**: As infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2008.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. (v. 2, Morar, cozinhar).

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHAIGAR, Vânia Alves Martins; REDIN, Marita Martins. A cidade, as crianças e os animais: geografias enunciadas por olhares infantis. **XII Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia** - ENPEG. João Pessoa, 2013. (E-Book).

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Direitos Animais: A abordagem abolicionista. Disponível em: <http://www.abolitionistapproach.com/>. Acesso: 06/9/2015.

DUARTE JR., João-Francisco. **Fundamentos estéticos da educação**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

GALEANO, Eduardo. **Bocas do Tempo**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SARAMAGO, José. Reparar outra vez. **Outros Cadernos de Saramago**. Disponível em: <http://caderno.josesaramago.org/30069.html>. Acesso: julho de 2015.

GT 04 - DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenadores:

Prof.ª Dr.ª Aline Trigueiro (UFES)

Prof.ª Dr.ª Winifred Knox (UFRN)

Debatedores:

Prof.ª Ms. Flavia Amboss (UFES)

Prof.ª Dr.ª Raquel Oliveira (UFES)

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA VIA EXPRESSA SOBRE A COMUNIDADE VINHAIS VELHO[1]

Aerica Souza Malheiros
Graduanda do Curso de Ciências Sociais na UEMA e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA.

Resumo: A seguinte pesquisa tem o intuito, a partir da observação dos sujeitos em disputas pela apropriação e uso da cidade de São Luís, de refletir sobre a problemática existente na Comunidade Vinhais Velha com a implantação da via-expressa, a saber, conflitos ambientais e socioespaciais. Tais conflitos se deram devido ao planejamento de vias que caracterizam novas formas de estruturas no espaço e que intensificaram desordens em áreas valorizadas. A pesquisa delineia entendimentos diversos acerca do direito à cidade, do direito de morar e do direito ao meio ambiente, expressando situações de conflito socioambiental. Com isso, propõe identificar os transtornos causados pelo planejamento urbano e estratégias utilizadas pela comunidade para o enfrentamento das mudanças que ocorreram após a construção da via expressa. Dessa forma, compreende uma metodologia específica para reflexão da pesquisa, levantamento e coleta de dados referentes à localidade observada. Além disso, aborda a mobilização da comunidade nos relatos dos impactos e exprime o contexto de vulnerabilidade social, na qual ela se insere, no espaço urbano.

Palavras-chave: conflitos socioespaciais; cidade; meio ambiente.

Abstract: The following research aims to observe subjects in disputes over ownership and use of the city of St. Louis, thus reflecting the observation in the issue of Old Vinhais Community with the implementation of the road-expressed, environmental conflicts and socio-spatial due to the process of planning that characterized new forms of structures in space, intensifying disorders in valuable areas. The research outlines different understandings about the right to the city, the right to live and the right to the environment, expressing situations of environmental conflict. Thus, the research proposes to identify the disorders caused due to urban planning and strategies used by the community to face the changes that occurred after the construction of the expressway. Thus comprises a specific methodology to reflect the research, survey and data collection related to the locality observed. Including community mobilization in the reports of impacts and vulnerability expresses the social context in which it is inserted in the urban space.

Keywords: socio-spatial conflicts; city; environment.

Introdução

O trabalho tem como objetivo visualizar a configuração de planejamentos urbanos na cidade de São Luís. Dessa forma, os objetivos específicos são verificar o planejamento da Via Expressa e os seus impactos sobre uma região que guarda consigo aspectos tradicionais. E, por meio disso, problematiza os impactos, decorrentes da Via, causados na "Comunidade Vinhais Velho".

[1] Trabalho orientado pela Profª Drª Rosirene Martins Lima, por meio de bolsa de iniciação científica da Universidade Estadual do Maranhão.

A Comunidade Vinhais Velho é atualmente considerada como o bairro esquecido pela cidade de São Luís. Assim o local é expresso pelos moradores e pelas pessoas que acompanharam o transtorno da implantação da Via Expressa.

A cidade é um círculo entre mediação e comportamentos críticos de grupos que estruturam o espaço. Grupos dominantes concentram a autoridade em outros grupos individuais que moldam a estrutura. Segundo Lefebvre, a cidade se divide em grupos que estruturam a urbanização, entre ordem distante, sendo as grandes instituições, e ordem próxima, presente nas relações sociais que se reestruturam a partir de planejamentos urbanos favorecendo os grupos dominantes (LEFEBVRE, 1991).

Em se tratando do planejamento governamental, a antiga administração do governo estadual projetou o desenvolvimento de um plano de trabalho, com ênfase em melhorias para as vias urbanas da região metropolitana de São Luís. Porém não considerou uma comunidade, de aproximadamente 400 anos, que atualmente sofre com os impactos que a implantação da Via expressa gerou na apropriação da região.

O crescimento da cidade de São Luís alimenta novos setores e a necessidade de urbanização. De certa forma, analisar o conflito socioambiental nas cidades reproduz na observação uma nova forma de viver além do ambiente urbano, que respectivamente constrói uma rivalidade entre agentes e serviços. Na medida em que a cidade cresce e se expande, a valorização e apropriação do espaço urbano demarcam medidas que restringem o espaço e excluem pessoas de classes inferiores, levando-as a residir em dados locais em prol da urbanização dos centros e da lógica da produção (LIMA, 2008).

Esta pesquisa teve o intuito de identificar as medidas e procedimentos da urbanização planejada pelo governo do Estado do Maranhão. Como ponto de partida, analisou-se a situação dos residentes da comunidade Vinhais Velho, identificando os impactos deixados pela Via Expressa na comunidade e os conflitos gerados por ela entre agentes e moradores a respeito da questão urbana.

Considerando as diferentes formas como a sociedade se reproduz no espaço, o objetivo desta pesquisa foi visualizar os conflitos socioespaciais existentes na comunidade observada, e de certa forma identificar os pontos estratégicos desempenhados pela comunidade. A partir do exposto foi possível relatar sobre os dados observados na comunidade e refletir empiricamente a respeito da situação socioespacial.

1. Notas sobre a história da comunidade Vinhais Velho

A "comunidade Vinhais velho" abrange um título histórico de região indígena e dominação europeia. E, de certa forma, deveria ser garantido a ela o direito à memória de viés histórico com repercussão nos primeiros momentos da ilha de São Luís, valorizando-a entre todos os moradores do estado, não somente os da comunidade.

A dominação europeia sobre o estado do Maranhão coincidiu com a expansão marítima, no processo de expansão do capitalismo comercial na Idade Moderna, estabelecendo uma competição na Europa para alcançar regiões com riquezas naturais acumuladas. A respeito do primeiro alcance europeu na região do Maranhão há uma discussão duvidosa entre os espanhóis, portugueses, franceses, holandeses e noruegueses. Assim sendo, por se tratar de uma região de valorização pela aproximação geográfica da costa africana e os portos europeus (BOTELHO, 2008).

A Aldeia de Eussauap, respectivo nome da Comunidade Vinhais Velho, no período indígena estruturou a primeira missa e capela, como forma dos franceses dominarem os residentes por meio da religião. Inicialmente a região era habitada por grupos indígenas, que formaram a aldeia conhecida como Uçaguaba. Os franceses visitaram a região em busca da identificação do espaço por Daniel De La Touche, e a partir do momento que estabelecem vínculos, passaram a explorar as riquezas naturais da região.

Para os exploradores, a ilha era denominada como "MiganVille", em referência ao David Migan. Entretanto, a aldeia constitui vários nomes e denominações. O nome Vila Vinhais advém dos portugueses com o objetivo de homenagear "os vinhedos", um aspecto de sua terra natal. Em cada momento histórico da região pode-se identificar um tipo de dominação diferenciado, por isso passou por várias mudanças de nomes e consequentemente de explorações e identidades. Assim, o grupo dominante do momento denominava a região a seu modo, no intuito de caracterizar a dominação (MATOS, 2014).

> Vinhais Velho, por exemplo, sofreu sete alterações toponímicas desde que foi criada (Aldeia de Eussauap > Vila Uçaguaba > Aldeia da Doutrina > Aldeia de São João dos Poções > Vila dos Vinhais > Freguesia do Vinhais > Freguesia de São João Batista dos Vinhais > Vinhais Velho), mas mesmo que cada denominação tivesse uma motivação específica, o elemento que permaneceu até a atualidade não resgata a Aldeia de Eussauap ou os índios que foram aculturados, mas o povo que os dominou, os lusitanos, daí a permanência do topônimo Vinhais, que homenageia uma região dos vinhedos de Portugal (MATOS, 2014, p. 53).

Com a constituição da França Equinocial da colonização, criam necessidades para a exploração das riquezas nativas do local. A partir desse vínculo, a Rainha Regente demonstrou o interesse de implantar a fé católica na região. Por meio da presença dos missionários capuchinhos na região de Uçaguaba, é rezada a primeira missa no dia 20 de outubro de 1612. Nesse dia é comemorada pelos moradores a fundação de "Vila Vinhais Velho" e dos bairros que constituem historicamente a comunidade.

Segundo estudos realizados na região, com na construção da Via Expressa foram encontrados vestígios dos primeiros povos a habitar aquele espaço, ou seja, objetos encontrados em escavações. Pode-se ainda realizar pesquisas arqueológicas e desempenho através do instituto do patrimônio histórico e despertou interesse de pesquisadores com olhares na antropologia, arqueologia e história, tudo isso permitiu revelar os interesses e as formas de viver dos habitantes da comunidade.

Através da observação dos resultados da escavação arqueológica e dos objetos encontrados pertencentes aos primeiros povoados, ficaram comprovados os indícios da existência de pessoas no local em estudo desde o período pré-histórico. Foram identificados Povos Sambaquieiros, Agricultores e Tupinambás na região. Cerca de 2.600 grupos formavam a região. Neste contexto, é possível afirmar que com a projeção da Via Expressa, acidentalmente foram encontrados resquícios das primeiras comunidades que habitavam a região de São Luís.

Figura 1 - Exposição Vinhais Velho: arqueologia, história e memória



Foto: Aerica Souza Malheiros.

Por meio do encontro do viés histórico inerente à comunidade, pensou-se em abrir ao público a possibilidade de ver as relíquias encontradas nas escavações, assim como os registros

realizados em torno delas numa exposição. Como local estratégico, escolheu-se um espaço ao lado da igreja, ponto de entrada da comunidade. A exposição arqueológica da comunidade Vinhais velha é denominada "Vinhais Velho: arqueologia, história e memória". O projeto tem o apoio do governo estadual do Maranhão, com a governadora Roseana Sarney, em parceria com a secretaria de Estado de Infraestrutura, no período de dezembro de 2014. O "Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho" demostra como o fator político está inserido como ato de poder institucional na região, com a capacidade de ganhar prestígio ao realizar tais trabalhos arqueológicos, no entanto falha no que tange aos impactos gerados pelo mal planejamento da obra de expansão.

A partir da análise bibliográfica e da observação em campo, verificou-se na Igreja São João Batista a identidade despertada por ela, no que tange à memória histórica da cidade de São Luís, enquanto uma ilha que por muito tempo foi explorada e é referência de uma linha histórica em toda a região do Maranhão. Segundo os moradores, atualmente a administração da igreja é responsabilidade deles próprios. Como ato de resistência e identidade familiarizada se autodenominam "filhos do vinhais velho". Vale salientar que a região carrega consigo amigos como o padre Jadson Borba, que há dois anos está presente como administrador da igreja e é um grande amigo da comunidade.

Figura 2 - Igreja São João Batista



Foto: Aerica Souza Malheiros

O valor simbólico que a igreja, o porto e o cemitério reflete na memória dos "filhos do vinhais velho" não tem preço ou valor calculável. A população residente tem uma construção histórica e social na região, com ênfase em suas relações sociais, em caráter de

seus laços familiares, onde pessoas do mesmo vínculo familiar fazem questão de morar no mesmo local. Lá a separação é vista como uma desapropriação da memória construída ao longo de anos e que se perde, acima de tudo, em favor do progresso.

Por meio de entrevista concedida a um jornal pequeno, no período do planejamento da Via Expressa na Comunidade Vinhais Velho, o secretário de infraestrutura do governo estado do Maranhão, o senhor Max Barros, identificou a problemática da estrutura do projeto em questão. Em resposta, o secretário admitiu a necessidade da retirada de oito casas para a construção da estrutura da Via Expressa, em contrapondo apontou os benefícios urbanos, como ligar a região metropolitana de São Luís, retirando os engarrafamentos de outras avenidas como a Jerônimo de Albuquerque, a qual interliga os bairros ao centro da cidade. Finalizou a entrevista ressaltando os 400 anos da cidade de São Luís, e a necessidade do projeto como um presente aos seus residentes.

A implantação da Via Expressa conduz implicações na comunidade, dessa forma assemelha-se com a exploração dos colonizadores da comunidade Vinhais Velho, região que sofreu e sofre impactos. Depois da implantação da Via o bairro foi cortado no meio e os moradores mudaram a rotina, devido ao fluxo intenso de carros e também da falta de segurança.

Segundo um morador local, Seu Raimundo, que mora a 37 anos na comunidade, o fluxo de carros na região é intenso, deixando a mercê do trânsito as crianças que saem da escola Dr. Oliveira Roma, situada próximo ao seu comércio – o "Coisa nossa". Relatou que depois da Via Expressa, uma criança sofreu um acidente. No local não foi encontrado nenhum mecanismo estratégico ou semáforo para indicar aos motoristas a necessidade de diminuir a velocidade.

Segundo os moradores a área verde da região estava sendo retirada, sem nenhuma licença ambiental. O local também era utilizado pelos moradores para plantações, pois alguns viviam da pesca e da roça. Como uma das moradoras mais antigas, Dona Mercedes, contou: "aqui já foi bom de morar". Segundo ela devido às mudanças no local, as pessoas não tinham condições de viver da forma como viviam antes, somente da pesca e da roça. Além disso, atualmente, a aproximação de invasões como a kubanacan aumenta a violência na região.

A retirada dos moradores de seus locais de origem gera neles receios e insatisfações, sobretudo porque são remanescentes os primeiros moradores e descentes indígenas. Seu Talma, o dono de um bar, relatou que 18 casas foram retiradas, inclusive a de seus familiares. A insatisfação pela expropriação de um espaço, que antes era habitado por indivíduos e memórias, gera a perda da valorização em meio ao progresso.

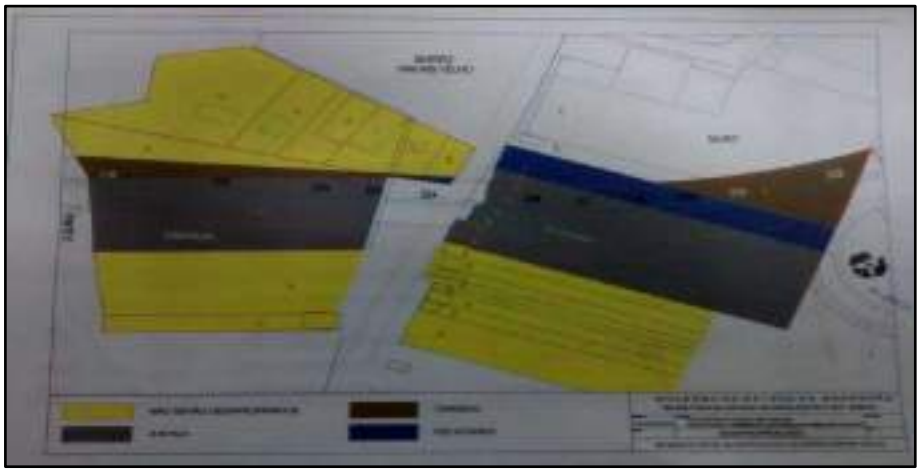
A manifestação e insatisfação dos moradores, incialmente com o planejamento da construção da Via Expressa, foram também motivadas pela indenização de baixo custo. Segundo o blog "Tribunal Popular do Judiciário", os moradores recorreram à justiça devido aos valores oferecidos para indenização do governo estadual que estavam entre R$ 25 mil a R$ 35 mil em média. Alguns moradores afirmam que ocorreu uma mudança de valores. Os retirados, atualmente, moram em outros bairros próximos, porém alguns recorreram às ocupações próximas.

Figura 3 - Observação da Via Expressa



Foto: Aerica Souza Malheiros.

Figura 4 - Projeto da implantação da Via Expressa



Fonte: Pesquisadora Danielle Nogueira.

Por meio da visualização do projeto em questão, a "Secretária de Estado de Infraestrutura do Maranhão" (SINFRAN) concedeu uma entrevista e relatou os fatos e seus respectivos impactos. Segundo o planejamento governamental, como pode ser observado na figura 4 acima, tinha como perspectiva a demarcação do território e o mapeamento dos moradores afetados. Já na figura 3 pode-se observar a demarcação da via. A indenização dos moradores mobilizou a região durante certo período, impedindo a construção da via. Todos os residentes retirados foram reavaliados a partir da valorização da residência. Por meio de normas éticas não foi informado o valor estimado em cada casa. Eles estão compondo um quadro histórico do local.

2. Mudanças nas relações sociais da comunidade Vinhais Velho

A modificação do espaço caracteriza o lugar e sua linha histórica, ou seja, novas estruturas são atribuídas ao conceito de lugar e desse modo o espaço se redefine. Segundo Santos, é possível identificar o lugar por meio da estrutura de técnicas que interagem e o moldam. Assim, a subjetividade que abrange o espaço dá ênfase ao fenômeno histórico, considerando a origem do lugar.

> A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenómeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto a escala do mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares (SANTOS, 2006, p. 35).

O espaço sempre modifica de acordo com a necessidade humana, modificam a natureza e reproduzem espaços que dialogam com a urbanização. O homem intensifica técnicas que reproduzem a materialidade artificial. Com o avanço do sistema capitalista, o ser humano, enquanto ser social em interação com suas relações de produção, esteve apto a distribuir o espaço, por meio de técnicas que levam em consideração cada aspecto da sociedade, técnicas agrícolas, industriais, comerciais que são de certa forma administradas por grupos dominantes.

No caso da Comunidade Vinhais Velho, há uma análise que específica os aspectos centrais da região, dessa forma caracterizam um planejamento como a Via Expressa, que segundo autoridades públicas atuaria como fator urbano importante para o desenvolvimento

na cidade de São Luís, ou seja, de acordo com a justificativa das autoridades, seria um plano urbano benéfico a todos os Ludovicenses.

Na medida em que gradativamente os centros crescem, se expandem, a urbanização consequentemente vai se enquadrando nas cidades como técnicas, em resposta às crises espaciais, e concentra a fundação de novos aspectos que especificam a ordenação espacial na problemática urbana. A necessidade do urbanismo estabelece planejamento em favor de uma nova realidade que surge e acarreta mudanças que estão enraizadas na espera econômica da cidade (LEFEBVRE, 2001).

Essa nova realidade urbana modifica o espaço e seus fatores históricos, reconstrói a identidade dos indivíduos que estão inseridos nesse espaço, demarcando o território. As transformações da cidade realizam a modificação nas relações sociais, conduzindo a novos ordenamentos, através de outra construção histórica. A sociedade condiciona novos aspectos que delimitam técnicas na apropriação do espaço, consequentemente conflitos socioespaciais e socioambientais na reprodução desses aspectos.

> A cidade é a obra a ser associada mais com a obra de arte do que o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é uma obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra de condições históricas. As condições que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

A cidade configura a produção material, dessa forma nela situam ordens que configuram as características da sociabilidade no espaço, quesito de grandes planejamentos efetuados por instituições com relação aos grupos que lideram as relações individuais. Essas mesmas instituições, modificam o espaço reproduzindo as relações de produção, dessa forma a cidade é intensamente condicionada a novas mediações.

A configuração do planejamento urbano na comunidade vinhais velho tem como ênfase inserir novos fluxos, no intuito de intensificar a expansão urbana e esse aspecto modifica espaço geográfico. A partir da configuração do eixo da Via Expressa são reproduzidos conflitos espaciais por meio da sustentação do modelo urbano. Nesse sentido, o poder público ausenta a análise da produção da cidade como lugar.

O processo de metropolização como viés de planejamento urbano se intensifica no âmbito da expansão econômica e apropria espaços. A partir desse ponto de vista, a reprodução

de um modelo urbano insuficiente, impõe políticas administrativas ao setor urbano, esse processo fragmenta o espaço e gera conflitos na reprodução desses modelos (LIMA, 2008).

A reprodução da mancha urbana na cidade estabelece o pensamento subjetivo particular dos residentes quanto ao conceito de lugar associado ao pertencimento e quanto ao processo intenso de vias urbanas, em um pequeno local que até então antes visualizava experiências divergentes. Atualmente, os moradores vivenciam conflitos decorrentes da metropolização e decorrentes da perspectiva do desenvolvimento da sociedade. A apropriação do espaço redireciona novos processos espaciais que demarcam territórios e configuram aspectos de desenvolvimento urbano.

Figura 5 - Configuração de novos empreendimentos



Foto: Aerica Souza Malheiros.

Na comunidade Vinhais Velho, a partir da observação em campo, foram analisadas mudanças sofridas pela rotina dos moradores, a partir da configuração da Via Expressa. A demarcação do espaço redireciona dimensões e dinâmicas urbanas configurando a apropriação do setor privado como shoppings, condomínios empresariais e empreendimentos imobiliários. Por meio dessa transformação espacial, novas relações produtivas se apresentam na concepção econômica.

O espaço é entendido como construção social, por meio da concentração de todas as dimensões que administram o espaço social. A abordagem da produção social, segundo Gottdiener, compreende observar os intensos problemas de natureza espacial unificando campos de análise do urbano, para compreender as diferentes produções no meio ambiente, tornando um pensamento social objetivo. Dessa forma, essa nova abordagem produz ênfase nas novas relações socioespaciais que transformam categorias da vida da comunidade (GOTTDIENER, 1997).

A produção do espaço intensifica formas de estrutura na vida da comunidade, modifica e fragmenta as diferentes formas de relações sociais. Por meio disso gera conflitos sociais específicos que transformam o espaço e reconstroem as atividades referentes ao sistema social e ao plano urbano, por meio da dominação metropolitana em expansão.

O conhecimento da produção social do espaço urbano na sociedade moderna fragmenta conceitos em decorrência do aumento gradativo das produções econômicas e a consequente modificação do espaço. As diferentes abordagens teóricas constroem pensamentos que investigam e analisam os conflitos sociais aplicando no espaço as devidas críticas à ineficiência de planejamentos urbanos.

Conclusão

O presente trabalho analisou os impactos que a Via Expressa ocasionou na Comunidade Vinhais Velho e como os moradores e pessoas próximas se mobilizaram contra a implantação da Via, dessa forma, possibilitou a análise de organizações contra o planejamento, estando em luta pela identidade do espaço, enquanto sociedade. Estes outros meios, foram fontes de pesquisa os blogs e sites de indivíduos que observam a reprodução dos conflitos e denunciam a conduta do poder público na região, pois segundo suas afirmações deve-se garantir o devido respeito à localidade que concentra na região metropolitana de São Luís um forte viés histórico.

Dessa forma foi necessário considerar outros pontos de vista para o devido diálogo em diferentes abordagens. O planejamento urbano, enquanto projeto que aborda melhorias ao espaço urbano, em seu exercício, proporcionou conflitos ambientais e espaciais na atuação da realidade urbana. O atrito entre as diferentes concepções originaram impactos de proporções diversas na cidade.

A partir da referência bibliográfica sobre a comunidade Vinhais Velho e da análise histórica, mostrou-se o espaço e as diferentes identidades que já habitaram a região, através de algumas características, como o nome das apropriações espaciais na região enquanto local, que inicialmente foi explorado de diferentes formas e que ao ser reconstruído, modificou também as relações sociais. Atualmente, esse quadro não é diferente dos outros, tratando da observação já mencionada. A região, enquanto “lugar” configura a modificação espacial, em favor da urbanização, gerando novos conflitos nas relações sociais.

A expansão da região metropolitana de São Luís atinge parâmetros na perspectiva de diferentes mudanças na questão urbana. Pela análise teórica no campo da pesquisa, foram visualizados planejamentos com a iniciativa do poder público, que ao implantá-los ocasionou e ocasiona um desenvolvimento desordenamento. Pois os espaços não são devidamente observados enquanto configuração espacial e ambiental.

A cidade se expande rapidamente, seus espaços são preenchidos por aglomerações urbanas, ocasionando conflitos entre classes. Grandes empreendimentos são construídos nas proximidades da região da Comunidade, impactando outros locais, sendo importante, por isso, perceber os fatores conflitantes da região e apurar os aspectos da apropriação espacial na concentração do âmbito do desenvolvimentismo dos aspectos urbanos.

Foi necessário um diálogo entre os dados bibliográficos e a análise da problemática, levantada através da pesquisa em campo. Esse método proporcionou uma reflexão em diferentes interpretações teóricas sobre processo de expansão da cidade e sobre os conflitos provocados pelo aspecto do crescimento econômico.

Outras características analisadas na região partem do acompanhamento do processo de metropolização da região com a implantação da Via Expressa, sendo primordial suprir a análise dos aspectos urbanos que cortam um espaço visualizado como “lugar” e reconstrói o espaço, definindo outras realidades. Essa problemática urbana configura os conflitos que decorrem da apropriação pública do espaço e a configuração de novos modelos de urbanização na cidade de São Luís. A observação dos conflitos sociais, a partir da implantação da projeção da Via Expressa, reflete a perspectiva da infraestrutura, assumindo a fundamentação da urbanidade, na discrição do crescimento econômico da cidade, mas esse parecer delimita conflitos ambientais e socioespaciais.

Referências

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão** / Joan Botelho. - São Luís: Fort Com. Gráfica e Editora, 2008.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano** / Mark Gottdiener. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. 2ª ed. (Ponta; 05).

LEFEBVRE, Henri. 1901-1991. **O direito à cidade**. Henri Lefebvre. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro 2001.

LIMA, Rosirene Martins. **Conflitos sociais urbanos:** o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba - Jardim Icaraí / Rosirene Martins Lima - Imperatriz: Ética / São Luís: Editora UEMA, 2008.

MOTA, Antonia da Silva. **Resistência no Vinhais Velho põe em xeque a Via Expressa.** Disponível em: <https://tribunalpopulardojudiciario.wordpress.com/tag/vinhais-velho/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

SANTOS, Milton**. A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. 4 Ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

VAZ, Leopoldo**. 400 anos da Vila Vinhais Velho e sua Igreja de São João Batista**. Jornal O ESTADO. São Luís, 11 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2011/12/11/400-anos-da-vila-de-vinhais-velho-e-sua-igreja-de-sao-joao-batista/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ENTRE CONFLITOS E SOLUÇÕES

Alcemi Almeida de Barros
UFES/GESAN/CONSEA-ES

Irio Luiz Conti
PGDR/UFRGS/NESAN/CONSEA Nacional

Francisca Malvinier Macedo
ASA-CE/CONSEA-CE

Resumo: Este estudo trata do processo de construção de políticas públicas de acesso à água no Semiárido brasileiro. A negligência e o descaso com as populações do Semiárido, as medidas paternalistas e paliativas de "combate à seca" e a fragilidade das políticas públicas para a região perpetuaram desigualdades e injustiças estruturais, com concentração da terra e recursos naturais nas mãos de grandes proprietários, num ambiente de conflitos, opressão e exploração. O poder público tem a obrigação de formular e implementar políticas públicas, com participação social, qualificadas à população. Em contraposição às políticas oficiais, emerge um jeito de ser, fazer e viver no Semiárido com a criação da Articulação no Semiárido (ASA). Ela propõe novas formas de relação social e de organização da produção, baseadas na mobilização social pela construção de cisternas de placas para a coleta e armazenamento da água de chuva como mote de um paradigma de convivência com o Semiárido. Dessa experiência da ASA, até 2014, resultou a construção de 750.000 cisternas de placas, 25.917 cisternas-calçadão, 8.736 cisternas-enxurrada, 1.053 barragens subterrâneas, 827 tanques de pedra, 6.560 barreiros-trincheira, 1.813 barraginhas e 503 bombas d´água populares comunitárias instaladas, garantindo condições de soberania, segurança alimentar e nutricional para a população rural do Semiárido brasileiro.

Palavras-chave: acesso à água; políticas públicas; movimentos sociais.

Abstract: This study deals with the building public policies process for access to water in the Brazilian Semi-arid. The neglect and disregard for Semi-arid people, paternalism and palliative measures of "drought relief" and the fragility of public policies for the region perpetuated inequalities and structural injustices, with the concentration of land and natural resources in the hands of large landowners, in an environment conflict, oppression and exploitation. The government has an obligation to formulate and implement public policies with social participation, qualified to the population. As opposed to official policies, emerges a way of being, doing and living in this region with the creation of the Semi-Arid Articulation (ASA, in Portuguese, Articulação do Semiárido). It proposes new forms of social relations and organization of production, based on social mobilization for the construction of tanks plates for collection and storage of rain water as a theme of a paradigm of coexistence with semiarid conditions. Until 2014, this experience of ASA resulted in the construction of 750,000 cisterns plates, 25,917 tanks boardwalk, 8,736 tank-flood, 1,053 underground dams, 827 stone tanks, 6,560 trenches pits, 1813 "barraginhas" and 503 popular community water pumps installed, ensuring conditions of food and nutritional sovereignty and security for the rural population of the Brazilian semi-arid.

Keywords: access to water; public policy; social movements.

Introdução

A escassez de chuvas no Semiárido brasileiro, atrelada à negação do acesso aos bens e aos direitos fundamentais como a água, terra, moradia e educação, constituiu-se em terreno fértil para um cenário de fome, sede, desestruturação social, econômica, ambiental e cultural da região. Em grande parte isso se deve à fragilidade na adoção de políticas públicas de prevenção e de garantia dos meios para uma convivência sustentável com esta situação que é recorrente, desconsiderando a diversidade de formas de vida e as reais necessidades da população.

A negligência e descaso com populações do Semiárido, medidas paternalistas e paliativas de "combate à seca", a nefasta "indústria da seca", a inexistência de políticas públicas para a complexidade dos problemas, perpetuaram desigualdades e injustiças estruturais com concentração da terra e recursos naturais nas mãos de grandes proprietários, num ambiente de conflitos, opressão e exploração.

Nascer e viver no Semiárido brasileiro traz desafios e possibilidades. Requer capacidade para enfrentar dificuldades, como a irregularidade de chuvas, em que as populações esperam a água que vem do céu para encher os reservatórios, dar início ao plantio, colher boas safras e garantir alimentos para as famílias e os animais. Implica acompanhar pacientemente as mudanças da paisagem, que trocam o esbranquiçado da caatinga adormecida, pelas cores vivas renascidas pela mágica provocada por aquilo que os povos do Semiárido chamam de inverno.

Com frequência percursos de vivências dolorosas eram expressos em canções, livros, peças teatrais e nas telas de cinema, mostrando o drama da vida levada pelas famílias sertanejas, especialmente as mulheres, que precisavam percorrer longas distâncias até as fontes para buscar água para o preparo dos alimentos, o cuidado da casa, das roupas e dos animais, bem como do quintal e do derredor de casa. No primeiro verso da clássica canção "Asa branca", Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira cantam: "Quando olhei a terra ardendo, qual fogueira de São João. Eu perguntei a Deus do céu, por que tamanha judiação". Os autores exclamam um clamor dolorido, seguido de uma interrogação por que da seca chegar e trazer consigo tanto sofrimento.

Por sua vez, Patativa do Assaré (1964) descreve a saga de uma família enxotada do Nordeste para o Sul do país, no poema "Triste partida", musicado por Luiz Gonzaga: "Setembro passou, outubro e novembro. Já tamo em dezembro, meu Deus, que é de nós. Meu

Deus, meu Deus. Assim fala o pobre, do seco Nordeste. Com medo da peste, da fome feroz. Ai, ai, ai, ai". O poeta inicia com o lamento sobre a passagem do tempo e manifesta sua desesperança porque as chuvas não chegam. Desse modo, ir embora da terra natal, empurrado pela seca e a falta de meios de sobrevivência, pela negação de direitos como a terra, a água e aos alimentos, foi, durante muito tempo, a única alternativa encontrada por quem vivia no sertão nordestino, para tentar melhores condições de vida em outras regiões do país. Conforme Rios (2001), chegou-se ao extremo que, no Ceará, em 1932, a solução adotada por governantes foi a ereção de sete campos de concentração para barrar a marcha dos flagelados da seca em direção à Fortaleza e outras regiões do país. Aí, milhares de retirantes recebiam do governo, a promessa de comida e assistência médica, mas ficavam encurralados nesses campos e muitos deles morriam em decorrência da fome e de doenças. Este tema foi amplamente analisado por Josué de Castro nas décadas de 1930 e seguintes (CASTRO, 2008).

Foi para alterar estruturalmente esse contexto iníquo que, no início deste século, nasceu um movimento de transformação a partir da mobilização e do protagonismo dos pobres, especialmente das populações rurais, que fizeram ecoar sua voz por meio de movimentos e organizações da sociedade civil que se uniram e criaram a Articulação no Semiárido (ASA), para incidir na realidade e produzir mudanças na vida de milhares de famílias no Semiárido brasileiro. E a partir da disponibilidade de programas públicos de acesso à água, transferência de renda, educação contextualizada, assistência técnica e inclusão produtiva, o povo do sertão levanta a cabeça e canta: "É lindo ver a caatinga iluminada. É lindo ver a terra toda prateada. E a Via-Láctea brilhando no sertão. É São Tiago caminhando ao coração" (MALVEZZI, 2007).

1. Direito humano à alimentação e à água no Semiárido brasileiro

O direito humano à alimentação foi consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que afirma que "todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos" para garantir vida digna (ONU, 2015c, art. 25). Na sequência, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, confirmou este direito ao deixar claro que os Estados que ratificaram esse Pacto[1] também

[1] O Brasil ratificou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1992.

reconheceram "o direito de toda a pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família, inclusive alimentação, vestuário e moradia" (ONU, 2015a, art. 11). No entanto, para avançar em sua efetivação, em 1999 o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (CDESC/ONU) aprovou o Comentário Geral nº 12, que assim define este direito:

> O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado num sentido estrito ou restritivo, que equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada deverá ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (ONU, 2015b, § 6º).

No Brasil, após ampla mobilização social, o Congresso Nacional alterou o artigo 6º da Constituição Federal para introduzir a "alimentação como direito social" (BRASIL, 2011, art. 6º). Com a alimentação como direito social constitucional, definitivamente, dirimiu-se uma dúvida de interpretação jurídica – especialmente utilizada por aqueles que resistem à ampliação da realização de direitos que não estejam explicitamente expressos na Constituição – e se estabelece uma vinculação harmônica entre os instrumentos internacionais de direitos humanos e a legislação interna na garantia de direitos.

Cabe frisar que tanto a legislação internacional como a brasileira deixam claro que a alimentação adequada inclui, obrigatoriamente, o acesso à água, de tal forma que sempre que se fala em direito humano à alimentação adequada se compreende que a água é alimento, logo, é um direito humano inalienável que se efetiva mediante a garantia do seu acesso e do acesso aos meios para produzir ou adquirir os alimentos seguros e saudáveis (CONTI, 2013). O PIDESC (ONU, 2015a, art. 11 e 12) vincula, respectivamente, o direito a um nível de vida adequado e o direito à saúde ao direito humano à água e à alimentação adequada. Esta compreensão foi estabelecida pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, em seu Comentário Geral nº 15 (ONU, 2015d), de 2003.

Com base nesses princípios, o mesmo Comitê define que "o direito humano à água é o direito de todos a dispor de água suficiente, potável, consumível, acessível e a preço razoável para o uso pessoal e doméstico" (ONU, 2015d, § 2). Outro aspecto a ressaltar é que "a água deve ser tratada fundamentalmente como um bem social e cultural e não como um bem econômico"

(ONU, 2015d, § 11), o que significa aceitar que há uma clara hierarquia de escolhas, de modo que os interesses coletivos devem prevalecer sobre os interesses privados. Ou seja, que nenhum interesse ou dinâmica econômica pode se sobrepor ao interesse e à dinâmica social e cultural, conforme tem ocorrido no Semiárido, sendo este um parâmetro objetivo para orientar as políticas públicas que se constroem e executam em arenas de disputas de interesses. Desse modo, o Estado brasileiro – União, estados e municípios – é obrigado a realizar ações para garantir a efetivação dos direitos à alimentação e à água a todos os brasileiros e brasileiras.

Em relação às obrigações do Estado para a garantia do direito à água e à alimentação, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas entende que estes integram os direitos econômicos, sociais e culturais estabelecidos no PIDESC e, por isso, devem seguir a orientação comum (ONU, 2015a, art. 2º) a todos os direitos nele estabelecidos e serem realizados de forma progressiva, sem retrocesso na sua garantia. O Estado tem a obrigação de respeitar, proteger e efetivar o direito à água e à alimentação.

O Brasil possui diversos instrumentos que explicitam que a água é um direito humano e orientam suas políticas públicas de acesso à água. O principal deles é a lei que regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). Esta lei ressalta que "a água é um bem público limitado" e que "em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais" (BRASIL, 1997, § 3).

Da mesma forma, existe consistente legislação interna sobre a alimentação. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006) realça que a "alimentação é um direito humano fundamental inerente à dignidade da pessoa humana e que cabe ao poder público adotar medidas para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população" (BRASIL, 2006, art 2º).

2. Convivência com o Semiárido: um novo jeito de ser, fazer e viver

Procede a afirmação de que emerge um novo jeito de ser, fazer e viver no Semiárido, cabe destacar que ele emerge com a criação da Articulação no Semiárido e com a construção de relações sociais de gênero que questionam e ultrapassam os modelos tradicionais e patriarcais nas formas de organização da produção e de reprodução social. A ASA nasceu a

partir da articulação de organizações da sociedade civil que já possuíam longa história de atuação no espaço rural do Semiárido e conheciam suas dificuldades e potencialidades. Reunidas no Fórum Paralelo da Sociedade Civil, por ocasião da realização da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP 3), em 1999, na cidade de Recife - PE, essas organizações tinham como denominador comum a necessidade de se reinventar e recriar as condições socioeconômicas, políticas e culturais do Semiárido a partir de uma visão de que ele é viável e possível como um lugar bom de se viver.

Desse modo, esta articulação surgiu baseada na concepção e convicção de que a coleta e o armazenamento da água de chuva é o mote desse paradigma[2] da convivência com o Semiárido. E nasceu com o objetivo de mobilizar a construção de um milhão de cisternas de placas para captar água da chuva caída no telhado das casas de igual número de famílias de agricultores e agricultoras familiares e melhorar as condições de sua soberania e segurança alimentar e nutricional.

No Semiárido, mesmo em época de estiagem, chove. Mas se essa água não for recolhida, infiltra, vai embora ou evapora rapidamente pela ação do calor do sol. Conforme estudos de Schistek (2001, p. 58), considerando-se uma precipitação média de 505 milímetros, "um hectare de terra, recebe mais de 5 milhões de litros de água por ano. Numa casa de 80 metros quadrados caem 40.400 litros e numa casinha de 40 metros quadrados se acumulam mais de 20 metros quadrados ou 20.000 litros".

A iniciativa de construir as cisternas veio contribuir para corrigir esse desperdício de água, seguido de sua escassez. Com a chegada das cisternas, a discussão sobre a coleta e o armazenamento da água de chuva entrou na casa e na vida das pessoas, e elas cantam que o Semiárido vive uma nova situação: "No pé da casa você faz sua cisterna, e guarda a água que o céu lhe enviou. É dom de Deus, é água limpa é coisa linda. Todo o idoso, o menino e a menina, podem beber que é água pura e cristalina" (MALVEZZI, 2007).

Ao estimular a implantação de tecnologias sociais e a diversidade de experiências da agricultura familiar e camponesa, a noção de convivência com o Semiárido propagada pela ASA se contrapõe à visão de combate à seca, secularmente imperante no Semiárido, que beneficiou as elites da "indústria da seca", em detrimento das necessidades das populações excluídas do sertão. Com tecnologias simples e de baixo custo, que captam e armazenam a água da chuva e/ou aproveitam águas dos rios e riachos e águas subterrâneas, como: cisterna

[2] Ver CONTI e PONTEL (2013, p. 29-40), "Transição paradigmática na convivência com o Semiárido".

de placas de dezesseis mil litros (primeira água ou água de consumo), cisterna-calçadão, cisterna de enxurrada, barreiro trincheira, barragem subterrânea, tanque de pedra ou caldeirão, bomba d`água popular, barraginha, barragem sucessiva (segunda água ou água para a produção), a indústria da seca e o combate à seca, aos poucos, são suplantados e o sertão se transforma em lugar da convivência com o Semiárido.

Esta é uma tarefa difícil e contínua porque implica confrontar um modelo de desenvolvimento moldado em grandes obras, cujos resultados não chegam aos que fazem a agricultura familiar e camponesa, que trazem danos sociais e ambientais com as monoculturas irrigadas, uso intensivo de agrotóxicos, desrespeito à cultura local e destruição da biodiversidade. Ou seja, implica na desconstrução de imagens secularmente construídas e difundidas, de um lugar sem perspectivas, órfão de oportunidades, cujas pessoas eram dependentes e a vida se resumia ao solo rachado pela falta de chuvas, poeira, cactos e famílias de retirantes da seca. Aos poucos essas ações da ASA se ramificam e frutificam no meio rural, gerando vida e resgatando a voz de agricultores e agricultoras que se fizeram reconhecer como sujeitos que se organizam e protagonizam transformações sociais, lutam, produzem, trocam saberes e experiências e propõem novas formas de vida e organização.

Para operacionalizar a execução de programas e ações a ASA foi estruturada em articulações estaduais (ASAs Estaduais), municipais (Comissões Municipais) e comunitárias (Comissões Comunitárias). Essas são integradas por sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações comunitárias, federações de associações comunitárias, federações estaduais de agricultores e agricultoras, paróquias, dioceses, igrejas protestantes, organizações não governamentais, grupos e redes de agricultores e agricultoras agroecológicos. Por meio desses espaços se torna possível alcançar as populações rurais, mesmo aquelas que residem em lugares distantes e de difícil acesso, mobilizando-as para a interação na dinamização das tecnologias e em outras atividades que representam reais melhorias em seus modos de vida.

Especialmente no campo da produção se multiplicam iniciativas como as casas ou bancos de sementes comunitárias[3], os quintais agroflorestais e ações de preservação ambiental, o trabalho em mutirão, o uso de plantas medicinais, a produção de silagem para os animais, o incremento da produção de animais de pequeno porte adaptados à região e o

[3] Em março de 2015 a ASA firmou um Termo de Parceria (TP 014/2014) com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para implantar 640 bancos comunitários de sementes na região semiárida até fevereiro de 2016, com o objetivo de fomentar a inclusão produtiva de 12,8 mil famílias de agricultores e agricultoras familiares.

turismo rural. Muitas dessas experiências são compartilhadas em encontros de agricultores e agricultoras experimentadores, sistematizadas e divulgadas em boletins, banners, programas de rádio, redes sociais e atividades de intercâmbio. São formas de conhecer novas técnicas de fazer agricultura, criar animais, armazenar sementes, guardar recursos para tempos de pouca água, aproveitar os recursos de forma sustentável e que convergem na ampliação da soberania e da segurança alimentar das famílias. Ao se tornarem guardiãs de sementes vegetais e animais, adaptadas, as famílias também reforçam seus mecanismos de resistência diante das investidas dos modelos agroindustriais insustentáveis que ameaçam seu direito à alimentação adequada, preservando suas características culturais e regionais.

É como parte dessa estratégia de desenvolvimento sustentável que os direitos à alimentação e à água entram na agenda de trabalho das organizações que integram a ASA e, aos poucos, passam a fazer parte do cotidiano das famílias que acessam uma ou mais tecnologias sociais de armazenamento da água. Água humaniza. Água é fonte de vida, sacia a sede, possibilita a produção de alimentos saudáveis e a criação de pequenos animais no Semiárido.

3. Objetivo

Analisar o processo de construção de políticas públicas de acesso à água no Semiárido brasileiro.

4. Metodologia

O presente artigo caracteriza-se como um estudo bibliográfico e empírico, tendo como base o trabalho realizado no Estado do Ceará e o banco de dados da Articulação no Semiárido (ASA) brasileiro.

Contrapondo as políticas oficiais emerge um jeito de ser, fazer e viver no Semiárido. Os movimentos e organizações da sociedade civil, que já possuíam longa história de atuação no espaço rural do Semiárido e conheciam suas dificuldades e potencialidades, uniram-se e criaram a ASA, incidindo na realidade e produzindo mudanças na vida de milhares de famílias, construindo relações sociais com novas formas de organização da produção e de reprodução social.

A atuação da entidade viabiliza a instalação de tecnologias de captação e armazenamento da água de chuva, beneficiando famílias e garantindo o direito ao acesso à

água para beber e produzir alimentos. Desde sua origem, a ASA participa da formulação e execução de programas de acesso à água, alguns deles foram institucionalizados como parte das políticas públicas do Estado brasileiro, como o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), que proporciona às famílias a cisterna para o consumo humano. E o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), que viabiliza tecnologias de armazenamento de água para a produção e dessedentação animal; além do Programa Cisternas nas Escolas, que garante a coleta e armazenamento de água para o consumo humano nas escolas rurais.

5. Resultados

A sistematização de experiências incentivadas e desenvolvidas pela ASA, baseada nas práticas de educação popular, tornou-se um mecanismo eficaz para estimular trocas de experiências e saberes entre as famílias. As 1.280 experiências já sistematizadas e divulgadas demonstram que a população está resgatando e promovendo uma diversidade de formas de vida e ressignificando o que é viver com qualidade e perspectivas de vida no Semiárido brasileiro.

Em 2014, o P1MC alcançou a meta de construção de 750.000[4] cisternas de placas para água de consumo humano. E até março do mesmo ano o P1+2, iniciado em março de 2007, construiu 25.917 cisternas-calçadão, 8.736 cisternas-enxurrada, 1053 barragens subterrâneas, 827 tanques de pedra, 6.560 barreiros-trincheira, 1.813 barraginhas e instalou 503 bombas d'água populares comunitárias.

Além destes números está a força da mobilização social em torno do paradigma da convivência com o Semiárido, cujas populações têm um papel fundamental como partícipes das mudanças em suas vidas e em suas realidades. Pois, são centenas de milhares de pessoas, especialmente mulheres, que deixaram para trás a sina de gastar algumas horas por dia para carregar pesadas latas de água sobre suas cabeças para garantir seu pão de cada dia. Hoje elas podem gastar esse tempo em atividades que lhes trazem maior retorno e realização pessoal e familiar.

A desigualdade de oportunidades para a participação das mulheres em atividades que não sejam aquelas "naturalizadas" como suas responsabilidades ou "tarefas de mulher"

[4] A estas, somam-se outras mais de 300 mil cisternas de polietileno implantadas em parceria entre os governos federal e estaduais. A ASA mantém posição contrária à adoção dessas cisternas, tanto pela qualidade do produto utilizado (polietileno) como pela metodologia empregada em sua implantação, pois não favorece a participação e o protagonismo social das famílias que as recebem passivamente.

precisa ser continuamente refletida e discutida por elas, a partir delas e com os homens, para alterar as estruturas geradoras dessas relações entre mulheres e homens e na sociedade. Pois, muitas vezes ainda prevalece a visão de que o que é feito por elas é sua obrigação e o que é feito pelos homens é trabalho produtivo e, por isso, reconhecido e valorizado. Arantes menciona o trabalho doméstico como "não percebido como trabalho (muitas vezes por elas próprias), trabalho não remunerado, desvalorizado, trabalho de mulher, trabalho que não as coloca no caminho da humanidade" (2010, p. 110). Visões desse quilate, resultantes da herança patriarcal e machista, reforçam desigualdades nas relações entre homens e mulheres, tanto em tempos de escassez de recursos quanto de fartura na mesa e no paiol.

Ao longo da realização de cursos de capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos, Gestão de Água para a Produção de Alimentos e de Sistema Simplificado de Manejo da Água, ao receberem seus certificados, algumas participantes comentaram com alegria que foi a primeira vez na vida que receberam um "diploma". Porém, aos poucos as condições do viver no sertão estão mudando. Segundo Arantes (2010, p. 114):

> Na roda que gira, as mulheres dos sertões estão em movimento de mudança, em resistência, inventando novos jeitos de estar no mundo, transformando o produzir e o consumir em ato político. São elas as novas proprietárias de suas moradas; as responsáveis formais pela gestão dos benefícios dos programas de transferência de renda. É em nome delas que se consolidam parte das justificativas das novas tecnologias aplicadas nos sertões e das iniciativas públicas que se colocam como alternativas ao desenvolvimento nessa região. Foi o modo como ocupam o mundo que também se somou à construção da "convivência com o semiárido", um novo jeito de ser, fazer e viver nos sertões, que transformou escassez em sustento e o que antes era sinal de morte, em vida.

Entretanto, além dos entraves que não podem ser ignorados, é notória a participação de mulheres e homens na adoção de diferentes estratégias que visam fortalecer o acesso à água e à segurança alimentar e nutricional no Semiárido. Elas e eles se tornam líderes de comunidades, integram comissões, mobilizam pessoas para participarem de reuniões e cursos de capacitação e, em alguns casos, elas mesmas se tornam cisterneiras e construtoras de saberes e processos que ultrapassam a dimensão da cozinha e alcançam o mundo, externalizando sua emancipação social.

Ao romper com os "territórios femininos", as mulheres exercem um papel relevante na organização sociopolítica e na produção de alimentos para suas famílias e para a comercialização nas feiras. Entre as estratégias de incremento à produção sustentável de

alimentos saudáveis encontra-se o cuidado das sementes, por meio da difusão das casas ou bancos de sementes comunitários. Eles são mecanismos de proteção e preservação da diversidade do patrimônio genético vegetal do Semiárido, contra a invasão das sementes transgênicas e a erosão genética vegetal que ameaçam a soberania alimentar da população.

Muitas mulheres participam de grupos organizados de bancos de sementes, como geradoras, cuidadoras e multiplicadoras das sementes da vida, que por sua vez fortalecem sua autonomia e a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias. Entretanto, necessita-se avançar para que esse cuidado seja cada vez mais discutido e assumido por toda sociedade, sendo primordial reconhecer e valorizar os conhecimentos e as experiências historicamente construídas pelas mulheres no cotidiano do campo da alimentação, mas também é preciso lutar para fazer com que as questões da alimentação sejam preocupações de toda a sociedade e não permaneçam restritas apenas às mulheres (SILIPRANDI, 2003).

Considerações Finais

A introdução de um conjunto de políticas e programas de acesso à água, à terra, à alimentação, com transferência de renda, democratização de informações e assistência técnica para a produção agroecológica resulta, não só na produção e ingestão de alimentos saudáveis para a segurança alimentar e nutricional, mas também no crescimento da autoestima e do senso de pertencimento da população a essa região que historicamente foi ignorada pelas políticas públicas. A valorização da agricultura familiar, a busca de igualdade de gênero, a necessidade de valorização da mulher e a redefinição do seu papel junto à família e/ou sociedade, os conflitos advindos diante dessa nova mulher, e o reconhecimento das experiências e saberes do povo, com a preservação dos recursos naturais da biodiversidade, a comida na mesa e água na cisterna, configuram um novo jeito de ser, fazer e conviver com o Semiárido a partir do protagonismo de seu povo.

Nas duas últimas décadas o Semiárido brasileiro vem passando por grandes transformações em termos de acesso à água e à alimentação. E percebê-las significa reconhecer a força e a criatividade de seu povo, que, por meio de uma diversidade de organizações e movimentos sociais, está criando formas sustentáveis de convivência, baseadas no respeito às relações de gênero e na diversidade ambiental, social, econômica e cultural de sua população.

Para tanto, uma das estratégias a serem fortalecidas em cada município e comunidade é a discussão sobre a importância e a necessidade de se consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tendo a agricultura familiar agroecológica como um elemento integrante, para garantir de forma efetiva e permanente o acesso à água e a soberania e segurança alimentar da população do Semiárido. Os programas públicos são importantes, mas é preciso avançar em sua articulação e institucionalização para que se transformem em políticas permanentes, implementadas pelo poder público e com a participação ativa da sociedade civil, para garantir vida digna a todas as populações do Semiárido.

Apesar dos enormes avanços ocorridos ao longo dos últimos anos, ainda permanecem desafios para que as políticas públicas efetivamente universalizem o acesso à água e realizem o direito humano à alimentação e segurança alimentar e nutricional do povo do sertão como sujeito de sua história. A consolidação do SISAN facilitará a garantia políticas públicas destinadas aos reais interesses das comunidades.

Referências

ARANTES, Rivane. Relações de gênero: no semiárido é diferente? In: GUEDES, Maria Verônica; ARANTES, Rivane (Orgs.). **Mulheres no semiárido:** um olhar feminista. Recife: SOS CORPO; Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p. 103-119.

ASSARÉ, Patativa do. A triste partida. Intérprete: Luiz Gonzaga. In: **A triste partida**. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1964. LP. Lado 1, Faixa 1.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104151/lei-9433-97>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 05 mar. 2015.

CÁRITAS BRASILEIRA; CPT; FIAN BRASIL. **Água de chuva:** o segredo da convivência com o semiárido brasileiro. Cáritas Brasileira; Comissão Pastoral da Terra, FIAN Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONTI, Irio Luiz. Interfaces entre direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. In: CONTI, Irio Luiz; SCHOROEDER, Edni Oscar (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** autonomia e protagonismo social. Brasília DF: IABS, 2013, p. 135-146.

CONTI, Irio Luiz; PONTEL, Evandro. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** autonomia e protagonismo social. Brasília DF: IABS, 2013, p. 29-40.

MALVEZZI, Roberto (Gogó). Festa na caatinga. In: MALVEZZI, Roberto; GONDIM, Targino; FREITAS, Nilton. **Belo sertão:** a convivência com o semiárido através da música (CD). Manaus: NovoDisc Mídia Digital da Amazônia, 2007.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova York, 1966. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Sist_glob_trat/texto/texto_2.html>. Acesso em: 05 mar. 2015a.

_____. **Orientação Geral nº 12**. Direito à alimentação. Disponível em: <http://www.onu.comentariogeral.org>. Acesso em: 05 mar. 2015b.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Sist_glob_trat/texto/texto_1>. Acesso em: 05 mar. 2015c.

_____. **Comentário Geral nº 15**. Direito à água. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/2_1/IIPAG2_1_2_2_2.htm>. Acesso em: 05 mar. 2015d.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará:** isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **A produção do viver.** São Paulo: SOF, 2003, p. 56-90.

O SANEAMENTO AMBIENTAL DE ORIXIMINÁ (PA): UM ESTUDO DE CASO SOBRE SANEAMENTO AMBIENTAL, VULNERABILIDADE E OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Alessandra Dale Giacomin Terra
Professora da UFRJ e Mestre pelo PPGSD/UFF.

Jamille Medeiros de Souza
Professora da FGV- Rio e Doutoranda do PPGSD/UFF.

Bárbara Terra Queiroz
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UVV e Bolsista de Iniciação Científica pela FAPES.

Resumo: A presente pesquisa tem por tema o Saneamento Ambiental do Município de Oriximiná, município paraense situado na região da Amazônia brasileira. A questão sanitária oriximinaense se mostra preocupante por sua precariedade e deficiência, o resultado disso é que os índices de mortalidade infantil, em decorrência de doenças infecto-parasitarias, são alarmantes. Para desenvolvê-la primeiramente, traçamos um breve panorama do saneamento ambiental de oriximanaense, à luz da Justiça ambiental. Em seguida, buscamos levantar um breve histórico a respeito do Saneamento Ambiental brasileiro, principalmente no que se refere ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), tentando refletir sobre outras questões que contribuem para a precariedade do Esgotamento Sanitário no Brasil, a fim de desmitificar o problema de saneamento ser apenas decorrente da falta de recursos financeiros e sim fruto da falta de planejamento e da mercantilização de um serviço tão essencial para a consecução de direitos humanos. Por fim, analisou-se como a ausência de tais políticas públicas afronta a legislação relativa aos direitos da criança e do adolescente, apesar dos mesmos serem reconhecidos pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Palavras-chave: urbanismo; saneamento ambiental; direitos da criança e do adolescente.

Abstract: This research theme is Environmental Sanitation of the Municipality of Oriximiná, municipality located in the state of Pará, a brazilian Amazon region. The health issue of Oriximiná is worrying because of its precariousness and disability, resulting in infant mortality due to infectious and parasitic diseases are alarming. To develop this research, first we draw a brief overview of environmental sanitation of this city, in the light of environmental justice. Then we seek to raise a brief history about the Brazilian Environmental Sanitation, especially with regard to the National Sanitation Plan (PLANASA, in portuguese, Plano Nacional de Saneamento). We try to reflect on other issues that contribute to the precariousness of sanitary sewage in Brazil in order to demystify the sanitation problem as only due to the lack of financial resources, as also the result of poor planning and a commodification of such an essential service achievement of human rights. Finally, it was examined how the absence of such public policies confront the legislation on child and adolescent rights, despite they are recognized by the Constitution and the Statute of the Child and Adolescent (ECA).

Keywords: urban planning; environmental sanitation; rights of children and adolescentes.

Introdução

O presente artigo se trata de um estudo de caso a respeito do Saneamento Ambiental do Município de Oriximiná, município paraense situado na Mesorregião do Baixo

Amazonas, que possui uma área de 107.602 km² e cerca de 62.794 habitantes, segundo o Censo de 2010. Para tanto, esta investigação utilizou-se da pesquisa empírica para a análise da situação do saneamento ambiental orximinanese, com visitas *in loco*, análise de documentos e estudos técnicos, além de basear-se na bibliografia básica sobre o tema.

A questão sanitária oriximanense se mostra preocupante por sua precariedade e deficiência. Contudo, isto não é um problema restrito a Oriximiná. Conforme o relatório "Progressos sobre Saneamento e Água Potável" (2010), elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 2,6 bilhões de pessoas, ou seja, quase 40% da população mundial, carecem de saneamento básico e mais de um bilhão continuam a usar fontes de água impróprias para o consumo.

A falta de infraestrutura sanitarista mundial é tamanha, que quatro em cada dez pessoas no mundo carecem de acesso a uma simples latrina de fossa não-asséptica, e são obrigadas a defecar a céu aberto, e quase 20% da população mundial, ou seja, mais de um bilhão de pessoas, não têm nenhuma fonte de água potável segura. As consequências disto são preocupantes: cerca de cinco milhões de pessoas, na sua maioria crianças, morrem todos os anos de doenças relacionadas à qualidade da água.

Esses dados mostram-se alarmantes, uma vez que a falta de esgotamento sanitário adequado constitui uma das principais causas de contaminação do solo e das fontes de água, contribuindo também para uma proliferação de doenças infecto-parasitárias. O saneamento ambiental, portanto, está ligado não só ao controle da poluição e preservação do meio ambiente, como também à saúde pública. Reflexo disso são os alarmantes índices de mortalidade infantil em razão de doenças infecto parasitárias.

Nesse contexto, o presente artigo visou analisar a grave problemática social decorrente da precariedade do saneamento ambiental em tal município da Amazônia brasileira, buscando refletir sobre como isso atinge diretamente (e muitas vezes fatalmente) um determinado grupo social, ou seja, as crianças e adolescentes do município, que devido a sua vulnerabilidade física e sócio-econômica têm violados seus direitos fundamentais garantidos pela legislação pátria e por tratados internacionais.

1. O saneamento ambiental de oriximiná

Em Oriximiná, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) presta apenas serviço público de fornecimento de água, uma vez que não há esgotamento sanitário. Em seu

portal eletrônico, a referida concessionária informa que atende cerca de 23.084 pessoas (74% da população oriximinaense), e que o atendimento de esgoto é de 0%, funcionando basicamente por meio de fossas individuais.

Segundo o Relatório Dinâmico dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em Oriximiná, em 2010, 36,7% dos moradores tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo e 34,5% possuíam formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas.

Conforme as informações do Plano Diretor do Município de Oriximiná (2007), na zona urbana, o abastecimento de água realizado pela COSANPA, no entanto, em sua maioria esse é irregular, ocasionando com isso, a necessidade da população armazenar água em reservatórios inadequados, visando o consumo e utilização.

O estudo realizado durante a elaboração do plano diretor destacou ainda, que a Estação de Tratamento de Água (ETA), por insuficiência de investimentos, não sofria manutenção ao longo de vários anos, bem como a rede de distribuição, tornando-as obsoletas e passíveis de contaminação, e que os Microssistemas de Abastecimento gerenciados pelo município (cerca de 60% da rede e apenas 20% de percentual de fornecimento) estariam dispostos nas áreas periféricas, conduzindo ao fornecimento de água nas áreas não contempladas pela rede da COSANPA.

Os microssistemas também possuem irregularidades no fornecimento, sendo que além de não atenderem a demanda, não realizam tratamento de água, só captação e distribuição. O Tratamento de Água é um conjunto de procedimentos físicos e químicos que são aplicados na água para que esta fique em condições adequadas para o consumo, ou seja, para que a água se torne potável. Assim, não basta que haja canalização de água, é impreterível o tratamento a fim de possibilitar salubridade aos consumidores.

Conforme Stela de Souza Santos, que avaliou a qualidade da água por meio de análise físico-química e microbiológicas das amostras dos sistemas de abastecimento de água do município (dentro da área urbana):

> O município possui vários sistemas de abastecimento de água: na zona urbana um sistema de abastecimento convencional (COSANPA), 12 (doze) micro-sistemas, abastecimento por carro-pipa e poços individuais e na zona rural 3 sistemas de abastecimento convencionais (Mineração Rio do Norte), centenas de miro- sistemas e centenas de poços individuais[1].

[1] SANTOS, Stela Souza. Diagnóstico da qualidade das águas para consumo humano da zona urbana do município de Oriximiná-PA. UFLA. Larvas-MG. 2005.

Este estudo concluiu que os parâmetros de turbidez estavam dentro dos padrões de potabilidade, exceto em certas épocas do ano em que os índices chegam a 28UT (enquanto a FUNASA estabelece que para fins de potabilidade a turbidez deve ser inferior a 5); baixo índice de cloração da água; alto índice de coliformes totais na maioria dos micro-sistemas; PH com índices médios de 3,2 a 5,66 nos Micro-sistemas e 5,41 na ETA da CONSANPA, enquanto a FUNASA prevê como ideal o pH de 6,0 a 9,5, havendo, portanto a necessidade de correção[2].

Nas Estações de Tratamento de Água, o processo ocorre em sete etapas, mas, na ETA de Oriximiná, nem todas essas fases são realizadas, o que pode comprometer a qualidade da água[3].



Legenda: Estação de Tratamento da COSANPA em Oriximiná (PA), Fotos de Alessandra Terra.

Além disso, conforme o próprio diagnóstico aponta, a água fornecida por meio dos micro-sistemas não recebem tratamento, exceto a aplicação de hipoclorito, fornecido pelos agentes comunitários de Saúde e que seria supostamente aplicado pela própria população, o que não ocorre no dia a dia.

[2] SANTOS, Stela Souza. Diagnóstico da qualidade das águas para consumo humano da zona urbana do município de Oriximiná-PA. UFLA. Larvas-MG. 2005.

[3] A primeira fase é a Coagulação. Nela a água, em sua forma natural (bruta), entra na ETA, e recebe, nos tanques, uma determina quantidade de sulfato de alumínio. Esta substância serve para aglomerar (juntar) partículas sólidas que se encontram na água como, por exemplo, a argila. Na visita realizada na ETA, fomos informadas que o sulfato de alumínio havia acabado, e que não havia previsão de quando o produto seria enviado. Na segunda etapa, a Floculação, as partículas sólidas se aglutinam em flocos maiores em tanques de concreto com a água em movimento. Essa etapa não ocorre em Oriximiná. Na Decantação, em outros tanques, por ação da gravidade, os flocos com as impurezas e partículas ficam depositados no fundo dos tanques, separando-se da água. No momento da visita ao ETA, o aparelho estava quebrado, sem previsão de conserto. Na Filtração – a água passa por filtros formados por carvão, areia e pedras de diversos tamanhos. Nesta etapa, as impurezas de tamanho pequeno ficam retidas no filtro. Contudo, durante a visita observou-se na ETA que os filtros estavam sujos, tendo em vista que a água estava com uma coloração barrosa. Na Desinfecção é aplicado na água cloro ou ozônio para eliminar microorganismos causadores de doenças. Conforme funcionário da ETA, não há medição para a aplicação do cloro, que pode ser aplicado em demasia ou de forma insuficiente, o que pode ser prejudicial para o organismo humano. Na fase da Correção de PH é aplicada na água certa quantidade de cal hidratada ou carbonato de sódio. Esse procedimento serve para corrigir o PH da água e preservar a rede de encanamentos de distribuição. Essa fase também não estava ocorrendo na ETA do referido município por falta do insumo.

Um funcionário da CONSANPA entrevistado afirmou que:

> Ah eu não entendo muito destas coisas não. Eu sou só o zelador da ETA. Eu fico só aqui vigiando e coloco o cloro e o cal, mas o cal acabou faz tempo, deve ter uns quatro messes já. [...] Ah não tem como medir [a quantidade de cloro] não. Coloco de cabeça. Na verdade isso aqui tá meio abandonado sabe? Aquele aparelho ali tá quebrado faz tempo [apontando para o decantador] e o filtro deve tá sujo. A água tá amarela, tá vendo? [...] Ah, mas isso não tem problema não. A água tá tratada. Tá boa de beber. O que num pode é aquilo ali. Todo dia vem um aqui encher o galão de água Ai pega aquela mangueira e enche. Aquela água é de quando chega aqui. Num tá tratada inda não. Ai eles pega e bebe. Por isso que o povo reclama da água. Mas a água que sai daqui é boa [sic].

Em relação ao lixo, segundo dados do Censo de 2010, 50,2 % do lixo da área urbana é coletado, 38,0% é queimado (na propriedade), 9,2% é jogado e 2,1% é enterrado (na propriedade).

Conforme o Plano Diretor, no município a coleta de lixo doméstico, vegetal e de entulhos é diferenciada. Em três bairros centrais ou parte deles a coleta é realizada diariamente, em cinco outros bairros ou parte deles, é realizada 2 (duas) vezes por semana, em 4 (quatro) outros bairros a coleta é realizada 1 (uma) vez por semana, e, em 3 (três) bairros de ocupação irregular não há coleta de lixo.

O lixo doméstico coletado no município é depositado em um "Lixão", que consiste no lançamento de resíduos sólidos ou rejeitos *in natura* a céu aberto, sem qualquer tratamento, o que é vedado pelo Art. 47, inciso II da Lei 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Trata-se de um grave problema ambiental, uma vez que o lixo em decomposição atrai animais como ratos, baratas e moscas, que auxiliam na proliferação de doenças, e produz o chorume, substância que contamina o solo e a água. Além disso, o lixão envolve uma séria questão social, uma vez que diversas famílias vivem no entorno do lixão.



Legenda: Lixão, Foto de Alessandra Terra.

Em relação ao sistema de esgoto e de drenagem e manejo de águas pluviais, convém destacar que Oriximiná não possui serviço de esgotamento sanitário. Na sede do município, a maioria das casas possuem fossas próprias, das quais 14,2% são fossas sépticas, 71, 2% rudimentar, 3,1% valas e 0,1 despeja diretamente no rio, 3,3% não tem qualquer tipo de esgotamento sanitário conforme os dados do IBGE (Censo de 2010).

A fossa funciona como medida simplória a fim de evitar o despejo de esgoto "in natura" nas vias públicas, mas ainda é uma técnica muito arcaica e que pode ser danosa ao meio ambiente e à Saúde pública, caso ocorra contaminação do solo e dos lençóis freáticos.

O esgotamento caseiro oriximanense conta ainda com redes de encanamento que correm das residências rumo às vias públicas, cuja função é escoar os resíduos provenientes de pias e tanques, enquanto os resíduos de banheiros iriam para as fossas. Esses dutos escoam em "valas" que existem entre as calçadas e as ruas, e que posteriormente deságuam no Rio Trombetas.

Além dessa função, estes dutos também servem para a drenagem das águas pluviais. Diversos relatos afirmam, contudo, que esta drenagem é insuficiente durante o período de chuvas, sendo comuns enchentes na área urbana. E são nestes períodos que as valas se tornam perigosas. Conforme Sr. José Francisco da Silva:

> Ah, todo ano enche aqui tudo. Ai isso vira um perigo, sabe? A água sobe e aí num dá pra vê a vala. Tem que ficar muito esperto. Até eu já cai uma vez... Ano passado um menino caiu ali e morreu afogado. Divia ter uns três anos só. Triste.

Mostra-se oportuno, destacar que estes espaços, além de perigosos, também comprometem acessibilidade, principalmente de crianças, idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, numa localidade que já é problemática, em razão de ter uma topografia marcada por ladeiras e morros.

O esgotamento sanitário é um direito do cidadão a ser garantido pelo Estado, consubstanciando um serviço público essencial cuja execução pode ser prestada diretamente pela administração pública ou pode ser delegada a iniciativa privada mediante concessão ou permissão.

Contudo, Ana Paula Barcelos entende que, apesar do saneamento ser um direito fundamental e de compor o mínimo existencial, não seria possível ao judiciário determinar que o Poder Executivo implementasse a infraestrutura básica necessária para a prestação de

tal serviço. Somente seria possível a inclusão desse elemento no orçamento seguinte, pois caberia ao administrador público a escolha de como prestar tal serviço[4].

2. A injustiça ambiental envolvendo o saneamento ambiental brasileiro

A história do Saneamento Ambiental brasileiro está diretamente ligada ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Criado em 1969, no contexto da Ditadura Militar, o PLANASA destinava recursos para os estados criarem suas próprias companhias de saneamento. Para obter o financiamento, cada estado da federação deveria criar, com base em seus recursos orçamentários, um Fundo de Financiamento para Águas e Esgotos (FAE) e uma companhia estadual de saneamento.

Com o PLANASA foram criadas as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) em cada um dos estados da federação. Contudo, para que as CESBs pudessem operar em seus respectivos estados, foi necessária a concessão municipal para a exploração dos serviços, através de contratos de longo prazo, porque a Constituição já estabelecia que o poder da concessão dos serviços públicos de saneamento pertence ao município.

Com este Plano privilegiou-se investimentos nas regiões mais ricas do Sul e Sudeste do país, e no serviço de fornecimento de água, visto que este representa menores custos e propicia retornos mais rápidos através de tarifas.

Conforme o relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (IPEA), há uma grande disparidade entre as regiões do país em relação ao saneamento ambiental: enquanto o Sudeste e o Sul, as regiões mais ricas do país, apresentam níveis próximos de 90% e 80%, respectivamente, o Nordeste e no Norte, as regiões mais pobres, a proporção chega a cerca de 60% e 40%, respectivamente.

O referido estudo do IPEA relaciona esses elevados déficits de saneamento observados em municípios do Norte e do Nordeste com as elevadas taxas de mortalidade infantil dessas regiões.

Oriximiná não é uma exceção a esta regra, possuindo sérias deficiências sanitárias, que resultam as condições favoráveis ao desenvolvimento de doenças de veiculação hídrica, que acometem principalmente crianças.

[4] Barcelos, Ana Paula. O direito a prestações de saúde: complexidades, mínimo existencial e o valor das abordagens coletiva e abstrata. Revista da Defensoria Pública de São Paulo. Ano 1, n. 1, jul. 2008. p. 131-160.

O Município apresenta elevadíssimos índices de mortalidade infantil e de doenças decorrentes de parasitoses e zoonoses, provavelmente em razão da precária política sanitarista da cidade, já que diversas doenças decorrem da má qualidade da água e da falta de esgotamento sanitário, como hepatite A, dengue, cólera, diarreia, leptospirose, febre tifoide e paratifoide, esquistossomose, infecções intestinais, dentre outras.

Segundo os dados do SIH/SUS (Situação da base de dados nacional em 03.05.2010), a porcentagem de morbidade hospitalar decorrente de doenças infecto-parasitárias (divididas por faixa etária), seria de:

Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
20,3	33,1	26,9	12,0	3,5	3,7	8,5	11,2	9,4	10,0

Desta forma, verifica-se que 20,3% das crianças menores de um ano com atendimento médico morrem vítimas de doenças infecto-parasitárias, enquanto a taxa de mortalidade é de 33,1% para crianças de 1 a 4 anos e de 26,9 % para os menores com idade de 5 a 9 anos.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada entre os anos de 2000 e 2008, mostrou que 134 cidades paraenses continuavam sem ter sistema de esgotamento sanitário em 2008. Em 78 delas a solução alternativa ainda era feita por fossas sépticas e sumidouros. Em outros 53 municípios a população utilizava fossas rudimentares.

Outrossim, cumpre aqui refletir sobre esse processo de mercantilização do serviço de saneamento básico no Brasil. Notamos que, ao orientar as políticas públicas por uma lógica de mercado caracterizada pela busca por lucro e retorno de investimentos, o Estado permitiu uma transmutação de um serviço tão essencial em mais uma mercadoria, cujo acesso e distribuição são condicionados ao interesse do setor privado.

A busca pela acumulação de capital imposta pelo modelo capitalista vem resultando em uma Mercantilização em todas as esferas da vida, escanteando para um segundo plano a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a preocupação com a saúde e o meio ambiente, e a própria vida humana. Esta lógica mercantil tem feito preponderar uma preocupação maior pelo lucro do que com a vida e com o ser humano.

Na Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a injustiça ambiental foi destacada como característica do modelo de desenvolvimento dominante no Brasil.

O movimento da Justiça Ambiental surgiu nos EUA, na década de 1960, como um movimento em busca da defesa de direitos civis, ou melhor, tal como nos descreve Herculano, a partir de experiências dos movimentos sociais, das lutas dos cidadãos pobres e etnias socialmente vulneráveis e discriminadas, quanto à sua maior exposição aos riscos ambientais[5].

Robert Bullard *apud* Herculano conceitua Justiça Ambiental como:

> [...] a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas[6].

Deste modo, a Justiça Ambiental defende um tratamento justo e igualitário nas decisões sobre acesso, ocupação e uso dos recursos ambientais dos grupos sociais independente de sua etnia, origem, renda cor.

No caso em tela, nota-se uma forma de tratamento diferenciado a toda uma população localizada em uma região sócio-política, razão pela qual entendemos ser oportuno refletir sobre o tema a partir da perspectiva da Justiça Ambiental, e que convém destacar o seguinte fragmento da Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental:

> Estamos convencidos de que a injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento. Uma lógica que mantém grandes parcelas da população às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto. Uma lógica que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas do poder.

[5] HERCULANO, S. O clamor da justiça ambiental e contra o racismo ambiental. InterfacEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Ambiente, v. 3 n. 1, p. 2.
[6] Herculano, Selene. Resenhando o debate sobre Justiça Ambiental: produção Teórica, breve acervo de casos e criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente – riscos coletivos – ambiente e saúde, n. 5, 2002. Curitiba: Editora UFPR. Co-edição com a Revista Natures, Sciences, Sociétes, p. 144.

3. Da vulnerabilidade das crianças oriximanense em contraposição com o sistema protetivo de Direitos da Criança e do Adolescente pós Constituição de 1988

Importante destacar que a partir da Constituição de 1988, e posteriormente com a edição do ECA, houve uma mudança de paradigma passando a viger no Brasil a doutrina da proteção integral, que além de reconhecer as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e deveres, destacou os mesmos como titulares de direitos subjetivos oponíveis ao Estado e merecedoras de especial tutela deste, devido a sua delicada condição de pessoa em desenvolvimento. Desta forma, a partir da nova ordem constitucional as crianças e adolescentes passaram a condição de sujeitos de direito, beneficiários e destinatários imediatos da doutrina da proteção integral, deixando de ser meros objetos de proteção[7].

A Carta Magna garantiu, além dos mesmos direitos fundamentais garantidos a todos os cidadãos, outros direitos, em razão da delicada condição de pessoa em desenvolvimento, isto é, em processo de formação psíquica, mental e física. Foram assim reconhecidos direitos especiais e específicos a todas as crianças e adolescentes[8].

A Constituição de 1988 também estabeleceu que era dever do Estado e da sociedade zelar pela efetivação de direitos fundamentais da criança e do adolescente, garantindo a estes absoluta prioridade no art. 227. Tal princípio é reproduzido no ECA nos artigos 4º art. 100, parágrafo único, inciso, II, e estabelece a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, além da destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Conforme Amin o referido princípio:

> Estabelece a primazia em favor de crianças e dos adolescentes em todas as esferas de interesse. Seja no campo judicial, extrajudicial, administrativo, social ou familiar, o interesse infanto-juvenil deve preponderar. Não comporta indagações ou ponderações sobre o interesse a tutelar em primeiro lugar, já que a escolha foi realizada pela nação por meio do legislador constituinte [...].
>
> Ressalte-se que a prioridade tem um objetivo bem claro: realizar a proteção integral, assegurando primazia que facilitará a concretização dos direitos fundamentais enumerados no art. 227. Caput, da Constituição da República e renumerados no caput, do art. 4 do ECA.

[7] Amin, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 8ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015.
[8] ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente. Doutrina e Jurisprudência. Atlas, São Paulo, 2014.

> Mais. Leva em conta a condição de pessoa em desenvolvimento, pois a criança e o adolescente possuem uma fragilidade peculiar de pessoa em formação, correndo mais riscos que um adulto por exemplo[9].

Assim cabe ao Executivo destinar recursos para promoção de direitos e interesses das crianças e adolescentes, de modo a não se mostrar razoável a alegação de insuficiência de recursos ou ausência de previsão orçamentária para a adoção das medidas necessárias a promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis.

Desta forma, ainda que pese de forma majoritária o entendimento defendido por Ana Paula de Barcelos, no sentido de não ser cabível a judicialização da problemática da ausência de saneamento ambiental a fim de obrigar o executivo a realizar a implementação do sistema de saneamento, no caso em tela, por envolver de forma expressiva a violação aos direitos mais basilares da criança e do adolescentes que moram no município, como o direito a vida, a saúde e a dignidade, não se mostra razoável à luz de uma interpretação sistemática do texto constitucional e do ECA, que não possa o Judiciário determinar que a administração pública tome medidas basilares.

O próprio ECA estabelece ainda no Art. 7º que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam seu nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Considerações Finais

No caso concreto vimos, como que os efeitos nocivos da inércia estatal em implementar, realizar ou fiscalizar as concessionárias responsáveis por este serviço público são muitos e atingem de forma ainda mais perniciosa as crianças e adolescentes. A danosidade de tal problemática é evidenciada pelos altos índices de mortalidade do município, o que acaba por significar uma afronta às garantias e direitos fundamentais previstos na Constituição e no ECA.

No presente artigo discutimos que em razão da mercantilização do serviço de saneamento ambiental no Brasil, este é prestado de forma extremamente díspar no território nacional. O reflexo

[9] Amin, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 8ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015. p. 62.

das condições precárias do saneamento ambiental que caracterizam algumas regiões do país tem reflexos não só ambientais, mas também no âmbito da saúde pública.

O município de Oriximiná é um exemplo disso. A carência de uma infraestrutura básica de saneamento ambiental acaba por refletir em alto s índices de veiculação de doenças infecto-parasitárias, que atingem de forma mais contundente às crianças do município, conforme os altos índices de mortalidade infantil supracitados.

Refletindo sobre esta problemática, analisou-se bibliografia de Justiça Ambiental, movimento, que ao aproximar a discussão social da ambiental, explicita que há uma desigual distribuição entre acesso, uso dos recursos e dos danos ambientais. Por fim, concluiu-se que apesar de envolver os princípios da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde; de ser um tema importante no que tange à saúde pública e à mortalidade infantil; de ter destaque no que se refere à questão ambiental; de ser uma preocupação crescente da opinião pública, e da existência de diversas normas de proteção à criança e adolescente, o saneamento ambiental ainda figura timidamente na pauta de políticas públicas.

Assim, destacou-se que apesar da existência de todo um sistema protetivo, ainda há uma situação de vulnerabilidade das crianças localizadas em municípios sem saneamento ambiental adequado, cujos direitos acabam por não encontrar efetividade em razão da inércia estatal. Em razão disso, defende-se nesta pesquisa a possibilidade da judicialização da questão, a fim de que seja o Executivo compelido a implementar o saneamento ambiental.

Referências

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental** / Henri Acselrad, Cecília Campello do A. Mello, Gustavo das Neves Bezerra. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 8ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015.

BARCELOS, Ana Paula. **O direito a prestações de saúde*:*** complexidades, mínimo existencial e o valor das abordagens coletiva e abstrata. Revista da Defensoria Pública de São Paulo. Ano 1, n. 1, jul. 2008.

CUNHA, Rogério Sanches; LEPORE Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** 6ª edição. São Paulo: editora Revista dos Tribunais. 2014.

HERCULANO, Selene. **O clamor da justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** InterfacEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Ambiente, v. 3 n. 1, p. 1-20, 2006.

HERCULANO, Selene. **Resenhando o debate sobre Justiça Ambiental:** produção Teórica, breve acervo de casos e criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente – riscos coletivos – ambiente e saúde, n. 5, 2002. Curitiba: Editora UFPR. Co-edição com a Revista Natures, Sciences, Sociétes.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Doutrina e Jurisprudência. Atlas, São Paulo, 2014.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 8ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015.

Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: IPEA: MP, SPI, 2007.

SANTOS; Stela Souza. **Diagnóstico da qualidade das águas para consumo humano da zona urbana do município de Oriximiná-PA**. UFLA. Larvas-MG. 2005.

Lei Complementar Municipal nº 6.924 de 06 de outubro de 2006. Plano Diretor de Oriximiná. Brasil. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

<http://www.cidades.gov.br>. Acessado em 10 de agosto de 2015.

<http://www.pnud.org.br/home/>. Acessado em 20 de agosto de 2013.

<http://www.cosanpa.pa.gov.br/>. Acesso em 12 de agosto de 2010.

PROJEÇÕES DO AGORA E RELATOS DO PORVIR: REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS SOCIAIS SOBRE A CHEGADA DE UM PROJETO DE GRANDE ESCALA EM LINHARES-ES

Bruno Curtis Weber
PPGCS/UFES

Resumo: Em 2011 o governo do Espírito Santo anunciou um dos maiores investimentos da história do estado: R$6,7bi provenientes da Petrobrás, a serem investidos na região de Palhal, município de Linhares-ES. O empreendimento consistirá em um complexo industrial para produção de derivados do gás natural, compreendendo estruturas extramuros como uma adutora de água desde o Rio Doce, redes de alta tensão e um gasoduto até o porto mais próximo. Ocorre que os investimentos estão suspensos desde 2013 e as atividades de instalação sequer foram iniciadas. No intuito de avaliar as transformações já desencadeadas naquela comunidade ante a iminência da chegada do empreendimento, torna-se imperativa uma compreensão das representações sociais e do imaginário social ali engendrados e que, por seu turno, engendram as referidas transformações. Buscar-se-á apreender, através de entrevistas aprofundadas e da "objetivação participante", as mudanças percebidas pelos habitantes de Palhal desde a circulação de informações imprecisas quanto ao futuro dos investimentos, e, especialmente, as projeções que fazem para a comunidade assentados na contingência da efetivação do empreendimento.

Palavras-chave: Petrobrás; Estado do Espírito Santo; megaempreendimento; imaginário social.

Abstract: In 2011 Espírito Santo's government announced one of the biggest investments in the state's history: R$6,7bi from Petrobras, to be invested in Palhal, rural area of Linhares city. The project consists in an industrial complex for production of by-products of natural gas, including off-site structures, like a water main from Rio Doce, a high-voltage network and a gas pipeline to the nearest port. However the investments are suspended since 2013 and the activities has not even started. In order to evaluate the transformations already unleashed in that community in view of the imminence to the enterprise's arrival, it becomes imperative an understanding of the social representations and the social imaginary created over there which on the other hand had engendered those transformations. Also, it is intended to apprehend through deep interviews and "participant objectivation" the changes perceived by the habitants of Palhal, from the circulation of inaccurate informations, regarding to the future of the investments, and specially the projections made to the community grounded on the eventual establishment of the enterprise.

Keywords: Petrobrás, Espírito Santo State, mega project, social imaginary.

Introdução

As reflexões aqui apresentadas fazem parte de nossa pesquisa de mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atrelada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES). Nosso interesse recai sobre a chegada de um Projeto de Grande Escala (PGE) na comunidade de Palhal, uma zona rural do sul do município de Linhares-ES, onde ainda não existe qualquer tipo de atividade industrial. Trata-se de um dos maiores investimentos da história do Espírito Santo: R$ 6,7 bi a serem investidos

na instalação de uma Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (o UFN-IV), que teria papel estratégico no processo de substituição de importações de fertilizantes e demais derivados químicos feitos a partir do gás natural, como o ácido fórmico e o ácido acético. Além da planta industrial, algumas intervenções *off-sites* estão previstas, como a adução de água desde o Rio Doce, a 13km do local, a instalação de linhas de transmissão de energia, o sistema de descarte de efluentes – também dirigido ao Rio Doce – e a construção de um gasoduto até uma base portuária que dista aproximadamente 19km do complexo, onde deverão ser feitas adaptações ao já existente Terminal Aquaviário da Barra do Riacho, município de Aracruz (ESPÍRITO SANTO: 2011, p. 2.5.5).

Até 2012, Palhal era considerada Zona Rural pelo Plano Diretor Municipal de Linhares, e a partir da Lei Complementar 11/2012, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal (PDM), passou a ser considerada Zona Industrial II, ou seja, que admite indústrias de pequeno, médio e grande porte. O Complexo Gás-químico UFN-IV é considerado o vetor dessa Zona Industrial, isso é, é o empreendimento maior da área e que pressupõe a instalação de diversos empreendimentos satélites, como indústria de fertilizantes, empresas de logística, entre outras (ESPÍRITO SANTO: 2011). Abaixo podemos ver cartograficamente o local de instalação do empreendimento, bem como suas ramificações *off-site*.

Figura 1 - localização do Complexo Gás-químico UFN-IV.
Em destaque a localização de Palhal.



Fonte: EIA Complexo Gás-Químico UFN-IV.

De acordo com o cronograma aprovado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA-ES), as obras deveriam ter sido iniciadas em novembro de 2012, porém a Licença Prévia somente foi obtida em julho de 2013, atraso não excepcional tendo em conta o curso das tramitações para

obtenção de licenciamento, especialmente em se tratando de um grande projeto. Ocorre que o desenvolvimento das demais ações previstas no cronograma não foi realizado, o que propiciou boatos de que o projeto da UFN-IV teria sido suspenso, ou que não seria mais implantado no local inicialmente destinado, ou que as denúncias de corrupção envolvendo dirigentes da petrolífera teriam bloqueado os investimentos do complexo gás-químico, ou, ainda, que os aguaceiros na região em dezembro de 2013[1] teriam demonstrado que o solo não seria propício para a sustentação do empreendimento, ou, sabe-se lá, que as obras teriam sido simplesmente adiadas. Fato é que o empreendimento não ganhou corpo até o momento e, em maio de 2015, o presidente da estatal, Aldemir Bendine, informou à Comissão de Assuntos Econômicos do senado federal que o complexo industrial de Linhares não é uma prioridade no momento, dado à redução dos investimentos da empresa (G1, 28.04.2015, acessado em 02.07.2015).

Independentemente das conjecturas aventadas sobre as causas da paralisação do projeto, o que procuraremos avaliar é como as expectativas construídas, as interpretações sobre o que será quando e se o empreendimento chegar, enfim, que as projeções do agora elaboradas pelos moradores da comunidade de Palhal, por si só, trazem alterações substantivas nas relações entre os sujeitos e dos sujeitos com o território a partir das representações e dos imaginários que provocam. Para tanto, intentamos compreender quais representações circulam sobre o empreendimento e como os atores agem segundo tais representações. Nossa pesquisa vem desenvolvendo reflexões nesse sentido, assim, recorremos a um oxímoro da concretude do imaginário social, da efetiva atuação das mentalidades na conformação da organização social cotidiana, tendo como permanente referência o debate desenvolvido pela teoria das representações sociais (JODELET: 2002; MOSCOVICI: 1978; MOSCOVICI: 2004) e, especialmente, a discussão de Castoriadis em *A instituição imaginária da sociedade* (2007).

1. A importância do "antes" dentro do campo do desenvolvimento

Dentro da ampla literatura sobre o discurso do desenvolvimento, bem como nos inúmeros estudos de caso que a alimentam, achamos relevante refletir sobre um recorte específico e até aqui pouco explorado, qual seja, as representações que circulam e seus correspondentes fazeres sociais no momento que *antecede* a efetivação do empreendimento, mais especificamente, num momento

[1] Em dezembro de 2013, o Espírito Santo foi vítima de uma das maiores tempestades já registradas na história. As regiões próximas à bacia do Rio Doce foram as mais atingidas, causando longo período de alagamento. Palhal foi uma dessas localidades.

em que as representações se referem ao incerto e as respectivas decisões indexam-se na turbidez do porvir. O que esperamos é que as reflexões suscitadas sobre os "relatos do porvir" – as representações de um grande empreendimento que não se sabe se irá chegar e as ações que daí decorrem por parte dos sujeitos locais – possam fomentar reflexões subsequentes sobre o *momento*[2] que escolhemos fazer o recorte dentro dos debates acerca do desenvolvimento.

É preciso salientar que tal recorte foi pensado e construído com a mudança imposta pelo campo de pesquisa. Em princípio, nossa intenção era analisar o processo de transformação social – abarcando, então, a questão territorial – que seria iniciado com a chegada do empreendimento. No entanto, com a suspensão das atividades, uma nova configuração do campo se constituiu, impossibilitando a primeira proposta e abrindo duas possibilidades imediatas: ou manteria recorte similar e procuraria outro local onde um Projeto de Grande Escala estivesse para chegar em uma zona ainda não industrializada, ou manteria Palhal como campo de pesquisa, mas me debruçando sobre as novas relações que se estabeleciam com a suspensão do projeto industrial. A segunda alternativa oferecia uma perspectiva particularmente importante, pois sugeria que as representações sociais que circulam acerca do empreendimento sob o véu das incertezas de sua efetiva realização, o *momento* em que essas representações surgem deve, ele mesmo, entrar para o cômputo da literatura sobre os conflitos e as transformações concernentes às práticas desenvolvimentistas.

Ora, se falamos no *momento* em que surgem representações, podemos inverter a sentença e falar das *representações* que caracterizam o momento. Daí a necessidade de se investigar o conteúdo das representações que têm como referente o Complexo Gás-químico e tudo que esteja a ele atrelado e verificar quais são os sentidos emprestados pelos sujeitos a esse referente. Mas não só: quais as dúvidas suscitadas por sua iminência? Devemos descobrir também quais as "certezas" então construídas, ou, posto de outra forma, quais as respostas oferecidas pelos sujeitos a essas dúvidas. Lembrando, com Castoriadis, que o representar nunca está apartado de um fazer social (Castoriadis: 2007, p. 177), como esses sentidos, essas dúvidas e essas respostas são expressadas praticamente nas decisões dos sujeitos e dos grupos?

Mas urge fazer duas ressalvas acerca da dimensão material atual do empreendimento em Palhal. Primeiro: a Petrobrás já adquiriu 400 há previstos para a construção da matriz industrial, ou seja, a área prevista no Estudo de Impacto Ambiental para as operações *on-site*. Se observarmos a figura acima, referimo-nos à metade sul do limite do perímetro dentro do

[2] Do latim *momentum* "instante, poder de mover algo", contração de *movimentum*, que é "deslocar, mover" (Nascentes: 1955).

destaque. Isso implicou a indenização e realocação de cinco famílias que moravam dentro daquele limite. Essas famílias compraram lotes nas cercanias da área do empreendimento e construíram suas novas casas, que são, segundo os próprios moradores, mais modestas que as anteriores assim como a área de plantio, devido ao recurso limitado que lhes foi repassado, segundo alegam membros das famílias entrevistados. As outras seis famílias que moravam dentro do mesmo limite têm pessoas empregadas na fazenda de um grande proprietário da região que acatou a indenização ofertada pelo estado e construiu novas casas para seus empregados do lado oposto da estrada. O segundo fato concreto, não desvinculado do primeiro, é que seis famílias, de primeiro grau de parentesco entre si, recusaram a indenização proposta e persistem no local, travando uma disputa judicial para viabilização de sua permanência ou, alternativamente, um aumento significativo da proposta indenizatória.

Essas ressalvas nos indicam uma importante questão de fundo das informações de campo que apresentaremos na próxima seção. Reparemos que as decisões sobre o que será do território são tomadas de fora, mas *sobre* o mesmo. Ou seja, a decisão se o local será de fato transformado em um ponto estratégico da produção de fertilizantes e todas as transformações sociais que decorreriam de uma complexa planta industrial em Palhal e nas comunidades vizinhas não depende das mesmas. Santos conjugou os conceitos de *teleação* (Moles *in.* Santos: 2014, p. 110) e *hipertelia* (Simondon *in.* Santos: 2014, p. 198) para caracterizar os espaços povoados por objetos técnicos, típicos dos canteiros desenvolvimentistas. Por teleação devemos compreender que os comandos – administrativos, técnicos e mesmo operacionais – são efetuados numa localidade distinta daquela em que se concretizam, e que, por conta disso, os agentes locais não conseguem alcançar devido às barreiras burocráticas e à distância geográfica de onde estes comandos são emanados (idem, p. 110, p. 149). São decisões tomadas administrativamente alhures que, mesmo que seja de um local determinado – possivelmente internacional –, é uma posição geográfica e burocraticamente inalcançável para os atores que vivem no território onde os efeitos das decisões tornam-se reais.

Quanto ao conceito de hipertelia, poderíamos aplicá-lo àqueles espaços que se tornam, no limite, espaços *unicamente* funcionais (Santos: 2014, p. 198), espaços que passam a prescindir das demais dimensões que constituem o território, como o elo afetivo, a identificação, a memória coletiva que o significa, entre outros. Se recorrermos aos radicais que compõem o conceito, *"hiper"* funciona como partícula de intensificação de "*telos"*, que nos remete à finalidade. O espaço hipertélico é o espaço reduzido à sua funcionalidade, e esta é definida e

comandada por agentes que não participam do território em sua concretude, senão através de suas "*tele*decisões". É justamente num espaço tão utilitário quanto uma unidade de fertilizantes que as dimensões citadas acima estão apartadas ou, no máximo, secundarizadas.

Visto que o controle das transformações territoriais passa daqueles que afetiva e cognitivamente se identificam com o lugar[3] para uma esfera blindada de interferência dos atores locais, temos uma clara relação assimétrica constituída. Essa assimetria está expressa naquilo que Gustavo Lins Ribeiro chamou de campo do desenvolvimento (RIBEIRO: 2008). Dentro do quadro conceitual de Bourdieu, o que caracteriza o campo é a estrutura de relações objetivas das posições sociais que determinam a forma de interação entre os agentes segundo práticas e valores específicos, cuja legitimidade é objeto de disputa entre os agentes (Bourdieu: 2012, p. 66). Quando falamos em "campo do desenvolvimento" estamos, pois, falando de relações de tensão, cujo produto é inconcebível fora dessas relações, fora das diferenças que marcam as posições sociais na disputa de um "desenvolvimento" legítimo. Nessa lógica, Ribeiro diz que "'desenvolvimento' abarca diferentes visões e posições políticas, variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade" (Ribeiro: 2008, p. 111). No campo existem aqueles que estão "satisfeitos" com a posição que ocupam, justamente porque sua posição atual é privilegiada em termos de poder, em termos de "criar e organizar cenários que constrangem as possibilidades de ação das pessoas e de especificar a direção e distribuição de fluxos de energia" (idem, p. 110), e por isso as redes que constituem servem para favorecer a reprodução do campo com a forma de suas relações e com seus valores atuais. Um exemplo típico é o fato de todos os moradores de Palhal e da comunidade vizinha, Lagoa do Aguiar, com a exceção daqueles que resistem juridicamente contra a realocação, desconhecerem que o local onde moram passou a ser Zona Industrial do tipo II[4], sem ter garantida a participação das audiências sobre o Plano Diretor Municipal e, mesmo se o tivessem, sabemos que a prerrogativa para aprovação do PDM é da Câmara dos Vereadores. A Zona Industrial onde está situada Palhal tem como projeto âncora justamente a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados, em nome da qual governador, senadores, deputados e poderes executivo e legislativo municipais lutam para ver concretizada.

[3] Aqui nos auxiliaria o conceito de lugar tal como definido por Augé, como um espaço "identitário, relacional e histórico" (Augé: p. 73), mas o aprofundamento dessa discussão nos distanciaria do objeto principal do presente trabalho. Apenas acrescentemos a contribuição de Y-fu Tuan, para quem "lugar é uma pausa no movimento, a pausa permite que uma localidade se torne um centro de valor conhecido" (Tuan: 1983, p. 153). Aqui lugar é um local experienciado e valorado, positivamente valorado, diga-se, a ponto de se criar *philia*, a ponto de se identificar um centro, a ponto de identificar-se em relação a *alter* e identificar o aqui em relação a alhures.
[4] Nem mesmo o líder local, morador de Lago do Aguiar, sabia dessa mudança até minha chegada a campo.

2. Projeções do agora e relatos do porvir[5]

Até o ano de 2013 a senhora "N" morava na área que hoje pertence à Petrobrás. Sua casa fora construída há 40 anos por ela, seu marido e sua avó com o massapê que se tinha em abundância naquela parte do terreno. Ao redor de sua casa moravam três de seus filhos, que em janeiro de 2014, quando o estado indenizou as famílias para disponibilização da área para a empresa, tiveram que se mudar para uma zona urbana próxima em busca de emprego. A sra. "N" e seu marido sentiam falta dos filhos próximos deles, pois pela primeira vez não os tinham vivendo no mesmo terreno. Ela disse que até então não havia conseguido terminar sua casa. Considerava o valor injusto, assim como seus dois novos vizinhos de lote, e sequer havia conseguido comprar todo o material de obra necessário para terminar o banheiro. A indenização não compreendeu o pomar plantado há mais de quarenta anos por ela e seu marido, fato bastante lamentado e compartilhado pelos outros moradores realocados. "Antes o vizinho ficava lá longe, agora toda manhã eu vejo a cara desse aí", brincou com o morador vizinho, presente na ocasião da entrevista, para se referir ao lote atual como de menor proporção que o anterior.

Um ponto que todos os moradores realocados estão de acordo é que a qualidade da água no novo sítio é de melhor qualidade, o que tem ajudado o desenvolvimento das culturas de pequeno e médio ciclo, como a de milho, mandioca e feijão. O que temem é que a qualidade dos poços artesianos seja prejudicada quando "eles começarem a cavar para passar o petróleo". Outra dúvida presente é se poderão permanecer no local escolhido quando as obras começarem e as atividades da empresa estiverem sendo realizadas, e ainda, se caso não puderem, se receberão nova indenização para se acomodarem em outro lugar. Quando voltei a campo meses depois, a sra. "N" me perguntou se poderiam permanecer ali naquele sítio, resposta que procurei junto à prefeitura de Linhares. A resposta é que somente teriam que sair se e quando a empresa viesse, coisa que não daria para saber com certeza, mas que segundo informação que eu tinha conseguido na internet – referindo-me ao Plano Plurianual de investimentos da Petrobrás – deveria demorar alguns anos até que o projeto "saísse do papel". Não saberia dizer nem mesmo *se* a empresa de fato chegaria. "Deus está do nosso lado", respondeu a sra. "N".

Mas não foram todas as famílias que aceitaram a indenização. Dentro da área solicitada pela estatal, onde ficaria o tanque de armazenamento de água da indústria, existe uma mercearia

[5] Preferimos resguardar os nomes dos entrevistados buscando fazer referências genéricas, inspirados no estilo de Clifford Geertz apresentado especialmente em *A interpretação das culturas*, 1989.

cujo proprietário se recusa a deixar o terreno herdado de seu pai há trinta anos e onde criou seus filhos. "O que eu quero mesmo", diz o merceeiro, "é ficar aqui, porque o terreno era do meu pai, todos os meus seis filhos foram criados aqui e eu já estou acostumado. Mas se não tiver jeito mesmo, que pelo menos eles me deem dinheiro para construir alguma coisa maior do que eu já tenho". O merceeiro não está só na resistência contra a realocação, já que seus filhos, que habitam o mesmo lote com seus respectivos núcleos familiares, também se recusaram e brigam juridicamente contra a empresa para a permanência no local.

Aliás, antes da chegada do empreendimento (talvez melhor fosse dizer a "chegada" do empreendimento, ou a não chegada do empreendimento) os filhos do merceeiro criavam seus gados na área que atualmente pertence à empresa. Com as indenizações que ocorreram na área e o cercamento da mesma, a consequência legal óbvia seria a retirada do gado, o que de fato, não só os filhos do merceeiro como os demais donos de gado que davam pasto às suas criações naquela área, fizeram. Com exceção do filho mais velho e seus consociados. Ele não só manteve seu gado na área, mas também, quando recebeu notificação da empresa para retirá-lo, não o fez. E não o fez pelo seguinte arrazoado: "tiraram a dona 'N' daí e um monte de família humilde porque sabe que eles são humildes e vão aceitar o que oferecerem. E agora fica essa terra parada aí, sem aproveitar para nada e o pessoal lá nem água encanada não tem. E ali tem pasto bom e terra boa para plantar".

Figura 2 - cabeças de gado na área do empreendimento



Certo dia, em visita à mercearia, lá estavam o merceeiro e um outro senhor a conversarem. Apresentei-me a este senhor que ainda não conhecia e logo em seguida um

jovem vaqueiro entrou no estabelecimento perguntando se tínhamos visto o novo rio que tinha se formado dentro do lote da Petrobrás. Alguns dias antes uma forte chuva havia encharcado o solo, de modo que o pasto situado à beira da estrada que dá acesso ao lote, na margem oposta deste, estava alagado e um fluxo considerável de água desenhava um "rio" dentro da área do empreendimento, provavelmente por ser relativamente mais baixa que o pasto. Nós três, eu, o merceeiro e o outro senhor, dissemos que havíamos visto e então perguntei se era comum que corresse o "rio" daquela forma em épocas de chuva. O merceeiro disse então:

> Daquele jeito igual está ali eu nunca vi não. E nem choveu tanto. Sabe o que é? Não tem uma semana que o pessoal da Petrobrás foi exatamente ali e fez piquete, piqueteou tudo. Parece que estão querendo fazer uma estrada ali. A gente procurou saber o que era, mas eles não falam nada, nada. Aí eles vieram e piquetearam tudo, não tem uma semana, dez dias. Choveu e formou aquele riozão bem em cima dos piquetes que eles fizeram, mas está no trajeto certinho dos piquetes. É Deus, é Deus que está por nós. Na Bíblia está escrito que Deus está do lado dos mais fracos e foi ele que mandou aquela água pra mostrar pra eles que eles estão errados, eles estão no lugar errado (dono da mercearia de Palhal, morador de Palhal).

"Bem feito", disse o jovem. "Bem feito", repetiu o senhor.

Apesar de não existir na região nenhuma organização formal, como uma associação de moradores, "Z" foi apontado por diversos atores como uma liderança local. O motivo pelo qual "Z" é considerado uma liderança deve-se a diversas ações suas, segundo os relatos dos próprios moradores e posteriormente confirmados por ele. Por exemplo, em caso de enfermidade ou morte de algum morador é a "Z" que recorrem; foi ele quem construiu a igreja católica de Palhal; foi ele também quem organizou o mutirão para a construção da única escola daquela zona rural[6]. Eu mesmo presenciei uma ocasião em que ele deixou de ir a uma missa dominical para levar um morador até o município de Fundão para que ele pudesse se encontrar com seu pai que há muito não via. O que notamos é que a liderança de "Z" não deriva propriamente de uma representatividade política, conotação dada de costume ao epíteto "líder", mas dessas suas ações dadas na ordem do dia e, claro, do reconhecimento das mesmas por parte dos demais moradores.

Na primeira conversa que tive com "Z", perguntei então se ele havia acompanhado o processo de discussão sobre o empreendimento, como as audiências públicas e o

[6] Depois de deferida pela prefeitura a solicitação para a construção de uma escola para a região, moradores relatam que ante a morosidade do serviço público em atender o pleito eles próprios tomaram a iniciativa de construir com recursos próprios e de apoiadores a escola que hoje oferece ensino básico.

desenvolvimento das pesquisas para o Estudo de Impacto Ambiental. Quanto às pesquisas ele disse que por algumas semanas estiveram contratados da Petrobrás na área realizando entrevistas com os moradores, mas quanto ao acompanhamento das discussões públicas disse não ter tido conhecimento das audiências e que por duas vezes "chegou gente do estado de helicóptero com gente da empresa, pousaram bem aí do lado da escola montaram uma tenda, serviram lanchinho e tudo. Mas eles chegaram com a coisa toda pronta já, você está entendendo? Eles não vieram negociar com a gente, não vieram discutir. Chegaram, apresentaram, montaram no helicóptero e foram embora". E em seguida:

> Ninguém aqui é contra o desenvolvimento não, sabe, Bruno. Mas a gente quer que as coisas sejam feitas do jeito que têm que ser. Ninguém sabe de nada, a gente é o último a saber de tudo. Outro dia andando em Linhares encontrei com um amigo meu que mora lá e ele disse que eles vão fazer até trilho de trem e puxar água lá do Rio Doce. Poxa, ninguém falou nada disso com a gente. E agora ninguém nem sabe se o negócio vai ser levado pra frente mesmo. Muita gente vendeu casa, vendeu lote, se mudou. Muita gente colocou os lotes pra vender por quinze, vinte mil e agora já está valendo doze, dez, até menos ("Z", morador de Lagoa do Aguiar e líder local).

Tempos depois, em minha sexta viagem a campo, sentados na mesa de café de sua casa ele diria "graças a Deus esse povo parece que desistiu de vir para cá" e quando eu lembrei que ele havia me dito não ser contra o empreendimento em nosso primeiro encontro ele respondeu "ainda não te conhecia, né? Não sabia quem você era".

Uma outra senhora, frequentadora das missas de domingo na igreja construída por "Z", acredita que existe um lado bom e um lado ruim com a chegada do empreendimento:

> O lado ruim é que vai passar muito caminhão na beira de casa, vai levantar muita poeira e quando eles começarem a cavar o poço do petróleo a água vai ficar toda barrenta. A água fica preta, não presta mais não. O lado bom é que eles colocaram a torre de celular. Antigamente para pegar celular aqui era uma luta, agora pega até dentro de casa. Todo dia eu converso com meu filho que mora lá em BH. Meu filho e meu neto moram lá em BH. Eu tenho medo de que se eles desistirem mesmo eles levem a torre embora (senhora moradora de Palhal).

Aliás, a expectativa sobre o empreendimento também pauta a abordagem do celebrador das missas da igreja católica de Palhal. Certa vez, o estudo bíblico foi sobre o capítulo 25 do livro de Mateus, versículos 31-46 e a reflexão do orador foi no seguinte sentido:

> Essa passagem fala sobre a importância de separarmos as ovelhas dos cabritos, ovelhas à direita e cabritos à esquerda. Estes são teimosos, insubmissos, solitários e as ovelhas dóceis, obedientes e sempre estão unidas. Então é importante sabermos separar o bem do mal, o ruim do bom. As comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar estão livres dos perigos da cidade, das angústias do mal do capitalismo, por enquanto. Para continuarmos livres é preciso que nos mantenhamos unidos. O capitalismo faz com que a gente não enxergue o essencial e peça a Deus apenas o supérfluo em nossas orações, o que a gente não precisa de verdade. Ele sempre nos dará o que a gente precisa, o que faz com que a gente às vezes fique chateado quando Ele não nos dá aquilo que é supérfluo e que nós pedimos. O capitalismo quer que a gente peça sempre mais e mais e é por isso que o homem da cidade não vive em paz. Nós temos que nos manter unidos, sempre unidos, unidos aos nossos irmãos, unidos à nossa terra para resistirmos à ganância do capitalismo que tenta tomar as nossas terras. A chuva é essencial para que tenha pasto, para que tenha plantação. Vamos pedir por chuva para nós e para nossos irmãos e não vamos nos preocupar com o que não é essencial (celebrador da igreja católica de Palhal, morador de Lagoa do Aguiar).

Fui em mais duas missas e em cada uma delas o celebrador guiou ao menos parte de sua reflexão em sentido similar ao exemplo trazido aqui: clamando pela união e organização das comunidades de Palhal e Lagoa do Aguiar para enfrentar "as turbulências que não foram causadas por ninguém daqui de dentro [da comunidade], mas que nós temos e teremos força para atravessar se nos mantivermos unidos" (missa em 7 de dezembro de 2014).

Mas a suspensão do empreendimento é também percebida com apreensão por aqueles que investiram recursos, preparando-se para a chegada massiva dos empregados na região. Quando a sra. "O" e seu marido souberam da chegada de um empreendimento com o porte anunciado, fizeram alguns investimentos importantes: construíram um galpão para manutenção e garagem de carros da empresa, fizeram um segundo piso em sua casa com quitinetes para os eventuais trabalhadores e lotearam algumas propriedades anexas à área de sua moradia. "Foram anos de poupança que a gente esperou para o melhor momento de investir. E quando a gente investe acontece isso. São anos de dinheiro jogados na lata de lixo". Aqui fica bem claro o distanciamento entre aqueles que pretendem permanecer no local e os que trataram o empreendimento como uma oportunidade econômica:

> Se eles tivessem começado a obra logo nada disso tinha acontecido. Mas o que acontece. Tem gente que parece que não tem visão para o que é o progresso. Porque se todo mundo tivesse recebido a indenização certinho como está escrito na lei, as obras tinham começado. Mas aí atrasou tudo por conta disso, porque teve gente que não quis sair. Aí deu tempo de descobrirem a roubalheira toda da Petrobrás e agora a Petrobrás simplesmente não pode mais fazer a obra. Não pode mais porque o dinheiro está todo travado na justiça (sra. "O", moradora de Palhal).

O sr. "I" também investiu em uma outra área dentro de Lagoa do Aguiar, a qual foi dividida em trinta lotes com o intuito de vendê-los para empregados da Petrobrás. Se a princípio a ideia era regularizar os lotes para oferecê-los a um preço entre R$ 15mil a R$20mil, agora alguns lotes já foram vendidos a R$ 5 mil para moradores de Rio Quartel bem como de outras zonas rurais de Linhares e de Aracruz:

> O preço que a gente oferece não dá para pagar nem a burocracia. A gente faz mais para ajudar o pessoal que precisa da terra mesmo e não tem dinheiro para construir sua casinha e fazer a roça. Não faz sentido a gente manter a terra parada sem ninguém usar sabendo que tem gente que precisa e ficar esperando a boa vontade da Petrobrás se resolver. Agora, que é um prejuízo, é sim (esposa do sr. "I", moradora de Lagoa do Aguiar).

Muitos jovens investem, alguns há mais de dois anos, em cursos técnicos com a expectativa de ingressarem nas obras do complexo industrial e, enquanto isso, trabalham eventualmente em parques industriais do próprio município de Linhares ou do município de Aracruz. Como a maior parte destes trabalhos é de contratos temporários, no período em que estão desempregados, ou até mesmo em dias de folga quando empregados, auxiliam suas respectivas famílias nos afazeres da roça e da criação de gado. A chegada da empresa é vista como uma forma de, ao menos, reaver o dinheiro gasto na preparação técnica. "A gente vai fazendo curso, fazendo curso, fazendo curso. Mas essa desgraça dessa Petrobrás não decide o que ela quer da vida". Foram esses jovens que mais frequentemente me tiveram como funcionário da Petrobrás, e quando eu então me apresentava, diziam coisas do tipo "achei que era você que ia resolver esse problema para nós", em tom de brincadeira, ou "achei que fosse gente da Petrobrás fazendo mais pesquisa, porque pesquisa eles fazem bem, agora obra mesmo que é bom, nada".

Com essa compilação dos dados de campo que aqui apresentamos é possível reconhecermos quatro grupos distintos que amparam suas respectivas explicações sobre o empreendimento a partir de sua condição:

a) Moradores realocados:

Aqui se encontram tanto os atores que receberam indenização diretamente sobre a pequena propriedade quanto os empregados de fazenda cujo patrão acatou a indenização e construiu novas casas do outro lado da estrada de terra. Ressaltamos que os empregados são também moradores locais desde sempre, e a maior parte deles há mais de uma geração.

b) Moradores em contenda jurídica por permanência:

Tratam-se da família do merceeiro e das famílias de seus filhos, único conjunto de moradores que optou por uma posição política positiva ante a empresa. O empreendimento é visto como uma permanente ameaça e como um objeto a ser enfrentado com ações positivas, como o recurso jurídico e a persistência em manter o gado dentro da área mesmo quando já notificado pela empresa para que o retirasse.

c) Moradores que investiram recursos com expectativas sobre o empreendimento:

Aqui encontram-se aqueles que enxergam o empreendimento como uma oportunidade econômica ou uma oportunidade de trabalho. Não deve passar despercebido que aqueles que investiram recursos em áreas, melhoramento de lotes e construções são pessoas que ou têm Palhal ou Lagoa do Aguiar como moradia esporádica ou são moradores relativamente novos da localidade, quando comparados aos atores dos outros grupos. Mesmo a sra. "O" e seu marido, que criaram sua filha entre Palhal e Baixo Quartel, são moradores há "apenas" vinte anos do local: "apenas", quando comparamos com moradores de quarenta, cinquenta anos, cujas famílias já moravam na região antes de nascerem e que, sintomaticamente, não se enquadram, nem uma exceção sequer, neste grupo. Ademais, atualmente estão na zona rural apenas em finais de semana e feriados, assim como outros investidores que têm a fazenda como uma segunda atividade. Acrescentamos nesse grupo também os jovens que investiram tempo e dinheiro na realização de cursos técnicos tendo em vista o ingresso nas obras de instalação da empresa.

d) Moradores que não tiveram relação direta com o empreendimento:

Nos vimos na obrigação de acrescentar um quarto grupo, em que as pessoas não foram realocadas, não participam de disputa judicial e nem mesmo investiram qualquer recurso com vistas à chegada do empreendimento, mas que cotidianamente enfrentam o desafio de significá-lo. Não é por não terem, ainda, sofrido interferências materiais sobre sua existência que este último grupo possa ser tido como não afetado. Até porque aqui a ameaça constante das transformações prometidas pelo projeto são ameaças ao território, em todas as suas dimensões, onde essas pessoas construíram suas vidas. O celebrador da missa católica e o líder "Z" estão aqui contemplados. O empreendimento e todas as transformações que venham a reboque são considerados ameaças ao estilo de vida, à história do local, da qual participam, ao controle sobre

a terra, às relações profundamente pessoais que hoje existem. Não seriam essas apreensões, impostas pelo referente externo, por si só impactos a serem levados em conta? Afinal, quando vemos essas apreensões compartilhadas numa missa, no balcão da mercearia, no café de fim de tarde, quando reparamos o esforço constante dos atores para encontrarem um resposta àquilo que se lhes impõe sem que tenha exatamente uma aparência ou uma materialidade precisa, uma dimensão precisamente delimitada, e quando fazem circular, através das conversas diárias, as representações que pretendem dar conta dessas dúvidas, e quando essas representações supõem uma ameaça iminente ao território, ao *modus vivendi* presente e à história local: não seria o próprio processo de decifração do referente, nestes termos, um impacto considerável? Lembrando que o referente em questão – o empreendimento da Petrobrás – é um produto teleacionado, seguindo a terminologia de Moles, incorporada por Milton Santos. Ou seja, de onde quer que estejam vindo os comandos para sua realização/suspensão, esses comandos ignoram por completo as minudências das representações assentadas nas aflições, apreensões e expectativas geradas neste *momento*. Acreditamos que a dimensão apresentada por este quarto grupo seja transversal a todos os outros que já testemunharam transformações materiais em suas vidas por conta do empreendimento.

3. Sobre o esforço de significar o não-familiar

Para Serge Moscovici, nome fundamental na teoria das representações sociais, a função fundamental destas representações é tornar familiar aquilo que ainda não é familiar:

> A presença real de algo ausente, a "exatidão relativa" de um objeto é o que caracteriza a não-familiaridade [...]. O não-familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso [...]. O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado (MOSCOVICI: 2004, p. 56).

Nas famosas vinhetas que precediam os episódios do seriado Super-Homem, os transeuntes surpresos com o corpo que sobrevoava a cidade se perguntavam: "é um pássaro? Um avião? " O que faziam nada mais era do que localizar um evento não-familiar dentro do quadro de categorias então disponíveis, revelando as duas funções centrais das representações sociais, quais sejam, *convencionalizar* e *prescrever*, que, num sentido similar ao de Durkheim, dispõem uma estrutura de sentido antes mesmo que nos ponhamos a pensar, que, na verdade, "decreta *o que*

deve ser pensado" (idem, p. 37, grifo no original). Denise Jodelet, aluna e colega de Moscovici, diz-nos que representações sociais são "sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo" (Jodelet: 2002, p. 32). Interpretar é *significar*. Significar é ordenar signos disponíveis – em que a linguagem é o maior exemplo e a base para derivar os demais signos – para emprestar sentido para o mundo. Assim morreu o capitão Cook, como uma divindade ao retornar ao Havaí por conta do mastro partido do seu *Resolution* (Sahlins: 1990, p. 140). O evento do retorno de Cook foi interpretado segundo o universo simbólico do qual dispunham os havaianos.

A psicologia social parte, pois, da hipótese de que o ser humano tem uma predisposição psíquica para operar segundo os mecanismos da coerência e estabilidade (Jodelet: 1984, pp. 16-7; Moscovici, 1978, p. 15; Moscovici: 2004, pp. 103-4), num contexto em que o não-familiar é uma iminente ameaça. Porém dois desafios aí surgem de imediato. Primeiro, se nos satisfizermos com a explicação do "não-familiar" em "familiar", toda significação e todo fazer seriam puramente reativos e as representações presentes seriam eternamente suficientes, ao aguardo da próxima ameaça para fagocitá-la e processá-la. Como explicar as rupturas, os saltos, as transformações? Como compreender o caráter inextricavelmente diacrônico (histórico) evidenciado em toda realidade sincrônica (social) (Castoriadis: 2007, p. 205)?

A solução para essa questão é oferecida justamente por Castoriadis, que define três tipos de significação na ordem social:

- Pode corresponder ao percebido (ou real), em suas palavras, "à existência distinta do significante" (Castoriadis: 2007; p. 170), aquilo que se apresenta à percepção, à experiência sensível, interna e externa, e recebe, a partir daí uma interpretação;
- Ao conceitual (ou racional), que é a interpretação a partir dos conceitos pré-existentes, cujo exemplo mais facilitado está nos verbetes dos dicionários;
- Ao imaginário, que é a elaboração criativa de uma interpretação ainda não existente, cujo núcleo criador está na representação original individual, a partir da qual representações derivadas poderão ser elaboradas.

Diz-nos o autor, referindo-se ao momento de criação significativa:

> "Mas esta arrealidade última como captá-la? Ela só se dá, de um certo modo, como as 'coisas em si', a partir de suas consequências, de seus resultados, de seus derivados" (Castoriadis: 2007; p. 172).

O imaginário radical, fundante de um novo signo, é uma prerrogativa do imaginário individual, assentada na representação-afetividade-intenção localizada no inconsciente.

Exposta essa proposta do filósofo greco, chegamos ao segundo desafio. Pois se de um lado reconhecemos a capacidade criativa dos atores em criar os significados acerca dos problemas que se lhes impõem, o que haveria nesse processo inventivo que pudéssemos alcunhar de "social"? Se o imaginário radical é próprio dos indivíduos que participam de uma determinada região de sentido, as significações imaginárias coletivas "não *denotam* nada, e *conotam*, mais ou menos tudo" (Castoriadis: 2007; p. 173), o que quer dizer que a sociedade não funda significados, mas antes disponibiliza um universo simbólico suficientemente amplo para que o real (percebido) e o racional (conceitual) se balizem, ao mesmo tempo que oferece os termos de uma significação imaginária radical, mas não encerra todos os significados possíveis que poderão surgir no jogo criativo com estes termos. Num movimento inverso, as significações imaginárias radicais modificam o universo simbólico, ainda que essas modificações, na maioria das vezes, só possam ser apreendidas numa mudança de escala temporal: "basta mudar a escala de tempo e as estrelas dançarão loucamente" (Castoriadis: 2007; p. 211).

> Elas [as significações imaginárias coletivas] só podem ser captadas de maneira derivada e oblíqua: como a separação ao mesmo tempo de delimitar exatamente entre este primeiro termo: a vida e a organização efetiva de uma sociedade, e este outro termo igualmente impossível de definir: *esta* vida e *esta* organização [...] como o cimento invisível mantendo unido este imenso *bric-à-brac* de real, de racional e de simbólico que constitui toda sociedade como princípio, que escolhe e informa as extremidades e os pedaços que aí serão admitidos (Castoriadis: 2007; p. 173).

A nova significação social, por sua vez, caracteriza (ipseidade) e individualiza (heccedidade) o grupo, em outras palavras, *identifica-o*. Portanto, a conformação dessa ontologia própria se dá com os jogos possibilitados pela rede simbólica específica do grupo, e essas possibilidades *instituídas* são o que Castoriadis chama de *elemento conjuntista-identitário*. Os signos que daí são elaborados pertencem à lógica conjuntista-identitária. Por isso Castoriadis chama a atenção para o lapso, tradicionalmente negligenciado, entre a denotação e o *uso identitário de um sentido.*

Se para Moscovici "quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação ou se comporta" (Moscovici: 2004, p. 43), para Castoriadis:

> Até aqui toda sociedade tentou dar uma resposta a algumas perguntas fundamentais: quem somos nós? Que somos nós, uns para os outros? Onde e em que somos nós? Que queremos, que desejamos o que nos falta? [...]. Não se trata de perguntas e de respostas colocadas explicitamente e as definições não são dadas na linguagem. As perguntas não são mesmo feitas previamente às respostas. A sociedade se constitui fazendo emergir uma resposta de fato a essas perguntas em sua vida, em sua atividade. É no *fazer* de cada coletividade que surge como sentido encarnado a resposta a essas perguntas, é esse fazer social que só deixa compreender como resposta a perguntas que ele próprio coloca implicitamente[7] (Castoriadis: 2007, p. 177, grifo no original).

Portanto, por mais centrífugos e até dispersos que os exemplos retirados de nosso trabalho de campo, apresentados ao longo desse artigo, possam parecer, com o auxílio teórico de Castoriadis podemos perceber que é justamente a criação de significados, virtualmente infinitos dentro de uma dada região de sentido, que constitui a individualidade histórica de uma dada coletividade. No caso apresentado, focamos as interpretações referidas pelo empreendimento de grande porte, alteridade em cuja relação podemos apreender um "nós" da comunidade de Palhal e de Lagoa do Aguiar, exatamente nos termos expostos por Jodelet em *A alteridade como produto do processo psicossocial* (JODELET: 2004), para quem o reconhecimento de uma alteridade pressupõe a identificação de um "eu", lógica estendível à coletividade e que nos remete a um "nós".

E mais: vejamos, a partir da última citação de Castoriadis, que as "respostas" às "questões" que se apresentam àquela coletividade, supõem um movimento de interpretação e até invenção de novos significados, mas que esse movimento nunca está apartado de um *fazer* social, que, também virtualmente infindável, conforma a ipseidade e hecceidade, a substância e a individualidade histórica de uma dada coletividade. Por isso criar gado na área hoje pertencente à Petrobrás, e que até então era uma prática cotidiana, ganha o sentido de afirmação ante a ameaça de despejo; por isso investimentos superlativos em loteamentos têm como base o grande contingente populacional e a valorização do solo imaginado com a chegada da indústria; por isso, o menor sinal de fracasso da empresa significa que Deus está do *nosso* lado e que por isso até brigaremos na justiça para que *permaneçamos* na terra; por isso temos que nos manter unidos, para *resistirmos* à ganância do

[7] Recentemente defendida a dissertação *Produção da Cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das comunidades vizinhas de Ubú e Parati no Espírito Santo*, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES, em que Gustavo Rovetta demonstra como os modos de vida dos pescadores artesanais estão inextricavelmente ligados a uma dimensão política, justamente porque o fazer daquelas coletividades "respondem" aquelas "perguntas" num contexto de forte pressão industrial que, direta ou indiretamente, mas de maneira constante, "replicam" ao fazer da pesca artesanal (Rovetta: 2014).

capitalismo. E é justamente essa diversidade criativa de respostas – representacionais e práticas – que nos permite identificar o "nós" que chamamos comunidade de Palhal.

Conclusão

Na abordagem que aqui apresentamos buscamos valorizar a criatividade dos atores na construção dos diversos sentidos elaborados, pelos mesmos, buscando revelar o fazer social que está aí embutido. Não obstante, não devemos ignorar a diferença posicional entre os atores locais e os atores de decisão sobre a implantação ou não do empreendimento, a apresentação ou não deste referente "não-familiar" para aqueles primeiros. Energeticamente estratégica para o país[8], economicamente interessante para investidores e politicamente relevante para o município, o complexo gás-químico constitui motivo típico para a formação das consorciações, processo em que agentes de diversas escalas distintas (local, regional, nacional e transnacional) se articulam para a realização de um grande projeto (RIBEIRO: 2010). Pelo compartilhamento de um objetivo preciso, os consórcios presumem alto grau de integração entre seus partícipes: uma espécie de "força tarefa" dos grupos de poder que se alinham para potencializar suas ações em prol daquele objetivo e são estes grupos que, ao cabo, decidirão sobre a concretização do projeto.

Nossa pesquisa procura justamente conjugar estas duas dimensões: a criatividade dos atores em lidar com o problema que se lhes apresenta; e o distanciamento destes mesmos atores do lugar de decisão e controle sobre esse problema. Sugerimos que essa tensão existe *antes* mesmo da concretização do empreendimento e que as incertezas engendradas neste momento, contingência está controlada pelos grupos de poder, geram, por si só, transformações sociais bastante concretas, ainda que gozem de pouca atenção das sociologias que se debruçam sobre o discurso do desenvolvimento.

Referências

BRASIL. **3º Balanço do PAC 2** - Eixo 5: Energia. [pdf], 2011.

[8] As UFN-III (Três Lagoas-MS), a UFN-IV e a UFN-V (Uberaba-MG) fazem parte da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento 2011-2014 (PAC 2) dentro do grupo de projetos de energia (BRASIL: 2011).

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma Sociologia Reflexiva** In. O Poder Simbólico. 16ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 17-58, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

ESPÍRITO SANTO. **Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Gás-químico UFN-IV**. Cariacica, Instituto Estadual de Meio Ambiente, 1734p. 2011.

JODELET**,** Denise. **Representações sociais:** um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). As Representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 17-44.

_____. **A alteridade como produto do processo psicossocial.** In: A. Arruda org. Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes. p. 83-108, 1998.

LINHARES. **Lei complementar 11/2012**, disponível em <http://www.legislacaoonline.com.br/linhares/images/leis/html/C112012.html>, acessado em 05/03/2015.

Moscovici, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2004.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955 [PDF].

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento**. Novos Estudos CEBRAP, n. 80, p. 109-125, 2008.

_____. **A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, out. 2010.

ROVETTA, Gustavo Pereira. **Produção da Cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das comunidades vizinhas de Ubú e Parati no Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Milton: **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2014.

TUAN, Y-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção. Lodrina: EdUEL, 2011.

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM REDES SOCIAIS: A REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE

Erick Alessandro Schunig Fernandes
UFES

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias de comunicação por uma rede de movimentos sociais e organizações não governamentais, denominada Rede Alerta Contra o Deserto Verde, no ano de 2002. Neste período foram realizadas diversas ações de comunicação visando transpor a influência do setor empresarial de celulose na mídia e chamar a atenção para os impactos causados pela expansão dos plantios de eucalipto no Espírito Santo. Para este estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, levantamento documental e entrevistas com fundadores das organizações integrantes desta rede. Os resultados mostraram que apesar da influência do setor de celulose, o planejamento executado pela Rede conseguiu atrair a atenção da mídia e da população em relação aos impactos da monocultura de eucalipto.

Palavras-chave: rede; movimentos sociais; comunicação.

Abstract: The objective of this study is to analyze the communication strategies of a network of social movements and non-governmental, called Alert Against the Green Desert Network, in 2002. In this period were carried out various communication actions to overcome the influence of the business sector cellulose in the media and draw attention to the impacts caused by the expansion of eucalyptus plantations in the Espírito Santo state. For this study a literature search was conducted documental research and interviews with founders of the organizations in this network. The results show that despite the influence of the cellulose sector, planning executed by this network has attracted the attention of the media and the public regarding the impacts of eucalyptus monoculture.

Keywords: network; social movements; communication.

Introdução

A atuação de movimentos sociais e organizações não governamentais (ONG's) vem se constituindo num dos principais mecanismos para a construção da cidadania, através da atuação junto aos grupos de excluídos dentro da sociedade. Uma exclusão provocada pela imposição de um pensamento, com base num modelo de crescimento econômico desigual, onde a natureza é transformada em *commodity* e a diversidade cultural é ignorada.

Nesse contexto, a questão ambiental tem se constituído num dos principais temas de discussão mundial e vem sendo fomentada por agentes que caracterizam o chamado movimento ambiental. Esses agentes tem se destacado pela introdução de novas temáticas sobre a relação entre homem e natureza, bem como o questionamento referente à imposição de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais em prol do consumo.

Na busca de maior visibilidade e difusão de suas ideias, o movimento ambiental vem buscando criar e assimilar novas estratégias de comunicação com intuito de promoção do debate, compromisso social e diálogo com a sociedade, numa escala maior do que é proposto pelos grandes veículos de mídia.

O objetivo desse trabalho foi desenvolver uma análise das estratégias de comunicação desenvolvidas por uma rede de movimentos sociais e ONG's, denominada Rede Alerta Contra o Deserto Verde ou Rede Alerta. O estudo analisou as atividades desenvolvidas pela referida Rede entre os meses de julho a agosto de 2002, ano em que foi inaugurada a terceira unidade fabril da empresa Aracruz Celulose S.A[1].

As ações tiveram o intuito de divulgar os impactos causados pela referida empresa e do setor de celulose no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia. Nesses estados a monocultura de eucalipto ou deserto verde[2] vem causando uma série de impactos socioambientais em comunidades indígenas e quilombolas, bem como de agricultores, pescadores e carvoeiros.

Em virtude da influência do setor de celulose, a maioria dos veículos de comunicação nesses estados, em especial no Espírito Santo, ignorava os problemas causados pelo deserto verde. Tal situação levou as entidades que integram a Rede Alerta a criarem estratégias de comunicação visando chamar a atenção da população para esses impactos.

Para a realização deste estudo de caso, trabalhamos com as informações oriundas de levantamento documental, entrevistas semiestruturadas com fundadores da Rede Alerta, além de pesquisa bibliográfica com autores que deram suporte teórico para discussão desenvolvida neste estudo.

1. O movimento ambiental e a comunicação

O movimento ambiental vem desde o século XX, ocupando lugar de destaque através de sua organização e atuação a fim de conseguir visibilidade. Contudo, autores como Castells (2001) e McCormick (1992) ressaltam que, ao falarmos de movimento ambiental, estamos nos remetendo à grande diversidade de ações coletivas, políticas e de discursos agrupados sob o debate ambiental, o que impede de considerá-lo um único movimento. A diversidade

[1] Em 1º de Setembro de 2009 foi oficializada uma fusão entre os grupos Aracruz e Votorantim Celulose e Papel, quando então a empresa passou a ter a denominação de Fibria.
[2] O termo deserto verde utilizado para designar a monocultura de árvores em grandes extensões de terra para a produção de celulose.

que envolve o movimento ambiental não se caracteriza apenas pelos agentes que o integram, mas também pela sua forma de organização, dotada de características como descentralização e atuação em rede, além do alto grau de penetração junto a sociedade.

Podemos situar o movimento ambiental inserido num contexto mais amplo e que envolve uma gama de agentes que questionam o modelo de sociedade existente. Autoras como Scherer-Warren (1996) e Ghon (2002) identificaram, no final do século XX, o surgimento de novos grupos e mediadores que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, assim como no interior da própria sociedade civil no que tange às relações de força entre dominantes e dominados.

Uma das principais características desses agentes, que emergem no final do século XX, está relacionada à ideia de um projeto alternativo em construção, da qual resultará numa ruptura com o tipo de modelo econômico de desenvolvimento estatal e cultural. Essas modificações visam a elaboração de um plano de ações concretas da sociedade civil, representando sua possibilidade de fortalecimento em relação ao próprio aparelho de Estado e à forma tradicional da ação política através dos partidos.

Scherer-Warren (1994, p. 54) observa que a atuação desses agentes parte da noção de existência de um autoritarismo relacionado com a ação das elites e que também é reproduzido pelas classes dominadas em suas práticas cotidianas. Para a autora, esses novos grupos almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, sendo que esta última também é passível de mudanças através das relações de força entre dominantes e dominados. No Brasil, esses agentes emergem com objetivo de redefinir o espaço da cidadania, abalada principalmente durante o regime militar, devido a uma exclusão relativa aos aspectos econômicos, políticos e cultural/ideológicos.

O surgimento desses novos agentes é considerado por Scherer-Warren (1994) como um fenômeno mundial e envolve uma discussão sobre direitos que ainda não foram alcançados em sua totalidade ou negados. Nesse aspecto, ganha destaque o debate que envolve a necessidade de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando a qualidade de vida como um direito fundamental para todos os indivíduos da sociedade. Na luta por esse direito, o movimento ambiental vem utilizando estratégias que visam realizar denúncias, divulgar ações, mobilizar e, acima de tudo, chamar a atenção da população para a questão ambiental.

Um dos aspectos, em relação a essas estratégias, é a atuação em Rede. Podemos aqui entender o conceito de rede a partir da perspectiva de Castells (1999, p. 566), que a entende

como um conjunto de nós interconectados. Contudo, é interessante destacar a definição de Rabelo (2004, p. 5), que trabalha a ideia de rede como consequência de gente, encontros, projetos e desejos comuns. Nesse aspecto, os movimentos sociais, em específico o ambiental, percebem que atuação e organização em Rede trazem novas possibilidades de estratégias e formas de mediações junto ao público, a fim de atingir os seus objetivos.

Ao desenvolver suas ações em Rede, o movimento ambiental vem concedendo a comunicação um status especial, tanto para difusão de suas pautas quanto para mobilização e organização. De acordo com Castells (2001), o referido movimento vem demonstrando grande capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico. Fator que eleva as práticas de comunicação à categoria de elemento estratégico e fundamental para adquirir visibilidade. Para conseguir o seu intento, esses agentes passaram a agir na perspectiva de produção de conteúdos, mobilização e interatividade a partir do ciberespaço ou de novas tecnologias de informação e comunicação.

Para autores como Castells (1999), o movimento ambiental integra uma nova sociedade que se caracteriza por novas práticas sociais e utilização das tecnologias da informação. Essa nova sociedade vem se caracterizando pelo surgimento de novas formações sociais, onde o processo de comunicação cria uma interface entre campos tecnológicos a partir de uma linguagem digital comum. Nela, a informação pode ser intercambiada e difundida numa velocidade cada vez maior, trazendo uma perspectiva que abarca tanto a busca por conhecimento e informação, quanto a ideia de autogestão.

Cabe ressaltar que, ao falarmos de comunicação neste estudo, não estamos nos limitando às possibilidades do uso ciberespaço. Peruzzo (1998) chama a atenção para a importância de outras formas de comunicação que se estabelecem a partir da comunidade denominada, pela autora, de comunicação alternativa. Segundo essa autora, a comunicação considerada alternativa se estabelece num contexto onde a padronização e a impregnação pelo consumo propicia o esgotamento das formas e das opções. Nesse cenário, cresce a inserção de novos atores informativos e novas propostas comunicacionais alternativas que visam questionar as grandes redes de informação.

A partir da utilização da tecnologia e de formas alternativas de comunicação, questões locais, referentes à uma comunidade localizada num território, passaram a ganhar uma dimensão mundial. Na ótica do movimento ambiental e de outros movimentos sociais, a comunicação passou a ser encarada como expressão de um contexto de luta, voltada ao combate à degradação das condições

de existência e pela defesa da vida. Constitui-se numa necessidade de expressão e organização, enquanto recurso para existência desses agentes e da construção de uma nova sociedade.

2. O surgimento da Rede Alerta Contra o Deserto Verde

A Rede Alerta Contra o Deserto Verde tem sua origem ligada à luta das comunidades indígenas pela demarcação de suas terras no início da década de 90. Segundo o Relatório Sobre a Implantação e Atividades do Grupo Aracruz, no Território Capixaba (REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE, 2002), durante a implantação da monocultura de eucalipto e do complexo industrial da empresa Aracruz Celulose, a partir da década de 60, o referido grupo empresarial ocupou uma grande concentração de terras no Espírito Santo. Segundo esse documento, uma parte dessas terras pertencia a pequenos agricultores ou a comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, cujas famílias foram expulsas ou sofreram impactos causados pela atividade da empresa.

O relatório ressalta que essa ocupação foi legitimada pelo Estado e seguiu uma lógica desenvolvimentista imposta no Brasil durante a ditadura militar. Essa situação foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em 2002, quando foi constatada uma série de violações dos direitos dessas comunidades.

O processo de violação de direitos deu origem a um movimento ambiental contrário à lógica desenvolvimentista patrocinada pelo Estado. A partir de relatos de entrevistas realizadas com fundadores da Rede Alerta, Fabio Villas (ex-integrante do Conselho Missionários Indigenista do Espírito Santo - Cimi-ES) e Winfried Overbeck (ex-técnico da Federação de Órgãos Para Assistências Social e Educacional - Fase-ES), em 2004, foi possível identificar o contexto e os motivos que derem origem ao seu surgimento.

Segundo os entrevistados a iniciativa de formação da Rede Alerta teve início com a participação das comunidades indígenas capixabas no fórum "Campo e Cidade", um encontro que reuniu vários de movimentos sociais, ONG's e sindicatos do Espírito Santo, na década de 90.

De acordo com Fabio Villas (Cimi-ES), o objetivo inicial foi promover uma articulação entre os agentes participantes, não se caracterizando especificamente como um espaço que se restringia à questão ambiental. Além da discussão sobre diversas temáticas existentes no Brasil e no mundo, o fórum abordava desde o tipo de apoio que seria dado a uma entidade até a estrutura de uma manifestação. Villas relata que inicialmente existia uma coordenação composta de representantes de várias entidades, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), Movimento de Luta pela Moradia (MLPM), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (Fase-ES), Central Única dos Trabalhados (CUT), sindicatos, além de representantes de gabinetes de deputados estaduais.

Villas ressalta que esse fórum encerrou suas atividades em 1998, devido ao que ele considera ter sido ser uma crise na luta política nesse período, o que acarretou numa retração dos movimentos populares. Segundo ele, essa retração estava ligada ao momento político do Espírito Santo no final da década de 1990, com o fim do Governo Vítor Buaiz. Um governo cercado de grandes expectativas por parte dos movimentos sociais, mas que na prática não se concretizou.

A ideia de atuação em rede começou em 1999, a partir da criação do Movimento Alerta Contra o Deserto Verde. Segundo Winfried Overbeck (ex-técnico da Fase-ES), essa iniciativa teve origem depois de um decreto do então governador José Inácio Ferreira, cuja finalidade era duplicar as áreas de plantio de eucalipto no Espírito Santo. Segundo ele, isso gerou uma reação da sociedade civil, especificamente entre os índios, carvoeiros, ONG's e movimentos sociais. Esses agentes organizaram uma mobilização contra esse decreto, culminando num protesto em frente a antiga sede Assembleia Legislativa do Espírito Santo, localizada nesse período no Centro de Vitória, além da elaboração de uma carta com a assinatura de várias entidades contrárias à medida do governo estadual.

Para Overbeck, o movimento institucional que deu origem a Rede Alerta foi uma reação a esse projeto de expansão do plantio de eucalipto, que levou a uma série de impactos sobre comunidades locais. A reação tinha também por objetivo estabelecer uma regulamentação desses plantios no Estado do Espírito Santo. Segundo ele as entidades que participaram dessa mobilização concluíram que o aumento dos plantios de eucalipto foi uma demonstração do poderio econômico e da articulação política da empresa Aracruz Celulose. Dessa forma, as entidades decidiram que era hora de aumentar a sua articulação e resistência, o que na percepção de suas lideranças poderia ser feito por meio de ações organizadas através de uma Rede.

Assim a ideia de atuação em rede surgiu com o objetivo de aumentar a parceria entre comunidades tradicionais e as associações, ONG's e movimentos sociais que as apoiavam. Ao mesmo tempo revelava-se como uma proposta alternativa de atuação e uma maneira de criticar a existência de um terceiro setor vinculado às empresas e instituições financeiras.

Ainda de acordo com Overbeck, a ideia que envolve o debate promovido pela Rede Alerta visa não se restringir à questão ambiental. Desde a sua origem, a Rede teve o objetivo de promover uma discussão sobre o modo de vida das comunidades que foram impactadas,

apresentando um questionamento da ideologia de que o desenvolvimento do Espírito Santo está apoiado em grandes projetos econômicos, como o apresentado pelo setor de celulose.

Nesse processo de construção da Rede Alerta, a comunicação passou a ser encarada como uma necessidade a ser debatida entre seus integrantes. Um dos motivos está relacionado ao envolvimento de várias comunidades e à diversidade de ações promovidas pela Rede Alerta, o que levou os agentes que integram a referida rede a pensar numa forma eficaz de comunicação entre os segmentos que a compõem. Outro aspecto diz respeito à falta de visibilidade dos eventos promovidos pela Rede Alerta, o que levou os membros da Rede à conclusão de que seria necessário estabelecer uma estratégia de comunicação com intuito de superar aquilo que eles definem como boicote da mídia do Estado do Espírito Santo sobre as notícias divulgadas pelo movimento.

3. A primeira quinzena de resistência ao Deserto Verde

Para melhor compreensão das estratégias de comunicação elaboradas pela Rede Alerta analisaremos as ações desenvolvidas durante a "I Quinzena de Resistência ao Deserto Verde", realizada em 2002. A Quinzena de Resistência consistiu numa série de atividades realizadas pela rede nos quinze dias que antecederam a inauguração da terceira fábrica da empresa Aracruz Celulose, localizada em Barra do Riacho, bairro do município capixaba de Aracruz (Figura 1).

Figura 1 - localização do município de Aracruz e de Barra do Riacho, local que concentra o complexo industrial de celulose.



A Quinzena teve o objetivo de protestar contra a inauguração desse empreendimento, o que na ótica da Rede Alerta configurava-se num símbolo dos avanços dos impactos socioambientais no Espírito Santo e outros estados. As manifestações procuraram mostrar o repúdio dos movimentos sociais a essa iniciativa, além de realizar uma grande divulgação junto a mídia nacional e internacional referente a luta contra a expansão da monocultura de eucalipto e seus impactos.

A partir de um cronograma desenvolvido pelas entidades, as manifestações foram realizadas nos três estados que concentravam entidades membros da Rede Alerta: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia. No Espírito Santo, um dos locais escolhidos foi o município de São Gabriel da Palha, cidade onde a empresa Aracruz havia aumentado sua área de plantio de eucalipto.

O município de Vitória foi outro local escolhido para a realização de manifestações, devido à sua importância política envolvendo a concentração de instituições representantes do Poder Público e por abrigar sedes de investidores no setor de celulose, como o Banco Safra (Figura 2).

Figura 2 - Manifestação em frente ao banco Safra, no Centro de Vitória, durante a I Quinzena de Resistência ao Deserto Verde.



O ponto alto da Quinzena foi a manifestação realizada no município capixaba de Aracruz, quando foram reunidas, em frente à área industrial da empresa, cerca de 800 pessoas no dia da inauguração da sua terceira unidade fabril (Figura 3). Esse ato teve o objetivo de chamar a atenção das autoridades políticas estaduais e federais, como o então presidente Fernando Henrique Cardoso, que esteve presente na inauguração do empreendimento, além de veículos de comunicação de alcance nacional.

Figura 3 - Manifestação em frente ao complexo industrial da empresa Aracruz Celulose, durante a inauguração da nova unidade.



Dentro da proposta de chamar a atenção da população para os impactos causados pela monocultura de eucalipto, a Rede Alerta elaborou ações de comunicação a partir dos seguintes objetivos: esclarecer a comunidade sobre o problema envolvendo o deserto verde; contratar um estagiário de comunicação para elaborar textos e materiais para divulgação; reforçar e estabelecer algumas alterações da identidade da Rede Alerta Contra o Deserto Verde através de símbolos já existentes (como a logomarca); desenvolver formas atrativas de comunicação que envolvessem a sociedade (por meio de campanhas e eventos); divulgar cartas e relatórios falando sobre os impactos causados pelo deserto verde no Espírito Santo.

A partir desses objetivos, a Rede Alerta elaborou uma série de ações e produção de materiais para divulgação. Para melhor identificá-los, os dividimos da seguinte maneira:

I. Boletim informativo

A Rede Alerta elaborou durante esse período um boletim informativo (Figura 4) com matérias e textos de integrantes da rede, cujo conteúdo relata os impactos causados pelo deserto verde. Apesar da existência de edições anteriores, a Rede Alerta observou a necessidade de se fazer um boletim com textos menores, de fácil leitura, congregando informações de todas as comunidades impactadas.

Figura 4 - Layout do boletim informativo da Rede Alerta elaborado para a Quinzena de Resistência.



O *layout* do jornal também foi modificado, apresentando apenas chamadas com uma foto que trouxesse um impacto ao leitor e despertasse a curiosidade sobre o conteúdo. Além das matérias principais falando da inauguração da terceira fábrica da Aracruz Celulose, da divulgação de um relatório do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), documento elaborado por organizações não governamentais em parceria com governos de países do continente americano. O documento denuncia os impactos socioambientais causados pela empresa Aracruz desde a sua instalação, cobrando reparações às comunidades que foram atingidas. Também foi criado um espaço para matérias curtas, de no máximo quatro linhas, que informavam os impactos do deserto verde em outros estados. Foram confeccionados dez mil unidades desse boletim.

II. Assessoria de imprensa

A partir da contratação de um estagiário, foram criados textos como: releases, matérias para jornal e sites, com o objetivo de serem divulgados na mídia e por outras ONG's e movimentos sociais. A necessidade de um estagiário teve o objetivo de conceder um melhor tratamento relativo às informações a serem divulgadas na imprensa e junto ao público em geral. Além da produção de textos, como *press release* e matérias para o jornal, o

estagiário também se encarregou de realizar o contato com os meios de comunicação e elaboração de um *clipping* de notícias.

III. Material audiovisual e publicitário

Foram produzidas cópias do documentário "Cruzando o Deserto Verde", do diretor Ricardo Sá, que se tornou um importante instrumento de difusão dos efeitos do deserto verde no Espírito Santo. Durante a Quinzena de Resistência foram realizadas sessões desse documentário em lugares como Vila do Riacho (local próximo a planta industrial da empresa Aracruz Celulose), São Mateus (município onde a referida empresa detém grandes plantações de eucalipto) e em eventos organizados por estudantes da UFES no campus de Goiabeiras. A repercussão desse vídeo rendeu ao seu diretor o prêmio de melhor documentário no "III Festival Internacional de Cinema Etnográfico", realizado no Rio de Janeiro, em 2002.

Em relação ao material publicitário, foram elaboradas camisas com a logomarca da Rede Alerta e com fotos onde chamam a atenção para o deserto verde. A Rede Alerta também se valeu da utilização de *outdoors* nos municípios de Vitória (Figura 5) e de Aracruz, além de adesivos, banners e faixas utilizados nos eventos e manifestações e um cartaz. Sobre os cartazes, foram reproduzidas seis mil unidades para serem distribuídas para a população, imprensa e entidades do Brasil e do exterior através da internet.

Figura 5 - Outdoor na avenida Fernando Ferrari, em Vitória, durante a I Quinzena de Resistência ao Deserto Verde.



Conclusão

Ao analisar as estratégias desenvolvidas pela Rede Alerta no ano de 2002, consideramos que houve sucesso em relação aos objetivos pretendidos. Com base nos depoimentos de entrevistados e na análise de jornais desse período, é possível notar que as mobilizações e a divulgação do material informativo chamou a atenção da população e promoveu um debate sobre os impactos causados pelo deserto verde no Espírito Santo.

Um exemplo do alcance desse objetivo foi a cobertura dada por veículos de comunicação de alcance nacional, como: O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. Esses veículos realizaram divulgação, tanto na versão impressa quanto na digital, sobre a manifestação realizada na porta da fábrica da empresa Aracruz Celulose, bem como as denúncias envolvendo os impactos causados pela monocultura de eucalipto e a violação de direitos humanos. Diante do interesse da mídia nacional, os maiores veículos de comunicação capixabas, que até então ignoravam essa temática, foram obrigados a noticiar as motivações da manifestação.

Outro aspecto importante a ser destacado tem relação com a produção e divulgação do material informativo e publicitário. Esse material foi fundamental para a difusão das ideias da Rede Alerta e divulgação dos efeitos causados pelo deserto verde nas comunidades impactadas. A distribuição de cartazes, adesivos, panfletos, jornais, dentre outras peças, possibilitou que vários segmentos da população tivessem acesso às informações sobre a temática envolvendo o deserto verde, o que despertou interesse e ao mesmo tempo a busca de informação sobre o tema.

A combinação dessas estratégias de comunicação não apenas deu visibilidade aos impactos causados pelo deserto verde, como também gerou uma resposta por parte da Aracruz Celulose, que percebeu uma mudança em relação à opinião pública. Um indício dessa reação foi o investimento maciço em campanhas publicitárias com intuito de transmitir uma ideia positiva sobre o plantio de eucalipto. Mecanismo que segundo os representantes da Rede Alerta não era utilizado com tanta frequência pela referida empresa.

Atualmente a Rede Alerta Contra o Deserto Verde tem procurado estabelecer laços com outras entidades e com o poder público, empreendendo esforços para combater os impactos causados não somente pelo deserto verde, mas também por outras atividades que vem degradando o meio ambiente e violações de seus direitos.

Este estudo de caso envolvendo a Rede Alerta mostra a importância da comunicação como elemento estratégico para a atuação de movimentos sociais. Observamos que a

comunicação produzida por vários agentes do movimento ambiental vem procurando associar formas de comunicação oriundas da comunidade com a utilização de recursos tecnológicos, articulando-se através de uma rede. Essa comunicação vem contribuindo para a propagação de uma crítica ao modelo de desenvolvimento implantado no Espírito Santo e em todo mundo, além de produzir um questionamento referente ao modelo de comunicação produzido pela grande mídia e os interesses aos quais está atrelada.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O Poder da Identidade**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso -** A história dos movimentos ambientalistas. [trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar]. Rio de Janeiro: Relume-Durnará, 1992.

OVERBECK. Winfried. **Winfried Overbeck:** depoimento [jul. 2004]. Entrevistador: Erick Alessandro Schunig Fernandes. Vitória, 2004. Entrevista concedida para elaboração de monografia do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

PERUZZO, Cicilia Maria K. **Comunicação nos Movimentos Populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização social:** Agenda 21 Local de Vitória. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2002.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE (Brasil). **Relatório sobre a implantação e sobre as atividades do grupo Aracruz no território capixaba**. Espírito Santo, 2002. 70p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2. Ed. São Paulo: Loyola. 1996.

SCHUNIG F. Erick A. **Estratégias de comunicação em redes sociais estudo de caso da Rede Alerta Contra o Deserto Verde**. 2004. 82f. Monografia (Bacharelado em jornalismo) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

VILLAS. Fabio. **Fabio Villas:** depoimento [jul. 2004]. Entrevistador: Erick Alessandro Schunig Fernandes. Vitória, 2004. Entrevista concedida para elaboração de monografia do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

NAS TRAMAS DO CONVENCIMENTO E DA RESISTÊNCIA À MINERAÇÃO DO URÂNIO E FOSFATO

Francisco Hélio Monteiro Júnior
Mestre e doutorando em Sociologia - PPGS-UFC. E-mail: heliomonteirojr@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo traz resultados parciais de minha tese de doutorado, em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS-UFC). Ele problematiza as estratégias discursivas do convencimento e da resistência, respectivamente favoráveis e contrárias ao Projeto Santa Quitéria de mineração e beneficiamento do fosfato e urânio no semiárido do Estado do Ceará. As estratégias de convencimento utilizadas pelo Consórcio englobam os discursos políticos da *abundância* e da *necessidade* e os discursos ambientais da *sustentabilidade* do empreendimento. Respectivamente, os argumentos se referem às reservas uraníferas existentes no país, à necessidade de explorá-las visando a diversificação da matriz energética brasileira e, por fim, à sustentabilidade da energia nuclear. Essas razões são questionadas pelos movimentos sociais e lideranças comunitárias, que se organizam na Articulação Antinuclear do Ceará com o intuito de democratizar o debate e discutir os riscos, silenciados pelo empreendedor, que envolvem a mineração do urânio para as comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. As suas estratégias incluem a produção de um debate público, com ações construídas coletivamente, como cartilhas acessíveis ao público em geral e contra relatórios técnicos, realçando os problemas ambientais e sociais que provocará o empreendimento e apontando "falhas" no processo de licenciamento ambiental.

Palavras-chave: discursos; convencimento; resistência.

Abstract: This article presents the partial results of my PhD thesis in progress by Postgraduate Program in Sociology at Universidade Federal do Ceará (PPGS-UFC). It discusses the persuasion strategies and resistance, respectively for and against the Santa Quitéria project on mining and improvement of phosphate and uranium in the semiarid region of Ceará. The persuasion strategies used by the Consortium include political speeches about *abundance* and *need*, and environmental discourses based on the *sustainability* of the enterprise. Respectively, the arguments deal with existing uranium reserves in the country, the need to exploit it aimed at diversifying the Brazilian energy matrix and, finally, the sustainability of nuclear energy. These reasons are questioned by social movements and community leaders, who are organized in Ceará Antinuclear Articulation in order to democratize the debate and discuss the risks, silenced by the entrepreneur, involving uranium mining to the communities directly impacted by the project. Its strategies include creating a public debate, with collectively constructed actions, such as booklets accessible to the general public and against technical reports, highlighting the environmental and social problems that will result in the project and pointed "faults" in the environmental licensing process.

Keywords: discourses; persuasion; resistance.

Introdução

Este artigo problematiza as estratégias discursivas do convencimento e da resistência, respectivamente, favoráveis e contrárias à construção, pelo Consórcio Santa Quitéria, de um grande complexo mínero industrial de mineração e beneficiamento do fosfato e urânio no

semiárido do Estado do Ceará. Trata-se de um projeto econômico de grande escala (PGE) como discutido por Baines (2014), Santos (2013) e Ribeiro (1985; 2008), que acarretará diversos impactos socioambientais para os grupos diretamente afetados por essa grande obra econômica.

O Projeto Santa Quitéria está sob a responsabilidade do Consórcio Santa Quitéria que é uma parceria público privada (PPP) entre a Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB)[1], empresa de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que integra o consórcio juntamente com a empresa privada Galvani Indústria, Comércio e Serviços S. A., responsáveis pela instalação e operação da mina de urânio e fosfato de Itataia. O governo estadual, através da ADECE[2], investirá em obras de infraestrutura como pavimentação das estradas que dão acesso ao local da mina, adutora de água e fornecimento de energia.

O empreendimento é justificado pelas lideranças políticas locais e nacionais e empresariado pela necessidade de alavancar a produção de fertilizantes, tão cara ao agronegócio e ampliar a produção de energia nuclear no país. O uso da *competência do discurso técnico-científico* ou *fala autorizada e especializada* é a principal estratégia de convencimento utilizada pelo Consórcio. São planos de ação e documentos que apresentam cálculos de percentagem e estatísticas organizados em gráficos e tabelas que minimizam os riscos, quantificam os bens naturais e os traduzem em recursos que geram investimentos e lucros, disponíveis em relatórios técnicos, científicos e no estudo de impacto ambiental que se investe da mesma competência.

Com o discurso da *redenção* do semiárido pelo desenvolvimento, o Consórcio e apoiadores do Projeto Santa Quitéria (PSQ)[3] defendem a sua execução pela geração de mais de 2.000 empregos, segundo estimativas do próprio Consórcio. Essas razões que se colocariam como imperativas são questionadas pelos movimentos sociais e lideranças comunitárias, que se organizam na Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), com o intuito de democratizar os riscos que envolvem a mineração do urânio para as comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. As estratégias de resistência da AACE

[1] A INB possui monopólio do urânio no Brasil (Artigo 177 da Constituição Federal/1988), atuando em toda sua cadeia produtiva que vai da mineração a fabricação do combustível que gera energia elétrica nas usinas nucleares. Criada em 1988, a INB substituiu as Empresas Nucleares Brasileira S/A (Nuclebrás).
[2] Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE, Sociedade de Economia Mista sob o controle acionário do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 13.960, de 04 de setembro de 2007 e constituída pela Assembleia Geral de 28 de setembro de 2007, é uma Sociedade Anônima regida pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, por seu Estatuto e pela legislação especial que lhe for aplicável, vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE. Fonte: Estatuto Social, abril de 2014. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sobre-a-adece>. Acesso em: 07.04.2015.
[3] Daqui em diante o Projeto Santa Quitéria será referido apenas pela sigla PSQ.

incluem a formação de uma arena coletiva e pública sobre o PSQ, que abrange a produção de cartilhas acessíveis ao público em geral, organização de grandes seminários sobre energia nuclear, agronegócio, mineração de urânio e fosfato com moradores das comunidades atingidas; elaboração de contra relatórios técnicos que também utilizam a *competência da fala autorizada e especializada*, apontando os problemas ambientais e sociais que provocará o empreendimento bem como "falhas" no processo de licenciamento ambiental.

1. As produções discursivas

A análise dos discursos assume um papel central na ecologia política e na antropologia do desenvolvimento, como recurso metodológico para compreender as percepções conflituosas das concepções[4] de natureza e desenvolvimento presentes nos conflitos socioambientais (HANNIGAN, 2009; ESCOBAR, 1999). A antropologia do desenvolvimento em sua orientação pós-estruturalista afirma que linguagem e discurso não são reflexos da realidade social, mas parte dela mesma, constituindo vias analíticas importantes para a compreensão dos elementos constitutivos da realidade (ESCOBAR, 1999). Assim, o desenvolvimento não é exclusivamente uma realidade traduzida em números e grandes projetos econômicos com um fim em si mesmo. O desenvolvimento depende da linguagem que o quantifica e tenta isolá-lo das suas construções simbólicas/nativas.

Para Escobar (1999), o conceito de discurso permite ao pesquisador ir além das dualidades que apartam o ideal do real, o simbólico do material, a produção do significado, permitindo descortinar as estratégias de legitimação discursivas presentes nas lutas discursivas sobre a viabilidade, os riscos, perigos dos projetos de desenvolvimento, como o PSQ. Analisar a produção discursiva (Foucault, 2004; 2006) é atentar para estratégias e ações, para o dito e não dito que são acionados pelos sujeitos sociais em concorrência, a fim de estabelecer "verdades" e "des-verdades" sobre o PSQ. Como assevera Veyne (2011, p. 26), explicitar um discurso ou uma prática discursiva consiste em interpretar o que as pessoas fazem ou dizem, em compreender o que supõe seus gestos, suas ações, suas palavras e suas instituições.

Segundo Veyne (2011), os caminhos da aventura humana são compreensíveis pela utilização de algumas grandes palavras como universalismo, individualismo, identidade e

[4] Concepções aqui se refere a um conjunto de ideias, hipóteses, obsessões, julgamentos, discursos e posições políticas que classificam o mundo real revelando as estruturas de significado em que se dá a luta por essa realidade.

racionalização. Eu acrescentaria a palavra desenvolvimento que, em conjunto com as outras palavras, se tornou um clichê que pouco explica os fatos. Deve-se observar que sob cada uma dessas palavras podem-se colocar coisas. São essas coisas que procuro explicitar a partir das "causas" e "efeitos" do Projeto Santa Quitéria, alocadas em dois conjuntos complementares: da problematização dos discursos do *convencimento* e da *resistência*. No primeiro conjunto, temos os discursos do desenvolvimento em que está presente a crença no crescimento econômico, na modernização, na industrialização pela exploração dos bens naturais; no segundo, os discursos do desenvolvimento como ameaça em que a ideia de desenvolvimento ganha outros sentidos como o de risco e perigo.

2. Nas tramas do convencimento: os discursos políticos da *abundância* e da *necessidade* e os discursos ambientais da *sustentabilidade* do desenvolvimento

Em se tratando de um tema que envolve a geração de energia nuclear que tem na exploração do urânio sua matéria-prima e a produção de fertilizantes a partir do fosfato, a *competência do discurso técnico-científico* ou *fala autorizada e especializada*[5] revelada em cálculos de porcentagem, probabilidades e estatísticas alocados em gráficos e tabelas que quantificam os bens naturais e os traduzem em recursos naturais que geram investimentos e lucros, disponíveis em relatórios técnico-científicos e em estudos de impactos ambientais, acionados pelo Consórcio Santa Quitéria para legitimar sua posição.

Com isso objetivam minimizar os impactos socioambientais da mineração do urânio e do fosfato, que são apontados pelos movimentos sociais, e persuadir a população de Santa Quitéria, as lideranças políticas e comunitárias locais ainda não convencidas e a opinião pública de que vale a pena investir no PSQ como caminho mais acertado para garantir emprego e auferir maior arrecadação para o município de Santa Quitéria, com condições de revertê-la em conquistas estruturais para os distritos da zona urbana e rural.

[5] Bourdieu (2013, p. 95-102) afirma que a competência do médico ou do jurista é uma competência técnica instituída e garantida juridicamente, que lhe dá autoridade para se servir de saberes científicos que estão subordinados a um poder social que organiza o campo no qual são construídos e reproduzidos. O saber médico que diagnostica a partir de indícios corporais e verbais fornecidos pelo paciente, é construído por uma relação social dissimétrica em que é feita uma tradução dos relatos daquele nos termos que institui o campo médico, relativamente autônomo. Muito próximo ao mecanismo que institui essa competência está aquela que é delegada e que se investem acadêmicos que ocupam um lugar na burocracia técnica e especializada, autorizados para fazerem medição, testes, catalogação; convocados a darem pareceres, construir relatórios e estudos que estão investidos de legitimidade para construir e orientar uma leitura do mundo social.

Nota-se que para fortalecer o discurso da promoção do desenvolvimento local/regional acima mencionados, o Consórcio, favorecido pela parceria público-privada com a INB, trata o Projeto como de interesse público (e bom para todos) ainda que seja de iniciativa mista (público-privada) com participação do capital transnacional. A visada ampliação da produção de fertilizantes pela Galvani S. A. com a produção do fosfato de Santa Quitéria, atenderá aos interesses econômicos da multinacional norueguesa Yara Agrofértil, líder mundial na produção de fertilizantes. Esses interesses se concentram na ampliação da produção de *commodities* para exportação, beneficiando as redes de empresas que conformam um emaranhado de interesses econômicos e políticos em torno da expansão da produção do agronegócio, alavancando sua posição na produção de fertilizantes no Brasil e no Mundo.

Em agosto de 2014, a Galvani. S. A. anunciou um acordo de *joint venture*[6] com a Yara Agrofértil. Nesse acordo a Galvani se disponibilizou a vender 60% de suas ações, abrindo a participação do Grupo Yara no seu Conselho de Administração e Gestão. O referido Grupo atua na produção e comercialização de fertilizantes e matérias primas e na operação de um terminal portuário no Rio Grande (RS). Assim, embora essa "compra" não seja mencionada, a Yara Agrofértil é parceira na execução de projetos como o de Santa Quitéria e em Salitre[7], onde estão investidos cerca de US$ 900 milhões de dólares. O presidente da Yara Brasil afirmou sobre a formação da *joint venture* que "a parceria irá contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura ainda mais **rentável** e **sustentável**, ajudando a reduzir a dependência de fertilizantes no Brasil"[8] (Grifo nosso).

Esse discurso ecologicamente interessado se ajusta à defesa do empreendimento pela sua *sustentabilidade* e *necessidade*, partilhado com naturalidade pelos representantes do Consórcio. Em uma audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Santa Quitéria

[6] *Joint venture* é um tipo de cooperação tecnológica que visa a transferência de tecnologia entre empresas estrangeiras e nacionais (privadas ou estatais). Esse tipo de acordo regulou, por exemplo, a cooperação tecnológica proposta no Acordo Nuclear Brasil/ Alemanha para a construção dos reatores nucleares de Angra I e II. Para Vidal (1988) esse tipo de cooperação confere vantagens à penetração do capital transnacional, mantendo as economias nacionais numa posição periférica. Em princípio os cooperados dividem a propriedade, os lucros, o processo de tomada de decisões e os riscos. Mas pelo domínio tecnológico aliado a maior rentabilidade obtida depois da cooperação, as empresas estrangeiras acabam exercendo o controle e os rumos da "nova" empresa. Para mais detalhes sobre os tipos de cooperação presentes no Acordo Nuclear Brasil/Alemanha cf. ROSA et al, 1988, p. 64-69. Sobre as joint ventures como estratégia de penetração estrangeira ou formas de dominação cf. VIDAL, 1988, p. 128-160.

[7] Trata-se do Projeto Serra do Salitre de mineração de fosfato no município de Serra do Salitre, localizado no Alto Paranaíba, em Minas Gerais.

[8] Cf. Raízes, informativo do grupo Galvani, Ano XII, n. 68, julho/agosto de 2014. Disponível em <http://www.galvani.ind.br/pdfs/raizes-68.pdf>. Acesso em: 20.08.2015 e "Cade aprova compra de controle da Galvani pela Yara Agrofértil" disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/10/cade-aprova-compra-de-controle-da-galvani-pela-yara-agrofertil.html>. Acesso em: 20.08..2015.

em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 07 de abril de 2014, onde estiveram presentes diversas lideranças políticas, membros do MST, da Associação Antinuclear do Ceará - AACE, o Dr. Zé Roberto, funcionário da INB no Ceará fez, em sua fala, referência ao Plano Nacional de Energia (PNE-2030), que prevê maior investimento na diversificação das fontes de energia no país, para justificar a "importância nacional" do empreendimento.

Após a exibição de um vídeo institucional, que teve a intenção de esclarecer o empreendimento desde a perspectiva do Consórcio, aliás os vídeos e apresentações em *Power Point* cumprem com uma formalidade institucional, mas são pouco didáticos e eficazes em levantar problemas e propor soluções, o Dr. Zé Roberto continuou, com o uso de uma linguagem técnica e pouco familiar aos grupos que estão fora das redes "tecnocientíficas", quantificando a capacidade de produção da rocha fosfática, do ácido fosfórico, dos fertilizantes, do fosfato bicálcico e do concentrado de urânio (yellowcake) pela mina de Itataia.

Ao seguir sua fala, chega-se a uma miríade de documentos e planos elaborados sobre encomenda do Governo Federal, como a *Matriz Energética Nacional - MEN 2030* (2007, p. 143) que compõe com o Plano Decenal de Energia 2007/2016 e o *Plano Nacional de Energia - PNE 2030*, o documento basilar dos rumos que deverá seguir a política energética nacional e que afirma:

> As expectativas de expressivo aumento do consumo mundial de energia, especialmente, as preocupações crescentes com a segurança energética e as pressões ambientais, sobretudo com relação às emissões de gases de efeito estufa, têm realocado a opção nuclear na agenda dos fóruns mundiais de energia, em geral, e dos países.

E segue em sua proposta de ampliação da geração de energia nuclear, justificando-a por meio de uma leitura da *abundância*, que aponta a "razão do Brasil possuir uma das maiores reservas mundiais de combustível nuclear, o urânio, que não tem atualmente nenhum outro uso industrial corrente que não seja a geração de energia elétrica" (2007, p. 216-218). Outro argumento é o da *sustentabilidade* em que aparece a "necessidade de redução de níveis de emissões de CO_2 provocadas pelas demais fontes de geração térmicas".

As redes de um "sistema de convencimento"[9], que produzem e reproduzem esses dois discursos, perpassam instituições acadêmicas, repartições burocráticas do Ministério de

[9] Expressão utilizada por Bruno Latour (2000, p. 295) para se referir às nações, instituições, laboratórios, cientistas, engenheiros, envolvidos na produção e reprodução em rede da tecnociência, responsável por substituir crenças subjetivas por conhecimentos "objetivo" e "verdadeiros".

Minas e Energia, publicações científicas e planos governamentais que, comparativamente, argumentam que as emissões de dióxido de carbono da cadeia energética nuclear são muito baixas, situando-se entre 10g e 50g de CO_2/KWh, próximo ao nível emitido pela cadeia energética eólica e muito inferior às taxas de dióxido de carbono da cadeia energética dos combustíveis fósseis, que variam de 450 a 1200g CO_2/KWh.

Dessa forma, o discurso da *abundância* e da s*ustentabilidade* fornece legitimidade ao empreendimento, tratado como produto de um cálculo racional trazido pelo relatório da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que é favorável à expansão da energia nuclear, sem a qual a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás, não terá viabilidade econômica.

O PNE veio à tona em 2007 e desde então suscita um amplo debate acadêmico sobre os termos em que a geração de energia é colocada. Moralez e Favareto (2014), Magalhães (2014) e Moralez (2010) afirmam que o Plano corrobora a ideia de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico e que para se desenvolver é preciso ter mais energia disponível. Segundo Moralez (2010, p. 67), o texto do *PNE - 2030* "condiz com a promoção do crescimento incondicional. Como não há discussão sobre a interdependência dos problemas sociais e ambientais perante este tipo de crescimento, a área econômica aparece como bastante autônoma, deslocada de seu enraizamento nas estruturas sociais e no meio-ambiente".

Portanto, é a rentabilidade econômica, associada à ideia de sustentabilidade, proveniente do modelo de gestão que se pauta na modernização ecológica, que orientam as ações a serem planejadas e executadas pelo Governo Federal, a despeito da dimensão socioambiental que se afirma estar presente e orientando a construção do PNE.

A defesa da "sustentabilidade" da geração de energia elétrica nuclear, aparentemente "mais limpa" do que outras fontes não renováveis como o carvão, o petróleo e seus derivados, silencia sobre a relação da mineração do urânio com a degradação do meio ambiente e comprometimento dos bens naturais que garantem a manutenção e reprodução da vida de pequenos agricultores e comunidades rurais de Caetité, na Bahia e de Santa Quitéria, no Ceará.

De fato, o discurso da sustentabilidade encontra-se com a legitimidade daqueles que o afirmam. Na audiência pública, que difere da anteriormente citada, pois faz parte do processo de Licenciamento Ambiental do PSQ, que ocorreu em Santa Quitéria, em novembro de 2014, os representantes da INB e membros do Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN) se investiam constantemente da autoridade trazida pelos dados construídos por essa rede de instituições credenciadas para diagnosticar, planejar e estabelecer metas,

recorrendo a seus dados e informando aos ouvintes de sua formação científica e de seus títulos de doutoramento para estabelecer uma linha assimétrica de distanciamento dos interlocutores de outras áreas do saber e de todos os "outros" despossuídos dos códigos dominantes, portanto descredenciados para afirmarem algum conhecimento "verdadeiro".

Utilizavam-se também de um discurso comparativo superficial que toma como referência unidades produtoras que estão em operação em outras localidades do país. Naquele momento a mina de urânio de Caetité foi apresentada como referência na gestão dos riscos ambientais e promoção do desenvolvimento local pela alocação de mão de obra[10]. Um meio de comunicação acionado pelo Consórcio como instrumento de "democratização das informações" é a circulação de um Boletim Informativo impresso e disponível *online*[11], que, curiosamente, não chegou ao segundo número e algumas cartilhas esclarecendo a partir de seus interesses o que é radiação e a importância da exploração do uranio e fosfato. Ambos têm, portanto, um alcance bastante limitado para aquilo que se propõem: informar e promover um debate qualificado sobre a mineração do urânio e fosfato.

Somando-se aos discursos favoráveis para fomentar a mineração do fosfato de Santa Quitéria, tem-se ainda a produção da *necessidade* imposta pelo *discurso produtor*, que responde aos interesses do agronegócio de produzir fosfato para atender ao mercado interno. O Brasil é o quarto maior consumidor mundial de fosfato que atende principalmente ao setor agrícola vertidos em fertilizantes, mas produz somente 4% dessa produção. Com a mineração do fosfato, em Santa Quitéria, pretende-se que o Brasil assuma sua autossuficiência na produção de fertilizantes. Aquilino Senra, presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), afirmou recentemente em entrevista ao jornal *O Povo*, sobre Itataia:

> É uma mina de fosfato, só que esse fosfato está associado ao urânio, já que os dois estão juntos na rocha. O Brasil é altamente dependente de insumos para fertilizantes agrícolas. O País é um gigante da área agrícola, mas é um gigante pé-de-barro, porque a maior parte dos fertilizantes que usamos vem do exterior: 75% do potássio do Brasil vêm da Rússia. E 50% da nossa demanda de fosfato é importado. Isso cria vulnerabilidades. Além disso, os produtos não

[10] Esse discurso é reiterado apesar de ter sido objeto de contestação pelo relatório da Plataforma DHESCA - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, em 2011, que apontou que a mineração do urânio, em Caetité, provocou a diminuição da oferta de água, contaminou-a com resíduos de urânio, ocasionou a desvalorização das terras agricultáveis e comprometeu o escoamento dos produtos cultivados na região, uma vez que eram evitados pelos consumidores que temiam os efeitos da radiação nos gêneros alimentícios. Essas denúncias foram recentemente reconhecidas pelo Ibama, que a pedido da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, determinou a suspensão do consumo da água dos poços da região de Caetité e Lagoa Real, na Bahia.

[11] Disponível em: <www.consorciosantaquiteria.com.br>. Acesso em: 01.08.2015.

> são bem distribuídos no País, já que 75% da demanda dos fertilizantes estão no Sudeste, 15% no Sul e 10% no Nordeste (MARQUES, Janaína. Modelo inédito de extração será aplicado no Ceará. O Povo online, 27.07.2014).

De fato, destacando os argumentos técnicos e políticos da execução do Projeto Santa Quitéria vê-se que ele é imprescindível no horizonte de expansão da geração de energia nuclear e do programa nuclear brasileiro. As justificativas no atual momento para a exploração da reserva mineral giram em torno das demandas estruturais de um modelo socioeconômico que tem no crescimento econômico e no estímulo ao consumo a promoção do "desenvolvimento".

3. Nas tramas da resistência: a construção do espaço público como espaço do diálogo e das ações coletivas como estratégia de resistência ao desenvolvimento que chega como ameaça

Objetivando a construção de outras perspectivas de avaliação do PSQ, os movimentos sociais reunidos na AACE contestam o discurso da *abundância*, da *sustentabilidade* e da *necessidade*, colocando em pauta modelos de desenvolvimento e gestão do território que valorizam as atividades culturais e econômicas da população rural que tem um sentimento de pertença com o lugar historicamente construído. Em encontros, seminários e audiências públicas buscam-se discutir e ampliar a percepção dos moradores sobre os efeitos negativos do empreendimento, que são minimizados ou negados pelo empreendedor.

Pode-se dizer que nos últimos cinco anos, vem se formando uma efetiva arena pública de debate acerca do empreendimento a partir do momento em que passa a atuar nas comunidades impactadas pelo PSQ movimentos sociais, com objetivo de auxiliá-las na construção de uma resistência ao caráter impositivo da obra. Um marco nesse processo foi o Seminário sobre a mina de Itataia, ocorrido entre os dias 04 a 06 de maio do ano de 2011, promovido pela AACE, que é composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Diocesana de Sobral e Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará (Tramas/UFC), lideranças comunitárias das comunidades impactadas e professores-pesquisadores da UFC, em que se discutiu os modelos de desenvolvimento, o que é e para que serve o urânio, o que é energia nuclear, dentre outras questões que são basilares na desconstrução dos discursos do convencimento.

A audiência pública realizada pelo Consórcio Santa Quitéria, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 07 de abril de 2014, já referida neste *paper*, marcada pelo acirramento das posições dos interlocutores, também se constituiu em um

momento de explicitação dos conflitos em que as posições sociais são assumidas, os interesses revelados e as estratégias de atuação de cada grupo junto às comunidades são acionadas para legitimar seus posicionamentos.

Elas se referem às formas de relação que são estabelecidas pelos grupos contrários e favoráveis à mina com os moradores impactados pelo PSQ. Essas formas são pautadas, de um lado, pelo distanciamento que trazem consigo o discurso da *abundância*, que só vê o urânio e o fosfato em grande quantidade no semiárido cearense e os números de empregos que serão gerados; de outro, pela relação de proximidade que AACE constrói com os moradores, pautada na ação coletiva e tomando-os como sujeitos ativos e que são os principais interessados nas razões e consequências do PSQ:

> A Articulação trilha caminhos nas comunidades de base para fazer jus ao planejamento. Escuta o povo, pergunta e constroem-se coletivamente conceitos a partir do entendimento das pessoas e através da contribuição dos/as facilitadores dos diversos momentos de reuniões. A principal ideia foi e continua sendo desmistificar a ideia de desenvolvimento ressaltada pelo governo e as empresas com a chegada do empreendimento e ao mesmo tempo reforçar os modos de vida camponesa que historicamente são enraizados nas comunidades e precisam ser valorizados respeitado (Erivan, membro da AACE)[12].

Nos seminários organizados pela AACE procura-se desconstruir mitos que são construídos pelos argumentos do *convencimento*, como discutido anteriormente. Um deles defende a necessidade do fosfato para alimentar a cadeia do agronegócio, tomado como um modelo competente de produção que "resolveu o problema da produção de alimentos para o povo brasileiro" (AACE, Ata de Seminário, 2011).

A AACE debate o agronegócio como um competente modelo de agricultura industrial e química que depende do amparo do Estado, por meio de incentivos fiscais. A agricultura familiar, por sua vez, gera mais trabalho e é, de longe, mais "sustentável" pela geração de emprego e renda, que gera afinada com práticas de plantio e colheita menos degradante ao ambiente (AACE, Ata de Seminário, 2011).

Trabalhando diretamente com a população rural, a AACE visa construir uma rede de interlocutores que se constituam como articuladores locais autônomos e empoderados para

[12] Disponível em: <http://brasilantinuclear.ning.com/profiles/blogs/atividades-desenvolvidas-pela-articulacao-antinuclera-do-ceara>. Acesso em: 22.08.2015.

construir resistências (apesar da descrença de parte dos moradores que afirmam categoricamente que contra o poder do Estado não podem nada), fortalecer a ação coletiva e a ideia de comunidade. A Articulação utiliza também o espaço das redes sociais como meio de comunicação/interação, para compartilhar informações relativas à mineração do urânio no Brasil e temas correlatos à geração de energia nuclear. Se no primeiro caso a estratégia é de convencimento, nesse a estratégia é denunciar as ameaças que representam os grandes projetos econômicos, incluindo aqueles referentes à única mina de urânio em operação na América Latina, em Caetité, na Bahia, apontar as lacunas no EIA e fomentar uma crítica ao encaminhamento dos debates, sobretudo, em relação à postura adotada pelo Consórcio Santa Quitéria.

Na referida audiência do dia 07 de abril de 2014, ficou evidente como os grupos favoráveis ao PSQ se apropriam estrategicamente dos lugares e dessas ocasiões de debate, afirmando que a audiência representa um momento importante para a "avaliação dos desejos da população", mas que se converte em mais uma oportunidade para apresentar vantagens da mineração do urânio e fosfato num clima crescente do acirramento das posições com os grupos contrários à obra.

Nas palavras da AACE, "utilizam-se [o Consórcio e seus apoiadores] de uma democracia impositiva e chamam-na de participativa" (AACE, Ata de Seminário, 2011). A própria dinâmica das audiências públicas desfavorece a participação democrática. Tomando como referência as audiências públicas que debateram o PSQ, aqueles que falaram primeiro, e esse raciocínio também é valido para as audiências do processo de licenciamento ambiental, foram os legítimos representantes da fala autorizada, investidos da autoridade que o cargo público, a formação científica ou a representatividade lhes conferem.

Diante da primazia de um discurso que impõe a necessidade da geração de energia nuclear e, por sua vez, da extração de urânio, as denúncias se constituem numa alternativa para afirmar o que não é dito. As denúncias geralmente são realizadas por entidades de defesa dos direitos humanos ou ONG's ambientalistas como o Greenpeace, que tem como bandeiras de atuação a luta contra mineradoras, extração do urânio e produção de energia nuclear. Os movimentos sociais produzem cartilhas acessíveis ao público em geral, organização de seminários envolvendo os moradores das comunidades impactadas e contra relatórios técnicos realçando, os problemas de ordem ambiental, social e de saúde pública que provocará o empreendimento [13].

[13] Remeto o leitor a uma nota do TRAMAS - UFC que integra a Articulação Antinuclear, assinada em 16 de novembro de 2014, se posicionando em relação ao PSQ em que apontava uma série de lacunas no EIA/RIMA, cobrava procedimentos de caráter técnico e administrativo ausentes no referido documento e postura política mais democrática por parte do IBAMA, responsável pela condução das audiências públicas, visando a licença prévia (LP). Disponível em: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2014/11/NOTA-TRAMAS_final.pdf>. Acesso em: 17.11.2014.

A Cáritas Diocesana de Sobral (CDS), em colaboração com a Articulação Antinuclear, moradores e lideranças comunitárias de Riacho das Pedras e Morrinhos, duas comunidades das mais de 25 comunidades impactadas pelo PSQ, construíram uma cartilha intitulada: *No Ceará: a peleja da vida contra o urânio*, em que procuram destacar o que é chamado de cultura camponesa com seu modo de fazer e ver o mundo. Dividida em nove capítulos, a cartilha procura responder questões sobre a mineração do urânio e fosfato e apontar caminhos alternativos a exploração mineral[14]. Nela encontram-se contra-argumentos construídos numa linguagem coloquial que não prescinde de dados quantitativos para se contrapor às "interpretações oficiais". Encontrei essa cartilha na casa de uma das lideranças comunitárias, que a apresentou todo orgulhoso de ter contribuído para a sua construção.

Considerações Finais

Finalmente, tanto nas estratégias de convencimento quanto nas de resistência ao PSQ, os discursos constituem um saber-poder com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas que balizam as vantagens econômicas, os riscos e perigos na manipulação de produtos e artefatos potencialmente radioativos. De alguma forma, os discursos são incorporados na fala do "outro", pequeno agricultor, criador, desempregado, estudante que assimila e significa os elementos constitutivos desse debate a partir de um lugar específico que ocupa nas relações sociais de poder.

Existe um conflito explícito marcado pela produção e reprodução de verdades sobre os riscos, os perigos, as vantagens e os impactos do Projeto Santa Quitéria. E um outro conflito implícito que não é pelo estabelecimento de uma "verdade", como haveríamos de cogitar prontamente. Mas pelo domínio de um conjunto de orientações (racionais – técnicas; ambientais – sustentáveis; capitalistas – econômicas) e procedimentos que legitimam as interpretações favoráveis e contrárias acerca do PSQ.

Não foi minha intenção com esse artigo invalidar o conteúdo "objetivo" perseguido pelos apoiadores do PSQ e por aqueles que se colocam contrários a ele. Muito menos avaliar

[14] A cartilha está dividida nos seguintes capítulos: 1. O chão da beleza merece ser respeitado; 2. Territórios ameaçados; 3. Urânio, fosfato e energia nuclear – o que é?; 4. Energia cara e perigosa: como o nuclear é explorado no Brasil; 5. As ameaças do presente que temos em Caetité; 6. Caminhos de luta da Articulação Antinuclear do Ceará; 7. Resistências camponesas; 8. Nas tramas da pesquisa-ação; 9. Alternativa camponesa à Mina de Itataia. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2014/01/No-Cear%C3%A1-A-Peleja-da-Vida-Contra-o-Ur%C3%A2nio-FINAL.pdf>. Acesso em: 12.08.2015.

as estratégias discursivas adotadas ou cair num relativismo infrutífero afirmando, ingenuamente, que os dados que põem frente a frente os discursos do *convencimento* e da *resistência* são construções fictícias, no sentido de serem falsos.

Ao contrário, exatamente pelo fato do PSQ ter um papel econômico, político e cumprir com uma função social segundo interesses e orientações econômicas e políticas, ligadas à uma agenda nacional e transnacional de desenvolvimento, os discursos que se confrontam estão lidando constantemente com o que é dito e como dizê-lo; o que é ocultado, ignorado, revelado e para quem se dirige os dados, as interpretações e as (in) formações. O que orientam essas questões são decisões políticas que munidas da linguagem técnico-científica intentam sua legitimidade.

Referências

BAINES, Stephen G. Terras indígenas e projetos de mineração e usinas hidrelétricas na Amazônia: alternativas de desenvolvimento ou novas formas de dominação. In: **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs,** 27 a 31 de outubro de 2014, em Caxambu - MG. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9124&Itemid=456>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu**. São Paulo: editora Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. Homo Academicus. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Matriz Energética Nacional 2030**. Brasília: MME: EPE, 2007. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/publicacoes/pne_2030/PlanoNacionalDeEnergia2030.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Energia 2030** (PNE - 2030). Brasília: MME: EPE, 2007. (v. 7: Geração Termonuclear). Disponível em: <http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_7.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**. Plano Nacional de Mineração 2030** (PNM - 2030). Brasília: MME, 2010. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano_duo_decenal/Plano_Nacional_de_Mineraxo2030ConsultaPublica10NOV.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.

ESCOBAR, Arturo. Antropología y desarrollo. In: **Maguaré**, n. 14, p. 42-73, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/11135/11803>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 22ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Tradução de Annahid Burnnet. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARQUES, Janaína. Modelo inédito de extração será aplicado no Ceará. **O Povo online**, 27/07/2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/07/26/noticiasjornaleconomia,3288173/modelo-inedito-de-extracao-sera-aplicado-no-ceara.shtml>. Acesso em: 05.10.2014.

MAGALHÃES, Clarissa. As estruturas sociais do mercado de energia no Brasil. In: MORALEZ, Rafael; FAVARETO, Arilson (orgs.). **Energia, desenvolvimento e sustentabilidade**. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2014.

MORALEZ, Rafael; FAVARETO, Arilson. Energia, desenvolvimento e sustentabilidade – definições conceituais, usos e abusos. In: MORALEZ, Rafael; FAVARETO, Arilson (orgs.). **Energia, desenvolvimento e sustentabilidade**. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2014.

MORALEZ, Rafael Diego de Serrão. **Energia, desenvolvimento e sustentabilidade** – elementos para uma crítica do paradigma mecanicista. 128f. Dissertação (Mestrado em Energia) - Programa de Pós-Graduação em Energia do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC. Santo André, São Paulo, 2010. Disponível em: acesso em 15/05/2015.

RELATORIA DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE/RELATÓRIO DA MISSÃO CAETITÉ: **Violações de Direitos Humanos no Ciclo do Nuclear**. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/499Dhesca% 20Brasil%20-%20Missao%20Caetite%20-%20Meio%20Ambiente%20-% 202011.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Proyectos de gran escala: hacia un marco conceptual para el análises de una forma de producción temporária. In: BARTOLOMÉ, Leopoldo J. (org.). **Relocalizados**: Antropología Social de las Poblaciones Desplazadas. Buenos Aires: Edicones del ides, 1985. pp. 25-47. Disponível em: <http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2012/05/3_Bartolome.pdf>. Acesso em 24 mar. 2015.

_____. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: **Novos Estudos**, n. 80, mar. de 2008. pp. 109-125. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 mar. 2015.

ROSA, Luiz Pinguelli et al. Características da Estrutura de Produção da Energia Nuclear no Brasil. In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (org.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

VEIGA, José Eli da. (org.). **Energia nuclear**: do anátema ao diálogo. São Paulo: editora Senac São PAULO, 2011.

VEYNE, Paul. **Foucault:** seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Sítios e documentos na internet:

<http://www.inb.gov.br> (Indústrias Nucleares do Brasil).

<http://www.eletronuclear.gov.br> (Eletrobrás Eletronuclear).

<http://www.cnen.gov.br> (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

<http://www.mme.gov.br> (Ministério de Minas e Energia).

<http://www.consorciosantaquiteria.com.br> (Consórcio Santa Quitéria).

<http://www.ceara.gov.br> (Governo do Estado do Ceará).

<http://www.adece.ce.gov.br> (Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará).

CRISE HÍDRICA, GESTÃO AMBIENTAL E PERCEPÇÃO SOCIAL

Gabriel Keller Franci
Bacharel em Ciências Sociais - UFES

Aline Trigueiro
Professora - UFES

Resumo: O presente estudo visou identificar como moradores de dois diferentes condomínios residenciais no município de Vila Velha/ES têm lidado com a temática da escassez de água. Pretendeu-se identificar se houve mudanças de comportamento com o aumento da exposição do tema da escassez na mídia. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica considerando como referencial teórico o conceito de risco. Em seguida, foram aplicados questionários aos dois empreendimentos em questão com objetivo de identificar mudanças de comportamento, se a escassez de água era de fato um risco para os entrevistados, além de avaliar o conhecimento dos moradores acerca de opções de conservação de água. Também foram realizadas entrevistas com os síndicos dos prédios. Os resultados indicam que a população está alarmada com as notícias que retratam casos de crise no abastecimento de água e de escassez desse recurso em cidades vizinhas, e mostram também que houve mudanças individuais de comportamento, porém, ainda sem um efetivo engajamento coletivo, ou movimento institucionalizado. Portanto, esta pesquisa teve como objetivo contextualizar a discussão sobre a percepção social da crise hídrica em dois condomínios residenciais em Vila Velha/ES, abordando aspectos que contribuam para a melhoria dos processos de gestão e governança deste bem.

Palavras-chave: crise hídrica; risco; governança.

Abstract: This study aimed to identify how residents of two different residential condominiums in the city of Vila Velha/ES have been dealing with the issue of water scarcity. It was intended to identify if there were behavioral changes with increasing media exposure of the scarcity theme. To that end, we made a literature review considering the concept of risk as a theoretical framework. Then questionnaires were given to two projects in question in order to identify changes in behavior if the water shortage was indeed a risk to respondents, and to evaluate the knowledge of residents about water conservation options. Interviews were also conducted with the liquidators of the buildings. The results indicate that the population is alarmed by reports that depict cases of crisis in water supply and scarcity of this resource in neighboring cities, and also showed a significant individual changes in behavior, however, still without an effective collective engagement, or movement institutionalized. Therefore, this study aimed to contextualize the discussion about the social perception of water crisis in two residential condominiums in Vila Velha/ES, addressing aspects that contribute to the improvement of the management and governance processes of this well.

Keywords: water crisis; risk; governance.

Introdução

Vigorou nas sociedades urbanas, por boa parte de nossa história, o ideário de que a água é um bem abundante e inesgotável. Recentemente este fato tem sido desmistificado pela escassez e também pela má qualidade da água que tem chegado para os usuários de

sistemas de abastecimentos públicos. Dessa forma, este bem, cujo acesso é definido pela UNESCO como um direito universal, tem se mostrado cada vez mais indisponível.

O 'mito' da abundância hídrica no Brasil impediu que se formasse uma consciência pública acerca da escassez de água entre a população e, consequentemente, contribuiu durante anos para o afastamento dos indivíduos dos processos de tomadas de decisões. Contudo, recentemente, casos divulgados pela mídia retratam diversas cidades brasileiras sofrendo com a falta de água. Dentre os casos emblemáticos, o estado de São Paulo[1]. O risco, até então novidade para maior parte dos brasileiros, chamou a atenção e gerou alarde para uma parte significativa da população da região sudeste do Brasil. Portanto, a percepção social do risco, a legitimação social da escassez como um problema ambiental e a democratização da tomada de decisões, tornam-se pontos fundamentais para contribuir com essa discussão.

Considerando essa perspectiva, a presente pesquisa teve como motivação compreender de que modo a problemática da escassez dos recursos hídricos tem afetado o cotidiano e as percepções sociais de indivíduos habitantes do espaço urbano, alterando (ou não) de modo substantivo seus estilos/modos de vida[2]. Como pano de fundo, pretendeu-se problematizar as formas de gestão e uso desse bem, assim como refletir sobre os processos sociais que tornam a questão da água um tema de destaque na atualidade.

Neste contexto, esse trabalho teve como objetivo geral:

- Identificar como moradores de dois diferentes condomínios residenciais no município de Vila Velha/ES têm lidado com a temática da escassez de água, usando essa amostra como um caso relevante para pensar a questão da crise hídrica em evidência na mídia.

Os objetivos específicos foram:

- Avaliar as percepções sociais dos moradores desses dois condomínios acerca da escassez de água;
- Analisar possíveis interpretações sob a ótica do risco;

[1] São Paulo registra pior seca da história (2014). Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/12/sp-registra-pior-seca-da-historia.html> visualizado em 04.08.15.
[2] Esse estudo foi realizado a partir de uma análise comparativa entre o conjunto de moradores de dois condomínios na localidade de Vila Velha/ES.

- Avaliar a percepção dos moradores sobre a relevância de práticas individuais de conservação da água perante o problema.

1. Revisão bibliográfica

Em São Paulo, de acordo com dados da Sabesp[3], o sistema de abastecimento de água da Cantareira atingiu no mês de Dezembro de 2014, 7,7% do total de sua capacidade. Notícias como esta revelaram uma situação caótica e trouxeram à tona discussões sobre a escassez de água no meio urbano brasileiro, principalmente no que tange a implementação de medidas necessárias para reversão deste quadro. De fato, não se trata de uma realidade exclusivamente brasileira e sim de abrangência mundial. Em nosso planeta, a quantidade de água doce disponível para o consumo humano (presente nos lagos, rios e aquíferos de menor profundidade) representa menos de 1% da disponibilidade hídrica mundial. Esta realidade está longe da abundância que sugere a imagem reconfortante do "planeta água" (VARGAS, 1999, p. 109).

Gonçalves (2005, p. 2) destaca que há de se considerar ainda a importante heterogeneidade na distribuição geográfica dos recursos hídricos no Brasil e no Mundo. Mesmo sendo o Brasil detentor de cerca de 13,7% de toda a água doce superficial, 70% desse recurso se encontram na região amazônica. Nas regiões Norte e Centro-Oeste concentra-se a maior parte dos recursos hídricos do país, onde a densidade populacional é relativamente pequena em comparação com as outras regiões. Em contrapartida, as regiões Sudeste e Nordeste concentram a menor parcela de água e são responsáveis pelo abastecimento de mais de 70% da população brasileira (IDEC, 2002).

A intervenção humana no ciclo natural da água deu origem a um ciclo menor, de natureza antrópica, que acontece dentro das cidades, denominado ciclo urbano das águas (SPEERS e MITCHELL, 2000, *apud* GONÇALVES, 2005, p. 31).

O consumo de água residencial pode constituir mais da metade do consumo total de água nas áreas urbanas (GONÇALVES, 2005, p. 11). Na região metropolitana de São Paulo, o consumo de água residencial corresponde a 84,4% do consumo total urbano (incluindo também o consumo das pequenas indústrias). Na cidade de Vitória, a porcentagem desse consumo é bem similar, correspondendo a aproximadamente 85% desse total (dados da CESAN de 2002 e 2003) (RODRIGUES, 2005, p. 55).

[3] Disponível em <http://super.abril.com.br/crise-agua/ofundodopoco.shtml> visualizado em 01.12.2014.

2. Configuração do modelo atual de saneamento

A história revela que em geral as culturas humanas se estabeleceram preferencialmente onde a água era abundante – junto aos lagos e rios. As primeiras grandes civilizações surgiram nos vales de grandes rios – vale do Nilo no Egito, vale do Tigre-Eufrates na Mesopotâmia, vale do Indo no Paquistão, vale do rio Amarelo na China. Todas essas civilizações construíram grandes sistemas de irrigação, tornaram o solo produtivo e prosperaram. Muitas dessas civilizações desmoronaram quando o abastecimento de água se extinguiu ou foi mal aproveitado (BRUNI, 1993, p. 56).

Em algumas sociedades tradicionais brasileiras, a água é vista como um bem da natureza, uma dádiva da divindade. Sua abundância e escassez são associadas a estas entidades divinas. Dentre grande parte das comunidades indígenas a higienização corporal era realizada na mesma frequência que em nossa sociedade atual, fator que nos leva a crer de onde herdamos esse costume.

Vargas (1999, p. 132) destaca que antes do advento da sociedade urbano-industrial, que emerge ao longo do século XIX, o abastecimento das cidades e vilas com água limpa não constituía um problema coletivo de saúde pública e higiene, como veio a tornar-se dramaticamente na época atual. Nos vilarejos pré-industriais da Europa medieval, como nas vilas rurais da América, a água ainda podia ser considerada como um bem comum e as práticas referentes à sua utilização serem tratadas como um assunto de ordem privada. Contudo, Georges Vigarello, em sua obra "O Limpo e o Sujo" (1996), através de uma retrospectiva cronológica, analisa os hábitos de higiene europeus desde a Idade Média. Ele destaca que a água sempre foi motivo de controvérsias, e em algumas épocas era vista como fator de risco à saúde, devendo o contato ser evitado ao máximo. O autor descreve outros sentidos como responsáveis pelo ideário de higiene do velho continente na Idade Média, como a aparência e o cheiro.

De fato, o desenvolvimento do abastecimento de água limpa em domicílio não resolveria por si só os problemas sanitários gerados pelo crescimento urbano ao longo da Revolução Industrial, pelo contrário, esta evolução provocava um aumento significativo do consumo doméstico sem que fosse encontrado um mecanismo eficaz para a evacuação do esgoto.

Goubert (1990, *apud* RODRIGUES, 2000) afirma que no século XVIII estimava-se em 20 litros diários de água por pessoa para atender as suas necessidades básicas. No século XIX, esse valor chega a 100 litros e, ao fim do século XX, essa estimativa varia de 300 a

1000 litros por habitante por dia, dependendo, entre outros, do nível de desenvolvimento e do padrão cultural de cada país, além do porte da cidade e dos tipos de atividades econômicas exercidas. No ano de 2014, no estado do Rio de Janeiro, a média de consumo de água foi de 253 litros por habitante por dia. Já no estado do Espírito Santo o consumo médio foi de 191 litros por habitante por dia, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda a utilização de 110 litros por habitante diariamente[4].

3. Crise no abastecimento hídrico

Esses dados e informações nos permitem pensar que a questão da escassez dos recursos hídricos não pode ser vista apenas em termos geofísicos e quantitativos, sendo uma questão também social relacionada aos padrões de desenvolvimento econômico (urbanização, industrialização, irrigação) e cultural, de demanda e de qualidade das águas (VARGAS, 1999, p. 110).

O Brasil detém umas das maiores reservas de água doce no mundo, mas também enfrenta internamente o paradoxo da escassez. A região Nordeste já sofre com a escassez de água há centenas de anos. Ghisi (2005 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 2) já alertava há uma década que se fossem mantidas as práticas e políticas vigentes, a região sudeste chegaria a condições catastroficamente baixas no que tange a disponibilidade hídrica. Este quadro foi comprovado no ano de 2014, com diversas cidades de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo[5] decretando estado de calamidade pública devido à escassez de água.

4. A questão da governança

Segundo o Global Water Partnership, o Brasil não vive um colapso hídrico, mas sim de governança. De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2014 foram identificados 127 conflitos por água em todo país, com cerca de 43 mil famílias afetadas. Vale ressaltar que esse número se refere apenas a conflitos rurais, pois, ainda não há, segundo a CPT, uma metodologia para mensurar esse problema no ambiente urbano. Contudo, se fôssemos levar em consideração os conflitos entre federados, referente à disputa

[4] Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/02/05/rio-e-o-estado-que-mais-consome-agua-o-dobro-do-recomendado-pela-onu.htm> visualizado em 03.03.2015.
[5] Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Guarapari, Linhares, Colatina.

entre Rio de Janeiro e São Paulo pelo uso da água do rio Paraíba do Sul, conflitos entre empresas urbanas de abastecimento de água e a população, como no caso de Itú/SP, e casos de poluição que impediram o uso de mananciais, como no caso da represa Billings, os números podem chegar a 37 milhões de atingidos[6]. Segundo José Galizia[7], sem água, a população pode ir às ruas em manifestações mais violentas do que as de 2013.

Gonçalves (2005, p. 5) aponta que a Cúpula da Terra ou Rio-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMDAD ou UNCED) apresentou um capítulo específico sobre a sustentabilidade hídrica das populações. Trata-se do Capítulo 18 da Agenda 21, intitulado: "Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos; Aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e uso da água" (ONU, 1992). Uma série de programas foi proposta nesse sentido, compreendendo objetivos tais como:

- Desenvolvimento de novas fontes e alternativas de abastecimento de água, tais como a dessalinização da água, a recarga artificial de aquíferos subterrâneos, o uso de águas com menor qualidade e o reuso de águas residuárias e a reciclagem de água;
- Promoção de práticas conservacionistas de água através de programas mais eficientes de aproveitamento de água e de minimização do desperdício, inclusive com o desenvolvimento de mecanismos que resultem na poupança de água.

No dia 28 de julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução A/RES/64/292, declarou a água como um direito universal. Este decreto foi um marco, pois representou um posicionamento da Organização das Nações Unidas (ONU) acerca do acesso e do direito humano à água, e não um bem ou um serviço providenciado a título de caridade.

O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o desenvolvimento de Recursos Hídricos (WWDR4) defende que a água sustenta todos os aspectos de desenvolvimento: ela é o único meio que liga setores distintos e pelo qual as principais crises mundiais podem ser tratadas de forma conjunta.

> "Já existe um consenso internacional de que água e saneamento são essenciais para que muitos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

[6] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1603417-conflitos-pela-agua-batem-recorde-no-pais.shtml> visualizado em 03.05.2015.
[7] Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/02/crise-da-agua-podemos-chegar-buma-convulsao-socialb.html> visualizado em 03.05.2015.

> sejam atingidos. Eles estão indissoluvelmente ligados a questões como mudança climática, agricultura, segurança alimentar, saúde, energia, equidade, questão de gênero e educação. Agora, devemos olhar para a frente, com vistas à mensurabilidade, ao monitoramento e à implementação", diz Michel Jarraud, presidente da UN-Water e secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial[8].

Em outro trecho do Relatório, Angela Ortigara, oficial de Ciências Naturais da Unesco da Itália, diz que:

> Uma das questões que os países já estão se esforçando para melhorar é a governança da água. É importante melhorar a transparência nas decisões e também tomar medidas de maneira integrada com os diferentes setores que utilizam a água. A população deve sentir que faz parte da solução.

José Esteban Castro (2007) afirma que a imensa lacuna entre as áreas técnica e social de conhecimento, que vigora na sociedade moderna, reflete em avanços tecnológicos insustentáveis e ineficazes que não suprem a problemática da gestão de recursos hídricos. Defensor de que o diálogo é político, ele define que a gestão da água deve consistir em uma interação entre governo, grandes empresas, partidos políticos e sociedade civil, representada por ONGs e a população em geral.

Com a intensificação da crise no estado de São Paulo, formou-se a *Aliança pela Água*, uma coalização da sociedade civil formada com o intuito de contribuir com a construção da segurança hídrica no estado por meio da estratégia de potencialização da capacidade da sociedade de debater e executar novas medidas. Para tanto, a coalizão conta com 48 instituições parceiras dos mais diferentes nichos da sociedade civil. Para dar partida na confluência de ideias e discussões, foi realizado um evento denominado *Água@SP*, que reuniu 280 especialistas de 60 municípios. Neste evento foram propostas 196 ações de curto prazo e 191 de longo prazo, além de apontarem mais de 300 iniciativas inspiradoras para a gestão da água em São Paulo. A maioria das propostas de ações tanto de curto quanto de longo prazo preconizam as discussões integradas entre os governos e sociedade civil. Destacam-se como ações propostas pelo movimento:

Tabela 1 - Ações propostas pelo movimento a curto e a longo prazo

Curto prazo	Longo prazo
Instalação de comitê de gestão da crise	Transição para um novo modelo de gestão da água

[8] Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/urgent_need_to_manage_water_more_sustainably_says_un_report/#.VUlOjvlViko> visualizado em 03.05.2015.

Criação de espaços físicos para as discussões nas maiores cidades atingidas pela crise	Concessão e regulação dos serviços de saneamento
Informação para a população por meio da ampla divulgação de dados e do destaque quanto a importância das particularidades para que cada cidadão utilize a água racionalmente	Redução de perdas
Campanhas públicas de conscientização	Políticas de reuso
Incentivos à redução do consumo	Fortalecimento dos comitês de bacias
Multa para usos abusivos	Recuperação e proteção dos mananciais
Ações específicas para grandes consumidores	Recuperação florestal
Incentivo às novas tecnologias	Pagamento por serviços ambientais
	Adaptação climática
	Coleta e tratamento de esgotos e despoluição dos rios urbanos

As ações de curto prazo propostas pelo movimento frente à crise hídrica têm como objetivo principal chegar ao próximo ano em situação segura para enfrentar novo período de estiagem. Já as ações a longo prazo pretendem implementar um novo modelo de gestão da água, que garanta um futuro seguro e sustentável para os moradores de São Paulo (estabilidade social, econômica e ambiental).

5. A problemática ambiental: o risco

O planeta Terra já existia há bilhões de anos quando aqui habitaram os primeiros seres humanos. Desde então os problemas ambientais fazem parte da relação homem-natureza. Para o homem das cavernas, suas maiores preocupações giravam em torno da busca de um local seguro de animais que pudessem lhe atacar, próximo a água, que lhe garantisse conforto térmico e também alimentos. Com os adventos da modernidade, a humanidade convive com cada vez mais riscos ambientais, que variam desde riscos derivados do avanço tecnológico, risco da falta de água e alimentos e também riscos referentes ao mercado financeiro e falta de moradia. Houve uma multiplicação dos riscos aos quais estamos submetidos.

As problemáticas ambientais passaram a ter maior visibilidade a partir do advento da Revolução Industrial (século XVII-XIX) e das transformações instituídas, devido a diversos fatores, dentre os quais merecem destaque: o crescimento populacional, os processos modernizadores (ênfase para a urbanização, industrialização e o uso massivo de tecnologias) e a

gênese de um modo de produção cuja mentalidade se baseia no consumismo. Tal período já expõe uma forma social de oposição entre sociedade e natureza, sendo esta, estritamente concebida como fonte de recursos naturais, essenciais à produção industrial (BECK, 2003 *apud* VIEGAS, 2007, p. 21). Neste período, vigorou o ideário antropocêntrico, que marca a superioridade do homem em relação à natureza. Foram criadas fronteiras entre o mundo humano e o mundo natural, as quais são visíveis por meio do modo como as culturas humanas ocidentais procuravam superar as determinações da natureza, domesticando, controlando, produzindo, interferindo.

6. Risco: O conceito

Ulrich Beck (1944), sociólogo alemão, defende a tese de que hoje vivemos em uma Sociedade de Risco. Segundo ele, os riscos sempre existiram, porém, enquanto na sociedade industrial estavam ligados à questão da produção e distribuição de bens, na sociedade moderna os riscos estão ligados à própria modernização. Na composição dos riscos modernos, Beck inclui os ecológicos, os genéticos, os químicos, os nucleares, gerados industrialmente, externalizados economicamente, individualizados pelas normas jurídicas, legitimados no âmbito científico e subestimados politicamente (GUIVANT, 1998, p. 95). Segundo essa autora, os riscos que a sociedade contemporânea corre, são em grande parte derivados da própria intervenção humana no planeta (exigindo reflexividade), particularmente das intervenções do sistema técnico-científico (GONÇALVES, 2004, p. 29-30).

A sociedade moderna legitima a ciência como solucionadora de problemas, porém, Azevedo (2013) afirma que a ciência e a tecnologia não solucionam os problemas, mas se transformam em suas causas [...], pois muitos dos problemas enfrentados pela ciência foram criados por ela, a mesma por sua vez, não foi sempre capaz de oferecer soluções.

Segundo Poltroniéri (1996, p. 241), risco é:

> [...] tudo o que ocorre no meio ambiente e causa prejuízos à vida humana, sejam prejuízos sociais, materiais, deslocamentos de população ou, até mesmo, perdas de vidas. Os riscos ambientais constituem um dos aspectos do complexo processo de interação do sistema de eventos naturais com o sistema de uso humano do meio ambiente e, desta interação, resultam recursos e restrições ou riscos para os seres humanos.

7. Risco: O significado

Mary Douglas (2012), em sua vasta literatura sobre a temática do Risco, ao afirmar que estes são desconhecidos, apresenta três argumentos: 1. Os riscos são involuntários (não os aceitaríamos de livre e espontânea vontade); 2. Irreversíveis (não há volta) e; 3. Desconhecidos (não são reconhecidos quando os encontrarmos). Se os riscos são involuntários, então podemos afirmar que estes são frutos de um constructo social. Isto se deve ao fato dos indivíduos na sociedade de risco estarem sujeitos a uma infinidade de riscos, porém, seu reconhecimento e classificação como tal, dependem de uma construção social. São resultados de influências externas ao indivíduo, já que este por si só não o identificaria. Logo, conclui-se que há um contexto histórico e um reconhecimento em torno de um risco.

Segundo Yvette Veyret (2007 *apud* SOUZA e ZANELLA, 2009, p. 14), o risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível e, portanto, ele existe apenas em relação a um indivíduo, a um grupo social, uma sociedade que o apreende e com ele convive por meio de práticas específicas. Assim, segundo a autora, não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Acrescenta ainda que

> [...] o risco e a percepção que se tem dele não podem ser invocados sem que se considere o contexto histórico que o produziu e, especialmente, a relação com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as relação sociais características da época (p. 26).

8. Perspectiva de análise construtivista

Em meio a uma infinidade de riscos, muitos desconhecidos, outros ignorados, gerou-se uma discussão epistemológica do campo da Sociologia Ambiental, referente ao fato de determinadas questões ambientais tomarem proporções de crise com engajamento da mídia, população e comunidade científica, enquanto outras discussões eram marginalizadas e pouco discutidas. Neste contexto, debatem posições realistas e construtivistas, tais como:

> Os conceitos objetivistas implicam que os riscos e as suas manifestações sejam reais e acontecimentos observáveis, enquanto os conceitos construcionistas defendem que eles são artefatos sociais fabricados pelos grupos sociais ou instituições (HANNIGAN, 1995, p. 128).

Enquanto os realistas se baseavam basicamente em explicações científicas para determinada questão, os teóricos construtivistas não levavam em consideração o que era tecnicamente comprovado, e sim o que era socialmente significante para determinado grupo, representando assim o que é valorativo para os atores sociais, e não terceirizando essa percepção.

> [...] os problemas ambientais não se materializam por eles próprios; em vez disso, eles devem ser 'construídos' pelos indivíduos ou organizações que definem a poluição, ou outro estado objetivo como preocupante, e que procuram fazer algo para resolver o problema (HANNIGAN, 1995, p. 11).

Vale destacar que:

> Embora seja verdade que alguns construcionistas rigorosos vão provavelmente demasiado longe ao incidirem exclusivamente sobre as interpretações e práticas dos participantes na formulação dos problemas sociais, os construcionistas contextuais como Best e Rafter encorajam activamente a utilização de dados empíricos numa avaliação de exigências onde isto é tido como apropriado (HANNIGAN, 1995, p. 244).

Hannigan busca então elencar os fatores necessários para a construção de um problema ambiental. Este método construtivista para que tenha êxito deve passar pelo julgamento da ciência, da opinião pública e pela política.

> a) uma autoridade científica para a validação das exigências, o que eleva a ciência à condição de protagonista na descoberta e formulação iniciais de um problema ambiental; b) a existência de propagadores tem papel central no estabelecimento de vínculos entre movimento ambientalista e ciência; c) a atenção dos meios de comunicação social, onde o problema é estruturado como novidade importante; d) a dramatização do problema em termos simbólicos e visuais, com o uso de diversas estratégias retóricas de convencimento; e) incentivos econômicos; f) presença de instituição que assegure a continuidade da exigência ambiental (HANNIGAN, 1995, p. 75).

A relação ciência, opinião pública e política é um advento da modernização reflexiva. Este tripé é um importante recurso para preencher o hiato entre constatação técnica e percepção social de riscos. Ao integrar conhecimento científico, conhecimento leigo, meios de comunicação e aparatos políticos, o reconhecimento de determinado risco de forma multidisciplinar, torna-se legítimo.

9. Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de Vila Velha. Foram escolhidos os edifícios: Ile de France, localizado em Itapoã e o Ed. Venina, na Praia da Costa. A escolha se deu pelo fato de terem em comum habitantes com mesma faixa de renda, além da proximidade geográfica. Apesar das semelhanças, os prédios diferem no que se refere ao consumo de água. O Ed. Venina foi concebido com um equipamento de reuso de águas, enquanto o Ed. Ile de France não dispõem de tal tecnologia. Portanto, procurou-se, através de uma análise comparativa, avaliar a percepção dos moradores desses dois edifícios no que se refere à crise hídrica e seus modos de reconhecer o problema e lidar com o mesmo.

Foram elaborados questionários idênticos com 29 questões, dividas em: informações pessoais; percepção individual e coletiva de problemas ambientais; percepção individual e coletiva do relacionamento com a água; percepção individual e coletiva do risco da escassez de água; percepção individual e coletiva no que tange questões de governança da água; e questões referentes à exposição do tema na mídia.

Tabela 2 - Informações gerais

Edifício	Ed. Venina	Ed. Ile de France
Nº de apartamentos	60	48
População estimada	180	144
Nº de questionários distribuídos	60	48
Nº de questionários respondidos	36	24
Percentual de respostas	60%	50%

10. Resultados

Os resultados nos mostram que a população entrevistada apresenta certo grau de preocupação com relação ao tema da escassez de água. A dramatização feita pela mídia com relação à falta d'água parece ter gerado uma certa permeabilidade no âmbito individual das mudanças de hábitos em alguns casos analisados. Isso nos remete às análises de Júlia Guivant (1998), para quem os riscos que a sociedade contemporânea produz são, em grande parte, derivados da própria intervenção humana no planeta, particularmente das intervenções do

sistema técnico-científico. Deste modo, as repostas obtidas com a pesquisa, acerca da crise hídrica em andamento na sociedade, nos mostra as posturas reflexivas na população estudada.

Os questionários mostram que a maior parte dos entrevistados diz preocupar-se com a economia de água, o que provocou mudanças de comportamento individual, este fato foi comprovado através da divulgação de dados da Companhia Espiritosantense de Saneamento (CESAN), onde a população da Grande Vitória economizou 2 bilhões de litros de água no primeiro trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior9. Tais mudanças concentram-se em atividades domésticas, como diminuir o tempo de banho, o melhor uso da máquina de lavar roupas, assim como na pressão relatada por parte das pessoas que passam na rua e questionam a procedência da água utilizada para limpeza de calçadas e rega de jardins.

A hipótese inicial, de que a água é um recurso inesgotável, não fez parte da percepção e das ações narradas pelos entrevistados. Isso nos deu margem para pensar a construção de um risco real acerca da escassez deste recurso pelos indivíduos. Os moradores dos dois condomínios identificam claramente este problema, além de reconhecer a parcela de culpa humana nessa questão. Não obstante, acabaram validando as atitudes individuais quando se trata de superar a questão. É deste modo que observamos um hiato entre a percepção individual e ações coletivas integradas, já que não foram citadas pelos entrevistados medidas integradas de enfrentamento da questão.

Os questionários nos mostraram que, no ranking dos problemas ambientais locais, a população pesquisada elege outros problemas ambientais como mais sérios, como as enchentes[10] e o pó preto[11]. Os moradores da cidade de Vila Velha convivem há muito mais tempo com essas questões, o que contribui para a classificação periférica dada à questão da falta d'água nessa avaliação. Observa-se que ao mesmo tempo em que existem estudos científicos com perspectivas catastróficas acerca da crise hídrica como um risco ao futuro humano, esta não figura na mentalidade dos entrevistados como um problema ambiental primeiro.

A literatura nos mostra que a chave para o sucesso da gestão dos recursos hídricos, por meio de tecnologias e decisões que efetivamente contribuam para o acesso e a sustentabilidade do processo, está impreterivelmente associada à democratização das

[9] Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/05/populacao-economiza-2-bilhoes-de-litros-de-agua-na-grande-vitoria.html> visualizado em 17.05.2015.
[10] Caso típico do município de Vila Velha, por não dispor de drenagem urbana eficiente, apresentando transtornos à população na época de chuva.
[11] Decorrente das emissões das empresas que compõem o Complexo de Tubarão, em especial a Vale e a ArcellorMittal.

decisões. Isto é, à participação e ao papel assumido pelos atores sociais nas ações e mobilizações em prol dessa questão.

Conclui-se, pontuando que a população estudada já vive sob o risco da escassez, ainda que suas interpretações coloquem essa questão em segundo plano. Sinalizamos para a necessidade da formação de um coletivo, de acordo com as prerrogativas de Hannigan (1997), a fim de democratizar a gestão da água frente a projeção de um cenário futuro hostil, nada compatível com as práticas vigentes de nossa sociedade.

Referências

VARGAS, Marcelo Coutinho. **O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental.** Revista Ambiente e Sociedade. Ed. n. 5, Campinas/SP, 1999.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e Cultura**. Ed. Elsevier, 2012.

GUIVANT, Júlia. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck:** entre o diagnóstico e a profecia. Estudos Sociedade e Agricultura, 2001.

GUIVANT, Júlia. **A trajetória das análises de risco, da periferia ao centro da teoria social.** In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, ANPOCS, n. 46, 1998.

BRUNI, José Carlos. **A água e a vida.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 53-65, 1993 (editado em nov. 1994).

CASTRO, José Esteban. **Water governance in the twentieth-first century**. Revista Ambiente e Sociedade. Ed. n. 10, Campinas/SP, 2007.

VICTORINO, Célia. **Planeta água morrendo de sede**: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos. EDPUCRS. Porto Alegre/RS, 2007.

BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. Londres: Sage Publications, 1992.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo, uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martíns Fontes, 1996.

POLTRONIÉRI, L.G. **Percepção de custos e riscos provocados pelo uso de praguicidas na agricultura.** Ed. UFSCAR, 1996.

VIEGAS, Thaís; SOARES, Ana Paula. **Da Construção Social à (Des)Construção Judicial de Problemas Ambientais:** Um Olhar sobre o Poder Judiciário Brasileiro. III Encontro da ANPPAS. Brasília/DF, 2007.

DAGNINO, R.; CARPI, S. **Risco ambiental:** conceitos e aplicações. Climatologia e Estudos da Paisagem. Rio Claro - V. 2 - n. 2 - jul./dez. 2007, p. 50.

TOMAZ, Plínio. **Conservação da água**. Guarulhos: Ed. Parma; 2000.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa, Instituto Piaget, 1995.

RODRIGUES, Luiz Carlos. **Avaliação da eficiência de dispositivos economizadores de água em edifícios residenciais em Vitória/ES**. 2005.

GONÇALVES, Ricardo; ALVES, Wolney; ZANELLA, Luciano. **Conservação de Água no Meio Urbano**; 2005.

SOUZA, Lucas Barbosa; ZANELLA, Maria Elisa. **Percepção de Riscos Ambientais** - Fortaleza: Edições UFC, 2009. 237 p. il.; Isbn: 978-85-7282-372-2 (Coleção Estudos Geográficos, 6).

BAZZARELLA, Barcellos Bianca. **Caracterização e aproveitamento de água cinza para uso não-potável em edificações**; 2005.

RECLASSIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E IDENTIDADE NACIONAL A PARTIR DO MITO: A ENERGIA ELÉTRICA

Jayme Karlos Reis Lopes
Faculdade Nacional

Resumo: Além de fazer possível uma ampla gama de produtos e serviços no Brasil, a eletricidade levou ao desenvolvimento dos meios e ferramentas de comunicação, desenvolveu o urbano como local verticalizado, trouxe novos comportamentos sociais e por fim, consolidou a identidade nacional. Neste mesmo processo, a existência de condições de violência física e simbólica se definiu como comum em projetos de produção de uma matriz baseada em hidroeletricidade. Este trabalho tem por objetivo analisar a relevância do campo da energia elétrica como produtor dos mitos e simbologias pertencentes à identidade nacional brasileira e entender como isso pode contribuir para a reclassificação das experiências sociais, através de uma visão de mundo voltada para o progresso econômico.

Palavras-chave: energia elétrica; mito, identidade nacional.

Abstract: In addition to making possible a wide range of products and services in Brazil, electricity led to the development of media and communication tools, developed the urban as a verticalized local, brought new social behaviors and finally consolidated a national identity. In this same process, the existence of conditions of physical and symbolic violence can be defined as common in production projects from an array based on hydroelectricity. This study aims to analyze the relevance of the electricity field as a myths and symbols producer belonging to Brazilian national identity and how it can contribute to the reclassification of social experiences through a vision of the world focused economic progress.

Keywords: electricity; myth, national identity.

Introdução

Os motivos de criação de um mito são diversos. Os mitos de origem, por exemplo, por vezes são mascarados na historiografia oficial que estabelece uma versão dos acontecimentos que dá sentido e legitimidade a situação presente, baseada na versão do grupo social vencedor. Dentro deste contexto, os símbolos e os mitos de uma identidade nacional podem se tornar receptores das projeções, dos medos, dos interesses e aspirações, modelando comportamentos, condutas desde que partilhado por pessoas, criando uma comunidade de sentidos e solidificando uma determinada visão de mundo.

Quando falamos da construção do campo da energia elétrica (produção, distribuição e consumo) no Brasil, estamos falando da construção de uma visão de mundo, de um processo de consolidação da identidade nacional. Consolidação que vem, sobretudo, inicialmente através dos meios de comunicação, criados a partir da demanda do capital (energético em sua maioria) que vão integrar as diferentes regiões do país (CENTRO DA

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003). A eletrificação se coloca como condição para o crescimento das cidades, sua verticalização e para a construção de novos hábitos e comportamentos de vida. A instalação de redes de distribuição de energia se seguiu da propaganda e de campanhas educativas para a criação de novos consumidores em benefício de grandes fabricantes de materiais elétricos mundiais: Siemens, General Electric, Arno, Western House, AEG, OSRAM, Phillips y Philco. O espaço doméstico, principalmente nas áreas urbanas, adquiriu as noções modernas de privacidade e comodidade, modificando a arquitetura das casas e refletindo inclusive em uma nova divisão de seu espaço interno.

Isso coloca a questão da duplicidade do fato social como peça chave na questão da energia, quando se pensa a sua referência a um real empírico e a sua função imaginária, isto é, a sua posição ocupada no imaginário dos grupos sociais. Ainda mais, onde o campo do imaginário partilhado por uma visão de mundo, como é o caso da identidade nacional, é também um campo de enfrentamento político e econômico extremamente importante, como é o campo da energia elétrica, quando se configuram estas "novas" identidades coletivas.

1. Mito, identidade nacional e energia

Identidades que no Brasil reforçaram no último século a ideia de bem comum, colocando, por exemplo, os empreendimentos de produção de energia elétrica e de bens de consumo, como o caminho da sacralização da agência e da fé no progresso como "um decreto dos céus, um dom recebido, surgindo a gratidão como única forma plausível de reação humana" (SZTOMPKA, 1998, p. 67). Sendo assim, o mito do Progresso constante ou pensamento mítico do desenvolvimentismo mostram-se parte integrante da condição identitária em nossa sociedade – e em várias outras –, eles surgem da necessidade de resolver questões tais como a oposição entre os grupos de interesse e a ordem social.

Estes mitos se organizam em conjuntos e variações em torno de núcleos temáticos como uma linguagem a ser traduzida, reconstruindo a sua lógica interna através de uma interpretação onde a "linguagem apropriada para um domínio estende-se a todos os domínios que poderia surgir um problema do mesmo tipo formal" (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 179). A estrutura básica que constitui o mito pode ser considerada como um modelo de funcionamento do imaginário. Assim os conceitos de símbolo e de função simbólica são ampliados, Chartier (1990) critica isso, considerando que dessa forma acaba se remetendo a eles "todos os signos

graças aos quais a consciência constrói a realidade" (CHARTIER,1990, p. 20).

As críticas das tentativas de analisar os mitos e produções culturais coletivas na antropologia passam também por Mary Douglas, que faz considerações importantes quanto à construção do mito enquanto existência universal na mente humana, analisando que: (1) Os critérios de análise dos mitos são externos à cultura que os produziu, "de fora", (2) ocorre uma redução dos diversos significados possíveis do mito, as unidades estruturais do mito são definidas nos seus significados quando, muitas vezes são ambíguas e polissêmicas; (3) segmentos dos mitos são selecionados para análise, mas o que não é selecionado pode ser altamente significativo e (4) o mito é retirado do seu contexto cultural, suas unidades estruturais podem possuir outro significado do que aquele atribuído pelo pesquisador por meio de critérios "externos" à cultura do mito (DOUGLAS, 1980).

Lévi-Strauss analisa neste sentido que a noção de transformação é inseparável da noção de estrutura (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 159), agregando que, "o espírito humano se move em um campo limitado de possibilidades, de forma que as configurações mentais análogas podem, sem que seja preciso invocar outras causas, repetir-se em épocas e locais diferentes" (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 166). Daí as estruturas não são deterministas e unívocas, permitem diversas combinações e possibilidades gerando múltiplos significados possíveis.

Partindo destes pressupostos, quando falamos de imaginário em sua função social e quando nos referimos aos seus aspectos políticos (luta política, ideológica e de legitimação de um regime político, por exemplo), existe um complexo de elaboração de um imaginário por meio do qual é possível mobilizar afetivamente as pessoas. Nele "as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído assim e se expressa por ideologias e utopias, por símbolos, alegorias, rituais, mitos" (CARVALHO, 1987, p. 11). Portanto o campo do imaginário também é um campo de luta política e pelo poder, poder este onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias distintas como no campo da energia elétrica no Brasil.

2. Simbolismo e política na questão da energia

No Brasil, a implementação gradual da eletrificação e a ampliação do número de casas que tinham algum tipo de serviço que, em princípio, se produziu nos grandes centros urbanos e na capital do país, mesmo que com um ritmo mais lento nas zonas rurais, permitiu o uso de

equipamentos de eletrotécnicos e eletroeletrônicos, como o rádio e a televisão. Por tanto, o desenvolvimento da eletrificação e a integração cultural e política do país, sobre a influência do estado nacional, estavam estreitamente relacionados. A entrada do capital internacional na atividade pode ser entendida à luz da confluência de circunstâncias históricas específicas externas e internas ao país. Em primeiro lugar, a consolidação da indústria de energia e a intensa competição dos mercados da economia capitalista central (LORENZO, 1997; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE no Brasil, 1988), que estimulou a internacionalização dos investimentos produtivos no setor, tendo como resultado a inclusão das economias periféricas no caminho do capital, estes, em busca de uma alternativa de valorização (SZMRECSÁNYI, 1986). Caminhando junto ao desenvolvimento no Brasil, do estado oligárquico-burguês antes dos anos 30 e do estado burguês depois dos anos 30 (SAES, 1989). No segundo lugar, as oportunidades econômicas oferecidas pelas grandes cidades (LIMA, 1995, CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988).

Este projeto de nação é um projeto hegemônico no cultural, no político e, sobretudo, no econômico. A comunicação da cultura nacional é em princípio letrada e culta, sendo o caminho pela qual chega a ser hegemônica, ou seja, orientadora da moral e da intelectualidade da sociedade nacional. O que inclusive inclui a construção de uma simbologia implícita nos símbolos nacionais como a bandeira nacional – ordem e progresso –, nos hinos, canções, histórias e mitos, que constitui a representação entre a realização completa do desenvolvimento econômico e a ideia abstrata do progresso necessário ao bem estar da nação.

Enquanto que as empresas produziam publicidade exaltando o desenvolvimento do capital internacional e sobre as novas tecnologias trazidas do estrangeiro, muitas empresas nacionais, incluindo a Doca de Santos em 1930, trataram de criar um sentimento nacionalista em defesa das empresas Brasileiras, uma estratégia utilizada com o apoio político da aliança nacionalista. Para estes, as campanhas das empresas nacionais apresentavam preços das tarifas de eletricidade bem inferiores a dos competidores, acusando inclusive as companhias estrangeiras de imperialistas e exploradoras. Por outra parte, os empresários Canadenses do grupo Light acusavam, por exemplo, a empresa Doca Santos dos custos dos serviços portuários. Nasceu então a partir dos jornais da época (1911) uma competição mítica: “o polvo canadense” frente ao “minotauro de santos” (SAES, 2009).

É importante observar que a trajetória do grupo Light do Canadá, pode ser tomado como emblemático no processo de inserção do capital estrangeiro no sistema elétrico, que

começa com o estabelecimento no Canadá da São Paulo Traction, Light and Power Company Limited – mais tarde, São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited – com o fim de explorar não só a produção e comercialização de eletricidade, como também a implementação e operação do transporte urbano, serviço de telegrafia e telefonia no Brasil até 1945. A ação simultânea de outros serviços públicos foi uma característica recorrente nas empresas de capital estrangeiro no campo da energia, dentro de uma estratégia que buscou compensar mediante a diversificação da produção, o tamanho relativamente pequeno das áreas de comercialização de produtos e serviços gerais. As outras empresas que operam na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até a década de 1950 foram a companhia American Foreign Power (AMFORP), controlada pela North Electric Bond and Share Company (EBASCO).

Outra coisa importante é que, de fato entre 1880 a 1940, a disputa entre empresas nacionais e internacionais era na realidade uma elite colonial, financiadas pelas oligarquias agrárias do país e o capital internacional financiado pelos grandes grupos industriais e bancários do centro do nascente capitalismo global. Ao fim deste processo, o capital e as empresas internacionais saíram vencedoras desta disputa, bem pela sua capacidade de financiamento, de organização e de sua penetração nos lugares de poder e decisão política.

3. A construção da experiência social como dádiva

Mas onde acaba a mitologia e onde começa a História (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 27) da energia no Brasil? A difusão da Energia elétrica no Brasil é a prerrogativa das transformações do mito em história oficial, é o momento que o modelo econômico se converte em princípio organizador da prática governamental (FOUCAULT, 2007, p. 45), através da incorporação do mercado na vida cotidiana, principalmente pela rádio e pela televisão. No contexto da liberação e da afirmação da hegemonia cultural e econômica Estadunidense (dos anos 40 e 50), os sonhos de consumo tinham como foco atualizar o país, com relação aos países industrializados, buscando assim tudo o que fosse cosmopolita. A rádio cresceu na década de 50, com o apoio do aumento da publicidade, o cinema se estabeleceu como indústria e a televisão teve sua largada em 1950 com a inauguração da TV Tupi. Na televisão, as próprias empresas eram produtoras dos programas que patrocinavam (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003). Depois da subida ao poder do presidente Juscelino Kubitschek em

1956 e a aceleração da industrialização do país, a televisão e o automóvel se converteram no sinônimo da modernidade e do progresso que se instalava.

> La difusión de la modernidad que a la postre se impone universalmente, como experiencia y como imagen del progreso y que lo hace posible contradictoriamente bajo a modalidades del mercado internacional, el estado interventor, la burocratización de la vida colectiva, la aplicación de experiencias de control del medio, la secularización de la vida social y la masificación del consumo cultural (BRUNNER, 1998, p. 189).

Tudo isso foi acompanhado por uma mudança importante com relação ao consumo, principalmente pela opção da população – principalmente urbana – pelo consumo de alimentos processados. Os consumidores preferiram comprar arroz, feijão e farinha da fábrica, já embalados. Os alimentos como ervilhas, palmitos, milho, verduras processadas e leite condensado começaram a ser vendidos em latas e em vidros, se estabeleceu aí a produção e o consumo de leite em pó, biscoitos e macarrão industrializados, assim como pão.

O comércio varejista começou a substituir estes produtos nos armazéns, vendas e açougues das grandes cidades já nos anos 50. Eles vieram com novas cadeias de lojas de eletrônicos e de concessionárias de automóveis. Os usos e hábitos de limpeza também mudaram radicalmente. Agora, se utiliza o detergente. Se propagou o uso da escova de dente. Entre, 1950 e 1990, a população que vive nas cidades cresce de 36% para 75% respectivamente (LEAL, FARIAS, ARAÚJO, 2008).

A mudança de padrão de acumulação, também neste sentido, enquanto mantém uma continuidade de acordo com as tendências iniciadas nos anos 30, acentua a mudança a partir dos anos 50, especialmente com Juscelino Kubitschek e a implementação do setor industrial de bens de consumo duráveis. Na velha república, a cidade do Rio de Janeiro se fez metrópole e modelo cultural para o Brasil, já que foi a sede do governo federal, centro cultural e a cidade portuária do país, exercendo uma grande atração de imigrantes e estrangeiros. Do mesmo modo, foi no Rio que se iniciaram novos hábitos surgidos com a modernidade e posteriormente adotados em outros centros urbanos do país (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003). Em 1980 a urbanização se refere a transformações que incluem todos os aspectos da vida cotidiana na cidade, mudanças drásticas, na geografia, economia e na sociedade, onde a urbanização e a industrialização se misturaram. Partindo do ponto de vista destes eventos é importante incorporar Mary Douglas na discussão quando diz:

> O consumo, na verdade, produz o tipo de sociedade na qual o consumidor vive. Consumo é o processo de transformar mercadorias em bem-estar. Nem os bens, nem os objetos, mas a sociedade é o produto. As escolhas de consumo são em relação a quem vai comer em nossa casa, quem será excluído, com quem nossas crianças irão brincar, ir à escola, casar. São as decisões mais importantes que podemos fazer (DOUGLAS, 2005, p. 26).

O consumidor no caso da energia elétrica é inerentemente um animal social produzido pelas mudanças nas experiências de vida proporcionadas por esta mercadoria. O consumidor não quer objetos para ele mesmo, é importante dizer, mas para dividir, dar, e não só dentro da família muito além disso. Marcel Mauss nos mostra, sobre este aspecto, como as grandes correntes da dádiva ligam todos da comunidade num ciclo de trocas de longo prazo. As dádivas mantêm um padrão particular de relações sociais, por três obrigações interligadas: dar, receber, retribuir (MAUSS, 2003, p. 200-243). Dar é uma obrigação, sob a pena de provocar uma guerra (Ibid, p. 201) e o padrão de relações gera os padrões de trabalho que produzem os materiais para as dádivas (DOUGLAS, 2005, p. 20).

Cada uma dessas "obrigações" cria um laço de energia espiritual entre os atores da dádiva, segundo Mauss. A retribuição da dádiva seria explicada pela existência dessa força, dentro da coisa dada: um vínculo de almas, associado de maneira inalienável ao nome do doador, ou seja, ao seu prestígio. A essa força ou ser espiritual ou à sua expressão simbólica ligada a uma ação ou transação (SABOURIN, 2008). Mauss identifica ainda nas prestações totais das sociedades antigas ou primitivas uma forma de relação que ele chama de "dádiva-troca" e que se diferencia da troca mercantil, na medida em que associa uma moral, um valor ético, à transação econômica (Ibid, 2008).

A noção de dádiva de si leva à ideia de que a dádiva cria uma dependência para com o outro. Portanto, aquele que receberia esse símbolo seria obrigado a restituí-lo ou a ficar sob a sua dependência. Mauss percebeu a preeminência da obrigação de retribuir, mas não tirou dessa observação o princípio de reciprocidade. Sua insistência em declarar essa obrigação irredutível aos dois termos permite invocar uma estrutura mais fundamental que abraça entre elas todo tipo de atividades, precisamente a estrutura de reciprocidade. Nas prestações totais, tudo é simbólico, no entendimento de Mauss, e tudo é recíproco (MAUSS, 2003, SABOURIN, 2008). A devolução da dádiva é explicada pela força presente na coisa dada, pelo laço espiritual ao qual se liga. Mauss dá o nome de *mana* ou *hau* dos Maori. O prestígio não corresponde ao ego do doador, mas ao ser ao qual ele aspira, que não lhe preexiste e que deve ser produzido mediante a relação de reciprocidade (TEMPLE, CHABAL, 1995).

Esta sistemática proposta por Marcel Mauss se coloca ainda mais na questão da energia elétrica quando muitos estudos que tratam dos impactos dos empreendimentos ligados a cadeia de produção de energia apontam para a legitimação política e justificação econômica – muito além do seu estigma social como produto final – dos projetos de energia dentro de uma condição indiscutível ou inevitável de desenvolvimento econômico e de progresso.

4. Cidades, coisas e produção de experiências

Uma das principais mudanças no conceito de moradia no processo demonstrado até aqui, se deve a especialização dos espaços domésticos, e a criação de uma separação cada vez maior das questões de trabalho produtivo com relação a casa. Como resultado, se produziu a divisão das grandes cidades em diferentes zonas urbanas, segundo sua utilização residência, industrial e de serviços, mantendo alguns bairros de zoneamento misto com a inclusão de hospitais, escolas e agências do correio por exemplo. Foi na década de 1930 que se intensificou o zoneamento do espaço urbano com o surgimento de bairros residências, com alguns edifícios de apartamentos cujas unidades eram destinadas unicamente à moradia (LEMOS, 1989).

Os anos 30 marcam também a chegada do modernismo art-deco. Em muitas das casas da época começaram a surgir balcões e jardins, o que representava a interação entre o público e o privado (VERRISSIMO, 1999). Nas casas e apartamentos construídos durante este período, várias salas foram adicionadas ao espaço interno da casa, com a intensão de socialização contínua do espaço doméstico, prática que vai persistir até a década de 1950, quando a influência da estética estadunidense e a intenção de racionalização do espaço da casa começaram a determinar a compressão das habitações (ibid, 1999). Nas casas de classe média e do operariado, foram adicionadas a dispensa e a cozinha como centro da vida familiar e o rádio agora estava colocado preferencialmente nestas partes da casa (LEMOS, 1989). O rádio se caracterizou em uma atividade secundária ao trabalhar e descansar. Nos salões da classe média, agora, a função dos móveis era para definir o status familiar (ibid, 1989). Na mesma casa, para a contemplação coletiva, foram postas vitrolas, gramofones, fonógrafos e reprodutores de disco, adquiridos pela classe média através de sistemas de crédito e financiamento bancário.

Produziu-se assim, na configuração da cidade, as diferenças dentro do espaço doméstico, do trabalho e entre as esferas do público e do privado (CENTRO DA MEMÓRIA

DA ELETRICIDADE, 2003). Neste sistema, "pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou embebido como diria Polanyi – em outros valores que servem para a orientação geral" (DA MATTA, 1997, p. 19-20), "donde el orden simbólico es precisamente esse orden formal que complementa y/o altera la relación dual de la realidad factica 'externa' y la experiencia 'interna' subjetiva" (ZIZEK, 2014, p. 44-45).

A especialização do espaço doméstico faz com que ele se convertesse em um domínio de experiência do trabalho da mulher, mesmo com a crescente influência destas no mercado laboral durante o mesmo período – anos 50 e 60. A imagem resultante se projeta no entendimento das campanhas publicitárias que mostram as vantagens da cozinha e do uso de novas aplicações e características de utilização dos eletrodomésticos (PROST, 1987). Os meios de comunicação foram utilizados pedagogicamente neste sentido, através de ações deliberadas e planificadas inclusive levando em consideração que a maioria das pessoas utiliza as construções simbólicas e imagéticas difundidas pelos meios de comunicação para determinar suas decisões políticas e econômicas. O que proporcionou neste sentido, um processo rápido de "americanização", exercida pelas forças de mercado mundial (FARO, SILVA, 2002, p. 92) e pela indústria eletrotécnica. Revistas como Seleções, com uma tirada mundial de 5 milhões de cópias, foram lançados no Brasil em 1942, no mesmo período, a Coca Cola também jogou um papel importante na difusão do estilo de vida Estadunidense. A edição brasileira em português foi editada nos Estados Unidos e publicou uma seleção de artigos e anúncios de outros meios de comunicação Estadunidense.

Depois da chegada ao poder do presidente Juscelino Kubitschek em 1956 e a aceleração da industrialização do país, a televisão e o automóvel se converteram em sinônimo de modernidade, progresso e status social que se instalava. Neste contexto, inclusive a produção intelectual brasileira dos anos 50 daria lugar a uma reflexão sobre um diagnosticado subdesenvolvimento, colocando como prioridade a discussão sobre a existência na vida nacional de altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, crescimento produtivo e adoção generalizada de uma educação e de valores culturais modernos (ESCOBAR, 1996) como modelos de uma nova sociedade. A música deste período foi um dos reflexos deste movimento, quando o erudito e o carnaval folclórico deram lugar à Bossa Nova, símbolo de uma nova classe média urbana cosmopolita (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003).

A partir dos anos 40, a rápida construção e venda de unidades de moradia nas grandes cidades deixou claro que se criou um enorme mercado. Desde então, os edifícios de apartamentos no Brasil são também construídos para as populações pobres das cidades, o que alterou significativamente os hábitos dos habitantes das cidades, antes acostumados a espaços de trabalho e recreação existentes no interior, nas pequenas cidades e nas ruas dos subúrbios (VERDÍSIMO, 1999).

Os anos 40, 50 e 60 registraram a afirmação do estilo de vida estadunidense, o que elevou ao abandono, em parte, dos hábitos de inspiração francesa das elites brasileiras. Nas plantas das novas casas e apartamentos construídos neste momento, se limita o setor social à sala, que por sua vez, é conectada diretamente à cozinha. Por outro lado uma grande mudança para a americanização se produziu quando as casas inclusive, passaram a ser inspiradas nos filmes de Hollywood e nas revistas estrangeiras (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2003). Com a introdução da TV, este processo se acentua mais principalmente entre os anos 60 e 80. Reafirma-se também que o acesso à eletricidade foi condutor de algumas mudanças importantes da paisagem urbana, dentro do espaço doméstico e inclusive pela expansão do crédito na economia. O que deixa claro que:

> El rasgo essencial del fechismo de la mercancia no consiste en el famoso remplazo de los hombres por las cosas, [...] sino que consiste, antes bien, en un falso reconocimento con respecto a la relación entre red estruturada y uno de sus elementos; aquello que es realmente un efecto estrutural, un efecto de la red de relaciones entre los elementos [...] (ZIZEK, 2014, p. 50).

O papel da publicidade massiva por parte dos principais fabricantes eletrotécnicos foi o de assegurar o aumento das vendas, como também, a formação de novos hábitos e necessidades, transformando pouco a pouco o mercado – e o fetiche – em algo mais que um simples acessório da vida econômica (POLANYI, 2000). A expansão da comercialização e o uso de aparelhos eletrônicos dependeram de uma ação combinada entre fabricantes, comerciantes e empresas publicitárias (CARDOT, 1987). A publicidade do século XX abraçou a ciência como modelo de avanço industrial e de benefícios para a vida do consumidor. Os grandes fabricantes, que queriam chegar a um mercado nacional, descobriram os benefícios de substituir a confiança na capacidade de distribuição local, em troca de uma apelação direta ao consumidor através de marcas anunciadas a nível nacional (COTT, 1993) pela propaganda em rádio, TV's, Jornais e por um novo estilo de vida.

Na realidade, a produção de mercadorias é também um processo cultural e cognitivo, onde não só deve se produzir materialmente os produtos, mas também, marcá-los culturalmente como um tipo particular de coisas – no sentido de status. A cultura ajuda a mente por meio do estabelecimento de uma ordem cognitiva compartilhada coletivamente (APPADURAI, 1986, p. 89-96).

Um novo estilo de vida se oferece às pessoas baseado em uma política de modernização – onde a ideia de uma retórica tradicional tem seu sinônimo ligado à ideia de atraso ou pobreza – nos moldes clássicos, cujo modelo deve ser imitado por todas as economias do mundo (SZTOMPKA, 2005). Este modelo clássico de modernização aposta, sobretudo, na aceleração da industrialização, a urbanização e a superação das práticas locais e dos valores sociais locais.

A imposição de uma lógica territorial hegemônica, de um espaço convertido em uni funcional que se coloca fora do tempo vivido, múltiplo e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412 *apud* HAESBAERT, 2005), foi marcada por uma série de abusos e problemáticas. No caso da reorganização do espaço urbano, especialmente em termos de política de habitação adotadas das décadas de 40 a 80 – e diria que até os dias presentes –, na construção dos novos bairros urbanos, não houve nenhuma preocupação com os modos de vida anteriormente estruturados e os laços sociais de vizinhança. Aflorando a busca por identificação individual e coletiva, que intencionalmente é apenas conseguida através da mercadoria. Ao final, corroborando com Zizek quando diz que a ideologia "se apodera de nosotros realmente solo cuando no sentimos ninguna oposicion entre ella y la realidad – a saber cuando la ideologia consigue determinar el modo de nuestra experiencia cotidiana de la realidad (ZIZEK, 2014, p. 80-153).

Bibliografia

APPADURAI, Arjun (ed.). 1991. **La vida social de las cosas**. México, D. F.: Editorial Grijalbo.

AZEVEDO, Lia Calabre. 2002. **A era do Rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahared.

BECK, Ulrich (2002). **La sociedad del riesgo global**. Siglo XXI de España Editores.

BRUNNER, José Joaquin. **Un Espejo Trijado**. Ensayo sobre culturas políticas y culturales. FLACSO, Chile, 1988.

CAROT, Fabianne. **La maison électrique:** les premiers consommateurs d'électricité vus à travers lalittérature de vulgarisation (1850-1920) In: Association Pour L' Histoire de L' Eletricité em France. Electricité Et Ses Consommateus. Paris: Pof, 1987 p. 51. Col. Histoire de I'Eletricité. v. 4.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE no Brasil. **A vida cotidiana no Brasil Nacional:** A Energia Elétrica e a Sociedade Brasileira (1930-1970) / Coordenação Marilza Elizarda Brito. Rio de Janeiro, 2003.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE no Brasil. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988.

CHARTIER, R. **A História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, (1984) 1990.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis** - para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOUGLAS, Mary. **O mundo dos bens, vinte anos depois**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 17-32, jul./dez. 2007.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

ESCOBAR, A. **Review of J.K. Gibson-Graham**, The End of Capitalism (as we knew it). Oxford: Basil Blackwell, 1996.

FARO, Clovis de; DA SILVA, Salomão L. Quadros. **A década de 1950 e o Programa de Metas**. Em: GOMES, Ângela de Castro. O Brasil de JK. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica** - Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - USP, São Paulo, 2005.

LEMOS, Carlos. **A Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 79.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito y significado**. Alianza Editorial: Buenos Aires, 1978.

LÉVI-STRAUSS, C & ERIBON, D. **De Perto e de longe**. São Paulo: Nova Fronteira, 1991.

LIMA, J. L. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica**: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

MAUSS, Marcel. (2003), **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac e naify.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Editora Campus, Rio de Janeiro, [1944] 2000.

PROST, Antoine; VICENT, Gerard (Org.). **História da vida privada:** Da primeira Guerra aos nossos dias: São Paulo: Companhia da Letras, 1987. p. 151.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TEMPLE, Dominique & CHABAL, Mireille. (1995), **La réciprocité et la naissance des valeurs humaines**. Paris, L'Harmattan.

SABOURIN, Eric 2008. **Marcel mauss**: da dádiva à questão da reciprocidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais - v. 23 n. 66, fev. 2008.

SAES, Alexandre Macchione. **Luz, leis e livre-concorrência**: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. Scielo, História v. 28 n. 2. Franca, 2009.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, Willian. **500 Anos de Casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 27.

ZIZEK, Slavoj. **El sublime objeto de la ideologia**. 1º ed. 4º reimpr. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

POR ENTRE ESTES MARES: UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE BRASIL/ARGENTINA[1]

Jerônimo Amaral de Carvalho
Doutorando em antropologia social IDAES/UNSAN - Buenos Aires, Argentina.

Resumo: O presente projeto tem como proposta a realização de uma pesquisa etnográfica comparativa entre Brasil e Argentina, sobre os conflitos socioambientais em Áreas Marinhas Protegidas, com grupos de pescadores artesanais. As áreas propostas são: a Reserva Extrativista Marinha (REM) do Corumbau, localizada no extremo sul do estado da Bahia – Brasil; e a Área Natural Protegida (ANP) Sistemas Península Valdés, localizada na província de Chubut ao norte da região da Patagônia – Argentina. Esta pesquisa tem como intuito a identificação de singularidades, similitudes e distinções no discurso global da conservação da biodiversidade aplicado em cada país, contrastando com os contextos culturais, históricos, políticos e sociais locais. Presume-se que o discurso global da conservação da biodiversidade, enquanto um aspecto da globalização, não se traduz como uma força totalmente homogênea, pois sua heterogeneidade pode ser explicada tendo em vista vários contextos e especificidades locais. Desse modo, com o foco nos conflitos socioambientais entre Áreas Protegidas e pescadores artesanais, por meio dos processos de mudança sociais e de práticas sociais locais, bem como o conjunto de narrativas e a construção social da relevância destas áreas, podem evidenciar o discurso de conservação, global e heterogêneo.

Palavras-chave: áreas marinhas protegidas; discurso global da conservação; mudanças sociais; conflitos socioambientais.

Abstract: In this project, we proposed to execute a comparative ethnographic research between Brazil and Argentina, on the socio-environmental conflicts in Marine Protected Areas, with artisanal fishermen groups. The proposed areas are: the Marine Extractive Reserve (REM) Corumbau, located in the extreme south of Bahia - Brazil; and the Protected Natural Area (PNA) Systems Valdes Peninsula, located in the province of Chubut north of Patagonia - Argentina. This research is intended to identify singularities, similarities and distinctions in the global discourse of biodiversity conservation applied in each country, in contrast to the cultural, historical, political and social sites. It is assumed that the global discourse of biodiversity conservation as an aspect of globalization that is not translate as a completely homogeneous force, and its heterogeneity can be explained considering various contexts and local specificities. Thus, with a focus on environmental conflicts between protected areas and artisanal fishermen, through social change processes and local social practices as well as the set of narratives and the social construction of the relevance of these areas may show the conservation of speech, global and heterogeneous.

Keywords: marine protected areas; global discourse of conservation; social changes; environmental conflicts.

[1] Projeto de tese de Doutorado apresentado para o Instituto de Alto Estudios Sociales (IDAES), Universidade Nacional de San Martin (UNSAM), Buenos Aires - Argentina, sobre orientação do professor doutor Gabriel David Noel e co-orientação da professora Winifred Knox - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Introdução

1. Contextualização

Esta proposta busca ampliar o escopo de análise dos efeitos da criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), para grupos de pescadores locais, evidenciando relações conflituosas entre normas e instituições com grupos sociais específicos. Diante disso, optou-se dar continuidade a essa análise, com base nos principais resultados da dissertação de mestrado *O mar não está para peixe: Uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da comunidade pesqueira do Bugigão - RESEXMAR do Corumbau/Bahia*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Com base nisso, proporemos a realização de pesquisa etnográfica de cunho comparativo entre duas realidades de Áreas Marinhas Protegidas, uma no Brasil e outra na Argentina, partindo da premissa que as ações de conservação da biodiversidade são vistas como um movimento globalizante que pode produzir cenários de conflitos singulares.

Neste sentido, esta proposta se soma a uma série de trabalhos e etnografias que vêm ampliando esforços de análise em torno da temática de implantação de Áreas Protegidas Marinhas, costeiras e terrestres e os efeitos sociais, materiais e simbólicos em grupos específicos (WEST et al., 2006).

Consideram-se algumas das razões para o aumento de etnografias com grupos locais afetados por Áreas Protegidas, segundo Brosius (1999):

- A ampliação do ambientalismo para várias áreas do conhecimento (transdisciplinar e interdisciplinar), incluindo as três áreas das ciências sociais e dentre elas a antropologia;
- Uma aproximação, a partir da década de 1980, de entidades ambientalistas do terceiro setor com grupos socialmente distintos;
- E, por fim, os estudos que visam o questionamento acerca do essencialismo de alteridades de grupos locais permitindo certa cristalização de identidades.

Importante salientar que a interação global e local, na qual entidades ambientalistas transnacionais se situam, atua em uma perspectiva de produção de um discurso estruturado, de natureza vista a partir do Ocidente, caracterizando-se num viés neocolonialista (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007; ESCOBAR, 2005; LOBÃO, 2006; WEST et al., 2006).

Nessa perspectiva, vemos uma colonização do lugar por estruturas globais expressas no pensamento ecológico moderno, além de uma substituição destes lugares por espaços especialmente protegidos, baseados em uma estrutura cognitiva moderna de tempos e espaços desencaixados do lugar (GUIDDENS, 1991).

Contudo, os conflitos gerados entre grupos locais em Áreas Protegidas possibilitam a evidencia de diversas concepções que se efetivam em diferentes relações com a natureza. Por um lado, uma natureza única, pertencente a um campo cognitivo fundamentado por uma visão moderna de natureza, cuja base filosófica produziu o par dicotomizado natureza/cultura (LATOUR, 1994, 2004). Por outro lado, para o nativo é indivisível cultura e natureza (CARVALHO, 2014; INGOLD, 2000).

A Union International for Conservation of Nature (UICN), organismo internacional filiado à UNESCO, que estabelece marcos regulatórios e metas de conservação nos países membros, divulgou em 2010 o relatório *Superposición de territorios indígenas y áreas protegidas en América del Sur – Resumo Ejecutivo* a seguinte informação: cerca de 15% das Áreas Protegidas da Argentinas estavam sobrepostas em territórios indígenas; enquanto no Brasil, o número se eleva para 26% do total (UICN, 2010). Se considerar Áreas Protegidas estaduais e ou provinciais, bem como a existência de outros grupos sociais (ex. quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, varzeiros e pescadores artesanais) a extensão do conflito socioambiental pode ser bem mais expressiva.

De modo geral, as Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), também são vistas como palco de conflitos entre grupos de pescadores artesanais diante do acesso direto de recursos naturais. A maioria dos conflitos está localizada em áreas de estrita proteção, onde a pesca não pode ser realizada – nos Parques Nacionais Marinhos em ambos os países[2].

Os conflitos nas Áreas Marinhas Protegidas apresentam como características, relações que expressam a rigidez de uma política autoritária, sistema *top-down* das agências governamentais, adoção de conceitos e categorias de manejos que não representam ou desconsideram as práticas sociais locais. Outro ponto importante: o processo de criação destas áreas e de reconhecimento dos direitos de acesso – caso das Áreas Protegidas de Uso sustentável – é sempre realizado em um processo de tradução das ciências naturais (ABAKERLI, 2001; ALMUDI; KALIKOSKI, 2009;

[2] No Brasil, o caso mais emblemático foi a criação do Parque Nacional Marinho (PARNAM) dos Abrolhos, criado no ano de 1983, tendo sido motivado por vários especialistas brasileiros e estrangeiros na área de biologia marinha. Como na maioria dos Parques Nacionais criados nesta época foi de forma arbitrária, o PARNAM dos abrolhos, possui relações bastante conturbadas com os pescadores artesanais de Caravelas. É sempre recorrente em vários discursos dos pescadores locais sua insatisfação da falta de participação naquela época (NOGUEIRA, DE, 2009).

BOWN; BRONDO, 2013; LOBÃO, 2006; SOWMAN et al., 2011; WEST et al., 2006).

Desse modo, uma proposição de realizar estudos comparativos de conflitos ambientais em Áreas Marinhas Protegidas no contexto de América Latina, Argentina e Brasil pode contribuir para o atual desenvolvimento do marco conceitual a respeito dos conflitos socioambientais em Áreas Protegidas. Tal proposição se apresenta necessária, tendo em vista que o tema "conservação da biodiversidade" é uma nova emergência global, e também um dos aspectos da globalização (WEST et al., 2006).

Diante disso, buscou-se a escolha de duas Áreas Protegidas, uma em cada país, pertencente ao grupo de Áreas Protegidas de categoria de manejo VI da UICN[3]. Segundo a IUCN:

> As Áreas Protegidas de categoria – VI conservam ecossistemas e habitats, junto com os valores culturais e os sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais associados a eles. Normalmente são extensas, com uma maioria da área em condiciones naturais, ao qual uma parte conta com uma gestão sustentável dos recursos naturais, e nas que se considera que um dos objetivos principais da área é uso não industrial e de baixo nível dos recursos naturais, compatível com a conservação da natureza (DUDLEY, 2008, p. 27).

Sendo assim, focaremos a nossa proposta na Reserva Extrativista Marinha (REM) do Corumbau, BA – Brasil, e na Área Natural Protegida (ANP) do Sistema Península Valdés, província de Chubut – Argentina (figura 1 e 2). Um ponto importante é que as duas áreas estão vivenciando ações de co-manejo[4]. As duas áreas, possuem além dos órgãos gestores oficiais, organizações não governamentais ambientalistas que atuam diretamente em ações de conservação e co-manejo.

[3] Segundo a IUCN "A intenção original do sistema de categorias de gestão de Áreas Protegidas da UICN era criar um entendimento comum e um marco internacional de referências para as Áreas Protegidas tanto entre países como dentro deles. Hoje em dia, as categorias estão aceitas e reconhecidas por organizações internacionais como as Nações Unidas e o Convênio sobre a Diversidade Biológica e Governos Nacionais como o ponto de referência para definir, recordar e classificar as áreas protegidas".

[4] O co-manejo ou gestão compartilhada são terminologias bastante usuais dentro da literatura de Áreas Protegidas nas quais os usos dos recursos são compartilhados, prevendo regras mínimas de práticas de captura e uso dos recursos, respeitando períodos reprodutivos de espécies, de forma a manter um padrão que não esgote os estoques. Em ações de co-manejo mais elaborados, monitoramentos dos recursos são realizados e existe algum tipo de participação dos grupos sociais locais.

Figura 1 - Mapa de localização da ANP Península Valdez.



Fonte: PLAN DE MANEJO DEL SISTEMA VALDÉZ. Plan de Manejo del Sistema Península Valdés Plan de Manejo del Sistema Península Valdés.

Figura 2 - Mapa de localização da REM do Corumbau.



Fonte: Conservação Internacional do Brasil. <http://www.conservation.org> acessado em 08.09.2015.

A REM do Corumbau, localizada na porção do extremo sul do estado da Bahia (municípios Prado e Porto Seguro), tem sua porção marinha situada na região do complexo dos Abrolhos[5]. O processo de criação teve como motivação a percepção dos pescadores artesanais locais sobre a queda

[5] Como sendo a maior aglomeração de recifes coralíneos da porção sul do Oceano Atlântico.

dos recursos pesqueiros, sobretudo o camarão sete-barbas, uma das espécies alvo da pesca comercial de Alcobaça (Bahia) e também de outros estados (Espírito Santo e Alagoas).

Diante desta situação, um grupo de pescadores locais do Corumbau se aliou (em 1997) às entidades ambientalistas buscando salvaguardar os recursos pesqueiros, tendo como entidades a Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA) e, posteriormente a Conservation International do Brasil (CI-Brasil)[6], em parceria com a Coordenação Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA).

Contudo, logo após a criação da REM do Corumbau, a CI-Brasil, a partir de outras experiências, em nível global, em manejo de recursos marinhos em Áreas Protegidas, deu início à elaboração do plano de manejo e de uma Zona de Proteção Marinha (ZPM) no território de pesca artesanal. Esta ZPM tinha como objetivo a garantia de proteção de ambientes e espécies marinhas para, no longo prazo, aumentar a biomassa pesqueira (quantidade de peixes), forçando a proteção de um terço do território de pesca enquanto os pescadores utilizariam apenas as áreas adjacentes da ZPM[7].

A proposta foi aprovada, mas utilizando-se de estratagemas de aproximação a determinados grupos e intervindo nas relações micros sociais locais. Desse modo, após dez anos de criação da REM do Corumbau, observou-se que ainda existia certa inconformidade com a área de exclusão marinha por uma parte considerável dos pescadores artesanais locais. Nesse sentido, a proposta de ações de manejo e gestão da REM do Corumbau se firmou enquanto uma normatividade distanciada das demandas dos pescadores (CARVALHO, 2014).

A península de Valdés, Golfos Nuevos e San José são localizados na província de Chubut, na região patagônica argentina no Oceano Atlântico. A Área Natural Protegida (ANP) do Sistema Península Valdés, foi criada por meio de lei provincial nº 4722 de Chubut em 2001; segundo esta mesma lei, tal categoria de manejo proposto se enquadra na categoria de recursos

[6] A APPA trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG) com atuação em nível local, criada no ano de 1996 com objetivo de realizar ações de proteção e conservação dos manguezais do município de Prado. A Conservation International trata-se de uma ONG de alcance transnacional, a qual iniciou no ano de 1994 atuando na região tendo como foco apoiar ações de manejo do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Durante o período do processo de criação da REM do Corumbau, entre os anos de 1997 até 2000, a CI-Brasil conseguiu estabelecer uma base no município de Caravelas, a partir desse momento, podendo atuar diretamente em ações de manejo em nível local, porém com grande interface em nível global.

[7] A justificativa apresentada pela CI-Brasil é que com o passar do tempo, e com o aumento da biomassa no interior da ZPM, o pescado povoaria nestas áreas adjacentes permitindo a realização da pesca em nível local.

manejados[8] da IUCN (CHUBUT, 2001). Anterior a esta ANP, a região possuía áreas protegidas mais restritivas, como a Reserva Natural Turística, Reservas de Punta Norte, Isla de los Pájaros, Punta Piramide, Punta Delgada e Caleta Valdés, e posteriormente no ano de 1975 o Parque Marinho Golfo San José (GOVERNO DE LA PROVINCIA DEL CHUBUT, 1998).

Esta Área Protegida, além de uma forte atuação do setor turístico, possui também uma atuação de pesca artesanal em pequena escala. As pescarias se concentram, sobretudo, nas de peixes e de mariscos. A pescaria é realizada tanto embarcada quanto desembarcada, utilizando de algumas artes, como redes, linhas e ferramentas para extração de mariscos. É considerado, como pescaria de baixa escala, para consumo próprio e também de acordo com a demanda de comercialização local. A atividade da pesca artesanal é datada por antepassados indígenas, fazendo parte do que denominam uma identidade cultural patagônica (GOVERNO DE LA PROVINCIA DEL CHUBUT, 1998).

Obviamente, com a existência de Áreas Protegidas com categorias de manejo bastante restritivas ao longo de mais de 20 anos, surgem conflitos de acesso aos recursos marinhos, por parte dos pescadores artesanais locais. A pesca de mergulho no interior do antigo Parque, no Golfo de San José, é datada com mais ou menos 76 anos, quando foi eliminado a pesca de arrasto por pequenas embarcações advindo de Mar del Plata[9].

Entretanto, encontramos também uma confluência de agentes externos (entidades do terceiro setor ambientalista) realizando esforços para proteção e conservação da Patagônia Argentina. Neste sentido, foi criado o Foro Patagônico em 2004, tornando-se uma rede de Organizações Não Governamentais que, até o presente momento, realizaram dez reuniões para discussão do Estado da Arte da Conservação desta região[10]. Neste caso, a atuação mais direta é realizada pela Fundação Patagônia Natural.

Diante das especificidades locais em termos de atores, histórico local e nacional de criação dessas Áreas Protegidas, assume-se que o conflito é algo inerente dentro de qualquer

[8] Outro ponto importante a ser salientado, é que a mesma lei aprovou também o Plano de Manejo que foi realizado no ano de 1998 por uma comissão de trabalho que envolvia setores governamentais da província de Chubut, como Organismo Provincial del Turismo, Ministério de Produção, Câmara de Comércio de Puerto Madryn, Empresas do Setor de Turismo e Associação de Pescadores.

[9] Além disso, outro ponto importante sobre a pesca artesanal está também no conflito direto com a crise da pesca industrial, na qual pescadores que apenas atuavam neste setor, retornaram para atividade da pesca artesanal, aumentando assim o esforço de pesca e também uma grande demanda de licença de pesca para a região.

[10] O Foro patagônico produziu dois materiais fruto de suas reuniões com as diversas entidades ambientalistas, sendo o primeiro realizado em 2008 “Sintesis del Estado de Conservacion del Mar Patagonico y area de influencia”, que tinha como objetivo traçar uma linha base de ações de conservação para a realização de ações em um cenário entre proteção e uso sustentável dos recursos (FORO PARA LA CONSERVACIÓN DEL MAR PATAGÓNICO Y ÁREAS DE INFLUENCIA, 2008).

sistema social bem como uma categoria explicativa de processos de mudança, (FERREIRA, 2005). Assume-se também a característica das Áreas Protegidas, conduzida por uma emergência global da conservação da biodiversidade, sendo também um dos aspectos da chamada globalização. Neste sentido, a proposta deste projeto, a ser delineado a seguir, é indagar sobre as particularidades do conflito socioambiental em nível local, tendo como ponto de partida a conservação da biodiversidade enquanto uma normatividade global. Além disso, cabe a indagação sobre tal normatividade e como ela se estrutura em nível local.

Partindo dos antecedentes apresentados anteriormente, o presente projeto tem como objeto os conflitos socioambientais entre pescadores artesanais em Áreas Marinhas Protegidas. O estabelecimento de Áreas Marinhas Protegidas produz relações de conflito e tensões com grupos locais, por meio de conjunto de normatizações externas conduzidas por entidades governamentais e não governamentais e também pela distinta estrutura de cognição da noção de natureza (WEST et al., 2006). A noção ambientalista da natureza está situada na construção de um discurso da emergência global das questões ambientais, evidenciado por meio do interesse sobre a conservação da biodiversidade que desconsidera, na base de suas formulações, a percepção da natureza, bem com as práticas e formas de ação de pescadores artesanais (INGOLD, 2000).

Desse modo, o objetivo desta proposta é realizar uma etnografia dos conflitos socioambientais vivenciados por pescadores artesanais em duas Áreas Marinhas Protegidas, uma no Brasil e outra na Argentina, com o intuito de identificar singularidades, similitudes e diferenças no discurso global da conservação da biodiversidade apresentado, em contraste com contextos sociais, culturais e políticos distintos. Cabe ressaltar que serão comparadas duas Áreas Marinhas Protegidas, consideradas áreas de proteção ambiental, ao mesmo tempo áreas de garantia de acesso de recursos pesqueiros para os grupos locais.

2. Metodologia

2.1 Descrição metodológica

Como etapa importante desta proposta, aqui será apresentado o referencial teórico e metodológico para a execução desta pesquisa. Tendo em vista que o problema central se estrutura no aspecto global da conservação da biodiversidade e que a comparação de duas experiências de Áreas Protegidas se dá com recursos manejáveis (Brasil e Argentina),

seguirá o método de estudo de caso ampliado para etnografias que produzem respostas de perspectivas locais que se interligam em estruturas mais globais (BURAWOY, 2000).

Segundo Burawoy (2000) o método de estudo de caso ampliado baseia-se em observação participante, que permite extrapolar situações locais em um contexto histórico, para além das fronteiras locais e nacionais. Esta metodologia possui quatro dimensões necessárias para a realização de etnografias tidas enquanto globais.

- A primeira dimensão é a realização da observação participante, em que é necessário diminuir a distância do observador com os sujeitos da pesquisa;
- A segunda dimensão se refere à extensão da observação em relação ao tempo e espaço. É importante aqui que o pesquisador siga os seus sujeitos, tentando viver suas vidas, apreendendo caminhos, decisões e também suas vontades;
- A terceira dimensão seria em expor os processos micros dentro de processos macro, situados em um contexto geográfico e histórico do campo. Não se trata, segundo Burawoy (2000), de tentar representar uma totalidade, mas sim uma estruturada relação macro e microssocial;
- A quarta e última dimensão é extensão da teoria. Ao invés da realização de indução por meio de dados, busca-se estender a teoria de modo a acomodar lacunas ou então anomalias observadas. Segundo Burawoy (2000) "o que faz o campo interessante é esta violação de algumas expectativas, e uma expectativa é nada mais do que outra teoria esperando para ser explicada" (ibidem, p. 28).

Com base nisso, será possível entender singularidades e multiplicidades dos conflitos socioambientais em duas realidades diferentes, Brasil e Argentina, na medida em que contrastam com o caráter global de motivação da criação e implantação de Áreas Marinhas Protegidas em nível local, tendo como pressuposto básico o contexto histórico, buscando também a historicização dos múltiplos atores atuantes no conflito.

Uma estratégia para se alcançar uma etnografia que tenha característica global é a utilização do método da etnografia multi-situada. Tal método, utilizado em acordo com as dimensões da metodologia de caso estendido, possibilita que as etnografias saiam da perspectiva de trabalho de campo, focado em um espaço geograficamente delimitado, "projetado para examinar a circulação de significado cultural, objetos e identidades difusas no tempo e no espaço" (MARCUS, p. 96 1995).

Tendo em vista que a ideia de Áreas Marinhas Protegidas (enquanto objeto) e os discursos de sua emergência (enquanto um significado cultural ocidental) transpassam as barreiras locais e nacionais, não seria apropriado – em uma pesquisa que visa comparar duas situações de conflito socioambientais com grupos locais – a realização de uma etnografia em lugares comuns da antropologia. Desse modo, a utilização desta metodologia ajuda a interpretação e discussão sobre o binarismo entre local e global, bem como o sistema e o mundo da vida (GATT, 2012). A etnografia multi-situada permite colapsar tal dicotomia, possibilitando uma "etnografia de conexões complexas", na qual os lugares são produzidos de e em um sistema mundo, onde comunidades são imaginadas para dentro de mundos imaginados (Ibidem, 2012).

Portanto, a operacionalização desta pesquisa buscará seguir a metodologia da etnografia multi-situada utilizando-se de estratégias que deslocam o observador em relação ao objeto estudado: Seguir o Conflito; Seguir as Pessoas; Seguir a Biografia; Seguir a Metáfora e Seguir o Enredo.

3. Ambientalismo, áreas marinhas protegidas, conflitos socioambientais, mudanças e práticas sociais locais

Nesta etapa é importante explicitar alguns conceitos como forma de articular o objeto de pesquisa com as etapas metodológicas da tese de doutorado. Alguns conceitos centrais nortearão a discussão teórica: *conflitos socioambientais* e *visões de natureza*; o *ambientalismo* enquanto movimento global; os processos de *mudanças sociais* bem como as *práticas sociais locais*.

O primeiro ponto a ser considerado é o conceito de conflitos socioambientais, visto enquanto relações sociais de disputa entre grupos ou atores sociais em torno da apropriação de um determinado recurso ambiental, podendo avançar entre um nível material para um nível simbólico com embates mais diretos (VIÉGAS, 2009; VIVACQUA; VIEIRA, 2005; WEST et al., 2006).

Em relação ao nível simbólico do conflito é produzido conforme West et al (2006), enquanto uma visão virtualizada da natureza. "Tal virtualização foi imposta por uma visão europeia de Natureza/cultura, dicotômica sobre os lugares e pessoas onde a distinção entre natureza e cultura previamente não existem" (WEST et al, 2006, p. 255).

Nesse sentido, as Áreas Protegidas, segundo este autor – uma nova cosmologia do natural como sendo um caminho em nova estrutura moral – possibilitava a imposição de novas regras e

também de conjuntos de normatizações (ex. acordos transnacionais, leis nacionais, planos de manejo e acordos locais). Portanto, as áreas protegidas, um instrumento de ação protecionista do estado, "[...] são um meio material e discursivo para qual o discurso da conservação e do desenvolvimento, práticas e instituições possam remodelar o mundo" (Ibidem, p. 256).

Desse modo, as distintas visões de natureza possuem como componente importante a separação da natureza e cultura. "[...] são amarradas em diferentes visões de mundos dos atores envolvidos na conservação e em diferentes tipos de narrativas de sustentabilidade em um discurso de escala global" (Ibidem, p. 256).

Tal separação entre natureza e cultura, um constructo ocidental, revela uma abertura do domínio para o controle e colonização de um em relação ao outro (STRATHERN, 1980). A própria noção de Áreas Protegidas, isto é, de espaços territoriais protegidos, é fruto da separação conceitual natureza e cultura, tal como a reificação de uma natureza intocada, inexplorada enquanto um constructo cultural ocidental. Esta natureza intocada se firma como um estatuto ontológico e também um conceito abstrato, ou no campo das ideias. Tal abstração sobre a natureza (a visão ocidental) é um movimento de transcendência, a primeira garantia moderna, ou seja, ela está além de nós. Porém, invariavelmente, para garantir tal transcendência é necessária a agência humana (moderna) na produção dos fatos em si, como sendo a segunda garantia o movimento de imanência (LATOUR, 1994). A existência de Áreas Protegidas cumpre este movimento dialético entre as duas garantias da modernidade – transcendência e imanência.

Deve-se destacar também o papel do ambientalismo enquanto agência humana, no que tange à questão da construção do discurso da emergência da conservação da biodiversidade, traduzidas nas Áreas Protegidas. Esta agência humana/política produz estruturas de dominação reconfigurando um discurso global de acordo com as características locais. O ambientalismo, por meio de suas organizações, busca o deslocamento de imperativos morais e políticos, galvanizando o terreno político em um aparato institucional despolitizado, que muitas vezes possuem aparato financeiro, burocrático e tecnocientífico (BROSIUS, 1999).

Nesse sentido, West et al (2006) afirma que as Áreas Protegidas são tidas como uma forma instrumento para a penetração da globalização no local. Todavia, o foco contemporâneo nos aspectos tecnológicos deste processo parece ter feito da preservação da natureza um campo menos relevante para discussão do fenômeno da globalização (WEST et al., 2006).

Seguindo a premissa de West et al (2006) para o discurso global, o ambientalismo e as Áreas Protegidas possuem um efeito discursivo e transformador nas questões locais, e

ainda possuem forte possibilidade de intervenção por organismos nacionais e transnacionais: ex. Estado, Sociedade Civil e Organismos Internacionais (BROSIUS, 1999). Esse efeito discursivo é visto na forma de articulação do global com o local, sendo este um dos aspectos do fenômeno da globalização.

Diante disso, o problema central da atuação de interação global está na tensão entre forças de homogeinização e heterogeinização (APPADURAI, 1990). Esta tensão rompe com a ideia de naturalização da globalização aprisionada em modelo centro-periferia, tendo em vista que possam existir forças de acomodações e de contestações produzindo novas conexões na dimensão global (BURAWOY, 2000). Ou seja, apesar da existência de um conjunto homogêneo de ideias, a conservação da biodiversidade representa, num discurso de emergência, sua adaptação ao contexto local que não é harmoniosa, podendo assim criar as chamadas disjunções (APPADURAI, 1990).

Tais disjunções são uma constante quando se está analisando aspectos da globalização em um determinado local. Segundo Appadurai (1990), presume-se a existência do conflito em uma relação dialética entre o discurso global se adaptando ao local e vice-versa. Desse modo, presume-se também que a condição do estabelecimento de Áreas Protegidas – uma das formas de realização de um fenômeno global – implica em sua adaptação conflitiva em relação ao contexto local e suas rugosidades espaciais (particularidades sociais, culturais e políticas).

Contudo, a ideia de conflito também pode ser entendida como um elemento necessário para a organização social, promovendo mudanças em nível local, com possibilidades de negação da ideia de agregação de sujeitos em torno de uma ideia ou de projeto específico (FERREIRA, 2004). Neste sentido, a noção de mudança social é importante para verificar de que maneira a linguagem ambientalista pode permear a linguagem local, tendo em vista que “os esforços de conservação mudam os modos das pessoas que veem em si mesmo em relação ao seu entorno” (WEST et al. p. 261, 2006).

Entretanto, a categoria ou conceito de *mudança social* aplicado para o entendimento do conflito deve ser investigado a partir do conjunto de eventos, tendo em vista que evidencia os processos sociais e as influências (reverberações) nas relações macro e microssociais, que são mediadas pelas relações institucionais. A ocorrência de acordos e desacordos sociais nos níveis de instituições é diretamente relacionada com a hierarquia social e as relações de poder construídas localmente (GLUCKMAN, 1987).

Esta noção de mudança social em Gluckman (1987) possui validade dentro de um quadro temporal, marcando estabilidades (ou modelo de equilíbrio) em processos macrossociais, sendo apenas os acordos e desacordos em nível microssocial na contingência do processo. Desse modo, ao estudar sistemas sociais em mudança, deve-se ter em vista que o campo de estudo é complexo e que acaba sendo necessário o uso de diferentes abordagens para análise, além de permitir que se aborde o sistema social, uma vez que torna evidente a estrutura de seu sistema na realidade. Segundo Leach (1996), são estas incongruências e contingências que permitem a compreensão dos processos de mudança social.

Ainda em relação às mudanças sociais, é importante que se trate de mudanças estruturais internas dos grupos, que se traduzem em mudanças de estruturas políticas internas, ou seja, mudanças de estrutura de poder permitindo uma fluidez de posições dos indivíduos dentro de um sistema político maior e dominante, (LEACH, 1996). Neste sentido, podemos observar que o conflito, elemento de organização social, produz novas ressignificações acerca do conteúdo normativo da conservação da biodiversidade.

Sendo assim, a conservação da biodiversidade, materializada em Áreas Marinhas Protegidas, induz à inserção de novas práticas sociais. As práticas sociais locais estão diretamente vinculadas com as práticas do/no território. O território é produzido por meio de práticas sociais, por meio de símbolos, linguagens e imagens, ou seja, "o mundo em nossa volta como sendo uma experiência material e simbólica" (WEST et al., 2006 apud Lefebvre, 1991). Estas Áreas Marinhas Protegidas podem alterar as formas de grupos de pescadores artesanais do Corumbau e de Chubut produzirem sentido com o seu entorno, reestruturando e reorganização socioespacial – ressignificação.

Ainda em se tratando das práticas sociais locais, no caso da pesca, é importante mencionar a intenção e a funcionalidade de tais práticas que abarcam um conjunto de habilidades de todo o sistema de relações da pessoa com o meio ambiente, envolvendo qualidade, cuidado e destreza e, por último, sua transmissão realizada pela observação prática e experimentável (INGOLD, 2000).

Para Ingold, os caçadores e coletores não se veem como sujeitos externos com a consciência de atuar no mundo externo de objetos físicos, pois não existe uma separação de suas mentes da natureza onde estão inseridos. Suas práticas e pensamento não possibilitam tal distinção – esta (distinção) então é inscrita no conceito ontológico ocidental de natureza e cultura. Para o autor, é importante pensar nestes grupos assumindo sua condição humana,

"de um ser imerso, desde o início, com outras criaturas, em um engajamento prático e perceptivo com habitar o mundo" (p. 42). Ainda segundo o autor, esta perspectiva de habitar (*dwelling*), como sendo imersão em um ambiente ou mundo da vida, pode fornecer uma forma de contrastar a natureza da existência humana (desses grupos sociais) com a perspectiva ontológica ocidental, que persiste na separação mente e mundo.

> O contraste, repito, não é entre visões alternativas do mundo, é sim entre duas formas de apreendê-la, apenas um dos quais (o ocidental) pode ser caracterizada como a construção de um ponto de vista, que é como um processo de representação mental. Enquanto ao outro, apreender o mundo não é uma questão de construção, mas de engajamento, não de construção [mental desse mundo], mas de habitar [dwelling], não de construir uma visão do mundo, mas de assumir uma visão nele (Ibidem, 2000, p. 42).

Diante disso, o conflito gerado a partir de uma Área Protegida forçando alterações de formas de acesso aos recursos pesqueiros em lugares e territórios, pode reestruturar tais relações de imersão deste grupo, forçando-os em uma nova configuração de suas práticas sociais locais.

Considerações preliminares

O foco analítico desta pesquisa – a configuração do discurso hegemônico da conservação da biodiversidade em relação às duas Áreas Protegidas (REM do Corumbau e da ANP do Sistema Península de Valdés) – nas contrastantes áreas escolhidas para o estudo, reflete as diferentes realidades sociais, políticas e culturais dos dois países. Outro ponto a ser considerado: como se comportam as mudanças sociais e a adaptação de práticas sociais nos grupos de pescadores artesanais dos diferentes países (Brasil e Argentina), frente às estruturas globalizantes e neocolonialistas das políticas de conservação de biodiversidade (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007; ESCOBAR, 2005; LOBÃO, 2006)? O que neste caso se limitará à análise da criação e implantação de Áreas Marinhas Protegidas. Com base nestas reflexões indagativas iniciais, espera-se elaborar uma tese de doutorado que reflita e possibilite a compreensão dos efeitos de implementação de Áreas Marinhas Protegidas para os atores envolvidos nos processos conflituosos, em especial os pescadores artesanais, evidenciando as tensões e a eficácia da implementação de áreas de conservação nestes grupos sociais, no contexto sul-americano.

Sendo assim, a hipótese central assume que a ideia de conservação marinha é um dos fluxos globais, nas Áreas Marinhas Protegidas; no entanto, em nível local a ideia não se

traduz como uma força totalmente homogênea. Os casos específicos do Brasil e Argentina em relação à criação de duas Áreas Marinhas Protegidas com propósitos similares podem apresentar, dentro do contexto de globalização, o que Appadurai (1990) denomina ordem disjuntiva, ou seja, que se sobrepõem ao contexto global, e que no nosso caso é uma política global de conservação da biodiversidade marinha. Apesar de a temática apresentar uma emergência global – conservação da biodiversidade marinha – sua estruturação em diferentes contextos possibilita a constituição de forças heterogêneas, e mesmo enquanto disjunções se corroboram de forma relacional com o contexto global da temática.

Partindo da hipótese central, a construção heterogênea da conservação da biodiversidade marinha, acredita-se que o processo de mudanças sociais na aplicação dessas duas Áreas Marinhas Protegidas, com o passar do tempo, possibilitou mudanças na estrutura social e também nas relações de poder interno dos grupos, tendo como possibilidade a ocorrência de assimetrias de poder entre agentes externos (setores governamentais e não governamentais).

Podemos também assumir que é possível que a atuação na aplicação desta política pública, conteúdo normativo externo, reestruture também práticas locais de acesso ao uso dos recursos naturais.

Ainda em relação à hipótese central, acredita-se também que a criação e implementação das duas Áreas Marinhas Protegidas com possibilidade de manejo e garantia de acesso aos recursos, passaram por um processo de purificação advindas de formas locais de apropriação e manutenção dos recursos pela prática artesanal de pesca, podendo posteriormente ser traduzidas em um contexto mais hegemônico, porém heterogêneo da conservação da biodiversidade marinha.

Referências

ABAKERLI, S. A critique of development and conservation policies in environmentally sensitive regions in Brazil. **Geoforum**, v. 32, n. 4, p. 551-565. 2001.

ALMUDI, T.; KALIKOSKI, D. C. Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 47-57, 2009.

APPADURAI, A. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. **Public Culture**, v. 2, n. 2, p. 1-24. 1990.

BOWN, N.; BRONDO, K. Neoliberal conservation, garifuna territorial rights and resource management in the cayos cochinos marine protected area. **Conservation and Society**, v. 9.2, p. 1-23, 2013.

BROSIUS, J. P. Analyses and Interventions: Anthropological Engagements with Environmentalism. **Chicago Journals**, v. 40, n. 3, p. 277-310. 1999.

BURAWOY, M. Introduction Researching for the Global. In: M. Burawoy; J. a Blum; S. George; et al. (Eds.); **Global Ethnography in a Postmodern World**. p. 375. Berkeley and Los Angeles, 2000.

CAJIGAS-ROTUNDO, J. C. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global. p. 308. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.

CARVALHO, J. A. DE. **O mar não está para peixe:** Uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da comunidade pesqueira do Bugigão - RESEXMAR do Corumbau/Bahia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

CHUBUT. Ley no 4722 - **Créase el Área Natural Protegida Península Valdez**. 2001.

DUDLEY, N. (EDITOR). **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suiza: UICN. 2008.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: E. Lander (Ed.); **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Clacso, 2005.

FERREIRA, C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade**, n. 7, p. 14, 2005.

FERREIRA, L. DA C. Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n. 1, p. 21, 2004.

FORO PARA LA CONSERVACIÓN DEL MAR PATAGÓNICO Y ÁREAS DE INFLUENCIA. **Sintesis del Estado de Conservacion del Mar Patagonico y area de influencia**. Buenos Aires: Fund. Patagonia Natural, 2008.

GATT, C. Emplacement and Environmental Relations in Multi-sited Practice/Theory. In: M.-A. Falzon (Ed.); **Multi-sited Ethnography Theory, Praxis and Locality in Contemporary Research**. p. 103-119. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2012.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: B. Feldman - Bianco (Ed.); **Antropologia das Sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

GOVERNO DE LA PROVINCIA DEL CHUBUT. **Plande Manejo del Área Protegida Sistema Península Valdés**. Chubut, 1998.

GUIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5a Edição ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment**: Essays on livelihood, dwelling and

skill. 6ª ed. ed. London and New York: Routledge, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 1994.

LATOUR, B. **Políticas da natureza:** como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.

LEACH, E. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 1996.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. UNB, 2006.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: The emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995.

NOGUEIRA, F. S. DE. **Conflitos em áreas de conservação ambiental**: o caso de Caravelas e do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOWMAN, M.; HAUCK, M.; SITTERT, L. VAN; SUNDE, J. **Marine Protected Area Management in South Africa**: New Policies, Old Paradigms, p. 573-583. 2011.

STRATHERN, M. No Nature, no Culture: The Hagen Case. In: C. MacCormack; M. Strathern (Eds.); **Nature, Culture and Gender**. p. 174-221. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

UICN. **Superposición de territorios indígenas y áreas protegidas en América del Sur** - Resumo Ejecutivo. Quito, 2010.

VIÉGAS, R. N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. Environmental conflicts and material and symbolical struggles. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. n. 19, p. 145-157, 2009.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Revista Política & Sociedade**, n. 7, p. 139-162. 2005.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, n. 1, p. 251-277. 2006.

APROPRIAÇÃO E USO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE SÃO LUÍS[1]

Joallysson Desterro Bayma
Estudante do Curso de Ciências Sociais da UEMA e bolsista de iniciação científica da FAPEMA.

Resumo: A questão urbana está associada a padrões de comportamento presentes nas cidades. Esses padrões caracterizam e modelam o espaço, o que resulta na compreensão da categoria "lugar", que enfatiza a existência de dinâmicas específicas nos ambientes urbanos. Esse parâmetro ressalta que as necessidades de utilização do espaço são consubstancialmente diferentes e que os problemas urbanos nem sempre estão relacionados à integração, mas sim a gestão do sistema social, ou seja, o controle dos mecanismos que atendam ás necessidades daqueles que residem no espaço urbano. Netas dinâmicas a análise das Áreas de Proteção Ambiental e dos seus processos de apropriação e uso tornam-se favoráveis para a construção de um entendimento a respeito do processo de urbanização e dos aspectos relacionados a questão socioambiental na cidade de São Luís.

Palavras-chave: apropriação e uso; áreas de proteção ambiental; desenvolvimento urbano.

Abstract: The urban issue is associated with behavioral patterns present in cities and those same patterns characterize and shape the space, which results in understanding the category "place", which emphasizes the existence of specific dynamics in urban environments. This parameter points out that the use of space needs are consubstantially different and that urban problems are not always related to the integration, but the management of the social system, ie the control mechanisms that meet the needs of those residing in the space is configured as urban. Granddaughters dynamic analysis of the Environmental Protection Areas and its appropriation and use processes become favorable for the construction of an understanding about the process of urbanization and aspects related social and environmental issues in the city of St. Louis.

Keywords: ownership and use; environmental protection areas; urban development.

Introdução

As áreas de proteção ambiental têm reservado um importante número de recursos naturais e sua existência é resultado de aparato ideológico e de políticas que visam à manutenção da natureza e sobrevivência das próximas gerações. Embora haja dispositivos jurídicos e um conjunto de procedimentos direcionados para a proteção desses espaços, eles acabam sendo alvo de disputas que originam conflitos socioambientais. Este esforço reflexivo foi desenvolvido como parte do projeto de pesquisa "Conflitos socioambientais urbanos: apropriação e uso de áreas de proteção ambiental", orientado pela professora Drª Rosirene Lima, com o objetivo de reconhecer essas áreas de proteção ambiental e averiguar os processos de apropriação e usos das mesmas, havendo o levantamento e articulação de

[1] Trabalho produzido como resultado de pesquisa de iniciação cientifica. Orientado pela Professora Drª Rosirene Martins Lima.

compreensão de diferentes perspectivas quanto ao conteúdo pesquisado, leituras, interpretações e compreensões a respeito dos conceitos e categorias relacionados à temática, e as abordagens de conceitos como: urbanização, metropolização, cidade corporativa e outros, com o propósito de compreender a relação entre as Áreas de Preservação e os processos urbanos. Com base nesses estudos e reflexões a análise sobre as áreas de proteção ambiental e a crescente expansão urbana, que se constitui como objeto em questão, pode ser captado e delineado, enquanto, um recorte da cidade de São Luís.

Foram coletados junto a órgãos públicos dados e informações que pudessem auxiliar o desenvolvimento do estudo sobre as Áreas de Proteção na cidade de São Luís. Dentre esses órgãos, destaca-se a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC, por meio dos quais se identificou as APAS (Áreas de Proteção Ambiental) do Maracanã, Itapiracó e da Lagoa da Jansen. A coleta desses dados junto a essas instituições possibilitou uma noção de quais as atividades são desenvolvidas e comunidades vivem próximas a essas áreas. As atividades posteriores estiveram relacionadas a analises dessas localidades para verificar as informações colhidas e para observar os possíveis usos e as formas de apropriação que estão ocorrendo nas áreas demarcadas para proteção.

1. Perspectivas sobre a construção do urbano e do ambiental

A construção da cidade passa por muitos campos de compreensão da realidade, dentre tais campos, o urbanístico é aquele que em síntese trabalha a organização territorial do espaço, mas nesse entendimento é necessária certa contagem dos elementos urbanos e sua relação com a conservação ambiental. Esse esforço de construção de modelos de cidade que integre os aspectos da natureza a dinâmica coloquial da cidade não é tão atual quanto se pensa. Nesse sentido, se pode dizer que programar componentes naturais no meio urbano quase sempre não pressupõe a fusão de cidade e natureza, mas sim uma tentativa de adequar a natureza ao projeto urbanístico da cidade.

O entendimento de que a questão urbana está associada a padrões de comportamento presentes nas cidades e que esses mesmos padrões caracterizam e modelam o espaço, resulta na compreensão categórica de lugar, que enfatiza a existência de dinâmicas especificas nos ambientes urbanos. Esse parâmetro ressalta que as necessidades de utilização do espaço são

consubstancialmente diferentes e que os problemas urbanos nem sempre estão relacionados à integração, mas sim a gestão do sistema social, ou seja, o controle dos mecanismos que atendam ás necessidades daqueles que residam no espaço que se configura como urbano. Outro elemento que interfere na construção desse espaço conhecido como cidade é o aspecto econômico, mas é evidente que este item está relacionado aos dados valorativos de determinados espaços de uma cidade. Em outras palavras, a facilidade ou dificuldade de transporte, compra, acessos aos centros administrativos e aos espaços de entretenimento coletivo determinam e afeta diretamente o valor financeiro do local, gerando uma teia de valorização e desvalorização mensuradas pelo valor econômico e social ligado à teoria da localização.

No processo de análise do objeto de pesquisa se trabalhou a construção de um entendimento a respeito do processo de urbanização, e a partir de então compreender as formas e os procedimentos de apropriações e usos das áreas de proteção ambiental (APAS). A construção desse conhecimento foi dirigida por algumas perspectivas teóricas de autores como Milton Santos que reflete sobre a urbanização brasileira. É por volta do século XVIII que as cidades brasileiras engrenam seu dinamismo e evolução, portanto, essa é uma urbanização pretérita, que encontra sua consolidação conforme o avanço do meio técnico-científico, pois é através da ciência, da tecnologia e dos investimentos que se constrói ou remodela um ambiente e se estrutura as suas características.

Nessa análise destaca-se que as estruturas das pequenas cidades vão mudando de acordo com a implantação de atividades industriais, que exigem profissões mais técnicas, e assim, a cidade amplia ou transforma suas necessidades e relevâncias, nesse contexto à especulação ganha espaço, e o espaço natural é sobreposto pelo espaço social que centra as atividades burocráticas e atrai um grande número de pessoas que desejam residir próximo a localidades consideradas crucias no espaço da cidade. Esse modelo funcionalista, acaba por produzir uma cidade desigual, na qual, determinados espaços são mais valorizados em detrimentos de outros, ocorrendo assim uma tendência à estratificação das classes de acordo com as diferentes localidades da cidade.

A cidade de São Luís não foge a este modelo, pois se nota as diferenças nas condições de moradia e de recursos entre determinados bairros e localidades, bairros como Maracanã e Calhau podem ser bons exemplos desse modelo de cidade. No primeiro bairro citado localiza-se uma área de proteção ambiental, na qual, a população faz uso de certos recursos provenientes da mesma. No segundo os imóveis e as construções ameaçam de certa forma o espaço natural.

Nesse contraste de avanço da expansão urbana e de conservação da natureza que se ergue o desafio de manter uma unidade de conservação no interior ou próximo da cidade. Desta maneira, a cidade de São Luís tem em sua estrutura espaços em utilização indevida, construções periféricas que podem demonstrar as disparidades entre os diferentes espaços da capital.

As transformações nas estruturas sociais, econômicas e nos espaços de habitação em São Luís vêm adequando tudo a um modelo corporativo de cidade (SANTOS, 2005) estando presente a concentração de riqueza numa pequena parcela da sociedade, o que gera o aumento da pobreza e uma redução dos espaços qualificados para habitação, pois essas áreas são geralmente separadas para atender a finalidades industriais ou construção de empreendimentos pouco acessíveis a grande parte da população. Esse cenário propicia ameaça ás regiões destinadas à Proteção Ambiental, que acabam por serem ocupadas ou mal utilizadas para atender necessidades básicas, dentre elas, a necessidade de moradia, ou à especulação imobiliária.

Esse conjunto de mudanças faz com que a perspectiva de Henri Lefebvre apresentada em sua obra "O direito à cidade" traga a compreensão de que a cidade é um meio termo que se encontra enquanto produto de uma ordem constituída pelas relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, portanto, o espaço que chamamos cidade não é dado, bem como, o urbano não é uma categoria transcendental ou um costume meramente abstrato, um depende do outro, sendo a cidade o espaço físico e o outro a maneira de pensar, de se comportar e modificar o espaço, tratando-se então de uma realidade pratica e sensível, na qual, os diferentes ramos do conhecimento devem empregar seus mecanismos e trabalhar com unidade, na tentativa de se pensar o real significado de cidade e apontar possíveis soluções para as dificuldades nos espaços urbanos.

O desenvolvimento sustentável é uma ideia expressa pela necessidade de produzir e garantir a produção, o que como consequência está ligada à manutenção da vida, ou mesmo, a continuidade de padrões de vida, referida discussão conceitual é percebida e criticada pela categoria construída e conhecida como racionalidade ambiental, que está envolvida com elementos que se ligam a questão do desenvolvimento econômico e social, pois tais elementos se apresentam em um pano de fundo contemporâneo que percebe a questão ambiental, ou a chamada sustentabilidade como uma responsabilidade social (Leff, 2004, p. 35). A necessidade de se pensar nas transformações que o conceito de sustentabilidade vem passando pode ser apreciada dentro do próprio processo de construção da racionalidade ambiental, as sociedades enxergam a sua continuidade através dos processos econômicos

que se constroem e se articulam no interior de um campo de disputas em que quase tudo pode ser transformado em mercadoria, assim o mercado monta o palco para os esquemas econômicos, e o processo de transformação dos seres ou coisas passa constantemente por uma transformação objetivada, em outros termos, a natureza é coisificada e transformada em um objeto que dentro do mercado pode obter o chamado valor de uso e valor de troca.

O processo de objetivação da natureza (Leff, 2002, p. 480) não está simplesmente pautada na sua transformação em mercadoria, mas transcreve-se economicamente ao conceito de sustentabilidade a partir do momento em que se percebe através dessa categoria a oportunidade de criar verdadeiros bancos genéticos e reservas de matéria-prima que receberão um destino rentável em um futuro próximo, torna-se possível atribuir um novo sentido a diversidade genética presentes em espaços ambientais preservados, pois estes se transformam em capital reserva, ou mesmo, um interessante fundo de investimento para o prolongamento do sistema capital. Essa forma de lidar com as questões referentes à dinâmica ambiental chega a transpor-se através do conceito da lei da entropia, que denota o desgaste ou a degradação de um sistema, no trato da questão ambiental essa lei pode significar a desordem do sistema econômico e do prospecto social pelo qual os indivíduos percebem a natureza, produzindo um intento ou sensação nos indivíduos de exterioridade aos fenômenos instáveis e processuais que ocorrem no ambiente.

A lei da entropia foi responsável por reflexões que desconstroem o discurso da sustentabilidade que em determinadas circunstâncias servia aos interesses de racionalidades econômicas, essa desconstrução tornou possível o construir da teoria da racionalidade ambiental articulada por um conjunto de pensadores das questões ambientais, dentre os quais, pode-se destacar Enrique Leff, Arturo Argueta e Eckart Boege. Os argumentos apresentados pelos discursos de desenvolvimento sustentável estão relacionados a um crescimento que se pretende ecológico, mas tais argumentos aparentam se diluir ante as notícias de catástrofes sociais ocasionadas pelas alterações nos fenômenos e processos da natureza. Acrescenta-se a isso, o fato desse aspecto estar ligado a forma como a racionalidade econômica, que se relaciona intimamente com a produção do capital, percebe e empregam seus esforços na transformação do ambiente, o que em muitos aspectos se dá através da naturalização da mercantilização da natureza, as produções que geram altos lucros estão cada vez mais se apropriando, utilizando e reservando espaços de biodiversidades e de importantes elementos naturais, para o atendimento de finalidades econômicas primordiais

para as negociações no mercado econômico internacional. Essas características podem ser percebidas como parte do processo de capitalização da natureza, e assim, novas formas de desigualdade na distribuição ecológica dos direitos de uso e transformação da natureza podem ser estabelecidas dentro da esfera urbana.

É preciso destacar que o próprio conceito de valor dentro da racionalidade econômica alterou-se, nesta mudança a natureza não parece ser percebida dentro da teoria do valor como um elemento determinante da importância que se atribui ao produto, este elemento não é somente um parâmetro de artificializarão da natureza, mas é também a desarticulação do processo de valor/trabalho que implica na desconstrução processual da energia física e criativa da humanidade. Uma vez que se considere a atribuição de valor como a cristalização do tempo na produção daquilo que possui alguma utilidade, o mercado capital vai à contramão, exercendo em seguida, uma prática de definição do valor de troca baseado na intensidade de procura que o público consumidor manifesta por um produto em questão. O progresso tecnológico pode ser inserido nesta discussão a partir da observação de que são elementos transformadores da força e do tempo produtivo, gerando instabilidades no cálculo do tempo de trabalho socialmente necessário. Nesse sentido, Enrique Leff (2004, p. 36) argumenta:

> Uma vez que o desenvolvimento da grande indústria reduz todo o trabalho à aplicação de movimentos simples e diretos, cada progresso impõe certas condições médias de intensidade para a aplicação da força de trabalho, de maneira que em tempos iguais produz igualmente valores iguais. Dessa forma, o valor que qualquer mercadoria contém será ponderado pela intensidade media requerida por sua fabricação? Mas, ao mesmo tempo, o progresso técnico faz variar a produtividade da força de trabalho, de modo que estabelecer o tempo de trabalho socialmente necessário que resulta no processo de inovação e difusão técnica constitui um problema teórico e técnico fundamental para a teoria marxista do valor.

Afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas é externo e independente da formação do valor é incoerente dentro da teoria do valor, pois uma vez que a formação do valor depende do tempo, que por sua vez é afetado pelas forças produtivas, então o valor e as forças produtivas estão se produzindo em uma dinâmica relacional que pode ser caracterizada como dialética, e nesta produção o trabalho cientifico e técnico deve ser percebido como um grande colaborador para a produção material do espaço, pois é este o conhecimento responsável pela produção e pela agilidade produtiva, além disso, é este o conhecimento empregado na recapitalização do excesso de capital, produzindo

posteriormente mais capital e novos espaços urbanos. Assemelha-se a um jogo de múltiplas tarefas, em que o conhecimento é empregado em diferentes campos para a manutenção do próprio sistema, que não cogita a inserção da natureza como parte fundamental de si, esta assertiva do sistema produtivo capital promove a proteção dos espaços naturais, enquanto forma de permanência e manutenção do esquema já existente, e seus investimentos nos conhecimentos se direcionam de forma sucinta para uma ideia de mercadorização dos espaços através de sua própria fragmentação em capitalismo cognitivo e especulativo. Mesmo com desenvolvimento das forças produtivas ocasionadas pelo avanço técnico e científico às relações não deixaram de persistir em práticas consideradas recorrentes, e no que diz respeito à questão socioambiental, as desigualdades prosseguem havendo classe detentoras dos recursos naturais e do conhecimento que transforma e utiliza tais recursos.

Em virtude desses caracteres que apontam para uma entropia do próprio sistema a categoria "natureza" deve ser vista de outra forma, pois o conceito de natureza não é simplesmente, uma investigação teórica ilimitada sobre a própria natureza, sujeita a uma exposição argumentativa experimentalmente pura e histórica, mas um conceito que deve ser notado de maneira que os meios de produção articulem-se ao ambiente e tragam uma forma de interação entre as relações de produção e a natureza, o que se concretizaria por meio de conhecimentos técnicos e científicos que apreendessem a natureza como parte fundamental para toda e qualquer produção, acrescentando o cuidado necessário para a resiliência dos processos naturais, a possibilidade dessas características se articularem está ligada a transformações na organização do tempo de produção, sendo necessária a precisão na produção dos itens, o que significa dizer, que a produção deveria considerar prioridades. Leff sinaliza que as mudanças no campo da produção material não podem prosseguir superficiais, mas a profundidade das ações pode transpor-se para a transformação das circunstâncias de deterioração da própria condição de continuidade da vida, pois toda essa estrutura é resultado da estrutura social, do modo de reflexão teórico e prático associado ao modelo produtivo posto em exercício pelos próprios atores em questão. Por isso Leff (2004, p. 52-53) pontua:

> A conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário – de seu valor –, não é um pressuposto filosófico materialista nem uma dialética do processo laboral da história humana em geral, e sim da estrutura social, da racionalidade teórica e prática e do modo de produção da sociedade capitalista. [...] Os objetivos do trabalho dependem, por um lado, das necessidades e desejos

> subjetivos do homem e, por outro, das leis do material de que dispõe para atingir a satisfação. No entanto, nem o sujeito é o princípio dos seus próprios desejos em necessidades, nem as leia da natureza são imanentes e estáticas, nem a ciência é em si mesma uma via de libertação.

A necessidade de construção de uma nova racionalidade produtiva que integre diferentes processos de desenvolvimento científico e saberes tradicionais, considerando as falhas do atual sistema, torna a contemporaneidade um cenário propenso para a elaboração de uma reflexão sobre uma racionalidade, que não ignore os diferentes significados socioculturais que pode haver nas concepções de utilização e proteção ambiental, nesta racionalidade as formações culturais e a construção das identidades devem ser elementos participativos, em outras palavras, devem estar marcando campos cognitivos presentes na substancialidade da ação do sujeito e interferindo na abrangência das categorias que se situam na estrutura. Pensar em uma racionalidade ambiental implica todo esse processo mencionado, o que a propósito remete a reflexões que repensem as características e práticas do modelo econômico em vigência, elaborando uma economia mais preocupada com a racionalidade ambiental, em seu sentido concreto e pensado.

2. O processo urbano e as áreas de proteção ambientais de São Luís

Aplicando essas perspectivas a cidade de São Luís e verificando os processos referentes à apropriação e uso das áreas de proteção ambiental da cidade pode-se listar três APAS, que são respectivamente a APA do Itapiracó, Maracanã e Lagoa da Jansen, realizando um trabalho investigativo e relacionando essa prática aos objetivos da pesquisa tentou-se compreender as estruturas de apropriação e uso que ocorrem nesses lugares. Desse modo, foi observado na APA do Itapiracó o funcionamento do sistema de segurança da área e as práticas ocorridas nesse espaço de conservação, que em suas dimensões gerais aparentam um estado superficial de conservação, muito embora, o posto da polícia ambiental seja distante das entradas de acesso da APA e o caminho seja de longa extensão, o posto está situado em uma área central da APA, o que parece deixá-la muito vulnerável. As imagens abaixo podem facilitar a compreensão dos fatos até aqui apresentados.

Figura 1 - Um dos acessos a APA do Itapiracó e Posto de Polícia Ambiental.



Fonte: Grupo de pesquisa Cidade, Território e meio Ambiente. Data: 01.03.2013.

Segundo o Tenente Gomes este posicionamento facilita o trabalho de fiscalização. Em uma breve entrevista, o Tenente informou que as principais ocorrências são de desmatamento e de alguns assaltos às pessoas que utilizam o caminho principal da APA para atividades esportivas, tais como, caminhada, ciclismo e corridas, pois segundo o entrevistado o maior problema enfrentado no processo de manutenção da APA é justamente a conscientização, pois algumas das localidades encontram-se poluídas por lixo e entulho dos bairros adjacentes. Ainda segundo o Tenente, a APA era gerida anteriormente por uma Organização não governamental chamada ABARÁ, que realizava fortes trabalhos de ensino ambiental e conservação. Mesmo com estas atividades tendo sido realizadas o rio que passa pela APA e que possui o mesmo nome da unidade de conservação está poluído por conta do esgoto desses Bairros - Cohatrac e os assentamentos Terra Livre e Canudos que se encontram no entorno da APA do Itapiracó.

Em uma segunda pesquisa de campo realizada nessa APA, descobriu-se um uso anterior pelo Ministério da Agricultura que realizava atividades de criação de peixes e experimentos do solo para plantio de espécies frutíferas, se percebeu a construção de casas em estágio simples, sinalizando uma comunidade em formação, em entrevista, Seu Francisco um dos moradores mais antigos da comunidade do Itapiracó, relata que já existem mais de quarenta casas dentro da unidade de conservação do Itapiracó, e que a comunidade já tem algum tempo de existência. Ao ser questionado sobre o descarte do lixo que é produzido pela comunidade, o seu Francisco afirmou que o lixo geralmente é queimado nos quintais das casas, pois como não há a possibilidade de tráfego de caminhões de lixo essa acaba sendo a melhor alternativa. A comunidade apresenta certo índice de criminalidade, com pontos de

uso de drogas no meio da vegetação mais fechada, observa-se ao longo de uma caminhada pelos domínios da APA a existência de campos de futebol e de lixões provenientes em sua grande parte das comunidades que vivem nas cercanias da APA, os assentamentos acima mencionados não possuem saneamento básico e todo o esgoto é despejado no rio, nas imagens abaixo se podem perceber os aspectos descritos.

Figura 2 - rio poluído da APA do Itapiracó



Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente. Data: 18.10.2013.

Figura 3 - Casa em construção dentro do Itapiracó



Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente. Data: 18.10.2013.

A área de proteção ambiental do Maracanã, criada em 1991 com o intuito de contenção do forte avanço industrial sobre as áreas naturais de São Luís, não possui uma fiscalização ambiental efetiva, e dentre suas características se apresentam fortes atrações culturais, tais como, bumba meu boi, festa da juçara e festejos religiosos, que em si constituem um uso desse espaço socioambiental. A APA em questão aparenta ter como maior impacto o desmatamento dos juçarais, em virtude de construções de casas e condomínios e da extração de pedras pra construção civil, o aumento populacional nesta região está ligado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma vez que, em 2002 existiam 2.000 habitantes e atualmente existem três pontos do projeto do Governo Federal Minha Casa Minha Vida (projeto pertencente ao PAC) com a previsão de construção de 6.700 habitações dentro do território da APA.

No Maracanã foi criada a Associação Comunitária do Maracanã Turismo (ACOMTUR) que visa: Divulgação do Turismo ecológico e conscientização da população local. Segundo informações dessa instituição, existiam quatro trilhas ecológicas no Maracanã, a trilha Parque da Juçara, Rosa Morchel, Baluarte e Joca Guimarães, que eram utilizadas pelos guias para atrair turistas. Atualmente existe apenas uma trilha por onde se pode realizar o trabalho turístico que é a trilha Joca Guimarães, as demais encontram-se em processo de venda, ou mesmo, sendo utilizadas para extração de matéria-prima para construção civil. Outro elemento que pode ser observado como parte do processo de uso desse espaço é a especulação da duplicação da BR- 135, que se não for ajustado a ideia de conservação que permeia a manutenção da APA, pode acabar se tornando uma forte ameaça a este espaço de preciosidades naturais. Na imagem abaixo visualiza-se um juçaral em bom estado de conservação, presente em uma trilha ecológica da APA do maracanã.

Figura 4 - Juçaral da Trilha Do Parque da Juçara



Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente. Data: 20.03.2013.

A APA da Lagoa da Jansen anteriormente era um Parque Estadual e recentemente foi reconhecida como Área de Proteção Ambiental. É um espaço no qual, se realiza um grande número de eventos comemorativos e shows. A infraestrutura da APA não apresenta boas condições, tendo esgotos a céu aberto e um alto nível de poluição nas águas de sua laguna. A APA é consideravelmente extensa e por se encontrar em uma área considerada nobre na cidade e ser um importante ponto turístico é bem arborizada e de rápida localização. A APA tem um alto índice de especulação imobiliária o que a torna um objeto de interesse e de grande valor de uso e de troca.

Em março deste ano a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) realizou um mutirão de limpeza na Lagoa da Jansen, essa foi uma das primeiras medidas do plano de revitalização e recuperação do espaço físico e conservação ambiental na APA da Lagoa da Jansen. Com o emprego de maquinários pesados desobstruíram as vias e córregos, essas ações fazem parte do projeto "Viva Lagoa". A Secretaria de Urbanismo e Habitação realizou uma ação de desobstrução do espaço público na Área de Proteção Ambiental da Lagoa da Jansen, o caso mais recente foi a remoção de uma empresa que teve toda a sua área construída de forma ilegal sob área verde do município.

Algumas imagens coletadas em pesquisa de campo revelam que o espaço da APA da Lagoa da Jansen é também um lugar de interação coletiva, ou seja, essa localidade proporciona o exercício de atividades esportivas, encontros casuais, piqueniques, passeios escolares e eventos comunitários, usos estes que reforçam os laços de pertencimento dos cidadãos com o seu lugar de habitação.

Figura 5 - Passarela para caminhadas e via cíclica da APA da Lagoa Da Jansen



Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente. Data: 06.06.2013.

Conclusão

O estudo investigou as atividades e práticas que se apresentam nas áreas de proteção ambiental, realizou levantamento de informações a respeito das mesmas, verificando os processos de apropriação e uso das APAS que em muitos casos aparenta não obedecer a certos critérios legais, o que sinaliza uma necessidade mais intensificada de fiscalização e de sensibilização da população, principalmente daquelas que vivem nas proximidades ou mesmos nos domínios das mencionadas Áreas de Proteção Ambiental. Ao se trabalhar com a percepção de lugar, como uma classificação que designa algum atrelamento ao ambiente em que se reside, constatam-se as diferenças representativas demarcadas nas visões de conservação das comunidades que estão nessas APAS e do governo que as geri por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

Nesse sentido, foi possível notar que se por um lado à própria população que utiliza as APAS presentes na cidade de São Luís se sente despreparada para lidar com as exigências de se morar em um espaço de conservação ambiental, e isso implica dizer um espaço de uso sustentável, por outro as políticas governamentais parecem não alcançar essas comunidades em seus sentidos mais abrangentes, ou seja, em suas práticas cotidianas. A implicância das utilizações desses espaços de forma indevida pode ocasionar uma desestabilidade em suas próprias noções de criação, mas a possibilidade de maturação dos processos de proteção dessas áreas é gradativa e quando estabelecida suscita um cuidado autêntico com os recursos nelas presentes.

As Áreas de Proteção Ambiental na Cidade de São Luís são importantes instrumentos de conservação da natureza regional e analisá-las fez parte de um trabalho intelectual que emprega a percepção de que o lugar e os comportamentos relacionais são ditames de modelagem do espaço natural, em termos mais claros, os indivíduos geram com seus respectivos espaços de reprodução e manutenção da vida, laços de construção e adaptação que estabelecem um sentimento de pertencimento. As estratégias de manutenção dos lugares e de suas riquezas naturais se expressam através de medidas como a criação de APAS e outros esquemas. Suas finalidades e objetivos visam além da conservação, o desenvolvimento de atividades educativas, de conscientização e sensibilização, pois a questão da conservação ambiental é parte de uma complexa mudança de paradigma ligada às responsabilidades sociais.

Referências

ACSELRAD**,** Henri**. Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relúme Dumará, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1940. p. 85-117.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 99-119.

LEFEBVRE, Henri**. O direito à cidade.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004, p. b31-69.

LEFF, Enrique. **La transición hacia el desarrollo sustentable**: perspectivas de América Latina y Caribe. México: PNUMA, 2002, p. 479-516.

LIMA, Rosirene Martins Lima**. Conflitos socioambientais urbanos:** O lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí. São Luís: Edições Uema 2008

LOPES, José Sério Leite (coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e Natureza:** proteção dos mananciais e exclusão social. Studio Nobel, Ed. da Universidade de São Paulo, FAPESP, São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Ed USP, 2005.

TOMBAMENTO DO PENEDO: O MEIO AMBIENTE E O PORTO DE VITÓRIA

Larissa Pinheiro
Mestre em Ciências Sociais - UFES

Resumo: Este artigo tem o propósito de analisar os antecedentes que levaram ao processo de tombamento do Morro do Penedo, monumento natural localizado em Vila Velha/ES, ocorrido em 1983, após solicitação da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (Acapema) ao Conselho Estadual de Cultural, uma das primeiras ONGs locais, como forma de impedir a continuidade de sua degradação, principalmente com o incremento da atividade portuária na região, com a construção do porto de Capuaba, a partir da década de 1976. Com isso, pretendemos mostrar como se estabeleceu a relação desse patrimônio ambiental com as mudanças ocorridas ao seu redor, tendo como referências as atividades portuárias e o desenvolvimento da cidade.

Palavras-chave: Morro do Penedo; tombamento bem natural; movimento ambientalista.

Abstract: This article aims to analyze the background that led to the process of proclaiming The Penedo Rock, natural monument located in Vila Velha/ES, which occurred in 1983 after request Protection Capixaba Association for the Environment (Acapema) to the State Council Cultural, one of the first local NGOs, in order to prevent their continued degradation, particularly with the increase in port activity in the region with the construction of the port of Capuaba, from the decade of 1976. We intend to show how occurred the relationship of this environmental heritage with the changes around them, with the references port activities and the development of the city.

Keywords: The Penedo Rock; proclaiming as a natural patrimony; environmental movement.

Introdução

No Espírito Santo, após uma forte luta, em 1983, o tombamento do Penedo – monumento natural e cultural de notável valor – foi consolidado, sendo resultado de protestos dos movimentos sociais à época como forma de impedir a continuidade de sua degradação, principalmente com o incremento da atividade portuária na região da baía de Vitória/ES, a partir da década de 1970.

Trata-se de um assunto inexplorado e de importância regional, já que o tombamento do Penedo é uma resposta a essas mudanças muitas vezes negativas no contexto urbano, a partir das remodelações que foram se processando na paisagem da cidade de Vitória com o passar das décadas. Por isso, nos preocupamos em identificar as mudanças pelas quais vinha passando a cidade de Vitória, que certamente impactou a paisagem do Penedo, já que este monumento se encontra no epicentro de onde tudo começou inclusive a fundação da Vila de Vitória, há mais de quatrocentos anos. Trata-se do recorte deste artigo.

Quanto à metodologia, em termos de coleta de dados, trata-se de uma pesquisa exploratória, fundamentalmente de abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica, consulta a fontes documentais e pesquisa em jornais locais que pautavam o debate à época. Destacamos o uso de imagens, que nos auxilia a mostrar as mudanças do espaço no decorrer do tempo. Na análise dos dados coletados foi empregada a análise de conteúdo (BARDIN, 2009; TRIVIÑOS, 1987).

Apresentaremos a relação entre o Penedo e o porto de Vitória, tendo como paisagem a cidade de Vitória, e, a partir disso, analisaremos como essa combinação vai ocorrendo com o passar dos tempos. Apresentamos um panorama das mudanças urbanísticas ocorridas no centro de Vitória por conta de uma rápida transformação econômica que desenvolve a atividade portuária na região, o que vem impactar os recursos naturais da baía de Vitória, com destaque para o próprio Penedo.

Concluímos, em linhas gerais, que o tombamento do Penedo foi um ganho para todos os capixabas, não só pela preservação dele em si, mas para além dele, ocorreu que nesse período o meio ambiente adquiriu maior destaque, inclusive, com a criação de uma Secretaria de legislação ambiental estadual até então inexistentes.

1. Mapeamento histórico-geográfico do Penedo

Na primeira parte do artigo, apresentaremos um mapeamento histórico-geográfico do Penedo. Quando da fundação da Capitania do Espírito Santo, em 1535, já era notado que a região contava com expressivo patrimônio natural, apresentando um dos mais ricos ecotipos do Brasil. O crescimento regional permaneceu lento até fins do século XIX, devido à instabilidade político-institucional e a deficiência de comunicações a que esteve confinada (IJSN, 1978).

Em termos de paisagem natural, Vitória obteve grande destaque nesse aspecto. Fundada em 1549, segundo modelo português de implantação, em sítio elevado dominando o mar, apresentou desenvolvimento ligado às condições físico-espaciais do lugar, cuja expansão se deu por meio de conquista sucessiva de zonas alagadiças, baixios, manguezais e aterros de áreas de mar (IJSN, 1978).

Destacamos nesse trabalho os morros e afloramentos rochosos presentes na região, mais especificamente o morro do Penedo, tido como marco visual e paisagístico da baía de Vitória, considerado um dos principais elementos do patrimônio natural (IJSN, 1978).

O Penedo é um molhe granítico com 133 metros acima do nível do mar, situado na entrada de uma baía de flutuação de mais de 2500 metros de extensão, por 650 metros de largura, por onde navegaram os colonizadores portugueses, e agora os navios de vários países do mundo, servindo de apoio de defesa de Vitória. Apesar de estar situado em Vila Velha, faz parte do cenário da baía de Vitória. Quando da passagem de Saint-Hilaire e Charles Frederick Hartt, no início do século XIX, estes o classificaram como Pão de Açúcar do Espírito Santo (SECULT, 2014).

Trata-se do ponto central de uma formação rochosa que identifica a entrada da baía de Vitória e, ao mesmo tempo, disciplina a sua navegação, intercalando no solo submerso centenas de grandes pedras engastadas em imenso colar geológico que sobressai em alguns pontos como a Pedra dos Ovos e o próprio Penedo (ACHIAMÉ; BETTARELLO; SANCHOTENE, 1991). Segundo Ab'Sáber (2003) o Penedo está situado no domínio dos chamados "mares de morros", onde se alternam esse tipo de formação geológica em regiões costeiras do Rio de Janeiro ou áreas interiores no Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais. A formação mais conhecida no Brasil e no mundo é a do Rio de Janeiro.

O nome "pão de açúcar"[1] remete à herança colonizadora portuguesa, assim denominada pois, durante o apogeu do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, entre os séculos XVI e XVII, após a cana ser espremida e o caldo fervido e apurado, os blocos de açúcar eram colocados em uma forma de barro cônica para transportá-lo para Europa, que era chamado de pão de açúcar. A semelhança entre ambos teria dado origem ao nome (VIEIRA FAZENDA, 1913).

Desde então, o Penedo "[...] se transformou em autêntico monumento à confraternização, recolhendo mensagens que traduzem em sua superfície a passagem dos homens do mar, denunciada em centenas de manifestações pictográficas" (ACHIAMÉ; BETTARELLO; SANCHOTENE, 1991, p. 148). Na próxima seção trataremos das mudanças que foram ocorrendo ao redor do Penedo com a implantação do porto de Vitória o crescimento da região do Centro da cidade.

2. O Penedo, o Porto e a Cidade: mudanças na paisagem da região do Centro de Vitória

Para compreender a paisagem local analisaremos a relação que se estabelece entre esses três elementos: o Penedo, o porto e a cidade. Para tanto, analisaremos como a paisagem

[1] O nome se popularizou a partir da segunda metade do século XIX, quando o Rio de Janeiro recebeu as missões artísticas do desenhista e pintor alemão Johann Moritz Rugendas e do artista gráfico francês Jean Baptiste Debret.

no centro de Vitória vem se modificando com o passar do tempo influenciada principalmente pela atividade portuária que vai se desenvolvendo com o passar das décadas, o que vai impactando a cidade e o meio ambiente na região, como será mostrado nas próximas linhas.

Segundo Achiamé (apud SIQUEIRA, 1984), o Espírito Santo, de colonização europeia, teve sua formação à beira-mar, com a fundação das primeiras vilas, a do Espírito Santo, depois de Vila Velha e a da Vitória[2]. Assim, Vitória se desenvolveu como cidade-porto. A origem do porto de Vitória se deu com o crescimento da cultura cafeeira, a partir de 1870, sobrecarregando o porto de Itapemirim, até então utilizado para escoamento agrícola, basicamente cana-de-açúcar. Para solucionar esse problema o embarque passou a ser realizado em outro atracadouro, chamado de "Cais do Imperador", na parte sul da Ilha de Vitória (PORTO DE VITÓRIA, 2013).

Devido à sua posição geográfica privilegiada e explorada desde o século XIX, Vitória se tornou um lugar de destino político e econômico do Espírito Santo, tendo sido, desde então preparada para abrigar capital e porto (IJSN, 1981). A palavra porto está relacionada ao processo de desenvolvimento a partir da própria cidade de Vitória, reunindo em suas proximidades atividades mercantis que davam apoio ao seu principal produto, que era o café de exportação, junto com a presença de todo um aparato público-administrativo, dada a sua condição de capital (IJSN, 1996).

Os primeiros estudos para a construção do porto de Vitória datam de 1879, projeto do americano Milnor Roberts. As obras foram iniciadas em 1911, mas ficaram paralisadas em 1914, em virtude da guerra (IJSN, 1978). Em 28 de março de 1906, o governo federal autorizou à Companhia Porto de Vitória (CPV) a implantação de novas instalações no mesmo local, ficando a cargo da empresa C. H. Walker & Co. Ltd. a execução 1130 metros de cais. A União encampou a concessão dada à CPV e transferiu-a ao governo estadual pelo Decreto n.º 16.739, de 31 de dezembro de 1924, tendo sido a construção do porto retomada no início de 1925 (Figura 1). Sua inauguração ocorreu em 03 de novembro de 1940, assinalando o começo do atual complexo portuário (PORTO DE VITÓRIA, 2013).

[2] A Vila de Nossa Vitória da Victoria foi fundada em1551. O desenvolvimento se deu de forma lenta. Somente em períodos posteriores que foram edificadas, na entrada da baía de Vitória, algumas fortificações com propósitos de defesa. No século XVII ainda era uma aldeia, com ruas estreitas sem planejamento (FREITAS, 2002).

Figura 1 - Porto de Vitória. Início da construção do cais do Porto de Vitória - construção do enrocamento.



Fonte: UFES apud Memória Visual da Baía de Vitória (2014). Autoria: [Autor Desconhecido, 1918].

Na virada do século XVIII para XIX foi dado início ao processo imigratório em consequência do desenvolvimento da hinterlândia do rio Santa Maria da Vitória, e, a partir disso, a função portuária ganhou novo impulso até os dias atuais. Foi o café que deu impulso ao desenvolvimento das comunicações marítimas fluviais e ferroviárias no início do século passado, e geraram transformações significativas na economia regional, tendo reflexo nas cidades através da ampliação da malha urbana e remodelação dos setores mais antigos com a abertura e retificação de vias e demolição da grande maioria do casario (IJSN, 1978)[3] (Figura 2). A seguir, apresentamos um trecho que ilustra o movimento do porto[4] e o início de uma mudança na cidade:

> Nele podia ser observado intenso movimento de barcos e barcaças, onde eram comercializados café, madeira, frutas, cereais e lenha. Se durante todo o período colonial a cidade esteve voltada sobre si mesma, onde as relações se desenvolviam em caráter local, praticamente sem a participação das populações externas, na passagem do século, devido ao intercâmbio com as demais cidades e colônias, houve consolidação do comércio e da atividade portuária, a cidade abriu-se para os espaços externos, e a rua, antes mero elemento de ligação entre espaços fechados, assume novo significado, constituindo-se, além de elemento de circulação, em ponto de permanência, de contato e de discussão (IJSN, 1978, p. 67).

[3] Na primeira metade do século XIX, como outras cidades brasileiras, a vila não contava com água encanada, nem iluminação, nem rede de esgotos. Havia lixo nas ruas e matagal nos terrenos baldios. Em 1823 a vila é elevada à categoria de cidade. Em 1837, as ruas e os edifícios públicos recebem iluminação (FREITAS, 2002).
[4] Lembrando que a abertura dos portos no Brasil se deu em 1808.

Figura 2 - Parque Moscoso. Vista da região entre a rua do Ocidente, atual João dos Santos Neves e rua General Osório. À direita, frente à Baía, rua do Comércio e Porto dos Padres. Avista-se também as Igrejas de São Tiago e São Gonçalo. Ao fundo, Baía de Vitória e Penedo.



Fonte: UFES apud Memória Visual da Baía de Vitória (2014). Autoria: [Autor Desconhecido, 1908].

Não poderíamos deixar de mencionar nesse trabalho os primeiros projetos de aterro na cidade de Vitória que iniciaram o processo de modificação do espaço, a partir da sua origem que é onde se encontra o Centro da cidade hoje. Essas modificações se deram inicialmente devido aos efeitos da política de valorização do café, constituindo Vitória em um importante centro comercial. No governo Muniz Freire (1892-6), o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito fez um projeto de expansão da cidade em direção às praias, chamado de "Novo Arrabalde", que abrangeu abastecimento de água, rede de esgotos, aterros, arruamentos e edifícios públicos (FREITAS, 2002).

Na virada para o século XX, já no governo Jerônimo Monteiro (1908-12) foi elaborado um programa de urbanização que compreendeu drenagem, aterros, saneamento, jardins, parques, com destaque para a construção do Parque Moscoso, arborização, alargamento de ruas e iluminação pública e particular, arruamentos e edifícios. Em 1920 é aberta a Avenida Capixaba e as ruas do centro são alargadas, retificadas, drenadas e pavimentadas. Em 1927 é construída a ponte "Florentino Avidos", ligando a ilha ao continente, o que permitiu a continuidade das obras do porto de Vitória várias vezes paralisadas (FREITAS, 2002).

Foi um período de muitas ideias no plano urbanístico em que até se cogitou construir uma ponte ligando a Curva do Saldanha ao Penedo, o que não passou do papel (Figura 03).

Figura 3 - Forte São João. Projeto de uma ponte, Engenheiro Saldanha da Gama, ligando o Penedo à curva do Saldanha.



Fonte: Arquivo Geral de Vitória apud Memória Visual da Baía de Vitória (2014).
Autoria: Moacir Fraga (1929).

Em 1939, foi iniciada a ampliação do porto de Vitória e a construção do cais de minério (IJSN, 1978). Foram construídas as instalações de embarque da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no morro do "Péla Macaco" em Vila Velha, hoje totalmente desativadas e entregues a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Na mesma época teve início à construção do Terminal de Granéis Líquidos e das instalações do Cais de Paul (Usiminas e CVRD), ambos localizados em Vila Velha. Em 1950 foram construídos os demais berços do Cais Comercial de Vitória, berços 101 e 102 (PORTO DE VITÓRIA, 2013).

Paralelo a isso, no plano urbanístico, em 1945 foi concluído o "Plano Agache" que tem como linha mestra a realização de estudos e intervenções sobre o funcionamento do sistema viário de interligação das zonas da cidade, incluindo o projeto da Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, mas conhecida como "Beira-Mar". Foi priorizado, a partir dessa década, ações governamentais voltadas ao automóvel e, por conseguinte, à fluidez do tráfego (FREITAS, 2002).

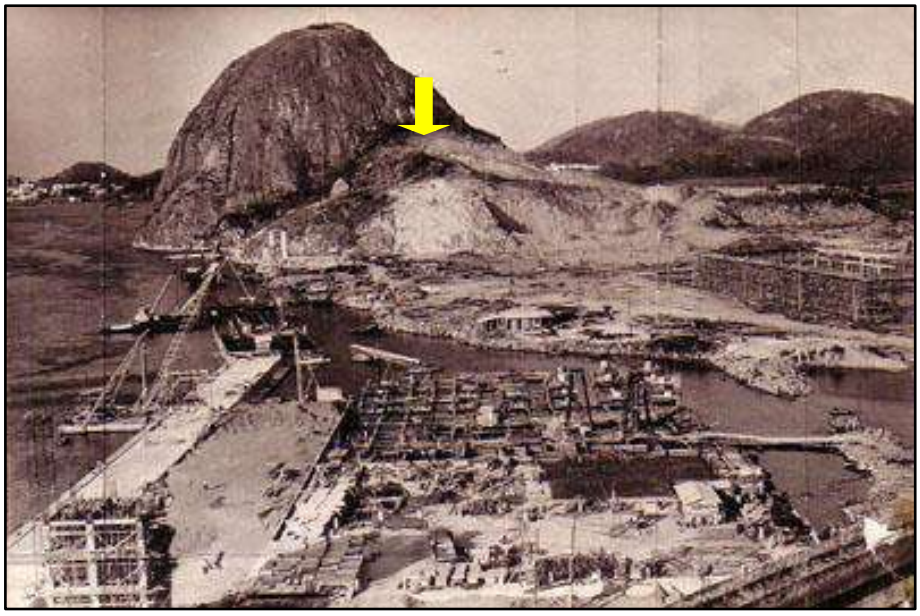
Dessa forma, podemos compreender como aquele espaço há décadas já vinha sofrendo processo de degradação para atender a vários interesses, tanto urbanísticos, com a expansão das vias da cidade, como para atender as demandas portuárias que estavam crescendo na região. O governo Jones dos Santos Neves (1951-4) se volta para um esforço de modernização industrial, o que implicou um reordenamento do espaço urbano de Vitória com destaque para o aterro da "Esplanada Capixaba" (FREITAS, 2002).

Na década de 1960, já no governo Christiano Dias Lopes Filho (1967-71) com a erradicação dos cafezais, e, consequente grande imigração do campo, é que se inicia um processo de alterações mais significativas na região, que se agrava na década de 1970 devido

ao impacto ambiental causado pelo contingente populacional que afluiu para Vitória, assim como pela industrialização através da implantação dos Grandes Projetos (IJSN, 1978).

Segundo Zorzal e Silva (1998) a década de 1970 teve como resultado uma mudança radical no ritmo, na escala e na orientação dos investimentos, fazendo com que a economia regional fosse cada vez mais orientada pela lógica e dinâmica do mercado internacional, tendo como líder a CVRD, incluindo investimentos no sistema portuário. Foi nessa mesma década que foi construído o "Cais de Capuaba", que causou danos maiores ao meio ambiente e ao Penedo o que será mostrado mais adiante. Na Figura 04 apresentamos o corte que foi realizado no sopé do Penedo, desintegrando parte do seu conjunto paisagístico para dar espaço para o cais.

Figura 4 - Construção do Cais de Capuaba. Ao fundo, vemos o Penedo.



Fonte: IJSN (2014). Autoria: Pajaú; Gonçalves (1977).

Em resumo, o Espírito Santo foi se adaptando as mudanças econômicas e políticas decorrentes do processo de globalização e de democratização da sociedade brasileira graças a uma conjugação de fatores internos e externos[5], a partir da década de 1960, conciliado com

[5] "a) No plano nacional/local: a estratégia de desenvolvimento econômico encaminhada pelos governos militares, principalmente pelo governo Geisel que, através do II PND, tanto aprofundou a internacionalização da economia brasileira como desconcentrou os investimentos no espaço territorial nacional; a estratégia empresarial da CVRD que iniciou, nos anos 60, um processo de diversificação e, ao mesmo tempo, de transnacionalização de seus investimentos; a atuação do governo estadual, principalmente durante a gestão Arthur Carlos Gerhardt Santos – 1971/74 – visando a atração de investimentos de grande porte; a crise, na década de 60, da economia estadual, até então fundada na monocultura cafeeira, tendo alguns segmentos dominantes visualizado nos grandes

argumento trazido por estrategistas de que o Espírito Santo está em uma posição geográfica estratégica no cenário brasileiro e internacional, o que influenciou na localização de investimentos de grande porte, funcionando como mais um fator de atração do capital. Em curto prazo de tempo modifica seu perfil agroexportador em meados da década de 1960 para urbano-industrial nas próximas décadas (ZORZAL E SILVA, 1998).

3. Analisando o caso: atores em cena

Por outro lado, ocorre nos anos 1970 a emergência de movimentos sociais urbanos em várias cidades do país, que se voltam para as temáticas relacionadas com as dimensões da vida da população urbana, estabelecendo reinvindicações nas mais diversas áreas em decorrência do processo de exclusão geradas pela urbanização, formulando novos padrões organizatórios e uma ruptura com as práticas populistas do passado (PERRUSO, 2009)[6]. Muito embora a literatura sobre movimentos sociais deste período tenha privilegiado os movimentos populares dando pouca ênfase ao ativismo ambientalista, mais restrito à classe média (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

No Espírito Santo, no final da década de 1970 e início da década de 1980, o meio ambiente entra na pauta dessas reivindicações o que ganha força com a formação do movimento ambientalista no próprio país. As degradações ambientais, como a do Penedo e a poluição causada por grandes empresas, dentre outras denúncias, foram os grandes temas discutidos pelos ambientalistas no Espírito Santo.

Desde 1976, o Penedo começa a ser degradado por conta da construção do cais de Capuaba, em Vila Velha. Segundo autoridades da época, a obra era de interesse para o desenvolvimento nacional. O período de alta do "milagre econômico havia passado, mas o 'ame-o ou deixe-o' ainda estava em vigor" (A GAZETA, 1983).

Na época, o representante do porto de Vitória comentou que o morro que sofreu derrocagem não fazia parte do Penedo e que estava nos limites da área de Capuaba. Ainda

investimentos de impacto uma solução para ela; b) no plano internacional: crescimento do movimento de transnacionalização da economia mundial; facilidades de obtenção de empréstimos externos junto ao sistema financeiro mundial (norte-americano, europeu e japonês) em virtude da existência dos chamados petrodólares, os quais buscavam oportunidades de investimentos" (ZORZAL E SILVA, 1998, p. 102-103).

[6] Segundo Rodrigues (2001), a entrada e a saída do regime autoritário significam momentos em que se verificaram ciclos de mobilização e de reforma do sistema político, pois em ambos os casos se tratam de processos de mobilização associados ao delineamento de situações críticas que recaíram diretamente sobre as mudanças estruturais que ocorreram no perfil do regime.

acrescentou que o projeto obteve prosseguimento pela falta de locais propícios para o empreendimento e porque a paisagem do morro já estava desfigurada, tanto pela torre de eletricidade da Escelsa, como pelos anúncios lá colocados. Além disso, pelo fato de não estar tombado, facilitaria a sua utilização para projetos de interesse nacional (GOLTARA, 1981).

Com o descaso do governo em relação à destruição de parte do conjunto paisagístico com a extração de pedras do local para a construção do cais de Capuaba foram realizados vários questionamentos sobre a degradação na região. Dentre vários outros nomes que se destacaram, está o do engenheiro Jaime Larica, uma das primeiras vozes que se levantou contra o que chamou destruição do Penedo (A GAZETA, 1981). Em uma entrevista reclamou que deveria ser realizado um projeto paisagístico no local para minimizar o que já havia sido destruído. Em tom de revolta comentou que se deveria tentar preservar na cidade pelo menos as pedras e que o Penedo é um patrimônio da comunidade capixaba e não apenas um assunto técnico (GOLTARA, 1981).

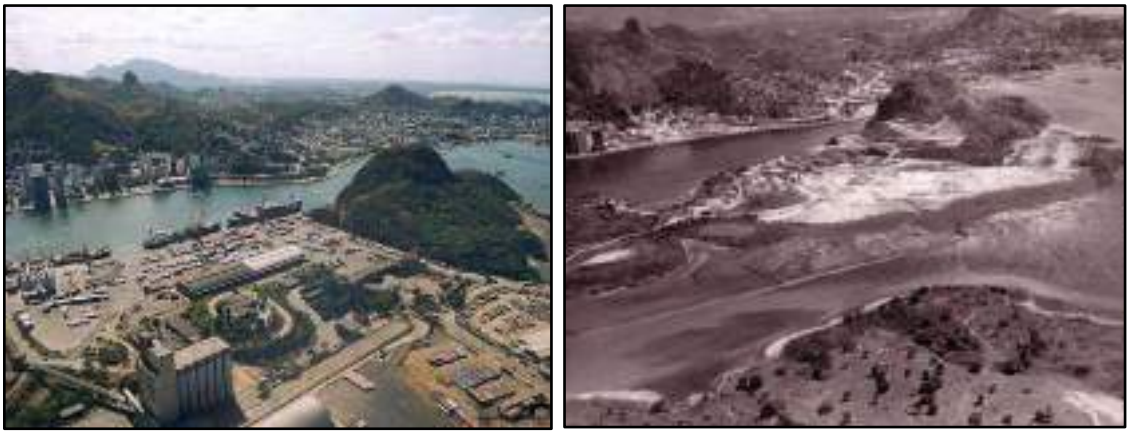
O arquiteto José Daher Filho (apud PAJAÚ, 1983, p. 9) também se manifestou:

> Numa época de perda de identidade em todas as áreas do fazer humano, o tombamento do Penedo, além de assegurar a sua própria integridade inibindo a continuidade de sua depredação, contribuirá com a recuperação da identidade da cidade de Vitória, necessária à preservação de sua memória coletiva urbana.

O arquiteto Kleber Frizera, presidente da seccional do Instituto dos Arquitetos do Brasil (A GAZETA, 1981), denunciou que estavam destruindo o mais importante patrimônio paisagístico da Grande Vitória e que o rochedo, embora não atingido pelas explosões, perdera suas características com o corte realizado no morro ao seu lado, pois se tratava de um conjunto de rochas. Com as explosões foram removidos mais de cem toneladas de pedra para dar lugar a um pátio para instalações portuárias.

Nas Figuras 05 e 06, apresentamos como foi se conformando a atividade portuária na região em apenas três décadas, ficando clara a supressão de parte do Penedo e vegetação nativa ao redor.

Figuras 5 e 6 - Foto à esquerda: portos de Capuaba e Paul. Fotografia aérea da Baía de Vitória, com destaque para o Porto de Capuaba e a presença marcante do relevo na cidade: Pedra dos Olhos, Maciço Central e Morro São Benedito.



Fonte: Memória Visual da Baía de Vitória (2014). Foto à direita: vista aérea do Cais de Capuaba e do Penedo. Autoria: Flávio Lobos Martins (1998). Vê-se também parte da Baía de Vitória e a Cidade de Vitória ao fundo. Autoria: Paulo Bonino (1960?). Fonte: IJSN (2014).

Segundo o paisagista Ricardo Ferreira do Amaral, em um depoimento ao jornal "A Gazeta", Ricardo Ferreira do Amaral (apud GOLTARA, 1981) o morro do Penedo deveria ser preservado e as explosões realizadas nas áreas próximas ao rochedo não seriam benéficas para a região. Para ele, trata-se de um crime que vem se repetindo em todo país, sendo destruídos morros, florestas e manguezais. Para ele seria necessária à realização de campanhas mais fortes de preservação ambiental. Comenta ainda que o Penedo é uma maravilha que dá nova vida à baía de Vitória, inclusive comentou que muitos comandantes de navio ficam admirados com tamanha beleza e que turistas em férias apreciam a grandiosidade do rochedo, levando muitas fotos como recordação da cidade.

Ao mesmo tempo em que ocorria a institucionalização do meio ambiente no estado do Espírito Santo, o movimento ambientalista alcançava sua consolidação juntamente com a militância política no espaço urbano. No processo da abertura política, parte daqueles que militavam no movimento estudantil passaram a atuar no movimento ambientalista. Os movimentos populares dos trabalhadores da região da Grande Vitória, que reivindicavam melhorias na qualidade de vida, marcaram a passagem da década de 1970 para a década de 1980 (DOIMO, 1984).

Em função das discussões da Conferência de Estocolmo, em 1972, ocorreu uma maior mobilização em prol do meio ambiente em várias partes do país. No Espírito Santo, além das pesquisas de Augusto Ruschi, aconteciam eventos promovidos por alunos de

Biologia da Universidade Federal do Espírito Santo e pela Associação Espírito Santense de Biologia (AESB) que alertavam sobre os problemas locais (CARLOS, 2012).

Dessa forma, tendo como pano de fundo esse momento de transição do regime autoritário para democrático, e, tendo como cenário um desenvolvimento predatório sem precedentes, uma parte da população impactada começou a se sentir incomodada e a se mobilizar em torno da questão ambiental, dando início ao movimento ambientalista capixaba. A Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (Acapema) teve destaque na participação em prol do Penedo realizando denúncias e protestos contra a destruição do mesmo, sendo esse tombamento um dos seus maiores feitos.

Conclusão

Os grandes projetos faziam parte de um projeto nacional direcionado pelo governo militar, tendo como aliados às elites políticas e econômicas do Espírito Santo, desde o início dos anos de 1950 (ZORZAL E SILVA, 2010). A cidade de Vitória acompanhou o processo de desenvolvimento que resultou em grande impacto ambiental na região devido ao intenso processo de industrialização e urbanização na capital.

Em uma época em que não havia canais diretos de participação institucionalizados, a imprensa possibilitava a divulgação de algumas informações, e, funcionava como denunciadora dos problemas. Funcionava ela mesma como canal de expressão do movimento ambientalista. Os principais jornais sinalizavam esse debate à época, como apresentado na pesquisa documental.

Um dos símbolos capixabas, o Penedo foi alvo do desenvolvimento ao ter parte de seu morro recortado para dar espaço para as novas instalações portuárias do Cais de Capuaba, Vila Velha, na região da Baía de Vitória, o que gerou protestos. Como afirma Tarrow (2009) existe na defesa do Penedo um propósito comum, ou seja, de interesses e valores compartilhados que são base de suas ações comuns de um grupo, no caso ambientalista. Ou seja, existe por parte dos participantes o reconhecimento de seus interesses comuns: a preservação do meio ambiente, a conservação de um patrimônio cultural.

O Penedo se tornou um objeto de disputa. Nesse caso, não pode ser evitado que uma parte do conjunto paisagístico do Penedo fosse degradado para dar lugar às instalações do cais de Capuaba, mesmo sob protestos. Todavia, isso fez com que se acelerasse o processo

de tombamento do Penedo, graças às pressões do movimento ambientalista, mais especificamente da Acapema que solicitou o tombamento do Penedo.

Os ganhos desse movimento foram para além do tombamento do Penedo. Logo em seguida, ainda na década de 1980, se consolidou uma legislação ambiental e a criação de um órgão estadual de meio ambiente até então inexistentes.

Referências

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

A GAZETA. Reconstituição da área do Penedo está parada. **A Gazeta**, Vitória, 05.06.1981.

_____. Um erro geográfico: o Penedo é de Vila Velha. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 31.08.1983.

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes; BETTARELLO, Fernando Augusto de Barros; SANCHOTENE, Fernando Lima (Orgs). **Catálogo de bens culturais tombados no Espírito Santo**. São Paulo-Vitória: Massao Ohno Editor/Secretaria de Estado de Educação e Cultura/Conselho Estadual de Cultura/Universidade Federal do Espírito Santo, 1991.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos**, novembro, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas:** efeitos organizacionais, relacionais e discursivos, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREITAS, José F. B. (et. Al). **Projeto Centro.com.Vitória**. Vitória: Edufes, 2002.

GOLTARA, Gracinha. Penedo: mais um alvo do progresso, **A Gazeta**, 29.03.1981.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Biblioteca/BibliotecaOnline/>. Acesso em: 04.10.2014.

_____. **Patrimônio Ambiental e Urbano e Natural da Grande Vitória**: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.

_____. **Aspectos Econômicos e Infra-estruturais do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, 1996.

MEMÓRIA VISUAL DA BAÍA DE VITÓRIA. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>. Acesso em: 08.08.2014.

PAJAÚ, Luiz. Tombamento do Penedo será amanhã. **A Tribuna**, Vitória, p. 9, 07.09.1983.

PAJAÚ, Luiz; GONÇALVES, Josemar. **Construção do Cais de Capuaba**, Vila Velha, ES, 1977**.** 1977. 1 fotografia, p&b, 18x12cm, sem negativo. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Biblioteca/BibliotecaOnline/>. Acesso em: 21.02.2014.

PERRUSO, Marco Antônio. **Em busca do "novo"**. Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, Capítulo 4, p. 173-230, 2009.

PORTO DE VITÓRIA. **Centro de Documentação e Memória:** preservando a história do porto de Vitória. Disponível em: <http://www.codesa.gov.br/site/>. Acesso em: 11.12.2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **O desenvolvimento do porto de Vitória (1870-1940)**. Vitória: Codesa, 1984.

TARROW, Sidney. 2009 [1998]. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ, Vozes. Capítulo 5, p. 99-121.

TRIVIÑOS, A. N. S. Método de análise de conteúdo. In: _____. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987, p. 158-166.

VIEIRA FAZENDA. Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 20 jul. 1913, v. 1.

ZORZAL E SILVA, Marta. Mudanças socioeconômicas, governo representativo e governabilidade - impasses nas arenas subnacionais – o caso do Espírito Santo. In: **Revista Interface**, ano II, n. 4, 1998, p. 95-106.

_____. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: **Espírito Santo:** instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória: IJSN, 2010.

CONFLITOS E REDES SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESPIRITO SANTO - ES

Leonardo Bis dos Santos
Doutorando em História - História Social das Relações Políticas - UFES. Professor de Sociologia do IFES/Nova Venécia. Email: bisdossantos@yahoo.com.br.

Resumo: Este artigo é parte integrante do projeto de pesquisa de doutorado em curso, que tem por objetivo analisar a política pública de criação de unidades de conservação no estado do Espírito Santo entre 1940 e 2000. Aqui apresentamos os resultados de pesquisa contemplando as duas primeiras décadas, a saber 1940 e 1950, onde figuram a criação das primeiras reservas florestais no estado. As duas primeiras unidades de conservação criadas no ES datam de 1941, apenas 4 anos após a criação do primeiro parque natural do Brasil. Os dados históricos comprovam, ainda, que no Espírito Santo foi criada a 4ª unidade de conservação mais antiga do país. O objetivo dessa comunicação é apresentar o cenário sócio-político do estado relacionado à origem dessa política pública ambiental. A análise histórica dos fatos e agentes envolvendo a então nova postura frente a proteção da natureza revelou um emaranhado de redes sociais e conflitos envolvendo as diferentes formas simbólicas de apropriação do meio ambiente. Na gênese dessa política pública, dada a ausência de um movimento ambientalista, emerge com vigor ações de agentes dotados de capital social e político na consolidação daquela que seria uma das principais ferramentas de proteção da natureza.

Palavras-chave: Espírito Santo, Unidades de Conservação, História Ambiental.

Abstract: This article is part of ongoing doctoral research project which aims to analyze the public policy of creating protected areas in the state of Espírito Santo between 1940 and 2000. Here we present the research results covering the first two decades, namely 1940 and 1950, which include the creation of the first forest reserves in the state. The first two protected areas created in the ES date back to 1941, just four years after the creation of the first natural park of Brazil. Moreover, Historical data shows that in Espírito Santo was created the 4th oldest area protected of the country. The purpose of this communication is to present the socio-political landscape of the state related to the origin of the environmental public policy. The historical analysis of the facts and agents involving the then-new attitude towards the protection of nature revealed a tangle of social networks and conflicts involving different symbolic forms of environmental appropriation. In the genesis of this public policy, given the absence of an environmental movement, emerges with force, agents actions endowed with social and political capital in the consolidation of what would be a major nature protection tools.

Keywords: Espírito Santo, Protected Areas, Environmental History.

1. Contextualização da temática

A apropriação econômica da madeira no Espírito Santo (ES) se confunde com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho em terras tupiniquins. O primeiro donatário dessa Capitania Hereditária tratou de buscar lucros acelerados, tendo em vista os investimentos realizados para tomar posse da então nova propriedade. Esse processo teve, em primeiro lugar, a exploração de madeira como principal produto.

As referências às florestas capixabas são extensas e ricas em detalhes. Há grande destaque para a exuberância da fauna e, principalmente, da flora. A quantidade, variedade, qualidade e tamanho das árvores impressionam ao ponto de haver descrições de incomparabilidade com outras florestas do Brasil. Segundo palavras do naturalista canadense Charles Hartt, "em parte alguma do Brasil, nem mesmo no Pará, vi uma floresta mais exuberante do que a do rio Doce" (*apud* BORGO, ROSA e PACHECO, 1996, p. 31).

A apropriação simbólica das florestas variou bastante, desde o século XVI: *fonte material de sobrevivência* – indígenas; *obstáculo à colonização* – tese controvertida da "barreira verde" além da imagem criada por imigrantes europeus; *indutor local de desenvolvimento econômico baseado na sua destruição*, com a exportação de madeira e posterior implantação das serrarias Em suma, a conotação é substantivamente polissêmica.

No início do século XX, ainda, se notabilizaria sua utilização para construção de estradas de ferro na forma de dormentes e a partir da década de 1960 passou a ser estratégica para a industrialização do Espírito Santo, tomado como exemplo icônico a planta industrial da Fibria S/A (maior planta industrial de produção de celulose sediada no país). Esse contexto geral trouxe efeitos devastadores sobre as florestas. Segundo André (2012), apesar das divergências dos dados sobre a cobertura vegetal, é confortável estimar que entre 85 e 90% da cobertura vegetal original ainda era vista na virada entre os séculos XIX e XX, no Espírito Santo. E segundo dados organizados pelo Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica - IPEMA,

> Era muito comum entre os anos 1920 e 1950 que novas derrubadas de florestas fossem realizadas para expansão da cultura devido a épocas de bom preço do café. Com a queda dos preços, as terras eram abandonadas ou se transformavam em pastagens, caracterizando o ciclo mata-café-pastagens (IPEMA, 2005, p. 40).

Essa situação das matas capixabas não era específica, sendo bastante comum em outras partes do país. Por isso, autoridades científicas e políticas do Brasil já apoiavam a criação de áreas ambientalmente protegidas por lei, cujo foco central inicial eram as florestas, desde o século XIX, com André Rebouças. Entretanto, o ponto realmente decisivo para a criação de unidades de conservação no Brasil foram as discussões da década de 1930, no primeiro Governo de Getúlio Vargas. Desses debates surge o Decreto 23.793/1934, que criou o primeiro Código Florestal Brasileiro. Este foi singular no processo de implementação e sistematização de áreas de proteção no Brasil, pois pela primeira vez no Brasil havia uma

normatização envolvendo a criação de reservas florestais. Para Urban (1998), "aproveitando todas as duras lições que a história econômica infligiu às florestas, o Código Florestal de 1934 começou uma ousada revolução conceitual ao limitar o direito da propriedade, subordinando-o ao interesse coletivo" (URBAN, 1998, 75). Sem qualquer sombra de dúvidas, a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, foi proporcionada pela nova legislação – apesar de que a área já era alvo de proteção legal pelo menos desde 1914, caracterizada como uma Estação Biológica, incorporada ao Jardim Botânico, conforme atesta o Decreto nº 1.713 – de 14 de junho 1937. O Código Florestal, então, não proporcionou a criação das primeiras áreas protegidas do Brasil e sim confluiu para a sistematização nacional de uma política pública de defesa da flora.

Os efeitos no Espírito Santo da nova legislação foram imediatos, suscitando debates – muitos deles circunscritos apenas a gabinetes – em torno da conservação das matas. Como exemplo desse protagonismo na Mensagem do Governo de 1937, enviada pelo Interventor Federal no Estado Punaro Bley, à Assembleia Legislativa, é mencionada a intenção em criar reservas florestais estaduais. Foram assinaladas explicitamente a possibilidade de criação de três reservas florestais no Espírito Santo.

> Reservas Florestais.
> Estudamos ainda as bases para a instituição de reservas florestais, em número de três, de cujos perímetros ordenámos o fechamento.
>
> Em exposição de motivos, solicitámos, na respectiva mensagem a essa Assembléa Legislativa, que tornasse inalienaveis tais recursos, esclarecendo perfeitamente a necessidade do Estado amparar sua flóra e fauna contra o sistema de exploração ostensiva de nossas florestas (MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1937, pelo Interventor Federal João Punaro Bley, de 1º de julho de 1937).

Apesar da falta de localização, os dados nos levam a supor que se tratavam de áreas no norte do estado, uma vez que 4 anos mais tarde o governo local lançaria o Decreto-lei 12.958 de 30 de setembro de 1941, onde foram criadas – no papel – duas reservas florestais.

2. A relação entre o surgimento de uma política pública e as redes sociais na década de 1940 no Espírito Santo

A ausência de um campo ambiental, no sentido bourdieusiano[1], consolidado no Estado do Espírito Santo – situação bastante similar com o restante do país naquele momento – contribuiu substantivamente para que os conflitos em torno da apropriação dos recursos ambientais fossem encobertos pela falta de exposição pública e política. Em outro contexto designamos a ideia de conflitos latentes (SANTOS, 2012) para caracterizar momento histórico similar. Somente após a redemocratização, em 1986, é que teríamos espaço para que emergisse com vigor os debates em torno da complexidade ambiental e da criação de áreas ambientalmente protegidas. Segundo Diegues, até aquele ano "havia pouca mobilização para a criação de unidades de conservação, dependendo, principalmente, da ação de cientistas e alguns poucos conservacionistas com acesso relativamente fácil ao governo militar" (DIEGUES, 2004, 117).

A ausência de movimentos sociais na origem da política pública de criação de unidades de conservação também caracteriza a forma de ação dos agentes envolvidos, conforme destaca Diegues (2004). E na história da gênese dessa política pública que alguns agentes sobressaem nas fontes pesquisadas: Carlos Fernando Monteiro Lindenberg[2], Augusto Ruschi[3] e Álvaro Coutinho Aguirre[4].

Segundo afirma Amylton de Almeida (2010), Carlos Lindenberg foi um apreciador de orquídeas. E foi a partir desse gosto em comum que houve uma aproximação entre o então Secretário Estadual e Augusto Ruschi, em 1937 – que viria a ser um grande defensor da natureza no ES e no Brasil. Naquela época o pesquisador tinha 22 anos e ainda não gozava do status científico e do capital simbólico que posteriormente o caracterizaria como figura

[1] O conceito de campo aqui é empregado segundo a concepção de Pierre Bourdieu. Este conceito para Bourdieu é delimitado por um conjunto de regras próprias estabelecidas aos agentes, rompendo com determinismos ou regras absolutas para toda a sociedade. Cada campo possui regras próprias para estabelecer legitimidade e relações de poder. Há relações entre campos na sociedade – campo econômico e campo científico; campo científico e campo religioso; campo religioso e campo político; etc. – e a força de um campo interfere na legitimidade de outro campo, no seio dessas relações.

[2] Carlos Lindenberg foi Secretário de Agricultura, Terras e Obras Públicas – cargo que acumulou com o de Secretário da Fazenda 1935-1939; Deputado Federal eleito em 1945; foi Governador em dois mandatos diferentes (1948-1950 e 1959-1962) – no primeiro mandato criou de uma só vez 7 reservas florestais, por meio do Decreto 55/1948; e, Senador pelo Espírito Santo por dois mandatos (1951-1958 e 1967-1974).

[3] Augusto Ruschi foi um proeminente cientista nascido no Espírito Santo. Sua imagem lhe rendeu o título de Patrono da ecologia no Brasil – a partir da Lei Federal nº 8.917, de 13 de julho de 1994.

[4] Álvaro Aguirre exerceu vários cargos na estrutura da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura. Foi responsável criação de parques de reserva e refúgio de animais silvestres na Bahia e no Rio Grande do Sul, além da criação do Museu da Fauna no Rio de Janeiro. Publicou mais de 15 trabalhos científicos sobre a fauna brasileira.

pública. Segundo consta na mais ampla biografia publicada de Lindenberg, após conhecer Ruschi e seus experimentos:

> Carlos não conseguiu esquecer o "laboratório". No Rio, conversou com o biólogo Mello Leitão, seu compadre (era padrinho de batismo de Carlos Fernando), muito influente no meio científico e que tinha ótimas relações com Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional. Rememora Carlos: Então eu falei com ele que tinha me aparecido um rapaz assim, assim, expliquei como ele era, descendente de italianos, que vivia fazendo coleção de bichinhos e me parecera um rapaz muito aproveitável: Veja se dá um jeito dele entrar no Museu para ajudar a doutora Heloísa e ganhar algum dinheiro para poder estudar e fazer carreira (ALMEIDA, 2010, p. 180).

Poucos anos depois Ruschi foi admitido no Museu Nacional, onde iniciou sua projeção nacional e internacional, dada a respeitabilidade daquele órgão aliada à grande capacidade científica do então novo membro da equipe. Essa versão da aproximação entre Lindenberg e Ruschi também aparece na versão biográfica empreendida por Daniel (2005):

> A ponte entre Augusto Ruschi e Mello Leitão havia sido feita pelo ex-governador Carlos Lindenberg. Durante uma visita a Enrico Ruschi [irmão de Augusto e que era Prefeito de Santa Teresa, distante 78 km da capital Vitória], Lindenberg, que na época era secretário estadual de Agricultura, foi convidado a conhecer a coleção de orquídeas do irmão do prefeito. No caminho para o lugar onde ficavam as plantas estavam as mesas onde o rapaz havia colocado suas caixas de insetos, o que chamou a atenção do secretário. Lindenberg parou para conhecer o insetário e ficou impressionado com o que viu. Numa viagem ao Rio de Janeiro, encontrou Mello Leitão, que era seu amigo e de sua mulher, Dona Maria, e recomendou o jovem Ruschi (DANIEL, 2005, p. 32-3).

Dado o cruzamento cronológico e de fontes, não resta dúvida que não se pode atribuir a Ruschi a idealização da criação das primeiras reservas florestais do Espírito Santo – ele pode ter militado em sua defesa após ter tomado ciência da existência da proposta. Por outro lado, não foi possível distinguir se a relação próxima entre Mello Leitão e Lindenberg influenciou o conteúdo da Mensagem de 1937, enviada à Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Fato é que a proposta tomou corpo nos anos imediatamente subsequentes e em 30 de setembro de 1941 era assinado o Decreto-lei 12.958, criando as duas primeiras reservas florestais do estado. Os dados também nos revelam que a relação pessoal entre Mello Leitão, Ruschi e Lindenberg foi decisiva para a criação de 7 reservas florestais, a partir do Decreto 55/1948, quando o último assumiu o Governo do Estado. Há relatos acerca de reuniões entre

os três para tratar do assunto, antes da publicação daquela legislação, demonstrando claramente o vigor das conversas de gabinete, bem como a troca de ofícios.

Como já expressado, a agenda ambiental era incipiente nos círculos sociais e políticos na década de 1940 no estado do Espírito Santo. A preocupação com as florestas era determinada pela finitude de sua apropriação econômica a partir da madeira, quando muito. Nesse contexto, conseguir recursos humanos e financeiros para a causa ambiental era tarefa delicada e exigiu a influência de agentes em círculos decisórios.

Eis que ainda em 1941 defensores da causa ambiental ganhariam novo fôlego e argumentos para suas ações. Apenas 77 dias após a criação das primeiras reservas florestais no Estado do Espírito Santo, o Governo Federal lançou o Selo Pró-Fauna, a partir da Decreto-lei 3.942, em 17 de dezembro de 1941. Essa coincidência de datas pode indicar que o governo do estado teve conhecimento da proposta federal, que visava criar um fundo financeiro para arcar com as despesas com a proteção da fauna.

A criação do selo Pró-Fauna gerou grande expectativa, por tratar-se de um recurso que não era concorrente com outras pautas sociais – educação, saúde, segurança, infraestrutura, etc. O recurso arrecadado era específico para a proteção animal e "na formação de refúgios para animais da fauna indígena". Mas a lei não destacava absolutamente nada sobre o repasse desses recursos para os estados que já possuíam seus parques naturais. E esse ponto se mostraria essencial nos anos subsequentes para o Espírito Santo.

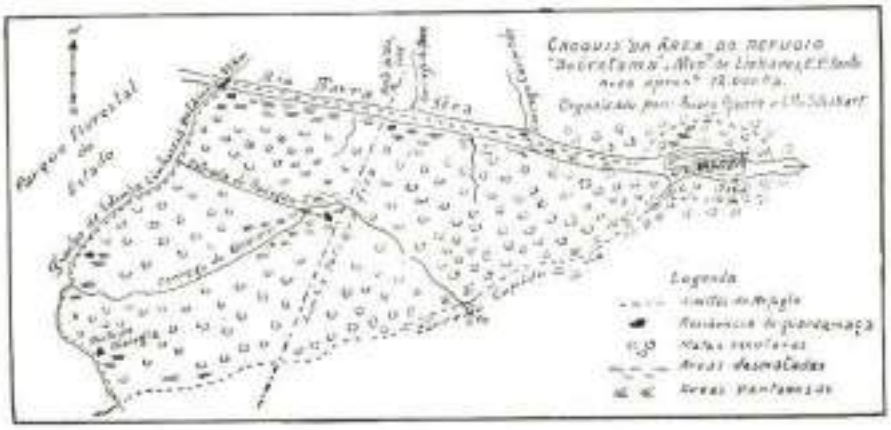
Aproveitando as possibilidades abertas com o Selo Pró-Fauna, a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura manifesta interesse em criar uma área protegida com vistas à preservação da fauna e da flora no Espírito Santo. E se temos dificuldade, diante das fontes, em indicar quem foi "o pai" da proposta de criação das primeiras reservas florestais do Espírito Santo, não temos qualquer sombra de dúvida de quem "sustentou" a primeira unidade de conservação federal em solo capixaba: Álvaro Coutinho Aguirre.

O Decreto-lei 12.958/1941 foi muito mais simbólico que efetivo – talvez por isso vem perdendo espaço na memória coletiva e bibliográfica a respeito do tema. Logo após a criação, a situação das duas áreas de proteção era de abandono – uma delas, inclusive, se perdeu no tempo e no espaço e nunca foi delimitada e implementada. Aguirre, nascido em Santa Teresa/ES em 1899, havia feito toda a sua vida acadêmica no Rio de Janeiro e em 1941 trabalhava na Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, órgão responsável pela proteção da fauna em território nacional. Em 1936 já havia empreendido um estudo

intitulado Caça e Pesca no Vale do Rio Doce, publicado 3 anos depois, e que pode ter sido o embrião da ideia de criação de áreas protegidas exposta na Mensagem de 1937. Nesse estudo, segundo relata em outra publicação, Aguirre já destacava os conflitos entre as apropriações sociais da natureza.

> Somente em 1927, com a construção de uma ponte, com a extensão de 700 metros, ligando a cidade de Colatina às terras do norte é que essa região começou a desenvolver-se. Desde essa época que acompanhamos o desenvolvimento rural dessa região, testemunhando, muitas vezes, a depredação de nossas riquezas naturais, com a falsa justificativa de que assim o exige a civilização. Em consequência, assoberbado com o aniquilamento impune desse patrimônio nacional, surgiu-nos, espontaneamente, a ideia da criação de um parque florestal e de refúgio de animais silvestres, com o fim de preservar a fauna e flora local da sanha dos caçadores, da ganância dos madeireiros e da insensatez dos colonizadores.
>
> Em publicação de nossa autoria, intitulada "A Caça e Pesca no Vale do Rio Doce - 1936", tivemos ocasião de tecer considerações a respeito (AGUIRRE, [1947] 1992, p. 2).

Em julho de 1942. Aguirre é designado, pelo Ministro da Agricultura, Fernando Costa, para estudar a possibilidade de implementação de refúgios de animais silvestres, prioritariamente no Vale do Rio Doce. A opção por esse modelo de parque esteve intimamente ligada à criação do Selo Pró Fauna. Em sua visita de campo, contudo, Aguirre nos revela um dado curioso em relação ao Decreto 12.958/1941. O pesquisador identifica outra área como sendo a reserva florestal estadual.



Fonte: AGUIRRE, [1947] 1992, 3.

Em dois anos a reserva florestal estadual que estava do lado direito da estrada no sentido Vitória-São Mateus – atual BR 101 norte –, havia sido transferida para o outro lado, na margem esquerda. Aguirre declara que a área original:

> Tinha sido desprezado por motivo de interesses do Estado. Em substituição a esta reserva, fora demarcada uma área de terra de 10.000 hectares, contígua à cima mencionada, localizada à margem esquerda da rodovia Linhares-São Mateus (AGUIRRE, [1947] 1992, p. 2).

O Governo Federal então se ocupa de estudos científicos para viabilizar a criação de um refúgio de vida silvestre na exata localização onde o Decreto-lei 12.958/1941 havia estabelecido originalmente uma reserva florestal estadual. Não foi encontrada nenhuma fonte que permita traçar como foi realizada legalmente essa transferência de localização, por parte do Governo do Estado do Espírito Santo e rapidamente Aguirre reúne informações que sustentam a criação de uma área protegida sob responsabilidade do Governo Federal. Em setembro de 1943 é finalizado o processo de doação da área, que originalmente foi destinada à reserva florestal, por parte do Governo do Estado.

Em 21 de setembro é publicado o Decreto-lei 14.977/1943.

> Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a transmitir ao Governo Federal, por via de doação uma área de terras devolutas, a ser demarcada com mais ou menos dose mil hectares, situada no distrito de Linhares do Município de Colatina confrontando-se ao N. com o rio Barra Sêca, ao S. com o ribeirão Cupido, a E. com a lagoa do Macuco, e a O. com a rodovia Vitória/ES. Mateus.

Com essa transferência de terras entre os entes Federal e Estadual ficava instituído o Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres Sooretama, tendo como limite à oeste a margem direita da estrada Vitória-São Mateus, e na outra margem da estrada ficava a Reserva Florestal Estadual de Barra Seca. Esta última foi no papel a primeira unidade de conservação do Espírito Santo, mas na prática o Parque de Reserva é detentor deste posto. Segundo Aguirre, este foi o primeiro de sua categoria a ser implementado no Brasil e uns dos primeiros parques naturais – considerando todas as categorias – criados após o Código Florestal de 1934. Apesar das idas e vindas; da criação de áreas no papel sem a demarcação de fato; das transferências de localização e de responsabilidade; da dependência das redes sociais particulares e da ação individual; a política de criação de áreas protegidas no Espírito Santo dava seus primeiros passos...

3. Conflitos na implementação da primeira unidade de conservação federal no Espírito Santo

Com base na ampla literatura acerca do tema, é possível afirmar que toda criação de unidade de conservação necessariamente parte de conflitos. A partir desses, outras estratégias de ação dos agentes são formuladas e reformuladas de acordo com a dinâmica do campo ambiental em questão. Como não poderia deixar de ser, a despeito das ambiguidades no processo de criação das primeiras áreas de proteção ambiental, o processo de implementação também envolveu doses variáveis de disputas. Alguns desses níveis atingem a escala explícita e são mais facilmente identificáveis nas fontes. Outros níveis, contudo, são percebidos apenas ao cruzar dados. Como o campo ambiental capixaba ainda estava em seus primeiros estágios nas décadas de 1940 e 1950, a explicitação desses conflitos praticamente não ocorreu. A estratégia dos agentes envolvidos na proteção ambiental foi utilizar todo o seu capital social e simbólico para alcançar seus objetivos. Essa utilização, via de regra, se processou a partir de redes de relacionamentos, seja na esfera estadual ou federal. Muitos conflitos, assim, ficaram no nível latente (SANTOS, 2012), e foram sócio culturalmente encobertos. Como exemplo podemos citar os conflitos pelo uso e ocupação do solo por populações invisíveis, assim como quilombolas e indígenas (às vezes retratados nas fontes como caboclos).

Os dados de população identificam que o norte do Espírito Santo, na década de 1940, detinha um número menor de habitantes, mesmo possuindo uma extensão territorial maior, em relação ao centro e ao sul do Estado. Aliado a esse dado, parte da população que lá habitava era socialmente invisível, e só foram notados no interior das então novas áreas protegidas após sua implementação. Apesar de não ser expressamente proibida pelo Código Florestal de 1934 – haviam categorias de florestas mais permissivas –, a presença humana no interior dessas áreas era vista como um impasse à proteção ambiental. Para a maioria de seus defensores a natureza era algo sagrado, enquanto o homem era visto como elemento profano num paraíso e os habitantes das unidades de conservação, geralmente eram vistos como intrusos.

Essa parece não ter sido a perspectiva de Álvaro Aguirre, que foi o primeiro superintendente do Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres de Sooretama. Muito afeto ao desenvolvimento de pesquisas e elaboração de estudos, agregava uma visão bastante peculiar acerca da relação entre homem e natureza no interior do refúgio. Pela sua formação e atuação profissional, possuía uma visão bastante peculiar no que

concerne a proteção ambiental. Ao mesmo tempo em que era permeado pelo pensamento de sua geração em relação à ideia de desenvolvimento econômico.

Especificamente em reação à presença humana no refúgio de vida silvestre, destacamos um trecho escrito por Aguirre:

> Em vários editais afixados em diversos pontos do Parque, proibimos a derrubada de matas e a prática da caça, bem como recomendamos não conservar cães em casa para evitar a afugentação dos animais selvagens. Com esta medida os posseiros nômades se transferiram para as terras de ninguém; a fim de continuarem a prática das derrubadas. No entanto, era nosso pensamento conservar os bons agricultores nas terras em apreço, tanto que nos editais, foram oferecidas certas vantagens para aqueles que quisessem plantar e criar, cingindo-se, é lógico, à área de aproveitamento. Esses agricultores seriam de grande utilidade na fiscalização e nos trabalhos de instalação do Parque. Nenhum, porém, sujeitou-se à condição de não devastar as florestas e caçar. Hoje, existem apenas duas famílias residentes na área do Refúgio, das trinta a quarenta que ali habitavam quando as terras passaram para o Domínio da União (AGUIRRE, [1947] 1992, p. 4).

Esse ponto de vista era bastante singular, uma vez que no Brasil somente da década de 1970 haveria um debate profícuo em torno do conservacionismo e posterior consolidação das unidades de conservação de uso sustentável, na década seguinte. Essa visão também é radicalmente contrária à visão atribuída a agentes ligados a órgãos públicos de defesa ambiental. Uma ex-diretora do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ao se referir a uma unidade de conservação, declarou que "enfrenta ainda este Parque Nacional problema da mais difícil solução, que há anos vem prejudicando sua administração. Trata-se da pequena *população rústica* (sic) que habita a parte litorânea do seu interior" (PÁDUA e COIMBRA FILHO apud DIEGUES, p. 116, *grifos nossos*).

Mas a presença de pequenos agricultores estava muito longe de ser o único desafio à implementação do refúgio. Aguirre ainda cita ações de um madeireiro e de um criador de bovinos que "que não se conformaram com a doação das terras ao Governo Federal e procuraram embaraçar a organização do Parque" (AGUIRRE, [1947] 1992: 5). Mas é na década de 1950 aconteceria um turbilhão de fatos relevantes para a história das unidades de conservação capixabas, inclusive para a Reserva Florestal Estadual de Barra Seca e para o Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres Sooretama.

Estas duas áreas protegidas, apesar da estreita proximidade entre ambas, dividida apenas pela estrada Vitória - São Mateus (atual BR 101 ES/Norte), apresentavam situações de

operacionalidade bastante diferentes. Enquanto a unidade federal possuía recursos financeiros e humanos – ainda que insuficientes –; no lado oeste da estrada não havia nada além de algumas incursões feitas por fiscais das delegacias de terras, como atestam os documentos oficiais.

No Relatório de Gestão do Governo do ES enviado no ano de 1948, referente aos acontecimentos de 1947, é destacado "gravíssimo problema da invasão de terras e devastação das matas do Estado". Para tal:

> Foram criadas, a título precário, no ano findo, 3 Delegacias de Terras, no norte do Estado, que estão em funcionamento.
>
> Os resultados até agora obtidos têm sido esperançosos.
>
> A situação atual – quando a defesa do patrimônio florestal do Estado assume caráter de verdadeiro trabalho de salvação pública (MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1948, p. 39-40).

Consta nas fontes que, dada a situação do estado, o Governo do ES havia solicitado auxílio financeiro ao Governo Federal e este já havia negado. Em trecho do relatório enviado ao Ministério da Agricultura, Aguirre destaca que antes da doação da área "o Ministro da Fazenda impugnou a aplicação de verbas em construções no Parque, alegando que as terras não pertenciam à União" (AGUIRRE, [1947] 1992, 3). Esse trecho foi composto 4 anos após a implementação da Reserva Federal no ES, deixando claro a preocupação de Aguirre com as áreas sob responsabilidade do Governo Estadual.

Diante da incapacidade do Governo do Estado e da negativa jurídica da União para utilizar recursos federais na Reserva Florestal de Barra Seca, inicia-se um novo processo de doação, a fim de fundir as duas unidades em uma única reserva. Os documentos oficiais nos mostram que a autorização para doação se deu em 1955, a partir da Lei 976 de 10 de dezembro daquele ano. No Plano de Manejo da unidade de conservação destaca-se que:

> Em 1955, pela Lei nº 976, o Governo do Estado do Espírito Santo doou ao Governo Federal a Reserva Florestal de Barra Seca, situada a oeste da estrada de rodagem Vitória - São Mateus (atualmente ES-358). Através do Decreto nº 2.057, de 16/01/1963, a União autorizou a aceitação da área doada, de 10.200 ha, cuja escritura foi passada em 15/06/1965, legalizando a posse e domínio sobre a Reserva (PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA DE SOORETAMA, 1981, p. 10).

A informação da autorização da doação aparece também na mensagem oficial do Governador à Assembleia Legislativa do ano de 1957, onde há a menção de doação de todas as áreas protegidas criadas até então – em 1948 foram criadas outras 7 unidades, no primeiro Governo de Carlos Lindenberg.

Vemos no trecho do Plano de Manejo que o processo de doação e aceitação por parte do Governo Federal demorou mais de 10 anos. E nesse meio tempo o contexto interpôs novos elementos de análise, pois no ano de 1954 foi inaugurada a ponte de Linhares sobre o Rio Doce. A rodovia Vitória - São Mateus que antes era limite de duas áreas de preservação com a fusão se tornara uma via de passagem constante e movimentada no interior de uma reserva biológica de proteção integral. Além do risco – que rapidamente passaria do plano das possibilidades aos fatos concretos – de acidentes envolvendo o fluxo genético selvagem, a rodovia passou a estar em situação irregular do ponto de vista legal, principalmente após o ano de 1965 com o 2º Código Florestal, dado o caráter de proteção integral daquela unidade.

Este alerta foi feito em 1981, quando da publicação do plano de manejo da unidade. Em relação à BR 101:

> Construída na década de 60 (neste trecho) atravessa uma área que, já à época de sua construção, era considerada protegida pelo Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15/09/1965) não sendo permitido então, pela lei, tal construção. Por não terem sido conseguidos, até o momento, os documentos relativos ao fato, não foi possível fazer um levantamento histórico sobre a obra e suas implicações (PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA DE SOORETAMA, 1981, p. 10).

O trecho norte da BR 101, que corta a área de proteção em Sooretama foi inaugurada em 04 de julho de 1973[5] – após o 2º Código Florestal e após a criação do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal - IBDF. Apesar da estrada aparecer em todos os estudos, desde o elaborado em 1943 por Álvaro Aguirre, a institucionalização de uma rodovia federal certamente feriu o Código Florestal de 1965. Mas devemos levar em consideração também o contexto político de fins da década de 1960 e da década de 1970. Em outra pesquisa já apontamos a relação entre a agenda pública e os níveis de conflito e destacamos a situação sui generis do Brasil nesse período, onde as agendas sociais giravam em torno das liberdades políticas, não cedendo espaço à outras agendas como a

[5] "A conclusão da BR-101/Norte completando a ligação pavimentada, desde a divisa com o Estado da Bahia até a divisa com o Estado do Rio de Janeiro, ocorreu em 4 de julho de 1973". Cf. SARTÓRIO, Élvio Antônio. **A trilha sagrada** - v. 2: anatomia histórica das rodovias. Vitória: Ed. do Autor, 2007, 100.

ambiental (SANTOS, 2012). Fato é que essa irregularidade havia se perdido na história local. Esperamos aqui ressuscitar essas letras e fontes...

Mas o maior conflito de interesses em torno da fusão das unidades ainda se manifestaria. No ano de 1968 o Governo do Estado do Espírito Santo solicitou a revogação da doação da Reserva Florestal de Barra Seca, claramente para beneficiar interesses da então Companhia Vale do Rio Doce S.A. Recorrendo à tese de doutorado de Marta Zorzal e Silva (2004), que se dedicou ao estudo da Companhia entendida no contexto do modelo de desenvolvimento empreendido no Brasil, encontramos vários elementos que nos permitem, em associação ao Código Florestal de 1965, o entendimento da postura do Governo do Espírito Santo.

Segundo Silva (2004) entre 1942 e 1945 os esforços de investimento da Vale do Rio Doce centraram-se na expansão da via férrea para o transporte de minério. Assim, "significava ampliar seu percurso para chegar até as minas, fazer amplas remodelações no trecho existente" (SILVA, 2004, 145). Associada à estratégia de ampliação da linha férrea, onde a madeira tinha a apropriação de dormentes como principal produto, o Código Florestal de 1965 designava que:

> Art. 21. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento (LEI 4.771/1965).

Este artigo teve uma relação direta com um dos pilares do modelo de desenvolvimento aplicado no Espírito Santo, à base da implantação de grandes plantas industriais de siderurgia e de celulose, implantadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980. A Companhia já havia adquirido do Governo do Estado e implantado uma reserva de madeiras no início da década de 1950: uma área contígua ao sul do Refúgio de Vida Silvestre, já servia de estoque de madeira para produção de dormentes. Dada a proximidade com a Reserva Florestal de Barra Seca esta seria um incremento nesse estoque, além de atender o Artigo 21 da Lei 4.771/1965.

Segundo consta no Plano de Manejo da Reserva Biológica de Sooretama a disputa entre Governo do Estado e Governo Federal, tendo como parte interessada a Vale do Rio Doce durou cerca de 3 anos.

> O processo se desenrolou até 1970, quando o então assessor jurídico do IBDF encarregado do assunto, Hélio Figueiredo Cordovil, emitiu o seu parecer, encaminhando à Chefia para solução. O Dr. Alceo Magnanini, à época diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza, atual Departamento

> de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF citado por Cordovil no seu parecer, foi radicalmente contra a revogação. A solução para o caso veio com a Portaria nº 2.015/71 de 04/03/1971, baixada pelo presidente do IBDF à época, João Maurício Nabuco, que incorporou definitivamente a Reserva de Barra Seca à Reserva Biológica de Sooretama, denominação esta, dada pela Portaria 939 de 06/06/1969 (PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA DE SOORETAMA, 1981, p. 10).

A manutenção da posse por parte da União representou uma grande vitória dos interesses ambientais frente à expansão do capital.

Considerações Finais

Segundo Ruschi o Espírito Santo na década de 1940 figurou entre aqueles que saíram na frente na proposição de áreas protegidas, aproveitando as inovações proporcionadas pelo contexto geral de preocupação ambiental crescente e a publicação do Código Florestal de 1934. Assim, destaca estados da Federação que iniciaram a criação de espaços destinados à preservação ambiental:

> São Paulo dá início, com a criação do Parque Estadual de Campos de Jordão, criado pelo Decreto Lei nº 11.908 de 27-3-1941; o Estado do E. Santo, cria a Reserva Florestal e Biológica de Rio Barra Sêca, pelo Decreto Lei nº 12.958 de 30-9-1941; a Bahia cria o Parque Estadual do Monte Pascoal, pelo Decreto Lei nº 12.729 de 19-4-1943; o Estado do E. Santo cria a Reserva Florestal e Biológica, hoje Parque de Refúgio "Sooretama", pelo Decreto Lei nº 14.977 de 21-9-1943; o Estado de Minas Gerais cria o Parque Estadual Rio Doce, pelo Decreto Lei nº 1.119 de 14-7-1944, nos Estados: Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, é criada a Floresta Nacional Araripe-Apodi, pelo Decreto Lei nº 9.226 de 2-5-1946; o Estado do E. Santo, cria pelo Decreto Lei nº 55 de 20-9-1948 as Reservas Florestais e Biológicas de: Rio Itaúnas, Córrego do Veado; Nova Lombardia e Pico da Bandeira (BOLETIM DO MUSEU DE BIOLOGIA PROF. MELLO LEITÃO, Série Proteção à Natureza, n. 2, p. 5).

O Espírito Santo estava no rol dos Estados protagonistas dessa política pública de proteção ambiental. Das reservas federais, Sooretama foi 4ª a ser criada no país e, segundo Ruschi, o ES só ficou atrás do Estado de São Paulo, que criou a unidade de conservação de Campos do Jordão cerca de 6 meses antes da criação de Barra Seca.

Esse protagonismo também é atestado por Maria Tereza Jorge Pádua, que assim respondeu a um questionamento:

> Pergunta: Bem, mas houve uma "safra" de "áreas protegidas" na década de quarenta?

> Maria Tereza Jorge Pádua: Foram as reservas: Barra Seca, Nova Lombardia, Côrrego do Veado, Serra Negra... (URBAN, 1998, p. 215).

Há de se ressaltar no trecho da entrevista acima que das quatro unidades de conservação que vieram à mente da entrevistada, se referindo à década de 1940, 3 estão localizadas no Espírito Santo. Só para salientar, Maria Tereza Jorge Pádua esteve no IBDF desde sua fundação em 1967 e chegou a presidir o IBAMA no ano de 1992.

Entende-se que a política de criação de áreas protegidas, enquanto política pública, surge enquanto o campo ambiental ainda era algo incipiente, fazendo com que a dependência de agentes fosse maior que a atuação de grupos organizados em defesa do meio ambiente. Esses últimos, só apareceriam na década de 1970 no Espírito Santo. Assim, expoentes como Álvaro Aguirre, Augusto Ruschi e Carlos Lindenberg, cada um do seu modo, são figuras centrais para o entendimento do contexto geral, ao exporem uma rede de relacionamentos que foram fundamentais na gênese do que no futuro seriam unidades de conservação[6]. Essas redes de relacionamentos, contudo, não camuflam uma gama de interesses díspares, onde conflitos sociais estão sempre presentes. Apesar de as tomadas de decisão não levavam em conta grandes rodas de debates ou discussões legislativas, o contraditório é elemento constante.

Referências

AGUIRRE, Álvaro Coutinho. **Soóretama:** estudo sobre o Parque de Reserva, refúgio e criação de animais silvestres "Soóretama", no município de Linhares, Estado do Espírito Santo. Edição particular autorizada pela família. Patrocinada por Angelo Arpini Coutinho e Brunório Serafini. Obra originalmente entregue para publicação em setembro de 1947. [S.l.: s.n.], 1992. (integra o setor de coleções especiais da UFES sob o número 502 (815.2) A284s).

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg:** um estadista e seu tempo. Organização, apresentação e notas de Estilaque Ferreira dos Santos e Fernando Antônio de Moraes Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2010 (Coleção Canaã, v. 11).

[6] Em 1976, Ruschi publicou o Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão de número 48, e na ocasião fez questão de ressaltar a importância dessa rede de relações na implementação de áreas protegidas no Espírito Santo: "Em 1948, após dez anos de estudos pelo território espíritosantense, com o levantamento da fauna e flora, em todas as bacias hidrográficas do Estado, sugerimos juntamente com o Prof. Dr. Candido Firmino de Mello Leitão, em audiência especialmente solicitada ao então Governador do Estado, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, a criação das Reservas Biológicas de: Itaúnas, Córrego do Veado (Pinheiros), Barra Seca, Nova Lombardia, Forno Grande, Pedra Azul, Pico da Bandeira, uma vez que já estava implantada a área que constituía o Parque de Refúgio 'Sooretama'" (BOLETIM MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO, n. 48, 1976, 2).

ANDRÉ, Clayton. **Abordagem historiográfica sobre a Reserva Biológica de Duas Bocas - ES (1912-1991).** Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN / Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, 2012. Dissertação de mestrado, 131 fls (Mimeo).

BORGO, Ivan; ROSA, Léa Brígida R. de A.; PACHECO, Renato. **Norte do Espírito Santo:** Ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960). Vitória: Edufes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DANIEL, Sandra. **Augusto Ruschi**. Coordenação de Antônio de Pádua Gurgel. Vitória: Contexto, 2005 (coleção Grandes Nomes do Espírito Santo).

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Usp, 2004.

IPEMA - Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica. **Conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo:** cobertura florestal e unidades de conservação. Vitória: IPEMA, 2005.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **Nas trilhas da política ambiental:** conflitos e agendas. São Paulo: Annablume, 2012.

SILVA, Marta Zorzal e. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004.

URBAN, Teresa. **Saudade do matão:** relembrando a história da conservação da natureza no Brasil**.** Curitiba: Editora da UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.

RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS: CONFLITOS E DESAFIOS NO ESTÁGIO PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO

Melissa Vivacqua Rodrigues
Unifesp

Resumo: As Reservas Extrativistas (Resex) apresentam grande potencialidade para a integração das estratégias de desenvolvimento e conservação ambiental. Porém, o processo de institucionalização da política pública Resex tem trazido novos desafios para a sua gestão. Nesse sentido, este artigo tem o intuito de refletir sobre esse processo de institucionalização, focando sobre os processos de criação de duas Resex Marinho-Costeiras em Santa Catarina. Em que medida é possível integrar os objetivos de conservação ambiental e direitos multiculturais de modo horizontal, sem prejuízos para ambos? Primeiramente, realizo um breve histórico da construção do conceito e da política pública Reserva Extrativista. Em seguida, o texto discorre sobre o arcabouço legal para a criação das Resex. Num segundo momento, as reflexões focam as Resex Marinho-Costeiras. Mostrarei como as prescrições contidas no SNUC acerca do passo-a- passo para a criação das Resex são apropriadas pelos atores sociais locais em dois casos específicos no litoral de Santa Catarina. Muitos conflitos já aparecem no momento pré-implementação das Resex, em que as populações locais re-significam a UC com base em suas vivências cotidianas, formando alianças e se posicionando a partir de seus referenciais sócio-cognitivos.

Palavras-chave: reserva extrativista; pescador artesanal; conflitos sociais.

Abstract: The Extractive Reserves (Resex) has great potential for development strategies and environmental conservation integration. However, the institutionalization process of Resex public policies has brought new challenges for its management. In this sense, this article aims to reflect on this process of institutionalization, focusing on the creation process of two Resex Marine-Coastal in Santa Catarina. But, to what extent it is possible to integrate environmental conservation goals and multicultural rights horizontally, without losses for both? First, I do a brief retrospective of Extractive Reserve public policies concept and construction. Then, I discuss the creation of a legal framework for Resex. Secondly, the reflections are on the Marine-Coastal Resex. I show how the prescriptions contained in SNUG about the step-by-step towards the creation of extractive reserves are appropriated by local stakeholders in two specific cases about Santa Catarina coast. Many conflicts already appear in the pre-implementation time of Resex, where local populations re-signify the UC based on their daily experiences, forming alliances and positioning from their socio-cognitive frameworks.

Keywords: extractive reserve; employed fishermen; social conflicts.

Introdução

As Reservas Extrativistas se destacam em relação às outras unidades de conservação por terem sua gênese no seio dos movimentos sociais da Amazônia na década de 1980. Sendo uma política genuinamente criada para áreas florestais, foi somente em 1992 que o conceito de Resex se consolida e se expande para outros biomas, momento em que foi criada a primeira Resex Marinho-Costeira (Resex Mar), a Reserva Extrativista de Pirajubaé, em Florianópolis, SC. Ela foi criada sob o pano de fundo da Rio 92, juntamente com mais três Resex. A outra Resex Mar criada ainda na década de 1990 foi a Resex de Arraial do Cabo, em 1997, que tem

o seu território demarcado em bioma estritamente marinho (ICMBIO, 2012). As demais Resex Mar foram criadas na primeira década do ano 2000. Atualmente existem 20 Resex Marinho-Costeiras criadas e 56 demandas[1].

Apesar de muitas Resex já disporem de Conselho Gestor, tais conselhos são muito recentes, e enfrentam diversos desafios de implementação (RODRIGUES, 2013). Além disso, não há muitas pesquisas que tragam subsídios para se avaliar os resultados que essas Resex apresentam tanto em termos socioculturais quanto estritamente ambientais (SEIXAS e KALIKOSKI, 2009). Nesse sentido, ainda não dispomos de uma visão mais ampla sobre os processos de criação e implementação das Resex Marinhas existentes, pois de fato são poucos os trabalhos publicados a respeito.

Contudo, os trabalhos existentes evidenciam muitos dos conflitos e desafios existentes nos processos de criação e gestão das Resex Mar. A concessão do direito de apropriação dos territórios marinhos aos pescadores artesanais desafia as estruturas de poder vigentes na zona costeira brasileira. O reconhecimento e a inclusão política dos pescadores artesanais possibilitados pelas Resex Mar é algo inédito em nosso País, onde os pescadores sempre estiveram numa condição de tutela diante da Marinha do Brasil (LOBÃO, 2006) e dos outros órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e conservação dos recursos pesqueiros.

Nesse sentido, este artigo tem o intuito de refletir sobre os atuais desafios da gestão das Resex Marinho-Costeiras, em meio ao contexto de institucionalização desta política pública. O foco do estudo recai sobre a etapa pré-implementação das Resex. As análises realizadas estão ancoradas em observação participante, conversas informais e entrevistas individuais com os pescadores artesanais (60 entrevistas), além de entrevistas com diversas instituições que atuam nos setores da pesca e do meio ambiente.

Primeiramente, realizo um breve histórico da construção do conceito e da política pública Reserva Extrativista. Em seguida, o texto discorre sobre o arcabouço legal para a criação das Resex. Num segundo momento, as reflexões focam dois processos de criação de Resex Marinho-Costeiras localizadas no litoral centro-sul de Santa Catarina. Mostrarei como as prescrições contidas no SNUC acerca do passo-a- passo para a criação das Resex são apropriadas pelos atores sociais locais em dois casos específicos. As propostas aportam em

[1] Informação fornecida pela Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação (DIMAN/ICMBio) por meio de mensagem eletrônica, em 19.11.2012.

territórios construídos historicamente, no qual os diferentes atores sociais mantêm relações pré-estabelecidas, configurando uma complexa teia de conflitos e alianças.

1. A trajetória das Reservas Extrativistas: de movimento social à Unidade de Conservação

A história das reservas extrativistas nos convida a alçar um breve vôo em direção ao contexto sócio-político da Amazônia brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Nessa época, o ciclo de exploração da borracha vivenciava um momento de crise, ocasionando a falência de muitos seringalistas e a venda das terras para pagar as dívidas. A exploração da borracha foi organizada por rígidas relações de exploração do trabalho dos seringueiros, que se encontravam numa situação de submissão aos patrões, donos das terras em que moravam e dos *barracões*. Contudo, no vale do Acre existiam seringueiros que haviam conquistado certa autonomia em relação aos seringalistas. Pelo fato de não se submeterem mais ao jugo dos patrões, podiam acessar livremente o mercado. Contudo, eles tinham que lidar com a constante ameaça de expulsão das posses que viviam há gerações, bem como dos desmatamentos que exterminavam o seu meio de vida (ALEGRETTI, 2002).

É nesse contexto que começa a ganhar vulto um movimento social com características bastante peculiares: o movimento social dos seringueiros. Ele nasce nas lutas pelo direito à terra e pela afirmação de seu modo de vida, ameaçados pela política desenvolvimentista levada adiante pelos sucessivos governos militares. Este modelo de desenvolvimento tinha como um de seus pilares a pecuária extensiva, que além de expulsar os povos da floresta de seus territórios, reduzia a rica biodiversidade das florestas a imensos campos de pastagens (CUNHA, 2001).

Organizados em sindicatos, os seringueiros tiveram Chico Mendes como sua principal liderança. O conjunto de reivindicações dos seringueiros desafiava o modelo de desenvolvimento vigente. Propunha-se à construção de um estilo de desenvolvimento endógeno, capaz de torná-los capazes, como sujeitos, de co-decidir sobre questões importantes relacionadas à manutenção de seu modo de vida. O conceito de desenvolvimento subjacente era inédito naquele contexto, pois aliava a conservação ao desenvolvimento. Eles passaram a exigir um estilo de desenvolvimento adaptado ao contexto social, cultural e ecológico da Amazônia, que promovesse justiça social, qualidade de vida, tecnologias com base no saber local, e conservação dos seus meios de vida, a floresta e seus recursos. Contudo, essas

mudanças desafiavam, sobretudo, as históricas relações de poder envolvendo seringueiros, seringalistas, empresários e o próprio governo (ALEGRETTI, 2002).

Uma das questões mais polêmicas discutidas no I Encontro Nacional dos Seringueiros (ENS), em 1985, foi a Reforma Agrária. Os seringueiros reivindicavam a desapropriação dos seringais nativos e a sua apropriação comunitária, seguindo o mesmo modelo das terras indígenas. Um dos resultados importantes desse Encontro foi a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), um marco na história do movimento social dos seringueiros, pois a partir de então começam a alcançar maior visibilidade no cenário político nacional e internacional. As sinergias existentes entre a luta social dos seringueiros e o interesse do movimento ambientalista na proteção das florestas facilitaram a formação de alianças com diversos organismos internacionais ligados à questão ambiental. Dessa forma, o CNS e o seu pleito pelas Reservas Extrativistas foram inseridos rapidamente em uma ampla rede internacional de informações (ALEGRETTI, 2002, p. 461). Se por um lado, naquela conjuntura o apoio internacional foi fundamental para fortalecer a luta dos seringueiros contra os interesses nacionais ligados ao agronegócio, por outro lado, havia o risco da luta social dos seringueiros ser subsumida pelos interesses estritamente ambientalistas. Como aponta Alegretti (2002, p. 450): "As questões que mobilizavam os seringueiros eram eminentemente sociais, políticas e econômicas. A floresta era o meio de vida daquelas pessoas e não uma categoria abstrata que pudesse representar interesses mais amplos do que os que eles estavam acostumados a defender no dia a dia".

Conforme o conceito de Resex foi ganhando maior nitidez, os debates passaram a se concentrar no formato jurídico correspondente. Como não existia dispositivo legal para a proposta de Reserva Extrativista, inicialmente a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) buscaram enquadrá-la nas modalidades instituídas de áreas protegidas com possibilidades de uso – como a Área de Proteção Ambiental (APA) e a Floresta Nacional (FLONA). Contudo, essas áreas não contemplavam o cerne das propostas dos extrativistas, que era o reconhecimento do direito de apropriação dos seringais e de outros recursos da floresta.

Nesse sentido, os seringueiros sustentaram a proposta das Resex que foi previamente discutida nos diversos encontros, definida como uma política específica de reforma agrária, capaz de reconhecer e respeitar o modo de vida dos povos da floresta. A modalidade de propriedade da terra e a administração da reserva também foram temas de muitas discussões entre os seringueiros e seus interlocutores. Por fim, o CNS decidiu defender a proposta de que

a Resex seria terra da União com usufruto dos seringueiros. Desse modo, delineado o formato jurídico das Resex, o desafio seguinte foi pressionar o governo para tornar a Resex uma realidade concreta (ALEGRETTI, 2002).

Diversas estratégias foram traçadas nesse sentido, desde campanhas e alianças nacionais e internacionais, de modo que movimento dos seringueiros foi ganhando força política. Este cenário de visibilidade internacional do movimento é intensificado com o assassinato de Chico Mendes, em 1988.

Em junho de 1989, as reservas extrativistas foram incorporadas à Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. A primeira Resex criada foi Alto Juruá, em 1990, seguida da Resex Chico Mendes. Paralelamente, os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE) continuavam a ocorrer no âmbito do INCRA. Em 1992 ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92, e a criação e a gestão das Resex passaram a ser realizadas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento das Populações Tradicionais - CNPT, criado no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Nesse mesmo ano foi criada a primeira Resex em ambiente marinho-costeiro, a Resex Marinha de Pirajubaé, em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

A Rio 92 e a conjuntura de redemocratização neoliberal no País geram um contexto propício para o delineamento de programas governamentais e termos de cooperação internacional com a finalidade de proteger as florestas do desmatamento e exploração desenfreada. Desde então, as Resex têm se beneficiado dos recursos advindos do exterior para a sua implementação.

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, em 2000, as Resex não apenas passaram a integrar o grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, mas a incorporar novos significados. Como exemplo, podemos citar o conceito de "população extrativista" – contido inicialmente no decreto 98.897 de janeiro de 1990 e apontado como um marco do movimento dos seringueiros – que passa a ter o significado de "população tradicional". Além disso, o "manejo dos recursos ambientais" não é mais norteado pelos acordos locais definidos a partir dos saberes locais, consolidados pelo Plano de Utilização, mas por meio de um Plano de Manejo elaborado a partir do conhecimento científico, sem um efetivo diálogo entre os saberes e os grupos sociais (LOBÃO, 2006).

Se à primeira vista a estruturação de uma legislação ambiental e também das agências ambientais, a partir da década de 1990, mostraram-se decisivas para a consolidação das reservas extrativistas enquanto uma política pública, um olhar mais aprofundado revela os

riscos inerentes a esse processo. Na medida em que as Resex vão se consolidando cada vez mais como uma política do governo, a criação das mesmas é efetivada visando atender às metas fixadas pelo MMA e seus instrumentos de gestão vão se tornando cada vez mais burocratizados. O número de reservas extrativistas criadas cresceu consideravelmente nas duas últimas décadas, de modo que atualmente existem 59 Resex: 32 na Amazônia, 5 no Cerrado, 2 na Mata Atlântica e 20 no bioma marinho[2].

Como aponta Alegretti (2002, p. 582), um dos aspectos fundamentais da proposta dos seringueiros era que eles queriam criar projetos extrativistas onde houvesse organização prévia das comunidades e não onde o governo pretendesse eliminar focos de tensão. E no processo de institucionalização das Resex estava embutido esse risco. Para os seringueiros essa organização prévia era um requisito fundamental para assegurar o sucesso da Resex após sua criação. A fala de Chico Mendes é elucidativa nesse sentido:

> É um trabalho muito lento, realizado com muita paciência. Nós estamos realizando um trabalho na área de Xapuri, no Vale do Acre, que é um trabalho de 14 anos, a partir de um trabalho educacional que vem se desenvolvendo desde 74 e esse trabalho foi iniciado em cima da propriedade e da questão da derrubada. No momento em que os latifundiários, os novos proprietários da região, tentaram desmatar todas aquelas áreas de seringais, naquele momento se implantavam os Sindicatos e como os seringueiros estavam em total desespero porque não tinham nenhuma orientação, nós nos concentramos naquela área prá fazer um trabalho de organização política, explicando a eles o direito de posse que eles tinham. [...] Depois da proposta da criação da Reserva Extrativista e a partir da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros em 1985, nós começamos a nos concentrar mais naquelas áreas consideradas em conflito, áreas que estão concentradas, áreas que têm o maior número de seringueiros e castanheiros e começamos um trabalho de criação de escolas e postos de saúde naquelas áreas que nós defendemos como áreas prioritárias para a implantação das primeiras Reservas Extrativistas na região. Nós selecionamos vários seringais no município e todos estão concentrados nessa região, porém dentro destas 23 áreas aproximadamente, nós temos aquelas consideradas, que solicitamos em caráter de urgência, onde o conflito está mais presente, que são áreas onde os seringueiros estão organizados, já tem escola, posto de saúde e tem uma idéia do que é a Reserva Extrativista. Então nosso objetivo é fazer com que dêem certo as primeiras Reservas Extrativistas. O nosso medo é que se implante uma reserva em uma área onde não existe um mínimo de organização e não dê certo e isso seria um ponto muito negativo para o nosso trabalho com os seringueiros" (Fala de Chico Mendes no Seminário "O Desenvolvimento da Amazônia e a Questão Ambiental", realizado entre 3 e 7 de fevereiro de 1988 em Rio Branco. *Apud* ALEGRETTI, 2002, p. 638-639).

[2] Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>. Acesso em: 20.06.2012.

Nesse sentido, as Resex deveriam ser prioritariamente criadas em áreas de conflitos intensos onde houvesse uma organização social dos seringueiros. Mas que tipo de organização social seria essa? Como fica o processo de criação das Resex com a sua institucionalização no âmbito do Ministério do Meio Ambiente? É o que discutirei a seguir.

2. Arcabouço legal para a criação de Reservas Extrativistas

No Roteiro para a Criação e Legalização das Reservas Extrativistas[3], no final da década de 1990, o CNPT determina o tipo de organização necessária para se iniciar um processo de criação de Resex: primeiramente, deveria ser providenciado um abaixo assinado dos moradores locais. De acordo com o roteiro, "o pedido supõe um entendimento prévio dos moradores e a compreensão daquilo que estão pedindo", de modo a assegurar o bom andamento de todo o processo subsequente. Outra condição indispensável para a criação das Reservas estipulava que os moradores deveriam estar dispostos a trabalhar em grupo, em forma de associação. "Caso não exista, os moradores devem criar uma associação capaz de representá-los. Todos os moradores devem fortalecer esta Associação e trabalhar para que haja compreensão, harmonia e mútua colaboração entre eles" (CNPT, ca. 1997, *a*).

Estava assim estabelecida a forma de organização necessária à criação das Resex: associações de moradores devidamente registradas. E no estatuto de tais associações deveria estar explícito o compromisso com a "conservação do meio ambiente, pois esta condição é necessária para negociar convênios com as instituições ambientalistas governamentais". O documento ainda ressalta: "Não se deve formar uma associação simplesmente porque é uma condição para criar a reserva. *A associação deve ser o resultado natural da compreensão e da percepção, por parte dos moradores, de que a co-gestão da Reserva exige que eles sejam coesos e organizados* (Grifo meu). É preferível trabalhar no fortalecimento da associação, antes de solicitar a criação da Reserva, cujo futuro depende daquela, tendo em vista que é a associação quem recebe a Concessão de Direito Real de Uso" (CNPT, ca. 1997 *a*).

Para que o processo de associativismo seja impulsionado e consolidado o CNPT esclarece a necessidade de haver boas lideranças para conduzi-lo. Tais lideranças podem ser reconhecidas pelos "frutos que deixam na comunidade, isto é, o bom líder não é aquele que tem o dom da palavra e sim aquele que *arrebanha seguidores* (Grifo meu), ou seja, aquele

[3] Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/c1.htm>. Acesso em: 01.06.2012.

que é aceito e bem quisto pela comunidade" (CNPT, ca. 1997 *a*). Por meio da capacitação e educação ambiental dessas lideranças e dos demais associados, eles se transformariam em "ambientalistas, protetores da unidade de conservação".

São muitas as indagações que suscitam do texto acima. E se nas comunidades não houver "boas lideranças", capazes de arrebanhar seguidores? Como reconhecê-las? Seria mesmo uma característica de uma boa liderança arrebanhar seguidores? Que tipo de comunidade é essa a que se refere o CNPT? Uma comunidade harmônica, homogênea, coesa? E se houver conflitos internos na comunidade, com distintas lideranças representando grupos e interesses antagônicos? Será viável associá-los em uma mesma associação? Nesse caso a criação de uma associação facilitaria a colaboração entre os moradores ou acirraria e cristalizaria os conflitos existentes?

Na mesma época, o CNPT publica ainda um documento que trata da importância da associação de moradores para a proteção da unidade de conservação, no qual lista algumas vantagens do associativismo:

I. A primeira vantagem da organização dos moradores, para proteger melhor as unidades de conservação é que as decisões são legitimadas pela coletividade e como tal, os novos comportamentos não são retardados pelo "controle social";
II. A organização permite ainda que as decisões sobre a conservação dos recursos naturais sejam tomadas de forma democrática, mediante a participação dos interessados;
III. Outra vantagem é que mediante a própria organização dos moradores é mais fácil multiplicar as informações e harmonizar a compreensão das mensagens;
IV. A maior vantagem, entretanto, é o somatório de potencialidades dos comunitários que se torna uma força transformadora (CNPT, ca. 1997 *b*).

Esse trecho do documento merece uma ponderação. No primeiro item, o CNPT explicita um pré-conceito relativo aos modos de vida rurais e suas especificidades socioculturais. O "controle social" exercido por essas comunidades é visto como um elemento conservador, um obstáculo às mudanças dos comportamentos predatórios em direção a práticas conservacionistas. Nesse sentido, é preciso que haja uma "organização social", ou seja, uma associação, que traga valores e práticas sociais democráticas a partir da

participação, facilite uma comunicação transparente, tornando-se uma força transformadora. Faço minhas as reflexões de Lobão (2006, p. 50) referentes a esse trecho do documento:

> É sabido que nem sempre a participação garante a democracia, e muito menos a organização é uma condição necessária e suficiente para a construção de um ambiente democrático. Assim como é uma crença vã acreditar que basta uma associação para que se alcance a harmonia na compreensão de mensagens. Mas o quarto item é o mais interessante: nele a associação é vista como uma força transformadora. Só não antecipa como acontece o processo nem o rumo desta transformação.

Com a promulgação do SNUC em julho de 2000 muda todo o arcabouço legal das UCs. Contudo, as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Resex são especificados somente em 2007, na publicação da Instrução Normativa 03, de 18 de setembro de 2007[4]. Até a publicação desta IN os processos de criação das Resex eram regulamentados pelo decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002).

De acordo com a IN 03, a solicitação da Resex deve ser feita formalmente pela população tradicional ou sua representação (artigo 4), não sendo mais pré-requisito (ao menos explicitamente no texto) a existência de uma associação local formalizada. Essa mudança foi fruto de discussões com lideranças e gestores das Resex, que, com base na experiência de criação e gestão destas, avaliavam de forma negativa a obrigatoriedade da solicitação das Resex ser feita por uma associação[5].

A seguir destaco o artigo 3º da referida Instrução Normativa, no qual constam as diretrizes que devem nortear os processos de criação de Resex:

I. a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental;
II. a transparência do processo de criação e a adequação à realidade local;
III. o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social;
IV. o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

[4] <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/in_icmbio_03_criao_resex_e_rds_pdf_240.pdf>. Acesso em: 28.03.2012.
[5] Contudo, é importante destacar que, necessariamente, a associação deverá ser formada posteriormente para fins da assinatura do CCDRU.

V. a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na criação da Unidade;
VI. a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais; e,
VII. a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais.

Em síntese, as diretrizes para a criação das Resex são delineadas com a finalidade de assegurar a participação ativa das populações tradicionais, de modo que fossem reconhecidos e valorizados os seus saberes e formas de organização social. Com base nessas diretrizes, os processos de criação das Resex devem seguir as seguintes etapas: i) solicitação formal da população tradicional ou sua representação; ii) vistoria técnica do ICMBio para conferir se há população tradicional na área, organizada, e se a área é ecologicamente representativa; iii) mobilização social e realização de estudos técnicos (socioambiental e fundiário); iv) Consultas públicas; v) decreto de criação.

O texto que segue nos dá mais subsídios para refletir sobre questões relativas à organização social, autonomia, participação e comunicação nos processos de criação das Resex:

> Art. 5º A solicitação para a criação de RESEX ou RDS deve indicar, preliminarmente, a área proposta para criação da Unidade e a *população tradicional envolvida* (Grifo meu), suas principais práticas produtivas e os recursos naturais manejados e o *compromisso com o uso sustentável da Unidade* (Grifo meu).
> [...]
>
> Art. 6º A partir do recebimento da solicitação, o Instituto Chico Mendes deve efetuar uma vistoria na área, uma ou mais reuniões com a *população tradicional envolvida* (Grifo meu) e emitir parecer técnico sobre a viabilidade de criação de uma RESEX ou RDS.
>
> Art. 7º O parecer técnico deve considerar:
> I - As características ambientais e o estado de conservação da área;
> II - a *população tradicional* (Grifo meu), relacionado com a mesma e o seu nível de organização comunitária;
> III - a representatividade da demanda no contexto local
> [...]
> VI - os conflitos e ameaças.

Não são poucos os atributos relativos aos técnicos do ICMBio responsáveis pela vistoria: são eles que avaliarão a viabilidade de criação da Resex. Para isto, uma condição fundamental é que esteja claro quem são os sujeitos da ação, ou seja, quem afinal é a tal população tradicional ("envolvida")? Ao que consta na IN, o pedido de criação da Resex deve indicar a população tradicional correspondente. Este conceito é mais do que polêmico, e tem sido discutido por muitos estudiosos (CREADO et al., 2008; MENDES, 2009, 2008; LOBÃO, 2006; CASTRO, et al., 2006). Ao que parece, o Estado prescinde de uma visão harmoniosa do conceito de população tradicional. A "população tradicional envolvida" referida nos artigos é a população tradicional a qual é destinada a política pública Resex, mas como os estudos de caso revelam, o Estado acaba por dialogar e por isto, considerar, somente a população tradicional envolvida diretamente com a proposta, ou seja, aqueles que estão pleiteando a criação da Resex. Vista como um bloco homogêneo, a tal "população tradicional" raramente é observada "por dentro", procurando desvelar os seus interesses, representações sociais e os seus conflitos internos. Desse modo, os conflitos e ameaças são tratados como ameaças externas, ou seja, conflitos entre a população tradicional e outros grupos sociais, que exercem atividades que ameaçam a reprodução do seu modo de vida. Além disso, será possível ao técnico avaliar isonomicamente a representatividade da demanda no contexto local? E o nível de organização comunitária, como é considerado? Estará pautado na concepção de associativismo explicitada pelo CNPT?

Se o parecer técnico for favorável à criação da Resex, o processo administrativo é formalizado. O ICMBio nomeia então um "responsável institucional para coordenar o processo de criação" da Resex, o qual "deve trabalhar de forma articulada com representantes da população tradicional" (ICMBIO, 2007, IN 03, art. 8). Nessa fase do processo são iniciados os diagnósticos socioambiental e fundiário.

> Art. 8º [...] Parágrafo único. Deverá ser elaborado um plano de trabalho onde serão previstos os recursos humanos e financeiros, a logística, o cronograma de execução e as parcerias necessárias para a elaboração dos estudos técnicos necessários para embasar o processo de criação, bem como as estratégias de divulgação das informações e de mobilização da população envolvida.
>
> Art. 9º A divulgação de informações sobre o processo e a mobilização comunitária devem ser realizadas continuamente ao longo de todo o processo de criação da Unidade, por meio de instrumentos e estratégias adaptadas à realidade e à linguagem local.

O artigo 9º enfatiza a necessidade de que os instrumentos e estratégias de comunicação e mobilização comunitária sejam adaptados "à realidade e à linguagem local". Contudo, o texto do parágrafo único do artigo 8º não esclarece se há a participação de representantes da população envolvida no delineamento de tais estratégias, bem como na elaboração do plano de trabalho relativo aos estudos técnicos a serem realizados. A ausência do conhecimento das populações locais nessa etapa do processo impõe riscos e incertezas ao andamento de todo o processo de criação. Como será mostrado adiante, os processos de comunicação, mobilização e participação dos grupos sociais envolvidos nas propostas de criação das Resex Marinhas estão muito aquém do pleito de autonomia e engajamento ativo presente nos movimentos sociais que impulsionaram a gênese do conceito de Resex na Amazônia. Além disso, a "transposição" do modelo de gestão Resex para o bioma marinho impõe novos desafios à criação das Resex, como veremos no texto a seguir.

3. Os processos de criação de Resex Marinho-Costeiras em Santa Catarina e os conflitos subjacentes

O contexto das Resex Mar em processo de criação se apresenta bastante desafiador. Os dois casos revelam a complexidade envolvida nessas iniciativas e o modo como as prescrições formais sobre o passo a passo para a criação das Resex contidas no SNUC são apropriadas pelos diversos atores sociais locais. As propostas aportam em territórios construídos historicamente, no qual os diferentes atores sociais mantêm relações pré-estabelecidas, configurando uma complexa teia de conflitos e alianças.

Os procedimentos formais para a criação da Resex Artesanal do Cabo de Santa Marta e a Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba já foram finalizados, porém, as mesmas ainda não foram decretadas. O território proposto para as Resex é parcialmente sobreposto ao território da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, abrangendo áreas marinha e lagunar (Lagoas de Ibiraquera e Garopaba) dos municípios de Imbituba e Garopaba, e somente área marinha dos municípios de Laguna e Jaguaruna.

Figura 1 - Limites da APA da Baleia Franca e as propostas das Resex



Legenda:
Limites da APA da Baleia Franca
Limite norte-sul aproximado da proposta da Resex do Cabo de Santa Marta
Limite norte-sul aproximado da proposta da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba

3.1 O processo de criação da Resex do Cabo de Santa Marta

A demanda pela criação da Resex do Cabo de Santa Marta, formalizada em 2002, encontrou grande sinergia no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pois naquela época havia um plano estratégico de ampliação do modelo reserva extrativista para outros contextos socioambientais, incluindo a zona costeira. A proposta de criação da Resex do Cabo de Santa Marta foi liderada pela ONG ambientalista Rasgamar, juntamente com a Associação de Pescadores do Farol de Santa Marta (APAFa).

Mesmo finalizado o processo formal para a criação, o tema reserva extrativista permanece presente nas comunidades locais. O conflito começou a ganhar vulto no final do processo para a criação, foi deflagrado durante a audiência pública e se entende até os dias atuais. Aos poucos, foram se cristalizando no interior dessas comunidades dois grupos com posicionamentos antagônicos: os pescadores “a favor” (pescadores do mar da comunidade do Farol de Santa Marta, liderados pela ONG ambientalista Rasgamar) e os pescadores

"contra" (pescadores das lagoas, Comunidades do Camacho, Santa Marta, Cigana e Garopaba do Sul) à criação da Reserva Extrativista. O segundo grupo tem sido liderado pela Pastoral da Pesca, que tem uma atuação no território, principalmente junto a algumas comunidades do entorno das lagoas. Na mesma época do processo de criação da Resex a Pastoral apoiou a criação da União das Associações de Pescadores da Ilha (UAPI), que juntamente com a Colônia de Pescadores de Jaguaruna e a Associação de Pescadores da Barra do Camacho (APEBARCA) lideram o grupo contrário à Resex.

Contudo, apesar de terem o mesmo posicionamento, os discursos destes atores sociais são distintos. Entrevistas realizadas com os representantes da Pastoral da Pesca revelaram que o posicionamento deles não é contrário à política pública Reserva Extrativista, e sim, ao modo como o processo de criação da Resex foi conduzido e às incertezas relativas à criação da Resex na região. Já os presidentes da Colônia de Pescadores de Jaguaruna e da APEBARCA mostram-se explicitamente contra a Resex. Muitos de seus argumentos são compartilhados pelos pescadores locais, o que indica o importante papel que desempenham na disseminação de informações.

As discussões posteriores oriundas do processo da Resex revelaram diferentes compreensões acerca da política pública Resex e posicionamentos antagônicos entre os grupos de pescadores, sobretudo em relação à inclusão ou não das lagoas[6] nos limites da Resex. Esse embate culminou na exclusão das lagoas da proposta da Resex. Os antagonismos podem ser percebidos nas fala do pescador abaixo:

> Quem veio trazer essa proposta aqui pra nós foi o [...][7], que veio com essa reserva extrativista, com a APA da Baleia Franca. Tão proibindo muita coisa, aí nós que somo pescador nós entendemos que essa reserva ia prejudicar nós porque ia acabar com a nossa lagoa (Informação verbal)[8].
>
> Essa reserva pra nós é não, pra nós é não, porque nós já tamo cheio de reserva, e aonde tem reserva só tem complicação (Informação verbal)[9].

Essas vozes nos revelam o desconhecimento sobre a política pública Resex e as visões negativas sobre os atores sociais envolvidos nas estratégias de "ecologização" do território, sobretudo a APABF e a ONG ambientalista Rasgamar. As ações coletivas dos

[6] Essas lagoas estão associadas ao sistema de drenagem da vertente atlântica, situado na bacia hidrográfica do rio Tubarão, que na sua foz se encontra com as águas do complexo lagunar.
[7] Nome do Presidente da ONG Rasgamar.
[8] Pescador da comunidade da Cigana, em Laguna.
[9] Pescador da comunidade de Arroio Corrente, em Jaguaruna. Entrevista realizada em 15.09.2011.

pescadores artesanais da localidade do Farol de Santa Marta, que reivindicaram a Resex, têm sido fortemente influenciadas pela liderança que preside a ONG Rasgamar, ao que parece, carente de legitimidade junto às demais comunidades pesqueiras sediadas na região, principalmente os pescadores das lagoas. Além disso, muitos pescadores conhecem os conflitos relacionados à atividade pesqueira no interior de UCs, como, por exemplo, no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Rio Grande do Sul, município de Mostarda, e na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, em Santa Catarina (VIVACQUA, 2003).

3.2 O processo de criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba

Foi no Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, criado no ano de 2000, que nasceu a ideia de se criar uma Resex da Pesca Artesanal na região. As interações interinstitucionais transescalares neste Fórum possibilitaram o contato dos pescadores artesanais com a temática das unidades de conservação, que, segundo Adriano (2011) estava presente nas discussões do Fórum desde 2003.

As reservas extrativistas foram constantemente discutidas e aprofundadas durante os encontros do Grupo de Trabalho da Pesca no ano de 2005, quando o Fórum e a Associação de Pescadores da Comunidade de Ibiraquera – criada no âmbito do Fórum em 2005 – solicitaram a Resex formalmente ao CNPT/IBAMA. O GT Pesca transformou-se então em GT Resex, que em reuniões semanais ou quinzenais passou a ter a Resex como um dos principais temas a serem discutidos. O contato de algumas lideranças e pescadores da região de Ibiraquera com pescadores que estavam reivindicando a criação da Resex do Cabo de Santa Marta foi também um grande motivador para os pescadores se engajarem na luta para reivindicar uma Resex.

O GT Resex foi o principal espaço de diálogo, mobilização e articulação para a criação da Resex. Contudo, o GT Resex foi o espaço criado pelos pescadores e lideranças que reivindicaram e apoiaram a Resex, e estava intimamente relacionado com a ASPECI e o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, alvo de uma visão negativa estereotipada por boa parte das comunidades locais. As colônias de pescadores, as prefeituras e grande parte da comunidade local permaneceram praticamente ausentes desses espaços.

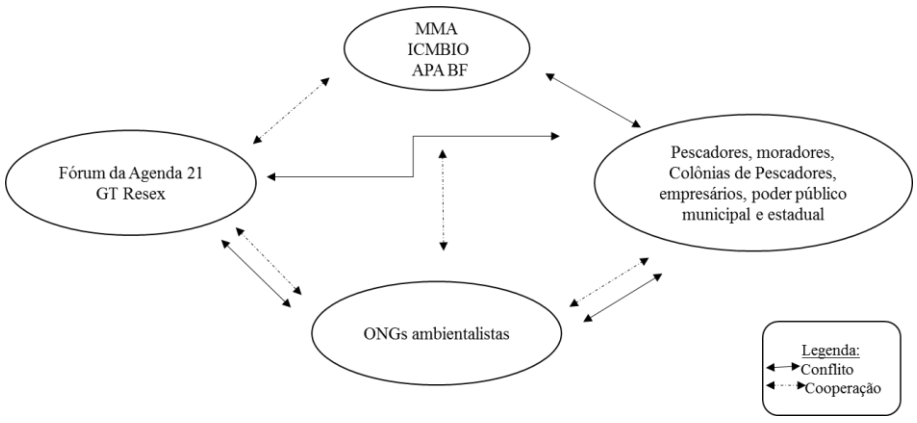
Nesse sentido, para se compreender os impasses enfrentados no processo de criação desta Resex, faz-se necessário situar este grupo no interior das comunidades. Qual a representatividade dos mestres e patrões de pesca participantes do GT Resex? Sem dúvida, havia no GT Resex a

presença de importantes mestres e patrões de pesca, detentores de um respeitável saber e prestígio junto aos pescadores. Contudo, o que de fato representa a ASPECI no território mais amplo da proposta da Resex? Como os diferentes pescadores se posicionavam em relação à Resex, quais argumentos mobilizavam e quais conhecimentos compartilhavam?

O Estado, representado pelos técnicos do ICMBio, ao dialogar somente com o grupo envolvido no GT Resex, acaba por interferir no convívio comunitário. As relações baseadas na família, por exemplo, parecem ter sido menosprezadas durante todo o processo, já que se privilegiou e se empoderou praticamente uma única família tradicional, sem conhecer as relações interfamiliares e intercomunitárias na região. Os únicos espaços coletivos em que o Estado dialogou com os outros pescadores e grupos sociais foram as oitivas nos ranchos de pescadores e as audiências públicas, estas últimas verdadeiros "campos de batalha".

A capacidade limitada do Estado em dialogar com todos os grupos sociais envolvidos mostrou-se um grande indutor da polarização dos conflitos previamente existentes, além de suscitar também novos conflitos. Ao privilegiar o diálogo com o grupo social que demanda a Resex, homogeneizando categorias como "população tradicional" e "comunidade", o Estado, representado pelos funcionários do ICMBio e MMA, acaba por "desempoderar" os outros grupos sociais integrantes destas categorias. Com a intensificação desses antagonismos, os grupos sociais passaram a se cristalizar, e o conflito atua como uma força centrípeta, garantindo a unidade de cada grupo social (SIMMEL, 1983). Sem encontrar espaços de negociação e mediadores legítimos, as propostas de Resex se fragilizam, pois passam a ser alvo de intensa oposição por parte dos pescadores artesanais locais.

Figura 2 - Síntese das relações de conflito e sinergia no processo para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba



Como explicitado acima, entre os posicionamentos favoráveis e contrários em relação à Resex, que delimitaram nitidamente dois grupos antagônicos, pode-se identificar um grupo de ambientalistas, liderado pelo representante da Fundação Gaia Village[10], proprietário de uma das maiores propriedades da região de Garopaba – onde funciona o Projeto Ambiental Gaia Village –, que apoiado por diversas ONGs ambientalistas, se posicionou a favor da Resex desde que houvesse ajustes na proposta. A principal demanda era relativa à retirada das áreas de marinha dos limites da Resex. Esse grupo de ambientalistas formou uma coalizão pouco "visível" durante o processo, porém, com grande poder de barganha.

Diversas declarações de apoio às ações do Projeto advindas de ONGs nacionais e internacionais referendaram o mesmo como um exemplo de excelência na preservação e recuperação ambiental. Além disso, no cenário local, o projeto Baleia Franca e o Instituto Sea Shepherd Brasil foram parceiros-chave nesse pleito.

Focando sobre a sustentabilidade de suas ações, os representantes do Gaia Village mantém velado o conflito territorial existente com os pescadores pela apropriação da área de marinha sob sua concessão[11].

A proposta do Gaia mostrou-se, assim, extremamente aglutinadora, pois mobilizava não somente ambientalistas, mas também o setor empresarial ligado ao turismo e à especulação imobiliária, grandes interessados na exclusão das áreas de marinha. Diante dessa poderosa coalizão, não causa estranhamento que a proposta da Resex tenha sido encaminhada sem a área de marinha.

Com a finalização do processo de mobilização local, o cenário de negociação se transpõe para o nível federal, e as fortes alianças locais e os intensos conflitos aos poucos se dispersam.

***

Os processos das duas Resex permanecem bloqueados pelas pressões políticas do governo do Estado. Enquanto isso, para os pescadores a Resex, mesmo antes de sua criação, se aproxima cada vez mais do que Lobão (2006, p. 1) denominou de política do ressentimento,

[10] Criada em 1987, pelo ambientalista José Lutzenberger, a Fundação Gaia, com sede em Porto Alegre, é mentora do projeto ambiental Gaia Village, desenvolvido em uma fazenda na cidade de Garopaba, a qual é propriedade de dois irmãos da família Werlang – também integrantes da Fundação Gaia – e de sua empresa G.A. Werlang – Gestão e Ambiente Ltda. O projeto "ambiciona criar um exemplo de assentamento humano sustentável, ambiente amigável para a interação entre a espécie humana e o todo – o Sistema Vivo – Gaia". Disponível em <http://www.gaia.org.br/>. Acesso em 05.10.2012.

[11] De acordo com Rosar (2007, p. 48), existe "uma disputa de terra envolvida nessa situação, que já foi levada e decidida pelo Poder Judiciário em favor da família Werlang".

"uma vez que os grupos locais envolvidos com a política vêem-se alvos de atos de desconsideração de várias ordens".

Diante disso, para o expressivo grupo de pescadores contrários à Resex, a mesma viria a se constituir em um espaço do "outro", do Estado, gerido pelos interesses das agências ambientais e seus parceiros locais. A pesquisa revelou que para os pescadores contrários à criação das Resex, a mesma é percebida como uma proposta vinda "de fora", com interesse na preservação ambiental e na manutenção de um modo de vida que já foi ressignificado, implicando em regras restritivas ao uso do território impostas pelos órgãos ambientais – representado aqui principalmente pela APA BF.

Como mencionado acima, as experiências negativas que esses pescadores têm vivenciado em outras unidades de conservação possuem um papel fundamental para se compreender os posicionamentos contrários às Resex. Além disso, nos dois contextos os pescadores atribuem à APA BF, representante local do ICMBio, o papel de protagonista no processo para a criação das Resex. Criar a Resex significa assim "entregar" a gestão do território à APA BF e seus parceiros locais envolvidos diretamente no pleito pelas Resex – seja a ASPECI e o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, no caso da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, ou a ONG ambientalista Rasgamar, no caso da Resex do Cabo de Santa Marta.

Considerações Finais

Procurei mostrar como as Resex, ao longo de sua trajetória, vêm se institucionalizando e se transformando gradualmente em uma política do governo. As prescrições formais contidas no SNUC, que procuram assegurar os mecanismos para a participação e o protagonismo da "população tradicional" durante o estágio pré-implementação das Resex mostraram-se aquém do desafio proposto. A relação de hierarquia entre conservação da biodiversidade e direito multicultural, com privilégio à primeira, elucida as limitações do Estado, representado pelo MMA e suas autarquias, em lidar com a complexidade embutida na problemática socioambiental. Impulsionado pelo interesse de conservar a biodiversidade a partir da criação de UCs, o Estado "empodera" uma parcela da população tradicional que, ao pleitear a Resex, demonstra interesses alinhados com os princípios da sustentabilidade. Desconhecendo os "outros" e as relações socioculturais entre os grupos locais, o diálogo dos representantes das agências ambientais ocorre

exclusivamente com os representantes dos pescadores locais que estão demandando a Resex, através de suas respectivas associações. A própria criação das associações visa, de alguma forma, dar legitimidade às demandas dos pescadores diante do Estado burocrático, que vê nas associações formalizadas uma demonstração de organização social dos pescadores. O desinteresse ou a incapacidade do Estado e seus parceiros locais em dialogar com os outros grupos de pescadores, também futuros beneficiários das Resex, mostrou-se um elemento fundamental para se compreender os antagonismos locais que rapidamente se instalam no estágio pré-implementação das Resex. Nesse sentido, os processos para a criação das Resex foram pouco capazes de gerar informações, conhecimentos, percepções e atitudes compartilhadas entre os pescadores artesanais.

Os conflitos relativos aos processos de criação das Resex estudadas não encontrarão um desfecho com a criação da Resex e sua implementação. Não seria esse, pura e simplesmente, o ganho dos pescadores artesanais. Os padrões de interação e as estruturas de poder existentes tendem a se reproduzir nos conselhos gestores, na elaboração e implementação dos planos de manejo e no CCDRU. Indo ao encontro das reflexões suscitadas neste artigo, Spínola (2011, p. 187), referindo-se à gestão da Resex de Pirajubaé, identifica alguns obstáculos a serem enfrentados no sentido da inclusão, igualdade e pluralidade das decisões no CD. Segundo a autora, a prioridade na conservação da natureza diante dos outros objetivos socioculturais da UC "acaba por condicionar um maior controle da agência ambiental ICMBio e uma grande dependência do conhecimento tecnocientífico na tomada de decisões da RESEX". Nesse sentido, as Resex apresentam poucas chances de cumprir o seu duplo objetivo: a conservação da biodiversidade e do modo de vida das populações tradicionais.

Em última instância, a construção de um outro estilo de desenvolvimento, que busque garantir para as gerações futuras os direitos relativos ao acesso e uso dos recursos naturais, deve ser um processo efetivo de compartilhamento de direitos e responsabilidades, com base no respeito às diferenças socioculturais, de modo a evitar que em nome das gerações futuras se extermine as culturas e os modos de vida existentes no presente.

Referências

ADRIANO, J. **Rumo ao ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense**: estudo de caso sobre a experiência do Fórum da agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera. 236f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2011.

ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais**: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. 811f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável - Gestão e Política Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília, 2002.

BRASIL**. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

_____. **Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC.

_____. **Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CNPT. ca. 1997*a*. **Roteiro para a criação e legalização de Reservas Extrativistas**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/c1.htm>. Acesso em: 10.05.2011.

_____.ca. 1997*b*. **Associação de Moradores para Proteger as Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/protege.htm. Acesso em: 10.05.2011.

CASTRO, de F. et al. Use and Misuse of the concepts of traditional and property rights in the conservation of natural resources in the Atlantic Forest (Brazil). **Ambiente e Sociedade**. v. IX, n. 1, jan./jun. 2006, p. 23-39.

CREADO, E. S.J. et al. . Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente e Sociedade**, v. XI, n. 2, p. 255-271. Campinas, jul.-dez. 2008.

CUNHA, L. H. O. **Reservas Extrativistas:** uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. São Paulo, NUAPUB-USP, 2001.

ICMBIO. **Instrução Normativa 03, de 18 de setembro de 2007**. Regulamenta o processo de criação de Resex e RDS. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/in_icmbio_03_criao_resex_e_rds_pdf_240.pdf>. Acesso em: 28.05.2012.

LOBÃO, R. J. da S. **Reservas Extrativistas Marinhas:** uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2000.

LOBÃO, R. J. da S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Antropologia Social, UNB, Brasília, 2006.

MENDES, A.B.V. **Conservação ambiental e direitos multiculturais**: reflexões sobre justiça. Tese (Doutorado Ambiente & Sociedade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2009.

RODRIGUES, H. de C.L. **Relatório do Diagnóstico do histórico de formação e funcionamento dos Conselhos Deliberativos das 22 RESEX vinculadas ao Projeto PNUD BRA/08/002** - Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira. Edital PNUD/ICMBio n. 135795, contrato 2011/000378, 2013.

SEIXAS, C.S.; KALIKOSKI, D.C. Gestão participativa da pesca no Brasil: levantamento das iniciativas e documentação dos processos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 119-139, Editora UFPR, jul./dez. 2009.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: FILHO, E.de M. (org.). **Georg Simmel:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

VIVACQUA, M. **Conflitos socioambientais no litoral de Santa Catarina**: o caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RESTRIÇÕES EM ZONAS DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ASPECTOS LEGAIS

Mírian Lacerda de Brito
Mestranda em Geografia pela UFES

Resumo: A análise em tela procura abordar as restrições definidas pela legislação federal ambiental brasileira ao uso e ocupação das zonas de amortecimento das unidades de conservação, buscando compreender de que forma o ordenamento jurídico compatibiliza a emergência de ocupação humana frente à necessidade de preservação ambiental. Apresentou-se a problemática que envolve a fixação das zonas de amortecimento em unidades de conservação em áreas urbanas, linhas gerais a respeito dos espaços especialmente protegidos brasileiros, a ideia de sua concepção e principais políticas públicas institucionalizadas. Ressaltou-se a importância de instituir formas eficazes de criação, planejamento e gestão das unidades de conservação com efetiva participação popular, de modo a possibilitar um quadro de vida futuro para às populações residentes, como uma nova perspectiva de integrar as lutas ambientais e sociais e no qual seja constituída uma dimensão que almeje uma possível justiça ambiental.

Palavras-chave: Justiça Ambiental; unidades de conservação; uso e ocupação do solo.

Abstract: The screen analisys seeks to address the constraints defined by Brazilian Environmental Law to the use and occupation of the buffer zones of protected areas, trying to understand how the legal system reconciles the emergence of human occupation in the face of the environmental preservation need. We presented problems involving the establishment of buffer zones in protected areas located in urban areas, speaking particularly about the Brazilian protected areas, the idea of conception and main institutionalized public policies. We stressed the importance of establishing effective creation forms, planning and management of protected areas with effective popular participation, to enable a future living environment for the resident populations, as a new perspective to integrate environmental and social struggles and in which a dimension that aims a possible environmental justice has been lodged.

Keywords: Environmental Justice; protected areas, use and land use.

Introdução

Percebe-se, atualmente, a emergência em promover a discussão ambiental frente ao planejamento e gestão das cidades, visando articular as condições ambientais e as condições sociais inerentes aos espaços urbanos. O processo de urbanização intenso e crescente impõe profundas modificações nas características naturais do espaço geográfico, tais como, a remoção da cobertura vegetal original, impermeabilização de áreas extensas e canalização de rios.

Ao longo dos últimos anos, a maior parte da população passou a viver em cidades, o que vem acelerando o ritmo e as pressões sobre o ambiente e seus recursos naturais, acarretando processos de fragmentação florestal, tanto em baixadas como em encostas, para dar lugar às

novas áreas construídas. Com o crescimento populacional nas áreas urbanas, aumentam as pressões sobre as áreas ambientalmente protegidas para fins habitacionais e de subsistência.

As complexas e inúmeras relações existentes entre população, território e utilização dos recursos naturais, mediadas pela análise das relações de poder entre diferentes atores sociais, é relevante para uma análise do instituto das unidades de conservação, de forma que seja possível uma percepção crítica das formas de políticas públicas e das ações dos movimentos ambientalistas e das populações tradicionais.

Sabe-se que a legislação nacional exerce inegável influência na produção do espaço urbano das cidades brasileiras, afetando diretamente a forma e a ocupação sócio-espacial da cidade. Nesse sentido, o papel do Estado no processo de ocupação e transformação urbana deve ser entendido para além de um problema de controle ou regulação, mas como, em muitos casos, indutor da produção dessa realidade. As contradições entre o papel do Estado e seus instrumentos de atuação denunciam a situação predominante existente na maioria das cidades brasileiras (TIBO, 2011, f. 23).

Segundo Fernandes (2003, p. 46), a pessoa não jurista tende a responsabilizar o sistema político e o mercado de terras como determinantes para a ilegalidade. Contudo, é importante acrescentar outro fator: o próprio sistema jurídico, o qual tem uma visão individualista e excludente da propriedade fundiária e uma forma elitista de organização do sistema. Assim, estar "fora da lei" urbanisticamente no Brasil significaria viver marginalmente, literalmente nas periferias da cidade, ou se em áreas centrais, viver com acesso precário aos serviços e equipamentos urbanos e usufruindo um estatuto da cidadania de segunda classe. Nesse sentido, Maricato (2003, p. 154) é clara ao afirmar que a "ilegalidade é, sem dúvida, um critério que permite a aplicação de conceitos como exclusão, segregação ou até mesmo de apartheid ambiental".

Considerando os diversos atores sociais que atuam no espaço, além dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, pretende-se avaliar o impacto da legislação nacional referente às unidades de conservação no que tange ao uso e ocupação do solo de suas áreas de entorno, aí entendidas as zonas de amortecimento e zonas circundantes.

Com o crescimento populacional nas áreas urbanas, aumentam as pressões sobre as áreas ambientalmente protegidas para fins habitacionais e de subsistência. A questão das populações humanas residentes nas unidades de conservação ou no entorno é um dos grandes desafios das áreas protegidas (BENSUSAN, 2006, p. 73).

Para designar o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais (ACSELRAD, 2009, p. 9).

Para tanto, será realizada uma análise, de acordo com o arcabouço jurídico federal acerca da temática, em especial a Lei federal nº 9.985/2000, o Decreto federal nº 4.340/2002 (BRASIL, 2014) e normas afins, visando algumas ponderações e identificação de peculiaridades quanto à ocupação das áreas de entorno das unidades de conservação.

A presente investigação não tem por pretensão esgotar toda a complexa matéria jurídica que envolve as unidades de conservação, mas sim lançar alguns pontos de reflexão e questionamentos, visando à promoção do debate contemporâneo referente ao assunto, posto que a grande maioria das discussões atuais sobre a temática ambiental recai justamente na mediação de conflitos surgidos pela necessidade da preservação ambiental face à emergência de ocupações e ações humanas.

Em vista do meio ambiente urbano, notadamente um território que importa uma visão interdisciplinar, o meio ambiente natural possui características peculiares. O reconhecimento desta diferença entre os dois tipos de meio ambientes, urbano e natural, e as implicações legais que impactam na sociedade foi a ideia inicial deste trabalho, na tentativa de demonstrar um possível caminho no que tange às intrincadas relações sociais existentes.

A desigualdade social e de poder está na raiz da degradação ambiental: quando os benefícios de uso do meio ambiente estão concentrados em poucas mãos, assim como a capacidade de transferir "custos ambientais" para os mais fracos, o nível geral de "pressão" sobre ele não se reduz. Donde, a proteção do meio ambiente depende do combate à desigualdade ambiental. Não se pode enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social (ACSELRAD, 2009, p. 76).

O desenvolvimento com justiça ambiental requer a combinação de atividades no espaço de modo a que a prosperidade de uns não provenha da expropriação dos demais. Mais do que isso, os propósitos da justiça ambiental não podem admitir que a prosperidade dos ricos de se dê por meio da expropriação dos que já são pobres (ACSELRAD, 2009, p. 77). Ainda segundo Acserald (2009, p. 50), "não há dúvida que o lócus por excelência da evidenciação da injustiça ambiental está exatamente nos contextos intra-urbanos".

1. Criação e Gestão das Unidades de Conservação

No Brasil, para promover a conservação da biodiversidade, existem cinco tipos de áreas protegidas: Unidades de Conservação (UC), Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), Reserva Indígena e Área de Reconhecimento Internacional (MEDEIROS; GARAY, 2006, p. 89).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu art. 225, §1º, III, *in verbis*:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
> [...]
> §1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
> [...]
> III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 2014).

Os espaços territoriais previstos no inciso III são as chamadas unidades de conservação. Elas integram o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. O Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 regulamentou diversos artigos da Lei nº 9.985/00, entretanto, outros aspectos ainda carecem de devida regulamentação.

O SNUC é composto pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, norteando as políticas públicas e dispondo sobre seus instrumentos de planejamento.

As unidades de conservação, de acordo com a Lei nº 9.985/2000, art.2º, I são assim definidas:

> espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisidicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2014).

As unidades de conservação inserem-se no conceito de área protegida, levando-se em conta a sua definição: "área definida geograficamente, que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação" (MACHADO, 2013, p. 973).

A Lei do SNUC dividiu as unidades de conservação em dois grandes grupos, quais sejam, as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável, onde cada grupo possui características específicas e objetivos básicos definidos pela norma.

As seguintes unidades de conservação fazem parte do grupo de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre.

Já as unidades que compõem o grupo de uso sustentável são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Cada categoria de Unidade de Conservação possui objetivos específicos, de modo que a sua criação em determinada categoria pressupõe a existência de requisitos de maior ou menor impacto no local de sua criação, tais como permissão de visitação pública, áreas públicas ou privadas, dentre outros que no momento não possuem pertinência com o presente estudo.

2. Do plano de manejo

O SNUC também estipula que toda unidade de conservação deve possuir um plano de manejo, documento oficial de planejamento da respectiva unidade, a ser elaborado em seus primeiros cinco anos de existência. No entanto, muitas unidades de conservação não possuem plano de manejo e por vezes chegam a existir por mais de décadas sem qualquer documento de planejamento.

O plano é um instrumento norteador das atividades a serem desenvolvidas na respectiva unidade, e é definido na lei da seguinte forma:

> documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 2º, XVII).

O plano de manejo deve abranger a unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos que, eventualmente, façam a conexão entre a unidade e outras áreas naturais, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Naturalmente, os planos de manejo das unidades de conservação de proteção integral devem ser muito distintos daqueles das unidades de uso sustentável. Para elaboração, implantação e implementação do plano de manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. Mas sabe-se, entretanto, que tal participação tornou-se apenas mero cumprimento de uma formalidade legal, onde raramente é dada atenção às reais demandas das populações locais.

A restrição detalhada quanto ao uso do entorno e da zona de amortecimento das Unidades de Conservação dependem dos critérios definidos em seu próprio Plano de Manejo ou de ato normativo próprio que regulamente sua criação.

Segundo Bensusan (2009, p. 21), o maior desafio dos planos de manejo é a necessidade de um planejamento em médio prazo combinado com uma flexibilidade que permita adaptação a circunstâncias que se modificam continuamente. Os planos refletem a maneira de pensar dos gestores das unidades de conservação, ou seja, modelos de gestão excludentes ou inclusivos se traduzem nos documentos de planejamento.

Para as reservas biológicas, estações ecológicas e parques nacionais, unidades de conservação do grupo de proteção integral, o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, produziu um roteiro metodológico, visando orientar a confecção dos planos de manejo (IBAMA, 2002). Segundo esse roteiro, os planos de manejo possuem diversos objetivos, dentre os quais destacamos os seguintes, de acordo com o interesse do presente estudo:

- Estabelecer a diferenciação de intensidade de uso mediante zoneamento, visando à proteção de seus recursos naturais e culturais;
- Estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos, visando a proteção da unidade de conservação
- Promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a unidade de conservação.

Como se vê, o Plano de Manejo é documento de fundamental importância para regulação do zoneamento, o qual deverá ser elaborado e discutido pelos comitês gestores da respectiva unidade de conservação.

3. Das zonas de amortecimento e zonas circundantes

A Lei do SNUC busca estabelecer limites para impedir atividades que coloquem em risco a função ecológica do espaço, sendo que sua vigência não se restringe ao interior das unidades de conservação, mas também exige a definição de sua área de entorno (zonas de amortecimento e áreas circundantes).

Tão importante quanto gerenciar adequadamente as Unidades de Conservação é buscar definir critérios de uso e ocupação monitorando o entorno, de modo a evitar os avanços sobre os limites estabelecidos das áreas protegidas.

A zona de amortecimento foi definida pelo artigo 2º, inciso XVIII da Lei nº 9.985/2000 como sendo "o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

O SNUC prevê, em seu art. 25, que a zona de amortecimento e os corredores ecológicos serão definidos caso a caso, *in verbis*:

> Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.
> § 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.
> § 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente (BRASIL, 2014).

Já as chamadas zonas circundantes estão dispostas no artigo 27, do Decreto federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990: "Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota ficará subordinada às normas editadas pelo Conama".

O CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, detentor de finalidade consultiva e deliberativa, expediu a norma que

regulamentou e operacionalizou a exigência legal acima disposta através da Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010, ato normativo que disciplina sobre a necessidade de autorização do órgão ambiental pela administração da unidade de conservação em caso de licenciamento ambiental de empreendimento na zona de amortecimento da respectiva unidade de conservação.

As zonas de amortecimento possuem como função primordial a proteção do entorno das unidades de conservação, criando uma área protetiva que permite atividades antrópicas, mediante o atendimento de certos pré-requisitos e condicionantes. As zonas de amortecimento visam resguardar o espaço das atividades humanas, prevenindo especialmente, ao chamado efeito de borda.

Sobre o efeito de borda, Joel Leandro de Queiroga e Efraim Rodrigues dissertaram, nos seguintes termos:

> Forman & Godron (1986) definiram o efeito de borda como uma modificação na abundância relativa e na composição de espécies na parte marginal de um fragmento. Segundo Rodrigues (1993) os efeitos de borda são divididos em dois tipos: abióticos ou físicos e os biológicos diretos e indiretos. Os efeitos abióticos envolvem mudanças nos fatores climáticos ambientais, como a umidade, a radiação solar e o vento. Os efeitos biológicos diretos envolvem mudanças na abundância e na distribuição de espécies provocados pelos fatores abióticos nas proximidades das bordas, como por exemplo, o aumento da densidade de plantas devido ao aumento da radiação solar. Os indiretos envolvem mudanças na interação entre as espécies, como predação, parasitismo, herbivoria, competição, dispersão de sementes e polinização (QUEIROGA; RODRIGUES, 2010).

Em suma, entende-se por efeito de borda as modificações físicas, químicas e biológicas observadas no espaço de contato do fragmento de vegetação da unidade com sua área adjacente. Assim, a simples criação de uma unidade de conservação onde as restrições das atividades humanas fossem fixadas apenas dentro dos seus limites legais não seria suficiente para alcançar os objetivos da preservação.

Nessa linha, importa salientar que a zona de amortecimento não integra a área da unidade de conservação respectiva. Dado o fato de não ser parte da unidade de conservação respectiva, a zona de amortecimento fica sujeita a uma espécie de zoneamento obrigatório por força da Lei do SNUC, pela qual certas atividades econômicas são permitidas e regradas.

De igual importância também são as discussões a respeito da validade da área circundante quando da edição da zona de amortecimento pela Lei do SNUC. A existência

dessas duas áreas é fundamental para a proteção das unidades de conservação do acima comentado efeito de borda, de forma a se atingir uma conservação efetiva dos espaços especialmente protegidos.

As zonas de amortecimentos previstas na Lei do SNUC, não substituem as Áreas Circundantes, prevista no artigo 27 do Decreto nº 99.274/90 e regulamentadas pela Resolução CONAMA nº 428/2010. Isso, pois, as zonas de amortecimento poderão se estender além das zonas circundantes, por força do ato de criação da unidade ou do plano de manejo instituído.

Entretanto, é importante ressaltar que a Resolução CONAMA nº 428/2010 diminuiu a área circundante de 10 quilômetros do limite da unidade de conservação previsto pela antiga norma regulamentadora (Resolução CONAMA nº 13/1990), para apenas 3 quilômetros, motivo de grande embate quando de sua elaboração.

A ausência de definição quanto às zonas de amortecimento das unidades de conservação dificulta a determinação de critérios para sua utilização e ocupação, dando margem para diversas irregularidades e ilegalidades.

Importa ressaltar que as zonas de amortecimento das unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Estadual ou Municipal, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre), uma vez definidas formalmente, não podem ser transformadas em zona urbana, de acordo com o art. 49, da Lei nº 9.985/00:

> Art. 49 - A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.
>
> Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana (BRASIL, 2014).

Dada a prerrogativa legal, faz-se necessário considerar o temerário processo que vem ocorrendo pelo país no que toca à definição de zona urbana ou rural nos municípios. Pelo artigo 49 da Lei nº 9.985/2000, quando a zona de amortecimento de uma unidade de conservação de proteção integral for área rural, ela não poderá perder esta característica depois de formalmente definida. Para escapar das restrições de uma zona legalmente reconhecida como rural, os municípios brasileiros vêm declarando toda a extensão territorial como urbana, em afronta à legislação disciplinadora da matéria. Sobre o assunto, assevera Saint-Clair Honorato Santos:

> Assistimos em vários Municípios que, com o intuito de apenas garantir a expansão imobiliária, declaram toda a extensão territorial como zona urbana, ou de expansão urbana, protegendo-se contra a legislação ambiental que limita o seu crescimento, em total desrespeito à legislação vigente, que somente permite a declaração dessas áreas como tal, desde que haja a efetiva expansão urbana do Município. Isto também aconteceu junto aos reservatórios de hidrelétricas. No Município de Curitiba, não existem mais áreas agrícolas, desapareceram, não formam mais um cinturão protetivo para os habitantes da cidade, nem mesmo de preservação da atividade agrícola para os agricultores. Significa dizer que as cidades estão se expandindo horizontalmente sem qualquer disciplinamento do seu território, debilitando a garantia a uma sadia qualidade de vida aos seus habitantes (HONORATO, 2009, p. 94).

Esse desvirtuamento do zoneamento deve ser amplamente discutido, até porque as condicionantes postas às atividades econômicas serão, na maioria das vezes, mais efetivas em áreas rurais do que naquelas já urbanizadas.

Por ter a zona de amortecimento a finalidade de, como o próprio nome indica, amortecer ou mitigar os impactos produzidos pelas atividades externas que sejam incompatíveis com o manejo da unidade, fica clara a importância do conhecimento do uso e da ocupação do entorno do espaço especialmente protegido objetivando sua efetiva proteção.

Considerações Finais

A análise aqui realizada procurou abordar, antes de adentrar no cerne da problemática envolvendo a fixação das zonas de amortecimento em unidades de conservação, linhas gerais a respeito dos espaços especialmente protegidos brasileiros, a ideia de sua concepção e a forma como a gestão é feita. Enfatizou-se o quão imprescindíveis são as zonas de amortecimento para proteção das unidades do chamado efeito de borda, materializando o SNUC no espaço geográfico.

Áreas que deveriam ser conservadas, dada sua fragilidade à ocupação, como as áreas de entorno das Unidades de Conservação, requer medidas eficazes para usos e ocupação, respeitando, especialmente, a população local residente e do entorno.

As complexas questões relacionadas ao meio ambiente não podem, nem devem estar desarticuladas e analisadas fora dos contextos socioeconômicos, políticos e culturais. Dessa forma, para instituir formas eficazes de planejamento e gestão das unidades de conservação,

faz-se necessária a adoção de um modelo de gestão no qual haja interação dos diversos fatores determinantes: urbano, ambiental, social, econômico e cultural.

Perante essa realidade, tornam-se necessárias ações do poder público, visando um planejamento ambiental territorial, articulando as áreas protegidas com as paisagens e o espaço, visando medidas de proteção ambiental aliadas às políticas de uso e ocupação do solo. Ressalta-se, no caso dos ambientes urbanos, a importância da atuação do poder local em relação às normas de uso e de ocupação do solo, exigindo a utilização coordenada de vários instrumentos de planejamento e gestão.

De igual importância são as discussões a respeito da validade da área circundante quando da edição da zona de amortecimento pela Lei do SNUC. A existência dessas duas áreas é fundamental para a proteção das unidades de conservação frente ao efeito de borda, garantindo a conservação efetiva dos espaços especialmente protegidos.

Percebe-se que o enfoque dado por muitos acerca da necessidade de mudança na legislação como forma de melhoria na gestão das unidades de conservação concomitante à possibilidade de uso e ocupação, assertiva a qual não é possível concordar, haja vista que apenas mudanças legais não influem na importante tarefa de execução eficaz de políticas públicas com o referido propósito.

Seria querer muito que, para cada novo avanço da ciência ou demanda social existente, fosse criado um dispositivo legal correspondente, de forma a permitir sua adoção e prática. O conhecimento científico avança muito rapidamente, não cabendo aos operadores do Direito exigir do poder legislativo um diploma legal para cada caso, impedindo sua imediata aplicação na realidade.

O desafio de melhorar a efetividade de gestão das unidades de conservação e, por consequência, de nossa política ambiental, demanda a cooperação entre uma vasta gama de profissionais e é fundamental uma perspectiva de análise multidisciplinar frente aos desafios impostos pela temática urbana e ambiental.

Sabemos que discutir a questão da justiça, e em particular a justiça ambiental nas cidades, visualizando possibilidades de sua realização é desafiador. Mas devemos iniciar outra maneira de organizar a ordem jurídica, uma forma de ordenamento jurídico que se torne um fator de inclusão social dentro de um movimento que almeja alcançar a justiça ambiental nas cidades.

Referências

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 156p.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176p.

BRASIL. **Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal.** 13ª ed. São Paulo: RT, 2014. 1377p.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Unidades de Conservação:** abordagens e características geográficas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 296p.

FERNANDES, Edésio. **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano.** Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 485p.

IBAMA. **Roteiro Metodológico de planejamento:** parque nacional, reserva biológica, estação ecológica. Brasília: IBAMA, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme Machado. **Direito Ambiental Brasileiro.** 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013. 1311p.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados. v. 17, n. 48. São Paulo May/Aug, 2003. p. 151-167. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf> Acesso em: 09.07.2015.

MEDEIROS, R. & GARAY, I. 2006. **Singularidades do sistema de áreas protegidas no Brasil e sua importância para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes.** In: GARAY, Irene Ester Gonzalez; BECKER, Bertha Koiffman. (Org.). Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis, 2006, p. 159-184.

QUEIROGA, Joel Leandro de, RODRIGUES, Efraim. **Efeitos de borda em fragmentos de cerrado em áreas de agricultura do maranhão**. Brasil - Disponível em <http://www2.uel. br/cca/agro/ecologia_da_paisagem/tese/joel_borda.pdf>. Acesso em 04.08.2015

SANTOS, Saint-Clair Honorato. **Direito ambiental:** unidades de conservação, limitações administrativas. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2009, 158p.

TIBO, Geruza Lustosa de Andrade. **A superação da ilegalidade urbana:** O que é legal no espaço urbano? Belo Horizonte, 2011. 236f. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PERIFÉRICAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ: UM OLHAR SOBRE O CONFLITO

Nabila Gonçalves da Matta
Graduanda em Ciências Sociais pela UENF

Ludmila Gonçalves da Matta
Doutora em Sociologia Política pela UENF. Professora do PMPPUGC - UCAM

Resumo: Este trabalho trata-se de um esforço de compreensão e análise de aspectos específicos das políticas públicas de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes, especialmente aquelas voltadas para as favelas e bairros periféricos. O principal objetivo do trabalho é analisar o programa de urbanização *Bairro Legal* nos bairros com presença de favelas. Como estudo de caso, elegemos dois bairros com presença de favelas, contemplado com o programa de urbanização Bairro Legal – Matadouro e Tira Gosto e um bairro, a Favela Margem da Linha, que não foi contemplado com nenhum programa de urbanização, e que pelo contrário, está passando por um processo de remoção dos moradores. Com esse estudo objetivamos estabelecer um diálogo entre os anseios dos atores e as intervenções feitas pelo poder público municipal.

Palavras-chave: políticas públicas; urbanização; interesses econômicos.

Abstract: This work it is an effort of understanding and analysis of specific aspects of public policies urbanization of the city of Campos dos Goytacazes , especially those related to the slums and suburbs. The main objective of this study is to analyze the urbanization program Bairro Legal neighborhoods with the presence of slums. As a case study , we chose two neighborhoods with the presence of slums, awarded the urbanization program Bairro Legal – Slaughterhouse and strip taste and a neighborhood, the Favela Line Edge, which was not awarded any urbanization program, and on the contrary is undergoing a process of removal of the residents. With this study we aimed to establish a dialogue between the desires of the actors and the interventions made by the municipal government.

Keywords: public policy; urbanization; economic interests.

Introdução

Este trabalho trata-se de um esforço de compreensão e análise de aspectos específicos das políticas públicas de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes, especialmente aquelas voltadas para as favelas e bairros periféricos. O principal objetivo do trabalho é analisar o programa de urbanização *Bairro Legal* nos bairros com presença de favelas. Como estudo de caso, elegemos dois bairros com presença de favelas, contemplado com o programa de urbanização Bairro Legal – Matadouro e Tira Gosto e um bairro, a Favela Margem da Linha, que não foi contemplado com nenhum programa de urbanização, e que pelo contrário, está passando por um processo de remoção dos moradores. Para esse trabalho usamos como metodologia um levantamento bibliográfico acerca dos estudos realizados

sobre o tema bem como um levantamento das obras realizadas com o objetivo de estabelecer um diálogo entre os anseios dos atores e as intervenções feitas pelo poder público municipal.

O Município de Campos dos Goytacazes, em razão dos altos valores recebidos de *royalties* do petróleo e participações especiais[1], apresenta alta capacidade de investimento em projetos públicos, que dependendo da forma como forem aplicados podem ser instrumentos para a construção de uma cidade justa, garantindo a todos o direito à cidade.

Assim, propomos analisar a ação do governo local e sua vontade política, ou não, em dirimir ou reduzir as desigualdades sociais expressas nos territórios.

A prefeitura de Campos dos Goytacazes vem implantando políticas de habitação e urbanização através dos Programas *Morar Feliz, Bairro Legal* e *Meu Bairro é Show*. O Programa *Morar Feliz* tem por objetivo garantir a moradia digna para a população que não possui moradia ou que habita áreas de risco. O *Bairro Legal* realiza pavimentação das vias e calçadas, limpeza urbana e paisagismo. Já o programa *Meu Bairro é Show* consiste na recuperação de praças, pavimentação de ruas, padronização de calçadas. Nos primeiros levantamentos da pesquisa, percebemos que, com relação às favelas, a política tem sido preferencialmente de remoção no lugar de urbanização, em particular naquelas situadas em áreas de interesse do mercado imobiliário, impulsionado nos últimos anos pelos *royalties* do petróleo e instalação do Complexo Portuário do Açu. Um exemplo é a área em torno da Avenida Silvio Bastos Tavares (Estrada do Contorno), onde se verificam grandes investimentos como Shopping Center, Hotéis e condomínios residenciais. Assim, a favela Margem da Linha que ocupa a área desde 1954, por ser considerada área de risco, está vivendo um conflituoso processo de remoção ao invés de ser beneficiada por esses programas. Diante do exposto, buscamos identificar se os resultados da política urbana do Município visam atender a todos os cidadãos promovendo o desenvolvimento equilibrado e a cidade justa ou pelo contrário, constituem um padrão insustentável e injusto de desenvolvimento urbano.

1. Aspectos da urbanização em Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes sofre problemas semelhantes aos das metrópoles, expansão e adensamento urbanos acelerados e desordenados, déficit habitacional, favelização, segregação e fragmentação social e espacial.

[1] Participações especiais são taxas adicionais sobre o diferencial de produtividade das áreas mais rentáveis.

Campos dos Goytacazes concentra 58,24% dos habitantes de toda a Região Norte Fluminense, sendo o maior município da região tanto em área 4.040,6 km2, quanto em número de habitantes: 463.731, dos quais 418.725 (90,3%) na zona urbana, dentre estes, 15.777 moram em 27 favelas (IBGE, 2010).

Hoje temos projetos implementados pelo poder municipal como *Bairro Legal* e *Meu Bairro é Show*, visando intervenções urbanísticas nos bairros periféricos e nas favelas.

O *Bairro Legal* é um programa que iniciou na primeira gestão da prefeita Rosinha Garotinho (2009-2012) neste programa todos os bairros que foram contemplados pelo projeto receberam sistema de drenagem e coleta de esgoto sanitário, nova iluminação, construção de calçadas, pavimentação asfáltica e tratamento paisagístico. As obras visam pôr fim aos alagamentos das áreas e garantir saneamento básico e a retificação e pavimentação de todas as ruas do bairro.

Já o programa *Meu Bairro é Show* que iniciou em março/abril de 2012 consiste na recuperação de vias, regularização de paralelos ou asfaltamento de ruas para melhor fluidez do tráfego, mais comodidade aos motoristas e embelezamento do bairro e em alguns casos as calçadas também serão padronizadas com acessibilidade. Segundo as informações do *site* oficial da prefeitura na sua prestação de contas, no início de 2013 mais de 20 bairros teriam sido contemplados com o programa e mais de 100 ruas já teriam sido asfaltadas.

A centralidade desse trabalho é a análise do programa de urbanização *Bairro Legal* nos bairros com presença de favelas. Como estudo de caso, elegemos dois bairros com presença de favelas, contemplado com o programa de urbanização *Bairro Legal* – Matadouro e Tira Gosto e um bairro, a Favela Margem da Linha, que não foi contemplado com nenhum programa de urbanização, e que pelo contrário, está passando por um processo de remoção dos moradores. Usamos como metodologia a realização do inventário das obras realizadas e acompanhamento das ações do poder público em ambos locais.

Para o desenvolvimento de nosso estudo, consideramos que centrar nos aspectos espaciais ou geográficos das desigualdades sociais, pode ser o ponto de partida para iniciar uma justa e equitativa distribuição, no espaço, dos recursos sociais e das oportunidades de usufruir os mesmos. Assim, nos propomos a analisar a ação do poder público municipal e sua vontade política, ou não, em resolver ou reduzir essas desigualdades sociais expressa no território da cidade para alcançar uma cidade justa.

1.1 O Bairro legal na favela Matadouro e Tira Gosto

O *Bairro legal* na favela Matadouro e Tira Gosto, teve suas obras anunciadas no dia 27 de maio de 2011 em um evento realizado no bairro da Lapa onde a então Prefeita Rosinha Garotinho anunciou a chegada do *Bairro Legal* no Bairro Lapa e adjacências, englobando a Avenida São João da Barra, a Riachuelo, e outras ruas. Favorecendo todos os moradores da região, com a construção de toda a infraestrutura que já vem sendo colocada em prática nos demais. A obra, avaliada em cerca de R$ 34 milhões, prevê a drenagem de todo o bairro, com a recuperação da rede de esgoto, com ligação domiciliar de esgoto sanitário, rede de abastecimento de água potável, recuperação do asfalto, execução de obra em todas as calçadas do bairro, com implantação de acessibilidade e implantação do sistema de sinalização vertical e horizontal.

"Na Lapa e nas ruas ali perto, nós vamos investir na completa recuperação. O bairro vai ficar mais bonito, porque vai ganhar obras de urbanismo, vamos plantar árvores, instalar lixeiras, fazer nova sinalização", declarou a Prefeita Rosinha Garotinho em seu discurso.

A última etapa do *Bairro Legal* da Lapa foi entregue no dia 07 de junho de 2013, a obra reestruturou o bairro com obras de saneamento e recuperação de ruas e calçadas, e valorizou os imóveis do bairro. O *Bairro Legal* da Lapa recuperou 19 ruas e beneficiou bairros como o Parque Riachuelo, Matadouro, entre outros. As obras incluíram rebaixamento de solo, instalação de redes de galerias, construção de meio fio, calçadas com acessibilidade, pavimentação, paisagismo e urbanização.

No dia 15 de maio de 2014 a Prefeitura de Campos dos Goytacazes noticiou em seu *site* oficial que o programa já beneficiou mais de 269 ruas em 18 bairros, beneficiando moradores de Donana, Ururaí, Residencial Santo Antônio, Penha, Nova Penha, Parque Eldorado, Jardim Ceasa, Novo Eldorado, Vila Industrial, Jardim Eldorado, Lapa, Matadouro e Parque Riachuelo, Tocaia e Nova Goytacazes.

- Fotos da Favela Matadouro e Tira Gosto antes da Obras de urbanização de 2011.

Figura 1 - Favela Matadouro em 2004.



Arquivo: LEEA.

Figuras 2 e 3 - Favela Matadouro em junho de 2006.





Arquivo: LEEA.

Figura 4 - Fachada do antigo Matadouro em junho de 2006.



Arquivo: LEEA.

- Fotos durante e pós obras.

Figura 5 - Quadra poliesportiva construída na Favela Tira Gosto, maio de 2014.



Arquivo: LEEA.

Figura 6 e 7 - Rua lateral a UENF, 2012 e maio de 2014, durante e após as obras.





Arquivo: site oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes. / Arquivo: LEEA.

Figura 8 - Praça da Favela Tira Gosto revitalizada, maio de 2014.



Arquivo: LEEA.

1.2 A Favela Margem da Linha: à margem dos programas urbanísticos e à beira da remoção

A Favela da Margem da Linha[2] surgiu no município de Campos dos Goytacazes, pelo menos há mais de quarenta anos às margens da linha da antiga Rede Ferroviária Federal, que fazia o trajeto Campos-Rio.

Composta a princípio por trabalhadores do corte de cana, que ao serem demitidos perdiam o benefício de morar nas residências da usina do Queimado. A faixa A favela localizada entre o pasto da usina e a linha ferroviária foi à alternativa para estes trabalhadores e suas famílias. Após, no entorno, no lugar que antes era apenas canavial, o município pavimentou a Rodovia do Contorno para tirar do centro da cidade o trânsito da BR 101 (CORDEIRO *et al*, 2012).

Segundo Pereira *et al* (2014) os moradores relataram que quando fizeram a ocupação a rua era de terra batida onde qualquer chuva produzia muita lama, sem serviços públicos como iluminação e água potável. As casas eram abastecidas com água do poço e muitas famílias buscavam água numa bica.

A Favela é composta, segundo dados do IBGE (2010), por 2196 pessoas, sendo 1112 homens e 1084 mulheres, destes 45,30% são crianças e adolescentes, enquanto 6,01% são idosos. Hoje os moradores, através de organização comunitária, possuem alguns equipamentos básicos, como energia elétrica, água encanada, ruas calçadas ao longo da Av. Antonio Alves Poubel, coleta de lixo três vezes por semana.

Aos poucos os moradores da Favela veem se mobilizando e conquistando gradativamente e de forma lenta algumas melhorias para o bairro, contudo ainda sofre com falta de saneamento básico, moradias precárias, acesso restrito aos serviços escolares, hospitalares e equipamentos de lazer, que são frutos do descaso e da ausência de políticas públicas, dentre outros serviços considerados básicos para se viver dignamente, além da presença significativa e crescente do controle pelo tráfico de drogas, que envolve os moradores da Favela e reforça a vulnerabilidade individual no contexto social.

A Favela Margem da Linha é muito extensa, então, para compreender espacialmente o local usamos a classificação elaborada por Pires (2005) chamando de área A: região que compreende o bairro Parque São Caetano até a Estrada do Contorno; área B: Estrada do Contorno até a Tapera; e área C: Margem da BR 101 até a Usina do Cupim.

[2] Margem da linha ocupa a área descrita desde a década de 1960 (GUIMARAES & PÓVOA, 2005; POHLMANN, 2008).

Atualmente essa área que antes era considerada periférica, vem sofrendo uma serie de investimentos, transformando completamente sua paisagem, usos e significados. Estas transformações compreendem o entorno da Avenida Silvio Tavares onde há presença da Favela Margem da Linha, que, no entanto não foi observado o esforço do Poder Público em inserir a população da Favela ao novo contexto sócio- espacial que se reproduz no local, sendo esta situação contraditória, visto que os moradores da Favela foram os primeiros a se instalarem no local.

Desde o ano 1995, com a construção da Rodoviária/Shopping localizada no entorno da Favela da Margem da Linha, esta vem recebendo constantemente a instalação de empreendimentos e serviços, em sua maioria de origem privada, mas como afirma (SANTOS, 2009, p. 121-122), cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada), em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado. Hoje o Parque Rodoviário como é conhecida a área, que antes era visto como região periférica é hoje definida pelo Plano diretor como Zona de Expansão Urbana.

A região tem recebido empreendimentos direcionados para a classe média e alta, como condomínios residenciais de luxo, hotéis e shopping.

Correa (2007) afirma que:

> O Estado é também o elemento de legitimação de classe dominante, sua atuação enquanto provedor tende, por um lado, a reforçar as áreas residenciais nobres, e por outro, a viabilizar o sucesso de novas implantações produtivas do grande capital através, por exemplo, da criação de distritos industriais. Isto significa que sua atuação não se realiza de forma uniforme no espaço urbano, atuação que se traduziria nos investimentos em água e esgoto, na criação de uma completa infraestrutura (CORRÊA, 2077, p. 82-83).

Empreendimentos na área da Margem da Linha:

- Rodoviária Shopping Estrada (1997);
- Condomínio Vertical Recanto das Palmeiras (1995);
- Condomínio Sonho Dourado (2000);
- Condomínio Nashiville (2007);
- Condomínio Athenas (2008);
- Condomínio Fit Vivai (2011);
- Condomínio Reserva dos Cristais (2013-2014);
- Condomínio Dahma (2013-2014).

Empreendimentos de Negócio:

- Academia Nova Estação (1999);
- Hipermercado Super Bom (2007);
- Walmart (2008);
- Atacadão Saara (2008);
- Makro (2008);
- Inter TV (2009);
- Concessionária Honda (2005);
- Concessionária Fiat (2010);
- Shopping Center Boulevard (2011).

De acordo com Mothé (2011) as transformações espaciais podem se apresentar em decorrência de necessidades do capital, principalmente privado, alguns pontos podem ser aprimorados enquanto outros podem causar ou acentuar manifestações negativas. Para que tais ações se concretizem, o capital privado necessita da parceria do estado em determinadas ações.

A partir disso, observa-se uma participação estatal com maior afinco em áreas pontuais onde se concentram empreendimentos privados, enquanto as áreas carentes sofrem as consequências.

Quando o espaço em que está localizada uma favela se torna alvo para a construção de um empreendimento, desenvolve uma problemática que envolve a população que já mora no local e o empreendimento que será instalado. O local se torna valorizado e, em alguns casos, o custo de vida se eleva.

No contexto da ditadura, na década de 1960, uma política sistemática de erradicação das favelas entrou em vigor, sendo garantida por uma repressão nunca vista antes. A redemocratização afastou o fantasma da remoção, enfraquecendo o tema, mas não o eliminando definitivamente, como afirma Brum (2013, p. 10) “A cada problema na cidade atribuído as favelas, como a violência, o tema da remoção reaparecia, até que, atualmente, os interesses em nome dos “Grandes Eventos”, como Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas de 2016, justifica a volta do tema”.

No Rio de Janeiro tornando as intenções anunciadas em ações práticas, em janeiro de 2010, a Prefeitura anunciou o plano de remover 119 favelas, por estarem em locais de

risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos, entre as favelas estavam a do Horto (Jardim Botânico), a Indiana (Tijuca), a da CCPL (Benfica), a do Metrô (Maracanã), a Vila Autódromo (Barra) e a Vila Taboinhas (Vargem Grande). É o caso também da pequena Matinha, num trecho de floresta atrás do Ciep Ayrton Senna e na vizinhança da Rocinha.

Na Margem da Linha até então, a política do Governo Municipal tem sido a de remoção, justificando tal ação a partir de um laudo da defesa civil municipal que considera a área ocupada pela Favela como área de risco, visto que se localiza bem próxima da BR 101 e da linha de trem.

Segundo Malagodi e Siqueira (2013) em estudos sobre os problemas socioambientais de situações de desastres relacionados a inundações, mais especificamente um estudo de caso sobre o bairro Ururaí em Campos dos Goytacazes e o rio que cerca o bairro, cujo nome também é Ururaí, o que se observa é uma abordagem tecnicista dos desastres, sendo essa ancorada em cartografias de "área de risco" que tendem a naturalizar ações políticas que prejudicam a territorialização de populações de baixa renda, realimentando processos de injustiça ambiental.

Observa-se que a prática de remoção dos moradores de áreas identificadas como de risco pela defesa civil, involuntariamente em muitos casos, promove o que Valencio (2009) chama de desterritorialização, pratica esta aliada ao discurso técnico que busca legitimar tal conceito e mapear tais áreas.

A Prefeitura Municipal pretende remover os moradores para um conjunto habitacional construído pelo programa Morar Feliz, onde o objetivo é beneficiar moradores de áreas de risco, assegurando moradia às famílias social e economicamente vulneráveis, que não têm condições financeiras de adquirir uma casa própria, o programa segue critérios socioeconômicos.

Segundo Brum (2013), a conjuntura democrática tem permitido a organização e mobilização dos moradores de favela em resistirem à remoção, argumentos usados pelas autoridades têm sido refutados por moradores em articulação com outros setores da sociedade.

- Fotos da Favela Margem da Linha

Figura 9 - Estrada que separa a Margem da Linha do condomínio residencial em construção pela construtora MRV, março de 2014.



Arquivo: LEEA.

Figura 10 - Manifestação de moradores na BR 101.



Arquivo: Jornal Folha da Manhã.

Figura 11 - Obra de um hotel sendo construído ao lado da Favela Margem da Linha, maio de 2014.



Arquivo: LEEA.

Figura 12 - Marcação feita pela prefeitura que indica a rua e o número da casa que esses moradores irão morar no conjunto habitacional de Ururaí, maio de 2014.



Arquivo: LEEA.

2. Resultados e Discussão

Podemos dizer que a área onde se localiza a Favela Margem da linha, vem passando por um processo de gentrificação.

O termo é decorrente de um neologismo criado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1963, onde em um artigo ela escrevia sobre as mudanças urbanas em Londres na Inglaterra. Ela se referia ao "aburguesamento" do centro da cidade, usando o termo irônico "gentry", que pode ser traduzido como "bem-nascido", como consequência da ocupação de bairros operários pela classe média londrina.

Na região da Favela Margem da Linha, uma área que foi ocupada por muitos anos pela população pobre e marginalizada, hoje vem sendo ocupada por uma população de classe média e classe média alta. Não tem sido visto esforço do governo local em manter esses moradores no mesmo local, não há até então nenhum programa de política pública de urbanização vigente, que tenha como objetivo levar dignidade aqueles moradores.

Para retirá-los do local a Prefeitura usa de leis como a Lei nº 7.975, de 12 de dezembro de 2007 - DO DIMENSIONAMENTO E PROTEÇÃO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO.

Entretanto, essa legislação é cumprida de acordo com o interesse do governo Municipal, visto que em bairros como Guarus, existem edificações, inclusive edificações do Governo Federal como Instituto Federal Fluminense que se localiza bem próximo tanto da rodovia BR 101, quando da linha férrea.

No Brasil essa política tem sido recorrente, exemplo Vila Autódromo e Metrô-Mangueira no Rio de Janeiro, a favela da Penha na Zona Leste de São Paulo, próximo dali, um empreendimento imobiliário com seis torres de 21 pavimentos cada, sendo a construtora responsável pelos imóveis, a Living, que pagou R$ 2 mil a moradores para deixarem a favela. De acordo com a matéria publicada pelo *site* Vila Favela, a construtora ficou encarregada do pagamento após acordo com a Secretaria de Habitação, a Subprefeitura da Penha e empresários (brasil247, 2014).

A remoção desses moradores de áreas identificadas como de risco pela defesa civil, involuntariamente muitas das vezes, promove, conforme já citamos, a desterritorialização, pratica esta aliada ao discurso técnico que busca legitimar tal conceito e mapear tais áreas. Na Margem da linha, porém, o que constatamos em visita ao local é que a área onde está localizada é bem grande, sendo possível a construção de um conjunto habitacional no mesmo lugar, porém, mais afastada da linha de trem e assim mais seguro, entretanto o terreno na área com a valorização dos últimos anos tem um preço muito além do que a Prefeitura se dispõe a pagar.

Os moradores da Favela da Margem da Linha serão levados para um condomínio residencial do Programa Morar Feliz, bem distante da área onde estão, onde também não há

nenhum serviço público como, creches, escolas, posto de saúde, e também não possui serviços privados como farmácias, supermercados. Há casos que a distância pode ocasionar a perca do trabalho e o capital que investiram em suas residências, contribuindo para a fragmentação da comunidade e aumentando ainda mais a angústia fruto do deslocamento. Visto o que está acontecendo podemos inferir que a remoção não é por conta de inviabilidade de um programa de planejamento urbano da área, hoje habitada e considerada área de risco, e sim para dar espaço aos investimentos imobiliários, liberando áreas valorizadas da "incômoda" vizinhança da favela.

Segundo Corrêa "O espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes" (1999, p. 8), sendo profundamente desigual. Esse campo de lutas é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. Na Favela Matadouro e Tira Gosto podemos observar através dos registros fotográficos que as mudanças foram muitas, porém durante a pesquisa de campo, nos foram relatados alguns problemas que já estão se apresentando, um deles é o entupimento das bocas de lobo, que entra nas casas próximas e também gera um mal cheiro, porem esses e outros levantamento ainda serão realizados em pesquisas posteriores.

Considerações Finais

Na Favela Margem da linha as demandas atuais pela reforma urbana possuem dois componentes básicos: justiça através da garantia de direitos urbanos (acesso a habitação, transporte, educação, saúde, etc.) e a distribuição justa de benefícios através de provisão de infraestrutura, o que não têm sido garantido pelo Governo Municipal.

A forte mobilização que tem envolvido moradores da Favela, com a criação da Associação de Moradores e a construção de uma pauta de reivindicações que passou a ser tratada institucionalmente com integrantes do poder público municipal e outros segmentos aliados a causa, como o Centro Juvenil São Pedro, instituição vinculada ao Colégio Salesiano, que presta assistência social na Favela, e que está em defesa da permanência do maior número possível de moradores, esses movimentos tem conseguido aparentemente, problematizar a ideia remocionista.

No dia 02 de fevereiro de 2014 a prefeitura noticiou em seu *site* oficial que 281 moradores da Favela Margem da Linha apresentaram documentação e confirmaram o

interesse de serem contemplados pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes com uma casa própria no próximo condomínio a ser entregue, no Bairro Ururaí. Entretanto, no dia 24 de fevereiro de 2014 moradores da área da Avenida Silvio Bastos de Tavares, área A e B fecharam a BR 101 em protesto, segundo o Jornal Folha da Manhã os protestantes reclamaram que a comunidade existe há mais de 60 anos e nunca tiveram o apoio do poder municipal e a troca não é bem vista por todos.

Em entrevista para o *Jornal Folha da Manhã* no dia 24/02/2014 a presidente da Associação de Moradores da Comunidade da Margem da Linha, Cristiane Gomes, afirma que "há dois anos tentam negociar com a prefeitura e sem sucesso e que a Prefeitura quer retira-los do local porque a área está mais valorizada com a vinda de hotéis, shopping e outras construções, a prefeitura não quer mais favela aqui".

Foram feitas mais duas manifestações, por parte dos moradores da área C, esses desejam deixar a área, porém, fazem algumas exigências, como a realização de cadastro de todas as casas que estão no mesmo terreno, a reclamação é a de que a Prefeitura só tem cadastrado o terreno, não cadastrando todas as casas existentes nesse terreno, essas informações foram passadas pela líder comunitária Cristiane Gomes e também veiculadas nas mídias locais.

Na Margem da Linha até então, a política do Governo Municipal tem sido de remoção, com a justificativa que a comunidade se localiza em área de risco, porém, como afirmou a líder comunitária é de se questionar que há 60 anos essa área é ocupada e até então não havia iniciativa do Governo Municipal de retirá-los da área, fato este que se inicia somente a partir do momento em que essa área se torna alvo de investimentos privados.

Com relação ao diálogo com os moradores da Margem da Linha, a Prefeitura na figura do Secretário de Família e Assistência Social Geraldo Venâncio, se comprometeu em reunir com moradores que resistem à mudança, isso foi o que Cristiane Gomes informou no dia 15 de maio de 2014 e que 300 moradores, principalmente da área C estão prontos a espera do término das obras em Ururaí para serem transferidos.

Em Audiência Pública realizada no Instituto Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes no mês de Julho, onde as instituições de ensino da cidade estavam presentes, Instituto Federal Fluminense-IFF, Universidade Federal Flumiense-UFF, Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF, através de representantes como professores e alunos, o representante da Prefeitura afirmou que "os moradores que não aceitarem deixar o local, poderão continuar, porém, correm o risco de que o Ministério Público Federal mova uma ação de despejo contra eles".

A Prefeitura está disposta a usar a redução dos serviços públicos como uma maneira de coagir os moradores a abandonar suas casas. A negação de infra-estrutura tem sido utilizada frequentemente para controlar as favelas no Rio de Janeiro antes e depois das remoções, desde o começo das ocupações, e tem ocorrido também na favela Margem da Linha, onde o serviço de reparação, e ligação de novas redes elétricas não está sendo mais realizados.

Esses moradores serão levados para uma região que se localiza a cerca de 9 km de onde eles estão hoje, e além dos problemas de mobilidade, ainda se tem o problema do tráfico e da rivalidade entre as favelas. Em vários conjuntos dos 14 distribuídos na cidade, a população afirma que os locais são "comandados" pelo tráfico, e as pessoas vivem acuadas dentro de casa por medo da violência nas ruas, a Prefeitura ao remover as favelas, não considera a possibilidade dessas serem rivais, esse é um dos medos que acompanham os moradores da Margem da Linha.

Referências

BRUM, Mario. "Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos". **O Social em Questão** - Ano XVI - n. 29 - 2013.

CORDEIRO, Thais Nascimento; OLIVEIRA, Daniela B. Bastos; PEREIRA, Beatriz Mateus; SALES, Thatiana Monteiro; SANTOS, Renato Gonçalves. À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos. Apresentado no **XX Encontro Inspetorial de Inculturação**, 02 de agosto de 2012. Seção Relatórios. Disponível em: <http://inculturacao.salesianos.br/artigo-a-margem-da-linha-exclusao-social-x-defesa-e-garantia-de-direitos-apresentado-pelos-educadores-do-centro-juvenil-sao-pedro/>. Acesso em: 01/09/2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática 1999.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre (coord). **Diagnóstico Socioeconômico e Análise da Produção Histórica da Favela da Margem da Linha**, Campos dos Goytacazes - RJ. Relatório Final apresentado à PROEX – Pró-Reitoria de Extensão – da Universidade Federal Fluminense, como produto final do projeto inscrito no SIGProj sob o n.: 131098.427.123914.01112012. UFF: Campos dos Goytacazes, 2013.

GRAZIA, G. de. **Plano Diretor, Instrumento de Reforma Urbana**. Rio de Janeiro. Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 1990 MARICATO, E. Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis Vozes, 2001.

MALAGODI, Marco A. S.; SIQUEIRA, Antenora M. M. Desastres e remoção em Campos dos Goytacazes/RJ: O caso Ururaí. In: GOMES, Marcos A. S. (org); LEITE, Adriana Filgueiras (org). **Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2013, p. 35-66.

MOTHÉ, Natalia. **Dinâmica sócio-espacial em Zona de expansão urbana**. Os impactos da implantação de novos empreendimentos na área ao entorno da Avenida Silvio Bastos de Tavares em Campos dos Goytacazes, UENF, 2011. 101p. dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais).

PEREIRA, Beatriz Mateus; INÁCIO, Marcelo de Souza; SANTOS, Renato Gonçalves. Artigo: **À Margem da Linha**: da produção do espaço criminalizado ao debate do direito à cidade. Apresentado no II Congresso Nacional Africandade e brasileidade: cultura e territorialidades ocorrido entre os dias 4,5 e 6 de agosto de 2014, UFES-Vitória/ES

PIRES, Beatriz de Oliveira. **Segregação Socio-espacial e qualidade ambiental**. O caso da favela Margem da linha. Monografia. UENF, 2005. 62p. (Bacharelado em Ciências Sociais).

ROLNIK, Raquel. **Projeto da Relatoria Especial do Conselho da ONU para o direito à moradia**. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/?Page-id=46&lang=pt>. Acesso: 30/09/2014.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do Planejamento Urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba e SHIFFER, Sueli (Orgs.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2010. p. 169-243.

FARIA, Teresa. **Políticas públicas e (in)justiça socioespacial nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da organização dos mega-eventos**. Disponível em: <http:// www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4208>. Acesso em: set. 2014.

IMPACTOS DOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MARACANÃ[1]

Nadloyd da Conceição Pinheiro Moraes
Bolsista de Iniciação Científica do CNPq - UEMA.

Resumo: As Unidades de Conservação (UC) são áreas legalmente instituídas pelo Poder Público. No Maranhão, existem 13 Unidades de Conservação legalmente instituídas, o município de São Luis/MA possui cinco UCs, são elas: Parque Estadual do Bacanga, Estação Ecológica do Rangedor, Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó, Área de Proteção Ambiental do Maracanã e a Área de Proteção Ambiental da Lagoa da Jansen. O recorte empírico realizado nesta pesquisa analisará a APA do Maracanã e tem por objetivo identificar os impactos socioambientais decorrentes dos empreendimentos imobiliários instalados na área. Atualmente, a APA passa por intenso processo de urbanização resultante do crescimento populacional em seu interior e no seu entorno, assim, a APA do Maracanã vem sofrendo um agressivo processo de destruição de seus recursos naturais por parte das construtoras imobiliárias que estão construindo condomínios tanto de casas quanto de apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Tal investida tem produzido a poluição dos rios, destruição dos juçarais (cujo fruto é fonte de sustento da população local). Para tanto, esta pesquisa realizou levantamento bibliográfico de artigos, de livros, jornais locais e pesquisa de campo na referida Área de Proteção Ambiental.

Palavras-chave: impactos; empreendimentos imobiliários; Área de Proteção Ambiental do Maracanã.

Abstract: The Conservation Units (UC) are areas legally established by the Government. In Maranhão, there are 13 legally established protected areas, the municipality of San Luis/MA has five UC`s, they are: State of Bacanga Park, Ecological Station of the grating, the Environmental Protection Area of Itapiracó, Environmental Protection Area of Maracanã and the Environmental Protection Area of Lagoa da Jansen. The empirical cut performed this research will examine the APA Maracanã and aims to identify the social and environmental impacts of real estate projects installed in the area. Currently, APA undergoes intensive process resulting urbanization of the population growth inside and its surroundings thus the Maracanã APA has undergone an aggressive process of destroying its natural resources by the real estate developers who are building condominiums both houses as apartments of the *Minha Casa Minha Vida*. Such an attack has produced the pollution of rivers, destruction of juçarais (whose fruit is the source of livelihood of the local population). To this end, this research conducted literature review of articles, books, local newspapers and field research in that the Environmental Protection Area.

Keywords: impacts; real estate developments; Area Environmental Protection of Maracanã.

Introdução

A presente pesquisa apresenta os resultados do plano de trabalho *Impactos imobiliários sobre a área de proteção ambiental do Maracanã* desenvolvido na Iniciação Científica. O referido projeto analisa a atual situação da comunidade do Maracanã a partir das instalações dos grandes empreendimentos imobiliários na região, no sentido de verificar

[1] Este plano de trabalho é desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa, Conflitos Socioespaciais na Região Metropolitana de São Luís: Conflitos de usos das áreas de proteção ambiental, de autoria da Profª Drª Rosirene Martins Lima no Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente.

as mudanças que processo ocasionou em uma área considerada de proteção ambiental. Atualmente, a APA passa por um intenso processo de urbanização resultante do crescimento populacional em seu interior e no seu entorno. Esse crescimento, porém, em geral é desordenado e tem avançado sobre as áreas de proteção ambiental em que legalmente há a possibilidade de construção de moradias e de uso sustentável.

No mundo globalizado em que vivemos em constante crescimento econômico e populacional, que conforme aponta Henrique Leff (2006), provoca impactos sobre os recursos naturais são os bens preciosos de nosso planeta. Há uma relação problemática na forma de utilização desses recursos pelo ser humano, onde, está de forma bem viva o desejo de lucro antes mesmo de sua sobrevivência. A natureza e a sociedade mantêm diversos e diferentes mecanismos de trocas e de interações e as Áreas de Proteção Ambiental existem com o objetivo primordial de conservação de processos naturais e da biodiversidade, orientando o desenvolvimento, adequando às várias atividades humanas às características ambientais da área.

A Área de Proteção Ambiental, de acordo com a Legislação Ambiental brasileira, é aquela destinada à preservação dos recursos ambientais (fauna, flora, solo e recursos hídricos) e pode apenas ter uso sustentável, ou seja, seu acesso, ocupação e exploração devem ser controlados para não prejudicar o ecossistema da área. Porém, cabe aos órgãos governamentais a fiscalização da ocupação e exploração destas áreas. Elas podem compreender tanto paisagens naturais quanto com qualquer tipo de alteração, visando a recuperação e a conservação destas áreas, assegurando as condições ecológicas locais. Como elas podem estar localizadas geograficamente tanto em terras públicas, quanto privadas, surgem como uma alternativa aos altos custos de desapropriação de terras para criação de áreas protegidas no território nacional, tornando-se peça fundamental dentre os instrumentos de proteção ambiental.

Em São Luís existem três Áreas de Proteção Ambiental: APA do Maracanã, APA da Lagoa da Jansen e a APA do Itapiracó. O recorte empírico realizado nesta pesquisa analisará a APA do Maracanã que fica localizada no município de São Luís com área de 1.831 hectares. Engloba as localidades do Maracanã, Vila Maranhão, Vila Sarney, Vila Esperança e Rio Grande.

Figura 1 - Localização da Área de Proteção Ambiental do Maracanã.



Fonte: Google Earth

Ela é uma área que deveria ser protegida e conservada, mas, têm enfrentado tantos problemas de ordem ambiental como, poluição de seu rio, desmatamentos, derrubadas de árvores, para a construção civil, como por exemplo, a derrubada dos seus juçarais. Todos esses problemas ambientais, somados a outros aspectos de cunho socioeconômico, têm impactado seriamente os recursos da APA do Maracanã, o que já se reflete em profundos desequilíbrios ecológicos.

A indústria da construção civil tem um papel fundamental nesse processo de transformação porque torna visíveis as alterações causadas na área devido a tantas construções instaladas em seu interior e em seu entorno. A chegada de grandes empresas de outros estados e a execução de projetos federais, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida que propiciam mecanismos para o crescimento de instalações de empreendimentos na região que de algum modo promove transformações importantes.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os impactos socioambientais decorrentes dos empreendimentos imobiliários instalados na área e das diversas formas de uso da APA. A coleta de dados da pesquisa de campo deu-se através de visitas à APA do Maracanã para se observar os empreendimentos que já se encontram instalados na área e realizar entrevistas com moradores locais para saber no que a área está sendo prejudicada ambientalmente, com a instalação desses empreendimentos.

A coleta de dados ainda consistiu em leitura e sistematização da bibliografia estudada, onde foi possível recorrer a diferentes autores que oferecem distintas concepções sobre a temática a fim de identificar e interpretar informações que estabeleçam vínculo com

a problemática em discussão e comprovar as discussões existentes na bibliografia sobre o assunto, efetuando-se posteriormente comparação dessa literatura com o que foi observado.

Também foram realizadas consultas em fontes secundárias como em jornais e sites que se referem à temática em estudo. Assim, coletamos as informações em campo e acrescentamos com pesquisas desenvolvidas em outras fontes, a análise do sistema legal e especifico que rege a criação das Unidades de Conservação, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e de acordo ainda com a Lei Federal Nº 9.985/00, identificamos os instrumentos que orientam e ordenam a utilização quanto ao uso e ocupação dessas áreas que é o Plano de Manejo e o Zoneamento do Plano de Manejo.

1. Áreas de proteção ambiental

As **Áreas de Proteção Ambiental** enquadradas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável, são definidas pelo artigo 15 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, como "uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos, proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais" (BRASIL, 2000).

As APAs podem compreender tanto paisagens naturais ou com qualquer tipo de alteração, visando recuperação e conservação destas áreas, assegurando as condições ecológicas locais. Como elas podem estar localizadas geograficamente tanto em terras públicas, quanto privadas, surgem como uma alternativa aos altos custos de desapropriação de terras para criação de áreas protegidas no território nacional, tornando-se peça fundamental dentre os instrumentos de proteção ambiental.

Essa Lei também instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que é o conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Categorizada segundo o SNUC como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a categoria Área de Proteção Ambiental, tem como objetivo, compatibilizar a conservação da natureza, disciplinando o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais de forma sustentável, pressupondo-se, assim, o uso direto, que pode envolver o consumo, coleta ou mesmo alteração e modificação desses recursos. A lei nº 9.985 estabelece normas para criação,

implantação e gestão das APAs, assim como de todas as Unidades de Conservação. Sendo esta, considerada "o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

O Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) foi concebido de forma a potencializar o papel das unidades, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representados no território nacional e nas águas jurisdicionais. Ele é gerido pelas três esferas de governo Federal, Estadual e Municipal. Os objetivos específicos desse sistema se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

No SNUC são previstos critérios e normas para criação, implantação e gestão de unidades de conservação que são classificadas segundo dois grupos e 12 categorias distintas, são elas: I - Unidades de Proteção Integral e II - Unidades de Uso sustentável. Nas Unidades de Conservação de Proteção Integral somente é permitido o uso indireto dos recursos naturais; nas de Uso Sustentável admite-se o uso direto, desde que a exploração garanta a perenidade dos recursos naturais renováveis, dos processos ecológicos, da biodiversidade e dos demais atributos ecológicos, e seja socialmente justa e economicamente viável.

Segundo a Lei nº 9.985, cada APA possui instrumentos que orientam quanto aos seus usos, são eles: o Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Esse documento deve ser elaborado num prazo de cinco anos, a contar da data de criação da Unidade, e deve ser aprovado, conforme o caso, em portaria do órgão executor ou em resolução do conselho deliberativo (caso das RESEX e RDS), após prévia aprovação do órgão executor (BRASIL 2000; 2002). E o Zoneamento do Plano de Manejo é a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

2. Área de Proteção Ambiental do Maracanã

A formação do povoado do Maracanã teve início entre 1875 e 1888, fazendo parte anteriormente do Distrito de São Joaquim do Bacanga. O acesso à área era feito apenas através do povoado Furo, atualmente, Vila Maranhão, por um igarapé do rio Bacanga, utilizando canoas. Segundo Lima (2000) as vias de acesso para a capital eram precárias e inviáveis, mas por ter famílias tradicionais morando no povoado, como a família do então governador Magalhães de Almeida, foi construída a primeira estrada de acesso.

O Maracanã assim como outras áreas rurais e peri-urbanas de São Luís ainda está em processo de ocupação. Há residências fixas de pessoas que moram no Maracanã e residências de veraneio ou de descanso das pessoas que vão somente aos fins de semana e que moram no eixo urbano do município. Nessa construção do espaço, a resistência na paisagem urbana local que manteve seu caráter estritamente rural, teve suas primeiras residências construídas de forma rudimentar feitas de palha e de pau-a-pique. Para as pessoas se deslocarem do Maracanã para o centro da cidade era difícil por causa da deficiência no transporte. De características tipicamente rurais, ligadas à produção de alimentos, a comunidade foi adquirindo ao longo do tempo, feições urbanas.

O Maracanã é um bairro da zona rural de São Luís, que se caracteriza pela diversidade de atrativos naturais, culturais e históricos. O bairro apresenta uma exuberante beleza com presença de juçarais e outras espécies nativas. A variedade de bens naturais nela existente é utilizada pelas famílias para o seu sustento, sendo o fruto da juçareira, o principal bem comercializado. Outra fonte de renda e grande atrativo são as trilhas ecológicas, onde são oferecidos passeios nos quais o visitante conhece a cultura e a história do bairro do Maracanã, além de ter um contato direto com a natureza. Possui ricas expressões culturais, como bumba meu boi, manifestações religiosas de origem afro-brasileira, festejos de santos e a tradicional festa da juçara. Junto com os bairros Vila Maranhão, Vila Esperança, Vila Sarney e Rio Grande formam a Área de Proteção Ambiental do Maracanã.

A Área de Proteção Ambiental do Maracanã encontra-se localizada na cidade de São Luís - MA, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) é uma cidade que conta com um contingente populacional de mais de 1.000.000 de habitantes. A localização de São Luís é estratégica, pois está na divisa das regiões Norte e Nordeste, por isso apresenta diversidade natural como mangues, dunas, praias, rios, floresta Amazônica e floresta de Babaçu.

A APA do Maracanã foi criada através do Decreto Estadual 12.103 de Outubro de 1991, pelo Governo do Maranhão, devido à necessidade de proteger este local da constante ação degradante do homem para com o meio ambiente, na medida em que esta se situa próxima ao Distrito Industrial do Maranhão, da ALUMAR (Consórcio e Alumínio do Maranhão), e do Aterro Sanitário. Sendo assim, o governo do Maranhão percebendo a fragilidade dessa área e a ameaça de degradação que a mesma sofria por ações antrópicas e devido ao crescimento do Parque Industrial de São Luís foi então decretada como uma Unidade de Conservação do tipo área de proteção ambiental.

A APA está situada próxima ao mar e é cortada por dois rios: o rio Grande e o rio Maracanã. Esta APA está inserida na região da Amazônia Legal, possuindo fauna e flora bem diversificadas. Sua fauna é composta por espécies de aves como juritis, rolinhas, pipiras azuis, e peixes acará, traíra e piaba. Inserida na zona de mata de galeria, a flora é composta de várias espécies de árvores frutíferas, leguminosas e gramíneas, além de vegetação de várzea, dando destaque ao buriti e à juçara. A juçara possui importância muito grande para a comunidade, onde no mês de outubro realizam a tradicional Festa da Juçara no Parque da Juçara no Maracanã.

A Festa da Juçara é realizada desde 1970 com o objetivo de comercializar o fruto abundante no local. O Parque da Juçara é composto por cerca de 30 barracas padronizadas onde são comercializadas comidas e bebidas. Durante o evento acontecem shows, exposição e venda de artesanato produzido pelos moradores locais. Apesar de toda esta riqueza, tanto de ordem natural como cultural, observa-se a ausência de uma ação efetiva por parte do governo estadual para consolidação desta unidade de conservação, pois o seu Plano de Manejo ainda não foi elaborado e não há entidade gestora da APA instalado no local.

A comunidade do bairro do Maracanã é de classe média baixa e no bairro é possível encontrar ruas sem estrutura básica como água encanada, esgoto e asfalto. Uma parte da comunidade trabalha no Distrito Industrial, por estar localizado próximo à APA e outra parte, sobrevive da venda da juçara e do turismo.

3. Disputas pelo uso e apropriação da Apa do Maracanã

A APA do Maracanã tem reservado um importante número de recursos naturais e um dos objetivos de sua existência é a tentativa de garantir que a sobrevivência das próximas gerações esteja assegurada. Apesar de haver dispositivos jurídicos e um conjunto de

procedimentos direcionados para a proteção, essas áreas de preservação, são alvos de disputas que originam conflitos socioambientais.

Na obra, Conflitos Socioambientais Urbanos, Lima (2009) apresenta a categoria "lugar" como válida e importante para o estudo dos conflitos, das apropriações e usos na cidade, pois essa categoria é compreendida como condição para a realização da vida cotidiana, com práticas sócio espaciais particulares e interpretações diversas de cidade e meio ambiente. O lugar não é determinado tão somente pelos limites que o marcam, mas também pelos sentimentos que um grupo atribui àquele espaço, é algo que ultrapassa o espaço físico, sendo um emaranhado de práticas e experiências que formam um elo de sensações entre indivíduo e lugar. Ainda nesta obra, esses conflitos socioambientais urbanos, constituem um novo tipo de conflito social, cuja origem está ligada à apropriação do discurso ambiental pelo Poder Público e por diversos agentes sociais como argumento para a defesa e promoção dos interesses que se encontram em jogo.

A ação dos agentes que está impactando direta e indiretamente a APA do Maracanã pode ser interpretada à luz da noção de campo de **Bourdieu apud** RITZER **(1997) que é** caracterizado como o domínio de concorrência e disputa interna, onde o Estado com seus dispositivos legais entra em confronto com a população local que utiliza o espaço para moradia, depósito de lixo, espaço cultural, que para serem construídas fizeram uso do desmatamento. Em outras palavras, há um espaço simbólico e real de conflito entre disposições normativas de um lado, e a esfera da vivência concreta, de outro. Este campo pode ser considerado tanto um "campo de forças", pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um "campo de lutas" no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura. Todas as lutas internas ao campo envolvem a distribuição e posse de um capital específico. A luta ocorre entre aqueles que pretendem assumir posições e aqueles que desejam mantê-las.

A análise aqui proposta parte do princípio de que os conflitos socioambientais decorrem das diferentes formas de representação, apropriação e uso do meio ambiente. Trata-se de refletir sobre os conflitos socioambientais considerando a maneira como a sociedade se produz e reproduz (LEFEBVRE, 1991). E, em se tratando da cidade, atentando para as diferentes formas de produção, apropriação e uso do espaço urbano: suas contradições, diversidade de interesses e diferentes percepções e projetos.

Na APA do Maracanã, há uma mobilização da sociedade civil (engajamento coletivo) para contestar os usos agressivos sobre os recursos naturais. Nesse contexto, organizar-se coletivamente em defesa de interesses que afetam a qualidade de vida não é,

> [...] produzir riqueza ou poder, salvação, amor, verdade, mas criar e manter uma comunidade cujas fronteiras incluem esses domínios institucionais, que definem "a sociedade" como tal. [...] que cria deveres coletivos apesar de assegurados os direitos individuais, e que prevê a participação política na distribuição de bens sociais altamente valorizados [...] (ALEXANDER, 1998, p. 27).

Com base nesse autor, a mobilização coletiva em torno de uma causa, que no caso da APA afeta a todos, só é relevante quando a "comunidade" tem em si construído laços de solidariedade entre os seus membros e destes com o meio físico onde estão inseridos. É interessante notar que a ideia acima estabelece certo diálogo com a noção de "liberdade positiva" de Domingues que a compreende como,

> [...] *liberdade para* – é igualmente crucial ao mesmo tempo para a construção de práticas discursivas e para o seu exercício que, supondo indivíduos livres e iguais são capazes de atingir intersubjetivamente um consenso moral e superior. Ou seja, a participação compartilhada em espaços comuns é crucial para que se possa garantir uma direção à sociedade que leve em conta as aspirações de todos e não decaia na dominação de poucos (DOMINGUES, 2002, p. 61).

Um grupo que tenha desenvolvido laços internos de solidariedade e, ao mesmo tempo de identificação ou pertencimento com o meio externo busca com maior empenho participar de reivindicações e decisões que afetam os interesses comuns. As famílias do Maracanã usam de estratégias de enfrentamento dos problemas causados implantados de empreendimentos imobiliários que tem causado sérios danos ao meio ambiente. As famílias lutam pela recuperação dos rios, das nascentes e pela preservação dos juçarais, condição indispensável para a manutenção e reprodução do se modo de vida.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) realizou uma reunião de mobilização para a criação do Conselho da Área de Proteção Ambiental da região do Maracanã, onde qualquer pessoa da comunidade poderá participar. A habilitação dos candidatos a membros do Conselho da Área de Proteção Ambiental do Maracanã está condicionada ainda à participação no curso para conselheiros que será ministrado pela SEMA. A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber,

a comunidade científica e organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da Unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da Unidade, trabalhadores, setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

O resultado dessa reunião foi a efetivação da criação do primeiro Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Maracanã, depois de 23 anos de criação da área. A atuação dos conselheiros será no período de 2014 a 2016, com acompanhamento permanente da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). "A construção deste conselho não é fruto apenas dos esforços do poder público. Estamos aqui como resultado de uma construção coletiva, que encontra no Estado a acolhida para uma ferramenta de diálogo" (Benedito Castro, Superintendente de Biodiversidades e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente).

No Conselho, estão profissionais e lideranças comunitárias com diferentes formações, o que permitirá amplo debate sobre a sustentabilidade das comunidades, uso e ocupação do solo, implantação de empresas na área, entre outras situações que impactam a APA. A ferramenta Unidade de Conservação é muito importante e precisa de fato ser implementada, para conciliar o desenvolvimento social, o modo de vida das pessoas e conservação da natureza e da biodiversidade. Tal fato evidencia uma proximidade do processo de criação da APA com um dos princípios básicos do SNUC, que é incentivar a gestão participativa e estabelecer uma nova realidade para a conservação da natureza no Brasil com enfoque no papel da sociedade.

Compete ao Conselho da Unidade de Conservação, segundo o Decreto 4340/02: elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação; acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da Unidade de Conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo; buscar a integração da Unidade de Conservação com as demais Unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; avaliar o orçamento da Unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da Unidade de Conservação; manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na Unidade de Conservação, em sua zona de amortecimento, Mosaicos ou corredores ecológicos; Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da Unidade, conforme o caso.

Voltando aos elementos mais relevantes observados na APA do Maracanã, dá-se especial atenção à criminalidade (violência) que é exercida por indivíduos oriundos do espaço ocupado

dentro da APA. No que tange as ações na APA, tem-se somente uma fiscalização bimestral realizada pelo Batalhão de Polícia Ambiental. Desse modo, percebe-se um verdadeiro descompasso entre os objetivos do decreto de criação da APA e os instrumentos e ações que versem para não comprometimento da UC, frente à forte pressão exercida pela urbanização de São Luís. Compreende-se que essa variável pode estar relacionada com a noção ambígua de comunidade que é empregada pelos próprios moradores já que esse termo poderia indicar um compartilhamento fraterno no sentido em que emprega Bauman, ou seja,

> [...] reafirmando o direito de todos há um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual. Em suma, o que os indivíduos *de jure*, mas decididamente não de *facto*, provavelmente veem na comunidade é uma garantia de certeza, segurança e proteção – as três qualidades que mais lhe fazem falta nos afazeres da vida e que não podem obter quando isolados e dependendo dos recursos escassos de que dispõe em privado [...] (BAUMAN, 2003, p. 66).

A escassez por parte do Estado de ações que favoreçam segurança aos moradores da área traz como exigência a vigilância do espaço pelos próprios indivíduos. Estes são constantemente interpelados pelas circunstâncias a compartilharem dessa responsabilidade informando sobre qualquer irregularidade observada dentro da área de proteção ambiental. Para que houvesse uma ação comprometida com as necessidades referentes à conservação dos recursos naturais e segurança pública é imprescindível uma interação dos agentes, neste caso, moradores locais e usuários com vista a uma ação comunicativa, levando em conta as ideias de Habermas apud RITZER (1997), o que quer dizer que, população local e Estado devem agir de forma dialogada, inicialmente para a compreensão da importância da proteção dos recursos naturais disponíveis e de outros aspectos, como segurança pública e, em seguida para o planejamento de atividades interventoras que possibilitem a organização político comunitária e educação ambiental. Isso pressupõe ações coordenadas pela via do entendimento interpessoal.

Atualmente, opera-se na sociedade consequências do chamado "capitalismo tardio" que faz da natureza alvo constante do processo de acumulação do capital alimentando estruturas que refletem na imagem que os indivíduos têm sobre o espaço, o elemento cultural que em Jamerson, citado por Kumar (1997) "apega-se quase que demais à pele do econômico".

A degradação ambiental surge desta forma, como um efeito da crise da civilização moderna. Isso se deve, em grande parte, a concepção restrita da natureza enquanto fonte de matérias-primas. Leff (2006), ao analisar e identificar as propostas para um legítimo

desenvolvimento sustentável sustenta que é necessário sobrepor à racionalidade econômica dominante uma nova ordem de ideias, enfim, uma racionalidade ambiental que congrega alguns pressupostos fundamentais, tais como: o reconhecimento da diversidade cultural, a democracia e gestão participativa, uma nova racionalidade produtiva e o consumo consciente.

Uma das maiores preocupações do novo século está na exploração dos recursos ambientais. Se por um lado há consenso quanto à necessidade urgente de preservação destes recursos, por outro há um número cada vez maior de conflitos sociais relacionados aos modos de exploração e preservação dos mesmos recursos. O Brasil tem apresentado, especialmente nas últimas décadas, vários exemplos destes conflitos, que transcendem as questões de direito de uso e propriedade e têm como base questões sociais profundas.

A degradação da qualidade ambiental em decorrência de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente natural remanescente e cultural (construído) torna-se cada vez mais presente e visível no cotidiano da APA do Maracanã, exposta a toda sorte de impactos e agressões, advindos principalmente da intensa concentração populacional do entorno e do contínuo processo de urbanização e industrialização.

Há mudanças nas formas de uso e ocupação dos solos da área em questão, representada pela intensificação na construção de moradias e de alojamentos de empresas que tem obras em execução no entorno da unidade de conservação. Isso se justifica porque nos últimos cinco anos, houve um crescimento industrial sem precedentes em São Luís e a maior parte dos empreendimentos tem se assentado nas zonas de amortecimento da APA do Maracanã ou mesmo dentro dela. Essa zona de amortecimento se configura como "o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade" (Art. 2º, XVIII da Lei do SNUC).

Essa especulação imobiliária é devido à forte pressão exercida pela urbanização onde o município de São Luís está inserido. Devido a tantas construções de empreendimentos nas circunvizinhanças da área, isso se constitui em uma ameaça ambiental para essa Unidade de Conservação. Por outro lado, a implantação de indústrias tem atraído um grande contingente populacional para estas áreas e, como consequência, tem ocorrido desmatamento, aterros de vales, a abertura de jazidas de areia para construção de moradia e de instalações industriais, além do aumento de conflitos de natureza ambiental, sendo possível encontrar também, diversos tipos de cobertura vegetal e de uso do solo, como áreas urbanizadas, área de solos expostos, vegetação degradada.

Diante das transformações ambientais observadas no entorno e dentro da APA do Maracanã, configuradas em função de pressões geradas pela industrialização e urbanização, graves problemas ambientais tem se estabelecido na zona rural, onde vários povoados convivem permanentemente com a ameaça à reprodução de seu modo de vida, devido às condições existentes para a instauração de novos empreendimentos industriais. Além disso, há um interesse especulativo pela área dessa unidade de conservação que se deve a proximidade com regiões de crescimento urbano e industrial, a exemplo do Distrito Industrial e da Rodovia Federal (BR-135) que está sendo duplicada, e isto pode ser observado como parte do processo de uso desse espaço que se não for ajustado à ideia de conservação que permeia a manutenção da APA, se tornará uma forte ameaça a este espaço de preciosidades naturais, porque essas construções de indústrias e moradias ao redor da APA facilitam o acesso ao uso e ocupação dessa área (OLIVEIRA, 2001).

Conclusões

Notáveis modificações foram verificadas na paisagem da APA do Maracanã em decorrência da relação homem e meio ambiente. A qualidade ambiental está ligada com indivíduos externos através de problemas como, desmatamentos, assoreamentos, contaminação dos rios, urbanização. Considerando a importância da preservação das UC's, ao se analisar com cuidado o tratamento que estas áreas têm recebido em São Luís, percebe-se que há a necessidade de melhor fiscalização por parte do órgão responsável, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Para tanto é necessário, principalmente, vontade política e compromisso com a questão ambiental. É notório que para a viabilização de obras e construções, muitas vezes, as leis ambientais são flexibilizadas.

É perceptível que as áreas de proteção ambiental sofrem forte influência das pressões advindas da urbanização que a cidade de São Luís vem sofrendo nas últimas décadas, principalmente após instalação de indústrias que trouxeram consigo uma grande supressão e degradação dos elementos naturais e sistemas ambientais que compõem a cidade, e consequentemente impactos de ordem negativa, como por exemplo, devastação de grandes áreas para construção civil a para implantação desses empreendimentos.

A questão da construção em curso de empreendimentos imobiliários dentro da APA do Maracanã traz à tona o latente conflito entre a ordem do discurso que afirma o direito ao

meio ambiente saudável como essencial a preservação da vida humana e o conteúdo das práticas do próprio Estado e de outros agentes que impactam diretamente os ecossistemas presentes no local. A área de proteção ambiental do Maracanã é importante para a comunidade e por ser uma área protegida poderia ser evitada a depredação da flora, tais como as árvores frutíferas que tem importância para a economia local como os juçarais, pois muitos moradores vivem da venda dos derivados desta fruta.

A análise dos processos de uso das Áreas de Proteção Ambiental nos possibilitou observar que em muitos casos, não obedecem aos instrumentos legais, o que sinaliza a necessidade de uma intensificação na fiscalização e de sensibilização da comunidade, através de palestras e campanhas e processos de educação ambiental.

As APAs apresentam diversos entraves para a sua efetiva missão de disciplinar o uso e ocupação dos seus solos de forma sustentável e, com isso, inúmeras práticas podem causar o desequilíbrio ecológico dessas áreas e a consequente perda da qualidade ambiental desses ambientes, além de prejudicar a relação da unidade com as comunidades locais.

O que se vê na APA do Maracanã é uma degradação dos recursos naturais por parte da comunidade e do governo, ambos por permitirem ações de impacto como poluição dos rios e mangues. Houve uma redução significativa da vegetação original da região, a comunidade tem passado por constantes ataques, com a chegada de grandes empreendimentos, além das disputas territoriais dentro da área do Maracanã. Por isso, a necessidade de elaboração e implementação de plano de manejo, a recuperação de áreas degradadas e a revitalização dos recursos hídricos.

Isso permite relatar que a APA do Maracanã vem desde a sua fundação até os dias atuais, sofrendo profundas modificações no seu espaço rural e que se estas não forem planejadas e controladas pelo Poder Público, a tendência é que haja um agravamento dos impactos socioambientais existentes na área de estudo. Fica evidente, como em todo espaço rural, que sem a intervenção de um planejamento eficaz e eficiente, a questão da segregação e exclusão socioespacial e os caminhos da degradação ambiental, tende a continuar crescendo e se perpetuando.

Referências

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 7: 12, 2004.

ALEXANDER, Jefrey C. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil.** Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais_São Paulo, Revista brasileira de Ciências Sociais, v. 13 n. 37, Junho 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro,Editora: Jorge Zahar, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental** - a reapropriação social da natureza, Editora RCB, 2006.

LIMA, Helozine Martins Moreira. **Do papel aos brejos do Maracanã**: estudo sobre as políticas públicas de ecoturismo na área de proteção ambiental do Maracanã. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Turismo, UFMA), 2000.

LIMA, Rosirene Martins Lima**. Conflitos socioambientais urbanos:** O lugar como categoria de análise da produção de Curitiba / Jardim Icaraí - São Luís: Edições Uema, 2008.

RITZER, George. **Teoria Sociológica Contemporânea** - México: MegrawHill / Interamericana de Espana, S.A, 1997 (capítulo 11).

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC. **Lei de número 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília: MMA/SBF.

<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=253147>. Acesso em: 05.12.2014.

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em 05.12.2014.

<http://www.ifma.edu.br/index.php/departamentos/7250-conselho-de-protecao-da-apa-do-maracana-e-empossado-no-ifma>. Acesso em 25.01.2015.

<http://www.tedebc.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=210>. Acesso em 20.07.2015.

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E A TÉCNICA DE NEGAR A POLÍTICA

Natália Morais Gaspar
UFJF

Resumo: O processo de licenciamento ambiental tem-se constituído em importante instância de gestão dos conflitos socioambientais deflagrados pela instalação e operação de grandes empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras no Brasil. No âmbito deste processo, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) constituem ferramenta importante para consolidar determinada alocação de recursos entre atores sociais conflitantes, mediante a definição dos "impactos" e dos "impactados" pelo empreendimento e das diretrizes para medidas compensatórias ou mitigadoras. Neste trabalho, procuro demonstrar como e porque os Estudos de Impacto Ambiental de grandes empreendimentos no Brasil contribuem para afirmar a viabilidade ambiental destas grandes obras, a despeito de seus efeitos socioambientais negativos. Para tanto, analiso as condições em que são realizados levantamentos de dados para os diagnósticos socioambientais e o tratamento que estes dados recebem na etapa de avaliação de impacto ambiental. Defendo que o tratamento matemático dos efeitos das transformações associadas à implantação de um empreendimento confere um caráter técnico e uma aparência de "objetividade" a tomadas de decisão – sobre a realização ou não do empreendimento, sobre a sua localização entre outras possíveis, sobre a forma como será implantado – que são de ordem política.

Palavras-chave: licenciamento ambiental; estudo de impacto ambiental; grandes empreendimentos.

Abstract: The environmental licensing process has become an important instance for the management of environmental conflicts triggered by the installation and operation of large enterprises or potentially polluting activities in Brazil. Under this procedure, the Environmental Impact Studies (EIA) are an important tool to consolidate certain allocation of resources among competing stakeholders by defining the "impact" and "impacted" by the project and guidelines for compensatory or mitigation measures. In this paper, I try to show how and why environmental impact studies of major projects in Brazil contribute to affirm the environmental viability of these big projects, despite its negative social and environmental effects. To this end, I analyze the conditions under which data collections are carried out for environmental diagnostics and the treatment it receives in the environmental impact assessment stage. I argue that the mathematical treatment effects of changes associated with the implementation of a project provides a technical character and appearance of "objectivity" to decision making (on completion of the project or not, on their location among other possible, about how it will be deployed) which are political.

Keywords: environmental licensing; environmental impact study; large enterprises.

Introdução

O Brasil tem atravessado um período de intenso crescimento econômico, alicerçado em investimentos vultosos direcionados a grandes empreendimentos no setor de infraestrutura, nas cadeias produtivas do petróleo e da mineração e no agronegócio, boa parte deles com financiamento público, através principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A instalação e a operação destes grandes empreendimentos, de uma forma geral grandes consumidores de água e de outros recursos naturais e transformadores da paisagem e do ambiente, associa-se à eclosão de conflitos socioambientais. De acordo com Acselrad (2004), esta eclosão deve ser analisada enquanto dinâmica conflitiva própria do modelo de desenvolvimento em curso e constitui uma das formas encontradas por organizações e grupos para contestar a distribuição de poder sobre o território e seus recursos. A denúncia da prevalência da "desigualdade ambiental" traz à tona a maneira pela qual os custos ambientais são transferidos para grupos de menor renda e menos capazes de se fazer ouvir nas esferas de decisão (p. 21).

Nestes conflitos socioambientais, é recorrente que, diante de questionamentos e queixas de populações atingidas pelos empreendimentos, organizadas ou não, o argumento apresentado pelo "empreendedor"[1] seja o de estar em dia com as licenças ambientais. Ora, que licenças são estas que estão em dia mesmo quando são inundadas cidades e povoados próximos aos rios onde se fizeram grandes barragens, quando há poeira metálica adoecendo populações que vivem perto de siderúrgicas, quando pescadores artesanais têm de lidar com o afugentamento do pescado por pesquisas sísmicas para prospecção de petróleo no mar?

Neste trabalho, procuro contribuir para demonstrar como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) – peças técnicas importantes dentro do processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos no Brasil, por definirem "impactos" e "impactados" – de uma maneira geral afirmam a viabilidade ambiental destas grandes obras, a despeito de seus efeitos socioambientais negativos. Argumento que estes documentos seguem padrões de origem internacional alinhados à retórica do desenvolvimento, que fomenta meios de conceber a vida social como um problema técnico, como uma questão de decisões racionais e administrativas que devem ser confiadas a especialistas.

Para tanto, analiso partes de EIAs que reúnem informações sobre populações humanas – denominadas, nestes estudos, de "meio antrópico" ou "meio socioeconômico" –, bem como a utilização das informações deste tipo em outra parte dos EIAs, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), que costuma apresentar uma relação de todos os ditos "impactos" dos empreendimentos, classificados hierarquicamente segundo o valor atribuído a cada um deles – geralmente expostos numa tabela ou similar, denominada Matriz de Análise de Impacto. Defendo que as informações sobre a população humana das regiões afetadas por grandes

[1] Adoto aqui o termo "empreendedor" no mesmo sentido empregado por Bronz , como o representante do empreendimento nos procedimentos de licenciamento ambiental – "categoria que inclui os funcionários que se apresentam como porta-vozes das empresas nos eventos de licenciamento" (Bronz, 2014, p. 223).

empreendimentos, sistematizadas por profissionais das ciências humanas, ao serem apropriadas pelas metodologias criadas para analisar conjuntamente todos os "impactos" de um empreendimento e consolidadas num constructo técnico – a Matriz de Análise de Impacto – perdem parte da sua eficácia ao serem submetidas a procedimentos de classificação e quantificação que negligenciam tanto valores intangíveis quanto elementos materiais que não são captados pelos mecanismos convencionais de quantificação da produção ou dos recursos. O efeito é o subdimensionamento das consequências nocivas dos empreendimentos. Mais do que isso, as avaliações de impacto apresentadas pelos EIAs conferem um caráter de previsibilidade às consequências dos grandes empreendimentos e transmitem a ideia de que é possível haver controle técnico sobre as mesmas.

Mesmo que, com o passar dos anos, os mais perceptíveis e indiscutíveis efeitos negativos dos empreendimentos se façam sentir, negando as previsões e valorações contidas nos EIAs, estes estudos cumprem o seu papel, que é o de conferir respaldo técnico para a implementação de grandes transformações socioambientais que beneficiam certos setores da sociedade em detrimento de outros, menos privilegiados.

Estudos sobre a implantação de projetos de desenvolvimento na África demonstram como, entre outros efeitos, esses projetos esmagam ameaças políticas ao sistema ao tratar de questões agrárias, de recursos ou empregos como problemas técnicos, passíveis de sofrer intervenções técnicas (Ferguson 1994). Os Estudos de Impacto Ambiental parecem operar do mesmo modo, transformando decisões políticas em problemas técnicos, passíveis de serem geridos por especialistas, em análises que reconhecem boa parte dos efeitos negativos de um empreendimento, assimilam-nos em uma classificação e atribuem-lhes valores, tratando as populações prejudicadas pela sua instalação como fatores em um cálculo que torna tudo equacionável e gerenciável.

Desse modo, os EIAs fornecem, corroboram e consolidam práticas discursivas nas quais pode se expressar uma perspectiva de conciliação entre os agentes econômicos e governamentais interessados na instalação de grandes empreendimentos e as populações prejudicadas por seus efeitos socioambientais negativos. Assim como ocorre com os projetos desenvolvidos no âmbito do sistema da cooperação internacional, estudados por David Mosse (2006, p. 940), o sucesso dos Estudos de Impacto Ambiental provém de sua capacidade de impor sua crescente coerência sobre aqueles que os questionam ou se opõem a eles, o que independe de seu sucesso em prever e equacionar "impactos".

1. Inserção no campo de pesquisa e notas metodológicas

Este trabalho constitui um esforço no sentido de analisar parte das minhas próprias experiências em empresas de consultoria ambiental no Brasil, entre 2006 e 2014. Estive envolvida na realização de estudos e atividades do licenciamento ambiental de empreendimentos como rodovias, linhas de transmissão e subestações de energia elétrica, portos e atividades petrolíferas – ora como "consultora externa" de diferentes empresas, geralmente contratada para uma tarefa específica dentro de um estudo maior; ora como funcionária "técnica em socioeconomia", atuando em diferentes "projetos" simultaneamente, nas suas variadas etapas, tanto em empresas grandes quanto em pequenas empresas. Neste ínterim, compartilhei também experiências e impressões de outros profissionais que atuam no mesmo campo. Trata-se, portanto, de uma observação em primeira mão da elaboração de estudos ambientais, ora mais "observação" e ora mais "participante", a partir de minha própria atuação profissional.

Este trabalho baseia-se nas minhas memórias a partir da vivência no licenciamento ambiental (Gaspar, 2015 "a" e "b"), por vezes atualizadas por conversas frequentes com ex-colegas de trabalho e em documentos produzidos no âmbito do licenciamento, especialmente Estudos de Impacto Ambiental (EIAs).

Quanto a estes últimos, cabe ressaltar tratar-se de documentos que dialogam com outros documentos – seja seguindo uma padronização de outros estudos da mesma empresa, seja seguindo estilos convencionados em outros estudos do mesmo gênero, seja obedecendo a critérios normativos estabelecidos pelos órgãos governamentais competentes e pela legislação sobre o tema.

Os estudos das práticas de poder, que reúnem reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações, propõem repensar o lugar que a observação participante adquiriu como abordagem de pesquisa privilegiada para a antropologia. As reflexões de antropólogos a partir de suas (nem tão) novas possibilidades de inserção profissional para além da universidade – em órgãos governamentais, organizações não governamentais e em empresas – contribuem para pensar o fazer etnográfico em contextos de forte polarização ou assimetria, pautando-se criticamente não apenas na observação participante, mas também no tratamento de documentos, tão importantes para a pesquisa antropológica em sociedades em que a escrita é instrumento de poder e segregação (Castilho; Souza Lima; Teixeira, 2014, p. 11).

2. O Licenciamento Ambiental no Brasil e os Estudos de Impacto Ambiental

A construção dos instrumentos de licenciamento ambiental brasileiro deve ser entendida em um contexto mais amplo, que envolve a atenção de empresas e Estados à questão global da preservação do meio ambiente, através da criação de instituições, mecanismos e procedimentos específicos.

Leite Lopes (2004) analisa "ambientalização", processo pelo qual a questão da preservação do meio ambiente se tornou uma questão pública e global, a partir principalmente da Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, elaborada na Suécia (1972), e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro (Eco-92). Além de provocar transformações nas políticas públicas e no comportamento das pessoas, o fenômeno da "ambientalização" resulta na configuração de uma nova ordem empresarial que incorpora a crítica ambientalista e o discurso da "participação" às ideologias do "desenvolvimento". Entre as transformações, estão a criação de instituições, leis e critérios para tratar da questão ambiental. A política ambiental brasileira, e dentro dela os procedimentos preventivos nos quais está incluído o licenciamento ambiental, estão associados a este feixe de transformações.

As Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) são hoje aplicadas em diversas áreas do mundo. Segundo Bronz, "o licenciamento ambiental, tal como é desenvolvido no Brasil, é uma adaptação dos modelos desenvolvidos internacionalmente, que se tornaram requisitos para os investimentos de capitais estrangeiros e nacionais mobilizados para a construção de grandes empreendimentos no país" (Bronz, 2011, p. 23). Egler (2001 *apud* Bronz, 2011, p. 35) associa o surgimento destes instrumentos ao Ato da Política Nacional para o Meio Ambiente (*The National Environmental Policy Act* - NEPA), aprovado pelo congresso estadunidense em finais de 1969 e que estabelece as linhas gerais da política nacional de meio ambiente norte-americana. Basso & Verdum associam este surgimento também à *Loi relative à la Protection de la Nature*, desenvolvida na França em 1976 (Basso; Verdum, 2006). No caso brasileiro, os autores relacionam a implantação destes instrumentos principalmente à pressão do Banco Mundial, mais importante financiador de empreendimentos tais como projetos rodoviários e assentamentos rurais nas décadas de 1970 e 1980.

No Brasil, o licenciamento ambiental e a avaliação de impacto ambiental situam-se entre os instrumentos preventivos desenvolvidos com vistas à implantação dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente, institucionalizada em 31 de agosto de 1981. Ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde é a agência governamental encarregada da tomada de decisões

que deve proceder a avaliação de impactos, aplicada tanto a propostas públicas federais quanto a decisões do governo sobre iniciativas privadas (Sánchez, 2008, p. 51), no Brasil, as avaliações de impacto são realizadas por empresas privadas especializadas, contratadas pelo "empreendedor", e os estudos são submetidos à avaliação do órgão ambiental governamental. De acordo com Mazurec, a rigor, a viabilidade ambiental de um empreendimento é "testada" através da Avaliação de Impacto Ambiental - AIA de um empreendimento ou atividade potencialmente poluidora. Esta avaliação é feita por meio de "estudos de impacto ambiental" - EIA[2] (Mazurec, 2012, p. 91).

3. Os estudos do "meio socioeconômico" e as Avaliações de Impacto Ambiental

Os EIAs geralmente são elaborados por empresas de consultoria ambiental, contratadas pela empresa ou consórcio de empresas proprietárias do empreendimento. Estes estudos devem ser entregues ao órgão ambiental licenciador (que pode ser federal, estadual ou municipal[3]), que em tese analisa os estudos para atestar ou não sua "viabilidade ambiental" e estabelecer condições para a sua realização – as chamadas "condicionantes" – que minimizem os chamados "impactos negativos" da atividade. A elaboração destes estudos e seu encaminhamento ao órgão ambiental competente constituem apenas uma etapa do processo de licenciamento ambiental de um empreendimento ou atividade – etapa decisiva que contribui para a definição dos segmentos populacionais considerados "impactados", que serão alvo de medidas compensatórias ou mitigadoras[4].

De acordo com Bronz (2011), a realização do EIA depende das seguintes atividades: (1) diagnóstico ambiental que caracteriza a situação da área de influência do projeto antes de sua implantação, considerados os meios físico, biológico e socioeconômico; (2) análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes; "(3) definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, avaliada a eficiência de cada uma destas; (4) elaboração do programa de e monitoramento dos impactos" (p. 37).

É na atividade de número 1, o "diagnóstico ambiental", que a maior parte dos profissionais das Ciências Sociais envolvidos na realização de EIAs costuma atuar. O

[2] O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram estabelecidos pela Resolução CONAMA n° 01/1986.
[3] A Resolução no 237/97 do Conama, em seu artigo 6º, transfere para o Poder Municipal licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local.
[4] Para uma compreensão do processo de licenciamento ambiental como um todo, ver Bronz, 2011, pp. 34-46.

diagnóstico ambiental é subdivido em: meio físico, meio biótico e meio socioeconômico. "Esta divisão supõe a existência de três tipos de saberes distintos sobre o meio ambiente, que seguem interpretações epistemológicas diferenciadas" (Bronz, 2011, p. 37).

É recorrente nas reflexões acadêmicas de antropólogos ou cientistas sociais a respeito do campo do licenciamento ambiental, geralmente elaboradas a partir de suas próprias experiências profissionais, o quanto a participação de profissionais das ciências humanas é recente nestes estudos, e como seu papel vem crescendo paulatinamente, embora permaneça frequentemente subjugado ao valor básico da predominância da preservação de ecossistemas naturais.

Primeiramente, o assim chamado "meio socioeconômico" era analisado com base somente em dados secundários, obtidos em órgãos governamentais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com o crescimento da pressão da organização das populações atingidas pelos grandes empreendimentos, foi-se consolidando a necessidade de profissionais que fossem "a campo" colher informações mais refinadas sobre as populações das regiões onde se instalam tais empreendimentos em escala municipal. Soma-se a pressão das instituições multilaterais financiadoras que cobram o envolvimento "participativo" das populações atingidas, geralmente posto em andamento a partir da etapa da Audiência Pública, posterior à elaboração do EIA no processo de licenciamento, mas para o qual podem contribuir as informações primárias colhidas no estudo a respeito destes segmentos populacionais pelos pesquisadores contratados.

O espaço conferido aos profissionais das ciências humanas na elaboração dos estudos ambientais pode ser considerado análogo ao lugar das questões sociais no licenciamento. Bronz (2011) identifica uma "supremacia da preservação dos ecossistemas naturais como um valor básico nos instrumentos da política ambiental que regulam a construção de plantas de grandes empreendimentos", embora verifique um aumento da "importância dada aos efeitos sociais ao menos nos discursos dos gestores e dos empresários" (p. 32). Basso & Verdum (2006) ressaltam o menor nível de detalhamento exigido pelos órgãos licenciadores com relação ao "meio socioeconômico" de muitos dos EIAs, além de apontar a frequente ausência de profissionais especializados para analisar este "componente" dos estudos, tanto nas empresas de consultoria que os elaboram quanto nos órgãos governamentais encarregados de analisá-los.

O tipo de informação que a empresa de consultoria espera que o profissional traga de campo varia segundo o tipo de empreendimento a ser licenciado. Em todos os casos, é

preciso registrar "evidências" da presença dos profissionais nos locais percorridos – o mínimo é que sejam feitas fotografias dos lugares e pessoas visitados; cada lugar fotografado e descrito também costuma ser registrado com uma marcação no aparelho de GPS. Estas "evidências" poderão ser usadas posteriormente para provar a realização de estudos *in loco*, em caso, por exemplo, de questionamento do EIA em uma situação de Audiência Pública.

Em trabalhos anteriores, demonstrei como os trabalhos de campo são organizados pelas empresas de consultoria de modo a atender os estreitos prazos de elaboração dos estudos e ainda apresentar custos os menores possíveis. De uma forma geral, os dados primários são coletados apenas para a região considerada diretamente afetada pelo empreendimento, chamada de Área de Influência Direta (AID).

A partir de um roteiro padrão que salienta algumas informações indispensáveis (que pode ou não se apresentar sob a forma de um questionário semi-aberto), geralmente uma equipe pequena dirigindo um automóvel, percorre os municípios e localidades, entrevistando por uma hora no máximo lideranças locais e indivíduos que são tomados como representativos de um "tipo humano" a ser "impactado" pelo empreendimento em questão – por exemplo, pescadores artesanais, no caso de exploração de petróleo *offshore* (Gaspar, 2015a, p. 8), e pequenos produtores agrícolas ou moradores, no caso de linhas de transmissão de energia (Gaspar, 2015b, p. 9-10). O critério para encontrar estes indivíduos é aleatório, uma vez que se tratam das pessoas que se encontravam no local quando a equipe lá esteve, nas campanhas de campo que podem durar até trinta dias, cobrindo distâncias de centenas de quilômetros e visitando às vezes centenas de localidades – durante as quais a equipe não costuma pernoitar duas noites seguidas em um mesmo lugar.

Cabe observar, ainda, que os trabalhos de campo para "diagnóstico de AID" são frequentemente realizados por profissionais *free lancer*, contratados especificamente para aquele trabalho. Estes profissionais externos recebem geralmente um treinamento de um dia: metade destinada a normas de segurança, especialmente nas estradas, e às vezes primeiros socorros; e metade destinada a receber uma explicação sobre o empreendimento (uma exposição em *powerpoint*) e sobre o tipo de informações que devem ser coletadas, principalmente aquelas contidas no questionário[5].

[5] Os trabalhos de campo para "diagnóstico" de Área de Influência Direta (AID) de diferentes empreendimentos constituem um importante "bico" para estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, em meio às incertezas de processos seletivos, acesso a bolsas de pesquisa e outros percalços da dita vida acadêmica. Trata-se de um perfil diferente daqueles profissionais de Ciências Humanas e Sociais que se tornam funcionários efetivos das empresas de consultoria, geralmente marcados por trajetórias menos privilegiadas e pela necessidade de se fixar no "mercado de trabalho". Entre estes, são frequentes as aspirações de retomar seus estudos, embora nem sempre concretizadas.

Ou seja, considerando o suposto objetivo de avaliar efeitos negativos de um empreendimento sobre determinados segmentos da população considerados mais diretamente "impactados", o tempo destinado ao trabalho de campo é exíguo e os profissionais que o realizam dificilmente têm eles próprios conhecimentos a respeito da totalidade de ações e medidas que serão efetivadas para a implantação e operação do empreendimento.

No entanto, para além do "diagnóstico socioeconômico" da AID, é em outra parte do EIA que ocorre a maior parte do subdimensionamento dos efeitos socioambientais negativos de um empreendimento ou atividade. Mesmo quando o "diagnóstico" dá conta de identificar os trechos de localidades ou os grupos aos quais determinados "impactos" serão mais prejudiciais, graças ao empenho de profissionais realizando este trabalho nas condições adversas descritas anteriormente, mas cientes de suas responsabilidades, é na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que os efeitos nocivos de um empreendimento, mesmo que devidamente identificados, reconhecidos e até mesmo mensurados no "diagnóstico", parecem ser mais fortemente subdimensionados. Alguns fatores contribuem para isto.

Primeiramente, é possível observar a decomposição do "impacto" em uma série de atributos – tais como "magnitude", "probabilidade", "relevância", "intensidade", "abrangência", "cumulatividade", etc. A decomposição do "impacto" em "atributos" termina por relativizar sua importância, obliterando a percepção dos danos que serão causados a determinadas pessoas ou grupos sob o ponto de vista dessas próprias pessoas, que terão suas vidas alteradas negativamente.

Por exemplo, em um Estudo de Impacto Ambiental para licenciamento de uma Linha de Transmissão (LT) de energia que percorrerá quatro unidades da federação no Nordeste do Brasil[6], a Avaliação de Impacto arrola o "impacto" denominado "perda de áreas produtivas e benfeitorias". A AIA admite que a dimensão e a intensidade deste "impacto" variam "em função da relação entre o tamanho da propriedade e a extensão da Faixa de Servidão determinada" (Ecology Brasil, 2013, item 9, p. 123). Ou seja, sabe-se que o efeito das "restrições se uso" será pior para pequenos produtores, pois a área ocupada pela Faixa de Servidão da LT pode tomar uma proporção maior de sua área produtiva. Além disso, o estudo admite que a situação é agravada pelo fato de que qualquer tipo de ressarcimento ou indenização é destinado ao proprietário – deixando desassistidos posseiros, meeiros, parceiros, agregados, ou trabalhadores

[6] Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão 500kV Miracema-Sapeaçu e Subestações Associadas. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Linha%20de%20Transmissao/LT%20500%20kV%20Miracema-Sapea%C3%A7u/Estudo%20de%20Impacto%20Ambiental%20-%20EIA>

em condições semelhantes a estas. Para subsidiar a análise deste "impacto", encontram-se muitas informações no capítulo elaborado pela equipe de "socioeconomia".

O "diagnóstico" identifica várias áreas onde predomina a pequena produção: sobre o trecho inicial da LT, no estado do Tocantins – "As relações familiares são significativas na organização territorial da ocupação, uma vez que as terras de pequenos proprietários rurais são divididas entre as famílias, que acabam por configurar pequenos núcleos de povoamento rural" (Ecology Brasil, 2013, item 6.4.2.8.2.3, p. 4); a respeito de outro trecho no traçado da LT – no "povoado Calaboca [município de Monte Alegre do Piauí], distante 1.429 metros do traçado, residem 40 famílias que vivem da agricultura de subsistência" (Ecology Brasil, 2013, item 6.4.2.8.2.3, p. 25); e assim por diante.

Na AIA, ao "impacto" "perda de áreas produtivas e benfeitorias", é atribuída uma "relevância" de -31%. A avaliação deste impacto na fase de operação do empreendimento é a seguinte:

> Adversidade de caráter Negativo, este impacto tem forma e tempo de incidência Direta e Curto. Se estendendo pela abrangência Local, apresenta caráter Permanente e Probabilidade Certa, o que compõe um quadro de Grande Significância. Para a composição da Importância, classificada em Média, apresenta-se como Não Cumulativo, Reversível e Indutor, tendo ainda Presença de sinergia, e Média Magnitude. Em resumo, sua Relevância no Cenário de Sucessão é Pequena, conferido por um valor de -31% (Ecology Brasil, 2013, p. 237).

Cabe notar que, por mais que se leia detalhadamente a distinção entre cada um destes "atributos" dos "impactos" e as justificativas para suas valorações, quando se passa da descrição dos fenômenos à sua valoração numérica, salta aos olhos o caráter sempre arbitrário, e por vezes aleatório, desta atribuição. Este caráter aleatório da valoração numérica torna-se ainda mais evidente na comparação entre as avaliações de impacto ambiental de diferentes EIAs, que dão a impressão de apresentar cada uma o seu critério, como fruto da formulação de cada técnico que a elaborou[7].

O que um cálculo como este torna possível? Entre outras coisas, que um estudo pormenorizado atente para os efeitos da perda de áreas produtivas para pequenos produtores, inclusive mencionando a difícil situação dos produtores que não são proprietários das terras

[7] Para uma explicação mais detalhada dos cálculos e da lógica das Avaliações de Impacto Ambiental, ver Gaspar, 2015b.

que cultivam, sem no entanto conferir-lhe valor compatível com os efeitos da "perda de áreas produtivas" sob o ponto de vista de pequenos produtores.

Não se trata, aqui, de questionar fórmulas ou o peso numérico atribuído a cada um dos "atributos" do "impacto" considerados. Defendo que o tratamento matemático dos efeitos das transformações associadas à implantação de um empreendimento confere um caráter técnico e uma aparência de "objetividade" a tomadas de decisão – sobre a realização ou não do empreendimento, sobre a sua localização entre outras possíveis, sobre a forma como será implantado – que são de ordem política. No caso do "impacto" considerado, trata-se de optar entre implantar ou não uma linha de transmissão que inviabilizará ou prejudicará pequenos produtores, muitos deles em condições de posse da terra que não darão margem a qualquer tipo de ressarcimento; entre, optando-se por construir a LT naquele local, criar ou não um critério de indenização que considere as especificidades da pequena produção ou que prime por salvaguardar os direitos dos mais pobres; e assim por diante.

A busca por conferir uma roupagem de "objetividade" ao tratamento dos efeitos da linha de transmissão também contribui para obliterar todas as dificuldades imprevistas que surgem durante a construção e operação de grandes empreendimentos, incluindo todas as transações entre elementos humanos e não-humanos envolvidos na construção e operação de uma linha de transmissão que percorre quatro estados brasileiros, no mínimo três diferentes ecossistemas, mais de uma centena de povoados, alguns núcleos urbanos e comunidades quilombolas.

Uma das principais contribuições de cada EIA que é elaborado para a consolidação da avaliação de impacto ambiental como ferramenta para comprovar tecnicamente a "viabilidade ambiental" de empreendimentos que trazem consigo efeitos nocivos é o caráter de previsibilidade que o estudo confere às transformações que serão promovidas. Previsões que, frequentemente, não se verificam, dada a vasta gama de queixas, organizadas ou não, por parte das populações atingidas e os desastres ambientais como vazamentos de petróleo, enchentes em bacias hidrográficas alteradas por projetos de barragens, e assim por diante.

Esse caráter de previsibilidade que as avaliações de impacto ambiental conferem às transformações promovidas por grandes empreendimentos tampouco se verifica nos estudos sobre a mediação técnica empreendidos por Bruno Latour, nos quais o autor demonstra por que a noção de "eficiência técnica sobre a matéria" não explica a sutileza do trabalho dos engenheiros, que precisam lidar com a impossibilidade de exercer qualquer espécie de domínio na relação com não-humanos (Latour, 2001, p. 203).

Conclusão

Morawska Vianna (2014), estudiosa da cooperação internacional, analisa a forma pela qual documentos e programas de uma organização internacional refletem o estabelecido em outros documentos formulados em níveis hierárquicos superiores ou em outras organizações financiadoras, permitindo perceber "os princípios da engenharia social que marcam o trabalho de agências internacionais, em especial a elaboração de composições do social das quais depende a execução de seus projetos" (p. 90). De forma semelhante, cada Estudo de Impacto Ambiental que é elaborado reforça – repetindo, adaptando ou inovando – padrões, critérios e conceitos contidos em outros documentos da mesma natureza, contribuindo para consolidar e tornar cada vez mais estável esta forma de sistematização de intervenções planejadas na sociedade e na natureza.

Este processo de estabilização consolida alguns pressupostos embutidos nestes estudos. São eles o pressuposto de que, a partir do conhecimento das características de um empreendimento e do local onde será implantado, é possível prever os seus efeitos futuros; o pressuposto de que é possível isolar a influência de um empreendimento em relação aos demais processos em curso nos locais onde ele é implantado, identificando assim os "impactos" relativos exclusivamente àquele empreendimento; o pressuposto de que todos os elementos que serão alterados com a implantação de um empreendimento são passíveis de serem identificados, contabilizados, classificados e, finalmente, mitigados ou compensados. Este conjunto de pressupostos encerra uma perspectiva de planejamento e cálculo no trato com elementos humanos e naturais que costuma diferir da maneira pela qual as populações obrigadas a lidar com a implantação dos empreendimentos se relacionam com os mesmos elementos.

No entanto, mais do que identificar, prever, calcular impactos e sua compensação ou mitigação, e independente do sucesso dos Estudos de Impacto Ambiental em realizar estes objetivos, o que estes estudos efetivamente realizam é a consolidação de uma perspectiva de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico através da implantação de grandes empreendimentos, para benefício de determinados agentes econômicos e governamentais, em detrimento das populações às quais são impostos seus efeitos socioambientais negativos. Dessa forma, cada EIA contribui para consolidar e tornar cada vez mais estável um conjunto de argumentos técnicos que conferem respaldo a uma determinada forma de intervir na sociedade e na natureza.

Referências

ACSELRAD, Henri - "As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais". In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. pp. 13-35.

BASSO, Luis Alberto & VERDUM, Ricardo. "Avaliação de Impacto Ambiental: Eia e Rima como instrumentos técnicos e de gestão ambiental". In: VERDUM, R. & MEDEIROS, R.M.V. (org.) **Relatório de impacto ambiental**: legislação, elaboração e resultados. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2006

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores**: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. "Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais". In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa. "Etnografando burocratas, elites e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas". In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). **Antropologia das práticas de poder:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014. pp. 7-31.

FERGUSON, James. "The Anti-Politics Machine - "Development" and Bureaucratic Power in Lesotho". In: **The Ecologist**, V. 25, n. 5, Set./Out. 1994.

GASPAR, Natália Morais. "Cientistas Humanos, Trabalho de Campo e Licenciamento Ambiental - impressões e impactos". In: **V React - Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**. Porto Alegre, maio de 2015. a. Disponível em: <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1384>.

_____. "Construção, pressupostos e implicações da Avaliação de Impacto em processos de Licenciamento Ambiental de grandes empreendimentos – porque tudo tem um preço". In: **V Reunião Equatorial de Antropologia** (REA) / XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE), Maceió, 19 a 22 de julho de 2015.b. Disponível em: <http://www.reaabanne.com.br/?menu=resumo&codResumo=4431>.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**. Bauru: Edusc, 2001.

LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.) **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MAZUREC, Bianca Maria Abreu. **Reconhecimento Étnico Quilombola no Licenciamento Ambiental.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de

Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. “Lições em Engenharia Social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional”. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, jan./jun. 2014.

MOSSE, David. “Anti-social anthropology? Objectivity, objection, and the ethnography of public policy and professional commmunities”. In: **Journal of the Royal Anthropological Institute** (N.S.) 12, 935-956, 2006.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental - Conceitos e Métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Documento Consultado

Ecology and Environment do Brasil/ATE XVI Transmissora de Energia S. A. - Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão 500kV Miracema-Sapeaçu e Subestações Associadas. 2013. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Linha%20de%20Transmissao/LT%20500%20kV%20Miracema-Sapea%C3%A7u/Estudo%20de%20Impacto%20Ambiental%20-%20EIA>.

OS QUILOMBOLAS E A ANGLO AMERICAN: COMUNIDADES TRADICIONAIS REALOCADAS EM MINAS GERAIS

Patrícia Falco Genovez
Graduação em História - UFJF, Mestrado e Doutorado em História - UFF, Pós-doutoranda em História - UFMG. Docente do corpo permanente do Mestrado em Gestão Integrada do Território/Pesquisadora do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais e do Observatório Interdisciplinar do Território - Univale.

Francisleila Melo Santos
Graduação em Administração - UNEC. Mestranda em Gestão Integrada do Território - Univale.

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar e analisar o caso da realocação das comunidades quilombolas na região central de Minas Gerais nas cidades de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, municípios onde estão localizadas a mina e a barragem de rejeitos do Projeto Minerário Minas-Rio de propriedade do conglomerado britânico Anglo American. A análise destes conflitos apresenta questões relacionadas a garantias de apropriação do território, para todos os envolvidos, tanto na perspectiva material quanto na sua dimensão simbólica. Essa abordagem será realizada através de dados secundários advindos do empreendedor (Anglo American) Ministério Público, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e outros órgãos públicos. A realocação, observada a partir dos relatos dos atingidos, revela que os conflitos abordados não ocorrem pela posse de uma porção de terra, mas pela manutenção de relações sociais já existentes, pela garantia da perpetuação dos hábitos, costumes e, principalmente, da memória destas comunidades. O caso analisado sugere, portanto, a complexidade dos processos de territorialização configurado por ambas as partes visto que nos deparamos com múltiplas apropriações de um mesmo território (multiterritorialização). Essa multiterritorialização envolve dimensões materiais e imateriais que acarretam conflitos cotidianos, envolvendo relações assimétricas de poder.

Palavras-chave: quilombolas, Anglo American, multiterritorialização.

Abstract: The purpose of this paper is to present and analyze the case of relocation of quilombolas communities in Minas Gerais in the cities of Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas and Dom Joaquim, city where they are located the mine and tailings dam of the Mining Project Minas-Rio owned by the British conglomerate Anglo American. The analysis of these conflicts presents issues related to the guarantees of appropriation the territory for all involved, both from the perspective materially as for symbolic dimension. This approach will be made through secondary data arising from the entrepreneur (Anglo American) Public Ministry, Legislative Assembly of the State of Minas Gerais and other public bodies. The realocation, observed through of the reports of attained reveals that accosted conflicts do not occur for possession of a piece of land, but the maintenance of existing social relations, ensuring the perpetuation of habits, customs and, above all, the memory of these communities. The analyzed case therefore suggests the complexity of territorialização processes set up by both parties as we face multiple appropriations of the same territory (multiterritorialização). This multiterritorialização involves material and immaterial dimensions that lead to quotidian conflicts involving asymmetrical power relations

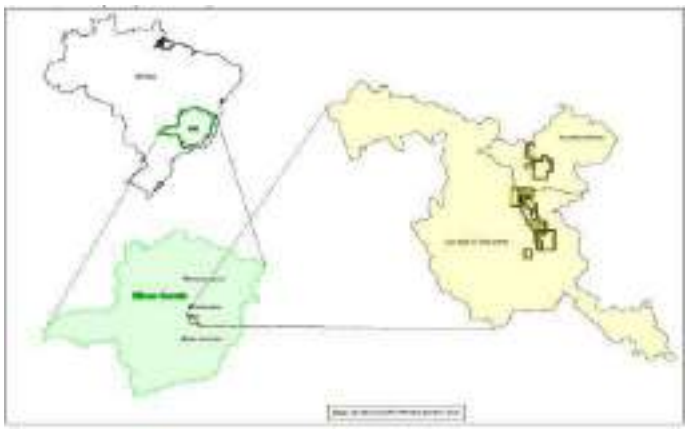
Keywords: quilombolas, Anglo American, multiterritorialização.

Introdução

As comunidades tradicionais têm enfrentado inúmeras dificuldades para o seu reconhecimento principalmente quando estão inseridas em territórios pretendidos para a implantação de grandes empreendimentos. Tais empreendimentos acarretam conflitos entre as comunidades e os empreendedores nos quais o objeto de disputa não são somente recursos como água, solo, florestas, mas o território em sua totalidade (aspectos materiais e simbólicos). Essas disputas ocorrem numa relação de poder assimétrica entre os agentes uma vez que os grupos que detêm o maior capital o mobiliza a seu favor, facilitando a apropriação territorial e permitindo a implantação de seus empreendimentos. Este modelo de desenvolvimento tem ameaçado de forma reiterada os territórios das comunidades tradicionais no Brasil e, em especial, os territórios quilombolas. Nesse sentido, a apropriação da natureza como mercadoria corrobora para suprimir o vínculo indissociável entre cultura/natureza e o sentimento dessas populações em relação à vida e à terra, ignorando o sentimento de pertencimento que lhes dão identidade enquanto parte integrante do território que ocupam.

O território mencionado e palco de conflitos entre membros de comunidades remanescentes de quilombo aqui estudado situa-se na região central de Minas Gerais nas cidades de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim; municípios onde estão localizadas a mina e a barragem de rejeitos do Projeto minerário Minas-Rio de propriedade do conglomerado Britânico Anglo American (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do projeto minerário Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro (MG)



Fonte: MMX - MINAS RIO MINERAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. Estudo de impacto ambiental - lavra a céu aberto, tratamento mineral e infraestrutura (p. 04) - jan. 2007.

O termo quilombo adotado no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a Constituição de 1988 já surgiu deteriorado visto que "[...] reconhece-se o que sobrou, o que é visto como residual aquilo que restou, ou seja, aceita-se o que já foi" (ALMEIDA, 2011. p. 64). Portanto, para os fins desta pesquisa, o termo necessita ser revisto na conjuntura atual em consideração a sua complexidade e ramificações. Em outras palavras, o termo pode ser considerado "[...] uma categoria jurídica e uma questão de direito, quanto um instrumento através do qual se organiza a expressão político – organizativa dos que se mobilizam, recuperando e atualizando nomeações de épocas pretéritas, como quilombola, calhambola ou mocambeiro" (ALMEIDA, 2011, p. 48).

Intrinsecamente relacionado ao quilombo aparece seu território. Este envolve a dimensão simbólica do lugar, a identidade de populações remanescentes de quilombolas e sua apropriação imaterial e material que compreende a terra comprada, herdada, doada por ex-senhores ou pelo Estado. Terras que foram se configurando em povoados onde famílias negras compartilham modos de vida, crenças, mitos e memórias, aspectos de uma cultura própria que nutre as identidades sociais hoje identificadas e reconhecidas como "quilombolas". Essas são características que lhes conferem o auto reconhecimento em consonância com o Decreto Federal 4.887/2003 que regulamenta "[...] o procedimento para reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos" (BRASIL, 1988, p. 01).

O presente trabalho apresentará os relatos dos quilombolas que, diante do processo de realocação promovido pelo Projeto Minas-Rio, acabaram recebendo uma nova designação: tornaram-se também "atingidos". Por ora, não discutiremos essa designação uma vez que ela surge nos próprios depoimentos diante do Ministério Público e nos documentos que utilizamos nessa análise. Entretanto, cabe assinalar que há uma discussão sobre a pertinência do uso dessa designação visto que ela tem sido utilizada para casos de realocação quando da construção de barragens. Mesmo nesses casos, o debate ambiental vem discutindo a designação de "refugiado ambiental" (ONU, 1985).

Dada a complexidade e amplitude dos impactos do empreendimento Minas-Rio, nossa proposta será apresentada da seguinte forma: exposição sucinta do contexto da implantação do empreendimento e o início dos processos de realocação; descrição mais circunstanciada da comunidade de uma comunidade quilombola: a família Pimenta e, finalmente, uma análise do

caso a partir do referencial teórico dos estudos territoriais e da análise de narrativas contidas nas Atas do Ministério Público e em outros documentos utilizados nessa pesquisa.

1. O contexto da implantação do empreendimento e o início dos processos de realocação

O empreendimento Minas-Rio de propriedade da *Anglo Ferrous* é composto por mina para extração de minério de ferro e estruturas adjacentes nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, situados na região central de Minas Gerais. O projeto conta também com a instalação de um mineroduto em Alvorada de Minas integrado ao porto marítimo situado em Barra do Açu em São João da Barra (RJ) e destinado ao transporte do material produzido. O mineroduto possui 529 km de tubulação que atravessa 33 municípios de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (ANGLO AMERICAN, 2014 [Nov-Dez], p. 2). O projeto possui uma linha independente de transmissão de energia derivada da Subestação Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG) em Itabira (MG) e uma adutora de água com captação no Rio do Peixe, bacia do Rio Doce, no município de Dom Joaquim (MG), para fornecimento de água ao processo industrial, inclusive para o mineroduto (ANGLO, 2015). Segundo definição do empreendedor, a Área Diretamente Afetada (ADA) é composta pelos espaços territoriais necessários para a implantação do projeto. Por sua vez, a Área de Influência Direta (AID) é composta pela totalidade dos territórios dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (DIVERSUS, 2011, p. 10).

A Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), através da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC-JEQ), estabeleceu medidas de controle a serem observadas ao longo da implantação e da operação do empreendimento Minas-Rio. Essas medidas são chamadas de condicionantes. No caso do Minas-Rio, uma das condicionantes é referente às tratativas propostas para o deslocamento populacional das comunidades pertencentes às áreas atingidas. Em atendimento a esta condicionante, o empreendedor desenvolveu o Programa de Negociação Fundiária cujas negociações foram estabelecidas com os proprietários e não proprietários, além das pessoas que possuíam relações de moradia e de trabalho com as propriedades atingidas diretamente pelo empreendimento (ANGLO AMERICAN, 2014 [ago], p. 06). O empreendedor ao definir os limites da Área Diretamente Afetada (ADA) e da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento selecionou as famílias que seriam assistidas em caráter emergencial e as

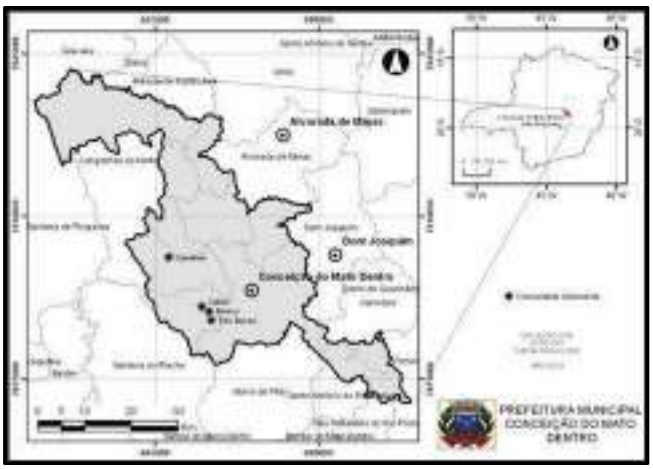
famílias cujo deslocamento poderia acontecer posteriormente a partir dos avanços da implantação bem como na medida em que as licenças fossem concedidas.

2. Comunidades quilombolas: apresentação da família Pimenta

Para a concessão das licenças, o empreendedor providenciou a confecção de diversos documentos que foram amplamente analisados. Segundo o Parecer Único do Sistema Estadual de Meio Ambiente (PU/SISEMA) Nº 001/2008, no Conselho de Política Ambiental (COPAM) Nº 472/2007/001/2007, os estudos originais do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento Minas-Rio não apresentaram estudo aprofundado de ocorrência de comunidades tradicionais na região do projeto. Entretanto, em vistoria técnica à área, a equipe do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) foi notificada sobre a presença de famílias afro-descendentes nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Ao todo, a equipe do SISEMA registrou 8 (oito) comunidades negras na área de influência do empreendimento, sendo elas: Escadinha de Cima, Beco, São Jose do Jacém, Vargem do Saraiva, Três Barras, Cubas, Pião e São José da Ilha. Na área diretamente afetada, foram identificadas 2 (duas) comunidades tradicionais de características negras: Mumbuca e Ferrugem. Mumbuca, também conhecida como Água Santa, é uma comunidade negra rural cujos antepassados teriam sido escravos, constituída por 26 núcleos familiares num total de 102 moradores. A comunidade de Ferrugem é constituída por 12 famílias negras que mantêm laços de parentesco entre si, totalizando 42 moradores, com algumas moradias feitas de pau-a-pique ou adobe, com telhas de barro e piso de terra batida; outras possuem tipos diversos de cobertura, como telhas de amianto ou mesmo de sapê (SISEMA, 2008. p. 47).

Em notícia publicada no site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 04 de abril de 2011, o presidente da Associação Comunitária quilombola de Três Barras, Sidinei Seabra da Costa informou que ao todo, 140 famílias vivem nas comunidades rurais de Três Barras, Buraco e Cubas no município de Conceição do Mato Dentro (Figura 2).

Figura 2 - Mapa da localização das comunidades quilombolas em Conceição do Mato Dentro



Fonte: CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO.
Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro - Acervo. Maio, 2012.

Estas são localidades isoladas e o único acesso a Três Barras é feito por uma estrada de terra. No povoado, não há telefone, a escola pública local só oferece aulas para os alunos até o 4º. ano, o atendimento médico só ocorre uma vez por mês e não há atendimento odontológico para a população local. A situação não é diferente no povoado vizinho de Buraco. Lá não há grupo escolar nem posto de saúde, a comunidade sofre com escassez de água e estradas de acesso precárias (ALMG, 2011).

Durante o processo de deslocamento das comunidades remanescentes de quilombolas, a Família Pimenta ganhou destaque conforme atesta Informação Técnica 003/2009 produzida pelo Ministério Público "[...] os Pimentas constituem uma parentela antiga em Conceição do Mato Dentro, de pelo menos quatro gerações, cuja origem remonta à escrava – ou filha de escravos – Bernardina Pimenta, que trabalhava para a família Simões, grande proprietária de terras e escravos". O referido documento salienta ainda sobre a família Pimenta que "refletia características físicas de Bernardina, negra, cujo cabelo era ruim como pimenta" (MINAS GERAIS, 2009. p. 03 e 04).

Uma característica muito comum na região onde habitam os remanescentes de quilombo é a "**existência de terras de herdeiros**" (DIVERSUS, 2011, p. 191, grifo do autor), popularmente conhecidas como terra "no bolo", terra familiar onde normas, valores são criados, regulados e respeitados pelos membros do grupo" (DIVERSUS, 2011, p. 191). Tal fator dá aos membros da família Pimenta o direito do uso comum da terra, desta forma, "a não divisão física da área também dificulta a venda por parte de um familiar, o que

acarretaria no enfraquecimento do tipo de apropriação adotado, o familiar-camponês" (DIVERSUS, 2011, p. 192). Na prática esta dificuldade da venda não impediu que um dos membros viesse a fazê-lo, ocasionando conflitos na família:

> Segundo relatos contidos inclusive em processos judiciais e boletins policiais, um membro da família – da parentela – Pimenta teria vendido parte de suas terras de herdeiro ou "no bolo" para o empreendedor. A outra parte da parentela que não se sentiu representada no acordo se recusou a sair das terras ocupadas, ocasionando segundo registro policial e jurídico enorme pressão – inclusive com relato de uso de violência excessiva – por parte do empreendedor para a saída dos mesmos (DIVERSUS, 2011, p. 193).

Em virtude do avanço das obras e receosos pelo desfecho das negociações junto ao empreendedor, as comunidades afetadas recorreram à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS), criada em 2009, através da Resolução n.º 8 de 18 de março pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), cuja finalidade é promover a interlocução e a articulação entre os Promotores de Justiça, instituições públicas e a sociedade civil organizada, visando a garantir a efetivação da participação social nas políticas públicas e institucionais. Para prevenir violações aos direitos fundamentais das minorias frente a grandes empreendimentos, o MPMG criou a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), sendo este um grupo de discussões composto por representantes da sociedade civil e de instituições públicas atuando como um interlocutor entre o MPMG e a sociedade civil (CIMOS, MPMG, 2015).

Efetivamente, a implantação do empreendimento Minas-Rio tende a causar danos irreversíveis às populações remanescentes de quilombolas, seja pela expulsão destes de seu território material, seja pela segregação de suas identidades culturais o que nos leva a compreender que perante a mineração essas populações perdem o poder sobre seu próprio território este é vital para a comunidade visto que "[...] cada grupo político constituído pela reunião de um ou de diversos clãs se encaixa num território. Entre o ser humano e a terra, a identificação é total; na ideologia do costume ou da tradição, o ser humano é como uma planta, biologicamente vinculado à terra" (BONNEMAISON, 1980, p. 5). Assim, é necessário trazer à tona a discussão do futuro das tradições quilombolas quando estes são atingidos por grandes empreendimentos, culminando em um processo de deslocamento populacional que acarreta a separação do grupo, no "desencaixe" de seus territórios, em uma tentativa de desvincular da terra a planta que já está enraizada.

3. Narrativas de um território quilombola: uma realocação possível?

Conhecidos os sujeitos de direitos desta análise, procuramos realizar a abordagem deste trabalho através de dados secundários advindos do empreendedor (*Anglo American*), Ministério Público, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e outros órgãos públicos. Esses dados encontram-se permeados por inúmeros relatos que serão tratados a partir de uma abordagem interdisciplinar, entrelaçando os estudos territoriais (geografia) e a perspectiva narrativa (linguística). Do ponto de vista territorial, elegemos como autor central o geógrafo Rogério Haesbaert e utilizamos como chave de leitura seu conceito de multiterritorialização que abarca tanto os quilombolas quanto o *Anglo American*, conglomerado britânico. Considera-se que o território envolve não apenas uma dimensão geográfica, física e material de grande interesse para o empreendedor, mas também uma dimensão simbólica que compreende a identidade de comunidades quilombolas que, numa relação estreita com a terra, configuraram este território a partir do compartilhamento do modo de viver, de suas crenças, de seus mitos e de sua memória.

Esta perspectiva multiterritorial se choca com aquela pretendida pelo empreendedor que concebe seu projeto dentro de uma análise linear pautada na territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), considerando que seja plenamente viável a reterritorialização dos quilombolas em outro território adquirido com os valores pagos pela indenização. No outro pilar conceitual, partimos de uma noção mais ampliada de narrativa na qual por meio dela é possível a produção de sentido e de identidade.

A proposta de desterritorialização-reterritorialização apresentada pelo empreendedor às comunidades significa na perda do conhecimento acumulado ao longo de muitos anos e de inúmeros simbolismos que emergiram ao longo da história da comunidade. “Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de ‘exclusão’, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização” (HAESBAERT, 2006, p. 67).

A existência do quilombo envolve as relações de parentesco e uma cultura própria advinda dos ancestrais e perpetuada através da oralidade, portanto, a desestruturação do quilombo, a separação dos núcleos familiares que se aglutinaram ao longo de várias gerações, pode vir a comprometer as gerações futuras quanto à sua identidade quilombola. Em outras palavras, a desterritorialização pode culminar em uma nova invisibilização desses sujeitos de direitos.

Analisando o território como *continuum*, percebemos traços que abarcam desde o funcional ao simbólico. Segundo Haesbaert (2005), o território possui dimensões simbólicas e materiais e, nestas dimensões, ocorre à territorialidade. Esta não se restringe ao domínio do espaço físico, mas também abrange os significados que interagem neste mesmo espaço. Ou seja, "[...] território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação" (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Isto posto, podemos compreender melhor as manifestações dos membros da família Pimenta nas reuniões da REASA e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa bem como nas audiências públicas que ocorreram nas cidades atingidas. Essa perspectiva de análise fundamenta-se na hermenêutica de Paul Ricouer (2010) que visa a acessar o encontro entre a vida cotidiana dos quilombolas e o modo como eles almejam se inserir numa dada história social cultural que surge a partir do que narram. Enquanto os narradores quilombolas e demais envolvidos se remetem às experiências cotidianas, promovendo a transposição do que é vivido para o registro narrativo, selecionam e organizam os elementos de seu próprio depoimento, configurando o que Paul Ricouer denomina como "intriga".

O relato do Sr. Lúcio Pimenta, na 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, exprime os impactos advindos da instalação do empreendimento, externando seu descontentamento com a perda de seu território, a perda de seus direitos de uso da terra enquanto proprietário: "Apesar de usarmos a documentação como prova, somos expulsos de dentro do nosso próprio terreno e não podemos nem passar pela estrada, pois somos impedidos" (MINAS GERAIS, 2009, p 62). Nesta mesma reunião, membros da sociedade civil manifestaram sua preocupação com a situação da família Pimenta. Perplexa diante dos fatos a Srª. Maria Auxiliadora Alvarenga, arquiteta urbanista, manifestou sua indignação perante o descaso por parte das autoridades mineiras:

> [...] estamos com um representante da família dos Pimenta e outro da família dos Rodrigues, que estão desesperados, porque não encontram advogados para defendê-los contra um Eike Batista e outros tantos que estão por trás. A situação é calamitosa, e o Estado de Minas precisa acordar (MINAS GERAIS, 2009, p. 60).

No vídeo produzido pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), em 2012, os irmãos Mauro Lúcio e Lúcio Pimenta pormenorizam suas angústias em relação

ao processo de deslocamento imposto pelo empreendimento Minas-Rio. Em sua fala o Sr. Mauro Lúcio enfatiza "[...] chega um momento que a pessoa pede pra sair, não aguenta, não tolera isso é um caso sério, tem que procurar uma solução para a família que tá lá embaixo do empreendimento" (CEDEFES, 2012). O sentimento flui através de suas palavras "[...] é um extermínio da forma de viver de toda a comunidade que está acontecendo aqui no decorrer do processo de implantação do empreendimento" (CEDEFES, 2012).

As tratativas adotadas pelo empreendedor em seu plano de negociação fundiária também foram motivo de descontentamento por parte dos membros da família Pimenta. Na audiência pública no município de São Sebastião do Bom Sucesso, ocorrida em 17 de Abril de 2012, o professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Sr Marivaldo Aparecido de Carvalho "[...] falou sobre comunidades quilombolas; afirmou que o empreendimento não tem ética, pois retira o acesso à água; disse que a água não pode ser fechada como faz a empresa; afirmou que as pessoas não são contra a empresa, mas a empresa é contra as pessoas" (REASA, 2012, p. 04). A Srª. Francisca Pimenta de Souza e o Sr. João Ércio Simões Pimenta reclamaram do descumprimento da negociação feita com a empresa mineradora em relação à aquisição de terras (REASA, 2012, p. 4 e 5). Durante a audiência o Sr. Lúcio Pimenta enumerou os impactos onde se observa a complexidade dos fatos: "[...] está havendo extinção da fauna na região, a exemplo do macaco guariba, que não mais é encontrado; disse que está havendo desequilíbrio ecológico […] falou sobre os compromissos não cumpridos pela Anglo [...]" (REASA, 2012, p. 3).

Os conflitos entre quilombolas e o empreendedor adquiriram notoriedade na comunidade acadêmica. A professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ana Flávia dos Santos, na audiência pública no município de São Sebastião do Bom Sucesso, ocorrida em 17 de Abril de 2012, discursou em defesa dos atingidos e da garantia de seus direitos, ressaltando o desrespeito da empresa com "[...] o fechamento de passagens de desequilíbrio ecológico, a poluição da água, a situação dos quilombolas e a fragilização destas famílias" (REASA, 2012, p. 3).

O Sr Antônio Pimenta fez uma reflexão sobre a gravidade da situação durante a 1ª Reunião pública da REASA "[...] homem dominando o homem para seu próprio prejuízo. [...] Questionou se vale a pena a destruição irreversível. Afirmou que a culpa é do empreendimento que veio do outro lado do mundo e do prefeito que deixou a porta aberta" (REASA, 2012, p. 5). Na 2ª Reunião pública da REASA, o Sr Lúcio Pimenta, cansado com

os impactos advindos da implantação do empreendimento considerou: "[...] a empresa viola o direito à paz, pois as pessoas da comunidade não têm expectativas de futuro, muitas estão com depressão, já que suas vidas estão paralisadas por não saberem o que fazer" (REASA, 2012, p. 3). Muitas famílias sem saber quando seriam deslocadas para suas novas propriedades interromperam o plantio de seus alimentos, fato que trouxe grande prejuízo a estas comunidades, pois uma das características das comunidades quilombolas é o plantio em regime de parceria, onde são divididas as tarefas e posteriormente a colheita.

As reuniões do ano de 2012 foram marcadas por relatos complexos, por ânimos exaltados, pois a cada dia os impactos se tornavam mais visíveis e a qualidade de vida da população piorava significativamente. Membro frequente em todas as reuniões, o Sr. Lúcio Pimenta, em sua participação na 3ª Reunião pública da REASA, "denunciou que a qualidade da água [...]; mencionou também a passagem de lama na fazenda do Romero; a doença que acomete a sua criação, assim como as dos demais vizinhos. Em razão disso, pediu para que seja verificado o que está descendo junto às águas dos rios" (REASA, 2012, p. 1). No mês seguinte, na 4ª Reunião pública da REASA, "reiterou ser remanescente de quilombo, assim não tem terra e sim território, sendo assim não se vende, já que está fora do comércio e que o alojamento repleto de pessoas estranhas, distante a 200km das casas dos moradores, traz insegurança, intranquilidade" (REASA, 2012, p. 6).

No mês seguinte ocorreu a 5ª Reunião pública da REASA, a Srª Francisca Pimenta enumerou os prejuízos que acarretaram à família após terem sido deslocados pelo empreendedor dentro das condições por ele imposta, através do seu plano de negociação fundiária "disse não saber onde é a divisa; que está sem assistência técnica; que estão plantando com recursos próprios; que tudo que se faz na casa é com custeio próprio; que prometeram semente, lenha, mas não entregaram" (REASA, 2012, p. 12). Nesta reunião, outras famílias se apossaram da declaração da Srª Francisca Pimenta reforçando que o programa de negociação fundiária não conseguia cumprir seus objetivos.

No caso da realocação da Família Pimenta foi possível constatar que alguns membros deste grupo familiar optaram pela venda de suas propriedades, o empreendedor não conseguiu atender a todas as famílias quanto à entrega de casas em áreas multifamiliares, devido à pouca disponibilidade de terras (nos municípios de interesse das famílias atingidas) em condições adequadas para comportar o reassentamento. Um fato a considerar é que não há desterritorialização sem que ocorra a reterritorialização e, no caso da Família Pimenta, a reterritorialização não se cumpriu na totalidade, culminando na perda para essa família, que

se vê fragmentada diante da sua realocação. A narrativa do Sr. Lúcio Pimenta descreve com fidelidade a complexidade a realocação para os atingidos:

> [...] não sou um atingido. Somos massacrados, e não somos atingidos. Existe uma coisa que gostaria de deixar bem clara e transparente. O Sr. Leonardo, cujo sobrenome não lembro, pediu mais Polícia Civil e Militar para Conceição do Mato Dentro. No entanto, queremos que a polícia seja trazida não para prender cidadãos do bem ou para ajudar os seguranças da empresa a escoltar ou para dar autorização para arrancar plantações. Não somos vagabundos, plantadores de maconha. O que queremos é uma polícia séria para proteger a população. É disso que precisamos. […] Estamos cansados. Não vou falar mais porque há muitas pessoas para falar, mas quero ainda dizer que me preocupo muito com o ser humano porque também sou ser humano. Por fim, onde estão os peixes? Peixe não vive em água suja. E os animais, onde estão? Dá para imaginar? Fico pensando nas palavras dele, que disse que a desgraça chegou a Conceição do Mato Dentro, pela maneira que chegou. Não entendo de mineração e não entendo de política, mas de sofrimento e atropelamento eu entendo. […] Estamos cansados de sofrer (MINAS GERAIS, 2013, p. 28).

Entre ganhadores e perdedores lá se vão aproximadamente oito anos de um complexo processo de desterritorialização cujos sujeitos encontram-se multiterritorializados. O processo doloroso e desgastante que acompanhamos pontualmente a partir de trechos de atas mostram que:

> a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta por seus desterritorializadores (HAESBAERT, 2004. p. 259).

Em agosto de 2014, a *Anglo American* concluiu a mudança de 46 famílias que participaram do Programa de Reassentamento do projeto Minas-Rio (ANGLO AMERICAN, 2014 [ago], p. 08). Este número não representa a totalidade de famílias atingidas pelo empreendimento havendo ainda outras famílias como a dos Pimenta, que foram parcialmente contempladas pelo programa de negociação fundiária e, sobretudo, pelos impactos advindos do empreendimento**.**

Considerações Finais

A análise dos conflitos entre quilombolas e empreendedor apresenta questões relacionadas a garantias de apropriação do território, para todos os envolvidos, tanto na

perspectiva material quanto na sua dimensão simbólica. A realocação, observada a partir das narrativas (intriga) dos atingidos, revela que os conflitos abordados não ocorrem pela posse de uma porção de terra, mas pela manutenção de relações sociais já existentes, pela garantia da perpetuação dos hábitos, costumes e, principalmente, da memória destas comunidades. Em outras palavras, as narrativas apontam para a configuração de uma tradição que busca se consolidar frente a uma situação de ruptura oriunda da realocação forçada pela *Anglo American*.

O relato da Srª. Mary Francisca Guimarães (Comissão dos Direitos Humanos) para buscar os direitos dos quilombolas frente aos interesses do empreendedor é ilustrativa:

> Estamos falando aqui da nossa história, da história de brasileiros. Nossos ancestrais foram escravizados, moraram em senzala e conseguiram certo reconhecimento porque lutaram. E estamos aqui evocando a memória desses bravos para que possamos ter a coragem de enfrentar o discurso mentiroso da Prefeitura que confunde nossas mentes [...] (MINAS GERAIS, 2009, p. 64).

Para o Sr. Lúcio Pimenta o sentimento é ainda mais intenso:

> [...] nós somos descendentes de quilombo e fomos arrancados de dentro de nossa propriedade pelo segurança da empresa funcionário da *Anglo American* acompanhado pela polícia militar […] nós fomos arrancados como se fosse invasores, estão com um processo contra nós; […] eu não me sinto prejudicado nem afetado, eu me sinto esmagado, como se tivessem esmagando as pessoas, sem respeito nenhum [...] (MINAS GERAIS, 2013, p. 28).

A análise sugere, portanto, a complexidade dos processos de territorialização configurada por ambas as partes visto que nos deparamos com múltiplas apropriações de um mesmo território (multiterritorialização). Essa multiterritorialização envolve dimensões materiais e imateriais que acarretam conflitos cotidianos em relações assimétricas de poder. A proposta de desterritorialização-reterritorialização imposta pelo empreendedor, em tese, propõe um cenário de adaptação para os quilombolas. As prefeituras envolvidas seguem o mesmo padrão do empreendedor e, em função da situação, as comunidades atingidas não conseguem advogados para defendê-los frente ao processo de realocação. Numa perspectiva multiterritorial, esse cenário se torna bem mais complexo. O sentimento dos quilombolas não é de adaptação, mas de perda. A dimensão simbólica do território original não desaparece com a realocação; pelo contrário, ela se torna ainda mais contundente visto que não há mais uma dimensão física na qual ela possa se ancorar. Enquanto quilombolas, tais comunidades não são proprietárias de terrenos, mas de territórios que não apresentam um valor venal; há uma posse,

configurada ao longo de um processo histórico-cultural dessas comunidades com a terra. Para o empreendedor há acordos e indenizações que, para alguns atingidos parecem satisfatórios a primeira vista; para os quilombolas, há o desrespeito e a sensação de estarem sendo esmagados diante da obrigação de negociar o que é, na verdade, inegociável.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMG. **Comunidades quilombolas lutam por reconhecimento oficial**. 04.04.2011. Disponível em: <http://al-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2633408/comunidades-quilombolas-lutam-por-reconhecimento-oficial >. Acesso em 13 jul. 2015.

ANGLO AMERICAN. **Dados do empreendimento Minas-Rio**. Disponível em: <http://minasrio.angloamerican.com.br/>. Acesso em: 21 mai. 2015.

ANGLO AMERICAN. DIÁLOGO MINA E BENEFICIAMENTO. Revista **- Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American**. ANO 6. Belo Horizonte, ed. 34, p. 05 out. 2014.

ANGLO AMERICAN. DIÁLOGO. Revista **- Informativo do projeto Minas-Rio destinado aos conselheiros do COPAM**. Belo Horizonte, ed. 05, p. 02 ago. 2014

ANGLO AMERICAN. DIÁLOGO. Revista **- Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American.** Belo Horizonte, ANO 1 . ed. 1 - Edição especial primeiro embarque, p. 02, nov./dez. 2014

BONNEMAISON, Joel. Espace géographique et identité culturelle en Vanuatu (ex Nouvelles-Hébrides). **Journal de la Société des océanistes**, 1980, 36 (68), p. 181-188. (tradução) .

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 mai. 2015.

CEDEFES. **Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva**. Comunidades quilombolas ameaçadas - vídeo postado em 31 de mar de 2012 - Conceição do Mato Dentro/MG <http://www.youtube.com/watch?v=c8D5wXogj1s>.

CIMOS. **Comissão de Inclusão e Mobilização Sociais**. Ministério Público de Minas Gerais. Disponível em: <http://blogs.mp.mg.gov.br/cimos/a-cimos/>. Acesso em 15.05.2014.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Prefeitura Municipal. **Acervo da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana.**

DIVERSUS. **Diagnóstico socioeconômico da área diretamente afetada e da área de influência direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.** (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06 ago. 2011.

HAESBAERT, Rogério. "Da Desterritorialização à Multiterritorialidade". In. **Encontro de Geógrafos da America Latina**, 10. 2005, São Paulo, Anais. São Paulo. USP. 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios:** ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. **Rio de Janeiro:** Bertrand Brasil, 2004.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos.** 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura. Conceição do Mato Dentro, 2009.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos.** 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Conceição do Mato Dentro, 2013.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos.** 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura. Conceição do Mato Dentro, 2013.

MMX - MINAS RIO MINERAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. - CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - ALVORADA DE MINAS/MG - **Estudo de impacto ambiental lavra a céu aberto, tratamento mineral e infraestrutura**- 01-0652-06-A-001. DOC - Vol 1. Jan. 2007.

ONU. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Environmental refugees. Washington, DC, 1985.

REDE DE ACOMPANHAMENTO SOCIOAMBIENTAL (REASA). **Ata e transcrições das reuniões da REASA.** Disponível em: < http://cimos.blog.br/reasa/atas/> Acesso em 10 jun. 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa:** a intriga e a narrativa histórica. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente. **Parecer Único SISEMA N.º 001/2008**, fls. 05, Processo COPAM N.º 0472/2007/001/2007. 2008a.

A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL: POR UMA CULTURA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES

Paula Emília Gomes de Almeida
Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCSO-UFJF

Resumo: Desastres com desencadeadores naturais têm composto uma agenda de intenso debate internacional e nacional, suscitando em esforços para elaboração de políticas públicas de gerenciamento de desastres. Um elemento que vem ganhando destaque durante todo processo de elaboração e avaliação dessas estratégias internacionais, a noção de *cultura de redução de risco de desastres*. O presente trabalho visa a analisar as diferentes formas com que essa ideia é trabalhada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, buscando mostrar que embora tal debate seja um sinal de avanço, tem sido feito dando pouca importância a questões cruciais como a produção e manutenção das desigualdades sociais no país.

Palavras-chave: Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; Sociologia dos Desastres; Cultura de Redução de Risco de Desastres.

Abstract: Disasters with natural triggers have made an intense national and international debate agenda, raising efforts for development of public disaster management policies. A prominent element that has gained evidence throughout the preparation process and evaluation of these international strategies *is disaster risk reduction culture notion*. This study aims to analyze the different ways in which this idea is worked out by the National Secretary of Civil Defense, seeking to show that although this debate is an advance signal, it has been done by giving little attention to crucial issues such as the production and maintenance of social inequalities in the country.

Keywords: National Policy on Protection and Civil Defence; Sociology of Disasters; Culture for Disaster Risk Reduction.

Introdução

Desastres com desencadeadores naturais têm sido cada vez mais frequentes e destrutivos, compondo, desse modo, uma agenda de intenso debate internacional e nacional. O banco de dados EM-DAT registrou 6783 desastres desencadeados por forças naturais entre os anos de 1994 e 2013, que causaram 1,35 milhões de mortes – uma média de 68 mil a cada ano – afetando anualmente 218 milhões de pessoas durante esse período (CRED, 2015). Tais números são, provavelmente, significativamente maiores, uma vez que nem todos países dão conta de "alimentar" de maneira adequada o EM-DAT. De todo modo, tais eventos indubitavelmente geram uma série de prejuízos humanos e econômicos em diversos países ao redor do mundo, motivando o fomento de estratégias de gerenciamento de emergência que visem à minimização de tais consequências deletérias.

No âmbito internacional, cabe apontar as iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) que, a partir da década de 1990, começou campanhas contínuas em prol da

redução dos desastres denominados "naturais". O Brasil, por sua vez, tem buscado estabelecer uma política pública de gerenciamento de desastres desde meados da década de 1990, com uma série de reformas em seu aparato institucional ao longo dos anos. A atual medida nacional nesse sentido é encabeçada pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, datada de 2012.

Um elemento que vem ganhando destaque durante todo processo de elaboração e avaliação dessas estratégias internacionais, e reverberado nas medidas nacionais, é a noção de *cultura de redução de risco de desastres*. Há uma grande disputa em relação a essa ideia, verificada pela profusão de termos correlatos e suas não consensuais definições. Caminhando nessa direção, a PNPDEC estabeleceu como um de seus objetivos o fomento de uma *cultura de prevenção de desastres*. Entretanto, não ficou claro no texto da PNPDEC, ou nos demais dispositivos legais a ela atrelados, o que vinha a ser essa *cultura* e os meios pelos quais ela pode ser fomentada.

Levando esse cenário em consideração e tendo em vista que os desastres com desencadeadores naturais fazem parte do cotidiano e do histórico de parcelas da população continuamente ignoradas pelo poder público, nossa intenção nesse trabalho é propor uma reflexão sobre o que é essa *cultura de prevenção de desastres* pretendida pela PNPDEC, detendo-nos especialmente nos desafios evocados pela implementação desse conceito na vida prática. Nossa questão central é a de melhor compreender não só o desafio em precisar tal conceito, mas também o de mostrar como Estado e população afetada podem ter diferentes noções de uma cultura de prevenção de desastres. Um embate cuja solução não se encontra propriamente na PNPDEC, mas trespassa questões mais complexas e delicadas, como a grande desigualdade social do país e a relação natureza/sociedade – ambas podendo ser percebidas através dos conflitos gerados pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país.

1. Em busca dos sentidos da *Cultura de Redução de Risco de Desastres*

A história da humanidade sempre foi marcada por uma complexa relação entre o ser humano e fenômenos da natureza da ordem de terremotos, enchentes, furacões, erupções vulcânicas etc. – independentemente da sociedade ou cultura, tais manifestações da natureza são relatadas em toda sorte de mitos e lendas, diferenciando-se, contudo, pelo significado atribuído por essas populações a tais acontecimentos. A própria noção de *desastre natural*

levanta uma série de questões em relação ao seu sentido. Por muito tempo, e em diferentes sociedades, tais acontecimentos tiveram uma conotação moral de castigo divino em consequência de algum desagrado às divindades (QUARANTELLI, 2009). Com o advento do Iluminismo e da revolução científica que se seguiu, esse sentido religioso foi perdendo sua força, mantendo, entretanto, a noção de que a ocorrência de tais fenômenos naturais era sinônimo de desastre – ou seja, mantendo a acepção negativa aos eventos naturais desencadeadores dos desastres. Essa acepção em que ao agente desencadeador – avalanche, furação, terremoto etc. – é automaticamente atribuído a designação de *desastre* vigorou entre a comunidade científica até fins da década de 1970, quando a produção de trabalhos na temática de desastres por cientistas sociais expandiu-se, contribuindo para a alteração do paradigma vigente. Os cientistas sociais, em especial sociólogos, propuseram uma visão de desastre como uma *construção social* em detrimento de tomá-lo como um fato *natural*. Isso quer dizer que não bastava levar apenas em consideração a ameaça natural (*hazard*) que iniciava o desastre, mas também investigar o agrupamento social no qual esse *hazard* incidia – a ameaça natural só configurava um desastre se atingisse um agrupamento social *vulnerável*.

Apesar de ainda não podermos falar num consenso sobre a definição de desastres, a abordagem citada – conferindo importância tanto ao agrupamento humano quanto ao *hazard* desencadeador do desastre – é hoje amplamente aceita no âmbito acadêmico e avança entre os tomadores de decisão e criadores de políticas públicas de gerenciamento de desastres. Por esse motivo, utilizamos a expressão *desastres com desencadeadores naturais* em detrimento de *desastres naturais*, enfatizando o paradigma supracitado. Uma vez, portanto, que os aspectos sociais conquistaram lugar de apreciação no debate sobre desastres, muitas questões relacionadas à esfera social surgiram tanto entre acadêmicos quanto na elaboração de políticas públicas de gestão de desastres. Dentre tais temas, vem ganhando destaque a importância de pensar uma *cultura de redução de risco de desastres* – termo esse de muitas variantes, como *cultura de segurança*, *cultura de risco*, *cultura de desastres*, *cultura de redução de desastres* entre outras – cuja definição permanece, ainda, em disputa.

A ideia de que a cultura tem um papel fundamental na gestão dos riscos de desastres ganhou força na agenda internacional de políticas públicas especialmente após a resolução da ONU instituindo o *Marco de Hyogo* (2005-2015) cujo conteúdo apresenta recomendações visando à redução dos desastres em âmbito internacional. O Marco estabelece 5 (cinco) áreas de ação prioritárias que deveriam ser desenvolvidas pelos 168 países que se comprometeram

com a redução de desastres, entre as quais destaca: “Desenvolver uma maior compreensão e conscientização; utilizar o conhecimento, a inovação a educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis” (EIRD, 2005, p. 2). Seguindo as orientações das Nações Unidas, o Brasil passa também a incorporar em sua Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) a promoção de uma cultura de redução de risco de desastre como uma de suas diretrizes. No texto mais recente da PNPDEC, datado de 2012, fica estabelecida como competência da União, estados e municípios “desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País” (BRASIL, 2012, Art. 9, inciso I). Não fica esclarecido no decorrer do texto, entretanto, o que é essa cultura de prevenção de desastres e de que modo fomentá-la. O mesmo acontece no *Marco de Hyogo* em que a cultura aparece ora como um aspecto de diferenciação que precisa ser respeitado na criação e aplicação de políticas públicas, ora como um conjunto de conhecimentos e ações voltado para a prevenção e mitigação de desastres que precisa ser promovido. Esse último sentido pode ser mais facilmente visualizado em ambas citações supramencionadas e é sobre essa acepção que iremos trabalhar. Destarte, procuramos em outras publicações ligadas direta ou indiretamente à Secretaria Nacional de Defesa Civil, a maneira pela qual essa temática aparecia, buscando alcançar contornos mais nítidos à essa questão.

Trabalhamos, sobretudo, com um conjunto de publicações produzidas pelo projeto *Promoção da Cultura de Riscos de Desastres (PCRD)* desenvolvidas pela Secretária Nacional de Defesa Civil (SEDEC), em cooperação técnica com o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED UFSC), entre os anos de 2010 e 2011. Em um conjunto dos materiais, *Caderno Especial: Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas*, declara-se que o objetivo principal seria na ampliação de troca de conhecimentos entre os diversos atores sociais ligados à defesa civil, em especial, na promoção da cultura de risco de desastre (CEPED, 2010). Os diversos autores que compõem os trabalhos apresentados nas edições do *Caderno* expõem distintas visões sobre cultura de risco de desastres. Silveira, Santos & Balter (2010) buscam fazer uma interface entre as noções de risco e de cultura, abordando brevemente as nuanças de definições para cada um desses conceitos. O risco é trabalhando tanto no que tange aos riscos ambientais propriamente ditos quanto aos riscos agravados pela atividade humana, encarando-o como “um objeto social que faz parte do cotidiano do homem...” (SILVEIRA,

SANTOS & BALTER, 2010), que deve ser inserido na pauta de discussão da população nas políticas de gestão, possibilitando o uso dos valores culturais e experiência dos indivíduos na construção da percepção de risco. Nesse sentido, a cultura é vista mais como um dos elementos que interferem na percepção e produção do risco do que como uma finalidade a ser alcançada através da mudança culturais.

Guzi & Cartagena (2010), mesmo tratando da percepção de riscos, adotam uma assertiva mais pragmática ressaltando a necessidade de uma mudança cultural tanto na percepção quanto nas práticas relacionadas aos desastres. As autoras partem de uma visão – que será sustentada por diversos outros autores – de que a orientação da sociedade brasileira na temática de desastres é voltada essencialmente para as ações de resposta e reconstrução, revelando uma passividade no que concerne aos esforços de prevenção, preparação e mitigação. *Cultura* é trabalhada como o processo de construção e reconstrução da realidade pautada na interação social, elemento importante para reconhecer formas de mobilização social – esta última, por sua vez, seria o cerne para uma mudança cultural que altere as percepções e valores sociais atribuídos os riscos, vulnerabilidades e ameaças à sociedade (GUZI & CARTAGENA, 2010). Adotando o esquema apresentado por Henriques (2002), a mobilização social e mudança de comportamento podem ser alcançadas a partir de uma série de critérios de vinculação agrupados em escala, cujo objetivo final seria a busca por corresponsabilidade. Transportando o sentido de corresponsabilidade para as situações de risco, o sentimento de corresponsabilidade seria a compreensão do sujeito ser simultaneamente afetado e fabricante do risco, declaram Guzi & Cartagena (2010). As autoras finalizam fazendo uma distinção entre *cultura de desastres* e *cultura de risco de desastres*: a primeira se refere às ações pós desastre, resposta e reconstrução, baseada em comportamentos de conformismo, inércia e aceitação; a segunda, por outro lado, age primordialmente nas etapas pré-desastre – prevenção e preparação – objetivando construir comunidades mais seguras (GUZI & CARTAGENA, 2010).

Ainda que similares na temática de mobilização social, Furtado & Lopes (2010) agregam a esta a esfera da gestão pública. Sua análise toma em conta, sucintamente, desafios históricos, sociais e econômicos legados pelo modelo de desenvolvimento adotado no país e suas consequências nas diversas áreas, apontando como a expansão demográfica desordenada, o aumento das desigualdades sociais e o processo de marginalização social que se seguiram, potencializaram as vulnerabilidades sociais das comunidades recorrentemente

atingidas por desastres. As autoras reiteram acepção de que as ações tomadas no Brasil privilegiam, sobretudo, intervenções pós-desastre, contudo, enfatizam o papel que os gestores públicos têm na manutenção desse panorama, e a necessidade de incluir a comunidade no processo de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas no gerenciamento de emergência a fim de modificar tal quadro social. Furtado & Lopes (2010) respaldam-se em especial nas recomendações dadas pelas Nações Unidas no Marco de Hyogo e na Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD), reforçando a necessidade da participação social para maior êxito na redução de desastres e aumento da resiliência nas comunidades vulneráveis.

Os demais especialistas que colaboraram na produção das edições do *Caderno Especial* trouxeram propostas que caminharam entre o foco na sociedade ou a maior atenção às questões pertinentes aos gestores públicos e à atuação da Defesa Civil nos três níveis federados. Mesmo não estabelecendo uma definição para *cultura de redução de risco de desastres*, esta parece estar ligada a dois âmbitos: o da percepção dos riscos e o da reação prática com ações voltadas à prevenção e à preparação. Os pesquisadores concordam, porém, com a assertiva de que seja a sociedade, seja o poder público, ou ambos, estes ainda se baseiam em comportamentos, percepções e ações que privilegiam os esforços de resposta e reconstrução, ou seja, o pós-desastre, em detrimento de um paradigma concentrado nas ações pré-desastre, a saber, prevenção e preparação.

Em parcela significativa dos trabalhos, como destacado em Guzi & Cartagena (2010), os autores classificam essa priorização das atividades pós-desastre como frutos de conformismo, inércia e aceitação – especialmente recorrente é o uso desses adjetivos ao comentarem sobre as comunidades vulneráveis e em situação de risco, bem como sobre a sociedade de maneira geral. É, sobretudo, a partir dessa assertiva que iremos problematizar alguns rumos tomados na discussão acerca da *cultura de redução de risco de desastres.*

Ressaltamos de antemão que não nos aventuraremos pelo espinhoso debate antropológico acerca do conceito de cultura. O que gostaríamos de destacar centra-se na noção supramencionada de considerar os comportamentos – ou a falta deles – em relação ao desastre como um sinal de apatia, inércia e conformismo. Concordamos com a alegação de que, no Brasil, tanto em relação à gestão de emergência quanto à mobilização social, permanece o foco nas medidas pós-desastre. Entretanto, em relação à sociedade civil, essa assertiva precisa ser um pouco mais aprofundada. No que tange ao aspecto institucional, por

exemplo, a presença da estrutura de Defesa Civil nos municípios ainda é insuficiente, abrangendo 50% dos municípios do país em 2013 (IBGE, 2014), sendo que em parte significativa desses locais, o número de pessoal envolvido é módico. Os principais desastres que afetam o país, como os decorrentes de enchentes, enxurradas, alagamentos e deslizamento de terra, são potencializados por problemas no uso e ocupação do solo urbano, indicando, portanto, falha em ao menos uma das etapas envolvidas no processo de gestão dessa área. Ainda que os autores anteriormente mencionados não ignorem tal questão, defendemos que seu tratamento permanece superficial. Se, de fato, as pessoas continuam a ocupar áreas consideradas de risco, isso não acontece apenas por uma percepção equivocada dos riscos ou da gravidade de um eventual desastre. Como aborda Maricato (2011), a ocupação do solo urbano possui dois grupos de atores centrais: por um lado, um grupo econômico, político e socialmente abastado que vive do mercado imobiliário altamente especulativo e, de outro, uma população socialmente excluída que, marginalizada, não vê outra solução além de ocupar terrenos irregulares, com a construção precária e pouco ou nenhum conhecimento da legislação pertinente. Não se trata, este último, de um ator completamente passivo ou inerte; o risco enquanto conceito é temporalmente situado no futuro, tratando-se de uma possibilidade, antes que de um fato dado ou completamente previsível. A realidade cotidiana, entretanto, converge com muito mais força e urgência na vida de pessoas que têm poucas perspectivas de futuro. Ademais, ressalta Quarantelli (2008), a noção de que as pessoas são apáticas diante dos desastres geralmente mostra-se uma espécie de "mito" propagado, sobretudo, pela mídia de massa, tendo esse tipo de comportamento pouca verificação na realidade.

Para entender a produção social do desastre, especialmente no contexto brasileiro, as escolhas e consequências do desenvolvimento econômico adotado ao longo da história, bem como outras formas de produção e manutenção das desigualdades sociais precisam tomar lugar central no debate sobre desastres. Mesmo cientes das gravidades e resultados traumáticos das experiências de desastres, não podemos esperar grandes mudanças comportamentais de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco se não lhes forem apresentadas alternativas viáveis para a reconstrução de suas vidas. E, nesse sentido, a desconfiança institucional por parte da sociedade civil não pode ser deixada de lado: a sociedade de modo geral, mas sobremaneira, as parcelas da população historicamente negligenciadas pelo poder público apresentam dificuldade em estabelecer relações pautadas na confiança junto ao Estado, uma

vez que a face deste que normalmente lhes é familiar consiste apenas no aparato repressivo. No que tange à gestão dos desastres, o Estado, na forma da Defesa Civil, remete comumente ao processo de desalojamento das casas em situação de risco, consistindo numa relação, no mínimo, delicada, entre Estado e população. Desse modo, urge uma mudança mais profunda tanto nas causas raízes de produção e manutenção das desigualdades quanto no estreitamento das relações entre poder público e sociedade civil.

Por fim, no que concerne à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), no seu âmbito institucional, muito ainda precisa ser trabalhado. A interação entre os entes federados precisa ser coordenada e cooperativa, bem como a relação entre municípios e estados, uma vez que é preciso ter uma visão mais ampla do problema, na medida em que uma política pública de caráter ambiental não se restringe aos limites políticos de estados, municípios ou da União. A gestão de risco de desastres deve estar intrinsecamente ligada – como prevê a própria PNPDEC – a outros instrumentos de gestão do solo e de recursos hídricos, não podendo ser pensada de maneira isolada. Além disso, urge incentivar a sociedade civil a participar de todo processo político envolvendo as diversas etapas de elaboração, implementação e avaliação das políticas locais de redução de risco de desastres.

Conclusão

Sem ter a pretensão de esgotar o tema, o presente trabalho buscou apenas chamar atenção para o grande desafio que a questão dos desastres suscita, seja no âmbito teórico, seja no prático. Procuramos atentar aos diferentes destaques dados pelos autores mencionados à noção de *cultura de redução de riscos de desastres* no material produzido em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ainda que o C*aderno Especial* não buscasse exaurir a discussão, muito antes, iniciá-la, insistimos que o debate sobre o papel das desigualdades na produção e manutenção de cenários de risco ainda é incipiente. Não podemos, porém, nos furtar em discutir a posição negligente do Estado frente às populações vulneráveis em razão das escolhas de desenvolvimento econômico adotadas local ou globalmente. Ainda que isso tenha sido mencionado nos trabalhos, o foi apenas marginalmente no conteúdo do *Caderno*, e quando acontecia, não tratava das responsabilidades de Estado, iniciativa privada e sociedade civil com a mesma justiça.

Que é necessária uma educação sobre os riscos de desastres, sobre a dinâmica da natureza e nosso papel na produção destes riscos, não há dúvidas. Entretanto, precisamos identificar e discutir com seriedade as responsabilidades dos diversos atores envolvidos no processo de construção dos riscos de desastres. Só assim será possível falarmos em mobilização social e mudança cultural em prol de uma cultura de redução de risco de desastres.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC. Autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Legislação informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2012/lei-12608-10-abril- 2012-612681-publicacaooriginal-135740-pl.html>. Acesso em: 24.08.2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução Normativa n. 1, de 24 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**. Seção 1, n. 169, quinta-feira, 30.08.2012.

CENTER FOR RESEARCH ON EPIDEMIOLOGIY OF DISASTER-CRED. **The Human Cost of Natural Disaster-2015:** a global perspective. UCL, 2015.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (CEPED UFSC). Caderno Especial: Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas. **Com Ciência Ambiental.** 2010

FURTADO, J. R.; LOPES, D. C. Mobilização Social na Gestão de Risco e de Desastres. Caderno Especial: Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas. **Com Ciência Ambiental.** Ed. 28, 2010.

GUZI, D.; CARTAGENA, S. M. C. Mudança Cultural e Percepção de Risco de Desastres. Caderno Especial: Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas. **Com Ciência Ambiental.** Ed. 27, 2010.

HENRIQUES, M. (Org). **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social.** Belo Horizonte: Gênesis, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.** Rio de Janeiro, 2014.

MARICATO, E. **As tragédias urbanas**: desconhecimento, ignorância ou cinismo? Minha Cidade, v. 11, p. 1-4, 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3795> Acesso em: 06.08.2015.

QUARANTELLI, E. **The Earliest Interest In Disasters And Crises, And The Early Social Science Studies Of Disasters, As Seen In A Sociology Of Knowledge Perspective**. Working Paper #91. Newark. University of Delaware. Disaster Research Center, 2009.

QUARANTELLI, E. **Conventional Beliefs and Counterintuitive Realities.** Article#450. Disaster Research Center. University of Delaware, 2008.

SECRETARIA INTERINSTITUCIONAL DE LA ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA REDUCCIÓN DE DESASTRES DE LAS NACIONES UNIDAS (EIRD/ONU). **Introducción al Marco de Acción de Hyogo 2005-2015**: Aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres. Ginebra, Suiza, 2005. Disponível em: <http://www.unisdr.org/hfa>. Acesso em: 25.08.2015.

SILVEIRA, P. G.; SANTOS, A. C. F.; BALTER, T.S. Percepção de Riscos em Áreas Costeiras: Um estudo do município de Arraial do Cabo. Caderno Especial: Percebendo Riscos, Reduzindo Perdas. **Com Ciência Ambiental.** Ed. 29, 2010.

O "DESENVOLVIMENTO" E OS ATINGIDOS PELA HIDRELÉTRICA DE IRAPÉ NO ALTO JEQUITINHONHA

Renata Cristina Santos
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Resumo: A partir do "Programa Novo Jequitinhonha", na década de 80, é prevista a disseminação de barragens, entre elas a Usina Hidrelétrica de Irapé, inaugurada em Junho de 2006. Pretende-se verificar o processo de implantação da Hidrelétrica de Irapé e como o conceito de "desenvolvimento" é utilizado para justificar a sua implantação. O conceito de "desenvolvimento" é discutido sob várias perspectivas, entre elas a que o associa ao crescimento econômico. Existe ainda, uma visão mais abrangente que o associa a outras formas de "desenvolvimento", como o social, econômico, político, cultural. No entanto, projetos como a Hidrelétrica de Irapé baseiam-se na ideia de "desenvolvimento e progresso", o que "justifica" sua implantação, mesmo em detrimento de milhares de atingidos que tiveram que deixar seus territórios. Desta forma, este trabalho, baseado em análise bibliográfica e pesquisa de campo pretende mostrar, que nem todos os moradores do Vale do Jequitinhonha compartilham da visão dominante de desenvolvimento e, não querem ter suas vidas modificadas por empreendimentos desenvolvimentistas e que, a implantação da Hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha promoveu a desterritorialização de atingidos, ocasionando mudanças nas práticas culturais e nos modos de vida dos reassentados no Alto Jequitinhonha.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha; atingidos; territorialidade.

Abstract: From the "New Program Jequitinhonha", in the 80s, is expected to spread dams, including the Irapé hydroelectric plant, which opened in June 2006. It is intended to check the of hydroelectric Irapé implementation process as well as the way that the concept of "development" is used to justify its implementation. The concept of "development" is discussed from various perspectives, including that the links to economic growth. There is also a broader vision of "development" related to social, economic, political, cultural. However, projects such as the hydroelectric Irapé are based on the idea of "development and progress", which "justifiy" its implementation, even at the expense of thousands of affected who had to leave their territories. Thus, this work based on bibliographic analysis and field research aims to show that not all residents of the Jequitinhonha Valley share the dominant view of development and do not want to have their lives changed by development projects and the implementation of hydroelectric Irapé in Jequitinhonha Valley promoted the dispossession of people affected, resulting changes in cultural practices and livelihoods of resettled in Alto Jequitinhonha.

Keywords: Jequitinhonha Valley; achieved; territoriality.

1. A Hidrelétrica de Irapé e o conceito de "desenvolvimento"

A partir de análises realizadas por Zhouri e Oliveira (2005), verifica-se que houve, no início da década de 1980, uma nova frente de expansão por intermédio do "Programa Novo Jequitinhonha", que previa a disseminação de projetos de barragem para geração de energia, entre elas a Usina Hidrelétrica de Irapé. Especificamente em 1986, de acordo com Zucarelli (2006), a partir do "Programa Novo Jequitinhonha", foi prevista a construção de dezesseis hidrelétricas, onze delas no rio Jequitinhonha, como a hidrelétrica de Irapé.

Conforme Hermet (2002), até o século XIX, ainda não se falava de desenvolvimento, mas apenas de progresso. De acordo com o mesmo autor, no período de consolidação do Estado, no Brasil, e de suas agências econômicas, surgiu, a partir de 1945, a ideologia "desenvolvimentista", sob influência de orientação política dos Estados Unidos. A questão econômica passava então a ser utilizada para atrair os povos considerados deserdados da África, Ásia e da América Latina. Nascia, nesse contexto, o conceito de subdesenvolvimento, utilizado pelo presidente norte-americano Harry Truman no "Discurso sobre o estado da União". De acordo com o presidente, era necessário utilizar o progresso científico e a indústria para a promoção de melhorias das condições de vida e crescimento econômico nas regiões subdesenvolvidas.

Conforme Steva (2000), no discurso de posse realizado por Truman, são definidos quem é desenvolvido e quem é subdesenvolvido[1]. Criava-se, assim, uma percepção do "eu" e do "outro" e, consequentemente, ideias de discriminação eram elaboradas em relação às diversas sociedades que passavam a ser consideradas como subdesenvolvidas. Steva (2000) verifica, ainda, que o conceito de desenvolvimento sofreu outras mudanças quando o termo passou a ser reduzido ou associado ao crescimento econômico.

Hermet (2002), por sua vez, considera que, na América Latina, as ideologias[2] de desenvolvimento conservavam até período recente uma lógica "macroeconômica". Existia, dessa forma, um apreço pelas elites e desprezo direcionado ao "microdesenvolvimento", ou menosprezo pelos sentimentos das pessoas comuns.

> E não deixou de ser característico nas épocas do "desenvolvimento" triunfante e do "antidesenvolvimentismo", durante o período compreendido entre 1950 e 1970. Subsistiu com a mesma força ou até com mais força ainda depois da brutal virada "neoliberal" posterior a 1980 e começa apenas a dissipar-se sob o impacto dos estragos ocasionados pela abertura dos intercâmbios, [...] e o relativo questionamento do papel do Estado (HERMET, 2002 p. 26).

Prado Júnior (1999), por sua vez, considerou a problemática de nosso tempo como centralizada em torno do "desenvolvimento". Conforme o autor clássico do pensamento

[1] Conforme Steva (2000), a era desenvolvimentista teve início com Truman. No entanto, o termo subdesenvolvimento havia sido utilizado anteriormente. Wilfred Benson, membro do Secretariado da Organização Mundial de Trabalho, provavelmente cria a palavra, quando em 1942, ao escrever suas bases econômicas, faz referência às "áreas subdesenvolvidas".

[2] De acordo com Hermet (2002), o conceito de ideologia utilizado diz respeito ao conjunto de diferentes crenças, princípios de atitudes, que governaram na América Latina, as representações e práticas econômicas de maneira rígida, que contribuíram para encobrir a caráter dos modelos dominantes em momentos sucessivos.

brasileiro, o "desenvolvimento" tem alicerce no crescimento econômico, ou a teoria do "desenvolvimento" se desdobra a partir da teoria econômica, devido às análises e explicações baseadas nos modos de produção que impactam a vida nas sociedades modernas.

Martins (1999), por sua vez, elabora também análises relacionadas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. De acordo com este autor, a ênfase no crescimento não é nova, pois lembra confrontos da mesma época dos anos de 1950 e 1960 e no período militar. Seja como for,

> Uma preocupação, porém, que poderia e deveria ser desdobrada criticamente para que pudéssemos também, examinar a hipótese oposta e alternativa de que, no fim das contas, é a modalidade de crescimento econômico o que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político da sociedade brasileira. A melhor alternativa de interpretação, porém [...] é a de que esses fatores e condições se combinam numa espécie de causação circular e cumulativa [...] (MARTINS, 1999, p. 53).

Martins cita, nos anos de 1950, Florestan Fernandes que já discutia a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento e à modernização no âmbito das classes subalternas e das populações pobres, rurais e urbanas. Seu discípulo, Octavio Ianni também trabalhou de maneira crítica com a concepção de crescimento econômico, de modo a analisar as dificuldades representadas pelo atraso da economia brasileira e sua condição de subalternidade internacional. Segundo Martins:

> Ao invés da concepção quantitativa e linear de crescimento (econômico), Ianni sugeria a concepção dialética de desenvolvimento (histórico) que levasse ao exame das contradições estruturais (e, portanto, políticas e de classe) que erguiam obstáculos às transformações na sociedade brasileira (MARTINS, 1999, p. 56).

Para Martins (1999), no marco do desenvolvimento juscelinista, nos anos de 1950, vigorou um clima de preocupação com a superação do atraso econômico ainda que de menor preocupação com o atraso político, representado pelo clientelismo das oligarquias regionais. Neste sentido, a experiência transformadora do governo de Juscelino Kubitschek assegurava "apoio para seu projeto de desenvolvimento econômico e de modernização da sociedade brasileira, supondo que as elites regionais e oligárquicas, beneficiárias do atraso e por ele responsáveis, legitimariam seu poder modernizador" (MARTINS, 1999, p. 59).

Conforme Ribeiro (2008), o "desenvolvimento" está relacionado com diversas visões e posições políticas, e vinculam ainda à expansão econômica. Em decorrência, são ocasionadas lutas de poder entre instituições e atores, onde os mais poderosos entre estes últimos podem ser designados como "indústria do desenvolvimento". Os atores e instituições que detêm menor poder sofrem consequências, a exemplo da destruição dos povos indígenas, ribeirinhos, e de suas formas culturais bem como das relações com seus territórios, através de reassentamentos construídos por empresas.

Aproximando-se das análises realizadas por Zhouri (2005) e Zucarelli (2006), quanto a considerar o "desenvolvimento" associado não somente ao fator econômico. Paula (2011) sugere que o conceito deve abranger outras formas de "desenvolvimento". Segundo o autor, o conceito passa por modificações, depende de métodos que são utilizados para explicá-lo e é definido historicamente, revelando situações de dominação capitalista. A conceituação de desenvolvimento de Paula (2011) aproxima-se, assim, do conceito de fato social de Mauss,[3] porquanto o desenvolvimento somente pode ocorrer quando outras formas de desenvolvimento estiverem envolvidas, ou quando o desenvolvimento social, econômico, político, cultural, institucional, ambiental também existirem. O desenvolvimento precisa existir de maneira total, não apenas associado ao econômico, mas associado às outras formas de desenvolvimento, ou de acordo com o autor em questão, precisa ser fato social total.

De acordo com as explanações acima, a concepção de desenvolvimento esteve associada ao crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento apenas seria alcançado de modo quantitativo ou a partir de índices que comprovassem sua concretização. Nesse sentido, para Zhouri et al. (2005), a ideia de "desenvolvimento e progresso" orienta o processo de modernização do país e sua inserção no contexto de globalização econômica, mesmo que, para que hidrelétricas sejam instaladas, comunidades rurais sejam deslocadas de seu território.

Dessa maneira, se considerarmos as explanações referentes à associação entre crescimento econômico e "desenvolvimento", "justifica-se" a instalação da Irapé como meio de implementar o "desenvolvimento" na região do Vale do Jequitinhonha, devido à visão que normalmente o associa à ideia de "Vale da pobreza". No entanto, os projetos em geral, considerados desenvolvimentistas não promovem o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, do pinto de vista de que a maioria da população da região não é beneficiada.

[3] Conforme Mauss, "alguns fatos sociais, como a dádiva, eram capazes de atravessar, de fazer interagir todo o complexo social, do individual ao coletivo, do sincrônico ao diacrônico" (PAULA, 2011, p. 34).

Segundo análise de Zhouri et al (2011), nem todos os moradores do Vale do Jequitinhonha compartilham da visão dominante de desenvolvimento, e não querem ter suas vidas modificadas por empreendimentos desenvolvimentistas. Algumas comunidades, como as ribeirinhas, possuem um modo próprio de produção econômica, social e cultural. Entretanto, isso não significa dizer que não há um reconhecimento da necessidade desenvolvimento de suas formas produtivas ou uma exclusão da importância da economia. Como afirmam os autores, sobre as comunidades ribeirinhas.

> A sua rejeição aos projetos desenvolvimentistas não significa o desejo de estagnação ou de permanência em uma espécie de passado contínuo. Ao contrário, querem participar e produzir o desenvolvimento da região, com base nas condições locais, moldando o seu próprio destino (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2011 p. 186).

A fala a seguir confirma a afirmação da Zhouri e corresponde ao resultado de minha pesquisa junto aos reassentados no município de Diamantina. É possível perceber como um atingido pela hidrelétrica de Irapé justifica que não é contra o progresso, mas é contra a maneira como o progresso é instaurado. Em uma reunião com representantes de Grão Mogol, o atingido e uma equipe, da qual participavam professores universitários, comentam sobre o progresso. O atingido compreende a importância da transparência no processo que envolve a instalação de uma barragem e como esta deve beneficiar primeiramente os atingidos. Em conversa com um prefeito, o senhor J[4]:

> nós não somos contra o progresso, nós somos contra o progresso da maneira que ele é chegado, sem muitas vezes, chega até você que é prefeito e não chega lá na grota onde que está um morador lá e sobrevive lá, às vezes de um quintalzinho de uma rocinha lá. E então nós estamos aqui pra falar pro senhor o seguinte, que todo o progresso ele tem que chegar até o cidadão mas, quando ele, beneficia primeiro quem é atingido [...]. Então, por isso que nós viemos cá, pra falar pra conversar com o senhor isso, que a gente trabalha e nós não somos contra o progresso, nós queremos fazer com que o progresso chegue até o cidadão de uma maneira transparente, da maneira transparente, não chegando sufocando do modo que é construído até hoje no Brasil e do progresso que vem de interesse dos grandes (J., Entrevista, 06/12/2014).

Para Zucarelli (2006) as políticas públicas que propõem desenvolver a região são o reflexo do contrário. Segundo o autor mencionado:

[4] Para resguardar os atingidos entrevistados, optou-se por identificá-los pela primeira letra do nome.

> São projetos impositivos, alienados das condições ecológicas e societárias do lugar, e que geralmente repercutem na exclusão dos pequenos agricultores. O modelo de desenvolvimento sugerido pelo governo estadual, fundado em padrões de vida urbano-industrial, torna-se contrário à complexa relação dos pequenos proprietários com as formas de concepção, apropriação e usos de suas terras e de suas dádivas naturais (ZUCARELLI, 2006, p. 56).

Conforme o pesquisador, as opiniões de moradores do Vale do Jequitinhonha divergem do discurso econômico do Estado e evidenciam a importância da agricultura familiar. Eles relatam ainda a importância de parcerias e acordos realizados junto com os moradores do Vale do Jequitinhonha (ZUCARELLI, 2006).

Dessa maneira, os projetos que procuram "desenvolver" o Vale do Jequitinhonha, a partir de políticas econômicas, resultam na expropriação de comunidades de seus territórios, como ocorreu com milhares de pessoas, desapropriadas pela implantação da usina hidrelétrica de Irapé. Nas palavras do autor, "a construção da usina de Irapé é, assim, mais um exemplo da perpetuação de um dado modelo econômico instituído para o Vale do Jequitinhonha" (ZUCARELII, 2006, p. 57), que promove modificações socioculturais nos modos de vida das populações desalojadas, fazendo prevalecer o privado "sob a égide de uma "cultura do bem comum". Essa "cultura do desenvolvimento" que pressupõe que todos teriam um futuro melhor, maior qualidade de vida, enfim, uma melhoria de "comum acordo" (ZUCARELLI, 2006, p. 57). Dessa forma, a visão desenvolvimentista continua presente no Brasil, e faz com que o Estado de MG, empresas e as elites mineiras viabilizem a implantação de obras, como a Irapé.

1.1 Atingidos pela hidrelétrica de Irapé

A Hidrelétrica de Irapé encontra-se localizada no rio Jequitinhonha, o acesso ao eixo do barramento se dá a partir da ligação entre a Rodovia BR 367. A barragem é considerada um empreendimento de enormes extensões. O lago da Hidrelétrica em questão abrange sete municípios: Cristália, Berilo, Grão Mogol, Botumirim, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas, Turmalina. Dos remanejamentos ocorridos, 565 famílias foram reassentadas em 18 municípios. Depreende-se que muitas famílias foram reassentadas em outros municípios, que não os de origem.

A comunidade, analisada ao longo da pesquisa, encontra-se situada na fazenda denominada Riacho da Porta, localizada à margem direita do Rio Jequitinhonha, no município de Diamantina. A fazenda possui uma área de 2033,96 hectares, dividida em 17 lotes. Os atingidos

reconhecem que quatorze famílias foram reassentadas pela Cemig. No entanto, outra família atingida também foi reassentada no mesmo local, o que configura a existência de reassentamento de quinze famílias. A mudança das famílias para a fazenda aconteceu na primeira semana de Setembro de 2005, e era feita de duas ou três famílias por vez.

A disposição das quatorze famílias na fazenda, respeitou de maneira significativa a forma de distribuição das casas, construídas no antigo território. Tal atitude evitou conflitos por parte dos atingidos que aceitaram a proposta de manter a ordem de existências das moradias no antigo município. No entanto, pequenas mudanças foram notadas, houve uma troca consensual entre dois moradores, porque uma das referidas famílias queria ficar mais próxima da casa dos pais.

Com relação às quinze famílias que se mudaram para a fazenda, e às mudanças na comunidade, um reassentado vendeu as terras para outra família porque possuía um filho que precisava de cuidados médicos, e um outro reassentado também vendeu a terra, porque a esposa trabalhava próximo as terras de onde vieram, mas ainda frequenta a comunidade. De acordo com os reassentados, existem na fazenda dois lotes vagos, que seriam dos reassentados de Cana Brava e que se recusaram a deixar as terras de origem.

De acordo com os moradores, existem, na atual comunidade, vinte e duas famílias, que originaram dos casamentos dos filhos dos reassentados. Alguns se casaram com mulheres que viviam próximas das localidades de Virgem da Lapa, e um deles se casou com uma moça de Diamantina. Foi mencionada por alguns reassentados, a existência de outro morador que também vive na fazenda Riacho da Porta, trata-se de um dos herdeiros da fazenda, que segundo relatos dos atingidos, se recusou a deixar a fazenda. Tal morador, posteriormente comprou alguns hectares de terra de um dos reassentados, e atualmente vive junto dos atingidos.

A seguir, comenta-se um pouco sobre algumas mudanças sofridas pelos atingidos. Foram verificadas mudanças na maneira de celebrar as cerimônias religiosas e no modo de produção da comunidade atingida. Tais mudanças resultam do processo de deslocamento sofrido pelos atingidos.

1.2 A religiosidade

Algumas práticas religiosas continuam sendo realizadas pelos atingidos ao longo do ano. Comemora-se, por exemplo, a festa de São Pedro, no mês de Junho. Este ano, a festa

de São Pedro aconteceu nos dias 27 e 29 de Junho, onde foi celebrada uma missa, seguida de "levantar o mastro", em seguida ocorreu um leilão, e por fim foi servida comida para todos que estiveram na comunidade celebrando a festa. Os reassentados mencionam a participação de parentes que moram próximos das terras em que viviam. Sendo assim, a festa de São Pedro faz com que os parentes possam se reencontrar novamente.

As mudanças são notadas pelos reassentados. No momento anterior ao processo de deslocamento, a comemoração de São Pedro acontecia com mais tranquilidade, havia uma procissão que ocorria durante o dia, e não havia pressa para acabar. Atualmente, todos os rituais da festa são realizados em um único momento e durante a noite. Sobre isso, comentou a reassentada, M. H.:

> (Pesquisadora: A festa de São Pedro esse ano, foi muito diferente da festa que era lá?)
>
> M. H.: Um pouco diferente, que lá tudo assim, lá tinha mais tempo pra tudo, era procissão, lá tinha procissão durante o dia, do andor era diferente [...], quando era a noite tinha a procissão da bandeira, tinha a levantação do mastro, aqui o padre já chega à tarde, só tem a procissão da bandeira só. É diferente, lá a gente fazia caminhada com o andor (M.H., Entrevista, 26/07/2015).

No território alagado, comemorava-se também a novena de Nossa Senhora de Lourdes, ao longo do mês de maio. Na comunidade atual, as rezas acontecem no primeiro dia e no último do mês, A comunidade se reúne na casa de um reassentado para terminar a novena, é servido um café e biscoito para finalizar a comemoração. A diferença entre a realização da cerimônia atual e a anterior era a existência uma pequena igreja erguida pela comunidade especificamente para a novena de Lourdes. A construção do referido local surgiu da demanda dos moradores que ficavam na casa de um dos reassentados para a reza de Lourdes onde também havia na casa um altar no quarto. Devido à quantidade significativa de pessoas, veio a ideia de construir um local para realizar a celebração mas, atualmente, não há na comunidade a existência de um local apropriado para a novena, que volta a ser realizada na casa da família de um reassentado.

Outra diferença com relação às festividades no território anteriores à mudança diz respeito à festa do Divino do município de Turmalina. A festa mencionada ocorria nos meses de maio, junho e julho, e o giro do Divino começava na casa de um morador e era levado às demais casas da comunidade de Cana Brava de maneira que se arrecadava dinheiro para comemorar a festa do Divino no mês de julho. Comemora-se, também, a festa do Divino na

fazenda, em um único dia deste ano, e o dinheiro arrecadado com o giro fica para a celebração de São Pedro ou para a Igreja. Neste ano, comemorou-se em junho, com o giro indo às casas dos moradores da comunidade, e terminando com um jantar servido a todos os participantes, quando se reza o terço acompanhado de um leilão.

É possível notar um esforço dos reassentados para que tais cerimônias continuem a ser celebradas, não exatamente da maneira que eram realizadas antes, mas de modo a tentar manter a identidade da comunidade. Observa-se também que, as comemorações antes realizadas no outro território permanecem vivas na memória. As tentativas de continuidade das festas fazem com que a ruptura provocada pelo deslocamento de algumas estruturas do grupo tenha alterado a forma de realizações das celebrações, pois o território anterior não existe mais. No entanto, para não se sentir perdido, existe a busca de ponto de apoio, adaptações nas maneiras de realizar as comemorações, de interagir com o novo território ocupado, para que as lembranças possam sobreviver e a identidade coletiva possa ser preservada (LUCENA, 1997). No entanto, as práticas realizadas pela comunidade atingida, como as religiosas, não poderão ser reproduzidas da maneira que eram realizadas antes do deslocamento.

1.3 Entre "territórios"

Assim como no caso das transformações observadas nas práticas religiosas, foram verificadas mudanças na maneira de produção da comunidade, decorrentes do processo de territorialidade, considerado como o esforço de um grupo para usar e ocupar, controlar o ambiente, esforço, segundo Little (2003), da comunidade pesquisada construir uma "nova territorialidade".

Foram verificadas tentativas de adaptação nas terras da fazenda, onde há produção de alimentos para consumo e para comercialização em outras localidades. De acordo com os atingidos, no primeiro ano em que se mudaram para a fazenda, houve uma produção considerável de alimentos. No entanto, o processo de desterritorialização dos atingidos, processo desencadeado pelo Estado e pela Cemig, que promove a destruição de formas culturais de comunidades atingidas, "uma desterritorialização como perda de acesso à terra, terra vista não só no seu papel de reprodução material, num sentido físico [...], mas também como *locus* de apropriação simbólica" (HAESBAERT, 2005, p. 1772), sem tirar a noção da importância da terra para os reassentados – muitos justificam a escolha da terra porque eram

boas para produção – ao contrário, manifesta-se nos atingidos no sentimento da falta das terras de origem, e por isso, o hábito de visitas à sua antiga morada.

Há poucos meses um atingido foi novamente com alguns filhos em Cana Brava, mesmo com a derrubada da casa, ele ainda sente falta da morada e do antigo lugar e pretende fazer uma construção no território modificado pela represa. De acordo com a esposa do atingido, ele ainda não esqueceu o local. Em entrevista com o senhor A., a saudade do lugar onde vivia também se manifesta quando retorna ao local de origem:

> Pesquisadora: De vez em quando o senhor volta lá? O senhor lembra quando foi a última vez?
> A: A última vez foi em Outubro do ano passado, eu estive descendo de pé, andando nas beiras lá, onde nós moramos.
> Pesquisadora: o senhor sente falta?
> A: A gente fica recordando o tempo que a gente conviveu ali era uma vida sofrida, que nem estrada não tinha [...] a gente fica recordando o tempo que a gente viveu ali e tem saudade (A., Entrevista, 26/07/2015).

Em outra entrevista, verifica-se a importância do território de herança dos atingidos, e ainda existe um forte apego ao lugar onde viviam.

> Que é da família, é da família que veio do meu bisavô, é tataravó, né, que a vó, a tataravó era escrava. Então, por isso eu falo para você, a gente tem amor na terra no lugar que nasceu, você sai você constrói outra história, mas quando da uma trevazinha a gente quer ir lá para ver e acontece que eu vou lá, eu chego no aterro da casa eu olho puxa vida, eu pego a chorar, eu pego a chorar porque se lembra do tempo de infância (J., Entrevista, 06/12/2014).

A importância da terra para os atingidos, também está relacionada com a maneira com que os camponeses reassentados se relacionam com a terra, e a consideram como um patrimônio. De acordo com Woortmann:

> Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como uma expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p. 12).

Como se disse, alguns reassentados ainda sentem falta do local onde nasceram, e fazem planos de fazer uma casa, para que as visitas possam ser feitas com maior frequência,

pois não esqueceram o lugar, mesmo após o processo de mudança do lugar, sem a existência das casas originais e de todos os moradores.

Nas casas atuais, as reminiscências do passado estão presentes, guardando-se as lembranças das residências originais. Os novos quintais recordam os quintais das antigas moradas, pois grande parte dos reassentados ainda constroem lugares para guardar os produtos que produzem de modo muito semelhante aos que faziam nas antigas terras. Dessa maneira, a presença das antigas lembranças também se materializa no vínculo que ainda existe com o antigo munícipio.

A presença de relações sociais existentes com o território anterior também se revela quando alguns reassentados precisam vender os produtos da atual fazenda em municípios vizinhos. Apenas uma família de reassentados vende seus produtos no município de Diamantina, outros comercializam com municípios vizinhos como Olhos D'Água, e também em Turmalina, munícipio onde era vendido anteriormente. Em entrevista com o senhor A:

> Pesquisadora: Vocês produzem só para casa ou vocês vendem em outro lugar?
> A: Não, produz pra vender.
> Pesquisadora: Vocês vendem onde?
> A: Para todo lado, para região aqui mesmo, Bocaiúva, Olhos D'Água, Diamantina, Turmalina, é o lugar que a gente veio, a gente tem contato muito grande com o pessoal de lá, né, então a gente tem muita facilidade para negociar com o pessoal de lá, até por telefone mesmo você negocia, eles buscam a gente leva (A., Entrevista, 26/07/2015).

Dessa forma, trata-se de uma territorialidade que se constrói, que se faz com a presença dos antigos lugares e lembranças, onde existem ainda comportamentos que tentam lembrar os realizados no antigo território, como a distribuição das casas, mencionada anteriormente. Outro fator observado, e que revela a existência de vínculo com o antigo território, diz respeito à relação com os antepassados, com os mortos. Fato revelado devido a um enterro de um morador de Riacho da Porta, até o momento houve apenas uma morte na comunidade, e seu enterro se deu no antigo munícipio, próximo as terras onde moravam e onde os mortos da comunidade eram enterrados. Sobre o enterro na fazenda, disse uma das entrevistadas:

> G: [...] agora, depois que nós estamos aqui, já morreu só uma pessoa e enterrou em Caçaratiba.
> (Pesquisadora: e foi enterrar lá?)
> G: Foi, ele era de lá eles quis ser enterrado lá, né, pois era o cemitério onde os parentes estão enterrados, achou melhor enterrar lá (G., Entrevista, 28/02/2015).

Os processos referidos revelam características do processo de reterritorialização. Segundo Appadurai:

> A reterritorialização pode envolver o esforço de criação de novas comunidades residenciais localizadas (acampamentos, campos de refugiados, albergues) que se fixam não num imaginário nacional, mas apenas num imaginário de autonomia local ou de soberania de seus recursos. Nestas comunidades em "trânsito", há com frequência um esforço no sentido de criar e defender várias formas de direitos (formais ou informais, legais ou ilegais) que permitam que a comunidade deslocada continue a ser reproduzir sob condições instáveis ao garantir acesso confiável aos meios materiais para reprodução: água, eletricidade, segurança pública, empréstimos bancários (APPADURAI, 1997, p. 11).

No contexto exposto acima, os reassentados da fazenda, mesmo em situações típicas do processo de reterritorialização, procuram dar continuidade às vidas, coexistindo a presença das memórias, do passado e do território atual com sua vivência.

Considerações Finais

Os dados aqui apresentados tornaram visíveis as mudanças na realização de práticas culturais dos atingidos pela Hidrelétrica de Irapé, reassentados no município de Diamantina, no Alto Jequitinhonha, mudanças na maneira de realizar as comemorações religiosas e no modo de produção da comunidade. Apesar de os atingidos terem conquistado o direito de escolher um novo local para morar, verifica-se o rompimento de alguns laços de parentesco, pois nem todos os moradores da localidade optaram pela mudança junto com os demais parentes e conhecidos. Mesmo decorridos quase dez anos de deslocamento compulsório, alguns atingidos ainda sentem falta do território modificado pela represa. Dessa maneira, a ideia de justificar a implantação da Hidrelétrica de Irapé, baseada no suposto "desenvolvimento" econômico do Vale do Jequitinhonha, não revela as dificuldades vivenciadas pelos atingidos que tiveram suas vidas modificadas e não condiz com a realidade de muitos moradores do Vale que não queriam as referidas mudanças nos seus modos de vida.

Referências

APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade:** notas para uma geografia pós-nacional. Novos Estudos Cebrap. n. 49, novembro 1997. pp 7-32.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina,** 10, 2005, São Paulo. Anais. SP: EDUSP, 2005. 1 CD-ROM.

PRADO JR, Caio. **História e desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LITTLE, Paul Elliot. "Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". In: **Anuário Antropológico**, 2002/2003, pp. 251-290.

LUCENA, Célia. Tempo e espaço na "arte da memória". In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** Ensaios de Sociologia**.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MICHERIF, Marcelo; SILVA, Victor Aluísio. C. Cemig Inaugura Irapé. In*:* **Informativo Irapé**. Belo Horizonte: Cemig n. 3, mai./jun. 2006. p. 04-05.

PAULA, João Antônio de. Desenvolvimento: tentativa de conceptualização. In: SOUZA, João Valdir Alves de; PIMENTEL, Maria das Dores Nogueira (org). **Vale do Jequitinhonha:** Desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. São Paulo: Novos estudos - CEBRAP, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia**:** o campesinato como ordem moral. In: **Anuário antropológico / 87**. Brasília: Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.) **Vale do Jequitinhonha:** Desenvolvimento e Sustentabilidade. Belo Horizonte*:* UFMG/PROEX, 2011.

ZHOURI, Andréia; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs) **A insustentável Leveza da Política Ambiental:** Desenvolvimento e conflitos socioambientais**.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política de Irapé:** o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DA EXPANSÃO URBANA/METROPOLITANA EM SÃO LUÍS-MA

Rosirene Martins Lima
UEMA

Nadloyd da Conceição P. Moraes
UEMA

Aérica Souza Malheiros
UEMA

Joallysson Desterro Bayma
UEMA

Resumo: Tem sido frequente a ocorrência de conflitos socioambientais nas cidades brasileiras. No caso das áreas protegidas os conflitos socioambientais resultariam da disputa envolvendo diferentes agentes pela apropriação e uso de determinados espaços e recursos, protegidos pela legislação ambiental. Essa perspectiva privilegia apenas a ótica econômica, deixando de fora a dimensão subjetiva. As "práticas sociais" resultam de uma representação do mundo, onde as dimensões materiais e simbólicas estão intrinsecamente relacionadas. A análise aqui proposta parte do princípio de que os conflitos socioambientais decorrem das diferentes formas de representação, apropriação e uso do meio ambiente. Trata-se de refletir sobre os conflitos socioambientais considerando a maneira como a sociedade se produz e reproduz. E, em se tratando da cidade, atentando para as diferentes formas de produção, apropriação e uso do espaço urbano: suas contradições, diversidade de interesses, diferentes percepções e projetos. A presente reflexão está inserida no âmbito de uma pesquisa que tem como referência empírica a cidade de São Luís no estado do Maranhão. Objetiva refletir sobre os conflitos socioambientais urbanos resultantes não apenas da apropriação e uso das áreas de preservação, mas considerando também as representações dos diferentes sujeitos envolvidos, sobre o meio ambiente.

Palavras-chave: expansão urbana; usos e apropriação; conflitos socioambientais.

Abstract: In Brazilian cities the occurrence of environmental conflicts has been frequent. In the case of areas under environmental protection legislation such conflicts used to result from the dispute involving different agents for the appropriation and use of certain spaces and resources. Prospects like that only favor the economic logic, leaving out the subjective dimension and this particularly relevant because the "social practices" resulting from a representation of the world, where material and symbolic dimensions are intrinsically related. The analysis proposed here assumes that environmental conflicts arise from different forms of representation, appropriation and use of the environment and aims to reflect on the social and environmental conflicts considering the way society is produced and reproduced. Focusing on a city, such reflection is also watch out for the different forms of production, appropriation and use of urban space as well as its contradictions, diversity of different interests and perceptions projects. This reflection is included as part of a research that has as empirical reference the city of São Luís, MA and its aim is to reflect on urban environmental conflicts arising not only the ownership and use of protected áreas but also considering the representations of the environment of different individuals involved.

Keywords: urban expansion; uses and ownership; environmental conflicts.

Introdução

É frequente nas cidades brasileiras a existência de conflitos decorrentes da ocupação de áreas consideradas de risco e de proteção ambiental. O discurso ambiental tem justificado suas ações a partir do entendimento de que a força da cidade que se expande, à revelia do planejamento, acaba por "engolir" a "natureza". Assim, numa "luta contra a cidade" é que se inscrevem as políticas urbanas de ordenamento territorial, que objetivam "proteger as áreas naturais", alegando assegurar "qualidade de vida" para a população, inclusive para as gerações futuras. O problema ambiental ou mais especificamente, o conflito socioambiental, visto sob esse prisma aparta a sociedade da natureza e contribui para a manutenção do dualismo homem/natureza. A noção de conflito resume-se à ideia de apropriação e uso dos recursos naturais.

No caso das áreas protegidas e consideradas de risco, os conflitos socioambientais resultariam da disputa envolvendo diferentes agentes pela apropriação e uso de determinados espaços e recursos, protegidos pela legislação ambiental. Essa perspectiva privilegia apenas a ótica econômica, deixando de fora a dimensão subjetiva. As "práticas sociais" resultam de uma representação do mundo, onde as dimensões materiais e simbólicas estão intrinsecamente relacionadas. Os sujeitos e grupos envolvidos no problema ambiental possuem diferentes interesses e representações de mundo, mais especificamente de meio ambiente (ACSELRAD, 2004).

A análise aqui proposta parte do princípio de que os conflitos socioambientais decorrem das diferentes formas de representação, apropriação e uso do meio ambiente. Trata-se de refletir sobre os conflitos socioambientais considerando a maneira como a sociedade se produz e reproduz. E, em se tratando da cidade, atentando para as diferentes formas de produção, apropriação e uso do espaço urbano: suas contradições, diversidade de interesses e diferentes percepções e projetos. O presente trabalho expõe as reflexões em torno de uma pesquisa em andamento que tem como referência empírica a cidade de São Luís, no Estado do Maranhão.

São Luís enquanto capital concentra o maior contingente populacional do estado, cerca de 1, 5 milhão de habitantes. A ilha onde se situa a região metropolitana de São Luís é cortada por vários rios e composta por uma infinidade de áreas de mangues e nascentes. Na última década a cidade de São Luís vem sendo palco de um acelerado processo de

expansão urbana. O agressivo processo de ocupação, sobretudo por incorporadoras e construtoras imobiliárias vêm implantando seus empreendimentos – condomínios de apartamentos, em áreas de preservação, inclusive destruindo as nascentes.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivos identificar as áreas consideradas de preservação ambiental na cidade de São Luís, bem como os conflitos socioambientais decorrentes das formas de ocupação e uso da cidade. Busca-se esboçar as representações sobre cidade e meio ambiente, dos sujeitos envolvidos nesses processos e conflitos e verificar a existência e o teor das políticas e projetos urbanos para essas áreas.

Um exercício inicial, portanto, deverá se ocupar de uma discussão primeira ainda que breve acerca da legislação ambiental, enquanto instrumento de produção e difusão de uma "idéia oficial" do meio ambiente, e num segundo momento, pontuar algumas situações conflitivas identificadas no processo da expansão urbana da região metropolitana de São Luís.

1. A construção jurídica do meio ambiente

Segundo Hobsbawm (1996), a profunda transformação da sociedade ocorrida nas últimas décadas serviu para colocar em questão os "padrões políticos tradicionais", que se organizavam em torno de bandeiras universais, as quais julgavam capazes de atender as demandas da sociedade. Contudo, esse "universalismo de esquerda", foi incapaz de incorporar as demandas específicas de determinados grupos sociais, fazendo com que os indivíduos passassem a se agregar de acordo com os seus interesses comuns. A despeito desse processo que fez com que emergissem o que foi designado como sendo "novos movimentos sociais" Hobsbawm (1996), chama atenção para o fato de que a única bandeira capaz de ainda aglutinar esses movimentos seria a ecológica, embora tenha ressaltado a sua pequena capacidade transformadora.

O esforço teórico do autor em compreender as dinâmicas sociais em curso, nos remete a uma reflexão sobre a força da bandeira ecológica, que tem se demonstrado um "eficiente" instrumento de coesão social, sobretudo pelo fato de que as questões relacionadas ao meio ambiente vêm sendo tratadas como um elemento "natural", afinal, ninguém seria capaz de se opor aos ideais de preservação, proteção e defesa do meio ambiente. A "questão ambiental" pode se inscrever no processo histórico de construção de novos fenômenos sociais, isto é, de uma "nova questão pública" que é denominada por Lopes de "processo de

ambientalização" (LOPES, 2004). Para esse autor, há uma incorporação nos discursos e nas práticas sociais da dimensão ambiental.

O processo histórico de construção e incorporação do "problema ambiental" enquanto "problema social", implica na transformação dos indivíduos e do próprio Estado, que passam a atentar para questões que não se apresentavam como relevantes. As sociedades elaboram um conjunto de problemas sociais tidos como legítimos e dignos de serem discutidos e, portanto, públicos. Fuks (2001) salienta que a definição do "problema ambiental" se dá num espaço público por meio do debate e da ação. É nesse espaço de disputas que se observa uma pluralidade de visões, embora esse autor ressalte as condições diferenciadas de participação dos diferentes indivíduos, que implica em resultados também diferenciados (FUKS, 2001), sobretudo nas questões de Direito Ambiental que envolve o próprio direito.

No caso específico da definição do "problema ambiental" enquanto "problema público", é importante ressaltar o papel do Direito Ambiental, que produz e difunde um discurso "oficial" acerca do meio ambiente. O discurso do Direito Ambiental tem se demonstrado extremamente eficaz para organizar as relações sociais e, por isso mesmo, tem sido acionado por diversos indivíduos, inclusive, pelo poder público para justificar suas políticas públicas e intervenções.

Assim a eficácia simbólica dos dispositivos se dá em função da forma de como se organiza e se faz funcionar a ideia de meio ambiente, ou seja, veicula-se a ideia da natureza como um bem comum que pertence a todos os membros da sociedade de forma indistinta. O que se propõe é analisar esse processo, buscando afastar qualquer possibilidade de considerá-lo como algo natural, a exemplo do discurso produzido e difundido pelo Direito Ambiental. Aliás, a noção de campo jurídico, tomada emprestada de Bourdieu (1989), serve também para deslocar o debate do plano das ideias e submetê-lo ao das relações sociais.

Já no início da década de 1980, a questão ambiental tornou-se um "problema social" merecedor de uma formulação jurídica. A sua formulação, entretanto, se deu em consonância com os "esquemas jurídicos tradicionais", embora existam tentativas em se afastar desses esquemas. O direito tem se apresentado como se fosse de toda comunidade, mas na verdade representa interesses que se encontram muitas vezes mascarados sob o manto da universalidade. Dado essa universalidade, cabe aos interpretes "descobrir" esse direito.

A imensa maioria dos indivíduos, inclusive os próprios "operadores do direito", tem uma enorme dificuldade em distinguir as noções de direito e justiça de maneira que não

haveria sequer a distinção. Nesse sentido, as pessoas "idealizam o direito", que vai se apresentar "isento" ou imune aos contextos sociais e políticos, o que faz com que o fenômeno social sempre se encontre distante do direito. O distanciamento do direito em relação ao mundo social onde se inscreve remete a discussão jurídica para o plano das ideias, apresentadas como se destituídas de quaisquer valores, isto é, se se pode atribuir valor ao direito, este é o da justiça. A "confusão" delineada entre as noções de direito e justiça tem causado profundas consequências no plano do entendimento que se tem acerca do próprio direito em todos os aspectos, incluindo o Direito Ambiental, como o de se pensar que o direito se encontra a serviço de todos os indivíduos de forma indistinta.

Essa forma de compreender o direito de um modo geral tem servido para "encobrir" os interesses que possam estar em jogo nas diferentes situações que envolvem diferentes sujeitos sociais. Observam-se que os dispositivos ambientais têm sido elaborados e incorporados no âmbito das políticas urbanas sem nenhum questionamento. Assim, tais políticas têm rivalizado com diversos indivíduos e grupos sociais, que na maioria das vezes disputam um mesmo fragmento da cidade. Nesse sentido, o Direito Ambiental tem se colocado como um poderoso instrumento da política urbana, uma vez que permite organizar uma "desordem" decorrente da utilização inadequada dos recursos naturais.

Chama-se atenção para o Direito Ambiental, que serve como balizador para a elaboração dos dispositivos, em especial, pelo fato de que esse direito alia a noção de justiça à noção de que o meio ambiente é um "bem de uso comum", referido indistintamente a todos os cidadãos. O *caput* do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 reza que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, **bem de uso comum do povo** e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" [grifo nosso]. O fato de poder afirmar que o meio ambiente é "bem de uso comum do povo" parte do pressuposto de que todos têm o mesmo entendimento do que seja meio ambiente e de que não há nenhum tipo de controvérsia, pois haveria um interesse comum a todos os cidadãos no que se refere à necessidade de preservá-lo e de protegê-lo.

Importa salientar ainda que esse sentido "bem de uso comum do povo" é substantivado na expressão "sadia qualidade de vida", que surge como complemento necessário a uma perspectiva orientada não só aos aspectos unicamente materiais, mas também espirituais e culturais, na medida em que devem contribuir para o desenvolvimento

das potencialidades máximas dos indivíduos (DERANI, 1997). Para essa autora, a "qualidade de vida" compreende a finalidade máxima do Direito Ambiental (DERANI, 1997) e representa o elemento orientador de todas as ações atinentes ao meio ambiente.

Nesse sentido, observa-se que um léxico de noções que dizem respeito ao meio ambiente é incorporado ao discurso jurídico ambiental sem qualquer tipo de questionamento. Além disso, é importante ressaltar que essas noções têm a pretensão de dar conta de todos os fenômenos sociais. Trata-se, na realidade, de uma pretensão universalista do Direito Ambiental. Nesse caso, haveria uma enorme possibilidade de interpretação do Direito Ambiental, enorme grau de arbitrariedade.

É importante ressaltar que o campo jurídico, conforme Bourdieu (1989), é o espaço de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito. Assim compreendido, esse campo do Direito Ambiental se revela como um espaço de lutas pelo direito de "dizer" o direito, sendo que as noções tomadas preferencialmente se encontram deslocadas dos problemas sociais.

O fato de que a compreensão do "problema ambiental" enquanto "problema social" se dá de forma diferenciada, em consonância com o processo que envolve distintas compreensões do meio ambiente, o Direito Ambiental e seus dispositivos são espelhos desse processo que, todavia, se verifica numa dinâmica bastante particular, mas que não se encontra deslocada desse conjunto, que abarca uma compreensão do meio ambiente. A despeito de toda pretensão do direito em tratar os interesses ambientais de forma comum, vale ressaltar que são diversos e que, por isso mesmo, não podem ser difusos, como quer os intérpretes. Aqui outra ideia cara ao Direito Ambiental.

Estamos diante de um Direito Ambiental que se espelha na compreensão que os intérpretes "autorizados" e "legitimados" têm em relação ao meio ambiente. Sua força releva-se na sua "prática cotidiana", quando é capaz de organizar e classificar o mundo social. Observou-se, por exemplo, quando de uma pesquisa realizada em Curitiba (LIMA, 2007), concluída em 2007, que os instrumentos do Direito Ambiental se constituíram num instrumento privilegiado para a consecução das políticas urbanas. A pretexto da preservação, proteção e defesa do meio ambiente, o poder público municipal daquela cidade conseguiu êxito em seus objetivos coadunados com os interesses que envolviam a construção de um determinado tipo de cidade. A reflexão que se iniciou em Curitiba orienta a busca de interpretação das situações que vêm ocorrendo hoje em São Luís, que também incorpora a dimensão do discurso ambiental de

pretensão universalista, cujos efeitos se apresentam como perversos para as comunidades implicadas pelo processo de produção de um modelo de cidade.

2. Expansão Urbana e conflitos socioambientais em São Luís

A despeito das críticas acerca da constituição das regiões metropolitanas após a Constituição de 1998, a região metropolitana de São Luís é composta dos municípios de São Luís, São Jose de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Alcântara. É considerado o polo mais importante do Estado do Maranhão, não somente em termos populacionais e administrativos, mas, sobretudo, pelo novo impulso econômico desses últimos anos, em função dos empreendimentos implantados na capital São Luís e nos municípios e cidades do entorno. No bojo desses empreendimentos, a expansão urbana da cidade São Luís atualmente em curso, ocorre em dois eixos, um, em direção ao Porto de Itaqui, caracterizado principalmente pelas atividades industriais, e um outro eixo em direção aos municípios de São José de Ribamar e Raposa, com forte atividade imobiliária, ainda que não exclusivamente.

Muito embora essa expansão venha absorvendo parte da área rural em direção aos outros municípios da região metropolitana, observa-se um intenso processo de densificação imobiliária no espaço intraurbano da cidade de São Luís. Nos interstícios da malha urbana figuram diferentes empreendimentos imobiliários que compreendem condomínios fechados, horizontais e verticais, sendo estes últimos, os de maior expressão. Tais condomínios comportam projetos que vão dos mais modestos aos mais sofisticados ou considerados de alto padrão, destinados a uma classe de maior poder aquisitivo.

As políticas urbanas vêm sendo pensadas a partir do entendimento da modernização da cidade e do urbano que se efetiva através de projetos de intervenção privados ou públicos. Os empreendimentos privados através das incorporadoras imobiliárias apropriam-se dos espaços mais valorizados da cidade e ao implantarem seus empreendimentos acabam por supervalorizar determinadas frações da cidade. Por sua vez, os projetos de intervenção pública ocorrem por meio da criação de infraestrutura que privilegiam as frações da cidade já valorizadas pela iniciativa privada. Tal entendimento enseja intervenções e organização do território descurando da diversidade socioespacial.

Esse intenso processo de intervenção que vem ocorrendo no espaço urbano de São Luís, orientado para determinados segmentos da população, tem acarretado muitos conflitos,

na medida em que não considera a participação das populações atingidas por determinados projetos. Também tem gerado conflitos em razão da ocupação das áreas de preservação ambiental, sobretudo, áreas em que há populações ocupando de alguma forma.

Determinadas áreas como é o caso da Estação Ecológica do Rangedor (área de preservação e recarga de aquífero, por conter várias nascentes), esta, situada no coração da cidade, vem sofrendo o mais recente e agressivo processo de destruição por parte das construtoras imobiliárias. Tal investida tem produzido a destruição das nascentes, a poluição dos riachos e obrigado uma comunidade que vivia na área há muito tempo a sair do local. Em razão da localização e dos vários empreendimentos em curso, a área tem sido cada vez mais valorizada, e torna-se assim objeto de disputas e conflitos. Diante dos problemas, os antigos moradores dessas áreas são responsabilizados pelos problemas relacionados à "degradação ambiental" pois, segundo as autoridades, estariam ocupando áreas inapropriadas, consideradas de risco e legalmente protegidas.

Outra situação de conflito que caracteriza esse processo de expansão da cidade de São Luís relaciona-se à construção de um novo *Shopping Center* – chamado *Shopping da Ilha* que, segundo propaganda, é o maior *shopping* da América Latina. Tal empreendimento foi construído também em área de preservação, onde várias nascentes foram aterradas e a população do entorno obrigada a deixar o local. A população efetuou várias reuniões para se organizar com o objetivo de se manter no local. Contudo, não houve acordo e só restaram algumas poucas famílias cujas residências encontravam-se fora da área do empreendimento. A maioria foi obrigada a sair do local onde residia há anos.

Além desses projetos de intervenção, outro grande projeto diz respeito à construção de uma avenida, chamada de "via expressa", que atravessa doze comunidades localizadas no bairro "Vinhais Velho". A Via atravessou o bairro ao meio e o dividiu, apartou várias famílias que foram obrigadas a sair dos seus antigos locais de moradia e perder a convivência com seus familiares. A referida avenida, segundo publicidade do próprio poder público, tinha como objetivo beneficiar toda a população da cidade através da liberação do fluxo de veículos. Observa-se que o referido projeto de implantação dessa via expressa beneficiou diretamente a população que utiliza o carro particular uma vez que não há linhas de transporte coletivo – ônibus e van não circulam na Via Expressa. Assim, as comunidades atingidas por tal empreendimento recusaram-se a sair de suas casas e reclamaram da falta de participação nos processos de mudança do bairro onde moravam e, consequentemente, dessa

"nova cidade" que vai sendo produzida. Essa situação de descompasso entre as necessidades da população e os interesses em jogo relativos aos projetos urbanos tem gerado muitos conflitos, sobretudo os de ordem ambiental.

Os esforços do Poder Público Municipal têm se dado no sentido de deslocar os moradores para outras áreas, na medida em que entende resolver o problema ambiental e o social, e mais do que isso, entende que tais empreendimentos representam o desenvolvimento da cidade. De outra forma, significa também, para o Poder Público fazer uma assepsia dessas áreas na medida em que são entendidas como socialmente problemáticas ou como entraves ao dito "desenvolvimento urbano". À condição de pobreza dos moradores são associados vários problemas, como a violência, servindo para reforçar os estigmas e as medidas eventualmente adotadas (WACQUANT, 2001).

Observam-se vários sujeitos em disputa pela apropriação e uso da cidade, principalmente das áreas mais valorizadas, mesmo daquelas de preservação ambiental, em flagrante desrespeito à Legislação Ambiental e ao Estatuto da cidade. Tais áreas, na nossa interpretação, têm servido muito mais como "reserva de valor", na medida em que podem aguardar o tempo necessário para a especulação. O processo descrito delineia entendimentos diversos acerca do direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), do direito de morar e do direito ao meio ambiente, expressando situações de conflito socioambiental.

Considerações Finais

A noção de conflito socioambiental apontada por Acselrad (2004) tem como pressuposto que a sociedade no seu processo de reprodução confronta diferentes projetos de uso e significação quanto a seus recursos ambientais, portanto, os conflitos socioambientais comportam tanto aspectos materiais quanto subjetivos, que se colocam de forma complexa.

Assim, é preciso fugir do "objetivismo" do conflito socioambiental, comumente expresso na aparente disputa pelo uso e pela disputa pela apropriação dos recursos naturais, pois não se esgotam nessa fórmula matemática ocupada em contabilizar "ganhos" e "perdas". É preciso considerar o processo social que carrega em si um conjunto de agentes e projetos distintos, mas, sobretudo, considerar os significados que o meio ambiente tem para os diversos agentes sociais.

Dessa forma, a "problemática ambiental" comporta, além da dimensão material, um conteúdo simbólico, por isso mesmo é que contém um conteúdo conflitivo e político. Além do conflito socioambiental, o que se encontra também na base dessa disputa é o direito à cidade, que se expressa na possibilidade das famílias poderem escolher e definir onde e como querem viver.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

DERANI, Cristiane. **Direito econômico ambiental**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debates nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LIMA, Rosirene Martins Lima. **Conflitos sócio-ambientais urbanos:** o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/ Jardim Icaraí. São Luís: Edições UEMA, 2008.

LOPES, José Sério Leite (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade.** Trad. João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

GT 05 - SOCIABILIDADES E INSURGÊNCIAS NA EXPERIÊNCIA URBANA CONTEMPORÂNEA

Coordenadores:

Prof. Dr. Nilton Santos (UFF)

Prof.ª Dr.ª Sandra Costa (UFES)

JOVENS E PROJETOS DE FUTURO: ENTRE CLASSE SOCIAL, GÊNERO E REDE DE SOCIABILIDADES

Alessandro da Silva Guimarães
Doutor em Educação e docente do Centro de Educação - DEPS UFES.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender as trajetórias de vida e projetos de futuro de jovens de classes populares inseridos no "Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano" de Vitória - Espírito Santo. Buscamos aqui relacionar questões de classe social, gênero e sociabilidade, mostrando como as mesmas se dão de modo entrelaçado. Concluímos que para pensarmos os projetos de futuro destes jovens é imprescindível estarmos atentos às condições materiais, afetivas e sociais que eles vivem no presente e a como diferentes dimensões de seu cotidiano (como as questões de gênero, classe social e as redes de sociabilidade) estão se entrelaçando simultaneamente dentro de uma complexa relação.

Palavras-chave: projetos de futuro; gênero; classe social.

Abstract: This research aimed to understand life trajectories and projects for the future of working-class young people inserted in the program "Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano" from Vitória - Espírito Santo. Here, we seek to relate issues of class, gender and sociability, showing how they get along in an interlaced mode. We conclude that, if we want to think about the projects for the future of these young people, we need to be attentive to the material, emotional and social conditions that they live in their present lives and also to how different dimensions of their daily lives (like questions about gender, social class and sociability networks) are weaving in a complex relation.

Keywords: projects for the future; gender; social class.

Introdução

Este artigo, que é parte integrante de uma dissertação de mestrado defendida no ano 2009 no PPGE-UFES intitulada "trajetórias de vida e projetos de futuro de jovens de classes populares: um estudo de caso de agentes jovens do município de vitória/ES", tem como objetivo mostrar alguns resultados de um estudo de natureza qualitativa que teve como foco compreender as trajetórias de vida e os projetos de futuro de jovens atendidos pelo Programa Agente Jovem no município de Vitória. Nossa proposta principal aqui foi a de dialogar com os sujeitos jovens integrantes desse programa a fim de, entre outros objetivos, dar voz à história de vida de alguns desses jovens e identificar nas suas percepções e representações de mundo quais as possibilidades que eles veem em relação ao seu próprio futuro e quais os impactos que o Programa teria em suas vidas tanto no momento presente quanto no futuro.

Em termos metodológicos, a pesquisa seguiu os moldes de uma pesquisa etnográfica e foi acompanhado o cotidiano do grupo na comunidade onde os jovens residem e onde

aconteciam também os encontros do Programa Agente Jovem. Utilizamos também, ao final do processo de coleta de dados, entrevistas feitas a partir de grupos focais. Pudemos, através da observação participante, acompanhar o cotidiano do grupo e investigamos como as trajetórias de vida destes jovens e suas representações de mundo não são estruturas isoladas, mas, ao contrário, são subjacentes aos contextos de socialização no qual eles estão inseridos.

É importante destacar que o Projeto Agente Jovem é um programa de ação governamental que visa a atender jovens com idades entre 15 e 17 anos residentes em áreas periféricas, que têm em comum a carência material e a exclusão social da maior parte da população que vive nesses lugares. O objetivo maior do projeto, proposto nos documentos oficiais, é buscar a inserção desses jovens no bairro, na escola, na família e na sociedade como um todo. O Programa é definido nos seguintes termos:

> Iniciativa do Governo Federal desenvolvida em parceria com a Prefeitura de Vitória, o Agente Jovem oferece capacitação teórica e prática a adolescentes de 15 e 17 anos e 11 meses nas áreas de Cidadania, Meio Ambiente e Saúde. Por meio de atividades que não configuram trabalho, o jovem adquire conhecimentos que pode multiplicar em sua família e comunidade onde reside (PROGRAMA AGENTE JOVEM, acesso em 25.10.2007).

Trata-se, dessa forma, de promover um processo socioeducativo no qual esses agentes são preparados e capacitados por um corpo técnico-pedagógico (formado pelos orientadores, instrutores e técnicos do projeto) que deverá trabalhar junto a esses jovens – fornecendo materiais, desenvolvendo técnicas e metodologias específicas – com o objetivo de que eles atuem em suas comunidades realizando trabalhos de apoio a diversas áreas, como cultura, turismo, esporte, saúde e meio ambiente. De acordo com as próprias normas e diretrizes nacionais do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E AÇÃO SOCIAL, 2000), o projeto tem, como principais objetivos específicos:

a) ajudar o jovem adolescente a compreender que é possível planejar e construir seu próprio futuro;
b) estimular o papel de protagonista jovem;
c) fornecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem se transformar;
d) preparar o jovem para atuar de modo cooperativo e para contribuir na transformação da própria sociedade onde está inserido;

e) promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais;
f) preparar o jovem para o mundo do trabalho;
g) centralizar as ações com os jovens na família;
h) contribuir para a melhoria dos indicadores sociais como decorrência da ação do agente jovem.

Para alcançar de algum modo nosso objetivo de compreender os projetos de futuro desses jovens, procuramos mergulhar no cotidiano do Programa e, a partir dali, conhecer melhor tanto os jovens quanto o movimento cotidiano do próprio Programa. Afinal, tal como explica Camacho (2004), pesquisar o Programa Agente Jovem em práticas cotidianas é perceber também as duas dimensões que perpassam as práticas aí instauradas: por um lado, a dimensão prescritiva que coloca o Programa como uma instância educacional não-formal, com regras claramente definidas em suas normas e diretrizes e também no processo de planejamento que envolve os educadores e a equipe técnica e, por outro lado, o Programa em suas práticas cotidianas que são recriadas pelos jovens ali inseridos que trazem consigo suas trajetórias individuais e valores diversos, como explica Camacho (2004, p. 11) em sua análise:

> O Projeto Agente Jovem apresentou duas dimensões que merecem destaque. De um lado há o Projeto enquanto uma instância educacional não institucionalizada não-convencional com suas regras e normas objetivando a formação do cidadão agente jovem. De outro lado, e simultaneamente, está o Projeto Agente Jovem sendo construído no cotidiano pelos diversos sujeitos com suas regras e normas próprias, com seus valores e desejos e com suas histórias e trajetórias. Ora prevalece uma dimensão, ora prevalece à outra. E em várias situações ocorrem tensões e movimentos de resistência.

De acordo com nossos objetivos, pretendemos, portanto, pelas trajetórias biográficas desses jovens e de seus projetos de futuro, constituir um estudo descritivo-analítico que possa promover de algum modo uma intersecção das três categorias temporais que cotidianamente usamos para distinguir a própria passagem do tempo: presente, passado e futuro. Não existe aqui também a pretensão de seguir uma lógica linear do tempo, mas entendemos que cada uma dessas dimensões temporais se encontra num jogo de tensões e de relações múltiplas que não são estanques. Cada acontecimento do passado ou presente, por exemplo, pode re-significar ou reatualizar as estruturas cognitivas e semânticas de um agente social em relação às próprias perspectivas de futuro.

1. Algumas palavras sobre juventude

Como afirma Spósito (2003), por outro lado, o Brasil é um país de grandes contrastes, à medida que, em meio a grandes mudanças modernizadoras que se processaram nas últimas décadas, permanecem instituições sociais e práticas políticas ainda arcaicas, com raízes nos valores e estruturas da sociedade patriarcal, fazendo com que as relações sociais traduzam isso. Em relação ao campo de políticas públicas para a juventude, Spósito (2003) destaca que vivemos hoje tempos sociais simultâneos que são marcas das relações contraditórias que se expressam nessa conjuntura. Assim, enquanto sequer conseguimos implementar, de fato, políticas sociais de caráter universal que atendam aos direitos que a modernidade assegurou como direitos básicos[1] – como saúde e educação pública de qualidade, por exemplo – vivemos, de forma contraditória, "O dilema das novas formas de sociabilidade e de constituição das subjetividades no interior do movimento de globalização que constitui as sociedades atuais" (SPOSITO, 2003, p. 58).

Todavia, a autora nos chama a atenção para o fato de que pode ser observado também "[...] um campo de iniciativas emergentes e de formas inovadoras de proposições que têm os jovens como alvo" (SPOSITO, 2003, p. 58).

Castro (2004, p. 293), ao enumerar as dificuldades e os elementos complicadores para a elaboração de políticas públicas para as juventudes, coloca-nos os seguintes erros geralmente cometidos:

- Não conceber os jovens como atores com identidade própria;
- Não se considerar a diversidade entre juventudes versus diversidades e articulação em relação a objetivos comuns;
- O jovem, o outro construído – pensar a juventude por um dualismo "adultocrata" e maniqueísta e por antagonismos intergeracionais;
- Desconsiderar a especificidade quanto a direitos humanos – estudar, divertir-se,exercitar-se, investir em autonomia, buscar ser crítico-criativo e ter assegurada sua manutenção econômica e afetivo-familiar.

[1] Sposito (2003) fala ainda do número significativo, embora em redução, do trabalho infanto-juvenil no Brasil e do crescente índice de desemprego entre os jovens no País.

Para essa autora, deve-se, acima de tudo, ao elaborar programas voltados para os jovens, observar que:

> Caberia pensar não políticas públicas para a juventude, mas políticas de/para/com as juventudes, o que significa tanto rejeitar políticas impostas por governos como, ao mesmo tempo, não minimizar o papel do Estado. É do Estado o papel de legislar, administrar e implementar políticas públicas em consonância com a sociedade civil (CASTRO, 2004, p. 300).

A autora, inclusive, fala da construção de um novo paradigma voltado para a construção de políticas de/para/com as juventudes e que é orientado por cinco parâmetros básicos que formam a sua proposta. Esses parâmetros seriam, segundo ela:

a) ético-políticos – que, entre outros, considera os próprios jovens como atores estratégicos na sociedade e na própria gestão de políticas juvenis, respeitando sua autonomia e sua formação cultural;
b) de identidades juvenis – em que se associam identidades juvenis e identidades por gênero, etnia e orientação sexual, entre outros, dando uma resposta mais precisa à heterogeneidade dos grupos juvenis;
c) de projetos voltados à questão da gestão ou formatação institucional – integrando programas e fortalecendo as redes institucionais entre a sociedade civil e as políticas implantadas, incentivando formas de gestão mais democráticas e interligadas nos níveis municipal/local;
d) de apoio – no que concerne a se construir uma relação mais horizontal e atuante dos jovens nos meios de comunicação, criando uma imagem positiva e participativa, procurando incentivar também a pesquisa e a troca de experiência dos programas e políticas voltados para o público jovem;
e) vetores – que significa conjugar políticas universais e focalizadas, além de evitar corporativismos e representações dominantes que, de alguma forma, impeçam o livre trânsito dos jovens na criação e implantação de políticas de/para/com juventudes.

Existem juventudes, ou seja, existem várias formas de experenciar a juventude, ligadas às diferentes condições sociais, econômicas e culturais do grupo social no qual se está inserido. Além da questão de classe (que perpassa em especial Programas como Agente Jovem, que é voltado para jovens de uma classe socioeconômica específica, como já

salientamos), juventude é também um conceito relacional, ou seja, os sujeitos inseridos nesses grupos também são singulares, pois são, ao mesmo tempo, portadores de várias dimensões sociais, psíquicas e culturais, como etnia, gênero, orientação sexual, opção religiosa, que se intercruzam e criam uma realidade complexa.

2. Projetos de futuro e as diversas questões que se intercruzam

Ao falarmos dos projetos de futuro dos jovens pesquisados vários aspectos podem ser destacados. Para iniciar, a representação negativa dos jovens diante do bairro e a falta de entrosamento do projeto acabava reforçando, de algum modo, se retroalimentando. Apesar de boa parte deles afirmar, inicialmente, gostar do bairro, ao longo das falas ressaltavam características negativas em relação ao mesmo. O resultado desse processo é ainda mais claro nos projetos de futuro da maioria dos jovens que desejam, num futuro próximo, mudar daquele local, como mostram estas falas[2]:

> Sinceramente, eu não gosto do bairro que eu moro. [Pretende permanecer aqui no futuro?**]** Eu não. Se Deus quiser, eu gostaria de permanecer em outro Estado sem ser esse, não é país, porque aqui é muito, como as meninas tavam falando, aqui é muito violento mermo, é só violência, é só briga, é só confusão, porque aqui, nesse mundo, ninguém tem paz, ninguém tem paz, é só violência, encrenca, morte (SARA, 16 anos).
>
> Bem, não gosto do meu bairro e, se fosse por mim, já teria mudado há muito tempo e num futuro, não muito longe, eu desejo sair desse bairro (SELENE, 16 anos).
>
> Ah, eu gosto, mas devia melhorar mais, porque o presidente do bairro só fica lavando, pegando o dinheiro da comunidade e melhorando a casa dele mais, assim pretendo ficar. Aqui é um bairro bom de morar, mas se eu melhorar de condição financeira, eu poco fora pra longe daqui (DIANA, 16 anos).
>
> Eu gosto do bairro, mas, futuramente, pretendo sair do bairro. Esse bairro é uma bosta, verdadeiramente. Pretendo casar com alguém, sair daqui logo (ÍRIS, 17 anos).
>
> Antes, eu gostava do bairro, mas só que eu vivi aqui uns, até os 15 anos agora, eu saí daqui e moro em outro lugar, mas antes não era bom, agora continua ruim. Aí eu peguei e sai mesmo, e acho que aqui não tem futuro mesmo, mas eu pretendo sair do morro, morar num lugar mais considerável. Pretendo trabalhar ter uma boa condição financeira e manter um lugar de classe (CIBELE, 16 anos).

[2] Os nomes aqui mencionados são fictícios.

> Gosto [do bairro] não sei, talvez fico aqui. Depende da minha condição financeira. Se eu tiver bem vida, eu vazo mesmo (BRÍGIDA, 17 anos).
> Gosto, Ah sei lá! Eu pretendo ir pra outro lado sei lá, outro lugar. Aqui num tem nada de bom. Ter um outro futuro, criar minha família noutro lugar (HERMES, 15 anos).

Alguns outros, embora minoria em relação ao primeiro grupo, expressam o desejo de continuar a morar no bairro futuramente. Suas justificativas refletem, sobretudo, o tempo que moram ali e as redes de relações que já estabeleceram com as pessoas do bairro:

> Eu gosto aqui do bairro. Pretendo ficar aqui no bairro. Acho que vou morar aqui sim, construir uma casa boa. Já conheço todo mundo aqui (HERÁCLITO, 17 anos).

> Eu gosto do bairro. Eu pretendo estudar pra ter uma renda pra sair daqui, mas senão também construir uma casa boa pra aqui morar, já moro aqui muito tempo, já conheço o bairro e tô acostumada a viver aqui (SOFIA, 16 anos).

Quanto à escola, os jovens colocam as dificuldades que enfrentam por estudarem numa rede de ensino com deficiências em sua estrutura, o que, segundo eles, cria um certo desânimo:

> Oh, o que dificulta pra mim é a financeira, condição financeira de realizar esses sonhos, e assim pra você estudar, ter obstáculo, você desiste. Na minha escola mesmo tem tudo, tudo que você pensar tem. Não vou citar aqui mas a escola é uma porcaria, não é que é a escola, é os alunos que vão pra lá pra bagunçar. Lá tem professor que gosta de ensinar e tem professor porqueira mesmo, mas minha dificuldade mesmo mais é isso, é, às vezes você pensa em desistir, mas pensa assim: "Pra você poder trabalhar, tem que tá estudando, senão não consigo nada", mais é isso (DIANA, 17 anos).

> Pra mim também, as condição financeira, assim a escola não ajuda muito, a escola onde eu tô. Se eu tivesse assim condição financeira boa, não estava na escola daqui. A escola desanima você estudar, porque nem toda aula tem professor, é muito raro quando tem professor na escola (HERÁCLITO, 17 anos).

Como vemos, para a maioria dos jovens, a escola não é reconhecida como alternativa para melhorar o futuro. Desse modo, bairro e escola não são valorizados na sua relação com os projetos de futuro da maioria desses jovens, fato este que fica bastante evidente em todas as suas falas sobre esses dois espaços.

Em relação às famílias, como vimos nas trajetórias dos jovens, as questões são mais heterogêneas, tendo em vista a própria diversidade das relações estabelecidas pelo jovem nos diferentes contextos. Existem, assim, tanto jovens que pretendem morar sozinhas, quanto

jovens que pretendem se casar. Há tanto jovens que têm conflitos familiares, quanto jovens que demonstram ter uma convivência familiar mais pacífica. Existem também aqueles que não chegaram a explicitar suas trajetórias. É importante ressaltar que, entre as jovens do grupo, um terço delas já eram mães ao final da pesquisa (ou seja, das 09 meninas inseridas no grupo, três tornaram-se mães ao longo do projeto). Segundo o relato de duas das jovens que são mães, a chegada das crianças mudou significativamente suas rotinas de vida, como elas nos explicam:

> Mudou, porque agora a minha responsabilidade tem que ser em dobro, minha responsabilidade tem que ser em dobro, agora eu não posso sair sozinha. Sempre que eu saio, eu tenho que levar meu filho, porque ele muito apegado a mim e agora tem que deixar tudo limpo, porque criança pega doença fácil. Toda hora eu tenho que correr e olhar porque senão se machuca, aí vem muitos cuidados, a pessoa tem que tá atenta a tudo, aí mudou certas coisas, agora eu pensei em até parar de estudar por causa dele, ele não fica com ninguém e não tá na creche, e minha mãe falou: "Olha, falta pouco tempo e tem que terminar". Aí, geralmente, quando tem filhos as coisas ficam mais difícil (CIBELE, 16 anos).

Percebemos, nessas falas, que, enquanto Cibele fala mais claramente das mudanças em seu cotidiano que ocorreram com a maternidade, Diana acaba construindo um discurso contraditório, pois, ao mesmo tempo em que afirma que a filha não lhe impediria de fazer nada, logo em seguida ela diz que não pode chegar ou sair em qualquer horário por causa da criança. Ou seja, mesmo que, a princípio, tente negar, ela acaba confirmando que teve que assumir preocupações e responsabilidades que advieram da maternidade, diferentemente de outras jovens.

Mesmo os outros jovens do grupo – inclusive as outras jovens que ainda não são mães – percebem que existem mudanças nas rotinas de vida das moças que se tornam mães tão jovens:

> Eu acho que influenciam, sim, porque, a partir da hora que a menina já tem uma filha, um filho, a responsabilidade dela é maior, ela já não tem mais seu tempo livre, ela não tem mais tempo pra ela, vai ter que dedicar ao seu filho, mas todas as coisas que ela for fazer não tem que pensar só nela, mas no seu filho. As meninas que não têm filho têm o tempo mais livre a acredito tem mais tempo pra estudar e ter um futuro melhor (MARIA, 16 anos).

> Eu também acho que tem uma diferença, eu acho igual a Dani falou a questão da responsabilidade. Acho que elas têm que amadurecer muito cedo, e que esse amadurecimento que torna elas diferentes, porque acho que é por causa da responsabilidade que elas tomam muito cedo, que têm que correr com isso, por não pensar só nelas, mas nos filhos. Acho que é uma responsabilidade a mais, e a gente tem uma responsabilidade que se preocupa só mais com a gente mesmo e não com quem se preocupar (LIA, 16 anos).

Entre outras questões, Pinheiro (2000) examina a questão da gravidez de jovens mulheres à luz da perspectiva sociocultural, mostrando que a maternidade entre as jovens mães adolescentes se inscreve num dado contexto social e que esse enfoque busca compreender esse fenômeno como uma manifestação presente em uma rede de significações sociais e culturais que lhe dariam sentido. De acordo com a pesquisadora, neste ângulo, a maternidade entre essas jovens:

> [...] representaria então, a busca de um novo status social, influenciada pelos modelos e valores vigentes em determinado grupo social, consolidando-se como alternativa de construção de um projeto de vida compatível com as expectativas, normas e possibilidades disponíveis (PINHEIRO, 2000, p. 248).

A gravidez e a maternidade não constituiriam, então, um mero evento biológico ou corporal "[...] mas constituem eventos culturais submetidos à ordem simbólica vigente no grupo social em que ocorrem" (PINHEIRO, 2000, p. 248). Neste processo, inclusive, encontramos diferentes perspectivas quanto ao significado da gravidez, tendo em vista diferentes classes sociais, como indica Pinheiro (2000, p. 248):

> Entre as classes economicamente mais favorecidas, observa-se a valorização da formação acadêmica e profissional, devendo a maternidade e/ou a constituição de uma família ser adiados de forma a não comprometer a futura inserção no mercado de trabalho e a conseqüente (sic) aquisição da autonomia financeira. Entre as classes populares, alijadas do sistema educacional desde as séries iniciais e, sem maiores perspectivas frente ao mercado de trabalho, as fontes de gratificação e reconhecimento permanecem, para a mulher, ligadas ao desempenho dos papéis de esposa e mãe.

Destacamos aqui ainda, em termos dos resultados desta pesquisa, que entre os jovens integrantes do grupo pesquisado, apesar das singularidades inerentes às trajetórias biográficas de cada um deles, é possível traçar algumas intersecções em comum pensando-as como formas de *habitus* que se constituíram a partir de contextos de socialização semelhantes (contextos de gênero, religiosos, familiares, etc.). Existe um aspecto que perpassa a trajetória de todos esses jovens: a inserção num determinado contexto de classe. Afinal, todos são jovens de classes populares e compartilham, portanto, certas limitações colocadas pela falta de acesso – pelo menos na maioria dos casos – às diferentes formas de capital, no sentido de Bourdieu (1983), que, muitas vezes, acabam se tornando pré-requisito para o êxito de determinados projetos

(conseguir o emprego desejado, ingressar na universidade, ascender socialmente). Foi interessante perceber que os jovens mesmos colocam as limitações econômicas como grande empecilho para a realização de seus projetos de vida.

> Bom! Jovem, tem pobre e jovem rico. Bom, jovem rico é diferente, mas jovem pobre tem muitas dificuldades, como, às vezes, não ter comida em casa, a mãe trabalha pouco, a mãe nem sempre tem dinheiro pra comprar comida, pra alimentar a família, mas o jovem rico ele abusa, abusa daquilo que é dele, daquilo que pode ser pro futuro dele, aquilo que pode servir pra fazer um curso, uma faculdade e se formar, porque o jovem rico... O jovem pobre não tem essas possibilidades, as possibilidades dele é diferente, ele é assim, ele tem mais dificuldade (SARA, 16 anos).
>
> Desânimo, é assim sei lá. Se você não acreditar, você não vai conseguir. Aí tem vez que você desanima, fica pra lá, porque muitas das vezes ta chato, né? É muita coisa, muita barreira, às vezes, sim, financeira, é isso (BRÍGIDA, 17 anos).
>
> A minha dificuldade é financeira. Eu acho, sim, por mais que a gente luta, sempre tem um ali pra puxar você pra trás, sempre tem e, se você não tiver persistência, você nunca chega a lugar nenhum. Por mais que você já esteja cansado, você tem que persistir que senão você não consegue nada (ÍRIS, 17 anos).
>
> Acho que, pra todo mundo, a dificuldade financeira, trabalhar mesmo ir em frente. Até lá meu filho vai tá maior, vai ta na creche, aí não vai ser problema, não. A maior dificuldade vai ser arrumar emprego mesmo e trabalhar (CIBELE, 16 anos).

Outra questão que fica evidente aqui é a relativa a questão de gênero, pois dentro do grupo de jovens estudados, a questão de gênero perpassava desde as relações de sociabilidades cotidianas (definindo, inclusive os lugares nos quais meninos e meninas transitam em seu dia-a-dia) até nos próprios projetos de futuro destes jovens (especialmente para as meninas integrantes do grupo que se tornaram mães durante período da adolescência).

Entendemos aqui que é de grande importância o reconhecimento das subjetividades e da história desses jovens, uma vez que na maioria das pesquisas elas são ignoradas. Assim, no que se refere à formulação, implantação e avaliação das Políticas Públicas para as juventudes, faz-se necessário que as subjetividades e as vozes desses sujeitos possam emergir em toda sua potencialidade, caso contrário corre-se o sério risco de impor verticalmente políticas que, consequentemente, fracassariam em seus objetivos. Destacamos dessa forma nossa intenção de mergulhar no cotidiano desses jovens em sua comunidade e assim buscar entender como sua percepção de mundo e de futuro poderiam estar relacionadas

às condições sociais, materiais e afetivas que cerca cada em destes jovens, entrelaçadas fortemente as questões de classe social e gênero.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Coleção Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

CAMACHO, L. M. Y. **Projeto Agente Jovem**: ação, programa ou política pública de juventude? 27º encontro da ANPED, GT movimentos sociais e educação, Caxambu, MG, 2004.

CASTRO, Mary G. Políticas públicas por identidades e ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. Brasília, 2000.

PINHEIRO, Verônica de Souza. **Repensando a maternidade na adolescência**. Estud. Psicol. v. 5, n. 1, p. 243-251, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 14 jan. 2009.

SPOSITO, Marília P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda (Org.). **Políticas públicas de juventude em pauta.** São Paulo: Cortez, 2003.

JUVENTUDES, LAZER E MÚSICA *GOSPEL:* SOCIABILIDADES JUVENIS ENTRE OS EVANGÉLICOS

Carine Lavrador de Farias
Doutoranda pelo PPGSP da UENF.

Márcia Leitão Pinheiro
Professora Associada da UENF (LESCE - PPGSP/CCH).

Resumo: Este trabalho focaliza a relação entre música e juventude, enfatizando a música *gospel*, cantores e eventos religiosos associados a esta modalidade musical. Foram contemplados os eventos musicais elaborados por grupos e fiéis protestantes, que registram numerosos eventos na região norte-fluminense, sobretudo na cidade de Campos dos Goytacazes. Estas atividades musicais contribuem para a diversidade de práticas que integram o mapa religioso brasileiro, porém nosso objetivo é refletir sobre a concepção de juventude que embasa essas atividades musicais. Também é considerado como o âmbito que relaciona religião e música popular contribui para inscrever modos de sociabilidade juvenil. Buscamos ainda compreender como são elaborados e exercitados os espaços e momentos de lazer que perfazem as sociabilidades juvenis, cooperando para refletirmos sobre espaço público. Foi realizado levantamento bibliográfico sobre juventudes, bem como a observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: sociabilidades; música *gospel*; juventude.

Abstract: This paper focuses on the relationship between music and youth, emphasizing the gospel music, singers and religious events associated with this musical modality. Musical events produced by groups and Protestant believers, that record numerous events in the North Fluminense region, particularly in the city of Campos dos Goytacazes, were contemplated. These musical activities contribute to the diversity of practices that integrate the Brazilian religious map, but our goal is to reflect about the youth's conception that supports these musical activities. It is also considered how the scope that relates religion and popular music contributes to enroll youth sociability modes. Furthermore, we seek to understand how the spaces and moments of leisure that make up the youth sociability are developed and exercised, cooperating to reflect about public space. A bibliographical survey about youth was held, as well as participant observation and semi-structured interviews.

Keywords: sociability; gospel music; youth.

Introdução

A investigação da relação entre música e juventude pauta a construção deste artigo, que focaliza a música *gospel*, cantores e eventos religiosos associados a essa modalidade musical. Destaco que os fazeres musicais religiosos, definidos com a rubrica *gospel*, nos colocam diante de novas formas de concorrência religiosa, que envolvem a política e a apropriação do espaço público. Além disso, as atividades musicais possibilitam compreender uma concepção de juventude que as embasam, bem como os modos de sociabilidade juvenil,

que explicitam e constituem formas de manifestação religiosa, atividades de lazer, por fim, a composição de áreas públicas nas cidades.

A observação de eventos musicais possibilitou a construção de um entendimento acerca da sociabilidade juvenil (ou juvenis) entre os evangélicos participantes e/ou cantores em atuação na cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no norte do estado do Rio de Janeiro. A cidade não só abriga grupos religiosos heterogêneos, muitas vezes concorrentes, como registra suas atividades musicais, organizadas por fiéis e/ou instituições religiosas. A pesquisa empírica que possibilitou a elaboração deste artigo compreendeu a observação de eventos musicais como, por exemplo, a Marcha para Jesus, que será retomado mais adiante. Também foram realizadas entrevistas com frequentadores dos eventos, bem como com uma cantora de *funk gospel*, que tem reconhecimento na cidade, seja como cantora, seja como líder religiosa, a Mc Polliana, 31 anos e casada. Tem participado de apresentações musicais, e aparece como principal atração em eventos musicais no norte do estado do Rio de Janeiro.

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentamos a cidade e sua peculiaridade regional, religiosa e justifico a relevância deste trabalho. Na segunda parte, apresentamos as reflexões sobre juventudes a fim de evidenciar como tem adquirido lugar de destaque no campo das ciências sociais. Na terceira, focalizamos discussões sobre sociabilidades, recorrendo a descrição do evento Marcha para Jesus, bem como entrevistas a fim refletirmos sobre a circulação e os espaços juvenis. No quarto, apontamos como o caminhar pela cidade viabiliza a transformação de não lugares em lugares juvenis e religiosos.

1. Campos dos Goytacazes e suas peculiaridades

As atividades musicais quando acontecem em áreas públicas, explicitam como as atividades desta natureza contribuem para pensar sobre a formulação de juventudes, seus modos de sociabilidade e também a cidade, bem como o que a constitui como coloca Agier (2011).

Campos dos Goytacazes tem apresentado forte processo de urbanização e configura um centro de prestação de serviços qualificados que atende cidades vizinhas e outros estados da região sudeste (Piquet, 2003). Trata-se de uma cidade de médio porte, distante da capital do estado cerca de 280 km, com a qual mantém interações, seja no aspecto educacional com instituições de ensino superior que forja um fluxo de profissionais e estudantes, seja comercial com atividades varejistas de artigos do vestuário e acessórios e obras de

engenharia civil (e também com os arranjos que os moradores fazem para nela viver e sobreviver). A cidade conta com diversos grupos religiosos, predominando o catolicismo e o protestantismo – nas versões histórica, pentecostal e neopentecostais – na realização de atividades musicais em áreas públicas. Todavia, aqueles que se identificam evangélicos têm empreendido diversas iniciativas religiosas que integram a disputa por aumento de adeptos, contribuindo para complexificar o campo religioso.

Na localidade, a diversidade religiosa é constatada e apresenta contornos com a presença de católicos e de protestantes, sendo observado que "o número de declarantes evangélicos tem aumentado, enquanto diminui o quantitativo de católicos. Isso corresponde àquilo já diagnosticado no cenário nacional" (Pinheiro e Pimentel, 2011: 4). Ao considerar os dados censitários de 2010, vê-se o predomínio de católicos. No entanto, essa tradição religiosa disputa o campo religioso com outros grupos de crença, incluindo a inscrição "sem religião", que detém parcela significativa. Isso pode ser constatado no Censo de 2000, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicado nos últimos anos. Para Novaes (2004), nesse Censo podemos perceber o encolhimento do número de fiéis da Igreja Católica e o crescimento vertiginoso dos evangélicos e dos que se declaram sem religião. Em relação à religião evangélica, percebemos que esta tem expandido seus domínios a uma grande massa heterogênea em distintos universos sociais, começando a mudar no cenário brasileiro (Andrade, 2005).

Os eventos musicais relacionados ao meio evangélico são espaços de sociabilidade, pois estes locais e atividades proporcionam ressaltar certos aspectos para a composição deste artigo, já que são nestes locais que encontramos parte fundamental do processo de socialização vivenciado pelos jovens. Sobre sociabilidade, afirma Andrade (2005: 70) que a "sociabilidade é parte fundamental do processo de socialização vivenciado pelos jovens em seus grupos, como um lugar privilegiado das escolhas, da construção de sentidos, da solidariedade e da construção da autonomia".

Para compreendermos os modos de sociabilidade e como se fazem e são feitos presentes na cidade, integrando as áreas públicas em Campos dos Goytacazes, afirmamos que o melhor percurso é a partir dos espaços sociais, aonde vêm se produzindo e sendo produzidos como seres sociais, como ressalta Andrade (2005). Isto é, trata-se de espaço no qual o jovem encontra a oportunidade de tecer novas redes de sociabilidade, contribuindo para uma nova visão de mundo. Segundo Mendonça (2009), descrevem-se os novos espaços de frequência evangélica, onde os organizadores de festas *gospel* promovem a oferta de lazer

ao som de um equivalente pop-religioso da música *pop* secular. *Raves*, boates, casas noturnas, bares, em versões "santificadas", são os novos locais de congregação para a juventude evangélica. Observei que os locais que realizam festas são um ponto de atração da juventude evangélica e que gêneros musicais como o *funk*, o *rap* e o *axé-pop* ganham letra religiosa e "funcionam" como elementos fundamentais nos eventos *gospel* da região norte fluminense, especificamente, a cidade de Campos dos Goytacazes.

2. Juventude(s): algumas reflexões

Ao considerarmos a participação de juventudes no dinâmico campo religioso brasileiro (Brandão, 2004; Novaes, 2005), busquei discutir os modos de sociabilidade e de inscrição juvenil na cidade, tendo isso a ver com a afirmativa de a juventude não ser definida biologicamente ou por fases da vida. As pesquisas sobre "juventudes" tornaram-se relevantes no cenário contemporâneo, pois, conforme Carrano (2009), a "questão juvenil" ocupa, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais. Isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas à inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos, que envolvem os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, a religião, dentre outros aspectos.

Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social. Sem dúvida, os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles, algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças e, por outras vezes, sofrem os prejuízos de processos de "modernização", produtores de novas contradições e desigualdades sociais. Para Melucci (2004), ser jovem não é tanto um destino, mas escolha de transformar e dirigir a existência. Enfim, o debate sobre os jovens e a juventude assumiu distintas configurações que orientam diferentes maneiras de pensar a juventude (Carrano, 2009).

Partindo da definição consensual de que juventude é construída histórica e culturalmente, pode-se dizer que ser jovem, na sociedade contemporânea, é vivenciar uma experiência inédita. Se a história não se repete e os processos culturais sofrem suas devidas e necessárias alterações, também a experiência de juventude não pode ser a mesma ao longo

dos anos e, por isso, merece atenção e cuidados especiais no que tange à reflexão e à criação de novos conceitos de identidade (Garcia & Zippin, 2008).

Sendo assim, pode-se considerar a juventude como resultante de uma vivência em determinado período histórico e social, que traz os dados da cultura onde ela é estabelecida e o tempo pelo qual ela é concebida. A imagem do jovem que se cristalizou na sociedade atual traz uma forte característica de metamorfose, de aglutinação, de inconstância, de incerteza e de desvinculação, como representação de uma categoria fragilizada e vulnerável. Em contrapartida, os jovens representam, também, uma categoria consciente e desafiadora na busca de novos valores sociais, morais e afetivos, que sejam capazes de reestruturar sua identidade (Garcia & Zippin, 2008: 08).

Segundo Dayrell (2003), construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Entendemos, assim como Peralva (1997 *apud* Dayrell 2003), que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Dessa discussão, a juventude é como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

Para Abramo (1997: 29), "de um modo geral, pode-se dizer que a 'juventude' tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade" e, por isso, essa proposta coloca em cena a categoria juventudes, evidenciando sua constituição em específico meio social. Trata-se de não considerar somente a cronologia, a biologia como definidores de uma condição social e cultural. É preciso contemplar as dinâmicas históricas, políticas e culturais na definição de juventude (Mauger, 1989). Além disso, considera-se o registro de juventudes já que diferentes formas de solidariedade e de sentidos de vida desvelam as diferenças peculiares aos grupos juvenis (Novaes, 1997).

Mas de quais jovens, enfim, se está falando? Tomamos depoimentos dos frequentadores de atividades musicais, dos cantores e organizadores dos eventos realizados em Campos dos Goytacazes. Contribui para o tema o depoimento de Laura, 15 anos de idade, evangélica e estudante de escola pública, que frequenta eventos religiosos e que inclusive desfilou no bloco carnavalesco evangélico da cidade, diz: "Na minha igreja ser jovem é ter

até 120 anos, ser jovem ter que ser animado, tem que ter animação, dançar e pular". Se juventude não é definida pela biologia ou cronologia, mas tem a ver com representação, podemos destacar que o depoimento nos diz acerca da diversidade do ser jovem, pois sua definição dá-se pela força e alegria que passam a ser os componentes da "animação". São elas, as qualidades da participação religiosa e, acima de tudo, da juventude.

Além de evidenciar que o âmbito religioso não é caracterizado pela circunspeção, o depoimento aponta a igreja como o espaço de encontro e de interação para o exercício daquilo que define a juventude. As manifestações não devem caracterizar o ato individual, mas a força e a alegria que passam a compor a interação. O exercício disso termina por delinear que juventudes e seus espaços são caracterizados de diferentes modos, que podem compor ou sobrepor espaços que as cidades podem ou não disponibilizar. Falamos isso porque pode haver aqueles que vivenciam nas mais distintas formas de restrição aos bens e os serviços essenciais, jovens que vivem em bairros da cidade e que pouco usufruem dos equipamentos de cultura e de lazer da cidade devido a ausência ou a insuficiência desses serviços. Portanto a cidade aparece como estranha, no sentido de não serem oferecidos serviços necessários e de lazer a esses jovens.

Além dos depoimentos, bem como a exemplificação acima, a observação realizada contribuiu para evidenciar que jovens pesquisados apresentam modos de ser jovem e estão de diferentes maneiras, envolvidos com a formação de espaços juvenis. Com isso, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (Dayrell, 2003). Ainda sobre a noção de juventude, essa questão constituiu-se também em um elemento importante para praticamente todas as análises. Segundo Araújo (2004), nas sociedades contemporâneas, os jovens andam pelo espaço urbano em busca de diversão e prazer, de paixão e adrenalina, de afetividade e cumplicidade. E é isto que está cada vez mais sendo pesquisado nas ciências sociais (Sposito, 1995, Costa, 2001 e 2000, Filho, 2004). Compreender como os jovens se organizam para garantir espaço de sociabilidade, considerando-se o lazer[1] e também as práticas religiosas, torna-se fundamental para conhecermos o cotidiano e a identidade desses jovens (Farias, 2010). Como alerta Novaes (2005: 282):

> [...] quando se pretende analisar as relações entre religião e juventude, não podemos deixar de lado as inseguranças advindas dos desenraizamentos do

[1] Embora o lazer não seja considerado uma prática cultural exclusiva dos jovens, parece ter se tornado um elemento importante da representação construída a respeito do jovem na sociedade atual (Aqui tem outra discussão não adequada àquela sobre sujeito social).

> mundo contemporâneo e as específicas dificuldades de inserção social que vivem os jovens brasileiros hoje.

Para Andrade (2005:34):

> As igrejas evangélicas têm se tornado um espaço significativo, à medida que fornecem elementos de construção de uma nova identidade. Os espaços de lazer dedicados às festividades surgem como uma opção atraente para os jovens. Ao conciliar a esfera do sagrado e lazer, as necessidades dos jovens são abrandadas, propiciando um espaço de agregação e solidariedade.

Portanto, se as igrejas evangélicas surgem para "solucionar" problemas de ordem individual, elas também podem ser vistas a partir de outro aspecto. Nesse sentido, há de ser investigada sua contribuição para delinear espaços de sociabilidade entre os jovens. Os adeptos, atualmente transitam por diferentes espaços, sobretudo quando relacionado com o lazer, como diz Andrade. Isso evidencia que a presença juvenil pode ser por busca de algo, bem como pelo exercício de um modo de ser, enfim, em busca pela satisfação.

No campo religioso há aqueles que têm concepções acerca dos jovens, de um segmento daqueles que elaboram atividades, como os entrevistados que organizam tais eventos para os jovens, a fim de buscar ou até mesmo resgatar indivíduos para suas igrejas. A partir de algumas concepções, é possível visualizar que há eventos e canções criadas por jovens a partir de seus gostos musicais e por ter a vontade de organizá-lo e estar por perto de amigos que também cantam e dançam ritmos do seu mesmo gosto musical.

3. Sociabilidades juvenis: diversão e salvação

A cidade oferece lugares de lazer, cujos ambientes cultivam estilos particulares de entretenimento, mantêm vínculos de sociabilidade e relacionamento, criam modos e padrões culturais diferenciados (Magnani, 1996). Assim, é possível coletar dados de diferentes grupos e fiéis e compreender a influência dos valores religiosos e manifestações musicais entre tais grupos, sobretudo as formas de religiosidade e sociabilidade juvenis.

Forma de religiosidade e sociabilidades juvenis, o culto pode ser considerado como um momento de lazer pelos indivíduos e, consequentemente, como espaço de sociabilidade. No estudo durkheimiano (1968), o culto possui a função primordial de estreitar os laços que unem o fiel ao seu deus. Essas práticas evidentemente estreitam os laços que unem o indivíduo e a

sociedade de que é membro, quer esse culto consista em manobras materiais ou em operações mentais, ele é sempre eficaz (Rosendahl, 2002: 26). A religião, assim, assume sentido e uma razão que permitem aos indivíduos compreenderem a sociedade da qual são membros e as relações obscuras mais íntimas que mantêm com ela (Durkheim, 1989: 204).

A isto pode-se relacionar a discussão de Simmel sobre sociabilidade e a vivência de laços entre os indivíduos. Para Simmel (1993:169), em seu estudo "Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura e formal":

> a sociabilidade é vista como uma forma autônoma e lúdica de sociação, não visando um objetivo ou a busca de resultados concretos, cujo fim é a própria relação, a satisfação de estar junto.

Para esse mesmo autor, a sociabilidade surge como uma estrutura sociológica muito peculiar. E ela cria um mundo sociológico ideal, no qual o prazer de um indivíduo está intimamente ligado ao prazer dos outros. De acordo com Simmel, a sociabilidade pode também ser entendida como um "jogo social", atuando como elemento constitutivo da consciência e poder de autonomia no relacionamento do grupo e redes sociais.

A mobilidade, a concentração de pessoas pelas cidades e o consumo de bens inscritos como as expressões musicais, marcam a proximidade espaço-temporal que contribuirá para as opções e manifestações religiosas (Pinheiro e Pimentel, 2011). A cidade, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra (Certeau, 2004: 173). Manifestações estas, que ocorrem sob discursos que a ideologizam, como, por exemplo, o evento "Marcha para Jesus". Nela é observado que o trânsito pela cidade por aqueles que procuram os "eventos evangélicos" redefine o urbano já que é constituída uma "força de fé" que marca o abençoar a cidade. Isso pode ser exemplificado com a fala de um dos cantores durante o evento: "Com certeza, essa é mais uma forma de declarar nosso amor pela nossa cidade, declarar que Campos têm pessoas que dão o sangue por ela. Nós decidimos amar a cidade que o Senhor escolher para nós morarmos". Ele afirmou isso ao comentar que a vista, de cima do trio elétrico, era linda, devido à multidão de pessoas, multidão formada com moradores de diferentes partes da cidade e que faziam coro com o cantor.

Para Certeau, a cidade e suas diferentes interpretações é percebida como uma linguagem textual que se da na prática do caminhar nas ruas. Ele afirma que uma das formas de tentar perceber a cidade é caminhar por ela (Certeau, 1994). A Marcha para Jesus foi um

percurso longo e cansativo, e não são todas as pessoas que caminham e chegam até o ponto final do evento: Praça Salvador, área central da cidade. O evento, que relaciona música, caminhada e oração, é um fenômeno importante para discutir o estar e constituir áreas públicas. É algo próprio de comunicação, mobilidade e interação, que decorre da significação do lugar. Certamente, os processos do caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços e as trajetórias (Certeau, 2004: 176). Ainda para Certeau (2004: 184), as relações dos sentidos da caminhada com o sentido das palavras situam duas espécies de movimentos aparentemente contrários: um de exterioridade (caminhar é sair); o outro, interior (uma mobilidade sob a estabilidade do significante).

Como afirma Melucci (1991), os jovens são um espelho da sociedade inteira, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais dos sistemas complexos: tensões entre expansão das chances de vida e controle difuso, entre possibilidade de individuação e definição externa da identidade. Assim a mobilização juvenil torna-se elemento revelador, trazendo à luz as demandas profundas, os problemas e as tensões que percorrem toda a sociedade. Portanto, é possível dizer que os jovens constroem as imagens da cidade a partir das suas experiências, fortemente marcadas pelos seus locais de moradia e acesso ou não aos equipamentos socioculturais.

A mobilidade integra a composição de redes, segundo Agier (1999), quando analisou as redes de sociabilidade no bairro da Liberdade. Acompanhou a construção de redes dilatadas que partiam de um núcleo inicial específico e territorializado, marcado pelas relações cotidianas e diferentes formas de sociabilidade (reciprocidades, confiança, clientelismo, entre outros), e constituído pelas esferas da família, vizinhança, trabalho e lazer. Tais relações e sociabilidades, inicialmente vinculadas a um contexto singular, articulam-se e se alargam em redes, ligando os pequenos mundos de cada citadino (a "cidade familiar") às macroestruturas sociais.

Assim, é na dinâmica das redes que se desenham o elo intermediário – esferas por excelência das sociabilidades alargadas – entre os pequenos mundos dos citadinos e as macroestruturas sociais nas cidades. Para Agier (2011), a problemática do objeto para o sujeito é não buscar "o que é" a cidade, mas "o que faz" a cidade; vê-la como processo humano, vivo e complexo. Assim, partindo do universo petrificado da cidade, com seus edifícios, monumentos, vias expressas e as redes de relações sociais, que caracterizam a cidade viva.

Portanto, a partir da proposta de uma antropologia da cidade é possível traçar conexões entre relações locais com identidades mais abrangentes, observar as articulações entre etnicidade e territorialidade nos contextos urbanos, apreender lugares estratégicos de análise da vida política

das cidades, ampliar e alargar redes relacionais locais. Segundo Agier (2011), a cidade, em vez de lugar de anonimato como muitas vezes se caracterizam ainda as grandes cidades, pode ser lugar de conforto. Conforto pelas redes que se estabelecem, pela inscrição dos espaços vividos, pela possibilidade que a familiaridade fornece de reivindicação.

4. Cidade e espaço público: espaços de sociabilidades (não) existentes?!

Ao situar a discussão sobre juventude, refletir sobre espaço juvenil e focalizar o evento religioso, entendemos ser viável ainda discutir como em Campos dos Goytacazes se estabelece a relação entre cidade e espaços de sociabilidade juvenis. A Marcha para Jesus viabiliza falar sobre cidade e religião no espaço público, tendo como a primeira se torna âmbito favorável para um modo de ser juvenil. A cidade se revelou como não apenas um meio de expressar em termos concretos a ampliação do poder sagrado e secular, mas também como um meio de expressão ampliada de todas as dimensões da vida (Rosendahl, 2002: 42).

A cidade, considerada como espaços praticados e redes de relações, configura um amplo espaço de sociabilidades, enfatizadas no do direito democrático de livre circulação. Há sujeitos que, por diferentes razões, têm pouca ou muita experiência de circulação pela cidade e se beneficiam pouco ou muito das atividades. Segundo os entrevistados, foram considerados poucos os espaços culturais públicos ofertados na cidade de Campos dos Goytacazes. Assim como afirma Luís, 17 anos, negro, evangélico e estudante do Instituto Federal Fluminense (IFF):

> Eu acho que a cidade não oferece espaços para os eventos, eu vejo isso de uma forma negativa. Umas das grandes carências da nossa administração pública é a questão cultural em todos os sentidos, porque nós temos bons espaços públicos para estarmos realizando eventos como o teatro Trianon, teatro de bolso, recentemente construída a quadra do viaduto, o CEPOP[2] e são espaços pouquíssimos explorados para as pessoas da região. Temos muitas peças de teatro que vem se apresentar de outros lugares e temos pouca visibilidade dos nossos grupos locais. O teatro até deu uma evoluída, mas a parte musical tem muito que evoluir.

A fala do jovem mostra uma situação de precariedade de equipamentos de lazer, de saúde e de educação, restrição dada pelas condições objetivas, como o custo de transporte, visibilidade e divulgação ou por condições simbólicas. Ainda para Luís:

[2] Centro de Eventos Populares Osório Peixoto.

> Acho que tem erro de ambas as partes. Falta investimento da prefeitura e iniciativa das igrejas também pra usa-los, que não é impossível. E o espaço público tem que estar aberto para todas as religiões, pois a religião faz parte da maioria da população, e como em campos há um predomínio muito grande das empresas evangélicas de estarem fazendo eventos para jovens raramente são fora da igreja.

Ao entender que "a cidade revela os interesses e as ações da sociedade e, ao mesmo tempo, oferece condições para que tais interesses e ações se realizem" (Sposito, 2008: 14), há outra realidade na cidade de Campos dos Goytacazes. O espaço público da cidade possui poucas opções de lazer, de diversão e de entretenimento.

Também foi constatada pelos entrevistados uma carência de praças, parques, quadras, academias, bibliotecas e, principalmente, locais disponíveis onde ocorram os eventos religiosos. Possui poucos, mas falta investimento, visibilidade, divulgação, liberação e interesse da prefeitura para com os eventos a serem programados e, consequentemente, realizados.

Segundo Menezes (2009: 302), o espaço público urbano é um contexto de mediação através do qual as identidades sociais, as práticas e as imagens socioespaciais podem ser criadas e contestadas, simbolizando que a comunidade quer a sociedade e a cultura mais abrangente, na qual ele se integra. Marc Augé (1994) fala em não-lugares, que vão (des)construindo e (re)construindo ao longo da sua obra, já que a rua e a praça são lugares, inclusive, lugares de conversão, de interação. Os "não lugares" aparecem como o oposto, o inverso, dos lugares antropológicos. No livro em questão, Augé define os chamados não-lugares como um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. Outra característica destacada pelo autor sobre o "não-lugares" é que eles são permeados de pessoas em trânsito. São espaços de ninguém, não geradores de identidade.

"Não-lugares" de Augé (1994) contribui para entender como em Campos dos Goytacazes os eventos religiosos acontecem nas áreas públicas. Exemplo disso é a caminhada, realizada na rua, que contribui para as identidades religiosa e juvenil. A Marcha para Jesus permite o andar e o caminhar pela cidade, possibilitando aos "não lugares" se transformarem em "lugares", sendo reconhecidos e tornando-se espaços para aqueles que "vão e vêm", circulam e caminham, permitindo uma interação entre os indivíduos ou até mesmo transformando-se em lugares de conversão.

Importa, assim, compreender o espaço público urbano a partir da ideia de que as práticas sociais configuram e reconfiguram os significados do espaço – por meio de um conjunto de operações em relação ao masculino e ao feminino, à casa e à rua, ao privado e

ao público, ao local e ao global, ao jovem e ao velho, a nós e aos outros, sagrado e profano, tempo e espaço, quotidiano e extraordinário, lazer e trabalho (Meneses, 2009: 303).

Segundo Magnani (1996), todas as categorias (nós e os outros, sagrado e profano, tempo e espaço) que descrevem diferentes formas de uso e apropriação do espaço, constituem chaves para leitura, entendimento e orientação na cidade: ao circunscrever pontos socialmente reconhecidos como relevantes na dinâmica urbana, servem de referência para as atividades que compõem o cotidiano. Essa articulação se dará basicamente em torno dos temas da sociabilidade, do lazer, da música e das práticas culturais, sempre referidos a alguma dimensão do contexto e espaço urbanos, o que permite a discussão de questões teórico-metodológicas comuns. Reitero assim a importância da etnografia na análise do espaço público urbano, bem como a importância em compreendê-lo através das noções de heterogeneidade (Meneses, 2009: 304).

Algumas Considerações Finais

Neste trabalho, foi destacada a relação entre religião, o uso do tempo livre e os eventos musicais e, por fim, a constituição das práticas religiosas no cotidiano, que também configuram as relações de sociabilidade dos jovens entrevistados. Demonstramos as especificidades da música *gospel* e da sociabilidade juvenil na cidade de Campos dos Goytacazes e suas relevâncias a partir dos temas mais evidentes: juventude, sociabilidades, música e religião. Procurou-se contribuir para o desenvolvimento de estudos na área da juventude, religião, música *gospel* e seus diferentes ritmos (*rock, axé, funk*) a partir das experiências, percepções e formas de sociabilidade dos jovens observados, foram destacadas as semelhanças e as diferenças entre eles, encontradas a partir das etnografias e das entrevistas.

A resistência, nas igrejas de Campos dos Goytacazes, a não tocar ritmos diferentes é bem menor que alguns anos atrás. Por isso, cresce a quantidade de eventos, como festas e baladas, em que os estilos musicais dançantes são tocados ao vivo, ao passo que a postura no palco e o figurino customizado de artistas seculares (Mendonça, 2009) são reproduzidos no visual de diversos artistas evangélicos, assim como a cantora Mc Polliana. Alguns cantores também recebem tratamento de estrelas *pop* por parte dos fãs evangélicos, como a Aline Barros.

A presença do sagrado na vida urbana é bastante forte, porém difícil de mensurar. Nas cidades mais antigas, a religião estava em toda a parte. À medida que as principais atividades da

vida social se libertaram da influência religiosa, o número de espaços foi reduzido, enquanto outros permaneceram (Rosendahl, 2002: 37). Para alguns jovens, uma das atividades mais importantes do final de semana é a ida ao culto religioso ou cantar em algum evento *gospel*.

A constituição de grandes gravadoras – Gospel Records, MK Publicitá, Line Records e TopGospel –, associada ao fortalecimento de uma vasta rede de meios de comunicação, possibilitou uma ampliação do alcance da música evangélica em todo o território nacional. Seja pelas ondas das rádios, seja pelos programas televisivos ou pela internet, a música evangélica comercial produzida, em especial, na região sudeste, passou a alcançar uma grande audiência (De Paula, 2007: 59). E segundo os depoentes e *sites* de notícias da região, o número de eventos, produção e divulgação também é crescente na região norte fluminense, especificamente na cidade de Campos dos Goytacazes.

Na cidade de Campos dos Goytacazes vimos um grande número de participantes presentes nos eventos, sobretudo os jovens. Atualmente, não somente a música passa a ser definida como *gospel*. Comportamentos, eventos e empreendimentos são também assim identificados e serviram para demonstrar que os ritmos não clássicos nos eventos praticados nas igrejas evangélicas estão sendo alvo de atração de jovens, que são introduzidos nas igrejas e integram espaço caracterizado por audição musical, interação, diversão e manifestação religiosa (Pinheiro, 2006). E os coletados, como notícias em jornais, *sites*, reportagens e fotografias demonstram o número crescente dos eventos religiosos. Com isso contribuem para mostrar que esses diferentes ritmos estão se tornando cada vez mais reconhecidos e apreciados pelo público jovem evangélico da cidade de Campos dos Goytacazes.

De modo geral, os jovens entrevistados descreveram a cidade como lugar positivo de se morar, mas que tem muitos problemas, e que pode melhorar. Isso também depende do esforço dos jovens em busca de conseguirem seus espaços para o lazer e para realizarem os eventos religiosos. Contudo a má administração desses recursos que não são utilizados de forma adequada dificulta o desenvolvimento.

Ainda nesse contexto, os jovens apontaram alguns aspectos que deveriam ser mudados na cidade para que ela disponha de melhores condições de vida para seus moradores. As sugestões foram: construções de mais espaços de lazer e turismo, investimentos na saúde, na educação e mais cursos gratuitos – pois a maioria é pago. Por meio das sugestões foi possível perceber que os jovens esperam realizar o direito a cidade,

através da participação nos bens públicos e simbólicos. Destaque aqui para os equipamentos de lazer e para os que possibilitem a formação e o acesso ao mercado de trabalho.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. In: **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 1997.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011. 216p.

ANDRADE, Alenice Maria dos Santos. **Surfistas de Cristo um estudo da sociabilidade juvenil**. São Paulo. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da USP, 2005.

AUGÉ, M. **Não-Lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, Papirus, 1994.

BRANDÃO, Elaine Reis. **Individualização e vínculo familiar em camadas médias**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Os jovens e a cidade:** identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2009.

CERTEAU, Michel de. **Artes de fazer. A invenção do cotidiano.** / L´inventio du quotidien - 1. Arts de faire / Trad. Ephrain F. Alves. Petrópolis, Vozes, 2008.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista brasileira de educação. set.-dez., n: 4, 2003.

DE PAULA, Robson Rodrigues**. O mercado da música gospel no Brasil:** aspectos organizacionais e estruturais. Revista UNIABEU. Belford Roxo. v. 5, n. 9, jan.-abr. 2012.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paulus, 1989.

FARIAS, Carine L. **Religião e Juventude:** Sociabilidades entre jovens em "repúblicas estudantis" de Campos dos Goytacazes. Monografia em Antropologia. Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2010.

GARCIA, Gilselene; ZIPPIN, Mírian Paura Sabrosa. **Revisitando as origens do termo juventude:** A diversidade que caracteriza a identidade. GT-20: Psicologia da Educação, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: Fazendo antropologia na metrópole In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MAUGER, Gerald. **La jeunesse dans lês ages de la vie**. Une definiton préalable. Temporaliste, 1989.

MELUCCI, A. **O jogo do eu:** a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.

MENDONÇA. Joêzer de Souza. **O gospel é pop:** Música e religião na cultura pós-moderna. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho" Instituto de Artes São Paulo, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 11-36. 2003.

MENEZES, Marluci. **A praça do Martim Moniz:** Etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 301-328, jul./dez. 2009.

NOVAES, Regina. **Os jovens "sem religião":** ventos secularizantes, espírito de época e novos sincretismos. Notas preliminares. Revista Estudos Avançados, 18, 52, (2004): 321-330.

_____. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo (orgs) **Retratos da juventude brasileira**. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 263-290.

_____. Juventudes cariocas: mediações conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, H (Org.). **Galeras cariocas:** territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 119-160.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (org) **Petróleo, royaties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 219-238.

PINHEIRO, Márcia Leitão. PIMENTEL, Paula. **Escenas musicales y transformaciones sociales contemporâneas**. Trabalho apresentado no GT 37, IX Reunião de Antropologia do Mercosul, 10 a 13 de julho, Curitiba, PR, 2011.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião:** Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002.

SIMMEL, George. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura e formal. In: **Sociologia**. Editora: Ática. Organizador: Evaristo de Moraes Filho, 1993.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOU DA RUA: EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA COM MORADORES DE RUA EM LISBOA-PT

Carolina Appel Colvero
IFES. Faculdade São Geraldo.

Resumo: Este estudo traz uma reflexão sobre como as relações estabelecidas pelos sujeitos com um território circunscrito em determinado espaço estão intimamente vinculadas com o seu processo de construção de cidadania, de modo que o território é pensado para além de um espaço físico, geograficamente constituído, e sim composto pelas trajetórias afetivas e subjetivas dos sujeitos, contemplando suas relações alocadas em um dado espaço. Para tanto, são utilizadas falas e experiências obtidas durante um ano de trabalho de campo etnográfico junto a população de rua na cidade de Lisboa-Portugal. Este trabalho de campo foi desenvolvido com vistas à produção de Tese de Doutorado em Sociologia: "Cidades e Culturas Urbanas pela Universidade de Coimbra" e apresenta dados parciais de uma reflexão cuja tese abrangerá na sua totalidade. As falas mencionadas aqui se referem a breves discursos nos quais se faz presente a noção de territorialidade pertinente a este texto. Os conceitos de cidadania pautados são correlatos e advindos da concepção de território como processo e têm como cenário a sua historicidade. Cidadania atua no campo político na medida em que produz o conteúdo dos direitos absorvidos pelo conceito, bem como a abrangência onde esses direitos terão validade. Neste sentido, entende-se uma cidadania atrelada ao território e seu uso. O seu uso transpõe a lógica da fixidez quando se trata de territórios elaborados sobre o transitório, a trajetória, o processo – o caso de sujeitos que moram nas ruas.

Palavras-chave: territorialidades; cidadania; morador de rua; rua.

Abstract: This study presents a reflection about how the relations established by people in a limited territory in a given space are closely linked with their citizenship construction process. So, the territory is thought as something beyond a physical space and geographically formed, as something made up of the emotional and subjective trajectories of people, considering their allocated relationships. To this end, speeches and experiences, obtained during a year of ethnographic fieldwork among the street population in Lisbon, Portugal, are used. This fieldwork was developed viewing the production of a Doctoral Thesis in Sociology: "Cities and Urban Cultures from the University of Coimbra" and offers partial data of a reflection whose thesis cover in its entirety. The words mentioned here refer to brief speeches in which the relevant territorial notion of this text is present. The displayed citizenship concepts are related with a concept of territory as a process and have as a backdrop its historicity. Citizenship acts in the political arena to the extent that produces content rights absorbed by the concept as in the scope in witch those rights will be valid. In this sense, citizenship is understood as being linked to the territory and its use. Its use transposes the logic of fixity when it comes to territories elaborated on something transitory, the trajectory, the process – and the case of individuals who live on the streets.

Keywords: territorialities; citizenship; street resident; street.

Introdução

As relações estabelecidas pelos sujeitos com um território circunscrito em determinado espaço estão intimamente vinculadas com o seu processo de construção de cidadania. Neste sentido, é possível analisar as relações humanas alocadas em um território

para compreender a inserção de alguns grupos no que se entende por cidadania, sendo esta compreendida conforme correspondência ao pertencimento à cidade e, na era moderna, como a cristalização institucional das redes de solidariedade.

Cidadania e território (que produz territorialidades) podem ser analisados a luz de etnografia desenvolvida junto a sujeitos que significam o território das ruas de modo dissonante daquele feito pelo *cidadão* (assim concebido tradicionalmente).

Analiso aqui o caso de algumas pessoas que habitam as ruas da grande Lisboa – Portugal, com as quais desenvolvi trabalho etnográfico durante mais de um ano, bem como traço um paralelo com outros estudos desenvolvidos com moradores de rua.

Essa análise se refere a experiência de algumas pessoas que vivem nas ruas e, com isso, desenvolvem suas territorialidades em relação a esses espaços. Nestes casos, o entendimento que podemos fazer de cidadania é relativo ao conteúdo correspondente à vida e experiência na rua, às suas territorializações na rua.

1. Cidadania e territorialidade

Ser cidadão está condicionado à institucionalização de redes de solidariedade. A institucionalização, ainda que precária, abrange todos os sujeitos desta pesquisa. Os elementos aqui apresentados podem servir como subsídio para uma posterior reflexão acerca dos graus de cidadania – se é que é possível a utilização desses termos, sobre o quanto as vidas marginais promovem uma cidadania marginal.

Para antecipar a relação entre os dois conceitos cruciais desta pesquisa, cabe uma breve definição do conceito de cidadania utilizado.

Dallari afirma que a cidadania expressa um conjunto de direitos que permitem ao sujeito a participação na vida e no governo de seu povo. Mais esmiuçadamente, Marshall (1964), um clássico indispensável no que tange aos estudos sobre cidadania, desenvolve um modelo no qual compreende o conceito como resultante de direitos atribuídos, emergente do desdobramento de direitos civis em políticos e destes em sociais. Um cidadão pleno, conforme o autor, teria acesso às três categorias de direitos.

Os direitos civis seriam àqueles que têm como fundamento a liberdade individual. Assim seriam direitos civis o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei.

A dimensão política da cidadania é correspondente à participação do cidadão nos processos de administração governamental, direto de votar e de ser votado. São direitos exercidos coletivamente.

A terceira dimensão da cidadania narrada por Marshall é a dimensão social, é nesta – aqui compreendida como decorrente e correlacionada com as duas anteriores – que este artigo se apoia. Os direitos sociais referem-se à igualdade material dentre os indivíduos, ou seja, à participação na riqueza coletiva e, por consequência, ao acesso à saúde, trabalho, lazer, moradia, dentre outros.

Ainda, a garantia ao acesso à cidadania não é uma obrigação exclusiva do Estado, mas sim um papel de execução estendida à sociedade como um todo.

Para associar o conceito de cidadania com o de território, cabe refletir acerca deste segundo conceito. Assim, Leal e Fonseca (2010) destacam:

> A apropriação do território por um grupo social é um processo gerador de raízes e identidade entre os indivíduos e, desse modo, o grupo passa a não poder ser mais compreendido sem o seu território, base de sua história, cultura e sustentação (LEAL E FONSECA, 2010, p. 3).

Haesbaert (2009) agrega outros elementos ao termo, negando a associação exclusiva com enraização. Desse modo, o descreve como um espaço relacional ou, como relações sociais projetadas no espaço concreto que podem constituir-se e dissolver-se, num ritmo inconstante. É relativo ao tempo e ao momento em que se está. Desta compreensão somam-se outros conceitos como desterritorialização e reterritorialização.

Desterritorializar refere-se ao engajamento em linhas de fuga, à desconstrução dos territórios originais de modo a dar espaço para a elaboração de outros. Subsequente a esta etapa, tem-se a reterritorialização, relativa a constituição de novos territórios sobre o substrato dos antigos.

A desterritorialização é a territorialidade invertida, é a desapropriação de um território, enquanto que a reterritorialização é um movimento de novas significâncias e edificação de novos territórios mediante o abandono de velhos.

Haesbaert (idem) agrega outros elementos ao termo, negando a associação exclusiva com enraização. Desse modo o descreve como um espaço relacional ou, como relações sociais projetadas no espaço concreto que podem constituir-se e dissolver-se, num ritmo inconstante. É relativo ao tempo e ao momento em que se está. Desta compreensão somam-se outros conceitos como desterritorialização e reterritorialização.

Desterritorializar refere-se ao engajamento em linhas de fuga, à desconstrução dos territórios originais de modo a dar espaço para a elaboração de outros. Subsequente a esta etapa, tem-se a reterritorialização, relativa a constituição de novos territórios sobre o substrato dos antigos.

A desterritorialização é a territorialidade invertida, é a desapropriação de um território, enquanto que a reterritorialização é um movimento de novas significâncias e edificação de novos territórios mediante o abandono de velhos.

Os sujeitos constituem identidades com o espaço urbano através destas significações dos territórios supramencionadas. A pertença à cidade, a cidadania se dá a partir de seu uso, do seu direito de uso.

A fluidez das relações com os territórios leva ao uso dos espaços por diferentes sujeitos em diferentes momentos de suas vidas, depende do contexto no qual se está. Isto quer dizer que um espaço que tem certo uso para certas pessoas hoje, poderá ter outros usos para outras pessoas amanhã. Bem como, podem haver, paralelamente, diferentes usos dos mesmos espaços, fazendo variar sua significação. Os espaços são readaptados, remodelados, reconstruídos, e assim, um mesmo *lócus* geográfico se constitui em territórios distintos conforme a componente humana sobre tal *lócus*.

A fluidez também se estende às histórias dos indivíduos, que não raro carregam muito movimento, passagens, mudanças de condição familiar, profissão, trabalho, circuitos afetivos. As mobilidades, portanto, transcendem a alocação física do sujeito. Elas são elaboradas conforme suas subjetividades e, mais do que isso, na medida em que constroem suas subjetividades.

Dito isso, o território também pode ser construído no movimento, na medida em que ele não retrata simplesmente um espaço físico. Se assim fosse, Ana (42 anos), outra entrevistada para a pesquisa e cujos dormitórios são temporários, não construiria territorialidade.

Contudo, a fala de Ana revela o contrário: ela fala de um sentimento de pertença ao espaço (da cidade) quando produz o texto: “aqui é o meu lugar, vivi a maior parte da minha vida cá. Além disso, cá tenho minhas relações, tudo o que preciso, médicos ou outra assistência qualquer”. Ana acentua a relação afetiva que constitui com a cidade e, ainda que não possua, há anos, uma moradia (perambulando entre ruas e albergues) considera-se pertencente ao lugar. O território no qual está faz ela sentir-se cidadã do local, em referência ao anteriormente exposto debate acerca da cidadania.

Nelson (56 anos), outro entrevistado, quando se refere a sua nova moradia (na rua), a caracteriza como provisória. No entanto, está nessa nova morada há dezessete anos. Nelson legitima sua ida para rua (a chegada na rua costuma ser apontada como um momento simbólico, de ruptura) através de uma sucessão de eventos adversos em sua vida. Conta que a morte dos pais impulsionou sua mudança de cidade, evento coincidente com a sua saída da casa para a rua. Rupturas estendidas à sua relação com o Estado e com a sociedade, em certa medida – o que colocaria em questão seu status de *cidadão*. A desterritorialização afetiva provoca desterritorializações físicas e, mais do que isso, ambas mantêm uma relação simbiótica. A ressignificação do espaço territorial ocorre paralelamente no plano subjetivo/interno e no plano físico/geográfico sem que haja, aparentemente, uma ordem sequencial definida. Nelson primeiro estabelece uma moradia na rua e depois constrói seus afetos com o novo espaço e a ruptura com seu antigo território ou é o contrário?

Em outro enunciado, Nelson revela alguns elementos importantes que a rua lhe fornece, pelo contrário da casa: o descompromisso com a higienização, a contenção propiciada pelo teto e pelas paredes. "Não vou limpar isso todos os dias, nem que eu quisesse, isso é a rua, é o lugar onde outras pessoas deitam fora seu lixo, aquilo que não querem mais […] posso ir pra lá e pra cá, posso ver as pessoas passando sem ter que ir para a janela porque tudo é janela (risos)". Contrariando outras de suas falas nas quais expressa a necessidade de sair de casa e morar na rua, atribuindo fatores socioeconômicos à passagem, aqui Nelson revela outros elementos que seriam "vantagens" de estar na rua, em oposição à casa, onde há paredes e contenção.

O que não deslegitima, de modo algum, a indiscutível seara de desigualdade social que configura espaços urbanos onde algumas pessoas acessam com muita facilidade estruturas e bens que são inalcançáveis para outras. Antes pelo contrário, o território também pode ser compreendido como um suporte do corpo político sob uma estrutura governamental (Gottmann, 2012). O plano político é o terreno da construção de cidadania, na medida em que *política* deriva de *pólis* que, por sua vez, significa cidade-estado (Grécia Antiga). E *cidadania* corresponde à agregação institucional e ao acesso à direitos, conforme debatido no início deste texto.

As falas de Nelson reiteram que a ida pra rua não inicia com o desejo / necessidade de desconstruir exclusivamente o território físico ou o subjetivo, mas ambos ao mesmo tempo, porque estão associados. Mais do que isso, a ida pra rua não possui um início pontual porque trata-se de um processo.

Ao mesmo tempo em que não nega a precariedade e nem superestima as vantagens da vida na rua, Nelson reforça um território dado pelo tempo presente. É geográfico, mas também é íntimo ou, na concepção de Milton Santos (2005), não há dicotomia entre mobilidade e imobilidade. A territorialidade deriva do trânsito e é o próprio trânsito, no sentido de que é composta pelo processo de elaborações geográficas e também subjetivas. Afinal, também pode-se compor território em movimento, através de espaços descontínuos.

Um território não corresponde simplesmente ao espaço da onde se é, mas também corresponde a onde se está (vide frase de António: "se agora estou cá, agora sou de cá"). Mais do que isso, neste debate, o *ser* corresponde ao *estar*. Neste caso, todo território é funcional e expressivo (Deleuze & Guatarri, 1996), pois produz condições objetivas de vida ao mesmo tempo em que expressa modos de vida e de estar no mundo. Expressa as relações com o ambiente, suas significações e representações. O espaço da rua habitado por Nelson representa seu dormitório, seu quintal, o lugar onde guarda seus pertences e onde tem vizinhos com os quais mantém relações. Para um transeunte, este mesmo espaço traduz-se em outras significações, conforme a fala de Nelson: "é o lugar onde outras pessoas deitam fora seu lixo, aquilo que não querem mais".

Os sujeitos constituem identidades com o espaço urbano através destas significações dos territórios supramencionadas. A pertença à cidade, a *cidadania* se dá a partir de seu uso, do seu direito de uso.

2. *Se agora estou cá, agora sou de cá*: identidade de território e de cidadania

A composição de territórios no plano das identidades sociais constrói cidadãos – da cidade, o que pode ser verificado em experiências relatadas nas falas nas quais o sujeito situa-se em determinado território (ainda que provisoriamente). "Se agora estou cá, agora sou de cá" retrata a conexão de Antonio com o território, ele é cidadão do espaço determinado. Ao mesmo tempo em que revela o caráter transitório de tal situação. Subentende-se que Antonio já foi territorializado em outros terrenos e com outras significações, bem como, que houve desterritorialização e reterritorialização.

Haesbaert (idem) agrega outros elementos ao termo, negando a associação exclusiva com enraização. Desse modo o descreve como um espaço relacional ou, ainda, como relações sociais projetadas no espaço concreto que podem constituir-se e dissolver-se, num

ritmo inconstante. É relativo ao tempo e ao momento em que se está. Desta compreensão somam-se outros conceitos como desterritorialização e reterritorialização.

Desterritorializar refere-se ao engajamento em linhas de fuga, à desconstrução dos territórios originais de modo a dar espaço para a elaboração de outros. Subsequente a esta etapa, tem-se a reterritorialização, relativa à constituição de novos territórios sobre o substrato dos antigos.

A desterritorialização é a territorialidade invertida, é a desapropriação de um território, enquanto que a reterritorialização é um movimento de novas significâncias e edificação de novos territórios mediante o abandono de velhos.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2005.

BEGAG, Azouz. **Espace et Exclusion:** mobilités dans les quartiers périphériques d'Avignon. Paris: Ed. L'Harmattan, 1995.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. Moderna, São Paulo, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia**,** v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FERNANDES, Luís. **O sítio das drogas.** Lisboa: Notícias, 1998.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso**. Porto Alegre: Revista UFRGS, 1999.

FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença. **Plural de cidades**: Novos Léxicos Urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREHSE, Fraya. **Vir a ser transeunte:** civilidade e modernidade nas ruas de São Paulo (entre início do século XIX e início do século XX). Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Antropologia, USP, 2004.

FRÚGOLI JR, Hélio. **O urbano em questão na antropologia;** interfaces com a sociologia. Revista de Antropologia, São Paulo: 2005

GEERTZ, Cliford**. A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição humana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Campinas: Boletim Campineiro de Geografia, 2012, ano II, n. 3.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério e BRUCE, Glauco**. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guatarri**. 2009. Disponível em <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../72> Acesso em: 02 jun. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____, Rogério. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: Brasil, Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial.** Brasília, 2005

LEAL, Adílio Alves e FONSECA, Gildette Soares. **Território:** categoria geográfica das múltiplas perspectivas. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MARSHALL, T.H. Citizenship and Social Class, In: Marshall, T. H. Class, **Citizenship and Social Development.** Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

MARTINS, Ana Maria Ferreira. **As sem-abrigo de Lisboa.** Dissertação de Mestrado. Lisboa: AMI, 2007.

MENDOZA, Edgar. **Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil:** os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). Porto Alegre: Sociologias, 2010.

MERLIN, Pierre e CHOAY, Françoise. **Dictionnaire de L'Urbanisme et de L'Aménagement**, Paris, Presses Universitaires de France, 1988.

PAIS, José Machado. (Coordenação). **Traços e Riscos de Vida.** Uma Aproximação Qualitativa a Modos de Vida Juvenis (Coordenação), Porto: Ambar, 1999.

PARK, Robert. **A cidade**: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G. (org.), O fenômeno urbano, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PERLONGHER. Néstor. **O negócio do michê:** a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros**. As populações de rua nas grandes metrópoles:** reflexões sobre tensões, conflitos e territorialidades nos espaços públicos. Rio de Janeiro: Revista Tamoios jul./dez. 2010, ano VI, n. 2.

ROLNIK, Suely. **À sombra da cidadania:** alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Seção Ponto e Contraponto, Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise, Ano V, n. 41: 33-42. São Paulo, Livraria Pulsional, setembro de 1992.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Debates: **Território e movimientos sociales**. Ano VI n. 16 Enero-abril, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

SHIELDS, Robert. **Places on the Margin -** Alternative geographies of modernity. London and New York: Routledge, 1991.

SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua:** novos conflitos e ação coletiva na cidade. São Paulo: Rev. Soc. USP, 1993.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: O GRAFITE DE RUA COMO CONTEÚDO POLÍTICO NA FOTOGRAFIA *OUTSIDER*

Cleber Fernando Gomes
Sociólogo, mestrando em História da Arte na UNIFESP, com bolsa de pesquisa da FAPESP. Pós-Graduado em Artes Visuais, Intermeios e Educação pela UNICAMP e, Pós-Graduado em Estudios Culturales pelo CLACSO-Argentina.

Resumo: A experiência fotográfica apresenta muitas possibilidades de reflexão sobre o território urbano contemporâneo. Através da visualidade e posteriormente pela imagem estática no tempo e espaço, podemos entrar em contato com ações políticas que fizeram e fazem parte de uma determinada sociedade. Nesse sentido, a fotografia *outsider* é um recurso importante de expressão artística, política, estética e social que, busca registrar as ações das margens sociais, sobretudo, aquelas ações que foram excluídas das convenções estéticas e sociais. A partir dessa perspectiva, o grafite de rua como arte sócio-política encontra-se em constante disputa no território urbano, e torna-se objeto de análise e reflexão crítica em uma sociedade capitalista que, cada vez, mais tem o econômico como principal base de valores. Assim sendo, essa pesquisa analisa o conteúdo *outsider* de fotografias que conseguiram cristalizar múltiplas expressões de indivíduos em busca de reconhecimento e compreensão nas ruas de grandes centros urbanos. O grafite de rua da cidade de São Paulo está no foco da análise, assim como comparações com algumas experiências de registros fotográficos realizados na cidade de La Paz/Bolívia[1].

Palavras-chave: sociedade; fotografia; grafite.

Abstract: The photographic experience presents many possibilities of reflection about the contemporary urban territory. Through visual and, in a later moment, through the still image in time and space, we can get in touch with political actions that are part of a given society. In this sense, outsider photography is an important feature of artistic, political, social and aesthetic expressions that seeks to record the actions of the social margins, especially those actions that were excluded from the aesthetic and social conventions. From this perspective, the street *graffiti* as socio-political art is in constant dispute in the urban territory and becomes the object of analysis and critical reflection in a capitalist society that increases the economics sphere as it's main value basis. This research analyzes the content of outsider photos that managed to crystallize multiple expressions of individuals seeking recognition and understanding in the big cities streets. The street *graffiti* in the city of São Paulo is the analysis focus, as well as comparisons with some experience of photographic records held in the city of La Paz/Bolívia.

Keywords: society; photography; graphite.

Introdução

A cidade é território e espaço de diversos grupos sociais que divergem e convergem a todo momento em disputa de poder, direitos e reconhecimento. Esse fenômeno é observado na sociedade contemporânea por sua complexidade, cada vez mais fortalecida e impulsionada pelas novas tecnologia da informação e comunicação, em especial a internet e

[1] Agradecimento à Abimael Carvalho Rocha, Geógrafo pela Universidade de São Paulo-USP, por ter cedido suas fotografias realizadas na cidade de La Paz na Bolívia, no ano de 2015.

as redes sociais. Contudo, é interessante notar que, mesmo com o avanço da diversidade de tecnologias disponíveis aos indivíduos, a rua ainda continua sendo espaço e território de disputas entre indivíduos, instituições públicas e privadas.

A busca por identidades, principalmente por grupos de jovens suscetíveis a uma ampla rede de contatos e trocas de ideias, faz com que as associações entre indivíduos sejam facilitadas e ações realizadas. Nesse caso, a fotografia *outsider* torna-se recurso interessante para analisarmos os resultados provenientes desses grupos de indivíduos que vão as ruas em disputa de territórios para expressar suas ideias, sejam elas, políticas ou artísticas, através do grafite.

A fotografia *outsider* apresenta diversos conteúdos sociológicos representativos de um espaço e tempo onde os direitos individuais e coletivos estão em pauta, em uma busca constante pelo direito de expressão e canais de diálogos sobre o periférico, o central, os excluídos, os privilegiados, o público, o privado, etc. Os muros da cidade transformam-se em locais propícios à essas reivindicações.

O interessante nessa realidade social está no fato dos jovens serem a maioria na composição e realização desses grafites de rua. Muitos desses protagonistas expressam um pensamento crítico sobre os fenômenos existentes na sociedade contemporânea, principalmente porque são rotulados desviantes (*outsider*) socialmente.

Ao aderir à singularidade da análise sociológica por meio da visualidade da fotografia *outsider*, legitimamos um suporte documental como objeto capaz de auxiliar as ciências sociais na sua busca em compreender as disputas por poder, território e espaço entre esses jovens *outsider*, o poder público e o poder privado. Segundo Becker (2008, p. 22) "o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator". Sendo assim, a experiência dessas imagens grafitadas e posteriormente fotografadas, traz ao debate questões importantes sobre a função da sociologia da arte e a sociologia da cultura dentro das ciências sociais, suas possibilidades analíticas e críticas no espaço e tempo.

A partir dessa perspectiva, analisaremos fotografias *outsider*, de grafites de rua, clicadas nos muros da cidade de São Paulo/Brasil, assim como, comparações de grafites de rua clicados na cidade de La Paz/Bolívia. Pretendemos ainda, fazer análises sociológicas sobre o grafite como uma arte marginalizada e desviante (por isso, *outsider*, do livro do sociólogo Howard S. Becker), que disputa territórios nas cidades contemporâneas, concentrando suas expressões artísticas na luta política por direitos e igualdade das classes sociais periféricas. Contudo, será contextualizado o espaço de

exposição dessa arte grafitada, quando a mesma consegue sair das ruas, e se estabelecerem em museus, galerias, Bienais de artes, em um contraste político e econômico, principalmente porque a história do grafite de rua sempre esteve marcada pela exclusão social. Com base em uma análise comparada em sociologia histórica, e com base em um pequeno acervo de fotografias *outsider*, será possível interpretar conteúdos políticos e sociais, de um objeto documental naturalizado na sociedade contemporânea, a fotografia e o grafite de rua. Dessa forma, após realizar e observar fotos de grafites na cidade de São Paulo e contar com outras fotografias clicadas na cidade de La Paz, será possível levantar algumas hipóteses e analisa-las compreendendo como as ações sociais se estabelecem no campo artístico e posteriormente rompem suas fronteiras se inserindo no espaço urbano com conteúdo crítico e contestador. Algumas matérias de jornais também serviram de base para as análises, assim como bibliografias e pesquisas virtuais na internet.

1. A fotografia *Outsider*

A fotografia na sociedade contemporânea tem múltiplas funções, desde ações narcisistas de autopromoção do ego, até funções políticas e críticas sobre infinidades de fenômenos. Com o advento das redes sociais, que tem como principal objetivo disponibilizar suporte para fotografias, as imagens estão cada vez mais ocupando o espaço, antes, destinado às letras. Porém, podemos observar em Philippe Dubois (2008, p. 30) que, "o papel da fotografia é conservar o traço do passado ou auxiliar em seu esforço para uma melhor apreensão da realidade do mundo". E no nosso caso, um mundo globalizado, tecnológico e informatizado que, produz e reproduz muitas imagens, sejam estáticas ou em movimento.

O fenômeno imagético com todas as suas particularidades acaba favorecendo o trabalho analítico de pesquisadores que fazem uso das imagens para tentar compreender os distintos objetos e hipóteses. Nesse contexto, o grafite como conteúdo na fotografia *outsider* é uma forma de cristalizar no tempo e espaço as expressões de um grupo de artistas marginalizados pelas convenções sociais, justamente por estarem situados em um território periférico, sem os recursos necessários para subsistir com dignidade. Assim, legitimar o grafite como obra de arte dentro da fotografia desviante é considerar a própria fotografia *outsider* uma obra de arte. Neste caso, podemos destacar que, "[...] a criação de grandes obras de arte é independente da existência social de seu criador, de seu desenvolvimento e experiência como ser humano no meio de outros seres humanos" (ELIAS, 1995, p. 53).

O reconhecimento de uma obra de arte pode levar um longo tempo, seu criador pode padecer da falta de consideração social e permanecer na periferia do campo artístico, sem receber os méritos de seu trabalho, assim como podemos observar na biografia de Vicent van Gogh. O grafite contemporâneo, em sua maioria, continua sofrendo seus preconceitos e a aceitação de sua obra como arte ainda é um desafio, porém, já podemos contar com algumas exceções.

Figura 1 - Grafite de Eduardo Kobra



Fonte: Agunzi, 2015

Figura 2 - Grafite Osgemeos



Fonte: Youssef, 2009.

Nas figuras 1 e 2, observamos dois trabalhos de grafiteiros que conseguiram sair do ostracismo, sendo finalmente reconhecidos e valorizados pelos seus trabalhos. Eduardo Kobra inicia suas atividades como pichador, em seguida migra para o grafite e atualmente se classifica como muralista. Em suas obras de arte é possível visualizar uma tendência ao retrato de personalidades públicas e famosas, como a exemplo de políticos e artistas. Seus murais de rua são grandiosos, possuindo uma unicidade de cores em formas geométricas sobrepostas em sua maioria, em retratos.

Nas obras de arte dos irmãos Osgemeos, observamos figuras em tons de pele amarelados que abrem um diálogo, quase sempre, com questões sociais, culturais e políticas. Gustavo Pandolfo e Otavio Pandolfo começam a grafitar nas ruas de São Paulo com influências da cultura hip hop norte-americana em meados dos anos oitenta, logo aperfeiçoando suas técnicas com o também grafiteiro norte-americano, Barry McGee. Ao longo de suas trajetórias, construirão sua própria poética artística e conseguiram legitimar seus trabalhos como verdadeiras obras de arte.

> Muitas vezes o maior desejo destes é serem reconhecidos como iguais por aqueles que os tratam, tão abertamente, como inferiores. A curiosa fixação dos desejos dos outsiders pelo reconhecimento e aceitação do establishment faz com que tal objetivo se transforme no foco de todos os seus atos e desejos, sua fonte de significado. Para eles, nenhuma outra estima, nenhum outro sucesso, têm tanto peso quanta a estima do círculo em que são vistos como outsiders inferiores, quanto o sucesso em seu establishment local (ELIAS, 1995, p. 39).

O destaque feito por Norbert Elias em seus estudos sobre a sociologia de um gênio, podem refletir também as análises sobre a trajetória do grafite e dos grafiteiros no campo das relações sociais e artísticas contemporâneas. Observamos três trajetórias artísticas de construção de uma carreira, tendo o grafite como principal atividade que conseguiu colocar esses indivíduos em ascensão social dentro do campo das artes visuais, torna-los valorizados por seus trabalhos de rua, consequentemente e instala-los em galerias e museus de artes pelo mundo. A história desses três artistas brasileiros começou, como a exemplo de tantos outros grafiteiros, em uma disputa de territórios, por meio da pichação e, em seguida, através do grafite de rua, elevando-os ao patamar de artistas reconhecidos e valorizados.

A fotografia *outsider* junta-se a esse componente artístico, o grafite de rua, para reforçar a valorização dessas obras de arte que estão a céu aberto, à mercê de vandalismos, depreciações temporais e de ações políticas negativas, para garantir o registro e a

cristalização dessas obras, tendo como finalidade a memória histórica de uma sociedade em constante transformação.

2. Os desviantes e os estabelecidos

A História da Arte revela muitas particularidades de grandes artistas e o caminho percorrido por eles para conseguir reconhecimento. O processo de construção de uma carreira nas artes visuais, na sua maioria é composto por muitos obstáculos, principalmente quando se faz uma arte desviante que não está enquadrada dentro dos padrões de visualidade convencionado pelos grupos socialmente estabelecidos.

Quando observamos as figuras 3 e 4, notamos esse fenômeno da disputa de territórios uma vez que reconhecemos os espaços em que estão grafitados. Nesse caso, a disputa do território acaba sendo uma forma de legitimar a exclusão social e artística, quando sabemos que as escolhas dos muros foram feitas de forma seletiva, entre o público e o privado.

Figura 3 - Grafite de Rua/SP*



Fonte: Arquivo Pessoal, 2015

Figura 4 - Grafite MAM/SP, Osgemeos



Fonte: Arquivo Pessoal, 2014.

Essas duas fotografias *outsider* (figuras 3 e 4) trazem ao debate contemporâneo questionamentos sobre as convenções no campo da arte, as relações políticas e as regras do jogo que privilegiam uma minoria e descartam outros, com trabalhos também relevantes para a História da Arte. A releitura de La Gioconda, de Leonardo da Vinci, é um objeto artístico interessante do ponto de vista crítico-social, por apresentar uma reflexão sobre os aspectos que envolvem a corporificação no século XXI, além de levantar questões sobre o espaço de exposição do grafite que está em um muro de uma via pública da cidade de São Paulo (Avenida Dante Pazzanese).

Em contraposição, ao lado, temos uma fotografia *outsider* (figura 4) que apresenta um grafite no muro do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP), e nesse caso, de dois artistas conceituados – porque já foram aceitos pelas convenções do campo artístico. O interessante desse fato são as evidências elitistas que se instalam nesses territórios reconhecidamente nobres no campo das artes visuais. Os espaços de Museus, internos ou externos, estão disponíveis para artistas consagrados que conseguiram, por algum mérito ou artifício, ganhar as disputas desses territórios museológicos e, nesse sentido:

> A sociologia encontra-se precisamente no terreno por excelência da denegação do social. Não lhe basta combater as evidências primeiras; nem de referir o gosto, princípio incriado de qualquer "criação", às condições sociais de que ele é o produto, sabendo perfeitamente que todos aqueles que se obstinam a recalcar a evidência da relação entre o gosto e a educação, entre a cultura no sentido de estado do que é culto e a cultura como ação de tornar culto, ficarão espantados que se possa despender tanta energia para comprovar cientificamente esta evidência (BOURDIEU, 2007, p. 17).

Ao contestar essa lógica estabelecida por uma convenção social entre o que é, obra de arte e, o que não se encaixa nessa categoria, simplesmente porque não está no território dos museus, procuramos mostrar que entre a sentença de reconhecer e classificar um objeto de arte existe uma fronteira tênue de relações políticas encobertas pelo manto sagrado do valor de uso e do valor de troca, de um sistema capitalista perverso que privilegia o poder econômico.

A partir dessa perspectiva, a fotografia *outsider* serve novamente às ciências sociais com seus produtos culturais desviantes e, ao mesmo tempo, denunciantes. O fenômeno pode ser observado no próprio conteúdo dessas fotografias *outsider*, que revelam um submundo de ideias e expressões ávidas para serem compreendidas e, posteriormente aceitas. Os territórios em disputa não compreendem somente as ruas dos grandes centros urbanos; há também uma busca frenética pela compreensão subjetiva e, ao mesmo tempo coletiva, de uma produção estética e artística que possa conter um conteúdo crítico, político e, social.

Os artistas considerados desviantes não estão apenas disputando seus espaços com os estabelecidos, almejando serem aceitos pelas convenções sociais do mundo artístico, há uma disputa de território que envolvem outros objetivos, assim como podemos observar nas fotografias *outsiders* das figuras 5 e 6.

Figura 5 - Grafite e Polícia



Fonte: O Estado de S.Paulo, 2006.

Figura 6 - Grafite e Justin Bieber



Fonte: Site UOL, 2013.

O fenômeno do grafite como uma arte *outsider* impressiona pela capacidade de romper fronteiras físicas e imaginárias, deslocando as disputas por territórios para além do campo artístico. Nesse caso, a arte desviante pode estar contribuindo para legitimar a sua própria exclusão social-artística, ou pode ser usada como subterfúgios para ações intoleradas na sociedade contemporânea, e a fotografia *outsider* registra esses duelos históricos.

> Do Estado-soberano cultural ao Estado-polícia há uma gama de situações intermediárias... Os conteúdos culturais diferem mais ou menos radicalmente segundo o tipo de intervenção do Estado – negativo (censura, controle) ou positivo (orientação, domesticação, politização) – segundo o caráter liberal ou autoritário da intervenção, segundo o tipo de Estado interveniente... O sistema de Estado quer convencer, educar: por um lado, tende a propagar uma ideologia que pode aborrecer ou irritar, por outro lado, não é estimulado pelo lucro e pode propor valores de "alta cultura" (palestras científicas, música erudita, obras clássicas) (MORIN, 1997, p. 23).

Diante dessa realidade, no século XXI, podemos compreender que o grafite, como arte desviante, em alguns casos consegue desempenhar funções consideradas pelo poder estatal como negativas, sendo atribuída a esta arte um caráter desfavorável à ordem pública. Observamos na figura 5 um fato que chamou atenção da imprensa por movimentar o Estado-polícia na obrigação de apagar uma arte realizada no muro de um bairro periférico no município de Diadema, região metropolitana de São Paulo. A arte, nesse contexto, sempre esteve em disputas de territórios com o poder de Estado, tanto nos espaços públicos das ruas quanto em exposições internas de museus e festivais.

Por outro lado, os limites da arte e do poder estatal podem ser contestados quando observamos a cena da fotografia *outsider*, exposta na figura 6. Nesse caso, temos uma imagem emblemática no sentido de apresentar uma contradição quanto à função específica de dois personagens. O artista multinacional fazendo sua intervenção em um muro da cidade do Rio de Janeiro, e o poder do Estado-polícia em vigilância. O paradoxo existente desperta nossa visualidade para a distinção entre os desviantes excluídos e a nobreza dos estabelecidos. Nesse caso, segundo Pierre Bourdieu (2007), "a essência em que elas se reconhecem não se deixa confinar em uma definição; escapando ao rigor mesquinho da regra ou do regulamento, ela é liberdade por natureza" (p. 28).

A complexa relação política entre os artistas considerados desviantes e os considerados estabelecidos é histórica e traz ao debate contemporâneo uma reflexão sobre a microfísica do poder existente no tecido social. Essas relações estão distantes do grande público e ocorrem de forma sorrateira, propositalmente em função de garantir benesses. E a partir dessas regras sociais e políticas, podemos compreender as críticas do artista francês Jean Dubuffet em oposição a um sistema da arte capitalizado:

> Sou individualista, isto é, considero o meu papel de indivíduo como o de impor a qualquer constrangimento provocado pelos interesses do bem social. Os interesses do indivíduo mostram-se contrários aos do bem social. Pretender servir os dois ao mesmo tempo só pode conduzir à hipocrisia e à confusão. Compete ao Estado vigiar pelo bem social, a mim compete-me vigiar pelo do indivíduo. Mas ao Estado apenas conheço um rosto: o da Polícia. Todos os departamentos dos Ministérios de Estado revelam, aos meus olhos, esse mesmo rosto, e não posso imaginar o Ministério da Cultura de outro modo que não seja uma espécie de Polícia da cultura, com o seu prefeito e os seus comissários. O que isso representa para mim é extremamente hostil e repugnante (DUBUFFET, 1971, p. 12-13).

3. Terras e territórios

Pensar a América Latina através da arte é algo complexo, principalmente por sua natureza simbólica e plurifacetada. A diversidade de povos e suas expressões culturais contradizem o imaginário popularmente difundido sobre a existência de uma identidade latino-americana. Nesse sentido, podem ser levantados vários aspectos igualitários e, outros, em compensação, totalmente distintos que legitimam os costumes e as regras sociais de uma nação.

Porém, ao considerarmos que estamos inseridos em um mundo globalizado, com deslocamentos diversos, trocas de saberes e conhecimentos, conexões informatizadas e

tecnológicas, a fotografia *outsider* desempenha uma função essencial e centralizadora na difusão das múltiplas expressões artísticas, políticas e sociais. Nas fotografias *outsider* das figuras 7, 8 e 9 podemos visualizar esse fenômeno globalizado referente ao grafite nas ruas de grandes cidades. Nestas imagens, a temática sobre a terra aparecem fortemente vinculadas ao corpo, uma sincronia que emana da necessidade de criar raízes em solo nacional, legitimando o direito de pertencimento a um território.

Nesse caso, La Paz é a cidade em questão, sendo a mais populosa da Bolívia e, apesar de não ser oficialmente a capital do país, abriga a sede do governo federal boliviano e conta com um importante acervo de obras de arte do período colonial boliviano, assim como coleções latino-americanas, hispânicas e europeias depositados no Museu Nacional de Arte/MNA.

Figuras 7, 8 e 9 - Grafite Bolívia



Fonte: Carvalho, 2015.

Consideramos que essas fotografias *outsider* foram realizadas a partir do olhar de um geógrafo formado pela Universidade de São Paulo/USP, fato que contribuiu para construção de uma poética totalmente particularizada no que se refere à visualidade crítica e à cristalização dos conteúdos dessas imagens.

> Só percebemos um mundo se, antes de serem fatos constatados, esse mundo e essa percepção forem pensamentos nossos. Falta compreender exatamente a pertença do mundo ao sujeito e do sujeito a si mesmo, essa *cogitatio* que torna possível a experiência, nosso poder sobre as coisas e sobre nossos "estados de consciência" (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 500).

Sendo assim, ao analisarmos as imagens grafitadas nos muros de La Paz, podemos perceber uma unicidade de conteúdos críticos e políticos direcionados às questões da terra, temáticas muito frequentes na história social dos povos bolivianos na busca de direitos e soberania. O grafite da figura 10 expressa muito bem esse clamor pelo direto à terra; na imagem observamos a frase: "¡Tierra, Mar y Soberania Para Los Pueblos!", uma manifestação que reverbera pelas ruas da cidade, em uma tentativa de despertar as consciências dos que ainda estão adormecidos no leito da complacência. O conjunto de cores quentes e frias, usados nesse grafite da figura 10, fortalece o sentimento de incorporar diversos elementos disponíveis no campo da produção artística, justamente para preencher um espaço público que congrega uma multiplicidade de ideias e desafios, e o sentimento nacionalista encontra-se cravado na representação da bandeira boliviana sendo segurada com mão firme.

> los campesinos aymaras, qhechwas, cambas, chapacos, chiquitanos, moxos, tupiguaraníes y otros, somos los legítimos dueños de esta tierra. Somos la semilla de donde ha nacido Bolivia y somos los desterrados en nuestra propia tierra. Queremos reconquistar nuestra libertad cortada en 1492, revalorizar nuestra cultura y con personalidade propia ser sujetos y no objetos de nuestra historia […] (SCHAVELSON, 2012, p. 91).

Figura 10 e 11 - Grafite em La Paz/Bolívia



Fonte: Carvalho, 2015.

A percepção de autonomia é visível na expressão de alguns bolivianos conscientes de sua existência como cidadãos pertencentes à terra e ao território de seu país. A luta por reconhecimentos e direitos extravasa as fronteiras e faz do grafite mais uma ferramenta de expressão e questionamentos nos muros da cidade. A terra, o território e o corpo são elementos que compõe essas fotografias *outsider*, realizadas em La Paz. Dessa forma, pode ser possível ter uma percepção do conteúdo político expresso nas artes visuais grafitadas nos

muros da cidade boliviana, uma vez que, o olhar geográfico nessas fotografias *outsider*, certificam um conteúdo político voltado para as questões das disputas de terra em território urbano – um fenômeno também relativo a ciência geográfica que se dispõe aos estudos da superfície da Terra, assim como suas relações correspondentes.

O corpo como elemento presente nos grafites de La Paz é parte do universo correspondente à terra e, nesse sentido, percebemos que objetos artísticos podem expressar politicamente fenômenos recorrentes no campo social. As exclusões, os embates, os enfrentamentos fazem parte de uma sociedade que luta pelo reconhecimento de sua própria existência como ser social e político dotado de direitos. Na figura 11, podemos ter essa compreensão quando nos deparamos com uma mulher, sem medo, em frente a boca de um dragão, segurando na mão uma lata de spray e nas costas carregando uma criança, uma imagem surreal, porém, com forte impacto, se contextualizarmos a história desse povo; uma mulher em enfrentamento direto, com orgulho no rosto em estar com o poder na mão, e assim, reconstruir o dragão a sua própria maneira.

> O Estado tem sempre uma única finalidade; limitar o indivíduo, refreá-lo, subordiná-lo, fazer dele súdito de uma qualquer *ideia geral;* só dura enquanto o indivíduo não for tudo em tudo, e é apenas a mais marcada expressão da *limitação do meu eu*, da minha limitação e da minha escravidão. Nunca um Estado tem como objetivo permitir a atividade de cada indivíduo, mas sempre aqueles que estão ligados aos *interesses do Estado* (STIRNER, 2004, p. 179-180).

A mulher boliviana nas representações dos grafites de rua torna-se um elemento figurativo essencial na busca por uma legitimidade da autonomia e do nascimento de uma nova consciência de classe. A luta frente ao Estado, sendo representada pelo dragão, em uma tentativa de intimidação, visualiza parecer não demonstrar mais medo a uma mulher confiante de sua ação. O contexto do conteúdo político dessa fotografia *outsider* pode remeter a uma comparação com as ações realizadas por um brasileiro na cidade de Paris/França. As mulheres do artista brasileiro Rafael Suriani, especificamente reconhecidas travestidas, aparecem nos muros da capital francesa como seres andrógenos, representações de musas inspiradoras do próprio artista, as drag queens (figura 13). Com uma referência à *pop art*, o artista brasileiro faz suas intervenções nas ruas parisienses numa forma de mostrar suas impressões sobre essas figuras humanas que tiveram coragem de se montar artisticamente e legitimar a liberdade de ir e vir.

O grafite, como arte na rua, consegue romper as fronteiras dos territórios nacionais e se instalar em países distantes conservando seus aspectos políticos e suas disputas por espaços. Nesse sentido, o conteúdo dos grafites do artista brasileiro em Paris diverge visualmente dos grafites registrados na cidade de La Paz, porém, converge na busca por territórios e convicções políticas. Esse fenômeno do deslocamento de artistas grafiteiros é recorrente na contemporaneidade, assim como é possível observar diversas obras brasileiras em ruas e muros de vários países pelo mundo. Na figura 12 notamos que no grafite em La Paz, essa referência global entre países distantes, também está presente em uma imagem que traz a inscrição do nome da capital francesa. Essa associação remete ao grafismo de uma torre presente na cena, além do conjunto da obra apresentar uma certa luminosidade manifestada em traços claros, sobre a face da figura de uma criança, e lampejos de vermelho e azul.

Figura 12 - Grafite em La Paz/Bolívia



Fonte: Carvalho, 2015.

Figura 13 - Grafite em Paris/França



Fonte: Balloussier, 2015.

A arte globalizada se expande pelo mundo em uma tentativa de atingir o maior número possível de espectadores. Dessa forma, o grafite como arte na rua, considerada desviante, e, no espaço da rua, considerada marginal, também se inseriu no trânsito global da visualidade, principalmente com o advento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Nesse contexto, a fotografia *outsider* desempenha função essencial porque favorece a cristalização dessas obras de arte grafitadas, contribuindo com a história social e política e possibilitando a análise e compreensão dos fenômenos em torno das disputas de territórios. Segundo Roland Barthes (1984) "a fotografia começou, historicamente, como uma arte da Pessoa: de sua identidade, de seu caráter civil, do que se poderia chamar, em todos os sentidos da expressão, o *quanto-a-si* do corpo" (p. 119). A partir do corpo, seja do fotógrafo *outsider* ou da figura humana cristalizada no grafite, percebemos caminhos complexos de atuação política nas disputas por territórios.

Considerações Finais

Acreditamos que a fotografia *outsider*, como objeto documental, está inserida na sociedade desde o século XIX, quando através dos acervos históricos podemos observar registros de diversas cenas urbanas que mostram as cidades e suas complexidades nas mais variadas situações. Esse fenômeno do conteúdo grafite na fotografia *outsider* é gerado por regras sociais que, segundo Becker (2008, p. 21-22), foram rotuladas e aplicadas com sucesso às pessoas reconhecidas socialmente como desviante (*outsider*).

Nesse sentido, o conjunto de fotografias *outsider* analisadas demonstram ações políticas expostas através do grafite, uma arte também rotulada socialmente como *outsider* que, ao mesmo tempo em que atrai os olhares de diversos indivíduos pela originalidade e ousadia, também é fruto de indignação e censura por outros indivíduos reacionários e estabelecidos pelas convenções sociais e artísticas.

Fotografar essas expressões artísticas e políticas é entrar em contato com um tipo de arte complexa e polêmica, principalmente, porque essas expressões estão em disputas constantes nos espaços e territórios dos grandes centros urbanos. O grafite de rua ainda é considerado vandalismo e poluição visual, e os seus realizadores, indivíduos marginalizados, sem reconhecimento de suas identidades artísticas. O sociólogo Howard S. Becker definiu esses grupos marginalizados socialmente, como *outsiders*, ou seja, "aquele que se desvia das

regras de grupo" (BECKER, 2008, p. 17). No entanto, é inegável que o grupo de artistas grafiteiros, considerados desviantes, produz uma arte urbana que em muitos casos é politizada, sendo objeto de crítica e reflexão.

Analisamos que as fotografias *outsider*, tendo o grafite de rua como conteúdo, são fontes de informações e contextualizações importantes para as sociologias e as ciências sociais porque possuem um conjunto de elementos visuais políticos e críticos sobre os fenômenos sociais.

Nos grafites de rua da cidade de São Paulo, consideramos que existem imagens com conteúdo crítico à política partidária que, em muitos casos, reprimem as ações dos grafiteiros. Nesse sentido é interessante notar que os conteúdos das fotografias *outsider*, seja em São Paulo, La Paz, ou Paris, convergem com diversos elementos gráficos passíveis de reflexões crítica sobre diversos assuntos políticos e humanitários.

Segundo, Barros (2012, p. 46) "o grafite enquanto atividade de ordem estética deve ser estudado como um fenômeno [...] presente na história do homem e da arte". Nesse caso, a fotográfica *outsider*, dispondo do grafite de rua como conteúdo, problematiza uma questão contemporânea que envolve diretamente as questões sociais, artísticas, estéticas e uma complexidade de fenômenos polêmicos no campo político, sujeito de serem observadas através do "fenômeno global da fotografia", assim como, um objeto importante para "ver o significante fotográfico" (BARTHES, 1984, p. 17). Os elementos visuais produzidos constantemente nas sociedades contemporâneas através das fotografias são fontes de expressão política, contestações e dilemas enfrentados por muitos povos na busca por espaço e reconhecimento de seus territórios enquanto cidadãos dotados de uma história, assim como produtores de histórias.

Referências

AGUNZI, Mariana. **"Quero mostrar a SP que passa despercebida"**, diz Eduardo Kobra. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. Acesso em: 21 ago. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/07/1658509-queria-mostrar-a-sp-que-passa-despercebida-diz-eduardo-kobra.shtml>.

BARROS, Erna R. L. R. **Os muros também falam** - Grafite: as ruas como lugares de representação. Dissertação de Mestrado em Multimeios, Instituto de Artes - Universidade Estadual de Campinas/SP, UNICAMP, Campinas, 2012.

BALLOUSSIER, Anna V. **Artista Rafael Suriani grafita drag queens brasileiras em muros de Paris**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 12/05/2015. Acesso em: 03 ago. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/05/1627679-artista-rafael-suriani-grafita-drag-queens-brasileiras-em-muros-de-paris.shtml>.

BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BECKER, Howard S. ***Outsiders*:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Ed. Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

DUBUFFET, Jean. **Cultura Asfixiante**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

ELIAS, Norbert. **Mozart - Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1995.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX:** neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

O ESTADO DE S.PAULO. **Apologia do Crime -** Policiais pintam muro de Diadema que exibia em grafite PMs sendo atacados e humilhados por bandidos. 14/01/2006. Acesso em: 04 mai. 2015. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20060114-40996-nac-1-pri-a1-not/tela/fullscreen>.

SCHAVELZON, Salvador. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia -** Etnografía de una Asamblea Constituyente. La Paz, Bolivia: Plural editores, 2012.

STIRNER, Max. **DER EINZIGE UN SEIN EIGENTUM -** MAX STIRNER. Tradução João Barrento. Lisboa/Portugal: Antígona Editores, 2004.

UOL. **Justin Bieber é autuado por pichar muro de hotel**. São Paulo: Notícias - UOL TV e Famosos, 06 nov. 2013. Acesso em: 21 abr. 2015. Disponível em: <http://celebridades.uol.com.br/noticias/redacao/2013/11/06/justin-bieber-e-autuado-por-pichar-muro-de-hotel.htm>.

YOUSSEF, Alê. **Mapa do Grafite**. Blogs Revista Trip - Outra Política. UOL, 10.06.2009. Acesso em 23 jul. 2015. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/blogs/outrapolitica/2009/06/10/mapa-do-grafite.html>.

ROLEZINHOS NA GRANDE VITÓRIA: SOCIABILIDADES URBANAS E ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE EM REDE

Daniela Zanetti
UFES

Ângelo Bortolon de Alvarenga
UFES

Resumo: O artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que objetiva analisar a dimensão comunicacional dos rolezinhos realizados na região metropolitana da Grande Vitória. As reflexões partem de informações reunidas que resultam de entrevistas com participantes feitas in loco durante rolezinhos no Shopping Moxuara, em Cariacica/ES, e de dados coletados retirados em páginas da rede social Facebook criadas pela organização dos encontros com o intuito de reunir os participantes nos eventos. É também pelo Facebook que tais eventos são fortalecidos, tendo nas confirmações de presença, publicações de imagens e textos, compartilhamentos e comentários, que funcionam como parâmetro de sucesso, bem como instrumento de sociabilidade e de comunicação desses jovens. Os rolezinhos explicitam um desejo de visibilidade, reconhecimento social e pertencimento de sujeitos sociais oriundos das periferias da Grande Vitória. Os shopping centers – territórios de consumo e de sociabilidade – se tornam palco dos eventos que são imediatamente convertidos em capital simbólico por meio das redes sociais na Internet, geridas para se promover a sociabilidade e a comunicabilidade entre os participantes.

Palavras-chave: rolezinhos; visibilidade; comunicação.

Abstract: The paper presents preliminary results of a study that aims to analyze the communicational dimension of the *rolezinhos* in the metropolitan area of *Grande Vitória.* The reflections are taken from information gathered through interviews with participants, made during *rolezinhos* in Shopping Moxuara in Cariacica/ES, and also from data collected in social media, mainly Facebook, to gather participants in those events. It is also through Facebook that such events are strengthened. The confirmation of the participants and publication of images, photos, texts, comments, works as a parameter of the success of the event, as well as instruments of sociability and communication of these people. *Rolezinhos* demonstrate a desire for visibility, social recognition and sense of belonging of social subjects from the peripheries of the Grande Vitória. Shopping malls – territories of consuming and sociability – becomes the stage of events that are immediately converted into symbolic capital through social networking sites, to promote sociability and communicability among participants.

Keywords: rolezinhos; visibility; communication.

Introdução

A recorrência de alguns fenômenos sociais contemporâneos atesta o imperativo da visibilidade como um tipo de "ordem" a ser cumprida. Na esteira da "intimidade como espetáculo" (Sibilia, 2008), observa-se uma exaltação do cotidiano, permanentemente transformado em conteúdo a ser publicado, compartilhado e consumido nas redes sociais da Internet. Fotos pessoais, registros de atividades corriqueiras, de encontros com amigos (muitas

vezes estrategicamente posicionados nas fotos), de viagens, entre outros temas, parecem ganhar sentido somente ao serem publicizados. Plataformas de sociabilidade na Web parecem funcionar como dispositivos que auxiliam na organização – ainda que fragmentada – das experiências cotidianas dos sujeitos, que assim elaboram suas narrativas individuais e coletivas por meio da adoção de certas estratégias de comunicação, com vistas à visibilidade pública. "A experiência de si como um eu se deve, portanto, à condição de narrador do sujeito: alguém que é capaz de organizar sua experiência na primeira pessoa do singular" (Sibilia, 2008, p. 31).

A experiência vivida no cotidiano tem sido o principal motor de produção de conteúdo na Web. Mas, para além de uma visibilidade midiatizada, as redes sociais na Web também possibilitam potencializar experiências sociais em espaços físicos, como é o caso dos rolezinhos, encontros que reúnem grande número de jovens em espaços públicos, em geral shopping centers. Tendo este fenômeno como tema, o artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que objetiva analisar a dimensão comunicacional dos rolezinhos realizados na região metropolitana da Grande Vitória. As reflexões partem de informações reunidas a partir de entrevistas com participantes feitas *in loco*, durante rolezinhos no Shopping Moxuara, em Cariacica/ES, no primeiro semestre de 2015, e de dados coletados de páginas da rede social Facebook criadas pela organização dos encontros com o intuito de reunir os participantes nos eventos. É também pelo Facebook que tais eventos são fortalecidos, tendo nas confirmações de presença, publicações de imagens e textos, compartilhamentos e comentários, o parâmetro de evento "bem-sucedido", com grande repercussão, funcionando os rolezinhos, deste modo, como instrumento de sociabilidade e de comunicação desses jovens. A pesquisa tem como hipótese a ideia de que os rolezinhos explicitam um desejo de visibilidade, reconhecimento social e pertencimento de sujeitos sociais oriundos das periferias da Grande Vitória, em geral com escassas opções de lazer e de consumo cultural. Os shopping centers – territórios de consumo – tornam-se palco dos eventos que podem gerar algum tipo de capital social (Bourdieu, 2006) a seus participantes por meio das redes sociais na Internet, geridas de forma a potencializar a sociabilidade e a comunicabilidade entre os participantes.

1. Internet e visibilidade

Produções discursivas de diversos grupos sociais podem criar novas territorialidades na internet, considerando também se tratar de um espaço de experiência e de reconfiguração

do cotidiano. Representando tipos de capital social, valores como visibilidade e popularidade podem ser conquistados por meio da produção e do consumo de conteúdo na Internet, ressignificando a dimensão do *self* que, segundo Thompson, "é um projeto que o indivíduo constrói com materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade […]" (Thompson, 2014, p. 268).

Na contemporaneidade, vive-se nos contextos urbanos sob a lógica das sociedades midiatizadas, nas quais eventos sociais ganham completude de significação se são, em algum grau, tornados públicos e visíveis na esfera pública, confiando-se no caráter legitimador das mídias e das redes sociais da Internet. A sociedade contemporânea "também se dotou de uma esfera dominante, de visibilidade e sociabilidade, praticamente organizada ao redor dos meios de comunicação e estruturada segundo a sua lógica […]" (Maia, 2008, p. 130).

Num processo de midiatização, o imperativo da visibilidade tem nos *gadgets* eletrônicos seus instrumentos de perpetuação, alastrando-se rapidamente entre os atores sociais que tendem a produzir "[…] espetáculos de si mesmos para exibir uma intimidade inventada […]" (Sibilia, 2008, p. 2). Com o cerne social permeado pela dinâmica de visibilidade, quem não aparece não existe, quem não se faz lembrar via Internet, sobretudo em redes sociais, não "merece" ser lembrado, tal como uma mercadoria em exibição pública que precisa de exposição para ser comprada. "[…] Quem não emite não *é*, ou seja, ele pode estar vivo quanto possível, ter os melhores parâmetros sanguíneos e o melhor caráter; midiaticamente está morto […]" (Türcke, 2010, p. 46).

Estando a internet já assumida como artefato cultural, elemento da cultura, ou seja, a tecnologia já inserida na vida cotidiana (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011), uma simples ação banal do cotidiano pode adquirir alguma dimensão de espetáculo. Tornar esta experiência algo confessional seria o equivalente a um diário, em que "[…] o 'eu' que fala e se mostra incansavelmente na Web costuma ser tríplice: é ao mesmo tempo autor, narrador e personagem […]" (Sibilia, 2008, p. 31).

Nesse contexto, diversos valores surgem como elementos componentes desses novos modos de construção do eu no mundo e de sociabilidade, em especial a visibilidade e a popularidade dos atores sociais geradas nas redes sócias da Internet. Vinculada a um capital social relacional, a visibilidade proporciona que os nós sejam mais visíveis na rede. "Quanto mais conectado está o nó, maiores as chances de que ele receba determinados tipos de informação que estão circulando na rede e de obter suporte social quando solicitar"

(Recuero, 2008, p. 111). A popularidade, por sua vez, é um valor relativo à audiência, à posição de um ator dentro de sua rede social:

> Um nó mais centralizado na rede é mais popular, porque há mais pessoas conectadas a ele e, por conseguinte, esse nó poderá ter uma capacidade de influência mais forte que outros nós na mesma rede. [...] A popularidade também é relacionada ao número de comentários e ao tamanho da audiência de cada blog ou fotolog, pelo número de visitas em um perfil, bem como a quantidade de links (Recuero, 2009, p. 111).

2. Os rolezinhos e o contexto urbano

Ainda que a dimensão comunicacional das redes sociais na Web esteja no centro deste estudo, observam-se as múltiplas dimensões territoriais dos rolezinhos. Dar um "rolê" por outros espaços urbanos para além dos próprios bairros significa, de alguma forma, ocupar a cidade. Para Caldeira (2014), os rolezinhos, se por um lado:

> [...] são apenas nova encarnação de uma configuração bem conhecida, e embora articulem elementos que tenham sempre feito parte da experiência das cidades modernas – circulação, consumo, tensões de classe e de raça, disputas pelo controle do espaço público –, por outro, são de fato uma nova articulação desses elementos. E uma articulação que pede para ser destrinchada, pois revela mudanças significativas na cidade e sua esfera pública, nas suas dinâmicas de classe, de raça e de gênero (Caldeira, 2014, p. 13-14).

Os rolezinhos, inicialmente ocorridos nos shoppings da Grande São Paulo a partir de dezembro de 2013, passaram a ocorrer em várias cidades do país desde então, deixando entrever um anseio por visibilidade e reconhecimento social por parte de jovens moradores das periferias urbanas. Ao adentrarem no idealizado universo dos shopping centers, em geral frequentados por consumidores das classes média e alta, grandes grupos de jovens, em geral moradores das periferias, produzem um embaralhamento dos elementos de distinção social, trazendo à tona uma discussão acerca do sentido desses encontros, que podem também ter uma dimensão política, se considerarmos que "[...] o enraizamento na periferia com todas suas precariedades não significa imobilidade e restrição a seus espaços. Pelo contrário, alimenta o desejo de circular, de conquistar a cidade, de forçar limites" (Caldeira, 2014, p. 15).

O fenômeno em evidência é marcado pelo protagonismo dos jovens, entendidos aqui como categoria delimitada por uma faixa etária específica, 15 a 24 anos, segundo os

parâmetros usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também aponta para uma questão de classe social, considerando que os rolezinhos, tradicionalmente, são realizados por jovens de baixa renda, ou talvez inseridos no que se poderia chamar da "nova classe C" no Brasil[1].

> Acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não institucional etc […] (Groppo, 2000, p. 12).

É no contexto urbano, multifacetado, que se dão novos modos de interação juvenil, potencializados pela sociabilidade virtual. As metamorfoses dos significados e vivências sociais ocorrem por meio da apropriação realizada pelos jovens urbanos, associadas ao universo digital (Rocha; Silva; Pereira, 2014).

> Estudos recentes têm apontado a centralidade ocupada pelas materialidades advindas do consumo e dos meios de comunicação, em especial as de natureza tecnológica, na composição, desde ao menos quatro décadas, dos modos de ser e de viver de inúmeros segmentos juvenis no Brasil. Em direção similar também se registra a atuação dos processos de visibilidade midiática na caracterização de experiências e identidades tipificadas como juvenis, tanto no que diz respeito aos processos de produção e validação de representações e de promoção de estilos de vida [...] (Rocha; Silva; Pereira, 2014, p. 03).

Uma nova classe de jovens consumidores protagoniza ações mediadas por aparatos tecnológicos, como os celulares com internet – *smartphones* –, auxiliares no processo de ressignificação do cotidiano de jovens periféricos, que assim territorializam também as redes info-comunicacionais. O espaço virtual da midiatização "[...] pode ser visto como um dispositivo de produção e deslocamento de sentidos, que possibilita novas experiências de sociabilidade de públicos que estão em rede [...]" (França, 2014, p. 10).

Ainda que as estratégias comunicacionais dos rolezinhos sejam perpassadas pelas redes virtuais, deve-se compreender o conceito de rede para além dos sistemas info-comunicacionais. Segundo Enne (2004), há um aspecto definidor essencial do que seria uma rede, que é convergente entre autores clássicos nas Ciências Sociais: "Sua capacidade de articulação e rearticulação

[1] Por conta das limitações de espaço, não será aqui aprofundada esse conceito da nova classe C, considerando ainda que este tópico ainda está sendo estudado na pesquisa.

permanente" (Enne, 2004, p. 64). Uma rede indica também a ideia de indivíduos em interação, de associação em contextos de interação. Trata-se de uma rede que se caracteriza pela troca de informações, com fins afetivos, relacionais, e de geração de prestígio entre os agentes. No contexto urbano, as redes são capazes de gerar "padrões normativos para as condutas dos grupos e, consequentemente, padrões de identificação" (2004, p. 267). Trocas podem ocorrer em movimentos contínuos "entre atores sociais que estarão se relacionando em fronteiras fluidas, que tenderão a se reordenar de acordo com os contextos interativos" (2004, p. n269). A partir da revisão trazida por Enne (2004), a compreensão do conceito de rede se refere a um "sistema de integração entre pessoas, mediante práticas de interação, em um sentido mais social" (2004, p. 271), que inclui ainda troca de bens simbólicos, num sentido mais cultural. Citando Barth, Enne destaca algumas questões que devem orientar uma investigação sobre contextos de interação social em rede, ao se compreender esses processos como resultantes de permanentes interações sociais e culturais. É possível verificar padrões? Como se produz e se reproduz, e como as fronteiras são demarcadas?

O papel da internet, bem como a midiatização por ela propiciada é fundamental para criação, divulgação e fortalecimento dos encontros. É por meio da Web que os encontros dos rolezeiros transitarão entre o universo da virtualidade e da "presencialidade" (Rocha, Silva, Pereira, 2014). Com o intuito de mobilização, diversão e socialização, são criadas páginas dos eventos no Facebook, oficializando o convite aos participantes. Por meio das interações e confirmações é mensurada pelos organizadores, nas páginas dos encontros no Facebook, a adesão ao evento. "É possível afirmar que o objetivo inicial dos eventos não carregava em si grandes pretensões; os meninos e meninas só estavam ali para namorar, passear, 'zoar'. Uma simples brincadeira de jovens […]" (França, 2014, p. 06).

Nos rolezinhos, a sociabilidade é perpassada também pela produção de vídeos e *selfies*, contribuindo para atestar o pertencimento dos jovens aos grupos do qual fazem parte, obtendo desta maneira uma espécie de "credencial de distinção" ou de "pertencimento" a um determinado grupo. Nesses encontros, fotos e vídeos são feitos à exaustão, posteriormente divulgados nas redes sociais, sobretudo o Facebook, denotando desta forma prestígio e popularidade aos participantes dos eventos, uma vez que estarão visíveis junto às novas celebridades da Web, os famosinhos[2] do Facebook, sujeitos "comuns-incomuns" (Rocha; Silva; Pereira, 2014). Tais sujeitos, que alçaram o posto de web-celebridade, por vezes são também os organizadores dos

[2] Uma espécie de "sub-celebridade", decorrente da popularidade na Internet, em especial em redes sócias como o Facebook, onde obtém sucesso com postagens, sobretudo de fotos, com grande quantidade de curtidas e comentários.

rolezinhos. Essa dinâmica contribui para ressignificar modos de valorização dos jovens da periferia, considerando que curtidas e comentários em fotos postadas na rede representam novos parâmetros para obtenção de capital social (Bourdieu, 1999).

Considerando o aspecto visual, a adoção de determinados tipos de roupas e acessórios define o estilo do "rolezeiro": os "muleke-irmão" de bermudas LA, camisas Lacoste, bonés Chicago Bulls cobrindo cortes de cabelo talhados em relevo com logomarcas da Nike e Oakley; as "novinhas" de blusas Hollyster, shorts da Gap e sandálias plataformas, e cabelos com cortes assimétricos.

3. Rolezinhos na Grande Vitória: lazer, sociabilidade, visibilidade

Primeiro caso registrado no ES, o rolezinho realizado no Shopping Vitória (o mais antigo e conhecido da capital) em dezembro de 2013 foi veementemente reprimido pela polícia, ganhando uma visibilidade "negativa" gerada pela mídia "tradicional" (jornais impressos e telejornais em especial). Dentro do shopping, autoridades militares abordaram os rolezeiros – sendo a maioria constituída por jovens pardos e negros –, colocando-os em fila e de cabeça baixa, e os tratando com hostilidade. No mesmo dia, circulavam pela Internet vídeos produzidos por câmeras de celular que mostravam a ação dos policiais, servindo de instrumento de denúncia nas redes sociais contra a ação preconceituosa e despropositada da polícia.

Os rolezinhos que ajudam a compor o objeto desta pesquisa ocorreram todos no Shopping Moxuara, localizado na Rodovia BR 262, em Campo Grande, Cariacica, município com 348.738 habitantes (em 2010)[3], que compõe a região metropolitana da Grande Vitória. Inaugurado em 2014, este estabelecimento é único na região e é destinado a atender a população local. Neste shopping os rolezinhos não são proibidos e defendemos a hipótese de que isso se deve ao fato dos adolescentes e jovens que realizam esses encontros são em grande maioria moradores de bairros que circundam o estabelecimento. Portanto, é bem provável que este shopping também seja frequentado pelos pais desses jovens. Nos shoppings Vitória, Praia da Costa e Vila Velha, por outro lado, os rolezinhos foram proibidos. Ou seja, trata-se de um contexto distinto do rolezinho ocorrido em Vitória em 2013.

[3] Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/429> Acesso em 09 set. 2015.

Por meio de uma investigação empírica ainda em andamento[4], foi possível observar algumas recorrências acerca dos modos de apropriação das redes sociais no contexto dos rolezinhos de Cariacica. Para a realização das 15 entrevistas iniciais, destinadas a identificar recorrências, foram acompanhados três rolezinhos, todos realizados no Shopping Moxuara, nos dias 17/05, 07/06 e 14/06 de 2015. Nesses dias, ocorreram vários rolezinhos com diferentes nomes: Sensacional, Vou te Beijar, Ousadia 1° e 2° Edição, Dos Envolvidos, Dos Mídias, Cai pro Shopping, Cala a Boca e me Beija, Dos Beneth (família Beneth, criada no Facebook), Dos Envolventes, Dos Kolsch (família Kolsch, criada no Facebook), Piscou-Pegou, Dos Forllan's (família Forllan's, criada no Facebook).

Por meio de análise das entrevistas realizadas durante os rolezinhos citados, foram elencados alguns aspectos que contribuem para compreender este fenômeno, destacando algumas das motivações e razões para a organização destes encontros. Foram entrevistados 15 jovens (do sexo feminino e masculino), com idade entre 12 e 19 anos, em geral estudantes (três afirmaram não estarem estudando atualmente), sendo a maioria residente no próprio município, ou em Vila Velha, cidade vizinha. O questionário foi dividido em cinco partes: i) dados do entrevistado, ii) contexto, iii) comportamento, iv) mídia e divulgação e v) linguagem.

100% dos entrevistados afirmou que utiliza a Internet para convidar pessoas para os rolezinhos. É a partir da Internet que os rolezinhos tomam forma, e as mídias digitais, juntamente com os aparelhos celulares, constituem instrumentos fundamentais das estratégias de comunicação dos organizadores e participantes dessa nova configuração de mobilização urbana. No caso dos rolezinhos visitados nesta pesquisa, diferentes "famílias" oriundas de grupos de amigos de bairro ou somente do Facebook organizam seus rolezinhos, marcados todos para o mesmo dia. A proposta é consolidar o evento, reunindo o maior número de pessoas possível em dia e horário marcados. As páginas desses eventos no Facebook chegam a alcançar duas mil confirmações. Apesar de não ser mencionada a localização espacial em que serão realizados os rolês no shopping, todos se concentram no terceiro piso do conglomerado de lojas, onde também está localizada a praça de alimentação do Shopping Moxuara.

A respeito da escolha do Facebook para divulgação dos eventos, participantes entrevistados atestam a hipótese de midiatização, com consequente apropriação das redes sociais. Ao serem questionados sobre a escolha do meio de divulgação, foram obtidas as

[4] Por meio de pesquisa netnográfica nas páginas no Facebook e pesquisa de campo no Shopping Moxuara, em Cariacica/ES, em desenvolvimento, acompanhamos os rolezinhos, sendo parte da metodologia a análise das postagens e entrevistas com os participantes.

seguintes respostas: “Facebook é mais rápido, todo mundo tem Facebook. Quem não tem Facebook”? / “Porque as pessoas acessam mais o Facebook, estão mais ligadas nisso, então é mais fácil pra chamar as pessoas”. / “Porque todo mundo fica sabendo. Porque hoje em dia todo mundo tem Facebook”.

Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (Brasil, 2014), elementos geracionais ou etários mostram que os jovens são usuários mais intensos das novas mídias. A pesquisa aponta que 65% dos jovens com até 25 anos acessam internet todos os dias. Em geral, entre as redes sociais e os programas de trocas de mensagens instantâneas mais usadas estão o Facebook (83%), o Whatsapp (58%), o Youtube (17%) e o Instagram (12%). No Espírito Santo, jovens de 15 a 24 anos representam 17,78% da população, sendo que 14,89% ocupam áreas urbanas (IBGE, 2010). No que se refere à utilização de Internet por parte de jovens estudantes, dados de 2011 apontam que 81,6% utilizaram a Internet no período de referência da pesquisa. Entre estudantes da rede pública de ensino, esse índice é de 75,7% (Jacks, 2014).

Há regras claras de organização que são postadas nas páginas dos encontros. Brigas, armas, drogas são proibidas, ao passo que se incentivam novas amizades, fotos, beijos, curtição. Trazendo como imagem de capa uma foto de 15 jovens reunidos (a maioria meninos, pardos e negros), a página do rolezinho dos Podolski, por exemplo, evento agendado no FB para o dia 6 de setembro de 2015, no Shopping Moxuara, traz a seguinte descrição: “O que se pode? Beijar na Boca / Amizades novas / Tirar Fotos / Convidar seus amigos do Face / Curtição. O que Não Pode? Brigas / Sair sem pegar ninguém / Falar mal do evento / Quebra quebra / Bagunça”. JV Beneth, por exemplo, espera ainda que os rolezinhos sejam reconhecidos pelo clima harmonioso, favorecendo as pretendidas dinâmicas de socialização e visibilidade “positiva”: “Um ambiente filé, não ter briga, não ter provocações, pode ver que toda briga que tem eu estou no meio pra não deixar”.

No que se refere ao contexto de realização dos eventos, segundo os organizadores e participantes entrevistados, realizar um rolezinho num shopping center e não numa praça pública se deve a alguns fatores, tais como a garantia de segurança que este tipo de espaço oferece, considerando que um shopping se caracteriza por ser um ambiente público de domínio privado. O estudante John (17 anos), por exemplo, responsável pela organização de rolezinhos, destacou o fato de que dentro de um centro comercial é possível realizar os encontros de modo mais seguro, ao contrário de ruas e praças. “Não dar bagunça, não dar tiro, essas coisas que podem

dar na rua". Já o "famosinho" Alan (18 anos), afirma: "Tem muita gente que não pode ir para outros lugares, só pode ir pro shopping, daí fica mais fácil fazer no shopping".

O estabelecimento dessas regras de certa forma conduz os modos de interação dos jovens durante os eventos. A fala de Isabele (16 anos), estudante do ensino médio, e seguidora das páginas dos rolezinhos no Facebook, reforça essa "ética": "Não ter briga, não arranjar confusão pra não ser expulso. Se divertir, comprar, fazer novas amizades". Respeitando tais regras, os rolezeiros podem ser identificados por um estilo específico de vestimenta, composto por bonés de aba reta para os meninos e os shorts curtos das meninas, caracterizações que funcionam com elemento de distinção (Bourdieu, 2008), seja para os próprios jovens envolvidos no evento (criando assim uma identificação mútua), seja para os funcionários do shopping, que eventualmente podem agir de modo intimidador, como afirma Bruno Vinícius (16 anos), o MC VN: "Eles nos veem como bandidos, pois querem ligar para a polícia. O shopping está 'pegando boi' que viemos com dinheiro pra gastar comprando sorvete e outras coisas. Era bom que vissem a gente como cidadão normal".

Nesse sentido, o shopping center também se apresenta como um espaço agregador, destinado ao entretenimento, o que facilitaria a reunião das pessoas e a socialização dos grupos, além de atrair uma maior quantidade de público.

> Porque quando as pessoas não tem nada pra fazer em casa, elas pensam: vou pro shopping. Nós, como organizadores, criamos o rolezinho pra vir muita gente conhecida e todo mundo se encontrar, se enturmar (Thiago, 18 anos).
>
> Um espaço comum. Várias pessoas vem pra cá (Isabele, 16 anos).
>
> No shopping dá mais gente (Adriano, 17 anos).

Portanto, vivenciar o shopping center como espaço de sociabilidade, de diversão – e não somente de consumo – é prática já incorporada a esse público, suplantando assim, uma carência de parques e espaços de lazer nos bairros onde vivem, como enfatiza o "famosinho" João Vitor (JV Beneth), organizador do "rolezinho dos Beneth": "O parque mais perto é Pedra da Cebola", referindo-se a um parque turístico localizado na capital e, portanto, mais distante de Cariacica.

Organizar ou participar de um rolezinho é decorrente de um desejo de agrupamento, de fazer novas amizades e de potencializar os laços criados nas redes sociais virtuais. Também visa trazer para os espaços dos shoppings figuras de destaque nessas redes sociais, criando um ambiente de interação que se inicia nas páginas dos encontros no Facebook.

A ideia de família adotada nos nomes de alguns encontros atesta essa vontade de fortalecimento dos laços, como explica o estudante "famosinho", organizador do rolezinho dos Kolsch, Alan Kolch (18 anos): "É pelo nome da família. A minha família no Facebook é Kolsch, daí coloco o nome da minha família".

> Juntar a galera que está no Facebook e em outras redes sociais, como Twiter e Instagram, e assim o pessoal poder se conhecer. Quem só conhece por meio virtual se conhecer pessoalmente (Tiago "Famosinho", 19 anos).
>
> No shopping é mais fácil de juntar e conhecer as pessoas do Facebook (Daniele "Famosinha Dany Suzuki", 14 anos).

Quando perguntados sobre qual o sentido, a razão dos rolezinhos, os jovens acreditam ser uma oportunidade para se encontrar os amigos, fazer novas amizades e iniciar relacionamentos afetivos.

> Pra galera poder vir, se encontrar, se divertir, criar novas amizades (João Vitor, 18 anos).
>
> Para formais novas amizades (Thiago, 18 anos).
>
> Aproveitam para comprar coisas, fazer novas amizades (Emily, 15 anos).
>
> Chamar os amigos pra conversar (Camila, 12 anos).
>
> Juntar o pessoal, conseguir trazer mais gente (Adriano, 17 anos).
>
> Beijar na boca, fazer novas amizades. Pegar o número do celular de quem conhecer no rolezinho (Caroline, 16 anos).
>
> Fazer amizades, conhecer pessoas que não conhecem e ganhar curtida (Ane, 16 anos).
>
> Pra ter um encontro, nos encontrarmos (Alan, 18 anos).

Dentre as expressões mais comuns utilizadas por esses jovens no contexto dos rolezinhos, há uma gíria que deve ser ressaltada: "ser mídia". Refere-se à condição de "famoso", alguém cujo perfil nas redes virtuais recebe muitas "curtidas" e, nos eventos, ganha destaque. Nesse sentido, trata-se de um valor proporcional ao grau de visibilidade conquistado por um dos participantes a partir de seus padrões de conexão, que pode gerar algum tipo de capital social, entendido aqui como recursos reais ou potenciais que estão

vinculados ao domínio de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizados (Bourdieu, 1999).

> Ganhando muita curtida, todo mundo te conhece, todo mundo te dá moral (John, 17 anos).
>
> Quando se posta uma foto e é destacadão, ganha mais curtida (Bruno Vinícius, 16 anos).
>
> Ser bem falado, todo mundo falar de você, as pessoas fazem de tudo para ser mídia, até postam foto pelada no Facebook (Thiago, 18 anos).
>
> Muito divulgado, muito popular (Isabele, 16 anos).
>
> Ser destaque. Ser muito famosinho, ser destaque na internet (Ane, 16 anos).
>
> Ser falado, o mesmo que ter muita curtida no Facebook (Adriano, 17 anos).

Em geral, os participantes mantêm amizades no Facebook que são resignificadas nos encontros fora das redes virtuais. Nesse processo, ver e ser visto, tornar-se popular, agregar amigos e somar "paqueras" e "conquistas", são também fundamentos que permeiam o sentido dos rolezinhos. Diversos valores estão presentes nesse processo, mas principalmente visibilidade e popularidade, e o desejo de sociabilidade em espaços físicos.

Durante os eventos, os "famosinhos" e "famosinhas" são alvos de tietagem. Os participantes dos eventos desejam ser fotografados ao lado desta nova modalidade de "celebridade" vinculada à Web para que, junto aos "astros" dos eventos, suas fotos publicadas nas redes sociais também alcancem um grande número de curtidas, obtendo assim um tipo de capital social que lhes conferirá prestígio e reputação. O registro dos momentos marcantes dos encontros, por meio de fotos e vídeos, e a imediata postagem nas redes sociais, potencializa essa circulação de desejos e de expectativas, como explica Ane quando questionada sobre o que é fotografado nos encontros: "Nós mesmos! Dos famosinhos! Tiram uma foto com ele que tem muita curtida, pra ver se minha foto também tem muita curtida". Segundo o famosinho Alan, tudo pode ser divulgado em fotos nas redes sociais, exceto as marcas que compõem o território de suas experiências de sociabilização: "Os seguranças não gostam que a gente tire fotos mostrando os nomes das lojas, daí prefiro tirar na frente de um painel". Contraditoriamente, as marcas que não podem ser divulgadas no Facebook pelos rolezeiros, são as mesmas que compõem seu estilo, pois numa dinâmica global em que as

marcas denotam o ser, é pelo visual que também serão atribuídos prestígio e reputação a esses jovens, a partir dos quais obterão algum tipo de capital simbólico.

Deve-se destacar, por fim, que os organizadores dos rolezinhos também criam outros eventos em locais públicos, como nas praças dos bairros em que moram. O Encontro do Castelo[5], que reúne jovens do bairro Castelo Branco e adjacências, em Cariacica, é um desses encontros em que esses grupos (também frequentadores dos rolezinhos dos shoppings) criam outros territórios de sociabilidade. Contudo, segundo os organizadores, esses eventos temáticos não causam o mesmo impacto – no que se refere à dimensão da visibilidade nas redes virtuais – do que aqueles realizados nos shoppings, tendo em vista a já mencionada configuração espacial urbana circunscrita nos domínios dos shopping centers, fato que é possível observar no discurso da estudante Caroline (16 anos), rolezeira de Vila Velha, organizadora de rolezinhos. "Organizo em praças, mas onde mais organizo é no shopping".

Conclusão

Para além da questão da "inclusão", os dados aqui utilizados atestam a ampliação de redes e de práticas de conectividade virtual e de consumo cultural, por meio do qual se produz o que talvez possa ser chamado de uma "midiatização do cotidiano" – considerando a ideia de midiatização não apenas restrita ao universo dos grandes conglomerados de comunicação. Nem sempre "estetizado", porém sempre "presente" e constantemente "reatualizado", o cotidiano – assim como a intimidade (Sibilia, 2008) – parece, por vezes, estar submetido a um "imperativo da visibilidade".

Adolescentes envoltos na questão da visibilidade fazem uso da astúcia e inventividade em seu cotidiano (Certeau, 1998), atuando em espaços físicos e virtuais, via redes sociais, em busca de capital social para assim dialogarem com seus pares de estilo, por meio de práticas compositoras da cosmologia juvenil (Machado; Scalco, 2014).

O que esta pesquisa aponta, pelo menos inicialmente, é que a dimensão comunicacional dos rolezinhos se caracteriza por um processo cíclico, que se configura tanto a partir das redes sociais locais, formadas por laços de amizade e de proximidade, se amplia nas redes sociais virtuais, agregando novos agentes, e, com a efetivação dos encontros em

[5] Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1604362549815243/1624592141125617/> Acesso em: 28 jul. 2015

espaços públicos, das reuniões presenciais, ganha visibilidade para além dos eventos. Postagens de fotos e vídeos, comentários e curtidas, em especial no Facebook, são elementos dessa legitimação simbólica que favorece a visibilidade tanto dos agentes isoladamente (como no caso dos "famosinhos"), quanto do grupo como um todo.

No caso dos rolezinhos aqui estudados, os eventos se caracterizam por apresentarem algumas recorrências, quais sejam: i) são constituídos por jovens; ii) são organizados por meio do Facebook; iii) são destinados a promover amizades e encontros afetivos; iv) possibilitam a emergência de agentes de destaque (famosinhas e famosinhos, organizadores); v) produzem materiais discursivos diversos e, a partir desses elementos, geram algum tipo de capital simbólico a seus agentes.

Por seu caráter fluido, não se trata, portanto, de um movimento social organizado, um grupo articulado em torno de objetivos comuns e amparados em decisões prévias. Contudo, constituem "espaços de fluxos" que ajudam a compor a cena cotidiana no espaço urbano (e em seus "templos de consumo"), colocando em evidência um desejo por visibilidade e reconhecimento que parece estar ancorado a uma lógica da midiatização e do espetáculo. A popularidade nas redes virtuais passa a ser um valor para o grupo, um tipo de capital simbólico que funciona como elemento de distinção, tanto para os participantes isolados quanto para o grupo como um todo. O sucesso dos eventos também depende de sua (boa) repercussão na Internet. Sem este "atestado", essa legitimação, o evento tem sua significação incompleta.

Os dados empíricos apontados nesta abordagem inicial trazem elementos que contribuem para nortear a pesquisa, formular questões e delinear novos parâmetros de investigação acerca dos rolezinhos na Grande Vitória. Que tipos de informação circulam a partir de práticas imagéticas e discursivas no caso dos rolezinhos? Como administrar esses fluxos de informações, materializá-los, torná-los públicos e visíveis? O que une esses eventos e esses participantes? Como é a composição dos laços entre seus participantes? E, além: O que esses eventos podem nos dizer acerca da relação entre juventude, mídia, consumo cultural e classe social? Esse fenômeno, essa forma de agregação juvenil, pode representar a transformação de não-lugares (Augé, 2004) em extensões dos territórios de origem (muitas vezes considerados periféricos) dos atores sociais envolvidos, efetivando um processo de re-territorialização?

Referências

AUGÉ, Marc. **Não lugares.** Introdução a uma antropologia da supermodernidade**.** São Paulo: Papirus, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Las formas de capital**. Lima: Editora Piedra Azul, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015:** hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Qual a novidade dos rolezinhos?** Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. Novos Estudos CEBRAP 98, mar. 2014, pp. 13-20.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3° ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ENNE, Ana Lúcia S. **Conceito de rede e as sociedades contemporâneas**. Comunicação e Informação, V 7, n. 2: p. 264-273. jul./dez. 2004.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Vera. **No Bonde da Ostentação:** o que os "rolezinhos" estão dizendo sobre os valores e a sociabilidade da juventude brasileira? Revista Eco-pós, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, sem. 2014. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/1384/pdf_42>.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**. Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de janeiro: Difel, 2000.

MACHADO, R. P.; SCALCO, L. M.; **Rolezinhos:** Marcas, Consumo e Segregação no Brasil. Revista de Estudos Culturais**.** EACH-USP**.** São Paulo, ano 1, v. 1, p. 5-25, 2014. Disponível em: <http://www.each.usp.br/revistaec/?q=revista/1/rolezinhos-marcas-consumo-e-segregação-no-brasil>.

MAIA, Rousiley C.M. (Coord.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, R.; CASTRO, G**. Cultura da mídia, Cultura do consumo:** Imagem e espetáculo no discurso pós-moderno. Logos 30. São Paulo, ano 16, p. 48-59, 1 sem. 2009.

ROCHA, R. M.; SILVA, J. C.; PEREIRA, S. L. Imaginários de outra diáspora: consumo, urbanidade e acontecimentos pós-periféricos. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23, 2014, Pará. **Compós.** Belém, 2014. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/3vfcompos2014rochapereirasilvagpimagemimaginariosmidiaticos_2258.pdf>.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade.** Uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada:** filosofia da sensação. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DE BOA VISTA - VILA VELHA/ES

Glalber da Costa Cypreste Queiroz
Estudante de mestrado do PPGSP - UVV.

Humberto Ribeiro Junior
Professor Doutor do PPGSP - UVV.

Resumo: O presente trabalho visa contribuir para o debate sobre os efeitos que a violência exerce sobre as relações sociais dos moradores das cidades brasileiras. O caráter interdisciplinar da análise se verifica a partir do diálogo com diferentes áreas das ciências humanas, que enriquecem e ampliam o foco da discussão. Por meio dos relatos captados junto aos moradores de uma localidade especifica, mediante entrevistas em profundidade, além da observação das rotinas de suas relações sociais nos espaços públicos, buscamos desvelar parte das significações que atribuem às condutas com que se deparam em seu dia-dia. Inicialmente, descrevemos as principais características da localidade pesquisada. Em seguida, reconstruímos uma análise sobre o fenômeno da violência urbana a partir da seleção daqueles compreendidos como traficantes e da atuação dos policiais e, por fim, dialogamos com as reflexões propostas por Machado da Silva a partir de suas pesquisas nas favelas do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: segurança pública; violência urbana; sociabilidade.

Abstract: The present work aims to contribute to the debate about the effects that the violence exerts on the social relations of the inhabitants of the Brazilian cities. The interdisciplinary feature of the analysis shows itself through the dialog with different areas of the humanities, which enrich and expand the focus of discussion. By means of reports captured with the residents of a specific locality, through in-depth interviews, in addition to the observation of their social relation's routines in public spaces, we seek to unveil part of the meanings they attribute to conducts that they encounter in their daily life. Initially, we describe the main characteristics of the searched locality. Then, we reconstruct an analysis on the phenomenon of urban violence starting from the selection of those understood as dealers and from the police action and, finally, we dialogue with the reflections proposed by Machado da Silva from their research in Rio de Janeiro's *favelas*.

Keywords: public safety; urban violence; sociability.

Introdução

Vila Velha é o município mais antigo do Estado do Espírito Santo, integra a Região Metropolitana da Grande Vitória (LIRA, 2014, p. 69) e sua população em 2015 é estimada em 472.762 habitantes (IBGE, 2010). Entre os anos de 2008 e 2010, registrou uma média de 55,6 mortes por arma de fogo por 100.000 mil habitantes (WAISELFISZ, 2014, p. 31) e, apesar da importante posição que ocupa no cenário político, econômico e cultural no contesto estadual, verifica-se escassa a produção científica voltada a por em perspectiva analítica as causas e os efeitos acarretados pelo fenômeno da violência.

A localidade escolhida para a análise proposta pela presente pesquisa é composta por três bairros[1] – Vista da Penha, Boa Vista I e Boa Vista II. A motivação para sua escolha se baseia nas consideráveis intervenções urbanas[2] que contemporaneamente ocorrem nessa região, especificamente nas avenidas que definem seus limites administrativos. Além das recentes construções em seu entrono, está situada em um setor limítrofe de Boa Vista II, mas nesse caso já há quase quatro décadas, a maior universidade privada no estado. Essas intervenções converteram uma região anteriormente periférica, marcada por uma exploração exaustiva por parte dos meios de comunicação sensacionalistas de cunho policialesco (ADORNO, 1995; PORTO, 2002; RAMOS E NOVO, 2003), em uma espécie de centro cívico da cidade.

Adotando uma conjugação de procedimentos metodológicos, que envolve um acompanhamento de matriz etnográfica, com incursões diárias para uma observação participante (WACQUANT, 2002; WHYTE, 2005; BIONDI, 2010) e a realização de entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado, buscamos captar e interpretar a partir do ponto de vista dos moradores, como que a violência interfere na sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 65) local. Partimos da hipótese de que o medo social (BAIERL, 2004, p. 26) vem influenciando no surgimento de novos padrões de sociabilidade, a partir das preocupações com a manutenção de sua integridade física e patrimonial, com eventual possibilidade se tornar a próxima vítima de crimes violentos como homicídio, latrocínio, lesão corporal ou roubo.

1. Definição do recorte geográfico e o contexto de Boa Vista

A localidade descrita como Boa Vista para fins desta pesquisa, engloba um aglomerado urbano composto por três bairros localizados na Região Administrativa I do Município de Vila Velha[3], situado no Estado do Espírito Santo. Os três bairros assistidos pela pesquisa são Boa Vista I, Boa Vista II e Vista da Penha, com população total estimada em 3.143, 3.515 e 1.199, respectivamente, compostos majoritariamente pela nova classe média (NERI, 2008, p. 24), conforme informações da Secretaria Municipal de Planejamento

[1] Lei Municipal Nº 4.707, de 10 de setembro de 2008, que dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município.
[2] Construção de um luxuoso shopping, da sede do Ministério Público e do Fórum do município.
[3] O Município de Vila Velha é constituído por 05 (cinco) regiões administrativas, conforme Lei Municipal Nº 4.707, de 10 de setembro de 2008, que dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município.

Orçamento e Gestão (PMVV, 2013). Boa vista será o termo utilizado para tratar de aspectos inerentes aos três bairros de uma maneira geral e, em se tratando de uma questão especifica, será focalizado o bairro ao qual se faz referência. Outro ponto que destacamos inicialmente, diz respeito à discussão acerca da definição mais adequada do local enquanto bairro ou favela, uma vez que suas características gerais possibilitem tal debate. Todavia, não é objeto deste artigo trazer tal discussão à tona, apesar de reconhecida a importância das variáveis urbanística, econômica e social para seu resultado. Por questões estritamente metodológicas, utilizaremos o termo bairro estabelecido pela administração municipal (PMVV, 2013, p. 10) para nos referir a Boa Vista, enquanto região.

O Município de Vila Velha, assim como os demais que integram a Região Metropolitana da Grande Vitória[4], receberam considerável acréscimo populacional entre 1960 e 1970. Ocorre que não obstante a chegada, dominação e colonização do solo espírito-santense pelos conquistadores europeus remontar a quase cinco séculos, o Espírito Santo somente se definiu em uma posição mais destacada no cenário nacional em período muito recente, com sua inclusão tardia no processo de industrialização e modernização do país (LIRA, 2013, p. 68). Esse cenário de desenvolvimento acarretou em um processo de intensificação do fluxo migratório e, em virtude da falta de ação e planejamento quanto ao crescimento local a área urbanizada foi se estendendo com a ocupação de morros, áreas alagadas e manguezais, sem qualquer política de infraestrutura urbana ou social (LIRA, 2013, p. 70).

Recentemente, uma série de intervenções tem atingido as regiões que compõe o entorno de Boa Vista, com a construção e inauguração de um shopping de alto padrão e do Fórum do Município, além do edifício que servirá de sede local para o Ministério Público Estadual, com obras ainda em andamento. Essas intervenções, entretanto, não tem contemplado diretamente a infraestrutura do interior de Boa Vista, tão somente as avenidas e edificações que compõe o seu entorno.

Durante as entrevistas em profundidade, por meio da qual buscamos realizar perguntas com a finalidade de obter a descrição do morador sobre suas relações sociais no cotidiano do bairro, a primeira questão é sempre “em que bairro você mora?” e, a partir daí, indagamos sobre como é viver no bairro que consta de sua resposta. As questões que se seguem versam sobre as qualidades e defeitos das características estruturais e das pessoas com quem convive em suas

[4] A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi instituída pela Lei Complementar N.º 204, de 22.06.2001. Seu propósito é promover organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano. É integrada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (VITÓRIA, 2015).

rotinas no bairro. As entrevistas tem nos proporcionado captar a maneira como os moradores atribuem significados as suas relações sociais e condutas que assumem em suas rotinas cotidianas. Nos relatos obtidos junto aos moradores até então, são reiteradas as críticas voltadas a falta de segurança no bairro e a presença ostensiva de traficantes de drogas, apesar do constante patrulhamento policial. Pessoas que foram expulsas de suas casas e do bairro, homicídios à luz do dia, tiroteios constantes, atuação de uma polícia ora repressiva demais ora conivente demais são exemplos do que o morador tem exposto. Identificados como os responsáveis pela violência no bairro, os traficantes e os policias são vistos como uma constante ameaça.

2. Breves apontamentos sobre a violência

Os moradores de Boa Vista compreendem a violência como algo inerente à ação de criminosos, principalmente os identificados como traficantes de drogas, e dos policiais que não atuam de maneira uniforme e constante: ora virulenta demais, ora branda demais. Apesar de a maioria dos informantes não saber descrever ao certo o que entendem por violência, há nitidamente a referência a algo que se busca a todo custo evitar em razão dos danos que acarreta ao seu bem estar físico, moral e ao seu patrimônio.

A dificuldade para se estabelecer uma compreensão profunda, que por sua vez contemple em amplitude o complexo fenômeno que caracteriza a violência, não é uma exclusividade dos moradores de Boa Vista. O claro discernimento quanto as variáveis temporal, espacial e cultural, que demonstram parte da multiplicidade de questões que a envolvem é imprescindível na busca por uma definição relativamente precisa (GUARINELLO, 2007, p. 131). Soares (2014, p. 182) expõe a violência como um processo constante que acompanha a história da sociedade brasileira, assumindo determinada forma de representação de acordo com o período de análise, presente no modelo de colonização empregada com a chegada dos europeus, durante o regime escravocrata, no combate às revoltas populares no Império e na República, na perseguição e repressão que caracterizaram os períodos ditatoriais. Com o passar dos séculos, as representações da violência se transformaram e se adaptaram as novas realidades, à emergência de novos contextos sociais, econômicos e políticos. No entanto, os setores mais vitimados na contemporaneidade continuam sendo aqueles que compõem as classes menos favorecidas, quase sempre identificado na figura do indivíduo pobre que vive nas periferias das cidades brasileiras (SOARES, 2014, p. 187).

O incômodo causado pela violência a determinados indivíduos nas cidades brasileiras é verificado a medida que se realizam campanhas por diversos setores da sociedade, no intuito de estimular uma cultura baseada no ideal pacifista, que representa um esforço envidado a incentivar uma convivência social fraterna, cujo desafio principal é reverter um histórico secular que possui a violência como elemento constantemente presente ao longo de sua evolução (CHAUÍ, 1980, p. 3).

2.1 Violência e violência urbana

Como dito anteriormente é preciso cautela para se buscar expor uma definição do conceito de violência, que se apresente capaz de alcançar plenamente suas características complexas e multidisciplinares. Para Chauí (1980, p. 1) a violência é um processo pelo qual o indivíduo é transformado de sujeito à coisa, por se tratar de uma ação onde o autor desconsidera o outro como pessoa. Por sua vez, Oliveira (2008, p. 135) aponta que a violência é caracterizada pela combinação entre a agressão física e a agressão moral. Em outras palavras, quando pelo uso ilegítimo da força física se busca agredir a outrem, motivadas por uma vontade incontrolável de causar uma ofensa de ordem sentimental, como se além do dano físico a agressão tenha como objetivo causar um resultado que acarrete em um insulto moral, sem o qual a agressão física se torna uma mera abstração.

Abramovay e Pinheiro (2003, p. 2) faz a distinção entre violência física e simbólica. Enquanto que a violência física representa uma intervenção direta sobre o corpo de determinado indivíduo ou grupo, que afeta ou ameaça sua integridade, a violência simbólica, caracteriza-se pela existência de consentimento pelo agredido em virtude de abuso de uma relação de força. Nesse caso, o mais forte impõe abusivamente sua vontade sobre o mais fraco por meio do uso de símbolos de autoridade, hierarquia ou poder. Logo, o fenômeno da violência é caracterizado por uma situação em que o resultado da interação entre os agentes ativo e passivo ocorre de forma "direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais" (MICHAUD, 1989, p. 11).

A ameaça que a violência representa para a integridade física e ao patrimônio material de cada indivíduo, tem sido difundida a partir da noção de violência urbana, segundo Machado da Silva (2008, p. 20). Para este autor, violência urbana é em termo utilizado pelos moradores das cidades brasileiras em geral, para articular parte da compreensão e dos debates sobre a

situação atual de seus locais de moradia. A noção de violência urbana tem sido utilizada como parâmetro para avaliações morais de certas condutas e para explicar fenômenos da vida cotidiana dos meios urbanos brasileiros. É assim uma representação, pois indica uma forma de conhecimento elaborado e partilhado em determinado contesto social, "cujo propósito é transformar algo não familiar em familiar, expressando uma mediação entre o sujeito psíquico e a realidade social. A representação é uma ação simbólica de um sujeito em relação a um mundo, mas seu processo de produção é social" (RAMOS E NOVO, 2003, p. 491).

> O que se chama de violência urbana é uma representação de práticas (saques à propriedade privada e ameaças à integridade física) e de modelos de conduta subjetivamente justificados; [...] é uma construção simbólica que 'constitui o que descreve'. Logo, a violência urbana é um objeto, jamais um conceito. [...]. Violência urbana é a própria questão a ser compreendida e não o fundamento da análise (MISSE, 1999, p. 01).

Neste contexto, a violência urbana contém uma espécie de "dimensão prático-normativa institucionalizada", no sentido de que ao mesmo tempo em que identifica relações de fato, indica aos agentes certos padrões de conduta a serem seguidos. Em outros termos, a representação da violência urbana é a responsável pela elaboração de um componente de "obrigação normativa subjetivamente aceita que, em certa situação e em determinada condição, substitui cursos de ação relativos a outras referências sem, entretanto cancela-las" (SILVA, 2004, p. 58). Pode-se então apontar a violência urbana como uma construção simbólica por meio da qual se constrói um sentido de orientação para determinadas condutas, pois representa a maneira mais adequada de agir diante dos fatos que se apresentam cotidianamente, mediante a subjetividade e o interesse dos agentes envolvidos. Mais do que uma mera descrição inerte, a violência urbana nos leva a compreender e identificar relações de fato ao mesmo tempo em que aponta para o modo mais apropriado de se conduzir as ações.

3. Que é visto como criminoso?

Certamente, a história da criminologia garantiu a Cesare Lombroso um lugar de destaque, em razão da importância de sua obra para a Escola Positiva do século XIX. Ao lado de Rafaele Garofalo e de Enrico Ferri, personificou a ideia de criminoso no homem delinquente, ao tentar explicar as causas do crime como um fenômeno natural por meio do método científico, modificando assim a analise anteriormente executada pela Escola

Clássica "que não individualizava as causas do crime" (XAVIER, 2008, p. 275). Responsável por uma teoria que restringe o crime a um fenômeno de ordem biológica e hereditária, a teoria lombrosiana buscou demonstrar que seria possível à identificação de um indivíduo com predisposição a cometer crimes a partir de padrões anatômicos, buscando relacionar o criminoso a definição de um ser primitivo e patológico. Assim, elaborou uma teoria evolucionista ao afirmar que as características biológicas interferem diretamente no comportamento humano (ALVAREZ, 2002, p. 677).

As teorias positivistas foram duramente refutadas pela Escola da Criminologia Crítica, que atribui o crime como um processo complexo, reflexo de causas e efeitos de uma série de implicações de ordem social, política, cultural, etc. Para esta corrente criminológica, as condutas consideradas criminosas decorrem de uma escolha política em um dado momento histórico, a partir de processos de criminalização que elegem determinados indivíduos, etnias ou classes como pretensos desviantes e criminosos, ou ainda como "clientela privilegiada do sistema penal" (REISHOFFER E BICALHO, 2009, p. 429). Para Pedroso, o conceito de criminoso é elaborado com base em um processo de construção ideológica que define os padrões comportamentais que serão perseguidos, estabelecidos a partir de interesses de "utilidade econômica e eficiência política", mediante a "constituição de um universo de exclusão social" que define os setores da sociedade que serão criminalizados e excluídos do convívio social (PEDROSO, 2005, p. 41).

> Consolidou-se, assim, seletivamente, uma identificação da criminalidade com "a" criminalidade dos baixos estratos sociais (dominantemente recortada pela seletividade de gênero e racial), a qual, amalgamada com a ideologia da periculosidade e dos sujeitos e/ou grupos perigosos, acabou por estabelecer uma identificação com "a" violência, fazendo este conceito se subsumir integralmente naquele. Daí resulta que a consolidação dos estereótipos de criminalidade e de criminosos (perigosos) e do medo e do sentimento de insegurança contra estes, numa sociedade cada vez mais comandada pelo poder do espetáculo midiático, foi um passo (ANDRADE, 2013, p. 340).

Para os moradores de Boa Vista, o tráfico de drogas presente no bairro configura a origem da criminalidade no bairro e na cidade de Vila Velha. No entendimento dos moradores, a falta de oportunidade e de opções de lazer levam principalmente os jovens a aderir aos grupos criminosos. Percebe-se na fala dos moradores a reprodução do discurso presente na mídia espetaculosa que demonstra apenas casos de violência no bairro, como se lá não houvesse boas coisas que mereçam destaque e difusão jornalística, que os incorpora ao senso comum

disseminado nas grandes cidades brasileiras, que as mazelas ocasionadas pela violência urbana são em geral uma consequência, direta ou indireta, das questões que orbitam as ações dos agentes envolvidos com os crimes relacionados ao comercio de drogas ilícitas (SILVA, 2008, p. 20).

Os moradores que declaram não possuir envolvimento com o tráfico se esforçam em firmar uma posição como opositores ao estilo de vida dos identificados como criminosos. Corre que em razão da proximidade (FRIDMAN, 2008, p. 84), seja por questões de parentesco ou em virtude da moradia em um mesmo perímetro territorial, criou-se o mito de que os moradores das regiões menos favorecidas da cidade seriam coniventes com o modo de vida dos agentes do tráfico, que teria por consequência a formação de "um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa" (SILVA; LEITE, 2007, p. 549). A errônea compreensão sobre o envolvimento dos moradores dos locais pobres com ações criminosas, que os entende como cúmplices dos criminosos, é comprovada à medida que se verifica o esforço dos moradores para realizar uma limpeza moral que os desvincule do estilo de vida dos traficantes de drogas. Além de não ter comprometimento com tráfico, esforçam-se na realização de uma limpeza simbólica no intuito de deixar nítida a diferenciação entre os que possuem envolvimento com atividades ilícitas daqueles que buscam orientar suas condutas pelos padrões sociais e morais dominantes (SILVA, 2008, p. 20).

Machado da Silva e Leite (2007, p. 574-575) expõe que os moradores da favela, tendem a se distanciar das ações que possibilitem lhes ser atribuídos algum adjetivo, dentre os que representam a efetiva participação em atividades ligadas ao crime. Os referidos autores distinguiram duas modalidades principais de limpeza simbólica[5], usados pelos moradores das favelas pesquisadas. Expõem ainda que os moradores reconhecem que os grupos de traficantes armados tornaram as favelas um local violento e perigoso, pois se verificou que eles "fazem questão de se separar, como indica o uso frequente das categorias 'nós' *versus* 'eles' [ou 'o cara', 'vagabundo', 'marginal', etc.] e 'lá' [na 'boca de fumo'] *versus* 'aqui' [na 'comunidade']" (SILVA e LEITE, 2007, p. 574). Apesar de viverem em um contesto diverso ao dos moradores das favelas do Rio de Janeiro, por um complexo de questões devidas pelo processo de desenvolvimento histórico e social, por exemplo, foram captadas nas falas dos moradores de

[5] A primeira se baseia na busca pelo afastamento material do mundo do crime, na medida em que se esmeram por demonstrar que norteiam suas condutas e sua vida, com base em modelos morais burgueses atualmente vigentes. A segunda forma é geralmente mais utilizada pelos moradores que possuem vinculo de parentesco, ou vizinhança, por exemplo, com determinada pessoa que seja reconhecida pelos demais moradores como envolvida em ações criminosas. Nesse caso, os moradores tendem a destacar alguma característica positiva que tem por objetivo, não justificar suas práticas, mas argumentar que apesar de reprovar seu modo de vida, a pessoa possui qualidades que superam este defeito aparente.

Boa Vista componentes de limpeza moral semelhantes aos expostos por Silva e Leite (2007), no sentido de que há o esforço dos moradores para se diferenciar dos traficantes do bairro.

4. A atuação da polícia

De acordo com Hannah Arendt (1990) a polícia se encontra dentre as instituições imprescindíveis ao sucesso de qualquer regime totalitário, em virtude de sua capacidade para suprimir a população por meio da força física, facilitando assim a pretensa imposição ideológica de dominação do ditador. Não obstante a impossibilidade de se enquadrar os governos brasileiros no conceito de totalitarismo desenvolvido pela referida autora, nota-se que ao longo da história houve por este especial atenção ao aparato policial. Pedroso (2005, p. 48) afirma que ao longo a construção histórica do Estado brasileiro, seguiram-se as receitas mais elementares que marcam os Estados autoritários que, "a partir de estratégias de ordenação, racionalização e exclusão, edificou um modelo dominador e agregador das tensões sociais".

Apesar da queda do regime militar que vigorou no país por mais de vinte anos e a subsequente promulgação de uma constituição, que representa avanços no sentido da consolidar a democracia além de buscar garantir o pleno gozo da cidadania a população, percebe-se que esses acontecimentos não significaram o "rompimento com práticas de controle social advindos das Leis de Segurança Nacional e da lógica do 'inimigo interno'" (REISHOFFER e BICALHO, 2009, p. 430). Se no decorrer dos anos da ditadura militar os inimigos do Estado eram os comunistas, atualmente esse posto é remetido às classes menos abastadas, que são responsabilizadas pela violência urbana e por isso são consideradas pela intepretação dominante como suspeitos e perigosos.

> O controle social, por meio do Estado Penal, também adota as lógicas da "guerra" e do "inimigo interno" em defesa da ordem estabelecida, que deve ser a ordem do consumo e do mercado. Diante disso, também apoiados por uma criminologia de cunho positivista, que buscou identificar de forma objetiva e asséptica biologicamente, os negros, ou socialmente, os pobres, como potenciais delinquentes; a figura do jovem, negro e pobre aparece como a figura atual da ameaça (REISHOFFER e BICALHO, 2009, p. 434).

Segundo Zaffaroni (2007, p. 25), o tratamento de determinados setores que integram o corpo social com base na ideia de inimigo, representa uma grave violação ao Estado de Direito. Para este autor, o poder punitivo elegeu os seus inimigos de maneira extremamente seletiva no

decorrer da história, os quais se sucederam de acordo com o momento e de acordo com os interesses do poder hegemônico. Nessa perspectiva, aquelas categorias definidas como pretensas ao cometimento de desvios devem ser reprimidas e eliminadas do convívio social, a qualquer custo, possibilitando por sua vez a ideia quanto à legitimidade no cerceamento dos direitos fundamentais de quem comete algum delito, sendo esta uma de suas mais graves consequências.

Quando as questões que tocam a segurança pública nas cidades brasileiras são encaradas como uma questão estritamente policial, o discurso do "bandido bom é bandido morto" (FRIDMAN, 2008, p. 77) é refletida pela na guerra contra a criminalidade adotada como estratégia pela qual as instituições almejam atingir a paz social. No entanto, apesar da violência com a qual os policiais atuam nessa guerra urbana, as críticas dos moradores das favelas não está especificamente voltada arbitrariedade ou a truculência em si das intervenções policiais.

Quanto a ação policial em Boa Vista, os moradores revelam que há uma oscilação na intensidade e no rigor de atuação, com ocasiões em que é empregado grande efetivo para ocupação momentânea de determinadas localidades e, majoritariamente, ocorre o patrulhamento das ruas por policiais em viaturas em viaturas. Segundo os relatos, os policiais não costumam abordar os trabalhadores e as pessoas de bem, pois acreditam que os agentes conseguem distingui-los facilmente dos criminosos. Na concepção da maioria dos moradores, basta o endurecimento da atuação policial sobre os criminosos para que se resolva os problemas que alegam enfrentar pela falta de segurança pública no bairro. Apesar de acreditar que a ação mais rigorosa da polícia é o remédio para acabar com a criminalidade, o morador tem medo de ser vítima da violência policial. Esse ponto de vista demonstra o quanto que, na atualidade, o medo é o agente catalisador das expectativas e demandas de segurança pública que se pauta na premissa da ação contra os outros e não com os outros, que direciona a atuação do aparato policial como barreira que instrumentaliza uma forma de confinamento. Diante desta concepção, a polícia deixa de lado sua função como garantidora e reguladora da convivência harmônica e pacifica das relações sociais entre as classes, passando a evitar o encontro entre diferentes por meio da repressão violenta.

5. A sociabilidade violenta

Georg Simmel (2006) demonstra que a sociedade parte da interação entre os indivíduos e comporta uma distinção entre forma e conteúdo. Os indivíduos tendo diversas motivações – paixões e desejos, por exemplo, que constituem os conteúdos da vida social, interage por meio

delas e se transformam em uma unidade. Assim, a sociação seria a "forma na qual os indivíduos, em razão de seus interesses, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam" (Simmel, 2006, p. 60). Ela começa a existir a partir do momento em que os indivíduos passam a interagir e a adotar sistemas de cooperação e colaboração, de modo que quanto mais o grupo interage mais ele forma uma sociedade, apesar de não sociais se considerados de maneira isolada. A sociabilidade então é definida por Simmel como sendo a "forma lúdica da sociação", a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, onde forma e conteúdo são na experiência concreta processos indissociáveis (Simmel, 2006, p. 65).

Para Silva (2008, p. 43) a ameaça que a violência presente nas ações dos criminosos comuns e de policiais representa, tem acarretado na formação de um padrão específico de sociabilidade, no qual o "princípio de organização é o recurso universal à força". Assim, na medida dos acontecimentos de suas experiências diárias, seriam selecionados aqueles atos bem sucedidos, que passaria então a representar o modelo que servirá de orientação para as condutas futuras. O referido autor considera como essência da sociabilidade violenta a mudança de característica da força, que passa de meio para de efetivar interesses, a uma espécie de princípio normativo que estabelece a coordenação de ações, que a partir da ameaça percebida pelo indivíduo, oriunda de determinadas ações que identifica como ofensivas a sua integridade física e patrimonial, tem por resultado a elaboração de um intuitivo complexo de práticas, e não de ações individuais. A sociabilidade violenta se desenvolve a partir das experiências diárias que podem interromper as rotinas cotidianas dos indivíduos, ao passo que coordena uma série de condutas que representem redução da probabilidade de ser vitimada, por influência direta do temor que lhe causa a percepção do risco iminentemente fatal, oferecido pelos "portadores da violência urbana"[6] (SILVA, 2008, p. 43).

Apesar de reconhecer a elaboração teórica da sociabilidade violenta como refinada e ousada, Misse (1999) expõe uma análise crítica e detalhada entre as questões que entende como carente de aperfeiçoamento. Dentre os pontos que o referido autor considera questionáveis dentro da construção do conceito de sociabilidade violenta estão à necessidade de melhorar a argumentação quanto à emergência da sociabilidade violenta como uma

[6] Termo utilizado por Machado da Silva (2008, p. 43) ao se referir aos criminosos como componentes de uma camada dominante desta ordem social, pois entende haver uma distribuição de diferentes posições hierárquicas entre os agentes, enquanto que a população não portadora da sociabilidade violenta se encontra numa situação de dominada ou subalterna.

tendência nova e permanente. Misse (1999) também verifica que há a falta de precisão quanto a explicação de qual seria a origem da sociabilidade violenta, uma vez que há uma omissão quanto os motivos que a levaram ao ponto em que a teoria sugere ter chegado. A ideia de que o complexo de condutas desenvolvidos a partir da violência criaria um novo padrão de sociabilidade também é insustentável para Misse (1999), que destaca ainda que a teoria da sociabilidade violenta desenvolvida por Silva (2008) se aplica exclusivamente ao caso do fenômeno da violência especificamente ao Rio de Janeiro, em razão de um emaranhado de questões sociais, históricos e culturais.

O desenvolvimento teórico da sociabilidade violenta (SILVA, 2008), conforme aponta o próprio autor, salientado posteriormente por Misse (1999), encontra-se ainda em fase de desenvolvimento. Como explicitado oportunamente, é um conceito desenvolvido a partir de pesquisas realizadas no seio das relações sociais dos moradores das favelas cariocas, o que direciona seus resultados a compreensão específica do fenômeno ocorrido nessa localidade. O ponto central da teoria da sociabilidade violenta é a violência como meio de interação social, que não enseja ser descartado de consideração ao se estudar o fenômeno da violência em ambiente urbano. Contudo, a violência vem assumindo formas e representações que se assemelha em determinado ponto, por mais distintos que se apresentem as variáveis que cercam a ocorrência desse fenômeno.

Considerações Finais

A constante exposição a situações de violência urbana, tanto a violência real, da qual o morador fora efetivamente vítima, quanto à esperada, que faz o morador acreditar que há elevado grau de probabilidade de ser o seguinte a sofrer algum dano, oportuniza a elaboração de uma série de medidas que visam a reduzir suas chances de vitimização. Seja pela ameaça oferecida aos indivíduos pela ação daqueles que são vistos como criminoso, seja pela ação dos policiais que agem de maneira ilegal, truculenta e arbitrária, fato é que a população menos assistida, marcada pela escassez de recursos, são alvos fáceis em razão de sua capacidade limitada em garantir meios de defesa para resistir às agressões a que estão expostas em seu dia-dia. Em meio a este ambiente explorado diariamente pela ação de uma mídia espetaculosa e sensacionalista, o andamento normal de suas rotinas cotidianas depende da adaptação ao meio em que se encontra imersa. Manter-se em contínuo estado de alerta, a fim de identificar e interpretar devidamente

as situações com as quais se depara em suas rotinas diárias proporciona adotar certo modelo de conduta que, por sua experiência prática, minimiza a probabilidade de vitimização.

Não é novidade para os que habitam as cidades brasileiras, especialmente os moradores dos locais de menor expressão econômica e política que, de uma forma ou de outra, a violência urbana compõe parte da realidade encarada em suas rotinas diárias. Nesse contesto, os moradores de Boa Vista, no Município de Vila Velha/ES, quando perguntados sobre como é a vida no bairro onde moram tendem a enfatizar as questões que lhes desagradam. A violência é identificada pelos moradores do bairro como sendo o seu maior defeito, com ênfase na crítica a presença constante de traficantes de drogas e a atuação policial, que é vista com desconfiança, uma vez que considera suspeita essa atuação oscilante, às vezes demasiadamente rígida, às vezes demasiadamente displicente, o que para os moradores aparenta ter relação com corrupção.

No que tange as relações sociais, tem-se verificado que o medo da violência é apontado como principal motivador para que os moradores entrevistados no bairro evitem uma aproximação a seus vizinhos. Tal fato se constata das respostas obtidas diante de perguntas sobre as amizades que possui no bairro, das quais pouquíssimos disseram possuir amigos no bairro, pois suas relações mais afetuosas são mantidas com pessoas de outros bairros, mesmo os que moram há mais tempo. Suas justificativas remetem ao medo de que sua amizade pode expor sua intimidade e com isso despertar o interesse de criminosos e policiais.

Preliminarmente, pode-se apontar a violência como diretamente vinculada a redução da confiança e dos laços sociais entre vizinhos que por medo da exposição de sua intimidade elaboram uma espécie de barreira social. Aliadas as barreiras físicas, os indivíduos se cercam de barreiras sociais e morais no intuito de oferecer resistência às ações violentas. Evitar alguma forma de interação com pessoas desconhecidas e de aprofundar os laços sociais com as conhecidas, motivadas pelo risco existente nesse contato, pode indicar que o fenômeno da violência causa determinada interferência no cotidiano das pessoas. Todavia, apesar da violência ser um problema encarado por toda a população brasileira, falta uma perspectiva que demostre se tratar de um problema comum a toda a população.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; PINHEIRO, Leonardo Castro. Violência e vulnerabilidade social. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). **Inclusión social y desarrollo**: presente y futuro de la comunidad iberoamericana. Madri: Comunica, 2003. Disponível em:

<http://ead.senasp.gov.br/modulos/educacional/material_apoio/Viol%C3%AAncia_e_Vulnerabilidade_Social_VA.pdf>. Acesso em: 03 ago 2015.

ADORNO, Sérgio. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense/ECA-USP, 1995. p. 181-188.

ALVAREZ, Marcos César**. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais.** Dados. Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677 a 704, 2002.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A mudança do paradigma repressivo em segurança pública:** reflexões criminológicas críticas em torno da proposta da 1ª conferência nacional brasileira de segurança pública. Sequência. Florianópolis, n. 67, p. 335-356, 2013.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BAIERL, Luzia. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **IBGE**. (2010). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320520&search=espirito-santo|vila-velha>. Acesso em: 26 set. 2015.

BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade?. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo.** Almanaque 11 - Educação ou conversa?. São Paulo: Brasiliense, 1980. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/2200#page/1/mode/1up>. Acesso em: 05 ago. 2015.

FRIDMAN, Luis Carlos. Morte e vida favelada. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da. (org). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Violência como espetáculo:** pão, sangue e circo. História, São Paulo, v. 26, n. 1, p 125-132, 2007.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instancias urbanas. Vitória: Editora GSA, 2014.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, Michel. (1999). **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima:** comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Crime_urbano.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.

NERI, Marcelo Cortes. (2008). **A nova classe média**. In*:* Fundação Getúlio Vargas: centro de políticas sociais. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/>. Acesso em: 04 out. 2015.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Existe violência sem agressão moral?** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. Coleção histórias da intolerância, v. 6. São Paulo: Humanitas, 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.** Sociologias. Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 152-171, 2002.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo**. Fractal. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2009.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. **Sociabilidade violenta:** por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e estado. Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

_____; LEITE, Marcia Pereira. **Violência, crime e polícia:** o que os favelados dizem quando falam desses temas? Sociedade e estado. Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, 2007.

_____. (org.). **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VILA VELHA. (2013). **Perfil socioeconômico por bairros**. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Revisão 02. 2013. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Perfil%20socio%20economico%20R2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

VITÓRIA. (2013). **Perfil socioeconômico**. In: Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/perfil.asp>. Acesso em: 26 set. 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. (2013). **Mapa da violência 2013**: mortes matadas por arma de fogo. In: Mapa da violência. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

XAVIER, Arnaldo. **A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista:** um debate para o serviço social. Katálysis. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 274-282, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. 3 ed. Trad. Sérgio Lamarão. Coleção pensamento criminológico, v. 14. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TRAJETOS LIMINARES: A EXPERIÊNCIA DA "LIMINARIDADE PERMANENTE" NAS TRAJETÓRIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS

Hugo Felipe Quintela
Doutorando em Ciências Sociais pela UFJF. Bolsista Capes. E-mail: hugoquintela86@gmail.com.

Resumo: Durante os anos de 2012 a meados de 2014, eu pesquisei intensamente a experiência da transexualidade na sociedade ocidental, principalmente no que se refere à construção social da mulher transexual, ou, como eu prefiro utilizar, da mulher na transexualidade. Nesse período, quatro mulheres na transexualidade residentes da Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo, narraram suas experiências da infância até o momento atual de suas vidas, por meio de entrevistas semi-estruturadas e em diversos encontros. Dessa maneira, o método de pesquisa que mais se adequou ao meu trabalho foi a História de Vida. O objetivo central desse artigo é produzir uma reflexão que permita entender a experiência da transexualidade como um momento de *liminaridade permanente*. Pois ao ser enquadrada pelo discurso biomédico, à experiência transexual ganha um caráter liminar, uma vez que indivíduos que vivenciam essa experiência são colocados "fora do mundo", pois são consideradas pessoas que precisam se adequar para serem incluídas.

Palavras-chave: mulheres transexuais, liminaridade permanente, trajetórias liminares.

Abstract: During the years 2012 to mid-2014, I intensively researched the experience of transsexuality in Western society, especially regard to the social construction of transsexual woman, or as I prefer to use, the woman in transsexuality. During this period, four women in transsexuality, residents of *Grande Vitória*, in the state of Espírito Santo, narrated their experiences from childhood to the present point in their lives, through semi-structured interviews and various meetings. Thus, the search method that show itself to be more suitable to my work was the History of Life. The article's central aim is to produce a reflection that allow the understanding of transsexuality's experience as a moment of permanent liminality. Because, after framed by biomedical discourse, the transsexual experience earns a liminal bias, as individuals who passes through this experience are placed "outside the world" for they are considered people who need to adjust themselves to be included.

Keywords: transsexuals women; permanent liminality; liminal trajectories.

Introdução

Através das histórias de vida de Sandy, Deborah, Crislaine e Rafaela pude trabalhar com o conceito de *projeto* tal como formulado por Schutz (2012) e revisitado por Gilberto Velho (2013). Segundo esses autores o conceito de *projeto* significa a conduta organizada para atingir finalidades específicas, tendo como a referência caminhos que são escolhidos subjetivamente dentro de um determinado *campo de possibilidades* que são informados por meio dos paradigmas culturais compartilhados. Nos termos de Velho, o *campo de possibilidades* seria a dimensão sociocultural, o espaço para formulação e implementação de projetos (VELHO, 2013). Nas próprias palavras de Gilberto Velho (2003):

> Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O *projeto* no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Shutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée* (VELHO, 2013, p. 123).

Esses conceitos de *projeto individual* e *campo de possibilidade* são importantes para a minha análise, uma vez que entendo que o principal projeto de mulheres na transexualidade é o *tornar-se mulher*, processo esse que se dá na dimensão da *liminaridade*, uma vez o *campo de possibilidade* que a nossa sociedade confere para essas mulheres é limitado no que refere a possibilidade de transitar entre os gêneros e romper com padrões corporais estabelecidos como os únicos possíveis.

De acordo com Judith Butler (2003), parto do pressuposto que transexualidade é uma expressão identitária que revela divergência com as normas de gênero, uma vez que esta é fundada no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações de gênero. Dessa forma, as normas de gênero definem o que é considerado "real", delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos.

Por isso, as pessoas transexuais constroem seus corpos questionando os ideais fixos de sexo e gênero, inscrevendo em seus corpos outras possibilidades de viver gênero e sexualidade. Assim, as pessoas que vivenciam a transexualidade desafiam os diferentes contextos de nossa cultura, os padrões postos como aceitos legitimados pelos binarismos de gênero e a heteronormatividade que, na cultura ocidental, são significados como naturais e inerentes ao humano.

Durante os meus contatos com as entrevistadas, me chamou a atenção uma experiência narrada por todas elas. Sem exceção, elas narraram que vivenciam ou vivenciaram em várias fases de suas vidas uma experiência de "não lugar" na sociedade, uma experiência de não estar "nem lá e nem cá" no que se refere aos lugares sociais que são atribuídos a homens e mulheres e todo o desdobramento e status que esses lugares conferem à vida cotidiana das pessoas, em especial naquelas que não se adequam ao sistema sexo-gênero (RUBIM, 1993).

Assim, a partir dos pressupostos antropológicos de Victor Turner, compreendemos a *liminaridade* como o momento alto no ritual, pois a estrutura social se encontra em suspensão e, por isso, existe a ausência de "status", de diferença sexual, de classes, hierarquia, de obrigações

de parentesco. O indivíduo se localiza no meio, no entre (*betwixt and between*)[1], no limbo, no nada da estrutura cotidiana, pois o que se suspende é todo o sistema social vigente, o ordinário social, as vivências cotidianas. Por isso, Turner (1974) chamou a *liminaridade* de prima matéria: um estado bruto onde os indivíduos não estão nem dentro nem fora da sociedade, é um lugar onde se está absorto em singularidades, espaço, tempo, inclassificáveis. Turner (1974) ainda aduz que esse lugar liminar é transporte para outras realidades.

Dessa maneira objetivo central desse artigo é produzir uma reflexão que permita entender a experiência da transexualidade como um momento de *liminaridade permanente*. Pois ao ser enquadrada pelo discurso biomédico, à experiência transexual ganha um caráter liminar, uma vez que indivíduos que as vivenciam são colocados "fora do mundo". De acordo com Van Gennep (1978, p. 26): "Toda alteração na situação de um indivíduo implica aí ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não sofrer nenhum constrangimento ou dano".

Em suma, pude perceber a partir da minha pesquisa é que *liminaridade permanente* na vida das mulheres na transexualidade impossibilita as ações e o trânsito dessas mulheres em nossa sociedade, é o que limita os seus campos de atuação, em especial, no que se refere ao campo de satisfação psicossocial. A *liminaridade permanente* na vida das mulheres na transexualidade também cria duas situações distintas, a invisibilidade, que deve ser entendida como a não consideração que essas mulheres são dignas de direitos e respeito. E, por outro lado, existe a situação da *hipervisibilidade*, que seria um excesso de visibilidade numa dimensão negativa, pois essas mulheres são retratadas de maneira caricata, não humana, patológica.

1. Trajetos liminares

As pessoas transexuais constroem seus corpos questionando os ideais fixos de sexo e gênero, inscrevendo em seus corpos outras possibilidades de viver gênero e sexualidade. Assim, os transexuais desafiam os diferentes contextos de nossa cultura, os padrões postos como aceitos legitimados pelos binarismos de gênero e a heteronormatividade que, na cultura ocidental, são significados como naturais e inerentes ao humano (BUTLER, 2003).

[1] Turner usa o termo "betwixt and between" em vários livros, no qual funde dois sinônimos que aponta a indeterminação e falta de localização precisa da coisa designada. Exemplos de possíveis traduções seriam: "nem lá nem cá", "aquém e além dos pontos fixos", "entre dois mundos", "entre e entrementes".

Como bem pontuou Cossi (2011), coube à Medicina, principalmente a dos meados do século XX, ter elevado a experiência transexual à categoria de entidade patológica, principalmente a partir dos estudos de Benjamin e Money, Robert Stroller. Desde então, a cirurgia de transgenitalização[2] se estabelece como a única possibilidade de "adequação" corporal, mas também moral e social das pessoas que vivenciam a transexualidade. Assim, quando pessoas transexuais recorrem à cirurgia como forma de mudança corporal a fim de alterar seu status na sociedade, entendo que o processo cirúrgico se configura como um rito de passagem para as pessoas transexuais.

Recorro a essa noção de ritos de passagem por dois motivos: por entender que a mulher na transexualidade vivencia vários ritos na sua trajetória de *tornar-se mulher*, mas a principal razão pela qual recorro a essa noção é por compreender que em nossa sociedade a cirurgia de transgenitalização é entendida como obrigatória em caso de pessoas que vivenciam o conflito de gênero e querem ser reconhecidas pelo gênero oposto ao designado por meio do seu corpo biológico. Ou seja, a cirurgia de transgenitalização é colocada como imperativa e decisiva para que pessoas que vivenciam o conflito de gênero. Sendo assim, o procedimento cirúrgico se tornou um rito de passagem obrigatório para quem vivencia a experiência da transexualidade.

Levando em consideração o aspecto importante dos ritos de passagem para se entender as relações entre os indivíduos, os grupos e as posições em determinados contexto social, Van Gennep (1978) argumenta sobre a importância de se analisar o sistema social como dinâmico e compartimentalizado de uma série de rituais que definiriam os grupos e as divisões entre os indivíduos. A partir desse autor, a trajetória dos sujeitos estaria permeada de ininterruptas passagens de uma posição social para outra. Dessa forma, a compreensão dos ritos, regidos pela decisão coletiva e dotados de tempo e de espaço, se caracteriza, pela necessidade do indivíduo, de promover uma transformação no mundo social no qual vive e a si mesmo com o intuito de viver em sociedade. De acordo com Rodolfo (2004), o rito concede autoridade e legitimidade para organizar a posição, o valor e as visões de mundo do sujeito.

Van Gennep (1978) apontava a existência de uma generalidade na estrutura do processo dos ritos de passagem, que segundo ele são compreendidos por três fases – *separação, margem e agregação*. A partir dos escritos de Gennep, percebe-se que, das três fases, a *separação* é

[2] Apesar de no Brasil a tentativa de fazer a cirurgia de redesignação sexual ter iniciado na década de 1970, a cirurgia de redesignação sexual no Brasil teve a sua autorização no Brasil a partir da Resolução CFM n. 1.482, de 10 de setembro de 1997, a título experimental, sendo que apenas com a Resolução CFM n. 1.652, de 6 de novembro de 2002, que a cirurgia de neocolpovulvoplastia (cirurgia que transforma pênis em vagina) deixa de ser considerada experimental.

entendida como o afastamento do indivíduo ou do grupo, de um lugar fixo na estrutura social ou de um estado. Já a *margem* ou *limiar* é o estado (passageiro) ambíguo que tem poucos atributos do estado passado ou futuro. E, por fim, a *agregação* é a passagem consumada.

De acordo com Van Gennep (1978), a margem, ou período liminar, desenvolvia um simbolismo próprio em relação às outras fases. Nos períodos liminares, os indivíduos que participavam do ritual se encontravam fora das estruturas da sociedade entre as quais se movimentavam; essa movimentação é o sentido do rito de passagem. Na obra de Van Gennep, os indivíduos liminares eram neófitos, os adolescentes, os noivos, a parturiente etc.

Já Turner utiliza o conceito de *liminaridade* em seu trabalho etnográfico entre os *Ndembu* na Zâmbia, e para tanto o autor faz a análise do material colhido em campo procurando estabelecer a sua tese sobre *liminaridade*. Turner (1974) nos diz que o modelo da nossa sociedade é de uma "estrutura de posições" e devemos encarar o período de *margem* ou *liminaridade* como uma situação interestrutural. Ele ainda considera que os ritos de passagem estão presentes em todas as sociedades e tais ritos assinalam transições entre estados, sendo que um "estado" é "uma condição relativamente fixa ou estável". Para esse autor, o termo "estado" é aplicável às condições ecológicas, ou à condição física, mental ou emocional em que uma pessoa ou grupo se encontra num determinado momento.

Por isso considero possível entender a experiência da transexualidade como um momento de *liminaridade* em nossa sociedade, mais ainda, entendo essa experiência sendo como uma *liminaridade permanente*. Ao ser enquadrada pelo discurso biomédico, a experiência transexual ganha um caráter liminar, uma vez que indivíduos que vivenciam essa experiência são colocados fora do mundo. De acordo com Van Gennep (1978, p. 26): "Toda alteração na situação de um indivíduo implica aí ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não sofrer nenhum constrangimento ou dano".

Assim compreendendo, na lógica da nossa sociedade o rito de passagem que permite o indivíduo transexual retornar para o mundo novamente com novos papéis sociais seria a cirurgia de transgenitalização. Segundo o discurso biomédico, pois, a partir da cirurgia, ele seria retirado desse não-lugar no qual ele é compreendido como "não gente". Nesse sentido, considero importante se pensar, assim como Le Breton (2004), que as modificações corporais são indicadores de ritos de passagem, a fim de mudança de status do sujeito em determinado contexto social.

No discurso biomédico, o indivíduo que vivencia a transexualidade sofre de uma inadequação; de maneira pontual, esse indivíduo rompe com as estruturas vigentes em nossa

sociedade em relação ao corpo e aos gêneros. Velho (1999) compreende que, no Brasil, tratar o *limem* e o paradoxal como negativos seria incoerente, chegando a apontar que entre nós as celebridades *trans* não são objetos de horror ou de abominação como acontece nos EUA.

Realmente, ao tratarmos da realidade brasileira, com suas diversas realidades sociais convivendo entre si, se intercruzando, há uma *institucionalização do intermediário* que modela a sociabilidade (VELHO,1999); e por isso é complicado entendermos a *liminaridade* apenas com o teor negativo. Todavia o fato de indivíduos que estão na *liminaridade* não serem objeto de horror, como o caso das pessoas que vivenciam transexualidade, não as fazem estar plenamente inseridas na sociedade.

Dessa forma, parto do pressuposto que a cirurgia, enquanto rito de passagem obrigatório para que uma mulher na transexualidade consiga efetivamente ser inserida na sociedade enquanto mulher, não promove de fato essa mudança de *status* de fato, uma vez que a estigmatização do adjetivo transexual não é superada. Mesmo depois da cirurgia, o *status* anterior ao rito é recorrentemente invocado por nossa sociedade, quando se trata das mulheres na transexualidade.

E mesmo havendo, como diz Velho (1999), uma institucionalização do intermediário, ou seja, mesmo que a *liminaridade* seja um estágio muito presente em nossa sociedade, a transexualidade representando também esse liminar, não consegue romper esse estágio, pois a cirurgia de transgenitalização, enquanto rito de passagem obrigatório, não insere de fato a mulher na transexualidade plenamente no convívio social como uma pessoa reconhecidamente como uma mulher.

Turner (1974) nos diz também que a identidade liminar é vivenciada no âmbito da experiência corporal, na forma de um corpo liminar. Um corpo que se nega a identificar-se com uma estabilidade social fixa, buscando seu próprio movimento interno e outras possibilidades de relação com o mundo, vivência corporal típica das mulheres na transexualidade.

Por isso, ao tratarmos do lugar social da mulher na transexualidade em nossa sociedade, podemos perceber que, o rito de passagem, embora institucionalizado pelo discurso médico e jurídico, não consegue promover a sua agregação na sociedade. Então, falar do lugar social da mulher na transexualidade é falar de um lugar liminar e, nesse sentido, contrapondo à percepção de Velho (1999), o limem, nesse caso, é um lugar negativo, pois quem o vivencia é conferido à categoria de coisa, a humanidade lhe é retirada e não mais lhe é concedida novamente. Penso ser possível entender que, desde sempre, ela ocupa

o lugar liminar em nossa sociedade, uma vez que, na infância, por apresentar o rompimento com as teias do gênero, a mulher na transexualidade já é coloca na liminaridade.

1.1 A liminaridade permanente: Relatos da experiência

Em relação às três fases do ritual de passagem citadas, a primeira se refere ao afastamento do indivíduo ou de um grupo: "[...] quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um 'estado'), ou ainda de ambos" (TURNER, 1974, p. 116). Dentro do ritual de *tornar-se mulher*, a separação é perceptível nas trajetórias das minhas entrevistadas.

Apesar de não ser uma separação das estruturas da sociedade, existe uma separação de referências sociais importantes como família, convívio social, e por isso entendo que a separação é vivida dentro do ritual de *tornar-se mulher*. Como o objetivo principal desse artigo é entender a transexualidade a partir da ideia da *liminaridade*, não citarei e nem me aprofundarei na análise sobre o momento de *separação*.

A segunda fase, também conhecida por período limiar, o "transitante" tem características ambíguas, passando por um domínio cultural que pouco ou nada tem dos atributos do passado ou futuro; encontra-se em posição intermediária, no limiar de uma a outra fase, à margem. Para Turner (1974, p. 117), "[...] as entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial".

A fase da liminaridade na vida da pessoa que vivencia a transexualidade penso ser a mais longa, aquela da qual nem sempre essas pessoas conseguem sair. Tendo como referência a cirurgia de transgenitalização como o rito que faz a passagem, compreendo aqui todo o trajeto até a cirurgia como a fase limiar da mulher na transexualidade, especialmente a partir do momento que ela assume, por meio da estética, seja por meio da indumentária, seja por mudanças corporais, o seu papel como mulher em nossa sociedade. Conseguimos ver esse momento da *liminaridade* na fala das entrevistadas.

> [...] Eu lembro de não poder entrar na escola na mesma hora, porque antigamente batia o sinal e você tinha que ir pra fila pra cantar o hino nacional. E que fila que eu ficava? Que fila que eu ficava? Tinha que cantar o hino nacional, qual é a fila que eu ficava? Aí os meninos me empurrava "Aqui não, aqui não, aqui não!", entendeu? "Mariquinha, boiolinha, aqui não, aqui não". As meninas não deixavam eu ficar, aí o quê que acontecia, eu empurrava,

> ofendia... Aí, a diretora tinha que me botar do lado dela ou a professora "Fica aqui! Fica aqui perto", **aí ficavam as duas filas e eu no meio** [...] (Deborah).
>
> [...] Depois que fugi da casa dele, nunca mais cheguei a ver ele de novo. Eu fiquei sabendo que ele falou no testamento dele lá. Ele tinha fazendas, daí no testamento falaram que ele disse para os meus tios, com os meus parentes de lá, que não ia botar o meu nome no testamento dele, porque eu era tipo uma aberração. Uma aberração, pois ele dizia que eu nem era homem e nem era mulher, e ele não aceitava uma pessoa como eu, **ele dizia que não tinha neto que ficava em cima do muro** (Crislaine).
>
> [...] Quando você chega na adolescência, eu já estava meio que deixando o cabelinho crescer, a fazer unha, aí eu estava [...] que eu ainda não sabia realmente que eu queria ser uma mulher ou um homem. Ainda estava confuso na minha cabeça. Aí, quando eu cheguei, acho que foi aos dezessete anos, que minha mãe me levou ao psicólogo, pra poder entender porque eu estava ficando tanto diferente, eu já estava começando a tomar hormônio escondida, daí o meu corpo estava ficando feminino, a minha aparência era uma mistura de menina com menino. Daí a minha mãe me levou no psicólogo para saber porque eu estava ficando estranha. Aí o psicólogo começou a fazer tratamento comigo, aí falou que eu tinha transtorno de gênero**, explicou que era como se eu tivesse um desencaixe** (Rafaela).
>
> [...] Oitenta e oito aconteceu uma cena inacreditável, que essa eu marquei essa cena até hoje. Eu sempre fui do choque, mesmo. Eu lembro que eu acordei cedo, eu tinha um cabelo de franjão, assim, era um cabelo de franja, assim, lisa, meu cabelo todo, assim, fechado, escovado. Eu coloquei uma calça dessa, eu coloquei a camisa do uniforme e esse dia eu coloquei uma outra blusa por baixo que fechava a gola até aqui em cima e colocava uma cruz pequena aqui e um rayban. Quando eu cheguei na porta da escola, aonde as pessoas se formavam pra poderem entrarem na escola, eu tive uma vaia gigante, uma onda gigante, uma coisa gigante. Uma professora chegou pra mim e falou "Nossa, foi só por causa disso que eles todos gritaram lá em baixo?" **Tudo porque eu era diferente, eu era meio híbrida, não me adequava as expectativas deles, daí para eles eu não podia estar ali junto com eles, como se a minha presença atrapalhasse a harmonia da escola** (Sandy).

A partir das falas das entrevistadas, conseguimos notar o estado de *liminaridade* – estado de transição entre duas fases –, ou seja, os indivíduos não pertencem à sociedade a que antes faziam parte e ainda não foram reincorporados a outra. Alguns trechos deixam bem evidente essa fase na vida das entrevistas. Deborah nos relatou que, quando criança, na escola, ao formar fila para cantar o hino nacional, ela ficava no meio, pois não era aceita na fila dos meninos ou das meninas. Crislaine nos relata que o seu avô a tinha como aberração, pois ele não a via nem como homem nem como mulher. Sandy também nos contou que quando criança e adolescente promovia conflitos na escola por ser híbrida. Já a mãe de

Rafaela, ao notar a diferença no comportamento de sua filha, procurou um psicólogo, em que foi diagnosticada como possuidora de transtorno de gênero.

As trajetórias de vida de Sandy, Deborah, Crislaine e Rafaela nos permitem perceber a *liminaridade*, este momento em que o limbo é vivenciado, um período ambíguo, transitório, caracterizado pela humildade, reclusão, ambiguidade. É na adolescência que o conflito se estabelece de maneira mais intensa, pois é nessa fase que as diferenciações de gênero se acentuam na vida de homens e mulheres, tanto nas mudanças corporais, quanto nas performances que homens e mulheres precisam assumir em nossa sociedade. Turner considera que "fases e pessoas [liminares] podem ser muito criativas em sua libertação dos controles estruturais, ou podem ser consideradas perigosas do ponto de vista da manutenção da lei e da ordem" (TURNER, 1974, p. 6).

A *liminaridade* é uma fase que a mulher na transexualidade não consegue transcender, pois a cirurgia de transgenitalização não é capaz de inseri-la na sociedade com o novo papel social que é almejado e "prometido" pela cirurgia, o papel de *mulher*, apenas mulher, sem nenhum adjetivo a esse substantivo. Sandy, no trecho a seguir, nos mostra como a cirurgia não consegue reagregação na sociedade como status de mulher. Sandy havia dito que se uma mulher na transexualidade coloca na cabeça que é homem operado, ela vai ser um homem operado.

> Julgamento é de cada um, você está entendendo? Se ela se sente mulher e ela se, se a, dentro da proposta dela pra adequá-la, mas se ela coloca na cabeça dela que "Ah, eu sou um homem operado" ela vai ser um homem operado, está entendendo? Porque é um julgamento da própria pessoa (Sandy).

Mas, ao ser perguntada se esse julgamento era imposto pela sociedade, Sandy respondeu:

> Ah, eu acredito que sim. Acredito que sim, sabe o por quê? Quem faz uma correção como essa, a primeira coisa pra você não ter chatices é você ter que mudar de país. Sumir. Vá embora. Desaparece! [...] Foi por isso que eu fui para a Europa. Me incomodava muito. Por exemplo, eu estava numa festa, eu poderia não estar a fim do rapaz que estava encostado naquele balcão, mas ele começava a conversar comigo, alguém tinha que se aproximar dele e avisar a ele que eu era um travesti, você está entendendo? Era uma maldade muito grande, como deve acontecer com outras pessoas. Comigo já não acontece mais, porque eu fiquei muito tempo longe do Brasil, entende? Mas, eu, acredito que acontece essa maldade, entendeu? Porque no meu período foi isso que aconteceu. Como foi um 'boom' muito grande, as pessoas queriam te atingir, colocavam o dedo na sua ferida, te machucar, entendeu? "Ah, está dando tudo certo pra você aqui? Mas a sua vida pessoal vai ser uma merda!", você está entendendo? (Sandy).

A partir dos relatos acima, podemos notar como a condição de *liminaridade* na vida das mulheres transexuais pode ser entendida como instransponível. A *liminaridade* vivenciada pela mulher na transexualidade a faz ser *hipervísivel*. O que podemos notar é que a mulher na transexualidade sofre com uma superexposição, uma *hipervisibilidade* que, muitas vezes, se torna prejudicial, pois esse excesso de visibilidade promove o efeito contrário, ao invés de conferir dignidade ela é retira.

A *hipervisibilidade* no lugar de humanizar, desumaniza. A experiência da transexualidade em nossa sociedade promove no indivíduo a vivência da coisificação, e um dos mecanismos que contribui para essa coisificação é a hipervisibilidade. A visibilidade excessiva, no caso das mulheres transexuais, transforma essa experiência em algo exótico e, por isso, ela promove mais efeitos negativos. Essa hipervisibilidade, de acordo com Deborah, transforma a pessoa numa caricatura.

> É uma, é uma violência e todo mundo está caindo nessa. Todo mundo está caindo nessa e as emissoras estão ajudando, porque vendem uma imagem da transexual. É, aí você pega, por exemplo, aquele programa, a minissérie da Rede Globo, que usou uma transexual como filha do presidente da República. E esse programa a transexual que foi um rapaz, que na verdade, não era nem trans, ele era um cara que se vestiu de mulher e foi fazer um papel, né, de, de transexual. Aí, a transexual foi filha do presidente da República, na minissérie da Rede Globo. Mas o programa que eu amo de paixão, que eu estou tão chateada com esse programa, que é o programa Entre Tapas e Beijos. E, aí, no programa, teve um programa que foi violento. A travesti ou transexual tinha que entrar pra fazer um show no lugar, é... Porque a menina que ia fazer o show na boate, brigou e saiu e botaram a travesti. As pessoas encheram ela de papel, jogaram coisas nela. Isso foi uma agressão, porque aquela pessoa não teve o estereótipo de mulher. Aquela pessoa é caricata. Ela não pode fazer o papel de travesti. E a Rede Globo bota a travesti, a transexual como caricatura, que as pessoas devem agredir (Deborah).

Dessa maneira, vemos que a visibilidade que teoricamente proporcionaria a humanização das pessoas que vivenciam a transexualidade, em nosso caso, especificamente as mulheres na transexualidade, se torna um mecanismo que tem consequência oposta. A *hipervisibilidade* impede que as mulheres na transexualidade sejam compreendidas por sociedade como pessoas, e de forma pontual, que elas sejam vistas simplesmente como mulheres. Sobre o preconceito existente dentro do movimento LGBT em relação às pessoas transexuais, Deborah também relatou sobre:

> A militância gay é muito mais preconceituosa, que a militância gay é preconceituosa, é a militância gay ela é preconceituosa, ela é racista, ela é

> machista, é mentirosa, são mentirosos. Eles usam as trans pra fazerem militância pra eles, está entendendo? Pra mim, a cena mais bonita ontem foi um tapa de luva pra toda militância foi a Dilma ter entregado o prêmio pra uma trans, entendeu? Ter entregado pra Keila o prêmio de, de Direitos Humanos, está entendendo? Porque era só os gays que eram premiados, daí a gente saiu desse contexto que o mundo LGBT pode ser só os gays pra receber o prêmio, é só os gays pra falar, está entendendo? Infelizmente a gente não vai conseguir parear as coisas (Deborah).

A ativista Daniela Andrade[3], em sua entrevista à revista Forum, vai falar da importância do *Dia da Visibilidade Trans*, pois, para ela, o movimento LGBT não aborda, de maneira satisfatória, as necessidades das pessoas transexuais. Ela também vai dizer que a mídia contribui negativamente para visibilidade das pessoas transexuais. Segundo ela, por exemplo, a mídia impressa é:

> Péssimo, excludente, preconceituoso, transfóbico, cissexista. Via de regra, desrespeitam a identidade de gênero das pessoas trans, tratam as travestis como se fossem homens vestidos de mulher, tratam as mulheres transexuais como homens que viraram mulher e os homens transexuais como mulheres que viraram homens. Fazem sempre questão de grafar o nome do registro civil dessa população, considerando o nome social com desdém, um mero apelido. A mídia/imprensa de um modo geral serve para manter a exclusão das pessoas trans dentro da sociedade, tratadas como seres patológicos, criminosos, ridículos, exóticos.

Sendo assim, o que é preciso ser entendido é que a visibilidade é algo necessário para a humanização de qualquer pessoa, por isso que a luta da ativista Daniela Andrada é extremamente importante. Todavia, o que vemos acontecer em nossa sociedade é que, em nosso caso específico, as mulheres na transexualidade acabam sofrendo com a abjeção por conta da hipervisibilidade, uma vez que a visibilidade que é atribuída a essas mulheres é aquela que negativa ou desumaniza essa possibilidade de se vivenciar o ser mulher em nossa sociedade.

Considerações Finais

O que vemos então é que as mulheres na transexualidade são limitadas em sua atuação na sociedade, uma vez que estamos inseridos numa sociedade capitalista, onde a nossa posição no mercado nos diz quem somos ou se estamos inseridos na dinâmica social.

[3] Entrevista disponível no link: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/01/a-sociedade-nao-nos-considera-gente-diz-ativista-transexual/Acesso> em 25 jan. 2014.

As mulheres na transexualidade muitas vezes são impossibilitadas de almejarem posições outras que não as já 'estabelecidas' para elas. A prostituição é um fato, situação essa vivida por Deborah e Crislaine. Outra posição à qual mulheres transexuais geralmente são direcionadas é a do universo da estética e da beleza. Rafaela é uma das muitas mulheres na transexualidade que conseguiram se estabelecer profissionalmente, trabalhando em salões de beleza. No meio artístico, como podemos ver o exemplo de Sandy, também é aceitável que mulheres na transexualidade estejam presente, mas com menos intensidade.

Obviamente, não estou querendo ser pragmático ao falar desses lugares sociais que essas mulheres ocupam, é fato que várias não ocupam esses locais. Digo que, de maneira geral, a maior parte das mulheres na transexualidade são direcionadas para esses lugares. O relato de Rafaela nos ajuda a entender também o porquê de encontramos essas mulheres em determinados locais e não em outros. No caso de Rafaela, o salão de beleza era onde ela podia existir sem precisar se esconder para não ser notada como um ser diferente.

> Sempre ficava no meu canto. Eu acho assim que as transexuais meio que se escondem muito, né? Elas não querem ser notadas, ser descobertas. É como minha psicóloga fala, ela fala "Nos lugares onde você se sentir melhor..." no salão de beleza, onde eu não era operada, lá eu me sentia, assim, onde eu estava num paraíso, onde ali eu podia ficar à vontade. Agora, eu botava o pé pra fora do muro, parece que eu botava uma barreira na minha frente e fechava. Aí, a psicóloga falou assim e, depois, fiquei analisando isso e vi que ela tem toda razão. Eu bem que me bloqueava ou por medo de descoberta, ou por medo de um certo preconceito, de eu ser agredida, às vezes, era uma coisa da minha cabeça, entendeu? Aí eu acabava deixando transparecer isso, e as pessoas não chegavam até a mim. Como eu estava aquela pessoa séria e não iam. Mas no salão onde eu trabalhava eu não tinha esse medo, eu me sentia bem, me sentia mulher, sem medo de ser vista como alguém diferente (Rafaela).

A minha compreensão é que, muitas vezes, não é o mesmo reconhecimento que o movimento LGBT busca que as mulheres na transexualidade estão em busca. A satisfação psicossocial, em muitas situações, fala mais alto do que as lutas políticas. Obviamente, não estou dizendo que uma coisa não tem a ver com a outra. As lutas políticas são importantes, mas nem sempre serão representativas para essas mulheres, ou são entendidas como interligadas as suas necessidades cotidianas.

Quando falo de satisfação psicossocial, estou entendendo como eventos nas trajetórias de nossas vidas que fazem com que as nossas experiências sejam significativas

para além dos percalços e eventos negativos que marcam o nosso trajeto. Um exemplo de satisfação psicossocial é o relato de Rafaela abaixo:

> Ontem mesmo eu fui na praia, pude botar um biquíni, coisa que eu nunca podia fazer à vontade, entendeu? São coisas simples na vida, mas que faz uma grande diferença pra quem é transexual operada, entendeu? Não é, tipo assim, que a cirurgia vai ser a solução da minha vida. Não vai ser. Talvez esses problemas podem dificultar mais ainda daqui pra frente, entendeu? Mas eu fiz já sabendo que seria dessa forma (Rafaela).

A satisfação psicossocial está embutida no *projeto* de vida que, necessariamente, não passará por uma luta militante pelo reconhecimento da transexualidade, uma vez que mulheres na transexualidade, grande parte das vezes, não buscam serem vistas como transexuais, mas apenas como mulheres. Todavia, como já foi dito anteriormente, de acordo com Velho (2013), um *projeto* coletivo não vai ser vivido de modo totalmente igual pelos indivíduos que o compartilham.

Em suma, a *liminaridade permanente* na vida das mulheres na transexualidade impossibilita as ações e o trânsito dessas mulheres em nossa sociedade, o que limita o campo de atuação dessas mulheres, em especial, no que se refere ao campo de satisfação psicossocial. A *liminaridade* na vida das mulheres na transexualidade também cria duas situações distintas, a invisibilidade, que deve ser entendida como a não consideração que essas mulheres são dignas de direitos e respeito. E, por outro lado, existe a situação da hipervisibilidade, que seria um excesso de visibilidade numa dimensão negativa, pois essas mulheres são retratadas de maneira caricata, não humana, patológica.

Referências

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1999.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira: 2003.

COSSI, R. K. **Transexualismo, psicanálise e gênero**: do patológico ao singular. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2011.

LE BRETON, D. **Sinais de identidade:** tatuagens, piercings e outrasmarcas corporais. Trad. Tereza Frazão. Lisboa: Miosótis, 2004.

RUBIN, G. (1975) **O tráfico de mulheres:** Notas sobre a "economia política" do sexo. Ed. S.O.S Corpo. Recife: 1993.

SCHUTZ, A. **Sobre a fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012.

TURNER, V. W. Liminaridade e Communitas. In: **O processo ritual.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1974. p. 116-159.

VELHO, G. **Antropologia urbana:** cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. **Um antropólogo na Cidade:** ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

A EMERGÊNCIA DE UM "FEMINISMO PERIFÉRICO" NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO*

Jonas Marcondes Sarubi de Medeiros
UNICAMP

Maria da Gloria Gohn
UNICAMP

Resumo: Este trabalho é fruto de doutorado, que se debruça sobre como as diferentes religiosidades podem ser potencializadoras ou então bloqueios para as lutas sociais pelos direitos das mulheres. Objetivou-se o mapeamento do associativismo de mulheres nas periferias da Zona Leste da cidade de São Paulo por meio de entrevistas semi-estruturadas com mulheres militantes e ativistas e observação participante em eventos realizados por alguns destes grupos. O principal resultado preliminar é a identificação de dois ciclos de contestação política, chamados provisoriamente de "Feminismo Popular" e "Feminismo Periférico". Este trabalho terá como foco o segundo destes ciclos. Trata-se de coletivos que surgem a partir de 2010, por iniciativa insurgente de mulheres jovens, no interior de movimentos culturais periféricos (como Hip Hop e saraus periféricos), inicialmente protagonizados por homens. Algumas das características deste "Feminismo Periférico" são: a criação de espaços públicos enquanto redes de sociabilidade; a centralidade da identidade racial; e a ampla apropriação da internet e das redes sociais. Esta categorização do ciclo político emergente é uma hipótese que busca organizar o material empírico coligido e descrever este novo associativismo como um campo de possibilidades de enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais que podem ser convergentes ou divergentes entre si.

Palavras-chave: associativismo; feminismo; redes de sociabilidade.

Abstract: This paper is a result of a doctoral thesis, which looks at how different religiousness may be potentiating or blockers to the social struggles for women's rights. The objective was to realize the mapping of the women's associativism in the suburbs of the eastern area of Sao Paulo city through semi-structured interviews with militant and activists women and participant observation in events held by some of these groups. The main preliminary result is the identification of two political contestation cycles, provisionally called the "Popular Feminism" and "Peripheral Feminism". This work will focus on the second of these cycles. These are groups that emerge, starting in 2010, by insurgent initiative of young women within peripheral cultural movements (such as Hip Hop and peripherals soirees), originally starred by men. Some of this "Feminism Peripheral" characteristic are: the creation of public spaces as social networks; the centrality of racial identity; and broad appropriation of the Internet and social networks. This categorization of the emerging political cycle is a hypothesis that seeks to organize the collected empirical data and to describe this new associativism as a field of possibilities for diagnostic, prognostics and motivational frameworks that can be convergent or divergent.

Keywords: associations; feminism; sociability networks.

Este trabalho é fruto de pesquisa de doutorado que se insere nas temáticas da educação não-formal e da sociologia dos movimentos sociais, tendo como objeto as conexões entre gênero e religião, mais especificamente como as diferentes religiosidades podem ser potencializadoras ou então bloqueios para as lutas sociais pelos direitos das

mulheres. O objetivo da primeira etapa de nossa pesquisa de campo é o mapeamento do associativismo de mulheres nas periferias da Zona Leste da cidade de São Paulo, ou seja, associações, organizações, movimentos e coletivos que lutam pelos direitos das mulheres nesta região. As metodologias utilizadas até o momento foram: (1) entrevistas semiestruturadas com mulheres lideranças comunitárias, militantes e ativistas (até o momento 39 entrevistas com 36 diferentes iniciativas da sociedade civil); e (2) observação participante em eventos realizados por alguns destes grupos e entidades.

O principal resultado preliminar que alcançamos foi a constatação da complexidade histórica do associativismo de mulheres na Zona Leste de São Paulo e a identificação de dois ciclos de contestação política no interior deste associativismo, os quais estamos chamando provisoriamente de "Feminismo Popular" e "Feminismo Periférico" (MEDEIROS, 2015). O primeiro ciclo consiste basicamente de associações e movimentos de mulheres fundados nas décadas de 1980 e 90, por mulheres nascidas nas décadas de 1940-60 a partir de suas experiências nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em movimentos sociais populares urbanos (como as lutas por moradia, saúde e creche) e cujo principal repertório foi o atendimento psicológico e jurídico de mulheres em situação de violência. Vamos nos focar neste trabalho, contudo, no segundo ciclo: são coletivos, que em geral se autocompreendem como feministas e que surgem a partir do ano de 2010, por iniciativas de mulheres jovens, nascidas nas décadas de 1980-90, a partir de movimentos culturais periféricos. Verifica-se que há, nos últimos 2-3 anos, uma explosão de iniciativas sob a forma de *coletivos feministas* nas periferias de grandes cidades (como nas Zonas Sul, Norte e Leste de São Paulo) e de suas Regiões Metropolitanas (como em cidades-satélites do Distrito Federal), sempre de modo intimamente ligado a movimentos culturais como os saraus periféricos e a Cultura Hip Hop (MEDEIROS, 2015, p. 13).

Ao contrário do associativismo de mulheres anterior, cuja organização se dava pela *forma-associação* (com personalidade jurídica e sede próprias), praticamente todas as iniciativas se organizam por meio da *forma-coletivo*. De um lado, isto implica maior liberdade e fluidez pois em geral não há divisão formal de cargos, o que implica uma auto-organização de caráter horizontal. Por outro lado, isto implica igualmente uma maior instabilidade: desde que efetivamente começamos, no final de fevereiro de 2015, o mapeamento das associações e coletivos de mulheres na Zona Leste de São Paulo, 3 coletivos feministas (num universo de 12 já mapeados – alguns ainda não entrevistados) ou "acabou" ou estão com suas atividades "paralisadas" ou então "esse ano está de 'férias'", nos dizeres das próprias militantes contatadas.

Parece-nos que isto se deve principalmente ao fato de que a situação social das mulheres periféricas implica que a sua militância é, em geral, uma "quarta jornada de trabalho": para além da ocupação profissional, dos serviços domésticos (ainda determinados pela divisão sexual do trabalho, inclusive porque várias militantes são mães solteiras) e, por último, da frequência, muitas vezes comum mas nem sempre determinante, em um curso de graduação no Ensino Superior (e, mais raramente, na Pós-Graduação).

Há poucos estudos no campo acadêmico acerca do surgimento destes coletivos a partir dos movimentos culturais periféricos. Como bem nota Caldeira (2014), as mulheres continuam sendo minoria, não há igualdade nem numérica nem na dinâmica social, mas a realidade está mudando nos últimos 2-3 anos: há uma participação feminina crescente na cultura periférica; parece-nos, contudo, que a autora ainda avalia como algo muito inicial e demasiadamente marcado por tensões, ambiguidades e contradições, no interior das quais as mulheres estariam ainda presas seja a masculinização seja a uma reivindicação de uma feminilidade essencializada. Deste modo, a autora não teria verificado a ampla emergência de coletivos assumidamente feministas (mesmo que com seus enquadramentos divergentes acerca do que significa "feminismo"), da forma como acreditamos que nossa pesquisa de campo esteja apontando; talvez sua avaliação esteja rapidamente se tornando anacrônica frente aos rápidos desdobramentos deste fenômeno social emergente. Concordamos com os objetivos e resultados preliminares de investigação igualmente em curso que está mapeando as mulheres nas literaturas marginal e periférica, as quais "rompem com a máxima 'Pode o Subalterno Falar? ' E inovam no jeito de narrar, reportar e contar a própria história, além de romperem com o estigma de que os subalternos não têm vez, tampouco voz" (BALBINO, 2014). Além da apropriação destes estudos iniciais da presença de mulheres nos movimentos culturais periféricos, teremos como futura estratégia complementar à análise das nossas próprias entrevistas o confronto, sempre de uma perspectiva de gênero, com a bibliografia que recentemente se ocupou dos saraus periféricos (NASCIMENTO, 2012), da literatura marginal ou periférica (LEITE, 2014) ou de modo mais amplo, da "formação dos sujeitos periféricos" (D'ANDREA, 2013).

A seguir, vamos tentar apresentar alguns resultados de nossas entrevistas com militantes e ativistas com relação a um recorte específico e determinado: as *sociabilidades*. A análise de redes de sociabilidade é relevante para a investigação da ação coletiva na forma do "Feminismo Periférico" a fim de:

> […] compreender a gênese das categorias críticas com base na reconstrução de experiências pré-teóricas e inscrever suas pretensões normativas fundamentalmente nas *interações sociais* (no domínio amplo e paradigmático para a teoria crítica pós-habermasiana do que Honneth entende por "social") […] (MELO, 2015, p. 23).

Isto implica em considerar que a gênese dos impulsos igualitários do "Feminismo Periférico" e seus mais diferentes enquadramentos – anarco-feminismo, feminismo negro, feminismo interseccional e mulherismo africana – está nas experiências práticas que as mulheres periféricas vivenciam em sua vida cotidiana. Deste modo, também buscamos nos filiar a uma certa tradição das ciências sociais brasileiras que advogou, na nossa forma de entender, por um "primado da experiência"; nossa principal referência aqui é o trabalho clássico de Eder Sader (1988).

Analisando o processo de redemocratização brasileira nas décadas de 1970 e 80, Sader inova na leitura do regime militar, ao defender, junto com Vera Telles, que "a estratégia de poder instituída em 1964" não é autoritária apenas enquanto "prática do Estado contra a sociedade, mas como uma prática social tornada experiência cotidiana" (SADER, 1988, p. 115). O fechamento dos espaços públicos – noção tomada de Habermas (note-se que o uso da tradução francesa d'*A mudança estrutural da esfera pública* leva Sader a se referir geralmente a "espaço público", não "esfera") – se dá não apenas num sentido de manifestação política, mas também enquanto "espaços de convivência formados pelos encontros cotidianos na cidade", verdadeiros "espaços de encontro e reconhecimento. Sem incidência política direta, são espaços onde se forma um 'público', pelo intercâmbio de comentários, informações, histórias" (SADER, 1988, p. 118). A redemocratização não é somente abertura do sistema político, considerado apenas em seu caráter formal, mas a "reconstituição de espaços de encontros, onde se trocavam informações". Considerando a gênese dos movimentos populares a partir do mundo da vida cotidiana das classes trabalhadoras brasileiras, Sader afirma que:

> Desse cruzamento de falas e experiências foi se reconstituindo um novo espaço público. É o que J. G. Magnani tão bem apresentou ao falar dos "pedaços" da cidade: os lugares, em cada vizinhança, que constituem a mediação entre a casa e o mundo:
>
> "O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade" (MAGNANI *apud* SADER, 1988, p. 120-121).

Sader se apropria da etnografia de Magnani (1998) acerca do lazer das classes populares – o uso de seu "tempo de vida", num dizer mais marxista – para aludir à recriação de esferas públicas informais decisivas no seu entender para a redemocratização política e social do país: nesses "pedaços" circulam "novos significados coletivos que expressam as interpretações formuladas sobre as condições de vida na metrópole". Desta reinterpretação, surge uma "semântica dos dominados": "É desse solo que brotaram os movimentos sociais a partir da metade da década de 70" (SADER, 1988, p. 121). Esta abordagem, que poderíamos caracterizar de *societal*, privilegia os espaços de sociabilidade que não se subordinam às lógicas formais do Estado e do mercado e permite reconstruir a pré-história dos movimentos sociais, a gênese das condições de possibilidade de suas ações coletivas.

Para expor uma análise, mesmo que preliminar, baseada nesta perspectiva societal, é preciso apresentar os coletivos mapeados e entrevistados, eleitos para serem tratados neste trabalho. Como ficará claro adiante, os saraus periféricos são um espaço de sociabilidade crucial para estas jovens se encontrarem, se descobrirem e se articularem. O Ser Vi Elas, por exemplo, nasce como o "Núcleo Feminista" do Sarau do M.A.P. (Movimento Aliança da Praça), realizado na Praça do Forró, em São Miguel Paulista (sendo que as suas integrantes não se conheciam antes de começar a frequentar o sarau), enquanto que o Coletivo Juntas na Luta continua a ocupação da Biblioteca Cora Coralina, em Guaianases, iniciado como Sarau da Maloca pelo Coletivo Arte Maloqueira (predominantemente masculino) e o transforma em um Sarau Feminista chamado "Junte-se na Luta". Outra forma de apropriação de equipamento público é atestada pelo Coletivo Fayola Odara, que realizou oficinas em torno da estética e beleza da mulher negra no CEU Lajeado. Já os coletivos Mulheres de Orí e Mulheriu Clã têm suas principais atividades sediadas no Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes (de gestão municipal), o primeiro articulando gastronomia, dança, artes visuais e um núcleo de pesquisa, enquanto que o segundo se constitui como um "coletivo de coletivos" de rap feminino a fim de combater a discriminação e segregação de mulheres dentro do Movimento Hip Hop, ainda majoritariamente masculino e machista. Outro coletivo que também concentra suas atividades em Cidade Tiradentes, o M.A.N.A. (Mulher Atitude Negritude e Arte) Crew, utiliza a Biblioteca Comunitária Solano Trindade (mantida pelo Núcleo Cultural Força Ativa, fundado na década de 1980); seu objetivo é agregar mulheres grafiteiras e popularizar esta linguagem para outras mulheres, combatendo tanto a discriminação que a Cultura Hip Hop sofre externamente, quanto a interna, voltada contra

as mulheres. Por fim, o Grupo de Coco Semente Crioula realiza seus ensaios no Ponto de Cultura de Guaianases, mesclando o resgate de sambas de coco originários de Pernambuco com composições próprias e inéditas de suas integrantes, com temáticas feministas.

Depois desta brevíssima apresentação de 7 dos coletivos feministas periféricos entrevistados, buscaremos a seguir responder a duas questões: (1) quais são os espaços de sociabilidade a partir dos quais os coletivos feministas periféricos *emergem*; e (2) quais são os espaços de sociabilidade que certos repertórios destes coletivos *instauram*.

Com relação aos espaços de sociabilidade que puderam ser identificados na análise das entrevistas como pré-existentes ao surgimento dos coletivos das jovens mulheres periféricas e que fomentaram ou impulsionaram a sua auto-organização, podemos identificar, de início, a centralidade da família. Em alguns casos, os laços de parentesco imediatos são a primeira entrada para as mulheres se organizarem e darem o pontapé inicial ao seu associativismo. Em outros, são as experiências práticas no interior do espaço familiar que impulsiona a associação entre mulheres. O relato da militante do Juntas na Luta situa na morte de sua mãe a origem da fundação do coletivo, pois a condição de ser a filha mais velha impôs socialmente e no interior da família a exigência de assumir a responsabilidade por seus irmãos e irmãs mais novos; o machismo estrutural que livra os homens de assumir os cuidados pelas crianças foi o que potencializou sua formação enquanto feminista. Uma outra entrevistada também relatou situações de violência de pai contra filha, preservando o anonimato da integrante que passou por esta situação. Nestas duas histórias, busca-se auxílio e apoio fora da família: neste segundo caso, o próprio coletivo feminista acaba funcionando como uma "segunda família"; já no primeiro, foi no mercado de trabalho que a militante encontrou acolhimento, amizade e compreensão. As idealizadoras do Juntas na Luta se conheceram em uma empresa de telemarketing onde trabalhavam e "sempre conversavam sobre estas questões", partindo reflexivamente da experiência de suas próprias mães e de outras mulheres mais velhas, como as avós, que "ajudam a construir nossa história"; foi a partir do apoio mútuo e da experiência prática das mulheres periféricas terem um papel social compulsório de "cuidado dos homens negros periféricos e das crianças" que sua referência anterior dentro do movimento punk durante a adolescência floresceu como a base de criação de um coletivo que se queria inicialmente anarco-feminista. Já no caso do Mulheriu Clã, os dois grupos de rap que estão na sua origem e estruturam suas ações para incluir outros coletivos ou MC's individuais têm uma composição familiar: o grupo "As Trinca" se

compõe de duas irmãs e da cunhada de uma delas; e o grupo "GGF A Família" é composto por esposa, marido e seu casal de filhos. Contudo, nem sempre a instituição familiar cumpre um papel de potencializar o associativismo, podendo servir como um bloqueio aos direitos das mulheres que as impulsiona a buscar outras redes de sociabilidade.

Outro espaço de sociabilidade relevante é experiência da religiosidade. Em muitos casos, o espaço religioso foi o responsável pelo encontro e reconhecimento iniciais das militantes destes coletivos. Duas das idealizadoras do Mulheriu Clã se conheceram na Igreja Renascer em Cristo (evangélica pentecostal) e cantavam juntas o que elas chamaram de "rap gospel". Já quatro das seis integrantes do Semente Crioula se conheceram em espaços de militância da vertente progressista da Igreja Católica, como o Grupo de Estudos por Relações Igualitárias do Instituto Paulista da Juventude (GERI-IPJ). Curiosamente, nestes dois casos, ocorreram afastamentos posteriores das respectivas comunidades religiosas: as integrantes do Mulheriu Clã continuam se declarando evangélicas e cristãs – caindo na categoria que o IBGE passou a chamar a partir do Censo de 2010 de "evangélicos não-determinados" –, porém deixaram de frequentar a Renascer já a alguns anos (considerando inclusive que se continuassem a ir regularmente, dificilmente elas teriam as posturas tolerantes e abertas ao reconhecimento da diversidade, seja ela religiosa, seja com relação à orientação sexual); já as ex-militantes do IPJ sequer se declaram atualmente católicas, o que muito provavelmente se relaciona com a perda de espaço da Teologia da Libertação. A religiosidade também tem um papel não apenas enquanto sociabilidade pré-existente aos coletivos, mas também como reforço da identidade coletiva que o associativismo destas mulheres jovens busca construir: no caso do Mulheres de Orí, três das cinco integrantes, todas mulheres negras passaram a frequentar uma casa de candomblé, processo de ressocialização não apenas religioso (nenhuma das suas famílias se identificava previamente com alguma religiosidade afro-brasileira) mas também político (dada a centralidade da identidade cultural e religiosa negra para as atividades de seu coletivo). De qualquer modo, a ressocialização também pode gerar conflitos com a sociabilidade religiosa anterior: uma das integrantes deste mesmo coletivo continuou frequentando a Igreja do Evangelho Quadrangular (evangélica pentecostal), muito embora depois de um ano de existência do coletivo, as militantes se encontrem agora em harmonia com relação a esta convivência religiosa, verdadeiro processo de aprendizagem.

Com relação a todos os espaços de sociabilidade relevantes para a gênese destes coletivos feministas, certamente são os movimentos culturais periféricos que consistem na

sua principal base de formação e solo a partir do qual eles emergem. Contudo, buscaremos mostrar a complexidade e ambiguidade dos processos que constituem sua pré-história.

Inicialmente, é visível como tais movimentos culturais, principalmente o Hip Hop e o crescente circuito de saraus periféricos na cidade de São Paulo representam não apenas, como já foi dito, espaços de sociabilidade fundamentais de encontro, descoberta e articulação entre as jovens, mas possivelmente importantes matrizes discursivas (SADER, 1988, cap. 3) do "Feminismo Periférico". Há relatos, por exemplo, nas entrevistas do Ser Vi Elas e do Semente Crioula, que os movimentos culturais, mais especificamente os saraus, são um espaço onde se verifica um machismo menor do que em outras esferas da sociedade, bem como um lugar onde as mulheres podem se expressar e se identificar com discursos feministas. Outros relatos contradizem, ou ao menos mostram um lado menos libertário destes movimentos: histórias de preconceito, discriminação e machismo se acumulam, desvelando as relações de poder nas quais os homens ocupam posição privilegiada e opressora. A Cultura Hip Hop é vista como machista, tanto o rap ("extremamente dominado por homens", como disse uma das integrantes do Mulheriu Clã), quanto o grafite (militantes do M.A.N.A. Crew relataram já terem sofrido discriminação, tendo seu trabalho desvalorizado e movido para um muro de menor destaque ou mesmo terem sofrido "olhares abusivos" por parte dos homens, uma situação descrita como desconfortável, incômoda e perturbadora). Mesmo quando homens dos movimentos culturais acreditam estarem sendo solícitos, ao carregarem equipamentos ou se disporem a manejar alguma tecnologia, estas atitudes são vistas como paternalistas e invasivas, ameaçando a autonomia e independência das mulheres. Em última instância, sofrer situações de violência machista, mesmo que psicológica, culminam em decisões de mulheres de saírem de coletivos mistos e buscarem auto-organizações apenas de mulheres.

Até o momento, as situações descritas envolvem apenas conflitos de práticas machistas de homens, mas as entrevistadas também relatam atitudes complicadas da parte de outras mulheres no interior destes movimentos culturais, seja num sentido de individualismo e competitividade de mulheres isoladas que conflita com a proposta de constituição de um coletivo de mulheres, seja no sentido de discordâncias ideológicas – um dos coletivos, dedicado à questão da autoestima e identidade da mulher negra, relatou que a gênese de suas atividades autônomas decorre da não-aceitação de outro coletivo feminista de sua proposta, centrada na estética e na vaidade, como oficinas de turbante e maquiagem, por ser visto como algo secundário.

A presença crescente de mulheres nos movimentos culturais periféricas também permite uma solidariedade que fortalece e retroalimenta a ocupação feminina de cada vez mais espaços, com coletivos já consolidados abrindo portas para as mais jovens e menos articuladas, seja indicando caminhos de financiamento de atividades culturais via editais (foi um coletivo chamado Manifesto Crespo, com base na Zona Norte da cidade de São Paulo que compartilhou a informação relativa ao Projeto VAI da Prefeitura para que o Fayola Odara conseguisse estruturar suas atividades com algum financiamento), seja apoiando organizacional e emocionalmente as que chegam na cena cultural mais tardiamente (o Mulheriu Clã e As Trinca no rap abrindo espaço para o M.A.N.A. Crew realizar seus grafites em seus eventos), seja inspirando a adoção de repertórios até então desconhecidos ou inconcebíveis, a partir de seu exemplo cotidiano (foi tendo em vista o Sarau Feminista do Juntas na Luta que o Coletivo Fayola Odara pensou em realizar o seu Sarau das Odaras).

Dois últimos exemplos de sociabilidades relevantes para o surgimento dos coletivos mapeados são o acesso ao ensino superior e as redes sociais na internet. Muitas das militantes entrevistadas, possivelmente a maioria, são ou foram universitárias, o que reflete o processo de democratização do ensino superior na última década. No caso específico do Mulheres de Orí, encontramos um caso menos comum, de que a entrada na universidade não se deu via faculdades particulares e sim na universidade pública: duas de suas integrantes só se conheceram ao entrar na graduação em geografia da Unesp de Presidente Prudente. De um lado, a entrada de mulheres negras periféricas em um espaço privilegiado como é o ensino superior público significou experiências práticas de preconceito e discriminação raciais; por outro lado, possibilitou o encontro de uma moradora da Zona Leste com outra jovem, residente no Grajaú, extremo sul da capital paulista, o que redundou tanto na criação de um coletivo antirracista neste campus da Unesp, como trouxe a ex-moradora da Zona Sul para espaços de sociabilidade no Extremo Leste da cidade, haja visto que o principal bairro de atuação do Mulheres de Orí é Cidade Tiradentes. Não vamos nos demorar na análise da centralidade das redes sociais na internet, principalmente o *Facebook* e a criação de blogs enquanto espaços de atuação dos coletivos feministas, mas apenas destacar que a internet é também espaço de encontro, de início de amizades que viabilizam a fundação de coletivos. Da mesma forma que foi a universidade pública que criou pontes entre distritos muito distantes da cidade paulistana, no caso do M.A.N.A. Crew foi a internet, mais especificamente o Instagram, que permitiu que duas das suas lideranças se conhecessem e passassem a tocar o coletivo, o que de outro modo

provavelmente não aconteceria, já que uma delas é moradora de Cidade Tiradentes e a outra no distrito de Ermelino Matarazzo, localizado a quase 20 km de distância.

Destacamos que a continuidade da investigação se dará não apenas por meio de análises mais aprofundadas das entrevistas já realizadas, mas primordialmente pela coleta de *histórias de vida* de uma militante de cada um dos coletivos eleitos para serem investigados, pois "[...] a história de vida permite [...] descobrir essa realidade social objetiva, [de] um duplo ângulo complementar: o da própria dinâmica das relações sociais, e do social *in statu nascendi* [...]" (BASTIDE, 1953, p. 6).

Até o momento, estamos tratando dos espaços de sociabilidade que identificamos como o *locus* das experiências práticas que permitem a gênese dos coletivos. Agora, passaremos a nos ocupar das sociabilidades criadas pelo seu conjunto de repertórios. Como visto anteriormente, é característico destes coletivos feministas (bem como destes movimentos culturais periféricos) a ocupação não só de equipamentos públicos estatais (biblioteca, centro cultural e centro educacional) e não-estatais (biblioteca comunitária, ponto de cultura) como também de espaços públicos (como a Praça do Forró); daríamos um passo além para afirmar que estes coletivos e movimentos mais do que "ocupar", eles *instauram* espaços públicos, ainda mais se o entendermos não como mero espaço físico, mas como redes de sociabilidade. Vamos, a seguir, nos basear não apenas nas entrevistas semiestruturadas, mas em observações participantes que realizamos em eventos de todos os coletivos analisados, com exceção de um.

Em 19 de abril de 2015, o Sarau do M.A.P. comemorou seu segundo aniversário e seria neste dia que seu Núcleo Feminista, ainda sem nome (posteriormente assumindo a denominação Ser Vi Elas), realizaria sua primeira apresentação. Mais de 100 pessoas passaram pelo sarau e pela Praça do Forró em São Miguel durante aquele domingo chuvoso (que também coincidiu com duas semifinais clássicas pelo Campeonato Paulista de futebol), principalmente jovens, entre 15 e 30 anos, mulheres e homens, com algumas crianças e poucos adultos mais velhos. As seis integrantes do coletivo declamaram um poema, cujo refrão, repetido por elas, dizia: "sou objetiva / nunca mais objeto". Havia um clima ritualístico e até mesmo catártico. A persistência dos jovens ali presentes, em não arredar o pé em momentos de chuva torrencial, indica a importância daquele espaço de lazer e sociabilidade para eles, sendo o sarau realizado um domingo por mês. Tal sociabilidade é marcada por uma tematização ampla das desigualdades sociais: as poesias declamadas invariavelmente tematizavam a questão racial, as mulheres, os indígenas, a pobreza, a desigualdade de classe, a crítica à grande mídia

tradicional, a redução da maioridade penal; a tolerância com relação à orientação sexual e os direitos LGBT não foram tematizados explicitamente, mas referências contidas em poesias e músicas e, principalmente na demonstração pública de afeto comprovam sua contribuição para a sociabilidade deste sarau periférico. Além do aspecto da sociabilidade, salta aos olhos seu caráter de ressocialização: uma poetisa, ao ganhar a competição chamada Slam Função, compartilhou que sua vida mudou com o M.A.P., sendo que 2 anos atrás ela "usava chapinha" e agora tem orgulho de sua identidade negra; outro poeta, líder e idealizador do sarau, agradeceu "às minas" por aprender o que a sua mãe "ignorante" (pois "submissa ao patriarcado") não pôde lhe ensinar, sendo que seu aprendizado do machismo foi marcado por seu pai e seu tio, o que o levava a, até antes do sarau existir, reproduzi-lo. Para nós, fica claro como o sarau consiste em espaço educativo não-formal, no sentido de construir uma cultura política democrática (GOHN, 1999).

Já em 7 de junho de 2015, pudemos presenciar uma das atividades do Mulheriu Clã dentro de seu projeto apresentado ao Programa VAI da Prefeitura: o seu 1º "Circuito" do ano. Era um domingo à noite na Biblioteca Solano Trindade, em Cidade Tiradentes; até o momento em que pudemos observar houve um auge de 50 pessoas presentes. Em relação à faixa etária, tratava-se de um público um pouco mais velho do que o Sarau do M.A.P., com uma presença maior de crianças, filhos e filhas de adultos a partir dos seus 30 anos. O público era bastante misto (homens e mulheres), inclusive no palco: em geral, as mulheres não são DJ's e algumas participam de grupos mistos. Duas apresentações que pudemos observar foram marcantes. A dupla "PretoNuBranco", que cantou "não sou feminista, só falo a verdade"; e a rapper Beatriz Oliveira, conhecida como "Bê O", que abriu sua apresentação "à capela", narrando sua experiência de ler seu primeiro poema em um sarau: a ansiedade; a sensação de que seu coração estava exposto em uma folha de papel; seu treino num quarto apertado, sussurrando para não acordar ninguém; e quando leu para a sua mãe, as duas não paravam de chorar...

A sensação de que as mulheres não são protagonistas absolutas mesmo nos eventos realizados por coletivos de mulheres se repetiu no Cartel da Tinta, organizado pelo M.A.N.A. Crew em 2 de agosto de 2015, um longo domingo ensolarado, que começou pela manhã e adentrou a tarde inteira. As jovens conseguiram reservar muitos muros, um quarteirão gigantesco inteiro e ainda por cima muros de outras casas adjacentes; a sociabilidade instaurada não é apenas entre grafiteiros homens e mulheres, pois a vizinhança acompanha os trabalhos ao ar livre, observando, conversando com os artistas e pedindo

permissão para tirar fotos com seus celulares. Com relação à sociabilidade dos grafiteiros, pudemos observar que a imensa maioria eram homens, muitos dos quais de fora da Zona Leste. Além das integrantes do coletivo de grafiteiras, havia duas jovens auxiliando seus namorados "preenchendo lacunas" de seus grafites e apenas uma grafiteira mulher que não pertencia ao grupo organizador, moradora de Cidade Tiradentes. Conversando com ela, foi tematizada uma tensão de gênero: ela "ainda não se acostumou" com a abordagem de alguns homens, sem saber "ainda como reagir": muitos não sabem "separar as coisas", firmar uma parceria já significaria imediatamente "dar em cima" e eles ainda "ficam bravos se não forem correspondidos". Logo em seguida, uma fala reveladora desta tensão de gênero: "Tem que ser muito macho pra lidar... Quero dizer, tem que ser muito Mulher!". Neste caso, de uma grafiteira individual, não pertencente a nenhum coletivo, reaparece justamente a ambiguidade tratada por Caldeira (2014) de que as mulheres estariam presas nos movimentos culturais periféricos ou a uma masculinização ou então a uma feminilidade essencializada. De qualquer modo, o fato de ter sido o primeiro destes eventos que o M.A.N.A. Crew realizou também tem um outro significado que não necessariamente a não-efetivação de uma sociabilidade emergente de mulheres para mulheres, que é o reconhecimento de seus pares, muito gratos pela oportunidade rara de poder trabalhar em condições tão propícias quanto as que foram por elas proporcionadas (na despedida das organizadoras, muitos deles repetiam várias vezes: "gratidão, gratidão").

Fora do contexto do Movimento Hip Hop, o Grupo de Coco Semente Crioula apresenta suas composições originais feministas em saraus periféricos, como n'"O que dizem os umbigos?!", em Itaim Paulista; pudemos observar sua apresentação na Virada Feminista, organizada pela ONG Sempreviva Organização Feminista (SOF) no Centro Cultural da Juventude, em 5 de julho de 2015, mesmo dia de nossa entrevista. Por um lado, há a facilidade de se estar apresentando para "convertidas"; do que pudemos perceber, quem estava presente naquele domingo pela manhã eram, na sua maioria, militantes ou simpatizantes do feminismo (muito embora, as entrevistadas tenham se queixado para mim de uma postura "teórica" ou "contemplativa" das pessoas, que se mantiveram espectadoras sentadas em vez de se levantar e dançar – tal como nós mesmos...). Por outro lado, em outro contexto, se revelam dificuldades ou resistências, como na participação por elas relatada em evento organizado por coletivos de mulheres ligado ao Hip Hop; a diferença em termos de linguagem (da cultura periférica propriamente dita e da cultura popular do coco,

manifestação cultural do nordeste com origem indígena e afro-brasileira) poderia ser um impeditivo para dialogar e participar, embora elas tenham se surpreendido com o engajamento e a vontade de aprender sobre o coco, sua história e seus passos de dança.

De qualquer modo, em muitas das sociabilidades instauradas pelos coletivos pode-se verificar que o público-alvo, os destinatários de suas atividades, são mulheres (e, em alguns casos, homens também) que já estão envolvidos e têm o hábito de frequentar esta "cena cultural" ou já têm conhecimento das linguagens e discursos que são postos em circulação. O Hip Hop já tem uma história que remonta na cidade de São Paulo à década de 1980 e os saraus, mesmo que mais recentes, têm seus públicos fiéis e cativos. Quem melhor abordou esta dificuldade, foi a entrevistada pelo Coletivo Juntas na Luta; segundo ela, quem frequentava o Sarau Feminista "Junte-se na Luta" realizados na Biblioteca Cora Coralina durante o ano de 2014 eram principalmente mulheres jovens universitárias de fora do distrito de Guaianases. Mesmo que fossem mulheres de outras periferias, elas já eram frequentadoras dos "movimentos de literatura". A entrevistada revelou seu desconforto individual com a dificuldade em chegar nas mulheres que ela chamou de "em cárcere privado", ou seja, em realizar um trabalho de base com aquelas mulheres que não têm contato ou conhecimento da cena cultural periférica. Enquanto o coletivo esteve mais ativo, sua proposta de oficinas de pintura em tecido (para fabricar panos de prato bordados com letras que dialogassem com a violência doméstica) chegou num ponto em que nenhuma mulher compareceu ao evento, muito embora elas tivessem tentado panfletar em reuniões de pais nas escolas e em feiras livres para alcançar e mobilizar estas mulheres.

Talvez quem mais tenha conseguido atingir esta expansão do público ao qual se destina os repertórios dos coletivos feministas foram o Fayola Odara e o Mulheres de Orí, ao menos até onde pudemos perceber e observar. O Fayola Odara se encontra "de férias", com suas "atividades paralisadas" depois do Projeto VAI de 2014 ter acabado, por isso não tivemos a oportunidade de realizar observação participante em nenhum de seus eventos; contudo, pelo relato da militante entrevistada, o público dos *workshops* realizados (de turbante, maquiagem, além de rodas de conversa), cerca de 100 pessoas por evento, era composto por mulheres de 7 a 60 anos que "não eram militantes", "não tinham qualquer contato com o movimento negro" e para as quais "tudo o que falávamos era novidade". Na sua avaliação, a grande conquista alcançada por este trabalho foram mulheres que participaram de mais de um evento e no final do ano "se encresparam", ou seja: assumiram seus cabelos crespos, num processo de construção da identidade da mulher negra.

Já no segundo caso, tivemos a oportunidade de observar uma atividade, que abriu a 1ª Mostra Cultural da Mulher Afro-Latino-americana e Caribenha, no Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, em 24 de julho de 2015. A maioria das mulheres que vieram participar naquela manhã de sexta-feira da atividade "Resistência ancestral" do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Mulher Negra do Mulheres de Orí eram adultas, mais velhas e alunas do CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos) Iguatemi (nome do distrito vizinho de Cidade Tiradentes), mobilizadas por duas de suas professoras, que chegaram a alugar um ônibus para trazê-las. Após uma dinâmica de grupos de cerca de 5 pessoas, passou-se a compartilhar no grupo maior as reflexões sobre "o que é ser mulher negra". Professoras e alunas relataram suas discussões em termos do papel da mídia que ensina as mulheres negras a não se gostarem ou então relatos de depressão crônica relacionada à não-aceitação de sua estética. Enquanto isso, as integrantes do coletivo fizeram questão, em todos os momentos, em conectar as experiências pessoais com a questão histórica da escravidão e do lugar da mulher negra, tanto no sentido de sofrer "estupro colonial" quanto na sua centralidade na articulação de resistências e lutas pela liberdade, de mulheres, mas também de homens (quitandeiras que trabalhavam para comprar alforrias de familiares). O que saltou aos olhos para nós foi como a atividade instaurou um espaço de sociabilidade que propiciou uma interação geracional certamente rara, entre as jovens militantes (algumas com passagem pela universidade pública, outras não) e as adultas e idosas da EJA; até mesmo um grupo de 4 adolescentes mais novas também estavam presentes, no início constrangidas ao serem convidadas a participar de um desfile afro-brasileiro, depois mais a vontade, ao compartilharem uma experiência de discriminação racial no atendimento de uma loja. Foram também tematizados o racismo, a solidão da mulher negra, a questão da identidade e do reconhecimento, sempre aliadas à insistência do coletivo em historicizar estes fenômenos e conectá-los ao passado escravocrata do Brasil. O potencial de expansão do público destinatário da educação não-formal almejada pelo coletivo ficou evidente ao final da atividade, quando uma mãe, negra, de cabelo alisado, passou a pedir dicas para ela convencer a filha a usar o cabelo crespo; embora insistisse em não reconhecer o descompasso entre a expectativa com relação à filha e sua prática de não assumir sua própria identidade, uma das militantes do coletivo, muito pacientemente, buscava problematizar que o principal modelo da criança é a mãe ("ou seja: você!"), por isso ela própria precisaria se fortalecer enquanto mulher negra, seja para manter o cabelo liso, seja para "encrespar".

Buscamos neste trabalho apresentar o "Feminismo Periférico" de uma perspectiva societal, que privilegiasse a forma como diversos espaço de sociabilidade condicionam os enquadramentos diagnósticos (a problematização da situação social de mulheres periféricas), prognósticos (efetivar impulsões igualitárias de combate ao machismo por meio do feminismo negro, do anarco-feminismo ou do mulherismo) e motivacionais (como mobilizar o público-alvo das atividades) propostos pelos coletivos mapeados. Concluímos pela *ambiguidade* constitutiva dos espaços de sociabilidade pré-existentes aos coletivos, haja visto que sua gênese é tanto possibilitada quanto dificultada por experiências práticas na família, na religiosidade e, por fim, nos próprios movimentos culturais periféricos. Além disso, os espaços de sociabilidade instaurados pelos repertórios destes coletivos encontram um *dilema* na expansão de sua educação não-formal para destinatárias que estão fora do circuito dos movimentos culturais. É da possibilidade objetiva do enraizamento societário do "Feminismo Periférico" que depende o seu potencial de transformar mais profundamente as relações de gênero no âmbito da vida cotidiana.

Bibliografia

Fontes primárias

FERNANDES, Tayla. **[Ser Vi Elas]**: depoimento. Entrevistador: Jonas Medeiros. São Paulo: Praça do Forró, 09 abr. 2015. 1 arquivo .wma (1h 09min 26s).

LOPES, Nay; GUERRA, Débora. **Mulheriu Clã**: depoimento. Entrevistador: Jonas Medeiros. São Paulo: CFCCT, 06 mai. 2015. 1 arquivo .wma (2h 14min 51s).

MAIA, Nayra. **Coletivo Fayola Odara**: depoimento. Entrevistador: Jonas Medeiros. São Paulo: Shopping Light, 08 jul. 2015. 3 arquivos .wma (1h 02min 21s).

NOVAES, Priscila. **Coletivo Mulheres de Orí**: depoimento. Entrevistador: Jonas Medeiros. São Paulo: Galeria Olido, 13 abr. 2015. 1 arquivo .wma (1h 19min 07s).

PEREIRA, Evelin [Nina]. **Coletivo Juntas na Luta**: depoimento. Entrevistador: Jonas Medeiros. São Paulo: Bibl. Cora Coralina, 26 mai. 2015. 1 arquivo .wma (2h 06min 31s).

RODRIGUES, Queila; ROSA, Andreia; RODRIGUES, Tatiane; OLIVEIRA, Maria Isabel; COSTA, Patrícia Alves; FREITAS, Camila. **Grupo de Coco Semente Crioula**: depoimento. Entrevistador: Jonas Medeiros. São Paulo: CCJ, 05 jul. 2015. 1 arquivo .wma (2h 10min 53s).

SARON, Letícia; UCHOA, Talitah. **Coletivo M.A.N.A. (Mulher Atitude Negritude e Arte) Crew**: depoimento. Entrevistador: Jonas Medeiros. São Paulo: Biblioteca Comunitária Solano Trindade, 11 jul. 2015. 1 arquivo .wma (2h 00min 05s).

O MTST E AS PRÁTICAS DE OCUPAÇÃO URBANA EM FORTALEZA

Leonardo Anderson Ricardo Vieira
Bolsista CAPES, mestrando do PPGS da UFC.

Juliana Magalhães de Castro
Bolsista CNPq, mestrando do PPGCS da UFRN.

Resumo: A pesquisa que aqui se apresenta, pretende abordar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) através das suas "práticas de ocupação urbana" na cidade de Fortaleza. A perspectiva de análise faz-se a partir de uma "pesquisação participante", de perto e de dentro, com foco na ação coletiva decorrente das mobilizações, ocupações de terrenos, marchas, entraves de avenidas, reuniões com outros coletivos e movimentos sociais, sociedade civil e demais momentos do Estado. Pretendemos compreender sob qual malha e contexto social, ocorre a gênese e prática local deste movimento. Sobre quais maneiras estas se defrontam com as especificidades da questão urbana da cidade de Fortaleza. Para esta abordagem, opto pela produção de dados obtidos através de pesquisa bibliográfica acerca dos movimentos populares, movimentos sociais urbanos, cidade e estado contemporâneos, aliados a entrevistas estruturadas e semiestruturadas, imersos na busca da limitada "vivência" da "pesquisação participante" sobre as práticas daqueles que reivindicam o "pertencimento" ao MTST, dos seus "atores", potencializando acúmulos no conhecimento social acerca dos Movimentos Sociais Urbanos.

Palavras-chave: movimento social urbano; ocupação urbana; MTST.

Abstract: This research aims to understand the Homeless Workers Movement (MTST) through its "urban settlement practices" in the city of Fortaleza. The prospect of analysis is done from a "participant research-action" focusing on collective action arising from mobilizations, terrain occupations, marches, avenues barriers, meetings with other collectives and social movements, civil society and other state's moments. We intend to understand under which social context the genesis and local practice of this movement occurs and in which ways they relate with the urban organization of Fortaleza. For this approach, we use bibliographic research about popular movements, urban social movements, city and contemporary state, and also structured and semi-structured interviews, immersed in the pursuit of "participant research-action's" limited "experience" on the practices of those who claim to be a part of the MTST, their "actors", increasing accumulations in the social knowledge of Urban Social Movements.

Keywords: urban social movement; urban occupation; MTST.

A escolha do objeto encontra-se com inquietações oriundas do surgimento de novas experiências de luta urbana, a exemplo dos Piqueteiros argentinos, da FEJUVE boliviana e dos Sem-Teto brasileiros. Estes Movimentos Sociais Urbanos têm atuado e fomentado novas culturas políticas para além do raio de ação do sindicalismo, que historicamente, sobretudo na década de 80 no Brasil, obtiveram grande visibilidade e poder de mobilização. A ação coletiva dessas organizações ocorre paralelamente a um período de inchaço das grandes capitais da América Latina, de crises na mobilidade urbana e de intensificação de fenômenos como a especulação imobiliária e a gentrificação.

1. A cidade em Fortaleza

Unindo os ambientes de produção e reprodução das mercadorias e da vida, os locais de trabalho e de descanso, a cidade se apresenta como espaço de consolidação e reprodução das desigualdades sociais (ARAUJO, 2010). Dentro dos seus limites, habitam categorias e classes, em diferentes condições de moradia, ocupando diferentes lugares sociais. O uso e a localização do solo urbano são vinculados às classes que os detém. Em meio à distância dos centros de produção e circulação de mercadorias, aos ambientes de repouso dos que produzem estas, há um caminho marcado por intervenções políticas e econômicas públicas e privadas na malha urbana. Esses fatores têm grande relevância na consolidação de um quadro de insustentabilidade do modo de crescimento urbano (SILVA, 1992).

Num contexto contemporâneo, a chamada crise urbana das metrópoles globais se expressa em dados oficiais da ONU, condensados em ONU Habitat- 2010/2011 (BOTELHO 2014). Neste, desde 2008, mais da metade da população mundial vive em cidades. Este marco no modelo de habitação global é fértil ao estudo comparativo entre o modo de produção do espaço urbano e o modo contemporâneo de fazer política dos MSUs.

O inchaço urbano global, acentuado ano após ano, se intensificou, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. A superpopulação contribui para a evolução de um quadro de insustentabilidade no panorama de crescimento das cidades brasileiras[1]. Um retrato desse quadro é o número de moradias sem condições apropriadas para habitação que cresce vertiginosamente no país. Fortaleza não foge à regra[2].

Enquanto essa problemática se aprofunda, o estado do Ceará tem obtido crescimento econômico a níveis superiores à média brasileira. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) no ano de 2013 o crescimento foi de 3,4%, perante os 2,3% da média nacional, com ênfase nos índices da sua capital Fortaleza que, entre os anos de 2000 e 2010, tornou-se a metrópole brasileira de maior crescimento proporcional, produzindo o maior PIB do Nordeste, destacando-se os setores de prestação de serviços e construção civil.

[1] No Brasil, De 2000 a 2010, ampliou-se em número de 4,2 milhões o número de moradores de favelas, num total de 10,7 milhões. Em paralelo ao crescimento da economia brasileira nos últimos dez anos em 42%, o número de favelas cresceu em números absolutos 75% (MARICATO, 2011).

[2] A cidade de Fortaleza, por exemplo, saltou populacional de 180 mil habitantes em 1940, para quase dois milhões em 1990 (BARREIRA, BRAGA, 1983). Hoje, possui 2.551.805 habitantes. Censo Populacional 2013, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visitado em 20 de outubro de 2014.

Dentre as consequências desse crescimento econômico, ocorre o aumento no valor da terra e dos aluguéis, elevando-se o déficit habitacional. Essa valorização, intensificada pela especulação imobiliária, aprofunda o cenário da segregação urbana, removendo diversas famílias, tais como em áreas próximas à praia e aos centros urbanos assistidos por aparelhos de infraestrutura estatal. O crescimento urbano, junto à intervenção das políticas públicas, molda essas condições, influenciando na valorização dos preços dos imóveis periféricos na cidade, que praticamente dobraram em Fortaleza após o *Programa Minha Casa Minha Vida* - PMCMV[3] (MARICATO, 2011).

O seu acelerado crescimento demográfico se diferencia do quadro de outras metrópoles que construíram a sua hegemonia com base no capital produtivo. O desenvolvimento em âmbitos populacionais, econômicos e políticos de Fortaleza, também sofreu influência da sua localização como praça de mercado, resultando no crescimento e consolidação do comércio como principal atividade financeira. Estas atividades foram hegemonizadas por tradicionais famílias, que se reafirmam como classes dominantes, buscando implementar na cidade uma versão modernizada do poder exercido no campo, através de investimentos oriundos da produção rural na infraestrutura urbana (BARREIRA E BRAGA, 1991; SILVA, 2001).

Do outro lado, apartadas das esferas de poder, somam-se as classes subalternas (GRAMSCI, 2000). Estas, constituídas em massa por migrantes, retirantes expulsos do interior pelas condicionantes do êxodo rural, não absorvidas pelo embrionário desenvolvimento industrial cearense. Nesta trama, criou-se um gigantesco exército de desempregados a mercê do capital comercial e da especulação do capital imobiliário (BARREIRA E BRAGA, 1991).

Estas especificidades da formação econômica de Fortaleza influenciaram a sua peculiar formação metropolitana e o seu cenário político, com repercussões diretas no desenvolvimento das lutas populares, adornando a sua Sociedade Civil (BARREIRA, 1992). Dialogando com esse cenário está relação entre os Movimentos Populares e o Estado em âmbitos local (e nacional), marcada historicamente pelo atrelamento de lideranças populares ao próprio Estado, em meio à inclusão e subordinação destas às políticas públicas, vinculadas às secretarias governamentais sob direção de políticos tradicionais (AMANN, 1991; BARREIRA, 1992; JACOBI, 1993).

O crescimento de Fortaleza e a formação dos seus primeiros movimentos populares, ocorreu em meio a mudanças globais e nacionais no modelo de intervenção estatal. Após o período

[3] O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) obteve orçamento inicial de 35 bilhões de reais, dentre outras resultantes, aqueceu o mercado interno, posteriormente à crise global de 2008, resultando na produção, em cerca de 5 anos, de 3 milhões de habitações.

pós-segunda guerra, o Estado amplia suas funções, financiando diretamente o setor privado (POULANZAS, 1986). A ação do Estado teve grande importância na produção do espaço cearense, tendo como exemplo as intervenções da SUDENE no Nordeste (SILVA, 1992).

No território urbano periférico, o *script* do confronto social por melhores condições de trabalho se adapta para o confronto por melhores condições de moradia. Diferentemente do que ocorre no espaço fabril, certas táticas como greves e piquetes – tradicionais elementos de enfrentamento entre trabalhadores e patrões – se mostram insuficientes como respostas organizativas para as condições presentes. A análise da luta dos movimentos sociais urbanos por equipamentos e serviços públicos se faz expressão da atuação destes sobre as contradições urbanas (CASTELLS, 2000). Abordar a lógica de organização espacial e o palco urbano pelo qual o MTST e outros atores sociais encenam o seu repertório é fundamental para o aprofundamento da análise sobre as suas táticas e posicionamentos perante o Estado. Suas performances e repertórios interagem com outros grandes conjuntos de atores que atuam neste mesmo "teatro". *Uma companhia, não um indivíduo, mantém um repertório* (Tilly, apud Alonso, 2012: 25).

Assim, novas táticas são desenvolvidas. Das marchas, que não paralisam a produção de mercadorias, mas a circulação destas, das ocupações de terrenos que questionam a posse da terra, enquanto mercadoria valorizada pela lógica da especulação imobiliária (BOULOS, 2014). O lugar comum da moradia periférica abriu potencialidades para construções e reconstruções de identidades em meio a novas formas de organização coletiva (BARREIRA, BRAGA, 1991).

2. Cidade e políticas públicas

> Mas a cidade é também, e sobretudo, a morfologia petrificada de uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo e a cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os expropriadores. É, portanto, viva de relações sociais, e, o caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica" (KOWARICK, 1979).

O Estado tem interferência direta no espaço urbano. A formação da periferia é determinada pela lógica do modo de produção e apropriação da cidade. A questão social presente na criação de bairros periféricos se sustenta na valorização da terra em meio ao Estado, propiciando a produção de riqueza, essa produção necessita da garantia de condições para a "ordem", manutenção e reprodução do sistema capitalista. Ao Estado cabe criar de condições de reprodução da força de trabalho, fornecendo serviços de utilidade pública,

dentre estes, transporte, pavimentação e saneamento. Esses "benefícios" providos pelo Estado são de suma importância para a valoração da área urbana. Assim, quanto mais carente uma região em serviços de utilidade pública, menor será o seu preço e menor será a sua importância para a especulação imobiliária.

O valor da propriedade urbana é o conjunto de uma série de qualidades da terra enquanto mercadoria. De início, pelo valor do próprio terreno e do próprio imóvel construído neste, de acordo com as condições físicas da sua construção, somado pelas condições da sua localização e proximidade aos serviços de utilidade pública, como água, luz, esgoto, proximidade a mercados, bancos, escolas, acessibilidade aos locais de trabalho, aliado ao valor das propriedades construídas ao entorno, da vizinhança. O preço por uma propriedade é pago, sobretudo, por direito ao seu uso e ao que tiver ao seu redor.

Em meio às contradições expressas na realidade social, percebo a análise dos movimentos sociais, enquanto manifestações decorrentes da relação capital/trabalho, fundante à Questão Social, às conformações do Estado, da Sociedade Civil e do Mercado (produtivo e comercial). Nessa ótica, os movimentos sociais atuantes na cidade expressam contradições específicas da questão urbana de acordo com o modo de produção e reprodução da sociedade e do seu sistema econômico. Nesse trabalho, caracterizo os movimentos sociais os apresentando enquanto expressões da luta de classes, acumulando à formação de uma contra hegemonia forjada pelas experiências das lutas das classes subalternas.

Segundo Manuel Castells (1976), os movimentos sociais urbanos incidem dentro das “contradições urbanas”. Essas contradições se dão enquanto processos também decorrentes da incapacidade do sistema capitalista em harmonizar a produção e distribuição dos meios necessários para a reprodução da força de trabalho. Essa lógica acaba por sobrepor necessidades à incessante busca pelo lucro. Neste contexto, pela garantia da ordem social e da reprodução da força de trabalho, cabe ao Estado uma intervenção e incentivo na área urbana cada vez maior no âmbito da gestão e organização dos serviços públicos.

> Movimientos sociales urbanos son sistemas de prácticas sociales, contradictorias, es decir, controvertem el orden establecido de las contradicciones específicas de los problemas urbanos (CASTELLS 1976 in: Estado, Classe e Movimentos Sociais, MONTAGNO & DURIGUETTO, 2003).

A lógica da intervenção estatal é pautada por conflitos urbanos em meio à gestão dos bens públicos, necessários à sobrevivência, qualidade de vida e reposição de energias para o

trabalho. Os movimentos urbanos, por sua vez, se põem em permanente confronto com o Estado, lutando por mudanças no meio urbano, se inserindo ao bojo dos movimentos sociais quando se fazem movimentos políticos confrontando a ordem vigente.

Em Castells, a intervenção estatal demonstra os seus limites de acordo com a impossibilidade e indisposição do sistema capitalista do Estado, e do governo gestor na promoção do fim da desigualdade social. Os movimentos sociais confrontam a ordem, estabelecendo debates sobre as contradições presentes na Questão Urbana.

Segundo Jean Lojkine, retomando o pensamento de Lênin e Gramsci, a constituição do Estado nas sociedades capitalistas avançadas necessitaria de maior incidência da sua intervenção no urbano, abrindo margem para uma perspectiva mais ampla da relação Cidade-Movimento Social. Dessa forma, a luta pelos equipamentos e serviços públicos não se apresenta alheia à relação entre as estruturas de produção e a exploração do trabalho. O espaço urbano se constitui como palco do espetáculo da luta social. Em Lojkine, o movimento social urbano se expressa como movimento da luta de classes, não vislumbrando apenas a luta por demandas e serviços públicos, também buscando participar ou tomar o poder político do Estado.

> A noção de movimentos sociais para Lojkine. Para nosso autor, o movimento social expressa o mais alto grau da luta de classes, especialmente se estas forem organizadas e levadas até o fim por um partido político capaz de representar os interesses das classes dominadas (idem, ibdem, p. 293-294). Assim, "longe [...] de serem opostas, a mobilização das massas e sua organização política estão intimamente ligadas ao movimento revolucionário" (MONTAÑO-DURIGUETTO, p. 329).

3. Sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Breve histórico.

O embrião do MTST foi gestado no útero do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), suas origens datam do final da década de 1990. Em 1997, o MST construiu a Marcha Popular Nacional, cruzando diversas cidades no intuito de estabelecer laços organizativos com outros movimentos da questão rural e urbana. Em Campinas esse processo ocorreu de forma mais intensa e partir de então, militantes do MST junto a militantes de movimentos locais, iniciaram um trabalho de estudo sobre os problemas sociais urbanos.

Por volta dos anos 2000, esse movimento faz síntese no intuito de acumular para um projeto político de transformação social. Para tal, conta-se com sujeito para a sua base social: a população pobre e periférica das grandes e médias cidades e com um eixo de atuação: A partir

da reivindicação por moradia e reforma urbana. Vão se criando contatos com militantes e movimentos das capitais brasileiras, de início em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

A partir do governo Lula, ocorrem duas ocupações de grande acúmulo para a consolidação do movimento sendo a primeira em 19 de julho de 2003, em São Bernardo do Campo. Não houve espaço para negociação com o movimento e em menos de um mês houve o despejo. Após esse processo são intensificados o debate sobre a atuação e a formação política dos militantes. As próximas ocupações só virão a acontecer em 2005, em Itapecirica a Serra e Taboão da Serra. Essas ocupações inauguraram uma nova fase do movimento com novos patamares de organização e elaboração interna. As relações internas e as formas de negociação com os governas se aperfeiçoam. O Estado também muda a forma de relação com o movimento, criando canais de negociação.

Após um ano de ocupações a nível estadual, o movimento se lança ao objetivo de nacionalização, através da formação de grupos de atuação em diferentes estados, sempre sob a organização nacional do MTST. Esse processo de ampliação acaba por colocar o MTST em enfrentamento direto com o governo estadual. As manifestações acabam por desgastar o governo, vide a construção de ações que chamam a atenção da população e da mídia, procurando assim a abertura das negociações. Aprofundam-se a táticas de trancamento de estradas (entravamentos), forçando a interrupção da circulação de mercadorias, em forma de protesto. Mesclam-se táticas como as Marchas, acorrentamentos, greves de fome em locais de grande circulação. O marco desse processo foi o acorrentamento a um prédio do então presidente Lula, em julho de 2009. Após 8 dias, foram abertas negociações com a promessa de inclusão das famílias acampadas no programa Minha Casa Minha Vida.

4. Os sujeitos em movimento: a formulação do MTST

A compreensão do sujeito Sem-Teto pelo MTST perpassa por uma análise qualificada da questão da moradia envolvendo valores quantitativos e qualitativos. No Brasil existem 6 milhões de famílias sem casa, número muito mais amplo que a população de rua. São pessoas que vivem em barracos, que pagam aluguel, comprometendo o acesso a produtos básicos de consumo, que moram de favor na casa de parentes, que de alguma maneira encontram condições de refúgio. Junto a este déficit quantitativo, há um déficit qualitativo de mais 15 milhões de famílias que mesmo com casa própria (regularizada ou

não) são ausentes de serviços básicos como saneamento, energia elétrica, coleta de lixo, etc. Portanto, em sua maioria, a base social do MTST é de trabalhadores com baixo poder de renda, instabilidade de trabalho, localizados territorialmente nas periferias urbanas. "o surgimento do MTST tem relação direta com as condições de vida dos subproletários, em cuja luta por moradia se engajam" (GOULART, 2014).

Nesse tempo histórico, a formação e organização dos trabalhadores do Brasil tem relação direta com o surgimento do MTST. Sob uma avaliação de refluxo dos enfrentamentos com o Estado, entre a desorganização e o enfraquecimento da luta sindical e dos movimentos populares, o MTST se expande e intensifica suas ações quase que integralmente durante os governos do PT, sobretudo no ano de 2006, início do período de maior aprovação social do governo Lula. Nesse ambiente marcado por crescimento econômico e aprovação de diversas lideranças populares, a nacionalização do MTST é estratégica para a realização dos objetivos traçados em sua cartilha de militantes: a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva.

5. O MTST em Fortaleza

Em Fortaleza, o movimento surgiu em 2011 através de um coletivo que deu início ao processo de articulação, formação e organização de trabalhadores sem teto na cidade para a luta pela garantia do direito à moradia. Após esse processo, o movimento dirige sua primeira ocupação na cidade, apoiada pela Rede Nacional de Luta Pela Moradia, em julho de 2014, período de Copa do Mundo. A ocupação foi "batizada" por Copa do Povo, localizada no bairro da Paupina. Segundo algumas direções do movimento, essa ação veio no intuito de iniciar o processo de experiência em ocupações enquanto movimento na cidade, aproximando e consolidando novos militantes.

No ano de 2014, o MTST alcançou grande repercussão nacional, conquistando visibilidade através de uma série de manifestações e ocupações massificadas. Em Fortaleza, surge no ano de 2011, a partir da formação de um coletivo com a tarefa de estabelecer a articulação e a formação política de militantes da questão da moradia. O interesse pelo objeto adveio da vivência com o primeiro processo de ocupação urbana, protagonizado pelo MTST em Fortaleza. Apoiada pela *Rede Nacional de Luta Pela Moradia*, a ocupação foi batizada de *Copa*

do Povo, por ter ocorrido durante os meses de Julho e Agosto de 2014, na mesma época de realização de jogos da Copa do Mundo e da sexta reunião da cúpula dos BRICS[4] nesta cidade.

Nesse período, diversos movimentos sociais e militantes políticos solidários foram convidados a participar da ocupação. Por ter vivenciado com outros movimentos sociais várias mobilizações na cidade, estive presente nesta. Segundo alguns dirigentes com os quais pude conversar, essa atividade teve o intuito de iniciar o processo de experiência de ocupações como movimento na cidade, aproximando e consolidando novos militantes.

Assim, ocorreram caminhadas e travamento de rodovias para o estabelecimento de negociações com órgãos públicos, a exemplo da Secretaria Estadual e a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR). Após a negociação com estas instâncias, houve a desocupação do terreno e, posteriormente, reuniões com outros movimentos sociais, na tentativa de se fazer avançar uma campanha permanente encabeçada pelo Movimento na cidade. Tal campanha, intitulada "Pão, Paz e Terra", surge para estabelecer unicidade na reivindicação de restaurantes populares, regulamentação fundiária e combate à violência urbana.

Ao longo desse processo, ocorreram periodicamente panfletagens em locais de grande concentração de fluxo de pessoas. A minha presença em tais atividades fez-se constante. E, a partir da observação das práticas políticas estabelecidas pelo Movimento, decidi tomá-lo como tema de investigação social (TOURAINE, 1989). Desde então, tenho acompanhado de perto e de dentro (MAGNANI, 2002) as atividades externas, consolidando contatos com membros do movimento.

Referências

AMMANN, Sáfira. **Movimento Popular de Bairro.** 1991: De frente para o Estado em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez Editora

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

ARAUJO, Ana Maria Matos. **Fortaleza, metrópole regional:** trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: EDUECE, 2010**.**

[4] Em 15 de julho de 2014, durante a sexta cúpula do BRICS, em Fortaleza, Ceará, os presidentes de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul assinaram um acordo, oficializando a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, NBD), o "banco dos BRICS", cujo principal objetivo é o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países pobres e emergentes.

BARREIRA, Irlys. A. F. **O Reverso das Vitrines.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BARREIRA Irlys Alencar Firmo, BRAGA Elza. (Org.). **A Política da Escassez:** lutas urbanas e programas sociais governamentais. FORTALEZA: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Favelização e o Colapso Urbano da sociedade capitalista**. Territórios Transversais, resistência urbana em movimento, Junho 2014. p. 06.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?:** uma introdução à luta dos sem-teto. 2. Ed. Ampl. E rev. São Paulo: Scortecci, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras:** seu controle ou o caos**.** 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e as ciências Sociais.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, 1992. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo, n. 51.).

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação.** Belo Horizonte, Aldeia Global Livraria e Ed., 1986.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história**.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GOULART, Débora Cristina. **MTST, avanços e obstáculos de uma luta anticapitalista:** Territórios Transversais, resistência urbana em movimento, Junho 2014. pp. 24.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1993.

KOWARICK. Lucio **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução.** O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo, SP. Ed. Expressão Popular. 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais; v. 17, n. 49, p. 11-29. Junho 2002.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimentos sociais.** Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986

SILVA, José Borzachiello. **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**.** Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo,** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

JOVENS EVANGÉLICOS MORADORES DE FAVELAS: ALGUMAS EXPRESSÕES DE SUAS SOCIABILIDADES URBANAS

Naiana de Freitas Bertoli
UENF/CCH/PPGSP

Wania Amélia Belchior Mesquita
UENF/CCH/PPGSP

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de base qualitativa sobre o modo de vida urbano de jovens evangélicos moradores de favelas da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. A partir do levantamento de dados, foi possível situar algumas dimensões constitutivas do modo de vida desses jovens. Como moradores de favelas da cidade, esses jovens sofrem discriminação por morar em áreas associadas à miséria, violência e criminalidade. Quando necessitam frequentar espaços públicos – tais como o espaço cultural popular de lazer, hospitais e cemitério –, evitam identificar o seu lugar de moradia como medida de precaução a possíveis represálias de agentes ligados à criminalidade violenta do tráfico de drogas que controlam algumas favelas, demarcando, assim, os espaços da cidade a partir da proximidade com essas localidades. Observadas certas reservas morais em vivências na cidade, outras redes proximais, como as da escola, são igualmente valorizadas por possibilitarem a frequência às casas de shows, bares ou ambientes relacionados às paqueras e namoros com jovens não evangélicos.

Palavras-chave: juventude; religião; favela.

Abstrat: This paper presents the results of a qualitative research about the urban life mode of the evangelic youth in the slums of Campos City of Goytacazes/RJ. From data survey, it was possible to place some constitutive dimensions of these young people's mode of life. As residents of the City slums, these young people suffer discrimination for living in areas Associated with Misery, Violence and Crime. When required to attend common places – such as popular leisure cultural spaces, hospitals and cemetery – they avoid identifying their living place to avoid potential retaliation from drug dealers that control some communities. Considering certain moral patterns observed in experiences in the city, other proximal networks, such as the school, are equally valued for making possible the connection with concert halls, bars or dating environments, related with no evangelic young people.

Keywords: youth; religion; slum.

Introdução

O trabalho procura contemplar os resultados de uma pesquisa sobre o modo de vida urbano de jovens evangélicos moradores de favelas da cidade de Campos Goytacazes/RJ. A pesquisa tem como base empírica entrevistas semiestruturadas com jovens de 15 a 25 anos, bem como relatos cotidianos elaborados pelos jovens, com uso de netbook, financiado pelo PRONEX[1], além de conversas informais com a equipe da pesquisa em torno dos relatos e grupos focais.

[1] Pesquisa Pronex *Juventude , desigualdades e o futuro do Rio de Janeiro*, coordenado por Adalberto Cardoso (IESP-UERJ). O projeto pretende oferecer um diagnóstico abrangente da situação dos jovens no Estado do Rio de Janeiro, utilizando pesquisas quantitativas e qualitativas nas regiões Norte, Sul e Metropolitana do Estado, envolvendo

O fenômeno da presença das igrejas e grupos evangélicos nas favelas da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ[2] compreende uma análise que deve considerar a diversidade de igrejas e os tipos sociais da população que compõem estas denominações religiosas. O termo evangélico adotado no contexto da pesquisa refere-se analiticamente às doutrinas cristãs protestantes; e como uma categoria nativa presente entre cinco jovens moradores de favelas de Campos dos Goytacazes. Desta forma uma das dimensões de análise da pesquisa é voltada para a compreensão da participação religiosa de jovens evangélicos, implicando ainda no entendimento da problematização da juventude e religião "como um dos aspectos que compõem o mosaico da grande diversidade da juventude brasileira" (NOVAES, 2008: 263). No caso dos jovens pesquisados nos orientamos por um sentido de juventude a partir de seus pontos de vistas. A bibliografia e a abordagem sobre o conceito/categoria juventude apresentado no contexto da pesquisa constitui muito mais um recurso à compreensão da problemática teórica do que a sua adequação empírica. Nesse processo houve a valorização dos sentidos de ser jovem e evangélico mediante aos enfrentamentos de diversos problemas sociais. Contudo, visamos compreender como o jovem morador de favela da cidade de Campos dos Goytacazes, em algum momento da vida, vivencia uma experiência religiosa evangélica que pode levar à sua adesão e conversão denominacional.

1. Notas metodológicas

A construção empírica desse trabalho foi fundamentalmente realizada através das análises dos diários elaborado pelos jovens, das entrevistas semiestruturada realizadas com esses, da realização de um grupo focal, das visitas as favelas e as igrejas juntamente com os jovens. A metodologia de investigação é fundada em uma abordagem qualitativa que busca entender as práticas e vivências desses jovens evangélicos moradores de favelas.

O contato inicial com os jovens foi estabelecido a partir de situações de pesquisas anteriores com seus familiares ou membros de igrejas que frequentam. No primeiro encontro com

pesquisadores de 5 instituições de ensino e pesquisa e 15 pesquisadores. Visa analisar as condições estruturais de reprodução dos jovens, seus projetos de vida, sua sociabilidade e padrões culturais, a violência e a entrada na vida adulta.

[2] Campos dos Goytacazes é a principal cidade da região Norte Fluminense e é o maior do estado do Rio de Janeiro em extensão. Sua população segundo o censo do IBGE, em 2010, duplicou em quase 50 anos, hoje Campos dos Goytacazes tem aproximadamente 500.000 habitantes, e possuía de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), em 2000 um déficit habitacional de 1.822 domicílios, com famílias de renda de até dois salários mínimos. Segundo o Censo do ano de 2000 Campos tinha identificadas 32 favelas na cidade de Campos dos Goytacazes (PESSANHA, 2001), com um total de 16.876 moradores, no Censo de 2010 o número de favelas diminuiu para 27, com 15.777. Mesquita (2013) indica que esta diminuição pode ser associada à implantação de programas de saúde pública e políticas habitacionais em alguns bairros pelo atual governo municipal (2009-2012 e 2013-2016).

estes, fase inicial da pesquisa, foi acertado que eles escreveriam ao menos duas vezes por semana de acordo com o um roteiro previamente estabelecido: o que ele fez de mais importante/interessante no dia; e sobre outros dias da semana, destacando alguns temas como: família; vizinhos; amigos; casamento/namoro/pegação; lazer; trabalho; escola. Durantes os seis primeiros meses mantivemos contatos com eles apenas por *e-mail* e telefone, dando início posteriormente às entrevistas semiestruturadas em realizadas em lugares definidos com os jovens.

É importante destacar que cada jovem fez uso do diário de forma diferente, e através de suas narrativas foi possível entender um pouco da vida de cada um. O que eles escrevem e contam em entrevistas são histórias pautadas na vida de cada um, nas suas experiências de vida, nas imagens que determinada maneira lhes fazem sentido. A proposta de elaboração dos diários foi apresentada como expressão de suas vivências por meio da escrita eletrônica e envio pela internet. Os escritos dos diários muitas vezes deixavam de tocar em alguns assuntos considerados pela pesquisa, talvez por receio de serem escritos, ou por realmente fazerem uso desse diário de maneira pessoal, como um canal de desabafo sobre suas angústias e aflições. Por isso, as entrevistas semiestruturadas ocorridas cerca de seis meses após a entrega e a leitura dos diários constituíram peças fundamentais para a compreensão e interpretação das vivências cotidianas dos jovens.

Na fase final da pesquisa foram realizados encontros com os jovens por meio da técnica de grupos focais. A opção por essa técnica foi baseada no entendimento de que essa dinâmica com os jovens produziria evidências relevantes à tipificação das tendências dos quadros cognitivos, morais, estéticos, etc., que orientam as ações dos participantes, sendo possível identificar determinada referência de comunicação entre jovens evangélicos moradores de favelas de Campos dos Goytacazes.

A técnica de entrevista semiestruturada foi utilizada nesta pesquisa principalmente pela necessidade de aprofundar algumas questões, entendê-las e até mesmo ver se encontrava pontos divergentes. Ambas as técnicas de pesquisa formam fundamentais, as narrativas escritas detinham algumas especificações que a fala não expressava e vice-versa.

2. Juventude evangélica e algumas expressões de suas sociabilidades na cidade de Campos dos Goytacazes

Como afirma Andrade (2005), uma das melhores formas de compreender os jovens é a partir dos seus espaços sociais. Neste contexto, os eventos religiosos e os cultos são

alguns dos espaços sociais frequentados pelos jovens, onde estes criam novos laços de sociabilidade, desta forma interferindo na construção de identidade e na "visão de mundo".

Algumas práticas que do ponto de vista de determinadas igrejas e lideranças religiosas poderiam ser consideradas "mundanas" são entendidas como não problemática a adesão e a determinados vínculo religioso, deixam de ser percebidas por alguns jovens dado o seu entendimento sobre a condição "jovem evangélico". Fred, por exemplo, relata que continuou a jogar futebol, a assistir aos jogos de seu time em bares com os amigos, sem fazer uso de bebida alcóolica da mesma forma que antes da "conversão", mas passou a "saber" como estar/ frequentar estes ambientes, onde muitas pessoas bebem e têm atitudes incoerentes com sua "nova vida", sem ser influenciado, assim como em outras práticas "mundanas". Ele relatou que antes da "conversão" tinha medo de se envolver com essas "práticas". No entanto, outros jovens sofreram mudanças mais radicais como Thayla que nunca mais frequentou um baile *funk* ou uma boate, modificou sua maneira de se vestir e, segundo ela, principalmente sua maneira de "pensar".

Segundo os jovens, eles escolheram estar na igreja, desta forma, as práticas religiosas passam a ser vistas como formas de lazer e entretenimento. Para Abramo (1994) o lazer é representa um dos pontos mais importantes na vida dos jovens. No caso das atividades dos jovens pesquisados, atividades religiosas são destacadas por eles como momento de lazer, conjugadas ao "tempo livre", momento que para alguns estão ligados as práticas consideradas por alguns segmentos evangélicos como "mundanas", como ir à praia, assistir televisão e jogar bola.

Para alguns jovens a participação em acampamentos, encontros religiosos, e ensaios musicais vão além da "curtição" implicam em compromissos a partir dos vínculos com a igreja. A ocorrência dessas atividades muitas vezes acontece nas proximidades dos lugares de suas moradias dos jovens e os relatos apontam que é justamente em torno das práticas de lazer e relações de amizade que se apresenta uma participação mais ativa desses jovens na igreja (ANDRADE, 2005, NOVAES, 2012, FARIAS, 2013).

No início da pesquisa, os amigos de Alejandro eram principalmente os do grupo de jovens da igreja, e eram com eles que tinha seus momentos de lazer, como viagens com a igreja, retiros e passeios em Campos dos Goytacazes nos fins de semana, shopping, cinema, praia. No relato abaixo Alejandro-descreve sobre um dia muito especial para ele:

> Foi um dos melhores dias da minha vida se não foi o melhor foi o dia que eu viajei pra angra dos reis com a minha igreja pra um congresso estadual de

> jovens UMADERJ que significa união de mocidades das assembleias de Deus no Rio de janeiro foi muito bom além de participar do congresso conheci as belíssimas praias de La que paraíso são aquelas praias água azulzinha sem nenhuma poluição pena que ficamos tão pouco tempo voltamos no domingo a tarde por são 7 horas de viajem de La ate aqui e coma parada no Oasis ainda aumenta um pouquinho o tempo e que alias oh roubo La no Oasis é um assalto sem arma kkkkkkk mais vale a pena afinal pra ir pra angras dos reis de novo eu faria de tudo! (Alejandro, diário).

Em seus diários, Fred descreve, dentre as atividades religiosas, a que ele mais "gosta", que são as participações nas células[3]. Para ele as células são momentos de socialização com um grupo de amigos, que se reúnem nas casas dos fiéis, por mais que seja um momento de orações, leitura da bíblia, a célula acaba sendo um encontro mais informal do que o culto, que no final eles ficam conversando, saem para lanchar. Desta forma, ao mesmo tempo em que se estende o compromisso com a igreja/fé para além deste espaço, também acaba se efetivando como uma prática de lazer.

> Na igreja que eu vou, existem células, e são feitas nas casas das pessoas que participam, mas visitantes podem ir também sem compromisso. Eu até gosto de ir nas células porque acho mais maneiro que ficar no banco da igreja ouvindo o pastor direto... Nas células a gente aprende mais coisas e de uma maneira mais fácil de entender. Eu fui na célula, uma foi na casa de B. e outra foi na casa de L.; na casa de B. foi maneiro, separou em grupos de 4 pessoas, e cada grupo ficou com uma folha e depois de um tempo umas pessoas de cada grupo tinha que explicar o que estava no papel (Fred, diário).

Para Mellysse, participar do grupo das Mensageiras do Rei sempre foi vista como uma prática de lazer, principalmente na infância, além de um compromisso com a igreja. Como o grupo é dividido por faixa etária, ela acaba se restringindo as amigas desse segmento e interagindo sobre questões de interesses próximos. Ser uma "Mensageira do Rei" envolve a participação em acampamentos religiosos, congressos, com música e dança.

> Para ser uma mensageira é preciso seguir 5 ideais: 1° Viverei em Cristo pela oração**,** 2° Crescerei em sabedoria pelo estudo da bíblia, 3° Reconhecerei a minha mordomia, 4° Enfeitar-me-ei com boas obras, 5° Aceitarei a responsabilidade da grande comissão (Mellysse, diário).

Entretanto, para participar do grupo das Mensageiras do rei, são exigidas a ela frequência, participações nos cultos e nos encontros e rompimento com determinadas práticas

[3] Célula é um grupo de pessoas que se reúne semanalmente nas casas dos fiéis para orar.

"mundanas". Além das orientações que recebem dos líderes religiosos, como frequência e desempenho escolar, ser uma "boa" filha e etc. A participação religiosa dos jovens implica que estes assumam o compromisso dentro das igrejas, passando a ter uma maior relação de socialização com os outros jovens também pertencentes aos grupos religiosos.

Os relatos apontam que à medida que os laços de amizade com os jovens das igrejas ficam forte, passa-se a compromissos mais estreitos com a instrução. Através desse convívio intenso, as mudanças vão acontecendo aos poucos, na forma de falar, de entender os acontecimentos a sua volta, se estendendo para as relações sociais do dia a dia, como a escola, o trabalho e principalmente o lazer. Novos sentidos e significados vão se construindo e transformando a "visão de mundo" destes jovens. Principalmente dentro dos grupos, os jovens passam por um novo processo de socialização a partir da "conversão" religiosa, as mudanças vivenciadas se assemelham, eles passam a compartilhar da mesma "visão de mundo".

Os jovens entrevistados vivenciam um tempo marcado pelas emoções, como o medo, a ansiedade, a surpresa, o namoro, a felicidade. Muitos desses sentimentos são compartilhados entre os pares, os chamados amigos (SALVA, 2008). Nas narrativas dos jovens, a amizade aparece de diversas maneiras: na preocupação com o amigo que está se desviando da igreja, na tristeza em saber que um amigo se envolveu com o tráfico, na felicidade de fazer parte de um grupo de amigos, poderem confiar neles, da importância dos laços de amizade quando está chateada em casa ou aflição por ter brigado com o amigo:

> Minha avó não me entende, ai preciso das minhas amigas (Alejandro, diário).
>
> É tão bom quando se tem amigas que podemos confiar, lá na igreja eu tenho várias, a A, a G que é uma fofa, a E meiga e muito amiga (Mellysse, entrevista).
>
> Os meus amigos são minha família (Alejandro, diário).

Alguns jovens relataram o apoio dos amigos em alguns momentos considerados difíceis das suas vidas assim como as decepções vivenciadas, por exemplo, quando descobre que um amigo de infância está envolvido com tráficos de drogas e parou de estudar. Como as falas a seguir:

> Quando minha mãe ficou doente, minhas amigas vinham todos os dia lá em casa, ai quando ela morreu dormiram aqui comigo, e também orávamos juntas (Mellysse, entrevista).
>
> Na época da gravidez, minha amiga L foi que me ajudou a contar pra minha meu pro meu padrasto (Thayla, entrevista).

Nesse sentido, os jovens mencionam ainda como o vínculo com os amigos da igreja é fundamental na superação das dificuldades e no enfrentamento dos problemas e dos sofrimentos. Neste sentido, configura-se uma rede de solidariedade e apoio que acaba por intervir na maneira de resistir às dificuldades (BURITY, 1989). Como relatado por eles:

> Quando eu fiquei grávida da T. contei só para minhas amigas, minha mãe não sabia que eu não era mais virgem, lá em casa não podia falar sobre namoro e tal, minha mãe é muito careta, mas ela já mudou já (Thayla, entrevista).

Para os jovens as novas práticas sociais, e principalmente os testemunhos sobre as mudanças em suas vidas, pode demonstrar perante os antigos amigos sua "nova vida" como um exemplo a ser seguido. Neste sentido, o testemunho principalmente dos jovens funciona como uma "tática" perante a igreja e também aos amigos não evangélicos, como forma de relatar as mudanças positivas que aconteceram em suas vidas a partir da "conversão". Entretanto, o processo de "afastamento" para os jovens se dá de forma mais delicada, em relação aos espaços escolares, onde estes estão em contato com outros jovens e nem sempre evangélicos. Mesmo que um jovem mantenha-se afastado dos jovens não evangélicos, não se pode anular a proximidade e nem tão pouco as relações sociais.

> É muito difícil se afastar dos amigos de infância, mesmo que eles estejam no caminho errado, alguns eu até consegui, mas mesmo sabendo que estão errados, alguns são parceiro mesmo que nem irmão e até respeitam a minha fé, fazem umas piadas quando jogamos bola mas é difícil (Fred, diário).

Os jovens passam grande parte do seu dia na escola. Os espaços do pátio, dos corredores, da sala de aula possibilitam a materialização de suas convivências rotineira (DAYRELL, 1999). Algumas atividades como: trabalhos em grupos, danças, teatros, festas comemorativas e temáticas como festa junina, possibilitam que esses jovens notem a escola como um lugar de diversão e não somente de obrigações (VILAS, 2009).

A escola é vista como um espaço de "intensificação e abertura de novos amigos, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens" (SPOSITO, 2005: 90), "como uma instância fundamental a rede de sociabilidades dos jovens" (VILAS, 2009: 36). Sendo a sociabilidade uma das formas de os indivíduos estabelecerem relações através da amizade (SIMMEL, 2006).

> A sociabilidade é vista como uma forma autônoma e lúdica de sociação, não visando um objetivo ou a busca de resultados concretos, cujo fim é na própria relação, a satisfação de estar junto (SIMMEL, 1993: 169).

Além de um espaço de sociabilidade a escola também é considerada como um caminho que possibilitará uma melhor inserção no mercado de trabalho, "ser alguém na vida" e melhorar suas condições financeiras:

> Penso que se eu estudar minha vida vai ser mil maravilhas entendeu? Meu emprego, minha casa, trabalhar na área de informática na Petrobrás ou obstetra (Mellysse, entrevista).

> Poxa já fiz o técnico 1230E, mas não fiz o estágio para conseguir o CREA, e agora estou no pré-vest, quero tentar engenharia civil aqui na UENF, e no IFF também (Fred, entrevista).

Entretanto, a pesquisa identificou que as escolas que os jovens frequentam ou frequentaram estão localizadas dentro das favelas ou em seu entorno. Segundo os jovens, antes de uma escolha por estudar nesses colégios, há o receio de estudar em outros colégios localizados em outros bairros, principalmente por causa da rivalidade entre as duas facções existentes na cidade de Campos dos Goytacazes, que também estão presentes dentro dos colégios. Frequentar um colégio localizado próximo a outras favelas implicaria riscos e incertezas.

Desta forma, os jovens relatam sobre as restrições de circulação na cidade pela territorialidade do tráfico na cidade e a imprevisibilidade dos acontecimentos. Neste sentido, posso ressaltar principalmente que a cidade é vista pelos jovens como um espaço de sociabilidade, no entanto, eles não possuem uma livre circulação por conta das facções, por isso, eles acabam se restringindo aos espaços próximos de moradia, que são marcados pela precariedade e carências de espaços de lazer. Esta realidade é observada nos seus relatos juntamente com minhas impressões pela cidade ao observar as marcações das facções espalhadas pelos bairros.

Assim, o fortalecimento dos laços com os grupos de amigos da igreja e suas práticas de lazer acabam se reduzindo às práticas religiosas. Através dos amigos da igreja eles ampliam as possiblidades de mobilidade territorial, junto aos amigos, frequentam os shoppings da cidade, vão às praias. Cabe ressaltar que, segundo eles, a cidade de Campos dos Goytacazes oferece poucas opções de lazer, principalmente em seus bairros. Eles afirmam que há uma precariedade de quadras esportivas, praças e etc. e quando há quadras equipadas estas ficam fechadas, como afirma Thayla, a falta da quadra construída na

proximidade da favela Tira-Gosto que foi fechada pela prefeitura porque estavam usando o espaço para realizar bailes *funk*.

O medo por morar em favela é uma constante na vida destes jovens. Além das narrativas sobre suas vidas, dramas familiares, as preocupações com os filhos, com o futuro, trabalho e estudo, eles também revelam suas preocupações em relação a suas moradias, entendidas como um "lugar perigoso". Em seus relatos, ressaltam os receios por morarem em favelas de Campos dos Goytacazes e o medo de circular pela favela e pela cidade. Afirmam que seus locais de moradia (as favelas) são marcados por incertezas cotidianas.

> Quando eu volto da escola as vezes, quando eu não passo por dentro da Uenf, eu passo numa rua que é do lado da Uenf mesmo, por essa rua eu passo pela Portelinha, mas eu passo com muito medo, mas também nada tranquilo ainda mais quando tem algum carro ou moto parado no caminho. Para passar por essa rua eu tenho tipo um macete, eu ligo uma música no meu celular, músicas do Racionais porque eles escutam músicas desse tipo, aí eu fazendo isso eu me sinto com menos medo de tipo alguém me parar, porque eu moro perto, mas não são todas as pessoas que me conhecem, nem eu mesmo conheço todos que moram ali, tem pessoas que eu nunca vi (Fred, diário).

Os jovens escrevem sobre as peculiaridades dos seus lugares de moradia. Eles expõem o receio de frequentarem lugares por eles considerados não familiares e "inseguros", por nesses identificarem lógicas e códigos de controle de bandos de traficantes presentes em favelas que buscam imprimir as suas marcas em áreas contíguas da cidade. Dizem ter medo de serem identificados por moradores de outras favelas como "inimigos", por morarem em uma localidade controlada por um grupo de traficante considerado rival e que disputa o controle de territórios na cidade.

> Olha, tem lugares na cidade que eu não posso ir, tenho medo de verdade porque eu sei que muitas pessoas da minha favela apanharam porque foi na festa fantasia na Pecuária (Fred, entrevista).

Os jovens mencionam lugares da cidade que evitam frequentar, eles destacam as situações singulares que há em Campos dos Goytacazes advindas das duas facções inimigas que dividem a cidade em lado A e lado B. Esta particularidade da cidade é descrita por todos os jovens, principalmente por Fred, que expõe a questão da presença de fronteiras simbólicas na cidade, e não somente entre as favelas. O impedimento de frequentar algum lugar da

cidade de Campos dos Goytacazes, além de ser entendido e evitado pelos jovens, também é fortemente influenciado pela família.

Segundo eles, não há liberdade em andar pela favela, entre os becos, principalmente à noite, e também pela cidade. Há sempre o medo de ser confundido com um traficante pela polícia ou com um policial disfarçado por algum traficante, principalmente quando meninos. Faz parte do cotidiano criarem estratégias para andar "livremente" pela favela, mas confessam que ficam receosos. Fred destaca que o medo se intensificou com a vinda do conjunto habitacional Matadouro para dentro da favela, já que o tráfico de drogas se tornou mais forte. Segundo ele, o tráfico de drogas sempre esteve presente nesta localidade, mas, com a construção do conjunto habitacional Matadouro, se tornou mais visível e passou a haver conflitos entre policiais e bandidos, o que não havia anteriormente quando o tráfico se restringia a favela,

> Lá só havia mesmo um local que vendia a droga, sem muita movimentação (Fred, entrevistas).

> Hoje minha mãe me falou que logo depois que eu cheguei em casa rolou uns tiros na Portelinha e acertaram um cara, e que graças a Deus eu tinha chegado antes disso acontecer (Fred, diário).

Durante a pesquisa, ao passar por vários lugares da cidade, identifiquei pichações das siglas ADA e TCP em muros e fachadas de instituições, tal como aquelas presentes nas favelas. Assim como nas praias Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes e Grussaí e Atafona, no município vizinho de São João da Barra. Para os jovens essas marcações indicam fronteiras e são conhecidas por alguns moradores e não moradores das favelas. Esse fato é relatado pelos jovens:

> Uma vez eu e minhas amigas levamos uma carreira do pessoal da outra favela, só porque éramos de favelas diferentes, a gente só queria zua atrás do trio (Mulher, 25 anos).

Esta divisão é marcada pelo canal Campos-Macaé (beira-valão), próximo do centro da cidade e do mercado municipal, que corta a cidade de Campos dos Goytacazes, separando dois lugares de constantes relações sociais. O centro da cidade é considerado o (lado A) e a fundação Rural de Campos o (lado B), local onde acontece grande parte das festas da cidade (MESQUITA, 2009). Segundo os jovens entrevistados algumas instituições importantes como o Hospital Ferreira Machado e o Cemitério do Caju, pela proximidade da favela

Baleeira, são evitadas pelos moradores de outras localidades como da favela Tira Gosto e Matadouro, ou favelas consideradas ligadas a facção TCP. O centro da cidade é evitado pelos moradores da Baleeira, por exemplo, e as favelas ligadas à facção ADA. Tal como as situações identificadas por Mesquita (2009), os jovens entrevistados afirmam que essas instituições demarcam espaços que são permitidos e espaços que não são permitidos. Os moradores da favela Tira Gosto não frequentam (ou evitam) o Hospital Ferreira Machado e o Cemitério do Caju e quando fazem usam estratégias como omitir o local de moradia. O mesmo acontece com os moradores da Baleeira ao circularem pelo centro da cidade.

> Na Portelinha está perigoso, tem tráfico, tem baile todo domingo e ficam falando TCP o tempo todo e cantam músicas falando da favela Tira-Gosto, que vão invadir a Baleeira, eu tenho medo de ir do outro lado da cidade, perto do cemitério (Thayla, entrevista).

Os jovens têm igual preocupação com seus familiares e amigos moradores de outras favelas e localidades próximas a essas.

> Minha tia não mora em favela, e também tenho amigos que não moram, mas eles não vão a Pecuária, porque moram no bairro próximo da favela Matadouro (Fred, entrevista).

Em um cotidiano fortemente marcado pela insegurança, esses jovens estabelecem estratégias de enfrentamento das situações de vulnerabilidade, especialmente quando frequentam instituições e serviços públicos localizados em áreas consideradas inseguras na cidade. Nessas situações, os jovens muitas vezes se valem da companhia de amigos evangélicos e outros moradores considerados “pessoas próximas”, compartilhando as vicissitudes cotidianas para além do espaço da igreja e encontrando nessas redes apoio “material e espiritual que traçam um determinado modo de vida de alguns evangélicos presentes nas favelas de Campos dos Goytacazes.

Conclusão

Alguns autores da antropologia e sociologia da religião no Brasil tem focado na temática do crescimento das igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais, nas últimas décadas no Brasil e sua relação com a espacialidade urbana (ALMEIDA, 2009; MAFRA E

ALMEIDA, 2009; MESQUITA, 2008, 2009; CUNHA, 2014). Nesse sentido, a cidade pode ser considerada como estratégica para pensar como as práticas religiosas constrói estes espaços e são neles construídas – como um território multidimensional de vivências humanas que desenha paisagens relacionadas com os desejos, os sonhos e possibilidades materiais que pode ser modificado em busca destes objetivos.

A pergunta inicial – como esses jovens favelados narram as suas vivências cotidianas a partir das suas experiências religiosas – norteou cada passo da pesquisa e, por meio dos relatos dos jovens sobre essas experiências religiosas, identificamos que a participação religiosa interfere em suas práticas e vivências cotidianas. Ser evangélico é muito mais que uma categoria, é uma "nova forma de vida" na qual a religiosidade funciona como uma distinção moral frente aos jovens não evangélicos. Os vínculos religiosos implicam em mudanças nos seus modos de vida estabelecendo a separação entre o que é permitido, evitado e não permitido. A partir da "conversão" eles se tornam evangélicos e, desta forma, estes jovens "estão" na favela de forma diferenciada frente às singularidades deste local em relação aos moradores não evangélicos. Assim, além de atenuar o estigma de ser jovem evangélico morador de favela, afastando-o simbolicamente do campo da marginalidade e do crime, ser evangélico permite através dos vínculos religiosos que estes estabeleçam novas redes de sociabilidades, que permitem o enfrentamento dos problemas de "ser jovem morador de favela" como: violência, medo, ausência de espaço de lazer e etc. Ser evangélico dentro da favela não é apenas estar em uma denominação religiosa e sim partilhar um estilo de sociabilidade que se difere dos demais.

As igrejas acabam se tornando um espaço expressivo para os jovens a partir do momento em que interfere nas suas práticas. Como analisado, os espaços religiosos aparecem como uma opção de lazer para eles. É uma forma de conciliar o "sagrado" com o lazer, como se as necessidades destes fossem suprimidas ou atenuadas. No caso específico dos jovens pesquisados, por serem moradores de favelas, as igrejas evangélicas aparecem, deste modo, como o lugar capaz de dar sentido e conforto, "resolvendo" os problemas e as dificuldades pessoais, e também como mais um espaço de sociabilidade. A questão da filiação para eles não é mais importante do que a religiosidade. Assim como alguns estudos mostram, também notamos através das visitas aos cultos juntamente dos jovens, que os vínculos institucionais estão perdendo espaço para a religiosidade individual.

A partir dos vínculos com os grupos religiosos os jovens passam a circular mais pela cidade em eventos religiosos, acampamentos, praia, cinema e etc... Entretanto algumas barreiras

simbólicas continuam a existir. O vínculo religioso não é capaz de contornar todos os "perigos" a que estão expostos na circulação pela cidade. Os jovens relataram, nos diários e nas entrevistas, os limites de circulação no espaço público e também no acesso as das instituições públicas, como o hospital. Os limites são vistos como uma fronteira simbólica que existe através de uma imposição das facções existentes nas favelas de Campos dos Goytacazes, a ADA e o TCP. O medo desses jovens consiste nos recorrentes casos de moradores que sofrem retaliações e se tornam vítimas ao ultrapassarem as fronteiras demarcadas pelos traficantes. De acordo com os jovens, esse sentimento de insegurança também atinge os seus familiares que, cotidianamente, estabelecem orientações sobre "aonde ir e como andar na cidade".

Por meio das narrativas dos jovens, foram percebidas as especificidades de cada um, reforçando o entendimento da juventude como uma categoria não homogênea (BOURDIEU, 1983). Os dados indicam que a trajetória de vida desses jovens moradores de favelas é marcada por semelhanças e diferenças significativas. Através das afinidades, do modo de vida em comum, das mesmas estratégias para enfrentar o dia a dia frente aos problemas relacionados ao local de moradia, da relativa aproximação. Considerando as condições de vida e o lugar de moradia, eles se assemelham, no entanto, suas vivências e seus modos de vida mostram-se categoricamente individuais.

Referências

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5-6, 1997.

ALMEIDA, R. Pluralismo religioso e espaço metropolitano. In: Mafra, C. e Almeida, R. (orgs.), **Religiões e cidades** - Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Editora Terceiro Nome, p. 29-50, 2009.

ANDRADE, A. M. d. S. **Surfistas de Cristo um estudo da sociabilidade juvenil.** São Paulo. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da USP, 2005.

BOURDIEU, P. A Juventude É Apenas Uma Palavra. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURITY, J A. **Os Protestantes e a Revolução Brasileira, 1961-1964:** A Conferência do Nordeste. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

CUNHA, C.V. Religião e criminalidade traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. **Religião e Sociedade**, v. 34, n. 1, pp. 61-93, 2014.

DAYRELL, J. Juventude, grupos de estilo e identidade. **Educação em Revista**, n. 30, p. 25-39, dez, 1999.

FARIAS, C. L. **Música gospel e sociabilidades juvenis:** novos modos do religioso entre os evangélicos. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

MAFRA, C. e ALMEIDA, R.. **Religiões de Cidades:** Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2009.

MESQUITA, W. A. B. **Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro:** A batalha espiritual na ordem violenta na periferia de Campos dos Goytacazes. Estudos de Religião, v. 23, n. 37, p. 89-103, jul./dez. 2009.

_____. **Percepções e estratégias de ação dos pentecostais moradores de favelas de Campos dos Goytacazes**. Edital Universal CNPq /2008.

NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público: exemplos "bons para pensar" tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 184-208, 2012.

_____. Juventudes, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? In: H.W. Abramo e P.P.M. Branco (Orgs). **Retratos da juventude brasileira:** Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SALVA, S. **Narrativas da Vivência Juvenil Feminina:** histórias e poéticas produzidas por jovens de periferia urbana de Porto Alegre. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação. Porto Alegre, 2008.

SIMMEL, G. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In ABRAMO, H. e BRANCO, Pedro Paulo (orgs). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

VILLA, S. **Formas de sociabilidade entre alunos de uma escola de ensino médio/técnico**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2009.

NOVAS CONFIGURAÇÕES NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS A PARTIR DE UMA REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE

Noélia Nunes Marinho
Mestranda do PPGS da UFAL.

Resumo: Este trabalho se propõe a trazer as primeiras impressões de um estudo voltado à compreensão das trajetórias de um grupo de oito jovens evangélicos, membros de distintas igrejas como "Assembleia de Deus", "Batista" e "Nação para Jesus", localizadas em alguns bairros populares de Maceió-Alagoas, em que se verifica um alcance dos elementos simbólicos cristãos para além dos muros da igreja na vida destes jovens, expresso por meio de um empreendimento e alcance de uma aspiração desse grupo, a saber, uma "banda musical" desvinculada da instituição "igreja" que, ao incorporar elementos do cristianismo, permite também a expressão de um novo perfil de jovem cristão na atualidade, perfil esse marcado por um caráter plástico e performático frente ao espaço público. Metodologicamente, esta pesquisa é de caráter qualitativo e toma como fonte de coleta de dados o facebook, o whatsapp, e ainda aplicação das técnicas entrevista e questionário.

Palavras-chave: juventudes; trajetórias; identidade.

Abstract: This paper proposition is to bring the first impressions of a study that aims to understand the trajectories of a group of eight young evangelical members from different churches, such as "Assembly of God", "Baptist" and "Jesus's Nation", located in some popular neighborhoods of Maceió, Alagoas. There, is possible to see the symbolic Christian elements going beyond the church walls and being expressed through an enterprise and an aspiration reached of this group, namely, a "musical band" detached from the "church" institution that, by incorporating elements of Christianity, also allows the expression of a new young Christian's profile nowadays, this profile is marked by plastic and performative characteristics in relation to the public space. Methodologically, this research is qualitative and takes as data collection sources information from facebook, Whatsaap and also the application of technical interview and questionnaire.

Keywords: youth; trajectories; identity.

1. As especificidades das juventudes e o advento da modernidade

Ao falar sobre juventudes contemporâneas, torna-se indispensável tomá-las como categorias inerentes à modernidade. Isso porque existem elementos que demarcam tais categorias de forma distintiva em relação ao modo de vida no fim do século XIX, como percebe Simmel (1931). A modernidade promove a crescente individualização, ocasionada pela divisão do trabalho como lembra Durkheim (1999), produzindo uma maneira peculiar de posicionamento dos indivíduos no mundo. Apesar disso, Simmel nos convida a pensar, a partir de seu método microssociológico, como em uma mesma sociedade se formam "sociedades" ou "unidades", estabelecendo configurações ou modelos de grupo, cujos quais possuem forma e conteúdo próprios.

Seguindo a perspectiva de Simmel, os atores sociais, apesar de se desprenderem do rigor de uma ordem clássica presente na família, religião e demais instâncias de uma época extremamente marcada pela tradição e disciplinamentos dos corpos em alta amplitude, permanecem com resquícios ou elementos dessa ordem. Elias (1990) já falava sobre como as transformações das sociedades ocidentais, mediante o estabelecimento do Estado moderno alterou os costumes segundo um curso civilizador.

Elias (1990) se remete à um processo de mudança de uma ideologia pautada e extremamente ancorada na tradição, onde assim como Durkheim (1999) pensou, prevalecia o nós sobre o eu. Este eu se confundia com o coletivo de modo a ter, cada indivíduo, um corpo inclinado ideologicamente para um padrão, um nós supremo.

À medida que as transformações sociais vão ocorrendo, destacando a crescente industrialização e especialização das funções como explica Durkheim (1999), o coletivo dilui-se em indivíduos que vão se tornando autônomos e diferentes entre si, seguindo uma lógica associada ao progresso individual, um progresso que ao mesmo tempo necessita da cooperação e união dos indivíduos que, apesar de diferentes, estão condicionados uns aos outros para a finalização de tarefas.

Giddens (2002) aponta para a complexidade da modernidade que, oferecendo diversas opções e alternativas de trajetórias a serem seguidas, oferece pouco aparato para a definição de escolhas. É nesse cenário onde se localizam os jovens na contemporaneidade, frente à uma infinidade de opções, mas, ao mesmo tempo experimentando incertezas e conflitos.

Pais (2006) enxerga as incertezas como produto de um tempo fluido, com poucos direcionamentos e orientações, onde as juventudes diante dessa problemática tendem a decidir ir para longe daquilo que lhe causam medo e dúvida. Se projetam para viver o agora, experimentando diversos recursos considerados riscos pelos demais atores sociais.

Anteriormente, como já falado, as trajetórias eram bem demarcadas, existia pouca mobilidade social e, nesse sentido, a existência de conflitos em relação à trajetórias e projetos de vida ou de futuro eram pouco prováveis. Em tempos atuais, as juventudes são abarcadas por conflitos existenciais como aponta Giddens (2002).

Se coloca como condição o fator “reflexão” diante de escolhas variadas, mas isto não quer dizer que por serem variadas são atingíveis. Pais (2006) está justamente preocupado com isso. Tantas opções, mas, as juventudes se questionam em o que escolher e como alcançar as aspirações. É por isso que para o autor, viver o agora se tornou tão importante e atrativo para os jovens. Longe de um ideal de futuro, eles encontram a tranquilidade e zonas de conforto.

A modernidade reverencia o progresso como uma regra a ser seguida por todos. Isto se torna um padrão ideológico, onde a sociedade de forma geral enxerga aquele que não está preocupado com o futuro como alguém irresponsável, fora do padrão, conforme Durkheim (2007) discorre sobre a dualidade "normal X patológico". Desse modo, as juventudes são estigmatizadas; com base na reflexão de Pais, propensos a cometerem desvios. É comum ouvirmos frases do tipo: ─ Na minha época eu não era assim!

O senso comum não possui um conhecimento reflexivo e pautado em investigações, que apontam o comportamento das diversas juventudes atuais como produto e consequência da própria modernidade, como parte de um longo processo social não planejado, como se refere Elias (2006) e contribui para a formação de visões etnocêntricas em relação aos jovens.

Ao esperar ou pressionar os jovens por uma atitude em relação ao planejamento do futuro, a sociedade reivindica que se cumpra uma linearidade em relação aos percursos, como se os comportamentos devessem se materializar conforme algo já dado ou mesmo já esperado.

É preciso se inclinar para o entendimento das ações dos jovens. Ainda segundo Pais (2006), é possível entender as juventudes contemporâneas por duas abordagens: a socialização e a performatividade. O autor privilegia a discussão acerca da segunda que, para ele, é bastante emblemática das juventudes.

O caráter de performatividade, segundo Paes (2010) remete à um tipo de comportamento que preza pelo protagonismo e criatividade. As juventudes, de modo geral, se configuram pela performance, mas isso não quer dizer que as juventudes não frequentem locais onde há existência de regras. Sobre isso, Charlot (2007) defende que ocorre uma negociação entre as juventudes e possíveis regras impostas. Pode-se dizer ainda, com base nas reflexões do mesmo, que as juventudes têm um caráter plástico, em virtude da possibilidade sempre possível de um reajustamento local.

Elias (1990) explica como mediante um processo civilizador, o *habitus* muda e a força da tradição diminui. Com base nisso, é notório considerar que são "eles", os jovens atuais que promovem auto coações seguindo uma lógica própria. Não é mais a hierarquia de uma instituição coercitiva segundo o estudo de Alves (2010), que controla as subjetividades, antes elas estão sujeitas às negociações da juventude. É nítido como a ordem se inverte no cenário moderno.

Pappámikail (2012) alerta para a reivindicação dos jovens na contemporaneidade pela autonomia. Segundo a autora, a mesma é um processo psicossociológico desenvolvido pelos indivíduos. Os conceitos autonomia, liberdade e independência financeira são

totalmente distintos, mas acabam por serem confundidos pela instituição familiar e mesmo por outras instituições clássicas. A família, seguindo o raciocínio da autora, normalmente considera o jovem como alguém incompleto e que só está pronto a usufruir de sua própria autonomia no momento em que conquista sua independência financeira. Isso ocasiona conflitos, podendo haver uma quebra de regras pelos jovens que, de fato, já são autônomos.

Brandão (2012) lembra que, nos tempos atuais, as longas trajetórias escolares têm se tornado cada vez mais presentes. Isto em virtude do maior acesso à escola. Tomando como base este fato e ancorando-o à problemática da autonomia referenciada por Pappámikail (2012) é relevante questionar se um indivíduo que dedica um longo tempo aos estudos, deixando o emprego como aspiração mais distante, será sempre considerado "incompleto"?

Sobre a família, Parsons (1976) a apresenta como um sistema de personalidade, porém, é preciso destacar que ela não é a única a promover internalizações de visões de mundo. Sobre isso, conforme apresenta Setton (2012), em 1970 ocorreu uma produção intensa de bens simbólicos no Brasil por intermédio da mídia, amparada pela tecnologia. Isso fez com que surgissem outras propostas de socialização.

Segundo a autora, que destaca a questão do *habitus* com base em Bourdieu, instâncias clássicas socializadoras se articularam às novas propostas, produzindo um tipo de *habitus* que ela denomina "híbrido" em virtude de haver uma associação de práticas discretas, isto é, pouco difundidas com as dimensões socializadoras clássicas. Isso se refere a um movimento criativo que ao mesmo tempo em que ocorre uma articulação, ocorre também disputas pela atenção dos jovens.

Segundo a noção de "*habitus* híbrido" que Setton (2012) se refere, é possível identificar a existência de conflito em apelo à atenção dos jovens em um cenário rico em possibilidades. No olhar da autora, as dimensões socializadoras produzem *habitus*.

Discutindo as aspirações dos jovens à luz do que apresenta Bourdieu (2004) acerca do *habitus*, é indispensável destacar que as juventudes, assim como os demais atores sociais, possuem em seus corpos um conhecimento que é histórico, um conhecimento que abarca toda a trajetória de vida. Desse modo, conforme o autor, o corpo se antecipa ao pensamento, o corpo fala por meio do conhecimento que está incorporado a si. Nesse sentido, os indivíduos e, neste caso, os jovens, possuem em suas estruturas mentais as estruturas objetivas do espaço social. Desse modo, não colocam em questionamento as ações realizadas, pois estão envolvidos com o "jogo", jogando o jogo.

É interessante perceber que por traz de cada ação e discurso, estão os valores, as normas e o comportamento adquirido por meio do *habitus*. Nesse sentido, as trajetórias adotadas pelos jovens adquirem na visão de Bourdieu uma classificação relacional. Isto é importante, pois, desnaturaliza a ideia de que há sempre nos indivíduos a presença do cálculo e da racionalidade para agir ou mesmo atitudes consideradas pelo senso comum como inatas.

Bourdieu (1996) enriquece ainda mais a problemática da ação quando discorre que, em razão de todo o conhecimento incorporado, os indivíduos desenvolvem uma percepção capaz de os orientar para que lado ou o que devem fazer, pois, já sabem o que ocorrerá depois.

Na abordagem de Mannheim (1982), baseado em uma abordagem geracional, considera que ocorre, em virtude do aparecimento de novos atores sociais um fenômeno que ele denomina "contato original". Esse fenômeno se manifesta no momento do contato de uma nova geração de atores com valores já existentes ou tradicionais. Nesta perspectiva, tanto a forma como a assimilação de valores já existentes pelas novas gerações, se darão sempre de forma inovada, pois, os novos atores não perceberão os elementos socioculturais a eles apresentados da mesma forma que as gerações anteriores. Ocorre, consequentemente uma reconfiguração dos valores, a inauguração de um novo arranjo social que elimina da teia das relações sociais aquilo que já não é mais útil.

2. A sociabilidade

Até aqui discutimos fatores importantes que abarcam, de modo geral, as juventudes contemporâneas: a discussão sobre autonomia, a socialização, a performatividade e o *habitus*. Existe outra dimensão que se apresenta de forma não menos importante entre os jovens: a sociabilidade.

Com base nas reflexões de Simmel (2006) a sociabilidade está relacionada à interação de determinados indivíduos que, na verdade, se fundem em uma "unidade". Dentro desta "unidade" que é também um universo, está um plano de intenções lúdicas onde os indivíduos se desprendem de suas próprias subjetividades para dar lugar a uma espécie de eu-social.

Alguns ambientes favorecem à sociabilidade, outros são ressignificados pelas juventudes que os transformam também em espaços de sociabilidade onde ocorrem interações onde é possível verificar elementos identitários e ainda a presença e a aceitação de regras grupais.

Com base nos estudos de Chagas (2014) a sociabilidade produz alguns efeitos relativos à relação de poder. Um desses efeitos é a busca por visibilidade, autoafirmação e reconhecimento dentro do grupo e também diante dos demais atores sociais. Há uma apropriação do espaço para controle social que permite que as vozes dos jovens sejam ouvidas, permitindo ainda um posicionamento de distinção em relação aos demais atores sociais. Os estudos de Almeida Neto (2014), Santos (2014) e França (2014) indicam que são traços distintivos dos jovens contemporâneos a busca por ambientes de sociabilidade.

Dentro de cada jovem, por sua vez, estão internalizados elementos clássicos, mas não determinantes de uma visão de mundo, pois, associam-se a esses elementos, outros característicos da modernidade, conforme já referenciado por Setton (2012), imprimindo nas trajetórias juvenis a busca por satisfação diretamente conectada à produção de gostos e ao consumo.

Segundo o estudo de Souza (2014) o consumo está vinculado ao grupo para o qual o indivíduo se projeta, ligando-se também à visibilidade, que novamente aparece como um traço distintivo dos jovens, além da autonomia, da socialização, da performance e do *habitus* já comentados.

Os conflitos que perpassam as trajetórias dos jovens estão vinculados às identidades ou visões de mundo, formadas por múltiplos referenciais. À medida que influenciam no jogo social, também são influenciados no mesmo. Desse modo, é preciso entender como as diversas juventudes atuam nesse jogo, quais os conflitos enfrentados, como e a partir de que se dá o investimento por determinadas trajetórias.

Bourdieu (1996), com uma abordagem weberiana, esclarece que o investimento se dá em virtude do interesse dispensado à campos sociais. Para isso, é preciso estar "situado" ou mesmo pertencer à determinados campos para que haja tal investimento. A produção de gostos pode partir de variados campos sociais. No curso da vida dos jovens, os mesmos têm contato à diversas experiências que, por sua vez, influenciam também na definição de trajetórias.

Dayrell (2012) mostra como a dimensão do trabalho pode ser extremamente educativa, modeladora de identidades e formadora de visões de mundo. Para o autor, é preciso considerar às diversas experiências juvenis. Permanecer estudando o comportamento do jovem estritamente dentro da escola é cair no reducionismo. Segundo ele, é preciso considerar que os jovens vão à escola carregados de símbolos, adquiridos fora da escola. Neste sentido, vários campos sociais moldam o comportamento do jovem.

A partir das discussões apresentadas, como é possível pensar as trajetórias juvenis mediante a uma valorização tão intensa do presente como discute Pais (2010) e simultaneamente por uma busca pelo progresso? Mais adiante será evidenciado como os jovens pesquisados constroem suas trajetórias.

Para Amarante Brandão (2014), é a partir dos anos 1960 que os jovens ganham visibilidade. Segundo ela, o que está por trás disso é a construção de suas representatividades, possíveis pelos meios de comunicação e pelo consumo.

A abordagem da autora se aproxima da de Setton (2012) que referencia as múltiplas opções de estilos de vida colocadas frente aos jovens nos anos 1970 no Brasil, porém a autora Amarante Brandão (2014) traz para o debate a ideia de que os jovens atuais articulam processos de auto invenção de estilos de vida.

Ainda segundo a autora, no cenário atual, o jovem torna-se um participante ativo no espaço público na defesa das diferenciações e estilos de vida produzidos por eles frente à uma cultura hegemônica.

Assim como Pais (2006) a autora identifica um movimento criativo juvenil que associa a vida profissional ao Hobby. Desse modo, as juventudes desenvolvem sensibilidades para lidar com o que tem materialmente e manifestam isso explorando o caminho entre a vocação, o aprendizado, a vida profissional e o Hobby.

É perceptível, com base na autora o protagonismo entre os jovens na Paraíba, elemento também destacado por Pais (2006) que observa uma apropriação do espaço social e busca de autonomia para pôr em prática o protagonismo.

A autora Amarante Brandão (2014) dialoga ainda com Almeida (2012) que apresenta o jovem como um novo ator social criativo, que estabelece um novo fazer criativo, ou seja, ele se desprende da ideia do fazer original, realizando a atividade à sua própria maneira. Esse novo fazer criativo e de caráter protagonista do jovem atual se aplica nitidamente ao campo profissional.

3. Os jovens pesquisados

A idade dos sujeitos investigados varia entre 18 e 28 anos. Todos eles são de religião cristã e residem nos conjuntos populares Gama Lins, Santa Helena e Denisson Menezes em Maceió-Alagoas.

O contato com os jovens pesquisados se deu a partir de minha própria inserção no universo religioso, mais precisamente, com o contato com um dos jovens, que é membro da igreja Assembleia de Deus (e muito dedicado à música) da qual fiz parte. Acompanhando sua página no *facebook*, observei que este jovem, juntamente com outros sete, havia montado uma banda musical completamente desvinculada de qualquer igreja (instituição), e que a mesma já possuía página no *facebook* e um grupo no *whatsapp*.

A partir do conhecimento da existência deste empreendimento (a banda), me interessou compreender, inicialmente, quais os sentidos que a banda musical dispensa à trajetória de cada um dos sujeitos jovens e, ao mesmo tempo, os sentidos voltados para a dimensão coletiva (o grupo).

Do ponto de vista metodológico, venho utilizando a observação participante, por julgar ser ela, um método que permite um maior acesso aos sentidos buscados. A partir dela, está sendo possível presenciar, a partir das interações entre os membros, como se estabelecem as relações e os elementos pormenorizados que podem ser relevantes para o entendimento do problema em questão. Neste sentido, tenho acompanhado os ensaios da banda e também suas apresentações que, até o presente momento se restringiram em "igrejas", embora a proposta seja, segundo os membros, ampliar o alcance da banda para outros eventos, como aniversários, casamentos, etc.

Como técnica de pesquisa, foi aplicado um questionário com perguntas abertas que se voltaram para os temas escolaridade, família, religião e música. Também (como técnica) foram realizadas algumas entrevistas no intuito de aprofundar algumas questões do próprio questionário.

A partir da metodologia empregada em prol do esclarecimento dos sentidos da banda musical na trajetória dos jovens pesquisados, foi identificado um novo perfil de juventude cristã, passando-se agora ao problema seguinte: o que está levando à um novo perfil jovem cristão e qual a relação deste novo perfil com o empreendimento de uma banda musical no caso dos jovens pesquisados. A banda musical e sua configuração interna é apenas uma das expressões da própria modificação do perfil cristão desses jovens? se apresenta como produto deste novo perfil?

Encontramos na banda musical a configuração da sociabilidade já tratada neste texto, Simmel (2006), em que os jovens, neste cenário, se desprendem (quando estão em grupo) de regras impostas por suas igrejas, embora carreguem consigo os elementos delas, revelando com isso, a afirmação de suas autonomias, Papamikail (2012) e, ao mesmo tempo evidenciando uma plasticidade que os inclina para uma capacidade de reajustamento local,

demonstrada a partir da preocupação e intencionalidade de que as músicas tocadas se adequem ao perfil dos ouvintes.

Em um dos ensaios, um dos jovens (membro da igreja Assembleia de Deus) declarou enquanto ensaiavam uma música com ritmo *reggae*: ─ se essa música fosse tocada na minha igreja, sei não viu?

A partir da narrativa acima citada, foi observado a ciência do próprio jovem de que a proposta que aplicam à banda não tem nexo com o que é "permitido" na igreja que alguns fazem parte. Como pondera Paes (2006), o perfil dos jovens na contemporaneidade se vincula à performatividade e ao desvio de regras impostas. No caso desta pesquisa, verificamos que os sentidos da música (na banda musical) estão inclinados também à sociabilidade.

Observando, no presente, o fenômeno em questão, isto é, "um novo perfil de jovens cristãos", apresentou-se ser relevante considerar a necessidade de conduzir a investigação não apenas a partir de uma perspectiva micro, mas também macro, uma vez que a remodelação do cristianismo na vida dos jovens pesquisados pode estar associada não a um estrito empreendimento, mas a vários fatores, instâncias, influências e mesmo à modificações de ordem institucional (mudanças no sistema de representação e classificação das próprias igrejas cristãs).

O comportamento protagonista e plástico encontrado nos jovens membros da banda musical pode ser pensado hipoteticamente (pois isto ainda está sendo investigado) como um mecanismo de expressão de um perfil cristão já modificado e não como a causa dele, embora devamos considerar "a música" como elemento importante na investigação já que todos os integrantes carregam em suas trajetórias um vínculo com a mesma.

A criatividade e a performatividade a que estão entregues os jovens pesquisados também é aplicada nas músicas tocadas, pois buscam modelar, segundo novos critérios o som produzido.

Outro elemento importante que esta pesquisa evidenciou foi a preocupação dos 8 (oito) jovens com a disseminação das ideias de cunho cristão, revelando ser a música um instrumento de propagação das mesmas. Quando, por meio do questionário, perguntados sobre "o" ou os objetivos(s) da banda, em todos os questionários apareceu ser "ganhar almas" como primeiro objetivo, seguido da associação da música e logo, da banda, com o meio de encontrar com os amigos e ainda ao lazer e relaxamento.

Com relação ao primeiro objetivo, reservo a hipótese de que um dos elementos associados a ideia do grupo de "ganhar almas" guarda uma estreita conexão com a

intencionalidade de atuação no espaço público, proporcionando o choque entre "campos" no sentido proposto por Bourdieu (2004) e disputa pelo poder simbólico nos conjuntos onde residem, evidenciando a intenção de "transformação" dos mesmos, por serem, em grande medida, controlados por traficantes. Uma das narrativas demonstra essa preocupação: ─ vimos que nosso bairro estava precisando de Jesus, então isso foi a forma de evangelizarmos.

A narrativa acima citada, além de demonstrar uma preocupação política, traz a ideia do "ganhar almas" como principal objetivo (conforme identificado nos questionários), entretanto, a razão dessa preocupação precisa ser melhor investigada, pois em nada esclarece o porquê de ter sido a música o instrumento escolhido para este fim.

Considerações Finais

A presente pesquisa mostrou de modo inicial, o quanto as trajetórias dos sujeitos jovens evangélicos investigados estão reconfiguradas, expressando-se, em um primeiro momento, por meio de um investimento e alcance de uma aspiração, a saber, uma banda musical onde, por meio de seus desdobramentos, foram verificados comportamentos que tendem a se desprender de regras locais (de suas igrejas).

Foi observado ainda, a utilização de inventividades no que diz respeito às músicas tocadas e um reajustamento ao perfil do público ouvinte, além da intencionalidade de intervir no espaço público por intermédio da música.

Uma questão a ser aprofundada nesta pesquisa, trata-se de explicar se há ou não relação entre o que eles chamam "ganhar almas" e a atuação no espaço público, em um primeiro momento, nos conjuntos onde residem, mas não só neste, já que a intenção é o largo alcance da banda, que pode reverberar como uma atividade profissional.

Referências

DURKHEIM, E. **O que é um fato social**. In: As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A trajetória do eu**. In: Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DAYRELL, Juarez. **Juventude, socialização e escola**. DAYRELL, Juarez (org.). In: Família, escola e juventude: Olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ALVES, Maria de Fátima Paz. **Juventude, igreja e "mundo" na perspectiva de jovens pentecostais** (assembleianos de Recife). VELHO, Gilberto (org.). In: Juventude Contemporânea: Culturas, gostos e carreiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. Criatividades contemporânea e os redesenhos das relações entre autor e obra: a exaustão do rompante criador. In: **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais.** Org.: Maria Isabel Mendes de Almeida e José Machado Pais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ALMEIDA, neto, Mateus Antonio de. **Juventudes e distinção:** Estilos de vida na pracinha do Siqueira Campos. UFS, 2014.

BOURDIEU, P. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P. **É possível um ato desinteressado?** In: Razões Práticas - sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

CHAGAS, Juliana Almeida. **A construção do jovem na cultura da pixação**. UFC/CE, 2014.

CHARLOT, Bernard. **Valores e normas da juventude contemporânea**. Léa Pinheiro Paixão & Nadir Zago (orgs.). In: Sociologia da Educação: Pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2007.

COSTA, Sandra Regina Soares. **O que é ser novo na baixada fluminense:** notas sobre representações da juventude entre as camadas populares. VELHO, Gilberto (org.). In: Juventude Contemporânea: Culturas, gostos e carreiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

DAYRELL, Juarez. **Juventude, socialização e escola**. DAYRELL, Juarez (org.). In: Família, escola e juventude: Olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

DURKHEIM, E. **A solidariedade devido a divisão do trabalho ou orgânica**. In: _____. Da divisão do trabalho social. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, E. "**Regras relativas à explicação dos fatos sociais**". In: As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. V. 1. In: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ELIAS, N. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: **Escritos e Ensaios** - 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FOUCAULT, M. **Os corpos dóceis.** In: Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FRANÇA, Matheus Gonçalves**. Entre lazeres, sociabilidades e insegurança**: Interpretações sobre a praça Universitária em Goiânia. PPGA/DAN/UnB, 2014.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. In: **Sociabilidade urbana** - Ciências Sociais Passo a Passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A trajetória do eu**. In: Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MAGALHÃES, Alexander Soares. **Juventude, amizade e fé:** Estudo de caso entre assembleianos da baixada fluminense, 2014.

MALVASI, Paulo Artur. **O domínio mental e a vida Loka**: uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo. São Paulo, 2008.

MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). In: Sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna**.** In: **Diagnóstico do nosso tempo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: Contextos, diferenças e trajetórias. ALMEIDA, Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda (orgs.). In: **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. ALMEIDA, Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda (orgs). In: **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude, autonomia e sociologia: Redefinindo conceitos transversais a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. DAYRELL, Juarez (org.). In: **Família, escola e juventude:** Olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PARSONS, Talcott. O conceito de sistema social. CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octavio (orgs.). In: **Homem e sociedade**: Leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

PICCOLO, Fernanda Delvalhas. Desigualdades sociais, práticas educativas e juventude numa favela carioca. VELHO, Gilberto (org.). In**: Juventude Contemporânea**: Culturas, gostos e carreiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

SANTOS, Maria Aparecida dos. **É no chão da praça**: expressividades culturais, sociabilidades juvenis e ativismos políticos no cotidiano da praça das juventudes - Serrinha. UFC, 2014.

SETTON, M. Graça J. **Experiências de socialização e disposições híbridas de habitus**. DAYRELL, Juarez (org.). In: Família, escola e juventude: Olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SIMMEL, George. **As grandes cidades e a vida do espírito**. In: **Mana** - Estudos de Antropologia Social V. 11. 2005/1903.

SIMMEL, George. A sociabilidade. In: **Questões fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Izabela Jatene de. Juventude e consumo: novas formas de significados no espaço socioeducativo. UFPA/Pa, 2014.

VELHO, Gilberto. **Juventudes, projetos e trajetórias**. ALMEIDA, Isabel Mendes de & EUGENIO, Fernanda (orgs.). In: Culturas Jovens**:** novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SUJEITO E SOBREVIVÊNCIA: RESISTIR PELA PALAVRA

Rafaela Scardino
UFES

Resumo: Neste trabalho, busca-se refletir sobre a produção de uma inscrição performática de resistência urbana emergente. As modalidades de inscrição ligadas ao movimento hip-hop, em especial o rap e a pixação, podem ser consideradas **uma manifestação de artivismo, um conjunto de performances artísticas que não podem ser separadas de uma prática e um discurso marcadamente políticos.** São modos de dar a ver não apenas um grupo social que se quer excluir da cidade, mas a própria cidade. Tais manifestações expõem a ausência de determinados corpos que, através do assassinato ou da exclusão espaço-social, foram eliminados dos territórios centrais das cidades brasileiras. Essa ausência que se demarca aponta, também, para a exclusão do discurso, da memória e da cidadania. Dessa maneira, propõe-se pensar a questão dos direitos humanos e dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo a partir das tensões que o rap e a pixação inscrevem performaticamente no tecido urbano do país.

Palavras-chave: cidade; pixação; rap.

Abstract: This paper seeks to analyse the production of an emergent performative inscription of urban resistance. These inscriptions modalities, linked to the hip-hop movement, especially rap and graffiti, can be considered an artivism manifestation, a set of artistic performances that cannot be separated from a practice and a remarkably political discourse. They are ways to give visibility not only to a social group that is somehow excluded from the city, but to the city itself. Such manifestation exposes the absence of certain bodies, which have been eliminated from the central areas of the cities because of murder or social and spatial exclusion. This absence also points to speech, memory and citizenship exclusions. Thus, we seek to think about human rights and social movements in contemporary Brazil using as a starting point the tensions that rap and graffiti performances inscribed in the country's urban space.

Keywords: city; graffiti; rap.

A muitos dos espaços de nossa cidade não cabe outro nome que não "espaços públicos" (em oposição a "espaços privados"), mas não estão disponíveis ao efetivo uso por todos os membros da população. São espaços que decorrem de uma visão utilitarista e mercantilizada das cidades, que seriam refratárias ao exercício da cidadania e da civilidade por parte de todos. Podemos chamá-los, em consonância com Zigmunt Bauman, de espaços "públicos-mas-não-civis" (Bauman, 2001, p. 119), pois são refratários ao uso e à permanência e identificação de determinados setores sociais. A luta pela apropriação do espaço das cidades é uma luta por visibilidade: dar a ver os que foram desaparecidos, torturados e assassinados por regimes opressores e os que continuam a sê-lo em nossas autodenominadas democracias.

Existe uma mortalidade seletiva no Brasil, como se pode comprovar, por exemplo, pelos mapas da violência publicados periodicamente, que deixam ver quem são aqueles

considerados cidadãos e quem são os declarados "inimigos" pelo poder governamental. Entre os anos de 2002 e 2010, por exemplo, o homicídio de pessoas negras em nosso país aumentou 29,8%, enquanto a taxa de homicídios de pessoas brancas diminuiu 25,5% (Waiselfisz, 2012, p. 14). A OAB/RJ (Ordem dos Advogados do Brasil/RJ) lançou, em 2013, a campanha *"Desaparecidos da democracia – Pessoas reais, vítimas invisíveis", que busca promover o debate a respeito da alta taxa de letalidade das incursões policiais em comunidades no Rio de Janeiro, onde, entre 2001 e 2011, dez mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia. Os chamados "autos de resistência", que denominam as mortes supostamente advindas de confronto e resistência à ação policial, foram criados durante a ditadura civil-militar brasileira, mas têm sido cada vez mais utilizados nos relatórios das ações das polícias militares no período pós-ditatorial. Essa classificação denuncia que grande número de mortes deixe de ser investigado, em especial quando se trata de ações em favelas. O* presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Marcelo Chalréo, **compara os "autos de resistência" à pena de morte imposta pelo aparato repressor aos brasileiros que vivem em situação de pobreza e periferização (Fraga, 2013). Parte da campanha consiste no registro do testemunho de parentes das vítimas, na afirmação da ausência criada pelo desaparecimento das vítimas, em incluir no discurso aqueles aos quais foi negada até mesmo a morte, dissolvida na denominação oficial de "autos de resistência"**[1].

Thiago Fabres de Carvalho, em seu artigo "O 'direito penal do inimigo' e o 'direito penal do *homo sacer* da baixada': exclusão e vitimação no campo penal brasileiro", evidencia que, no Brasil, os chamados "setores subalternos" são deixados de fora do discurso legislativo naquilo que toca seus direitos enquanto cidadãos, sendo antes considerados "inimigos internos" aos quais o sistema jurídico só se apresenta "através das sanções normalizadoras e afastando-os das garantias estabelecidas pela ordem constitucional" (Carvalho, 2007, p. 117). Destaca ainda que o aumento de legislação punitiva conduzida pela chamada "guerra às drogas" (enfatiza-se aí o vocabulário bélico) é parte de um projeto de Estado neoliberal que visa substituir a implantação de políticas de ordem social pela punição (em geral seletiva) de ações geradas pela ausência de práticas de inclusão social, além de atender à necessidade midiática de setores da sociedade. Sabemos que também a

[1] A resolução n° 08 de 21 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, prevê que os termos "autos de resistência" e "resistência seguida de morte" sejam substituídos por "lesão corporal decorrente de intervenção policial" e "morte decorrente de intervenção policial". A mudança do nome, ainda que não mude automaticamente as ações policiais, já é um passo ao assumir que a essas vítimas deve ser concedido pelo menos o direito a uma morte nomeada.

punição obedece à mesma seleção que organiza as mortes por homicídio em nosso país: segundo dados apresentados pelo relatório "O Brasil atrás das grades", publicado pela *Human Rights Watch* em 1998, 65% da população carcerária brasileira é composta por negros, sendo que 54% têm menos de 30 anos de idade e 69,5% possuem apenas o ensino fundamental (Carvalho, 2007, p. 102).

Além do próprio direito às garantias constitucionais mais básicas como a manutenção da vida, esses mesmos setores populacionais estão submetidos à discriminação e ao cerceamento em seu direito à cidade. Em janeiro de 2014, por exemplo, trabalhadores foram proibidos de entrar em um prédio comercial da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, onde funciona uma clínica de medicina do trabalho, responsável pelos exames admissionais de diversas empresas. O administrador do condomínio teria alegado que a circulação de determinado grupo de pessoas, em sua maioria negras e pobres, causaria "poluição visual e mau cheiro" (Marinatto, 2014, s/p). Outra forma de exclusão social é a adoção de políticas higienistas, ao lado da gentrificação e da periferialização das camadas mais pobres da sociedade, e também o sucateamento e encarecimento do transporte público, o que dificultaria seu acesso às áreas centrais das cidades.

O rapper paulista Criolo divulgou através do site *YouTube* uma versão para a canção "Cálice", escrita por Chico Buarque e Gilberto Gil em 1973. Tal releitura pode ser compreendida como um relato das opressões impostas aos habitantes das regiões periféricas da cidade. Ao iniciar-se com o questionamento "Como ir pro trabalho sem levar um tiro? / Voltar pra casa sem levar um tiro?", a letra expõe uma face da violência que atinge mais fortemente esses grupos sociais, aos quais não cabe a polícia enquanto organismo (supostamente) protetor, como ela pode ser compreendida nos bairros de maior renda. Como vimos a partir dos dados apresentados, a essa parcela da população urbana a lei cabe apenas como aparato punitivo-repressor. A voz poética segue denunciando justamente a proibição do uso de determinados espaços ao afirmar que "os saraus tiveram que invadir os botecos / pois biblioteca não era lugar de poesia / Biblioteca tinha que ter silêncio / e uma gente que se acha assim muito sabida". Nestes precisos e dolorosos versos vemos uma depreciação, infelizmente ainda muito comum, das manifestações culturais e artísticas dos mais pobres. Uma elitização até hoje frequente do próprio conceito de cultura que despreza o saber de determinados grupos sociais, recusando manifestações denominadas pejorativamente de "populares" como algo exótico que não deveria ocupar a biblioteca, templo da alta cultura e

do saber. Existe ainda nos versos citados a denúncia de uma normatização dos corpos e dos usos dos espaços. Os corpos indóceis dos pobres devem buscar enquadrar-se, de forma mimética, num modelo de utilização do espaço criado e mantido por aqueles que têm o poder de decidir sobre seus usos, essa "gente que se acha assim muito sabida". Portanto, apenas uma única forma de produção cultural e uma única atitude corporal são permitidas nesses espaços chancelados pelo Estado e pelas elites.

O sujeito poético segue denunciando àqueles que se colocaram contra a opressão imposta pela ditadura civil-militar implantada em 1964, e que foram absorvidos pelo discurso da "alta cultura", as práticas seletivas da brutalidade dos aparelhos repressores estatais – em especial a violenta polícia militar, herdeira direta de práticas iniciadas durante a ditadura: "A ditadura segue, meu amigo Milton / A repressão segue, meu amigo Chico". E deixa bem claro seu conhecimento das distinções culturais a que estão expostos tanto ele quanto seus semelhantes, ao afirmar a mestiçagem étnica e cultural que lhe conforma ("Me chamam Criolo e o meu berço é o rap"), mas também ao ressaltar o alcance de suas palavras, que servem de alento e incentivo a muitos de seus semelhantes ("Mas não existe fronteira para minha poesia"). Um discurso muito frequente entre os integrantes do movimento hip-hop, complexa rede de manifestações culturais que inclui o rap, o grafite e o pixo, é a de que o hip-hop salva vidas. Acreditamos que o hip-hop é, antes de tudo, uma forma de artivismo, um conjunto de manifestações artísticas que não se podem separar de uma prática e um discurso profundamente político, como o que se vem afirmando neste trabalho a respeito da literatura. Poderíamos acrescentar, ainda, que o hip-hop constitui uma ética da experiência, de um saber compartilhado que só se pode dar no contato com o outro. Jorge Nascimento afirma que o rap "é a verbalização performática da palavra coletiva de muitos jovens de todo o mundo, que é a busca da legitimação – através da palavra e da atitude – de muitos que estão à margem do território da cidadania" (Nascimento, 2011, p. 215-216). Em seu discurso, a forma de estetização do real pelo rap se daria, então, "pela transformação da experiência (real ou imaginária, pessoal ou coletiva) em linguagem" (Nascimento, 2011, p. 224). E, acrescentamos, é no processo de transmissão desse texto-atitude que efetivamente se realiza a prática política da experiência. Em outra de suas produções, "Ainda há tempo", Criolo afirma que "se o rap está comigo eu não me sinto excluído".

Voltando à versão do rapper para "Cálice", verifica-se que, assim como a de Chico e Gil, quando não existem aparelhos de proteção ao cidadão, quando a cidadania mesma é

negada e determinados sujeitos ou grupos sociais são tratados como inimigos pelo Estado, só é possível recorrer a forças sobrenaturais: "Afasta de mim a biqueira, pai / Afasta de mim as biate, pai / Afasta de mim a coqueine, pai / Pois na quebrada escorre sangue, pai"[2]. Dessa forma, para manter-se vivo, para manter-se afastado dos diversos perigos que se oferecem à sua integridade física e psíquica, o habitante da "quebrada" não tem a quem recorrer senão a Deus, a algo que transcenda os seletivamente ineficientes aparelhos estatais, portanto, em meio às impossibilidades sociais que afligem seu corpo invisibilizado.

O grafite e o pixo são formas de dar a ver não apenas um grupo social que se quer excluir da cidade, mas a própria cidade. Muitas vezes, aquele que se movimenta pela cidade só passa a notar algum de seus espaços depois que este foi marcado pela inscrição, muitas vezes considerada agressiva, de um pixador[3]. Mas ao inscrever suas tags nos muros da cidade, o pixador cria demarcações que os transformam em *lugares* para aqueles que sabem identificá-las. As pixações fazem uma cartografia da cidade, demarcando socialmente, para aqueles que sabem "ler o muro", espaços e territórios. O antropólogo Alexandre Barbosa Pereira narra, de um de seus encontros com os pixadores de São Paulo, que um desses jovens dizia orientar-se na cidade através das pixações, afirmando que "sabia que estávamos chegando ao local de encontro por causa das pixações nos prédios" (Pereira, 2012, p. 63). O pixo é, então, uma reivindicação da paisagem, reorganizando o mapa (simbólico e afetivo) da cidade. É, também, um exercício do direito à cidade, pois implica um uso imprevisto (e muitas vezes ilegal) dos espaços urbanos.

Os pixadores são, de forma geral, moradores de periferia, cuja circulação pelas regiões centrais da cidade deveria restringir-se às suas atividades estritamente necessárias, como

[2] A versão de Criolo para a canção de Chico e Gil foi divulgada, como se disse, através do YouTube, não tendo sido registrada em nenhum álbum. A grafia dos termos "biate" e "coqueine" é relevante, então, por apresentar um tensionamento da língua (da variante padrão da língua) praticado pelo discurso do rap. A grafia abrasileirada dos termos ligados à tradição do rap norte-americano pode opor-se a uma determinada leitura do trabalho, mas é principalmente a performance vocabular que desloca os usos previstos da língua. Chama a atenção que a revista Rolling Stone opte por grafar a palavra "coqueine" em inglês (ainda que "biate" esteja grafada em sua versão brasileira — uma forma de amenizar o conhecido insulto de língua inglesa, substituindo-o por uma palavra desconhecida de seus leitores?), e que a entrevistadora Marília Gabriela aponte estes mesmos versos como um entrave à compreensão das letras do rapper. Cabe perguntar, aqui, quem não compreende os versos, e quem não sabe como grafá-los. Por não haver registro escrito autorizado pelo autor, as palavras compõem o repertório de um dizer poético (e popular) não restringível pelo arquivo. Cabe ainda ressaltar que essa discussão é importante em se tratando da obra de Criolo, autor de "Coccix-ência" e "Grajauex", em que as palavras ganham, a partir de modificações léxicas e gráficas, múltiplos significados.

[3] Os editores mantêm a grafia da palavra pichador e suas derivações, com "x", e não com "ch", a correta segundo a ortografia oficial, para, em acordo com a autora, respeitar o modo como os pixadores escrevem o termo. Esse modo particular de grafar por alguns pixadores é uma uma maneira de se diferenciar do sentido atribuído na norma culta da língua: pichação. "Pixar" seria diferente de "pichar", pois este último termo designaria qualquer intervenção escrita na paisagem urbana, enquanto o primeiro remeteria às práticas desses jovens que deixam inscrições grafadas de forma estilizada no espaço urbano.

aquelas ligadas ao trabalho nas empresas que ali estão sediadas. Outro fator interessante é que muitos são office-boys, o que lhes propicia, nessa movimentação "autorizada" pela cidade, localizar os pontos onde, quando a circulação de pessoas diminui, deixarão sua marca. Fissuram, assim, o uso esperado da movimentação que é permitida a seus corpos durante o dia na cidade. É de dentro de uma movimentação determinada e (autoritariamente) autorizada que criam demarcações dos usos efetivos do espaço urbano que representam suas inscrições. Assim, é à noite que exercem seu direito à cidade, modificando-a e deixando nela a marca de sua passagem, mas também de sua ausência: de um corpo rebelde que se recusa a obedecer às delimitações espaço-sociais que lhe são impostas.

Essas demarcações dão a ver a *ausência* de determinados corpos, mais que sua presença que, por incômoda, foi invizibilizada, através do assassinato ou da exclusão espaço-social. Essa ausência que se demarca aponta para a exclusão do discurso, da memória, da cidadania. Pois fazer memória é também constituir uma ausência: um corpo invisível que faz uma marca para inscrever sua ausência desses espaços, porque, sem essa marca, sequer à sua ausência é permitido existir. Ressaltamos, com Baudrillard (2005), a escolha por pseudônimos, ao invés de nomes, nas pichações. Isso denota o conhecimento da impossibilidade de entrar na lógica positiva das identidades (e da cidadania) que, em nossos dias, só se afirma pelo consumo. Implica em fissurar essa lógica, voltando-a sobre si mesma e valorizando "identidades periféricas" que são estigmatizadas. Mas o pixo *não é* a presença do corpo invisibilizado, é a performance desse corpo, é o traço deixado por essa performance, que inclui a criação de uma ausência. E, nos rolês, a própria movimentação do corpo pela cidade é política. Poderíamos falar, então, numa coreografia da pixação, que cria sentidos para o espaço que ocupa/percorre. Mas também é necessário afirmar que é "coreopoliciada"[4], pois se organiza no sentido de evitar o ordenamento repressor policial. Mas existe, também, um elemento de confronto: como bem o destaca o rapper Criolo, em "Doum", "a lata vai revidar" a repressão e o autoritarismo impostos a esses corpos.

Para Jacques Rancière (2001), a polícia (constituição simbólica do social que se opõe à política) instaura no espaço uma interrupção das manifestações subjetivas. Enquanto a política propicia a simbolização de um espaço para que ali possa emergir um sujeito, a polícia busca justamente o esvaziamento subjetivo dos espaços dito públicos. A ordem de circular

[4] O termo "coreopolícia", criado por André Lepecki (2012), refere-se à ordenação dos corpos exercida pelo aparato repressor, como se a polícia nos coreografasse em nossa utilização dos espaços urbanos.

("Circulando! Não há nada para ver aqui") reitera a lógica punitiva e de exclusão daqueles que buscarem deixar sua marca neste espaço que não é habitável (marcar o espaço e, mais importante, inscrever o *nome* no espaço é uma forma de habitá-lo, de transformá-lo em *lugar*). A política, por sua vez, "consiste na reconfiguração do espaço, do que há para fazer aí, do que há para ser visto ou nomeado nele" (Rancière, 2001, s/p). Ou seja, a política opera um deslocamento simbólico do próprio deslocamento dos corpos pela cidade. Assim, a inscrição do pixador é uma politização do espaço, pois resiste, também, ao esvaziamento de significados implícito na ordem de circular. Parar (nem que seja a parada efêmera do tempo de um pixo) é o exercício político de usos do espaço (de direito à cidade) a partir da ordem coreopolicial (e econômico-social) de circulação.

O universo do pixo é também o da movimentação, especialmente quando se trata da pixação em lugares de grande circulação e destaque, como as áreas centrais da cidade. Os jovens saem em grupos para rolês, mas sua principal forma de sociabilização se dá nas paradas nos points, os espaços de encontro e trocas entre eles, onde "tecem uma vasta e complexa rede de relações de reciprocidade" (Pereira, 2010, p. 149). Nesses encontros, uma estratégia de sociabilização é a troca de folhinhas, nas quais os pixadores reproduzem as inscrições feitas nos muros da cidade. Nessas folhinhas ficam registradas de forma mais permanente as imagens que são apagadas da cidade sistematicamente pelo poder governamental.

Na pixação existe também um código de memória e preservação da memória daqueles que já não estão em atividade, especialmente no caso daqueles que já faleceram. Muitos pixos levam a inscrição "in memoriam" ou "esteja em paz" (Pereira, 2012, p. 59). O chamado "atropelo", em que um pixo se sobrepõe a outro, é considerado uma das práticas mais recusadas pelos pixadores, ainda mais grave se o atropelo ocorrer com o pixo de alguém já fora de atividade ou falecido. A importância da memória dos falecidos, em especial, é também uma forma de afirmação da precariedade das condições em que vivem (e dos riscos a que estão expostos na prática de suas intervenções). Esse corpo ausente deve ser lembrado pela manutenção da marca que evidencia sua ausência.

A violência suprime tanto o corpo quanto a ausência do corpo. Quando havia a morte pública exemplar, o que se publicizava era o corpo e a ausência que seria deixada por aquele corpo. Com o desaparecimento dos suplícios públicos, escreve Foucault, "a justiça não mais assume publicamente a parte da violência que está ligada ao seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela"

(Foucault, 2012, p. 14). A partir daí o castigo passa a ser "uma economia dos direitos suspensos" (Foucault, 2012, p. 16). E ainda:

> Nas cerimônias do suplício o personagem principal é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido. Procurava-se dar o exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo do poder tripudiando sobre o culpado (Foucault, 2012, p. 56).

Hoje, nos desaparecimentos cotidianos do "homo sacer da baixada", o que se tem é um apagamento da mão do poder, uma ação de punição difusa para uma culpabilidade também difusa. Não existe um crime nem uma sentença (em termos jurídicos) e, menos ainda, a instauração de uma pena. Um poder difuso que não se oferece à nomeação seleciona aqueles que serão tratados como inimigos, sem apresentar sequer o corpo supliciado. É porque esse poder estabelece-se como exceção às normas jurídicas (fundamento das democracias de direito contemporâneas) – exceção que compõe a regra, deve-se ressaltar que os corpos desaparecidos de sujeitos que foram executados e condenados por atores ligados ao ordenamento jurídico, mas agindo fora dele, devem permanecer ausentes. Não são mais exemplos de um poder soberano e localizável, mas agentes de uma ansiedade disforme e profundamente eficaz em sua função docilizadora.

A figura do *homo sacer*, investigada por Giorgio Agamben na série de estudos de mesmo nome, acaba por designar muito bem esses indivíduos de quem é retirada toda dimensão política e aos quais só cabe, como representante do Estado, a polícia. Reduzidos à "vida nua", vida despolitizada, o *homo sacer* é a figura máxima do refugo humano indispensável à lógica econômica do capital globalizado. O que define o *homo sacer*, para Agamben, é "a dupla exclusão em que se encontra preso e a violência à qual se encontra exposto" (Agamben, 2010, p. 84). É aquele que está excluído da política, ao qual não se aplica a lei enquanto norma dos direitos do cidadão, mas sobre quem apenas recai a lógica do "inimigo interno". Assim, é um corpo cuja ausência não deve ser notada, um corpo descartável: o refugo, enfim, que não queremos ver depois que já não nos serve.

O apagamento da ausência, em especial o apagamento da morte, é também o da presença desses corpos enquanto vivos. Não apenas às mortes dos desaparecidos políticos durantes as ditaduras que assolaram nosso continente no século XX, mas às mortes de habitantes de periferias que continuam a constar apenas como "desaparecimentos" em relatórios produzidos

por órgão ligados ao poder governamental é preciso opor o discurso da visibilidade. Os imprecisos dados de que se dispõe dão conta de que vivemos no país que mais mata pessoas transgêneras no mundo, mas a invisibilização dessas mortes nas estatísticas (em geral, quando se registra crime por motivo de ódio, registra-se homofobia, como se se tratasse do assassinato de um homem homossexual) e o insistente apagamento da identidade de gênero das vítimas – que se reflete não apenas na insistência em se recusar seu nome social, mas na própria língua, ao se recusar a utilização correta da flexão de gênero – dão conta do desejo de que esses corpos incômodos se dissipem. Apagar a ausência é apagar a presença duplamente. O próprio gesto de fazer memória deve incluir a marca da ausência, como a afirmação de que algo (alguém) existiu. Por isso é preciso, com o pixo, marcar a ausência da cidade.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **Koolkiller ou l'insurrection par les signes**. Paris: Les partisans Du moindre effort, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Thiago Fabres de. "O direito penal do inimigo e o direito penal do *homo sacer* da baixada: exclusão e vitimação no campo penal brasileiro". In: **Revista de Estudos Criminais**, n. 25, jan./mar. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FRAGA, Vitor. "Desaparecidos da democracia". In: **OAB Digital**, agosto/2013. Disponível em <http://www.oabrj.org.br/dc/verConteudo/332/Desaparecidos-da-democracia.html>. Acesso em 19 ago. 2015.

LEPECKI, André. "Coreopolítica e coreopolícia". In: **Ilha**, v. 13, n. 1, jan./jun. 2012.

MARINATTO, Luã. **"**Condomínio de luxo na Barra é acusado de discriminar trabalhadores: 'Poluição visual e mau cheiro', disse administrador". In: **Jornal Extra**, 16 jan. 2014. Disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/condominio-de-luxo-na-barra-acusado-de-discriminar-trabalhadores-poluicao-visual-mau-cheiro-disse-administrador-11313131.html>**.** Acesso em 19 ago. 2015.

NASCIMENTO, Jorge. "O Titanic afundou: poesia e cultura, rap e sociedade". In: **Contexto**, n. 19, v. 1, jan./jun. 2011.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo”. In: **Lua Nova**, v. 79, 2010.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “Quem não é visto não é lembrado: sociabilidade, escrita, visibilidade e memória na São Paulo da pixação”. In: **Cadernos de Arte e Antropologia**, n. fev. 2012.

RANCIERE, Jacques. “Ten theses on politics”. In: **Theory and Event**, v. 5, n. 3, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012***:* a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

"NÃO TAVA PARADO NO FLUXO": SOBRE FUNK, ADESÃO E MOVIMENTO

Réia Sílvia Gonçalves Pereira
UFES

Resumo: A intenção do artigo é analisar os sentidos de adesão ao funk, entendido aqui como estilo juvenil. Compreende-se que a identificação ao estilo ocorre de forma dinâmica e diversa. Existem nuances que revelam numerosos "níveis" de adesão, atestando a ambivalência entre individualização e identificação coletiva. No texto, serão apresentadas entrevistas com jovens, os quais apresentam diferentes formas de se relacionar com funk, revelando a complexidade das relações entre consumo, produção de cultura.

Palavras-chave: juventudes; estilo de vida; adesão.

Abstract: The intention of the article is to analyze the membership's ways to funk, understood here as juvenile style. It is understood that the identification to the style occurs in a dynamic and diversely way. There are nuances between the most enthusiastic "funkeiro" and the young man who only nourishes sympathy for the style that reveal many "levels" of membership, attesting to the ambivalence between individuality and collective identification. In the text, interviews with young people will be presented, they relate themselves with funk in different ways, revealing the complexity of the relationship between consumption, cultural production and, in particular, the importance of youth friendship networks woven in everyday life.

Keywords: youth, lifestyle, membership.

Introdução

Valéria[1], de 19 anos, moradora do bairro São Pedro, região sul de Vitória define-se como "*funkeira* mesmo", frequenta bailes funk desde os 16 anos, pertence a um grupo de dançarinas e afirma que sua filha, Pâmela, será uma *funkeira* como a mãe.

Tiago[2] gosta de ouvir funk. Eventualmente participa de baile, mas não se identifica como funkeiro tampouco usa roupas que remetem ao estilo[3]. Para ele "*funkeiro* é aquele que participa de todos os bailes e só gosta de um tipo de música".

Valéria e Tiago não são exemplos de pesquisa. São sujeitos, dotados de autonomia e especificidades. No entanto, os pontos das trajetórias de ambos foram apresentados para demonstrar que cada qual, à sua maneira, possui algum nível de adesão ao estilo de vida funk. E, em sentido, mais geral, essa é a intenção desse trabalho, qual seja, discutir os sentidos de adesão ao funk, entendido aqui como estilo juvenil (Pais, 2003).

[1] Nome fictício. Informações obtidas em entrevista realizada em janeiro de 2013.
[2] Nome fictício. Informações obtidas em entrevista realizada em janeiro de 2013.
[3] De acordo com o entrevistado, boné de aba reta, chinelos e bermudas e correntes de prata. Ver (Mizrahi, 2007).

No texto, serão apresentadas entrevista com jovens, os quais apresentam diferentes formas de se relacionar com funk, revelando a complexidade das relações entre consumo, produção de cultura.

1. Juventude e juventudes

"É, eu sei que a juventude atual mudou, infância não existe mais, acabou"[4]. A simplicidade dos versos do funk acima citados revela uma importante questão para o estudo de um estilo de vida juvenil. Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que as formas de se vivenciar e de apreender a juventude variam histórica e socialmente. Autores como Pais (2003), Peralva (1997), Abramo (1994) advogam que a juventude aparece como uma categoria socialmente destacada nas sociedades industriais modernas.

Ariès (1981) destaca que, a partir do século XV, os humanistas e religiosos proliferam teorias e práticas que distinguem a infância da juventude e da vida adulta. Concomitantemente, no ensino, começam a serem separados as crianças e os jovens dos adultos. Somente ao fim do século XIX surge, nas classes burguesas, o termo adolescência, como o resultado de uma sociedade capitalista e industrializada, com a intenção de demarcar o início da segunda infância, definindo esta idade para além dos 13 anos.

Foi com os estudos da Escola de Chicago, na década de 1920, que a juventude passou a ser reconhecida em sua transitoriedade. Em Mannheim (1982) há o destaque para o conceito de geração. A juventude traria sempre o caráter contestatório do processo de afirmação de cada geração.

Pierre Bourdieu (1983), ao proclamar que a "juventude era apenas uma palavra", ampliava a questão ao reconhecer não apenas o caráter sociocultural e histórico da categoria, mas também seu sentido geracional. "Somos sempre o jovem ou o velho de alguém", afirmava o teórico francês (p. 113).

> [...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 113).

[4] Eu sei. MC Felipe Boladão.

Em outro sentido, para Margulis e Uresti (1996), se as concepções sobre juventude variam ao longo do tempo, a experiência geracional enquanto representação social legitima-se, apenas em sua singularidade histórica. José Machado Pais (1990), em uma tentativa de síntese, aponta que as conceituações a respeito da categoria variam entre uma perspectiva *doxa*, que categoriza a juventude em critérios objetivos como a faixa etária e geracionais, e uma perspectiva heterodoxa, a qual a concebe como um conjunto social diversificado. O que Pai coloca em perspectiva é que ambas as concepções de juventude, ora enfatizando o critério "geracional", ora destacando o critério da "diversidade", são insuficientes. Para o autor, é necessária uma articulação ente as duas correntes, em que os estudos devem levar em consideração a diversidade entre as formas de se vivenciar a juventude em suas especificidades, mas não se pode abrir mão do reconhecimento da experiência geracional que atravessa o campo.

Assim, a categoria juventude deve ser concebida em seu sentido plural. Existem variadas formas de ser jovem. São juventudes que se revelam a partir dos diversos sistemas de interação, como classe, família, origem social.

> torna-se necessário que os jovens sejam estudados a partir dos seus contextos vivenciais, quotidianos – porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interacções, que os jovens constróem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e acção. Mais que fazer uma dedução dos "modos de vida" dos jovens a partir de um "centro" imaginário correntemente identificado com uma cultura dominante (de gerações ou de classes), parece ser preferível estarmos prioritariamente abertos a uma análise ascendente (passe a expressão) dos modos de vida dos jovens, partindo dos seus infinitesimais mecanismos, das estratégias e tácticas quotidianas, tentando perceber como esses mecanismos são investidos, utilizados (PAIS, 2003, p. 70).

Neste texto, corroboro com Pais no esforço de olhar a juventude em torno de dois eixos: como aparente unidade e como diversidade. A juventude é plural, é um construto social heterogêneo e deve ser analisado na perspectiva do cotidiano e do percurso individual, rompendo assim com a ideia de grupo homogêneo. É possível falar em juventudes, buscando construir uma noção de juventude pela ótica da diversidade, por meio do cotidiano e das singularidades dos percursos individuais.

Desta forma, a vivência da juventude perde seu caráter linear. As experiências juvenis dependem de escolhas delimitadas a um campo sociocultural específico, e tais

escolhas são dinâmicas e, muitas vezes, contraditórias. Pais utiliza a metáfora do ioiô para descrever esse trânsito.

> Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem da casa dos pais para um dia qualquer voltarem; abandonam os estudos para os retomar tempos depois; encontram um emprego e em qualquer momento se veem sem ele; suas paixões são como "voos de borboleta", sem pouso certo; casam-se, não é certo que seja para toda a vida... São esses movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do ioiô ajuda a expressar. Como se os jovens fizessem das suas vidas um céu onde exercitassem a sua capacidade de pássaros migratórios (PAIS, 2006, p. 9).

Pactuo, então, com a definição de Juarez Dayrell (2007), que opta pelo termo "condição juvenil" para descrever as diversas dimensões da vivência da juventude na sociedade

> Temos de levar em conta também que essa condição juvenil vem se construindo em um contexto de profundas transformações sócio-culturais ocorridas no mundo ocidental nas últimas décadas, fruto da ressignificação do tempo e espaço e da reflexividade, dentre outras dimensões, o que vem gerando uma nova arquitetura do social (DAYRELL, 2007, p. 1107).

2. Funk como grupo de estilo juvenil

Desde o início deste texto, afirmo que o funk é um estilo de vida juvenil. Tal categoria tem um sentido difuso. Juarez Dayrell (2005), amparado em Giddens (2006), associa estilos de vida juvenis a expressões simbólicas fluidas:

> fica evidente que a noção de "estilo de vida" é mais ampla e engloba a noção de "estilo". O estilo rap e, como veremos, também o estilo funk, tomados como expressão simbólica das culturas juvenis, são parte deum estilo de vida, sendo, porém, o eixo em torno do qual o articulam. Assim, podemos falar em um estilo de vida rap e em um estilo de vida funk (DAYRELL, 2005, p. 98).

Tais expressões simbólicas apresentadas por Dayrell podem ser descritas como os símbolos estéticos de cada estilo. Assim, preciosa é a definição de Pais (2008), para quem tais símbolos recebem uma dupla conotação. Como máscaras, remetem a códigos de pertencimentos, cujo sentido é restrito ao grupo. Como bandeiras, os estilos revelam que são uma forma comunicativa que expressam mensagens específicas aos demais contextos sociais.

> Como vemos, os estilos aparecem frequentemente como máscaras cujo significado depende dos contextos quotidianos de uso. Os mesmos símbolos culturais podem ter significados distintos [...]. No trilho interpretativo que temos vindo a seguir, as "polpinhas" ou cortes de cabelo, os medalhões, ou as vestimentas exóticas juvenis transportam significados secretos que expressam, em código, uma forma subtil de resistência à ordem dominante que, aliás não deixa de garantir a continuidade de formas de subordinação cultural (PAIS, 2008, p. 238).

Coloca-se aqui a questão do pertencimento em perspectiva. Para Pais (idem) e Dayrell (2005), o envolvimento e adesão aos grupos de estilo variam segundo as especificidades individuais. Ou seja, o envolvimento depende da relação individualizada que cada um estabelece com o estilo e "a abrangência deste na determinação dos modos de agir e na identidade" (DAYRELL, 2005, p. 121).

Em outro trecho, Dayrell comenta sobre essa possibilidade de "identificação":

> É importante frisar que o estilo de vida não é algo que se "transmite"; ao contrário, é adotado a partir de uma escolha entre uma determinada pluralidade de opções possíveis. Giddens, numa compreensão semelhante àquela de Melucci, afirma que o estilo de vida situa-se no terreno existencial da vida na modernidade tardia, que tem como uma das características centrais a dimensão da escolha. Nesse sentido, afirma que todos não só buscam um estilo de vida, mas são quase forçados a buscar, ou seja, não existe outra escolha senão escolher (idem).

No entanto, essa *escolha* destacada por Dayrell obviamente não é absoluta. Evitando caminhar por um individualismo absoluto, destaco o conceito de campo de possibilidades (VELHO, 1994). De caráter quase autoexplicativo, campo de possibilidades pode ser descrito como as alternativas simbólicas e materiais do contexto social e cultural no qual o sujeito está imerso. Nos dizeres de Velho, "[...] campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura" (VELHO, 1994, p. 28).

Novamente, as palavras de Dayrell apresentam uma forte qualidade sintetizadora:

> Para esses jovens, aderir ao funk significa uma escolha, condicionada pela própria condição juvenil e o campo de possibilidades com o quais se deparam. Os fatores são semelhantes aos do rap: a atração pelo ritmo e pela dança, a inexistência de maiores pré-requisitos para a produção musical e a influência da mídia. [...] Assim, a escolha pelo funk expressa determinada forma de vivenciar a condição juvenil, com ênfase na diversão e na alegria que os bailes representam. [...] Por meio dos bailes e shows, estabeleceram

> uma rede de relações amplas – os conhecidos – que não possui uma estrutura de coesão tão forte entre aqueles que dela participam: reconhecem-se no funk, compartilham situações lúdicas, encontram-se nos bailes, sentindo-se parte de uma rede simbólica (DAYRELL, 2005, p. 132).

Nesta esteira, uma interpretação permite aproximar o funk ao conceito de *fugitive cultures*, de Giraux (1996). Para Giraux, *fugitive cultures* seriam as estruturas juvenis que constroem sentidos de identificação, estes, construídos diariamente, dentro da experiência cotidiana do grupo.

O conceito de *fugitive cultures* refere-se ao processo de apropriação e de reinterpretação de expressões culturais dentro de outro contexto específico, possibilitando o surgimento de uma cultura híbrida, forjada em expressões culturais formadas a partir da reinterpretação local de um uma manifestação global. Assim, os signos que remetem ao funk são transnacional mente difundidos, recebendo significados específicos em cada contexto, no qual é reinterpretado, em um processo dotado de zonas de conflito, de negociações e de acomodações. Nesse sentido, é possível que as manifestações do funk do Rio de Janeiro, já híbridas e mediadas, sejam novamente reinterpretadas nas periferias de Vitória.

> A cultura de evasão designa ao tanto uma formação rígida, mas um conjunto de experiências dinâmicas e conflituosas enraizadas na cultura juvenil working-class marcada pelos fluxos e intervenções incertas da vida do dia-a-dia (GIROUX, 1996, apud Fradique, 2003).

3. “Não quero ser “espera tapa” de polícia”: as representações do funk e as “escolhas”

Entendendo o funk como estilo de vida cuja adesão envolve escolhas individuais envoltas em um campo possibilidades, a pergunta óbvia é entender quais são as referências simbólicas relacionadas ao estilo. Assim, em síntese, o *funk* pode ser conceituado como estilo de vida juvenil, com um sentido marcado pela fruição e prazer com forte conotação sexual, cujo código mais difundido é a música (DAYRELL, 2005, VIANNA, 1987, HERSCHMANN, 2000). Destaco também os estereótipos ligados ao estilo. Entre aqueles que de alguma forma se identificam com o funk, há uma associação ao hedonismo, à criminalidade e à promiscuidade. Contudo, o que se discute aqui é a forma complexa como essas associações são efetivadas no cotidiano. Em resumo, argumento aqui, que a identificação ao funk não ocorre de forma homogênea. Ao contrário, advogo que a identificação ao funk enquanto estilo juvenil é um processo individual. Um movimento tão diverso quanto complexo que revela forma de identificação que vão desde o *funkeiro* mais

identificado com o estilo ao jovem que apenas nutre simpatia ao ritmo. E neste ínterim, há nuances e espaço para negociações, evidenciando um processo intrigante e diverso.

Para compreender em que termo esse estabelece esse processo de identificação, é necessário situar essa fluidez do funk como uma como expressão da cultura popular (Hall, 2003). Nesta perspectiva, as culturas populares se estabelecem em um âmbito profundamente simbólico, ancorado em representações, por meio das quais nos reconhecemos e nos identificamos.

> Essa cultura popular, mercantilizada e estereotipada como é frequentemente, não constitui, como às vezes pensamos, a arena onde descobrimos quem realmente somos, a mente mítica. É um teatro de desejos populares, um teatro de fantasias populares. É onde descobrimos e brincamos com as identificações de nós mesmos, onde somos imaginados, representados, não somente para o público lá fora, que não entende a mensagem, mas também para nós mesmos pela primeira vez (HALL, 2003, p. 348).

Atenta à ambiguidade e às contradições próprias das culturas populares é preciso destacar também que o funk está imerso na lógica da indústria cultural. Como afirma Herschmann, (2000), "a mesma mídia que demoniza é aquela que abre espaço nos jornais e programas de televisão" (idem, 2000, p. 90). Por outro lado, a própria estigmatização em torno do gênero pode ter contribuído para seu florescimento, possibilitado por um sentimento de compartilhamento de códigos e de identificação.

> [o funk] exerce um enorme fascínio sobre um grande número de jovens que parecem ter encontrado nesses grupos sociais, na sociabilidade e nos estilos que promovem formas fundamentais de expressão e comunicação (HERSCHMANN, 2000, p. 20).

Desta forma, como manifestação da cultura popular negra, o funk revela-se em toda sua força e vulnerabilidade. Talvez, o fato mais importante a se destacar é o vigor demonstrado pelo fenômeno em se adaptar e se estabelecer no cenário do consumo cultural, contexto caracterizado pela volatilidade de seus conteúdos. Com todas as incoerências e caráter contestatório de tal qualificação, o funk prossegue como alternativa identitária e afirmativa para muitos dos jovens brasileiros pobres e negros.

Neste processo de identificação que ocorre no âmbito cotidiano e de acordo com as especificidades pessoais, podemos encontrar "funkeiros" como Valéria[5], retratada no início deste texto, que se assume entanto tal e demonstra uma intensa adesão ao estilo

> Sou funkeira mesmo. E minha filha, a Pâmela, vai ser funkeira igual à mãe. Ah, só ouço funk, o dia inteiro (risos). Meus amigos são todos funkeiros. Conheço um monte de Mc's [...] e não só daqui não. As pessoas me conhecem nos bailes (Informação Verbal).

Ou ainda há casos como da estagiária Renata[6] de 16 anos, que embora aprecie o estilo e as festas funk, não se identifica como "funkeira":

> Gosto de funk. Não de tudo, mas gosto sim de funk. Não sou funkeira não (risos). Não usos aquelas roupas, nem vou aos bailes, minha mãe não deixa. Mas a gente faz uns roquezinhos, sabe? Tipo festa. Só toca funk" (Informação Verbal).

Como exemplo das possibilidades de adesão oferecidas pelo funk, apresento um pequeno relato da trajetória de Karen Costa. Conheci a jovem no início da pesquisa, quando aos 14 anos se apresentava nos principais bailes da Região Metropolitana da Grande Vitória. Afirmando fazer um funk que serve para "conscientizar", Karen recusava-se a tocar "proibidão"[7]:

> Não canto "proibidão" não, hein? Meu rap tem letra, é feito para conscientizar. Sou mulher e mc, mas não faço como as mulheres-frutas que usam roupinhas curtas para se mostrar para os homens. O verdadeiro funk não é isso (Informação Verbal)[8].

Nestes anos de pesquisa, acompanhei a carreira de Karen, que se mostrou relativamente exitosa. Hoje, aos 16 anos, a jovem já se apresentou em bailes em outros Estados e participa de programas de televisão.

Outro exemplo do funk como possibilidade de expressão juvenil é a trajetória do MC Gabriel Charuto. O MC fez grande sucesso nos anos 2000 em Vitória cantando a vertente

[5] Entrevista realizada com Valéria, moradora do bairro São Pedro em março de 2014.
[6] Entrevista realizada com Daiane, moradora do bairro São Pedro em março de 2014.
[7] Sobre o "proibidão", pode-se dizer que é uma vertente do funk, "na qual a associação com o narcotráfico é evidente. Suas letras expressam o cotidiano das disputas de poder entre facções, os códigos de conduta dos grupos, além de detalharem os nomes de donos das bocas. É uma exaltação ao estilo de viver dos "vida loka", ou seja, jovens que tem relação direta com o tráfico e atividades criminosas (FACINA, 2011).
[8] Entrevista realizada com Karen, em novembro de 2013.

"proibidão". Um exemplo célebre é o rap do "Vale Encantado", bairro conhecido pelo elevado índice de homicídio de jovens.

> Vale encantado, dono do poder eterno/ bairro amaldiçoado, renascido do inferno/ Somos a pura maldade, o terror, a maldição/ Para o Vale invadir, dj, solta o pancadão[9].

Atualmente, aos 31 anos, Gabriel Charuto não se considera mais um "funkeiro", embora ainda aprecie o funk:

> Sou adulto, mas ainda gosto muito de funk, não me considero mais um funkeiro pelo fato de não estar envolvido em nada, tipo um projeto ou cantando, ou até mesmo frequentando bailes[10].

Sobre o que considera ser funkeiro, Charuto afirma*:*

> é como em qualquer outro estilo tem pessoas q se dedicam mais, por exemplo criam projeto, se apresentam para expandir mais a cultura, ou até mesmo mudar o pensamento da outras pessoas[11].

Outro exemplo de adesão possibilitado peloao funk é o caso do taxista Jorge[12], de 20 anos, embora afirme gostar de ouvir as músicas "de todos os estilos de funk" eventualmente participe de baile, Jorge não se identifica como funkeiro e tampouco usa roupas que remetem ao estilo:

Eu não uso roupa de funkeiro não, nem boné eu uso. Não quero ser "espera tapa" de polícia[13].

Conclusão

Por meio das discussões teóricas e das entrevistas, concebe-se que a adesão ao funk varia de acordo com as subjetividades, revelando a ambivalência entre individualização e identificação coletiva. Assim, compreende-se que enquanto identificação coletiva, o estilo de vida funk remete a um sentido marcado pela fruição com destacada conotação sexual,

[9] Rap do Vale encantado. MC Gabriel Charuto, 2009.
[10] Informação verbal obtida em entrevista em setembro de 2015.
[11] Idem.
[12] Nome fictício.
[13] Informação verbal obtida em entrevista em setembro de 2015.

cujo código mais difundido é a música (DAYRELL, 2005, VIANNA, 1987, HERSCHMANN, 2000). Assim, o funk, enquanto estilo, apresenta seu caráter fluido e parece ser associado às atividades lúdicas de sociabilidade, cujo epicentro são os bailes. Destaco também que entre os estereótipos relacionados ao funk, há uma associação ao hedonismo, à criminalidade e à promiscuidade. Destaco aqui tais valores estão associados à juventude, entre os quais, a contestação geracional (MANNHEIM, 1982) Tais estereótipos são compreendidos por aqueles que de alguma forma se associam ao estilo e obviamente são acionados em suas estratégias de negociação.

Assim, tal processo de identificação reflete um movimento individual, cuja complexidade se manifesta na multiplicidade de possibilidades de associações ante as representações ligadas ao funk. Como visto nas entrevistas relatadas, há aqueles que demonstram significativa adesão ao estilo, como a estudante Valéria e a funkeira Karen. Há ainda aqueles que apenas nutrem simpatia ao ritmo. É o caso do taxista Jorge, que evita a identificação aos símbolos estéticos que remetem ao estilo, entre os quais o boné de aba reta, por receito de retaliações policiais.

Dessas diversidades de adesão, o funk revela-se como um campo de possibilidades (VELHO, 1994), manifesto no processo de identificação, cuja adesão está relacionada às possibilidades individuais.

Em síntese, o funk enquanto fruto da cultura popular revela sua complexidade no jogo de identificação, no qual os jovens, estes, dotados de autonomia e chances de escolha, ainda que limitados pelas circunstâncias em que vivem, podem aderir ao estilo como forma de expressão de lazer e de contestação juvenil. Entre o "funkeiro" mais entusiasta e o jovem que apenas nutre simpatia ao estilo existem nuances que revelam numerosos "níveis" de adesão, atestando a ambivalência entre individualização e identificação coletiva. Tal complexidade demonstram evidente inteligência e fluidez em suas estratégias de negociação.

Referências

BOURDIEU, P. **A "juventude" é apenas uma palavra**. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena***:* o Rap e o Funk na socialização da Juventude em Belo Horizonte. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

_____. **Juventude, grupos de estilo e identidade**; In: Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 18, dez. 1999.

_____. **O jovem como sujeito social**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>.

_____. **Múltiplos olhares sobre educação e Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 136-161.

_____. **A escola "faz" as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

FRADIQUE, Teresa (2003), **Rap como Cultura de evasão:** consumo, música e formas urbanas de multiculturalidade juvenil. In: Fixar o movimento - Representações da música rap em Portugal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Cap. 2, pp. 57-75.

GIROUX, Henry A. **Culturas Fugitive**: Raça, Violência e Juventude. New York: Routledge Publishing, 1996.

HALL, Stuart. Vozes, 1985. **Diáspora**: identidades e mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hiphop invadem a cena**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MANNHEIM, Karl(1982). "O problema sociológico das gerações" [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), **Karl Mannheim**: Sociologia, São Paulo, Ática, pp. 67-95.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra: La juventud és mas que una palabra. In: Mario MARGULIS (org). **La juventud es más que una palabra**: La juventud es más que una palabra. Estudios Sociales. Buenos Aires. Ed. Biblos, 1996. p. 13-31.

MIZRAHI, Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 13, n. 28, p. 231-262, Dec. 2007.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.

VIANNA,'H.'(1988). **O mundo Funk Carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GT 06 - SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO

Coordenadores:

Prof. Dr. Carlos Ferreira (PUC-MG)

Prof.ª Dr.ª Sônia Missagia Mattos (UFES)

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO RELIGIOSO INTOLERANTE: VIOLÊNCIA À MINEIRA

Amauri Carlos Ferreira
PUC Minas

Julia Calvo
PUC Minas

Yonne de Souza Grossi
PUC Minas

Thiago Hot P. Faria
Escola Estadual Ordem e Progresso

Resumo: A intolerância religiosa como uma forma de violência está intimamente ligada à construção da imagem do inimigo. A definição do inimigo ordena práticas definidoras de violência e preconceitos. A intolerância religiosa mineira tem uma relação complexa em sua origem e extensão com o poder político e religioso. Nesta pesquisa, ao investigarmos as ações religiosas contra os inimigos definidos pelo catolicismo como sendo os espíritas kardecistas, os umbandistas e os protestantes construiu-se um imaginário intolerante. O objetivo desta comunicação é apresentar parte da pesquisa sobre religião e cidade no que se refere à construção deste imaginário intolerante e as formas de violência simbólicas instauradas. O caminho metodológico escolhido dá-se a partir do exame de fontes históricas, discussões teóricas sobre a construção do imaginário religioso/político e do mapeamento das religiões em Belo Horizonte/MG. Os resultados parciais desta pesquisa têm conduzido à compreensão da formação imaginária religiosa do inimigo na primeira metade do século XX e sua extensão nas variadas formas de violência em relação a fenômenos religiosos existentes.

Palavras-chave: formação do imaginário religioso; violência; intolerância religiosa.

Abstract: Religious intolerance as a form of violence is closely related to the enemy's image construction. The definition of an enemy ignites defining practices of violence and prejudice. The religious intolerance observed in Minas Gerais State has a complex political and religious relation in its origin. In this research, to investigate the religious actions against the enemies defined by Catholicism as Kardecists spiritualists, the Umbanda and Protestants, we identified an intolerant imaginary. The purpose of this communication is to present part of the research on religion and urban spaces regarding the construction of this intolerant imaginary as well as to present established forms of symbolic violence. To develop this research we choose historical sources, theoretical discussions about the construction of religious / political imagery and mapping of religions in Belo Horizonte /MG. The partial results of this research has led to the understanding of religious imaginary formation of enemy in the first half of the twentieth century and its extension in the various forms of violence towards existing religious phenomena.

Keywords: formation of the religious imaginary; violence; religious intolerance.

Introdução

Há uma complexidade nos estudos do imaginário devido à construção de elementos-imagens que organizam um “dever ser” para o sujeito, e também, pelas diversas áreas do

saber que se aventuram neste tipo de pesquisa. No que se refere ao imaginário esta complexidade é maior tendo em vista as variantes diversificadas do fenômeno religioso. Relacioná-lo à cidade e buscar compreender a origem e extensão de certas atitudes de sujeitos frente aos fenômenos contemporâneos é uma empreitada cheia de percalços tendo em vista o caráter ideológico/dogmático que os fenômenos religiosos possuem.

Numa tentativa de compreender o fenômeno religioso contemporâneo no que se refere à intolerância religiosa em relação aos cultos das religiões, voltamos a investigar a construção do imaginário em relação à origem do preconceito religioso, no cenário da capital do estado de Minas Gerais. A cidade republicana de Belo Horizonte, como *locus* de formação de um imaginário político e religioso, foi palco de uma das maiores violências no que se refere ao seu traçado urbanístico, tendo em vista o processo de exclusão dos trabalhadores que construíram a nova capital.

O caminho metodológico escolhido para compreender o modo como a violência foi se instaurando está circunscrito ao exame de fontes históricas, discussões teóricas sobre a construção do imaginário religioso/político e ao mapeamento das religiões em Belo Horizonte/MG. No que se refere às fontes históricas, buscamos compreender a primeira metade do século XX na relação entre Igreja e Estado, priorizando o período do "catolicismo militante" de 1922 a 1936, no qual a Igreja Católica definiu os inimigos e a forma de combatê-los: o comunismo, a maçonaria, a moda indecente, o carnaval, os espíritas kardecistas, os umbandistas e os protestantes.

Para investigar a intolerância religiosa no que se refere aos fenômenos dentro da cidade, procuramos situar historicamente na Belo Horizonte da primeira metade do século XX a relação do poder político com o religioso e a definição de "inimigo" para a religião católica (dominante neste período) e, em seguida, buscamos mapear os fenômenos religiosos que sofrem preconceito por parte da unidade de referência cristã. Tal perspectiva conduziu ao entendimento de que a definição do inimigo religioso forma um preconceito que permite o exercício da violência que é percebida no espaço urbano de grupos religiosos minoritários.

1. Ocupação do espaço urbano como forma de dominação na cidade de Belo Horizonte

A cidade construída para abrigar a nova capital do Estado, sob o nome inicial de Cidade de Minas, obedeceu a um planejamento rigoroso das plantas de engenharia e dos

códigos dos cientistas e dos juristas em torno da idealização de uma morada urbana para a elite política, econômica e intelectual do Estado.

A cidade de Belo Horizonte, construída para ser a nova capital do Estado de Minas Gerais, foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897 a serviço de um ideal de ordenamento muito presente no vocabulário da burguesia mineira. É possível observar que desde o início da formação da cidade as camadas de maior renda se expandiram na direção sul, cuja valorização social está adequada aos sítios mais altos que combinavam as qualidades e as belezas naturais e, ao mesmo tempo, mantinham-se próximas ao centro da cidade, local da fixação dos serviços, da melhor infraestrutura e do centro administrativo e financeiro.

A cidade construída foi fruto da conciliação política entre os grupos divergentes presentes no Estado para a transferência da antiga capital Ouro Preto e tinha que atender aos princípios de salubridade do clima, abundância de água potável e de boa qualidade e de condições topográficas adequadas ao desenvolvimento urbano necessário para atender a uma população prevista para duzentos mil habitantes[1].

Do planejamento à ocupação Belo Horizonte vai garantir a presença das camadas de mais alta renda nas regiões mais nobres. A comissão construtora, inspirada nos modelos de reurbanização das cidades europeias, elaborou uma cidade ordenada e apta ao modelo de sociedade liberal burguesa.

A nova capital foi planejada e dividida. Estava organizada em três zonas setorializadas: a zona urbana, a zona suburbana e a zona rural. A zona urbana era demarcada pela Avenida do Contorno. Nela fixavam as secretarias e prédios administrativos do Estado e do município. Os lotes da região central só foram colocados à venda tardiamente e com preços elevados, destinados assim às camadas mais altas da burguesia mineira que se deslocaram apenas após os primeiros anos da capital.

A zona suburbana inicialmente acolheu o funcionalismo público e os setores médios da sociedade mineira: funcionários públicos de segundo e terceiro escalão, clérigos, membros das forças armadas. Posteriormente com o crescimento da cidade serviu de moradia a todos os tipos de grupos médios, desde que pudessem pagar os preços da moradia que cresciam a cada dia com a valorização e com o próprio crescimento do tecido urbano.

[1] Belo Horizonte foi pensada, inicialmente para 200.000 habitantes. Em 1920 contava com 55.563 habitantes e este número dobra de tamanho em 1930, com 116.981 habitantes (Cf. ANDRADE, 2004). Em 1940, superou-se o número de 200.000 habitantes.

A zona rural foi planejada para garantir o abastecimento da capital. Voltando-se assim, para a construção de colônias agrícolas que, com o aumento numérico dos trabalhadores urbanos vai ceder lugar às primeiras vilas operárias, ocupadas por trabalhadores vindos de todos os lugares.

> Belo Horizonte simbolizava, para uma parte das elites mineiras, a república na utopia de uma nova ordem, que já nascia sob o signo da negação da liberdade e da igualdade como instituintes da cidadania. Símbolo do progresso e de ruptura com o passado colonial, no tocante ao seu projeto urbanístico, por outro lado, conformadora de uma ordem excludente e segregacionista do ponto de vista social (GROSSI, 1997, p. 13-14).

Ao mesmo tempo em que corrobora com a afirmação territorial das elites nas grandes cidades, esta ocupação também carrega uma singularidade da Capital mineira: seu crescimento da periferia para o centro. A cidade vai promover um crescimento econômico, principalmente em torno da oferta de serviços necessitando de força de trabalho para ocupação dos inúmeros postos de trabalho. O crescimento urbano das cinco primeiras décadas tem uma média de 4% ao ano. Essa população crescente é composta por membros da burguesia de mais alta renda, mas também e principalmente por um número bastante robusto de trabalhadores urbanos.

Apesar do contexto de sua formação coincidir com a afirmação de uma recente república brasileira, associada ao rompimento da monarquia e dos valores que ela carregava, a cidade continuava conferindo a tradição e o conservadorismo ao perpetuar as barreiras entre a elite e os setores populares.

No que se refere à questão religiosa a tradição se mantém sob o domínio do catolicismo responsável para a formação de um tipo de imaginário preconceituoso que simbolizava para uma parte das elites, a república na utopia de uma nova ordem que já nascia sob o signo da negação da liberdade e da igualdade.

2. Do imaginário à violência religiosa

O sonho de uma cidade republicana sem o domínio religioso não ocorreu em Belo Horizonte. A religião predominante católica associava-se à elite mineira, de tal maneira que as paróquias recebiam visitas e cartas pastorais. A capital mineira vai assumindo, aos poucos, sua dimensão sagrada, na medida em que o poder eclesiástico ia ocupando lugar na relação

com a elite da cidade. Tal situação pode ser evidenciada na Belo Horizonte dos anos 1920 e 1930, período em que ocorre uma objetivação do inimigo para Igreja Católica e suas táticas de instauração da violência para combatê-lo.

Entre as décadas de 20 e 30 a Igreja Católica, desejando a consolidação de seu domínio religioso, buscava doutrinar a comunidade belo horizontina em oposição radical aos seus novos ares de modernidade. Em defesa da pétrea unidade católica, declara guerra aos inimigos, construindo imagens que denegam outras religiões e concepções de mundo. Como o espaço urbano já estava constituído no movimento da periferia para o centro e o catolicismo fazia parte da elite não foi difícil formar o imaginário de exclusão religiosa.

Quem são estes inimigos declarados e por que este vetor é gerador de imagens de violência? A guerra é contra protestantes, espíritas, maçons, socialistas, comunistas, carnaval e moda indecente etc. Para Matos:

> O volume de artigos na imprensa católica, desde simples volantes distribuídos as portas dos templos, até jornais destinados aos combates ao inimigo. Às vezes tem-se a impressão que o periodismo católico existe apenas em função da luta do adversário (MATOS, 1990, p. 395).
>
> Os anos 20 e 30 coincidem com o catolicismo militante. A cidade será marcada no campo religioso por uma onda radical de catolicismo de elite. A imagem da cristandade como utopia que se nutre do passado será atualizada em documentos oficiais, imprensa e pregações. A imagem da igreja como sociedade perfeita alimentará práticas eclesiásticas do período (FERREIRA, 2002, p. 75).

A imprensa local e ação dos sacerdotes estabelecem um processo de fazer uma construção imaginária de junção entre o catolicismo e o patriotismo. Esta ideia será reforçada e a ação da elite religiosa mineira caminhará na direção da formação escolar e familiar dos cidadãos da cidade. Esta declaração de guerra contra os inimigos é traduzida numa ação contra as escolas protestantes e concomitantemente contra a ação dos espíritas kardecistas tendo apoio de boa parte da imprensa local. Um fato curioso a se notar é sobre a corrida dos "soldados de Cristo" ocorrida na década de 1930 para solidificar a crença católica.

Quando nos debruçamos sobre estes aspectos de manutenção da religião católica como hegemônica na defesa de seus princípios, algo chama a atenção que é o caso dos judeus. Qual o sentido da Igreja católica não os declarar inimigos? Tal situação se deve ao comércio desenvolvido por eles da qual a elite mineira dependia, tendo em vista que as novidades de consumo vinham dos vendedores ambulantes e das lojas que se solidificaram na região central. Belo Horizonte foi uma

cidade projetada pelas elites políticas e trazia na sua construção uma perspectiva futurista e um ideal modernizador segundo o qual qualquer problema de ordem social, política e econômica poderia ser redimido pela técnica e pela organização dos espaços.

Discutir a cidade a partir das suas contradições, entre a cidade planejada e a cidade vivida e percebida por seus habitantes significa perceber que os grupos interagem com a cidade transformando-a com seus novos planejamentos e adaptações. Transformou-se a cidade e, também, se transformaram os discursos sobre a cidade. A cidade foi ocupada por gente de toda parte. Braços trabalhadores que ainda se tornavam necessários para o "grande canteiro de obras" e a manutenção dos serviços que a cidade usufruía; funcionários e burocratas para gerir o novo e ordenar a grande cidade; profissionais liberais da saúde, da construção, do comércio e de todo lugar para caracterizar o moderno e dar-lhe funcionalidade; gente para encher as ruas longas e largas, para ocupar os bancos da universidade, as mesas do bar, as cadeiras do bonde, do cinema, do teatro. Vir para a capital mineira significava, nas primeiras décadas do século XX, a possibilidade de começar a vida numa cidade nova, portanto, cheia de oportunidades e também de evidentes carências da cidade imberbe que se estabelecia. Significava adotar o estilo de vida metropolitano, com seus confortos, mas com padrões de consumo e organização que impunham modos de ser e viver próprios de Belo Horizonte.

> Acima de tudo, vir para uma cidade planejada pelos idealizadores a serviço de uma elite política tradicional significa servir à cidade, servir aos seus princípios, conjugar o verbo inovar associado à conservação de um modelo descrito e escrito nas motivações do discurso mudantista (CALVO, 2013 p. 89).

Considerações Finais

Essa ocupação organizada, pensada para ser uma construção harmoniosa do convívio urbano dos variados grupos que habitavam a cidade, foi estabelecida sob critérios de exclusão definidos ainda no planejamento da Comissão Construtora que configuram as diferenças assumidas como formas de dominação.

Ao analisar a cidade sobre a ótica da dominação é notável que a aplicação dos ideais republicanos na instituição da nova capital vai gerar a formação de nódulos de participação mesclados à própria paisagem da cidade: núcleos religiosos, associações operárias, comunidades étnicas, associações de bairros etc. Principalmente nos locais habitacionais, quanto mais a

setorialização gerava formas de segregação, mais se criavam noções de pertencimento e possibilitava-se a coesão entre grupos, na contramão da cidade sonhada pela elite mineira.

Poderíamos refletir sobre o planejamento da cidade capaz de alterar a lógica da ocupação urbana motivada pelas tendências de mercado. Sim, poderíamos, mas não foi o que ocorreu na ocupação da capital já que, no caso de Belo Horizonte, o Estado seguiu exatamente as tendências de mercado. Nesse sentido, a direção do Estado no planejamento da ocupação urbana constituiu-se sob uma perspectiva de exclusão e de violência.

Os resultados parciais desta pesquisa têm conduzido à compreensão da formação imaginária religiosa do inimigo na primeira metade do século XX e sua extensão nas variadas formas de violência em relação a fenômenos religiosos existentes na ocupação do espaço urbano. O mapeamento das religiões no espaço da cidade tem aberto possibilidades de compreender a ação violenta contra religiões de tradição africana e como o imaginário religioso contra elas foi formado. Sobre a tradição judaica não temos dados sobre preconceitos sofridos, o que tem nos levado a considerar que a afirmação do imaginário sobre o inimigo não foi construída sobre este grupo do mesmo modo que sobre umbandistas e kardecistas, tendo em vista os interesses comerciais em face dos judeus. Posteriormente, na metade dos anos 1930 e nos anos 1940 os judeus serão alvo de preconceito, não enquanto religião propriamente dita, mas com relação a sua condição de estrangeiros, em tempos de II Guerra Mundial.

O que nos interessa nesta abordagem é que a definição dos inimigos e o modo de declará-los gerou uma estratégia de violência que as novas configurações religiosas passaram a adotar com a utilização da mídia local. Compreender este quadro implica, num primeiro momento, o recurso à história das mentalidades e, num segundo momento, estudos sobre imaginário da "Escola de Grenoble". O mapeamento em andamento dá conta da Igreja católica e seus templos, dos judeus na cidade e das religiões de matriz africana.

Referências

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas:** representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas: C / Arte, 2000. (Coleção Política & Sociedade).

CALVO, Júlia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. In: **Cadernos de História -** Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, p. 71-93, out. 2013.

FERREIRA, Amauri Carlos. **O imaginário Religioso e Modos de vida Urbana:** Experiência da Juventude Católica em Belo Horizonte-Minas Gerais, Anos 80**.** Tese (Doutorado), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2002.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: qual pólis. In.: **Cadernos de História -** Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 12-24, out. 1997.

MATOS, Henrique C. José. **Um Estudo Histórico sobre o Catolicismo Militante em Minas, entre 1922 e 1936.** Belo Horizonte: Lutador, 1990.

PEC 99/11: A TENSA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA CHEGA À POLÍTICA JUDICIALIZADA

Igor Suzano Machado
Professor Adjunto-C II da UFV.

Ana Paula Costa
Aluna da UFV.

Bruno Monteiro Duarte
Aluno da UFV.

Resumo: O presente artigo analisa a pertinência da PEC 99/11, que visa garantir às associações religiosas um maior poder político num cenário de judicialização da política, ao permitir que essas associações proponham ações de controle de constitucionalidade. Diante de tal contexto, a presente pesquisa analisa a questão por quatro linhas de questionamentos: 1. as justificativas teóricas do controle de constitucionalidade das leis admitiriam a presença da religião em seu fomento? 2. a ideia de laicidade no espaço público admitiria a presença da religião no controle de constitucionalidade das leis? 3. as diferentes concepções de justiça aceitam que se misture religião e direito? 4. os argumentos e interesses religiosos têm se feito presentes no judiciário brasileiro, independentemente da institucionalização da PEC? O que se pode observar das investigações acima é que a teoria política se mostra potencialmente divergente a respeito do tema. Em termos fáticos, as demandas religiosas têm chegado ao STF, mas encontrado pouco sucesso nas decisões dos tribunais. Ou seja, aceitar a modificação proposta pela PEC 99/11 tem relação direta com a forma como se compreende a justiça e democracia.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; associações religiosas; PEC 99/11.

Abstract: This article aims to analyze the relevance of Proposed Amendment to the Constitution - PEC 99/11, which would guarantee greater political power to religious associations that intend to judicialize the policy by allowing these associations propose actions of constitutional control. Face of this context, present study examines the issue based on four lines of questioning: 1. the theoretical justifications of constitutional review of the laws would admit the presence of religion in promoting them? 2. the idea of secularism in the public sphere admit the presence of religion in constitutional control of the laws? 3. different conceptions of justice accept blends between Religion and Law? 4. arguments and religious interests have made present in the Brazilian judiciary, regardless of institutionalization of PEC? What can be seen from the above investigations is that political theory shows itself potentially contradictory about the subject. In factual terms, the religious demands have reached the Supreme Court, but they have found little success in court decisions. In other words, accept the amendment proposed by PEC 99/11 is directly related to how we understand justice and democracy.

Keywords: constitutional review; religious associations; PEC 99/11.

Introdução

A problemática na qual se fundamenta este projeto de pesquisa provém de um tema clássico da filosofia política: a relação tendencialmente conflituosa entre a política e a religião. Tal tema ganha relevância e novos contornos no Brasil contemporâneo. Relevância

devido a uma série de questões políticas importantes que atualmente desafiam dogmas das religiões majoritárias do país, como o reconhecimento de relações homoafetivas, avanços científicos que atuam diretamente sobre a constituição humana e possibilidades de reconhecimento do direito feminino ao aborto.

Em meio a esse contexto, emerge a PEC 99/11, que garantiria às associações religiosas um maior poder político, para poderem propor ações de controle de constitucionalidade. Essa conjuntura exige atenção das ciências sociais, que não devem se furtar a examiná-la. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir, oferecendo àqueles envolvidos no debate um ponto de vista diferenciado, que não se vincula diretamente às ordens religiosas ou partidárias envolvidas no embate, mas pode auxiliá-las na organização de seus argumentos e pautas de luta, assim como informar ao público em geral como tal embate pode ser situado nos termos consolidados pela teoria política ao longo da história.

Atualmente, pode-se dizer que, a política brasileira vivência um contexto de judicialização, isto é, parte importante de seus embates e suas decisões não se passa exclusivamente nos poderes Executivo e Legislativo, mas também no poder Judiciário. Existe um debate teórico acerca do tema e ainda que alguns autores questionem esse enquadramento é difícil negar o protagonismo que o Poder Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF), tem assumido em questões políticas controversas, com seus personagens ocupando lugar de destaque na mídia e suas discussões, que antes eram restritas ao âmbito jurídico, sendo tema do debate público mais amplo.

Diante desse cenário, o processo de produção legislativo típico não necessariamente está confinado aos poderes Executivo e Legislativo, pois, após a aprovação das leis em tais instâncias, existe a possibilidade de anulação da lei pelo Judiciário que, assim, torna-se um importante ator de veto na efetivação da vontade política. A presença na arena judiciária, desse modo, passa a ser estrategicamente relevante para atores políticos que pretendem tornar efetivas suas vontades, tendo em vista que tal efetividade não é mais garantida pela simples vitória majoritária nas instâncias legislativas tradicionais.

Portanto, a difícil delimitação de até onde a religião pode definir os rumos da política faz parte da reflexão sobre a política, passando por atores importantes da teoria política como Hobbes, dando continuidade ao embate contemporâneo com autores liberais como Jonh Rawls comunitaristas como Michael Sandel. Logo, esta temática que emerge no debate político concreto da realidade brasileira, requer uma reflexão da Ciências Sociais. Reflexão

esta proposta na presente pesquisa, que visa contribuir com o olhar das ciências sociais para uma compreensão do problema qualificada pelo prisma acadêmico.

Apesar de lidar com algumas questões relevantes para o Direito, a pesquisa não tem como principal aporte a chamada "dogmática jurídica", por mais que ela possa ser relevante para algumas marcações, como as características do nosso controle de constitucionalidade. Isto é, a pesquisa não tem como objetivo criar "doutrina", como matéria de informar a prática dos operantes do direito.

Da mesma forma, também não é uma pesquisa de "ciência do direito", se esta for pensada, de acordo com a matriz kelseniana, como focada nos aspectos formais de produção da norma jurídica, sem se pronunciar acerca de seu conteúdo material. Nem o direito, nem a argumentação jurídica serão tomados no presente estudo sob uma matriz formalista, interessando-nos em primeira mão, pelo contrário, a substância do conteúdo material de tais normas e argumentos.

Conhecimentos empíricos gerados pelas Ciências Sociais, incluindo a História, também despontam como importantes para a discussão da questão estudada na pesquisa, de modo que não foram negligenciadas. Mas, em situação de incertezas acerca do fazer político, as orientações normativas da teoria política como " modo de fazer mundo" continua desempenhado o papel central.

Pode-se observar, ao longo da história do Brasil, uma relação próxima do Estado e da igreja Católica. Isso é verificado desde a colonização, com as missões de padres que detinham uma parceria com o Estado, e até ações e medidas que cabiam ao Estado brasileiro, como a concessão de licença para construir igrejas. No Império, a religião católica ainda era a oficial, e somente na República, em 1989, surgem traços de laicidade, uma separação do poder político e as instituições religiosas. Durante toda a história, o modelo Católico serviu de parâmetro para dizer o que era ou não religioso. Na segunda metade do século XX, contudo, há um surgimento e crescimento dos evangélicos no Brasil, iniciando uma ameaça ao sistema Católico. O questionamento do *status quo* operado pelo crescimento desses atores no cenário político, social, econômico e cultural teria sido fundamental para consolidar o pluralismo religioso, assim como para questionar as intensas relações entre o catolicismo e o Estado brasileiro (VITAL; LOPES, 2013).

Conforme salienta Maria Lucia Montes (2012, p. 32), o crescimento dos evangélicos, que lhes deu visibilidade pública, se refletiu também no interior do próprio grupo, que desde a década de 80 procura, e agressivamente, marcar sua presença na cena pública, valendo-se da participação política. O grupo que se tornaria conhecido como a "bancada evangélica" do Congresso Nacional

Constituinte, representou um primeiro exemplo, inédito, dessa participação, no interior de um grupo que historicamente se mostrara avessa à política (MONTES, 2012 p. 32).

Christina Vital e Paulo Lopes (2015) falam de um "segredo público" – isto é, algo amplamente conhecido, mas que não é explicitado – ao se referirem à relação histórica mantida entre Igreja Católica e o Estado brasileiro. Assim, eles complementam, que com a revelação desse "segredo público", outras religiões buscaram estreitar e legitimar suas relações com o Estado. Com isso, a defesa da "igualdade" de tratamento do Estado quanto às várias religiões implicaria a defesa das congregações religiosas como mais um grupo de pressão político-social que tem o "direito" de desfrutar do mesmo espaço que diversos grupos seculares. Logo, a religião seria mais uma das correntes de pensamento a oferecer um discurso, disputando com a Ciência uma visão da "verdade". Assim, diversas religiões vêm buscando reconhecimento e igualdade de direitos de acesso aos bens políticos. Com a via do judiciário se abrindo enquanto importante fonte de acesso a tais bens políticos, não é de surpreender que as religiões queiram se fazer presentes também nessa via. É neste contexto que emerge a Proposta de Emenda Constitucional número 99 de 2011 (PEC 99/11), catalisadora da discussão que embasa a presente pesquisa. A PEC 99/11 faz ressurgir o debate acerca da participação da religião na política, agora em um contexto e configuração de Estado em que religião e política não caminham juntos no mundo público, graças à emergência e consolidação da ideia de laicidade.

Ainda segundo Vital e Lopes (*ibidem*), ao longo dos últimos 25 anos, a laicidade vem sendo amplamente debatida nas Ciências Sociais brasileira, com diversas publicações – entre artigos, teses, dissertações e livros – sobre o assunto.

Dentre essas publicações, parte discute a "laicidade idealizada" inspirada na tese de Max Weber sobre o processo de secularização na modernidade, contrapondo-o com a laicidade exercida no Brasil.

Os pesquisadores brasileiros, influenciados pelos debates sobre laicidade dos norte-americanos, entendem a separação da esfera pública e religiosa como algo fundamental para o pleno exercício da democracia, garantindo o direito das minorias e o exercício da cidadania. Ademais, agentes religiosos também têm defendido a laicidade do Estado, se colocando publicamente contra um "Estado religioso". No entanto, eles buscam uma presença com força e legitimidade semelhante à de outros grupos de interesses. Esses grupos religiosos, católicos e evangélicos, criticam algumas abordagens sobre laicidade. Entre seus argumentos, encontra-

se a disparidade semântica entre os termos laicidade e laicismo, dentre os quais o primeiro se refere à separação e independência do Estado e religião, e o segundo à negação do religioso na esfera pública, sendo este último amplamente criticado por tais grupos.

Logo, a problemática de fundo que embasa a presente pesquisa provém de um tema clássico da filosofia política: a relação tendencialmente conflituosa entre a política e a religião. Tal tema ganha relevância e novos contornos no Brasil contemporâneo. Relevância devido a uma série de questões políticas importantes que atualmente desafiam dogmas das religiões majoritárias do país, como o reconhecimento de relações homoafetivas, avanços científicos que atuam diretamente sobre a constituição humana e possibilidades de reconhecimento do direito feminino ao aborto.

A PEC 99/11, emerge no contexto de judicialização da política, em que questões políticas importantes são decididas não apenas na arena legislativa, mas, por vezes, também na arena judiciária, no qual que não impera, necessariamente, a lógica majoritária. A Proposta de emenda constitucional garantiria às associações religiosas um maior poder político nesse cenário judicializado, na medida em que possibilita a proposição de controle de constitucionalidade das leis.

Desta forma, a presente pesquisa busca contribuir nesse sentido, oferecendo àqueles envolvidos no debate um ponto de vista diferenciado, que não se vincula diretamente às ordens religiosas ou partidárias envolvidas no embate, mas pode auxiliá-las na organização de seus argumentos e pautas de luta, assim como informar ao público em geral como tal embate pode ser situado nos termos consolidados pela teoria política ao longo da história.

1. A judicialização da política e controle de constitucionalidade das leis

O fenômeno atual de judicialização da política, vivenciado no Brasil, nos revela, ainda que contestado por alguns autores, que parte importante de seus embates e suas decisões não se passa exclusivamente nos poderes Executivo e Legislativo, mas também no Judiciário. Mesmo que alguns autores questionem esse enquadramento, é difícil negar o protagonismo que o Poder Judiciário e, em especial, seu vértice hierárquico, o Supremo Tribunal Federal (STF), tem assumido em questões políticas controversas, com seus personagens ocupando lugar de destaque na mídia e suas discussões, que outrora seriam

circunscritas ao âmbito jurídico, sendo tema do debate público mais amplo, de que é exemplo o recente julgamento da ação penal 470[1].

Neste contexto, o processo de produção legislativa típico não necessariamente está confinado aos poderes Executivo e Legislativo, pois, após aprovação das leis em tais instâncias, existe a possibilidade de anulação da lei pelo Judiciário que, assim, torna-se um importante ator de veto na efetivação da vontade política. A presença na arena judiciária, passa assim, a ser estrategicamente relevante para atores políticos que pretendem tornar efetivas suas vontades, tendo em vista que tal efetividade não é mais garantida pela simples vitória majoritária nas instâncias legislativas tradicionais.

Em um primeiro momento, a proposta é analisar a fundo o controle de constitucionalidade, as justificativas de sua existência, assim como suas consequências e o contexto político que fomenta. Tendo isso em vista, realizamos uma analise a partir de duas vertentes de compreensão do controle de constitucionalidade: substantivista e procedimentalista, sendo a primeira apresentada por Ronald Dworkin, e a segunda representada por John H. Ely.

A visão substantivista de Dworkin compreende o arcabouço jurídico de uma sociedade a partir de princípios, o que legitima as decisões judiciais perpassam pela constituição e protegem os princípios morais. Em contraponto, a vertente procedimentalista de John H. Ely encarrega ao poder Judiciário a função de manter o governo democrático em devido processo de funcionamento, garantindo que os canais de participação e de comunicação políticas permaneçam sempre abertos, por exemplo, não excluindo as minorias. Neste ponto o objetivo é verificar que tipos de justificativas para o controle de constitucionalidade das leis endossariam a presença das associações religiosas como participantes deste processo.

Em 2011, o deputado João Campos de Araújo (PSDB-GO) iniciou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 99/2011, que tem como objetivo permitir que as associações religiosas de âmbito nacional possam propor Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) e Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADECON) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Esses mecanismos permitiriam às entidades religiosas se manifestarem sobre a inconstitucionalidade ou constitucionalidade de leis e atos do executivo perante o STF.

A PEC 99/11 causou divergências, não só entre parlamentares, mas entre a sociedade civil. Um exemplo é um abaixo-assinado virtual, no endereço eletrônico do Avaaz contra a

[1] O Supremo Tribunal Federal iniciou no dia 2 de agosto de 2013 o julgamento da Ação Penal (AP) 470, caso de corrupção que ficou conhecido como “mensalão”.

PEC 99/11, que já conta com mais de 65 mil assinaturas. Há quem veja a proposta como um atentado à laicidade do Estado e à própria democracia[2]. Alguns críticos desta PEC argumentam que as entidades religiosas usariam as ADIN e ADECON a favor da defesa de uma moral religiosa que poderia ser prejudicial ao progresso igualitário e democrático. A introdução de argumentos religiosos significaria um retrocesso na política, segundo o argumento de alguns críticos da proposta. Em março de 2013 a referida proposta de emenda foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e atualmente está aguardando a criação de uma comissão temporária especial. Caso seja aprovado pela comissão especial, a proposta ainda terá que ser votada pelo plenário para poder entrar em vigor.

2. Secularização e laicidade do Estado

Em uma das obras mais densas da teoria política contemporânea sobre o tema da secularização, Charles Taylor analisa a relação entre religião e espaço público nos termos da perda da centralidade da religião na sociedade moderna. A proposta do referido autor é, então, analisar o significado de viver numa "era secular", associando a temática da secularização a um espaço de estudo delimitado: o ocidente, ou mais especificamente, o mundo do Atlântico Norte. Ao fazer um contraste de caráter político-histórico, Taylor nos convida a voltarmos o olhar para o passado e recuarmos alguns séculos em nossa civilização fazendo uma análise das sociedades arcaicas, nas quais constataremos que a religião estava presente em todos os espaços, tantos os de âmbito privado quanto os referentes à vida pública, como a política e a economia. Era impensável qualquer tipo de atividade pública sem a presença da religião, ou, mais especificamente, sem se "encontrar com Deus". Desse modo, segundo o argumento de Charles Taylor (2010, p. 14).

Se recuarmos alguns séculos em nossa civilização, veremos que Deus estava presente no sentido acima numa grande quantidade de práticas sociais – não apenas nas políticas – e em todos os níveis da sociedade. Por exemplo, quando o modo de funcionamento do governo

[2] Ver site: Eleições Hoje. O maior ESCÂNDALO do país. Eleições. Hoje. 2012. Disponível em <http://www.eleicoeshoje.com.br>. Acesso em 08.06.2014. Paulo A. Diga não à PEC 99/11 que da à entidades religiosas o direito de interferir em leis federais. Avaaz. 2013. Disponível em <https://secure.avaaz.org/po/petition/Rejeicao_da_PAC_9911/?pv=89>. Acesso em 08.06.2014. Ivo S. G. Reis. Evangélicos comemoram aprovação da PEC 99/11, proposta pela FPE - Saiba o que é, o perigo que representa e como protestar! Irreligiosos. 2013. Disponível em <http://irreligiosos.ning.com/profiles/blogs/evangelicos-comemoram-aprovacao-da-pec-11-99-proposta-pela-fpe-sa>. Acessado em 08.06.2014.

local era a paróquia, e a paróquia era ainda essencialmente uma comunidade de oração; ou quando as associações mantinham uma vida de rituais que não era apenas pro forma; ou quando os únicos modos pelos quais a sociedade em todos os seus componentes podia mostrar-se para si mesma eram as festividades religiosas, como por exemplo, a procissão de *Corpus Christi*. Naquelas sociedades, as pessoas não podiam engajar-se em nenhum tipo de atividade pública sem "encontrar Deus" no sentido acima mencionado (TAYLOR, 2010 p. 14).

A configuração das sociedades arcaicas caracterizava-se por uma lógica de vida pública condicionada à vida religiosa, de modo que grande parte das práticas sociais, não só relacionadas à política, eram pautadas pela religião. No entanto, este cenário se modifica ao longo do tempo. A narrativa proposta constitui-se em pensar no que consiste a secularização considerando três dimensões: 1. Secularização no sentido de autonomia das instituições, prática comuns e Estado; 2. Secularização no sentido de abandono das convicções e práticas religiosas; e 3. Secularização no sentido das condições de fé. Em termos das instituições, práticas comuns e o Estado, na atualidade as Igrejas se encontram separadas das estruturas políticas – com algumas exceções, como países britânicos e escandinavos – e as pessoas podem atuar nas instituições sem se deparar de modo forçoso com a religião. Portanto, na era secular, a religião tem caráter privado e a sociedade política é vista como uma comunidade de crentes e descrentes igualmente. Isto quer dizer que tanto o argumento de indivíduos que adotaram uma fé quanto daqueles que não adotaram devem ser considerados no Estado Moderno. O esvaziamento do espaço público também se dá em práticas de rituais religiosos, que foram sendo abandonados, assim como orações ou o uso de símbolos religiosos.

3. Justiça e argumentos religiosos na esfera pública

A pesquisa está ancorada em lições da filosofia política, ramo do conhecimento que tem se dedicado há séculos aos principais problemas que afetam o tema da pesquisa: a separação entre política e religião e a laicidade do Estado; a separação de poderes e o lugar das instituições jurídicas na sociedade; a questão da justiça e suas consequências para a vida pública e privada dos cidadãos. Ao longo da pesquisa a foi possível estudar a literatura acerca da relação entre religião e política, sobretudo nos contornos do cenário de judicialização brasileira e o surgimento da PEC 99/11. Literatura esta que expandiu o olhar a respeito do tema estudado e proporcionou esclarecimentos que serão apresentados adiante. Segundo Leandro Avritzer (2013).

Democracias que não confiam plenamente no governo do povo contam com mecanismos extraparlamentares de revisão e controle das leis e atos normativos governamentais. Cortes constitucionais representam o mais importante mecanismo contra majoritário de fiscalização e controle nas modernas democracias constitucionais. Se nos primórdios do Estado liberal, a Suprema Corte dos Estados Unidos era um exemplo isolado na paisagem política, hoje a maioria dos regimes democráticos conta com alguma forma de controle externo ou de revisão judicial das leis. O controle das leis por uma corte constitucional supõe a superioridade da Constituição em relação à legislação produzida pelo Parlamento e os atos normativos dos demais poderes (AVRITZER, 2013, p. 195).

Segundo Werneck Vianna (2013) o fenômeno de judicialização apresenta uma nova relação entre os três poderes, segundo o referido autor, este fenômeno perpassa, também, pela vida social. Um dos temas que pautam o debate sobre democracia é o controle de constitucionalidade. São várias as justificativas e teorias que discutem a quem cabe interpretar a constituição e o que integra o ordenamento jurídico de uma comunidade política. O autor norte-americano Ronald Dworkin formula um debate referente a importância da existência dos princípios jurídicos que interagem com a tradição da *Common Law*, trazendo também a discussão sobre a interpretação utilizada na revisão judicial. Segundo Dworkin (2005).

Se queremos a revisão judicial – se não queremos anular *arbury* contra *Madson* – devemos então aceitar que o Supremo Tribunal deve tomar decisões políticas importantes. A questão é que motivos, nas suas mãos, são bons motivos. Minha visão é que o Tribunal deve tomar decisões de princípio, não de política – decisões sobre que direitos as pessoas têm sob nosso sistema constitucional, não decisões sobre como se promove melhor o bem-estar geral, e que deve tomar essas decisões elaborando e aplicando a teoria substantiva da representação, extraída do princípio básico de que o governo deve tratar as pessoas como iguais. Se estou certo a respeito disso e do que isso significa, são questões para a teoria jurídica e política, e são essas questões que devemos tentar responder (DWORKIN, 2005, p. 01).

Desse modo, os juízes não podem escolher ou aplicar revisão judicial sem se deparar com questões morais. Tais decisões passam pelo fórum dos princípios que são interpretados pelos juízes na Constituição. Nesse sentido, a interpretação no processo jurídico é vista como um procedimento de construção, na medida em que a mudança social é um fator relevante, pois a interpretação dos princípios varia e muda o passar do tempo. Existem várias

concepções a respeito do sistema democrático e, de acordo com Dworkin (2005), resta saber qual delas representa a forma mais adequada de democracia.

Em contraposição ao argumento de Dworkin, Ely (2010) foca sua teoria nos procedimentos democráticos, não para decisões políticas substantivas. O tribunal deve fazer o processo democrático funcionar, garantir a proteção das minorias políticas e prezar a participação igualitária. Desse modo, a participação presumidamente igualitária nos custos e benefícios no o processo de participação terá um efeito de exercício de poder pelas pessoas e este será exercido em prol dos interesses delas, de modo que os cidadãos participação ativamente do processo democrático. A defesa do autor, então, é de um controle judicial que seja orientado pela noção de participação e que favoreça a representatividade.

No restante do capítulo, apresentarei três argumentos em favor de uma abordagem do controle judicial de constitucionalidade que seja orientada pela noção de participação e favoreça a representatividade. O primeiro levará mais tempo para ser descrito, já que precisaremos fazer um "passeio", mesmo que breve, pela própria Constituição. Contrariam a caracterização habitual da Constituição como "uma declaração duradoura, mas sempre em evolução, de valores gerais", esse passeio nos revelará que, na verdade, a escolha e a interponderação de valores substantivos são deixados quase inteiramente a cargo do processo político; e que o Documento preocupa-se substancialmente com duas coisas: por um lado, a justiça procedimental na resolução de disputas individuais (o processo no sentido estrito), e por outro, aquilo que pode, de modo bastante vago, ser designado como o processo em sentido amplo – garantir a participação ampla nos processos e distribuições do governo (ELY, 2010, p. 115).

As duas teorias – uma substantivista e outra procedimentalista – sobre o controle de constitucionalidade nos fomenta a pensar sobre a inclusão das instituições religiosas como participantes do processo de revisão judicial, proposta pela PEC 99/2011. Vivemos na chamada "Era Secular", isto é, período caracterizado por Charles Taylor (2010) como ausência de referência a kelsefé nos espaços públicos. Segundo o autor, a religião na secularidade é de caráter individual e privado, de modo que os argumentos que remetem a esta ou aquela religião não são mais usados na vida pública. No contexto brasileiro a inclusão das entidades religiosas no controle de constitucionalidade das leis seria uma forma de proteção da democracia, de modo que todos participariam de forma igual no processo ou seria uma forma de privilegiar este ou aquele princípio?

4. Religião e Direito: uma análise da atuação recente do STF

A relação dos juízes com a laicidade é de suma importância para esta pesquisa. Afinal, complementa a discussão acerca das justificativas filosóficas sobre a presença de argumentos religiosos no mundo do direito e a discussão acerca de como, na prática, os juízes trazem, ou não, tais argumentos para suas decisões. Ou seja, não obstante as relevantes controvérsias teóricas a respeito do tema, discutida anteriormente, torna-se importante verificar como a relação entre religião e controle de constitucionalidade das leis tem se dado na prática. É a este ponto que o presente trabalho se dedicará a partir de agora, por meio da análise de decisões do STF que confrontam questões morais complexas e desafiam dogmas das religiões majoritárias no Brasil. Afinal, mesmo que a PEC 99/11 ainda não tenha sido aprovada, já contamos, na realidade brasileira, com casos em que a corte constitucional atuara decidindo questões morais controversas, envolvendo temas caros às religiões cristãs, majoritárias no país. Tais estudos complementam o quadro teórico traçado anteriormente com referências factuais, que permitem a discussão do tema da pesquisa sob uma perspectiva mais ampla, abrangendo o que a filosofia política discute em termos normativos e o que o STF tem realizado sob os imperativos da realidade.

Três exemplos de julgamentos do STF sobre questões morais controversas e caras às religiões majoritárias no país são os julgamentos da ADIN 3510, da ADPF 54 e o julgamento conjunto da ADPF 132 e da ADIN 4.277. No primeiro caso, temos que o STF se viu instado a decidir sobre a possibilidade de utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, o que, para aqueles que consideram que a vida tem início na fecundação, tal como preconizado por algumas doutrinas religiosas, ofenderia o direito à vida. Já no segundo, o mesmo tema voltou à tona no julgamento da possibilidade de descriminalização da interrupção de gestação de feto anencéfalo que, dessa forma, não seria considerada espécie aborto. Por fim, o terceiro caso levou ao STF a regulamentação das relações homoafetivas, o que também se contrapõe a dogmas religiosos caros às principais religiões do país.

Acreditamos que a análise de tais decisões nos fornece insumos importantes para a reflexão acerca de como as doutrinas religiosas aparecem ou não nas decisões judiciais, e, por conseguinte, o que poderia mudar, ou não, com a aprovação da PEC. Tendo isso em vista, os próximos sub tópicos do texto irão se dedicar à análise dos acórdãos de tais decisões, trazendo à tona também informações contextuais que possam fornecer esclarecimentos a respeito dos principais atores envolvidos nas ações. Com isso, pretendemos compreender

melhor como tem se dado e, consequentemente, como pode vir a se dar, a controversa relação entre religião e política no caso específico da política judicializada no Brasil.

Referências

ARANTES, Rogério Bastos. Cortes constitucionais. In: Avritzer, Leonardo; Bignotto, Newton; Filgueiras, Fernando; Guimarães, Juarez; Starling, Heloísa (orgs.). **Dimensões políticas da justiça**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2013

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, Instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, V. 50, n. 3, pp. 443-464, 2007.

BADINTER, Robert; BREYER, Stephen. (Orgs.) **Judges in Contemporary Democracy**. New York/London: New York University Press, 2004.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELY, John Hart. **Democracia e desconfiança**: Uma teoria do controle judicial de constitucionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

KOERNER, Andrei et al. Sobre Judiciário e judicialização. In: MOTTA, Luiz Eduardo; MOTA, Maurício (org.) **O Estado democrático de direito em questão**: teorias críticas da judicialização da política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PRODI, Paolo. **Uma história da justiça**: Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Brasília/São Paulo: Ática, 2000.

SANDEL, Michel J. **O liberalismo e os limites da justiça**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

SANDEL, Michel J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

TAYLOR, Charles. **Uma era Secular**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2010.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: Uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direito das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll & Instituto de estudos da religião (ISER), 2003.

WERNECK VIANNA, Luiz. A judicialização da política. In: Avritzer, Leonardo; Bignotto, Newton; Filgueiras, Fernando; Guimarães, Juarez; Starling, Heloísa (orgs.). **Dimensões políticas da justiça**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2013.

_____. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan. 1999.

ASSISTÊNCIA RELIGIOSA EM PRESÍDIOS NA GRANDE VITÓRIA/ES: CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO GINTER

Bianca de Jesús Silva
UFES

Resumo: O presente texto busca indicar o processo de formação, organização e atuação da assistência religiosa em presídios no estado do Espírito Santo, pelo Grupo de Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional (Ginter), que teve sua criação em 2008, com a intenção de regulamentar as visitas religiosas respeitando todas as crenças nos presídios do estado, baseado na Lei 9.982/2000 que trata assistência religiosa como direito. Busca-se evidenciar, a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário de 2009, que apontou o Espírito Santo dentre os quatro estados brasileiros com maior resistência as visitas religiosas, como funciona o Ginter no estado. Busca-se levantar o processo de criação do grupo que reuniu os segmentos religiosos católico, protestantes e espíritas e apontar suas intencionalidades, no sentido de como são feitas as negociações entre os segmentos religiosos. Pretende-se entender a dinâmica dos cursos de formação para a assistência religiosa e como são efetuadas as visitas, quantitativamente. Entende-se a necessidade de evidenciar esse processo de construção da religiosidade em relação aos seus segmentos e refletir sobre o espaço ao qual se destina, ou seja, como são pensados os processos de acesso e permanência nos presídios e como vêm sendo tocadas essas atividades nos presídios da Grande Vitória.

Palavras-chave: assistência religiosa; presídio; Ginter.

Abstract: The present paper aims to indicate the formation process, organization and operation of the religious assistance in prisons in the state of Espírito Santo for the Interfaith Working Group of the Prison System (Ginter). This group, created in 2008, intends to regulate the religious visits, respecting all the beliefs in the prisons from the whole state, based on the Law nº 9.982/2000 that refers religious assistance as a right. The aim is to highlight the way this group has stated itself throughout the 2009 Prison System's Parliamentary Committee Inquiry (CPI), which pointed out Espírito Santo state among the four Brazilian states with biggest resistance to religious visits. In addition, aims to bring up the group creation process that brought together the catholic, protestant and spiritist religious segments and point out their intentions in the sense of how the negotiations between them are made. The quantitative understanding of how the dynamics of the religious assistance formation courses is and how the visits are carried out are also discussed. Therefore, the need of highlighting these religious interest building processes in relation to all the segments is understood and reflects about the space where it is intended to apply it. In other words, the process of access and time inhabited in the prisons are organised and have been working in all the prisons from the Grande Vitória.

Keywords: religious assistance; prison; Ginter.

1. Criação do GINTER

A narrativa que segue se dá a partir do contato com membros espíritas, devido ao acesso mais fácil permitido pela referida religião, por terem estes se mostrado mais abertos ao diálogo e estimulados pelas ideias de pesquisa e de divulgação da temática, tendo um dos membros espíritas justificado essa abertura à investigação pelo fato de que o espiritismo tem sua base em uma tríade de ciências, religião e filosofia, com isso são mais aceitas as ideia de

construção de conhecimento, incentivando-se as pesquisas. Mas, a aproximação com os demais segmentos religiosos se dará futuramente na continuidade e ampliação da investigação.

O grupo interseccional tem como finalidade auxiliar a ressocialização de pessoas privadas de liberdade e atua em presídios no estado do Espírito Santo. Para pensar sobre a criação do Ginter, primeiramente, devemos observar de que forma os presídios no estado foram representados na última CPI sobre presídios, em que pese a pretensão aqui não estar relacionada à problematização mais sistemática dos presídios. Partimos da ideia, encontrada nas falas do grupo, de que este age como mais um espaço de socialização em que os atores são capazes de reverter suas relações com o crime e reintegrar a sociedade afastados das relações criminosas. Com isso, o presídio se apresenta para o Ginter como um espaço ocupado por pessoas capazes de reintegração de forma efetiva, de modo que a religião é uma das medidas de ressocialização. Sendo assim, cabe observar de que forma foram apresentados os presídios do Espírito Santo na CPI do sistema carcerário brasileiro e utilizar a ideia de potencial de reintegração por via religiosa para problematizar a questão.

A CPI datada de 2009, "Mesa da Câmara dos Deputados 53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa 2009", sob a presidência de Michel Temer, e tendo como Vice-Presidente Marco Maia, que coordenaram as visitas em todos os estados do Brasil e trabalharam sobre o quadro nacional e os quadros estaduais. No geral, a situação dos presídios no Brasil é preocupante, principalmente no que diz respeito à superlotação e à intencionalidade dos internamentos, estando sendo problematizados, por exemplo, os regimes de isolamento, que negam o princípio da ressocialização pela educação e pelo trabalho. No que tange à assistência religiosa no Brasil, direito previsto por lei do apenado, esta não é colocada como dever do Estado, este como executor da assistência. O dever do Estado limita-se a proporcionar o acesso bem como receber os voluntários das religiões em lugares adequados, fazer o registro de entradas e vistoriar os documentos sobre as visitas. A presença dos presos nos espaços de assistência religiosa é facultativa e se dá a partir da crença religiosa do apenado.

A assistência religiosa por vezes pode ser apresentada e vista de forma limitada às religiões cristãs, uma visão equivocada que releva noções preconceituosas de manifestações religiosas. A intolerância religiosa foi discutida de forma mais esclarecedora na cartilha

Liberdade Religiosa – Projeção da Fé. Assim a lei nº 16/2001 de 22 de junho, que prevê liberdade religiosa, não é efetivamente implantada em vários presídios[1].

O relatório da CPI conta com mais de 600 páginas e está disponível no site da Câmara dos Deputados[2] que analisou todos os estados. Atendo-nos às colocações mais gerais sobre religião e sobre o estado do Espírito Santo, temos os seguintes dados:

> O Espírito Santo possui 14.062 presos para apenas 4.819 vagas, havendo um déficit de 9.243 vagas e uma superlotação de 195%. Existem 50 mil mandados de prisão a cumprir. A segurança da população carcerária é feita por 890 agentes penitenciários e da população em geral de 7.257 policiais militares e 3.324 policiais civis. Com 78 municípios, o Estado do Espírito Santo possui 42 comarcas, 319 Juízes (com salário inicial de R$ 18.957,00), 1 Juiz de execução na capital do estado, 361 Promotores (com salário inicial de R$ 21.996,85), 269 Defensores Públicos (com salário de 4.095,00) (CPI do sistema carcerário, 2009, p. 113).

A religiosidade aparece em três momentos no texto sobre o Espírito Santo fora do tópico sobre assistência religiosa, no qual é apontada como "Em alguns Estados, foi denunciado o cerceamento das atividades religiosas. Situação injustificável diante da importância das atividades religiosas como meio de amenizar o inferno em que vive a população carcerária" (CPI do sistema carcerário, 2009, p. 241). Na primeira passagem sobre o estado do Espírito Santo que indica uma relação com a religião, encontra-se na exposição sobre a chegada a unidade do estado:

> Quando do início da diligência, a CPI foi recebida pelos presos no pátio da unidade, em uma grande celebração evangélica, onde os presos em círculo respondiam as palavras de ordem do pastor, também interno, manobrando um potente aparelho de som. O Relator ouviu três presos na pequena biblioteca da unidade, porém obteve poucas informações, passando a sensação de que a exemplo do culto de última hora, estes também estavam preparados para dissimular (CPI do sistema carcerário, 2009, p. 114).

Noutra citação aparece uma denúncia feita em audiência pública na assembleia legislativa do estado: "O presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB-ES, André Moreira, criticou a falta de acesso do Conselho Estadual de Direitos Humanos, de entidades

[1] Sem me alongar sobre o fato, não se pode deixar de considerá-lo, haja vista a discussão sobre as "facilidades" de se ministrar manifestações religiosas cristãs, como no caso dos evangélicos. Também, como não são usados muitos recursos no toque do candomblé, este é mais acessível aos complexos penitenciários. Cf. Marques e Gonçalves, 2013.
[2] Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>. Último acesso em 29.09.2015.

da área e de religiosos, inviabilizando a fiscalização do sistema prisional pela sociedade" (CPI do sistema carcerário, 2009, p. 115).

É reforçado no trecho "A CPI encontrou a presença marcante e ativa da ação das igrejas evangélicas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em São Luís, tendo, inclusive, se utilizado dos instrumentos de uma Igreja para comunicação com os internos" (CPI do sistema carcerário, 2009, p. 240). Essas exposições se desdobram e revelam que há resistências e limitações à assistência religiosa. Partindo da CPI que revelou a proibição das visitas em alguns presídios contrapomos a intencionalidade do Ginter que organizou as demandas das religiões na perspectiva da coordenação entre os segmentos religiosos para executar de maneira efetiva a atividade religiosa nos presídios do estado do Espírito Santo.

A partir da ideia de tolerância religiosa e melhoria na assistência, passou a existir o grupo composto por um padre, um pastor, um presidente de casa espírita e um membro da secretaria de justiça. Uma das falas para explicar a composição cristã do grupo aponta para a não organização institucional de outros segmentos religiosos, e uma ausência desta representação na construção do projeto piloto do Ginter, que acabou se firmando nos segmentos cristãos. A coexistência dos membros representantes de religiões pautadas em ideais cristãos de ajuda ao próximo é fundamental para nossa análise, uma vez que, de acordo com a pirâmide de Maslow[3], a religião ocupa o último estágio da pirâmide, ou seja, é uma das necessidades básicas do ser humano, mas depende de outras necessidades mais fundamentais, como na fala de uns dos membros do grupo: "não adianta querer rezar com alguém como fome ou com frio, temos que entender demandas individuais e não empurrar a religião como algo mais fundamental do que a fome".

Inserido na dinâmica complexa da religião e Estado, o Ginter estabelece-se como o grupo responsável pela assistência religiosa através da atuação institucional partindo da ideia de ajudar o próximo e na busca da reintegração em acordo com o lema lembrado por membros do Ginter: o CNM ("Cadeia Nunca Mais"). Um projeto elaborado pelo grupo deve ser apresentado aos diretores dos presídios e nele deve-se dizer quantos e quem são os voluntários bem como os materiais que são utilizados pelos grupos. Também, são discriminados os presídios e a equipe que

[3] A hierarquia de necessidades de Maslow, também conhecida como pirâmide de Maslow, é uma divisão hierárquica proposta por Abraham Maslow, em que as necessidades de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto. Cada um tem de "escalar" uma hierarquia de necessidades para atingir a sua auto-realização. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hierarquia_de_necessidades_de_Maslow>.

irá atuar, ou seja, a religião que propôs a assistência mediante apresentação, justificativa, objetivo, metas, metodologia, recurso materiais, pessoas envolvidas e avaliação.

Sobre os temas dos estudos e exposição nos cultos, o Ginter, em suas reuniões com a Secretaria de Justiça (Sejus), define as temáticas a serem trabalhadas nas unidades, tentando justificar sua importância. Alguns desses temas são, por exemplo, "trabalho no regime semiaberto", "perdão", "família" e "maternidade". Assim o grupo propõe os eixos mais relevantes e impactantes, fazendo da religião um instrumento que auxilia no tratamento de questões que são inerentes ao universo dos presídios.

2. Formação de voluntários

O curso de formação para membros voluntários em assistência religiosa conta com a duração de quatro horas e com certificação em assistência religiosa. O convite para participar da atividade é feito em cada unidade religiosa, sendo de responsabilidade de cada Igreja ou Casa Espírita. No caso da Casa Espírita, os voluntários devem ter alguma experiência ou nível de conhecimentos sobre o sistema prisional, a exemplo de ex-policiais, policiais, assistentes sociais ou membros mais antigos das casas espíritas, para evitar a aproximação para com a assistência por mera curiosidade, ou seja, para afastar as noções de "exótico" em relação ao presidiário ou uma atividade mais "de risco" a atrair pessoas despreparadas.

A convocação dos membros definidos para participarem da formação é feita por e-mail, com informações como data, horário e local, e ainda se envia o formulário de inscrição e termo de compromisso, que são destinados a Sejus, para a validação das visitas nos presídios e registro de documentação legal da formação. A percepção de que era um treinamento somente para os espíritas foi descontruída com a chegada ao local indicado no referido e-mail, que era o endereço de uma Igreja, a Assembleia de Deus.

O estranhamento sobre o encontro aquele primeiro encontro gerou uma leve inquietação de vários membros, alguns comentários entre os mais próximos, até que uma senhora evidenciou a dúvida "achei que seria só a gente", referindo-se aos espíritas. Já os outros segmentos sabiam que seria uma formação com outros segmentos religiosos, pois o facilitador é espírita.

O primeiro material trabalhado no curso de formação foi sobre tolerância religiosa, mostrando de que forma as religiões deveriam se unir para fazer o bem, usando a ideia de "religare" como a principal mediação entre as correntes, sendo o "religare" princípio de ser ligar a Deus sem

diferenciação a partir das religiões. O conteúdo passava pela noção de desconstrução, a partir da noção de Deus como bem, e seguia para noções de direitos humanos, fazendo-se considerações sobre os presídios e introduzindo a parte da proposta do Ginter que foram trabalhadas no início do texto.

A segunda parte apresentava os presídios em dados, como quantidade de unidades no estado, de apenados, capacidade, se havia superlotação, mas sempre ponderando que as atividades nos presídios deveriam enfatizar a educação. Explicam-se as rotinas e dinâmicas dos presídios, como horários, e a diferenciação entre os regimes de internamento, como o semi-aberto, fechado, segurança máxima ou mínima, quando são aplicadas medidas socioeducativas, sempre pontuando a diferença entre os presídios masculinos e femininos. A prática religiosa passa por todos esses entendimentos pois entende-se que os voluntários devem ter a lucidez sobre o processo para conseguir inserir a prática religiosa na dinâmica impressa às prisões.

3. O sistema penitenciário feminino, de onde partimos

A presente pesquisa desenvolveu-se seguindo o fluxo da experiência a partir do contato com a assistência religiosa, assim todas as construções teóricas se deram a partir das práticas trabalhadas pelos segmentos religiosos. A inserção de mulheres voluntárias em assistência religiosa tende a ser em unidades prisionais femininas. Entretanto, como a assistência tocada pelo Ginter atende os presídios masculinos e femininos, a formação dos voluntários é genérica.

Insiro aqui algumas colocações sobre a noção de presídios que fazem parte do imaginário social, de acordo com Cunha (2010), que observou as penitenciarias a partir da ótica da educação e trabalhou com a ideia de "docilização dos corpos" (FOUCAULT, 2007), tangenciando as noções de estigma, papel social e identidade presentes na obra de Irving Goffman (1998).

Como propõe Cunha (2010), a análise de como a mulher foi inserida nos presídios remonta à inserção da mulher no mercado de trabalho do período das guerras avançando até a ideia de que a mulher passou a representar o "papel" que, no senso comum, é identificado como masculino, ou seja, a mulher passou administrar e prover a renda familiar. Ressalto aqui que estou seguindo a linha de análise proposta pela autora para problematizar o aumento de 261% de apenadas no sistema prisional brasileiro, de acordo com o relatório da pastoral carcerária que reforça a como a ação da mulher passa a ocupar o lugar do homem no mundo do crime, mais especificamente, no tráfico de drogas, que é onde há o maior contingente de crimes. Relacionando o acesso da mulher ao mercado de trabalho na sociedade moderna contemporânea

e com o sistema capitalista "esmagando" as classes mais baixas, o crime passou a ser uma opção para a mulher, que agora se vê como provedora de sua família e, por vezes, segue o caminho dos companheiros, ainda de acordo com o relatório da pastoral carcerária elaborado em 2012.

A partir de pesquisa de campo em desenvolvimento realizada em uma unidade prisional em Cariacica, periferia da Grande Vitória, tendo ciência do tamanho do desafio, tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo, e por se tratar de duas formas de abordagem, o masculino e o feminino, o que impõe o recorte de gênero, no sentido de que as relações são diferentes nos dois tipos de reclusão, também as relações com a religião são diferentes.

Para que os presídios não sejam encarados como uma análise somente a partir da religião, mas da ótica das relações que se dão nos presídios do estado do Espírito Santo, reconhecemos a complexidade, que seria impossível revelar em um texto, sobre o aumento dos casos de mulheres presas, que criam ou mantêm atividades ilegais para acompanhar os homens presentes em sua vida, sejam marido, namorado ou filhos.

4. As visitas

As visitas foram feitas acompanhando-se o grupo espírita, devido ao exposto anteriormente. Após o treinamento, o grupo de espíritas reuniu-se para apresentação dos novos membros e planejamento para os próximos dois meses, pois as escalas são elaboradas a cada bimestre. São aproximadamente dez grupos espíritas no estado, mas estes em geral são organizados a partir da elaboração de escalas, conforme a disponibilidade dos voluntários.

O grupo do qual participei como novo membro foi direcionado para o presídio feminino em Cariacica Bubu, sendo dividido em dois turnos semanais: uma visita nas terças-feiras no período noturno e uma visita nos domingos pela manhã. As escalas são por dias de visita, ou seja, os que vão na terça tendem a somente participar das atividades nesse dia, assim como os dos domingos; formando-se outro pequeno grupo a partir da escala, salvo exceções que têm disponibilidade nos dois turnos.

A primeira visita foi, talvez, a mais importante para a investigação, uma vez que foi o momento em que as questões sociológicas foram postas. Na escala de domingo pela manhã, as visitas nas manhãs começam às 9h na unidade de Bubu, em Cariacica. O primeiro portão é aberto neste horário, que é também o horário de visita familiar. Apenas no segundo

portão se passa a estar em contato com a privação de liberdade e a realidade das grades quando é feita a identificação do "grupo espírita".

Os documentos são entregues para um primeiro agente penitenciário por uma janelinha próxima à porta com detector de metais, que aparentemente não funciona. Passando pela checagem dos documentos e pela porta de detector de metais, vamos para uma nova identificação, agora seguida de revista. Entregam-se novamente os documentos para duas agentes penitenciarias que fazem a inspeção de material, já estipulados no projeto apresentado aos presídios e citados no texto e guardam-se os demais pertences nos armários com chaves numeradas.

A revista é feita entre cubículos separados por paredes baixas com pouco mais de um metro de altura, são quatro pequenas portas de entrada, nas quais o grupo é revistado novamente com detector de metais, passa por mais um corredor, mais uma porta e somente então estamos no pátio que separa as unidades. No presídio de Bubu, há três prédios, para o regime fechado, o semiaberto e para a maternidade, que são identificados por placas. Não se pôde saber se o pátio tem como finalidade a integração, pois as assistências religiosas foram feitas em dias de visitas em que as apenadas permaneceram em suas unidades.

O grupo espírita no domingo geralmente tem poucas presas a atender, que são previamente identificadas, ou seja, para participar da atividade precisa-se colocar o nome na lista e os nomes são indicados nos dias de visitas. Umas levam os nomes das outras que manifestam interesse e não são liberadas no dia da assistência, a menos que estejam registradas na frequência do atendimento religioso. A primeira visita da qual participei foram de três detentas, uma senhora e duas jovens de no máximo 25 anos, já conhecidas pelos outros membros do grupo, que mostraram bastantes entusiasmo em ter um nome membro no grupo espírita para visitá-las, pois é assim que é encarada a assistência religiosa, como visita, e se realiza com bastante tranquilidade, como uma conversa sobre os temas propostas pelo Ginter, em forma de estudo, como se fossem pequenos seminários sobre temáticas religiosas. Todas se mostram bastante confortáveis ao formato adotado pelo grupo de assistência, pois para além das mensagens do Evangelho Segundo o Espiritismo, um dos cinco livros base da doutrina, tem-se um espaço de reflexão, pois todos os temas são direcionados a se pensar os motivos de estarem presas, assim são sempre reflexões sobre como não cometer os mesmos erros.

Nas visitas realizadas nos meses de julho, agosto e uma em setembro, o grupo aumentou. Na última visita, estavam presentes oito mulheres para os estudos do domingo. Na aproximação de novas pessoas ao grupo, uma chamou mais atenção no sentido de dialogar

com a questão da intolerância religiosa, quando convidada a se apresentar revelou que seu desejo em participar dos estudos espíritas era antigo, mas as colegas sempre a chamavam de "macumbeira" quando expressava seu desejo. Nesse primeiro contato, explicamos parte da doutrina e as diferenças dentre as manifestações religiosas e pedimos a que convidasse a colega que se colocava contra. Podemos verificar que as questões postas pela intolerância religiosa não são práticas isoladas de religiões ou da administração dos presídios, mas faz parte do imaginário das pessoas, o que impossibilita o outro, muitas vezes, ao acesso ao "diferente".

Algumas presas estão no final da pena, outras trabalhando ou tem suas "saidinhas" que são como chamam as pequenas visitas que podem fazer à casa de suas famílias em feriados ou datas especiais. O grupo é tratado pelas agentes carcerárias de forma menos truculenta do que se pôde observar em qualquer outra relação no presídio, o que reforça a ideia de que a assistência religiosa auxilia na ressocialização dos presos. Nos meses de visita, somente um caso de isolamento por comportamento foi registrado e, ao visitarmos no isolamento, pela janela da cela, a presa se mostrava arrependida, relatando que teve um surto de pânico e perdeu o equilíbrio no tratamento com as agentes. Outros relatos de isolamento eram comuns, mas a progressão do grupo se dava na prática, e eram minimizados a frequência de casos de comportamento inadequado entre as assistidas que geraria o isolamento.

As visitas apresentam-se como uma dinâmica tranquilizadora e apaziguadora, no sentido de sempre tocar nos assuntos correlatos às experiências no presídio, buscando reduzir os casos de isolamento e divergências truculentas com as agentes carcerárias. Com isso, a assistência religiosa tem feito um trabalho de reflexão junto ao apenado sobre o ambiente em que está inserido.

Breves Considerações Finais

Da forma em que a CPI apresentou os presídios do Espírito Santo e de como são colocadas às leis sobre a assistência religiosa percebe-se que no estado está se criando uma rotina para suprir essa assistência básica que é e direito dos presos, como forma de reparar a dignidade humana, levando para as formas de socialização a religião para auxiliar a reinserção do preso na sociedade. As visitas espíritas colocam o indivíduo como o agente de suas mazelas e, também, o agente de transformação, estimulando as apenadas na busca pela sua reforma interior.

A pesquisa não tem alcance para avaliar se a assistência tem mudado os quadros dos detentos, como por exemplo, se os apenados que participam dos espaços religiosos tendem a baixar

suas taxas de reincidência. O que podemos colocar aqui e que é também problematizado em outros trabalhos, é que a acesso a religião transforma a *performance* durante o tempo em que o apenado passa na prisão, ou seja, este passa a ter melhor comportamento, gerar menos conflitos e costumam ser realocados nas alas do regime semiaberto devido à mudança de postura e ao desejo de alcançar novos horizontes. Na continuidade desta investigação, pretende-se chegar à análise da efetiva CNM ("Cadeia Nunca Mais"), quando a assistência religiosa repercute fora do presídio, na reinserção total do sujeito na sociedade, se bem-sucedida ou não.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARILHA. **Liberdade religiosa** - proteção a fé. Direitos e prerrogativas das religiões afro-brasilieras. 2014. <http://www.ceert.org.br/arquivos/Cartilha_Intolerancia.pdf>. Acesso 28 ago. 2015.

Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro. 2015

CPI Sistema Carcerário - Câmara Dos Deputados - Ação Parlamentar. 2009.

CUNHA, Elizangela Lelisda. **Ressocialização**: o desafio da educação no sistema prisional feminino. Cad. CEDES, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-178, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 29 ago. 2015

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622010000200003>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramalhete. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

MARQUES & GONÇALVES, José Artur, Juliana. **A estigmatização das religiões afro-brasileiras**: dentro e fora dos presídios. ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498, v. 9, n. 9, 2013.

Relatório da pastoral carcerária. **"Penitenciarias são feitas por homens e para homens"**. 2012. Acesso em 23 ago. 2015. <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas_versaofinal1.pdf>

O RELIGIOSO NA CRISTANDADE: SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Bruno Schwabenland Ramos
Licenciando do Curso de Pedagogia pela Faculdade Ateneu; graduado em Teologia no Centro Universitário Claretiano e pós-graduando em Relações Étnico-raciais pela UFES.
E-mail: bruno_pedagogia@hotmail.com.

Resumo: A terminologia do fundamentalismo religioso advém do século passado a fim de descrever a interpretação radical dos Livros Sagrados. Para entender como ocorreu tal fenômeno far-se-á necessária a coleta de dados históricos e uma construção teórica a respeito da temática pesquisada. Defende-se aqui que a visão de divindade tem sido deturpada pelo etnocentrismo que estabelece a superioridade da religião dita "civilizada" contra as outras que não se enquadram nos conceitos ocidentais, daí a necessidade de entender tais fenômenos para compreendermos a questão da intolerância em nossos dias.

Palavras-chave: fundamentalismo religioso; história cultural; intolerância.

Abstract: The terminology of religious fundamentalism comes from the last century in order to describe the radical interpretation of Sacred Books. To understand how this phenomenon occurred was required to collect and select historical data and a theoretical construction regarding the research theme. It is argued here the hypothesis that the vision of divinity has been distorted by ethnocentrism that establish on the superiority of religion said "civilized' against the other that do not fit within western concepts. Hence the need to understand these phenomena to understand the question of intolerance in our days.

Keywords: religious fundamentalism; cultural history; intolerance.

Introdução

A terminologia "fundamentalismo religioso" advém do século passado para descrever a interpretação radical ou extremista dos Livros Sagrados, algo que se tornou objeto de estudo do Ensino Religioso numa ótica acadêmica. Relaciona-se ao etnocentrismo que tenta normatizar sobre a religião verdadeira, mormente a ocidentalizada em oposição às demais que recebem vários estereótipos e são tratadas de uma forma preconceituosa, a exemplo do islamismo, quando se associam todos os adeptos a fomentadores do terrorismo internacional, enxergando-os como sujeitos de alta periculosidade. A postura fundamentalista tem raízes históricas em que a intolerância tem sido responsável por inúmeras guerras e casos de violência, pois o sujeito agride o próximo em nome da sua divindade. Pode haver intolerância religiosa em todas as crenças e não apenas no islamismo.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a conceituação do fundamentalismo religioso para entender a sua formação histórica cultural. Num segundo momento, discorremos brevemente sobre os rebatimentos desse fenômeno numa abordagem educacional.

O método utilizado neste trabalho foi a análise bibliográfica, porque, para construir a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa, tivemos a necessidade de investigar as seguintes sessões: conceituação sobre o fundamentalismo religioso na cristandade, a associação da religião com as relações de poder e outros aspectos teóricos. Por fim, acrescentamos algumas observações sobre a escola pesquisa no que diz respeito à tolerância ou intolerância religiosa.

1. Fundamentalismo religioso: definição

A terminologia "fundamentalismo religioso", como dissemos, foi construída no século passado para descrever uma interpretação literal ou extremista dos Livros Sagrados. Tal conceituação tem sido objeto de estudos acerca do Ensino Religioso Escolar. Os cientistas que investigam este fenômeno atualmente têm ocupado os noticiários da mídia internacional dada a força do tema.

Segundo a ótica etnocêntrica que define padrões de normatização e de "normalização" para os sujeitos, logo, as conceituações de qual é o sistema religioso "certo" e que expressa a suposta "verdade", quem não pertence à cosmovisão ocidentalizada que propaga a ideologia de um "transcendental civilizado", sofre os estereótipos negativos. Já exemplificamos, no âmbito internacional, com o tratamento ao povo islâmico associado negativamente com os inimigos da democracia e, portanto, propenso à violência como os atos de terrorismo. A postura fundamentalista, todavia, está em evidência nas três religiões Abraâmicas que, em diferentes eras históricas, ocuparam espaços de poder, provocando inúmeras guerras para propagar a ideologia do Deus uno, legitimando-se o direito sagrado de combate aos heréticos.

A "intolerância religiosa" torna-se objeto de estudo das Ciências da religião que investigam a produção antropológica na criação de uma deidade e o processo pelo qual um grupo passa a privatizar da verdade e combater os infiéis seja por meio de ideologias ou da força física. A temática tem uma natureza muito ampla pois dá conta de todas as manifestações religiosas, mas, para fins desse estudo, definimos o objeto como o "fundamentalismo" na cristandade.

> Termo fundamentalismo, no campo religioso é recente, mas a postura fundamentalista é antiga. Durante a Primeira Guerra Mundial, surgiu uma corrente teológica de origem protestante, que admitia apenas o sentido literal das Escrituras, opondo-se a toda interpretação histórica-crítica e identificando-se com o conservadorismo. Essa corrente passou a ser chamada fundamentalista.

> Dessa maneira o termo fundamentalismo, no campo religioso, passou a ser associado a ortodoxo ou conservador. Essa tendência marcou inicialmente certas denominações protestantes. O movimento não é unitário, mas atinge certos setores que pretendem defender e conservar os elementos "fundamentais" da fé cristã. Por isso o fundamentalismo encontra-se dentro das mais diversas denominações (ZILLES, 2004 p. 177).

No caso brasileiro, desde o período da escravatura, havia uma religião oficial – o catolicismo português – convivendo com as ditas superstições propagadas pelos africanos que foram duramente combatidas. Algo muito evidente até as primeiras décadas do século XX com a perseguição estatal, entretanto, nunca tendo deixado de existir nas relações sociais até hoje carregam as marcas deste passado escravocrata que opõem a "Sã Doutrina" (o cristianismo) e as "outras", ligadas supostamente à prática da maldade e da adoração ao diabo.

O contexto histórico do fundamentalismo religioso surgido em 1910 nos Estados Unidos foi o advento da modernidade que propunha a morte de Deus, marcando embates entre diferentes correntes filosóficas: o antropocentrismo que representa a vitória da razão sobre o misticismo propagado pelos sistemas religiosos e o teocentrismo, segundo o qual toda a verdade emana de um ser transcendental. Na sociedade americana de tradição protestante, a bíblia norteava a cultura ao ponto das discussões entre religiosos e cientistas pararem nos tribunais, por exemplo quando um professor de uma escola do Tennesse ensinou que o homem moderno se originou do macaco provocando grande indignação na comunidade. O fundamentalismo nascia modernamente com um movimento propagado pela Igreja contra a racionalização moderna. Conforme Zilles, a ortodoxia e o fundamentalismo cegavam assim a capacidade do sujeito se abrir ao diálogo, insurgindo-se irracionalmente contra os que considerava heréticos.

> O fundamentalismo originado nos Estados Unidos, em círculos protestantes, pregava, pois, a interpretação literal da Bíblia em oposição as tendências modernistas. A polêmica entre fundamentalistas chegou ao auge, quando em 1925, um professor do Tennesse, J. T. Scopes foi processado (processo dos macacos), por ensinar teorias evolucionistas. Para defender a fé no criacionismo, numa fidelidade intransigente a interpretação literal da bíblia, os fundamentalistas fecham-se ao diálogo com novos problemas e, por outro lado, tomam a letra da Bíblia como a palavra pura de Deus. Com isso criam um chão fértil para fanatismos e radicalismos. [...]
>
> O fundamentalismo americano, reagindo às tendências liberais e modernistas, entre 1910-1912, publicou uma obra em doze volumes sob o título de The Fundamentals: A testimony of the Truth, com a primeira edição de um milhão de exemplares. Assim obteve influência significativa. Contra a aceitação do pensamento científico na exege bíblica, responsabilizado pela descristianização da vida, os fundamentalistas defendem a fé na inspiração

> verbal da Sagrada Escritura e a infabilidade de todas as suas afirmações, entre outras coisas a concepção virginal de Maria (ZILLES, 2004 p. 178).

Não há religião pura, mas todas são fruto de transformações antropológicas e culturais. A figura de Hércules na mitologia grega assemelha-se Sansão que com seus poderes sobrenaturais representa uma nova versão de um semideus. Também, as três principais religiões monoteístas têm pontos similares em seus escritos sagrados, marcando sua hibridez.

2. Origens históricas do fundamentalismo na Europa

A cristandade passou a gozar do poder quando experimentou o processo de romanização ou anistia dada pelo Império Romano quando passou a figurar como a religião oficial do império. Agregando crenças e filosofias mestiças, isto é, o elemento mágico, com acréscimos e mudanças em sua liturgia, agregou assim um novo público de fieis. Na Europa Ocidental, sobretudo na Idade Medieval, deu-se uma reedição da inimizade entre Ismael (representando a cultura arabizada) e Isaque (representando a tradição judaico-cristã), marcando em 1492 um embate violento entre muçulmanos e cristãos, importante para se entender o fundamentalismo ainda hoje vigente.

A Igreja Romana também rompe com a Igreja Primitiva que não era adepta das riquezas materiais, tendo como filosofia a busca por se ajuntar tesouros em uma vida vindoura, após a morte. A Igreja Católica deixava de ser apenas espiritual para se tornar um poder temporal (político e econômico), controlando todos os cenários da vida europeia, domesticando a sociedade e incutindo a ideologia dominante por meio da "Santa Inquisição", que promoveu a "Era das Fogueiras", para manter o poder e o direito da apropriação das riquezas dos infiéis condenados por este tribunal.

> A Europa e suas colônias americanas teriam de acomodar essas mudanças em diferentes arranjos políticos. Como todo período de grandes transformações sociais, esse também foi violento, Houve (*sic*) guerras e revoluções, extermínio e deslocamento, espoliação do campo e luta religiosa. Ao longo de trezentos anos europeus e americanos tiveram de empregar métodos cruéis para modernizar sua sociedade. Houve derramamento de sangue, perseguição, inquisição, massacre, exploração, escravização, desumanidade. Os mesmos fatos sangrentos ocorrem hoje em países do mundo em desenvolvimento que estão passando pelo doloroso processo de modernização (ARMSTRONG 2001, p. 59-60).

É comum a todas as religiões que detêm o poder simbólico este movimento de "reforma" com a finalidade de resgate a pureza dos padrões doutrinários, por meio da "privatização da verdade", quando alguns homens que se declaram como detentores da patente divina, são legitimados e passam a gozar do carisma e da autoridade para se apresentar perante a comunidade religiosa no de formador de opinião, tendo passado por todos os processos da aquisição do poder por meio do conjunto litúrgico e da participação dos ritos. A fim de manter sua autoridade, expurgam as raças, grupos, pessoas indesejáveis de seus quadros de membros, promovendo a dominação e a exclusão. De acordo com Carter:

> Quando recebi o prêmio Nobel, em 2002, em Oslo, eu disse em meu discurso: "A presente era é um tempo de desafios e perturbações para aqueles cujas vidas são moldadas pela fé religiosa baseada no amor ao próximo". Quando a Christianity Today me pediu para explicar a declaração, eu respondi:
>
> "Há uma forte tendência em direção ao fundamentalismo religioso em todas as religiões – incluindo as diversas correntes do cristianismo, bem como o hinduísmo, o judaísmo e o islamismo". Os crentes estão cada vez mais inclinados a começar um processo decisório, declarando: "como estou alinhado com Deus, sou superior, minhas crenças devem prevalecer e quem discordar de mim estará essencialmente errado" e, em seguida dirá "essencialmente inferior". O último passo é dominá-lo "subumano", e, então as suas vidas não são significantes (CARTER, 2007, p. 25).

A Igreja Medieval procurava manter o poder na sociedade por meio de um rígido controle, que ia desde a ideologia dominante que obrigava o indivíduo à observância das normas uma vez que desobedecer ao clero era o mesmo que afrontar o próprio Deus. Propagar a ideia de um transcendental punitivo e sanguinário contra os infiéis era a forma de manter a população sob controle. O controle do conhecimento passava pelo poder de supervisão de quaisquer obras de modo que aquelas que não fossem baseadas em ensinos bíblicos eram destruídas. Os Reformadores adotavam atitudes fundamentalistas. Lutero destruiu vários livros considerados de cunho herético e os dissidentes da verdade proclamada eram punidos com a morte. De acordo com Armstrong, o radicalismo também esteve presente em Calvino e em Zwingli, em que pese uma contraditória defesa da liberdade de interpretação da bíblia em face do poder papal:

> Zwingli e Calvino também se sentiram impotentes, antes de chegar a uma visão religiosa que lhes deu a sensação de renascer. Também se convenceram de que nada podiam fazer por sua própria salvação nem para minorar as tribulações da existência humana. Enfatizaram a soberania absoluta de Deus, como fariam com frequência os fundamentalistas

> modernos. Assim como Lutero tiveram de recriar seu universo religioso, valendo-se, às vezes, de medidas extremas e até mesmo de violência para que sua religião pudesse falar às novas condições de um mundo discreto, mas irreversivelmente empenhado em transformações radicais.
>
> Como homens de seu tempo, os reformadores refletiam as mudanças que estavam ocorrendo. Ao deixar a Igreja Católica Romana, fizeram uma das pioneiras declarações de independência que pontuariam a história ocidental a partir desse momento. Conforme veremos, o novo ethos requeria autonomia e liberdade total, e era isso que os reformadores protestantes reivindicavam para os cristãos do mundo modificado, que precisavam ser livres para ler e interpretar a Bíblia como bem entendessem, sem o controle punitivo da Igreja (contudo sabiam ser intransigentes com quem se opusesse aos *seus* ensinamentos. Lutero achava que se devia queimar os livros "heréticos"; Calvino e Zwingli estavam dispostos a matar os dissidentes) [...] (ARMSTRONG, 2001, p. 62).

3. Tribunal da Inquisição: a neurose religiosa obsessiva fomentadora da violência

A Idade Média durante anos foi retratada pelos historiadores como a "Idade das Trevas" na qual pouco haveria de acontecimentos relevantes. No cenário político, a Igreja Católica Apostólica Romana assumiu o controle do conhecimento: tudo deveria passar pela aprovação do clero. Entretanto, ao se estabelecer como a religião oficial do império romano, foi necessária uma certa adaptação cultural mediante uma prática sincrética que adotou alguns elementos da religiosidade de povos considerados pagãos, a fim de agregá-los a um novo credo. Houve uma dessacralização inversa, isto é, os ritos das trevas foram transmigrados para o lado da luz. Nem por isso, findaram as outras religiões que foram, porém, marginalizadas. Como resposta a estas, deu-se primeiramente uma luta ideológica por meio da Teologia que demonizou o Deus de Chifres destas religiões pré-cristãs, associando-o ao diabo da literatura judaico-cristã, que é o "anjo caído" que recebe a denominação de Lúcifer ou Lumiel.

Supõe-se que houve uma resistência destas religiosidades antigas em manterem as suas práticas e cultos intactos, por exemplo, os cultos à natureza, aos deuses da fertilidade, algo inadmissível pela tradição da cristandade. A neurose obsessiva tomara diretrizes na adoção da pratica coercitiva para diminuir a influência das religiosidades pagãs de tal forma que houve batalhas sangrentas contra as crenças que supostamente estavam ligadas a práticas da maldade. A Igreja, querendo manter a sua prosperidade terrena, necessitou de métodos punitivos para manter a domesticação social da classe subalterna. Em diversos países da Europa Ocidental, deu-se a "Grande Caça às Bruxas". Em 1484, foi promulgado pelo Papa Inocêncio VIII, a "Bula contra os Bruxos".

A "Era das Fogueiras" é a mancha no passado nebuloso da Igreja que deixara de ser devotada à dignidade humana (Igreja Primitiva) e se entregou à cobiça desenfreada do poder temporal. A Igreja era a detentora da "Santa Verdade" e, para manter o *status quo*, estabelece-se a "Guerra Santa" contra as raças indesejáveis (pessoas adeptas ao paganismo), promovendo ainda por meio dos inquisidores a prática terrorista e sádica contra as raças consideradas impuras, que não seguiam a ideologia imposta. Os ditos infiéis eram queimados vivos nas fogueiras ou eram levados para serem enforcados em praça pública.

Com a autoridade concedida aos juízes da Inquisição pela "Bula dos Bruxos", legalizava-se o funcionamento do Tribunal da Santa Inquisição, tendo como parâmetro o Direito Canônico que funcionava como o Código Penal da época, o qual dava legitimidade jurídica para que fossem cometidos crimes contra a humanidade aos suspeitos feitiçaria, conduzidos a prisões e sob tortura forçados à confissão da prática criminosa. Conforme Armtrong:

> [...] O misticismo e a mitologia ensinaram as pessoas a lidar com o mundo do inconsciente. Talvez não tenha sido por acaso que, numa época em que à fé religiosa começava a abandonar esse tipo de espiritualidade, o subconsciente aflorou sem controle. Tem-se definido a Febre das Bruxas como uma fantasia coletiva de homens, mulheres e inquisidores de toda a cristandade. Acreditava-se que as bruxas tinham relações sexuais com os demônios; que voavam à noite para participar de rituais satânicos e orgias perversas; que adoravam o Diabo numa paródia da missa – uma reversão que podia representar uma ampla rebelião inconsciente contra a fé tradicional. Deus começava a parecer tão distante, estranho e exigente que, para alguns, estava se tornando demoníaco: medos e desejos subconscientes projetavam – se na figura imaginária de Satã, descrito como uma versão monstruosa da humanidade. Até passar a Febre, milhares de indivíduos acusados de bruxaria foram executados na forca ou na fogueira (ARMSTRONG 2001, p. 70).

O controle do conhecimento exercido pela Igreja tanto nas esferas teológica e secular serviu como instrumento para manter a organização social estratificada. O clero detinha o poder porque era um dos poucos estratos sociais alfabetizados em meio a uma população desprovida de conhecimento acadêmico.

As mulheres foram as vítimas preferenciais de uma releitura de sacrifício ritual que refletindo a prática pagã aos deuses que exigiam sangue humano para aplacarem a sua ira, parecia ganhar uma nova expressão com a "Santa Inquisição". Pode se supor que a Igreja, como a guardadora dos mandamentos e da Palavra Divina, tornou esta prática comum em seu sistema de sacralidade para dizimar as "bruxas" que provocava a ira do transcendental judaico-cristão.

Os agentes da Inquisição exerciam a função de polícia ao utilizar métodos de tortura para forçar a confissão de prática criminosa, com isso submetendo estas vítimas a dores excruciantes. O andamento do processo penal se dava com o depoimento das testemunhas de acusação e alguns destes agentes funcionavam como promotores que tinham a finalidade de levar as provas produzidas de atos de bruxaria para o Tribunal Inquisidor. Da pena de morte as mulheres dificilmente escapariam sendo lançadas vivas em fogueiras (a maioria das penas aplicadas). Outros métodos da aplicação da pena capital, por exemplo, era o enforcamento em praças públicas ou o afogamento em lagos com uma pedra sobre o corpo. Segundo Luz:

> Dizem a respeito à generalizada perseguição empreendida contra as feiticeiras em vários pontos da Europa. O extermínio das pessoas – em sua vasta maioria mulheres – ligadas à bruxaria foi fortemente intensificado após a publicação do manual Malleus maleficarum (O Martelo das Feiticeiras), escrito em 1487 pelos inquisidores alemães Heinrich Kraemer (1430-1505) e James Sprenger (1435-1495). Os autores justificaram os conteúdos do livro a partir do principal pronunciamento papal a respeito da feitiçaria, a bula Summis desiderantes affectibus, de Inocêncio VIII (1432-1492), expedida em 5 de dezembro de 1484. O texto pontifício reconhece a existência das bruxas e concede permissão aos inquisidores para lançarem mão de quaisquer meios necessário à sua repressão. O Manual de Kraemer e Sprenger atingiu espantosa notoriedade, sendo reimpresso numerosas vezes durante os 200 anos seguintes. À época de sua publicação, a obra foi rejeitada ela Universidade de Colônia em razão dos princípios antiéticos e outras inconsistências nela contidos. No entanto os autores forjaram uma nota de aprovação da universidade, anexadas em posteriores edições. Embora a Igreja Católica não tenha reconhecido oficialmente a obra, esta exerceu profunda influência sobre o imaginário de inquisidores, juízes seculares, caçadoras de bruxas, sendo por estes utilizadas como manual prático (LUZ, 2011 p. 285).

A Igreja se perdera, como foi dito anteriormente, de sua ação em prol da dignidade humana, convertendo-se em uma extensão religiosa do império romano que também era influenciada pelas tendências filosóficas greco-romanas. Parecia haver duas criações da imagem de Deus: primeiramente Jesus, o Cristo, que trouxe a ideia de um transcendental amoroso que se preocupara com a humanidade; a segunda vertente dominante na Idade Média era a de um ser sádico que aprovava as violações dos direitos humanos, especialmente contra as mulheres pois estas supostamente abriram o ingresso para o mundo terreno de todos os males, em um arquétipo da mitológica Eva com alusão a Pandora que abrira uma caixa trazendo para a humanidade toda a sorte de males. A mulher era a mãe de todas as desgraças, por sua causa houve a queda do homem da “era do ouro” que mitologicamente era uma época de plena felicidade. A corrupção

do gênero masculino devia-se à prática da luxuria da mulher. O clero apropriou-se de tais interpretações bíblicas tendenciosas, demonizando a figura feminina.

Na mentalidade sádica e psicótica dos inquisidores havia a possibilidade de relações sexuais com o diabo para se adquirir poderes e se aventurar nas artes mágicas visando à perversão da santidade do homem assim como acontecera no mítico Jardim do Éden. As mulheres, como instrumentos de Satã, por meio da sexualidade, serviam como elo com este para trazer o pecado ao mundo. A falta de caráter da mulher, como preconizado nesta época, dava-se pela genética da mulher nascida de uma costela torta do homem, por isso estas eram consideradas sem valor e mais pecadoras do que a figura masculina. Conforme Pinsky:

> [...] Assim por descendência de Eva, as mulheres não poderiam ser consideradas corretas, uma vez "Eva nasceu de uma costela 'torta' de Adão". No final do século XVI, tal visão se mantinha, associada a crença de que, desde a queda das criaturas do Paraíso, todos os seres humanos com a Exceção de Maria, tornaram-se pecadores, sendo as mulheres piores do que os homens.

O conhecimento fitoterápico foi limitado pela Igreja com a justificativa de que era uma prática recorrente das religiões pagãs que cultuavam a divinização da natureza, como um elo espiritual entre o homem e o transcendental. A utilização de plantas para combater sortilégios segundo os agentes da inquisição servia como prova cabal para indiciar uma mulher como adepta de artes mágicas, considerada um conhecimento herético.

> O Malleus inicia-se com a reprodução da Bula do Papa Inocêncio VIII (Summis Desiderantes Affectibus), de 1484, que declara a bruxaria ser uma heresia grave e autoriza os tribunais inquisitoriais a tratar da punição das práticas mágicas. [...]
>
> O texto alerta sobre os perigos representados pelas mulheres, além de contribuir mais do que qualquer outra obra, para associar crenças populares com heresia, e identificar as mulheres como o principal instrumento do Diabo, pelas mais variadas desgraças. [...]
>
> Segundo os inquisidores, sortilégios, hábitos populares, como a indicação de chás para combater dores e doenças, podiam ser interpretados como indícios de feitiçaria. Quanto a mulher, existiria uma ação diabólica desta e sua natureza sexual, pois a sexualidade "é a porta dos males e as mulheres, as hábeis armas de Satã" [...] (PINSKY, 2013, p. 52-53).

Com a romanização, alastrou-se a corrupção moral do clero e as acusações de feitiçaria serviam também como base legal para que a Igreja desapropriasse as riquezas dos infiéis, com isso criando uma organização criminosa. Como observado anteriormente, a sacralidade das

práticas pagãs postas a serviço da Igreja para promover autênticos sacrifícios rituais a fim de promover a "limpeza" da cristandade, era o modo de se manter inalteradas as relações de poder.

A "Santa Inquisição" deixou uma mácula como legado para a humanidade, servindo como modelo para os regimes totalitários que floresceram no século XX, tendo como prática comum a eugenia das raças e a promoção de uma "limpeza étnica" para se livrar dos "indesejáveis", tendo a cristandade entrado na época em falência espiritual ao reduzir seres humanos a párias.

4. A "escola sem ideologia religiosa"

O método a ser utilizado na fase de investigação do campo escolar hoje exigirá a revisão bibliográfica. O objetivo da pesquisa é identificar e descrever o imaginário social presente naquele mundo que, em nossa hipótese, promove a postura fundamentalista da cristandade, visível nos discentes quanto à religiosidade de matriz africana.

Os participantes desta pesquisa foram um professor de Ensino Religioso e um de História e seus respectivos alunos do 6° ano do Ensino Fundamental. Foi feita uma discussão em grupo que somou 50 alunos. Estas turmas estavam divididas em duas no período matutino, uma de 27 alunos e a outra de 23.

Buscamos observar nas aulas de Ensino Religioso como se dava a aceitação social dos símbolos de várias religiões em prol de uma "escola sem ideologia religiosa". Interessava verificar a existência do fundamentalismo religioso e a forma como se processa nos ambientes escolares.

Preliminarmente, pode-se dizer, dentre os resultados, que as relações de poder estão inseridas no imaginário escolar. São aceitos os símbolos judaico-cristãos e mesmo do zen budismo. Em relação a estas vertentes não há uma rejeição demonstrada pelos alunos, exceto quando as discussões se voltam para a mitologia africana. Há fortes resistências em se receber informações sobre a religiosidade de matrizes africanas. Ao se mencionar esta religiosidade houve alunos que reagiram dizendo que se estava falando sobre assuntos demoníacos em sala de aula enquanto outros faziam orações invocando o poder de Deus para espantar os maus espíritos.

Neste jogo ideológico observaram-se problemas para além do aluno. Aponta-se a dificuldade do docente de uma religião da cristandade em mencionar a sacralidade destes símbolos religiosos africanos ao mesmo tempo em que é nítido o eurocentrismo presente nos livros didáticos de História que retrata o negro de uma maneira tendenciosa e negativa.

Nas aulas de História, fora a Europa, os livros didáticos apresentam o Egito Antigo mencionando vários aspectos daquela civilização, incluindo os religiosos que não causam repulsa. A grande África não é estudada e o pouco mais da cultura negra discutido está sempre ligado a aspectos satânicos, em acordo com o imaginário social já descrito que vige além muros da escola. Sobretudo é incutido nos alunos em seu aprendizado religioso a guerra maniqueísta idealizada pela religião dominante, que define uma fronteira clara entre a religião do bem (a cristandade) e a religião voltada para a prática da maldade (religiões de matrizes africanas).

Considerações Finais

De acordo com o que foi discutido, houve na história da cristandade um período bastante nebuloso para os Direitos Humanos. Tomando como base a historicidade europeia que fundamenta a visão do mundo ocidental, deu-se a perseguição contra as raças consideradas "degeneradas", aquelas que não se submetiam à imposição ideológica da Igreja Católica Romana que se definia como a religiosidade verdadeira a ser seguida. A prova da postura fundamentalista religiosa é a perseguição dos credos heréticos marcando a "Era das Fogueiras", racista e misógina, quando as mulheres foram as principais vítimas da Inquisição.

O choque maniqueísta que opõe o bem (a cristandade) e o mal (as religiões não cristãs) forjaram um duelo que saiu dos planos espirituais para adentrar no mundo dos homens, servindo como justificativa para o combate das heresias, conforme a ótica dominante, o sistema religioso que detém o poder. A política do ódio criou a "Santa Inquisição" que deixou como legado negativo para a humanidade a perseguição e eliminação das raças sociais ou dos tipos humanos considerados inferiores.

Conforme as observações de alunos em sala de aula, este resquício da "Santa Inquisição" manifesta-se atualmente nas relações sociais, que definem claramente a religião da verdade (cristandade) e a religião da mentira (matrizes africanas). Esta ótica vem desde o período da escravatura quando se perseguiram de forma feroz as religiões trazidas pelos escravizados, associando-as à prática da maldade. Nota-se que violência não se dá apenas na agressão física, mas se encontra na violência simbólica que permeia as relações sociais também nas escolas, em que as religiões de matrizes africanas são condenadas como demoníacas.

Para se desconstruir isto no ambiente escolar é preciso que se dê outras aulas e se tenha outro material didático para que os alunos adquiram o conhecimento sobre a

contribuição dos povos africanos para a sociedade brasileira. Isso passa basicamente pela formação dos professores de História que vão discutir a formação dos povos na história geral e, também, como base social para a constituição atual do Brasil, influenciando os aspectos religiosos, culturais e artísticos. Também outro elo importante é a formação histórica e sociológica dos docentes de Ensino Religioso Escolar de modo a ministrar a filosofia da religião sem preconceitos ou proselitismo.

Referências

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**. (Edição compacta) - São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARTER, Jimmy. **Nossos valores em risco:** a crise moral dos Estados Unidos. Tradução e Hilton Felício dos Santos, pesquisa e revisão científica de Thereza Cristina Rocque da Motta - Barueri, SP: Manole, 2007.

LUZ, Marcelo da. **Onde a religião termina**? - Foz do Iguaçu: Associação Internacional Editares, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (organização). **Faces do fanatismo**. 2ª edição - São Paulo: contexto, 2013.

ZILLES, Urbano. **Crer e compreender**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Coleção Filosofia n. 175).

AS RELAÇÕES ENTRE A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS (IURD) E O PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB) NAS ELEIÇÕES DE 2014 NO RIO DE JANEIRO[1]

Caio César de Azevedo Barros
Graduando em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ.

Resumo: O texto tem como objetivo analisar o cenário eleitoral de 2014 na cidade do Rio de Janeiro. Na figura de Marcelo Crivella – sobrinho de Edir Macedo, fundador da IURD – que é bispo licenciado da Igreja e filiado ao PRB, a Igreja Universal localizou-se no centro da disputa entre o atual governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) e Marcelo Crivella (PRB). A campanha, principalmente no segundo turno, foi marcada por acusações de ambas as partes, quando o candidato Pezão (como é popularmente conhecido) insinuou durante a campanha que o senador Crivella se utilizara da influência religiosa da Igreja para obter votos.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; eleições; Partido Republicano Brasileiro.

Abstract: The paper aims to analyze the electoral scenario in 2014 in the city of Rio de Janeiro. In the figure of Marcelo Crivella, – nephew of Edir Macedo, founder of the IURD – that is licensed bishop of the church and affiliated with the PRB. The Universal Church was located in the center of the dispute between the current governor Luiz Fernando Pezão (PMDB) and Marcelo Crivella (PRB). Especially in the run-off, the campaign was marked by accusations from both sides. Pezão (as it is popularly known) suggested during the campaign that the senator Crivella had used the church's religious influence to get votes.

Keywords: The Universal Church of The Kingdom of God; elections; Brazilian Republican Party.

Introdução

Ao longo da pesquisa, meu objeto de estudo foi sendo modificado. Num primeiro momento, através de seguidas visitas à Catedral da IURD no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro (Rua São Clemente, 72), queria analisar de que forma os cultos chamados de "Reunião da Prosperidade" (realizados às segundas-feiras) podiam interferir na vida financeira, social e pessoal do frequentador destas reuniões. Encontrei – em minha etnografia – pontos em comum com a pesquisa "Alguns fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus", realizada por Diana Lima no ano de 2010, sobretudo nas categorias nativas apresentadas pela mesma em seu artigo. A autora afirma que "[...] a ampla polêmica – sobre a Universal – gira em torno de três fatores: a participação política, o demônio e o dinheiro" (LIMA, 2007). Na "Reunião da Prosperidade" (ou "Reunião dos Empresários"), "[...]

[1] Agradeço imensamente o carinho e atenção da professora Eloísa Martin na elaboração deste *paper*.

Espírito Santo, Demônio e Dinheiro formam uma "espécie de trindade", no interior do qual os três elementos interagem em um sistema" (LIMA, 2007).

O início das visitas deu-se em meados de setembro de 2014. Decidi frequentar os cultos das 18h, que vão (geralmente) até às 19h. Na minha primeira ida à igreja tive de me apresentar ao pastor responsável e informá-lo dos meus objetivos ali dentro da Igreja. Para minha surpresa, o pastor mostrou-se receptivo à ideia da pesquisa. Eu achava que seria rechaçado de primeira, mas fiz questão de frisar para o pastor que se tratava de um trabalho acadêmico, e que não estaria ali para fazer um papel de denúncia ou provocar algo vexatório à Igreja; queria descobrir o que se passava naqueles minutos em que as pessoas estavam no templo.

1. O objeto pesquisado

A mudança do objeto de pesquisa ocorreu durante uma de minhas visitas no final de setembro. Com a proximidade das eleições de primeiro turno para deputado estadual, federal, senador da república, governador e presidente, o pastor pediu aos presentes que votassem para deputado estadual e federal em dois filiados ao PRB, dizendo seus nomes e números (tendo a congregação inclusive repetido os numerais verbalmente) – prática esta (do pedido de votos) comum nos templos da Igreja Universal desde 2002 pelo menos (ORO, 2006); e para governador, sem citar nominalmente Crivella, o pastor disse: "Nada melhor que termos um homem de Deus no nosso governo". Estes pedidos de votos nos espaços internos da Igreja Universal deram início a uma série de denúncias que foram levadas para o TRE-RJ. Como fruto dessas denúncias, o templo no bairro de Del Castilho foi lacrado, acusado de propaganda irregular. Em uma reportagem publicada pelo jornalista Leandro Resende para o jornal "O Dia"[2], encontramos os seguintes relatos sobre o ocorrido:

> Fiscais do Tribunal Regional Eleitoral fecharam, na manhã deste sábado, um dos templos da Igreja Universal do Reino de Deus por propaganda irregular do candidato ao governo do estado Marcelo Crivella (PRB). No local, foi encontrado um "relatório das eleições 2014", elaborado pelo Diretório Municipal. No texto apreendido, há instruções para a mobilização de pastores evangélicos na campanha de Crivella.

[2] "TRE lacra templo da Universal em Duque de Caxias". Disponível em <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-10-25/igreja-universal-e-lacrada-por-indicio-de-propaganda-irregular-no-rio.html> Acesso em 29.04.2015.

> No documento, pede-se a mobilização "através dos grupos da IURD" para uma reunião com todos os pastores e líderes de denominações evangélicas, que teria sido realizada no último sábado, a fim de divulgar o "Bispo Crivella". O texto também indica a necessidade dos voluntários da campanha aparecerem sem nada que os identifiquem como membros da igreja, mas sugere a colocação de um carro de som para cada templo evangélico da cidade (Jornal O Dia, edição de 25.10.2014).

Tratando-se de um Estado laico, nenhum templo ou figura religiosa poderia se apropriar de seu poder para exercer influência política direta. Com o passar das eleições, descobri que os dois deputados que foram citados pelo pastor foram eleitos. No culto seguinte à derrota de Crivella, o pastor demonstrou uma inquietação em face dos presentes, externalizada no seguinte discurso:

> Meus irmãos, no domingo veio um irmão falar comigo depois da eleição, todo "*borocoxô*" dizendo que a gente tinha perdido. Eu não perdi nada! Eu pelo menos sei que fiz a minha parte! Eu fui pra rua, bandeirei, panfletei, gritei... Eu fiz a minha parte! É muito difícil lutar contra um candidato que tinha muito mais verba de campanha que nós, que tinha toda a máquina do Estado nas mãos. Sofremos ainda uma perseguição do TRE que lacrou nosso templo alegando que estávamos fazendo uma campanha dentro da Igreja. Bobagem! Todos sabem que é uma prática comum possuir fichas dos fiéis, para controle interno... Enquanto isso na Igreja "lá do outro" (Valdemiro Santiago) eram distribuídos panfletos dentro da Igreja e ninguém falava nada... Só com a gente que falam".

Assim, nas páginas seguintes, farei uma análise da campanha para governo do Estado do Rio de Janeiro, aprofundando-me na disputa entre Pezão e Crivella no segundo turno. O bispo licenciado teve uma votação de 44,22% (3.442.713 votos) contra 55,78% (4.343.298 votos) de Pezão (votos válidos). A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a observação, uma entrevista realizada com o pastor responsável no dia 10/12/2014 e a análise dos dados de campanha durante e após o resultado oficial das eleições para governo do Estado.

2. O cenário político no primeiro turno

A corrida para o governo do Estado do Rio de Janeiro no primeiro turno foi centrada – pela mídia em geral – em dois candidatos: Luiz Fernando Pezão (PMDB) e Anthony

Garotinho (PR)[3]. Ambos os candidatos lideravam as pesquisas de boca de urna do instituto Datafolha. Na pesquisa do dia 01.10.2014 (cinco dias antes das eleições de primeiro turno), Pezão aparecia com 31%; Garotinho com 24%; Crivella (PRB) aparecia em terceiro lugar com 17% e Lindberg Farias (PT) em quarto lugar, com 12% das intenções de voto.

Nesta fase da campanha, Anthony Garotinho e Luiz Fernando Pezão por diversas vezes utilizaram a estratégia de não fazerem perguntas um para o outro durante os debates televisivos. Os debates tinham como foco os questionamentos levantados pelos candidatos Lindberg Farias, Marcelo Crivella e Tarcísio Motta (PSOL), acerca do mandato de Sérgio Cabral Filho, que durou três anos e sete meses[4].

Neste momento da disputa eleitoral, o governador Pezão não citou em entrevistas e debates televisivos a relação de Crivella com a IURD. O candidato à eleição do PMDB concentrou-se nesta primeira fase das eleições na defesa das políticas públicas aplicadas no mandato de seu antecessor, no qual questionamentos sobre saúde pública, segurança (foco nas UPPs, em especial no episódio do desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza na favela da Rocinha, questão esta levantada pelo candidato Tarcísio Motta), educação, mobilidade urbana e os Jogos Olímpicos de 2016 eram constantes. Luiz Fernando Pezão em suas propagandas televisivas mostrava que a sua experiência como prefeito em sua cidade natal – Piraí, município que fica no Vale do Paraíba Fluminense, ao norte do estado do Rio de Janeiro – por dois mandatos (1996-2000 e 2001-2004) o gabaritava como o melhor candidato para a população fluminense. O projeto "Piraí Digital" – que oferece internet gratuita a escolas e estabelecimentos públicos da cidade – foi citado diversas vezes pelo candidato como um plano de governo bem sucedido.

Com o findar do primeiro turno, o candidato do PMDB obteve 40,57% dos votos válidos; Crivella 20,26% e Garotinho 19,73%. A ida de Crivella para o segundo turno foi tratada como "surpreendente" pelo canal de televisão *Globo News* e outras emissoras, que davam como "certa" a disputa entre Pezão e Garotinho na segunda rodada das eleições. A

[3] Esta ênfase nos dois candidatos se deu pelo fato dos mesmos liderarem as pesquisas de boca de urna do primeiro turno. Em pesquisa realizada no dia 25.09.2014, Pezão aparece com 31% das intenções de voto e Garotinho com 24%.
[4] O candidato Luiz Fernando Pezão foi empossado governador do Estado após a saída de Sérgio Cabral Filho do governo, no dia 03/04/2014, tendo em vista as campanhas estaduais de outubro. Sérgio Cabral Filho deixou o governo do Estado com popularidade em cerca de 18% de acordo com pesquisas do Ibope feitas à época. As denúncias de corrupção envolvendo a relação entre o ex-governador e a empreiteira "Delta S.A", as rotineiras viagens para Paris e as manifestações de 2013 contribuíram para tal avaliação.

diferença entre os candidatos Marcelo Crivella e Anthony Garotinho foi de apenas 42.608 votos: Crivella recebeu 1.619.086 votos e Garotinho obteve 1.576.478 votos.

3. O cenário político no segundo turno

Ao lado de sua esposa Sylvia Jane Hodge Crivella, sua filha Deborah Christine Crivella e de seu candidato a vice-governador General Costa Abreu[5], Marcelo Crivella deu sua primeira declaração pública no dia 05/10/2014 sobre a sua ida ao segundo turno criticando:

> [...] O mar de papel na rua. Não vi um dos meus candidatos e nenhum meu. Mas vi um mar de papel na rua. Esbanjaram recursos. Eu acho que isso também não contribuiu que esses partidos cheguem onde pensem que podem chegar esbanjando dinheiro, querendo ganhar eleição com recursos. Acho que essa campanha modesta nossa acabou também contribuindo pra gente chegar no segundo turno. Eu sempre disse à minha equipe que pesquisas não vencem eleição; e não foi só no Rio não. Foram uma catástrofe as pesquisas no Brasil inteiro. No Rio de Janeiro, desde o início, todos sabem a ligação do Ibope com o PMDB. Havia o tempo todo uma tensão, eu diria assim, uma esperança de que o partido do PMDB tivesse ou o Garotinho no segundo turno ou ganhassem no primeiro turno. Quem tem experiência – já é a sexta eleição que eu disputei –, sabe que essas pesquisas são fotografia do momento e não representam o resultado final. Neste segundo turno peço que as pessoas votem com consciência sem olhar para instituto de pesquisa porque instituto de pesquisa também erra, está provado.

No dia 09/10/2014 o então candidato ao governo do estado Anthony Garotinho selou uma aliança com o candidato Marcelo Crivella[6]. Num clube da Zona Norte do Rio de Janeiro, Crivella afirmou: "Temos uma missão. Não podemos recuar agora. O que nos une é o amor pelo povo. Lindberg está com a gente. Vamos ganhar a eleição desta quadrilha que está ai". Com a evolução da campanha de Crivella, o apoio de Lindberg ao senador do PRB foi anunciado oficialmente.

Numa nova coalização que agora aglutinava três partidos distintos (PT, PR e PRB), Crivella e Garotinho realizaram diversas carreatas na Baixada Fluminense. Com o candidato do PT ao lado, Crivella realizou carreatas no município de Nova Iguaçu (município este que

[5] Durante as campanhas televisivas de Crivella, o General Costa Abreu mostrava ao público que o mesmo fora responsável pelos esquemas de segurança da "Rio+20", "JMJ" – Jornada Mundial da Juventude, evento internacional realizado pela Igreja Católica – e Copa das Confederações – todos estes eventos realizados entre os anos de 2012 e 2013.

[6] Disponível em <http://odia.ig.com.br/eleicoes2014/2014-10-09/garotinho-e-crivella-objetivo-e-ficar-contra-a-quadrilha-cabral-pezao-e-pmdb.html>. Acesso em 02.10.2015.

Lindberg Farias foi prefeito por duas vezes, durante os anos de 2005 a 2010). Interessante observar que esta aproximação do PT ao candidato do PRB fez com que a presidenta Dilma realizasse uma carreata com Lindberg, Garotinho e Crivella também em Nova Iguaçu no dia 20/10/2014. Como Pezão também declarou apoio explícito à reeleição da presidenta, a mesma optou por adotar uma posição de neutralidade quanto à disputa no Rio de Janeiro. Dilma Rousseff não pediu votos para nenhum dos dois candidatos.

No primeiro dia de campanha televisiva de segundo turno do candidato Pezão, foi exibido um vídeo de 1995 no qual o bispo Edir Macedo "ensinaria" como os pastores devem conseguir dinheiro de seus fiéis. O vídeo foi exibido por completo, e não mostrou nenhum tipo de *slogan*, símbolo ou algo que ligasse o vídeo a Pezão. Esta prática também foi utilizada pelo candidato Carlos Lupi em campanha para o Senado federal, tendo sido exibido também à época um vídeo onde o bispo Sérgio von Helder da IURD chuta uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida (MACHADO, MARIZ, 2004).

Esta primeira campanha televisiva de Pezão deu o tom do que seria toda a sua campanha política: uma tentativa de "desmascarar" (assim como já feito por outros políticos) Marcelo Crivella e sua relação com Edir Macedo e a IURD. O mesmo dirigiu seu discurso ao bispo licenciado em propagandas políticas dizendo que este "mistura política com religião", e que a IURD não passa de uma "organização com um projeto de poder político". Em carreata realizada no dia 11/10/2014 por Nova Iguaçu na Baixada Fluminense[7], o candidato acusou Crivella de se comportar como um "lobo em pele de cordeiro" e de usar a linguagem de um "falso bispo". No mesmo evento Pezão elevou suas críticas, afirmando que a Igreja Universal fazia uma guerra religiosa:

> Quem faz guerra religiosa é a Igreja Universal. O Bispo Crivella e o Bispo Macedo sempre fizeram isso nos últimos 20 anos. Não tenho nada contra os membros da Igreja Universal, mas cresceram fazendo guerra religiosa, principalmente contra as outras religiões. Todo mundo se lembra que o sócio do Bispo Crivella, no dia de Nossa Senhora Aparecida, chutou a santa. Quem comprou os horários das emissoras e tirou o pastor RR Soares, Apóstolo Valdemiro e Pastor Silas Malafaia foi a Igreja Universal. Foi lamentável ouvir o senador Crivella me acusar ontem de fazer guerra religiosa.
>
> [...] Não estou atingindo os membros da Universal e de nenhuma denominação evangélica. Respeito muito os fiéis, mas a cúpula da Igreja Universal é uma organização. Quer ter projeto hegemônico. Não vou

[7] Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/pezao-acusa-candidato-do-prb-universal-de-promoverem-guerra-religiosa-14219934> Acesso em 02.10.2015.

> passar calado diante dos ataques que estão me fazendo. Não adianta ficar de dia, quando está a imprensa, me acusando e chegar no debate e ficar como lobo em pele de cordeiro, com a linguagem de um falso bispo.

Após a exibição do vídeo de 1995, numa tentativa de acenar para o eleitorado evangélico que não concorda com algumas práticas da IURD, a estratégia utilizada por Pezão foi a de se aproximar dos evangélicos que não fossem da Universal. Numa clara demonstração que o candidato estaria diferenciando os "evangélicos *iurdianos*" dos "outros", o candidato ao governo recebeu o primeiro apoio de um líder evangélico: Valdemiro Santigo (fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus)[8]. No seu discurso de cerca de trinta segundos, o pastor indica estar envolvido em uma "causa nobre". O mesmo prossegue, solicitando aos telespectadores que votem em Pezão para que o mesmo "tenha liberdade de pregar o evangelho neste estado, pois estão querendo me privar disso".

Outro líder evangélico que também declarou apoio público foi Silas Malafaia, tendo também participado – assim como Valdemiro Santiago – do programa político televisivo de Pezão, onde o mesmo, num anúncio de um minuto e dez segundos, diz[9]:

> Vim aqui dar um esclarecimento tanto a evangélicos como a você que não é evangélico. Crivella representa a liderança da Igreja Universal. E eu quero dizer que essa liderança nunca respeitou igreja evangélica nenhuma. "Tão" (sic) cansados de alugarem rádios e TV e colocarem pastores pra fora. Comprar propriedade onde tem igrejas alugadas e "botarem" (sic) pra fora. Agora mesmo, a CNT, a emissora do Rio de Janeiro onde todos os programas evangélicos estavam há mais de 30 anos, foram colocados pra fora como se joga fora um cachorro "vira-lata". Eles não respeitam as outras igrejas. Chega na hora do voto, quer ser irmão. Passa a ser evangélico. Nós não somos trouxas. Eu quero dizer ao povo evangélico que eles nunca nos respeitaram e agora querem nosso voto? Não podemos votar em alguém que representa a liderança de uma Igreja que não respeita nem seus irmãos. Pra governador, Pezão 15" (número eleitoral do candidato).

Assim, Pezão consegue a influência de dois líderes evangélicos importantes. O discurso de Malafaia citado acima aponta para uma sequência: os candidatos vinculados à IURD se fingiriam de "irmãos" em tempos de campanha para conseguir votos (MACHADO,

[8] *Apóstolo Valdemiro Santiago apoia Pezão no Rio de Janeiro*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xpXVUeLZepo> Acesso em 02 out. 2015.

[9] O vídeo citado está postado no *YouTube*, com o título de "*Silas Malafaia declara seu voto a Pezão governador do Rio*". Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TxC62AjWjUo> Acesso em 23 abr. 2015.

MARIZ, 2004) mas possuem atitudes consideradas desrespeitosas de modo que não receberão apoio nas urnas para o candidato Crivella.

O mesmo posicionamento de Silas Malafaia reafirma o argumento de Oro, que avalia: "A presença da IURD na política, é mais perceptível no âmbito religioso, na medida em que, direta ou indiretamente, a Universal instiga outras igrejas e outras religiões a também participarem da vida política" (ORO, 2003, p. 65). Diferentemente da disputa que se deu entre católicos e evangélicos nas eleições de 2002 para a presidência da República (MACHADO, MARIZ, 2004), a arena político-religiosa de 2014 do Rio de Janeiro envolveu lideranças importantes do próprio meio evangélico, de diferentes denominações. E estas lideranças serviram explicitamente de cabos eleitorais – no caso Silas Malafaia e Valdemiro Santiago, apontando o voto para Pezão.

No primeiro debate televisivo, realizado pela TV Bandeirantes no dia 10/10/2014, Crivella pautou seu discurso a todo o momento afirmando que o seu partido estaria fazendo uma "campanha modesta". Pezão reagiu dizendo:

> Muito triste, senador, o senhor afirmar que sua campanha não tem recursos. A gente sabe que a sua organização, a Igreja Universal, faz, durante toda a campanha eleitoral. A Igreja Universal já virou um partido político, tem canal de televisão, faz uma campanha dessas, escolhe os candidatos que quer eleger na democracia que a gente vive. É isso que a gente tem que estar atento neste segundo turno. Ver como está sendo utilizada, e a gente viu um pastor utilizando o púlpito para fazer ataques que fez à minha candidatura.

Pezão terminou um dos blocos do debate político acusando Crivella de ser "governador da Igreja Universal". Neste mesmo debate, Marcelo Crivella rebateu as acusações de Pezão dizendo: "O problema não é o risco de política com religião, é o risco de política com corrupção".

A partir desta afirmação, Crivella se insere no discurso que foi utilizado por muitos políticos vinculados à IURD no período pós-redemocratização. A dicotomia "santos" x "impuros/corruptos" foi marcante durante a política dos bispos e pastores vinculados à Universal. Como o voto para os *iurdianos* não se trata somente de um ato de cidadania, mas é também uma forma de exorcizar os demônios da política brasileira que causam a corrupção (ORO, 2006), vemos que há uma reprodução do mesmo discurso utilizado há vinte anos nesta campanha de 2014 pelo senador Crivella.

No caminho inverso do praticado por Pezão, a campanha de Marcelo Crivella se deu no sentido de "mostrar quem é o verdadeiro Crivella". Em seu *site* oficial de campanha – que fora removido – havia uma página chamada "O verdadeiro Crivella". Nesta página, num vídeo de cerca de vinte segundos, Crivella faz o seguinte pronunciamento: "Sou evangélico, mas não

misturo política com religião; sou *hétero* (sic), mas respeito quem não é; sou ficha limpa, mas não *tô* (sic) aqui pra julgar ninguém. Eu sou um engenheiro, quero construir um Rio de progresso e de paz". Nesta mesma página havia um pequeno texto contando a história do senador, ressaltando sua prática missionária em países da África e seu sucesso político em 2002 (onde o mesmo recebeu três milhões e trezentos mil votos, sendo eleito senador da república). O texto segue, na tentativa de reafirmar as características do "verdadeiro Crivella":

> Este é o verdadeiro Crivella! Esta é a verdade sobre o homem que trabalha pelo povo e que não discrimina ninguém! Crivella é o trabalho pelos fluminenses, por todo o estado! Vem com o Crivella! [...] Acreditamos que você não conheça tão bem quanto nós e, talvez, por isso tenha vindo até aqui para procurar mais sobre a vida política e pessoal deste homem. Então vamos lhe mostrar o verdadeiro Crivella. Você deve se preparar, pois as informações a seguir vão te levar para um caminho diferente do que imaginava e, certamente, totalmente melhor. O texto seguinte vai revelar um Crivella que nossa militância já viu, o povo já ouviu falar, mas você, fluminense, precisa conhecer! [...] Crivella sempre respeitou os votos recebidos e sempre trabalhou para que o povo, o único para quem deve satisfação de sua vida política, tivesse uma vida melhor, com mais oportunidade, mais honestidade, mais compromisso. Crivella é o respeito, a mudança e a seriedade que o Rio de Janeiro precisa. Nosso estado está cansado dos mesmos. O Rio precisa mudar! O Rio precisa mostrar que é capaz de mais! O Rio tem voz e tem vez! O Rio é Crivella! O povo acordou! Muda, Rio! Vem, Crivella!

Em outra página do mesmo *site*, chamada de "O Crivella tem um recado para você", o senador faz um pronunciamento filmado a partir de um celular, que deveria ser compartilhado entre as pessoas no aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*.

> Alô pessoal do *Whatsapp*. Tá (sic) chegando a última semana das eleições no Rio de Janeiro. Eu quero alertar vocês: vai haver uma campanha suja; eles vão fazer de tudo pra não saírem do poder. Vão falar da minha família, vão falar porque eu sou evangélico; injúrias, infâmias e calúnias. Mas eu queria que você vencesse a mentira com a verdade. Olhe no meu *site*, veja todos os projetos que apresentei como senador e fiz como Ministro da Pesca, a Fazenda Canaã usando meus recursos. Chegou a hora da gente mudar o Rio. Eles estão apavorados! Eles não esperavam que um candidato sem apoio, sem recurso nem tempo de televisão chegasse ao segundo turno, e agora a gente está na frente nas pesquisas. Por isso eles estão desesperados. Por favor, passe esse vídeo para todos os seus amigos do *WhatsApp* e vamos mudar o Rio! Dia 26 vote 10, vote Crivella.

4. Analisando os dados eleitorais[10]

Assim como nas eleições presidenciais, a disputa eleitoral no governo do Estado do Rio de Janeiro foi marcada por uma forte rejeição entre os candidatos concorrentes. O movimento político que se viu nas eleições presidenciais (e também nas estaduais do Rio) foi o "voto crítico": eleitores de Dilma Rousseff votando na mesma por completa repulsa ao candidato do PSDB; eleitores de Aécio Neves votando no mesmo por estarem "cansados de 12 anos do PT no governo".

Em pesquisa realizada pelo Ibope em 02/09/2014 para avaliar o quesito "rejeição", Pezão aparecia em 2º lugar com 19%, perdendo apenas para Garotinho, com 27%; Crivella estava em 3º, com 17%. Uma prova disso foi o alto índice de votos nulos no primeiro turno (1.151.755 votos, contabilizando 11,88%).

No segundo turno o cenário não foi diferente: os votos nulos contabilizaram 13,96%, ou seja, 1.315.356 votos. O candidato Luiz Fernando Pezão venceu a eleição com 55,78% (4.343.298) dos votos; Crivella ficou em segundo com 44,22% (3.442.713). Vale ressaltar também o alto número de votos brancos (3,39%) e abstenções (22,36%), em que os três somados – votos brancos, nulos e abstenções – representam uma fatia de 39,71% de não votantes.

O candidato vencedor conseguiu vitórias acachapantes no norte do estado, tendo os municípios de Barra do Piraí, Piraí, Rio das Flores e Varre-Sai alcançado a porcentagem de 80% de votos para Pezão.

Os municípios nos quais Crivella atingiu a maior porcentagem de votos foram os de Macaé, Rio das Ostras e São João de Meriti, todos na casa dos 57% e 58% de votos. A respeito do município de Duque de Caxias (o terceiro mais populoso do estado), o diretório municipal do PRB adotou como tática de campanha algo que reafirma o meu argumento neste artigo: por mais que Crivella em sua campanha tenha rechaçado o pedido de votos dentro das igrejas da IURD[11], há uma relação direta entre a campanha do senador e a Universal, como podemos ver em fotos publicadas pela reportagem do jornal "O Dia", citada na primeira seção do artigo (**ver Anexo 1**). Esta medida de campanha teve sucesso, uma vez que Pezão no primeiro turno obteve 36,43% dos votos válidos, contra 27,47% de

[10] Disponível em <http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/resultado-municipio-eleicoes-segundo-turno.html> Acesso em 24 abr. 2015.
[11] Durante caminhada com a militância do PT em Campo Grande no dia 12/10/2014, Crivella condenou a campanha política dentro das igrejas. "Acho que não se devia fazer nenhuma política dentro de igrejas [...] Igreja não é lugar de pedir voto" ("O Globo *online*"). Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/crivella-condena-postura-de-pastor-que-aparece-em-video-pedindo-votos-dentro-de-uma-igreja-14225019>. Acesso em 12 out. 2014.

Crivella. No segundo turno o cenário se inverteu: Crivella logrou alcançar 52,40% dos votos válidos (213.172 votos) contra 47,60% (193.660 votos).

Conclusão

É impossível afirmar que todos os membros da IURD votaram em Crivella. Além dos membros possuírem uma "flexibilidade" em relação a apenas frequentarem a Universal (MAFRA, 2013), não podemos também nos fiar completamente aos números de evangélicos no estado do Rio de Janeiro obtidos a partir do IBGE de 2010. Como demonstrei ao longo do trabalho, houve outras lideranças políticas que apontaram para o voto que não em Crivella. Não existe uma homogeneidade (muito pelo contrário) nas denominações evangélicas nem há uma liderança que fale por todos os evangélicos. É importante considerar também que existem outros estruturantes para o voto, como o clientelismo e a violência das milícias[12].

A sinalização de alguns líderes, no entanto, para o voto em determinado candidato influi de forma direta na consideração do fiel acerca do seu voto, como afirmou o pastor responsável pela catedral em Botafogo em entrevista (**ver Anexo 2**) concedida a mim. Para o mesmo, o pastor "é um líder, um formador de opiniões". E estas opiniões formadas pelos líderes religiosos não se restringem somente ao campo do sagrado, uma vez que na IURD "fazer política" também é "atender um chamado divino".

Como mostra o discurso do pastor explicitado na página três deste artigo um dia após a derrota do candidato Crivella nas eleições – e as figuras do Anexo 1 – podemos ver que há uma relação direta entre a Igreja Universal e o PRB, que Crivella nunca desmentiu[13]. O que há de novo e extremamente importante nessas eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro é que o PRB aparece como o único partido – ou o partido preferencial – dos candidatos vinculados à IURD. Vale lembrar também que durante a campanha nenhum membro da comitiva regional

[12] Sobre este assunto, ver o estudo "No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]" de Ignacio Cano e Thais Duarte. Sobre a relação das milícias no Rio de Janeiro e as eleições podemos ver: "Adicionalmente, os milicianos se tornariam, eles próprios, candidatos nas eleições" (CANO; DUARTE, 2012).

[13] Em nenhum momento de sua campanha o candidato Crivella desmentiu os ataques sobre suas supostas relações com a IURD; além disso, as redes sociais e materiais de campanha vinculados ao PRB não indicavam que existiria uma relação direta entre o partido e a igreja. Crivella, em contrapartida às acusações sofridas por Pezão, tentara utilizar o argumento de que "o problema" estaria centrado em associar política com corrupção, e não política com religião. Desta forma o bispo licenciado aponta para uma suposta isenção de sua pessoa em relação aos atos ilícitos vinculados à corrupção. Sobre este argumento, Ari Pedro Oro explicita: "A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles *[os vinculados à IURD*] se consideram uma espécie de "reserva moral" da sociedade" (ORO, 2003).

ou nacional do partido se posicionou em defesa (ou em denúncia) do envolvimento entre o partido e os membros da Igreja Universal, como ocorrera nas eleições de 2002 de Anthony Garotinho para a presidência (MACHADO; MARIZ, 2004). A respeito disso, o presidente do partido Marcos Pereira – que é o antigo vice-presidente da Rede Record e pastor licenciado da IURD – iniciou no ano de 2013 uma série de mudanças na liderança do PRB para tentar desvincular a imagem da Igreja ao partido, como aponta o depoimento de Marcos Cintra[14], que não está mais filiado ao partido. Marcos Pereira foi reeleito por aclamação em maio de 2015 como dirigente principal do partido por mais quatro anos. O mesmo foi responsável pelo crescimento expressivo do partido em relação ao número de deputados eleitos, passando de oito em 2008 para vinte e um deputados nas eleições de 2014.

Assim, considero que os pastores e bispos da IURD se valeram do seu poder simbólico e de seu carisma para apontar o voto para seus fiéis, resultando na eleição dos dois deputados citados pelo pastor entrevistado e na votação expressiva que o senador Marcelo Crivella recebeu na disputa do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **"O Poder simbólico"**. O Poder simbólico / Pierre Bourdieu; tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa; Portugal: DIFEL, [1989].

CANO, Ignacio & Thais DUARTE: **"No sapatinho":** a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011) / Ignacio Cano & Thais Duarte (coordenadores); Kryssia Ettel e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012.

LIMA, Diana. **Alguns fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus**. Mana 16(2): 351-373, 2010.

LIMA, Diana. **"Trabalho", "Mudança de Vida" e "Prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 27(1): 132-155, 2007.

[14] "Acho importante contribuir para tirar essa característica religiosa do partido. É algo que ele não deve ter, não pode ter. Um partido, para chegar a ser de porte médio ou grande, precisa ser laico, capaz de absorver todas denominações e ao mesmo tempo não ser dominado por nenhuma[...] Lembro que na campanha de Russomano a imagem era de um partido evangélico, mais especificamente da Igreja Universal. Eu acho que o desafio é exatamente desfazer essa imagem: mostrar que ele é laico e moderno". Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,prb-procura-se-desvincular-da-universal-imp-,983648> Acesso em 02 out. 2015.

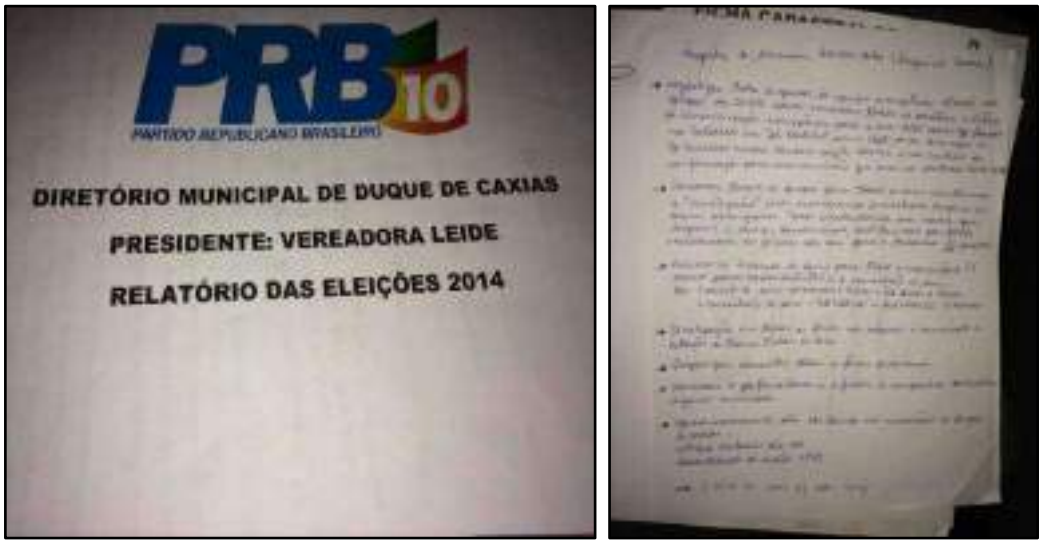
MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto. **Conflitos religiosos na arena política:** o caso do Rio de Janeiro. Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 6, n. 6, p. 31-49, out. de 2004.

MAFRA, Clara. **Números e Narrativas**. Debates do NER, Porto Alegre, Ano 14, n. 24. p. 13-25, jul./dez. 2013.

ORO, Ari Pedro. Religião e Política no Brasil. In: **Religião e Política no Cone Sul:** Argentina, Brasil e Uruguai / Ari Pedro Oro. (org.) - São Paulo: Attar, 2006. - (coleção movimentos religiosos do mundo contemporâneo).

ORO, Ari Pedro. **A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros**. RBCS v. 18 n. 53 out. 2003.

ANEXO 1



Transcrição

Proposta de alcançar 400 mil votos (Duque de Caxias):

- Mobilizar todos os grupos de igrejas evangélicas através dos grupos da IURD para convidar todos os pastores e líderes de denominações evangélicas para o dia 18/10 com o Bp. Inaldo na Catedral em Del Castilho como objetivo de divulgar o Bp. Crivella nessas denominações. Haverá uma central de confirmação para essa reunião que será no partido;
- Convocar todos os grupos para todos os dias executarmos a "crivelização", onde indicaremos os melhores lugares a serem alcançados. Todos os voluntários sem nada que liguem a igreja, bandeirando, distribuindo panfletos. Necessidade de pessoas por dia para o trabalho: 15 pessoas;

- Mínimo de 4 carros de som para todo o município (1 carro para cada distrito) e 1 caminhão de som. Ex.: 1 carro de som rondando 1 hora - R$30 a hora; 1 caminhão de som - R$1200 à R$1800 5 horas;
- Divulgação em todas as feiras aos sábados e domingos e estações de trem todos os dias;
- Organizar carreatas todos os finais de semana;
- Convidar os parlamentares a defender a campanha do Crivella aqui no município;
- Aproximadamente são 130 bairros no município de Duque de Caxias. Colégio eleitoral são 180. Quantidade de seção: 1735;
- 1 carro de som para cada igreja.

ANEXO 2

Entrevista realizada com o pastor responsável pelos cultos de segunda-feira na IURD, no dia 10/12/2014 na Catedral da Igreja Universal do Reino de Deus em Botafogo (Rua São Clemente, 72). A entrevista durou cerca de vinte minutos.

1. **Pastor, conte um pouco da sua trajetória de vida, como o senhor se tornou um pastor da Igreja Universal.**

Olha, eu não sou do Rio. Nasci em Minas, em Belo Horizonte. Eu tive o meu primeiro contato com a Igreja Universal com os meus 16, 17 anos. Eu vivia uma vida muito desregrada. Fumei maconha, cheirei cocaína, mas não era viciado. Num dia voltando para a casa, passei por uma Igreja Universal. Vi (sic) um barulho, uma agitação, me interessei e entrei. Era o culto da sexta-feira e estava tendo uma vigília. Eu era um rapaz agitado, da festa, da noite, então, passar a noite na Igreja para mim não foi um problema. E eu senti que eu saí dali diferente, que algo havia me tocado. Fui para a casa pensando naqueles momentos ali na Igreja, e que realmente havia sentido algo que nunca havia sentido.

No dia seguinte, no sábado, já acordei e voltei para a Igreja. Era o culto jovem. Era época onde o James Brown fazia muito sucesso, e eu entrei na Igreja e vi os jovens dançando, pulando, cantando e se divertindo. E eu vi aquele povo todo agitado e também entrei na onda. Rapaz, eu sempre fui muito "cara dura". Se você chegasse numa balada, numa festa comigo por exemplo, eu iria te apresentar para uma menina, mesmo sem nunca ter conhecido ela.

Desde então eu entrei pra aliança jovem e senti com o passar dos anos que eu havia recebido o chamado. Então eu fui me envolvendo na obra, me tornei obreiro e de lá pra cá já são 20 anos como pastor.

2. **Pastor, durante os cultos o senhor falou sobre "ser um homem de Deus". O que é "ser um homem de Deus"?**

Ser um homem de Deus é ter compromisso com a verdade. É ter compromisso com a palavra de Deus. Você tem vindo aos cultos das segundas-feiras né? Então, quando eu passo aqueles vídeos mostrando que eu fiquei orando, acampado aqui dentro da igreja, às 3 da manhã, não é pra mostrar pra ninguém; é porque eu tenho um compromisso com Deus. Se eu não tivesse mostrado aquele vídeo as pessoas iam saber que eu passo a noite orando por elas? Eu poderia muito bem mentir, não é? Então, ser um homem de Deus é isso, é ter compromisso com Deus, em levar a palavra de Deus.

3. Qual a influência que um pastor tem na vida das pessoas?

Olha, o pastor ele é um líder, um formador de opiniões. É alguém que tem compromisso com a palavra de Deus. É aquele que leva o rebanho até os pastos verdejantes, que tem um pacto com a palavra de Deus.

4. Pastor, qual a importância de se ter um homem de Deus na vida pública?

Olha, tem uma passagem (o pastor pega a bíblia e a folheia) que diz que muitos são escolhidos... (neste momento o pastor continua folheando a bíblia, mas não encontra a passagem referida; ele se refere ao trecho de Mateus 22, que diz: "Porque muitos são chamados, mas poucos são escolhidos"). Então cada um tem um chamado de Deus para a sua vida. Você conhece a história de Daniel? Daniel era como se fosse um prefeito da Babilônia. Você conhece a história de José? José era filho de Jacó. Ele era como um governador da terra de Israel. Então cada um tem um chamado: uns tem um chamado na política, outros na obra, outros para a missão.

Se você me perguntar eu vou te dizer: é claro que possui gente desonesta em todo lugar. Existe pastor vagabundo, existe policial corrupto, existe empresário ladrão... existe gente ruim em todo lugar.

5. Pastor, como o senhor avaliou o episódio do fechamento do Templo da Universal durante a campanha de 2014?

Olha, isso são as lutas diárias, eu não dou muita "bola" não. Faz parte, são as lutas...

6. Para finalizar: o senhor considera que a Igreja Universal sofra algum tipo de perseguição? Seja por parte de políticos, da mídia ou da sociedade em geral?

Cada um tem o direito de pensar o que quiser. Eu não acho que a Igreja sofra nenhum tipo de perseguição não. Cada um pensa do jeito que quiser.

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS RELIGIOSAS E INSTITUIÇÕES TOTAIS: UM PROJETO PARA MUDAR A SI

Camila Bravim Silveira
Universidade de Coimbra

Resumo: A discussão acerca do uso de drogas ilícitas enquanto um problema de saúde pública tem ganhado grande projeção nos dias atuais, e de acordo com ela, tem-se especulado qual o melhor tratamento para este público. Na região da Grande Vitória é possível observar diferentes redes de atenção voltadas para o tratamento de usuários de drogas, e, em especial, o crescimento de comunidades terapêuticas de cunho religioso. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o funcionamento de uma comunidade terapêutica católica enquanto sistema médico para tratamento de usuários de drogas. Partindo de uma abordagem qualitativo-etnográfica em uma comunidade específica, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação participante. No campo, foi possível observar que a Comunidade Terapêutica Religiosa abordada se caracteriza enquanto Instituição Total, que tem como objetivo construir e moldar novos sujeitos para um padrão pleiteado pela sociedade: religioso e abstêmio.

Palavras-chave: comunidades terapêuticas religiosas; sistemas médicos; uso de drogas.

Abstract: The discussion about the use of illegal drugs as a public health problem has gained great projection nowadays, and aligned to it, it has been speculated the best treatment for this group. In the Grande Vitória region it is possible to observe different care institutions focused on the treatment of drug users, and in particular, the growth of therapeutic communities of a religious nature. Thus, this article aims to analyze the functioning of a Catholic therapeutic community as a medical system for treatment of drug users. From a qualitative-ethnographic approach in a specific community, it was carried out 16 semi-structured interviews, informal conversations and participant observation. In the field, it was observed that the Religious Community Therapy addressed, is characterized as Total Institution, which aims to build and create new human subjects to a standard claimed by society: religious and teetotaler.

Keywords: religious therapeutic communities; medical systems; drug use.

Introdução

O debate acerca do uso de drogas ilícitas, em especial o crack, enquanto um problema social tem ganhado grandes projeções na sociedade brasileira, em que, até o início do ano 2000, o consumo de drogas ilícitas era um problema fundamentalmente policial e jurídico. Porém, com o fomento da discussão pela saúde pública e com a Nova Lei de Drogas (n. 1.343/06)[1], o usuário de drogas deixa de ser visto como infrator para se tornar um dependente químico – doença reconhecida pela Classificação Internacional das Doenças (CID - WHO, 2010) e Manual

[1] Em vigor desde 2006, a Nova Lei de Drogas diferencia tráfico e uso, e prevê penas alternativas aos usuários de drogas, identificados agora como dependentes químicos, não como infratores.

Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV, 1994)[2]. Há então uma mudança de esfera, em que a responsabilidade pelo usuário de drogas deixa de ser policial/jurídico para se tornar um problema de saúde pública. Com isso, além da adequação de serviços de saúde pública, observa-se no estado do Espírito Santo o crescimento de Comunidades Terapêuticas (CTs) de cunho religioso, especializadas no tratamento de usuários de drogas.

Diante do levantamento bibliográfico também foi possível observar que usuários de drogas apresentam um grande índice de religiosidade (Arnold et al., 2002) e que pessoas diagnosticadas com doenças mentais e em situação de abuso de substâncias tendem a procurar mais a ajuda da religião do que pessoas diagnosticadas com outros tipos de doenças (Dalgalarrondo, 2007; Almeida et al., 2007; Koenig, 2009; Beatz & Toews, 2009). A partir desse contexto, passei a desenvolver a curiosidade em investigar dois fenômenos muito marcantes na realidade brasileira e da Grande Vitória/ES, a crescente discussão sobre o uso de drogas enquanto problema de saúde pública (Brasil, Ministério da Saúde, 2003; Segatto et al., 2008; Nunes & Nascimento, 2012) e a religião enquanto recurso psicoterápico voltado para usuário de drogas.

A pesquisa de campo é de caráter antropológico qualitativo-etnográfico. Desse modo, houve uma aproximação com as redes de relações que envolvem a Comunidade Terapêutica Religiosa (CTR) e o grupo de apoio que funciona como extensão para atender as pessoas que possuem interesse em se internar, ex-internos e familiares. O trabalho de campo ocorreu entre 15 de dezembro de 2013 e 6 de abril de 2014, contando desde a aprovação da realização do projeto no local por parte do padre até o último dia de visita em que estive presente na CTR. As entrevistas foram realizadas em 4 momentos com 16 internos, em média duraram 50 minutos, tendo a mais curta 30 minutos e a mais longa duas horas de duração. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas por mim. Além disso, houve conversas informais nos horários de almoço em que estive presente para realizar as entrevistas e durante os dias de visita com os internos e familiares; também, acompanhamento e conversas informais com os participantes do grupo de apoio que funciona fora da CTR. Vale salientar que os nomes dos participantes da pesquisa, sejam entrevistados ou outras pessoas envolvidas, foram alterados a fim de preservar a identidade dos mesmos.

[2] A CID é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde (WHO, 2010). O DSM é um manual que orienta os profissionais da saúde sobre os transtornos e doenças mentais.

1. A Comunidade Terapêutica Religiosa enquanto sistema médico

Dentro da antropologia médica é possível vislumbrar que saúde e doença podem assumir inúmeros significados e que existe uma série de práticas terapêuticas as quais o indivíduo que se encontra enfermo pode recorrer de acordo com seus interesses, disponibilidade e tipo de terapêutica empregada. O mesmo ocorre quando falamos da adição enquanto doença, o indivíduo que se percebe doente pode recorrer a uma série de terapêuticas que não necessariamente a biomedicina. Kleinman et al. (1978) observa que

> An estimated 70% to 90% of all self-recognized episodes of sickness are managed exclusively outside the perimeter of the formal health care system. In all cases of sickness, the "popular" and "folk" sectors (self-treatment, family care, self-help groups, religious practitioners, heterodox healers, and so forth) provide a substantial proportion of health care (Kleinman et al., 1978, 251).

Também é preciso reconhecer que um grande número de práticas terapêuticas estão fora do alcance dos sistemas nacionais de saúde e da regulamentação profissional, e a biomedicina está lidando com um campo relativamente restrito (Last, 1990). Viegas (2005), ao relatar a cura pela religião em Angola, argumenta que a "recorrência simultânea a vários tratamentos e à existência de visões discordantes – e até mesmo contraditórias – sobre questões terapêuticas evidenciam que tanto a doença como a cura são experiências intersubjetivamente construídas" (Viegas, 2005, 45).

A fim de compreender como funcionam as diferentes terapêuticas, suas características, história, trajetória e formas de diagnóstico, Kleinman (1978) utiliza o conceito de *Sistema Médico*, de acordo com o qual observa que em cada sistema há uma série de explicações para saúde e doença, valores e normas dentro de uma rede de significados, que para o indivíduo que se encontra enfermo, bem como para as pessoas envolvidas no processo, podem se estabelecer como alternativas de acordo com a disponibilidade, oferta, fatores econômicos e eficácia de cada terapêutica. Segundo Last (1990), os *Sistemas Médicos* podem se dividir em: 1. *Setor profissional*, privilegiado por quase todos os estados e pela OMS, sendo organizado profissionalmente, possui especializações e requer alto grau de estudos; 2. *Setor das medicinas alternativas ou tradicionais* – que podem ou não ser reconhecidas pelo sistema nacional de saúde – é um setor não burocrático e não especializado e engloba terapias seculares ou religiosas, não é

científico e sua linguagem é mais próxima das classes populares e por isso há uma menor diferença social e de status; e o 3. S*etor popular*, característico por ser não profissionalizado, não remunerado e não especializado. Dentro dessa perspectiva, a CTR abordada, em muitos aspectos, se aproxima das medicinas alternativas ou tradicionais.

Porém, na prática, Last (1992) observa que os participantes envolvidos no processo terapêutico pouco sabem sobre os sistemas médicos a que recorrem, a partir do momento em que se encontram enfermos, o que levam em consideração é como podem solucionar seu problema, e se um sistema não resolve, facilmente pode-se recorrer a outro, assim, a separação e categorização dos sistemas médicos fazem mais sentido para fornecer modelos teóricos antropológicos.

Desse modo, ao observar as particularidades que envolvem a CTR abordada enquanto um sistema médico, analisando assim suas práticas, métodos terapêuticos, características e forma de diagnóstico, é possível analisar também o processo de escolha por esse tipo de terapia, em que, apesar de vivermos em um mundo cada vez mais científico, ainda podemos observar a recorrência a outros sistemas médicos que não a biomedicina.

A CTR abordada caracteriza-se enquanto uma *Instituição Total* segundo o conceito cunhado por Goffman (2010, 11):

> [...] um local de residência e trabalho onde grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal.

Quando há uma discussão na sociedade de que o uso de drogas é um problema de saúde mental e não jurídico, a opção que se coloca são os espaços para tratamento de usuários de drogas, e não mais as prisões. As CTRs surgem, então, como um serviço para o tratamento de adictos, que em muitos aspectos podem ser consideradas como *Instituições Totais*. Assim, como observa Goffman (2010), apesar de as *Instituições Totais* parecerem funcionar apenas como depósito de pessoas, estas "se apresentam ao público como organizações racionais conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinada finalidade oficialmente confessada e oficializada" (2010, 69-67).

Nesse contexto, as CTRs surgem com o propósito de suprir uma demanda da sociedade pela abstinência das drogas ilegais, a "recuperação" do adicto e o afastamento do usuário de drogas do convívio social, para assim transformar o interno no padrão ideal pleiteado pela

sociedade. Nesse sentido, Valderrutén (2008), ao descrever as comunidades terapêuticas de cunho religioso, observa que estas funcionam como um tipo híbrido de concepção de ordem moral, ética e cura no tratamento de usuários de drogas, e onde se incorporam novas e velhas práticas. Baseando-se no livro de Foucault (1997) a *História da Loucura,* Valderrutén (2008) observa que, assim como na época Clássica leprosos, loucos e pobres eram afastados do convívio social, nas CTRs a prática acaba por ser a mesma, a exclusão do indivíduo da sociedade e o assistencialismo, visando à transformação espiritual, em que o ato de internar-se é uma atitude terapêutica na busca da cura. As CTRs constituem-se também como espaços de autocontrole e vigilância permanente de si, utilizando-se de técnicas disciplinares (Foucault, 2007), e estão longe de se constituírem como espaços sem regras e hierarquias.

Cohen (1973) também faz uma crítica às comunidades terapêuticas, observando que, ao examinar mais de perto, os procedimentos e regras são sempre regidos por um superior em que "the ultimate legal responsibility for the patients, regardless of the method of treatment used, is with the staff physician, not with the total 'voting' community" (Cohen, 1973, 268).

Apesar de a CTR não empregar o setor profissional, é possível observar que as regras são impostas de cima para baixo aos internos e os que não se adaptam podem deixar o grupo quando bem entenderem com a justificativa de manter a harmonia. Assim, há uma tentativa de socializar os internos dentro das normas estabelecidas, e ainda que o "paciente" assuma um papel protagonista em seu próprio processo terapêutico, esse protagonismo tem seus espaços e só é desejado pela administração em momentos específicos, como as terapias de confrontação e a autorreflexão de suas atitudes. Assim, nos momentos de *troca de experiência* e *comunhão de alma*, o protagonismo e a participação dos internos são essenciais para a "recuperação" do indivíduo. São momentos em que são estimulados e devem refletir sobre suas atitudes. Há então uma falsa aparência na inclusão do interno na prática terapêutica, uma vez que para aqueles que não seguem as regras é aplicado algum ato disciplinar, ou em muitos casos, quando o interno não se sente satisfeito com as regras impostas pode sair a qualquer momento, e isso sempre fica muito claro para o grupo.

Além disso, há uma constante vigília de si e dos outros, como em um dia de visita em que estive presente, o padrinho da instituição pede a um dos internos que "fique de olho" em Miguel, que tem uma namorada e por isso não pode estar longe das vistas de todos, ou em outro momento em que André me mostrava a fazenda, mas não podia me levar para os locais mais isolados, uma vez que antes das visitas é pedido a todos que não se afastem ou saiam das

vistas dos demais. Ao interno é necessária uma autodisciplina para não burlar as regras e, ao mesmo tempo, uma vigília dos outros para que seu companheiro de terapia não infrinja as regras impostas. A supervisão tem o objetivo não de orientar ou inspecionar, mas sim de vigiar, garantir que todos façam o que foi indicado sob a condição de servir de exemplo para os outros (Goffman, 2010). Assim, o interno nunca está sozinho, e sempre deve estar em um local onde possa ser visto. Na autodisciplina, o interno sempre deve realizar uma renúncia a sua vontade, numa angústia de obediência às regras e suas devidas consequências.

Quando falamos de usuários de drogas que são considerados "incuráveis", na terapêutica religiosa os resultados esperados possuem características peculiares, seja pelos familiares seja pelo usuário de drogas, onde o que está em jogo não é "cura" em seu sentido estrito, já que a dependência química é considerada uma "doença" incurável, mas sim a *mudança de hábitos* do usuário de drogas com a aplicação de técnicas e métodos para desenvolver sua espiritualidade / religiosidade e, assim, sua recomposição em uma pessoa de caráter moral inquestionável e por isso não usuário de drogas.

Num conceito mais amplo sobre comunidade, Cohen (1985) observa que viver em comunidade significa adquirir a cultura, ou aprender o que é ser social naquele espaço, assim a pessoa adquire símbolos que vão equipá-la para aprender as normas de convívio social. Para Goffman (2010), as *Instituições Totais* funcionam como "estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento sobre o que se pode fazer ao eu" (Goffman, 2010, 22). Schneider (2010) também aponta que as CTs são "agenciadoras de um projeto de identidade construído a partir das representações sociais vigentes em torno do fenômeno das drogas" (Schneider, 2010, 94). Assim, estar em uma CT significa adquirir novos hábitos e valores para que a "cura" ocorra efetivamente. Essa percepção de que é preciso deixar velhos hábitos para adquirir uma nova maneira de estar no mundo está sempre presente no discurso do padre durante as missas de domingo que acompanhei e também é muito comum nos discursos dos internos em "recuperação".

Eu vim pra cá e continuar com minha ignorância, as mesmas mazelas que eu tinha, se eu continuar sustentando os prazeres da minha carne, infelizmente eu vou voltar pra droga, porque a droga é apenas um refúgio da nossa falha de caráter... Na realidade eu não vim pra cá só pra parar de usar drogas, eu vim pra cá pra me modificar completamente, minha maneira de falar, de agir, de pensar, porque só assim eu vou conseguir parar de usar drogas, porque se eu só parar e continuar com minhas mazelas, mais cedo ou mais tarde eu vou voltar a usar, da mesma maneira que eu já voltei… Aqui não é um tratamento pra parar

de usar drogas, aqui é um tratamento de mudança de caráter... o carro chefe do tratamento é o amor, a gente amar as pessoas sem distinção de cor, de religião, se é pobre, se é rico, porque todos nós somos irmãos em cristo (Nuno).

Para construir esse novo indivíduo e fazer com que ele assuma os significados daquela comunidade é preciso homogeneizar os sujeitos e seus discursos, como o próprio Nuno coloca, ali não há distinção de cor, religião ou classe social. Os participantes da comunidade possuem então a mesma rotina, dormem em camas e espaços iguais, dividem o mesmo tipo de alimentação e são tratados todos da mesma forma. Essa é uma outra característica das *Instituições Totais* apontada por Goffman (2010), em que diferentes aspectos da vida, que antes eram realizados em espaços diferentes e sob diferentes normas, agora passam a ocorrer no mesmo local e sob uma única autoridade, e na presença de outros indivíduos, com a obrigatoriedade de fazerem as mesmas coisas, e todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas.

Com o tempo, o objetivo da comunidade é que todos tenham os mesmos hábitos e principalmente o mesmo discurso, os quais a droga sempre assume o seu lado ruim, como se nada que aconteceu durante o período em que usavam drogas fosse bom e que por isso é preciso mudar de vida. Como num processo de seleção, os que não se adaptam deixam o grupo, e aqueles que seguem as regras passam para um próximo patamar. Aos que continuam, diversos são os estágios pelos quais passam de uma fase para outra como fator motivador para continuarem o tratamento, como mudar de uma casa para outra e passar a receber visitas dos familiares. Na hora do almoço, a mesa também é separada entre os que estão no período de triagem e os que já passaram para uma nova etapa, a confiança que alguns recebem para ser o administrador da casa onde moram, a seleção de alguns internos para ir visitar outras fazendas e dar seu testemunho, mas a recompensa maior para quem cumpre todas as tarefas é o êxito no tratamento, e como funcionou para os outros, a associação feita é de que irá funcionar para si.

Que nem aqui, fazer as coisas domésticas dentro de casa, eu nunca tive problema de fazer, mas também nunca tive que fazer, aqui não, eu tive que reaprender, me reeducar, buscar as coisas, pra mim foi complicado, várias pessoas que eu não conheço, pô eu não lavo nem o banheiro da minha casa, vou lavar o banheiro dos caras? Foi complicado, mas depois desse momento, pô, funcionou pro cara, o cara tá bem, vai funcionar pra mim também (Fábio).

Como mencionado anteriormente, quando o interno chega, inicialmente vai para uma casa de triagem, etapa em que precisa estar por três meses, e nesse período são proibidas visitas, cartas e o contato com o mundo exterior é ainda menor. A capacidade de os novatos aderirem às novas regras é um sinal de que aceitarão seu novo papel, e três meses parece ser o prazo marcado pela própria instituição para o período de adaptação, e como o próprio nome indica, "triagem" é um local e tempo de seleção e de escolhas. Esse período parece funcionar como o tempo limite para que o interno se adapte às novas regras, se conseguir é transferido para uma outra casa onde permanece o restante do tratamento e passa a receber visitas de familiares, senão, há um certo incentivo para que os internos não adaptados às regras deixem o grupo. Esse afastamento maior do "mundo de fora", segundo Goffman (2010), é feito para "assegurar uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel" (Goffman, 2010: 24). Assim, é preciso isolar os sujeitos do "mundo de fora" para que eles possam adquirir os hábitos e valores do "mundo de dentro". Esse período é considerado pela CTR como de adaptação, pois é preciso, antes de tudo, moldar os sujeitos às regras, hábitos e valores da CTR, discurso este também assumido pelos que procuram se internar:

A vantagem [é que aqui] você consegue se afastar da sociedade, é muito importante pro dependente químico, você ficar longe dos pontos críticos, aí você tem como avaliar o problema (Raul).

É então preciso se desvencilhar de velhos hábitos para adquirir um novo eu. Assim, no processo terapêutico religioso, parar de usar drogas significa mudar radicalmente seus hábitos e passar a adquirir novos para que a "cura" seja bem-sucedida. Nos três primeiros meses, em que há uma ruptura com o "mundo de fora", ocorrem as maiores tensões no grupo. É nessa parte que parece haver maiores conflitos com quem chega e com os internos mais antigos e os gestores da instituição. Também é nessa fase que a maioria dos internos abandona o tratamento. Os conflitos geralmente ocorrem porque os novos internos não aceitam as regras impostas, não querem participar da rotina do grupo, ou quando burlam alguma regra da CTR. Esse processo disciplinador é bem visto pelos internos que continuam e funciona como um método terapêutico para lidar com os problemas do "mundo de fora".

O grande problema aqui é a convivência, a convivência em comunidade, com a diferença. Mas isso também é de Deus, porque aqui dentro nós vamos ter dificuldade, mas lá fora eu também vou ter dificuldade, vou ter meu patrão, meu companheiro de trabalho, que vão pensar diferente de mim, que vou receber ordem, e eu vou ter que conviver com isso (Nuno).

Geralmente, quando o novato não segue a rotina de trabalho ou não participa dos momentos dos grupos é dado um "espaço" e uma certa liberdade para aqueles que não querem cumprir com as obrigações. Porém, mesmo que não haja uma obrigatoriedade em cumprir a rotina da CTR, fazer com que essa rotina seja seguida é muito importante para manter a harmonia do grupo, e para que isso ocorra, os discursos e práticas precisam ser assumidos por todos.

[...] mas você tem que participar, tem que fazer unidade. Você não precisa entrar na capela e ler alguma coisa, participar, você não precisa de cantar, você não é obrigado a fazer isso, mas fazem pra você, então a unidade você tem que manter, se todos vão, por que que você vai ficar no alojamento sem vir? Então, você vai acabar prejudicando, porque o outro vai ver, então aquele lá não vai então eu também não vou, então daqui a pouco não tem ninguém. Porque tem que ter regra, porque a gente, geralmente as pessoas que entram pras drogas, é porque elas não obedeciam regras, e você tem que aprender a obedecer, tem que ser obediente, primeiramente a Deus e às pessoas, tem que obedecer o mandamento, tá na bíblia né, aquele mandamento que tem eu obedecer pai e mãe (Nuno).

Becker (2008) observa que aqueles que impõem as regras acreditam ser necessário que as pessoas com quem lidam respeitem as regras e seus *impositores*, uma vez que, se não o fizerem, será difícil a realização do trabalho. Assim, é preciso a cooperação de todos os envolvidos, e ao se homogeneizar o grupo fica mais fácil lidar com as pessoas que possuem o mesmo discurso e as mesmas práticas. Goffman (2010) também observa que, como as *Instituições Totais* lidam com diferentes aspectos da vida dos internos, com a padronização existe uma necessidade de conseguir a cooperação do novato. Quando essa cooperação não é seguida, nos casos mais graves, quando há burla de alguma norma, é aplicado algum ato disciplinar.

Eu fiz uma coisa de errado, e eles me disciplinaram, lá tem disciplina, aqui também tem, eu já lavei uns pratos aqui por causa disso, eu tenho uma grande dificuldade com a obediência, com as autoridades (Nuno).

Aos que não se adaptam, deixar o grupo é sempre uma opção em aberto e esse discurso é constantemente enfatizado pelo padre durante as missas de domingo que estive presente e também é o discurso enfatizado no Grupo de Apoio (GA). Assim, se a pessoa não se enquadra no projeto terapêutico empreendido pela CTR não deve estar no grupo, como em uma reunião que estive presente no GA: uma pessoa demonstrou interesse em se internar, porém, por causa de uma dor de dente, ele afirmou que usa maconha como terapêutica para sua dor e acredita que esta não faz mal e, portanto, queria parar somente com "outras

drogas"[3]. Maria, coordenadora do grupo, foi enfática ao dizer que a CTR possui regras e que se ele não concordasse com elas poderia procurar outra instituição que melhor se encaixasse em seu projeto terapêutico. Assim, quando as regras são colocadas claramente, os que não seguem ou não aceitam devem procurar uma outra instituição. A existência de regras relativamente explicitas e formais expõe as principais exigências da conduta esperada para o internado (Goffman, 2010).

Porém, os que não aderiram ao tratamento da CTR ou que saíram antes de completar um ano do mesmo são sempre aqueles que não queriam realmente deixar as drogas, discurso enfatizado pelo padre durante as missas e no grupo de apoio. Em outra reunião do GA a qual estive presente, também presenciei esse tipo de abordagem, em que uma das voluntárias do grupo narrou a experiência de visita à fazenda de outro estado, e que, ao voltar para casa, deparou-se com uma mulher que lhe pediu ajuda. Essa mulher parecia usuária de drogas e justamente se encaminhava para o município de Vila Velha (Região da Grande Vitória).

Essas coincidências, para a voluntária, são vistas como obras divinas, de modo que o encontro não ocorrera por mera casualidade. Em seu testemunho, a voluntária narra que, ao conversar com a mulher, apresentou o projeto da CTR, convidando-a a procurar o GA de Vila Velha. Porém, disse não ter, até o momento, informações de que a mulher abordada tenha chegado ao GA. Mesmo assim, sentiu-se feliz e aliviada, pois tinha feito sua parte. Esse discurso de "se deixar a CTR é porque a pessoa realmente não quis mudar e deixar as drogas" também é assumido pelos próprios internos, quando indagados sobre o porquê de as pessoas deixarem o tratamento. A resposta mais comum é a de que "não era o momento", como na fala a seguir:

Porque eles não descobriram ainda que pra você conseguir sair das drogas você tem que ir além, tem que superar tudo, porque muitas vezes a mente acaba manipulando, ah eu saí daqui porque o outro disse que vai me dar uma porrada, mas na verdade é a vontade de usar drogas, de estar no mundo (Lucas).

Nesse sentido, o fracasso nunca é da instituição, é sempre do indivíduo que não quis mudar a si mesmo. Como observa Goffman (2010, 23-24), as *Instituições Totais* não visam uma vitória cultural sob os indivíduos, mas *sim* "criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens". Assim, se a pessoa sair da CTR, se deixar o tratamento, estará abandonando a si mesma e a seu novo projeto de estar no mundo

[3] Essas outras drogas não foram explicitadas por ele.

e, consequentemente, irá voltar a usar drogas, mas se permanecer e mudar seus hábitos as chances de obter êxito serão maiores. Outro aspecto para que essa mudança de vida ocorra é que o interno tem que buscar sua "reabilitação" como um projeto pessoal de mudar velhos hábitos, e nunca por outros motivos, caso contrário não alcançará êxito no tratamento.

Tem que partir do dependente. Eu já vi muita gente chegar aqui, eu já vi 37 pessoas irem embora sem terminar o tratamento, deste tempo que eu tô aqui. Alguns vinham porque o juiz mandou, outro porque a mulher ia separar, outros vinham porque o pai vai dar uma moto se ele viesse pra cá, a família promete mundos e fundos pra ele vir pra cá, e ele não quer vir, vem porque a família vai dar uma moto, vem porque a esposa quer largar ele, vem porque eu posso perder o emprego, não vem pensando, eu quero ir pra lá, eu quero ir fazer esse tratamento, se você não vem com esse intuito pra cá pode esquecer, eu posso ficar aqui até um ano, mas eu vou recair (João).

Nessas tensões geradas entre o "mundo de fora", que representa o vício e velhos hábitos, e o "mundo de dentro", que representa a mudança de si e, consequentemente, a cura, há uma aparente democracia, em que o indivíduo é "livre" para ir aonde desejar, mas não sem antes ter o sentimento de que está abandonando o tratamento para usar drogas. E para isso é preciso fazer crer que aqueles que permaneceram fizeram uma boa escolha, a escolha da "liberdade", numa ambivalência em que estar "preso" significa estar "liberto".

Carneiro (2008) aponta que o estereótipo do usuário de drogas é sempre aquele que é escravo de si, uma vez que o paradigma moral contemporâneo colocou em lados opostos vício e liberdade, portanto, se estou no "mundo de fora" usando drogas (vício), nunca estarei efetivamente liberto, e no "mundo de dentro", mesmo "preso" sou uma pessoa "livre" por não usar drogas. Assim, como observam Vargas (2006) e Garbi et al. (2012), ser usuário de drogas está indissociável de hábitos, condutas e personalidade; o usuário é sempre visto como detentor de uma falha moral e de caráter, e por isso modificar o consumo de drogas significa modificar o sujeito, em que o significado do uso de drogas é regularmente associado a uma falta ou fraqueza, física e/ou moral, psíquica e/ou cultural, política e/ou social (Vargas, 2006, 584). Por isso, quando se fala de vício em substâncias enquanto doença é comum associá-la a essas fraquezas morais, e por isso a cura estaria justamente nesse novo eu, religioso e abstêmio.

Eu vim pra fazenda pra mudar esse lado meu, eu roubava muito dentro de casa, eu tinha essa doença que era o vício da droga, eu tinha essa doença que era de mentir muito, falta de caráter, mazelas em si, eu me envolvia com muita coisa errada, e eu sei que eu não posso voltar

pra aquele mundo justamente por ser a pessoa que eu era, e eu decidi né cara, eu tenho que ir pra fazenda, eu tenho que mudar a minha vida, eu mereço, eu tenho uma família maravilhosa, tenho meus irmãos, minha mãe que me ama muito, minha avó, meus tios, minhas tias, e até mesmo a minha própria vizinhança que me dava a maior força, de eu vir me tratar (Daniel).

Goffman (1983), em seu outro livro *Estigma*, observa que as culpas de caráter individual, percebidas como vontades fracas, paixões tirânicas, são igualmente vistas como marcas de estigmas em nossa sociedade. O sujeito fraco que sucumbe ao vício das drogas possui o *statu*s moral de atributos profundamente depreciativos, e quando a ele são conferidos estes estigmas, o indivíduo que poderia ser aceito em nossa sociedade agora é visto como inferior e precisa ser isolado. Assim, "construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada e outras diferenças" (Goffman, 1983, 15), conferindo-lhes assim nomes depreciativos como viciado, alcoólatra, nóia.

Do mesmo modo, no isolamento social pleiteado pelas *Instituições Totais*, Goffman (2010) observa que os conceitos de "loucura" ou "comportamento doentio" atribuídos ao doente mental, em muitos casos, são resultantes de uma "distância social entre quem lhe atribui isso e a situação em que o paciente está colocado, e não são, fundamentalmente, um produto de doença mental" (Goffman, 2010, 113). Ao afastá-los do convívio social, o que antes poderia ser visto como algo normal, acaba por provocar estranheza.

Para aqueles com estigmas, sempre existem meios e serviços para corrigir seus erros, como a CTR e a cura pela fé, porém o estigma do vício, da fraqueza moral, quando transformado, nunca adquire o status de normal, mas sim uma transformação do ego, em que "alguém que tinha defeitos particulares se transforma em alguém que tem provas de tê-lo corrigido" (Goffman, 1983, 18). Becker (2008) observa que essa visão pessimista de quem impõe as regras se de um lado é reforçada pela experiência diária, em que mesmo realizando os trabalhos o problema persiste e as pessoas continuam a repetir as transgressões, de outro, o pessimismo do *impositor* com a natureza humana é reforçado pelo fato de que se os homens fossem perfeitos e as pessoas pudessem ser reformadas de modo permanente, o trabalho de quem impõe as regras deixaria de existir.

Para que essa falha moral seja corrigida, na CTR, desenvolver a religiosidade/ espiritualidade parece ser o único caminho para que a "cura" ocorra, e este é um de seus tripés, a *espiritualidade*. Assim, em seu processo terapêutico, desenvolver a espiritualidade

é um aspecto central para reconstituir projetos pessoais e, ao mesmo tempo, mudar o projeto de ser pessoa no mundo (Schneider, 2010). Porém, o usuário de drogas é sempre visto como irrecuperável e, por isso, a proposta terapêutica que prevê a abstinência é sempre dúbia, já que está sempre disposto à reincidência. Assim, mudar de vida é converter-se e seguir os caminhos da bíblia, em que além de desenvolver a espiritualidade é preciso mantê-la.

Em uma das visitas ao grupo de autoajuda fora da CTR, por exemplo, Daniel, que já estava a alguns dias de sair da comunidade, deu o testemunho de que quando chegava em casa, após sair com os amigos e usar drogas, encontrava a avó rezando para que ele saísse dessa vida. Daniel disse que não aceitava que era viciado e acreditava não precisar que ninguém rezasse por ele, mas que agora estava feliz por dar seu testemunho de que estava errado e que a palavra de Deus era fundamental para ter deixado as drogas. A cura, para ele e para sua avó (e provavelmente para toda a família), estaria justamente no fato de agora ele estar numa instituição religiosa e ter se convertido aos ensinamentos da bíblia. Em outro caso, o interno Fábio, internado pela segunda vez na CTR, diz ter voltado a usar drogas quando começou a se afastar da igreja, situando sua recaída no ponto em que não mais seguiu os caminhos de Deus, como demonstra na fala sobre sua saída de uma das internações:

Hoje eu vejo que eu fiz errado, o certo era eu ir buscar um grupo de ajuda… de viver as palavras da bíblia, e não segui nenhuma fé, ia na igreja tudo, mas faltava alguma coisa pra mim, porque querendo ou não eu sou um dependente químico, a partir do momento que eu deixei de seguir isso, eu achei que não ia acontecer mais aquilo ali, que foi só um momento que nunca mais ia acontecer comigo. Só que a partir do momento que eu me iludi com isso, eu ia pra igreja, mas também eu ia por ir, uma pessoa vazia, sentada num banco, ouvindo algumas palavras, nada mais do que isso, parei de ir também, quer dizer, não procurei ajuda e parei de ir também naquilo que me sustentava. Então foi o momento onde eu decaí, onde eu não consegui (Fábio).

Aos que já frequentaram uma instituição religiosa e voltaram a usar drogas, estes dizem que voltaram a usar ou porque não tinham realmente o objetivo de parar ou porque passaram a se afastar da religião. Assim, a partir do momento que se crê em Deus, e se pratica o que está na bíblia, é possível livrar-se do vício. Como os usuários de drogas já passaram por inúmeras instituições, laicas ou religiosas, públicas ou privadas, e retornaram ao uso de drogas, a falta de espiritualidade / religiosidade assume o papel central para uma vida de abstêmia, e essa espiritualidade / religiosidade deve ser mantida, sob a ameaça de que se afastar significa uma provável recaída, ou seja, em *Instituições Totais* religiosas a conversão deve ser total.

Conclusão

A Comunidade Terapêutica Religiosa caracteriza-se enquanto uma *Instituição Total* que se apresenta ao público como uma alternativa eficiente para o tratamento de usuários de drogas, uma vez que supre um propósito pleiteado pela sociedade, de formação de sujeitos abstêmios e religiosos. Para que isso ocorra, é necessário homogeneizar os sujeitos e seus discursos. O usuário de drogas é visto como um sujeito de vontades fracas que não pode responder por si. Dessa forma, família, amigos, trabalho, e pessoas envolvidas no processo terapêutico acabam por exercer um importante papel na escolha do melhor sistema médico a ser empregado.

Referências

ALMEIDA A, ODA AM, DALGALARRONDO P. **O olhar dos psiquiatras brasileiros sobre os fenômenos de transe e possessão**. Brazilian. Rev Psiq Clín., 34(1): 34-41, 2007.

ARNOLD R, AVANTS SK, MARGOLIN A, MARCOTTE D**. Patient attitudes concerning the inclusion of spirituality into addiction treatment**. J Subst Abuse Treat., 23: 319-326, 2002.

Baetz M, Toews J. **Clinical implications of research on religion, spirituality, and mental health.** Can J Psychiatry, 54(5): 292-301, 2009.

BECKER, H.S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio/ trad. Maria Luiza de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coordenação Nacional de DST/Aids**. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CARNEIRO, H. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: **Drogas e cultura**: novas perspectivas/ Beatriz Caiuby Labate et al., (orgs.). Salvador: EDUFBA, pp. 65-90, 2008.

COHEN AI. **The therapeutic community**. Am J Community Psychol., 1(3): 266-271, 1973.

COHEN, A.P. **The symbolic construction of community**. London: Routledge, 1984.

Dalgalarrondo P, Soldera MA, Corrêa Filho HR, Silva CAM. **Religion and drug use by adolescents**. Rev Bras Psiquiatr., 26(2): 82-90, 2004.

DSM-IV. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**: DSM-IV. 1994.

FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

GARBI SL, TOURIS MC, EPELE M. **Técnicas terapéuticas y subjetivación en tratamientos con usuarios/as de drogas**. Cien Saude Colet., 17(7): 1865-1874, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. / trad. Márcia Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. / trand. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KLEINMAN A, EISENBERG L, GOOD B. **Culture, Illness, and Care**: Clinical Lessons from Anthropologic and Cross-Cultural Research. Ann Intern Med., 88: 251-258, 1978.

KLEINMAN, A. **Concepts and a Model for the Comparison of Medical Systems as Cultural Systems**. Social Science and Medicine, 12, pp. 85-93, 1978.

Koenig HG. **Research on religion, spirituality, and mental health**: a review. Can J Psychiatry, 54(5): 283-291, 2009.

LAST, M. Professionalization of indigenous healers. In: **Medical Anthropology**: Contemporary Theory and Method/ Ed. by Johnson, T.M. & Sargent, C.F. Westport, Connecticut, London, 1990.

LAST, M. The Importance of Knowing about Not Knowing: Observations from Hausaland. In: **The Social Basis of Health and Healing in Africa** /Steven Feierman, John M. Janzen (org.). University of California Press, 1992.

NUNES MN, NASCIMENTO LFC. **Análise espacial de óbitos por acidentes de trânsito, antes e após a Lei Seca, nas microrregiões do estado de São Paulo**. Rev Assoc Med Bras., 58(6): 685-690, 2012.

SCHNEIDER J. **Trama terapêutica**: um estudo sobre a (re)constituição da identidade de usuários de drogas. Cad campo, 19: 91-112, 2010.

SEGATTO ML, SILVA RDSE, LARANJEIRA R, PINSKY I. **O impacto do uso de álcool em pacientes admitidos em um pronto-socorro geral universitário**. Rev Psiq Clín., 35(4): 138-143, 2008.

VALDERRUTÉN, M.C.C. **Entre "teoterapias" y "laicoterapias"**. Comunidades terapéuticas en Colombia y modelos de sujetos sociales. Psicologia & Sociedade, 20(1): pp. 80-90, 2008.

VARGAS, E.V. **Uso de drogas**: a alter-ação como evento. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 49(2), pp. 582-623, 2006

VIEGAS, Fátima. **A gestão da doença no espaço sócio-cultural e urbano de Luanda**: os curandeiros tradicionais e neo-tradicionais. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela Faculdade de Economia de Coimbra, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems**, ICD-10. Vol 2. 2010.

A REAÇÃO CATÓLICA E A PERMANÊNCIA DA "QUESTÃO RELIGIOSA" NO BRASIL REPUBLICANO

Claudio Marcio Coelho
PPGHIS-UFES

Resumo: Com a proclamação da República a Igreja Católica perdeu privilégios e amargou o enfraquecimento de sua influência política e social. Nesse contexto, lideranças católicas deliberaram um conjunto de ações que ficou conhecido como "Reação Católica". O movimento arregimentou políticos católicos para o apoio de sua plataforma moral e social, e orientou o eleitorado em sua ação política. Não foi um partido político, mas assumiu posturas ideológicas que apregoavam a participação efetiva da Igreja junto ao poder secular. Nossa principal hipótese de trabalho considera a referida reação como permanência histórica da "Questão Religiosa" suscitada pela insubmissão dos bispos de Pernambuco e do Pará (Dom Vital e Dom Macedo Costa) em fins do século XIX. Os bispos desobedeceram ao beneplácito régio e impuseram medidas restritivas à presença de maçons em irmandades da Igreja, além de lhes negar os sacramentos. Esta celeuma provocou a insatisfação do Catolicismo e a perda de influência junto ao Governo do Brasil. A "Reação Católica", realizada entre 1920 e 1930, representou a sobrevivência dessa insatisfação, revivificada como luta de campo político-religioso nesse período. Este trabalho situa-se no campo da História Social das Ideias Políticas e na interface entre cultura religiosa e cultura política.

Palavras-chave: reação católica; catolicismo político; religião e política.

Abstract: With the Proclamation of the Republic the Catholic Church has lost privileges and embittered the weakening of its political and social influence. In this context, Catholic leaders deliberated a set of actions which became known as "Catholic Reaction". The movement rallied catholic politicians to support their moral and social platform, and guided the electorate in their political action. It was not a political party, but it took ideological positions that touted the effective participation of the Church close to the secular power. Our main working hypothesis considers this reaction as historical permanence of the "Religious Issue" raised by the insubordination of the bishops of Pernambuco and Pará (Dom Vital and Dom Macedo Costa) in the late nineteenth century. The bishops disobeyed the royal consent and imposed restrictions on the presence of Masons in the Church brotherhoods, and deny them the sacraments. This stir caused the dissatisfaction of Catholicism and the loss of influence with the Government of Brazil. The "Catholic Response", held between 1920 and 1930, represented the survival of this dissatisfaction, revived as a political-religious field fight that time. This work lies in the field of Social History of Political Ideas and in the interface between religious culture and political culture.

Keywords: catholic reaction; political catholicism; religion and politics.

Introdução

O fenômeno religioso é – entre múltiplas possibilidades – político-ideológico e produz efeitos político-práticos na vida social, o que nos permite pensar a sacralização da política e a politização do sagrado (ABBAGNANO, 2007; EICHER, 1993). Outrossim, também podemos

inquirir o caráter civil da religião e o engajamento político da Igreja, especialmente da Igreja Católica Romana no Brasil, na conjuntura que delimitamos para este estudo.

Desde a segunda metade do século XIX que a Igreja Católica manifestara sua preocupação com a descristianização das camadas intelectuais e com o avanço do positivismo e do ceticismo. Nesse contexto, a renovação do catolicismo na França desencadeou o movimento de renascimento espiritual iniciado em fins do mesmo século, o que provocou o resgate de valores religiosos católicos na filosofia, na arte, na poesia, na prosa, entre outros. Essa renovação suscitou a conversão e a (re)conversão de diversos intelectuais ao catolicismo em diferentes países. Desta feita, a Santa Sé adotaria a estratégia política de criar novas vocações religiosas e novos apostolados segundo a orientação do papado.

Nessa conjuntura, o pensamento católico canônico passaria a exercer influência decisiva na vida social e política, engendrando aproximações e alianças com governos e instituições políticas. Este período, conhecido como terceira escolástica, alcançou sua maior expressão em Portugal por volta de 1890 e no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, com o movimento que se convencionou chamar de Reação Católica e Ação Católica Brasileira. A terceira escolástica investiu teologicamente no pensamento de Santo Tomás de Aquino (no tomismo) e atuou na proposição de diretrizes ultraconservadoras para a vida social a partir de ações religiosas pontuais, cujos efeitos políticos foram propositadamente planejados.

Considerando a inserção de Portugal e do Brasil nessa temática, a historiadora Gizlene Neder (2011) argumenta:

> Portugal, como o resto da Península Ibérica (e indiretamente as Américas portuguesa e espanhola), foi considerado, na virada para o século XX, "terra de missão", em função do despertar protestante. Consideramos que no plano das ideologias os conflitos subjacentes se entrecruzam com os de natureza econômica, política e social, influindo poderosamente ao nível do imaginário (emoções, sentimentos e afetos) (NEDER, 2011, p. 16).

Nesse sentido, investigamos como, "em função de sua inserção política", o catolicismo transferiu "suas balizas dogmáticas do âmbito estritamente religioso para o conjunto da sociedade civil e da vida cotidiana" no Brasil (MANOEL, 2010, p. 14). Outrossim, sabemos que desde os primórdios de sua história, a Igreja Romana sempre se reconheceu instituição "corresponsável pelo exercício do poder", o que estabeleceu especialmente para a Igreja uma indissociabilidade entre o religioso e o político (MARRAMAO, 1995, p. 19). A legitimação e a propagação da doutrina católica estão

diretamente correlacionadas com sua inserção no âmbito político. Nesse cenário, identificamos correlações entre formas de atuação política e práticas religiosas do catolicismo no Brasil entre 1920 e 1930.

Para tanto, este trabalho situa-se no campo da História Social das Ideias Políticas e corresponde ao momento atual de nossas preocupações no doutoramento em História Social das Relações Políticas em curso na Universidade Federal do Espírito Santo. Assim, o problema que orienta nossos estudos pode ser resumido em duas questões centrais: Onde incidiu a cultura religiosa católica na cultura política brasileira entre as décadas de 1920-1930? Quais os efeitos políticos do movimento de Reação Católica no Brasil neste período? Nesse sentido, nossas hipóteses de trabalho são: a cultura religiosa católica invadiu o espaço secular brasileiro nas décadas de 1920 e 1930; o movimento de Reação Católica foi a maior expressão desse processo; essa reação produziu efeitos políticos pontuais no acontecer social brasileiro.

1. A "Questão Religiosa" no século XIX

A Santa Sé planejara ações estratégicas para a atuação da Igreja de Roma na América Latina, África e Ásia durante o transcorrer do século XIX. Ações que propunham a universalização da disciplina eclesiástica e a catolicização das instituições civis. Não obstante, a partir da segunda metade daquele século, a Igreja Católica percebeu que chegara o tempo de enfrentar os inimigos de sua ortodoxia e de seu projeto político: o avanço do processo de secularização na Europa, o liberalismo, o positivismo, a maçonaria. À vista disso, o episcopado brasileiro observou prontamente as orientações da Santa Sé, atuando em defesa do poder espiritual e temporal da Igreja no Brasil.

Assim, em obediência ao *Syllabus* da encíclica *Quanta Cura* (1864), promulgada pelo Papa Pio IX, o bispo de Pernambuco Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878) e do Pará Dom Antônio Macedo Costa (1830-1891) opuseram-se ao beneplácito régio e orientaram os párocos de suas dioceses a adotarem medidas restritivas à presença de maçons em irmandades e associações da Igreja, além de negar-lhes os sacramentos. A insubmissão dos bispos ultramontanistas foi interpretada pelo Governo Imperial como sedição, provocando a prisão dos sacerdotes católicos em 28 de abril de 1874 e impondo-lhes trabalhos forçados por quatro anos (PINTO, 2015). Esta celeuma entre a Igreja e o Império seria apenas uma das muitas divergências suscitadas pelo mal-estar entre

as lideranças católicas e o Governo Brasileiro, no entanto demonstraremos que a questão religiosa atingiria sua maior expressão nas primeiras décadas do Brasil Republicano.

A liderança católica desse período era de mentalidade ultraconservadora e majoritariamente monarquista. Na Assembleia Episcopal de São Paulo, realizada em 1890, Dom Macedo Costa defendeu a imediata reforma da Igreja no Brasil. Uma Igreja prestes a sucumbir diante das intempéries advindas da laicização do Estado Brasileiro. No entanto, "a perda do prestigio social, da influência junto às grandes lideranças políticas, a ausência constante do clero junto à população mais simples" constituíam uma realidade histórica que vinha se arrastando desde o início do século XIX (BALDIN, 2009, p. 1).

Porquanto, a condição de Igreja dos brancos, oligárquica e autoritária reafirmava sua ambiguidade no campo político-religioso. O episcopado estava preocupado com questões doutrinárias, dogmáticas e, sobretudo, políticas. Assim,

> [...] se colocarmos a Questão Religiosa dentro de um contexto de Igreja-povo, é duro ouvir a acusação que fazia Joaquim Nabuco. Ironicamente lembrava ele que dois bispos foram presos e encarcerados porque tiveram coragem de "atacar a maçonaria", mas nenhum bispo pregava do alto do púlpito contra a escravidão negra" (BEOZZO, 1980, p. 192).

O Estado Republicano desobrigou-se da responsabilidade de tutelar a Igreja Católica. Tratou de impor-se diretamente à sociedade e assumiu espaços anteriormente ocupados pela Igreja: educação, saúde pública, obras assistenciais, registros da população, tais como casamentos, nascimentos, batismos, óbitos. A inspiração positivista e a influência crescente da maçonaria na organização do Estado foram interpretadas como um perigo à estabilidade religiosa e ao restabelecimento da autoridade da Igreja nas esferas política e social. Com a morte de Dom Macedo Costa, em 1891, a situação agravou-se. Sua morte representou uma grande perda para a liderança do Episcopado. Alguns anos/décadas se passariam até que uma nova liderança episcopal pudesse reunir toda a Igreja em prol de um projeto de reação aos "inimigos" do catolicismo. Era preciso estabelecer um acordo "tácito" com o Estado Brasileiro.

No entanto, o pedido do Papa Leão XIII ao Marechal Deodoro da Fonseca para que se fizesse reverência à religião como componente imprescindível do novo fundamento político não foi atendido na Constituição de 1891. Seria preciso agir com moderação e sutileza para alcançar os objetivos político-ideológicos desejados, mantendo os canais de negociação sempre abertos aos interesses católicos.

2. Dom Leme: um projeto político-religioso para o Brasil: a Reação Católica[1] no contexto republicano

A Proclamação da República (1889) estabeleceu legalmente a separação entre a Igreja e o Estado Brasileiro. A Igreja amargou a perda do mais importante privilégio: sua condição de religião do Estado. Desta feita, suas divergências com o liberalismo e com a maçonaria foram suscitadas pelo empenho político de recuperação do poder decisório (ROMANO, 1979). O Catolicismo também perderia vantagens materiais com a secularização. Um Estado laico em teoria, mas não na isenção de influências e trocas recíprocas com a Igreja. Obviamente, a Igreja Católica, representada por sua liderança episcopal e leiga, esforçara-se para salvaguardar sua posição de comando na sociedade brasileira (IRSCHLINGER, 2014). Era preciso recuperar e ampliar sua presença junto ao poder, participando efetivamente do restabelecimento da ordem social e na condução dos destinos da nação.

A Igreja realizou ações estrategicamente planejadas por seu corpo doutrinário e elegeu interesses institucionais orientados pelo "processo de romanização de caráter ultramontano", ou seja, "a intensificação e o aprofundamento dos laços institucionais, doutrinários e pastorais entre as Igrejas locais e a Cúria Romana" (ROSA, 2011, p. 106). A carta pastoral de Dom Sebastião Leme (1882-1942), bispo de Recife e Olinda, publicada em 1916, constitui o marco decisivo para o movimento de Reação Católica no Brasil, na década de 1920. Representou, nesse contexto, uma verdadeira "declaração de guerra" a tudo e a todos que assumissem uma postura contrária aos preceitos do catolicismo.

Muito embora o manifesto inspirador da Reação Católica esteja presente na carta pastoral de D. Leme, sua obra restauradora iniciou-se efetivamente quando assumiu a administração da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1921, como arcebispo coadjutor do velho Cardeal Arcoverde. Seu projeto político-religioso, cujo propósito destinava-se à recatolicização do Brasil, foi gestado em consonância com a Ação Católica de Pio XI, implementada a partir de 1922. Com o apoio do clero e do laicato, realizou diversas ações que concorreram para a imagem da Igreja, principalmente para a "revitalização do ideário cristão entre as elites" e a "expansão da ortodoxia da Igreja" (PINHEIRO FILHO, 2007, p. 34). Eis a síntese dessas iniciativas (AZZI, 1977):

[1] Intelectuais eclesiásticos e leigos da Igreja nomearam esse movimento de diferentes formas, mas com o mesmo enfoque: "Recristianização do Brasil", "Restauração Católica", "Renascimento Espiritual", entre outros.

- Criação da *Revista A Ordem* em 1921, cuja direção ficou a cargo de Jackson de Figueiredo;
- Celebração do Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro e desfile de D. Leme ao lado do Presidente Epitácio Pessoa na capital federal, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência em 1922;
- Cerimônia de lançamento da primeira pedra do monumento ao Cristo Redentor no alto do Corcovado e fundação do *Centro Dom Vital*, em outubro e dezembro de 1922;
- Publicação do livro *Ação Católica*, por D. Leme, em 1923;
- Celebração da Páscoa dos Militares e banquete oferecido pelo Itamarati ao episcopado brasileiro durante as festas do Jubileu do Cardeal Arcoverde em 1924;
- Publicação de volume especial no Jornal do Comércio sobre a Igreja Católica em 1925;
- Fundação da *Ação Universitária Católica* (AUC) e da *Coligação Católica Brasileira* em 1929; morte do Cardeal Arcoverde e nomeação cardinalícia de D. Leme, pelo Papa Pio XI, em 1930;
- O Cardeal Leme acompanhou a saída do Presidente Washington Luís do Palácio do Governo, deposto por Getúlio Vargas na Revolução de 1930;
- Início das atividades da *Associação dos Professores Católicos* em fins de 1931 e a organização nacional de suas atividades com a criação da *Confederação Católica Brasileira de Educação* em 1933;
- Criação do *Instituto Católico de Estudos Superiores* em 1932;
- Fundação da *Confederação Nacional de Operários Católicos*, *Confederação da Impressa Católica* e da *Associação de Livrarias Católicas*, criadas nesses mesmos anos;
- Implementação da *Ação Católica Brasileira* em 1935: a organização de maior expressão no movimento de "Reação Católica" no Brasil.

Num sentido geopolítico[2], a Igreja investiu suas forças na ocupação de "espaços políticos, educacionais, culturais e simbólicos da realidade nacional". E o fez com voracidade. Dom Leme formou um núcleo duro católico (eclesiástico e leigo) que atuou estrategicamente em diferentes frontes para a reação imediata. Era preciso recatolicizar o poder secular no Brasil.

> Sua volta ao Rio de Janeiro nos anos de 1920 como arcebispo auxiliar do cardeal Arcoverde é o marco de uma nova inserção da Igreja no país. Portanto,

[2] Marco A. Baldin toma a ideia de "geopolítica" – para pensar a Reação Católica no Brasil – de Richard James Blackburn, da obra *O vampiro da razão: um ensaio de filosofia da história*. Traduzida por Raul Ficker. Publicada pela Editora da UNESP. São Paulo, 1992.

> desde já, a Igreja mergulha na realidade secular, mas teologizando-a, cristianizando-a, catolicizando-a. O objetivo de Dom Leme era catolicizar todos os espaços, empreendendo uma forte presença nas massas para ganhar a adesão do Estado, tornando-o cristão (BALDIN, 2009, p. 2).

Nesse sentido, o *Centro Dom Vital* e a *Revista A Ordem* atuaram na mobilização da intelectualidade católica com ações direcionadas ao desafio de defender e propagar o ideário católico e de pensar a reação. O nome "Dom Vital" foi inspirado no bispo de Pernambuco, que defendeu os direitos da Igreja contra os interesses do regalismo imperial e enfrentou o poder da maçonaria local. Num contexto ameaçado por movimentos anárquicos, caberia à Igreja assumir sua condição legítima de instituição social corresponsável pela ordem. Assim, os nomes escolhidos para o centro e para a revista foram providenciais, pois representavam a reação da Igreja como apologia da fé e contra os seus principais inimigos: o liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o comunismo.

O caráter combativo do *Centro Dom Vital* foi notadamente difundido, pois seus membros eram chamados pelo título de "soldados".

> Em 1921, com Hamilton e José Vicente de Souza, funda Jackson a revista *A Ordem*, à qual logo se segue a fundação do Centro, no mesmo ano da fundação do P.C.B. Era o ciclo revolucionário que começava. Semana de Arte Moderna (de 3 dias, 13, 15 e 17 de fevereiro), tenentismo, partido comunista, reação católica ou contra revolução espiritual. Era o Centenário da Independência política (VILAÇA, 1975, p. 103-4).

> Com o seu senso de Igreja, o fundador do Centro D. Vital sabia instintivamente que o arcebispo tinha luzes especiais, mais elevadas e mais claras e seguras do que suas próprias luzes para resolver o problema da nossa recristianização. É significativo que ele começasse todas as suas cartas a D. Sebastião pedindo-lhe a bênção para si e "para os soldados do Centro". Jackson de Figueiredo e mais tarde Alceu de Amoroso Lima realizaram fielmente uma obra grandiosa de apostolado que, sem deixar de ser deles, foi primacialmente obra de D. Sebastião (GABAGLIA, 1962, p. 179).

O Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, realizado em setembro de 1922, demonstrou a força social e mobilizadora da Igreja, que arregimentou um número vultoso de bispos e fiéis vindos de todo o Brasil. Clérigos, leigos e oradores célebres discursaram "enaltecendo o valor da fé católica, e insistindo na necessidade de reafirmá-la na sociedade brasileira". O próprio D. Leme já havia enfatizado, na carta de convocação para o congresso, o "valor da religião católica para a situação histórica que vivia a nação" (AZZI, 1977, p. 67).

O Congresso tornou-se o marco decisivo da implantação de uma nova mentalidade e da mudança de postura política da Igreja. Ainda em 1922, D. Leme fundou a *Confederação Católica do Rio de Janeiro*. Este braço da Igreja deveria atuar como um órgão incentivador e coordenador do apostolado leigo. Pouco depois, em 1923, publicou o livro *Ação Católica: instruções para a organização e funcionamento das comissões permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro*. No livro, o arcebispo retoma algumas preocupações anunciadas em sua pastoral em 1916: o crescimento da heresia protestante e das superstições espíritas nas camadas populares, o avanço do laicismo nas classes dirigentes, a pouca instrução religiosa do povo, a falta de pudor nos comportamentos e de identidade política entre os brasileiros, o enfraquecimento de nossas instituições e o desmoronamento das tradições. Essas mazelas eram "elementos nada propícios à conservação e firmeza do sentimento religioso na consciência nacional" (*Ibidem*, p. 70).

D. Leme admoestou os líderes católicos a realizar grandes celebrações de Páscoas Coletivas. Assim, a celebração da Páscoa dos Militares em 1924 assumiria um significado marcante para as pretensões da Igreja. Em seu discurso, D. Leme dirigiu-se aos líderes do Governo, do Exército, da Igreja e do Povo, incentivando-os a concorrerem juntos pela restauração da fé cristã. Aos soldados exortou que fossem fiéis aos seus deveres para com Deus e o Brasil; fiéis ao povo e às instituições; fiéis ao cumprimento da lei; à disciplina e virtude; fiéis à Cruz e à bandeira. Esta aproximação com as forças militares pode ser interpretada como aliança e apropriação cultural de elementos simbólicos que reforçavam a ordem social e a estabilidade política, representadas pelo princípio de autoridade incorporado pelas Forças Armadas e pela Igreja.

Outro evento de grande repercussão nacional foi a realização, em Belo Horizonte, do Primeiro Congresso Catequístico do Brasil, promovido pelo arcebispo Dom Cabral em 1928. Para D. Cabral, a força do catolicismo está em seu caráter de uma força social renovadora da sociedade. Assim como D. Leme, considerava "vital unir num binômio Pátria e Religião, sendo esta última o catolicismo" (*Ibidem*, p. 74).

Mais do que catolicizar o espaço político, D. Leme desejava "perenizá-lo como um novo tempo histórico agora sob a égide da soberania do Cristo de Pio XI, uma etapa que antecipa as agruras do homem moderno e o coloca na linha certa" (BALDIN, 2009, p. 4). O efeito político desse processo seria a sacralização dos conflitos (em todas as instâncias) a partir

de uma perspectiva maniqueísta da conjuntura político-social: a luta entre o bem, representado pela Igreja, e o mal, encarnado pelos anticatólicos: os inimigos da nação brasileira.

Essa postura seria reforçada em momentos emblemáticos como a cerimônia de inauguração do monumento ao Cristo Redentor, realizada em 12 de outubro de 1931. Ao final de seu discurso, D. Leme destilou um conselho que ecoou como um alerta ao Governo Vargas: "Ou o Estado reconhece o Deus do Povo, ou o povo não reconhecerá o Estado" (AZZI, 1978, p. 64). A assertiva do Cardeal Leme expressa a postura política premeditada pela Igreja: enquadrar o novo governo do Brasil ao projeto de restauração, ou seja, "tornar o catolicismo o alicerce, o sustentáculo, o tutor da pátria". Colaborar com o Estado, enquadrar suas instituições, subordinar o tempo secular, sacralizar os conflitos.

A Reação Católica manteve o espírito tridentino como fundamento da ação de líderes eclesiásticos e do laicato. Dom Leme tornou-se o grande artífice da restauração e foi apoiado pelos representantes mais destacados do episcopado brasileiro, a saber, Dom Antônio dos Santos Cabral, Dom João Becker, Dom Duarte Leopoldo e Silva, Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom Francisco de Aquino Correia. Também recebeu o apoio de grandes nomes da intelectualidade católica como o padre jesuíta Leonel Franca. Entre os leigos, destacaram-se na liderança do *Centro Dom Vital* a ação prática-beligerante de Jackson de Figueiredo (IGLÉSIAS, 1971) e a ação intelectual-astuciosa de Alceu Amoroso Lima (LIMA, 1973).

As publicações do *Centro Dom Vital* no decênio 1920-1930 caracterizavam-se pela "manutenção do caráter apologético, e a afirmação do valor social do catolicismo". No início de 1920, a linha católica apologética concentrou-se na defesa do catolicismo como religião universal e nas críticas ao protestantismo e ao espiritismo. No final da década, intensificaram-se os ataques ao comunismo. Entre as principais publicações desse período podemos destacar (AZZI, 1978):

- No início de 1920 foram publicadas cartas pastorais de Dom Silvério Gomes Pimenta – bispo de Mariana, Dom Alberto Gonçalves – bispo de Ribeirão Preto e Dom Miguel Valverde – bispo de Santa Maria. Todas contra o protestantismo;
- Em 1922, o Episcopado brasileiro publicou uma pastoral coletiva sobre o Centenário da Independência. Acentuou a contribuição da Igreja na formação da nação brasileira. Nesse mesmo ano outros autores também criticaram o avanço do protestantismo no Brasil. O

publicista Soares de Azevedo lançou o livro *Brado de alarme* e Leonel Franca estreou como polemista, publicando *A Igreja, a reforma e a civilização*;

- Em 1923, D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, apresentou uma série de conferências intituladas *O clero e a independência*, destacando a participação do clero católico na luta pela Independência. Plácido de Melo publicou a obra *Pelo altar e pela pátria*;
- Em 1925, Ernesto Vilhena de Morais apresentou o estudo *O patriotismo e o clero do Brasil*, numa edição especial do Jornal do Comércio;
- Em 1926, D. Otávio Chagas de Miranda, Bispo de Pouso Alegre, publicou um volume da obra polêmica intitulada *Os fenômenos físicos e o espiritismo perante a Igreja*;
- Em 1929, Mário de Lima enfocou a luta da Igreja pelo ensino do catecismo nas escolas com a obra *O bom combate*;
- Em 1930, o episcopado iniciou uma campanha tenaz contra o comunismo. D. João Becker publicou a carta pastoral *O comunismo russo e a civilização Cristã*. Batista Pereira retomou o tema da vinculação entre Igreja e pátria, com o volume *A formação espiritual do Brasil*, publicado em São Paulo.

Assim como no período anterior, essa fase também foi dirigida pela hierarquia episcopal, com os bispos à frente do movimento de reação. Com a morte do Cardeal Arcoverde em 1930, D. Leme foi consagrado Cardeal. O presidente Washington Luís decretou que o primeiro Cardeal brasileiro recebesse honras de vice-presidente da República durante o funeral. Essa seria mais uma demonstração do pacto político firmado entre a Igreja e o Estado nessa conjuntura.

Como demonstramos, o projeto político de Dom Leme – arquiteto da Reação Católica – realizou-se estrategicamente através de ações planejadas e simultâneas: um conjunto expressivo de atividades realizadas em diversos frontes e lugares. Foram implementadas novas práticas pastorais como: criação de novas confederações católicas, dioceses, paróquias e colégios católicos; catequese e educação voltadas aos adolescentes; introdução do ensino religioso nas escolas; criação de revistas e jornais católicos; realização de grandes eventos e celebrações do culto ao Sagrado Coração de Jesus; reaproximação da Igreja com instituições marcadamente moralizadoras e conservadoras como o exército; introdução de símbolos católicos em instituições sociais (a presença da Cruz e do Sagrado Coração de Jesus em quartéis, cartórios, delegacias, escolas); cooptação de lideranças políticas que ainda não

estavam comprometidas com os interesses da Igreja; e formação de um núcleo de intelectuais eclesiásticos e do laicato para a organização de uma elite do pensamento católico.

Dentre as ações realizadas pelo movimento podemos interpretar a organização de grandes eventos e celebrações eucarísticas, bem como a introdução de símbolos católicos em instituições sociais, como uma encenação do poder católico, à maneira de Georges Balandier (1994). Para Balandier, o poder não se realiza apenas pela razão e pela força. Ele precisa ser encenado, representado, cultuado. Assim, a realização de ações católicas tão diversas e simultâneas permitiu a "proliferação simbólica" do poder por meio da Cruz e do Sagrado Coração de Jesus: símbolos maiores do Catolicismo. A dramatização social, o imaginário e a eficácia simbólica dos rituais católicos reforçaram a força histórica da Igreja como instituição corresponsável pela formação do Brasil. No entanto, "a relação com o poder nunca é simples ou ingênua", por isso, a aquiescência ou o consenso devem ser provocados. Nesse processo, a incerteza e a insegurança reforçam o desejo de ordem social; a "cumplicidade das consciências" é acionada juntamente com o jogo de "aparências" (BALANDIER, 1997, p. 98). Nesse sentido, a Igreja soube de fato representar o poder político sem declarar-se instituição política, pois a eficácia do poder está neste jogo de aparências e ambiguidades.

Mas o poder político não age apenas por imagens e símbolos, posto que também precisa apoderar-se das palavras e dominar a retórica. A polissemia gera múltiplas interpretações, mascarando as diferenças e as contradições, reportando as pessoas à "palavra dos ancestrais e aos acontecimentos fundadores" (*ibidem*, p. 100-1). Por isso, a Igreja investiu decididamente na publicação de cartas pastorais e de artigos em diversas revistas e jornais católicos. Os discursos proferidos nos congressos eucarísticos reforçaram seu empenho em realizar esta "marcação linguística" do poder eclesiástico e de sua ortodoxia.

O poder simbólico é quase mágico, pois constitui o dado pela enunciação, faz ver e faz crer, confirma e transforma nossa visão de mundo, nossa ação sobre o mundo, e o próprio mundo. É um poder subordinado, uma forma "irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder". Sua eficácia "permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização", que só pode ser alcançado quando é ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2002, p. 14-5). Eis a eficácia simbólica das representações do poder político-religioso da Igreja ao participar das comemorações do Centenário da Independência em 1922, consagrando a Pátria brasileira ao Sagrado Coração de Jesus. Ao acompanhar a saída do presidente Washington Luís do

Palácio do Governo, deposto por Getúlio Vargas na Revolução de 1930, o Cardeal Leme representou o poder invisível da Igreja (expressão da ordem celeste). Assim, os símbolos católicos acionados pelo projeto político de Dom Leme formavam, para o catolicismo e para a nação, o que Bourdieu chamou de capital simbólico. Como vemos, a Reação Católica realizou ações políticas objetivas para legitimar o status da Igreja como instituição corresponsável pelo governo do Brasil.

Considerações Finais

Como demonstramos, foram estabelecidas alianças entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro para a legitimação de uma política de apoio e de benefícios mútuos. Ao Estado interessava o restabelecimento da ordem social e a contenção dos movimentos revolucionários na passagem à modernidade. À Igreja interessava retomar seu status de religião histórica e nacional, bem como sua influência junto ao Governo na égide republicana e capitalista. Assim, no sentido desse pacto, a Santa Sé orientou ações estratégicas da Igreja no Brasil, tencionando o fortalecimento do Catolicismo na América Latina. Para a realização desse propósito, Dom Leme receberia orientações político-religiosas diretamente do papado de Pio XI.

Ao arregimentar intelectuais e lideranças políticas, os líderes do laicato católico privilegiaram a escolha de representantes da pequena burguesia e da antiga aristocracia católicas. Essa estratégia impossibilitou a emergência de lideranças e de intelectuais orgânicos de outros movimentos, assim como de outras classes sociais e de grupos populares, promovendo a elitização do movimento, bem ao gosto da Igreja.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

AZZI, Riolando. **A restauração católica no Brasil**. 1920-1930. Parte 1. Síntese - Revista de Filosofia. v. 4, n. 10. 1977.

_____. **O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930**. Síntese - Revista de Filosofia. v. 5, n. 12. 1978.

BALANDIER, Georges. **El por en escenas**: de la representación del poder al poder de la representación. Barcelona: Paidós. 1994

_____. **O contorno**: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

BALDIN, Marco A. **Dom Leme e a recristianização do Brasil**: ensaio de interpretação. Revista Brasileira de História das Religiões (ANPUH). Maringá, Paraná, v. 1, n. 3. 2009.

BEOZZO, José Oscar et. al. **História da igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/2. Petrópolis, R. de Janeiro: Vozes. 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

EICHER, Peter. **Dicionário de conceitos fundamentais de teologia**. São Paulo: Paulus. 1993.

GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1962.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva. 1971.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **O "renascimento" da Igreja Católica do Brasil**: ideários de uma geração (1920-1940). XIV Encontro Regional de História. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, PR. 2014. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/253.pdf> - Acesso: jun. 2015.

LIMA, Cláudio Medeiros. **Alceu Amoroso Lima**: memórias improvisadas. Petrópolis: Vozes. 1973.

MANOEL, Ivan A. **Origens do tradicionalismo católico**: um ensaio de interpretação. Dialogus. Ribeirão Preto, São Paulo, v. 6, n. 2. 2010.

MARRAMAO, Giacomo. **Poder e secularização**: as categorias do tempo. São Paulo: Ed.UNESP. 1995.

NEDER, Gizlene. **Duas margens**: ideias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ. 2011.

PINHEIRO FILHO, Fernando A. **A invenção da ordem**. Intelectuais católicos no Brasil. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 1. 2007.

PINTO, Jefferson de Almeida. O ultramontanismo levanta a viseira: os Lazaristas e a questão religiosa no Segundo Reinado. In: NEDER, Gizlene et. al. (Orgs). **Intolerância e cidadania**: secularização, poder e cultura política. Rio de Janeiro: Autografia. 2015.

ROSA, Lilian Rodrigues de O. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro**: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. Tese de Doutorado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista. Franca, São Paulo. 2011.

ROMANO, Roberto. **Brasil**: Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico. São Paulo: Editora Kairós. 1979.

VILAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

O BIZARRO DA HOMOSSEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Elberth de Oliveira Bertoli
Graduando em Ciência Sociais - UFES.

Resumo: O presente trabalho busca retratar o bizarro na sociedade brasileira, buscando como objeto principal para caracterização da repulsa social, a homossexualidade. A pesquisa relata como diversas sociedades buscaram conviver com a realidade homoafetiva e o que as diferenciaram do que é hoje no imaginário brasileiro sobre este tema. A homossexualidade pode ser vista a partir de uma análise religiosa, onde se cunha o pensamento do "abominável" sobre as relações de orientação sexual homossexual e, segundo um pensamento patriarcal, em que se estabelece a cultura do "macho", com todas as suas formas de expressão reforçadas ao longo de séculos, sendo o padrão a ser vivido. Partindo de um confronto entre o passado e o presente, busca-se apontar para uma síntese a se formar nos tempos atuais, fomentando uma mudança de mentalidade e de uma possível nova forma de ver as emoções e os sentimentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, ainda é possível perceber a homossexualidade colocada de lado e sendo vista como bizarra por parte de muitos.

Palavras-chave: homossexualidade; bizarro; homofobia.

Abstract: This study sought to portray the bizarre in Brazilian society, showing homosexuality as main object to characterize the social repulsion. This research reports how several societies have sought to live with homosexual reality and what differentiated than it is today in the Brazilian imaginary on this topic. Homosexuality can be seen from a religious analysis, on which notes up the thought of "abominable" on the relationships of homosexual orientation. This analysis is within a patriarchal thinking which establishes the culture of "male", with all its forms of expression strengthened for centuries and being the standard principle to be lived. Starting from a confrontation between the past and present, a quest for synthesis is likely to form in recent times, encouraging a change of mentality and a possible new way to see the emotions and affective feelings between people of the same sex. However, you can still see homosexuality pushed aside and being seen as bizarre by many.

Keywords: homosexuality; bizarre; homophobia.

Introdução

A homossexualidade sempre foi presente na história da humanidade. Porém, na contemporaneidade, a sexualidade toma uma nova nuance, baseada na diversidade sexual que hoje é focada pelos estudos sobretudo na área da psicologia e da sociologia, uma vez que essa forma de expressão individual está intrinsecamente ligada às estruturas sociais que envolvem a sexualidade de uma pessoa. Não é na atualidade que ela ganha maior notoriedade ou é observada com mais afinco, nem tem uma busca por definições antes não cogitadas, já que as pesquisas nunca deixaram de existir com maior ou menor grau de conhecimentos envolvidos.

> Os progressos da ciência – e particularmente da psicanálise – reconduziram pouco a pouco o fenômeno homossexual a proporções humanas. Os trabalhos multiplicaram-se para colocá-lo novamente dentro do contexto da psicologia e da sociologia, para dele estudar a gênese e as modalidades, para dele medir as consequências no plano do indivíduo e da sociedade (BAUDRY, 1977, p. 9).

Com maior precisão, este artigo deseja analisar o comportamento de uma sociedade diante daquele grupo de indivíduos que estão inseridos na orientação homoafetiva, buscando entender o porquê da sociedade ainda possuir dificuldades em acolher esta realidade sexual e permitir que os membros que dela fazem parte não sejam socialmente aceitos, mas tratados como diferentes e bizarros. Para tal, uma análise histórica e social sobre orientação sexual e gênero são imprescindíveis bem como abordar aspectos psicológicos e antropológicos que nos orientem para compreender a repulsa sofrida ainda hoje por esse grupo social.

1. História da homossexualidade

A homossexualidade e suas interpretações existem desde que o homem passou a perceber sua sexualidade e seus desejos nas relações com outras pessoas. Dizer que as relações homoafetivas e homossexuais possuem uma data precisa para seu início é impossível de se saber. O que se tem como fatores verídicos são os relatos ao longo da história da humanidade sobre este tipo específico de comportamento humano que comprovam a existência da homossexualidade desde os tempos mais remotos da humanidade.

> Queira-se ou não – a homossexualidade é um fenômeno que existiu desde as origens da história humana e que sempre existiu em toda a parte. Foi diversamente interpretada, diversamente admitida, diversamente explicada, mas nenhuma sociedade a ignorou [...] A opinião da nossa sociedade a seu respeito não é nem universal nem eterna, e que é suscetível de evolução; melhor: que ela evolui sob os nossos olhos, em ritmo acelerado (BAUDRY, 1977, p. 10).

Segundo Baudry (1977), as diversas sociedades não possuem uma relação pré-determinada com a homossexualidade e cada qual tem sua forma de olhar e de ser relacionar com os homens e mulheres que dela fazem parte, baseada nas próprias relações que nela são desenvolvidas ao longo dos processos políticos e sociais. Portanto, assim como uma sociedade tem sua peculiar reação ao se deparar com os homossexuais nela inseridos (seriam os considerados bizarros, como propõe este estudo), assim também, pode ocorre uma modificação na relação com

esta realidade sexual com o passar do tempo, pois nenhuma sociedade é estática o suficiente para não se reorganizar diante dos diversos temas existentes dentro dela, diz o autor:

> Apesar da existência de dificuldades impostas por um poder contrário de origem social, apresentam-se comportamentos inovadores, e as instituições são passíveis de mudança desde que "vários indivíduos tenham, pelo menos, combinado a sua ação e que desta combinação se tenha desprendido um produto novo" que vem a constituir um fato social (p. 65).

O filósofo alemão Friedrich Hegel (1770-1831) constrói a concepção de história como não sendo um simplório acúmulo de fatos que se sucedem, mas percebida através dos conflitos que permeiam a humanidade ao longo do tempo e faz com que ela se organize de tal maneira a gerar outra concepção histórica, e a este fato ele chamou de dialética histórica.

> De resto, não é difícil ver que o nosso tempo é um tempo de nascimento e passagem para um novo período. O espírito rompeu com o mundo de seu existir e do seu representar que até agora subsistia e, no trabalho da sua transformação, está a mergulhar esse existir e representar no passado. Na verdade, o espírito nunca está em repouso, mas é concebido sempre um movimento progressivo. Mas, assim como na criança, depois de um longo e tranquilo tempo de nutrição, a primeira respiração – um salto qualitativo – quebra essa continuidade de um progresso apenas quantitativo e nasce então a criança, assim o espírito que se cultiva cresce lenta e silenciosamente até a nova figura e desintegra pedaço por pedaço seu mundo precedente. Apenas sintomas isolados revelam seu abalo (HEGEL, 1974, p. 16).

Partindo desse princípio hegeliano, é natural que os embates sociais aconteçam de maneiras extremadas e que sobre os fatos existentes dentro de uma sociedade hajam divergentes maneiras de pensar. A homossexualidade no Brasil do século XXI passou por essa situação de pensamentos opositores e que, de uma determinada maneira, estabeleceram uma a mudança de axioma, sentimentos e ações referentes ao gênero sexual humano. Uma antítese, que apesar de sofrer grande retaliação por parte de uma estrutura social estabelecida de períodos anteriores, pode vir a ser consolidada com o tempo, pois, segundo Quintaneira (2002, p. 65), "uma proposta pedagógica que esteja em conflito com a concepção de educação de seu tempo por conter tendências do futuro, aspirações de um novo ideal, pode vencer os obstáculos e impor-se, tomando o lugar das ideias aceitas".

O modo como se observam as pessoas homossexuais está consolidado no imaginário social brasileiro. Isso não é algo estabelecido agora, um fator novo que surge, mas é uma forma de absorção que vem de uma longa história da sexualidade na sociedade. Se se

observar a vivência da sexualidade, por exemplo, na Grécia antiga e como as pessoas se relacionavam com as diversas maneiras de amar e estar com o outro, seria possível perceber os pontos distintos de uma sociedade brasileira com traços tipicamente medievais em contraposição ao pensamento sexual da sociedade grega clássica. Para os gregos, não somente a homossexualidade era um fato natural, como era transmitido pela família a naturalidade das relações, conforme Dover (1994, p. 14) refere:

> Por que os atenienses do século IV a.C. aceitavam a homossexualidade tão prontamente, conformando-se, com tanta satisfação, a este hábito é uma questão que pode ser respondida imediatamente num nível superficial: eles a aceitavam porque seus pais, tios, avós também a aceitavam.

A sociedade brasileira vive, porém, o seu tempo em acordo com alguns princípios que vêm do período medieval na Europa, estabelecidos pela colonização, em particular, pelo pensamento eclesial provindo da chegada dos jesuítas no "novo mundo". Na formação da sociedade brasileira, foram estabelecidos os pudores cristãos e a forma vigente da religião de observar as relações, sejam elas afetivas ou sexuais, conforme os padrões bíblicos e mal fundamentados, porém a serem obedecidos.

> Foram ainda os jesuítas que representaram, melhor de que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções e doutrinas. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões (HOLANDA, 1995, p. 39).

Não é de se estranhar então que um homossexual inserido em tal sociedade, somente possa vivenciar essas manifestações de afastamento e isolamento, sendo tratado como bizarro, já que sua orientação sexual provoca um turbilhão de reações para todos, gerando possibilidades e perigos na vida compartilhada por tantos homens e mulheres em todo mundo, mas que se localiza numa sociedade sob o marco da heteronormatividade que não conhece seu próprio desenvolvimento.

> Para toda forma de pensamento e de atividade humana, não se pode questionar a natureza e a origem dos fenômenos sem antes tê-los identificados e analisados, e também descoberto em que medida as relações que os unem bastam para explicá-los. É impossível discutir sobre um objeto, reconstituir a história que lhe

> deu origem, sem antes saber o que ele é; resumindo: sem ter esgotado o inventário de suas determinações internas (STRAUSS, 1993, p. 14).

Este ser complexo que é a sociedade moderna encontra-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor. Esta mesma sociedade está presa, porém, em sua incapacidade de dar clarezas às suas ações ou responder ao que em torno dela se manifesta, podendo de alguma forma gerar o repúdio e a denominação de aberração ou bizarro ao que foge aos seus padrões de normalidade.

> As sociedades humanas têm, segundo as épocas e segundo os países, adotado a seu respeito atitudes extremamente diferentes, indo da aceitação, até mesmo de idealização, à mais absoluta condenação. Considerando-a, às vezes, como um fenômeno de origem divina, às vezes, como uma forma superior de amor, às vezes, como abominação monstruosa, às vezes, como uma fantasia (BAUDRY, 1977, p. 14-15).

A homossexualidade passa a ser percebida como uma ameaça aos valores e conhecimentos quem mantêm a sociedade em ordem. A angústia gerada ao se deparar com o diferente pode, contudo, leva-la a refletir sobre sua conduta, reavaliando-se e tornando consciente a possiblidade de existências contrárias dentro dela ou pode se querer negar o diferente. Estabelece-se o paradoxo de aceitação-repulsão, em que é mais forte a resistência da diversidade (pluralidade) do que a transformação de pensamentos arraigados durante séculos.

2. O homossexual é um ser bizarro

Qualquer fenômeno que estiver fora dos padrões construídos pela sociedade é algo a ser repudiado pela própria estrutura que o cerca, ou seja, não há o acolhimento dessa "outra forma" de se apresentar.

> É na justificativa racional dos modos de convivência que inventamos discursos ou desenvolvemos argumentos que justificam a negação do outro. Ensinamos às crianças, desde pequenas, a rejeitar certos tipos de pessoas e animais. Assim, se a mãe vê que seu filho quer brincar com um outro de quem ela não gosta, ela diz: "- Não brinque com esse menino, ele é um maltrapilho". Isto acontece conosco sem nos darmos conta, porque vivemos numa cultura que faz isso, e temos que refletir para evitá-lo. Os cães dos ricos rosnam para os pobres. Para quem eles rosnam? Para a negação do outro que faz o rico. Estou usando a palavra rico para falar de uma pessoa que nega o outro com medo de perder o que possui. Meu

> cachorro sabe exatamente quem são meus inimigos. Como sabe? Porque eu os nego na minha dinâmica emocional, ao mover-me nos domínios de ação que ela traz. Se minha emoção é a rejeição, minha conduta é não aceitar o outro como um ser humano legítimo na convivência e, se pertencemos à mesma cultura, ele percebe, ainda que eu queira ocultar-lhe, porque pertencemos ao mesmo domínio de congruência estrutural. Não podemos evitar nossa biologia. E, além disso, para que evitá-la se ela nos constitui? O melhor é conhecê-la (MATURANA, 2002, p. 71-72).

Como dito anteriormente, a dialética é a relação conflitante entre o fenômeno "estranho" que se apresenta e a estrutura social já determinada antes mesmo do surgimento do fato novo, gerando assim, uma profunda reorganização da sociedade, a síntese. Porém, é evitado ao máximo esse confronto, já que implica uma ruptura muito forte para as consciências. O imaginário coletivo e, portanto, a consciência coletiva sofre anos de imposição, sem uma contraposição visível, porém, camuflada. O que a sociedade brasileira traz consigo durante anos é o modelo medieval de legitimação exclusiva da expressão afetiva e da relação sexual ente o ser homem e o ser mulher: um foi feito para o outro como um quebra cabeça em que não há a possibilidade de qualquer outro encaixe, seja no campo afetivo, sexual e até mesmo psicológico. E quebrar essa dogmática é quebrar familiar tradicional e demonstrar a fragilidade da própria sociedade, que ao romper seus padrões, se verá obrigada a reinventar sua consciência dos fatos, repelindo os conceitos mitológicos eclesiais, substituindo pelos novos.

> [...] Discurso da ciência e o discurso do capitalismo. São os dois discursos prevalentes da modernidade que, desde o início, desde o aparecimento de cada um, começou a destruir a estrutura tradicional da experiência humana. A dominação combinada dos dois discursos, cada um se apoiando no outro, tem crescido a tal ponto que essa dominação tem conseguido destruir, e talvez romper, até os fundamentos mais profundos da tradição. [...] A suposição de um saber no real me parece um último véu que precisa ser levantado. Se há um saber real, há uma regularidade que o saber científico permite prever. O saber científico permite prever. Ora, ele tem orgulho de prever, na medida em que isso demonstra a existência de leis e que não é necessário um enunciador divino para que elas permaneçam vigentes (MILLER, 2002).

Também vale ressaltar que não apenas Hegel trabalha a partir da dialética, mas também Marx e Freud, cada um com seu respectivo objeto. Ambos possuem como ponto comum a negação da realidade empírica enquanto verdade absoluta e o encontro da verdade-em-si, ou da realidade-em-si mesma, o que subjaz por trás do mais facilmente capturado pelos sentidos, como afirma Althusser (1964, p. 78).

> Marx e Freud se aproximariam, portanto, um do outro através do materialismo e da dialética, com a surpreendente vantagem, da parte de Freud, de haver explorado figuras dialéticas muito parecidas com as de Marx, mas, às vezes, inclusive, mais ricas que estas e como que esperadas pela própria teoria de Marx.

Os brasileiros em geral não possuem acesso a sua história de sexualidade como humanidade. Deles não se espera um pensamento diferente do que foi gerado anteriormente, ou seja, a do pensamento eclesial provindo com a chegada da Igreja na figura dos jesuítas e outras ordens, posteriormente. Sem esse dado histórico para registro na consciência coletiva, sem a história da homossexualidade conhecida, é extremamente complicado e desgastante romper com a "verdade" aparente desta sociedade que viveu desde seu início apenas com um formato familiar ideologicamente proposto – porque é uma versão familiar extremamente mítica-religiosa – sem nenhum tipo de estrutura que viesse a confrontá-la, permanecendo como a única forma de orientação sexual vigente: a heterossexualidade.

> Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que este conteúdo [...] é funcional a alguma relação de dominação social ("poder", "exploração") de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta (ZIZEK, 2010, p. 13- 14).

Entretanto, desde sempre existiu homossexuais e desde sempre existiram travestis dentro da sociedade brasileira. Então, porque esses gêneros e orientações não impunham sua presença? Como eles ficaram à margem de uma sociedade por tanto tempo sendo notados, mas não sendo inseridos, inclusos? Como eles não provocaram nenhum tipo de dialética para romper com a estrutura social que não possibilita, por exemplo, o casamento civil igualitário nos tempos atuais?

Num país onde a maioria da população brasileira se denomina cristã desde o fim do século XIX[1], é natural que toda a organização da sociedade no Brasil esteja entrelaçada pela consciência coletiva e pela solidariedade mecânica oriunda da religiosidade. Ora, é sabido da relutância das Igrejas cristãs em acolher em seu interior gays e lésbicas, transexuais em suas mais diversas formas de expressão, seja aqueles que fizeram a redesignação sexual, seja

[1] Segundo informações do site do IBGE, o número de cristão católicos eram de 9.902.712, enquanto o número de evangélicos só passou a ser contabilizado a partir de 1890, contabilizando 143.743 cristãos de denominação evangélica. Em 2010 foram contabilizados um número de cristãos, tanto católicos quanto de evangélico, de 165.555.612, mostrando o grande número de seguidores que ainda há das religiões cristãs no país. Dados na página do IBGE: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP60&t=populacao-religiao-populacao-presente-residente>.

aqueles que apenas se vestem conforme o sexo com que se identificam ou de acordo com a orientação que seguem. Segundo Endsjo (2014, p. 172)

> Embora possamos encontrar proibição ao sexo entre pessoas do mesmo gênero em boa parte das religiões atuais, são as ocidentais – judaísmo, cristianismo e o islã – as que possuem um histórico mais negativo nesse aspecto. O cristianismo se destaca como a mais agressiva delas.

É o pensamento religioso que fortalece essa parede de repulsa que passa a considerar como aberração sexual, ou mais claramente, como abominação outra expressão sexual que não a heterossexual: "Uma mulher não usará vestes de homem; um homem não se vestirá com um manto de mulher, pois quem quer que assim proceda é uma abominação para o Senhor, teu Deus"[2].

> Na verdade, nossos conceitos de "natural" e "não natural" não são tirados da biologia, mas da teologia cristã. O sentido teológico de "natural" é "de acordo com as intenções de Deus", que criou a natureza. Os teólogos cristãos afirmam que Deus criou o corpo humano com a intenção de que cada membro e órgão servisse a um propósito em particular. Se usamos cada membros e órgãos para o propósito previsto por Deus, trata-se de uma atividade natural Usá-los de maneira diferente da intenção de Deus não é natural (HARARI, 2015, p. 155).

É a heteronormatividade que dá ao fato social homossexualidade o caráter de "bizarro", já que este foge aos padrões e à hegemonia que prevalece há tantos séculos da maioria sobre a minoria. Manter essa perspectiva de uma vivência baseada na heteronormatividade é marcar a homossexualidade como uma vivência que foge aos "padrões naturais de uma vida "normal". Ao invés de observar que a homossexualidade existe no meio da sociedade, passa-se a acreditar que é um estilo de vida bizarro adotado por algumas pessoas que pode ser revertido, já que não está no "ser" pessoa, mas em como esta pessoa se apresenta diante do outro (sociedade), o que reforça a "superioridade" das relações e vivências heterossexuais.

> Esse modo de compreender a sociedade ajuda a apreender o gênero bem melhor que o liberalismo, na medida em que o gênero é um conceito intrinsecamente relacional. Trata-se, assim, de determinar qual é o "papel da mulher", mas por contaste ao papel dos homens considerado como a norma. Esses papeis não são "acidentais" para os indivíduos e eles podem ser empreendidos somente em termos das relações sociais de poder. Se as

[2] Deuteronômio 22, 5.

> escolhas dos homens e das mulheres integram o processo de manutenção da estrutura de gênero, deve-se compreender tais escolhas no contexto de tais relações de poder (HOLMSTROM, 2014, p. 345).

A expressão do gênero está baseada nos diversos discursos, linguagens e símbolos, regras e representações, que a geram no indivíduo, saindo do caráter puramente biológico. Uma vez que esta formação do gênero humano se constrói na relação entre indivíduo e sociedade, podemos também concluir que as diversas instituições que dela fazem parte contribuem para a formação do que é o ser homem e o ser mulher. Cria-se uma idealização de perfis masculinos e femininos que extrapolam a própria barreira do corpo biológico, fazendo com que o homem e a mulher busquem a adequação de seu interior ao seu exterior.

> Ser homem e ser mulher é uma tarefa muito complicada e exigente. Como a maior parte das qualidades masculinas e femininas são culturais, e não biológicas, nenhuma sociedade coroa automaticamente cada pessoa do sexo masculino como homem e cada pessoa do sexo feminino como mulher. Tampouco cada um desses títulos são louros sobre os quais descansar assim que adquiridos. Os indivíduos do sexo masculinos precisam provar sua masculinidade constantemente durante toda a vida, do berço ao túmulo, em uma série interminável de ritos e performances. E o trabalho de uma mulher nunca tem fim – ela deve, continuamente, convencer a si mesma e aos demais de que é feminina o bastante (HARARI, 2015, p. 158).

Uma vez que a própria expressão da sexualidade não está delimitada apenas em uma única expressão, a sociedade recalca uma vida sexual diversificada que é o que há efetivamente dentro dela a fim de não se deparar com suas próprias mazelas e oferecer risco para uma "quebra interior".

O dizer que tais comportamentos sexuais na sociedade são bizarros estabelece um não confronto com as próprias misérias e ratifica a construção da sociedade durante séculos castrada pela religião e não permitindo ao homem e à mulher o alcance de seu corpo, mas apenas daquilo que tange à própria alma, único arcabouço da salvação divina, como prioriza a Igreja.

> Quando os que creem praticam, quando oram, quando dançam em volta de um totem ou louvam suas divindades, não é tanto para um Deus ou para um poder sobrenatural e sim para a própria sociedade: eles veneram o próprio princípio social, a coesão social. A fonte de todas a religião, e isso vale desde suas formas mais elementares até as mais complexas, é a sociedade. [...] Por outro lado, e ao mesmo tempo, ele eleva o social ao sagrado. A religião, ao organizar o culto e a prática dos homens, sacraliza o social (BORBINEAU, 2011, p. 22-23).

Tratar a homossexualidade como um fator bizarro, separado da sociedade como um todo, é limitar a própria sociedade – que excluí os homossexuais – e destituí-la da construção histórica de sua própria sexualidade. Também, é importante salientar que, numa perspectiva mítica de gênero, o homossexual é visto como um ser frágil, que remete sempre à passividade na relação sexual nos moldes femininos provindos de um pensamento machista e misógino. Diante de uma sociedade que ainda não percebeu a mulher como parte fundante da sociedade, que ajuda a construir alicerces junto com o homem, seja no trabalho ou nas relações sociais em geral, é previsível que a fragilidade feminina seja transferida para uma expressão de gênero homossexual. Trata-se de uma representação trazida pela sociedade ao longo de seu processo histórico e que se torna um imaginário coletivo que não condiz com a verdade, em relação aos homossexuais e, também, às mulheres.

> Independentemente de como a sociedade definia "homem" e "mulher", ser homem sempre foi melhor, sociedades patriarcais educam os homens para pensar e agir de modo masculino e as mulheres para pensar e agir de modo feminino, punindo qualquer um que ouse cruzar essa fronteira. [...] Qualidades consideradas masculinas são mais valorizadas do que aquelas que são consideradas femininas, e membros de uma sociedade que personificam o ideal feminino recebem menos do que aqueles que exemplificam o ideal masculino (HARARI, 2015, p. 161).

Se essa representação viva do homossexual como "objeto" frágil, sem a possibilidade de defesa e que, de alguma forma, representa uma afronta à masculinidade existente na mentalidade de muitos brasileiros, nada mais comum que estes sejam deixados à margem da sociedade – principalmente se estiverem travestidos como mulheres ou façam alguma operação de redesignação sexual – e ainda sofram algum tipo de violência, principalmente, a violência física.

Também é importante salientar que, na sociedade moderna, o indivíduo é quem "doa" a sua liberdade para a sociedade e não a sociedade que se molda às vivências do indivíduo. Sendo assim, os homossexuais se veem coagidos a realizar aquilo que a sociedade deseja que façam, para que a sua própria existência, enquanto ser relacional, prevaleça intacta – mesmo que interiormente castrado de sua verdadeira pulsão sexual, voltada para o mesmo sexo. O bizarro, no que tange à homossexualidade está em sua não adequação aos padrões heteronormativos, ao romper com os modelos idealizados de família e com os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos, padrões estes determinados ao longo da construção do imaginário social e que, aos poucos, numa luta ideológica, está sendo quebrado, pela

superexposição midiática ou ainda pela consciência, numa sociedade de mercado, do significado desta fatia do público consumidor, cuja exclusão é prejudicial aos lucros.

Conclusão

O Brasil possui uma história de colonização europeia que deixou marcas em nossa civilização. Aderir ao pensamento de que estamos livres hoje de qualquer domínio metropolitano é negar a nossa própria história e tudo o que hoje estamos sofrendo em ações e reações, como herdeiros de pensamentos provenientes de um legado deixado a nós tempos atrás. Um desses imaginários que nos foi deixado chega até nós por meio do ensino da Igreja, ao desembarcar em nossas terras, mostrando a sua força de persuasão e de destruição de culturas determinadas por elas mesmas como fora dos padrões estabelecidos por "Nosso Senhor Jesus Cristo". Dentre os muitos ensinamentos, estava a premissa de que todos os afetos homoafetivos e relações sexuais que não viessem da convivência entre homem e mulher eram demoníacos e seriam exterminados no fogo do inferno.

Este pensamento perdurou em nós de modo que nos restou, muitas vezes, uma sexualidade recalcada ou totalmente castrada. Para os que não a escondem, a provocação de espanto e repulsa numa sociedade conservadora, principalmente, daqueles que de alguma maneira estão diretamente ligadas à religião, enquanto dominação tradicional. O ser bizarro nada mais é do que aquilo que foge aos padrões convencionais a nós estabelecidos, sem uma prévia de discussão ou qualquer tipo de avaliação disto.

A homossexualidade é um fato social existente em todas as sociedades, na sociedade brasileira não é diferente. Em sua forma de expressão, com suas lutas pela legalização civil de seus direitos, ela ainda se vê fadada às representações medievais que continuam até o momento presente. Sua exposição, contudo, tanto no dia a dia quanto pela mídia, confronta a sociedade que se vê obrigada a repensar suas condutas e sua forma de tratar o ser humano que possui outra forma de se colocar diante dele mesmo de dos outros. Nessa dialética entre o ideal e o real, entre o que pensa que se é e o que realmente se é, está a dinâmica de uma sociedade que se reinventa e se coloca como um organismo auto organizador.

A importância desses confrontos está em trazer para o debate público o objeto de estudo aqui colocado: a homossexualidade excluída e tratada como algo bizarro por parte da

sociedade, principalmente, no caso daqueles que se expõem ao modificar seu corpo e travestir como o sexo oposto.

A cada dia, porém, podemos perceber um questionamento surgindo na mente das pessoas: "por que não?" e sinais de aceitação da diferença. Porém, ainda é árdua a busca pela liberdade em sendo parte de uma sociedade que vive dentro das capelas e participa de cultos, lugares onde se prega uma ordem exata e sem nenhum motivo para ser quebrada, pois dogmas estão para ser vividos e não questionados.

Referências

BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim, Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BAUDRY, André; DANIEL, Marc. **Os homossexuais.** Trad. J. Dart. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

BOBINEAU, Olivier; TANK-STORPER, Sébastien. **Sociologia das religiões.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

DUDLEY, Will. **Idealismo alemão.** Tradução de Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

ENDSJO, Dag Oistein, **Sexo & Religião:** do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual. Tradução de Leonardo Pinto Silva. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

DOVER, K.J. **A homossexualidade na Grécia Antiga.** Trad. Luís S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HEGEL, Friedrich. **A fenomenologia do espírito.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para compreensão do gênero? In: CHABAUD-RYCHTER, D. et al. **O gênero nas ciências sociais:** releituras críticas de Max weber a Bruno Latour. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Tradução de José Fernando Campos Fortes. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MILLER, Jacques-Alain. **Apresentação do tema do IX Congresso da Associação Mundial de Psicanálise.** Buenos Aires, 2012.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

STRAUSS, Claude Lévi**. Antropologia estrutural dois.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1993.

ZIZEK, S. O espectro da Ideologia. In: ZIZEK, S. (Org.). Um mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 7-38.

EMILIO WILLEMS E OS ESTUDOS DE RELIGIÃO NO BRASIL

Elio Roberto Pinto Santiago Filho
UFJF

Resumo: Emilio Willems é conhecido pela sua participação na consolidação das Ciências Sociais no Brasil, tendo realizado importantes pesquisas no país e na América Latina. Apesar de ter contribuído para o estudo de diversas temáticas referentes a nossa sociedade, tendo sempre em mente a dinâmica da mudança cultural, seus estudos de religião, publicados basicamente nas décadas de 1950 e 1960, não tiveram ainda o reconhecimento devido. Uma das explicações é que quase todos seus estudos desse campo foram publicados nos Estados Unidos e não tiveram tradução para o português. Outra explicação seria seu referencial teórico funcionalista, que foi fortemente criticado nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. O objetivo desta comunicação é expor as principais contribuições de Willems para o estudo do campo religioso brasileiro, analisando seus principais vetores teóricos e temáticos. Salienta-se que Willems antecipa diversos problemas que ocuparam antropólogos e sociólogos posteriores, mostrando sua vanguarda nesses estudos. Na intenção de direcionar com mais clareza sua contribuição intelectual, dar-se-á ênfase aos seus estudos sobre o pentecostalismo no Brasil. Serão tratados ainda temas paralelos que fizeram parte de suas análises, como a secularização e o pluralismo religioso.

Palavras-chave: Emilio Willems; religião; mudança social.

Abstract: Emilio Willems is renowned for its participation in the consolidation of Social Sciences in Brazil, having carried out important research in the country and Latin America. Despite having contributed to the study of various topics related to our society, his religious studies, published mainly in the 1950s and 1960s, have not had due recognition. Even if it has always had in mind the dynamics of cultural change. One explanation is that almost all of their studies in this field were published in the United States and at that time they had no translation into Portuguese. Another explanation would be his functionalist theoretical framework, which was heavily criticized in the 1970s and 1980s in Brazil. The purpose of this communication is to present the main contributions of Willems for the study of Brazilian religious field, analyzing their main theoretical and thematic vectors. It should be noted that Willems anticipates many problems worked by anthropologists and sociologists later, showing his vanguard in these studies. The intention to direct more clearly his intellectual contribution, was given emphasis on his studies of Pentecostalism in Brazil. Furthermore, parallel themes that were part of his analysis were treated, such as secularization and religious pluralism.

Keywords: Emilio Willems; religion; social change.

Introdução

Pouco citado e reconhecido hoje em dia nos estudos de religião no Brasil, Emílio Willems foi responsável por pesquisas pioneiras no campo do protestantismo e do pentecostalismo no Brasil e na América Latina. O antropólogo, que ajudou a consolidar as Ciências Sociais no Brasil, assumindo a cátedra de Antropologia na USP na década de 1930, dedicou boa parte de suas reflexões averiguando o impacto dessas manifestações religiosas em solo autóctone. As razões para esse esquecimento têm algumas respostas. Primeiro que

a maior parte dos seus estudos de religião foram publicados nos Estados Unidos e ainda não foram traduzidos para o português; segundo, sua alcunha de funcionalista, ponto fortemente criticado por especialistas do campo nas décadas de 1970 e 1980.

Esta comunicação, no entanto, não tem uma pretensão bibliográfica[1]. Objetiva explorar a contribuição do autor em tela na produção intelectual e acadêmica sobre os estudos desse campo religioso no Brasil, pontuando suas principais hipóteses, resultados e fundamentação teórica na intenção de formular um quadro elucidativo dos principais problemas colocados por Willems, muitos ainda atuais, e seu impacto e influência nos estudos posteriores realizados por outros especialistas. Almeja-se, doravante, retomar a importância de sua produção intelectual, reconhecendo suas virtudes e expondo as críticas formuladas por pesquisadores posteriores. A atenção impetrada aqui de nenhuma maneira tem uma proposta exaustiva sobre a amplitude de suas obras. Os textos em referência dizem respeito apenas aos seus estudos de religião. É uma interpretação focalizada de sua produção intelectual. Na intenção de balizar ainda mais a análise, dar-se-á maior atenção às suas análises sobre o subcampo pentecostal, não reconhecido por muito pesquisadores dessa manifestação religiosa no Brasil. Destaco ainda a importância histórica de seus trabalhos, por aplicar em suas pesquisas o paradigma da mudança cultural nos estudos sobre o campo religioso brasileiro[2].

Ademais, a importância de trazer à tona seus estudos de religião encontra-se no fato de que Willems antecipa diversas discussões e hipóteses que serão o centro do debate nos estudos de religião realizados no Brasil após a década de 1970. Destaco, como exemplo, a tese de que o crescimento do pentecostalismo é concomitante ao desenvolvimento da secularização em nossa sociedade, que a participação política dos pentecostais é uma resposta de sua condição sectária e que uma situação de pluralismo ganha impulsão com o crescimento dessa manifestação religiosa. Há, sem dúvida, um projeto pioneiro de estudos sobre o protestantismo e o pentecostalismo iniciado por Willems.

Na intenção de compor um quadro analítico dos estudos sobre a temática em questão, parte-se dos seus primeiros enfoques sobre os alemães no Brasil, averiguando como Willems trata inicialmente o protestantismo germânico em relação com a cultura brasileira, já que em seus primeiros textos não há ainda uma preocupação com o que ele chamará futuramente de seitas pentecostais. Em seguida, busca-se analisar seus textos posteriores em que analisa o papel

[1] Para uma bibliografia sintética de Willems ver Campos (2009) e Bôas (2000).
[2] Na mesma época D'Apinay aplicou esse paradigma no estudo do pentecostalismo no Chile (Cf. D'Apinay, 1970).

do protestantismo e do pentecostalismo diante de uma sociedade em mudança, ressaltando suas hipóteses e seus resultados de pesquisa, sem perder de vista seu trato teórico sobre o assunto. Seus textos adjacentes ao problema aqui proposto, mas não menos importantes, serão também citados na intenção de complementar o horizonte analítico do autor.

1. Protestantismo e aculturação

Em seus primeiros estudos, que versavam sobre a aculturação e a assimilação dos alemães no Brasil (WILLEMS, 1949; 1980), Willems já deixava claro a sua hipótese de que o protestantismo pontua uma tendência aculturativa quando penetra em sociedades que vivenciam outras realidades religiosas. Tal ponto de vista acompanha o autor até os seus últimos estudos sobre o protestantismo no Brasil. Basta precisar, como ele deduz, que o protestantismo é responsável por transformar o tradicional em moderno a partir de um processo de racionalização da vida. Tal tese, inspirada em Weber, foi averiguada no contexto europeu, mas é preciso atentar que Willems procura aplicá-la dentro do contexto religioso brasileiro, relacionando a vocação para o trabalho vinda com o imigrante com sua ligação religiosa.

A proposta inicial de Willems foi elucidar o problema da assimilação cultural do que ele chamou de "populações marginais", ou seja, dos imigrantes germânicos no sul do Brasil. Para o autor, tal população na data de sua pesquisa, no início do século XX, não poderia ser tratada de forma homogênea, pois já experimentava diversos níveis de assimilação através das gerações sucessivas. Os primeiros imigrantes tiveram a dificuldade inaugural, como verdadeiros desbravadores, de estabelecer os laços sociais necessários para o convívio social, precisando aprender o idioma e as técnicas sociais dos nativos, muito embora conservassem as suas próprias. Para Willems, as gerações seguintes paulatinamente iam deixando de lado o germanismo tão cultivado pela primeira geração, acelerando, assim, o processo assimilador.

No tocante à religião, a preocupação de Willems, claramente, está em observar o papel do protestantismo germânico como limitador da assimilação dos grupos ádvenas. Segundo sua percepção, tal manifestação religiosa teria como primazia a conversão à cultura alemã, como ao idioma, por exemplo. Willems cita a Igreja Evangélica Luterana e suas diferenças de atitude diante da cultura nativa em relação ao luteranismo advindo dos sínodos estadunidenses. O catolicismo, assimilador por natureza, não via problemas em ter um diálogo direto com as culturas locais. Portanto, o protestantismo agia como um elemento limitador da assimilação

dessas populações marginais. O *ethos* germânico faria parte do protestantismo alemão que não abre mão da perda dessa identidade. O caráter étnico que enseja limita a participação religiosa aos grupos referentes, sem buscar necessariamente uma integração com os nativos. Manter a identidade religiosa, nesse caso, significava conservar a identidade étnica.

Em Weber, Willems encontra o referencial teórico para relacionar o protestantismo alemão com a vocação para o trabalho. Os imigrantes seriam muito mais afeitos ao trabalho sistemático do que os brasileiros, resultado de sua motivação religiosa. Mas o autor negligencia o fato de que essa vocação tem linhas teológicas próprias, não podendo ser tratada como uma característica geral do protestantismo. Tal causalidade compelia os imigrantes à vida dedicada ao trabalho em oposição à ociosidade do brasileiro, menos afeito às atividades laborais, na perspectiva do autor.

2. Cunha: o protestantismo como subversor da ordem tradicional

Em um clássico estudo de comunidade feito na década de 1930 na cidade de Cunha, Estado de São Paulo, Willems sustenta em sua análise que está diante de uma sociedade em processo de secularização. Tal diagnóstico é inegável para o autor após perceber as mudanças que a cidade vem passando ao longo dos anos. A vida tradicional, ainda forte, teria sido penetrada por "costumes modernos" vindos de outras localidades que interferem na paulatina integração regional de Cunha.

A pluralidade religiosa, que já existia dentro do próprio catolicismo em Cunha, tendo como polarização principal a dicotomia Igreja oficial/crença popular e associações religiosas católicas, incrementa-se com a chegada do metodismo no final do século XIX. Willems pôde presenciar que o protestantismo se constituía *pari passu* à secularização de Cunha (WILLEMS, 1961, p. 205). O protestantismo havia sido responsável por desintegrar crenças mágicas e valores tradicionais até então inquestionáveis. Os metodistas distanciavam-se da vida mundana que relegavam aos católicos e negavam as crendices populares do povo, distanciando-se, principalmente, das festas e rituais católicos dominantes. O espírito protestante que Willems já havia estudado nos teuto-brasileiros, implicava em mudanças totalizantes que influenciavam a vida social em sua plenitude. A racionalização que daí importava transforma o camponês em um sujeito reflexivo, capaz de superar crenças mágicas através de soluções racionais.

Mas o protestantismo teria também uma função importante para o autor: seria um agente integrador em uma sociedade em transição. Diante da desintegração da cultura tradicional, os valores protestantes teriam o papel de recompensar essas perdas, reintegrando as pessoas diante de novas

premissas religiosas. São notórias as mudanças que Willems observa com a chegada do metodismo em Cunha, única denominação protestante citada. Ao nível local, o protestantismo quebra a hegemonia católica e implica mudanças sociais profundas. Destaca-se daí uma situação emblemática do Brasil: a secularização é acompanhada de uma troca de valores religiosos com a sucessiva intensificação de uma outra manifestação religiosa, nesse caso de raiz protestante. Em estudos posteriores, como será visto, Willems pontua o pentecostalismo como a vanguarda desse processo. Por ora, sustenta-se que nesses primeiros estudos do autor, o protestantismo foi posto como fator de mudança social e deve também ser observado como um dos propulsores da transição brasileira do tradicional para o moderno. O que há de semelhante entre os teuto-brasileiros e a população de Cunha é que ambos vivenciavam um país em transição que enfrentava mudanças valorativas propiciadas pela inserção de valores religiosos exógenos capazes de quebrar laços tradicionais de vida.

3. Teoria, método e hipóteses

Willems tem grande importância na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, sendo conhecido como um dos principais representantes da chamada Escola de Chicago, ao se apropriar das teorias produzidas por pesquisadores dessa Escola sobre o campesinato, os imigrantes e as mudanças socioculturais[3]. Sua preocupação teórica, no entanto, dimensiona-se entre uma perspectiva ecológica da cultura e o estrutural-funcionalismo que acompanha a maior parte dos seus estudos sobre religião[4].

Em seus primeiros estudos em que procura tratar do protestantismo, a saber, em "Assimilações e populações marginais no Brasil" e em "Aculturação dos Alemães no Brasil", é visível sua influência da ecologia humana difundida pela primeira geração sociológica da Escola de Chicago. Esse referencial teórico traduz-se, por exemplo, nos conceitos de adaptação, competição, seleção, acomodação e simbiose utilizados para compreender as consequências socioculturais dos imigrantes alemães no Brasil. É também visível, nesse primeiro momento, uma influência de Weber e Simmel, pensadores contemporâneos à sua formação alemã, que influenciam sua busca em compreender as formas de associação dos grupos em sociedades

[3] É preciso considerar que a Escola de Chicago produziu um grupo heterogêneo de pesquisadores. As influências de Willems decorrem da primeira geração dessa Escola, da qual participam principalmente *William I. Thomas*, Florian Znaniecki e Robert E. Park. No entanto, ao reproduzir as ideias desses autores, termina por carregar toda uma herança teórica dessa escola como a já citada ecologia humana, mas também o interacionismo simbólico e o pragmatismo (Cf. COULON, 1995, pp. 17-27).
[4] Willems também tem grande influência de Simmel por causa de sua formação alemã, autor que costuma citar em seus primeiros estudos.

capitalistas, bem como a relação significativa entre o indivíduo e a sociedade. Em Weber, como já exposto, Willems encontra o referencial para elucidar a vida econômica do teuto-brasileiro, auferindo nas comunidades de confissão protestante uma maior vocação para o trabalho sistemático do que nas comunidades católicas (WILLEMS, 1940, p. 260-261).

Seus estudos posteriores sobre o protestantismo e o pentecostalismo no Brasil e no Chile buscam o respaldo teórico, como o próprio autor assume, na perspectiva estrutural-funcionalista (WILLEMS, 1967a. p. V). Por meio dessa ótica teórica, Willems procura analisar o protestantismo pela sua posição determinante e funcional, dando ênfase ao seu papel modelador e positivo dentro da cultura, afirmando que o protestantismo é, ao mesmo tempo, a causa e o efeito das mudanças culturais (Ibid., p. 13). Eximindo-se de um debate teórico sobre essa perspectiva que, vale ressaltar, vem sendo motivo de embates desde o início do século XX nas Ciências Sociais, o autor, ao justificar a escolha dessa corrente de pensamento, salienta que a utiliza "no sentido mais amplo possível" (Ibid., ibidem.).

Essa abordagem, na verdade, mostra uma característica de Willems que o acompanha desde suas primeiras pesquisas: uma união entre as perspectivas micro e macro, entre a visão antropológica e a visão sociológica[5]. O autor, que ficou reconhecido também como um dos representantes dos estudos de comunidade no Brasil por causa da sua etnografia de Cunha, não deixa de analisar problemas estruturais da sociedade brasileira, principalmente relativos à mudança social. Em termos teóricos, o estudo de Cunha, seu estudo de comunidade pelo qual é conhecido, foi criticado por uma de suas assistentes de pesquisa, Gioconda Mussolini, como tendo uma "fuga deliberada da teoria explícita" (MAIO; OLIVEIRA, 2001, p. 538). Willems não expõe seu aparato teórico geral quando realiza esse trabalho, mostrando um ar de arbitrariedade no trato dos conceitos. Essa crítica, ademais, caracteriza o reconhecimento dos estudos de comunidade mais como método do que como perspectiva teórica[6].

[5] Essas "tensões fronteiriças", como salientam Maio e Oliveira (2001, p. 529), marcam os debates iniciais sobre a institucionalização dessas duas disciplinas no país.

[6] A ligação de Willems com a Ecologia Cultural é muito visível na primeira edição do livro em 1947 que tinha o título "Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil". Por causa dos problemas relacionados à exposição dos dados, a edição seguinte de 1961, mais divulgada e conhecida, recebeu o nome de "Uma vila brasileira. Tradição e transição". Os nomes dos informantes citados foram trocados e o nome da cidade de Cunha ganhou o nome fictício de Itaipava com o intuito de proteger o anonimato das informações. À parte disso, importa que, em sua primeira edição, Willems realiza um estudo antropométrico da população de Cunha que foi retirado na edição de 1961. Esse tipo de perspectiva também é visível em outro estudo de comunidade do autor, com o auxílio de Gioconda Mussolini, que resultou em um livro chamado "Búzios Island" publicado originalmente em 1952 e apenas recentemente traduzido para o português. Nesse estudo, Willems pesquisa uma comunidade caiçara que vivia "isolada" em uma ilha, descrevendo suas características sociais, culturais e biológicas, incluindo aí uma exposição antropométrica da média populacional (Cf. WILLEMS, 2003).

A escolha do estrutural-funcionalismo como modelo teórico para os seus estudos de religião na década de 1960 estaria em coalescência com a sua hipótese sobre a dinâmica do pentecostalismo e do protestantismo na sociedade brasileira. Haveria, para Willems, uma relação funcional entre mudança sociocultural e expansão do protestantismo, já que o crescimento dessas crenças no Brasil ocorria em um momento em que a sociedade passava por transformações na estrutura social, dando ensejo ao crescimento e desenvolvimento de novas esferas de significação de acordo com as demandas dos grupos sociais. Essas demandas estariam evidentemente ligadas à posição de classe. O pentecostalismo, nessa ótica, seria uma resposta funcional às aspirações das classes pobres, enquanto o protestantismo seria uma resposta aos anseios da classe média.

Seriam duas as funções principais do protestantismo: uma compensatória e outra substitutiva (WILLEMS, 1967a, p. 168). O protestantismo, ao ofertar uma nova experiência comunitária, compensaria uma perda cultural de sentido, substituindo crenças tradicionais enfraquecidas em um contexto de mudança por uma nova experiência existencial. Do ponto de vista funcional, podemos falar em um equilíbrio do sistema cultural que estaria sendo ameaçado pela instabilidade de tais mudanças. Essa visão estrutural-funcionalista tende a ver a sociedade em constante equilibração e adaptação, não considerando que o conflito pode fazer parte do seu cotidiano sem que necessariamente conduza a um clima de anomia social. Aliás, Cox, discorrendo sobre a relação pontuada por Willems entre o crescimento pentecostal e esse clima de anomia, salienta que o pentecostalismo teria a função, a partir desse prisma teórico, de contrabalancear essa falta de sentido com um novo padrão de regras coerentes (COX, 1995, p. 171). O tema da anomia, é claro, carrega uma tradição analítica da sociologia clássica desde os estudos de Durkheim, um pensador funcionalista. Esse estado caótico seria apenas evitado por uma coesão social capaz de integrar os indivíduos à sociedade, dando um sentido coletivo, uma consciência coletiva, capaz de aglutiná-las diante de um ideal ou interesses comuns. O pentecostalismo seria parte dessa "liga" ao dar um novo sentido existencial e coletivo aos indivíduos desprendidos de uma ordem coerente, neste caso tradicional.

Em termos estruturais, as principais mudanças que prevaleciam na sociedade brasileira no período estudado por Willems resultavam, em síntese, das fortes migrações internas acompanhas do sucessivo crescimento das cidades, da desintegração do que chamava feudalismo rural, do crescimento industrial e do surgimento de uma classe média urbana, além de mudanças na organização da estrutura familiar. Essas transformações seriam

responsáveis por preparar um terreno fértil para o surgimento de novas crenças, conduzindo o autor a ligar essas transformações à disseminação do protestantismo e do pentecostalismo. Haveria uma relação de causa e feito, ou de afinidade entre tais mudanças estruturais e a nova busca funcional de significação religiosa.

4. Secularização e pluralismo religioso

Desde o século XIX com o transplante dos protestantismos estadunidense e alemão para o Brasil, observamos o início institucional do pluralismo religioso no país. Apesar da prévia existência de um pluralismo interno dentro do catolicismo arraigado desde séculos passados, o denominacionalismo protestante que chega com os missionários e imigrantes cria, em termos de disputas internas no campo religioso, uma situação de competição religiosa. Fica claro que essa constatação se refere principalmente ao protestantismo histórico de missão, que intensificou sua vocação proselitista desde sua instalação no país.

O protestantismo dissemina-se em condições favoráveis à sua aceitação a partir da diminuição da perseguição pelo Estado e da desestruturação dos valores tradicionais que para Willems é a causa do sucesso dessa nova crença. Em termos políticos, a separação entre a Igreja e o Estado é a base para uma situação de pluralismo (WILLEMS, 1980, p. 180). Em termos culturais e religiosos, um clima de ansiedade marcado pelas abruptas transformações da sociedade fermenta a busca por um novo sentido de vida, sintonizando o discurso do missionário com as expectativas de uma parcela da população.

No entanto, será na primeira metade do século XX que a situação de pluralismo se instala com mais intensidade a partir do desenvolvimento do pentecostalismo, do espiritismo e da umbanda. Apesar dessas três manifestações religiosas se distinguirem em forma, é preciso ver nelas um mecanismo sobrenatural comum: “A crença de que os seres sobrenaturais descem sobre os vivos e temporalmente se apropriam dos seus corpos” (Ibid., p. 185). No período em que Willems pesquisou o desenvolvimento desses três movimentos, pôde observar que eles executavam funções similares, sendo resultantes de uma difusão cultural em vigência na sociedade brasileira (WILLEMS, 1966, p. 208). A variedade de oferta religiosa durante esse período coaduna com a tese do autor de que essa nova busca espiritual da população corresponderia a mudanças estruturais e funcionais da sociedade, criando um contexto plural. Ao lado dessa situação de pluralismo com o surgimento de novas

manifestações religiosas, Willems destaca também um outro fenômeno paralelo a esse contexto: a secularização crescente da sociedade brasileira. Para ele, a conversão ao protestantismo significava, em sua natureza, uma rejeição das esferas de valores tradicionais, pois negava suas superstições e crendices populares (WILLEMS, 1955, p. 325). Essa substituição religiosa mostraria, nesse caso, uma racionalização da vida que acompanha as manifestações protestantes e pentecostais.

Esse diagnóstico pôde ser visto por Willems em todas as comunidades em que estudou o impacto do protestantismo e do pentecostalismo na vida social e cultural das pessoas. Desde de comunidades insulares, como em Pedrinhas, no litoral de São Paulo, passando por regiões rurais como em Cunha e por regiões urbanas como as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, além de averiguar áreas rurais e urbanas no Sul, em todas elas o protestantismo e suas variações "sectárias" mostravam a mesma característica ao despertar uma visão de mundo mais racional em seus seguidores. Essa visão de mundo alastrava-se por todas as classes investigadas, tornando-se uma variável constante em suas obras.

O pentecostalismo desenvolve-se como síntese radical do protestantismo na América Latina. Surge num momento de desprendimento existencial das classes populares (WILLEMS, 1967a, p. 123), que carregados de uma fé cultural, cristã em sua base, insurgem-se simbolicamente contra a ordem tradicional dando uma nova forma a um velho conteúdo. As "seitas pentecostais", ao mesmo tempo que são uma resposta às profundas transformações que assolam a sociedade brasileira, têm uma via dupla com o processo de secularização: o reforça, por motivos já expostos, além de expressarem uma busca contínua e crescente pelo sagrado.

A situação de pluralismo religioso é uma resposta funcional ao desprendimento da população dos valores tradicionais, em paulatina fragmentação pelas mudanças culturais em voga. A visão funcionalista de Willems é perceptível quando relaciona o pentecostalismo a uma adaptação do sistema de valores às mudanças estruturais da sociedade. Essa adaptação já havia se iniciado com o protestantismo, como afirma o autor: "O protestantismo no Brasil se desenvolveu com grande plenitude que desde o ponto de vista funcional estava conectado, e sempre está, com mudanças culturais que caracterizam a transição de uma sociedade agrária paternalista do passado à sociedade industrial do presente" (WILLEMS, 1980, p. 180).

Na pesquisa realizada em Cunha, Willems presenciou o que ele chamou de sintomas de secularização (WILLEMS, 1961, p. 170), como o desapego de parcela da população a tradições, dando ênfase ao comportamento dos protestantes que se negavam a participar das

festividades e das danças comemorativas anuais, como a festividade do Divino Espírito Santo. Em relação aos cuidados com a saúde, por exemplo, o autor afirmou que era também possível verificar os traços de ceticismo que têm influenciado diversos aspectos da vida local. Quando narra histórias de curadores[7] da região que passaram a contar com a ajuda de médicos em seus procedimentos, Willems afirma que "Essa falta de confiança que alguns especialistas mágicos revelam com relação a sua própria influência, se nos afigura como indício de racionalização e secularização" (Ibid., p. 170-171). Quando descreve e analisa o festival do Divino Espírito Santo, principal evento religioso da cidade, percebe também mudanças que liga ao mesmo fenômeno pelo qual tem passado todas as esferas da cidade. Assim, a não distribuição tradicional de carne à população foi interpretada como "um índice de secularização" ligado notoriamente a fatores materiais e econômicos da festa (WILLEMS, 1961, p. 205). Mas é na introdução dessa obra em 1961 que Willems expõe o conceito que utiliza de secularização:

> […] o termo se refere a regras ou normas específicas, substantivas, relacionadas com o sobrenatural, e ao papel que elas desempenham nos diversos setores da cultura. Afirmar que uma sociedade está se secularizando equivale a dizer que pelo menos algumas de suas atividades se desprendem do ritual religioso ou mágico que outrora as permeava (Ibid., p. 14).

Em seguida, ao relacionar individualização e secularização, o autor termina, mesmo sem se debruçar exaustivamente sobre o tema, expondo uma situação de pluralismo:

> O homem de Itaipava[8] que perdeu a fé nas práticas propiciatórias tradicionais, pode escolher entre o credo protestante, o ateísmo professo ou simplesmente a indiferença. Em qualquer uma dessas hipóteses, suas atitudes diante do sobrenatural se secularizam, mesmo se escolhe o protestantismo, pois os fatos apresentados no presente estudo atestam que, no afã de livrar-se de "superstições", os protestantes tendem a reconhecer uma linha de demarcação definida entre o sagrado e o secular, assinando a este uma esfera de ação consideravelmente maior do que os não-protestantes que ainda se protegem contra o mau-olhado, acreditam em "coisa feita" e fazem promessas aos santos (Ibid., p. 14-15).

Sua análise de Cunha é sobremaneira a percepção de um processo de secularização constatado em todas as esferas da vida social. Essa perspectiva não tem uma pretensão

[7] Segndo Rolim, Willems prefere usar o termo curadores do que usar o termo curandeiros por causa do seu significado pejorativo (Cf. ROLIM, 1989, p. 178).
[8] Nome fictício de Cunha dado por razões já mencionadas.

reducionista de sua obra vicinal em tela, mas procura chamar a atenção para o contexto dentro do qual o pentecostalismo entra em cena. Como afirmado anteriormente, o crescimento de novas crenças é simultâneo a esse processo de secularização, mostrando que o aparecimento de novas correntes religiosas permite uma reinvenção e uma continuidade do sagrado na cultura e na sociedade. É nesse espírito que Willems encerra essa introdução afirmando que o processo de desencantamento "está sendo repelido pelas massas que preferem o espiritismo e, sobretudo, o pentecostalismo" (Ibid., p. 15). Suas pesquisas realizadas no Brasil e no Chile sobre o crescimento do protestantismo e do pentecostalismo em anos anteriores à reedição do seu estudo sobre Cunha, mostra uma realidade ambígua presente na sociedade brasileira em transição, ao mesmo tempo em secularização e em avivamento religioso. Ademais, quando realizou sua pesquisa de campo nesse município, talvez as denominações pentecostais não existissem ou eram ínfimas a ponto de não serem documentadas em seu livro.

5. Da ética protestante ao espírito do pentecostalismo

Uma leitura da principal obra de Willems (1967a), *Follows of the New Faith*, que versa sobre o protestantismo e o pentecostalismo no Brasil e no Chile conduz, a meu ver, a uma consideração de que o autor ora trata as duas manifestações em voga de forma homogênea, ora expõe uma diferenciação inerente entre ambas. O subtítulo do livro *Culture Change ande the Rise of Protestantism in Brazil and Chile* deixa evidente essa dúvida, já que demonstra, ao longo da obra, que o pentecostalismo tem assumido a vanguarda da presença protestante principalmente no Brasil. Além disso, o antropólogo não formula uma classificação do pentecostalismo brasileiro, afirmando apenas que reconhece sua diversidade. A única classificação utilizada pelo autor é a do pentecostalismo enquanto seita, referindo-se constantemente e genericamente em suas análises às "seitas pentecostais". Haveria apenas seitas mais radicais e menos radicas.

Podemos ver em Willems uma preocupação específica em relação ao pentecostalismo em um artigo publicado em 1967 (1967b), em que o antropólogo estuda a validação da autoridade das "seitas pentecostais" no Brasil e no Chile. Neste artigo, ou autor busca analisar o fundamento e a legitimação da autoridade pentecostal. Os dados fazem referência ao seu trabalho de campo sobre o protestantismo chileno e brasileiro realizado em 1959 e 1960. Sem uma relativização do conceito de seita, Willems utiliza esse termo destacando de antemão suas três

características principais que ele chama de atitude triangular: ocorrem em estratos baixos; tem componentes milenaristas e messiânicos e rejeitam os valores do mundo.

Mais adaptadas ao contexto transicional da sociedade brasileira, as duas recém-criadas denominações na data de sua pesquisa, a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo (IBC) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) mostravam para Willems uma adaptação do pentecostalismo às mudanças sociais vigentes. Afiguravam um radicalismo menos acentuado do que as denominações do pentecostalismo de primeira onda, além de serem, em suas origens, tipicamente urbanas. Há essencialmente uma mudança de perspectiva teológica que as distingue das denominações anteriores que cultivavam uma urgência escatológica. A IEQ e a IBC tinham uma preocupação com os males do presente, arrefecendo as aspirações em um celeste porvir, ao mostrar que a cura imediata em seu sentido social, biológico e espiritual podia ser buscada por qualquer um. Seu crescimento se dá junto a locais onde havia forte presença de imigrantes, predominantemente em áreas urbanas afetadas pelos vetores modernizantes de uma nova consciência citadina em secularização.

Willems destaca três técnicas operacionais que ajudam a explicar o sucesso dessas duas "seitas pentecostais": a tenda, o rádio e o evangelho da salvação imediata (WILLEMS, 1967a, p. 121). Vemos através delas uma ampliação da mensagem evangélica adaptada a sociedade de massas associada ao espetáculo performático de cura divina nas famosas tendas itinerantes que ficaram conhecidas pelo traço transdenominacional, pois não prescreviam nenhuma condição prévia do fiel para a participação nesses cultos. Indivíduos de outras denominações, até mesmo do protestantismo histórico, participavam dos cultos. A oferta religiosa não fazia distinção entre os consumidores, para usar uma terminologia mercadológica, além de não impor um comportamento puritano aos novos conversos ou novos membros. Fica evidente que o pentecostalismo de segunda onda apresenta uma reorientação em relação ao mundo, substituindo o devir escatológico pelo aqui e agora (Ibid., p. 220). As preocupações transitórias da cultura podem ser geridas no presente, bastando o indivíduo apoderar-se da mensagem difundida pelo pregador, agora também disponível em meios midiáticos. A *koinonia* tão forte e determinante no pentecostalismo de primeira onda na forma de uma ética comunitária é substituída por uma ética individualista. Essa atitude não unívoca do pentecostalismo de segunda onda obviamente coexiste com características seu irmão mais novo, porém é preciso pontuar que a mudança de orientação em voga por parte dos novos grupos que surgem tem fortes afinidades com o contexto sociocultural em que estão inseridos. Não vemos uma atitude

tão radical em relação à cultura como na Assembleia de Deus e na Congregação Cristã no Brasil, tratadas por Willems como seitas radicais.

Observando essas mudanças no campo pentecostal brasileiro, o autor percebe que o sucesso do pentecostalismo está ligado tanto a sua função integradora quanto a sua sinergia com elementos da cultura brasileira, além de desempenhar um papel revolucionário a partir de sua entonação contracultural. Destaca-se aqui, a atitude reflexiva dos pentecostais que para Willems representava uma "passagem da escuridão para a luz e a verdade através de um processo de metamorfose espiritual" (WILLEMS, 1955, p. 35). Abster-se álcool, não participar de jogos de azar, valorizar a honestidade, obedecer a lei e dedicar-se à leitura formal são alguns traços do crente que se opõem à cultura dominante.

Apesar de Willems ser responsável por influenciar uma gama de pesquisadores que o sucedem nessa empresa, as críticas relativas às suas análises não demoram a surgir. Essas críticas marcam principalmente uma transição de paradigma nos estudos de religião no Brasil. A partir da década de 70, o paradigma da mudança social começa a ser substituído pela análise antropológica relativista. Um exemplo do espírito crítico desse momento é o texto de Fry e Howe (1975) que propõe uma compreensão do pentecostalismo e da umbanda a partir do ponto de vista culturalista. Rejeitam a proposição analítica de Willems, militando a favor de uma pesquisa dos significados envolventes na composição das redes sociais (Ibid., p. 83). Isso explicaria, defendem, o motivo que levaria à escolha, por parte do fiel, do pentecostalismo ou da umbanda, ponto que não teria sido elucidado nem por Willems, nem por Camargo (Ibid., p. 76). Afirmam ainda que a filiação religiosa deve ser vista "como estratégia social e não como integração" (Ibid., p. 85). Essa perspectiva tem suas raízes no interacionismo simbólico e no culturalismo estadunidense, evidenciando a intenção relativista dos autores ao redirecionarem a compreensão do fenômeno religioso ao significado dos agentes, analisando suas biografias e suas redes de influência.

No entanto, a crítica mais aguçada a esse paradigma não parte dos relativistas culturais. O sociólogo Francisco Cartaxo Rolim, em 1985, analisa e critica em um estudo sobre o pentecostalismo no Brasil o ponto de vista de Willems, Camargo e Muniz no trato que fazem da relação entre pentecostalismo e mudança social. Dando especial atenção a Willems, mostrando uma exceção nos estudos de religião do Brasil, Rolim reconhece que ele percorre um caminho mais analítico que os outros dois pesquisadores (ROLIM, 1985, p. 120). O sociólogo, porém, contesta a tese de Willems sobre o papel do migrante no crescimento do pentecostalismo. Willems teria, ao seu entender, visto o migrante como um indivíduo desorientado na cidade, subscrevendo o pentecostalismo como um

tipo de orientação existencial plausível (Ibid., p. 121). Fry e Howe contestam também essa visão. Para eles, os imigrantes necessariamente não sofriam choques culturais, pois seguiam redes de parentesco em seus deslocamentos territoriais (FRY; HOWE, 1975, p. 85).

Considerações Finais

Os estudos de religião de Emilio Willems são de grande importância histórica e teórica para a compreensão do campo religioso brasileiro, destacando-se aqui sua vanguarda nos estudos sobre pentecostalismo em solo autóctone. Seus textos sobre religião, apesar de pouco conhecidos, expressam uma preocupação do autor com um fenômeno de grande amplitude no Brasil e na América Latina, que é a vida religiosa, objeto de estudo de grande importância caso se deseje compreender as mudanças sociais em suas mais diversas consequências. Os problemas que analisa de forma profunda antecedem diversas discussões nos estudos de religião no Brasil, influindo, destarte, na formação de diversos pesquisadores posteriores. Sua heterogeneidade teórica, pouco estudada por seus críticos, permite ver a religião como um fenômeno dinâmico. A religião é causa e consequência das mudanças sociais. É inegável sua função compensatória, bem como é inegável sua função criativa. A falta de tradução desses estudos, porém, mostra-se como um entrave para seu devido reconhecimento. Nem mesmo seus críticos debruçaram-se sobre sua amplitude intelectual, fundamentando seus argumentos em uma produção parcial do autor, sem uma visão de conjunto apropriada.

Referências

BÔAS, Gláucia Villas. De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville - a sociologia de Emílio Willems entre fronteiras. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 171-188, novembro de 2000.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Católicos, Protestantes, Espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

COX, Harvey. **Fire from heaven**: The rise of Pentecostal Spirituality and the reshaping of religion in the twenty-first Century. MA: Addison-Wesley Publishing Company, 1995.

D'APINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FRY, Peter; HOWE, Gire Nigel. **Duas respostas à aflição**: umbanda e pentecostalismo. Debate e Crítica, 6:75-94, 1975.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Soc. Estado**. Brasília, v. 26, n. 3, p. 521-550, 2011.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostalismo no Brasil**: uma Interpretação Sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROLIM, Francisco Cartaxo. Rezador, curandeiro, vidente e adivinho. In: LANDIM, Leilah (Org.). **Sinais dos tempos**: tradições religiosas no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1989.

SOUZA, Beatriz Muniz de**. Experiência de salvação**: Pentecostais em São Paulo. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

WILLEMS, Emilio e Mussolini, Gioconda. **Ilha de Búzios**: uma comunidade caiçara no Sul do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2003.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**: Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

WILLEMS, Emílio. Acculturative aspects of the feast of the Holy Gost in Brazil. **American Anthropologist**, v. 51, p. 400-408, 1949.

WILLEMS, Emilio. **Followers of the new faith**: Culture, change and the rise of Protestantism in Brazil and Chile. Vanderbilt: Vanderbilt University Press, 1967a.

WILLEMS, Emílio. **Latin American Culture**. An anthropological synthesis. New York, Harper & Row, 1975.

WILLEMS, Emílio. Pluralismo religioso y estructura de clases: Brasil y Chile. 2ª ed. In: ROBERTSON, Roland (org). **Sociología de la Religión**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

WILLEMS, Emílio. Protestantism and culture change in Brazil and Chile. In: D'ANTONIO, William; PIKE, Frederick (orgs.), **Religion, revolucion and reform**. New York: Praeger Publishers, pp. 93-105, 1964.

WILLEMS, Emílio. Protestantism as a Factor of Culture Change in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**. V. 3, N. 4 (jul. 1955), pp. 321-333.

WILLEMS, Emilio. Religious mass movements and social change in Brazil. In: BAKLANOFF, Eric (org.), **New perspectives of Brazil**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1966.

WILLEMS, Emílio**. Uma vila brasileira**: Tradição e transição. São Paulo: Difel, 1961.

WILLEMS, Emilio. Validation of authority in Pentecostal sects of Chile and Brazil. **Journal for the Scientific Study of Religion**, n. 6, Fall 1967b, pp. 253-258.

O OLHAR ACADÊMICO SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO

Gabriela Abuhab Valente
Faculdade de Educação da USP.

Resumo: Pretende-se com esse artigo divulgar uma pesquisa acerca de artigos que estabelecem interface entre religião e educação em periódicos das áreas da Antropologia, Educação, História e Sociologia a fim de apreender os interesses temáticos e teóricos mais pesquisados. A investigação se localiza nos anos de 2003 a 2013, em periódicos A1, segundo a classificação da Capes, das áreas acima referidas, a partir das palavras chaves: religiosidade, laicidade, laico, religião, ensino religioso, escolas confessionais, currículo religioso, socialização religiosa e sincretismo. A intenção é traçar um panorama dos estudos com a perspectiva de ampliar o conhecimento do debate acerca das relações entre as esferas da religião e da educação no Brasil. A partir da leitura desse material é possível considerar que o Brasil continua sendo um país fortemente religioso ainda que as religiões tradicionais tenham perdido espaço. Ademais, é perceptível que a interface religião e educação esteja marcada por uma tensão política em que demandas de ordem secular e religiosa estão presentes, sobretudo no plano das identidades políticas e culturais. Portanto, a religiosidade do brasileiro apresenta-se forte enquanto prática de cultura sendo a fé, para muitos, um alento para os momentos de vazios institucionais e existenciais, bem como, instrumento identitário.

Palavras-chave: educação; religião; laicidade.

Abstract: The target of this article is to share the results of a research made about academic articles that present the interface between religion and education in high-qualified journals of the following areas: Anthropology, Education, History and Sociology. This research was made in order to comprehend the most researched themes and theories during the period of 2003 and 2013. Religiosity, secularism, laic, religion, religious teaching, confessional schools, religious curriculum, religious socialization and syncretism were the key-words used. We intend to draw a picture of these studies in order to amplify the knowledge about the debate that concerns the relationship between religion and education in Brazil. Due to the reading of this material, it is possible to consider that Brazil is still a highly religious country, even if traditional religions have lost some space. Moreover, we observed that the interface religion and education is defined by a political tension where secular and religious demands are present, mainly in what concerns political and cultural identities. Therefore, Brazilian religiosity is represented as a strong cultural practice, having faith as a comfort for important situations, such as when the institutions are silent, when we need existential support and as an identity instrument.

Keywords: education; religion; secularism.

Introdução

As reflexões acerca das relações religião e educação, ainda que significativas para o campo da sociologia da educação, parecem ser pouco atraentes para seus pesquisadores. Tema clássico na sociologia e preocupação constante entre autores como Max Weber, Émile Durkheim, Pierre Bourdieu, entre outros, a religião perde lugar para investigações igualmente relevantes como a do currículo, formação de professores, gênero e/ou direitos humanos. Não obstante, trata-se de um assunto que revela aspectos expressivos e fundamentais do comportamento individual e grupal.

Ademais, em países com forte tradição religiosa, como o Brasil, em que elementos culturais são absorvidos por traços de uma religiosidade perene, cumpre investigar as formas pelas quais essas relações influenciam maneiras de ser, agir e pensar de sua população.

O brasileiro vem expressando uma dinâmica religiosa intensa, com grande circulação interna entre denominações evangélicas, assim como, uma capacidade de repensar a cristandade. Dinâmica que se manifesta, dentre outros aspectos, no abandono aos cultos católicos em direção a igrejas pentecostais/neopentecostais, afirmando uma religiosidade profunda, ainda que mais individualizada e afeita a interesses mundanos. De acordo com os últimos dados do Datafolha 2013, por ocasião da visita do Papa Francisco ao Brasil, 57% dos brasileiros disseram ser católicos, 28% evangélicos e 3% espiritualistas (DATA FOLHA, Caderno Especial, 21 de julho de 2013).

As mulheres seguem sendo as mais religiosas; são as que mais transitam entre as religiões e são as que frequentam com mais assiduidade aos cultos religiosos. Entre os jovens a dinâmica é diversa; eles vêm perdendo a religiosidade, principalmente nos centros urbanos. O número daqueles que se dizem sem religião estão entre os menos favorecidos e também, curiosamente, entre os que possuem maiores títulos universitários. Todavia, os dados permitem afirmar que o brasileiro continua cultuando uma viva religiosidade, sobretudo, cristã (NERI, 2011).

Assunto de cunho pessoal e carregado de simbolismo subjetivo, a religião é objeto insidioso e de difícil acesso ao pesquisador. Muitas vezes, em situação de entrevista ou questionário, a população se vê constrangida em abordar sua crença, uma vez que ela pode descortinar uma prática desvalorizada ou até proibida entre seus pares. Por certo, a religião como qualquer outra variável de natureza sociológica revela aspectos das hierarquias e controles sociais que o senso comum acaba por ocultar.

Assim sendo, crê-se oportuno a análise e a síntese desse conjunto de artigos a fim de aprender com eles sobre as disposições religiosas da população brasileira e as estratégias (in)voluntárias de uma socialização que a predispõe a uma profunda cultura religiosa, que se revela de maneira subliminar, no entanto, constante. Esse estudo também se apresenta oportuno, pois informa-nos sobre o que ainda nos falta conhecer sobre esse tema na área da educação.

1. A pesquisa com periódicos

Analisa-se neste trabalho um total de doze revistas, seis na área da Educação, duas em Sociologia, três em Antropologia e uma em História, somaram-se 149 artigos e quinze resenhas. A

área da Antropologia é a que possui maior produção, chegando a um total de 92 escritos. Por outro lado, a área da História se apresentou a menos produtiva com um total de apenas seis escritos. Em Sociologia, encontrou-se 23 documentos e, em Educação, 25. Para a montagem do argumento, deu-se destaque apenas aos *artigos* de forma a melhor circunscrever a produção de maior relevância sobre o tema a que se propõe conhecer. Desta forma, foi feita uma apreensão próxima ao que existe de novo e representativo na interface educação e religião entre os pesquisadores brasileiros.

A primeira leitura a partir do material levantado permitiu a criação de três amplas categorias de análise. A intenção foi classificar os artigos de forma a organizar um mínimo de coerência interna entre eles. A primeira das categorias engloba artigos que refletem sobre as muitas *Confissões Religiosas* que convivem no Brasil. Trata-se dos estudos acerca da *Igreja Católica*, *Igrejas Evangélicas*, Pentecostais ou Neopentecostais e *Outras Religiões*, tais como Candomblé, Kardecismo, Umbanda, Judaísmo, Pajelança e Budismo (49 artigos). O segundo grupo enquadra os textos acerca das relações entre a *Dimensão Pública e Privada das Religiões*, com artigos agrupados sob a subcategoria *Política e Religião, Globalização e Pluralismo Religioso e Ensino Religioso* (42 artigos). Por fim, o grupo de artigos que traçam um panorama sobre *Práticas e Comportamentos Religiosos e seus métodos de divulgação* que versam acerca das comunidades religiosas e os métodos inovadores de divulgação da fé, dentre eles o turismo e as mídias (21 artigos)[1].

Quadro 1 - Categorias de análise

Confissões religiosas	**49**
Igreja Católica	20
Igrejas Evangélicas	13
Outras Religiões	16
Dimensão Pública e Privada das Religiões	**44**
Política e Religião	20
Globalização e Pluralismo Religioso	12
Ensino Religioso	12
Práticas e Comportamentos religiosos e seus métodos de divulgação	**22**
Valores e Socialização	10
Turismo e Mídias	12
Outros	**34**

[1] Uma última categoria denominada *Outros*, refere-se a uma série de reflexões teóricas e metodológicas esparsas e heterogêneas com 34 escritos.

No tocante a primeira categoria, “Confissões religiosas”, pode-se dizer que existe uma forte preocupação sobre o destino da religiosidade no Brasil. Formando um grupo de 20 artigos, a *Igreja Católica* é o tema mais abordado pelos pesquisadores nessa categoria, indicando a hegemonia da presença católica no Brasil e refletindo principalmente sobre a grande perda de fiéis nas últimas décadas, principalmente para as Igrejas Evangélicas.

E é justamente a elas que se dedicam 13 artigos desse grupo. De forma geral os textos sobre as *Igrejas Evangélicas* procuram compreender mecanismos de controle do comportamento individual e grupal de seus membros seja acerca da dimensão da homossexualidade e lazer, bem como no enfrentamento de adversidades. A força da identidade coletiva pentecostal é também tema de estudo. Além disso, entre os temas estudados está a análise de personagens que representam lideranças em suas comunidades e figuras de grande influência na esfera pública.

No conjunto de artigos denominado *Outras religiões*, as religiões afro ganham maior espaço por serem hoje reconhecidas como parte integrante da cultura/identidade nacional. O espiritismo aparece como fonte e modelo legítimo de uma religião que vem sendo exportada para outros lugares do mundo, principalmente onde há comunidade de brasileiros. No tocante as religiões com menos adeptos, elas são também as que menos os pesquisadores se debruçam, mas que corroboram à compreensão da intensa dinâmica religiosa brasileira. É possível observar que o interesse dos pesquisadores neste tópico é a compreensão de uma identidade religiosa brasileira que ultrapassa fronteiras e constrói uma imagem que não tem mais o cristianismo como central, embora possua pontos de convergência com ele.

A partir dessa categoria de artigos, pôde-se compreender o campo religioso brasileiro como um campo em constante adaptação e inflexão sobre as práticas contemporâneas. Isso quer dizer que o fenômeno da mundialização da cultura atravessa também as práticas religiosas institucionais e individuais registrando uma nova configuração entre os sujeitos. Pôde-se observar também que as fronteiras entre as religiões se tornam cada vez mais fluidas, em um modelo fortemente individualizado. E, ao mesmo tempo, foi possível distinguir grupos religiosos que se ocupam de controlar seus membros.

Na segunda categoria, “Dimensão pública e privada das religiões”, pôde-se verificar que existe uma disputa entre as religiões por fiéis e também que existe uma nuance entre a fronteira religiosa da dimensão pública e da dimensão privada. Ou seja, pôde-se identificar movimentos religiosos na sociedade civil que gostariam de conquistar espaços públicos

como o Congresso Nacional ou a escola pública. Os artigos reunidos nessa categoria despertam um tom mais ideológico e conflituoso da interface religião e educação.

Partindo do interesse de compreender o debate acerca da religiosidade e o processo de secularização e, em seu interior, o processo de laicização da sociedade e instituições brasileiras, observou-se inicialmente que, há muito, a bibliografia vem se ocupando desses temas. A complexidade das relações entre política e religião, no Brasil, data dos primórdios da proclamação da República, em finais do século XIX, e permanece presente até hoje na nossa Constituição e em nossas práticas institucionais. Se existe certo desconforto por parte dos pesquisadores de verificar a frequente e ardilosa relação entre elas, seria forçoso lembrar, por outro lado, que analistas apontam que a articulação entre essas esferas sempre esteve presente nas formações sociais de maneira bastante generalizada. Para eles as formas de articulação entre política e religião, e por certo, os processos de laicização nunca foram lineares e homogêneos, sempre estando dependentes da história sociocultural de cada localidade. Assim, de certa forma, seria esperado que os impasses relativos à presença ou ausência de elementos religiosos no interior de instituições públicas fossem recorrentes no Brasil.

Em síntese, o conjunto de artigos agrupados sob *Política e Religião* aponta que a articulação entre religião e política deriva de um processo histórico circunscrito e, portanto, deve-se fugir dos essencialismos que as expressões laicidade e religiosidade podem conter. Tratando-se de um tema desafiante, a conexão entre as esferas impõe um espaço amplo para reflexões de natureza histórica e cultural. O processo de secularização e a laicidade das sociedades deveriam ser compreendidos como fatos sociais dependentes de condicionamentos socioculturais, muitos deles devedores de identidades étnicas ou mesmo espaço de disputa entre interesses sociais diversos. A controvérsia entre religião e política parece atravessar a dimensão moral e ética, e sobretudo a garantia de um Estado laico.

Sobre *Globalização e Pluralismo Religioso*, o grupo de textos explora o panorama religioso em condição de modernidade bem como as implicações que esse novo momento histórico acarreta no campo das diferenças culturais e étnicas. Trata-se de um debate amplo que auxilia circunscrever a tensão e os conflitos de interesse no que concerne aos direitos sociais, tanto no âmbito da educação formal como na esfera do político. *Grosso modo*, as discussões revelam o fenômeno religioso como algo dinâmico e em constante mutação. Uma pulsação latente que se revela no pluralismo e ou sincretismo de fé e crenças. Segundo autores, as pesquisas estatísticas e ou *survey* são incapazes de expressar a ativa e enérgica religiosidade do brasileiro.

O trânsito entre agrupamentos religiosos, a participação esporádica entre vários agrupamentos de fé, a pluralidade de crenças nos ambientes familiares, evangélicos e católicos, bem como católicos e de tradição afro, construiriam um espaço de religiosidade diversa, híbrida e/ou sincrética. Por outro lado, a modernidade traria em seu bojo uma série de transformações em que a religiosidade institucionalizada e, portanto, mais tradicional, estaria sendo minada por uma expressão mais subjetiva e individualizada. De certa forma, o conjunto desses artigos tangenciam as discussões travadas no bloco *Política e Religião*, pois avaliam o quanto a ideia da pluralidade religiosa implica em uma maior tolerância cultural e ética frente a uma religiosidade hegemônica, reflexão necessária e oportuna para os ambientes escolares. Novamente as questões difusas de caráter político enquanto defesa da liberdade, democracia e tolerância bem como questões de caráter mais formal com a presença de partidos e *lobby* destacam certa novidade no universo em tela.

Alguns pesquisadores preocupados com a relação escola e religião, se debruçam, especificamente, sobre a disciplina *Ensino Religioso*. A tônica da discussão concentra-se na ambiguidade da Lei e incisos relativos ao ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Abordam o movimento pendular entre a presença difusa e/ou explícita da religião católica nas escolas. Os textos discutem, a exaustão, o embaraço epistemológico, político e religioso do processo de laicidade do Estado, a partir das muitas Constituições brasileiras (1891-1934-1969-1988-1997), a formação de *lobby* religiosos nas bancadas legislativas, a emergência de organizações de natureza civil, mas com presença expressiva nas decisões relativas às políticas públicas sobre o ensino religioso e por fim, mas não por ordem de importância, a edição de material didático para as escolas sobre o tema.

Contudo, seria oportuno revelar que ainda que seja importante a problematização desse embaraço histórico e epistemológico verificado na área religião e educação, no Brasil, valeria pontuar que as discussões não levam em consideração a perspectiva processual e cultural do fenômeno religioso brasileiro. Isto é, observa-se uma visão que acaba por reificar os sentidos das noções de laicidade e secularização desconsiderando as condições de caráter sócio histórico que se vivencia no Brasil. Julga-se que uma leitura mais dinâmica e sócio antropológica desse processo poderia trazer luz sobre os entraves, dificuldades e tensões nesse campo de investigação.

Ademais, estudos realizados no interior da escola, tendo como sujeitos da pesquisa professores (CAVALIERI, 2006; VALENTE, 2015) bem como investigações realizadas

com estudantes do curso de Pedagogia (KNOBLAUCH, 2014) vem demonstrando que as interferências religiosas no universo educacional brasileiro vem se mantendo não só em função de todas as razões acima reveladas, mas também conta com a participação dos agentes escolares prenhes de uma religiosidade sincrética que admitem e legitimam valores religiosos no interior da escola.

A terceira categoria "Práticas e Comportamentos Religiosos e seus métodos de divulgação" traz reflexões que propiciam pensar sobre a capacidade que as lideranças religiosas possuem para controlarem os fiéis a partir de uma série de estratégias. Difusas ou voluntárias, tais estratégias de iniciação, interiorização e/ou prescrição movem muitos indivíduos na direção de uma fé que fortalece traços étnicos, culturais e identitários. De uma maneira mais explícita, esses artigos incluídos no grupo *Valores e Socialização* consideram a força da religião no controle de comportamentos e nas práticas cotidianas, reforçando a ideia de comunidade no sentido que algumas religiões ainda possuem na contemporaneidade.

No que se refere a novas estratégias de divulgação das religiões vale ressaltar que se trata de um tema emergente. Quatro artigos destacam o *Turismo* religioso no Brasil e sua dimensão festiva e mercadológica. São na maioria das vezes estudos etnográficos em festividades como a Semana Santa em Tiradentes (MG), a Festa do Divino Espírito Santo (RJ) e o Círio de Nazaré (PA). Somado a esse trio, um artigo se debruça sobre caminhos de peregrinação que hoje atraem diferentes tipos de turistas. Outros pontos em comum que se destacam nesses artigos são a circulação, a peregrinação e as relações sociais, três elementos inequivocamente coletivos, mas que prescrevem simultaneamente uma forma de agenciamento identitário e de busca pelo verdadeiro "eu".

Em relação às *Mídias*, somam-se temas variados como imagens, músicas e seus intérpretes. Entre as estratégias que fazem uso da música, a questão da etnia e da aceitação da negritude nas comunidades evangélicas é tema de pesquisa, bem como a complexidade identitária de Mr. Catra, *funkeiro* carioca, mostrando como a religiosidade pode coexistir com aquilo que é considerado profano, tais como a erotização do corpo, o uso de substâncias ilícitas e a manifestação política. Outros artigos versam sobre o papel central dos hinos ou cânticos no Santo Daime e a forma como seus adeptos percebem suas construções e, também, revela-se a luta simbólica entre as igrejas evangélicas que se faz presente nos bastidores da mídia brasileira na disputa por espaços públicos.

Em síntese, essa última categoria de artigos permite afirmar que partindo do espaço privado para o espaço público, a dinâmica religiosa é reconfigurada, afetando diretamente as práticas e o comportamento de seus membros. Observou-se a religião como uma forte agência identitária, moral e política em certos grupos sociais. A visibilidade midiática e o turismo são características de uma nova maneira de proselitismo, associadas às instituições governamentais.

Considerações Finais

De um total de 149 documentos encontrados entre 2003 a 2013, em periódicos de estrita seleção, foi possível examinar de maneira mais detida 115 deles. Divididos em três categorias, a análise registrada procurou mapear os interesses temáticos e os impasses históricos da relação religião e educação no Brasil, sinalizados por pesquisadores da área, nos anos de 2003 a 2013.

Por outro lado, para finalizar essa iniciativa, procurou-se também sistematizar a leitura dos mesmos textos a fim de contribuir para a compreensão das disposições religiosas dos brasileiros, bem como dos processos sócio-institucionais que corroboram essa singularidade. Este artigo privilegiando a abordagem: religião e educação, buscou compreender nossas maneiras de ser e agir na dimensão do sagrado, na tentativa de subsidiar outras investigações na área.

Desta feita, a leitura final dos artigos auxilia-nos a compreender que o campo das religiões no Brasil vem respondendo gradualmente às inflexões dos tempos modernos. Ou seja, o fenômeno da mundialização da cultura atravessou as práticas religiosas institucionais e individuais sinalizando uma nova configuração entre seus agentes e valores. Ao mesmo tempo em que se observa um maior trânsito de fiéis entre as religiões tradicionais, verifica-se também um maior pluralismo, maior individualismo nas escolhas e por fim, uma circulação e tolerância a novas formas do sagrado. Ademais, paralelo a essa movimentação de fluxos de fiéis, identifica-se ainda, a manutenção de grupos religiosos conservadores que mantém um rígido controle de seus adeptos, numa forma de advertir que em condição de modernidade a religião atua tanto como solvente (WEBER, 1991) como cimento das relações sociais (DURKHEIM, 2009). A religião continua influenciando as práticas de cultura do brasileiro (SETTON, 2012).

De certa forma, as conclusões auxiliam-nos a compreender a tensão – religião e educação – notadamente a tensão entre a esfera dos valores religiosos e a vida privada.

Inicialmente a leitura revelou uma reconfiguração das práticas religiosas, a saber, identificação de uma rede de sentidos ora menos ou mais institucionalizadas, sem deixar de apontar a intensidade da religiosidade do brasileiro. Por outro lado, os mesmos textos revelam que numa tentativa de reconquistar espaço, tanto as igrejas evangélicas como a igreja católica vêm assumindo práticas mais agressivas para ocupar ou para se manter no cenário religioso, recorrendo a estratégias de ordem política institucional.

Praticas visíveis no espaço público, por exemplo, na ocasião das eleições, mobilizados em bancadas e *lobbies*, as ações de grupos confessionais corroboram um imaginário coletivo religioso em disputa. Promovendo uma confluência entre as esferas do político na sua dimensão pública com a esfera do privado, os agentes religiosos ocupam um espaço no debate acerca do direito às diferenças e ao multiculturalismo – ora demandando políticas públicas como a luta pelo ensino religioso nas escolas, ora advogando espaço nas reflexões acerca da saúde pública, por exemplo nas questões relativas ao aborto ou às células tronco. As controvérsias entre religião e política parecem atravessar essas dimensões mobilizando questões morais, éticas e a garantia de um Estado laico.

Visualiza-se uma reconfiguração do religioso que aponta para uma maior complexidade das relações institucionais e individuais desta dimensão. Ao mesmo tempo em que as religiões perdem força na construção da identidade dos indivíduos, em função do pluralismo e trânsito religioso dos fiéis, essas mesmas instituições buscam esquadrinhar visibilidade midiática, buscam legitimidade ao adaptar-se às demandas existenciais da modernidade bem como procuram defender seus interesses nas instâncias políticas democráticas. Mobilizados, articulados e bem relacionados os grupos evangélicos e católicos, aos poucos conquistam espaço político que a maioria da população secularizada, decerto, deixa à deriva.

Em síntese, esse estudo aponta para uma nova estruturação do campo religioso brasileiro em que é visível certa fissura entre os grupos institucionalizados deste universo e as práticas de seus fiéis. Contudo, dado que a ausência de respostas é uma condição e uma tradição da maior parte das instituições sociais brasileiras (MARTUCCELLI, 2007), cabe ao próprio indivíduo buscar soluções para seus problemas existenciais. Assim, duas noções que dialogam entre si, mas que não expressam o mesmo sentido como *religião e religiosidade* devem fazer parte do instrumental conceitual de novas investigações. Seguindo os ensinamentos de Simmel (2011), entende-se aqui religião como todo um aparato institucional de uma crença; por outro lado, a religiosidade seria uma forma de

espiritualidade presente em muitos indivíduos que não deriva de uma religião específica apresentando-se pois com conteúdos diversos não necessariamente institucionalizados. Menos religião e mais religiosidade, dado que as primeiras não vêm conseguindo assegurar à população respostas às questões individuais e a um conforto espiritual.

Por fim, analisando os artigos a partir do enfoque da sociologia da educação e da sociologia da cultura é forçoso enfatizar ainda o caráter interdisciplinar que a discussão impõe. Considerando a esfera da religião como uma relevante agência produtora de valores disposicionais e educativos, não é possível separá-la de uma diversidade de maneiras de ser, agir e pensar da condição moderna. Desta forma, as áreas da educação e da cultura devem muito às discussões estabelecidas nas investigações da antropologia, sociologia e história. Os estudiosos da sociologia da educação, portanto, deveriam explorar melhor outros campos de investigação.

Referências

CAVALIERE, Ana Maria. Quando o Estado pede socorro a religião. **Revista Contemporânea de Educação**. [Em Linha] v. 1. Disponível em: <http://www. revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/20/14>, 2006.

DATA FOLHA, Caderno Especial - **Católicos no Brasil**, junho de 2013.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2009.

KNOBLAUCH, Adriane. Relações entre religião, gosto por criança e mudança social: a escolha por pedagogia. **Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação**, Porto, 2014.

MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de Rumbo** - la sociedade a escala del individuo, Santiago, Ed. LOM, 2007.

NERI, Marcelo. **Novo mapa das religiões**. Rio de Janeiro: FGV, CPS. 2011.

SETTON, Maria da Graça J. **Socialização e Cultura**: ensaios teóricos. São Paulo, Ed.AnnaBlume, 2012.

SIMMEL, George. **Religião** - ensaios. Tomo 1 e 2. São Paulo. Ed. Olho D'Água&Goethe-Institut. 2011

VALENTE, Gabriela. **A presença oculta da religiosidade na prática docente**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, Brasília, UNB, 1991.

TRÂNSITO RELIGIOSO E IDENTIDADES MÚLTIPLAS

Hevellyn Cruz dos Santos
Mestranda pelo PPGCS - UFES. E-mail: hevellyn_cruz@hotmail.com.

Osvaldo Martins de Oliveira
Graduado em Filosofia pela PUC Minas, Mestrado em Antropologia pela UFF e Doutor em Antropologia Social pela UFSC. Professor adjunto da área de Antropologia no Departamento e no Mestrado de Ciências Sociais da UFES.

Resumo: O trânsito religioso é um fenômeno que emana das possibilidades instauradas na pós-modernidade onde a pluralidade religiosa, fragmentação institucional e a autonomia do sujeito incorrem no intenso fluxo de pessoas em busca do que mais lhe parece significativo. Com esta mobilidade, além de pessoas, também faz parte do circuito o arsenal simbólico que sinaliza o pertencimento aos diferentes segmentos religiosos. Nesse sentido, a presente comunicação analisa um contexto onde muitas vezes, não ocorre o abandono destes símbolos, mas reelaborações em novos cenários e, é nesse sentido que queremos destacar a multiplicidade de identidades religiosas.

Palavras-chave: trânsito religioso; pós-modernidade; identidade.

Abstract: Religious transit is a phenomenon that emerges from the possibilities established in the post-modernity, in which the religious pluralism, the institutional fragmentation and the autonomy incur to an intense flow of people in search of what seems more meaningful to them. With this mobility, not only people but also the symbolic arsenal that signals to the belonging to the different religious branches are parts of the circuit. In this way, this communication analyses a context where those symbols are not usually abandoned, but reformulated in new scenarios. It is in this way that we want to highlight the multiplicity of religious identities**.**

Keywords: religious transit; post-modernity; identity.

Introdução

O contexto contemporâneo do campo religioso brasileiro é uma ilustração exímia do que Hall (1987), ao analisar a identidade na pós-modernidade, chama de "celebração móvel" para referir-se as identidades em transformação constante e de caráter situacional. Os estudos e pesquisas censitárias recentes traduzem o desejo subjetivo dos brasileiros que está para além da busca à uma multiplicidade de ofertas religiosas e tem a ver com a própria maneira como o sujeito pós-moderno se vê e vê a religião, na condição de poder acionar diferentes identidades em diversos momentos da vida. Na pós-modernidade as identidades são múltiplas, e o fenômeno do trânsito religioso evidencia este caráter múltiplo devido a flexibilidade de escolhas experimentada pelo sujeito. Esta elasticidade, como podemos colocar, remete-nos a fala de Fernandes (2006) sobre o fenômeno atual do trânsito religioso como "o modo como os brasileiros estão entendendo e

experimentando a religião". Nota-se que na realidade do trânsito, além de pessoas, circulam símbolos[1] religiosos que são reformulados aos poucos. Ocorre um duplo movimento que Almeida e Montero (2001, p. 93) afirmam ser o das pessoas que circulam pelas instituições e que pode ser observado de maneira sociológica e demográfica, e um processo de justaposições que gera mudanças nas práticas e crenças que passam a ser reelaboradas. Posto que seria de caráter extremamente escravocrata pensar os corpos circulando sem levarem consigo suas simbologias construídas aos longos dos anos, ainda que remodeladas sob a aceitação de novos conceitos afirmados pela nova instituição de escolha. Com a multiplicidade de ofertas, as igrejas têm se aberto para a aceitação de diferentes estilos de vida diminuindo suas exigências éticas e impondo uma conversão puramente minimalista (MAFRA, 2000) que não incide numa ruptura radical com o repertório do passado. Os indivíduos transeuntes no universo das instituições religiosas, nesse sentido, ainda que possam sentir a necessidade de excluir, destruir e/ou "queimar", como fez um dos entrevistados, alguns símbolos do pertencimento religioso do passado, tais como adereços e roupas, não rompe totalmente com os diferentes processos de construção identitária e crenças reelaboradas em distintas passagens (longas ou curtas) da vida dos entrevistados por comunidades religiosas. Neste sentido, como escreve Hall (2006), dentro de nós podem existir identidades contraditórias entre si e que empurram em direções diferentes "de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas".

É nosso objetivo com este artigo, a análise destas identidades múltiplas instauradas com uma nova percepção do sujeito sobre si, com o redirecionamento da religião, e consequente trânsito religioso. Faremos isso através da análise bibliográfica de referenciais teóricos contemporâneos sobre o trânsito religioso no Brasil e análise etnográfica de experiências de nosso trabalho de campo[2] onde foram coletadas narrativas sobre a história de vida de pessoas que transitaram entre os campos pentecostal, neopentecostal e candomblecista.

[1] Com o uso desta categoria queremos nos referir ao sentido definido por Geertz de símbolo imaterial (1989) como aquele que está vinculado à uma concepção, que, por sua vez, é o significado do símbolo. Os símbolos, na concepção nativista ou essencialista culturalista de Geertz, traduzem o *ethos* de um povo, suas cosmovisões e comunicam o que querem afirmar sobre si. Por outro lado, em uma abordagem relacional e contextual, inaugurada por Barth (2000 [1969]), os símbolos são usados de maneira consciente por integrantes de diferentes grupos étnicos como "sinais diacríticos" para demarcar a própria identidade. No entanto, empregar os símbolos para demarcar as identidades implica na aceitação e compartilhamento coletivo de tais símbolos dentro dos grupos a que pertencem determinados indivíduos.

[2] Nossa dissertação de mestrado tem como objeto de análise o trânsito religioso nos campos pentecostal, neopentecostal e candomblecista na região metropolitana da Grande Vitória (ES). Foram coletadas 8 entrevistas de homens e mulheres entre 18 e 54 anos que eram do candomblé e se tornaram pentecostais ou neopentecostais e o contrário. Utilizamos para este artigo algumas destas entrevistas vistas sob o prisma das práticas e símbolos que também transitam com a mobilidade dos sujeitos.

1. Pós-modernidade e trânsito religioso

Na metade do século XX a pluralidade religiosa se consolida no Brasil por meio da repressão do Estado e consequente luta por regularização das religiões taxadas como mágicas, trazendo um intenso campo de possibilidades e arranjos religiosos[3]. Na contemporaneidade, a dimensão religiosa passa a ser objeto de experimentação destes arranjos, dando ainda mais expressão às passagens, ao invés de pertencimento a uma única instituição religiosa.

Embora haja muito desacordo quanto a abrangência de significados evocados pelo termo, queremos nos referir a pós-modernidade como um tempo em que "todos os freios institucionais que se opunham a emancipação individual" se enfraquecem "dando lugar à manifestação dos desejos subjetivos, da realização individual, do amor próprio" (LIPOVETSKY, 2004, p. 23). A religião é redimensionada devido ao processo secularizante deixando seu lugar de única "matriz significante das relações sociais, para assumir um status menos nobre" dividindo a produção de significados com a mídia e a ciência (SOUZA, 2006, p. 22). A espiritualidade é deslocada não se limitando ao campo religioso para estar em todos os lugares em que existe a busca por bem-estar, contato com o transcendente, saúde física, emocional, qualidade de vida. Fala-se de uma "transmutação da religião em espiritualidade" e a "busca por uma religiosidade não convencional" (SIQUEIRA, 2008).

Este deslocamento traz mudanças significativas para a percepção do sujeito frente a institucionalização da religião, desvinculando-o da limitação de um templo para ampliar sua forma de ser espiritual livre de normatividades impostas. As sociedades modernas rompem com estas normatividades e tornam o crer e a participação institucional "assuntos particulares que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política podem impor a quem quer que seja" (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 34). O trânsito religioso é, portanto, uma reação não apenas da multiplicidade de ofertas religiosas, mas do próprio sujeito pós-moderno que se muniu de diferentes formas de pensar e questionar discursos estanques. Ele é a arena de inúmeras possibilidades onde a experiência religiosa ganha novas nuances erguendo questionamentos como "o que é a conversão? "[4]. E embora seja um tempo de muitas perguntas,

[3] Segundo Monteiro (2009) "a formação do Estado e da sociedade civil no Brasil construíram o pluralismo religioso a partir da repressão médico-legal a práticas percebidas como mágicas, ameaçadoras da moralidade pública".
[4] Autores como Hervieu-Leger (2008) pensam em termos de distinções como "peregrinos" e "convertidos" mediante a dúvida do tipo de experiência vivida na contemporaneidade que é de caráter tão móvel. Almeida e Montero (2001, p. 92) observam que "o conceito weberiano de 'conversão', que até muito recentemente explicava o complexo processo subjetivo de adesão a um novo credo não parece mais capaz de elucidar estas rápidas idas e vindas entre religiões aparentemente tão díspares entre si".

as dúvidas, como observo em meu contexto etnográfico, não inibem o que os entrevistados chamam de fé, ao contrário, produzem buscas incessantes. Este aspecto pode ser ilustrado através da entrevista de Alice[5], uma mulher de 54 anos, que passou por experiências na umbanda e no espiritismo kardecista e, posteriormente, converteu-se ao pentecostalismo: "Eu comecei a ler sobre essas coisas, eu queria uma realidade da vida, eu tenho muitos porquês na minha vida e eu fiquei buscando". Quanto a isto Hourtart diz:

> Na verdade, o símbolo não pode negar nem esquecer as incertezas. Mesmo no domínio da fé, existem incertezas. [...] O escritor libanês Maalouf dizia que não existe fé sem dúvidas. Também a fé se inscreve no 'oceano de incertezas', de que falava Edgar Morin (HOURTART, 2002, 145-146).

As motivações para a busca de diferentes experiências e até filiações religiosas podem ser tão complexas como o pluralismo em que o Brasil está inserido. Não podemos associar o intenso fluxo de pessoas entre instituições apenas à mercantilização do sagrado, ao imenso campo de opções. Almeida e Montero (2001, p. 92) consideram que "a redução do fenômeno do trânsito religioso ao processo de mercantilização dos bens de salvação acabou por deixar na sombra os mecanismos particulares de ressignificação das crenças religiosas". Os anseios subjetivos envolvidos nestes movimentos certamente também têm a ver com a busca pelo que mais lhe atrai, pois, a partir do momento que o sagrado é deslocado para uma infinidade de espaços, instaura-se também a possibilidade de experimentar estes espaços. A percepção de uma matriz comum também propicia a facilidade para movimentar-se em algumas instituições bem como o que foi colocado anteriormente, a percepção do sujeito pós-moderno acerca de si mesmo, de sua autonomia frente a flexibilidade que o mundo lhe oferece em contraposição ao discurso rígido de algumas instituições. A fala de Alice, transcrita anteriormente, leva-nos a entender a vida como uma dúvida, cuja solução as pessoas tendem a buscar incessantemente, configurando não uma busca insana como muito já se articulou, mas talvez, como entendemos na fala de Hourtart, o equilíbrio da fé que rompe com a coerência imposta por discursos dominantes e, ao mesmo tempo, antagônicos entre o bem ou o mal, o céu ou o inferno, Jesus ou o demônio.

[5] Todos os nomes usados em nossa análise etnográfica são fictícios.

2. Os trânsitos religiosos nos campos pentecostal, neopentecostal e candomblecista: as demarcações do pertencimento

Como já foi bastante evidenciado nas análises sociológicas e antropológicas, os campos religiosos aos quais nos referimos nesta pesquisa foram designados por pesquisadores do assunto (ALMEIDA, 2003; BIRMAN, 1996, 2001; MARIANO, 1996, 1999; MARIZ, 1999; ORO, 1997, 2001; SILVA, 2005, 2007), como campos que concorrem entre si no mercado de bens e serviços simbólicos. Compartilham de elementos em comum como o léxico, algumas práticas, roupas, adereços, objetos usados para mediar o sagrado, enfim, símbolos que remetem não a uma negação ou exclusão dos campos considerados opostos, mas uma alteração do sentido referente às suas práticas (BIRMAN, 1996).

O pentecostalismo se formou entre a população negra no sul dos Estados Unidos no final desse século e chega ao Brasil em 1910 com uma doutrina voltada para os dons do Espírito Santo. Ele não recria na mesma proporção que o neopentecostalíssimo o cenário "inimigo" para manipulá-lo oferecendo um "contrafeitiço" (ALMEIDA, 2003) aos feitiços feitos pelos afro-religiosos, mas em contrapartida, é o precursor da Teologia da Batalha Espiritual que prega a luta contra o demônio presente nas religiões não-cristãs (MARIZ, 1999). O neopentecostalíssimo, encabeçado pela IURD no Brasil em 1977, é fruto da junção de "uma tradição evangélica pentecostal e um catolicismo afro-kardecista, articulada em torno da figura do diabo" (Almeida, 1996, apud Almeida e Montero, 2001). Assim, pontua-se que a identidade destes dois segmentos é formada com base nas diferenças com o universo afro-religioso que condenam. Como afirma Oro (1997, p. 19) com relação a IURD, "o afro-brasileiro representa a alteridade radical, que contribui, por contraste, para construção da sua própria identidade".

O candomblé, por sua vez é considerado uma religião afro-brasileira, pois se constitui no século XIX em Salvador através de mulheres africanas que haviam sido escravizadas. A identidade para os candomblecistas, está atrelada a noção de tradição cultural já que se afirmam portadores de uma tradição cultural originada na África. Sua busca atual incide em movimentos por um "retorno à origem, dessa volta à África, que é uma retomada de símbolos religiosos e não o desejo de retorno às condições de vida do negro, do escravo, do antigo" (PRANDI, 2011, p. 18). Os símbolos buscados são os símbolos da África que conferem legitimidade ao exercício de suas práticas. Observa-se, portanto, que, os discursos do candomblé não incorrem na demonização da religião cristã, do pentecostalismo ou do neopentecostalíssimo.

Mesmo com processos de formação tão distintos, os pentecostais e neopentecostais se afirmando a partir das diferenças com os afro-religiosos e os candomblecistas em busca de uma África simbólica, o fluxo entre estes campos é recorrente e mostra o caráter múltiplo dentro do qual passa a fé e as descobertas de si. O sujeito pentecostal que antes não atentava para sua ancestralidade num determinado momento da vida pode vir a atentar-se quando acontecimentos evoquem suas concepções étnicas transitando assim para o candomblé. De igual forma o sujeito candomblecista que durante toda a vida cumpriu suas obrigações com os orixás e num dado momento não sinta que suas aspirações são atendidas e que sua vida não "vai para frente" pode transitar para o pentecostalismo em busca de ascensão financeira e libertação dos orixás percebidos como opressores.

Podemos dizer com base nos estudos de Hall (2003, 2006), que a busca por uma identidade coerente, uma história unificada que não incorra em contradições é uma fantasia. Estamos sujeitos a uma multiplicidade de identidades que podemos acionar em determinada instância da vida com base no que se quer buscar, afirmar e isto, de maneira consciente, pois como aponta Cuche (1999, p. 176), diferente da cultura que depende em grande parte de processos inconscientes, a identidade "remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas". Porém, como observamos em nossas análises etnográficas nos campos pentecostal, neopentecostal e candomblecista, há uma reinvenção dos símbolos de forma que em grande parte, não ocorre uma eliminação, mas uma reelaboração dos mesmos com base nos padrões do que é aceitável na nova comunidade e/ou instituição religiosa de escolha e pertencimento. Assim, passam a ser usados de maneira consciente e/ou inconsciente, mas com significados distintos.

Vale dizer que nem todos que estão no candomblé estão conscientes da história e do processo sociocultural de formação dessa religião, como se observa na trajetória e história de vida de Paulo e de outros entrevistados. Por outro lado, alguns entrevistados que afirmam no contexto pentecostal e neopentecostal que pertenciam ao candomblé, não procedem, visto que nunca foram iniciados, e misturam entidades da umbanda como sendo divindades do candomblé. Sansi (2013, p. 107) refere-se a iniciação como um "processo concreto e material" onde "o santo é construído" na própria pessoa e há a transferência "da agência do santo para o iniciado". Devido à complexidade deste processo, o ensinamento de como lidar com o santo, relacionar-se com ele, com os rituais, com a arte do candomblé, a falta da iniciação constituiu-se como um problema para algumas entrevistadas que afirmavam que

foram candomblecistas, por exemplo, há quarenta anos sem iniciarem-se. Ao que parece, esses convertidos são, em parte, reflexos inconscientes da conformação cultural e ideológica (e pré-concebidas) das novas instituições religiosas a que agora pertencem.

Sendo a identidade acionada de maneira consciente, podemos dizer que um afro-religioso que se converte ao pentecostalismo, acha sensato o abandono da identidade afro-religiosa enquanto algo consciente. A busca por afirmar-se afro-religioso com sinais como colares, roupas, penteados, determinados atos, não condiz com suas buscas atuais. Porém suas crenças, símbolos, concepções sobre o sagrado e a vida, não são eliminados, mas reelaborados sob instruções arquitetadas ideologicamente dos novos líderes e sob a própria capacidade pessoal do converso de realocar estes símbolos em sua nova vida. A identidade afro-religiosa pode ser ou não acionada novamente em outro momento em que houver este interesse, o que aconteceu com Eliza, uma mulher de 39 anos, que passou muitos anos no candomblé, converteu-se ao pentecostalismo, (segundo ela por gostar de igrejas "de fogo", "de movimento", que se assemelha à dinamicidade do candomblé) e retornou ao candomblé. Na própria elocução do sujeito transeunte está inscrita a percepção sobre suas diferentes fases e múltiplas identidades acionadas.

> Já tinha ido na Maranata, já tinha ido na Assembleia, na Universal, mas nada assim, só fui por questões políticas [...]. Até gostei um pouco da Maranata mas é, tipo assim, **eu estando na igreja, eu tenho um chamado missionário.** Eu tenho assim a facilidade de lidar com as pessoas, de cativar, de conversar [...]. Na Maranata a mulher não tem cargo, né?

A fala acima demonstra a percepção da própria entrevistada a respeito do caráter provisório e múltiplo de sua identidade religiosa. Noutro momento traz a reflexão de que embora transitasse para o pentecostalismo, sua identidade de afro-religiosa não seria excluída:

> Teve gente que me excluiu do *Facebook*, teve gente que me excluiu do telefone, do *WhatsApp*. Já os sacerdotes em si, os pais-de-santo todos me apoiaram, me apoiaram assim, não me criticaram. Talvez por eu ser Equede. **Porque pra eles eu tenho autoridade, eu não vou deixar de ser quem eu sou**. Pros iniciantes novos hoje, é, eles não entenderam muito não. Porque até hoje eu vou em alguma festa, quinem eu fui numa festa tem umas duas semanas, aí depois que acabou aquela festividade toda, o pessoal desvirou e tal, a própria mãe-de-santo lá falou assim "mãe! Você tá aqui!"

Embora na concepção da Assembleia, conforme seu relato, ela seja mais uma convertida, na fala dos irmãos-de-santo a saída de Eliza soa como um rompimento, o

solvente (PIERUCCI, 2006) dos laços que ela havia construído com a comunidade religiosa do candomblé e que refletia na identidade coletiva do grupo, o que pode explicar a revolta de alguns. Por mais que Eliza tenha destacado em vários momentos da entrevista a percepção de uma rotatividade constante dos fieis entre as casas de santo, a identidade religiosa do candomblé legitimada na tradição cultural africana que tem a noção de família-de-santo presente em tudo o que se faz, traz a marca do acolhimento do pai ou da mãe-de-santo, o que não foi sentido na mesma proporção nas autoridades religiosas das igrejas pentecostais, que se legitimam nos princípios burocráticos da individualidade.

Fernanda, de 32 anos, também fez o trânsito do pentecostalismo para o candomblé. Porém sua história é um tanto peculiar com elementos de um trânsito constante. Ela, como grande parte das pessoas que se iniciam no candomblé, o fez mediante aflições mentais e físicas que instauravam a necessidade de "fazer o santo". Na maior parte da infância e juventude esteve sob a forte repressão imposta pela igreja Deus é Amor transitando posteriormente para Assembleia de Deus. Ainda na juventude, devido contatos do trabalho, conhece um grupo de dança cujo líder é um pai-de-santo do candomblé e alguns dançarinos são seus filhos-de-santo. Ela cria laços de amizade com o líder e alguns integrantes, vindo posteriormente a ter uma experiência marcante que muda sua vida. Em meio a um determinado evento no qual o grupo de dança também estava presente, Fernanda passa mal relatando sintomas que já havia sentido várias outras vezes e que não tinham explicações médicas. Teve que ser levada ao hospital e os integrantes do grupo de dança a dão todo apoio neste momento que posteriormente é explicado como uma manifestação de sua entidade. Após um tempo deste ocorrido, com sua frequência na casa de santo cujos amigos também residiam, ela identifica-se naturalmente com o candomblé assumindo o cargo de *Macota*, que na tradição da nação angola é a zeladora dos orixás. Lá ela passa a ver as experiências que tinha durante toda a vida com um olhar diferente. O fato de cair, desmaiar, ficar tremendo, que antes não tinha explicações passa a ser visto como algo sobre o qual Fernanda precisava ser informada, ensinada, desenvolvida, atitude que se contrapunha por completo a uma manifestação deste tipo na igreja. Com nove anos estando no candomblé, não se assumiu candomblecista a fim de não constranger o pai que é pastor e a mãe, obreira da Assembleia. Assim permanece nas duas religiões, embora segundo ela, só esteja ainda frequentando a Assembleia de Deus por residir com os pais e não querer desapontá-los. Há

elementos importantes em suas narrativas referentes aos símbolos os quais ela não elimina uma vez que estão fortemente incorporados em seu *habitus* (BOURDIEU, 1983).

> Eu não gosto nem de tirar foto, Deus é Amor não deixa tirar foto nem nada. O que acontece, o que as pessoas não veem, elas acabam não falando. Então, eu tenho contato com todo mundo que você puder imaginar. Como os meus pais não sabem, ninguém da Assembleia de Deus sabe que eu sou do candomblé. Tanto que se eu for na casa do pastor agora é "irmã Fernanda". Eu vou na igreja e não caio endemoninhada, mas se soubessem que eu era do candomblé já iam orar pro demônio vir, entre aspas, entendeu? Acabei criando uma conduta reprimida, não era tudo que podia fazer. Até hoje não gosto de praia, medo da praia, de pecar. As marcas ficam com certeza, não é aquela coisa visível na pele, mas que vê no dia a dia, na autoestima. Hoje em dia eu não tenho raiva da igreja sobre a forma tão retrógrada que eles tinham de pensar. Quem viveu naquela época sabe que a gente acaba vivendo à margem da sociedade todinha. Coisa que adolescente fazia eu não podia fazer, eu vivia na adolescência já na fase adulta. [...] Deus me livre era chegar perto da maquiagem, perto do batom então porque batom era o esmalte do capeta. Então a imagem que eu tinha, era sempre uma saia comprida, e quando a gente fala quatro dedos abaixo do joelho, é quatro dedos sentada (risos) e isso influenciou e isso influencia até hoje na verdade. Minha autoestima depois que eu passei a frequentar o candomblé mudou porque na verdade, eu agora sei quem eu realmente sou. Na verdade eu me transformei. Hoje eu sou eu, despertou em mim a pessoa que eu sempre fui na verdade, de falar, de me amar, de saber que na religião eu posso ser eu mesma, não é porque alguém tá mandando, mas é logico que tem que obedecer à doutrina. Eu sei que eu posso usar um batom que eu não vou tá chamando atenção de ninguém. Hoje na verdade eu entendo que eu posso usar por uma questão de estética, de beleza. Hoje eu já consigo observar que isto é questão de doutrina. Hoje eu não uso muito maquiagem, não porque eu acho errado, mas porque tudo que você não usa muito você acaba não acostumando e por causa da minha família. No candomblé eu sei que um batom, um brilho, uma maquiagem vai me deixar mais mulher, mais feminina.

Percebe-se que mesmo que tenha se identificado com o candomblé a ponto de dizer que ainda só frequenta a Assembleia para não desapontar os pais, existem fortes elementos do pentecostalismo em sua vida como referentes à estética e práticas de lazer. O processo de socialização em que foi criada com a doutrinação pentecostal é suficiente forte para, e alguns casos, nem em passagens a campos religiosos totalmente opostos, se dissolver. O candomblé se apresentou para ela como um elemento que realça aquilo que ela já era, não a fez outra pessoa, mas potencializa algumas características suas e de seus familiares, visto que uma de suas tias tem uma casa de religião de matriz africana no bairro Central Carapina, no município da Serra (ES), e seus avós pertenciam ao universo dessas religiões. A mudança que há com relação ao uso de maquiagem, por exemplo, é a concepção de não ser mais

errado, embora ela continue não usando. Pode ser que após alcançar determinada independência e sair da casa dos pais, Fernanda consiga se pensar e agir de maneira mais diferente ainda, como também pode ser que mesmo que frequente apenas o candomblé, lide para o resto da vida com conceitos cristãos.

Eliza, a entrevistada que saiu do candomblé, converteu-se ao pentecostalismo e retornou ao candomblé, utiliza constantemente elementos oriundos da concepção cristã em sua fala:

> Na palavra fala assim, que os filhos das trevas são mais prudentes que os filhos da luz. No candomblé, vamo colocar assim, quem foi Lúcifer? Vou usar uns nomes pejorativos assim que você vai entender, demônio Satanás, o que seja, quem foi esse senhor? [...] Foi um anjo [...] um dos principais levitas do Senhor até que ele fosse expulso [...] e aprontasse. Até então ele conviveu com quem? Com o Senhor, nossa divindade maior. Ele sabe tudo! Como segurar uma pessoa, como lidar, ele fala o que a gente quer ouvir pra poder segurar a gente, ele é mais prudente.

Para ela, é a partir da inserção no pentecostalismo que passa a entender as exigências do candomblé que não entendia antes. Esta compreensão não resulta num afastamento do candomblé, ao contrário, é com a compreensão transmitida a ela sobre exigências como a consagração que ela se aproxima ainda mais do candomblé, estabelecendo um diálogo entre ambos os campos, conversando entre duas identidades.

> Aí eu fui pra igreja pentecostal com ele, pra Assembleia, gostei, fui me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, aí aceitei Jesus como meu único e suficiente Salvador, aquela coisa toda. Comecei a conhecer a palavra, comecei a entender os porquês dos "nãos", principalmente do candomblé: "ah não pode isso, não pode aquilo" [...]. E biblicamente falando eu comecei a entender algumas situações. Entender não, compreender. [...] **Comecei a entender os porquês na igreja, o que é consagração. Porque a pessoa tem que tá de preceito no candomblé, eu não entendia, hoje eu entendo**. Porquê que quem vai cuidar daquela pessoa tem que tá de preceito? Tem que tá em comunhão, tem que tá consagrada? Os termos, só muda os nomes, de preceito pra consagração, pra jejum, pra...

Como aponta Almeida (2003, p. 341) "os pares inversão/continuidade e negação/assimilação, são, de fato, os mecanismos pelos quais se processaram uma antropofagia religiosa". Esta frase ilustra da melhor maneira possível como se forma as identidades pentecostal e neopentecostal com base nos pares acima, através da alimentação das concepções afro-religiosas utilizadas de maneiras inversas.

Em Paulo, um homem de 51 anos, que viveu muitos anos no candomblé e agora é pentecostal, observa-se a afirmação de referenciais do catolicismo que o confrontavam quando ainda estava no candomblé:

> Porque lá existe muita reverência né? No candomblé é muita reverência, e eu não achava aquilo certo [...], ajoelhar entre o pai-de-santo, bater a cabeça, jogar no chão por eles. Mas eu sentia no meu coração que quando eu estivesse diante de Deus, eu ia falar "Deus, eu não sabia". Era o meu argumento né? E eu falei assim "eu quero prostrar diante de Deus, eu não quero prostrar diante do inimigo". No meu coração sempre ficava isso, foi aonde que Deus ouviu o que tava dentro de mim. **Porque por mais que a igreja católica tenha os seus ídolos, mas tem o ensinamento de Deus e eu cria nisso né? Que existia Deus** [...] **a essência, um pouquinho de Deus, ficou na minha vida por ter vindo de berço católico**.

Nota-se que nas realidades colocadas, foi operacionalizado o conhecimento obtido em diferentes passagens religiosas, muitas vezes para a compreensão da realidade atual, ou para demonização do passado, mas de todo modo foi operacionalizado e não eliminado.

Como último caso que vou descrever, tive a oportunidade de, numa feira próxima a minha casa, abordar uma baiana de acarajé evangélica, a qual chamarei de Dona Helena. Estava na praia à noite com minha mãe e minha filha, esta, brincando no parquinho, quando observei que uma mulher com a inconfundível roupagem de uma baiana de acarajé saiu de um carro. Eu disse "olha mãe, uma baiana", ela respondeu "sim, e uma cigana". Eu respondi "onde você está vendo cigana mãe? Só tem uma baiana". Ela descreveu estar vendo por todo o tempo que permanecíamos lá uma mulher com vestido longo vermelho que ficava sempre próxima à baiana. Eu olhava de um lado, olhava por outro ângulo e nada. Isto me intrigou e resolvi subir no calçadão e discretamente me aproximar da barraca e não vi nenhuma cigana ou mulher de vestido vermelho. Como já estava ali, contei a baiana sobre minha pesquisa de mestrado e perguntei se ela tinha ou havia tido alguma relação com o candomblé. Ela me respondeu "sim minha filha, candomblé, umbanda e magia negra, mas graças a Deus fazem muitos anos que me converti". Contou-me que hoje é da Assembleia de Deus e que foi uma grande libertação, porque sua vida antes não tinha paz, ela era muito oprimida pela Pomba-gira. Sabe-se que a Pombagira é uma entidade cultuada sobretudo na Umbanda, descrita na maior parte das vezes com vestido vermelho e preto, e algumas vezes como cigana devido as variações existentes como "Pombagira Cigana", "Pombagira cigana dos sete cruzeiros".

Sobre o ofício das baianas de acarajé, há um Dossiê do Iphan (2007) com riquíssimas contribuições sobre a história do acarajé, os desafios deste ofício na contemporaneidade sobre as quais queremos recorrer para pensar o caso de Dona Helena.

> O acarajé, vindo das mãos de uma baiana, articula universos simbólicos relacionados à esfera da culinária votiva e às chamadas comidas de rua [...] A tradição da venda do acarajé na rua tem origem no universo do candomblé: a obrigação do acarajé, autorização para produção e venda pública por mulheres iniciadas nos padrões dos rituais tradicionais do candomblé e escolhidas por Oiá, tinha como objetivo angariar recursos para fazer o santo, isto é, cobrir os gastos necessários às obrigações de iniciação. Segundo este preceito religioso, tradicionalmente o acarajé era vendido em gamelas de madeira redondas, semelhantes às usadas nos terreiros de candomblé para oferecer aos orixás e adeptos o mesmo alimento sagrado. Atualmente a venda de acarajé não está mais ligada exclusivamente à tradição religiosa [...] os vínculos com o candomblé, no entanto, permanecem ainda muito marcantes, o que se manifesta no modo ritualizado como algumas baianas de acarajé organizam seu espaço de venda na rua (IPHAN, 2007, p. 23).

A atitude dos evangélicos gera discussão[6] ao produzirem "acarajé de Jesus" ou "bolinho de Jesus" uma vez que se trata de uma ressignificação, uma vinculação, de um alimento com raízes ancestrais da África, ao seu próprio universo religioso. Para Bitar (2012, p. 38) esta discussão ou divergência, "faz parte de uma ampla estrutura de desentendimentos entre estas duas vertentes religiosas expressos, por exemplo, em episódios de intolerância entre seus partidários".

Como escrito no Dossiê do IPHAN (2007) a venda do acarajé foi ressignificada ao longo dos anos, e, portanto, não é mais vinculada apenas ao candomblé, porém nota-se que, no caso da senhora que abordei e afirmou-se pentecostal, ela portava um dos principais sinais de identificação de uma baiana de acarajé: o traje. O turbante na cabeça "que protege o ori (cabeça), para as mulheres iniciadas no candomblé, o estar de torço tem significados próprios" além das saídas armadas "que complementam coreografias, uma vez que as roupas, além de identificar pessoas, atuam nos comportamentos" (id. 33). Portanto, ainda que pelas necessidades econômicas, muitos homens e mulheres desvinculados ao candomblé exerçam o ofício do acarajé, o traje da baiana liga-o instantaneamente ao candomblé pois é um sinal

[6] Este ofício, tradicionalmente uma obrigação feminina, como um presente dado as mulheres baianas pelos orixás para sua sobrevivência econômica, tem sido pleiteado também por homens e por pessoas evangélicas. Clarice dos Anjos, baiana de acarajé e uma das fundadoras da Associação das baianas de acarajé, mingau, receptivos e similares do Estado da Bahia (Abam) conta a história de um homem filiado à Associação e que respeitava todas as regras da profissão, "e saindo dali, não importa o que ele seja, se ele é católico ou evangélico, não importa..." (id. p. 54) Porém nem todas as baianas de acarajé são cordatas a este tipo de pensamento pois trata-se, para elas, de "uma invasão de seu espaço" (id. p. 55).

demarcador de seu pertencimento. Esta baiana, ainda que no dia-a-dia afirme-se evangélica, no momento da venda de seus acarajés está acionando conscientemente uma tradição, que para quem passou anos no candomblé sabe, que fora iniciada para pagamento da iniciação das filhas de santo e forma de subsistência das mesmas. Através das vestes da baiana e da venda do acarajé ela invoca uma tradição que demarca sua identidade passada, talvez pelo interesse de exercer a tradição da maneira como a maior parte dos clientes entende como legítima.

Considerações Finais

A antiga pintura que se transformou num quadro que quase todos os lares cristãos protestantes já tiveram, "Os dois caminhos" (1862) da luterana alemã Charlotte Reihlen (1805-1868), pinta dois mundos diferentes cujas diferenças interessava demarcar assertivamente: o caminho largo é o pecaminoso, com festas, teatro, pessoas bem vestidas, bailes e que no final conduzia ao inferno. O caminho estreito, com pessoas vestidas de maneira mais singela, com construções religiosas e nenhuma prática de prazer, conduzia a uma "Cidade de Luz", que o mestre do ex-monge Martin Lutero, Santo Agostinho, havia denominado "Cidade de Deus" em contraposição às paixões mundanas da denominada "Cidade dos Homens". Cabe destacar que esse dualismo é uma herança introduzida na teologia católica e depois protestante, advinda do idealismo de Platão, filósofo grego (criador da teoria do antagonismo entre o "mundo sensível" e "mundo das ideias"), que foi um dos mestres de Santo Agostinho e que, por sua vez, influenciou o pietismo alemão analisado por Weber. A pintura evoca representações baseadas na ética cristã e no individualismo. Este último, consequência da concepção calvinista de predestinação e salvação individual. Elementos que Weber (2004) em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* denomina de ascese extramundana responsável pelo desenvolvimento do capitalismo. Estas representações de um dualismo, embora tenham sido superadas em muitos aspectos, ainda trazem enormes influências em nosso imaginário social. De modo que embora nos campos acadêmicos sejam reconhecidas identidades múltiplas, no campo religioso na maior parte das vezes se ensina que há a necessidade de exclusão. A entrevistada Eliza, que saiu do candomblé e foi para uma igreja pentecostal, foi afastando-se lentamente da igreja e frequentando algumas festas do candomblé novamente. Frequentava paralelamente aos dois universos religiosos, porém, seu namorado, cristão pentecostal, a condenava e impunha a necessidade de uma escolha. Quando perguntamos se sua decisão em sair de uma delas era devido ao namorado, ela responde que sim.

Porque por ela, não havia problemas de frequentar os dois, ela não se sentia mal porque a frequência com que ia à igreja não era grande: "De repente se a frequência fosse maior de ir à igreja, de repente eu poderia me sentir assim uma traidora, desprezível. Mas assim, eu gosto de ouvir a palavra, eu gosto de aprender. Se eu pudesse ir só em estudos, eu ia".

O relato acima e todos os outros coletados apontam para a compreensão de que as pessoas têm sido cada vez mais múltiplas em suas experiências e isto certamente se constitui um conflito para a maioria das instituições religiosas. O trânsito religioso é o movimento que destaca esta possibilidade de romper com o imposto e experimentar questionar pinturas estanques de uma sociedade que sempre está em dinâmica, lidando com contradições, interdições, rupturas que muitas vezes sinalizam novos começos, novos caminhos religiosos que não estão fechados, mas dialogam intimamente com o passado.

Referências

ALMEIDA, R.; MONTERO, P. **Trânsito religioso no Brasil**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001.

ALMEIDA, Ronaldo de. "A Guerra das Possessões". In: A. P. Oro; A. Corten & J. P. Dozon. **Igreja Universal do Reino de Deus**. Os Novos Conquistadores da Fé. São Paulo: Paulinas, 2003.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BIRMAN, Patrícia. "Conexões Políticas e Bricolagens Religiosas: Questões sobre o Pentecostalismo a Partir de Alguns Contrapontos". In: Pierre Sanchis (org). **Fiéis & Cidadãos**. Percursos de Sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 59-86, 2001.

_____. Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens. In: **Religião e Sociedade**, 17/1-2, p. 90-109, 1996.

BITAR, Nina Pinheiro. **Baianas de acarajé**: patrimônio, comida e dadiva. Ciência hoje, v. 50, ed. 299, p. 35-41, dezembro de 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DOSSIÊ IPHAN 6. **O Ofício das baianas de acarajé**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

FERNANDES, Silvia Alves. Mobilidade religiosa é o modo como os brasileiros experimentam a religião. Entrevista especial com Silvia Alves Fernandes, do Ceris. In: **Instituto Humanitas Unisinos**, jul. 2006. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-

anteriores/2755-mobilidade-religiosa-e-o-modo-como-os-brasileiros-experimentam-a-religiao-entrevista-especial-com-silvia-alves-fernandes-do-ceris> Acesso em 26.08.2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: Guanabara, 1989.

HALL, S. **"Minimal Selves"**, in Identity: The Real Me. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. **O peregrino e o convertido**; a religião em movimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

HOUTART, François. **Mercado e religião**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAFRA, Clara. **Relatos compartilhados**: experiências de conversão ao pentecostalismo entre brasileiros e portugueses. Mana. Rio de Janeiro. v. 6, n. 1. abr. 2000.

MARIANO, Ricardo. **Igreja Universal do Reino de Deus**: a magia institucionalizada. Revista USP. São Paulo, n. 31, p. 120-131, set./nov. 1996.

_____. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIZ, Cecília Loreto. **A Teologia da Batalha Espiritual**: Uma revisão bibliográfica. BIB. Rio de Janeiro, n. 47, p. 33-48, 1º semestre de 1999.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e afro-religiosos: quem vencerá esta guerra? In: Debates do NER, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36, dez. 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Religião como solvente** - uma aula. Novos Estudos. n. 75. jul. 2006.

PRANDI, Reginaldo. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 12, n. 19, p. 11-28. jan./jun. 2011.

SANSI-ROCA, Roger. A vida oculta das pedras: Historicidade e materialidade dos objetos no candomblé. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos ; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITAR, Nina Pinheiro. (Org.). **A Alma das Coisas**: patrimônios, materialidade e ressonância. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, v. 1, p. 718, 2013.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais:** uma análise simbólica. Revista USP, São Paulo, n. 67, set./nov. 2005.

_____. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. In**: Revista Mana.** v. 13. n. 1. Rio de Janeiro. Abr. 2007.

SIQUEIRA, Deis. **O labirinto religioso ocidental**. Da religião à espiritualidade. Do institucional ao não convencional. Sociedade e Estado. v. 23. n. 2. Brasília, 2008.

SOUZA, Sandra Duarte de. **Trânsito religioso e reinvenções femininas do sagrado na modernidade**. Horizonte: Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 21-29, dez. 2006.

RELIGIÃO E CLASSE SOCIAL: A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE EM DIFERENTES SEGMENTOS DO MOVIMENTO EVANGÉLICO

João Ricardo Boechat Pires de Almeida Sales
UENF - Darcy Ribeiro.

Resumo: A religião ultrapassou os limites da esfera cultural e tem, hoje, impacto social que precisa ser analisado e discutido. Certo disso, analiso como a religião pentecostal, guiada pela teologia da prosperidade, adapta suas promessas e demandas às diferentes classes sociais, influenciando no consumo material, cultural e social dos indivíduos de diferentes classes que encontram na religião a esperança para amenizar suas ansiedades e dar significado a sua existência e relações. Analiso aqui o impacto da religião em duas classes sociais: a "ralé estrutural" e os "batalhadores". Para mostrar a influência da religião sobre essas classes, observo a estrutura dos cultos e o perfil do especialista religioso de comunidades eclesiásticas que representam e expõem as demandas e ansiedades das citadas classes sociais.

Palavras-chave: religião; classe social; pentecostalismo.

Abstract: Religion has surpassed the cultural spheres limits and nowadays it has social impact that needs to be analyzed and discussed. Aware of it, I analyze how the Pentecostal religion, guided by the theology of prosperity, adapts its promises and demands to different social classes. And how it influences material, cultural and social consumption of individuals from different social classes who find in religion hope to ease their anxieties and give meaning to their existence and relationships. I intend to analyze here the impact of religion on two popular classes: the "structural riff-raff" and the "strugglers". In order to demonstrate the influence of religion on these classes, I observe the structure of the worships and the profile of the religious expert which represent and expose the demands and anxieties of the social classes.

Keywords: social class; religion; pentecostalism.

Introdução

A Religião ignorou o esquecimento e irrelevância que a ela tinham sido destinados e continua sendo uma esfera importante da existência humana. A modernidade deslocou a religião para a esfera cultural, crendo que, uma vez a razão estabelecida e dominante, culminaria com o fim da importância religiosa. Todavia, Renato Ortiz afirma que esta é um importante lugar de memória e identidade, sendo capaz de unificar nações e criar novas memórias coletivas (ORTIZ, 2001:59). Este é, por exemplo, o caso de Israel[1] que só foi capaz de se se tornar uma nação, pois conseguiu unificar a crença dos diversos povos que viviam próximos à região do Egito em um único Deus, dando a eles força para lutar por sua

[1] SKA, Jean Louis. Ao analisar as possíveis formações da nação de Israel no começo se sua história, no livro *A Palavra de Deus na narrativa dos Homens*, Ska afirma que uma das hipóteses seria a unificação do povo sob a crença em uma única divindade, o que tornaria possível o interesse comum e o fortalecimento do desejo de independência e formação de uma nação.

libertação e independência. Além disso, o mundo globalizado também favorece o fortalecimento da religião. Em uma época de interdependência econômica e homogeneização das informações, o Estado-nação se enfraquece e a religião ganha espaço vinculando-se a compromissos na base das ações coletivas, aumentando sua influência pública. O campo da memória e identidade se une assim à ação pública (ORTIZ, 2001:65). Pode-se afirmar também que a religião detém grande poder simbólico, pois traz à existência humana significado e pretende, na relação com o divino, garantir infinidade à esta existência. Assim, "podemos entender a função social da religião não somente como elaboradora de uma identidade de grupo, [...] mas perceber como a religião tem parte importante na dinâmica social como um todo" (ARENARI, 2013:121).

José Casanova se refere a este fenômeno do crescimento religioso como o colapso do da era das crenças Iluministas (CASANOVA, 2000). As expectativas e análises que aguardavam o desaparecimento, ou pelo menos, o enfraquecimento da religião, não se confirmaram na história, nos levando a repensar o papel que religião e disposição religiosa desenvolvem na sociedade humana e experiência humana em geral (ARENARI, 2013:18). Esta onda de expansão religiosa que destruiu a ilusão que seria possível eliminar a religião da vida social permite-nos afirmar que a experiência religiosa é característica universal da experiência humana e que a busca pelo transcendente é realidade em todos os povos e culturas.

De acordo com o sociólogo Peter Berger, a explosão do pentecostalismo evangélico e a ampla ressurgência do Islamismo em uma escala mundial representam os dois grandes fenômenos do tempo atual no que diz respeito à análise da sociologia da religião (ARENARI, 2012:178).

O Pentecostalismo exemplifica bem o impacto do Cristianismo no mundo atual. Seu crescimento mundial faz com que este seja um fenômeno impossível de ser ignorado. Ainda que mais da metade dos Pentecostais no mundo estejam na América Latina e África e que seja um movimento quase inexistente na Europa (ARENARI, 2013:76), seu crescimento tem sido considerável. Por exemplo, de acordo com a World Christian, 20% dos seis milhões de imigrantes Hispânicos que vivem nos Estados Unidos são pentecostais, na África do Sul, 40% da população é influenciada pelo Pentecostalismo, na América Latina, 144 milhões de pessoas são pentecostais, e o Brasil é o maior país Pentecostal do mundo. Estes exemplos mostram que estamos lidando com uma força de impacto mundial.

A Universal do Reino de Deus (IURD), por exemplo, é considerada a denominação multinacional mais importante na periferia do capitalismo mundial (ARENARI, 2013:88).

"Não é um fenômeno significante em relação ao Brasil, é um fenômeno que ajuda a entender as novas formas de religião no mundo transnacional" (2013:88). A IURD está presente em mais de 170 países sendo uma força não só religiosa como política e de mídia[2].

No Brasil, a presença religiosa é uma realidade que não pode ser ignorada. De acordo com os dados de 2010 do IBGE, apenas 8% da população brasileira se declara "sem religião". Por outro lado, 64,6% se declaram católica e 22,2% evangélica. Contudo, é importante perceber é que nos últimos trinta anos, a membresia Católica diminuiu quase um terço, enquanto o número de evangélicos Protestantes quadruplicou. Esses dados nos ajudam a perceber que, realmente, o fenômeno pentecostal encontrou hospitalidade e possiblidade de crescimento. O que faz com que o Brasil seja, hoje, "a maior nação pentecostal do mundo" (ARENARI, 2013:66).

Brand Arenari afirma que a maneira como a modernidade periférica se desenvolveu no Brasil, produziu ambiente excelente para o desenvolvimento do pentecostalismo. Esta nação apresenta estrutura social, tipo social específico gerado por esta estrutura social e modelo cognitivo predominante na sociedade que permitem uma relação bem-sucedida entre pentecostalismo e significância social (ARENARI, 2013:134).

Campos dos Goytacazes é, também, exemplo desta realidade apontada pelos sociólogos. De acordo com o Censo demográfico, em 2000, 59% da população campista era adepta do catolicismo, enquanto 21% desta era evangélica. Entre estes, 27,4% eram tradicionais, enquanto 67,6% eram pentecostais. Dez anos depois, o crescimento do pentecostalismo continua grandioso. No censo de 2010, 50% da população campista se dizia católica, enquanto 31% se identificava como evangélica. Destes 68,7% se dizem pentecostais. Em números, mais de 41.000 novos adeptos em dez anos, considerando que nenhum dos antigos membros faleceu, ou mudou de religião[3].

A "terceira onda do pentecostalismo[4]" trouxe consigo uma nova teologia para fundamentar suas crenças. Uma teologia de crescente importância no meio pentecostal, isto é, umas das principais vias pela qual os pentecostais, hoje em dia, seguem o entendimento de quem Deus é e como se relacionar com ele, afetando sua relação consigo e com a

[2] Nas eleições de 2002, por exemplo, a IURD elegeu 16 congressistas, 1 senador e 19 parlamentares em 10 estados do Brasil. Além disso, a IURD é dona da Rede Record de TV no Brasil e possui outros canais em diferentes países da África.
[3] Dados do Censo Demográfico 2000 e 2010.
[4] Expressão usada por Paul Freston para descrever a entrada do pentecostalismo na lógica economicista, tendo como principal guia, a Teologia da Prosperidade. FRESTON, Paul in ARENARI, Brand. *Pentecostalism as religion of the perifety: an analysis of the Brazilian case.* Tese de Doutorado, 2013. p. 18.

sociedade, é a Teologia da Prosperidade. Esta apresenta algumas características particulares. Entre elas: o pensamento positivo, cura divina, prosperidade financeira, profetas hodiernos, bênção e maldição da lei, revelações e forte apego à mágica (SILVEIRA, 2007).

Esta visão de mundo encontrou campo farto de desenvolvimento devido à maneira pela qual o Brasil se modernizou. Em meio às classes mais pobres, a teologia da prosperidade passou a ser importante fonte de esperança para ascensão social e abastamento material. E as igrejas (neo)pentecostais passaram a ser constituídas majoritariamente de mulheres, pessoas com poucos anos de estudo e pobres (ARENARI, 2013: 126). Contudo, esta teologia ultrapassou os limites das classes baixas e encontrou refúgio até mesmo nas comunidades eclesiais elitistas. Tal fato, antes inimaginável, hoje é uma realidade e é possível perceber variações da teologia da prosperidade em todas as comunidades, representantes dos diversos tipos de classe social e frações de classe. A ponto de ser possível afirmar que, uma igreja que não aceite o (neo)pentecostalismo e sua principal teologia, ainda que de forma moderada, está fadada a deixar de existir.

Partindo deste princípio, este trabalho objetiva realizar um estudo na sociedade, demonstrando os impactos sociais do pentecostalismo, principalmente da teologia da prosperidade. Percebendo sua influência no consumo, costumes e escolhas (políticas) em diferentes classes sociais.

1. Curta análise das comunidades eclesiásticas

O primeiro passo para observarmos a relação entre religião e classe social é observar as comunidades eclesiásticas presentes na sociedade. Por comunidade seguimos o conceito weberiano que a define como uma relação associativa duradoura entre os adeptos com direitos e deveres fixos (WEBER, 2009:313). A comunidade religiosa faz-se relevante em diversos âmbitos, pois as relações que ocorrem dentro dela produzem efeitos decisivos para a atuação prática dos membros, influenciando diretamente as escolhas de consumo material e cultural dos indivíduos. Os sermões pastorais, as relações entre "irmãos", as doutrinas e, principalmente, as "células" produzem disposições para determinadas escolhas, produzem (novo) significado para sua relação com o mundo e criam um grupo relacional dentro da própria comunidade.

É errôneo pensar que uma comunidade eclesiástica é formada por uma classe social exclusiva. Contudo, o sacerdote, mago ou profeta das comunidades adapta sua mensagem e suas ações mágicas – como a cura divina e a expulsão de demônios – às necessidades das

classes, isto é, se o especialista religioso deseja que sua comunidade obtenha êxito, cresça no número de fiéis, ele precisa observar as necessidades de seu "público" alvo e fazer suas demandas acessíveis a estes, a fim de que participem da vida comunitária, depositando sua fé naquilo que creem estar relacionado com seu dia-a-dia. Desta forma, cada comunidade é, majoritariamente – ainda que não exclusivamente – composta por indivíduos de uma mesma classe, ou pelo menos, em uma mesma situação de classe. Indivíduos em uma mesma situação de classe tendem a ter demandas similares, possuindo, por outro lado, demandas distintas daqueles em diferentes classes sociais.

Enquanto a "ralé estrutural" demonstra necessidades imediatas, como a busca de empregos, causas na justiça e cura de enfermidade; os "batalhadores" apresentam preocupações com o futuro, principalmente o bem-estar dos filhos e a segurança da "família". Por isso, a comunidade eclesiástica irá ser composta, majoritariamente – ainda que não exclusivamente – por indivíduos que veem nesta a resposta para suas demandas.

Assim, uma comunidade eclesiástica é lugar adequado para observarem-se as demandas e necessidades de certa classe social. Crendo nisto, foram selecionadas igrejas que representem as demandas de diferentes classes sociais; nelas, analisar-se-á a estrutura do culto que revelam as ansiedades das classes que estas representam.

Como comunidade representante da "ralé estrutural", utilizo a Igreja Mundial do Poder de Deus. Esta igreja, com representatividade nacional, conta com participação expressiva em sua membresia de indivíduos da "ralé". Para analisar a percepção da presença de Deus no dia-a-dia do povo, observei os "cultos de adoração", "reuniões de libertação", "cultos da vitória", os programas de rádio e televisão e as entrevistas com os membros da "Mundial" na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ.

Entretanto, como representante da classe "batalhadora", tomo como exemplo a Igreja Semear, também na cidade de Campos dos Goytacazes. Esta comunidade foi a primeira na região a trabalhar com a visão G12 – a qual explicarei melhor mais adiante – começando o movimento de células, treinando líderes e formando discípulos nesta visão.

1.1 O culto da "ralé estrutural"

O culto da Igreja Mundial do Poder de Deus é um grande "show de mágica". Diferentes dias, há diferentes "enfoques": libertação, prosperidade financeira, vida amorosa,

"causas impossíveis". Todavia, independentemente do enfoque do culto, a fórmula é a mesma. O culto é uma grande batalha contra os demônios.

Uma das características da religiosidade da ralé estrutural brasileira é a dicotomia com que esta, se relaciona com o mundo. O "mundo" é um lugar de atuação das forças demoníacas e divinas de igual modo. Toda e qualquer situação tem seu sucesso – ou fracasso – determinado pela luta das forças do bem contra o mal. A religiosidade da ralé não é – essencialmente – monoteísta. Deus é a entidade do bem que tem incontáveis anjos sob seu controle. Por outro lado, Satanás, que para os judeus pós-exílio era apenas um anjo como outro qualquer submetido às ordens de Javé, foi elevado à função de inimigo de Deus e carrasco dos homens. Assim, a vida do crente é formada pela influência divina ou demoníaca, e o bem-estar nada mais é do que a vitória do bem sobre o mal.

A interferência divina está diretamente ligada ao clamor e ações do fiel. O crente tem poder de interferir diretamente na ação divina no mundo com suas orações e práticas. O aprendizado para a interferência acontece justamente durante os cultos. Ali, o crente recebe os "instrumentos sagrados" que possuem poder divino, renova seus acordos através dos sacrifícios e ofertas e "coloca diante de Deus" os anseios que precisam ser resolvidos.

É perceptível, na religiosidade da rale, a transformação da magia em simbolismo. Elementos do cotidiano recebem poder especial ao serem "consagrados" pelos pastores, possuindo, a partir da consagração, poder para transmitir a "cura" divina àquilo que o fiel deseja afetar. Lenços, travesseiros, flores, sal, ou seja, tudo que é santificado recebe "autoridade divina" para "onde tocar, levar a cura divina".

Se por um lado há a interferência divina ocorre a todo momento, a figura de Deus como um ser pessoal e relacionável, característica inabalável do cristianismo do século I e das comunidades protestantes históricas americanas, é anulada. Deus se transforma em um ente assentado sobre um "alto e sublime" trono, mas não se envolve pessoalmente com seus "servos", apenas "dá ordem aos anjos a respeito deles", mas se abstém da participação direta na vida do crente. A religiosidade não é baseada em comportamentos éticos ou exemplares e sim em rituais mágicos que enfraquecem o mal e suportam o bem na batalha diária.

A influência dessa religiosidade na vida diária do fiel se expressa bem nas palavras de Almira Conceição das Neves, membro da Igreja Mundial do Poder de Deus na cidade de Campos dos Goytacazes:

> Fui ao banco na semana passada receber meu benefício, e quando cheguei ao segundo andar para pegar uma senha, o rapazinho falou que eu deveria descer e procurar uma outra moça porque ali era só para 'prioridade'. Eu repreendi o inimigo em nome de Jesus e declarei minha vitória. Ele não teve outra escolha senão me dar a senha porque eu não ia sair dali sem minha bênção.

1.2 O culto dos batalhadores

Semelhantemente à ralé estrutural, o pentecostalismo se adaptou às necessidades da classe batalhadora e se tornou um "fenômeno" social também em meio a esta, produzindo diferentes *habitus* específicos e influenciando a relação dos indivíduos consigo mesmo e com a sociedade.

Contudo, os batalhadores não são atraídos da mesma forma pelo "show de mágica" que conquista a ralé. Os recursos que os batalhadores conseguem adquirir e os tornam aptos para lutar mais facilmente por algum lugar no mercado de trabalho competitivo, fazem com que as "promessas mágicas" não atraiam da mesma forma o indivíduo batalhador. Por outro lado, o pentecostalismo adaptou sua mensagem às necessidades batalhadoras e é a religião mais crescente entre os membros desta classe.

A principal diferença entre a religião da "ralé" e a religião dos "batalhadores" se encontra na esperança soteriológica. É importante lembrar que Weber nos mostra que toda e qualquer religião propõe uma mensagem salvífica que objetiva a salvação no mundo aqui e agora (1982:320). Mesmo que a mensagem profética ou sacerdotal seja sobre o porvir, o mundo além, as disposições práticas são para o hoje. E isso não é diferente no "pentecostalismo batalhador", a promessa principal é a salvação "futura intramundana". Enquanto para a "ralé" o importante são ações emergenciais, o "toque divino" urgente, os batalhadores encontram na religião, a esperança para uma construção de um "futuro melhor". A noção de "futuro" não é algo natural em meio às classes populares, por isso, a religião se destaca na construção – e reconstrução – da noção de futuro, principalmente a noção de um futuro melhor.

A noção de felicidade e boa-vida construídas pelo pentecostalismo vão ao encontro das ansiedades da classe "batalhadora", contrastando com a "derrota" iminente e certa prevista pela sociedade brasileira às classes populares. O discurso economicista e a legitimação da meritocracia em nossa sociedade produzem indivíduos que já entram nas disputas sociais, seja por vaga em universidades ou repartições públicas ou por um "trabalho digno" em algum setor privado, mais propensos a "perder" do que a "vencer", então o "Deus tem um plano para a sua

vida" encontra indivíduos carentes e dispostos a crer em uma promessa de salvação intramundana. O esforço batalhador está para a construção de um futuro próspero e melhor do que o presente difícil e sofredor. Exemplo disso pode ser visto nas palavras de Patrícia Corrêa, trabalhadora do BNDES, sem ensino superior. Começando como secretária de um dos gerentes deste banco, Patrícia foi aprovada em uma série de concursos internos, ela hoje consegue ter uma "vida bem melhor do que tinha quando comecei minha luta":

> Deus me abriu os braços quando o mundo me fechou as portas! Todos diziam que não conseguiria, que eu não era ninguém, mas creio no Deus do impossível. Se hoje trabalho 12 horas por dia, é porque sei que Deus está me honrando e quero dar para minhas filhas [três meninas entre 27 e 25 anos] uma vida melhor que tive.

Essa "visão salvífica intramundana" gera novas esperanças para o futuro não só do batalhador individualmente, mas para àqueles diretamente ligados a ele, isto é, a sua família. A própria construção familiar pentecostal tem relação com a deposição futura gerada pela religião. É comum os líderes de grandes igrejas pentecostais pregarem sobre a importância da família (marido + mulher + filhos) para a construção de uma vida boa e aprovada por Deus. Observando a "ralé", pode-se perceber como a estrutura familiar é ausente na vida maioria da classe, seja devido ao pouco tempo que passam juntos, seja pela grande parte do dia dedicada ao trabalho, ou pela falta de figuras paternas ou maternas responsáveis por criar relações afetivas e segurança no dia-a-dia dos indivíduos. Todavia, os batalhadores já percebem a importância da construção familiar como base para o "sucesso na vida", e o papel da religião é destacável na construção desta.

A presença religiosa na vida do batalhador, seja para a esperança de um futuro melhor, na construção da família e até mesmo para a visão de mundo; pode ser constatada pela (crescente) existência de "células" nas igrejas pentecostais[5]. A "célula" é a transposição do ambiente religioso e das relações hierárquicas entre líderes e discípulos para fora dos muros do templo. Geralmente, as células são reuniões compostas de doze "discípulos" e um líder que ocorre semanalmente na casa de um dos membros e tem por objetivo regular a conduta do crente em todas as esferas da vida cotidiana através dos ensinamentos passados durante as reuniões. Além disso, uma "célula" fortalece a relação entre os membros de uma mesma igreja, "ajudando

[5] O movimento da visão celular começou na Colômbia na década de 80 liderado pelo pastor César Castellanos. O Grupo dos 12, como é conhecido tal movimento, chegou ao Brasil, na década de 90, através do pastor René Terra Nova do Ministério Internacional da Restauração em Manaus.

nas dificuldades diárias" e fortalecendo a ligação do crente com a própria instituição. Ocorre, desta forma, uma socialização do indivíduo influenciada pela religião com mais força do que simplesmente a "ida aos cultos aos domingos".

A influência das "células" na socialização dos indivíduos pode ser exemplificada pelo discurso Luíza Rangel, 19 anos, professora de inglês em um curso na cidade e membro da Igreja Semear na cidade de Campos dos Goytacazes, quando perguntada sobre a importância da "célula" de sua igreja em sua vida:

> Deus não quer uma parte de mim, Ele me quer por inteiro. Por isso, tenho que aprender a viver a boa e perfeita vontade dEle em tudo que eu faço. Na "célula" aprendo a conhecer a vontade de Deus para as coisas que faço todo o dia. Na igreja, aprendo sobre o amor de Deus e suas promessas, mas é na "célula" que aprendo a aplicar essas promessas no meu viver diário. A gente tem muitas dúvidas que não dá para resolver no culto de Domingo, mas aqui temos oportunidade de conversar e ajudar uns aos outros. Diria que é fundamental para eu ser um discípulo aprovado diante de Deus.

Assim, diferentemente da emergência da "ralé", os "batalhadores" apresentam ansiedades menos urgentes e ligadas a um futuro intramundano. E o pentecostalismo foi bem-sucedido em sua adaptação às necessidades desta classe se tornando o principal representante religioso desta na sociedade.

2. Análise do especialista religioso

As ansiedades de classe podem ser observadas, também, através da análise do especialista religioso presentes nas comunidades eclesiásticas que representam diferentes classes sociais. Existe considerável semelhança no discurso e nas ações ritualísticas dos sacerdotes que lideram as igrejas pentecostais, e essa semelhança se transforma em homogeneidade ao observar os sacerdotes das comunidades da "ralé", por um lado, e dos "batalhadores", por outro.

Todo líder de comunidade eclesiástica concentra sobre si as ansiedades e expectativas daquele grupo que vê nele autoridade divina para liderar. A fim de atingir o grupo pretendido, o especialista necessita adaptar sua mensagem e exigências à realidade e às necessidades daquele grupo, pois se o grupo não enxergar neste especialista um enviado de Deus para falar ao povo, haverá a busca por um outro especialista que seja visto como detentor da autoridade divina. Por isso, uma comunidade que é composta majoritariamente por determinada classe

social tem, em seu líder, não só o enviado de Deus para guiar na relação com à realidade, mas também um representante das ansiedades que assolam tal classe. Assim, Weber afirma que:

> Mas, tenha a profecia um caráter mais ético ou mais exemplar, a revelação profética significa sempre – e isso é o que todas têm em comum – primeiro para o próprio profeta e, em seguida, para seus acólitos: uma visão homogênea da vida, considerando-se esta conscientemente de um ponto de vista que lhe atribui um sentido homogêneo. A vida e o mundo, os acontecimentos sociais e os cósmicos, têm para o profeta determinado sentido, sistematicamente homogêneo, e o comportamento dos homens, para lhes trazer salvação, tem de se orientar por ele, e sobre esta base, assumir forma coerente e plena de significado. A estrutura desse sentido pode ser muito diversa e agregar numa unidade motivos que parecem logicamente heterogêneos, pois o que domina toda a concepção não é, em primeiro lugar, a consequência lógica, mas valorações práticas (2009:310).

A análise do especialista religioso nos ajuda a identificar as diferenças nas classes sociais e na relação destas com o mundo.

2.1 O mago da ralé

Das figuras religiosas que se relacionam com as forças espirituais definidas por Weber – o mago, o profeta e o sacerdote – aquele que mais se aproxima do líder religioso das igrejas pentecostais típicas da "ralé estrutural" é, justamente, a figura do mago. Weber define o mago como profissionais que buscam, através da magia, forçar os demônios e coagir o deus (2009:292). Como pôde ser observado, o serviço religioso da ralé não é "serviço ao deus, mas sim coação sobre o deus; a invocação não é uma oração, mas uma fórmula mágica" (2009:293). E as fórmulas mágicas capazes de coagir o deus à ação não podem ser "inventadas" pelo fiel, cabe ao mago pentecostal entregar ao crente os produtos magicamente "santificados" e as orações devidamente preparadas para que o deus seja convencido a agir em favor do fiel.

O mago pentecostal tem, basicamente, duas funções. A primeira é conjurar os demônios e "expulsá-los" do corpo dos homens. Semelhantemente à lógica do farisaísmo no judaísmo pós-exílio, as "mazelas da vida", tais como as doenças, alucinações, pesadelos, ou seja, tudo que vai contra o conceito de boa-vida é tido como fruto do pecado, vide o livro de João, capítulo nove, onde os discípulos perguntam a Jesus sobre o porquê de um homem ser cego de nascença: "Quem pecou para que nascesse cego, ele ou seus pais"? Também no pentecostalismo, os problemas são frutos do pecado do homem. O pecado legitima a ação

demoníaca sobre a vida dos homens, causando toda sorte de sofrimento. Assim, cabe ao mago, "homem acima dos demais homens", "apontado" por Deus, usar a autoridade divina que tem dada a ele por um superior reconhecidamente "poderoso em operar milagres" – como um pastor da Igreja Mundial do Poder de Deus deve ser designado pelo Apóstolo Valdemiro Santiago – para expulsar os causadores do sofrimento e possibilitar a ação do deus na vida daquele servo. Logo, a primeira função do mago é expelir demônios e repreender o mal.

Além desta função, o mago pentecostal tem o dever de transmitir ao povo os "processos mágicos" ou sacrifícios e os "instrumentos mágicos", objetos ordinários "abençoados" pelo líder religioso que carrega sobre si a autoridade divina, que serão capazes de coagir o deus para trabalhar em função do crente. O mago pentecostal é o responsável por, durante os cultos, liderar os rituais e distribuir os objetos mágicos, além de recolher as ofertas.

Como a autoridade do mago pentecostal se baseia no sucesso dos exorcismos e dos instrumentos mágicos, pouco importa seu exemplo como cristão ou indivíduo cujas ações devam ser copiadas. Não é do interesse de seu público, que ele seja "irrepreensível diante dos homens", como ordena o apóstolo Paulo a todos aqueles que desejam seguir a carreira pastoral. Portanto, a capacidade de expulsar demônios e consagrar objetos é prova suficiente da aprovação divina diante dos homens.

2.2 O profeta dos batalhadores

Enquanto nas comunidades religiosas da "ralé", destaca-se a presença do mago responsável por conjurar demônios e distribuir "instrumentos mágicos", nas comunidades eclesiásticas onde a presença de "batalhadores" é maioria, destaca-se a presença de um líder religioso de características diferentes, o profeta pentecostal. Weber define um profeta como o

> Portador de um carisma puramente pessoal, o qual, em virtude da sua missão anuncia uma doutrina religiosa ou um mandado divino. Este se distingue do mago pelo fato de que anuncia revelações substanciais e que a substância de sua missão não consiste em magia, mas em doutrina ou mandamento (2009:30).

Há também duas características destacáveis na representação do profeta pentecostal. Primeiramente, o líder das igrejas pentecostais "batalhadoras" é um exemplo ético. Os "batalhadores" das comunidades pentecostais percebem no seu líder o exemplo de alguém que alcançou sucesso através da obediência às regras de ação que Deus designa. Assim, o profeta

ajunta, sob sua autoridade, discípulos que veem nele um homem de vida aprovada diante de Deus e, por isso, com "poder" para guiar outros que buscam sucesso na vida terrena. O profeta pentecostal é quase sempre um indivíduo de origem batalhadora ou até mesmo da "ralé" que, através de ações éticas e obedientes, ascendeu econômica e socialmente.

Além disso, existe uma conexão inegável entre a figura do profeta, e a figura do que Weber chama de um mestre ético. O grande administrador é capaz de transmitir a profecia exemplar para seus discípulos, guiando-os no "caminho em que se deve andar". Diferentemente do mestre no judaísmo pós-exílio e do cristianismo apologeta e escolástico, onde os mestres eram grandes exegetas, possuindo admirável capacidade hermenêutica e domínio das Escrituras Sagradas; o mestre pentecostal é o metre ético, capaz de ensinar com clareza como "tomar posse" dos bens divinos disponíveis aos homens, e como administrá-los. Como pode-se ler no perfil do Apóstolo Luciano, líder da Igreja Semear em Campos dos Goytacazes, em seu website: "Quem teme a Deus, não tem medo de crise".

A vida e os ensinos do profeta pentecostal vão ao encontro das necessidades das ansiedades da classe batalhadora em aprender a participar de forma efetiva das relações econômicas e sociais do mundo capitalista contemporâneo.

Conclusão

A religião no mundo contemporâneo, principalmente na modernidade periférica, é uma força social que precisa ser considerada quando avaliamos a sociedade e sua organização. Seu impacto não pode ser ignorado, muito menos entendido como algo ligado apenas à cultura e ao indivíduo particularmente.

Este trabalho buscou trazer à luz alguns pontos que comprovam o poder da religião, principalmente nas classes populares. Primeiramente, a religião revela as ansiedades das diferentes classes. Observando diferentes comunidades eclesiásticas, que representam diferentes classes sociais é possível ver, na demanda por serviços religiosos, as demandas das classes. A "ralé estrutural", por exemplo, apresenta necessidades urgentes, diretamente ligadas ao dia-a-dia com pouca, ou nenhuma, disposição para o desenvolvimento de um planejamento futuro. Enquanto, os "batalhadores" possuem ansiedades ligadas ao bem-estar futuro, principalmente relacionados ao bom desenvolvimento familiar e administração dos bens adquiridos, apresentando grande preocupação em não "voltar de onde veio".

Além disso, a religião cria disposições e novos *habitus* de classes, que guiarão o comportamento dos indivíduos, influenciando suas ações e formas de consumo na sociedade. Para comprovar esta hipótese, busquei realizar uma análise da religião da "ralé" e dos "batalhadores", observando o culto das comunidades eclesiásticas destas classes, analisando como a "profecia" pentecostal foi adaptada pelas comunidades a fim de atender às diferentes demandas e ser relevante na vida dos crentes.

Por fim, busquei fazer uma curta análise do perfil dos líderes das comunidades religiosas, pois um especialista religioso tem sobre si as expectativas de seus membros, podendo ser tanto um exemplo para os indivíduos, como um símbolo de autoridade divinamente estipulada para transmitir aos homens a vontade de Deus. O especialista religioso da "ralé" é o mago pentecostal que tem a responsabilidade de conjurar demônios, coagir o deus e distribuir instrumentos mágicos para a coação divina. Enquanto o especialista dos "batalhadores" é o profeta pentecostal, caracterizador por ser exemplo ético e grande administrador dos "bens divinos", e responsável por ensinar aos fiéis o caminho para as "bem-aventuranças".

Assim, desejo colaborar para a discussão entre religião e classe social, e como a primeira pode influenciar a segunda em sua relação de consumo dos bens materiais, culturais e sociais.

Referências

ARENARI, Brand. **Uma análise do desenvolvimento cognitivo das religiões na sociologia de Max Weber**: caminhos para a compreensão de aspectos da modernidade brasileira. Brasil, 2006. Dissertação de Mestrado.

_____. **Religiosidade Popular e Política**: o movimento neopentecostal como caso ilustrativo dos limites do aprendizado político no Brasil". Revista Temáticas. Campinas, 2006.

_____. **Indústria Cultural e religiosidade mágica**: o racionalismo adaptativo do Neopentecostalismo. ANPOCS, 2007.

_____. **Pentecostalism as religion of the perifety**: an analysis of the Brazilian case. Tese de Doutorado.

CASANOVA, José. **Public Religions in Modern World**. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo Brasileiro. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

_____. **Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2001.

ORTIZ, Renato. **Anotações Sobre Religião e Globalização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - v. 16. N. 47.

SILVEIRA, Marcelo. **O discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais**. São Paulo, 2007

SKA, Jean Louis. **A Palavra de Deus na narrativa dos homens**. São Paulo: Vozes, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. De Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. Téc. de Gabriel Cohn, 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão).

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC editora S.A.; 1982.

REENCANTAMENTO DIGITAL - A LINGUAGEM RELIGIOSA NA PÓS-MODERNIDADE

Karina Inácio de Araujo Lambert
UFES

Resumo: A racionalidade característica da modernidade, impulsionada pelo capitalismo e o pensamento iluminista, fragmentou o mundo religioso provocando o que Max Weber (2004) chama de desencantamento. A religião perdeu a hegemonia que exercia como produtora de sentido e tornou-se uma escolha subjetiva. Entretanto, o ritmo e as mudanças aceleradas, a valorização da imagem, a fluidez do mundo pós-moderno fizeram surgir movimentos opostos que buscam reafirmar algum tipo de verdade que vá além do simulacro (HARVEY, 2014). A religião então, reacende, tendo os meios de comunicação, um dos paradigmas da pós-modernidade, como uma forma para alcançar a sociedade. Este estudo busca identificar como a religião tem se utilizado de recursos midiáticos digitais para propagar seus valores e as consequentes mudanças na linguagem e na forma de ser religioso.

Palavras-chave: religião; internet; linguagem.

Abstract: The rationale characteristic of modernity, driven by capitalism and Enlightenment thought, fragmented the religious world causing what Max Weber (2004) calls disenchantment. Religion lost its hegemony exercised as a producer of sense and became a subjective choice. However, the pace and rapid changes, enhance the image, the fluidity of postmodern world have given rise to opposite movements seeking to reassert some kind of truth that goes beyond the simulacrum, Harvey (2014). The religion then, rekindles with the media, one of the post-modern paradigm as a way to reach society. This study seeks to identify how religion has been used in digital media resources to spread their values and resulting changes in language and way of being religious.

Keywords: religion; internet; language.

Introdução

A história da humanidade é marcada por processos de mudanças. Autores como Featherstone (1995) considera que vivemos no período denominado pós-moderno, onde as mudanças nas práticas e experiências cotidianas de diferentes grupos podem estar usando "regimes de significação de diferentes maneiras e estar desenvolvendo novos meios de orientação e estruturas de identidades" (FEATHERSTONE, 1995, p. 32). Essa condição Pós-Moderna tem como uma de suas características as tecnologias de informação. Vivemos numa época de comunicação generalizada, uma sociedade midiatizada, onde a utilização em larga escala dos meios de comunicação aponta para uma mudança nas formas de ser dos sujeitos pós-modernos, e consequentemente na forma como as instituições passaram a lidar com seus públicos. Vemos ascender o fenômeno da midiatização em todas as instâncias da vida em sociedade, inclusive na religião.

Levando em consideração essas transformações, argumentaremos aqui que o processo de midiatização da sociedade repercute sobre as formas de funcionamento do campo religioso. A religião, que havia perdido terreno para a racionalidade moderna, que, como afirma Martin Barbero, "veio a deixar sem piso as dimensões mágico-misteriosas da existência humana" (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 56, tradução nossa), encontra nos aparatos midiáticos novas formas de contato com a sociedade, fazendo nascer uma religião midiatizada, que opera por meio dos dispositivos comunicacionais e se hibridiza.

Pretende-se neste trabalho compreender como, a partir da interface mídia/religião, surgem novos vínculos na transmissão da mensagem entre a religião e a sociedade e como assim parecem surgir novas linguagens e formas de ser religioso.

1. O retorno à religião

Contudo, as pessoas não se acostumam a viver sem encanto, sem mistérios, sem mitos, sem ritos (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 55, tradução nossa).

A sociedade moderna é racional. Essa é a matriz do conceito de secularização segundo Martin-Barbero: um mundo regido pela racionalidade instrumental, fria, pragmática, funcional. Para o autor, um mundo secular é "um mundo que conquista progressivamente sua autonomia cultural, ideológica, cognitiva, das crenças, dos credos e das instituições religiosas de qualquer tipo" (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 57, tradução nossa). Entretanto, a sociedade tem cada vez mais buscado formas de se conectar a algum tipo de "verdade eterna [...], hábitos mais duradouros, num mundo cambiante" (HARVEY, 2014, p. ?), e uma dessas formas de conexão é o retorno à religião que Martin-Barbero chama de "reencantamento" (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 59, tradução nossa).

Com as mudanças trazidas pela pós-modernidade, parecem surgir novas formas de contato com o sagrado o que pode ser explicado pelas identidades serem agora mais fluidas, fragmentadas, plurais (HALL, 2014) fazendo com que os sujeitos procurem a religião que melhor se adapte a seus estilos de vida. Dessa forma, para Bruno Weber, as instituições religiosas precisam oferecer "produtos religiosos" que atendam às diversidades de identidades:

> O constante trânsito propiciado pelas sociedades cosmopolitas faz com que o indivíduo enfrente de tempos em tempos uma situação de adaptação, procure primordialmente resolver questões imediatas do seu novo lugar,

> geográfico ou social, de modo que as respostas àquelas perguntas existenciais ficam para um segundo momento. As novas relações têm um estreito escopo e um baixo valor para o indivíduo, mas são recompensas indispensáveis para o recém-chegado, tanto para as suas necessidades econômicas como para as sociais. Por mais tempo que demore para se conseguir as recompensas fundamentais, as questões de largo escopo emergirão em algum momento. Cabe às organizações religiosas, portanto, oferecer produtos religiosos que atendam a diversidade de uma sociedade cosmopolita. O pluralismo proporcionado pelo progresso cultural, ao contrário da perspectiva de Berger, na verdade é um reavivamento da religião, ou se preferirmos uma expressão ainda menos dúbia, promove a dessecularização da sociedade (WEBER, 2012, p. 12).

Não nos parece estranho falar em produtos religiosos, visto que estamos imersos em uma sociedade de consumo, onde tudo parece se tornar mercadoria (FEATHERSTONE, 1995). Assim, hoje se pode identificar um verdadeiro mercado religioso que cresce junto com a "dessecularização" da sociedade. Os indivíduos tornam-se consumidores não apenas de bens, mas de símbolos, estilos de vida e porque não da fé, sendo capazes de escolher dentre as ofertas do mercado religioso, aquela que mais lhe agrada e que contribui para sua aproximação com o divino. Daí vemos o surgimento de inúmeros novos grupos religiosos, como a ascensão do neopetencostalismo[1]. E, esse mercado, como todo o mercado de consumo, está intimamente ligado aos meios de comunicação que passam a ocupar lugar estratégico na relação dos indivíduos com o sagrado e vice-versa.

O modo de ser religioso parece, cada vez mais, sair da esfera onde toda forma de aproximação divina se dá no seio da instituição religiosa e da tradição, se deslocando para a mídia, que se mostra como uma nova instância organizadora das relações sociais. O reencantamento acontece dentro de uma experiência mediada, onde a mídia opera não apenas amplificando a voz do discurso religioso mas se torna o elemento fundamental desse retorno ao contato com o religioso, com a celebração religiosa (MARTIN-BARBERO, 1995).

[1] Segundo Adilson José Francisco, o neopentecostalismo é uma modalidade religiosa evangélica, inspirada no modelo das "igrejas eletrônicas" norte-americanas, que surge no Brasil no final da década de 1970. Em sua diversidade de igrejas, o neopentecostalismo guarda, por um lado, semelhanças com o pentecostalismo clássico – ênfase nos dons do Espírito Santo como explicação para curas, milagres e interpretação bíblica – e, por outro, exibe diferenças em relação a esse pentecostalismo no que tange a: liberação de hábitos da vida cotidiana, com formas de vestir, defesa da "teologia da prosperidade";acentuada ênfase na atuação do diabo como explicação dos males, combates às religiões mediúnicas e ao catolicismo; extensa pratica de rituais de cura e exorcismos; ostensiva atuação midiática e político-partidária, estruturada, em geral, com base no modelo de gestão empresarial adotado pela Igreja Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Mundial do Poder de Deus, Ministério Sal da Terra, e uma miríade de denominações evangélicas de origem mais recente (FRANCISCO, 2014, p. 14,15).

> Se assim for, se realmente os meios e as religiões têm se redescoberto porque ambos são mediações fundamentais da necessidade que as pessoas sentem de voltar à magia, de retornar ao mistério, de que se devolva a sedução para o mundo então tem acontecido algo muito curioso: Enfrentando a promessa moderna, ilustrada do desaparecimento da religião, o que podemos perceber é que a religião tem sido modernizada , a religião tem sido capaz de se apropriar da modernidade, tem sido capaz engolir a modernidade e de alguma forma transformá-la em alimento e elemento em seu próprio projeto. O que assistimos, então, não é um conflito entre religião e modernidade, mas sim um cenário moderno das religiões e, esse moderno estaria profundamente ligado aos meios de comunicação, às novas tecnologias de comunicação (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 62, tradução nossa).

Barbero destaca que a religião tem conseguido se apropriar da modernidade através do uso dos meios de comunicação. Sabemos que a mídia tem suas características e formas próprias de alcançar o público, logo, a religião precisa utilizar-se do discurso midiático a fim de se aproximar dos indivíduos, o que, consequentemente, gera mudanças na linguagem religiosa.

2. A linguagem religiosa

Disse-lhe Jesus: Porque me viste, Tomé, creste; bem-aventurados os que não viram e creram (Jo 20: 29)[2].

Tomé foi o apóstolo de Jesus que, após a morte de seu mestre, não acreditou nas mulheres que afirmaram tê-lo visto vivo. Ele precisava ver para crer, e no capítulo 20 do evangelho de João é narrada a aparição de Jesus para ele e os outros apóstolos. Então ele finalmente acredita na ressurreição e Jesus o repreende por não acreditar antes de ver.

A linguagem bíblica é marcada por elementos que, para os que nela crêem, não são necessárias provas para se acreditar em suas narrativas. Esse é o princípio bíblico de se ter fé: a certeza das coisas que se esperam e a prova do que não se vê. Durante séculos, essas verdades foram consideradas incontestáveis, e por muitos ainda são, entretanto em um mundo marcado pela racionalidade científica, onde a afirmação é a de que, para que algo seja real precisa ser provado cientificamente, a verdade da bíblia e consequentemente a da religião se tornou contestável.

[2] Versículo bíblico encontrado no evangelho de João capítulo 20, versículo 29.

Mas, segundo Pinto (2002) a religião está inserida dentro de uma racionalidade teológica que se constrói dentro de um patamar de realidade no sistema de crenças, de coerências em que se integram os crentes:

> O universo da religião tem de ser transportado para uma outra racionalidade, a teológica, não a científica; trata-se de outra, igualmente racional, detentora de regras, de funções e de um discurso próprio – os discursos religiosos comportam tudo isto: uma lógica própria, uma funcionalidade própria, um léxico específico (PINTO, 2002, p. 84).

Essa racionalidade teológica dentro da religião cristã tem sua base na bíblia que nunca deixou de ser usada, independente do momento histórico vivido pela igreja. Assim, a racionalidade teológica só tem validade para quem está imerso nela. Para aqueles que conhecem os ensinamentos bíblicos, o discurso religioso tem um significado que pode não fazer tanto sentido fora desse contexto.

Então, o que podemos notar nesse momento de reencantamento, é que a religião, e quando assim falamos nos referimos tanto às instituições religiosas quanto aos fiéis, tem buscado novas formas de expressão da sua verdade, para que os ensinamentos bíblicos possam alcançar e gerar sentido para um público cada vez mais amplo. Historicamente, o cristianismo sempre se apropriou das formas de comunicação disponíveis. As cartas de Paulo, a Bíblia de Guttemberg, as 95 teses de Lutero foram formas de mídia utilizadas para difundir crenças religiosas. O que vemos, é a religião se apropriando dos dispositivos comunicacionais por suas várias possibilidades de transmitir suas verdades a um grande número de pessoas. Entretanto, com o fenômeno da midiatização o que parece ocorrer é não apenas a apropriação de mídias, mas uma mudança na mensagem religiosa, que se utiliza de novos recursos simbólicos para se adequar à linguagem midiática. “Em função desse novo cenário, nota-se que, para fazer religião, hoje, é preciso saber dominar não só a linguagem específica do campo religioso, mas também a da mídia, conhecendo os seus processos e lógicas de funcionamento” (BORELLI, 2009, p. 2).

A religião parece adequar-se a uma cultura midiática se hibridizando com a forma tradicional de operação do seu campo. O que parece emergir nessa relação mídia/religião é uma construção de linguagem que une o tradicional e o contemporâneo, o arcaico e o moderno, o sagrado e o profano, o que aponta para a construção de novos diálogos, novas formas de comunicação a fim de alargar os campos dos sentidos e significados do discurso religioso.

Os limites desse trabalho não nos permitem uma visão aprofundada do fenômeno da midiatização religiosa, assim, tendo como recorte o meio internet, nossa intenção é detectar algumas formas de apropriação da linguagem midiática no discurso religioso que parecem revelar novas formas de contato com o sagrado.

2.1 Novas formas de linguagem religiosa no ciberespaço

A noção de ciberespaço está ligada às redes de comunicação digitais. A rede é um emaranhado de relações em fluxo constante, uma concentração de sujeitos com pontos de vista múltiplos que se relacionam por meio da internet. Hoje existem milhares e milhares de microrredes no mundo que conectam seus usuários em uma comunicação mediada por computador (CASTELLS, 1999). A circulação de sons, imagens e informação é abundante e se dá em redes. Ali há mecanismos de busca, que permitem encontrar informação sobre praticamente tudo que se procura, sites dos mais diversos temas e as redes de relacionamento, mais conhecidas como redes sociais, que permitem que pessoas de todas as partes do globo possam interagir a qualquer hora, em qualquer lugar, fragmentando o tempo e o espaço, possibilitando aproximações mesmo que à distância. Esse novo processo em rede, fez com que o sujeito pós-moderno virtualizasse sua vida e as relações sociais, tudo agora feito entre um clique e outro, o que contribui para as identidades se tornarem cada vez mais plurais na pós-modernidade.

A religião no ciberespaço teve que se adaptar às lógicas comunicacionais, deslocando suas práticas de fé, rituais e crenças para dentro do ambiente online. Hoje encontra-se uma oferta de experiências religiosas que antes só estavam disponíveis nas construções físicas das igrejas, nos rituais palpáveis¸ na figura da autoridade religiosa.

As instituições religiosas oferecem cultos online, transmitindo suas tradições e ritos históricos em rede. Nas redes sociais os pastores, bispos, padres, enfim autoridades religiosas criam perfis onde procuram interagir com os fiéis e levar mensagens bíblicas. Cria-se assim, um ambiente doutrinal, porém mais fluido e podemos dizer mais “consumível”. Dizemos isso, porque vivemos numa sociedade de consumo, onde tudo se torna mercadoria. E a religião como todos os outros segmentos do mercado tem lançado mão de estratégias de marketing para alcançar seu público. Como afirma Martin-Barbero, “os protestantes tem entendido que os meios de comunicação também são reencantadores do mundo, que os

meios de comunicação são uma forma de devolver magia à experiência cotidiana das pessoas" (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 66, tradução nossa).

A linguagem usada na rede parece tentar simplificar ao máximo o discurso bíblico com frases que remetem à bíblia, porém em linguagem mais simples. Examinando a página no facebook do Pastor Lucinho Barreto, por exemplo, pastor do ministério Jovem da Igreja Batista da Lagoinha que tem mais de 1 milhão de seguidores, podemos notar o uso de linguagem despojada, frases curtas, o uso de gírias e jogos de palavras que misturam outras referências culturais além da cristã. Há um uso constante da expressão "Louco por Jesus", convidando todos a enlouquecer por Cristo. O uso de hashtags que remetem ao termo tais como: "#sejaloucoporjesus" "#jesus freak" também são comuns. Todos os dias há novos vídeos que são compartilhados na página, o "Devocional Freak", em que o pastor sempre faz uma breve pregação em um cenário moderno com referências de quadrinhos, super heróis e jogos de videogames. Todas as peças gráficas do site, dos vídeos e das redes sociais do pastor são bem construídas, pode-se perceber que há um trabalho de marketing e produção em todo o conteúdo compartilhado, que se torna potencialmente atrativo para uma experimentação religiosa pelo público. Assim, o uso de técnicas comunicacionais parece tornar o discurso religioso mais inteligível com suas imagens, vídeos e associações simbólicas.

Figura 1 - Postagem Facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/prlucinhooficial>

A figura acima é um exemplo de publicação da página do pastor Lucinho. Não é nosso objetivo fazer uma detalhada análise semiótica nesse estudo, entretanto, buscamos na semiótica uma breve análise da linguagem utilizada. Na figura há o uso do nome de quatro figuras bíblicas, os apóstolos Mateus, Marcos, Lucas e João, e também os nomes dos quatro Beatles, onde os quatro primeiros são qualificados e ao mesmo tempo usados para desqualificar os quatro últimos. Há um investimento temático figurativo ao se usar elementos culturais mundialmente famosos, os Beatles, em uma manipulação por sedução – se você curte os apóstolos bíblicos você é melhor – e por provocação – os milhares de fãs dos Beatles não sabem o que é bom. Vemos então uma forma de linguagem persuasiva, muito utilizada no discurso publicitário, usada aqui para convencer que o "produto", no caso a religião, é melhor que o do concorrente, aqui representado pelo mundo secular.

Segundo Josgrilberg, em uma análise das obras de Michel De Certeau, a apropriação da linguagem do presente é importante para estabelecer uma relação com diferentes interlocutores e colocar em movimento os significados. Certeau foi um defensor do estabelecimento do diálogo com o Outro, salientando que os significados são atualizados através do tempo e, portanto, também deve ser a linguagem (CERTEAU apud JOSGRILBERG, 2005).

> Abrir-se ao outro, ao estrangeiro, não é abandonar a memória, mas rever, atualizar a linguagem e os significados diante da presença do Outro. Existe uma reciprocidade necessária. Como observa Certeau, o povo judeu é convidado a compreender sua eleição divina, mas entendendo também que os gentios são chamados (JOSGRILBERG, 2005, p. 118).

Assim, essa apropriação de elementos culturais conhecidos por todos, associados à mensagem religiosa, pode ser uma forma de atualizar a linguagem cristã tornando-a mais palatável ao "Outro", no caso aqueles para o qual o discurso religioso ainda não tem validade.

2.2 Os fiéis[3] como produtores de novas linguagens

"No grande espaço da tradição evangélica, as táticas dos crentes destradicionalizam as instituições, mas criam novas autoridades e novos sentidos para ser evangélico, ser cristão" (BELLOTTI, 2013, p. 262). A condição de produtor de conteúdo e não apenas

[3] O conceito de Fiel é aqui usado como o indivíduo que está vinculado à alguma religião sem estar investido de cargo de autoridade (tais como o de pastor, bispo, apóstolo, missionário etc.).

receptor (JENKINS, 2006) que a web 2.0 proporciona, permite não apenas instituições e autoridades religiosas de propagarem seus discursos religiosos como também que os cristãos comuns promovam sua fé e suas crenças. Podemos notar várias formas de participação do público na propagação de elementos religiosos, que vão desde o compartilhar e comentar postagens das igrejas e autoridades religiosas potencializando o alcance da mensagem, até a criação de conteúdo próprio como vídeos, imagens, memes, textos relacionados à religião.

Temos assistido ao surgimento de inúmeros canais de assuntos religiosos no ciberespaço que tem alcançado grandes audiências. Na rede onde se encontram alteridades conectadas (SBARDELOTTO, 2014), formam-se então diferentes canais de comunicação que difundem suas crenças de diferentes formas, nas mais diversas linguagens reafirmando a pluralidade de identidades e apontando para novas formas de se viver a religião. Para Sbardelotto "trata-se de uma "bricolagem religiosa" de caráter maleável, fluido e disperso, centralmente marcados por processos comunicacionais" (SBARDELOTTO, 2014, p. 77).

Uma produção cristã que tem se destacado é o canal do Youtube "Desconfinados" que produz vídeos de humor cristão que vão desde situações cotidianas que qualquer cristão pode enfrentar até releituras bíblicas, onde os personagens misturam elementos atuais aos históricos. Um dos vídeos, por exemplo, mostra o profeta Daniel contando sobre a dieta que está fazendo sem glúten e lactose em alusão a história bíblica narrada no livro de Daniel em que o profeta rejeita os manjares do rei Nabucodonosor preferindo se alimentar da sua forma. Ao trazer elementos populares na mídia para dentro da narrativa bíblica, a linguagem religiosa parece se tornar mais palpável, chamando a atenção do público, principalmente dos jovens. Nos comentários dos vídeos, há sempre muitos elogios e comparações com canais seculares como o famoso "Porta dos Fundos"[4] Não há comentários criticando o vídeo por seu teor cômico ao referir-se à bíblia, o que pode ser explicado por esse não ferir o significado original da história, apenas acrescentar elementos cômicos como expressões populares que são constantemente veiculadas na mídia, promovendo uma identificação com a linguagem pelos interlocutores, ao contrário de alguns vídeos do Porta Fundos que usam a bíblia para fazer histórias engraçadas porém seculares e que diversas vezes tem recebido críticas de cristãos por ferirem suas crenças.

Segundo Chaves, a autonomia do indivíduo pós-moderno reflete nas concepções e práticas religiosas e a religião transforma-se em uma nova fonte de imaginação simbólica.

[4] Porta do Fundos é o canal da rede social *Youtube* com o maior número de inscritos no Brasil.

> A religião passa a ser de foro íntimo, fruto da construção identitária subjetiva e autônoma, que não precisa mais prestar contas a uma tradição ou instituição. Mas mesmo dentro das tradições – para quem adere de forma singular a uma tradição e a ela se vincula – a pluralidade se faz presente também na lógica do subjetivo, da eficácia simbólica e segmentaria, numa autonomia das experiências e de referências religiosas onde o indivíduo ou grupo busca reconduzir a tradição a uma visão particular e fragmentada de mundo a partir de ressignificações da semântica desta (CHAVES, 2010, p. 126).

Vemos assim, no ambiente digital novas linguagens religiosas que se desviam dos contextos tradicionais, se adequando às práticas midiáticas o que parece apontar para uma reconstrução de símbolos e elementos religiosos.

2.3 Memes e linguagem religiosa

O termo Meme vem da biologia e está ligado à parte do gene que imita as informações de uma célula para a outra com a possibilidade de sofrer mutações nesse trajeto. No ambiente digital o Meme seria esse gene que se perpetua por meio de replicadores, os usuários das redes, através da imitação. Blackmore deixa essa questão mais clara ao trazer uma definição mais específica. Para a autora:

> [...] quando você imita outra pessoa, alguma coisa é passada adiante. Esta "alguma coisa" pode então ser passada adiante novamente, e de novo, e assim ganhar vida própria. Podemos chamar esta coisa uma ideia, uma instrução, um comportamento, uma informação... mas, se nós vamos estudá-la é preciso dar a ela um nome. Felizmente, há um nome. É o "meme" (BLACKMORE, 1999, p. 4, tradução nossa).

Talvez hoje o meme seja a linguagem mais popular da internet, e, também tem sido largamente utilizada pela religião. Sua forma mais conhecida são os memes visuais. Trata-se de uma linguagem gráfica para contar histórias que se propagam rapidamente, geralmente com desenhos padronizados e até mesmo vídeos que, dentro de algum contexto, se torna popular na internet ganhando valores simbólicos para representar alguma situação ou sentimento, de modo lúdico. Para Horta "a linguagem do meme permite-nos conceber e comunicar ideias, interpretações, leituras daquilo que nos cerca, que se apresenta a nós

enquanto secundidade, e que passa a ser compreendido de determinada maneira, pela sua mediação (os signos, o meme)" (HORTA, 2015, p. 97).

A viralização dos memes se dá, principalmente, por meio de compartilhamento nas redes sociais. Em redes como Twitter, Facebook e Instagram é possível encontrar milhares de memes cristãos que, utilizando imagens populares na mídia acrescidas de palavras de cunho religioso propagam mensagens religiosas no ambiente online.

Figura 2 - Meme Gordo Granudo



Fonte: Google Imagens.

Figura 3 - Meme Rage Comic



Fonte: memesdanet.com.br

Nas figuras acima, podemos detectar formas de mensagens religiosas através do uso de memes. A primeira é uma crítica a pessoas que consideram a religião uma fantasia com a frase:

"Acusam cristão de viverem em um mundo de fantasia, gastam 13 horas jogando WOW[5]". A frase acompanhada da popular imagem "Gordo Granudo"[6], que já circula em memes desde 2003, cria um meme de ironia para transmitir a mensagem. A figura 3 é um meme "*Rage Comic*", que são tirinhas elaboradas a partir de *Rage Faces*, desenhos padronizados que se repetem em diversas histórias e que representam o sentimento do personagem em relação à situação retratada. No caso da figura, a tirinha conta a história de Jesus vencendo o diabo com a ressurreição. A última tirinha representa o diabo com a imagem do *Rage Guy*, que foi a primeira *rage face* criada. Ela é utilizada para retratar situações de raiva e frustração.

Os memes também são famosos por darem autonomia para qualquer usuário criar suas histórias. Existem sites que permitem a criação de memes, sendo sua montagem muito simples, e por vezes descuidada, o que faz parte de sua estética e linguagem. Assim, os memes religiosos permitem que os cristãos narrem suas crenças e experiências por meio dessa linguagem gráfica midiática, dando-lhes autonomia para a condução de práticas religiosas.

Considerações Finais

Esse breve ensaio aponta para como a religião, que hoje concorre com outras propostas simbólicas, tem buscado novas formas de eficácia simbólica para alcançar a preferência dos indivíduos. Nesse sentido, as crenças, práticas e experiências religiosas, advindas tanto das instituições quanto dos indivíduos, se apropriam de novas formas de linguagem, mais especificamente da linguagem já usada pela mídia, para construírem sentidos no ambiente midiático digital, no qual os discursos religiosos são refeitos e se hibridizam com outras instâncias sócio-culturais.

Questões como essas, embora encaradas como uma solução para o reencontro entre homem e religião, não deixa de ser um desvio das práticas e dos contextos tradicionais que parecem borrar as fronteiras entre o sagrado e o profano. Assim, é importante que os desdobramentos do fenômeno da midiatização e todas as mudanças que o acompanham, continuem sendo analisados para que se entenda o fenômeno por completo.

[5] WOW é a abreviação de World of Warcraft, um jogo on-line da produtora Blizzard lançado em 2004. O jogo se passa no mundo fantástico de Azeroth, introduzido no primeiro jogo da série, Warcraft: Orcs & Humans em 1994.
[6] O Gordo Granudo também chamado de Butthurt Dweller (nome real do personagem) é um meme caracterizado por ser um homem com idade superior a 18 anos, com um rabo de cavalo e óculos que sempre é acompanhado de um texto falando sobre assuntos nerds.

Referências

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Ser cristão é muito louco:** os usos da mídia para e pela juventude evangélica no Brasil. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá - PR, v. 5, Edição Especial, jan. 2013. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/html>. Último acesso em 28 jul. 2015.

BLACKMORE, S. **The meme machine.** Oxford: Oxford University Press, 1999.

BORELLI, Viviane. Comunidade de Recepção e os Sentidos do Religioso e do Midiático. In: **XIX Encontro Compós** PUC-Rio, 2009, Rio de Janeiro. Anais. Disponível em <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_viviane_borelli.pdf>. Último acesso em 25 jul. 2015.

CASTELLS, Manuel**. A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, Luana Hordones. Uma análise da relação entre Religião e Modernidade sob a Perspectiva da Globalização. In: **IV Congresso Internacional em Ciências da Religião**, PUC-GOIÁS, 2010, Goiânia. Disponível em <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2011/04/anaisdoIVcongresso.pdf>. Último acesso em 27 ago. 2015.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

HORTA, Natália Botelho. **O Meme como Linguagem da Internet:** Uma Perspectiva Semiótica. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e Invenção:** Os Espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Secularizacion, Desencanto y Reencantamiento Massmediatico**. Diá-logos de la Comunicación. Lima, n. 41, p. 71-81, mar. 1995.

PINTO, Paulo Mendes. **Linguagem e Religião.** Um jogo, de racionalidade, de identidade, de fundamentos. Revista de Estudos da Religião. n. 4, ano 2002, pp. 81-98. Disponível em <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2002/p_pinto.pdf>. Último acesso em 27 jul. 2015.

SBARDELOTTO, Moisés. **Religião Pública:** Desdobramentos da Midiatização da Religião na Cultura Digital. Tear Online. V. 3. Ano 1 - jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/tear/article/view/2053/2227>. Último acesso em 29 jul. 2015.

WEBER, Bruno. **E o que é de César?** A compartimentalização em estudo de caso com os fiéis/eleitores da Igreja Universal em Vitória/ES. Monografia - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RELIGIÃO E POLÍTICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Luiz Ernesto Guimarães
Doutorando em Ciências Sociais - Unesp/Marília.

Resumo: Este trabalho analisa a concepção política de dois vereadores da cidade de Londrina, pertencentes a dois grupos distintos do catolicismo: a Teologia da Libertação e a Renovação Carismática. Embora religião e política possuam formas distintas, isso não significa que ocupam posições antagônicas. Ao contrário, a junção entre ambas é frequente e seus resultados são os mais diversos. Assim, o presente estudo concentra esforços na compreensão da atuação política de dois vereadores da cidade de Londrina: Tio Douglas (PTB), pertencente à Renovação Carismática, e Lenir de Assis (PT), ligada às Comunidades Eclesiais de Base, um dos principais mecanismos de atuação da Teologia da Libertação. Suas atuações na Câmara de Vereadores são o objeto desse estudo, por meio da compreensão de seus discursos e projetos de lei. Por ocuparem um mesmo lugar de evidência política na cidade e por se inserirem em grupos católicos distintos, a pesquisa compreende como a vivência religiosa contribui para a concepção e atuação política na Câmara e fora dela.

Palavras-chave: sociologia da religião; Igreja Católica; Londrina-PR.

Abstract: This paper analyzes the political conception of two councilmen of the city of Londrina, belonging to two distinct groups of catholicism: Liberation Theology and the Charismatic Renewal. Even religion and politics have different shapes, that does not mean they hold antagonistic positions. Contrariwise, the junction between both are frequent and results are diverse. Thus, this study focuses on understanding the political activity of two councilmen of the city of Londrina: Uncle Douglas (PTB), belonging to the Charismatic Renewal and Lenir of Assis (PT), linked to the Basic Ecclesial Communities, one of the main mechanisms of acting of Liberation Theology. Their performances in the City Council is the subject of this study, through understanding their speeches and projects of law. Because they occupy the same place of political evidence in the city and they are from different Catholic groups, the survey comprises how the religious experience contributes to the conception and political action in and out City Council.

Keywords: sociology of religion; Catholic church; Londrina.

Introdução

Na atualidade, o fenômeno religioso tem abarcado uma multiplicidade de perspectivas e ordenamentos que vem demonstrando sua perpetuação na sociedade, ao contrário de um arrefecimento por conta da secularização, cujo pressuposto é o seu esvaziamento dos espaços sociais. Junto a isso, a religião tem evidenciado cada vez mais a capacidade de interligação com diversos setores sociais, inclusive com a política. Dessa maneira, as ciências sociais vêm buscando, desde seus autores clássicos, compreendê-la não como fenômeno transcendental, mas social e historicamente formulado.

No caso específico da política, nas últimas décadas, a aproximação da religião vem tendo desdobramentos relevantes no contexto brasileiro e latino-americano. No catolicismo, por exemplo, destaca-se a Teologia da Libertação, que possibilitou a formulação de práticas

sociais com aspectos mais radicais e de contestação à ordem existente, como demonstram Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi (1996), Flávio Sofiati (2011) e outros cientistas sociais. Outra vertente do catolicismo também ganhou destaque nas últimas décadas: a Renovação Carismática Católica. Conhecida como "pentecostalismo católico", de certa forma propôs mecanismos bem diferentes do catolicismo de libertação, com práticas mais individualistas e espirituais. Não obstante a isso, não tem se retirado dos problemas sociais, como postula Marjo de Theije (2002). Ao contrário, tem se inserido em diversos aspectos sociais, inclusive no campo político, elegendo candidatos ao legislativo em nível municipal, estadual e federal. No entanto, a maneira como a política é percebida e praticada nessas duas vertentes do catolicismo possui especificidades, acarretando certas divergências nesses dois setores no desenvolvimento da prática política.

Este trabalho, portanto, analisa a concepção política de dois vereadores da cidade de Londrina[1], pertencentes a dois grupos distintos do catolicismo: a Teologia da Libertação e a Renovação Carismática Católica. Embora religião e política possuam perspectivas particulares na sociedade, isso não significa que sejam antagônicas. Ao contrário, a junção entre ambas é frequente e seus resultados são os mais diversos na modernidade. Assim, o presente estudo concentra esforços na análise da atuação política de dois vereadores da cidade: Douglas Carvalho Pereira, conhecido como Tio Douglas (PTB), pertencente à Renovação Carismática, e Lenir de Assis (PT), ligada às Comunidades Eclesiais de Base, um dos principais mecanismos de atuação da Teologia da Libertação nas décadas de 1970 e 1980 e que ainda hoje, em menor número, buscam possibilidades de resistência a um modelo religioso distante de suas propostas de coletividade e atuação política como forma de transformação social.

Esse trabalho também analisa como a pertença religiosa interfere na atuação política, visto que ambos os vereadores assumem publicamente sua adesão religiosa e isso é percebido com frequência na Câmara Municipal. Dessa maneira, a atuação desses vereadores é objeto do presente estudo, por meio da compreensão de seus discursos e da realização de entrevistas semiestruturadas. Por ocuparem um mesmo lugar de evidência política na cidade e pela inserção em grupos católicos distintos, a pesquisa compreende como a vivência religiosa contribui para a concepção e atuação política na Câmara Municipal, especialmente diante de temas polêmicos ou de maior complexidade. Nesse intuito, foi também realizado trabalho de

[1] Londrina, fundada entre o final da década de 1920 e início de 1930, é a segunda maior cidade do Paraná, com pouco mais de 540 mil habitantes, segundo dados do IBGE de 2014. Situada na região norte, fica a 390 km de Curitiba, capital do estado, e é um importante polo econômico, urbano, cultural e administrativo.

campo na Câmara, por meio do acompanhamento de sessões e audiências públicas, além da realização de entrevista com os dois vereadores, com roteiro semiestruturado.

1. Tio Douglas

Em sua primeira legislatura, a partir do pleito de 2012, Tio Douglas obteve 1.962 votos, ocupando a posição de primeiro suplente na coligação PTB/DEM/PRB[2]. Por impedimento do titular da vaga, ocupou essa cadeira na Câmara Municipal de Londrina.

Tio Douglas é vinculado à paróquia dos Sagrados Corações, localizada em uma região central da cidade. Nela, faz parte do Encontro de Casais com Cristo (ECC) e do grupo de oração Caminhando com Maria, ligado à Renovação Carismática. O Caminhando com Maria é o maior grupo de oração da Arquidiocese de Londrina, com frequência média de 1.500 fiéis semanalmente. Reúnem-se toda segunda-feira, às 20 horas, com aproximadamente uma hora e meia de duração. O número de fiéis é tão expressivo que o templo não suporta a todos, ficando uma parte considerável no saguão que dá acesso ao santuário. Não raras vezes, o próprio saguão também fica repleto de fiéis, obrigando os que por último chegam a ficarem nas escadarias que antecedem o saguão. Nesse caso, tanto os que se encontram no saguão quanto nas escadarias podem acompanhar a programação por um telão instalado na parte externa do templo. Mesmo em dias frios a frequência é a mesma, ainda que seja preciso ficar do lado de fora.

Nesse grupo de oração há uma participação significativa de católicos oriundos de outras paróquias, tanto os servos[3] quanto os frequentadores. No processo da pesquisa de campo, especialmente nas conversas informais e entrevistas abertas, encontrei, com frequência, fiéis procedentes de outras paróquias, de bairros distantes, até mesmo de cidades vizinhas, que deixam de participar do grupo de oração de suas paróquias locais para estar no grupo Caminhando com Maria.

Esse não é o caso do Tio Douglas, cujo vínculo é dessa própria paróquia. Ligado à Renovação Carismática e por participar do maior grupo de oração da Arquidiocese, parcela significativa dos seus votos pode ter procedência desse grupo de oração carismático, bem como

[2] Câmara Municipal de Londrina. <http://www.cml.pr.gov.br>. Acesso em: 12.08.2015.
[3] Servo é o termo utilizado para designar os fiéis vinculados diretamente ao grupo de oração e que exercem funções específicas. A RCC se organiza em vários ministérios, que são serviços oferecidos nos grupos, como: cura e libertação, fé e política, intercessão, pregação, universidades, música e artes etc. Para se tornar um servo é preciso se submeter aos treinamentos ofertados pela RCC, levando aproximadamente um ano para a conclusão e início das atividades no grupo.

de outros grupos de Londrina, conforme o próprio vereador reconhece em entrevista[4].

Sua entrada para a vida política não está vinculada a um histórico de envolvimento em lutas e movimentos sociais, como será percebido com a vereadora Lenir de Assis, a seguir. O próprio nome usado na campanha, e pelo qual é conhecido, "Tio Douglas", faz referência à sua atividade profissional relacionada à organização de festas infantis na cidade de Londrina. Seu vínculo ao PTB é resultado de questões mais pragmáticas que ideológicas[5], não possuindo, portanto, relações históricas com o partido.

Esse fato pode ser compreendido a partir da observação da maneira como a RCC tem lidado com a política partidária. Os candidatos eleitos ao legislativo em nível municipal, estadual e federal na região norte do Paraná e apoiados pela Renovação Carismática são de partidos diferentes: Tio Douglas, vereador em Londrina (PTB), Evandro Araújo, deputado estadual (PSC) e Diego Garcia, deputado federal (PHS). A afinidade partidária e ideológica, bem como sua filiação, portanto, não ocupa lugar proeminente na relação entre RCC e política. O compromisso com o estatuto do ministério Fé e Política e os pressupostos religiosos da RCC recebem maior evidência[6].

2. Lenir de Assis

Em seu segundo mandato consecutivo na Câmara Municipal de Londrina, Lenir de Assis obteve 4.017 votos nas eleições de 2012; e 2.392 votos em 2008. Ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em que exerce assessoria desde 1986, Lenir tem formação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, com presença em diversos movimentos sociais, antes mesmo de se tornar vereadora. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 2000, veio a candidatar-se ao legislativo pela primeira vez no ano de 2008, quando foi eleita para o seu primeiro mandato entre 2009 e 2012.

Lenir foi a segunda candidata mais votada na última eleição de 2012, perdendo apenas para Marcos Belinati (PROS), com 7.081 votos. Isso se explica, em parte, por Londrina, em sua

[4] "[...] dinheiro mesmo a gente não tinha de campanha. A gente teve um pouco de apoio na ocasião do pessoal da Renovação, que eu tenho que falar, e dos amigos, né, teve muitos amigos que nos ajudaram [...]". Entrevista 17.08.2015 - folha 2.
[5] "Eu fui no PT, eu queria ser candidato, em 2011 fui no PT, não me receberam [...]. Fui no PDT, deixei uma carta de punho dizendo que eu queria muito me filiar, fui três vezes no PV, não me deram resposta, aí eu fui no PTB [...]. Então foi o partido em que fui acolhido". Entrevista 17.08.2015 - folha 2.
[6] "Olha, a Renovação nunca colocou empecilho. Ela sempre acolheu todos... das pessoas que faziam parte de um grupo. Então você participa como servo dentro de um grupo, você tem essa vontade, né, se coloca à disposição, se coloca em oração e... tanto é que pra vereador tinha eu e o Marquinhos, da zona norte, e era do PSC também, era de outro partido, mas eram dois que participavam da Renovação". Entrevista 17082015 – folha 2.

história política, ser marcada pela atuação do ex-prefeito Antonio Belinati[7], que obteve três mandatos na cidade, conquistando, por meio de políticas populistas, grande número de simpatizantes. Por isso, a família Belinati, ainda hoje, possui capital político expressivo em Londrina, devido ao carisma e à atuação política do ex-prefeito, um ícone na região apesar de escândalos ligados à corrupção[8]. Além de Marcos Belinati como vereador em Londrina, a família Belinati conta com uma vaga na Câmara dos Deputados, por meio de Marcelo Belinati (PP).

O bom desempenho de Lenir na última eleição pode ser percebido por meio de sua trajetória política e religiosa. Embora grupos ligados à Teologia da Libertação tenham perdido força nas últimas décadas, em parte pela ascensão dos grupos carismáticos, como a RCC, Lenir, ainda que vinculada àquele setor, consegue se projetar em outros espaços sociais nem sempre marcados pela religião, pelo menos a católica. Exemplo disso é seu apoio aos movimentos negro, feminista, estudantil, trabalhista, entre outros.

Sua atuação política na Câmara Municipal, portanto, é reflexo de sua trajetória religiosa vinculada à Teologia da Libertação, cuja atenção se concentra nos aspectos sociais da sociedade moderna capitalista, em especial no continente latino-americano, com objetivo de transformação da realidade.

Tendo em vista a vivência religiosa desses dois vereadores de Londrina, darei destaque a dois eventos ocorridos em 2015 na Câmara Municipal e que nos permitem perceber como a prática política pode ser interpelada pela vivência religiosa, produzindo resultados diversos e muitas vezes opostos. Para isso, o presente estudo se apoia no que Geertz (2014) denomina de discurso social, podendo ser compreendido por meio de palavras e/ou ações. Nesse sentido, Júlia Miranda também aborda os sentidos encontrados no discurso:

> Chamo de discurso não qualquer fragmento de linguagem, mas toda combinação de gestos, palavras (escritas ou não) e imagens que implicam uma ação, que diz alguma coisa sobre algo e que é reconhecida como portadora de sentido no interior de uma comunidade de linguagem (MIRANDA, 1999, p. 30).

Embora neste artigo o enfoque seja dado às palavras proferidas pelos dois vereadores, seja no discurso na Câmara, seja na realização de entrevistas, a fala se associa a uma vivência

[7] Antonio Belinati foi prefeito em Londrina nos anos 1977-1982; 1989-1992; 1997-2000. Na eleição de 2008 foi novamente eleito, mas teve sua candidatura cassada pela Justiça Eleitoral.
[8] Em conversas sobre política com londrinenses, é comum ouvir muitos justificarem seu voto e apoio a Antonio Belinati por meio da expressão: “ele rouba, mas faz”.

e história de vida, em grande parte mediada pela visão de mundo religiosa, que contribui no desenvolvimento de determinadas práticas políticas, como veremos a seguir.

3. Audiência Pública - Campanha da Fraternidade de 2015

A Igreja Católica, por meio da CNBB[9], realiza anualmente a Campanha da Fraternidade no período da Quaresma com o objetivo de levar os fiéis a refletirem sobre determinados assuntos, geralmente de cunho social, na atualidade. Em 2015, o tema da Campanha foi "Fraternidade: Igreja e Sociedade" e o lema "Eu vim para servir", em que é possível perceber motivações ligadas ao perfil do Papa Francisco. Eleito em 2013, o Papa Francisco é o primeiro latino-americano a ocupar tal posição, e tem tido algumas ações mais radicais em relação à instituição católica[10] que têm agradado setores da esquerda católica. Isso se evidencia no cartaz de divulgação oficial da CNBB, em uma foto que Francisco se encontra ajoelhado, beijando os pés de um homem, provavelmente em uma cerimônia de lava-pés, tradicional na Igreja Católica.

Após a Quaresma, período em que a Campanha é amplamente divulgada nas missas e eventos paroquiais, a vereadora Lenir convocou uma Audiência Pública na Câmara Municipal com o intuito de discutir e refletir sobre a Campanha da Fraternidade e sua aplicabilidade no contexto da Arquidiocese de Londrina. Realizada no dia 22 de abril de 2015 no salão principal da Câmara, o evento contou com a presença de várias lideranças católicas, entre sacerdotes e irmãs, além de leigos e alguns vereadores da cidade, como o Tio Douglas. Na abertura da Audiência, Lenir demonstrou sua percepção de como a Campanha deveria ser desenvolvida na cidade:

> O objetivo dessa noite é discutir a Campanha da Fraternidade no contexto das políticas públicas municipais, uma vez também que este ano em nossa Arquidiocese foi deliberado como um dos gestos concretos a ampliação e a participação das pastorais, dos movimentos, de leigas e leigos como um todo, dos conselhos municipais e este ano nós temos várias conferências municipais, também a participação nos conselhos e também nos apropriarmos e participarmos do debate sobre a aposta da reforma política proposta pela CNBB, OAB e outras entidades[11].

[9] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
[10] Um exemplo disso foi a beatificação de dom Oscar Romero, em maio desse ano, após 35 anos de seu assassinato em El Salvador. Um dos ícones da Teologia da Libertação na América Latina, além da atenção aos pobres, criticou duramente o golpe militar em seu país, bem como a violência que se seguiu, resultando em seu assassinato.
[11] Gravação 22.04.2015 - folha 1. O vídeo da Audiência Pública está disponível no site da Câmara Municipal de Londrina, no endereço: <http://www.cml.pr.gov.br>. Acesso em: 27.06.2015.

Esse trecho da abertura proferida por Lenir pode ser dividido em dois momentos. Primeiramente, a vereadora petista destaca a importância da participação política dos fiéis ligados às pastorais e movimentos da Igreja Católica. O leigo é inserido no campo político, ganhando um papel de protagonista social, ocupando espaços na política municipal com objetivo de alcançar a transformação social.

Pela Teologia da Libertação, os leigos obtiveram visibilidade nos grupos católicos, especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base, onde eram os principais atores sociais. Mesmo havendo a supervisão clerical nas CEBs, quando existia era no sentido do assessoramento. Nas décadas de 1970 e 1980, momento auge desses movimentos católicos, muitos avanços sociais foram obtidos ou, pelo menos, foram feitos o enfrentamento e cobranças ao poder público. Em Londrina, algumas CEBs, organizadas na região norte da cidade – cuja infraestrutura era precária, especialmente quanto a saneamento, energia elétrica e transporte coletivo – fizeram várias cobranças e reivindicações, chegando ao ponto do enfrentamento com a polícia. Nesse sentido, a fala de Lenir demonstra seu apoio à democracia participativa, necessária às conquistas e avanços sociais.

Um segundo aspecto percebido em seu discurso de abertura é a defesa da proposta da reforma política elaborada pela CNBB, OAB e mais de cem entidades. Mesmo sendo do Partido dos Trabalhadores, que também lançou uma proposta própria de reforma política, Lenir faz menção à proposta da CNBB, que é um pouco parecida com a de seu partido[12]. Nesse sentido, sua concepção e prática políticas não estão dissociadas de sua pertença religiosa católica, pelo menos no que diz respeito à proposta da reforma política.

O vereador Tio Douglas, em sua saudação, explicita seu vínculo com a Igreja Católica e a RCC:

> [...] muito feliz estar aqui honrando até mesmo a nossa igreja, tem aqui o meu pároco, padre César, da paróquia que eu participo, juntamente com o ECC [Encontro de Casais com Cristo], o Caminhando com Maria [...] e fico muito feliz de poder estar participando aqui como vereador entro na discussão [...] e estamos aqui para somar[13].

Em outro momento, Tio Douglas argumenta:

> Eu gostaria de destacar dentro da Igreja Católica um exemplo para todos

[12] Os principais objetivos de reforma política estabelecidos tanto pelo PT quanto pela CNBB/OAB são: o fim do financiamento privado de campanha e a paridade de gênero em todas as instâncias da política no país.
[13] Gravação 22.04.2015 - folha 1.

> nós, que são os Vicentinos, que com o pouco de união que eles fazem, fazem muito, então que possamos deixar isso, essa ideia para vocês, que juntamente com a vereadora Lenir, fazer não só essa audiência, mas sair daqui com um grupo, formar um grupo da sociedade que possa discutir os recursos da nossa cidade para que possamos ampliar o que é o servir[14].

A percepção política e sua prática são vinculadas aos Vicentinos, grupo formado por leigos católicos com característica assistencialista, por intermédio da distribuição de cestas básicas, remédios, construção ou reformas de casas populares etc. Além disso, as mudanças sociais, na percepção do vereador, passam por intermédio de recursos financeiros pertencentes ao município, sendo este o responsável pela administração e distribuição adequada de recursos públicos[15].

Em momento posterior, o padre Dirceu, responsável por uma rede de comunidades em uma região periférica de Londrina e um dos nomes mais conhecidos relacionados à Teologia da Libertação na Arquidiocese atualmente, demonstra certa rejeição a tal posicionamento do vereador Tio Douglas:

> É claro que as igrejas elas supriram essa dificuldade, essa necessidade, essa "capenguisse" do Estado brasileiro, então as igrejas nasceram, contribuíram a partir de várias iniciativas, como já foi mencionado os vicentinos, as santas casas, escolas para crianças, creches [...]. Mas para dizer que as igrejas elas contribuem de fato e muito nas questões sociais, não só da assistência, mas principalmente das mudanças. O desafio está nas mudanças estruturais da sociedade, né[16].

A compreensão que esses sujeitos religiosos fazem do tema da Campanha da Fraternidade, relacionado a "Igreja e sociedade", é distinta e pode ser percebida a partir da vivência que cada um tem de sua inserção no campo religioso. Assim, "sociedade" é interpretada a partir do que é "igreja". Nesse sentido, Brenda Carranza afirma que é no campo político "onde se encontram as maiores divergências entre a teologia da libertação e esse movimento [RCC]" (CARRANZA, 1998, p. 53).

4. O Plano Municipal de Educação e a questão de gênero

Outro momento que possibilita analisar a atuação dos vereadores Lenir de Assis e

[14] Gravação 22.04.2015 - folha 3.
[15] "[...] a sociedade não cobra, não faz um trabalho junto com as empresas para que possamos juntos deixar esse dinheiro aqui, deixar esse recurso aqui na nossa cidade". Gravação 22.04.2015 - folha 3.
[16] Gravação 22.04.2015 - Folhas 3, 4.

Tio Douglas foi a Reunião Conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, no dia 15 de junho de 2015 na Câmara de Vereadores, continuando no dia 16 de junho durante a 36ª Sessão Ordinária. As galerias da Casa foram tomadas por pessoas de diversos segmentos sociais, com posicionamentos favoráveis e contrários ao Plano Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação (PME) é resultado do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho de 2014 na Câmara dos Deputados em Brasília, após mais de três anos de discussões, em que foram estabelecidas vinte metas para todos os níveis da educação brasileira para serem alcançados até o ano de 2024. Alguns de seus objetivos são: erradicação do analfabetismo, educação de tempo integral, qualificação e valorização dos professores, ampliação do investimento público, aumento do número de vagas nas universidades, entre outras medidas.

No entanto, nesse processo de discussão do PNE, questões como a promoção da igualdade de gênero e discussões sobre diversidade e sexualidade foram rejeitadas no Congresso, especialmente por grupos religiosos sob a alegação de que a família brasileira seria prejudicada com a inclusão da ideologia de gênero nos currículos.

Em 2015, estados e municípios ficaram responsáveis pela elaboração de seus planos de educação a partir do PNE. Com a participação da sociedade e levando em consideração as realidades regionais, esses planos foram sendo debatidos.

No caso da cidade de Londrina e do estado do Paraná, assim como em outras cidades e estados brasileiros, o debate foi acalorado, contando com a participação de um grande número de pessoas nas galerias para acompanhar as discussões, com muitas faixas, bandeiras, além de muito barulho. Como em Brasília, a ênfase nas questões de gênero no plano de educação em Londrina ganhou destaque, concentrando-se os vereadores e participantes presentes na defesa ou ataque da temática, embora o plano contenha inúmeros outros temas relevantes e que mereceriam vários debates.

O clima tenso que vinha das galerias da Câmara não deixou de afetar os vereadores e seus discursos. Analisar o posicionamento de Lenir e Tio Douglas nesse debate também permite compreender como a adesão religiosa se reflete na atuação do legislativo londrinense. Nesse caso, especialmente, a fala desses parlamentares, enquanto discurso social (Geertz, 2014), será objeto desse estudo comparativo entre a Teologia da Libertação e a RCC.

O debate ocorreu em dois dias consecutivos: 15 e 16 de junho de 2015. No primeiro, houve a reunião conjunta das comissões de Educação, cultura e desporto e de Defesa dos direitos

da criança e do adolescente. No segundo dia, houve a 36ª sessão ordinária da Câmara. Não me deterei em aspectos relacionados às especificidades de cada um desses dias e sim nos discursos proferidos por ambos os vereadores, visto que nos dois dias os debates se voltaram para o PME, especialmente no caso da inclusão ou não do termo gênero no texto final.

No primeiro dia, 15 de junho, Tio Douglas, em um discurso breve, deixa seu parecer: "[...] no meu ponto de vista eu sou contrário a esse projeto... eu não comungo com a fala do gênero... sou... isso... eu vou votar contra o Plano e peço para retirar a palavra gênero. Se retirar a palavra, aí tudo bem, tá"[17].

Lenir de Assis, em uma fala mais prolongada, aborda primeiro a importância da discussão do PME, bem como sua amplitude. No entanto, usa a maior parte do tempo para debater sobre a questão de gênero, colocando em público seu pertencimento religioso: "Na questão do gênero, já mencionei outras vezes, sou uma pessoa que desde muito menina milito na Igreja Católica, nas pastorais sociais, nas CEBs, e a gente sempre discutiu a questão de gênero"[18].

A vereadora petista distinguiu "ideologia de gênero", cerne de todo o debate, do termo "gênero", do qual realmente trata o Plano de Educação, segundo ela.

> Uma das emendas que eu coloquei juntamente com a vereadora Elza [Correia, do PMDB] e que teve o parecer contrário foi justamente considerando e dizendo que nós não queremos e não aceitamos o conceito de ideologia de gênero, afirmando que nesse projeto não se fala em ideologia de gênero, que é uma outra situação, mas colocando aqui que a palavra gênero é considerada como uma construção sociocultural onde os papéis de homens e mulheres são historicamente definidos[19].

Ainda buscando conceituar os dois termos, Lenir prossegue: "Nesse momento, não estamos debatendo uma palavra, estamos debatendo lutas, histórias que contribuíram para a inclusão das pessoas"[20].

Ao fim de seu discurso, Lenir expõe sua trajetória político-religiosa: "É difícil entender o posicionamento, mas essa é a posição que a gente tem e que graças a Deus eu aprendi isso dentro da *minha igreja* e na *minha militância* ao longo da minha vida"[21].

Seu pertencimento à Igreja Católica, sua inserção na militância política, desde os

[17] Gravação 15.06.2015 - folha 1.
[18] Gravação 15.06.2015 - folha 1.
[19] Gravação 16.06.2015 - folha 1.
[20] Gravação 16.06.2015 - folha 1, 2.
[21] Gravação 16.06.2015 - folha 2. Grifos nossos.

movimentos sociais até a filiação partidária junto ao PT em 2000 e, posteriormente, sua eleição para uma cadeira no legislativo local, a partir de 2009, demostram estarem imbricados, fazendo parte de um mesmo processo. Tal posicionamento nesses dois dias de discussão do PME permite compreender que sua atuação política, embora esteja envolvida por elementos religiosos do catolicismo, ao qual sempre se refere, não está a serviço deste, diferentemente do que se percebe nas bancadas evangélica e católica no país, cujo objetivo último é o de defender valores morais do cristianismo em detrimento de várias demandas envolvendo movimentos populares, conforme destaca Carranza (1998).

Outro autor das Ciências Sociais, Reginaldo Prandi (1992), ao abordar as religiões pentecostais, afirma que estas apresentam rejeição ao mundo, mas sem pretensões de transformá-lo; inserem o fiel dentro da comunidade religiosa, sagrada, enquanto o que está fora dela é mal, profano. De acordo com Prandi, o pentecostalismo

> [...] propõe a construção de um outro mundo inteiramente evangélico, onde não há lugar para o outro, o diferente, o plural. Sendo o mundo mal, dele deve a religião tirar todo o proveito material que possa ser convertido em recursos para a expansão da religião. Tal missão, entretanto, é de exclusiva competência das lideranças que, também e especialmente, participam da vida político-partidária com o fim explícito de alcançar favores que beneficiem a religião (PRANDI, 1992, p. 86).

O posicionamento de Tio Douglas, ao contrário de Lenir, demonstra sua participação no legislativo local atrelada especificamente ao viés religioso. Em debates polêmicos, como o abordado nesse artigo, prevalece o *ethos* religioso do político:

> Eu respeito o posicionamento das vereadoras [Lenir de Assis e Elza Correia] que já falaram referente ao projeto, mas não poderia deixar de me expressar como já me coloquei ontem na Comissão como presidente da Criança e do Adolescente que *vou junto ao bispo*, à sociedade, a ideologia que... estou contra, vou dizer também não ao gênero, porque vejo que o projeto deveria ter uma audiência pública na Casa, o tempo que veio foi muito pouco, então o meu posicionamento é... agradeço a presença do *padre Marcelo, padre Paulo, dom Albano e... estou com vocês*. Obrigado[22].

Na realização de entrevista em data posterior ao debate na Câmara, Tio Douglas reafirma seu compromisso com a instituição católica, ainda que em um espaço público e frente a um assunto que interessa a diversas pessoas e grupos sociais: “Sempre que pode a gente vem contribuindo, e

[22] Gravação 16.06.2015 - folha 2. Grifos nossos. Entrevista.

vem valorizar a família, né, teve aquela discussão bem polêmica na questão do gênero, mas *minha formação católica, eu não tive como não honrar com a Igreja Católica*"[23].

O vereador do PTB continua a explicação de seu posicionamento diante do PME: "eu acho que a família é algo de Deus, que Deus nos coloca esse desafio mesmo de poder zelar e preservar e cada um tem seu direito de vida, de opção de vida [...], mas eu não posso deixar de zelar pelo que eu vivo, que eu prezo para a família"[24].

O desenvolvimento da prática política na RCC, voltada para os interesses e doutrinas da Igreja Católica, pode ser explicado por sua submissão à hierarquia católica[25], fazendo com que seus valores institucionais sejam reproduzidos nas instâncias da política partidária, como nesse debate ocorrido na Câmara Municipal de Londrina.

Considerações Finais

Ainda que em fase de desenvolvimento deste trabalho, que é parte de uma pesquisa de doutorado mais ampla, é possível perceber que, embora ambos os vereadores se demonstrem católicos, seus posicionamentos políticos são os mais diversos e muitas vezes antagônicos, como demonstrado nesse artigo. Assim, pode-se perceber o caráter religioso não apenas existente na modernidade, mas cada vez mais imbricado aos diversos campos que compõem a sociedade, embora de maneiras variadas, como é demonstrado nessa pesquisa. As concepções de mundo dos vereadores analisados, portanto, estão imbuídas de sua pertença religiosa, que lhes dá compreensões e significados distintos, observados em suas atuações na Câmara Municipal de Londrina.

Se a discussão sobre gênero dividiu a opinião pública, o mesmo ocorreu com os dois vereadores católicos abordados nesse artigo[26]. Mais ainda, seus discursos evidenciam como a adesão de fiéis à Teologia da Libertação ou à Renovação Carismática reflete na concepção e prática políticas. Embora a Renovação Carismática seja vista como um grupo apolítico, grosso modo, essa percepção carece de mais aprofundamento, visto que esse grupo católico

[23] Gravação 17.08.2015 - folha 1. Grifos nossos. Entrevista.
[24] Gravação 17.08.2015 - folha 1.
[25] "[...] nós somos muito obedientes ao nosso pároco... eu acho isso fundamental que a gente não caminhe separado, sempre na obediência. [...] A gente precisa obedecer". Entrevista 23.01.2015 - folha 3. Entrevista com liderança de um dos mais expressivos grupos de oração da Arquidiocese de Londrina.
[26] "[...] retirar a palavra gênero e junto a palavra etnia, meu Deus, aí não é só contra homens e mulheres e a questão da igualdade que estou sendo contra: estou sendo contra negros, etnia... esse é meu parecer, senhor presidente. Eu não assino o parecer do vereador Tio Douglas. Obrigada". Gravação 15.06.2015 - folha 2. Grifos nossos.

tem expandido sua atuação política de várias maneiras, com vários representantes ocupando cadeiras no legislativo municipal, estadual e federal atualmente. Em todo caso, suas particularidades em relação à política devem ser consideradas e comparadas com as de outros grupos religiosos católicos, como a Teologia da Libertação, possibilitando a compreensão de como grupos religiosos na modernidade não apenas não cessaram, ao contrário do proposto pela teoria da secularização, mas têm elaborado formas racionalizadas de interação com diversas dimensões sociais, entre elas a política.

Assim, ao contrário de se pensar em uma retirada da esfera política por parte da Renovação e de uma exacerbação política por parte da Teologia da Libertação, pode-se afirmar que ambos os grupos possuem uma ligação com o campo político, embora de formas distintas, concedendo à religião na modernidade um caráter dinâmico e heterogêneo, cujos atores lidam, de variadas formas, com o pertencimento religioso e político.

Referências

CARRANZA, Brenda. Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências. In: ANJOS, Márcio Fabri dos. **Sob o fogo do espírito**. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 39-60.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MIRANDA, Júlia. **Carisma, sociedade e política**: novas linguagens do religioso e do político. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: Religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. **Perto da magia, longe da política**: derivações do encantamento no mundo desencantado. Novos Estudos CEBRAP, n. 34, novembro 1992, p. 81-91.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Gramsci e as tendências orgânicas do catolicismo brasileiro**. História Agora. 2011. p. 212-238.

THEIJE, Marjo de. **Tudo o que é de Deus é bom**: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil. Recife: Massangana, 2002.

MODERNIZAÇÃO, PLURALISMO RELIGIOSO E COMPETIÇÃO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Nelson Luis Motta Goulart
Mestrando - PPGSP - UENF

Vitor de Moraes Peixoto
Professor Associado - PPGSP - UENF

Resumo: Mercados religiosos pluralistas estão relacionados a mercados políticos competitivos. A presente análise macrossociológica explorou a interseção entre as esferas religiosa e política com o objetivo de verificar a relação entre os níveis observados de pluralismo religioso e os níveis observados de competição eleitoral nos municípios brasileiros. Em três seções: uma breve revisão teórica sobre modernização e clivagens religiosas; uma descrição dos indicadores de pluralidade religiosa e de competição eleitoral utilizados; e uma análise quantitativa da relação entre eles, o estudo tomou por unidade de análise os 5.563 municípios e verificou que as preferências religiosas agregadas e as preferências eleitorais agregadas variam conjuntamente.

Palavras-chave: modernização; pluralismo religioso; competição eleitoral.

Abstract: Pluralistic religious markets are related to competitive political markets. This macro-sociological analysis explored the intersection between the religious and the political spheres in order to investigate the relationship between observed levels of religious pluralism and the observed levels of electoral competition in Brazilian municipalities. In three sections: a brief theoretical review of modernization and sociological cleavages; a description of the used indicators of religious plurality and electoral competition; and a quantitative analysis of the relationship between them, the study utilized as unit of analysis the 5,563 municipalities and found that the aggregated religious preferences and the aggregated electoral preferences vary together.

Keywords: modernization; religious pluralism; electoral competition.

Introdução

O avanço das religiões e dos cultos que retomam o pensamento mágico nesta virada do século da razão (PRANDI, 1991, 1992) é um fenômeno estranho à teoria da modernização (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006). Seja de uma perspectiva atribuída à mobilização cognitiva (DALTON, 1984) ou de uma perspectiva associada à mudança de valores (INGLEHART; BAKER, 2000; INGLEHART; WELZEL, 2008, 2009), o fato é que os pressupostos básicos do processo de modernização sugerem a derrocada das clivagens religiosas na explicação de atitudes e comportamentos políticos (ELFF, 2007). Além de não deixarem espaços teóricos para a interseção entre as esferas religiosa e política, a possibilidade de se pensar uma clivagem religiosa que balizaria a decisão do voto, ou as estratégias eleitorais de candidatos e partidos no Brasil, fica suprimida.

Por mais que a economia possa avançar e gerar consequências para a interseção entre as esferas religiosa e política, os competidores e as ideologias do mercado religioso não cedem passivamente seu lugar na estrutura da economia simbólica às ideologias e aos competidores do mercado político. Tanto no Brasil quanto na América Latina não houve um abandono massivo das crenças religiosas e uma adesão aos ideais laicos, por exemplo, fossem eles promovidos pelos partidos, pelo Estado ou pela sociedade (IBGE, 2012). A diminuição da parcela católica no mercado religioso não é sinônimo de uma redução no número geral de religiosos, mas de uma transferência de adeptos para outras crenças religiosas. Houve um acréscimo no percentual daqueles que declaram não comungarem de qualquer culto ou crença religiosa, mas esta não é a única categoria analítica que cresce em termos percentuais. Quase todos os outros grandes grupos religiosos, que compreendem outras formas que não a da religião Católica Apostólica Romana, aumentaram seu número de adeptos.

Esta análise macrossociológica partiu das observações do aumento concorrencial no mercado religioso brasileiro e da retomada do pensamento mágico como recurso dos competidores religiosos para analisar se estes movimentos têm alguma repercussão na configuração da competição política. A ideia de pluralismo religioso utilizada é marcada pelas possibilidades de convivência e de declaração das preferências pelos cultos e religiões. O pressuposto básico é o de que o número de religiões declaradas expressa o grau de pluralismo religioso (BURITY, 2005, 2008; PIERUCCI, 1999). A ideia de competição política utilizada é a de que partidos e candidatos estão na arena eleitoral buscando votos. O pressuposto básico é o de que partidos e candidatos aceitam as regras, a concorrência e os resultados pós-eleitorais (PRZEWORSKI, 1994; PRZEWORSKI et al., 1997).

1. Objetivo e método

O objetivo da pesquisa foi analisar sistematicamente a relação entre os níveis observados de pluralismo religioso e os níveis observados de competição eleitoral nos municípios brasileiros. A análise macrossociológica explorou a relação entre a esfera religiosa e a esfera política. Tomou por unidade de análise os 5.563 municípios brasileiros e verificou se a distribuição das preferências religiosas e a distribuição das preferências eleitorais variavam conjuntamente, município a município. A hipótese testada foi a de que

quanto maior o nível de fracionalização das preferências religiosas de uma população municipal, maior seu nível de fracionalização das preferências eleitorais.

Os indicadores das distribuições das preferências religiosas e das distribuições das preferencias eleitorais para cada município foram operacionalizados em quatro índices: o Índice de Concentração de *Herfindahl* (**H**) (RESENDE, 1994), o Índice de Fracionalização (**F**) (RAE, 1968); o Índice de Competitividade (**IC**) (SANTOS, 2007); e o Número Efetivo de Partidos (**N**) (GOLOSOV, 2009; LAAKSO; TAAGEPERA, 1979). O pluralismo religioso foi mensurado com os índices **H, F e N**. A competição eleitoral foi mensurada em duas frentes: a de candidatos, com o índice **IC**; e a de partidos, com os índices **H, F e N**. Os dados utilizados nos cômputos são do Censo de 2010 (IBGE) e dos resultados das Eleições Municipais de 2012 (TSE). Para analisar a relação estatística entre as variáveis computadas para o mercado religioso e para o mercado político foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (**ρ**).

2. Revisão teórica

Esta revisão aborda, de uma perspectiva macrossociológica da mudança cultural e de uma perspectiva institucional e minimalista, alguns dos termos mais polêmicos e resilientes das ciências sociais: modernização, desenvolvimento e democracia. O objetivo da breve seção, eminentemente teórica, é o de apontar a importância da relação entre o campo religioso e o campo político. Mais detidamente, são elencadas algumas das principais proposições dedicadas à relação entre o pluralismo religioso e a competição eleitoral.

2.1 Modernização, mudança cultural e religião

Modernização e desenvolvimento são termos que andam juntos[1]. "A teoria da modernização foi um paradigma analítico dominante na Sociologia americana de meados do século XX, provendo explicações do processo global pelo qual sociedades tradicionais alçavam à modernidade" (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006, p. 253). Quatro dimensões, descritas abaixo, resultam desta visão da modernidade: a modernização política, a modernização cultural, a modernização econômica e a modernização social:

[1] Similaridade apontada no *The Penguin Dictionary of Sociology*.

> I. A *modernização política* envolve o desenvolvimento de instituições chave – partidos políticos, parlamentos, e voto secreto – as quais suportam o processo decisório.
> II. A *modernização cultural* produz tipicamente a secularização e a adesão a ideologia nacionalista.
> III. A *modernização econômica*, distinta da industrialização, está associada às profundas mudanças econômicas – à uma crescente divisão do trabalho, ao uso de técnicas de gerenciamento, tecnologias avançadas e o crescimento das facilidades de mercado.
> IV. A *modernização social* envolve o crescimento da escolarização, da urbanização e o declínio das autoridades tradicionais. Estas mudanças todas vistas em termos das crescentes diferenciações sociais e estruturais (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006, p. 253) (Tradução dos autores).

Uma das revisitações mais recentes à teoria da modernização, é a que foi feita por Inglehart[2], onde todas as quatro dimensões foram retomadas, porém, de uma lógica distinta. Para o autor, não há uma atribuição direta dos resultados do desenvolvimento destes eixos dimensionais ao desenvolvimento econômico e *vice-versa*.

Para Inglehart, a modernização, ou desenvolvimento, é um processo com percurso um tanto menos direto e certo, seus derivados são mais complexos que as etapas caracterizadas em versões anteriores da teoria. O início é dado pelo mesmo fator, as mudanças econômicas, mas a cadeia de desenrolo do processo, não. Conforme coloca:

> Ao diminuir a insegurança econômica pela promoção da mobilização cognitiva e diversificar intercâmbios humanos, o desenvolvimento socioeconômico reduz as restrições objetivas às escolhas. As pessoas se tornam materialmente mais seguras, intelectualmente mais autônomas e socialmente mais independentes. Assim, sentem mais segurança existencial, o que gera um sentimento correspondente de autonomia (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 46-47).

Ronald F. Inglehart atribui poder causal, mesmo que probabilístico, ao desenvolvimento econômico. Dele derivariam, segundo o autor, uma série de valores chamados valores de autoexpressão, que por sua vez, estão relacionados aos valores democráticos e às instituições democráticas. Ou seja, a mudança econômica agita os principais valores de uma sociedade, e o agitar destes valores culminam em demandas por uma outra democracia, uma democracia efetiva. A mudança cultural é a chave para a democracia efetiva:

[2] Ronald Inglehart é presidente da *World Values Survey Association*, realizadora do ***World Values Survey***, uma pesquisa de abrangência global realizada desde 1981, vinculada à Universidade de Michigan.

> A mudança cultural decisiva é a substituição de valores de sobrevivência por valores de autoexpressão. A mudança para valores seculares racionais não é crucial para a democratização. Desde que as autoridades religiosas não tentem controlar o sistema político, as instituições democráticas parecem funcionar bem nas sociedades tanto religiosas como seculares (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 171).

A tese defendida neste percurso explicativo, uma tese de mudança cultural, pode ser resumida à seguinte fala: "The major effect of modernization is not that it makes democracy more acceptable to elites but that it increases ordinary people's capabilities and willingness to struggle for democratic institutions" (INGLEHART; WELZEL, 2008, p. 136). O modelo arrola a cadeia de proposições que formam o empreendimento teórico Inglehart e Welzel. O processo recebe o nome de modelo de empoderamento humano. Nele, o aumento das capacidades econômicas engendra o acesso aos chamados recursos de ação. Os recursos de ação tornam os membros de uma dada sociedade mais autônomos. As pessoas se tornam mais independentes, o que faz germinar a busca e a manutenção de um conjunto de novos valores: os valores de autoexpressão. Por fim, como consequência, os rumos da democracia efetiva derivam diretamente destes dois primeiros momentos. A sequência, que não é defendida por Inglehart, resume-se por: economia, cultura e política.

À proposta de reconsideração sobre a teoria da modernização apresentada cabe uma série de questões: A substituição dos valores de existência é um processo sujeito aos constrangimentos de classe? Basta que alguns, a classe média, possam acessar os valores de autoexpressão que as consequências benéficas serão generalizáveis? A despeito das questões de classe: Em que medida as diversas religiões tenderiam ao não desejo do poder político, direta ou indiretamente? E em que situação, o desejo, e para além dele, o governo de lideranças marcadamente religiosas, seria problema à poliarquia? Afinal, as mais diversas opções religiosas parecem ser geneticamente atreladas às interpretações do estado de coisas do mundo, e estas interpretações quase nunca são apolíticas[3]. O "desde que as autoridades religiosas não tentem controlar o sistema político", antes de ser uma simples constatação, parece uma grande cláusula de barreira.

[3] Basta acompanhar os noticiários para ver o peso que os representantes religiosos imprimem nas decisões políticas. A CNBB, quase sempre está atrelada aos movimentos e disputas políticos. Mais recentemente, juntamente com a OAB, faz saber sua posição diante da reforma política. Por outro lado, podemos relatar o medo causado às minorias a indicação de Marcos Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos, e a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados.

2.2 Conflitos subculturais e sistemas políticos

Robert Dahl analisou as condições históricas, socioeconômicas e culturais que favoreceriam o surgimento, a manutenção e o movimento dos governos rumo às condições institucionais básicas da poliarquia, pois:

> Quando regimes hegemônicos e oligarquias se deslocam na direção de uma poliarquia, eles aumentam as oportunidades de efetiva participação e contestação e, portanto, o número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas (DAHL, 1997, p. 36).

As instituições e as regras, pois, dão o terreno para a participação e para a contestação pública, mas não o dão de maneira isolada da sociedade e da sua estrutura de socialização e de diferenciação, seja material ou simbólica.

Neste ponto de interação entre as ordens, da ordem política institucionalizada com a ordem social em suas mais diferentes culturas, Dahl aponta a existência de uma preocupação demasiada com a classe socioeconômica por parte dos analistas. Preocupações que obscureceram outras fontes de diferenciação, tão ou mais geradoras de conflito, tão ou mais arraigadas nas sociedades:

> A preocupação com conflito de classes e, frequentemente, um pressuposto desarticulado mesmo entre os teóricos sociais sofisticados, de que as classes são, de alguma forma, a base "real" das diferenças numa sociedade industrial à qual todas as outras são irredutíveis em última instância", tenderam a desviar a atenção de outras diferenças que originaram subculturas duradouras nas quais os indivíduos se socializam: estas são as diferenças de religião, língua, raça ou grupo étnico, e região (DAHL, 1997, p. 112).

Em se tratando dos conflitos e das clivagens mais marcantes das sociedades, o autor sustenta que nenhum dos atores, vetores responsáveis pelo conflito ou clivagem subcultural, deve ser alijado do governo de tal maneira que ele assuma, futuramente, uma vontade não democrática de obtenção ou de monopolização do poder. Nessa perspectiva, "é mais provável que o conflito seja mantido em níveis moderados se nenhuma subcultura étnica, religiosa ou regional for "indefinidamente" privada da oportunidade de participar do governo" (DAHL, 1997, p. 119). Para além disso, é necessário manter "um conjunto de entendimentos ou engajamentos que proporcione um grau relativamente alto de segurança às diversas subculturas" (DAHL, 1997, p. 121). Em outras palavras, governos poliárquicos minimamente institucionalizados não devem aumentar os custos de acesso ao governo para

as oposições atreladas às clivagens subculturais, ou a seus germes conflituosos. A democracia representativa, as regras eleitorais e do sistema partidário devem gerir a incerteza de entrada no governo, dada a mecânica eleitoral, e não a impossibilidade de acesso de alguns representantes social ou culturalmente posicionados, marcados.

É possível frisar as questões colocadas à teoria da modernização renovada de Inglehart, colocando-as à teoria da poliarquia de Dahl. Mais uma vez, a despeito das questões de classe: Em que medida as diversas religiões tenderiam ao não desejo do poder político, direta ou indiretamente? E em que situação, o desejo, e para além dele, um governo eleito de lideranças marcadamente religiosas, seria problema à poliarquia? Afinal, as mais diversas opções religiosas parecem ser geneticamente atreladas às interpretações do estado de coisas do mundo, e estas interpretações quase nunca são apolíticas. Dahl coloca a interseção entre as esferas como uma das condições socioculturais centrais para o sucesso da poliarquia, da democracia.

3. Mercado religioso e competição eleitoral nos municípios brasileiros

Endossamos aqui o ponto de vista dahlsiano das condições culturais necessárias ao bom desempenho das instituições no processo de democratização e ponto de vista de Ronald Inglehart e Christian Welzel sobre a postura dos líderes religiosos diante da representação eleitoral.

Antes de explorar a relação entre campo religioso e campo político são apresentadas as principais operacionalizações e descrições da competição do mercado religioso e da competição do mercado eleitoral.

3.1 A distribuição das preferências religiosas

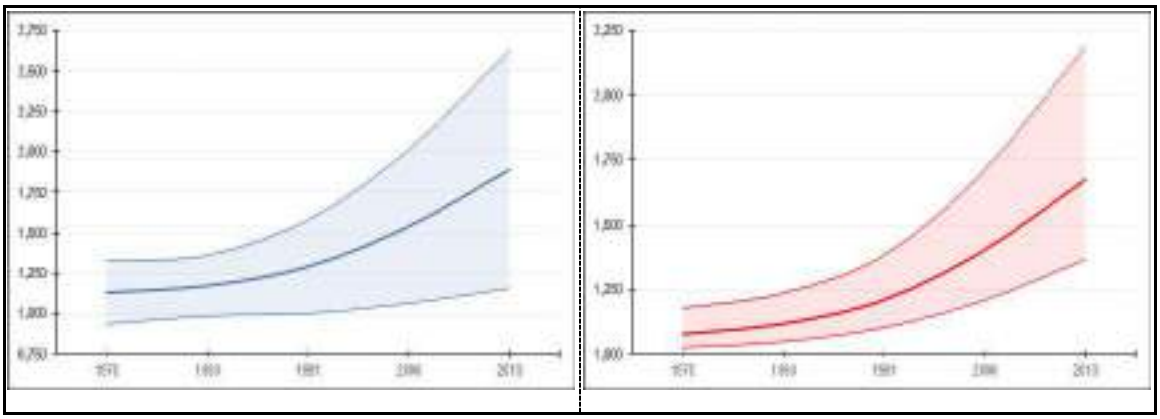
A religião católica vem perdendo espaço no mercado religioso brasileiro paulatinamente (IBGE, 2012). Este processo teve início, principalmente, após a promulgação da constituição de 1891, que desvinculou Estado e Igreja (PIERUCCI, 1999). Tal desvinculação propiciou o avanço das condições legais mínimas para que, além da pluralidade de religiões, viesse a existir o pluralismo religioso. Conforme remonta Ricardo Mariano (2002):

> Apesar de certos percalços, como a longa discriminação estatal sofrida pelos cultos afro-brasileiros, a liberdade religiosa, sancionada e assegurada pelo Estado, não só se efetivou plenamente nas últimas décadas do século XX, tornando-se um dado indisputável da realidade brasileira, fato inegável, mas

> também se situa na raiz do pluralismo religioso e na constituição de nosso dinâmico mercado religioso contemporâneo. Apesar de derivar da separação republicana, o pluralismo, hoje, cumpre o papel de garantir a permanência da separação jurídica entre os poderes temporal e espiritual e da liberdade religiosa, de contrabalançar o poder da religião hegemônica e de restringir ações estatais que discriminem algum grupo religioso ou que privilegiem algum em detrimento dos demais (MARIANO, 2002).

A constatação de boa parte dos estudiosos da religião é corroborada pelos resultados do cômputo do Número Efetivo de Religiões para os municípios brasileiros de 1970 a 2010, ano do último Censo (Figura 2). Os resultados, representados em duas curvas de tendência, retratam muito bem o panorama de expansão concorrencial dos mercados religiosos dos municípios.

Figura 1 - Evolução do número efetivo de eeligiões nos municípios do Brasil, 1970 - 2010.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2010.
Elaboração dos autores.

No gráfico da esquerda, a linha central é a média e as linhas mais finas, acima e abaixo dela, contam um desvio padrão. No gráfico da direita, a linha central é a mediana e as linhas mais finas, acima e abaixo dela, contam um quartil. O eixo *y* marca a média ou a mediana do valor observado do índice **N** e o eixo *x* marca os anos do Censo. A média, uma medida de tendência central mais influenciada por valores discrepantes, demonstra uma tendência de aumento da competição no mercado religioso. A mediana demonstra a mesma situação para a concorrência do mercado religioso dos municípios, porém, com menor dispersão.

De maneira global, o mercado avança rumo ao **N** $\geq$ 2, onde contariam dois grandes atores, dois grandes empreendedores em disputa pelas preferências religiosas. Hoje, alguns municípios já apresentam mais que 2, ou mesmo 3 grandes empreenderes no mercado religioso, por isso as curvas tendem a ampliar sua área além da linha central, mas outros

muitos municípios, apresentam o quase-monopólio do mercado das preferências religiosas, situação que tem se tornado mais incomum, dada a progressão das linhas abaixo das linhas centrais, da média ou da mediana, mas situação ainda não revertida.

3.2 A fracionalização das preferências religiosas

A ideia de pluralismo religioso tomada nesse estudo resume-se à possível convivência de múltiplos cultos e à possibilidade de que sejam exercidas e declaradas as preferências individuais por estes cultos numa sociedade. Parte-se do pressuposto de que pluralidade de cultos religiosos no Brasil leva, ou expressa, em alguma medida, o grau de pluralismo religioso (BURITY, 2005, p. 29, 2008; PIERUCCI, 1999):

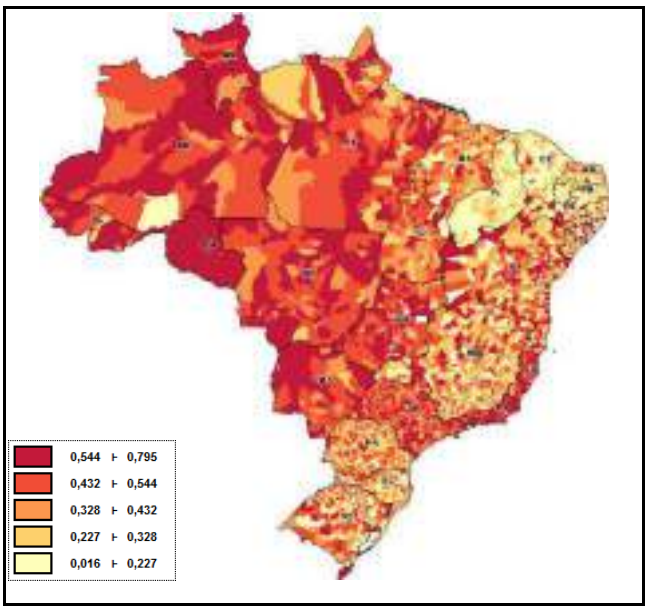
> (há) um processo de ampliação e aprendizagem do pluralismo que acompanha a trajetória de hegemonização de uma cultura democrática no país e que ajuda a compreender os baixos níveis de conflito religioso aberto (que não deve ser confundido com competição religiosa, que é disseminada, embora haja vários casos em que os limiares entre eles são bastante discutíveis) (BURITY, 2005, p. 29).

Joanildo Burity, além de afirmar uma base para o que aqui se pretende mensurar, retoma a relação entre a construção da poliarquia brasileira e a profusão de um aprendizado cultural religioso.

A família de índices derivados do Índice **H**, como o Índice de Fracionalização de Rae (**F**), de modo geral, é computada para análises de competição eleitoral e de sistemas partidários. Neste estudo ele foi aplicado de maneira análoga às distribuições das preferências religiosas[4]. Por mais que a análise do campo religioso utilizando este instrumento não seja comum, tal uso é capaz de operacionalizar a distribuição das preferências religiosas agregadas de uma dada população. Dois motivos corroboram a adoção do índice: primeiro, por ser um índice de leitura simples e direta; e segundo, por permitir um raciocínio em termos de pares discordantes, onde o valor encontrado é interpretado como uma probabilidade. Sua leitura é feita como a chance de que, numa dada população, dois indivíduos escolhidos ao acaso discordem quanto às suas preferências religiosas. Os resultados do Índice **F** da religião para os 5.563 municípios brasileiros que existiam em 2010, ano do Censo, estão expostos no mapa abaixo:

[4] As três fórmulas matemáticas dos índices que compõem a família do índice **H** são: $\mathbf{H} = \sum_{i=1}^{n} \boldsymbol{p}_i^2$; $\mathbf{F} = \mathbf{1} - \sum_{i=1}^{n} \boldsymbol{p}_i^2$ e $\mathbf{N} = \frac{\mathbf{1}}{\sum_{i=1}^{n} \boldsymbol{p}_i^2}$.

Figura 2 - Fracionalização das preferências religiosas nos municípios do Brasil, 2010.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2010.
Elaboração dos autores.

A classificação coroplética adotada exibe as faixas do índice de fracionalização das preferências religiosas de acordo com o quintil de municípios. Cada uma das categorias da legenda conta, aproximadamente, 1.115 dos municípios observados e colore-os utilizando o valor mensurado do índice. Na paleta, quanto mais escura a cor, maior o valor observado no índice de fracionalização.

Bem menos da metade dos municípios podem ser considerados religiosamente fracionalizados. De acordo com o mapa, 80% deles têm valores de **F** aproximadamente menores que 0,500. Neste sentido, em 80% dos municípios, ao serem aletoriamente selecionados dois indivíduos, há uma chance de 50% de que o par selecionado discorde quanto as suas preferências religiosas declaradas. Chama atenção o fato de que boa parte dos municípios com monopolização religiosa estarem concentrados em duas regiões: Nordeste e Sul. Afinal, baixíssima fracionalização é monopolização. A região Nordeste, composta de 1.793 municípios, tem a metade deles contando um **F** menor que 0,300. E a região Sul, logo em seguida, também conta com a metade de seus 1.188 municípios com um **F** menor que 0,350[5].

[5] Mais informações sobre os valores observados do Índice **F** por Regiões estão no **Anexo 2**.

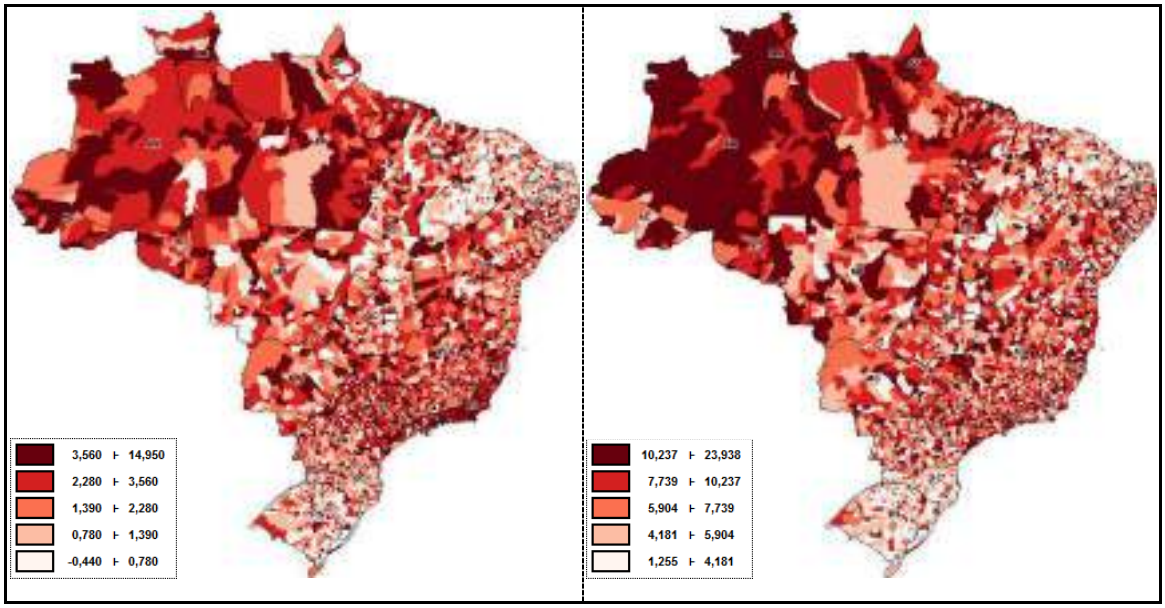
3.3 A competição eleitoral

A competição eleitoral, neste texto, é sinônimo de democracia ou do processo de democratização. Para mensurar os níveis de competição foram utilizados dois instrumentos, um para a competição mais detidamente em candidatos, outro para competição entre os partidos.

No que se refere a competição entre candidatos, foi calculado o Índice de Competitividade (**IC**) (SANTOS, 2007) para as Eleições Municipais Proporcionais de 2012. A leitura deste índice segue dois momentos, um que assume a possibilidade de os mercados eleitorais terem baixíssima competição e outro que trabalha, mais detalhadamente, os níveis de competição dos mercados que apresentam algum grau de competitividade. Valores até 0, dizem de mercados não-competitivos, e a partir de 0,1, mercados em que a há mais competição na medida em que aumenta o valor observado do índice. Quanto a mensuração da competição entre os partidos, foi utilizado o Número Efetivo de Partidos (GOLOSOV, 2009). A leitura do índice segue a direção de que quanto maior o valor observado, mais distribuídas as preferências eleitorais entre os partidos, e maior a competição.

Nos mapas abaixo estão os valores dos dois índices computados para todos os 5.568 municípios do Brasil. No mapa **A** está o Índice de Competitividade (**IC**) e no mapa **B** está o Número Efetivo de Partidos (**N**):

Figura 3 - Nível de competição das eleições proporcionais municipais do Brasil, 2012.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012.
Fonte: Elaboração dos autores.

O mercado eleitoral proporcional é mais competitivo que o mercado eleitoral majoritário (PEIXOTO; GOULART, 2014, p. 52; 62). A competição para vereador, por ser uma disputa que envolve mais cadeiras que uma eleição para prefeito, movimenta mais candidatos e mais partidos, por isso, os valores observados são tão altos. Para o índice **IC**, quase 70% dos municípios, por exemplo, entrou na categoria de alta competitividade, todos possuem valores iguais ou maiores a 1. O Índice **N** chega a 20. Entretanto, cabe lembrar que esse cômputo considera os partidos como vetores de distribuição das preferências eleitorais e não as coligações. As coligações, se consideradas, reduziriam muito o valor observado. Enfim, em termos medianos a competição majoritária tem um valor **N** de 2,067 e a competição proporcional tem um valor **N** de 7,377. Dos trinta partidos registrados, podemos dizer que estes são os números dos depositários de peso diante das preferências eleitorais.

3.4 Uma análise introdutória da relação

Após esta breve descrição utilizando as três operacionalizações realizadas, resta saber se este conjunto de indicadores apresenta alguma relação estatisticamente significante. Para analisar a relação entre as três variáveis computadas e descritas anteriormente foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (**ρ**). Abaixo estão os valores encontrados na análise:

Figura 4 - Coeficiente de correlação de Pearson, religião - competição eleitoral.

		Índice "IC"		Índice "N"	
		MAJORITÁRIAS	PROPORCIONAIS	MAJORITÁRIAS	PROPORCIONAIS
Índice "F" RELIGIÃO	ρ	0,324 **	0,523 **	0,222 **	0,410 **
	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.551	5.556	5.563	5.563

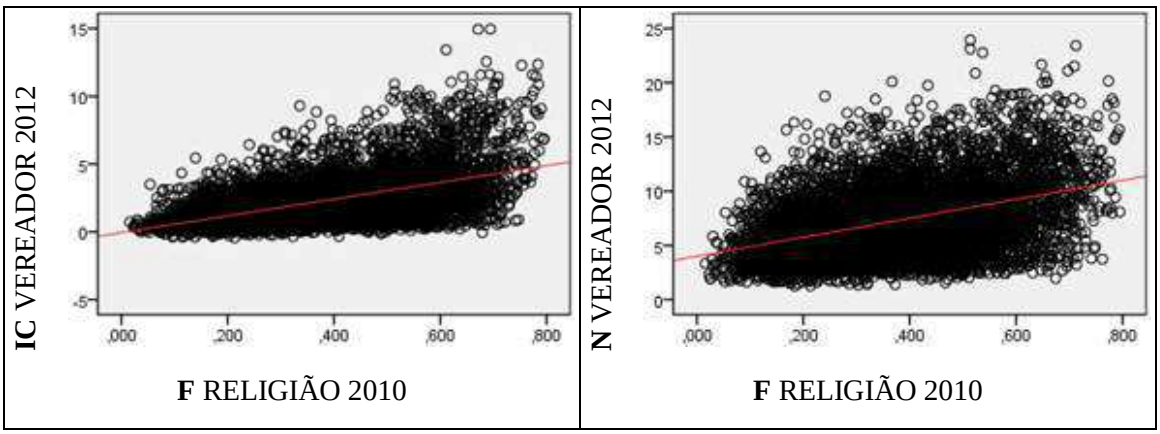
Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2010.
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012.
Fonte: Elaboração dos autores.

Os valores do coeficiente de correlação de Pearson (**ρ**) vão de – 1 a 1: onde 0 é o valor expresso da não correlação entre as variáveis; 1 a correlação direta perfeita entre as variáveis; e – 1 a correlação inversa perfeita entre as variáveis.

A fracionalização religiosa apresentou uma correlação moderada com a competição mensurada no Índice **IC**. Valores de **ρ** de 0,500 para relações típicas aos estudos das Ciências

Sociais não são comuns. O valor foi de 0,523 em termos do mercado de candidatos. No que diz respeito ao Índice **N**, voltado à competição partidária, o valor de **ρ** de foi de 0,410. Isto demonstra uma relação que deve ser, de fato, mais estudada. Logo abaixo, na Figura 2, estão representadas graficamente as duas relações com maior valor **ρ**:

Figura 5 - Diagramas de dispersão, religião - competição eleitoral.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2010.
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012.
Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto mais a nuvem de pontos estiver ajustada à reta, maior será o valor do coeficiente de correlação de Pearson, maior a relação entre as variáveis. A inclinação da reta que sobe à direita indica que o valor da associação é positivo.

A leitura destes resultados é a de que quanto maior a fracionalização das preferências religiosas (eixo *x*), maior é a competição entre candidatos e entre partidos na disputa (eixos *y*). O fenômeno é mais claro nas eleições para vereadores do que nas eleições para prefeitos. A hipótese de estudo foi corroborada: Quanto mais fracionalizadas as preferências religiosas do eleitorado, maior a competição eleitoral. Reescrito em termos monopolísticos: quanto menos monopolizadas forem as preferências religiosas no município, maior será a competição eleitoral observada.

Conclusão: A importância da religião

Este estudo foi orientado pela proposta de verificar a existência de relações empírica e estatisticamente sustentáveis entre a competição religiosa e a competição eleitoral. A principal conclusão a que se pode chegar é que existe uma relação entre o pluralismo

religioso e a competição eleitoral que merece ser estudada em profundidade. Nesse sentido, mesmo o avanço do mercado, das novas formas de divisão social do trabalho e de tudo mais que puder ser enquadrado no grande processo de modernização não ocorre alijado ao mercado da fé. Tal mercado, como qualquer outro, passa por crises, reestruturações, insere, exclui, mas não desaparece nem cede prontamente seu lugar, questão que podemos colocar, conforme foi feito numa abordagem preliminar, a Ronald Inglehart e Christian Welzel.

Referências

ABERCROMBIE, N.; HILL, S.; TURNER, B. S. **The Penguin Dictionary of Sociology**. 5th. ed. London: Penguin, 2006.

BURITY, J. A. **Religião e República**: Desafios do Pluralismo Democrático. Cadernos de Estudos Sociais, v. 21, n. 1-2, p. 23-42, 2005.

BURITY, J. A. **Religião, Política e Cultura**. Tempo Social, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DALTON, R. J. **Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies**. The Journal of Politics, v. 46, n. 1, p. 264, 1984.

ELFF, M. **Social Structure and Electoral Behavior in Comparative Perspective**: The Decline of Social Cleavages in Western Europe Revisited. Perspectives on Politics, v. 5, n. 2, p. 277-294, 2007.

GOLOSOV, G. V. **The Effective Number of Parties**: A New Approach. Party Politics, v. 16, n. 2, p. 171-192, 2009.

IBGE. **Censo 2010**: Número de Católicos Cai e Aumenta o de Evangélicos, Espíritas e Sem Religião. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo>.

INGLEHART, R.; BAKER, W. E. **Modernization, Cultural Change, and The Persistence of Traditional Values**. American Sociological Review, v. 65, p. 19-51, 2000.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia**. São Paulo: Francis, 2009.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **The Role of Ordinary People in Democratization**. Journal of Democracy, v. 19, n. 1, p. 126-140, 2008.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. **The "Effective" Number of Parties**: A Measure with Application to West Europe. Comparative Political Studies, v. 1, n. 12, p. 3-27, 1979.

MARIANO, R. **Secularização do Estado, Liberdades e Pluralismo Religioso**. 2002.

Disponível em: <http://www.equiponaya.com.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano>.

PEIXOTO, V. DE M.; GOULART, N. L. M. **Evolução da Competição Eleitoral Municipal no Brasil (1996 a 2012)**. Teoria e Pesquisa, v. 23, n. 2, p. 41-63, 2014.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Efervescência Religiosa**: Fim da União Estado-Igreja Ampliou Oferta de Religiões. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 dez. 1999.

PRANDI, R. **Cidade em Transe**: Religiões Populares no Brasil no Fim do Século da Razão. Revista USP, v. 11, p. 65-70, 1991.

PRANDI, R. **Perto da Magia, Longe da Política**: Derivações do Encantamento no Mundo Desencantado. Novos Estudos - CEBRAP, v. 34, p. 81-91, 1992.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado**: Reformas Políticas e Econômicas na Europa Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PRZEWORSKI, A. et al. **O que Mantém as Democracias?** Lua Nova, *Tradução de Cláudio Gonçalves Couto, v. 40/41, p. 113-135, 1997.

RAE, D. **A Note on the Fractionalization of Some European Party Systems**. Comparative Political Studies, v. 1, n. 3, p. 413-418, 1968.

RESENDE, M. **Medidas de Concentração Industrial**: Uma Resenha. Análise Econômica, n. 21 e 22, p. 24-33, 1994.

SANTOS, W. G. DOS. **Governabilidade e Democracia Natural**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RELIGIOSIDADE E GÊNERO NO "REINO DA IMPURA SORTE"

Sônia Missagia Mattos
UFES

O garimpo como se sabia ser e ouvia-se contar não existia no pego do real [...] era o reino da impura sorte.
Guimarães Rosa. Estas Estórias.

Sertão: onde o "homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada".
Guimarães Rosa. Grande Sertão Veredas.

Resumo: Esse artigo apresenta resultados de estudos e pesquisas sobre gênero, interligando-os ao papel de religiões originadas na tradição Judáico-Cristã na construção social da ordem patriarcal que reforça a divisão binária de gênero e a instituição da hierarquia masculina. Traz, ainda, alguns mitos relativos a gênero criados por catadores de pedras preciosas, para assinalar a atualidade da força do imaginário dessa tradição religiosa no sistema de crenças e práticas de sociedades ocidentais.

Palavras-chave: religiosidade; gênero; coletores de pedras preciosas.

Abstract: This article presents results of studies and researches on gender linking them to the role of religions originated in Christian Jewish tradition in the social construction of patriarchal order which enhances the binary division of gender based on sex and provides the institution of hierarchical male supremacy. It brings concerning gender myths created by gemstones collectors to show the imaginary strength of this religious tradition still running today in the beliefs and practices system of Western societies.

Keywords: religiousness; genre; collectors of precious stones.

Introdução

Retomo aqui estudos sobre gênero, assim como pesquisas de campo realizadas entre garimpeiros artesanais no município de Padre Paraíso, nordeste do estado de Minas Gerais, interligando-os à categoria religião. O artigo expõe algumas características do local empírico privilegiado na pesquisa, assim como resultados de pesquisas sobre gênero ali realizadas; e traz algumas manifestações de religiosidade conectadas a questões relativas a gênero, para assinalar a força da operação do imaginário da religiosidade no sistema de **"crenças e práticas"** da vida social dos pesquisados.

Destacamos que nesse artigo, cultura é entendida como um sistema de significados socialmente constituídos, que grupos humanos estabelecem nas relações entre si e com a natureza. Para conceituar Cultura, transcrevo as palavras de Geertz:

> [...] o conceito de cultura ao qual me atenho não possui referente múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, *incorporado em símbolos*, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida[1].

Através dos resultados de pesquisa, foi observado que assim como gênero, também a religião constitui parte fundamental do sistema cultural local. Devido a isso, na oportunidade desse artigo, trago também algumas manifestações de religiosidade conectadas com outras relativas a gênero, assinalando que "religião" e gênero têm atuado, de forma crucial no sistema de **"crenças e práticas"** da vida social dos pesquisados.

As categorias religião e gênero funcionam como marcadores sociais de diferenças no local pesquisado. Embora atenta a esse campo de estudos, ele não será aqui. Por ora deixo registrada a importância desses marcadores para entendimento de situações de exclusão e de inclusão de pessoas no meio social, pois

> Os marcadores sociais da diferença se articulam em sistemas classificatórios, regulados em convenções e normas, materializados em corpos e coletividades, categorias de raça, gênero, sexo, idade e classe não adquirem seu sentido e eficácia isoladamente, mas por meio da íntima conexão entre si – o que não quer dizer que possam ser redutíveis umas às outras. Além disso, as hierarquias sociais às quais estão associados não apenas se superpõem ou se reforçam, mas operam com frequência de modos tensos e contraditórios.

1. Local pesquisado

As pesquisas aqui tratadas foram realizadas no município de Padre Paraíso que está localizado na região nordeste do estado de Minas Gerais. Fundado em 1962, a sua área é de 545,7km² é a sua população, estimada em 2010, é de 19 mil habitantes[2].

[1] GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Zahar. Rio de Janeiro, 1989.
[2] <http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/cidade.php/padre_paraiso?uf=mg&cidade=padre_paraiso>.



Localização do município Padre Paraíso[3]

Conforme histórico localizado no IBGE, no ano de 1875, o padre Agostinho Francisco de Mendonça Paraíso, como pregador empenhado na catequese dos índios botocudos, visitou a mata que lá existia. Anos depois, estabeleceu-se no lugar denominado aldeia às margens do rio Marambaia. Dedicando-se ao cultivo do cacau, recrutou indígenas da região, que relatava "já serem mestiços" para as tarefas da sua fazenda.

Por volta de 1890, o Senhor Clemente da Silva, ex-combatente da guerra do Paraguai, recebeu uma vasta área de terras na mesma região. Presume-se que por volta de 1902, algumas famílias oriundas das circunvizinhanças[4], à busca de melhores terras, foram se agrupando na confluência dos Córregos Água Vermelha e São João. Através das famílias ali então radicadas começa a ser erguida uma capela dedicada a São João.

O desenvolvimento do povoado foi lento, tornando-se acelerado por volta de 1906 com a descoberta de pedras preciosas na região. Essa atividade trouxe para o local um grande afluxo de pessoas que ali se estabeleceram, de forma precária, em barracas de pau-a-pique, mas que sonhavam com um futuro promissor. A partir de então, o pequeno povoado cresceu rapidamente, pois a comercialização das pedras, ali extraídas, logo atraíram compradores de várias localidades (como, em certa medida, ainda ocorre nos dias atuais), fazendo surgir um pequeno comércio – ponto de garimpeiros.

[3] Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/padreparaiso.pdf>.
[4] <http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=31&codmun=314630&idtema=16&codv=06&search=minas-gerais|padre-paraiso|sintese-das-informacoes->.



Exploração comercial de pedras preciosas em cidades mineiras. Fonte: <http://blogdobanu.blogspot.com.br/2010/11/garimpeiros-pedem-socorro-para-nao.html>.

Com o aumento do movimento comercial, proveniente principalmente da atividade garimpeira, logo surgiu a necessidade da construção do primeiro mercado municipal (1912) e, mais tarde, em 1945 a Rodovia Rio-Bahia. Em 1948, esse povoado foi elevado a Distrito, ficando subordinado até 1962 ao município de Caraí. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município foi constituído como distrito sede. Nessa época o principal produto municipal era o café[5].

A sede do município se desenvolveu como um ponto de apoio a motoristas (bares, botecos, pensões para pernoites, pontos de abastecimento de combustível), principalmente para aqueles que transportam cargas pesadas. Porém, apesar de os indicadores econômicos oficiais, não apontarem registros da atividade mineradora, esse município continua sendo uma zona mineradora muito importante entre os municípios mineiros da região do Vale do Jequitinhonha que mais concentram "catadores de pedras", ou garimpeiros[6].

Sobre a potencial riqueza representada pelas jazidas de pedras preciosas, no "Hino a Padre Paraíso", o poeta Eron Brasil faz o seguinte registro: "[...] O teu chão é rico de minérios/ A estrela D'alva é a sua tradição/ Lindas jazidas enfeitadas de cristais/ Mostrando a todos a beleza universal [...]"

[5] Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/padreparaiso.pdf>.
[6] Conforme fui informada os outros três municípios do Vale do Jequitinhonha que mais concentram esse tipo de atividade são: Caraí, Catují e Coronel Murta.

O município de Padre Paraíso é mostrado por ele como um lugar rico em minérios e em cujo solo foi descoberta a "Estrela D'alva" – uma das mais belas das águas marinha encontrada no Brasil. Essa referência é muito significativa da importância da atividade garimpeira para a economia daquele município. Os garimpeiros sabem disso e afirmam: que "O município produz cristal, água marinha, crisoberilo, crisólita e até alexandrita"[7]. Mas, a riqueza não fica ali.

> Nem um garimpeiro tem uma joia no dedo. Quem tem é o empresário. Nós tira para embelezar a vida dos outros e nós fica na pior. O problema da pedra é que eles compram quase de graça aqui. O valor tá de Teófilo Otoni para lá [...] Quem descobre as pedras preciosas é o garimpeiro. Não é o milionário. O milionário não vai lá, no cabo da pá, pra tirar a pedra não[8].

O conceito garimpeiro era utilizado para nomear aqueles que mineravam nas "grimpas" das serras[9], atualmente, esse termo refere-se a aquelas pessoas que exercem uma atividade de extração mineral artesanal, ocasional e por conta própria. Artesanal porque ao não incorporar as novas tecnologias, elas realizam seu trabalho utilizando-se principalmente do uso da força braçal e de técnicas rudimentares, de maneira descontínua pela falta de conhecimento técnico e de condições financeiras de extrair o minério a maiores profundidades e pela dificuldade em dimensionar o corpo do minério.

Não detentores do saber técnico e científico, e tampouco de capital, os garimpeiros são pessoas que já se encontravam fora do quadro social, mesmo antes de entrar para a garimpagem[10].

As reduções ao acesso a áreas mais ricas em minério limitam a área de atuação do trabalho do garimpeiro a pequenas jazidas que se esgotam rapidamente, o que reforça o pouco valor de seu trabalho na lógica capitalista de produção. Desse modo, toda forma de exploração mineral que não cabe nas categorizações estabelecidas para ser configurada como uma mineração passa a ser considerada como garimpeira.

---

[7] Entrevista Sr. Osvaldo Vieira do Carmo. 2000.
[8] Entrevista com o Sr, Secundino. <https://www.youtube.com/watch?v=qdFQk5qYBkQ>. Enviado em 18.11.2010. "Este vídeo foi produzido pelos jovens de Padre Paraíso com objetivo de mostrar a influência do garimpo na construção de várias comunidades do Vale do Jequitinhonha e mostra as contradições promovidas pela exploração do mesmo".
[9] O conceito "garimpeiro" surgiu para marcar uma diferenciação entre as pessoas que trabalhavam no setor da mineração durante o nosso período Colonial. Conforme citação de Mello e Souza, a definição mais antiga de garimpeiro "nome com que se apelida neste país aos que mineram furtivamente as terras diamantinas, e que assim são chamados por viverem e andarem escondidos pelas grimpas das serras" - VIEIRA COUTO. "Memórias sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais" (1881). IN MELO e SOUZA, L. Os Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira do Século XVIII. R. de Janeiro. Graal. 1982. p. 202.
[10] Há que se ressaltar que alguns garimpeiros são provenientes dos segmentos mais baixos de renda da sociedade. Mas, por serem de pouca significação estatística normalmente eles não aparecem nos estudos e análises.

De modo geral, no local pesquisado, há uma nítida separação de gênero nessa atividade. Foi observado que a população ali dedicada a esse tipo de trabalho é formada, quase que exclusivamente, por homens.

2. A respeito de gênero

Através de várias entrevistas e observações realizadas em campo foi constatado que a dicotomia masculino-feminino, significando homem e mulher é ainda, naquela região, uma metáfora muito forte que divide os seres humanos em dois conjuntos. De modo geral, esses dois princípios servem de base à organização do mundo e da vida, sendo que as relações entre os sexos são imagens dessa organização de ideias.

A divisão do mundo entre masculino e feminino, é parte desse mesmo esquema de percepção e está perpassada por elementos de poder, tornando-se assimétrica e hierárquica. Foi observado, também, que muitos homens e mulheres daquela região haviam rompido com algumas práticas culturais existentes, baseadas em diferenças consideradas como naturais e passaram a participar, de um modo mais igualitário, em diversas atividades políticas e domésticas. Com Strathern compreendi que "mostrar que tanto os homens quanto as mulheres participam nas atividades políticas e domésticas não é negar a própria categorização de gênero: é realocar o seu foco"[11].

Ou seja, apesar de todas as mudanças, de todas as conquistas, em sociedades, onde gênero está referenciado ao sexo biológico, como na focalizada, ainda perdura a lógica do patriarcalismo. Nessa lógica, o universo masculino é caracterizado pelas relações de autoridade e poder de mando. Aos homens são atribuídos qualificativos tais como autoridade, força, intelectualidade e racionalidade. Já o universo feminino foi caracterizado pelo espaço doméstico. Consideradas como sendo "por natureza" física e intelectualmente frágil, portanto inferiores aos homens, a mulher foi destinada à procriação e à obediência. Sendo um ser categorizado como potencialmente propenso à submissão, a mulher recebeu atributos qualificativos como passividade, meiguice, docilidade, sensibilidade.

Segundo Bourdieu, é como algo que faz parte da natureza que essa lógica é incorporada, ou, inscrita na *hexis* corporal das pessoas. Dessa forma, os constructos decorrentes dessa mesma lógica passam a atuar dentro delas próprias, como se fizessem parte

[11] STRATHERN, Marilyn. The Gender of the Gift. op. cit. p. 68.

da própria natureza. Sendo essas diferenças percebidas como naturais, e não como construções culturais, esse limite pareceria impossível de ser desfeito. Tal constatação começou a enrijecer minha capacidade de análise.

Mas, com Judith Buttler, pude compreender que essas diferenças, por serem percebidas como naturais, não podem ser refutadas pela força da lógica, ou da repudiação. Elas têm que ser desnaturalizadas. Porque o que a lógica da naturalização gera são estilizações na superfície do corpo, produzindo uma falsa estabilização de gênero que atende aos interesses da construção da heterossexualidade, em termos de reprodução. Esse efeito superficial não revela o princípio organizador das identidades como uma causa. Assim, os gestos, os atos, as regulamentações que decorrem de tal lógica são construídos. São performáticos. Performáticos no sentido de que a identidade que eles têm a intenção de expressar são artefatos são fabricações manufaturadas e sustentadas através de emblemas corporais e outros meios discursivos. Como mostra Butlter, "o corpo *gendered*, sendo um corpo performático, recoloca a questão dos limites da coerência heterossexual e nos permite ver sexo e gênero desnaturalizados"[12].

Dessa forma, ao se desvelar os interesses que estão por detrás dessas metáforas se pode detectar qualidades de masculinidades e feminilidades que são acessíveis a ambos, homens e mulheres concretos. Ou seja, uma pessoa de qualquer sexo pode se comportar de uma forma masculina ou feminina. Por isso é possível falar em masculinidades e feminilidades, assim como em transformações em relações de gênero.

A partir desse primeiro trabalho e, instigada por observações da vida prática que me mostravam as pessoas se movimentado entre categorizações masculinizantes e feminilizantes, sempre mudando o modelo de referência, que comecei a indagar sobre a construção das masculinidades dos homens concretos. Nesse momento o que me movia era estudar um desmembramento dos estudos sobre gênero: as masculinidades. E, passei a pensar como seria a construção das masculinidades entre um grupo social que vinha despertando a minha atenção naquela região desde que lá iniciei as primeiras pesquisas – os catadores de pedras semipreciosas.

Foi no município de Padre Paraíso que detectei um grupo de garimpeiros que me pareceu emblemático para tal. Então, essa nova pesquisa teve como pano de fundo um modelo ideal de masculinidade, dificilmente alcançado por homens concretos, mas que exerce sobre os mesmos um efeito de normatização e controle das práticas de socialidades cotidianas.

[12] BUTLER, J. Gender Trouble: feminism and the subsertion of identity. New York. Routledge. 1990. p. 134-149.

Assim, pude constatar que, mesmo ao exercer atividades para as quais o "homem tem de ter a dura nuca e mão quadrada"[13], as masculinidades e as feminilidades não podem ser tomadas como algo fixo que é incorporado ao indivíduo, como uma dimensão permanente da sua experiência de estar no mundo[14]. Esse modelo de masculinidade afasta dele todo um campo de sentimentos e emoções que é considerado como feminino. A masculinidade não é entendida aqui como simétrica à feminilidade, uma vez que neste modelo a inter-relação entre estas categorias está pautada em um fato, a dominação de homens sobre mulheres.

No cotidiano as masculinidades são produzidas e reproduzidas de modo diferenciado pelos atores sociais que povoam o universo do garimpo. Apesar de haver uma partilha de vários elementos simbólicos que dizem respeito ao significado daquilo que é considerado ser um homem que a uma primeira observação poderia parecer unificar a todos em uma mesma direção, não são os mesmos símbolos e significados que exprimem e moldam as masculinidades relativas, por exemplo, aos garimpeiros, aos cambalacheiros, aos capangas e aos pedristas[15]. Os mais respeitados, dentre eles, são aqueles que conseguiram acumular mais capital tornando-se donos de turmas, intermediários de vendas e adquirindo bens duráveis e de consumo. Frequentemente são esses que orientam os iniciantes. Aqui vemos gênero funcionando como um marcador social de diferença, pois o sucesso no empreendimento torna-se sinal de mais masculinidade – mais poder.

Essas categorias são hierarquizantes e tem um sentido, uma especificidade. E, mesmo no seu interior, elas não são homogêneas e tampouco, são fixas. Ou seja, entre elas, e dentro delas há processos de ganhos e perdas de masculinidades. Esse constante movimento muda o aspecto de como elas ficam organizadas em termos de poder e hierarquia. Sendo que os arranjos hierárquicos e de poder não estão dissociados de outros marcadores de diferenças sociais tais como, e dentre outros, as categorias de raça, gênero, sexo, classe, religião, peso, geração, orientação sexual, altura, e que o funcionamento deles é interseccional[16].

Por vezes, mas não necessariamente, esses marcadores funcionam sobrepostos. O foco desse artigo é tentar assinalar como as categorias Religião e Gênero se interseccionam e operam como construção e reforço da masculinidade hegemônica no local e grupo pesquisados.

---

[13] GUIMARÃES Rosa. Grande Sertão Veredas. p. 86
[14] MATTOS, S. Missagia. Artefatos de Gênero na Arte do Barro. Vitória, ES: EUDFES, 2001.
[15] Ver: CONNELL, R. W. Hegemonic masculinity and emphasized femininity. In: Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics. op. cit. e BOURDIEU, Pierre. La Domination Masculine. Actes de la Recherche. n. 84. Avr. 1990.
[16] Ver por exemplo: SIMOES, Júlio Assis; FRANCA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. Cad. Pagu, Campinas, n. 35, dez. 2010, pp. 37-78. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-33320100002000003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

3. Práticas tradicionais de gênero e sistema simbólico religioso.

Análises sobre os resultados de pesquisa realizadas no local tornaram possível concluir que as práticas tradicionais de gênero são ali configuradas a partir do sistema simbólico religioso[17].

De início, deixo marcado que ao tratarmos de interligações entre religião é gênero é imprescindível levar em conta que existe uma grande diversidade de religiões e que essas se posicionam de formas diferenciadas com relação gênero. Assinalo também que a discussão não entrará em questões doutrinárias, ou em dogmas ou normas disciplinares próprias de quaisquer religiões.

Ao falarmos aqui em religião estamos nos referindo a aquelas fundamentadas na tradição judaico-cristã. Isso porque, no decorrer dos estudos e pesquisas realizados foi observado que a estrutura social e cultural do local pesquisado é fortemente marcada pela civilização judaico-cristã, na qual gênero e religião constituem partes fundamentais. Sendo que há entre essas duas categorias uma relação tensa, desde os tempos do início.

Por esse motivo, trago ainda algumas manifestações de religiosidade conectadas a outras relativas a gênero, assinalando como a religião e gênero atuando, em íntima conexão[18], é crucial para alimentar o sistema de **"crenças e práticas"** da vida social dos pesquisados. Vamos partir do poema da criação da tradição judaico-cristã[19] para cotejar como práticas tradicionais de gênero ficaram configuradas e inscritas no social a partir do sistema simbólico religioso. Livro de Gênesis.

A relação é tensa. Aqui concordo René Girard que busca demonstrar que os textos bíblicos, longe de serem um mito semelhante a todos os outros, seriam a chave de toda a Mitologia. Para esse autor, mais que sobre Deus, os evangelhos encerram uma teoria da Humanidade, e revelam a verdadeira natureza do desejo humano, da sua organização social e institucional, da formação da cultura e do Estado[20]. Vejamos.

---

[17] Sobre a relação entre *crenças* coletivas e a produção das *práticas*, há aqui há um estudo interessante a ser feito através da Escola Sociológica Francesa. DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes. 2009; DURKHEIM, É., MAUSS, M. Algumas Formas Primitivas de Classificação (1903). In: MAUSS, M. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.; MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Edições 70, 2008.; MAUSS, M.; HUBERT, H. Esboço de uma teoria geral da magia In: MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

[18] Ver: <http://www.oie-miseal.ifch.unicamp.br/pt-br/construcao-indicadores>.

[19] Livro de Gênesis.

[20] GIRARD, R. Eu Via Satanás Cair do Céu como um Raio. Lisboa, Instituto Piaget Divisão Editorial. 1999.

> E formou o SENHOR Deus o homem do pó da terra e soprou em seus narizes o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. E plantou o SENHOR Deus um jardim no Éden, da banda do Oriente, e pôs ali o homem que tinha formado. E o SENHOR Deus fez brotar da terra toda árvore agradável à vista e boa para comida, e a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore da ciência do bem e do mal. [...] E tomou o SENHOR Deus o homem e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar. [...] E disse o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma **adjutora** que esteja como diante dele. Havendo, pois, o SENHOR Deus formado da terra todo animal do campo e toda ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome. E Adão pôs os nomes a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo animal do campo; mas para o homem não se achava adjutora que estivesse como diante dele. Então, o SENHOR Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas e cerrou a carne em seu lugar. E da costela que o SENHOR Deus tomou do homem formou uma mulher; e trouxe-a a Adão[21].

Apesar de haver estudiosos que afirmam que a exegese e as contínuas versões bíblicas vêm amenizando essa passagem e até mesmo substituindo o termo **adjutora** por companheira, o imaginário religioso de uma ordem patriarcal judaico-cristã, está inscrita no social.

O que é registrado, é que um Deus masculino cria um mundo e nele faz surgir todas as coisas e criaturas. Dentre as criaturas, uma delas foi a mais perfeita – um homem, ADÃO[22]. Feito à imagem e semelhança do Deus masculino, ADÃO foi destinado a ser o representante da humanidade e a gerir tudo o que havia sido criado, começando por colocar "os nomes a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo animal do campo", mas dentre toda a criação "não se achava adjutora que estivesse como diante dele".

Para criar esse "outro" ser, foi-lhe retirada uma das costelas. Assim nasceu a mulher – EVA. Um ser imperfeito, feita apenas de um pedaço. Destinada para o outro, a ser auxiliar daquele que recebeu da mão do Criador o poder de controlar toda a criação, Eva foi marcada como dependente e submissa.

Há várias outras passagens ainda no Antigo Testamento onde é possível verificar que essa mesma ideologia constrói e representa a subordinação da mulher.[23] Segundo Muraro,

---

[21] BIBLIA SAGRADA. (Excertos) Gênesis - Cap. 2, 7-22. <https://www.wordproject.org/bibles/po/01/2.htm>. Acesso: ago. 2015.

[22] GEBARA, Ivone. Teologia Feminista. In: Curso de Verão: Ano V. (Org. José Oscar Beozzo). São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção Teologia Popular). p. 35.

[23] Ver, por exemplo: Deuteronômio 16.16, os homens tinham a obrigação de comparecer três vezes por ano diante do Senhor; em Deuteronômio 29, o pacto é estabelecido especialmente com os homens israelitas: "Vós todos estais hoje perante o Senhor vosso Deus: os vossos cabeças, as vossas tribos, os vossos anciãos e os vossos oficiais, a saber, todos os homens de Israel, os vossos pequeninos, as vossas mulheres" (Dt 29.10-11).

> À medida que o homem vai controlando a natureza, seu poder sobre a mulher vai também, na mesma proporção, aumentando e se cerrando. O fruto da árvore do conhecimento afasta cada vez mais o homem da natureza, e a árvore do conhecimento é também a árvore do bem e do mal. Do bem, no que permite a continuidade do processo humano, e do mal no sentido em que cria o poder, a dominação como conhecemos hoje (MURARO, 1992, p. 71).

Mas não é apenas no Antigo Testamento que nos deparamos com a construção desigual entre homens e mulheres que terminam por determinar-lhes seus lugares e ações na sociedade. Vejamos, por exemplo, a Segunda Carta de São Paulo a Timóteo.

> [...] Quero pois, que os homens orem em todo o lugar, levantando mãos santas, sem ira nem contenda. Que do mesmo modo as mulheres se ataviem em traje honesto, com pudor e modéstia, não com tranças, ou com ouro, ou pérolas, ou vestidos preciosos, Mas (como convém a mulheres que fazem profissão de servir a Deus) com boas obras. A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação. [...][24]

Referências de símbolos sagrados, como as citadas acima, representam e reforçam assimetrias de gênero, desigualdades de poder entre homens e mulheres, sedimentando-se em nosso imaginário[25].

Em um sistema cultural fortemente marcado pela tradição judaico cristã como o que estamos enfocando, é imprescindível pensar a força do imaginário religioso na sociedade, pois como afirmou, Geertz, a religião modela. Ouçamos.

> A religião é sociologicamente interessante não porque, como o positivismo vulgar o colocaria, ela descreve a ordem social (e se o faz é de forma não só muito oblíqua, mas também muito incompleta), mas porque ela – a religião – a modela, tal como o fazem o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza (GEERTZ, 1989, p. 87).

Conforme apontado, também, por Geertz, os símbolos sagrados têm a capacidade de estabelecer padrões morais, sociais e estéticos, que são assumidos pelo indivíduo enquanto realidade. Tais símbolos, diz ele,

[24] Carta de São Paulo a Timóteo. 1 Timóteo 2:8-15. <https://www.bibliaonline.com.br/acf/1tm/2>. Bíblia Sagrada. Acesso: ago. 2015.
[25] CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. DURAND, G. As estruturas antropológicas do imaginário. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

> [...] funcionam para sintetizar o ethos de um povo – o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticas – sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve[26].

No caso sob enfoque, uma sociedade de civilização judaico-cristã, ao focalizarmos a herança do judaísmo a respeito de gênero, de acordo com a Rabina *Sandra Kochmann (2005),* temos que a exclusão da mulher judia das atividades públicas e sua consequente destinação ao lar, como seu espaço de ação, deu-se principalmente por influência grega[27]. Mas tal exclusão ficou expressa nas leis judaicas, permanecendo a mesma até os dias de hoje. *As* revoluções sociais e a evolução do papel da mulher que se processaram ao longo do século XX levaram a mulher judia a exigir igualdade entre os gêneros em todas as fases da vida judaica, tanto na sinagoga quanto no lar. Mas, nem todas as correntes religiosas judaicas, nem a sociedade em geral, ainda estão prontas para tais mudanças.

Conforme a referida Rabina, ainda fazem parte da liturgia tradicional judaica, bênçãos que estão dentro do conjunto de "agradecimentos a Deus" conhecido como "Bênçãos matinais", que devem ser recitadas toda manhã ao despertar. Essas bênçãos, como é enfatizado por ela, não são problemáticas apenas para as mulheres do tempo de hoje, mas também foram problemáticas para muitas gerações de mulheres de gerações anteriores. Pois,

> começar cada dia escutando os homens dizerem *"Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo que não me fizeste mulher"* não é agradável para mulher alguma que, por sua vez, deve proferir com "resignação" as palavras *"Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo, que me fizeste segundo Tua vontade"*[28].

Nas sociedades ocidentais nascidas e alimentadas com crenças judaico-cristãs, um dos traços sócio culturais mais proeminentes é o patriarcado. Conforme LEMOS (2013),

> o patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: a) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, b) os jovens estão hierarquicamente

[26] GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
[27] KOCHMANN, Sandra. O Lugar da Mulher no Judaísmo. In: Revista de Estudos da Religião - REVER. ISSN 1677-1222. <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_kochmann.htm>.
[28] KOCHMANN, Sandra. O Lugar da Mulher no Judaísmo. op.cit.

> subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas[29].

Em nossas sociedades, a religião e o patriarcado são importantes componentes estruturantes das concepções de gênero[30]. Isso porque o *ethos* judaico-cristão constitui, nutre, expressa e interage com o *ethos* do patriarcado. E a ação do patriarcado é abrangente. Como elemento estruturante, ele tanto atua nas instituições formais quanto na ordenação dos lugares do masculino e do feminino que ocorrem no cotidiano. A ação da organização patriarcal não se dá apenas no que diz respeito aos aspectos religiosos, mas a todos os domínios da vida, tais como os sexuais, a sexualidade, sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros[31].

4. O Isone e a Pedra Maior

Entrar para a garimpagem representa a possibilidade de sobreviver e o sonho de talvez alcançar a riqueza. Esse sonho torna suportável a vida dura no garimpo, onde essas pessoas são obrigadas a conviver com riscos de todos os tipos,[32] o que faz com que às vezes o garimpo seja considerado como o próprio inferno.

Para manter viva essa esperança, os catadores de pedras constroem um imaginário rico em fábulas e transformam-nas em mitos orientadores de suas ações. Sobre esses mitos existem várias versões, mas sempre que eles se manifestam, a pedra é encontrada. E esta recorrência é muito significativa porque o mito é plástico, é dinâmico – incorpora tudo aquilo ao qual ele tem

[29] LEMOS, C. Teles. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. In: Caminhos, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, jul./dez. 2013. p. 202

[30] Estrutura aqui no sentido que lhe dá Bourdieu, para quem a estrutura social é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas; quanto pelas relações simbólicas, e/ou culturais entre os indivíduos. Para ele, a noção de estrutura remete ao conceito de *habitus.* BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de habitus e campo. In: O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

[31] Há um tema de grande importância aqui – a interconecção da religião com aspectos relativos a gênero e sexualidade. Não há tempo hábil para trabalhá-lo nesse artigo. Por sua relevância, deixo registrada uma fundamental sugestão de leitura. Falando sobre a Teologia Feminista, Ivone Guebara diz: "Ultimamente tenho insistido muito no fato de que uma abordagem feminista a partir das relações de gênero deve explicitar a questão da dominação a partir da sexualidade. Essa dominação se expressa através de uma divisão injusta do trabalho social e doméstico, através de uma legislação que acaba mantendo não apenas os privilégios de classe e de etnia, mas os privilégios de gênero. Manifesta-se, igualmente, nas questões de descriminalização e legalização do aborto, como se os homens, ou a sociedade que representam, tivessem a última palavra sobre nossas decisões e escolhas" GEBARA, Ivone. In: NUNES, M. J. R. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: Entrevista c Ivone Gebara. Rev. Estud. Fem. v. 14, n. 1 Florianópolis. 2006. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100016>.

[32] Dentre outras, solidão, rixas, miséria, desmoronamentos, doenças, acidentes, mortes.

acesso dentro de uma rede de representação simbólica.[33] Vivendo unidos apenas pelo sonho de alcançar a boa fortuna, o sistema mítico-simbólico é muito importante para os garimpeiros. A incerteza do sucesso faz com que fiquem sempre atentos a sinais que guie suas ações para de encontrar o local onde está a pedra que ele não escondeu. E, perante a uma sociedade que os exclui, articulam códigos simbólicos, que lhes permites dar significado às suas vidas e até mesmo justificar sua existência, como é o caso dos mitos do Isone o da Pedra Maior.

É dito que "em toda terra que tem o Isone tem pedras", sendo que a maioria dos garimpeiros que embamburrou diz ter estado em contato com ele[34]. Essa entidade extranatural, informa-lhes onde encontrar a esperada fortuna. O Isone é também chamado de Pai da lavra.

Referindo-se ao Isone, os garimpeiros contam que essa entidade pode aparecer através de várias maneiras, mas é muito comum que surja em sonhos, ou como labaredas de fogo no ar, na terra ou na água, ou ainda em forma de "músicas de sanfona e violão", ou de latomias[35] vindas do fundo da terra, do local onde a boa fortuna se encontra. Alguns garimpeiros dizem que o Isone costuma flagelá-los fisicamente. Mas o resultado da aparição é apontado como sendo sempre o mesmo – a redenção. Ou seja, o fim do sofrimento e o enriquecimento como mágica. O Isone é sagrado, na medida em que ele redime, mas é um sagrado violento[36].

> O Isone é o dono da lavra. Quando tem que tirar mesmo na lavra o Isone pega a gente. Se ele não pegá a gente não tira não. Ninguém vê ele, mas ele tá lá. Ele aparece. Agora aparece mais pouco porque o minério daqui está acabando. O Isone tem que dá a gente aquele minério se não pode tirar. Uma vez eu tava lá na Mata e ele veio pegando eu prá derrubá. E eu peguei a mão no revorve prá dá um tiro nele. E ele me meteu o dente e soltou no chão e disse: "Ocê tá muito atrivido! Tem treis pedra prá ocê tirá. E ocê vai tirá e vai-se embora daqui porque não vai tirá mais nenhuma não!" Aí eu perguntei: onde está essas pedra? Nóis estava cortando cá embaixo e ele disse: "Ocê sobe aí prá cima e pega a barreirama toda caída. Ocê pode cortá ela. A primeira etapa ocê tira, tem treis pedra aí procê. Cê tira e some daí também". Aí eu tirei as treis pedra [...] o minério quando quer sair, ele faz cada latomia[37]... Aquela lavra de Duas Barras ali. No tempo que apareceu aquela lavra, e era uma estrada que tinha ali, quando dava de seis horas em diante ninguém num passava ali. Aparecia um caixão de defunto que cercava aquele povo. Gado corria atrás... A catra ficou isolada. Então, um dia, eles

[33] Ver: STRAUSS, Levy. Os Sentidos do Mito. Lisboa. Ed. 70.
[34] Embamburrar significa tirar pedras, enriquecer.
[35] Segundo o Dicionário Caldas Aulete, empregado nesse contexto, latomia é um regionalismo de origem obscura, um dos significados é algazarra.
[36] É interessante lembrar aqui a tese de René Girard segundo a qual a articulação dos fenômenos sociais opera através de uma relação íntima do sagrado com a violência. Segundo ele, o sagrado funciona como um regulador do qual as sociedades se utilizam em ameaças de caos – de violências generalizadas. GIRARD, R. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.
[37] Regionalismo de origem obscura, um dos significados é algazarra. Dicionário Calda Aulete.

> tirando areia lá prá mexê com reboque, eles tiraram umas pedra. Aí o povo freveu em cima. Aí saiu pedra demais... Também, depois que saiu as pedra ocê num vê mais nada. Pode durmi lá. Não tem mais nada. Aquilo era minério que fazia. Ele faz isso até sair. Na hora que ele caba, caba tudo.
>
> O Isone é uma história. História... e é verdade[38]. Num é todo mundo que ele pega. É um tipo de um sonho. Ele chega, o garimpeiro tá durmindo, e ele vem e mexe com o garimpeiro. Aí expulsa o garimpeiro pro canto. Ele dá uma surra no garimpeiro. A gente com o susto quer falá e num fala nada. Enrola a língua todinha. Mas sempre que ele aparece o garimpeiro tira pedra. Ele é o pai da lavra. A mãe da lavra é a Pedra Maior. Ela muda de uma chapada pra outra. É aquele brilho! Aquela ilusão! Aquela estrela! No lugá que ela caiu ela puxa. Às veiz as pedra num tá naquele lugar que ela caiu mas tá na redondeza do lado. E procura... e acha...
>
> Quando o Isone aparece, o garimpeiro acha a pedra. Mas já aconteceu casos muito engraçados por causa do Isone. Foi na Semana Santa. Na semana Santa garimpeiro nenhum trabalha, eles respeita demais. Foi lá no Mocororô. Garimpeiro entrava ali no meio da mata, mas ele não corta a mata que está no redor dele não. Não corta prá proteger eles. Aconteceu que os garimpeiro tava trabalhando de dia foram fazer sioba[39] de noite. Fazer sioba não é roubo. Não se está roubando o que o outro plantou. Aí um vai entrando e o outro fica prá avisar. Então, tava trabalhando de dois. Aí, lá no meio do mato, um foi e ouviu um barulhinho e deu o sinal. Um correu prum lado e o outro correu pro outro. Ficaram apavorados. Eles pensou que fosse o Isone. Isso foi lá no Mocororô[40].

Mostrando o seu registro no sindicato dos Garimpeiros, D. Joana relatou que trabalhou em lavra desde 1956. Hoje ela atua mais como dona de turma e diz que já tirou muitas pedrinhas, mas que investiu tudo na lavra novamente. Sobre o Isone, ela conta:

> Eu vi uma vez. É um homenzinho que pega a gente e a gente fica naquela insônia, rolando na cama. Aí, em pouco tempo acha a pedra. O Isone é um homenzinho dessa baixurinha com aquele bração grosso. Ele me agarrou e eu fui gritando, fui gritando, fui gritando. É no sonho. Na madorra. Aí eu assustei e fiquei com aquele medo e falei pro pessoal. E eles falaram: "Isso foi o Isone!" Aí no outro dia tiraram uma pedra para mim. O Isone pega muito os garimpeiro. Quando é perto de tirar pedra ele pega. Ele fica perseguindo, perseguindo, perseguindo. Uns fala que é o Isone. Outros fala que é outra coisa, né? Mas é o Isone mesmo. Aparece também um fogo que pega nas pedra. Eu já vi. Vi assim, passando de uma pedra para outra[41],

[38] Está bem presente no depoimento do Sr. José a ideia de que um dado relato é um mito não pela quantidade de verdade que ele contem mas pelo fato de que se acredita que ele seja verdadeiro.
[39] Fazer sioba é invadir o espaço que já está sendo minerado e demarcado por outro garimpeiro pra roubar.
[40] Sr. José. Nome fictício. Entrevista. Padre Paraíso. Fev. 2000.
[41] Dona Joana. Nome fictício. Entrevista. Padre Paraíso. Fev. 2000.

Também é recorrente nas falas tanto de garimpeiros quanto na de moradores de Padre Paraíso a representação da "mãe da lavra" como uma estrela que guia o garimpeiro até ao misterioso lugar onde a pedra poderá ser achada.

Vejamos alguns significados que são atribuídos a esses mitos com relação a gênero. De início, vemos nos mitos citados as categorizações dicotômicas de gênero são reproduzidas. Ou seja, aos mitos, seres extranaturais, foi designada uma diferença biológica, base para a caracterização social do que é ser homem ou ser mulher. E, foram-lhes atribuídas, consequentemente, iguais atributos de masculinidade e feminilidade que os existentes na ordem social.

Através dessa primeira atribuição foram conferidos aos mitos valores, atitudes e comportamentos espelhados na experiência cotidiana e na maneira de como a vida (familiar e política) é organizada no local pesquisado. A partir daí, observa-se que os mitos são organizados e naturalizados segundo o modelo da família nuclear: pai da lavra (Isone), mãe da lavra (Estrela Mãe) e garimpeiro. Há aqui um reforço na estrutura familiar patriarcal, reafirmando uma visão masculinizante da sociedade.

Destaco aqui o fato de o Isone ser o **pai**, o **dono**. A lavra pertence a ele. O Isone é um ser extranatural, mas o garimpeiro refere-se a ele como uma entidade provedora e autoritária, que age segundo a crença de ter recebido esse poder, desde aqueles tempos, por concessão divina.

> O Isone tem que dá a gente aquele minério senão não pode tirar [...] Tem treis pedra prá ocê tirá. E ocê vai tirá e vai-se embora daqui porque não vai tirá mais nenhuma não! Aí eu perguntei: onde está essas pedra? Nóis estava cortando cá embaixo e ele disse: "Ocê sobe aí prá cima e pega a barreirama toda caída. Ocê pode cortá ela. A primeira etapa ocê tira, tem treis pedra aí procê. Cê tira e some daí também". Aí eu tirei as treis pedra.

Nos depoimentos, o mito do Isone foi referido com mais frequência. Os relatos sobre ele estão permeados de atributos culturalmente informados com características da masculinidade ideal ou hegemônica que é julgada como sendo natural. No desempenho das ações descritas como próprias do Isone fica evidente a valorização de estereótipos que apontam ser esperado do Isone um tipo de comportamento autoritário, determinado, desinibido, racional, ágil, ativo e agressivo. Um comportamento de quem se espera ter "a dura nuca e a mão quadrada".

Muito embora em ocorrência menor, também está presente nas falas tanto dos garimpeiros quanto na dos demais moradores de Padre Paraíso o mito da "Pedra Maior" ou "Mãe da Lavra".

Nos depoimentos acima citados, esse mito está presente na fala da D. Joana[42] quando ela diz: "Aparece também um fogo que pega nas pedra. Eu já vi. Vi assim, passando de uma chapada para outra". A "mãe da lavra" está também presente no relatado feito, com muita emoção, pelo Sr José. Vamos ouvir. "A Estrela Mãe da lavra é a pedra maior. Ela muda de uma chapada pra outra. É aquele brilho! Aquela ilusão! Aquela estrela! No lugá que ela caiu ela puxa"[43].

A imagem com a qual a representam é a de uma estrela. Essa é referida como sendo muito brilhante que se movimenta entre as chapadas antes de cair no chão. No imaginário local, ela tem a função similar à do Isone. Ela guia o garimpeiro até o misterioso lugar onde a pedra poderá ser achada sendo que no lugar no qual ela cai é que se encontra a maior e mais preciosa das pedras que ela está mostrando. Mas, na forma como representam a mãe da lavra é construída com atributos informados com características culturais da feminilidade esperada serem encontrado, como naturais, nas mulheres, dentre outros: beleza, sedução, generosidade, delicadeza, dedicação. A Pedra Maior, por ser uma "Maria, mãe" é, nessa medida, generosa, abnegada, dedicada e propensa ao sacrifício a personificação do Sagrado, é, também uma beleza que seduz. Uma Eva que lhes promete trazer um mundo novo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de *habitus* e campo. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **La Domination Masculine**. Actes de la Recherche. N. 84. Abr. 1990.

BUTLER, J. **Gender Trouble:** feminism and the subsertion of identity. New York. Routledge. 1990.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CONNELL, R. W. **Hegemonic masculinity and emphasized femininity**. In Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics. Sydney: Allen e Unwin, 1987.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes,1998.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

DURKHEIM, É., MAUSS, M. Algumas Formas Primitivas de Classificação (1903). In: MAUSS, M. **Ensaios de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995

[42] Nome fictício.
[43] Sr. José. Entrevista. Padre Paraíso. Fev. 2000.

GEBARA, Ivone. In: NUNES, M. J. R. **Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal**: Entrevista c Ivone Gebara. Rev. Estud. Fem. V. 14 n. 1 Florianópolis. 2006.

GEBARA, Ivone. Teologia Feminista. In: **Curso de Verão**: Ano V. (Org. José Oscar Beozzo). São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção Teologia Popular).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1989.

GIRARD, R. **Eu Via Satanás Cair do Céu como um Raio**. Lisboa, Instituto Piaget Divisão Editorial. 1999.

GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

GUIMARÃES Rosa. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

KOCHMANN, Sandra. O Lugar da Mulher no Judaísmo. IN: **Revista de Estudos da Religião** - REVER. ISSN 1677-1222.

<http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_kochmann.htm>.

LEMOS, C. Teles. **Religião e Patriarcado**: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. IN: Caminhos, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, jul./dez. 2013.

MATTOS, S. Missagia. **Artefatos de Gênero na Arte do Barro**. Vitória, ES: EUDFES, 2001.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MAUSS, M.; HUBERT, H. Esboço de uma teoria geral da magia In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELO e SOUZA, L. **Os Desclassificados do Ouro**: A Pobreza Mineira do Século XVIII. R. de Janeiro. Graal. 1982.

SIMOES, Júlio Assis; FRANCA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. **Jeitos de corpo**: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. Cad. Pagu, Campinas, n. 35, dez. 2010.

STRATHERN, Marilyn (1988), **The Gender of the Gift**. Problems with Women and Problems with Society in Malanesia. Berkeley and Los Angeles: Univ. of California Press.

STRAUSS, Levy. **Os Sentidos do Mito**. Lisboa. Ed. 70.

Entrevistas

Sr. José. Nome fictício. Entrevista. Padre Paraíso. Fev. 2000.

Dona Joana. Nome fictício. Entrevista. Padre Paraíso. Fev. 2000.

Sites

<http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/cidade.php/padre_paraiso?uf=mg&cidade=padre_paraiso>.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/padreparaiso.pdf>.

<http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=31&codmun=314630&idtema=16&codv=v06&search=minas-gerais|padre-paraiso|sintese-das-informacoes->.

<http://blogdobanu.blogspot.com.br/2010/11/garimpeiros-pedem-socorro-para-nao.html>.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/padreparaiso.pdf>.

<https://www.youtube.com/watch?v=qdFQk5qYBkQ>.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-3332010000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

<http://www.oie-miseal.ifch.unicamp.br/pt-br/construcao-indicadores>.

<https://www.wordproject.org/bibles/po/01/2.htm>.

<https://www.bibliaonline.com.br/acf/1tm/2>.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100016>.

ISHNÁ E BELO HORIZONTE: INFLUÊNCIA DA CULTURA ORAL NA COMUNIDADE JUDAICA BELO-HORIZONTINA

Thiago Hot Pereira de Faria
Professor da Escola Estadual Ordem e Progresso - BH. Mestre pelo PPGCR - PUC Minas

Resumo: Esta comunicação é fruto da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas concluída em 2014 e tem como principal objetivo compreender como se dá a influência da cultura oral rabínica, denominada *Mishná*, na comunidade judaica de Belo Horizonte. A *Mishná* é a lei oral religiosa que ajuda a compreender a lei escrita através de interpretações rabínicas que visam auxiliar os judeus em suas práticas, comportamentos e atitudes, diante das mais diversas situações que a vida cotidiana pode lhes oferecer. Desvela-se aqui a inserção dos judeus na capital mineira e sua progressiva estruturação. Compreende-se por intermédio de estudos bibliográficos o que é a *Mishná* desde sua história e composição para demarcar assim qual sua importância dentro do judaísmo. O método da História Oral Temática é utilizado para compreender através de três entrevistas, com importantes membros da comunidade judaica de Belo Horizonte, de que forma ocorre a preservação ou rupturas das leis Mishnaicas na comunidade judaica belo-horizontina.

Palavras-chave: comunidade judaica; *Mishná*; Belo Horizonte.

Abstract: This Communication is the result of the master degree research developed at the Graduate Program in Religious Sciences at PUC Minas, completed in 2014, and aims to understand how is the influence of rabbinic oral culture, called the Mishnah, in the Jewish community of Belo Horizonte. The Mishnah is the religious oral law that helps to understand the written law through rabbinical interpretations that are intended to assist the Jews in their practices, behaviors and attitudes, given the different situations that everyday life can offer them. Unfolds here the inclusion of Jews in the state capital and its progressive structure. It is understood by bibliographic studies what is the Mishnah from its history and composition to demarcate its importance within Judaism. The method of Thematic Oral History is used to understand, through three interviews with leading members of the Jewish community of Belo Horizonte, how occur the preservation or breaks of Mishnaic laws in Jewish community.from Belo Horizonte.

Keywords: jewish community; Mishnah; Belo Horizonte.

Introdução

O judaísmo é uma das religiões monoteístas mais antigas da história e se encontra entre as principais religiões do mundo. A *Mishná* é um conjunto de ensinamentos presente na educação cultural, religiosa e que principalmente dá norte aos princípios do povo judeu, contribuindo com a plena realização dos costumes judaicos e com o exercício de suas leis religiosas.

Ao longo da história, o povo judeu foi obrigado a passar por constantes processos migratórios advindo de perseguições, guerras e opressões, passando por várias diásporas e dispersando pelos vários cantos do mundo.

O Brasil, mesmo que com um histórico complexo quanto à aceitação de judeus, ainda representava, de alguma forma, um lugar propício à formação de novas comunidades

judaicas que aos poucos foram surgindo em algumas cidades brasileiras, principalmente nas capitais. Nesse contexto é que se encontra o nascimento da comunidade judaica belo-horizontina, desde a fundação da própria capital mineira.

Inicialmente, esta pesquisa buscou descrever a origem e extensão do judaísmo em Belo Horizonte, analisando qual é o lugar de transição do judaísmo e quais as origens dessas migrações para o Brasil. Posteriormente, remontou-se a migração de integrantes da comunidade judaica para a capital mineira descrevendo assim sua história e sua progressiva instauração.

Em um segundo momento, explica-se o que é a *Mishná*, fazendo uma análise detalhada sobre os vários aspectos dessa lei oral, que fora posteriormente escrita.

Por fim, adotou-se a documentação oral para analisar a questão da *Mishná* em Belo Horizonte, diagnosticando quais os principais aspectos da *Mishná* permanecem presentes na vida cotidiana da comunidade e quais se perderam.

1. Origem e extensão do judaísmo em Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte tem suas origens no início do período republicano (a partir de 1889), com a proclamação da república o governo provisório autorizou através do art. 2º do Decreto n. 7, em 20 de novembro de 1889, que os estados poderiam transferir suas capitais, isso fomentou uma ideia antiga de parte da elite mineira que já desejava fazer tal alteração.

Vila Rica, antiga capital Mineira (atual Ouro Preto), após a queda do intenso ciclo do ouro, não "comportava" as mudanças ocorridas na sociedade influenciadas pelo ideal Republicano, era necessário criar uma nova capital que sinalizasse as aspirações do mundo moderno, dos ventos da república e que permitisse o progresso e o desenvolvimento econômico.

> Em Belo Horizonte, as montanhas (a Serra do Curral) e a antiga fazenda, transformada em parque (Municipal), ofereceram aos planejadores os pontos de referência para a ocupação espacial. A cidade poderia ser moderna, mas sua localização afirmava o apego a um tipo de paisagem que de algum modo é vista como constitutiva da identidade mineira. Encravar a nova capital em uma região que tradicionalmente abrigou a sede do poder estadual, manter a grande distância do litoral, fornecia os parâmetros objetivos para que a cidade conciliasse o passado e o futuro (ARRUDA, 2011, p. 100).

Belo Horizonte foi a primeira cidade planejada do país, projetada pelo engenheiro Aarão Reis entre os anos de 1894 e 1897, nos moldes da ordem positivista e geométrica, inspirada nos

modelos urbanísticos de cidades como Paris, Washington, Londres e La Plata. Mesmo possuindo traços de aspectos tradicionais, a proposta arquitetônica privilegiou símbolos da modernidade.

Os modelos de cidades modernas europeias que Belo Horizonte buscava seguir eram marcados pelas cidades metrópoles, que se comunicavam com o estrangeiro, onde haviam moradia de massa e individualização, o oposto do sentido de comunidade e dos valores provincianos, em Belo Horizonte isso não ocorreu nos primeiros momentos, pode-se dizer que apesar de inserir na população alguns novos hábitos trazidos pela infraestrutura moderna, o modo de vida permanecia nos moldes de cidades pequenas (CALVO, 2013).

Este conservadorismo que prevaleceu na nova capital, mostrando-se também presente no campo da religião, contrariando os ideais da república que pregavam a laicização do estado.

> Dentro dos princípios de laicização do estado foi estabelecida em termos da Lei, no artigo 72 a liberdade de culto, determinando que nenhum cidadão brasileiro por motivo de crença ou função religiosa poderia ser privado de seus direitos civis e políticos e nem eximir-se do dever cívico, garantiu também o reconhecimento exclusivo do casamento civil, o caráter secular dos cemitérios, a determinação do ensino público como leigo e a extinção de formas de subvenção de culto ou igreja que indicassem formas de aliança entre religião e Estado (CALVO, 2013, p. 73).

Apesar de se compreender apenas de modo subjetivo, a religião permeia toda a vida de uma sociedade. Ao pensar na formação do morador de Belo Horizonte, é impossível não apontarmos para a influência da igreja católica.

> As representações que se formam na mente dos sujeitos são oriundas, na maioria das vezes, de instituições de formação como família, religião, escola, estado, entre outras, que organizam a ação do ser no mundo. Ao se pensar a construção do imaginário religioso, em Belo Horizonte, remonta-se à Igreja Católica com seus dogmas, ideologias e utopias que vão se ajustando na forma de conceber a religião de acordo com seu tempo e espaço (FERREIRA, 2002, p. 54)

Em Belo Horizonte, com o catolicismo representando a religião da tradição, a cidade se torna um lugar de ambivalência e resistência quando começa a surgir qualquer outro tipo de comunidade com tradições religiosas diferentes. Os dogmas propostos pelo catolicismo contrariavam o ideal de cidade laica, pois se mostravam presentes em quase todas as instituições de formação existentes na capital mineira, não apenas como religião dominante no espaço.

Vale salientar que o catolicismo estava expresso no ensino religioso nas escolas, na mídia, nas formações familiares, nas grandes ofertas de símbolos, imagens, feriados e

templos por toda cidade, tornando estas, ferramentas utilizadas pela Igreja, para manter a preservação do catolicismo como religião dominante na capital mineira e possuindo ainda um caráter combativo àqueles que não fossem adeptos da Igreja Católica podendo ser visível nas tiragens destes jornais católicos até mesmo a denominação de "inimigos".

A partir dessas considerações, pode-se pensar que se qualquer outra doutrina ou denominação religiosa que pregasse outra perspectiva de credo religioso fosse rechaçada pela igreja, o mesmo poderia vir a acontecer com o povo judeu que vinha se instalando na cidade de Belo Horizonte.

Mesmo com este histórico, observou-se na nova capital mineira a presença de imigrantes de cultura judaica influenciados principalmente pelo ideal de cidade planejadamente moderna e que asseguraria a liberdade de credo. A presença judaica se dá antes mesmo de sua inauguração enquanto cidade, tendo desde seu planejamento a presença de judeus vindos de forma isolada.

Em 1894, chega à cidade Arthur Dieudonné Haas, pioneiro empreendedor da comunidade judaica nesta cidade. O seu primeiro empreendimento foi um depósito de materiais de construção que contribuiu com matéria prima para erguer a cidade de Belo Horizonte, posterior a essa empreitada, contribuiu para a fundação da Santa Casa de Misericórdia e teve também participação no ramo de vendas automobilísticas.

Primeiramente por ter um ideal de cidade moderna, Belo Horizonte se mostrava como um lugar de recomeço para judeus que se viam obrigados a deixarem sua pátria. As primeiras presenças judaicas a surgirem na cidade eram pontuais, predominantemente por homens solteiros.

Para Pfeffer (2003), os motivos que se destacaram para a chegada judaica em Belo Horizonte foi à motivação econômica, uma comunidade judaica que se apresentava em formação desde o planejamento da cidade e um clima recomendável para tempos em que doenças como tuberculose não tinham cura.

A partir de 1922, começa-se a gradativa institucionalização do povo judeu na cidade com a fundação da União Israelita de Belo Horizonte (UIBH), sendo Arthur Haas seu primeiro diretor, surgida principalmente em virtude da necessidade religiosa em função de que para existir um culto judaico são necessários ao menos dez homens judeus adultos (homens com mais de treze anos de idade) e por isso a sociedade precisaria estar mais integrada.

Um dos principais auxílios ao crescimento da comunidade em Belo Horizonte foi a criação da Laispar-case, uma espécie de caixa de empréstimos comumente criada nas cidades

que apresentam nascimento de comunidades judaicas para auxiliar os imigrantes que chegam sem condições financeiras de se estabelecerem.

Em virtude dos cemitérios da cidade serem cristãos, foi preciso criar um cemitério israelita, onde tornasse viável cumprir o ritual fúnebre judaico como por exemplo, a lavagem e preparação do corpo, o velório, o cortejo até o túmulo, necessidade do tumulo ser perpétuo. Dessa forma o cemitério tornava também um lugar simbólico de memória.

A educação judaica em Belo Horizonte, em 1961, ganha um lugar de importante expressão, a Escola *Theodor Herzl*, que serviu de importante instituto para a educação religiosa e escolar dos jovens judeus na cidade, que tinham maior acesso assim às tradições vindas de Israel.

A participação feminina na comunidade foi marcada pela presença de duas instituições internacionais que buscam prover a beneficência. A WIZO (*Women's Internacional Zionist Organization*), e a *Na'amat* Pioneiras, ambas realizando diversos trabalhos voluntários e sociais.

Em 1984, nasce o Instituto Histórico Israelita Mineiro (IHIM), uma instituição laica que contribui para a preservação da história e da memória judaica na cidade, atualmente é um dos principais lugares para se estudar a participação dos judeus na capital mineira, contando com um grande acervo sobre essa comunidade.

Junto com essa gradativa institucionalização, surge também de forma gradual os lugares de culto, iniciando com pequenas sinagogas, normalmente nas casas de judeus, ou em fundos de estabelecimentos comerciais. Hoje há duas relevantes sinagogas, uma que segue a linha ideológica Ortodoxa Hassídica e outra Progressista Moderna.

A Sinagoga Tiferet Israel funciona juntamente com a Congregação Israelita Mineira (CIM), está localizada na sede da Associação Israelita Brasileira, Rua Rio Grande do Norte, 477, bairro Funcionários, Belo Horizonte, sendo ela a única sinagoga progressista de Minas Gerais integrante da União Mundial para o judaísmo progressista.

O judaísmo progressista é também conhecido por judaísmo liberal ou judaísmo reformista e tem entre suas intenções iniciais tentar adaptar as tradições judaicas a questões do mundo atual. Essa corrente ideológica se mostra mais tolerante e flexível e procura unir a tradição do judaísmo às necessidades da modernidade tendo em suas intenções a preocupação em aproximar o estudo da Torá e sua aplicação à vida prática de sua comunidade. Ela é liderada pelo Rabino Leonardo Alanati que começou a trabalhar nessa congregação em 1997.

A Sinagoga Beit Chabad é filiada ao Movimento Chabad-Lubavitch Mundial e está localizada na Rua Timbiras, 501, bairro Funcionários, Belo Horizonte. Trata-se de uma sinagoga

que segue a corrente Ideológica Ortodoxa. Por ser ortodoxa, o trabalho nessa sinagoga não se faz na tentativa de adequar as leis do judaísmo a realidade prática da sociedade, mas sim, busca mostrar que as respostas para as questões da vida de judeu já estão presentes nas próprias leis. A sinagoga é liderada pelo rabino Nissim Katri que desde 1986 realiza trabalhos na cidade buscando resgatar as raízes da tradição judaica e constituir na cidade uma congregação tradicional. Com o passar dos anos a comunidade foi-se integrando cada vez melhor com a comunidade não judaica da cidade, isso possibilitou uma melhor assimilação das culturas, além disto, contribuiu para a queda de certos preconceitos e afastamentos umas das outras. Belo Horizonte, cada vez mais se mostrava uma cidade aberta à interação com as novas culturas, e em todos os aspectos se apresentava atrativa para o povo judeu.

Segundo o último censo divulgado pelo IBGE (2010), evidenciado no mapa 1, Belo Horizonte possui 1.384 judeus, a cidade com maior número de judeus do estado, sendo Minas Gerais o quinto estado com maior número de judeus no Brasil, com seus 3.509 judeus o estado encontra-se atrás do estado do Paraná com 4.122 judeus, do Rio Grande do Sul, 7.805 judeus, Rio de Janeiro com 24.451 judeus, e do estado de São Paulo, maior comunidade judaica do Brasil composta por 51.050 judeus.

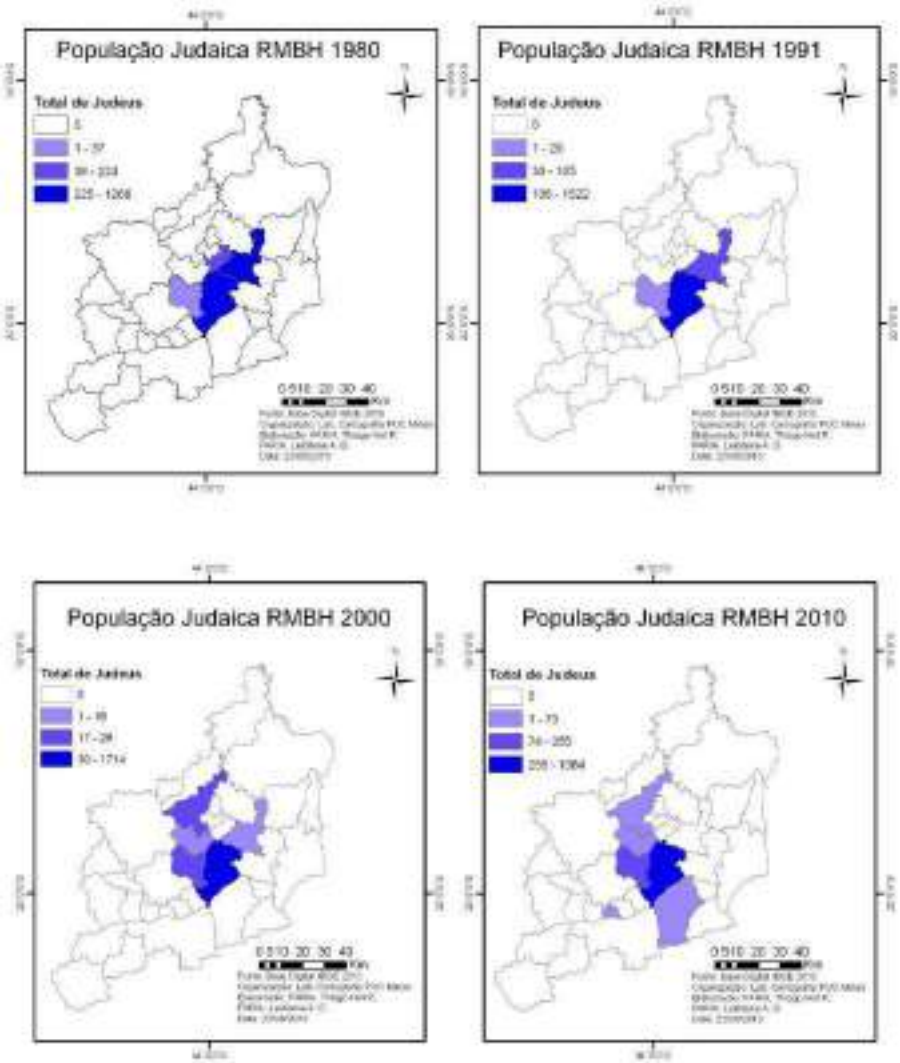
Mapa 1 - População judaica no Brasil - 2010



Fonte: Base digital IBGE 2010, Censo demográfico 2010.

Esses números ajudam a compreender a que a comunidade judaica de Minas Gerais tem sua importância e representatividade, e ainda falando em números pode-se observar que a maior parte dos judeus do estado se encontram concentrados na área da região metropolitana de Belo Horizonte, e que, apesar de existir um trânsito da comunidade, a capital continua sendo foco de acolhimento. Esta informação pode ser confirmada analisando os dados dos últimos quatro censos demográficos, demonstrados nos mapas abaixo:

Mapas 2, 3, 4, 5 - População judaica RMBH entre os anos de 1980 a 2010.



De acordo com os últimos censos, observa-se que a região metropolitana de Belo Horizonte não sofreu grandes modificações, tendo inclusive pequena variação em números de judeus por cidade. Essa ocorrência dentre tantos motivos, pode ser considerada também

em virtude, dos núcleos de reunião e organização da população judaica já se encontrarem instaurados, principalmente os da capital.

Atualmente muitos destes espaços de reconhecimentos judaicos que foram surgindo junto à história de Belo Horizonte ainda permanecem ativos, alguns com novas funções, outros com novas formas de utilização do espaço.

Além disso, se pensarmos em cartografar a religião judaica na capital mineira, observa-se que, escolas, sinagogas, institutos, uniões, cemitério, associações, e demais pontos de referência para o povo judeu, quando situados em um mapa, nos oferece a ideia de que o mesmo espaço é utilizado pelo povo muitas vezes de formas distintas, além de forte concentração na regional centro-sul.

2. *Mishná*

A palavra *Mishná* tem significado literal de "repetição", trata-se do modelo de ensino exercido de maneira oral na busca pela verdade, numa interposição de paradigmas baseando-se na repetição dos ensinamentos. Dá-se esse nome a compilação da tradicional doutrina judaica pós-bíblica. A *Mishná* foi transcrita com o objetivo de impedir que detalhes da tradição judaica se perdessem devido à perseguição dos romanos ao povo judeu.

No judaísmo existe um vínculo inseparável entre sua cultura e a própria comunidade. O judeu faz parte da tradição e herança judaica, recebe esta tradição no seu dia a dia, nos seus hábitos, em sua rotina. Sendo assim, um judeu não é apenas parte da trama da tradição, mas é também responsável por transmiti-la, fazendo com que esta permaneça viva, sendo ele o elo que liga as gerações.

> Judaísmo implica, portanto, uma dimensão religiosa e moral (com uma doutrina e ensinamento, com regras e costumes), mas também fronteiras culturais e limites sociais. Em resumo, designa a vida judaica no seu todo, enquanto diz respeito tanto aos indivíduos chamados "judeus" como ao grupo específico e determinado que os institui e define como tais (PAUL, 1983, p. 91).

Dentre as leis que sempre estiveram de modo a ordenar a conduta de vida de uma comunidade judaica, é possível destacar uma que possui grande relevância em toda a construção social, política, econômica, psicológica e religiosa do judaísmo, a tradição ou lei oral obtida no conhecimento mishnáico.

Uma característica fundamental na *Mishná* é sua abertura a possibilidade de interpretações, interpretações estas que não questionam a imutabilidade da lei da Torá e a lei divina, mas que ajudam a analisar e a proceder de forma correta perante os preceitos judaicos em diversas situações, esclarecendo algumas partes que pudessem dar dúvidas nos estudiosos da Torá escrita.

> A Torá Oral era para ser originalmente transmitida boca a boca. Foi passada de professor para aluno de tal maneira que se o estudante tivesse quaisquer dúvidas ele poderia perguntar e assim evitar ambiguidade. Um texto escrito, no entanto, não importa o quanto seja perfeito, está sempre sujeito à má interpretação. Além disso, a Torá Oral deveria cobrir a infinidade de casos em que poderiam surgir no decorrer do tempo. Ela poderia jamais ter sido escrita por inteiro. D'us, portanto, entregou a Moshê um conjunto de leis que a Torá poderia aplicar a todo caso possível (STUDENT, 2013).

A *Mishná* é sistematicamente organizada, diferentemente da lei escrita. Na Torá, quando se tem a necessidade de pesquisar as leis sobre determinado assunto, é preciso encontra-las dispersas por toda a Torá, podendo ter referências em vários livros distintos. Na busca de facilitar o estudo das leis, na *Mishná* elas foram divididas em ordens, cada uma tratando de determinado tipo de lei.

A *Mishná* é composta por seis ordens (*sedarim*), cada uma destas contém de 7 a 12 tratados, sendo que no total são 63, existindo ainda uma subdivisão em capítulos parágrafos ou versos.

Zeraim "Sementes" é a primeira ordem da *Mishná*, composta por 11 tratados que se referem às leis pertinentes à agricultura. Porém existe um tratado desta ordem chamado *Berakhot* ("bênçãos") e se refere às preces. Apresenta as leis e a jurisprudência referente à produção e ao uso dos alimentos. Para expressar ao Criador a gratidão pela dádiva das colheitas, o tratado *Berakhot* que inicia a ordem *Zeraím* refere-se a bênçãos e orações, embora o texto deste não esteja relacionado diretamente com a agricultura, nesta seção é possível observar os vários aspectos relacionados ao modo como se devem ser realizadas as orações judaicas, principalmente aquelas referentes à alimentação.

A segunda ordem é denominada *Mo'ed* ou "festividades", composta por 12 tratados, referem-se às leis sabáticas e as festas religiosas. Esta ordem está intimamente relacionada com a ideia do encontro. Encontro entre judeus para celebrar, lembrar, comemorar, festejar um dado evento. "*Mo'ed* deriva da raiz hebraica *ya'ad*, relaciona-se com a ideia de determinar ou estabelecer uma época para um encontro" (MISHNÁ, 1973, p. 56). O termo

aparece também na Torá enquanto "época estabelecida" ou "ocasiões renovadas". "A Torá determina seis Festividades como sagradas: O Sábado; as três festas da peregrinação – *Pessakh* (Páscoa), *Shavuout* (Pentecostes) e *Sukot* (Tabernáculos); bem como a "Época de soar o *Shofar*", ou seja, *Rosh Hashaná* (Ano Novo) e o *Iom Kipur* (Dia do Perdão)" (MISHNÁ, 1973, p. 56).

Nashim, que significa "mulheres", é a terceira ordem mishnáica, sendo composta por sete tratados que se referem às leis relativas ao casamento, divórcio, convivência familiar, direito matrimonial e matérias relacionadas às mulheres. Segundo a *Mishná*, as mulheres não eram consideradas com um ser inferior ao homem ou como um objeto para eles. Pode-se sim observar que na tradição do judaísmo o seu lugar não era predominante na comunidade, porém ela tinha muitas funções e responsabilidades definidas.

> O lugar da mulher dentro do Judaísmo deve ser analisado à luz do contexto histórico em que se desenvolveu. Na época bíblica, as mulheres dos Patriarcas eram as Matriarcas, mulheres ouvidas, respeitadas e admiradas. Havia mulheres profetisas e juízas. As mulheres estavam presentes no Monte Sinai no momento em que Deus firmou o Seu Pacto com o povo de Israel. Participavam ativamente das celebrações religiosas e sociais, dos atos políticos. Atuavam no plano econômico. Tinham voz, tanto no campo privado como no público (Kochmann. 2005. p. 35).

A quarta ordem é *Nezikin*, "Ordem das Salvações", ou ainda "do Direito civil e penal". É composta por 10 tratados que se referem à legislação civil e criminal, direito civil e penal. Uma peculiaridade desta ordem é o fato de que não existem muitas fontes da Torá para ela, os comentários se justificam devido a uma evolução nos processos jurídicos, da economia e da própria cultura do povo, que no tempo da escrita da Torá eram bem simples e não careciam de muitas explicações.

Em alguns tratados dessa ordem encontramos principalmente questões de teor comercial, tratando de negócios, mas sem diferenciar claramente entre os estatutos civis dos criminais, como ocorre nas leis atuais. Apresenta também leis referentes às fraudes, direito de aquisição, heranças e estatutos, direitos de propriedade, contratos de venda, títulos de venda, responsabilidades de vendedor, sucessões, etc.

A quinta ordem é *Kodashim*, chamada de "Oferendas Sagradas" ou "Coisas Sagradas" é composta por 11 tratados que se referem às leis dos sacrifícios e do culto e também os sacrifícios e serviço do templo. Trata em grande parte, do serviço religioso no

Templo de Jerusalém, o *korbanot* (“oferendas”) e outros assuntos considerados ou relacionados a estas “Coisas Sagradas”.

De forma geral, lida com o processo de ofertas de animais e aves; com as várias ofertas à base de grãos no Templo; com as leis de abate e consumo de carne (ou seja, animais utilizados para todos os dias ao invés de motivos sagrados); dispõe sobre a santificação e redenção do animal e primogênitos humanos; versa de como uma pessoa deve dedicar o seu valor para o Templo; descreve as leis do que acontece se um animal é substituído por outro dedicado para um sacrifício; lida com as leis de restituição para a apropriação indevida de propriedade do Templo.

> Os judeus sempre deram uma grande ênfase ao estudo desta Ordem, e isto por dois motivos: primeiro, porque a continuação dos estudos dos sacrifícios e do culto Templo de Jerusalém, bem como dos detalhes da sua administração, demonstravam confiança na restauração do Templo; segundo, porque o estudo constituía uma substituição aos próprios sacrifícios (MISHNÁ, 1973, p. 164).

A sexta e última Ordem da *Mishná* chama-se “*Tehorot*” ou “Purezas”, segue o tema da quinta ordem, estando *Tehorot* relacionado principalmente com assuntos que dizem respeito ao Templo de Jerusalém. Grande parte do conteúdo desta ordem se refere apenas a regulamentos aplicáveis na época em que o Templo existia.

Existem apenas duas exceções nesta ordem que fogem dos assuntos relacionados às práticas no Templo, sendo elas: as leis que preceituam o período menstrual da mulher e o ritual que cerca a purificação do sacerdote que teve contato com um morto, diante disso, os regulamentos desta ordem, com poucas exceções, perderam sua relevância após a destruição do Templo.

Porém, a parte que se refere ao sacerdote que teve contato com o morto, essa aborda em maior quantidade assuntos relacionados aos ritos mortuários e algumas questões sobre o luto judaico. De maneira ampla, essa ordem trata de tudo que é considerado puro ou impuro para os judeus, assim como as formas de impureza, de transmissão da impureza, os rituais de purificação e todo material que com o tema se relaciona. Apesar de grande parte estar em desuso, essa é a mais longa de todas as seis ordens.

3. *Mishná* em Belo Horizonte: permanências e rupturas

Para reconstruir o processo histórico da formação da comunidade judaica na cidade de Belo Horizonte foi necessário perceber como a própria cidade poderia influenciá-la.

Percebeu-se que Belo Horizonte enquanto ideal de cidade moderna apresentava características muito propícias à constituição dessa comunidade. Foi possível notar que desde o período de planejamento da nova capital mineira havia na cidade presenças judaicas, o que contribui para estimular a vinda de novos imigrantes para ela, notando-se com o passar do tempo um gradativo crescimento dessa comunidade, que pode ser constatado, principalmente, com a construção de várias instituições judaicas.

A comunidade judaica belo-horizontina teve sua própria identidade moldada de alguma forma pelas características urbanas de Belo Horizonte. O estilo de vida urbanizado fez com que a comunidade aqui presente carregasse consigo marcas deste modo de vida, isso refletiu também em alguns aspectos da *Mishná*.

A *Mishná* é fundamental para a construção da identidade judaica, tendo em vista que tais leis oferecem base para o comportamento da vida de um judeu em todos os âmbitos. A história da própria *Mishná* é complexa e por se tratar de um texto vindo de interpretações rabínicas é possível encontrar mais de uma versão para ela, o que dificulta sua compreensão.

Assim como a cidade de Belo Horizonte, a comunidade judaica belo-horizontina possui uma história ainda muito curta, o que dificulta concluir sobre a permanência de alguns aspectos da tradição.

Existem duas correntes ideológicas judaicas da cidade de Belo Horizonte, a ortodoxa e a progressista, a presença destas, viabiliza o caráter de oralidade da *Mishná*.

Apesar das leis orais hoje serem escritas, as discussões e flexibilização das leis devem permanecer, servindo para orientar os judeus quando há alguma dúvida do que é expresso na lei escrita.

Percebeu-se pelas entrevistas que o judaísmo progressista tenta trazer as questões da cidade para dentro de suas discussões religiosas, enquanto o judaísmo ortodoxo se apega a tradição enquanto tradição, não tentando adaptá-la aos problemas cotidianos.

Foi possível inferir através das entrevistas que os aspectos da *Mishná* que mais se destacam na cidade são aqueles relacionados às festividades e às regras do rito mortuário.

Quanto aos aspectos que tendem a romper com a tradição foi dado destaque aqueles que se referem às ordens e aos tratados que se limitam aos assuntos referentes ao Templo de Jerusalém. Desde a queda do Templo, essas leis, quando preservadas se dão no âmbito do estudo, não sendo possível sua realização.

Atualmente, encontra-se na cidade a terceira geração de judeus desde a vinda dos imigrantes, esses vieram muitas vezes com maior apego as tradições e uma cultura judaica europeizada, sendo assim, para se realizar um diagnóstico quanto a sua preservação através das tradições seria preciso realizar outro tipo de pesquisa mais detalhada e pontual.

Referências

ARRUDA, Rogério Pereira. **Cidades-capitais imaginadas pela Fotografia:** La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. Tese de doutoramento presentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: Dra. Maria Eliza Linhares Borges, 2011. (não-publicada).

CALVO, Júlia. **Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX**: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades (Belo Horizonte in the first decades of the twentieth century: from the city of imagination to the city of multiple realities). Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, p. 71-93, out. 2013. ISSN 2237-8871. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/4152/5634>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CALVO, Júlia; LEVY, Jacques Ernest; ZANDOMENICO, Renan Ribeiro. **Descanso da alma judaica em Belo Horizonte**: a construção do cemitério israelita. Revista de Estudos Judaicos**,** Belo Horizonte, n. 9, p. 09-21, 2012.

FABEL, N. **A Comunidade Judaica no Brasil.** São Paulo: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 1984.

FEDERAÇÃO ISRAELITA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Quem somos.** Disponível em: < http://www.fisemg.com.br/?pg2=paginas&cat=4&id=14>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FERREIRA, A. C. **O Imaginário Religioso e Modos de Vida Urbana:** Experiências da juventude católica em Belo Horizonte - Minas Gerais, Anos 80. 2002. 232 ff. Tese de Doutorado (Curso de Pós-graduação em Ciência da religião, para obtenção do grau do Doutor) - Universidade Metodista de São Paulo (Faculdade de Filosofia e Ciência da Religião). São Bernardo do Campo, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 1980 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20.08.2013.

IBGE. **Censo Demográfico 1991 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20.08.2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20.08.2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20.08.2013.

PFEFFER, Renato Somberg. **Vidas que sangram História:** a comunidade judaica de Belo Horizonte. Belo Horizonte: C/Arte FACE-FUMEC, 2003.

PÓVOA, C. **Uma Abordagem da Ambivalência Cultural do Judeu no Espaço no Não Judeu**: a construção do lugar. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 24, p. 19-32, jul./dez. 2008.

KOCHMANN, Sandra. **O Lugar da Mulher no Judaísmo**. Revista de estudos da religião. São Paulo, n. 2, p. 35-45, 2005.

NA'AMAT pioneiras do Brasil. **Quem somos**. Institucional. Disponível em: <http://www.naamat.org.br/site/quem-somos/#institucional/>. Acesso em 20.12.2013.

MISHNÁ: essência do judaísmo talmúdico. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

PAUL, André. **O Judaísmo Tardio**: História Política. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

STUDENT, Gil. SER JUDEU. **O que é o Talmude?** 2013. Disponível em: <http://www.chabad.org.br/biblioteca/artigos/talmud/home.html>. Acesso em: 20.11.2013.

UNIÃO ISRAELITA DE BELO HORIZONTE. **A União Israelita de Belo Horizonte.** Disponível em: < http://www.uibh.org.br/uibh>. Acesso em 14.09.2013.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E PROTAGONISMO ASSEMBLEIANO NO CONGRESSO NACIONAL (2015)

Washington Phillip Spanhol Carneiro
UFES

Resumo: O artigo pretende abordar o protagonismo pentecostal assembleiano no Congresso Nacional. Procura discutir o sucesso eleitoral de tais candidatos e sua possível relação com pautas conservadoras comuns na arena política que podem permitir a vitória nas urnas. Busca destacar, por meio de uma análise comparativa, algumas das estratégias eleitorais desse segmento religioso na corrida eleitoral. Isso, para que se possa tentar compreender o sucesso de tais candidatos na corrida em busca da 55ª legislatura (2015-2019) e sua relação com a imposição de uma agenda política mais conservadora, que se choca com matérias de interesse público em geral na atual legislatura.

Palavras-chave: Assembleia de Deus; eleições; política.

Abstract: This article aims to approach the Pentecostal leadership of Assemblies of God in National Congress of Brazil. It discusses the electoral success of such candidates and their possible relationship with conservative agendas common in the political arena that could allow victory at the polls. Try to highlight a comparative analysis, some of the strategies of this religious segment in the electoral race. All this, so that we can try to understand the success of such candidates in the race for the 55th legislature (2015-2019) and its relation to the imposition of a more conservative political agenda that clashes with matters of general public interest in the current legislature.

Keywords: Assemblies of God; elections; policy.

Introdução

O protagonismo pentecostal no seio da política é notável. No cenário nacional, como grupo de pressão, emerge oficialmente a partir da década de 1980 e parece que tende a compor um projeto corporativo mais geral e de ocupação do espaço público como projeto de poder, seguindo a mesma lógica da cultura política brasileira.

A religião como um fenômeno social tende a refletir transformações, em sua estrutura, ligadas à totalidade da sociedade. Dentre as práticas que lentamente foram se incorporando no meio evangélico pentecostal figura o "voto de cajado", ou de "cabresto", resquício do *coronelismo* que se consolidou como parte da cultura política nacional ao longo da história da república. Esse fenômeno "pressupunha uma superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social e econômica inadequada" (LEAL, 2012, p. 16).

O que se convencionou chamar de cultura política nacional é suplementada por práticas como o fisiologismo dos partidos, o clientelismo e o paroquialismo eleitoral presentes na cultura política brasileira nos planos nacional e subnacional. Os evangélicos

souberam aproveitar bem essa lógica e remeteram o seu impulso ascendente, seu crescimento e expressão social para a corrida eleitoral.

O crescimento do fenômeno religioso pentecostal é fato representado por pesquisas que apontam sua expansão pelas diversas regiões do país. A partir da implantação da Assembleia de Deus (AD), na primeira metade do século XX em solo brasileiro, sua projeção no cenário nacional não parou de crescer acompanhando a evolução da população evangélica como um todo, segundo os dados do IBGE (2000; 2010).

Entre 1940 e 1980, os evangélicos cresceram muito e passaram de 2,6% para 6,6% da população. A partir da década de 1980, essa religião ultrapassou significativamente o crescimento de outras religiões no Brasil, alcançando mais de 15% da população em 2000. Os evangélicos evoluíram mais de 10% em relação aos católicos. Segundo os dados do IBGE (2010):

> Os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no Brasil no período intercensitário. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010 chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). Em 1991, este percentual era de 9,0% e em 1980, 6,6% (IBGE, 2010).

Uma das hipóteses usadas para explicar esse movimento está relacionada à redução do quadro católico em relação ao proselitismo pentecostal anticatólico e asceta durante longo período. Nesse contexto, pode-se dizer que o pentecostalismo brasileiro cresceu acompanhando o processo de industrialização e urbanização do país ao longo do século XX. Assim, alcançou as áreas urbanas do centro-sul e se expandiu por todo o território nacional, por meio das levas de migração dos anos 1980 que se encarregaram de disseminar a mensagem pentecostal.

As igrejas são os próprios agentes desse crescimento, por meio de proselitismo, do evangelismo, incremento de práticas e estratégias de marketing e administração, bem como disseminação do discurso pentecostal por rádio, TV naquele momento e, atualmente, pela internet. Para prosseguir na saga da salvação, algumas denominações evangélicas pentecostais já utilizam largamente instrumentos de marketing em todas as esferas da comunicação, grandes emissoras de televisão e concessões de emissoras rádio[1] como ferramentas para alcançar suas metas de crescimento no disputadíssimo "mercado da fé" (como a IURD).

[1] Pode-se mencionar o número de estações retransmissoras da IURD que conta com 12 emissoras próprias e 82 afiliadas; da Rede Internacional de Televisão (RIT), em 2004 contava com 30 estações retransmissoras e passou para 170 em 2008; Rede Boas Novas da Assembleia de Deus, com 3 emissoras próprias e 82 retransmissoras, o interessante é que foi fundada em período recente da história dessa denominação, em 1993 (CAMPOS, 2008). Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.htm>. Acesso em: 12.09.2012.

Com isso, assumem um papel de relevância no contexto político nacional, com um poder grande de negociação por suas "aspirações hegemônicas que têm que ser levadas em conta em qualquer discussão das implicações da democracia hoje" (FRESTON, 1999, p. 336).

1. A presença pentecostal no Congresso Nacional

Os evangélicos estiveram durante muito tempo longe da arena política e da corrida eleitoral. Eles ganharam projeção no campo político na década de 1980, após as eleições de 1982 e das eleições de 1986 para o Congresso Constituinte, no contexto das "Diretas já!". Em 1982, elegeram-se doze deputados federais evangélicos, sendo dois deles pentecostais. Já, no ano de 1986, foram eleitos trinta e dois deputados evangélicos, dentre os quais dezoito eram pentecostais.

Os pentecostais obtiveram um crescimento de cerca de 900% de sua representação no parlamento no período. A AD obteve o maior número de deputados com sucesso eleitoral, pois foram eleitos treze deputados por esse segmento religioso. Nos anos seguintes, conseguiram aumentar gradativamente a sua representatividade no plano nacional e subnacional. No pleito de 2010, foram eleitos setenta e três parlamentares evangélicos, sendo setenta deputados e três senadores contra trinta e seis integrantes eleitos em 2006. Vale ressaltar que dos setenta parlamentares, cerca de quarenta e quatro eram pentecostais e mais de vinte da AD.

Sobre crescimento dos evangélicos apontado pelo IBGE (2010), destaca-se a defesa da "*família tradicional"* como fator relevante para o crescimento da AD, que alcançou a cifra de 12 milhões de fiéis, se tornando o maior segmento evangélico e o segundo maior segmento religioso do Brasil, atrás apenas da Igreja Católica. A AD ampliou seu campo de ação com incursões nos canais de comunicação de grande difusão como o rádio, a televisão e a internet, não apenas para o proselitismo, mas também para alcançar objetivos políticos, baseados em uma pauta moralizante.

Defensores de uma agenda conservadora, os pentecostais têm mudado o seu perfil social e político. Não apenas compõem uma faixa da população com baixa renda e escolaridade, mas alcançaram indivíduos de classe média e alta, a exemplo das igrejas que cederam à teologia da prosperidade. A busca por espaço nesse "mercado da fé", bem como sua expansão se deu a partir da abertura política durante o processo de redemocratização, após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985).

Economicamente, subprodutos e mercadorias voltados para esse segmento têm obtido um crescimento e aceitação por grande parte da população. Politicamente, o fenômeno religioso pentecostal tende a traduzir demandas internas como questões políticas, elegendo representantes para atender a tais demandas institucionais por via da arena política. Fato que pode refletir, em alguma medida, na escolha do eleitorado pentecostal, no que concerne a seus pares, o que se dá por meio da identificação religiosa.

Ficou marcada pela grande repercussão, em 1986, a expressão "*Irmão vota em irmão",* título do livro de Josué Sylvestre, um assembleiano, assessor no Senado à época. Sua retórica conduzia ao convencimento dos evangélicos para votarem em candidatos do meio evangélico segundo argumentos com base em textos bíblicos. Essa "escolha" se dá pela defesa de nomes e de indivíduos, a partir de prévias internas, para ocuparem cargos de representação política como um "projeto de poder", apesar disso não ser afirmado explicitamente por algumas lideranças desse segmento (FRESTON, 1993).

Seguindo os passos da cultura política ao longo da história, do período colonial e das etapas seguintes da construção da estrutura social brasileira, a matriz pentecostal tradicional recebeu traços de uma cultura que herdou o autoritarismo como regra da ação coletiva. Isto é, o patrimonialismo, certo gregarismo, que valoriza contatos pessoais em função de condições sociais e econômicas, que propiciavam a limitação da ação político-ideológica em lugares como, por exemplo, as "zonas rurais do Nordeste" no início dos anos 1960 e que se imbricaram no seio do segmento religioso e nas suas práticas políticas (BAPTISTA, 2009, p. 84).

O pentecostalismo da AD trilha um movimento de adaptação e mutabilidade em sua forma de compreensão do mundo que associava o misticismo ao ascetismo intramundano num primeiro momento. Porém, parece que esse movimento exigiu a institucionalização da denominação AD, por seu crescimento nos anos seguintes, bem como pelas características culturais legadas à trajetória histórica do país, que se associaram às estruturas de poder dentro da organização dessa denominação. Isso, possivelmente se refletiu na organização política do corpo eclesiástico e da própria instituição em si (ALENCAR, 2013).

A AD irá se afirmar por meio da organização de um aparelho burocrático-institucional ao longo de sua trajetória, para alcançar os seus objetivos como instituição religiosa. Fato que a distancia do discurso apocalíptico e místico, transitando para visão "desencantada" do mundo. Uma racionalidade próxima da realidade secularizada das relações institucionais, como as relações entre a Igreja e o Estado.

O crescimento do aparelho eclesiástico e sua organização política interna e externa, de certa forma, favoreceram a aproximação da denominação da corrida eleitoral no momento da abertura política nos anos 1980. A AD emergiu, então, como ator de grande importância, como grupo de pressão de forte peso político. Conforme Baptista (2009):

> Os pentecostais e neopentecostais reviraram a identidade evangélica. Fizeram uma composição dinâmica com elementos da tradição protestante, catolicismo popular e religiões afro-brasileiras, compondo experimentos religiosos que se desenvolvem e se expandem por toda a sociedade brasileira, mas funcionam também como produtos de exportação. A presença desses agentes na política nacional é fruto do crescimento numérico e, principalmente, da constituição, reforço e produção criativa de novas identidades coletivas, nascidas em meio à enorme variedade de crenças na sociedade brasileira (BAPTISTA, 2009, p. 104).

A ressignificação de antigas identidades em novos modelos identitários, por parte do fenômeno religioso pentecostal assembleiano, reforça a ideia da necessidade de novas estratégias para a ação coletiva. Esta ação em coletividade, que não é inocente, é orientada pela intencionalidade e pela racionalidade da atuação dos atores.

A posição da organização política da AD parece remeter suas demandas a uma "autoridade religiosa" e à força atemporal que legitima estruturas de relações de poder que embasaram sua lógica organizacional. Isso tendeu a ressignificar suas demandas institucionais no campo secular (como a disputa eleitoral) e direcionar para a esfera social as demandas com forte apelo à identificação religiosa.

2. O protagonismo evangélico e assembleiano

O protagonismo evangélico e assembleiano é visível. As estratégias eleitorais de candidatos evangélicos pentecostais da Igreja AD, para o Congresso Nacional nas eleições para 55ª legislatura, são reproduzidas conforme a lógica da cultura política no Brasil e gozam de um sucesso absurdo.

Para alcançar esse sucesso, ao longo do processo de redemocratização, passaram a utilizar em larga escala da força interna que possuem os evangélicos e as ADs, as grandes somas de dinheiro público, privado e de arrecadações internas, bem como a intensa obediência dos seus membros aos seus líderes, os quais manobram a massa eleitoral

evangélica, em direção à realização de campanhas de sucesso e vitórias expressivas na corrida eleitoral (MACHADO, 2006).

Ao lado da AD, a IURD é a igreja pentecostal com maior sucesso eleitoral. Ela lança candidaturas próprias desde 1982. Segundo Oro (2003), "O sucesso eleitoral da Universal estaria levando outras igrejas a adotar estratégias semelhantes. [...] optando por indicar candidatos "oficiais" a seus membros, à maneira da Universal" (ORO, 2003 *apud* SMIDERLE, 2013, p. 142). Esse esforço se dá no sentido de:

> [...] expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos, entre as quais alardeia o da liberdade religiosa. Alega que, com representantes no parlamento, no caso de "perseguição", da qual frequentemente se diz vítima, estará preparada para lutar pela manutenção de suas concessões de emissoras de rádio e TV. Seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado, nem nobre. Visa basicamente a duas coisas: conquista de poder e atendimento aos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas (MARIANO, 2010, p. 91).

Partindo desse pressuposto, para justificarem seus mandatos, os políticos pentecostais de várias denominações apontam a defesa de privilégios fiscais para igrejas, combate a penalidades de desobediência a leis restritivas à poluição sonora, questões relativas à edificação de templos, regularização de imóveis, dentre outros. Com o uso do rádio, TV e internet, a palavra do pastor, que na visão evangélica tradicional não pode ser contestada, reproduz a ideia do "voto de cajado" e tem alcançado seus objetivos de forma significativa no parlamento brasileiro, assim como aponta para práticas paroquialistas e para o clientelismo político.

A ocupação da esfera pública e as vitórias na política refletem um comportamento entre os parlamentares evangélicos e representantes da AD não muito distante das práticas políticas tradicionais. Tais representantes se comportam como a maioria dos parlamentares seguindo a cartilha do jogo político dentro da política partidária.

O fisiologismo dos partidos é presente no jogo, assim como o clientelismo que orienta os arranjos institucionais criados para a atuação, seja no Congresso ou no Senado. A aprovação ou não de propostas imbrica-se em tais arranjos dentro do presidencialismo de coalizão, onde o executivo tem a primazia com poder de agenda. Mas, mesmo com um número expressivo, os representantes pentecostais, mais ainda os da AD, isoladamente (quadro 1 e 2), não têm poder de agenda para impor mudanças significativas no processo político orbitando em torno das decisões do alto clero no Congresso e no Senado.

Quadro 1 - partidos com maior número de deputados evangélicos

PR	11
PSC	10
PR	8
PRB	8
PMDB	8
PSDB	6

Fonte: UOL. Bancada Evangélica no Congresso reelege 37 deputados. São Paulo. 06.10.2014. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/eleicoes-2014-bancada-evangelica-reelegedeputados.htm>. Acesso em: 17.05.2015.

Quadro 2 - igrejas evangélicas com o maior número de deputados

Assembleia de Deus	19
Batista	10
IURD	7
Presbiteriana	7
Renascer	4
Evangelho Quadrangular	4

UOL. Bancada Evangélica no Congresso reelege 37 deputados. São Paulo. 06.10.2014. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/eleicoes-2014-bancada-evangelica-reelegedeputados.htm>. Acesso em: 17.05.2015.

A Bancada Evangélica, nas eleições de 2014, alcançou grande êxito na corrida eleitoral. Elegeu um número recorde de setenta e oito representantes. Reelegeu trinta e sete deputados. Desse modo, a bancada conseguiu reeleger 53% dos seus deputados nas eleições de outubro de 2014. Em uma população nacional de mais de 22% de evangélicos (IBGE, 2010), sub-representados, os evangélicos somam cerca de 15% das cadeiras do Congresso, porém não têm expressão para impor uma agenda própria e aprovar projetos de forma isolada.

No entanto, os evangélicos conquistaram a presidência da Câmara com a eleição de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), da igreja Sara Nossa Terra. Teve entre seus cabos eleitorais o deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) que é um braço político do pastor Silas Malafaia da AD. Os setenta e cinco deputados evangélicos no Congresso superam bancadas de importância como a feminista e sindical, com cinquenta e um parlamentares cada. Os quadros 3 e 4 mostram a composição da Bancada Evangélica após as eleições para o Congresso Nacional em 2010 e 2014.

Quadro 3 - composição da bancada evangélica (eleições 2010)

Deputados / Senadores	Partido	UF	Igreja	Situação
Agnaldo Ribeiro	PP	PB	-	Novo
André Zacharow	PMDB	PR	-	Novo
Andréia Zito	PSDB	RJ	Maranata	Reeleita
Antônia Lúcia	PSC	AC	Assembleia de Deus	Nova
Arolde de Oliveira	DEM	RJ	Batista	Reeleito
Benedita	PT	RJ	-	Nova
Bispo Antônio Bulhões	PRB	SP	IURD	Reeleito
Bruna Furlan	PSDB	SP	-	Nova
Cleber Verde	PRB	MA	-	Reeleito
Delegado Francischini	PSDB	PR	Assembleia de Deus	Novo
Dona Iris Rezende	PMDB	GO	Cristã Evangélica	Reeleita
Dr. Adilson Soares	PR	RJ	Batista	Reeleito
Edinho Araújo	PMDB	SP	-	Novo
Edmar Arruda	PSC	PR	-	Novo
Eduardo Cunha	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Reeleito
Edvaldo Holanda Junior	PTC	MA	Batista	Novo
Erivelton Santana	PSC	BA	Assembleia de Deus	Novo
Fátima Pelaes	PMDB	AP	-	Reeleita
Filipe Pereira	PSC	RJ	Assembleia de Deus	Reeleito
Garotinho	PR	RJ	-	Novo
George Hilton	PRB	MG	IURD	Reeleito
Gilmar Machado	PT	MG	Batista	Reeleito
Henrique Afonso	PV	AC	Presbiteriano	Reeleito
Jefferson Campos	PSB	SP	-	Reeleito
João Campos	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Reeleito
Jonathan de Jesus	PRB	RR	IURD	Novo
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	Internacional da Graça de Deus	Reeleito
Josué Bengtson	PTB	PA	-	Novo
Laércio Oliveira	PR	SE	Presbiteriana	Novo
Lauriete Rodrigues	PSC	ES	Assembleia de Deus	Nova
Leonardo Quintão	PMDB	MG	Presbiteriana	Reeleito
Liliam Sá	PR	RJ	-	Nova
Lincoln Portela	PR	MG	Batista	Reeleito
Lindomar Garçon	PV	RO	Assembleia de Deus	Reeleito
Manato	PDT	ES	Cristã Maranata	Reeleito
Marcelo Aguiar	PSC	SP	Igreja Renascer	Novo
Márcio Marinho	PRB	BA	-	Reeleito
Marco Feliciano	PSC	SP	Assembleia de Deus	Novo
Marcos Rogério	PDT	RO	Assembleia de Deus	Novo
Mário de Oliveira	PSC	MG	Evangelho Quadrangular	Reeleito

Missionário José Olimpo	PP	SP	Mundial do Poder de Deus	Novo
Neilton Mulim	PR	RJ	Batista	Reeleito
Nilton Capixaba	PTB	RO	Assembleia de Deus	Novo
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	Luterano	Reeleito
Otoniel Lima	PRB	SP	-	Novo
Pastor Eurico	PSB	PE	Assembleia de Deus	Novo
Pastor Heleno	PRB	SE	-	Novo
Pastor Paulo Freire	PR	SP	Assembleia de Deus	Novo
Rui Carneiro	PSDB	PB	-	Novo
Roberto de Lucena	PV	SP	-	Novo
Romero Rodrigues	PSDB	PB	-	Novo
Ronaldo Fonseca	PR	DF	Assembleia de Deus	Novo
Sabino Castelo Branco	PTB	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
Sérgio Brito	PDT	BA	Batista	Reeleito
Silas Câmara	PSC	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
Sueli Vidigal	PDT	ES	Batista	Reeleita
Takayama	PSC	PR	Assembleia de Deus	Reeleito
Vaz de Lima	PSDB	SP	-	Novo
Vitor Paulo	PRB	RJ	IURD	Novo
Walter Tosta	PMN	MG	Batista	Novo
Washington Reis	PMDB	RJ	-	Novo
Zé Vieira	PR	MA	Assembleia de Deus	Reeleito
Zequinha Marinho	PSC	PA	Assembleia de Deus	Reeleito
Senador Marcelo Crivella	PRB	RJ	IURD	Reeleito
Senador Magno Malta	PR	ES	Batista	Reeleito
Senador Walter Pinheiro	PT	BA	Batista	Novo

Fonte: DIAP, 2010. Evangélicos crescem no Congresso; PSC tem mais representantes. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637-evangelicos-crescem-nocongresso-psc-lidera-em-numero-de-parlamentares>. Acesso em: 15.05.2015.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) classificou como integrante da bancada evangélica, além dos bispos e pastores identificados, aquele parlamentar que professa a sua fé segundo a doutrina evangélica.

Quadro 4 - bancada evangélica após as eleições para o congresso (2014)

Parlamentar	Partido	UF	Igreja	Situação
Alan Rick	PRB	AC	Assembleia de Deus	Novo
JHC	SD	AL	Internacional da Graça de Deus	Novo
Silas Câmara	PSD	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
André Abdon	PRB	AP	Assembleia de Deus	Novo
Erivelton Santana	PSC	BA	Assembleia de Deus	Reeleito
Irmão Lazaro	PSC	BA	Batista	Novo

Márcio Marinho	PRB	BA	Iurd	Reeleito
Sérgio Brito	PSD	BA	Batista	Reeleito
Tia Eron	PRB	BA	Iurd	Nova
Ronaldo Martins	PRB	CE	Iurd	Novo
Ronaldo Fonseca	Pros	DF	Assembleia de Deus	Reeleito
Manato	SD	ES	Cristã Maranata	Reeleito
Max Filho (Presbítero)	PSDB	ES	Igreja Presbiteriana da Glória	Novo
Sérgio Vidigal	PDT	ES	Batista	Novo
Fábio Sousa	PSDB	GO	Fonte da Vida	Novo
João Campos	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Reeleito
Cleber Verde	PRB	MA	Congregação Cristã	Reeleito
Eliziane Gama	PPS	MA	Assembleia de Deus	Nova
George Hilton	PRB	MG	Iurd	Reeleito
Leonardo Quintão	PMDB	MG	Presbiteriana	Reeleito
Lincoln Portela	PR	MG	Batista Nacional	Reeleito
Stefano Aguiar	PSB	MG	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Fábio Garcia	PSB	MT	Sara Nossa Terra	Novo
Professor Victório Galli	PSC	MT	Assembleia de Deus	Novo
Josué Bengtson	PTB	PA	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Julia Marinho	PSC	PA	Assembleia de Deus	Nova
Aguinaldo Ribeiro*	PP	PB	Batista	Reeleito
Anderson Ferreira	PR	PE	Assembleia de Deus	Reeleito
Pastor Eurico*	PSB	PE	Assembleia de Deus	Reeleito
Rejane Dias	PT	PI	Batista	Nova
Christiane Yared*	PTN	PR	Catedral do Reino de Deus	Nova
Delegado Francischini	SD	PR	Assembleia de Deus	Reeleito
Edmar Arruda	PSC	PR	Presbiteriana Independente	Reeleito
Takayama	PSC	PR	Assembleia de Deus	Reeleito
Toninho Wandscheer	PT	PR	Assembleia de Deus	Novo
Altineu Cortes	PR	RJ	Assembleia de Deus	Novo
Arolde de Oliveira	PSD	RJ	Batista	Reeleito
Aureo	SD	RJ	Metodista	Reeleito
Benedita da Silva	PT	RJ	Assembleia de Deus	Reeleita
Cabo Daciolo	PSol	RJ	Batista	Novo
Clarissa Garotinho*	PR	RJ	Presbiteriana	Nova
Eduardo Cunha*	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Reeleito
Ezequiel Teixeira	SD	RJ	Projeto Vida Nova	Novo
Francisco Floriano	PR	RJ	Mundial do Poder de Deus	Reeleito
Marcos Soares	PR	RJ	Evangelho Quadrangu-lar	Novo
Roberto Sales	PRB	RJ	Universal	Novo
Rosangela Gomes	PRB	RJ	Iurd	Nova
Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ	AD - Ministério Vitória em Cristo	Novo
Washington Reis	PMDB	RJ	Nova Vida	Reeleito
Antônio Jácome	PMN	RN	Assembleia de Deus	Novo
Lindomar Barbosa Alves	PMDB	RO	Assembleia de Deus	Novo
Marcos Rogério	PDT	RO	Assembleia de Deus	Reeleito

Nilton Capixaba	PTB	RO	Assembleia de Deus	Reeleito
Carlos Andrade	PHS	RR	Assembleia de Deus	Novo
Jhonatan de Jesus	PRB	RR	Iurd	Reeleito
Carlos Gomes	PRB	RS	Iurd	Novo
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	Luterana	Reeleito
Ronaldo Nogueira	PTB	RS	Assembleia de Deus	Novo
Geovania de Sá	PSDB	SC	Assembleia de Deus	Nova
Laércio Oliveira	SD	SE	Presbiteriana	Reeleito
Pastor Jony	PRB	SE	Iurd	Novo
Antônio Bulhões	PRB	SP	Iurd	Reeleito
Bruna Furlan	PSDB	SP	Congregação Cristã no Brasil	Reeleita
Edinho Araújo	PMDB	SP	Presbiteriana	Reeleito
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP	Batista	Novo
Jefferson Campos	PSD	SP	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	Internacional da Graça	Reeleito
Missionário José Olimpio	PP	SP	Mundial do Poder de Deus	Reeleito
Pastor Gilberto Nascimento	PSC	SP	Assembleia de Deus	Novo
Pastor Marco Feliciano*	PSC	SP	Catedral do Avivamento - ligada à AD	Reeleito
Paulo Freire	PR	SP	Assembleia de Deus	Reeleito
Roberto Alves	PRB	SP	Iurd	Novo
Roberto de Lucena	PV	SP	O Brasil para Cristo	Reeleito
Vinicius Carvalho	PRB	SP	Iur	Novo

(*) Deputados e deputadas que atingiram o quociente eleitoral
Fonte: DIAP. Atualização da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados. 06 de Out. 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24534:bancadaevangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados&catid=59:noticias&Itemid=392>. Acesso em: 15.05.2015.

Dentre esses deputados eleitos para a 55ª legislatura, o mais votado foi o pastor Marco Feliciano que obteve um quociente de quase 400 mil votos no estado de São Paulo. A AD elegeu vinte e seis deputados no pleito de 2014.

A Bancada Evangélica no Congresso, da qual fazem parte os representantes da AD, geralmente está imbricada em acordos e arranjos institucionais que visam o impedimento de determinadas propostas. Ela tem se articulado para dificultar a aprovação de determinados projetos na defesa de uma agenda conservadora em relação aos direitos humanos, liberdade de culto e defesa da fé por parte de outras religiões (como as de origem afrodescendente), igualdade de gênero e propostas ligadas ao público LGBT (como a união civil de pessoas do mesmo sexo), a questão do aborto, dentre outras.

O pastor Marco Feliciano enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos no Congresso, durante a 54ª legislatura alcançou a aprovação do PDC 234/2011 de autoria do

pastor João Campos (PSDB-GO). Este deputado esteve empenhado em discutir medidas contra a decisão do Conselho Nacional de Justiça de obrigar os cartórios a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Outro episódio envolvendo integrantes dessa bancada foi a hostilização da apresentadora Xuxa Meneghel, durante uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que discutia a aprovação da "Lei da Palmada" contra a violência e tratamento humilhante contra crianças e adolescentes. Durante a sessão, o deputado Pastor Eurico (PSB-PE) da AD levantou a voz afirmando que "a conhecida rainha dos baixinhos em 1982 provocou a maior violência contra as crianças em um filme pornô" (GONZATO, 2015). Os deputados conseguiram nesse dia, impedir a votação da CCJ. No entanto, a Lei foi aprovada em maio de 2014 e rebatizada de "Lei Menino Bernardo", em homenagem a Bernardo Boldrini, assassinado no Rio Grande do Sul, supostamente, pelo pai e pela madrasta (CASTRO e MATOS, 2013).

Ao longo do início da 55ª legislatura, pentecostais e assembleianos se voltaram contra novelas transmitidas pela Rede Globo, apoiaram discursos a favor do impeachment da Presidente eleita Dilma Roussef, intervenção militar e marcharam pelas ruas como um exército de prosélitos dispostos ao gládio. Promoveram seus pares no cenário nacional e, mantendo privilégios de comunicação, atuaram contra projetos de interesse nacional, unindo-se a setores conservadores como o do agronegócio e da indústria de armamentos, na conhecida "bancada BBB, Bala, Boi e Bíblia", termo usado pela deputada Érica Kokay, em uma reunião do Partido dos Trabalhadores, que se popularizou (MARTINS, 2015).

Tais fatos somam-se aos crescentes escândalos de corrupção e recebimento de propinas de meios ilícitos por diversos parlamentares dessa bancada, como o exemplo do próprio presidente da Câmara, Eduardo Cunha, noticiado amplamente por diversos jornais.

Conclusão

No geral, o fenômeno religioso pentecostal ainda está distante de uma articulação mais efetiva no plano político nacional, em torno de um projeto político nacional. No entanto, num processo de "aburguesamento" (FRESTON, 1993; CAMPOS, 1999; MARIANO, 2010), a nova geração da AD parece que tem alterado substancialmente a sua trajetória.

A denominação já compõe atualmente organismos como a Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e Associação de Editores Cristãos (ASEC), dentre outros segmentos, com

capacidade de articulação política no plano nacional. Além disso, a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHONEP) foi fundada no Brasil por empresários assembleianos e "tem como projeto evangelístico jantares em hotéis cinco estrelas" (ALENCAR, 2010, p. 53).

Em 1998 a AD se lançou oficialmente na televisão brasileira com o programa "Movimento Pentecostal", transmitido na época pela Rede Manchete. Fato que provocou intenso debate porque era "pecado ter televisão". A AD já transmitia um programa de televisão desde 1981, pela AD de Belém, no Pará, de forma regional. Suas práticas tradicionais se alteraram significativamente como na relação entre a vida asceta e mundo vivido. Houve flexibilização da rigidez e da imposição de usos e costumes cotidianos como "regra de fé e prática", além de expressar uma aproximação com setores secularizados da sociedade, como a esfera cruel da política partidária (ALENCAR, 2010).

Sobre a importância das práticas políticas da AD para a democracia, a partir de tais resultados, pode-se concordar com a tese apresentada por Freston (1993), de que até o momento:

> [...] a política pentecostal não apoiou a tese da correspondência entre cosmologia religiosa e prática política. Segundo essa tese [...] o protestantismo prega o contato direto com Deus. A ética universalista e valorizadora da honestidade e do trabalho tornaria o clientelismo moralmente condenável. Mas as crenças não são camisas-de-força; em circunstâncias diversas, elementos de uma herança doutrinária podem ser ressaltados ou negligenciados (FRESTON, 1993, pp. 284-285).

Nesse sentido, as hipóteses que se aproximam mais da realidade parecem contribuir com a ideia de que a prática dos pentecostais tem sido autoritária e manipuladora, bem como, intolerante com os que se rebelam contra as suas lideranças, além de afirmar o voto de cabresto e o direcionamento do voto do eleitorado evangélico pentecostal assembleiano em busca de sucesso eleitoral (BAPTISTA, 2009).

Em relação ao campo partidário e parlamentar, a hipótese de que as relações com os governos têm refletido aspectos como o fisiologismo, o clientelismo e o corporativismo dentro dos arranjos institucionais, seguindo a lógica da política partidária brasileira e reforçando alguns elementos da "cultura política" do país, como os exemplos do autoritarismo, do nepotismo e do clientelismo, para o sucesso dos arranjos pautados em pressupostos distributivistas e paroquialistas, como apontam Tomio e Ricci, (2008), tem se reafirmado.

Com relação à possibilidade de contribuição do fenômeno religioso pentecostal para a cidadania, o processo democrático que emerge dentro dos debates originários no seio do

pentecostalismo pode permitir um avanço no sentido da participação política de grupos e membros em práticas sociais por meio de sua mobilização interna. Mas a prática não confirma essa ideia.

A capacidade de mobilização interna para a atividade política da maioria dos membros e dos grupos, como contribuição para a democratização da estrutura institucional do fenômeno religioso pentecostal assembleiano, é pequena. Isso reforça a ideia de que pode ser um obstáculo ao avanço da democracia, de forma geral, porque sua estrutura organizacional reproduz as práticas tradicionais e vícios da política brasileira.

A organização política da AD seguiu um processo de racionalização de suas práticas com a organização política interna e externa no sentido de obter resultados positivos no alcance de membros, privilégios e dividendos provenientes da inserção em cargos na esfera pública. O modelo de escolha de candidatos, a partir de prévias internas na AD, reforça o caráter autoritário e o gregarismo. Impõe o "voto de cajado", ou seja, o voto orientado pelo pastor.

A escolha de "candidatos oficiais" dentro da denominação favorece tais candidatos, fortalece suas candidaturas oficiais e permite maior sucesso eleitoral diante do eleitorado pentecostal, manobrado dentro dos templos, através de estratégias eleitorais consolidadas na cultura política brasileira com o direcionamento do voto e apelo à identificação religiosa.

Referências

ALENCAR, Gedeon Freire de. **Assembleia de Deus**: origem, implantação e militância (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Bernardo: Instituto Metodista Izabela Hendrix/Annablume, 2009.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo.** 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 09.01.2012.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo.** 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br >. Acesso em 09.01.2012.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e Mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, G. e MATTOS, M. **Vinde a mim os eleitores**: a força da bancada evangélica no Congresso. Brasil. Veja. 23 de Mar 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-forca-dos-evangelicos-no-congresso/>. Acesso em: 15.05.2015.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. 304 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

_____. Protestantismo e Democracia no Brasil In: **Lusotopie,** 1999, p. 329-340. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/freston.pdf>. Acesso em 19.09.2011.

GONZATTO, M. Bancada Evangélica ganha força inédita no Congresso. **ZH Notícias**. Religião e Política. 23 de Fev. 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-ineditano-congresso-4704350.html>. Acesso em: 15.05.2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião.** A participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2010.

MARTINS, R. A bancada BBB domina o Congresso. **Carta Capital**. Política. 14 de Abr. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Acesso em de 10.08.2015.

SMIDERLE, Carlos. G. S.M. **Modernização à brasileira**: o tempero pentecostal na política nacional. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas e RICCI Paolo. **Conexão Eleitoral, Processo Legislativo e Estratégias Parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais**. 6º Encontro da ABCP. UNICAMP. Campinas. 2008.

GT 07 - ANTROPOLOGIA E PLURALISMO JURÍDICO

Coordenadores:

Prof. Dr. Júlio Pompeu (UFES)

Prof. Dr. Sandro José da Silva (UFES)

Debatedores:

Prof.ª Dr.ª Brunela Vieira de Vincenzi (UFES)

A DECISÃO DAS CORTES LATINAS EM MATÉRIA DE DIREITO DOS POVOS TRADICIONAIS: UM ESTUDO EMPÍRICO

Alceu Fernandes da Costa Neto
Faculdade de Direito da UnB

Resumo: Conflitos entre o desenvolvimentismo energético, movidos pelo capitalismo, e o reconhecimento territorial latino-indígenas desafiam o judiciário no continente. Essa crise institucional suscita problemas constitucionais complexos à medida que direitos conquistados pelos povos-tradicionais são relativizados em função da influência do sistema econômico sobre o jurídico. Nessa tela, objetivamos, pelo método do estruturalismo genético de Pierre Bourdieu, investigar como Cortes Constitucionais, lugar último da interpretação-aplicação normativa na hierarquia jurídico-estatal, decidem sobre essas matérias, as quais necessitam do aporte de conhecimentos sociais e antropológicos. Como pano-de-fundo empírico utilizaremos os microcosmos das Cortes Constitucionais brasileira e colombiana (decisões 3300/RR – Demarcação das Terras Indígenas Raposa-Serra-do-Sol e SU-039/97 – Consulta para licença da exploração de hidrocarbonetos na comunidade indígena U'wa). Examinaremos como o direito articula-se operativamente e quais forças simbólicas interagem no campo, buscando mostrar a conjuntura do problema estudado. Seguidamente, pela análise epistemológica de Toulmin (2006), desvelaremos até que ponto normas internacionais em matéria de direitos-humanos pró-indígenas, destacadamente a convenção 169 da OIT, caracterizada por apreciar demandas dos povos-tradicionais, têm sido vilipendiadas pelo judiciário, proliferando uma construção jurisprudencial pouco reflexiva, que combina pura aplicação da lei com interesses específicos. Finalmente, na conclusão, discutiremos como abordagem transdisciplinar nas decisões fortalece os Direitos-Humanos-Fundamentais e a democracia.

Palavras-chave: Cortes Constitucionais; direito dos povos tradicionais; conflitos territoriais.

Abstract: Conflict between the energetic developmentalism, driven by capitalism, and Latin indigenous territorial recognition challenges the judiciary on the continent. This institutional crisis raises complex constitutional issues as the rights won by the traditional people are relativized due the influence of the economic system over the legal. On this screen we aimed, by Pierre Bourdieu´s genetic structuralism method, investigate how Constitutional Courts, the last place of normative interpretation application on legal-state hierarchy, decide on these subjects, which require the contribution of social and anthropological knowledge. As empirical background we will use the microcosm of Brazilian and Colombian Constitutional Courts (decisions 3300 / RR – Demarcation of Indigenous Lands Raposa-Serra do Sol and SU-039/97 – Consultation for hydrocarbon exploration license in the indigenous community U'wa). We examine how the law is operationally linked and which symbolic forces interact in the field, trying to show the situation of the studied problem. As the next step, by the epistemological analysis of Toulmin (2006), we show the extent to which international human rights standards for pro-indigenous, notably the 169 ILO Convention, characterized by enjoying demands of traditional peoples, have been vilified by the judiciary, proliferating a low reflective jurisprudential construction, which combines pure law application with specific interests. Finally, in conclusion, we will discuss how a transdisciplinary approach in decisions strengthens Fundamental Human Rights and democracy.

Keywords: Constitutional Courts; rights of traditional peoples; territorial conflicts.

Introdução

As comunicações jurídicas, pela reprodução de seus símbolos buscam autonomia sistêmica, diante de uma sociedade "multicêntrica" ou "policontextual" (LUHMANN 1983, p. 64). A autonomia aqui citada ocorre em dois níveis: o direito busca ser autônomo em relação ao ambiente e em relação às demais racionalidades nele contido, sendo que esse exercício suscita tensões a medida que os sistemas se influenciam e podem se impor, uns sobre os outros (TEUBNER, 2002). Com a globalização, observa-se que o sistema econômico passou criar uma estrutura de poder que interfere nos demais códigos, notadamente nos jurídicos (SANTOS, 2003, p. 19).

Nessa linha, se o direito passa a ser afetado por componentes econômicos, é possível que os códigos jurídicos se comportem como instrumentos de dominação, sopesando, nas relações de força, àquele que detiver maior capital[1] (BOURDIEU, 2007, 210-214). O problema desse desalinhamento no estado-das-coisas é que o direito é um componente fundamental para um regime de democracia, especialmente quando tratamos dos direitos humanos. Se ele passa a servir interesses específicos, por estar corrompido sistemicamente, há um desafio às instituições democráticas.

A visão de nossa metodologia converge para o fato de que a construção do mundo jurídico depende muito de como os interesses sociais se articulam operativamente (GARCIA, 1999) sendo que o Estado aparece, então, como a instituição que reivindica, além da força física, a força simbólica para impor a norma considerada oficial. Ele detém tanto as estruturas objetivas, isso é, a arquitetura de formulação do direito, quanto as estruturas subjetivas como esquemas de percepção mental (BOURDIEU, 2004, p. 98).

No âmbito dessas estruturas subjetivas está a luta pela interpretação aplicável em cada caso, aplicação do direito, que, em última instância, será executada pelos juízes constitucionais. São agentes que têm posição privilegiada, qualificada pela competência de desvelar como se aplica a Norma Constitucional, a qual fundamenta todas as demais normas. Daí infere-se que a Corte Constitucional retém o maior coeficiente de capital simbólico dentro do campo jurídico,

[1] Numa primeira análise, o conceito de capital está relacionado à economia, conceitualmente, pode ser equivalente à riqueza e/ou patrimônio (PIKETTY, 2014, p. 51), mas aqui esse é apenas uma das multifaces do termo capital. Para Bourdieu (2007) o capital está ligado ao coeficiente de poder do agente social, que procurará se distinguir a partir de sua representatividade simbólica, noutra instância os atores sociais procurarão hierarquizar os grupos para manter as práticas específicas de sua classe. É possível identificar quatro tipos de capitais, em Bourdieu: (i) capital social, (ii) capital simbólico, (iii) capital econômico e (iv) capital cultural.

porque à medida que decide sobre os casos concretos, é ela que diz o que é ou não direito[2] para cada situação, podendo criar, a partir da leitura das conjunturas específicas, os precedentes jurisprudenciais a ser seguido por todo o sistema da burocracia judiciária. Ao fazer essa ação, ela, a Corte, condiciona práticas, cria moldes e parâmetros de agir aos demais agentes. Por isso a homologação condiciona o *habitus*, a medida que é capaz de influenciar aparelhamentos sociais na contemporaneidade, causando reflexos nas relações de identidade e unidade, nas escolhas do estilo de vida e nas tendências homogeneizantes de uma classe.

Este artigo apresenta uma possibilidade analítica da argumentação das fundamentações de dois acórdãos sobre os "direitos à permanência das populações indígenas" segundo o entendimento das Cortes Constitucionais do Brasil e da Colômbia. Os casos utilizados como macrocosmos empíricos servirão como pano de fundo, objetivando verificar se os magistrados constitucionais têm ponderado questões de Direitos Humanos em suas decisões. Feito o corte metodológico, é importante ressaltar que o estudo de "casos difíceis" no direito é essencial, uma vez que as decisões tomadas a partir desses "lugares comuns do direito" são capazes de vincular toda população de um país em mesmo tempo que revelam o posicionamento dos juízes frente a demandas sociais sensíveis.

A escolha do caso de "Demarcação de Terras Raposa Serra do Sol", no Brasil e da "Consulta para Licença da Exploração de Hidrocarbonetos na Comunidade Indígena de U'wa", na Colômbia, se deu por uma série de variáveis que demonstram a similaridade dos casos. Primeiramente, as Constituições do Brasil e da Colômbia foram promulgadas em um curto espaço de aproximação entre elas, 1988 e 1991 respectivamente. Outro fato marcante foi a utilização da convenção 196 da Organização Internacional do Trabalho como parte do conteúdo argumentativo. Também foi observada a existência de direitos indígenas nas Cartas Constitucionais de ambos os Estados. O mais importante, sobretudo, é a semelhança do objeto dos litígios – o direito dos povos de serem ouvidos e permanecerem, e, sobretudo, decidirem sobre seu próprio território. Após inferir se as Cortes têm levado em consideração as normas internacionais em matéria de direito dos povos tradicionais, o artigo verificará qual o grau de influência que o direito internacional público exerce sobre as Cortes Constitucionais e como os magistrados têm as utilizado em suas decisões. A depender do grau de interferência,

[2] O poder das cortes constitucionais alcança grandes dimensões e pode atingir nocivamente os outros poderes. Atualmente um desses desvios é o chamado ativismo judicial qualificado quando o judiciário adentra em competências atípicas retraindo os outros poderes, usurpando funções que não estão em sua competência e, muitas vezes, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva (BARROSO, 2008).

poderemos analisar a abertura cognitiva de cada tribunal para o respeito aos direitos humanos provenientes de normas internacionais, que são as maiores fontes de direitos humanos.

1. Análise do objeto

1.1 O *corpus* de direito internacional em matéria indígena: do Estado protecionista à tentativa de um Estado pluralista.

O desenvolvimento do Direito Internacional indígena ocorreu gradualmente, em um cenário de fortes embates políticos caracterizados pela competição econômica que se deu no pós-guerra. Nesse sentido consideremos que

> O conjunto de práticas e categorias discursivas de natureza jurídica responde a uma lógica de construção bem específica. Essa lógica própria se qualifica tanto pelas relações de força, que lhe confere a estrutura e orienta as lutas internas pela concorrência ou competência entre os agentes, quanto pela produção jurídica, que delimita cada momento o universo das soluções aptas ao reconhecimento social (MARCHIONI, 2010, p. 97).

Práticas jurídicas podem se inclinar a responder questões que reproduzem lógicas econômicas e de exploração, por isso muitos obstáculos apareceram na formação de um direito indígena de fato protetivo, especialmente porque os povos tradicionais têm uma forte relação com o território, alvo do desenvolvimentismo capitalista do século XX. Foi assim que a exploração de matérias-primas, especialmente provindas da América Latina[3], a necessidade de reindustrialização dos países envolvidos nas grandes guerras, a existência de acordos internacionais de integração econômica[4], entre outras conformidades dos códigos econômicos impediram a formação de uma legislação autônoma, comprometida, com os povos tradicionais.

[3] Sobre exploração em territórios indígenas, especialmente na Amazônia, constata a Comisión Económica para América Latina y el Caribe, órgão das Organizações das Nações Unidas (2014, p. 13) "A mediados del siglo XX, con los procesos de colonización en la Amazonía y otras "zonas periféricas" de la región tuvo lugar un segundo ciclo de desterritorialización de los pueblos indígenas, con graves consecuencias sobre sus condiciones de vida. Más recientemente, el ciclo de la presión extractiva sobre los recursos naturales por parte de las empresas nacionales y transnacionales y la ejecución de grandes obras civiles con impactos negativos sobre los ecosistemas, han irrumpido con fuerza inusitada en todo el continente, agravando el cuadro histórico de despojo y vulnerabilidad. El último y más reciente ciclo, el de la apropiación de los conocimientos tradicionales, la biodiversidad asociada a estos y los recursos genéticos es el corolario de este extenso proceso histórico de desposesión de los pueblos indígenas de América Latina".

[4] A respeito dessa modalidade de acordos econômicos internacionais, reflete, Marchioni (2011, p. 16) "[...] o 'Consenso de Washington' (1989) foi exemplo de 'micro-discurso-globalizante' utilizado pelos Estados Unidos para exigir um conjunto de reformas estruturais nas economias latino-americanas. Liberalização comercial e financeira, abertura das contas de capital, privatização do patrimônio nacional e até desregulamentação normativa de natureza tributária, trabalhista e ambiental, têm sido algumas das diretrizes seguidas por esses países, ao longo de mais de uma década".

A primeira medida relevante, a promulgação do Convênio 107 (1957) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apenas chancelou o posicionamento de Estado dominador predominante na época, segundo o preâmbulo, a norma tem como objetivo as populações "que não estão integradas ainda na coletividade nacional" (ONU, 1957). Dessa semântica compreende-se que há uma marcha de integração a ser seguida pelas populações indígenas, rumo ao ambiente civilizado.

No final do século XX pode-se observar a migração do paradigma assimilacionista para um ambiente de pluralismo étnico com autonomia participativa. Tal cenário estimulou a formulação do convênio 169 da OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (no Brasil Decreto n. 5051 de 19.04.2004 e na Colômbia Lei 21 de 07.08.1991). O documento, que substitui o Convênio 107/57 da OIT, privilegia aspectos da subjetividade indígena como a consciência da identidade como definição de sujeito de direito[5]. Além disso, o convênio destaca que deve ser considerada a participação dos povos em decisões, governamentais ou privadas, em qualquer matéria que possa afetá-los (CONVENÇÃO 169/OIT, art. 6º, 7º; 15).

Segundo o dispositivo, os indígenas devem ter a possibilidade de utilizar, administrar e conservar os recursos naturais localizados em seu território, mesmo que o Estado tenha a posse dominial. Por isso deve sempre haver a consulta os habitantes locais, além disso, eles deverão ser indenizados na medida em que o Estado lhe causem danos. E isso só é possível se os povos tradicionais possuírem as regulamentações necessárias à propriedade e posse territorial. Assim reconhece-se a fundamental do índio e seu chão (CONVENÇÃO 169/OIT, art. 14).

Em 2007, a 107ª plenária da Assembleia Geral (AG) das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas (DDPI/07). Destaca-se nesse diploma o direito à autonomia e ao autogoverno dos povos, o que implica em dizer que as comunidades étnicas são livres para buscar o seu desenvolvimento (DDPI/07, art. 3, 4º) e, inclusive, deve-se respeitar a justiça comunitária e valores tradicionais das comunidades (DDPI/07, art. 5º).

Dessa forma, há dois instrumentos jurídicos de proteção aos povos tradicionais. Enquanto a Convenção 169/OIT é um instrumento legal cogente, para seus signatários, a DDPI/07 ocupa um papel principiológico, sintetizando os debates relevantes, conceitos e

[5] O Convênio 169 é muito influente nos países Latinos, especialmente pela recente onda de redemocratização inspirada em estados sociais. No México, por exemplo, o Convênio baseou os movimentos indígenas criando aporte jurídico às suas demandas. Houve até mesmo questionamentos à reforma constituinte daquele país a partir de uma interpretação do acordo (ARELLANO, 2002). Outro exemplo foi na Guatemala. A assinatura do Acordo de Paz com o governo foi condicionada pelos grupos rebeldes indígenas exigindo a ratificação pelo Estado do Convênio 169. No Chile, por outro lado, a pressão para a ratificação do Convênio (algo que somente ocorreu em março de 2008) funcionou como elemento de articulação interna para as organizações indígenas (MARIOTTI, 2004).

princípios, sintetizando em seu âmago as demandas das comunidades (LANA et al, 2008, p. 205). Habermas (2003, p. 216) lembra que, se bem que a positivação (de um direito) implique na diferença entre direito e moral, a fundamentação direta das normas deve ser balizada por princípios. Em outras palavras, o direito precisa ser justificado no âmbito de uma moral pós-convencional ou universalista (NEVES, 2013, p. 114). Diante da tensão entre "facticidade" e "validade" o direito na contemporaneidade perdeu seu fundamento sacro e precisa ser legitimado por procedimentos de agir racional e que sejam moralmente justificáveis (HABERMAS, 2000). Nesse caso, a DDPI/07 poderá indicar, por ser um documento-base, como os atores interessados poderão negociar politicamente com os Estados o provimento de suas demandas servindo à fundamentação de decisões judiciais e produção legislativa.

2. O desenvolvimento dos fatos sociais: relatos da construção dos casos concretos.

2.1 O processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol e a complexidade das diversas relações de poder.

Se bem que os primeiros grupos de trabalho, visando a demarcação das Terras Indígenas (TI) tenham surgido entre as décadas de 70 e 80 (BRASIL, 1996), o processo demarcatório formal da Raposa Serra do Sol[6] tem como marco inicial o ano de 1993, quando foram dimensionadas suas coordenadas geográficas. A partir desse momento surgiu uma série de controvérsias que passaram a contestar o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas (TI) no país[7], como resposta, o então presidente, Fernando

[6] A área denominada "Raposa Serra do Sol" corresponde a uma parcela territorial inteiramente localizada no estado de Roraima, compreendendo três municípios, Normandia, Pacaraima e Uiramutã. Esse espaço, que equivale a pouco mais de 7,5% do estado, mede 1.678.000 há (GALAFASSI et al, 2009). Ali é possível encontrar aproximadamente dezenove mil indígenas, de cinco etnias diferentes (Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana e Patamona) distribuídas em 194 comunidades (GALAFASSI et al, 2009, p. 11). Antes do processo demarcatório, a economia local se baseava na rizicultura, que ocupava uma área de 100.000 ha. Fontes indicam que 160 mil toneladas de arroz eram produzidas na região localizada ao sul da reserva, às margens do rio Surumu (FACULDADE GETÚLIO VARGAS, 2009).

[7] O fim da década de 80 foi marcado por práticas de governo caracterizadas pela implementação de políticas desenvolvimentistas na região amazônica. Nesse quadro destacou-se o Projeto Calha do Norte, cuja finalidade era apresentar medidas de segurança na região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas. No âmbito dessas políticas, o referido projeto apresentou medidas relacionadas também à política indigenista na região. Foram eleitas as seguintes áreas como prioridade para as ações do governo: área Yanomami, Alto Rio Negro, Roraima e a área do Alto Solimões. Em decorrência da implementação do projeto, o governo federal instituiu dois modelos de demarcação das terras indígenas, conforme o grau de contato: as "colônias indígenas", pretendendo estabelecer o convívio entre índios e não índios; e as "áreas indígenas". As medidas tomadas em relação aos direitos dos povos indígenas foram duramente criticadas por especialistas, bem como por entidades da sociedade civil organizada, de vez que havia a suspeita de existirem interesses nessas áreas indígenas em razão da presença de jazidas minerais (DINIZ, 1994). De toda sorte, uma das consequências do Calha do Norte foi o decreto 94.976/87 (já revogado) que estabeleceu modelos de demarcação das terras indígenas, inclusive em parte do territorial hoje chamado de Raposa Serra do Sol (GALAFASSI et al, 2009, p. 20-21).

Henrique Cardoso (1995-2002), expediu um decreto (1.775/96) que garantiu os princípios do contraditório e da ampla defesa aqueles procedimentos. Como consequência, no estado de Roraima, no município de Normandia, fazendeiros e uma mineradora apresentaram 46 contestações[8] contra o processo de demarcação (MARCHIONI, 2011, p. 267).

Cada uma das solicitações foi avaliada pela FUNAI, levada até o ministro da justiça Nélson Jobim (1995-1997), que impugnou a maioria, ressalvando pontos que foram ajustados[9]. Essa revisão resultou na diminuição de 300 mil ha. do total original.

Os embates políticos envolvendo as lideranças indígenas que se sucederam após o despacho somado ao posicionamento favorável do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia Geral da União (AGU) criaram uma conjuntura de pressão que estimulou o novo ministro da justiça, Renan Calheiros (1998-1999), a assinar a portaria nº 820 de 14 de novembro de 1998, declarando a área como de posse permanente de terras indígenas de área contínua[10], que não foi capaz de apaziguar o ambiente. Os anos subsequentes foram marcados por invasões por parte de fazendeiros, ampliação de áreas agrícolas e pelo ajuizamento de muitas ações que atravancavam o processo do Executivo de Constituição da reserva. Essa situação perdurou até o ano de 2005, quando o chefe do Ministério da Justiça Márcio Thomaz Bastos (2003-2007) assinou a Portaria nº 534 que, ao revogar a Portaria nº 820/98, procurou sanar as questões judiciais suscitadas. Em conjunto com essa medida, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) publicou o decreto presidencial sem número cujo fito foi homologar a Terra Indígena (TI). Essa demarcação administrativa estabeleceu a autorização para que fosse criado o Parque Nacional do Monte Roraima[11], qualificado por ser uma área de preservação ambiental submetido ao regime jurídico de dupla afetação, o que implica em dizer que ao mesmo tempo em que se destina a realização dos direitos constitucionais dos índios, também realiza a preservação do meio ambiente, daí admitir uma administração compartilhada, por parte de dois

[8] Para verificar o conteúdo de cada uma das contestações, verificar o despacho 080/96 da FUNAI.
[9] "Em síntese, o Despacho n. 080/96 estabeleceu, em relação à demarcação anteriormente proposta: (i) a exclusão das propriedades privadas tituladas pelo INCRA, a partir de 1982, bem como a Fazenda denominada "Guanabara", da área da terra indígena; (ii) a exclusão da sede municipal do recém criado município de Uiramutã e das vilas de Surumu, Água Fria, Socó e Mutum, da área da terra indígena; e (iii) a vedação do uso exclusivo pelos indígenas das vias públicas e respectivas faixas de domínio público existentes dentro da área delimitada". A justificativa para esse redimensionamento foi a necessidade de convergir interesses concorrentes que são, em medida política e também jurídica necessários para resguardar o interesse público na região (GALAFASSI et al, 2009, p. 20-21).
[10] A área é contínua em regra, mas exceptua o 6º pelotão especial de fronteiras, assim como a sede municipal de Uiramutã.
[11] Houve um acréscimo na área, objeto do decreto ministerial, que passou a ser de 1,74 milhão ha. A justificativa são correções que puderam ser feitas por novas tecnologias em medição geográfica (BRASIL, 2009).

órgãos públicos de competências distintas, a FUNAI e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, IBAMA (MLYNARZ, 2008).

A portaria assegura de forma explícita que, para garantia da segurança nacional, as Forças Armadas e a Polícia Federal podem ingressar nos territórios em qualquer tempo, sem solicitar qualquer permissão. Trata-se de um livre trânsito, no acesso das tropas, assim como implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira, com a reafirmação de criação e manutenção de unidades militares (GALAFASSI et al, 2009, p. 31).

A homologação, feita nesses termos, não foi capaz de conformar todas as demandas de atores sociais envolvidos, especialmente os não-índios, já que o território é o lugar de lutas e busca da hegemonia por meio das diversas violências. Numa situação de enfraquecimento do direito, o poder da norma, ainda que contrafactual e chancelado pela força de império estatal, não é capaz de se fazer eficaz, uma vez que o estado-das-forças comportamentais da sociedade já se estruturou de modo que apenas a ordem mandamental do Estado não é o suficiente para o cumprimento, preferindo os atores permanecer na ilicitude. Outro fator que é relevante é a falta de estabilização de expectativas dentro do próprio Estado, projetando lutas internas dentro da máquina pública. A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) passou a ser impedida, através de liminares de juízes federais de Roraima, de executar as ações de retirada dos ocupantes não-índios. Nas hierarquias organizativas, assim como em qualquer texto jurídico, estão em jogo lutas de poder entre os agentes concorrentes do campo (GARZÓN, 2008, p. 22), nesse passo a União se vale de sua competência constitucional para demarcar terras. Todavia o Judiciário local e o estado de Roraima, que também se aparelham nos seus espaços de poder, contestam essa competência no caso concreto, criando uma verdadeira instabilidade institucional, fenômeno cada vez mais comum se considerarmos a intenção de cada agente em procurar ser hegemônico, ainda que independente do cumprimento às regras.

Uma das funções das Cortes é a busca pela universalização, que ocorre pelo processo de codificação do direito (BOURDEIU, 2007). Nessa conjuntura, os "casos-particulares-do-possível" servem como parâmetros para contingência de normas gerais. Essa operação se destina à função precípua do direito que é "confirmar que uma lógica precedente, que liga o presente ao passado e fornece garantias de que o porvir também será solucionado àquela imagem"[12] (MARCHIONI, 2011, p. 284). Nesse contexto, em junho de 2006, o STF considerou-se competente para julgar as

[12] Sobre tópico, relevante é fala do então presidente do supremo (2008-2010), ministro Gilmar Mendes afirmando que o julgamento sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, não deverá ficar restrito ao caso específico, mas definirá o futuro da política demarcatória (BRASIL, 2009).

ações que questionam a demarcação da Terra Indígena, avocando competência exclusiva sobre a matéria, após a provocação feita pela ação popular 3.388/RR[13].

2.2 Entre o mercado e a lei: as disputas simbólicas na Colômbia.

Em 1994 a subdireção de Ordenamento e Avaliação Ambiental, órgão direto ligado ao Ministério do Meio Ambiente colombiano, emitiu um laudo técnico favorável (nº 90) permitindo a realização de projetos de pesquisa e exploração no território correspondente aos departamentos de Boyacá, Arauca e Norte de Santander, localizado no setor norte do país[14]. Esse laudo objetivava verificar a existência de jazidas de petróleo. Os procedimentos eram reflexos de acordos comerciais feitos entre a Sociedad Occidental de Colombia, Inc e a empresa estatal Ecopetrol. O procedimento, aparentemente, tomado em uma única via, sem qualquer consulta passou a ser contestado pela comunidade local, a qual afirmava que a permissão deveria ser avaliada pelas comunidades nativas (OLSEN, 2008, p. 17). O cenário, de protestos enérgicos, passou a chamar os holofotes internacionais, quando os habitantes ameaçaram suicídio coletivo, caso as terras ancestrais fossem objeto de violação (VÉASE, 2005, p. 246-266).

Como consequência dos protestos, o Ministério do Meio Ambiente realizou uma reunião consultiva nos dias 10 e 11 de janeiro de 1995. Segundo os autos do processo, a adesão das populações locais foi baixa, embora tenham comparecido membros ministeriais e dos órgãos de controle das empresas envolvidas. Esse fato coloca "em que cheque" a legitimidade da expedição de quaisquer licenças, em função do baixo quórum de populações locais.

Em setembro do mesmo ano, o caso chegou ao Tribunal Superior de Santafé de Bogotá (1º instância daquele país), movida por uma ação de nulidade proveniente da defensoria pública. O tribunal determinou suspensão do ato administrativo que permitia as ações empresariais porque

[13] Ação Popular Petição n. 3388. Autor: República Augusto Affonso Botelho Neto (PT-RR), assistido pelo também Senador Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti (PTB-RR). Re: União e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Relator: Carlos Britto. Descrição: Ação popular com efeitos jurídicos liminares pleiteando a impugnação da Portaria MJ n. 534/2005. O autor afirma que a portaria apresenta diversos vícios materiais semelhantes à Portaria 820/98, representando ofensa aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, legalidade e devido processo legal. O pedido de liminar foi declarado improcedente. O julgamento iniciou em 27 de agosto de 2008, época em que o relator manifestou-se pela improcedência do pedido de Ação Popular, com a demarcação das Terrar Indígenas Raposa Serra do Sol em forma contínua, e a consequente extrusão dos não-índios presentes nas áreas. Em dezembro do mesmo ano o julgamento foi retomado, tendo o ministro Menezes Direito apresentado seu voto vista pela demarcação contínua das terras da região, contudo, sujeita a dezoito condições. Depois de apresentados os votos de sete ministros, suspendeu-se o julgamento que retornou em março do ano seguinte (MARCHIONI, 2011, p. 284).

[14] O espaço em questão tem características do bioma da Amazônia colombiana, por isso lá há uma quantidade expressiva de parques naturais e áreas de proteção. O local é o território de um grupo étnico denominado U'wa tem 208.934 ha. e comporta uma população de mais de 5000 habitantes.

considerou que o desenvolvimento do país não podia se dar em detrimento das comunidades tradicionais[15]. Além disso, a exigência de consulta prévia, disse a corte, seria fundamental, a inexistência desse processo iria de encontro a normas constitucionais[16] e, portanto, anulavam qualquer ato do poder público, por considerar uma atuação de estado de exceção.

Adotando uma posição diversa, a Corte Suprema de Justiça (segunda instância), revogou a decisão, por não considerar a inexistência de consulta prévia um atentado fundamental à vida. Além disso, o Conselho de Estado[17] considerou as audiências promovidas nos dias 10 e 11 de setembro de 1995 como válidas, fato que supre as demandas jurídicas por participação. Como a questão suscita importantes direitos constitucionais fundamentais, a Corte Constitucional foi provocada, através de uma ação de nulidade, pelo Defensor do Povo, Jaime Córdoba Triviño, representando Grupo étnico Indígena U'WA, contra o Ministério do Meio Ambiente e a empresa Occidental de Colômbia, Inc.

3. Stphen Toulmin: da teoria da argumentação ao caso concreto

O lugar da decisão jurídica é caracterizado pela pretensão à neutralização em relação aos interesses equipolentes. Naquele campo onde se mediam conflitos aparentemente irreconciliáveis, *hard cases,* acabam sendo reguladas soluções (*veredictos*), legitimadas socialmente pelo cumprimento procedimental das regras do jogo.

[15] Na visão do tribunal de primeira instância "El proyecto de exploración, y eventual futura explotación, de hidrocarburos en zona geográfica nacional que comprende territorios reservados para el hábitat de comunidades indígenas natural y previsiblemente ha de tener importantes y profundas consecuencias en la ecología, la cultura, la economía y el ordenamiento social de aquéllas pues no resulta difícil vaticinar que los trabajos que se realicen no sólo afectarán la estructura geológica de esos territorios y la fauna y flora que allí se dan sino que causarán impacto en las costumbres, la lengua, las tradiciones, la cosmovisión y las instituciones familiares y tribales porque no en vano se produce el encuentro de una cultura y una civilización con otras (COLÔMBIA, 1997)" A reprodução desse trecho sintetiza o argumento contrário em relação a deterioração da comunidade, os defensores do povo que argumentaram e a literatura utiliza argumentos na mesma linha de raciocínio.

[16] Os artigos constitucionais mais relevantes à decisão nesse sentido foram os art.7º, art.8º, art.14, art. 40, art.79, art. 330. Esses artigos reconhecem e protegem a diversidade político cultural, garantem um ambiente saudável às populações indígenas e estabelecem os procedimentos para consulta e informação resguardando o autogoverno e autodeterminação.

[17] É integrado por conselheiros-magistrados e desempenha as funções do Supremo Tribunal e atua como supremo corpo consultivo do governo em assuntos de administração, dirigido em salas e seções. Além disso, apresenta e elabora projetos de reforma da Constituição e de leis; assessora o governo em relação com os atos diplomáticos e administra justiça. Ainda realiza algumas atividades em comum com a Corte Constitucional, o Conselho Superior da Judicatura, a Corte Suprema de Justiça e a Fiscalização Geral da nação (COLOMBIA, 1991).

No caso em tela, durante a decisão da Suprema Corte do Brasil, pode-se constatar até certa unanimidade em relação à legalidade do processo demarcatório[18]. Houve uma anuência dos ministros sobre o fato de que o modelo de demarcação encampado pelo presidente Lula não gerou riscos a soberania estatal. Mas o voto triunfante foi aquele proposto pela tese do ministro Menezes Direito que confirmou, por um lado, a regularidade do processo demarcatório, todavia, por outro, impôs 18 condicionantes que, segundo o ministro, foram fundamentais para assegurar o interesse público sobre o território que, resguardadas as devidas proporções, pertence a União.

Como esse voto foi seguido pela maioria dos membros da corte, é sobre ele que se pesará a avaliação. No referido voto, a fundamentação baseada em normas de direito internacional se concentraram em quatro páginas e buscaram funcionar como avais para a conclusão, que ao final resumiu-se nas 18 condicionantes. Esses avais, sob a ótica da metodologia do "leyout de argumentos" de Stephen Toulmin (2006, 148-149) são chamados de "apoios" ou "backing". A função deles é mostrar que as proposições argumentativas são pertinentes e gozam de legitimidade perante o auditório (TOULMIN, 2006, p. 141-142). Os artigos da Convenção 169/OIT, utilizados como apoio, são similares aqueles encontrados na Constituição Federal, sobre a mesma matéria, fato que foi reconhecido pelo ministro[19]. Noutra face, a DDPI/07, ainda que aderida pelo Estado brasileiro, foi desvalida pelo magistrado[20].

---

[18] Sobre as falas dos ministros teremos "quando o estado de Roraima foi criado, os indígenas já ocupavam as terras objeto da presente demarcação" (Min. Lewandowski). Assim "a posse dos indígenas é remota e incontestável" (Min. Eros Grau). É daí que "a demarcação não exclui a presença do Estado brasileiro" (Min. Carmen Lúcia). Nesse contexto o "Estado brasileiro deve se mobilizar para o pagamento de uma dívida ancestral que o país tem com a população indígena" (Min. Ellen Gracie e Min. Peluzo) (MARCHIONI, 2011, p. 285).

[19] Em relação a Convenção 169/OIT, os artigos utilizados pelo ministro foram: art. 2 §1, art. 5 (a), art.7 §4, art. 14 § 1 e 2, art. 15 §2 e art. 16 §1. Os artigos escolhidos pelo Ministro de fato têm similaridade com os art. 231 e 232 da CF/88, todavia acreditamos que a comparação é simplória tendo em vista que a Convenção 169/OIT é muito mais abrangente em relação a quantidade de direitos e específica em relação ao objeto jurídico. Os próprios artigos citados contemplam mais conteúdo do que pode ser encontrado na CF/88, então afirmar que eles se equivalem, quanto ao volume de conteúdo, não nos parece a interpretação mais coerente.

[20] Para justificar o rechaço da DDPI/07 o ministro afirma que ela é ambígua quando se trata de direitos de propriedade territorial. Segundo o magistrado, o documento tem forte conotação política e, se levado às últimas consequências, não se alinha com os princípios topográficos constitucionais e ameaça a unidade nacional. Por essa razão, ele justifica que Estados como Austrália, Estado Unidos, Canadá e Nova Zelândia não a assinaram. O Min. Menezes Direito afirma que os art. 32 e o art. 36, § 1, do DDPI/07, desprezam as fronteiras, de modo que a ambiguidade textual pode levar, por alguns radicais, a pensar que os povos indígenas vão em "[...] direção a uma autonomia frente ao Estado do qual são **súditos** (grifo nosso)". Ainda não fugiu da apreciação do magistrado que a comunidade internacional não mediria esforços para fazer valer direitos de propriedade indígenas, independente de como estejam colocados nas constituições domésticas, assim como já tem feito a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso Awas Tingni vs. Nicarágua). Após exprimir suas temeridades, o Min. Menezes Direito esvaziou o conteúdo jurídico de obrigatoriedade da DDPI/07, afirmando que o documento supracitado não poderia se categorizar na classificação de normas de direitos humanos recepcionadas pela Constituição Federal, porque não foi integralizado pelos procedimentos adequados, como bem elenca o art. 5 § 3º (após a emenda 45/2004) da Carta. Assim ele mostra-se "convencido que não é possível qualificar a DDPI/07 como um instrumento normativo de Direito Internacional", porque é uma resolução resultante de assembleia

Noutro lado, o voto colombiano, diferente do brasileiro, é unificado. A decisão corresponde à vontade da corte, não havendo diferenciação entre os argumentos individuais. Todavia, quando o magistrado faz considerações personalíssimas relevantes, ela pode aparecer anexa à decisão colegiada. Assim é possível fazer a análise de toda norma, não apenas de parcela dela. A decisão da Corte constitucional inclinou-se à confirmação daquilo que já tinha sido proferido pelo Tribunal de Primeira Instância.

Para a Corte Constitucional da Colômbia, a convenção 169/OIT (internalizada pela lei 21/1991) tem status de norma constitucional, sendo parâmetro, inclusive, para bloqueio de constitucionalidade. Nesse âmbito, a norma internacional tem uma função integrativa, de soma à Carta Política (COLÔMBIA, 1991). Nas palavras da Corte, as normas constitucionais são reforçadas pelas internacionais (COLÔMBIA, 1997, p. 20). É uma situação diferente daquela encontrada no Brasil, onde a Convenção 169/OIT, aparentemente, não apresenta relevância no cenário normativo interno, pois, segundo o magistrado Menezes Direito a Constituição já abarca tudo aquilo que dito por ela, não significando novidade alguma (BRASIL, 2009, p. 395-399). Em outras palavras, para o colegiado constitucional da Colômbia, artigos constitucionais que são refletidos pela norma de direito internacional são contidos de uma força semântica que precisa ser levada em consideração. Por isso os artigos da Convenção 169/OIT utilizados como apoio[21], no caso da Colômbia, não se confundem com os artigos constitucionais utilizados da mesma forma, assim, há dois apoios que operam diferentemente, mas com um único objetivo que é o reconhecimento dos direitos indígenas. Em resumo, a utilização da norma internacional, no voto do ministro brasileiro foi meramente ilustrativa, pois ao dizer que os dispositivos internacionais não significam nenhuma novidade (porque já são contemplados pela Constituição) o Min. Menezes Direito está aplicando apenas a própria Constituição e informado que a Convenção 169/OIT é desnecessária. Como em seguida informou que a DDPI/07 não é pertinente ao caso, pois falta-lhe carga jurídica, podemos inferir que o caso da Demarcação de Terras Raposa Serra do Sol não teve nenhuma observância às regras de Direito Internacional, sendo nenhuma

e, segundo o autor citado Ian Brownilie, esses documentos não são vinculantes, antes servem para evidenciar manifestações dos Estados rumo ao progresso de direitos. Para finalizar, informa que o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça não menciona resoluções da assembleia geral como normas de direito. Por todos esses argumentos ele informa que a DDPI/07 dos povos indígenas carece de ausência de integração porque é baldia de força vinculante, por si só, como fonte de direito internacional (BRASIL, 2009).

[21] Os artigos utilizados como apoio foram os art. 6, 7 e 15 da Convenção 169/OIT.

delas utilizadas para apoiar o acórdão do Brasil, como visto, no caso colombiano em questão, a situação foi formulada de maneira diversa.

Considerações Finais: todos somos intérpretes da constituição?

No Ocidente, a pós-modernidade está vinculada ao modelo de Estado Democrático de Direito, lastreado pelo ordenamento constitucional que o dá validade. Trata-se de um processo cíclico e lógico, no qual as condições do regime político dependem da estabilidade do respeito às regras do jogo e vice-versa. Nesse sistema, as Cortes têm um papel fundamental à medida que traz luz para os casos concretos à aplicação do direito por meio da interpretação judicial. Todavia, o sistema jurídico não é monádico, portanto é influenciado e reproduz as lógicas e os padrões que tendem a obedecer a interesses dos atores que dominam as forças do direito. Por outro lado, também é verdade que o direito criou a humanidade o escape necessário a uma convivência mais harmônica diante das grandes crises e revoluções, não é difícil esquecer que é provável que os direitos trabalhistas conquistados pelo que Karl Marx chamou de proletariado pode ter evitado suas previsões apocalípticas em relação ao Capitalismo. De todo modo, o direito e a democracia, a arena do discurso, a racionalidade argumentativa, a defesa da opinião contrária, nada mais significam do que a ratificação de que vivemos em uma atmosfera social capaz de se modificar a partir dos acontecimentos históricos. Assim indagamos: nos dias atuais, até que ponto as Cortes Constitucionais são – de fato – as únicas e últimas intérpretes da Constituição? Pelo método de Toulmin pudemos questionar se a Corte Brasileira aplicou adequadamente as normas de direitos humanos em matéria de defesa dos povos indígenas. A partir da negativa, indaguemos: se o judiciário nesse *hard case* decidiu adverso aos direitos dos povos, o que garante que ele não agirá da mesma forma em relação a outros direitos humanos? O voto brasileiro, diferente do colombiano, utilizou como *rationes decidendi* normas pátrias e que, nesse caso, limitam direitos já conquistados na seara internacional. A Corte da Colômbia, de outro modo, ampliou as esferas de direito, por meio do que Neves (2009) denomina como "transconstitucionalismo", que seria a troca e influência recíproca (pontes-de-transição) entre os ordenamentos internacionais e domésticos. Questões constitucionais muitas vezes fogem a rigidez dos códigos, exigindo a interdisciplinaridade para que as decisões mais adequadas sejam dadas. E são essas análises mais complexas que subsidiam respostas mais adequadas para problemas morais da sociedade, como casamento de

pessoas homoafetivas, autonomia da mulher frente ao aborto ou a descriminalização do uso de drogas. Um exemplo mais alinhado às questões econômicas é a consagrada proliferação do argumento da "reserva do possível", muito comum quando o poder público se esquiva de prover os serviços públicos de sua incumbência atestando não ter verba o suficiente. Esses fatos apenas demonstram que o judiciário, embora afirme quase sempre o contrário, recebe influências capazes de interferir em suas decisões. O veredicto é parte das atribuições de um poder, não inerte e não irreflexivo. Assim, deve-se desmistificar o entendimento de que o argumento do judiciário, especialmente do "Colegiado Constitucional" ao priorizar a técnica da lei não é capaz de conter outros argumentos fora desse sistema. Assim, quando é necessário compreender questões que o direito *per si* é incapaz de trazer respostas, isso precisa ser levantado e não apenas como apoios deslocados. A relação do povo indígena com o seu solo é, também, uma questão antropológica e argumentos dessas áreas precisam ter espaço dentro da decisão. À medida que problemas complexos fossem lidos sob uma lupa com mais variáveis, respostas mais eficientes poderiam ser tomadas, inclusive para solucionar decisões que, embora sejam positivas, do ponto de vista da concessão de direitos, não podem ser realizadas, porque o estado-das-coisas, em concreto, não cria o ambiente de possibilidades para que o poder público densifique sua vontade. Decisões como a colombiana, que procurou levar em consideração outras variáveis, dentre elas, a necessidade social dos habitantes de decidir sobre seu próprio território cria às normas o caráter de universabilidade, isso é, cristaliza o direito e amplia o grau de previsibilidade necessária, inclusive, a estabilização de expectativas tão almejada pela ordem jurídica.

Referências

ARELLANO, Alejandro. **As raízes do fenômeno Chiapas:** o já basta da resistência zapatista. São Paulo: Alfarrábio, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Atualidades Jurídicas -** Revista Eletrônica do Conselho Federal da OAB, Brasília, n. 4, jan.-fev. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdff>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº. 1775 de 8 de jan. de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 09 de jan. de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>. Acessado em: 20 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Acórdão do julgamento da ação popular petição n. 3388. Brasília, DF, 19 de março de 2009. **Lex:** Jurisprudências do STF, Brasília. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP= AC&docID=630133>. Acessado em 15 de dezembro de 2014.

_____. Supremo Tribunal Federal. Embargos de Declaração contra a decisão do julgamento da ação popular n. 3388. Brasília, DF, 23 de setembro de 2010. **Lex:** Jurisprudências do STF, Brasília. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28peti%E7%E3o+3388%29&base=baseAcordaos>. Acessado em: 15 de dezembro de 2014.

COLÔMBIA. Corte Constitucional. Julgamento do caso SU-039. Bogotá, DC, 21 de fevereiro de 1997. **Inteiro Teor do Acordão**. Voto Colegiado. Julgado em 21/02/1997.

COLÔMBIA. **Carta Politica de Colombia.** Bogotá: Corte Constitucional, 1991.

DINIZ, Eugenio. **O Projeto Calha Norte:** Antecedentes Políticos. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FACULDADE GETÚLIO VARGAS. Terra Indígena Raposa Serra do Sol. **Revista Agroanályses:** seção tira dúvidas. Jan. São Paulo: FGV, 2009. Disponível em <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=587>. Acessado em 24 de novembro de 2014.

GALAFASSI, Bianca; MOTA, Carolina. A demarcação da Terra indígena Raposa Serra do Sol: processo administrativo e conflitos judiciais. In: MIRAS, Julia Trujillo et alli. (Org.) **Macunaíma Grita! Terra indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

GARZÓN, Biviany Rojas. **Os direitos constitucionais dos povos indígenas no Judiciário:** entre o direito falado e o direito escrito: uma perspectiva comparada do Brasil e da Colômbia. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade, v. 1 e 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JESUS, Ricardo Antonio Rezende de; MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira; LANA, E. TEIXEIRA, V. URQUIDI, V. Questão Indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e Organização dos Movimentos Indígenas. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 8, v. 1, 2008.

LUHMANN, N. **Sociologia do Direito I**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MACCORMICK, N**. Retórica e o Estado de Direito**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MARCHIONI, A. **Amazônia à Margem da Lei?** Abordagem Jurídica segundo Pierre Bourdieu. Maceió: EDUFAL, 2011.

MARIOTTI, D. El conflicto por la tierra de las comunidades aborígenes cto por la tierra de las comunidades aborígenes Kollas (Argentina) y Mapuche-Pehuenche (Chile): discursos globales en escenarios locales. In: GIARRACCA, Norma; LEVY, Bettina (Comp.). **Ruralidades latinoamericanas:** identidades y luchas sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/CLACSO, 2004

MLYNARZ, R. B. **Processos participativos em comunidade indígena**: um estudo sobre a ação política dos Ingarikó face à conservação ambiental do Parque Nacional do Monte Roraima. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NEVES, M. **Entre Hidra e Hercules:** princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Transconstitucionalismo.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

OLSEN, V. **Marco legal pala los derechos de los peublos indígenas en Colombia.** Bogota: Human Rghts Everewhere, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLEIA GERAL. 107ª Sessão Plenária de 13 de setembro de 2007. Aprova a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. **Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** Rio de Janeiro: UNIC, 2008.

_____. COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Los pueblos indígenas en América Latina**. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos Avances**.** Santiago: Naciones Unidas, 2014.

_____. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho de 05 de julho de 1957. **Convenção nº 107**, disponível em <http://www.oas.org/dil/port/1957%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais.%20%28Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20107%29.pdf>. Acessado em: 13 de setembro de 2014.

_____. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 76ª Conferência Internacional do Trabalho em l989. **Convenção nº 169**. Brasília: OIT, 2011.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TEUBNER, Gunther. **Direito e Cidadania na pós-modernidade**. Piracicaba: Unimep, 2002.

TOULMIN, S. E. **Os usos do argumento.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

OUTROS POSSÍVEIS MODOS DE HABITAR PROFISSIONALMENTE O PODER JUDICIÁRIO

Anne Karoline Ferrari Salazar
Mestre em Psicologia Institucional pela UFES. Assistente Social no TJ/ES.

Gilead Marchezi Tavares
Doutora em Psicologia pela UFES. Professora Associada do Departamento de Psicologia e do PPGPI da UFES.

Resumo: partindo do resgate histórico sobre as formas jurídicas e problematizando como a judicialização de acontecimentos cotidianos tornou-se o signo de nossa organização social, a dissertação de mestrado que dá origem a este artigo propõe-se analisar o modo pelo qual as práticas de assistentes sociais e psicólogos atuantes no campo sociojurídico capixaba vêm se constituindo e revelar os outros possíveis modos de habitar profissionalmente esta esfera de poder. Serviram de campo de investigação da pesquisa os espaços institucionais destinados à interlocução e à formação continuada dos profissionais e o próprio dia a dia da pesquisadora atuando nas Varas de Família e Sucessões de Vitória. Nossa principal ferramenta de investigação foi o diário de campo, cujos registros de narrativas, posições políticas, sentimentos e dificuldades, não só dos profissionais com quem trabalhamos, mas também da própria pesquisadora, possibilitaram-nos a apreensão de analisadores em plena operação. Desse modo, utilizando os conceitos-ferramenta da Análise Institucional, partimos de analisadores que desvelavam tanto os modos de funcionamento instituídos naquele espaço laboral, quanto provocavam a desestabilização do saber-poder daquelas categorias profissionais, descortinando as formas de resistência que têm sido forjadas em favor de uma postura ético-política de defesa da vida em meio a sua recorrente judicialização.

Palavras-chave: campo sociojurídico; práticas jurídicas; judicialização da vida.

Abstract: From the historic rescue of the legal forms and questioning how the legalization of regular events has become the sign of our social organization, the dissertation that gives rise to this article aims to analyze the way in which practices of social assistants and psychologists working in Capixaba's social-juridical field have been constituting and show other possible ways of professionally inhabit this sphere of power. The institutional spaces designated for interlocution and continuing education of the professionals and also the daily work in Vitoria's Family and Probate Court were the research field. Our main research tool was the field journal, in which the registers of narratives, political views, feelings and difficulties, not only the professionals with whom we work, but also the researcher, allowed us to capture analyzers in full operation. Thus, using the concepts-tool of Institutional Analysis, we start with analyzers that unveiled both operating modes established in that work space, as caused the destabilization of knowledge-power of those professional categories, revealing the forms of resistance that have been forged in favor of an ethical-political stance in defense of life in the midst of its recurring judicialization..

Keywords: socio-juridical field; legal practices; judicialization of life.

Apresentação

A dissertação de mestrado que dá origem a este artigo é resultado de indagações em torno do que conta a história do judiciário como um espaço laboral do serviço social e da

psicologia, pretendendo, nessa medida, amplificar o modo de compreensão das práticas dessas categorias profissionais na instituição Poder Judiciário a partir das múltiplas realidades e verdades enredadas nas histórias que seu fazer profissional cotidianamente sistematiza.

Em tempos de maciço alargamento da importância conferida à dimensão jurídica no cotidiano das práticas profissionais, problematizar o Poder Judiciário, como estrutura de manutenção do *status quo*, torna-se fundamental ao desafio de efetivação dos projetos ético-políticos das categorias profissionais em tela. Nesse sentido, é indiscutível a necessidade de compreender que as demandas apresentadas como jurídicas se inscrevem no bojo da necessidade de controle e manipulação da realidade, e correspondem aos interesses dominantes em vigor.

Torna-se comum, assim, a formulação de requisições aos profissionais do serviço social e da psicologia, inscritos no campo sociojurídico, em favor de atuações de cunho tecnicista e cientificista que possibilitem a compreensão da realidade, frequentemente auferida pelo direito a partir de avaliações e intervenções guiadas por modelos idealizados pela sociedade burguesa. É desafiador, desse modo, manter um fazer profissional que não incorpore verdades jurídicas, que representam, na maior parte das vezes, interesses políticos incompatíveis com os compromissos éticos e políticos de assistentes sociais e psicólogos.

1. O aporte teórico-metodológico

No bojo do que se apresenta como características natas ao judiciário como espaço laboral de assistentes sociais e psicólogos, a dissertação comprometeu-se com a imprescindível "crítica daquilo que somos", e buscou recorrer a acontecimentos como forma de demarcar diferentes experiências históricas, elucidando o jogo de forças desses profissionais e de suas práticas. Para tanto se tornou imprescindível a demarcação do aporte teórico-metodológico da Análise Institucional e dos conceitos-ferramenta utilizados por ele, que sustentaram o processo de pesquisa e sua sistematização. Convém explicitar a noção foucaultiana de prática, recuperada por Veyne (1998) e descrita por Cardoso Júnior (2005) como o que permite delinear, no plano discursivo, a diferença temporal de um acontecimento e a operação conceitual a que a ele se destina, expressando

> […] aquilo que os homens efetivamente fazem, não aquilo que eles pensam a respeito do que fazem. Mais ainda: prática é o fazer que se reitera em toda uma série de acontecimentos, disto derivando sua maneira de ser oculta, disto derivando sua raridade (CARDOSO JÙNIOR, 2005, p. 108).

Conforme Cardoso Júnior (2005), se as práticas definem acontecimentos históricos, ao mesmo tempo em que se constituem como configurações históricas determinadas, a pergunta sobre elas deve sempre aguçar a capacidade de visão, já que as práticas também permitem estranhar o mundo, conduzindo à sua interrogação. Desse modo, a requisição judicial pela atuação técnico científica de assistentes sociais e psicólogos parece disparar nestes profissionais a "[...] necessidade de se analisar os vínculos afetivo libidinais, políticos, profissionais e institucionais [...]" (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 27), das práticas no campo sociojurídico.

Alimentadas pelo cotidiano de excessivas tarefas a acumularem-se, e da imperiosa necessidade de respostas técnicas céleres, algumas práticas de sobreimplicação[1] têm sido potencializadas pela ausência de espaços coletivos capazes de fomentar a constante análise das práticas e seus efeitos no judiciário capixaba. Tal ausência de espaços coletivos de discussão contribui para a conservação das dificuldades em desnaturalizar, como assinala Prado Filho (2012a), as obviedades inquestionáveis do cotidiano, assim como limita a construção de possibilidades favoráveis ao abrir-se ao encontro com o outro (seja ele um outro profissional, um outro usuário, uma outra instituição).

A recente constituição de grupos de trabalho dedicados às diversas matérias do judiciário capixaba nas quais se inscreve a atuação dos profissionais de serviço social e psicologia pode, no entanto, tornar-se um dispositivo potente para a percepção da realidade como constante produção, para a interrogação da realidade que as práticas no campo sociojurídico têm produzido, podendo revelar-se, enfim, "[...] um dispositivo de intervenção que se faz com o outro na medida em que é construído em articulação com aquilo que interessa ao outro [...]" (MORAES, 2010, p. 30).

Assim, entendemos que colocar em análise a atuação desses profissionais no campo jurídico é, exatamente, inventar junto com eles modos de exercitar criticamente o olhar sobre o cotidiano das práticas que operam no espaço do judiciário sob a lógica da fiscalização, do julgamento e da punição, afirmando a defesa da legalidade ao promover o efeito ameaçador do policiamento mútuo, fundamental ao funcionamento da sociedade em tempos de

[1] A sobreimplicação, conceito ferramenta desenvolvido por Rene Lourau, pode ser compreendida como o conjunto de práticas sobre o qual a análise é realizada de forma isolada por meio da referência a um único nível, a um só objeto, o que torna impossível que outras dimensões possam ser problematizadas, pensadas, e multiplicidades se façam presentes neste processo. Para Coimbra e Nascimento (2007, p. 27), "[...] é a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações [...]".

biopoder. Analisar as práticas, neste trabalho, diz respeito, portanto, à abertura de um campo sensível capaz de apreender os acontecimentos que podem fazer irromper novas práticas.

Apostando que o "estar com" possa atravessar o dia a dia das práticas no espaço do judiciário, favorecendo uma nova ação política, a dissertação pretendeu discutir as práticas dos profissionais de serviço social e psicologia nas Varas de Família e Sucessões do judiciário capixaba. Na busca por alcançar o objetivo do trabalho, elegeu-se como campo prioritário de investigação as reuniões da Comissão Temática na Área de Família, instituída a partir das alterações no regimento interno do Fórum dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

2. O campo e a análise

As reuniões mantiveram-se como campo de investigação da pesquisa, assim como a aposta metodológica de que um diário compartilhado pudesse favorecer as discussões e a produção cooperativa da pesquisa. Também serviram de sustentação aos registros sistematizados no diário de campo as experiências profissionais da pesquisadora no cotidiano do judiciário capixaba. A organização do diário de campo se deu pela afetação produzida pelas práticas institucionalizadas; pelas práticas derivadas das novas requisições judiciais; pelas estratégias forjadas individualmente ou coletivamente em meio a rotina de trabalho, tornando-se o registro das impressões de sentimentos da pesquisadora tão importante quanto o registro dos diálogos que mantinha com os demais assistentes sociais e psicólogos do campo sociojurídico, com os demais serviços da rede formatada pelas políticas públicas do município de Vitória e com as demais categorias profissionais (professores, pedagogos, agentes comunitários de saúde, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, médicos, etc.) que atravessaram o cotidiano profissional e, assim, o campo de investigação da pesquisa. A intenção da construção coletiva desse instrumento de pesquisa norteou-se pela proposta metodológica de "pesquisar com o outro e não sobre o outro".

Do mesmo modo, nos propusemos a realizar o resgate da pesquisa histórica ordenada por Foucault em torno das formas jurídicas para instrumentalizar a apresentação do campo de análise da dissertação, a judicialização da vida, e das histórias que assistentes sociais e psicólogos inscrevem no campo sociojurídico a partir de suas práticas. Aplicando-a ao contexto das práticas profissionais de assistentes sociais e psicólogos desempenhadas no

campo jurídico, torna-se imprescindível recuperar a análise de Foucault (1995) em torno das relações de poder constituídas nos espaços institucionais fechados.

Isto implica na observação de fatores importantes, como os mecanismos de poder que a instituição aciona para assegurar sua própria conservação, criando relações de poder de caráter essencialmente reprodutor, e do hábito de se analisar as relações de poder a partir da instituição, de sua origem e função quando, na realidade, o que se torna necessário é que se parta da análise das relações de poder que a instituição abriga.

A mudança do foco de análise sobre as relações de poder nos espaços institucionais proposta por Foucault (1995) é defendida como essencial para minimizar o risco de se compor formulações que apontem, exclusivamente, para "modulações da lei e da coerção". Pensar as estratégias de luta às relações de poder inerentes à atuação profissional do serviço social e da psicologia na instituição judiciária implica, portanto, na análise da ação tomada sobre a ação possível, ou seja, a análise dos mecanismos utilizados por ambos (instituição e categorias profissionais) nas relações de poder que estabelecem.

A dissertação pretendeu, desse modo, explorar, a partir dos analisadores[2] que emergiram no percurso da pesquisa, as estratégias construídas pelo serviço social e psicologia do judiciário capixaba em favor de movimentar experiências que ultrapassem o esperado alinhamento de suas práticas com a moralização, a culpabilização e a criminalização dos conflitos familiares sobre os quais são chamados a formular um saber. Pretendeu, ainda, como estabelece Souza Filho (2008, p. 22), "[...] dar ênfase na escuta de saberes singulares, dos testemunhos de experiências específicas das pessoas [...]", dar visibilidade aos desdobramentos de suas atuações e invenções.

Nesse sentido, a articulação do nosso campo de análise[3] – a judicialização da vida – e do campo de intervenção – as práticas profissionais de assistentes sociais e psicólogos nas Varas de Família e Sucessões do judiciário capixaba – pautou-se na compreensão de que para experimentar é preciso construir um modo de permanecer como parte integrante do

[2] Os analisadores são compreendidos como situações concretas, tensões, conflitos e/ou mudanças que perpassam a instituição, a oferta profícua de elementos que possibilitarão a análise, tomando por referência a disposição de Lourau, para quem o analisador é o que "[…] permite revelar a estrutura da instituição, provocá-la, forçá-la a falar […]" (LOURAU apud L'ABBATE, 2012, p. 205).

[3] Torna-se indispensável demarcar os conceitos atribuídos por Baremblitt (2002) ao "campo de análise" e ao "campo de intervenção". O primeiro corresponde ao "recorte" da vida social que se delimita para, a partir dos conceitos-ferramenta do Institucionalismo, buscar a compreensão de suas causas, suas determinações, o modo pelo qual opera e os efeitos que gera. O segundo corresponde ao âmbito que se delimita para que sobre ele recaiam as estratégias a serem planejadas, os meios de gestão e operacionalização a serem forjados em favor de sua efetiva transformação.

processo que demanda intervenção. Buscando estranhar domínios de referência teórico-metodológica e técnico-operativa tornou-se, desse modo, fundamental colocar em cena a experimentação de um modo de produção de conhecimento no encontro com outros atores e com outros saberes, que auxiliava a descoberta dos possíveis caminhos a serem percorridos para que novas formas de habitar o campo sociojurídico fossem inventadas.

O processo de pesquisar com o diário de campo permitiu narrar histórias de vidas atravessadas pela intervenção do Poder Judiciário, braço do Estado a quem compete a sentença sobre suas dinâmicas conflituosas, e possibilitou, com isso, um olhar sensível para cenas geralmente desfocadas pelo "tarefismo" cotidiano de assistentes sociais e psicólogos trabalhadores do Poder Judiciário. Desse modo, ao dar visibilidade àquilo que estava no ponto cego dos profissionais, os analisadores que emergiram espontaneamente na pesquisa propiciaram ampliar a discussão das práticas de assistentes sociais e psicólogos no campo sociojurídico, apontando para um trabalho cotidiano de progressiva formulação de alternativas inventivas e avaliação crítica da realidade.

Considerações Finais

A investigação dos modos pelos quais as práticas têm sido compreendidas e apropriadas e o que disparam com sua execução é o que nos permite provocar o tensionamento de saberes, poderes e verdades, desnaturalizando as práticas postas em análise e contribuindo para o desvelamento de caminhos de resistência ao instituído. Nessa perspectiva, nossa análise sobre as práticas no campo sociojurídico convergiu com o trabalho de Vasconcelos e Morschel (2009) em torno da inexistência da formulação de políticas que sejam boas ou que sejam ruins em si mesmas mas que colocam em operação movimentos instituintes que imputam diferenciação, transformação e ampliação dos sentidos, permitindo assim a produção de novas realidades.

De maneira semelhante, a dissertação alinhou-se com a aposta de Neves e Heckert (2007) de que as atuações coletivas de formação e de expansão de redes revelam-se dispositivos potentes à desestabilização de processos instituídos, promovendo movimentos afirmadores de vida. O aquecimento, a construção e a expansão de redes no judiciário permitem a problematização de saberes-poderes, o compartilhamento de experiências e a deflagração de estratégias de atuação frente aos desafios colocados pelo modo de

funcionamento das instituições. A aposta em práticas pautadas na composição de redes pressupõe corresponsabilizações pela pactuação coletiva na produção de novos possíveis, desvia-se de prescrições e abre-se ao imprevisível da experiência (NEVES; HERCKET, 2007). Essa conjuntura permitiu considerar que nossa pesquisa contou histórias em permanente produção e, portanto, distantes de uma verdade única e de um final categórico.

Este trabalho acredita na potência que os espaços de formação e interlocução, como os das Comissões Temáticas, que serviram de campo de investigação da pesquisa, contêm para impulsionar análises sobre os processos de trabalho de assistentes sociais e psicólogos no campo sociojurídico que possibilitem "[...] perceber não somente o que foi feito, mas como foi feito, o que se deixou de fazer, o que foi desfeito e o que não se conseguiu fazer" (NEVES; HECKERT, 2007, p. 5). Acredita, ainda, que se trata de perceber, como propõem Lazzarotto e Carvalho (2012, p. 27) "[...] que nossas questões são feitas de vidas", e que nossas práticas podem contar histórias que suscitem e garantam a ampliação da vida.

Referências

BAREMBLITT, G. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

CARDOSO JR., H. R. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das Ciências Humanas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 2005, p. 105-116.

COIMBRA, C, M, B.; NASCIMENTO, M. L. do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, E.; FONSECA, T. G.; NASCIMENTO, M. L. do (Org.). **Práticas Psi**: inventando a vida. Niterói: EDUFF, 2007, p. 27-36.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma estratégia filosófica - além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995, p. 231-249.

L'ABBATE, S. Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2012, p. 194-219.

LAZZAROTTO, G. D. R.; CARVALHO, J. D. de. Afetar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. do; MARASCHIN, C. **Pesquisar na Diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 25-31.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. **Exercícios de ver e Não Ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010, p. 26-51.

NEVES, C. A. B.; HECKERT, A. L. C. **Modos de formar e modos de intervir**: quando a formação se faz potência de produção do coletivo. In: Ministério da Saúde/Política Nacional de Humanização do SUS (PNH). (Org.). Cadernos de Formação da PNH. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, v. 1, p. 1-15.

SOUSA FILHO, A. de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: Albuquerque Júnior, D. M. de; Veiga-Neto, A.; Sousa Filho, A. de. (Org.). **Cartografias de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008, v. 1, p. 13-26.

VASCONCELOS, M. de F. F. de; MORSCHEL, A. O apoio institucional e a produção de redes: do desassossego dos mapas vigentes na Saúde Coletiva. **Interface** - comunicação, saúde e educação, São Paulo, v. 13, 2009, p. 729-738. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-28320090005000024>.

VEYNE, P. **Como se escreve a história;** Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

A ARQUITETURA DA VULNERABILIDADE: A ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Alessandra Dale Giacomin Terra
Professora da UFRJ e Mestre pelo PPGSD/UFF com bolsa CAPES.

Bárbara Terra Queiroz
Graduada em Direito pela UVV e Bolsista de Iniciação Cientifica pela FAPES.

Lílian Cazorla do Espírito Santo Nunes
Professora do Centro Universitário UniCarioca e Mestre pelo PPGDC/UFF com bolsa CAPES.

Thiago Guerreiro Bastos
Mestre pelo PPGDC/UFF com bolsa CAPES.

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre a atual estrutura física das instituições de acolhimento, outrora denominadas orfanatos, e sobre como tal arquitetura pode afetar o desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes ali abrigados. Tal questão ganha importância a partir da adoção da doutrina da proteção integral inaugurada pela nova ordem constitucional e consolidada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A partir desta pesquisa, formulou-se o conceito de arquitetura da vulnerabilidade a fim de destacar o papel que a ambiência possui no processo de desenvolvimento do público infanto-juvenil. O presente artigo parte da aplicação de uma Avaliação Pós Ocupação (APO) em uma unidade de Abrigo Institucional localizada no Município de Cariacica no Estado do Espírito Santo, à luz da doutrina da proteção integral, inaugurada no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição de 1988 e consolidada pela edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, e tem como marco teórico a doutrina de Pierre Bourdieu sobre como a arquitetura, em que esta, apesar de constituir uma potencial ferramenta de desenvolvimento psicossocial, muitas vezes acaba sendo um instrumento de exclusão, reforçando a situação de vulnerabilidade vivenciadas por milhares de menores que hoje residem em abrigos institucionais. Para desenvolver esta pesquisa, adotou-se metodologia empírica, com levantamento de bibliografia interdisciplinar nas áreas do Direito, Arquitetura e das Ciências Sociais. Concluiu-se que pela necessidade de aperfeiçoamento de tais ambientes a fim de assegurar o conforto e bem estar das crianças, garantindo seu desenvolvimento saudável.

Palavras-chave: políticas públicas; Direitos da Criança e do Adolescente; vulnerabilidade.

Abstract: This research aims to reflect on the current physical structure of the host institutions, formerly called orphanages, and how such architecture can affect the psychosocial development of children and adolescents housed there. This issue gains importance from the adoption of the doctrine of full protection inaugurated by the new constitutional order and consolidated by the Child and Adolescent Statute (ECA as known in Portuguese). From this research, we formulated the concept of architecture of vulnerability in order to highlight the role that the ambience has in the development of children and youth public. This article presents the application of a Post Rating Occupation (APO) in an Institutional Shelter located in Cariacica Municipality in the State of Espírito Santo, in the light of the doctrine of full protection, inaugurated by the Brazilian legal system in the 1988 Constitution and consolidated by the Statute of Children and Adolescents, and its theoretical framework is the doctrine of Pierre Bourdieu that explains how the architecture, in this, although it is a psychosocial development potential tool, often ends up being an instrument of exclusion, reinforcing the vulnerability experienced by thousands of children currently residing in Institutional Shelters. To develop this research, we adopted empirical methodology, with a survey of interdisciplinary literature in the fields of law,

architecture and social sciences. It was concluded with the need for improvement of such environments to ensure the comfort and well being of children, ensuring their healthy development.

Keywords: public policy; Rights of Children and Adolescents; vulnerability.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a atual estrutura física das instituições de acolhimento, outrora denominados orfanatos, e sobre como tal arquitetura pode afetar o desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes ali abrigadas. Tal preocupação com o bem-estar do público infanto-juvenil ganhou importância após a adoção da doutrina da proteção integral inaugurada pela nova ordem constitucional e consolidada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por diversos tratados internacionais do qual o Brasil é signatário.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de metodologia empírica com a utilização de Análise Pós-Ocupação de uma instituição de acolhimento, visitas *in loco*, análise de documentos, normas técnicas e da bibliografia básica sobre o tema. Justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos ambientes destinados a acolhimento de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar, de modo que estes assegurem conforto e bem-estar necessários para seu saudável desenvolvimento, bem como permita a integração com as famílias e a comunidade.

Conforme levantamentos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), mais de 30.000 crianças e adolescentes no Brasil encontram-se afastados de seu convívio familiar e inseridos em instituições de acolhimento. Dentre os inúmeros motivos que levam o encaminhamento destes aos serviços de acolhimento, destacam-se como as principais causas: a negligência dos pais e/ou responsáveis, o abandono; a pobreza das famílias; a dependência química; o abuso sexual; a violência doméstica; a vivência de rua; a orfandade; entre outros[1].

A infância e a adolescência são importantes períodos de desenvolvimento e de construção do sujeito. A qualidade dos cuidados nessa época, nos aspectos físico e afetivo-social, proporcionam o crescimento e amadurecimento sadio. O ambiente habitacional torna-se importante tão quanto as relações afetivas e estimulantes dos moradores, assegurando sensação de acolhimento, bem-estar e segurança.

[1] CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

1. Arquitetura da vulnerabilidade

Na sociedade brasileira, milhares de crianças encontram-se afastadas de seu convívio familiar e inseridas em instituições de acolhimento. Estes espaços, muitas vezes, são desconhecidos pela população, tornando invisíveis seus direitos e necessidades. Grande parcela das edificações destinadas a este tipo de uso são construções já existentes que, para seu funcionamento, sofreram adaptações, sendo desprezadas em tais ambientes características fundamentais que influenciam diretamente na relação ambiente-usuário.

A situação de vulnerabilidade em que se encontram tais atores sociais não se restringe às problemáticas envolvendo a suspensão ou destituição do poder familiar ou ao óbito de seus familiares, mas também é inerente a todo e qualquer menor em razão de sua delicada condição de pessoa em desenvolvimento.

Os Abrigos Institucionais são locais que oferecem acolhimento provisório a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos afastados de seu convívio familiar por meio de medidas protetivas. A edificação deve conter infraestrutura adequada para receber vinte crianças e estar inserida em uma área residencial, na qual seja possível estabelecer vínculos com a comunidade e fazer utilização de equipamentos e serviços públicos disponíveis no local[2].

No Brasil, há aproximadamente 50 anos, vem sendo desenvolvidos estudos relacionados ao controle de qualidade, através de avaliações sistemáticas, do ambiente construído. Tais estudos visam à satisfação dos usuários em relação à edificação, assim como também a detecção do desempenho, a fim de proporcionar melhorias se caso constatada a necessidade. Estas análises são obtidas através da metodologia de Avaliação Pós-Ocupação (APO), que utiliza métodos e técnicas variadas para o desenvolvimento do diagnóstico arquitetônico[3].

Nesse contexto, a qualidade física e funcional da edificação é de extrema importância, sendo necessária a reavaliação do conjunto já existente e que encontra-se em uso, a fim de apurar seus principais problemas e desconfortos e, a partir de um diagnóstico propor condições adequadas de moradia, trabalho e desenvolvimento, visando a otimização do convívio entre os habitantes e a integração com a sociedade. A arquitetura do ambiente habitacional pode constituir uma ferramenta de desenvolvimento psico-social, estimulando

[2] CONANDA; CNAS. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009.
[3] ORNSTEIN, S e ROMERO, M. Avaliação pós-ocupação do ambiente construído. São Paulo: Studio Nobel/Edusp, 1992.

o desenvolvimento da criança ao oferecer uma ambiência de conforto e infraestrutura adequada que lhe permita uma integração com tal espaço.

O desenvolvimento infantil considerado de qualidade está associado aos diversos e diferentes estímulos e cuidados proporcionados às crianças ao longo do seu crescimento. A qualidade destes cuidados, nos aspectos físico e afetivo-social, provém de condições estáveis de vida. Sendo assim, conforme o meio onde se encontra inserido, a construção afetiva nas relações provocam aconchego, proteção, intimidade, além de induzir a autonomia e independência.

O espaço físico destinado ao ambiente habitacional da criança torna-se importante tão quanto as relações afetivas e estimulantes dos moradores. A sensação de bem estar, segurança e acolhimento nestes locais são fundamentais para tal desenvolvimento psicossocial sadio. Desta forma, o espaço construído pode tanto ser uma ferramenta para o desenvolvimento ou pode acabar constituído um instrumento de exclusão, ao reforçar uma situação de vulnerabilidade, razão pela qual a partir desta pesquisa formulou-se o conceito de arquitetura da vulnerabilidade, a fim de se destacar o papel que a ambiência possui no processo de desenvolvimento do público infanto-juvenil.

O conceito arquitetura da vulnerabilidade não tem por fim abarcar apenas a estrutura de imóveis mais simples e desconfortáveis, utilizados por grupos marginalizados, mas também visa a destacar como esta estrutura pode contribuir para reproduzir tal condição, intensificando ainda mais a vulnerabilidade.

2. Dos direitos da criança e do adolescente

A história da política de atendimento de crianças e adolescentes em situação de negligência, no Brasil e no mundo, sofreu diversas transformações. Segundo Marcílio, o abandono de crianças é um ato presente em todos os tempos, variando apenas os motivos, causas e circunstâncias que levam a concretização do fato e sua aceitação[4].

No Brasil, até o início do período Republicano o acolhimento de crianças e adolescentes órfãos ou afastadas do convívio familiar era realizado preponderantemente pela Igreja Católica. Segundo relata Amin, a primeira casa de recolhimento de crianças do Brasil foi fundada em 1551 e era "gerida pelos jesuítas que buscavam isolar as crianças índias e negras da má influência dos

[4] MARCÍLIO, M.L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

pais, com seus costumes 'bárbaros'"[5]. A autora destaca, ainda, que no século XVIII intensificou-se o abandono de crianças (crianças ilegítimas e filhos de escravos, principalmente), razão pela qual importou-se da Europa a Roda dos Expostos, mantida pelas Santas Casas de Misericórdia.

No período republicano, em decorrência do aumento da população dos centros urbanos e dos problemas sociais em razão do fim da escravidão, foram fundadas entidades assistenciais voltadas à "prática de caridade e medidas higienistas". Essas instituições se dividiam em escolas de prevenção (destinadas a educar menores abandonados), bem como escolas de reformas e colônias correcionais (voltadas a atender menores em conflito com a lei)[6].

Em relação aos direitos das crianças e adolescentes, a partir da Constituição de 1988, e posteriormente com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, houve uma mudança de paradigma, passando a viger no Brasil a doutrina da *proteção integral*, na qual além de se reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e deveres, destacou os mesmos como pessoas humanas merecedoras de especial atenção e tutela do Estado, devido a sua delicada condição de pessoa em desenvolvimento. Assim, a ordem legal reconheceu a situação de vulnerabilidade das crianças e adolescentes por constituírem pessoas em formação psicológica, emocional e moral. Segundo Andrea Rodrigues Amin:

> Coroando a revolução Constitucional que colocou o Brasil no seleto rol de nações mais avançadas na defesa dos interesses infanto-juvenis, para as quais crianças e jovens são sujeitos de direitos, titulares de direitos fundamentais, foi adotado o sistema garantista da proteção integral. Objetivando regulamentar e implementar o novo sistema, foi promulgada a Lei 8. 069 de 12 de julho de 1990, de autoria do Senador Ronan Tito e relatório da Deputada da Rita Camata, que incorporou em seu texto os compromissos expostos na Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, da qual o Brasil é signatário[7].

A adoção da Doutrina da proteção Integral constituiu em uma verdadeira mudança de paradigma. Crianças e adolescentes passam a ser titulares de direitos subjetivos, que para serem assegurados, foi estabelecido um sistema de garantias de direitos. Amin caracteriza este novo paradigma como um modelo universal, democrático e participativo, em que o Estado e a sociedade civil são co-gestores do sistema de proteção[8].

---

[5] Amin, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 8ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015, p. 45-50.
[6] Idem, p. 50
[7] Ide, p. 50
[8] P. 51

Até então vigia a Doutrina do Menor, que surgiu no início do século e teve como marco internacional o Congresso Internacional de Menores (1911) e a Declaração de Genova de Direitos da Criança (1924), e no plano interno O Código de Menores (1927), decreto 5.083 posteriormente revogado pelo Decreto n. 17.943A, o Código Mello Mattos. Tal doutrina também era conhecida como doutrina da situação irregular, uma vez que era fundada no binômio carência-delinquência, ou seja, tinha por público alvo crianças e adolescentes em situação de miserabilidade ou em conflito com a lei.

Segundo Fuscaldi, a implantação do ECA colaborou para transformações eficazes no que se refere às instituições de assistência e a sua estrutura como um todo, partindo não de uma visão assistencialista, mas se configurando em espaços de desenvolvimento e socialização[9].

Desta forma, até a Constituição de 1988, vigia a doutrina da situação irregular, que se preocupava apenas com crianças e adolescentes em situação de risco, isto é, em situação de carência ou abandono e os menores em conflito com a lei. Já a doutrina da proteção integral tem por característica a universalidade, pois atribuiu-se direitos fundamentais todas as crianças e adolescentes, impondo, como contrapartida, deveres ao Estado. A Carta Magna garantiu, além dos mesmos direitos fundamentais assegurados a todos os cidadãos, outros em razão da sua delicada condição de pessoa em desenvolvimento, isto é, em processo de formação psíquica, mental e física. Reconheceram-se direitos especiais e específicos a todas as crianças e adolescentes[10]. Outrossim, verifica-se que a Constituição também estabeleceu que era dever do Estado e da sociedade zelar pela efetivação de direitos fundamentais da criança e do adolescente, garantindo-lhes absoluta prioridade.

A Doutrina da Proteção Integral tem um importante marco internacional, a Convenção dos Direitos da Criança da ONU (1989), internalizado pelo Decreto Legislativo nº 28 de 1990 e que influenciou diretamente no ECA. Enquanto, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) foi uma importante medida de proteção aos menores, criada para atender ao comando do artigo 88 do ECA. Tal órgão visa impulsionar a implantação do Estatuto e garantir, através de parâmetros de funcionamento e ações, os direitos das crianças e adolescentes perante as instituições competentes envolvidas. Outrossim, a partir de tal lei as instituições, anteriormente conhecidas como orfanatos, casa dos expostos, asilos, educandários ou colégios internos, passaram a ser denominadas abrigos. Estes locais de acolhimento, caracterizam-se por receber crianças e adolescentes com distintos e múltiplos problemas sociais,

[9] Fuscaldi, Solange Viegas. Filhos Sobre medida de Proteção em Abrigo: os significados construídos por suas famílias. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
[10] Ishida, p. 1.

variando desde a orfandade até o afastamento do convívio familiar devido a decisões judiciais. Conforme Amin, a Doutrina da proteção integral se assenta em três pilares:

> reconhecimento da peculiar condição da criança e jovem como pessoa em desenvolvimento, titular de proteção especial; 2) crianças e jovens têm direito à convivência familiar; 3) as Nações subscritoras obrigam-se a assegurar os direitos insculpidos na Convenção com absoluta prioridade[11].

O princípio da prioridade absoluta encontra-se previsto no art. 227 da CF88 e nos artigos 4º e 100, parágrafo único, inciso II do ECA e, segundo Amin, o mesmo:

> Estabelece a primazia em favor de crianças e dos adolescentes em todas as esferas de interesse. Seja no campo judicial, extrajudicial, administrativo, social ou familiar, o interesse infanto-juvenil deve preponderar. Não comporta indagações ou ponderações sobre o interesse a tutelar em primeiro lugar, já que a escolha foi realizada pela nação por meio do legislador constituinte [...] Ressalta-se que a prioridade tem um objetivo bem claro: realizar a proteção integral, assegurando primazia que facilitará a concretização dos direitos fundamentais enumerados no art. 227. Caput, da Constituição da República e renumerados no caput, do art. 4 do ECA.
>
> Mais. Leva em conta a condição de pessoa em desenvolvimento, pois a criança e o adolescente possuem uma fragilidade peculiar de pessoa em formação, correndo mais riscos que um adulto por exemplo[12].

Desta forma, o executivo deve orientar suas escolhas administrativas e orçamentárias atentando ao princípio da prioridade absoluta. Contudo, infelizmente a distribuição de verbas e a liberação os recursos são comumente realizadas sem atentar para tal princípio.

O ECA estabeleceu no art. 4º um rol exemplificativo de situações que deverá ser dada preferência a infância e juventude, sendo importante destacar que o parágrafo único do art.4 do ECA determina a destinação preferência de recursos públicos nas áreas relacionadas a infância e juventude. Assim cabe ao ente estatal prever recursos para promoção de interesses infato-juvenis, a fim de assegurar que as instituições de acolhimento tenham as verbas e infraestrutura indispensáveis para cumprir seus fins.

Muitas vezes, a administração alega não possuir recursos suficientes para desenvolver determinada política pública, suscitando, assim, a reserva do possível, ou ainda que não pode realizar determinada ação estatal por ausência de previsão orçamentária. Importante destacar que

[11] Idem p. 55.
[12] P. 62.

o judiciário já consolidou jurisprudência no sentido de que não há colidência entre princípios orçamentários e o princípio da prioridade absoluta. Conforme Amin, o superior interesse da criança e do adolescente "trata-se de princípio orientador para legislador como para o aplicador determinado a primazia das necessidades da criança e do adolescente como critério de interpretação da lei, deslinde de conflitos, ou mesmo para elaboração de futuras regras"[13].

Desta forma, tanto a Constituição, quanto o ECA impõem a observância do princípio da primazia ou da prioridade absoluta, que atribui preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas, destinando de modo privilegiado recursos nas áreas correlatas à proteção da infância e juventude. Neste contexto, a criação de um ambiente confortável (apto a permitir o sadio desenvolvimento de seus acolhidos) nas instituições de acolhimento não é ato discricionário do administrador, mas direito constitucionalmente assegurado àqueles tutelados pelo Estatuto. Portanto, valer-se de subterfúgios como limitação ou ausência orçamentária não é válido, pois a implementação da estrutura arquitetônica adequada tem prioridade no orçamento público por força do princípio constitucional elencado.

O ECA, por sua vez, em seu art. 7º, tutela a vida e a saúde das crianças e adolescentes por meio de políticas sociais públicas que permitam seu total desenvolvimento em um ambiente sadio e harmonioso. O Princípio da Prioridade Absoluta tem assento no artigo 227 do Texto Constitucional, materializando-se por meio do artigo 4º do Estatuto no qual pormenoriza como sociedade e o poder público irão priorizar o atendimento aos direitos infanto-juvenis[14].

Cumpre destacar que a colocação da criança e adolescente em instituição de acolhimento é reputada pelo ECA como medida provisória e excepcional (arts. 19 e 101, parágrafo primeiro), prevendo-se, ainda, a necessidade de avaliação da situação semestralmente, sendo certo que a permanência do menor em tal instituição não poderá ser superior a dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse.

A provisoriedade é uma regra que, na prática, pode ser entendida como exceção, já que a maior parte dos menores permanece nestas instituições por tempo prolongado. Este cenário, associado com a falta de investimento e a inadequação de sua infraestrutura, impossibilita o surgimento de um ambiente verdadeiramente acolhedor. Logo, por mais que os acolhidos passem anos nas instituições, é possível observar que não lhes despontem qualquer sentimento

[13] P. 70.
[14] Barros, p. 23.

sobre os abrigos que se aproxime do conceito de "lar". Não há que se falar, assim, em ambiente sadio, acolhedor e muito menos apto a desenvolver dignamente nenhum de seus internos.

Segundo levantamentos do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, mais de 30.000 crianças e adolescentes no Brasil encontram-se afastados de seu convívio familiar e inseridos em instituições de acolhimento. O artigo 92 do ECA impõe que as instituições de acolhimento devem observar os seguintes princípios: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento e, participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Considerações Finais

O acolhimento das crianças e adolescentes, historicamente realizado por instituições religiosas e beneficentes, ainda é simbolicamente visto como caridade. Contudo, a partir da nova ordem constitucional, tornou-se um direito fundamental, de dever do Estado e da Sociedade.

Conclui-se pela necessidade de aperfeiçoamento de tais ambientes a fim de assegurar o conforto e bem-estar das crianças, garantindo seu desenvolvimento saudável. O espaço físico destinado ao ambiente habitacional da criança é tão importante quanto suas relações afetivas, pois estimulam seus moradores. As sensações de bem-estar, segurança e acolhimento nestes locais são fundamentais para tal desenvolvimento.

Pode-se afirmar que um ambiente com instalações adequadas juntamente com condições psicológicas favoráveis proporcionam o crescimento e amadurecimento sadio, gerando adultos aptos a viver em sociedade.

A utilização destas instituições como empilhamento de atores sociais vulneráveis por meio do prolongamento de suas internações em condições totalmente inadequadas e contrastantes aos mandamentos constitucionais e legais é característica que merece repúdio. Enquanto estas instituições não assumirem seu real papel, isto é, de propiciar um ambiente arquitetônico e psicologicamente equilibrado apto a gerar adultos sadios.

Referências

AMIN, Andréa Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente**. In MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 8ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA). Lei Federal 8.069/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

CONANDA; CNAS. **Orientações técnicas:** serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Relatório da Infância e Juventude** - Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>.

CUNHA, Rogério Sanches; LEPORE Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 6ª edição. São Paulo: editora Revista dos Tribunais. 2014

FUSCALDI, Solange Viegas. **Filhos Sobre medida de Proteção em Abrigo:** os significados construídos por suas famílias. Belo Horizonte: UFMG, 2004

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Doutrina e Jurisprudência. Atlas, São Paulo, 2014

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 8ª ed. Saraiva, São Paulo, 2015.

MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ORNSTEIN, S e ROMERO, M. **Avaliação pós-ocupação do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel/Edusp, 1992.

RHEINGANTZ, Paulo A.; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise; QUEIROZ, Mônica. **Observando a Qualidade do Lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ (Coleção PROARQ), 2009. Disponível em: <www.fau.ufrj.br/prolugar>.

A CONSTRUÇÃO DA NEGAÇÃO DE BRASILIDADE

Edson Bomfim dos Santos
Bacharel em Filosofia - UFES.

Resumo: O presente artigo busca conformar a relação do método de construção da cidadania brasileira, através da negação dos povos originários e dos descendentes de africanos aqui trazidos na condição de escravizados, ao tempo que exalta a colonização, dependência social, cultural e econômica europeia, impondo uma europeização da sociedade brasileira e consequente negação de brasilidade.

Palavras chaves: intelectualidade; nacionalismo; brasilidade.

Abstract:. This article aims to establish a relationship of Brazilian citizenship construction method, through the denial of indigenous peoples and African descendants brought here in the enslaved condition, at the time that exalt the European colonization and social, cultural and economic dependencies, imposing an Europeanization of Brazilian society and consequent denial of Brazilianness.

Keywords: intellectuality; nationalism; brazilianness.

Introdução

O presente estudo busca através do desenvolvimento de pesquisa bibliográfica constatar o processo de negação de brasilidade contida na construção do conceito de nacionalismo brasileiro, através da exclusão da população indígena, negra e mestiça como relevante histórica, cultural e politicamente ao mesmo tempo em que busca a exaltação da descendência europeia em um explícito conceito de negação da multiculturalidade e exarcebação do embranquecimento, a qual se dedicou o país desde a sua "Independência".

Durante este estudo tentaremos mostrar este processo de desqualificação de parcela considerável da população durante o processo histórico de afirmação do Brasil como país independente e integrado no contexto mundial, a partir da desconstrução da sua história de colonização, escravização e sua herança dos povos originários – indígenas – e africanos trazidos na condição de escravos.

Negação através do embranquecimento físico, intelectual e político da sua história, instituições e cotidiano, consubstanciando, assim, o enraizamento de um processo de naturalização da inferiorização dos povos não brancos e solidificando uma estrutura segregacionista ímpar e única no mundo de racismo e, consequentemente, naturalização dos processos de extermínio político, cultural e físico destas populações.

Assim sendo, buscamos dentro de um diálogo com Nilo Odalia em seu livro: As Formas do Mesmo – ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana; fundamentar a construção da negação de brasilidade e construção de um nacionalismo branco, voltado às origens portuguesas e da imigração europeia como forma de um enquadramento estético – étnico-racial – supremacia racial branca, buscando apresentar o Brasil como continuidade da nação europeia, negando a sua multiculturalidade, com fortes traços negros e indígenas e conformando um projeto embranquecimento, através da miscigenação contínua.

A releitura aqui proposta se apropria da constituição do processo histórico brasileiro que surge com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, com o objetivo de produzir a nossa história a partir da ótica do governo imperial, nos colocando como nação civilizada.

A condição de nação civilizada, para tanto, busca escamotear a realidade da sua multiculturalidade já presente, negando, omitindo e manipulando criminosamente a presença negra, ao mesmo tempo em que previa a desaparição desta presença ao longo do tempo.

Tal projeto é apresentado por Karl Friedrich von Martius, considerado como “amigo do Brasil”, e desenvolvido por Francisco Adolfo de Varnhagen, ambos alemães os quais se dedicaram inicialmente ao processo de construção da historiografia nacional observando desde esta a supremacia da “raça caucasiana”, além de classificar indígenas e negros como barbáries a serem absorvidos.

Importante destacar a cumplicidade e/ou coincidência na construção deste processo de nacionalidade brasileira, assim temos a luta dos jesuítas em defesa dos indígenas e contrário à escravização destes, porém, mantendo-os dentro de um regime de servilismo, a incansável busca pela atualização intelectual da nossa corte imperial, principalmente através de D. Pedro II, seja participando ativamente das exposições ”cientificas” apresentadas com os “zoológicos humanos”, inclusive fornecendo para tanto as nossas populações indígenas e a constante presença de intelectuais europeus na sua corte a convite deste, tendo entre eles Tomas Malthus, defensor bem como, da extinção negra através da mestiçagem.

Tais elementos históricos, não apenas consubstanciam a necessidade de releitura da nossa historiografia, bem como nos remete a necessidade de reescrever a mesma, visto que os prognósticos aqui pontuados e colocados em práticas durante todo este período não apenas fracassaram como projeto de embranquecimento, e arianismo civilizatório, como

também conformou a naturalização do racismo nacional, o sentimento de não pertencimento e de brasilidade.

Ao nos depararmos com tal releitura histórica, podemos avançar no entendimento de todo o processo aqui vivido e conceber a origem do nosso racismo nacional, bem como a consecução de suas etapas de construção, nos remetendo à meio século posterior e ao acelerado processo de imigração quando da evidência do fim do regime escravocrata.

Importante destacar o papel desenvolvido pela intelectualidade desta época, século XIX, marcado como o século da ciência, do positivismo e do evolucionismo, que dão margem ao surgimento do darwinismo social e da miscigenação e que pautaram as teorias de hegemonia étnica branca baseados em discursos "científicos" e que pautam os projetos sócio-culturais que se desenvolvem até os nossos dias.

1. A construção histórica da negação

Ao analisarmos o processo de construção da cidadania brasileira através da construção historiográfica, podemos identificar a origem do processo de europeização, bem como, a negação dos povos originários e da população negra, tendo esta como um processo degenerativo da sociedade brasileira.

É de extrema importância o papel do historiador e o seu compromisso com as elites, mesmo que para isso venha a omitir fatos e personagens que tiveram destacado papel na nossa historiografia, para que apenas figurassem o papel da elite seja no período colonial e imperial com a exaltação do bragantismo, ou posterior aos grupos que assumem o poder, em um completo descaso com a verdade e negligência com o passado como cultura.

Este processo está integrado ao processo de servilismo metodológico que surge a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que através da sua revista, lançou em 1840 um concurso para um plano de escrita da história do Brasil, concurso este vencido pelo alemão, naturalista Karl Friedrich Von Martius, com a dissertação "Como se deve escrever a história do Brasil".

Von Martius, considerado o "amigo do Brasil", e Francisco Adolfo de Varnhagen considerado o "Heródoto brasileiro", projetista e executor da história da historiografia brasileira, estabelecem a dependência com a ideologia assumida e não autonomia de um pensar a partir de nós mesmo, negando e desfigurando assim, as já existentes contribuições

como por exemplo, citada por Manoel Bomfim em seu livro O Brasil na História – deturpação das tradições, degradação política, sobre o livro de Frei Vicente do Salvador[1], considerado a primeira e genuína história do Brasil.

Estas linhas delineadoras do fazer a história brasileira irão conformar o padrão a ser desenvolvido, divulgado e estudado por nós dentro de um centralismo governamental e ao atendimento dos interesses da nossa elite. Ao mesmo tempo em que nos imputa o primeiro projeto de miscigenação como forma de branquear nossa sociedade e conforma uma estrutura econômica assimilada com o modo de produção escravista proporcionando o intrínsecamento da interação capitalismo racismo brasileiro, visto que mesmo no projeto de miscigenação, os negros aqui são considerados um mal para o país, ou seja, esta miscigenação é buscada apenas com a população indígena.

Para tanto, nos é imputado uma submissão e dependência das teorias importadas, principalmente com a parceria desenvolvida entre o IHGB e o seu equivalente francês, Institut Historique de Paris, o qual desenvolveram ampla parceria com "a troca de publicações e correspondência, e à abertura de espaço na revista parisiense para tratamento de temas e veiculação de notícias relativas ao Brasil" (GUIMARÃES, 1988, p. 12).

Resgata-se aqui a preocupação de construção de uma história voltada para apresentação do Brasil como continuidade de um padrão europeu a partir da sua herança imperial, ou seja, a continuidade da família Bragança no poder, assim perpetrando uma herança europeia, assumindo assim o seu conceito eurocêntrico e a nossa não história e não filosofia a partir da nossa realidade brasileira e sua multiculturalidade.

Este parâmetro perpetrado é explicitado por Nilo Odalia no parágrafo abaixo:

> E sobre a estrutura racial, que dissimula uma realidade de estrutura de classes, que vão convergir todos os esforços de interpretação da nossa história de parte significativa dos intelectuais brasileiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX, demonstrando de maneira eloqüente que, em primeiro lugar, uma opção de sociedade já havia sido feita, tendo como paradigma a sociedade européia e, em segundo, que essa opção era também formada de integração a essa sociedade. Integração que demandava uma metamorfose dos elementos espúrios da estrutura racial, índios e negros, pelo remédio da fusão ou miscigenação racial (ODALIA, 1997, p. 19).

[1] Frei Vicente do Salvador escreveu a história do Brasil o qual terminou em dezembro de 1627, animado por seu amigo Manuel Serafim de Faria, o qual foi enviado para publicação, que após dez anos não fora publicado sendo que "duas cópias do mesmo foram recolhidas ao grande arquivo de papeis históricos do Estado português – a Torre do Tombo" (BOMFIM. Manoel. 2ª Edição. 2013. p. 118). Importante destacar que Varnhagen teve acesso a esta obra.

Negação de brasilidade, através da exaltação do arianismo eurocêntrico, herança da colonização portuguesa e descendência imperial através da família Bragança. Miscigenação como forma de branqueamento de parte da população, com ênfase na população indígena; sendo que a população negra escravizada e/ou vítima do escravismo é considerada com um dos males brasileiro, e com o acréscimo de um completo vazio ideológico, buscando apenas sua interação com o continente europeu é assim definido o conceito de nação à qual foi e estamos expostos como brasileiro.

> A opção irrecorrível por uma nação branca e européia nasce, segundo o autor da História geral do Brasil, como o fruto amadurecido e temperado de uma experiência histórica em que as linhas da nova Nação são legadas e determinadas por uma civilização superior. Aos demais grupos étnicos e culturais, considerados vencidos, só lhes resta uma participação passiva no projeto da nova Nação e apenas na medida em que se deixarem ou forem absorvidos e integrados, racial e culturalmente, pelo branco – única fonte de legitimação, pois dele decorrem os valores básicos da nova nacionalidade (ODALIA, 1997, p. 47).

Esta é a estrutura de construção de nação e mesmo da negação de um sentimento de brasilidade que se mantém até os nossos dias, em busca do sempre ideal europeu – leia-se ariano – que ao se conformar ente nós, naturaliza um processo de inferiorização e de racismo único.

Neste processo, os movimentos históricos de autonomia – revoltas, quilombagens, expulsão de invasores, são tomados como elementos unificadores da nação, pela sua ação do Estado brasileiro na sua destruição, através da intervenção salvadora branca que agregando aos seus exércitos indígenas e negros impuseram derrotas aos inimigos. “Os sujeitos da história do Brasil são o homem branco e o Estado Imperial. O passado colonial deve ser reconstruído como suporte de um Brasil branco e europeu” (REIS. José Carlos. Varnhagen (1853-7) o elogio da colonização portuguesa. p. 113).

> Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização do Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção” (GUIMARÃES. Manoel Luis Salgado. 1988. p. 7).

2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O IHGB é criado a partir da proposta apresentada na Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional em 18 de agosto de 1838 e aprovada em sua Assembleia em 19 de outubro do mesmo ano, este – o IHGB – passa a ter vida independente e é composto por 50 membros, sendo 25 para cada seção História e Geografia e já a partir da reunião de constituição em 01 de dezembro de 1838 se coloca sobre a proteção do imperador, que dotará financeiramente o mesmo. Marca importante da sua fundação é que é composto majoritariamente por pessoas que têm funções no aparelho do Estado e ainda de origem portuguesa.

É a partir de 1849, ao desvincular-se fisicamente da SAIN - Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, através da inauguração de sua sede em 15 de dezembro, que aprofunda-se a sua relação com o Estado Imperial, onde este passa a sugerir "temas para discussão e reflexão dos membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza cientifica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição" (GUIMARÃES. Manoel Luis Salgado. 1988. p. 10).

Assim, sobre a influência do Império, este intituto passa a desenvolver suas atividades com base no armazenamento de documentos e tendo como prioridade a produção de trabalhos nos campos da história, geografia e etnografia, sendo esta área, etnográfica, exclusivamente aos povos indígenas. Este trabalho etnográfico e arqueológico da temática indígena posteriormente travará um acirramento entre a história e a literatura "sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena" (GUIMARÃES. Manoel Luis Salgado. 1988. p. 11).

3. O papel da intelectualidade na exaltação eurocêntrica

Observamos aqui a deliberada omissão dos povos negros trazidos na condição de escravos e o papel desenvolvido pelo Estado brasileiro juntamente com as elites e a intelectualidade no processo de negação da sua multiculturalidade mantiveram fiel ao projeto desenvolvido por Von Martius, da exaltação do colonizador português e a mescla com a população indígena e completa exclusão da população negra.

> O vencedor impõe a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Aos vencidos resta a exclusão, a escravidão, a repressão e a assimilação pela miscigenação, isto é, pelo "branqueamento" racial e cultural (REIS. José Carlos. 1997. p. 116).

Conforma-se, assim, os primeiros passos da negação de alteridade e coisificação do ser negro, obviamente que ao tomarmos o processo histórico necessitamos nos situar nas condições objetivas e subjetivas da época, no entanto, não podemos desprezar as consequências da conformação deste projeto que se mantém sofrendo transformações pouco significativas e é base fundante do nosso complexo de inferioridade e de baixa-estima, ao buscarmos dentro da negação de multiculturalidade pluriétnica a exaltação da herança europeia.

Esta conformação por parte da nossa intelectualidade que forja o homem branco brasileiro, que buscou preservar a sua concepção européia em detrimento dos povos indígenas e africanos aqui trazidos, procurando "mostrar o que o diferencia e o aproxima do indígena, e o que o distancia do negro" (ODALIA. Nilo. 1997. p. 91).

> A resposta das elites: O Brasil não quer ser, indígena, negro, republicano, latino-americano e não-católico. O que significa dizer: o Brasil quer continuar a ser português e para isto não hesitará em recusar ou reprimir o seu lado "brasileiro". Este "Brasil português" será defendido e produzido pelas elites brancas, pelo Estado, pela Coroa. O novo país será uma continuação da colônia. A diferença é que a colônia não é mais exterior, mas interior. E é portuguesa ainda" (REIS. José Carlos. 1997. p. 114).

Importante destacarmos o pensamento de Varnhagen sobre a situação do negro na sociedade brasileira:

> Como a colonização africana, distinta principalmente pela cor, veio para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população, julgamos de nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar e tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar, e modernamente os da cultura do café, mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo as características da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos do Brasil vieram a ser conduzidos em ferro do continente fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema[2] acompanha não só a condição e a cor como todas as suas degradações (ODALIA. Nilo. 1997. p. 95 e 96).

[2] **Anátema** significa **excomunhão, execração, maldição, reprovação enérgica**. Do grego "*Anáthema*" (coisa posta de lado), formada da preposição "*aná*" *(de lado)* mais "*tithemî*" (colocar). Anátema é uma palavra canônica (relativa às regras da igreja) que se refere à condenação de uma doutrina contrária a qualquer verdade do Evangelho de Cristo. Anátema é a expulsão, a condenação, a excomunhão e execração, do seio da Igreja, de qualquer pessoa que segue doutrina contrária à verdade da fé católica. Os adjetivos excomungado, maldito e amaldiçoado, qualificam aqueles indivíduos que condenam o patrimônio da fé católica. <http://www.significados.com.br/anatema/>. Importante analisarmos o conteúdo religioso empregado, o que caracteriza mínimamente a crença religiosa na aplicação do

Fica evidente, que este pensamento ideológico não foi ainda superado entre nós, além do que ao ser incorporado no imaginário coletivo da nossa intelectualidade passou a condição de identidade cultural, dando uma percepção de unidade em torno deste conceito, no entanto, como vemos esta unidade se encontra apenas no interior do Estado brasileiro e em parte da nossa elite.

> O instrumento central para essa política de branqueamento é a miscigenação biológica; os que o seguirem terão um arsenal mais rico e amplo de argumentos pseudocientíficos para a defesa do branqueamento e procurarão ultrapassar as fronteiras do biológico, por meio da ampliação da miscigenação que passa a ser um fato cultural (ODALIA. Nilo. 1997. p. 97).

Encontramos aqui o racismo não apenas como deformação de caráter ou como questão subjetiva de cada indivíduo, mas sim, como estruturante na concepção de conformação do Estado brasileiro e de nação, que como tal nos relegou historicamente o processo estruturante da desigualdade social a partir da sua "independência", e que consolidou-se através do seu processo histórico de Império e Republica, sendo ainda base estrutural do sistema capitalista implementado.

Paralelo a esta conformação de nação e de branqueamento do país vimos a progressiva entrada de estrangeiros no país e o desenvolvimento de um processo de fixação destes como forma de embraquecimento. "Entre 1823 e 1830 foram editadas mais de duas dezenas de documentos, entre *Decisões, Portarias, Decretos e Leis* que regulavam ou davam instruções sobre a entrada e fixação de não-nacionais em solo pátrio (PAIVA, Odair da Curz. 2004. p. 35).

Comumente temos a questão da imigração com o processo de internacionalização da economia brasileira sem nos atentarmos ao processo de negação de brasilidade e da plurietnicidade constante no bojo de construção de nação, e o processo deliberado de expulsão de comunidades indígenas e negras de seus habitat para a ocupação imigrante, além do que todo o desenvolvimento de uma política imigratória que foi da "realização de propaganda do país na Europa e a responsabilidade em firmar acordos de emigração/imigração com países como Itália, Espanha, Portugal. Alemanha, etc."[3] ao financiamento e estabelecimento de uma política educacional como forma de fixação deste em território nacional.

conceito de exclusão do povo negro e ainda minimiza o processo escravagista brasileiro, apresentando-o com mais suavidade, em explicita defesa do caráter escravocrata português.

[3] (PAIVA, Odair da Curz. 2004. p. 50).

O embranquecimento como política de Estado pode ser constatado em diversos momentos históricos a partir da "independência", porém, é necessário ressaltarmos o Decreto 528, de 28 de junho de 1890, logo em plena vigência da primeira República, que trata do espírito do branqueamento brasileiro.

> O art. 1°. Do referido decreto explica que era livre a entrada, nos portos da República, "dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excludentes da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem estipuladas" (PAIVA, Odair da Curz. 2004. p. 67).

Tal conceito de branqueamento da nação como vemos passa a ser uma política de Estado e também de significativa parcela da sociedade, principalmente pela nossa intelectualidade da época, como veremos abaixo;

> Naquele momento, pensadores como Silvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Oliveira Lima (1883-1951), entre outros, avaliavam como positiva a imigração de brancos. Ela teria a função de impor uma atualização histórica na sociedade brasileira, igualando-a aos padrões étnicos e sociais europeus, considerados, então, como paradigma de civilização (PAIVA, Odair da Curz. 2004. p. 68).

Encontra-se implícito a continuidade do projeto de Von Martius e Varnhagen de extinção da população negra através da miscigenação, tendo esta como um processo de melhoria da raça, visto que negros eram tidos como raças inferiores. Não obstante a este processo, subjetivamente é constituído um conceito de inferiorização de nação e negação de brasilidade, com a constituição de uma elite eurocentrizada e constituída em núcleos migratórios que terminam por reforçar sua herança europeia e negatividade de brasilidade, ao mesmo tempo em que se mostra subserviente a um modelo de sociedade que nos mantêm presos ao conservadorismo colonialista.

Tal situação que chamaremos de complexo tupiniquim eurocêntrico, onde nossa elite busca comportar-se, referenda e submete-se a cultura eurocêntrica ou estadunidense, ao mesmo tempo, em que nega a plurietnicidade local e referenda através da sua omissão e/ou apoio a inferiorização de não brancos.

Ao constatamos o complexo conceito tupiniquim eurocêntrico vale destacar a preservação identitária dos diversos agrupamentos imigrantes e a até hoje atual necessidade de auto-

identificação desenvolvida através de inúmeras campanhas de reconhecimento de sua hereditariedade eurocêntrica, ao mesmo tempo em que assistimos ao massacre dos povos indígenas e a destruição histórica dos arquivos referentes a origem dos povos negros escravizados.

A negação de brasilidade, como podemos observar, encontra-se implícita em todos os setores da sociedade, e "naturalizou-se" tornando-se base estruturante do Estado brasileiro, que mesmo quando não explícitas, estas impactam sobre a população não branca, é assim que a absorção desta naturalização impacta negativa desde à aplicação de qualquer princípio econômico como na negação de justiça ou direitos sociais, caracterizando uma espécie de apartheid brasileiro, o qual nos negamos a enfrentar.

Aqui é entendido que a nossa autonegação impactou em uma desconstrução social, tendo o eurocentismo como uma intervenção salvadora branca, agindo na desregulação social indígena, e condenando a população negra a condição de espúrio, desde o projeto de nação e mesmo em nossos dias, esta situação pouco difere, sendo ainda negada a participação plena, seja pela origem eurocêntrica racista, seja pelo não reconhecimento do próprio processo de negação, ou ainda, pelo medo do enfrentamento de tal negação diante dos impactos, históricos, sociais, políticos e econômicos advindos de tal assumimento.

A construção de um projeto de brasilidade urge como forma de construção de uma verdadeira nação brasileira, voltada aos seus próprios interesses, negando o caráter etnocêntrico eurocentrado que nos foi imposto, nos resgatando do complexo tupiniquim de submissão e inferioridade e, por fim, nos libertando mentalmente da condição de colônia.

A riqueza contida em nossa plurietnicidade e consequente multiculturalidade, negada através deste complexo tupiniquim de inferioridade, que visa exaltar uma supremacia ariana, condenou a todos nós a um processo sistêmico de submissão ideológica e econômica, e que necessita ser enfrentada, como afirma Manoel Bomfim.

> Finalmente, a substância da história é feita desses embates em que, sob a rubrica de povos, ou de classes, as tradições se afrontam e lutam, para o avassalamento de umas pelas outras, com o resultado de substituições, fusões, eliminações, extinções – lentas ou súbitas, até que prevalece a tradição que representa um maior progresso humano, ou, pelo menos, a virtualidade de progresso, em energias jovens, próprias para a indispensável renovação de formas – políticas, sociais, econômicas [...] (BOMFIM. Manoel.2013. p. 38).

Tal enfrentamento não se limita a uma ação meramente política ou econômica, que possa vir a ser implementada com ascensão de um partido ao governo central/federal, isto

porque, no campo dos partidos de direita encontraremos não apenas a mentalidade conservadora, como também a incitação irresponsável de uma unicidade em torno de seus conceitos levando ao ódio do outro, pelo campo da esquerda, mesmo esta encontrando aspectos da negação burguesa, encontra-se limitada a luta classista e economicista, sem ter em conta a unimultiplicidade cultural e pluriétnica do nosso país.

Assim, a desconstrução da negação perpassa pela necessidade de criação de um sentimento de brasilidade, no enfrentamento da releitura da nossa história e a partir da consciência e comprometimento de construção de um processo revolucionário, na qual a afirmação de nossa multiculturalidade signifique o caminhar para o novo.

> Manoel Bomfim empreendeu uma criteriosa e detalhada revisão historiográfica, mostrando que entre os males brasileiros estava a maneira pela qual a nossa história estava sendo escrita, contada e, principalmente, ensinada (BOMFIM. Manoel. 2013. p. 19).

Não é demais lembrar que o abandono do complexo tupiniquim constitui principalmente na destruição do etnocentrismo eurocêntrico que instalou-se em nosso seio desde sempre. Porém, não significa desconsiderar possíveis contribuições, visto que a partir da plurietnicidade e multiculturalidade as heranças se conformam em uma construção identitária própria, que chamamos de brasilidade.

Referências

ODALIA. Nilo. **As formas do mesmo** - Ensaios sobre o pensamento histotiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. Editora UNESP. ISBN: 85-7139-142-4

PAIVA. Odair da Cruz. **Histórias da (i)migração -** Imigrantes e Migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. Arquivo Público do Estado de São Paulo. ISBN: 978-85-63443-07-6

BOMFIM. Manoel. **O Brasil na história** - Deturpação das tradições, Degradação política. 2 Edição - Rio de Janeiro; Topbooks; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2013. ISBN 978-85-7475-221-1

REIS. José Carlos; Departamento de História/UFOP. **Varnhagen (1853-7) o elogio da colonização portuguesa.** VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, n 17, Mar/97, p. 106-131

PEREIRA. José do Egito N. (Me. UFCG) SESC; <http://www.sescpb.com.br>. **Karl Friedrich Von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen:** o Brasil e a infeliz presença negra.

CARTELI. Karin Kreismann. **A identidade nacional brasileira**. Trabalho apresentado como pré-requisito para a conclusão da disciplina Cultura Brasileira e Patrimônio Histórico, ministrada por Bernardo Lewgoy, no Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Histórico-Cultural em setembro de 2001.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) O Brasil Imperial. V. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. **Conflitos e experiências na formação do estado imperial brasileiro**.

GUIMARÃES. Manuel Luis Salgado. **Nação e civilização nos trópicos:** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n 1, 1988. P. 5-27.

O PROCESSO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Franciele Helena da Silva
UEPG

Cleide Lavoratti
UEPG

Resumo: A presente pesquisa é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e procura abordar os aspectos significativos do Processo de Destituição do Poder Familiar, bem como suas implicações nas relações familiares, das crianças e adolescentes, destituídas do poder familiar no contexto do Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAI), da Comarca de Ponta Grossa-PR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e os procedimentos metodológicos selecionados foram: a pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e a análise hermenêutica dialética. As principais categorias a serem discutidas no decorrer do processo de investigação científica serão: Família; Poder Familiar; Convivência Familiar, para assim compreender melhor a Destituição do Poder Familiar e suas implicações na vida de crianças, adolescentes e suas famílias.

Palavras-chave: família; convivência familiar; destituição.

Abstract: This research is the result of a course conclusion work - CCW and seeks to address the significant aspects of the Dismissal Process Family Power and their implications on family relationships of children and adolescents deprived of family power in the context of the Auxiliary Service Childhood and Youth - ASC, in the District of Ponta Grossa, State of Paraná. This is a qualitative research and the selected methodological procedures were: a literature review; documentary research and the dialectic hermeneutical analysis. The main categories to be discussed during the process of scientific research are: Family; Family power; Family living, to better understand the Dismissal of Family Power and its implications in the lives of children, adolescents and their families.

Keywords: family; family living; dismissal.

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) apresenta em seu art. 22 que incumbe "aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais". E não havendo o cumprimento dessas incumbências, pode ser ocasionada a perda ou extinção do poder familiar.

Mais adiante, o art. 23 estabelece que "a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar", ainda que "não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio".

No entanto, como apresentado por Fávero (2007), são constantes as situações em que essa ruptura tem como origem a condição de carência econômica e social vivenciada pelas famílias a quem são dadas essa medida. Por mais que a determinação da perda do poder familiar não se dê explicitamente por causa das condições de pobreza, o que seria contra lei, essa questão vem subentendida e aparece como justificativa dos pais na "entrega" de seus filhos.

A Destituição do Poder Familiar é um processo que implica bastante atenção quanto à sua legislação e critérios de execução, no entanto, como apresenta Fávero (2007), ainda há uma carência autores que debatem as questões tocantes a essa temática.

Aliado a isso, inserida no estágio curricular, realizado no Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAI), da Comarca de Ponta Grossa-PR, passei a notar que constantemente tramitam processos de destituição do poder familiar, nos quais o assistente social contribui com seu parecer social.

Tais processos, na maioria das vezes, transformam-se em autos de adoção, mas, por vezes, não estão em consonância com o preconizado pela legislação.

1. Aspectos teórico-conceituais relativos ao tema

Ao escolher abordar a temática da destituição do poder familiar, faz-se necessário, num primeiro momento, remeter-se ao conceito de família. Tercioti (2011) nos apresenta que "a família, como instituição social, é uma entidade muito anterior ao Estado, anterior à própria religião e anterior ao Direito que hoje a regulamenta, e que resistiu a todas as transformações que sofreu a humanidade [...]" e não há como negar a essa afirmativa, pois é uma instituição pertinente a todo e qualquer indivíduo e atualmente alvo das mais diversas políticas.

Para entender a origem da família, é necessário lembrar que, como apresenta Dias (2014), cultivar certos vínculos afetivos não é uma prerrogativa da espécie humana, o que sempre existiu foi o acasalamento, sendo tanto pelo extinto de conservação da espécie, quanto pela aversão que em geral temos à solidão. Essa autora coloca ainda que:

> Mesmo sendo a vida aos pares um fato natural, em que os indivíduos se unem por uma química biológica, a família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, cuja estruturação se dá através do direito (DIAS, 2014, p. 27).

Ela destaca também que a família preexiste ao Estado e que a própria organização da sociedade se dá em torno da estrutura familiar. No entanto, foi a intervenção do Estado que levou a instituição do casamento que é "nada mais do que uma convenção social para organizar os vínculos interpessoais, a família formal era uma invenção demográfica, pois somente ela permitiria à população de multiplicar" (DIAS, 2014, p. 27).

Tais afirmações nos faze reavaliar diversas prerrogativas que temos internalizado, nos faz relembrar que somos seres primitivos, dotados de instinto que são reprimidos socialmente e moralmente, meio pelo qual se instituiu o casamento e a família formal.

A família citada no primeiro Código Civil brasileiro, como coloca Dias (2014), possuía uma formação extensiva, predominantemente rural, integrada por todos os parentes, formando uma unidade de produção, com grande incentivo a procriação.

No entanto, como apresenta a mesma autora, a família nesses moldes perdurou somente até a revolução industrial, já que a partir dela, houve um aumento da necessidade de mão de obra e as mulheres passaram a ser inseridas no mercado de trabalho, deixando o homem de ser o único provedor da subsistência.

Com isso, entende-se que ao ocuparem as cidades e se inserirem no trabalho dentro das indústrias, as necessidades das pessoas passaram a ser outras. A ideia de se ter filhos que antes era voltada a quantidade, na qual quanto mais filhos, mais mão de obra rural, passou a ser ligada a afetividade, entendendo a prole como fruto do amor entre o casal.

Entende-se, também, que "a família não é um simples fenômeno natural, ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado" (PRADO, 1985, p. 12).

Dessa forma, o direito de crianças e adolescentes a conviver em meio a uma família e a comunidade em que está inserida é um direito assegurado pela lei. Tem como marco o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que surge como o resultado de um processo participativo de elaboração conjunta.

Configurou-se em um marco para as políticas públicas no Brasil, quando rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com esta iniciativa, também como apresenta Brasil (2006), reconhecemos a importância da mobilização de Estado e sociedade para que as crianças e os adolescentes sejam vistos de forma indissociável de seu contexto familiar e comunitário.

Ou seja, as crianças e adolescentes não são fragmentados e, portanto, devemos sempre pensar no seu atendimento humano integral, por meio de políticas públicas articuladas com vistas à plena garantia dos direitos e ao verdadeiro desenvolvimento social.

Também considero importante destacar a partir do texto do Plano quando se reafirma a criança e ao adolescente como "sujeitos de direitos", entendo-os como:

> Indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros 'objetos', devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento (BRASIL, 2006, p. 26).

E o fato de terem tais direitos significa, então, que são beneficiários de certas obrigações por parte de terceiros como: a família, a sociedade e o Estado. Estes devem proteger a criança e o adolescente e propiciar-lhes as condições para o seu pleno desenvolvimento, no seio de uma família e de uma comunidade, ou prestar-lhes cuidados alternativos temporários, quando afastados do convívio com a família.

Houve, então, uma mudança de olhar e a busca por novos meios de por em prática as políticas, não apenas as voltadas à infância e juventude, mas todas as que compõem o chamado Sistema de Garantia de Direitos, inserindo assim a percepção das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pertencentes a um contexto sócio familiar e comunitário.

No entanto, de acordo com Silveira et. al. (2010), esse direito muitas vezes é violado, mediante dificuldades, sejam elas socioeconômicas, situações de risco ou falta de apoio do Estado, nas quais a família não consegue sozinha cumprir suas funções, sendo assim, crianças e adolescentes têm ficado abandonados socialmente. E, como forma de proteção, são submetidas, muitas vezes, a medida de acolhimento institucional, privando-as do ambiente familiar natural.

Não foi raro observar em minhas experiências enquanto estagiária da Vara da Infância e Juventude, alguns profissionais de diversas áreas que ainda têm a concepção "menorista", preferindo o acolhimento ao convívio da criança ou adolescente com a família em situação de pobreza.

Apesar disso, nos casos onde realmente haja violação dos direitos das crianças e adolescente, se forem esgotados todos os recursos de permanência dos mesmos em família natural e/ou extensa, a colocação em família substituta na modalidade adoção, torna-se uma alternativa, como forma de garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

De acordo com o ECA em seu artigo 41, a adoção é medida excepcional e irrevogável e atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive os sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo impedimentos matrimoniais.

Baseado nisso, os profissionais que atuam na área da criança e adolescente, entre eles, o Assistente Social, precisam ter sempre claro que o ideal para uma criança, tendo ocorrido o acolhimento, é intervir de forma multidisciplinar para que o contato com a família de origem permaneça, e que o mais breve possível a criança possa retornar para a sua família.

Da mesma forma, as políticas setoriais – assistência social, saúde, educação e habitação, devem atuar de forma conjunta, dialogando, e intervindo nestas famílias, com vistas ao fortalecimento das mesmas, e evitando-se a destituição do poder familiar em casos com possibilidades de reintegração familiar.

2. Poder familiar e destituição do poder familiar

A expressão Poder Familiar começou a ser inserida na legislação a partir do Código Civil de 2002, que substituiu o termo “pátrio poder”. Considera-se que, como apresenta Comel (2003), a expressão “pátrio poder” era denotadora da prevalência do pai em relação à mulher e aos filhos.

Com a revisão da legislação e notando que o termo não dava conta de englobar o contexto familiar atual, foi reconhecida a necessidade dessa substituição, para que não houvesse dúvida sobre a posição da mulher na direção da sociedade conjugal, exercida por ambos, em colaboração.

O poder familiar é o centro do sistema civil no que se refere a proteção da criança e adolescente. Ele consiste em deveres aos pais em relação aos filhos como está disposto no art. 229 da Constituição Federal de 1988: “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores [...]”, tendo sempre as figuras do pai e da mãe em igualdade de condições.

Segundo Comel (2003), "o poder familiar é uma função: o encargo de atender ao filho, assegurando-lhe o atendimento de todos os direitos que lhe são reconhecidos como pessoa, em face de sua condição peculiar de desenvolvimento".

A mesma autora também coloca que o poder familiar apresenta três características fundamentais que são: a irrenunciabilidade; a intransmissibilidade e a imprescritibilidade**.**

De acordo com algumas experiências, percebemos que é comum em nossa sociedade certas situações de castigos físicos, psicológicos, ou negligência em relação às crianças e adolescentes, em boa parte dos casos por famílias que vivem em extrema pobreza, com suas dificuldades, falta de recursos para manter a família, que movidos por descontroles de momento, pela dureza cotidiana (ou não), acabam descarregando nos filhos seus traumas e frustrações.

Entretanto, de acordo com Comel (2003), a perda do poder familiar é a mais grave medida imposta em virtude do não cumprimento dos deveres dos pais para com o filho. Tal medida é imposta quando qualquer dos pais agir desviando-se ostensivamente do que se é esperado, sendo assim retirada a autoridade, destituindo-o de toda e qualquer prerrogativa em relação ao filho.

O Código Civil de 2002 em seu art. 1638 apresenta os casos em que caberá a destituição do poder familiar:

> Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:
> I - Castigar imoderadamente seu filho;
> II - Deixar o filho em abandono;
> III - Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
> IV - Incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta em seu art. 22 que incumbe "aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais". E não havendo o cumprimento dessas incumbências pode ser ocasionada a perda ou extinção do poder familiar.

É importante destacar que, em seguida, no art. 23 é estabelecido que:

> A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, ainda que não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

No entanto, como coloca Fávero (2007), são constantes as situações em que essa ruptura tem como origem a condição de carência econômica e social vivenciada pelas famílias a quem são dadas essa medida. Por mais que a determinação da perda do poder familiar não se dê explicitamente por causa das condições que pobreza, o que seria contra lei, essa questão vem subentendida e aparece como justificativa dos pais na entrega de seus filhos.

Devido a isso, de acordo com Torres et. al. (2012), o juiz que destitui o poder da família deve ser muito criterioso, por ser uma sanção grave, que além de punir os pais (seja um dos genitores ou ambos), também pode causar traumas à criança e danos irreversíveis.

3. Conhecendo o universo da pesquisa

Após termos abordado os aspectos teóricos relativos ao tema central desse trabalho, passamos a nos aproximar mais do objeto de estudo.

Como se trata de uma organização hierárquica, falaremos de início do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que de acordo com dados encontrados no site oficial, tem início desde a época em que o nosso país era colônia de Portugal, pois em 22 de junho de 1700 D. Pedro criou a Ouvidoria Geral para as Capitanias do Sul, sendo Paranaguá a ela subordinada.

Foi regulamentado pela Lei n. 3, de 12 de junho de 1891, na qual esta lei autorizou cada estado a organizar os serviços públicos, decretar o orçamento para o novo estado e criar um "Tribunal de 2ª e última instância", com a denominação de "Tribunal de Appellação".

A Comarca de Ponta Grossa foi instalada em 16 de dezembro de 1876, sendo logo após no ano de 1877 extinta. Houve então grande luta de todos os Pontagrossenses, até que foi restaurada pela Lei Provincial nº 572/1880, tendo como primeiro Juiz de Direito da Comarca o Dr. Acindino Vicente de Magalhães.

A Comarca conta com a Vara de Execuções Penais, as Varas Cíveis, Varas Criminais, Varas de Família e a Vara de Infância e Juventude, a qual interessa para nosso trabalho.

A Vara da Infância e Juventude que visa efetivar os direitos das crianças e adolescentes volta seus esforços para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e age conforme o ECA.

Ligado a esta Vara, está o SAI - Serviço Auxiliar da Infância e Juventude, nosso universo de pesquisa, que surgiu a partir do Decreto Judiciário nº 1057, de 09 de dezembro

de 1991, com atuação junto a Vara da Infância e Juventude e Vara de Família, que estão diretamente subordinados a Corregedoria de Justiça.

De acordo com a regulamentação, cabe ao SAI assessorar a Justiça da Vara da Infância e Juventude, atendendo ao Juiz de Direito competente, no desempenho de suas funções e atribuições, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Suas demandas de trabalho estão diretamente ligadas à garantia dos direitos das crianças e adolescentes e envolvem condições sócio históricas, econômicas, sociais e culturais, ou seja, necessitam de ações que possibilitem uma intervenção propositiva e transformadora, visando a efetivação da cidadania, a autonomia e emancipação dos sujeitos. Contribuindo assim, com subsídios para que os usuários superem a condição de vulnerabilidade e risco social e/ou pessoal.

4. A realidade dos sujeitos de pesquisa - famílias e crianças envolvidas nos processos de destituição do poder familiar.

Seguindo com os objetivos da nossa pesquisa, vamos, a partir de agora, traçar o perfil das famílias das crianças em processo de destituição do poder familiar, no período de janeiro de 2014 a março de 2015.

Para que isso fosse possível, elaboramos um formulário que orientou a pesquisa documental realizada junto aos processos. Por pesquisa documental entendemos que:

> [...] é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas Ciências Sociais, na investigação histórica, afim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (PÁDUA, 1997, p. 62).

Como se tratam de processos que tem seu sigilo preservado, solicitamos uma autorização, via ofício, da Juíza de Direito responsável pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Ponta Grossa.

Com a autorização em mãos, solicitamos ao Cartório da Vara uma busca no sistema digital onde são disponibilizados os processos. Pudemos localizar 14 processos em tramitação no período selecionado, dos quais dois não conseguiram ser repassados, pois o sistema bloqueou o acesso. De acordo com uma das funcionárias do cartório, é provável que isso tenha ocorrido pelos processos estarem com algum documento pendente.

Dessa forma, tivemos acesso a 12 processos para a pesquisa, que envolvem 21 crianças, uma vez que há casos de mais de uma criança por família incluídas no mesmo processo.

A partir disso, quanto às famílias envolvidas, demos ênfase a questões como: número de filhos; renda familiar; escolaridade; situação habitacional; uso de substâncias psicoativas, entre outras observações. Dessa forma, obtivemos o perfil que segue:

Tabela 1 - Número de Filhos por Família

	Famílias	Porcentagem
De 1 a 3 filhos	5	42%
De 3 a 5 filhos	6	50%
Mais de 5 filhos	1	8%
Total	**12**	**100%**

Fonte: Processos estudados na pesquisa documental. Organizado pelas autoras.

Observamos com isso, que a maioria expressiva das famílias incluídas no estudo possui até cinco filhos. Cabendo ressaltar, também, que de acordo com os dados obtidos, 50% tiveram outros filhos destituídos, a maior parte incluída no mesmo processo.

Quanto à renda aproximada dessas famílias, tivemos certa dificuldade em localizar, tendo em vista que em alguns processos não estava incluído o estudo social com a família, ou até mesmo o estudo social não apresentava tal informação.

Tabela 2 - Renda Familiar

	Famílias	Porcentagem
Inferior a 1 salário mínimo	1	8,5%
Igual a 1 salário mínimo	7	58%
Acima de 1 salário mínimo	1	8,5%
Não consta	**3**	**25%**

Fonte: Processos estudados na pesquisa documental. Organizado pelas autoras.

Percebemos na tabela acima que somente uma dessas famílias possui renda superior a um salário mínimo, tendo como agravante o fato de que 58% não recebe nenhum outro tipo de benefício.

Tabela 3 - Recebem Algum tipo de Benefício?

Sim	2	17%
Não	**7**	**58%**
Não Consta	3	25%

Fonte: Processos estudados na pesquisa documental. Organizado pelas autoras.

Ao buscarmos informações a respeito da escolaridade dos genitores, percebemos que dos 12 processos, somente em três constava no estudo social que a mãe concluiu o ensino fundamental. Quanto aos pais, não era mencionado a escolaridade.

Para a construção do perfil, foram consideradas também informações acerca da situação habitacional das famílias, bem como as condições de sua moradia.

Tabela 4 - Situação Habitacional e Condições de Moradia

	Situação Habitacional		
Casa Própria	2	Alvenaria	1
Casa Alugada	0	Madeira	7
Casa Cedida **Sem residência fixa** **Moradores de rua**	**6** **2** **2**	**Mista** **Ocupações Irregulares**	**1** **3**

Fonte: Processos estudados na pesquisa documental. Organizado pelas autoras.

Além disso, pelo que consta nos relatórios de estudo social, a maioria das casas contam com condições precárias, tanto de construção, quanto de limpeza (interior e exterior), algumas vezes com fiação elétrica exposta e presença de lixo como restos de comida.

No que se refere às condições de saúde da família, são citadas questões muito pontuais, em alguns processos da saúde das crianças e em outros de algum outro membro da família. Foram encontradas nos processos doenças como: escabiose, anemia, desidratação, paraplegia, bronquite, paralisia cerebral, problemas respiratórios, comprometimento psicológico e déficit de atenção.

Cabendo destacar que muitas dessas doenças são relacionadas com as condições de vida dessas famílias e com o ambiente em que estão inseridas, suas condições de higiene e a falta de acesso a informação quanto aos cuidados básicos com a saúde.

Quanto ao uso de substâncias psicoativas, das 12 famílias estudadas, em 10 casos, pelo menos um dos genitores fazia uso de algum tipo de droga e em 2 não faziam nenhum

tipo de uso, sendo que a maior parte consumia bebidas alcóolicas e os demais tipos de substâncias não foram descriminadas nos relatórios.

Podemos observar que os dados apresentados até o momento trazem a tona o fato de que famílias que têm seus filhos destituídos do poder familiar são, em grande maioria, famílias com condições de sobrevivência muito comprometidas e também desamparadas pelo Estado, que não dá conta de cumprir com suas obrigações para com a população mais necessitada.

Sabemos que isso é reflexo de uma questão estrutural, pois o sistema em que estamos inseridos faz com que o Estado se enxugue para o social, e a população como, coloca Paiva (2000):

> Conta sempre com menor proteção social seja como consequência da legislação (modificada ou não), seja pela redução dos serviços sociais do Estado [...] A era democrática de serviços não contributórios como direito humano ficou para trás (PAIVA, 1999, p. 52).

Pensando nesse sentido, notamos que essas famílias muitas vezes não conseguem manter seus filhos por estarem completamente desassistidas.

Tendo conhecido a realidade das famílias envolvidas nos processos de destituição do Poder Familiar a partir das informações coletadas na pesquisa documental podemos também identificar as características das crianças inseridas no processo.

Como já citado anteriormente, foram localizadas (nos 12 processos) 21 crianças. Desse total constatamos que 11 são do sexo feminino e 10 são do sexo masculino.

Quanto à idade, estabelecemos no formulário três faixas etárias, de 0 a 5 anos – encontramos 11 crianças; de 5 a 10 anos – 10 crianças e na faixa etária de crianças com mais de 10 anos, não encontramos nenhuma.

Quanto à atual situação dessas crianças, observamos que quinze estão inseridas em família substituta, ou seja, foram adotadas. Três estão em instituição de acolhimento, pois apesar de terem sido destituídas do Poder Familiar, ainda não foram localizadas nos cadastros, pretendentes a adoção em que o perfil se encaixe.

Além disso, duas crianças conseguiram ser reinseridas no contexto familiar materno, após ter ocorrido à contestação da Inicial do Ministério Público[1] com ganho de causa. E, por fim, uma das crianças encontra-se em lugar incerto, já que evadiu da instituição de acolhimento.

[1] É o documento que o Ministério Público redige ao iniciar um pedido de destituição do poder familiar, descrevendo o caso, elencando os motivos que levaram a destituição, bem como a legislação que o embasa.

No que se refere ao tempo de tramitação do processo, utilizamos como início a data em que o Ministério Público entrou com a Inicial de Destituição do Poder Familiar e como final a data da sentença final autorizando a Destituição.

Tabela 5 - Tempo de Tramitação do Processo

De 1 a 3 meses	**5**
De 3 a 6 meses	4
De 6 a 9 meses	1
De 9 meses a 1 ano	1
Não se concluiu	**1**

Fonte: Processos estudados na pesquisa documental. Organizado pelas autoras.

É perceptível o fato de que os processos são concluídos em muito pouco tempo, deixando o questionamento dos métodos utilizados, bem como a consistência dos argumentos elencados.

Não podemos deixar de destacar que muitos processos de destituição do poder familiar são fruto de outro processo de providências que já correm há mais tempo, mas chegamos a estudar processos em que a destituição ocorreu dois dias após o nascimento da criança.

Durante o processo de construção da pesquisa documental, nos interessou também identificar quais os motivos que autorizavam o processo de Destituição do Poder Familiar, tendo em vista que como apresentado no primeiro Capítulo, trata-se da sanção mais grave aplicada aos pais em relação aos filhos e só deve acontecer em último caso.

Por isso, essa questão se apresentou com bastante destaque. O quadro abaixo apresenta os principais motivos contidos nas Iniciais de Destituição do Poder Familiar do Ministério Público.

Quadro 1 - Motivos que Autorizam a Destituição do Poder Familiar

Negligência
Ausência de visitas dos pais aos filhos no acolhimento
Maus tratos
Longo período de acolhimento institucional
Imóvel com precárias condições
Uso de substâncias psicoativas pelos genitores
Mendicância e suspeita de abuso sexual (mesmo processo)

Entrega espontânea dos pais por ausência de condições
Prostituição da mãe

Fonte: Processos estudados na pesquisa documental. Organizado pela autora.

A Negligência foi a questão mais citada quando nos remetemos aos motivos. No entanto, essa expressão nos incomoda, pois vem denotada de julgamentos e valores que não devem ser generalizados, uma vez que:

> É dita negligente a família que não cumpre a sua função, esperada, de cuidar/proteger os filhos. Entretanto, a ideia que norteia essa prática é aquela baseada na ordem familiar burguesa, instituída socialmente, pautada por valores hegemônicos – que ditam o certo e o errado, como uma criança deve ser educada e protegida. Desqualificam-se, assim, distintas organizações familiares que não seguem esse modelo burguês. A família dita negligente deixa de fazer o que é esperado, apesar de poder constituir outras práticas que, entretanto, não são legitimadas socialmente (NASCIMENTO, 2012, p. 182).

Ou seja, a família é categorizada como negligente, mas desconsidera-se que muitas vezes ela é quem está sendo negligenciada pelo Estado, a família pobre é privada de direitos, e consequentemente não tem como suprir/garantir as necessidades de seus filhos.

Outro ponto chave é a questão da não construção de vínculos ou a falta de visitas aos filhos na instituição de acolhimento que foi citado como motivo de destituição pelo Ministério Público em vários processos, principalmente de bebês, sendo que, nos estudos sociais constatamos que as visitas eram suspensas judicialmente e o processo corria rapidamente, assim os vínculos não poderiam mesmo ser construídos.

Destacam-se, também, situações onde o relatório das assistentes sociais apontam membros da família extensa com interesse de acolher a criança ou adolescente e o documento do Ministério Público contradiz, mencionando que não foi encontrado ninguém, fato que viola o direito dessa criança permanecer em sua família de origem.

Não negamos que em casos extremos de maus tratos, violência sexual, abandono, a perda do poder familiar é necessária, ou ainda quando não há vínculo afetivo construído na gestação e conscientemente os pais entregam seu filho a adoção é compreensível. Mas motivos como negligência, situação de mendicância, prostituição, ausência de condições frente aos cuidados básicos, são estritamente ligadas às condições econômicas das famílias e a falta de acesso a rede de serviços públicos, o que faz com que a perda do poder familiar contrarie a legislação.

Considerações Finais

Os resultados obtidos nesse processo de pesquisa permitiram uma compreensão acerca dos aspectos do processo de destituição do poder familiar, tanto de maneira teórica quanto como ocorre na prática.

Identificamos que, quando o processo não ocorre conforme previsto pela legislação vigente, pode acarretar muitos danos às relações familiares, como por exemplo filhos crescendo sem ter a possibilidade de conhecer e conviver com sua família de origem e famílias que estarão sempre permeadas pela sensação de injustiça e de perda de algo irreparável que é um filho.

Percebemos, também, que em boa parte dos casos há uma culpabilização da família em relação às suas condições econômicas, que surge implicitamente nas decisões. Também notamos a presença de julgamentos morais em relação às mulheres com maior número de filhos.

Em relação às crianças, percebemos que quando bebês, a destituição ocorre com muita rapidez, pois se trata de demandas prioritárias aos pretendentes de adoção, sendo retirados do convívio familiar logo na maternidade, para que não sejam criados vínculos e mesmo quando há vontade dos genitores em ficar com seus filhos, existem situações que são suspensas visitas por vias judiciais.

Portanto, trata-se de um cenário preocupante, no qual muitos direitos da família e principalmente das crianças e adolescentes estão sendo violados. Não negamos aqui que existem casos onde é necessário e compreensível a destituição do poder familiar, mas, deve-se agir em consonância com a legislação, tendo em vista os direitos dos envolvidos, evitando assim danos irreversíveis.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. 8 ed. Brasília: Edições Câmara, 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Conanda, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social

snas/cadernos/plano-nacional-de-promocao-protecao-e-defesa-do-direito-de-criancas-e-adolescentes-a-convivencia-familiar-e-comunitaria>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

CÓDIGO CIVIL, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DIAS. M.B. **Manual de direito das famílias**. 9ª edição. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014.

COMEL, Denise Damo. **Do Poder Familiar**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

FÁVERO, Eunice Terezinha. **Questão social e Perda do Poder Familiar.** São Paulo: Editora Veras, 2007.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

NASCIMENTO. M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade 24**: 39-44, 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PAIVA. V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: **A cidadania Negada.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/educacion/paiva.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

PRADO. D. **Coleção Primeiros Passos:** O que é família? Brasília. Editora Brasiliense, 1985.

SILVEIRA, Andreia Cimone da. Et. al. **Direito a Convivência Familiar e Comunitária e a Nova Lei de Adoção:** Algumas Considerações. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.832721001324991966_direito_a_convivencia_familiar_e_comunitaria_e_a_nova_lei_de_adocao.pdf.>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

TERCIOTI, Ana Carolina Godoy. **Famílias Monoparentais**. Campinas: Editora Millennium, 2011.

TJPR. **Site oficial do tribunal de Justiça do Estado do Paraná.** Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/ >. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

O HOMEM DA RELAÇÃO: O PROCESSO LEGISLATIVO DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS

Janaína Gomes Garcia de Moraes
UFES

Resumo: O projeto de pesquisa apresentado para o Mestrado em Direito da UFES visa discutir os direitos civis dos homossexuais na atualidade. Como, para negar o acesso desses grupos a tais direitos, a defesa da família é frequentemente invocada, é necessário examinar o conceito desta. Assim, o presente trabalho visa discutir a essência social e histórica da noção de família, a fim de inseri-la, posteriormente, no contexto da formação familiar por homossexuais, sua composição e suas formas de filiação. No trabalho que ora se apresenta, o objetivo é apresentar o estado da arte no que tange às noções de família que permeiam o imaginário brasileiro, por meio de revisão bibliográfica, demonstrando que a configuração de família conhecida e compartilhada no Brasil não é uma ideia natural e intrínseca ao instituto.

Palavras-chave: família; adoção; construção social.

Abstract: The dissertation research project presented to the UFES Law Masters intends to discuss the homosexual´s civil rights nowadays. As, for denying the access of these groups to such rights, the defense of the family é frequently called for aid, it is necessary to examine its concept. Therefore, this paper aims to discuss the social and historical essence of the family notion in order to insert it in the context of homosexual families, its arrangements and parenting forms. In this paper, the goal is to present the state of art about the family concepts that surround Brazilian collective imagination, through bibliographic review, showing that the family feature known and shared in Brazil is not a natural and an inherent idea to the institution.

Keywords: family; adoption; social construction.

Introdução

Não é preciso muito esforço para encontrar filmes, propagandas e programas de TV que contenham uma imagem da família ideal: papai, mamãe e filhinhos. Ao vê-la, pressupomos que o pai e a mãe se apaixonaram e, então, casaram-se. Em seguida, vieram os filhos. Assim, formou-se a família e todos viveram felizes para sempre.

Não é difícil, também, encontrar histórias cujo objetivo do protagonista é estabelecer essas relações, superando adversidades para conquistar seu grande amor, e com este se casar e ter filhos.

Porque essas histórias são tão frequentes e porque, hoje, muitas pessoas se identificam com elas, a impressão que se tem é de que esse é o curso natural da vida e que essa imagem de família corresponde à família mesma, tal qual é e sempre foi. Assim, identificam-se as famílias atuais com as antigas, como se essa instituição fosse natural e inerente ao homem.

No entanto, o estudo de dados históricos e sociológicos dão conta de que essa formação familiar, centrada no casal e nos filhos, vivendo numa mesma casa, onde impera o amor, surgiu em um determinado momento histórico relativamente recente, e estava, então, circunscrita a um grupo da sociedade. Somente com o tempo, a configuração hoje tida por tradicional se estendeu a outros grupos.

São os apontamentos históricos e sociais a esse respeito que pretendo abordar neste trabalho, a fim de desconstruir a ideia de naturalidade na formação familiar contemporânea. Isto é, por meio de revisão bibliográfica, pretendo demonstrar que a noção de família atualmente vigente é fruto de uma construção social. E, então, tendo isso em vista, refletir criticamente sobre a exclusão de outros modelos.

Antes, porém, de entrar no tema do trabalho propriamente dito, são necessários alguns esclarecimentos e delimitações.

Primeiro, a fim de não gerar interpretações errôneas ou enviesadas, esclareço que reconhecer o caráter eminentemente social, em detrimento do natural, da ideia de família não importa em juízo de valor bom/mau, certo/errado ou afins. De acordo com os textos que serão citados ao longo deste artigo, verifica-se que a família conjugal fundada no amor do casal não é um dado da natureza, mas uma criação humana. Contudo, isso não significa que haja algo de ruim nesse modelo. Não há correspondência que implique natural = bom e social = mau, neste trabalho. A intenção, aqui, é demonstrar que esse modelo tradicional não precisa excluir outros, em nome de uma naturalidade que lhe seria intrínseca.

É preciso esclarecer também quais são os limites da investigação. Considerando que o modelo de família propagado no Brasil do século XXI é este fundado no amor do casal que procria, tem-se que sua origem está na Europa Ocidental, no período após a queda do Antigo Regime. Assim, uma vez que o objetivo deste trabalho é demonstrar a construção desse modelo, e dadas as limitações temporais e espaciais, serão excluídas as formas de organização familiares indígenas (dos nativos do Brasil), africanas (tanto dos escravos trazidos quanto das pessoas que ficaram na África), orientais (aí incluída a Índia, a China, o Japão, os países do Oriente Médio, as ilhas da Polinésia e da Melanésia etc). O objetivo deste trabalho não é fazer um tratado sobre todas as organizações possíveis para as famílias, mas apenas demonstrar que o atual modelo ocidental não é o único existente e nem mesmo no próprio Ocidente ele foi sempre assim. Dessa maneira, o corte metodológico engloba apenas o Ocidente, em especial a Europa e o Brasil, a partir da queda do Antigo Regime.

Dito isso, cabe um último esclarecimento prévio: estou ciente de que procurar na Europa Ocidental um modelo de família que se aplica ao Brasil é incorrer no vezo de se tomar a história da França como a história do mundo, obliterando as particularidades regionais que fazem com que os modelos e as visões acerca do tema não sejam completamente coincidentes. No entanto, é reconhecida aqui a influência que o modelo emergido com a ascensão da burguesia provocou no Ocidente, inclusive no Brasil, de maneira que entendo possível sua consideração para os fins desse trabalho.
Assim, fixado o campo de investigação e seu método, é possível passar ao estudo do tema.

1. A família conjugal: uma construção social

Diz-se do Direito que ele é uno, sendo dividido em ramos com objetos, princípios e regras diferentes para fins apenas didáticos.

Um desses ramos do Direito é voltado expressamente para regular e tutelar a família. Embora esse fato revele a importância que essa instituição ostenta no meio jurídico, é de se notar que nenhuma lei se preocupe em conceituá-la.

Isso se deve ao fato de que a sociedade brasileira regida pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Civil de 2002 tem uma ideia compartilhada do que seja uma família, de maneira que o seu conceito possa estar implícito na legislação sem prejuízo à compreensão dos destinatários da lei. É possível, então, afirmar que a noção de família protegida pelo Direito brasileiro é uma representação social, entendida como um conhecimento prático acerca de um objeto ao qual os membros de um grupo aderem e do qual participam (JODELET, 1989). Desse modo, sendo o conceito de família um saber prático partilhado na comunidade, o legislador pode prescindir de defini-la. No entanto, ele deixa pistas muito sugestivas daquilo que entende como família.

No Código Civil, a estrutura do Livro IV, que trata do Direito de Família, deixa claro que ela é pensada a partir do casamento; após, pensam-se outros temas, como os filhos. Assim, a disposição das seções esclarece o que ora se afirma, como se infere da reprodução abaixo:

> LIVRO IV
> Do Direito de Família
> TÍTULO I
> Do Direito Pessoal
> SUBTÍTULO I

> Do Casamento
> [...]
> SUBTÍTULO II
> Das Relações de Parentesco
> CAPÍTULO I
> Disposições Gerais
> CAPÍTULO II
> Da Filiação

A escolha dessa sequência, dentre tantas outras possíveis, revela como se organizam (ou devem organizar-se) as famílias no imaginário brasileiro.

Com base nela, verifica-se que, embora não haja nenhum impedimento legal ou fático para que os filhos venham antes do casamento (ou mesmo a despeito dele), a ordem dos dispositivos demonstra como a nossa cultura está impregnada pela ideia de que o casamento entre homem e mulher – que pressupõe fidelidade recíproca; vida em comum, no domicílio conjugal; mútua assistência; sustento, guarda e educação dos filhos; respeito e consideração mútuos (art. 1.566, CC) – funda a noção de família no Brasil.

A par disso, não se pode deixar de notar que o Código Civil dedica, no que tange aos Direitos Pessoais de Família, 71 artigos ao casamento (arts. 1.511 a 1.582) e 55 (arts. 1.583[1] a 1.638) a outros assuntos – estando excluídos, dessa conta, os dispositivos referentes aos Direitos Patrimoniais relativos à Família (Título II do Livro), como as regras que regulam o regime de divisão de bens do casal.

Do mesmo modo que o Código Civil, a Constituição, no capítulo dedicado à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso, refere-se, tão logo quanto possível – isto é, no primeiro parágrafo do primeiro artigo – ao casamento, como se confere da transcrição a seguir:

> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
> § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.
> § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
> § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
> § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
> § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
> § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

[1] Os artigos 1.583 a 1.590 estão no subtítulo que trata do casamento, no entanto, por se referirem à guarda compartilhada dos filhos, entendi adequado não os contabilizar como relativos ao casamento, mas a outros temas. Se fossem recolocados no grupo que versa sobre o casamento, a diferença seria ainda mais expressiva.

> § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
> § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Esse protagonismo do casamento, e, após sua menção, a referência aos filhos, demonstra como o Brasil aderiu a uma configuração específica da instituição familiar.

Como dito anteriormente, esse modelo de família, entendido, nas palavras de MELLO (2005, p. 34), como o grupo "[...] formado por um homem provedor e uma mulher afetuosa que se amam, que são casados civil e religiosamente, [...] que têm pelo menos dois filhos, de preferência um casal [...]", é uma representação social. E como tal, "é importante reconhecer que o objeto-mundo vai além de nossos esforços para representá-lo. [...] porque a pluralidade humana abre este objeto para os esforços de representação de outros diferentes e diferentes contextos [...]" (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 23-24), fazendo com que as famílias adquiram configurações diversas nas variadas sociedades e ao longo da história.

Em razão disso, ou seja, de que a família não é uma entidade em si (ZAMBRANO, 2006), parto da premissa de que ela "é apenas uma palavra, uma simples construção verbal, [e assim] trata-se de analisar as representações que as pessoas têm do que designam por família" (BOURDIEU, 1996, p. 125). Nesse sentido, são os esforços desse trabalho.

De acordo com BOSWELL (1994), imersos que estamos nessa cultura segundo a qual o propósito da vida é encontrar seu grande amor e com ele se casar, não percebemos como essas ideias não estavam presentes no passado ocidental e não estão em muitas sociedades atuais, em que se enfatizam, por exemplo, as histórias de heróis ou as sagas de famílias, sem que o amor romântico desempenhe qualquer papel relevante. Embora, segundo o autor destaca, não haja estudos explicando o porquê disso, é possível relacionar essa tendência romântica a uma mudança estrutural nas relações familiares e sociais existentes no passado recente.

O casamento foi, por muito tempo, visto como uma aliança entre grupos. O amor só passou a fazer parte do seu conceito recentemente, com o sucesso das técnicas de vigilância sobre as famílias e sobre o corpo que se instituíram a partir do século XVIII. Nesse sentido, ZAMBRANO (2006) ensina que a família passou "ser o local privilegiado da afetividade, uma das características da família nuclear, apenas no século XIX".

Segundo DONZELOT (1986), em meados do século XVIII, na Europa Ocidental, os médicos, imbuídos da finalidade de conservar as crianças, em razão da alta taxa de mortalidade, passaram a se preocupar com dois objetos que haviam ficado fora do interesse da medicina: as mulheres e as crianças. Elas estavam, até então, restritas ao domínio dos cuidados das comadres, posteriormente, tidos como perniciosos e supersticiosos.

O movimento de preocupação com essas pessoas levou a uma ressignificação do papel da mulher, enquanto responsável pela criação dos filhos e intermediária entre o médico e a família (DONZELOT, 1986). Isso acabou por construir uma imagem da mulher que é permeada por ideias que tampouco são naturais, a exemplo do instinto materno[2], da feminilidade[3] e da intuição feminina[4]. Sendo assim, com efeito, a mulher não existe[5].

Nesse contexto, houve, também, uma ressignificação da noção de criança, como destinatária de cuidados especiais e específicos, diferentes dos cuidados dos adultos. A nova concepção instaurou uma noção de criança como *objeto* de zelos, retirando-lhes a capacidade de serem *sujeitos* de ações. Isso se irradiou no imaginário popular, de modo a enviesar a interpretação de narrativas, em razão da "percepção das crianças como vítimas às quais emprestamos pouca ou nenhuma capacidade de agência", como o notou RIFOTIS (2007, p. 3) em relação à história de João e Maria.

O discurso médico, em nome da saúde dos membros da família, pregava uma série de regras higienistas que, combinadas com o controle social visado pelo Estado, conduziu ao enclausuramento do grupo familiar, que "se retirou da rede extensa de parentela e compartimentalizou os espaços de seus membros, tornando a rua fora do âmbito de mulheres

[2] De acordo com ZAMBRANO (2006): "Chodorow (1990) argumenta que o aprendizado do 'cuidado com as crianças' é parte fundamental da socialização das mulheres, em nossa sociedade. É importante salientar, também, a existência de trabalhos clássicos, como o de Elisabeth Badinter (1985), contrapondo-se às teorias que postulam a existência de um 'instinto materno', inato e universal, compartilhado por todas as mulheres. A autora defende que amor materno é, na verdade, um mito, que assume um valor social incalculável e exerce uma imensa coerção sobre os nossos desejos. Isso, porém, não implica ser ele universal, nem estar presente nas mulheres sob forma de um instinto".

[3] Segundo BOURDIEU (2012, p. 82): "Delas se espera que sejam 'femininas', isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa 'feminilidade' muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser".

[4] BOURDIEU (2012, p. 42) observa, quanto à intuição feminina, o seguinte: "Forma peculiar da lucidez especial dos dominados, o que chamamos de 'intuição feminina' é, em nosso universo mesmo, inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, à atenção, e às atenções, à observação e à vigilância necessária para prever desejos ou pressentir desacordos. Muitas pesquisas puseram em evidência a perspicácia peculiar dos dominados, sobretudo das mulheres [...]: mais sensíveis aos sinais não verbais (sobretudo à inflexão) que os homens, as mulheres sabem identificar melhor uma emoção não representada verbalmente decifrar o que está implícito em um diálogo [...]".

[5] Valho-me da célebre frase de Lacan, em trocadilho, para enfatizar a ideia de construção social da imagem do feminino. Não há alusão à psicanálise aqui.

e crianças" (FONSECA, 1995, p. 20), a fim de permitir o pleno e sadio desenvolvimento destas, sem a interferência corruptora da criadagem (DONZELOT, 1986). Com isso, de acordo com FOUCAULT (1988, p. 9):

> A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais.

Essa preocupação médica com a saúde das crianças e dos demais membros da família (focalizando no controle das doenças venéreas), no entanto, não se desenvolveu na forma da aliança médico-mulher nas camadas mais pobres. Nelas, segundo DONZELOT (1986), as práticas eram coercitivas. Para que tivessem acesso a benefícios sociais, as famílias populares tinham que aderir ao modelo de família pai-mãe-casados-filhos-legítimos, bem como à divisão da habitação em quartos separados para o casal e para os filhos (estes apartados por sexo), retirando-se os agregados e quaisquer terceiros. Nas palavras de DONZELOT (1986, p. 27):

> Não se trata mais de arrancar as crianças às coerções inábeis, mas sim de entravar liberdades assumidas (abandono de crianças em hospícios para menores, abandono disfarçado em nutrizes), de controlar as uniões livres (desenvolvimento do concubinato com a urbanização na primeira metade do século XIX), de impedir linhas de fuga (vagabundagem dos indivíduos, particularmente das crianças). Em tudo isso não se trata mais de assegurar proteções discretas, mas sim, de estabelecer vigilâncias diretas.

Assim, foi no contexto da implantação das novas práticas médicas e das imposições estatais de controle social (estímulo ao casamento oficial, concessão de habitações que evitassem o contato dos corpos e a agregação de terceiros, fechamento das rodas e dos hospícios) – visando a diminuir gastos públicos, o crescimento de indigentes e a mortalidade infantil – que surgiu a concepção atual de família.

Desse modo, verifica-se que a "definição dominante, legítima, da família normal [...] apoia-se em uma constelação de palavras – casa, unidade doméstica, *house*, *home*, *household* – que, sob a aparência de descrevê-la, de fato constroem a realidade social" (BOURDIEU, 1996, p. 124) e se referem a um período específico da história, em um espaço delimitado. Como resume DONZELOT (1986, p. 11), "o sentimento moderno da família teria surgido nas camadas

burguesas e nobres do Antigo Regime estendendo-se, posteriormente, através de círculos concêntricos, para todas as classes sociais, inclusive o proletariado do fim do século XIX".

2. A família conjugal: um mito e um fato

Segundo visto no capítulo anterior, "a família que somos levados a considerar como *natural*, porque se apresenta com a aparência de ter sido sempre assim, é uma invenção recente" (BOURDIEU, 1996, p. 124).

Não bastasse isso, essa "imagem, manifesta em cartilhas escolares reproduzidas a partir da década de 50, de papai, mamãe e filhos reunidos em torno da mesa de jantar" (FONSECA, 1995, p. 115) não só é uma criação histórica artificial, como também não corresponde à maioria das organizações entre pessoas verificadas desde sua invenção.

Nesse sentido, BOURDIEU (1996, p. 124):

> [...] uma série de grupos que designamos como "famílias" absolutamente não correspondem à definição dominante nos Estados Unidos na atualidade e que a família nuclear é, na maior parte das sociedades modernas, uma experiência minoritária em relação aos casais que vivem juntos sem serem casados, às famílias monoparentais, aos casais casados que vivem separados etc.

Essa mesma constatação foi verificada no Brasil, onde a família tradicional, chefiada pelo pai, casado com a mãe, que tinha muitos filhos, também seria uma minoria, segundo os dados apontados por FONSECA (1995, p. 73):

> Na última década, avanços no campo de pesquisas históricas têm demonstrado que este modelo nunca foi realizado por mais do que uma pequena minoria da população. O que se verifica, na realidade, é a preponderância de uniões consensuais (nas quais é muito difícil julgar a taxa de estabilidade ou de separação conjugal), de famílias nucleares pequenas, e a presença persistente de crianças "em circulação". Em certas instâncias (cidades de Minas Gerais e São Paulo no início do século XIX), a família chefiada por uma mulher, o suposto protótipo da família desagregada, chegava a ser tão comum quanto a família conjugal.

Desse modo, percebe-se que a imagem evocada pelas leis atuais não se refere, em absoluto, a um modelo natural, nem no sentido de algo que independe da vontade humana, nem no sentido usual de algo que represente a maioria.

Tendo isso em vista, não se sustentam os discursos que pregam que a família precisa ser protegida de ameaças diversas, como o casamento gay e a adoção por homossexuais. Sendo construída socialmente, a família está sujeita a mudanças em sua configuração, à medida que mude a sociedade. Demais disso, enquanto ente abstrato, ela não pode ser defendida ou ameaçada. Tais discursos fazem parte de uma ideologia que, com a finalidade de prescrever a "maneira correta de viver as relações domésticas" (BOURDIEU, 1996, p. 126), antropomorfiza a família.

Em todo caso, o mito da família perfeita existe, e ele está assentado sobre o casamento reprodutor. Por isso, pertencer a uma dessas famílias concede aos membros um capital simbólico importante: "o de ser como se deve, dentro da norma, portanto, de obter um lucro simbólico da normalidade" (BOURDIEU, 1996, p. 130). Conhecedores, ainda que inconscientes, desse privilégio na nossa sociedade, queremos desfrutá-lo.

Esse capital é capaz de explicar o motivo por que os homossexuais objetivam a normalização de suas relações por meio da positivação legal de seu casamento (a despeito de poderem celebrá-lo atualmente sem maiores embaraços), bem como por que enfatizam, nos processos de adoção, a "adequação de suas famílias aos modelos hegemônicos, evidenciados pelas características heterossexuais, [como] uma forma de confirmar o sucesso de sua paternidade/maternidade, ainda que 'homoafetiva'" (COITINHO FILHO, 2014, p. 38).

3. A dádiva da criança

Como visto, a representação que se tem da família embute a presença de filhos que sejam legítimos.

A ideia de legitimidade dos filhos de hoje nada tem a ver com aquela do início do século XX, por exemplo. Atualmente, uma criança formalmente adotada, mediante o uso dos aparelhos do Estado, é, por muitos, considerada legítima.

De qualquer modo, em geral, para que, no Brasil do XXI, se afirme ter constituído uma família, os filhos são necessários. Nesse contexto, aqueles que, por qualquer motivo, não podem biologicamente se reproduzir buscam, muitas vezes, a adoção.

No direito, conforme ensina FONSECA (1995, p. 115), "ainda existe em muitos tratados jurídicos, uma 'naturalização' da família conjugal. Evidentemente, a maioria dos juristas têm isto em mente quando diz que a adoção deve 'imitar a natureza', ou quando fala da 'família normalmente constituída'".

No entanto, sem embargo da concepção jurídica de adoção, há outras maneiras de um grupo de pessoas receber uma criança.

Durante os séculos XVIII e XIX, vigoraram no Brasil e na Europa as rodas de crianças expostas, como forma daqueles que não podiam manter seus filhos poderem enjeitá-los de uma maneira mais "humana" (DONZELOT, 1986; VENÂNCIO, 1999). No Brasil, as crianças que sobreviviam (a taxa de mortalidade infantil era a mais alta, superando até mesmo a entre os escravos), eram entregues a nutrizes, que com elas tinham responsabilidade até os sete anos. Após essa idade, algumas famílias permaneciam com as crianças em seu meio (VENÂNCIO, 1999).

Contudo, dentre essas famílias que ficavam com as crianças, a adoção propriamente dita, ou seja, em sentido formal, não era comum. Segundo VENÂNCIO (1999, p. 137), isso se devia ao fato de as que "as regras da adoção legal mais pareciam regras da 'não-adoção', tal era o grau de dificuldades impostas ao casal que quisesse integrar o enjeitado à própria família".

De acordo com FONSECA (1995), há uma explicação econômica sobre porque, antes do século XX, "os poderes centrais agiam contra a adoção" (FONSECA, 1995, p. 118):

> Assim, mantinham relativamente alto o número de pessoas sem herdeiros, fazendo com que o patrimônio de muitas famílias escoasse para o senhor feudal ou para a Igreja (ver Godoy, 1982).
>
> Apesar do grande número de enjeitados deixados na roda dos expostos, assim como os bandos de jovens que viviam nas vias públicas (Donzelot, 1980, Rizzini, 1993), antes do século XX houve poucos movimentos ou debates para adaptar as leis sobre adoção ao problema destas "crianças abandonadas". Não era raro as pessoas receberem no seu lar um jovem desamparado. Filhos de criação existiam de fato. Mas raras vezes pensava-se em legalizar sua situação pela adoção.

Ainda hoje, a adoção "prática" é uma realidade, e talvez seja mais frequente que a formal. Dentre as camadas populares contemporâneas, verifica-se, com regularidade, a criação de crianças por outras pessoas que não os pais biológicos, sem que haja qualquer participação do Estado. É o que FONSECA (1995) denomina de "crianças em circulação". Essas crianças que circulam, como aponta a autora, muitas vezes, designam mais de uma pessoa como pai ou mãe, o que revela um senso familiar mais amplo.

Essa prática da circulação é observada também, segundo ZAMBRANO (2006), entre travestis e transexuais, que, em razão de sua baixa escolaridade e de suas profissões

frequentemente ligadas ao sexo, sequer cogitam recorrer ao Judiciário (ao contrário de como agem os homossexuais cis[6], como informado acima). Nesse sentido, ZAMBRANO (2006) informa:

> O recorte de classe torna-se obrigatório para a compreensão do modo escolhido pelas travestis e transexuais para chegar à parentalidade. Além da escolaridade (apenas uma das oito informantes completou o primeiro grau) pesa, também, a profissão das entrevistadas que, com exceção de uma, são ou foram profissionais do sexo. A baixa escolaridade e o tipo de profissão – objetos de restrições por parte das instituições oficiais – dificultam não apenas a possibilidade de adoção e guarda, mas, também, o acesso aos meios para lutar por ela.
>
> A mudança nos documentos de identidade é, para as transexuais, de enorme importância para o acesso à parentalidade, pois é pelo uso de documentos adequados à sua identidade social que pensam conseguir a adoção legal de uma criança. Assim, algumas fazem planos de adotar legalmente, mesmo tendo presente a possibilidade de serem impedidas devido às diferentes formas do poder judiciário tratar a questão.
>
> As travestis, porém, raramente pensam na possibilidade de acionar a via judicial para adotar, devido ao preconceito que temem sofrer quando tentarem uma adoção. Como não fazem a cirurgia de transgenitalização, dificilmente conseguem trocar os documentos, o que, junto com a classe social (popular), a escolaridade (baixa) e a profissão (prostituição), torna muito pouco provável o deferimento de um pedido de adoção. Como diz uma informante: "Se para os heterossexuais já é complicado adotar, imagina pra nós travestis que já sofremos tanto preconceito".

Como se infere dos dados apontados (FONSECA, 1995; ZAMBRANO, 2006), sem embargo das regras legais e das representações sociais, as famílias se organizam e sempre se organizaram, na realidade, de inúmeras formas diferentes do modelo pai-mãe-filhos.

Sendo assim, é de se refletir acerca da legitimidade de outras configurações, como o fez o operador do direito entrevistado por ZAMBRANO (2006), que observou que:

> [...] uma criança infectada [pelo HIV], a mais cuidada do ambulatório, a mais paparicada, a que não tinha uma assadurinha, era cuidada por uma travesti... acho que em relação a travestis e transexuais a gente teria que repensar, estudar, desconstruir alguma coisa... ou reconstruir, não é?

[6] Cis é aqui tomado no sentido de coincidência de identidade de gênero com sexo biológico.

Conclusão

Neste trabalho, procurei demonstrar que a literatura especializada é farta em apontamentos no sentido de que a família conjugal, formada pelos pais casados e pelos filhos biológicos concebidos dentro do casamento, não é um dado da natureza. Trata-se de um modelo construído historicamente, "que teria sido impossível ele se consolidar sem certos elementos históricos – a centralização do Estado, por exemplo, e a individualização de salários" (FONSECA, 1995, p. 20).

Ademais, pretendi esclarecer que esse modelo é tampouco majoritariamente verificado na sociedade, não sendo válido senão para uma parte das pessoas. Entretanto, por ser imposto como o padrão, ele permeia o senso de normalidade, conferindo aos que nele se amoldam um capital simbólico na sociedade. Dessa forma, os grupos excluídos do padrão visam à sua inclusão no modelo.

A par do modelo pai-mãe-filhos ser difundido como legítimo, tem-se que as pessoas organizam as relações de parentesco e afetividade de inúmeras maneiras, como sempre o fizeram, de maneira que a "naturalidade" de uma configuração não precisa excluir outras.

Referências

BOSWELL, John. **Same-sex unions in pre-modern Europe**. Vintage books, e-book. New York, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Bertrand Brasil: 11 ed. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Razões práticas**. Papirus editora: 9 ed. Campinas, SP, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 7 set. 2015.

_____. **Constituição** (1988). Vade Mecum, Ed. Saraiva, São Paulo, 2º semestre, 2011.

COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. "Sobre a possibilidade de se tornar uma 'boa família': afirmações e representações no pleito à adoção movido por gays e lésbicas". In*:* FERREIRA, Vinicius Kauê; ARISI, Barbara Maisonnave Arisi (Edit.). **Novos Debates**. Associação Brasileira de Antropologia. v. 1, n. 2, pp. 34-39, jul. 2014. Disponível em <http://novosdebates.abant.org.br/images/pdf/v1n2.pdf>. Acesso em 02 fev. 2015.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Graal: 2 ed. Rio de Janeiro, 1986.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. Cortez editora. São Paulo, 1995.

FOUCAULT, Michel. 1988. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Edições Graal: 13 ed. Rio de Janeiro, 1988.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **Les representations sociales**. Paris, PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti, Revisão Técnica: Alda Judith AlvesMazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993. Disponível em <http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>. Acesso em 9 set. 2015.

JOVCHELOVITCH,, Sandra. Psicologia social: saber, comunidade e cultura. **Psicologia e sociedade**, 16, p. 20-31. 2004.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Garamond. Rio de Janeiro, 2005.

RIFOTIS, Theophillos. "Direitos humanos: Sujeito de direitos e direitos do sujeito". In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al (Org.). **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Editora Universitária/UFPB, João Pessoa, 2007, p. 231-244. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/15_cap_2_artigo_07.pdf>. Acesso em 29 jan. 2015.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - Séculos XVIII e XIX. Papirus. Campinas, 1999.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos.** v. 12, n. 26 Porto Alegre July/Dec. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-71832006000200006&script=sci_arttext>. Acesso em 7 set. 2015.

AFRO-AMÉRICA: PRÁTICAS CULTURAIS COMO POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DA MODERNIDADE COLONIAL[1]

Jane Seviriano Siqueira
Mestranda em Ciências Sociais. PPGCS/UFES. Email: janeseviriano.siqueira@gmail.com.

Resumo: Pensar sobre experiências atuais de agrupamentos latino-americanos negros permite ir além do universalismo apregoado pela modernidade colonial. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo traçar a ideia de Afro-América. Interessa indicar proposições de superação à narrativa unívoca da modernidade eurocentrada. São apresentadas reflexões preliminares sobre manifestações culturais afrodescendentes empreendidas em agrupamentos situados na região sudeste do Brasil e na região centro sul do Peru. Para tal, a metodologia deste estudo consistiu em revisão bibliográfica e consulta de dados. O intuito de fundo é tecer linhas acerca da nomeação de ambas as manifestações como Patrimônio Cultural em seus respectivos países.

Palavras-chave: América Latina; Afro-América; práticas culturais.

Abstract: Think about current experiences of Latin-American Black People groups allows leading beyond of the universalism that is claimed by colonial modernity. Hence, the present study aims to trace the notion of Afro-America. It is interesting indicate overcoming propositions against the univocal narrative of eurocentered modernity. Preliminary reflections are presented about African descendents cultural activities that are undertaken by groups located in the southeastern region of Brazil and in South Central region of Peru. For this purpose, the methodology of this study consisted in a literature review and consulting of data. The fundamental objective is to build lines about the appointment of both manifestations in the tow geographic regions as Cultural Heritage in their respective countries.

Keywords: Latin-America; Afro-America; cultural practices.

Introdução

Este escrito enfoca manifestações culturais afrodescendentes que são praticadas no Brasil e no Peru, sob um ponto de vista da patrimonialização. A ideia de América Latina resulta de um processo histórico. O desenvolvimento da modernidade é componente deste processo histórico. A modernidade se consolidou em cima do processo de colonização da América Latina. Pensar na colonização implica em rever os prolongamentos do processo da escravização de africanos. Afrodescendentes são pessoas que se remetem à ancestralidade africana para se identificarem no tempo presente. A definição de Afro-América condensa as experiências e as histórias de pessoas negras latino-americanas.

[1] Trabalho inicialmente realizado na matéria "Críticas Contemporâneas: Intelectuais, América Latina e Decolonialidade" ministrada pela professora Adélia Miglievich e pelo professor Luis Fernando Beneduzzi, no mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Afro-América se constituiu com a difusão e reconstrução da cosmovisão de homens e mulheres negras no continente latino-americano. Esta interpretação encontrou respaldo no trabalho do historiador estadunidense Henry Louis Gates Jr. (2014) e nas inferências produzidas a partir da leitura do texto da socióloga colombiana Betty Lozano Lerma (2010). A definição de Afro-América delineada por Gates Jr. apresenta um vínculo duplo para o movimento de dispersão de pessoas negras pelo continente latino-americano, durante os séculos XVI e XVIII. De um lado, o autor destaca a diáspora forçada em decorrência do tráfico negreiro. Do outro, aponta os deslocamentos de intelectuais, escritores, comerciantes e estudantes negros que transitavam pelos continentes europeus, americano e africano. Lerma, por sua vez, destaca as reelaborações singulares de afrodescendentes na América Latina. Reelaborações que foram empreendidas desde o tráfico de africanos escravizados e que seguem em remodelações no contexto atual, segundo a socióloga. O caso que a autora aborda é na Colômbia, todavia, podemos extrapolar para falar das situações de afrodescendentes na América Latina. Em suma, a ideia de Afro-América, neste estudo, abarca as narrativas sobre a presença de pessoas negras na América Latina.

As manifestações culturais afrodescendentes são aquelas que reúnem cantos e danças cujos sentidos são transmitidos entre as gerações de pessoas que acionam a ancestralidade negra para se identificarem, como é o caso dos Jongos no Brasil e dos *Atajos de negritos* no Peru. Os Jongos estão situados na região sudeste do Brasil e seus praticantes são chamados de jongueiros. Os jongueiros se organizam em rodas realizadas com percussão de tambores e com acompanhamentos de cantos. A elaboração dos cantos tem a ver com elementos do cotidiano dos jongueiros. Quanto aos *Atajos de negritos*, os grupos estão localizados, em especial, na região centro sul do Peru. Eles saem em peregrinações, no período de natal e em 06 de janeiro, e se organizam em duas filas enquanto caminham. Os seus cantos são acompanhados por sapateados.

Interessa olhar manifestações culturais afrodescendentes na região latino-americana sob o viés da patrimonialização. Patrimonialização é tornar uma prática cultural como Patrimônio da nação. Patrimônio é quando o Estado atribui proteção legal para uma expressão cultural e com isto ele passa a garantir a continuidade desta manifestação – o Estado pode fornecer p.e., incentivos materiais auxílio para compra de uniformes/indumentárias e instrumentos.

A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica e consulta de dados. O escrito está ancorado em quatro colunas: a primeira delas contém o referencial teórico que acomoda as

noções de Afro-América e Patrimônio, a segunda traz apontamentos referentes à metodologia, a terceira deslinda o material sobre Jongos e *Atajos de negritos* articulando ambas as manifestações como Patrimônio Cultural em seus respectivos países e, por fim, a quarta coluna traz notas de considerações acerca da temática do escrito. Abordar manifestações culturais de afrodescendentes na América Latina que foram registradas como Patrimônio Cultural, em seus países, consiste em movimento inicial para dissertar acerca da Afro-América.

1. Afro-América e Patrimônio Cultural

O referencial teórico teve como fio condutor definir América Latina de modo que dentro desta definição fosse possível inserir a ideia de Afro-América. Os autores utilizados são Bethel (2009) para América Latina, Gates Jr. (2014) e Lerma (2010) para Afro-América. Referente à noção de Patrimônio Cultural acionamos a compilação de textos organizada por Abreu e Chagas (2003).

1.1 Afro-América

A perspectiva crítica dos estudos sobre América Latina aponta que tal conceito não contempla uma realidade rígida. A ideia de América Latina passa por constantes reformulações. De acordo com Bethel (2009), dentre os intelectuais que primeiro utilizaram o nome América Latina estão o chileno Francisco Bilbao e o colombiano José Maria Torres Caicedo, no século XIX. O pensamento político latino-americano no referido século fomentava manifestações anticoloniais. Nesta instância, intelectuais latino-americanos propuseram reflexões concernentes à constituição social, cultural, econômica e política do continente. Imersos em seu tempo, Bilbao e Caicedo utilizaram o nome América Latina para abordar questões sobre independência, libertação, soberania, anticolonialismo e para discutir a elaboração da identidade continental.

No período histórico da segunda metade do século XIX, a França foi difusora do termo *Amérique Latine*. A utilização desta nomenclatura cobria a justificativa do imperialismo francês no México entre os anos de 1861 e 1867, como diretriz do governo de Napoleão III. Sob tal perspectiva, a ideia de América Latina abrangia todo o continente americano de maneira imbricada à ideia de América Espanhola. A América Lusa – formada

por Brasil – não estava inclusa na nomenclatura de América Latina. A argumentação francesa para a construção de uma unidade latina repousava na percepção de "afinidade cultural e linguística" entre os países hispano-americanos (BETHEL, 2009, p. 290). Ao final do século XIX, o conceito de América Latina foi incorporado e significado pelos intelectuais latino-americanos como a luta por uma região forte.

No decorrer do século XX, a noção de América Latina foi constantemente ressignificada. No período da Guerra Fria aconteceram transformações no cenário político global. O processo de globalização que emergiu neste contexto implicou em mudanças fundamentais na política e na economia brasileira. O país logrou marcar presença e influência no cenário mundial. Na primeira metade do século XXI, o Brasil teceu aproximações com os países vizinhos. Estas aproximações ocorram em torno do pertencimento à América do Sul. A trama do pertencimento se deu em especial pelo engajamento econômico e político (ibidem, p. 313). Nesse momento, as manifestações culturais não foram incluídas como elementos catalisadores de aproximações entre os países latino-americanos. Contudo, após a Conferência de Durban realizada em 2001, iniciou-se um processo de alinhamento entre a busca pelo aprimoramento de direitos afro-americanos e a demanda por reconhecimento das práticas culturais como prerrogativas de reivindicações sociais[2]. Acredito que será pertinente averiguar os ecos desta Conferência na patrimonialização de manifestações culturais associadas aos agrupamentos de afrodescendentes no continente latino-americano em trabalhos futuros.

Tendo definido América Latina como resultante de um processo histórico, é pertinente a inserção do conceito de Afro-América. Afro-América tem por meta ampliar o reconhecimento sobre os agrupamentos negros na América Latina. Afro-América é abordada por intermédio das definições de Henry Louis Gates Jr. (2014) e de Betty Lozano Lerma (2010).

Entre os anos de 1502 e 1866 chegou à América Latina o número de 10.700 milhões de africanos escravizados. Esta afirmação está no trabalho "Os negros na América Latina" que foi escrito por Gates Jr. (2014, p. 14-5). O objetivo deste autor é responder o que significa ser negro na América Latina. Conforme observa, há semelhanças e diferenças nas experiências históricas e nas instituições sociais e culturais que afrodescendentes criaram no

[2] "III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância", realizada na cidade de Durban, África do Sul, em 2001. Esta ideia será aprofundada futuramente, para a nova versão do trabalho.

continente americano. Ele destaca que o empreendimento do tráfico negreiro foi o ponto nodal para emergência da noção de Afro-América.

Acerca da escravização de africanos, Lerma (2010) indica que os elementos que primeiro impactaram a experiência dos africanos têm a haver com o projeto de colonização das Américas. A identificação da Afro-América é atravessada pelo papel de controle que a Igreja Católica exerceu no projeto colonial. O principal papel da Igreja como agente a serviço do colonizador era o de controle dos sujeitos colonizados e escravizados. Um dos mecanismos encontrados para exercer o controle sobre os negros escravizados nas Américas correspondeu ao castigo físico. Sobre isto, Lerma aponta que os padres católicos açoitavam os negros que participavam dos toques de tambor. As festividades e celebrações que utilizavam tal instrumento eram denominadas de rituais africanos regidos pelo demônio. A ação da Igreja Católica, principalmente com o trabalho do tribunal de "Santa Inquisição", infiltrou-se na vida prática dos negros provocando o 'apagamento' suas lembranças sobre as terras africanas. A negação da autonomia para negros escravizados resultou em modos específicos de acionar a ancestralidade africana.

Com este panorama, a autora encontra uma cosmovisão original que ela não interpreta como remanescente de manifestações africanas. O que seu olhar encontra são modos genuínos de negros interagirem com a sociedade mais abrangente.

Valendo-me desta leitura, tenho que a concepção de Afro-América corresponde a um universo próprio estruturado por reelaborações específicas tecidas por afro-americanos diante de diversos contatos com distintos grupos. A produção de identificações ocorrida desde o período da colonização nas Américas se constituiu com base em negociações entre os grupos étnicos que conviviam no continente. As identificações afro-americanas, portanto, emergiram desde o tráfico de africanos escravizados em direção às Américas e estão alicerçadas na multiplicidade de elementos que resultaram das relações de alteridade estabelecidas com outros agrupamentos, em especial nas relações e trocas estabelecidas com o Outro subalternizado nas Américas – o indígena.

Conforme o que foi delineado, a definição de Afro-América proposta por Gates Jr. se aproxima da percepção inferida por intermédio de Lerma. A definição de Afro-América apresentada por Gates Jr. é importante porque descontrói as representações de passividade que permeavam a figura de africanos e negros na América Latina. Ele aponta que o tráfico escravista era um empreendimento de negócios no qual estavam envolvidos tanto grupos europeus quanto

de africanos (ibidem, p. 18). Sua contribuição é romper com a ideia de homens e mulheres negros debilitados intelectualmente, tal como apregoado no racismo científico.

Por intermédio de Gates Jr. (2014) e Lerma (2009), aponto que Afro-América se constituiu com a difusão e reconstrução da cosmovisão de homens e mulheres que se auto-definem como negras, no continente latino-americano. Esta noção prioriza a diferenciação em oposição à postura essencialista da modernidade que permeou a construção dos Estados nacionais. Pleiteio Afro-América como possibilidade de superar a homogeneização imposta aos agrupamentos negros na América Latina por meio da obliteração da sua presença.

1.2 Patrimônio Cultural: ponto de articulação entre Jongos e *Atajos*.

Patrimônio Cultural se torna o eixo que permite articular o olhar entre os Jongos brasileiros e os *Atajos* peruanos. O intuito é falar sucintamente sobre Patrimônio Cultural a fim de acomodar a categoria comum às duas manifestações culturais apresentadas. A explanação encontra respaldo na compilação de escritos intitulada "Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos", organizada pelos professores Regina Abreu e Mário Chagas (2003), cuja temática recai sobre patrimônio e memória social. O enfoque proposto não cobre um apanhado sobre a agenda patrimonial nem no Brasil nem no Peru.

Durante décadas, predominou a atuação do tipo preservacionista em relação à concepção de Patrimônio Cultural. O enfoque preservacionista ressaltava a preservação de coisas materiais. Este tipo de atuação priorizava questões referentes às construções arquitetônicas, p.e. casas, igrejas, pontes e prédios que remontavam a épocas e estilos arquitetônicos específicos. De acordo com Abreu e Chagas, a concepção de Patrimônio Cultural emergiu na modernidade interligada ao processo de construção do Estado nacional.

No ano de 1989, a Unesco aprovou o documento de Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Este documento propôs a ampliação oficial da noção de Patrimônio Cultural. A compreensão da materialidade intrínseca à concepção do Patrimônio se alargou com a inserção da meta de manutenção dos processos de transmissão dos saberes e de valorização dos fazeres e dos valores locais – percepção que divergia dos países europeus, segundo texto de Maria Cecília da Fonseca compilado por Abreu e Chagas (ibidem, p. 60). A partir deste período, manifestações e expressões culturais foram incorporadas como elementos possíveis da patrimonialização.

Dentre as diretrizes atuais para o Patrimônio Cultural estão a identificação e proteção da cultura popular, viabilizadas por meio de registros oficiais e do suporte econômico aos grupos comprometidos com a transmissão de conhecimentos. No Brasil, o órgão responsável pelo Patrimônio Cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico Nacional (IPHAN/MINC), subordinado ao Ministério da Cultural Nacional. No Peru, o Patrimônio Cultural está sob a incumbência do Vice-Ministério de Patrimônio Cultural e Indústrias Culturais, vinculado ao Ministério da Cultura do país.

Patrimônio Cultural é uma categoria em alto relevo neste escrito. Ela é pensada como elo entre manifestações que ocorrem em tempo e locais distintos na instância da Afro-América. Na região do sudeste brasileiro, em especial no norte do Espírito Santo, a patrimonialização dos Jongos forja encontros, a presença de pessoas negras é pensada por meio de falas dos jongueiros acerca da interação com agentes institucionais. No caso peruano, proponho uma descrição preliminar dos *Atajos* via o texto do decreto que anunciou a manifestação como Patrimônio nacional a fim de apontar a presença de negros no país.

2. "Projeto Jongos" e busca pelos *Atajos*

A metodologia utilizada é do tipo qualitativa, com base em revisão bibliográfica e consulta de dados. No caso dos Jongos, considerei dados registrados no contexto da catalogação de grupos jongueiros no estado do Espírito Santo, a partir do ano de 2012 – período posterior à nomeação dos Jongos como Patrimônio Cultural do Brasil. Acerca dos *Atajos*, observei o Decreto 035 do ano de 2012, porque nele o governo peruano indicou a manifestação dos *Atajos* como Patrimônio Cultural do Peru.

Jongos. O enfoque permeia a Lei 3.551 do ano de 2000 que trata do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. Os Jongos foram patrimonializados, no ano de 2005, através do Título de Patrimônio Cultural outorgado pelo IPHAN. O procedimento utilizado consistiu em rastreamento e descrição de falas que mostram reações advindas do contato dos jongueiros com agentes institucionais. O objetivo é destacar narrativas de jongueiros da região norte do Espírito Santo a respeito dos momentos em que buscaram acionar os dispositivos de favorecimento e de preservação apregoados pela patrimonialização. As narrativas foram compartilhadas na Oficina de Mobilização Comunitária realizada no distrito de Santana, município de Conceição da Barra, em 26 de agosto de 2012. A Oficina

aconteceu no bojo do Programa de Pesquisa e Extensão "Territórios e territorialidades rurais e urbanas: processos organizativos, memórias e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades jongueiras do estado do Espírito Santo" (chamado pela equipe de "Projeto Jongos"), vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especificamente ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade (DCSO/UFES), e coordenado pelo antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira (2011). O referido Programa ocorreu em 2012, mediante aprovação no Edital PROEXT, 2011 - MEC/UFES.

A Oficina de Mobilização Comunitária[3] foi realizada com participação dos integrantes dos grupos de Jongos da região norte do Espírito Santo, com a superintendente IPHAN, quatro técnicos da Sub-Secretaria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT/ES), duas representantes da Secretaria Municipal de Educação do município de Conceição da Barra (responsáveis pelos bens culturais do município) e a equipe do Programa. O objetivo principal consistia em reunir os integrantes dos grupos com os agentes institucionais estaduais para discutir sobre os Jongos como um bem cultural. As ações estão registradas em vídeo e áudio. Os jongueiros estavam cientes dos registros. Este material compõe atualmente o Banco de Dados do Programa, disponibilizado no DCSO/UFES.

Atajos. Descrever o texto do Decreto 035 do ano de 2012 consiste em exercício preliminar que permite perceber como o Estado peruano pensa a formação da nação, em especial, como considera a presença e participação de negros na constituição da cultura peruana. A busca é por perceber valores e sentidos expressos no texto oficial. O decreto está disponível na página oficial do Estado peruano. Encontrei-o na busca por documentos sobre os *Atajos de negritos*.

Este escrito condensa uma parte das experiências como bolsista do "Projeto Jongos" durante ano e meio. Muito do que foi vivenciado naquele período começou a decantar neste tempo mais recente. As manifestações dos *Atajos de negritos* foram inseridas como interesse em razão das semelhanças percebidas em relação ao meu ponto inicial de mirada – os Jongos. Este escrito é o primeiro esforço em pensar os *Atajos*.

[3] Dentre as propostas de execução do Programa no ano de 2012 constava realização de Oficinas de Mobilização Comunitária nas regiões norte e sul do Espírito Santo. As datas das Oficinas foram: **Sul** - 16 e 17/06/2012 em Celina, município de Anchieta/ES. **Norte** - 25 e 26/08/2012 em Santana, município Conceição da Barra/ES.

3. Experiências atuais de agrupamentos afro-americanos

3.1 Jongos e a busca por direitos de salvaguarda: narrativas de jongueiros acerca do contato com agentes institucionais

Os Jongos são manifestações tomadas como elemento mediador das interações entre as pessoas: pessoas dos Jongos e pessoas do Estado. É na busca por garantir a política de salvaguarda que as pessoas do Jongo encontram os agentes institucionais, estes interagem com aquelas por meio das suas representações de mundo. Observar as narrativas sobre tais contatos explicita confrontos.

Na pauta das reinvindicações/propostas pelos jongueiros, no ano de 2012, estava romper com o preconceito e com a racialização que ora dificulta, ora impede o acesso aos bens materiais e simbólicos garantidos pela Lei do Patrimônio no Brasil. Outra reivindicação encarrilhada corresponde à adequação dos editais e assessoria para elaboração de projetos que concorrem nestes editais. Os jongueiros também pediam políticas específicas para o reconhecimento das atividades dos mestres dos Jongos.

Algumas observações mais específicas. Senhor Antônio – mestre do grupo "Jongo de Santo Antônio", distrito de São Cristóvão, município de São Mateus –, relatou dificuldades para acessar o "apoio do poder público". Segundo disse, eles estão desassistidos dos serviços públicos e não sabem qual órgão do governo devem acionar para garantir a continuidade da prática dos Jongos. Senhor Antônio diz que não percebeu nenhum benefício direto para o grupo após a nomeação dos Jongos como Patrimônio Cultural. Em seu grupo, executam atividades a partir dos recursos financeiros dos próprios jongueiros. Ele narrou que tentou recolher informações sobre como obter alguma ajuda da Secretaria de Cultura do município de São Mateus. Em suas palavras: "Eu cheguei na Secretaria de Cultura de São Mateus. A dona me pergunta: 'O que é Jongo?'. É. Eu disse: 'Se a senhora que 'tá na Secretaria de Cultura não sabe o que é o Jongo... Eu não sei o que fazer" (Senhor Antônio - 26/08/2012).

A interpretação que senhor Antônio tem a respeito do desconhecimento da funcionária da Secretaria aponta para a racialização. Para ele há uma divisão histórica que marca o lugar social dos negros e dos brancos (que ele aponta como os agentes institucionais, descendentes de italianos) no município de São Mateus.

A solução que Senhor Antônio indica para a animosidade entre negros e brancos, é recusar a participação em festividades religiosas organizadas por pessoas que depreciam a prática dos Jongos. Esta resposta aparece de maneira quase inesperada; ela faz pensar sobre

o elemento que age a partir da imprevisibilidade. Silviano Santiago (2009) diz que este elemento nasce de confrontos, de oposições, de condutas de oposição e não de assimilação. Ele leva ao questionamento do instituído e, por isto, provocam redefinições. Senhor Antônio redefine o contato interétnico proposto pelo discurso da miscigenação racial como mistura homogênea realizada de maneira pacífica. Ele denuncia abusos e expropriações dos povos descendentes de africanos no território brasileiro. Considerar a narrativa do senhor Antônio é pertinente com a questão da Afro-América, porque trata de reelaborações originais que contrariam o instituído desde a modernidade colonial.

A Senhora Maria Amélia, integrante do "Jongo de São Bartolomeu", distrito de Santana, Conceição da Barra, estimulada pela fala de Senhor Antônio, expôs a violência patrimonial e física que permeia as interações étnicas no município. Durante evento de celebração ao santo padroeiro – São Bartolomeu –, no mês de julho daquele ano de 2012, o "Jongo de São Bartolomeu" foi cerceado na possibilidade de participar como um dos representantes da cultura local no festejo realizado na praça central de Conceição da Barra. Persistindo na tentativa, os integrantes do grupo contam que foram empurrados pelos devotos católicos, "suspendidos" dos tambores nos quais estavam posicionados para tocar os Jongos, tiveram os instrumentos derrubados no local da apresentação e não foram anunciados pela senhora que cumpria o papel de mestre de cerimônia do evento. A senhora se recusou a nomeá-los.

O Senhor Antônio e a mestre do "Jongo de São Benedito", município de São Mateus, a Senhora Dilzete Nascimento Pereira, conhecida como Nêga, disseram que um prefeito do município de São Mateus durante seu mandato elegeu um dia na semana para tratar de assuntos referentes aos agrupamentos negros do município. Segundo narram, o prefeito atendia pessoas negras e resolvia as demandas que elas levavam neste dia pré-estipulado. Este prefeito também patrocinava um campeonato de futebol amador do qual podia participar pessoas negras. Contudo, em ambas as situações a participação era condicionada para pessoas que possuíam o Título de Eleitor. Senhor Antônio contou que este requisito foi um problema, porque uma parcela de pessoas no município não tinha o documento, mas queria participar do futebol.

Para os jongueiros, permitir o preconceito abre lugar para mais discriminações. Nota-se nesta narrativa o discurso regionalista (BOURDIEU, 1989), o intento do grupo é se auto-reposicionar no centro das discussões das políticas públicas. Os jongueiros reconhecem o discurso oficial e dialogam com os agentes do Estado, entretanto, o desafiam porque ele não dá conta das diferenças. Assim, o confronto pode ser compreendido como reação à

negligência do Estado brasileiro em atender e garantir a manutenção das práticas culturais dos agrupamentos afrodescendentes. Na interpretação dos jongueiros, o Estado ignora tais demandas em razão do preconceito racial.

3.2 Descrição do texto do Decreto nº 035/2012: *Atajos* como Patrimônio Cultural da Nação Peruana

Acredito que a descrição do Decreto 035 de 2012 que nomeou os *Atajos de negritos* como Patrimônio Cultural associado aos agrupamentos afro-peruanos permite esboçar como o Estado peruano interage com os afrodescendentes.

A função de registro e reconhecimento dos Patrimônios constitui uma atribuição do Ministério da Cultura do Peru por meio do Viceministério de Patrimônio Cultural e Indústrias Culturais, sendo que este orienta as ações da Secretaria Geral de Patrimônio Cultural do país. A Lei 28.269 do ano de 2004 trata do Patrimônio Cultural da Nação Peruana. O texto da Lei indica a posse exclusiva do Estado sobre as práticas culturais.

Decreto 035 indica a prática dos *Atajos* no singular, embora os grupos sejam distintos e com vivências plurais. De acordo com interlocutores ligados aos grupos de Atajos, os praticantes optam por manter a nomenclatura plural em diferenciação ao texto institucional. Eles argumentam que a prática é plural, é a prática do**S** Atajo**S**. Silviano Santiago (2000) mostra que evitar o pluralismo explicita um dispositivo hegemônico para manutenção do poder colonialista.

A relevância da oralidade é destacada no texto do Decreto, contudo ela é vincula às narrativas de sofrimento. As cantigas dos *Atajos* são apresentadas como expressão de desconforto frente à escravização de pessoas negras no período colonial. Extrapolando do texto do Decreto, interessa destacar que a oralidade reelaborada nos agrupamentos negros abarca também as lembranças dos antepassados, os segredos de religiosidade, as prescrições curativas e as histórias do cotidiano. Os cantos e narrativas vão além da restrição aparente de fala do sofrimento como quer fazer difundir a retórica da colonialidade. A oralidade traz a vida e transporta no tempo as maneiras de ser no mundo e os modos de construí-lo na perspectiva dos próprios praticantes.

O texto do Decreto indicou a composição mestiça dos *Atajos.* Segundo apresenta, a manifestação tem influência andina em suas músicas, influência espanhola (europeia) nas suas cantigas e influência africana em suas danças. A ideia de mestiçagem também foi utilizada no Brasil a partir da década de 1930.

A difusão desta ideia ocorreu em perspectiva de positivação do passado brasileiro. Foi elaborada a ideia de formação da nacionalidade por meio da mescla entre os três principais grupos sociais que viviam no Brasil colonial: indígena, branco/europeu e negro. Na perspectiva ideológica da miscigenação, os três grupos teriam se misturado de forma harmônica e pacífica. Destacamos que os debates acerca das relações raciais no país ganharam novos contornos a partir da década de 1950, principalmente com atuação dos movimentos sociais negros. No ano de 1988, com o novo texto da Constituição do Brasil, ocorreu a criminalização de práticas racistas no país.

No caso peruano, a atribuição de povo mestiço aparece junto à expressão "intercâmbio". De acordo com o texto do Decreto, os *Atajos* resultariam de um "intercâmbio" entre as matrizes culturais dos europeus, dos indígenas e africanos (na página 461.201 do Decreto). A expressão "intercâmbio" remete às trocas mútuas. Esta pode ser uma estratégia para continuidade do poder hegemônico. Isto está alinhado com o texto de Fonseca (2003, p. 64), ela diz que as políticas de Patrimônio tal como realizadas no contexto atual terminam por registrar uma imagem da identidade nacional que se identifica à cultura trazida pelos colonizadores europeus e isto pode levar à reprodução das relações de poder colonialistas.

Não foi possível averiguar, durante a realização deste trabalho, quais os agentes que influenciaram a nomeação dos *Atajos* como Patrimônio Cultural da Nação peruana. Esta pode ser uma questão importante para aprofundarmos a pesquisa.

Pontos Finais

Os Jongos foram nomeados como Patrimônio Cultural brasileiro no ano de 2005. Após a nomeação, no caso do estado do Espírito Santo, surgiu um contexto propício para catalogação dos grupos jongueiros e para o registro da manifestação cultural. Foi aberta também uma porta para que os grupos de Jongos acionassem um suporte econômico por meio de editais para o acesso e para continuidade da manifestação. Os *Atajos* foram nomeados como Patrimônio Cultural peruano no ano de 2012. A manifestação dos *Atajos* é a primeira expressão cultural associada à ancestralidade africana a ser nomeada como Patrimônio Cultural pelo Estado peruano. A nomeação como Patrimônio Cultural proporcionou visibilidade aos afrodescendentes no Peru. Junto da nomeação surgiu no país o mês dedicado à cultura afrodescendente, que é o mês de julho.

Apesar dos benefícios garantidos pela patrimonialização destas duas manifestações culturais afrodescendentes, há um descompasso entre o texto legal e a vivência dos seus praticantes. No caso dos Jongos no estado capixaba, as narrativas dos jongueiros indicam limitações do discurso oficial sobre o Patrimônio Cultural.

Aponto, por hora, que mesmo existindo o descompasso entre o discurso e a prática, é interessante considerar que a atribuição como Patrimônio Cultural dos Jongos no Brasil e dos *Atajos de negritos* no Peru tem ampliado a visibilidade das narrativas de seus praticantes. São estas narrativas de pessoas que se auto-definem como negras que compõem a Afro-América. E são estas narrativas que podem indicar caminhos para a superação da modernidade colonialista.

Referências

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

BETHEL, Leslie. "O Brasil e a ideia de América latina em perspectiva histórica". **Estudos históricos**. FGV. Rio de janeiro, v. 22, n. 44, julho-dezembro, 2009, p. 289-321.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil, tradução Fernando Tomaz, 1989.

GATES JR., Henry Louis. **Os negros na América Latina**. Tradução Donaldson Garschagen. Editora no Brasil: Companhia das Letras, São Paulo, 2014.

LERMA, Betty Ruth Lozano. "El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiência de las mujeres negras del Pacifico colombiano". **La Manzana de la discordia**, julio/diciembre, año 2010, v. 5, n. 2, p. 7-24.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Territórios e territorialidades rurais e urbanas**: processos organizativos, memórias e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades jongueiras do Espírito Santo. Projeto de Extensão PROEXT/MEC (SIGProj nº: 79438.394.57123.18042011), Vitória: PROEX/UFES, 2011.

PERU. Resolución Viceministerial nº 035, de 07 de junho de 2012. Declaran Patrimonio Cultural de la Nación a las manifestaciones culturales Hatajos de negritos e Pallas de la costa sur central. **Diário Oficial** - El Peruano. Ano XXIX, n. 11878, Lima, 13 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.elperuano.com.pe>. Acesso em: 07 de agosto de 2014.

PERU. Lei nº 28.269, de 21 de julho de 2004. Dispõe sobre a Ley General del Patrimonio Cultural de la Nación. **Diário Oficial**, Lima 21 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.peru.gob.pe >. Acesso em: 05 de agosto de 2015.

SANTIAGO, Silviano. "O entre-lugar do discurso latino-americano". In: _____. **Uma literatura dos trópicos**. Ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

DE BRINCADEIRA À PATRIMÔNIO: AS VÁRIAS DIMENSÕES DO JONGO/CAXAMBU NO ESPÍRITO SANTO[1]

Larissa de Albuquerque Silva
Cientista Social formada pela UFES. Mestranda pelo PPGCS - UFES.

Resumo: A memória é um elemento articulador na construção dos discursos dos indivíduos, cujo conteúdo é de valorizar o passado e suas recriações, e releituras do presente. Tal fato ocorre com os praticantes do Jongo/Caxambu no Espírito Santo, já que, em detrimento a atual conjuntura jurídica por meio dos artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fomentam-se as políticas de patrimonialização das práticas culturais por parte do Estado. Dessa forma, esses agentes étnicos adentram sob esse viés no jogo de negociações com os representantes dessas agências, a fim de pleitearem ações de cunho político-social. Assim, é proposto uma análise de alguns discursos proferidos durante os trabalhos de campo etnográfico desenvolvido por dois programas de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Os jongueiros e caxambuzeiros capixabas legitimam sua prática cultural, pois é por meio dela que será atribuída uma representação de luta por reconhecimento social e político no espaço público.

Palavras-chave: jongo/caxambu; memória; patrimônio.

Abstract: Memory is an articulating element in the construction of individuals discourse whose content is to value the past and their recreations and reinterpretations of present. This fact occurs with the practitioners of Jongo/Caxambu in Espírito Santo (Brazil), as in despite of the current legal situation by Articles 215 and 216 of Brazilian 1988 Constitution, promote it patrimonialization policies of cultural practices by the State. Thus, these ethnic actors enter from this perspective in the game negotiations with the representatives of these agencies in order to plead actions of political and social character. Thus, it´s proposes an analysis of some speeches during the ethnographic field work developed by two programs of extension and research at the Federal University of Espírito Santo (UFES). The jongueiros and caxambuzeiros from the State of Espírito Santo legitimize their cultural practice because is a way through which will be assigned a representation of the struggle for social and political recognition in the public space.

Keywords: jongo/caxambu; memory; patrimony.

Introdução

Esta comunicação se propõe a realizar uma discussão inicial sobre os processos de formação da categoria jongueiros/caxambuzeiros capixabas em vistas ao reconhecimento das "manifestações das culturas populares" (CFB, 1988) por parte da União, garantido pelos os artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFB/1988), sendo os assegurados aqueles que fazem parte dos "grupos participantes do processo civilizatório nacional" (CFB 215).

[1] O presente artigo é uma reedição do artigo "Dança *D*ireito, menino, na roda desse tambor": A construção da categoria jongueiro/caxambuzeiro no Espírito Santo" apresentado no Grupo de Pesquisa "Descolonialidade e América Latina", durante o V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABRASD), ocorrido em novembro de 2014, na Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

Nessa linha de análise, serão exploradas de forma analítica as políticas de salvaguarda vinculadas aos patrimônios imateriais brasileiros, sobretudo a prática do Jongo e, por isso, preliminarmente, se faz jus uma pequena apresentação dessa estrutura. Isso será necessário, pois é por objetivo perceber como essas políticas são formas de intervenção do Estado no processo de construção das identidades coletivas e da memória dos grupos subalternizados e que, por consequência, lutam pelo seu reconhecimento e pelo direito de falarem por si (GONÇALVES, 2007; SANSONE, 2011).

Nesse sentido, serão expostos aqui alguns discursos de jongueiros e caxambuzeiros do Espírito Santo proferidos durante algumas ações dos Programas de Pesquisa e Extensão "Territórios e Territorialidades rurais e urbanas: processos organizativos, memórias e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades jongueiras do Espírito Santo" e "Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo", desenvolvidos pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (DCSO/UFES), sob coordenação do professor e antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira, do qual a autora participou como bolsista durante os dois anos de execução.

De forma estrutural, o presente artigo está dividido em três seções subsequentes a esta introdução. Na seção segunda será apresentado sobre a prática do Jongo/Caxambu[2], especialmente no Espírito Santo, a fim de situar ao leitor como as identidades dos grupos praticantes são construídas e reconstruídas sob a memória transmitidas por seus ancestrais. Na seção terceira, abordarei o cenário jurídico das políticas de patrimonialização brasileira e suas atuações com os jongueiros no Espírito Santo. Na seção quarta, será verificado como essa memória é de grande embasamento na construção dos discursos desses agentes étnicos em sua luta pelo reconhecimento sócio-político. E, por fim, encerrando o artigo, as considerações finais.

1. Jongo/Caxambu

> Ah, eu acho assim uma alegria muito importante (dançar o Caxambu), porque vem do tronco, né? Então a gente tem que valorizar o que [...] foi ensinado. Então se eu jogasse pra escanteio, igual muitos, parece que a

[2] O Jongo e o Caxambu são denominações que correspondem ao mesmo ritual afro-brasileiro. Mesmo obtendo variações na forma de condução do ritual pelas comunidades que o pratica, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), reconhece esses dois nomes, além de tambu, batuque e tambor. No Espírito Santo, tal diferenciação pode ser vista regionalmente, a saber: ao norte capixaba é denominado Jongo, enquanto, ao sul, é chamado de Caxambu (nome que se refere ao principal instrumento da roda, o tambor). Ainda nessa região, há exceções, como os grupos dos municípios de Itapemirim e de Presidente Kennedy que o denomina como Jongo.

> gente, não tem, assim, amor. Que a gente tem que ter amor pelas coisas. Principalmente as coisas que os mais antigos ensinam (PROGRAMA TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES, 2012a).

O valor do ensinamento ancestral, como é destacado na epígrafe, é um ponto crucial na fala da mestra de caxambu. A expressão é dita com propriedade, pois por meio dela, é possível entender que o Jongo/Caxambu não somente é uma manifestação folclórica, mas sim, uma herança de um momento histórico brasileiro, dos quais negros africanos escravizados afirmavam não serem sujeitos passíveis da dominação escravocrata, e sim de indivíduos que buscavam protestar e lutar individualmente e coletivamente pela sua humanidade.

O Jongo/Caxambu têm suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo, os de língua bantu, provenientes do sul da África, especialmente de Angola. A consolidação dessa expressão cultural se deu pelos negros escravizados que trabalhavam nas lavouras de café localizadas no Sudeste brasileiro, região que abriga exclusivamente tal manifestação (ABREU; MATTOS, 2008).

Praticado em comunidades que se definem como negras e/ou quilombolas dos meios rurais e urbanos dessa região, os jongueiros e caxambuzeiros reinventam-se a partir de sua prática cultural pela luta por reconhecimento sócio-político no cenário público. Essa memória herdada é um elemento articulador na construção dos discursos dos indivíduos, cujo conteúdo é de valorizar o passado e suas recriações, e releituras do presente (LE GOFF, 2003).

Por meio de sua prática é possível compreender uma reconstituição do passado em tempos atuais. Ajuda-nos a responder como a memória é elemento articulador da construção de identidade e "[...] também um instrumento e um objeto de poder" (LE GOFF, 2013, p. 435). Ela é transformada em uma função legitimadora do discurso; decreta a apropriação por parte dos agentes étnicos de suas heranças culturais.

O modo de condução do ritual é uma particularidade que cada uma dessas comunidades possui, mas, em comum, o ritual é caracterizado por sua forma circular, constituído por homens e mulheres que dançam e tocam o tambor incessantemente à beira de uma fogueira. Nessa sincronia, há a criação de *pontos*, que são versos musicalizados criados (ou recantados) durante a roda. Na "brincadeira" (como muitos deles se referem a esse momento) são retratados os fatos do cotidiano, histórias, personalidades, trabalho e crença religiosa da localidade praticante. Tais versos são categorizados pelos próprios praticantes como: ponto de louvação, ponto de saudação, ponto de despedida e os pontos de demanda, sendo esse último também chamado de jongo de ponto ou desafio (RIBEIRO,

1984). Ele simboliza, verbalmente, um ataque, um acerto de contas de situações que ocorreram dentro ou fora do círculo entre alguns indivíduos. Acredita-se que esses pontos possuem um sentido mágico-fetichista.

> [...] o termo Jongo refere-se não apenas à dança, mas também, às cantigas que o acompanham, também conhecidas como **pontos**. [...] os jongos [...] são cantados em português, mas com frequência apresentam palavras e expressões de origem bantu [...]. O jongo tem uma característica central o uso de uma linguagem poética metafórica [...], que serve para transmitir mensagens ou enigmas a serem decifrados (PACHECO, 2007, p. 25, grifo do autor).

Os tambores são de modelagem arcaica, feitos de tronco escavado e recoberto numa extremidade por uma membrana, em sua maioria, de couro de boi, salvos relatos que diziam que, em algumas vezes, utilizava-se couro de bode. Durante as celebrações festivas é possível perceber nas narrativas dos jongueiros e caxambuzeiros que esse instrumento é revestido por um caráter mágico, seja pela sua constituição e/ou pela sua sonoridade. Variando em forma, dimensão e material empregado na sua produção, os tambores recebem nomes que lhe são próprios como caxambu (nome que também caracteriza a dança) e ainda outros, como nome de pessoas e/ou apelidos.

A regência da roda de jongo/caxambu é realizado pelo(a) mestre(a). Essa principal função é ocupada por um homem ou por uma mulher que, geralmente, são os mais velhos ou velhas da comunidade. Entretanto, tal maestria é transmitida por gerações dentro do próprio laço de parentesco, permitindo que, o saber e fazer desse patrimônio permaneça dentro do núcleo familiar nessas comunidades.

No Espírito Santo, foram mapeados por meio do trabalho de campo desenvolvidos pelos programas de pesquisa e extensão que exporei mais adiante, vinte e quatro comunidades praticantes do Jongo/Caxambu em todo o território. São distribuídos espacialmente em quatorze comunidades na região sul e dez na região norte.

Na abordagem a seguir, serão demonstrados o cenário jurídico e político em torno dessa prática cultural, a qual a União passa a englobá-la como um "patrimônio imaterial cultural". Nesse sentido, serão analisados três vieses distintos na forma de apropriação desse "patrimônio" pelos próprios jongueiros e caxambuzeiros e pelos agentes da política de patrimonialização, na qual, leva-se em consideração, o ponto de onde esses sujeitos estão situados em um dado momento e para quem eles se dirigem.

2. Em torno das políticas públicas, seus diferentes agentes

No contexto jurídico e político cultural que compreende os artigos 215 e 216 da CFB de 1988, é de dever do Estado o apoio, o incentivo a valorização, a difusão, promoção e a produção dos patrimônios culturais, da mesma maneira que fica estabelecido suas duas categorias: os bens de natureza imaterial (também chamados de intangível) e os bens de caráter material (os conhecidos por "pedra e cal").

Os bens imateriais são expressões simbólicas, os saberes e fazeres das práticas cotidianas dos grupos étnicos, suas memórias, relações sociais e "experiências diferenciadas nos grupos humanos-fundamentos das identidades sociais" (VIANNA, 2004, p. 15) e, por outro lado, os bens materiais, são monumentos de caráter arquitetônico, urbanístico e arqueológico. Ambos compõem o grande guarda-chuva denominado de patrimônio cultural brasileiro, esse um processo de gestão das práticas culturais empreendidas pelo Estado.

Com propósitos em atender as exigências postas nos artigos supracitados, foi fomentado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)[3], a edição do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, emanado pelo Ministério da Cultura (MinC), que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, criando o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial (PNPI), cujo caráter é de nortear e organizar os processos de registros dos inventários dos bens imateriais e que, por sua vez, consolida o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)[4]. Ainda nesse sentido, sobre as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial, foi criado dentro do Iphan um setor que abrangerá assuntos de pertinência à legislação e às políticas públicas vinculadas aos patrimônios imateriais, o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Dito isso, o "Jongo do Sudeste" foi identificado, reconhecido e titulado por essas políticas públicas no ano de 2005, como um patrimônio imaterial brasileiro. Tal ação não se deu de uma forma espontânea por parte das agências patrimonializadoras, mas sim, por uma série de ações de mobilizações sócio-políticas das comunidades praticantes do Jongo/Caxambu.

[3] Uma agência federal criada no final dos anos de 1930 que, inicialmente, foi nomeada de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade. A sua criação tornava evidente os propósitos em que o Estado tinha em construir ou de inventar tradições (HOBSBAWM, 1997) que legitimariam uma memória oficial traçada em prol de uma totalidade, o que justificaria a ideia de Estado-nação (ABREU e FILHO, 2007).

[4] O INRC é um instrumento metodológico de pesquisa regida pelo Iphan, na qual, por ele é realizado pesquisas de cunho investigativo em identificar bens culturais imateriais, além de gerenciar ações direcionadas a essa categoria.

Essas atuações iniciaram em redes de encontro dos jongueiros no Rio de Janeiro e em São Paulo desde 1996 que, até 2008, já haviam realizado onze encontros. Essas mobilizações foram fomentadas pelos próprios agentes étnicos que contavam com a colaboração e participação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que atuou de forma mediadora na organização, e com recursos comunitários e pequenas doações (MONTEIRO e SACRAMENTO, 2009).

Destacam-se nesses momentos a criação da Rede de Memória do Jongo/Caxambu durante o V Encontro dos jongueiros, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, no ano de 2000. A Rede e os Encontros culminaram a aprovação do registro do Jongo/Caxambu como patrimônio cultural brasileiro pelo Iphan, após a realização do INRC sob coordenação da antropóloga Letícia Vianna (VIANNA, 2008). Nesse ritmo, em 2007, o Iphan, juntamente com o MinC, propuseram a criação dos Pontões de Cultura de Bens Registrados, que atuariam em três linhas, que seriam: na articulação, na capacitação e na divulgação e difusão desses bens registrados.

Diante disso, foi estabelecida parceria com a UFF que dela foi criado o programa Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, sob coordenação geral de Elaine Monteiro, e que tinha como vertente "[...] o desafio de 'fazer com' [as comunidades] e não 'fazer para'" (MONTEIRO e SACRAMENTO, 2009).

Essa movimentação das políticas culturais públicas acerca do Jongo/Caxambu resultou em dois programas de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Departamento de Ciências Sociais da UFES. O "Territórios e Territorialidades rurais e urbanas: processos organizativos, memórias e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades jongueiras do Espírito Santo" e "Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo", foram executados em diferentes momentos, sendo o primeiro cumprido no ano de 2012 e, o segundo, de caráter prolongador das atividades do primeiro, no ano de 2013[5].

Esses programas partiram de duas categorias analíticas do campo da Antropologia, a saber: memória e patrimônio. Para isso, o *locus* das pesquisas foram nas comunidades negras praticantes do Jongo/Caxambu no estado do Espírito Santo, do qual, a partir disso, foi possibilitado verificar as interações entre os sujeitos étnicos políticos e intelectuais dessas localidades e os agentes públicos externos durante os eventos propostos pelos programas.

[5] Ambos foram coordenados pelo Professor Dr. Osvaldo Martins de Oliveira e contaram com a participação dos professores Sandro José da Silva (Departamento de Ciências Sociais/UFES) e Aissa Afonso Guimarães (Departamento de Teoria da Arte e Música/UFES). Incluiu também estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGA/UFES) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES).

Para isso, a metodologia empregada durante a pesquisa foi a abordagem etnográfica, que coube em averiguar a situação das relações sociais em torno dessa prática, atentando-se para aos elementos de auto-atribuição (BARTH, 2000) dos sujeitos da pesquisa.

Resumidamente, os programas realizaram cinco eventos de grande visibilidade a respeito da prática cultural no Espírito Santo. São eles: quatro encontros regionais nomeados de "Oficinas de Mobilização e Organização Comunitária" e o "II Encontro Estadual de Jongos e Caxambus no Espírito Santo". Nesse último evento, foi de grande valia a elaboração da "Carta dos jongueiros e caxambuzeiros", onde nela foram expostas todas as demandas exigidas pelos grupos em prol de sua prática cultural. Ela foi entregue às instâncias políticas culturais, que também estavam sendo representados pelos seus agentes em todo o processo de elaboração dela.

Após essas apresentações, é pertinente realizar uma análise prévia em torno das questões das políticas de patrimonialização, já que há um projeto em torno da identidade e da memória afro-brasileira, vista aqui, como exemplo, em torno da prática do Jongo/Caxambu.

Novas demandas por parte dos grupos subalternizados estão emergindo diante desse período em que se encontram vários fomentos na política cultural pública, sobretudo ao de natureza imaterial. Isso se dá pelo poder de que o estado tem de se apropriar do que é popular e torná-lo nacional (SANSONE, 2011), ou seja, "patrimonializar a cultura afro-brasileira subentende também definir, de alguma forma, o que é esta cultura, de quais elementos ela se compõe" (idem, p. 34), o que, de fato, acarreta um choque entre as fronteiras estabelecidas entre os grupos étnicos detentores da herança cultural e o Estado, o que proporciona novas construções identitárias e simbólicas.

Nessa linha de pensamento, foi possível perceber durante os trabalhos de campo dos programas de extensão da UFES, que o Jongo/Caxambu vem sendo realizado em três formas distintas, levando em consideração o ponto de onde ele está situado em um dado momento e para quem ele se dirige.

O primeiro deles é o "jongo como tradição", visto pelos próprios sujeitos da comunidade que o pratica. Esses são conscientes da sua herança cultural, que é perpassada por meio de sua prática doméstica. Esses sujeitos desempenham seu self "como realmente é" ou "como realmente somos" (GONÇALVES, 2007), ou seja, praticam a roda informalmente sem desempenhar papéis de instância política, mas sim, de transmitir ao seu sucessor o que lhe foi herdado: o jongo como um produto familiar ("a brincadeira").

O segundo é do ponto de vista da patrimonialização. Como dito em linhas anteriores, as agências culturais públicas adotaram uma nova linguagem para designar essas práticas culturais que, no caso aqui analisado, o Jongo/Caxambu. As políticas de salvaguarda dos patrimônios culturais imateriais é o termo "inventado" (no sentido hobsbawniano) para designar essa tradição. A patrimonialização é uma "invenção das tradições", pois é por meio dela que o poder público se re-legitima diante das transformações do cenário social.

Como é dever do Estado o apoio, o incentivo a valorização, a difusão, promoção e a produção dos bens culturais, fomentam-se eventos e datas comemorativas, dos quais, contam com a participação dos grupos nessas ocasiões. Diante disso, foi percebido como os grupos de Jongo/Caxambu fazem participações em eventos como em: seminários municipais, festejos em comemoração a aniversários das cidades e festejos religiosos. Assim, foi possível notar que não é realizada uma "apresentação" autêntica (GONÇALVES, 2007) do Jongo, mas sim, uma "representação" dele, ou seja, o conteúdo dos *pontos* são articulados de acordo com a temática do evento. São cantando versos em agradecimento ao prefeito e outros representantes ou uma homenagem para algum outro grupo participante e/ou para a cidade.

Quando se fala em salvaguardar o patrimônio "para não o perder", como são percebidas nas ações e nos discursos dos agentes das políticas de patrimonialização, suas mobilizações giram em torno da figura dessa perda (GONÇALVES, 2003). Entretanto, essa "proteção" vem respaldar o Estado daquilo que ele quer que seja catalogado, ou seja, há um engessamento da prática sob os seus moldes do que declara ser o legítimo.

A partir dessa interpretação, constitui-se uma tradição inventada pelo Estado, pois a "verdadeira" prática social, é reconstruída pelos sujeitos étnicos de acordo com as situações cotidianas. O "Jongo do Sudeste", o salvaguardado pelas políticas de patrimonialização, é diferente da "brincadeira" realizada na comunidade de São Mateus, no município de Anchieta (ES), do mestre Renélio, por exemplo. Aquele segue os moldes estabelecidos pela agência, em que determina o que mostrar, como mostrar e para quem mostrar[6]. Fora desses parâmetros estabelecidos, não seriam o patrimônio de forma "legítima", em vistas dos interesses do Estado.

Por fim, a terceira análise a ser empreendida é como essa tradição inventada é tomada pelos sujeitos étnicos como uma bandeira de luta política da comunidade. A organização de um grupo de Jongo/Caxambu que se "apresenta representando", não é apenas uma maneira

[6] A partir disso pode-se analisar também como a patrimonialização se direciona para o fomento de um turismo étnico, mas esse debate será realizado em uma próxima abordagem.

de propagar a política de patrimonialização realizada pelo Estado[7], mas sim, se apropriam dessa forma e a reinterpretam como uma maneira de lhes conferirem visibilidade diante a outra parcela da sociedade.

A política de patrimonialização mesmo "inventando a tradição" possibilita pensar como o jongueiro e caxambuzeiro se posiciona no ato de "representar". Eles são o "[...] próprio *locus* de significado e realidade" (GONÇALVES, 2007, p. 119) e, por isso, temos que nos ater ao direcionamento do nosso olhar.

No ato de "representação" do grupo, não somente temos que observar o modelo estabelecido pela agência, mas de ampliarmos o nosso campo de visão e notar a situação em disputa do qual se desenvolvem os conflitos tanto simbólicos, quanto materiais.

Em suma, é percebido como os sujeitos étnicos estabelecem negociações com os agentes da patrimonialização, na qual visam fazer emergir suas memórias que foram caladas e ocultadas durante todo o contexto histórico-nacional. Esse posicionamento vem "fortalecer a identidade pessoal e coletiva presente" (GONÇALVES, 2007, p. 123) do grupo étnico.

Nesse sentido, a próxima sessão terá como caráter expor alguns exemplos dessas negociações que são refletidas por meio dos discursos. As falas e as ações de ambos os interessados se interagem e se moldam no contato.

3. "Eu vim com Deus/ E cheguei com Nossa Senhora/ Caxambu mixiriqueiro/ Está chegando aqui agora"[8]: Na situação de cada dia, a reafirmação e a reconstrução das fronteiras.

Durante os eventos articulados pelos programas de pesquisa e extensão da UFES, foi notório a autodeclaração[9] dos sujeitos étnicos como descendentes de negros escravizados e praticantes do jongo/caxambu. A partir disso, tomam-se por debate os elementos atributivos que esses indivíduos definem como fatores significativos fundamentais para se considerarem pertencentes a esse grupo. Essa definição é construída diante daqueles que não pertencem a

[7] Essa divulgação é realizada de várias formas, dentre elas: desde a presença dos sujeitos étnicos em um determinado evento político até a criação de um *ponto* de jongo homenageando alguma figura política (o/a prefeito/a da cidade ou o/a gerente de cultura).
[8] PROGRAMA JONGOS E CAXAMBUS, 2013a.
[9] A autoidentificação como descendentes de negros escravizados é afirmada pelos sujeitos durante vários momentos das entrevistas e percebida nos processos sociais observados em campo. Refere-se isso às ações desencadeadoras das memórias, das lembranças, dos rituais, das narrativas e das transmissões dos saberes e fazeres nessa comunidade sobre a sua origem. Além disso, é válido afirmar que a auto identificação é um direito garantido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) promulgado na Constituição Federal Brasileira sob decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

ele. Ademais, esses elementos são atribuídos levando em consideração suas representações coletivas (BARTH, 2000).

Diante do exposto, Barth (2000) mostra que a noção de fronteiras étnicas compreende um instrumento metodológico-conceitual para definição de um grupo social, e não de seu conteúdo cultural demarcado por essa fronteira. Segundo esse autor, com base nos sistemas sociais abrangentes fundados nas interdependências étnicas, a definição de um grupo, enquanto auto atribuição encontra seu fundamento na sua forma de organização e pertencimento étnico interno a cada grupo. Nas palavras de Barth (2000), a identidade étnica é demarcada pelos "[...] sinais e signos [...] diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade" e pelas "[...] orientações valorativas básicas, ou seja, padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas" (BARTH, 2000, p. 32).

Dessa maneira, esses limites invisíveis categorizam e mantêm as diferenças de cada grupo, esses que sustentam sua estabilidade às suas categorias culturais. Reforço neste momento que para Barth (2000) as fronteiras étnicas não são isoladas, nem tampouco recaem no engessamento cultural. Elas interagem, se relacionam com outros grupos étnicos e agentes políticos externos construindo, assim, relações estáveis "a interação dentro desses sistemas não leva à destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias" (BARTH, 2000, p. 26). Pode-se dizer que Barth (2000) procura definir cultura como base nos significados que os próprios sujeitos étnicos dão às suas interações e, frente a isso, a construção das fronteiras étnicas.

A memória é um elemento articulador na construção dessas fronteiras, já que é por meio dos discursos dos indivíduos, do qual o conteúdo é de valorizar o passado e suas recriações, e releituras do presente.

A memória é articulada em três momentos: tempo, espaço e agência, salientando como, ao longo da (re)constituição das reminiscências coletivas tornam-se instrumental no processo de reconstrução da identidade do grupo. Ao trabalhar em uma postura de construção de uma identidade jongueira/caxambuzeira, a memória é reconstruída de acordo com a posição política e os interesses sociais conflitivos vivenciados pelos grupos étnicos.

Segundo Gonçalves (2007, p. 140), "quando falamos em discursos, não estamos nos referindo apenas a frases, mas a enunciados, sempre proferidos por alguém, em algum tempo e espaço, e sempre dirigidos a um outro, que responderá". Dessa forma, é correto dizer que,

um discurso deve ser analisado a partir dos diversos interesses por quem fala, para quem fala e de onde fala. Para isso, o antropólogo explica que, diante das políticas de patrimonialização, culminou os "discursos do patrimônio cultural" (GONÇALVES, 2007, p. 141).

Para ele, o patrimônio cultural é um discurso, cujo "[...] partem de um autor posicionado [...] e que se dirigem e respondem a outros discursos" (idem, p. 142), ou seja, eles são discursivamente constituídos, pois o objeto ou prática cultural que identificamos e preservamos "[...] não existem enquanto tal senão a partir do momento em que assim os classificamos em nossos discursos" (idem, 2007, p. 142). Os discursos são formas de representar o mundo. São formas de ação no sentido em que falamos, o que falamos tem efeitos sobre as situações que vivemos (GONÇALVES, 2007).

Durante as Oficinas de Mobilização Comunitária e do II Encontro Estadual de Jongos e Caxambu, esses discursos foram salientados várias vezes, tantos pelos agentes étnicos quanto pelos agentes públicos. Dentre esses, destaco a fala do articulador do grupo Caxambu da Família Rosa, da comunidade de São Pedro, localizada no município de Muqui (ES), Roney Rosa, também conhecido por Sarney. O caxambuzeiro fez um questionamento direcionado a uma representante do Iphan, a respeito do valor do certificado emitido pela instituição em reconhecimento do jongo/caxambu como um patrimônio imaterial brasileiro:

> "Roney: É, o IPHAN fez o reconhecimento, mas uma pergunta que eu queria saber, sobre a questão, é, até hoje não foi passado pra gente, nós recebemos este certificado, mas o que é que o Iphan pode está fazendo sobre a questão material ou até também informativa ou a questão, é, de algum projeto na nossa comunidade, né? Que possa abranger, os adolescentes que lá se encontram e os adultos.
>
> [...]
>
> Representante: Então, primeiro o certificado não é do jongueiro é do Jongo. Este é o primeiro equívoco. Porque [o que] é registrado como patrimônio imaterial do Brasil é o jongo, a expressão cultural, o jongo e o caxambu, né, e não o jongueiro [...].
>
> Roney: Ó, a meu ver, como nós fazemos diversas atividades, tanto na parte da educação como na parte regional, qualquer área, qualquer área que nós somos chamados, eu me orgulho muito em falar em questão a isto, o reconhecimento. Mas esta pergunta, esta dúvida eu nunca, assim...
>
> Representante: Então, o que é fundamental para o jongo acontecer? É o jongueiro, é o tambor, é a música – não é? –, as canções.

> Roney: É, no meu caso, eu tenho o material todinho lá em casa. Tem a biblioteca e os livros, mas eu não tenho o espaço construído, porque o meu lá é terreiro, mas eu tenho já o terreno pra fazer, nós ganhamos na época do Frei Paulão que deu este terreno pra gente, porém nós não temos recursos pra construir uma área ali, entendeu. Com materiais que nós temos eu queria botar, eu recebo muitas pessoas na minha casa e nem só pessoas do estado, mais até pessoas do, do estrangeiro vão. Eu tenho o material que na verdade é a minha casa, entendeu, eu fiz da minha casa um museu, entendeu, desde do, do 'loçado' (de muitas louças; objetos) aos móveis antigos, todos os contextos, entendeu, documentos de época, né. Como eu falei, pra mim é um orgulho muito grande receber as pessoas na minha casa, mas eu queria ir além...
>
> Representante: De repente ter uma Casa da Memória do Jongo" (PROGRAMA JONGOS E CAXAMBUS, 2012b).

O patrimônio cultural, como pode ser visto nas falas acima, atribui a uma representação, fundada na memória e na identidade. Ele é um instrumento "[...] de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público" (GONÇALVES, 2007, p. 155).

O reconhecimento tomado como referência pelo caxambuzeiro no diálogo acima nos direciona para sua resiliência em cobrar junto a agente pública, o fomento de políticas que beneficiem seu grupo e sua comunidade por meio de projetos de ações sociais e educativos que englobem os jovens e os adultos de sua localidade. É entendido que, os sujeitos étnicos reorientam essa política cultural para si, pois quem faz o jongo/caxambu acontecer é o jongueiro/caxambuzeiro e, portanto, o que deve ser feito, segundo a interpretação da fala, são políticas voltadas para o indivíduo.

Outro destaque do diálogo acima é verificar como as políticas de patrimonialização se desviam do sentido em que o Sarney, esse que, como interpretado na fala, luta em prol de políticas voltadas para o jongueiro/caxambuzeiro em se organizar socialmente (e não do jongo/caxambu como "representação"). A fala do representante público sobre os objetos que o caxambuzeiro possui, é direcionada para uma outra manobra de salvaguarda, a de articular uma Casa de Memória do Jongo/Caxambu.

É completamente despercebido pelas agências patrimonializadoras que: 1º) os objetos variam em seus significados de acordo com o lugar onde se encontram, ou seja, no exemplo posto, na casa do Sarney seus livros, sua loçada, seus móveis antigos e as pessoas que ele recebe tem um determinado sentido, diferente do que se estariam em uma Casa da Memória do Jongo/Caxambu e em 2º) a Casa (como todos as outras formas de política de

patrimonialização) não salvaguardaria o sentido dos objetos, tampouco a memória do jongo/caxambu, pois o passado, a tradição, a herança se conserva pela sua reinterpretação no presente, ou seja, de fazer algo novo hoje, já que os indivíduos não agem pela simplicidade da reprodução da cultura, mas sim, pela recriação dela (HANDLER, 2003).

Hoje, as ações das políticas de patrimonialização se articulam por meio da produção de editais, na qual, visam abranger e atender às necessidades da prática do patrimônio reconhecido. Nesse sentido, os grupos se mobilizam para atender às exigências burocráticas dos referidos editais, mas, muita das vezes, por diversas limitações, seja no acesso ou na escrita, muitos grupos não conseguem participar ou serem pleiteados.

Nesse sentido, destaco a fala do Gilson José dos Santos, jongueiro e articulador do grupo Tambores de São Mateus, da comunidade negra de São Mateus, localizada no município de Anchieta. Nela, em especial, podemos perceber como o jongueiro se apropria do vínculo institucional proposto pelas agências públicas culturais em benefícios direcionados em prol da organização social de sua comunidade:

> "Gilson: [...] Nós começamos tendo o conhecimento de editais a mais ou menos uns seis a oito anos. Até então o grupo, os grupos não sei, principalmente o nosso aqui da comunidade, ele vivia pedindo o patrocínio a uma pessoa, a outra, e a gente falava "Ah, isto não, isto de ficar batendo em porta de um, porta de outro. [...] e nem sempre você pede e o camarada do outro lado tem disponibilidade de te servir alguma coisa. A partir das oficinas que começou pela SECULT, depois o município de Anchieta através da Gerência de Cultura também começou a promover também esta oficina, chamando a SECULT para está nos apoiando através das Oficinas, as coisas começaram andar, a fluir. E graças a Deus nós fomos contemplados. Nós fomos contemplados no primeiro edital de cultura do ano de 2009 do Ministério da Cultura. E depois foi contemplado também pelo estado. E aí foi sucessivamente, se eu não me engano, né, de dez editais que o grupo participou, acho que sete ou oito ele foi contemplado, quatro no município, uma do jongo mirim e as três do grupo no município, e do estado três vezes. E aí é onde a gente vê que estas oficinas, que estes encontros de comunidades tradicionais, pra gente foi de grande valia, porque houve o aprendizado tanto do mestre quanto das pessoas que participam destas oficinas, destes encontros de comunidades tradicionais. [...] Tinham muitas propostas ali (na carta elaborada durante o II Encontro Estadual de Jongos e Caxambus no ES), e um das propostas ali, que a gente debateu lá que foi, graças a Deus a nossa comunidade tem docentes, quatro ou cinco docentes, sendo três da comunidade, nossa proposta era de que comunidades afrodescendentes terem docentes da própria comunidade, não saírem pessoas lá de Iconha ou de Cachoeiro do Itapemirim (municípios próximos à Anchieta), que não têm conhecimento nenhum da cultura da comunidade e vir né, pegar um vaga que é do docente aqui da comunidade, que já tem um conhecimento" (PROGRAMA JONGOS E CAXAMBUS, 2013b).

Em um primeiro momento, a fala se preocupa em abordar sobre o arrecadamento financeiro para a execução de festas para a localidade. No lugar em destaque, eles realizam rituais festivos religiosos para fomentarem a política de reconhecimento do local e de presentear São Benedito (santo de devoção católico) todos os anos, pois os moradores aliam ao Jongo outros elementos que consideram significativos na memória da origem da formação da comunidade livre: a fincada do mastro.

Os sujeitos étnicos se apropriam dessa titulação feita ao Jongo/Caxambu para pleitearem recursos (por meio dos editais) em benefícios não somente para a prática dele, mas sim, para a forma de organização comunitária. Realizar festas e eventos pelos próprios moradores simbolizam uma independência na forma de condução logística e de recursos. São realizados muitas das vezes rifas, bingos, sorteios e venda de produtos artesanais e culinários, na qual, ao produzirem a venda desses, acumulam recursos para realizarem pequenas obras na comunidade, como: compra de cadeiras, abastecer o centro comunitário, manter a capela de São Benedito e de realizarem seus rituais religiosos.

Outro destaque são as preocupações em torno de uma Educação Quilombola. A valorização, nesse sentido, de implementarem nas escolas das comunidades o próprio ensino sobre a cultura que está presente ali e do docente morador da localidade, sob a preocupação de ser lecionado questões pertinentes à vida local. Além disso, a temática das relações étnicas-raciais, no que condiz a lei 10.639/2003 e 11.645/2009 e as principais questões que envolvem as políticas públicas de raça traçadas para o enfrentamento ao racismo.

Em suma, o destaque da presente comunicação foi demonstrar as interações realizadas nas fronteiras que, de um lado, ficam os sujeitos étnicos e, do outro, as ações de políticas de patrimonialização acerca da prática do Jongo/Caxambu. Pelas interpretações esboçadas, é de grande relevância observar as negociações que são estabelecidas em torno do patrimônio e se validar do panorama das relações sociais, onde estão sobrepostos grupos e mediadores que ocupam diferentes posições e que defendem seus interesses.

Considerações Finais

Esta análise inicial dos discursos dos jongueiros e caxambuzeiros no Espírito Santo, realizados nos eventos desenvolvidos pelos dois programas de pesquisa e extensão apresentados, acompanhou a forma em que a memória é recriada e tomada como fonte

legitimadora da construção do presente, esse dado pelas relações estabelecidas com as agências fomentadoras da política de patrimonialização. Dessa forma, foi mostrado como a memória é articulada em três momentos: tempo, espaço e agência, salientando como, ao longo do processo de (re)invenção de lembranças torna-se instrumental no processo de reconstrução da identidade cultural. Trabalhando em uma postura de construção de uma identidade jongueira/caxambuzeira, os atores étnicos reinventam-se a partir de sua prática cultural a luta pelo reconhecimento sócio-político no cenário público.

Ademais, nos revela que a prática está para além de uma manifestação folclórica. Ela possui um caráter político, com hierarquias e posições estabelecidas, que visam reagir contra a homogeneização imposta pelas políticas de salvaguarda. No contexto das negociações, a auto atribuição é o elemento formador das fronteiras étnicas, vistas elas postas na figura do "outro". A identidade está relacionada com os interesses, e é na arena interétnica que emerge a construção de categorias.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Pelos caminhos do Jongo/Caxambu:** História, Memória e Patrimônio. Niterói: EDUFF, 2008.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de; FILHO, Manuel Ferreira Lima. A Antropologia e o Patrimônio Cultural do Brasil. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural:** diálogos e Desafios contemporâneos. Associação Brasileira de Antropologia. Nova Letra, 2007, p. 21-43.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_ federal/cf215a216.htm>.

_____. **Decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, Brasília, DF, 4 de agosto de 2000.

_____. **Decreto-lei nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF, 19 de abril de 2004.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

HANDLER, Richard. Authenticity. In: **Anthropology Today**, v. 2, n. 1. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 2003 [1986], pp. 2-4. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1265508.files/Week%208/HandlerAuthenticity.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Jongo no Sudeste**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3652>. Acesso: 15 ago. 2014.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** Jongo, patrimônio imaterial brasileiro. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=517>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3415>. Acesso em: 15 ago. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Ed.: da UFRJ/IPHAN. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 7. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2013.

MONTEIRO, Elaine; SACRAMENTO, Mônica. P**ontão de Cultura do Jongo/Caxambu:** Ação coletiva e identidade negra em comunidades tradicionais. In: X CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, em Braga, Portugal, 2009. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/pontao_de_cultura_do_jongocaxambu_acao_coletiva_e_identidade_negra_em_comunidades_tradicionais.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

PACHECO, Gustavo (Orgs.). **Memória do Jongo:** as gravações históricas de Stanley J. Stein. São Paulo: CECULT, 2007.

PROGRAMA TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES RURAIS E URBANAS: PROCESSOS ORGANIZATIVOS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO NAS COMUNIDADES JONGUEIRAS DO ESPÍRITO SANTO. Banco de dados. CAETANO, Canuta. **História do Caxambu Alegria de Viver**. 2012a. Entrevista concedida para Larissa de Albuquerque Silva durante trabalho de campo promovido pelo programa de pesquisa e extensão do ano de 2012. Comunidade quilombola de Vargem Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, 5 mai. 2012. 1 arquivo mp3 (01h38min: 10).

_____. SILVA, Roney Rosa. **Plenária da tarde.** 2012b. Falas proferidas durante a I Oficina de Mobilização Comunitária na região sul, realizada na comunidade de Celina. Celina, Alegre (ES), 17 jun. 2012. 1 arquivo mp3 (1h24min: 21).

PROGRAMA JONGOS E CAXAMBUS: CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS NO ESPÍRITO SANTO. Banco de dados. SILVA, Roney Rosa. **Apresentação do grupo Caxambu da Família Rosa.** 2013a. Ponto de jongo cantado durante a II Oficina de Mobilização Comunitária na região sul, realizada na comunidade de São Mateus. São Mateus, Anchieta (ES), 25 maio 2013. 1 arquivo mp3 (3h59min: 50).

_____. SANTOS, Gilson José dos. **Plenária da manhã.** 2013b. Fala proferida durante a II Oficina de Mobilização Comunitária na região sul, realizada na comunidade de São Mateus. São Mateus, Anchieta (ES), 25 maio 2013. 1 arquivo mp3 (3h59min: 50).

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. **O Jongo**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.

SANSONE, Livio. Os dilemas da patrimonialização: da invisibilidade a hipervisibilidade de alguns aspectos da cultura afro-brasileira. In: **35º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, outubro 2011. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1048&Itemid=353>. Acesso em: 25 de abr. 2014.

VIANNA, Letícia R. Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto de Saberes da Cultura Popular. In. LONDRES, C. (et al) **Celebrações e Saberes da Cultura Popular:** pesquisa, inventário, críticas e perspectivas. v. 5. Série Encontros e Estudos. Rio de Janeiro: Funarte, IPHAN-CNFCP, 2004.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Dossiê 5: Jongos do Sudeste. Brasília: IPHAN, 2008.

O QUE HÁ DE SE DIZER SOBRE A MULHER QUE USA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS?

Maria Luiza Lacerda Carvalhido
UENF

Resumo: Ao se problematizar o uso do monitoramento eletrônico de presos e ainda assim constatar o aumento da população carcerária, encontra-se uma rede complexa que é refletida também pelo aumento das mulheres no crime. Assim, este trabalho, que é um recorte da dissertação de mestrado em Sociologia Política da autora, irá considerar o tema em questão.

Palavras-chave: mulheres; estigma; monitoramento eletrônico de presos.

Abstract: When questioning the use of electronic monitoring of prisoners and still observe the increase of prison population, we found it a complex network which that is also reflected by the increase of women in crime. This paper is a brief of the author´s work to obtain the Masters degree in Political Sociology and will consider this subject.

Keywords: women; stigma; electronic monitoring of prisoners.

Apresentação

Inserindo-se num conjunto de estudos que já tem problematizado a questão da prisão e as mulheres, contudo sem ter contemplado a questão do monitoramento eletrônico de presos, o objetivo deste trabalho é fazer um primeiro mapeamento desse tema – prisão; mulheres e monitoramento eletrônico – problematizando e refletindo sobre o significado do estigma, a partir da leitura de Goffman (1988), na construção da identidade social dessas mulheres.

Tradicionalmente vistas como vítimas, as mulheres tornam-se invisíveis como agressoras, e quando surgem na cena do crime, a história se constrói em torno de imagens estereotipadas, nomeadamente, com a passividade e a fraqueza feminina, que tornariam as mulheres mais vulneráveis à vitimização e à influência da figura masculina.

Almeida (2001) salienta que as características de gênero atreladas à questão da criminalidade dificultam a aceitação social da inserção da mulher no universo do crime. A mulher, considerada anatomicamente frágil, dada ao instinto maternal e confinada ao espaço privado da casa, não teria motivações fortes para se envolver no discurso sobre a vida pública e muito menos em problemas como a violência, portanto, seria incapaz de matar.

Também há que se investigar a tecnologia do monitoramento eletrônico de presos e num contexto social em que esse dispositivo se torna visível aos olhos de terceiros, é compreensível que seja levantada a questão da estigmatização em função do porte do

equipamento. Caiado (2012) nos diz que, como matriz penal base dos nossos tempos, a prisão é relativamente recente – sucede às penas corporais (flagelação, trabalhos forçados), o que constitui um avanço civilizacional. O monitoramento eletrônico, curiosamente, retoma o corpo como eixo da ação penal, mas não visando a sua incapacitação ou imobilização, o que representa uma nova ruptura com o atual paradigma da pena: as tecnologias de monitoramento eletrônico em uso visam primariamente conhecer a localização do corpo[1].

1. O monitoramento eletrônico de presos

No Brasil, especificamente no estado do Rio de Janeiro, o monitoramento eletrônico de presos é realizado pela Secretária do Estado de Administração Penitenciária - SEAP e acompanhado pela Vara de Execuções Penais - VEP, que determina quais detentos devem usar o monitoramento eletrônico. A grande maioria dos monitorados está no regime semiaberto. Os detentos fazem uso da tornozeleira após conseguirem benefício da Prisão Albergue Domiciliar.

O equipamento é um pouco maior que um telefone celular e é composto por dois dispositivos: uma tornozeleira à prova d'água e antialérgica que deve ser usada pelo apenado 24 horas por dia, e uma unidade portátil de rastreamento - UPR. Essa unidade possui uma bateria de durabilidade de até 36 meses e precisa ser recarregada a cada dois dias em uma tomada comum. Ambas deverão ficar com o apenado e não poderão ser afastadas uma da outra por mais de seis metros de distância. Além disso, a UPR funciona como um comunicador apenas receptivo, se porventura alguém da central precisar falar com o usuário.

A tornozeleira pesa cerca de 150 gramas e é lacrada no corpo do apenado no início da execução da pena e transmite um sinal criptografado para a UPR, que por sua vez transmite as coordenadas do usuário até a Central de Monitoramento. A tornozeleira possui três sensores: um de violação da correia, um que aciona se o apenado ficar por 21 minutos sem se mover (nem dormindo uma pessoa fica sem se movimentar) e um sensor de massa. O equipamento permite o rastreamento do apenado em tempo real, podendo ser visualizado em um mapa, em fotos de satélite ou ainda em mapas híbridos. Atualmente, quando o sentenciado com tornozeleira se afasta do perímetro delimitado por um juiz, o aparelho emite

[1] Link para a reportagem: <http://oglobo.globo.com/rio/monitoramento-de-condenados-com-tornozeleira seletronicas-sujeito-falhas-no-rio-15517444>. Acesso em: 21 de abr. 2015. 2 Link para a reportagem: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/empresa-que-vai-fornecer-tornozeleiraseletronicas-para-presos-do-rio-foi-escolhida-sem-licitacao-16313131.html#ixzz3kvWTmgzi>. Acesso em ago. 2015.

um aviso sonoro, mas esse alerta é perceptível para quem o usa. Um sinal é enviado pela central de monitoramento para uma central da Superintendência de Inteligência do Sistema Penitenciário - SISPEN - da SEAP, responsáveis por acionar a polícia e a VEP.

Em março de 2015, o site Globo1 publicou uma matéria assinada por Vera Araújo, Tiago Dantas e Stella Borges, na qual são apontadas falhas no uso do monitoramento eletrônico de presos no estado do Rio de Janeiro. O pagamento ao consórcio responsável pelo monitoramento estava atrasado desde junho do ano passado e apenas 732 dos 1.362 aparelhos distribuídos funcionavam plenamente. Além disso, ao contrário do que acontece em outros estados, eventuais casos de ruptura ou de ultrapassagem dos perímetros fixados pela Justiça não são comunicados imediatamente. No Rio de Janeiro, a polícia só é acionada 24 horas depois.

Essa possibilidade de rastreamento é chamada de retrospectiva, na qual o sistema registrará por onde o apenado transitou ao longo do dia e enviará um relatório consolidado diariamente à Central, com estas informações. É o modelo de menor custo operacional e que, de acordo com a reportagem, é o que desde então vem sendo utilizado no Estado do Rio de Janeiro.

Já no mês de maio de 2015, o Jornal Extra2 publicou uma reportagem assinada por Carolina Heringer, informando que depois de quase seis meses de interrupção no serviço por falta de verbas, o fornecimento de novas tornozeleiras eletrônicas para monitorar presos do estado do Rio de Janeiro será normalizado em um mês. O contrato de 12 meses com a Spacecom Monitoramento S/A, já foi assinado pela SEAP. A escolha da empresa, no entanto, foi feita sem licitação. Ainda de acordo com a reportagem, atualmente 429 presos são monitorados por tornozeleiras eletrônicas no estado. Desde dezembro, novas tornozeleiras não eram colocadas, e as que tinham algum defeito também não eram substituídas.

Não se pode negar que há um direcionamento do debate para uma perspectiva de limitação do encarceramento, do desafogamento do sistema carcerário e da redução de custos. E com relação à difundida ideia de que o monitoramento eletrônico de presos se apresenta como uma opção mais barata se comparada à pena de prisão, vale dizer que, se de um lado não se conhecem os reais valores despendidos pelo poder público na manutenção do aparato prisional, de outro não são sabidas as quantias necessárias ao funcionamento do sistema de execução do monitoramento eletrônico. Não há, no momento atual, levantamento confiável cuja intenção seja aferir quais são as despesas envolvidas em cada uma das modalidades de sanção penal. Embora aparentemente o monitoramento eletrônico de presos se mostre como menos onerosa, não é possível fazer essa afirmação sem que haja dados confirmando essa impressão.

2. Prisão e as mulheres

Foucault (2013) afirma que o encarceramento é fruto de uma lógica burguesa, e esse tipo de punição faz parte de um aprimoramento da engrenagem do castigo como consequência de um Estado Liberal. Assim, o castigo se configura como um exercício do poder e como uma necessidade social de controlar, administrar e preservar o sistema. Em seu livro *Vigiar e Punir*, o autor faz uma análise das formas históricas do poder, a partir da Idade Média, século XVI a XVIII, no sentido de mostrar como se constituiu o poder disciplinar a partir das práticas de poder estabelecidas nas relações sociais.

Foucault ainda trata do poder soberano de fazer morrer. Poder legitimado por meio dos suplícios em praça pública. Na primeira parte de *Vigiar e Punir*, narra, em detalhes, como aconteceu o suplício de um rapaz chamado Damiens, em 1757, na França. Essa prática penal oficializada pelo direito do soberano de fazer morrer e deixar viver perdurou até o século XVIII quando surgiu outra forma prática de poder, cujo objetivo era corrigir comportamentos desviantes. A pena de prisão, vista então, como forma essencial do castigo, desde quando colonizou a penalidade, foi marcada visivelmente pelo despotismo, pelo arbítrio e pelos ilegalismos.

A necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeira como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa, pelo menos, deve ser respeitada quando se puni: sua humanidade. Foucault ainda nos mostra que nestes movimentos inerentes ao registro do controle existe uma nova configuração de uma mesma vigilância penal mais atenta ao corpo social, para não dizer, uma nova economia do poder castigar – "punir melhor" – nada inédito senão por aqueles que esqueceram como se deu de forma semelhante o processo de reforma penal levada à cabo do suplício (vingança do soberano) à punição generalizada (defesa da sociedade) no século XVIII. Na interpretação de Foucault, a punição legal não se restringe às tentativas de "fazer justiça", de reparação de danos ou reintegração do indivíduo à sociedade; funcionam ainda como táticas políticas.

A partir de Goffman (2001), a discussão a respeito da prisão pode ser situada no âmbito mais amplo das instituições totais. As instituições totais são reconhecidas por promoverem sistematicamente a mortificação do eu. Nestas instituições, todas as atividades que dizem respeito à vida de uma pessoa são realizadas em conjunto, sob uma única autoridade. Assim, mesmo os menores segmentos das atividades do indivíduo estão sujeitos a regulamentos e julgamentos por parte daqueles que administram a instituição.

Barcinski e Cúnico (2014) informam que a retirada dos bens pessoais na entrada, a separação do interno das relações que mantinha no mundo externo, a obrigatoriedade de realização de uma rotina diária que não leva em conta as suas vontades (mas sim a organização institucional), bem como a perda de espaços e de momentos de intimidade e privacidade são alguns dos aspectos que compõem a mutilação e degradação do eu em tais instituições, uma vez que promovem a uniformização dos indivíduos. Assim, a prisão se constitui como um espaço de múltiplas segregações.

O indivíduo que se encontra na prisão apresenta ruptura dos vínculos sociais em várias dimensões, e o sistema prisional aprofunda essa realidade: o isolamento, suas ações contraditórias como "punir e recuperar", a invasão da privacidade e a dominação total sobre o sujeito segregado. As vulnerabilidades aparecem também através da superlotação, da disseminação de doenças, do uso de drogas, da violência entre os internos e daquela usada em nome da manutenção da ordem (CARVALHO, et al, 2006).

O fato de a prisão em si ser masculina e masculinizante em grande parte de suas práticas torna as mulheres presas ainda mais invisíveis. Isso se deve ao fato do improviso institucional que marca a situação da mulher no cárcere, a qual é tratada a partir de tentativas de adaptações do sistema já existente, adaptações que perpassam a arquitetura e a estrutura física.

A assertiva de que a prisão se constitui em um espaço prioritariamente masculino, porém, deve ser compreendida para além dos dados que demonstram que o número de mulheres presas é muito inferior quando comparado aos homens. As mulheres encarceradas tem algumas formas de expressão de sua feminilidade vedadas, e isso deixa claro que é através e no corpo que se estabelece o controle institucional que pressupõe uma lógica considerada apropriada para o gênero feminino, que inclui elementos de recato e pudor. No entanto, Lemgruber (apud Chies 2004) apresenta e discute orientações teóricas que buscam explicar tanto a etiologia da mulher criminosa, como a diferença nas taxas de criminalidade entre homens e mulheres, e nos conduz à conclusão de que "à medida que as disparidades socioeconômicas entre sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina". A mulher presa é duplamente estigmatizada como transgressora – da ordem social e de seu papel materno e familiar.

Estudos mostram que a descrição do perfil das mulheres presas se caracteriza por: serem chefes de família, possuírem baixa escolaridade, serem jovens, negras, ocuparem lugares subalternos no mundo do trabalho, terem cometido alguma infração juvenil, serem usuárias de drogas, terem uma imersão em histórias de violência e apresentarem carência

afetiva – Carvalho et al.(2006), Bahia (2012), Oliveira (2012), Lancellotti (2012), Almeida (2001), Pereira; Ávila (2013), Soares e Ilgenfritz (2002), Assis; Constantino (2000).

Lancellotti (2012), baseado nos dados do Infopen, publicados em junho de 2012, afirma que a população carcerária feminina no Brasil era de 31.552 mulheres. É uma população que está em ascensão, e mesmo diante desse crescimento, as mulheres representam 8% da população carcerária brasileira. Nesse sentido, as prisioneiras estão submetidas à uma perversa condição de invisibilidade que ao mesmo tempo intensifica as desigualdades de gênero que as mulheres enfrentam na sociedade nacional.

De acordo com o site Geledés4, a cada levantamento há um número mais alarmante que outro. No mês de junho de 2015 foi divulgado pela Secretaria-Geral da Presidência da República o estudo "Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil", que abrange o período de 2005 a 2012. Nesse estudo ficou constatado que a população carcerária feminina cresceu 146%. O crescimento geral foi de 74% nesses sete anos, impulsionado pela prisão de negros, mulheres e jovens. Sendo que 18,7% dos 515.482 não precisariam estar presos, não foram condenados, "pois estão no perfil para o qual o Código de Processo Penal prevê cumprimento de penas alternativas", conforme diz o texto do relatório. No total, o tráfico de drogas corresponde a 70% das prisões no País, o percentual entre as mulheres é praticamente este, em torno de 60% a 70%[2].

O perfil dos crimes cometidos e o aumento de mulheres presas, de acordo com Soares e Ilgenfritz (2002), tem se transformado desde a década de 80, quando o número de mulheres encarceradas no Brasil cresceu, enquanto os crimes passaram de menor poder ofensivo para crimes relacionados ao tráfico de drogas. Segundo Soares (2002) apud Bahia (2012), certamente o novo cenário desenhado pelo alastramento do tráfico de drogas ampliou o leque e as chances, tanto para homens, quanto para mulheres de praticar infrações. A autora mostra que, quando questionadas sobre o lugar que ocupavam no tráfico, 78,4% das presas condenadas por esse delito referiam-se a funções subsidiárias ou a situações equivocadas que, por infortúnio, as teriam levado à prisão.

O crescimento das mulheres no tráfico de drogas apresenta motivadores sociais e econômicos, tais quais: o desemprego, os baixos salários quando comparados aos homens, e o aumento de mulheres que chefiam famílias. Outro fator merece destaque: em geral, as mulheres ocupam funções subsidiárias ou periféricas na estrutura do tráfico o que faz com que elas tenham

[2] Link para a reportagem: <http://www.geledes.org.br/a-mulher-presa-no-brasil-e-jovem-negra-e-com-baixaescolaridade/> Acesso em 05 de jun. de 2015.

poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturadas pela polícia. Assis; Constantino (2000) encontraram duas principais formas da inserção feminina no tráfico. Uma acontece por ser "mulher de bandido", a qual se sujeita aos mandos masculinos e assim é iniciada pelo parceiro. Muitas vezes, na tentativa de entrar com drogas nos presídios masculinos alocadas dentro da vagina, escondidas nas roupas ou até mesmo em sacos dentro do estômago. A segunda é a entrada independente do parceiro, mas muitas vezes facilitada por parentes e amigos. A influência masculina se faz perceptível, mas não se torna um fator determinante.

Na questão referente à maternidade durante o cumprimento de pena, segundo Pereira e Ávila (2013), a situação apresenta uma série de fragilidades ignoradas pelo ordenamento penal. Quando a gestação se dá no ambiente prisional, a situação se agrava ainda mais. As enfermarias, responsáveis pelos atendimentos médicos das penitenciárias, não suportam os cuidados especiais que uma gestante necessita, restringindo o atendimento pré-natal a meras consultas ambulatoriais. Em virtude do aprisionamento, as mulheres que são mães passam a ser consideradas pela sociedade de modo geral e por elas próprias como maternalmente não-ortodoxas, uma vez que são vistas como violadoras tanto da lei, quanto do comportamento prescrito ao gênero feminino. Culturalmente, a maternidade é entendida como central na identidade da mulher, não sendo diferente para as mães cumprindo pena de privação de liberdade. Diante disto, a instituição tende a reforçar a domesticidade, o desejo de ser uma boa mãe e a culpa pela não manutenção do contato com os filhos, por entender que aquelas que buscam manter este contato têm maiores chances de reabilitação (Shamai; Kochal, 2008; Brown; Bloom, 2009 apud Barcinski; Cúnico, 2014). Ainda sobre a maternidade e cumprimento de pena, podemos analisar uma das fragilidades da maternidade de mulheres encarceradas com um caso amplamente divulgado na mídia3, de uma ex-detenta que ganhou processo, contra o Estado de São Paulo, por ter sido obrigada a parir algemada pelos pés e pelas mãos em setembro de 2011[3].

Até a edição e publicação do Decreto nº 57.783/2012 era comum e normal o uso de algemas nas custodiadas do estado de São Paulo durante o trabalho de parto. Hoje, em 2015, entende-se que as sensações negativas de humilhação, aflição e desconforto, entre outras, a que eram submetidas às custodias, diante de cruel, desumana e degradante manutenção das algemas durante o trabalho de parto, enseja danos morais indenizáveis e guardam nexo com a ação estatal, de modo que avulta o dever de ressarcimento.

[3] Link para a reportagem: <http://apublica.org/2014/08/ex-detenta-que-ganhou-processo-por-parto-comalgemas-fala-pela-primeira-vez> Acesso em 10 mar. 2015.

Oliveira (2003, apud Pereira) e Ávila (2013) apresentam outro ponto relevante em relação à maternidade e cumprimento de pena, quando estas mães adentram nas penitenciárias, possuindo filhos de menor idade, acabam afastadas destes, muitas vezes pelo preconceito de suas famílias, que hesitam em levá-los para visitação, e não raras vezes por falta de condições para recebê-los, por parte dos estabelecimentos prisionais.

Carvalho et al (2006), compreende que ser mulher mostrou-se associado a ter visitado alguém na prisão antes de ser presa, enquanto os homens presos apresentaram três vezes mais chance de receber visita íntima do que as mulheres presas.

Bahia (2012) comparou as visitas familiares entre o universo masculino e feminino, e observou que os homens recebem mais visitas que as mulheres. Em geral, as mães são as que mais visitam os filhos, pois os homens não costumam se adequar ao ônus das revistas para as visitas e também ao fato de serem identificados como parentes de infratores, mesmo que eles mesmos o sejam. As prisões de hoje, citando Wacquant, são projetadas como "fábricas de exclusão".

3. O estigma e o monitoramento eletrônico de presos

Goffman (1988), em *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* não se baseia nos atributos que estigmatizam, mas sim nas relações. Um atributo pode confirmar a normalidade de alguém ou não, portanto, ele não é em si mesmo nem honroso e nem desonroso. A questão do estigma só surge onde há expectativas, de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la.

Baseando-se nessas relações, os ditos normais criam estereótipos que tendem a ter um efeito de descrédito muito grande. Ainda sobre esses estereótipos que são criados, tem-se as preconcepções que são exigências e expectativas normativas que estabelecem os meios de categorizar a sociedade. E dentro dessa perspectiva, os monitorados são estereotipados, uma vez que carregam e exteriorizam a sua pena. As tornozeleiras de monitoramento eletrônico não deixam de ser uma marca, um símbolo de onde o cidadão vem.

As pessoas que só têm uma pequena diferença acham que entendem a estrutura da situação em que se encontram os completamente estigmatizados. As pessoas, completa e visivelmente, estigmatizadas, por sua vez, devem sofrer do insulto especial de saber que demonstram abertamente a sua situação, que quase todo mundo pode ver o cerne de seus

problemas. A ideia de que a tornozeleira de monitoramento eletrônico é pequena e pode ser facilmente encoberta, principalmente por roupas, é falsa.

O estigmatizado pode também ver as suas privações como benção, principalmente devido à crença de que o sofrimento pode ensinar sobre a vida e sobre a pessoa. Sob a ótica do apenado que usa a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos, esse sentimento é uma realidade. E diante de todas essas situações, ele pode vir a afirmar a normalidade dos outros indivíduos, quando se encontram nos contatos mistos, ou seja, situações em que os normais estão na mesma situação social dos estigmatizados. Isso acontece quando o apenado está em prisão domiciliar e sua socialização acontece com seus familiares.

O indivíduo sem o retorno saudável da convivência social cotidiana tende a se isolar, se tornar mais desconfiado, deprimido, hostil, confuso e ansioso. E quando ocorre o encontro entre os indivíduos normais e estigmatizados que tentam manter uma conversação, ambos os lados enfrentarão, diretamente, as causas e efeitos do estigma.

Assim, o autor apresenta o conceito de identidade social real e identidade social virtual. Identidade social real é o que somos de verdade; são os verdadeiros atributos que temos e a identidade social virtual é o que pensamos que o outro é, seja num primeiro momento ou não. São as características que imputamos a ele e a partir daí o incluímos ou excluímos de algum grupo social. Essa inclusão ou exclusão pode afastar o indivíduo da categoria que ele poderia pertencer e, por vezes, ele acaba sendo diminuído, depreciado e considerado uma pessoa estragada, perigosa ou fraca. Numa ressalva, o autor menciona que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente aqueles incongruentes com o estereótipo criado.

Diante dessas relações, o termo estigma apresenta uma dupla perspectiva. Ao assumir a postura de que todos conhecem o seu estigma ou ele é facilmente reconhecido, o indivíduo se torna uma pessoa desacreditada. E quando assume a postura de que não conhecem seu estigma e ele também não é facilmente reconhecido, o indivíduo se torna uma pessoa desacreditável. Por vezes o autor afirma que a maioria dos indivíduos já passaram por ambas as situações e que, em alguns momentos, não conseguem separar uma da outra.

Numa tentativa de estabelecer uma diferença entre identidade social e identidade pessoal, Goffman (1988) afirma que ambos os tipos de identidade podem ser mais facilmente compreendidas em conjunto e de serem contrastadas se forem chamadas de identidade do “eu”, ou identidade experimentada. Como já pontuado, o indivíduo estigmatizado constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material que as pessoas normais construíram sua

identidade, logo, as identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão.

O destoante é aquele membro que não adere às normas sociais referentes à conduta e a atributos pessoais. O desvio é a peculiaridade deste indivíduo que se recusa a aceitar o lugar social que lhe é destinado e age de maneira irregular, às vezes, rebelde, no que se refere a nossas instituições básicas. O comportamento desviante é caracterizado pela negação da ordem social, eles são percebidos como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade e mostram assim, um desrespeito pelos superiores; falta-lhes moralidade e, dessa forma, representam defeitos.

Os desviantes sociais, os membros de minorias, as classes mais baixas, provavelmente colocam-se como estigmatizados e inseguros em relação à recepção dos demais indivíduos. Essa realidade é a dos apenados que usam a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos. Os apenados monitorados, geralmente, possuem sua identidade social marcada pelo desvio. Além dos atributos pessoais que caracterizam sua origem social e que são usualmente associados a uma série de estereótipos que marginalizam, existe a dificuldade de realização de todo o processo de tentativa de ressocialização.

Considerações Finais

As reflexões aqui apresentadas problematizam o uso do monitoramento eletrônico de presos e o encarceramento. Os dispositivos de monitoramento eletrônico de presos são demasiado evidentes e seu uso é estigmatizante ao sublinhar a diferença da pessoa vigiada em face de outros cidadãos.

Este trabalho corrobora com os estudos que afirmam que a punição para as mulheres se amplia na medida em que o aparelho prisional, incluindo o uso da tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos utiliza seus corpos como dispositivos de controle ocasionando mais insegurança, solidão e sofrimento.

A reformulação das identidades das mulheres apenadas que usam a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos não são suficientes ou equivalentes para que elas assumam uma identidade de encarceradas, mesmo estando submetidas à reclusão, privadas de liberdade e de tantos outros elementos da vida de outrora. A construção da identidade

dessas mulheres perpassa as questões do estigma ora apresentadas neste trabalho e as experiências vividas fora e dentro da prisão.

Referências

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: Universo imaginário do crime feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. UFRJ: Núcleo de Antropologia da política.

ARAÚJO, Vera; DANTAS, Tiago; BORGES, Stella. **Monitoramento de condenados com tornozeleiras eletrônicas é sujeito a falhas no Rio**. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/monitoramento-de-condenados-com-tornozeleiras-eletronicassujeito-falhas-no-rio-15517444>. Acesso em: 21 mar. 2015.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo**: infração juvenil no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a08v10n1>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BAHIA, Joana. **Estrangeiras na prisão**: o cotidiano das mulheres presas no Brasil. Sociedad y Discurso: Universidad de Aalborg, Dinamarca, v. 23, p. 60-77, 2012. ISSN 1601-1686.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. **Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere**: as contradições do sistema prisional. Psicologia, Lisboa, v. 28, n. 2, dez. 2014.

COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Mulheres nas so(m)bras**: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, v. 18, n. 2, p. 407-423, ago. 2010.

CAIADO, Nuno. **Monitoramento eletrônico e ética** - um olhar de um prático. In: ROSA, Alexandre Morais; PRUDENTE, Neemias Moretti. Monitoramento eletrônico em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ltda, 2012. p. 163-185. (Coleção Judiciário do futuro).

CARVALHO, Márcia Lazaro de et al. **Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro**: especificidades de gênero no processo de exclusão social. Profile of prisioners in the Rio de Janeiro prison system: specifities of gender in the social exclusion process. Rio de Janeiro: 2006.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres: LEMBRUGER, Julita. 2º ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 7, p. 338-345, jan./jun. 2005.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: 04 nov. 2014. DIP, Andrea. Ex-detenta que ganhou processo por parto com algemas fala pela primeira vez. 2014. Disponível em: <http://apublica.org/2014/08/ex-detenta-que-ganhouprocesso-por-parto-com-algemas-fala-pela-primeira-vez/>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. 41. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 291 p. Tradução Raquel Ramalhete.

GELEDÉS. **A Mulher presa no Brasil é jovem, negra e com baixa escolaridade**. 2015. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/a-mulher-presa-no-brasil-e-jovem-negra-e-combaixa-escolaridade/>. Acesso em: 05 jun. 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1988. 158 p. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. Tradução de Dante Moreira Leite.

HERINGER, Carolina. **Empresa que vai fornecer tornozeleiras eletrônicas para presos do Rio foi escolhida sem licitação**. Extra. Rio de Janeiro, 30 maio 2015. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/empresa-que-vai-fornecer-tornozeleiras-eletronicaspara-presos-do-rio-foi-escolhida-sem-licitacao-16313131.html>. Acesso em: 03 jun. 2015.

LANCELLOTTI, Helena Patini. **Mulheres, rua e prisão**: uma análise do perfil de mulheres com trajetórias de rua custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. In: SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA DA UFSCAR, ano 1, 1 ed., 2012, São Carlos. Anais do Seminário.

LIMA, Ricardo Vieira. **TJERJ e SEAP realizam monitoramento eletrônico de presos**. Interação, Rio de Janeiro, v. 39, p. 9, 2011. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/ documents/10136/30092/informativo_39.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

MACIEL, Marcela. **Projeto de deputada é implantando**: monitoramento eletrônico de presos. São Paulo. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_ corpo.asp?num=37760>. Acesso em: 06 mar. 2015.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Mulheres, crime e sexualidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. Pesquisa do Programa de Iniciação Científica CNPq - ProIC/DDP/UnB.

PEREIRA, Larissa Urruth; ÁVILA, Gustavo Noronha de. **Política de drogas e aprisionamento feminino** - O tráfico e o uso na lei de drogas. Rio Grande do Sul: PUC RS, 2013. 15 p. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/ IV/46.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PRIORI, Claudia. **A construção social da identidade de gênero e as mulheres na prisão**. NUPEM, Campo Mourão, v. 3, n. 4, p. 191-199, jan./jul. 2011.

SPACECOM. **Monitoramento eletrônico de presos**. Disponível em: <http://www.spacecom.com.br/>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SEAP. **Governo do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/ web/seap/exibeconteudo?article-id=1484134>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2002. 152 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Prisioneiras.html?hl=ptBR&id=dCnqIBT_Ml0C>. Acesso em: 21 mar. 2015.

OS REFLEXOS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA SAÚDE INDÍGENA BRASILEIRA SOB O OLHAR DE ANÍBAL QUIJANO E BARTOLOMÉ DE LAS CASAS

Mariana de Medeiros Thompson
Mestranda do PPGSD da UFF. E-mail: marianathompson1000@gmail.com.

Moema Guimarães Motta
Doutoranda do PPGSD da UFF. E-mail: moemaguimaraes @gmail.com.

Resumo: O Centro Regional das Nações Unidas anunciou, em janeiro de 2010, que os povos indígenas comportam um terço das populações mais pobres do mundo, revelando estatísticas desumanas e excludentes relacionadas à saúde. Com fito principal de indagar se o processo de colonização no Brasil foi capaz de provocar a precariedade do acesso à saúde indígena é que, como suporte teórico, elegem-se os autores Aníbal Quijano e Bartolomé de Las Casas. Apresentar-se-á, também, acervo normativo referente à matéria sob a forma das leis especiais do Sistema Único de Saúde e os princípios constitucionais aplicáveis. A metodologia aplicada será a revisão bibliográfica. Esclarece-se que este trabalho não privilegiará um único paradigma sobre o atual retrato da Saúde Indígena, mas conferirá uma perspectiva geral sobre o tema.

Palavras-chave: saúde indígena; legislação; descolonialidade.

Abstract: The United Nations Regional Centre announced in January 2010 that indigenous peoples comprise a third of the poorest populations in the world, revealing inhuman and excluding statistics related to health. With the main purpose of inquiring whether the colonization process in Brazil was capable of causing the precariousness of access to indigenous health, as theoretical support we elect the authors Aníbal Quijano and Bartolomé de Las Casas. Will expose also the normative patrimony concerning the subject in the form of special laws of the Brazilian Unified Health System and the applicable constitutional principles. The methodology used here is the review of literature. It is explain that this work will not use a single paradigm on the current scenario of Indigenous Health, but will give an overview about the topic.

Keywords: indigenous health; legislation; decoloniality.

Introdução

A origem das normas de conduta em sociedade perde-se no tempo. No início, associada a concepções religiosas e/ou morais sobre o bem e o justo, estabelecidas conforme costumes e práticas locais. Com as mudanças históricas e movimentos sociais ocorridos no ocidente, principalmente a partir da modernidade – marcada pela redução do poder da igreja e o domínio do liberalismo – surgiu a preocupação em estabelecer um corpo de regras e procedimentos que se propunha independente de pressões externas, administrado pelo Estado, capaz de garantir a ordem e sua autoridade.

Resultado do processo histórico europeu, o liberalismo estabelece o direito atrelado ao conceito de Estado-nação. Inspirado no modelo mecanicista em crescimento à época, busca estabelecer normas de conduta a partir de uma lógica científica, um saber exato – "o direito". Necessário para garantir que, em um mesmo território, vigorasse uma única cultura, um único idioma, um povo único. Um direito positivado pelo Estado. Através do direito, os conflitos poderiam ser avaliados através de um viés comunicativo específico – o viés jurídico – reduzindo os efeitos violentos e destruidores da convivência, através da limitação dos excessos individuais, e garantindo o funcionamento do mercado, da propriedade privada e, por conseguinte, da ordem e da paz social.

Apesar do dinamismo constante experimentado pela sociedade e também pelas diversas influências sofridas pelos diversos grupos e de seus novos rearranjos, não se pode negar a permanência de desiguais condições de vida entre as diversas regiões do planeta. O Centro Regional das Nações Unidas anunciou por meio do seu Departamento de Informação Pública de janeiro de 2010, que os povos indígenas comportam um terço dos mais pobres do mundo e sofrem com condições alarmantes em todos os países. A primeira publicação da ONU sobre a situação dos povos indígenas do mundo revela estatísticas alarmantes sobre pobreza, saúde, trabalho, direitos humanos, meio ambiente, entre muitas outras.

Com outros autores latino-americanos, Quijano (2005), divide a ideia de que esta realidade é consequência do processo de colonização adotado pelos europeus. Um processo único na história que permitiu a distinção dos povos entre humano-europeus e não humanos – outros povos. Desse modo, excluídos do acesso aos mesmos direitos.

Com isso, Quijano (2005) propõe a descolonialidade, ou seja, a necessidade de romper com o eurocentrismo e a colonialidade do saber, a fim de construir uma identidade cultural latino-americana. Neste processo, recoloca o papel social dos povos originários e dos descendentes das populações africanas desterritorializadas e escravizados nas colônias.

Las Casas chegou à América em 1502 lutando, inicialmente, contra os índios e testemunhando bárbaros massacres de índios, inclusive a morte do cacique Hatuey, chefe dos Caonao. Neste momento, ponderou sobre a perversidade da conduta perpetrada na conquista espanhola e, por isso, regressou à Europa e empreendeu esforços pela reforma das Leis das Índias e pela proteção dos povos das Américas (SOUZA FILHO, 2012, p. 46).

Em razão disso, edificou teoria também demonstrada por meio de ações que contemplavam uma ideia pacifista e de valorização da diversidade cultural frente às recentes

terras encontradas, confiando na harmonia relacional entre indígenas e espanhóis. A partir disso, foi considerado o precursor do pensamento indigenista ou criticista, arrebatando com seus ideais outros pensadores contemporâneos a ele. Las Casas documenta, ademais, a dificuldade do europeu em compreender os povos nativos encontrados no novo continente.

No mesmo diapasão, Segundo Quijano (2005), o conceito de diferentes raças humanas, adotado durante muitos anos no ocidente, foi causa de diversos conflitos sociais. O autor demonstra como o colonizador ibérico impôs a cosmovisão europeia sobre os demais povos presentes no continente americano, de forma a conseguir o domínio político, financeiro e cultural dos povos colonizados. Este processo contribuiu para a desqualificação de quaisquer outras racionalidades diversas da europeia e é identificado pelo autor como colonialidade do poder.

Apesar da interpretação dada pelo movimento conhecido por lusotropicalismo, que tem em Gilberto Freyre uma figura basilar, afirmar a distinção entre a colonização espanhola e portuguesa, é possível identificar reflexos da Colonialidade do poder e do eurocentrismo defendido por Quijano e seus pares no Brasil, tal como identificamos ao nos debruçarmos sobre a história da política nacional de atenção aos povos indígenas, ou seja, uma realidade contrária à teoria Freyriana de uma "integração das três raças".

Pinto (2009), ao recordar o apoio do governo Salazarista (1933-1974) às teorias de Gilberto Freyre, aponta-nos as bases políticos-conceituais presentes no lusotropicalismo.

> Para Gilberto Freyre, no Brasil, tanto o negro africano, como o índio, foram elementos que civilizaram o branco português e este na sua "intrínseca" aclimatabilidade, no amalgamento interracial, logo deixou de ser português para tornar-se lusobrasileiro. O português para Freyre já era um mestiço em Portugal, dessa maneira, por essas condições inatas, jamais poderia se desenvolver historicamente um Brasil branco e europeu. Esse será um dos termos centrais do lusotropicalismo. Dessa confluência interracial, inaugurou-se no Brasil um novo processo civilizatório que, conforme o autor haveria por se estender a todos os espaços de colonização portuguesa.
>
> E para melhor justificar o sentido da instrumentalização do modelo explicativo freyriano pelo Estado salazarista, Casa grande & senzala sugere o português como herói colonizador, portador de um conjunto específico de práticas de colonização que o tornam único na experiência histórica das colonizações (PINTO, 2009, p. 151-152).

Neste trabalho, buscamos demonstrar que o diferente resultado apresentado na atenção à saúde dos povos indígenas, quando comparado aos iguais indicadores do restante da sociedade nacional, tem como causa concorrente o processo de colonização sofrido no Brasil.

1. Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas - Um processo em construção

A publicação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) instituída em 2002 e a leitura das diversas disposições normativas sobre o tema ao longo de nossa história republicana, parecem confirmar a dificuldade de convivência entre a diversidade cultural dos povos originários e o restante da sociedade nacional brasileira. Em grande parte, atrelado ao interesse inicial do colonizador de garantir a integridade territorial e a construção de um ideal de Estado-Nação, típico do liberalismo europeu.

Com o fim do Império, a preocupação do governo republicano em garantir a integridade territorial e as fronteiras do país, estabelece-se uma política governamental voltada aos povos indígenas com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e a Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), através do Decreto nº 8072, de 20 de junho de 1910. Inspirado pela figura do Marechal Rondon, o novo órgão tinha tanto o objetivo de proteger os índios, quanto treiná-los para atuar como trabalhadores rurais, através da fundação de centros agrícolas. Oito anos depois, o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais pelo Artigo 118 do Decreto-Lei nº 3454, de 6 de janeiro de 1918. Também nesse período foi estabelecida a relativa incapacidade jurídica dos indígenas e o poder de tutela do SPI através do Código Civil de 1916 e da Lei nº 5484 de 27 de junho de 1928, que regulava a situação dos índios nascidos no território nacional (Martins, 2012), portanto, mantinha-se o conceito da diferença da natureza entre os povos nativos e o restante da sociedade nacional.

Na plataforma de governo de Vargas, o trabalhador formal urbano foi contemplado com um modelo médico assistencial, no que Wanderley Guilherme chamou de cidadania regulada. Para tanto, reproduzia o modelo trazido pelos imigrantes italianos, era criada, assim, a caixa de assistência e pensão (CAP), posteriormente, o Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP), que cobria eventuais períodos de doença ao trabalhador assalariado e garantia um salário ao aposentado, a partir de sua inserção no mercado formal (por exemplo, ferroviário, comerciário, entre outros). Entretanto, o governo não estendia a política de saúde aos trabalhadores informais e áreas rurais (ESCOREL, 2008).

Como o Brasil se tornou signatário da Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na década de sessenta do século passado, e no mesmo período ocorreu a promulgação do Estatuto do índio (Lei 6001/73), ganhou força o ideal de integrar o indígena ao restante da sociedade nacional adequando-se ao ideal desenvolvimentista do período militar.

Foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), através do Decreto-Lei nº 1.794, de 22 de novembro de 1939. O novo conselho, formado por antropólogos e pessoas ligadas à causa indígena, deveria assessorar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no seu processo de integração. Segundo a orientação presente na anteriormente citada Convenção 107 OIT.

Apesar de propor o respeito às terras e à cultura indígena, era costumeiro o SPI transferir os indígenas e liberar territórios para a colonização sem considerar que a mudança resultasse em dificuldades de adaptação dos indígenas e, consequentemente, situações de doenças, fome e redução da população (FREIRE, 2015).

Entretanto, é apenas no Estatuto do índio que a saúde é mencionada como um direito dos indígenas. Em seu artigo 54 estabelece "os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional" e, em seu parágrafo único, compromete o poder público como segue: "Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola, especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados, " embora o acesso ao direito exija a aceitação pelos indígenas do modelo assistencial adotado pelo restante da sociedade nacional.

Entretanto, movimentos sociais de resistência aconteciam em várias partes. Guerras pela independência das diversas colônias europeias na África e Ásia, aliado aos regimes ditatoriais dos países latino-americanos e a Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), quando a orientação assumida pela Igreja Católica em favor dos pobres, oferece um canal capaz de dar visibilidade às questões indígenas e a luta dos direitos das minorias. Também o movimento a favor dos direitos das mulheres, em conjunto, pressionou por mudanças políticas.

A década de setenta registra o crescimento da insatisfação com o regime político vigente e o crescimento da pressão por assistência à saúde associados à crítica ao modelo preventivista de atenção à saúde proposto pelo governo norte-americano e considerado inadequado para a realidade brasileira. Este debate dá origem ao chamado movimento sanitário brasileiro que adotou como conceitos básicos a determinação social da doença, a historicidade do conceito de saúde-doença, o processo de trabalho, o poder médico e a medicalização (ESCOREL, 2008).

Da mesma forma, a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde (1978) denuncia no item II da Declaração de Alma-Ata:

> A chocante desigualdade existente no estado de saúde dos povos, particularmente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento,

> assim como dentro dos países, é política, social e economicamente inaceitável e constitui, por isso, objeto da preocupação comum de todos os países (Declaração de Alma-Ata, 1978).

A década de 80 significou um marco importante na área da saúde brasileira, resultado das transformações ocorridas com o fim do Regime Militar. A promulgação da Constituição Federal de 1988, além de definir a saúde como dever do Estado e direito universal ao cidadão brasileiro, estabelece um Sistema único de Saúde (SUS). A CRFB[1] - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 também reconhece os índios como sujeitos de direitos nos seus artigos 231 e 232 a respeito dos Direitos Indígenas em geral, os quais são transcritos parcialmente abaixo, senão vejamos:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. [...]
>
> Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Para a regulamentação do SUS, foi sancionada a Lei Orgânica da Saúde (LOS - Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990), que atribuiu o comando único das políticas sanitárias ao Ministério da Saúde. A interpretação prática da legislação relativa à atenção aos povos indígenas, entretanto, mantém a lógica do Estatuto do Índio e privilegia o modelo científico da chamada biomedicina.

Em 1989, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata especificamente sobre os direitos dos povos indígenas e tribais reconhece o direito à autonomia, o controle de suas instituições, a posse da terra, entre outros. Pressionado pelas mobilizações dos indígenas e organizações de apoio à causa, somente em 2002, o Brasil se torna um signatário, ano da publicação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Embora em 1999, uma legislação infraconstitucional – a Lei nº 9.836/1999, conhecida como Lei Arouca – reconheceu as especificidades da população indígena brasileira e forneceu as bases legais para a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena ligado ao modelo do Sistema Único de Saúde (SUS).

[1] BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988.

Entretanto, a execução da proposta esbarra em várias dificuldades. Dentre elas podemos citar os diferentes conceitos de saúde, doença e processo de cura adotados pelos profissionais de saúde, treinados no modelo Biomédico e as diferentes populações indígenas assistidas.

Quijano (2005) auxilia-nos a compreender esta posição etnocêntrica e a necessidade de romper com a postura integracionista presente no Estatuto do Índio, oriunda da influência dos paradigmas lançados pela Convenção 107, da OIT outrora denunciada, e avançarmos para os direitos estabelecidos na Convenção 169 assegurando o respeito à diversidade étnica e cultural dos povos indígenas e o respeito à autonomia dos indígenas em todos os assuntos relacionados à sua maneira de viver.

Apesar disso, não é tão fácil traduzir em atos os termos da lei. A dificuldade de atuar em contextos pluriétnicos e multiculturais próprios da realidade dos serviços de atenção à saúde exigem adequação do modelo institucional e capacitação de recursos humanos, a fim de atender às diversidades culturais, sem deixar de garantir acesso aos serviços especializados, como proposto na Lei Sérgio Arouca.

Um processo em andamento e que ainda deverá ser muitas vezes revisitado.

Considerações Finais

Longe de reduzir a complexidade envolvida na garantia do acesso ao direito de atenção à saúde dos povos indígenas, pretendemos nos aproximar dos conceitos desenvolvidos por Quijano e Las Casas, a fim de confirmar a relação entre o processo de colonização sofrido no Brasil e as condições desumanas e excludentes identificadas em denúncias recebidas pelo Ministério Público Federal na matéria de Saúde Indígena.

A história recente do país, no entanto, apresenta um processo lento de mudanças presentes na Constituição Federal de 1988, na Convenção 169 da OIT e na definição de uma Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Resultados obtidos a partir do movimento dos próprios indígenas e simpatizantes ao movimento.

A desejada mudança no sentido de respeitar a diversidade cultural presente no país certamente é um processo lento, como toda mudança cultural. Não obstante tudo isso, a aposta da construção de uma nova identidade nacional marcada por uma convivência plural e a oferta de novos conhecimentos nos anima a manter a vigilância e apoiar as medidas necessárias para que os indígenas tenham seu direito à saúde respeitado.

Referências

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 06 jan. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.794, de 22 de Novembro de 1939**. Cria, no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1794-22-novembro-1939-411595-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mai. 2013.

_____. **Decreto Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918**. Fixa a Despeza Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1918. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>. Acesso em: 18 mai. 2013.

_____. Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 abr. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm>. Acesso em 20 fev. 2013.

_____. **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910**. Cria o Serviço de Proteção ao índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. Fundação Nacional de Saúde. (FUNASA). **Lei Arouca:** a FUNASA nos 10 anos de saúde indígena/Fundação Nacional de Saúde. Brasília: FUNASA, 2009. 112p. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro-lei-arouca-10 anos.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967**. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm>. Acesso em: 18 mai. 2013.

_____. **Lei nº 5484, de 27 de junho de 1928**. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-norma-pl.html>. Acesso em: 18 mai. 2013.

_____. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 18 mai. 2013.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços

correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002**. Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2002/portaria-254-31-janeiro-2002-435660- norma-ms.html>. Acesso em: 10 fev. 2013.

Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde; 6-12 de setembro 1978; Alma-Ata; USSR. In: Ministério da Saúde (BR). **Secretaria de Políticas de Saúde**. Projeto Promoção da Saúde. Declaração de Alma-Ata; Carta de Ottawa; Declaração de Adelaide; Declaração de Sundsvall; Declaração de Santafé de Bogotá; Declaração de Jacarta; Rede de Megapaíses; Declaração do México. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2001. p. 15.

ESCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.), **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p. 385-434.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. O Serviço d e Proteção ao Índio. **Museu do Índio**, jul. 2015. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/textual/382-o-servico-de-protecao-aos-indios>. Acessado em: 14 jul. 2015.

SOUZA FILHO, C.F. Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito.** Curitiba, PR: Juruá, 1998.

MARTINS,F.S.R.A. **O serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais e a política agrária na Primeira República**: grupos agrários, projetos e disputas no Maranhão (1910-1918). 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MOISÉS, B.P**.** Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M.C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 13115-13132.

MUSEU DO ÍNDIO. **Home**. [Brasília?], 2015. Disponível em: <http://www.museudoindio.org.br/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

PINTO, JAC. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, Goiás, v. 11, n. 6, p. 145-160, jun. 2009. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/gilbertofreire.pdf>. Acesso em 18 ago. 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: _____. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. São Paulo: Clacso, 2005, p. 117- 142.

SOUZA FILHO, C.F. Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito.** Curitiba: Juruá, 1998.

TEIXEIRA, Carla Costa. Fundação Nacional de Saúde: a política brasileira de saúde. **Etnográfica**, v. 12, n. 2, p. 323-351, 2008. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/1733#quotation>. Acesso em: 22 jul. 2015.

LOS DILEMAS DE UN ESTADO MULTICULTURAL. COLOMBIA Y LOS DERECHOS ÉTNICOS-CULTURALES

Mauricio Alejandro Diaz Uribe
Antropólogo - Universidad Nacional de Colombia. Magister en Estudios Latinoamericanos - UNSAM. Doutorante em História e Políticas Sociais - UFES. E-mail: madiazul@hotmail.com.

Resumen: En Colombia tras la declaración de la constitución de 1991, la cuestión étnica toma una importancia crucial en la conformación de un nuevo Estado social de derecho. El desafío socio político y jurídico de pensar un país desde diversas etnias, cosmovisiones, territorios y culturas, instaló el pluralismo étnico y cultural como sustento de la reconfiguración del orden constitucional de la nación colombiana en la década de los 90. Sin embargo a pesar de este gran avance en materia de derechos colectivos culturales y étnicos, la violación de los derechos humanos sobre las comunidades étnicas se agudiza a principios del siglo XXI. Ese es el dilema de un país que intenta construir y pensarse en la diferencia, pero que continúa en un conflicto social y político, principalmente en los territorios donde habitan las comunidades étnicas. El artículo intentara hacer una reseña histórica sobre el proceso de reconocimiento de los derechos étnicos y culturales que se reconocen en Colombia desde la década de los 90, y presentar las principales dificultades y dilemas en el ejercicio del cumplimiento y reconocimiento de derechos colectivos en un Estado multicultural.

Palabras clave: Colombia; derechos étnicos y culturales; multiculturalismo.

Resumo: Na Colômbia, após a declaração da Constituição de 1991, a questão étnica assume uma importância crucial no processo de formação de um novo estado social de direito. O desafio no contexto sócio-político e pensamento jurídico um país de várias etnias, visões de mundo, territórios e culturas, instalou o pluralismo étnico e cultural como a fundação para a reconfiguração da ordem constitucional da nação colombiana, a década de 90. No entanto, apesar de este grande avanço no campo dos direitos coletivos culturais e étnicos, a violação dos direitos humanos em comunidades étnicas é particularmente agudo no início do século XXI. Esse é o dilema de um país que tenta criar e pensar a diferença, mas que continua a conflitos sociais e políticos, principalmente nos territórios que habitam as comunidades étnicas. O artigo vai tentar dar uma visão histórica do processo de reconhecimento dos direitos étnicos e culturais que são reconhecidos na Colômbia desde a década de 90, e apresentar as principais dificuldades e dilemas no exercício da aplicação e reconhecimento de direitos coletivos em um estado multicultural.

Palavras-chave: Colômbia; étnica e direitos culturais; multiculturalismo.

Summary: In Colombia after the declaration of the Constitution of 1991, the ethnic question takes a crucial importance in the formation of a new social state of law. Challenge the socio-political and legal thinking a country from various ethnicities, worldviews, territories and cultures, installed the ethnic and cultural pluralism as the foundation for the reconfiguration of the constitutional order of the Colombian nation in the decade of the 90. However in spite of this major breakthrough in the field of collective rights cultural and ethnic, the violation of human rights on the ethnic communities is particularly acute in the early twenty-first century. This is the dilemma of a country that tries to build and think of the difference, but that continues in a social and political conflict, mainly in the territories they inhabit the ethnic communities The article will attempt to make a historical overview of the process of recognition of the ethnic and cultural rights that are recognized in Colombia since the decade of the 90, and submit the main difficulties and dilemmas in the exercise of the enforcement and recognition of collective rights in a multicultural State.

Keywords: Colombia; ethnic and cultural rights; multiculturalism.

En América latina, durante la década de los 90, los movimientos indígenas se inscriben y visibilizan en el contexto del fortalecimiento de la movilización de minorías y grupos marginados. El surgimiento de los discursos que dan cabida a las reivindicaciones de estos sectores se da en consonancia con las transformaciones que en materia social y política se dan en el continente con los nuevos movimientos sociales, el tránsito de las dictaduras hacia los gobiernos democráticos y la implementación de modelos económicos neoliberales. El potencial político de las organizaciones indígenas surge en el contacto de las mismas con el discurso en torno a la movilización social y esto se relaciona con la superación del aislamiento geográfico y lingüístico de las comunidades étnicas que las conforman. Se da también desde una reacción a la marginación y la explotación a la que se ven sometidas las comunidades indígenas. La construcción de una identidad étnica positiva, si bien va a tropezar con dificultades, diferencias y divergencias, va a posibilitar la preponderancia del actor indígena en el escenario nacional de los diferentes países latinoamericanos. El movimiento indígena va a oscilar entre la demandas por igualdad y por diferenciación. Tales demandas se van materializar en el escenario internacional de organizaciones por los derechos humanos y el reconocimiento de estados multiculturales en el contexto de las naciones unidas y por otro lado en el escenario nacional a través de la participación política en las asambleas constituyentes[1].

El movimiento indígena colombiano se ha fundado en los años 70; principalmente en la defensa y lucha por la tierra, teniendo como epicentro la región del Cauca, al sur oriente del país, en los Andes colombianos. En este departamento se iniciaron las primeras protestas y levantamientos de sus habitantes ancestrales contra un poder local que amenazaba su territorio. Así en la primera década del siglo XX, gracias a las luchas lideradas por el indígena Nasa y Páez Manuel Quintín Lame, contra las formas de servidumbre instaladas por una elite regional, se iniciaron las primeras protestas y levantamientos indígenas, expandiéndose por los departamentos del Cauca y el Tolima. En la década de 1970, los movimientos indígenas en el Cauca se consolidaron, y alcanzaron niveles de relativo éxito en la recuperación de sus tierras y el mejoramiento de sus condiciones de vida[2].

[1] Quijano: Aníbal (2006). "Estado-nación y movimientos indígenas en la región andina: Cuestiones abiertas". En **Observatorio Social de América Latina.** Año Vil n. 19. Enero-abril de Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Argentina, pp. 15-24.
[2] JARAMILLO J, Efraín. (2011) "Territorio indígena e identidad étnica. Estado y autonomía". In **Los indígenas colombianos y el Estado. Desafíos ideológicos y políticos de la multiculturalidad**. Editorial IWGIA. Colombia. p. 102.

En la década de los 1980 y 1990, los motivos de las movilizaciones indígenas fueron desplazándose hacia otros ejes como la participación y representación política a nivel regional y nacional. Sin embargo, se mantuvo centrado en la idea de ejercer la autonomía en sus propios territorios, la capacidad de organizar su vida económica y socialmente de acuerdo a sus necesidades y patrones culturales, en relación con los procesos de integración a la nación Colombiana. Así se logra la participación política en la asamblea constituyente de 1990 de tres representantes: Lorenzo Muelas (Misak-Misak) Francisco Birry (Embera) Alfonso Peña Chepe (Desmovilizado movimiento Quintín Lame) y Abadio Green (dirigente y presidente de la Organización Nacional Indigena de Colombia en los 90 (Cuna). En la Constitución de 1991 se registraron cinco cambios significativos: 1. El cambio a un Estado social de derecho 2. El reconocimiento de los pueblos indígenas como sujetos colectivos de derechos. 3. El reconocimiento constitucional de un Estado multicultural y pluriétnico, lo que implica valorar la existencia de otras culturas y de referentes distintos sobre la propiedad, la familia, la salud, la religión, el derecho y la naturaleza. 4. la obligación estatal de ofrecerles a los indígenas un trato distinto, que potencia su diferencia, etnicidad y cultura. 5. La acción de tutela como herramienta jurídica que protege los derechos fundamentales de los indígenas tanto en su calidad de individuos como pueblos, dado su carácter de sujetos colectivos de derechos.

En esta nueva Constitución han quedado reconocidos una serie de derechos de las comunidades indígenas: 1. El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación Colombiana (artículo 7) y es obligación del Estado proteger las riquezas culturales (artículo 8). Las lenguas y dialectos de los grupos étnicos son también oficiales en sus territorios, y en las comunidades con tradición lingüística propia la educación será bilingüe (Artículo 10). Su formación deberá respetar y desarrollar su identidad cultural (artículo 68). Las tierras comunales de grupos étnicos y las tierras de resguardo son inalienables, imprescriptibles e inembargables (artículo 63). Se reconoce que los grupos étnicos asentados en territorios de riqueza arqueológica tienen derechos especiales sobre esos patrimonios culturales, que deben ser reglamentados por ley (artículo 72). Reconoce como nacionales colombianos a los indígenas que comparten territorios fronterizos, a condición de reciprocidad (artículo 96). Crea cargos de senadores y un número a reglamentarse de hasta cinco representantes a elegirse en circunscripción nacional especial por comunidades

indígenas (artículo 176)[3]. Establece que las autoridades de los pueblos indígenas podrán ejercer funciones jurisdiccionales dentro de su ámbito territorial, de conformidad con sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a la Constitución y leyes (artículo 246). El conjunto de la política del Estado para las comunidades indígenas no sólo está basado en las normas de la Nueva Constitución Nacional sino en aquellas de la Ley 21 de 1991, que ratifica y hace Ley Colombiana al Convenio 169 de la OIT "Sobre Pueblos Indígenas y Tribales en países independientes".

La Constitución de 1991 introdujo una reconfiguración del Estado-nación colombiano al ser definido como pluriétnico y multicultural. Esta transformación obedece, entre otras causas, a la participación de actores sociales étnicos que reivindicaron su identidad y la usaron como herramienta de lucha para el logro de sus derechos como minorías en un contexto de violencia política y social que puso en cuestión la continuidad de Colombia como sociedad y como Estado. Un contexto internacional caracterizado por el ascenso de la etnicidad y el surgimiento de marcos teóricos que defienden el derecho a la diferencia generaron un escenario político favorable a las demandas de indígenas y negros en Colombia. El surgimiento en Colombia de nuevas identidades de base étnica está relacionado con la revitalización cultural, el dialogo interétnico e intercultural, la reinvención de la historia y la identificación con el territorio como el lugar de origen y reproducción de la identidad indígena.

Después de la Asamblea constituyente de 1991 donde se avanza en el reconocimiento de los derechos de los pueblos indígenas en Colombia, y de un periodo de organización y liderazgo exitoso entre los años de 1980 y 1990, las comunidades indígenas han sufrido la invasión de sus territorios y desplazamiento de miles de personas o viviendo en condiciones de confinamiento en medio del conflicto armado que se agudiza en la primera década del siglo XXI. Este logro constitucional del movimiento indígena colombiano, en un contexto de crisis política y económica del gobierno colombiano en la década de los 90, refleja el alto progreso sobre jurisprudencia en relación a derechos étnicos en el contexto latinoamericano, Sin embargo paradójicamente, a pesar de estas leyes, Colombia sigue siendo el país que más presenta violaciones de derechos humanos a comunidades étnicas en la región. ¿A qué obedece este dilema de un Estado pluriétnico y pluricultural?

[3] Constitución Política de Colombia 1991. Disponible en <http://www.cidh.org/countryrep/Colombia93sp/cap.11.htm>. Consultado el 12 Julio de 2015.

1. Tierra versus Territorio

Esta diferenciación entre la lucha por la tierra y lucha cultural por el Territorio, es una de las grandes transformaciones del movimiento indígena en Colombia, esta diferenciación va a concretarse en las conflictivas e ideologizadas relaciones entre los indígenas y los campesinos de la Asociación Nacional de Usuarios Campesinos de Colombia ANUC, de donde proceden sus primeras experiencias organizativas. Una de las principales acciones que el movimiento indígena va a emprender para su lucha por la territorialidad es la recuperación de los territorios en los que estuvieron tanto los resguardos como los antiguos cacicazgos. Son territorios que reclaman como propios. La recuperación de tierras va a implicar una concepción de *Territorialidad*; la tierra va a ser amarrada al reconocimiento de la autoridad tradicional, la reestructuración y apropiación de los cabildos y a la apropiación de la figura de propiedad comunal como el Resguardo.

Los resguardos indígenas eran tierras con carácter colectivo en su propiedad y fueron entregadas por la corona española durante el periodo colonial; después de la independencia se reconocieron legalmente con la figura de resguardos estableciéndose que no podían ser objeto de transacción comercial ni ser embargadas. Sin embargo, en los inicios del siglo XIX terratenientes empezaron apoderarse de ellas presentando escrituras públicas para legitimar su ocupación[4]. El Resguardo, era una institución legal de origen colonial que incluía el territorio reconocido a una comunidad aborigen con el correspondiente título de propiedad colectiva o comunitaria. Los aborígenes americanos trabajaban dichas tierras y luego debían rendirles cuentas a los conquistadores españoles. En este sentido, tendríamos que hablar, por tanto, de lo que se ha dado en llamar resguardo indígena. Durante el periodo colonial de América apareció como una institución de tipo sociopolítico que se encontraba conformada por un territorio de ascendencia o ancestralidad donde regían sus tradiciones, sus normas y la cultura propias.

El origen de la figura del resguardo colonial no fue otro que el interés que existía desde España de evitar que los conquistadores pudieran apropiarse de todas las tierras y explotaran a todos los autóctonos. ¿Por qué? Porque se hacía necesario que los indígenas siguieran ofreciendo mano de obra en cualquier situación y además encargándose de la agricultura, para así poder proveer de alimentos a todos.

[4] VASCO URIBE, Luis. (2008) "Quintín Lame: Resistencia y liberación" En Revista Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, N. 9: julio-diciembre. P. 371-383.

Respecto a este tipo de instituciones habría que destacar algunas de sus señas de identidad más importantes: Eran unidades territoriales y económicas. Se dividían en dos zonas claramente delimitadas: las obligaciones, que eran las tierras que se dedicaban al cultivo en pro de toda la colectividad, y las propias de las familias. La autoridad principal de cada uno de esos resguardos indígenas era un gobernador, que era el que se encargaba de establecer y garantizar el orden dentro de aquellos espacios. Dichas tierras se convirtieron en el principal objeto de lucha de los indígenas. Así, durante mucho tiempo, como pudo verse en el siglo XX a través de los diversos movimientos indígenas, abogaron por conservar aquellas tierras para poder sobrevivir y mantener sus valores culturales.

Los resguardos co-existían simultáneamente con otros regímenes como las encomiendas y las mitas, con los aborígenes como mano de obra utilizada en beneficio de los europeos. El resguardo se volvió el territorio por la lucha a sus derechos como sujetos colectivos.

El territorio es construido social y políticamente; muy a pesar de ello, se manifiesta antes que todo como una realidad material, resultante justamente de las relaciones sociales y de las relaciones sociedad y naturaleza. Para las organizaciones indígenas por ejemplo en la sierra nevada de Santa Marta y su Organización Gonawindua Tayrona: "El indígena sin territorio es frágil y liviano como una hoja: en el territorio está la fortaleza, porque ahí es donde están todos los secretos de la vida; el territorio es la unidad sociocultural sobre la cual se realizan todas las prácticas cosmogónicas; es el medio a través de la cual se entrelazan el pasado, el presente y el futuro, es la razón de ser de la historia; es el espacio que recorren los espíritus para fertilizar la memoria de los ancianos, es el punto de encuentro de todos los seres que pueblan los mundos superpuestos".

Esta diferenciación entre tierra y territorio se instala sobre la comprensión y modo de uso del concepto político de territorio indígena, que nace desde las comunidades indígenas, primero en la necesidad de establecer relaciones con el Estado-Nación que se va conformando desde el siglo XIX, y que remite a una idea de soberanía sobre un lugar. Para los indígenas es el lugar donde se reproduce la vida misma y por ende su cultura; para ellos no se concibe su existencia sin su propio territorio, y sin los medios naturales que el mismo le ofrece. Ese territorio no es una cosa que se pueda negociar con otros, sea el Estado o campesinos o empresas extranjeras. Así el concepto Territorio surge para los indígenas como afirmación política y autonomía basada en el gobierno propio y la reapropiación de los cabildos frente a la necesidad de protegerse de ganaderos, palmicultores, campesinos, funcionarios del Estado,

actores armados, narcotraficantes, empresas petroleras y mineros. Esta tensión entre tierra y territorio es muy marcada en Colombia, y me animaría a decir que es la diferencia insuperable que ha marcado la violencia económica, política y social que han resistido los movimientos indígenas desde siempre. Y por otro lado, es el punto de contradicción con un Estado que otorga el desafío constitucional del pluralismo étnico y cultural. La conformación de un Estado con diferentes formas sociales diferenciadas, con diferentes modos de economía y modos de concebir y apropiarse de la naturaleza y de pensar el desarrollo.

Gracias a los movimientos indígenas colombianos tuvieron el desafío de afirmar la identidad indígena propia y al mismo tiempo integrarse en la estructura institucional y el aparataje burocrático de las políticas públicas y las entidades estatales Conllevando a posiciones esencialistas y dicotomías por ejemplo entre lo ajeno y lo propio, lo tradicional y lo nuevo, o lo de afuera versus lo de adentro. Pero esta segunda tensión también ha hecho que se transforme el Estado al menos en sus discursos institucionales y la construcción de una política pública con diferenciación étnica y cultural; que en la práctica parece traer más problemáticas que en realidad solucionar cuestiones apremiantes para que las comunidades indígenas al menos sobrevivan.

El movimiento indígena se ha destacado por su alta capacidad de interlocución con otros actores en lo nacional y lo internacional. El conflicto armado si bien ha debilitado en tanto ha golpeado a las organizaciones sociales, ha propiciado acciones contundentes de resistencia civil y ha puesto en primera plana la exigencia de una solución negociada al conflicto social y armado. El movimiento indígena retoma la historia de lucha de los pueblos y comunidades indígenas desde sus reivindicaciones fundamentales en torno a la identidad, el territorio, la autonomía y la cultura. Este se fortalece también a partir de una serie de oportunidades y circunstancias que se van generando desde la década del 60 como los procesos de despertar de la conciencia indígena e indigenista en América Latina.

Para algunos académicos los movimientos indígenas y negros han cambiado, en respuesta a la apertura del Estado, pero en otro sentido ese cambio, aparece con el surgimiento de economías neoliberales en Latinoamérica, relacionadas con procesos históricos y geopolíticos a nivel global. Allí en este contexto los discursos y peticiones, liderazgos y formas de organización de los movimientos indígenas configuraron tensiones, desafíos y transformaciones en la conformación de un nuevo discurso y dialogo intercultural con el Estado neoliberal.

Entonces aparecen diversos dilemas, contradicciones y conceptos como etnoeducación, medicina tradicional, lengua y cultura propia que ponen en relación diferenciada pero reconocida

y legitimada por el gobierno estatal, frente a los servicios en salud, educación para las comunidades indígenas que tiene el Estado Moderno y sus modelos de desarrollo. Se circunscribe el dilema entre la necesidad de afirmar la identidad indígena propia y al mismo tiempo integrarse en la estructura institucional y el aparataje burocrático de las políticas públicas y las entidades estatales para tratar el tema étnico, es otra de las dinámicas que enfrentan las organizaciones indígenas en el presente. Conllevando a posiciones esencialistas y dicotomías por ejemplo entre lo ajeno y lo propio, lo tradicional y lo nuevo, o lo de afuera versus lo de adentro. Pero estos dilemas han hecho que se transforme el Estado al menos en sus discursos institucionales y la construcción de una política pública con diferenciación étnica y cultural; que en la práctica parece traer más problemáticas que en realidad solucionar cuestiones apremiantes para que las comunidades al menos puedan sobrevivir.

Así en los últimos años surgen nuevos conceptos y lenguajes, se forjan alianzas y nacen otras relaciones que precisan otros conocimientos y problemáticas más complejas para las organizaciones indígenas. Aparecen términos y palabras como Estado-nación, pueblo indígena, bilingüismo, interculturalidad, seguridad alimentaria, etnodesarrollo, biodiversidad, multinacionales, extractivismo, etc.

Este vocabulario y lenguaje ha conllevado a que se transformen los liderazgos al interior de las comunidades indígenas y lleve hacia una cierta politización de sus organizaciones. Entonces aparece un líder indígena dirigente o representante de las comunidades ante la sociedad colombiana, en los escenarios político- legislativos conformados y controlados por el Estado. Estos nuevos líderes, han logrado converger en espacios nacionales e internacionales, estableciendo nuevas alianzas y documentándose de otras experiencias indígenas en el continente; sin embargo estas nuevas formas de liderazgo, han desarrollado otros peligros, que va en contra de las mismas luchas indígenas, por ejemplo, una mala comprensión del poder de la representación, repitiendo prácticas clientelistas entre los líderes, partidos políticos y el Estado; poca legitimidad de las comunidades locales que dicen representar, y divisiones, corrupción y debilitamiento de las organizaciones indígenas. Así el líder indígena que para su comunidad, en algunos casos también era el médico tradicional, o el capitán del gobierno propio, termina convertido en el funcionario cooptado por el Estado.

Otra situación importante en los últimos años para las organizaciones indígenas en Colombia es la apertura hacia la transformación de la mirada racista y peyorativa de la sociedad colombiana sobre la identidad indígena. La emergencia del diálogo intercultural

sobre la diversidad y otros modos de desarrollo, de economías, de organización política, y principalmente de visiones de mundo, ha cambiado en cierto sentido la mirada de la llamada sociedad que en su mayoría hace parte de la Colombia urbana, frente al ser indígena.

Así los movimientos indígenas y las organizaciones configuraron en los últimos años una manera de percibir y representar la cultura indígena en espacios configurados para la sociedad "mayor" colombiana. Es la otra cara de la moneda que ha marcado el tránsito de las comunidades y organizaciones en el mundo de la democracia participativa en el Estado social de derecho neoliberal. Aquí es importante mencionar que las reivindicaciones del ser indígena son logros de las propias organizaciones y comunidades en un mundo donde la identidad y la etnicidad, tomaron relevancia. Sin embargo, esta reivindicación del ser indígena también presenta tensiones y contradicciones entre el esencialismo y una verdadera participación política. Por ejemplo los discursos alrededor del medio ambiente sobre el indígena como cuidador de la naturaleza, y estandarte de la biodiversidad, cuando en la práctica sus territorios están siendo concesionados por el Estado y las multinacionales[5].

Los territorios de las comunidades indígenas, tienen que convivir con la guerra entre los actores armados legales e ilegales y la presencia amenazante de empresas multinacionales interesadas en bienes ambientales y recursos mineros. El asesinato de líderes y voceros indígenas es una constante en la lucha por la defensa de su territorio. Frente a esta situación, el Estado colombiano ha generado una serie de medidas jurídicas y políticas públicas para mitigar los efectos del conflicto en las comunidades. Sin embargo, estas acciones no han sido suficientes y permanece la crisis humanitaria para las comunidades indígenas.

El movimiento indígena a colombiano, al ser heterogéneo históricamente de alguna forma sostiene sus formas de organización adoptando o más bien adaptándose a la propuesta del modelo de la multiculturalidad, e invita a pensar el multiculturalismo como la posibilidad de pensar un mundo donde quepan muchos mundos, entender no solamente el tipo de estrategias que plantea el movimiento social indígena en el marco del derecho al territorio colectivo, la autonomía política y cultural, y a su vez las lógicas de dominación y relaciones de poder, en el marco de un Estado colombiano bipolar que orgullosamente se nombra multiétnico y pluricultural a partir de la Constitución de 1991.

[5] ULLOA, Astrid. (2004) **El Nativo Ecológico:** Movimientos indígenas y medio ambiente en Colombia. Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH); Colciencias.

Referências

ARANGO, Raúl; SÁNCHEZ, Enrique. (2004). **Los Pueblos indígenas de Colombia en el umbral del nuevo milenio.** Departamento Nacional de Planeación. Bogotá.

ARCHILA NEIRA, Mauricio. (2002). **Colombia 1975-2000:** de crisis en crisis. En 25 años de luchas sociales en Colombia. Bogotá: CINEP.

BORRERO, Camilo. (2010). "Derecho Humanos, multiculturalismo e interculturalidad" In. **Multiculturalismo, interculturalidad y derechos humanos.** Universidad Libre, Bogotá, p. 15.

COLOMBIA, República de. **Constitución Política de Colombia, 1991**. Asamblea Nacional Constituyente.

GROS, Christian. (1991). **Colombia indígena**. Identidad cultural y cambio social. Bogotá: Fondo Editorial CEREC.

JARAMILLO J, Efraín. (2011). **Los indígenas colombianos y el Estado**. Desafíos ideológicos y políticos de la multiculturalidad. Colombia. Editorial: IWGIA.

LAURENT, Virgine. (2005). **Comunidades indígenas, espacios políticos y movilización electoral en Colombia, 1990-1998.** Motivaciones, campos de acción e impactos**.** Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología e Historia e Instituto Francés de Estudios Andinos.

MOLIN Hernán; SANCHEZ Ernesto (Compiladores). (2010). **Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo.** Bogotá: Ministerio de Cultura.

QUIJANO: Aníbal. (2006). "Estado-nación y movimientos indígenas en la región andina: cuestiones abiertas". En **Observatorio Social de América Latina.** Año Vil n. 19. Enero-abril de. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Argentina, pp. 15-24.

VASCO URIBE, Luis. (2008). "**Quintín Lame:** Resistencia y liberación" En Revista Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n. 9: julio-diciembre. p. 371-383.

ULLOA, Astrid. (2004). **El Nativo Ecológico**: Movimientos indígenas y medio ambiente en Colombia. Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH); Colciencias.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS: FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES DOS JUÍZES DO ESPÍRITO SANTO

Natane Franciella de Oliveira
UFES

Resumo: O trabalho que ora se apresenta visa analisar a sentença proferida no processo judicial que busca a Anulação de Processo Administrativo promovido pelo INCRA, em que foi reconhecida a titulação da propriedade à remanescentes de quilombos da comunidade de São Domingos. Busca-se fazer uma breve análise da legislação concernente ao tema e da ADI 3.239/04 que tramita no STF há 11 anos e que não possui previsão para julgamento. Os elementos da decisão proferida pelo juiz de instância foram analisados sobre o enfoque de Pierre Bourdieu, para o qual, o Direito constrói o mundo social e também é por ele construído.

Palavras-chave: quilombolas; decisão judicial; campo jurídico.

Abstract: The work presented here aims to analyze the veridict announced in the judicial process that look for the cancellation of the Administrative Procedure promoted by INCRA, which recognized the property entitling to the quilombo holdovers of São Domingos community. Seeks to do a brief legislation analysis concerning the theme and the ADI 3239/04 pending in the Brazilian Supreme Court for 11 years that hasn´t prediction to trial. The elements from ruling by the trial judge were analyzed using Pierre Bourdieu's approach, where the law constructs the social world and is also built for it.

Keywords: the quilombolas; judicial decision; legal field.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais transitórias que aos remanescentes das comunidades quilombolas, que estejam ocupando suas terras, é reconhecido o Direito da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos. Com o advento da Constituição, ficou reconhecido às comunidades tradicionais a propriedade coletiva de suas terras, surgindo um novo modelo de propriedade com características próprias.

Como forma de regulamentar o artigo 68 da Constituição Federal, o Decreto 4.887/2003 trouxe os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, tratando-os como sujeitos coletivos de Direito e desprendendo-se da ideia do senso comum de que o quilombo era somente esconderijo dos escravos fugitivos. O referido Decreto traz importantes considerações sobre o Direito ao reconhecimento da propriedade dessas comunidades, caracteriza os remanescentes de quilombos, os procedimentos para a demarcação das terras e a propriedade que lhes é assegurada.

No entanto, apesar do inegável avanço no tratamento às comunidades negras rurais, o Decreto 4.887/2003 é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239/2004, proposta pelo antigo PFL e atual DEM, em que se questiona a forma escolhida para o conteúdo (inconstitucionalidade formal), bem como a desapropriação prevista no art. 13 e o critério de autoatribuição (inconstitucionalidade material). O julgamento se iniciou em 2012 com voto do Ministro Cesar Peluso pela procedência da Ação, ocasião em que foi suspenso, e só retomado em 2015 com voto pela improcedência e constitucionalidade do Decreto pela Ministra Rosa Weber.

A ADI se prorroga no tempo e, passados mais de 10 anos da sua propositura, ainda não houve decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a sua inconstitucionalidade. Teria essa demora ao decidir significado e consequências no campo jurídico?

Enquanto aguarda julgamento da ADI, são propostas Ações na justiça ordinária que visam o reconhecimento do direito à propriedade dos remanescentes das comunidades quilombolas, proferindo o julgador uma decisão em que se leva em consideração a luta simbólica entre as partes, resguardando ou não a possibilidade dessas comunidades de terem o seu Direito reconhecido.

Busco aqui, em específico, além da análise dos aspectos ditos acima, a análise da sentença proferida no processo de n. 2010.50.03.000484-7, em que os autores, intitulados proprietários das terras que serão desapropriadas por pertencerem à comunidade quilombola na região de São Domingos, buscam a Anulação do Processo Administrativo 54340.000581/2005-71 promovido pela INCRA, em que figuram também como pertences à referida comunidade quilombola. Houve sentença de procedência da Ação, em que o magistrado da primeira instância, fundamenta a racionalidade da sua decisão na inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003.

A análise da construção da sentença no processo em questão é ponto de relevo no presente trabalho, pois se observará quais os argumentos utilizados na decisão, além da forma como a sentença é produzida num determinado campo de atuação.

1. As características singulares da propriedade quilombola

Inicialmente, quando falamos de quilombo, a primeira ideia que vem à mente é a de escravos fugidos que se escondiam nesses lugares em razão da dominação e exploração a que eram submetidos. Esse pensamento remete à história do Brasil à época em que ainda

havia escravidão, e que os negros, como forma de se manifestar contra o sistema vigente e preservar a sua identidade étnica e sociocultural, organizavam-se em quilombos.

Em 1988, ano em que foi promulgada a Constituição Federal, houve um extenso debate de movimentos sociais sobre assuntos que ficaram adormecidos durante o período autoritário. O movimento negro foi um dos que mais se destacou promovendo um diálogo sobre o papel do negro na construção histórica da sociedade brasileira, revisitou-se a época da escravidão e o seu período pós-abolição, em que foram marginalizados e excluídos da nova sociedade republicana que se formava. Esse movimento que abordava um conflito referente a questões raciais e sociais do povo negro, participou do processo constituinte que resultou no art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Tal artigo prevê que

> Art. 68 Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos (Brasil, 1988, p. 123).

A Constituição Federal expôs um novo termo, qual seja "remanescente de quilombos", levantando a discussão acerca da sua significação. Para orientar na aplicação do dispositivo, a Associação Brasileira de Antropologia divulgou, em 1994, por meio do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, um documento referência sobre a conceituação do termo.

> O termo "quilombo" tem assumido novos significados na literatura especializada e também para indivíduos, grupos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil. Definições têm sido elaboradas por organizações não governamentais, entidades confessionais e organizações autônomas de trabalhadores, bem como pelo próprio movimento negro [...]. Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vidas característicos num determinado lugar (Associação Brasileira de Antropologia, 1994, p. 81).

Em junho de 2002, o Brasil ratifica a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, que por meio do Decreto 5.051/04, garantiu ações coordenadas e sistemáticas para assegurar os direitos desses povos. Ela estabelece que a consciência da identidade indígena

ou tribal será determinante para se aplicar a referida convenção[1]. Estabelece, também, que a esses povos que devem possuir auto-determinação étnica, é assegurado o direito de propriedade e de posse sobre as terras que ocupam tradicionalmente[2].

Os critérios e direitos assegurados na Convenção 169 da OIT, foram tratados na legislação nacional com maior abrangência e detalhamento no Decreto 4.887/2003 que regulamenta o art. 68 do ADCT. O Decreto em comento trata dos procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Em seu artigo 2º especifica que se "consideram remanescentes das comunidades de quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (BRASIL, 2003, p. 1). Reforça-se, aqui, o critério de autoatribuição já anteriormente previsto na Convenção 169 da OIT.

O Decreto 4.887/2003 traz características da propriedade quilombola que a diferem de qualquer outra, isto porque os princípios que a regem são: a coletividade, inalienabilidade e titularidade do território. A terra não pertence apenas a uma pessoa, mas sim a toda comunidade que pode dela usufruir. Todos são sujeitos que buscam, coletivamente, assegurar que suas características étnicos-culturais sejam mantidas e passadas para as próximas gerações. Por ser um direito coletivo que busca a continuidade da comunidade, a propriedade quilombola não possui fim comercial e não pode, dessa forma, ser alienada, ela jamais pertencerá a alguém que não faça parte daquela comunidade. É necessário esclarecer que o art. 17[3] do Decreto 4.887/03 informa que a titulação deverá ser registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades, com inserção das cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Quanto à titulação, no parágrafo único desse artigo fica estabelecido que "as comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas" (BRASIL, 2003, p. 3). Assim, o título será registrado em nome da pessoa jurídica constituída denominada Associação que irá representar coletivamente todos os membros da comunidade.

[1] Art. 2º A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta convenção (OIT, 1989, p. 2).
[2] Art. 14 Dever-se-á, com isso, reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam (OIT, 1989, p. 4).
[3] A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade (BRASIL, 2003, p. 3).

Esse Decreto trouxe efetivos avanços na concretização do direito constitucionalmente previsto de demarcação e titulação de terras quilombolas, tendo o INCRA (órgão responsável pelo processo de titulação) até a presente data, emitido 154 títulos, regularizando 1.007.827,8730 hectares em benefício de 127 territórios, 217 comunidades e 13.145 famílias quilombola[4]. Ocorre que, apesar dos avanços trazidos e dos processos de titulação, o decreto 4.887/03 tem discutida a sua constitucionalidade por meio da ADI 3.239/2004 em razão de supostos vícios formais e materiais presentes. A ADI foi proposta há mais de uma década e de lá para cá apenas dois Ministros proferiram os seus votos.

2. Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239/2004 e sua perpetuação no tempo

Em 25 de agosto de 2004 foi proposto pelo Partido da Frente Liberal – atual DEM – Ação Direta de Inconstitucionalidade face ao Decreto 4.887/03. É alegado a inconstitucionalidade formal do Decreto que por lei secundária necessitaria de uma lei prévia que lhe conferisse validade. Além disso, questiona-se a desapropriação citada por não estar no rol trazido na constituição Federal, e o critério de autoatribuição utilizado para considerar determinada comunidade como remanescentes de quilombo.

Passados oito anos da propositura da ADI, em 18 de abril de 2012 o relator Cesar Peluso, em julgamento iniciado votou pela procedência da Ação, alegando padecer de diversas inconstitucionalidades. Para o relator, possuía inconstitucionalidade formal, uma vez que somente por lei poderia regulamentar o art. 68 da ADCT. Além disso, aduz ser materialmente inconstitucional ao permitir que os próprios remanescentes de quilombos indiquem a extensão de suas terras, bem como o estabelecimento de uma nova forma de desapropriação, que a seu ver se faz desnecessária, já que, a propriedade é concedida pela própria Constituição. Informa também que a titulação coletiva é inconstitucional por ser a previsão na Carta Magna de somente propriedade individual.

Verifica-se no voto do Ministro uma visão estritamente legalista, sem fazer intercâmbio com outras áreas do conhecimento, que há muito se dedicam ao estudo do assunto, como a sociologia, a antropologia e a ciência política. No seu voto é possível perceber uma barreira à compreensão de que outras formas de propriedade e organização social são possíveis, além daquela estabelecida pelo senso comum.

[4] Informação retirada do site <http://www.incra.gov.br/quilombola>.

O julgamento foi suspenso a pedido da Ministra Rosa Weber e retomado somente em 25 de março de 2015. Seu voto foi contrário ao relator, pela improcedência da ADI e constitucionalidade do Decreto 4.887/03. Em seu voto, além de abordar juridicamente o assunto, a Ministra Rosa Weber fez uma análise histórica e antropológica sobre a importância das comunidades tradicionais na construção da nossa identidade, destacando que a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombo é um Direito Fundamental autoaplicável. Destaca também a validade do critério de autoatribuição informando que "ignorar o autorreconhecimento significaria descumprir o princípio da Dignidade Humana". Abaixo, transcrevo trechos do voto proferida pela Ministra Rosa Weber:

> Em qualquer hipótese, é obrigação do Estado agir positivamente para alcançar o resultado pretendido pela Constituição, ora por medidas legislativas, ora por políticas e programas implementados pelo Executivo, desde que apropriados e bem direcionados.
>
> [...] Disponíveis à atuação integradora tão-somente os aspectos do art. 68 do ADCT que dizem com a regulação do comportamento do Estado na implementação do comando constitucional, não identifico invasão de esfera reservada à lei nem concluo, por conseguinte, pela violação, pelo Poder Executivo, do art. 84 da Carta Política ao editar o Decreto 4.887/2003.
>
> [...] Ao assegurar aos remanescentes das comunidades quilombolas a posse das terras por eles ocupadas desde tempos coloniais ou imperiais, a Constituição brasileira reconhece-os como unidades dotadas de identidade étnico-cultural distintiva.
>
> [...] Nesse contexto, a eleição do critério da autoatribuição não é arbitrário, tampouco desfundamentado ou viciado. Além de consistir em método autorizado pela antropologia contemporânea, estampa uma opção de política pública legitimada pela Carta da República, na medida em que visa à interrupção do processo de negação sistemática da própria identidade aos grupos marginalizados, este uma injustiça em si mesmo.
>
> [...] Recusar a autoidentificação implica converter a comunidade remanescente do quilombo em gueto, substituindo-se a lógica do reconhecimento pela lógica da segregação (Brasil, 2015, pg. 19, 20, 32, 33 e 36).

Verifica-se que a decisão da Ministra trabalha com outros ramos do saber. Além do jurídico, ela faz uma contextualização histórica, demonstra a dívida que o Estado tem com a população negra rural, não apenas pelos anos de escravidão, mas também pelo período pós-abolição em que não foram sujeitos de nenhuma política social de integração, o que contribui

ainda hoje para o contexto de desigualdade. A autoatribição aparece em seu discurso, associado ao sentimento de pertença e à identidade coletiva.

O voto da Ministra Rosa Weber foi o último proferido no processo que aguarda hoje a manifestação do ministro Dias Toffoli após pedido de vista.

O processo em referência engloba uma questão complexa e possui diversas entidades ingressantes como *amicus curiae*, que manifestaram-se pela improcedência da ADI, já que a inconstitucionalidade do Decreto seria um regresso na busca pela igualdade e amparo dessas comunidades tradicionais, colocando-os mais uma vez em condição de invisibilidade perante a ordem jurídica e social.

É certo que um processo de tamanha importância e complexidade proporcione debates na sociedade, sendo os mesmos necessários para a construção da decisão que irá afetar uma parcela específica da população. Ocorre que a ADI 3.239 já tramita no Supremo Tribunal Federal há mais de onze anos, e não há previsão para o seu julgamento. Essa demora para finalizar o julgamento de uma questão com tamanha importância possui diversos significados. Primeiramente é necessário falar que a demora para julgamento pode se dar pela quantidade de trabalho no âmbito do Supremo Tribunal Federal, no entanto, essa justificativa não parece razoável, já que tramita há mais de uma década e possui manifestação apenas de dois ministros.

Pode-se falar também no significado que esta demora traz. A prorrogação desse processo no tempo apenas demonstra que o assunto em questão não carece de decisão rápida por tocar em um assunto tão caro como o Direito de propriedade. Bourdieu acredita que o tempo possui um papel decisivo e que o ato inicial que estabelece uma comunicação carrega em si questionamentos

> O ato inaugural que institui a comunicação (ao dirigir a palavra, ao oferecer um dom, ao fazer um convite ou lançar um desafio etc.) tem sempre algo de intrusão ou até de questionamento [...]; além disso, ele sempre contém, queiramos ou não, a potencialidade de um constrangimento, de uma obrigação (Bourdieu, 1996, p. 5).

Ele acrescenta ainda que após instaurado o ato inicial, pode-se optar por não responder à interpelação, ao convite ou desafio, ou por não responder de imediato, por adiar, por deixar na expectativa. No caso da ADI o ato inicial é a propositura da ação que questiona a constitucionalidade do Decreto 4.887/03 que ainda não se tem a resposta, o seu julgamento é adiado por pedidos de vistas, criando uma expectativa em relação ao seu resultado final.

Por outro lado, para Bourdieu (1996, p. 4), uma resposta imediata seria praticamente uma ingratidão, uma vontade de livrar-se daqueles questionamentos. O STF, ao dar uma resposta imediata, poderia deixar de analisar questões e debates das audiências públicas e manifestações dos diversos *amicus curiae* no processo, demonstrando que o que importa unicamente é desobrigar-se. A resposta imediata, dado de pronto, poderia não ser suficiente para abordar todo a complexidade da questão.

No entanto, o tempo exacerbado para a sua resposta vai além da construção de uma decisão participada, carrega em si também uma resposta

> Ocorre que a não-resposta é ainda uma resposta e que ninguém se livra com facilidade do questionamento inicial, que age como uma espécie de fatum, de destino: sem dúvida, o sentido da resposta positiva, réplica, contradom, objeção, é inequívoco como afirmação de reconhecimento da igualdade em honra (isotimia), que pode ser considerada como o ponto de partida de uma longa série de trocas; ao contrário, a ausência de resposta é essencialmente ambígua e pode sempre ser interpretada, por quem tomou a iniciativa da troca ou por terceiros, como uma recusa a responder e uma espécie de gesto de desprezo, ou como uma evasiva provocada pela impotência ou covardia, que lança na desonra (Bourdieu, 1996, p. 4).

O STF, ao longo dos onze anos em que tramita a ADI, construiu debates sólidos suficientes para uma tomada de decisão. A sua não-resposta apenas demonstra o excesso de cuidado ao tratar do tema, pois coloca-se em discussão o Direito de propriedade de remanescentes de comunidades quilombolas, a propriedade coletiva, baseada no componente étnico-cultural e ao sentimento de pertencimento ao grupo, e por outro, o Direito de propriedade de grandes empresas e ruralistas. Parte das terras que pertencem às comunidades quilombolas são hoje de propriedade de fazendeiros ou mesmo de empresas que exploram o agronegócio na região.

A ausência de decisão pela Corte é significativa não apenas aos estritamente interessados, mas também para terceiros. Quando a resposta for proferida, caso tenha reconhecida a inconstitucionalidade do Decreto, obrigará todos os tribunais do país nos processos em andamento a segui-la, além de impossibilitar a propositura de novos Processos Administrativos para demarcação e titulação de terras da população negra rural. Entretanto, enquanto o STF não se pronuncia sobre a questão, os juízes de primeira instância que atuam nos processos de demarcação decidem segundo a sua própria racionalidade. Não há, assim, unanimidade sobre o assunto.

A falta de resposta carrega, em si, o temor do Supremo Tribunal Federal em decidir sobre assunto tão controverso e que poderá afetar camadas de poder tão distintas da sociedade.

3. A construção da sentença na Ação Anulatória de Processo Administrativo para titulação das terras da comunidade remanescente quilombola de São Domingos - Processo nº 2010.50.03.000484-7

Em 03 de agosto de 2010 foi proposta Ação de anulação de processo administrativo na Justiça Federal da Comarca de São Mateus, tendo como partes camponeses pequenos proprietários de terras e o INCRA, no pólo ativo e passivo, respectivamente. A ação visava a anulação do processo administrativo 54340.000581/2005-71 promovido pelo INCRA, em que os autores figuravam como pertencentes aos remanescentes quilombolas da Comunidade de São Domingos, bem como figuravam, também, na lista de proprietários de terras a serem desapropriados em favor da Associação.

A parte autora, por meio da advogada constituída alega que o processo deve ser anulado, tendo em vista o cerceamento no direito de defesa, já que, nas suas palavras, são pessoas com "pouca cultura e conhecimento", e não souberam responder ao que lhe era perguntado na época em que se desenvolvia o procedimento administrativo, e nem mesmo possuíam conhecimento do conteúdo da notificação da sua inclusão como remanescentes quilombolas. Questiona, ainda, o critério de autoatribuição e a constitucionalidade do Decreto 4.887/03, citando inclusive, a pendência da ADI 3239/04. Já o INCRA atesta pela legalidade do procedimento administrativo, informa e comprova por meio de documentos que todos os requisitos foram seguidos.

Em 20 de agosto de 2014 foi publicada a sentença em que o magistrado declarou a inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003, com a procedência do pedido formulado na inicial para anular o Processo Administrativo 5430.000581/2005-71. Na sentença, inicialmente, o juiz faz um breve relato do que foi alegado pelas partes, fundamenta o seu ato decisório, e encerra com o dispositivo, como preceitua o art. 548[5] do Código de Processo Civil.

Na fundamentação ele faz uma breve análise das legislações do direito à propriedade pelos remanescentes de quilombos. Cita, para fundamentar o seu ato, a decisão proferida

[5] Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:
I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;
II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;
III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.

pelo Ministro Cesar Peluso na ADIN 3239/04 em que votou pela inconstitucionalidade do Decreto, e também a decisão proferida pelo próprio Tribunal Regional da 2ª Região, em que menciona a decisão do Ministro como indicativa de inconstitucionalidade da referida norma.

Após contextualizado o processo acima, necessário se faz analisar os componentes presentes na decisão. Para tanto, é preciso esclarecer que, conforme ensina Bourdieu (1989, p. 209) em o Poder Simbólico, o Direito não é um sistema fechado e autônomo capaz de fundamentar a si mesmo, ao contrário, é impossível separá-lo da realidade social.

O campo jurídico é um espaço social constituído por peculiaridades próprias, em que há uma hierarquia pela qual os vários agentes disputam internamente ao próprio campo. Para Bourdieu

> Campo jurídico é o monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 212).

O autor ressalta, ainda, que os operadores do direito estão inseridos num corpo hierarquizado de instâncias que são aptos de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações. No processo judicial, verifica-se a existência de forças conflitantes, o autor e Réu, no caso, pequenos proprietários que buscam a Anulação do Procedimento Administrativo, e o INCRA que busca afirmar a sua validade.

O magistrado de primeira instância não pode desconsiderar as duas forças antagônicas inseridas numa realidade social e que disputam pela decisão que irá atender o seu interesse. Ao decidir, ele deve levar em consideração um corpo hierarquizado de instâncias, qual seja, o Tribunal de 2ª Instância, que por meio dos desembargadores, podem reformar a sua decisão e criar sua própria jurisprudência. Acima dos Tribunais de Segunda Instância, há os tribunais especiais: STJ e STF. O STJ e STF guardam os assuntos mais caros do ordenamento jurídico, trabalhando com a legalidade e constitucionalidade de determinado ato normativo.

Para a presente discussão da demarcação e titulação de terras quilombolas, o STF possui papel de relevo, pois a sua decisão irá nortear todas as outras decisões de órgãos hierarquicamente inferiores. Hoje, apesar de ainda não se ter uma decisão sobre a questão, os votos proferidos pelos ministros Cesar Peluso e Rosa Weber podem orientar os julgadores ao decidir as causas sobre o assunto. Foi o que ocorreu no caso, o juiz, ao construir sua

decisão cita como forma de embasar o seu posicionamento, o voto do ministro Cesar Peluso, utilizando dos mesmos argumentos para decidir pela anulação do processo administrativo.

> O referido Decreto 4887/2003 é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239/DF, pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, cujo relator era o então Ministro César Peluso, que antes de se aposentar proferiu seu voto naqueles autos pela inconstitucionalidade [...]. Nesse sentido, em seu voto proferido em abril/2012, o então Ministro Relator Cesar Peluso pontua que o dispositivo de transição (art. 68 - ADCT) guarda hipótese afeita à usucapião, não havendo que se cogitar inovadora modalidade de desapropriação. [...] Embora ainda não tenha sido definitivamente julgada a ADI 3239 pelo Supremo Tribunal Federal, o voto acima mencionado apresenta-se como referencial válido para orientar julgamentos a respeito da matéria quilombola, conforme, inclusive, assentou o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Pelo exposto, declaro a inconstitucionalidade do Decreto 4887/2003 e julgo procedente o pedido formulado na inicial para anular o processo administrativo 54340.000581/2005-71 (São Mateus, 2014, p. 7, 10, 13).

Bourdieu (1989, p. 220) traz considerações sobre a decisão dos juízes de instância. Para ele, os juízes ordinários e outros práticos, mais atentos às aplicações que dele podem ser feitas, orientam-se para uma espécie de casuística das situações concretas e opõem, aos tratados teóricos do direito puro, instrumentos de trabalho adaptados às exigências e à urgência da prática, repertórios de jurisprudência, formulários de atos e dicionários de direito.

Ele também afirma que o Direito é um importante instrumento para manutenção da ordem social e econômica e que os textos jurídicos são muitas vezes elásticos e indeterminados, possibilitando que o intérprete possa atribuir diversas significações. Os juízes seguem parte do que está previsto no sistema jurídico, mas também acabam por inventar sua racionalidade decisória, "ficando sempre uma parte de arbítrio, imputável às variáveis organizacionais como a composição do grupo de decisão ou os atributos dos que estão sujeitos a uma jurisdição, nas decisões judiciais" (Bourdieu, 1989, p 223).

Nesse sentido, a decisão judicial é o resultado de uma luta simbólica, uma vez que cabem aos profissionais do direito utilizar dos mecanismos necessários para que ao final obtenham êxito na sua demanda. A advogada da parte autora utilizou de diversos recursos jurídicos, como a linguagem, destacando sempre que eles eram "pessoas humildes", "sem cultura" e de "pouco conhecimento", e não sabiam o conteúdo do Processo Administrativo. Por outro lado, a parte Ré tentou demonstrar por meio de documentos e relatórios que o

Procedimento Administrativo se pautou na legalidade, conferindo à comunidade de São Domingos a Titularidade de suas terras.

A sentença proferida é vista, levando em conta essa luta simbólica, como resultado de uma relação de forças, ela resolve os conflitos publicando a solução encontrada, pertence de tal forma à classe de atos de *nomeação* ou de i*nstituição*, ou seja, "atos mágicos que são bem sucedidos porque estão a altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto, de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão, que eles impõem" (BOURDIEU, 1989, p. 237).

A sentença como ato de *nomeação* visa encerrar o processo, vincula as partes e terceiros àquela decisão e cria uma nova verdade sobre a questão. É a palavra autorizada pelo Estado que o tem monopólio de dizer o direito. Bourdieu (1989, p. 237) acrescenta que os veredictos visam por um termo à luta, ou pelo menos um limite acerca de todo o trabalho prático de *worldmaking.* A sentença, caso a parte Ré não apresentasse recurso, encerraria a discussão sobre a questão nesse processo e os seus efeitos recairiam sobre as partes e também sobre os remanescentes de comunidades quilombolas da comunidade de São Domingos, que não mais teriam o seu direito à titulação da propriedade reconhecido, já que o processo Administrativo foi declarado nulo.

Ademais, Bourdieu (1989, p. 209) ainda ressalta que a decisão judicial não se fundamenta apenas no direito, como acreditava Hans Kelsen, com a finalidade de disciplinar todos os fatos sociais que tenham relevância para manutenção de um sistema político-jurídico. Ao contrário, é impossível dissociá-lo da realidade e das pressões sociais, bem como das convicções pessoais, ao *habitus*[6] de classe, ou seja, o contexto social no qual o julgador cresceu e se encontra inserido.

Ao proferir o seu veredicto, o julgador leva em consideração todos esses condicionantes: as normas jurídicas, pressões e seu contexto social. Por meio da linguagem da universalidade e neutralidade aliado à formalidade do processo, o julgador visa ocultar os

[6] Andrés García INDA (in BOURDIEU, 2001, p. 25) comenta sobre a definição de *Habitus*: "Bourdieu define los *habitus* del seguiente modo: "las estructuras que son constitutivas de un tipo particular de entorno (v.g. las condiciones materiales de existencia de un tipo particular de condición de clase) y que pueden ser asidas empíricamente bajo la forma de regularidades asociadas a un entorno socialmente estructurado, producen habitus, sistemas de disposiciones duraderas, estructuras estructuradas predispuestas a funcionar como estructuras estructurantes, es decir, en tanto que principio de generación y de estructuración de prácticas y representaciones que pueden ser objetivamente 'reguladas' y 'regulares' sin ser em nada el producto de obediencia a reglas, objetivamente adaptadas a su finalidad sin suponer la mirada consciente de los fines e la maestría expresa de las operaciones necesarias para alcanzar-las y, siendo todo eso, colectivamente orquestadas sin ser el producto de la acción organizadora de um jefe de orquesta".

seus pré-conceitos e sua visão de mundo, tenta demonstrar que sua decisão se deu de forma imparcial, pautada unicamente na legalidade.

Assim, é verdadeiro afirmar que "O direito é uma forma por excelência do discurso atuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele faz o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este" (BOUDIEU, 1989, p. 237).

Conclusão

Nesse trabalho procurei analisar a decisão proferida no processo judicial, em que a questão principal gira em torno da anulação de Processo Administrativo que reconheceu o direito à titulação da propriedade dos remanescentes de quilombos da comunidade de São Domingos.

Para isso, analisei brevemente as legislações que tratam sobre o tema, ganhando destaque o art. 68 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e o Decreto 4.887/03 que o regulamenta. O referido Decreto é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.232/04, que questiona a sua legalidade formal e material. A ADI tramita há mais de onze anos no Supremo Tribunal Federal e apenas dois ministros se manifestaram sobre a questão: Cesar Peludo, voto favorável à inconstitucionalidade do Decreto e Rosa Weber, que votou de forma contrária.

Conforme analisado acima, a demora para uma decisão final da ADI também é significativa, uma vez que a decisão irá afetar camadas de poder distintas da sociedade, de um lado os proprietários e empresas que trabalham com o agronegócio, e do outro, remanescentes de comunidade quilombolas. Sempre há um cuidado especial ao tratar do direito de propriedade. A não resposta, como afirma Bourdieu, acaba por significar uma resposta perante as partes e terceiros.

Enquanto o STF não se pronuncia sobre a questão, os juízes de instância têm liberdade para proferir a sua própria decisão. No processo analisado de n. 2010.50.03.000484-7 que tramita na Comarca de São Mateus, a parte autora buscava anulação de Processo Administrativo promovido pelo INCRA.

O juiz, ao proferir sua decisão pelo Inconstitucionalidade do Decreto, trabalha com o monopólio do Direito pertencente ao Estado, observa camadas de hierarquia e fundamenta a sua racionalidade no voto proferido pelo Ministro César Peluso. À época da decisão, a Ministra Rosa Weber ainda não havia proferido seu voto pela constitucionalidade do Decreto. Será que, de alguma forma, ele poderia ter contribuído para um veredicto diverso?

Certo é que o magistrado ao decidir não fundamenta apenas no ordenamento jurídico, apesar de assim tentar demonstrar, por meio da linguagem universal e impessoal. Ele se baseia também em pressões sociais e no contexto em qual foi criado, como família, escola, faculdade, e o contexto ao qual atualmente está inserido.

Referências

Associação Brasileira de Antropologia. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidade Negras Rurais.** 1994, p. 81. Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf>. Acesso em 2 de setembro de 2015

BOURDIEU, Pierre. **Marginalia.** Algumas notas adicionais sobre o dom. v. 2, n. 2 Rio de Janeiro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 28 de agosto de 2015.

OIT. **Convenção n. 169**. Convenção no 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Genebra, 1989. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/instrum01.htm> Acesso em 28 de agosto de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.051 de 19 de Abril de 2004.** Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm> Acesso em 28 de agosto de 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239/04.** Relator Ministro Cesar Peluso. Diário de Justiça, Brasília, 25 de março de 2015.

INCRA. **Quilombolas.** 2015. Disponível em <http://www.incra.gov.br/quilombola> Acesso em 03 de setembro.

INDA, Andrés García. **Introducción:** la razón del derecho: entre habitus y campo. In: BOURDIEU, Pierre. Poder, derecho y clases sociales. Tradutores diversos. Bilbao, Espanha: Desclée de Brouwer, 2001.

SÃO MATEUS. Justiça Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo, Subseção de São Mateus. **Processo n. 2010.50.03.000484-7**. Diário Oficial da União, 20 de agosto de 2014.

TRADIÇÃO, MODERNIDADE E CAPITALISMO NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A COMUNIDADE SERTANEJA

Otaviano de Oliveira Filho
Doutorando em Ciências Sociais na PUC/SP. Professor de Antropologia e Sociologia na FAVAG.

Resumo: O presente trabalho problematiza o processo de modernização na região Norte de Minas Gerais, enfatizando algumas ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e conclui que as ações para a integração da região à dinâmica capitalista de produção não levou em conta as culturas locais – o conjunto de práticas que constituem a "cultura popular tradicional" daquele território. Assim, a modernidade, operada pela Sudene a partir da ideologia do progresso, acabou por contribuir para que o capital, com sua lógica globalizante, alterasse as relações sociais de produção que marcaram a história da região.

Palavras-chave: tradição; modernidade; capitalismo; cultura popular tradicional; Sudene.

Abstract: This paper discusses the process of modernization in the North of Minas Gerais, emphasizing some Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) shares. Its conclusion is that the actions for the integration of the region to the dynamic capitalist production did not take into account the local cultures – the set of practices that constitute the "traditional folk culture" of that territory. Thus, modernity operated by SUDENE from the ideology of progress altered the social relations of production that marked the history of that region.

Ketwords: tradition; modernity; capitalismo; traditional folk culture; Sudene.

1. Teorias da modernidade

A fim de aguçarmos a problemática da modernidade, reportamo-nos, inicialmente, ao autor que a colocou de modo contundente nos anos 1980 e se tornou referência básica sobre o assunto, Marshall Berman (1986):

> Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: **ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e de mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia**. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como diz Marx, "tudo que é sólido desmancha no ar"[...]. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se "modernização" (Berman, 1986, p. 15, grifo nosso).

Inspirado em Marx e Engels, com o *Manifesto Comunista de 1848* e seu estridente pressuposto de que as estruturas do mundo feudal estavam se desmanchando em razão da dinâmica capitalista de produção, Berman dialetiza o conceito de modernidade e estabelece diferenciação entre modernidade, modernismo e modernização, rompendo com uma suposta semelhança entre esses três conceitos. A modernidade diz respeito a um novo modo de organização da vida social, política e econômica no Ocidente, ao passo que o modernismo corresponde a movimentos inovadores na esfera artística de fins do século XIX e das primeiras duas décadas do século XX. A modernização, por sua vez, diz respeito a processos desenvolvimentistas que permeiam o mundo moderno. Tal perspectiva nos remete à análise de Sérgio Paulo Rouanet, que tem como ponto de partida Max Weber, segundo o qual os conceitos de racionalização, modernização e modernidade são afins.

Para Weber, coube à *secularização*, através da aceleração de processos de racionalização, a destruição das bases da sociedade tradicional. A modernidade, ressalta Rouanet (1993, p. 120) em sua interpretação do sociólogo alemão, "é produto desses processos globais de racionalização que se deram na esfera econômica, política e cultural". Esses processos globais de racionalização, ao provocarem a dissolução das formas de produção feudais, estimularam a emergência de uma mentalidade empresarial moderna baseada na previsão, no cálculo e em técnicas de organização contábil das relações econômicas. Disso resultou, em termos políticos, a substituição da autoridade descentralizada pré-moderna pelo Estado absolutista e, posteriormente, pelo Estado verdadeiramente moderno, dotado de um sistema tributário centralizado, de um poder militar permanente e do monopólio da violência.

Em termos culturais, isso significou a "dessacralização" das visões tradicionais do mundo e a diferenciação entre a ciência, a moral e a arte, esferas tradicionalmente marcadas pela religiosidade, culminando, finalmente, no que Weber percebeu como um "desencantamento do mundo". A modernização, a partir dessa perspectiva weberiana, está diretamente vinculada ao desejo de eficácia nas relações sociais:

> Modernizar é melhorar a eficácia da administração pública, das instituições, dos partidos. É um conceito funcional de modernização, no sentido literal: numa sociedade moderna as instituições funcionam melhor que em sociedades tradicionais (ROUANET, 1993, p. 122).

2. Desenvolvimento e desestruturação

A ideia de desenvolvimento deriva da lógica de mercado fundamentada em valores como progresso, racionalidade, objetividade e impessoalidade. Está diretamente vinculada ao processo de expansão do capitalismo, à monetarização do mundo, ao liberalismo e ao Estado de direito e suas leis positivas. De acordo com Otávio Ianni,

> A descoberta de que a terra se tornou mundo, de que o globo não é apenas uma figura astronômica, e sim um território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos, essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza. Trata-se de **uma ruptura drástica, nos modos de pensar, ser, agir e fabular. Um evento heurístico de amplas proporções, abalando não só as convicções, mas também as visões de mundo** (IANNI, 1998. Grifo nosso).

Assim, o desenvolvimento imposto por grandes centros europeus e pelos EUA às diversas regiões do mundo revela-se como um fator de desestruturação, em um primeiro momento, e, posteriormente, de reestruturação de modos de organização social locais, relegando ao esquecimento saberes e técnicas tradicionais, que passaram a ser associadas ao atraso e consideradas anacrônicas. As novas técnicas, legitimadas como símbolos de desenvolvimento, tiveram e continuam a ter, no vasto interior do Brasil, um sentido de reestruturação justa da vida social, de melhoria de vida "para todos".

A partir de um viés antropológico, pode-se dizer que a ideia hegemônica de desenvolvimento como progresso no mundo ocidental ignora os saberes autóctones das populações tradicionais sertanejas e toda a "cultura popular tradicional"[1]. Mesmo o modernismo de fins do século XIX e início do século XX, com todo o seu projeto de ruptura com valores hermenêuticos logocêntricos, não chega a reconhecer costumes radicalmente locais, como os do mundo rural, como constituintes de uma rica diversidade cultural. O modernismo em geral tem por referência o mundo urbano, o que se passa nas cidades, não o mundo rural habitado por populações tradicionais, como quilombolas e indígenas.

Longe de buscar soluções para os grandes antagonismos inerentes ao projeto iluminista de modernização, o Brasil, através de suas elites coloniais e republicanas, acaba por ampliar esses antagonismos, naturalizando disparidades socioeconômicas produzidas pelo desenvolvimento pautado pela ideia de progresso, em termos teóricos, e pela inovação técnica,

[1] Para maior embasamento sobre a defesa desse conceito, ver Mira (2014).

em termos práticos. O crescimento econômico, assim, é concebido como mecanismo capaz de, por si só, melhorar as condições de vida da população e diminuir as disparidades sociais em geral, com oferta de energia, saneamento, equipamentos urbanos, saúde e escolaridade. Mas, passado um longo tempo, percebe-se que o desenvolvimento não proporcionou a diminuição das desigualdades sociais, apenas beneficiou pequenos grupos empresariais.

Tivemos e continuamos a ter no País um projeto desenvolvimentista atrelado aos interesses externos e internos de expansão do capital, do mercado, do lucro e de acumulação de riquezas materiais, deixando como lastimoso saldo a exclusão social de milhões de pessoas. Com o mercado e o dinheiro sendo impostos como as bases sobre as quais devem se configurar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais, desestruturam-se e reestruturam-se, também, saberes e técnicas constituintes das lógicas de organização social das populações tradicionais. No limite desse processo está a separação radical, que há muito a Antropologia nos permite colocar sob suspeita, entre civilização e barbárie. Sobre essa ação desestruturante, referindo-se ao processo que tornou as lógicas mercadológicas predominantes na Europa do século XIX, Polanyi (2000, p. 56) nos diz:

> a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo [...]. Se o efeito imediato de uma mudança é deletério, então, até prova em contrário, o efeito final também é deletério.

3. A questão da cultura popular tradicional

De forma muito simples, pode-se definir cultura popular tradicional como todas as práticas e representações culturais vivenciadas no cotidiano de atores sociais, distanciados do racionalismo científico, que permitem a recriação de seu universo: crenças, hábitos, costumes, conhecimentos. A cultura sertaneja, em todas as suas manifestações pelo interior do Brasil, está impregnada de práticas que permeiam o universo dos sujeitos sociais que a têm como referencial de vida, memória e tradição: não foi emoldurada como discurso oficial, não se tornou, ainda, "mercadoria", conforme elucidado por Maria Celeste Mira[2]. Por isso mesmo, possui lógica interna própria, ritmo e modo peculiar de existência, revela uma noção

[2] Mira (2014) defende a tese de que as festas populares tornaram-se eventos de massa por serem lucrativas, ou seja, é um "novo nicho de mercado". A autora questiona: "Por que a 'cultura popular' teria se tornado um bom negócio? A festa se mostra um dos eventos mais lucrativos da contemporaneidade".

de tempo natural, tendo como condição de sobrevivência o *enraizamento* na tradição, numa maneira própria de conceber o mundo, o entorno em que se vive.

A abrangência atual do termo cultura, referindo-se a tudo que pode identificar uma sociedade ao diferenciá-la de outras, tem sido uma das preocupações da história da cultura, cujos pesquisadores, por perceberem a diversidade entre as sociedades e as mudanças que se processam nas mesmas, de século a século, justificam a necessidade de entender a cultura como algo construído socialmente e que requer explicação e interpretação em termos sociais e históricos.

A cultura popular apresenta-se como espaço em que resistências e táticas podem fluir como forma de recusa à ordem estabelecida. Nesse sentido, pensa-se a realização de práticas culturais de cunho lúdico, de festas a textos satíricos, como momentos em que, quebrando-se o ritmo cotidiano de trabalho, impõe-se a lógica da alegria. Segundo Marilena Chauí,

> [...] fala-se de cultura popular enquanto cultura dominada, invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, envolvida pelos valores dominantes, pauperizada intelectualmente pelas restrições impostas pela elite, manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e explorada, em suma, impotente face à dominação e arrasada pela potência destrutiva da alienação (CHAUÍ, 1986, p. 63).

Alguns intelectuais compreendem muitas das representações culturais das classes populares como caos e despolitização. Outros autores as têm interpretado como forma de recusas e resistências criadas em espaços de trabalho, lazer e moradia. A alienação não é a característica dos menos favorecidos economicamente: ela germina na sociedade como um todo e está expressa no discurso ideológico capitalista, tendo como indicador a valorização da cultura popular apenas sob o signo do nacionalismo demagógico, que a congela como tradição. Cultura popular e cultura erudita são "rótulos" que qualificam as formas de expressões artísticas sem explicitá-las ou compreendê-las. São diferentes apenas no que se refere ao conteúdo e à forma de representação de uma dada realidade social, sem estarem totalmente desvinculadas, pois ambas se alimentam reciprocamente de uma circularidade que caracteriza sua dinâmica.

A interpenetração e o entrecruzamento de práticas culturais são, em grande medida, viabilizados pelos meios de comunicação de massa, cabendo-nos compreender as múltiplas recriações e/ou introjeções que as classes populares fazem do que lhes é imposto das mais diversas maneiras pela mídia. Deve-se tratar a cultura popular como uma das formas possíveis de representação, que pessoas ou classes sociais utilizam para expressar suas experiências e vivências. A cultura popular, conforme afirma Roger Chartier (1995), não deve ser

considerada apenas como "ideias" de terceiro nível ou ser tratada somente pela perspectiva ideológica de manifestação da consciência/inconsciência de determinados segmentos sociais. Cultura é expressão de vida, é vida e não apenas simbologia de um tempo e espaço.

As formas de expressão da cultura popular estão impregnadas por experiências, lutas, sobrevivências e misticismo, refletindo situações concretas, práticas de um mundo real, construídas e entremeadas no cotidiano dos seres humanos. É necessário entender que as festas, os cantos, as rezas e as danças, podem ter suas datas comemorativas específicas criadas por conveniências, por uma cronologia cultural estabelecida em função de uma tradição. Mas não se pode esquecer que, antes desse calendário ser oficializado, tais práticas culturais foram vivenciadas e experimentadas na rotina das pessoas, como parte integrante de suas vidas, para só depois serem cultuadas.

Antes de serem representações discursivas de uma época, as práticas culturais são parte de um mundo no qual, ao se produzirem relações econômicas e sociais, também se produz e se reproduz cultura. A cultura, então, não pode deixar de ser pensada como parte das relações sociais de produção, de convívio e de formas de solidariedade, prazer, lazer e crenças místicas. A cultura popular, quando entendida como folclore, como tradição, tende a congelar as práticas culturais no tempo, expediente através do qual essas práticas se apresentam sem a pulsação de vida que lhes é característica e, consequentemente, sem o significado simbólico para os sujeitos sociais que a vivem, tornando-se uma representação artificial.

O que usualmente se observa na "folclorização da cultura", com o intuito de preservação ou mera comercialização, é a apresentação de eventos artísticos "higienizados", esteticamente disciplinados, desprovidos de seus aspectos de pobreza ou rudeza que são referência de sua historicidade, o que tornaria a cultura popular mais palatável para as elites locais dominantes, caso das chamadas "Festas de Agosto", na cidade de Montes Claros, polo regional do Norte de Minas Gerais[3].

Corre-se o risco de ficar como herdeira de uma tradição romântica se for mantida a noção de que, para se conhecer ou valorizar a cultura popular, deve-se considerar apenas o exclusivo estabelecimento de sua origem, desconhecendo-se que em suas práticas e rituais a

[3] A problematização do folclore é pertinente porque as "Festas de Agosto", em Montes Claros, são vistas como patrimônio do "folclore" da cidade, sendo vistas pelas elites locais em uma perspectiva mercadológica, apesar de que os grupos se reafirmam como categoria social local. Para maior aprofundamento sobre "Os catopés de Montes Claros", ver o trabalho de João Batista de Almeida Costa, texto produzido por ocasião da 27ª Festa de Agosto de 2005, a pedido da Prefeitura Municipal de Montes Claros.

cultura trapaceia, remexe a realidade, produz valores e concepções, mantendo um diálogo contínuo entre categorias do passado e do presente.

A cultura, por se configurar como processo dinâmico, tem nas transformações e nas deteriorações aspectos positivos, não negativos. Antes de ser representação de uma época, a cultura é parte de um mundo real, produzida em meio a relações políticas, econômicas e sociais em sentido amplo. No cotidiano dos indivíduos, conforme afirma Michel de Certeau (1982), é que a cultura se pluraliza, revelando-se como representação viva e dinâmica das classes populares, fundindo elementos antigos – festas, cultos, ritos – com elementos novos – os meios de comunicação de massa, técnicas e tecnologias diversas –, fazendo-se e refazendo-se continuamente.

4. O desenvolvimentismo no norte de Minas Gerais

As mudanças ocorridas na cultura popular do interior sertanejo de Minas Gerais podem ser observadas de modo mais efetivo a partir da execução de projetos e planos governamentais no período da ditadura militar, especialmente na década de 1970, ações como o chamado Projeto Jaíba,[4] que visaram a acionar a produtividade econômica de uma região historicamente caracterizada pela pobreza material. Grandes plantações de frutas, feijão, milho, eucalipto e, especialmente, o desmatamento de matas virgens para a produção de carvão vegetal devastaram paisagens e pequenas propriedades, com a alardeada finalidade de promover o alinhamento dos mercados regional com o nacional e o internacional.

Tais mudanças lograram soterrar grande parte do mundo rural, com suas características próprias, construído com o trabalho manual de escravos, indígenas, paulistas, pernambucanos, baianos, mestiços e sertanejos ao longo da dramática história do Brasil profundo, sempre marcada pelo signo da resistência identitária (OLIVEIRA FILHO, 2006). A integridade e a sustentabilidade desse mundo rural só foi possível em função de uma economia de subsistência, na qual se sobressaíam a solidariedade vicinal, a fé e a religiosidade, bem como os valores éticos, morais e culturais. Os traços fundamentais desse mundo rural são:

[4] O projeto Jaíba, que abrange os municípios de Jaíba e Matias Cardoso no extremo Norte de Minas Gerais, surgiu no contexto de expansão da fronteira agrícola empreendida pelo governo brasileiro a partir da segunda metade do século XX, se tornando atualmente o maior perímetro irrigado da América Latina. A Sudene, criada através da Lei Nacional nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, representou um esforço do governo federal de agir no sentido de promover o desenvolvimento do Nordeste através de um duplo objetivo: coordenar as ações do governo e administrar os recursos transferidos para a região. O Norte de Minas foi incorporado à Sudene por fazer parte do chamado "polígono das secas", determinado em 1936, sendo a referida região incluída em 1948, pelo Decreto 9.857. Para maior compreensão sobre o projeto Jaíba, ver RODRIGUES (1998).

> As festas populares, as folias de reis, as promessas para chover ao pé do cruzeiro no alto da serra, os terços cantados, os desafios de se "subir no pau de sebo", as encomendações das almas na sexta-feira da Paixão, as parteiras, as lavadeiras dos rios com suas cantigas, a comensalidade dos tropeiros (paçoca de carne de sol batida no pilão, arroz com pequi, bolo de puba, "brividades", biscoito de queijo), os potes e as gotijas d'água, os monjolos e as rodas d'água, a feitura do sabão feito em tachos de cobre, as casas de farinha e a "ralação" da mandioca, as quitandas feitas nos fornos de barro e/ou de tijolo assado dispostos nos fundos dos quintais das casas do mundo rural, às figuras do carro de boi e do boiadeiro e tantas outras imagens presentes no cotidiano rural de então, perduram, na maioria das vezes, apenas na memória daqueles que as vivenciaram como experiências concretas de vida (OLIVEIRA FILHO, 2006, 2011).

Em pleno século XXI, as mudanças no sertão mineiro são visíveis sobretudo em termos agrários, como as grandes plantações de eucalipto; e urbanísticos, como a grande parte do espaço asfaltado e as rodovias movimentadas que se sobrepõem às antigas estradas de terra. Todo um artificialismo impõe-se, desde os anos 1970, sobre o território natural no sertão mineiro, suscitando-nos a sensação de que a modernidade *desenvolvimentista* soterrou ali todo um modo de vida social considerado ultrapassado, incompatível com o tempo presente.

Em face dessa dura realidade, encaminhamo-nos no sentido de refletir sobre a importância de valores socioeconômicos locais, resultantes de uma determinada cultura, para o desenvolvimento regional sustentável, capaz de suprir as necessidades reais de grande parcela dos sujeitos sociais. Entendemos que, mediante a operacionalização de suas próprias técnicas, as populações locais desempenham o papel de sujeitos do desenvolvimento, não apenas de objetos, o que lhes possibilita resguardar as diferenças culturais que, no fundo, correspondem a um modo diferente, sertanejo, de viver, que deve ser respeitado num Estado de Direito Democrático.

Afirmando-se como sujeito de sua história, as populações tradicionais do Norte de Minas Gerais, com seus saberes autóctones, podem deixar de ser vistas como símbolos de "atraso", de "arcaico", deixando de ser percebidas em comparação com sociedades consideradas exemplares do ponto de vista capitalista e mercadológico. Podem resistir com mais eficácia às políticas de adequação do espaço sertanejo, perpetradas por grandes grupos econômicos com o amparo do Estado paraliberal brasileiro, à forçada adequação do espaço social aos interesses do capital, todo um processo de "relayoutização" que subordina a geografia humana a uma economicidade funcional: grandes avenidas, terminais de ônibus, anéis rodoviários, edifícios, outdoors, vitrines, shoppings centers, vidros e ferros, concreto e mais concreto que intenta fazer do sertão mais um frio espaço capitalista.

Figura 1 - Objetos da fé e devoção das populações tradicionais do Norte de Minas.



Figura 2 - Casas de farinha das comunidades rurais do Norte de Minas.



Considerações Finais

Procuramos neste artigo, em consonância com a nossa pesquisa para o doutorado, intitulado preliminarmente de: "Um lugar chamado sertão, nesses sertões: antinomias narradas", desenvolver uma breve reflexão sobre a relação entre modernidade e tradição, tomando como parâmetro o que se passa na região Norte de Minas Gerais, sem qualquer pretensão, naturalmente, de ir às últimas consequências na abordagem de uma problemática que ainda estamos explorando de modo sistemático. Percebemos, como parte deste processo reflexivo, que a resistência das populações tradicionais do Norte de Minas Gerais ao processo de modernização que lhes é imposto "de cima pra baixo", de forma sempre autoritária, deve-se em grande parte, no presente, ao cultivo da memória coletiva, fonte de sua identidade cultural.

Esse cultivo transparece em objetos e situações cotidianas, marcadas pelo signo do sagrado, em imagens de santo, em oratórios, em ditos e provérbios, nos causos populares, nas diversas festas, rezas, comidas e bebidas. São "constructos" simbólicos em que se preservam valores locais, experiências de um modo diferente de vida, tão digno como os praticados em metrópoles e megalópoles onde os preceitos discursivos da modernidade são verdades absolutas.

Referências

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MIRA, Maria Celeste. O tradicional na metrópole: propostas para a cultura popular na cidade de São Paulo. In: BERNARDES, Maria Elena; GALZERANI, Maria Carolina B. (Orgs.). **Memória, cidades e educação das sensibilidades**. Campinas: Unicamp/CMU, 2014.

OLIVEIRA FILHO, Otaviano. Resistência identitária: a configuração etnocultural da comunidade sertaneja norte-mineira no processo histórico de Minas Gerais. **Revista UFG**. Goiânia, Editora UFG, 2006.

_____. **Do Brasil ao sertão**: uma análise do processo de constituição da identidade sociocultural do Norte de Minas. Montes Claros: Inmensa, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. 1998. 337 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: PASSOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Sarany Rodrigues da Costa
PGCULT - FAPEMA/CAPES

Welyza Carla da Anunciação Silva
PGCULT - FAPEMA/CAPES

Resumo: Tendo em vista as políticas aplicadas para o processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís no Maranhão por meio da implantação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís na década de 80, é que a pesquisa vem promover uma reflexão teórica das interfaces estabelecidas entre a preservação do Patrimônio Cultural e Identidade a partir desse processo no qual uma nova identidade é adotada pela cidade ao receber o Título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, buscando compreender como essa relação é expressa na contemporaneidade, trazendo consigo novas perspectivas e características que estão entrelaçadas na construção da sua identidade, ultrapassando o sentido tradicional e reducionista da relação entre Patrimônio e Identidade de um povo. Para isso se recorreu a uma pesquisa bibliográfica para assim nortear um estudo descritivo, tomados por base para analisar o surgimento desta nova identidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Centro Histórico; identidade.

Abstract: In view of the policies applied to the process of preservation and revitalization of the São Luis Historical Center in Maranhão through Preservation Program implementation and revitalization of the São Luis Historical Center in the 80s, it is that research has promote a theoretical reflection of the interfaces established between the preservation of Cultural Identity and Heritage from that process in which a new identity is adopted by the city to receive the Cultural Heritage City Title of humanity, seeking to understand how this relationship is expressed in contemporary bringing new perspectives and characteristics that are entwined in the construction of their identity, surpassing the traditional and reductionist sense of the relationship between heritage and identity of a people. For it used a bibliographical research to guide so a descriptive study, taken as a basis for analyzing the emergence of this new identity.

Keywords: Cultural Heritage; Historic Center; identity.

Introdução

Ao levantar reflexões acerca de identidade e patrimônio em São Luís, somos também levados a liga-los ao turismo que é praticado na sociedade contemporânea, sobretudo o turismo cultural, o qual encontra-se intimamente relacionado às questões identitárias e de patrimônio. Podemos evidenciar o crescimento expressivo dessa atividade em muitas regiões do mundo. Isso se dá por intermédio dos fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos dentro de um nicho turístico, em um cenário globalizado que corresponde ao desenvolvimento do segmento e também da totalidade do setor turístico.

Sendo o Turismo uma atividade promissora para o setor econômico do Estado e sabendo que os Centros Históricos das cidades concentram uma grande parte do turismo a frente da promoção e marketing do turismo em cada localidade, é que há a necessidade de investimento por parte das esferas governamentais e inclusão da comunidade do entorno agregando valor e contribuindo para promoção do turismo na cidade. Nessa perspectiva, o governo do estado do Maranhão tem voltado seus olhares para o Centro Histórico de São Luís, no sentido de preservar seu patrimônio para que, assim, tanto os moradores, quanto os visitantes possam reconhecê-lo como um espaço de representação da cultura de um povo.

O turismo vem, assim, sendo um mecanismo promotor de um gigantesco intercâmbio cultural, a fim de fazer conhecida a parte pelo todo, ou seja, uma localidade e seus atrativos culturais (re)conhecidos por todo o mundo e vice-versa, construídos em torno de seus recursos patrimoniais, que constituem a identidade do local correspondente aos seus referenciais históricos e culturais ao longo dos tempos, sendo materializados em seus patrimônios culturais que dão a identidade singular do local.

Dentro deste cenário tem-se o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, que devido sua riqueza histórica, cultural, artística e arquitetônica, a partir de 1974 foi tombado como patrimônio arquitetônico e paisagístico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Assim, houve a necessidade de buscar formas de preservação deste patrimônio, almejando despertar o sentimento de pertencimento dos moradores, envolvendo-os no seu processo de revitalização e preservação na construção de novas identidades que a cidade passa a buscar e a forma como essas (re)significações se entrelaçam com os visitantes, levando à novas representações de identidades da localidade.

A partir de então, a identidade da cidade começa a ser reestruturada, tendo por base novas perspectivas e representações ao ser Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, o que agrega novos significados e um novo discurso a identidade local.

Com isso, há uma inquietação em descrever este processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís do Maranhão com ênfase no bairro da Praia Grande, por ser o bairro que engloba o maior número de estruturas arquitetônicas e, dentro deste contexto, identificar qual a identidade está sendo (re)construída pela cidade.

Dessa forma a pesquisa tem o objetivo de descrever o processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís do Maranhão, e de identificar que identidade emerge sobre a cidade de São Luís a partir da revitalização do seu Centro Histórico.

Para tanto, desenvolveu-se um estudo descritivo realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica que, segundo Leite (2008, p. 47), "é a pesquisa cujos dados e informações são coletados em obras já existentes e servem de base para a análise e interpretação dos mesmos, formando um novo trabalho científico".

Os resultados da pesquisa apontam para as novas representações que a cidade adota a partir do título de Cidade Patrimônio da Humanidade, gerando novas construções de identidades advindas do novo discurso que o atributo do título proporciona, tendo por base a implantação dos processos de revitalização e preservação do Patrimônio.

1. O Centro Histórico de São Luís e seu processo de revitalização

O Maranhão, seguindo uma tendência nacional, tem desempenhado esforços no sentido de promover seu desenvolvimento por meio da elaboração e implantação de políticas públicas em diversos setores. Incluindo, de forma mais recente, as questões que envolvem o espaço e sua organização estrutural e social e também seu uso doméstico e turístico, tendo a capital São Luís como grande foco dessas políticas, e mais especificamente o Centro Histórico que, até a implantação das políticas, se encontrava abandonado não só pelo governo, mas também pela população que não encontrava motivações para frequentá-lo.

Assim, a necessidade de preservar e revitalizar surge no momento em que a população e os visitantes passam a se afastar do Centro Histórico de São Luís. Esse afastamento, em sua maior parte, foi ocasionado por problemas relacionados às estruturas física e social daquele espaço, os quais vieram a ser corrigidos por meio dos processos de preservação e revitalização que ali foram implantados por intermédio de ações do Governo do Estado.

As ações começaram a ser pensadas a partir de 1974, quando o Centro Histórico de São Luís foi tombado como patrimônio arquitetônico e paisagístico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A partir de então, o Governo passa a pensar, de forma mais acentuada, em políticas públicas voltadas à preservação e estruturação do espaço urbano (SILVA, s/d), tendo em mente que o Centro Histórico de São Luís se enquadra no recente conceito de patrimônio ambiental urbano, constituindo-se em um significativo conjunto arquitetônico e paisagístico do país.

Nesse período, tanto o governo estadual, quanto o municipal criam instrumentos para promoção do patrimônio histórico. Em 1975 é inserido um item sobre assunto no Plano Diretor

de São Luís, e em 1978 o estado sanciona a lei nº. 3.999/78 que trata sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico no Maranhão (GONÇALVES, 2006).

De acordo com Daniela Gonçalves (2006), o Centro Histórico de São Luís possui, até o ano de encerramento da sua pesquisa, cerca de 3.500 imóveis tombados (entre estaduais federais). A autora assim os classifica:

> O conjunto delimitado estritamente pelos perímetros dos Tombamentos Federal (cerca de 1.000 edificações) e Estadual (cerca de 2.500 edificações) possui um total aproximado de 3.500 imóveis de valor histórico e arquitetônico, a maioria civil, com construções do período colonial e imperial, com características peculiares nas soluções arquitetônicas de tipologia, revestimento de fachadas e distribuição interna (GONÇALVES, 2006, p. 36).

No âmbito estadual, as ações voltadas à preservação do Centro Histórico de São Luís foram concentradas na região da Praia Grande. Isso ocorreu por conta da falta de recursos para abranger toda área do Centro Histórico. A Praia Grande foi, então, escolhida por apresentar as mais significativas obras arquitetônicas de todo o conjunto tombado (SILVA, s/d).

As políticas ali empreendidas fazem parte do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), que começou a ser desenvolvido a partir da proposta do engenheiro americano Jonh Ulrich Gisiger, elaborada entre 1977 e 1979 (SILVA, s/d). O PPRCHSL se constituiu no principal programa de preservação para aquela região, tendo suas ações desenvolvidas, incluindo elaboração, no período de 1979 a 2006.

Os desdobramentos do PPRCHSL, além de promover a preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, contribuíram de forma significativa para inscrição da cidade na lista de patrimônio da humanidade pela UNESCO, o que proporcionou uma maior valorização daquele espaço e consequente elevação nos números do turismo na região.

2. Patrimônio e identidade

Perpassando pensamentos de outrora que restringiam a ideia e conceito de patrimônio apenas a estrutura física, obras arquitetônicas, com um olhar apenas material, percebe-se que o patrimônio traz consigo memórias repletas de experiências construídas pelas gerações passadas com informações relevantes da história daquela sociedade, contribuindo na formação da identidade de determinado povo.

A preservação do patrimônio assim é de extrema importância para o desenvolvimento cultural de um povo, pois reflete na sua formação sociocultural, permitindo que uma determinada localidade possa (re)conhecer sua própria história e de outros povos através dos seus patrimônios material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. Pois através da materialidade, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir seu passado histórico (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2008).

Com isso, o patrimônio em suas diferentes esferas se (re)configura ao longo dos tempos, em detrimento dos sistemas sociais vigentes de cada época, bem como dos aspectos políticos, econômicos, culturais e históricos que promovem os discursos pelos quais uma sociedade se representa e se identifica culturalmente e historicamente a partir do ambiente e do espaço no qual seus patrimônios, assim se constituem como marco referencial, porém, inacabado na dinâmica (re)construção cultural ao longo dos tempos promovendo novas identidades em seu percurso.

São notórias as inúmeras relações que o patrimônio estabelece com a identidade de um povo, sendo a própria materialização da identidade de uma sociedade ou grupo, Choay (1992) afirma que, "o património expressa a identidade histórica e as vivências de um povo. O Património contribui para manter e preservar a identidade de uma nação daí o conceito de identidade nacional, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família".

A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo (Cruz 1993), levando o mesmo ao sentimento de pertencimento e reconhecimento da sua história e cultura, o que, por sua vez, o leva a adotar/construir uma identidade. Essa construção/adoção na maioria das vezes é despertada por meio das vivências experimentadas pelos indivíduos, mas pode também ser estimulada/influenciada por terceiros, como, por exemplo, as ações da mídia.

A identidade não se caracteriza como um processo estável, pois seu caráter é mutável e (re)inventado a cada período sociocultural, já que hodiernamente se está no auge dos avanços tecnológicos advindos da globalização, por exemplo, que dão uma nova identidade a sociedade em geral, que se caracteriza como transitória, evidenciando a dinâmica contemporânea que dita a cada dia novos discursos que convergem ainda para uma subjetividade na construção da identidade que se (re)configura, se transforma em um âmbito de contextualização.

Dentro deste contexto, novas identidades se configuram relacionadas ao patrimônio que as representa ao longo da história, pois com o passar dos tempos cada acervo patrimonial

foi agregando novos valores, características, tradições e hábitos em resposta às mudanças sociais em suas mais diversas esferas, como no caso os processos de revitalização dos centros históricos que passam a inserir um novo olhar e uma nova postura redimensionando seus discursos sobre si mesma.

Os novos discursos gerados por essas intervenções de revitalização e preservação dos patrimônios, em especial direcionados aos centros históricos, principalmente aqueles que possuem reconhecimento nacional e internacional por seus acervos patrimoniais muitos com o título de Cidade Patrimônio da Humanidade, dentre outros, é que há transições na forma como a comunidade local se relaciona com esses novos olhares e assim busca se representar construindo uma nova identidade que se entrelaça com essa nova estrutura sociocultural.

Sendo assim a identidade é recriada/transformada a todo instante (e nunca perdida), tanto na perspectiva do indivíduo, quanto do local ou global, refletindo o sentimento de pertencimento cultural desenvolvido por uma comunidade a partir das transformações sociais que as cercam, no caso dos patrimônios e os processos de revitalização dos centros históricos, os quais podem conduzem o grupo/sociedade por cada período de sua história.

3. São Luís, cidade Patrimônio da Humanidade

Na atualidade, a produção de identidades guarda uma relação muito íntima com a globalização. E, nesse processo, os indivíduos não só sentem a "necessidade" de se identificar com algo que seja local, regional, nacional, mas também com algo que seja global. Nesse sentido, vemos que, como consequência das ações desenvolvidas pelo Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, a cidade recebeu, em dezembro de 1997, o título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A professora Klauténys Cutrim (2011), em sua tese de doutorado, cita, além das ações de preservação em nível estadual, as ações de preservação em nível federal como fator que contribuiu para que a cidade recebesse o título. As ações federais de preservação do patrimônio em São Luís concentram-se nos tombamentos realizados pelo IPHAN, o qual inscreveu no livro de tombos o conjunto arquitetônico do Centro Histórico da cidade antes mesmo das ações estaduais iniciarem. Esses desdobramentos foram de suma importância e tiveram grande peso no processo de candidatura e titulação de São Luís como Patrimônio da

Humanidade. A partir do recebimento desse título, a cidade passa, com um forte auxilio da mídia, a adotar a identidade de Cidade Patrimônio da Humanidade.

Nesse processo de pertencimento e identificação com o título por parte da sociedade, a mídia local teve uma grande parcela de contribuição, pois, segundo Cutrim (2011), a população ludovicense não teve participação ativa no processo de candidatura da cidade ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade junto à UNESCO. Essa ausência da população no referido processo dificultou a identificação da mesma com o título recebido, fator este que pôde ser amenizado com a intervenção da mídia local que, por sua vez, desenvolveu um forte trabalho no sentido de despertar na população os sentimentos de pertencimento e identificação com o título de Patrimônio da Humanidade.

Para Cutrim (2011), com base no pensamento de Bauman (2005), a globalização levou a um acentuado fluxo dos contatos intersubjetivos, o que fez o homem se perguntar continuamente sobre sua identidade. Assim, "surge desse processo a necessidade de demarcação de fronteiras, de estabelecimento de territórios que identifiquem não apenas os indivíduos, mas os locais como lugares de pertencimento" (CUTRIM, 2011, p. 147).

Nessa perspectiva, a população ludovicense passou, a partir do título recebido da UNESCO, e com a forte influência da mídia, a adotar a identidade de moradora da Cidade Patrimônio da Humanidade. Esse nova identidade, que se uniu a outras que São Luís já possuía, tais como: Atenas Maranhense, Jamaica Brasileira e Cidade dos Azulejos, remetem a aspectos da cultura local que foram herdados de outras culturas, ou seja, dos povos que formaram a população local (brancos, negros e índios) evidenciando, assim, a influência da globalização e da miscigenação na construção de identidades.

Outro fator de destaque nesse processo de identificação foi o patrimônio, o legado construído ao longo de séculos e que hoje é apreciado e apropriado pela sociedade contemporânea. Esse patrimônio restaurado e revitalizado representa um retorno passado, que, por sua vez, é rememorado por meio das lembranças e da identificação da população ludovicense com os significados que aquele patrimônio remete.

Considerações Finais

Pensar as questões de identidade traz várias implicações, uma delas é a de que as identidades não são estáticas, pelo contrário, elas podem sofrer várias mudanças ao longo do tempo

e do espaço, variando de acordo com a época, período e também com o contexto que a envolve. Na contemporaneidade, fortemente marcada pela globalização, a construção da identidade pode, ainda, ser influenciada por outros fatores, dos quais o mais influente deles é a mídia.

A cidade de São Luís, composta por grande diversidade cultural, já adotou várias identidades, onde cada parte da população assume aquela com a qual mais se identifica. Nesse processo de identificação, o patrimônio preservado tem sido de grande relevância, ao qual é atribuído um valor simbólico capaz de promover a localidade e de despertar o interesse e respeito de moradores e visitantes.

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís trouxe para cidade novas perspectivas de valorização, não somente do patrimônio, mas também da identidade que emerge desse patrimônio. Após as ações do Programa, a cidade recebeu o importante título que gerou, com a ajuda da mídia, uma nova identidade para São Luís, a de Cidade Patrimônio da Humanidade que veio somar com outras que a cidade já possuía como consequência de sua diversidade cultural.

O trabalho ora apresentado não esgota (nem teve a pretensão) as discussões sobre o tema das identidades que emergem sobre a cidade de São Luís a partir das ações do PPRCH, mas buscou apenas clarificar o entendimento de como e por que essas identidades emergem. Consideramos que outros estudos são pertinentes a respeito do tema, dos quais podemos citar uma investigação acerca dos discursos que permeiam a formação de identidades na cidade de São Luís, com ênfase para aquelas que emergem de ações do governo e também da intervenção da mídia.

Referências

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CRUZ, R. D. Experiencias de la Identidad. In: **Revista Internacional de Filosofia Política**. n 2, p. 63-74, 1993.

CUTRIM, K. D. G. **Patrimônio da Humanidade**: a edificação discursiva da cidade de São Luis nas políticas de preservação do Estado. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Tese de doutorado, 188 f.

GONÇALVES, D. S. **"Moro em Edifício Histórico, e Agora?":** Avaliação Pós-Ocupação de Habitações Multifamiliares no Centro Histórico de São Luís - MA. 2006. 171f. Dissertação. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao?idProducao=310170&key>. Acesso em: 23 ago. 2015.

LEITE, F. T. **Metodologia Cientifica**: métodos e técnicas de pesquisa. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

OLIVEIRA, L. M.; LOURES OLIVEIRA, A. P. de P. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas:** A educação na perspectiva de mudança paradigmática. Juiz de Fora, 2008.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**.** In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

SILVA, J.R.C. **Políticas Públicas no Centro Histórico de São Luís:** as etapas do processo de intervenções urbanísticas. In.: Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis. s/d. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/5_estadoidentidade/politicaspublicas-no-centro-historico-de-sao-luis-as-etapas-do-processo-de-intervencoesurbani.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.

GT 08 - LITERATURA E PENSAMENTO SOCIAL

Coordenadores:

Prof.ª Ms. Cibele Verrangia Correa da Silva (UFES)

Prof. Dr. Marclin Felix Moreira (UFES)

OBSERVAÇÕES SOBRE A VIVÊNCIA E O COTIDIANO DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE AUSCHWITZ NOS ESCRITOS DE PRIMO LEVI

Ariel Cherxes Batista
Estudante de graduação em História pela UFES. Desenvolve monografia no grupo de pesquisa "Cotidiano, cultura e poder na Europa do Entre-Guerras", sob orientação do professor Dr. Geraldo Antonio Soares.

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo apresentar e analisar as observações elaboradas pelo químico e escritor italiano, Primo Levi, que viveu um ano no campo de concentração de Buna – Monowitz (Auschwitz III), entre fevereiro de 1944 e janeiro de 1945. Sobre o período que passou neste campo, Primo Levi escreveu algumas obras em que resgata e registra o que viveu como prisioneiro, sempre se interrogando sobre a condição do homem frente à barbárie do lager. Assim, no presente trabalho, buscaremos elucidar sobre o cotidiano e as relações sociais dos prisioneiros no Campo de Auschwitz, assim como também tratar dos traumas trazidos à memória por conta da vivência neste ambiente a partir do que Primo Levi escreveu.

Palavras-chave: testemunho; Auschwitz; condição humana.

Abstract: This work aims to present and analyze the observations made by the chemical and Italian writer Primo Levi, who lived one year in the concentration camp of Buna – Monowitz (Auschwitz III), between February 1944 and January 1945. Over the period spent incarcerated Primo Levi wrote some works in which rescues and records what lived as a prisoner, always wondering about the condition of man against the barbarism of lager. In the present work, we will seek to elucidate on the daily life and social relations of the prisoners in Auschwitz, as well as addressing the traumas brought to mind because of the experience in this environment from what Primo Levi wrote.

Keywords: testimonial; Auschwitz; human condition.

Introdução

Diferente das fábricas da morte existentes antes em Treblinka, Sobibor e Belzec, instaladas com o único objetivo de matar os judeus da Polônia, Auschwitz ilustra a efetivação do programa de extermínio dos judeus. Na análise de sua experiência neste campo, Levi aponta variados exemplos de que a nulidade de um indivíduo é que produz a grandeza dos outros, e que é rebaixando alguém ou mesmo trazendo sofrimento a este mesmo, que o indivíduo consegue afirmar-se tão bem quanto se elevando ou agradando-se a si mesmo (TODOROV, 2002, p. 217).

Este fato é perceptível nas relações tanto entre os oficiais nazistas, quanto entre os prisioneiros, pois a luta pela sobrevivência que era o principal no campo levava a busca pela ascensão social, que por sua vez possibilitava aos prisioneiros alguns benefícios, o principal deles, a vida. Podemos exemplificar isso no sentido da estrutura social do campo se basear na seguinte lei: "os privilegiados oprimem os não privilegiados" (LEVI, 1988, p. 60).

Auschwitz representou a má nova do que o homem poderia fazer ao outro homem, o interessante em todo este episódio são as maneiras de viver impostas aos prisioneiros. Segundo Hannah Arendt, a vida nos campos, só pode ser descrita com imagens extraterrenas, como se a vida neste ambiente fosse separada das finalidades deste mundo. Para a autora, os campos de concentração podem ser classificados em três tipos correspondentes às três concepções básicas de uma vida após a morte, o Limbo, o Purgatório e o Inferno. Ao se fazer um paralelo com os relatos estudados, o campo de Auschwitz, seria o Inferno, que segundo Arendt: "representa aquele tipo de campo em que os nazistas aperfeiçoaram e onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente, de modo a causar o maior tormento possível" (ARENDT, 2012, p. 591).

Neste ambiente de total hostilidade, o desespero e a esperança se alternavam numa proporção que atordoaria a qualquer indivíduo, pois segundo Levi, um regime desumano difunde e estende sua desumanidade em todas as direções, inclusive e especialmente para baixo.

Basicamente, a ideia do presente trabalho é a de elucidar sobre a vivência dos prisioneiros no campo, nas mais variadas particularidades, buscando explanar fatos sobre o absurdo dos *lager* e seu cotidiano. Entretanto, para tratarmos disso, antes temos que elucidar sobre a formação e o fortalecimento do Nazismo no poder, assim como também de sua política de cunho racial.

1. A origem e fortalecimento do nazismo no poder

Pode-se dizer que o totalitarismo é um movimento que se mantém e sobrevive a partir de uma relação de reciprocidade do líder com a massa. Esta correspondência mútua entre o chefe do Estado totalitário e os liderados confirma a ideia de que a política exercida por este regime valoriza não o eu de cada indivíduo, mas o nós do grupo. Ou seja, o totalitarismo impossibilita o individualismo e possui como ideia central o fortalecimento da máquina estatal a partir da conquista e domínio da massa que é parte imprescindível para a formação desta forma de governo.

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Esta característica faz parte da base central do pensamento totalitário, pois como afirma Hannah Arendt: "[...] as doutrinas patentemente vulgares, arbitrárias e dogmáticas do totalitarismo são mais visíveis para o espectador que está de fora" (ARENDT, 2012, p. 466).

Ou seja, uma vez inserido na atomização social do Reich, o indivíduo fica reduzido a uma única identidade de reações previstas, e todas elas são moldadas pela ideologia vigente no regime totalitário, a ideia de domínio total dos seres que compõem este Estado.

Aqueles que aspiram ao domínio total devem liquidar no homem toda a espontaneidade, produto da existência da individualidade, e persegui-la em suas formas mais peculiares, por mais inocentes e apolíticas que sejam. O Estado Totalitário busca cidadãos totalmente controláveis e reduzidos ao seu conjunto total de regras. "Aquele que sempre pode ser liquidado e substituído por outros feixes de reações de comportamento exatamente igual, é o 'cidadão' modelo do Estado totalitário" (ARENDT, 2005, p. 242).

Todorov, no livro *Memória do mal, tentação do bem,* considera o totalitarismo um revés na política e na sociedade do século XX. Isto por que, a prioridade para todos os países participantes da Primeira Guerra Mundial é a reconstrução de uma Europa devastada. Esta reconstrução acontece. Todavia, esta reedificação se dá também em outros âmbitos, não só sociais como também políticos. A política implantada é a totalitária, e por conta disto é considerada uma regressão na sociedade europeia pelo autor.

Segundo a filósofa Hannah Arendt, o totalitarismo na Alemanha, surge quando a sociedade de classes se encontra desestruturada e cética frente a seu futuro político. Esta sociedade serviu como pano de fundo para caracterizar os indivíduos deste período do século XX. Este grupo, na visão de Fábio Abreu de Passos (2010), Doutor em Filosofia pela UFMG, é composta por homens massificados e moldados ideologicamente que possuem como traço fundamental, "agir" dentro do plano das ideias traçadas para eles. Ou seja, são estes indivíduos que servirão para iniciar e finalizar o totalitarismo.

A construção destes indivíduos acontece quando ocorre a extinção das classes. De certa forma este fenômeno foi o colapso no sistema partidário, que após deixar de existir descapacita os partidos na tarefa de defender o conflito de interesses entre os diversos grupos políticos, e contribui para a consolidação de um partido único, guiado pelas ideias de uma única liderança, no caso alemão, Hitler. "Para um governo que se intitula totalitário é necessário acabar com a existência autônoma de qualquer atividade" (ARENDT, 2012, p. 472).

As atividades autônomas que são encerradas por ordem do governo totalitário incluem, entre outras, expressão política, ideológica, cultural ou religiosa que se opõem às ideias do novo líder. Constroem um pensamento e comportamento padronizado, contribuindo então para o domínio da massa.

São os componentes da sociedade de classes que abrem as possibilidades de um regime de governo nunca antes experimentado. O domínio total (anseio maior do totalitarismo) se dá quando

estes cidadãos são aperfeiçoados pela política totalitária, e se transformam em indivíduos que apresentam harmonia em seus ideais e posições político-ideológicas previstas.

Assim, segundo Arendt, a formação da sociedade de classes acontece da seguinte maneira:

> A queda das paredes protetoras das classes transformou as maiorias adormecidas, que existiam por trás de todos os partidos, numa grande massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias eram vãs; que, consequentemente, os mais respeitados, eloquentes e representativos membros da comunidade eram uns néscios e que as autoridades constituídas eram não apenas perniciosas, mas também obtusas e desonestas. Essa massa de homens insatisfeitos e desesperados aumentou rapidamente na Alemanha e na Áustria após a Primeira Guerra Mundial, quando a inflação e o desemprego agravaram as consequências desastrosas da derrota militar, despontou em todos os Estados sucessórios e apoiou os movimentos extremistas da França e da Itália desde a Segunda Guerra Mundial (ARENDT, 2012, p. 444).

Foi neste cenário tempestuoso, que o Nazismo surge na Alemanha. Sua política maniqueísta divide os bons dos maus, e fixa como objetivo o aniquilamento destes últimos, mais precisamente os judeus e outros que eram considerados indignos de viver. Todavia, seu projeto político, promete felicidade a todos, mas esta felicidade apenas acontece, quando tiverem sido eliminados aqueles que não são dignos dela, classes inimigas e raças inferiores.

2. O ódio aos judeus e início das perseguições

Existem diversas razões a serem elencadas para tratar do ódio dos nazistas aos judeus. Busca-se entender, como uma sociedade aceitou de bom grado uma política de extermínio tão cruel. Um fato que se destaca nesta discussão, e que pode ser usado como explicação para a indagação acima, é a efetivação da propaganda e o fortalecimento da ideologia antissemita na população alemã, tida como ariana.

Os nazistas deram à questão judaica a posição central na sua propaganda, no sentido de que: “o antissemitismo já não era uma questão de opinião acerca de um povo diferente da maioria, nem uma questão de política nacional, mas sim a preocupação íntima de todo indivíduo na sua existência pessoal” (ARENDT, 2012, p. 466).

Só se podia ser do partido se a “árvore genealógica” estivesse em ordem, e esta ordem era mostrada a partir de quanto mais alto fosse o posto da família do indivíduo na hierarquia nazista. Esta ideia condiz com a afirmação de Hannah Arendt, de que: “a propaganda nazista

foi suficientemente engenhosa para transformar o antissemitismo em princípio de auto definição libertando-o assim da inconstância de uma mera opinião" (ARENDT, 2012, p. 492).

Em suma, podemos firmar que o Estado para Hitler era um "meio" para a preservação da raça, e isto acontecia a partir da efetivação da propaganda e consequentemente também do seguimento da ideologia nazista pela população. Desta maneira, pode-se dizer que o ódio aos judeus ocorre, pois a ideologia criada foi mantida e aperfeiçoada como arma política e não apenas como doutrina teórica. Hitler previa que na guerra política o racismo seria um aliado forte na conquista de simpatizantes: "[...] os nazistas sabiam que o melhor meio de propagar a sua ideia estava na sua política racial, da qual a despeito de muitas outras concessões, [...] nunca se haviam afastado por amor à conveniência" (ARENDT, 2012, p. 233).

Com o fortalecimento desta política, as perseguições aos judeus que já haviam iniciado, se fortalecem, e o seu desfecho trouxe marcas que ainda hoje são vivas na memória da humanidade, pois o mal causado por esta política Hitlerista aniquilou milhões, e o real sentido de todos estes acontecimentos merece ser estudado para uma melhor compreensão destas ideias que mancharam o século XX. "Hitler quer destruir à pseudo-raça judaica a fim de purificar seu povo e obter assim uma melhor raça ariana, portanto outro homem e, claro um regime novo; quer uma nação, e mais tarde uma humanidade, sem judeus" (TODOROV, 2002, p. 49).

3. O embrutecimento da política contra os judeus

No livro "Terras de Sangue", Timothy Snyder afirma que os judeus foram mortos, pois Hitler definira isso como um objetivo da guerra. Entretanto, antes das mortes em massa acontecerem, um fato de fundamental importância aconteceu, à promulgação das Leis de Nuremberg[1].

Estas leis apenas confirmavam o que Hitler já havia repetido muitas vezes: "O Estado é apenas um meio para um fim. O fim é: conservação da raça" (REDEN, 1939, p. 125 apud ARENDT, 2012, p. 733).

Desta maneira, o Estado Nazista declarava, que para o "movimento" era mais importante demonstrar que era possível fabricar uma raça pela aniquilação de outras raças do que vencer uma guerra de objetivos limitados (ARENDT, 2012, p. 550).

[1] As Leis de Nuremberg são três textos adotados pelo Reichstag sob iniciativa de Adolf Hitler, no 7º congresso anual do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, em 15 de setembro de 1935. A terceira lei escrita neste texto define essencialmente a transcrição para instrumentos legislativos do Terceiro Reich de toda a ideologia antissemita do nazismo, permitindo e fomentando os processos de perseguição aos judeus na sociedade alemã.

Visto de fora, isto parece loucura, mas em suma é a consequência da superioridade que o Estado Nazista exercia sobre o indivíduo. Em diversos momentos, Hitler ratificava um maior abrutamento da política em relação aos judeus, e também seu desejo por guerra, e para isso como pretexto, usava a eliminação judaica. Um exemplo disto é seu anúncio ao Reichstag alemão em janeiro de 1939: "Desejo hoje mais uma vez fazer uma profecia: caso os financistas judeus [...] consigam novamente arrastar os povos a uma guerra mundial o resultado será [...] a aniquilação da raça judaica na Europa" (ARENDT, 2012, p. 483).

Himmler, chefe da SS, em um de seus discursos para estes oficiais, deu um exemplo do que representava a aniquilação da raça judaica para o Nazismo. Segundo ele: "O antissemitismo é exatamente a mesma coisa que catar piolhos. Catar piolhos não é uma questão de ideologia: é uma questão de limpeza" (D'ALQUEN, 1942, p. 572 apud ARENDT, 2012, p. 745).

De certa forma Himmler queria mostrar, assim como Hitler, que o valor do ariano está em seu sangue, e que o aniquilamento se faz necessário para tornar a Alemanha mais forte. Porém, esta visão da sociedade e da liderança nazista, confirma para nós que todo este pensamento veio a ser o que Arendt, chama de: "poderoso racismo destruidor das nações e aniquilador não só de judeus, mas também da humanidade" (ARENDT, 2012, p. 237).

4. Destino selado

Em nove de novembro de 1938, ocorre em diversos locais da Alemanha e da Áustria, o episódio chamado de noite dos cristais[2]. Em 1939, a invasão da Polônia, ou seja, o início da Segunda Guerra Mundial, com várias vitórias do exército nazista.

A partir de todos estes acontecimentos, Primo Levi, em seu livro "A Tabela Periódica", afirma:

> Em janeiro de 1941, a sorte da Europa e do mundo parecia selada. Só alguns ingênuos podiam ainda pensar que a Alemanha não venceria; Só um cego e surdo voluntário podia duvidar do destino reservado aos judeus numa Europa alemã: tínhamos lido [...] um Livro branco inglês, vindo da Palestina, em que se descreviam as "atrocidades nazistas"; acreditávamos na metade do que diziam, mas era o suficiente (LEVI, 1994, p. 55).

[2] Este acontecimento tratou-se de pogroms, com a destruição de sinagogas, lojas, habitações e de agressões contra as pessoas identificadas como judias. Para o regime nazista foi à resposta ao assassinato de Ernst von Rath, um diplomata alemão em Paris, por Herschel Grynszpan, um judeu polaco, condenado múltiplas vezes a deportação da França. Nesta ação numa única noite, 91 judeus foram mortos e cerca de 25.000 foram presos e levados para campos de concentração. 7500 lojas judaicas e 267 sinagogas foram reduzidas a escombros.

Para colocar em prática tudo o que foi dito em discurso e escritos antissemitas, Hitler, junto ao alto escalão do Partido Nazista resolvem instituir os campos de concentração. Um fato curioso, levantado por Hannah Arendt, é que os campos, não são uma invenção nazista. Nas palavras da autora:

> [Os campos] Surgiram pela primeira vez durante a Guerra dos Bôeres, no começo do século XX, e continuaram a ser usados na África do Sul e na Índia para os "elementos indesejáveis"; [...] Esses campos correspondem, em muitos detalhes, aos campos de concentração do começo do regime totalitário; eram usados para "suspeitos" cujas ofensas não se podiam provar, e que não podiam ser condenados pelo processo legal comum (ARENDT, 2012, p. 584).

"Os campos nazistas foram, além disso, no sentido de que serviam como laboratórios onde se demonstrava a crença de que tudo era possível" (ARENDT, 2012, p. 581).

"Como afirma Primo Levi, no início de: *É isto um homem*? – O campo é o produto de uma concepção do mundo levada a suas últimas consequências" (LEVI, 1988, p. 7).

Outro sobrevivente, David Rousset, citado por Hannah Arendt, diz ser o campo o modelo social perfeito para o domínio total em geral. Pois a experiência do domínio total nos campos de concentração depende de seu fechamento ao mundo de todos os homens ao mundo dos vivos em geral, até mesmo ao mundo do próprio país que vive sob o domínio totalitário.

Segundo Levi, quando ele e seus compatriotas observaram que o círculo nazista estava se fechando em volta deles, podiam afirmar:

> [...] o céu sobre nós estava silencioso e vazio: deixava serem exterminados os guetos poloneses, e lentamente, confusamente, abria caminho em nós a ideia de que estávamos sozinhos, não tínhamos aliados com quem contar nem na terra nem no céu, a força de resistir deveria ser encontrada em nós mesmos (LEVI, 1994, p. 57).

5. A resistência, a captura e a iniciação no lager

Nosso objetivo neste trabalho é apresentar, analisar e discutir as observações e ideias do químico e escritor italiano Primo Levi, que ficou preso um ano no campo de concentração de Buna – Monowitz (Auschwitz III), entre fevereiro de 1944 e janeiro de 1945. Partindo deste princípio e agora que possuímos o cenário desenhado, faremos um estudo de caso a partir de Primo Levi, de como foi à experiência traumática do nazismo para um judeu.

Antes de adentrar no lager, Primo Levi, por ser Judeu, já vivia um processo de marginalização. Em julho de 1941 havia recebido seu diploma de químico, segundo ele: "[...] um

diploma finamente ornado e que possuía escrito em caracteres elegantes que a Primo Levi, de raça judia, se conferia a licenciatura em Química com nota máxima e louvor" (LEVI, 1994, p. 68).

Os caracteres: "de raça judia", eram responsáveis por essa marginalização. O que Primo Levi não esperava, é que o pior ainda estava por vir. Em novembro de 1941, viu o mundo a sua volta se precipitar na catástrofe, porém, consigo nada acontecia.

> Os alemães espalhavam-se pela Polônia, Noruega, Holanda, França, Iugoslávia, e penetravam nas planícies russas como uma faca na manteiga; os Estados Unidos não se mexiam em socorro dos ingleses, que tinham ficado sós. Eu não achava trabalho e me cansava na busca de uma ocupação remunerada qualquer (LEVI, 1994, p. 68).

No mesmo dia em que foi noticiado o ataque japonês a Pearl Harbor e promulgada a declaração de guerra do Japão aos Estados Unidos, Primo Levi estava em um jantar oferecido pela empresa que o contratou para explorar uma mina de amianto. No outono de 1942, a situação já estava catastrófica, os nazistas estavam chegando.

Residente em Turim, e empregado, Primo Levi observava que a situação estava ficando cada vez mais difícil, o ano de 1942, passou rapidamente, e anunciava que acontecimentos graves estavam por vir. Em março de 1943, as greves de Turim[3] iniciaram e, em 25 de julho, o colapso do Fascismo veio à tona, a invasão nazista estava por um triz: "[...] sobreveio o oito de setembro, a serpente verde-cinza das divisões nazistas pelas ruas de Milão e Turim, o despertar brutal. A Itália era um país ocupado, como a Polônia, como a Iugoslávia, como a Noruega" (LEVI, 1994, p. 130).

Primo Levi e seus companheiros Turinenses não sabiam o que deveria ser feito nesta situação, mas desejavam enfrentá-la de algum jeito. Assim, segundo Levi: "de forma extremamente insegura, com mais desespero do que esperanças no coração, e num país arruinado e dividido, saíram a campo para medir forças" (LEVI, 1994, p. 130).

Levi e seus companheiros resistiram por pouco mais de três meses. A sua experiência como guerrilheiro no Movimento "Giustizia e Libertà"[4] em sua visão, ficou caracterizado como um conjunto de grandes dificuldades.

[3] No ano de 1943 trabalhadores da Fiat protestaram em Turim deflagrando uma série de greves em várias partes da Itália, nas quais se bradava contra o aumento geral dos preços e as péssimas condições de trabalho – e, principalmente, exigia-se a paz.

[4] Fundado em Paris em agosto de 1929 por um grupo de exilados antifascistas. Este movimento possuía tendências políticas variadas, mas era a vontade comum do grupo, organizar a oposição eficaz e ativa contra o Fascismo. O movimento também desempenhou um papel muito importante de informação e sensibilização da opinião pública internacional, revelando a realidade que estava escondida por trás da propaganda do regime.

> Não fora fácil, para mim, escolher o caminho da montanha e contribuir para criar o que, em minha opinião e na de alguns amigos pouco mais experientes do que eu, deveria tornar-se um grupo de guerrilheiros [...]. Faltavam os contatos, faltavam às armas, o dinheiro e a experiência para consegui-los; faltavam homens capazes; estávamos no meio de um monte de gente sem a menor qualificação; gente de boa ou má fé, que chegara até lá vinda da planície, à procura de uma organização inexistente, de quadros, de armas, ou apenas de proteção, de um esconderijo, do calor de uma fogueira, de um par de sapatos (LEVI, 1988, p. 11).

> Tínhamos frio e fome, éramos os guerrilheiros mais desarmados do Piemonte e também, provavelmente, os mais despreparados. Acreditávamo-nos a salvo, porque ainda não saíramos de nosso refúgio, escondido por um metro de neve: mas alguém nos traiu e, na madrugada de 13 de dezembro de 1943, acordamos cercados por uma divisão do exército nazista, que já havia ocupado a Itália; eles eram trezentos, e nós onze, com uma metralhadora sem munição e alguns revólveres (LEVI, 1994, p. 130).

No início de *É isto um homem?* – Primo Levi narra à sucessão de coisas que ocorrem após esta captura. Durante quatro anos após a conclusão de seu curso de Química vivia em seu mundo próprio, um tanto apartado da realidade. Podemos dizer que seu período de liberdade marginalizada por ser judeu, termina aqui, pois logo em seguida a sua captura, Primo Levi é interrogado, e admite ser judeu, temendo ser fuzilado por conta de sua atividade política.

O interessante nesta parte da história, é que Primo Levi acreditava ser o destino dos judeus, mais tranquilo do que o dos presos políticos durante o interrogatório: [...] ou era judeu ou era guerrilheiro; se guerrilheiro, me entregaria ao pelotão de fuzilamento; se judeu, bom havia um campo de concentração em Carpi, eles não eram sanguinários, ali ficaria até a vitória final (LEVI, 1994, p. 133).

Contudo, o que Primo Levi não sabia, é que o campo de Fóssoli, perto de Módena, para onde foi mandado no final de janeiro de 1944 em poucas semanas passaria ao domínio dos nazistas, era o início de uma nova vida, mas que também pode ser considerado o caminho para a morte.

No dia 20 de fevereiro, os alemães tinham inspecionado meticulosamente o campo de concentração. Na manhã do dia 21, porém, soube-se que os judeus seriam levados no dia seguinte. “Todos sem exceção. Inclusive as crianças, os velhos, os doentes. Não se sabia para onde. A ordem era preparar-se para uma viagem de quinze dias. Se um prisioneiro faltasse à chamada, dez seriam fuzilados” (LEVI, 1988, p. 13).

A deportação para Auschwitz ocorre depois que o governo alemão em vista da crescente escassez de mão de obra, resolve prolongar a vida média dos prisioneiros a serem eliminados (os indignos de viver), pois na visão do regime, alguns destes eram aptos para o trabalho.

No dia 22 de fevereiro de 1944, 650 "peças", titulação dada aos prisioneiros pelos alemães, embarcaram em um trem na estação de Cárpi, onde já receberam as primeiras pancadas, sem saber do que se tratava. Após isso, este grupo condenado descobre com qual era seu destino: Auschwitz. Para Levi este nome nada significava, mas tempos depois significou muito, pois ali a condição humana foi posta em seu limite e a luta pela vida se tornou implacável.

Primo Levi viajou em um dos vagões mais afortunados para Auschwitz, dos 45 que embarcaram com ele, quatro voltaram. Por pouco mais de um ano, Levi e milhões de outros judeus conheceram a barbárie do universo concentracionário, um universo que não era fechado, mas que por ser um laboratório tão aberto a novas experiências, demonstrou ser um universo onde quem cometia erros, pagava, e o preço pago, era caro.

6. Vivência e cotidiano do campo

O princípio do campo é a ideia de que: A fome, o frio, os choques e o trabalho forçado transformarão os seres no que os detentores do poder desejarem (TODOROV, 1995, p. 47).

Podemos dizer ser o conjunto destas quatro coisas, a personificação dos prisioneiros. Na visão de Primo Levi, os que habitavam o campo de concentração, não eram normais porque passavam fome. "A fome de então nada tinha em comum com a bem conhecida sensação de quem perdeu uma refeição. Era uma exigência, uma falta, um *yearning*, que nos acompanhava e lançara em nós raízes profundas e permanentes, procurar o que comer era o estímulo número um" (LEVI, 1994, p. 140).

Sobre o frio passado nos campos, podemos nos apoiar no relato de Levi sobre a hora da chamada para início de mais um dia de trabalho. Em relação a isso, Levi nos conta que se desenrolava com qualquer tempo, e durava pelo menos uma hora, ou mais, se se suspeitasse de uma evasão: "Quando chovia ou nevava, ou quando o frio era intenso, [a chamada] tornava-se uma tortura, pior do que o próprio trabalho" (LEVI, 2004, p. 99).

Vale lembrar, que na entrada do campo, o prisioneiro também passava frio ao ser totalmente desnudo, antes de sua iniciação no trabalho. Em suma, é visto que o frio era algo presente nos campos de concentração.

Os choques ao prisioneiro do campo de concentração ocorreram num sentido psicológico e também literal. Em nossa abordagem, problematizaremos sobre o sentido

psicológico, tomando como base as marcas que a vivência no campo causou a cada prisioneiro durante e após esta experiência tão traumática.

Os trabalhos forçados, submetidos aos prisioneiros, estão diretamente ligados com o impacto sofrido por eles frente aos fatos traumáticos que lhes foram reservados.

Muitos dos que habitaram os campos, ficaram tão chocados com a sua passagem neste ambiente, que sequer ao menos a relataram. Alguns outros, como Primo Levi, produziram relatos com o intuito de desenvolver uma libertação interior. Partindo deste princípio, podemos dizer que a vivência no campo de concentração choca a aquele que foi personagem deste momento. No fragmento a seguir, Primo Levi explica porque viver no campo era tão difícil. Nas palavras do autor:

> Era difícil aceitar a *routine*: arrumar a cama no modo perfeccionista e idiota que descrevi entre as violências inúteis, lavar o chão de madeira com sórdidos trapos molhados, vestir-se e desnudar-se sob ordens, exibir-se nu por ocasião dos inúmeros controles de piolhos, sarnas, da limpeza pessoal, adotar a paródia militarista da "ordem unida", da "posição de sentido", de "tirar o gorro" de improviso diante do SS graduado, de ventre suíno. Isto, sim, era percebido como uma destituição, uma regressão mortal para um estado de infância desolado, carente de amor e de mestres (LEVI, 2004, p. 115).

Este fragmento é apenas um pouco do muito que a vivência nos campos de concentração reservou a cada prisioneiro, e por conta destas várias coisas relatadas acima pelo autor, é que podemos elucidar que a vivência no campo, choca, pois os vários momentos passados pelo prisioneiro são etapas para a sua própria morte.

Cada ordem esbravejada por um oficial nazista, a violência a que o prisioneiro era subjugado, assim como as humilhações que a eles eram reservadas por serem vistos como inferiores, por pertencerem a uma etnia considerada como inferior pelo regime nazista, deixou marcas difíceis de serem apagadas nos que ficaram encarcerados sob o jugo totalitário. Chocando os participantes deste período que pode ser definido como uma catástrofe na história da humanidade: "A lembrança de ter sido reduzido a viver apenas para comer, para ficar no meio de seus excrementos, a temer todo poder, é insuportável. Essa vergonha de ter sido objeto de humilhações e ofensas é indelével" (TODOROV, 1995, p. 290).

Sobre o cotidiano nos campos, Primo Levi destaca que a forma de tratamento era a mesma a todos os prisioneiros do campo. Mesmo assim, cada um, de forma subjetiva ou objetiva, viveu o Lager a sua maneira.

Conclusão

No livro "Em face do Extremo", Todorov, apresenta a ideia de que os relatos sobre os campos, se bem observados e guardados, contribuem para o combate a desumanidade.

É fato que os campos de concentração, findaram-se faz alguns anos. Estudá-los hoje, servem para como escreveu Primo Levi, procurar buscar entender a finalidade por trás do fenômeno dos lager. Esta ideia se liga ao fato de que: "[…] um episódio tão excepcional da condição humana [...] pode servir para colocar em evidência valores fundamentais" (Levi, 1988, p. 113).

Sendo assim, a razão por trás de todo este estudo, é observar as particularidades e características dos campos de concentração, para que a ideia de algo desta magnitude seja entendida e compreendida, para jamais se repetir em nossa história.

Referências

LEVI, Primo. **A tabela periódica.** Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Relume - Dumerá, 1994.

_____. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **Os afogados e sobreviventes:** Os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (1ª ed. norte-americana 1949).

PASSOS, Fábio. **Uma análise da Sociedade de Massa a partir da perspectiva de Hannah Arendt.** Saberes Interdisciplinares, v. 5, p. 61-77, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo.** Tradução de Egon O. Rangel e Enid A. Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **Memória do mal, tentação do bem:** indagações sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002 (1ª ed. francesa 2000).

REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA CIDADE: WALTER BENJAMIN E A ETNOGRAFIA URBANA

Beatriz Salgado Cardoso de Oliveira
PUC/SP

Resumo: Esta comunicação busca analisar, dentro da obra de Walter Benjamin, novas propostas para a etnografia urbana, com foco na relação de sua obra com a literatura. Objetiva-se, por um lado, investigar o que chamo de "operadores literários", meios pelos quais Benjamin, utilizando-se da literatura, constrói as imagens das cidades pelas quais passou ou nas quais viveu. Aqui, três deles são observados: o fragmento, o *flâneur* e a memória involuntária. Por outro lado, procuro mostrar como estes operadores são ou podem ser articulados na recente literatura sobre etnografia urbana.

Palavras-chave: literatura; Walter Benjamin; etnografia urbana.

Abstract: This paper aims to analyze, with in the works of Walter Benjamin, new propos to the urban ethnography, taking in to consideration the relation among his works and the European literature. On one hand, I seek to investigate what I call "literary operators", means by which Benjamin, us in literary sources, constructs the image of the cities through which he pass where he lived. Three of these operators are here analyzed: the fragment, the *flâneur* and the involuntary memory. On the other hand, I seek to point how these operators are or can be articulated in there cent literature on urban ethnography.

Keywords: literature; Walter Benjamin; urban ethnography.

Introdução

Walter Benjamin foi desde cedo amador da literatura. Em *Infância Berlinense por volta de 1900*[1], o livro aparece para o pequeno Benjamin como objeto de desejo, quando expressa seu imenso gosto pela literatura, em detrimento dos compêndios escolares, que o aprisionavam[2]. Sontag (1986), em seu ensaio "Sob o signo de saturno", acentua a imagem do autor como colecionador, em especial, de livros.

A paixão pela literatura, sem dúvida alguma, refletiu-se irrefutavelmente na obra do autor e evidenciar a relação entre ambas não seria tarefa fácil, nem enxuta. Muitas vezes tomado por crítico literário ou ensaísta, mais do que isso, Benjamin *apropria-se* de diversas fontes literárias para operar uma multiplicidade de questões em sua obra. Por meio da obra de Nikolai Leskov, discorre, por exemplo, sobre o conceito de narração e o declínio da experiência. A noção de memória involuntária de Proust é articulada com sua teoria de história e da aura. A poesia de

[1] A partir daqui, apenas Infância berlinense.
[2] Refiro-me aos ensaios "Livros", "Neuer deutsche Jugendfreund", e, em especial, "A Biblioteca do Colégio" (BENJAMIN, 2011b).

Baudelaire é articulada em todos seus textos sobre a cidade de Paris, em especial seu grande projeto das *Passagens.* Sobretudo, a forma da obra benjaminiana é intensamente influenciada pela ideia de fragmento do romantismo alemão. A literatura também é intrinsecamente ligada à visão de Benjamin sobre as cidades europeias pelas quais passou ou viveu, como coloca em seu texto "Desempacotando minha biblioteca", no qual a coleção literária do autor traz muitas lembranças, "das cidades nas quais achei tantas coisas: Riga. Nápoles. Munique. Danzigue. Moscou. Florença. Basiléia. Paris" (BENJAMIN, 2011a, p. 223).

Mesmo que tentador, seria impossível abarcar todas estas temáticas em uma breve comunicação. Isto posto, o presente texto tem como alvo principal a leitura benjaminiana da urbe moderna através da literatura. Tal recorte provém da temática trabalhada em minha dissertação de mestrado, "Benjamin o leitor da cidade: novas perspectivas para a etnografia urbana"[3] na qual argumento que a literatura apareça nestas leituras urbanas como *operador*, um meio de enxergar e escrever a cidade que se origina diretamente de obras literárias caras ao autor. Estes *operadores literários* constituiriam, por sua vez, um subgrupo de operadores aos quais chamo *operadores urbanos*, meios pelos quais o autor enxerga e escreve a cidade.

O texto de Benjamin, "Paris a cidade no espelho", é bastante emblemático no que tange a relação da literatura com a cidade. Publicado pela primeira vez em 1928, nele Benjamin não apenas vê Paris, mas a lê, como se fosse "um grande salão de biblioteca". Nos mapas de Paris vê-se mesmo a própria cidade, não um desenho instrutivo cujos traços guiam o forasteiro apaixonado, mas os nomes das ruas, *a cidade como texto* (BENJAMIN, 2011a, p. 184 e 186). O autor utiliza as lentes de Hugo, Leroux, Girardoux, Cocteau e seus romances que tomam como cenário Paris e seus monumentos. Mas também vê na cidade a própria literatura, "porque nela mesma atua um espírito aparentado aos livros" (BENJAMIN, 2011a, p. 185).

Neste texto, dois autores marcam presença, e seria impossível negar-lhes sua centralidade. Baudelaire, mesmo que não seja citado diretamente, está presente por meio de seu personagem, o *flâneur*, do qual Benjamin apodera-se e até mesmo encarna em tantas de suas obras. Proust, citado ao final do texto, está presente com a concepção de memória involuntária. Em primeiro lugar, é o *flâneur* que dá o tom à caminhada literária, perdendo-se na cidade e capturando as imagens monumentais. Coloca Benjamin: "Se Girardoux tem razão e se a maior sensação de liberdade é flanar ao longo do curso de um rio, então aqui a mais completa

[3] Essa dissertação, orientada pela Profa. Dra. Mariza Furquim Werneck, tem previsão de término para 2016 e conta com o suporte da bolsa integral do CNPq.

ociosidade, e, portanto, a mais prazerosa liberdade, ainda conduz livro e livro adentro" (BENJAMIN, 2011a, p. 184). Por outro lado, Paris é vista como a cidade no espelho não apenas pelos espelhos de seus cafés, pelos reflexos de suas paisagens no Sena, mas pelos reflexos literários que a observação dos monumentos traz à memória do *flâneur* – ele lembra de Hugo ao passar por Notre Dame, de Leroux ao passar pela Ópera, de Cocteau, ao passar pela Torre Eiffel. Estas recordações são do tipo da memória involuntária proustiana, como aqueles espelhos que "se refletem um ao outro numa sequência imensa, um equivalente da infinita lembrança na qual se transformou a vida de Marcel Proust sob sua própria pena" (BENJAMIN, 2011a, p. 187). As obras de Baudelaire e de Proust dão a Benjamin dois operadores literários e urbanos – o *flâneur* e a memória involuntária, dos quais Benjamin se apropria para ler as cidades europeias.

A presente comunicação pretende explorar alguns destes operadores urbanos e literários na obra de Benjamin. Em primeiro lugar, introduzo a questão da forma fragmentária dos textos benjaminianos, influenciados pelas ideias do romantismo alemão. Em segundo lugar, exploro brevemente a influência da poesia baudelairiana na obra de Benjamin e introduzo o *flâneur* como operador. Em terceiro, procuro explorar a influência da obra de Proust nas ideias de Benjamin sobre memória involuntária, tomando para análise a obra *Infância berlinense*. Finalmente, procuro apontar como estes três eixos temáticos refletem-se na literatura sobre etnografia urbana.

1. O fragmento

Formalmente, muitos dos escritos benjaminianos possuem um caráter claramente fragmentário. O inacabado projeto das *Passagens*, cuja concepção original era de que fosse composto por citações e comentários, é exemplar no que tange a esta forma de escrita. Sobre a obra, o autor comenta: "Método deste trabalho – montagem literária. Não tenho nada a dizer, somente mostrar" (BENJAMIN, 2006). A utilização de fragmentos no construto textual não é, porém, concepção original do autor, vindo da influência do romantismo alemão, com o qual Benjamin toma maior contato, quando de sua tese de doutoramento, *O conceito de obra de arte no romantismo alemão*, de 1919.

O fragmento é elemento primordial do movimento do romantismo alemão, ou "romantismo de Jena", que data do final do século XVIII e início do XIX. Expoentes do movimento, como Friederich Schlegel (1767-1845) e Friederich von Hardenberg, mais

conhecido como Novalis (1772-1801), construíram obras inteiras utilizando-se de fragmentos textuais anônimos, separados apenas por uma linha horizontal e publicados pela primeira vez na revista *Athenäum*. A utilização do fragmento por estes autores está longe de representar uma mera escolha estilística. Estudiosos do movimento, Labarthe e Nancy (2004), acreditam que a sua escrita fragmentária constitui gênero e método dos românticos de Jena, a encarnação de sua teoria, parte, na verdade, "da auto-imagem dos próprios românticos" (TORRES FILHO, 2001, p. 11). O fragmento de Schlegel expressa bem esta noção: "Muitas obras dos antigos se tornaram fragmentos. Muitas obras dos modernos já o são ao surgir" (SCHLEGEL, 1997, p. 51).

Sob a influência das ideias desse movimento filosófico/literário, os fragmentos de Benjamin também representam mais do que uma escolha formal. Tantos os fragmentos de Schlegel e Novalis como os de Benjamin podem ser analisados sob a luz de três características elementares propostas por Labarthe e Nancy, a saber: a) inacabamento do fragmento; b) variedade e mistura de objetos na obra composta por fragmentos e; c) a obra fragmentária como uma unidade, pois apenas desta forma revela-se sua significação.

1.1 O inacabamento

O fragmento é inacabado, pois a(s) ideia(s) que expressa não concluem um pensamento, assim ele nos remete à ideia de fratura, pedaço. Porém, não é sua fratura que deve ganhar atenção, mas suas bordas, que revelam o espaço para além do fragmento, ou melhor, sua *força germinativa* (LABARTHE & NANCY, 2004). Novalis (2001) vê os fragmentos como "sementes literárias", ideia também presente na obra benjaminiana, em especial no texto "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" (BENJAMIN, 2011a). Nele, o autor caracteriza sua concepção de narração, em uma operação que a põe opostamente à informação, a nova forma comunicativa que emerge com o advento da imprensa. Enquanto a informação carrega consigo todas as explicações que nutrem o leitor moderno e sedento pelo acabamento, a narração deixa um vazio e o leitor é "*livre para interpretar a história como quiser*, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação" (BENJAMIN, 2011a, p. 203, grifos meus). Utilizando como exemplo a história do rei egípcio Psammenit, narrada por Heródoto, Benjamin faz mesmo alusão à ideia de Novalis de *sementes literárias*: "Ela [a narração de Heródoto] se assemelha a essas sementes de trigo que durante

milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas" (BENJAMIN, 2011a, p. 203-204).

Na narração de Heródoto, o rei egípcio Psammenit é tornado cativo pelo rei persa. Nesta condição, é forçado a ver sua filha como criada e seu filho a caminho da execução. A estes fatos não reagiu e permaneceu imóvel. Porém, quando vê um de seus próprios servos também em cativeiro, mostra traços de verdadeiro desespero, levando os punhos à cabeça e golpeando-a. Este comportamento inesperado de Psammenit não é explicado por Heródoto – é este tipo de vazio que se refere Benjamin, e é este tipo de vazio que deixa o fragmento em seu inacabamento. O leitor aqui não é convidado a se perguntar por que Heródoto conclui sua narração com esta fratura, mas pergunta-se por que Psammenit reagiu desta forma, em elaborações narrativas que não aconteceriam se a história fosse acompanhada de uma explicação.

1.2 A variedade e a mistura

Assim como as construções textuais fragmentárias dos românticos de Jena, muitas das obras de Benjamin concentram uma grande variedade e mistura de temas e objetos. Por exemplo, em *Imagens do Pensamento* (BENJAMIN, 2011b), o autor relata suas impressões de cidades europeias em textos como *Nápoles*, *Marselha* e *San Gimigniano*. Ao mesmo tempo, narra seus sonhos em *Dois Sonhos*. Fala de suas experiências gustativas em *Comer* e de suas experiências sensíveis com o haxixe em *Haxixe em Marselha*. Interessante, por exemplo, os temas abordados em um único ensaio, dividido em vinte partes, sobre suas impressões de Moscou. Um procedimento simples, no qual, a partir de uma leitura cuidadosa do texto foi estipulado a cada item numerado uma temática, resulta na miscelânea de objetos listados **Tabela 1**, nos anexos.

Em *Rua de Mão Única* (BENJAMIN, 2011b), a variedade e mistura de objetos é mais expressiva ainda. Na obra, Benjamin narra seus sonhos, por exemplo em "Sala de desjejum", "Nº 113" e "Embaixada Mexicana"; suas impressões sobre cidades europeias em "Lembranças de viagem"; suas noções teóricas sobre a história, em "Alarme de Incêndio"; suas impressões sobre experiências infantis em "Ampliações". Machado (2015) acredita mesmo que é com *Rua de Mão Única* que Benjamin começa um processo de experimentação do uso do fragmento:

> Essa obra monumental de Benjamin teve origem, enquanto modo de escrita capaz de captar o mundo descontínuo das coisas [...] na coleção de aforismos escrita entre 1923-1926 e que apareceu em livro em 1928,

> Einbahnstrasse (Rua de mão única). É nessa coleção que começa a experiência da "montagem literária" (MACHADO, p. 132, 2015).

Esta noção de "mundo descontínuo das coisas", à qual se refere Machado, pode ser atribuída à cidade moderna e a enxurrada de imagens que oferece ao passante – placas, anúncios, fisionomias, paisagens. Como será visto adiante, no tópico quinto, onde trato de recentes bibliografias sobre a etnografia urbana, esta coletânea de textos será retomada, por ser bastante representativa em relação à junção da escrita fragmentária com o caminhar do *flâneur*.

1.3 A unidade do conjunto

Como apontam Labarthe e Nancy, na escrita fragmentária dos românticos de Jena, unidade e fragmentação não estão em oposição. Acredita-se aqui que para a obra benjaminiana o mesmo aconteça. Os fragmentos não são utilizados em nenhum dos casos como em uma operação matemática, que soma as unidades inacabadas para atingir um total acabado. A metáfora do *bricoleur* de Lévi-Strauss pode ser tomada aqui de empréstimo para esclarecer essa questão. O *bricoleur* é aquele que executa seu trabalho utilizando-se de materiais fragmentários já elaborados, rearranjando-os em um novo contexto, no qual ocupam um espaço diferente do contexto anterior do qual foram retirados. Assim não são somados para a formação de um objeto similar ao original e acabado em si, mas são rearranjados em um novo objeto, com novas significações (LÉVI-STRAUSS, 2011).

Desta forma, os fragmentos não são escolhidos aleatoriamente. Rouanet (1993) e também Bolle (2015) apontam, por exemplo, como no projeto das *Passagens,* que uma classificação geral da obra não seria difícil. Rouanet propõe que os fragmentos estariam rearranjados num plano descritivo dentro de certas *estratégias de análise* benjaminianas – a teoria da história, a teoria das imagens dialéticas e a teoria do fetichismo. Já Bolle demonstra como Benjamin, por meio de um sistema de formas e cores, classificava mais de mil fragmentos em 30 constelações temáticas mais amplas, dentre as quais, a título de exemplo, estão a "Antiguidade Parisiense", a "Fisiognomonia do inferno", a "Perda da Aura", etc. (BOLLE, 2015, p. 88 e 92). Porém, esta unidade não é acabada em si, apesar de ser organizada. Os fragmentos românticos e benjaminianos são *justapostos* em um espaço livre entre descrição e teoria. Assim, por exemplo, os fragmentos de *Rua de mão única,* inacabados, não compõem um todo, mas o replicam, pelo seu próprio inacabamento.

No tópico a seguir, apresento o segundo operador literário, o *flâneur*, que advém da influência da poesia baudelairiana nos escritos de Benjamin. Este personagem, como será visto adiante, possui um olhar também fragmentado, o que acaba por relacionar os dois operadores.

2. O *flâneur*[4]

No projeto póstumo das *Passagens* e em todos seus outros textos sobre a cidade de Paris, Benjamin remete-se constantemente à Baudelaire. Por meio deste autor, uma série de temas são trabalhados, como a boêmia, a modernidade e, principalmente, o *flâneur*. Este personagem baudelairiano é tomado por Benjamin como um de seus heróis da modernidade e é por meio do olhar e da atitude do *flâneur* que o autor escreverá não somente sobre a Paris do século XIX, mas sobre Berlim, Marselha, Moscou, e tantas outras cidades. Assim o *flâneur* constitui-se operador literário e urbano na obra benjaminiana.

Este personagem realiza um verdadeiro culto aos espaços urbanos. Em oposição ao novo ritmo agitado e frenético da grande metrópole do século XIX, caminha "levando tartarugas a passear". Em *O pintor da vida moderna*, Baudelaire o caracteriza como "observador apaixonado", como aquele que se sente em casa justamente fora dela (BAUDELAIRE, 2006, p. 857). Benjamin coloca que:

> Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente (BENJAMIN, 2011c, p. 35).

O *flâneur* é aquele que se perde na cidade, porém com todos seus sentidos em alerta, assim é um fisiognomonista da urbe – como Lavater[5], é apto a captar a natureza dos traços fisionômicos da cidade. Pode-se atribuir à sua atitude algo de detetivesco, como o *Homem da Multidão*, de Poe (1993). Não é à toa que Benjamin faz alusões aos romances policiais de Poe quando discorre sobre este personagem. Por vezes, a própria imagem do autor é

[4] Este tópico, e também o tópico quinto, expõe ideias apresentadas no *paper "*O olhar do etnógrafo urbano: *flânerie* na grande metrópole do século XXI*"* apresentado na ocasião do XIII seminário de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (2015) e, mais tarde, no evento Desafios da Alteridade da Universidade Federal do Paraná (2015) sob o título "Olhar a cidade: o fâneur e o etnógrafo urbano".

[5] Faço referência aqui à Lavater, estudioso que fundou a fisiognomonia, um estudo que permite conhecer o caráter e a personalidade de pessoas pelos seus traços fisionômicos.

associada à do *flâneur*, por exemplo, Benjamin coloca no texto de abertura de *Infância berlinense*: "Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução" (BENJAMIN, 2011b, p. 68). Benjamin, por meio desta frase, acaba por descrever a atitude daquele que pratica a *flânerie*.

A presença deste personagem é então uma constante nos escritos benjaminianos. Mesmo quando não é citado diretamente, como acontece nas *Passagens*, está presente na obra. Isso acontece, como já mencionado, em *Infância Berlinense*, e também em *Imagens do Pensamento* (por exemplo, "Paris a cidade no espelho") e *Rua de mão única*, obra cujos escritos levam títulos que rementem o leitor à *flânerie*. O *flâneur*, como operador literário e urbano, já foi tomado por antropólogos e etnógrafos como modo de operar a pesquisa de campo na cidade. Como será visto no tópico quinto, já houve mesmo aproximações diretas entre a figura do *flâneur* e do etnógrafo urbano, numa busca pela superação dos desafios que a metrópole contemporânea, como objeto de estudo, impõe ao antropólogo.

3. *A larecherchedes espaces perdus*

Finalmente, a última relação entre a obra de Benjamin e a literatura analisada nesta comunicação trata da notória influência da obra de Proust (2014), *Em busca do tempo perdido.* Mais do que leitor, Benjamin foi tradutor de Proust. Com Franz Hessel, publica a tradução para alemão de *À sombra das raparigas em flor* e *O caminho de Guermantes*, em 1926 e 1930, respectivamente. A tradução de *Sodoma e Gomorra* foi feita apenas por Benjamin, porém o manuscrito consta como desaparecido (KAHN, 2012, p. 61). É também marcante a aparição de Proust em *Diário de Moscou* – Benjamin lia trechos de suas traduções e constantemente tomava contato com *Em busca do tempo perdido*, leitura sempre acompanhada de sua singular gula: "leio Proust no quarto, comendo muito marzipã" (BENJAMIN, 1989, p. 25), ou ainda; "de volta ao quarto, deitei-me na cama, li Proust e comi alguns dos confeitos de nozes que havíamos comprado [...]" (BENJAMIN, 1989, p. 54).

Em sua grandiosa obra, publicada em treze tomos, Proust não escreve o que viveu, mas sua *vida lembrada*. Benjamin é fortemente influenciado por essa ideia de recordação, que toma a concepção de memória involuntária a fim de articular diversas ideias em sua obra. Rouanet (1993) acredita que o conceito de recordação ocupa um lugar central na articulação da teoria da História benjaminiana, principalmente no projeto das *Passagens*. A

memória involuntária mantém também profundas ligações com o conceito de narração do autor e a perda da experiência, ideia evidenciada no texto "O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" (BENJAMIN, 2011a), já mencionado aqui. Além disso, como coloca Gagnebin (2007), a memória involuntária aparece relacionada à problemática da perda da aura e, consequentemente, à sua teoria do fetichismo.

Aqui, todavia, nos interessa pensar, primordialmente, em como a noção de memória involuntária é articulada nos textos benjaminianos, que tomam a cidade como temática. Walter Benjamin também enxerga as cidades por meio de suas recordações: o conjunto de textos que compõe *Infância berlinense,* representa a maior experimentação desta *flânerie* pelos meandros de sua memória. Sobre a obra, Benjamin comenta em carta à Gershom Scholem, em setembro de 1932:

> Quanto ao mais, espero destas recordações de infância – que você já terá percebido não tratar-se, de forma alguma, de relatos ao modo de crônicas e sim de uma outra expedição às profundezas da memória – espero que elas possam ser publicadas como livro (BENJAMIN &SCHOLEM, 1993, p. 33).

No mesmo ano que inicia a obra, Benjamin relata a Scholem que havia retomado sua leitura de *Em busca do tempo perdido,* da qual havia se afastado há mais de cinco anos[6]. Assim, quando comenta ao seu colega que as recordações de *Infância berlinense* tratam de "uma outra expedição às profundezas da memória", certamente refere-se à noção de memória involuntária.

Alguns autores relacionam diretamente *Infância berlinense* e *Em busca do tempo perdido.* Susan Sontag acredita que a obra de Benjamin poderia intitular-se *A La Recherche des Espaces Perdus* (Em busca dos espaços perdidos), pois que se assemelha à obra proustiana, com a diferença que Benjamin rejeita qualquer esquema cronológico, procurando narrar seu passado por meio de uma *topografia* de sua memória, pois que trata essencialmente dos *locais* e *paisagens* de Berlim (SONTAG, 1986, p. 89). Robert Kahn refere-se à *Infância berlinense* como "uma reescrita, uma miniatura do imenso romance de Proust" (KAHN, 2012, p. 69). Realmente há muito de Proust nesta obra de Benjamin. Por exemplo, no texto "Saraus", Benjamin nos remete à mesma angústia e ansiedade que o narrador de *Em busca do tempo perdido* nos relata quando não podia dar o "boa noite" desejado em sua mãe:

[6] Em carta a Scholem, de julho de 1932, Benjamin comenta que voltara a ler Proust (BENJAMIN &SCHOLEM, 1993).

> E, se então minha mãe, mesmo que tivesse ficado em casa, viesse por um instante ao meu quarto me dizer boa-noite, sentia duplamente o presente que, nos outros dias, àquela hora, ela punha sobre o edredom: o conhecimento das horas que o dia ainda lhe reservava e as quais, confiante, levava comigo sono adentro [...]. Eram essas horas que caíam secretamente, e sem que ela soubesse, nas dobras do cobertor que ajeitava para mim, e que me consolavam, nas noites em que saía, se me tocassem na figura das pontas pretas da mantilha que ela já colocara (BENJAMIN, 2011b, p. 98).

A memória involuntária como operador literário relaciona-se com o fragmento e o *flâneur*. Se tomarmos de exemplo o pequeno texto analisado na introdução, "Paris, a cidade no espelho", é possível notar que, o *flâneur*, ao caminhar pela cidade de Paris e passar pelos seus monumentos, rememora a cada vez uma diferente narrativa, como se houvesse uma espécie de ponte, um *link* em sua memória, entre os monumentos e as obras literárias. O procedimento que dá o tom à *Infância berlinense* é bastante similar*:* neste caso, os lugares de Berlim evocam suas lembranças remotas de infância. Por exemplo, o texto "Duas Charangas" mostra claramente como esta operação da memória voluntária cria junções entre memórias diferentes, ou seja, como uma memória traz à tona outra, e assim por diante. Lembrando de uma charanga que tocava no jardim zoológico, sua memória o remete a outra charanga, cuja música ouvia quando patinava no gelo, em um lago congelado, próximo à casa de sua avó. Por sua vez, esta segunda charanga fica na memória de Benjamin relacionada ao lago congelado: "O lago permanece vivo para mim, contudo, no *ritmo* dos pés maciços, calçados de patins" (BENJAMIN, 2011b, p. 105, grifos meus).

No tópico a seguir, procuro explorar os três operadores apresentados, o fragmento, o *flâneur* e a memória involuntária, articulando-os dentro do escopo da antropologia urbana, num intento de ponderar o potencial reflexivo que trazem à área.

4. Operadores literários na antropologia urbana

O estudo da antropologia sofreu importantes transformações ao longo do tempo e hoje, a cidade constitui-se como importante objeto da disciplina. A antropologia urbana ganha cada vez mais espaço e relevância na produção de conhecimento nas ciências sociais (VELHO, 2009, p. 1). O etnógrafo contemporâneo, por sua vez, possui novos desafios em relação aos seus colegas "clássicos" – na cidade, o Outro pode ser ele mesmo o que torna mais turvo e complexo o exercício da alteridade. A pesquisa sobre operadores urbanos na obra de Walter Benjamin vem como um anseio de auxílio à superação dos desafios do antropólogo urbano,

que encontrará resistência em seu objeto de pesquisa caso simplesmente transplante as ferramentas metodológicas da antropologia "clássica" para a pesquisa na cidade.

Os estudos que realizo sobre a obra de Walter Benjamin e sua relação com a etnografia urbana revelaram-me, por meio de uma recente pesquisa bibliográfica, uma quantidade relevante de estudos antropológicos com embasamento teórico de inspiração benjaminiana. Estudos que relacionam as práticas de campo e de escrita ao *flâneur* e ao fragmento, respectivamente, são brevemente apresentados aqui. A questão da memória não é abordada na bibliografia revisada, assim procurei apontar um caminho possível de reflexão, porém ainda não aprofundado.

O operador literário que aparece de forma mais contundente na bibliografia analisada é o *flâneur*, estando presente tanto na literatura nacional como estrangeira. Destaco aqui três artigos que defendem a adoção de certas atitudes do *flâneur* para práticas de pesquisa de campo urbanos. O primeiro deles, de Eckert e Rocha (2003), propõe o que as autoras chamam de *Etnografia de Rua*, uma prática que consiste no "deslocamento em sua própria cidade" dentro de uma perspectiva benjaminiana, ou seja, "uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético na interpretação das figurações da vida social na cidade" (ECKERT & ROCHA, 2003, p. 3).

Assim, de certa forma, as autoras propõem que o etnógrafo realize uma *flânerie* pela região estudada. Diretamente, referem-se à ideia de "perder-se" na região, porém, como já aludido em relação à *Infância berlinense*, perder-se sem perder os sentidos, deixar-se levar pelos ritmos urbanos sempre se localizando "nas conversas rápidas dos habitantes locais", captando seus gestos e significações.

Jenks e Neves (2000), por outro lado, realizam uma reflexão das práticas etnográficas urbanas por meio da aproximação da figura do *flâneur* e do etnógrafo urbano. Segundo os autores, ambos possuem muito em comum, como por exemplo, seu ritmo de trabalho – por um lado o *flâneur*, que leva tartarugas a passear pela cidade, por outro, o etnógrafo que deve ser paciente, permanecendo longos períodos em campo. Os autores ressaltam também a característica detetivesca do *flâneur*, como aludido acima, em relação ao *Homem da Multidão*, que pode ser atribuída ao etnógrafo urbano, que caminha pelas ruas conduzindo sua pesquisa, observando sem ser visto.

Finalmente, o Soukup (2013), defende que o etnógrafo das sociedades as quais chama de pós-modernas deve ter o mesmo *olhar engajado* do *flâneur*, que é apto a captar o efêmero

e fragmentário, características da urbe "pós-moderna", cuja cultura possui fronteiras bastante turvas e práticas extremamente fragmentadas. Esta característica que o autor atribui ao olhar do *flâneur*, lembra muito o trecho de Benjamin anteriormente citado: "Para ele [o *flâneur*], os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês" (BENJAMIN, 2011c, p. 35) – ou seja, este personagem se interessa pela observação da cidade, por esta razão seu olhar é *engajado*, e por isso é apto a captar o efêmero, pois que é na cidade que se sente em casa.

A relação entre a *flânerie* e o fragmento, mencionada nos tópicos anteriores, aparece justamente por meio desta caminhada do *flâneur*. Como Soukup coloca, a cultura contemporânea é essencialmente fragmentária, não apenas no sentido de que as sociedades complexas não revelam facilmente suas fronteiras identitárias e culturais, mas a própria estética da cidade revela uma série de descontinuidades. Os títulos dos textos que compõem *Rua de mão única* nos tornam possível a captação desta fragmentação estética. Durante sua caminhada pela cidade, o *flâneur a lê* através de seus sinais, placas, anúncios, avisos. Assim passa pelo "Posto de gasolina", pela casa "Nº 113", por um "Canteiro de Obras", por um local onde se faz "Trabalhos de subsolo", por uma venda de "Artigos de papelaria", e assim por diante. De tal modo, o olhar do *flâneur*, ao captar o efêmero e o fragmentário, constrói um discurso de qualidade similar. Soukup, e outros autores (GOTTSCHALK, 1995; BORCHARD, 1998), abraçam uma "proposta benjaminiana" não apenas na pesquisa de campo, mas também na construção escrita do trabalho etnográfico, defendendo a utilização de fragmentos no construto textual, como modo de trazer mais para perto do leitor a experiência etnográfica, ou melhor, traduzi-la de uma maneira mais fiel. O próprio artigo de Soukup aqui mencionado é apinhado de citações, excertos de seus diários de campo, trechos de música, etc.

A bibliografia levantada não apresentou nenhuma relação entre a memória involuntária, e a antropologia, todavia, creio que exista dois pontos de reflexão que os unem. Ao refletir sobre o tema da memória involuntária, dentro do escopo de *Infância berlinense*, fui remetida a questões abordadas por Strathern (2014), em seu texto "Os limites da autoantropologia", assim, em primeiro lugar, acredito que este operador incite a reflexão sobre a questão da rememoração e da criação no processo etnográfico. Há o momento no qual as experiências e constatações do pesquisador são organizadas no intuito da construção de seu trabalho final e, por mais que o pesquisador se sirva de uma variedade de materiais coletados em campo, como entrevistas, fotos, vídeos, anotações, é inevitável que parte de

seu trabalho tome como suporte um processo de *rememoração* de suas experiências, rememoração que está dentro dos limites de seu arcabouço teórico. Nesta rememoração ele *cria*, como colocam Holly e Stuchlik (1983) "quando os significados dos atores são substituídos no decorrer da análise e da explicação, o antropólogo não está explicando a realidade social como ela existe no único sentido possível do ponto de vista de seu significado; por meio de sua explicação, ele cria" (HOLLY & STUCHLIK, 1983).

Este processo lembra muito também o trabalho do pintor da vida moderna de Baudelaire (2006), Constantin Guy, que após passar o dia vagando pelas ruas, munido de uma atitude sensível a todas as figurações da vida moderna em Paris, chega em casa e debruça-se sobre sua mesa para *rememorar* e *criar* por meio de suas aquarelas todas as paisagens e reminiscências de seu dia. Baudelaire coloca:

> Agora, à hora que os outros estão dormindo, ele está curvado sobre sua mesa, lançando sobre uma folha de papel o mesmo olhar que há pouco dirigia às coisas, lutando com seu lápis, sua pena, seu pincel, lançando a água do copo até o teto, limpando a pena na camisa, apressando, violento, ativo, como se temesse que as imagens lhe escapassem, belicoso mas sozinho e debatendo-se consigo mesmo. E as coisas renascem no papel, naturais e, mais do que naturais, belas; mas do que belas, singulares e dotadas de uma vida entusiasta como a alma do autor (BAUDELAIRE, 20006, p. 859).

De tal modo, Guy não retrata as coisas que viu, mas as imagens que recorda, por isso estas são "singulares e dotadas de uma vida entusiasta, como a alma do autor", ou seja, tem algo do próprio autor em si mesmas.

Em segundo lugar, a operação da memória involuntária em *Infância Berlinense*, remeteu-me à ideia de *autoantropologia* tomada para estudo por Strathern no mesmo texto. Apesar de ser evidente que Walter Benjamin não procurava realizar conscientemente um empreendimento antropológico, *Infância Berlinense* remete-se aos diversos locais de Berlim, analisados do ponto de vista do olhar infantil. Ora, Benjamin, escrevendo sobre sua própria infância, escreve também sobre sua sociedade. Desta forma, se levarmos em conta que *a)* Strathern define a autoantropologia como "aquela realizada no contexto social que a produziu"; *b)* Strathern parte da premissa de que "todo conhecimento é uma espécie de autoconhecimento" (STRATHERN, 2014, p. 150); *c)* Benjamin escreve sobre sua infância, imerso no mesmo contexto social e cultural; *Infância berlinense* poderia representar um empreendimento autoantropológico, pois que, gerando conhecimento sobre si mesmo, o autor gera conhecimento também sobre sua cultura e sua sociedade, em um determinado local e um determinado tempo.

Conclusão

A comunicação apresentada almejou tão somente localizar e problematizar o que chamei de *operadores literários* na obra de Walter Benjamin, sendo patente o potencial e a amplitude de desenvolvimento analítico dos pontos aqui trabalhados. A profunda relação de Walter Benjamin, tanto com as cidades como com os livros, oferece ao leitor um rico material a ser trabalhado sobre ambos os temas. Parte das temáticas apontadas neste *paper*, como é o caso da leitura das cidades via a *flânerie* e, mais timidamente, o caso do uso do fragmento como construto textual, já foram apropriadas por antropólogos como novas propostas para os desafios da etnografia de sociedades complexas. Estas propostas, que intrincam a construção de conhecimento antropológico e a obra benjaminiana, estão porém, longe de evidenciarem-se como paradigmáticas. Autores como o professor Magnani (2002), criticam diretamente estes modos de processamento etnográfico, defendendo modelos de análise mais "econômicos".

No caso da memória, a problemática ainda aparece um pouco turva, porém espero ter demonstrado como *Infância berlinense* representa uma obra que incita a reflexão sobre a criação no processo etnográfico e autoantropológico.

Diante dos inúmeros desafios que a cidade impõe como objeto de estudo ao antropólogo contemporâneo, acredito que a obra de Walter Benjamin possa contribuir de forma contundente para a reflexão sobre as práticas de pesquisa de campo e escrita etnográfica. A literatura, utilizada como *operador* na obra do autor, revela-se aqui também como "boa para pensar" as questões urbanas.

Referências

BAUDELAIRE, Charles. "O pintor da vida moderna". In. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p. 851-881.

BENJAMIN, Walter; SCHOLEM, Gershom. **Correspondência:** 1933-1940. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Diário de Moscou**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Passagens.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **Obras escolhidas I**: Ensaios sobre literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 2011a.

_____. **Obras escolhidas II**: Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, 2011b.

_____. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2011c.

BOLLE, Willi. "A metrópole como hipertexto: a ensaística constelacional no projeto das *Passagens*, de Walter Benjamin". In. MACHADO, Carlos; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (Orgs). **Walter Benjamin*:*** experiência histórica e imagens dialéticas. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 85-97.

BORCHARD, Kurt. "Between a hard rock and post modernism: Opening the Hard Rock Hotel and Casino". **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 27, n. 2, p. 242-269, 1998.

ECKERT, Cornélia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. "Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana". **Iluminuras**, v. 4, n. 7, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Le printemps adorable a perdus onodeur". **Revista Alea**, v. 9/1, p. 64-74, 2007.

GOTTSCHALK, Simon. "Ethnographic fragments in post modern spaces". **Journal of contemporary ethnography**. 24.2, p. 195-228, 1995.

HOLLY, Ladislau; STUCHLIK, Milan. **Actions.** Norms and Representations, Foundations of Anthropology Inquiry. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JENKS, Chris; NEVES, Tiago. "A walk on the wild side: urban ethnography meets the flâneur". **Journal for Cultural Research**, v. 4.1, p. 1-17, 2000.

KAHN, Robert. "Benjamin leitor de Proust". **Revista Alea**, v. 14/1, p. 60-77, 2012.

LACOUE-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. "A exigência fragmentária". **Revista A Terceira Margem**, 2004, p. 67-94.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem.** São Paulo: Papirus, 2011.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. "Walter Benjamin: montagem literária, crítica à ideia do progresso, história e tempo messiânico". In. MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (Orgs). **Walter Benjamin***:* experiência histórica e imagens dialéticas. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 131-143.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

NOVALIS. **Pólen**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

POE, Edgar Allan. **O homem da multidão**. Florianópolis: Editora Parábola, 1993.

PROUST, Marcel. "No caminho de Swann". In. **Em busca do tempo perdido**. São Paulo: Editora Globo, 2014.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHLEGEL, F. **A dialética dos fragmentos**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SONTAG, Susan. **Sob o signo de Saturno**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986.

SOUKUP, Charles. "The post modern ethnographic flaneur and the studyo fhy per-mediate devery day life". **Journal of Contemporary Ethnography** v. 42.2, p. 226-254, 2013.

STRATHERN, Marilyn. "Os limites da autoantropologia". In. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 133-157.

TORRES FILHO, Ruben Rodrigues. "Novalis: o romantismo estudioso". In. **Pólen**. São Paulo: Iluminuras, 2001, p. 11-27.

VELHO, Gilberto. "Antropologia Urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas". **Revista Sociologia, problemas e práticas**, n. 59, p. 11-18, 2009.

ANEXO - Tabela 1

MOSCOU		
# ítem	**Tema abordado**	**página**
1	VER BERLIM POR MEIO DE MOSCOU	137
2	COMÉRCIO E VARIETÉS	147 / 149-151
3	TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA DA CIDADE	147-148 / 171-172
4	SENTIDOS - IMPRESSÕES AUDITIVAS E VISUAIS NA CIDADE	148-149
5	BRINQUEDOS	149
6	CRIANÇAS DA CIDADE	151-152
7	ARTE E MUSEUS	152-153
9	MISÉRIA E MENDICÂNCIA	153-154
10	MARCAS DA CIDADE - A IDÉIA DE REMONTE	154-155
11	POLÍTICA	155-156 / 162-165
12	A SOCIABILIDADE NA CIDADE - COLETIVIDADE E VIDA PRIVADA (CAFÉS)	156-158
9	A NOÇÃO DE TEMPO - REMONTE	158-159
10	TRANSPORTE	159-160
11	FESTA - CORES	160-162
12	VISÃO GEOGRÁFICA DO PODER POLÍTICO	165
13	O INTELECTUAL	166-168
15	SENTIDOS - IMPRESSÕES VISUAIS SOBRE A MÍDIA	168-169
16	EDUCAÇÃO	169-171
18	IGREJAS	173-175
19	SOCIABILIDADE NA CIDADE - LAZER (TEATRO E GASTRONOMIA)	175-176
20	A IMAGEM DE LÊNIN	176-177

MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS EM OS SERTÕES: A VISÃO DE EUCLIDES DA CUNHA

Caroline Izidoro dos Santos
UFES

Resumo: Este trabalho tem como finalidade fazer uma análise etnográfica da obra de Euclides da Cunha, "Os Sertões", a sua dimensão antropológica a partir dos pós-modernos como Geertz, sendo que a obra euclidiana não deixa de ser descritiva, sociológica e antropológica, universos visíveis a todo momento na narrativa. A riqueza de detalhes demonstra a contraposição do discurso, em que Euclides esbarra na realidade que o coloca a prova, pois ele é um jornalista de ideais republicanos que vai cobrir a guerra e lá as suas narrativas começam a contar uma história, que retrata a vida de um povo, em que o autor faz analogias a todo o momento com os aspectos físicos do agreste nordestino. O autor vive a experiência e a interpreta, mas a favor dos sertanejos. O que se discute é a façanha do autor em construir a memória dos messiânicos em contraposição ao projeto civilizador republicano.

Palavras-chave: Euclides da Cunha**;** memória; etnografia.

Abstract: This paper aims to make an ethnographic analysis of Euclides da Cunha's work, "Os Sertões", its anthropological dimension from postmodern writers as Geertz, considering that the Euclidean work is nonetheless descriptive, sociological and anthropologically visible all the time in his narrative. The wealth of details shows the contrast in its discourse; Euclides encounters the reality that tests himself since he is a journalist of republican ideals that covers the war and once there his narratives begin to tell a story that portrays the life of a nation where the author makes analogies all the time with the physical aspects of the northeastern wild. The author lives the experience and interprets it, but in favor of the "sertanejos". What is discussed here is the author's achievement in building the memory of the messianic as opposed to the Republican civilizing project.

Keywords: Euclides da Cunha; memory; ethnography.

Introdução

Dentre inúmeras interpretações sobre a obra "Os Sertões" não se pode negar a constatação da experiência do autor e narrador, Euclides da Cunha, que ao registrar a memória de um dos grandes conflitos messiânicos da época, parte da vivência de quem a testemunhou, ao menos, em seu desfecho, levando-o, no retorno, à exaustiva pesquisa do que antecipou o que lá presenciou. Pois segundo Benjamin (1994, p. 13) "O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros". O destaque que se faz no presente texto nada mais é do que a construção de uma memória subterrânea, os quais representariam uma nova identidade, a da brasilidade sertaneja desconhecida aos litorâneos da Rua do Ouvidor (VILLAS BÔAS, 1997).

Mesmo diante de um "mundo" desconhecido e negado ao projeto moderno republicano, Euclides constrói uma narrativa sobre Canudos, traçando detalhes físicos e geofísicos daquela terra; faz conhecer o Homem sertanejo, miserável e, diante da concepção *spenceriana*[1] da época, seu discurso é pautado a concebê-lo como uma "raça inferior"; e a Guerra que, ao contrário de se obter um silêncio em relação à violência, ao qual corresponde os ataques dos militares ao povo de Canudos, se faz um traçado histórico sobre a imposição dos ideais da cultura moderna aos sertanejos.

Na obra "Os sertões", segundo a concepção benjaminiana, os registros escritos já não sofrem mudanças conjunturais advindas de cada nova narração, ou seja, a narração "uma forma artesanal de comunicação" (BENJAMIM, 1994, p. 9) possibilita o processo de "negociação" entre o narrador e o ouvinte, em que o romance "está deslocado para um contexto de solidão do leitor" (KESSEL, 2003, p. 37).

Por isso a análise sobre a narrativa revela a dimensão dos conflitos subjetivos de Euclides à descrição completa, é o sertão nordestino sendo revelado a partir da ótica do autor. Sua primeira missão é o registro de toda a ação militar contra Canudos, contra o povo de Antônio Conselheiro – esse, uma figura carismática que, para Euclides da Cunha, não correspondia a figura de louco (como era chamado), mas sim de um homem sábio – desde a cobertura dos feitos republicanos à abolição dos opositores.

Logo depois, a sua narrativa se volta a descrever quem são os sertanejos, o que sustenta esse povo que ao mesmo tempo é sedento de fome, é também forte o bastante para resistir às atrocidades do projeto moderno. Rezende (2001) em seu artigo analisa bem a analogia que Euclides faz entre a terra e o homem, demonstrando a degradação no plano físico a partir da degradação social, ou seja, a degradação das condições naturais é uma alusão ao mundo social. E a resistência dos sertanejos assemelha-se a resistência das plantas.

A análise etnográfica da obra permite encontrar pontos comuns a uma narrativa da nação, onde fatos históricos são construídos/imaginados, assim, conforme Hall (2005), uma "comunidade imaginada". São esses conceitos de memória, interpretação das culturas e o trabalho etnográfico que serão discutidos e interpretados em "Os Sertões", a fim de concebê-lo também como uma descrição das culturas que representa um outro Brasil, o qual nunca poderia se enquadrar num projeto planificado de Nação.

[1] Herbert Spencer foi um filósofo inglês e um dos representantes do positivismo.

1. A construção de uma memória

Ao situarmos "Os Sertões" no tempo e espaço, evoca-se ao período em que o Brasil pensava em um projeto de Nação, baseado nas discussões e revoluções europeias e norte-americanas, que se fundamentava, segundo Villas Boas:

> No contexto da civilização ocidental e das utopias eurocêntricas, a idéia de tempo passado está estreita e intimamente ligada ao projeto universalista e iluminista de organização de uma sociedade igualitária e racional, no sentido weberiano de adequação de meios a fins (VILLAS BOAS, 1997, p. 2).

A construção da nação e do Estado moderno atribuía-se nesse momento ao período republicano, que precisava firmar-se como legítimo em contraposição a tradição imperial que deixava suas marcas em datas e eventos da família de Bragança. Havia a necessidade de construir os "'lugares de memória', marcando um espaço simbólico nacional-republicano" (MOTTA, 1992, p. 13).

Segundo Motta (1992) trata-se da construção do imaginário social, ou seja, a construção de uma identidade coletiva a partir dos acontecimentos construídos pelo Estado, o projeto republicano partiria da memória coletiva para sua legitimação como regime.

É importante dar destaque ao que pretendia o regime republicano para entendermos a formação política e social a qual Euclides da Cunha estava inserido e sua total transformação na sua experiência, cuja ação resultou numa grande fonte etnográfica por se tratar de uma experiência de campo descritiva e densa na perspectiva de Geertz (2005).

Retomando a questão da memória, podemos destacar o que Motta (1992) cita em seu texto sobre a obra de George Orwell, em seu livro sobre o Grande Irmão, uma sociedade que vive obrigada a esquecer o próprio esquecimento. O ponto em comum entre a narrativa de "Os Sertões" e a obra ficcional de "1984" pode ser a busca pelo poder. E a memória em questão é o próprio instrumento de poder. Neste caso o regime republicano assumiria a rédea da memória nacional. Podemos atribuir a isso – a memória coletiva – de acordo com Le Goff (2003) que sempre foi importante na luta pelo poder, governada pelas forças sociais.

> Apoderar-se da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 12).

Logo após a construção da memória nacional, vem a busca por sua credibilidade e aceitação, um intenso trabalho de organização para chegar ao que Pollak apud Motta (1992) denomina de "enquadramento da memória",

> Não se trata de uma manipulação pura e simples, imposta mecanicamente de cima para baixo. O próprio Pollak alerta que este "enquadramento da memória" tem limites, uma vez que deve satisfazer a certas exigências de justificação, que não podem ser arbitrariamente desconsideradas (MOTTA, 1992, p. 12).

Disposto a expandir seu projeto moderno, o Estado, sabendo de uma suposta contra-armada de Canudos, uma região castigada pela seca e por uma intensa crise econômica na época e, distinta culturalmente comparada ao sudeste, monta sua expedição armada para "silenciar a história", calar os opositores da modernização, paradoxalmente, impunha a democracia baseada nos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade da Revolução Francesa, numa atitude devastadora sobre os rebelados do sertão.

Em "Os Sertões", Euclides deixa claro em muitas passagens a sua posição quanto as atitudes militares, pois não se opõe ao projeto moderno, mas sim a sua violência. E é nesse momento que Euclides lhe "punha em xeque suas crenças e ideais republicanos e modernos" (VILAS BOAS, 1997). Esta ideia será mais discutida no próximo tópico a partir da perspectiva de Geertz (2005).

2. A experiência antropológica: por uma descrição densa de Euclides da Cunha

Muito já foi dito sobre a obra de Euclides da Cunha como uma obra histórica, geográfica, literária, não deixando de ser também uma narrativa poética e descritiva, tal como um uma fonte etnográfica. Geertz (2005) nos fala sobre a importância da descrição densa do etnógrafo, a sua forma de persuadir o leitor no que se escreve.

> [...] analisar, explicar, divertir, desconcertar, celebrar, edificar, desculpar, estarrecer ou subverter. O vínculo textual entre as facetas do Estar lá e do Estar Aqui da antropologia, a construção imaginativa de um terreno comumente entre o Escrito A e o Escrito Sobre [...] é a *fonsetorigo*de qualquer capacidade que tenha a antropologia de convencer alguém de alguma coisa [...] (GEERTZ, 2005, p. 188).

O fato de ter "Estado Lá", para Geertz (2005), representa a legitimidade do fato descrito por Euclides – oficialmente não indo a campo como etnógrafo e sim como jornalista – que convence em seus relatos. Pode-se dizer, porém, que sendo enviado a Canudos como repórter republicano, sua descrição poderia estar comprometida por um caráter ideológico pautado pelo regime em voga.

Mas nota-se que condiz sim ao caráter original de início, mas que é desconstruído a partir do trabalho minucioso e descritivo da sua narrativa. Euclides da Cunha recebe a função de relatar a história da guerra de Canudos, dos feitos dos militares e cobrir a matéria jornalística em prol republicano. Mas seu olhar sob aquela gente passa a ser outro, suas observações começam a buscar no clima, na terra e na interpretação das culturas as razões que explicam aquele outro Brasil até então desconhecido dos litorâneos.

A essa descrição que se insere na obra, trata-se da visão micro que Geertz defende para uma análise da cultura. O que esse autor sugere é que a descrição seja de forma densa e que "piscadelas burlescas" sejam levadas em conta numa observação de campo. Segundo a ciência interpretativa na visão de Geertz:

> [...] entre anotar o significado que as ações sociais particulares têm para os autores cuja as ações elas são e afirmar, tão explicitamente quanto nos for possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra sobre a sociedade na qual é encontrado e, além disso, sobre a vida social como tal. Nossa dupla tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o "dito" no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana (GEERTZ, 2005, p. 38).

Intenta aqui tratar a sua obra como uma interpretação sócio-antropológica de uma cultura que teve na época a sua compreensão equivocada, de modo a ter sido dizimada. Conforme Pollak (1989) o relato que Euclides faz sobre os sertanejos trata-se de memórias subterrâneas, onde se constituíam de vidas invisíveis ao que era socialmente legitimado a partir de princípios nacionalistas por forte influência evolucionista. Nela não se admitia o desenvolvimento de uma sociedade baseado na mestiçagem. Para o autor, trata-se de memórias que estão em conflito com a memória oficial, e quando essas memórias

subterrâneas invadem o espaço público, como foi a revolta de Canudos e seu embate às tropas republicanas, há na verdade uma disputa de memórias.

O regime republicano com sua intenção de criar "espaços de memória", datas e festejos comemorativos da pátria silenciou muitas outras memórias que contariam uma história diferente do que foi o Brasil. Em contraposição da memória subterrânea tem a memória oficial dada aos "vencedores" que, conforme Motta (1992), foi mecanicamente imposta à sociedade.

O que pode ser posto é que povo de Canudos não seguia a mesma lógica do "progresso" estabelecido pelo regime republicano, tratava-se de uma parte do Brasil que, na concepção de Euclides, sendo um evolucionista, se fazia "atrasado", caracterizado pela sua mestiçagem, pelo clima, pelo solo que ele afirma explicar o que era aquela gente:

> Dos breves apontamentos indicados, resulta que os caracteres geológicos e topográficos, a par dos demais agentes físicos, mutuam naqueles lugares as influências características de modo a não se poder afirmar qual o preponderante. Se, por um lado, as condições genéticas reagem fortemente sobre os últimos, estes, por sua vez, contribuíram para o agravamento daquelas; – e todas persistem nas influências recíprocas (CUNHA, 1991, p. 22).

A esse parágrafo podemos retomar mais uma vez Geertz (2005) quando fala sobre a construção de um sistema de análise na procura de saber o que é genérico a tais estruturas, o que pertence a elas, porque são o que são. A profundidade a qual Euclides descreve e analisa a população de Canudos, ligando o Homem a terra, mostra que não se deu no vazio ou numa interpretação partindo de observações superficiais. O seu profundo conhecimento do solo, advindas da formação de engenheiro, o fez entender o quanto àquela gente se ligava a própria terra dura e seca, indagava-se sob admiração da grande resistência dos sertanejos aos ataques dos militares.

Villas Boas (1997) nos fala que se trata de "dois tempos que fundam duas sociedades, dois estilos de vida, duas culturas [...]", os quais Euclides da Cunha reconhece, mas não crê na sua autoridade. Para Pollak (1989) trata-se de uma "memória étnica" e nos afirma que:

> Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à "memória oficial", no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

Nessa perspectiva, Euclides, a partir dessa empreitada de relatar os fatos, evidencia, através da literatura, essa memória subterrânea, dando vozes aos sujeitos como os sertanejos,

os tabaréus, ou seja, os genuinamente brasileiros. Euclides fala de outra brasilidade que não segue ao projeto civilizatório europeu.

Considerações Finais

É visto que o destaque antropológico da obra de Euclides da Cunha não se faz de uma maneira forçada e sim por ela mesma descreve uma sociedade que precisava ser estudada pelas suas características distintas da região litorânea brasileira. Citar Geertz (2005) é imprescindível, pois a defesa de fazer uma antropologia que parta do "micro", da experiência de "Estar lá" do antropólogo justifica ainda mais a façanha de Euclides da Cunha.

Sua habilidade para o observável e compreensível, levou o autor da obra de "Os Sertões" a uma dimensão maior do que se tratava aquele momento, o período republicano, com sua ideologia pautada nos ideais das conquistas da Revolução Francesa. Indagava-se logo após o massacre violento à população sertaneja e messiânica de Antônio Conselheiro, sobre a ação errante e paradoxal do projeto civilizador.

A obra, considerada neste artigo como uma descrição de "memórias subterrâneas" se mostra reveladora de um Brasil diverso, mestiço, sertanejo, religioso, essas características essas ligadas uma a outra, caracterizando a região "atrasada" que chegaria, na concepção de Euclides, a uma evolução de uma sociedade civilizada. O que se pode notar é que essa memória não participa do mesmo processo de "criação" de uma memória oficial, republicana. Nessa perspectiva os heróis memoráveis foram na verdade a população de Canudos, os seguidores de Antônio Conselheiro.

Referências

BENJAMIN, Walter; ROUANET, Sergio Paulo. "O narrador". In. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões:** campanha de Canudos. 35ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. In: **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KESSEL, Zilda. **A construção da memória na escola:** um estudo sobre as relações entre memória, história e informação na contemporaneidade. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2003, 150p.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. FGV: CPDOC, 1992.

ORWELL, George. **1984.** 29ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2004.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REZENDE, Maria José de. **Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil.** Tempo social, rev. social. USP, São Paulo, nov. 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Normalização de referências:** NBR 6023:2002. Vitória, 2006.

VILLAS BÔAS, Gláucia. "Iluminista e romântico: o tempo passado em Os Sertões de Euclides da Cunha". **História, ciências, saúde**: Manguinhos, v. 1, n. 1 (jul.-out.), 1994, Rio de Janeiro: FioCruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1997, p. 149-161.

CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS ATRAVÉS DA LITERATURA SURDA

Cassio Pereira Oliveira
IFES

Resumo: As produções culturais dos sujeitos surdos refletem os atravessamentos e evidenciam as vivências e percepções desses indivíduos. Muitas dessas produções, que por muito tempo foram invisibilizadas devido à proibição do uso da Língua de Sinais em ambientes acadêmicos, emergem em diversos registros contados, escritos e filmados, como forma de resistência desse povo e vêm ganhando repercussão e reconhecimento. As produções literárias em Língua de Sinais sempre existiram nas comunidades surdas, nelas encontramos artefatos culturais que compõem as identidades e legitimam as especificidades do Ser Surdo, além de demarcarem fronteiras linguísticas e assumirem o papel de difusoras das expressões artísticas provenientes das experiências visuais. Tendo por base pesquisas realizadas no campo dos Estudos Culturais e Estudos Surdos, podemos citar autores (surdos e ouvintes) que se destacam nessa linha, são eles: Hall (1997), Hessel (2006), Karnop (2006; 2010), Lunardi (2006), Mourão (2011), Perlin (1998), Sutton-Spence (2008), Quadros (2004), Strobel (2008), Vieira-Machado (2007), dentre outros. O foco do estudo está na contribuição que as produções literárias em línguas de sinais exercem para que se constitua a cultura e identidade em pessoas surdas, rompendo com discursos hegemônicos e normativos para esses indivíduos, ressignificando jeitos de ser, perceber e compreender o mundo que os cerca.

Palavras-chave: literatura surda; identidades; sujeito surdo.

Abstract: The cultural productions of deaf people reflect their life crossings and they highlight their experiences and perceptions. Many of these productions, which have long been made invisible due to the prohibition of the use of sign language in academic settings, emerge now in many ways such as recorded, written or filmed tales, as a form of resistance of these people and are getting impact and recognition. Literary productions in sign language have always existed in deaf communities such as cultural stuff that make up their identities and legitimize the traits of being Deaf, besides setting linguistic boundaries and playing the role of spreading artistic expressions from visual experiences. Based on researches on Cultural and Deaf Studies, we can point out the following authors (deaf and non-deaf): Hall (1997), Hessel (2006), Karnop (2006, 2010), Lunardi (2006), Mourao (2011), Perlin (1998), Sutton-Spence (2008) Quadros (2004), Strobel (2008), Machado-Vieira (2007) and others. The focus of this study is on the contribution that literary productions in sign language has over the culture and identity of deaf people, breaking the hegemonic and standard-setting speeches on these people, resignifying ways of being, perceive, understand and produce the world.

Keywords: deaf literature; identities; deaf people.

Introdução

A literatura, no decorrer da história, sempre se apresentou como mecanismo de produção de identidades e tradições culturais. Para além de representações dos contextos sociais as quais estavam inseridas as produções literárias, existiam sujeitos que dialogavam na perspectiva da disseminação de novos saberes e das diversas artes do viver.

A literatura surda surge como um movimento de resistência para estabelecer fronteiras linguístico-culturais e de identidade do povo surdo, rompendo com discursos centralizadores, hegemônicos, possibilitando o contato intercultural entre sujeitos surdos e ouvintes, bem como a legitimação de uma cultura proveniente de experiências visuais.

O objetivo desse estudo não será categorizar as representações dos indivíduos surdos como algo fechado e de localização demarcada. Optamos em dialogar com autores e conceitos baseados na produção híbrida e fronteiriça da cultura. Vale ressaltar que, conforme aponta Heidegger, "a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente"; nessa mesma linha Karnopp (2008) disserta que:

> A cultura surda está presente entre nós, se apresentado talvez como um desejo de reconhecimento, em que busca um outro lugar e uma outra coisa, imprimindo outras imagens e outros sentidos daqueles até então existentes ou determinados pela cultura ouvinte (KARNOPP, 2008, p. 4).

Este texto aborda de maneira sucinta a constituição da identidade e da cultura surda através da literatura em Língua de Sinais e busca em estudos realizados por surdos e por ouvintes, que adentram o universo dos Estudos Culturais, encontrar subsídios que dialoguem com a pluralidade cultural sem estabelecer relações de oposição ou hierarquia.

Os dados obtidos para elaboração do artigo serão de textos publicados por pesquisadores que dialogam com a perspectiva da construção de identidades, através das produções literárias, descrevendo aspectos que legitimam o empoderamento dos sujeitos surdos através do contato com essas produções.

1. O registro da Língua de Sinais e sua difusão nos diversos contextos

A Língua de Sinais Brasileira possui como diferencial sua modalidade e, por meio de recursos viso-gestuais, seus usuários compartilham e produzem seus discursos e subjetividades. Reconhecida como língua a partir da Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados, tornou-se um meio legal de comunicação e expressão.

Para situar o que entendemos por Língua de Sinais Brasileira, citamos Quadros (2008), em que a autora disserta acerca do estereótipo gerado a respeito do status da Libras enquanto língua e, elenca aspectos linguísticos comuns a todas as línguas:

> Do ponto de vista linguístico, são línguas como quaisquer outras línguas estudadas, pois apresentam todos os níveis de análise que constituem as línguas, isto é, o nível fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. Em cada país, há pelo menos uma língua de sinais com suas peculiaridades gramaticais. A língua de sinais brasileira apresenta uma estrutura gramatical rica' e é usada pelos surdos brasileiros para expressar ideias, pensamentos, sonhos, arte e estórias e reproduzem discursos, assim como qualquer outra língua (QUADROS, 2005, p. 92).

Nesse sentido, parafraseando Segala (2008), o sistema linguístico da Libras, sua modalidade e estrutura gramatical, são capazes de produzir sentidos através da produção de seus usuários, bem como o discurso produzido pelos corpos e as expressões faciais que compõem sua gramática.

Com relação ao registro da Libras na modalidade escrita, este é feito na língua portuguesa conforme preveem as legislações supracitadas. Há nesse sentido uma contradição linguística em que os sujeitos surdos se expressam e produzem sentido por uma língua de modalidade gesto-visual e devem registrar em outra de modalidade auditivo-oral. Tal fato se justifica pela prerrogativa de que o surdo deve receber uma educação bilíngue, que contemple tanto a Libras, quanto a Língua portuguesa, esta como segunda língua.

Sobre esse antagonismo intermodal destaca a pesquisadora Stumpf (2005):

> A principal dificuldade dos surdos, quando escrevem em uma língua oral, não é o léxico e sim a sintaxe. Como é pela sintaxe que a língua se define, pois a função geradora está contida no campo sintático, a dificuldade de adquirir a sintaxe da língua falada é o que acontece de mais grave na escrita do surdo, o que faz com que seus textos sejam muitas vezes incompreensíveis (STUMPF, 2005, p. 44).

Recentemente, pesquisas foram desenvolvidas sobre um sistema em que é possível registrar todas as minúcias da Língua de Sinais. A escrita de sinais, através do Sistema SignWriting[1], é a forma de registro que possibilita esse diálogo entre a produção linguística e a escrita. Poucos são aqueles que se apropriaram e, raras são as obras literárias produzidas que utilizam desse sistema.

As publicações com sinais escritos têm ganhado grande repercussão na atualidade e proporcionando que a Língua de Sinais construa uma tradição na arte de contar e recontar

[1] É o sistema SignWriting que pode registrar qualquer língua de sinais. Para maiores informações, consultar <http://www.signwriting.org>.

histórias, e vem alcançando universos literários de diversos contextos (etários, sociais e econômicos), desenvolvendo um trabalho embrionário desse sistema de escrita.

Embora poucos espaços trabalhem com o sistema SignWriting, há outras possibilidades de manifestação literária pelos surdos. O uso das tecnologias como filmadoras e softwares vem sem destacando no registro da Língua de Sinais. Esses recursos ampliam as possibilidades de apropriação e disseminação das possibilidades artísticas e expressões da língua. Há também traduções feitas para o português dessas produções que possibilitam um contato interlingual das culturas envolvidas, rompendo fronteiras linguísticas e proporcionando o contato intercultural.

A pesquisadora Karnopp (2008), na disciplina de Literatura Surda, promovida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), catalogou algumas dessas produções que legitimam a diferença contida na literatura em Língua de Sinais e que serão abordadas nos tópicos a seguir.

Por fim, faremos um recorte com as narrativas surdas capixabas, tema que foi abordado na dissertação de Mestrado da pesquisadora Vieira-Machado (2007).

2. Traduções de textos em Língua Portuguesa para a Libras

O campo da tradução está em constante diálogo com as produções literárias em Língua de Sinais. Em sua pesquisa de Mestrado, Müller (2002) aponta a tradução como um processo de trabalho intensificado de constantes negociações entre uma língua e outra, ao relatar as histórias surdas. A autora ainda alerta sobre a questão das modalidades das duas línguas e salienta que no processo de tradução sempre há perdas e ganhos, haja vista que a produção original provém de uma língua visual-espacial que é traduzida para uma língua oral-auditiva.

Encontramos na íntegra diversos registros literários (escritos e/ou filmados) em Língua de Sinais. Nessa perspectiva, merecem destaque as publicações da Editora Arara Azul que disponibiliza em seu acervo materiais bilíngues (Libras-Português). Dentre os tipos tradutológicos contidos, destacam-se a tradução interlingual, intermodal e intersemiótica.

Segundo Jakobson (apud Segela, 2010, p. 28) a **Tradução interlingual** é definida como a interpretação de uma língua para outra. Na tradução da Língua Portuguesa para a Libras, a tradução interlingual não traduz a especificidade envolvida, pois estamos diante de línguas em diferentes modalidades, portanto, Intermodal.

Em se tratando de **Tradução intersemiótica**, Jakobson (apud Segala, 2010) define **Tradução intersemiótica,** em seu artigo "Sobre os aspectos linguísticos da tradução", como a transmutação de uma obra de um sistema de signos a outro, transferindo a forma e a tradução entre um sistema verbal e um não-verbal, como por exemplo, de um texto para ícones, desenhos, fotos, pintura, vídeo, cinema e outros.

O tradutor, nesse contexto (inter) linguístico-cultural deve, portanto, conhecer as particularidades das línguas envolvidas, bem como variações regionais, sociais e históricas, além de conhecimentos específicos sobre a tradução propriamente dita.

Voltando aos materiais bilíngues presentes no site da Arara Azul[2], podemos identificar alguns itens voltados ao público infanto-juvenil, conforme os quadros a seguir:

O Soldadinho de Chumbo	
	Autor: Hans Christian Andersen Ano de Publicação: 2011
	ISBN: 978-85-89002-69-1
	Dados do produto: Produto composto por CD-ROM e Livreto em Papel: O livro digital em CD-ROM Português / Libras é interativo e colorido. O livreto em tinta com 24 páginas foi idealizado em preto e branco para que seja colorido e personalizado pelos leitores.
Dom Quixote	
	Autor: Miguel Cervantes Ano de Publicação: 2009
	ISBN: 978-85-89002-57-8
	Dados do produto: Material Bilíngue contendo Livro Digital em CD-ROM. Contação de história com legenda opcional. Adaptação do texto por Clélia Regina Ramos. Tradutores para a Libras: Flávio Milani e Gildete Amorim.

[2] Disponível em <http://editora-arara-azul.com.br/site/produtos/3>. Acesso em setembro de 2015.

Alice para crianças	
	Autor: Lewis Carroll Ano de Publicação: 2007
	ISBN: 978-85-89002-20-2
	Dados do produto: Texto traduzido e adaptado por Clélia Regina Ramos e ilustrado por Thiago Larrico. Tradutores para a Libras: Janine Oliveira e Toríbio Ramos Malagodi. Supervisão da Libras: Luciane Rangel Livro de 24 páginas ilustrado + CD-ROM bilíngue Português Escrito/Libras e história contada em Libras.

Na categoria de livros produzidos em Escrita de Sinais temos, conforme aponta Karnopp (2008), outros materiais voltados à literatura em língua de sinais. O quadro a seguir exemplifica:

Cinderela Surda	
	Autores: Carolina Hessel, Fabiano Rosa e Lodenir Karnopp Ano de Publicação: 2007
	ISBN: 978-85-7528-072-0
	Dados do produto: O livro Cinderela Surda é o primeiro livro de literatura infantil do Brasil escrito em língua de sinais. O livro Cinderela Surda é uma versão do tradicional conto que insere elementos da cultura e identidade surda. Essa releitura inédita da história é acompanhada da escrita dos sinais (SW), ilustrações e uma versão em português. Voltada para o público surdo infantil, a obra é o resultado da pesquisa desenvolvida por Lodenir Becker Karnopp, Caroline Hessel e Fabiano Rosa.

3. Poesia em Língua de Sinais

Como afirma Quadros e Sutton-Spence (2006), o prazer é um elemento muito importante da poesia em Língua de Sinais que precisa ser considerado, entretanto, a poesia é também – em algum nível – mediadora de empoderamentos dos povos surdos. Mesmo o prazer e o entretenimento proporcionados pela poesia podem ser vistos como um tipo de fortalecimento para a construção identitária dessa comunidade linguística. Esse empoderamento pode ocorrer simplesmente pelo uso da língua, ou pela expressão de determinadas ideias e significados que se fortalecem pela instrução, pela inspiração ou pela celebração.

As pesquisas que são referências em estudos sobre tradução e poética em Língua de Sinais abordam aspectos que legitimam a identidade dos sujeitos surdos que são identificados na poesia, além disso, dissertam sobre a complexidade dessas identidades, levando em consideração que os surdos vivem em ambientes multiculturais e bilíngues.

A poesia sinalizada é um gênero utilizado pelo povo surdo[3] com objetivos diversos. Nesse momento, nos propomos desvelar peculiaridades encontradas nessas produções que visam estabelecer relações críticas entre a vivência e a experiência desse grupo linguístico. Concordamos com Sutton-Spence quando:

> Muitas pessoas surdas foram ensinadas a negar sua surdez e tentar passar-se por pessoas ouvintes por muitos anos. Certamente, o alvo de alguns setores da sociedade foi banir completamente a surdez, apresentando o mundo ouvinte e seus valores como a única escolha para pessoas surdas (por exemplo, Ladd, 2003; Pista, Hoffmeister & Bahan, 1996). Diante de tal ameaça à identidade pessoal e cultural dos surdos, os poemas que descrevem e validam a experiência surda são fortemente usados para o empoderamento do povo surdo (SUTTON-SPENCE, 2006, p. 116).

Conforme exposto acima, os poemas em Língua de Sinais evidenciam especificidades dos sujeitos surdos visando romper com padrões normativos hegemônicos estabelecidos socialmente. Dentre as peculiaridades, podemos observar a ênfase dada nas experiências sensoriais, ou seja, o som e a ausência dele. Vale ressaltar essa particularidade do som que não é vista pelos usuários das Línguas de Sinais como anormalidade ou falta de um dos sentidos, mas uma diferença que os define, que ressignifica modos de interpretar e perceber o mundo. Nas produções de poetas surdos, a visão é o sentido colocado em evidência, reafirmando um dos artefatos culturais mais significativos que são as experiências visuais que atravessam esses indivíduos no decorrer de toda vida. Assim, destacam Quadros e Sutton-Spence:

> As ideias de olhar e de ver, dos olhos e da visão são repetidamente tecidas em poemas sinalizados. Essas referências parecem tão comuns que levam um tempo de readaptação e de consideração para reconhecer suas significações. Colocar as imagens do olhar e da visão em poema na língua de sinais fortalece o poeta e a plateia, mostrando sua identidade visual (QUADROS; SUTTON-SPENCE, 2006. p. 118).

[3] O povo surdo é o grupo de sujeitos surdos que tem costumes, histórias, tradições em comum e detém as mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão (Strobel, 2006, p. 46).

Além da experiência sensorial, as autoras elencam outras características que compõem a poesia em Língua de Sinais, tais como: o lugar das pessoas surdas no mundo, ou seja, o sujeito empoderado de si, que pertence ao movimento de sua comunidade linguística e constrói seu sentimento de pertencimento e herança cultural através de imagens visuais; a experiência bilíngue de pessoas surdas (as línguas de sinais, embora independam das línguas majoritárias de seus respectivos países, se relacionam e são constantemente influenciadas por elas, usando muitas vezes alguns recursos, como empréstimos linguísticos, no intuito de construir uma estética na produção); as repetições, que são usadas com maior frequência e podem ser facilmente identificadas, podendo ter valor apenas estético ou de criação e correlação com outros parâmetros da Língua de Sinais, servindo de estratégia para ligar ideias ou estabelecer conotações contidas no texto; simetria e equilíbrio são recursos que causam na produção um efeito visualmente agradável (usando as duas mãos simultaneamente, o poeta cria imagens estruturadas equilibradas proporcionando um efeito harmônico ao espectador); o neologismo, também conhecido por "sutileza poética", é um recurso que potencializa a Língua de Sinais, reforçando uma das características presentes em todas as línguas humanas, ou seja, a produtividade (os sinais produzidos são conhecidos como "classificadores" ou "multicomponentes").

4. Narrativas surdas capixabas: discursos de contraconduta e processos de subjetivação

No Estado do Espírito Santo também existem registros de histórias de vida que passaram a compor o domínio literário científico-acadêmico produzido em Língua de Sinais. As narrativas que compõem a produção da dissertação de Mestrado da pesquisadora Vieira-Machado (2007), vêm com o intuito de romper discursos hegemônicos a respeito da pessoa surda, sobretudo o processo educacional no qual foram submetidos.

> As narrativas surdas, além de fazerem parte daquilo que Hall apontou como estratégia discursiva para a construção da ideia de nação, é um dos fios que compõem a rede tecida das relações nas comunidades surdas. Ou seja, fios invisíveis que unem os surdos, constituindo-os como povo com seus contos, suas histórias e suas questões. As narrativas são experiências que passam de pessoa a pessoa e logo esse intercâmbio de experiências cria laços simbólicos, quando há grupos de surdos reunidos, conversando e narrando (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 65).

Além de desconstruir com o estigma clínico que categoriza o surdo como sujeito que necessita de cura, as narrativas denunciam os episódios que compunham a trajetória escolar daqueles sujeitos, revelando dispositivos de colonização e disciplinamento dos corpos.

As histórias narradas, protagonizadas pelos surdos, descrevem as minúcias das ações sofridas nos ambientes escolares. A autora conta que dentre os surdos pesquisados houve um que a marcou profundamente devido às estratégias de resistência utilizadas para subverter os procedimentos de governamento no espaço escolar.

> Eu estudava numa escola com ouvintes. Brincava muito sozinho com as crianças, o que me deixava um pouco triste e isolado. A solidão me angustiava profundamente, afinal, as crianças ouvintes brincavam entre si e só se comunicavam apontando para mim. Eu deixava para lá. Brincava com meus brinquedos. Na época, eu estava na primeira série. Mas o que é primeira série? Como assim primeira série? Isso é só um exemplo. Eu não sabia do que se tratava. Perdido! Totalmente perdido! (VIEIRA-MACHADO, 2007 p. 77).

A conversa entre a pesquisadora e o surdo, que durou cerca de duas horas, não apenas desvelou o sentimento do entrevistado configurando-o como vítima, mas no decorrer da narrativa, outras considerações também foram tecidas, reafirmando quais artifícios foram usados por aquele sujeito que o colocaram na condição de protagonista de sua história.

Fazendo um recorte na narrativa, Miguel (nome fictício dado ao entrevistado), contou sobre como acontecia suas aulas e que, num dado momento, em uma classe especial, com equipamentos até então desconhecidos, foi iniciado o processo de oralização, que primava pelo treinamento fono-articulatório dos surdos e recusava o uso da Língua de Sinais como recurso de ensino.

A sala especial, embora não aceitasse a Língua de Sinais, era o local de encontro dos pares surdos. Em momentos de distração da docente, Miguel conta que os alunos dialogavam em gestos, pois ainda não haviam conhecido a Língua de Sinais Brasileira propriamente dita.

Com o passar do tempo, os dois alunos voltaram para a sala regular e, naquele momento, ambos começaram a criar gestos específicos para as letras do alfabeto em Português no sentido de haver uma organização na comunicação. Contudo, para surpresa dos dois, foram enviados para classes diferentes (uma estratégia utilizada para que não usassem mais gestos). A autora observa que:

> A separação dos alunos entre si faz parte de uma das perspectivas do que é chamado de movimento de inclusão. Todo esse movimento foi dificultoso, quando eles tiveram que ir para sala dos ouvintes e lá, além de

> estarem com outros estranhos, foram separados, apesar de estarem cursando a mesma série. A teoria de Miguel é que isso ocorreu para desmantelar o movimento (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 93).

A história começa a mudar quando Miguel encontra na rua um papel com o Alfabeto Manual, que era diferente daquele criado por ele e por seus amigos. O sentimento de emoção e orgulho tomou conta dele e o levou a refletir sobre aquele achado, decidindo convencer os outros que aquele alfabeto era mais que um simples código, mas era a prova de que não eram os únicos surdos que existiam e que em outros lugares era usado aquele sistema para comunicação em sinais.

Sobre a aquisição da Língua de Sinais, Miguel fez as seguintes considerações:

> Depois encontrei na minha cidade uma mulher que sabia sinais. Aqui! Fiquei maluco atrás dela. E perguntei como ela tinha aprendido e ela me respondeu que havia aprendido com o marido dela, que era surdo. Meus olhos arregalaram. O quê? Um surdo mais velho? Nossa!!! Então comecei a conversar com ele. Claro que tive dificuldade, porque ele sabia sinais e eu não. Fiquei confuso demais. E pedi para ele me ensinar. Combinamos, então, aos sábados de nos encontrarmos. E todo sábado eu ia para casa deles para aprender sinais. E foi assim que aprendi sinais! O marco da minha vida aos 20 anos de idade (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 82).

A autora complementa que as narrativas surdas evocam a necessidade do humano construir relações, estabelecer comunicação e constituir uma língua. A resistência aparece estampada de diversas formas nas narrativas, como uma possibilidade de construção de estratégias de sobrevivência no mundo ouvinte ou na escola (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 89).

Muitas outras histórias estão presentes nesse texto que nos leva a refletir a respeito de práticas excludentes as quais os surdos estão submetidos. Há no texto uma crítica ao modelo de inclusão imposto na realidade educacional do Brasil e do discurso mascarado que o próprio termo trás consigo.

Considerações Finais

Olhar as produções literárias em Língua de Sinais, sob a ótica da diferença, nos possibilita repensar os discursos monolíngues ou monoculturais que permeiam nossa sociedade. Embora seja curto o espaço de tempo em que a Libras foi reconhecida como língua, o fazer literário pertencente aos seus usuários tem se ampliado, desconstruindo vários estereótipos criados a seu respeito.

A representação literária em Língua de Sinais possibilita aos surdos um contato com um discurso constituído a partir do autoconhecimento, transmite significados por meio dos seus signos. Através dessas produções, o surdo vai constituindo sua identidade e adentrando sua cultura. Conforme aponta Hall a respeito dos processos de compartilhamento cultural:

> [...] a cultura tem a ver com "significados partilhados". [...] os significados só podem ser partilhados através de um acesso comum a linguagem. Assim sendo, a linguagem é central para o significado e a cultura e sempre tem sido considerada como repositório chave dos valores e significados culturais (HALL, 2007, p. 1, apud MOURÃO, 2007, p. 110).

Através do contato com produções em sua língua natural, o sujeito surdo tem acesso a um universo de conceitos que serão integrados em sua prática discursiva, legitimando sua língua e identidade, modificando o contexto social no qual pertence.

Apropriando-se de suas próprias subjetividades e expressões, como sujeitos empoderados em seus devires, o indivíduo surdo constrói um universo de valores marcado pela pluralidade e pela diversidade, temas tão caros para o contexto da pós-modernidade e que define as construções identitárias na contemporaneidade.

Sendo a literatura um simulacro da própria existência e que se materializa através da linguagem, essas produções literárias em Língua de Sinais apenas fortalecem tradições outras e propõem uma real representação dessas subjetividades e identidades, sendo objeto essencial para esse processo de liberdade e libertação.

Referências

CASTRO, N. P. Bandeira Brasileira In: Pimenta, N. **Literatura em LSB -** Poemas, Fábulas e Histórias Infantis. Yon Lee. 1999.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº 02, p. 15-46, jul./dez. 1997.

JAKOBSON, Roman**. Aspectos linguísticos da tradução.** In: Linguística e Comunicação. São Paulo, Cultrix, 1975.

KARNOPP, L. **Literatura Surda.** Texto-base da disciplina de Literatura Visual do Curso de Licenciatura em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina na modalidade à distância. Florianópolis-SC, 2008. Acesso em 10 de agosto de 2015.

LUNARDI, Márcia. **Cartografando estudos surdos:** currículo e relações de poder. In SKLIAR, Carlos (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

MACHADO, F. A. **Simetria na poética visual na Língua de Sinais Brasileira.** Dissertação de Mestrado. PGET-UFSC. Florianópolis-SC: PGET/UFSC. 2013.

MOURÃO, Carlos. **Literatura Surda:** produções culturais de surdos em Língua de Sinais. Dissertação de Mestrado. PPGE-UFRGS. Porto Alegre. 2011.

QUADROS, R. M. de & SUTTON-SPENCE, R. "Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda". In: QUADROS, R. M. (org). **Estudos Surdos I**. Petrópolis-RJ: Editora Arara Azul. 2006.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

SUTTON-SPENCE, Rachel, e QUADROS, Ronice Muller. "Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda". In QUADROS, Ronice Muller (org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

VIEIRA-MACHADO. Lucyenne M. C. **Traduções e marcas culturais dos surdos capixabas:** os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história. Dissertação de Mestrado. PPGE-UFES. Vitória. 2007.

UM PROJETO (AN)ARQUEOLÓGICO DO CURTA-METRAGEM *CRUZ NA PRAÇA* (1959) DE GLAUBER ROCHA

Fabricio Fernandez
Mestrando em Comunicação e Territorialidades pela UFES. Bolsista Capes.

Resumo: Este artigo pretende apresentar o projeto arqueológico para o curta-metragem *Cruz na Praça* (1959), de Glauber Rocha. Considerado o primeiro tratamento direto sobre o tema da homossexualidade no cinema queer[1] brasileiro, os negativos deste filme estão desaparecidos há mais de 50 anos, de acordo com registro da Cinemateca Brasileira. O trabalho de escavação dos vestígios desta produção audiovisual pretende retomar um período em que Glauber Rocha havia concluído o seu primeiro filme, *Pátio* (1959), e, no mesmo ano, filmado *Cruz na Praça*, um projeto fílmico que antecede a realização do seu primeiro longa-metragem *Barravento* (1961). À execução desta arqueologia cinematográfica, serão utilizadas abordagens metodológicas historiográficas, propostas por Michel Foucault (*Arqueologia do Saber*) e Ziegfried Zielinski (*Arqueologia da Mídia*).

Palavras-chave: cinema brasileiro; cinema queer; Glauber Rocha; *Cruz na Praça*; homossexualidade; arqueologia.

Abstract: This article aims to present an archaeological project for the Glauber Rocha's short film Cruz na Praça (1959), which is considered the first direct treatment of the theme of homosexuality in the Brazilian queer cinema and whose negatives have been missing for over 50 years according to Brazilian Cinema's records. The excavation work of the vestiges of this audio-visual production wants to resume the period between 1959 and 1961, when Glauber Rocha completed his first film Patio and realized his first feature film Barravento, respectively. Historiographical and methodological approaches proposed by Michel Foucault (Archaeology of Knowledge) and Ziegfried Zielinski (Archaeology Media) will be used to perform this cinematographic archaeology.

Keywords: brazilian cinema; queer cinema; Glauber Rocha; Cross the square; homosexuality; archeology.

Introdução

> "Pensar esse cinema é investigar o seu modo de abraçar a história, pois Glauber é sinônimo de uma interrogação – abrangente, ambiciosa, às vezes delirante, mas sempre corajosa – endereçada ao nosso tempo a partir da ótica do Terceiro Mundo" (XAVIER, 2001, p. 118).

Em 1957, Glauber Rocha publicou o conto "A Retreta na praça"[2], no livro *Panorama do Conto Baiano*. Dois anos depois, em 1959, ainda em Salvador, o cineasta realizou, aos

[1] Referência ao termo New Queer Cinema - *NQC*, cunhado pela pesquisadora B. Ruby Rich, em seu ensaio "Uma sensação queer", publicado no Village Voice, em março de 1992, p. 30-34, com o título "The New Queer Cinema: Diretor's Cut".

[2] O conto de autoria de Glauber Rocha possui uma trama que "narra o encontro [...] entre um homem e uma mulher no centro de uma praça, ao som [...] de uma banda composta por negros" (SARMIENTO, 2011, p. 2). O livro *Panorama do Conto Baiano* conta também com a contribuição de autores, como Jorge Amado, Adonias Filho, Santos Moraes, e outros.

20 anos de idade, dois curta-metragens. O primeiro deles é *Pátio*, com Solon Barreto e Helena Ignez. Segundo dados do Catálogo *Glauber Rocha, Uma revolução baiana*[3] (2008), *Pátio* é um filme formalista e influenciado pelo concretismo, utilizando as sobras de negativos do longa-metragem *Redenção*, de Roberto Pires.

O segundo é o curta-metragem *Cruz na Praça*. Filmado em 33mm, preto e branco, esse curta tem no elenco os atores Luiz Carlos Maciel e Anatólio de Oliveira. Na ficha técnica[4] consta, além desses, Glauber Rocha como diretor, argumento e roteiro, e Waldemar Lima, como diretor de fotografia e câmera. Pode-se afirmar que esse curta-metragem é considerado "o primeiro tratamento cinematográfico feito no Brasil sobre o tema da homossexualidade" (VENTURA, 2000, p. 108).

No entanto, ao contrário de *Pátio*, cujo 120 metros de negativos mantiveram-se preservados no "Tempo Glauber"[5], entidade responsável pela memória do cineasta, o filme *Cruz na Praça* apresenta um caminho bastante diferente. Na página do "Tempo Glauber" há registros de que o curta teria sido montado, porém sem sonorização. Isso significa que nenhuma cópia teria sido gerada para que houvesse um novo contra-tipo (cópia negativa). É partir dessa constatação, que este artigo apresenta o projeto arqueológico de um filme cuja existência se dá apenas por vestígios e rastros, desde sua existência material.

Na página da Cinemateca Brasileira[6] há outro registro oficial que comprova a existência do filme como "não finalização" e "desaparecido". A pedido de Glauber Rocha, a Iglu Filmes teria incendiado os negativos logo após a montagem do curta-metragem. O site da Cinemateca também disponibiliza um único fotograma que teria restado dos negativos, além da sinopse onde é possível identificar os temas abordados no filme: homoerotismo e catolicismo. Além disso, em diversos artigos e outros documentos sobre o curta-metragem é possível perceber a discordância sobre o título do filme: ora o curta é nomeado Cruz na Praça, ora A Cruz na Praça, ou seja, percebe-se uma indefinição sobre o uso da "A" na titulação desta produção audiovisual. Neste momento da pesquisa, será feita a opção pelo título Cruz na Praça.

[3] Catálogo "Glauber Rocha, Uma revolução baiana". Associação dos Amigos do Tempo Glauber – *AATG* (org.): Salvador, 2008.
[4] Disponível no endereço <http://www.tempoglauber.com.br>.
[5] Idem.
[6] Disponível no endereço <http://www.cinematecabrasileira.gov.br>.



Figura disponibilizada na página da Cinemateca Brasileira

A partir desse, ainda há outros vestígios a serem "escavados" sobre o curta-metragem estudado. É possível perceber a existência deste filme não somente na história do cinema queer brasileiro que aborda o tema da homossexualidade, mas na própria filmografia de Glauber Rocha, um cineasta que se aproximava da realização de seu primeiro longa-metragem, *Barravento* (1961). O próprio Rocha deixou diversos relatos justificando os motivos, sobretudo de caráter estético, que o levou a não concretizar esta produção. Eis um desses registros:

> Nos princípios dos anos 60, eu tinha uma ideia muito vanguardista do cinema, no mau sentido da palavra; fiz dois curta-metragens com este espírito: Pátio e Cruz na Praça. Este último, não o acabei, porque quando vi o material montado, compreendi que essas ideias já não funcionavam, que minha concepção estética havia mudado (ROCHA apud, VENTURA, 2000, p. 78).

1. Um primeiro Glauber Rocha

Glauber Rocha iniciou sua carreira no último ano da década de 1950. Esse período inicial no extenso universo fílmico do cineasta, que poderia ser considerado como uma etapa pré *Barravento*, seu longa-metragem de estreia, é um componente importante devido ao uso de uma estética experimental que, posteriormente, comparecerá na obra deste cineasta. Essa primeira fase poderia ser dividida entre a vivência como cineclubista no Clube de Cinema da Bahia[7], até a produção de seu primeiro longa-metragem, *Barravento*. É a partir desta

[7] SILVA, Veruska A. S. **Memória e cultura:** cinema e aprendizado de cineclubistas baianos dos anos 1950. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia: 2010.

produção cinematográfica que se inicia de fato, como expõe o livro *Cartas ao Mundo*, de autoria de Ivana Bentes (1997), a construção do universo glauberiano. Um projeto que pensará questões coletivas, "através de um teatro de ação e da consciência de homens, onde as personagens se colocam como condensações da experiência de grupos, classes e nações" (XAVIER, 2001, p. 118). Isto é, um cineasta que pensou um cinema político do Terceiro Mundo, se recusando aos regimentos de uma indústria cinematográfica dominante, para afirmar sua autoria e linguagem próprias. Uma resistência histórica em todas as frentes: estética, econômica e política – talvez, sexual e de gênero.

No caso do curta-metragem *Cruz na Praça*, é possível destacar que o filme dará um tratamento temático a um grupo estigmatizado como eram os homossexuais na Bahia do final da década de 1950. No Brasil, o estudo *O personagem Homossexual no Cinema Brasileiro* (1995), de Antônio Moreno[8], foi um dos primeiros trabalhos que analisou a presença de expressões sexuais e de gênero no cinema e catalogou mais de 125 títulos, entre as décadas de 1920 até 1990. Conforme o estudo, os personagens homossexuais nos filmes brasileiros são retratados como sujeitos alienados politicamente, de classe média baixa e dotados de um comportamento agressivo. Também possuem tendência à solidão e usam, frequentemente, um gestual feminino exacerbado (MORENO, 1995). Esse estudo se movimenta no sentido de criticar uma visibilidade marcada por personagens estereotipados, que possuem vivência promíscua e marginalizada.

A pesquisa de Moreno, por exemplo, faz referência ao longa-metragem *Bahia de Todos os Santos* (1960), dirigido por Trigueirinho Neto, como um dos principais filmes da década de 1960 – ano seguinte à realização do curta-metragem *Cruz na Praça* – que aborda indiretamente o tema da homossexualidade. O pesquisador Robert Stam (2008) também destaca esse longa-metragem como uma produção "notadamente livre em suas representações sexuais" (STAM, 2008, p. 267). Em *Bahia de Todos os Santos*, o assunto da homossexualidade é narrado como uma espécie de subtexto gay, através do tema da camaradagem. O filme enfocará, sobretudo, questões raciais com identificação a outro grupo estigmatizado – os homossexuais. Assim, é sugerida uma possível aliança entre negros e homossexuais como grupos oprimidos naquele período (STAM, 2008).

[8] Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Artes do Instituto de Artes da Unicamp (1995). O estudo foi desenvolvido para examinar, a partir de uma perspectiva sociocultural, o discurso apresentado pelo cinema brasileiro sobre o personagem homossexual.

Segundo Stam, o próprio Glauber Rocha chegou a saudar esse filme como uma obra-prima do autor, elogiando o seu aspecto de ruptura e espírito de liberdade, além de classificá-lo como um filme profético, que tratou de vários temas que seriam explorados pelo Cinema Novo.

Do período inicial da vivência cinematográfica de Rocha destaca-se o filme *Barravento* que também vai enfatizar a questão racial, porém abordando especificamente a religião afro-brasileira num período de regime ditatorial e no auge da euforia desenvolvimentista. Já em *Bahia de Todos os Santos*, seu diretor, Trigueirinho Neto: [...] via o desenvolvimentismo como uma forma de neocolonialismo. Em pleno otimismo democrático do início da década de 1960, ele situa o filme em um período ditatorial, prenunciando o autoritarismo que viria com o golpe militar de 1964 (STAM, 2008, p. 277).

Esse período pré-golpe militar pode ser considerado um dos fatores que tenha contribuído para que o curta-metragem *Cruz na Praça* fosse relegado à condição marginal, isto é, de não exibição. Posteriormente, também, uma situação de desaparecimento dos próprios negativos não sonorizados. Ainda assim, o ano de 1959 foi um período em que esse "primeiro" Glauber Rocha colocou em prática a sua necessidade de um cinema experimental, ao contrário das formas artísticas tradicionais produzidas naquela época.

Trata-se de uma primeira fase em que o cineasta começa a pensar as teorias de montagem de Eisenstein e a própria presença dos mitos. Ele mesmo classifica que *Pátio* e *Cruz na Praça*, são experiências inacabadas, e foram materializações do inconsciente (GATTI, 1995). Ainda sobre *Cruz na Praça*, o cineasta afirma que seria o seu mito-Limite[9], referindo-se ao longa-metragem *Limite* (1932), de Mário Peixoto, além de destacar: "É um filme barroco-baiano sobre esquizofrenia, relação entre o povo e a religião, Deus e o diabo, a castração e o homossexualismo[10], o erotismo, enfim, uma experiência bastante delirante (ROCHA apud GERBER, 1975, p. 25).

No livro *Revolução Cinema Novo* (2004), prefaciado por Ismail Xavier, o cineasta reflete sobre suas escolhas estéticas num período em que afirma viver "uma loucura poética" (ROCHA, 2004, p. 110), referindo-se ao ano de 1957, antes de iniciar as filmagens de *Pátio* e *Cruz na Praça*. Um registro significativo, que talvez possa explicar as motivações para a produção desses dois curtas, é quando o próprio Glauber Rocha analisa suas concepções

[9] Os negativos de *Limite* (1932), filme de Mário Peixoto, ficaram desaparecidos por vários anos, até serem encontrados e restaurados. GATTI, José. **Dialogism and syncretism in the films of Glauber Rocha.** Monografia, tese DR, University New York/Dep. Cinema Studies. 1995.
[10] O termo homossexualismo foi utilizado pela Psiquiatria e substituído por homossexualidade em 1999, pelo Conselho Federal de Psicologia, a partir da resolução 001/99.

cinematográficas desse período. Sua proposta era buscar um espírito de vanguarda e uma atitude anticlerical, ao se posicionar contra interdições que se davam mais por motivos religiosos e morais e menos por razões políticas.

Segundo Rocha, a finalidade dessa luta era resistir contra a "mediocridade do protestantismo, a hipocrisia do catolicismo, a inconsciência servil do candomblé" (ROCHA, 2004, p. 333). Esse pensamento de resistência talvez tivesse impulsionado o jovem cineasta a conduzir dois atores para os arredores de uma igreja católica e fazê-los encenar um encontro entre dois personagens gays, conforme a sinopse[11]. Nesse caso, um dos vestígios possíveis de investigação seria tentar localizar documentos que descrevam a possibilidade de haver encontros entre homossexuais neste território geográfico utilizado para a encenação do curta-metragem. Esse espaço inclui a Igreja Barroca de San Francisco, a escadaria do Paço, a Praça Terreiro de Jesus, o Pelourinho. São nestes locais onde pode ter havido a encenação de momentos de sexo e de reza. Um momento erótico, tal qual em *Barravento* e, um teológico, como em *Deus e o Diabo na terra do sol* (1963) (XAVIER, 2001): "Em *Cruz na Praça*, Maciel é perseguido por Anatólio girando em torno do Cruzeiro de San Francisco enquanto dentro da Igreja imagens de anjos, santos e monstros barrocos se precipitam em abstração" (ROCHA, 2004, p. 327).

Perceber e trabalhar esses e outros vestígios, a partir de uma perspectiva arqueológica, são alguns dos aspectos que motivaram a produção deste artigo e a apresentação do projeto de pesquisa. Também um pouco da trajetória de existência do curta-metragem *Cruz na Praça*, ou *A Cruz na Praça*. As possibilidades de um trabalho de escavação dos rastros deste filme de alguma forma se aproximam daquele realizado por profissionais em terrenos arqueológicos. Porém, trata-se de um trabalho que será desenvolvido especificamente a partir de duas obras e suas abordagens, a saber: em *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault[12], e *Arqueologia da Mídia*, de Ziegfried Zielinski[13].

2. Arqueologias - Redescobertas do Mundo

Este artigo pretende apresentar também duas ferramentas possíveis de investigação para uma (an)arqueologia do curta-metragem *Cruz na Praça*. Uma delas, conforme foi

[11] Sinopse do curta-metragem *Cruz na Praça*. Disponível em <http://www.tempoglauber.com.br/f.cruz.html>.
[12] FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**: tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
[13] ZIELINSKI, Siegfried. **A Arqueologia da Mídia**: um tempo remoto das técnicas do ver e do ouvir. São Paulo: Annablume, 2007.

citado anteriormente é a *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault. Esse autor considera que a história contada, em sua forma tradicional, nunca é sempre a mesma. Nela, há redistribuições que fazem aparecer vários passados, formas de encadeamento e hierarquias de importância, isto é, "várias redes de determinações, várias teleologias" (FOUCAULT, 2007, p. 5). São descrições históricas que trazem diversas ordenações que possibilitam a atualização dos saberes. Essa nova forma de história é que permite avaliar o que Foucault denomina de descontinuidades, tais como "limiar, ruptura, corte, mutação, transformação" (FOUCAULT, 2007, p. 7), de modo a reconstituir um passado, a partir dos documentos e seus rastros, mas não para interpretá-los, mas reorganizá-los.

O documento não é mais para a história uma matéria inerte. Tornou-se um "tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações" (FOUCAULT, 2007, p. 8). A história, conforme Foucault, pode ser considerada como o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.). Esses elementos se apresentam sempre em toda a parte, em qualquer sociedade, nas formas de permanências espontâneas e organizadas.

Nessa perspectiva de um devir histórico pela análise foucaultiana também é possível dizer que a preocupação deste autor não é tanto com o discurso enquanto expressão de uma ideia ou linguagem, mas em relação ao que denomina como formação discursiva. Isto é, a possibilidade de identificar o motivo que teria levado um discurso, dentro de um suporte histórico e institucional a ser aceito como verdadeiro e, um outro, principalmente, a não ser considerado.

A arqueologia de Foucault também não busca "definir os pensamentos, as representações, as imagens, os temas" (FOUCAULT, 2007, p. 157), mas os discursos em si mesmos, eles próprios, as regras e práticas que o condicionaram. Trata-se de uma forma de denunciar as regras que impossibilitam o aparecimento de uma discursividade, visando a uma descrição produzida de forma sistemática:

> Ou seja, uma forma de fazer história que eleva tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem ao estatuto de acontecimento. O que foi dito instaura uma realidade discursiva; e sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem, a Arqueologia é o método para desvendar como o homem constrói sua própria existência (GIACOMONI; e VARGAS, 2010, p. 122).

A perspectiva de análise a ser trabalhada como uma das possibilidades para uma arqueologia do filme *Cruz na Praça* também se aproxima de outra abordagem: a

Arqueologia da Mídia, de Siegfried Zielinski. Essa proposta metodológica tem como objetivo investigar e redescobrir os objetos tecnológicos da cultura, em busca de arquivos textuais, visuais e auditivos das mídias (analógicas ou digitais). Porém, essa abordagem sobre os arquivos parece diferenciar-se da apresentada por Foucault. Ao contrário de Zielinski, a arqueologia foucaultiana considera os arquivos como um sistema capaz de instaurar os enunciados como acontecimentos e as possibilidades de se compreender coisas e utilizações, ou seja, "os sistemas de enunciados (acontecimentos e as coisas ditas)" (FOUCAULT, 2007, p. 157). Além disso, Foucault acrescenta outra definição do arquivo:

> Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinitivamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações multiplicadas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 2007, p. 147).

Retornando a abordagem arqueológica de Zielinski, é possível afirmar que este método é o que mais se encaixa no propósito de repensar as questões em torno de uma obra inacabada, cuja materialidade (os negativos) tornou-se inexistente, mas existindo através de vestígios dispersos e fragmentados. Essa arqueologia indica as possibilidades de elaboração de uma narrativa textual arqueológica em torno de *Cruz na Praça*, porém sem pretensão de totalidade ou linearidade sobre a história deste filme. Ressalta-se que não trata de reescrever uma ficção já existente produzindo outra ficção, mas de propor um esforço em torno de um trabalho arqueológico, em alguma medida, a fim de se obter uma elaboração ficcional para a leitura da história em torno desse filme. Uma "leitura de dados históricos, dessas informações com as quais autores irão procurar trabalhar" (SILVEIRA, 2011, p 02).

Em um ensaio intitulado "O que há de novo no século XX?" (2002), Irene Machado afirma que a Arqueologia da Mídia inaugura uma nova área de pesquisa no estudo da comunicação, "que se servem das mídias para a experimentação de ideias ou para a intervenção" (MACHADO, 2002, p. 201). A arqueologia de Zielinski se estrutura como processo de redescoberta não apenas dos objetos tecnológicos da cultura, mas chama a atenção para os segredos e as surpresas que o mundo pode ocultar (MACHADO, 2002).

A *anarqueology*, denominação proposta por Zielinski, o que em português pode ser traduzido como *anarqueologia*, pode ser considerada como uma possibilidade de reconsiderar as potencialidades do tempo em que as tecnologias transformadas em mídias são produtos

imediatos. Um tempo presente sendo considerado como um estágio, um "pré-tempo" de algo em movimento. Segundo Machado, o objetivo dessa abordagem arqueológica é a recuperação do fluxo continuado da história em sua conectividade com o presente, um fluxo de eventos, fenômenos e descobertas, para além dos veículos de comunicação, pois na concepção de Zielinski, segundo Machado (2002), os meios (veículos) não existem:

> Vista por esse viés, a arqueologia (ou *an-archeology*) exprime a possibilidade de acompanhar movimentos anárquicos, labirínticos, do fluxo cultural. Daí ser definida como uma disciplina para o estudo dos meios não com base em sua substância, no sentido estrito da palavra, mas sim em suas inter-relações. Nesse caso, o que menos interessa a essa disciplina são os meios (MACHADO, 2002, p. 203).

Sobre a expressão (an)arqueologia, Zielinski (2011) justifica essa neologia como uma alternativa às narrativas estabelecidas na historiografia e também uma forma de estabelecer uma crítica ao método arqueológico proposto por Foucault. O conceito de anarqueologia de Zielisnki se propõe a modificar diversas ideias de construções ou interpretações da história, pelo pensamento foucaultiano. A proposta da (an)arqueologia é refletir sobre tempos remotos, construir genealogias não lineares e dinâmicas. Trata-se de uma pesquisa que cria a possibilidade de se atravessar camadas do passado. Na abordagem (an)arqueológica, "o conceito paleontológico deveria nos ajudar a relativizar nossa posição na história, nos ajudar a não ficar arrogantes em relação ao passado" (ZIELINSKI, 2011, p. 02).

Considerações Finais

O curta-metragem *(A) Cruz na Praça* existe como uma produção audiovisual na cinematografia de seu realizador, Glauber Rocha. Entretanto, este filme seguiu um caminho que não aconteceu, foi inviabilizado e, posteriormente, soterrado. Um projeto arqueológico para este filme trata de fazê-lo reexistir não em sua integralidade, numa totalidade, mas criar possibilidades de se atravessar esse passado em torno do qual um projeto glauberiano existe de modo fragmentado e descontínuo. Um passado que, arqueologicamente, pode ser atravessado por meio de memórias dos envolvidos nesta produção, além dos arquivos (textos e imagens), documentos e registros.

A pesquisa apresentada neste artigo visa compreender, sobretudo, o que esse filme poderia significar na filmografia de um dos inventores do Cinema Novo e também na trajetória

do cinema queer brasileiro. Além disso, o estudo se propõe a questionar as hipóteses existentes em torno de um filme que foi negado, deixado sem finalização de som e depois tendo seus negativos desaparecidos, possivelmente devido a uma atitude vanguardista apostada por Glauber Rocha, uma estética que, segundo ele, "não funcionava mais", ou pelo fato de trazer a polêmica temática sobre a questão gay para uma época pré-golpe militar. O fato é que o curta-metragem *(A) Cruz na Praça,* e, particularmente, um filme queer, foi relegado a uma pré-história sobre a qual não há registros. É exatamente essa pré-história que possibilitará uma escavação a partir dos vestígios encontrados durante uma pesquisa executada através de uma metodologia arqueológica ou (an)arqueológica. Espera-se, ao final desta aventura acadêmica, tentar responder a estas e outras questões, mas, sobretudo, redesenhar algo do que poderia ter sido este filme, com respeito a esse importante passado sobre o cinema brasileiro e sobre a própria história de um dos expoentes do Cinema Novo.

Referências

BENTES, Ivana (org.). **Glauber Rocha.** Cartas ao Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**: tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GATTI, José. **Dialogism and syncretism in the os Glauber Rocha**. Monografia, tese DR, University New York/Dep. Cinema Studies. 1995. Disponibilizado em <http://www.dopropriobolso.com.br/index.php/artes-visuais/51-cinema/151-glauber-rocha-uma-estetica-da-fome-94747281>.

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Z. **Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva.** Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

GUERBER, Raquel. **Glauber Rocha:** uma obra pessoal. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Irene. "O Que Há de Novo no Século XX?" In. **Revista Galáxia**, n. 3. São Paulo: PUC/SP, 2002.

MORENO, Antônio. **A personagem homossexual no cinema brasileiro**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

RICH, B. Ruby. "New Queer Cinema". In. **Catálogo da Mostra "New Queer Cinema:** Cinema, Sexualidade e Política". MURARI, Lucas; NAGIME, Mateus (orgs): 2015. p. 18-30.

ROCHA, Glauber. **Revolução Cinema Novo**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SARMIENTO, Guilherme. **Cruz na Praça:** o homoerotismo segundo Glauber Rocha. UFRB: 2011. Disponibilizado em <http://www.ufrb.edu.br/cinecachoeira/2011/06/cruz-na-praca>.

SILVA, Veruska A. S. **Memória e cultura:** cinema e aprendizado de cineclubistas baianos dos anos 1950. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia: 2010.

SILVEIRA, Fabricio L. da. "Arqueologia da mídia: preocupação com os estudos da técnica". In. **Revista do Instituto Humano Unisinos** - IHU. 375, ano XI, 2011. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br>.

STAM, Robert. **Multiculturalimo tropical:** Uma história comparativa de raça na cultura e no cinema brasileiro. São Paulo: Edusp/SP, 2008.

VENTURA, Tereza. **A poética polytica de Glauber Rocha**. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZIELINSKI, Siegfried. A **Arqueologia da Mídia:** um tempo remoto das técnicas do ver e do ouvir. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. "Ser off-line e existir online". In. **Revista do Instituto Humano Unisinos** -IHU. 375, ano XI, 2011. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br>.

Catálogos

Catálogo "Glauber Rocha, Uma revolução baiana". Associação dos Amigos do Tempo Glauber - AATG (org.). Salvador: 2008.

Catálogo da Mostra "New Queer Cinema: Cinema, Sexualidade e Política". MURARI, Lucas; NAGIME, Mateus (orgs): 2015.

Catálogo "O personagem homossexual no cinema Brasileiro". Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2014.

JORGE SEMPRÚN: CRÍTICA AOS TOTALITARISMOS EM UM BELO DOMINGO E O MORTO CERTO

Guilherme Gouvêa Soares Torres
Estudante de graduação em História pela UFES, desenvolve atividades de iniciação científica no grupo de pesquisa "Cotidiano, cultura e poder na Europa do Entre-Guerras", sob orientação do professor Dr. Geraldo Antonio Soares.

Resumo: O presente trabalho visa um diálogo entre História e Literatura a partir da obra de Jorge Semprún (1923-2011). Militante do Partido Comunista Espanhol (PCE) entre 1945 e 1964, ano em que foi expulso, Semprún passou dois anos no campo de concentração de Buchenwald e relata suas experiências em sua obra ficcional. Através de sua leitura, pretendemos discutir o sentido de sua narrativa, entendendo esta como um documento político, a partir da abordagem de suas críticas ao totalitarismo, especialmente ao stalinismo. Semprun faz uma autocrítica quanto à sua atividade no PCE e orientaremos nosso estudo a esse aspecto de sua obra.

Palavras-chave: totalitarismo; literatura de testemunho; Jorge Semprún.

Abstract: This present work aims to an interlocution between History and Literature starting from Jorge Semprún's work (1923-2011). Militant of Spanish Communist Party (SCP) between 1945 and 1964, when he was throwing out of it, Semprún lived two years in concentration camp at Buchenwald and tell his experiences in his fictional work. Through his reading, we aim to discuss the meaning of his narrative, understanding it like a political document, from the approach of his criticism of totalitarianism, especially Stalinism. Semprun do a self-criticism as his activism in SCP and we'll guide our study to this aspect of his work.

Keywords: totalitarianism; testimonial literature; Jorge Semprún.

Introdução

> [...] Pensava também na essencial ambiguidade das mensagens que cada um de nós vai deixando para trás, do nascimento até a morte, e na nossa profunda incapacidade de reconstruir uma pessoa por meio delas, o homem que vive a partir do homem que escreve: quem quer que escreva, mesmo que apenas nos muros, o faz em um código que é só seu, que os outros desconhecem – e quem fala, também. Transmitir com clareza, exprimir, exprimir-se e tornar-se explícito é coisa para poucos: alguns poderiam e não querem, outros gostariam, mas não podem, e a maior parte não quer nem sabe (Primo Levi).

O trecho do conto "Decodificação" de Primo Levi expõe um desafio para o historiador que tem por fonte a literatura: como percorrer os meandros do texto e assim propor uma interpretação legítima deste escrito? Como reconstruir uma pessoa através de suas mensagens e atribuir-lhe um sentido?

O trabalho por trás dessa comunicação se debruça sobre estes e outros dilemas, a partir da obra do escritor espanhol Jorge Semprún. Nascido em Madrid no ano de 1923,

Semprún era filho de uma família da burguesia espanhola, apoiadora do governo democrático derrubado por Franco após a Guerra Civil. A vitória do generalíssimo motiva o primeiro dos tantos exílios[1] do escritor. Tendo ingressado na resistência francesa em 1941, ano que abandona o curso de Filosofia iniciado na Sorbonne em 1939, o escritor é preso em 1943 e deportado para Buchenwald, região da Turíngia, Alemanha, permanecendo até 11/04/1945, dia da libertação do campo pelas tropas americanas.

O foco desse estudo, dentre tantos outros possíveis, está justamente nos *totalitarismos*, pois este é um tema que atravessa a biografia do escritor espanhol. Prisioneiro no campo de Buchenwald entre 1943 e 1945 e membro do Partido Comunista Espanhol (PCE) até 1964, a relação entre o homem e o poder travada nos regimes nazista e bolchevique é retratada nas obras *Um belo domingo* (1980) e *O morto certo* (2001). O primeiro livro traz uma avaliação do autor a respeito da sua vivência como militante no PCE a partir da narração a respeito de um domingo vivido no *Lager*. Já o texto de 2001 traz um relato de caráter semi-biográfico sobre o cotidiano de Buchenwald, no qual Semprún traz algumas reflexões importantes sobre a sua postura como militante político, tanto dentro do campo quanto fora. O intuito desse estudo é justamente analisar tais leituras do autor acerca de seu mundo e sua biografia e compreender de que forma suas posições são colocadas em seu texto. Importante a se enfatizar de saída o uso da ficção por Semprún[2] nessas obras: "Para que escrever livros se não inventarmos a verdade? Ou, melhor ainda, a verossimilhança?" (2005, p. 134). Tal colocação tem um sentido no texto. Ao tratar de acontecimentos passados, *lembrados*, o autor os – dispõe com uma determinada orientação, feita pela *memória* (cf. LE GOFF, 2012, p. 405), constituindo uma imagem do passado. Tal impressão será, por sua vez, elaborada pela linguagem e transposta à forma narrativa, considerada por Pierre Janet o ato mnemônico fundamental da memória (FLORÈS, 1972, p. 12 apud LE GOFF, 2012, p. 407).

[1] Segundo Ofelia Ferrán (1998, p. 109 apud MARÇAL, 2013, p. 103-4), o exílio é uma temática central na obra de Jorge Semprún. Desde a Guerra Civil da Espanha (1936-1939), até sua condição clandestina como membro do PCE, passando inevitavelmente pela experiência em Buchenwald, a condição de expatriado parece uma constante na biografia do autor: não somente o exílio da própria terra, mas de sua cidadania e até mesmo de sua própria língua (lembrando que a obra de Semprún é, em grande parte, escrita em francês); são pontos centrais em sua história de vida. Logo, a literatura se torna uma espécie de solo para o escritor, onde essas tensões são trabalhadas no sentido de estabelecer um local para si no mundo.

[2] "¿Cómo vamos a hacer para comprender esa vida en un sitio rodeado de árboles, un bosque de hayas – Buchenwald quiere decir bosque de hayas, acota Semprún –, donde han desaparecido los pájaros porque el humo del crematorio los ha hecho salir de ese bosque? ¿Cómo se puede contar, cómo se hace comprender lo que es vivir en un bosque donde no se oye el rumor de los pájaros? Hace falta un poco de arte, de artificio" (Entrevista concedida por Jorge Semprún a Guadalupe Alonso e José Gordon, da Revista da UNAM 2011).

Partindo dessa consideração a respeito da relação entre memória e narrativa, é importante situar tais componentes tendo por referência a experiência concentracionária. Para tanto, levantamos três questões: o quê narrar? Como? Por quê? Partindo dessas três pontuações, acreditamos ser possível atribuir um sentido às obras de Semprún, a luz de suas vivências políticas, seja no campo de Buchenwald, seja como membro do PCE.

Seligmann-Silva (2008, p. 74) tece algumas considerações a respeito do caráter político do testemunho, a partir dos quais podemos situar melhor a leitura do relato sempruniano. Para o professor, os testemunhos podem ser enquadrados como alternativa à história oficial, levando em conta o livro *Temóins* (1929), de Jean-Norton Cru, que contou a história da Primeira Guerra Mundial a partir de relatos de soldados, oferecendo um caminho, sem dúvida crítico aos textos oficiais, laudatório para com os grandes nomes envolvidos no conflito; documento da barbárie, proposto por Walter Benjamin: "nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo um [documento] da barbárie" (1974, apud SELIGMANN-SILVA, 2008); papel de resistência, assumido pelos grupos de oposição aos regimes militares. Procuraremos ler os textos de Semprún a partir destes postulados, considerando sua relação com os regimes totalitários.

1. Alternativa à história oficial

Em nosso estudo, é importante pontuarmos a análise de Hannah Arendt (1998) acerca da propaganda totalitária, em sua obra clássica *Origens do Totalitarismo*. Para ela, os regimes totalitários articulam uma publicidade que é totalmente inverossímil, mas é coerente, cujo poder de atração está justamente no fato de fazer sentido para as massas não incluídas no jogo político (eliminação da fatuidade da história através de um discurso sobre a realidade baseado em leis históricas sobre as quais a ação contingencial parecia completamente banal), em uma realidade totalmente incongruente, no momento de colapso do sistema de classes, trabalhado anteriormente no mesmo capítulo do livro (p. 401). Interessante notar como a questão do apagamento do limite entre ficção e real está em estreita ligação com o século XX, tanto na forma de cooptação das massas pelos movimentos totalitários, quanto na representação dos acontecimentos e das experiências por parte de quem *sobreviveu*. A nosso ver, a leitura de Arendt está em profunda sintonia com a de Seligmann-Silva (2000), exposta adiante, contribuindo para uma melhor compreensão deste

século do absurdo, além de se relacionar diretamente com a vida de Jorge Semprún. Em "Um belo domingo" (1982), o autor critica o texto "A URSS e nós", escrito pela cúpula do Partido Comunista Francês, o qual busca desconstruir o uso do termo *Gulag* para se tratar a respeito dos campos de concentração soviéticos:

> [...] os intelectuais, cujos nomes prefiro esquecer, escreveram este parágrafo: "O emprego da palavra Gulag provoca reflexões da mesma ordem" – diziam assim porque se recusavam a empregar o qualificativo *stalinista* –. "Essa palavra é uma sigla. É formada por iniciais russas da direção do Estado dos campos de trabalho corretivo" – mais uma vez, bravo, velho Hegel! – "que designou até 1956 a administração dos campos. *Soljenitzyn compreendeu a carga afetiva que essas duas sílabas estranhas e inquietadoras podem conter; a 'mass media' organizou ao redor dela uma orquestração colossal e obsedante.* A palavra veio então a se interpor entre o ocidente médio" – que espécie nova é essa? De que híbrido se trata? – "e toda a visão racional e diferenciada do mundo socialista, de sua evolução e de sua realidade (p. 144).

A obra sempruniana faz um contraponto a essas tentativas de falseamento da realidade por parte da intelectualidade comunista, que tece uma realidade inverossímil ao redor da experiência soviética. Para Semprún, negar o *Gulag* equivale a negar o *Lager*:

> O que teriam dito esses intelectuais do P.C.F., no momento da projeção de *O Holocausto* nas telas de televisão européias – ou ocidentais médias –, da publicação de um texto deste gênero: "Tendo compreendido a carga afetiva que podem conter as palavras *câmara de gás* e *forno crematório*, os judeus – uma variante; poder-se-ia dizer: os sionistas – organizaram a respeito, através da *mass media*, uma orquestração colossal e obsessiva"? Teriam gritado ante o escândalo, sem dúvida (Enfim, ousamos ainda esperar!). Contudo, foi exatamente a mesma coisa. Seu passo foi idêntico na direção da ignomínia (p. 145).

Varandas (2014, p. 24) aponta que a condição de ex-prisioneiro em Buchenwald fez com que parecesse contraditório para Semprún manter-se alinhado à direção do PCE, que se mantinha em estreita colaboração com Moscou e a política khruschevista. Embora fale do caráter "razoável" do relatório do XX Congresso do Partido Comunista, em 1956 (SEMPRÚN, 1982, p. 317), o autor aponta as suas limitações ao reabilitar apenas uma parte da oposição a Stálin (p. 318); o texto separa vítimas inocentes e merecedoras, criando assim uma justificativa para o massacre dos *kulaks* (p. 320)[3]. Khruschev buscava um modo de se afirmar desmobilizando dois opositores

[3] "Os *kulaks*, nessa época [janeiro de 1930, início da Segunda Revolução Russa], eram camponeses proprietários de no máximo, 10 hectares de terra e duas ou três vacas. A mão-de-obra era familiar, acrescida de um ou dois trabalhadores assalariados – cujo total não ultrapassava dez pessoas. Stalin, entretanto, descrevia os *kulaks* como 'classe exploradora' e 'último bastião do capitalismo'" (FERREIRA, 2003, p. 85).

stalinistas, Molotov e Kaganovitch (p. 318). Tal tentativa buscava ordenar o sistema soviético pelo alto, dando-lhe um verniz de legalidade, embora para o próprio Semprún não tenha perdido o aspecto de um golpe (p. 319); além disso – importante assinalar –, toda aquela estrutura já havia sido edificada durante os anos de Terror postos em revista naquele congresso e seus participantes – inclusive o próprio Khruschev- foram partes desse mecanismo (p. 319 e p. 321).

O próprio Semprún se reconhece como parte integrante do projeto socialista:

> [...] Apagar também a culpa que eu sentia de haver vivido na inocência patética da lembrança de Buchenwald, a inocente lembrança de ter pertencido ao campo dos justos, sem nenhuma dúvida, quando as ideias pelas quais eu acreditava estar lutando, a justiça pela qual eu acreditava estar me batendo, serviam no mesmo momento para justificar a injustiça mais radical, o mal mais absoluto: *o campo dos justos havia criado e gerado os campos de Kolyma* [grifo nosso] (1982, p. 138-139).

O trecho destacado nos leva a outro:

> Trinta e quatro anos antes[4], você voltava de Buchenwald. Olhava as bandeiras vermelhas do primeiro de maio, engrinaldadas com as franjas efêmeras de neve impalpável. No mesmo momento, os campos do Gulag de Stalin começavam a receber os russos que haviam escapados dos campos nazistas. Na véspera do primeiro de maio foram retiradas das janelas da prisão de Lubianka, em Moscou, as cortinas de camuflagem. "A guerra visivelmente chegava ao fim", escreveu mais tarde Alexander Soljenitzyn (1982, p. 270).

Qual o sentido da libertação de Buchenwald quando o *Gulag* ainda permanece em funcionamento? Qual o envolvimento de Semprún com essa realidade? Sem dúvida, conforme já foi dito, o autor se vê como parte desse projeto, devido ao fato de ter entrado para o partido ainda durante a égide do stalinismo (1929-1953). A memória destes anos está, na visão deste, recoberta de sangue; não a sua memória especificamente ("Não havia nada do que me orgulhar, particularmente...), embora isso pudesse ter sido apenas uma questão de tempo (p. 140).

2. Documento da barbárie

A visão da realidade enquanto catástrofe coloca em xeque a concepção tradicional de representação. Já que o real é catastrófico, como representá-lo? Duas respostas são

[4] A narrativa está situada no dia 01/05/1979.

oferecidas: o imagético ou um apego ainda maior ao realismo dos fatos. Nesse sentido, a *Shoah* segue como horizonte das discussões, por representar o marco maior do trágico século XX (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 74-5). No caso da obra sempruniana, Karsten Garscha (2003 apud MARÇAL, 2013, p. 109-10) aponta um *proceso de literalización de lo real*. Tal processo nada mais é que um modo utilizado pelo autor para narrar uma experiência extrema, inverossímil, impossível de se representar literalmente; segundo Garscha:

> [...] as repetições, levadas a cabo pelo discurso iterativo do narrador, indicam a impossibilidade de transmitir em sua totalidade a vivência em Buchenwald; a memória da catástrofe, por sua vez, aparece em seu duplo aspecto: como elemento estruturador do texto, substrato inesgotável que permite que o sobrevivente testemunhe escrevendo e reescrevendo uma história interminável, mas também como matéria indomável, resistente à reflexão, que se impõe por meio de imagens que serão aceitas ou rechaçadas pelo sobrevivente em função de seu poder de aguentá-las, descrevê-las e narrá-las.

O substrato do trauma é perene para quem o – experimentou, pois tal situação é marcante justamente pela repetição da cena traumática, um evento *transbordante* (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 84). O trauma é um corpo estranho para quem o – viveu (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 68) e sua dimensão e impacto tornam impossível representá-lo totalmente (idem). Nesse sentido, a imaginação surge como via de acesso, tornando possível o testemunho; o absurdo do *Lager* ganha caráter de verossimilhança com o texto ficcional (idem, p. 70), sem, contudo, garantir-lhe literalidade.

A ambivalência do trauma é um ponto interessante a se destacar no texto *O morto certo*. Como já foi dito, esse é um livro-relato do campo de concentração; a estrutura deste lugar busca lançar no esquecimento os prisioneiros ali inseridos. A respeito da obra de outro sobrevivente, Primo Levi, prisioneiro em Auschwitz, Soares (2012, p. 915) pontua:

> No campo de concentração, a personalidade corria maior risco que a própria vida. O campo funcionava como um laboratório para a morte. Além do trabalho forçado, interessava aos que o montaram experiências destrutivas da vida. A idéia de eugenia, associada à de produção de uma raça superior ariana, se ligava também a um projeto de destruição daqueles considerados inferiores. Mas não se tratava da mera destruição física, caso em que os prisioneiros poderiam ter sido executados sem a montagem de toda a estrutura dos campos. Estudava-se ali como eliminar pessoas, como destruí-las de modo integral. Saber disso, ter vivido na própria pele a constatação de onde chegamos, era assustador a ponto de os sobreviventes questionarem se valia a pena levar para fora do campo o que acontecia com eles ou se era melhor deixar morrer com eles, ali mesmo, toda aquela miséria.

A escrita desse livro suscita uma memória incômoda, mas que tem, por outro lado, o significado do triunfo sobre aquele mundo, um barramento ao projeto totalitário em descartar totalmente a personalidade daqueles indivíduos. Sem dúvida que há aqueles destruídos em sua individualidade pelos campos de concentração; são os *muçulmanos*, que não se encaixam ao ideal da resistência para sobreviver, mas se apagam e morrem individualmente; o *Lager* é aonde o limite entre vida e morte é borrado.

E mais: Semprún afirma a legitimidade de seu relato ao criticar a ideia de que somente os mortos poderiam escrever acerca da realidade concentracionária. Ao ironizar essa premissa e o sentimento de culpa pela sobrevivência (2005, p. 14), o autor afirma a necessidade de se testemunhar essa *memória incômoda*, pois, caso contrário, esta morrerá junto com os sobreviventes (o próprio Semprún morreu há quatro anos).

3. Memória da resistência

> Sem dúvida, você não nega, a insurreição armada de Buchenwald não foi um feito militar, não transformou o curso da guerra. Mas, o curso da guerra teria sido transformado, a guerra teria durado um dia a menos, um só dia a menos, se Paris não se sublevasse? Você sabe bem e Bruno Bettelheim devia saber quase tão bem quanto você, que as insurreições armadas dessa ordem tem, sobretudo, um significado político e moral. Assim, se o curso da guerra não mudou por causa da insurreição de Paris, o curso moral e político da história da França foi profundamente modificado. O mesmo para Buchenwald, diz você. O importante não era tanto fazer algumas dezenas de prisioneiros, ocupar o terreno no momento em que os SS começaram a evacuação precipitada dos mirantes e das casernas – isto é, no momento em que o risco de verter inutilmente, para a glória dos pequenos chefes, o sangue dos deportados era mínimo, praticamente reduzido a zero, momento perfeitamente calculado pela direção militar clandestina –, o importante era quebrar, nem que fosse por algumas horas, a fatalidade da escravidão e da submissão. O poder não estava na ponta dos fuzis, naquele dia, em Buchenwald, você sabe muito bem: era a dignidade que estava na ponta dos seus fuzis. Foi por essa dignidade, por essa ideia da espécie humana, que você sobreviveu (SEMPRÚN, 1982, p. 372).

> [...] Não poderei viver o tempo todo nessa memória, François: você bem sabe que é uma memória mortífera. Mas voltarei a essa lembrança, como se volta à vida. Paradoxalmente, ao menos à primeira vista, à curta vista, voltarei a essa lembrança, deliberadamente, nos momentos em que precisar tomar novamente pé, recolocar o mundo em questão, e eu mesmo no mundo, repartir, relançar a vontade de viver esgotada pela opaca insignificância da vida. Voltarei a essa lembrança da casa dos mortos, do mortuário de Buchenwald, para reencontrar o gosto pela vida (SEMPRÚN, 2005, p. 142).

Os trechos destacados de *Um belo domingo* e *O morto certo* refletem uma atitude de resistência de Jorge Semprún para com a realidade concentracionária. A insurreição de Buchenwald teve um sentido no passado de elevar a moral dos prisioneiros, quando o efeito militar era nulo; a memória do *Lager* orienta para o futuro, faz renascer a vontade de viver. Tais sentidos das obras oferecem também uma possibilidade de leitura da postura do escritor em relação ao socialismo soviético; é preciso lutar por Eduardo Kuznetsov, é preciso lutar pelos judeus de Czestochowa (1982, p. 271). A literatura torna-se um papel de resistência de Semprún em relação ao sistema dentro do qual esteve por quase vinte anos. Sua memória não é simples como a de outubro de 1934, do operário assassinado na Praça Cibele em Madrid[5]; não há mais dois blocos antagônicos dos "bons" *versus* "maus", no qual o socialismo representava o lado certo, barrado pela reação fascista. A experiência soviética, nas palavras de Franco Fortini – com as quais Semprún concorda-, é definida como uma catástrofe histórica (1982, p. 369). A recusa da ideia, a qual Fortini aborda em seu texto sobre o desprezo da esquerda europeia a obra de Soljenitzyn, também foi compartilhada pelo autor (2005, p. 102-104). Sua tomada de consciência é a recusa ao *Pensamento Correto*, um campo comum de resistência aos totalitarismos, seja pela memória do *Lager*, seja pela crítica a um poder que se mostrou tão opressivo quanto aquele que antes defendia. Pollak (1989, p. 5) aponta que o período de silêncio ao redor de memórias reprimidas alimenta também a resistência sobre estas mesmas memórias, que, embora não venham a público rapidamente, uma hora emergem. A respeito de tal período podemos compreender como os anos que separam a libertação de Buchenwald (1945) até a publicação de *A longa viagem* (1963), seu primeiro romance. Tais anos refletem a opção do autor pela *vida*, após o período traumático (VARANDAS, 2014, p. 19), nos quais suas lembranças acerca da experiência como militante e o período como prisioneiro[6] se articulam e se contrapõem à memória oficial propagada pelo PCE.

[5] "Estava tudo silencioso como hoje. Mas não era uma madrugada de junho, era uma tarde de outubro, em 1934. Portanto, não foi o silêncio da madrugada que me fez escutar o murmúrio das fontes. Foi um silêncio mais pesado. Um silêncio de morte, como se diz. E pelo menos dessa vez era verdade. Um silêncio, outrora, depois do estrépito das armas automáticas. Um cadáver fora deixado na praça. Um homem com um macacão azul de trabalho, abatido pelas rajadas da Guarda Civil. Uma de suas alpargatas rolou para longe, quando ele caiu" (SEMPRÚN, 1982, p. 213-214).

[6] É importante que se defina a ênfase a memória do período de militância para Semprún em nosso texto, não somente por ser o foco do trabalho, mas também pelo seu impacto na obra deste autor. Para Varandas (2014, p. 24), a expulsão do PCE foi mais devastadora psicologicamente para este do que as torturas físicas sofridas em Buchenwald, pois: "[...] o que estava aqui em causa era o facto de que deixar de ser comunista, significava que tudo aquilo em que Semprún acreditava desde jovem, todas as "ilusões" como lhe chama, tinham caído por terra" (idem). A prisão, apesar do horror, era devido à sua luta em prol de uma causa a qual se entregara e resumia todos os seus valores até então (idem).

Conclusão

Retornamos alguns parágrafos no texto para fazermos uma pontuação a respeito da própria possibilidade de uma representação literal de qualquer objeto, a partir da leitura do ensaio "A história como trauma", de Márcio Seligmann-Silva (2000). Tendo a própria *Shoah* colocado em uma posição central tais questionamentos de uma forma geral, soa incongruente ignorar tais discussões (que, importante relembrar, são anteriores à ocorrência do Holocausto), desqualificando o caráter ficcional de alguns testemunhos, como é o caso de Jorge Semprún. Conforme já foi dito, a literatura traz para o historiador que se dispõe à sua leitura como registro do passado uma série de desafios, que enriquecem seu ofício, jamais tornam inválido tal estudo.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERREIRA, Jorge. "O socialismo soviético". In. REIS FILHO, Daniel Aarão. _____. ZENHA, Celeste. **O século XX:** O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

LEVI, Primo. "Decodificação". In. **71 Contos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARÇAL, Marcia Romero. "O exílio, a memória e a relação entre arte e história na obra de Jorge Semprún". **Revista Alere.** Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários-PPGEL. Cáceres, Ano 06, v. 8, n. 8, dez. 2013.

POLLAK, Michel. "Memória, Esquecimento, Silêncio". **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SELIGMANN-SILVA. Marcio. "A história como trauma". In. NESTRÓVSKI, Arthur. _____. **Catástrofe e representação.** São Paulo: Escuta, 2000.

_____. "Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas". **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SEMPRÚN, Jorge. **Um belo domingo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **O morto certo.** São Paulo: Arx, 2005.

_____. "Libro interminable de la memoria". **Revista de la Universidad Autonoma de México**, Cidade do México, n. 89, p. 61-64, 2011. Entrevista concedida a Guadalupe Alonso e José Gordon.

SOARES, Geraldo Antonio. “Os tormentos da memória: trauma e narrativa na obra de Primo Levi”. **Varia História.** Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 911-927: jul./dez. 2012.

VARANDAS, Tânia Alexandre de Matos. **O Mal Político e o Impacto da Guerra Fria no Pensamento de Jorge Semprun.** 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus). Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora.

CAMPO BELO: O ENTENDIMENTO DE SI EM CONTO DE CONCEIÇÃO EVARISTO COMO METÁFORA DO PROCESSO DE DESCOLONIALIDADE

Joana d'Arc Batista Herkenhoff
Programa de Pós-Graduação em Letras - UFES. Secretaria Municipal de Educação (Serra - ES).

Resumo: Trata-se de um diálogo com o conto "Isaltina Campo Belo" de Conceição Evaristo, do livro *Insubmissas lágrimas de mulher,* (2011), a fim de evidenciar o processo de autoentendimento vivido pela personagem como um processo de descolonialidade, a partir dos estudos de Rita Laura Segato (2010), Rocío Medina Martín (2010) e Betty Ruth Lozano Lerna (2011), especialmente no que se refere à interseccionalidade de questões de gênero e etnia nas situações de violência contra a mulher. O conto permite refletir sobre o modo como, em contextos pós-coloniais, a colonialidade se reproduz nas relações dos sujeitos, configurada em modos de se perceber e estar no mundo e se evidencia em construções discursivas e crenças a respeito de si e dos outros.

Palavras-chave: descolonialidade; interseccionalidade de gênero e etnia; Conceição Evaristo.

Abstract: The present work conducts a dialogue of the Conceicao Evaristo's story "Isaltina Campo Belo" that is in the book Insubmissas lagrimas de mullher (2011) with the aim of showing the self-understanding process experienced by the main character of the story, as a decolonialization process. The dialogue is conducted from Rita Laura Segato (2010), Rocío Medina Martín (2010), and Betty Ruth Lozano Lerna (2011) studies, highlighting the intersectionality of gender and ethnicity aspects in conditions of violence against women. In post-colonial contexts, the story allows thinking about how the colonialization is reproduced in the relationships between subjects; which is configured in modes of perceiving and being in the world and is evident in discursive constructions and beliefs about self and others.

Keywords: decolonialization; intersectionality of gender and ethnicity; Conceição Evaristo.

Considerações Iniciais

Em *A câmara clara*, livro de 1980, Roland Barthes discorre sobre dois elementos identificados por ele na análise de fotografias: o *studium* e o *punctum*. No primeiro, a interpretação da foto é agenciada pelo conhecimento prévio do espectador (BARTHES, 1984, p. 48). Já o *punctum,* como escreve Barthes, "não sou eu que vou buscá-lo (como invisto com minha consciência soberana o campo do studium), é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar" (1984, p. 46). Esses dois elementos possibilitam leituras diferentes, o *studium* permite uma interpretação mais racional, já o *punctum* cria uma relação de proximidade e envolvimento maiores com o objeto apreciado. Enquanto o *studium* está para o geral, o *punctum* está para o detalhe, para o particular, ele "[...] é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados. O punctum de uma foto é esse acaso que, nela, me punge [...]" (1984, p. 46).

Embora sejam essas categorias usadas pelo autor na apreciação de fotografias, nos apropriaremos da noção de *punctum* nesta análise textual, considerando que o procedimento de análise realizado por Barthes de seu corpus imagético em muito se aproxima da leitura de um texto *stricto sensu*.

O *punctum*, imagem que nos fisgou na história da personagem Campo Belo, de *Insubmissas lágrimas de mulher*, da escritora afro-mineira Conceição Evaristo, foi um pequeno corte, uma incisão cirúrgica, que deixou entrever na dor, a coragem de uma menina negra de seis anos: em uma crise aguda de apendicite, diante da eminência da cirurgia, "intimamente sorria feliz" (EVARISTO, 2011, p. 51), por vislumbrar a possiblidade do corte revelar sua "identidade secreta". O "cortinho" (p. 51) inicial se dissemina de forma metafórica e metonímica por toda a narrativa, revelando, na fragilidade, a força do subalterno. O conto de Conceição Evaristo mostra-se oportuno pelo seu impactante conteúdo de realidade, por trazer, sem o alarde do panfleto, a história silenciosa e silenciada de um, dentre tantos outros sujeitos cuja identidade sexual/de gênero se constituiu em meio a atos de violências simbólicas, psicológicas e físicas.

Essa discussão mostra-se relevante na atualidade brasileira, quando se tem mobilizado uma "cruzada"[1] para "tirar" dos Planos Municipais de Educação, em construção, a "ideologia de gênero" que ameaça a "tradicional família brasileira", enquanto avultam formas de violências contra a mulher, emblematizadas nos adesivos usados para protestar contra a alta do preço da gasolina, veiculados na internet, com uma montagem feita com a imagem da presidenta, que fazia coincidir órgão sexual com o orifício de injetar o combustível.

A imagem do corte será nosso mote por estar latente (presente-ausente) em diversos momentos da vida de Campo Belo, como signo do feminino, do ser mulher, da violência sexual, da ruptura, das margens e das costuras, mas, sobretudo como signo de resistência do subalterno, que revela, na sua fraqueza, a força. Compreende-se aqui o subalterno, na acepção de Spivak, como aquele que pertencente "às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (p. 12).

Os estudos de Rita Laura Segato (2010), Rocío Medina Martín (2010) e Betty Ruth Lozano Lerna (2011) por buscarem contemplar vozes e práticas excluídas de sujeitos subalternos femininos, pós-coloniais, latino-americanos e abordarem a interseccionalidade

[1] Para maiores informações, Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>.

entre as categorias de raça, sexualidade, gênero e classe social, servirão para iluminar o diálogo com o texto de Conceição Evaristo.

1. Ficção e realidade: sem cortes

> Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (p. 9).

Conceição Evaristo é conhecida por seu método de escrita, a "escrevivência", que é exatamente "escrever com", em vez de "escrever sobre". As palavras em epígrafe, retiradas da página de abertura do seu livro, expõem esse processo de escrita fronteiriça que se dá no "entrelugar", "Entre o acontecimento e a narração do fato", entre o real e a ficção. Ciente de que a verdade neutra não existe em absoluto, defende que escrever é se comprometer (ou não).

"Isaltina Campo Belo" é uma dentre as 13 vozes de mulheres negras, com histórias marcadas por violências, que rompem o silencio e contam suas histórias a uma semelhante que colhe seus testemunhos e os lança à página para serem colhidos, acolhidos por quem os ler (do latim, *legere*: colher, recolher) e passar adiante, como fazemos agora: difícil será calar-se após a escuta de tais histórias.

Em vez de adotar a primeira pessoa e falar pela personagem, a narradora, em um breve e caloroso prólogo, apresenta Campo Belo "como ela gostava de ser chamada" (EVARISTO, 2011, p. 49) ao leitor e, ambos (autora e leitor) colocam-se à escuta da voz da mulher que passa a contar sua história.

Essa manutenção da situação de oralidade na feitura dos contos é importante por permitir a identificação das personagens como mulheres negras em uma situação de recolha de testemunhos. Essa estratégia é atribuída, por Maria Carolina de Godoy (2013), à história de vida de Conceição, que em sua infância ouvia muitas histórias e causos e também a uma forma da escritora preservar a tradição africana, "como conhecedora de sua tradição de mulher negra".

A apropriação do testemunho feminino como fórmula narrativa vem ao encontro da necessidade de revalorização desse gênero que, segundo Cláudia Costa Lima (2012), não por acaso, exatamente quando passa a ser habitado por sujeitos subalternos femininos pós-

coloniais, tem perdido sua aura, revelando um "curioso desencanto, por parte dos intelectuais latino-americanos e latinoamericanistas, com as promessas do testemunho como gênero literário excêntrico dos anos de lutas pela democracia na América Latina" (p. 51).

Ao escolher um gênero subalterno que desabilita o binarismo verdade e ficção, a autora encara o que Nilma Lino (2010) considera um dos desafios do intelectual negro que é

> [...] romper com estruturas opressoras, de construir novas categorias analíticas e literárias através da criação. Isso o impele a não somente incorporar a língua e as categorias colonizadoras ou hegemônicas, mas problematizá-las e apontar os seus limites. Com essa atitude, o intelectual assume a sua própria voz, a sua fala, a sua cultura e a do seu grupo racial (LINO, 2010, p. 505).

2. O corte cirúrgico: a revelação do ser interior

> Ela dizia, com aparente calma, que talvez o médico precisasse fazer um "cortinho" na minha barriga. Apesar da dor, eu quase sorria e desejava que tal fato acontecesse. Ali estava a minha chance. O médico iria descobrir quem eu era, lá por debaixo de mim, e contaria para todos. Então o menino que eu era, por debaixo de mim, e contaria para todos. Então, o menino que eu carregava e que ninguém via, poderia soltar as suas asas e voar feliz (p. 49).

Campo Belo começa por dizer que desde criança se sentia diferente: "Nascida após um menino e uma menina, tive uma infância sem muitas dificuldades" (EVARISTO, 2011, p. 49). Embora não pretendamos uma explicação da questão de gênero pela via da psicanálise, uma leitura possível é que aí estava colocada a primeira dificuldade, o primeiro desafio encontrado pela protagonista na constituição de sua identidade: em uma cultura que pensa por pares binários, provavelmente, os pais esperavam, após uma menina, outro menino. Daí talvez o sentimento de diferença: para construir sua identidade, nega a irmã sua igual, em busca de uma referência diferente para se constituir.

A despeito de suas dificuldades, a protagonista afirma que teve uma infância feliz, ela e os de sua família "eram muito conhecidos e bem aceitos" no lugar onde viviam (EVARISTO, 2011, p. 50). Por que "aceitos"? Nas suas palavras, a sua dignidade de criança negra era alimentada por histórias familiares de conquista e resistência, dessa forma, "só" uma dúvida a perseguia: "Eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber" (EVARISTO, 2011, p. 50). A menina se espanta com o fato de que a mãe, como enfermeira, não identifique que ela é menino e, convencida de que a mãe sabe da sua diferença, tem como ela uma relação de amor e ódio, considerando-a sua algoz.

A menina Isaltina tinha o sentimento de que havia um menino dentro de si e nutria a crença de que solução para o seu conflito de daria pela via científica por meio da intervenção cirúrgica. Uma solução simples para um problema considerado simples (simples, do latim *simplex*, com uma só dobra, ou sem dobra): a incisão cirúrgica desvelaria o que os outros não viam. Esse modo de pensar pode ser atribuído à persistência de um modo de pensar tributário do pensamento eurocêntrico positivista tão arraigado em culturas marcadas pela colonialidade, com sua crença na ciência como forma de redenção e *ex-plicação* (preservando a herança etimológica, com a acepção tirar as dobras, desdobrar, tirar para fora). Como esclarece Anibal Quijano, citado por Martín, "el eurocentrismo no es la perspectiva cognitiva de los europeos exclusivamente o de los dominantes en el capitalismo mundial, sino del conjunto de los educados bajo su hegemonía" (2011, p. 60).

A epígrafe apresenta de forma tocante, a confiança que a menina tinha de que uma intervenção externa pudesse revelar aos outros a sua "identidade secreta": a imagem do menino liberto, a soltar suas asas e voar feliz remete ao processo de transformação dos super-heróis. Na visão infantil percebe-se a perspectiva a presença do pensamento binário: dentro-fora, aparência-essência e a ideia da identidade como algo que está por debaixo (da pele) e que o corte, cuja dor se mostra secundária, seria útil para revelar a verdade que é interior, escondida, já que ninguém a vê.

Após a intervenção cirúrgica, entretanto, persiste o engano, pois o médico define Isaltina como "mais corajosa que muitos meninos" (EVARISTO, 2011, p. 51), frustrando assim as expetativas de desvelamento, alimentadas pela menina.

3. A chegada do sangue da irmã

> [...] assim se deu: estávamos ela e eu numa entontecida brincadeira de sobe e desce das árvores, fugindo de meu irmão, que já havia completado os treze anos, quando percebi um filete de sangue escorrendo pela perna abaixo da minha irmã. Apavorada, gritei, pensando que ela tivesse se machucado no entrepernas (EVARISTO, 2011, p. 53).

Nesse episódio, destacado pela narradora no início e no final da sua narrativa, o corte se revela metonimicamente pelo seu efeito: o sangue que escorre e causa pavor na menina Isaltina. Arriscamos ler além do que está no texto, nas suas entrelinhas e entreditos. Ao que parece, o discurso de Campo Belo é construído pela autora como um discurso pudico, o uso do termo "entrepernas", indicia uma fala (castrada?) e reprimida, resultado de uma criação marcada por

valores machistas: a mãe não gostava que as meninas subissem em árvores. O subir em árvores deixa latente o seu sinônimo de conteúdo sexual: "trepar" e sua interdição e punição simbólica com o sangue vertido, a interdição do sexo às meninas (não será gratuita a retomada desse episódio por campo Belo, no momento em que faz uma síntese de sua história ao final da narrativa).

A protagonista convive toda a infância e adolescência com "a perene certeza" de que era diferente e com a sensação de estar "fora de lugar", esse sentimento se acentua com a chegada da sua menstruação e com o "caminho diferente" de seus "desejos e afagos" (EVARISTO, 2011, p. 54).

4. O corte violento: ainda a colonização de corpos de mulheres negras

> Cinco homens deflorando a inexperiência e a solidão do meu corpo [...]. Os mais humilhantes detalhes morreram na minha garganta, mas nunca nas minhas lembranças (EVARISTO, 2011p. 56).

A saída de casa é um movimento feito pelos heróis das narrativas, desde as populares até as canônicas (ou seria mais acertado dizer desde as populares, até se tornarem canônicas? A história de Ulisses era cantada pelos rapsodos e conhecida pelo povo até cair nas páginas do livro e receberem a chancela autoral de Homero e tomarem o destino do cânone). Esses movimentos, seja por meio de viagens ou fuga, podem ser compreendidos como busca interior, representando ritos de passagem para a vida adulta, importantes para o processo de construção da identidade.

Sentindo-se "estranha no ninho" (EVARISTO, 2011, p 54), a protagonista parte do seu mundo conhecido em busca de um outro espaço onde sua diferença se diluísse ou onde pudesse encontrar semelhantes, como ocorre ao patinho feio da fábula de Andersen que se descobre cisne. A saída de casa da protagonista do conto em análise, entretanto configura-se como uma fuga trágica: tal qual Édipo, foge do seu destino e o acaba encontrando. Fugindo de enfrentar o seu desejo enviesado em relação ao padrão do seu grupo familiar e social, ela acaba exatamente por encontrar de forma mais contundente essa diferença.

Até a saída de casa, na proteção do "clã" (EVARISTO, 2011, p. 51), a protagonista vive a experiência comunitária que remete a ideia de mundo-aldeia, desenvolvida por Segato, "la aldea, con su orden de estatus y sus solidaridad familista". Nesse tempo-lugar da felicidade idílica da infância, pensava que seu "único" problema era se sentir menino. Quando adentra na cidade, na vivência em sociedade, seu problema, até então simples, revela-se complexo (palavra do mesmo radical de simples que significa: com dobras múltiplas), interseccionado à questão

étnica e a outra não mencionada, a social, relacionada à profissão, considerando certa representação eivada de preconceito que paira sobre as enfermeiras e que as discussões sobre gênero e enfermagem, brevemente pesquisadas, parecem não tanger. O namorado que a vitima, provavelmente não será imune a esse duplo preconceito, quando afirma: "tinha certeza do meu fogo, afinal eu era uma mulher negra" (EVARISTO, 2011, p. 55).

O estupro, estratégia histórica de colonização de corpos negros em contextos coloniais, aqui ocorre como expediente perverso para conformá-lo ao padrão heteronormativo. Essa violência de gênero relatada no conto retrata um problema que se vem agravando na atualidade. Segundo Segato (2010), a humanidade testemunha "un momento de tenebrosas innovaciones en las formas de ensañarse con los cuerpos femeninos y feminizados, un ensañamiento que se difunde y se expande sin contención". A autora apresenta números contundentes da violência contra as mulheres em nosso continente e em outros lugares e adverte que

> La rapiña que se desata sobre lo femenino se manifiesta tanto en formas de destrucción corporal sin precedentes como en las formas de tráfico y comercialización de lo que estos cuerpos puedan ofrecer, hasta el último límite. La ocupación depredadora de los cuerpos femeninos o feminizados se practica como nunca antes y, en esta etapa apocalíptica de la humanidad, es expoliadora hasta dejar solo restos (2010).

A frase lacônica apresentada na epígrafe é o que Campo Belo consegue, com esforço, verbalizar da violência sofrida. O ato só é nomeado uma vez no final da narrativa: "Eu, até então encarava o estupro como um castigo merecido, por não me sentir seduzida por homens" (EVARISTO, 2011, p. 57), quando Campo Belo supera a internalização da violência sofrida como castigo merecido.

5. O corte epistemológico: o processo de descolonialidade

> E foi então que eu me entendi mulher, igual a todas e diferente de todas que ali estavam (EVARISTO, 2011, p. 57).

Retomando o início da narrativa, a menina Isaltina acredita que o médico por meio do corte cirúrgico *des-cobriria* (EVARISTO, 2011, p. 51) o que estava oculto. Entretanto, ao final da narrativa, Campo Belo não usa esse mesmo verbo para se referir ao processo que a leva a perceber que não há um menino dentro dela, que não se tratava de *descobrir* algo (palavra com forte carga simbólica em contextos marcados pela experiência colonial e pela

colonialidade), mas sim de um processo interno de autoentendimento que implica em abandonar crenças e certezas internalizadas em relação ao par binário homem-mulher para adentar na perspectiva que contempla o dual, o plural e o diverso: "Sim, eu podia me encantar por alguém e esse alguém podia ser uma mulher. Eu podia desejar minha semelhante, tanto quanto outras semelhantes minhas desejavam o homem" (EVARISTO, 2011, p. 57).

A escolha do nome Miríades para a companheira de Campo Belo contribui para essa leitura. Por não trazer marcas de gênero masculino ou feminino e sim a marca gramatical do plural, carrega em si a conotação de pluralidade, diversidade, já que significa "Grande número indeterminado" sendo muito usado para nomear constelações: miríades de estrelas.

6. Tentativa de costura sem pretensão de sutura

Este estudo consistiu numa tentativa de dialogar com o conto "Isaltina Campo Belo", a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais *lato sensu*, considerando que

> A *crítica pós-colonial*, em suas variações, realiza uma revisão epistemológica das narrativas modernas que foram erigidas mediante o *silenciamento* das histórias de indivíduos e coletividades que, fora dos centros de poder, passavam por inexistentes; ou, o que é tão nocivo quanto, eram avaliadas do ponto de vista moral como inferiores e/ou inacabadas em comparação às narrativas (locais) europeias, tomadas como parâmetro, o que legitimou/legitima a prática (ilegítima) da colonização e as persistências do *neo-colonialismo* (2011, p. 134).

A história de Campo Belo, do seu processo de entendimento de si e a consequente assunção do desejo por uma semelhante pode ser compreendido como um processo de descolonialialidade, considerando que "Descolonizarse significa un desprendimiento epistémico del conocimiento europeo, pensar la propia historia, pensar la propia liberación pero con categorías propias, desde nuestras propias realidades y experiencias" (LERNA, 2010, p. 11).

Em contextos pós-coloniais, a colonialidade se faz presente nas relações, evidenciando-se em construções discursivas e crenças a respeitos de si e dos outros. O conto analisado chama a atenção para a interseccionalidade de questões de gênero e etnia nas situações de violência contra a mulher, um grave problema da atualidade. Dessa forma, "Ha que partir reconociendo que además de la colonización de los saberes y del ser, hay una colonización de los cuerpos; que aunque tiene que ver com la colonización del ser" (LERNA, 2010, p. 11).

No artigo "Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial", Rita Laura Segato, a partir de sua inserção e participação na luta das comunidades indígenas, defende que as relações de gênero são modificadas historicamente pelo colonialismo e pela epistemologia da modernidade colonialidade e que a violência contra a mulher, cujo extremo é o feminicídio crescente, são decorrentes dessa mentalidade colonial persistente.

A autora reivindica um *status* central para a problemática da colonialidade de gênero nas reflexões decoloniais pelo seu poder de desestabilizar arranjos familiares, sociais, das culturas subalternizadas, com a sobreposição de suas relações de poder, aviltando homens e mulheres. A autora adverte que não basta

> introducir el género como uno entre los temas de la crítica descolonial o como uno de los aspectos de la dominación en el patrón de la colonialidad, sino de darle un real estatuto teórico y epistémico al examinarlo como categoría central capaz de iluminar todos los otros aspectos de la transformación impuesta a la vida de las comunidades al ser captadas por el nuevo orden colonial moderno (SEGATO, 2010).

Embora a autora em seu artigo aborde uma questão específica que são as infiltrações das relações de gênero da ordem colonial moderna nas relações de gênero do "mundo-aldeia", enfocando os povos indígenas, a sua reflexão sobre binarismo/dualidade, mostram-se especialmente importantes pra compreender o processo de entendimento de si no conto em análise, pois

> El dualismo, como el caso del dualismo de género en el mundo indígena, es una de las variantes de lo múltiplo o, también, el dos resume, epitomiza una multiplicidad. El binarismo, propio de la colonial modernidad, resulta de la episteme del expurgo y la exterioridad construida, del mundo del Uno (SEGATO, 2010).

Buscamos evidenciar o processo de auto-entendimento vivido pela personagem, como um processo de descolonialidade, em que a personagem, forte, insubmissa transforma os cortes em fendas, possibilidades de escapulir da armadura conformada pelo paradigma binário para uma visão plural da vida, pois "vivir de forma descolonial es intentar abrir brechas en un territorio totalizado por el esquema binario, que es posiblemente el instrumento más eficiente del poder" (SEGATO, 2010).

O texto se manifesta como uma forma de insurgência aos gêneros literários canônicos e seus temas habituais, desestabilizando binarismos como verdade e ficção, homem e mulher, interior, exterior, dentro-fora.

O texto de Conceição Evaristo é texto de fruição, no sentido barthesiano, é "aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gestos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem (BARTHES, 1987, p. 21-22). Por meio desse diálogo buscamos fazer reverberar a humanidade pulsante desse texto que projeta luz e sombra, na medida exata, sobre o drama da existência de Campo Belo em sua subalternidade de mulher negra, lésbica, recuperando, sem pedantismo e com forte apelo poético, essa condição: "Hoje, Miríades brinca de esconde-esconde-esconde em alguma galáxia". Quiçá encontre por lá Macunaíma que também foi para o céu virar constelação.

Referências

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DUARTE, Eduardo de Assis. "O *Bildungsroman* afro-brasileiro de Conceição Evaristo". **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 14. n. 1 jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100017> Acesso: 13 jun. 2015.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

GODOY, Maria Carolina de. "**Recontando histórias em insubmissas lágrimas de mulheres, de Conceição Evaristo**". 2013. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/recontando-historias-em-insubmissas-lagrimas-de-mulheres-de-conceicao-evaristo/>. Acesso em 18 jun. 2015.

GOMES, Nilma Lino. "Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira". In: SOUSA SANTOS, Boaventura de & MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez: 2010. p. 492-516.

LERMA, Betty Ruth Lozano. "El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano". **La manzana de la discordia**, Jul.-Dic., 2010, v. 5, n. 2, p. 7-24.

LIMA COSTA, Cláudia. **"Feminismo e tradução cultural"**. Disponível em <http://www2.let.uu.nl/solis/psc/p/PVOLUMEFOUR/PVOLUMEFOURPAPERS/P4DELIMACOSTA.pdf>. Acesso em 18 jun. 2015.

MARTÍN, Rocío Medina. "Feminismos periféricos, feminismos-otros: una genealogía feminista decolonial por reivindicar". **Revista Internacional de Pensamiento Político** - i Época, v. 8, 2013, p. 53-79.

MIGLIEVICH- RIBEIRO, Adelia Maria. "A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de o povo brasileiro". **REALIS.** UFPE, v. 1, n. 1, jan. 2011, p 134-146. Acesso em 18 jun. 2015.

SANTIAGO, Silviano. "O entre-lugar do discurso latino-americano". In: _____. **Uma literatura nos trópicos**. Ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

SEGATO, Rita Laura. "Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial". In: QUIJANO, Aníbal; NAVARRETE, Julio Mejía (Eds.). **La Cuestión Descolonial**. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2010, p. 1-30.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

LITERATURA DA ESTIAGEM: *FAMINTOS* E *OS FLAGELADOS DO VENTO LESTE*

João Luiz Xavier Castaldi
Mestre em Letras pelo PPGLit e Cultura Russa do Departamento de Letras Orientais da FFLCH/USP;
Professor de Literatura no Colégio CB-COC (São Roque - SP).

Resumo: No presente trabalho pretende-se ressaltar a especificidade do romance *Famintos* (1962), de Luís Romano – escritor, pesquisador e militante do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) –, em face da estética usual na Literatura Cabo-Verdiana de então. O referido romance tem como tema a principal questão social abordada pela Literatura do país em questão: a tragédia cíclica das secas que, combinadas com o descaso do regime colonial, dizimavam periodicamente a população de camponeses – embora a estiagem e a miséria sejam motivos frequentes nas Letras de Cabo Verde, *Famintos* revela-se uma espécie de fenômeno isolado, tanto pela crueza inédita com que expõe o definhamento forçado da população da "Ilha-Sem-Nome", seu "hiper-realismo", como pela abordagem mais social, politizada e historicista que dá ao tema, comumente retratado à maneira de uma Tragédia grega, como situação sem saída e destino infalível dos ilhéus. Para tanto será realizado um cotejo entre essa obra e o romance *Os Flagelados do Vento Leste* (1959), do "claridoso" Manuel Lopes: livro que aborda exatamente o mesmo período histórico – a longa seca que assolou a Ilha nos anos quarenta –, porém de um ponto de vista mais "tradicional", se é que assim podemos chamá-lo.

Palavras-chave: Literatura Cabo-Verdiana; Romano, Luís; Lopes, Manuel.

Abstract: In this work we propose to highlight the specificity of the novel *The Famished* (1962), by Luís Romano – writer, researcher and activist of the PAIGC (African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde) – in the face of the usual aesthetic of Cape Verdean Literature of that time. That novel has as its theme the main social issue approached by the Literature of the referred country: the cyclical tragedy of drought, combined with the indifference of the colonial regime – although the drought and the poverty are frequent motifs in Cape Verde Literature , *The Famished* proves to be a sort of isolated phenomenon , both the rawness which the novel exposes the forced languishment of the Island With No Name's population, its "hyper- realism", as the most social , politicized and historicist approach given to the theme, commonly portrayed as an unavoidable tragedy. To do this we'll make a comparison between this work and the novel *The Victims Of The East Wind* (1959), by Manuel Lopes, that covers the same historical period – the long drought which hit the island in the forties – but from a more "traditional" point of view.

Keywords: Cape Verdean Literature; Romano, Luís; Lopes, Manuel.

Luís Romano Madeira de Melo nasceu em 1922, no Cabo Verde sob domínio colonialista. Militante do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), bem como pesquisador da cultura nacional e defensor da oficialização do idioma cabo-verdiano, o escritor radicou-se no Brasil, para onde veio como exilado no começo dos anos sessenta e permaneceu até o fim da vida, vindo a falecer em Janeiro de 2010 na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, onde viveu por quase cinquenta anos.

Nosso objeto de estudo é *Famintos,* seu único romance, escrito na década de 1940. Embora tenha circulado clandestinamente, inclusive em Portugal, a publicação do romance

foi vetada pela PIDE – Polícia Internacional para a Defesa do Estado –, a polícia política e ultramarina do ditador português Antônio de Oliveira Salazar, vindo a obra a ser publicada no Brasil, em 1962 (e mais tarde proibida também pela nossa Ditadura). Nas palavras do próprio autor, *Famintos* foi o:

> [...] livro que me condenou a desaparecer, fornecendo-me vigor para, isoladamente, manter com vida a chama de, até hoje, ter conseguido empunhar meu grito de protesto contra o padecimento que testemunhei numa das piores fases da miséria nas Ilhas de Cabo Verde! (Silenciados pela Pide)[1].

O romance é composto por capítulos mais ou menos independentes, ambientados na Ilha de Santo Antão (ilha natal do escritor), que na obra torna-se "Ilha-Sem-Nome", durante a grande seca dos anos quarenta: estiagem que durou cerca de seis anos e coincidiu com a Segunda Guerra Mundial, o que dificultava a chegada de ajuda internacional. A impossibilidade do cultivo gera um êxodo do interior para o povoado já quase sem recursos, que resulta em mendicância e crime – de desgraça em desgraça o desespero toma conta da população enclausurada na ilha, espetáculo assistido pela meia dúzia de ricos que lá habita.

A década de 1930, com a fundação da revista *Claridade* pelos escritores Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, em parte inspirados pelo Regionalismo brasileiro e preocupados em "fincar os pés no chão" das ilhas, é quando os letrados cabo-verdianos voltam-se irreversivelmente para a busca de temáticas e estéticas de raízes genuinamente nativas. O estudioso Pires Laranjeira (1995, p. 190) resume bem a questão, quando diz que a revista seguiu "um ideário que teve como principais premissas afastar-se dos cânones portugueses e exprimir a voz coletiva do povo cabo-verdiano naquilo que ele possuía de mais autêntico". A geração da *Claridade* foi de fato a grande divisora de águas na prosa de Cabo Verde, a ponto do poeta José Luís Hopffer Almada (1998, p. 167) dizer que:

> [...] com a obra ficcional dos claridosos [...] são tecidas as linhas-mestras da moderna ficção cabo-verdiana, quais sejam: a) o telurismo, enquanto tessitura literária da comunhão entre o homem cabo-verdiano e o seu meio-ambiente [...] b) a abordagem do conjunto dos dramas do povo cabo-verdiano. [...] Antes de mais, no que se refere às condições ecológicas e sociais de sobrevivência.

[1] Carta de Luís Romano para o autor deste trabalho, de Julho de 2009.

O fato é que desde os escritores pioneiros, chamados nativistas, a relação do habitante das ilhas com espaço que os cerca foi o tema dominante tanto da poesia como da prosa cabo-verdianas. Com os escritores claridosos, o enfoque incide mais precisamente sobre a questão das frequentes secas e suas implicações (que vão da emigração ao crime e à morte por inanição), ou seja, sobre as "condições ecológicas e sociais da sobrevivência" a que Almada se refere. Não é à toa que o escritor Antônio Aurélio Gonçalves (1960, p. 30), em ensaio sobre essa geração de escritores, afirma que:

> Existe um leit-motiv nas letras cabo-verdianas no começo do período de que nos temos ocupado até agora: a estiagem – e as suas consequências: a pobreza, a estreiteza de cada meio, a desolação da paisagem, os horizontes que fecham as ilhas no seu círculo [...].

Famintos, embora trate das consequências da falta de chuva e tenha sido escrito na década de 1940, portanto em pleno período de vigência da estética claridosa, é profundamente diferente das obras de sua época. Trata-se, na verdade, de um fenômeno isolado na literatura cabo-verdiana, tanto pela crueza inédita com que expõe o definhamento forçado da população da "Ilha-Sem-Nome", seu realismo sem pudores, como pela abordagem mais politizada e historicista que dá à tragédia da seca, tema comumente retratado à maneira de uma Tragédia grega, como uma situação sem saída, destino infalível dos ilhéus. No intuito de ilustrar o modo como se dava a representação da realidade na ficção dos claridosos, citamos novamente Almada (1988, p. 168):

> [...] as chuvas e sua ausência, com todas as consequências nefastas consubstanciadas na tragédia das secas, das crises e das fomes, surgem como o verdadeiro barômetro do destino do Homem das ilhas e do seu modo de se apreender e aos ciclos vitais de sua existência.

Em ensaio sobre a agricultura de subsistência e a relação supersticiosa que o cabo-verdiano tem com os períodos de chuva e estiagem, fruto tanto da herança de religiões africanas animistas como de uma rígida educação católica, o escritor Daniel Spínola discorre sobre os rituais sincréticos realizados para que a chuva não falte, e afirma que de fato o camponês "está convencido que havendo chuva regular todos os anos não precisa de mais nada: nem do Governo, nem da ajuda externa, pois estarão asseguradas as colheitas" (1998, p. 50). Os escritores de então parecem compartilhar essa abordagem "mística" da tragédia das secas, na intenção de retratar a ligação do cabo-verdiano com a terra e a luta do homem do campo pela sobrevivência.

É quase impossível tratar desse tema sem fazer menção a *Os Flagelados do Vento Leste*, talvez o mais célebre romance sobre a seca em Cabo Verde – e que retrata exatamente o mesmo período representado em *Famintos*: a grande seca dos anos 1940. No romance do claridoso Manuel Lopes não há referências à faceta política da miséria, e a estiagem de fato é entendida pelos personagens como um misterioso desígnio de Deus. O enredo trata da desintegração de uma família de camponeses cujo chefe, José da Cruz, recusa-se a abandonar as terras que lavra, permanecendo fiel ao patrão e à esperança cega na melhora do clima. Mesmo o nome do personagem, "da Cruz", evoca forte religiosidade e como que a predisposição a uma lenta agonia: enquanto todos os seus vizinhos abandonam um a um os ranchos estorricados para trabalhar na abertura de estradas estatais em troca de comida, o "compadre Izé" não arreda pé de casa, porque "destino de homem de enxada é cavar e semear. Este é que é destino de homem: cavar e meter grão. A espiga vem do desígnio de Nosso Senhor. Se não vem é porque Ele não quis. Seja feita a sua vontade" (LOPES, 1979, p. 37). Ao saber que Leandro, o filho mais velho que há muitos anos vivia como pastor, tornara-se um salteador por não ter mais rebanhos para cuidar, amaldiçoa-o e deixa de aceitar os mantimentos que este vem oferecer: prefere enterrar a mulher e todos os filhos menores, vitimados pela fome, a abandonar seu ofício de lavrador ou receber comida de um ladrão, afinal "Andar no caminho ruim, é melhor que andar fora do caminho" (LOPES, 1979, p. 16). José da Cruz é o protótipo do homem ligado à terra, que nela acredita apesar de tudo, e não por acaso o narrador compara a ele e a família a "raízes arrancadas".

No decorrer do romance são frequentes as metáforas religiosas, o que reforça a noção de que a Natureza reflete os desígnios do sobrenatural e não há nada que se possa fazer a respeito, a não ser suportar resignadamente o castigo: assim, o vento leste é descrito como "as portas do Inferno" ou como "anjos maus" com "hálito de fogo" (LOPES, 1979, p. 107), e as velhas camponesas afirmam que lestada, gafanhotos e estiagem são as três calamidades que ao descerem juntas sobre a terra anunciam o fim do mundo.

A Natureza, má, revela o Destino dos homens, e a esses cabe aceitá-lo e dobrar-se à periodicidade das secas que cedo ou tarde vêm, como uma maldição que as pessoas aprenderam ano após ano a suportar – alguns emagrecem e adoecem, outros morrem, mas a chuva faz a esperança brotar novamente e o campesinato retoma suas atividades, que serão interrompidas pela próxima estiagem mais longa. Há trechos que tratam do "começo da escravização do menino pela terra" (LOPES, 1979, p. 49), quando os garotos, cheios de

orgulho, começam a usar calças de homem e acompanhar os pais nos trabalhos agrícolas, e outros em que o suão é descrito como uma desgraça que chega "devagar e inexoravelmente, com os passos arrastados do carrasco encarregado de nos passar o baraço ao pescoço [...]" (LOPES, 1979, p. 119). É como se o sol e o vento fossem as forças que escravizam os homens e fizessem as vezes de seus algozes por vontade própria, e o despotismo dos administradores simplesmente não viesse ao caso. Quanto a José da Cruz e sua família,

> Não havia neles nenhum sentimento de revolta, porque ninguém se revolta contra o Destino; o Destino é um enviado de Deus, e, nessa qualidade, representava Deus nas decisões que tomava, nos caminhos que traçava para os homens. E os homens não tinham culpa das determinações que vinham de cima. Tudo o que ficava do dia de hoje para diante não lhes pertencia (LOPES, 1979, p. 132).

Já o livro de Romano condena de forma bastante direta não só o descaso das autoridades coloniais, que se aproveitam da periodicidade da fome para recrutar mão de obra barata, como a mansidão do povo, que não se revolta por interpretar a ausência das chuvas como castigo divino. Nas páginas de *Famintos* subjaz uma crítica mordaz a essa inocência obscurantista, e principalmente ao abuso que dela faz o governo colonial. Aqui já não há flagelados do vento leste, mas flagelados do colonialismo, e as determinações não vêm tão "de cima" assim: vêm da Metrópole e da burguesia nativa, que lucram com as estações de seca – estações da mão de obra quase gratuita, da oportunidade de aquisição de terrenos, casas e animais por uma fração ínfima do que valem e da possibilidade de endividar perenemente o pequeno agricultor. Segundo Russel Hamilton, teórico das literaturas africanas, (1984, p. 169), a obra "oferece uma visão tão diferente dos temas caboverdianos que chega a ser iconoclástica". Na definição de José Luís Hopffer Almada (1998, p. 169), *Famintos*:

> [...] constitui certamente a primeira obra de denúncia total de todo o sistema colonial e de toda a economia da fome em Cabo Verde, em especial da pilhagem dos famintos pelo capital usurário no campo e do enriquecimento de alguns à custa das vítimas das estiagens.

Se observarmos as passagens em que o personagem Campina, que participara de greves de trabalhadores e conflitos violentos na Argentina, revolta-se contra a mansidão de seus compatriotas, fica clara a diferença de tratamento que Romano dá ao tema da miséria do camponês das ilhas. Incitando o povo a derrubar as portas de um armazém cheio de milho,

propriedade de um rico comerciante, Campina se exalta: "Povo que devia não ter nascido porque não tem energia para gritar seu padecimento. É primeira vez que sou testemunha de ver criatura acabando sem fazer um movimento para aguentar" (ROMANO, 1975, p. 64). Embora ocorram casos isolados e desorganizados de hortas invadidas e pequenos furtos no transporte de milho – delitos severamente punidos com espancamentos que, devido à autoridade ilimitada dos proprietários e à debilidade física dos esfomeados delinquentes, costumam resultar em morte –, a rebelião que o "argentino" procura articular jamais se concretiza.

Mesmo entre personagens como Roberto e Rufino, ex-lavradores empregados na abertura de estradas que acreditam que "Campina precisa é ouvir missa para lavar pecado" e que pelo fatalismo com que encaram a situação assemelham-se aos *Flagelados* de Manuel Lopes, há sempre alguma consciência de que alguém sai ganhando em meio àquela tragédia, como se pode observar no seguinte diálogo:

> - Mundo tem castigo! Mundo tem culpa de alguma falta que hoje é pobreza que está pagando! [...]
>
> - Sim. Só pobreza é que está pagando. Rico vai ficar dono disto tudo: Sr. Joãozinho, Comerciante, Modrongo, Miguelinho e esses outros que têm loja para trocar terra de cada um por litro de milho branco (ROMANO, 1975, p. 82).

É interessante observar que em *Famintos* há sempre o contraponto com os ricos da Ilha, representados em vários dos personagens principais e que parecem viver a época mais feliz de suas vidas, fazendo negócios mais do que lucrativos, competindo entre si na conquista de garotas, degustando licores importados e acompanhando as notícias da Guerra: gordos, bem vestidos e indiferentes à multidão de desgraçados que morrem de fome. A verdade é que Luís Romano dá muito mais ênfase ao contraste entre os "santos de carne" da burguesia crioula e o "povo-menino, cheio de ilusões e esperanças", que se contenta "com uma canção qualquer e uns bagos de milho que Deus, de quando em quando mandava" (p. 235), do que à representação das forças da Natureza como um flagelo. Aqui a seca é apenas o pano de fundo, a causa primária, enquanto o verdadeiro flagelo fica por conta dos comerciantes que sobem preços e juros a seu bel prazer, da brutalidade dos capatazes dos "caminhos-de-Estado" e da Administração Pública que amontoa os miseráveis no casarão chamado de "Abrigo", para que morram mais depressa – o próprio sub-título da obra, *Romance do Povo Caboverdiano sob o domínio colonialista*, já deixa mais do que explícita a intenção do autor.

Referências

ALMADA, José Luís Hopffer. "A Ficção Cabo-Verdiana Pós-Claridosa: Aspectos Fundamentais da Sua Evolução". In. VEIGA, Manuel (coord.). **Cabo verde, Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998.

AUERBACH, Erich. **Mimesis -** A representação da realidade na literatura ocidental. Tradução de George B. Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no Século XIX:** O Espetáculo da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHALENDAR, Pierrete et Gérard. "Estrutura Tipológica e Alcance Político de Famintos de Luís Romano". In. ROMANO, Luís. **Famintos.** Lisboa: Ulmeiro, 1983.

FERNANDES, Margarida M. de Menezes F. M. **Hora di Bai:** Os Cabo-Verdianos e a Morte: uma abordagem antropológica através da literatura de ficção. Lisboa: Editora Vega, 2004.

FERREIRA, Manuel. "Introdução". In. LOPES, Baltasar (org.). **Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea**. Praia: Edições Henriquinas, 1960.

_____. "O mito hesperitano ou a nostalgia do paraíso perdido". In. **Les Literatures Africaines de Langue Portugaise a la Recherche de l'Idendité Individuelle et Nationale -** Actes du Colloque International. Paris: Foundation Calouste Gulbenkian, 1985.

_____. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: ICP, 1977.

GONÇALVES, Antônio Aurélio. "Problemas da Literatura Romanesca em Cabo Verde". In. LOPES, Baltasar (org.). **Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea**. Praia: Edições Henriquinas, 1960.

HAMILTON, Russel G. **Literatura Africana, Literatura Necessária Volume II -** Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe. Lisboa: Edições 70, 1984.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LOPES, Manuel. **Os Flagelados do Vento Leste.** São Paulo: Ática, 1979.

LUKÁCS, Georg. "Narrar ou Descrever". Tradução de Giseh Vianna Konder. In. **Ensaios sobre Literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MELETÍNSKI, Eleazar. **Os Arquétipos Literários**. Tradução de Aurora F. Bernardini, Homero F. de Andrade e Arlete Cavaliere. Cotia: Ateliê Editorial, 1998.

MELLO, Ana Maria L. de. "A Paris de Os Miseráveis de Victor Hugo". In. **Ciências e Letras** nº 25. Porto Alegre: FAPA 1999.

NOA, Francisco. “Literatura Colonial em Moçambique: o paradigma submerso”. In. **Via Atlântica** nº 3. Maputo, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. “A Representação da Pobreza na Literatura: a Miséria na Paris do Século XIX”. In. **Ciências e Letras** nº 25. Porto Alegre: FAPA, 1999.

RIAUSOVA, Helena. “Famintos”. In. ROMANO, Luís**. Famintos**. Lisboa: Ulmeiro, 1983.

RIBEIRO, Renato Janine. “Um Novo Olhar (Apresentação)”. In. HUGO, Victor. **Os Miseráveis.** Tradução de Frederico O. P. de Barros. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

ROMANO, Luís. “A Língua Caboverdiana”. In. ROMANO, L. (org.). **Contravento:** Antologia Bilingue de Poesia Caboverdiana. Taunton: Atlantis Publishers, 1982.

_____. **Contravento:** Antologia Bilingue de Poesia Caboverdiana. Taunton: Atlantis Publishers, 1982.

_____. **Famintos.** Lisboa: Nova Aurora, 1975

_____. **Kabverd:** Civilização e Cultura. Rio de Janeiro: Minerva Press, 2000.

_____. **Negrume (Lzimparin)**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1973.

_____. “O Papel do Escritor na Afirmação e Desenvolvimento da Língua Nacional”. In. ROMANO, L. (org.). **Contravento:** Antologia Bilingue de Poesia Caboverdiana. Taunton: Atlantis Publishers, 1982.

_____. “Os Flagelados de Manuel Lopes”. In. LOPES, Manuel. **Os Flagelados do Vento Leste.** São Paulo: Ática, 1979.

SCHÜLLER, Donaldo. “Rumo a Novo Nilbud, a cidade dos pobres”. In. **Ciências e Letras,** nº 25. Porto Alegre: FAPA, 1999.

SCHWARZ, Roberto (org.). **Os Pobres na Literatura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SPÍNOLA, Daniel. “Sementeira, Chuva e Seca”. In. VEIGA, Manuel (coord.). **Cabo verde, Insularidade e Literatura.** Paris: Karthala, 1998.

VEIGA, Manuel (coord.). **Cabo verde, Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998.

ZOLA, Émile. **O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro**. Tradução de Ítalo Caroni e Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1982.

IDENTIDADES E INDECIBILIDADE NO CONTO A FUGA

Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres
Doutoranda/UFES/ bolsista CAPES

Adelia Miglievich Ribeiro
Doutora/UFES

Resumo: Este artigo versa sobre a representação do feminino na literatura, tendo como objeto de estudo o conto "A fuga", publicado no livro *A Bela e a Fera*, da escritora Clarice Lispector. A análise tem como foco de atenção a personagem que protagoniza a obra, suas características pessoais, bem como a observação atenta ao contexto social em que tal personagem está inserida. Tem como objetivos: entender o lugar do gênero na produção clariceana, percebendo os processos de desconstrução das subjetividades femininas elaborados pela autora; identificar, à luz dos estudos pós-coloniais e pós-modernos, os trânsitos, a hibridez e a indecidibilidade das identidades contemporâneas e femininas representadas no conto em estudo. Por meio deste estudo, observamos que a protagonista do conto "A fuga" possui identidades múltiplas e transitórias, apesar disso, está imersa num sentimento de indecibilidade o que impede a tomada de novos rumos. Tal personagem e as relações sociais presentes na obra nos permitem pensar sobre a condição do sujeito feminino na sociedade em que vivemos. Para tanto, são utilizados como aporte teórico a produção de Stuart Hall (2014), Judite Butler (2003), Homi Bhabha (2013), Spivak (2010), dentre outros.

Palavras-chave: identidades; Clarice Lispector; gênero.

Abstract: This article discusses the female representation in the literature. It has as study object the short story "A fuga", published in the book *A bela e a Fera*, written by Clarice Lispector. The analysis focuses the character who stars in the work, their personal characteristics as well as the attentive observation to the social context in which the character is inserted. It has as aims: understanding the place of gender in Clarice's production, realizing the deconstruction processes of feminine subjectivity developed by the author; Identify, in the light of postcolonial and postmodern studies, transits, hybridity and undecidability of contemporary and feminine identities represented in the tale analyzed. Through this research, we found that the character of the tale has multiple and transitional identities, despite this, it is immersed in a feeling of undecidability which prevents taking new directions. Such character and social relations present in the work allow us to think about the female subject status in society where we live. For this purpose, it was need as theoretical support the production of Stuart Hall (2014), Judith Butler (2003), Homi Bhabha (2013), Spivak (2010), among others.

Keywords: identities; Clarice Lispector; gender.

Clarice Lispector é uma escritora que reivindica, mesmo implicitamente, os direitos das mulheres na ficção e, assim, parece ensiná-las a olhar para seu universo de um modo divergente, fazendo de sua produção um ato de criação sem concessões, transgredindo parâmetros e modelos, estéticos e sociais, da época em que viveu. Também sua vida revela uma mulher que desafia os papéis reservados às mulheres de seu tempo. Ela estreou no palco da vida em 10 de dezembro de 1920. Nasceu numa aldeia ucraniana, chamada Tchetchelnik, quando os pais judeus migravam de

seu país em busca de condições melhores e mais seguras de sobrevivência. Recém-chegada, com dois anos de idade, em terras brasileiras, Chaya passou a se chamar Clarice.

Percebe-se, assim, que a literatura clariceana, marcada pelo tom intimista, não é, por isso, desvinculada da realidade social em que a autora vivia. Afinal, considera-se suas próprias palavras:

> Eu admito a literatura claramente participante. Se não faço isso é porque não é do meu temperamento. A gente só pode tentar fazer bem as coisas que sente realmente. Os meus livros não se preocupam com os fatos em si, porque para mim o importante não são os fatos em si, mas a repercussão dos fatos no indivíduo. [...] Acho que, sob esse ponto de vista, eu também faço livros comprometidos com o homem e a realidade do homem, porque realidade não é um fenômeno puramente externo (LISPECTOR apud ABIAHY, 2006, p. 11).

A preocupação de Clarice Lispector com o social aparece de forma sutil. Ela atribui inequívoca relevância ao trabalho de tantos escritores mais atentos aos fenômenos sociológicos e históricos de sua época, mas não se sente igualmente apta a seguir a mesma trilha, confessa. A autora chega ser, de acordo com Nádia Gotlib (1995), contraditória, pois "[...] diz sim e não ao mesmo tempo. Ou melhor: afirma o não, argumentando com o sim" (GOTLIB, 1995, p. 436).

Ainda segundo Gotlib (1995), Clarice apresenta ainda uma reação de resistência, de não rendimento ao sistema nos momentos mais difíceis. Até no ato de escrever ela preza por sua liberdade e, por isso, não se considera, às vezes, como profissional, conforme revela o programa *Trinta anos incríveis*, que mostra uma entrevista por ela concedida, em 1977, ao jornalista Júnior Lerner para um especial do programa Panorama. "Essa atitude de resistência é o que acontece nos seus diferentes textos, de diferentes modos. É o que marca a sua literatura" (GOTLIB, 1995, p. 451).

Seguindo pelo viés literário, este trabalho dialoga com a crítica feminista, a qual se ocupou em analisar os estereótipos femininos nas obras literárias, bem como a desconstrução desses estereótipos, além de estudar as marcas peculiares da produção feminina em cada época específica, voltando-se para o *ser mulher*, para os papéis socialmente estabelecidos de mãe, esposa, filha, dona de casa, e para a compreensão de como as mulheres se representam em suas obras.

É relevante levar em conta que as sociedades desde sempre se guiaram por uma cultura que dita padrões de comportamento para o homem e a mulher. Tais padrões foram narrados na literatura de Lispector, assim ao nos voltarmos para *as mulheres de Clarice*, discutimos acerca da identidade feminina de sua época e sobre a imaginação literária de sua autora que participa da construção e reflexão acerca das memórias femininas e identidades atuais.

No que concerne ao ponto fulcral de nossa pesquisa, a perspectiva de gênero, não se pode afirmar que Clarice fosse adepta militante do feminismo, mas é observável como a crítica feminista pode se valer de sua produção. Ao escrever, Clarice traz à tona perfis de mulheres, donas de casa, mães, esposas, solteironas, idosas, de sua época, demonstrando seus dramas numa sociedade indisfarçavelmente machista.

No livro *A Bela e a Fera* estão reunidos oito contos clariceanos. Dentre eles, alguns (*História interrompida, Gertrudes pede um conselho, Obsessão, O delírio*, "A fuga" e *Mais dois* bêbados) foram escritos entre os anos 1940 e 1941, quando a autora iniciava sua carreira e outros, por sua vez, correspondem a seus últimos contos (*Um dia a menos* e *A bela e a fera ou ferida grande demais*), que datam de 1977, pouco antes de sua morte.

Escrita em 1940, a narrativa "A fuga" corresponde a um dos contos criados nos momentos iniciais da escritura literária de Lispector. Narrado em terceira pessoa, este conto traz como personagem central uma mulher, aparentemente de classe média, economicamente dependente do marido, casada há doze anos. Nele não há diálogos, somente o ponto de vista do narrador sobre o que acontece na vida e na mente da protagonista. O tempo estava nublado, a chuva caía, a personagem vagava pela rua, ansiava por ir embora, viajar além mar. Porém, pondera e retorna ao lar.

Ela, como a trata a voz narrativa do conto, vivera por doze anos como uma mulher dedicada à sua casa, ao esposo e à família. Era uma mulher nos moldes tradicionais da sociedade dita patriarcal, não trabalhava, era calma, dócil, contida, amedrontada, receava até, no que tange às suas ações, quando pensara em partir, por exemplo, preservar a imagem pública do marido. No entanto, desejava a fuga que via como outra perspectiva de futuro:

> Agora que decidira ir embora tudo renascia. Se não estivesse tão confusa, gostaria infinitamente do que pensara ao cabo de duas horas: "Bem, as coisas ainda existem". Sim, simplesmente extraordinária a descoberta. Há doze anos era casada e três horas de liberdade restituíam-na quase inteira a si mesma: – primeira coisa a fazer era ver se as coisas ainda existiam (LISPECTOR, 1999, p. 69).

A presença do marido na vida da personagem tem um efeito bastante peculiar e eficaz, ele contribuía para o silêncio e subalternidade dela como sujeito feminino. Sobre isso Butler (2003) ressalta que para quem a construção do gênero feminino pode ser o inverso da noção de emancipação, pode ser o produto da sujeição. A figura do esposo era tão forte em

sua psiquê que conseguia tolher as ações da protagonista, reforçando os padrões sociais que mantêm a mulher numa situação marginalizada, opaca, servil:

> Porque seu marido tinha uma propriedade singular: bastava sua presença para que os menores movimentos de seu pensamento ficassem tolhidos. A princípio, isso lhe trouxera certa tranquilidade, pois costumava cansar-se pensando em coisa inúteis, apesar de divertidas (LISPECTOR, 1999, pp. 70-71).

Não se trata, porém, de opor simplesmente o feminino e o masculino, como rivais, como opressor e oprimido somente. Não era o marido, tomado isoladamente, que lhe exauria a ponto de ela desistir de pensar. Precisamos situar a condição feminina num contexto mais amplo, em que o sistema de dominação/colonização pautado na divisão desigual dos sexos dita papéis, elege cânones, determina lugares. No caso do conto "A fuga", o peso do casamento recai sobre os ombros da mulher, destituindo-lhe a liberdade.

Ela, Elvira? O conto se refere ao retorno ao *Lar Elvira*, o que nos leva a crer que se trata da própria personagem, embora não haja uma identificação explícita, mostra-nos uma identidade fracionada, em deslocamento, mutante. Podemos trazer aqui também Stuart Hall (2014) que, ao tratar da questão da identidade, prevê a existência de processos de identificação em ininterrupta transição. Com base naquele que se tornou um dos pais dos *estudos culturais* britânicos, podemos situar a protagonista dos doze anos de casamento, primeiramente, na noção de *sujeito sociológico* que:

> [...] Refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, os sentimentos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava (HALL, 2014, p. 11).

Vimos, no início do conto, o retrato de uma mulher que se via determinada pelo matrimônio, aprisionada, envolvida numa *cerca* disfarçada de casa, portanto, disciplinada. É pertinente lembrarmos, como ensina Michel Foucault (2008), que a disciplina tem como procedência inicial a divisão do indivíduo no espaço, garantindo a cada ser um lugar e papel específico. No entanto, muitas vezes, é necessária a menção à *cerca*, espaço fechado, para que o processo de disciplinamento seja garantido e a disciplina já obtida seja mantida, conforme se observa no excerto:

> E a pessoa está perdida. Seu olhar adquire um jeito de poço fundo. Água escura e silenciosa. Seus gestos tornam-se brancos e ela só tem um medo na vida: que alguma coisa venha transformá-la. Vive atrás de uma janela, olhando pelos vidros a estação das chuvas cobrir a do sol, depois tornar o verão e ainda as chuvas de novo. Os desejos são fantasmas que se diluem mal se acende a lâmpada do bom senso (LISPECTOR, 1999, p. 71).

Percebe-se, com relação a *Elvira*, que um espaço lhe é destinado, o espaço dedicado ao lar e à manutenção da boa aparência familiar, isso garantia a ideia de prosperidade do marido. Sua relação com o mundo e consigo era mediada pela sua relação com o marido, símbolo da cultura e, claro, do bom senso:

> [...] Por que é que os maridos são o bom senso? O seu é particularmente sólido, bom e nunca erra. Das pessoas que só usam uma marca de lápis e dizem de cor o que está escrito na sola dos sapatos. Você pode perguntar-lhe sem receio qual o horário dos trens, o jornal de maior circulação e mesmo em que região do globo os macacos se reproduzem com maior rapidez (LISPECTOR, 1999, p. 71).

Após doze anos, essa mulher não permanece a mesma, ela começa a refletir sobre a sua condição, sobre o seu cansaço, sobre sua identidade. Há, portanto, neste dia de chuva, um deslocamento desse sujeito que sai em busca de liberdade. Avançamos, no conto, do sujeito sociológico para o *sujeito pós-moderno*. Recorremos novamente a Hall (2014) para falar dessa mulher que aparentemente teria uma identidade fixa, consolidada pelos doze anos de casamento, vê-se num momento de indecidibilidade, de não saber se segue, se toma o rumo do mar ou se retorna para lar. Assim o sujeito pós-moderno é:

> [...] conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2014, pp. 11-12).

Em face da descoberta, por parte da personagem, de que sua identidade aparentemente fixa de doze anos de casada não era a sua única possibilidade de vida, verificamos, na perspectiva de Hall (2014), o descentramento do sujeito feminino. Como vimos, o estudioso demonstra a existência de cinco deslocamentos que fragmentaram as identidades dos sujeitos na pós-modernidade. O quinto deles está pautado no impacto do feminismo e na abertura provocada por ele para novas formas de se pensar a mulher na

sociedade, haja vista os inúmeros questionamentos lançados. Portanto, podemos perceber que *Elvira* passa por processos de deslocamento, que explicitam sua identidade até então consolidada, agora fragmentada. Ao desejar a fuga, ela percebeu-se como outra mulher, ainda que ela mesma, livre, apesar de não descartar totalmente a antiga, descobria os *outros* em si mesma, e a indecidibilidade é a sua marca. Durante todo o conto, ela não se decide, apesar de mostrar maior aptidão para a fuga, como demarca a contista:

> Estava cansada. Pensava sempre: "Mas que é que vai acontecer agora?" Se ficasse andando. Não era solução. Voltar para casa? Não. Receava que alguma força a empurrasse para o ponto de partida. Tonta como estava, fechou os olhos e imaginou um grande turbilhão saindo do "Lar Elvira", aspirando-a violentamente e recolocando-a junto da janela, o livro na mão recompondo a cena diária. Assustou-se. Esperou um momento em que ninguém passava para dizer com toda a força: "Você não voltará". Apaziguou-se (LISPECTOR, 1999, p. 69).

A indecibilidade está presente nas reflexões de Homi Bhabha (2013) que analisa, em *O local de cultura*, o poema de Adil Jussawalla. Segundo o crítico literário, diante do poema, "o leitor é posicionado – junto com a enunciação da questão da identidade – em um espaço de indecisão entre 'desejo e realização, entre a perpetração e sua lembrança... Nem futuro nem presente, mas entre os dois" (BHABHA, 2013, p. 99). Podemos dizer que a personagem clariceana encontra-se nesse *entre lugar*, recheada de indecisões, não continuando a ser plenamente o que era, mas não se transformando totalmente em uma pessoa nova. É no *entre lugar*, no espaço de indecisão, que a personagem vive a identidade múltipla visto que:

> O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2014, p. 12).

Na rua, em meio aos pensamentos de liberdade, olhando a chuva cair, *ela* percebe que um homem gordo a olhava à distância, estranhando sua atitude. Então, através do fluxo de consciência da protagonista, expresso nas palavras do narrador, a mulher assume, embora o transeunte não a escute, outra identidade: "[...] Que é que faço? Talvez chegar perto e dizer: 'Meu filho, está chovendo'. Não. 'Meu filho, eu era uma mulher casada e sou agora uma

mulher' (LISPECTOR, 1999, p. 71). A qualidade de casada é retirada de sua identificação, mostrando-se uma mulher distinta da de outrora, apesar de mantê-la viva dentro de si.

É tomada pelo frenesi de identidades móveis que nossa personagem "[...] Vestiu-se, juntou todo o dinheiro que havia em casa e foi embora" (LISPECTOR, 1999, p. 72). Desde então, sentiu fome, há muito não o fazia, desejou um quarto de hotel, o luar. Sua opção, viajar de navio, porém já não seria possível naquela tarde.

> Amanhecerá. Terá a manhã livre para comprar o necessário para a viagem, porque o navio parte às duas horas da tarde. O mar está quieto, quase sem ondas. O céu de um azul violento, gritante. O navio se afasta rapidamente... E em breve o silêncio. As águas cantam no casco, com suavidade, cadência... Em torno, as gaivotas esvoaçam, brancas espumas fugidas do mar. Sim, tudo isso! (LISPECTOR, 1999, pp. 72-73).

Assim, a viagem consiste em reinventar sua identidade, uma identidade que não atende mais ao estereótipo de esposa, imposto pela sociedade patriarcal. Luciane Pokulat (2008) afirma que "a viagem instaura para o viajante uma espécie de pausa na vida deste, provocando a separação do mundo conhecido como desse viajante e colocando-o frente ao desconhecido, do novo, à diversidade" (POKULAT, 2008, p. 03).

A viagem interior, portanto, representa uma pausa emocionante e deliciosa de uma vida entediante. A viagem consiste, ainda, na concepção de uma mulher que não se deixou levar pelo *posto*, ou seja, pelo *imposto* socialmente. A personagem, através da viagem interior, deseja se exteriorizar, construindo, agora, a sua própria concepção de feminino, desta vez, agradável aos próprios olhos. Clarice Lispector (1999), a partir das viagens que integram sua obra, revela-nos o dilema de suas mulheres apresentado por Nádia Gotlib (1995):

> [...] o ser gritante mergulhado no mundo da linguagem, deixando-se por ele ser levado, deve conservar ao mesmo tempo a consciência reguladora, garantia de permanência nesse mundo possível. A questão – que é já uma forma de grito – existe aí, nesse próprio conflito: sem 'as garantias de um título', o que é a mulher, num mundo cujo lema é salvar-se pela verdade já dita e ser cientista ou padre? (GOTLIB, 1995, p. 361).

Vivenciando a experiência da viagem, as personagens mergulham em sua identidade de "fêmea desprezada", para usar os termos empregados por Gotlib (1995), adentrando no dilema de como ser a mulher que se quer ser, em meio a uma sociedade que poda todos os passos rumos à autodeterminação feminina. Seixo (1998) acrescenta que, em cada viagem, o viajante acumula

um conhecimento do mundo e do eu. Clarice Lispector ultrapassa a viagem interior, garantindo às personagens a possibilidade de uma viagem física, real, concreta. Segundo Seixo: "Toda viagem se fundamenta numa expectativa, e por isso ela é sempre *corrente*. [...] Expectativa comercial, de conquista, de conhecimento, de mudança, de prazer, expectativa incógnita muitas vezes e talvez seja essa a mais própria da viagem (SEIXO, 1998, p. 30-1).

Neste conto, contudo, a viagem real fica somente no imaginário de *Elvira*. Por todo momento, mesmo parecendo decidida em partir, revela que "Não havia, porém somente alegria e alívio dentro dela. Também um pouco de medo e doze anos" (LISPECTOR, 1999, p. 70). O peso dos doze anos é mais forte que o desejo, porque cerceia sua mente e possibilidades.

Outro aspecto importante está na invisibilidade da mulher, representada pelo silêncio, que permeia as ações da protagonista. Sua presença na rua, embaixo de chuva, rindo sozinha, causava um estranhamento naqueles que por ali passavam, entretanto, nenhum deles ouviu seu grito de liberdade, os transeuntes não compartilharam sua angústia ou foram solidários as suas necessidades. Todos, pelo contrário, estranharam a sua presença ali, num lugar público, não destinado a ela (uma dama da sociedade carioca), ainda mais num dia chuvoso. Nenhum deles sabia o que ela desejava.

Pensando nessa mulher, sujeito subalterno, recorremos, mais uma vez, ao pensamento de Spivak (2010, p. 84):

> É bem conhecido que a noção do feminino (mais do que a do subalterno do imperialismo) foi usada de maneira semelhante na crítica desconstrucionista e em certas variedades da crítica feminista. [...] uma imagem da mulher está em questão – uma imagem cuja predicação mínima como algo indeterminado já está disponível para a tradição falocêntrica. [...] Com respeito à 'imagem' da mulher, a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e de classe estão incluídas nessa acusação.

Para Spivak (2010), a mulher subalterna está marcada pela mudez, constituída historicamente. A mulher do conto "A fuga" não fala por si, tem seus pensamentos tomados por um narrador sobre o qual nada sabemos. Por conta disso, também não é ouvida, a sociedade que lhe *cerca* pouco se importa com seus anseios. Ela está só, com medo, com chuva, pouco dinheiro. O que resta fazer? Após fazer as contas:

> Mas ela não tem suficiente dinheiro para viajar. As passagens são tão caras. E toda aquela chuva que apanhou, deixou-lhe um frio agudo por dentro.

> Bem que pode ir a um hotel. Isso é verdade. Mas os hotéis do Rio não são próprios para uma senhora desacompanhada, salvo os de primeira classe. E nestes pode talvez encontrar algum conhecido do marido, o que certamente lhe prejudicará os negócios (LISPECTOR, 1999, p. 73).

Mais uma vez, um dos *outros* que conformam seu eu fragmentado, de múltiplas identificações, entende que é melhor voltar para casa, pensa na imagem do marido perante o meio social em que vivem, caso ela seja vista daquela forma. No entanto, seus deslocamentos e trânsitos revelam:

> Oh, tudo isso é mentira. Qual a verdade? Doze anos pesam como quilos de chumbo e os dias se fecham em torno do corpo da gente e apertam cada vez mais. Volto para casa. Não posso ter raiva de mim, porque estou cansada. E mesmo tudo está acontecendo, eu nada estou provocando. São doze anos (LISPECTOR, 1999, p. 73).

A personagem finalmente escolhe um caminho a seguir. *Ela* resolve não dar continuidade a sua fuga, volta para casa onde o marido a espera, já era tarde da noite e por isso teve que inventar uma amiga doente que precisou visitar:

> Toma um copo de leite quente porque não tem fome. Veste um pijama de flanela azul, de pintinhas brancas, muito macio mesmo. Pede ao marido que apague a luz. Ele beija-a no rosto e diz que o acorde às sete horas em ponto. Ela promete, ele torce o comutador.
>
> Dentre as árvores, sobe uma luz grande e pura.
>
> Fica de olhos abertos durante algum tempo. Depois enxuga as lágrimas com o lençol, fecha os olhos e ajeita-se na cama. Sente o luar cobri-la vagarosamente.
>
> Dentro do silêncio da noite, o navio se afasta cada vez mais (LISPECTOR, 1999, pp. 73-74).

Enquanto isso o cansaço volta, assim como a falta de fome e de vida. Não sejamos ingênuos em pensar que esta mulher voltou para casa exatamente a mesma, o desejo de liberdade deixou sua pequena chama dentro dela, mesmo o navio já indo longe. O navio parte e com ele a possibilidade de mudança de vida, de liberdade. Talvez, outros venham. Fica a fuga interrompida.

Referências

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo**. Representações da tensão entre o sujeito feminino e a sociedade em Clarice Lispector:** uma análise dos contos "A fuga", "A imitação da rosa" e "Amor". Dissertação de mestrado. João Pessoa, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 35ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GOTLIB, Nádia Batella. **Clarice.** Uma vida que se conta. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-moderrnidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LISPECTOR, Clarice. **A Bela e a Fera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. Entrevista. In: **Programa Panorama Especial**, em 1977. Concedida a Júnior Lerner. Reexibida pelo programa Trinta anos incríveis. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9ad7b6kqyok>. Acesso em: 25 ago. 2009.

POKULAT, Luciane Figueiredo. "**O mito da viagem em confissões de Ralfo, uma autobiografia imaginária**". Literatura em debate. v. 2, p. ARTIGO 7, 2008. Disponível em: <http://www.fw.uri.br/publicacoesliteraturaemdebate/artigos/n3_7-mitoviagemconfissoesderalfo.paf>. Acesso em 04 out. 2009.

SEIXO, Maria Alzira. "Poéticas da viagem na literatura". In: _____. **Poéticas da viagem na literatura**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 11-40.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A FORMAÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA EM MACUNAÍMA: REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA AMÉRICA LATINA

Luciana Rodrigues do Nascimento
Mestranda em Letras - UFES (bolsista CAPES).

Resumo: Neste trabalho, buscarei mostrar a formação antropológica do brasileiro – formado a partir do contato do colonizador lusitano com os ameríndios e, posteriormente, com os negros advindos da África. Deste encontro, nasceu a matriz do povo brasileiro. Levantarei a hipótese de que é possível eleger o livro *Macunaíma* (1928), do autor Mário de Andrade, como instrumento cultural de representação de uma brasilidade dentro do conceito de América Latina. Em diversos trechos da obra o autor modernista faz críticas à europeização do brasileiro nas décadas iniciais do século XX, para isso usa a figura do "herói sem nenhum caráter" para caricaturar esse ser híbrido que é o brasileiro. Para validar minha proposta, usarei pressupostos teóricos de Silviano Santiago, Ángel Rama, Ettore Finazzi-Agrò, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros, em oposição à sugestão da exclusão do Brasil do *Latin America* apresentada pelo historiador Leslei Bethel em seu artigo *O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica* (2009), embora sua crítica seja muito pertinente. Por fim, levanto a hipótese de ser Mário de Andrade um antecipador do decolonial no Brasil.

Palavras-chave: formação antropológica brasileira; Macunaíma; América Latina.

Abstract: In this paper, I will seek to show the anthropological formation of the brazilian – formed from the contact of the Portuguese colonists with amerindians and later with blacks arising Africa. This meeting was born the mother of the brazilian. I raise the hypothesis that it is possible to elect the book Macunaima (1928) of Mario de Andrade as a cultural instrument of representation of the brazilianness within the concept of Latin America. In several passages of the work the author reviews the europeanisation of the modernist Brazilian in the early decades of the twentieth century, for it uses the figure of the "Hero without a character" to caricature this hybrid that is the Brazilian. To validate my proposal, I will use theoretical assumptions of Silviano Santiago, Angel Rama, Sergio Buarque de Holanda, among others, as opposed to the suggestion of Latin America Brazil's exclusion presented by the historian Leslei Bethel, in his article Brazil and the idea of "Latin America" in historical perspective (2009), though his criticism is very instructive.Finally, raise the hypothesis to be Mario de Andrade a predictor of decolonial in Brazil.

Keywords: brazilian anthropological formation; Macunaima; Latin America.

1. O hibridismo do povo brasileiro: o encontro entre índios, portugueses e negros

O nosso contingente tem de ser brasileiro.
Mário de Andrade
(Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira)

O brasileiro é um ser, por natureza do processo colonial, híbrido, nascido à partir do contato dos portugueses com os índios e mais tardiamente e, não menos importante no processo de formação sociocultural, com os escravos africanos. Desses contatos, surgiu a matriz principal da formação brasileira. Independente de buscar a assimilação da cultura

ocidental, o brasileiro tornou-se diferente, ainda que não fosse essa sua intenção, por seus característicos traços étnicos e socioculturais herdados da junção entre os povos que – seja pelo processo de colonização (portugueses), ou pela escravidão (negros africanos) – fizeram contato com os ameríndios que nas terras brasileiras viviam antes do descobrimento.

O processo de mestiçagem ajuda-nos a entender o fato de o brasileiro ser único, não é nem uma coisa, nem outra. Não é índio, não é europeu, tampouco é africano. Todavia traz em si a multiplicidade das três culturas, tornando-se, assim, uma singularidade. Do processo de romanço das línguas surgiu a "Língua-Geral", que não era a Língua Portuguesa de Portugal e tampouco a Língua Portuguesa do Brasil, e, talvez, possa ter sido, de fato, a primeira Língua Brasileira, surgida da necessidade de comunicação entre os jesuítas e os aborígenes. Essa língua vigorou no Brasil até ser proibida pela realeza lusitana, preocupada com a expansão desta estranha língua e com as consequências que poderiam advir deste crescimento. "Evitar o bilinguismo significa evitar o pluralismo religioso e significa também impor o poder colonialista [...] Um só Deus, um só Rei, uma só Língua [...]" (SANTIAGO, 2000, p. 14).

Até a segunda metade do século XVII era comum o uso do idioma do gentio, pois há registros do Padre Belchior Pontes sobre o uso dessa língua por toda a Comarca, segundo registro no livro *Raízes do Brasil* (1995), de Sérgio Buarque de Holanda. Embora, conforme relatos do padre Manuel da Fonseca, o uso da língua já não acontecia mais no próximo século, pois o jesuíta cita que isso era "coisa do passado". Portanto, conclui-se que a integração da língua portuguesa ocorreu no início do século XVIII. Entretanto, segundo Sérgio, "é possível que, mesmo nessa primeira metade até mais tarde, não se tivesse completado inteiramente em certos lugares [...]" (HOLANDA, 2004, p. 129).

Com o tempo, o colonizador, além de impor sua cultura, impôs, também, sua língua. Porém, diferentemente do que ocorreu na expansão portuguesa em solo africano, no Brasil, o processo de formação linguístico foi diverso. Aos poucos, a língua falada diversificava-se em muito da língua escrita. A língua considerada a culta, conforme promulgava Portugal, ficava cada vez mais diferente da língua falada, que também não era mais a "língua-geral", mas uma língua brasileira, com suas características próprias.

2. A participação do negro na constituição identitária do brasileiro

É importante lembrar que no início das navegações portuguesas, no século XVI, muitas mulheres negras foram incorporadas em algumas casas da nobreza lusitana. Além de receberem educação, casaram-se e receberam dotes. O tratamento dado a elas foi semelhante ao que as moças portuguesas recebiam na época. Diferentemente do que ocorria em terras dominadas por católicos não-ibéricos, os quais não legitimavam os filhos de cor, que eram considerados uma vergonha, além de serem abandonados. Para os portugueses, o processo de mestiçagem não era vergonhoso, pois os ajudava a conquistar mais território, além de aumentarem o volume populacional, como se vê no trecho de Gilberto Freyre, a seguir: "Os motivos econômicos e materiais que levaram Portugal e Espanha a agirem desse modo foi a necessidade de aumentar suas populações. Mas havia também um motivo místico – a conversão das almas" (FREYRE, 2003, p. 435). O cristianismo era latente entre os portugueses e salvar almas era considerada uma tarefa divina.

Freyre, sobre a mistura entre as raças, salientará em seu texto: "[...] a miscigenação não foi a única técnica do português. Foi também o tratamento [...] suave que deu aos seus escravos, algo que estava quase ausente no português era o preconceito de cor" (FREYRE, p. 436). Por não haver tal preconceito, não era incomum que filhos legítimos e ilegítimos tivessem o mesmo *status* social, conforme observou Freyre. Era um "imperialismo assimiliatório" – termo cunhado pelo sociólogo francês René Maunier.

Também é pertinente salientar que a assimilação da língua portuguesa foi fundamental para sedimentar as relações entre as etnias. O autor de *Palavras repatriadas* dirá oportunamente:

> O português é a língua, não apenas de Portugal, mas do Brasil, da África portuguesa, da índia portuguesa, do Timor, de Macau [...]. É uma língua que se enriquece de orientalismos e tropicalismos; uma língua que cresce e se expande: uma verdadeira língua ibero-tropical (FREYRE, 2003 p. 461).

Sabe-se que num processo de colonização sempre haverá um movimento, por parte do colonizador, para sedimentar sua língua como forma de controle do povo colonizado, assim aconteceu no Brasil e também em África, todavia, em terras tupiniquins, o lusitano não encontrou a mesma facilidade que obteve no continente africano, quer fosse pelo espírito indomável dos aborígenes, quer fosse pela dificuldade em conquistar a vasta extensão das

terras brasileiras. Somente após muito tempo é que o português tornou-se uma "verdadeira língua ibero-tropical", conforme salientou Gilberto Freyre.

3. A transculturação como ferramenta de formação da identidade nacional

Na perspectiva adotada neste trabalho, é preciso tomar o pressuposto básico de *Transculturação*, de Ángel Rama – para relacionar a obra *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade como instrumento de representação de uma brasilidade dentro da América Latina – por ser esse um processo que sugere um duplo movimento de assimilação e resistência entre culturas/línguas que entram em contato, e que desencadeia inevitavelmente perdas e ganhos parciais de conteúdos e práticas culturais entre elas. Esse processo explica o ineditismo da nova língua e, também, as novas práticas culturais, religiosas (sincretismo), sexuais (poligamia advinda do colonizador português – pois, embora entre os índios não houvesse muitas restrições quanto às relações consanguíneas ou entre sexos iguais, o mesmo não ocorria entre os negros).

Embora o processo de transculturação de Fernando Ortiz (1881-1969) não seja totalmente igual ao defendido por Rama, é relevante que o abordemos para o que se propõe neste trabalho. Vejamos:

> [...] a palavra **transculturação** (grifo meu) representa melhor as diferentes fases do processo de transição de uma cultura para outra, porque isso não implica apenas em adquirir outra cultura, que é o que a palavra aculturação realmente implica, mas o processo envolve também necessariamente a perda ou o desenraizamento de uma cultura anterior, que poderia ser definida com desculturação. Além disso implica a ideia da consequente criação de novos fenômenos culturais, que se poderia chamar de neoculturação. [...] o resultado da união de culturas assemelha-se ao processo reprodutivo entre indivíduos: os descendentes sempre têm algo dos dois genitores, mas são sempre diferentes de cada um deles [...] (ORTIZ apud MIGNOLO, 2003, p. 234-235).

Haverá, nesta concepção defendida por Ortiz, assim como na defendida por Rama, perdas e ganhos culturais para os envolvidos no processo transculturador, pois as mudanças, positivas ou negativas, nunca ocorrerão em uma só direção. Neste sentido, é que a obra *Macunaíma* insere-se como obra representativa do Brasil, pois traz a figura do herói "sem nenhum caráter" que, inicialmente, representa uma sociedade primitiva, com os valores indígenas em conflito com os da sociedade urbana, entretanto, na busca pelo resgate dos

valores primitivos, ele perde sua identidade e retorna a sua terra desprovido desses valores e, pior, modificado pelos valores do colonizador.

Macunaíma já não é índio-negro, pois branco tornou-se, tampouco é europeu porque seus valores são mistos agora. Todavia, por não "ter caráter nenhum" é que representa a figura do brasileiro, esse ser novo. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda "o brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional" (HOLANDA apud FINAZZI-AGRÓ, 2013, p. 133). Após passar por tantas mudanças e, também por sentir falta de sua amada, o herói se "aborreceu de tudo, foi-se embora e banza solitário no campo vasto do céu" (ANDRADE, 1986, p. 140). Mística e poeticamente, *Macunaíma* torna-se a Ursa Maior.

4. O papel de Mário de Andrade na construção de um projeto nacionalista

Após o início da Primeira Guerra Mundial (1914), o mundo vivia um período de grandes mudanças socioculturais, principalmente no cenário europeu. Nesta época, alguns fatores contribuíram para as mudanças que ocorreriam no cenário nacional, dentre eles: houve uma grande imigração para o Brasil de diversos povos, sobretudo, no início, de italianos, que também são responsáveis pela mestiçagem do povo brasileiro; a relevante expansão industrial de São Paulo, que possibilitou que a capital econômico-cultural do país fosse transferida para este estado; o crescimento do operariado – massa menos favorecida da sociedade; a criação das primeiras centrais sindicais responsáveis; a insatisfação do proletariado em relação à burguesia europeizada que não representava o povo brasileiro; esses fatos foram importantes para que os intelectuais, (o que Mário de Andrade chamaria de uma nova "inteligência nacional") buscassem uma valorização do nacional, ou seja, de uma cultura representativa do povo. O Romantismo fez uma tentativa nesse sentido; e o Modernismo e seus intelectuais desempenharam papel fundamental neste processo.

Vários nomes destacaram-se no período inicial do Modernismo, mas, para o que se propõe este trabalho, um nome merece destaque por criar obras dentro do contexto de formação de uma representação do povo brasileiro: Mário de Andrade. Definição de Mário de Andrade por ele mesmo:

> Eu sou um escritor difícil
> Que a muita gente enquisila,
> Porém essa culpa é fácil
> De se acabar de uma vez:

E só tirar a cortina
Que entra luz nesta escuridez.
(A Costela de Grão Cão)
(ANDRADE, 2013, v. 1-6)

Mário Raul de Moraes Andrade nasceu em 1893, em São Paulo e começou a escrever aos 11 anos. Ele sempre quis ser escritor, conforme confidenciou a Homero Senna: "Tenho a certeza de que fui escritor desde que concebido". Em 1922, participou da *Semana de Arte Moderna* em São Paulo, no Teatro Municipal de São Paulo. Publicou *Paulicéia Desvairada*, com versos livres, atendendo a nova proposta do movimento modernista. Em 1926, escreveu *Macunaíma*, sua obra exponencial, que só será publicada em 1928, talvez porque, assim como o personagem "filho do mato-virgem" tenha sentido "preguiça" de terminar a obra. Em fevereiro de 1945, Mário morreu em São Paulo vitimado por um enfarte do miocárdio.

Mário de Andrade, por sua contribuição como crítico e literato, foi a figura pública homenageada na FLIP 2015 (Feira Literária Internacional de Paraty) que ocorreu de 01 a 05 de julho, com várias programações, com diversas temáticas, algumas giraram em torna da vida e obra do autor paulista. Diante de sua extensa bibliografia, percebemos que Mário teve participação ativa nos primeiros anos da sedimentação do Modernismo Brasileiro. O literato participou ativamente do processo de transformação da cultura, fosse por meio de suas críticas ou por sua escrita poética e prosaica. Ao publicar *Macunaíma*, o autor criticou, satiricamente, a europeização do brasileiro nas obras, caracterizou como seria, de fato, esse ser brasileiro "sem nenhum caráter". Obteve grande reconhecimento daqueles que, assim como ele, sentiam-se insatisfeitos com a falta de uma representação da figura do brasileiro comum, com cultura própria, baseada em lendas indígenas, ditados populares, cantigas, regionalismos, entre outras peculiaridades desse povo híbrido, multifacetado.

5. A antropofagia como instrumento do fazer literário de Mário de Andrade

O escritor latino-americano brinca com os signos de um outro escritor [...]
Silviano Santiago
(Uma literatura nos trópicos)

O Manifesto Antropófago (1928) "lança a palavra "antropofagia" como pedra de escândalo para ferir a imaginação do leitor com a lembrança desagradável do canibalismo, transformada em possibilidade permanente da espécie" (ANDRADE, 2001, p. 15). Mário de

Andrade, ao criar *Macunaíma*, fez da antropofagia seu instrumento principal para "comer" mitos, fábulas, lendas, ideias estrangeiras e nacionais para transformá-las em algo novo, representativo do verdadeiro ser brasileiro, não concebido por ele como as representações literárias, até então, faziam. "Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente" (ANDRADE, 2001 p. 47).

Os intelectuais antropófagos lutavam, sobretudo, contra as formas de dominação da sociedade patriarcal das primeiras décadas do século XX. Para entender a importância da antropofagia no fazer literário de Mário, é preciso ter em mente as muitas face do inimigo que a palavra combate; segundo Oswald de Andrade:

> o aparelhamento colonial político-religioso repressivo sob que se formou a civilização brasileira, a sociedade patriarcal com seus padrões morais de conduta, as suas esperanças messiânicas, a retórica de sua intelectualidade, que imitou a metrópole e se curvou ao estrangeiro, o indianismo como sublimação das frustações do colonizado, que imitou as atitudes do colonizador (ANDRADE, 2001, p. 15).

A célebre frase de Oswald "Tupy or not tupy that is the question" traduz bem o movimento de deglutição do outro (do externo) feito pelos escritores antropófagos que usaram os signos estrangeiros com conotação diversa da usada em seus *locus* de origem. "Como o signo se apresenta muitas vezes numa língua estrangeira, o trabalho do escritor em lugar de ser comparado ao de uma tradução literal, propõe-se antes como uma espécie de tradução global, de pastiche, de paródia, de digressão" (SANTIAGO, 2000, p. 21). Isso permite ressignificações no texto, ideia, conceito copiado. Mário reiterou a importância da antropofagia nas obras artísticas. O signo será, deste modo, ressignificado no novo texto. Nesse sentido, Silviano Santiago citará em *Literatura nos trópicos*, como exemplo, o vocábulo *índio* cujo significante permanece o mesmo nos diversos textos românticos do Novo Mundo, mas cujo significado passa outra mensagem em cada um desses textos. Para Santiago "as palavras do outro têm a particularidade de se apresentarem como objetos que fascinam seus olhos, seus dedos, e a escritura do segundo texto é uma parte a história de uma experiência com o signo estrangeiro" (SANTIAGO, 2000, p. 21).

O vocábulo antropofagia, muito usado pelos autores modernistas, é uma "metáfora orgânica" (ANDRADE, 2001, p. 15), inspirada no ritual de cerimônia guerreira do povo tupi de imolação do "inimigo valente apresado em combate", que seria, de fato devorado. Na Literatura, esse combate ocorrerá sob a forma de ataque formal, seja pela sátira ou crítica.

Desse "devorar", nasceria o espírito nacional, conforme Mário de Andrade mostra-nos em *Macunaíma*. Sobre a identidade nacional, o crítico italiano Finazzi-Agró, diz:

> A identidade Nacional, a base sobre a qual se assenta o "nós" consistiria, de fato, nesse caráter residual, não apenas como produto de uma devoração e metabolização da diferença, mas também como sobrevivência do antigo no novo e emergência contínua do novo no antigo [...] (Macunaíma deve ser, nesse sentido, considerado exemplar) (FINAZZI-AGRO, 2013, p. 240).

Percebe-se que, em *Macunaíma*, temos a atualização da cultura indígena e, ao mesmo tempo, a modernidade torna-se mítica, invertendo a lógica cultural. O crítico italiano, nesse texto, ainda salientará a importância de saber a forma como os intelectuais modernistas posicionaram-se diante da relação com a cultura europeia, de que forma ocorria a apropriação ou se havia distanciamento de tal cultura, para reforçar a cultura nacional. Para Silviano Santiago, é na luta travada entre essa apropriação e distanciamento que ocorrerá o "ritual antropofágico da literatura latino-americana" (SILVIANO apud FINAZZI-AGRÓ, 2013, p. 241), no qual encontraremos seu "entre-lugar".

6. A brasilidade em *Macunaíma* como representação do brasileiro na América Latina

Com as mudanças provocadas pela Semana de Arte Moderna em 1922, os escritores brasileiros buscaram representar a "brasilidade" em suas obras. Pode-se citar *Macunaíma* (1928) como o ápice da representação brasileira dentro da *Latin America*. A obra foi classificada como uma "rapsódia" pelo próprio Mário de Andrade, pois "é construída a partir de um conjunto de lendas a que se misturam superstições, provérbios, anedotas e elementos fantásticos" (TUFANO, 2003, p. 56). O próprio nome, segundo o crítico Cavalcanti Proença, foi escolhido porque o personagem "não é só do Brasil, é da Venezuela também, e o herói, não achando mais a própria consciência, usa a de um **hispano-americano** (grifo meu) e se dá bem do mesmo jeito" (CAVALCANTI apud TUFANO, 2003, p. 57). Ou seja, sua multiplicidade o transforma em um ser que representa a nação brasileira e, ao mesmo tempo, outra nação, deste modo, amplia sua inserção na América Latina.

Para usar a história do "herói sem nenhum caráter" como referencial de uma brasilidade dentro da América Latina, é preciso dizer que o conceito de *Latin America* ainda não está totalmente sedimentado, conforme nos alerta Leslie Bethell, em seu artigo *O Brasil*

e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica (2009), portanto a inserção que se propõe fazer neste trabalho é uma hipótese, dentre outras possíveis.

Em relação a expressão "América Latina" é preciso dizer que "nenhum dos políticos, intelectuais, escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão 'América Latina', e nem seus equivalentes franceses e espanhóis incluíam nela o Brasil" (BETHEL, 2009, p. 293). O Brasil não se relacionava com os países hispano-americanos, essa é uma possibilidade para não ser inserido. Bethel salienta, ainda, pessimistamente, bem ao final do mesmo artigo, que "o mundo deve parar de considerar o Brasil como parte daquilo que, na segunda metade do século XX, foi chamado de América Latina" (BETHEL, 2009, p. 314), ou seja, faz uma forte crítica a não-inserção, de fato, do país dentro do conceito de América Latina, pois, segundo ele, o Brasil tornou-se uma potência em destaque na América do Sul, somente.

Por um lado, concordo com o teórico, em parte, quando ele questiona: "quando foi que o Brasil finalmente começou a fazer parte da "América Latina"? (BETHEL, 2009, p. 305) porque, neste momento, sua crítica volta-se para o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, Europa e o restante do mundo, da inserção do Brasil dentro da região chamada *Latin America,* porém poucos brasileiros, imagino que se refira aos intelectuais, neste momento, identificaram-se com a América Latina, não buscando a integração com os países latino-americanos. Inclusive, em um artigo intitulado "intelectual", Mário de Andrade, indignado, salientará: "nós estamos ainda naquele mesmo ponto desumano, imbecilmente egoístico em que banzavam a sua inteligência vasta, cultivada, saudosista, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, e todos os outros fazedores de Academias celestiais" (MÁRIO apud SOARES, 2012, p. 154). Sua crítica, neste momento, era para a falta do engajamento dos intelectuais brasileiros.

Walter Mignolo, quase respondendo à questão de Bethel, dirá que "o Brasil fica incluído na América Latina não por causa da língua [...] mas por pertencer ao continente!" (MIGNOLO, 2003, p. 186), portanto, mais que um interesse político, foi a posição geográfica que determinou a inserção do Brasil na América Latina, inicialmente. O argentino Manuel Baldomero Ugarte (1875-1951) foi o primeiro a defender a inclusão brasileira na América Latina. Para ele, o Brasil era "parte integrante da nossa família de nações [América Latina], como parte do ideal vindo da península hispânica" (UGARTE apud BETHEL,2009, p. 300). Embora muitos intelectuais hispânicos não fossem desta mesma opinião.

Por outro lado, na visão abordada neste trabalho, defende-se que a obra *Macunaíma* representa o brasileiro na América Latina, caso haja interesse de um estudo antropológico da formação brasileira. De acordo com o crítico Cavalcanti Proença, Mário, ao criar essa obra, usou material:

> de origem **europeia, ameríndia e negra** [grifo meu]**,** pois que Macunaíma, que nasce índio-negro, fica depois de olhos azuis quando chega ao planalto, enquanto os irmãos de mesmo sangue, um fica índio e outro negro. E continuam irmãos. Macunaíma, entretanto, não adquire alma europeia. É branco só na pele e nos hábitos. A alma é uma mistura de tudo (CAVALCANTI PROENÇA apud TUFANO, 2003, p. 57).

Embora a crítica de Bethel seja pertinente, pois se levarmos em conta que a inserção do Brasil na América Latina ocorreu entre 1920 e 1930 – ganhando força, sobretudo, nos períodos de Guerra Mundial e Guerra Fria – e que pouco foi feito, seja pelo Governo ou pelos intelectuais da nossa geração modernista, no sentido de ampliar a relação com os países integrantes da América Latina.

Silviano Santiago, em aula inaugural do primeiro semestre do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, em março 2015, proferiu críticas aos intelectuais modernistas que fizeram um desserviço ao se mostrarem intransigentes e fechados ao contato com intelectuais de outras nações. Disse, ainda, que somente com o fenômeno do "exílio" esta desejável interação foi possível, o que propiciou um avanço em termos literários. Tanto os intelectuais brasileiros receberam influência de escritores estrangeiros, quanto influenciaram nos escritos de autores para além das fronteiras brasileiras.

Santiago fará uma contribuição importante para este trabalho ao dizer que:

> entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropofágico da literatura latino-americana (SANTIAGO, 2000, p. 26).

Sabe-se que o movimento modernista do Brasil sofreu forte influência das vanguardas europeias, principalmente da França. Inclusive, Ángel Rama em sua obra *Literatura, Cultura e Sociedade na América Latina* (2008) critica o fato de ser a capital francesa o polo de "reunificação" dos intelectuais da América Latina. "A situação da América Latina em si não é diferente" (RAMA, 2008, p. 172). Embora seja pertinente o

apontamento do teórico, ainda mais se considerarmos que muitos intelectuais, de várias partes do mundo, travavam encontros em Paris, isso não quer dizer que não houvesse, em alguns, uma vontade de romper com a significante influência europeia em suas obras.

Rama, no capítulo "Algumas sugestões de trabalho para uma aventura intelectual de integração" salientará que as Revoluções (Mexicana, Cubana, por exemplo) serviram para aproximar os intelectuais de diversos países, inclusive do Brasil. No caso da Revolução Cubana, dirá o crítico "[...] estabeleceu uma circulação de escritores, igualmente impensável antes, servindo, inclusive, para estreitar vínculos entre os escritores brasileiros e os escritores hispano-americanos" (RAMA, 2008, p. 167-169). Não é preciso dizer que este contato fortaleceu os vínculos entre estes mundos diferentes.

Pensando agora na questão do uso da língua portuguesa em sua "função literária", *Macunaíma*, de Mário de Andrade, é uma obra que se insere, fortemente, no movimento modernista brasileiro, como obra antropofágica, que não nega receber influências estrangeiras, entretanto se propõe a digeri-las e transformá-las em algo novo, com características brasileiras. Sobre a antropofagia, Paul Valéry diria ainda: "Nada mais original, nada mais intrínseco a si que se alimentar dos outros. É preciso, porém, digeri-los. O leão é feito de carneiro assimilado" (VALÉRY apud SANTIAGO, 2000, p. 19). É isso que Mário se propõe a fazer ao criar, em "seis dias ininterruptos de rede cigarros e cigarras na Chacra de Pio Lourenço", conforme palavras do próprio autor (ANDRADE apud FINAZZI-AGRÒ, 2013, p. 140). Mário de Andrade, também, reforça seu antropofagismo ao dizer:

> [...] Confesso que copiei, copiei às vezes textualmente. Quer saber mesmo? Não só copiei os etnógrafos e os textos ameríndios, mas ainda, na "Carta pra Icamiabas", pus frases inteiras de Rui Barbosa, De Mário Barreto. De cronistas portugueses coloniais, e devastei a tão preciosa quão solene língua dos colaboradores da Revista de Língua Portuguesa (ANDRADE apud FINAZZI-AGRÒ, 2013, p. 136)

O fato de o autor modernista confessar fazer uso de citações, muitas vezes, na íntegra, mostra-nos que tal processo de apropriação, fosse de mitos, conceitos, ideias, ou frases inteiras não interferia na originalidade de suas obras, pois, de acordo com o escritor, era preciso deglutir as coisas "copiadas" e transformá-las em algo ímpar, diverso. Foi assim em *Macunaíma*, obra considerada por alguns críticos como a mais representativa de uma brasilidade possível.

Não somente, mas também por ter escrito a obra em rapsódia, mostrando os mitos folclóricos do Brasil, podemos dizer que *Macunaíma* pode representar o país como uma obra

expressiva dentro da América Latina. Não foi sem motivo que o autor fez da Literatura de Cordel, baseada na cultura oral do Nordeste, seu instrumento de construção do livro sobre o "herói de nossa gente". É por meio da linguagem não dominada pela Gramática Normativa que o autor dará voz aos seus personagens, pois já era o momento de romper com o silêncio dos subalternos, era preciso mostrar que a cultura oral também possuía características peculiares desse povo cuja voz era inaudível até então. "Não havia mais ninguém lá [...] Um silêncio dormia à beira-rio do Uraricoera" (ANDRADE apud FINNAZI-AGRÓ, 2013, p. 143).

Sobre os cantadores do Cordel, em seu artigo "Fronteiras, cruzamentos, transgressões", Ettore Finazzi-Agró trará a seguinte afirmação:

> [...] o seu perpetuar-se em terra americana, a sua sobrevivência também dentro e através das expressões características da moderna cultura de massa, proporciona justamente um exemplo probatório da especificidade cultural brasileira – dentro, evidentemente, do mais amplo contexto de latino-americano (FINAZZI-AGRÓ, 2013, p. 138).

A Literatura de Cordel, por misturar memória e ficção, difere da obra pré-modernista "Os Sertões" de Euclides da Cunha, por não representar, como a segunda, quase que fielmente, um dado período histórico do Brasil. Os cantadores do Cordel misturam fatos com ficção, retomam mitos brasileiros e (re)inventam outros. Não há uma representação mimética da história. Não só pelo fato de ser escrita num gênero tipicamente brasileiro, Macunaíma torna-se a representação do brasileiro dentro da América Latina, mas também porque o herói não tem "caráter nenhum; que constrói seu heroísmo exatamente sobre a sua falta de ter uma fisionomia (tanto moral quanto física) estável (FINAZZI-AGRÓ, p. 139). Uma hora é criança, com sua cara de "piá", noutra é "príncipe lindo", depois é "francesa"; ele mente descaradamente sem qualquer sentimento de culpa e usa das mais incríveis artimanhas para "brincar" com as "cunhas". É, exatamente, nesta instabilidade que está a multiplicidade do "herói de nossa gente". Ao não ser um só, torna-se múltiplo, representando, facilmente, diversos "papéis sociais" (ADORNO, 2002, p. 103).

Para finalizar, apesar dos argumentos contrários de Leslie Bethel (bem articulados, por sinal), concordo com Rama quando ele diz que é preciso "construir um discurso através do qual seja possível aproximar as literaturas hispano-americanas e as brasileiras" (RAMA, 2008, p. 171). Pensamento que também é compartilhado por Silviano Santiago, pois o professor salientou, na aula anteriormente citada, que os intelectuais brasileiros das novas

gerações devem interagir com os intelectuais da América Latina. Por acreditar que esse dialogismo seja interessante para os estudos literários, é que defendo a possibilidade de eleger *Macunaíma* como uma representação do povo brasileiro dentro da América Latina. Essa representação brasileira – que se faz por meio de suas características étnicas, sociais, antropológicas, culturais, religiosas – nunca foi tão evidente quanto percebe-se na obra de Mário de Andrade. Óbvio que, quando Rama falava em "construir um discurso", o teórico referia-se, sobretudo, aos "especialistas nessas literaturas", portanto o escritor paulista pode ser classificado como um, tendo em vista a relevância de sua obra. Há ainda a possibilidade de vermos o criador de Pauliceia Desvairada como um antecipador do "decolonial" no Brasil, visto que os estudos nesta área começarão, de fato, décadas após a escrita de *Macunaíma* (1928), mas a obra sobre o "herói sem nenhum caráter" leva-nos a crer que o autor já previa a necessidade de termos escritos embasados na cultura latinoamericana, assim como também se fazia necessário que os estudos sobre tais obras pudessem ser realizados a partir de teorias não europeizadas. É uma possibilidade, dentre tantas outras, claro.

Referências

ADORNO, Theodor. Tempo livre. In: _____. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 103-104.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. 22. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

_____. **Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira**, organização, introdução e notas de Marcos Antônio de Moraes, SP, Edusp/IEB-USP, 2000.

_____. A costela do Grã Cão. In: _____. **Poesias completas**. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Tatiana Longo Figueiredo e Telê Ancona Lopez. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013, v. 1-6.

ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica.** São Paulo: Globo, 1990, p. 15-47.

BETHEL, Leslie. O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica. **Estudos Históricos.** FGV. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, jul.-dez. 2009, p. 289-321.

FINAZZI-AGRÓ, Ettore. Fronteiras, cruzamentos e transgressões. Economia da modernidade: prodigalidade e pobreza. In: **Entretempos.** Mapeando a história da cultura brasileira. São Paulo: Ed. Unesp, 2013, p. 136-147.

FREYRE, Gilberto. Uma visão quase apologética do comportamento hispânico ou ibérico nos trópicos. In: **Palavras repatriadas.** Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 435-461.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 124-129.

MIGNOLO, Walter. Compreensão humana e interesses locais. O ocidentalismo e o argumento (latino-)americano. In. _____. **Histórias Locais, projetos globais**. Colonialidade saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UGMG, 2003, p. 186-235.

RAMA, Ángel. Algumas sugestões de trabalho para uma aventura intelectual de integração. In: **Literatura, cultura e sociedade na América Latina.** Belo Horizonte: Ed. UGMG, 2008, p. 167-179.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. **Uma literatura nos trópicos.** Ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

SOARES, Luís Eustáquio. **América Latina, Literatura e Política**. Abordagens transdisciplinares. Vitória: EDUFES, 2012, p. 154

TUFANO, Douglas. **Modernismo:** Literatura Brasileira. São Paulo: Paulus, 2003, p. 56-57.

TRAMAS E CASOS NA TENTATIVA DE FORMAR UM CAMPO LITERÁRIO NO RIO DE JANEIRO

Maria Cândida Vargas Frederico
PPCIS / UERJ

Resumo: Este trabalho, situado na área de Sociologia da Cultura, visa analisar as relações que compõem o processo da produção do livro nas pequenas e micro editoras atuantes na cidade do Rio de Janeiro. É abordado o processo de admissão de novos escritores a partir de estudos de caso que envolvem algumas trajetórias. Para tanto, realizo uma investigação em torno das relações de troca e parcerias que existem entre os agentes desta produção: escritores, editoras, livrarias, leitores e universidade. A tentativa destes escritores de se colocarem no circuito literário atual aponta para uma busca por reconhecimento social e colabora para um momento de fertilidade e diversidade da produção cultural no Brasil. São investigadas: os papeis de escritor, editor e ainda de escritor-editor que nas pequenas e micro editoras se fundem e produzindo atuações particulares e inovadoras na tentativa da conformação de um campo literário diversificado e democrático.

Palavras-chave: trajetórias; campo literário; pequenas e micro editoras.

Abstract: This paper, situated in the area of Sociology of Culture, aims to analyze the relationships that make up the book production process in small and micro publishers that are in the city of Rio de Janeiro. The new writers admission process from case studies involving a number of careers is addressed. To do so, it is performed a research about the terms of trade and partnerships that exist between agents of production: writers, publishers, booksellers, readers and university. The attempt of writers to put themselves in the current literary circuit seeks a social recognition and contributes with a time of fertility and diversity of cultural production in Brazil. They are investigated: the roles of writer, editor and writer-editor that merge in the small and micro publishers producing particular and innovative actions in the attempt of forming a diverse and democratic literary field.

Keywords: trajectories; literary field; small and micro publishing.

A intenção deste trabalho é tentar entender o funcionamento do sistema da produção literária atual dentro do mercado editorial na cidade do Rio de Janeiro a partir da compreensão do processo que envolve seus agentes, suas regras e principalmente seus mecanismos de admissão de novos escritores. Sendo assim, esta investigação se propõe a desvendar como um escritor iniciante alcança a chancela para a publicação de sua obra inserindo-se na camada formal da esfera pública. Três casos serão analisados em profundidade: a experiência de W. B. Lemos que publica seu primeiro livro pela Editora Circuito, a trajetória de Érico Braga Barbosa Lima que é escritor e editor em sua própria editora, a Editora Antigo Leblon fundada em 2004 e as experiências de dois poetas, Romulo e David, que produzem manualmente seus livros.

O estudo dos casos de Lemos e Érico apontam para o universo das pequenas e médias editoras onde as iniciativas alternativas aos modelos tradicionais de produção são experimentadas, tanto como a publicação de livros virtuais, o aumento de micro editoras de

pessoa física e a formação de associações de apoio mútuo dentro do setor livreiro, gerindo um campo autônomo de produção, divulgação e distribuição das obras. Escritores, editores, associações de editores, livrarias, imprensa, universidade, leitores, eventos e feiras de livros são situados na camada de agentes da produção literária e a análise da interação de cada um destes seguimentos pode fornecer recursos para a construção da investigação deste trabalho.

A LIBRE (Liga Brasileira de Editoras) é uma associação gerida por representantes de pequenas e médias editoras que procuram fomentar a construção de um campo autônomo para a produção, divulgação e distribuição de seus títulos, onde a criação da Primavera dos Livros em 2001 foi fundamental para esta proposta por se tratar de uma feira alternativa à Bienal do Livro no Rio de Janeiro e São Paulo e ao Salão do Livro em São Paulo. A LIBRE funciona em uma dinâmica fora do circuito do mercado editorial estabelecido. O crescimento do número de publicações de escritores iniciantes em pequenas editoras denuncia um processo de mudança no sistema de produção editorial atual, apontando para caminhos mais diretos e independentes onde a realização do lançamento do próprio livro é possível para um escritor que pode ao mesmo tempo ser também editor e promotor de sua obra.

A Câmara Brasileira do Livro aponta em sua última pesquisa do setor em 2012 que 84,2% de editoras registradas no país são de pequeno e médio porte. Este movimento crescente de pequenas iniciativas, indicado pela CBL leva a um questionamento estrutural: como o sistema de distribuição (livrarias, feiras e eventos) atende a esse movimento? Pois o escritor publica, mas não consegue vender. Deste modo, é preciso tentar entender por que editoras funcionam publicando livros que não vendem e o que é necessário para o sucesso de vendas de uma obra – considerando principalmente as experiências de escritores iniciantes no mercado editorial atual.

Este trabalho tem a intenção de localizar a conjuntura social e cultural da produção e divulgação literária atual. As pequenas, médias e micro editoras – pequenas editoras tem faturamento anual inferior a 1 milhão de reais e médias inferior a 10 milhões de reais – são caracterizadas quanto ao seu alcance no mercado editorial e as suas demandas próprias na fundação de um novo campo cultural no processo da produção do livro. A LIBRE (Liga Brasileira de Editoras) e sua feira “Primavera dos Livros” aglutinam um conjunto destas pequenas e médias editoras, atualmente possui 127 editoras associadas, organiza uma feira literária anual e participa de feiras internacionais na Alemanha (Frankfurt), na França (Paris e Montpelier) e na Argentina (Buenos Aires).

Como um circuito se forma a partir de escritores que se auto leem, portanto, a quantidade de obras distribuídas – tiragens de 300 exemplares em média nas editoras de pequeno porte – não são vendidas e lidas fora destes. “Retratos da Leitura no Brasil” é uma pesquisa produzida pela CBL e publicada pelo Instituto Pró-Livro. Dados da produção literária nacional são analisados e divulgados junto com informações sobre a atualidade dos hábitos de leitura da população brasileira. Esta publicação ocorre a cada quatro anos e seu terceiro volume data do ano de 2012.

Cada produtor é caracterizado e problematizada a sua existência no processo de produção literária que envolve o mercado editorial atual. Estes atores se inter-relacionam e promovem possibilidades no campo da esfera pública. Escritores, editores, escritores-editores, acadêmicos, críticos literários e a imprensa fornecem, a partir de seu entrosamento, um produto simbólico – o livro – que pretende adentrar a camada da opinião pública, pois a atitude de publicar um livro dentro dos moldes oficiais, registrado e comercializado, parece ser motivada principalmente por uma vontade interior do artista e de seus sócios de alcançarem alguma espécie de reconhecimento social, portanto, precisa para isto, participar do comentário geral, tocando as instituições localizadas na esfera pública burguesa.

O caso de Érico Braga Barbosa Lima é a experiência de um engenheiro que abandona sua carreira para se dedicar às letras, transformando sua vida profissional, social e cultural na tentativa de se realizar como poeta. Amparado por seu pai, o escritor Rogério Barbosa Lima, Érico monta a editora Antigo Leblon, – uma referência ao bairro onde morava na infância – pai e filho passam a publicar seus livros por conta própria registrados num selo editorial independente. “Quem mais fala dos livros?!” é um livro de entrevistas organizado por Érico Braga Barbosa Lima com escritores, editores, publicitários e críticos literários com a finalidade de compor a bibliografia de uma disciplina (“O mercado editorial do ponto de vista do autor”) oferecida no curso “A Produção do Livro: do autor ao leitor” na PUC Rio em 2006, Universidade onde Érico atualmente é professor e coordenador de projetos de pesquisa da cátedra UNESCO de leitura. Sua trajetória ao mesmo tempo traduz o desenrolar de uma tentativa independente de se lançar no mercado da produção do livro e também a experiência de um literato que se apoia à universidade para realizar seus planos profissionais relacionados a análise de um setor – da produção do livro – que consome suas atividades tanto como escritor, editor e acadêmico interessado. Nesse sentido, é possível tentar encontrar a dimensão

real da experiência de um escritor editor, sua dupla função no processo da produção do livro e o papel da Universidade como mediadora entre sua atividade de artista e de crítico.

Outro estudo de caso é a experiência de W. B. Lemos, escritor que publica seu primeiro livro pela Editora Circuito, pequena Editora carioca com aproximadamente 50 títulos em seu catálogo. Custeando a publicação de sua obra, Lemos agora tem 400 exemplares do livro "Rasga-Mortalha: Poemas dos outros" para distribuir, contando com a parceria inicial da filial da Livraria da Travessa na Rua do Ouvidor, local onde ocorreu seu lançamento. Editora fundada por um escritor, editor e curador em exposições de arte: Renato Resende que conhece W. B. Lemos por intermédio de um amigo em comum, Ricardo Lima, escritor e crítico literário que além de trabalhar na mesma repartição pública que Lemos também já publicou artigos sobre obras de Renato. Lemos é doutorando em Literatura Comparada no Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, onde foi aluno de Ítalo Moriconi, que é professor, escritor, crítico e organizador de diversas coletâneas literárias, de quem Lemos recebeu o presente da orelha de "Rasga-Mortalha": Poemas dos outros". Lemos é ator formado pela Escola de Teatro Martins Pena e desenvolve uma atividade artística onde adquire uma identidade temporária que repousa sobre o pseudônimo de "Esperando Leitor".

Clown que transita pela cidade do Rio de Janeiro distribuindo fragmentos literários para quem quer que seja que decida parar e o escutar; esta sua atividade artística é cotidiana e a partir dela W. B. Lemos consegue distribuir uma quantidade maior de seus livros do que a Livraria da Travessa. Mas, como as redes de trocas simbólicas e contatos privilegiados entre os agentes de mediação do sistema de produção do livro acontecem? Existe uma hierarquia dentre os agentes de mediação do sistema de produção do livro e a preocupação principal deste trabalho se dá em torno dos seguintes questionamentos: Como um escritor iniciante alcança a chancela de uma publicação dentro do mercado editorial brasileiro atual? Quem o chancela? E quais as saídas que as publicações de editoras pequenas e médias têm para distribuírem suas obras com sucesso? Como estes livros alcançam a esfera pública? Quem pode apresentar um escritor ao circuito?

David Monsores criou o selo editorial "Mar e Rua" pelo qual já publicou seus três livros que estão sendo vendidos pelo próprio artista nas ruas da cidade do Rio de Janeiro a preços populares e cotidianamente entregues diretamente de suas mãos para as dos leitores interessados. David escreve, corrige, diagrama, ilustra, manda imprimir o miolo em gráficas, depois corta (guilhotinando) a capa, confeccionada também por ele, e costura um a um cada

exemplar da tiragem de sua obra. Este artista costuma distribuir seus livros de poesia e contos nas portas de centros culturais, cinemas, universidades e bibliotecas públicas. A editora "Mar e Rua" não possui cadastro na Agência Nacional do ISBN e publica especialmente as obras do escritor David Monsores que prefere arcar com a responsabilidade de todo o processo que envolve, autonomamente, a produção do livro.

Rômulo Ferreira também criou sua própria editora e publica de forma independente pelo selo "Outras Dimensões" livros, revistas e fanzines[1] seus e de amigos escritores que lhes concedem o direito de editar suas obras. Romulo já publicou por sua editora uma média de 60 volumes do seu fanzine "Silhueta Art Zine", 5 volumes da revista poética "ACRE" (que reúne uma média de 20 obras de escritores cariocas e de outros estados do país), os periódicos do Sarau AMEOPOEMA (que acontece mensalmente no centro da cidade do Rio de Janeiro) além dos quase 10 livros que escreve só ou com sua esposa Barbara Barroso. A editora "Outras Dimensões" surgiu para atender a necessidade de publicação das obras de Rômulo e se estendeu ao lançamento de outros títulos, pois se trata do projeto de um micro-editor capaz de produzir para si e para outros um trabalho de qualidade profissional, com correção, diagramação e confecção manual dos livros (com a mesma técnica utilizada por David Monsores para a finalização dos livros). Esta editora não existe nos registros do ISBN, mas é reconhecida como micro empreendimento individual (MEI) com CNPJ de empresa editorial. As publicações desta editora percorrem o circuito alternativo de literatura da cidade do Rio de Janeiro sendo distribuídas também em portas de centros culturais como as de David Monsores.

O estudo de caso dos projetos editoriais destes dois artistas, que se conhecem, trabalham nos mesmos lugares e apoiam-se um nas ideias do outro é importante para localizar no circuito das micro editoras, iniciativas editoriais autônomas que interagem tanto nos mesmos lugares, saraus por exemplo, quanto em proporções parecidas na produção do livro (quantidade na tiragem e escritor que também é editor). Destacando nestes trabalhos de David e Rômulo o caráter da independência de distribuição que estes artistas imprimem em suas obras, neste sentido, este estudo de caso ajuda a pensar sobre os questionamentos levantados sobre o problema da distribuição e venda dos livros.

[1] Zine ou Fanzine são publicações de textos literários ou jornalísticos produzidos de forma independente e sustentados autonomamente em relação a qualquer veiculação oficial ou formal de cultura da Indústria Cultural. Pode-se dizer, ainda, que Zines são publicações de aficionados por um determinado assunto que a mídia oficial não se interessa, como afirma uma ativista pelos direitos animais: "uma publicação independente, feita manualmente sobre assuntos e temas que geralmente a mídia impressa de grande escala não cobre". Declaração de Mari Posa sobre Zines fornecida para esta pesquisa no dia 04/06/2013 (Fragmento de nota de rodapé da minha Monografia da Graduação defendida e 2012).

Sendo assim, o conjunto de estudos de caso que compõem este trabalho, Érico B. B. Lima e sua pequena Editora Leblon, W. B. Lemos e o custeio de sua primeira obra para a Editora Circuito e o esforço de David e Romulo em publicarem em micro-editoras destacam, cada um ao seu modo e levantando distintos aspectos, a conformação de um circuito atual de pequenas e micro editoras que produzem de forma alternativa aos padrões tradicionais do mercado literário de grandes empreendimentos.

Depois de apresentados as trajetórias dos estudos de caso, algumas relações teóricas podem ser sugeridas: A formação de um circuito composto por pequenas e micro iniciativas editorias geridas por escritores editores que publicam suas próprias obras incluindo em seus catálogos livros de amigos e títulos selecionados de acordo com critérios particulares, onde seus pares possam comparecer, desse modo, formando clubes de incentivo e afinidades, é analisada sob a ótica dos conceitos de campo artístico e habitus em Pierre Bourdieu (1992).

No sistema da produção literária atual, de acordo com a CBL, 84% das editoras são de médio, pequeno e micro porte, no entanto, a maior parte dos títulos distribuídos em livrarias e divulgados nas mídias são obras publicadas por grandes grupos editoriais. Sendo assim, é possível imaginar que a proporção de obras publicadas pelas pequenas e médias editoras encontra-se em camadas de consumo diferentes das tradicionais, pois a produção deste setor tem um fim localizado em um circuito de distribuição, divulgação e vendas ainda particular e compartilhado entre iguais.

Livros de autores iniciantes que publicam por selos alternativos, mesmo que registrados oficialmente, não conseguem, neste sistema de produção tradicional, romper os limites de sua promoção inicial, onde o evento do lançamento alavanca praticamente a maior parte de seu sucesso de vendas, depois disto, os volumes são estocados e esquecidos. A saída que aparece como a mais plausível para a distribuição destas publicações se dá dentro de espaços independentes de circulação literária geridos por escritores e editores, críticos e leitores que se auto financiam, promovem e consomem-se uns aos outros. Neste sentido, existe um *habitus* compartilhado entre estes agentes onde a direção de suas atividades, suas escolhas e apostas são orientadas por seus próprios membros.

Em “As Regras da Arte: Gênese e estrutura do Campo Artístico” (BOURDIEU, 1996) analisa a conformação de um campo artístico autônomo que se fundava, diante de dificuldades estruturais onde artistas se viam perdidos entre a decadência dos valores aristocráticos imprimidos à arte francesa e a ascensão de um universo burguês de consumo artístico utilitarista. A experiência de fundação de um novo campo retratada nesta obra ajuda a pensar na atualidade

das parcerias entre pequenas e médias editoras, principalmente sobre a existência da LIBRE e da Primavera dos Livros. A característica dominante entre estes micro-empreendimentos localiza-se na vontade geral, entre eles, de se reconhecerem como artistas independentes e de se diferenciarem por uma certa distinção estratégica, pois suas publicações atendem a interesses particulares se inserindo em abordagens alternativas onde a bibliodiversidade[2] é adotada.

Este trabalho busca entender também por que escritores se interessam em revelar para o mundo o conjunto de suas subjetividades, da intimidade que resulta em obra de arte, de um objeto simbólico que pretende, assim, ganhar a esfera pública dos relacionamentos sociais. Deste modo, (Habermas, 1990) em "Mudança estrutural da esfera pública: Investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa" ajuda, neste trabalho, na compreensão da existência de uma camada de relações político-sociais capaz de definir práticas e pensamentos na sociedade democrática burguesa, sendo assim, as atribuições necessárias que um projeto, grupo ou produto precisam ter para inserirem-se nesta camada são definidas pelo conjunto de instituições que exercem um controle sobre a opinião pública, admitindo ou não novidades.

A esfera pública se torna o espaço de divulgação de interesses privados que alcançam um patamar de dominação sobre outros interesses de acordo com disputas de poder. A opinião pública surge como um instrumento de mediação e convencimento entre os interesses privados de dominação social que se compreendem como representativos e o restante da sociedade que ainda não atingiu as camadas de decisão da esfera pública. A divulgação literária, neste sistema, se comporta como transmissor da opinião pública, por isso não admite qualquer oferta de publicação que busque se associar ao seu formato de publicidade sem seu consentimento ideológico, no entanto, só parece ser possível para um escritor iniciante obter sucesso e reconhecimento se associado às instituições da esfera pública. Neste caso, a noção de reconhecimento se desloca para uma esfera menor e alternativa à tradicional, onde a divulgação literária depende inteiramente do esforço e alcance de suas atividades dentro de uma camada de disputa interna mais acessível, no entanto, o cunho definidor da esfera pública não se desfaz dentro de pequenas iniciativas.

Isto quer dizer que os conceitos de Habermas sobre a concepção de mudança estrutural da esfera pública pode contribuir e caracterizar um movimento atual que tanto pretende disputar a opinião pública, pois participa do campo oficial da produção literária, com registro

[2] Bibliodiversidade: Termo utilizado na apresentação da LIBRE sobre sua missão de agregar uma diversidade de literaturas que estão atualmente fora do mercado das grandes editoras no Brasil.

no ISNB, por exemplo, quanto porque a esfera pública também, atualmente se apresenta em espaços fragmentados de disputa de poder, as novas mídias revelam esta característica.

De acordo com (FOUCAULT, 1969) em "O que é um autor?"[3], cabe à autoria um papel de entrave à livre circulação, manipulação e composição, onde a obra finalizada restringe em um só nome a responsabilidade e triunfo sobre um esforço teórico de ficção ou não ficção; sendo assim, (CHARTIER, 2014) em "A mão do autor e a mente do editor" faz uma espécie de arqueologia do processo editorial moderno buscando nas experiências de Cervantes e Shakespeare fundamentos para afirmar que a noção de Foucault sobre o que é um autor está relacionada diretamente com a apropriação que faz o editor da obra do autor. Neste livro, Roger Chartier considera esta pergunta ainda plausível, apesar de Foucault parecer tê-la esgotado afirmando que "a noção de autor é um dispositivo de controle da proliferação perturbadora de discursos", deste modo, Chartier insere a esta explicação as relações mantidas entre escritores e editores na produção de uma obra literária e a preponderância do papel do editor neste processo. Esta problemática se relaciona com a discussão presente em torno do sistema que envolve o mercado editorial atual, pois é necessário entender em que dinâmica são apresentados os papeis de autor e editor na atualidade, inclusive porque só assim é possível situá-los em um processo de busca por reconhecimento de autoria e status de autor.

Somando-se a esta preocupação, a função do editor caminha lado a lado com a do autor, articulando no sistema de produção do livro os ajustes exigidos e necessários para a obtenção de sucesso da publicação dentro da camada da esfera pública almejada. Roger Chartier aponta para o cuidado e aperfeiçoamento nas edições profissionais que dependem do trabalho do editor em parceria com o escritor, neste sentido, entendendo seus papeis distintos de agentes na produção literária, o escritor-editor das pequenas e médias editoras, analisado neste trabalho, deve ser interpretado também, levando-se em consideração, os limites e desafios de uma junção de atividades que pode ou não comprometer a qualidade da obra em si.

Em "A aventura do livro: Do leitor ao navegador" (1988) são abordadas as etapas de desenvolvimento do livro durante a sua história até os dias atuais, em que o formato tradicional do livro vem sendo ameaçado por publicações alternativas como os e-books, por exemplo. Analisando as alternativas de publicação de pequenas editoras nas brechas do mercado editorial, as circunstancias de existência que esta obra de Roger Chartier apresenta para o livro podem ajudar no entendimento dos rumos desta saída conjuntural. Então, estas abordagens ajudam a

[3] In: Ditos e Escritos v. III.

entender como, neste processo atual da produção literária, a existência de autores promotores de si mesmos existe sublimando ou não um conjunto de papéis inseridos neste contexto.

(DARNTON, 1979) em "O Iluminismo como Negócio: História da publicação da Enciclopédia" aborda a gênese de um empreendimento editorial, a publicação da *Enciclopédia* de Diderot (1775-1800). A abordagem deste texto se insere na tentativa de entender como a divulgação literária se torna uma coisa pública e financiada por negociantes, por vezes desinteressados no conteúdo da obra, mas principalmente, em suas chances globais de alcançar o sucesso editorial de vendas, transformando o livro em um produto industrial. A ideia de Iluminismo associada a esta expectativa empreendedora faz alusão direta ao período histórico caracterizado por aberturas no campo do conhecimento científico e incentivo a teorias ligadas a evolução social, sendo assim, Darnton identifica, neste período, a virada audaciosa que os setores ligados a produção do livro sofreram para aproveitarem a fertilidade deste momento.

Grandes editoras surgem a partir de polêmicas em torno de livros publicados, Darnton aponta para a necessidade da elaboração de discursos sobre a publicação de livros e o papel da imprensa a serviço das críticas literárias. Robert Darnton, neste livro, colabora para este processo de investigação, pois apresenta em suas análises de um mercado editorial ascendente um conjunto de práticas e métodos adotados por editoras até hoje, além da possibilidade de entender, a partir da experiência da "Enciclopédia", o que é necessário para a obtenção de sucesso editorial para uma obra literária. O processo estrutural da produção do livro também é apresentado em "Iluminismo como Negócio", pois os cuidados que envolvem desde a impressão, o papel até a divulgação, a propaganda e os lucros estão em evidência.

"Intelectuais à Brasileira" de (MICELI, 2001) investiga através da trajetória de literatos como Lima Barreto, Mário de Andrade e Manuel Bandeira o desenvolvimento do campo literário brasileiro na primeira metade se século XX, se tratando de interpretações de memórias e biografias destes escritores que remontam a história recente deste país. Os capítulos "A expansão do mercado do livro e a gênese de um grupo de romancistas profissionais" e "Os intelectuais e o Estado" de "Intelectuais à Brasileira" são fontes de exemplos para a elaboração desta pesquisa, pois retratam experiências reais de escritores que alcançaram o cânon a partir de uma trama de relações pessoais e políticas que envolvem o mercado editorial e inter-relações entre agentes da produção do livro. As experiências retratadas neste livro são fundamentais para ajudar na compreensão e interpretação dos estudos de caso deste trabalho.

Este trabalho não pretende, neste momento, concluir nenhuma das sentenças levantadas, ele se preocupa, a princípio em localizar este campo de investigação que é o mercado editorial atual. As informações sobre o estudo dos casos apresentados e as possíveis abordagens teóricas fazem parte da dissertação de mestrado que será defendida no próximo ano, que a esta altura, poderá responder a tais questionamentos.

Referências

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do Livro**. Editora Nova Fronteira e Instituto Pró-Livro, Rio de Janeiro 1986.

BARCELLOS, Marília de Araújo. **O Sistema Literário Brasileiro Atual:** Pequenas e médias editoras. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras da PUC-RIO, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Editora Zouk, Porto Alegre 2ª ed. 2013

_____. **As Regras da Arte**. Editora Presença, Lisboa 1ª ed. 1996.

HABERMAS. **Mudança estrutural na esfera pública**. Editora UNESP, São Paulo 1ª ed. 2011.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Editora UNESP, São Paulo 1ª ed. 2014.

_____. **Autoria e história cultural da ciência**. Azougue Editorial, Rio de Janeiro 1ª ed. 2012.

_____. **A aventura do livro:** Do leitor ao navegador. Editora UNESP, São Paulo 1998.

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como Negócio**. Editora Companhia das Letras 1ª ed. 2008.

ELIAS, Norbert e Scotson, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Zahar. Rio de Janeiro. 2000.

FILHO, Plínio Martins (org). "Relações Editoriais". In: **Livros, Editoras e Projetos**. Ateliê Editorial, São Paulo 1997.

FOUCAULT, Michel. "O que é o autor?". In: **Ditos e Escritos:** Estética, Literatura e pintura, Música e Cinema. (v. III). Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária, 2001.

MICELI, Sergio. **Intelectuais a brasileira.** Editora Companhia das Letras, São Paulo 1ª Ed. 2001.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil**. V. III. Instituto Pró- Livro, São Paulo, 2011.

HALLENWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. Editora EDUSP 3ª ed. São Paulo, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de Viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde:** 1960/70. Editora Aeroplano, Rio de Janeiro, 1979.

_____. **26 Poetas Hoje**. Editora Aeroplano, Rio de Janeiro, 2001, 4ª ed.

LEMOS. W. B. **Rasga-Mortalha:** Poemas dos outros. Editora Circuito, Rio de Janeiro 1ª ed. 2014. 18

LIMA, Érico Braga Barbosa. **Quem mais fala dos Livro(s)?!**. Editora Antigo Leblon, Rio de Janeiro 1ª ed. 2006.

MATTOSO, Glauco. **O que é Poesia Marginal**. Ed. Brasiliense, 1982 São Paulo, 2ª edição.

MAGALHÃES, Henrique. **O que é Fanzine**. Editora Brasiliense, São Paulo 1993.

OLINTO, HeidrunKrieger e SCHOLLHAMMER, Karl Erik (orgs.). **Literatura e Mídia**. Editora PUC-Rio, Rio de Janeiro; Editora Loyola, São Paulo, 2002.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Retrato de Época:** Poesia Marginal Anos 70. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1981.

REIMÃO, Sandra. **Mercado Editorial Brasileiro**. Editora Com-Arte: Fapesp, São Paulo, 1996.

"TINHA UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO": OFICINAS DE POESIA EM CTS CAPIXABAS

Renata Bomfim
Faculdade Saberes

Resumo: Entre agosto de 2014 e abril de 2015 integramos a equipe do Projeto Terapêutico e Social do Centro de Acolhimento para Pessoas com Dependência Química do ES. Nesse trabalho nos deparamos com o desafio de desenvolver um plano de Atividades Lúdicas Terapêuticas (ALT) junto a dezesseis Comunidades Terapêuticas (CTs) credenciadas pelo Governo do Estado. Lançamos um olhar sobre alguns textos poéticos produzidos durante essa experiência, refletindo sobre a importância da inserção das práticas de leitura e de escrita de poesia (e outros gêneros) nas grades de atividades das CTs. Nossa inserção nesse serviço tinha como objetivo criar condições para que o Outro, enquanto alteridade, falasse e que a sua voz fosse ouvida. Refletimos sobre essa experiência tendo como aportes teóricos basilares a teoria pós-colonial, a teoria da linguagem segundo Bakhtin e contribuições de pensadores como Michael Foucault, Jacques Rancière, Marcuse, Boaventura de Sousa Santos e Alfredo Bosi. As oficinas de poesia nas CTs trouxeram à cena questões sociais relevantes no âmbito dos Direitos Humanos, ratificando a proposição de Marcuse, para quem a arte, na sua autonomia perante as questões sociais, é capaz de romper com a consciência dominante, revolucionando, dessa forma, a experiência.

Palavras-chave: poesia; oficinas terapêuticas; comunidades terapêuticas.

Abstract: Between August 2014 and April 2015 we integrated the Therapeutic and Social Project team Shelter for People with Addiction ES. In this work we face the challenge of developing a plan Therapeutic Ludic Activities (ALT) next to sixteen Therapeutic Communities (TCs) accredited by the State Government. We launched a glimpse into some poetic texts produced during this experience, reflecting on the importance of integrating practices of reading and writing of poetry (and other genres) in the grids activities of the CTs. Our inclusion in this service aimed to create conditions for the other while otherness, speak and that their voice heard. We reflect on this experience with as fundamental theoretical contributions to Postcolonial Theory, the Theory of language according to Bakhtin and contributions of thinkers like Michel Foucault, Jacques Rancière, Marcuse, Boaventura de Sousa Santos and Alfredo Bosi. The poetry workshops in CTs brought to the scene relevant social issues in the context of human rights by ratifying the proposition Marcuse, who art in its autonomy from social issues, it is able to break with the dominant consciousness, revolutionizing thus, the experience.

Keywords: poetry; therapeutic workshops; therapeutic communities.

Quando aceitamos o convite para integrar a equipe do Projeto Terapêutico e Social do Centro de Acolhimento para Pessoas com Dependência Química do ES (CAPDQ), trazíamos no bojo a experiência de ter trabalhado na estruturação de alguns serviços de saúde mental da capital capixaba: o Centro de Atenção Psicossocial Ilha de Santa Maria (PMV), primeiro ambulatório para crianças e adolescentes no Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais (HUCAM) − uma tentativa de estruturar um CAPSi −, e o Centro de Atenção Para Crianças e Adolescentes (CACIA), na UFES. Esse percurso profissional teve início quanto estudávamos artes plásticas na UFES, a partir do ingresso no projeto de extensão Cada Doido Com Sua Mania (CDSM).

Atuar no campo da saúde mental é um desafio que perpassa o profissional em variados níveis. É necessário, além do cuidado para com a parte teórica e metodológica que envolve as ações em saúde nas suas múltiplas interfaces, que o profissional atente para a própria saúde mental e reveja constantemente os seus valores, de forma que não incorra em julgamentos, preconceitos e injustiças.

Quando começamos a trabalhar no CAPDQ, em agosto de 2014, dezesseis Comunidades Terapêuticas (CTs) estavam credenciadas pelo Governo do Estado, esse número foi reduzido até chegar a treze CTs. Essa diminuição deveu-se ao fato de algumas CTs não terem se adequado às exigências dos editais federais e do Estado. As CTs estavam distribuídas em variadas regiões capixabas − Piúma, Serra, Alegre, São Mateus, Viana, Cariacica −, sendo que das treze CTs, apenas duas eram destinadas a acolher mulheres. Em agosto de 2015, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad/MJ) aprovou uma Resolução que regulamentou as comunidades terapêuticas[1]. As CTs são entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa (SPA). Esse serviço integra o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Para realizarmos as oficinas de poesia nas CTS, nos valemos do pressuposto de que a arte não é alheia ou neutra, antes, ela é uma manifestação humana necessária e que se atualiza no tempo. Na obra *A partilha do sensível* (2005), Jacques Rancière chama a atenção para a existência de uma politicidade sensível nas partilhas estéticas, fator que vincula o artista ao "revolucionário", tornando-o um "inventor da vida nova" (RANCIÉRE, 2005, p. 23).

Na obra *O ser e o tempo da poesia* (1977, p. 27), Alfredo Bosi fala que o poema é "uma conquista do discurso", e que guarda uma "potência expansiva" que tudo permeia. Mesmo a imagem bruta que poderia dar a "sensação de algo empedrado: o meio do caminho o meio do caminho o meio do caminho", na corrente do texto, ratifica que nada existe de já feito, mas que tudo está se fazendo (BOSI, 1977, p. 29). Maurice Blanchot (2011, p. 91) ratifica o pensamento de Bosi ao definir o poema como "começo", ele acrescenta que "os versos são experiências ligadas a uma abordagem viva, a um movimento que se concretiza na seriedade e no trabalho da vida".

O poema "No meio do caminho", de Carlos Drummond de Andrade, foi o primeiro que levamos para ser trabalhado nas oficinas junto aos acolhidos das CTs. Esse poema, um dos mais

[1] Observatório Brasileiro de Informações sobre drogas (OBID): Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>. Acesso em: 04 out. 2015.

conhecidos (e parodiados) da literatura brasileira, possibilita variadas leituras, mas, nos grupos em questão, remeteu, imediatamente, para "a pedra", ou seja, para o crack, droga com padrão de uso compulsivo que atinge usuários de perfis variados. A dependência do crack é física e psicológica, sendo que além de sintomas psíquicos, como a fissura, e depressivos, há a questão da ilegalidade dessa droga, que envolve o usuário em conflitos com a polícia e/ou com o tráfico.

O texto drummondiano abriu um espaço dialógico no qual cada membro do grupo pode expressar, de forma verbal e escrita, o significado "da pedra" e do "caminho" para si. Overdoses, perdas, solidão, a violência da "bocada[2]", complicações físicas decorrentes do uso/abuso das drogas, esperança de conquistarem um futuro diferente, emprego, família, viagens, estudos, fé, temas variados e contraditórios deram forma a um mosaico de histórias de vida. Os nomes "pedra" e "caminho" tornaram-se imagens recortadas "de um momento da experiência humana", desenhando na pele do texto imagens da vida real (BOSI, 1977, p. 114).

O poeta Paulo Leminsk (Acesso em 20 jul. 2015) questionou como um artista poderia tomar da palavra poética − que é princípio do prazer no uso da linguagem −, senão por meio de "pequenos gestos kamikazes"? Considero os atos poéticos (rodas de leitura reflexiva, saraus de poesia, varais de poesia, entre outros) realizados nas CTs como sendo "pequenos gestos kamikases", ou seja, ações que exigiram envolvimento, exercício da escuta afetiva e revisão de práticas e valores.

O linguista Mikhail Bakhtin (2003) destacou que a linguagem, cujo princípio constitutivo é o diálogo, é um fenômeno que só acontece na relação do sujeito com o outro. As oficinas de poesia permitiram o encontro *face a face* entre variadas singularidades, o que fomentou o despertar de uma sensibilidade solidária no grupo, nascida do reconhecimento, da dignidade humana e da empatia.

Embora a linguagem poética aparente ser monológica, por não utilizar a voz de outrem e dialogar sem mediador, ela é dialógica e põe em evidencia um "eu" que possui um mundo interior povoado por variadas vozes sociais. O poeta se responsabiliza constantemente por sua linguagem. A polifonia permite que o autor crie novos mundos e que os manipule no seu reino de palavras estabelecendo pontes com a vida e com a morte. Michel Foucault (2006, p. 24) ampliou a reflexão sobre o potencial dialógico da linguagem poética a partir da análise da obra *Ulysses*, de Joyce, destacando que "uma única obra literária pode dar lugar, simultaneamente, a tipos de discursos bem distintos". Assim, pensar na pluralidade

[2] Local onde de se vende drogas.

de discursos que cerca o texto literário, especialmente o texto poético, é remeter o pensamento para o campo do comum, da multiplicidade.

Entretanto, observamos que, com referência aos sujeitos usuários de drogas, predominam discursos homogeneizadores, como, por exemplo, aqueles que os apresentam como "escravos do vício", pessoas incapazes de guiar suas vidas, "gente" que precisa ser tutelada e, até mesmo, internada involuntária ou compulsoriamente. Essas ideias, representadas em variados campos sociais, embasam ações que seguem na contramão dos Direitos Humanos, pois justificam que esses sujeitos sejam privados de fazer escolhas, de ir e vir livremente, além de inverter valores ao coisificar o "sujeito" (usuário de SPA) e elevar as drogas, "coisas", ao *status* de sujeito (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2014, p. 12).

O texto intitulado "Reinvindicação", produzido por cinco membros da oficina de poesia diz: Liberdade de expressão,/ Direito a escolha,/ Autoconfiança nas pessoas,/ Melhores condições de trabalho,/ Respeito mútuo" (J.; L.; F.; W; N.). De forma direta, o grupo destacou os direitos básicos dos quais se sentem privados, bem como, alguns valores comuns que fazem a vida adquirir leveza e dignidade. O apelo à liberdade encontra ressonância no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Com o passar do tempo, observamos nas oficinas de poesia as imagens do "bicho doido" e do "animal irracional" cederem a outras imagens na autorrepresentação: pai, irmão, trabalhador, pessoa que ama e deseja ser amada.

> Todas as manhãs me amas sem limites,
> Gritaste bem-te-vi, ó liberdade.
> **Hoje preso** falta-lhe espaço ó sanhaço,
> Teu bico és forte, mas jamais trincou.
> És belo por natureza
> E mesmo que com toda tristeza
> Canta com certeza
> De que o dom vence barreiras (W. C. S., grifo nosso).

O poema fala de amor e de sofrimento. Transformar a dor em arte é apanágio dos poetas. O filósofo Herbert Marcuse (1999) acentuou o potencial subversivo próprio da arte contra o princípio da realidade estabelecida. Para esse pensador, a arte evoca imagens da necessidade de libertação que pertence à profunda dimensão da existência humana, articulando a experiência não só de uma classe em particular, mas de todos os oprimidos. O poeta se identifica com o pássaro, "hoje preso", mas ele reconhece que essa não é uma situação imutável, ela pode ser transformada e, apesar da tristeza, canta e acredita que "o dom vence barreiras".

"O homem é um animal político porque é um animal literário que se deixa desviar de sua destinação natural pelo poder da palavra", afirmou Rancière (2005, p. 59). Acreditamos que o poder da palavra levou o jovem W. C. S., de 23 anos, a se autorizar "poeta". O jovem escreveu um livro chamado *Constelações* enquanto estava em tratamento em uma Comunidade Terapêutica. Na obra de W. C. S. há um grito premente por liberdade e a denúncia do sentimento de exílio que o dependente químico vivencia: "Como cachorro velho da pata quebrada/ manco pela estrada sem rumo/ Como um vagabundo que sou./ Hora aqui, hora ali,/ Sem casa ou lar disponho-me a vagar/ Na esperança de que me preenchas".

A ideia de que as pessoas que usam drogas são perigosas e criminosas provocam a desumanização desses sujeitos, subtraindo deles características universais da pessoa humana. Muito se fala sobre a humanização nos serviços de atenção à saúde, nesse sentido, vale destacar que a "humanização" efetiva não depende apenas do atendimento com simpatia e civilidade por parte dos funcionários, e nem da decoração das estruturas, com rádio, tv, etc. A humanização de um serviço se concretiza na relação humana que se constrói com a pessoa doente. Abrir espaços de criação para os acolhidos nas CTs é um passo importante na humanização desses serviços, além de fomentar fatores de proteção psicológica, como o clima dialógico, e de cordialidade na comunicação e no desenvolvimento do sentido de pertencimento. Trabalhar a partir desse prisma faz com que palavras como cidadania, autonomia e cuidado não sejam usadas mecanicamente, mas que sejam diretrizes norteadoras de ações e propostas interventivas nas CTs. Observemos o texto a seguir, que respeitou a ortografia dos acolhidos:

> Um bom trabalho e uma boa família,
> Te uma dignidade onesta para construí o nosso futuro melhor
> temos que si trata da droga e sai de mau caminho.
> Boa Sorte!... (M. C. F. R.; L.; A. E.; G. A. F.)

O texto apresentado foi escrito por várias mãos e reflete o desejo de inserção no campo do trabalho e, como diria Foucault, na ordem do discurso. O grupo concorda que é importante uma vida cotidiana simples e honesta, mas mostra, também, como as drogas são vistas como as principais responsáveis pelo ingresso da pessoa no "mau caminho". Pensar as drogas como responsáveis por todos os males do mundo encobre o fato de que vivemos em uma sociedade de consumidores. Uma visada histórica revela que as SPA acompanham a sociedade desde o seu primórdio, e que a noção de "vício" é uma ideia moderna.

Acerca do consumo, Zigmunt Bauman (1998, p. 56- 104) diz que "é a medida de uma vida bem sucedida" e que já deveríamos ter aprendido que "o transe existencial humano é incuravelmente ambivalente, que o bem está sempre combinado ao mal, que é impossível traçar com segurança a linha entre a dose benigna e a venenosa de um remédio para nossas imperfeições". Nessa sociedade narcótica, de consumidores, "ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria", e esse fato ameaça a subjetividade, pois faz com que o sujeito precise se atualizar de forma permanente, com vista a manter-se, sempre, "uma mercadoria vendável".

O uso/abuso de SPA − seja de drogas legalizadas ou não legalizadas − vincula-se, irremediavelmente, ao mal estar da civilização contemporânea. Nesse sentido, a dependência química se afirma como um território de pesquisa multidisciplinar, demandando ações compartilhadas por parte de variados campos do saber.

As atividades lúdicas realizadas nas CTs facilitaram que, para além da interação entre os membros do grupo, cada participante fizesse uma imersão em si mesmo, refletindo sobre o seu viver, com vista a dar um novo significado a suas experiências a partir da compreensão de que somos seres ambíguos, lidando com o paradoxo da incerteza. Essas atividades lúdicas, trabalhadas em diferentes oficinas, envolveram o brincar e o aprender. Trabalhar com narrativas é, antes de tudo, fazer valer a dimensão da autonomia. Vale destacar que, quando alguém apresenta algum conteúdo através da arte, na verdade, ele está (re)apresentando esse conteúdo. Essa ação explicita a subjetividade do sujeito e não é mentira e nem ilusão, antes, é uma realidade outra, que lança o produtor/expectador em um mundo intersticial, paralelo, onde tudo é possível: as reflexões e até mesmo as grandes mudanças de rumo na vida.

O pensador Marcuse (1999, p. 18) destacou que "o amor, o ódio, a alegria e a tristeza, a esperança e o desespero", embora sejam relegados para os campos da psicologia e, "em termos de economia política" não possam ser consideradas "forças de produção", são inegavelmente elementos que constituem a realidade de cada pessoa. A arte é uma articuladora de humanidades concretas, ela transcende as determinações sociais por meio de seu caráter emancipatório e pela invocação de imagens e necessidades de libertação que penetram na profunda dimensão da existência humana. Edgar Morin (1997, p. 40) destacou que a poesia é uma forma de arte que, na cultura Ocidental, ficou "relegada no ócio, no divertimento", tornando-se, de certa maneira, "um elemento inferiorizado em relação à prosa da vida". Entretanto, o poeta não está confinado ao jogo de palavras ou ao domínio de jogos de símbolos, antes, ele tem uma competência "multidimensional que diz respeito à humanidade e à

política", mas a mensagem política do poeta é "ultrapassar a política" (MORIN, 1997, p. 42). Outro texto produzido coletivamente em uma das oficinas de poesia diz:

> Eu espero que nós possamos ter direito a ir e vir com igualdade, temos muitas escolhas sem que sejam feitas para nós, que possamos ser dignos de ter a nossa liberdade para que nossos filhos possam ter um futuro com a certeza de que o seu futuro não será [?]. Quero ter direito de escolha[3] (R.V, M. N.; L. F).

Bauman (1998, p. 67) destacou que "a preocupação com direitos humanos é um apelo ao excedente de caridade", a partir da consciência de que há algo "maior que qualquer letra da Lei", de qualquer coisa que o Estado até então tenha feito. Como mostra o poema, precisamos avançar socialmente a partir do respeito aos diretos básicos dos variados grupos. As oficinas de poesia trouxeram à luz os anseios desse grupo marginalizado socialmente. O direito à voz é evocado, afinal: "temos muitas escolhas sem que sejam feitas para nós".

Gayatri Spivack (2004), feminista contemporânea, levantou o questionamento: "Pode o subalterno falar?". Para essa pensadora o subalterno possui dificuldade em se autorrepresentar, pois dificilmente ele é ouvido e, geralmente, a sua voz é intermediada pela voz de outrem. Nas oficinas de poesia o eu não é de carne e osso, é um lugar expresso na escrita, lugar a partir do qual é possível a performance, assim, esse eu pode se transmutar e transgredir.

Objetivamos acolher as falas das pessoas sem censuras ou julgamentos, o que fazia com que nossas ações, algumas vezes, fossem observadas com desconfiança nas CTs. Boaventura de Sousa Santos (2010) propôs que a identidade do subalterno deve ser construída das margens para o centro − "espaço limiar", "espaço-entre", "espaço de fronteira" −, um espaço no qual ética e política se mesclam. Assim, as oficinas de poesia, atividade oblíqua e marginal nas CTs e no CAPDQ, mesmo não estando oficialmente inserida nos planos de atividades das CTs, abriu espaço para que esses múltiplos "eus" se expressassem abertamente:

> Eu fico perguntando até onde eu posso chegar,
> O desafio que no meu caminho eu irei encontrar.
> Para enfrentar a vida nunca pensei que fosse assim.
> Mas não importa, não há barreiras, vou até o fim.
>
> O plano misterioso, agora o sonho, então eu vou procurar,
> Sigo em frente, é meu destino, não importa o lugar.
> Coragem eu terei, e nada pode me deter

[3] O texto não passou por correção da norma técnica da língua portuguesa, respeitamos a forma com o texto foi escrito pelo acolhido.

> Eu vou sem medo de nada
> E eu enfrentarei (J. R.).

O poema em questão revela potência política, no sentido proposto por Marcuse (1999, p. 11), "na autonomia que mostra perante as relações sociais, embora proteste contra estas", transcendendo-as. Observamos a presença de um eu reflexivo e surpreso com as proposições que a vida lhe fez: "nunca pensei que fosse assim", mas que está decidido a ultrapassar as barreiras. Aqui, a análise não se limita às dificuldades propiciadas pelo uso/abuso das drogas, mas se estende para as muitas barreiras que uma sociedade preconceituosa e sectária levanta para aquele que não se enquadra no seu plano de pureza e perfeição. Se considerarmos que o uso/abuso de drogas (lícitas e/ou ilícitas) é um sintoma social, concluiremos que vivemos em uma sociedade que produz comportamentos aditivos e criadores de dependência.

Na obra *O mal-estar da pós-modernidade* (1998, p. 17), Bauman destacou o anseio de "pureza" da civilização contemporânea, que se traduz na busca pela ordem, de forma que tudo aquilo que esteja "fora de lugar", deve ser "eliminado": "baratas, moscas, aranhas ou camundongos", assim como "outros seres humanos que são concebidos como um obstáculo para a apropriada organização do ambiente" não estão autorizados a "partilhar o lar" com os moradores "legais".

O poeta sonha, afirma sua coragem frente a um "plano misterioso", essa é a ponta do fio desse sonho que nós, profissionais, educadores, pensadores, cuidadores, sociedade em geral, tomamos para ajudá-lo na tessitura de novos sentidos. Um texto é o imbricamento de variadas vozes, uma trama de relações capaz de abrir o mundo das ideias à diversidade. O texto poético mostra, também, a nossa responsabilidade frente a esses sujeitos, a necessidade de que articulemos serviços, políticas sociais, que conclamemos os poderes instituídos, todos trabalhando pela garantia dos direitos dos cidadãos socialmente vulneráveis.

> Eu, R. G. S. andava a me perguntar que quando sair de uma comunidade terapêutica se lá fora você tem chance de continuar a sua vida sem Jesus. Irmão, vou te responder as chances são zero, porque Deus é o único a nos capacitar e libertar de todos os males (R. G. S.).

Reconhecemos o valor da espiritualidade na vida das pessoas, seja ela vinculada ou não a uma religião. Entretanto, percebemos que em algumas CTs o discurso religioso era usado para justificar ações que inviabilizavam os movimentos de emancipação das pessoas. Em algumas ocasiões o nosso saber foi desqualificado frente ao "poder transformador da fé". Ressaltamos que o tratamento oferecido pelas CTs apoia-se no tripé: espiritualidade,

convivência e laborterapia. A espiritualidade, quase que de forma unânime, integrava o quadro de atividades diárias das CTs sob a forma de ritos (cultos, orações, vigílias, etc.), assim como a laborterapia, quase sempre interpretada como "manter a CT limpa e organizada".

A convivência é considerada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC), nº 29/2011, que regulamenta o funcionamento das CTS, como sendo o pilar mais importante no processo de recuperação do usuário de drogas. Acreditamos que os dependentes químicos devem enriquecer as suas vidas com novas experiências, as quais devem fomentar a sua autonomia dentro de uma rede de dependência social, por meio de grupos religiosos, políticos, comunitários, artísticos, etc.

Esse trabalho de fomento da leitura e da escrita nas CTs nasceu implicado com a diversidade, acolhendo pessoas de raça, credo religioso, gênero e convicção política e ideológica variados. Visava a estimular, nos acolhidos, a curiosidade para o conhecimento. A partir das oficinas, alguns acolhidos sentiram o desejo de retomar os estudos, desejo que foi valorizado e deu forma ao projeto EJA (Educação para Jovens e Adultos) na CT. Observemos o poema a seguir:

> Eu queria viajar,
> Mas estava sem dinheiro,
> Peguei um livro para ler
> Viajei o dia inteiro.
>
> [...] Se você quiser aprender
> Comece agora mesmo a ler.
> A leitura ajuda a mudar eu e você
> Ajuda a mudar o mundo para nos conhecer
>
> Você pode até me esquecer,
> Mas nunca deixe de ler (R. L. S.).

O texto poético trata, com um toque de ironia, do potencial libertador e fantástico da leitura, de como ele pode ajudar na mudança de visão da pessoa sobre o mundo. Já o poema a seguir, mostra um acolhido pensando sobre a questão profissional. Esse tipo de indagação é comum dentro das CTs, visto que muitos acolhidos têm família, ou mesmo anseiam por independência financeira para terem certa autonomia na vida.

> Lembranças do meu passado
> Desde novo sempre quis ser enfermeiro
> Mas com o tempo percebi que tinha medo
> De injeção e sangue e de cheiro de machucado.
> Não consigo ver um morto

Quando vou tirar sangue começo a tremer
Mas sempre fui apaixonado pela profissão (J.).

Observamos que um fio foi resgatado, "lembranças de um passado", de um eu que queria cuidar do outro, ser "enfermeiro", e a admiração explicitada pela profissão pela qual foi "apaixonado". Os textos permitem que deslocamentos e trajetórias de vida sejam esboçados pelo sujeito, bem como que, por meio da linguagem (textual ou imagética), sejam executadas táticas de sobrevivência psicoexistencial. Frente à monologia e ao autoritarismo de alguns discursos, a linguagem poética se apresenta como uma ação de resistência, pois é portadora de múltiplas vozes. A polifonia, própria do poético, inseriu nas CTs as vozes da mulher, do homem, da criança, do negro, do homossexual, do índio, a voz da terra, dos animais, da pedra insistente no meio do caminho.

O desejo de auscultar essas vozes múltiplas e de transcrevê-las, fazendo com que elas ultrapassassem os muros das instituições, nos trouxe até aqui. Mesmo que o trabalho tenha durado apenas seis meses, ele moveu algo dentro de nós e acreditamos que teve algum proveito para os participantes.

As oficinas de poesia não eram obrigatórias, eram abertas para quem quisesse participar. Ninguém era obrigado a ler e nem a escrever, muitos acolhidos ficavam em silêncio e, aos poucos, iam sentindo segurança e se integrando no grupo a partir da fala.

O filósofo Dewey (2010, p. 24) fala sobre o "prazer estético", um "barato" diferente, que só a arte pode dar. Segundo esse pensador, a satisfação que a produção artística propicia é "integradora e emocional", ela permite que "modos de equilíbrio sejam atingidos" e que nos sintamos "realizados, apesar de surpresos". Dessa forma, segundo o autor, a arte permite que sejamos "levados para além de nós mesmos para que encontremos a nós mesmos". O campo da arte é aberto à esperança e, no contexto do tratamento da dependência química, mostrou-se promotor e potencializador da saúde.

Um rapaz de 25 anos chamado J.C. escreveu o poema intitulado "Eu vejo flores também", no qual diz: "Todas as perdas não foram capazes de deter a potente liberdade que emana/ do mais profundo e nobre do meu eu./ Não estou só nessa nova jornada onde o recomeço é tarefa árdua diária. / Além dos transtornos e abismos, posso colher belas e variadas flores no caminho". Eis um atributo possível para o caminho, além das pedras, as flores. Esse jovem e mais dois colegas, apaixonados pela literatura, produziram variados

escritos que passaram pela poesia, pela prosa, culminando na produção de narrativas que, em algum momento, poderão ser publicadas na forma de livro.

A motivação é um fator importante para o sucesso de qualquer ação. Observemos o poema intitulado “O hoje”:

> Ao acordar tive uma breve sensação
> Que papai do céu ouviu minha oração
> [...]
>
> Ao achar que seria um dia corriqueiro
> Logo me deparo com a chuva no terreiro
> Sintoma da mudança da estação
> Já se foi a primavera é chegado o outono
> E papai do céu continua operando do seu trono.
>
> Mas muita calma o dia não acabou
> Estamos reunidos no refeitório
> Contando histórias, falando de amor,
> A chuva continua caindo
> E pérolas de meus amigos sigo ouvindo
> Motivado pela instrutora motivada.
>
> Me pergunto se exponho essa jornada
> Afinal, vocês devem imaginar
> Houve sim um interesse em compartilhar
> Afinal o meio dia vem chegando
> E a vontade de almoçar está aflorando.

Muito se discute acerca do papel do intelectual contemporâneo e sobre o “lugar crítico” que ele ocupa. Atuar em lugares marcados pela exclusão social, seja como autor, seja como mediador ou divulgador de produções de segmentos excluídos, ratifico, é um desafio. Assumimos o trabalho com oficinas terapêuticas, especialmente as de poesia, tendo por principal motivação a certeza de que esse é um fazer capaz de transformar vidas, não apenas a das pessoas que fazem o uso abusivo das drogas e sofrem as consequências desse uso descontrolado, mas de todos que, de alguma forma, são tocados pela produção desses sujeitos. Trabalhar com saúde é, antes de tudo, uma “profissão de fé”. O entusiasmo é um estado de espírito que se propaga gerando devires inusitados. A palavra é matéria de luxo da linguagem e traz no seu bojo o germe da ação, como mostram os poemas a seguir:

> Liberdade não é só falar, mas sim viver plenamente. Liberdade também significa ser libertado dos nossos vícios e não só da boca pra fora, mas sim de dentro dos nossos corações. Liberdade é amor sem medida (F. C.; L. A. T.; M.).

> *
> A vida deve ser levada em harmonia: seres humanos, natureza, animais silvestres, etc. Sentimentos plurais focam a boa interiorização mental, espiritual e físico (D.).

Defendemos a importância das atividades lúdicas terapêuticas dentro das CTs, atuando juntamente com a psicologia, o serviço social, a psiquiatria, entre outros campos do saber humano. Nessa experiência, observamos que as atividades lúdicas eram vistas por gestores e funcionários das CTs como atividades boas para "ocupar o tempo", "distrair", afinal "cabeça vazia é oficina do diabo". Essa visão reducionista acerca das oficinas terapêuticas revela alguns analisadores, entre eles a dificuldade das equipes de se deslocarem das suas posições epistemológicas, de se hibridizarem.

Na obra *A representação do intelectual*, Edward Said destacou que o papel público do intelectual na sociedade torna imperativo trazer à luz questões embaraçosas, que confrontem ortodoxias e dogmas, que resistam bravamente à cooptação por parte de governos e corporações. Se não proceder assim, ele se tornará "um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses" (SAID, 2005, pp. 25-27).

O texto de Said é pertinente, a partir dele pudemos refletir sobre nosso lugar enquanto servidores públicos. Nossa dispensa da Rede Abraço não permitiu que esse trabalho tivesse continuidade, mas estamos cientes do dever cumprido, apesar das muitas dificuldades que se levantaram e da falta de recursos, pois o próprio CAPDQ nunca investiu na compra de materiais para as oficinas, todo o tempo trabalhamos com doações de amigos e com materiais comprados com recursos próprios.



Acolhido lendo um livro e biblioteca montada na varanda da CT.

A experiência relatada, como já foi mencionado, ocorreu em um espaço temporal de seis meses. Além das oficinas de poesia foram criadas "Rodas de Leitura Reflexiva", que consistiam na leitura e na discussão de variados textos literários (poemas, contos, crônicas, histórias da tradição oral, peças teatrais e filosóficas). Essa atividade serviu para fomentar a realização de diversas oficinas terapêuticas de artes plásticas que, após a leitura e o diálogo com os textos, davam forma a desenhos e esculturas de papel. Encontramos muitos artistas acolhidos nas CTs: pintores, músicos, cantores, artesãos, etc.

Nossas ações visavam também a estimular esse grupo a produzir e a compartilhar o saber com os outros acolhidos. Uma campanha de arrecadação de livros didáticos e literários possibilitou a estruturação de bibliotecas e pontos de leitura em várias CTs. Em consonância com a RDC 29, de 30 de junho de 2011 (ANVISA), propusemos que as comunidades inserissem essas atividades nos seus planos de atividades diárias. A Roda de leitura reflexiva fomentou, ainda, a realização de saraus e varais de poesia nas CTs. Essa atividade lúdica terapêutica tinha o cuidado de facilitar a inserção do participante no grupo independentemente de sua escolaridade, nível social, credo, ideologia, nacionalidade, orientação sexual ou possível déficit cognitivo decorrente do uso de drogas.

Acreditamos que essas ações ajudaram a desenvolver a escuta reflexiva e o senso crítico no grupo, além de potencializar o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais para o aprendizado, como a memória, a atenção, o pensamento, a percepção e a imaginação. As atividades com poesia despertaram a curiosidade, a interatividade e a cooperação, além de favorecer o gosto pela leitura e pela escrita.



Imagens de uma oficina de pintura em CT

Essa comunicação teve por foco produções, individuais e em grupo, realizadas nas oficinas de poesia pelos acolhidos das CTs credenciadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Discussões que envolvem o bom ou mau funcionamento do CAPDQ (Rede Abraço) ou das CTs e outras que envolvam o campo das drogas, como a legalização e/ou a proibição, devido à sua complexidade, ficarão para outra oportunidade. Tomando Foucault (2006, p. 5) como modelo, "sub-repticiamente", finalizamos com o depoimento do sr. R., para que suas palavras nos envolvam e levem "para além de todo começo possível". O sr. R., de 60 anos, funcionário público de uma prefeitura capixaba, redescobriu o prazer pela leitura na CT, passando a atuar como "bibliotecário" e cuidador do acervo da biblioteca, organizando e zelando por esse espaço:

> Um caminho novo na minha vida foi um rumo, nossa! Muito bom, sei que vou poder dar muito de mim para as pessoas, me auto ajudar e ajuda-las também. [...] Quando eu vejo as pessoas chegarem ai, pessoas que estavam lá embaixo, que não sabiam nem... que tinham parado de ler a anos e se interessaram pela leitura, e leem, e procuram os livros que temos ali no acervo. Um mesmo tá lendo a biografia do Cazuza, ele Ra fã do Cazuza e não tinha nunca lido nada sobre o Cazuza. "R., pelo amor de Deus, que coisa linda! (diz o leitor para R.). E tá... então a gente fica muito feliz com tudo isso.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo na poesia**. São Paulo: Cultrix, 1977.

DEWEY, John. **Da arte e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MARCUSE, Herbert. **A dimensão estética**: arte e comunicação. Lisboa: Edições 70, 1999.

MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1997.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de; CARNEIRO, Henrique. (Orgs.). **Álcool e sociedade**: da coerção à coesão. Florianópolis: Departamento de Saúde Pública/ UFSC, 2014.

RANCIÉRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental; Editora 34, 2005.

SAID, Edward. **Representação do intelectual**: as conferências de Reich de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANDIMAN, Marcelo. **O "texto-ninja" de Leminsk**. Jornal da Unicamp. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2011/ju504_pag2.php>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

CLARICE LISPECTOR: A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM MACABÉA E ANA

Sarah Pereira Camilo
Formada em Letras pela Multivix. E-mail: sarah_camilo@hotmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a violência psicológica contra a mulher nas personagens da autora Clarice Lispector. Dessa forma, é traçado um paralelo específico acerca do psicológico das personagens Macabéa, da obra "A hora da estrela" e Ana do conto "Amor", da obra "Laços de família". Cada uma delas pertence a um tipo de classe social, o que as tornam distintas, mas a agressão psicológica é algo que elas têm em comum. Esta análise tem o objetivo de mostrar como tal violência é retratada na literatura de Clarice Lispector e como a esfera social de cada uma age em relação às mulheres. Ana é dona de casa e pertence à sociedade patriarcal, enquanto Macabéa está inserida num contexto histórico-social voltado para o capitalismo e expansão industrial no Rio de Janeiro. Sob luzes das obras *Por uma moral da ambiguidade*, de Simone de Beauvoir, *O mal-estar na civilização*, de Sigmund Freud, *Clarice: uma vida que se conta*, de Nádia Battella Gotlib. Por fim, veremos como Ana e Macabéa se tornam vítimas e como as obras acabam sendo a dominação do gênero feminino pelo masculino: Macabéa por Olímpico e Ana por seu marido.

Palavras-chave: violência psicológica; mulher; sociedade.

Abstract: This paper analyzes the psychological violence against women in the characters author Clarice Lispector. Thus, it is drawn a parallel specifica bout the psychological Macabéa the characters of "The Hour of the Star" and Ana's story "Love", the book "Family Ties". Each of them belongs to a type of social class, which makes them different, but the psychological abuse is me thing they have in common. This analysis aims to show how such violence is portrayed in Clarice Lispector literature and how the social life of each enacts to ward women. Ana is a house wife and belongs to the patriarchal society, while Macabéa is set in a historical land social context facing capitalism and industrial expansion in Rio de Janeiro. Under light sof works by a moral ambiguity, Simone de Beauvoir, The malaise in civilization, Sigmund Freud, Clarice: a life that care of Nadia Battella Gotlib. Finally, we will see how Ana and Macabéa be come victims and how the work sen dup being the domination of the femaleby the male: Macabéa by Olympic and Anna by her hus band.

Keywords: psychological violence; woman; society.

Introdução

O presente estudo analisará a violência psicológica contra a mulher nas personagens Ana, do conto "Amor", em "Laços de Família" e Macabéa, de "A hora da estrela". O contexto histórico das personagens descritas nas obras de Clarice Lispector se configura num modelo de sociedade patriarcal e machista, na qual o papel da mulher se restringe ao de ser mãe e esposa. Preocupar-se com os afazeres domésticos era a sua obrigação e serventia.

Para a psicologia, as mulheres são "vítimas de processos ancestrais de exclusão social, discriminação e violência dentro de suas próprias casas, as mulheres muitas vezes

não dispunham de meios nem mesmo para identificar a agressão como tal" (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 32).

O interesse em abordar a violência psicológica contra a mulher se deu pelo fato de ela ser, em certa medida, ainda pouco divulgada, já que quando se fala em agressão emocional contra a mulher pode-se associar a agressão física, apesar de haver outras formas de manifestações de perversidade.

A Lei nº 11.340 de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, é um dispositivo legal que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher. Ela define violência psicológica em seu art. 7º, inciso II:

> A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularizarão, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

No conto "Amor", veremos que a personagem Ana se caracteriza como aquela mulher dona de casa e que tem a sua rotina em prol do lar e da família. "Um pouco cansada, com as compras deformando o novo saco de tricô, Ana subiu no bonde. Depositou o volume no colo e o bonde começou a andar. Recostou-se então no banco procurando conforto, num suspiro de meia satisfação" (LISPECTOR, 1998, p. 12).

A partir desse conto, será analisada a violência psicológica no âmbito familiar que Ana enquanto dona de casa sofre. Ou seja, para a sociedade Ana era simplesmente a mulher que cuidava dos filhos e marido. Já Macabéa, personagem de "A hora da estrela", é acometida de uma terrível alienação, sem saber ao certo quem realmente é. Nessa obra será analisada a violência psicológica da qual a personagem é vítima.

Macabéa está, por sua vez, inserida num contexto histórico-social voltado para o capitalismo e expansão industrial. Portanto, a personagem ingênua diante da vida e da sociedade se torna vítima do capitalismo, uma vez que a nordestina não tem nenhuma ambição e, consequentemente, não corresponde ao padrão imposto pela globalização.

Como instrumento de análise, usar-se-á o embasamento bibliográfico das próprias obras de Clarice Lispector, "Laços de família" e "A hora da estrela" e outras referências que

implica a psicanálise de Sigmund Freud e a filosofia de Simone de Beauvoir, tendo o intuito de entendermos o comportamento dessas personagens.

1. Violência psicológica em Macabéa

A obra "A hora da estrela" apresenta-se como uma denúncia da realidade de muitos migrantes nordestinos que passam a viver nas capitais brasileiras, muitas vezes com a esperança de crescimento social e econômico. No entanto, de acordo com o narrador de Clarice Lispector, Rodrigo S.M, Macabéa, personagem principal da obra, não sente nenhum tipo de vontade, nenhuma ambição de absolutamente nada. E é a partir de sua personalidade que será analisada a violência psicológica, uma vez que a personagem está inserida numa sociedade voltada para o capitalismo da década de 1970 no Brasil.

> Não se trata apenas de narrativa, é antes de tudo vida primária que respira, respira, respira. Material poroso, um dia viverei aqui a vida de uma molécula com seu estrondo possível de átomos. O que escrevo é mais do que invenção, é minha obrigação contar sobre essa moça entre milhares delas. E dever meu, nem que seja de pouca arte, o de revelar-lhe a vida (LISPECTOR, 1998, p. 13).

Macabéa é uma pobre moça que saiu do sertão de Alagoas e mudou-se para o Rio de Janeiro. "Limito-me a contar as fracas aventuras de uma moça numa cidade toda feita contra ela" (LISPECTOR, 1998, p. 15). Ou seja, Macabéa era uma moça ingênua – só estudou até o terceiro ano primário – e, sobretudo, não correspondia ao padrão de beleza e de mulher imposto pela sociedade: "mas a pessoa de quem falarei mal tem corpo para vender, ninguém a quer, ela é virgem e inócua, não faz falta a ninguém" (LISPECTOR, 1998, p. 13-14).

Para Sigmund Freud, em "Totem e Tabu" (1913/1996), o percurso da história da civilização nada mais é que o relato dos diversos métodos adotados pela humanidade para "sujeitar" seus desejos insatisfeitos que defrontam-se com a realidade, às vezes favoravelmente e outras com frustração. E isso acontece com Macabéa, partindo pela origem de seu nome.

Flávia Trocoli comenta a respeito do nome da personagem: "No nome próprio, Macabéa, a evocação da morte. [...] Lembremos que *macchabeé,* em francês, significa cadáver. Além da afinidade sonora entre Macabéa e macabra" (TROCOLI, 2010, p. 58). E, também, faz referência ao povo macabeu, que viveu aproximadamente 175 anos A.C. (ROSENBAUM, 2002, p. 61). Ou seja, para Lispector, a personagem pode ser também a catarse de um sofrido passado judaico.

> Sob outro aspecto, e não segundo as declarações da escritora, a personagem pode ser também a catarse de um sofrido passado judeu, evocação da cultura hebraica, tão presente em seu nome – Macabéa –, lembrando a luta dos macabeus, que resistiram defendendo o templo no Monte Sião contra a força dos gregos e recusando-se a desobedecer às leis judaicas (GOTLIB, 2013, p. 579).

Diante desse panorama histórico, lembramo-nos de um povo que foi obrigado a obedecer às leis de outro povo. E com Macabéa não é diferente, uma vez que ela pertence a um povo, os alagoanos. Após se mudar para o Rio de Janeiro, vive no contexto social que pertence aos cariocas. A partir daí se inicia a violência psicológica cometida pela sociedade e, consequentemente, do capitalismo contra a moça.

Sozinha na metrópole e sem recursos financeiros, Macabéa aluga um quarto que divide com outras garotas e se emprega como datilógrafa, recebendo menos de um salário mínimo. "A Macabéa de Clarice Lispector não deixa de ser a personificação da mulher como ser oprimido" (MASI; AMANTO, acesso em: 10 de mar. 2014), entretanto, a personagem não tem consciência de sua própria existência no mundo, isto é, para o que viver.

> Macabéa transparece a total alienação do ser. Manhosa e sem perspectiva de vida, a personagem apenas sobrevive. Sem percepção do mundo, nem de si mesma, não conseguia captar os acontecimentos que a cercavam. Ainda assim, guardava para si alguma curiosidade de menina ingênua e sem instrução, para quem as poucas coisas interessantes lhe aguçavam um sentimento de saber "por quê"? (MASI; AMANTO, acesso em: 10 de mar. 2014).

Olímpico de Jesus, conterrâneo e namorado de Macabéa, representa a partir de seu comportamento, um grupo social que se desliga de suas origens a fim de se adaptar à sociedade moderna na qual está inserido. Enquanto Macabéa acredita que a melhor herança são as boas maneiras, Olímpico pensa no dinheiro: "Pois para mim a melhor herança é mesmo muito dinheiro. Mas um dia vou ser muito rico, disse ele que tinha uma grandeza demoníaca: sua força sangrava" (LISPECTOR, 1998, p. 46).

Dessa forma, Olímpico se deixa corromper pelos moldes capitalistas já que tem o desejo de conquistar um cargo político: "sou muito inteligente, ainda vou ser deputado" (LISPECTOR, 1998, p. 46), e se orgulha da profissão que tem, dizendo ser metalúrgico e não operário. Macabéa, por sua vez, não deseja nada, até mesmo porque não sabe o que é desejo. Mantém diálogos vazios e frios com o namorado. Por isso, Olímpico, com sua prepotência, trata a moça como a um animal sem importância e respeito.

Assim acontece com aquelas pessoas que não se configuram no contexto imposto pela sociedade, ou seja, o grupo social que tem ambição é capaz de alcançar seus objetivos sem quaisquer noções de moralidade e pudor. E quem pertence ao grupo social semelhante ao de Macabéa logo é esquecido e ignorado. Apenas sobrevive, não tendo, assim, alguma oportunidade de crescimento no trabalho e como cidadão. No caso de Macabéa, Olímpico a troca por outra, já que a namorada não se enquadra no modelo feminino desejado pelo rapaz.

Embora pareça engraçado no início da narrativa, a personagem de Lispector é apresentada como a imagem de uma mulher alienada, cenário das mulheres daquela época. Contudo, o que causa humor para o leitor diante das características descritas na personagem é a naturalidade como se dá a violência psicológica, tendo em vista que ela é silenciosa e a mulher não se dá conta de que está sendo vítima de um dos piores tipos de violência.

> [...] as mortes e hematomas não são as únicas consequências que os abusos verbais precedem, pois a violência psicológica e emocional causa outros problemas gravíssimos. Um comentário depreciativo é o suficiente para agredir a autoestima e a percepção de valor próprio do alvo, várias vezes minando sua vontade de viver. Gestos e palavras agressivas transformam uma mulher em um rascunho de ser humano, perdida na dependência emocional e sem forças para enxergar uma realidade melhor. Os termos e chantagens são tão pesados que fazem com que a vítima não consiga entender que merece um relacionamento feliz, já que aquele contexto de sofrimento se torna o padrão, a única opção (ARRAES, 2013, acesso em: 12 de mar. 2014).

Note-se que há em Macabéa um jeito diferente de observar o mundo e sentir o que nele existe. Com efeito, essa maneira de viver acaba não sendo valorizada pela sociedade e nem por Olímpico, uma vez que "existem certos homens que não contam com a admiração de seus contemporâneos, embora a grandeza deles repouse em atributos e realizações completamente estranhos aos objetivos e aos ideais da multidão" (FREUD, 1996, p. 73).

> Ela era calada (por não ter o que dizer) mas gostava de ruídos. Eram vida. Enquanto o silêncio da noite assustava: parecia que estava prestes a dizer uma palavra fatal. Durante a noite na rua do Acre era raro passar um carro, quanto mais buzinassem, melhor para ela (LISPECTOR, 1998, p. 33).

No discorrer da narrativa, Rodrigo S. M diz que Macabéa é neurótica, "claro que era neurótica, não havia necessidade de dizer" (LISPECTOR, 1998, p. 34) e ainda completa "sim, ela era alegrezinha dentro de sua neurose. Neurose de guerra" (LISPECTOR, 1998, p. 36).

Com efeito, para a psicanálise significa que, em geral, as neuroses estão associadas à natureza do sujeito e tem por objetivo impulsioná-lo mesmo para fora da sociedade.

> A psicanálise reconheceu que, em geral, as neuroses são associadas em sua natureza e visam sempre a impulsionar o indivíduo para fora da sociedade e a substituir a segura reclusão monástica dos primeiros dias pelo isolamento da doença (FREUD, 1996, p. 196).

A datilógrafa se contentava em apenas ser, não havia nenhum luxo a não ser o de ir ao cinema uma vez por mês, pintar as unhas roídas e beber Coca-Cola. Conformava-se em viver dessa forma, pois de algum modo sabia que se vivesse de acordo com a sociedade poderia fracassar ou perder a sua liberdade. Simone de Beauvoir em *Por uma moral da ambiguidade*, obra que introduz os seus primeiros passos na filosofia, diz que a liberdade pode morrer por causa da sua própria manifestação.

> Na verdade, para que a minha liberdade não corra o risco de vir morrer contra o obstáculo suscitado por seu próprio engajamento, para que ela possa ainda através do fracasso prosseguir seu movimento, é preciso que, dando a si mesma um conteúdo singular, ela vise através dele a um fim que não seja coisa alguma, mas precisamente o livre movimento da existência (BEAUVOIR, 2005, p. 30).

Todavia, Macabéa consegue manter ingenuamente a sua dignidade na sociedade, uma vez que continua à margem da disputa burguesa.

> A moça, ignorando os obstáculos, consegue manter uma dignidade patente no seu modo puro. Sob esse aspecto, representa o milagre da vida, o sumo vital, o que paira acima de qualquer circunstância de limitação social. Mas, como tal condição é "deslocada" no sistema vigente, já que se mantém à margem da disputa burguesa de ascensão social, acaba sendo devorada pelo próprio sistema, porque aí ela é um "ser fora de lugar" (GOTLIB, 2013, p. 579).

Macabéa em geral tinha vergonha da verdade, pois, para ela, a mentira era mais decente e a verdade só conhecera quando sozinha. Depois de Macabéa perder o namorado, sua colega de trabalho, Glória, lhe diz para procurar uma cartomante que era médium e sempre acertava as previsões. Usando de mentira, a nordestina diz ao chefe que precisaria arrancar um dente, e, por isso, não poderia ir trabalhar. Seu Raimundo aceita a justificativa, o que agrada a moça.

No dia seguinte, foi até a madama Carlota. Enquanto esperava para ser atendida, Macabéa admirava o luxo que a rodeava. Depois que uma moça saiu da consulta com olhos

avermelhados, madama Carlota mandou Macabéa entrar. A cartomante procurava deixar a moça mais tranquila para contar a sua história de vida. A partir daí vem o primeiro conselho:

> O carinho de mulher é muito bom mesmo, eu até lhe aconselho porque você é delicada demais para suportar a brutalidade dos homens e se você conseguir uma mulher vai ver como é gostoso, entre mulheres o carinho é muito mais fino. Você tem chance de ter uma mulher?
>
> - Não senhora (LISPECTOR, 1998, p. 74).

A madama então começa a ver a vida de Macabéa, e com os olhos arregalados diz: "Mas, Macabeazinha, que vida horrível a sua! Que meu amigo Jesus tenha dó de você, filhinha! Que horror!" (LISPECTOR, 1998, p. 76). A ingênua moça ficou assustada, pois não sabia que sua vida era tão ruim. De acordo com Rodrigo S. M ela não tinha consciência de si, como diz nesta passagem: "e acontece que não tinha consciência de si e não reclamava nada, até pensava que era feliz" (LISPECTOR, 1998, p. 69). Com efeito, nota-se que é nesse momento que Macabéa vê a sua própria vida e percebe o quanto era infeliz e a sua existência no mundo começou a ser reconhecida.

> Madama Carlota havia acertado tudo. Macabéa estava espantada. Só então vira que sua vida era uma miséria. Teve vontade de chorar ao ver o seu lado oposto, ela que, como eu disse, até então se julgava feliz (LISPECTOR, 1998, p. 79).

De súbito, a cartomante com rosto iluminado prevê grandes notícias, aliás, boas notícias. Madama Carlota repete várias vezes que tais notícias mudarão a vida da moça, mas "Macabéa nunca tinha tido coragem de ter esperança" (LISPECTOR, 1998, p. 76). Contudo, diante das palavras da madama, "seus olhos estavam arregalados por uma súbita voracidade pelo futuro (explosão)" (LISPECTOR, 1998, p. 77), e enfim Macabéa desejava um futuro para si.

> Em Macabéa não há Razão: há o sentir e a percepção sempre deslocada e incongruente do mundo, das coisas, das pessoas, do ser e do ser-no-mundo. Nesse sentido, nega o Logos cartesiano – "Penso, logo existo" – e o funcionamento e o utilitarismo a ele associados para a ordem moderna e burguesa (GUARIZO, acesso em: 12 mar. 2014).

A previsão dizia que Macabéa iria se casar com um homem bonito, rico e teria muito dinheiro.

> Pois vai conhecer. Ele alourado e tem olhos azuis ou verdes ou castanhos ou pretos. E se não fosse porque você gosta de seu ex-namorado, esse gringo ia namorar você. Não! Não! Não! Agora estou vendo outra coisa (explosão) e apesar de não ver muito claro estou também ouvindo a voz do meu guia: esse estrangeiro parece se chamar Hans, e é ele quem vai casar com você! Ele tem muito dinheiro, todos os gringos são ricos (LISPECTOR, 1998, p. 77).

Não obstante, não só Macabéa ficara feliz, mas também a cartomante, já que as cartas eram boas. A madama ainda frisa que sempre fala a verdade e relata, por exemplo, as previsões que fizera para a moça anterior à Macabéa: "acabei de ter a franqueza de dizer para aquela moça que saiu daqui que ela ia ser atropelada, ela até chorou muito, viu os olhos avermelhados dela?" (LISPECTOR, 1998, p. 77).

Tanta alegria deixara Macabéa tonta e aturdida sem saber se atravessaria a rua, afinal, já não era mais ela mesma, era "uma pessoa grávida de futuro" (LISPECTOR, 1998, p. 79) e, então, ao decidir dar um passo na calçada para atravessar a rua, uma Mercedes-Benz a atropelou e ela ficou caída na rua com a cabeça voltada para a sarjeta.

> Somente quando começa a desejar um futuro, quando percebe seu passado miserável e sente-se carente de presente, é que Macabéa vive um instante de subjetivação, seu prenúncio de consciência. Na condição de ser desejante, é no estertor da morte que "passava de virgem a mulher". Caída na calçada, em seu momento glorioso, *grand finale* de sua hora da estrela (e a ironia se desdobra na estrela da Mercedes-Benz, ícone da sociedade industrial que atropela a migrante nordestina) (ROSENBAUM, 2002, p. 60).

Diante do Destino de Macabéa, atropelada por uma Mercedes – que segundo Yudith Rosembaum, representa o ícone da sociedade industrial – percebe-se que indivíduos como Macabéa, que não conseguem se adaptar aos moldes capitalistas, sofre a terrível morte social. Rodrigo, o narrador, conta que ela era incompetente para a vida, para a sociedade capitalista, contrário de Olímpico que fora seduzido pela sociedade do poder e do consumo, perdendo, assim, a sua essência de um homem simples do sertão de Alagoas.

2. Violência psicológica em Ana

O conto "Amor" de Clarice Lispector foi escrito em 1974 e retrata uma realidade na qual as mulheres eram submissas e entregues totalmente ao lar e à família. Este conto relata a vida de Ana que se encaixa perfeitamente a essa época. A protagonista é uma dona de casa, tem um bom

marido e dois bons filhos e mora em uma bela casa. Ela é excelente em seus afazeres domésticos e sua vida se resumia ao bom funcionamento do lar e dedicação à família. Ana acreditava que era possível viver sem felicidade, ela não pensava, não sentia, não lamentava, simplesmente entregava-se nas lides de dona-de-casa, de mãe e de esposa, não esperava e não queria nada da vida, os seus dias se sucediam, uns iguais aos outros e isto lhe trazia segurança e tranquilidade. Vivia uma vida sem grandes sobressaltos, de modo que tudo podia ser antecipado e era acostumada e satisfeita com a rotina que levava e que escolheu para si.

> No fundo, Ana sempre tivera necessidade de sentir a raiz firme das coisas. E isso um lar perplexamente lhe dera. Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado. O homem com quem casara era um homem verdadeiro, os filhos que tivera eram filhos verdadeiros. Sua juventude anterior parecia-lhe estranha como uma doença de vida. Dela havia aos poucos emergido para descobrir que também sem a felicidade se vivia: abolindo-a, encontrara uma legião de pessoas, antes invisíveis, que viviam como quem trabalha – com persistência, continuidade, alegria. O que sucedera a Ana antes de ter o lar estava para sempre fora de seu alcance: uma exaltação perturbada que tantas vezes se confundira com felicidade insuportável. Criara em troca algo enfim compreensível, uma vida de adulto. Assim ela o quisera e escolhera (LISPECTOR, 1998, p. 12,13).

Sua vida era sempre a mesma, suas preocupações também, ela não se importava consigo mesma, suas obrigações eram somente com a casa e a família. Nada de surpreendente poderia lhe acontecer. Ela reduzira suas expectativas em relação à vida e à felicidade.

> Sua precaução reduzia-se a tomar cuidado na hora perigosa da tarde, quando a casa estava vazia sem precisar mais dela, o sol alto, cada membro da família distribuído nas suas funções. Olhando os móveis limpos, seu coração se apertava um pouco em espanto. Mas na sua vida não havia lugar para que sentisse ternura pelo seu espanto – ela o abafava com a mesma habilidade que as lides em casa lhe haviam transmitido. Saía então para fazer compras ou levar objetos para consertar, cuidando do lar e da família à revelia deles. Quando voltasse era o fim da tarde e as crianças vindas do colégio exigiam-na. Assim chegaria a noite, com sua tranqüila vibração. De manhã acordaria aureolada pelos calmos deveres. Encontrava os móveis de novo empoeirados e sujos, como se voltassem arrependidos. Quanto a ela mesma, fazia obscuramente parte das raízes negras e suaves do mundo. E alimentava anonimamente a vida. Estava bom assim. Assim ela o quisera e escolhera (LISPECTOR, 1998, p. 13).

Mas Ana guarda em seu inconsciente desejos que insiste em negar por considerá-los um perigo à situação segura e reconfortante que imagina viver. Em determinados momentos

apresenta certo desconforto, pois ela mantinha em si sensações que não conseguia negar, que insistiam em emergir do seu inconsciente: “Certa hora da tarde era mais perigosa. Certa hora da tarde as árvores que plantava ria dela. Quando nada mais precisava de sua força, inquietava-se” (LISPECTOR, 1998, p. 12). Às vezes ela se encontra perdida, mas, lutava para achar um equilíbrio em tudo que vivia. Ela desejava algo, mas não sabia exatamente o que era. Encontrava-se presa naquele mundo de convenções e se sentia mais segura ali, porque de certa forma ela não queria perder esse mundinho ao qual ela se acha "feliz".

E o mundo de Ana está próximo a desmoronar, e esse tipo de acontecimento é uma característica forte de Clarice, “Seus personagens estão sempre sendo submetidos a um conhecimento súbito da ‘verdade’ em meio à banalidade da vida” (SANT'ANNA, 2009. p. 25).

Certo dia, Ana sai para fazer as compras, como era parte de sua rotina. Mas ao retornar para casa num bonde, ela se depara com a figura de um homem cego, parado no ponto e mascando chiclete com muita naturalidade. Aquilo a incomodou como se ele a insultasse mostrando a ela que apesar de cego ele era mais livre e feliz do que ela. “[...] o cego é aquele que ignora as aparências enganadoras do mundo e, graças a isso, tem o privilégio de conhecer sua realidade secreta, profunda, proibida ao comum dos mortais” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1999, p. 217). Ela se vê nesse homem cego, pois ele traz à tona um sentimento que a sufocara e que tanto a incomodava: a falta de liberdade, o desejo de ter uma vida diferente da qual havia imposto para si mesma.

> Incapaz de se mover para apanhar suas compras, Ana se aprumava pálida. Uma expressão de rosto, há muito não usada, ressurgira-lhe com dificuldade, ainda incerta, incompreensível. [...] O bonde se sacudia nos trilhos e o cego mascando goma ficara atrás para sempre. Mas o mal estava feito. [...] O que chamava de crise viera afinal. E sua marca era o prazer intenso com que olhava agora as coisas, sofrendo espantada. O calor se tornara mais abafado, tudo tinha ganho uma força e vozes mais altas (LISPECTOR, 1998, p. 14).

Esse encontro foi um choque de realidade para Ana, e esse turbilhão de sentimentos pelo qual a personagem passa tem o nome de epifania, o que podemos considerar uma característica recorrente de Clarice em suas obras:

> Clarice Lispector, em muitas de suas narrativas, retrata o aprisionamento das personagens à condição feminina e o desejo de liberdade que as perseguem. Essas personagens, em um dos momentos banais do cotidiano, se deparam com o imprevisto de um súbito instante de revelação ou

> epifania, levando-as a um processo de autoconhecimento e a um momento de lucidez (SEGATO, COQUEIRO, Acesso em: 02 jun. 2014).

Pode-se dizer que epifania é o despertar imediato para algo que ainda estava "adormecido", é uma sensação que é aflorada em nós, mas que já existia, apenas não tínhamos conhecimento disso, e através de alguma sensação ou sentido vem ao nosso conhecimento. Ana passa por isso ao avistar o homem cego.

> Foi então que olhou para o homem parado no ponto. A diferença entre ele e os outros é que ele estava realmente parado. De pé, suas mãos se mantinham avançadas. Era um cego. [...]. Então ela viu: o cego mascava chicles... Um homem cego mascava chicles. [...]. Inclinada, olhava o cego profundamente, como se olha o que não nos vê. Ele mastigava goma na escuridão. Sem sofrimento, com os olhos abertos. O movimento da mastigação fazia-o parecer sorrir e de repente deixar de sorrir, sorrir e deixar de sorrir – como se ele a tivesse insultado, Ana olhava-o. E quem a visse teria a impressão de uma mulher com ódio. Mas continuava a olhá-lo, cada vez mais inclinada [...] (LISPECTOR, 1998, p. 13,14).

Ana sabia que não era totalmente feliz, mas se acostumara com a vida que tinha, porque afinal a sua época lhe impusera isso. Contudo, a epifania traz à personagem uma nova perspectiva de vida.

> Seu desejo de liberdade emergia-se por fim, a personagem reconhece o sentimento que tanto a perturbara, sentimento de frustração, de não realização, percebera que tudo aquilo que lhe bastara em um determinado momento não fazia mais sentido, era a tão sozinha liberdade que ficara presa em si mesma. Tudo que vivera até agora, não era real, passou a compreender isso na figura do cego com sua indiferença, a sua presença causara um grande transtorno a Ana, e fez com que entendesse que na sua condição não se sentia realizada, estava presa às convenções sociais e deixara de viver (SANTOS, acesso em: 29 de mar. 2014).

Mas como seria possível um homem cego que mascava chicletes ser mais livre e feliz do que ela? Poderia ele possuir uma liberdade que ela nunca teve conhecimento, mas que de certa forma sempre quis? É como se o mundo mostrasse a ela que existem muito mais coisas do que ela imagina. Ali naquele momento um novo mundo foi descoberto por meio daquele homem e as coisas fugiram de seu controle. Ela despertou para uma nova realidade, e isso tudo a deixou com medo. Tudo estava confuso à sua volta. Ela não sabia como lidar com essas novas sensações ou com essa nova consciência de mundo.

> Ela apaziguara tão bem a vida, cuidara tanto para que esta não explodisse. Mantinha tudo em serena compreensão, separava uma pessoa das outras, as roupas eram claramente feitas para serem usadas e podia-se escolher pelo jornal o filme da noite – tudo feito de modo a que um dia se seguisse ao outro. E um cego mascando goma despedaçava tudo isso. E através da piedade aparecia a Ana uma vida cheia de náusea doce, até a boca (LISPECTOR, 1998, p. 15).

E com esse turbilhão de sentimentos Ana sai de si, passa de seu ponto e se encontra no Jardim Botânico. Ali ela sofre com o choque de realidade que o cego lhe causara, esse sofrimento e essa liberdade lhe davam sensação de náusea. No Jardim "As árvores estavam carregadas, o mundo era tão rico que apodrecia. Quando Ana pensou que havia crianças e homens com fome, a náusea subiu-lhe à garganta, como se ela estivesse grávida e abandonada" (LISPECTOR, 1998, p. 16). Ela se sente muito frágil e com medo do desconhecido.

> Inquieta, olhou em torno. Os ramos se balançavam, as sombras vacilavam no chão. Um pardal ciscava na terra. E de repente, com mal-estar, pareceu-lhe ter caído numa emboscada. Fazia-se no Jardim um trabalho secreto do qual ela começava a se aperceber. [...] Ao mesmo tempo que imaginário — era um mundo de se comer com os dentes, um mundo de volumosas dálias e tulipas. Os troncos eram percorridos por parasitas folhudas, o abraço era macio, colado. Como a repulsa que precedesse uma entrega — era fascinante, a mulher tinha nojo, e era fascinante. [...] estremecia nos primeiros passos de um mundo faiscante, sombrio, onde vitórias régias boiavam monstruosas (LISPECTOR, 1998, p. 16).

Anoitece e Ana volta para casa, mas já não era mais a mesma. Assim que chegou, passou a ver o filho, o marido e a própria casa de maneira diferente:

> Abriu a porta de casa. A sala era grande, quadrada, as maçanetas brilhavam limpas, os vidros da janela brilhavam, a lâmpada brilhava — que nova terra era essa? E por um instante a vida sadia que levara até agora pareceu-lhe um modo moralmente louco de viver. O menino que se aproximou correndo era um ser de pernas compridas e rosto igual ao seu, que corria e a abraçava (LISPECTOR, 1998, p. 17).

E com o desespero em que ela se encontrava abraça o filho quase ao ponto de machucá-lo, parecia que o amor por todos havia aumentado. Fez suas tarefas como sempre, mas aquele sentimento ainda a dominava por dentro. Ela descobriu um novo mundo, mas aquele novo mundo a amedrontava e ao mesmo tempo a fascinava. O marido percebe algo diferente na esposa "Mas diante do estranho rosto de Ana, espiou-a com maior atenção. Depois atraiu-a a si, em rápido afago" (LISPECTOR, 1998, p. 19), e naquele momento era

o que ela precisava, pois sentia a necessidade de ser protegida, e com sua atitude ele a ajuda a deixar todos aqueles sentimentos para trás e voltar a ser a Ana que era.

> [...] É hora de dormir, disse ele, é tarde. Num gesto que não era seu, mas que pareceu natural, segurou a mão da mulher, levando-a consigo sem olhar para trás, afastando-a do perigo de viver. Acabara-se a vertigem de bondade. E, se atravessara o amor e o seu inferno, penteava-se agora diante do espelho, por um instante sem nenhum mundo no coração. Antes de se deitar, como se apagasse uma vela, soprou a pequena flama do dia (LISPECTOR, 1998, p. 19).

Pelo que se percebe, Ana volta a ser a mesma, mas agora com um novo olhar, um novo mundo descoberto por ela, e que deixara lembranças.

> A personagem acaba se prendendo ao mundo ao qual já estava acostumada, por considerá-lo mais seguro, porém a sua consciência não continua a mesma, agora Ana consegue assumir sua própria identidade. Assim, a personagem possivelmente teria se identificado com o cego, pois ele representava o seu próprio reflexo, uma pessoa igualmente limitada (SANTOS, acesso em: 29 mar. 2014).

Conclusão

Tanto o romance "A Hora da Estrela" como a obra "Laços de Família", foram publicados numa época em que o pensamento feminino não tinha a menor relevância. O espaço de atuação da mulher sempre foi prioritariamente privado, acesso limitado à educação, instrução administrativa de seus próprios bens, e no âmbito familiar, eram subordinadas ao marido.

Inserida numa sociedade respaldada pelo consumo desenfreado e auge industrial, a Macabéa de "A Hora da Estrela", encontra-se no contexto da indiferença, principalmente a marginalização da mulher e da miséria. E, assim como a personagem, há milhares de jovens em situações inferiores, trabalhando atrás de balcões e tendo seus diretos infringidos.

Em um trecho da obra, se faz notório que a ingenuidade e alienação da personagem principal eram, na verdade, uma válvula de escape, sua única defesa e forma de não querer reconhecer que sofria violência psicológica "se tivesse a tolice de se perguntar 'quem sou eu?' cairia estatelada e em cheio no chão" (LISPECTOR, 1998, p. 15).

No conto "Amor", Ana é uma mulher que vive conforme a imposição de sua época, ou seja, uma mulher de classe média que é submissa e entregue aos cuidados do lar e da família, e por isso é uma mulher triste que se encontra muitas vezes angustiada, e por medo de seus

sentimentos ela se entrega a essa triste condição, igualando-se como as outras mulheres da sua época. Ela possui a vontade de se libertar, isto é, se fazer sujeito de sua própria existência, mas não consegue, pois se sente confortável a essa pobre rotina, e com isso ela leva sua vida pacata e infeliz. Mas em um momento da história Ana vê sua vida mudar sem ao menos poder interferir.

A mulher, Ana, sofre o processo transformador, mas como já era de se esperar, retorna ao seu mundo vazio, que escolhera para si por considerá-lo mais seguro. Porém, a sua consciência havia mudado. Agora Ana consegue assumir sua própria identidade. Macabéa, por sua vez, quando enfim reconhece ser alguém no mundo e na sociedade, sobretudo na hora de sua morte ainda era a sua hora de reconhecer uma feminilidade até aquele momento vazia. Ou seja, mesmo tarde demais, a personagem conseguiu reconhecer o que de fato era: uma mulher.

Como se demonstrou através da psicanálise, as mulheres, devido a um processo histórico de civilização, sempre ficaram em segundo plano na sociedade. Ou seja, isso mostra que vivemos sempre em uma sociedade paternalista ou também chamada de patriarcalismo, isto é, baseada na autoridade do homem. Tal desigualdade descrita fez com que as mulheres se tornassem vazias e infelizes, o que não é muito diferente nos dias atuais, em que ainda podemos encontrar muitas “Anas” e “Macabéas” na sociedade.

Clarice Lispector, através de sua literatura, relata exatamente isso: a imagem da mulher existente na sociedade na qual ainda persistem valores ultrapassados e preconceituosos. Aquele homem cego parece ser o próprio reflexo de Ana, ou seja, de uma pessoa igualmente limitada. Naquele momento ela percebe que sua vida não fazia sentido e assim tomava conhecimento da tão sonhada liberdade que estava presa dentro de si mesma.

Por fim, “A Hora da Estrela” e o conto Amor, da obra “Laços de Família”, correspondem ao que Aristóteles chama de *mimese*, ou seja, Clarice Lispector usa a arte literária para recriar a realidade. Com efeito, o que pode se perceber nas obras é a dominação do gênero feminino pelo masculino: Macabéa por Olímpico, Ana por seu marido. Não obstante, as obras costumam ser fragmentadas pela violência psíquica, onde, a mulher é retratada como fraca e desfavorável.

Referências

ARRAES, Jarid. **A violência psicológica contra mulheres é um problema naturalizado.** Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **Por uma moral da ambigüidade.** Tradução de Marcelo Jaques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRASIL. **Lei Maria da Penha:** Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos:** Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 13ª ed. José Olympio, 1999.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização (1930). In: **Obras psicológicas completas de S. Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago v. XXI, 1996.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu (1913). In: **Obras psicológicas completas de S. Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996.

GOTLIB, Nádia Battella. **Clarice:** uma vida que se conta. 7ª ed. rev. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GUARIZO, Adriana M. P. **G. H E MACABÉA:** a via crucis do sujeito. Disponível em <http://www.unisalesiano.edu.br>. Acesso em: 12 mar. 2014.

LISPECTOR; Clarice. **Laços de Família:** Conto amor. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **A hora da estrela**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MASI, Carlo Velho; AMANTO, Gabriela Cruz. **A estigmatização do gênero feminino em A hora da estrela.** Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ROSENBAUM, Yudith. **Clarice Lispector /** Yudith Rosenbaum. São Paulo: Publifolha, 2002. - (Folha explica).

SANT'ANNA, Affonso Romano. et al. **Clarice Lispector:** Clarice na cabeceira. Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 2009.

SANTOS, Regina Mara. **Análise da personagem Ana em amor de Clarice Lispector:** À luz da Literatura Feminina. Disponível em <http://www.webartigos.com>. Acesso em: 29 mar. 2014.

SEGATO, Maiara Cristina; COQUEIRO, Wilma dos Santos. **Epifania**: o clímax da narrativa nos contos de Clarice Lispector. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/258>. Acesso em: 02 jun. 2014.

TROCOLI, Flávia. Esculpir, pintar, escrever em Clarice Lispector. In: TFOUNI, L. V. (org). **Letramento, escrita e leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

GT 09 - IMIGRAÇÃO, CIRCULARIDADE DE IDEIAS E NARRATIVAS

Coordenadores:

Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Dadalto (UFES)

Prof.ª Dr.ª Syrléa Marques Pereira (UFES)

TRAJETÓRIAS DE IMIGRANTES ESTUDANTES GUINEENSES PARA O CEARÁ: VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E DIFICULDADES

Armando Arnaldo Correia
Graduando em Humanidades - UNILAB

Rui da Costa Sanha
Graduando em Humanidades - UNILAB

Ulilbaté Rui Lopes
Graduando em Humanidades - UNILAB

Yolanda Victor Monteiro Garrafão
Graduanda em Humanidades - UNILAB

Resumo: O propósito deste trabalho é apresentar o contexto atual acerca da imigração África-Brasil, especificamente dos imigrantes estudantes guineenses. Nesse sentido, elaboramos este artigo, discutindo o quadro teórico no tocante a imigração em paralelo às nossas trajetórias estudantis. Usamos como metodologia nossas narrativas, enquanto estudantes do curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada no município de Redenção-Ceará. A UNILAB recebe estudantes dos países africanos de língua oficial portuguesa e Timor Leste (Ásia). Nesse contexto, consideramos que esse tema é muito pertinente, pois nossas trajetórias como estudantes imigrantes no Brasil contribuirão de alguma forma para o campo de estudos sobre processos imigratórios, tendo em conta as nossas vivências, experiências e dificuldades durante o percurso acadêmico.

Palavras-chave: migração; África-Brasil; trajetórias.

Abstract: The purpose of this paper is to present the current context about the Africa-Brazil immigration, specifically the Guinean immigrant students. In this sense, we intend to develop this article discussing the theoretical framework regarding immigration in parallel our student trajectories. We will use as our methodology narratives as students of the course of Bachelor of Humanities at the University of International Integration Of Lusophone African-Brazilian (UNILAB), in the municipality of Redenção in Ceara State. UNILAB welcomes students from African Portuguese-speaking countries and East Timor an Asian Portuguese-speaking country. In this context, we believe that this issue is very relevant, because our paths as immigrant students in Brazil will contribute in some way to the field of studies on migratory processes, taking into account our experiences, living and difficulties during the academic route.

Keywords: migration; Africa-Brazil; trajectories.

Introdução

Situada na costa ocidental da África, Guiné-Bissau faz fronteira ao norte com a república vizinha do Senegal, ao sul e leste com república vizinha da Guiné Conakry e oeste encontra o oceano atlântico. A república da Guiné-Bissau tem uma superfície total de 36.125km², e aproximadamente 1.530.635 habitantes. Foi proclamada a independência unilateralmente pelo

partido africano para a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC)[1] em 24 de setembro de 1973. Mas, tornou-se como um país reconhecido mundialmente, ou seja, foi reconhecido em nível internacional como um país independente em 10 de setembro de 1974. A historiografia imigratória na sua generalidade teve o seu surgimento a partir dos anos 20, onde tivemos as primeiras etnias, manjacos e mancanhas a imigrarem para os países da sub-região, Gambia e Senegal, na busca de uma melhor condição de vida, uma vez que esses países já tinham conquistado a sua independência. Outro motivo que os levaram a imigrar tem a ver com a época da colonização, ou melhor, com o período da administração portuguesa que lhes impunha o pagamento dos impostos, fato que não os agradava e os obrigava a sair do país a fim de viver mais tranquilamente e trabalhar nos seus sistemas agrícolas.

O fenômeno imigração começou a desdobrar-se mutuamente na maioria de etnia Bissau guineense para os países fora da sub-região na década de 80, onde muitos imigrantes emigraram para a Europa, inclusive para Portugal que recebeu vários imigrantes e imigrantes estudantes. Para falar do Brasil, que tem um elo de ligação, no que tange à história, com Guiné-Bissau, a imigração estudantil africana particularmente vinda desse país, deu-se no início dos anos 90. Momento quando estudantes guineenses, que terminaram o ensino médio, pretenderam atravessar o atlântico com intuito de ingressar no ensino superior brasileiro e se formar na universidade pública brasileira por meio do programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G), e do programa de estudantes-convênio de pós-graduação (PEC-PG). Esses programas começaram a impactar os estudantes significativamente desde os anos 2000 até a data presente.

O percurso dos estudantes imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)[2], onde temos Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, especificamente nós como estudantes guineenses na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, não é um caminho fácil de tomar, dado que existem várias implicações. A universidade está localizada no município de Redenção Ceará e recebe estudantes dos países africanos de língua oficial portuguesa e Timor Leste (Ásia). Na perspectiva de ampliar o relacionamento e o conhecimento sobre a África e o mundo de língua oficial portuguesa, a UNILAB, de acordo com a sua lei de criação[3], tem como objetivo ministrar ensino

[1] Criando em 1956, seu principal idealizador foi Amílcar Cabral.
[2] Foi criado em 1979, com o objetivo de cooperação e integração dentro desses espaços lusófonos e a solidariedade dos demais países que falam a língua portuguesa.
[3] Foi criada no dia 20 de julho de 2010 por meio da lei federal Nº 12.289. O início das atividades letivas, entretanto começou quase um ano depois, no dia 25 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf>. Acesso em: 03-08-2015.

superior desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. A universidade tem como missão institucional especial formar pessoas para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e Timor Leste, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Diante dos fatos narrados, convivemos cotidianamente com estudantes de diferentes processos de imigração, assim como com distintas narrativas e trajetórias. Sendo assim, entendemos que o conceito de imigração deve ser problematizado e reinterpretado de acordo com nossas próprias experiências.

1. Imigração estudantil África-Brasil

A imigração dos estudantes africanos para Brasil representa um novo marco histórico que liga Brasil e África. Esse marco histórico resulta de um pensamento familiar ou particular marcado pelo momento de reflexibilidade e da partida para a construção do conhecimento a partir de um outro mundo. Mungoi afirma que "[a] partir da década de 1990, as universidades brasileiras têm registrado uma presença expressiva dos estudantes provenientes de diferentes países do continente africano" (MUNGOI, 2006, p. 13). Nós como, como pesquisadores e pesquisados, estudantes guineenses radicados no Brasil, em Redenção, estamos dentro desse panorama imigratório que passa pelas fases de amadurecimento, inseridas em uma realidade social heterogênea, onde tudo o que vemos nos parece "estranho". Nesse caso, podemos definir a imigração como um ato através do qual o indivíduo tem uma iniciativa inédita com o intuito de si instalar no outro país. Ruivo (2006, p. 3) ainda aponta que, "todo o imigrante é emigrante e vice-versa, por isso falar da imigração é falar de (e) migração. Contudo, dentro de fluxos das populações, a imigração refere-se ao movimento de entrada em dado país, região, cidade".

Enquanto imigrantes, estamos também num sentido fortemente definido como os estrangeiros, o que norteia a nossa circulação na sociedade, inclusive no país de acolhimento. Assim, num dado período, não podemos prever o futuro da nossa estadia aqui no Brasil. Como afirma Simmel (2005) no seu livro *O Estrangeiro*:

> Não se usa aqui, destarte, a noção de estrangeiro no sentido habitual, em relação aquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento de ir e vir.

> Fixo dentro de um determinado raio espacial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, a sem nele adentrar (SIMMEL, 2005 p. 265).

O argumento citado por Simmel, nos mostra que, ao falar acerca do tema "estrangeiro", não se pode defini-lo como aquele que no seu processo de deslocamento já sabe o tempo em que vai regressar para o seu país, pois, o autor adianta que esse processo está além do que geralmente as pessoas o classificam, tomando em conta a possibilidade proporcional através do qual o estrangeiro se insere, e nessa inserção pode haver outra saída do mesmo, dado que a realidade é diferente e não se consegue adaptar convincentemente ao ambiente do local.

Ora, em qualquer situação da imigração, como já citamos acima, sempre existe e continuará existindo fatores que motivam e influenciam na escolha do país de destino. Nesse caso, não estamos neutros, conforme tem ocorrido durante anos, uma vez que, se verifica quase com a maioria dos estudantes guineenses que aqui se encontram, quando confrontados com questões sobre a motivação de escolha do Brasil como país de destino. Quando se fala de imigração estudantil, principalmente dos países em via de desenvolvimento como no caso de Guiné-Bissau, além de ser uma iniciativa individual, não se pode esquecer que a imigração estudantil está, portanto, dentro de metas estabelecidas para o desenvolvimento do país, e essas se concretizam através das cooperações na área de educação entre Brasil e África através de PEC-G e PEC-PG[4].

Mungoi (2006) aponta que os fatores que condicionam a imigração estudantil africana são vários. Entre eles podemos destacar a falta ou insuficiência das universidades e cursos de ensino superior nestes países, também, o sistema do ensino básico é deficiente,

[4] O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) criado oficialmente pelo decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo decreto nº 7.948, constitui um dos instrumentos de cooperação educacional, que o governo brasileiro oferece aos países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileira. O PEC-G é administrado pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país.
O primeiro protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), foi assinado em 1961 e atualizado em 2006.
"O PEC-PG objetiva a formação de recursos humanos, com vistas a possibilitar cidadãos oriundos de países em desenvolvimento a realização de estudos de pós-graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileira".
O PEC-PG administrado conjuntamente pelo Departamento Cultural (DC) do Ministério das Relações Exteriores - MRE, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico - CNPq, constitui atividade de cooperação educacional exercida, prioritariamente, com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4106.pdf>.
<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Manual_PECPG.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.

além dos graves problemas sociais que refletem diretamente no baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de suas populações. Estes fatores, associados com a carência dos meios econômicos desses países, influenciam no baixo investimento no ensino e nas infraestruturas precárias, como também na carência de docentes qualificados, tudo isso impede que grande número de estudantes que concluíram o ensino médio prossiga seus estudos no país. É nesse sentido que a imigração surgiu como um fator primordial e uma das melhores alternativas para o acesso ao ensino superior.

Bem, os nossos casos seguem a mesma linha de pensamento da autora, no sentido em que, na condição dos imigrantes estudantes africanos guineenses, os nossos motivos para deixar o país de origem e vir estudar no Brasil não se diferem de estudantes de outros países da África e principalmente dos estudantes guineenses que aqui estão. Porém, contamos com diferentes processos de cooperação estabelecidos entre Brasil e Guiné-Bissau e com os demais países de PALOP. Todavia, o nosso processo de vir estudar na Unilab, Ceará-Brasil, é diferente dos que vem via PEC-G e outras cooperações na área da educação entre Brasil e os PALOP's. A Unilab, através de cooperação do governo federal com Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), recebe os estudantes oriundos desses países pensando especificamente na internacionalização, enquanto que a cooperação através de PEC-G e PEC-PG está numa dimensão mais ampla, envolvendo não só os países que compõem a CPLP, mas também países da África e América-Latina.

Segundo Correia (2011), após o término do estudo no ensino superior brasileiro, os estudantes oriundos da Guiné-Bissau ou do Cabo-Verde voltam para seus países com propósito de dar o seu contributo para o desenvolvimento da sua nação, já com olhar genuinamente edificado a partir do exterior, igualmente com a mudança cultural no seu espaço.

2. Fatos motivadores da imigração estudantil Guiné-Bissau - Brasil

A viagem realizada por jovens guineenses, isto é, no tocante a "nós" de continente para continente, neste caso, de Guiné-Bissau para Brasil com finalidade de ingressar no Ensino Superior Brasileiro, tem um significado especial para cada um de nós:

> Primeiramente, eu diria que escolhi o Brasil para estudar porque tive a oportunidade de o escolher e, eu sempre tenho uma mente instituído por mim mesmo de estudar fora do país, também, o segundo fato, por exemplo: se por acaso, de algum modo viável alguém me oferecesse a vaga de estudo para o

> Brasil ou para a Rússia, eu evidentemente que escolheria o Brasil para estudar por causa da ligação histórica e a mesma língua oficial, Terceiro fato para a escolha do Brasil é, na Guiné se uma pessoa como eu que não tem "costa largo" no governo, ou seja, a pessoa que não tem tio, tia irmão etc.... não se consegue a bolsa de estudo que é dado pelo estado para estudar no exterior, pois, a Unilab uma vez que, trabalha na questão da internacionalização onde está presente várias nacionalidades e culturas, entendo por bem não apenas ganhar o conhecimento mas também conhecer as outras culturas (Armando, 23).

A fala do Armando, estudante da Unilab, mostra-nos várias evidências que o fizeram se deslocar do seu país para estudar no Brasil. Inicialmente, Guiné-Bissau não possui um sistema de educação superior encorajador para ter uma formação vital durante o trajeto universitário. E ainda, a oportunidade é um sonho de estudar fora do país, para conhecer outra realidade, a partir da mesma linguagem, as semelhanças históricas, ressaltando a facilidade para aqueles de classe social mais abastada, em que a família apresenta-se num contexto de ter funcionário público de alto grau no governo. A chegada da Unilab na Guiné, de certa forma, contribuiu indiscutivelmente para realização do sonho do estudante, dado que lhe permite ter uma formação através de uma universidade pública, federal e internacional no Brasil.

> Os motivos primordiais da minha vinda ao Brasil, se resultou nas condições familiares, que não conseguem custear a minha formação, porque são de classe baixa. A origem dessa vinda deve-se ao fato da instabilidade do país que desde a independência, o nosso país não se deu um passo no que se diz respeito ao progresso e desenvolvimento do seu povo, nunca pensaram em algo futuro para os jovens. Os líderes sempre se preocuparam com seus próprios interesses e não do povo. Isso tudo causou um fraco empenho na educação, na saúde, na segurança dos cidadãos, nas infraestruturas, etc. E muitos de nós, já terminamos o ensino médio, sem ter como continuar os estudos. Portanto, tudo isso me fez deixar o meu país para vir estudar no Brasil (Rui, 25).

A fala de Rui, exibe que, apesar da dificuldade, o que originou a ideia de vir para o Brasil foi a intenção de desenvolver a sua vida acadêmica. Encarando assim um país diferente, estando sozinho, longe da família, esse é um ato que lhe deu muita coragem. Isso lhe permita ter mais experiências e desenvolver as habilidades essenciais para a sua futura profissão. Essa adaptação em lugar "estranho" está possibilitando o aumento de sua percepção sobre vários contextos culturais e sua capacidade de lidar com os problemas diferentes, tais como os que acontecem no seu país e no mundo hoje.

> Escolhi o Brasil porque no momento depois que conclui o ensino médio não tinha, na altura, o curso que eu queria fazer e as próprias universidades não

> ofereciam boas condições para formação dos seus estudantes. Também, não tinha bolsas de estudos que eram cedidos por parte dos países que têm cooperações na área da educação com a Guiné-Bissau, devido à instabilidade política que ocorreu na altura, então, a escolha para vir estudar no Brasil era a única alternativa para não ficar sem fazer o ensino superior, que na Guiné-Bissau não oferece boas qualidades e nem tem docentes qualificados para uma boa formação. O próprio sonho de ir estudar fora do país é um dos fatores que motivam na escolha e sem deixar de lado a influência que a mídia (no caso da minha escolha de vir estudar no Brasil) tem nessa decisão. O Brasil como sendo um país de língua portuguesa, me facilitou muito na hora de tomada da decisão. Isso facilita (creio eu) um grande número de estudantes de PALOP que aqui se encontram (Ulilbaté, 20).

Na fala de Ulilbaté podemos encontrar algumas similaridades no que e refere à questão de decidir por razões que não são pessoais quanto à escolha de ir estudar fora do país de origem. Ele cita desde o fato de que "estudar na Guiné-Bissau" não é visto como uma boa opção, por não oferecer condições para uma formação acadêmica desejada, além da própria "instabilidade política que ocorreu na altura"[5] como as outras que ocorreram no país desde a sua independência. Como base na fala dele, podemos ariscar dizer que tudo isso explica o fluxo imigratório de estudantes guineenses, os quais se encontram ou escolheram o Brasil como o país de destino para buscar uma formação acadêmica de qualidade.

> O motivo da minha vinda ao Brasil é por conta de melhores condições de estudo, devido situação do ensino do meu país que tem condições precárias, que não permitem um bom aproveitamento acadêmico e de constantes problemas políticos, ou seja, instabilidades, por outro lado, escolhi o brasil por razão das similaridades da cultura e (ambos Brasil Guiné-Bissau) tiveram o mesmo colonizador, e a mesma língua oficial que permite facilidade de inserção no ensino através da língua. Também a qualidades do ensino do Brasil e de conhecer outra realidade, cultura e autoformar a mim mesmo e ganhando novas experiências no campo acadêmico como também de vida a fim de ser academicamente preparada para o futuro, para que eu possa ser uma intelectual Guineense bem capacitada para dar minha contribuição ao meu país e também ajudar a minha família (Yolanda, 20).

A fala da estudante Yolanda demostrou quais são as razões que motivaram sua vinda para Brasil, pelas condições educacionais que o seu país não reuni, por uma educação superior qualificada, ou seja, pela precariedade do próprio sistema do ensino. Nesta ótica, ela abraçou a oportunidade de bolsa de estudo da Unilab, universidade de caráter

[5] No dia 12 de abril de 2012 aconteceu o golpe de estado que derrubou o governo liderado pelo Carlos Gomes Junior primeiro ministro na altura juntamente com Raimundo Pereira que era o presidente interino da República da Guiné-Bissau. Desde esta data até primeiro semestre de 2014, a Guiné-Bissau foi dirigida por um presidente e governo de transição.

internacional, para ter uma formação de boa qualidade. Também a similaridade da cultura Guiné-Bissau - Brasil foi uma das grandes influências da sua vinda para Brasil.

3. Trajetórias: Vivências, experiências e dificuldades

As narrativas, que iremos ler logo adiante, revelam todo o caminho percorrido pelos estudantes para chegar ao Brasil como país receptor, expondo suas narrativas sociais como sendo estudantes imigrantes guineenses que optaram por cruzar o histórico e clássico oceano atlântico para a construção do saber num país latino americano. O passado foi crucial para que atualmente aqui estivessem. Na fase em que a nova história está sendo redigida, num ambiente lusófono, pois é "o português que paira na boca" de cada um dos conterrâneos de Cabral, é o futuro incontestavelmente que irá dizer tudo o que foi escrito durante período da circulação de ideias dentro e fora da internacional Unilab.

Ora, como em qualquer situação de imigração sempre existem fatores que motivam um indivíduo ou grupo de pessoas a imigrarem a fim de se estabelecer no outro país. Então, nesse sentido, entendemos por bem trazer discursos de cada um desses estudantes, já que as motivações são diversas, mas, com alguns pontos em comum, e depois fazer uma análise de cada fala. Por fazer parte dos pontos que vão ser abordados ao longo do presente trabalho e dar mais credibilidade sem perder o foco e o objetivo, compreendemos que essa escolha é muito importante por pertencermos à categoria da classe estudantil.

4. Fidju matchu na terra di guinti – um homem no estrangeiro Armando

Como a primeira pessoa na família "Correia" a sair de meu país, com intuito de me formar no estrangeiro e no futuro voltar ao país a fim de trabalhar e dar o máximo esforço para o seu crescimento e a sobrevivência da família, relato abaixo a minha trajetória.

Vivências: A minha chegada no Brasil, especificamente no estado do Ceará, nos dois municípios Redenção e Acarape, fez com que muitas coisas mudassem, devido a uma nova vivência como um estudante africano, preto e um estrangeiro que está em busca do conhecimento. Atualmente vivo em Acarape, numa república, ou seja, numa casa de dois quartos alugado por nós estudantes, moro com os estudantes africanos guineenses como eu, geralmente frequento mais a universidade de segunda-feira a sexta-feira, pois, meu

passatempo é praticado mais nos finais de semana, em maior parte com estudantes guineenses. Tenho amizade com várias nacionalidades na Unilab, o que é motivo de uma grande alegria e oportunidade de partilhar a cultura, o saber e costumes num só espaço. Entretanto, eu diria que tanto em Redenção quanto em Acarape não gosto de morar, porque não tem segurança, os dois municípios têm se tornaram ultimamente muito perigosos e às vezes sofremos assaltos, xenofobia e descriminação racial.

Experiências: Eu nasci e cresci em Bissau, numa família que saiu de aldeia para cidade, o que me permitiu conhecer de perto a minha tradição, cultura e costumes da minha etnia pepel. Fui o último filho do meu pai, ou seja, o filho mais novo. Vivi momentos bons e conturbados, participei em associações e grupos em Guiné-Bissau. Aqui no Brasil participei em movimento social de cunho acadêmico na universidade, em março deste ano, para a reivindicação do auxílio[6] cortado pela Unilab. Ao decidir atravessar o oceano atlântico na procura do conhecimento, carrego comigo a bandeira de uma nação e o mapa de um continente que é a Guiné-Bissau dentro do continente africano, o que significaria uma responsabilidade para mim, e que isso tenho um grande dever de preserva-los e defende-los por qualquer coisa. Esses fatos me incentivam a ter uma experiência de vida e proporcionam uma visão mais ampla e eficiente de saber lidar e enfrentar quaisquer obstáculos no meu quotidiano, principalmente quando se fala de um estrangeiro preto na sociedade brasileira.

Dificuldades: Eu sempre costumo dizer que qualquer aluno ao ingressar na universidade sempre se depara com dificuldades, mas o maior problema é saber lidar e gerir essas dificuldades porque se não o fizer, vai cometer erros, e eu como um estudante passei por essas dificuldades ao entrar na universidade. A primeira dificuldade que enfrentei na Unilab foi de almoço e jantar. A comida não é como a do meu país, também a rotina que tem mudado durante a minha estadia na universidade e em casa, o que posso dizer que não foi fácil. A principal dificuldade que eu tenho passado é a comunicação em língua portuguesa com colegas

[6] A Unilab oferece auxílio por meio de Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), através do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) que é destinado a estudantes de cursos de graduação, referenciado na política institucional de inclusão social e princípio da democratização do acesso a permanência na educação superior com qualidade e permanência social. O PAES visa garantir direitos à assistência de estudantes por meio de apoio institucional para os estudantes matriculados em cursos de graduação cujas condições socioeconômicas são insuficientes para a permanência e uma trajetória acadêmica exitosa e/ou que se encontrem em situação de estrema vulnerabilidade social. São beneficiários do programa, prioritariamente estudantes oriundos da rede pública da educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.
Através do PAES, os estudantes têm acessos aos diversos auxílios disponíveis: moradia, instalação, transporte, alimentação e social. No recebemos o auxílio moradia que garante condições de residência nos municípios sede dos campi da Unilab e auxílio alimentação que complementa despesas com alimentação e apoiar na permanência em tempo integral na universidade.

brasileiros/as, pois às vezes não entendo o português cearense no momento de trabalho do grupo ou num debate, palestra, dentro da sala de aula, nos supermercados da região e nos corredores da universidade. Ainda tinha, no início, dificuldade de ler constantemente. Também aprendi que o ensino superior não é semelhante ao ensino médio, de modo que ao entrar no ensino superior é exigida efetivamente uma leitura muito forte para desenvolver capacidade de entender a matéria e interpreta-la de acordo com o autor, bem como discuti-la dentro e fora da sala de aulas, o que permitiria a ter mais experiência em aquisição do conhecimento ao ler qualquer que seja livro ou texto. Atente-se, outra dificuldade é atrelada à máquina burocrática que a UNILAB apresenta no tratamento dos documentos e no seu dia a dia.

5. Superando as dificuldades Ulilbaté

Da minha infância até hoje em dia me encontro na condição de estudante. Nunca tive a oportunidade de ter um trabalho remunerado. Nasci numa família de classe baixa, mas que sempre mostrou o interesse na formação dos filhos, apesar de grandes dificuldades econômicas. Toda a minha vida acadêmica na Guiné-Bissau foi nas escolas públicas (desde os meus sete anos até terminar o ensino médio). Nunca frequentei uma escola particular em outra instituição antes de ingressar na UNILAB. Outra vez estou dentro de uma universidade pública, desta vez, fora do meu país. Tudo isso se justifica na própria condição financeira da minha família.

Em maio de 2014, ingressei na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) através do Processo Seletivo de Estudantes estrangeiros (PSEE). Escolhi o Brasil porque oferece melhores condições para formação acadêmica em relação ao meu país. Sempre fui cauteloso porque já tinha noção de que não ia ser fácil fazer essa trajetória, uma vez que já ouvi relatos das pessoas que passaram pela mesma experiência sempre apontando as dificuldades e principalmente o que é ser estrangeiro. Agora me encontro na condição de estrangeiro e ainda por cima africano, numa cidade onde o "ser" africano tem outra história. Algumas pessoas aqui em Redenção, e em outros lugares do Ceará, só conhecem história da África relacionada à escravidão.

No primeiro trimestre e principalmente nas primeiras duas semanas, eu me sentia muito perdido com os assuntos abordados durante as aulas, porque a forma de dar aulas é diferente daquela que é habitual durante a minha vida acadêmica em Guiné-Bissau. Também, a língua é uma das coisas que dificultou nos primeiros momentos, o modo de falar

dos brasileiros e principalmente dos cearenses foi um pouco complicado de perceber por ter algumas palavras semelhantes, mas com sentido diferente. Por exemplo: a rapariga, bicha e zona têm outros sentidos relacionados com a prostituição aqui no Ceará. Enquanto para "nós" (guineenses) a rapariga é sinônimo menina, pode-se dizer bicha ou fila e zona usa-se para indicar um local, uma região, uma faixa ou uma área delimitada. Mas, hoje em dia, não sinto muitas dificuldades porque já aprendi muitas coisas que antes eram novas para mim.

Dentro e fora da universidade só fiz amizade com colegas do meu país. Já conhecia alguns antes de partirmos para cá, e outros só nos conhecemos aqui no Brasil. O tempo que passamos e os mesmos percursos que fizemos juntos para vir estudar no Brasil têm um papel muito importante nessa amizade, desde os momentos iniciais de procura de bolsa até agora. Fazer amizade com os estudantes brasileiros e das outras nacionalidades dentro da universidade foi um pouco difícil nos primeiros momentos, porque sentia medo de fazer amizade com alguém que acabei de conhecer sem, pelo menos, saber alguma coisa sobre a pessoa com quem vou me relacionar. Sempre levo em conta esses pequenos detalhes.

As minhas relações com os professores são ótimas, mas se verifica mais nas salas de aulas e outras atividades acadêmicas. Hoje eu vejo as coisas com outros olhares graças à experiência que eu tenho tido ao longo deste período de formação na universidade. Essa experiência de viver com os outros estão fazendo de mim outro Ulilbaté, diferente daquele que as pessoas conheciam em Guiné-Bissau. A Unilab, apesar das dificuldades encontradas aqui, fez e continua fazendo o melhor Ulilbaté que um dia dará alguma coisa que o seu país espera dele.

6. Esperança da filha primogênita Yolanda

Na qualidade da filha primogênita, eu me sinto dever de dobrar o meu esforço no estudo para atingir meu sonho com intuito de retribuir aos meus pais, por terem investido na minha carreira estudantil e ser como um espelho na família para servir de exemplo aos meus irmãos.

Vivência: Após a minha chegada, comecei a observar como as pessoas se comportam, como vivem. Comecei a imitar coisas boas como espelho do outro. Fiquei atenta em expressar certas palavras, por exemplo, rapariga, bicha, que em Guiné-Bissau eram uma expressão normal e que aqui é insultuosa graças a ajuda da comunidade guineense na unilab e da menina veterana com quem moro e que já estava aqui antes da minha vinda. Vivencio com colegas do meu país o mesmo trajeto da viajem para cá e o fato de termos morado juntos

no hotel em que fomos hospedados pela universidade. Inclusive moro com uma delas, após a saída da hospedagem, como na unilab tem um número significativo dos estudantes guineenses, às vezes, eu me sinto como se estivesse em casa. Por interação me adaptei facilmente a nova realidade, partilho das relações de amizade, a gente convive na universidade, no restaurante universitário, no espaço de lazer e nas festas comemorativas de independência e festa da África, partida de futebol, na igreja e atividades acadêmicas.

Experiência: com a minha estadia aqui no Brasil, nos municípios de Redenção e Acarape, ganhei muita experiência como estudante imigrante onde sou dona do meu próprio nariz. Comecei a apreender a viver com pessoas de diferentes famílias e educação, e saber respeitar o outro, saber viver com pequenas diferenças culturais e saber quais são os meus limites como cidadã estrangeira. Aprendi a fazer a gerência do dinheiro de auxílio, que graças a estratégia de juntar com as meninas do meu país para dividir as contas, pagando aluguel, energia elétrica, cuidar da minha comedoria, minha saúde, fazer xérox das matérias didáticas e outras necessidades, permite uma boa estadia aqui. Além de aprender a organizar papeladas para entregar nos departamentos da universidade para legalização e pedido de auxílio e experiência no campo acadêmico, por exemplo, nas elaborações dos trabalhos.

Dificuldades: Logo após a minha chegada ao Brasil, comecei a deparar com várias dificuldades, primeiramente de clima e fuso horário e de alimentação por conta da comida, ou seja, gastronomia brasileira diferente do meu país. Tive necessidade na altura de procurar casa para morar. Encontrei uma casa e falei com a proprietária até o ponto de pagar caução, pensei que eu já tinha resolvido, passando alguns dias ela me ligou para devolver o dinheiro dizendo que a sua casa já estava alugada. Fiquei triste, por sorte uma amiga que veio junto da Guiné-Bissau para Brasil e me convidou para morar com ela na mesma residência com outra estudante Guineense que já estava estudando na Unilab a dois anos atrás, aproveitei a oportunidade decidi ir morar com elas que era uma única alternativa. Toda a dificuldade que enfrentei para conseguir a casa para morar foi o cenário mais marcante desde a minha chegada no Brasil. Por outro lado, no início de aulas, senti dificuldade porque nunca estudei no horário da noite. Além disso, e com relação as aulas, no começo eu não entendia algumas palavras com sotaque brasileiro e a metodologia do ensino superior por ser a primeira vez a ingressar a universidade. Com a explicação dos professores e com o meu esforço, consegui superar as dificuldades. Passei muitas dificuldades financeiras, por demora de auxílio cair

na conta até então estou passando muita dificuldade financeira, principalmente para pagar taxa de imposto na polícia federal de renovação visto.

7. Rui: O que as pessoas esperam dele como primogênito?

7.1 Um breve relato sobre minha trajetória escolar

Lembro-me até hoje o que a minha mãe me contava, quando me levava para o jardim e eu não gostava, sempre nervoso e chorando. Eu era inocente do que me obrigava a fazer. E, com passar do tempo, depois de terminado o jardim de infância e o ensino fundamental, fui logo para o ensino médio. Somos seis irmãos, o meu pai cuidava de todos nós e a minha mãe, nos estudos, na alimentação e nos vestuários. E com o passar do tempo, perdi o meu pai, complicou ainda mais, a minha mãe tinha que trabalhar mais para nos sustentar, os nossos estudos. Um pouco para que me sinta tão inútil, e até abandonar os meus estudos, é que eu estava a trabalhar, dando aulas no ensino fundamental, tentando ajudar a minha mãe a pagar os estudos dos meus irmãos e o meu. E, depois que eu terminei o ensino médio parei logo, porque não tinha como pagar a universidade e os meus irmãos esperam algo de mim, e cadê o meu Estado? Que nem me deu oportunidades, aliás, que nem deram os olhares para o ensino, para que haja uma universidade bem equipada para os jovens. É triste percebemos que os governos da nossa cidade e do país não valorizam a educação, e como deveriam, pois, esses mudam o país sem serem profissionais.

Essas dificuldades fizeram alguns jovens abandonarem os estudos, muitos não estão numa vida boa, e alguns pensaram que eu ia entrar nessa vida. Mas, durante a minha trajetória escolar, adquiri novas habilidades, novos conhecimentos que me favoreceram no decorrer da vida, me ajudaram a colocar em prática tudo que aprendi dentro e fora da escola. Após a conclusão do ensino médio, quis muito cursar um ensino superior, mas não havia condições alguma para isso, e estava a trabalhar para angariar fundos para tal. Isso dificultava muito meus planos de cursar uma faculdade, mas nunca desisti. O tempo passou, e apenas em janeiro de 2013 surgiu a oportunidade de tornar possível essa meta, quando apareceu na Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau vagas para estudar no Brasil, através de Processo Seletivo de Estudante Estrangeiro (PSEE) vestibular. Em 10 de Maio de 2014, pisei o solo deste país (Brasil) que sempre desejei. A minha presença no Brasil-Ceará-Redenção me faz sentir mais corajoso e responsável por mim mesmo, isso tudo dá aquela sensação de liberdade, de ser autônomo, além de fazer novas amizades, que contribuirão para novas ideias e sonhos.

Percebo que, mesmo passando pelas dificuldades dessa vida, me considero muito privilegiado por ter a oportunidade que muitos desejam. Que é poder estudar e, além disso, cursar um nível superior. Tudo aconteceu assim, não por mérito meu, mas pela bondade e misericórdia de Deus na minha vida, hoje sou aluno da Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira-Ceará, Graduando em Humanidades.

Considerações Finais

Em virtude dos fatos apresentados, trabalhamos o tema imigração segundo os autores que debruçaram no tocante ao tema com a participação direta da nossa experiência como estudantes imigrantes. Como consequências, a imigração, pode, às vezes, apresentar vários fenômenos que não contribuam para o bem do imigrante (atividade ilícita). Nesse presente trabalho, vimos o crescente ato de imigração por parte dos estudantes africanos para o Brasil, especificamente os estudantes guineenses que têm imigrado para Ceará ao longo destes anos. Em resultado disso, tem fatores que os condicionam, a saída de país de origem, que atualmente tem crescido bastantemente por meio da cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau. Nesse caso encontramos nas falas dos estudantes alguns elementos dessa natureza quando relataram sobre seus motivos e suas trajetórias. Outro ponto seria as dificuldades na adaptação a uma nova realidade diferente. A própria língua apesar de terem-na em comum, mas com modos de falar muito diferentes, marca seus cotidianos no Brasil. Durante toda fala foi mencionada as causas que os fizerem deslocar dos seus países e uma delas é (o que compreendemos que têm em comum com alguns países da África) a falta das universidades e o próprio sistema de ensino que não os permitem ter uma formação que os possibilitariam posteriormente a inserir no mercado de trabalho e dar a sua contribuição ao seu país.

Referências

CARIOCA, Claudia Ramos. **A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando as dificuldades da comunicação em língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v15n1/1984-6398-rbla-15-01-00131.pdf>. Acesso em: 18-08-2015.

CORREIA, Andreia Patrícia Soares Ramos. **Dinâmicas indentitárias e economia da alteridade na migração acadêmica de estudantes africanos-cabo-verdianos e guineenses para Fortaleza (Brasil)**. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT28/GT28_RamosCorreia.pdf>. Acesso em: 14-08-2015.

MACHADO, Fernando Luís. **Da Guiné-Bissau a Portugal:** luso-guineenses e imigrantes. SOCIOLOGIA-PROBLEMAS E PRATICAS, n. 26, p. 9-56, 1998. Disponível em: http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/14/141.pdf. Acesso em: 02-08-2015.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **"O mito atlântico":** relatando experiências e singularidades de mobilidades de estudantes africanos em porto alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8028/000565286.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15-07-2015.

Ministério da Economia e Finanças (MEF); **Instituto Nacional de Estatísticas (INE) Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/pais/indicador_chave.htm>. Acesso em: 03-08-2015.

RUIVO, Pedro. **A imigração uma visão geral**. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de fontes de informação Sociológica, leccionada pelo Doutor Paulo Peixoto. Universidade de Coimbra, faculdade de economia, p. 1-20, Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2005022.pdf>. Acesso em: 02-08-2015.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. RBSE. v. 4. nº 12, dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>. Acesso em: 02-08-2015.

LÍNGUA, IMAGEM E IDENTIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESCENDENTE POMERANO NO ESPÍRITO SANTO

Cione Marta Raasch Manske
SEDU

Resumo: Os descendentes de pomeranos, num processo pautado pela escrita da língua pomerana e pela construção de imagens do pomerano na educação escolar, revelam a representação que a etnia alcança na reestruturação da identidade pomerana no Espírito Santo. A difusão da história e da significação da cultura por meio da língua originária escrita e pela produção da imagem de si mesmos estabelece uma busca pela memória instituída como um meio de transmissão de saberes. Além da memória, o cotidiano dos descendentes de pomeranos se apresenta como um referencial relevante na circulação das ideias a serem assimiladas na configuração da escrita e das imagens. Assim, esse arcabouço constituído pela história, memória, cotidiano e cultura embasam a escrita da língua pomerana e a produção das imagens do pomerano apresentadas na educação escolar, bem como, fundamentam a constituição da identidade dos que descendem dessa etnia.

Palavras-chave: língua; imagem; pomerano.

Abstract: The descendants of Pomeranians, a process guided by writing Pomeranian language and the construction of Pomeranian pictures in school education, reveal the representation that ethnicity reaches the restructuring of Pomeranian identity in the state of Espírito Santo. The dissemination of the history and significance of culture through original written language and the image production themselves down a search for memory instituted as a means of knowledge transmission. In addition to the memory, the daily lives of Pomeranian descendants presents itself as an important reference in the movement of ideas to be assimilated into the written configuration and images. Thus, this framework constructed by history, memory, everyday life and culture underlie the writing of the Pomeranian language and the production of images the Pomeranian presented in school education, as well as underlying the establishment of the identity of this ethnic group descended.

Keywords: language; image; pomeranian.

Introdução

Além do português, a língua pomerana é uma das línguas mais faladas entre os descendentes dos pomeranos que imigraram para o Espírito Santo no século XIX. Em algumas localidades, que concentram maior número de descendentes dessa etnia, o pomerano é a principal língua falada num processo bilíngue com a língua portuguesa. Em Santa Maria de Jetibá, esse procedimento linguístico é observável e torna-se referência no momento em que, por meio de uma língua sem configuração escrita na localidade até o início do séc. XXI, a língua pomerana reconstitui a história do pomerano e de seu descendente, menção que tornam relevantes a trajetória de sua permanência e a estruturação de sua escrita.

Essa premissa vem acompanhada de um procedimento educacional relevante que é forjar na localidade a produção de material com escrita e imagens que remontem o cotidiano e retratem um conhecimento vinculado à memória e à identidade do pomerano e de seu descendente. Trata-se ainda, da constituição do pomerano por meio do reconhecimento da cultura nas imagens e na escrita pomerana, o que revela uma reestruturação da manutenção da tradição pomerana.

1. História e identidade

Permitam-me começar recuperando a origem da história dos pomeranos no Espírito Santo, tema que embasa minhas ponderações iniciais. Vindos da Pomerânia e acompanhados de outros grupos étnicos, os primeiros pomeranos chegaram em 1859 e constituíram colônias em lugares isolados nas montanhas e nas matas. Da localização das colônias às primeiras décadas de ocupação territorial, os pomeranos conviviam com a ausência da mediação do Estado, o que impulsionou uma organização local de ações que tinham por motivação serviços básicos de educação e saúde. Notoriamente, no que se refere à saúde, essa condição instigou a criação de subterfúgios que iam desde a utilização de plantas medicinais a rituais vinculados à crença popular. Em relação à educação, por motivação do grupo e da administração da igreja luterana, instituiu-se a escola comunitária pomerana, onde se aprendia o alemão a partir de textos bíblicos e religiosos.

Mas, a não intervenção estatal do séc. XIX deu lugar a um Estado nacionalista com propostas intervencionistas e coercitivas no séc. XX. O desenrolar das décadas, acompanhado das políticas de valorização da cultura nacional do governo de Vargas e das pressões instigadas pela segunda guerra mundial, destituiu a preocupação inicial do Estado com as culturas imigrantes transformando-a em coerção. No Espírito Santo, a manutenção de uma cultura alheia de forma tão aguçada como a pomerana merecia atenção, contexto que desencadeou prisão, perseguição, imposição da língua portuguesa, proibição das línguas imigrantes, instituição de uma educação escolar de valorização da língua e da cultura nacional em oposição e proibição da exposição da cultura do imigrante.

As ações governamentais vinculadas à educação escolar almejavam a propagação e absorção do nacionalismo entre os imigrantes. Era necessário desarticular as escolas particulares e o aprendizado que estas disseminavam. A continuidade da cultura e da língua estrangeira no país, apresentada por esta educação, representava oposição à proposta apregoada pelo Estado. Por assim dizer, “o ensino do português nos estabelecimentos particulares tinha um alvo

definido: as escolas étnicas fundadas pelos imigrantes já no tempo do Império, muitas das quais só ensinavam o idioma de origem desses grupos [...]" (VEIGA, 2007, p. 259).

Como consequência da investida nacionalista, as escolas comunitárias pomeranas no Espírito Santo foram aos poucos sendo anuladas pela ação do Estado, mas o que isso desencadeou foi a não condução das crianças às aulas. O analfabetismo se tornou referência entre os pomeranos. Em algumas localidades houve demonstração de resistência com a permanência da escola comunitária até a década de 70. Porém, um acordo nas comunidades luteranas que objetivava enviar os filhos cinco dias da semana às aulas, obrigação que anteriormente variava de 2 a 3 dias, inviabilizou a manutenção da educadora na escola particular, realidade que agregaria maior valor pago pelos pais à escola comunitária, por esse motivo o grupo acabou por aderir à proposta educacional do governo. Assim, a partir de então, a língua que regia as aulas nas escolas era a portuguesa e o que se ensinava estava desvinculado da tradição pomerana, de forma que a cultura local representava o proibido, contexto que se seguiu até o fim da década de 80. Apesar desse apontamento, a língua pomerana continuava sendo falada e a tradição resistia nas casas, nas igrejas e nas localidades onde a maioria era descendente de pomerano.

No final do séc. XX, o Estado brasileiro, durante a abertura política, presenciou uma ampla participação popular nos movimentos que desencadearam a Constituição de 1988. A legislação que se instituía era foco de discussão e repercussão nacional. A garantia de direitos se vinculava à diversidade de reinvindicações que abarcavam as propostas enviadas para Assembleia Constituinte. Vários grupos representativos se fizeram presentes nesse movimento e uma nova organização na participação política da sociedade emergia do processo democrático.

> O sucesso na retomada do Estado de Direito, através da redemocratização política, foi fundamental para que, no processo constituinte de 1987, os representantes das populações afetadas pela ausência de uma democratização substantiva pudessem inserir e formalizar na Magna Carta princípios e garantias tendentes à declaração e efetivação dos direitos sociais (CURY, 1997, p. 200).

Todo esse arcabouço representativo que acompanhava a aprovação da nova lei oportunizou aos descendentes de pomeranos no Espírito Santo a reivindicação de políticas públicas de reconhecimento da tradição pomerana. A par dessa premissa, o que é relevante ponderar é que as recentes mudanças atribuídas ao reconhecimento da diversidade cultural não destituiu da memória social do grupo as agruras que permearam o longo percurso da instituição da configuração nacional, que ocorreu por meio dos percalços da imigração, pela adaptação local

e pelas investidas nacionais que não reconheciam a cultura imigrante e visavam sua destituição. No entanto, não podemos negar, que a adaptação do pomerano e de seu descendente ao que era nacional foi acompanhada de resistência por meio da continuidade, de forma intrínseca, dos traços culturais. Outro ponto a se destacar sobre esse processo é a relevância que a apropriação da cultura nacional representa à sociabilidade do grupo no contexto nacional. Por assim mencionar, essa constituição histórica pomerana na localidade permitiu a composição de dois elementos fundamentais: a absorção da cultura brasileira e a permanência da tradição pomerana.

Envolto nessa perspectiva, direciono a continuidade de minhas considerações ao município de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo, indicado como o mais pomerano do Brasil por apresentar disposição própria de leis, educação escolar e cotidianidade numa complementaridade cultural entre o nacional e o pomerano como referência da localidade.

2. O cotidiano, a língua e a cultura entre os descendentes de pomeranos

Município situado na região montanhosa do Espírito Santo, Santa Maria de Jetibá tem maioria populacional de descendentes de pomeranos. Desse contingente, é interessante notar que a população da sede utiliza tanto os elementos nacionais quanto os pomeranos de forma intensa e harmoniosa. Há, contudo, peculiaridades na utilização da língua na localidade que merecem ponderações. Encontramos a língua pomerana e a língua portuguesa utilizadas numa articulação bilíngue por descendentes de pomerano e por aqueles que não descendem da etnia e se apropriaram da língua pomerana para ampliar a comunicação com o grupo. Observa-se ainda a presença dos que não falam a língua pomerana e utilizam apenas o português. E de forma não tão comum e mais presente nos encontros religiosos da igreja luterana a língua alemã também se faz presente. Contudo, o português e o pomerano se apresentam como as línguas mais empregadas nas relações comerciais e na sociabilidade do grupo. Devemos considerar ainda que, além dos citadinos, o interior do município é constituído de inúmeras famílias que têm a língua pomerana como a principal falada. Entre estes, a língua portuguesa é acionada apenas em situações consideradas necessárias, como na presença de visitantes não falantes de pomerano.

> O pomerano é usado entre os pomeranos, tanto da cidade quanto do campo, sendo mais frequente na zona rural, na intimidade da família, dos amigos, nas situações-limite de conflito social (luta pelos recursos e acesso à terra entre parentes e vizinhos), bem como nas acusações de bruxarias e, principalmente nas práticas mágicas (tais como benzeções) que demarcam

> ritos de passagem como o nascimento, o casamento e a morte dos membros da comunidade (BAHIA, 2011, p. 102).

O que essa consideração nos revela é que a manutenção da cultura está intimamente ligada à transmissão dos saberes e do simbolismo que acompanham a família pomerana em todas as etapas da vida. Para esse intento, a família, por meio da memória social do grupo, promove a aprendizagem da língua e das demais características pomeranas consideradas relevantes. Entretanto, entendemos que, além do núcleo familiar, outras instituições sociais também contribuem com a preservação da tradição, mas percebemos que algumas atuam de forma mais incisiva nesse intuito. Por assim dizer, destacamos a escola mantida pela municipalidade como uma dessas referências por atribuir reconhecimento à língua e a cultura pomerana.

Apesar da menção à escola, ressalto que a disposição de valorização do pomerano no processo de escolarização foi estabelecida como projeto apenas em 2005, após sua preconização no art. 11º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394 de 1996, que incumbe os municípios da organização, manutenção e desenvolvimento dos órgãos e instituições dos seus sistemas de ensino, contudo, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, e ainda, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de nº 8.069 de 1990, no art.58, que institui que os valores culturais, artísticos e históricos deverão ser respeitados no processo educacional. Essa composição legal possibilitou ao município de Santa Maria de Jetibá autonomia administrativa e a valorização da cultura pomerana na escola. Assim sendo, o que era projeto aprimorou-se, e em 2009 o reconhecimento da tradição pomerana se tornou política pública por meio da lei 1.136 de 2009, que dispõe sobre a co-oficialização da língua pomerana nos espaços e repartições públicas, inclusive na educação escolar em Santa Maria de Jetibá.

As escolas municipais, que até 2005, como indicado anteriormente, se organizavam com uma proposta escolar de base cultural nacional, tiveram que, a partir da lei de co-oficialização, fazer adequações inserindo a cultura pomerana às atividades escolares. Contudo, a introdução de uma estrutura pomerana nas aulas se tornou um desafio. A língua era apenas oral e os dois únicos livros com escrita pomerana foram editados somente em 2006. Esses livros, um dicionário pomerano-português e um livro texto que contém narrativas do cotidiano rural, de autoria do professor Ismael Tressmann, começaram a ser utilizados para elaboração das aulas. Instituiu-se ainda, a contratação de professores que falavam o pomerano, a elaboração de materiais em pomerano e uma proposta pedagógica que incluía a cultura de forma específica. Em 2013, impulsionado pela lei nº 1.376 de 2011,

que dispõe sobre o ensino da língua pomerana oral e escrita nas escolas públicas municipais através do programa de educação escolar pomerana, Santa Maria de Jetibá atingiu o atendimento universal das escolas com o ensino da cultura e da língua pomerana.

Desta forma, em se tratando da transmissão das especificidades étnicas do pomerano, consideramos que tanto a educação escolar quanto a família se encontram num processo de entrelaçamento de ações de reconhecimento e de preservação cultural. Não podemos negar, no entanto, que a cultura nacional também permeia esse complexo arranjo que constitui o pomerano e seu descendente, mas o que especificamos aqui é a relevância que estas duas organizações sociais assumem na manutenção da tradição pomerana.

3. A constituição da imagem do pomerano na família e na escola

Em Santa Maria de Jetibá, outra contribuição indissociável ao cotidiano familiar e escolar que se apresenta importante na preservação da cultura é a construção da imagem que o descendente de pomerano faz dos seus antepassados e de si mesmo. Para tanto, a reverência ao passado e à história pomerana são apontados como delimitadores desse conhecimento. Nas famílias, as narrativas da imigração e da organização do grupo nos tempos das investidas do Estado que são apresentadas pelos mais idosos, que ouviram de seus avós ou tiveram tal experiência, são apreciadas pelos jovens como sendo a sua história. A escola, por sua vez, também se apodera desse contexto para apresentar imagens e escrita pomerana com o tema imigração, como nos mostra a Figura 1.

Figura 1 - Material utilizado nas aulas do PROEPO



(Programa de educação escolar pomerana)[1]. Fonte: Professora Mônica Gums Raasch[2].

[1] Todas as figuras apresentadas são materiais com imagem e escrita pomerana produzidos para serem utilizados nas aulas do PROEPO (Programa de educação escolar pomerana).
[2] A fonte de todas as figuras é a professora Mônica Gums Raasch, que descende de pomeranos.

Ao apreciar os detalhes que acompanham esta figura inicial, observamos que a história da viagem, parte do processo imigratório, se mostra presente entre os descendentes de pomeranos o que influencia a instituição desse tema na educação escolar. Outro ponto a ser objeto de análise é a referência à vinda de famílias constituídas, como é demonstrado através do desenho de um casal. Além disso, os trajes reproduzidos remontam as roupas utilizadas pelos avós dos que descendem da etnia, realçando a relevância da família na localidade. Acrescido a esse cenário, a língua pomerana escrita institui a peculiaridade que complementa o conjunto do tema imigração, composto de cotidiano, história e memória. Dessa menção é interessante indicar que passado e presente se mesclam e constroem a imagem que o descendente de pomerano tem de um momento específico da história do grupo, a vinda das famílias para o Brasil.

Ligado a essa menção, convém destacar a importância que a memória tem nesta constituição. A memória acompanha o grupo e se encarrega de instituir à Pomerânia, a imigração e ao contexto histórico que permeia o cotidiano no Espírito Santo, a manutenção da língua falada e escrita entre os descendentes de pomerano. Assim, a identidade pomerana, atribuída aos descendentes na atualidade, é reproduzida num processo de reestruturação da cultura pomerana, nas imagens do pomerano e na escrita da língua que são apresentadas nas aulas de pomerano na educação escolar. Dessa forma, o aluno assimila a cultura e dá significado às imagens e à escrita pomerana num contexto de apropriação da tradição, e, por meio da reprodução no grupo, estabelece sua manutenção. Atentamos ainda sobre a absorção da tradição para indicar que "por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum" (BOSI, 1994, p. 411).

Mesmo o indivíduo assumindo a função de lembrar e reproduzir a tradição, não se pode negar a influência da família no processo de recordação. Por essa motivação nos apropriamos da configuração que cada membro assume na organização e na representação do que é próprio do pomerano, de seu descendente e da imagem que se constitui a partir dessa caracterização. Dentre os membros desse núcleo, vale destacar que apesar do pai ser referência da autoridade familiar, da organização econômica e do controle do grupo, deixa é a mãe, quem, desde a preparação para o nascimento dos filhos à formação de outro núcleo familiar constituído pelo casamento desses, de forma minuciosa, apresenta a tradição e conduz seu aprendizado.

Associado a essa premissa, a educação escolar toma por base a disposição familiar para reafirmar condicionantes que justifiquem as características socialmente construídas do

pai e da mãe por meio da reprodução das imagens inseridas nas aulas de pomerano, disposição percebida na Figura 2.

Figura 2



O que nos chama atenção na figura acima é que o contexto apresentado teve por base o cotidiano do morador do interior de Santa Maria de Jetibá. A imagem construída foi a da família pomerana na atividade rural. O convívio é o que permeia o trabalho desenvolvido pelo marido e pela mulher, que utilizam a foice, o machado, a enxada e o facão como materiais de produção. Vale referendar ainda, em relação ao trabalho no campo mostrado pela figura, que os dois, pai e mãe, utilizam as ferramentas e trabalham de forma comum, sem divisibilidade. Contudo, ao extrairmos da Figura 2 às falas dos personagens reproduzidas em pomerano, observamos nas Figuras 3 e 4 alteração na condução do trabalho familiar em relação à mulher.

Entre os descendentes de pomerano do interior, a dinâmica do trabalho familiar indivisível é destituída no momento em que "o domínio reservado às mulheres não se inscreve unicamente sob o teto de casa. As mulheres também trabalham na lavoura, fazem praticamente tudo o que os homens fazem [...]" (BAHIA, 2011, p. 61). A mulher, além de atuar com o marido na lavoura, assume as atividades da casa e do cuidado com as crianças. É possível observar a reprodução dessas características socialmente construídas na fala da Figura 3, onde percebemos que a designação que acompanha a mulher pomerana é reafirmada por meio da apresentação dessa imagem no contexto educacional.

Contudo, mesmo a mulher assumindo essa intensa atuação, é o marido quem determina as ações de todos os membros da família entre os descendentes de pomeranos.

Questões que perpassam por decisões comerciais à determinação da herança são estabelecidas pelo marido, o que demonstra um paternalismo extremamente arraigado.

Podemos notar esse preceito na fala da Figura 4.

Figura 3



Tradução: Marido eu vou para casa e vou cozinhar a comida, lavar e cuidar das crianças.
(Tradução feita por Silvana Holz)[3]

Figura 4



Tradução: Sim pode ir. Eu vou agora capinar as plantações... depois vou para casa almoçar.

O controle do chefe da família do descendente de pomerano é compreendido na fala do marido na figura acima, ao autorizar a ida da mulher para casa com a finalidade de cuidar de questões domésticas, além de estabelecer que comparecerá para o almoço quando a mulher terminá-lo. Entendemos que o comando, a permissão e a deliberação das ações da mulher instituem a relevância que o marido assume diante do núcleo familiar. A apreciação dessa fala na educação escolar reproduz a imagem que os descendentes de pomerano têm do pai e do marido e reafirma esse preceito cultural na localidade.

[3] As demais traduções também são de Silvana Holz.

Parte constituinte do reconhecimento da tradição e ligada à vida no campo e a sobrevivência do grupo está no apreço pela agricultura. Desde a vinda dos primeiros pomeranos à contemporaneidade, possuir terras e trabalhar nelas não representa apenas a obtenção da renda familiar no interior, mas significa um bem representativo do pomerano. Por essa motivação, a principal atividade econômica de Santa Maria de Jetibá é baseada no hortifrutigranjeiro. Assim, o conhecimento vinculado à agricultura se faz presente na família e na educação escolar, o que nos indica a Figura 5.

Figura 5



Tradução: Chuchu - em Recreio as pessoas plantam muito chuchu.

O chuchu, produzido em diversas regiões da localidade, mas em especial em Recreio, é apresentado como uma agricultura importante, e sua plantação é uma das citadas como o lugar propício para jogar os cacos do ritual do quebra-louças no casamento pomerano. Neste rito, na sexta-feira do casamento, reúnem-se família e convidados para comer, dançar e quebrar louças. Conforme a tradição, os cacos devem ser enterrados na plantação, local onde o pomerano produz, com a finalidade de trazer sorte e espantar os maus espíritos do casal. A vinculação que se forma da terra, da produção e da crença constituem traços importantes para o descendente de pomerano. Outro detalhe que merece nossa aferição da figura acima é a utilização de um prato, não muito comum na atualidade, mas que fez parte da cultura pomerana há algumas décadas atrás, que é o prato de esmalte com desenho, o que reforça a presença da memória social do grupo na família e na escola em Santa Maria de Jetibá.

Considerações Finais

O convívio do descendente de pomerano de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo constitui parte da estrutura que integra a cultura e a sociedade local. Nesse sentido, referendo que a análise da manutenção da língua, da imagem, da organização e da instituição da identidade dos pomeranos e seus descendentes apresentados neste estudo permitem entender as peculiaridades da história dessa etnia e do multiculturalismo que configura composição nacional.

Trabalhando nessa perspectiva, consideramos que a organização dos descendentes de pomeranos não pode ser entendida de forma excludente da estrutura social e cultural da nacionalidade. Contudo, entendemos que as especificidades da tradição pomerana que acompanha o grupo por meio da história e da memória social se encarrega de estabelecer sua permanência num contexto de adaptação, reafirmação e construção do que é relevante. Nesse sentido lembramos que "[...] a memória é seletiva, relacional e constitutiva da identidade social e étnica do grupo" (BAHIA, 2011, p. 160).

A percepção desse procedimento nos indica que mesmo sendo inúmeras as condicionantes que instituem importância dedicada à identidade por meio da memória do descendente de pomerano, atribuímos destaque à família e à escola. Fomentadores da tradição, essas instituições sociais se apropriam da língua e demais atributos da cultura e as encaixam no dia a dia de forma a contribuir com a configuração da imagem que se constrói, na localidade e fora dela, do que é representativo do pomerano.

Referências

BAHIA. Joana. **O tiro da Bruxa**: identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro Garamond, 2011.

BOSI. Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 08/09/2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70318/64.pdf?sequence=3>. Acesso em: 08/09/2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a gestão democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática na educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA EM BUENOS AIRES NO PERÍODO 1880-1890

Danilo Milev
Centro Universitário FSA

Resumo: O trabalho tem como objetivo fazer uma descrição de como foi o a imigração italiana em Buenos Aires nesse período, suas influências culturais e sociais para a sociedade portenha, e, assim, entender o modo de vida em que esses imigrantes estavam submetidos no período de maior recepção de imigrantes italianos na Argentina, especialmente em Buenos Aires.

Palavras-chave: imigração; italianos; Buenos Aires.

Abstract: The work have as objective to do a description of how was the Italian's immigration in Buenos Aires in this period, your cultural and socials influences to portenha's society, and, to understand the mode of life which these immigrants was submitted in these period of major reception of Italians immigrants in Argentina, especially in Buenos Aires.

Keywords: immigration; italians; Buenos Aires.

1. Processo imigratório

Embora houvesse registros de uma recepção italiana na cidade de Buenos Aires desde o período colonial, por volta de 1753 com Domenico Belgrano, é no século XIX que essa imigração vai aos poucos se acentuando, sendo que, nesse momento, a decisão de emigrar nesse período estava atrelada com o número de pessoas na família com capacidade de trabalho e com a quantidade de recursos que esse grupo familiar, além do conhecimento de oportunidades no exterior, nos Estados Unidos, Brasil ou Argentina, porém, a opção por emigrar relacionava-se, também, com a percepção que a vida naqueles diversos estados independentes, na Ligúria, ou em Gênova, por exemplo, não oferecia oportunidades suficientes para a população. E, após a unificação italiana em 1870, essa consciência ficará ainda mais nítida. Entretanto, o auge da chegada desses italianos foi durante o período entre 1880 e 1890, sendo que após esse período, há uma relativa mudança do principal destino dessa população, deslocando-se para outros países como Brasil e Estados Unidos, por mais que ainda existissem registros de imigrantes chegando a Buenos Aires através do *Hotel de los Inmigrantes* conforme densamente escrito por Devoto (2008). Esse auge é motivado, em primeiro lugar, por uma grave crise agrícola que atingiu a Itália nesse período, e uma vez que ela estava fortemente dependente dessa forma de produção, a população acabou sendo gravemente atingida, sofrendo, sobretudo, com a fome, vivendo, em sua grande maioria, na mais completa miséria, sendo que o próprio Estado italiano acabou por

muito tempo, estimulando a saída desses indivíduos do país, até como uma forma de tentar superar a crise econômica existente.

O Estado argentino, por sua vez, também estimulava a recepção de imigrantes, como uma forma de desenvolver o país política, cultural e até moralmente, pois, diz Domingo Sarmiento, político argentino:

> [...] pero el elemento principal de orden y moralización que la República Argentina cuenta hoy, es la inmigración europea, que de suyo, y en despecho de la falta de seguridad que le ofrece, se agolpa, de día en día, en el Plata [...] (DONGHI, 1996, p. 5).

Ainda sobre o que determinadas figuras políticas opinavam sobre o processo imigratório é válida também a posição de José Hernandez, jornalista e militar argentino a respeito desse assunto:

> El inmigrante que desembarca en nuestras capitales, se encuentra enfrente del desierto, sin medios de trabajar, porque la campaña amenazada aleja los capitales. La ciudad Le ofrece la subsistencia, y trata de amoldarse a una vida las más veces inútil y ociosa. ¿Quiere decírsenos qué ventaja se recoge de la inmigración en esas condiciones? (DONGHI, 1996, p. 296).

Além disso, o grande número de mortos nos diversos conflitos em que a Argentina envolveu-se internacionalmente, como a Guerra do Paraguai, assim como os diversos conflitos internos, abriu vagas no mercado de trabalho para os estrangeiros, pois, além de não poderem se alistar, e, portanto, era algo mais "seguro" para os capitalistas, não poderiam exercer direitos políticos, o que era mais uma garantia de uma vida estável para os interesses dos grupos políticos dominantes, principalmente os grandes fazendeiros.

Tudo isso já revela a visão de missão civilizadora que a imigração possuía entre os políticos, embora se ressalte que esse texto de autoria de Sarmiento, data de 1845, bem antes de ele ter promulgado a Lei de Educação Comum (1884) e ter tido certos atritos por conta disso com os imigrantes, especialmente os italianos.

Esses conflitos deviam, sobretudo, à questão da educação, uma vez que os italianos, ou os diversos grupos de italianos, oriundos das diferentes regiões, tinham relativa dificuldade para integrar-se à sociedade portenha, além disso, tinha a questão de classe, uma vez que, por mais que haja relatos de italianos que obtiveram sucesso econômico na Argentina, e até formaram grupos voltados para essa elite comunitária como o *Circolo Italiano* (DEVOTO, 2008)

(SMOLENSKY, 2013), a maioria dos italianos chegavam ao porto de Buenos Aires em péssimas condições, não falando o espanhol, o que significa uma imensa dificuldade em integrar-se à cultura local, que valorizava especialmente a cultura francesa.

Voltando a Hernandez, ele via como necessário o atendimento a outros quesitos por parte do Estado antes que se cogitasse um estímulo a um processo imigratório. Isso está atrelado ao fato de que em termos quantitativos, Buenos Aires é o clássico exemplo na América Latina, de um aumento rápido no número de imigrantes, pois, enquanto que em 1869 havia 44 mil imigrantes italianos, e em 1887 esse número chegou a 433 mil, o equivalente a 31% de toda a população imigrante, portanto, a década de 1880 é o período de um grande fluxo de imigrações, que se devia tanto ao conflito político ainda existente na Itália por conta da unificação italiana, sendo que muitos imigraram por conta de perseguições políticas, também por uma grave crise agrícola que a Itália estava passando, pois, vale lembrar, que diferente da Inglaterra, por exemplo, a Itália ainda era um país com sua base econômica centrada na agricultura, sendo a indústria quase ou totalmente inexistente naquele país, e as indústrias que existiam estavam concentradas no norte da Itália.

Outro pensador, Nicasio Oroño tratou a imigração como:

> [...] una de las vitales necesidades de nuestro país; y si en América, según la expresión de un publicista argentino, "gobernar es poblar", qué medio más eficaz para llamar a las ciencias, a las artes, al comercio y a todos los conocimientos del exterior a fijar su asiento en esta tierra [...] (DONGHI, 1996, p. 399).

Portanto, o estimulo à recepção de imigrantes atendeu a interesses políticos, econômicos e sociais dos argentinos, sobretudo referente à povoação de terras indígenas ao sul da Argentina que foram tomadas pelo governo de Julio Argentino Roca já no final do século XIX, e que teve como característica fundamental, assim como de várias outras conquistadas terras indígenas, o extermínio dessa população em nome do desenvolvimento econômico e da adequação de todos os argentinos a certo padrão de comportamento social, distante da "barbárie" na qual as elites achavam que os indígenas viviam.

2. As características básicas da imigração italiana

A característica básica da imigração no período entre 1880-1890 foi a dos imigrantes serem originários, principalmente da Ligúria, Piemonte e Lombardia, embora existissem grupos da região meridional.

Herbert Klein (1989, p. 95-117) em seu artigo sobre a integração dos italianos no Brasil, Argentina e Estados Unidos aponta diferenças significativas em relação a esses imigrantes originários do *mezzogiorno* que variavam de 80 por cento nos Estados Unidos, 47% na Argentina e 43% no Brasil, embora ele aponte que não havia diferenças significativas entre essas duas regiões, só havendo uma distinção em categorias como mortalidade – infantil ou adulta ou altura, uma vez que a região meridional italiana era mais pobre economicamente, isso acarretava maiores índices de desnutrição ou insuficiência no que se refere a vitaminas ou vacinação, por exemplo.

Esses italianos, quando chegavam ao Rio de La Plata, tinham duas possibilidades: se ainda não tivessem um local de trabalho claramente definido, poderiam alojar-se no Hotel dos Imigrantes, por dois ou três dias, até encontrarem uma oferta de trabalho em alguma fazenda. Ou então, e era isso que a maioria fazia, conforme apontado por Sarramone, eles iam direto para as fazendas no interior da Argentina. Houve também os que ficaram na cidade de Buenos Aires, e, portanto, foram tentar a sorte no comércio, uma vez que o processo de urbanização ali já estava desenvolvendo-se.

Ainda sobre o processo de integração dos italianos, eles foram junto com os espanhóis, os dois maiores grupos de imigrantes para aquela região, entretanto, de acordo com José C. Moya, por algum tempo depois da Independência argentina em 1816, imigrantes espanhóis eram hostilizados pela população nativa e o governo, portanto, estimulava imigrações de outras regiões, com isso, diz Klein:

> Puderam estabelecer normas de integração dos imigrantes. Eles tanto predominavam no grupo de pessoas nascidas no exterior, como constituíam uma minoria substancial da população total (representavam 39% dos nascidos no exterior e 12% da população total em 1914. Finalmente, eles estavam concentrados na região costeira, que era o centro tanto da agricultura comercial, como de toda a atividade industrial (KLEIN, 1989, p. 101).

Em relação ao estímulo à imigração comandada pelo Estado argentino, Camila Bueno Grejo (GREJO, 2009.), a partir da tentativa de se analisar o pensamento de José Ingenieros, sociólogo que contribuiu para o desenvolvimento da Criminologia na Argentina, o de Carlos Octavio Bunge e o pensamento racial na Argentina, diz que, já desde o período após a independência, havia o desejo das elites de se estimular a imigração para que o país se tornasse civilizado, ou seja, o ideal de nação argentina que essas elites tinham era baseado

nas nações europeias, ou seja, França e Inglaterra discriminando, por outro lado, indígenas e gaúchos vistos então como verdadeiros ignorantes, sem cultura.

Esse significado de cultura, mesmo que levasse em conta apenas os aspectos materiais, estava ligada com uma visão de um ideal civilizatório, ou seja, aproximando- se do significado francês de cultura que valorizava elementos mais artísticos e clássicos, como por exemplo, a música erudita e a literatura, considerando todos os que não possuíssem aquela determinada forma de cultura como ignorantes e selvagens.

Além de serem vistos como meios para civilizar o país, Grejo coloca que a elite intelectual argentina os via como aqueles que ajudariam o país a progredir materialmente, assim como a expandir a "raça" branca, conforme Grejo vai detalhar melhor ao tratar de como essa ideia de superioridade étnica aparecerá nos textos de Burge e Ingenieros, porém mais tarde, essa imigração passará a ser vista como algo nem tão bom para os interesses das classes dominantes, pois, começam a entrar no país seguidores de ideologias políticas como o Anarquismo e o Comunismo, e isso culminará com a promulgação de uma *Ley de Residencia*, já no início do século XX, que quem estivesse envolvido em lutas sociais, seria deportado sem direito a julgamento.

Estavam, porém, envolvidas outras questões nessa representação dos italianos como uma ameaça, a primeira diz respeito ao enorme número de imigrantes que chegavam a Buenos Aires, as outras referem-se ao fato de alguns deles não estarem dispostos a aprenderem a língua espanhola, portanto, falando só o italiano e comemorando as suas próprias datas nacionais, construindo suas instituições sociais.

A segunda questão refere-se ao fato de que houve uma modificação no perfil "profissional" dos imigrantes recém-chegados que, de agricultores, jornaleiros e artesãos, as três principais profissões exercidas pelos imigrantes, foram dando lugar, no século XX, por "contingentes sin ocupación (entre 10 y 15% de la población mayor de 16 años)" (SARRAMONE, 2010, p. 76) e não tendo qualquer identificação com o nacionalismo argentino.

E diz Grejo:

> [...] a essa delicada situação, nos últimos anos da década de 1880, como resposta o governo argentino tomou algumas medidas focadas na questão nacional como a Lei Territorial (que transformava os filhos dos imigrantes em legalmente argentinos), a afirmação da língua e dos costumes nacionais, o ensino da história argentina e a adesão manifesta à pátria (GREJO, 2009, p. 81).

É devido a isso que surgirá um conflito de interesses entre os italianos e o governo de Domingo Sarmiento, que não era necessariamente um crítico do processo de imigração, porém entendia que os imigrantes deveriam assimilar-se à cultura argentina. Esse conflito agravou-se com a promulgação da Ley de Educación Común, de 1884, onde as escolas públicas passaram a serem obrigadas a ensinar um currículo mínimo, inclusive história e geografia nacionais, visando formar cidadãos patriotas, o que não era do interesse dos imigrantes, afinal havia o desejo deles em retornarem à sua terra natal com uma situação de vida melhor do que a que tinham quando saíram, e se eles almejavam um retorno, não viam sentido em assumir uma identidade de uma terra e de uma cultura que não era a sua, ainda mais levando-se em conta que esses grupos imigraram por motivos mais fortes do que uma mera vontade pessoal, mas fatores econômicos e políticos.

Sobre isso, diz Sarramone:

> Los abuelos, cuando se fueron de Italia no tenían aún una patria y una lengua nacionales. El proceso de unificación apenas había comenzado. [...] Los italianos vinieron a hacer en nuestra tierra aquella revolución que no habían podido hacen en Italia, ni vivir en la península o sus hermosas islas (SARRAMONE, 2010, p. 116).

Além disso, mesmo os que ficaram, entendiam que era necessária uma preservação das origens, seja no interior da família ou dentro da comunidade.

Esses elementos, contanto, não implicam em uma neutralidade desses italianos no que diz respeito à sociedade argentina ou portenha, isto é, não significa que a eles pouco importassem o que acontecessem naquele território, a respeito disso, embora em um período anterior, Smolensky coloca: “Mitre asumió el mando del ejército del Estado de Buenos Aires y los italianos se dispusieron a colaborar en lo fáctico y en lo simbólico” (SMOLENSKY, 2010, p. 170).

3. Alguns elementos de influência italiana e da vida cotidiana em Buenos Aires

Carretero (2013) diz que, no ano de 1890, a cidade portenha já estava se modificando, passando a ser cada vez mais uma cidade cosmopolita, justamente pela influência dos diversos grupos imigratórios. Diz ele: “Así también, las diferentes etnias se fueron agrupando en distintos Barrios, entre los que sobresalía La Boca, por la concentración de italianos en general y de genoveses en especial” (CARRETERO, 2013, p. 19). Outra

consequência da imigração, de acordo com Carretero, foi o aumento nos preços dos terrenos, e, portanto, dos imóveis, de acordo com a sua localização na cidade.

Se por um lado, inúmeros descendentes de italianos entraram para a política portenha ou argentina, como Carlos Pellegrini, Manuel Belgrano ou Juan Domingo Perón (SARRAMONE, 2010, p. 106), eles influenciaram também a arquitetura dos prédios públicos como a frente da Casa de Governo e do Palácio do Congresso.

Uma das influências da comunidade italiana que foi umas das principais contribuições culturais na Argentina, mas também no Brasil e nos Estados Unidos, foi a culinária, havendo então a incorporação pelos portenhos dessa manifestação cultural para além da tradicional carne, tão consumida pelos argentinos. Além das massas, que são os pratos mais frequentemente lembrados quando se fala na Itália, o azeite de oliva e vegetais são também elementos que foram agregados na gastronomia argentina por influência dos imigrantes. A pizza, por exemplo, teria virado quase como um sinônimo do bairro de "La Boca", conforme Carretero (CARRETERO, 2013, p. 67).

Porém, apesar de se falar em uma culinária italiana, por conta de semelhanças existentes, não podemos desconsiderar as diferenças regionais existentes nessa culinária, especialmente ao tratarmos da Itália nesse período, que havia se unificado há pouco tempo.

Ao mesmo tempo, contribuíram para a formação do lunfardo, gíria portenha que mescla o espanhol com dialetos italianos e que até hoje é falado em Buenos Aires, existindo, inclusive, estudiosos do lunfardo, tamanha a sua força.

No que diz respeito à moradia dos imigrantes, Carretero coloca que havia três tipos de moradia em que havia um número considerável de imigrantes, embora não apenas italianos: "a casa por etapas" e a casa "chorizo" (CARRETERO, 2013, p. 82). A casa por etapas era constituida por "un jardín al frente, un pasillo largo que llegaba hasta el final del terreno y que remataba en una quinta o en un gallinero" (CARRETERO, 2013, p. 81). A casa "chorizo" por sua vez, era uma série de quartos com banheiro, e ao final do corredor, ficava a cozinha. O terceiro seria os "conventillos", que originaram-se em uma época de escassez de moradias em Buenos Aires, e portanto, não diferentemente da casa por etapas e da casa "chorizo" possuíam uma estrutura bem precária. Os *conventillos*, já no início do século XX, seria o local de diversas manifestações por parte dos inquilinos motivados por uma alta excessiva nos alugueis, sendo que as estruturas dessas habitações continuavam ruins, e se por um lado, não eram unicamente os imigrantes italianos que residiam nesses

tipos de moradia, eles acabaram, porém, foram reprimidos fortemente pelo Estado, que além da repressão através da força policial, aprovaram leis que previa expulsar do país aqueles imigrantes que, de alguma forma, ameaçassem a ordem pública.

Referente à vida política, ainda que os italianos, sobretudo os de classe mais baixa, mantivessem certo grau de preservação cultural, comemorando inclusive as datas patrióticas italianas, como 04 de Novembro ou sobretudo, o 20 de Setembro, que é a data de unificação nacional, ou mesmo acontecimentos políticos italianos importantes como a morte de Giuseppe Garibaldi e a proclamação da república italiana, já no século XX, e relembrando sempre a sua pátria ou o seu *paese*, levando boa parte do grupo de imigrantes às ruas, e fazendo também essas recordações através de diversos jornais produzidos por eles. Smolensky coloca que eles tiveram uma considerável intervenção na questão da capitalização de Buenos Aires e a própria modernização da cidade, já no fim do século XIX.

Temos acima um exemplo do que Braga (2009, p. 76-77) tratou a respeito das imigrações dos italianos aqui no Brasil: a identidade italiana foi moldada principalmente fora da Itália, ou seja, na diáspora (Argentina, Brasil, Estados Unidos, etc.), e pelo fato de existirem diversos grupos dentro da denominada comunidade italiana, havia também uma ausência de símbolos e ritos coesos na comunidade italiana, que permitissem identificá-los como italianos, como membros de um Estado-nação e não de uma região específica. É, entretanto, com a imigração, que se formará essa identidade de italianos, na qual, eles mesmos se reconhecerão como pertencentes à Itália, e os outros também os reconhecerão como portadores dessa identidade.

Em relação a esses grupos, além do fato de serem de regiões extremamente distintas, como Ligúria, Piemonte e Calábria, e, portanto, com valores e culturas relativamente distintas, havia uma oposição entre uma maioria analfabeta e sem ter praticamente o que comer originários das mais diferentes regiões da recém-unificada Itália, em oposição a uma elite que conseguiu ter acesso ao poder político em Buenos Aires e maior facilidade de integrar- se à sociedade argentina, diferente da classe batalhadora que, por um lado, necessita trabalhar duramente nas indústrias ou no comércio e que por outro lado, buscava a preservação e transmissão de valores trazidos da terra natal.

Ressalta-se, no entanto, que nem todos os membros de imigrantes eram pobres e moravam nos *conventillos* ou nas *casas chorizo*, havia uma elite italiana, sobretudo de industriais, que moravam nas regiões ao norte da cidade de Buenos Aires. Contribuiu para isso também o fato de existir agrupamentos dos imigrantes nos bairros de acordo com a

origem regional, entretanto não havendo a formação de guetos como foi o caso da *Little Italy*, nos Estados Unidos, embora, a integração de imigrantes originários da mesma região de um país fosse facilitada (SMOLENSKY, p. 377).

A própria chegada dos imigrantes desse período em Buenos Aires foi movimentada, pois, segundo a própria Smolensky:

> Los inmigrantes que llegaron a comienzos de 1880 encontraron una ciudad convulsionada por las elecciones presidenciales entre el abogado porteño Carlos Tenedor, gobernador de la provincia partidario de su autonomía y el general Julio A. Roca, partidario de la federalización de la ciudad de Buenos Aires (SMOLENSKY, p. 276).

E dentro dessa disputa eleitoral e até militar, que terminou com a vitória de Roca, através de fraudes, os italianos participaram dessas forças militares, comemorando quando o mesmo ganhou e, teoricamente, Buenos Aires tenha sido "libertada".

Aproximadamente dois anos depois, aconteceu um dos fatos políticos mais significativos que envolveram a comunidade italiana na cidade de Buenos Aires: no bairro de La Boca, onde os imigrantes italianos possuíam uma presença muito significativa, e que, até hoje possui certa fama de ser um bairro italiano, um conflito laboral que envolvia os italianos acabou levando à proclamação da República de La Boca, que não durou muito tempo, embora não tenha provocado uma resposta mais violenta por parte do presidente Roca, o que de certa forma é surpreendente, uma vez que, se com os italianos a política dele não foi exageradamente repressiva, com os indígenas, ao contrário, vigorou a ideia de conquistas de território e extermínios, mas há de se entender uma vez que, havia uma necessidade política de estímulo à imigração europeia, que, por mais que o desejo não fosse de imigrantes espanhóis ou italianos, mas sim, de ingleses ou franceses.

Ainda no bairro de La Boca, os italianos também formaram uma associação de bombeiros voluntários no bairro, participando, por exemplo, de festas populares, o que, a meu ver, também contribuiu para um reforço da ligação entre o bairro e a comunidade italiana, assim como existe, em São Paulo, a identificação entre o bairro do Bixiga e os italianos. Essa identificação dos italianos com o bairro de La Boca deve-se também à posição geográfica do bairro: localizado bem próximo ao *Río de La Plata*, ao sul da cidade de Buenos Aires, e isso, ligado com a fama dos italianos de bons navegadores facilitou, de acordo com Sarramone, a instalação dos italianos nessa região. Porém, esse não foi o único fator que levou a um grande

número de imigrantes a se instalarem no bairro: O principal, na verdade, foi que, até 1870, as elites argentinas concentravam-se nos bairros ao sul da cidade de Buenos Aires, porém, após a epidemia de febre amarela que vitimou milhares de argentinos e imigrantes em 1871, essas elites acabaram mudando-se para os bairros das regiões ao norte da cidade, deixando inúmeras casas vazias e desvalorizando, consequentemente, o preço desses imóveis.

Considerando que os imigrantes não poderiam se dar ao luxo de irem morar em regiões muito caras, até porque não tinham quase nada, em termos financeiros, a única opção dos italianos eram instalarem-se em regiões de baixo custo de alugueis, como foi o caso do bairro de La Boca. Com o tempo, o bairro acabou tornando-se um reduto por excelência dos italianos, cujo ápice, foi a proclamação da República de La Boca, conforme relatado anteriormente, e mesmo já nas primeiras décadas do século XX, com a origem dos dois grandes times de futebol argentino, o Boca Juniors e o River Plate, essa visão de bairro italiano permanecerá, sendo os torcedores do Boca denominados de "bosteros" pela origem humilde e "gringa" do time. E essas, por fim, são algumas das muitas influências culturais dos italianos na cidade de Buenos Aires.

4. Cultura, história, imigração e modo de vida

Agnes Heller define a vida cotidiana como sendo:

> [...] a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico [...]. A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos da sua individualidade, de sua personalidade (HELLER, 1992, p. 17).

Portanto, por mais que a individualidade por si só não explique o modo como os indivíduos atuam no mundo, assim como o habitus de Bourdieu, isto é, a estrutura estruturalizante que "induz" ou ao menos influenciam os indivíduos a atuarem de determinado modo, essa definição de Heller já é algo que, pelo menos, complementa a teoria de Pierre Bourdieu dos habitus, pois, temos por um lado a questão da subjetividade, do modo de ser dos indivíduos e por outro, a estrutura determinante, estrutura essa que também varia de acordo com uma determinada aquisição de capital cultural e capital social do sujeito.

E, se, o homem adulto, nas palavras de Agnes Heller deve possuir o domínio de manipular determinadas coisas, a assimilação disso não é de maneira individual, mas sim entre grupos

menores como as famílias ou maiores como uma comunidade étnica. Isso significa que, o agir de determinada maneira considerada como correta pelo grupo, cultivar certas lembranças de uma terra distante, passa diretamente pelo aprendizado coletivo dessa maneira de agir, ou seja, os filhos ou netos de italianos não aprendiam a língua de maneira autodidata, mas sim, e ao menos até a Ley de Educacíon Común, em grupo, nas escolas comunitárias, e assim, ele poderá atuar no seu cotidiano de um modo que esteja de acordo com os costumes de um povo.

Ao fazer uma descrição de algumas características da vida cotidiana, tais como ultrageneralizações (p. 34) ou espontaneidade (p. 29), diz Heller:

> Não há vida cotidiana sem imitação. Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente "segundo preceitos", mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis (HELLER, 1992, p. 36).

Assim como, ao falar da entonação, outra característica da vida cotidiana, a autora coloca:

> O aparecimento de um indivíduo em dado meio "dá o tom" do sujeito em questão, produz uma atmosfera tonal específica em torno dele e que continua depois a envolvê-lo (HELLER, 1992, p. 36).

Dessas duas afirmações chegamos a duas conclusões: a primeira é que, se não há uma vida cotidiana sem a imitação, e, portanto, sem que haja de alguma forma um aprendizado do que se deve – ou do que se pode – realizar, e considerando também que toda cultura insere-se em um tempo e em um espaço determinados, e, logo, manifesta-se ou pelo menos influi de alguma maneira na vida cotidiana, a cultura também não pode ocorrer sem uma imitação ou sem a reprodução do que se aprendeu, caso contrário, não haveria cultura e costumes, na pior das afirmativas, mesmo porque, conforme a autora coloca, não haveria nem sequer trabalho e intercâmbio.

Com isso, podemos entender que a ação da comunidade italiana nos mais distintos segmentos da sociedade argentina, interliga-se com o fato de que eles reproduziam constantemente o que iam aprendendo e, somando-se ao fato do grande número de imigrantes na Argentina, esses modos de agir e de sentir acabaram propagando-se até mesmo entre os argentinos.

Não muito dissociado dessa questão, está a questão do local de moradia dar o tom ao homem, e essa tonalidade acaba o envolvendo. Ora, o modo de agir dos homens na vida cotidiana não sempre será o mesmo de acordo com a realidade em que ele se insere, ou seja, algumas práticas cotidianas dos italianos em Buenos Aires poderiam ser distintas das que eles

praticavam em Roma, Veneza, Calábria, enfim, na Itália, como um todo, pois, eram contextos históricos diferentes, locais diferentes e, portanto o cotidiano e o tom de cada imigrante ao agir efetivamente serão diferentes, podendo ir do mais agressivo ao mais manso.

Portanto, é necessário ressaltar que esse tom varia conforme o meio em que o indivíduo se encontra, não conforme o país ou outras unidades políticas, portanto, mesmo dentro da Argentina eles podem agir de maneiras totalmente diferentes em regiões centrais ou em regiões periféricas, atuarem de tal modo em um dia x, mas no mês seguinte aturarem de maneira oposta, justamente porque as condições sociais e políticas do meio onde ele se encontra mudaram radicalmente, e, portanto, a vida cotidiana transformou-se de modo significativo também, para melhor ou para o pior.

A partir dessa ideia que a autora desenvolve, podemos voltar a compreender o porquê dos netos ou mesmo filhos de italianos não se sentirem italianos, mas sim argentinos: as transformações sociais e políticas transformaram a vida cotidiana e, aliado com fatores de aprendizado em grupo (eles tiveram uma aprendizagem nos moldes argentinos, sobretudo os nascidos após 1884), e além dos fatores subjetivos, tudo isso levaram esses descendentes a perderem os laços com a pátria de seus pais ou seus avós e se não podemos tomar isso com algo natural, justamente pelo fato de que conceitos como pátria, nação e cultura não são naturais, mas, construídos socialmente em um determinado período histórico, tampouco podemos estranhar que os diversos grupos de imigrantes na Argentina ou em qualquer outro país atuem desse modo, pois, a própria identidade étnica não é uma construção exclusivamente individual e separada da vida cotidiana dos indivíduos.

Referências

Braga, Mariângela Porto. **Descendentes de imigrantes italianos em Belo Horizonte e o impacto da dupla cidadania na construção da identidade Ítalo-Brasileira 1990 a 2008**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: BOURDIEU, Pierre: **Sociologia**.Org. Renato Ortiz [tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi]. São Paulo: Ática.

CARRETERO, Andrés. **Vida Cotidiana en Buenos Aires:** desde la organización nacional hasta El gobierno de Hipólito Yrigoyen 1864-1918. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ariel, 2013. 392 p.

DEVOTO, Fernando. **Historia de los italianos en la Argentina**. Buenos Aires: Biblos, 2008.

_____. **Historia de la inmigración en la Argentina.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana: 2002.

DONGHI, Tulio Halperin. **Proyecto y Construcción de una Nación** (Argentina 1846-1880). Buenos Aires, 1996 [s.n].

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador:** Uma história dos costumes. 2ª ed. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1994.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina:** Um ensaio de história comparada (1850-2002). Tradução dos textos em castelhano por Sergio Molina. São Paulo: Editora 34, 2004.

GJERGJI, Iside. **La nuova emigrazione italiana:** Cause, mete e figuri sociali. A cura di Iside Gjergji. Venezia: Edizione Ca'Foscari, 2015.

GREJO, Camila Bueno. **Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros:** entre o científico e o político: pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

HELLER, Agnes**. O Cotidiano e a História.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KLEIN, Herbert S. **A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos**. Tradução de Rolf Traeger. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, p. 95-117, outubro de 1989.

LARAIA, Roque dos Santos. **Cultura:** Um conceito antropológico. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MOYA, José C. "Parientes y extraños: actitudes hacia los inmigrantes españoles en La Argentina en El siglo XIX y comienzos Del siglo XX". **Estudios migratorios latinoamericanos.** Buenos Aires. Numero 13. Diciembre de 1989.

SARRAMONE, Alberto. **Nuestros abuelos italianos:** Inmigración italiana en La Argentina. 1ª Ed. Buenos Aires: Ediciones B, 2010.

SMOLENSKY, Eleonora María. **Colonizadores Colonizados:** Los italianos porteños. 1ª ed. - Buenos Aires: Biblos, 2013.

WILLIANS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2011.

EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE: DIFICULDADES ENFRENTADAS POR CRIANÇAS BRASILEIRAS NO JAPÃO

Gisele Silva Prado
Mestranda em Ciências Sociais - UFES.

Resumo: Este trabalho pretende investigar como se desenvolve a socialização e a formação da identidade em crianças brasileiras no Japão, e sua inserção na sociedade em que vivem. O interesse pelo tema deu-se em razão do confronto com a realidade desse público durante 14 anos de residência no referido país. Durante a década de 1980, deu-se início o movimento migratório no Japão conhecido como *dekassegui*, sendo este designado para os descendentes de japoneses, brasileiros imigrantes, que buscam melhores condições econômicas. No final do ano de 2007, o número de brasileiros registrados no Japão chegou cerca 320 mil pessoas. O número de crianças também aumentou e muitas nasceram no Japão. Com a crise de 2008 e após os desastres naturais em 2011 a população caiu, embora ainda represente, segundo o Ministério das Relações Exteriores, a segunda maior comunidade brasileira no exterior, com o número de 175.410 residentes no território japonês. Diante de uma comunidade tão expressiva e das recorrentes dificuldades de socialização, é necessário observar como se desenvolvem as relações entre as crianças brasileiras imigrantes, e a sociedade em que vivem; as barreiras que dificultam o processo de socialização e inserção na comunidade.

Palavras-chave: imigração; educação; identidade.

Abstract: This paper aims to investigate how it develops socialization and identity formation in Brazilian children in Japan, and their integration into society in which they live. Interest in the subject was given due to contact with this reality through the 14 years of residence in the country as migrant. During the 1980s and early gave up the migration in Japan known as *Dekassegui*, who was appointed to the descendants of Japanese, Brazilian immigrants who seek better economic conditions. At the end of 2007, the number of Brazilians registered in Japan reached about 320,000 people. The number of children also increased and many were born in Japan. With the 2008 crisis and after natural disasters in 2011 the population fell, although it still represents, according to the Foreign Ministry's second largest Brazilian community abroad, with the number of 175,410 residents of Japanese territory. Faced with such a significant community and recurrent difficulty of socialization is necessary to observe how they develop the relations between immigrants Brazilian children, and society in which they live, the barriers that slow the process of socialization and inclusion in the Japanese community.

Keywords: immigration; education; identity.

Introdução

O presente trabalho tem como tema, o estudo sobre a socialização e formação da identidade de crianças brasileiras residentes no Japão, estudantes em escolas japonesas.

Através de práticas diárias e da convivência em sociedade, foi observado que por vezes a socialização das crianças não ocorre naturalmente em um primeiro momento, seja pelas diferenças culturais, pelas dificuldades de comunicação ou comportamento.

O objetivo é investigar as marcas do processo migratório na formação da identidade e como se desenvolvem as relações interpessoais em crianças brasileiras residentes no Japão, bem como sua inserção na sociedade em que vivem. Busca-se detectar as dificuldades na interação com a sociedade, identificando quais os problemas ou barreiras que possam dificultá-la e propor possíveis soluções ou meios para facilitar a socialização dessas crianças, evitando assim que sejam socialmente estigmatizadas como "Gaijin", termo pejorativo utilizado para rotular os estrangeiros.

Se faz necessário uma contextualização histórica afim de verificar que fatores contribuíram no Japão pós-guerra para a formação de uma sociedade nacionalista e o papel social da escola na reprodução destes conceitos. Van Velsen (1987) em análise situacional e estudo de caso detalhado, nos diz que por vezes, ao delimitar o objeto de estudo, faz-se necessário uma contextualização histórica, afim de que seja possível uma melhor compreensão acerca da situação apresentada.

Sendo assim, será realizada a análise do contexto histórico do desenvolvimento cultural japonês, tendo como referencial teórico os autores Sakurai (2007), Tsuchia e Okano (1999), que orientam sobre a forma como a educação japonesa no pós-guerra, contribuiu para a formação de traços culturais nacionalistas e etnocentristas na atual sociedade japonesa, em que serão apuradas discriminações e preconceitos, que por vezes ocorrem nas escolas japonesas acerca dos estrangeiros, especificamente para as crianças brasileiras em idade escolar, matriculadas em instituições de ensino japonesas; Suguiura (2009), que contribuiu para a análise do contexto histórico do processo migratório Brasil/Japão.

Sobre as teorias e abordagens acerca do fluxo migratório, Barth (2000) contribui para a análise do processo migratório Brasil/Japão. No que se refere a construção da representação social e formação da identidade dos filhos de imigrantes, Hall (2000; 2004) e Goffman (1985) oferecem o aporte teórico necessário ao estudo.

A metodologia utilizada está dividida em duas fases de desenvolvimento, sendo a primeira realizada no período em que residi no Japão no ano de 2010, contando com o uso de questionários aplicados à crianças brasileiras, filhas de pais imigrantes residentes no Japão, estudantes do Ensino Fundamental I, em instituições de ensino japonesas, destas, 59% nasceram no referido país e os 41%, restantes nasceram no Brasil.

Em um segundo momento, será solicitado junto às crianças no Japão que demonstrem por meio de imagens e desenhos as representações de seus sentimentos frente aos dois países

que permeiam sua vida social, o país de origem e o de destino. Pretende-se com esta atividade interpretar a forma como expressam sua identidade frente a comunidade na qual estão inseridas.

Para melhor compreensão e contextualização histórica acerca do universo que cerca a comunidade brasileira no Japão, sobretudo as crianças em idade escolar, inicialmente investigou-se as origens educacionais da sociedade japonesa a partir do século XIX.

1. Desenvolvimento cultural japonês

Em 1872, foi decretada a educação compulsória no Japão. Em 1889, foi promulgada a Constituição do Império do Grande Japão e, no ano seguinte, o Edito da Educação. Estes documentos legalizaram o peculiar processo de modernização do Japão desencadeado desde a volta do imperador ao centro do poder.

O Edito Imperial da Educação é um documento de poucas linhas em que, pelos princípios do confucionismo, se espera a manutenção e reprodução do império. Retoma ao mito de origem ("Os nossos ancestrais imperiais fundaram o nosso império") para justificar a ênfase na educação, cuja função seria dar continuidade ao desenvolvimento do império. Além de promover a harmonia entre pais e filhos, maridos e esposas, o Edito ressalta outros deveres dos indivíduos:

> [...] conduza-te com modéstia e moderação; estenda a sua benevolência a todos; continue aprendendo e cultivando as artes e, desse modo, desenvolva as faculdades intelectuais e aperfeiçoe os poderes morais; além disso, faça os bens públicos progredirem, promova os interesses comuns; respeite sempre a Constituição e observe as leis; quando vier a emergência, ofereça-se corajosamente ao Estado e, por consequência, guarde e mantenha a propriedade do nosso trono imperial, contemporâneo ao Céu e à Terra [...] (EDITO IMPERIAL DA EDUCAÇÃO, 1890).

O Edito passou a ser lido em voz alta diariamente em todas as escolas japonesas, desde o período Meiji até os anos de 1940.

A educação passa a ser vista como uma missão nacional, argumentando-se que a riqueza e o poder do país como um todo seriam prejudicados se a população fosse iletrada. Em 1940, cinquenta anos após o Edito Imperial, 99% da população já estava alfabetizada, em contraste com os números de 1873, quando as cifras chegavam a 39,9% para os homens e apenas 15,2% para as mulheres (SAKURAI, 2007, p. 142).

As escolas serviriam igualmente à promoção da disciplina, da obediência, da adaptação a horários e da subserviência ao imperador. E, do mesmo modo que o serviço

militar fomentou a identidade nacional japonesa, minando provincianismos e antigas distinções sociais, a educação deveria qualificar os cidadãos sem distinção de nível social. O imperador era venerado por alunos de todos os cantos do país. Ética, virtude, moralidade, poupança e patriotismo eram temas conhecidos dos estudantes. Um livro didático de 1930, por exemplo, ensinava alguns modos de servir à Pátria: ter disciplina no dia-a-dia, colaborar para a manutenção da ordem na família e ser responsável no trabalho.

O projeto de Educação implantada em 1872, entre outras tantas medidas novas, destacou o ensino das ciências e línguas estrangeiras modernas (especialmente o inglês) como temas desejáveis. As inovações curriculares significavam que os filhos, mesmo os de famílias educadas, aprenderiam coisas que os pais não sabiam e ignorariam certos assuntos que os pais consideravam importantes. Numa sociedade em que a hierarquia por idade era muito valorizada, a perda de controle dos pais sobre a educação dos filhos era potencialmente revolucionária e muito esforço foi feito no sentido de manter as relações familiares imutáveis. A desordem era abominada.

O processo todo de implantação da escolaridade não foi nada fácil. Em 1900 a sociedade japonesa era muito pobre e não contava com todas as escolas primárias de que necessitava para atender adequadamente sua população em idade escolar. Entretanto, nessa época, as crianças japonesas eram alfabetizadas em massa ao mesmo tempo em que eram afastadas do trabalho infantil. Os adolescentes, por sua vez, ainda constituíam 15% da força de trabalho nas fábricas. Eles (especialmente as moças) eram considerados vitais para o desenvolvimento industrial japonês nessa fase.

A educação secundária e universitária era muito mais voltada para os rapazes, dando, nessa época, pouquíssimas chances às moças. Para as meninas, enfatizava-se uma educação que as tornasse boas esposas e mães sábias. Essa orientação prevaleceu mesmo para as japonesas de classe alta e nas escolas superiores quando as oportunidades femininas se expandiram para além do estudo primário.

Os professores Okano Kaori e Tsuchiya Motonori (1999), no livro *Education in Contemporary Japan - Inequalityand Diversity*, comentam que apesar do sistema de ensino do pós-guerra ter sido alimentado de ingredientes valiosos, visando sucesso econômico e estabilidade social, os mesmos foram acompanhados de componentes negativos como: exames de acesso aos níveis mais elevados excessivamente competitivos; uniformidade, que abafa o desenvolvimento da individualidade, perseguições (*ijime*) e abandono escolar.

O ensino pós-guerra tem mantido as orientações monoculturais, considerando que todos os estudantes provem de um único grupo étnico (japonês), tornando as escolas oficiais orientadas quase exclusivamente para as necessidades deles. Essa posição não só desvalorizou o que os outros poderiam trazer para a escola, como também corroeu sua auto-estima. Isto também pode ter contribuído para que a maioria das crianças desenvolvesse um ponto de vista distorcido do mundo que as cerca.

A prática do ensino continua reproduzindo as disparidades familiares, ao invés de eliminá-las, a escola acaba por reproduzir as desigualdades e ideais de uniformidade e massificação, como forma de manutenção da ordem social, como nos remete BOURDIEU (2012), em sua obra "A reprodução: Elementos para uma teoria sobre o sistema de ensino", onde a escola é vista pelos autores como um local de reprodução de valores que efetiva e legaliza as desigualdades.

Para Bourdieu a escola transmite a cultura da classe dominante, onde esta, ao tratar de maneira igual, tanto em direitos quanto em deveres, aqueles que são diferentes socialmente, acaba privilegiando os que por sua herança cultural já são privilegiados. Também nos diz de forma crítica como o exame, como forma de avaliação, é seletivo e excludente.

Para as crianças brasileiras se torna claro e visível este aspecto como dificuldade, uma vez que os exames são voltados para as crianças japonesas, não levando em consideração especificidades de outras etnias, o que pode gerar, em alguns casos, desistências, evasão escolar e pouca ascensão por parte de crianças estrangeiras ao ensino superior. Esta disparidade entre as duas culturas é explicada por Barth, em seu ensaio sobre os grupos étnicos e suas fronteiras,

> Mas a característica geral de todas as situações minoritárias estão na organização das atividades e da interação: no sistema social total, todos os setores de atividade estão organizados de acordo com status abertos para os membros do grupo majoritário, enquanto o sistema de status da minoria é relevante somente para as relações entre os membros da população minoritária e apenas em alguns setores de atividade, sem oferecer uma base para ação dos demais setores, também valorizados na cultura minoritária. Há, portanto, uma disparidade entre valores e facilidades organizacionais: os objetivos mais valorizados estão fora do campo organizado pela cultura e pelas categorias da minoria (BARTH, 2000, p. 58).

A invisibilidade da criança brasileira enquanto grupo minoritário, é um obstáculo à sua expressão enquanto indivíduo e cidadão. Esta deveria ser aceita e respeitada em sua diferença, o que na maioria das vezes não ocorre no sistema de ensino japonês. Conforme Bourdieu, a violência

simbólica é expressa na imposição e legitimação da cultura dominante, onde sua interiorização é realizada de forma que o dominado, ou o grupo minoritário, não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo, considerando a situação como natural.

Na tentativa de combater tal violência, existem em algumas cidades, projetos educacionais que visam minimizar o impacto e choque cultural sofrido pelas crianças migrantes ao chegar ao Japão. Na cidade de Ota, local de realização desta pesquisa, algumas escolas comportam salas denominadas *Kokusaikyoushitsu*, ou seja, classe internacional. Nessa sala o aluno recebe aula de reforço das disciplinas que possui dificuldades, sendo as principais: Língua Japonesa e Matemática. A prioridade é a escrita, porque muitos alunos não conseguem acompanhar outras matérias como Geografia e História pelo não entendimento do *kanji*, ideograma utilizado na escrita japonesa.

Tais projetos procuram dar o suporte necessário ao desenvolvimento infantil, porém são voltados para a preparação e inserção da criança brasileira na comunidade escolar japonesa. Mas e como esta mesma comunidade recebe estas crianças? Há uma preocupação em preparar professores e alunos para aceitar e respeitar as diferenças existentes entre os indivíduos?

No desenvolvimento deste trabalho, buscou-se portanto analisar como a criança brasileira residente no Japão, submetida ao processo migratório pela influência familiar, pode vir a ser estigmatizada socialmente através da violência simbólica exercida nos estabelecimentos de ensino.

2. O contexto migratório

Durante a década de 80, deu-se início ao movimento migratório no Japão conhecido como movimento *dekassegui*. Este movimento corresponde à imigração de milhares de brasileiros rumo ao Japão, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Este processo migratório inicia-se devido a uma conjuntura econômica extremamente favorável aos países, que no período pós-guerra, receberam capital abundante dos Estados Unidos, visando assim o financiamento e reconstrução de seus territórios destruídos pela Segunda Guerra Mundial.

Países da Europa, assim como o Japão, tiveram seu período de apogeu econômico, apostando na reconstrução de seu país. Em contrapartida, o Brasil via o fluxo industrializador mundial mudar-se para a Ásia Oriental, enfrentando, a partir de meados da década de 80, um

período de grande instabilidade econômica, desemprego, inflação descontrolada e um grande aumento da dívida interna do país. Segundo Suguiura (2009) este período de grande instabilidade foi conhecido como década perdida.

O quadro mundial de intensa prosperidade econômica no Japão favoreceu a abertura do país para receber seus descendentes, visando suprir a mão-de-obra desqualificada para a realização de serviços braçais, sujos, pesados e perigosos que não agradavam aos japoneses.

No Brasil a situação inversa favoreceu o interesse dos descendentes de japoneses no sentido de fazer o caminho inverso de seus pais e avós, que no período da guerra migraram para o Brasil. Assim grande número de brasileiros, descendentes de japoneses, seguiram rumo ao Japão atrás de promessas de alta remuneração e melhores condições de vida, no entanto, muitas delas foram enganosas.

A princípio, os imigrantes brasileiros vinham com a esperança de juntar certa quantia em dinheiro, capaz de garantir a estabilidade financeira em seu país de origem, permanecendo no Japão apenas por poucos anos e, assim que o objetivo fosse alcançado, retornar ao Brasil. Porém, com o passar dos anos e as reformulações nas leis de imigração, que concediam vistos de permanência aos descendentes de japoneses e seus cônjuges, os brasileiros começaram a se estabelecer em solo japonês com seus familiares, fixando raízes, modificando as metas, reorganizando seus objetivos.

No final do ano de 2007, o número de brasileiros registrados no Japão chegou cerca 320 mil pessoas. O número de crianças também aumentou e muitas delas, inclusive, nasceram no Japão. Com a crise de 2008 e após os desastres naturais ocorridos em 2011, a população brasileira residente no Japão, representa, segundo o Ministério das Relações Exteriores, a segunda maior comunidade brasileira no exterior, com o número de 175.410 residentes em todo território japonês.

A permanência dessas pessoas no Japão, aliado à constituição de inúmeras famílias e o nascimento de diversas crianças em solo japonês, cria, de certa forma, um sentimento de pertencimento em muitos deles. É necessário o estudo do processo de construção e expressão de identidades sociais, na forma como as crianças brasileiras constroem suas relações com o mundo e a sociedade que as cerca, dentro de instituições de ensino japonesas, verificando a existência de políticas de amparo ao desenvolvimento e inserção social das mesmas, tendo em perspectiva o movimento populacional no contexto migratório.

3. Imigração e identidade

O fenômeno *dekassegui*, traz ao Japão muitos imigrantes brasileiros em busca de melhores condições de vida. Dentre estes, muitos vem com as famílias, se fixam em território japonês, algumas com crianças em idade escolar nascidas no Brasil, que migram junto com seus pais. Há ainda, muitas outras crianças que nascem no Japão e, sendo filhas de pais imigrantes não tem direito à nacionalidade japonesa, sendo portanto consideradas e reconhecidas como brasileiras. Neste contexto, busco investigar de que forma é construída a identidade destas crianças, como se relacionam com a sociedade que as cerca e como este grupo expressivo de imigrantes constitui-se enquanto grupo social.

Neste contexto interétnico, o sentimento de pertencimento e a formação da identidade das crianças brasileiras residentes no Japão se constrói de modo singular, sofrendo a influência direta tanto do país de origem de seus pais, quanto do país de destino, onde residem atualmente. A identidade da criança é construída em torno de símbolos e significados referentes a representação que ela faz de si mesma e do mundo ao seu redor. Esta construção é a imagem que se forma perante o outro, a maneira como pretendemos ser vistos, aceitos e reconhecidos.

O Japão possui historicamente um passado nacionalista e etnocentrista que reflete em um modo de ver e relacionar-se com o outro de forma fechada, não estando a sociedade japonesa, apesar de receber grande número de trabalhadores estrangeiros, aberta a novas formas de pensar, falar, vestir e se relacionar.

Muitas crianças brasileiras em idade escolar e que frequentam instituições de ensino japonesa buscam uma forma de expressar-se que transita entre duas culturas e, definir "quem sou eu?", neste contexto, não é uma decisão simples. Ao questionarem-se sobre como consideram ser, muitas crianças sentem-se sem saber o que responder.

Crescendo em um país tão distante geograficamente quanto culturalmente de seu país de origem, definir a identidade torna-se realmente um desafio. Estudantes frequentam as escolas japonesas, inicialmente sem o domínio do idioma, mas adquirindo com o tempo e a necessidade de se comunicar com a comunidade escolar o domínio básico do idioma japonês. Estes por medo de serem estigmatizados enquanto imigrantes, e diante de regras de conduta severas impostas pelas escolas, visando a homogeneidade entre os alunos, acabam por aderir aos costumes, valores e hábitos da cultura local.

O estigma vem da forma como a sociedade elabora seus padrões de normalidade, determinando o que é aceitável e comum, categorizando as pessoas baseando-se em preconcepções, que por sua vez, transformam-se em expectativas sobre o que seria normal e aceitável. As crianças brasileiras não possuem estes padrões de reconhecimento idealizados pela sociedade japonesa. Seja por falarem uma outra língua, por possuírem traços faciais diferentes, apreciarem outros tipos de sabores e texturas, usarem roupas diferentes ou por expressarem seus sentimentos de outra maneira, sendo assim, diminuídas e estigmatizadas.

No processo de construção do eu e em busca de seu próprio reconhecimento, Goffman (2004) destaca dois tipos de identidade sociais: a identidade social virtual, que representa o que se espera de um indivíduo e, a identidade social real, que é a que o indivíduo prova ser quem é. O que ocorre com o sujeito da análise é uma incompatibilidade entre o que espera que sejam e o que realmente são. Neste padrão classificatório e excludente, a criança é afastada e discriminada por suas diferenças, sendo repelida do convívio social.

A forma como representamos e como construímos nossa identidade perante os outros é analisada por Goffman (1985) quando diz que o indivíduo pode definir a forma como quer ser reconhecido pelo outro e afirma que,

> O indivíduo pode ter influência nesta definição, expressando-se de tal modo que dê aos outros a espécie de impressão que os levará a agir voluntariamente de acordo com o plano que havia formulado. Assim, quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhes interessa transmitir (GOFFMAN,1985, p. 13).

As crianças brasileiras residentes no Japão buscam ser aceitas e em interação com a comunidade japonesa, sendo interação definida por Goffman como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”, tendem por vezes até mesmo a negar sua origem brasileira, como vergonha de sua origem, de seu estigma. Em concordância, o autor ressalta:

> Além disso ainda pode perceber geralmente de maneira bastante correta que, não importa o que os outros admitam, eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em "bases iguais". Ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros veem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser: A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe

> que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele (GOFFMAN, 2004, p. 10).

A vergonha de suas origens, o medo de ser estigmatizado e a necessidade de aceitação na sociedade em que vivem, pode gerar conflitos e afastamento familiar, pois muitos pais brasileiros possuem o domínio apenas do idioma português, e preservam os hábitos e costumes trazidos de sua terra natal, o Brasil. Os pais, perdendo a capacidade de dialogar com os filhos, deixam de dar suporte e apoio, por não haver comunicação entre si, tornando a criança ainda mais vulnerável.

No contexto onde estas crianças estão inseridas, diante de tantos conflitos e desafios, definir sua identidade torna-se tarefa conflituosa. O próprio conceito passa atualmente por uma reformulação. Na perspectiva de Stuart Hall, a identidade não é mais vista como algo rígido e imutável nas sociedades modernas, ela é instável, múltipla e descentrada, fruto das interações sociais construídas cotidianamente. No mundo globalizado, em constante transformação, padrões de referência fornecidos aos indivíduos, como raça, nacionalidade, etnia entre outras, encontram-se fragmentados, causando, segundo Hall (2004), uma "perda do sentido de si", também chamado de descentração do sujeito. Essa perda de referência, tanto cultural, quanto de si mesmo, constitui-se em uma "crise de identidade" para o indivíduo.

As sociedades modernas estão em constante e permanente transformação, e o conceito de identidade também modificou-se. Para Hall,

> Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos, inconscientes, e não algo inato, existente na consciência, no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (HALL, 2004, p. 38).

A identidade portanto, forma-se continuamente, sendo influenciada pelas relações sociais, cultura e valores assimilados ao longo da vida do indivíduo. No contexto migratório, o sujeito da análise neste trabalho, encontra-se em estreito contato com culturas e valores distintos. Segundo Hall, a cultura onde nascemos é uma das principais fontes de identidade cultural, fonte de referência para determinarmos quem somos. Assim, não que tais valores sejam parte de nós, mas permitem identificarmo-nos como parte integrante de uma sociedade ou uma nação. Tal tarefa torna-se um desafio para as crianças migrantes que transitam entre as culturas brasileira e japonesa, levando a uma "pluralização" de culturas e identidades nacionais.

Os processos migratórios rompem com as práticas estabelecidas culturalmente, e desta forma, segundo Hall, as identidades não representam necessariamente "quem nós somos" e sim "quem podemos nos tornar". Portanto a forma como as crianças brasileiras residentes no Japão constroem sua identidade é permeada pela influência do ambiente onde vivem e as relações sociais que estabelecem.

Considerações Finais

Com o movimento migratório Brasil/Japão, que envolvia numerosos descendentes de japoneses e seus familiares, dezenas de milhares de crianças e adolescentes foram envolvidos neste processo não por seus desejos, mas para acompanhar os seus pais.

Essas crianças e adolescentes, na tentativa de inserção na sociedade japonesa, através das escolas japonesas, encontraram sérias barreiras como, dificuldade de inserção no sistema educacional japonês, relacionamento, aprendizado de um novo idioma e consequentemente de incorporar os valores culturais implícitos.

A dificuldade de perceber que existem diferenças culturais é grande entre os japoneses, isso porque o ensino pós-guerra manteve as orientações monoculturais, na qual considerava que todos os alunos provinham de um único grupo étnico, o japonês. O maior desafio é encontrar maneiras para que a inserção da criança imigrante na sociedade japonesa ocorra deforma menos traumática.

As dificuldades existem, mas podem ser superadas. O conhecimento recíproco de costumes, tradições, culturas e o respeito às diferenças auxiliam na identificação dos obstáculos e na superação. A Educação neste caso oferece as ferramentas necessárias para a inserção da criança imigrante na sociedade pois, sabendo se comunicar, a criança poderá ver o mundo através da lente do "outro" e se colocar como parte integrante da sociedade. Mas a mesma escola que provém os meios de interação entre a criança e a sociedade, pode atuar de forma contrária, perpetuando práticas discriminatórias, que levam a um quadro de violência, sofrimento e exclusão.

Desenvolver medidas sócio educacionais a fim de promover a integração entre crianças brasileiras e japonesas, em parceria escola, professores, pais e alunos, pode ser um bom caminho rumo ao desenvolvimento conjunto de todos os alunos e desta forma contribuir para o crescimento físico e emocional destas crianças, afim de que possam se tornar cidadãos conscientes e participantes da sociedade em que vivem.

Referências

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Ed. Contra Capa: Rio de Janeiro, 2000.

BOURDIEU, Pierre. PASSEROM, Jean-Claude. **A Reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASSARINO, Jean-Pierre. "Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno". **REMHU** - Ver. Interdiscipl. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXI, n. 41, p. 11-54, jul./dez. 2013.

DURAND, Jorge; Lussi, Carmem. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Paco Editorial: Jundiaí, 2015.

ENNE, Ana Lúcia S. "Conceito de rede e as sociedades contemporâneas". **Comunicação e Informação**, V. 7, n. 2, p. 264-273; 2004.

FAZITO, D. "A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade". In: **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 13, Ouro Preto, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Estigma** - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, digitalizada por Sabotagem, 2004.

HALL, Stuart. "A Identidade em Questão". In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. "Quem precisa da identidade?" In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SUGUIURA, Marcos Hiroyuki. **Relações entre a rede social e as migrações Brasil-Japão**. São Paulo, 2009.

UENO, Laura Satoe. **Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão:** uma intervenção psicossocial no retorno. São Paulo, 2008.

VELSEN, J. Van. "A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado". In: Feldman - Bianco (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. Método, 1987.

YAMANAKA, Isidoro. <http://www.yamanaka.com.br/daimon/identidade.html>, Daimon-portal de cultura japonesa - Dekassegui - **A Identidade dos Descendentes**.

SOCIOLOGIA DAS MIGRAÇÕES: CORRENTES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS

Iuri Duque da Incarnação
SEEDUC-RJ

Resumo: Em um mundo cada vez mais globalizado, integrado e conectado observamos um crescente número de pessoas que deixam suas casas e migram para cidades, estados e países diferentes em busca de melhores condições de vida. Este movimento, primeiramente estudado pelos demógrafos e geógrafos, tem atraído olhares de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento como o direito, a psicologia, a história, a economia, a antropologia e a sociologia, é objeto de nosso estudo. O presente artigo consiste em uma investigação de caráter teórico que pretende apresentar e discutir o percurso da Sociologia das Migrações e suas diferentes correntes teóricas e perspectivas. Iniciaremos com uma breve abordagem dos autores clássicos da sociologia, passando pelo considerado precursor dos estudos migratórios Ernest Ravenstein e discutiremos as mais diversas correntes teóricas que buscam compreender e analisar as motivações e características dos deslocamentos humanos. Serão debatidos no artigo enfoques teóricos como as Macro e Micro Teorias Migratórias; os Novos Economistas da Migração; a Teoria do Capital Humano; a Teoria Histórico-estrutural; a Teoria do Mercado Segmentado; a Teoria dos Sistemas Mundiais; as Redes Sociais Migratórias para enfim se chegar a uma conclusão acerca da temática.

Palavras-chave: sociologia das migrações; correntes teóricas; imigração - emigração.

Abstract: In an increasingly globalized, integrated, networked world we observe an increasing number of people who leave their homes and migrate to cities, different states and countries in search of better living conditions. This movement, first studied by demographers and geographers, has attracted the attention of researchers from different areas of knowledge such as law, psychology, history, economics, anthropology and sociology, the object of our study. This paper consists of a theoretical research that aims to present and discuss the evolution of the Sociology of Migration studies and its various theoretical perspectives and trends. We begin with a brief overview of the classical authors of sociology. Next, we review Ernest Ravenstein studies, considered precursor of the migration research, as well as various theoretical trends that seek to understand and analyze the motivations and characteristics of human displacement. In this article, it will be also discussed theoretical approaches such as Macro and Micro Migratory Theories; the New Economists of Migration; Theory of Human Capital; Theory Historical-structural; Theory of Segmented Market; Theory of World Systems; Social Networks Migration. Finally, the article concludes about the theme.

Keywords: sociology of migration; theoretical perspectives; immigration - emigration.

Introdução

O tema das migrações internacionais, definido como “movimento de pessoas, nacionais ou estrangeiras, que cruzam as fronteiras nacionais com propósitos que não sejam o turismo ou as breves estadias” apresentado pelo pesquisador Gustavo Diaz (2007. p. 158), pode ser abordado por diferentes disciplinas, oferecendo as mais diversas perspectivas no tratamento das questões relativas às migrações. Assim sendo, as produções que buscam dar

conta dos movimentos populacionais apresentam-se vastas e não respondem necessariamente aos mesmos enfoques metodológicos.

O presente artigo tem como objeto a teoria sociológica a respeito das migrações internacionais. Busca, assim, apresentar o debate teórico sobre o tema, a partir do ponto de vista das ciências sociais. Serão analisadas as diversas correntes, desde o início do estudo do tema, na virada do século XIX para o século XX, passando por todo este século, até chegarmos ao debate recente sobre a questão.

O objetivo geral consiste exatamente em analisar as principais percepções teorias e perspectivas a respeito das migrações internacionais. Esta pesquisa visa ainda apresentar o tema ao leitor iniciante no assunto ou que busca apenas uma visão geral das principais correntes sociológicas das migrações. Outro objetivo específico é o de contribuir na elaboração e fundamentação teórica de estudos empíricos sobre o tema.

Como procedimento metodológico, utilizou-se da pesquisa bibliográfica. Foram investigados diferentes textos, artigos, monografias, dissertações e teses que de uma forma ou de outra abordam a questão das migrações internacionais. Para tanto, valeu-se do acesso a sites que trabalham a temática, de visitas virtuais a bibliotecas de diferentes universidades e visitas presenciais à Biblioteca Central da Universidade Federal Fluminense.

Decidiu-se, assim, partir de uma análise dos três autores clássicos da sociologia: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Verificou-se que eles apresentam suas concepções a respeito do fenômeno migratório como consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, com a industrialização e a urbanização. Desta maneira, pode-se destacar que as migrações constituíam-se em tema secundário nos estudos sociológicos. Conforme ponta Sasaki e Assis, “migração não era um assunto central dos grandes teóricos da sociologia, nem no século XIX, nem no início do século XX, pois estes compreendiam o fenômeno como parte do processo de metropolização” (2000, p. 4).

Ao analisar os deslocamentos populacionais, o filosofo alemão Karll Marx atribuía a culpa na situação de exclusão e pobreza à burguesia capitalista, que deliberadamente reduzia o valor dos salários dos trabalhadores para assim aumentar seus ganhos. O pensador alemão destacou que na ocasião governos e militares colaboravam na coerção dos trabalhadores do campo para a migração por meio dos *enclosures*, das autorizações de partida, e de todo aparato estatal assistindo os movimentos de emigração (SASAKI e ASSIS, 2000).

O pensador francês Émile Durkheim "reconhecia claramente a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas juntas pelos laços de solidariedade mecânica" (SASAKI e ASSIS, 2000 p. 3). O momento de transição de uma sociedade onde prevalecia a solidariedade mecânica para esta sociedade onde vigora a solidariedade orgânica poderia provocar anomia, resultando em desintegração social, e assim favorecendo os deslocamentos populacionais.

Max Weber, outro pensador clássico da sociologia, entendia o fenômeno migratório de uma forma mais difusa quando comparado com os autores anteriores. Weber enxergava as migrações como um fator incidental que acabava por criar novas classes sociais e grupos de status étnicos (SASAKI e ASSIS, 2000).

1. O Início do estudo das migrações

O estudo das migrações internacionais surge no mundo anglo-saxão. Primeiramente na Inglaterra e logo em seguida aparece nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX. O interesse destes países em conhecer o tema se dá, sobretudo, por apresentarem um grande volume de imigrantes e também pela capacidade de construir conhecimento científico para compreender as questões sociais que emergiram com o movimento populacional no espaço (DIAZ, 2007).

Tendo em vista que o estudo das migrações iniciou-se na Inglaterra, o único autor considerado clássico do tema é Ernest George Ravenstein. O inglês, geógrafo, produziu seus primeiros escritos em fins do século XIX, quando a obra "The Laws of Migration" apresenta-se como a primeira publicação que trabalha o fenômeno das migrações como tema específico.

Apesar de sofrer críticas pelo excesso de empirismo e por um positivismo, características comuns aos pensadores do seu tempo, esta publicação de Ravenstein ganha destaque, primeiro por apresentar "uma análise empírica pormenorizada dos fenômenos migratórios" (PEIXOTO, 2004, p. 5), e em segundo lugar por levantar a definição de temas e conceitos que posteriormente seriam estudados. Entre os principais estão: as classificações de imigrantes, as migrações por etapas, regiões de atração e repulsão, o efeito da distância, as contracorrentes e a ação de estímulos econômicos. Muitos destes conceitos perduram nos estudos migratórios até os dias de hoje.

Dentre as elaborações teóricas desenvolvidas por Ravenstein, aquela que recebeu maior projeção consiste no modelo de atração-repulsão – do inglês *push-pull*. Este modelo

defende que "no centro dos processos migratórios se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitando a sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração" (PEIXOTO, 2004, p. 5). Este paradigma teórico apresenta o desejo do agente individual em melhorar suas condições econômicas como o principal motivo para a migração. O modelo conhecido como *push-pull* iria influenciar ainda muitos estudiosos das migrações no decorrer de todo o século XX.

Esta perspectiva relaciona-se com uma leitura neoclássica da realidade. O que vai promover, ou não, a migração parte da decisão de um indivíduo racionalmente motivado. Destaca-se ainda no pensamento de Ravenstein, o reconhecimento de que nos deslocamentos humanos prevalecem as causas econômicas. O demógrafo inglês defende que os movimentos imigratórios motivados pela tentativa dos indivíduos mudar de vida são mais comuns que imigrações em que as motivações não são econômicas. O autor cita como exemplo os fluxos migratórios que se destinaram aos grandes centros comerciais e industriais do Reino Unido, movidos, sobretudo, pela necessidade de mão de obra (SOARES, 2000).

Nas primeiras décadas do século XX, surgem os primeiros trabalhos das teorias migratórias, munidos de uma dimensão sociológica. Merece destaque o estudo de Thomas e Znaniecki a respeito da migração polonesa aos Estados Unidos entre as décadas de 1880 e 1910. Estes sociólogos propõem um estudo qualitativo, procurando demonstrar a quebra dos laços de solidariedade ao analisar o sistema familiar dos migrantes.

Thomas e Znaniecki, ainda em um contexto de afirmação do fenômeno migratório como passível de sua própria regularidade social, defende a utilização da "comparação livremente para contrastar tradições, costumes, valores sociais e atitudes individuais, através das quais consideram que é possível obter conhecimento sobre as instituições e organizações sociais" (DIAZ, 2007, p. 160).

2. Teorias neoclássicas: Macro e micro teorias

A economia neoclássica ofereceu duas diferentes perspectivas que tentaram compreender o fenômeno migratório. Estas abordagens ficaram conhecidas como macro e micro teorias (ALMEIDA, 2003). A corrente teórica denominada aqui de macro teoria neoclássica analisa o fenômeno das migrações a partir de explicações de natureza econômica.

Essa corrente entende que os movimentos migratórios internacionais das desigualdades geográficas resultam da diferença entre oferta e demanda de trabalho. Estas desigualdades, por sua vez, são resultado de diferentes taxas salariais que motivam a migração.

Apresenta-se uma relação entre força de trabalho e capital. Aqueles países que constituem excesso de força de trabalho em relação ao capital possuem baixas taxas salariais. Aqueles países que constituem força de trabalho limitada possuem, ao contrário, elevadas taxas salariais. O movimento migratório ocorre no sentido de países de menor taxa salarial em direção aos países que possuem taxas salariais mais elevadas. Desta forma, depois de um tempo, o contingente de força de trabalho nos países que antes se apresentava baixa aumenta. O contrário ocorre com os países que aparecem com excesso de força de trabalho. Conforme afirma Weber Soares (2002), está implícita a ideia de que se as diferenças de taxa salarial entre os países fossem extintas, os deslocamentos humanos deixariam de existir.

Na microteoria neoclássica, como o próprio nome aponta, a migração ocorre a partir de uma decisão mais individualizada. Destaca-se que o migrante promove um cálculo entre o custo e o benefício da experiência migratória, e é exatamente este cálculo que vai determinar a decisão do deslocamento. A migração, para estes teóricos, é um fenômeno que parte da soma de decisões individuais. Nesta perspectiva, além das diferenças das taxas salariais (macroteoria), é levada em conta a taxa de emprego dos locais de origem e destino, na decisão do indivíduo. O imigrante aqui é visto como "um agente racional que busca maximizar seus ganhos" (ALMEIDA, 2013, p. 78).

Este modelo neoclássico vem definir "o sucesso do migrante pela sua educação, experiência de trabalho, domínio da língua da sociedade hospedeira, tempo de permanência no destino e outros elementos do capital humano" (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 6). É observada aqui uma primeira apropriação do conceito de capital humano nos estudos migratórios.

3. Novos economistas da migração

Os novos economistas da migração aparecem em um cenário de críticas e questionamentos das teorias neoclássicas e vêm corroborar estas críticas propondo um estudo que afasta a explicação da decisão de emigrar a partir dos atores individuais. Esta corrente de estudo do fenômeno migratório defende que as decisões são tomadas "por unidades de pessoas relacionadas – tipicamente famílias ou domicílios – nas quais as pessoas agem coletivamente, não apenas para

maximizar a venda esperada, mas também para minimizar ou afrouxar os constrangimentos associados a uma variedade de mercado de trabalho" (SASAKI e ASSIS, 200 p. 7).

Entre os novos economistas da migração, o pensador de maior destaque é Douglas Massey. O autor descreve que tal abordagem, que considera as famílias e os domicílios como unidades de análise, parte do princípio de que as condições necessárias que influenciam a emigração são, sobretudo, as redes de relação que possuem no local de destino. Os aspectos econômicos não são suficientes para oferecer explicações satisfatórias das questões migratórias.

Vale destacar nesta perspectiva teórica o conceito de riscos. Ao contrário dos neoclássicos que promoviam uma abordagem a partir do conceito de renda, os economistas da migração compreendem que os indivíduos nas famílias ou domicílios, atuam coletivamente para "reduzir os riscos, e diminuir os constrangimentos associados com uma variedade de falhas no mercado de origem" (SOARES, 2002, p. 11). De acordo com essa teoria, o equilíbrio da taxa salarial ou dos mercados de trabalho não seria suficiente para frear os deslocamentos populacionais, pois outros mercados podem estar ausentes ou imperfeitos nos países de origem, levando muitas famílias a optarem pela migração.

4. Teoria do Capital Humano

A teoria do capital humano defende também uma abordagem dos estudos migratórios relacionada ao funcionamento da economia. Porém, a teoria inova ao promover uma relação de fatores educacionais com a probabilidade do trabalhador ser integrado e permanecer no país de destino. Quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo que migra, maior é a chance de adaptação.

Esta teoria aponta que o agente (indivíduo) promove um investimento pessoal antes de partir para as terras desconhecidas. Pressupõe-se um investimento em educação, aprendizagem da língua do país de destino, criação de redes sociais de apoio, estudo sobre o mercado de trabalho, etc. Com isso, estende-se o prazo da migração, buscando uma migração mais sólida e que possa obter melhores resultados no futuro.

Nestes deslocamentos, os imigrantes teriam acesso aos bens e serviços básicos nos países de acolhimento. Os teóricos do capital humano defendem que a política migratória elaborada pelos países deve dar prioridade à contratação de imigrantes de melhores qualificações profissionais, culturais e sociais.

Como explicita o sociólogo português João Peixoto, "o essencial dos seus argumentos [teoria do capital humano], no caso da migração, é que a análise econômica dos custos-benefícios realizada pelo agente, não deve ser apenas observada no curto prazo" (2004, p. 16), pois em um primeiro momento que o imigrante chega na sociedade de destino, suas qualificações acadêmicas são pouco reconhecidas e valorizadas. Apenas com o passar do tempo que ele vai se colocando em uma posição social e econômica mais próxima daquela que possuía antes de se deslocar.

5. Teoria histórico-estrutural

Nos anos de 1970, oferecendo uma posição contrária às teorias que consideraram as migrações a partir da escolha racional e individual, surge a teoria histórico-estrutural. Este modelo analítico, de forma sintetizada, entende os deslocamentos humanos como "estratégias de mobilidade sujeitas a constrangimentos estruturais" (SOARES, 2002, p. 13).

Esta concepção fundamenta uma crítica contundente às explicações neoclássicas do fenômeno migratório. Para eles, estas últimas negam, ou subestimam as causas históricas dos movimentos populacionais. A corrente histórico-estrutural valoriza os fatores econômicos e o capital como principais motivações das migrações e, desta forma, atribui pouca importância às motivações individuais e coletivas das pessoas que optam pelo deslocamento.

As migrações internacionais são consideradas pelos teóricos histórico-estruturais como algo que vai além de uma mera decisão individual, onde um agente, ao observar as possibilidades sociais na origem e no destino, escolhe abandonar seu país em busca de melhores condições de vida. Como destaca Gustavo Diaz a respeito da teoria histórico-estrutural:

> Ela põe ênfase no caráter sistemático dos fenômenos migratórios [...] caracterizado com dinâmico, integrado por vários pontos (países, regiões) vinculados por fluxos humanos. [...] A unidade de análise não são os indivíduos, mas o sistema e seus elementos (2007, p. 165).

6. Teoria do mercado segmentado

A teoria do mercado de trabalho segmentado, também conhecida como teoria do mercado dual, apresenta uma abordagem focada nos estudos do funcionamento do mercado de trabalho. Concentram-se, sobretudo, em analisar os processos de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho na sociedade de destino. Os principais teóricos a defender a teoria

do mercado de trabalho segmentado, surgem nos Estados Unidos. Merecem destaque os estudos de Michael Piore e Alejandro Portes.

Estes pensadores desenvolveram suas teorias a partir de uma reflexão feita sobre o sistema capitalista das últimas décadas do século XX. Como ressalta Peixoto:

> Desde os anos 70, as alterações estruturais das economias fordistas e o desenvolvimento de novas formas de regulação, levaram a que a existência de setores precários e a necessidade de uma mão-de-obra flexível se tornaram ainda mais evidentes" (2004, p. 23).

Tendo em vista que os trabalhadores nativos recusam-se a ocupar estes postos de trabalho mais precarizados, surge a carência de mão-de-obra, e a sua compensação com o trabalho do imigrante.

De acordo com a teoria do mercado de trabalho segmentado, os mercados nos países capitalistas mais desenvolvidos possuem dois segmentos complementares: o mercado primário e o mercado secundário. O segmento primário apresenta, entre os principais fundamentos, a estabilidade de condições de emprego e das relações de trabalho, bons salários, perspectivas de carreira e possibilidade de ascensão, e proteção garantida. São funções que exigem alta qualificação.

Em contrapartida, os empregos oferecidos pelo mercado secundário são compostos por baixos salários, pouca oportunidade de ascensão ou promoção, insegurança no trabalho sem vínculo com o tal, e ausência de assistência social. Estes trabalhos, que exigem pouca ou nenhuma qualificação, vieram a ser conhecidos como os três D's (sujos, perigosos e difíceis – na tradução do inglês *dirty, dangerous and demanding*).

Não apenas pelo fator econômico, da renda, mas também o tipo de trabalho oferecido pelo setor secundário – onde se destaca o baixo prestígio social atribuído a estes trabalhadores – os nativos resistem em desempenhar tais atividades. Os imigrantes, provenientes de regiões mais pobres, sentem-se obrigados a se sujeitar a exercer tais funções, ao passo que estando em país estranho, não possuem outras opções. Acrescenta-se ainda que os imigrantes, em um primeiro momento, não se importam com a questão do prestígio e status de uma profissão, já que suas referências permanecem no país de origem.

Revela-se importante mencionar que a migração, aqui, não é acusada por fatores de expulsão nos países de origem. Ao contrário, a causa das migrações referidas advém de fatores de atração nos países de destino. Os deslocamentos ocorrem no sentido dos países

menos aos mais desenvolvidos, "é o fato de existirem atividades que funcionaram com base num mercado de trabalho deste tipo que afasta a maioria dos cidadãos nacionais e atrai migrantes provenientes de regiões pobres" (PEIXOTO, 2008, p. 22).

A atuação da população imigrante não se restringe apenas ao mercado de trabalho secundário. Para compreender o fenômeno, o pensador americano Alejandro Portes oferece um estudo a respeito dos modos de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho. Ao expô-los, o autor defende que:

> Os migrantes atraídos pelo mercado primário apresentam como principais características a entrada através de canais legais; o acesso ao emprego por qualidades individuais e não por origens étnicas; condições de mobilidades idênticas à dos nativos; e uma função de reforço da força de trabalho nacional. Tipicamente, este tipo de acesso é representado pela fuga de cérebros [*brain drain*]. Em contrapartida, o acesso ao mercado secundário apresenta como principais atributos um estado jurídico precário; recrutamento baseado nas origens étnicas e não nas qualificações; ocupação de tarefas pontuais, sem perspectivas de mobilidade; e uma função disciplinadora da força de trabalho local (PEIXOTO, 2008, p. 23).

7. Teoria dos sistemas mundiais

Esta teoria migratória se apresenta em um contexto de reorganização da economia mundial, e, ao mesmo tempo, reordenação das relações entre aqueles países ditos centrais e os países tidos como periféricos. As migrações internacionais são vistas aqui como parte de um sistema mais amplo, envolvendo os locais de origem e os locais de destino dos migrantes. Com a expansão do sistema econômico de caráter global, e o surgimento ou agravamento dos problemas internos nos países periféricos, ocorreu um novo processo de emigração, facilitada em grande medida, pelas inovações no campo das novas tecnologias e das informações.

Como bem afirma Soares em sua apreciação a respeito deste novo fato, "a reorganização da economia mundial, ao longo das décadas de 70 e 80, contribuiu para a constituição de um espaço transnacional, no qual circulam, não apenas trabalhadores, mas, sobretudo, capital, mercadorias, serviços e informação" (2004, p. 17).

Oferecendo uma visão diferente das outras correntes teóricas abordadas até então, a teoria dos sistemas mundiais defende que o que melhor pode explicar o fenômeno das migrações são as formas de internacionalização da produção. Este processo coloca os países

dentro do espaço transnacional e, quando combinados com as precariedades dos países pobres, favorece os deslocamentos populacionais.

Ao analisar esta teoria, Peixoto mostra o "efeito perverso" que a chamada transnacionalização das empresas, com a instalação de parte da produção em países menos desenvolvidos, ao contrário do que se imaginava, gerou uma intensificação das migrações internacionais entre os trabalhadores. Nas suas próprias palavras, "os fluxos migratórios para o centro, quando teoricamente deveriam ter diminuído [...] intensificou-se" (PEIXOTO, 2004, p. 26).

8. As redes sociais

Um novo paradigma que visa compreender o fenômeno das migrações consiste no estudo das redes sociais. Por este conceito Peixoto entende-se que:

> Os imigrantes não atuam, isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos recursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivimente, agentes promotores da imigração (como os engajadores que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva) (2004, p. 29).

Os deslocamentos populacionais recentes, de acordo com esta teoria, recebem uma grande influência das redes sociais. A partir de um primeiro emigrante que se dirige a um destino em busca de oportunidades e mantém o contato com a família ou os amigos na terra de origem, inicia-se o processo de construção das redes. Estes primeiros imigrantes são responsáveis por descobrir os mecanismos facilitadores do processo de migração. A partir de novos fluxos, vão surgindo as redes sociais, que têm entre os principais objetivos facilitar os deslocamentos, hospedar o migrante recém-chegado e promover sua inserção no mercado de trabalho.

Diferente do que se objetiva com relação à migração nos moldes tradicionais, o emigrante nas redes sociais carrega consigo sua identidade. Ao trocar de país ele transplanta valores, costumes, religião, etc. Muitas vezes, reforça sua identidade como forma de se aproximar dos conterrâneos e, também, construir uma imagem junto àqueles que o recebem. Estes imigrantes promovem uma nova configuração na sociedade hospedeira.

Conclusão

O início do século XXI tem sido marcado pelos constantes e crescentes deslocamentos populacionais em nível global. Seja por motivo de trabalho, de reagrupamento familiar, de estudo ou mesmo para fugir de guerras e perseguições, cidadãos de todo mundo cruzam fronteiras entre países diariamente. As teorias relativas às migrações internacionais tentam compreender, como pudemos observar ao longo do texto, um fenômeno bastante complexo e heterogêneo. Diferentes abordagens e perspectivas podem ser desenvolvidas a respeito desta temática tão relevante no mundo contemporâneo.

Este artigo científico apresentou e debateu as diferentes correntes teóricas acerca da questão migratória. Esperamos, assim, ter contribuído para o campo das investigações na área. Optamos também por apresentar as correntes teóricas de forma didática em diferentes tópicos para facilitar o entendimento de leigos no assunto. Por fim, mesmo reconhecendo as limitações analíticas de um artigo, desejamos colaborar com a reflexão teórica de pesquisas sociológicas que abordem a temática das migrações internacionais.

Referências

ALMEIDA, Gisele. **Au Revoir Brésil**: um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DÍAZ, Gustavo. **Aproximaciones metodológicas al estudio de las migraciones internacionales**. UNISCI Discussion Papers, Madrid, n. 15, p. 157-171, outubro 2007. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/UNIS/article/view/UNIS0707330157A/27883>. Acesso em: 10/06/2015.

MACHADO, Igor José de Renó. **Estereótipo e Preconceito na experiência dos imigrantes brasileiros no Porto, Portugal**. Travessia: Revista do Migrante, n. 51, 2005.

OLIVEIRA, Juarez de Castro. **Migração internacional**: dinâmica demográfica e desafios para o dimensionamento da comunidade brasileira no exterior. In: Brasileiros no Mundo: I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior. v. 1, Rio de Janeiro, junho 2008.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS Working Papers, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>. Acesso em: 08/06/2015.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais**: origens, tipos e modos de incorporação. Tradução Frederico Ágoas. Oeiras: Celta, 1999. 160 p.

SASAKI, Elisa; ASSIS, Gláucia. **Teoria das migrações internacionais**. 2000. XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, outubro de 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>. Acesso em: 17/06/2015.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga (tese de doutorado), Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. 2002.

INVISIBILIDADE SOCIAL: A ATUAL SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES ASIÁTICOS NA CIDADE DE VITÓRIA

Layla dos Santos Freitas
UFES

Tatyana Léllis da Matta e Silva
Faculdade Brasileira Multivix - Vitória

Resumo: Este estudo preliminar aborda o fenômeno invisibilidade social e política de grupos imigrantes, mais especificamente dos asiáticos residentes no ambiente urbano de Vitória/ES, quando pensados como ilegais dentro do território brasileiro, que em alguns casos valem-se de certo abandono institucional de espaços urbanos para apropriação e exercício de suas atividades, muitas vezes clandestinas e ilegais. Verificou-se, em alguns casos, que tais sujeitos podem ser vítimas, em razão dessa distribuição, de certa invisibilidade, ou opacidade, no sentido atribuído por Zygmunt Baumann. Identificamos mecanismos desses fenômenos dentro de uma lógica de desenvolvimento e sustentação de comunidades e identidades no interior de sociedades complexas, por um lado, e das possíveis consequências para as pessoas e comunidades que praticam ou estão submetidas a invisibilidade social, na linha de argumentação de Baumann acerca dos processos sociais implicados nas noções de comunidade e identidade nos tempos atuais, associada à noção de estima social da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Percebemos no *ethos* dos imigrantes asiáticos que habitam o centro de Vitória/ES, tanto pela observação, como nas falas dos integrantes desse grupo, aspectos de (in)visibilidade social, a partir da sua condição "clandestina" que nos permitem iniciar uma análise crítica sobre a invisibilidade social e reconhecimento.

Palavras-chave: invisibilidade social; imigração; reconhecimento.

Abstract: This preliminary study addresses social invisibility phenomenon and political immigrant groups, and especially Asian residents in the urban environment of Vitória/ES, when thought of as illegal within the Brazilian territory, which in some cases is worth-a certain institutional abandonment urban spaces for appropriation and exercise of their activities, often clandestine and illegal. It was found in some cases that these individuals may suffer as a result of this distribution, a certain invisibility, or opacity, in the sense given by Zygmunt Baumann. Identify mechanisms of these phenomena within a logic of development and support of communities and identities within complex societies on the one hand, and the possible consequences for individuals and communities who practice or are subject to social invisibility, in the Baumann line of argument about the social processes involved in the notions of community and identity in modern times, associated with the notion of social esteem of the theory of recognition of Axel Honneth. Realize the ethos of Asian immigrants who live in the center of Vitória/ES, both by observation, as in the speeches of the members of that group, aspects of (in) social visibility, from their condition "underground" that allow us to initiate a critical analysis on the social recognition and invisibility.

Keywords: social invisibility; immigration; recognition.

Introdução

O presente artigo consiste em um esforço de organização de uma abordagem teórica para o estudo do fenômeno da invisibilidade social e política de grupos dentro do ambiente urbano.

O interesse no referido surgiu da percepção de que, mesmo em uma cidade não tão grande quanto Vitória/ES[1], pode-se ver no ambiente urbano diversos grupos de pessoas sobre os quais se sabe muito pouco. Em muitos casos, observa-se que esses grupos se aproveitam de certo abandono de espaços urbanos pelas autoridades e pelas principais forças do mercado para deles se apropriarem e realizarem ali suas atividades, muitas vezes clandestinas e ilegais. Diversos desses grupos e usos têm sido pesquisados pela Sociologia Urbana desde, pelo menos, a década de 1910, com os estudos pioneiros da "Escola de Chicago" (COULON, 1995).

No que tange ao abandono dos espaços, Milton Santos afirma que:

> O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade (SANTOS, 1994).

Santos afirma ainda que "essa rigidez tem consequências sobre a forma urbana, repercutindo sobre o tamanho da cidade e ampliando a tendência às especializações funcionais, com a desvalorização mercantil e o envelhecimento precoce de certas seções do espaço urbano. E há também consequências sobre o sistema de movimento, tornando-o ainda mais anárquico". Pode-se identificar no centro da cidade de Vitória essas características e condições apontadas por Santos.

O Centro de Vitória foi de grande importância para o desenvolvimento político, histórico, cultural, econômico do Município. Era a imagem da ascensão municipal e responsável pelo corredor econômico da época. Atualmente, encontra-se abandonado pelos órgãos públicos responsáveis, com grande carência de recursos que viabilizem sua recuperação. Neste sentido, indivíduos abandonados socialmente, desprovidos de seus direitos e deveres ou que buscam por algum motivo estar "à margem da sociedade", tendo certo interesse em serem invisíveis, buscam no Centro da Cidade um refúgio ou abrigo. E encontram.

Todavia, é necessário ressaltar que seria uma afirmação reducionista dizer que a relativa invisibilidade social dos grupos sociais em meio urbano derive somente de sua direta intenção em camuflar possíveis atividades clandestinas e/ou ilegais. Pelo contrário, este trabalho gira em torno da percepção de que muitas dessas pessoas e grupos podem ser vítimas dessa invisibilidade, na

[1] Segundo a estimativa feita em 2015 pelo IBGE, o Município de Vitória ocupa o vigésimo quinto lugar no ranking das Cidades mais populosas do país, com um total de 355.875 de habitantes (vide em Anexo 1).

medida em que são deixadas à margem de todo um conjunto da vida social, arcando com um *déficit* de reconhecimento social e de cidadania, como por exemplo, o acesso a políticas públicas que atendam suas necessidades e a mecanismos de expressão que demonstrem suas preferências.

De fato, eles parecem exercer um jogo de visibilidade (afinal, estão nas ruas vendendo seus produtos ou praticando outras atividades) e invisibilidade (talvez fosse melhor falar em opacidade, uma vez que podemos vê-los, mas não conseguimos conhecê-los).

Nesse sentido, buscaremos apresentar duas visões alternativas e complementares sobre a questão da visibilidade e invisibilidade social, buscando identificar os mecanismos pelos quais esses fenômenos se desenvolvem dentro de uma lógica de desenvolvimento e sustentação de comunidades e identidades no interior das sociedades complexas, por um lado, e das possíveis consequências para as pessoas que praticam ou estão submetidas a essa invisibilidade social e para as sociedades que abrigam essas pessoas em seu interior. Na primeira linha de argumentação apresentaremos as ideias do sociólogo polonês Zygmunt Bauman acerca dos processos sociais implicados nas noções de comunidade e identidade nos tempos atuais e, na segunda linha, apresentaremos as ideias do filósofo alemão Axel Honneth acerca da noção de reconhecimento social e sua importância para a integração social nas sociedades complexas.

Antes de entrar nessa discussão teórica, no entanto, cremos ser válido apresentar em poucas linhas o caminho que levou até a elaboração deste artigo.

1. Do campo de pesquisa:

Durante o curso de ciências sociais, na Universidade Federal do Espírito Santo, ante a necessidade de realizar o trabalho de conclusão de curso, a socióloga Layla dos Santos Freitas, enquanto caminhava no Centro de Vitória, se deparou com alguns indivíduos que considerou pertencerem a um desses grupos que, no entendimento das autoras, buscam refúgio no Centro.

Geralmente em famílias enormes, sempre comercializando vários objetos e não dialogando de modo algum com qualquer um que não seja de seu grupo específico. Durante a caminhada, ocorreu a estranha impressão de que os mesmos estavam interessados em se manterem invisíveis.

No entanto, mesmo com o esforço de se manter "fora do radar", para todo lado que se olhe, lá estão eles: na Praça Costa Pereira, em lojas enormes – uma ao lado da outra –, em "barraquinhas" distribuídas ao longo das calçadas e em outros espaços. E a cada dia parece haver mais coreanos no centro de Vitória e em outros novos locais da cidade.

A partir dessa experiência, passou-se a questionar a origem desses indivíduos, as motivações para a escolha do Brasil, mais especificamente, do Espírito Santo e da cidade de Vitória. Ainda, se os mesmos são abarcados pelas iniciativas públicas que envolvem o cidadão brasileiro e quais são as políticas públicas que estão sendo implantadas para atender a esse grupo específico, como outras interrogativas.

Assim, na construção do trabalho citado, procuramos os órgãos responsáveis dos governos estadual e municipal, mas não encontramos quem nos desse qualquer informação relevante sobre esses assuntos, reforçando nossa percepção de que, pelo menos para os poderes públicos, aquele é um grupo invisível. Em breve pesquisa, percebe-se a falta de informação que se tem sobre esse grupo, que pode se tornar, dependendo de seu crescimento, importante no que tange à manutenção da sociedade, seus direitos, anseios e deveres. Os asiáticos do Centro da Cidade e mesmo outros grupos com as mesmas características – nos baseando em dados históricos, teóricos e demográficos, devidamente apresentados nos anexos – podem e devem ser objeto de estudo no que concerne à sociologia e, principalmente, a sociologia jurídica. Na busca de solucionar ou buscar entender as reais situações em que vivem tais grupos e, ainda, sobre a capacidade dos mesmos de ser uma comunidade, suportarem uma identidade e, por fim, alcançarem o reconhecimento social na sociedade brasileira.

A referida aluna, agora discente do curso de Direito, apresentou o trabalho acima à Professora Tatyana Léllis, no intuito de trazer um novo olhar, de forma aprofundada e voltar a discussão primeiramente tratada.

Isso posto, entendemos que somente através de um estudo aprofundado desses grupos que poderemos – Estado, sociedade, cientistas sociais – dar o próximo passo, efetivar políticas públicas que se fizerem necessárias, idealizando uma melhor qualidade de vida para estes indivíduos.

2. Invisibilidade social

Zygmunt Bauman colocou como subtítulo de sua obra “Comunidade” a seguinte frase: *a busca por segurança no mundo atual.* Segundo o autor, a comunidade é um lugar aconchegante, seguro e confortável, onde o indivíduo se sinta protegido de todas as questões representadas no ‘lado de fora’, na sociedade, que se sinta parte de algo. De fato, o autor começa sua obra mostrando-nos como o termo comunidade é cercado de uma valorização positiva nos tempos atuais. Afirma:

> E ainda: numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito e alegrar-se com nossa desgraça. Se dermos um mau passo, ainda podemos nos confessar, dar explicações e pedir desculpas, arrepender-nos se necessário; as pessoas ouvirão com simpatia e nos perdoarão, de modo que ninguém fique ressentido para sempre. E sempre haverá alguém para nos dar a mão em momentos de tristeza. Quando passarmos por momentos difíceis e por necessidades sérias, as pessoas não pedirão fiança antes de decidirem se nos ajudarão; não perguntarão como e quando retribuiremos, mas sim do que precisamos. E raramente dirão que não é seu dever ajudar-nos nem recusarão seu apoio só porque não há um contrato entre nós que as obrigue a fazê-lo, ou porque tenhamos deixado de ler as entrelinhas. Nosso dever, pura e simplesmente, é ajudar uns aos outros e, assim, temos pura e simplesmente o direito de esperar obter a ajuda de que precisamos (BAUMAN, 2003, p. 7-8).

O que chama a atenção sob a ótica do tema que estamos analisando é que numa comunidade, tal como expressa acima, não há invisibilidade dos indivíduos face uns aos outros ou ao grupo. Aparentemente, o preço a ser pago por toda essa proteção seria a total entrega do indivíduo ao grupo, ou seja, em outras palavras, a perda da privacidade.

Considerando o pontuado pelo autor, a palavra *comunidade* pode ser usada para descrever aldeias, clubes e até grupos étnicos e nações. Muito embora haja um grande catálogo de conceitos, a definição de comunidade é mais utilizada e pensada em sua dimensão subjetiva. Tomada a partir dessa dimensão subjetiva, a comunidade se estrutura a partir de um *sentimento de comunidade*, de um *senso de pertencimento a uma coletividade*. Nesse sentido, a dimensão subjetiva passa por ser mais significativa do que outras dimensões, como por exemplo, de espacialidade.

A comunidade pode ser tida por uma "entidade simbólica", assim como proposto por Anthony Cohen, citado por Bauman, que comporta um sistema de valores e um código de moral. Devido a esta concepção, a comunidade passa a ser vista de maneira problemática, do ponto de vista sociológico. Se considerado que esta exige um modo de "fixação", ela pouco condiz com os processos de construção de identidades nas sociedades contemporâneas. Assim, a comunidade passa a perder sua importância, quando visualizada a partir da teoria social, em decorrência da plasticidade que as identidades comunitárias assumem na atualidade.

O debate de Bauman gira em torno dos valores de segurança e liberdade trabalhados dentro da comunidade. Ao tentar viver no mundo real, o sonho da comunidade tal qual descrita acima, segundo Bauman, o que os homens conseguem é:

> Uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, e (em nome de todo o bem que se supõe que essa comunidade oferece) exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição. A "comunidade realmente existente", se nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo (Idem: 9-10).

Nesse sentido, a busca do viver em comunidade implica em um fechamento para o mundo exterior a essa comunidade, ou seja, de um lado, uma *certa invisibilidade social, por outro, a própria invisibilidade para o mudo exterior*. Preservar o modo de vida do grupo face às interferências externas exige que a comunidade seja relativamente opaca aos olhos dos de fora, mas, em contrapartida, exige também que se limitem os contatos dos de dentro com os de fora, de modo que também para os membros da comunidade, a sociedade abrangente, que a envolve de fora, seja relativamente opaca.

O entendimento comunitário garante a "imersão ingênua na vida humana". Assim, a comunidade passa a ser um ambiente de lealdade e de conforto, de "acolhimento" inquestionável, assim como é também inquestionável o sistema de valores que define essa condição. Pelo fato de o entendimento ser do tipo "natural", a comunidade não resiste "ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente", quando é submetido ao exame e contemplação. A comunidade que fala de si seria então, uma contradição em termos.

Levando em consideração a quase impossibilidade da existência das comunidades é que deriva, segundo Baumann, a emergência de outra categoria: a de identidade. Justamente devido à insegurança produzida pela liquidez das relações sociais presente no estágio da modernidade atual, as pessoas são tentadas a reconstruir seus laços já não mais pelo pertencimento a uma comunidade de origem, mas a uma comunidade construída à base da identificação com outros. Onde se compartilhe crenças, opiniões, gostos, gestos, entre quaisquer outros meios de afinidade com que indivíduos possam se identificar e que possam se aceitar.

A busca da identidade é a perspectiva de ir em busca de algo que nos diferencie, que nos torne seres únicos, como afirma Baumann. Deste modo, a ideia de se criar uma

comunidade baseada em identidade, torna-se algo contraditório. Haja vista que inviabiliza a individualidade e a liberdade tão valorizada pelos indivíduos que almejam a construção de sua identidade. O autor afirma que

> As pessoas envolvidas na luta pela identidade temem a vitória final mais do que uma sucessão de derrotas. A construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto, e assim deve permanecer para cumprir sua promessa (ou, mais precisamente, para manter a credibilidade da promessa). Na política – vida que envolve a luta pela identidade, a autocriação e a autoafirmação são os cacifes, e a liberdade de escolha é ao mesmo tempo a principal arma e o prêmio mais desejado. A vitória final de uma só tacada removeria os cacifes, inutilizaria a arma e cancelaria a recompensa. Para evitar que isso aconteça, a identidade deve continuar *flexível* e sempre passível de experimentação e mudança; deve ser o tipo de identidade "até nova ordem". A facilidade de desfazer-se de uma identidade no momento que ela deixa de ser satisfatória, ou deixa de ser atraente pela competição com outras identidades mais sedutoras, é muito mais importante do que o "realismo" da identidade buscada ou momentaneamente apropriada (BAUMAN: XXXX: 61-62).

Dando seguimento a essa reflexão, abordaremos na próxima seção a teoria do reconhecimento de Axel Honneth.

3. Estima e reconhecimento

Axel Honneth é o representante da tradição da teoria crítica mais atual. Sua teoria se desenvolve em dois momentos específicos. Respectivamente, quando o sociólogo procura demonstrar as insuficiências da teoria crítica desenvolvida por Habermas, reafirmando a necessidade de se criticar a sociedade no que tange à dimensão de intersubjetividade social, onde estão inseridas as instituições e quando o autor busca desenvolver sua versão da teoria crítica *ex negativo*.

O mesmo afirma, em *Kritiki der Macht*, que a versão habermasiana da teoria crítica à sociedade poderia ter sido melhor desenvolvida, tendo como base o conceito de luta pelo reconhecimento tratrado por Hegel. Desse modo, vale afirmar que o objetivo principal de Honneth é tratar da interpretação da sociedade através do reconhecimento, a única categoria a ser considerada na formulação de uma teoria crítica da sociedade, no seu entendimento.

De antemão, podemos apresentar, resumidamente, a proposta do autor, assim como demonstrado por SILVA (2012), ante a sua dissertação de mestrado:

> É, entretanto, possível apresentarmos já sua proposta que, em linhas gerais, supõe as lutas coletivas como força motriz da evolução moral da sociedade na medida em que se orientam pela busca de reconhecimento de modos de vida e formas de autorrealização de pessoas e grupos, populações antes excluídas, e mesmo negadas em sua condição humana, permitindo a ampliação do espaço para o pluralismo e abrindo cada vez mais o veio democrático, ao expandir as esferas de direitos e seus titulares. Essas lutas políticas assumem um aspecto moral de modo que nascem da indignação articulada de vários atores que sofreram situações de desrespeito, ou de negação de reconhecimento, e, para superar essa condição, reuniram-se e buscaram canais de luta na promoção de transformações sociais. O desrespeito sofrido é verificado nas lesões morais que atingem as pessoas que não experimentaram o reconhecimento. Honneth (2009) explica que há três níveis ou três esferas de reconhecimento que forjam (ou não) uma identidade sadia: o amor, o respeito e a estima social.

Em sua obra *Kampf um Anerkennung*, Honneth se utiliza da categoria "dependência absoluta" para embasar os primeiros elementos de sua teoria crítica. Tal condição caracterizaria a primeira fase do desenvolvimento infantil, onde mãe e bebê se encontram em relação simbiótica – vivem como um só organismo –. As necessidades da criança recém-nascida, a dependência, assim como sua carência que por consequência direciona totalmente e imediatamente a mãe a sanar tais necessidades, faz com que ambos se sintam como uma unidade.

Eventualmente, o retorno ao cotidiano, às responsabilidades diárias da mãe, o crescimento da criança, entre outros, dissolve a relação simbiótica, já que se torna impossível tal relação imediatista com a introdução de fatores externos. Os últimos "obrigam" a criança a se acostumar com a ausência da mãe e estimulam o desenvolvimento de capacidades que possam auxiliar em se diferenciar do seu ambiente. Essa fase é chamada de "relativa independência".

Honneth afirma que a criança, tendo uma relação protetora e maternal com a mãe, terá *autoconfiança,* vista pelo autor como outra capacidade, que capacita o desenvolvimento de uma personalidade sadia. Essa somente é possível a partir de uma relação positiva que passa a existir das consequências do relacionamento materno. Assim a autoconfiança é à base de uma boa personalidade e das boas relações.

Desse modo, o autor afirma que a moralidade deriva do reconhecimento. Ou seja, o reconhecimento teorizado, é responsável pelo desenvolvimento do autorrespeito *(Selbstvertrauen)* e pela base de autonomia necessária para a participação do indivíduo na vida pública (SOBOTTKA. & SAAVEDRA, 2008, p. 174).

Assim, busca demonstrar que o reconhecimento característico das sociedades tradicionais é aquele baseado na concepção de *status*. Dessa maneira, um indivíduo só obtém reconhecimento quando é reconhecido como sujeito ativo de uma comunidade e apenas

devido à função social que sua posição o faz ocupar em tal sociedade. A transição para a modernidade trata por estabelecer mudanças na estrutura da base social, consequentemente uma mudança estrutural nas relações de reconhecimento – uma mudança ocasiona a outra.

Nesse sentido, tendo como base tal constatação, o autor passa a questionar o novo caráter, a nova forma do reconhecimento jurídico que surge com a modernidade. Para Honneth, os sujeitos necessitam estar em condições de desenvolver sua autonomia para que tenham reais condições de decidir sobre suas questões morais. Assim, o mesmo disserta sobre a necessidade da reconstrução do direito moderno, através da ampliação dos direitos fundamentais. O reconhecimento jurídico é gerador do autorrespeito. Caso o indivíduo não passe pela experiência do reconhecimento jurídico não desenvolverá o mesmo e então existirá uma "falha" vital, que é a falta da condição cidadã propriamente dita. Ou seja, toda participação pública depende da experiência pelo Estado, da inclusão do indivíduo nas atividades do mesmo.

Desse modo, o autor afirma que um sujeito que durante toda sua vida teve seus direitos lesados, não terá condições de desenvolver a capacidade de atuar na vida pública. Assim, a ideia de desigualdade é fomentada pela ausência de reconhecimento jurídico.

Um determinado grupo só fará parte do sistema de referência moral de uma determinada sociedade quando existir uma experiência do indivíduo com o reconhecimento, pois no momento em que este busca ser reconhecido em face da sociedade, ao Estado, automaticamente, cria-se o reconhecimento, ao menos dele com ele mesmo. Ou seja, surge o direito individual, como a cidadania, por exemplo. A obtenção do reconhecimento em si, é a reafirmação do mesmo perante a sociedade. A aceitação da última de que o indivíduo passa a integrar àquele espaço social, mesmo que nem sempre seja reconhecido positivamente por outros indivíduos.

Conclusão

Com a intenção de trazer novamente à baila a discussão sobre a invisibilidade social e a questão dos imigrantes asiáticos no centro da cidade de Vitória, de modo a buscar novos questionamentos e possíveis respostas, voltamos ao local de campo para realizar nova observação participante nos locais já identificados como certos de encontro.

Porém, do mesmo modo, foram encontradas barreiras no que tange a comunicação e aproximação com membros do grupo, tendo em vista a língua utilizada e a própria concepção entendida de comunidade. Logo, sem novas informações a acrescentar em relação ao grupo em tese.

Ademais, na continuidade da atividade exploratória, conseguimos identificar, ao menos, uma subdivisão no grupo específico. Primeiro, os asiáticos que buscam se tornar invisíveis ante a própria atividade exercida no local – venda de produtos falsificados, entre outros –. O que os tornam mais distantes da possibilidade de melhor qualidade de vida, pertencimento e, posterior, reconhecimento. No segundo grupo, os que fazem parte das profissões legalizadas e usufruem direitos e deveres típicos de um cidadão brasileiro.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. (2003). **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, Kampf um Anerkennung, (1992).

JUNIOR, Vamberto Spinelli. **Bauman e a Impossibilidade da Comunidade**. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n11/01.pdf>.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SILVA, Tatyana Léllis da Matta e. **Teoria crítica e luta por reconhecimento**: contribuições de Axel Honneth ao debate da justiça e da cidadania. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

SOBOTTKA, E.A. & SAAVEDRA, G.A. **"Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth"**. Civitas. Porto Alegre. v. 8, n. 1, jan.-abr. 2008, p. 9-18.

ANEXOS

2015	Município	Unidade Federativa	População em 2015	População em 2010	População em 2000
1	**São Paulo**	São Paulo	11.967.825	11.253.503	10.405.867
2	**Rio de Janeiro**	Rio de Janeiro	6.476.631	6.320.446	5.851.914
3	**Salvador**	Bahia	2.921.087	2.675.656	2.440.828
4	**Brasília**	Distrito Federal	2.914.830	2.570.160	2.043.169

5	**Fortaleza**	Ceará	2.591.188	2.452.185	2.138.234
6	**Belo Horizonte**	Minas Gerais	2.502.557	2.375.151	2.232.747
7	**Manaus**	Amazonas	2.057.711	1.802.014	1.403.796
8	**Curitiba**	Paraná	1.879.355	1.751.907	1.586.848
9	**Recife**	Pernambuco	1.617.183	1.537.704	1.421.993
10	**Porto Alegre**	Rio Grande do Sul	1.476.867	1.409.351	1.360.033
11	**Belém**	Pará	1.439.561	1.393.399	1.279.861
12	**Goiânia**	Goiás	1.430.697	1.302.001	1.090.737
13	**São Luís**	Maranhão	1.073.893	1.014.837	868.047
14	**Maceió**	Alagoas	1.013.773	932.748	796.842
15	**Natal**	Rio Grande do Norte	869.954	803.739	709.536
16	**Campo Grande**	Mato Grosso do Sul	853.622	786.797	662.534
17	**Teresina**	Piauí	844.245	814.230	714.583
18	**João Pessoa**	Paraíba	791.438	723.515	595.429
19	**Aracaju**	Sergipe	632.744	579.149	461.083
20	**Cuiabá**	Mato Grosso	580.489	551.098	483.044
21	**Porto Velho**	Rondônia	502.748	428.527	334.585
22	**Florianópolis**	Santa Catarina	469.690	421.240	341.781
23	**Macapá**	Amapá	456.171	398.204	282.745

24	**Rio Branco**	Acre	370.550	336.038	252.885
25	**Vitória**	Espírito Santo	355.875	327.801	291.941
26	**Boa Vista**	Roraima	320.714	284.313	200.383
27	**Palmas**	Tocantins	272.726	228.332	137.045

Dif. = Mudança em relação a 2000
Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_capitais_do_Brasil_por_popula%C3%A7%C3%Ao>

A VILA DE SÃO JORGE (GO) - ECOTURISMO E GARIMPO COMO DESDOBRAMENTO DE MIGRAÇÕES

Lorena Orletti Del Rey
UFES

Resumo: A Vila de São Jorge (GO) foi povoada por migrantes que foram para Goiás em busca dos garimpos e atualmente recebe muitos turistas por se localizar ao lado do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Os interesses relacionados à criação do parque, fundado por um decreto em 1961, nunca estiveram muito claros. A análise da produção acadêmica direcionada ao estudo da Vila aponta impactos positivos e negativos em relação às consequências do turismo, sendo eles relacionados à questão ambiental, conflitos socioeconômicos, políticos, culturais, que foram resultantes de interesses diversificados dos atores devido aos novos fluxos migratórios na região. A sociologia como instrumento para a compreensão do fenômeno turismo atua na construção de um campo da Sociologia do Turismo, no qual, ampliam as possibilidades de análise desse fenômeno com base na literatura sociológica. Dentre as diferentes alternativas de elaboração dessas análises, compreendem-se os elementos envolvidos no turismo, contextualizando-os historicamente e dentro das conjunturas sociais como uma das principais contribuições dessa reflexão. No sentido da reflexão sociológica proposta, os conflitos resultantes dos processos de migração serão analisados e contextualizados considerando as relações entre os envolvidos no fenômeno turístico, pensando a situação dos habitantes que se identificam como garimpeiros.

Palavras-chave: migração; ecoturismo; Vila de São Jorge.

Abstract: The São Jorge village (GO) was populated by migrants that went to Goiás for mining opportunities. This village currently receives large amounts of tourists for it is located beside the Chapada dos Veadeiros National Park. The interest and logic behind the creation of this national park, which was founded in 1961, was not very clear. The analysis of the academic studies of the Village indicates positive and negative impacts related to the effects of tourism. These effects impact environmental issues, socio-economical conflicts, politics, and culture which resulted from diversified actors' interests due to new flows of migration in this region. Sociology used as an instrument to gage the comprehension of the tourism phenomenon aids in the construction of a new field called Sociology of Tourism, which extends the analysis possibility based on the sociological literature. In the sense of the proposed sociological reflection, the resultant conflicts of the migration process will be analysed and put into context, considering the relations between all of those involved in the touristic phenomenon, keeping in mind the situation of the inhabitants that identify themselves as miners.

Keywords: migration; ecotourism; São Jorge Village.

Introdução

O campo da sociologia do turismo propõe-se a compreender o turismo de forma contextualizada, sendo de grande importância a análise dos fatos históricos ligados ao contexto de fundação da Vila de São Jorge. Com isso, podemos visualizar as influências do passado da região na conjuntura atual da Vila, de como todo esse processo atua na realidade social.

No processo de formação da Vila de São Jorge identificaram-se distintos fluxos migratórios que influenciam diretamente na atual realidade do local. Nesse sentindo foram percussores dos conflitos existentes, que englobam questões relacionadas à fundação da Vila de São Jorge, constituída por garimpeiros vindos de diversas partes do país e os migrantes que foram para região após a fundação do parque, visando à inserção no contexto do ecoturismo desenvolvido no local.

A investigação proposta se dá em um cenário, de um local inicialmente habitado por garimpeiros, no qual após o decreto de criação do parque nacional, cogita-se a exclusão dessa população e passa-se a investir em outra forma de desenvolvimento econômico, atendendo aos interesses distintos da população. Mesmo com toda a situação vivida, a Vila de São Jorge resistiu às pressões e alguns dos garimpeiros que povoaram o local continuaram nas terras.

A metodologia aplicada no texto foi a partir da análise da bibliografia disponibilizada sobre a Vila de São Jorge nas Ciências Sociais, bem como os decretos de criação e documentos oficiais do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, para levantar as questões que se desdobram no turismo, sendo esse outro ponto de análise documental para a elaboração da pesquisa em questão.

1. A formação da Vila de São Jorge

Acredita-se que em 1912 os primeiros migrantes chegaram à região do norte de Goiás, Silveira (1997) destaca que muitos deles eram principalmente da Bahia, atraídos pela exploração dos recursos minerais da região da Chapada dos Veadeiros. Desde 1996, estabelecido como distrito do município de Alto Paraíso pela Lei Municipal nº 499/96 (IBGE), no entanto, comumente chamado pela categoria de Vila, São Jorge, é um dos locais que se constituiu com a ocupação dos garimpeiros.

O povoamento das regiões, por influência das atividades do garimpo, pode se dar de diferentes maneiras, e são algumas vezes de caráter transitório, ou seja, se estabelecem somente durante o período de exploração. Alguns dos locais denominados corrutelas, descrito como “um aglomerado humano incluindo os equipamentos mínimos necessários para o apoio dos que desenvolvem a garimpagem” (AB’SABER, 2004, p. 271), se desenvolveram e levaram a constituição de diversas cidades do estado de Goiás, como o caso de São Jorge. Em São Jorge, algumas famílias estabeleceram um tipo de economia mista, na

qual a agricultura também era desenvolvida, sendo assim, mesmo nos períodos de decaimento da demanda para a exploração tinham outra fonte de renda, fato que caracterizou o cunho permanente de algumas migrações para o local (SILVEIRA, 1997).

O principal recurso que se explorou na região é o cristal de rocha. O cristal foi muito utilizado durante as guerras, sendo elas um dos principais motivadores da exploração. Na Segunda Guerra Mundial, o produto era uma demanda da indústria bélica, utilizado para fabricação de diversos equipamentos, como nos sonares e transmissores de rádio, telegrafia e telefonia. Este período de guerra mobilizou cerca de 50.000 garimpeiros em todo o país. Além da Segunda Guerra, um dos momentos de expansão mais citados é o de l952, no qual Silveira (1997) destaca que pode ter envolvido quase 3.000 garimpeiros na região, relacionando com o início da Guerra da Coréia em 1950.

Pode-se observar que a atividade do garimpo e a agricultura apresentavam-se como as principais atividades econômicas da região de São Jorge até o decreto nº 49.875 em 11 de janeiro de l96l de criação do Parque Nacional do Tocantins, que depois veio a ser chamado de Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Os interesses ligados à criação do parque nunca estiveram muito claros, no entanto, aponta-se ter sido devido a uma proposta da Fundação Coimbra Bueno, através de uma carta datada de 04 de outubro de 1960. Pedreira (2005) destaca que Juscelino Kubitscheck antecipou-se a questão dos movimentos ambientais que ainda não eram significativos, e foram tomar uma dimensão maior na conferência de Estocolmo em 1972, no entanto não existe nenhum documento oficial sobre as razões do ato.

A última grande influência garimpeira na região de São Jorge se deu após a criação do parque e a população alheia ao fato viveu grande período de exploração do cristal. Tais fatos nos levam a observar que a grande área demarcada como parte do parque não era fiscalizada, os antigos proprietários continuaram a explorar os recursos naturais da região e diversas vilas, como é o fato de São Jorge, inicialmente estavam dentro dos limites de preservação. Dessa forma, as famílias que ali viviam não podiam cultivar produtos agrícolas nas suas terras, nem garimpar. Isso mobilizou a região, devido à grande pressão de agricultores pela falta de indenização e pressão política. Os limites do parque passaram por diversas mudanças, sendo o último decreto com os ajustes das áreas de preservação, emitido em 27 de setembro de 2001.

Outro fator determinante para a ocupação de São Jorge foi o asfaltamento da rodovia estadual Brasília/Nordeste Goiano/GO 118 em 1985, no qual facilitou o acesso à região. Os cristais também atraíram místicos e populações alternativas de diversas partes do Brasil, que

foram em busca do enriquecimento espiritual, fato que levou a região da Chapada dos Veadeiros a ser conhecida como um centro magnético espiritual (CORBETTO, 2011).

Aponta-se que os primeiros turistas começam a chegar a São Jorge em 1987. Silveira (1997) descreve que nesse período visitou o local e relata o estranhamento e curiosidade da população "Dentro do carro tínhamos a sensação de estar em um lugar onírico, fora do tempo e da vida ordinária" (SILVEIRA, 1997, p. 13). Com a expansão do turismo, investimentos passaram a ser feitos fazendo com que novos investidores, desempregados e outros grupos sociais também fossem a região em busca de oportunidades (BOMFIM, 2004).

Contudo, pode-se observar que o primeiro momento de povoamento da região se deu com os garimpeiros que, diferentemente de outras regiões do Brasil, estabelecem uma migração de caráter não transitório, devido ao cultivo da agricultura e extração da vegetação do cerrado. Com a criação do parque observou-se novos fluxos para região estimulados pelos investimentos turísticos, e os garimpeiros, proibidos de praticarem na terra as atividades de sua subsistência, alguns saíram de São Jorge, e os outros permaneceram, passando a atender a nova demanda econômica da região: "A criação do Parque representou para a população do distrito de São Jorge uma mudança de comportamento" (PAES, 1995 *apud* ROCKTAESCHEL, 2003, p. 19).

2. A vida do garimpeiro na região de São Jorge

Os garimpeiros na história de nosso país passaram por um grande processo de exclusão devido à criminalização do garimpo, sendo o mesmo visto como atividade irregular e degradadora do meio ambiente. Silveira (1997) destaca:

> Herberto de Sales, em 1955, já nos dizia que "o garimpeiro talvez seja o mais desfavorecido de todos os trabalhadores brasileiros". Exemplo privilegiado dessa nossa distorcida configuração moral, eles são vistos como os grandes responsáveis pela depredação da natureza no que tange à exploração mineral. Rudes e desqualificados, não conseguiriam mais reintegrar-se ao restante da sociedade (SILVEIRA, 1997, p. 5).

Essa forma de trabalho foi estigmatizada como algo prejudicial, sendo todas as práticas e todo conhecimento que os garimpeiros possuem de exploração de recursos naturais não valorizados e são apontados como agressores da natureza, sendo incluídos num processo de criminalização dessa prática.

As organizações sociais caracterizadas pelas corrutelas foram sendo substituídas com o tempo pelas roças, sendo esta a forma que o garimpeiro se fixou e criou vínculos com o local. Nas terras "plantava-se arroz, mandioca, milho, banana, feijão, cana, entre outros alimentos básicos, que eram somados ao consumo da carne de gado ou de porco e a caça de animais silvestres" (CORBETTO, 2011, p. 39). Uma forma adicional de renda se deu pela coleta de flores do cerrado para o comércio. As atividades estabelecidas se deram no contato com a terra e na utilização dos recursos propiciados por ela, logo com a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, todas essas atividades foram proibidas e não foi pensada nenhuma medida de indenização concreta a essas populações que passaram a ter suas terras inseridas nas áreas de preservação.

Sobre tal ocorrência, Silveira (1997) apontou um documento emitido em 1969 no qual se cogitou a retirada de todos habitantes e demolição da Vila em defesa da proteção da fauna e flora do local, explicitando os preconceitos existentes ainda hoje com essa população. No documento em questão, Epitácio Figueira Gervásio, administrador substituto do Parque Nacional do Tocantins (atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros), sugere que a Vila de São Jorge ficasse fora da área de proteção do parque, pois assim estariam evitando futuros problemas relativos à situação socioeconômica e cultural dos habitantes, apontando o garimpo como um meio primitivo, selvagem e decadente de garantir o sustento, indicando como a única solução:

> [...] a indenização e a retirada progressiva de todos os habitantes da Vila São Jorge, para fora da área do Parna Tocantins e, posteriormente a demolição total da Vila. A permanência, reafirmamos, da Vila de São Jorge dentro dos limites do Parna Tocantins, será problema constante, diário e insolúvel à sua administração, concernente à defesa e proteção da flora e da fauna. Com a presença de garimpeiros, é-se impossível proteger a flora, a fauna e as belezas naturais de um Parque Nacional (Epitácio Figueira Gervásio 1969 *apud* SILVEIRA, 1997, p. 12).

Podemos observar que o garimpo e o garimpeiro foram colocados como portadores de conhecimentos inferiores, que degrada a natureza e causaria problemas à região. Esse pensamento a respeito do garimpo, como aponta Silveira (1997), se difundiu, e essas populações passaram a ser observados de uma forma que reduzia sua atuação na região.

3. O ecoturismo e as diversas construções acerca das suas consequências na região.

Dentre os atributos de uma área de preservação como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, os recursos naturais só podem ser utilizados na forma de

atividades culturais, educativas e recreativas, o garimpo e qualquer forma de extrativismo são proibidos e o turismo passa ser a única fonte de renda. A proibição do garimpo na região não representou apenas um aspecto ligado à questão econômica, para além dessa instância, existe toda uma técnica com métodos de extração, conhecimentos, ideias em circulação e narrativas de toda essa população.

O parque foi criado para promover o uso indireto dos recursos naturais. Ribeiro e Cavalcanti (2009) definem esse tipo de atividade como ecoturismo, e destacam que ele é um investimento positivo para região, os resultados da pesquisa que eles elaboraram apontam que:

> [...] na Vila de São Jorge o turismo tem envolvido os moradores na realização da atividade. As mudanças culturais destacadas pelos moradores abordam o aspecto positivo desta interferência do turismo. Segundo os moradores o turismo tem proporcionado o resgate das tradições culturais, através, por exemplo, do Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, realizado anualmente na Vila. Quanto aos principais impactos negativos do turismo, a comunidade destaca o aumento no volume de lixo produzido, a falta de água, a poluição sonora e intenso fluxo de veículos, principalmente nos feriados e períodos de férias (RIBEIRO E CAVALCANTI, 2009, p. 10).

As comunidades vizinhas dos Parques Nacionais passam a ser a base para as atividades turísticas, com isso, a relação entre essas comunidades e o parque passam a se estabelecer de forma estreita no sentido em que são dependentes, sendo um portador do atrativo do local e as comunidades o lugar que oferece mão de obra e infraestrutura inerente a viabilização do desenvolvimento do turismo na região (RIBEIRO E CAVALCANTI, 2009).

Devido a tal relação que se estabelece entre as comunidades próximas aos Parques Nacionais, observamos que o ecoturismo apresenta-se como desdobramento de um segundo momento vivido na Vila de São Jorge, fomentado por um novo grupo de pessoas, como investidores, desempregados e outros grupos sociais que vão para a região investir no turismo como fonte de renda.

O turismo hoje é tido como promotor de desenvolvimento, gerando emprego e renda, com isso, as políticas públicas tem se voltado cada vez mais para favorecer a atividade. No entanto, a chegada de novos atores sociais decorrente dessa prática tem provocado conflitos, que como indicados por Bomfim (2004), modificam a realidade local e podem prejudicar as comunidades. O autor nos propõe uma reflexão a respeito de pensar em até que ponto o ecoturismo proporcionou para a Vila um desenvolvimento positivo, pelo fato dos interesses

distintos sobre o local. Ele identifica que a natureza vem sendo usada como estratégia de *marketing* para atrair investimentos na região.

Acerca das consequências do turismo na vida do morador da Vila, Corbetto (2011) entrevistou alguns deles e constatou que o ecoturismo propiciou um desenvolvimento positivo. Esse desenvolvimento foi decorrente do movimento que passou a existir em São Jorge e o dinheiro que passou a circular com o fluxo de pessoas. Um morador que foi para o local em 2009, sendo parte do grupo que foi para região em busca de uma vida alternativa, acredita que essa atividade supriu a queda do garimpo, que antes era difícil, pois os antigos contam que se trocava 1 kg de cristal por 1 kg de arroz.

O autor aponta outras questões básicas na qual a Vila ainda precisa se desenvolver para proporcionar ao morador melhores condições de vida como: saneamento básico, educação e atendimento médico. Além disso, ele destaca que os moradores se queixaram das questões que foram abordadas na pesquisa de Cavalcanti e Ribeiro (2009) que, nos finais de semana, a tranquilidade dos dias comuns não existe.

Outra reflexão se dá a partir das noções de identidades que podem ser potencializadas devido ao contato com outras expressões culturais, pela perspectiva de que em relação com o outro se pode evidenciar de forma mais acentuada características comuns a si. Nesse sentindo, na publicação de Silveira (1997), o autor expõe que no processo histórico de formação de São Jorge, a criminalização do garimpo ocasionou impactos cultuais no povoado, hoje o garimpo é memória, os modos de vida geralmente mudam, e a vida na região mudou.

Muitos dos garimpeiros que moravam em São Jorge, se mudaram, e identificaram-se novos fluxos migratórios para região. A identidade para o autor é dialética, e se insere no campo ideológico, "um grupo social constrói a identidade em oposição a um outro percebido como diferente" (SILVEIRA, 1997, p. 19). Nesse sentido o autor pensa o turismo, por representar um conjunto de contextos interculturais, como uma atividade que proporciona o questionamento da identidade do povo, com isso existem os que se identificam como garimpeiros e isso lhes oferece originalidade diante do mundo exterior, mesmo que quase ninguém mais garimpe. No entanto, por ser dinâmica, a identidade de garimpeiro não se revela para alguns, da mesma forma que para outros. O autor ainda destaca a importância da incorporação do turismo ao parque sem que haja perda de identidade desse povo.

4. Antigas práticas e atual momento econômico

O contexto de transformação passado pela Vila reflete nas práticas que vem sendo adotadas no local, buscam-se medidas de conciliação entre os moradores nativos e investidores para que o turismo possa nas duas esferas trazer ganhos positivos.

Os ex-garimpeiros que ainda vivem na Vila hoje estão envolvidos em distintas atividades, sendo a de guia turístico o mais frequente entre os homens. Entre as mulheres as atividades são mais diversificadas. Silveira (1997) destacou que algumas se envolvem na atividade do garimpo retirando dos antigos locais de extração, material para fazer lascas e miçangas de cristais atendendo a indústria do quartzo cultivado. A integração das mesmas no contexto do turismo se faz também pela oferta de refeições aos turistas e na produção de artesanato. Além de realizarem toda espécie de trabalho doméstico, também se encontram empregadas como assalariadas no cargo de professoras e funcionárias da escola e do posto de saúde.

Rocktaeschel (2003) destaca que muitas das residências foram transformadas em pousadas, restaurantes, lanchonetes e vários terrenos viraram áreas de acampamento. A Vila passou a ser um local de apoio aos visitantes do parque oferecendo serviços básicos de suporte ao ecoturismo.

A partir da década de 1980, funda-se em São Jorge distintas associações com objetivos voltados a atender demandas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As associações que se estabeleceram, têm como objetivo fomentar medidas que promovam a preservação do parque e dos atrativos da Chapada dos Veadeiros, com isso, essas organizações proporcionam o treinamento de grupos de guias e realizam ações de educação ambiental com os moradores (BERH, 2000 *apud* CORBETTO, 2011).

Como grande parte dos condutores são ex-garimpeiros, Corbetto (2011) ressalta que as visitas guiadas no parque podem ser uma medida de resgate e valorização da cultura do garimpo, pois é imprescindível a manutenção dos saberes dessas comunidades tradicionais. O modo que o ex-garimpeiro se relaciona com o ambiente se apresenta como uma nova forma de ver a relação entre a natureza e o homem:

> [...] o condutor, ex-garimpeiro, é a pessoa mais qualificada e experiente para conduzir visitantes no Parque, pois possui na prática, o conhecimento de sua história. A cada novo grupo de turistas, é uma nova oportunidade de o condutor resgatar e valorizar sua própria cultura, sua história, seus saberes tradicionais do cerrado, e mais que isso, há a chance de quebrar

> esta idéia, de que eles eram os grandes responsáveis pela degradação do local (CORBETTO, 2011, p. 86).

Bomfim (2004) destaca a discrepância entre as opiniões dos ex-garimpeiros a respeito das mudanças na Vila após criação do Parque, os que se inseriram no contexto do ecoturismo almejam a ampliação dessa prática, no entanto "para alguns ex-garimpeiros a relação do homem com a natureza externa é de usufruto, vendo-a como substrato de onde extraia os cristais, caçava e pescava" (BOMFIM, 2004, p. 4), sendo assim criticam a existência do Parque pelo fato de que a área era utilizada para atender as necessidades humanas. Além disso, o autor salienta os conflitos socioeconômicos e políticos emergidos na região em consequência da crescente migração, na qual aprofunda a divisão social modificando as relações, ampliam a competição com os moradores locais na busca da sobrevivência e dificultam a integração e a organização política.

O garimpo, em meio aos investimentos do ecoturismo, se distancia cada vez mais da realidade da população de São Jorge. Hoje o preconceito para com essa prática é vastamente difundido, vista como degradadora da natureza. No entanto é de grande importância se pensar nos rumos de todo o conhecimento e história desse povo. A Vila fundada por ex-garimpeiros com a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros tem se distanciado cada vez mais de toda essa expressão cultural.

Em São Jorge ocorre anualmente o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros no qual em sua programação envolvem comunidades quilombolas e indígenas. Sueza (2014) destaca que o evento foi idealizado pelo cientista social Juliano Basso, que atualmente é morador da Vila, no qual a partir de pesquisas na região identificou diversas manifestações de comunidades tradicionais. Basso em entrevista apontada por Sueza (2014) destaca que a região "era um lugar frágil, explorado pelo turismo e que, em virtude do pensamento ainda colonizador, não tinha uma notoriedade nesse aspecto" (SUEZA, 2014, p. 22), nesse sentido o evento é uma medida de potencializar todo patrimônio cultural da região, além de promover a integração das populações da região com outros grupos indígenas que vão para o evento compor uma aldeia multiétnica. No entanto, podemos observar que o garimpeiro não está inserido nesse evento, logo se pode pensar em medidas que busquem resgatar e valorizar o conhecimento e práticas dessa população e ser reconhecida como uma manifestação da cultura da região.

Os autores apresentados na discussão proposta possuem opiniões distintas e olham para o ecoturismo e garimpo sob pontos de vista diferentes, isto nos propicia ver as diversas dimensões da realidade social que se desenvolveram em virtude da implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Sendo assim as questões apontadas levam a reflexão da situação atual da Vila de São Jorge, a partir da bibliografia utilizada, que aponta para novos questionamentos a respeito da vida do garimpeiro na região.

Referências

BOMFIM, A. **O Ambiente Conflituoso do Ecoturismo na Chapada dos Veadeiros**. Indaiatuba, SP. Encontro do ANPPAS, N. II, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/altino_bonfim.pdf>. Acesso em: set. 2015.

GONTIJO, R. C. L G.; CAVALCANTI, J. E. A. **A utilização da Análise Fatorial para a identificação dos impactos do Turismo no Distrito de São Jorge**, Chapada dos Veadeiros, GO. Caderno Virtual de Turismo, v. 9, n. 3, 2009, pp. 44-53. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1154/115412543004.pdf>. Acesso em: set. 2015.

GUIMARÃES, V. M. **A Sociologia e os Estudos do Turismo:** algumas divagações. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplVSeminTur%20/eventos/seminarios_ semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt05-03.pdf>. Acesso em set. 2015.

IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. **Histórico Alto Paraíso de Goiás**, Goiás - GO. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/13M0> Acesso em set. 2015.

PEDREIRA, R. B. **Legalidade do decreto de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 654, 22 abr. 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/6612>. Acesso em set. 2015.

ROCKTAECHEL, Benita Maria Monteiro Mueller. **O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como destino ecoturístico.** Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Monografia - Centro de excelência em turismo.

SILVEIRA, A. R. M. **Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros:** O Impacto Cultural de um Projeto Ecológico. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/ images/doc/Serie214empdf.pdf>. Acesso em: set. 2015.

SUEZA, P. S. **Interculturalidade e Território:** O Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros. Trabalho de conclusão do curso (pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014. Disponível em: <http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/arquivo1_ artigo_patrcia_sueza.pdf>. Acesso em set. 2015.

CULTURA ACIMA DA BÍBLIA? RELIGIÃO, PERTENCIMENTO E CULTURA ENTRE CHINESES DO RIO DE JANEIRO

Marcelo da Silva Araujo
Colégio Pedro II

Resumo: Os chineses e seus descendentes radicados no Rio de Janeiro e frequentadores de igrejas evangélicas ainda não figuram entre os imigrantes sobre os quais há um interesse acadêmico considerável. Sendo protagonistas de uma trajetória distinta quando comparados a outros segmentos migratórios – já que, muitas vezes, aportam no Brasil com capital para investir no próprio empreendimento comercial –, os indivíduos pesquisados têm na igreja seu espaço principal de sociabilidade. A comunicação apresentará o pertencimento a certa comunidade religiosa como uma forma de enquadramento destes sujeitos na redefinição e na sua auto-definição identitária como chineses, a partir dos respectivos lugares geracionais em que se localizam. Debaterá, por outro lado, a produção de peculiares significados de que se reveste a noção de comunidade entre os diferentes coletivos de chineses migrantes, especialmente no tocante às suas particularidades, proveniências geográficas e mecanismos de interação com a sociedade abrangente.

Palavras-chave: Chineses no Rio de Janeiro; religião (igrejas evangélicas); cultura, comunidade; etnicidade.

Abstract: The Chinese and their descendants settled in Rio de Janeiro and crowders of evangelical churches still not among the immigrants about which there is considerable academic interest. They protagonized a different path compared to other migratory segments – as often, they provide in Brazil with capital to invest in their own business venture – the individuals surveyed have in the church their main space of sociability.The presentation will show the membership of a certain religious community as a way of framing these subjects in redefining their identity and self-definition as Chinese, from their generational positions where they are located. Discuss, on the other hand, the production of peculiar meanings which it contains the notion of community between different groups of migrants Chinese, especially with regard to their particular geographical origins and mechanisms of interaction with the wider society.

Keywords: Chinese in Rio de Janeiro; religion (avangelical churches); culture, community; etnicity.

Introdução

As políticas do governo da China, denominadas Grande Salto para Frente (1958-1960) e Revolução Cultural (1966-1976), podem ser localizadas como algumas das principais transformações para os chineses no último século.

A primeira foi uma campanha que pretendia, através de ações que visavam a aceleração da coletivização do campo e a industrialização urbana, tornar, em tempo recorde, a República Popular da China uma nação desenvolvida e socialmente igualitária. Entretanto, ocasionou, pelos erros de planejamento e gestão, cerca de 20 milhões de mortos por fome.

Já a segunda, foi uma campanha político-ideológica que objetivava neutralizar a oposição que setores menos radicais do partido comunista faziam a Mao Tsé-Tung, exemplificada pela produção e distribuição do Livro Vermelho, como é mais conhecida no Ocidente a coletânea de suas citações exaltando sua ideologia, tornando-se uma forma de culto à sua personalidade.

A partir destas políticas e de suas consequências, intensifica-se a saída de chineses em grandes contingentes para o Brasil, em busca de liberdade e melhores condições de vida. Esta saída maciça iniciou-se, porém, imediatamente após a 2ª Guerra Mundial, especialmente após a Revolução Chinesa de 1949. Os *chineseoverseas*, como são referidos na literatura, intensificaram sua busca por liberdade e por melhores condições de vida.

O povo chinês, tanto os continentais quanto os da "ilha" (refiro-me a Taiwan, cuja "chinesidade" é, em si, uma controvérsia), são os líderes atuais em movimentação pelo globo. Alguns de seus contingentes estacionaram, há décadas, no Rio de Janeiro e uma parte deste conjunto, bastante diminuto e, por isso, rarefeitamente conhecido, segue religiões evangélicas.

Antes, porém, convém apresentar brevemente o contexto religioso da China, particularmente no que tange à presença do cristianismo, e suas ressonâncias em nosso país.

1. Taoismo, Confucionismo e Budismo: éticas filosóficas, ideologias morais, espirituais e... modos de vida

"Todo chinês é taoísta em casa, confucionista na rua e budista na hora da morte", diz um bordão popular na China contemporânea. O panteão das crenças na China antiga – que, no entanto, como entrediz a frase acima, ainda possui vigor no cotidiano dos chineses – poderia, para fins deste artigo, ser resumida na potência do taoísmo, do confucionismo e do budismo, merecedores de alguma menção.

Viga mais forte do templo espiritual chinês, o taoísmo é uma filosofia dual, dividindo-se entre a versão filosófica (*taokia*) e a versão religiosa (*taokiao*)[1] A primeira, a versão filosófica, que é a mais difundida, busca harmonizar o ser humano com o Cosmos através da ênfase da serenidade, da simplicidade etc. e dos "Três Tesouros": compaixão, moderação e humildade. Seus elementos mais conhecidos são *yin* e *yang*, que expressam aspectos antitéticos: a tradição filosófica é unânime em reconhecer uma natureza feminina

[1] A primeira é uma doutrina mística e metafísica atribuída aos filósofos LaoTsé (570 a. C.), Yang-Chu (440-366 a. C.) e Chuang-Tsé (369-286 a. C.). A segunda é um conjunto de práticas, ritos, festas e mágicas de cunho coletivo e popular, em parte mescladas com a alquimia, que se desenvolveram paralelamente à filosofia taoísta originando numerosas seitas.

em tudo o que é *yin* e uma natureza masculina em tudo o que é *yang*. Porém, esta teoria do *yin* e *yang* torna-se o ponto de convergência entre Confucionismo e Taoísmo, o que, de acordo com o Henriques (2000, p. 116), exemplifica a "tendência à [existência de elementos] contrários e contraditórios em unir num todo sintético [presente] no pensamento chinês"[2].

Mas retornando ao bordão que inicia esta seção, ele resume, para estudiosos ou não, a complexa espiritualidade da nação mais antiga do mundo. Isso porque, em vez de se excluírem, essas doutrinas se misturam como ingredientes de uma poderosa salada espiritual, a "religião tradicional chinesa", que inclui desde filosofia e regras de etiqueta a magias, talismãs e reencarnação.

É corriqueiro no pensamento mediano associar imigrantes chineses ao budismo. Afinal, Confucionismo e Budismo são religiões (ou filosofias ou sistemas filosóficos, como querem alguns, dentre estes os próprios chineses evangélicos) muito, mas muito antigas que se espalharam por todo o Oriente. O Confucionismo funcionou como doutrina oficial na China durante quase dois mil anos (do século II até o início do século XX). Ele aparece aqui porque é comum a afirmação, entre os especialistas, de que "socialmente – ou seja, 'na rua' – o chinês moderno ainda é profundamente confuciano" (BUENO, 2008, p. 1).

Por toda a história do mundo, nenhum livro exerceu durante um período tão longo uma influência tão profunda sobre um grande número de homens quanto o *Analectos*, de Confúcio. Pregando uma moral humanista de fraternidade universal (com provérbios como "Quem reconhece a sua ignorância começa a ser sábio" e "Somente os extremamente sábios e os extremamente estúpidos é que não mudam", dentre outros), a pequena coletânea inspirou todos os povos da Ásia oriental e, sobretudo, permaneceu como a pedra angular da mais antiga civilização viva do nosso planeta. Como diz Simon Leys (2005, p. 249), "se não lemos este livro, privar-nos-emos da principal chave de acesso ao mundo chinês. E se ignorarmos a China, nunca alcançaremos senão uma muito limitada compreensão da experiência humana".

No Budismo, é possível para alguém dizer segui-lo (ser budista), viver de acordo com princípios taoístas e participar de cerimônias de adoração aos antepassados. Um budista não teria nenhuma dificuldade em ver Jesus como um profeta e incorporar, por exemplo, conceitos do cristianismo às suas práticas. O contrário nem sempre, ou melhor, quase nunca, é o caso.

[2] Alguns especialistas (por exemplo, Henriques, *op. cit.*) classificam esta doutrina como uma "perfeita antítese do Confucionismo", posto que seus textos possuem uma "agudeza crítica e uma ironia mordaz em relação a Confúcio e a seus seguidores". O taoísmo contrapõe o sábio imerso numa harmonia perfeita com a natureza ao homem subordinado a regras de convívio social do confucionismo, o que resulta numa "atitude contemplativa, num saber intuitivo e num comportamento natural e espontâneo".

Com escolas e tradições exportadas para todos os lugares do globo, o budismo original se dividia em duas escolas, a Theravada, que se pulverizou pelos países do sul da Ásia, e a Mahayana, um caldeirão de crenças que aceita a existência de deuses, espíritos e criaturas fantásticas, como demônios e serpentes falantes. Esta corrente fez sucesso na China, dando origem a duas formas típicas de Budismo: Chan ou Zen (que misturou crenças budistas à práticas de meditação do taoísmo) e a Terra Pura (ramo mais popular, que venera diversos espíritos iluminados em vez de um único Buda, sendo o foco de suas práticas, a devoção e a recitação de sutras).

A tríade espiritual mencionada acima – Taoísmo, Confucionismo e Budismo – passaria por maus bocados a partir de 1949, quando o país foi dominado pelo regime comunista, sendo o momento da exportação do Budismo para os destinos diaspóricos, incluindo-se aí o Brasil.

De acordo com Shoji (2004, p. 74-5), estudioso da presença das religiões orientais no Brasil, o Budismo chinês e sul-coreano foi iniciado após o significativo fluxo migratório destes povos, a partir dos anos 1960. No caso chinês, já pode ser identificada, em 1964, uma atividade de budistas no território brasileiro[3], mas somente a partir dos anos 1980 sua presença se intensificou.

Aqui vale uma atenção ao trabalho de Silva e Medeiros (2008). Nele os autores afirmam, fundamentados em pesquisa no único templo zen humanista da região nordeste do Brasil, que por mais que interesses referentes à institucionalização da prática espiritual, ao fortalecimento da identidade étnica e religiosa destes imigrantes tivessem permeado aquela construção, as razões acabaram sendo as ideias de "legado religioso" para o Estado (de Pernambuco) e de difusão da doutrina para os brasileiros através de uma estrutura que favorecesse uma propagação mais ampla e sistemática do budismo.

E continuam os autores (idem, p. 19):

> Apesar de o budismo ser tradicional e fazer parte da memória social destes imigrantes, alguns se converteram não só por questões de sociabilidade ou de religiosidade. Observações demonstram que existe um fortalecimento étnico e econômico através da participação nas atividades budistas. Os dirigentes... e os líderes... são respeitados pelos chineses não-budistas por também serem representantes da comunidade e terem voz decisiva nas suas articulações políticas, como, por exemplo, a construção do Centro Cultural e Educacional Brasil-China, em Recife, no ano de 2006.

[3] Ainda de acordo com este autor (*op. cit.*, 76), devido ao caráter global da imigração chinesa e às consequentes reinterpretações e reposicionamentos da esfera religiosa em um contexto de diáspora, os templos budistas chineses devem ser divididos em dois grupos: os étnicos independentes, que seriam frutos de iniciativa local e mais centrados na comunidade imigrante ("budismo de imigração"), e os globalizados, que teriam padrões pré-definidos de ressignificação étnica e de divulgação do budismo ("budismo de conversão").

Se, numa comparação superficial, a conversão de chineses ao cristianismo em solo brasileiro pode, como um dos efeitos, aproximá-los dos brasileiros, a frequência ao templo referido pelos brasileiros convertidos ou simpatizantes é percebida pelos chineses como uma atividade que fortalece a comunidade e sua identidade étnica. Os autores concluem, a partir daí, pela existência de um conjunto de relações que englobam, entre outras coisas, as complementariedades cultura/natureza, cultura/nacionalismo, cultura/religião, cultura/saúde, cultura/relações interétnicas, presentes tanto nos discursos dos líderes espirituais quanto dos dirigentes e frequentadores mais assíduos das cerimônias.

2. A presença cristã: perspectiva histórica e a atualidade

No tocante aos cristãos, sua presença em território chinês pode ser dividida entre a dos católicos e a das demais linhas religiosas dentro desta tradição (a cristã). Em relação aos primeiros, trata-se de uma chegada bastante antiga, que data ainda do século XVI, no contexto da Contra-Reforma[4].

Um acontecimento importante e que abre as portas do continente para a progressiva expansão cristã é a chegada dos jesuítas. Foi o primeiro grupo de ocidentais a empreender um exame sistemático da cultura chinesa. De fins do século XVI até o século XVIII, foram eles os grandes transmissores de cultura entre a China e o Ocidente, mas deve-se lembrar que, junto deles, missionários franciscanos e dominicanos também atuavam em solo chinês.

Os jesuítas resolveram aceitar o confucionismo primitivo como base para desenvolver um diálogo espiritual com os chineses, mais especificamente os letrados. E, além desta aceitação como "sistema religioso compatível", os jesuítas estabeleceram também compromissos com o culto chinês aos ancestrais e a Confúcio, considerando que essas práticas chinesas tinham implicações apenas sociais e não religiosas.

Mas a Igreja Católica definiu, ainda naquele século, os Ritos aos Ancestrais como atos supersticiosos, inaceitáveis para quem queria se converter ao catolicismo. Isso fez com que o imperador Kangxi declarasse a proibição da difusão do cristianismo na China e a

[4] Há, entretanto, notícias de que os nestorianos (fiéis que defendiam a natureza divina de Cristo, fazendo separação entre o Cristo homem e o Cristo Deus, sem, contudo, negar ambas), que eram cristãos da Igreja do Oriente, foram da Pérsia à China pela Rota da Seda (série de rotas interligadas através do sul da Ásia, usadas no comércio da seda entre o Extremo Oriente e a Europa). Eles teriam sido os primeiros a apresentar o cristianismo à Dinastia Tang, em 635 d. C. Mas os primeiros missionários católicos chegaram ao território chinês em 1294. O franciscano Giovanni Montecorvino deu início, naquele ano, à missão franciscana na China, contando com a permissão do então imperador Kublai Kahn.

imediata expulsão de todos os missionários. Essa ocorrência precipitou um longo período de relações instáveis entre a Santa Sé e o governo chinês (até seu rompimento total em 1951).

Daí, após longa reflexão acerca da história e da conjuntura do catolicismo, algumas personalidades religiosas, com pleno apoio governamental, organizaram o movimento chamado "Catolicismo Patriótico" (movimento patriótico das Três Autonomias, também conhecido como Igreja dos Três Poderes, tornando-se a igreja oficial), abrigado na Associação Patriótica Católica Chinesa, organismo estatal fundado em 1957 pelo Governo da República Popular da China (RPC). Seu objetivo era controlar e supervisionar as atividades dos católicos chineses e, para tanto, nomeia ela, e não o Papa, os seus próprios bispos e padres (MARTINS, 2008, p. 2). Embora os clérigos estejam autorizados a reconhecer a autoridade espiritual do Papa, a autoridade política é a do Partido. Este, no fim das contas, efetua as ordenações de bispos, o que ocorre contra a vontade do Vaticano, que vez por outra revida excomungando-os.

Em relação às doutrinas cristãs não católicas, as denominações protestantes iniciaram suas andanças pelo subcontinente chinês na última década do século XVIII. Embora o alvo primário das missões destas confissões religiosas não fosse a China, os chineses foram inegavelmente aqueles que responderam de modo mais positivo ao trabalho dos missionários dirigido aos grupos étnicos nativos. Apresentando-se como missões humanitárias, as Missões Protestantes, como notou o sinólogo Marcel Granet (1989, p. 172-3), eram ricas em pessoal e em dinheiro e ocupavam-se de obras de higiene e de assistência. Elas trabalhavam, sobretudo, nas vilas tentando "organizar a vida social segundo os princípios anglo-saxões".

O protestantismo entrou de forma institucionalizada no território chinês quando missionários ocidentais estabeleceram igrejas e propagaram a doutrina pelo interior do país. Seus missionários pregavam de fato uma nova doutrina que divergia do confucionismo e buscaram, além disso, desenvolver um tipo de cristianismo que transcendia as distintas denominações, diferentemente, por exemplo, da eterna questão nutrida entre franciscanos e jesuítas[5].

A China pós-1949 experimentou outros modos de funcionamento do cristianismo em seu território. Após a vitória dos comunistas (nesse momento a China contava com cerca de oitocentos mil cristãos evangélicos), muitos missionários cristãos sofreram perseguição (ou

[5] Tal questão pode ser resumida pela compreensão da querela conhecida como Questão dos Ritos. Em linhas gerais, trata-se da discussão sobre se o tradicional culto chinês aos ancestrais constituía ou não uma forma de idolatria ou se era apenas superstição. Os missionários dominicanos e franciscanos, que evangelizavam com métodos intransigentes (porque culturalmente ligados aos modelos europeus), afirmavam que a fé cristã corria risco, porque os jesuítas estavam permitindo aos católicos chineses praticarem os ritos aos ancestrais.

foram enviados à prisão ou aos campos de trabalho, executando tarefas humilhantes e degradantes) e foram expulsos do país, saindo completamente da China em 1952. Mas o cristianismo continuou sendo permitido em igrejas aprovadas pelo Estado, desde que se mantivessem fiéis, primeiramente, ao Partido Comunista.

O mesmo controle citado acima que se impõe às igrejas católicas, acontece com as igrejas protestantes, oficializadas e agrupadas em torno da Protestant Three Self Patriotic Moviment (Movimento Patriótico Protestante das Três Autonomias). Todos os membros são registrados e os cultos monitorados pelo governo[6].

Como reação a esse cenário, surgem as chamadas "igrejas subterrâneas". Estas igrejas clandestinas particulares têm os seus próprios padres e bispos, que reconhecem a autoridade do Papa como seu supremo Chefe (quando é, obviamente, o caso de serem católicas) e que foram ordenados legítima e validamente. Porém, como é de se esperar, os clérigos destas igrejas ilegais são ainda perseguidos pela Associação Patriótica e pelo Governo chinês.

Na China, apesar de a própria Constituição do país determinar o respeito às opções religiosas, em seus artigos 36 ("os corpos e os assuntos religiosos não devem ser submetidos a qualquer interferência ou dominação externa") e 88 ("todo cidadão da República Popular da China gozará de liberdade de crença religiosa"), existe um "porém": a alteração da própria Constituição, revista e adotada em 1975 (ainda na vigência da Revolução Cultural), onde se restringe estrategicamente essa garantia a partir do acréscimo de duas condições:

> Todos os cidadãos da República Popular da China gozarão de liberdade de crença religiosa. Gozarão também da liberdade de não crer e da liberdade de propagar o ateísmo[7].

Quanto à escalada exponencial da adesão ao cristianismo, há pouquíssima informação acessível, por motivos óbvios, acerca da igreja na China hoje: nem as igrejas protestantes nem a igreja nacional católica publicam estatísticas, relatórios ou periódicos. Contudo, considerando o perfil de seus convertidos e as razões para isso, surgem interessantes números e análises que apontam, por exemplo, serem os cristãos estimados em

[6] Porém, é importante lembrar que, em alguns casos, muçulmanos e budistas têm recebido o mesmo tratamento rigoroso dado aos cristãos e é comum que muitas seitas ou grupos religiosos de menor expressão sejam extintos. Não bastasse isso, algumas tentativas de evangelizar muçulmanos no extremo noroeste do território chinês têm enfrentado resistência e alguns ataques.

[7] Vale mencionar, também, que a mesma legislação determina, em outra parte, que somente pessoas com mais de 18 anos podem ser evangelizadas na República Popular da China e que nenhum grupo cristão pode se reunir fora dos locais registrados, sob pena de prisão para os infratores.

aproximadamente 14% dos que afirmam ter religião (AIKMAN, 2003, capítulo 4).

David Aikman (idem) garante que cerca de 2 milhões de chineses se convertem anualmente ao cristianismo no país: sem dúvida uma das maiores taxas de crescimento da história da religião. Mas ele arrisca dizer que, considerando a rapidez destas conversões, pode-se estimar que em torno de 300 milhões se converterão nas próximas três décadas, o que transformaria a China em um dos maiores países cristãos do mundo[8].

3. No Brasil...

Supõe-se que a "diáspora chinesa" represente entre 35 e 45 milhões de pessoas no ultramar (MACHADO, 2011, p. 218) e que no Brasil o atual número estimado de chineses e descendentes é de cerca de 200 mil (algo como 0,1% do total da população brasileira). Destes, cerca de 110 a 120 mil estão na região metropolitana do estado de São Paulo. Muitos ainda se encontram em processo de legalização (VÉRAS, 2010; FERREIRA, 2012). Naturalmente, estes números devem ser constantemente atualizados, porém supõe-se que no Rio de Janeiro haja, atualmente, cerca de 50 mil chineses.

Os espaços institucionais de sociabilidade de que trato possuem quatro igrejas sedes. Encontrei, num primeiro momento, as portas abertas. Consegui contatos e fiz observações nelas, da igreja mais permeável à mais fechada ao exterior (aos brasileiros). Constatei haver, portanto, três modelos de "igrejas cristãs evangélicas chinesas": uma mais antiga, menos "tradicional" e mais historicamente permeável (frequentada por taiwaneses há muito radicados no Rio de Janeiro), duas outras fisicamente mais estruturadas, com grau de permeabilidade variável de uma para outra quanto a não chineses e a última, em fase de organização (compra de uma sede própria para seus cultos, fidelização de fiéis etc., frequentada exclusivamente por cantoneses), conservando os "valores tradicionais", como o culto no idioma regional. Assim, não somente há três modelos de igrejas, como também três trajetórias distintas, que ora se ligavam ora se afastavam, e três formas particularizadas de manutenção identitária.

[8] Atualmente, de acordo com ele, os cristãos chineses já seriam perto de oitenta milhões, número que é, aparentemente, alargado pela maior liberdade nas fronteiras entre as províncias chinesas. Isto é, com o crescimento da China, a fiscalização das fronteiras tornou-se mais difícil, e muitas pessoas transitam sem serem importunadas pela polícia. Como contraponto, existem as estimativas do governo, para o qual os cristãos são vinte e cinco milhões (dezenove milhões de protestantes e seis milhões de católicos). Por sua vez, analistas independentes apontam para sessenta milhões, cifras que os próprios religiosos reputam *ainda* por conservadoras.

As igrejas comportam grupos distintos não somente de origens geográficas dentro da China, mas de idiomas, para citar um elemento *interno*, e de interação com os brasileiros. Não digo que haja um *ranking* da qualidade ou intensidade das interações interétnicas, mas sim que variam os interesses na maior ou menor comunicação com os brasileiros. E variam, por exemplo, em razão da atividade profissional: chineses que atuam em pastelarias e comércios de rápido atendimento, por causa mesmo destes contatos fugidios, investem menos na interação qualificada, vendo geralmente no brasileiro tão somente um freguês a ser atendido, assim como, de outro lado, os indivíduos que transitam em ramos profissionais que requerem, em regra, comunicação e diálogo mais prolongados, abrem-se, como que homologicamente, mais ao outro, nesse caso, ao "nativo".

4. "Ser chinês" fora da China: caráter relacional das classificações via interações

Percebi, ao longo do estudo, que havia formas de ser chinês fora da China. E estas, longe de excluírem-se mutuamente, classificavam-se de modo aparentemente hierárquico.

A hierarquia do "ser chinês" no Brasil não passa, pelo que constatei, exatamente pelas distinções geográficas da origem. O problema não é a geografia, mas sim o que poderíamos chamar de *ethos*, esse sim ligado à origem geográfica.

Para muitos chineses de Taiwan (a designação é em si mesma problemática)[9], por exemplo, os cantoneses são atrasados, ignorantes (no sentido da instrução formal escolar) e despreparados tecnicamente, fatores que condicionam o seu tipo de atuação profissional, com extenuantes horas de trabalho e baixo nível técnico.

Parto do princípio de que há uma comunidade de chineses imigrantes no Rio de Janeiro e de que ela se manifesta tanto no sentido mais popular, corriqueiro, do termo quanto no das trocas e compartilhamentos que, inclusive, extrapolam as fronteiras regionais, criando redes ao redor do mundo. A questão é como essa noção de comunidade se insinua.

Assim, na prática, auxiliado pelas definições do conceito de comunidade (como em BUBER, 1987), temos que ela não nasce do fato de que as pessoas têm sentimentos umas

[9] Há um intenso e aparentemente inefável debate sobre o pertencimento dos taiwaneses à China, seja dentro ou fora de Taiwan. Em regra, justapõe-se, num polo, para muitos taiwaneses, a forte e enfática marcação de que taiwanês não é chinês e a compreensão, noutro polo, da matriz chinesa como uma identidade englobante e confortável de localização social. No primeiro caso, parece haver uma espécie de orgulho nacional e de diferenciação comportamental que busca elevar as ações dos taiwaneses e distingui-los quanto ao aporte formativo e intelectual; no segundo, a recuperação de um pertencimento territorial ancestral, que se reforça na condição de migrante.

para com as outras (embora ela não possa, na verdade, nascer sem isso), mas sim do fato de estarem todos em relação mútua com um centro vivo e de estarem unidos uns aos outros em uma relação recíproca. E, relativizando a ideia de uma "relação mútua" e de um "centro vivo", Cohen (1992) argumenta estar a comunidade grandemente localizada na mente, existindo na cabeça de seus membros e não devendo ser confundida com assertivas geográficas ou sociográficas de "fato". Para ele, a "distintividade das comunidades e, daí, a realidade de suas fronteiras, encontra-se de modo semelhante no espírito, nos significados que as pessoas dão a elas, e não nas formas estruturais".

Deste modo, percebi que em uma destas igrejas, composta por indivíduos predominantemente vindos da região de Zhejiang, esta manutenção identitária carecia de "afastar" indivíduos ou intenções que não se coadunavam à ideia de uma conservação de seus elementos mais caros, como a privacidade, ainda que a igreja tenha, no passado, se aberto ao interesse ou curiosidade de não chineses e praticantes de sua fé.

Da mesma forma, também na igreja classificada como "mais fechada", parece não ser à toa a manutenção, no nome, de suas designações nacionais e étnicas ("Chinesa" e "de Chinês", respectivamente), ao passo que as outras fizeram a opção de abandonar esta marca: uma deixou para trás igual rótulo, "Chinesa", e a outra o epíteto "Oriental".

No caso da que se apresentava como mais aberta ao ingresso de não chineses, a intenção declarada era "pregar o evangelho [e não se restringir] a ser sempre uma igreja cristã chinesa do Rio de Janeiro", em parte por causa de um ditame frequentemente repetido, o de que é o de "ter a visão [que clama] 'ide e pregai o evangelho por toda a terra, toda criatura, até os confins da terra', então por causa dessa visão nós mudamos o nome", em parte em razão de um movimento inelutável de transformação do perfil da igreja ("a característica de nossa igreja é ela ser jovem, unida e dinâmica"). Fica, pois, claro que os valores religiosos e espirituais se sobrepõem, neste arranjo de igreja, aos valores étnicos – como me segredou um informante, em tom de crítica às igrejas resistentes ao culto traduzido, embora se referisse a algumas de São Paulo: "elas colocam a cultura acima da Bíblia!".

Mesmo com a identificação espiritual sobrepondo-se, mas não anulando, à identidade étnica que constatei nas igrejas mais antigas, com predomínio de fiéis mais jovens e, em linhas gerais, igrejas mais abertas e inclusivas quanto aos não chineses (mesmo os que vão por simpatia e não por uma fé compartilhada), ainda assim condutas e posturas em outras áreas (individualismo, busca pelo lucro etc.) cuja persistência é entendida como passível de produzir um potencial

prejuízo para a vida ou a consciência religiosa, eram "combatidas" com argumentos espirituais (pude constatar isso num culto onde, na pregação, o pastor diz que para o chinês é difícil "negar a si", no sentido de abrir mão dos seus bens materiais, por causa da filosofia e da tradição).

Esse mecanismo classificatório da etnicidade a que me referi linhas acima põe em xeque a noção de comunidade, no sentido espiritual do termo. Há certamente uma comunidade de origem mais ampla, genérica, "a China" como entidade, insisto, mas as dissensões nem sempre publicizadas podem ser captadas em pequenos gestos ou expressões de pensamento.

Paralelamente, refletindo sobre as análises que apostam na etnicidade como cimento que une, num espaço religioso de um contexto diaspórico, visões de mundo, crenças e até pessoas de distintas procedências, argumento que, nos espaços pesquisados, essa situação parece se inverter. Isto é, num contexto majoritariamente jovem, que é o das igrejas pesquisadas, vale mais a identificação religiosa que a identidade étnica, já que aquela, a identificação religiosa, recria e redimensiona os laços e vínculos identitários.

Quer dizer, a comunhão espiritual entre as gerações mais jovens, que reúnem pessoas vindas pequenas da China ou nascidas aqui, com os membros mais velhos, é uma forma de viabilizar, de modo atualizado, a identidade étnica.

Naturalmente, toda comunidade religiosa compartilha solidariedade, compaixão, amor, entre outros sentimentos nobres, e, nessa obviedade, as comunidades religiosas frequentadas não diferem disto em nada, porém constatar (e dividir) o espírito de doação e de solidariedade transformadoras promove a reavaliação da importância da religião para o entendimento dos indivíduos. Prova disso foram as conversas informais que tive com diversos frequentadores brasileiros. Quando perguntados sobre o porquê da opção de se ligarem a uma "igreja etnificada", as respostas e narrativas, tirante as amizades que já cultivavam com chineses ou descendentes, vão invariavelmente na direção desse clima de comunhão e de fé que, para eles, parece apresentar-se de forma mais sentida e sólida.

Exemplificando este cenário, vale dizer que muitos taiwaneses – mas também um número significativo dezhejianeses – não somente reafirmavam sua "taiwanesidade" (e "zhejianesidade"), a partir, entre outras coisas, de perspectivas político-ideológicas (no caso dos taiwaneses para com todos os continentais), da retórica de serem falantes de mandarim, e não de cantonês (dos zhejianeses que eram, por isso, "culturalmente diferenciados" daqueles), ou, de maneira mais particularizada ainda, os wonzhouneses, que revelavam, como critério distintivo,

sua posição geográfica privilegiada. E, mesmo assim, sabemos que nunca se é tão nacional quanto no exterior, no exílio etc. Aliás, por vezes, só se é nacional nessas circunstâncias.

Nesse panorama, ser diferente ou ser igual, ser mais ou ser menos são marcações acionadas dependendo do lugar e do contexto social, e essas classificações servem tanto para incorporar quanto para excluir.

Apesar de este estudo se interessar, como uma de suas linhas de discussão, pelos formatos forjados de comunidade – esse termo pode, à primeira vista, refletir um forte senso de identidade grupal – entre chineses de diferentes proveniências geográficas, chego à conclusão de que a existência de uma comunidade entre os chineses independe das modulações que esta toma na prática.

Aquilo que poderia, embora imperfeitamente, ser chamado de repulsão não inviabiliza uma "comunidade de compreensão" (WEBER, 1984, p. 269, 271-2), uma vez que essa "compreensibilidade do sentido das ações [posturas e visão de mundo] dos outros" é o pressuposto mais elementar de uma relação comunitária. Enfim, de sua existência.

O que torna possível a persistência de uma comunidade é a capacidade de compreender diferenças dialetais[10] inelutavelmente fixadas entre pessoas que, contudo, percebem-se subjetivamente como membros de um mesmo grupo.

E isso ocorre com os chineses, especialmente em razão da identidade sem territorialidade (o que pode ser aproximado daquilo que Weber denomina de "parentesco clânico"), malgrado as, por vezes grandes, divergências nos costumes.

Assim é que alguns taiwaneses creem piamente não serem chineses, ao passo que outros não nutrem dúvida quanto a esta ligação ancestral – o que nos leva a constatar que não existe necessária conexão entre categorização étnica e etnográfica. O fato curioso é que, em ambos os casos, reconhece-se como nocivas a Taiwan as ações políticas perpetradas pela China para obstruir oficialmente liberdades de tipos diversos, o que pode ser exemplificado pela alcunha moral e politicamente classificatória de "província rebelde", através da qual a China qualifica a ilha.

Na esteira da ideia de comunidade, como uma pré-condição para ela, estão as particularidades étnicas. É fato que entre os imigrantes (ou seja, não os nascidos aqui, mas o que vieram para cá), a construção da comunidade étnica se dá numa redefinição do que é ser chinês no

10 Diferenças dialetais que podem, em contextos particulares, engendrar outras formas de diferença e de nominação delas. É o que nos mostram Medeiros e Silva (2008, p. 5, nota 8), em seu estudo sobre práticas e rituais do budismo em Pernambuco. Eles nos contam que a "comunidade chinesa de Pernambuco costuma chamar de 'puros' aqueles que, mesmo nascidos no Brasil, possuem pai e mãe chineses. Já chineses 'mestiços' ou 'misturados' são os que possuem o pai ou a mãe brasileira".

Brasil. Globalmente, as igrejas, associações, comércio são os espaços por excelência para encontros e celebrações privadas de datas e acontecimentos cultural e historicamente relevantes.

Conclusões

Ao estudar os chineses e seus descendentes radicados no Rio de Janeiro e frequentadores de igrejas evangélicas, grupo que ainda não figura, em geral, entre os imigrantes sobre os quais há um interesse acadêmico considerável, investigo como estes espaços de exercício da sociabilidade, as igrejas, atuam na construção e na manutenção da identidade, étnica e religiosa, e de como isso se reflete nos processos comunitários em que estes chineses se encontram envolvidos.

Assim, sustento que, no Brasil, o pertencimento a certa comunidade religiosa enquadra seus participantes na redefinição e na auto-definição identitária como chineses, a partir dos respectivos lugares geracionais em que cada sujeito se localiza.

Tais conclusões, desenhadas a partir de trabalho de campo em 4 igrejas da cidade e da região metropolitana do Rio de Janeiro, bem como em larga pesquisa histórica acerca do tema, indicam que os segmentos chegados há mais de 20 anos estão em franco processo de aculturação na realidade brasileira, ao passo que aqueles que continuam chegando em território nacional, dadas as dificuldades de se enquadrarem, isolam-se e tomam, assim, por seu grupo de sociabilidade apenas e tão somente outros chineses da mesma região que eles.

Estas formas de configuração de grupos de sociabilidade giram em torno dos espaços religiosos. Neles, é possível perceber maior ou menor permeabilidade para não chineses, o que por sua vez define as formas de pertencimento étnico e, mesmo num solo que não é o seu e que, por causa disso, é sentido como extremamente complexo, a ativação das hierarquias e das formas de distinção pesam sobre a construção da noção de alteridade. Alteridade que não recai sobre o brasileiro, mas sobre o chinês que possui a mesma proveniência ou molde cultural.

Constatei haver formas discursivas que instauram uma hierarquia simbólica entre as igrejas, além de captar os peculiares significados de que se reveste a noção de comunidade entre os diferentes coletivos de chineses migrantes, especialmente no tocante às suas particulares proveniências geográficas e mecanismos de interação com a sociedade abrangente. Por outro lado, argumento que existe uma modulação e uma negociação entre as noções e ocorrências empíricas de identidade étnica e identificação religiosa, ambas sendo

validadas pelo contexto em que se movem os sujeitos, pelo seu enraizamento local ou ancestral e ideológico e pelo investimento na tradição e/ou na mudança.

Por fim, é preciso reafirmar que em todo trabalho antropológico as parcialidades e insuficiências analítico-interpretativas advêm das escolhas teórico-conceituais e metodológicas que, consciente ou inconscientemente, foram trilhadas, retirando daí, senão pontos fortes, ao menos persistentes tentativas de acertar, colaborando para o avanço da ciência social e antropológica.

Referências

AIKMAN, David. **Jesus in Beijing:** how Christianity is transforming China and changing the global balance of power. Washington, DC: Regnery Publishing, 2003.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. SP: Perspectiva, 1987.

BUENO, André. "**A fé que move a China**". In: <http://super.abril.com.br/religiao/fe-move-china-447673.shtml>. Acessado em 13/02/2011.

CARLETTI, Anna. "Os Vicentinos em Pequim: uma experiência missionária na China (1699-1951)". In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 48, jul./dez. 2010. Disponível em http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos. Acessado em 14/08/2013.

COHEN, Anthony. **The symbolic construction of community.** London: Routledge, 1992.

FERREIRA, Fernando Dandoro Castilho. **A inserção do kung fu no Brasil na perspectiva dos mestres pioneiros.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Física). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

GRANET, Marcel. "Le sentiment religieux dans la Chine moderne". **La religion des Chinois**, Paris: Imago, 1989.

HENRIQUES, Antônio. **Iniciação ao orientalismo**. RJ: Nova Era, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial**. RJ: Objetiva, 1997.

LEYS, Simon. **Ensaios sobre a China**. Lisboa: Livros Cotovia, 2005.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **Made in China:** informalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil. SP: Hucitec/ANPOCS, 2011.

MARTINS, Jayme. **"A Igreja Católica na China"**. In: <http://www.ccibc.com.br>. Acessado em 03/06/2008.

SHOJI, Rafael. “Reinterpretação do budismo chinês e coreano no Brasil”. **Revista de Estudos da Religião**, n. 3, 2004.

SILVA, Marcos de Araújo e MEDEIROS, Bartolomeu Figueirôa de. “A Mi Tuo Fo - Práticas e rituais do Budismo Chinês em Pernambuco e seus sentidos terapêuticos”. Comunicação oral apresentada na 26ª. **Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, 01 a 04 de junho, 2008.

SIQUEIRA, Marcella Cassiano e PHINTENER, Marcelo de Jesus. “Aspectos psicossociais da (i)migração: uma síntese”. **China em estudo**, n. 6, SP: Humanitas, 2004.

VÉRAS, Daniel Bicudo. “Imigrantes chineses no Brasil: o caso de São Paulo”. **Revista Iberoamericana de Estudios de Asia Oriental**, n. 3, 2010.

WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. **Economia e sociedade:** fundamentos de sociologia compreensiva, v. I, 3ª ed., Brasília: EDUnB, 1984.

WIJAYA, Yahya. “The Chinese-Indonesians and religions”. **Business, family and religion -** public theology in the context of the Chinese-Indonesian business community. Bern: European Publishers, 2002.

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIEDADE-MIGRANTE: REFUGIADOS SÍRIOS NO ES

Moara Ferreira Lacerda
Mestre em Sociologia Política pela UVV. Graduada em Relações Internacionais. Analista Internacional Voluntária da ONG MAIS. E-mail: moara.lacerda@gmail.com

Resumo: Busca analisar o caso recente de integração (ou falta de integração) dos refugiados sírios no ES, por meio de análise específica de entrevistas realizadas com refugiados sírios que vieram para o estado. Para tanto, a primeira parte do artigo analisa o cenário geral do refúgio no Brasil, com suas limitações e seus desafios. Já a segunda parte analisa o processo de integração social dos refugiados (incluindo dificuldades de obtenção de emprego, a complexidade de reformulação de laços sociais e novos processos de identificação, etc.), tomando como base entrevistas feitas com cinco refugiados sírios, recém-chegados na sociedade capixaba, nas quais são relatados a vida do refugiado após a eclosão da guerra na Síria e após chegar ao Brasil, além dos novos sonhos que eles possuem para suas vidas aqui no país.

Palavras-chave: refugiados sírios; processos de integração; identidade.

Abstract: This article analyzes the recent case of integration (or lack of integration) of Syrian refugees in Espirito Santo (ES), Brazil, by studying interviews that were developed with Syrian refugees who came to ES. Therefore, the first part of the article analyzes the refuge situation in Brazil, generally, considering its limitations and challenges. The second part analyzes the process of social integration of refugees (including difficulties in obtaining employment, the complexity of reformulation of social ties and new processes of identification etc.), by focusing on interviews made with five Syrian refugees in ES. Questions asked during the interview range from their lives before and after the outbreak of war in Syria, as well as after arriving in Brazil; and the new dreams they have for their lives here in Brazil.

Keywords: syrian refugees; integration processes, identity.

Considerações Iniciais

O Brasil não é um país tradicional de recebimento de refugiados, mas é um país cuja quantidade de pedidos de refúgio reconhecidos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos e, principalmente, nos últimos meses. Entre os 59.5 milhões de deslocados no mundo no ano de 2014, dos quais 19.5 milhões são de refugiados registrados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (UNHCR, 2015a), 5.196 refugiados estavam no Brasil no início de 2014 (UNHCR, 2014a). Até dezembro de 2014, o número passou para 7.490 (UNHCR, 2015b). Já em julho de 2015, tivemos 7.948 refugiados reconhecidos no país (FRANCO, 2015).

Apesar de possuir uma quantidade relativamente menor de refugiados se comparada ao restante do mundo, o interessante no caso do Brasil é a diversificada origem desse contingente de migrantes que pedem refúgio no país. No total são 81 nacionalidades distintas, sendo a maioria dos refugiados vindos da Síria, Colômbia, Angola e República Democrática

do Congo. No caso específico dos sírios, a partir de julho de 2014, eles tornaram-se a principal nacionalidade de refugiados no Brasil (UNHCR, 2014a). Essa diversificação gera a oportunidade de absorção de diferentes riquezas culturais pela sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, possibilita choques culturais que dificultam a integração.

Ainda que o país não abrigue grande número de refugiados, a garantia dos direitos e a promoção da integração na sociedade não é tarefa simples. Afinal, a condição de refúgio é de vulnerabilidade, e os refugiados encontram as mesmas dificuldades de adaptação e acesso aos serviços públicos que os demais imigrantes no país e até dos próprios nacionais. Entretanto, além dessas dificuldades estruturais, o refugiado, assim como qualquer imigrante, passa por um processo de reinserção social, no qual novos laços sociais, processos de identificação e de identidade se estabelecem de forma complexa (voluntária ou involuntariamente).

Considerando isso, é necessário compreender o processo de integração do refugiado para além das questões meramente materiais, uma vez que a inserção social inclui também processos imateriais de reformulação de identidades e identificações. Portanto, através da análise de cinco entrevistas feitas com refugiados sírios no ES, esse artigo visa inserir o debate da integração do refugiado no Brasil, num contexto que une tanto os fatores imateriais quanto materiais dessa temática.

Para isso, iremos primeiramente analisar o contexto geral do refúgio no Brasil considerando seus aspectos estruturais de governança. Posteriormente, analisaremos as entrevistas feitas com cinco refugiados sírios que vieram ao Espírito Santo, por meio de uma ONG local chamada MAIS (Missão em Apoio à Igreja Sofredora). Por meio das entrevistas, veremos que as preocupações dos refugiados são principalmente relacionadas às dificuldades de obtenção de emprego. Além disso, é comum encontrar resistência relacionado ao novo, já que, sem laços sociais e capital social aqui no Brasil, os refugiados buscam segurança naquilo que já conhecem – o que fica implícito em seus desejos de reunificação familiar e envolvimento com a comunidade da ONG acolhedora no Estado.

1. O refúgio no Brasil

O ato de conceder asilo é fenômeno histórico com raízes que se prolongam até 3.500 anos atrás (UNHCR, 2014b). Contudo, foi apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial

que a possibilidade de pedido de asilo institucionalizou-se como direito a todo indivíduo que atravessa a fronteira de seu país por motivos de fundado temor de perseguição.

Tal institucionalização foi garantida em 1950, com a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Segundo seu estatuto, o ACNUR é responsável pela proteção internacional de refugiados e outras pessoas de seu interesse (como deslocados internos, solicitantes de asilo e apátridas) e pela implementação de soluções duradouras. Essas soluções giram em torno de três pilares: repatriamento voluntário, reassentamento e integração local.

Para sustentar e apoiar o trabalho do ACNUR, em 1951, foi criada a Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados (com entrada em vigor em 1954). Essa convenção tornou-se uma espécie de convenção mãe para todos os dispositivos internacionais e regionais que vieram a tratar da questão do refúgio posteriormente. Isso porque a Convenção de Genebra trouxe em seu texto, além dos direitos e deveres do refugiado, a institucionalização consensual da definição jurídica de refugiado, a saber:

> Que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR; IMDH, 2010, p. 48).

Por meio da convenção, a definição jurídica de refugiado passou a ser determinada por instrumento internacional, sendo direito internacional concedido à pessoa humana e não mais uma condição concedida por determinações arbitrárias do Estado nacional. Repara-se, não obstante, que a Convenção de 1951 estabeleceu limitações à definição criada: uma temporal e outra geográfica – essa última sendo implícita. As limitações são tratadas no §2° do mesmo artigo da Convenção, no qual se explica que: “acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951” podem ser compreendidas como “acontecimentos acontecidos apenas na Europa antes de 1 de janeiro de 1951” ou “acontecimentos acontecidos em qualquer parte do mundo antes de 1 de janeiro de 1951”. Logo, isso possibilitou certa arbitrariedade atribuída aos interesses políticos de cada Estado ratificador.

Por outro lado, devido às guerras civis e conflitos humanitários ocorridos durante a guerra fria, que aumentaram o fluxo de refugiados no mundo inteiro, estabeleceu-se o

Protocolo de Nova Iorque de 1967. Esse protocolo determinou a retirada das limitações geográfica e temporal da Convenção de 1951 e constituiu-se em medida internacional fundamental para a garantia dos direitos humanos. No caso do Brasil, o país somente ratificou a Convenção de 1951 em novembro de 1960 e aderiu ao Protocolo de 1967 em abril de 1972 (sendo o segundo país da América do Sul a ratificar o primeiro e aderir ao segundo).

Além desses dispositivos universais, algumas regiões do mundo adotaram convenções e declarações regionais para atender a situações específicas, às suas realidades socioeconômicas e sociopolíticas. A primeira convenção desse sentido foi a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) de 1969. Inspirada nessa, a Declaração de Cartagena de 1984 também buscou tratar de especificidades da América Latina, em matéria de refúgio. Ambas visaram à ampliação do conceito de refugiado, sendo, logo, complemento aos instrumentos internacionais e não documentos concorrentes. No caso da Declaração de Cartagena, o conceito de refugiado amplo passou a incluir o deslocamento forçado devido à violência generalizada, à agressão ao estrangeiro, aos conflitos internos, à violação maciça de direitos humanos ou outras circunstâncias que afetaram a ordem pública (ACNUR; IMDH, 2010).

Em 1997, o Brasil incorporou o conceito amplo de refugiado, inspirado na Declaração de Cartagena, em sua jurisdição interna, por meio da criação da Lei 9.474/97. Essa foi a primeira lei nacional em matéria de refúgio em toda a América Latina, sendo vista como uma das mais avançadas e humanitárias do mundo, uma vez que incorpora ao conceito internacional de refugiado qualquer pessoa que "devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país" (Lei n° 9.474/97) (ACNUR; IMDH, 2010, p. 9).

Logo, com a entrada em vigor da lei, o Brasil passou a ser considerado um país comprometido com a causa do refúgio e efetividade dos direitos humanos e do direito internacional dos refugiados (JUBILUT, 2007). Inclusive, a criação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), por meio da lei para refugiados do Brasil, é vista como inspiradora, principalmente, devido a sua organização estrutural tripartite formada pelo governo, representantes da sociedade civil e ACNUR – este último com direito a voz, sem voto.

Essa estrutura acabou por determinar que o CONARE ficasse responsável pela análise de pedido de refúgio e concessão ou recusa do status de refugiado no Brasil, enquanto a prestação de serviços e assistência social aos refugiados e solicitantes de refúgio se concentraria nas mãos da sociedade civil. A composição, destarte, caracteriza uma

governança para promoção de integração do refugiado na sociedade brasileira, na forma de rede entre atores governamentais e não-governamentais.

Teoricamente bem estruturada, na prática a governança para promoção dos direitos dos refugiados no Brasil tem apresentado limitações e precisa ser mais bem compreendida e estudada para promover uma maior efetividade em benefício dos refugiados que aqui se encontram. Afinal, como afirma Jubilut (2007), a sociedade brasileira ainda compreende muito pouco a situação dos refugiados e isso constituiu dificuldade de integração. Já Pacífico e Mendonça (2010) apontam para problemas decorrentes da dificuldade de aprender a língua portuguesa, ter acesso ao mercado de trabalho formal e à educação.

Ainda que o país não tenha grande número de refugiados, em termos comparativos, a garantia dos direitos e a promoção da integração social, econômica e cultural na sociedade brasileira não é tarefa fácil. Afinal, a condição de refúgio é de vulnerabilidade e os refugiados encontram as mesmas dificuldades de adaptação e acesso aos serviços públicos do que os migrantes não refugiados. No caso do Brasil, talvez pela pouca quantidade de refugiados em termos percentuais da população total do país, o desafio de superação dessa exclusão do outro seja menor do que em outras regiões do mundo. Não obstante, as políticas de integração precisam-se pautar no pensamento de que não é pela quantidade de refugiados, mas pela condição de ser humano que se deve priorizar a busca da garantia de seus direitos. Focando-se na concepção dialética de direitos humanos abrangentes e conquistados, a superação da lógica do não pertencimento e da condição de *outsider* pode-se traduzir em políticas integrativas mais efetivas.

Nesse sentido, a Lei 9.474/97 é essencial para iniciar e apoiar o processo de internalização do compromisso com os direitos e integração dos refugiados na sociedade. Não obstante, a lei é apenas uma das etapas para se chegar à garantia desses direitos. Outras etapas, como as políticas públicas e a conscientização social, mencionadas acima, estão ainda em fase embrionária no Brasil.

A rede de elaboração de políticas públicas, trabalhando para a promoção da igualdade e integração dos refugiados na sociedade, precisa se fortalecer por meio de um aumento de integração e diálogo entre atores governamentais e da sociedade civil e entre os próprios atores que constituem a sociedade civil. Conhecer os processos de elaboração das políticas e o processo interativo entre os atores envolvidos na sua execução é fundamental para garantir o acesso aos serviços públicos pelos refugiados, solicitantes e demais migrantes. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas

(NEPO/UNICAMP), com colaboração do ACNUR e apoio da Cáritas de SP e do RJ, no ano de 2007, foi constatado que o acesso aos serviços públicos pelos refugiados é precário, principalmente no que se refere à moradia e à saúde (BAENINGER; DOMINGUEZ; AYDO, 2007).

Outros resultados obtidos pela pesquisa apontaram para o emprego, a moradia e a discriminação como os principais problemas mencionados pelos refugiados entrevistados. Além disso, os refugiados consideram as condições de trabalho e os salários recebidos como insatisfatórios, sendo que "26,4% dos refugiados reconhecidos que vivem em São Paulo reúnem as condições para serem beneficiários de programas assistenciais de transferência de renda" (BAENINGER; DOMINGUEZ; AYDO, 2007, p. 07). Porém, foi relatado apenas um caso de recebimento do Bolsa Família. Para completar, a pesquisa concluiu que são raros os casos de reconhecimento de diplomas universitários para os refugiados no país. No total, "foram entrevistadas 139 famílias refugiadas em São Paulo e 191 famílias refugiadas no Rio de Janeiro" (BAENINGER; DOMINGUEZ; AYDO, 2007, p. 07).

A pesquisa relata apenas um pequeno retrato das condições de vida dos refugiados no Brasil, especificamente no caso de São Paulo. Todavia, como veremos, esse retrato é repetido no caso dos sírios que tem chegado no Espírito Santo.

2. Os refugiados sírios no Espírito Santo

Dados do Conare, liberados para a imprensa no Brasil, afirmam que há 2.077 refugiados sírios no país (CRUZ, 2015). No caso do Espírito Santo, a quantidade de refugiados Sírios que vieram para o Brasil e foram atendidos pela ONG MAIS (localizada em Vila Velha) é de aproximadamente 130, desde o ano de 2013.

Por meio do trabalho da MAIS, a partir do último trimestre de 2013, o ES passou a ser uma constante rota na chegada de refugiados sírios no país. Por conseguinte, o estado vem se inserindo cada vez mais no acolhimento de refugiados – ainda que, até o momento, os refugiados sírios que chegam ao país por intermédio da ONG sejam direcionados para fixar residência em outros estados devido às dificuldades de integração no ES.

Segundo a advogada da MAIS, Laise Sindra Ribeiro (2014), o projeto de atendimento aos refugiados sírios no ES começou no meio do ano de 2013, quando a ONG passou a receber pedidos de ajuda para recepcionar famílias cristãs que estavam sendo perseguidas na Síria devido à guerra civil em curso. A MAIS, destarte, buscou auxílio junto ao Núcleo

de Apoio ao Refugiado no ES da Universidade Vila Velha (NUARES) e ao Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH) em Brasília, para conseguir compreender a situação do refúgio e criar um projeto para acolher aos refugiados sírios no Brasil (RIBEIRO, 2014).

Além de promover a articulação da vinda desses refugiados diretamente da Síria, por meio do apoio de um parceiro local no país, e acolhê-los em sua sede no município de Vila Velha, a ONG, também, tem recebido, de forma menos constante, refugiados de outras nacionalidades, como paquistanesa e malagaxe. Ribeiro (2014) explica que a MAIS oferece toda a assistência jurídica necessária para realizar o pedido de refúgio e retirar toda a documentação que é por direito do solicitante de refúgio no Brasil (protocolo provisório, cadastro de pessoa física e carteira de trabalho e previdência social). Além disso, a ONG oferece local de moradia temporária, alimentação, assistência médica e psicológica quando necessitadas, além de aulas de português (RIBEIRO, 2014).

Por meio da articulação da MAIS e suas igrejas parceiras em outros estados do país, os refugiados são deslocados para estabelecerem residência fora do ES, após uma média de 30 a 40 dias de permanência na ONG (menos de 10 desses refugiados, até o momento, ficaram no Espírito Santo). Para compreender melhor esse processo de integração e momento de transição que caracteriza a chegada no Brasil, abaixo analisamos cinco entrevistas feitas com refugiados sírios acolhidos pela MAIS, dentro de um mês da chegada deles no país. Apenas uma entrevista foi feita sem a presença de tradutor, que foi necessário já que os sírios chegam ao Brasil sem saber a língua portuguesa e a maioria também não é fluente em inglês – idioma que poderia facilitar a comunicação. Quando presente, o tradutor, logo, traduzia do árabe para o inglês e vice-versa. Muitas vezes a resposta do tradutor vinha com palavras soltas em vez de frases completas. Por isso não relatamos aqui diálogos decorrentes da entrevista, mas um resumo das respostas obtidas, estruturadas em 3ª pessoa, assim como respostas organizadas apenas por tópicos. Para começar, abaixo segue uma tabela que expõe informações básicas sobre o perfil dos refugiados entrevistados.

Tabela 1 - Perfil dos refugiados sírios entrevistados que vieram para o Espírito Santo.

Refugiado	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
Idade (anos)	29	29	54	34	29
Local de Origem na Síria	Homs1	Damasco	Damasco	As Suwayda	Aleppo
Religião	Cristão	Cristão	Cristão	Cristão convertido	Cristão

Escolaridade	Graduação incompleta em Gestão de Negócios	Ensino Médio	Graduação em Literatura Inglesa	Ensino Médio	Ensino Médio
Ocupação na Síria	Estudante e comerciante	Micro empresário na área de decoração doméstica e taxista	Professora de inglês e tradutora do ministério público	Militar durante 2 anos após concluir o ensino médio e membro do ministério da criança de sua Igreja	Artista/ Cantor
Conhecia alguém no Brasil antes de vir?	Não	Não	Uma sobrinha e um sobrinho	Não	Não
Quantos familiares vieram com você para o Brasil?	0	0	1 (mãe)	2 (esposa e filha de 2 anos de idade)	0
Deixou família na Síria?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaborada pela autora desse trabalho.

Como percebemos pela tabela acima, os sírios que vêm sendo acolhidos pela MAIS são todos cristãos. Sobre isso, Ribeiro (2014) esclarece que essa delimitação é devido a uma demanda inicial que surgiu devido às circunstâncias da guerra civil síria e à atual limitação de recursos financeiros e estruturais da organização. Não obstante, a MAIS busca a defesa da liberdade religiosa e, logo, realiza o trabalho de *advocacy* na sociedade a favor de todos os refugiados no país (RIBEIRO, 2014).

Além disso, todos os entrevistados deixaram parentes na Síria, apenas um dos cinco entrevistados conhecia alguém aqui no Brasil antes de chegar no país (e nesse caso os conhecidos não residem no Espírito Santo) e a maioria veio sozinha reconstruir sua vida em um país estrangeiro. Essas circunstâncias evidenciam as mudanças que sofrem o capital social do refugiado e os novos processos de identificação nos quais os refugiados são submetidos e que influenciam o contexto de integração na sociedade receptora. Afinal, um refugiado que forçosamente deixa seu país de origem sozinho ou com apenas alguns membros de sua família/grupo de amigos e precisa reconstruir sua vida em um país onde não conhece ninguém, deixa toda a base de seu capital social no passado. Sua rede de capital social de apoio, socialização e identificação precisam ser reconstruídas tomando como referência uma estrutura socioeconômica e cultural desconhecida.

Nesse aspecto, os refugiados/migrantes podem ser considerados representantes do "não lugar" na sociedade de destino. Isto é, nas palavras de Arturo Escobar (2005, p. 133), representantes de uma "condição generalizada de desenraizamento" que é a ausência do lugar. Seguindo esse raciocínio, pode-se considerar o refugiado como "pertencente" ao "não lugar", tanto na sociedade de destino quanto em sua sociedade de origem (ao voltar).

A condição de "não lugar" dialoga com a Perspectiva do Transnacionalismo para a compreensão das migrações internacionais de Glick-Schiller, Basch e Szanton-Blanck (1995). Para essas autoras, os migrantes devem ser compreendidos como "transmigrantes". Nessa concepção, o migrante está numa condição na qual a origem de suas características culturais, socioeconômicas e os seus laços familiares está sendo influenciada pelas características e os laços pessoais formados na sociedade de destino. Logo, esses elementos não seriam totalmente novos, pois mantêm ligações com o país de origem, mas, ao mesmo tempo, eles sofrem modificações na sociedade receptora. Além disso, essa condição de "transmigrante" dificulta a integração local, pois o migrante está inserido em um espaço/lugar intermediário de socialização e de formação de identidades – tal espaço é marcado por identidades "flutuantes" entre sua nacionalidade de origem e a nova identidade que se forma no país de acolhimento (LACERDA; KROHLING, 2013).

Mais adiante, identificaremos que esse aspecto de identidades flutuantes e de condição de transmigrante se repete ao longo das entrevistas com os refugiados. Antes, todavia, nos adentraremos nos motivos que levaram os refugiados a pedirem refúgio no Brasil. Veja o Quadro 1.

Quadro 1 - Por que voce veio para o Brasil e/ou como a guerra afetou sua vida?

Refugiado A: Depois que a guerra começou, a vida que "A" conhecia tornou-se apenas uma memória. A cidade em que vivia, Homs, é hoje considerado uma das mais violentas na Síria. A casa onde "A" morava ficava localizada dentro de uma zona de guerra, com o exército do governo de um lado e os extremistas islâmicos do outro. Devido aos conflitos constantes na área, a casa de "A" acabou sendo queimada. Vivendo em um lugar inseguro, "A" não podia mais frequentar a faculdade e temia andar pelas ruas. Ele era responsável financeiramente por sua família e noiva, mas temia ir ao trabalho por causa da violência e do conflito armado. Por causa dos ataques de extermistas islâmicos, ele e sua família já não podiam mais comprar remédio para o seu pai, um diabético. Um dia, "A" estava andando nas ruas quando se viu no meio de um confronto armado entre o exército do governo e os extremistas, mas como ele mesmo afirma, por um milagre de Deus, ele sobreviveu. Temendo pela própria vida e pela vida de sua família, "A" entrou em contato com a MAIS e pediu ajuda. A MAIS acolheu e auxiliou "A" em sua jornada por se tornar um refugiado no Brasil. Refugiado B: O conflito e a violência causada pela guerra afetaram a vida de "B" drasticamente, assim como a vida de milhões de sírios. "B" vivia na capital do país, Damasco, a cidade que o grupo islâmico extremista, ISIS, mais deseja conquistar, por termos estratégicos. Consequentemente, "B" estava vivendo em uma cidade controlada pela força militar do governo,

ao mesmo tempo em que era cercada por muçulmanos extremistas. Em outras palavras, "B" e sua família estavam no centro do conflito e de ataques de bombas. Por conseguinte, logo começaram a temer pelas suas vidas, mais ainda pelo fato de serem cristãos. Inclusive, "B" trabalhava em uma zona industrial, a qual foi imediatamente afetada pela guerra e pelo custo da guerra. Sendo assim, "B" tinha medo de ir trabalhar e sabia que não era mais um local seguro. A guerra, também, separou "B" de seu irmão que serve ao exército do governo de forma forçada já há 5 anos. "B" buscou ajuda e descobriu a MAIS na Síria. A MAIS ajudou "B" a vir para o Brasil onde ele agora é um refugiado que sonha em recomeçar uma vida em segurança.

Refugiado C: Antes da guerra civil, "C" decidiu trabalhar por um tempo nos Emirados Árabes Unidos com a escola de sua igreja. Lá ela passou a lecionar inglês para adultos e, posteriormente foi secretária de uma Igreja árabe. Ao tentar renovar seu visto, o pedido foi negado. Logo, "C" voltou para a Síria onde queria retornar seu trabalho com as escolas governamentais para ensinar inglês. Contudo, ela foi proibida de trabalhar nessas escolas sob a acusação de que seria uma pregadora evangélica querendo converter cidadãos na Síria. Essa acusação afetou drasticamente suas oportunidades de emprego e, por conseguinte, "C" se viu obrigada a dar aulas particulares de inglês, durante os últimos 17 anos, para sustentar a si mesma e a sua mãe. Com o advento da guerra, seu trabalho ficou ainda mais comprometido, já que a guerra afeta as condições financeiras de todos. "C" passou a ser ajudada financeiramente por sua sobrinha, porém não foi apenas suas condições econômicas que foram afetadas pela guerra. Com o acontecimento da guerra, "C" entrou em depressão. Ela afirma que chorava todos os dias ao ver o noticiário e, logo, teve que ir para um psicólogo, por um tempo. A vida ficou mais difícil, pois a região onde morava, no sul da capital Damasco, era a área mais violenta no começo da guerra, sendo marcada por confrontos diretos entre o Exército Livre da Síria e os extremistas muçulmanos, assassinatos, sequestros, falta de água e eletricidade. Após uma sobrinha e um sobrinho de "C" virem ao Brasil, nasceu a esperança de poder recomeçar uma nova vida no coração de "C". Ela ajeitou todos os documentos necessários para vir ao Brasil com a mãe. Agora no Brasil, suas preocupações mudaram, mas ela tem a certeza de que o Senhor lhe trouxe aqui por uma razão.

Refugiado D: Com o começo da guerra civil, tudo ficou mais difícil na Síria, tanto em termos econômicos quanto em termos de segurança. A cidade onde morava não era mais segura. Por onde andava, ele e sua família, incluindo agora sua filha que nasceu durante a guerra, estavam cercados por violências, confrontos e destruição. Até mesmo as atividades da igreja foram afetadas, pois não era mais seguro sair de casa e o fato de serem cristãos tornam as pessoas mais vulneráveis aos ataques e violência dos extremistas islâmicos no país. Para completar, o maior medo de "D" era de ser forçado a servir o exército, pois o governo estava recrutando jovens e ele sabia que seria recrutado. Não desejando servir ao exército ou muito menos deixar sua família, "D" viveu escondido durante um ano até conseguir toda a documentação e as passagens necessárias para vir ao Brasil com sua esposa e sua filha.

Refugiado E: Depois da eclosão da guerra, tudo na Síria se tornou mais difícil e perigoso, incluindo a cidade Aleppo. Devido às destruições físicas, econômicas, sociais e emocionais provocadas pela guerra, os contratos como cantor de "E" ficaram cada vez mais limitados e inseguros, principalmente, pelo fato do grupo terrorista ISIS na Síria ter banido todo tipo de atividade de entretenimento no país. "E" passou a viver temendo pela própria vida, devido a sua profissão e também por causa de sua religião, uma vez que cristãos no país têm sido perseguidos com a ascensão do fundamentalismo islâmico. Houve um episódio em que, devido a sua fé em Cristo, "E" foi ameaçado diretamente por um fã e, temendo a morte, foi forçado a se mudar para a Jordânia – um país onde a vida como cristão também é difícil devido ao preconceito e ao fundamentalismo islâmico. Ele viveu na Jordânia por dois anos, depois se mudou para o Líbano onde ficou durante seis meses. Nesse último país, "E" conseguiu obter todos os documentos necessários para vir ao Brasil.

Fonte: elaborada pela autora desse trabalho.

No Quadro 1 acima, os refugiados relataram alguns aspectos principais das circunstâncias que provocaram seus deslocamentos forçados. Dos cinco, quatro referiram-se a situações de destruição e medo que surgiram com a eclosão da guerra civil na Síria (que teve início em 2011). Apenas a refugiada "C" descreveu ocorrências de discriminação e perseguição contra sua religião que ocorreram antes e depois da guerra. Não obstante, "B", "D" e "E" também listaram a perseguição contra sua religião e o medo que se intensificou no contexto da guerra civil da Síria apenas por serem cristãos.

Como pudemos notar, a destruição afetou a todos em termos econômicos e financeiros, tornado a sobrevivência no país impossível. Não obstante, há outras condições presentes que promoveram a migração forçada e que, logo, garante a condição de refúgio para essas pessoas, diferenciando-as dos migrantes econômicos. Primeiramente, temos a presença da perseguição religiosa por serem esses refugiados cristãos em meio a um país que sofre o extremismo por grupos como o Estado Islâmico. Além disso, a situação da Síria não é apenas de guerra civil, mas de crise humanitária reconhecida pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional. Sobre isso, o ACNUR já há anos declara condições de guerra como justificação de declaração de refúgio – uma medida necessária em meio a um contexto internacional que já não se limita à realidade de pós Segunda Guerra Mundial que restringiu a determinação de refúgio por motivos de perseguição. Como vemos, por meio das respostas dos refugiados no Quadro 1, a guerra não causa apenas destruição material, econômica e financeira, mas também destruição social, destruição emocional/psicológica e a separação de famílias. Por conseguinte, toda base estrutural material e imaterial de uma pessoa, desmorona em um contexto de guerra. O deslocamento forçado, destarte, é a saída encontrada para reconstruir essas bases e garantir a sobrevivência.

Por meio do Quadro 2 abaixo mostramos as principais preocupações dos refugiados após chegarem ao Brasil com relação à reconstrução dessas bases. Como mencionada por "C" no Quadro 1, após chegar ao Brasil, as preocupações mudam, pois os perigos da guerra deixam de existir – os medos e anseios agora são outros. Focamos aqui em preocupações e não em dificuldades encontradas como vemos em outras pesquisas que analisam as dificuldades de integração do refugiado (como a pesquisa feita por Baeninger, Dominguez e Aydo, 2007), porque as entrevistas que desenvolvemos ocorreram em um período inicial que corresponde a menos de 20 dias da chegada desses refugiados no ES. Logo, considerando o curto período de tempo e o fato deles ainda estarem recebendo todo o apoio básico necessário

da ONG MAIS (moradia, alimentação etc.), pedi-los para identificar suas dificuldades de integração seria algo descontextualizado.

O Quadro 2 nos mostra que a preocupação que mais se repetiu entre os refugiados entrevistados, mesmo que não tenha sido a primeira (ou principal) preocupação expressa é a de obtenção de emprego. É interessante notar que a preocupação de obtenção de emprego corresponde com o fato de que encontrar um emprego é realmente uma das dificuldades principais encontradas pelos refugiados no Brasil, como constada pela pesquisa da NEPO/UNICAMP, realizada por Baeninger, Dominguez e Aydo (2007). Por outro lado, a preocupação em aprender a língua portuguesa só apareceu expressa uma vez, assim como a inserção na cultura brasileira. Isso pode ser uma demonstração da condição de transmigrantes de Glick-Schiller, Basch e Szanton-Blanck (1995), assim como da ocorrência das identidades flutuantes (LACERDA; KROHLING, 2013).

Quadro 2 - Principais preocupações após chegar ao Brasil.

Refugiado A Obtenção de emprego Sustento financeiro Reconstruir a vida	Refugiado B Obtenção de emprego Sustento financeiro Reconstruir a vida
Refugiado C Cuidar da própria saúde e da saúde da mãe Obtenção de emprego como professora Garantir a educação da filha	Refugiado D Encontrar um lugar seguro para morar Obtenção de emprego para ele e a esposa trabalharam juntos
Refugiado E Se inserir na cultura brasileira. Aprender a língua portuguesa. Obtenção de emprego, mas preferencialmente deseja continuar sua carreira como cantor.	

Fonte: elaborada pela autora desse trabalho.

Afinal, ao se inserir na sociedade brasileira as condições materiais dos refugiados alteraram-se, mas as imateriais como os elementos de socialização, os fatores de identificação e formação cultural, os laços familiares e o capital social ainda possuem como referência a Síria de antes da guerra. Desta forma, a absorção de que agora no Brasil será necessário encontrar um novo emprego seja algo mais imediato do que a percepção de que a integração cultural e social também seja algo essencial para a reconstrução de suas vidas em outro país – seja essa integração sociocultural desejada ou indesejada. Os refugiados se encontram em um

espaço/tempo de transição, onde suas identidades agora "flutuantes" procuram se adaptar na intermediação entre um passado conhecido e um presente desconhecido.

Nesse espaço, é comum que os refugiados busquem se adaptar na nova sociedade receptora por meio da recorrência a algo que lhes seja conhecido, pois sem laços sociais aqui no Brasil, a segurança de algo "conhecido" representa certa estabilidade e ponto de recomeço. Vemos isso no Quadro 3 abaixo, quando todos os refugiados constataram o desejo de se envolver na comunidade da igreja que lhes acolherem aqui no país, através da ONG MAIS. Além de ser uma forma de construir novos laços sociais e se inserir na sociedade é também uma forma de manter um elemento de suas identidades que não foi alterado por meio do refúgio, que é a sua identidade cristã. Todos os refugiados entrevistados afirmaram que eram envolvidos com a comunidade de suas igrejas locais na Síria e agora pretendem continuar esse envolvimento com a comunidade de suas igrejas no Brasil. Portanto, embora a maioria não tenha expressado o desejo (ou a preocupação) de absorção da cultural brasileira, o desejo de se envolver na comunidade cristã foi clara. Destarte, a identificação cristã se coloca como força transnacional que não se limita à identificação nacional síria.

Esse envolvimento é visto como algo positivo para facilitar a integração dos refugiados na sociedade e, por conseguinte, evitar a exclusão promovida por fora e por dentro. Isto é, a exclusão por fora que pode vir da própria sociedade brasileira e a exclusão por dentro que pode decorrer dos próprios refugiados que não desejam interagir com a sociedade e acabam se fechando em pequenas comunidades, formados apenas por migrantes. Ambas as formas de exclusão podem gerar manifestações xenofóbicas, o que vai de encontro com o fundamento da integração.

Além disso, todos os refugiados entrevistados também manifestaram o desejo e a esperança de poder trazer suas famílias que ficaram na Síria para o Brasil. Nota-se nesses casos que a família é a base emocional e o núcleo de identificação dessas pessoas em condição de refúgio. Contudo, o reagrupamento familiar ainda não foi possível.

Quadro 3 - Sonhos, esperanças e novas perspectivas de vida.

Refugiado A: Sonha em começar uma nova vida longe da guerra, onde ele não precisa mais temer os perigos do terrorismo, do extremismo Islâmico e onde ele pode expressar sua fé cristã livremente. Suas esperanças sao de trazer sua noiva e sua família (mãe, pai, irmã e irmão que foi obrigado a servir o exército da Síria) para o Brasil de forma segura. Ele, também, sonha em conseguir um emprego e sonha em começar uma família no Brasil com sua noiva, além de ter esperanças de que ela possa continuar seus estudos aqui. Também está disposto a ajudar a Igreja que o acolheu no Brasil.

Refugiado B: Sonha em recomeçar uma vida em segurança. "B" tem esperanças de encontrar um emprego para construir um novo futuro e sonha em trazer sua família para o Brasil. Ele está disposto a trabalhar em qualquer área e sonha em construir um lar aqui no país. Deseja servir a Igreja que o acolheu no Brasil.

Refugiado C: Sonha em poder recomeçar sua vida de forma digna e garantir o bem-estar de sua mãe que sofre de diabetes, problemas no coração e que tem 70% da audição comprometida. Ela tem a esperança de que um dia possa trazer sua família que ficou em Homs e em Damasco na Síria (irmão, irmãs e sobrinhos), para o Brasil. Também deseja dar aulas de inglês novamente e participar da igreja e de suas escolas de domingo.

Refugiado D: Tem esperança de poder trazer sua família que ficou na Síria para o país. Seus irmãos que moram na Venezuela também consideram vir para o Brasil. Seu maior sonho é poder reconstruir sua vida e garantir um local seguro para ele e sua esposa morarem com a sua filha. Isto é o que ele mais deseja: morar em uma região segura para garantir uma vida melhor para sua família. "D" busca um emprego, seja como barbeiro, trabalho em construções ou qualquer área que ele possa ser útil. Ele, também, considera a possibilidade de abrir um restaurante/lanchonete, com a esposa, para servir comida típica da Síria ou uma barbearia e salão para trabalharem juntos. Além disso, ele e a esposa desejam poder servir a igreja e garantir um futuro melhor para a filha aqui no Brasil.

Refugiado E: Deseja reconstruir sua vida e chamar esse novo país de lar. Ele busca aprender a cultura e a língua portuguesa para recomeçar sua vida aqui. Ele também tem esperanças de poder seguir sua carreira como cantor aqui no Brasil, mas, no momento, procura qualquer emprego para conseguir se sustentar. Um dos seus maiores desejos agora é trazer sua mãe e seu irmão para o Brasil onde poderão viver juntos novamente. Além disso, gostaria muito de ajudar e, se puder, voltar a cantar na igreja, agora aqui no Brasil.

Fonte: elaborada pela autora desse trabalho.

Enfim, o trabalho da ONG tem sido essencial para o processo de acolhimento dos refugiados no estado. Entretanto, o cenário de saída dos refugiados que chegam ao ES para fixarem residência em outro estado demonstra o contínuo despreparo do ES em disponibilizar e oferecer serviços que facilitam o processo de integração dos refugiados na sociedade capixaba. Afinal, só se pode afirmar que a integração é uma realidade possível para o refugiado no ES, no mínimo, a partir do momento em que ele encontra a opção viável de poder reconstruir sua vida no estado e não precisar se deslocar para outro. Esse processo de reconstrução e integração perpassa não só por processos materiais de obtenção de emprego e acesso aos serviços públicos, mas também imateriais de ressocialização e reconstrução de identidades.

Referências

ACNUR. **Coletânea de instrumentos de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas.** Brasília: ACNUR Brasil, 2013.

ACNUR; IMDH. **Lei 9.474/97 e coletânea de instrumentos de proteção internacional dos refugiados.** Brasília: Servidéias Comunicação Ltda, 2010.

BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana Arantas; AYDOS, Mariana. **Condições de Vida da População Refugiada**: divulgação da pesquisa de campo e resultados preliminares. In: V Encontro do GT Migrações-ABEP, Campinas. Campinas: NEPO/UNICAMP, out. 2007.

CRUZ, Debora. **G1 - Governo deve prorrogar regra que facilita refúgio para sírios no Brasil**. 05 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/governo-deve-prorrogar-regra-que-facilita-refugio-para-sirios-no-brasil.html>. Acesso em 07 set. 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In*:* LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Cidade Autónoma de Buenos Aires, 2005. p. 133-168.

FRANCO, Marina. **G1 - pedidos de refúgio no país aumentou 2.131% em 5 anos**, diz ministro. 03 de junho 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/brasil-abriga-7700-refugiados-de-81-nacionalidades.html>. Acesso em: 03 jul. 2015.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANCK, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**. v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.

JUBILUT, L.L. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

LACERDA, Moara F.; KROHLING, Aloísio. **Fluxos migratórios haitianos após o sismo de 2010 do Haiti para o Brasil**. In: XXIX Congreso ALAS Crisis y Emergencias sociales en América Latina, 2013, Santiago, Chile. p. 1-13.

PACÍFICO, Andréa; MENDONÇA, Renata. A proteção sociojuridica dos refugiados no brasil. **Textos e Contextos (Porto Alegre)**, v. 9, n. 1, p. 170-181, jan./jun. 2010.

RIBEIRO, Laise Sindra. **A interação entre sociedade civil e sociedade política no contexto pós-COMIGRAR no ES:** entrevista n. 3. [17 out. 2014]. Vila Velha / ES: Entrevista concedida a Moara Ferreira Lacerda, 2014.

UNHCR. 2014 **UNHCR regional operations profile** - Latin America. 2014a. Disponível em: <http://www.unhcr.org/pages/49e4929a6.html>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Refugees.** UNHCR, 2014b. Disponível em: <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c125.html>. Acesso em: 17 abr. 2014.

_____. **Global Trends:** forced displacements in 2014 - World at War. UNHCR, 2015a.

_____. 2015 **UNHCR subregional operations profile** - Latin America. 2015b. Disponível em: <http://www.unhcr.org/pages/49e45be46.html>. Acesso em: 02 set. 2015.

A CONSTRUÇÃO POMERANA EM DOMINGOS MARTINS/ES

Raphael de Souza Brun
UFES

Resumo: O presente trabalho abordará questões a respeito da construção das identidades étnicas pomerana e germânica, a partir de uma visão antropológica. Assim será tratado de como essas identidades são acionadas, mescladas, alternadas e contrapostas conforme o contexto, demonstrando como identidades étnicas são construções sociais, que se transformam conforme a situação. O campo escolhido foi o de Domingos Martins/ES, munícipio formado pela junção das duas antigas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, que abriga uma população oriunda da imigração europeia para o Espírito Santo, principalmente a de origem germânica, embora não haja outros grupos étnicos. O histórico da colonização do estado por esses grupos e a relação dos mesmos com a sociedade mais ampla, bem como as políticas criadas pelo Estado, criará uma situação de Identidade Negativa e posteriormente ocorrerá um processo de (res)significação e (re)valorização dessa identidade e cultura, sendo esse o eixo central da pesquisa. O artigo é fruto de novas interpretações sobre o processo de (res)semantização da Identidade e Cultura Pomerana.

Palavras-chave: identidade étnica; imigração; colonização.

Abstract: This paper addresses questions concerning the construction of Pomeranian and Germanic ethnic identities, from an anthropological vision. So it will be treated as such identities are triggered, merged, alternating and opposing according to the context, demonstrating how ethnic identities are social constructions, which are transformed according to the situation. The chosen field was to Domingos Martins/ES, municipality formed by the junction of the two former colonies of Santa Isabel and Santa Leopoldina, home to a population coming of European immigration to the Holy Spirit, mainly of German origin, although there are no other groups ethnic. The history of the state of colonization by these groups and the relation of these with the wider society, as well as the policies created by the state, will create a Negative Identity situation and then there will be a process of (re) significance and (re) valorization of this identity and culture, which is the central research axis. The article is the result of new interpretations of the process of (re) semantization of Identity and Culture Pomerana.

Keywords: ethnic identity; immigration; colonization.

Introdução

Esse artigo é resultado de novas reflexões sobre minhas pesquisas em relação a identidade étnica pomerana. O processo de manutenção das fronteiras étnicas, enquanto construção social tem suas variações, é importante ressaltar que a identidade pode ser percebida e reivindicada de forma diferente por atores diversos, e entre os pomeranos não é diferente.

No Espírito Santo, a imigração de povos germânicos começa no ano de 1847, com a fundação da colônia de Santa Isabel, localizada a 30 quilômetros de Vitória, capital da então província. Contando com baixa densidade demográfica e ocupação na faixa litorânea, como nos conta Silas Raasch em sua dissertação sobre a colônia de Santa Isabel e seus imigrantes, entre os

anos de 1847 e 1889, "[...] o Governo procurou incentivar a colonização estrangeira como forma de tornar a terra do interior produtiva, ao mesmo tempo em que se processava a sua ocupação" (RAASCH, 2010, p. 67). Essa primeira leva de imigrantes estabelecidos em Santa Isabel, "[...] em número de 163, formando 38 famílias, eram originários do Reno, das elevações do Hunsruck. Mais tarde, ajuntou-se lhes um contingente do Hesse do Reno" (WAGEMANN, 1949, p. 22).

A chegada de outros imigrantes acontece somente em 1855, somando 116 novos colonos até 1858, vindos de regiões da Prússia, de *Brandenburg*, e de países como Bélgica, França, Itália e Suíça. Ainda segundo Wagemman (1949), o fluxo volta a aumentar nos dois anos seguintes, com a entrada de mais 267 imigrantes, com 160 deles vindos do Hesse – região de onde deriva a maioria dos colonos germânicos instalados em Santa Isabel.

> [...] entrada de imigrantes em Santa Isabel sempre foi irregular e nunca obteve a expressividade alcançada por outras colônias criadas no mesmo período, como Santa Leopoldina. Entre 1861 e 1863 Santa Isabel recebeu apenas 96 imigrantes enquanto que, entre 1871 a 1895, existem registros de apenas algumas entradas esparsas e que somam apenas 37 imigrantes (RAASCH, 2010, p. 69).

Com maior expressividade a colônia de Santa Leopoldina, foi criada num decênio após Santa Isabel, ano de 1857. De acordo com Ernst Wagemman (1949), nos dois primeiros anos, 362 imigrantes chegam, sendo 140 suíços no primeiro ano e 222 pessoas de diversas nacionalidades no segundo.

A partir do ano de 1859, inicia-se a imigração pomerana, esses foram fixados exatamente na Colônia de Santa Leopoldina, e o maior fluxo vem entre os anos de 1868 e 1874, sendo a maior parte da Pomerânia Oriental. "No Estado fixaram-se inicialmente na chamada Kulland ('terra fria'), região de montanhas, hoje municípios de Santa Leopoldina, Santa Teresa, Domingos Martins, Marechal Floriano e Santa Maria do Jetibá" (JACOB, 2010, p. 21). Em meados do século XX, conforme nos conta Jorcym Foesrte Jacob, em seu livro *A Pomerânia brasileira: uma eterna migração*, um novo fluxo migratório dos pomeranos é iniciado, agora para o norte do estado.

> [...] nas décadas de 1940 e 1950, muitos posseiros ou proprietários de pequenas terras endividados se viram obrigados a rumar para a região norte do estado. Assim migraram rumo à "haitaland", "terra quente" – atualmente municípios de Afonso Cláudio, Itarana, Itaguaçu, Laranja da Terra, Baixo Guandu, Colatina, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré, Pancas e Vila Pavão (JACOB, 2010, p. 24).

A expansão para o norte, criou duas grandes zonas de presença alemã no estado, redefinindo o território ocupado por esses. Na década de 1960, ao escrever seu livro *A Colonização Alemã no Espírito Santo*, Jean Roche, logo no início do capítulo I, diz:

> As "colônias" alemãs integram, atualmente, duas grandes zonas, situação uma ao Sul e outra ao Norte do vale do rio Dôce. Poderíamos, sem dúvida, classificá-las em 1°) zona de antigas colônias (fundadas antes da Primeira Guerra) e 2°) zona das novas colônias (abertas depois ou em vias de abrir-se em zona pioneira) (ROCHE, 1968, p. 13).

Destaca que essa divisão histórica cronológica, nunca foi encontrada em estudos ou até mesmo nas expressões populares, que preferem expressões do tipo: "ao norte do rio Doce", "Terra Quente", "Terra Fria", "Mata Fria".

Temos então que a colonização germânica no Espírito Santo está dividida em dois momentos, o primeiro que diz respeito a chegada e colonização da região denominada "Terra Fria", e o segundo momento, referente a expansão para o norte e colonização da "Terra Quente".

Dividindo em quatro gerações, Bahia (2011) e Roche (1968), traçam a expansão das colônias pelo território espiritosantense, a primeira geração compreenderia o período de 1847 a 1900, a segunda geração de 1900 a 1935, a terceira de 1935 a 1970 e a quarta a partir da década de 70. A abertura de novas fronteiras começa já na primeira geração, devido à escassez de terras, entretanto essa ainda é feita dentro do território que compreende as terras frias. A segunda e a terceira geração marcam a expansão para as terras quentes. E a quarta geração irá representar o período de expansão para o norte do país.

1. A identidade étnica

A política de imigração que começou no período imperial resulta na concentração de diversos núcleos coloniais espalhados por todo o Brasil, normalmente em regiões (relativamente) isoladas social e espacialmente dos centros urbanos, considerados assim *quistos raciais* (SEYFERTH,1994), que dentro de uma concepção de identidade nacional presente à época, deveriam ser assimilados. A criação de colônias e instalação de imigrantes germânicos no Espírito Santo manteve as mesmas características, que segundo Giralda Seyferth, marcam sua relevância e especificidade a nível nacional, preenchendo os vazios

demográficos[1] e em regime de pequenas propriedades, não sendo expressiva numericamente, assim o processo de colonização constitui-se "[...] no estabelecimento em frentes pioneiras" (SEYFERTH, 1994. s/p).

Essas colônias eram ocupadas, a princípio, somente por povos germânicos, entretanto, com o passar do tempo outros povos europeus foram chegando e formando uma sociedade diversa da brasileira, tanto do ponto de vista étnico como cultura e econômico. O resultado foi que:

> Essa diversidade, marcada em todos os planos da vida social, transformou-se numa questão nacional durante toda a Primeira República, atingindo seu ponto máximo de conflito durante o Estado Novo, no contexto da campanha de nacionalização (dirigida a todos os imigrantes e descendentes, mas particularmente dura com os chamados teuto-brasileiros (SEYFERTH, 1994, s/p).

Desde o começo, a imigração germânica para o Brasil encontrou resistência por parte dos que viam esses grupos como povos de difícil assimilação. Com a questão da identidade nacional, entre outros fatores, esse debate ganha mais destaque durante a Primeira República, e vai atingir seu apogeu durante o período Vargas, com a Política de Nacionalização e com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o eixo. Assim Giralda Seyferth (1994), em seu artigo "Identidade étnica, assimilação e cidadania", em que trata da questão da nacionalidade e cidadania em um contexto de formação de uma identidade étnica teuto-brasileira, comenta sobre a evidenciação dessas comunidades étnicas no sul do país:

> Ainda que se possa criticar a idéia de homogeneidade e isolamento, pressuposta por alguns estudiosos e condenada sob o rótulo de "enquistamento racial" por parte da elite comprometida com a idéia de caldeamento/assimilação que serviu de base à ideologia do branqueamento, a clivagem de natureza étnica tornou-se mais evidente no início do período republicano por dois motivos: a maior visibilidade política das antigas colônias e seu crescimento econômico por um lado, e a formulação de uma ideologia étnica que reivindicava o direito à especificidade cultural e mesmo à endogamia por outro. Como agravante dessa visibilidade, houve a influência explícita do pangermanismo (antes da primeira guerra mundial) e do nazismo (a partir de meados da década de 1920) – que reforçou a idéia de pertencimento étnico à nação alemã. O elemento de discórdia em relação ao nacionalismo formulado no início da República estava na dificuldade de assimilação dos alemães e de seus descendentes, diante da afirmação de uma identidade étnica teuto-brasileira que buscou sua legitimidade na noção de Deutschtum (germanidade) (SEYFERTH, 1994, s/p).

[1] Esses vazios demográficos se fazem em relação a uma população não indígena, uma vez muitas dessas áreas contavam com a presença de índios.

Temos então nesse período a evidenciação de uma identidade étnica e o conflito desta com o ideal de uma identidade nacional que era baseado em uma homogeneidade cultural e étnica. Nesse conflito o Estado promove uma perseguição a essas colônias com o intuito de forçar a assimilação, produzindo assim uma *Identidade Negativa*, ponto que será esclarecido mais adiante, primeiro tratarei da questão da identidade étnica.

2. A perspectiva antropológica

A definição do que seria identidade étnica não é consenso na Antropologia. Para explicar o que seria essa identidade procuro me apropriar de dois autores, Max Weber e Fredrik Barth.

A existência de um grupo étnico seria possível graças a uma "[...] crença na afinidade de origem – seja esta objetivamente fundada ou não [...]" (WEBER, 2004, p. 270). Assim, para Max Weber grupos étnicos são:

> aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que está se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva (WEBER, 2004, p. 270).

Assim, Max Weber diz, que a partir de características sentidas como comum pelo grupo, e entendidas como importante para os mesmos, é que vai ser mantida uma crença subjetiva de que formam uma comunidade, bem como serão utilizadas como forma de exibir a identidade étnica. É interessante ressaltar que:

> Sem dúvida, nem toda crença na afinidade de origem baseia-se na igualdade dos costumes e do hábito. Mas, apesar de grandes divergências neste campo, semelhante crença pode existir e desenvolver uma força criadora de comunidade, quando apoiada na lembrança de uma migração real: de uma colonização, ou emigração individual (WEBER, 2004, p. 270).

No caso dessa pesquisa, as questões das lembranças de um passado comum, de uma migração real, ganham importância na constituição da identidade étnica pomerana. O autor ainda completa dizendo que os efeitos ao habitual e recordações da juventude atuam nos imigrantes, servindo como fonte de um "sentimento de apego à terra natal" (WEBER, 2004, p. 270), todavia, um retorno à terra de origem seria insuportável, quando esses já se adaptaram

ao novo ambiente. Essa relação com a terra de origem sobreviveria mesmo com as misturas dos colonizadores com os habitantes locais, assim como com consideráveis modificações no patrimônio tradicional e no tipo hereditário. O que permite a manutenção do grupo, segundo o autor, é o respaldo político, uma vez que os grupos étnicos são comunidades políticas e que ainda pesam as relações de parentesco, criadas pelo conúbio e a necessidade de os "costumes" terem permanecido constantes. Assim sendo, as relações de mercado entre a colônia e a pátria de origem, continuariam existindo, enquanto durar a necessidade, ainda mais quando se trata de uma colônia e território político estranho. Dessa forma:

> A pertença étnica determina, assim, um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintivas e de oposições de estilos de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais. Mas essas características distintivas, só têm eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem a crer que existe, entre os grupos que as exibem, um parentesco ou uma estranheza de origem (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998, p. 38).

Para Fredrik Barth, as características culturais e linguísticas, entre outros fatores são usadas pelos próprios integrantes dos grupos étnicos como demarcadores de fronteiras, podendo se modificar com o tempo. Esse autor vai dizer que os grupos étnicos são:

> [...] um grupo atributivo e exclusivo, a sua continuidade é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira. As características culturais que assinalam a fronteira podem mudar, assim como podem ser transformadas as características culturais dos membros e até mesmo alterada a forma de organização do grupo (BARTH, 2000, p. 33).

Diferentemente de Weber, que considera as identidades éticas como organizações políticas, Barth acredita que uma etnia é formada por uma organização social, sendo que esse grupo atribui importância a determinados conteúdos culturais como forma de demarcar suas fronteiras. As fronteiras étnicas são construções sociais e dinâmicas e a identidade que ela desperta é auto-atributiva e está fundamentada na sua forma de organização e pertencimento.

Língua e religião podem assumir papel importante nesse processo. Weber aponta que ambas contribuem para a formação das comunidades étnicas, pois autorizam uma compreensão entre aqueles que dividem um código linguístico ou um sistema de regulamentação social da vida, contudo, língua e a religião, embora de grande importância, não são fatores determinantes do pertencimento à uma comunidade étnica, pois ainda pode-

se perceber entre pessoas que se sentem subjetivamente membros da mesma etnia grandes diferenças religiosas ou linguísticas.

A identidade de um grupo pode funcionar, segundo Denys Cuche (1999), de forma afirmativa ou como uma imposição. O autor diz que, ela sempre será fruto de uma negociação entre uma "auto-identidade" – que é definida por si mesma – e uma "hetero-identidade ou uma "exo-identidade" – que é definida pelos outros. A legitimidade da auto-identidade em relação à hetero-identidade irá variar conforme as relações estabelecidas pelos grupos, ou seja, do embate de forças instalado entre os atores em questão. Quando a situação instituída é de dominação caracterizada, a hetero-identidade é traduzida pela estigmatização dos grupos minoritários. Essa situação foi nomeada por Cuche (1999) como "Identidade Negativa", assim o autor diz que:

> A identidade é então o que está em jogo nas lutas sociais. Nem todos os grupos têm o mesmo "poder de identificação", pois esse poder depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos. Nem todos os grupos têm o poder de nomear e de se nomear. Bourdieu explica no clássico artigo "A identidade e a representação" (1980) que somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros. O conjunto das definições de identidade funciona como um sistema de classificação que fixa as respectivas posições de cada grupo. A autoridade legítima tem o poder simbólico de fazer reconhecer como fundamentadas as suas categorias de representação da realidade social e seus próprios princípios de divisão do mundo social. Por isso mesmo, esta autoridade pode fazer e desfazer os grupos (CUCHE, 1999, p. 83).

Tem-se então que a identidade é um jogo, uma construção social em constante negociação, uma queda de braço que tem suas variações, conforme a força e posição ocupada pelo grupo nessa disputa. A identidade pode ser caracterizada pela imagem que o grupo tem de si ou como a imagem que os outros fazem do grupo, muitas vezes estigmatizada. Nesse jogo de forças as imagens que se tem sobre o grupo podem mudar, ou seja, a identidade pode ser positiva ou negativa conforme o contexto.

3. A identidade teuto-brasileira-capixaba

Com a instalação das colônias em locais de difícil acesso e longe dos centros urbanos, coloca os imigrantes em uma situação de "isolamento relativo" (SEYFERTH, 1994).

Seyferth irá dizer que, esse longo tempo de distanciamento social e espacial, vai "[...] contribuir para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva estruturada pelo próprio processo histórico de colonização", acrescentando ainda que o "[...] sentido de identidade étnica teuto-brasileira, assim, relaciona-se a um sentimento de comunidade e solidariedade baseado numa história comum, uma cultura comum – a partir das quais são construídos os símbolos étnicos [...]" (SEYFERTH, 1994).

Ao chegarem ao local designado para se fixarem, os colonos se depararam com uma situação precária, como relata Ernest Wagemann,

> Quando os alemães, trazendo, às costas, colchões, trem de cozinha, instrumentos de trabalho e vitualhas, quiseram tomar conta dos respectivos terrenos, foram surpreendidos com a notícia de que só a metade deles fôra demarcada e de que não havia nem caminho nem vereda que rompesse a espêssa mata que cobria os lotes (WAGEMANN, 1949, p. 22).

O relato de Wagemann, diz respeito a chegada dos imigrantes a colônia de Santa Isabel, que ainda teria recebido uma boa estrutura e os colonos receberam ajuda financeira do governo. Entretanto,

> Apesar disso, os colonos sofreram fome, de vez em quando. Os sérios obstáculos que se antepunham às vendas e aos aprovisionamentos, explicam o fato parcialmente. A população católica de Viana, em virtude de inimizade confessional, ou por outros motivos, não queria vender aos colonos qualquer espécie de alimentos, nem comprar-lhes os produtos (WAGEMANN, 1949, p. 23).

O resultado dessa situação é que os imigrantes passam a realizar trabalhos em conjunto, fazendo mutirões para derrubada das florestas, plantar roças, construir casas e igrejas. Essas atividades fortaleceram os laços sociais criando um sentimento de comunidade muito forte. Assim,

> A formação de uma cultura e de uma identidade étnica teuto-brasileira está relacionada ao processo histórico de colonização (ainda que compartilhado com imigrantes europeus de outras etnias). O que os brasileiros chamaram de "enquistamento étnico" dos alemães pouco tem a ver com o isolamento relativo das colônias; este resultou da própria condução da política de colonização e não da livre escolha dos imigrantes (SEYFERTH, 1994).

Em outras palavras,

> A concentração inicial dos alemães em áreas relativamente isoladas, portanto, resultou numa organização comunitária própria, considerada necessária diante da omissão do Estado, facilitando o uso cotidiano da língua materna. Tal organização não teve, propriamente, motivações étnicas, mas assumiu, no contexto do contato, sua germanidade – Deutschtum. A escola comunitária, criada para compensar a ausência do ensino primário público, por exemplo, transformou-se, depois, na "escola alemã". As instituições comunitárias, assim, serviram de base para a construção social da identidade étnica teuto-brasileira (SEYFERTH, 1999, p. 204)[2].

Nesse processo de construção de uma identidade étnica, religião e língua também ganharam papel importante. A Igreja Luterana vai, segundo Joana Bahia, em seu livro *O Tiro da Bruxa*, destacar o papel da Igreja na criação de uma ideia de unidade nacional:

> Enquanto a maioria da população migra no decorrer do longo processo histórico de formação do Estado alemão, tendo como bagagem suas especificidades regionais, a Igreja não apenas participa desse processo, mas evoca o sentimento de unidade nacional expresso na religião luterana e na construção das bases do alto-alemão pelo reformador Martim Lutero (BAHIA, 2011, p. 123).

E complementa dizendo que:

> A manutenção da língua alemã nos cultos e no ensino confirmatório e a referência às festas comunais alemãs, como é o caso da Festa da Colheita e a criação do feriado local no dia da Reforma Luterana, são formas de reinvenção da ideia de unidade nacional do Estado alemão.
>
> Nesse sentido, o pastor luterano, ao utilizar a língua alemã reinventa no Brasil concepções da nação alemã [...] (BAHIA, 2011, p. 123).

Dito isso, pude constatar a presença de um sentimento de comunidade pautado em uma *germanidade*, que parte da concepção de que pomeranos, renanos, austríacos, entre outros, são pertencentes ao mesmo povo, todos são germânicos. Há também uma *alemanhidade*[3], identidade que leva em conta o Estado alemão. Ambas, podem ou não ser acionadas.

A questão da *identidade negativa* também foi possível de ser percebida no que tange o *ser pomerano*, todavia, segundo relatos, isso tem mudado com o passar dos anos. Não pude precisar

[2] O *Deutschtum*, descrito por Giralda Seyferth, baseava-se na ideia de que a origem era alemã, por direito de sangue (*jus sanguinis*), e que a pátria era sua terra de origem ou a colonizada por imigrantes germânicos. Assim a nação era alemã, mas a cidadania brasileira. Pontuo também que esse mesmo discurso foi apropriado pelos avessos as colônias alemãs como forma de legitimar seu discurso nacionalizador contra os imigrantes.

[3] Essa distinção cabe mais a nível de análise e explicação. A *alemanhidade* seria uma variação da *germanidade*, ou seja, em determinados momentos o Estado alemão como conhecemos hoje, é acionado enquanto elemento demarcador de identidade, servindo como elemento de inclusão ou de exclusão.

uma data dessa mudança, até mesmo por ser uma transformação lenta e constante. Porém é possível perceber ações que contribuíram para essas mudanças. Como a criação de um grupo de danças folclóricas já na década de 1980. E mais recentemente a criação do dicionário da língua pomerana e a criação do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), entre outras.

Algumas ações que contribuem para essa desconstrução da *identidade negativa* no município de Domingos Martins são referentes à identidade germânica, tendo reflexo no *ser pomerano*, outras exclusivamente pomerana. Cabe ressaltar também que há aquelas no âmbito estadual.

Na (re)afirmação da identidade étnica, a (re)apropriação e (re)significação do patrimônio cultural emerge. A importância desse processo se dá, pois, conforme a forma de exibição desse patrimônio (não estereotipada) cria-se um ambiente de positividade para a identidade, seguindo na linha de Denys Cuche (1999), a auto-imagem passa a ganhar espaço. Isso fica claro na fala a seguir:

> Esse legado cultural seria, por exemplo, essa riqueza cultural que hoje é considerada como um patrimônio imaterial. E esse legado, por exemplo, na Europa nossos pomeranos perderam. E aqui como a gente viveu em um país livre aqui e em uma comunidade grande, então o legado seria essa riqueza da gente se comunicar, de hoje ser considerado como algo diferente em Domingos Martins ou municípios que tem cultura germânica. Eles são vistos como povo mais organizado, a cidade mais limpa, a gente falando mais línguas. Considero isso como uma grande riqueza. [...] A estima da gente é outra. Quando a gente se estima e a gente estima a cultura da gente, a gente se afirmar como nossa cultura também tem importância e tem valor, então eu acredito que seja isso (H. B. Entrevista realizada em 29/09/2011).

Essa fala retrata uma mudança de perspectiva e mostra como a valorização do patrimônio se torna importante nesse processo, porém, não qualquer patrimônio, mas aquele que é tido como importante nesse processo e que faz parte do legado cultural deixado pelos antepassados.

Conclusão

Esse artigo buscou analisar a construção da identidade germânica e seus mecanismos de acionamento. Também tratou da (re)significação da identidade pomerana, em que essa passa de negativa para positiva – isso se torna válido também para a identidade germânica. E traz consigo

uma revalorização de um patrimônio cultural – e de memórias – específico, entendido pelos membros do grupo como uma importante herança de seus antepassados e que deve ser preservado.

Apesar de haver um contexto de valorização da identidade pomerana, ainda existem muitos pomeranos que reproduzem a identidade negativa, há ainda aqueles que têm uma imagem estereotipada de si, tendo vergonha do modo de falar, do modo de se comportar, entre outras coisas.

Também existe uma demanda por mais pesquisas, pois assim seria possível desconstruir essa imagem negativa. Assim, diversas vezes foi me dito que a universidade precisa se fazer mais presente, contribuindo para esse processo.

Referências

BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa:** identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** Traduzido por Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BARTH, Fredrik. **O guru iniciador e outras variações antropológicas**. Fedrick Barth. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

JACOB, J. F. **A pomerânia brasileira:** uma eterna migração. Vila Pavão: *Jorcy Foerste Jacob*. ISSN: 9788591162505. 2010.

LOPES, Almerinda da Silva. **Albert richard dietze:** um artista-fotógrafo alemão no brasil do século XIX. Vitória: Gráfica e Editora A1, 2003.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Traduzido por Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Raasch, Silas. **A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847-1889).** 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História social das relações políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. 2010.

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. Mana, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

SEYFERTH, Giralda. "Identidade étnica, assimilação e cidadania". **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo. V. 9 n. 26, 1994. Link: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm>.

SEYFERTH, G. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 199-228.

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo**. [Do original alemão Die deutschen kolonisten im brasilianischen staate Espírito Santo, Verlag von Duncker & Humblot - München und Leipzig, 1915. Tradução de Reginaldo Sant’Ana publicada em Separata dos nºs 68-70 do Boletim Geográfico, IBGE, correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 1948 e janeiro de 1949, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1949].

WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. In. **Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

O DIA DO OXI: IDENTIDADE E IMAGINÁRIO NA COMUNIDADE GREGO-BRASILEIRA

Raul Felix Barbosa
UFES

Resumo: O objetivo desse estudo é analisar o imaginário da identidade grega entre os descendentes de imigrantes gregos na diáspora, especificamente entre os membros da Comunidade Helênica do Espírito Santo (CHES). Busca-se responder questões como: o que faz com que um descendente de segunda ou terceira geração se autodenomine grego, sem nunca ter ido à Grécia ou nem mesmo falar a língua grega. A partir de que é formada essa identidade? Baseado nos conceitos de identidade e comunidades, de Hall (2002 e 2009) e Anderson (2008), utilizando a observação participante como ferramenta metodológica, analisa-se a Celebração do Dia do *Oxi*, como ponto de coesão cultural entre os membros da CHES. Conclui-se que toda identidade, nesse estudo, a grega, ultrapassa fronteiras sejam espaciais ou temporais.

Palavras-chave: imigração; helenismo; identidade.

Abstract: The purpose of this study is to analyze the imagery of Greek identity of the descendants of Greek immigrants in the Diaspora, especially among members of the Hellenic Community of the Holy Spirit (CHES). We seek to answer questions such as: what makes a descendant of second or third generation Greek calls itself, without ever having gone to Greece or even speak the Greek language. From this identity is formed? Based on the concepts of identity and communities, Hall (2002 and 2009) and Anderson (2008), using participant observation as a methodological tool to analyze the Oxi Day celebration as cultural cohesion point among members of CHES. It is concluded that all identity, in this study, Greek, transcends borders are spatial or temporal.

Keywords: immigration; hellenism; identity.

Introdução

Durante todo o século XIX e início do século XX, o Brasil se encontrou entre os países que mais receberam imigrantes na América Latina. A imigração em massa tem seu auge nos Oitocentos, mas o Brasil se forma como um país multicultural desde as primeiras décadas do século XVI. Com o decorrer dos anos, mas precisamente a partir de 1880, chegam ao Brasil novos grupos de diferentes nacionalidades, credos e etnias, que ajudaram a compor o "calidoscópio cultural" que é o país na atualidade.

O objetivo desse trabalho é analisar a formação da identidade grega entre os descendentes de segunda e terceira geração na Diáspora, mais precisamente entre os descendentes de gregos, membros da Comunidade Helênica do Espírito Santo (CHES), que apesar de contar com um número reduzido de integrantes, possui rituais e práticas culturais idênticas a outras comunidades gregas na diáspora.

Muitas comunidades de imigrantes, das mais diversas etnias se formaram modelando-se sob as diversas condições sociais, culturais e políticas, há mais de cem anos, até a atualidade e em todo território brasileiro. A pergunta é, então, por que a Grécia, ou melhor, dizendo, porque nos determos na comunidade helênica capixaba como objeto de estudo? A resposta ao mesmo tempo é simples e complexa.

Os gregos da diáspora e seus descendentes preservam no seio de suas comunidades a cultura assim como ela é na Grécia, sem sincretismos com a cultura do país receptor e essa cultura não remete apenas a Grécia como República Helênica moderna, que hoje passa por graves crises econômicas, mas remete também a Grécia que, há 4 mil anos antes de Cristo, se desenvolveu e com ela foram desenvolvidos os primeiros conceitos de democracia, política, literatura, teatro, filosofia (CONSTANTINIDOU, 2009).

É por isso que a Grécia não é um país a mais, mas representa o fundador, origem da civilização ocidental. O que este trabalho se propõe a investigar é o ponto de união cultural, de sutura da identidade, que faz com que os descendentes de gregos, se autodenominem como um. Para isso buscou-se analisar a celebração do Dia do *Oxi*, realizada na Grécia e nas comunidades gregas da diáspora.

Para realizar essa pesquisa se propõe como eixo central a dimensão da identidade, de como a identidade grega é construída pelos descendentes na Comunidade Helênica do Espírito Santo. Para isso, usaremos como ferramenta metodológica a observação participante na Comunidade Helênica do Espírito Santo, não apenas na celebração do *Oxi*, mas também em eventos e atividades em geral. Faremos o proposto por Geertz (1989) quando dito pelo autor que “devemos estudar nas aldeias e não as aldeias”.

1. Historicizando: A imigração grega no Brasil

Cerca de 30 mil gregos chegaram ao Brasil nos últimos 170 anos. Esse fluxo migratório pode ser dividido em três períodos que acompanham as situações políticas e econômicas vividas pela Grécia. O primeiro período (1880-1917) é composto por marinheiros, expatriados, aventureiros e principalmente imigrantes vítimas da grande

reviravolta política e econômica vivida pelo país europeu[1]. Esses imigrantes gozaram de grande mobilidade dentro do território brasileiro (FERNANDES, 2009).

Segundo a historiadora Vassiliki Constandinidou (2009), os primeiros registros oficiais de gregos vivendo no Brasil datam da época do Império de Dom Pedro II, sendo o mais antigo dos registros, um de 1841, quando desembarcou no Rio de Janeiro a família Calógeras. De 1849, tem-se registro da chegada das famílias de comerciantes Ralli e Rondocanákis, ambas se instalaram também na então capital imperial.

O segundo período da imigração grega para o Brasil (1918-1940), fez com que chegassem ao país cerca de 1500 imigrantes, provenientes principalmente das Ilhas do Mar Egeu. Esses estrangeiros se dedicavam principalmente a atividades comerciais em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Essa fase antecedeu o mais importante dos períodos da imigração helênica no Brasil. O terceiro período de imigração de nacionais helênicos para o Brasil (1952-1965) foi marcado pela chegada de aproximadamente 13 mil gregos ao país, em sua maioria trabalhadores não qualificados, que se instalaram no Brasil buscando novas oportunidades vida, fugindo de uma Grécia devastada pela guerra (FERNANDES, 2009).

Tamis (2009) revela que a maior parte dos imigrantes que chegaram ao Brasil percorreu várias cidades antes de se fixarem numa em específico, buscando o que o autor chama de coesão social, ou seja, se instalar junto a uma comunidade grega já existente. O mesmo autor argumenta, ainda, que a imigração grega no Brasil não pode ser considerada bem sucedida em termos de constituição social e integração econômica, pois, segundo ele, uma parte pequena dos imigrantes foi capaz de se consolidar, se estabelecendo no Brasil e iniciando negócios e comércio, enquanto uma parcela importante dos gregos imigrou para outros países da região ou foram repatriados.

Segundo Fernandes de Oliveira (2006) a imigração grega para o Brasil recebeu subsídios do governo imperial brasileiro para que os imigrantes trabalhassem nas lavouras de café, contudo em um segundo momento, esses trabalhadores buscavam ocupações e atividades marítimas. Ainda segundo a autora, a pouca necessidade de mão de obra nessa área fez com que a imigração grega no Brasil fosse pouco expressiva.

[1] A Grécia do século XIX se caracterizou economicamente por ser um país agrário e dependente das exportações agrícolas. Devido a várias intempéries e períodos de guerras, a economia grega sofreu consideravelmente, enfrentando uma pobreza generalizada. No campo político, a segunda metade do referido século, foi especialmente complicada, devido a disputas bélicas com os turcos que anexaram importantes provinciais como a Macedônia e a Trácia (KOLIOPOULOS, 1987).

> No Brasil, a pouca expressividade dessas atividades foram determinantes para que não houvesse afluxo tão intenso de imigrantes gregos no período compreendido entre o último quartel do século XIX e os dois primeiros do século XX, quando afluíram ao Brasil grandes levas de imigrantes de outras nacionalidades, como italianos, alemães, português, espanhóis, etc. (OLIVEIRA, 2006, p. 273).

Para Costa (2012) não houve para o imigrante grego grande dificuldade de adaptação no Brasil, o maior empecilho parece ter sido o idioma, uma vez que a língua materna era normalmente usada na comunidade entre os heleno-brasileiros em seu dia-dia, o que dificultou o aprendizado do português.

A vasta extensão territorial brasileira, unida ao grande número de portos de entrada e a falta de registros oficiais, dificulta o trabalho de definir a época exata em que os primeiros imigrantes gregos chegaram ao país, bem como o seu número. Atualmente, de acordo com estimativas realizadas por associações gregas, existem no Brasil cerca de 40 mil gregos étnicos, ou seja, imigrantes e seus descendentes.

2. Gregos no Espírito Santo: a formação da comunidade heleno-capixaba

Existe na Comunidade Helênica do Espírito Santo o registro da presença de cidadãos gregos no Estado desde 1920, contudo, foi no pós-guerra, nas décadas de 1950 e 1960, que ocorreu a maior movimentação no fluxo de imigrantes helênicos no Estado Capixaba. Os primeiros gregos que chegaram ao Espírito Santo vieram por iniciativa própria. Ao chegar ao Estado eram contratados pelo governo para trabalhar nos portos ou na indústria siderúrgica (LOUREIRO; FRATTINI, 1999).

Segundo a historiadora Vassiliki Constandinidou (2009), algumas famílias gregas saíram da Ilha de Florianópolis e participaram da fundação da colônia grega em terras capixabas, atraídas pela crescente importância das atividades portuárias da capital do Estado.

Siqueira (2009) argumenta que, entre as décadas de 1920 e 1950, o Porto de Vitória sofreu uma grande projeção, sendo o principal responsável pelo desenvolvimento econômico do Estado, uma vez que era o ponto de escoamento da produção cafeeira e do minério da CVRD.

> O porto de Vitória cada vez mais se projetava enquanto um grande exportador de café e da produção cafeeira do estado capixaba e mineiro, ampliando seu movimento comercial com a exportação de minério de ferro. O porto de Vitória passou a ser o escoadouro natural do minério [...] pela CVRD (Companhia Vale

> do Rio Doce). A exportação do minério foi um fator decisivo para a expansão inicial do porto de Vitória e para que, o mesmo, atingisse maior repercussão como porto internacional, embora fosse considerado internacionalmente como simples porto cafeeiro. [...] O crescimento das atividades de exportação de minério de ferro promoveu a ampliação do porto, em função da diversificação do seu movimento comercial (SIQUEIRA, 2009, p. 5).

Loureiro e Frattini (1999) revelam que em um segundo momento, o Espírito Santo recebeu imigrantes gregos qualificados, por meio de iniciativa do governo Vargas, que visava a implantação de indústrias no Estado. As autoras revelam ainda que a maior parte dos imigrantes que chegaram a terras capixabas não veio diretamente da Grécia, chegaram primeiramente a outros portos como Santos, Rio de Janeiro e Florianópolis, estabelecendo-se posteriormente no Espírito Santo.

Seguindo o exemplo de outras comunidades gregas da diáspora, os gregos e descendentes que residem no Espírito Santo buscaram se organizar a partir da década de 1960, contudo, foi somente na década de 1980 que a comunidade se organizou juridicamente, fundando a Comunidade Helênica do Espírito Santo (CHES), datando da mesma época a fundação do Consulado da Grécia na cidade de Vitória.

> Na capital capixaba, as poucas famílias gregas buscaram se organizar desde a década de 60, mas somente em 1981 conseguiram formalizar a fundação da Comunidade Helênica do Espírito Santo. O primeiro presidente da associação foi Constantino Vazeos, que doou os terrenos para construção da Igreja Ortodoxa de São Jorge. Assim que a sede ficou pronta, destinaram uma sala para as aulas de grego. [...] A inauguração da Igreja foi realizada em 26 de abril de 1987 (CONSTANTINIDOU, 2009, p. 225).

Segundo o Consulado da Grécia em Vitória, existem registrados no Estado do Espírito Santo em 2015, cerca de 300 indivíduos com cidadania grega. Nesse grupo englobam-se os imigrantes gregos e seus descendentes de segunda e terceira geração. Porém, o Cônsul admitiu a presença de cidadãos gregos que vivem no interior do Estado, mas não se encontram registrados no consulado.

Cabe esclarecer que nesse estudo utilizaremos o termo comunidade no sentido de grupos étnicos, como sugerido por Barth (2000), ou seja, um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem. Isto é, uma unidade portadora e organizadora da cultura comum os seus membros.

Apesar do pequeno número de membros (como dito anteriormente a CHES conta com cerca de trezentos membros) a comunidade heleno-capixaba é bastante ativa. Com subsídios recebidos do governo grego, a comunidade oferece aulas do idioma grego, ministradas por um professor vindo da Grécia. Esse programa faz parte de uma série de outros desenvolvidos pelo governo grego para a manutenção da cultura helênica entre os imigrantes e seus descendentes na diáspora. Esse mesmo professor é responsável por outras atividades culturais, como a criação de um coral de música bizantina[2], a criação da "Semana Cultural Grega"[3] e a também anual celebração do Dia do *Oxi*, a qual analisamos em um momento posterior. Todos que visam promover a continuidade da cultura, dos costumes e das tradições helênicas no exterior.

A comunidade mantém a Igreja Ortodoxa de São Jorge, inaugurada em abril de 1987, que é um importante ponto de reunião e prática da cultura grega. Local que marca momentos importantes das vidas dos helenos e heleno-brasileiros, como o batizado, o casamento ou cerimônias fúnebres. Na atualidade, a Igreja não conta com o pároco definitivo, dependendo de sacerdotes que veem do Rio de Janeiro ou São Paulo uma vez por mês para a celebração das divinas liturgias. Mesmo sem a presença fixa de um padre, os membros são assíduos às celebrações religiosas como a páscoa ortodoxa ou dias de santos populares entre os gregos.

A Comunidade Helênica do Espírito Santo, como instituição, surgiu da necessidade de direcionar os gregos do Espírito Santo, a uma aproximação com o país de origem, seja por meio do idioma, do contato com outros nacionais gregos, hábitos e outras atividades peculiares. Representando o resgate de sua identidade cultural em meio a outro ambiente. Segundo Costa (2012) o fato de preservar e resgatar as práticas culturais oriundas da Grécia não significa resistência à cultura brasileira.

> Em momento algum os imigrantes se opuseram à aprendizagem dos novos costumes. Todavia, fizeram questão de preservar as tradições gregas e, para isso, incentivaram e participaram ativamente da instituição da Comunidade Helênica no estado do Espírito Santo, sendo que a dedicação, o empenho e o envolvimento ocorreram sob diferentes intensidades (COSTA, 2012, p. 188).

A construção da Comunidade Helênica e a participação dos gregos e descendentes nessa instituição evidencia a emergência comum a outras comunidades estrangeiras, de buscar e reforçar

[2] O coral de música bizantina "KostantinoVazeos" foi criado em 2009, é regido pelo Professor KosmasPoulianitis e conta com a participação de gregos, gregos-brasileiros e brasileiros em geral.
[3] A Semana Cultural Grega ocorre anualmente na Sede da Comunidade Helênica do Espírito Santo, na capital do Estado, sendo um evento aberto a toda comunidade, oferece danças e comidas típicas além de atividades culturais.

sua identidade cultural quando presentes em uma pátria que não a sua. Dessa forma, a identidade cultural apresenta-se como um processo dinâmico e de contínua construção (HALL, 2009).

3. Cultura, identidade e imaginário entre os Helenos-Capixabas.

Cabe a nós esclarecer que nesse trabalho utilizamos o termo cultura para nos referir a algumas práticas, para isso iremos utilizar o conceito semiótico de cultura desenhado por Clifford Geertz (1989). Para o autor, a cultura é formada por teias de significados.

> Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 1989, p. 4).

Podemos pensar que este conceito de cultura, no nosso caso, a cultura grega, é criado pelo imaginário social. Este imaginário atuaria como o que Geertz chama de "código estabelecido" por uma sociedade, o que é composto por significados. Sendo assim, dentro da Comunidade Helênica do Espírito Santo, nas práticas concretizadas por seus integrantes, em seus discursos, em seus significados, se estabelece o que para eles é a cultura grega, que é uma peça fundamental na construção da identidade grega, do ser grego.

Nessa pesquisa, seguindo a Geertz (1989), toma-se como sinônimos cultura e costumes, referindo-se às teias de significados, isto é, que tanto um discurso, ou um ritual, seja uma música ou uma dança, serão considerados como cultura. A cultura grega será construída a partir dos discursos, das práticas, das crenças, de seus próprios protagonistas e a observação por parte do investigador, aplicando de certo modo o que Geertz denominou de "descrição densa", método pelo qual a partir de análises de certas práticas e discursos se desvendam as estruturas significativas.

Um desses rituais desenvolvidos pelos gregos é a celebração do Dia do *Oxi*. *Oxi*, que na língua grega significa não, é uma celebração nacional da Grécia desde o ano de 1940, quando no dia 28 de outubro daquele ano, o então Primeiro Ministro da Grécia, Ioannis Metaxas, disse "não" ao ultimato feito pelo ditador italiano Benito Mussolini, que exigia que a Grécia permitisse que as forças italianas ocupassem posições estratégicas em seu território, durante a segunda-guerra (KOLIOPULOS, 1987).

Embora não existam provas documentais que o Ministro Metaxas respondeu simplesmente "não", ou "oxi", a palavra sintetiza perfeitamente a frase dita por Metaxas em francês "Alors, c'est la guerre" – então é guerra. Naquele dia os cidadãos gregos saíram pelas ruas gritando "oxi" como um aviso para que todos se armassem. Em questão de duas horas, as tropas italianas que se encontravam na Albânia, atacaram a fronteira grega (WOODHOUSE, 2000).

O exército grego, com o auxílio de tropas britânicas, resistiu bravamente a seis meses de combates com tropas italianas e alemãs. Os gregos representaram o maior obstáculo contra os planos nazistas de enfrentar as tropas soviéticas. A resistência grega foi fundamental para a derrota das tropas alemãs, que se atrasaram e chegaram a Rússia em pleno inverno, o que causou baixas consideráveis ao exército nazista (KOLIOPULOS, 1987).

Para muitos a celebração do Dia do *Oxi* é mais do que o aniversário de uma data pátria com desfile de crianças nas principais cidades da Grécia, do que a exibição do poderio militar grego em um desfile em Atenas, ou ainda, é maior do que por a bandeira grega na janela de suas casas. É um dia para lembrar os valores helênicos, a paixão pela Grécia e por tudo o que os ancestrais gregos fizeram por essa terra. É um dia para se espelhar nas virtudes do passado, pensando no futuro.

A partir da observação participante foi possível presenciar esta celebração junto a Comunidade Helênica do Espírito Santo, onde as cerimônias de comemoração do Dia do *Oxi* ocorrem anualmente no dia 28 de outubro. As celebrações começam pela manhã, com uma liturgia no rito bizantino, próprio da Igreja Ortodoxa, onde após cerimônia é lido um comunicado do Patriarca[4] exaltando a coragem do povo grego durante a segunda guerra. A divina liturgia é seguida de um almoço com pratos típicos da culinária grega. À noite, acontece um baile ao som de músicas tradicionais gregas, com direito a quebra de pratos, comemoração tradicionalmente helênica. A celebração do Dia do *Oxi* conjuga elementos fundamentais da cultura grega: a língua, a religião, as danças e a culinária.

O que era uma festa pátria na Grécia se tornou uma festa étnica entre os gregos da diáspora, não sendo diferente entre os membros da Comunidade Helênica do Espírito Santo. Isso é possível graças ao o que Benedict Anderson (2008) chama de comunidades imaginárias. Anderson entende a nação como uma comunidade imaginada, que representa o

[4] O Patriarca Ecumenico de Costantinopla é o líder supremo da Igreja Ortodoxa, apesar de não possuir primazia como o Bispo de Roma.

sentimento de pertencimento de uma comunidade, na que seus membros não se conhecem entre si, porém se sentem parte de um mesmo coletivo.

Anderson (2008) argumenta que o apego das pessoas a nação é fruto da imaginação que logo se materializa e se vivência na prática cotidiana. A identidade nacional é o nexo simbólico e afetivo entre o sujeito e a nação e imprime no sujeito o sentimento de pertencimento a uma dada comunidade. Isso permite que os descendentes de gregos na Comunidade Helênica do Espírito Santo, celebrem a data patriótica mais importante do calendário grego, como se morassem na Grécia, e de fato fossem gregos.

O mesmo autor define nação como "[...] uma comunidade política imaginada, inerentemente limitada e soberana. É imaginada porque seus membros jamais se conhecem [...], porém na mente de cada um vive a imagem de sua comunhão". Além de imaginadas, agrega que cada nação se imagina como limitada, logo que suas fronteiras são finitas, são ainda soberanas, atributo que herdou da ilustração e são ainda comunidades, apesar das desigualdades se percebe como horizontal (ANDERSON, 2008, p. 6-7).

É complementar ao conceito de nação como comunidade imaginada, a noção de diáspora, entendida como uma parte imaginária da população desse país de origem, porém que está localizada em outro lugar. Portanto, mesmo sem nunca terem ido à Grécia, ou falar o idioma grego, o fato de imaginar a nação grega como sendo pertencente a ela, torna possível que um descendente de segunda ou terceira geração se defina como helênico, como seus pais ou avôs. Além do imaginário, deve-se considerar também a construção da identidade (HALL, 2009).

Stuart Hall (2014) faz uso do termo identidade para se referir a um ponto de encontro. Para o autor, a identidade é construída por sentimento de pertencimento, o qual ele denomina "sutura a história", sendo expressa no reconhecimento de um passado comum, transmitido através de cerimônias, festas, danças, músicas, etc.

> [...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado os discursos e as práticas que tentam nos "interpelar", nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade que nos constroem como sujeitos (HALL, 2014, p. 111-112).

Hall (2002) estabelece a ideia de identidade como representação, esse entendimento, levanta como primeira condição que as identidades se constroem dentro do discurso, pelo qual a partir da análise de distintos discursos, que variam de discursos linguísticos dos

gregos, de falas emitidas pela Comunidade Helênica do Espírito Santo, da observação de práticas e rituais diversos, pode se reconstruir a identidade construída por essa comunidade, isto é, o que é ser grego para eles.

> As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões "quem nós somos" ou "de onde nós viemos", mas muito mais com as questões "quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios" (HALL, 2002, p. 109).

Em um segundo momento, Hall (2002) define a identidade como relacional, assim "as identidades se constroem através da diferença, e não a margem dela", convergindo com que diz Barth (2000), que argumenta que identidade e alteridade se relacionam, ou seja, que só podem erigir-se em relação com o outro. Identidade e alteridade são duas dimensões inseparáveis. Dessa forma, o descendente, se intitula grego, ao marcar sua diferença com o fileleno[5].

Os filelenos podem, por exemplo, participarem da Celebração do Dia do *Oxi*, através da dança, da música ou da comida, mas não serão vistos como "nós" por estarem além da fronteira identitária estabelecida pelos helênicos e seus descendentes. Os filelenos serão sempre os "outros".

4. À guisa de conclusão

Toda identidade, nesse caso a grega, transcende as fronteiras, tanto as espaciais como as temporais. O *ser grego* muda de lugar, da Grécia ao Brasil, de Atenas à Vitória, se reconstrói, se impregna e é impregnado pelo contexto. Também desafia o tempo nessa recriação. Porém essa identidade é funcional ao contexto capixaba e brasileiro. São gregos no Brasil, condição diferente de ser grego na Grécia. Podemos pensar que esse caráter, grego-brasileiro, é o que realmente os identifica. Essa nostalgia patriótica, o desejo de voltar às raízes gregas é o que os mantem unidos aqui, no Brasil, na diáspora, e isso faz com que se reconheçam como grego-brasileiros, condição que perderiam se voltassem realmente às raízes.

[5] A palavra fileleno significa em português "amor pelos helenos", mas é usada como todo aquele que não é grego ou descendente.

Por outro lado, em cada prática, em cada texto, nesse "fazer" dos descendentes na Comunidade Helênica do Espírito Santo é produzido um recorte, onde diversos sentidos são tomados e outros descartados. Nessa seleção se evidenciam distintos crivos tanto os institucionais, como os da Igreja Ortodoxa, por exemplo, como os não institucionais, vinculados às práticas cotidianas, aos saberes comuns, ou ao domínio de um artifício – seja uma língua, uma dança, um ritual. Um recorte que manifesta um "nós" gregos e implica uma diferença, uma desigualdade, com o outro não grego, que é a razão do seu ser.

Os gregos da Comunidade Helênica do Espírito Santo, na verdade não são gregos, são brasileiros assim que nascem, o que faz com eles se digam gregos é o imaginário, é justamente a criação dessa comunidade imaginada como descrita por Benedict Anderson que torna possível essa relação de pertencimento a Grécia, ao menos etnicamente. No que se refere à identidade, o ponto de sutura, como proposto por Hall, pode ser identificado nesse estudo na celebração do Dia do *Oxi*, que unem a todos os gregos – e descendentes – da diáspora. Além disso, identidade e alteridade estão ligadas. A identidade grega dos integrantes da CHES surge de suas diferenças com os filelenos.

Por fim, as culturas não morrem. Elas emigram, mudam de idioma, de lugares ou de costumes. Entrecruzam-se, discutem e dialogam, resultando em novas identidades, e dessa forma se reconstroem, resistem e são uma ponte entre o passado e o futuro, a partir do qual, ainda que manifestem algum paradoxo, a recordação se recria, (re)vive. É nesse sentido que os descendentes na Comunidade Helênica do Espírito Santo se permitem intitular como gregos.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das letras, 2008.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra capa, 2000.

CONSTANTINIDOU, Vassiliki Thomas. **Os guardiões das lembranças.** São Paulo: Vida e Consciência, 2009.

COSTA, Lorena Queiroz Merizio. **Amizades interculturais:** Um estudo com os gregos no Espírito Santo. 2012. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

FERNANDES DE OLIVEIRA, Maria da Graça. **Historiografia do processo imigratório brasileiro:** um olhar sobre comunidades helênicas no Brasil. 2006. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1962777.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2015.

FERNANDES, Maria das Graças. **Gregos no Brasil.** Porto Alegre: Letra e Vida, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Dp&a, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Ufmg, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tadeu Thomaz da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

KOLIOPOULOS, John. **Brigands with a Cause:** brigandage and Irredentism in Modern Greece 1821-1912. Oxford: Clarendon Press, 1987.

LOUREIRO, Regina Menezes; FATTINI, Carmem Déa Gonçalves. **A imigração grega no Espírito Santo.** Revista do IHGES, Vitória, v. 1, n. 51, p. 74-81, dez. 1999.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Revista de História e Estudos Culturais:** Fênix, Uberlândia, v. 6, n. 4, p. 1-16, out. 2009.

TAMIS, Anastasios M.. Greek Migration and Settlement in South America. In: LOUKERIS, Kostantino; PETRAKIS, Kostantino (Org.). **The roads of the Greeks.** Atenas: Polaris Publishing, 2009. p. 78-161.

WOODHOUSE, C.M. **Modern Greece:** a shorty history. Londres: Faber & Faber, 2000.

IMIGRANTES E PROCESSOS DE IDENTIDADE SOCIAL: OS BRASILEIROS NO REINO UNIDO

Roberta Rangel Batista
Graduada, Mestre e Doutoranda em Psicologia, UFES.

Mariana Bonomo
Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do PPGP - UFES.

Resumo: A emigração de brasileiros tem sido motivada pelo descontentamento com a situação política, a insegurança e a falta de oportunidades de crescimento cultural e profissional no país. Entretanto, considera-se que, historicamente, o Brasil e o mundo globalizado assumiram a cultura branca e europeia como padrão normatizador, o que pode possibilitar a identificação dos brasileiros com a cultura de países europeus. A partir da Teoria da Identidade Social objetiva-se, neste estudo, discutir o processo de identificação social de brasileiros residentes no Reino Unido, por meio da análise de suas histórias de migração. Para tanto, quatro brasileiras e quatro brasileiros, residentes neste país, foram entrevistados a partir de um roteiro semiestruturado. O tratamento dos dados foi realizado pela Classificação Hierárquica Descendente do *software* Alceste. Os resultados mostraram que, apesar de expressarem identificação com o grupo europeu, principalmente pelas condições sociais e culturais possibilitadas pela vivência no país estrangeiro, todos os brasileiros afirmam reconhecer suas pertenças ao grupo brasileiro e imigrante. Nota-se que há uma referenciação ao modelo hegemônico, mas esta não exclui a identificação com outros grupos sociais. Embora a pertença ao grupo europeu possibilite certa elevação do *status* social, ainda é observada a identificação e afeto destinados ao grupo brasileiro.

Palavras-chave: brasileiros; Reino Unido; identidade social.

Abstract: The Brazilian emigration has been motivated based on the unsatisfied political situation and the lack of cultural and professional opportunities in Brazil. However, in historical terms, the globalized world have assumed the white and European culture as a standard pattern, that may be responsible for the Brazilians identification with the European countries and culture. Based on Social Identity Theory, this study aimed to discuss the social identity processes among Brazilian living in UK. 04 Brazilian women and 04 Brazilian men that live in UK were interviewed using a semi-structured questionnaire. The data were analyzed through lexical analysis via Alceste software. The results show that, despite the identification with the European group, especially related to social and cultural conditions allowed by the fact that they live in this foreign country, all the Brazilians interviewed recognized their belonging to the Brazilian and to the immigrant groups. These compositions demonstrate that the identity processes has an association with the hegemonic model, but that doesn't mean that the Brazilians cannot identificate themselves with other social groups. Although the identification with the European group give the Brazilians a better image and status, it's still noted that there's an affection and identification with the Brazilian group.

Keywords: brazilians; United Kingdom; social identity.

Introdução

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2011) destaca que, nos anos 1980, a crise econômica brasileira levou muitos nacionais a buscarem melhores condições de vida naqueles países que tinham a imagem de potência econômica mais

estabilizada, como os Estados Unidos e alguns países da Europa (por exemplo, Espanha, Itália e Inglaterra). O descontentamento com a situação política, a insegurança e a falta de oportunidades de crescimento cultural e profissional no país continuam apresentando-se como principais motivadores para a emigração dos brasileiros (CANTALICE, 2011; MILEZI E FANTAZINO, 2008). A insatisfação, aliada ao padrão normatizador da cultura branca e europeia, possibilita a identificação dos brasileiros imigrantes na Europa com a cultura do país de destino (ECOSTEGUY, 2003; VERMEULEN E BRÜNGER, 2013).

Embora sejam comuns as migrações para o continente europeu, Robertson (2014) discute que a detenção de um *status* social maior pode excluir determinados grupos da categoria marginal de migrantes e/ou dominados, em função de seu prestígio na comparação com outras nações que sofrem as atribuições de estereótipos. A detenção de uma imagem social positiva pode fornecer ao grupo social, e ao indivíduo pertencente ao mesmo, uma identidade social também positiva (TAJFEL, 1981).

1. Orientação teórica, objetivos e metodologia

A Teoria da Identidade Social (TAJFEL, 1981; 1982; 1984) discute que os indivíduos compõem a sua identidade através de suas diferentes pertenças psicológicas aos grupos sociais, ou seja, para ser pertencente a um grupo, o indivíduo deve referenciar seus valores e afetos a esta pertença. Segundo Tajfel (1982), estas pertenças possuem o objetivo de propiciar ao indivíduo uma autoimagem social positiva, frente aos outros grupos na comparação social.

A proposta da Teoria da Identidade Social de Tajfel possui alguns pressupostos teóricos importantes, que devem ser considerados ao discuti-la. De acordo com o autor, a identificação dos indivíduos com os grupos sociais, mesmo que psicológica, contempla a maneira pela qual a estrutura da sociedade se organiza, de modo que alguns grupos sociais, culturais e nacionais possuem um *status* ou imagem social mais positiva do que outros (TAJFEL, 1982; 1984). Com isto, é possível que alguns indivíduos, ainda que pertencentes ou originários de grupos considerados com menor *status,* identifiquem-se com outros grupos mais privilegiados na escala social (TAJFEL, 1981). É necessário pontuar que o afeto destinado ao grupo social é a dimensão mais importante da identidade (TAJFEL, 1982). Desse modo, pode-se afirmar que, mesmo que o indivíduo reconheça a imagem de outros grupos como mais positiva do que o seu, é possível

que, ainda assim, este continue a se identificar com seu grupo menos favorecido na hierarquia social, em função do afeto vinculado a ele (TAJFEL, 1982).

Ao se considerar os grupos sociais com os quais os brasileiros no Reino Unido se relacionam (como, por exemplo, brasileiros, estrangeiros, imigrantes, britânicos e europeus), pode-se pressupor que os indivíduos se identifiquem com os grupos europeu e britânico, em função da elevação do *status* social que resultará desta pertença, embora ainda destinem afeto ao grupo brasileiro (TAJFEL, 1981; 1982; 1984).

Com base nas proposições apresentadas, objetiva-se neste estudo discutir o processo de identidade social entre brasileiros imigrantes no Reino Unido, a partir da Teoria da Identidade Social acima delineada. Este trabalho compõe um recorte de parte dos dados tratados e discutidos na dissertação de Mestrado em Psicologia intitulada *Brasileiros imigrantes na Europa: das representações sociais aos processos identitários*, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Compuseram a amostra da investigação oito brasileiros imigrantes no Reino Unido, sendo quatro homens e quatro mulheres. As entrevistas foram realizadas em Londres, Reino Unido, nos locais de preferência dos participantes. O Reino Unido foi escolhido para seleção dos participantes entrevistados por ser o país que possui mais brasileiros no continente europeu, totalizando cerca de 180 mil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011).

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um roteiro semiestruturado, norteado pelos seguintes temas: 1) vida no Brasil antes da imigração, 2) começo da vida no país estrangeiro, 3) redes sociais de apoio e 4) vinculações ao país de origem. Além disso, foi utilizado um instrumento adicional, no qual os indivíduos localizavam e avaliavam suas pertenças aos grupos *brasileiro*, *europeu* e *imigrante*, considerados salientes no contexto da migração.

Os dados das entrevistas foram tratados pela Classificação Hierárquica Descendente do *software* Alceste, que se caracteriza como uma metodologia que qualifica um texto e extrai "suas estruturas significativas" (IMAGE, 2010, p. 05).

2. Resultados e discussão

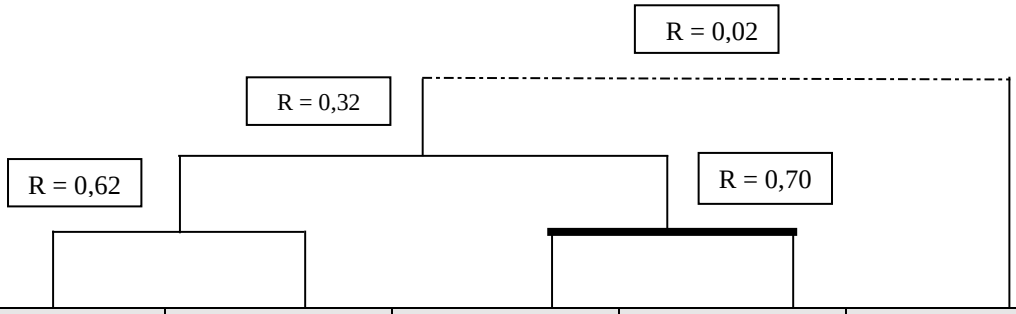
O *software* Alceste gerou um dendrograma com cinco classes (ver Figura 1), que delimitam períodos específicos da experiência migratória dos brasileiros no Reino Unido. A classe 1, "dificuldades e rede de apoio", aparece relacionada à classe 3, "começo da vida no

Reino Unido", por um r = 0,62. Juntas, estas classes compõem o subeixo "Vivendo no Reino Unido", por se tratar de situações que ocorreram apenas no país estrangeiro.

O subeixo "Vivendo no Reino Unido" possui relação com o subeixo "Vivendo no Brasil", por um r = 0,32. Este segundo subeixo é composto pela classe 2, "planejando a migração", e pela classe 4, "a vida no Brasil". Estas duas classes são constituídas de termos que fazem referência à vida no Brasil antes da migração. As classes 2 e 4 possuem forte ligação (CAMARGO, 2005) com r = 0,70.

Por fim, o segundo eixo é formado unicamente pela classe 5, "identificação social". Este eixo se liga ao primeiro eixo "Vivência migratória" por um r = 0,02 e refere-se aos grupos sociais citados na entrevista com os migrantes. Nota-se que este eixo apresenta a flexibilidade dos imigrantes frente aos diversos grupos sociais com os quais possuem relação.

Figura 1 - Classificação hierárquica descendente - dendograma de classes estáveis



CLASSE 1		CLASSE 3		CLASSE 2		CLASSE 4		CLASSE 5	
Dificuldades e rede de apoio		**Começo da vida no Reino Unido**		**Planejando a migração**		**A vida no Brasil**		**Identificação Social**	
234 UCE - 24,84%		**113 UCE - 12,00%**		**118 UCE - 19,43 %**		**105 UCE - 11,15%**		**307 UCE - 32,59%**	
Formas	c2	Formas	c2	Formas	c2	Formas	c2	Formas	c2
Imagina	35,21	Noite	81,65	Meses	123,3	Publicitário	105,08	Imigrante	102,83
Futuro	30,67	Manhã	74,15	Fiquei	98,24	Morava	86,51	Europeu	83,99
Problema	24,07	Mesa	59,19	Dinheiro	90,49	Redator	63,45	Grupo	81,45
Daqui	22,21	Prato	59,19	Visto	51,48	Vir	55,87	Brasileiro	68,37
Quer	21,47	Cozinha	59,19	Ficou	49,17	Vida	53,84	Ser	55,66
Alguma	21,01	Eram	51,4	Voltar	46,59	Mercado (de trabalho)	48,14	Acho	54,7
Apoio	19,97	Restaurante	47,55	Quanto	44,21	Migração	47,49	Povo	49,87
Acaba	19,41	Casal	46,02	Estava	4,63	São Paulo	46,02	Parte	45,92
Não	18,47	Inverno	44,3	Época	38,71	Para cá	44,52	Relação	38,04
Quem	18,33	Festa	43,57	Tempo	38,63	Mudar	33,8	Sentir	32,31
Fica	17,65	Comer	43,57	Tinha	36,22	Carreira	32,02	França	31,72

Dificuldade	17	Disse	34,48	Juntar	35,73	Sempre	30,62	Países	31,72
Ajuda	15,8	Questão	33,69	Navio	33,39	Antes	27,55	Cultura	30,24
Skype	15,21	Comida	33,18	Acabou	31,76	Mãe	25,17	Educação	29,83
Aqui	14,07	Tinha	31,91	Pagar	29,74	Saiu	24,06	Forma	29,65
Morrer	14	Telefone	30,34	Depois	29,73	Igreja	23,99	Positiva	27,71
Experiência	13,91	Cinema	29,47	Cheguei	29,19	Pastor	23,99	Sou	26,83
Você	13,75	Monte	29,47	Para	28,53	Publicidade	23,99	Reino Unido	26,48
Filho	13,42	Sentia	29,11	Emprego	25,31	Estados Unidos	22,54	Identificação	23,5
Brasil	12,49	Banho	29,11	Apartamento	25,3	Foi	22,22	Mim	22,96
Vivendo no Reino Unido				**Vivendo no Brasil**				**Identificação Social**	
Vivência migratória									

A primeira classe, denominada “dificuldades e rede de apoio”, sinaliza as maiores adversidades que os brasileiros passaram, ou que ainda passam no Reino Unido, e a quem eles recorrem nestas situações. As Unidades de Contexto Elementar (UCE’s) abaixo indicam as dificuldades com a língua e o conforto ao se comunicarem à distância com a família no Brasil. O Skype (recurso *online* para chamadas telefônicas em vídeo) aparece como meio importante para contornar as dificuldades. Os termos mais significativos para esta classe são: *imagina*, *futuro*, *problema*, *daqui*, *quer*, *alguma* e *apoio*.

> Não tem jeito. Tem que ter. Se acontece alguma emergência, alguma coisa, eu vou chamar quem? Vou ligar para quem, se eu não falo inglês? Não tem jeito, né? (Suzanna).

> E estando aqui, você não tem o que fazer. Por exemplo, os meus sobrinhos, estão crescendo e daqui a pouco não vão saber nem quem é a tia deles, porque só me conhecem no *Skype* (Carmem).

Mais próxima da primeira classe, a classe 3 denomina-se “começo da vida no Reino Unido”. A proximidade desta terceira classe com a primeira indica um conteúdo bastante similar. Entretanto, a diferença entre as duas encontra-se no fato de que a terceira classe evidencia, principalmente, dificuldades relacionadas aos empregos e ao convívio com os ingleses, enquanto a primeira apresenta as dificuldades em se criar redes de apoio.

Elementos como *prato*, *cozinha* e *restaurante* indicam que boa parte dos entrevistados começou sua vida no Reino Unido trabalhando em restaurantes. Além disso, a falta de luz solar no inverno também se coloca como ponto considerado desfavorável na migração. Os principais termos desta classe são: *noite*, *manhã*, *mesa*, *prato*, *cozinha*, *eram* e

restaurante que fornecem um panorama da rotina pesada de trabalhos por turnos nos restaurantes do país de destino.

> Não gostei do emprego por esta questão, como era um hotel pequeno, só tinham (*sic*) cerca de 30 apartamentos e os funcionários eram do tipo "faz tudo" (Glória).
>
> Então, era comum chegar na cozinha às 8 da manhã e sair às 8 da noite, 10 da noite, meia noite, como já aconteceu (Jorge).

A classe 2, "planejando a migração", apresenta elementos que fazem alusão à vida no Brasil e aos planos de migração. Nota-se que esta classe se caracteriza pelas ações realizadas em uma época bastante próxima da imigração (como *juntar dinheiro* e providenciar o *visto*) e, por esta razão, elementos como *fiquei, dinheiro e visto* destacam-se. Outros termos como: *quanto, estava, época, tempo, emprego* e *apartamento* ressaltam a preocupação destes imigrantes com a organização da partida.

> Eu não podia alugar um apartamento porque eu não sabia até quando o dinheiro ia dar. Então, eu aluguei um quarto (Suzanna).
>
> No trabalho que eu consegui no Brasil, de recepcionista de imobiliária, eu ganhava 1800 reais por mês, tinha duas folgas no mês, e foi o dinheiro que eu juntei para ir (Caroline).

A classe 4, denominada "a vida no Brasil", evidencia elementos que se referem, basicamente, ao modo de vida destes brasileiros enquanto viviam no Brasil. A cidade de *São Paulo*, a profissão de *publicitário* e o *mercado* de trabalho compõem nesta classe o que faziam e onde viviam estes brasileiros. A palavra *carreira* encontra-se nesta classe e, pode significar o desejo de muitos destes entrevistados de aprimorá-la fora do Brasil, seja aprendendo inglês ou tendo outras oportunidades profissionais.

> Eu queria dar um impulso na minha carreira e fui para São Paulo. Fiz minha carreira profissional lá, como redator, trabalhando em grandes agências brasileiras (Peter).
>
> Eu tinha uma vida confortável em São Paulo, porque, na verdade, quando eu trabalhei lá, o mercado publicitário era tipo um *oasis* no mercado de trabalho do Brasil naquela época (Elias).

Por fim, a classe 5, "identificação social", forma um único eixo de análise. Esta formação justifica-se pelo agrupamento das respostas dadas ao instrumento adicional à entrevista semiestruturada, que questionava a relação que os brasileiros tinham com os grupos sociais: *imigrante*, *europeu*, *estrangeiro*, *britânico* e *brasileiro.* O modo como os entrevistados se relacionam a cada um destes grupos está também ilustrado na Tabela 1.

Esta tabela foi organizada conforme as falas dos participantes, os quais receberam nomes fictícios para que fosse preservada sua identidade.

Tabela 1 - Identificação social dos participantes

	Britânico	Brasileiro	Europeu	Estrangeiro	Imigrante
Cristiano	Sente-se como parte do grupo. Afirma que para ser britânico o indivíduo tem de se integrar. Possui uma relação positiva com este grupo.	Sente-se como parte do grupo. Ressente-se muito pelos "irmãos brasileiros", pelo que passam no Brasil. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Não se sente europeu. Faz alusão à rixa entre franceses e britânicos e se associa ao lado britânico. Mas, afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Sente-se como parte do grupo, a depender da situação. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Sente-se imigrante. Afirma que, diferentemente do estrangeiro, o migrante veio para ficar. Possui uma relação positiva com este grupo.
Jorge	Não se sente britânico, apesar de admirar o povo, de considerá-lo muito educado e politizado. Possui uma relação positiva com este grupo.	Sente-se brasileiro e, segundo ele, isso não mudará nunca, apesar do ressentimento com o país. Possui uma relação positiva com este grupo.	Sente-se europeu por ter cidadania italiana e por morar no continente europeu. Mas, afirma possuir uma relação de neutralidade com este grupo.	Sente-se estrangeiro pelo fato de não estar em seu país. Possui uma relação positiva com este grupo.	Sente-se imigrante, mas não acha que isso o diminua frente aos britânicos. Possui uma relação positiva com este grupo.
Peter	Sua maior comunidade de amigos está inserida neste grupo. Demorou cerca de dois anos para que os amigos ingleses passassem a considerá-lo como parte do grupo. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Sente-se brasileiro. Mas, afirma que não vive na mesma condição que eles no Reino Unido. Afirma possuir uma relação de neutralidade com este grupo.	Não se sente parte. Não possui muita relação com este grupo. Afirma possuir uma relação de neutralidade com este grupo.	Não se sente parte deste grupo. Possui uma relação de neutralidade com este grupo.	Não se sente imigrante, por viver em uma condição diferente da maioria deles. Possui uma relação de neutralidade com este grupo.

Elias	Não se sente britânico, mas afirma que se considera parte do grupo familiar de sua esposa, sente-se muito bem com eles. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Sente-se brasileiro. Não sai muito com compatriotas, mas, quando está em um ambiente brasileiro, julga que ali é seu *habitat*. Possui uma relação positiva com este grupo.	Não se sente europeu. Mas, afirma ter uma relação de neutralidade com este grupo.	Considera-se, às vezes, estrangeiro. Possui relação de neutralidade com o grupo.	Considera-se, às vezes, imigrante. E possui uma relação de neutralidade com o grupo.
Suzanna	Identifica-se com o grupo britânico pela possibilidade de ter acesso a bens materiais com isso. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Sente-se brasileira. Afirma que o Brasil é sua pátria, sua casa. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Identifica-se com o grupo europeu pela possibilidade de ter a cidadania italiana e ter acesso a bens materiais com isso. Possui uma relação positiva com este grupo.	Não enxerga diferenças entre o grupo estrangeiro e migrante. Mas, afirma possuir uma relação neutra com este grupo.	Considera-se uma imigrante e afirma que sua relação com este grupo é positiva, pois concebe que, se a experiência não tivesse esse cunho, ela não seria uma imigrante.
Glória	Glória não coaduna com a cultura e hábitos britânicos. Não se identifica com o grupo. Mas, afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Identifica-se com o grupo brasileiro. Concebe que se tornou muito mais nacionalista após a imigração, pelo fato de querer manter sua cultura, de falar português, comer comida e ouvir música brasileira. Possui uma relação positiva com o grupo.	Não se identifica com o grupo europeu. Para ela, a pessoa necessita ter nascido na Europa para ser europeia. Mas, afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Não se considera estrangeira, apesar de não ver diferenças entre o grupo estrangeiro e imigrante. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Sente-se imigrante e afirma possuir uma relação positiva com este grupo
Carmen	Identifica-se com o grupo britânico. Gosta muito da educação e do jeito deles, mas, confessa que tem dias que fica muito brava com algumas situações pontuais. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	O grupo brasileiro vem sempre em primeiro lugar para Carmen. Afirma que é a sua casa. Possui uma relação positiva com este grupo	Identifica-se com os europeus, gosta bastante e afirma que é sempre bom estar em contato com outras culturas, pois considera cada país europeu muito diferente um do outro. Afirma possuir uma relação positiva com este grupo.	Sente-se estrangeira e considera o grupo bastante rico culturalmente. Possui relação positiva com este grupo.	Sente-se imigrante e considera o grupo bastante rico culturalmente. Possui relação positiva com este grupo

Caroline	Não se sente britânica. Além da pontualidade, segundo Caroline, não há nada que a iguale a este grupo. Possui uma relação de neutralidade com o grupo.	Sente-se como parte do grupo brasileiro. No entanto, afirma que, muitas vezes, não aprova o comportamento das pessoas brasileiras. Não gosta de música brasileira e confessa que deixa de lado e ignora "muitas coisas ruins" do Brasil. A relação com o grupo é negativa.	Sente-se europeia, não só pelo passaporte europeu que possui, mas também por sua família ser constituída de húngaros e portugueses, o que favoreceu seu conhecimento da cultura destes países. A relação com este grupo é neutra.	Sente-se estrangeira e a relação com este grupo é de neutralidade.	Sente-se imigrante, mas, concebe que existem algumas diferenças ente ela e alguns migrantes tanto brasileiros quanto de outros países. A relação com este grupo é negativa.

As opiniões dos brasileiros em relação a cada um dos grupos apresentavam certa coesão. Em se tratando dos *imigrantes*, boa parte afirma sentir-se parte e vê este grupo muito parecido ou igual ao grupo *estrangeiro*. Para os entrevistados, ser *britânico* está intimamente ligado ao fato de ter nascido no país e de gostar dele. É importante ressaltar também que os entrevistados, apesar de demonstrarem sentimento de pertença ao grupo *brasileiro*, demonstram também ressentimento com o país e seu povo.

> Mas, para mim, somando os prós e contras, têm muito mais ponto positivo do que negativo em ser imigrante (Carmen).
>
> Para mim, ser britânico inclui muitas características como, por exemplo, gostar do país, não se importar quando o tempo está ruim, ter um comportamento britânico, e se identificar enquanto britânico... ter nascido aqui (Glória).
>
> As coisas boas do brasileiro, eu "pego" para mim. A coisa ruim, eu deixo de lado. Mas, sim, eu me sinto parte do grupo brasileiro (Caroline).

A falta de oportunidades no Brasil não aparece como único motivador para a saída dos brasileiros (CANTALICE, 2011; MILEZI E FANTAZINO, 2008), podendo ser observado, também, certa identificação com o grupo de destino e o desejo de permanecer no país estrangeiro (ECOSTEGUY, 2003; VERMEULEN & BRÜNGER, 2013). Nota-se que esta identificação e pertença ao grupo *britânico* fortalecem a aspiração destes brasileiros a uma identidade com *status* mais elevado (TAJFEL, 1981, 1982), apesar das dificuldades

enfrentadas no começo da migração. Contudo, o fato de os brasileiros recorrerem à rede de apoio familiar no Brasil indica a continuidade da identificação com o grupo de origem.

Nota-se, a partir das enunciações, que o processo de identificação dos brasileiros mostra-se flexível. Todos os brasileiros, apesar de afirmarem descontentamento com o grupo de origem e com o comportamento dos compatriotas, consideram-se pertencentes ao grupo *brasileiro* e identificam-se com a cultura do país. Avaliam suas pertenças ao grupo de modo positivo e identificam-se com ele. Os brasileiros entrevistados destacam diferenças de comportamento entre o grupo de origem e o grupo do país de destino, considerando o grupo *britânico* mais educado e, ao mesmo tempo, mais distante nas relações pessoais.

Observa-se, contudo, afirmações de situações de insatisfação no grupo britânico (como a existência de muitas regras e a dificuldade e demora em se criar amizades de confiança), apesar de haver certa contradição frente ao acolhimento e afeto, especialmente, daqueles que são casados com pessoas do país de destino. Em se tratando da dinâmica de pertencimento ao grupo *migrante*, os brasileiros afirmam sua pertença, mas ressaltam que não se sentem inferiores por pertencerem a este grupo (TAJFEL, 1981, 1982). Enfatizam, ainda, que há diferenças entre eles e os imigrantes "típicos", criando uma categoria que os difere do restante dos imigrantes e estrangeiros (ROBERTSON, 2014).

A relação com o grupo *europeu* decorre da vivência no continente e da posse do documento de passaporte que regulariza a permanência no país. Os brasileiros não reconhecem a pertença a este grupo como significativa e destacam, majoritariamente, a necessidade de registro e documentação no continente para permanecer no Reino Unido.

A dimensão psicológica da identificação dos brasileiros com os grupos sociais possui uma dinâmica de referenciação ao grupo de origem e à reafirmação de suas pertenças e afetos ligados ao grupo brasileiro, especialmente, quando se trata das redes sociais de apoio e dos hábitos e costumes da cultura brasileira. A avaliação e reconhecimento da pertença a este grupo aparecem em todas as entrevistas, indicando que o processo identitário destes migrantes é híbrido e enquadrado em um jogo identitário que permite adaptações.

Ao grupo britânico, os brasileiros se avaliam como pertencentes, indicando identificação com o lugar em que vivem e a importância de serem reconhecidos pelos membros do grupo como cidadãos britânicos. Os brasileiros evidenciam a pertença ao grupo imigrante, mas contornam os estereótipos negativos relacionados a este grupo, fazendo uma avaliação positiva da experiência migratória (ROBERTSON, 2014; TAJFEL, 1981).

Referências

CANTALICE, T. O melhor do Brasil é o brasileiro! Corpo, identidade, desejo e poder. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latino-americana, n. 7, p. 69-102, 2011.

ECOSTEGUY, A. C. D. Os Estudos Culturais e a constituição de sua identidade. In GUARESCHI, M. F. & BRUSCHI, M. E. (Orgs.), **Psicologia Social nos estudos culturais:** perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 51-74.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 -** Características da População de dos Domicílios - Resultados do Universo, 2011. Recuperado em 07 de outubro de 2015 de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>.

IMAGE. **Alceste 2010 Versão Windows**. Software de análises textuais. Targetware Informática LTDA, 2010. Disponível em <http://www.alcestesoftware.com.br/manuais/alceste-manual.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

MILESI, R., & FANTAZINO, O. Cidadãs e Cidadãos Brasileiros no Exterior. O Documento de Lisboa, a Carta de Boston e o Documento de Bruxelas. **Brasileiros e Brasileiras no exterior.** Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2008. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/IMDH/ControlConteudo.aspx?area=18feb348-0d1d-4704-8f97-b57dac11de1d>. Acesso em 21/10/2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasileiros no Mundo** - Estimativas, 2011. Recuperado em 07 de outubro de 2015 de <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/pt-br/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20-%20Terceira%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20v2.pdf>.

ROBERTSON, S. **The temporalities of international migration:** implications for ethnographic research. Institute for Culture and Society: University of Western Sydney, 2014.

VERMEULEN, F., & BRÜNGER, M. The organisational legitimacy of immigrant groups: turks and moroccans in Amsterdam. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 40, n. 7, p. 979-1001, 2013.

TAJFEL, H. **Human groups and social categories.** Cambridge University Press, Cambridge, 1981.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais I.** Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TAJFEL, H. **The social dimension:** European developments in social psychology. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1984.

APATRIDIA: O CASO DO HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA

Viviane Mozine Rodrigues
Doutora em Ciências Sociais PUC/SP. Professora na UVV. E-mail: vmozine@uvv.br

Resumo: Este trabalho dedica-se à apresentação da atual problemática da apatridia oriunda na fronteira do Haiti com a República Dominicana. A tragédia haitiana é marcada pela histórica pobreza e pelo terremoto ocorrido em janeiro de 2010, mas o desafio atual também está na fronteira, onde se estima que mais de 250 mil pessoas estão sem nacionalidade, a maioria de ascendência haitiana. O estudo de caso na República Dominicana evidencia que toda criança nascida nesse país, mas de pais haitianos migrantes irregulares, são também irregulares. Ou seja: as crianças não tem nacionalidade e, portanto, são consideradas apátridas.

Palavras-chave: imigração; fronteira; apatridia.

Abstract: This paper is dedicated to the presentation of the current problems of statelessness arising from the Haitian border with the Dominican Republic. The Haitian tragedy is marked by historical poverty and the earthquake occurred in January 2010, but the current challenge is also on the border, where it is estimated that over 250,000 people are stateless, the majority of Haitian parentage. The case study in the Dominican Republic demonstrates that every child born in this country, but of irregular migrant Haitian parents, are also irregular. In other words, children do not have citizenship and therefore are considered stateless.

Keywords: immigration; border; statelessness.

Introdução

A migração haitiana ganhou notoriedade em consequência de um desastre natural[1] ocorrido em janeiro de 2010, entretanto, essa migração não é um fenômeno novo e nem tem como único protagonista o terremoto ocorrido naquele ano. O Haiti pré-terremoto e pós-terremoto tem um Estado nacional extremamente frágil, uma economia incipiente e imensa pobreza e exclusão social[2]. Haiti e República Dominicana são dois países que compartilham uma pequena ilha localizada no Caribe. Historicamente, é na década de 1930 que tem início uma intensa migração rural de haitianos para a República Dominicana[3] com objetivo de atuação na lavoura açucareira. Até o final da década de 1990, a emigração haitiana também

[1] A interpretação sociológica dos chamados "desastres naturais" está referenciada na formulação proposta por VALENCIO (2009), isto é, a compreensão de que os "desastres para a Sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas".
[2] Ver a esse respeito uma síntese do processo de formação econômica e social da Républic d'Haiti, formulada por PESCHANSKI (2006).
[3] O governo dominicano tratou a migração haitiana como uma "invasão passiva". Existe uma vasta bibliografia sobre a histórica tensão étnica, xenofobia e construção do sentimento "anti-haitianista" na República Dominicana, mas que também inclui outros países da América Latina. Ver: BALAGUER (1983); ROSA (2008).

teve como destino as áreas urbanas da República Dominicana[4]. O terremoto só fez com que aumentasse a migração haitiana, que teve como principal destino a República Dominicana, mas que também se dirigiu para outros países[5].

O termo "apatridia", que literalmente significa a ausência de uma pátria, vem do francês *apatridie*, vocábulo que começou a ser utilizado pelos franceses apenas a partir da Primeira Guerra, em substituição aos termos alemães antes muito difundidos: *Heimatlosigkeit* e, posteriormente, *Staatslosigkeit*. Preferiu-se também a fórmula "sem pátria" em oposição à opção italiana "sem polis" ou apolidia, já que a pátria havia há muito tempo superado os limites da polis[6].

A situação social no Haiti vem desde muito se deteriorando e apresenta-se como uma das maiores catástrofes humanitárias das Américas. Como se não bastasse a crise política que o país vive há mais de 20 anos, situações de extrema gravidade, como intempéries climáticas e, mais recentemente, um terremoto que matou mais de 48.000 pessoas, têm contribuído para a deterioração do tecido social e ampliado a extrema miséria em que vive a maior parte da população. Nesse quadro, a busca de saídas inclui, naturalmente, a emigração. Este contingente emigratório se espalha pelos Estados Unidos e pelo Caribe, principalmente na República Dominicana[7]. A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina[8] – expressa preocupação com a falta de proteção dos emigrantes, em especial com relação aos haitianos. E cita que são necessárias ações, como a realização de acordos entre o Brasil e a República Dominicana, o Equador, o Peru e a Bolívia, que são países da rota migratória.

A vizinha República Dominicana tem tratado a questão através da Sentença 168/13[9], do Tribunal Constitucional da República Dominicana, que negou a uma filha de pais haitianos irregulares, mas nascida naquele país, a cidadania dominicana. Em outras palavras, tal sentença determina que toda criança nascida na República Dominicana de pais haitianos migrantes irregulares são também irregulares. A irregularidade seria transmitida de pai para filho. Assim, eles não têm nacionalidade e, portanto, são considerados apátridas.

[4] SILIÉ (1998;2005).
[5] Por exemplo, na América Latina: Equador, Peru, Bolívia e Brasil.
[6] VICHNIAC (1933) apud LISOWSKI (2012).
[7] PATARRA (2012).
[8] CEPAL. Ver em: http://www.eclac.cl
[9] Ver documento completo em: <http://tribunalconstitucional.gob.do/sites/default/files/documentos/Sentencia%20TC%200168-13%20-%20C.pdf>.

Mesmo a migração haitiana sendo constituída por uma mão de obra de grande interesse para o setor produtivo dominicano, isso não livra os imigrantes da xenofobia[10] e da tentativa de "dominicanizar" o país. Esse quadro consolida a ideologia anti-haitiana, que marcou, definitivamente, as pautas e as engrenagens do sistema educacional, da cultura, da classe política e intelectual, alguns meios de comunicação, várias religiões e, inclusive, as estruturas do Estado dominicano. Um anti-haitianismo "sistêmico", "institucional", que boa parte da sociedade dominicana denuncia e combate, a partir de sua luta por um país inclusivo, justo, democrático e respeitoso dos direitos humanos e da dignidade humana[11].

1. Apatridia: evolução histórica

Utiliza-se, inspirado em Arendt[12], o termo *Heimatlosen* para designar os apátridas. O termo foi originalmente utilizado após a dissolução (ou desintegração) do Império Austro-Húngaro em 1918, sendo este considerado o grupo mais antigo de *Heimatlosen* que designa, tal como os apátridas, toda pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado. São pessoas sem nacionalidade, que não possuem documentos, não existem "no papel". Não há vínculo do indivíduo com um Estado (no nosso caso, não há um vínculo do migrante haitiano com o Estado dominicano). Lafer[13] descreve que "o apátrida, ao não ter qualquer identificação reconhecida por qualquer ordenamento, acaba por ser jogado para fora, para a margem, do âmbito da lei, não possuindo o direito a ter direitos que se confere ao cidadão". Daí, surge o principal problema dos apátridas, a negação de direitos básicos como: emprego; habitação; educação; saúde; possuir propriedades; abrir uma conta no banco, casar-se legalmente ou registrar o nascimento de uma criança[14].

O número de apátridas viu-se multiplicado por uma prática política nova, fruto dos atos do Estado no exercício da competência soberana em matéria de emigração, naturalização e nacionalidade. Trata-se do cancelamento em massa da nacionalidade por motivos políticos, caminho inaugurado pelo governo soviético em 1921 em relação aos russos que viviam no estrangeiro sem passaportes das novas autoridades, ou que tinham abandonado a Rússia depois

[10] Xenofobia é o "[...] conceito que descreve a predisposição de um indivíduo ou de um grupo para a aversão ou a rejeição dos indivíduos cujos padrões de cultura e práticas sociais considera diferentes dos seus, sendo por isso encarados como estranhos e indesejáveis" ROCHA-TRINDADE (1995).
[11] LOUIDOR (2014).
[12] ARENDT (2007).
[13] LAFER (1988).
[14] ACNUR (2014).

da Revolução, sem autorização do governo soviético. Esse caminho foi, a seguir, percorrido pelo nazismo, que promoveu desnacionalizações maciças, iniciadas por lei de 14 de julho de 1933, alcançando grande número de judeus e de imigrados políticos residentes fora do Reich[15].

Entretanto, a apatridia foi reconhecida pela primeira vez como um problema mundial na primeira metade do século XX e está normalmente associada a períodos de mudanças profundas nas relações internacionais[16]. Em verdade, a apatridia ocorre por uma variedade de razões, incluindo discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em incluir todos os residentes do país no corpo de cidadãos quando o Estado se torna independente e por conflitos de leis entre Estados.

2. Apatridia na contemporaneidade

Já na segunda metade do século XX é que surgem os tratados e convenções a respeito da apatridia. As duas principais convenções sobre o tema são a Convenção de 1954, que visa a garantir aos apátridas o aproveitamento mais amplo possível dos seus direitos humanos e regular sua condição, ou seja, as pessoas apátridas têm o direito a certos padrões mínimos de tratamento; e a Convenção de 1961, que visa a reduzir casos de apatridia, guiando os Estados na prevenção e redução dos casos de apatridia através de salvaguardas em suas leis nacionais.

> Artigo 1 da Convenção de 1954
> Para os efeitos da presente Convenção, o termo "apátrida" designará toda pessoa que não seja considerada seu nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação.
>
> Artigo 1 da Convenção de 1961
> 1. Todo Estado Contratante concederá sua nacionalidade a uma pessoa nascida em seu território e que de outro modo seria apátrida. A nacionalidade será concedida:
> (a) de pleno direito, no momento do nascimento; ou
> (b) mediante requerimento apresentado à autoridade competente pelo interessado ou em seu nome, conforme prescrito pela legislação do Estado em questão. Nos termos do disposto no parágrafo 2 deste Artigo, nenhum requerimento poderá ser indeferido.

Ressalta-se a importância das Convenções sobre Apatridia de 1954 e 1961:

[15] LAFER (1988).
[16] ACNUR (2005).

a) Estabelecem normas mundiais.
b) Ajudam a resolver conflitos de legislação e evitam que as pessoas sofram as consequências das lacunas nas leis de cidadania.
c) A prevenção da apatridia e a proteção das pessoas apátridas contribuem para a paz e a segurança internacional e para a prevenção do deslocamento forçado.
d) A redução da apatridia melhora o desenvolvimento social e econômico.
e) Resolver a apatridia promove o Estado de Direito e contribui para melhorar a regulação da migração internacional.
f) Aderir às convenções sobre apatridia sublinha o compromisso dos países com os direitos humanos.

No âmbito regional, vale mencionar o Artigo 20 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de 1969:

> Convenção Interamericana de Direitos Humanos de 1969
> Artigo 20 - Direito à nacionalidade
> 1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.
> 2. Toda pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em cujo território houver nascido, se não tiver direito a outra.
> 3. A ninguém se deve privar arbitrariamente de sua nacionalidade, nem do direito de mudá-la.

Existem dois tipos de apatridia: 1) *Jure:* os indivíduos não são considerados nacionais sob as leis de nenhum país. É o caso dos filhos de migrantes haitianos na República Dominicana; e 2) *De Facto:* casos em que um indivíduo possui formalmente uma nacionalidade, mas esta resulta ineficaz.

O *Boom* da apatridia ocorreu nos anos 1990, quando mais da metade dos apátridas do mundo perdeu a nacionalidade devido à secessão de países, a exemplo dos desmembramentos da União Soviética, Iugoslávia e Tchecoslováquia, provocando migrações internas e externas que tornaram milhares de pessoas apátridas, tanto no Leste Europeu quanto na Ásia Central. Os principais países em número de apátridas são Mianmar (minoria rowinga); Costa do Marfim (minoria voltense); Letônia e Estônia (minoria russa); e República Dominicana (haitianos). Só na América Latina estima-se um contingente de 118 mil apátridas. De 1990 para cá, ainda há milhares de pessoas que permanecem apátridas ou em risco de apatridia nos países mencionados.

No que tange à América Latina, em 2010, dezoito países latino-americanos concluíram uma importante reunião em Brasília com um acordo para ampliar a proteção a refugiados e apátridas na região. O compromisso veio por meio da Declaração de Brasília sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Apátridas nas Américas. Os países que adotaram a Declaração de Brasília são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os Estados Unidos e o Canadá participaram do encontro como observadores[17].

A legislação referente ao problema dos refugiados e apátridas, mesmo expandida e aperfeiçoada, continua a se basear numa lógica de exceção, sem questionar os fundamentos do paradigma westphaliano. Em respeito à sua soberania, nenhum Estado é obrigado a acolher os refugiados, apenas são proibidos de mandá-los de volta aos países acusados de perseguição (princípio de *non refoulement*). Também não existe nenhum organismo supranacional capaz de controlar ou de punir os Estados que infringirem a lei (Bhabha, 1998; Mbaya, 1998)[18].

Considerações Finais

A situação dos haitianos pós terremoto aprofunda uma crise de apatridia na República Dominicana, que nega às pessoas de ascendência haitiana os documentos a que têm direito, privando os dominicanos de origem haitiana de uma nacionalidade. A questão da apatridia permanece controversa na República Dominicana, necessitando de mudanças legislativas e políticas, muito dependentes das ações estatais. Estima-se que há pelo menos 250 mil haitianos nessa situação.

Cabe à República Dominicana o respeito às normas internacionais e aos direitos humanos. Afinal, retirar essas pessoas do limbo jurídico é promover os direitos humanos. A solidariedade seria aqui um instrumento que superaria a apatridia e regularizaria a situação de pessoas que podem contribuir para o desenvolvimento do país. A capacidade de contribuir para a sociedade de acolhimento é grande responsável por uma melhor integração e um diálogo intercultural.

O Brasil tem demonstrado (pelo menos no campo jurídico) ser um bom exemplo na superação da apatridia: um projeto de lei prevê o reconhecimento como apátrida de qualquer pessoa que "não seja considerado como nacional ou cidadão por nenhum Estado", como

[17] ACNUR (2015a).
[18] Apud REIS (2004).

também quem não puder comprovar sua nacionalidade "por circunstâncias alheias à sua vontade". Assim, o apátrida reconhecido pelo governo brasileiro poderá adquirir a nacionalidade brasileira, situação extensível a sua família.

Referências

ACENTO (2014). **Ley 169-14 está lejos de las expectativas, afirma intelectual haitiano Watson Denis.** Disponível em: <http://acento.com.do/2014/actualidad/8146250-ley-169-14-esta-lejos-de-las-expectativas-afirma-intelectual-haitiano-watson-denis/>. Capturado em 15/02/2015.

ACNUR (2005). **Nacionalidade e Apatridia**: Manual para Parlamentares. n. 11. Disponível em: <http://www.ipu.org/PDF/publications/nationality_p.pdf>. Capturado em 09/02/2015.

ACNUR (2014). **Doze milhões de apátridas vivem em limbo legal**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Apatridia_no_mundo.pdf?view=1>. Capturado em 09/02/2015.

ACNUR (2015a). **Países latino-americanos se comprometem a ampliar proteção para refugiados e apátridas**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/paises-latino-americanos-se-comprometem-a-ampliar-protecao-para-refugiados-e-apatridas/>. Capturado em 09/02/2015.

ACNUR (2015b). **Acnur lança hoje campanha global pelo fim da Apatridia**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-lanca-hoje-campanha-global-pelo-fim-da-apatridia-ate-2024/>. Capturado em 14/02/2015.

ADITAL (2014). **Um ano depois**: incerteza persiste para os expatriados da República Dominicana. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=82755>. Capturado em: 13/02/2015.

ANISTIA INTERNACIONAL (2015). **República Dominicana**: dezenas de milhares de apátridas em risco de expulsão quando expirar o prazo para pedir a residência. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/republica-dominicana-dezenas-de-milhares-de-apatridas-em-risco-de-expulsao-quando-expirar-o-prazo-para-pedir-residencia/>. Capturado em 09/02/2015.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina**. Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Capturado em 20/10/2014.

Convenção de 1954. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=583>. Capturado em 09/02/2015.

Convenção de 1961. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_para_a_Reducao_dos_Casos_de_Apatridia_de_1961.pdf?view=1>. Capturado em 09/02/2015.

Convenção de 1969. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Capturado em 09/02/2015.

JUBILUT, Liliana Lyra; MENICUCCI, Silvia. **A necessidade de proteção Internacional no âmbito da migração**. Revista Direito GV São Paulo. 6(1) | p. 275-294 | JAN-JUN 2010.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAFERRIÈRE, Dany. **País sem chapéu**. Tradução de Heloisa Moreira. São Paulo: Editora 34, 2011.

LISOWSKI, Telma Rocha. **A Apatridia e o "Direito a ter Direitos"**: Um Estudo sobre o Histórico e o Estatuto Jurídico dos Apátridas. Direito do Estado em Debate. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, Curitiba, n. 3, p. 109-134, 2012.

LOUIDOR (2014). **O drama humano que vivem os dominicanos de origem haitiana**. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=82020>. Capturado em 20/08/2014.

MARTINE, George. **A Globalização inacabada**: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

PATARRA, Neide Lopes. **O Brasil**: país de imigração? Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Ano 3, n. 9, junho de 2012.

PESCHANSKI, J.A. **Haiti**. In: SADER, Emir et al. (Orgs.). Latinoamericana Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe. Rio de janeiro: LPP/UERJ; Boitempo Editorial, 2006.

PIERRE, Joseph Harold. **Entrevista concedida a LOUIDOR** (2014). Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=82020>. Capturado em 20/08/2014.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais**. RBCS v. 19 n. 55, jun. 2004.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz e outros. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, Viviane Mozine. **Migrantes Haitianos no Brasil**: Mitos e contradições. ALAS, Santiago do Chile, 2013.

_____. **Migração e refúgio no Brasil**: O caso dos haitianos. In VI Colóquio internacional, UFAC, Acre, 2013.

SILIÉ, Ruben. **Aspectos socio-historicos sobre La inmigracion hatiana a la Republica Dominicana**. In: SILIÉ, Ruben. et al. La Republica Dominicana y Haití frente al futuro. Santo Domingo Republica Dominicana, FLACSO, 1998.

_____. **Aspectos y variables de las relaciones entre República Dominicana y Haití**. Revista Futuros, n. 9, v. 3, 2005. Disponível em: <http://www.revistafuturos.info/futuros_9/rel_hrd_1.htm>. Capturado em 03/06/2013.

VALENCIO, N. **Da morte da quimera à procura de Pégaso**: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno chamado desastre. In: VALENCIO, N. et al. (Orgs.). Sociologia dos desastres. Construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima, 2009.

GT 10 - IDENTIDADE, MEMÓRIA E TRANSMISSÃO DE SABERES

Coordenadores:

Prof.ª Dr.ª Aissa Afonso Guimarães (UFES)

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

TRADIÇÃO E MEMÓRIA: LINGUAGEM POÉTICA NA ESCULTURA DE IRINEU RIBEIRO

Abinair Maria Callegari
CAR/UFES

Resumo: Ressalta o processo artístico do escultor e ceramista Irineu Ribeiro que tem como a matéria prima, de grande parte de sua produção, a argila do Vale do Mulembá, jazida denominada barreiro, localizada no bairro Joana D'Arc, no município de Vitória, ES. No passado essas argilas, assim como o processo de queima, eram utilizadas pelos índios tupis-guaranis, habitantes do litoral capixaba, na confecção de seus utensílios. Esse costume foi passado para os escravos africanos que mantiveram a herança ancestral, chegando aos dias atuais com o trabalho das paneleiras, do bairro de Goiabeiras, na confecção de um dos maiores patrimônios da cultura do estado, a panela de barro. Irineu empresta sua linguagem poética como meio para a circulação e manutenção dos elementos contidos nessa tradição. Este estudo propõe contribuir para o registro e memória da cultura capixaba e foi subsidiado por entrevista com o próprio artista e por narrativas de autores como Jacques Le Goff, Marina de Andrade Marconi e Zélia Maria Neves Presotto, que abordam o tema nos aspectos histórico, antropológico, material e da memória coletiva, dentre outros que se dedicaram e se dedicam à causa da negritude e suas contribuições para a formação da identidade capixaba.

Palavras-chave: tradição; memória; identidade capixaba.

Abstract: It emphasizes the artistic process of the sculptor and ceramist Irenaeus Ribeiro whose raw material of his works is the clay from Vale do Mulembá, deposit called "barreiro", located in the neighborhood of Joana D'Arc, in Vitória, ES. In the past these clays, as well as the firing process were used by the Tupi-Guarani Indians, inhabitants of the Espírito Santo coast, in the making of its utensils. This custom was passed to the African slaves who maintained the ancestral heritage reaching today with the work of the potters from the neighborhood of Goiabeiras in the making of one of the largest state's cultural asset, the mud pot. Irineu lends his poetic language as means for running and maintenance of the elements contained in that tradition. It aims to contribute to the record and memory of Espirito Santo's culture and was subsidized by interviews with the artist himself and with narratives of authors like Le Goff, Marina de Andrade Marconi and Zélia Maria Neves Presotto, that address the subject in historical, anthropological, material, collective memory aspects and among others who dedicated and devoted to the cause of blackness and its contributions to the formation of capixaba identity.

Keywords: tradition; memory; capixaba identity.

Introdução

Este trabalho apresenta um dos aspectos tratados na pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Artes Plásticas/Bacharelado, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), cuja temática se enquadra na linha de pesquisa História e Teoria da Arte. Foi feito um estudo teórico sobre os trabalhos escultóricos do artista capixaba Irineu Ribeiro, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre suas obras, no que se refere à relação de seu fazer artístico com a tradição, a memória e a identidade capixaba.

A opção pelo artista Irineu Ribeiro se deu pelo interesse em contribuir para incrementar a pesquisa sobre a linguagem da cerâmica, sendo esta pouco abordada em pesquisas realizadas na Universidade, tanto na licenciatura, como também no bacharelado em arte. E, sobretudo, por esta ocorrer nos trabalhos de um artista que utiliza a matéria prima e o método ancestral de queima e tingimento das peças, similarmente às paneleiras de Goiabeiras na confecção das panelas de barro, elementos estes constitutivos do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, Patrimônio Cultural do Brasil[1]. Com isso Irineu estabelece uma ligação visceral com sua cultura, uma amálgama de memória e contemporaneidade em um processo de ressignificação de saberes tradicionais para suas manifestações no presente.

Para Celso Perota (1997), a cerâmica arqueológica encontrada no Espirito Santo[2] está classificada em três tradições, cada uma representativa de uma cultura indígena distinta: a tradição UNA, a tradição Tupi-guarani e a tradição Aratu. E acrescenta: "Pela análise técnica da atual cerâmica produzida na região de Goiabeiras, podemos afirmar que essa é uma mistura de técnicas das tradições cerâmicas pré-históricas Tupi-guarani e UNA, sobressaindo as usadas pela tradição UNA" (PEROTA, 1997, p. 14).

Para que essa tradição pré-histórica chegasse até nós, foi de fundamental importância, nesse processo de transmissão, o papel daqueles que, mesmo não pertencendo ao grupo que detinha esse saber originalmente, tomou-o por empréstimo[3] e o fez circular mantendo-o vivo, possibilitando que pudesse ser passado de geração para geração. Não obstante a condição ágrafa desses grupos, a história não deixou de ser contada, pois em seus alicerces está a memória.

Jacques Le Goff (1990) defende que a memória coletiva não é uma característica intrínseca de todas as sociedades, mas uma forma característica dos povos sem escrita. Porém, Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2006) alertam: "Não que a escrita seja um marco entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos" (SILVA; SILVA, 2006). Por isso, esses mesmos autores citam Jan Vansina, grande africanista, que defende que a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade, no caso a de escrever.

[1] O Conselho Consultivo apreciou e aprovou o pedido de Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras na sua 37º reunião, em 21/11/2002. A inscrição no Livro de Registro dos Saberes foi feita em 20/12/2002, inaugurando mais que o Livro, o próprio instrumento do Registro. Em consequência, o Ofício das Paneleiras foi declarado Patrimônio Cultural do Brasil. Conforme IPHAN Dossiê Iphan 3 – Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Brasília: Iphan, 2006. p. 45.

[2] Registro de cerâmica no Sítio arqueológico de Areal, localizado nas proximidades do morro Mestre Álvares, na divisa dos municípios de Vitória e Serra, comprova que populações pré-históricas ceramistas estiveram na região litorânea há cerca de 2.500 anos AP (Antes do Presente) (PEROTA, 1997, p. 13).

[3] O sentido do termo "empréstimo", neste contexto, significa não ter origem no próprio grupo, ou que foi inventando por outrem (MENDONÇA, 2010, p. 38).

Dessa forma pretendeu-se estudar as referidas obras para conhecê-las, oportunizando a difusão desse conhecimento, dando-lhe visibilidade, não só entre o público no âmbito acadêmico e social do estado, mas também para além de suas fronteiras. Mostrar a importância da obra de Irineu Ribeiro no cenário artístico capixaba, evidenciando elementos que se conecta com a tradição e a memória, como sendo uma contribuição para a formação de uma identidade estadual, foi nosso principal objetivo nesse trabalho. E assim, justificar sua inserção na contemporaneidade, por serem, tais elementos, pertencentes aos estudos culturais, sendo estes, conforme pontua Corassa e Rebouças (2009), um dos aspectos ressaltados pela arte contemporânea.

1. Lugar, celeiro de memórias, tradição e pertencimento

Teóricos como o geógrafo chinês, Yi-fu Tuan e Mauro Guilherme Pinheiro Koury, pensam o homem considerando sua relação com o lugar e com a cultura. Assim, inicialmente, procuramos definir o termo "lugar", que de acordo com Tuan (1980), a Geografia de abordagem humanística, o meio ambiente e a visão de mundo estão estritamente ligados. Para esse autor, o lugar é marcado por três palavras chaves: percepção, experiência e valores. Considera o lugar como espaço vivido e onde com ele se estabelece uma relação afetiva. Em seu livro Topofilia, o autor define o termo criado por ele como "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal" (TUAN, 1980, p. 5), numa referência à importância desses valores para motivação daqueles que possuem a emoção do pertencer para realização de objetivos.

Portanto, é de grande relevância para a sociedade que sejam envidados esforços no sentido de valorizar e divulgar toda manifestação artística produzida em seu interior, e que esta, não apenas se torne conhecida, mas que cada sujeito, independentemente de sua origem étnica e de sua posição social, se sinta representado por meio dela.

Este trabalho de pesquisa se reporta a questões que falam mais de perto de situações significativas para muitas pessoas, e seu mérito está principalmente nisso, no despertar, ou mesmo reforçar, o sentimento de pertença que segundo Koury (2004) "[...] está relacionado à aproximação e à ligação com o local de origem. É uma ideia de enraizamento, em que o indivíduo constrói e é construído, planeja e se sente parte de um projeto, modifica e é por ele modificado".

Conhecendo melhor sua história e as manifestações artísticas de seu entorno, em especial as que se propõem recuperar lembranças do cotidiano de um grupo (Fig.1), o sujeito

se torna mais apto e capaz de com elas interagir, sem subestimá-las, e em uma relação dialógica compreender melhor a si mesmo e também ao mundo que o cerca, atribuindo o devido valor ao que lhe é estrangeiro, sem, contudo, se submeter a ele. Le Goff (1990, p. 411) escreveu a respeito: "A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".

Assim, essa pesquisa pretendeu contribuir para tornar o artista e seus trabalhos ainda mais conhecidos, não só para o público acadêmico, mas também para a sociedade no âmbito desse estado e quiçá para além de suas fronteiras.

2. Ludicidade na gênese da criação

Penso que não posso negar o meu passado.
O meu passado é a minha verdade, e por isso eu estou presente.
Irineu Ribeiro

Em depoimentos do próprio artista, por meio de entrevista ocorrida do dia 20 de janeiro de 2014, além dos diversos aspectos envolvendo seu trabalho, como trajetória, motivações e referências, foi possível apreender particularidades de sua afável, porém forte personalidade e desenvolvida espiritualidade, o que nos auxiliou na compreensão de suas escolhas no campo da arte.

Irineu afirma que a origem de tudo que faz hoje está nas brincadeiras da infância. Considera que tenha sido uma criança solitária, e buscou, instintivamente, a companhia e o prazer de modelar o barro produzido pelas águas das chuvas, numa demonstração precoce de sua resiliência e leveza diante das adversidades. Em companhia das tias que coletavam mariscos, o menino conheceu o manguezal[4] quando aqui chegou, vindo do interior do estado e se estabelecendo no município de Cariacica juntamente com a família. Com certa alegria saudosa, relembra seu primeiro contato com esse ambiente:

> Eu achava aquele universo todo muito gostoso... Para uma criança aquilo era uma alegria! As brincadeiras com o barro das chuvas que quando eu vi que tinha liga, que tinha plasticidade, eu pegava aquilo e fazia um monte de coisas: bichinhos para presépios, construía casinhas... (CHISTÉ; SABINO, 2005, p. 4).

[4] É uma região de transição entre o rio e o mar. É uma zona úmida característica de regiões tropicais e subtropicais. Um dos ecossistemas mais importantes do Brasil, e muito presente no litoral do Espírito Santo. É um ambiente que fornece alimento e proteção a inúmeras espécies de seres vivos. Disponível em: <http://www.colmagno.com.br/Mostra/7_B.pdf>. Acesso em: 10.11.2014.

Mais tarde, em busca de apoio financeiro, Irineu resolveu trabalhar com artesanato recorrendo a esses momentos de ludicidade, e de forma comprometida com sua sobrevivência, viu emergir de suas memórias o socorro necessário também para esse outro momento de sua vida. Com a resina epóxi, produzia seu trabalho modelando e pintando imagens de lembranças de sua tenra infância.

3. Críticas transformadoras e felizes encontros

Sou detentor de uma essência, tenho uma verdade.
[...] encontro uma maneira de situar essas verdades dentro do contexto contemporâneo.
Irineu Ribeiro

Dando seguimento à vida, viu que a academia era uma possibilidade, mas Irineu não podia esperar, e já homem feito, aos trinta anos de idade, quando resolveu ingressar nesses estudos, já havia feito muitas escolhas com relação à linguagem que queria trabalhar, o que agilizou seu processo nesse período. Isso lhe possibilitou, antes mesmo de sua conclusão do curso, ocorrida no ano de 2000, ter em seu currículo algumas exposições realizadas e seu trabalho conhecido.

Mas apesar das muitas coisas positivas ocorridas durante o período em que passou pela Universidade, o artista não esconde certa insatisfação por não ter tido seu trabalho com epóxi bem aceito por alguns membros da comunidade artística, no início da vida acadêmica.

> [...] a pessoa tem que ser muito forte, resistir e mostrar que aquilo tem seu valor. A filosofia é única, agora as verdades e as poéticas são individuais. O que se tem que fazer é enquadrar o fazer de cada um dentro da filosofia. E é possível isso, é só ter boa vontade! (RIBEIRO, 2014).

Contudo, Irineu se abriu a novos aprendizados e aceitou o apoio dos que quiseram lhe apresentar novos caminhos a partir dos seus já percorridos. Desses, Irineu lembra com carinho e gratidão. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, A estética do manguezal, Irineu apresenta alguns dos trabalhos realizados nesse período.

Num desses trabalhos (Fig. 2) está representado um de seus temas preferidos, o manguezal, que além de ressuscitar memórias da infância, faz parte da escolha do artista por trabalhar questões ecológicas com a finalidade pedagógica, colocando-as no contexto artístico para levar a uma reflexão sobre o assunto. Comentando sobre esse trabalho, Yili Maria Rojas afirma:

> Irineu traz do mangue crustáceos de barro e ferro, esculturas instaladas em que prevaleceu a relação genuína do artífice com seu espaço geográfico e a familiaridade nata com as formas de que se ocupa. A "Caranguejada" surge através da parede vinda do território onde falta espaço para sua sobrevivência (RIBEIRO, 2000).

Figura 2 - Irineu Ribeiro, Caranguejada, 1999, modelagem, queima, tintura e coloração (argila Mulembá, ferro, pintura acrílica), Instalação 40cm x 4m. Coleção particular.



Fonte: RIBEIRO, 2000.

Outra temática marcante em sua produção artística é a questão racial. Mote para o trabalho concebido por ocasião do momento histórico brasileiro, quando, no ano 2000, se comemorou os quinhentos anos do descobrimento do Brasil.

O artista utilizou elementos simbólicos como cor e mechas de cabelo para representar as três etnias: o índio, o negro e o branco em sua pintura em quatro telas. Na quarta tela em branco escreveu seu questionamento: "500?", para levar à reflexão sobre a consistência dessa afirmação, pois quando os portugueses aqui chegaram, comenta Irineu, já encontraram habitantes com situação cultural definida, porém isso não foi respeitado (RIBEIRO, 2000), fazendo referência ao eurocentrismo praticado pelos colonizadores.

Sem abandonar suas verdades, mas caminhando por essas novas experiências no campo da conceituação, Irineu declara ter saído da academia muito satisfeito por ter conseguido colocar seu trabalho dentro de uma visão contemporânea da arte.

4. Materialidade e técnica, questões práticas e afetivas

Ao conhecer a argila das paneleiras me encantei, me adaptei bem a ela e não parei mais de utilizar. É o fato que estou pegando um valor cultural próprio nosso e estou colocando no contexto das artes.
Irineu Ribeiro

Como já trazia no bojo de sua experiência o contato com a argila, foi na disciplina de cerâmica que o artista aprofundou suas pesquisas e conheceu a argila das paneleiras. Quando perguntado sobre a razão de optar por esse material como o instrumento principal de seus trabalhos, Irineu disse: "A primeira questão é aquela de dar ênfase a um valor cultural, genuíno nosso. Depois é que me apaixonei por ela, me identifiquei apesar dela ser bastante rústica. Eu gostei porque me dá muitas possibilidades" (RIBEIRO, 2014). O artista explica essas possibilidades assim:

> É mais porosa, me dá mais sustentação, me possibilita construir. As outras exigem mais cuidado, mais técnica, enfim, mais custo também. Ela tem componente arenoso, ali naquele meio tem uma graxa que se assemelha à formação do petróleo. É encontrado nela pedacinhos de conchas pré-históricas, fósseis marinhos... quer dizer, houve ali uma decantação de moluscos, em processos geológicos criou-se um veio. É um material que tem muita plasticidade, é mais acessível, e o principal: é uma coisa nossa! (RIBEIRO, 2014).

O que Irineu descreve sobre essa argila, pode ser verificado por meio de pesquisa científica realizada com o objetivo de diferenciar cinco tipos de argila do Vale do Mulembá, que visou contribuir tecnologicamente para a continuidade do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Foi realizada a caracterização química, mineralógica e física das argilas, cujos resultados mostraram serem cauliníticas[5] e altamente plásticas. De acordo com as autoras dessa pesquisa, Mariane Costalonga de Aguiar, Bolsista de Iniciação Científica, Licenciatura em Química, do Centro Universitário São Camilo - ES; e Mônica Castoldi Borlini, Orientadora, Engenheira Química, D. Sc.:

> A Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) realizou sondagens a trado na área de expansão da ETE Mulembá[6], e as amostras obtidas foram enviadas ao CETEM-ES (Centro de Tecnologia Mineral - Campus Avançado de Cachoeiro de Itapemirim). Destas amostras foram definidas três, além de outras duas, amarela e cinza (argilas "padrão", utilizadas pelas paneleiras como argilas apropriadas para a confecção das panelas), para serem caracterizadas (AGUIAR; BORLINI, 2005, p. 243).

[5] A caulinita é um argilomineral de alumínio hidratado responsável pelo desenvolvimento da plasticidade em mistura com água e ainda apresenta comportamento refratário de queima.
[6] Estação de tratamento de esgoto existente no Vale do Mulembá.

As matérias-primas utilizadas na fabricação das panelas de barro são: as argilas extraídas de jazida no Vale do Mulembá[7] e as cascas de *rizóphora mangle*[8], coletadas no manguezal, com que é feita a tintura de tanino. A técnica cerâmica utilizada é caracterizada pela modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação da tintura de tanino, que produz a cor escura das panelas de barro.

Embora se encontre nesses materiais motivos práticos para utilizá-los, o artista deixa claro seu interesse em inserir em seu fazer artístico as referências locais, elegendo como a matéria prima a argila do Vale do Mulembá, numa demonstração de bairrismo, amor e respeito pelas coisas de sua terra. Mas nesse sentido, Irineu não para por aí, pois além dessa matéria, também utiliza o mesmo processo de queima usado pelas paneleiras do Espírito Santo, que por sua vez reproduz um processo herdado da cultura indígena tupi-guarani, e repassado aos negros africanos que se incumbiram de manter viva a tradição.

Esse processo consiste em construir uma fogueira de lenha de acordo com a direção do vento. As peças são forradas e cobertas por esta lenha. Quando as peças estão incandescentes, são retiradas com uma vara de madeira comprida. Depois disso, cada uma delas passa pelo processo de pintura similar ao das panelas de barro do Espírito Santo. As paneleiras batem nas peças com uma muxinga, uma vassourinha/açoite feita com galhos finos da *rizophora mangle.* Essa vassourinha é molhada no tanino, uma substância extraída da casca dessa mesma árvore.

Para a obtenção dessa substância utilizada na coloração e também na impermeabilização das peças, é preciso deixar as cascas de molho na água e em poucos dias elas soltam a tinta que pigmenta o líquido com uma tonalidade vinho escura, o qual em contato com a peça quente se modifica tingindo-a de preto.

Sobre o porquê de também utilizar essas práticas, Irineu declara: “[...] modelo as esculturas com as feições de negroide, e aquele negro que dá nas panelas eu pego emprestado para a pele negra das mulheres”. Já a queima a céu aberto tem como principal motivação o fato de ser ela uma técnica herdada da cultura indígena, sendo esta também a razão para açoitar as peças no seu tingimento, além de não existir possibilidade de ser utilizado um

[7] O Vale do Mulembá fica no bairro Joana D’arc, em Vitória, entre a Pedreira Rio Doce e o loteamento São José. Possui formato em “U” alongado nas duas pontas, com largura variável de 100 a 180 metros e comprimento de cerca de 700 metros. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/vale-do-mulemba.html>. Acesso em: 18.11.14.

[8] Mangue é o tipo de vegetação predominante nos manguezais. O Mangue-vermelho (rizóphora mangle), também conhecido como sapateiro, é uma espécie típica de manguezal. O nome da árvore é assim dado, pois, quando sua casca é raspada, apresenta uma coloração avermelhada típica da espécie. Disponível em: <http://www.colmagno.com.br/Mostra/7_B.pdf>. Acesso em: 10.11.2014.

pincel, pois pela temperatura alta necessária para a aplicação do tanino, seria impraticável o uso desse instrumento. Ou seja, por trás desses objetivos prático e estético, estão também outras razões mais nobres, como "[...] originalidade, ancestralidade, valorização de aspectos da cultura, da brasilidade, da negritude. Todas essas coisas juntas" (RIBEIRO, 2014).

Com a inserção do processo similar ao das paneleiras, denominado Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, em seu trabalho, além do alcance de seu propósito quanto ao aspecto formal da sua linguagem artística, Irineu Ribeiro também fomenta a demanda, a circulação e a permanência desse bem imaterial, tendo declarado serem estas ações a mola propulsora e central de sua obra.

5. Ecologia e alteridade como substâncias

> *[...] porque eu gosto muito de modelar animais também. Eu sempre pego aqueles que estão em extinção pra falar da preservação, sempre focando a questão dos valores culturais que nós temos [...] para levar a uma reflexão.*
> *Irineu Ribeiro*

Para o artista, seu trabalho contém elementos característicos do manguezal, da negritude e da atividade artesanal e ancestral das paneleiras, sendo esses temas os mais recorrentes em sua produção artística, também por se complementarem e estabelecerem uma relação estreita entre si: "Os temas são vários, referências à minha experiência de vida enquanto ser percebedor e intérprete do mundo a minha volta" (RIBEIRO, 2000).

Um dos muitos exemplos do envolvimento do artista com as causas raciais pode ser verificado no trabalho mostrado na figura 3, em que, por ocasião do Seminário Internacional Universidade, Arte, Cultura e Desenvolvimento-UACD[9], Irineu produziu esculturas de cada uma das doze mulheres negras, paneleiras e congueiras do Espírito Santo, protagonistas do filme, *Cinema na panela de barro: mulheres negras, narrativas de amor e afeto*. Esse filme foi produto de pesquisa da tese de doutorado da professora Edileuza Penha de Souza, da Faculdade de Educação (FE/UnB) e ministrante da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo. O filme dirigido por Edileuza, seguido de debate, foi a atividade de encerramento da programação do referido evento.

[9] O Seminário Internacional UACD foi uma realização do Decanato de Extensão (DEX), por meio da Casa da Cultura da América Latina (CAL/DEX) e do Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o apoio da Fundação Darcy Ribeiro e patrocínio da Fundação Palmares. Ocorreu no dia 17 de dezembro de 2013, no memorial Darcy Ribeiro, no campus da UnB da Asa Norte, Brasília (DF). Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/noticias_dex_antigas.html>. Acesso em: 16 set. 2014.

Figura 3 - Irineu Ribeiro, Paneleiras e congueiras do Espírito Santo, 2013, modelagem, queima, tintura e coloração (Argila Mulembá tanino e engobe), tamanho variados aproximadamente 25x18x15 cm. Coleção particular



Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/noticias_dex_antigas.html>.

Desdobramento do tema racial, nas Paneleiras Irineu aborda a questão étnica focando na herança cultural indígena, na manutenção dessa atividade pelos afrodescendentes, dentre outros elementos característicos de nosso Estado, como o congo (Fot.1), a religiosidade (Fig.4), a agricultura (Fig.5), o manguezal, dentre outros, num ecletismo de formas, materialidades, dimensões e linguagens encontradas no montante de suas criações.

Fotografia 1 - Irineu Ribeiro, O tocador de congo, 2012, modelagem, queima, tintura e coloração (Argila Mulembá tanino e engobe), 48x20x22cm. Acervo do artista.



Figura 4 - Irineu Ribeiro, Nossa Senhora da Penha, 2013, modelagem, queima e tintura, argila Mulembá, 86x32x28. Coleção particular.



Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Irineu-Ribeiro-Artista-Pl%C3%A1sticoCapixaba/179266052164076>. Acesso em: abr. 2014.

Figura 5 - Irineu Ribeiro, Café, 2005, modelagem, queima e tintura, (argila Mulembá, tanino) Grão 10x8x6 cm Instalação 60x128x8 cm. Coleção Palácio do Café.



Disponível em: <http://www.cccv.org.br/fique-por-dentro/espaco-cultural/galeria/barro_nosso/abertura/foto.php?foto=foto3.jpg>. Acesso em: out. 2014

6. Tanino e açoite: tradição cultural como poética

[...] a lealdade aos elementos da cultura tradicional já tomou sentido religioso.
Egon Shaden

Ao adotar o processo de trabalho das paneleiras, tomou por empréstimo esse fazer não apenas por razões práticas, mas principalmente por motivos que as ultrapassam. Para o artista isso não representou comodidade em não querer buscar solução para algum problema, mas sim apropriar-se intencionalmente desses processos com o propósito de enaltecer, preservar costumes, quase ritualísticos, de seus ancestrais. Dessa forma, numa espécie de totemismo, ligou-se a esse processo centenário (Fotografias 2 e 3) como um símbolo de valor emocional.

Fotografia 2 - Queima de uma peça a céu aberto



Fotografia 3 - Açoitada, com tintura de tanino, a peça queimada anteriormente.



Fonte: Fotografia de Eder Freitas.

A descoberta do tanino é milenar. Referindo-se à vestimenta paleolítica, Miriam da Costa Manso Moreira de Mendonça afirma que estas eram confeccionadas com peles que precisavam se tornar mais maleáveis, e que isso era conseguido por meio da fricção de óleos e pela constante maceração, até que, com a descoberta do tanino foi possível, ao homem desse período, obter peles mais macias e também impermeáveis (MENDONÇA, 2010).

Nesse sentido, Irineu também não descartou a aplicabilidade prática do tanino, ao afirmar ter associado a cor produzida por ele, e presente nas panelas de barro de Goiabeiras, à cor negra do elemento africano representado em suas esculturas.

Considerações Finais

Na expressividade das suas esculturas de figuras humanas, Irineu Ribeiro realiza a fusão de princípios arcaicos, realismo e naturalismo aproximando seu fazer artístico com obras que vão desde artistas locais a outros de nível nacional e internacional, como o capixaba Elpidio Malaquias, o cearense Efrain Almeida, o francês Auguste Rodin, as americano-africanas Alison Saar e Karen Seneferu, com os quais dialoga em algum ponto.

Também foi possível verificar pontos importantes no que se referem às substâncias temáticas: ampla gama de questões que refletem as condições da vida, da esfera íntima e da cidade na qual se insere. São relações entre cultura, identidade e vida em geral, como a sustentabilidade ambiental, o cotidiano, a transmissão de saberes tradicionais, o que faz com que suas obras estejam sempre em constante interação com a comunidade como um todo (Fig. 6 e Fig. 7).

Figura 6 - Irineu Ribeiro - Pietá de nossos dias, 2012, modelagem, queima e tintura, (argila Mulembá) 56x30x28 cm. Coleção particular



Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Irineu-Ribeiro-Artista-Pl%C3%A1stico-Capixaba/179266052164076>.

Figura 7 - Irineu Ribeiro - Pescador com peixes 1, 2013, modelagem, queima, tintura e coloração (argila Mulembá, tanino engobe) 48x30x12cm. Acervo do artista.



Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.520766281347383.1073741826.179266052164076&type=1>. Acesso em: mar. 2014.

Apesar de se auto definir como realista, Irineu não se preocupa em se situar em nenhum rótulo que aprisione sua criação artística, haja vista o ecletismo no montante de suas criações. Nem mesmo cede às pressões por voos contemporâneos que venham impedir que sua obra reflita sua essência, que transmita suas verdades. Tem autonomia, é senhor de sua criação impingindo em seu trabalho, não apenas o realismo, o primitivismo ou Naif, mas também o expressionismo, o idealismo... todos esses, conforme lhe dita a alma. Se é passado, se torna presente por meio de memórias, suas e do coletivo, de lugares e de tempos, estes e outros, que lhe intui para criações e produções no aqui e agora.

Assim, puderam ser confirmadas as expectativas iniciais dessa proposta que foi conhecer melhor os elementos constitutivos da obra de Irineu, buscando justificativas para considerá-la de valor dentro dos preceitos que regem os códigos, não somente da arte originária, como também nos permite considerar sua inserção no contexto contemporâneo da arte.

Referências

AGUIAR, Mariane Costalonga de; BORLINI, Mônica Castoldi. **Estudos de Caracterização de Argilas do Vale do Mulembá visando contribuir para a Sustentabilidade da Confecção de Panelas de Barro do Espírito Santo.** In: Jornada de

Iniciação Científica - CETEM, XVII, 2009, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/serie_anais_XVII_jic_2009/Mariane_ Costalonga_de_Aguiar.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.

IPHAN. Dossiê Iphan 3 - **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Brasília: Iphan, 2006.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Parque Sólon de Lucena**: espaço público, potencial de urbanidade e desenvolvimento da cidade. João Pessoa: GREM / DCS / PROBEX-PRAC /UFPB, 2004. Projeto de extensão. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/ osurbanitas2/Koury.html>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão... [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia** - uma introdução. São Paulo: Atlas S.A., 1986.

MENDONÇA, Miriam da Costa Manso Moreira de. **Antropologia Visual.** Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo. 2010.

PEROTA, Celso; BELLING NETO, Roberto A.; DOXSEY, Jaime Roy. **As paneleiras de Goiabeiras.** Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

REBOUÇAS, Moema Martins; MESQUITA, Letícia Nassar Matos. **Estágio 1 e 2**. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

RIBEIRO, Irineu. **A estética do manguezal**. Monografia (trabalho de Graduação). Centro de Artes, Universidade Federal do Espirito Santo. Vitória ES. 2000.

_____. **Entrevista** com o artista para o Trabalho de Conclusão de Curso. 2014.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1962.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. Contexto. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_MEM%C3%93RIA.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Lívia de Oliveira, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

REIS DE BOI: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Fabiane Vasconcelos Salume Zimerer
Mestranda do PPGA da UFES. E-mail: fabisalume@hotmail.com.

Ana Rita Vitor de Assis Zordan
Graduada em Artes Visuais pela UFES. E-mail: assiszordan@bol.com.br.

Resumo: O Reis de Boi é uma expressão da cultura popular capixaba presente no norte do Espírito Santo. Atualmente a quantidade de grupos em atividade está diminuindo a cada ano. A falta de interesse dos mais novos, a intolerância religiosa e a ineficácia na transmissão dos saberes são apenas alguns dos problemas apontados pelos mestres nas entrevistas durante a pesquisa de campo. A preocupação com a extinção dessa prática cultural devido a esses e outros fatores permeia o discurso de todos os mestres entrevistados. Nossa pesquisa busca identificar as permanências e transformações ocorridas nessa prática cultural e os fatores responsáveis por esse processo, para tentar entender que lugar ocupa essa e outras práticas culturais populares nesse mundo atual, dominado pela cultura de massa.

Palavras-chave: Reis de Boi; memória; cultura popular capixaba.

Abstract: The "Reis de boi" is an expression of capixaba popular culture present in the northern region of the state of Espírito Santo. Currently, the number of groups at work is decreasing every year. The lack of interest from the younger generations, religious intolerance and ineffectiveness in the transmission of knowledge on this ritual are just some of the problems highlighted by the masters during fieldwork interviews. The concern about the extinction of this cultural practice, due to the aforementioned motives and other factors, permeates the discourse of all the masters who were interviewed. Our research seeks to identify the continuities and transformations which occurred within the "Reis de Boi" rites and the elements that were responsible for this process, in order to understand what position these and others cultural practices occupy in the current world, dominated by mass culture.

Keywords: Reis de Boi; memory; capixaba popular culture.

Introdução

São Mateus, cidade localizada ao norte do Espírito santo, possui um Patrimônio Cultural material e imaterial de grande relevância. Entre os bens imateriais encontram-se práticas culturais que em sua maioria são ligadas à religiosidade de seu povo, seja esta católica, trazida pelos portugueses, ou de religiões praticadas pelos outros elementos constituintes da formação racial do povo de São Mateus, como índios e negros. Várias dessas práticas já foram extintas, restando apenas o Jongo e o *Reis de Boi.*

Apesar de ser uma das poucas expressões culturais remanescentes na região de São Mateus e de possuir características bem peculiares que a tornam singular no Brasil, o *Reis de Boi* é pouco reconhecido pela sociedade local em geral, ficando mais restrito à periferia

e às comunidades rurais, tendo na Festa de Santos Reis, que acontece todos os anos no bairro Pedra D'água, o momento de maior abrangência e visibilidade. Essa festa também é o ponto de partida das apresentações, que acontecem no período de seis de janeiro, dia de Santos Reis e se estende até três de fevereiro, dia de São Brás.

Essa pesquisa buscou mapear os grupos de Reis de Boi em atividade em São Mateus, delinear o perfil dos seus componentes, encontrar antigos mestres ainda vivos para entrevistá-los, entender os processos de manutenção e renovação ocorridos nessa prática cultural. Em nossas idas a campo durante o processo de pesquisa, nas entrevistas com os mestres, percebemos uma enorme preocupação com a sobrevivência do *Reis de Boi*, uma vez que na região várias expressões da cultura popular já foram extintas. De fato, ao levantar dados sobre a festa de Santos Reis, constatamos um número cada vez menor de grupos que se apresentam, ano após ano. Vários foram os motivos apontados pelos mestres para essa preocupação, entretanto, percebemos que é quase unânime a esperança depositada nos mais novos, geralmente membros da família, de perpetuação dessa prática cultural, considerada por eles "tradição de família" e, portanto, deixada como herança aos mais jovens. "A tradição é a força que dá unidade às gerações, mantendo o grupo vivo no curso do tempo, fazendo com que a sociedade perpetue-se" (ROCHA, 2004, p. 15).

Observa-se então que a garantia da preservação, para os mestres, está na transmissão dos valores, de geração a geração. Segundo Joel Candau: "A eficácia da transmissão, quer dizer, a reprodução de uma visão de mundo, de um princípio de ordem, de modos de inteligibilidade da vida social, supõe a existência de "produtores autorizados" da memória a transmitir: família, ancestrais, chefe, mestre, preceptor, clero etc." (CANDAU, 2011, p. 124). Apesar dessa esperança, identificamos certa incerteza de que esses jovens de hoje possam garantir a permanência desses rituais no futuro. Os mestres, ao falarem dos jovens de hoje, estão também se referindo ao mundo de hoje e expressando sua preocupação com o espaço reservado para a cultura popular nesse mundo.

Com o mapeamento constatamos um número cada vez menor de grupos em atividade, segundo os mestres entrevistados, que relataram um quantitativo de vinte e dois grupos só em São Mateus há poucos anos atrás. Atualmente, encontram-se ativos cerca de quatorze grupos, sendo nove grupos em São Mateus e cinco em Conceição da Barra.[1] Esse número

[1] Os grupos identificados em São Mateus: Reis de boi dos Barros, Reis de boi de Luiz Laudêncio, Reis de boi de Antônio Galdino, Reis de Boi de Benedito Machado, Reis de boi de Valentim, Reis de boi de Benedito Assis, Reis

pode variar de um ano para o outro, pois às vezes um grupo não sai num ano por algum problema interno, mas levamos em consideração os grupos que se apresentaram com certa frequência, nos últimos cinco anos.

1. Reis de Boi

O Reis de Boi é uma prática cultural popular bastante peculiar que incorpora em seu ritual duas partes distintas: "Uma a semelhança das Folias de Reis, faz o pedido de abrição de portas, louvações sagradas e saudações aos moradores; outra lúdica e dramática, com apresentação de entremeios como um Bumba-meu-boi" (PASSARELLI, 2006). Essas semelhanças, apontadas por Passarelli, fazem com que muitos se refiram ao Reis de Boi como Folia de Reis, porém basta assistirmos a uma única apresentação para entendermos as diferenças[2]. Neves (2008) relaciona o Reis de Boi com o auto do Bumba meu boi:

> O *Reis de boi* que vimos ali representado assemelha-se aos Bumbas-meu-Boi do norte e do nordeste. Claramente se verifica que a Catirina deve ser a mesma Tia Catarina do Bumba baiano e a Mãe Catarina do Bumba do Maranhão. Mas o ponto de referência mais estreito está no Boi – figura central nos dois autos populares. Como nos Bumbas-meu-Boi, o animal do *Reis de boi* entra em cena, dança, cabrioleia, dá marradas e, lá pras tantas morre. [...]. Num e noutro folguedo, o Boi ressuscita, e torna a dançar e a dar marradas nas figuras e nos assistentes (pp. 102-103).

As semelhanças são muitas, mas há diferenças importantes que não nos permitem dizer que o Reis de Boi seja apenas uma nomenclatura dada, no Espírito Santo, ao Bumba-meu-Boi. Neste ponto, é importante frisar que segundo Passarelli (2006), ao contrário de tantas outras manifestações que recebem diferentes nomenclaturas em diferentes regiões do país, o Reis de Boi não possui sinonímia, ou seja, não existe outra denominação para esta manifestação em nenhuma parte do Brasil.

---

de boi Mirim de Pedra D'água, Reis de boi do Paixão. Em Conceição da Barra: Reis de boi de Mestre Nilo, Reis de boi de Mestre Nenem, Reis de boi das Barreiras, Reis de boi de Antonio Conceição e Reis de boi de Tião de Véio.

[2] O período de apresentação da Folia de Reis ocorre de 24 de dezembro a 6 de Janeiro, o do Reis de Boi começa 6 de janeiro e vai até 3 de fevereiro. Outra diferença é que o Reis de boi tem a 'brincadeira do boi' que embora o vaqueiro também use máscara, não tem relação nenhuma com a significação do palhaço da Folia. Além das diferenças nos instrumentos, vestimentas e no próprio ritual.

2. Os grupos

Os grupos trazem consigo a tradição do *Reis de boi*, transmitida de geração em geração, através da oralidade e da prática.

> A minha história vem do meu bisavô. Do meu bisavô passou pro meu avô, do meu avô passou pra meu tio, essa...festa de Reis-de-boi, né, passou pro meu tio, do meu tio aí passou pra mim (Benedito Machado).
>
> Dos avôs, de pai pra filho, de filho pra neto já, que eu já tenho neto já, já brincando (José Antonio dos Santos conhecido por Zeca Laudêncio).

Esta transmissão de conhecimento e de prática começa geralmente quando ainda são crianças, que vão crescendo dentro do grupo e aprendendo com os mais velhos até se tornar adulto e assumir a condição de Mestre.

> Até meu avô eu acumpanhei, eu vim acumpanhando, despois meu bisavô já num acumpanhei, mas tinha a mesmas histórias, eles contavam a mesma história, era do mesmo jeito. Então quando chegou no meu tio, aí que eu cumpanhei o meu tio, então, hoje eu tenho 60 anos de cumpanhamento de Reis-de-boi. [...] quando eu cumecei acumpanhá meu tio eu tava com 12 anos [...] (Benedito Machado).
>
> Eu tava com doze ano quando cumeço, [...] nos somos em cinco irmão, só que os outro se afastaram, um bucado já morreu e aí num tem mais. Aí ficou eu mais meu pai e fomos cumeçando, os outro acabando (se referindo a outros grupos) e eu fiquei, tô com 73 anos agora, entendeu [...] Quer dizêr, tô com 73, com 12 eu tô com 61, 61 anos que eu luto com esse grupo de folclore (Zeca Laudêncio).

Os participantes dos grupos em sua maioria são pessoas de uma mesma família: avôs e avós, pai, mãe, filhos (as), netos (as), sobrinhos (as), noras e genros entre outros, que no nosso entendimento, é fator primordial e determinante para a perpetuação do Reis de Boi. Todos participam ativamente, contribuindo de diferentes maneiras. Existem aqueles que atuam diretamente e aqueles que dão suporte exercendo atividades como: a confecção e conserto do uniforme, a produção ou reforma dos chapéus, a organização da festa de encerramento, entre outras. “[...] e no preparativo de chapéu, eu que enfeito o chapéu, né, boto as flor, as fita, a ropa, a gente enfeita a ropa, né, do Pai Francisco, [...]” (Dona Mateolina Cruz Machado, esposa de seu Benedito Machado).

A quantidade de participantes por grupo pode variar entre 14 e 30 integrantes. Além do Mestre, outros personagens que compõem o grupo são: O Violeiro, o Sanfoneiro, os Marujos, o Vaqueiro, o Boi, a Catirina e os Bichos.

Grupo de *Reis de boi* dos Laudêncios 2, a 'brincadeira do boi' - 2014



Fotografia: Fabiane Salume.

O Sanfoneiro e o Violeiro são os responsáveis pela harmonia das músicas. Posicionam-se um de frente para o outro, em par, no início das filas. O sanfoneiro e o violeiro têm que estar afinados um com o outro. Todos os mestres nos relataram a importância da afinação e do "casamento sonoro" entre estes dois instrumentos. O som dos dois é como o som das vozes dos Marujos, que devem se equilibrar num encontro entre vozes mais graves e mais agudas, as quais eles chamam de *primeira* e *segunda* voz. São eles também que fazem as "evoluções", sendo seguidos por todos os marujos. Há de se ressaltar a importância dos músicos como personagens indispensáveis para a existência e prática do *Reis de boi*. A ausência de um dos músicos já é suficiente para que o *Reis* não se apresente. "Se não tiver o sanfoneiro, não tem Reis" (Sr. Jose Luiz Barros).

Durante nossas entrevistas, todos os grupos deixaram registrados a sua preocupação com a formação de novos "tocadores", principalmente de sanfona de oito baixos. A escassez de sanfoneiros leva um mesmo sanfoneiro a tocar para diferentes grupos.

Os Marujos tocam os instrumentos de percussão e cantam as marchas, ocupando funções de *guia*, "contra guia" e *coro*. Depois do par formado pelo sanfoneiro e pelo violeiro, vem o par de *guias*, seguido pelo par de "contra guias" e por fim, seguido do restante dos

marujos, sempre aos pares. São os *guias* que puxam a marcha, geralmente os dois primeiros versos de uma quadra, respondidos pelos "contra guias". Os pares seguintes formam o *coro* que repetem os "contra guias".

O Vaqueiro é personagem da "brincadeira do boi"**.** Este personagem misterioso se esconde atrás de uma máscara e durante a brincadeira é ele quem conduz a venda, a morte e a ressurreição do boi. Nesse ponto é bom ressaltar que muitos mestres nos relataram que atualmente muitos vaqueiros não fazem mais a repartição do boi como acontecia antigamente, segundo eles porque muitos vaqueiros não sabem mais rimar e improvisar, habilidade imprescindível para o bom desempenho do personagem. Segundo Aguiar (2005, p. 103), antigamente, acontecia assim:

> Dentre os personagens, o Pai-Francisco [sic], também conhecido como vaqueiro, ocupa lugar de destaque na preferência do povo que acompanha com entusiasmo as apresentações do Reis-de-Boi, onde ele vira atração da festa, aproveitando a ocasião para "vender o boi" para o dono da casa, sapateando ao som da melodia contagiante, falando em versos hilários e provocativos e, principalmente, "repartindo o boi" – oferecendo-o aos "fregueses", sempre cobrando pelo seu "serviço" e satirizando os acontecimentos de desagrado da comunidade.

A repartição do boi, citada acima, acontecia quando o dono da casa não queria mais comprar o boi que estava morto, o vaqueiro então, vendia as partes separadas e cantava em versos como descrito abaixo por Aguiar (2005, p. 116):

> Escrevi uma carta,
> cobrei de Joaquim,
> me manda o dinheiro
> Escrevi uma carta
> do peso do fucim...
> para Seu Antônio Pife,
> Escrevi uma carta,
> me manda o dinheiro
> cobrei do Teorfe,
> do peso do bife...
> me manda o dinhêro
> do peso do bofe...

E assim continuava rimando até que todas as partes do boi fossem vendidas. Era enorme a quantidade de versos, todos guardados na memória e inclusive alguns improvisados na hora, com os nomes de algumas pessoas presentes. Essa habilidade de improvisar foi

apontada como uma das causas, do desaparecimento da "repartição" do boi. Sr. Paixão[3], nos diz "[...] antigamente eles faziam isso, hoje quase ninguém faz, porque muitas das vezes nem sabe reparti um boi mais. Tem muitos vaqueiros que não sabe". Também sobre essa dificuldade, Sr. Benedito Machado nos relata: "Mais num é todos Pai-Francisco que sabe fazê essa não, precisa ser um Pai-Francisco muito sabido, que sabe fazê isso".

*A Catirina***,** personagem que é encontrado em quase todos os folguedos do boi e faz o contraponto cômico, é a esposa do vaqueiro, sendo sempre representada por um homem vestido de mulher. Também aparece de máscara, quando entra em cena, diverte a todos tirando os homens pra dançar, causando ciúmes no vaqueiro que exige o dinheiro de quem dança com ela. "Cada pessoa que ela arrasta pra dançar, ela faz uma cobrança, aí a pessoa dá aquilo que tem [...] todos que dançar com ela tem que dá alguma coisa, uns paga dois reais, uns paga cinco, outros paga dez reais" (Sr. José Luiz Barros)[4].

O Boi é o personagem principal da "brincadeira". Aparece sempre acompanhado do Cachorro e do Vaqueiro. É constituído por uma cabeça confeccionada em papel machê, pintada e adornada e no lugar do corpo, coloca-se um tecido preso à cabeça, que esconde o brincante na hora da apresentação. Embora traga em si um aspecto brincalhão e profano dentro da manifestação, é importante relembrar que o boi se relaciona com o momento sagrado do nascimento do menino Jesus, que segundo as Escrituras Sagradas, nasce em um estábulo cercado por animais, inclusive o boi. Esta relação nos foi descrita pelo Sr. Benedito Machado:

> Quando Jesus nasceu ele nasceu numa manjedôra, e você entende o que é uma manjedôra hoje? [...] é um curral que hoje tem e nesse curral tinha um cocho [...] e ali, Nossa Senhora ficou iscundida e ganhou esse menino. [...] então foi aonde nasceu o Reis de boi, por isso que eles botaram o boi, botaram a loba que é a égua e botaram o cachorro que tava chegando na hora e ficaram "aquentando" (esquentando, aquecendo) Jesus na quentura ali.

Os Bichos variam em quantidades e tipos, de acordo com o grupo. Além de animais, há também a presença de seres fantásticos, do imaginário popular. A entrada dos bichos é revestida de grande euforia, um misto de curiosidade e medo toma conta de todos que acompanham a apresentação, principalmente as crianças. Os bichos investem contra as pessoas assustando e divertindo os presentes. Não existe um quantitativo de bichos pré-

[3] Mestre do Reis de boi do Paixão.
[4] Mestre do Reis de boi dos Barros.

determinado, variando de acordo com o grupo, porém, de acordo com seu Valentim Pereira[5], "quanto mais Bicho melhor é o Reis".

3. Os instrumentos musicais

Os instrumentos utilizados são o violão, a sanfona de 8 baixos e os pandeiros. Porém, pode haver variações como no caso do Reis de boi dos Laudêncios, onde encontramos o afoxé, o reco-reco e o tamborim. Os pandeiros são responsáveis pelo ritmo das marchas. A batida dos pandeiros é basicamente dividida em três tipos: o tempo forte marcado por uma batida com o polegar, uma base que varia segundo a marcha e a batida final com um repique.

A sanfona e o violão são responsáveis pela harmonia da música, por isso, ser de boa qualidade é fundamental. Segundo o Sr. Paixão, não é qualquer sanfona que dá conta de acompanhar o *Reis*, tem que ser de oito baixos e ter boa sonoridade. Antigamente os instrumentos eram produzidos artesanalmente. Sobre a feitura dos pandeiros, Sr. Benedito Machado assim nos relata: "[...] e aí fizeram o pandêro, num era esse pandêro de tarracha, foram no mato tiraram uma madêra, fizeram a ripa, o alco (arco) do pandêro, pegaram o coro do boi fininho, fizeram o pandêro".

4. As marchas

Santos Reis estão me chamando
pra com eles passeá
onde eles estiver
eu também vou estar[6]*.*

As Marchas, assim como os demais elementos compositivos e participativos do *Reis de boi*, ocupa seu lugar de destaque com uma variedade de ritmos, letras e melodias que animam e dão sentido a cada momento vivido e representado nesta manifestação.

A composição das Marchas geralmente é feita pelos mestres ou por integrantes do grupo, e muitas vezes de forma coletiva, feita na hora dos ensaios, ou 'tirada' antes e melhorada na hora para adaptar ao violão e à sanfona, "pra ficar tudo encaixadinho". Segundo Sr Antonio Galdino "[...] Cada um tira e vai juntando né [...] A gente ensaia e vê:

[5] Mestre do Reis de boi do Valentim.
[6] Trecho do 'Som de Reis' citado pelo Sr. Paixão.

essa tá boa?". Assim também nos relata Sr. Valentim: "É, porque é o seguinte, chega lá talvez a gente tá cantando uma marcha, num pega na sanfona e no violão, o cara tem outra melhor, bota ela, num tem problema não".

Seu quantitativo é variável. Alguns Mestres falaram em 12, 16 e houve quem nos relatasse até 25 marchas ao todo. Esta variação ocorre dependendo do lugar onde o *Reis* se apresenta. "Quando a gente apresenta numa casa, numa comunidade, que já chega ali no horário certo, então a gente apresenta as musicas todas. Quando a gente chega lá nos Santos Reis (referindo-se a Festa de Santos Reis) então, porque é muito *Reis* que vai pra lá, então, são marcada (contadas) as musicas" (Sr. Benedito Machado).

Apesar da flexibilidade no quantitativo de marchas, existem aquelas que estão sempre presentes, são obrigatórias e apresentadas seguindo uma ordem, são elas: *O Som de Reis (Reis da Porta),* o *Descante*, a *Marcha de Entrada*, a *Marcha de Ombro*, o *Baiá*, a *Marcha do Vaqueiro*, a *Marcha do Boi*, a *Marcha dos Bichos*, a *Marcha de Despedida* e a *Marcha da Retirada.* Cada marcha possui suas características e seu momento de apresentação.

Vale ressaltar dois fatos curiosos: o primeiro é a ausência de registro escrito das letras das Marchas, delegando ao Mestre e aos guias a responsabilidade do ensinamento, que é feito de forma oral e repetitiva nos ensaios, até que todos memorizem. O segundo é que as Marchas são sempre inéditas, ou seja, todos os anos novas marchas são escritas. Esta singularidade faz com que os temas utilizados na escrita das letras das marchas, abordem, além das temáticas religiosas, clássicas e habituais, também, atualidades de cunho político, social e econômico. É a tradição permitindo-se mesclar e interagir com o meio circundante, confirmando o dinamismo da cultura.

Eu fui lá em Brasília
Visitei Sarney nosso Presidente
A promessa que ele fez
Ele não cumpriu e enganô muita gente

5. O ritual

O ponto de partida para o início das apresentações é a Festa de Santos Reis, que acontece na comunidade de mesmo nome situada no bairro Pedra D'água, um dos mais antigos de São Mateus. Essa festa acontece tradicionalmente todos os anos no dia 6 de janeiro, dia de Santos Reis, ou no sábado mais próximo a esta data. As festividades têm início com uma procissão em devoção aos Santos Reis, saindo da igreja e percorrendo um

pequeno trecho até às margens do Rio Cricaré. Todos os grupos de Reis que irão se apresentar participam da procissão, juntamente com a comunidade e com várias pessoas que vem para prestigiar, inclusive turistas. À beira do rio é feita uma oração pelo Pároco presente e depois todos retornam à praça em frente à igreja para uma missa campal.

As apresentações de Reis de boi, na festa, acontecem em dois momentos: o sagrado, dentro da igreja e o profano, fora, na praça em frente à mesma, onde acontece a "brincadeira" do boi. Após o primeiro grupo se apresentar na igreja, este vai para a rua apresentar a segunda parte, que é a do boi. Enquanto isso o segundo grupo, apresenta a primeira parte na igrejinha e assim sucessivamente, até que todos os grupos tenham se apresentado dentro e fora da igreja. Os grupos que não estão se apresentando prestigiam a apresentação dos demais.

A apresentação do grupo começa na porta de igreja, que fica fechada e se mantém assim até terminar o pedido de "abrição" de portas. O grupo se posiciona formando duas filas, começando pelo Sanfoneiro e o Violeiro, seguido pelos guias, contra guias e o restante dos Marujos, sempre aos pares. As Marchas cantadas na porta são: O *Som do Reis* e o *Descante*, ambas cantadas apenas pelo *guia e* "contra guia". Aqui notamos uma mudança no modo de apresentação. Segundo Sr. Antônio Nascimento[7], além dele, os grupos de Reis de boi que ele conhece, não cantam mais os 25 versos do Som de Reis. Ele diz que muitos nem sabem mais os versos, que ele garante, aprendeu com o pai e são versos que narram o nascimento do menino Jesus e a visita dos três Reis Magos. Realmente observamos que os outros grupos não mantém essa tradição, somente o Reis de boi de Mestre Nilo ainda canta o *Som de reis* ou *Reis de porta* integralmente.

Aberta a porta, o *Reis* entra cantando a *Marcha de Entrada*, que é o pedido de licença, a saudação. Os grupos ajoelham-se diante da imagem dos Santos Reis, guiados pelo Violeiro e o Sanfoneiro. Dentro da Igreja, os grupos de uma forma geral, apresentam outras duas ou três marchas e se retiram. Neste ponto termina a parte sagrada da manifestação com a participação apenas dos músicos e dos Marujos.

Do lado de fora da Igreja começa a "brincadeira do boi", aos músicos e marujos juntam-se os demais personagens. Após a Festa, os grupos se apresentam em locais onde são convidados, no período de seis de janeiro até três de fevereiro, dia de São Brás. Sobre estas apresentações, mais transformações, alguns Mestres nos relatam que antigamente brincavam de *Reis* por três dias e três noites seguidas pra cada santo: Santos Reis, São Benedito e São Brás.

[7] Mestre de Reis de boi da comunidade são Cristóvão.

> [...] saía todo mundo a pé [...] era quatro noite rolado, saía do dia três ao dia seis, então num vinha em casa não [...], você saía dia 3 e chegava dia 7 em casa [...] aí pegava dia 18 e chegava dia 21 em casa também, então onde você cantava, por ali você dormia, amanhecia e ia pra outro lugar [...] (Sr José Luiz Barros).

Quem convida não paga nada, a não ser que ofereça uma ajuda para a locomoção do grupo, mas a tradição é a de oferecer um jantar ou um lanche caprichado para todos os integrantes do grupo e os que com eles forem. O transporte do Grupo é particular e feito com recursos próprios. A despesa é dividida igualmente entre os membros do grupo, que apesar dos custos, fazem o possível e o impossível para festejar e brincar o *Reis*. No dia 03 de fevereiro, dia de São Brás, ou no sábado mais próximo desta data, acontece a festa de encerramento organizada por cada grupo isoladamente ou em grupo como no caso do *Reis* do Valentim e dos Barros. De acordo com a tradição é neste dia que acontece a "bendição das gargantas" que segundo os brincantes "é prá gente podê cantá ano que vem".

6. Permanências e transformações

Como podemos perceber várias mudanças ocorreram no ritual do Reis de boi ao longo desses anos. Sabemos que a cultura é dinâmica e não temos uma visão purista a respeito dessas transformações. O que nos interessa nessa pesquisa é entender quais foram essas mudanças, como elas ocorreram, por quais motivações. Também nos interessa saber de que forma essas mudanças são sentidas e entendidas dentro do grupo, por seus participantes, a visão dos mais velhos e a dos mais jovens. Por outro lado, o que permaneceu, quais os fatores influenciaram ou não essas transformações ou permanências.

Mais do que as mudanças no ritual, apontadas anteriormente – mudanças nas vestimentas, modos de fazer instrumentos, de cantar o Reis, de partir o boi – desejamos entender as mudanças nas relações sociais no interior dos grupos. Quem são as pessoas que hoje mantêm essa tradição? Quais fatores foram responsáveis pela manutenção dessa prática cultural até os dias de hoje? Como era esse tempo passado onde essas práticas culturais ocupavam um espaço central na vida da comunidade? Quais medidas são necessárias para a salvaguarda dessa expressão da cultura popular? Qual o perfil dos sujeitos aos quais caberá a missão de perpetuar essa tradição? Quais os processos de transformação a cidade, a comunidade e as pessoas sofreram em seus modos de pensar, de agir, em suas relações com a religiosidade, com a família, enfim com o mundo?

Acreditamos que ao tentar responder essas perguntas nos propomos um entendimento dessa prática cultural de uma maneira mais profunda, que busca descobrir qual o lugar, na atualidade, reservado às culturas populares? Como essas práticas culturais se relacionam com a contemporaneidade e da cultura de com o mundo tão influenciado pela cultura de massa. Será que essas transformações que ocorreram no Reis de boi são fruto dessas relações? São muitas perguntas que ainda precisam ser respondidas. Porém esperamos que, ao dar voz àqueles que mantiveram viva essa prática cultural até os dias de hoje, essa pesquisa possa contribuir para o reconhecimento e a manutenção dessa belíssima manifestação da cultura popular.

Referências

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

PASSARELLI, Ulisses. **Reisados Brasileiros:** tipologia. 2003. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/105294613/TIPOLOGIA-DOS-REISADOS-BRASILEIROS>. Acesso em: 25.04.2013.

ROCHA, Henrique**. Refletindo os conceitos de Folclore, Cultura Popular e Tradição**. In: MARTINS, Clerton (Org.). Antropologia das Coisas do Povo. São Paulo: Roca, 2004.

MEMÓRIAS EM FORMA DE CANÇÃO: A VELHA GUARDA DA PORTELA E A TRANSMISSÃO DE SABERES EM OSWALDO CRUZ

Fábio Oliveira Pavão
Fundação CECIERJ / SEEDUC-RJ

Resumo: Em Oswaldo Cruz, zona norte do Rio de Janeiro, as narrativas hegemônicas no campo das representações sobre o bairro remetem a um passado idealizado que vincula o samba, especialmente a formação do G.R.E.S. Portela, ao processo de formação da própria localidade. Isso confere, primeiramente, uma identidade peculiar, capaz de distinguir Oswaldo Cruz dos demais subúrbios que estão ao seu redor. Também confere vantagens e prestígio para os sambistas, que podem, por exemplo, gerenciar suas particularidades culturais como um recurso, conseguindo benefícios junto ao poder público. Todavia, na complexa realidade de nossos dias, os jovens, como em qualquer grande cidade, mesmo em suas áreas periféricas, encontram práticas culturais mais atrativas, fazendo surgir novas narrativas sobre o bairro. Diante do bombardeio de informações do mundo globalizado e das novas tecnologias, o grande desafio que se coloca em Oswaldo Cruz, assim como em outras comunidades historicamente vinculadas ao samba, é promover a transmissão dos saberes. Neste contexto, a velha guarda da Portela, formada por senhores com uma história de vida dedicada ao samba, tem lugar de destaque. Nos relatos do passado, muitas vezes em forma de belas canções, gerações se encontram para exaltar a memória, estabelecendo um diálogo entre o presente e o passado.

Palavras-chave: memória; sociabilidade; cultura popular.

Abstract: In the district of Oswaldo Cruz, in Rio de Janeiro, the hegemonic narratives of the locality representations idealize a past that attaches the history of samba, especially the foundation of the GRES Portela, to the process of the formation of its own locality. This raises, primarily, a peculiar identity that distinguishes Oswaldo Cruz from the others neighborhoods around. It also gives advantages and prestige to the "sambistas" (samba musicians), which can, for example, manage their cultural particularities as a resource, obtaining benefits with the government. However, in the complex reality of our days, young people, as in any big city, even in its peripheral areas, find more attractive cultural practices, giving rise to new narratives about the neighborhood. Considering the bombardment of the information in a globalized world and new technologies, the great challenge faced by Oswaldo Cruz, as well as in other communities historically connected to samba, is to promote the transmission of knowledge. In this context, Portela's old school, formed by gentlemen with a history of life dedicated to the samba, is very important. In past's accounts, often in the form of beautiful songs, different generations come together to exalt the memory, establishing a dialogue between the present and past.

Keywords: memory; sociability; popular culture.

1. O bairro e seus mitos

Distante cerca de vinte quilômetros do centro da cidade, o subúrbio de Oswaldo Cruz é parte da 15ª Região Administrativa do Rio de Janeiro, também conhecida como "Grande Madureira". A história deste bairro, assim como de seus vizinhos, está diretamente associada à construção de novas estações na Estrada de Ferro Central do Brasil. No final do século XIX, mais precisamente em 1898, é inaugurada a estação Rio das Pedras, localizada no vale do rio

com o mesmo nome. Ao longo das primeiras décadas do século XX, milhares de imigrantes, proveniente das áreas centrais do Rio de Janeiro, fugindo das transformações urbanas impostas pelo poder público, desembarcaram nesta estação. Em 1917, em homenagem ao famoso sanitarista morto naquele ano, ela seria rebatizada com a sua denominação atual.

Além destes imigrantes, outro contingente populacional chegava à região proveniente das zonas rurais do Sudeste. Esta mistura entre elementos rurais e urbanos, formando um verdadeiro caldeirão cultural suburbano, vai distinguir Oswaldo Cruz, e a "Grande Madureira" de uma forma geral, de outras áreas da cidade. As terras que hoje formam este pedaço do subúrbio carioca pertenciam a Fazenda de Campinho, que dominava a região, e ao Engenho do Portela, propriedade de Miguel Gonçalves Portela. Após o loteamento das terras do velho engenho, o topônimo Portela sobreviveu na principal via que ligava o bairro a Madureira, a Estrada do Portela (VARGENS e MONTE, 2001, p. 25). É no entorno desta estrada que os imigrantes, com suas múltiplas origens, vão se estabelecer.

Entre os jovens que chegaram ao bairro nas primeiras décadas do século XX está Paulo Benjamim de Oliveira, mais conhecido como Paulo da Portela. Nascido na Saúde, Zona Portuária do Rio de Janeiro, próximo ao centro da cidade, ele foi a principal liderança comunitária do bairro, lutando pela dignidade dos sambistas e pela aceitação de sua prática cultural pela sociedade, atuação que fez Silva e Santos, suas biógrafas, definirem-no como "traço de união entre duas culturas" (SILVA e SANTOS, 1980). Juntamente com Antônio Caetano, desenhista da marinha mercante que vivia em Quintino Bocaiúva, e Antônio Rufino, natural do interior de Minas Gerais, integrou o triunvirato que fundou e administrou a Portela em seus primeiros anos. Os três, com origens e experiências de vida distintas, personificam a própria heterogeneidade da população suburbana naquele período, além da riqueza cultural que esta mescla entre o rural e o urbano era capaz de produzir. Paulo da Portela faleceu em 1949, aos 48 anos, mas seus ensinamentos se perpetuaram através dos anos, lembrados e servindo de referência até os nossos dias. Antônio Caetano e Antônio Rufino faleceram no início da década de 1980, mas a Portela, legado principal da união dos três ainda na juventude, permanece pujante para a cultura popular, conhecida no Brasil e no exterior.

Segundo Silva e Santos, em 1923, ano de fundação da Portela, Oswaldo Cruz era conhecido como a "roça". A descrição do local inclui elementos tipicamente rurais, como a existência de currais em toda parte, a inexistência de serviços públicos, como falta de calçamento, luz e água encanada, além de dificuldades como a existência de valões nas vias

públicas (SILVA e SANTOS, 1980, p. 39). Com efeito, para as narrativas que hoje destacam o feito dos sambistas no passado, estas adversidades teriam sido superadas pela força da coesão social, virtude que também explicaria o sucesso de sua escola de samba. Assim, a formação de Oswaldo Cruz e da Portela se une como elemento central da narrativa, de forma que a história do bairro se confunde com a do samba na região. Neste contexto, naturalmente, os sambistas possuem posição privilegiada nas representações sobre Oswaldo Cruz. Estamos diante do que, em outra oportunidade, definimos como "mito de fundação da Portela", que destaca a saga de pessoas diferentes, de origens distintas, que, com a força da coesão social, seguindo o exemplo de mestres como Paulo da Portela, superaram as adversidades encontradas em um subúrbio em formação e construíram uma instituição reconhecida internacionalmente. Uma instituição que, ao longo das décadas, ajudou a gravar alguns dos estereótipos que definem a própria noção de "brasilidade" (PAVÃO, 2010, p. 305).

Ao longo dos anos, este mito foi ratificado pela ascensão da Portela, que, após conquistar seu primeiro triunfo no carnaval de 1935, tornou-se, nas décadas seguintes, a escola de samba mais vitoriosa do Rio Janeiro. Os símbolos criados pelos fundadores, como as cores azul-e-branca e a águia, idealizadas por Antônio Caetano, passaram a representar o próprio bairro. O sucesso dos sambistas do bairro, que deixaram sua marca na música brasileira, sendo gravados por alguns de nossos principais intérpretes, também evidencia a importância da cultura do samba para a região. Todavia, alguns fatores contribuíram para o surgimento de novas narrativas que, na prática, põe em risco a hegemonia do samba no campo das representações sobre o bairro. Podemos citar três específicos.

Em primeiro, o afastamento entre a Portela e seu núcleo comunitário original. Este é um processo que, longe de estar restrito à agremiação de Oswaldo Cruz, caracteriza as escolas de samba de uma forma geral. Ele está diretamente associado à participação de novos grupos sociais nas agremiações carnavalescas, promovendo significativas alterações estéticas, rituais e estruturais que, como consequência, encarece o espetáculo e afasta a população de baixa renda. Isso ocorre a partir das décadas de 1960 e 1970, e, apesar de ser um processo que afeta o carnaval de uma forma abrangente, tem na Portela uma das protagonistas destas transformações.

Em segundo lugar, está o processo de transformação do próprio bairro. Ao longo dos anos, Oswaldo Cruz cresceu, chegaram novos moradores, sem nenhuma identificação com as antigas relações do passado. Durante a década de 1970, por exemplo, a construção de um conjunto habitacional da COHAB recebeu um grande contingente populacional oriundo de

antigas favelas removidas em outras partes da cidade, de forma que a população local, assim como o bairro, também se transformou neste processo.

Em terceiro lugar, mas não exatamente desassociada dos dois primeiros, embora bem mais abrangente, estão às transformações na própria sociedade. A ascensão das "culturas juvenis", como o *funk* e o *hip-hop*, afastou as novas gerações das velhas práticas culturais de seus antepassados. A este cenário se junta o advento das "novas tecnologias", que, como veremos mais adiante, dificulta a boa e velha transmissão oral, típica das manifestações de cultura popular. Neste contexto, em algumas narrativas que, já na década de 1980, ignoraram a presença do samba e dos sambistas da região, tentava-se fomentar uma nova memória urbana e moderna (BARATA, 2006, p. 02).

Para os sambistas e lideranças comunitárias, contudo, os vínculos históricos com o samba conferem a Oswaldo Cruz uma identidade peculiar, distinguindo-o dos demais subúrbios que estão ao seu redor. No cenário atual da região, podemos compreender a cultura como um campo de disputas e embates, em que é necessário, para os sambistas, ratificar a condição hegemônica de suas narrativas. Se tomarmos como referência autores como Stuart Hall, podemos entender que a hegemonia é um momento específico e temporário da vida em sociedade, que precisa ser constantemente ratificada, mesmo depois de conquistada, pois não existe qualquer garantia de que ela permanecerá inalterada pelos anos seguintes. Elas precisariam, portanto, ser construídas e mantidas, resultando a conquista de um grau substancial de consentimento popular (HALL, 2006, p. 293).

Todavia, para além da existência de embates culturais, da necessidade de ratificar a hegemonia do samba nas representações sobre o bairro, está o que George Yúdice definiu como "usos convenientes da cultura", que é a sua capacidade de ser gerenciada. Podemos compreender, por este prisma, a promoção de culturas nativas e patrimônios nacionais. Neste contexto, a reivindicação das diferenças culturais é conveniente na medida em que, em suas relações cotidianas, dão poder a uma determinada comunidade (YÚDICE, 2006, p. 454). Assim, para as lideranças comunitárias, além aferir uma identidade peculiar a Oswaldo Cruz, a cultura, transformada em recursos, confere vantagens para os moradores do bairro, por exemplo, nas reivindicações feitas junto ao poder público. Um obstáculo difícil de superar, contudo, é a já citada dificuldade para garantir a transmissão dos velhos saberes tradicionais para os mais jovens, o que, para além das dificuldades de Oswaldo Cruz, podemos verificar, de uma forma geral, em vários patrimônios culturais imateriais, inclusive em outras comunidades de samba.

2. Desafios na transmissão dos saberes

Em sua tese de doutorado em educação, intitulada "A escola é o silêncio da batucada? Estudo sobre a relação de uma escola pública no bairro de Oswaldo Cruz com a cultura do samba", Augusto César Gonçalves e Lima realizou uma rigorosa pesquisa de campo em uma escola da região, buscando compreender a relação entre a cultura escolar e a cultura do samba, tendo como referências as representações sobre o bairro. O pesquisador partiu da hipótese inicial de que os alunos, vinculados a uma escola situada em um bairro com longa tradição de samba, teriam alguma relação com esta cultura. Contudo, ao longo de seu trabalho, Lima constata que as iniciativas voltadas para a "cultura referência do bairro", conforme ele mesmo classificou, tanto por parte da instituição de ensino quanto pelos alunos, limitava-se a organização de um desfile ecológico para discutir a questão ambiental. Assim, contrariando sua hipótese, o pedagogo se defrontou com a diferença entre representação e realidade, percebendo a heterogeneidade de Oswaldo Cruz e as multiplicidades de narrativas sobre o bairro. Em sua conclusão, Lima justifica tal discrepância entre suas expectativas iniciais e o resultado final pelo sucesso das "novas culturas juvenis" e a "impossibilidade do local se fechar à influência do global" (LIMA, 2005, p. 230).

Esta pesquisa é especialmente importante por ter como foco o ambiente escolar, isto é, local frequentado pelos moradores mais jovens. É exatamente nesta parcela da população que estão as maiores dificuldades para a transmissão dos saberes tradicionais, pois, bombardeados por informações e expostos a novas práticas culturais mais atrativas, o contato entre gerações, permitindo a transmissão oral, torna-se um hábito em extinção. É exatamente visando incentivar a transmissão dos saberes tradicionais junto aos jovens que o Centro Cultural Cartola conseguiu, em 2007, junto ao IPHAN, o reconhecimento de três vertentes do samba carioca como "patrimônio cultural imaterial" do Brasil.

Localizado na Rua Visconde de Niterói, via pública que margeia o morro da Mangueira, a poucos metros da quadra de ensaios da famosa agremiação verde-e-rosa, o Centro Cultural Cartola é referência na valorização da memória do samba carioca. Para obter a chancela de patrimônio cultural imaterial, conferida pelo IPHAN ao partido-alto, ao samba de terreiro e ao samba-enredo, o Centro elaborou o chamado "dossiê das matrizes do samba carioca", formulado por renomados pesquisadores ligados ao samba. A Portela consta deste documento como uma das seis escolas de samba mais representativas para as "matrizes do

samba", ao lado de Império Serrano, Acadêmicos do Salgueiro, Estação Primeira de Mangueira, Unidos de Vila Isabel e Estácio de Sá. O documento ressalta a formação do subúrbio de Oswaldo Cruz e a importância dos sambistas neste processo, em especial o legado de Paulo da Portela, ratificando a hegemonia das narrativas dos sambistas e lideranças comunitárias. Todavia, em Oswaldo Cruz, assim como nas demais localidades destacadas, todas associadas aos núcleos mais tradicionais de samba, a transmissão dos saberes para as novas gerações encontraria obstáculos (PAVÃO, 2010, p. 251 e 252).

É neste sentido que o documento faz sugestões de salvaguarda. Entre elas, está a necessidade de se incentivar as pesquisas de campo e históricas nas comunidades de sambistas, fazendo levantamentos sobre a produção musical e estimulando a gravação. Este trabalho é especialmente importante porque, sem gravação, muitas obras sobrevivem apenas na memória dos mais velhos, estando sob o risco iminente de desaparecimento diante das dificuldades da transmissão oral. Seguindo o dossiê, este enfraquecimento dos processos tradicionais teria favorecido o surgimento de espaços formais de aprendizado, centrado na separação entre professor e aluno. Esta característica se tornou padrão em vários aspectos rituais de uma escola de samba, substituindo a velha oralidade, ou seja, a participação em um ambiente familiar comunitário, em que adultos e crianças se misturam. Para o desaparecimento da figura do "versador", mestres do improviso, típicos da cultura popular, que, no samba, é um personagem essencial para a vertente "partido alto", o dossiê reivindica a valorização de espaços para a prática compartilhada entre os mais velhos e os jovens. Desta forma, a sugestão é a realização de encontros de versadores nas próprias comunidades, contando sempre com a presença dos mais jovens e o registro em áudio e vídeo, ajudando a difundir e revitalizar a prática (PAVÃO, 2008, p. 10).

Contudo, o cerne do problema parece passar ao largo das propostas do dossiê. Como fazer os jovens, bombardeados diariamente por novas informações, submetidos aos lançamentos da indústria cultural, que convivem diariamente com as novas tecnologias, abdicarem de toda novidade oferecida pela modernidade e se interessarem pela boa e velha tradição oral de seus pais e avós? A questão é complexa e os organizadores do dossiê não oferecem respostas. O próprio fato destas comunidades de sambistas estarem inseridas em uma grande região metropolitana, onde vivem cerca de 12 milhões de pessoas, aparece apenas em uma passagem do material, em que, brevemente, a "globalização" e a "crise urbana" são apresentadas como motivos para o afastamento dos moradores de "seus" valores tradicionais (PAVÃO, 2010, p.

255). Desta forma, a questão permanece: como garantir a transmissão de saberes, mesmo com o aumento de recursos financeiros, diante de um cenário tão adverso? Em Oswaldo Cruz, sambistas e lideranças comunitárias optaram por um caminho bem original.

3. A festa como exaltação à memória

Em meados de 1990, lideranças comunitárias e sambistas já haviam percebido que era necessário reagir para ratificar a hegemonia de suas narrativas sobre o bairro. É neste momento que surge o movimento "Acorda Oswaldo Cruz", embrião de todos os projetos culturais e sociais que foram desenvolvidos nos anos posteriores. A Associação dos Moradores do bairro (AMOC), com a maioria de seus membros integrando partidos de esquerda, tem papel fundamental nas ações que foram desenvolvidas. Em 1998, a AMOC, cujo símbolo une a linha férrea e uma águia, dois símbolos do bairro, inaugura o Centro de Capacitação Profissional Paulo da Portela, oferecendo cursos e qualificação profissional. Fazer com que os jovens moradores conheçam suas narrativas sobre a história do bairro, como a referência ao principal fundador da Portela sugere, foi, desde o início, um dos objetivos das lideranças comunitárias, cujo nome mais conhecido é o de Marquinhos de Oswaldo Cruz.

Marcos Alcântara Sampaio, nome de batismo de Marquinhos de Oswaldo Cruz, personifica as figuras do sambista e do líder comunitário. Embora, de fato, os projetos tenham sido ações coletivas, ele é sempre lembrado como o principal responsável pelas bem sucedidas iniciativas que vão procurar transmitir, através de festas e eventos que deram visibilidade ao bairro, a memória dos velhos sambistas. Ele é o principal idealizador do "trem do samba", ou "pagode do trem", o primeiro e mais famoso projeto posto em prática na região. A ideia inicial era bem simples. No dia 02 de dezembro, data em que se comemora o dia nacional do samba, os sambistas e líderes comunitários pegariam um trem na gare Central do Brasil, terminal ferroviário do centro do Rio de Janeiro, e cantariam sambas ao longo do percurso até Oswaldo Cruz. No bairro suburbano, fariam um show com o repertório exclusivamente compostos por sambas. As primeiras edições foram sucessos tão grandes que, com o passar dos anos, o evento se tornou cada vez mais complexo. Com o apoio da Supervia, concessionária do serviço ferroviário do Rio de janeiro, os organizadores conseguiram, inicialmente, uma composição exclusiva, o que se transformou, poucos anos depois, em quatro composições exclusivas que faziam o trajeto em horários marcados, em que cada vagão era ocupado por um grupo de samba

específico, especialmente os que fazem o chamado "samba de raiz". Até a saída da última composição, vários shows aconteciam em um palco montado na Central o Brasil. Em Oswaldo Cruz, o número de palcos aumentou na proporção em que novas atrações participavam do evento, totalizando três no final dos anos 2000.

Sucesso absoluto, o evento passou a atrair, anualmente no dia 02 de dezembro, uma multidão de frequentadores para Oswaldo Cruz, muitos deles se aventurando pela primeira vez no subúrbio. Na prática, o "trem do samba" colocou oficialmente o dia nacional do samba no calendário de festividades da cidade, inspirando outras iniciativas, como a "Barca do samba", que, cantando sambas, cruza a Baía da Guanabara, entre o Rio de Janeiro e Niterói. O sucesso foi tão grande que, para não atrapalhar a rotina da cidade, passou a ser realizado no primeiro sábado de dezembro. Além dos palcos montados, os bares do local também criaram suas próprias rodas de samba, de forma que a localidade, neste dia, recebendo gente de várias partes da cidade, vivencia o samba em cada esquina, reforçando as narrativas que privilegiam os sambistas. Para os moradores, a história dos sambistas locais é aprendida de forma lúdica. Pela primeira vez em suas vidas, muitos jovens que possuem outros hábitos assistem a uma animada roda de samba, promovendo o encontro entre gerações que o já mencionado dossiê das matrizes do samba carioca considera em vias de desaparecimento. Naturalmente, os organizadores exigem que o repertório seja exclusivamente composto por sambas. Todavia, na periferia dos locais onde o grande público se aglomera, podemos perceber os jovens ouvindo *funk, charme*, *hip-hop* e outros gêneros musicais que fogem ao controle dos organizadores.

Um aspecto importante neste evento é a tentativa de se estabelecer uma continuidade histórica. Segundo Silva e Santos, Paulo da Portela costumava reunir seus amigos no trem que partia às 18h04 da Central do Brasil, em direção ao subúrbio de Oswaldo Cruz. Aproveitando que a maioria dos portelenses trabalhava no centro da cidade, era uma oportunidade para discutir assuntos de interesse da agremiação, transformando o trem em uma espécie de sede móvel da Portela (SILVA e SANTOS, 1980, p. 43). Apesar de Marquinhos de Oswaldo Cruz, incialmente, ter negado a relação entre o fato do passado e o evento do presente, a continuidade histórica se impõe com a força da ancestralidade, escrevendo nas ações dos sambistas pioneiros a inspiração para o sucesso em nossos dias. É impossível não nos lembrarmos das "tradições inventadas" de Hobsbawm e Ranger, para quem esta "continuidade histórica", que formariam os componentes subjetivos de uma

nação, em grande parte seriam construções "inventadas", resultados de elaborações recentes fundamentadas em um propósito (HOBSBAWM e RANGER, 2002 p. 22 e 23).

Outro evento que procura estabelecer uma continuidade histórica com o passado é a "feijoada da família portelense", também organizada por Marquinhos de Oswaldo Cruz, desta vez juntamente com a velha guarda da Portela. Realizada pelo G.R.E.S. Portela, com periodicidade mensal, a ideia inicial era realizar uma roda de samba tradicional, em volta de uma mesa, remetendo às antigas rodas de samba realizadas pela escola. Além do "samba de raiz", os visitantes poderiam degustar um bom prato de feijoada, comida típica dos sambistas e do universo afro-brasileiro de uma forma geral. Isso também remetia ao passado, ao famoso "feijão da Vicentina", eternizado em uma das mais famosas canções de Paulinho da Viola. Agora, a tarefa de preparar o quitute caberia a "Tia Surica", herdeira das tradições culinárias do grupo.

De 2003, ano da primeira edição, até os nossos dias, a "feijoada da família portelense", assim como o pagode do trem, cresceu bem mais rápido do que seus idealizadores haviam planejado. As rodas de samba informais foram substituídas por verdadeiros shows, em que a velha guarda recebe convidados especiais, que também fazem o "samba de raiz", com ampla divulgação na mídia. Em pouco tempo, o evento trouxe um grande público, muitos vindos da zona sul da cidade, para curtir uma agradável tarde de samba no subúrbio, degustando uma suculenta feijoada. O sucesso foi tão grande que as demais escolas também passaram a realizar feijoadas mensais, criando um calendário mensal para que as datas dos eventos fossem conhecidas pelos frequentadores. Assim, todos sabem que a feijoada da Portela é realizada sempre no primeiro sábado de cada mês.

O terceiro evento que valoriza o samba em Oswaldo Cruz é a chamada "feira das Yabás", outra idealização de Marquinhos de Oswaldo Cruz. Também realizado com periodicidade mensal, o evento, além de um palco montado na Praça Paulo da Portela, que recebe convidados especiais para uma tarde de samba, reúne várias barracas com quitutes associados ao samba, como galinha com quiabo, feijoada, caldo verde e outros. É uma verdadeira "feira gastronômica do samba", nome que aparece em algumas divulgações direcionadas para um público mais amplo. Contando com o apoio da prefeitura do Rio de Janeiro e outros patrocinadores, o evento exalta a memória do samba em praça pública, reforçando a hegemonia deste gênero musical.

O último evento, na verdade, trata-se de um projeto chamado "perímetro cultural de Oswaldo Cruz". Ele foi idealizado pelo professor Rogério Rodrigues, hoje um dos diretores culturais da Portela. Em linhas gerais, ele pretende sinalizar os lugares de Oswaldo Cruz que

remetem diretamente à fundação da Portela, como as ruas em que viveram os fundadores, as casas em que aconteciam as rodas de samba tradicional etc. Para concretizar a iniciativa, o idealizador, juntamente com jovens fãs da Portela, fizeram reuniões com parlamentares e com secretários municipais, encontrando sempre como obstáculo a necessidade de que alguma empresa privada ajude a financiar o projeto. Eles se encontraram, também, com a Associação de Moradores, que, embora tenha apoiado o projeto, posicionaram-se contra algumas iniciativas, como a ideia de tombar a estação de trem. Esquecida pelas reformas nas estações ferroviárias promovidas pela Supervia e pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, os moradores reivindicavam exatamente a reforma do espaço. Assim, evidencia-se que, além das bem intencionadas propostas de preservação do passado, estão os interesses de quem vive quotidianamente os problemas do bairro, pouco importando, para eles, o fato da estação preservar as características arquitetônicas da primeira metade do século XX.

Apesar da iniciativa pouco ter avançando, esbarrando na burocracia pública e no interesse dos moradores, o professor Rogério Rodrigues organizou um passeio cultural para os fãs da Portela que o apoiavam no projeto. Denominada de "viagem sentimental a Oswaldo Cruz", consistia em um passeio orientado pelo bairro, seguindo um roteiro minuciosamente preparado com os lugares históricos para os sambistas do bairro, especialmente para a Portela. Assim, andando pelas ruas, contrastando com o vai-e-vem de pessoas em suas vidas diárias, o grupo recria os espaços físicos do passado, a partir de uma arqueologia imaginária que revive os primeiros anos da Portela. Para esta iniciativa, assim como para as demais festas que exaltam a memória, um grupo de pessoas assume a condição de protagonista na tarefa de recordar o passado, recriando no presente os valores que orientaram a fundação da Portela e a formação no bairro, de acordo com a narrativa dos sambistas. Este grupo é a velha guarda da Portela.

4. A velha guarda da Portela

Nas escolas de samba, a velha guarda é formada por um grupo de pessoas da terceira idade que possuem uma história de vida dedicada à agremiação carnavalesca. Além das atividades ligadas ao samba, uma velha guarda de escola de samba realiza uma série de outros eventos sociais e culturais, como festas, encontros e passeios. A Portela tem dois grupos denominados de velha guarda. O primeiro deles, a "galeria da velha guarda", é formado por senhores que exerceram várias atividades na agremiação. Eles se reúnem na "Portelinha",

antiga sede da Portela, construída na década de 1950 e desativada em 1972, com a construção da quadra atual, o "Portelão", localizado na Rua Clara Nunes. Além deste grupo, há a "velha guarda show", um conjunto musical formado por iniciativa de Paulinho da Viola, em 1970. O grupo permanece em atividade, tendo uma alta rotatividade entre seus membros. Em alguns casos, algumas pessoas mais jovens, filhos ou filhas de ilustres sambistas da região, são convidados a fazer parte do grupo. O Conjunto musical da Velha Guarda da Portela faz enorme sucesso, sobretudo entre aqueles que gostam do bom "samba de raiz". Eles se apresentam em todo o Brasil e no exterior, lançando álbuns, inclusive, em terras japonesas. O sucesso nos palcos, contudo, contrasta com a humildade de suas vidas diárias, de senhores da terceira idade, com todas as dificuldades inerentes a esta condição, que moram no subúrbio carioca.

Nos dias de hoje, em que as escolas de samba estão cada vez mais associadas às novidades tecnológicas, com espetáculos cada vez mais complexos que necessitam de especialistas em várias áreas, com a obrigação de gerar cada vez mais lucros, parece não ter mais lugar para o saber tradicional dos senhores da velha guarda. Com efeito, pelo menos desde a década de 1970, com a presença dos banqueiros do jogo do bicho, não apenas a velha guarda, mas os próprios sambistas foram progressivamente excluídos dos postos de comando. Todavia, como definiu Ecléa Bosi, ao deixarem de ser o propulsor da vida presente da comunidade, resta-lhes a obrigação de lembrar, de ser a memória do grupo e da instituição (BOSI, 1979, p. 23 e 24).

Em todos os projetos mencionados anteriormente a velha guarda da Portela possui lugar de destaque. No trem do samba, o vagão mais disputado é o da velha guarda, assim como o palco de shows mais concorridos. Na "feijoada da família portelense", eles são os anfitriões, recebendo os convidados. Na "feira das Yabás", além de participar dos shows, seus integrantes, especialmente as senhoras, vendem quitutes para os visitantes. Na "viagem sentimental a Oswaldo Cruz", foi a partir da descrição deles que o roteiro do passeio foi elaborado. Para usarmos um termo de Giddens (1997), a velha guarda é a "guardiã da tradição", ou da memória coletiva. Eles conviveram diretamente com os fundadores, de forma que, nas reuniões da Portelinha ou sobre o palco, os portelenses enxergam valores que devem ser seguidos pelo grupo, como a organização e a elegância, uma herança, sobretudo, dos ensinamentos de Paulo da Portela.

São os ensinamentos da velha guarda, portanto, que revitaliza as narrativas dos sambistas, incentivando a criação dos projetos no bairro de Oswaldo Cruz. A história da Portela pode ser compreendida como uma ação coletiva, unindo, de forma atemporal, os fundadores, que a construiu, a velha guarda, que a interpreta e transmite, e os jovens, que

também a interpreta de acordo com as suas visões de mundo. Este processo ocorre, além do contato entre gerações, pelas letras de suas músicas, que revivem, em grande parte, um período distante, rememorando histórias que, transformadas em canções, atravessam o tempo e são interpretados pelas novas gerações.

5. Memórias em forma de canção

Em geral, as músicas que integram o repertório da velha guarda show da Portela foram compostas por sambistas de Oswaldo Cruz, sejam atuais ou do passado. Neste segundo grupo, estão as composições de sambistas já desaparecidos, com músicas que, graças ao sucesso do grupo, embora antigas e já tendo feito sucesso entre os sambistas, conseguiram pela primeira vez gravação e divulgação. Em relação à temática das letras, a grande maioria deste repertório é formada por músicas que revelam desilusão amorosa, o que, por sinal, pode ser visto como uma característica do samba de uma forma geral, não apenas dos veteranos da velha guarda. Outras letras revelam a nostalgia pelo próprio passado, externando uma reflexão diante do envelhecimento, o que é perfeitamente compreensível, tratando-se da obra de senhores que enfrentam as dificuldades da terceira idade. O que nos interessa aqui, contudo, é outro grupo de composição. São as obras que procuram lembrar o passado, recordando histórias e personalidades que, graças às canções da velha guarda, são revitalizadas e aprendidas pelas novas gerações. Para concluir este artigo, apresento alguns exemplos destas canções.

Uma constatação inicial é que Paulo da Portela é o personagem principal das canções que exaltam as memórias do passado, embora outros sambistas também mereçam destaque. A exaltação ao passado vitorioso da Portela também é o tema de várias canções, evidenciando, assim, os dois eixos que monopolizam a "temática da memória": os ensinamentos de Paulo e as conquistas da Portela. Neste sentido, podemos citar, por exemplo, a canção "corri pra ver", de Monarco, Chico Santana e Casquinha:

Ouvi cantando assim
A majestade do samba
Chegou chegou
Corri pra ver
Pra ver quem era
Chegando lá
Era a Portela

Era a Portela do seu natal
Ganhando mais um carnaval
Era a Portela do Claudionor
Portela é meu grande amor
Era rainha de Oswaldo Cruz
Portela muito nos seduz
Foi mestre Paulo seu fundador
Nosso poeta e professor

O samba acima destaca o papel fundamental de Paulo da Portela como compositor (poeta) e líder (professor). Cita também a figura de Claudionor, considerado um dos maiores passistas da história do carnaval. Outro personagem lembrado é Natalino José do Nascimento, o famoso Natal da Portela, um líder que, comandando a agremiação na maioria dos seus títulos, entre as décadas de 1950 e 1970, tornou-se um mito entre os moradores do subúrbio. Estas mesmas referências históricas se repetem em outras obras, como no samba "Portela, passado de glórias", uma composição de Monarco:

Portela, eu às vezes meditando,
Quase Acabo até chorando
Que nem posso me lembrar
Teus livros têm tantas páginas Belas
Se for falar da Portela,
Hoje não vou terminar
A Mangueira de Cartola,
Velhos tempos do apogeu
O Estácio de Ismael,
Dizendo que o samba era seu
Em Oswaldo Cruz,
Bem perto de Madureira
Todos só falavam
Paulo Benjamin de Oliveira
Paulo e Claudionor quando chegavam
Na roda de samba abafavam
Todos corriam para ver
Pra ver, se não me falha a memória
No livro da nossa história tem
Conquistas a valer Juro que
Não posso me lembrar se eu for falar
Da Portela hoje não vou terminar

A obra relembra, mais uma vez, Paulo da Portela e Claudionor. Vale destacar que, ao contrário de Paulo, que é sempre exaltado como liderança, possuindo, inclusive, um busto de bronze em sua homenagem, exposto numa praça pública que também leva o seu nome, Claudionor é praticamente desconhecido. As músicas da velha guarda, cantadas em coro

pelo público nos eventos da região, são uma das poucas lembranças de sua passagem pelo bairro, de seu sucesso como grande sambista. De certa forma, são as composições da velha guarda que ainda mantém vivo o legado de Claudionor Marcelino, permitindo que seu nome e feitos continuem sendo lembrados. Nesta composição específica, além da exaltação ao passado vitorioso da Portela, também é possível notar, mesmo que de forma implícita, um desconforto com o atual momento da agremiação nas disputas carnavalescas. Há mais de trinta anos sem triunfar, o passado é o "livro de páginas belas", em contraste com os problemas do presente. Temos, assim, uma característica tipicamente romântica, que é a "fuga da realidade". Podemos verificar de forma mais evidente esta característica em "vaidade de um sambista", composição do compositor Chico Santana:

Um dia um sambista em sua vaidade
Disse que vitória pra Portela é
Banalidade
Mais tarde outro dizia
Mesmo derrotados
Cantaremos com alegria
Ganhar todo mundo sabe,
Sorrir e sente prazer
Mas o bonito é saber perder
A Portela enfrenta
Derrota como vitória
O seu passado é repleto de glória
O seu azul e branco quando desce é
Pra valer Só a Portela sabe
Ganhar e perder

Seguramente, a maior parte das "memórias em forma de canção" foi composta por Hildemar Diniz, o mestre Monarco. Aos 82 anos, ele é o líder do conjunto musical da velha guarda show, a voz mais conhecida do grupo. Sua figura é a própria imagem dos ensinamentos dos velhos mestres, a elegância que serve de espelho para os portelenses. Em "Portela desde que nasci", ele lembra mais uma vez os feitos de Paulo da Portela, desta vez ao lado dos outros dois principais fundadores da agremiação: Antônio Caetano e Antônio Rufino.

Eu sou Portela
Desde os tempos de criança
Ainda guardo na lembrança
Algo e vou revelar
Me lembro o Paulo
Quando sorrindo dizia
Ao sambista que surgia

O segredo e o seu modo de Cantar
Ficava alegre quando ouvia
O entoar de um hino
Lá vem Rufino, novidades ele vem
Apresentar
Abriu-se o pano surge o mano Caetano
Abelardo fracassou
Seu chapéu caiu na linha
Seu terno melhor rasgou

É assim, nas festas que tomam conta das ruas de Oswaldo Cruz, em suma, que a história vivida pelos fundadores é reinterpretada e transmitida pela velha guarda da Portela, de acordo com o olhar do presente sobre o passado. A disputa pela hegemonia das narrativas, na realidade de embates culturais que caracteriza nossos centros urbanos, é ininterrupta, fazendo-se e desfazendo-se diariamente, nas ruas e praças. Neste subúrbio singular, que faz e refaz sua identidade no ritmo do batuque do samba, os ensinamentos dos velhos mestres se atualizam na forma de belas poesias, no passado descrito entre notas musicais. São, pois, reminiscências transformadas em arte, singelas memórias em forma de canção.

Referências

BARATA, Denise. Nos trilhos da memória ou "uma beleza que o Rio desconhece". **Anais da 25º Reunião de Brasileira de Antropologia**, V. 1: Goiânia, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

CENTRO CULTURAL CARTOLA. **Dossiê das matrizes do samba carioca**: partido-alto samba de terreiro samba-enredo. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em 02 set. 2015.

GIDDENS, Anthony. "A vida em uma sociedade pós-tradicional" In: **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997 (p. 73 a 133).

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. "Introdução". In: **A invenção das tradições**. Org. _____. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LIMA, Augusto César Gonçalves e. **A escola é o silêncio da batucada?** Estudo sobre a relação de uma escola pública no bairro de Oswaldo Cruz com a cultura do samba. Tese de doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005, digitalizada.

PAVÃO, Fábio Oliveira. **O samba como patrimônio**. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008.

_____. **A dança da identidade**: os usos e significados do samba no mundo globalizado. 2010 325f. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SILVA, Marília & SANTOS, Lígia. **Paulo da Portela**: traço de união entre duas culturas. Rio de janeiro: Edições Funarte, 1980.

VARGENS, João Baptista & MONTE, Carlos. **A Velha Guarda da Portela**. Rio de Janeiro: Manati, 2001.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

O "SER QUILOMBOLA" EM (RE)CONSTITUIÇÕES TERRITORIAIS

Fernando Bueno Oliveira
Mestrando do PPPGICSH: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - TECCER.

Resumo: O presente artigo pretende ensaiar, a partir das contribuições das Ciências Sociais, uma interpretação das representações sociais e políticas de comunidades quilombolas, bem como das formas que elas influenciam na apropriação de espaços rurais e urbanos mediante seu autorreconhecimento. Inicialmente, perpassamos por novos entendimentos acerca do conceito de quilombos; após, apontamos que a autoatribuição de identidades étnicas tem se tornado uma questão de extrema relevância nos últimos anos no Brasil, por meio da organização e atuação política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam. Entretanto, o reconhecimento do Estado brasileiro da existência dessas comunidades, não garantiu que seus direitos, principalmente aqueles ligados à terra e/ou moradia, fossem acatados, o que é demonstrado pela pequena quantidade de terras de comunidades quilombolas rurais tituladas desde 1988. No caso dos chamados quilombos urbanos, esses se configuram como grupos sociais de resistência contra um sistema de exclusão: suas segregações espaciais são proporcionadas pela marginalização por parte das políticas públicas.

Palavras-chave: quilombolas; territórios rurais; quilombos urbanos.

Abstract: This article intends to rehearse from the contributions of social sciences, an interpretation of the social and political representations of quilombo communities, as well as the ways in which they influence on the appropriation of rural and urban spaces through its self-recognition. Initially, we go through new understandings about the concept of quilombos; then, we point out that the self-attribution of ethnic identity has become a matter of extreme importance in recent years in Brazil, through the Organization and political action groups that claim the recognition of territories they occupy. However, the recognition from the Brazilian's State of the existence of these communities, did not guarantee their rights, especially those linked to land and/or housing, were respected, which is demonstrated by the small amount of land of Quilombola communities since 1988 which is titled rural. In the case of so-called quilombos urbans, these are configured as social groups of resistance to a system of exclusion: its spatial segregations are proportionated by the marginalization from the public policies.

Keywords: quilombolas; rural territories; urbans quilombos.

Considerações Iniciais

O presente artigo pretende ensaiar, a partir das contribuições das Ciências Sociais – notadamente da História, da Antropologia e da Geografia Cultural –, uma interpretação das representações sociais e políticas de comunidades quilombolas, bem como das formas que elas influenciam na apropriação de espaços rurais e urbanos mediante seu autorreconhecimento.

Para isso, tendo por base os estudos de Almeida (2000), perpassamos por novos entendimentos acerca do conceito de quilombo, a partir dos quais nos levaram a defender a visão de que os textos acadêmicos deveriam trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente e não numa versão ainda "frigorificada".

A partir de noções do conceito de quilombo, tratamos sobre os sujeitos quilombolas, com o propósito de evidenciar que tanto sujeitos quanto os seus territórios são indissociáveis, não podendo ser entendidos isoladamente. Dessa forma, a autoatribuição de identidades étnicas tem se tornado uma questão de extrema relevância nos últimos anos no Brasil, por meio da organização e atuação política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam. Essas "construções" identitárias se relacionam diretamente com as especificidades de tempo e lugar, o que fez (e tem feito) que diversas comunidades se auto-reconheçam como quilombolas com o objetivo de garantir seus direitos assegurados pelo poder público, via políticas governamentais.

O reconhecimento do Estado brasileiro da existência dessas comunidades, não garantiu que seus direitos, principalmente aqueles ligados à terra e/ou moradia, fossem acatados. Diante disso, com olhar atento à apropriação efetiva de seus territórios, transcorremos pela situação atual de comunidades de quilombolas rurais, que vivenciam a burocracia dos órgãos responsáveis pela expedição das titulações, o que tem deixado o procedimento de titulação muito lento. Juntem-se a esse impasse, os impedimentos judiciais que tornam ainda mais complexo o procedimento de conquista dos títulos das terras de quilombos e a concretização integral do artigo 68 da Constituição Federal.

Quanto às cidades, voltamos o nosso olhar à identificação de territórios étnico-raciais: os chamados quilombos urbanos. Não é apenas a predominância negra na comunidade que define étnica ou racialmente um território e sim um conjunto de códigos e símbolos compartilhados, enfim, um modo de vida. Referimo-nos aqui, aos grupos que, em meio a um contexto urbano multicultural, fragmentado e em eterna dinâmica, demarcam sua identidade mobilizando critérios étnico-raciais.

A nossa pesquisa, em nível de mestrado, junto à comunidade quilombola urbana Jardim Cascata, situada na cidade de Aparecida de Goiânia-Goiás, região metropolitana de Goiânia-Goiás, nos direciona a pensar que a escolha de "ser ou tornar-se" quilombola, além de demonstrar a lógica que permeia as ações reivindicativas dos integrantes de uma associação quilombola, permite uma maneira de pensar seu território como algo constituído por sujeitos que possuem trajetórias "semelhantes", que não seja somente a ancestralidade africana. As identidades dos quilombolas do Jardim Cascata se aproximam em certos pontos, principalmente naquele que se dizem "sujeitos de direito".

Esperamos que o nosso estudo sirva de referência para as futuras gerações de pesquisadores que queiram trilhar nos estudos direcionados aos quilombos brasileiros, e que contribuamos com a própria comunidade pesquisada no sentido de resgatar, de certa forma, as memórias relativas à construção de sua identidade e de sua representatividade diante de situações adversas, mas, também, favoráveis.

1. Pela reinterpretação crítica do conceito

Alfredo Wagner Berno de Almeida (2000) discute a estrutura agrária brasileira, a partir do reconhecimento de áreas rurais de acordo com categorizações pré-estabelecidas pelo Incra e pelo censo Agropecuário do IBGE. A partir dos desdobramentos em torno do conceito de "quilombo", e com o intuito de discutir as dificuldades de reconhecimento das chamadas "terras de preto", Almeida (2000) nos indica as formulações inerentes a tal conceito, haja vista que, muitos autores se baseiam, ao que ele denomina, num conceito de quilombo ainda "frigorificado".

Segundo o autor, o conceito, ainda atrelado ao passado de escravização dos africanos em terras brasileiras, é composto de elementos descritivos e foi produzido em decorrência de uma "resposta ao rei de Portugal", em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1740. Para Almeida (2000), quilombo foi formalmente definido como "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (Conselho Ultramarino, 1740).

Numa análise dessa definição, Almeida (2000) considera a existência de cinco elementos:

> O primeiro é a fuga [...] a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos; o segundo é que quilombo sempre comportaria uma quantidade mínima de 'fugidos', que tem que ser exatamente definida [...]; o terceiro, uma localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada 'civilização' [...]; no quarto refere-se ao 'rancho', ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes; e o quinto seria essa premissa: 'nem se achem pilões nele'. O que significa 'pilão' neste contexto? O pilão [...] representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução (p. 165).

Em consonância com o autor, podemos considerar que o pilão, nesse momento, representa a relação dos quilombos com localidades próximas, o que desmitifica a visão de

que eram isolados e reforça a ideia de que foram estas transações comerciais da produção agrícola e extrativa dos quilombos que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas, tornando-as mais viáveis porquanto acatadas pelos segmentos sociais com que passavam a interagir. Daí a importância de relativizar esses cinco elementos ao se tecer considerações sobre quilombos, até porque, em muitos casos, ainda são percebidos como algo isolado, confinado numa suposta autossuficiência e negando a disciplina do trabalho.

Numa abordagem atual, em conformidade com as considerações de Almeida (2000), julgamos a necessidade de se trabalhar com conceito de quilombo, considerando o que ele é no presente, "em outras palavras, tem que haver um deslocamento: não é discutir o que foi, mas sim, discutir o que é, e como esta autonomia foi sendo construída com o tempo" (p. 170).

No Brasil escravista, os quilombolas eram vistos como indisciplinados, revoltosos, refugiados e avessos à disciplina do trabalho, então, medidas governamentais se efetivaram no sentido de promover movimentos de caça e busca por quilombolas (tais movimentos, dependendo da época e da região, eram compostos por capitães do mato, por quilombolas que agiam mediante a promessa de ganho de terra e por militares oficiais do governo), resultando na captura de escravizados e no seu retorno ao domínio das grandes propriedades. Sobre isso, digno de nota é a exposição de Almeida (2000) ao se referir à dinâmica atual que envolve as comunidades quilombolas, quando diz que "antes era trazer para dentro do domínio, essa é que era a lógica jurídica, e hoje é expulsar, botar para fora ou tirar do domínio da grande propriedade" (p. 173). Essa exposição nos remete à situação contemporânea das comunidades quilombolas rurais brasileiras, as quais, em sua esmagadora maioria, vivenciam dificuldades nos procedimentos de tramitação pela conquista da titulação de suas terras, motivos que expomos adiante.

É com fundamento nestes instrumentos que se pode reinterpretar o conceito e assegurar que a situação de quilombo existe onde há autonomia, onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário. O significado de quilombo não se esgota numa definição de arqueólogos; a mobilização transformadora e de afirmação étnica não está passando por consanguinidade, por pertencimento à tribo e por sinais exteriores que tradicionalmente marcaram as diferenças.

A reinterpretação crítica do conceito de quilombo deve perpassar pela noção de novas solidariedades, pelas construções conjuntas que se baseiam em formas de resistência que se consolidaram historicamente e pelo advento de uma existência coletiva capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social. Ora, as relações sociais são dinâmicas e o

"quilombo" hoje deve ser entendido como um lugar de recriações, ele não é o lugar do isolamento, onde, necessariamente estão os agentes sociais que tem uma mesma origem ou um "passado comum". Antes de materializada, a presença da ancestralidade é traduzida nas práticas, no compartilhar de crenças e formas de territorialidade.

2. A necessidade da autoatribuição

Pelos objetivos do presente estudo, podemos inserir os sujeitos quilombolas na temática da etnicidade. Foi com esse propósito que buscamos no estudo de Eliane Cantarino O'Dwyer (2011) o conceito de etnicidade, que, para a autora, significa ser

> Um tipo de processo social no qual os grupos orientam as ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro (O'DWYER, 2011, p. 112).

Da citação acima, compreendemos que a reivindicação dos "sujeitos de direito" quilombolas está totalmente atrelada à sua etnicidade, ou seja, a sua autoatribuição se configura como o acesso na busca de seus direitos. Para a autora, "no Brasil, a autoatribuição de identidades étnicas tem se tornado uma questão importante nos últimos anos, por meio da organização política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam" (Op., cit, p. 111). As contínuas (des)construções identitárias, tal como se vê nos estudos de Stuat Hall (2000), produzem identidades que podem, inclusive, ser contestadas politicamente.

Em seu estudo sobre os quilombolas do bairro Pérola do Maicá, Santarém-PA, Judith Costa Vieira discute a maneira como um grupo específico repensou sua identidade para responder a nova realidade territorial por ele construída e também como este grupo define esta realidade e luta para tê-la regularizada. Em seu artigo, a autora descreve uma situação de mobilidade de parte dos quilombolas de um grupo que migra da zona rural para a urbana. Antes viviam no quilombo rural de Arapemã e, em 2007, época da pesquisa, passaram a viver em bairro urbano de Santarém-PA.

Conforme Vieira (2010), numa situação de dificuldade de serem reconhecidos pelo poder público e diante da necessidade de reformular a maneira como era compreendida a categoria quilombo no interior da própria Federação das associações de comunidades

quilombolas de Santarém-PA, a fim de contemplar o novo grupo que surgia, os quilombolas de Arapemã que passaram a residir no bairro de Peróla do Maicá se mobilizam e criam a Associação de moradores Remanescentes do Quilombo do Arapemã residentes no Maicá (AMRQAM), obtendo o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares (FCP).

Portanto, como escreve a autora,

> A complexidade da denominação da associação não se deve a qualquer fator impreciso, mas sim a um complexo processo de disputas territoriais e identitárias cujos símbolos de pertencimento e união ora vão sendo criados, ora reinterpretados, conforme os interesses dos grupos e as novas relações estabelecidas por eles (VIEIRA, 2010, p. 183).

Nesse aspecto, os novos contornos na questão foram redesenhados pelos sujeitos quando (re)construíram sua identidade e passaram a lutar pelo reconhecimento do território ocupados por eles na cidade. Configura-se, dessa forma, a desvinculação do discurso de origem que sempre relaciona áreas de quilombos atuais com espaços historicamente ocupados por antepassados.

Um dos elementos que os faz acionarem o dado étnico como de pertencimento é o critério político organizativo. O "étnico não está circunscrito a uma língua comum, a uma ancestralidade, a uma origem comum e sim a uma forma de mobilização que expressam formas de agrupamento político em torno de elementos comuns" (MARIN; ALMEIDA, 2006, p. 06). Além disso, os movimentos sociais estão trabalhando os quilombos como categoria ressemantizada, acionada contemporaneamente para garantir direitos ancestrais, afirmada não em função de uma invenção e sim de uma percepção de suas especificidades.

A identidade quilombola perpassa então pela construção coletiva de um território e pela defesa desse frente a outros grupos ou próprio Estado, que, por sua vez, tenta impor outras formas de apropriação e uso do espaço, onde o poder de decisão é retirado do grupo. Assim, a identidade étnica pode vir a ser uma reação política consciente a esse processo de expropriação do espaço e do poder de decisão sobre ele, permitindo o acionamento de aspectos culturais e históricos enquanto argumentos de legitimação.

Para desenvolver essa ideia, retornamos à O'Dwyer (2011) que considera ser a noção de território a que ajunta todas as temáticas que envolvem os direitos atribuídos aos sujeitos quilombolas, sendo, enquanto categoria, uma referência prevalente na geografia, "mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por certo tipo de poder"

(FOUCAULT, 1979 *apud* O'DWYER, 2011, p. 112). Tal conceituação, segundo a autora, traz o sentido de um campo de disputas [território(s) disputado(s)], em que os atores sociais, conjuntamente, acionam o seu autorreconhecimento para a conquista de direitos, dentre eles, os territoriais. Segundo a autora, o processo identitário tem ainda se caracterizado, até mesmo, pelo uso de nomes próprios pelos grupos (etnônimo) que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam.

Já que O'Dwyer (2011) relaciona o uso de nomes próprios para a reivindicação de territórios, julgamos que, quando grupos humanos relembram nomes, fazem isso porque acionam memórias, individuais ou coletivas. O professor de Antropologia Joel Candau questiona a passagem de formas individuais a formas coletivas da memória e identidade. Para ele,

> Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois, apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão (CANDAU, 2014, p. 24).

Para o autor, os membros de um grupo, ao acionar sua memória, farão isso de maneira individual, ou seja, mesmo inconscientemente, produzirão a respeito de uma memória que supostamente é comum a todos os membros desse grupo. No caso da categoria identidade, o autor a coloca numa aproximação de *semelhança* ou de *similitude*, haja vista que, segundo aponta, o termo identidade nunca pode designar com rigor uma "recorrência". Para ele, "em um momento preciso de uma observação um indivíduo é idêntico a ele mesmo, mas duas pessoas – mesmo que se trate de gêmeos – jamais são idênticas entre elas" (CANDAU, 2014, p. 25). Nesse sentido, para o autor, a identidade nada mais é que uma *representação*.

Trouxemos a abordagem de Candau (2014) para relacionarmos a categoria memória com a categoria identidade, num sentido de demonstrar que as identidades coletivas só existem por conta de memórias individuais. Exemplificamos o que seriam as duas facetas da análise sobre identidade: a que a posiciona como identidade coletiva, aprendida, apreendida e "inventada" por um grupo; e, a que a considera somente como representação, isto é, a soma de representações individuais acerca das formas individuais que foram predominantes no passado. De certa forma, consideramos que uma faceta não elimina a outra, até porque, a nosso ver, isso seria praticamente impossível, entretanto, se complementam. O fato é que, quando os grupos identitários, no caso os grupos de sujeitos quilombolas contemporâneos, acionam suas memórias individuais e

coletivas o fazem dentro de um contexto coletivo, identitário e político de pertencimento territorial. Esses grupos acionam suas memórias para justificar tal pertencimento.

Sobre isso, Hobsbawn (1997) indica que complexos simbólicos e rituais podem ser (re)criados dependendo da finalidade que se almeja numa sociedade e dentro de um período histórico. Ao analisar o sentido do passado, o autor alerta que a tradição pode ser forjada, principalmente, se o contexto aponta para a possibilidade de ganhos políticos e materiais. Porém, Hobsbawn (1997) adverte que nas "sociedades tradicionais" há também uma necessidade de inovar, ou seja, para legitimar o novo, inventa-se o velho. Tal inovação pode ser disfarçada como retorno ou redescoberta de alguma parte do passado "erroneamente" esquecida, acontecendo, assim, uma "invenção da tradição"[1].

Além disso, assim como demonstra a geógrafa Maria Idelma Vieira D'Abadia, ao estudar as representações espaciais e simbólicas de festas religiosas em Goiás, a identidade coletiva imprime no espaço suas marcas e territorialidades na perspectiva da dinâmica geográfica. Para a autora, a identidade coletiva influencia na organização territorial (D'ABADIA, 2012). Seguindo nesse viés, em que território e identidade são categorias indissociáveis para o estudo das comunidades quilombolas, notamos que o simples ato do autorreconhecimento não lhes garantiu (e nem lhes garante) que seus direitos, principalmente aqueles ligados à terra e/ou moradia, fossem (sejam) acatados pelo Estado.

3. Comunidades quilombolas rurais: passos e (des)compassos

Em direção a um sentido estritamente territorial, como algo palpável, percebido e delimitado, a realidade das comunidades quilombolas (notadamente as rurais) nos faz concordar com Bonnemaison (2002, p. 108), quando afirma que a perda de um território pode se configurar em um "etnocídio", pois, a "esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de história e símbolos". Do mesmo autor, absorvemos que as identidades individuais e coletivas são fortemente vinculadas à consciência territorial, isto é, à territorialidade do grupo. Em outros termos, dentre os sujeitos quilombolas sempre haverá a perspectiva de se viver e de pertencer a um território, onde haja a mínima possibilidade de sentir-se em casa, de poder efetuar suas trocas materiais e espirituais e de promover o exercício da vida.

[1] Ver introdução do livro: HOBSBAWM, N. E.; RANGER, T. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Para o autor,

> O território apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, subjetividade e muitas vezes o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as *idéias* de diferença, e etnia e de identidade cultural (BONNEMAISON, 2002, p. 126).

As ideias do autor nos permitem dizer que uma comunidade quilombola, através de seu território, estabelece suas práticas identitárias e reconstrói outros significados para as dinâmicas socioespaciais. Dessa forma, pela necessidade do território, em seus mais variados sentidos (de lar, de "pausa", de "lugar-mundo-vivido", abstrato, entendido por meio de experiências, signos e símbolos, dentre outros), os sujeitos quilombolas, levando-se em conta as suas mais diversas experiências, têm reivindicado a manutenção de seus territórios, a conquista de partes de seus territórios que foram apossados por não quilombolas e/ou a conquista de territórios específicos, ocasionando, geralmente, em situações de conflitos.

Em Goiás, por exemplo, o que se tem até o momento são fragmentos de uma composição geral que indicam disputas territoriais e ambientais, assim como aspectos do racismo institucional, vistos como fenômenos recorrentes que compõem um quadro adverso às populações quilombolas no território goiano. À semelhança do que ocorre por todo o país, as comunidades quilombolas em Goiás formulam reivindicações com vistas à garantia de direitos de usufruto do território e manutenção de vida. No entanto, ainda que existam legislações federais e estaduais, há lacunas ou omissões na sua aplicação, implicando num lento procedimento de titulação das terras quilombolas que se coaduna com a rígida estrutura agrária brasileira.

Observa-se que foi principalmente com a Constituição Federal de 1988 que a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas. Conforme já dito, fruto da mobilização do movimento negro, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos" (BRASIL, 1988). Frente a isso, as comunidades quilombolas se mobilizaram (e têm se mobilizado) a fim de serem reconhecidas[2].

[2]A Emissão da certificação da Fundação Cultural Palmares (PCP) segue os procedimentos definidos na portaria FCP nº 98 de 2007 que incluem a apresentação da ata da assembleia onde a comunidade aprova o seu reconhecimento como quilombola e relato sintético da trajetória comum ao grupo (história da comunidade); a declaração de autodefinição de que são quilombolas, base territorial, dados da sua origem, número de famílias,

Os procedimentos para a identificação e titulação das terras quilombolas são orientados por legislação federal e por legislações estaduais. As legislações estaduais são seguidas quando a titulação é conduzida por um órgão do governo do Estado. Na esfera federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão responsável por titular as terras de quilombo, seguindo os procedimentos estabelecidos no Decreto Federal nº 4.887 de 2003 e na Instrução Normativa Incra nº 57 de 2009, o que torna o processo de titulação ainda mais burocratizado.

Na realidade, o primeiro passo na longa caminhada para a obtenção da titulação de um território quilombola é a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Atualmente, no Brasil, 2.607 comunidades já foram reconhecidas oficialmente como quilombolas (dados da FCP atualizados até setembro de 2015). Conforme os dados disponibilizados pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), o Incra, em 2014, titulou somente sete terras quilombolas, todas parcialmente. As demais foram regularizadas por governos estaduais. De acordo com a CPISP, com as titulações de 2014 sobem para 154 as terras quilombolas tituladas no Brasil sendo que, ao menos, 29 delas apenas foram parcialmente regularizadas. Segundo a mesma instituição, permanecem no aguardo de conclusão pelo Incra mais de 1.400 processos.

4. Breves considerações sobre "quilombos urbanos": o caso do Jardim Cascata

Na análise dos territórios urbanos de quilombolas, foi em Raffestin (1993, p. 144) que encontramos o aporte necessário para abarcarmos o espaço do qual os grupos étnicos se apropriam "concreta ou abstratamente pela representação". Nas expressões adequadas desse autor, trata-se de "um território visto e/ou vivido", "um local de relações" e, enfim, "o espaço que se tornou uma relação social de comunicação" (RAFFESTIN, 1993, p. 144-147).

Estudos voltados ao espaço urbano permitem uma transitoriedade sobre noções de espaço vivido e de reprodução das relações sociais numa perspectiva em que possam ser reveladas "as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, enfim, vivem e fazem a vida caminhar" (CORRÊA, 2005, p. 32). É na cidade que se configuram as relações sociais (CAVALCANTI, 2001), que se fragmentam a

jornais, certidões. A área certificada é submetida a um rigoroso laudo antropológico, que dá origem ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esse procedimento vale para os quilombos rurais e urbanos (Dados da Fundação Cultural Palmares, consulta em setembro de 2014).

sociedade por meio de aspectos sociais, culturais, raciais e de gênero, portanto, a nossa pesquisa não pode se ausentar do espaço urbano para enfocar contradições, espacialidades vividas diferenciadas por quilombolas que se apropriam do território.

Dessa forma, ao nos referirmos aos chamados quilombos urbanos, referimo-nos aqui, aos grupos que, em meio a um contexto urbano multicultural, fragmentado e em eterna dinâmica, demarcam sua identidade mobilizando critérios étnicos. Veja-se, nesse sentido, a definição weberiana de grupo étnico enquanto aqueles que compartilham uma crença subjetiva em origens presumidamente comuns, costumes que a distinguem e destinos comuns (WEBER, 1994). É o próprio Max Weber que identifica que as relações políticas são, muitas vezes, propulsoras do que denomina "comunhão étnica". Em muitos casos, cita o autor, tal propulsão advém de diferenças étnicas preexistentes que ganham força diante de certas circunstâncias políticas.

Para diferentes comunidades quilombolas urbanas, as relações tensionais com outros grupos sociais – que notadamente se apresentam como risco de desapropriação, desterritorialização e dissolução dessas comunidades – catalisam o fortalecimento de identidades coletivas como ponto nevrálgico da resistência comunitária. As diferenças raciais que motivam a discriminação e não realização completa da cidadania entre esses grupos são repensadas, quando de seu autorreconhecimento, enquanto comunidades remanescentes de quilombos. As identidades sempre se constroem na relação entre os grupos sociais – posição esta que nos direciona o olhar sobre os processos sociais, algo que garante o afastamento de perspectivas essencialistas acerca das culturas e identidades.

Neste sentido, os assim chamados quilombos urbanos contemporâneos configuram-se como grupos sociais de resistência a um sistema de exclusão, comunidades de ascendência marcadamente negra – mas não exclusivamente –, no geral empobrecidas, com ethos e costumes diferenciados dos grupos que lhes circundam. Um confinamento espacial é proporcionado pela marginalização por parte das políticas públicas. A ausência de políticas específicas para um contingente dotado dessa peculiaridade histórica e a precariedade das políticas universalistas conformaram os quilombos urbanos como espaços socialmente distantes.

É nesse campo de discussão que se situa a comunidade do Jardim Cascata, situada na cidade de Aparecida de Goiânia - Goiás, região metropolitana de Goiânia - Goiás. Podemos afirmar que a chegada da família Francisco (família da líder comunitária), trouxe novas dimensões identitárias à comunidade, haja vista que a sua autoatribuição como quilombola trouxe ao coletivo a possibilidade de reconhecimento oficial pela Fundação Cultural Palmares

(FCP) em 12 de fevereiro de 2007. Para a comunidade, a escolha de "ser" ou de "tornar-se" quilombola, além de demonstrar a lógica que permeia as ações reivindicativas dos integrantes de uma associação quilombola, permite uma maneira de pensar seu território como algo constituído por sujeitos que possuem trajetórias "semelhantes", que não seja somente a ancestralidade africana, mas que lhes permitem ser percebidos como "sujeitos de direito".

Antes mesmo de sua certificação pela FCP, e com a necessidade de desenvolver programas e projetos voltados à raça negra e afrodescendentes, e, talvez, como estratégia para que houvesse o reconhecimento pela FCP, o grupo decidiu pela criação da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata (AQUJC), oficializada em 21 de maio de 2006, com vistas a "solucionar e/ou amenizar os problemas socioeconômicos e as desigualdades" (constante na ata de fundação da AQUJC).

A AQUJC tem, em certa medida, adquirido visibilidade frente à atual gestão municipal e, inclusive, à nacional: por intermédio da articulação política, efetivada, principalmente, por parte da liderança do grupo, setenta e três famílias de associados que receberão, ainda esse ano (a Caixa Econômica Federal prevê a entrega em outubro de 2015), casas advindas de políticas de habitação para famílias quilombolas[3]. Essas casas foram edificadas em território específico na Vila Delfiori (bairro vizinho ao Jardim Cascata), em Aparecida de Goiânia-Goiás. Conforme dito, mediante tal acontecimento, setenta e três famílias quilombolas conviverão num mesmo território, constituindo um lugar e, talvez, consolidando uma identidade territorial (os futuros estudos poderão nos indicar). Esse território é denominado de "Quilombo II" pela AQUJC.

Assim, os quilombolas do Jardim Cascata vinculam o seu território específico (o chamado "Quilombo II") ao sentido de lar, haja vista que, para eles, é o lugar onde criarão os seus filhos, promoverão as suas festividades, os eventos culturais e religiosos, a realização de projetos sociais e a consolidação de uma vida em comunidade.

Considerações Finais

Falar de comunidades quilombolas atuais não é tecer considerações descompromissadas com a realidade desse grupo social: é evidenciar, dentre outros sentidos,

[3] Ver programa do Ministério das Cidades para quilombolas <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/habilitacao-de-entidades>.

a trajetória de formação e de resistência de grupos etnicamente diferenciados, os quais, enquanto comunidades assumem uma postura de afirmação perante uma sociedade ainda fortemente marcada por diferentes práticas discriminatórias.

São notórias as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas rurais ao se fazer cumprir o que já é garantido pela Constituição Federal, o que pode ser observado no lento processo de reconhecimento e de titulação de suas terras. Quanto à construção de suas territorialidades, tais comunidades assumem a importância de seus territórios e reproduzem, por meio de trajetórias de ancestralidade africana, mas não exclusivamente, práticas de autoafirmação, mantendo suas relações sociais e, dependendo das circunstâncias, (re)definindo suas identidades.

Quanto aos denominados "quilombos urbanos", a partir do momento em que indivíduos, mesmo que inconscientemente, (re)pensam a lógica do ordenamento urbano, tem-se o desenvolvimento de condutas comunitárias da periferia em busca de melhorias sociais. Nesse viés, as comunidades quilombolas urbanas também tem se organizado em Associações Comunitárias para a conquista de direitos sociais e, de certa forma, para a aquisição de "empoderamento", este aqui entendido como o fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.

Em relação ao nosso estudo, esperamos que sirva de referência para as futuras gerações de pesquisadores que queiram trilhar nas análises sobre os quilombos urbanos no estado de Goiás. Pretendemos, ainda, que a nossa pesquisa contribua com a própria comunidade pesquisada no sentido de resgatar e/ou preservar, em certa medida, as memórias relativas à formação territorial e identitária daquela comunidade.

Referências

ALMEIDA, A.W.B. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus - AM, PPGSCA-UFAM, 2006, 192 p.

_____. 2000. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer EC; Silva EP (orgs.). **Quilombos no Brasil.** Brasília; Fundação Cultural Palmares, pp. 163-182.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Geografia Cultural:** um século (III). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BRASIL 1988. **Constituição Federal.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/leis/1988/Lei,P20,P20Os,P20Quilombolas,P20n

a,P20Constituicao,P20Federal,P20de,P201988.pdf.pagespeed.ce.HyAQRTEBv8.pdf>. Acesso em: 23/06/2015.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 219p.

CAVALCANTI, L.S. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: _____. (org.). **Geografia da Cidade:** a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001, 218 p.

Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPISP - <http://www.cpisp.org.br/>. Acesso em 15/07/2015.

CORRÊA, R.L. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. In: CORRÊA R. L. & ROSENDALH Z. (Orgs). **Geografia Cultural:** uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 56-75.

_____. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA RL. & ROSENDALH Z. (Orgs). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 85-104.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO IE; GOMES, PCC; CORRÊA RL. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15-48.

D´ABADIA, M.I.V. Janelas abertas do sertão: espaço-tempo das festividades religiosas em Goiás. In: LUIZ DA SILVA, A. *et al* (Orgs.). **Território, cidades e cultura no cerrado.** Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012, pp. 147-156.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2000, 102p.

INCRA <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em 15/03/2015.

LIMA, L.N.M. A constituição de um território identitário pela garantia dos direitos fundiários: o sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. In: **Soc. & Nat.**, Uberlândia, UFU, 2013, p. 503-512. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/viewFile/21641/pdf_6>. Acesso em: 08/10/2014.

MARIN, R.A.; ALMEIDA, A.W.B. **Populações tradicionais:** questões de terra na Pan-Amazônia. Belém, Associação de Universidades Amazônicas, 2006, 136 p.

NASCIMENTO, M.B. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In: **Estudos Afro-Asiáticos 6-7**. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, 1982, p. 259-265.

O'DWYER, E.C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. In: **Iberoamericana**, XI, 42. América Latina, Espanha, Portugal, 2011, p. 111-126. Seppir <http://www.portaldaigualdade.gov.br/>. Acesso em 16/05/2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993, 214p. [1.ed. francesa:1980].

RATTS, A. As etnias e os outros: as especialidades dos encontros/confrontos. In: **Espaço e Cultura.** UERJ, Rio de Janeiro, n. 17-18, jan./dez. 2004b, p. 77-89.

_____; FURTADO, G. Observações sobre a situação dos quilombos em Goiás. In: ALMEIDA, A.W.B. (Orgs. et al). **Cadernos de debates nova cartografia social:** territórios quilombolas e conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010, p. 236-242.

VIEIRA, J.C. Quem pode ser quilombola? A (re)construção da identidade coletiva do quilombo do Maicá, Santarém, Pará. In: ALMEIDA, A.W.B. (Orgs. et al). **Cadernos de debates nova cartografia social:** territórios quilombolas e conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010, p. 179-186.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Barbosa R, Karen Elsabe, 3 ed. v. 1. Brasília: editora UNB, 1994, 340p.

EDUCAÇÃO EM ARQUIVOS MUNICIPAIS: O CASO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Fabíola Pereira Costa
UFES

Guilherme Alves da Costa
UFES

Resumo: Constituídos de fundos documentais remanescentes de evidências e manifestações culturais, os arquivos públicos municipais possuem um papel social relevante para o trabalho educacional, voltado ao patrimônio cultural por razão de sua potencialidade de uso para a promoção de experiências com documentos, e a utilização dos mesmos, como fontes primárias de conhecimento individual e coletivo. A intenção de se diversificar os instrumentos de ensino é a de aproximar o aprendizado por intermédio de elementos do cotidiano, fazendo com que o conhecimento se apresente como algo mais compreensivo. Diante disso, o escopo deste trabalho busca dialogar com o Arquivo Público Municipal da cidade de Vitória. Além disso, circunscreve a importância dos acervos municipais à luz do processo de ensino- aprendizagem.

Palavras-chave: arquivos; educação; fonte didática.

Abstract: Made up of remaining documentary funds of evidence and cultural events, the municipal archives have an important social role in the educational work aimed to cultural heritage by reason of its potential use for promoting experiences with documents, and the its use, as primary sources of individual and collective knowledge. The intention to diversify teaching tools is to approach learning through everyday elements, so that the knowledge is presented as something more comprehensive. Thus, the scope of this study seeks to dialogue with the Municipal Public Archives of the city of Victoria. In addition, limited the importance of municipal collections in light of the teaching-learning process.

Keywords: archives; education; didactic source.

Introdução

Quando tratamos do ensino, discutimos inicialmente sobre metodologias tradicionais para se chegar ao conhecimento. Porém, o ensino contemporâneo tem se mostrado mais aberto a mudanças capazes de incorporar aos seus métodos instrumentos que auxiliem no enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o cada vez mais dinâmico.

A inserção de ferramentas diversificadas ao ensino tem por propósito aprimorar o aprendizado por intermédio de elementos do cotidiano do aluno, fazendo com que o conhecimento se apresente de maneira mais compreensível. Alguns desses novos elementos já são velhos conhecidos dos alunos, mas se apresentam de forma mais tímida quando inseridos em sala de aula, como jornais, revistas e o uso orientado dos computadores.

Os arquivos ainda não alcançaram a visibilidade e a importância que precisam ter, mas a partir de ações pedagógicas, ou até mesmo culturais, a sociedade consegue compreender a importância que o arquivo possui. Essas ações não precisam estar ligadas apenas ao desenvolvimento do arquivo. Diante disso, o ponto central reside em abrir discussões a respeito da instituição de arquivo no processo de ensino-aprendizagem no âmbito do Município de Vitória.

1. O Arquivo Público Municipal de Vitória

A Lei Municipal de n.º 4/1909, que fez a reorganização administrativa do Município de Vitória, já mencionava um setor para a guarda e a preservação de documentos. A partir daí, teve-se o início do Arquivo Público Municipal de Vitória, no período de governo Ceciliano Abel de Almeida. Em 1941, já no período da administração de Américo Poli Monjardim, o Arquivo Público Municipal de Vitória foi regulamentado pelo decreto 967/41, dando início a um período de transformações no setor que seria o custodiador da memória municipal.

O Arquivo Público Municipal reúne em seu acervo vasta quantidade de documentos do município, tais como jornais dos séculos XIX e XX, ofícios, petições, requerimentos, documentos contábeis, além de fotografias, filmes e negativos de vídeo, dentre outros que foram acumulados durante a vida administrativa de Vitória. No local também podem ser encontrados processos administrativos, documentos de pessoal como folha de ponto e frequência, documentos relativos a óbitos, informações de imóveis, mapas, plantas, projetos, leis, decretos, resoluções e autógrafos de lei. O acervo é constituído de obras raras e tem cerca de 2.550 metros lineares de documentos, não incluindo aqueles que estão acondicionados em caixas de arquivo, como livros, mapas e plantas, entre outros.

A missão do Arquivo Público Municipal é coordenar e desenvolver a política e a gestão arquivística de documentos da prefeitura, agilizando o acesso às informações produzidas pela administração municipal, contribuindo para a eficiência administrativa. Além disso, destina-se a preservar a memória institucional para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa.

Entre as suas atividades, estão o atendimento ao cidadão e à Prefeitura, o apoio à gestão documental, a elaboração de instrumentos de pesquisa, a higienização e a conservação de documentos, a transcrição de manuscritos. As consultas podem ser feitas no

local com equipamentos de proteção individual disponibilizados pela instituição. O Arquivo Público da cidade de Vitória é aberto ao público em geral.

2. Os arquivos e suas possiblidades de interação com a educação

Definida como técnica de ensino ou arte de ensinar, a didática é a área da pedagogia que trata das metodologias de ensino. Os elementos que ela envolve são: o aluno, o professor, a disciplina e as estratégias metodológicas. Por se tratar de uma ferramenta presente no cotidiano do professor, a mesma encontra-se em frequente mudança, principalmente no que envolve suas estratégias metodológicas que variam de acordo com o conteúdo e com o contexto da aprendizagem propostos.

De acordo com Libâneo (1990):

> A ela cabe converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. [...] trata-se da teoria geral do ensino (LIBÂNEO, 1990, p. 25-26).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), “aprender é uma tarefa árdua, na qual se convive o tempo inteiro com o que ainda não é conhecido” (PCN, 1998, p. 94). E, por esse motivo, o ensino precisa mostrar-se flexível ao adotar novas formas de interação com o educando.

Quando falamos de ensino, devemos pensar que não há uma única forma de apresentá-lo e que a escola não é o único ambiente em que ele acontece. Para Brandão (2006, p. 9), “o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”. Temos conhecimento de que outras instituições, além das escolas, acumulam experiências humanas e conhecimentos no decorrer dos tempos que podem contribuir na formação e desenvolvimento dos indivíduos como seres sociais. Porém, ter conhecimento apenas não basta, é preciso haver intervenção no processo de assimilação desses conteúdos, como também instituições que possibilitem aos indivíduos a formulação do aprendizado. Inicialmente, essa intervenção fica por conta da pedagogia, que cria meios para sua aplicação no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, mas que em

conjunto favorece a aplicação nas mais diversas formas de assimilação de conteúdo, interagindo assim com novas áreas do conhecimento.

A cooperação do Arquivo Público Municipal de Vitória com escolas de nível fundamental e médio pode ocasionar um ensino de grande valia. De acordo com Payne (apud Bellotto, 1991, p. 231),

> O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas.

Para que os objetivos educacionais sejam atingidos é preciso que os conteúdos deixem de ser estáticos, e que, em lugar de gerarem a aceitação passiva daquilo que é ensinado, passem a ser conteúdos que permitam a produção do conhecimento como algo dinâmico e em constante redescoberta. Se assim feito, o ensino passará a ser visto pelos alunos como algo atraente, satisfatório e prazeroso. Para Libâneo (2004, p. 157),

> [...] a prosperidade das escolas não depende somente de sua tradição pedagógica, mas depende muito do esforço criativo das pessoas que hoje fazem parte da organização educativa para torná-la capaz de atender às exigências do contexto atual.

O processo de ensino-aprendizagem não depende exclusivamente do professor, por esse motivo torna-se crucial uma abordagem minuciosa a respeito da importância da inserção de novas ferramentas como contribuintes dentro desse processo. Os recursos didáticos servem para multiplicar a potencialidade de envolvimento dos discentes na construção do saber. O arquivo surge como um incentivador na compreensão dos conteúdos propostos pelo docente.

O processo de mediação do arquivo traz consigo o objeto de ensino sob diferentes possibilidades de compreensão. Assim, o professor e o profissional que vierem a atuar sobre tal mediação detêm o papel de selecionar e organizar as informações de modo que a mesma seja próxima à realidade do aluno, visando além da construção do saber, fomentando, assim, o incentivo para o exercício da cidadania, que é possível por intermédio do espaço e das informações que são disponibilizadas pelo arquivo.

Ao professor cabe a tarefa de desenvolver em seus alunos o desejo de produzir pensamentos independentes e a capacidade de reflexão própria ao dispor de novos métodos no

processo de aprendizagem. No conjunto de estímulos para a construção desse desejo, qualifica-se o arquivo como um espaço alternativo para o desenvolvimento de aulas tanto expositivas quanto dinâmicas, oferecendo ao educando atividades que favoreçam sua aproximação ao conhecimento.

Essas atividades possuem mais sentido quando enquadradas à história regional, devido à especificidade dos documentos dispostos nos Arquivos Públicos Municipais. No âmbito da história regional, o Arquivo Público Municipal se apresenta como um grande cooperador ao levarmos em conta os diversos documentos que possui sob sua guarda, nos quais grande parte da história do município é preservada desde sua fundação até sua cultura e o modo de vida da sociedade em que está inserido.

Assim, um documento redigido em homenagem ao "fundador" da cidade pode ser uma referência à história da própria, bem como pode relacionar-se ao legado da sua cultura regional, portanto, por meio deste exemplo, subentende-se que o arquivo pode ser tomado como um espaço de educação e cultura, como também de lazer, emergindo assim, como um lugar da memória.

Ao apresentar o documento ao aluno, convém apresentar também o contexto no qual o mesmo foi produzido. Para isso, cabe ao profissional de arquivo enquadrá-lo ao conteúdo a ser ministrado pelo professor com base nos programas curriculares estipulados. A interpretação do documento se dará a partir de um roteiro elaborado e apresentado ao aluno para que o documento e seu contexto possam ser analisados. Segundo Bittencourt (2008, p. 332), esse roteiro pode ser dividido em três fases:

> Sobre a existência do documento: o que vem a ser o documento? O que é capaz de dizer? Como podemos recuperar o sentido do seu dizer? Por que tal documento existe? Quem o fez, em que circunstâncias e para que finalidade foi feito?
>
> Sobre o significado do documento como objeto: como e por quem foi produzido? Para que e para quem se fez essa produção? Qual é a relação do documento com o seu contexto histórico? Qual a finalidade e o que comanda a sua existência?
>
> Sobre o significado do documento como sujeito: por quem fala tal documento? De que história particular participou? Que ação e pensamento estão contidos em seu significado? O que fez perdurar?

Ao seguir o roteiro e de posse das respostas, o aluno poderá expressar sua interpretação sobre o documento e relacioná-la ao conteúdo proposto pelo educador, produzindo assim o conhecimento.

3. O Arquivo Público Municipal de Vitória e as práticas pedagógicas

Independente de sua natureza, os documentos são antes de tudo a materialização de uma memória cultural. Os registros depositados em instituições de arquivos evocam o patrimônio cultural de um povo. Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística* (1986, p. 5) os arquivos são "conjuntos de documentos que independentes de sua natureza ou suporte físico, são reunidos por acumulação natural por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, no exercício de suas atividades".

Há uma dualidade entre a gestão administrativa e a função histórica nas instituições arquivísticas. De fato, é necessário pensar os arquivos em uma perspectiva da administração moderna, como tem sido feito por correntes de estudos da Arquivologia.

Todavia, os arquivos exclusivamente como um apêndice da administração moderna não corresponde a todas as suas funcionalidades.

Segundo Delmas (2010), os arquivos possuem a função de provar, compreender, identificar-se e lembrar-se. No que se refere à primeira, entende-se que os arquivos correspondem a provar direitos como uma utilidade jurídica e judiciária. Ao abordar o campo da compreensão dos arquivos, o autor considera que há uma utilidade científica de conhecimento, à medida que aponta que a funcionalidade de identificar-se corresponde pela transmissão da memória, ficando essa como uma utilidade social. Lembrar-se como uma utilidade de gestão, assim, entende-se que essa função se dá por meio e para além dos documentos. Por isso, a memória composta nos arquivos possibilitaria a constituição da identidade.

Alberch Fugueras (2001) entende que os arquivos são depósitos de memórias, em sua função, os arquivos seriam um dispositivo que possibilitaria o incentivo, como também, a recuperação da memória coletiva. Sendo os documentos produtos do ser humano, a utilização da memória vem contribuir para o fortalecimento da identidade regional, quando falamos de arquivos públicos municipais.

Os arquivos públicos municipais podem ser mediadores na formação e na construção do conhecimento, bem como da memória por meio do patrimônio documental sob sua custódia. Assim, precisa-se ter em mente que o arquivo constitui-se de uma memória da sociedade, que deve ser amplamente compartilhada e que, desse modo, a possibilidade de aproximação de fontes de conhecimento desenvolve uma nova postura do público envolvido, tanto em relação ao acervo e sua importância quanto em relação ao conhecimento construído a partir do mesmo.

Bellotto (2014) compreende que os arquivos possuem um sentido de serem instrumentos, de serem ferramentas. “Os arquivos permanentes públicos são centros armazenadores do patrimônio documental, da *archivalia*, que é parte do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade, de uma cidade, estado ou país” (BELLOTTO, 2014, p. 8). Assim, o Arquivo Público Municipal de Vitória – composto por fundos remanescentes de uma cultura material – pode ser utilizado como uma ferramenta que venha servir à cidadania, integrando o contexto social da instituição. No entanto, a elaboração e implantação de uma política pública e de leis de arquivo em âmbito municipal ainda requerem atenção das autoridades para que haja incentivo e condições concretas para o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas nestas instituições.

Cabe aqui retomar as considerações de Garbinatto (2000, p. 45): “O patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social”. Ao passo que o conceito de patrimônio documental está diretamente ligado aos documentos que já cumpriram suas funções precípuas, ou seja, aqueles que já passaram pelo seu ciclo corrente e foram avaliados para guarda permanente devido a sua densidade informacional, servindo, assim, como testemunho para gerações futuras.

Nesse sentido, é importante compreender a utilização da informação registrada que melhor atenda às demandas para a execução das práticas educativas no Arquivo Municipal de Vitória, de modo que os alunos se tornem sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento, e não meros objetos.

Segundo Guitard (2014), os documentos de arquivo despertam emoções e certas condições são intrínsecas a esses documentos e outras, extrínsecas. A emoção é uma parte dormente, esperando por um olhar, uma apresentação: são as circunstâncias que permitem ao arquivo tomar forma e manifesto. Os arquivos e os documentos podem estabelecer laços emocionais e intelectuais com as pessoas e os acontecimentos de épocas anteriores, por terem a capacidade de evocar, fazer lembrar as coisas esquecidas. Neste sentido, o patrimônio documental local contribuiria para o fortalecimento dos laços de identidades regionais. Cumpre frisar que inclusive a dimensão material dos arquivos e os vestígios da passagem do tempo são suscetíveis de suportar uma experiência emocional.

A partir da compreensão de que os documentos de arquivos são ricos, muito pode ser feito para fomentar e viabilizar o seu acesso ao público. As instituições arquivísticas, com

toda sua pluralidade, possuem um vasto acervo, que, se tratado de forma correta, certamente atrairá a sociedade, pesquisadores e outros para conhecer um pouco da sua história. A inexistência de um respaldo político/legal por meio de políticas públicas de difusão educativa em arquivos no âmbito do Município de Vitória se coloca até então como um conjunto de fatores que devem ser analisados em seus contextos, e não apenas isoladamente. José Maria Jardim considera que:

> De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003, p. 39).

A estreita relação entre arquivos, educação e cultura ainda é pouco explorada em uma perspectiva teórica e prática da Arquivologia brasileira, porém é consolidada na legislação arquivística, pois se relaciona frequentemente à temática da preservação do patrimônio documental.

De acordo com Jardim (2008), as leis que versem especificamente sobre o arquivo e sua atuação cultural podem contribuir significativamente para área, mas para que isso aconteça, suas diretrizes precisam ser reconhecidas e executadas pelos arquivistas. Desse modo, o Arquivo Público Municipal da cidade de Vitória, ao se conceber como um órgão intermediador para a aplicabilidade da política pública arquivística ligada à educação e cultura, tem que se colocar de forma prudente ao se deparar com casos em que haja a necessidade de se fazer uma autocrítica das legislações e práticas vigentes na instituição, no intuito de que as mesmas não se tornem obsoletas. Convém circunscrever que é consensual a eclosão internacional de profissionais que vislumbram a natureza didático-pedagógica dos arquivos, como destaca Aldabalde (2011, p. 2-3):

> O arquivo é local para a aprendizagem da cidadania tendo em vista seu interesse público como lugar de desfrute didático-pedagógico do Patrimônio Arquivístico e do direito humano à memória e a verdade. No século XX, a educação nos arquivos ganhou vulto após a Segunda Grande Guerra Mundial quando teóricos como Tate, Pernoud, Bautier e Duchein produziram bases e diretrizes para adoção dos arquivos enquanto materiais didáticos, bem como para implantação de serviços educativos nas instituições arquivísticas.

No que diz respeito às políticas municipais direcionadas ao patrimônio cultural e à cidadania, subentende-se que as atividades dos serviços de difusão cultural e de ação educativa nos arquivos sejam um recurso viável, pois a mesma configura-se como um modo de divulgar o patrimônio documental em uma perspectiva voltada ao munícipe, tornando-o um sujeito partícipe em seu contexto social local, fazendo assim com que o cidadão compreenda que ali estão depositadas suas heranças identitárias.

É relevante sublinhar que, se as instituições de arquivo assumirem sua postura no âmbito administrativo, assegurando o seu papel no contexto social, divulgando o seu patrimônio documental arquivístico junto ao cidadão, de fato estarão cumprindo as suas funções primordiais em uma perspectiva democrática. Se o Arquivo Municipal de Vitória incorporar-se a programas de cooperação com escolas, no intuito de expor e aprofundar o ensino da história e da cultura regional, estará contribuindo para formar um cidadão capaz de compreender a realidade social e cultural na qual está inserido. Nesse sentido, as práticas educativas nos arquivos públicos municipais se tornariam um poderoso recurso, uma vez que são esses arquivos os mais próximos do cotidiano dos cidadãos.

No que concerne aos profissionais de arquivo e às práticas educativas, convém esboçar algumas considerações: o profissional deve participar de todo o processo. Isso consiste em interesses intrinsecamente relacionados às práticas educativas, no intuito de que esse conhecimento seja mediado de forma inteligível. Uma das finalidades fundamentais do arquivo é a disseminação da memória. Sendo assim, o interlocutor dessas informações seria o arquivista, ao preservar os documentos, dar-lhes voz e transmitir tais informações. O profissional de arquivo seria quem busca um posicionamento estratégico sob o horizonte do contexto informativo, seria o responsável por pensar ações prospectivas para o tratamento da informação cultural no âmbito da instituição, para que assim o conhecimento não se restrinja à prática pedagógica escolar, permeando também a sociedade de um modo geral e tornando os alunos sujeitos ativos no processo de disseminação do conhecimento adquirido/construído. Desse modo, repensaria a organização com um viés educativo, junto ao professor facilitador do processo. Por meio de um programa pré-estabelecido e planejado com base nos planos curriculares, os professores seriam capazes de promover aulas fora das escolas, proporcionando o enriquecimento do aprendizado com o contato de diversos tipos de linguagens dispostas nos documentos de arquivo.

> Esse trabalho promove a aproximação dos estudantes com a instituição e a prática arquivística, ao mostrar um lugar de descobertas, de busca de novos conhecimentos, melhorando a compreensão sobre a importância daquele espaço no contexto histórico-cultural da cidade, do país (CABRAL, 2012, p. 38).

O Arquivo Público Municipal da cidade de Vitória dispõe de inúmeras fontes de linguagens que, se aliadas ao processo pedagógico com as escolas da região, poderão contribuir com o processo de ensino/aprendizagem de matérias como história, português, ciências e geografia, ao desfrutar de um contingente de documentos que compõem seus fundos de arquivo. Para além das questões educacionais citadas, as instituições arquivísticas são capazes de exercer fascínio sobre o público de um modo geral, pois o arquivo instrui, diverte e é culturalmente testemunhal. É uma entidade social culturalmente construída e recriada pela sociedade na qual está inserida capaz de colaborar para ações interativas.

Com base nos estudos preliminares que envolvem as instituições arquivísticas e seu caráter social, infere-se que o arquivo é capaz de assumir um papel além do já estabelecido. Desse modo, dentro de suas funções administrativas, é possível que o arquivo contribua para a formação social. Para que o Arquivo Público Municipal de Vitória alcance um considerável nível de visibilidade voltada à educação, faz-se necessária a criação de um departamento em seu eixo organizacional, de modo que este ficaria responsável por contatar-se com o público externo, bem como promover eventos de *marketing* das atividades desenvolvidas.

Por fim, este trabalho teve por intuito abrir espaço para discussões que norteiam as instituições arquivísticas e suas possíveis interações com educação, cultura e sociedade. Podemos analisar as práticas educativas por dois vieses. Primeiro, ao participarem de tal processo esses usuários – até então incursos dentro de uma política arquivística educacional – provavelmente voltarão ao arquivo em algum momento, ainda que esse não esteja dentro de um projeto pedagógico. Segundo, a partir dessa participação – ainda que involuntariamente – o aluno contribuirá para o processo de *marketing* da instituição de arquivo. Logo, tornar-se-á um sujeito ativo no processo de disseminação da informação e do conhecimento construído no ambiente de arquivo.

Referências

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon *et alii*. **Archivos y cultura**: manual de dinamización**.** Gijón, Editorial TREA, 2001.

ALDABALDE, Taiguara Villela. **Arquivologia e Pedagogia Arquivística**: bases para uma habilitação que ensine o arquivista educar. In: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ. Rio de Janeiro, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental**.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O sentido dos arquivos.** In: I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais - DIARQ. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 7 de abril de 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 47. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: história. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, Rosimere Mendes. **Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/download/539/437>. Acesso em: 29 mai. 2015.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

GARBINATTO, Valeska. **Ensino de história e patrimônio histórico**: pontes para a construção da memória e cidadania. Ciência & Letras, Porto Alegre, 27:37-47, jan. jun, 2000.

GUITARD, Laure. Indexation - Emotion - Archives. In: _____. **Archives et création**: nouvelles perspectives sur l'archivistique. 2014. p. 151-168

JARDIM, José Maria. **O inferno das boas intenções**: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação:** a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB (ENANCIB), 9, São Paulo, 2008. Anais eletrônico... João Pessoa, UFPB, [2011].

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola**. 5ª ed. Goiânia. Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo, Cortez, 1990.

LOUSADA, M.; ALMEIDA JUNIOR, O.F. A Mediação da Informação e a Arquivística: Aproximações Teóricas. In: Marta Lígia Pomim Valentim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 259-273.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n. 10, p. 12. 1993.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. 2 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 200.

PMV - PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Arquivo Público guarda parte importante da história de Vitória.** Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/arquivo-publico-guarda-parte-da-historia-do-municipio>. Acesso em: 29 mai. 2015.

ROBYNS, Marcus C. The Archivist as Educator: Integrating Critical Thinking Skills into Historical Research Methods Instruction. In: **The American Archivist**. Vol 64, fall-winter.

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NAS MIGRAÇÕES BRASIL - PARAGUAI - BRASIL EMPREENDIDAS POR PEQUENOS AGRICULTORES BRASILEIROS[1]

Jissela Fernanda Pineda Gomezcoello
Graduanda em Ciência Política e Sociologia - UNILA. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária. Agradecemos o apoio da UNILA e da referida Fundação.

Silvia Lima de Aquino
Professora Adjunta de Sociologia. Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina - UNILA.

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de estabelecer uma reflexão sobre o processo de construção e reconstrução identitária por parte de pequenos agricultores brasileiros, que viveram no campo paraguaio e retornaram ao campo no Brasil, tendo em vista a entrada em um pré-assentamento de reforma agrária. Para tanto, por um lado, consideraremos as percepções dos mesmos sobre as experiências pessoais e sociais vivenciadas nestes deslocamentos e, por outro, analisaremos a influência dessas experiências na construção de representações e significados relacionados ao Brasil e ao Paraguai e aos termos brasiguaio, brasileiro e paraguaio, uma vez que entendemos que identidades são relacionais, o que contribui para um permanente processo de construção e reconstrução das mesmas. O referido trabalho se fundamenta em pesquisa bibliográfica e em fontes secundárias, bem como em informações coletadas por meio de trabalho de campo, com observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas a agricultores brasileiros retornados do Paraguai e, atualmente, residentes no Pré-assentamento Nelson Mandela, localizado no município de Lindoeste, pertencente ao estado do Paraná.

Palavras-chave: identidade; migração; brasiguaio.

Abstract: The purpose of this study is to establish a reflection on the process of construction and reconstruction of the identity, by small Brazilian farmers who lived on Paraguayan field and returned to the field in Brazil, having as an objective the entry to a Pre-settlement of land reform. To do so, on the one hand, we will consider their perceptions about their own personal and social experiences while on these settlements and, on the other hand, we will analise the influence of those experiences on the construction of representations and meanings related to Brazil and Paraguay and to the terms Brasiguayan, Brazilian and Paraguayan, once we understand that identities are relational, which contributes to their permanent process of construction and reconstruction. This work will build on bibliographic research and on secondary sources, as well as on collected information obtained while doing fieldwork with participant observation, and application of semi-structured interviews to Brazilian farmers that returned from Paraguay and, currently, living on the Pre-settlement Nelson Mandela, located in the municipality of Lindoeste, that belongs to the estate of Paraná.

Keywords: identity; migration; brasiguayan.

[1] Esta pesquisa é apoiada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), através do Programa de Auxílio à Integração de Docentes e Técnicos Administrativos às Atividades de Pesquisa (PAIP). A apresentação do trabalho é apoiada pela UNILA a partir do edital de financiamento à participação de discentes em eventos científicos.

Introdução

O presente trabalho integra um estudo maior chamado "Entre partir e voltar: uma análise das migrações de saída de agricultores brasileiros para o Paraguai e de retorno dos brasiguaios ao Brasil", que tem como objetivo principal a análise da trajetória migratória de pequenos agricultores brasileiros em direção ao Paraguai e do retorno de agricultores conhecidos como brasiguaios ao Brasil, a partir do ingresso em acampamentos de agricultores sem terra ou em assentamentos de reforma agrária. Dentro dessa investigação, emergiram algumas questões relacionadas à construção e reconstrução das identidades dos agricultores que fizeram esse trajeto migratório. Estas questões deram origem ao objetivo deste trabalho, que é o de, por um lado, analisar e compreender, mediante as histórias de vida dos próprios agricultores, que percepções têm eles sobre a trajetória que fizeram e, por outro, como, nesse processo, são construídas identidades como a de brasileiro, paraguaio e as representações sobre o termo brasiguaio.

O referido trabalho se fundamenta em pesquisa bibliográfica e em fontes secundárias, bem como em informações coletadas por meio de trabalho de campo com observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas a agricultores brasileiros retornados do Paraguai e, atualmente, residentes no Pré-assentamento Nelson Mandela, localizado no município de Lindoeste, pertencente ao estado do Paraná.

Na primeira parte do trabalho apresentamos um breve debate teórico sobre identidades e migração, conceitos que nos ajudam nas reflexões sobre a trajetória dos referidos agricultores. Em seguida, à luz destes conceitos, analisamos, a partir dos relatos transcritos, as percepções dos pequenos agricultores sobre suas trajetórias e como estas percepções se vinculam à construção e reconstrução de suas diferentes identidades, bem como na sua percepção sobre o termo brasiguaio. Por fim, apresentamos algumas considerações finais a respeito das nossas reflexões.

1. Falando de migração

O significado de migrar é o movimento de se deslocar de uma região para outra, de uma cidade para outra, de um país para outro. Trata-se de uma movimentação geográfica dos indivíduos para outros lugares diferentes do lugar de nascimento. O processo de

migração é capaz de desencadear vários efeitos ou problemas para determinadas sociedades e para os sujeitos que migram, tais como: pobreza, rupturas familiares, desemprego e conflitos culturais no lugar de chegada. As migrações são motivadas por vários fatores, como por exemplo, a tentativa de melhorar as condições de vida e, em muitos casos, se dá por dificuldades econômicas e privações no lugar de origem.

A migração é um processo composto por duas facetas: a emigração (saída do território de origem) e a imigração (chegada ao novo território). Conforme Sayad (1998):

> [...] O que chamamos de *imigração*, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de *emigração*; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal [...] (SAYAD, 1998, p. 14).

Estes processos podem ocorrer de duas formas, assim, por um lado, pode ser legal, isto é, se dá a partir do respeito à legislação, e por outro, pode ser ilegal, o que comumente ocorre no caso das migrações internacionais, onde indivíduos decidem migrar para um novo território para melhoria de suas condições de vida, mas possuem escassos recursos e conhecimentos necessários para providenciar toda a documentação exigida, além de não serem "desejáveis" no lugar de destino, como percebemos na maioria dos casos a serem analisados neste trabalho.

Abdelmalek Sayad (1998) estabelece interessantes reflexões sobre processos migratórios. Uma delas repousa na contradição forte entre o caráter provisório e permanente da condição de migrante, onde: "não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade" (SAYAD, 1998, p. 45). Para este autor, analisar o tema das migrações e dos imigrantes passa por entender, em primeiro lugar, o que é ser um imigrante, que características esse sujeito tem. Sayad (1998) ressalta o papel que os migrantes têm frente ao mercado de trabalho, e explica que sua permanência no lugar de destino depende de até quando se configuram como úteis para o incremento da economia deste local, devido à sua mão de obra barata, uma vez que não possuem documentos que os permitam aceder a direitos que os respalde.

As migrações se dão tanto entre cidades como também do campo para a cidade, ou de uma região rural para outra. Assim, um dos segmentos sociais que comumente migram

são os agricultores. Este é o caso dos pequenos agricultores brasileiros que, com fins de melhorar a situação econômica, imigraram para o Paraguai entre os anos 1950 e 1970. Estas migrações foram impulsionadas pela penetração do capitalismo no campo, no Brasil, a partir de um processo de modernização de sua agricultura, onde a oferta de créditos e incentivos para a atividade agrícola se restringiu aos grandes latifundiários, excluindo, deste modo, diversos grupos sociais, como os pequenos agricultores (MULLER, 1989). Muitos destes, sem condições de se manterem em suas regiões, começaram a buscar terras em outro lugar, como no caso de Paraguai, que no mesmo período, oferecia terras a bom preço para os estrangeiros colonizarem o território. "Consequentemente, a migração aparece para os camponeses como uma estratégia de sobrevivência, como uma forma de escapar da exploração do latifúndio" (CADERNOS DE MIGRAÇÃO, 1989, v. 4, p. 47).

> Em efeito, muitos dos fenômenos que se agudizaram nestas décadas refletem a intensificação do domínio do capital [...] crescentemente globalizado: a difusão crescente do trabalho assalariado; a precarização do emprego rural; a multiocupação; a expulsão de médios e pequenos agricultores do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou através das fronteiras; [...] todos esses fatores podem ser relacionados com processos de globalização e com processos tecnológicos associados a eles, incidindo sobre a exclusão social [tradução própria] (TEUBAL, 2001, p. 46-47).

As pessoas que migram saem com a ideia de algum dia retornar a sua terra natal, por isso, o caráter de provisório mencionado por Sayad (1998), embora, quando transcorre o tempo, a estadia destas pessoas vai-se alongando e estes, em muitos casos, acabam acostumando-se com a nova terra, ou quiçá a situação econômica melhora. Entretanto, em outros casos, pode ter ocorrido o contrário, a economia pode ter piorado e aqueles que migraram acabam por ter que retornar a seu país, cidade ou lugar do qual saíram. O fenômeno da migração se torna cíclico, é dizer: sair, permanecer, voltar e assim sucessivamente.

Além disso, existe outro aspecto que caracteriza a migração: o papel que tem o migrante dentro da sociedade que ingressa. Este deve comprovar que a estadia dele no país está contribuindo, de algum modo, para o desenvolvimento da região de destino, caso contrário "o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos [...] só tem razão de ser no modo provisório [...] ele só esta aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho" (SAYAD, 1998, p. 55). Portanto, o imigrante deve permanecer em ocupação e contribuindo para o crescimento da economia do país receptor. Em contrapartida, se o trabalho desaparece ou torna-se escasso, e o desemprego emerge, o imigrante perde ainda mais do que um

próprio cidadão do país, porque ao ser provisório e estar respaldado pela existência do trabalho, quando este desaparece, desaparece consigo a necessidade da mão de obra imigrante.

Outro aspecto, derivado de processos migratórios, é a ameaça que o migrante representa para o nacional do outro país, falando em termos culturais, o migrante ao deslocar-se para outro lugar não perde as caraterísticas e qualidades que lhe dão sentido de pertença a uma nação ou país de nascimento. Então no momento de estar em outro território, o que fará este migrante é reproduzir a cultura, costumes, e atividades que sabia fazer anteriormente no seu lugar de origem. Mas no lugar de destino, os sujeitos também tem a própria cultura, sendo alguns de seus aspectos vinculados a características nacionais. É neste ponto, entre os dos lugares e culturas, que se dá um choque cultural. Onde se podem produzir dois fenômenos: por um lado, sobrevivem ambos os sujeitos no mesmo espaço, compartilham e trocam aspectos de sua cultura, alterando-as, e, por outro, mesmo que haja trocas, ainda que não percebidas, a cultura dominante procura quitar da outra sua legitimidade e reconhecimento, desqualificando-a.

Nesse sentido, as migrações terminam sendo não só um câmbio de território ou um simples deslocamento de um espaço para outro, uma vez que estes fenômenos implicam e influenciam também a construção identitária dos indivíduos. Portanto, impactam no campo subjetivo e cultural desses. Assim, ao migrar, além de procurar melhorar sua condição econômica, o indivíduo precisa passar por um processo de adaptação ao lugar de destino, já que, em muitos casos, terá que conviver com uma cultura diferente, aprender como se portar, as formas de falar, terá que tentar se integrar com os cidadãos da região para qual emigrou. Ademais, até mesmo o indivíduo que migra e retorna ao lugar de origem, depois de um tempo, também passa por esse processo, uma vez que dadas as experiências derivadas dos deslocamentos, não será o mesmo, terá aprendido outras coisas, se acostumou a outros ritmos de trabalho, a outras formas de falar, comer, etc.

Desse modo, segundo Antunes (1981), os migrantes têm dois problemas contraditórios: primeiro este migrante está numa sociedade presencialmente na qual não se reconhece e não é reconhecido, não tem direito a ela; e segundo este migrante não está presente de corpo na sociedade a qual pertence e na qual não pode então reclamar direitos. As duas situações tem limitações que terminam numa questão de identidade para o indivíduo que não sabe já qual é seu papel, lugar, o que fazer e receber. Em qualquer um dos casos o sujeito está situado numa etapa provisória e insatisfatória. Deste modo, a categoria

identidade, torna-se fundamental, quando analisamos a imigração a partir de uma perspectiva subjetiva, em que situações como as mencionadas tornam-se centrais nas reflexões.

2. Falando de identidade...

A identidade é aquele fator que permite um indivíduo posicionar-se de várias e diferentes formas na sociedade, além disso, é um conjunto de características que definem uma pessoa e a diferencia de outra. Esta identidade pode ser cultural, nacional, social, e é formada por vários aspectos. Para Colognese (2012):

> O conceito de identidade deriva da raiz latina *idem*, que evoca os sentidos de igualdade e de continuidade. Porém, como as identidades não são únicas e exclusivas, elas se definem relacionalmente umas em relação as outras. […] a identidade cultural é assumida como um dos componentes da identidade social. Enquanto tal, as diferenças culturais constituem um dos ingredientes no processo de categorização das distinções nós/eles. […] concepções objetivistas e subjetivista da identidade. A concepção objetivista remete a identidade dos indivíduos às suas raízes, como o fundamento de toda identidade autêntica. […] já a concepção subjetivista reduz a identidade a um sentimento de vinculação/ identificação a uma coletividade imaginária, sendo decisivas as representações e as escolhas que os indivíduos fazem no processo de classificação social (COLOGNESE, 2012, p. 146).

A identidade então pode ser vista como um fator simbólico que pode ser objetivo como à nacionalidade que representa e dá caráter de pertencimento ao indivíduo, ou subjetivo, que será o conjunto de qualidades e características que a pessoa ao longo da sua vida vai se apropriando, ao ter que conviver com outros indivíduos. Desta forma, a identidade de um sujeito se constrói sempre com base em outro ou outros. Segundo Stuart Hall (1992): "[...] nossas identidades surgem de nossa "pertença" a distintas culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, sobretudo, nacionais" [Tradução própria] (HALL, 1992, p. 1). O autor postula que a identidade é o caráter de pertencer a algo, seja o que for que diferencie o indivíduo de outro. Hall (1992) entende que, em tempos mais remotos, a identidade era uma só e única, tendia a permanecer estática como o caso das nacionalidades. Contudo, com o passar do tempo e surgimento de outros fenômenos, como a globalização, há ocorrido um desequilíbrio nessa identidade única, provocando uma crise identitária.

O problema da crise de identidade se funda nesse ponto de quebra, descentralização e divisão da identidade. No entanto, essa crise às vezes tem pontos positivos, onde, como

fala Hall (1992), se produz um jogo de identidades, no qual elas são definidas para todos os momentos e circunstâncias, dependendo dos interesses de seus portadores, já que identidades são móveis, fluídas e se constroem e reconstroem continuamente. Um exemplo deste jogo de identidades repousa no caso dos agricultores brasileiros ou brasiguaios, em que em alguns momentos se autodenominam brasileiros, outras vezes, paraguaios, isto dependendo do lugar e momento no que se encontrem. Portanto, de acordo com Hall (1992):

> A identidade se converte numa "festa movível", visto que é formada e transformada continuamente com relação aos modos em que somos representados ou chamados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] o sujeito assume diferentes identidades em momentos distintos, identidades que não estão unificadas em torno a um "eu" coerente [tradução própria] (HALL, 1992, p. 3).

O autor sugere que a identidade em todo caso não é algo que apareça do nada, pelo contrário é uma construção contínua e cambiante nos sujeitos sociais. "Em realidade, as identidades nacionais não são elementos com os quais nascemos, sim não que são formadas e transformadas dentro de e em relação com a representação" [Tradução própria] (HALL, 1992, p. 14). Deste modo, em nossa perspectiva, o indivíduo se constrói e reconhece a si mesmo quando observa, conhece e se relaciona com o outro. Do mesmo modo, nos fundamentando em Hall (1992), pensamos que a identidade nacional tem o papel de criar um protótipo ou uma série de caraterísticas peculiares, que diferenciam as pessoas que nascem em um determinado território frente as que não pertencem. No entanto, muitas vezes esta identidade nacional pode ser imaginada ou não tão rígida. Isto porque, se por um lado a nacionalidade representa a identidade da pessoa que nasceu no país, por outro lado, há casos de pessoas que não nasceram em determinado território, mas que se identificam com as costumes e atividades do país para o qual imigram.

De modo geral, então, a questão da identidade sempre transpassa os limites e fronteiras colocados pelos territórios e nações, devido ao fato do indivíduo estar em constantes transformações. Nesses câmbios, o indivíduo vai se adaptando e adaptando seu cotidiano a uma série de características e situações novas e alheias, numa permanente relação com outros na sociedade de destino. "As diferentes identidades somente podem se manifestar nas fronteiras onde elas se opõem e se separam" (COLOGNESE, 2012, p. 148). Graças à presença das fronteiras entre os territórios é que se pode diferenciar várias e múltiplas identidades que podem conviver entre si, e que também podem surgir novas identidades.

Este é o caso do termo que apareceu depois dos processos migratórios entre Brasil e Paraguai, que é o brasiguaio, conceito muito complexo de definir de um só jeito, pelas várias formas que se conhece, sendo o mais comum é que brasiguaio seja usado para identificar aqueles agricultores brasileiros que vivem no Paraguai, ou também seus filhos que nasceram lá. Então, essa nova identidade resultou do convívio de brasileiros no território paraguaio, essa identidade foi a forma de diferenciar este grupo de pessoas dos cidadãos paraguaios.

3. O que é ser brasiguaio...

Após uma revisão bibliográfica sobre o termo brasiguaio, mencionamos algumas das formas em que se pode defini-lo. Autores como Sprandel (2005), Souchaud (2008), Vaz da Costa (2013), abordam o contexto brasileiro e paraguaio da década dos 1950 e 1960, períodos que representam o auge das migrações e ingresso dos brasileiros no Paraguai, desde então e com essa presença estrangeira é que se vai formando um grupo de indivíduos que, mais tarde, serão denominados brasiguaios: "campesinos sem terra, vítimas de abusos e violências conjugadas das autoridades civis e militares de ambas nações" [tradução própria] (SOUCHAUD, 2008, p. 107). Essa seria uma das definições para o termo brasiguaio. Entretanto, conforme Souchaud (2008):

> O termo *brasiguaio* se limitava até então a uma conotação estritamente política, mas se projetou a outra social e sociológica, quando chegam ao conhecimento da opinião pública brasileira e paraguaia as desventuras às vezes trágicas desta franja da população. Estes brasiguaios que se encontram incapazes de inserir no sistema agrário que encontram no Paraguai se veem obrigados a voltar ao Brasil. Rechaçados na fronteira, organizam seu retorno clandestino ao Brasil firmemente decididos a fazer valer seu direito à terra, através da ocupação de terras improdutivas [tradução própria] (SOUCHAUD, 2008, p. 134).

O que nós queremos ressaltar é que, como fala Vaz da Costa (2013), um nome não basta e não é suficiente para caracterizar e definir tudo o que um objeto ou situação pode representar, e um exemplo muito claro é o caso dos brasiguaios, uma vez que esta categoria tem múltiplas definições dependendo da pessoa, momento e lugar em que se fale. O termo brasiguaio foi mencionado pela primeira vez por um deputado, na década de 1980, quando as migrações de retorno dos pequenos agricultores para o Brasil tiveram início (SPRANDEL, 1996).

No entanto, os paraguaios utilizaram este termo para diferenciar essa comunidade de brasileiros que chegaram como colonos no campo de seu país e lá ficaram por muitos anos. Os paraguaios usam este mesmo termo para se referirem aos filhos desses migrantes que nasceram no Paraguai. O que se deve ter em consideração é que o termo brasiguaio, na maioria das vezes, não é utilizado pelas próprias pessoas que recebem a alcunha, senão pelos outros. Portanto serve como forma de identificar uma comunidade diferente. Mas, também são chamados assim aqueles sem pátria, porque não são nem paraguaios nem brasileiros, devido ao fato de que não podem reclamar direitos de nenhum dos dois países.

Portanto, o termo brasiguaio não tem uma definição única e simples, e não se refere a apenas um segmento de brasileiros que vivem ou viveram no Paraguai, porque por um lado, abarca aqueles pequenos agricultores brasileiros que migraram para melhorar as condições de vida, mas sem resultados voltaram para o Brasil e, por outro lado, serve também para denominar, sobretudo, pelos paraguaios, aqueles agricultores brasileiros que migraram para o Paraguai e se transformaram em grandes fazendeiros. Assim, torna-se tarefa difícil saber quando os paraguaios ou mesmo outros sujeitos estão falando na primeira conotação ou na segunda, quando utilizam o termo brasiguaio. Uma vez dialogado e interpretado um pouco da teoria e dos principais conceitos que se abordam no trabalho, entramos numa segunda parte que é o trabalho empírico.

4. Percepções dos pequenos agricultores brasileiros retornados sobre sua trajetória migratória e o termo brasiguaio

O trabalho empírico que fundamentou este artigo foi realizado no Pré-assentamento Nelson Mandela, situado no município de Lindoeste, que se localiza na região Oeste do estado do Paraná. Este Pré-assentamento tem origem em acampamento fundado em 2006. Possui 34 famílias, cuja maioria é originária dos três estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), tendo também vivido no campo paraguaio antes do retorno ao Brasil. A escolha da área repousa no fato de se constituir em um pré-assentamento, onde a maioria dos agricultores teve uma experiência de vida e trabalho no campo do Paraguai, antes de decidir retornar ao país. Além da observação participante, no trabalho de campo, realizada entre os meses de maio e setembro de 2015, foram aplicadas 12 entrevistas semiestruturadas com os integrantes pré-assentamento.

Para este artigo, devido à semelhança entre os relatos e trajetórias e, sobretudo, devido ao espaço, nos centraremos na análise de quatro das 12 entrevistas aplicadas. Dentre os temas trabalhados nas entrevistas, destacamos: Os motivos que favoreceram as migrações dos entrevistados ao campo paraguaio, as condições de vida antes e depois de migrar para o Paraguai, e também no retorno, as impressões sobre o local de destino, e os motivos que conduziram ao retorno para o Brasil e ao ingresso na luta pela terra.

5. Vida, família e partida

E.S.[2] é uma mulher casada de 37 anos de idade, que nasceu em Santa Catarina, tem dois filhos nascidos em Paraguai. Estudou até o terceiro ano lá no Paraguai. Ela migrou para o Paraguai quando tinha seis anos de idade e voltou para o Brasil aos 28 anos de idade, mas alguns de seus familiares ficaram lá.

> [...] Diz que lá [Paraguai] era melhor né, de aí meu pai achou que ia ser bom, daí foram para trabalhar lá com menta. Ele arrendava a terra, daí plantava menta, daí vendia, trabalhando muito tempo lá a seu jeito. [...] Foi bastante gente naquele tempo, pois o irmão de meu pai, uns três o quatro, até hoje acho que tem uns dos morando lá [no Paraguai], e o resto voltou faz tempo já. [...] Eu ajudava meu pai, na roça também, nós íamos à roça direto. Eu e meu irmão e mais três nascemos aqui no Brasil o resto, os outros quatro nasceram no Paraguai. A maioria se considera paraguaio, falam espanhol, até aprenderam a falar um pouco em guarani, os outros não. Eu para mim, eu era brasileira, porque minha mãe e meu pai eram brasileiros. [...] Para mim sei lá, aqui [no Brasil] é igual que lá [no Paraguai] não acho diferença (E.S, 2 mai. 2015).

N.S. é uma mulher casada, tem 53 anos, nasceu no Rio Grande do Sul, tem duas filhas.

> Daí já tinha parentes no Paraguai, daí eles sempre falam pra mim para morar no Paraguai, e eu sempre me negava não queria, era longe demais do pai né. Nós fomos passear lá primeiro. Daí nós tínhamos um vizinho lá que era da minha mãe, que ele estava morando lá, que era vizinho de nós não é, daí, então, nós fomos lá visitar ele. Daí ele falou que tinha terra barata para comprar, daí nós compramos, trabalhamos mais era muito difícil já naquela época, porque já acabou já passou né, já estava entrando a crises no Paraguai, nessa época que nós entramos, Já não era aquele Paraguai que você, que eles falam para ti pra entrar. Nós começamos plantar soja, milho, arroz. [...] o que nós tínhamos no meio nos fazíamos. [...] Plantando, limpando os lotes que

[2] Para manter a privacidade e segurança das pessoas entrevistadas, optamos por ocultar o nome e utilizar somente as iniciais dos mesmos.

> eram dos outros, plantando mandioca, batata, melancia e nos arrendamos essas terras, bom não era renda, nos só pegamos para plantar milho e deixar limpo (N.S, 2 mai. 2015).

G.E. é uma mulher de 56 anos, casada, tem cinco filhos dos quais quatro ficaram no Paraguai e uma mora junto dela. Esta agricultora nasceu no Rio Grande do Sul, mais foi criada no Paraná.

> Vieram [os pais] sim, sempre em busca de melhora né, sempre em busca de melhora, mas toda a vida como pobre nunca alcançou nem sequer um pedacinho de terra, não conseguiu. Daí eu me criei e casei e fomos pro Paraguai com a esperança de conseguir um pedaço de terra. Nós tínhamos lá uma terrinha assim pra plantar, mas terra assim documentada nunca. [...] Nós fomos em 79 ou 78 acho que nós fomos pro Paraguai, [...] já tinha um irmão que estava lá, tinha um irmão meu lá, tinha um cunhado lá e nós fomos também. [...] Foi bem sofrido, meu Deus do céu, chegamos lá encostamos lá com meu cunhado, meu irmão, daí já arrendemos um pedaço de terra e já fomos morar separado, fomos lutando, lutando. Compremos um pedacinho, eles falavam direto de terras, sem documento não é? E aí fomos indo, fomos indo. Nós nunca tivemos terra documentada, é muito difícil documentar a terra no Paraguai, a gente é migrante já é mais difícil, precisava a pessoa ter bastante dinheiro né, pra comprar a terra já legal né, pra gente pobre já era difícil (G.E, 6 jun. 2015).

Esses três relatos nos permite perceber como é difícil para um imigrante sair de seu país para ir em busca de melhores condições de vida e, ao mesmo tempo demonstram uma das estratégias dos migrantes, que contribuem para a manutenção de sua identidade no campo paraguaio, como brasileiro: viver junto a seus familiares, chamá-los para migrarem. Esta também é uma forma de sentir-se protegido. Dessa estratégia se fizeram várias colônias brasileiras no Paraguai, onde o convívio se dava quase que restritamente entre brasileiros com brasileiros, de modo que estes não sentiam estar fora, nem percebiam diferenças da vida no Paraguai da vida em seu próprio país. “Não, nós sempre morávamos na região de brasileiro, sempre em meio de brasileiro agora [...] bem por último como os piás eram já registrados lá né, nós fomos e compremos direitos do assentamento Paraguai” (G.E., 6 jul. 2015). Outro dado interessante mencionado pelos entrevistados é o de que as terras onde trabalhavam eram arrendadas para plantar, sendo que aqueles que conseguiam comprar algum pedaço de terra não possuíam documentação, apenas um direito, que mais tarde culminaria em desapropriação, o que contribuirá para o desejo de retornar ao Brasil.

Os filhos que nasceram no Paraguai se convertiam em estratégia ou arma para poder sobreviver de forma mais tranquila no Paraguai: "sim, então não é caro assim registrar um filho no Paraguai, depois que ele é registrado fazer a identidade não é caro, mas o difícil é o [documento de] imigrante. Sim, nós tivemos e obriguemos registrar eles Paraguai pra poder viver" (G.E., 6 jun. 2015). Como dona E.S. fala: "[...] mas tínhamos uma filha paraguaia, a mais nova era paraguaia, ela tinha seis anos, ela era documentada completo. Facilitava pra nós, era a arma que nos tínhamos [...] arma seria o documento que você tem" (E.S. 2 mai. 2015). Terem alguém da família com nacionalidade paraguaia: Esta é uma das maneiras que os migrantes brasileiros no Paraguai encontraram para estar mais seguros no território estrangeiro.

6. Das coisas da vida e condições (saúde, educação, transporte, idioma) e retorno

A maioria dos entrevistados conta que o fator que mais motivou o retorno era o fato do atendimento à saúde não ser muito bom no Paraguai e, sobretudo, por terem que pagar para serem atendidos.

> Não tem condições de pagar, porque a saúde lá era cara, [...] 100 mil guaranis eu acho, era muito dinheiro naquela época, era um monte de dinheiro, com vinte mil guaranis nos fazíamos um rancho por mês. [...] E a saúde é o principal, é muito difícil, era muito longe, imagina nós do interior tínhamos que sair cem quilômetros no chão batido, pra chegar [ao médico] em dia de chuva (N.S. 2 mai. 2015).

> Quando eu morava no Paraguai minha mãe tinha uma criança pequena […]. Daí como a gente é brasileira e o recurso lá é difícil né, ela morreu mesmo porque a gente não tinha condições de socorrer ela né. […] Mas eu acho que se fosse aqui no Brasil, que uma criança começa a chorar, que você vê que chora assim sem parar, não precisa nem três horas e você leva ali e já descobrem que o que está acontecendo (M.V. 1 ago. 2015).

Além do custo, o acesso à saúde era dificultado também pela distância. Em relação à educação no Paraguai, os entrevistados relatam que era boa: "Difícil! Era tudo longe, só que a escola era perto, a creche era perto, o resto o médico era tudo longe daí meu marido direito tomando remédio, mas do Brasil" (L.S.[3], 6 jun. 2015). Uma das contradições enfrentadas pelos brasileiros no Paraguai em relação à educação era a de que os filhos iam à escola no

[3] L.S. é uma senhora de 78 anos de idade, que nasceu em Santa Catarina, é casada e têm cinco filhos que nasceram lá no Paraguai.

Paraguai e tinham que falar em espanhol, depois chegavam à casa e falavam português e quando retornaram ao Brasil, de novo passaram por essa mudança na língua: "a menina chegou ao colégio, aí o professor passava e ela falava meio em espanhol, meio em português né, tentava porque eles lá falavam todo em espanhol" (N.S. 2 mai. 2015).

O interessante também é que alguns dos entrevistados viveram anos no Paraguai, mas ainda assim não aprenderam o espanhol. E quando perguntados onde preferem e querem viver são vários os relatos como o que apresentamos abaixo, onde enfatizam que desejam viver para sempre no Brasil. Até nessa reflexão, os retornados destacam a importância do atendimento à saúde no seu país de origem:

> Porque aqui é meu país né, aqui é minha origem, eu tenho que estar aqui, e o custo de vida, eles te dão oportunidade, você vai para ganhar uma criança você vai até hospital você é bem atendida não precisa ter nada, aqui morrer só se é a hora da gente mesmo, o que eles podem fazer eles fazem. Aqui é muito melhor, não sei se é porque é meu país, mas é bem melhor (M.V.[4] 1 ago. 2015).

Como se percebe na fala anterior, os brasileiros retornados defendem o sentido de permanência do lugar no qual nasceram, neste caso no Brasil, apesar de ter morado muito tempo no Paraguai.

7. Quanto ao termo brasiguaio

Em relação ao termo brasiguaio, em nossa pesquisa, a partir dos relatos dos entrevistados, percebemos que este era utilizado pelos paraguaios para diferençar os brasileiros, mas também eram chamados de brasiguaios os filhos de brasileiros nascidos no Paraguai. Um dado interessante, é que quando este filho nascido no Paraguai completa os 18 anos, deve decidir que nacionalidade quer ter, e a expectativa é que assuma a nacionalidade de brasileiro: "Quando ele fizer os dezoito anos, daí ele tem que decidir né, se ele vai ser paraguaio ou brasileiro, daí ele vai assumir a identidade brasileira [...], mas tem que esperar os dezoito anos para primeiro decidir [...]" (G.E. 6 jun. 2015).

Quando indagada sobre o significado do termo brasiguaio, a senhora N.S., explica:

[4] Senhora de 31 anos, casada, tem dois filhos. Foi ao Paraguai duas vezes, a primeira quando era criança levada pelos pais, e a segunda quando era adolescente com o namorado que agora é o esposo.

> É um brasileiro que foi morar no Paraguai e tem filho de lá, tem um filho nascido lá, daí depois quando sim tu voltas essa criança já fica assim. E o brasiguaio só fica porque o filho é de brasileiro ou nasceu no Paraguai, por isso é que tem o nome BRASIGUAIO porque ele é BRASILEIRO aí pra não dizer brasileiro e paraguaio, aí as pessoas foram práticas porque cortam a palavra do Brasil e colocaram a metade do Paraguai. [...] A brasiguaia é mistura, vamos dizer que fosse uma mistura, só que é uma mistura só pelo nome, porque pela pessoa ah, é brasileira, porque é filha de brasileiros (N.S. 2 mai. 2015)[5].

Em relação à decisão de retorno, percebemos que é tomada de forma semelhante a decisão de partida, onde o que motiva é o desejo de melhorar as condições de vida, que, por sua vez, passa também pelo desejo de adquirir um pedaço de terra. Assim, para o retorno, muitos dos agricultores foram convidados pelos familiares a voltarem para o Brasil via acampamento de agricultores sem terra. Esta decisão também é motivada por escutarem pelas rádios, pelos jornais, que a situação econômica no Brasil estava melhor que a do Paraguai.

Considerações Finais

Devido ao fato da investigação estar em andamento, apresentamos resultados preliminares a partir das primeiras entrevistas coletadas. Depois de ter feito um trabalho divido em dois blocos, o primeiro abordando os termos e conceitos importantes como migração, identidade, brasiguaios, e um segundo bloco empírico, contando e analisando um pouco as histórias e entrevistas feitas junto aos agricultores brasileiros que migraram para o Paraguai, percebemos que na maioria dos casos as migrações foram realizadas desde o Rio Grande do Sul para outras partes do Brasil e depois para o Paraguai. Estes deslocamentos empreendidos pelos entrevistados se deram pela busca de melhores condições de vida, fator que anos após lhes farão retornar a seu próprio país.

Essas migrações se configuraram em decisões difíceis, já que os migrantes tiveram que deixar suas raízes, cultura, costumes. Entretanto, o fato curioso é que para que pudessem, de algum modo preservar seu "lar", os agricultores migravam em grupos maiores, e se instalavam em colônias brasileiras, o que fazia que não sentissem muito a falta da terra natal. Então, essa migração para colônias brasileiras acaba fazendo com que não exista na verdade uma integração intensa dessas duas culturas (paraguaia e brasileira). Desta forma, o que se

[5] O relato da senhora N.S deve-se ao fato da mesma ter uma filha brasiguaia, como ela mesmo nos explica: "Ela é paraguaia, mas os pais dela são brasileiros, então com essa mistura se chamam brasiguaio". Sua filha, aos 18 anos optou pela nacionalidade brasileira.

nota fortemente é a defesa da identidade nacional de brasileiro. Assim, mesmo que tenham morado no Paraguai por muitos anos, os agricultores entrevistados nas entrevistas procuraram afirmar a sua identidade brasileira.

As motivações do retorno ao Brasil repousam no fato de entenderem que o Paraguai já não era o mesmo que antes, ou seja, não oferecia mais as oportunidades das décadas anteriores, o que nos permite inferir que os indivíduos se deslocam para o lugar onde percebem a possibilidade de obtenção de melhores condições de vida, que passam por ter acesso à saúde, educação, alimentação. É neste momento e em relação a estes serviços que os brasileiros retornados defendem muito o Brasil como seu país, onde podem realmente ter acesso a vários direitos, é também neste momento que relatam o que é sentir-se estrangeiro no Paraguai.

Quanto ao termo brasiguaio, esse tem vários significados. Percebemos que para os entrevistados, brasiguaio é um termo utilizado para falar dos brasileiros que estão no território paraguaio, ou seja, brasiguaias são aquelas pessoas que estão lá vivendo durante muito tempo. Para eles brasiguaios são também os filhos dos migrantes brasileiros. Em todo caso, brasiguaio não representa uma mistura, mas apenas um termo provisório, durante o tempo que o migrante brasileiro está em território paraguaio.

Referências

ANTUNES, Marinho. **Migrações, mobilidade social e identidade cultural**: factos e hipóteses sobre o caso português, [S.I.: s.n.], v. XXII (65), p. 17-27. 1981.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRÁTORIOS. Brasiguaios, **Cadernos de Migração**. [São Paulo], v. 4, 1989.

COLOGNESE, Silvio. Brasiguaios: Uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai. **Tempo da Ciência**, [S.I], v. 19, n. 38, 2. sem. 2012.

HALL, Stuart. **La cuestión de la identidad cultural**, [S.I.: s.n.], 1992, paginação irregular.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** Série Estudos Rurais, n. 10, São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

SAYAD, Abdelmalek. **Inmigração:** ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**, Assunção-Paraguay, [s.n.], 21 set. 2008. (Población y Desarrollo).

SPRANDEL, Marcia. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos Avançados 20 (57),** [S.I.: s.n.], 2006.

TEUBAL, Miguel, **Globalización y nueva ruralidad en América Latina.** Buenos Aires, CLACSO, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929011903/4teubal.pdf>. Acesso em: julho 2015.

VAZ DA COSTA, Adriana. Brasiguaio: Um nome, uma designação e suas divisões. **RevLet-Revista Virtual de Letras,** [São Paulo-Campinas], v. 5, n. 1, jan./jul. 2013.

"VEIO A ORDEM DE ANDAR": ESPAÇO E IDENTIDADE ENTRE CIGANOS CALON, MUNICÍPIO DE CARNEIROS/AL

Leila Samira Portela de Morais
Mestranda do PPGS da UFAL.

Resumo: No contexto brasileiro, é recente a inclusão dos grupos étnicos ciganos nos estudos antropológicos. A emergência de temas como etnicidade e identidade étnica têm feito com que os estudos sobre esses grupos se tornem cada vez mais atrativos, pois eles nos colocam diante de um importante desafio: a desconstrução dos essencialismos que pairam sobre esses grupos. O presente trabalho é fruto da realização de um trabalho de campo, com observações e entrevistas, junto a ciganos que se autodenominam de etnia "Calon". Esses Calon estão "parados", cerca de 8 anos, no município de Carneiros, sertão do Estado de Alagoas, distante 246 km da capital, Maceió. O foco está nas relações espaciais que esses Calon empreendem em Carneiros e nas cidades vizinhas, questionando a ideia de nomadismo que termina simplificando o modo Calon de ver o mundo em detrimento de uma dicotomia (nômade/sedentário) que, na maioria das vezes, despreza as categorias nativas. Apreender como os Calon que se encontram naquele município se diferenciam da população local e como se apropriam do espaço em que vivem, mas especificamente, de Carneiros e das cidades vizinhas, através das relações que constroem nesses referidos espaços.

Palavras-chave: ciganos; espaço; identidade.

Abstract: In the brazilian context, it's recent the inclusion of gypsies ethnics groups in the anthropological studies. The emergence of themes like ethnicity and ethnic identity, have done the studies about these groups became more attractive, because they put us in front of an important challenge: the deconstruction of essentialisms that hover on these groups. The present study is product of a fieldwork, with interviews and observation, performed with gypsies who call themselves of "Callon" ethnicity. These calons are located there, about eight years, in the county of Carmeiros, in the wilderness of State of Alagoas, 246 km far from the capital Maceió. The focus is in the space relations which these Calons launch in Carneiros and nearby cities, asking the idea of nomadism, that ending simplifying the calon way of see the world, to the detriment of a dichotomy (nomadic/sedentary) that, mostly, despises the native categories. Learn about how these calons distinguish themselves of local population and how they adapt themselves to the space where they live, but, specifically, to the Carneiros and nearby cities, through the relations built in these spaces.

Keywords: gypsies; spaces; identity.

Introdução

No contexto brasileiro, é recente a inclusão dos grupos étnicos ciganos nos estudos antropológicos. A emergência de temas como etnicidade e identidade étnica têm feito com que os estudos sobre esses grupos se tornem cada vez mais atrativos, pois eles nos colocam diante de um importante desafio: a desconstrução dos essencialismos que pairam sobre esses grupos.

O presente trabalho é fruto da realização de um trabalho de campo, com observações e entrevistas, junto aos ciganos que se autodenominam de etnia "Calon". Esses Calon estão

"parados", cerca de 8 anos, no município de Carneiros, sertão do Estado de Alagoas, distante 246 km da capital, Maceió. Esses grupos são vistos, pelo senso comum e também por alguns discursos científicos, como portadores de uma identidade fixa que os liga essencialmente ao nomadismo. A relação dos ciganos com o espaço e a construção de sua identidade acaba por ser reduzida à dicotomia nômade/sedentário, o trabalho de campo mostrou que essa visão pouco explica o modo como os ciganos veem o mundo, o que nos faz acreditar que os mesmos têm sido analisados levando em consideração a perspectiva daqueles que os estão observando e não a dos próprios. A partir disso, tentamos apreender como os Calon, que se encontram naquele município, se diferenciam da população local e como se apropriam do espaço em que vivem, mas especificamente, de Carneiros e das cidades vizinhas, através das relações que constroem nesses referidos espaços.

Aqui no Brasil, de acordo com o que pude observar, há a presença de três etnias ciganas: Calon; Rom (pertencentes ao subgrupo Kalderash, Machwaia e Rudari, originários da Romênia; aos Horahané, oriundos da Turquia e da Grécia e aos Lovara) e Sinti (chegaram ao país principalmente após a 1ª e 2ª Guerra Mundial).

De acordo com dados da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), os Calon são a etnia cigana com maior número de famílias espalhadas pelo Brasil, vivem em acampamentos, em sua maioria, deixados à invisibilidade, discriminados e distantes das políticas públicas. Quadro que tem se alterado nos últimos anos, devido, principalmente, à inclusão dessas famílias em programas do governo (SEPPIR, 2013). Os ciganos começaram a ter acesso a serviços básicos como atendimento nos postos de saúde, mas ainda esbarram no preconceito e falta de informação das pessoas sobre sua cultura, seu modo de viver.

Segundo a referida Secretaria, os estados com maior concentração de acampamentos ciganos são: Bahia, Minas Gerais e Goiás, falam uma língua própria, conhecida como calé ou chibi, que é fruto da mistura entre o romani (língua falada pelos ciganos de etnia Rom), o espanhol e o português. Apesar dos dados oficiais sobre esses povos serem ainda muito incipientes, estima-se que há mais de meio milhão de ciganos no Brasil (SEPPIR, 2013).

No Estado de Alagoas a situação de exclusão não é diferente, temos conhecimento da existência de pelo menos dois acampamentos ciganos Calon, situados nos municípios de Carneiros e Delmiro Gouveia, e em Penedo e Marechal Deodoro existem comunidades ciganas sedentárias, vivendo em bairros denominados de "bairros ciganos", sem falar nos grupos itinerantes advindos da Bahia que vêm em caravana e acampam por tempo limitado

nos municípios de Arapiraca e Santana do Ipanema, esses grupos sofrem preconceito, discriminação e violência, inclusive policial.

1. O município de Carneiros/AL - um pouso em meio aos juron[1]

O município de Carneiros se localiza no sertão alagoano, a 246 km da capital Maceió. Com 52 anos de emancipação política de Santana de Ipanema, possui população estimada de 8.758 habitantes numa área de 113,061 km^2. O município faz parte da microrregião de Santana do Ipanema e sua história é bastante recente. Os primeiros registros históricos datam de 1923 que relatam a existência de uma propriedade com uma única casa, pertencente a João Francisco que a batizou de Cacimba de Carneiro que, de acordo com moradores, recebeu esse nome por que nesse local uma cacimba foi aberta por um carneiro sedento revelando a existência de água no local e propiciando a permanência do primeiro habitante e sua família (IBGE, 2008).

A maior aproximação entre ciganos Calon e os não ciganos, na cidade de Carneiros, se dá nas feiras, entre os grupos religiosos, na escola e com os comerciantes locais. Chefiada por Francisco Ferraz, o homem mais velho do rancho (77 anos), atualmente, residem na comunidade cerca de 200 pessoas, em grande parte vindas do estado da Bahia. Na comunidade existe em torno de 50 crianças.

Devido às condições financeiras e ao preconceito que ainda é forte, como também por diversas características culturais desse povo, eles vivem de pequenos negócios como, por exemplo, trocas, leitura da sorte em feiras, venda de patuás e amuletos, bolsa família, doações. Atualmente, eles encontram-se lutando pela construção de casas na área onde vivem.

O acampamento fica situado dentro da cidade. Na frente da praça principal, onde fica a Igreja Católica da cidade (Igreja Nossa Senhora da Conceição), há uma entrada que, em menos de 6 metros de caminhada, dá acesso ao rancho. Cada família nuclear mora em uma barraca e no centro do terreno há uma espécie de "palhoça", local coberto, espaço de socialização do grupo e onde também as visitas são recebidas.

Durante o dia, enquanto as mulheres realizam os afazeres domésticos, os homens ficam reunidos, na maioria das vezes, nessa palhoça. Marido e mulher só ficam juntos na

[1] Como os ciganos se referem aos não ciganos moradores da cidade. A palavra "brasileiro" também possui o mesmo sentido.
[2] Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010). <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=270180#>.

hora de dormir, em torno das 20 horas. Durante o dia, há o intenso fluxo de entrada e saída das barracas, mas os espaços fora das barracas são os mais ocupados pelos Calon. A sombra das árvores certamente constitui um dos mais recorrentes espaços de socialização. São poucas as barracas que possuem fogão, geladeira, mesa, armário, guarda-roupas. TVs, DVDs e aparelhos de som são comuns na maioria.

Buscando entender as relações não só internas do rancho Calon de Carneiros, mas também suas relações com o entorno, realizei entrevista com alguns moradores de Carneiros na própria cidade, em Maceió e durante o trajeto de Maceió até o município. Durante as entrevistas, alguns moradores de Carneiros, se mostraram favoráveis à permanência dos Calon na região. Um morador me conta as impressões que as pessoas da cidade possuem em relação aos ciganos:

> Tem gente que tem preconceito... o povo tem muito... e eles também não tem muita aproximação com o povo da cidade... que falam que eles deviam já ter ido embora, que não era pra ter deixado eles ficar, que o prefeito acolheu eles num sei porque, que não era pra ter vendido terreno pra eles... mas eu mesmo, não tenho nada contra eles não... nesses dias eu comprei um som de carro a um deles, tinha vendido o meu, fui e comprei um dele... eles sempre tão em Tapera numa feira de troca que tem lá... eu fui pra lá pra ver se aparecia um sonzinho melhor daquele que eu tinha, aí ele apareceu vendendo e eu comprei... sempre compro alguma coisa a eles na feira... eles vendem de tudo... (E. S. - morador de Carneiros).

A fala desse morador revela as constantes negociações nas feiras entre calon e brasileiros “a maioria do povo fala... mas uma hora ou outra sempre fazem algum tipo de negócio com cigano”, completa ele. Como pude perceber as relações com as pessoas da cidade de Carneiros revelam, como já esperado, alguns conflitos. Nos dias que passei no rancho percebi que os Calon evitam “andar à toa” pela cidade, nos momentos em que deixam o rancho estão sempre em grupo, comportamento considerado regular quando falamos dos Calon.

Entrevistando algumas pessoas da cidade, pude descobrir alguns dos “costumes” ciganos que mais incomodam os moradores: o “nomadismo”; a prática da cartomancia e quiromancia (atividade na grande maioria das vezes praticada por mulheres), associada à mentira e enganação; o imaginário do “cigano ladrão”, que gosta de levar vantagem; o costume de andarem sempre juntos, em família, fato este que em situação de repressão fazem com que sejam associados a uma “quadrilha” nos termos penais; a visão dos ciganos como preguiçosos e desocupados. Notei como é grande a influência de representações negativas em torno dos ciganos, fazendo com que seu comportamento seja, quase sempre, associado a algo desviante e suspeito.

Para Erving Goffman (1963), a sociedade estabelece os meios para classificar as pessoas através de atributos tidos como naturais, comuns e desejáveis. Alguns indivíduos ou grupos não se encaixam nessas categorias, em virtude disso, são considerados indesejáveis, por isso, lhes são atribuídos uma série de estigmas. Esses estigmas são atributos essencialmente depreciativos pelo qual esses indivíduos ou grupos "indesejáveis" são identificados.

O momento que os ciganos, tanto homens quanto mulheres, mais circulam pela cidade é no domingo, dia de feira. Eles também frequentam feiras em outros municípios próximos, como em São José da Tapera e Santana do Ipanema. Durante minha pesquisa só tive a oportunidade de acompanhar algumas Calin na feira em São José da Tapera, pois em Carneiros elas evitam pedir e ler a sorte. As crianças também costumam andar juntas, vão e vêm juntas da escola.

2. Relações espaciais e deslocamentos na microrregião de Santana do Ipanema

Considerando que o espaço é feito de relações sociais, procuramos, na medida do possível, conhecer como os Calon que estão em Carneiros se relacionam com o espaço a partir dessa relação construída no cotidiano. As relações sociais entre esses Calon são marcadas por uma forte divisão entre gêneros, dessa forma, durante a minha estada em campo, percebi que a grande parte dos deslocamentos no rancho são realizados pelos homens, por isso, não pude acompanhar melhor e tive dificuldades em entrevistá-los, portanto, tudo que relatarei a seguir são informações dadas pelas mulheres, algumas entrevistas com Seu Francisco (chefe do rancho) e Gilberto, seu filho, e observações minhas. O município de Carneiros faz parte da microrregião de Santana do Ipanema que compreende os municípios de: Canapi, Ouro Branco, Maravilha, Senador Rui Palmeira, Santana do Ipanema, Olho d'água das Flores, Olivença e Dois Riachos.

De acordo com as informações que tive junto às Calin, me parece que a morte de um dos filhos de Seu Francisco fez com que esses Calon resolvessem ir embora da Bahia, "andando de animal" em direção ao Estado de Alagoas (a família de Seu Francisco arranchou a bastante tempo no município de Feira de Santana e faz parte de uma rede de parentes que abrange pousos em Salvador e Camaçari). De acordo com Seu Francisco, eles passaram por Arapiraca e continuaram caminhando em direção ao sertão. Quando chegaram nessa região, pousaram em alguns lugares; o primeiro foi no munícipio de Senador Rui Palmeira, depois passaram por Carneiros, Santana do Ipanema, Olho D'água das Flores e Dois Riachos (nesse

último eles chegaram a passar mais de 2 anos, "parado" lá). Seu Francisco lembra alguns detalhes de cada um desses pousos:

> Andamos de animal isso tudo aqui... nós passava, ficava um tempo num canto, um tempo no outro... ficamos um tempo na estrada de Senador... não era bom não... não tinha água e era difícil demais de ficar ali... depois passamos por aqui, por Tapera e Carneiros... foi rápido demais aqui... paramos em Santana... a feira lá é boa, grande, dava pra fazer rolo bom, leitura, baralho... mas lá foi difícil, difícil a proteção... foi melhor ir embora de lá... nós vamos na feira até hoje, mas, parar lá não prestou... fomos embora, passamos por Olho D'agua e ficamos em Dois Riachos... passamos 2 anos lá... aí voltamos de novo e viemos pra cá.

Da fala de seu Francisco podemos ver que antes de "pararem" em Carneiros, no atual pouso, eles tiveram mais 3 pousos por períodos relativamente grandes. Em senador Rui Palmeira, eles pararam, mas a falta de água e localização (segundo Seu Francisco na beira da estrada) fizeram com que eles fossem embora, passando por São José da Tapera e Carneiros. Pararam um tempo em Santana do Ipanema. Turista, cigana Calin é uma das minhas informantes no campo, ela me falou que até hoje eles fazem rolo na feira grande lá: "fazer rolo lá é bom... tem gente demais... fazer rolo, ler mão, tudo lá era bom...". Eu perguntei tanto a Seu Francisco quanto à Turista porque eles haviam saído de lá já que o rolo era tão bom, já que dava dinheiro, eles responderam que foi porque tiveram que sair mesmo, que é assim mesmo "melhor sair e ir pra outro lugar e ir lá só pra fazer negócio".



Microrregião de Santana do Ipanema.

Assim, podemos entender que os Calon fazem uma distinção dos lugares que são para fazer negócio e os lugares que são para parar. Quando falava com as Calin sobre a leitura da sorte, elas me disseram que evitavam "ler a mão e pedir nas portas" lá em

Carneiros, de acordo com elas, fazer isso não é bom, porque podem ficar visadas e arranjar problemas com as pessoas da cidade.

Quanto a ideia de "proteção" mencionada por Seu Francisco, observei que Batista, seu filho, vem "assumindo" o papel de mediador com o mundo externo, pois é a pessoa que mais mantém relações com os moradores da cidade: "o Batista conhece todo mundo na cidade e todo mundo conhece ele... qualquer problema na cidade, a gente chama o Batista por que ele conhece bem os juron, sabe conversar, faz negócio", conta Sielma. Essa capacidade de fazer alianças e negociações com o mundo externo – "ele conversa bem" –, é imprescindível num momento de pouso, de parada.

A falta de documentos – visto que até hoje ter documentos é requisito para se ter confiança (residência fixa) e conquistar direitos – era aliviada pela proteção de um coronel ou político. Goldfarb (2010) conta que em Souza/PB, a sedentarização de grupos ciganos foi um misto da capacidade dos líderes de fazer alianças, somada a um poder paternalista com atitudes assistencialistas, é importante ressaltar que as áreas ocupadas pelos ciganos no município pela autora estudada foram doações feitas por esses políticos.

Em Carneiros, os Calon mantêm boa relação com alguns vereadores, com o prefeito e sua família e empresários da região. A amizade com pessoas influentes na cidade também é muito importante. Siqueira (2012) que fez seu campo em Souza/PB afirma que o quadro não é diferente quando ressalta que:

> Por isso, justifica como estratégia de convívio social harmônico a importância de estabelecerem relações aproximadas com pessoas de respeito na sociedade, pois, quando esses personagens cumprimentam um cigano em público ou mesmo os convidam para as festas nas quais geralmente fazem apresentações musicais em voz e violão, automaticamente outros passam a simpatizá-los, relegando o preconceito ao segundo plano. Isso também alimenta o papel dos protetores, principalmente os de atuação política, que têm sido apoiados por grupos ciganos por apenas cumprirem suas obrigações de assisti-los, mesmo que esporadicamente (SIQUEIRA, 2012, p. 82).

Os homens fazem bastante rolo em Santana do Ipanema, lá tem feira grande, movimentada e é comum irem fazer rolo lá; além das feiras também é possível encontrar esses Calon em cidades do sertão, próximo às instituições bancárias que existem nos centros das cidades. A ideia de se retirar da cidade pode ter sido uma estratégia para proteger a atividade econômica Calon.

Em minha primeira, e única, ida a uma feira no município de São José da Tapera ficamos lá por um tempo, depois fomos para frente do Banco do Brasil. Eu comentei que pensava que a gente só circularia pela feira, então Nega me respondeu que não, que as feiras e os bancos localizados no centro das cidades também são utilizados por eles pra fazer negócio e a leitura da sorte: "a gente anda é isso tudo... e conhece esse povo tudinho aqui que trabalha perto... que vende coxinha, relógio, radinho... conhece todo mundo...".

Os Calon possuem mapas mentais desses lugares em que circulam. Feiras, praças e instituições bancárias são os espaços de negócio, do rolo. Nesses espaços, os Calon circulam e mantém uma atividade econômica diferenciada da exercida pelo não cigano, não é raro ouvir ciganos se gabando de que não está submisso "preso", "fechado" a um emprego formal, mas "vive melhor que muito juron por aí...". Em todo o espaço que passaram, os ciganos construíram relações que os ajudaram a desenvolver seu modo de vida. Eles negociam e se apropriam do espaço; as relações e redes de solidariedade formada no espaço parecem ser mais importantes do que o próprio espaço em que estão "fixados". Essa postura os ajuda a manter sua mobilidade, seu movimento.

3. Relações espaciais em Carneiros

Entre os não ciganos, o espaço no rancho é bem delimitado: existe uma área vista como cigana dentro da cidade "no terreno em frente a Igreja e a Praça, por trás do Mercadinho Santo Antônio", dizem os moradores. Como já mencionei anteriormente, o fluxo de parentes, indo e vindo, intriga e incomoda alguns moradores. O terreno onde o rancho se encontra, situado no centro da cidade de Carneiros perto da Praça da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, é hoje um pouso onde os parentes espalhados em ranchos no Estado da Bahia fazem constantes viagens "a passeio", "pra visita", "pra fazer rolo".

Ouvi tanto por parte de Seu Francisco quanto por parte das calin sobre a importância de terem comprado o terreno na cidade, mesmo assim, como já ressaltado anteriormente, é latente a possibilidade de saída a qualquer momento. A impressão que trás as falas dos Calon é que eles andaram por toda a região, escolherem o lugar, conseguiram "proteção", e o rancho se constituiu em um lugar estratégico onde podem fazer negócio com as cidades vizinhas e onde conseguiram fazer um pouso que é referência para os parentes.

Quando conheci Rafaela, prima da Sielma e também sobrinha da Nega, minha principais informantes e interlocutoras no campo, ela estava arranchando com os parentes em Carneiros faziam 5 meses, contudo me comunicou que era "por pouco tempo", que a "qualquer dia" voltariam a Bahia. A impressão que dá é que Salvador, Feira de Santana, Camaçari e Carneiros constituem um só espaço, onde esses Calon construíram uma rede de solidariedade forte entre esses parentes que estão em comunicação constante pelos deslocamentos, mas também por telefone e através das notícias e fofocas entre os pousos.

Cada vez que alguns parentes chegam, trazem notícias de primos que foram presos, de quem "destruiu a vida indo morar com uma jurin", que o tio tá bem de vida, que a filha tá sendo judiada. Na maioria das vezes, são essas notícias que fazem com que outros parentes se desloquem para "vê o que tá acontecendo lá", "pegar a filha de volta", "ficar com os parentes enquanto o primo tá na cadeia", etc. A procura por notícias dos parentes é grande e são sempre recebidas de forma entusiasmada. Em umas das minhas visitas ao rancho, Nega contou que estava preocupada esperando um telefonema, pois sua irmã com o marido e os sobrinhos tinham ido para a Bahia buscar a filha que estava sendo "judiada" pelo marido: "se chegar lá e for verdade ela volta aqui pra ficar com nós... ela vem que seja pelos cabelos..." A mesma coisa acontece por lá, Sielma me conta que a família de Madalena, casada com seu irmão Michel, veio passar uns tempos porque souberam que ela havia sido agredida pelo marido "se Michel não se orientar, eles levam Madalena de volta".

As brigas entre parentes também são motivos para os deslocamentos. Um simples telefonema sobre uma briga entre parentes causa o imediato deslocamento de uma família nuclear para defender ou para repreender o responsável pela discórdia.

Desses movimentos são trazidas mais e mais notícias que os fazem ligar uns para os outros para saber se o que foi contado é verdade e, com isso, essa rede de parentes fica cada vez mais unida. "Tem briga demais aqui... mas parece que depois das briga... se entende e fica tudo até melhor... é coisa de parente... isso tudo aqui é parente", diz Nega.

Esses deslocamentos demonstram-se movidos por essa rede de solidariedade entre parentes, que aumenta a sensação de pertencimento e a construção de um espaço que parece não ter fronteiras, dando a impressão que para os Calon Feira de Santana, Salvador, Camaçari e Carneiros são um só espaço.

Em Carneiros eles evitam algumas práticas como pedir dinheiro na rua e a leitura da sorte, como já falado anteriormente. Já o rolo ocorre normalmente tanto fora quanto dentro

do rancho. Eles mantêm ótimas relações com o prefeito e com alguns empresários locais. Todos esses "juron amigos" visitam o rancho em dias de festa; "o prefeito vem prá cá... come, bebe com nós... conversa, dança...", conta Nega.

Tive a oportunidade de ir para o maior supermercado da cidade, fazer umas compras para a barraca de Nega. Foram conosco Sielma, Mirele e o menino Darlan. Nega me falou: "o dono desse mercado é muito nosso amigo". Então, conheci Abadias que disse que ficou amigo dos ciganos desde o tempo em que chegaram na cidade. Ele me contou que vai frequentemente ao rancho e já foi padrinho de um casamento lá, "o único defeito deles é pechinchar muito na hora de comprar", conta rindo.

Outro comerciante da localidade que tem amizade direta com os ciganos e também frequenta o rancho é Seu Antônio, que tem um comércio de galinhas na cidade. Os ciganos tanto compram lá, quanto vendem também as galinhas que são criadas no rancho: "as galinhas boa, de capoeira daqui, a gente entrega logo a ele... ele abate lá mesmo... o dinheiro é negociado lá na hora quando as galinha é levada... umas tão grande, outras mais pequena [...] antes nós vendia na feira aqui... só que a amizade com ele ficou melhor... é só levar as galinha pra lá e ele vai vendendo..." (Nega).

Existem amizades com outros comerciantes, como por exemplo, "o homem dos DVD", que não tive a oportunidade de conhecer. Existe também a costureira D. Nê, "ela costura pra nós desde o tempo que chegamos aqui... tem outra, mas só fazemos roupa com ela", conta Nega. Depois de muitas negociações sobre o preço dos vestidos, Nega me conta que hoje em dia qualquer vestido sai no valor de R$ 50, "ela não faz menos que isso... tá vendo como é caro? Ainda tem que levar o pano, os bico, as fitas... por isso que só encomenda roupa nova quando tem casamento". D. Nê faz os vestidos e também já foi para casamentos no Rancho.

Vemos que o juron mesmo visto como "o outro", "o prostituído", "sem moral" (que se definem pelas ações e comportamentos) integra diretamente as relações comerciais, econômicas e afetivas dos Calon. Faz-se rolo com juron, ele está no rancho sendo padrinho de casamento, comendo e bebendo.

Os Calon se constroem em meio a mundo construído pelo não cigano. Fazem um uso Calon das estradas, do comércio, das praças, das feiras. Ferrari (2010) fala sobre um mundo dado (mundo gadje[3]) e um mundo construído (o mundo Calon):

[3] Gadje ou gadjo é um dos termos usados por ciganos para se referirem aos não ciganos, na maioria das vezes usados por ciganos de etnia Rom. Entre os Calon são mais usados os termos juron, gajon ou brasileiro.

> [...] o mundo dado é o ambiente gadje, de onde os calon extraem seus "recursos". Os calon se servem das redes de água e esgoto, e das instalações elétricas, pagando ou "fazendo gatos". A "primeira língua" aquela que será a base para a introdução do repertório lexical chibi, é a língua portuguesa, dada pelo gadje. A comida é brasileira, mas não se come como os brasileiros. Os nomes oficiais são tipicamente brasileiros, mas sobre estes atuam os apelidos. A música é sertaneja local, mas não se escuta "som" como os brasileiros [...] As estradas, as cidades, as ruas em que circulam, o terreno para acampar, o mundo em que vivem é pensado como um mundo gadje dado, a partir do qual se cria um mundo calon (p. 299).

Quando pergunto sobre a cidade, os Calon nunca mencionavam o acampamento sempre falavam na feira, no centro, nas praças, são desses lugares que os Calon sobrevivem, se fazem Calon no mundo juron e, a partir dele se difenciam e mantem seu movimento.

Ao Perguntar a Gilberto sobre a cidade de Santana do Ipanema, aonde vai com frequência, ele me fala da praça onde fazem rolo, do celular que trocou com o juron, dos melhores dias de feira lá, da estrada, da polícia, dos comerciantes, onde é melhor para as mulheres ler a sorte, os empréstimos negociados em frente ao Banco do Brasil, etc. As referências à cidade são a partir do uso que fazem dos lugares. Seu movimento no espaço é feito de acordo com "sintomas e avaliações antes que de medidas e de propriedades" (Deleuze e Guattarri, 1980).

Pensadas um pouco como se estabelecem as relações dos ciganos Calon de Carneiros e o entorno do rancho e da região, passarei, no próximo capítulo, a tratar sobre como se estabelecem as relações dentro do rancho e quais são suas dinâmicas cotidianas do grupo.

4. Espaço, identidade e nomadismo

Ao me debruçar sobre os estudos dos povos ciganos percebi a necessidade de elaborar algumas reflexões acerca de noções que têm sido utilizadas para estudar estes grupos de modo essencializadas. Uma delas é a ideia de "nomadismo", vista por muitos enquanto uma característica quase que intrínseca ao modo de ser cigano. Deste modo, considero que, estudar ciganos é desconstruir noções essencialistas, pois o "nomadismo" é naturalizado como um estilo "autêntico" de "ser cigano". Essas ideias se chocam com a realidade social brasileira, onde os ciganos estão cada vez mais engajados politicamente e exigindo cidadania e direitos, tentando dialogar com o Estado, reivindicando terra e construção de casas, endereço fixo. Nesse contexto, poderíamos nos perguntar: a "identidade cigana" estaria se "perdendo"? Essa naturalização do "nomadismo" como definidor do ser cigano, também se choca com o trabalho

de campo por mim empreendido, pois nele descobri que os ciganos estabelecem outros tipos de fronteiras culturais que os diferenciam dos não ciganos, além desta ideia de nomadismo.

Durante todo o trabalho, tentamos nos livrar dessas noções simplistas e fixas de identidade que não dão conta da complexidade das relações sociais, ou seja, que cristaliza e naturaliza essas relações e, muitas vezes, caem na dicotomia nômade/sedentário impondo uma visão de mundo do pesquisador e ignorando o sentido e vivido pelos nativos.

> Do ponto de vista do gadje, as caravanas passam, os acampamentos aparecem e desaparecem; em relação a eles, os ciganos se movem [...] Nessa concepção, se o cigano se move, ele é "nômade", se ele se fixa, se "sedentarizou" e está perdendo sua tradição. Mas será essa a melhor maneira de descrever a relação do cigano com a terra? (FERRARI, 2010, p. 260).

Insistir na dicotomia, se viajando é "nômade", se está parado é "sedentário", pouco nos esclarece sobre a visão de mundo dos ciganos em relação ao espaço em que ocupam, pois essa dicotomia só encontra lógica nos olhos dos não ciganos, procuro apreender o que o cigano pensa e sente quando nos fala que é "nômade", que é "livre".

A ideia de "nomadismo" para os Calon vai além da nossa dicotomia simplista que consiste em "sedentário/nômade", "parado/em movimento", "ter endereço fixo/viver viajando", etc.

A fala de Turista é reveladora nesse sentido, ao falar sobre o desejo deles de verem suas casas construídas: "quem disse que uma casa foi feita pra prender?... casa é casa... cadeia é cadeia...", diz ela e ainda completa: "o juron é preso na casa... preso nas coisas... o cigano não... é livre... a gente fica onde tá contente, onde tá a família... se estamos juntos tá bom, se acontece coisa ruim e não dá pra um... não dá pra nenhum...".

A sensação de "estar indo" é latente; o "cigano" se vê na mobilidade, no deslocamento, no ir e vir: "cigano não nasceu pra tá preso, nós é livre, sempre foi assim... vem de ordem... nós não tá aqui? Se precisar... arrumo as bombas e vai simbora..." (Nega).

Então, em Carneiros, mesmo pleiteando a construção de suas casas, os ciganos não veem o lugar como algo permanente, pois, ele depende das relações, alianças, afetos e situações nele construídas, sem a família o lugar não existe, dessa forma, eles se veem inclinados a abandonar o local diante de acontecimentos.

Dentre esses acontecimentos está a morte, como revela seu Francisco ao ser perguntando sobre a morte de seu filho: "foi dada a ordem de andar... simbora da Bahia... andando por meio

dos outros sertão... chegamos aqui... passamos... voltamos e paramos aqui de novo... chegou a ordem de parar... nunca mais voltei pra Bahia... não ando mais por aquelas banda... até hoje".

Outra hipótese de largar o rancho que encontrei durante a entrevista foi: "nós temos que procurar nossa paz né? Se ali tem inimizade num chega nem perto... se tem cigano diferente... também não... cada um com cada um", diz Nega. Outra hipótese seria "a vergonha", ou seja, se algum Calon fizer algo que envergonhe o grupo. Compartilho com Ferrari (2010) a ideia de que:

> O parar/morar não significa fixação, o viajar/andar tampouco significa "errância", o movimento, sendo absoluto, não se define em relação ao espaço físico, o território, mas sim a rede afetiva de relacionalidade – parentes, inimigos, estranhos, gadjes (p. 273).

Seu Francisco explica sua relação com o espaço do rancho, com o lugar onde estão "arranchados":

> Aqui é um pouso... nós juntamo e compramo... é nosso, mas não tamo preso aqui... aqui nós arrancha, recebe a família... um cuida do outro... como Jesus e Maria ensina pros cigano... e aqui tem liberdade... tem sim... cigano é livre... entende?... entende não né?... deixa eu dizer, é assim, um passarinho... um passarinho... ele é livre num é? Mas ainda assim ele num tem um pouso? É a mesma coisa de nós.

Assim, entre os Calon de Carneiros, o rancho não é pensado como algo fixo: "se não tá bom mais aqui... a gente sai pro meio do mundo... vem os outro e fica no lugar" (Seu Francisco).

Ferrari (2010) entende que o movimento Calon é, sobretudo, uma recusa em se fixar e só nesse sentido o cigano pode ser definido como "nômade". Segundo ela, a noção de nomadismo, visando descrever a relação do cigano com a terra, só deve ser usada se for reconceitualizada, nos termos do que Deleuze e Guattarri chamam de "desterritorialização", pois ele não cria uma relação com a terra, de propriedade, de pertencimento, isto é, "andando ou morando, sua relação com a terra não muda, pois o movimento para eles não é relativo, mas absoluto. Levam-no dentro de si, mesmo que parados" (p. 267).

Conclusões

Tentei entender os sentidos existentes por trás das viagens e dos constantes deslocamentos desses Calon. Minhas observações no rancho me fizeram concluir que os

Calon possuem um modo específico de se relacionar com o espaço, baseado nas relações de afeto entre parentes. Através dos deslocamentos, eles mantêm o afeto necessário a sua rede de parentes e constroem relações e laços com os não ciganos que possibilitam a manutenção do seu modo de vida. Pois eles se constroem e se apropriam do espaço, através das negociações e alianças com um mundo juron.

Com a pesquisa, pude perceber que as praças, os espaços próximos às instituições bancárias, as feiras etc. são também espaços Calon. Os seus deslocamentos constroem essas redes. Se deslocar não é algo aleatório e sem propósito como podem julgar os olhos "fixos" do não cigano, esses trajetos podem revelar muito mais sobre o modo de viver Calon, eles têm um sentido vivido por eles. Assim, considero que os Calon transformaram não só o rancho em Carneiros em um espaço seu, mas todo o caminho que percorrem e estabelecem relações comerciais e de amizade, em Carneiros e nas cidades vizinhas.

Referências

FERRARI, Florência. **O mundo Passa:** Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. São Paulo, 2010. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo. 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1963.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Nômades e Peregrinos:** o passado como elemento identitário entre os ciganos calons na cidade de Sousa - PB. In: Cadernos de Campo, SP, n. 19, 2010.

SEPPIR. **Brasil Cigano** - I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília-DF. Disponível em www.seppir.gov.br.

SIQUEIRA, Robson Araújo de. **Os calon do município de Sousa/PB:** dinâmicas ciganas e transformações culturais. Recife, 2012, 164 f. Dissertação (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.

A CLASSE TRABALHADORA PAULISTA ENTRE 1920 E 1940 E A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: O CASO DO PCB

Lilian Zanvettor Ferreira
UNICAMP

Resumo: O presente trabalho procurou compreender os espaços de participação política dos trabalhadores paulistas das décadas de 20 a 40 enquanto espaços de educação. Nos debruçamos mais precisamente sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), local de convergência de lutas dos trabalhadores na época e que alternou períodos de legalidade e ilegalidade. A pesquisa sugere que o espaço do partido pode ser considerado como um espaço agregador de diversos saberes, aprendizado, debate e crescimento entre os trabalhadores paulistas. Mais especificamente buscamos compreender a experiência do jornal A Classe Operária, órgão oficial do partido, e que tinha como intenção ser um espaço de divulgação das lutas operárias, também de participação operária e construção de conhecimento.

Palavras-chave: educação; PCB; A Classe Operária.

Abstract: The present study sought to understand the spaces of political participation of paulistans workers in the decades of 20 to the 40, while educational spaces. We looking for, specially, about the Brazilian Comunist Party (BCP), local of struggle convergence of works at the time and that alternated periods of legality and illegality. The research suggests that the party's space can be considered as a space that adds diverse knowledge, learning, debates and growth between the paulistans workers. More specifically, we seek to understand the experience of the newspaper "The Working Class", official party organ and which had as intention be a disclosure space of workers 'struggles and also, working participation and knowledge building.

Keywords: education; BCP; The Working Class

O pintainho humano mal abandona a casca atraca-se aos livros e a resmas de cadernos.
Eu aprendi o alfabeto nos letreiros folheando páginas de estanho e ferro.
Maiakovski

Introdução

Uma questão pessoal suscitou o desejo desta pesquisa: quando da primeira eleição do presidente Lula no país, em 2002, o Brasil se dividiu entre os que o queriam no governo e os que o designavam de "analfabeto", por não ter frequentado a escola formal[1]- incapaz, portanto, no dizer de alguns, de ser um governante. Particularmente isso me foi bastante incômodo, pois me debruçava sobre a pesquisa biográfica do Sr. Basílio Zanvettor[2], militante

[1] No ideário brasileiro ainda paira a diferença de valorações entre aquele que é intelectual e aquele que é trabalhador. Por sua característica de trabalhador sindicalista e nordestino, o senso de alguns grupos de interesse atribui a Lula a insígnia de analfabeto. Lula, no entanto, frequentou o ginásio e o curso técnico de torneiro mecânico no SENAI. Fonte: Instituto Lula. Disponível em: <http://www.institutolula.org/biografia>.
[2] Basílio Zanvettor, militante do Partido Comunista Brasileiro, avô materno da pesquisadora.

do Partido Comunista, preso juntamente com Carlos Marighella, Annita Axelrud, Samuel Kleiman e outros, por participação na reorganização do comitê regional do partido na zona leste paulistana em 1938 e encarcerado durante oito anos no Presídio de Ilha Grande. Através de sua história de vida, que se imiscuía por meio de fatos, contos e histórias, sabia que Basílio Zanvettor não havia frequentado a escola formal. Conhecia a biblioteca pessoal que ele mantinha no porão de sua casa na zona leste paulistana e entendia que a falta de escolarização formal não estava relacionada a pouco estudo, ou mesmo à pouca compreensão do mundo. Assim, a pesquisa tomou um novo rumo: em que medida os estudos, as leituras de obras básicas socialistas, de revistas, boletins, e mesmo as discussões ocorridas no partido poderiam ser consideradas como um processo educativo? Durante a pesquisa pude me debruçar sobre a questão da hegemonia em Gramsci, o que me fez entender o porquê da desvalorização desse tipo de estudo e consequentemente de coletivos por ele frequentado. O intelectual orgânico, no entanto, se fazia presente, nos estudos, nas discussões, na organização das células e na luta contra os governos autoritários.

Para o presente artigo, procuramos nos ater à experiência do jornal A Classe Operária, órgão oficial do Partido, inspirado na formulação leninista de um jornal colaborativo que fosse formador, além de informador. Nesse jornal, os trabalhadores eram incitados a escrever, debater, fomentar questões e se aprofundar nas obras teóricas do socialismo.

Pudemos aferir também, pela leitura do jornal, que a educação formal não é desvalorizada, é presente na vida desses trabalhadores, através de todo tipo de tentativas de certificação e frequência ao ensino formal.

1. Os jornais operários

Os jornais operários constituíram experiências concretas e vívidas da classe trabalhadora no Brasil, desde fins do século XIX. Com a chegada dos imigrantes, muitas foram as experiências de imprensa que tinham por intenção propagar os ideais anarquistas, denunciar condições de vida, estadia e trabalho no Brasil. Na cidade de São Paulo, no início do século XX, circularam inúmeros folhetins, muitos publicados nos dialetos italianos.

São Paulo, uma cidade economicamente importante para o escoamento da produção cafeeira para exportação, passou por forte processo de urbanização e aglomeração de trabalhadores, especialmente nos bairros periféricos, em torno das estradas de ferro, e dos

terrenos alagadiços e baixos, onde se instalaram as fábricas e indústrias criadas para suprir as necessidades da urbanização brasileira (ROLNIK, 2001).

A historiadora Maria Guzzo Decca traz, em sua pesquisa sobre o cotidiano operário paulista, que, na década de 1920-1930, 87% da população na cidade de São Paulo era de imigrantes. Essa população, alguns egressos do trabalho nas fazendas, outros vindo diretamente para a cidade, veio, na maioria das vezes, com as primeiras letras adquiridas na pátria natal. Aqui, encontraram condições de vida e trabalho bastante precárias. Entre 1917 e 1922, esse último ano de fundação do Partido Comunista, as greves e aglomerações de trabalhadores por melhores condições de trabalho eram intensas e constantes. A organização dos trabalhadores se fazia cada vez mais forte e a luta por direitos, através de greves, sindicatos e comícios era constante. "Os jornais de tendência anarquista, anarco-sindicalista, comunista, ou jornais de sindicatos, dos pequenos grupos socialistas ou antifascistas, eram parte integrante do cotidiano da cidade e do ponto de vista de como os trabalhadores viam seus problemas" (DECCA, 1987, p. 97).

Os jornais e boletins operários tinham circulação intensa entre a classe operária e eram vistos como uma instância não só de informação, mas também de formação política. Segundo Saviani:

> Os ideais libertários difundiram-se no Brasil na forma das correntes anarquista e anarcossindicalista. Aquela mais afeita aos meios literários e está diretamente ligada ao movimento operário. Seus quadros provinham basicamente do fluxo imigratório e expressavam-se por meio da criação de um número crescente de jornais, revistas, sindicatos livres e ligas operárias (SAVIANI, 2010, p. 182).

Em 1925, três anos após a fundação do Partido Comunista Brasileiro, inicia-se a publicação do jornal A Classe Operária, com a intenção de ser um órgão de divulgação e reflexão oficial do partido. É preciso, como afirma Mattos (2009), compreender o alcance de um jornal operário à época. Para um jornal que ia contra o pensamento hegemônico, A Classe Operária tinha enorme tiragem. Com o auxílio do partido, dos próprios trabalhadores e simpatizantes, o jornal era editado e distribuído para leitura, desde o interior das fábricas até o campo.

Além da leitura, esses trabalhadores eram chamados a contribuir com o jornal, em especial na denúncia de condições de vida e trabalho, o que faz da Classe Operária um documento interessante para compreensão do cotidiano desses trabalhadores. Segundo Lacerda (1938), citado por Dainis Karepovs: "Até abril de 1937, editou-se A Classe Operária em São Paulo (mensal, com tiragem de cinco mil exemplares), Salvador (quinzenal, 2,2 mil

exemplares) e no Rio de Janeiro (de janeiro a março de 1937, mensal com dois mil exemplares)" (LACERDA, 1938 apud KAREPOVS, 2002. p. 154).

A Classe Operária não tinha sede e tipografia próprias e se utilizava de gráficas emprestadas ou doadas pela imprensa comum. Tornou-se ilegal em 1929, e assim permaneceu por 16 anos, ainda publicando com extremas dificuldades (BRANDÃO, 1978). Em 1931, a pedido do partido, Otávio Brandão retoma os trabalhos do jornal e reforça a intenção clara de que ele deveria ser um órgão, não somente de divulgação, mas também de caráter colaborativo e educativo entre os trabalhadores e trabalhadoras. "O PCB inspirou-se no Plano de um Jornal político para toda a Rússia, publicado no livro de Lênin, Que fazer?, e fundou, em 1925, sob estado de sítio o jornal legal das massas A Classe Operária" (BRANDÃO, 1978, p. 220).

Em um trabalho sobre a representatividade feminina na política, Bernardes (2007) estuda o papel de Laura Brandão, esposa de Otávio Brandão, na militância política. Nesse trabalho podemos entrever que Laura Brandão, apesar de não aparecer, não ter o nome figurando em nenhum local, foi fundamental nas atividades do jornal. Em alguns artigos, Laura Brandão já passa a figurar como co-fundadora de A Classe Operária, ao lado de Brandão e Astrogildo Pereira. A pesquisa de Bernardes aponta que uma das funções de Laura era editar e corrigir as cartas dos operários, o que reforça a colaboração constante dos trabalhadores como parte intrínseca das atividades do jornal e o seu papel de diálogo com e entre esses trabalhadores.

2. A colaboração, a leitura e a educação dos trabalhadores

A discussão sobre educação perpassa pela questão do jornal colaborativo de duas maneiras: a colaboração em si, como um processo de aprendizado e empoderamento de escrita e de apropriação do veículo de imprensa e, num segundo ponto, o processo de aprendizagem que se possibilita com a leitura propriamente dita do jornal. Nesse segundo sentido, o jornal parecia consciente da sua possibilidade em promover, entre as massas, leituras de cunho reflexivo.

Pensamos numa relação entre a apropriação do trabalhador pelo jornal e a reflexão a respeito do seu conteúdo, ou seja, entendemos que a relação que o trabalhador tem com os diversos textos e escritos, se retroalimentando para compreender o mundo e novamente colaborar, será maior na medida em que se identifica com o veículo ou identifica o veículo como parte de sua atuação. Em vários números consultados, pudemos observar que a participação, a escrita, o envio de notícias pela parte dos trabalhadores é instigado pelo órgão.

Figura 1 - Aos trabalhadores das fazendas de café. Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925.



Aos trabalhadores das fazendas de café

Pedimos aos companheiros trabalhadores das fazendas de café que nos escrevam communicando seus salarios, as horas de trabalho, os soffrimentos e as aspirações. Não se importem com os erros de grammatica.

No jornal de 4 de julho de 1925 (Ano I), contamos vinte e cinco pequenos artigos de trabalhadores, todos em tom de denúncia das condições de vida, trabalho e salário.

As denúncias variam desde descumprimento às leis por parte dos patrões, até a insalubridade no ambiente de trabalho (falta de janelas, de local para alimentação, falta de ventilação, intoxicação por gases tóxicos), passando por denúncias de excesso de trabalho dos "juvenis", além de violência por parte dos patrões e encarregados da fábrica, inclusive violências de gênero.

Em 1925, apesar do estado de sítio decretado pelo Presidente Artur Bernardes desde 1922, e as difíceis condições para a luta operária, o jornal está em legalidade. Os nomes dos artigos, em sua maior parte, estão assinados. Alguns artigos são identificados por grupo ou classe ("Trabalhadores dos Trapiches", "Um grupo de Vassoureiros", "Os pequenos operários da estamparia Bonavita"). Já no Ano XII, 1936, nenhum artigo é assinado, apenas as iniciais são grafadas. "Em 1929 o jornal A Classe Operária foi fechado [...] boicotado pelas tipografias, mergulhou na vida ilegal durante 16 anos de combates heroicos" (BRANDÃO, 1978, p. 362).

Em seu livro de memórias, Brandão afirma que o jornal continuou a ser editado após 1929, apesar das dificuldades e de maneira irregular. Não foi possível, no entanto, encontrar a série de jornais dos anos 30. Para a historiografia tradicional, o Brasil passou por uma ditadura após o golpe dado por Getúlio Vargas em 1937. Sabemos, no entanto, que recrudescem as perseguições e aprisionamento dos militantes desde muito antes. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), por exemplo, foi criado em 1924. No depoimento de Elvira Boni, militante anarquista e colaboradora do

PCB, é possível compreender que a perseguição era sentida vivamente pelos militantes desde muito antes da implementação oficial do estado de exceção.

3. O ensino formal

Em 1920, o ensino e a alfabetização da população pobre já era alvo de políticas públicas nacionais e de intensa preocupação das elites. Inspiradas pelos ideais higienistas, várias foram as reformas e decretos voltados para a ampliação do acesso à educação formal.

> A reforma de 1920 apresentava-se de forma muito mais ousada, pois já não bastava dar instrução completa para alguns, urgia alfabetizar todos. Tratava-se então de regenerar a república, nacionalizar o país, e para isso, a escola poderia ser mais simples e rápida – dois anos eram suficientes para o ensino primário. Sim, por que Sampaio Dória entendia a alfabetização do povo como "questão nacional por excelência" do que decorreria a formação do caráter nacional, a integração dos migrantes e a subordinação à ordem e ao trabalho (MACHADO, 2009, p. 54).

Segundo dados do Censo, colhidos através de documento do INEP, em 1920, 65% da população brasileira era analfabeta. No trabalho de Machado (2009) levanta-se, na São Paulo de 1920, a existência de apenas um ginásio público mantido pelo governo, contra 40 escolas privadas. A classe trabalhadora paulista vivia pobremente. Segundo Decca (1987), os salários eram consumidos quase em sua totalidade pelos aluguéis das habitações precárias, deixando pouco para alimentação, vestuário e higiene. Toda a família, de pais a crianças, ingressava para o trabalho insalubre das fábricas, não atingindo, mesmo assim, o mínimo para subsistência. É fato, portanto, que, mesmo alfabetizados (e muitos dos imigrantes já aportaram alfabetizados) o acesso à escola e à escolarização era vetado a essas camadas populares.

Retomamos Willis ao refletir que a escola, para a classe trabalhadora, nem sempre é uma opção, e deixar de frequentá-la pode não ser também um problema:

> O abraçar o trabalho manual não é uma experiência de absoluta incoerência, na qual os indivíduos deixam de ter uma visão lúcida por causa de influências culturais perversas, assim como não é uma experiência de atávica inocência, profundamente marcada por ideologias pré-estabelecidas. Ela tem a natureza profana de si própria: ela não se apresenta nem sem significado, nem com o significado dos outros (WIILIS, 1991, p. 210).

Para esses homens e mulheres do trabalho, nessa época, o partido acaba por ser o local de encontros, estudo, lazer, de construção de ideias e de aprendizado.

Ao nos debruçarmos entre os números do jornal dispostos no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, pudemos notar que as falas e escritos sobre a educação são recorrentes. Além das chamadas para a colaboração escrita do trabalhador, indicações de leituras e modos de compreender o contexto político também se fazem presentes.

Figura 2 - Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925.



Para aprender a escrever

Um dos meios do o trabalhador aprender a escrever é, assim, collaborar na A CLASSE OPERARIA sem nos dar o trabalho de passar a limpo os artigos, que elle nos envia, é empregar as horas vagas em copiar columnas inteiras deste jornal.

Além disto, por este processo, as idéas entrarão mais facilmente na cabeça.

Figura 3 - Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925.



Leituras para trabalhadores

PARA AS MASSAS

Evangelho dos livres $700
Programma da I. S. V. (em hespanhol) $700
Tres annos de luta da I. S. V. (em hespanhol) $200

PARA A VANGUARDA

Anarchismo e communismo — Kropotkine $200
Manifesto do Mara — Ingenieros $500
Russia Proletaria $600
Revista do P. C. — cada n. $200 e $500.

Pedidos, acompanhados do respectivo importancia, a A. A. Diniz de Mattos — rua Marechal Floriano Peixoto n. 172, 1º andar — Rio de Janeiro.

Os artigos às vezes vinham explicitar o problema da falta de instrução das crianças, às vezes divulgar cursos noturnos e associações de ensino. Pôde-se observar também, a valorização das iniciativas educativas dentro das prisões (Presídio Maria Zélia e Colônia Correcional de Ilha Grande. Não foram achados registros sobre o presidio de Fernando de Noronha) e entre os presos políticos que, ao montar bibliotecas e grupos de estudo, no dizer dos jornais, resistiam.

Para além do jornal como experiência educativa *per si*, em seu fazer colaborativo, o discurso e a reflexão sobre educação, no periódico, foi uma constante. As falas sobre o assunto da educação são recorrentes, variadas e perpassam diversos artigos. Em 27 de junho de 1925, lê-se sobre a educação das mães operárias:

> É preciso que os companheiros ensinem as primeiras letras às companheiras, caso ellas não o saibam. A mulher analphabeta é um sério obstáculo à obra de transformação [...]. Desde que a companheira saiba ler, é tratar de iniciá-la imediatamente na theoria proletária. Aliás, ela poderá desenvolver a leitura nos próprios livros marxistas (A Classe Operária, 1925).

Em maio de 1928, um artigo procura levantar questões para o jovem proletário. Nesse artigo, fica implícito que o emprego, na condição de aprendiz, é remunerado de maneira inferior: "Jovem proletário. Onde trabalhas? Tem muitos companheiros? Quantas horas trabalhas? Qual é o teu salário? Quantas horas dormes? Como é a tua cama? Os pagamentos são pontuaes? És aprendiz, ou, és apenas roubado como aprendiz?" (A Classe Operária, 1928).

Em janeiro de 1938, no Manifesto de Convocação para o IV Congresso do PCB, que foi lançado como folha suplementar ao jornal, entre outras propostas, figuram ideias sobre a educação da juventude: "Um programa que abrisse a mocidade brasileira maiores horizontes, para a concretização de suas sentidas aspirações deveria compreender uma campanha juvenil pela cultura popular ampla, pela proteção, a recreação e ao esporte dos jovens" (A Classe Operária, 1938).

Ao folhear o jornal, é visível uma valorização do ensino em todas as suas formas. Associam-se aos artigos e reflexões sobre educação, notas de divulgação sobre oportunidades educativas como associações de ensino mútuo, escolas noturnas e de aprendizado técnico - metalurgia, alfabetização nos sindicatos.

Há ainda, as chamadas para leituras de base e para a conscientização da importância do debate entre companheiros no lar e na fábrica.

Figura 4 - Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925.



A ESCOLA DOS METALLURGICOS

A commissão dirigente desta escola participa a todos os associados da União que as suas aulas se encontram em pleno funccionamento. As materias lecionadas em suas aulas são as seguintes: aulas praticas e theoricas de motor a explosão, geometria, portuguez, arithmetica e calculos de abrir roscas inglesa e franceza em torno mecanico.

As inscripções estão abertas em nossa séde social, todos os dias uteis, das 19 ás 21 horas.

A commissão dirigente.

Gremio de Ensino Mutuo

Sua reunião de amanhã

Reune-se, mais uma vez, amanhã, o Gremio de Ensino Mutuo. Para essa tarde está organizado interessante programma que será levado a effeito, improrogavelmente, ás 15 horas em ponto, pelos trabalhadores de todas as corporações, que compõem esse centro de cultura.

O local offerecido para a realização da sessão de amanhã é o Centro dos Metallurgicos, á rua da America, 56-A.

Pudemos perceber, portanto, que a educação em seu sentido escolar não era desvalorizada e estava presente na vida desses trabalhadores do partido, através de todo tipo de tentativas de certificação e frequência ao ensino formal. Percebeu-se, no jornal, um constante retorno ao assunto da necessidade de alfabetização, alfabetização das mulheres e crianças, escolarização da juventude e ensino especializado, voltado à profissionalização.

4. Contradições

Embora declarada por Otavio Brandão a intenção de escrita coletiva, ao observarmos a publicação, notamos que a colaboração dos trabalhadores mostra um recorte bastante restrito e utilitário. Dos artigos de trabalhadores publicados no jornal do dia 4 de julho de 1925, todos eles se referiam às condições de vida, de trabalho e emprego. Mesmo que o discurso de desejo de libertação dos trabalhadores pelo jornal seja frequente, na prática, os artigos de opinião, as reflexões literárias, as discussões sobre política se mostram vedadas ao trabalhador comum, sendo feitas prioritariamente pela chamada vanguarda operária.

Figura 5 - Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925.



Aos collaboradores

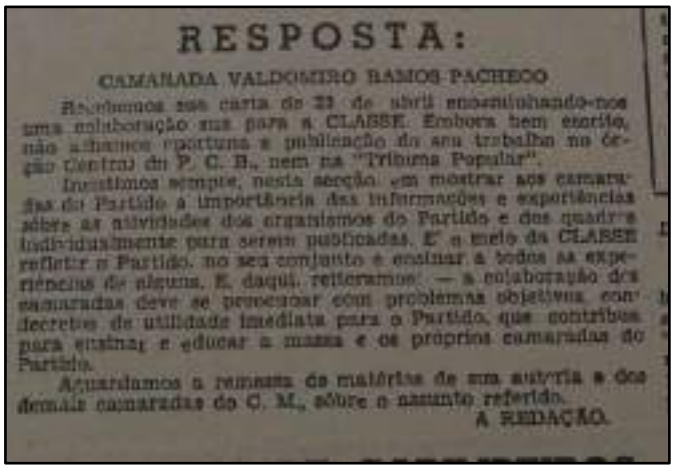
Quem escreve para o jornal está sujeito á censura proletaria do jornal. O jornal tem uma linha unica, homogenea, de conducta.

Os artigos devem estar em nossas mãos até terça-feira á noite e as pequenas noticias e communicações até quinta-feira á noite.

E' preciso que todos comprehendam que A CLASSE OPERARIA não é um jornal individual e sim uma obra collectiva; não é um jornal corporativista e sim um jornal classista — de toda a classe operaria nacional e internacional; e não póde ser um meio para glorias literarias.

Como exemplo, temos a resposta publicada no jornal de 1945 a Valdomiro Ramos Pacheco. Ao que parece o texto de caráter literário não encontra abrigo no jornal, diminuindo assim, ao nosso ver, a possibilidade educativa e colaborativa do mesmo.

Figura 6 - Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1945.



RESPOSTA:

CAMARADA VALDOMIRO RAMOS PACHECO

Recebemos sua carta de 23 de abril encaminhando-nos uma colaboração sua para a CLASSE. Embora bem escrita, não achamos oportuna a publicação do seu trabalho no órgão Central do P. C. B., nem na "Tribuna Popular".

Insistimos sempre, nesta secção, em mostrar aos camaradas do Partido a importância das informações e experiências sôbre as atividades dos organismos do Partido e dos quadros individualmente para serem publicadas. E' o meio da CLASSE refletir o Partido, no seu conjunto e ensinar a todos as experiências de alguns. E, daqui, reiteramos: — a colaboração dos camaradas deve se processar com problemas objetivos, com decretos de utilidade imediata para o Partido, que contribua para ensinar e educar a massa e os próprios camaradas do Partido.

Aguardamos a remessa de matéria de sua autoria e dos demais camaradas do C. M., sôbre o assunto referido.

A REDAÇÃO.

Numa rápida busca, pudemos achar o nome Valdomiro Ramos Pacheco na Biblioteca de Literatura Digital da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), atribuindo a ele a profissão de poeta, jornalista, professor e filósofo. A resposta dada pelo jornal a Pacheco contém em si uma contradição: ao mesmo tempo em que o jornal se pretende um órgão

coletivo, tem um espaço restrito de contribuição desses trabalhadores cujo corte parece ser mais político ideológico e menos educativo e cultural.

5. Resultados

O artigo sugere que os espaços de luta política entre os trabalhadores paulistas das décadas de 20 a 40 se configuraram como espaços de educação. Compreendemos que para os homens e mulheres do trabalho, na São Paulo da época, o partido era o local de encontros, estudo, lazer, de construção de ideias e também de aprendizados. Entendemos aqui que na luta desses trabalhadores ocorreu um processo educativo que pensamos ser significativo. Os processos de educação aqui sugeridos, em seu intermeio com a luta dos trabalhadores, podem ser compreendidos ao pensarmos a educação em uma gama maior de práticas sociais que ultrapassam aquilo que acontece dentro dos moldes escolares. Como vemos em Mazza, a educação entendida no seu sentido mais amplo.

Em tais situações, o aprendizado não tem estreita relação com os bancos da escola formal e as diversas lições apreendidas sugerem uma escola da vida que vai inscrevendo, no corpo, algumas relações (práticas sociais) de conhecimento (MAZZA, 1989). Toda a possibilidade educativa que vislumbramos no jornal, vem, porém, da prática da militância, das greves, das discussões dos trabalhadores e de seu envolvimento no pensamento político transformador. É a prática política a priori que torna, ou pode tornar um jornal operário vivo, é a lide do trabalhador que o faz compreender a importância das discussões ali apresentadas, da necessidade de submissão de artigos, da importância de um espaço de publicação.

> A escolha de uma orientação – política, por exemplo – se faz por uma maneira de *fiat*, de "golpe existencial", sem nenhuma garantia teórica. Por sua vez, a prática e os interesses a que está ligada impulsionam a curiosidade teórica em tal ou qual direção, mas não influenciam a própria natureza da démarche teórica, pelo menos quando esta permanece fiel às exigências que a definem (DEBRUM, 2001, p. 79).

A instrução certificada não foi, para muitos, alcançada, mas as experiências não formais, informais e formais não escolares, a escrita de artigos, leitura de livros, criação coletiva de células do partido eram espaços de educação, embora uma educação não reconhecida pelo Estado e mesmo negada em seu direito, já que os tempos de ilegalidade do partido são, na verdade, maiores que os tempos de legalidade.

Referências

BATALHA, H. M. Claudio. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920)**: Atipicidade ou legitimidade?

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão:** a invisibilidade feminina na política. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e Batalhas:** memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CANO, Wilson. **Da Década de 1920 à de 1930:** Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>.

CARNEIRO, Tucci M. Luiza. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira.** Disponível em: <http://www.usp.br/proin/publicacoes/artigos.php>.

CARVALHO, M M C. **A Escola e a República e Outros Ensaios**. Ed Bragança Paulista: EDUSF, 2003. v. 1. 356 p.

CAVALIERE, Ana Maria. **Entre o pioneirismo e o impasse:** a reforma paulista de 1920. Revista de Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2003.

CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

DEBRUN, Michel Maurice. **Gramsci; filosofia, política e bom senso.** Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

DECCA, M. A. Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas.** Cotidiano Operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização, industrialização.** Rio de Janeiro,

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1964.

FERREIRA, Jorge Luiz- **A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2302/1441>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1977

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora (Coaut. de). **Fazer escola conhecendo a vida.** 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. 102p., il. (Coleção Krisis). Inclui bibliografia. ISBN 8530803124 (broch.).

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005.

_____; ARAÚJO, Maria Celina de. **Getulismo e Trabalhismo** Ática, São Paulo, 1989

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, 4ª Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia**; Regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JORNAL **A Classe Operária**, Rio de Janeiro e São Paulo, 1925 a 1945.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea:** o PCB em 1937-1938. São Paulo, SP: Hucitec: Editora da UNESP, 2003.

KREUTZ, Lucio. **Escolas Étnicas no Brasil e a Formação do Estado Nacional:** a

Nacionalização Compulsória das Escolas dos Imigrantes (1937-1945). Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação- Mestrado- Universidade do Sul de Santa Catarina.

LACERDA, Fernando de. À propos de la presse de notre parti. Moscou, 06/01/1938 (PCB). In KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea:** o PCB em 1937-1938. São Paulo, SP: Hucitec: Editora da UNESP, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?:** problemas candentes do nosso movimento. 2. ed. Lisboa: Avante, 1984.

LUZ A.F., SANTIN J.R. **As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930**, História, v. 29, n. 2, Franca, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200015>.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 a 1930**. Tese Mestrado. USP. São Paulo, 2009.

MARAM, S. Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró [resenha] **O PCB cai no samba:** Os comunistas e a cultura popular (1945-1955) Rio de Janeiro: Aperj, 2009.

MELLO, Marina P. A. **Não Somos Africanos... Somos Brasileiros.** Povo Negro, Imigrantismo e Identidade Paulistana nos Discursos da Imprensa Negra e da Imprensa dos Imigrantes (1900-1924). Dissensões e Interações. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, USP, 2005.

ROLNIK, R. **São Paulo** - Coleção Folha Explica. 1. ed. São Paulo: PubliFolha, 2001.

RIBEIRO, Flávia M. F. **Memórias dos Cárceres**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a20.pdf>.

SAID, Ana Maria. **A Estratégia e o Conceito de Democracia em Gramsci e o PCB**. TESE, doutorado T/UNICAMP.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. **"Companheiras!":** As Mulheres e o Movimento Operário Brasileiro (1889-1930). Colóquios de História Canário Americana, v. 13, n. 13, p. 1458-1469, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A questão racial brasileira vista por três professores: Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira, Oracy Nogueira** in REVISTA USP, São Paulo, n. 68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SOUSA, Fábio da Silva. **Dos e para os Operários.** Questões metodológicas de pesquisa em jornais comunistas (El Machete e A Classe Operária). Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume006_Num002_artigo003.pdf>. Acessado em 03/06/2015.

_____. **Cultura Comunista, Revoluções e América Latina nas páginas de El Machete e A Classe Operária:** O PCM e o PCB nas décadas de 1920 e 1930 (México e Brasil).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira:** livro do professor. São Paulo, SP: Ática, 1989.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador:** escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1991.

O JAZZ COMO LUTA CRIATIVA

Mattheus Vinicius Rosa
UFMG

Resumo: Este artigo se propõe a estudar o jazz como uma resposta do negro às condições de opressão e violência da sociedade ocidental branca. Mais precisamente, procuro estudar o jazz como sendo uma forma criativa do negro denunciar seu modo de vida em um E.U.A com fortes heranças da escravidão. A esta denúncia chamo de luta criativa, uma vez que entendo que a música foi uma das formas que o negro encontrou para se situar e afirmar sua identidade no contexto social, econômico e cultural do ocidente. Para isto, busco nos elementos mais característicos do jazz – como a construção do som e o fraseado, a improvisação, o blues, o *spiritual* e o ritmo –, seus fundamentos africanos. Entretanto, reconheço a importância de outras culturas para a formação do jazz. O jazz contém a força expressiva da cultura africana e, por meio desta, é que o entendo como um instrumento de luta, de denúncia – pois, o jazz não convoca uma revolução, mas manifesta a realidade social de um povo oprimido. Neste sentido, a história do jazz é, em certa medida, a história social do negro e sua busca por uma sociedade mais igualitária e livre.

Palavras-chave: jazz; luta criativa; consciência negra.

Abstract: This article looking for study the jazz as a answer of black people to the oppression and violence conditions in the white and occidental society. More precisely, I looking for study the jazz as a creative way of black people denounce them way of life in a USA with strong slavery heritage. About this denounce, I call creative fight, once that I understand the music as a way founded by the black people to place and state their identity in the social, economic and cultural context of occident. For this, I search in the elements more characteristic of jazz – as a building of the sound and the phrasing, the improvisation, the blues, the spiritual and the rhythm –, their Africans elements. Perhaps, I recognize the importance of other cultures to the jazz formation. The jazz have the expressive strong of African culture and, thus, I understand it as an instrument of struggle, of denounce – because the jazz not convoke a revolution, but expresses the social reality of oppressed people. In this way, the history of jazz is, in a certain way, the social history of black people and their search for a more equal and free society.

Keywords: jazz; creative fight; black consciousness.

1. Comentários gerais sobre o jazz

Este capítulo possui a intenção de preparar o leitor para certos aspectos do jazz que são fundamentalmente importantes. O são não somente naquilo que diz respeito a sua pré-história, mas, igualmente, nos elementos que fazem deste estilo um estilo muito singular. Neste sentido, é essencial que o leitor entenda, mesmo que brevemente, as características mais marcantes, segundo Berendt e Huesmann (2014), desta música, isto é, o que faz do jazz o jazz.

Para falar de jazz é necessário voltar aos seus fundamentos. Não exatamente penetrar em seu modo de vida e em seus valores anteriores à escravidão, uma vez que isto seria um

empreendimento que fugiria bastante do que é proposto aqui. Por mais que seja verdade que o principal núcleo, isto é, os aspectos fundamentais do jazz sejam de origem negra, não é verdade que o jazz seja um estilo musical puramente negro. Aliás, se existe algo sobre o jazz que podemos afirmar com grande certeza é de que ele jamais foi uma música pura. Pelo contrário, o jazz é o resultado de uma hibridização musical.

Pensar que o jazz é um estilo musical inteiramente africano é um erro de cálculo que desvaloriza seu próprio caráter agregador. Mesmo porque pouca coisa da organização social dos negros da África Ocidental – de onde saiu, segundo Eric Hobsbawm (2012), a maioria dos escravos – sobreviveu à escravidão. A não ser por certos cultos religiosos, como o vodu na Louisiana, pouca coisa havia de africanismo nos Estados Unidos. É importante dizer que este africanismo existia mais e de maneira mais pura em áreas de domínio francês, pois, por serem de maioria católica, permitia-se um maior grau de paganismo do que entre os donos de escravos protestantes. "Música africana razoavelmente pura sobreviveu, nos Estados Unidos, em parte como música ritual, pagã e mais ou menos cristianizada e em expressões como *works songs* e *hollers*" (HOBSBAWM, 2012, p. 61).

O jazz pode ser entendido, então, como resultado da fusão entre a "música negra" com alguns componentes da "música branca". Hobsbawm (2012) nos diz que o nascimento do jazz se deve, basicamente, à presença de três culturas europeias: a espanhola, a francesa e a anglo-saxã. Cada uma delas viria formar uma fusão musical afro-americana diferente: "a latino-americana, a caribenha e a francesa [...] e várias formas de música afro-anglo-saxã, das quais, para as nossas finalidades, as mais importantes são as canções gospel e os country blues" (HOBSBAWM, 2012, p. 61). A região do Delta do Mississippi é normalmente reconhecida como o principal centro do jazz, justamente por sua rica concentração cultural. De interior anglo-saxão protestante, com parte do território se estendendo até o Caribe espanhol e de cultura francesa nativa. Ora, o Delta Mississippi possuía as condições necessárias para o surgimento de uma música como o jazz.

Dessas culturas europeias, a francesa foi a que mais contribuiu musicalmente, "principalmente por ter sido assimilada por uma classe especial de escravos libertos que crescia em *New Orleans*: os *créoles*" (HOBSBAWM, 2012, p. 62). Não é por acaso que os *créoles* possuíam conhecimento e possibilidades musicais maiores do que os outros negros, que nem por isso produziram músicas de má qualidade. O conhecimento teórico musical, a instrumentação do jazz de primeira fase, a técnica instrumental, a presença dos instrumentos

de sopro e o estilo dos repertórios (marchas, valsas e polcas) são de origem francesa. Não só este aspecto da cultura musical francesa, mas, não menos importante, as festas públicas, os carnavais, as confrarias, e os desfiles são de herança francesa e contribuíram enormemente para o desenvolvimento do jazz.

De acordo com Hobsbawm (2012), a partir do final do século XIX, os *créoles* levaram esta sabedoria especial aos outros negros de posição socioeconômica inferior, uma vez que, como aumento da segregação racial, os *créoles* foram rebaixados de sua posição relativamente privilegiada.

Das heranças anglo-saxãs, a língua inglesa foi a mais importante. “Ela forneceu as palavras para o discurso negro e para as canções” (HOBSBAWM, 2012, p. 63). Com o inglês os negros desenvolveram uma linguagem jazzística e as emocionantes letras de blues, considerada por “alguns críticos, na linha de Jean Cocteau, como a única contribuição essencial no domínio da poesia autenticamente popular do século XX” (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 199).

Mas, para Hobsbawm (2012), o principal fator da expansão da música negra norte-americana e, consequentemente do desenvolvimento do jazz, foi a não inundação de padrões culturais das classes socioeconomicamente superiores dentro desta música. Este fato propiciou um desenvolvimento forte e resistente da linguagem musical ligada ao povo, em uma sociedade cada vez mais capitalista.

Entretanto, o mais importante disso é o fato de que a formação do jazz não ocorreu por exigências vindas de cima, mas de maneira espontânea e vinda de baixo, de quem realmente era praticante e vivenciava a música negra. Consequentemente, o componente africano da música não foi subordinado ao componente europeu.

> [...] Todos os elementos musicais – ritmo, harmonia, melodia, timbre e as formas básicas do jazz – são essencialmente africanos em seus antecedentes e derivação. E por que haveria de ser de outro modo? Afinal, as tradições de séculos, que não são meros cultos artísticos, senão parte inseparável da vida diária, não são abandonadas tão facilmente. Houve aculturação, porém, só no sentido de que o negro permitiu que elementos europeus se integrassem às de sua própria música. Por isso, pode-se dizer que dentro do vasto marco de tradição europeia o negro americano foi capaz de conservar um núcleo significativo de sua tradição africana. E é esse núcleo o que tem feito do jazz a linguagem tão singularmente cativante que é (SCHULLER *apud* CALADO, 2007, p. 66).

Esta conclusão é importante em dois sentidos. Em primeiro lugar, ela confere à cultura africana seu lugar marcante e essencial na constituição do jazz. Em segundo, ela nos permite fazer uma reflexão reveladora. Ora, se existe um núcleo africano no jazz e se este núcleo é fundamental, é possível pensar que alguns elementos componentes das representações musicais de algumas culturas da África Ocidental estejam presentes no jazz. Bom, não é por acaso que o *spirituals*, o blues em menor medida, constitui a principal fonte criativa e vital para o jazz. É, principalmente, nos *spirituals* que o jazz encontra a força emocional de sua música. As igrejas, de fato, foram o principal refúgio do afro-americano, uma vez que este foi o local que encontraram para a manifestação relativamente livre de suas heranças rituais e do sentimento de grupo.

De certo modo, isto se explica pela natureza da música africana, que é basicamente funcional. Mais precisamente, "esta música se presta fundamentalmente a determinados propósitos sociais e religiosos" (CALADO, 2007, p. 68). Não há, portanto, uma separação entre arte e vida, música e cotidiano, músico e público. O fundamental é que a música seja um fenômeno coletivo e imerso na vida cotidiana. Quando os africanos chegaram aos E.U.A o lugar em que este fenômeno musical se desenvolvia, isto é, o espaço reservado para a prática coletiva da música eram as igrejas batistas.

De acordo com Carlos Calado (2007), a proximidade existente na cultura africana entre a linguagem e a música é uma explicação possível para o acurado senso rítmico e musical do negro africano. Isto porque, em muitas comunidades africanas, a linguagem é tonal e qualquer inflexão – mudança de acento, por exemplo – implica na alteração de significado da palavra. "Lo fò (Vá e lave aquele prato) torna-se com uma mudança do acento na palavra fo: Lo fó awo nyen (vá e quebre aquele prato). Olorun lo dà mi (Deus me fez) torna-se, com uma mudança do acento sobre a palavra da: Olorun lo dá mi (Deus me traiu)" (CALADO, 2007, p. 69). Neste sentido, os instrumentos são capazes de reproduzir as palavras. O "dundun[1]" era usado em algumas ocasiões de certas comunidades da África Ocidental com o objetivo de emitir pensamentos e mensagens sem a necessidade do pronunciamento da voz. Através da pressão ou relaxamento do braço no couro do instrumento o executante conseguia alcançar a afinação desejada. É claro que para compreender esta linguagem era necessária certa destreza auditiva, capaz de reconhecer certos elementos como: altura, ritmo e timbre. Neste contexto, as crianças são introduzidas desde cedo nesta educação do ouvido, uma vez que ela faz parte da assimilação da língua.

[1] Tambor falante da África Ocidental.

Entretanto, "mesmo que os negros não mais pudessem usar os tambores durante a escravidão nos EUA, proibidos pelos senhores receosos de seu poder de comunicação e incitamento, substituem-nos pelas palmas e batidas de pé, que assumem função semelhante na busca de preservar essa linguagem" (CALADO, 2007, p. 71).

Ora, o que mais objetivamente distingue o jazz da música clássica europeia é a construção do som e do fraseado. Elementos estes que estão de acordo com a própria natureza da música africana – de música coletiva e funcional. Ao contrário de uma orquestra sinfônica, onde cada músico procura executar de maneira excelente as partes destinadas a ele, sem, no entanto, deixar de buscar o máximo de homogeneidade dentro do conjunto, o jazzista procura desenvolver seu próprio som. "Os critérios deste estilo de som são de ordem mais expressiva e emocional que normativa" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 185). Enquanto na música clássica orquestral o objetivo é um mesmo ideal sonoro a fim de produzir um som belo, no jazz a finalidade é desenvolver uma *signature sound*. Mais precisamente, no jazz o músico espelha-se em si mesmo e, por isso, os sons são duros e francos – a voz produz uma gama de sentimentos possíveis e verdadeiros que vão de encontro com a personalidade do músico; o mesmo vale para o som expressivo, eruptivo e liberto dos instrumentos. Aqui, o som não segue preceitos normativos a não ser a própria realidade que assola o músico. "Um jazzista – mesmo numa *big band* – percebe e sente, compreende e visualiza aquilo que toca", de modo que, "a beleza da música jazzística tem o caráter mais ético que estético" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 186). LeRoi Jones em "Black Music: Free Jazz y Conciencia Negra (2010)" provoca alguns críticos de jazz que se preocuparam mais em atestar sobre a qualidade da música do que sobre sua motivação – sendo que esta consiste na principal chave para se compreender o que é jazz.

"Na cultura africana o 'belo' só se justifica enquanto expressão do cotidiano" (CALADO, 2007, p. 29). No jazz, o som, os efeitos e a expressão valem mais do que a palavra ou a beleza da nota produzida. O fraseado jazzístico é responsável por passar uma informação vinculada aos sentimentos e à personalidade do artista. Neste sentido, o instrumento é, na verdade, um prolongamento do corpo e da voz do *jazzman*.

> Por ejemplo, un saxofón, que fue hecho por un alemán, y que cuando se lo toca, como dicen los blancos, 'legítimamente' suena como la difunta Lily Pons en un funeral, es transformado por Ayler, o por los miembros de cualquier iglesia de los negros, en un aullante espíritu de invocación, como si estuviera atado al cuello del negro 'enloquecido" (JONES, 2010, p. 188).

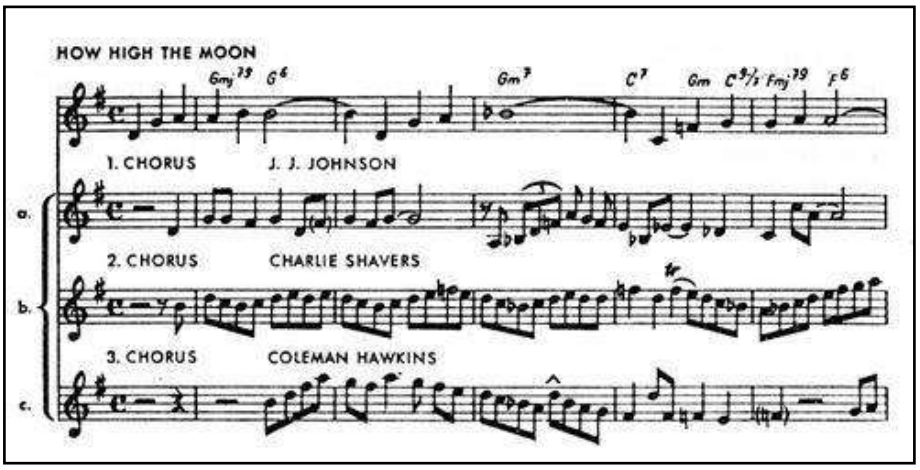
Disto decorre que "a construção do som e do fraseado de jazz são os elementos mais negros da música jazzística" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 187). Bom, isto é muito bem exemplificado pela dicção cantante do inglês no sul dos Estados Unidos. Fato que está relacionado à influência dos negros. Algumas gravações de Allan Lomax revelam este fenômeno, ao observarmos a facilidade com que cantores de blues passavam da fala para o canto – às vezes é possível, inclusive, confundir estes dois momentos, da fala e do canto. Ironicamente, como acentua Berendt e Huesmann, os brancos desta região falam de modo parecido. A própria palavra "*nigger* – que em sua origem nada mais é que a forma dos negros falarem *negro*" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 187).

Além da construção do som e do fraseado, o improviso é uma das principais marcas do jazz. Por mais que na maioria das culturas musicais, em que o sentido de criação prevalece ao da imitação, a improvisação seja um recurso, foi no jazz que ela encontrou sua melhor expressão. Uma vez que o jazz possui uma relação benévola com a espontaneidade, preservando-a na possibilidade de cada músico se representar no som que executa, o improviso em jazz alcançou possibilidades infinitamente mais ricas. Entretanto, como é de se esperar, as formas mais antigas de jazz utilizavam-se de improvisações menos complexas. É de se esperar porque o jazz é uma música em constante renovação e a improvisação é um procedimento estrutural desta música. Com exceção do *free jazz* da década de 1960 e das formas mais complexas de canções que foram utilizadas nas décadas posteriores, o improviso em jazz é baseado em um tema. O músico de jazz sobrepõe à harmonia dada da canção ou do blues – que, na maioria das vezes, é de 32 ou 12 compassos – novas linhas melódicas que ocorrem em dois sentidos: no primeiro caso, onde está situado o jazz mais antigo – como estilo *New Orleans* –, a canção ou o blues era sutilmente modificada e embelezada, ornamentada; no segundo caso, no jazz moderno – grosso modo, de 1940 a 1980 –, as linhas melódicas são novas – em um elevado grau – e infinitamente mais ricas.

Seja lá como for, o importante é reconhecer que "a harmonia é o princípio de controle estrutural no jazz" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 188). Mais do que isso, "o criador de um *chorus* de jazz é simultaneamente improvisador, compositor, intérprete e arranjador [...] caso contrário a música se torna duvidosa" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 191).

Neste sentido, partindo do pressuposto de que o improviso é dizer algo muito particular de forma estruturada, criativa e elegante, é possível encontrar paralelos entre o ato de falar e de improvisar. Algo que os músicos de jazz sempre souberam e que a crítica e os intelectuais

foram perceber só posteriormente. Pois bem, assim como a fala, o improviso é organizado e executado de modo inteligível de acordo com cada contexto. O músico deve saber a hora exata de "dizer algo" em uma música, de dar sua opinião, e para isso é fundamental que ele possua um vocabulário, uma noção de sintaxe musical e um discurso. Não é sem motivo que grandes músicos de jazz criam *chorus* completamente diversos sobre um mesmo tema. Cada um faz uso do vocabulário, da sintaxe e do discurso de uma maneira extremamente particular, "pois um improviso de jazz é a expressão pessoal do improvisador e de sua condição musical, emocional e espiritual" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 191).



Além da própria individualidade do músico, a coletividade, como é possível perceber melhor neste ponto, é uma das marcas do improviso e do jazz. Ora se para "se falar em jazz" é preciso conhecer e respeitar a estrutura, isso quer dizer que existe uma preocupação com o conjunto em jazz. "O jazz é provavelmente a única forma de arte hoje existente em que a liberdade do indivíduo não colide com o sentimento de comunidade" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 196).

Até este ponto é necessário que se destaque duas coisas: em primeiro lugar o peso da cultura negra na construção do jazz; em segundo lugar a liberdade de expressão inerente a este estilo musical. Ora, o jazz nada mais é, como entende Amiri Baraka (2010), que a reação do negro ao mundo ocidental branco. E esta reação possui raízes muito profundas que partem da África – principalmente seu lado ocidental – aos Estados Unidos.

2. O jazz como luta criativa

O jazz, dentro de seu próprio desenvolvimento, ofereceu, ao afro-americano, uma possibilidade de luta (criativa) contra uma sociedade de heranças escravagistas. Entretanto, reconheço que há um risco muito grande em se falar de "luta", isto é, de um conflito. E este risco só aumenta se colocarmos o jazz como o agente desta luta.

Bom, o interesse aqui é buscar resolver com o maior cuidado possível isto que chamo de "luta criativa". Criativa, pois, se trata de um conflito diferente do que estamos acostumados a presenciar nos noticiários de TV, jornais etc. Trata-se de um conflito que acontece no nível da cultura ou, mais precisamente, no nível da criação musical – que se fundamenta, como dito mais acima, em um conjunto de experiências herdadas e vividas. Trata-se, basicamente, de uma luta contra as expressões mais imediatas do racismo, da miséria e de seus desdobramentos: a violência, a opressão, a segregação, a injustiça, o sofrimento e assim por diante.

Para este fim, parto basicamente do livro "Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro" de Claude Meillassoux (1995). Acredito que Meillasoux oferece os fundamentos necessários e suficientes ao meu interesse: de mostrar que o jazz – e suas raízes – oferecem um meio para o negro se afirmar como um indivíduo social, particular, ou seja, como um integrante completo – sexualizado, socializado e possuidor de uma particularidade – da sociedade do mundo ocidental.

É importante dizer que o livro não se refere em nenhum momento sobre o jazz. Mas fala sobre o escravo, como um ser "dessocializado, despersonalizado, dessexualizado e, por fim, descivilizado"[2]. Ora, a música afro-americana é, como vimos, a resposta do negro – que fora escravizado e (continua sendo) marginalizado – para a sociedade branca ocidental.

Meillasoux nos fala que, nas sociedades escravagistas, o escravo era um "estranho absoluto" (MEILLASOUX, 1995, p. 78). Isto quer dizer que "o estado dos escravos era o resultado de uma sucessão de transformações que contribuíam para fazer deles indivíduos sem laços nem parentesco, afinidade ou vizinhança, e, por conseguinte, aptos à exploração" (MEILLASOUX, 1995, p. 79).

A primeira destas transformações, de que fala o autor em questão, é a dessocialização. Esta palavra expressa, grosso modo, o fato de que o escravo só assumia esta condição ao ser retirado de sua sociedade de origem e, posteriormente, introduzido a uma

[2] Estas são expressões usadas pelo próprio Claude Meillasoux, 1995.

outra, sem que a ele fossem destinados alguns direitos básicos. O escravo assumia, portanto, uma condição negativa em relação ao gentio[3], que possuía um *status* positivo. Ora, o escravo só se encaixava em uma posição negativa porque existia seu oposto, o gentio. "A escravidão nos remete, pois, necessariamente, à sociedades estatutárias e de classes" (MEILLASOUX, 1995, p. 80), como é o caso dos Estados Unidos da América.

A noção de estranho, neste sentido, se opõe a noção de cidadão, de indivíduo munido de direitos civis ou, em outras palavras, de prerrogativas sociais que, de uma forma ou de outra, insere o indivíduo no meio social. Assim, o escravo era privado de uma possível inserção no conjunto das relações econômicas e sociais. "Em sua solidão, o estranho estava destinado à escravização" (MEILLASOUX, 1995, p. 83). Ao ser introduzido na sociedade escravagista, o estranho era um morto social[4], um não-nascido, pois, "nascer, bem mais do um fato biológico, é um fato regido pelas leis humanas" (MEILLASOUX, 1995, p. 83).

Mas o que privaria o indivíduo dessocializado de reatar os laços sociais perdidos ou, inclusive, de criar novos laços, seja com o gentio ou com outros escravos? "Pela despersonalização, que operava no seio da sociedade escravagista, o indivíduo perdia essa faculdade" (MEILLASOUX, 1995, p. 84). De uma maneira geral, as sociedades escravagistas consideravam os escravos como mercadorias, isto é, objetos nas mãos dos comerciantes e, posteriormente, propriedade de algum senhor de escravos. Há, portanto, neste contexto, a reificação do sujeito. Em outras palavras, o escravo perde agora sua individualidade para se voltar como coisa comercial.

> Sua ressocialização era, para ficarmos no aspecto jurídico, improvável e efetivamente desconhecida de fato, pois ela supunha não o reatamento dos laços com outros cativos igualmente despersonalizados, mas admitir a ter com os gentios as relações de que dependia a pessoa social (MEILLASOUX, 1995, p. 85).

E um dos aspectos de se considerar o escravo como uma propriedade de alguém implica, simultaneamente, sua descivilização. Uma vez que o corpo e o espírito deste estranho estava sob o controle de um único indivíduo, ele deixava de se definir socialmente, passava a se localizar fora do sistema legal que rege a sociedade e que concede certos direitos civis – de respeito à liberdade individual, por exemplo. É dizer que ao escravo nenhum sacrilégio cometido seria

[3] Expressão utilizada por Meillasoux para se referir aos indivíduos "de boa raça" – do latim *gentilis*.
[4] "[...] ele só tinha as prerrogativas que lhe eram dadas, e sempre a título precário" (MEILLASOUX, 1995, p. 83).

visto como imoral ou criminoso. O escravo possuía, então, um estado de vida nua – contra a qual qualquer coisa é cabível de ser cometida. Ele era um ser neutro[5] cujo estado era permanente e natural – firmado pela lei. Consequentemente, "com exceção das funções do poder, eles podiam ser designados para qualquer emprego, de acordo com as necessidades múltiplas e variadas da sociedade escravagista, e permanecer sempre escravos" (MEILLASOUX, 1995, p. 89).

Neste cenário de coisificação e de marginalização do elemento estrangeiro, a reprodução ganha um sentido puramente mercadológico. Isto, pois, segundo Meillasoux (1995), nas sociedades escravagistas a captura de novos escravos possuía uma função reprodutora, no sentido de reconstituírem a classe explorada. À escrava era, geralmente, negada a função reprodutora, uma vez que o principal interesse que ela despertava para a sociedade em questão estava em sua própria força para a lida. Na escravidão o mais importante para o escravista é a força de seu rebanho, ou seja, a capacidade de seus escravos de desempenharem o serviço ao qual foram designados. E não era diferente com a mulher: ela era valorizada simplesmente por ser capaz de desempenhar as funções exigidas – dessexualização. E a função de mãe não era uma destas. Pelo contrário, caso as escravas engravidassem, elas seriam rebaixadas ao nível de genitoras somente, e "sua progenitura pertenceria ao senhor e podia ser-lhe arrancada a qualquer momento" (MEILLASOUX, 1995, p. 87).

Assim, a dessocialização, a despersonalização, a dessexualização e a descivilização formam o cenário geral das sociedades escravagistas. Ao ser retirado de sua sociedade ou comunidade, o escravo é forçado a passar por um processo que o transforma em indivíduo neutro, descivilizado. E é justamente este processo que o negro precisará superar no contexto dos Estados Unidos escravista e pós-escravista – a sociedade pós-escravista não livrou o negro do preconceito e da segregação. A busca por uma sociedade onde a cor não seja uma barreira é, infelizmente, um processo lento.

A parte deste processo de libertação no qual o jazz – junto com a música negra de um modo geral – está inserido, chamo de luta criativa. Criativa porque se trata de uma resposta, de uma reação, de natureza diferente das que geralmente permeiam as lutas contra a opressão, por exemplo. A música, grosso modo, é a expressão da consciência sobre o meio em que vivem

[5] "A civilização de um indivíduo é o reconhecimento jurídico da socialização, o fato de pertencer à sociedade civil, à cidade; é a capacidade de recorrer, em caso de desacordo com aquele de quem depende diretamente, à arbitragem de uma autoridade que supera ou iguala as partes implicadas" (MEILLASOUX, 1995, p. 88). Bom, e este estado de descivilazado coloca o estranho, o escravo, em uma condição de indivíduo neutro, isto é, que não está contido dentro dos preceitos que consideram alguém como parte integrante da sociedade. Mais do que um ser descolado, o escravo era um ser explorado por sua posição.

os músicos. E uma das mais importantes heranças africanas para a música negra é que esta deve, primeiro, ser expressiva. Ora, é flagrante as precárias condições de vida em que os negros viviam – entender os fundamentos da escravidão, como fizemos mais acima, nos ajuda neste sentido. É de se esperar, portanto, que, se por um lado, "la suavidad y el llamado bienestar del ambiente del hombre blanco son descritos en su música (arte) [...]" (JONES, 2010, p. 181), por outro, o homem negro expressaria a dureza de sua vida e de suas relações cotidianas; os amores desfeitos tragicamente; os guetos; os vícios do submundo; a violência policial; a discriminação; a morte precoce de seus equivalente sociais[6]; a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva etc. Por exemplo: "el mundo accionado por las imágenes de James Brown es el lugar más bajo (el más extraño) en el orden social americano blanco" (JONES, 2010, p. 181). Além disso, "el uso de la música hindú, de los viejos *spirituals*, o de blues marcadamente rítmicos [...] por parte de los nuevos músicos" (JONES, 2010, p. 183-4) se mostra (manifesta) como uma música inclusiva, que envolve o mundo inteiro.

Deste modo, se coloco o jazz como uma música de luta criativa é porque seu conteúdo manifesta, de um modo ou de outro, um conjunto de imagens sobre o modo de vida do negro no contexto em questão. E porque esta música foi um dos fenômenos que ajudou a criar uma identidade afro-americana e a situar o negro no mundo ocidental. O próprio desprezo, que os músicos do novo jazz nutriram sobre as coisas do mundo branco, colaborou com isto: os músicos do free jazz buscavam a libertação do espírito, ou melhor, uma eterna busca em direção ao espírito livre. "De esto se trata la New Black Music: encuentren al yo, y luego mátenlo" (JONES, 2010, p. 170).

Hobsbawm dedicou um capítulo inteiro de seu livro "História Social do Jazz" (2012) a fim de registrar e estudar este caráter do jazz: de se posicionar contra qualquer coisa que signifique castração da liberdade ou opressão. Segundo ele, é mais fácil dizer contra o que o jazz é contra, do que dizer do que ele é a favor. E a luta que o jazz inicia é, claramente, contra o legado escravista. "O jazz não é simplesmente música comum, ligeira ou séria, mas igualmente uma música de protesto e rebelião" (HOBSBAWM, 2012, p. 328).

Em outras palavras, o jazz, enquanto expressão criativa funcionou, dentre outras coisas, como um meio de libertação e inclusão do negro na sociedade norte-americana. É claro que este processo foi demorado e doloroso ao se considerar o que os músicos deste

[6] Nos capítulos que Berendt dedica aos músicos de jazz e em outras consultas desta natureza um dos fatos mais relevantes é a morte prematura dos músicos negros: entre 30 e 40 anos, geralmente.

estilo sentiam, mas o simples fato do jazz perturbar emocionalmente – como diz Hobsbawm – a sociedade branca da época é de extrema importância. Afinal, de que outra maneira a música poderia operar uma mudança? Pois bem, a mudança que o jazz operou foi a de incluir, gradativamente, seu executante negro dentro do mundo ocidental.

Dizer que o jazz operava uma perturbação no emocional da sociedade conservadora é fundamental, mas não completa os impactos gerais do jazz sobre esta sociedade. Uma das características que colaboram com isso, quero chamar de "luta criativa" – e Hobsbawm chama de protesto –, é que o jazz "é uma música democrática" (HOBSBAWM, 2012, p. 329). Isso quer dizer que este estilo, ao contrário da música clássica, não afeta somente os músicos, mas a população de maneira geral. Mais acima foi dito que, nos primórdios do jazz, muitos músicos sem formação formal poderiam contribuir, de alguma maneira, com sua carga criativa. Mais precisamente, "o jazz era originalmente uma música para ser contemplada pelos menos intelectuais ou especialistas, pelos menos privilegiados, menos educados ou experientes [...]" (HOBSBAWM, 2012, p. 330).

Os primórdios do jazz são marcados por uma expressividade – para usar as palavras de Hobsbawm – "forte, áspera [...] com as cores da vulgaridade" (HOBSBAWM, 2012, p. 330) que acabava por conquistar as camadas mais populares. E esta é uma das maiores conquistas do jazz, a saber: o de se constituir como uma conquista popular sobre a cultura de minoria. O jazz permitiu que seus ouvintes mais modestos pudessem efetivamente criar música, enquanto, a música clássica permitia, no melhor dos casos, que seu ouvinte a reproduzisse. Ora, disso incorre o fato de que o jazz "foi a arte que mais perto chegou de derrubar as barreiras de classe" (HOBSBAWM, 2012, p. 331).

No jazz moderno a expressividade ganha mais força e o jazz se marca, mais do que nunca, como música negra, "pois seu principal elo com a cultura europeia – a organização harmônica – havia sido completamente partido" (BERENDT, HUESMANN, 2014, p. 48). Neste contexto, os músicos de jazz já possuíam um nível de conhecimento musical que não se vê normalmente na população, de modo que o "fazer jazz" deixou de ser coisa popular. Entretanto, os músicos modernos e intelectualizados de jazz se lançaram ao descobrimento e inclusão de novas culturas musicais não europeias. E isto quer dizer que o jazz não perdeu seu caráter agregador, inclusivo, coletivo etc.

> Jazz significa coletividade, convivência, partilha, presteza, acordo. Numa palavra: capacidade de comunicação [...]. Em seu poder de diálogo

> esconde-se um elemento emancipador. [...] O impulso comunicativo que os afro-americanos transmitiram ao jazz agregou um novo princípio à história da música: a transposição para a linguagem dos sons e dos ritmos de conceitos como individualidade, igualdade de direitos, dignidade e liberdade (HUESMANN, 2014, p. 27).

Neste sentido, por conta da própria natureza e das origens do jazz, é que ele se presta a expressar um discurso de protesto, de heterodoxia e democrático. Às vezes, o próprio ato de escutar música de povos e classes oprimidas, em meio a uma sociedade conservadora, pode significar um gesto de discordância social. E "o jazz não é somente música de pessoas comuns, mas música de pessoas comuns em seu nível mais concentrado e emocionalmente mais poderoso" (HOBSBAWM, 2012, p. 339).

De um modo geral, o jazz não é consciente politicamente, isto é, seus músicos não se posicionavam a favor da direita ou da esquerda; não organizavam uma revolução social ou um protesto qualquer. "As vozes que gritam 'Não gostamos disso' não devem ser confundidas com 'Isso não pode continuar'" (HOBSBAWM, 2012, p. 340). E é por isso que é mais fácil reconhecer o que o jazz combate do que o que ele apoia. O protesto em jazz se manifesta na expressão do ressentimento, da repugnância à desigualdade, à falta de liberdade, à infelicidade etc. – e isto não implica militância. O protesto em jazz está no ritmo[7] e na força emotiva de dizer:

> Southern trees bear strange fruit,
> Blood on the leaves and blood at the root,
> Black bodies swinging in the southern breeze,
> Strange fruit hanging from the poplar trees.
> Pastoral scene of the gallant south,
> The bulging eyes and the twisted mouth,
> Scent of magnolias, sweet and fresh,
> Then the sudden smell of burning flesh.
> Here is fruit for the crows to pluck,
> For the rain to gather, for the wind to suck,
> For the sun to rot, for the trees to drop,
> Here is a strange and bitter crop[8].

[7] "O mais forte dos dispositivos musicais de indução de emoções físicas poderosas, o ritmo, como nenhuma outra música conhecida em nossa sociedade. Ele não é somente uma voz de protesto: é um alto-falante natural".
[8] "Strange Fruit" é uma canção cuja versão mais famosa é a de Billie Holiday. Condenando o racismo americano, especialmente o linchamento de afro-americanos que ocorreu principalmente no Sul dos Estados Unidos.

Referências

ADORNO, Theodor W. O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição. In **Os Pensadores**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1975; pp. 173-99.

ANDERSON, Michelle**. Authentic Voodoo is Synthetic**. Drama Review, Cambridge, MIT Press, v. 26, n. 29, n. 2 (T 94), summer, 1982, pp. 89-100.

BECKER S. Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2009.

_____. A Sociological View, In: Becker, H. **Doing Things Together** – selected papers. Evanston, IL., Northwestern University Press, 1986.

BERENDT, J.; HUESMANN, G. **O Livro do Jazz**: de Nova Orleans ao século XXI. 1. ed. São Paulo: Perspectiva: Edições Sesc São Paulo 2014.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. (org. Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 26, p. 83-92, junho de 2006. Acessado em 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000100007&lng=en&nrm=iso>.

CALADO, Carlos. **O Jazz como Espetáculo**. 1° ed. São Paulo: Perspectiva 2007.

CLAUDE, Meillassoux. Não-nascidos e Mortos em Sursis. In: Claude, Meillassoux. **Antropologia da Escravidão**: o Ventre de Ferro e Dinheiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1995.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2003.

_____. Microfísica do poder. 20 ed. Rio de Janeiro: GRAAL, Paz e Terra, 2004.

GEERTZ, C. O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem, In: Geertz C. **A Interpretação das Culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 10. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2002.

HOBSBAWM, J. Eric. **História Social do Jazz**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra 2012.

_____. Jazz, In: Hobsbawm, J. Eric. **Pessoas Extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra 1998.

JONES, LeRoi. **Black Music**: free jazz e conciencia negra 1959-1967. 1. ed. Buenos Aires: Caja Negra 2014.

MARTIN, Denis-Constant. **A herança musical da escravidão**. Tempo, Niterói, v. 15, n. 29, p. 15-41, dez. 2010. Acessado em 1º de junho de 2015 e disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000200002&lng=en&nrm=iso>.

GILROY, Paul. O **Atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade:** o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador, BA: EDUFBA; Pallas, 2003.

IDENTIDADE, ANCESTRALIDADE E POLIFONIA EM CANTARES QUILOMBOLAS

Michele Freire Schiffler
UFES, Bolsista de Pós-Doutoramento em Linguística - Fapes/Capes.

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo investigar os mecanismos linguísticos e discursivos por meio dos quais se articulam a identidade, a memória e a ancestralidade em performances culturais de comunidades marcadas por processos escravistas no Estado do Espírito Santo, Brasil. Como *corpus* discursivo é utilizada a performance cultural do Ticumbi de Conceição da Barra, base de observação do processo de construção discursiva de sujeitos históricos, a partir das diversas vozes constituintes do ato performático. São mobilizados os conceitos de dialogismo e polifonia, aplicados à análise dos trajetos de sentidos inerentes a práticas discursivas identitárias e plurais.
Na composição identitária, a força da ancestralidade se afirma pela representação de antigos impérios, contínuas lutas e pelo tempo cíclico da memória. A temporalidade da performance conecta o passado africano, a diáspora Atlântica e o trauma da escravidão ao presente marcado pela desigualdade social e pelo preconceito. Na espiral do tempo performático, passado e presente unem-se ao porvir, em uma perspectiva de luta identitária, social e política para a construção de uma realidade mais justa. O Ticumbi é signo de afirmação identitária, lutas, territórios e heróis do passado que, revividos no presente, contribuem para a construção híbrida e plural da identidade quilombola.

Palavras-chave: ticumbi; identidade; polifonia.

Abstract: This Communication aims to investigate the linguistic and discursive mechanisms through which articulate the identity, memory and ancestry in cultural performances of communities marked by slave processes in the state of Espírito Santo, Brazil. The discursive *corpus* is a cultural performance of Conceição da Barra, named Ticumbi. In this popular theatre are analyzed the discursive construction of historical subjects and the various constituent voices of the performative act. The concepts of dialogism and polyphony are mobilized, applied to the analysis of paths of meaning inherent in identity and plural discursive practices.
In the identity composition, the strength of ancestry is claimed by the representation of ancient empires, ongoing struggles and the cyclical memory time. The temporality of performance connects the African past, the Atlantic diaspora and the trauma of slavery to the present – a time marked by social inequality and prejudice. The spiral of performative time, past and present come together to the future in a perspective of identity struggle, social policy and to build a more fair reality. The Ticumbi is a sign of identity affirmation, fights, territories and heroes of the past, relived in the present, contribute to the hybrid and plural construction of the quilombo identity.

Keywords: ticumbi; identity; polyphony.

1. O diálogo discursivo

A comunicação humana é estabelecida por intermédio da linguagem, em suas diferentes formas de expressão, verbal e não verbal. A linguagem é atravessada por uma dualidade, que a inscreve formal e socialmente, sendo, segundo Maingueneau (1997, p. 12), "integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais".

Assume-se, portanto, a dimensão social da linguagem, tendo em vista que os sentidos são negociados em um processo de interação social. No jogo discursivo, as vozes enunciativas estão em contato e interação, mobilizando a língua para comunicar formações discursivas que trazem em si formações ideológicas engedradas.

Bakhtin (2014) considera a linguagem enquanto código ideológico, proveniente da interação social entre enunciadores pertencentes a uma mesma comunidade linguística. Para o autor, o sistema linguístico também tem sua história e evolui conforme as transformações de uma determinada comunidade linguística, sendo a língua inseparável do fluxo histórico. Postula-se que "na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo" (p. 111).

A língua apresenta-se, pois, como um fato social, sendo indicativa das ideologias e dos conflitos da sociedade ao longo do tempo. Desde a perspectiva enunciativa é que se afirma a natureza dialógica da língua, uma vez que o discurso proferido por meio da enunciação é proveniente da interação social. Nesse terreno, múltiplas vozes discursivas são enunciadas, em situação de polifonia.

Na enunciação é que os sentidos são negociados em uma réplica do diálogo social. Materializada na palavra é que se manifesta a psicologia do corpo social, com ideologias expressas em uma comunicação socioideológica.

Toma-se por princípio, portanto, que a linguagem é dialógica, em concordância com a filosofia da linguagem proposta por Bakhtin, pois:

> [...] sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais (BAKHTIN, 2014, p. 67).

O trabalho de análise linguística requer considerar as tensões desempenhadas na arena social. Envolve, portanto, questões complexas, principalmente no que se refere às comunidades sobre as quais se articula esse estudo: comunidades remanescentes de quilombos e senzalas, cuja existência é atestada pela Constiutuição brasileira, mas cujos direitos sociais não são garantidos pelo Estado.

Segundo a legislação nacional, são consideradas remanescentes de quilombos as comunidades formadas por grupos étnico-raciais que, por critérios de auto-atribuição,

demonstrem relação histórica com o território, em que seja possível presumir a "ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (BRASIL, 2003).

O foco de análise sobre o qual se desdobra esse texto trata de enunciações performatizadas de comunidades quilombolas no Norte do Estado do Espírito Santo, onde o tráfico Atlântico e também o tráfico interno de seres humanos foi intenso. Como forma de resistência, há registros de motins, revoltas, fugas e aquilombamentos de escravos e seus descendentes na referida região.

Quanto ao termo "comunidade", ele é problematizado por Hall (2009), na perspectiva de entendimento da questão multicultural. Segundo o autor, o vocábulo traz em si forte senso de identidade do grupo. Nas comunidades culturais, estão presentes costumes e práticas sociais distintas da vida cotidiana, que mantêm elos com os locais de origem, expressos, sobretudo, nos contextos familiar e doméstico. Tais fatores contribuem nas autodefinições e na autocompreensão dessas comunidades.

Existem diversas manifestações culturais que são performatizadas pelos membros das comunidades remanescentes de quilombos. Dentre essas manifestações destaca-se o Ticumbi, um auto popular realizado nas ruas da cidade de Conceição da Barra. O conteúdo da dramatização e a linguagem empregada pelos *performers* são indicativos das múltiplas matrizes culturais que constituem os sujeitos históricos participantes da encenação.

2. Ticumbi de Conceição da Barra

O Ticumbi é uma representação popular, um teatro de rua, que funde diferentes gêneros literários, compondo uma representação linguística e tematicamente híbrida. Sua apresentação é composta de diferentes etapas, que envolvem as comunidades e conferem a elas sentimento de coletividade e pertença.

As apresentações ocorrem ano a ano, sempre nos dias 31 de dezembro e 1 de janeiro. No entanto, o processo de construção performática tem início meses antes, inicialmente centrada na figura do Mestre, responsável pela composição dos versos que serão enunciados e tratarão do cotidiano das comunidades. Por volta do mês de outubro têm início os ensaios, que envolvem os brincantes que compõem o coro de congos e os personagens protagonistas, que revivem antigas tradições dos reinos africanos: os reis de Congo e de Bamba e seus secretários.

Antes da apresentação, há, ainda, um ensaio geral, no dia 30 de dezembro, que se configura em momento de grande celebração no encerramento de mais um ciclo. A festa em homenagem ao santo tem início com uma procissão pelas ruas da cidade de Conceição da Barra, no último dia do ano, em que os congos tocam pandeiros e viola, cantando junto com a audiência louvor a São Benedito e à Virgem da Conceição. No percurso, seguem duas imagens de São Benedito: a da comunidade de São Benedito e uma pequena imagem do santo, feita em madeira e guardada na comunidade de Barreiras como símbolo de resistência e luta contra a escravidão (é o chamado São Bino ou São Biniditinho das Piabas).

No dia 1 de janeiro, logo pela manhã, na frente da Igreja da Comunidade de São Benedito, tem início a dramatização popular. No meio da rua, é encenada a história dos reis africanos, intercalada pelo canto do coro, com versos e toque de pandeiros que levam a audiência a acompanhar com o corpo o ritmo cadente e o gingado dos brincantes, chamados congos.

O enredo encenado diz respeito à disputa entre os reis de Congo e de Bamba pelo direito de celebrar a fé em São Benedito por meio de um "Baile de Congos". O rei de Congo, tradicional no ofício, toma ciência pelos congos de que um rei forasteiro tem interesse em realizar a celebração. Diante disso, o rei de Congo manda seu secretário em uma embaixada ao rei de Bamba, a fim de dissuadi-lo da ideia, respeitando o poder da espada do rei de Congo e o fato de ser ele o rei mais velho (incorporando, portanto, a autoridade da ancestralidade).

Como não há acordo, são travadas duas guerras, uma por meio de desafios verbais propostos entre os reis e os secretários, que seguem a cadência da oralidade e assumem características de improviso, algo típico da performance cultural. Após a guerra verbal, há a guerra bailada, representada pelo toque das espadas e por movimentos que simulam o gingado da capoeira e o enfrentameno físico entre os reis.

O vencedor da guerra travada é o rei de Congo, que impõe aos vencidos o batismo católico e convida a todos para que se juntem em um grande baile, dançando e cantando o Ticumbi, juntamente com o povo devoto, o público, que os acompanha, encerrando a dramatização.

O enredo evidencia o hibridismo constitutivo da performance, envolvendo elementos culturais de matrizes africanas, como as roupas e os adornos empregados (capacetes totênicos, *mpus*, roupas e saiotes brancos) e a história de luta inerente ao Antigo Reino do Congo, que protagonizou a disputa entre o *mani* Congo e o *mani* Bamba, nos longínquos anos de 1614, em que, segundo M'Bokolo (2003), houve uma crise de sucessão e rebelião por parte do duque de Bamba.

Somam-se às matrizes africanas, as histórias de luta das comunidades marcadas pelo escravismo e pela consequente segregação e desigualdade social historicamente estabelecida em terra brasileira. A religiosidade católica, assim como a estruturação do auto popular estabelece fortes laços com a tradição cultural Ibérica, cujo contato remonta ao imperialismo sobre as sociedades africanas e brasileira.

As origens históricas e míticas do Ticumbi auxiliam no entendimento da potencialidade da linguagem como forma de representação da realidade e das demandas das comunidades e dos povos que as engendraram, constituindo e articulando esses elementos.

2.1 Ticumbi: origens históricas

As possibilidades de atribuição das origens do Ticumbi são múltiplas. Remetem ao passado africano, à realização das tradicionais congadas no Brasil e à tradição oral das comunidades onde se realiza o auto popular.

Os ecos se fazem sentir em diversos níveis, desde o plano geográfico, passando pelo linguístico e se firmando em nível antropológico pela celebração de ritos de passagem realizados na região Nordeste de Angola, coincidindo com a referenciação geográfica indicada em mapas do antigo Império Lunda.

Etimologicamente, Lyra (1981) e Neves (1976) atribuem o significado do nome Ticumbi a diversas origens, havendo incertezas quanto a seu significado:

> O nome parece ser corruptela de cucumbi. O cucumbi, cuja origem banta foi posta em relevo por Nina Rodrigues, parece ter sido uma forma mais primitiva e essencial de congada [...] a diversidade dos nomes se deve apenas a denominações regionais e considerando a todos como danças que acompanham a coroação do Rei de Congo (LYRA, 1981, p. 37).

A busca pelo termo “Cucumbi” levou à identificação geográfica da região Nordeste de Angola que, segundo divisão política anterior à Independência, tinha por posto administrativo, no distrito de Cacolo, a localidade de Cucumbi, conforme observado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa da antiga divisão administrativa de Lunda.



Fonte: MARTINS, 2008, p. 385.

A variedade *kicumbi* também foi referenciada por Lyra (1981), estando atrelada à atividade ritual. A partir dessa linha de investigação, foram encontradas duas referências a ritos de passagem femininos, ambas vinculadas a comunidades angolanas.

A primeira referência parte da tradição oral e é registrada pelo periódico angolano *Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras.* Na edição de novembro de 2013, há referência ao Txicumbi, rito de passagem feminino ainda hoje existente em Angola.

Segundo Kamuanga (2013, p. 4):

> Txicumbi, na língua Cokwe, que em português significa iniciação feminina, é um ritual tradicional orientado por uma Txilombola (tia ou madrinha), visando à preparação de qualquer jovem antes do casamente, registrado o primeiro ciclo menstrual.

Ao analisar ritos e divindades angolanas, Ribas (1975) faz referência ao *Kubala* o *Kikumbi*, ritual referente à "transgressão da primeira regra". Nesse caso, o kikumbi está associado ao não cumprimento do período que deve ser guardado pela mulher que presenciar a primeira regra de uma jovem, sob o peso de que malefícios sejam vinculados durante toda a sua vida.

> Quando uma mulher surpreende a primeira regra de uma jovem, deve guardar continência durante o período que durar essa manifestação. A

> quebra desse preceito – kubala o kikumbi – origina o malefício de Hito e Solongongo, os quais prejudicam a moça na sua procriação, pois os filhos morrem na tenra idade ou nascem já mortos (RIBAS, 1975, p. 91).

Caso ocorra a transgressão, os agravos serão revelados por sonhos e a "vítima" deverá passar por tratamento especial, a fim de reverenciar os seres espirituais, ficando isolada do convívio social por oito dias. Além disso, deverá ter o acompanhamento da mãe-de-umbanda, que a auxiliará em tarefas rituais e deverá estar presente no dia do parto. O agravo é tão severo, que o ritual deverá ser repetido até o segundo ou terceiro filho. O caráter mágico e místico enuncia-se a todo o momento na tradição da memória.

Do ponto de vista linguístico, o vocábulo *Ticumbi* guarda relação com a língua cokwe, falada na região Nordeste de Angola e correspondente ao território Lunda-Cokwe, ponto de convergência das referências geográficas e ritualísticas do Ticumbi.

A luta por liberdade foi profundamente marcada pela condição escrava do africano no Brasil, bem como pela luta por reconhecimento e por direitos constitucionais que ainda hoje são negados a comunidades tradicionais como as de Sapê do Norte, que protagonizam e não deixam morrer a celebração do Ticumbi.

Ainda no que se refere às origens etimológicas da palavra Ticumbi, Lyra (1981) faz referência a uma cerimônia que ocorre na região do alto Zaire, chamada Kicumbi, uma dança executada durante o período de iniciação das moças na vida sexual, que tem por característica o "toque", assim como nas danças de roda de diversas tribos africanas da bacia do Zaire. Ambas as designações são referenciadas por Nei Lopes (2012) em seu *Novo Dicionário Banto do Brasil*.

O toque é também um traço constitutivo do Ticumbi, seja durante o toque de ombro ou a dança dos congos, seja pelo recorrente toque de espadas que marca o ritmo das embaixadas entre secretários e reis de Congo e de Bamba.

Assim como nos rituais africanos, a dança dramática aponta para uma fusão, a qual também ocorre no Ticumbi: o mundo religioso e mítico mescla-se ao social do contexto. Sua força é inquestionável.

Na dramatização, é possível observar a participação dos reis de Congo e de Bamba (representados por suas coroas totêmicas, capa colorida, espada na cinta, e peitoral vistoso, com espelhos, flores e papel brilhante) e também: a) seus secretários (que trazem capa e espada como os reis e, na cabeça, enfeites em forma de animais); b) os Congos (com suas tradicionais roupas brancas, flores coloridas na cabeça e pandeiros); c) o violeiro (que dá o

tom com seu violão e as vestes brancas, acompanhados do colorido chapéu de flor, como os dos Congos); e d) o Mestre (que comanda a todos com seu apito e o som de seu pandeiro).

No Ticumbi, mesclam-se: dança, gingado dos guerreiros, cantos entoados em conjunto pelos congos e diálogos proferidos pelos reis e seus secretários. Além disso, a musicalidade é comandada pelo violeiro e pelos pandeiros dos Congos. Estruturalmente, é evidente que a literatura oral do Ticumbi também é híbrida, revelando a diversidade e a riqueza da cultura local.

2.2 Origens Míticas: a história de Benedito Meia-Légua

No que se refere ao caráter mítico do Ticumbi, a origem está relacionada às crenças e narrativas orais das comunidades quilombolas de Sapê do Norte. Segundo a tradição popular, os festejos em homenagem a São Benedito remontam a um personagem lendário e guerreiro: Benedito Meia-Légua.

A história desse líder está na memória dos integrantes das comunidades de Sapê do Norte e registrada, assim como outros "causos" dos remanescentes de quilombos, nas páginas do escritor Maciel de Aguiar (2005).

A partir de 1820, Benedito Meia-Légua iniciou uma luta pela libertação dos escravos que perdurou por quase 60 anos. Benedito vinculava a fé em São Benedito à revolução, uma vez que carregava em seu embornal uma pequena imagem de São Benedito.

As ações de Benedito envolviam invadir as fazendas, saquear e libertar escravos que se uniam a um exército de revolucionários atuando em sequenciais invasões. Organizavam grupos que atacavam ao mesmo tempo em diferentes lugares. Nesses ataques, sempre havia um homem no grupo caracterizado como Benedito Meia-Légua, levando um embornal com um toco de madeira para representar a pequena imagem de São Benedito.

Desse fato veio o mito, começava-se a espalhar a ideia de que o líder revolucionário era onipresente e imortal, tendo em vista que era sempre uma surpresa desagradável para os senhores descobrir o falso Benedito no tronco central do mercado de São Mateus.

Gradativamente, a união do povo negro foi sendo alcançada, de modo que a saudação entre eles era: "Viva São Benedito! Viva o negro liberto!", em uma clara demonstração de união entre a fé e a política. O líder lutou até aproximadamente os 80 anos, quando, já velho e doente, retirou-se para o sertão de São Mateus, vivendo em um tronco de árvore na região de Angelim.

Mais uma vez vítima de delatores, foi encontrado e queimado dentro do tronco que, segundo relatos, ardeu por três dias. Nas cinzas, algo sobreviveu: a imagem de São Benedito, chamada pelos devotos de "São Biniditinho das Piabas", o São Bino, carregado ainda hoje envolto em fitas e flores nos braços de sua protetora durante a encenação do Ticumbi de Conceição da Barra.

Nas representações do Ticumbi, a hereditariedade é de fundamental importância para a perpetuação da tradição. Tertolino, o Mestre Terto, como é conhecido, ouviu de seu avô que ele era nagô, dizem que seu nome era Silvestre. Silvestre Nagô foi secretário do quilombo do Negro Rugério, grande líder quilombola, que, segundo Aguiar (1995), foi o primeiro a introduzir a brincadeira para homenagear São Bino e levar a diversão ao povo do Quilombo do Morro de Nossa Senhora de Sant'Ana. A memória e os "causos", que circulam entre as comunidades de Sapê do Norte, atestam um passado escravo marcado por uma história de fé, luta e resistência. O Ticumbi concretiza e celebra todas essas histórias.

3. A enunciação: ancestralidade, atualização e memória

A análise, como audiência, da performance, assim como observação atenta de versos e cantares apresentados pelos brincantes quilombolas, permite entrever formações ideológicas que marcam o local discursivo de seus participantes.

Os versos transcritos a seguir trazem marcas da identidade e da ancestralidade, as quais são guardadas na memória e atualizadas no momento da enunciação. Por intermédio deles é possível notar o caráter dialógico e social da língua, que articula os sentidos na interação entre os participantes do ato performático (SCHIFFLER, 2014).

Secretário do Rei de Congo:

Licença, senhor paciência!
Eu peço que a excelência o povo cala
Enquanto o Rei de Congo
Chega nesta praça e fala!

Me vala valoroso Rei de Congo
Rei de Congo assim chamado,
Que foi rei em Costa d'África
E que em Guiné foi apresentado.

Me vala o valoroso Rei de Congo!
Hoje aqui neste dia,
Que vós sois o Rei mais velho
E de grande soberania.

Rei de Congo:	Sacretário, sacretário!
Secretário do Rei de Congo:	Rei senhor, para que chamastes?
Rei de Congo:	Hoje será um dia próprio, Para nós chegar com nossa gente, Para festejar São Benedito, Que é o nosso onipotente?
Secretário do Rei de Congo:	É sim senhor, senhor meu Rei.

Neste primeiro fragmento, o texto "Me vala valoroso Rei de Congo / Rei de Congo assim chamado, / Que foi rei em Costa d'África / E que em Guiné foi apresentado" localiza o antigo Impériodo Congo na costa africana e seu contato aberto para o Atlântico. A referência à Guiné pode ser metonimicamente interpretada como a região do Golfo da Guiné e indicação da diáspora Atlântica.

A multiplicidade de vozes que constitui a híbrida cultura das comunidades quilombolas é expressa aqui pelas matrizes africanas, de vozes que remetem a antigos impérios africanos, somadas à tradição ibérica do catolicismo, pela homenagem a São Benedito, e à representação do momento presente nas comunidades remanescentes de quilombos, conforme enunciado nos versos "Pra nós chegar com nossa gente / pra festejar São Benedito", demonstrando sentimento de pertença e fé.

A necessidade de união dos membros da comunidade é destacada em outros momentos enunciativos, em que se ressalta o perigo da desunião e da perda das tradições que os unem. O discurso aqui está vinculado ideologicamente à constituição identitária do grupo.

A separação do grupo é um perigo real. Não só os versos do Ticumbi atestam tal fato, mas também o testemunho da senhora Natalina Florentino dos Santos, registrado nos estudos de Osvaldo Martins de Oliveira (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008, p. 21): "Só que a metade das casas aí pra frente é tudo crente, aí eles não quer receber mais São Benedito. Aí eu recebo, porque eu não vou deixar ele nunca, porque eu não posso, porque já é nossa tradição. Eles quer acabar...".

Outro momento em que se observa o valor de reconhecimento identitário aparece na terceira estrofe, que carraga em si o valor da tradicionalidade, da ancestralidade e da soberania, representada pelos versos: "Que vós sois o Rei mais velho / e de grande soberania".

Outra estrofe relevante para o entendimento da relação entre a expressão linguística, seu caráter dialógico e sua construção social e ideológica diz repeito ao bilinguismo. Há

vários momentos em que, no auto, as vozes africanas ecoam por meio do léxico proveniente de línguas do tronco linguístico banto, conforme destacado a seguir:

Rei de Bamba:

Então, venere ele com alegria,
Mas pergunte a ele
Por que é que a gente não pode
Festejar São Benedito
Hoje aqui neste dia.
Se acaso ele ensimesmar,
Grandes guerras vão andar
Ou há de morrer todos
Ou São Benedito adorar.

Secretário do Rei de Bamba:

Ô senhor meu rei
O senhor sabe muito bem
Da minha malcriação
Só posso ajoelhar em vossos pés
E tomar a minha bênção.

Ô povo devoto,
Toque o pandeiro e "canziqui"
Tomo a bênção de meu rei
Pra poder seguir.

Nesse segundo fragmento, pertencente ao outro eixo da performance, protagonizado pelo Rei de Bamba e por seu secretário, está representada a contra-palavra, pelo embate discursivo que entre os dois reis se opera. O princípio dialógico da linguagem é observado pelo embate entre as vozes discursivas dos reis, que são também exemplares das tensões sociais vivenciadas pelas comunidades. Dentre essas tensões estão a luta pela posse de terras, em função da pressão exercida pela monocultura do eucalipto, e a busca por reconhecimento jurídico e social.

A dialogia está presente nos diálogos que atravessam o discurso, entre o Rei de Bamba e seu secretário; e, de fundamental importância no ato performático, na troca que os *performers* estabelecem com a plateia. Os versos "Ô povo devoto, / Toque o pandeiro e "canziqui" / Tomo a bênção de meu rei / Pra poder seguir" são demonstrativos da relação dialógica estabelecida com a audiência.

É nessa fala do Secretário do Rei de Bamba que se observa um dos exemplos de uso de palavras provenientes do tronco linguístico banto, "canziqui". Tal palavra seria corruptela de "canzuci" que, segundo Lyra (1981), indica o *canzá*. Segundo Ney Lopes (2012), seria um chocalho usado nos antigos *cucumbis* (do quimbundo *kikumbi*, festa da puberdade, cujo folguedo era a recriação de ritos de passagem para a adolescência, na África Subsaariana).

Os fragmentos assinalados são pequenas mostras do grande potencial ideológico proferido pelos brincantes quilombolas durante a prática enunciativa performatizada. A performance do Ticumbi, rica e diversa em sua composição e temática, é testemunho de remanescências culturais oriundas de diferentes agentes formadores da identidade plural brasileira.

O canto e a voz são os intrumentos utilizados há gerações para se veicular tradições, transmitir saberes e construir a identidade, de modo que o acesso à memória ancestral permite a sobrevivência performática de geração a geração.

4. Discurso e identidade

Participar como audiência da performance cultural do Ticumbi é ser testemunha da história de diferentes povos reunidos no cotidiano de comunidades culturalmente hibridizadas. O discurso enunciado pelos brincantes traz narrativas de nações africanas e aspectos da história brasileira que escapam aos conhecimentos difundidos canonicamente.

Os saberes e a memória coletiva que se articulam no jogo discursivo fazem parte da narrativa de nação em uma perspectiva descentralizada e deve ser considerada ao tratar da história, da literatura e da concepção de linguagem envolvida na enunciação performática.

Tratar da língua portuguesa em sua dimensão histórica e cultural, a partir das interações sociais por ela mediadas é algo deveras instigante. Suscita reflexões quanto à pluralidade e à diversidade das identidades culturais quilombolas. Nesse momento, compartilho do questionamento proposto por Hilário Bohn (2013, p. 89):

> Por que precisamos propor identidades enraizadas, monolíticas, homogêneas e linguagens de significados permanentes? Por que, apesar de extremismos religiosos, da luta desesperada de sobrevivência de etnias ameaçadas pela globalização, não procuramos os entrecruzamentos, a mistura, a mudança, a hibridez constitutiva das culturas e das línguas num mundo orientado para a diversidade e a multiculturalidade?

Buscar o hibridismo como fator de reconhecimento e pertença é um desafio para os falantes e aqueles que, em diferentes palcos, com diferentes atores sociais, se representam e se constituem como sujeitos por intermédio da linguagem.

Mesmo que de maneira descentralizada, é nas regiões limítrofes do contato linguístico e social que as pessoas e as culturas em fluxo se entrecruzam e se misturam. Não

são simples binarismos, mas complexas negociações que se articulam em comunidades linguísticas que reúnem em si a diversidade e a herança de diferentes povos e tradições.

Segundo Bhabha (2008, p. 27):

> O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o 'novo' que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético ela renova o passado, refigurando-o como um "entre-lugar" contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O "passado-presente" torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver.

As reflexões de Bhabha reúnem o princípio da instabilidade e da pluralidade de culturas híbridas construídas a partir do choque e do contato entre diferentes civilizações ao longo dos séculos. Decorrente desse processo, os falantes quilombolas expressam liguística e esteticamente a ancestralidade que os une, reunindo diferentes matrizes culturais.

A beleza da língua viva, comunicada por sujeitos construídos pela interação social e expressa na performance do Ticumbi, constitui um patrimônio cultural material e imaterial de inestimável valor. As ruas tornam-se palco da difusão e do compartilhamento de saberes e tradições guardados na memória coletiva e atualizados no momento presente de celebração e fé das comunidades.

Essa pluralidade é também um desfio para aqueles que estudam, pensam, interagem e ensinam a língua portuguesa. Conhecer sua diversidade deve fazer parte da prática discursiva dos falantes da língua, que têm por pátria uma irmandade linguística ao redor do globo, mas com registros próprios de sua historicidade.

O Ticumbi traz para a cena discursiva a dimensão social e dialógica da língua, representando suas lutas e ancestralidade. Fazem parte desse cenário as matrizes africanas e ibéricas que, por intermédio da língua e de sua diversidade, se interconhecem e compreendem em diferentes espaços culturais. Valorizar a pluralidade cultural e promover o sua difusão, a partir de sua perspectiva multicultural, deve ser um imperativo para a promoção do respeito entre os homens, a partir da expressão artística e performática, visando a um porvir mais justo e igualitário.

Referências

AGUIAR, M. de. **Benedito Meia-Légua**: a saga de um revolucionário da liberdade. São Mateus, ES: Editora Brasil-Cultura; Centro Cultural Porto de São Mateus, 1995.

_____. **Brincantes e Quilombolas**. Porto Seguro: Brasil Cultura, 2005.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 16.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

BOHN, H. I. Ensino e Aprendizagem de Línguas: os atores da sala de aula e a necessidade de rupturas. In: MOITA LOPES, L. P. Da (Org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**. São Paulo: Parábola, 2013.

BRASIL. **Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

KAMUANGA, Júlia. Txicumbi. **Cultura**: Jornal Angolano de Artes e Letras, Angola, p. 4, 11 a 24 nov. 2013.

LOPES, N. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2012.

LYRA, M. B. C. de. **O Jogo Cultural do Ticumbi**. 1981. 115 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra**: história e civilização (até o século XVIII). v. 1. Lisboa: Vulgata, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MARTINS, J. V. **Os Bakongo ou Tukongo no Nordeste de Angola**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural das Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo**. Vitória: Iphan, 2008.

NEVES, G.S. Ticumbi. **Cadernos de Folclore**, 12. Rio de Janeiro: MEC / Funarte, 1976.

RIBAS, O. **Ilundo** - Espíritos e Ritos Angolanos. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.

SCHIFFLER, M. F. **Literatura Oral e Performance**: a identidade e a ancestralidade no Ticumbi de Conceição da Barra, ES. 2014. 305 p. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

POVO DE AXÉ: MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM CASAS DE CANDOMBLÉ (ES)

Milena Xibile Batista
Mestra em Ciências Sociais - UFES.

Resumo: Em terras americanas e brasileiras, trouxeram mais que seus corpos, os africanos reconstruíram e transmitiram no Novo Mundo uma bagagem e herança cultural extremamente rica, implantando dialetos, memórias, crenças e um panteão de *Orixás, Inquices e Vóduns*. Entender a autodefinição de membros de "comunidades de terreiro" enquanto pertencentes às nações de candomblé nos impele a retomar parte de fragmentos da história dos africanos antes de sua chegada ao Brasil e compreender como ocorreram as primeiras manifestações em terras brasileiras. Como ponto de partida, a presente etnografia e a literatura sobre o assunto requerem adentrar em análises de categorias nativas do povo de santo e, em seguida, passar a questões teóricas sobre esses temas. Na cidade de Serra encontram-se as quatro *casas de santo* onde a pesquisa de campo foi realizada com sacerdotes, que dividem suas memórias e experiências religiosas compondo um exercício teórico sobre a história e a formação do candomblé no estado. Suas preocupações são de transformar parte das tradições orais em produção escrita. Reconstroem a ligação com uma comunidade imaginada que remonta à África e desenvolvem relações de parentesco ficcional entre os membros das comunidades de terreiro, formando uma *família de santo e de axé*.

Palavras-chave: candomblé; memória; identidade.

Abstract: In American and Brazilian soil they brought more than their bodies, African people rebuilt and passed in the New World a background and extremely rich cultural heritage, deploying dialects, memories, beliefs and a pantheon of Orixás, Inquices and Vóduns. Understanding the self-definition of members of "communities place of the Candomblé" as belonging to Candomble's nations leads us to recover part of African history fragments prior to their arrival in Brazil and understand how the first manifestations in Brazilian territory occurred. As a starting point, this ethnography and literature about the subject, requires entering into the analysis of the native categories of the people of Saints, and then go over the theoretical questions on these topics. In the Serra City are the four holy places where the field research was conducted with priests who share their memories and religious experiences composing a theoretical exercise about the history and the formation of Candomble in the state. Their concerns are to transform part of the oral traditions into writing production. Restores a connection with an imagined community that dates back to Africa and plays fictional relationships among members of communities place of the Candomblé and form a family of Saint and axé.

Keywords: candomblé; memory; identity.

Introdução

Em terras americanas e brasileiras trouxeram mais que seus corpos, os africanos reconstruíram e transmitiram no Novo Mundo uma bagagem e herança cultural extremamente rica, implantando dialetos, memórias, crenças e um panteão de *Orixás, Inquices e Vóduns.*

Analisar memórias e identidades das *casas de santo, comunidades e nações* de candomblé capixabas foi o cenário de uma pesquisa maior, da qual parte se desdobrou nesse ensaio sobre *uma religião de matriz africana*. Um diálogo com pessoas que são referências religiosas no candomblé

e sobre essa religião de matriz africana no contexto externo a esse universo religioso e ainda mais, pessoas e *comunidades* que se definem a partir da fé, isto é, tomam a fé como símbolo delimitador de suas identidades. A partir da análise das histórias de vida dos entrevistados[1], foi possível entender como, apesar de todos os desafios, dedicam-se há mais de vinte anos a defender o que acreditam ser uma herança de seus ancestrais religiosos, pois entendem que o candomblé é uma religião que, para realizar suas celebrações, remonta sempre às suas origens africanas.

O período colonial brasileiro foi marcado pela escravização de africanos. Os "filhos da diáspora africana" trazidos para cá eram de distintas regiões da África, o que nos permite entender a diversidade cultural que marca esses grupos. As religiões de matriz africana, por exemplo, existem de norte a sul do país, em meio a diferentes processos de hibridização entre elas próprias e o cristianismo (religião dominante), bem como entre elas e as doutrinas espiritualistas. Essas hibridizações de crenças e rituais são tão evidentes que já não dizemos no Brasil religiões africanas e sim religiões *afro-brasileiras*.

O continente africano pode ser dividido em duas partes, cortando-o com uma linha demarcatória à altura do Golfo da Guiné. Dessa linha para cima, as tradições culturais negras são chamadas sudanesas e desse paralelo para baixo, chamadas de *bantos*[2]. Dos negros sudaneses, as culturas que mais influenciaram no Brasil foram a *nagô* (*nàgó)*[3] e a *jeje*[4], provenientes da Nigéria e do Daomé respectivamente.

---

[1] Os iniciados no candomblé costumam chamar os sacerdotes de *zeladores, mãe e pai-de-santo, baba, ya, babalorixá (bàbálórìṣà),* sacerdote de culto às divindades denominadas Òrìṣàs (orixás). Nesse trabalho, foi entrevistado o senhor Rogério de Iansã, o único *babalorixá*. E no caso de *iyalorixá (iyálórìṣà)* –sacerdotisa do culto aos Òrìṣàs (mãe que tem conhecimento de orixá), foram entrevistadas as senhoras Edinéa de Iemanjá, Dezinha da Oxum e Rita de Oxum.

[2] Bantu: compreende Angola e Congo; é uma das maiores nações do Candomblé, uma religião afro-brasileira. Desenvolveu-se entre escravizados que falavam a língua quimbundo e a língua kikongo. No panteão dos povos de língua kimbundu, originários do norte de Angola, o Deus supremo e Criador é Nzambi ou Nzambi Mpungu; abaixo dele estão os Minkisi (do kimbundu Nkisi ou (plural) Minkisi ou Mikisi receptáculos), divindades da mitologia Bantu. O Deus supremo e Criador é Nzambi ou Nzambi Mpungu; os Jinkisi/Minkisi, divindades da Mitologia Bantu. Essas divindades se assemelham a Olorum (deus supremo) e correspondem aos Orixás da Mitologia Yorubá, e Olorum e Orixá do Candomblé Ketu. Na hierarquia de Angola o cargo de maior importância e responsabilidade é: o Tata Nkisi (homem) ou Mametu Nkisi (mulher). LOPES, Nei. Novo Dicionário de Banto do Brasil. São Paulo: Pallas, 1999, p. 23.

[3] *Nàgó* – uma forma de definir o povo *yorubá*. *Ànágó*. Todas as palavras em yorubá foram retiradas do dicionário de BENISTE, José. Dicionário de *yorubá-português. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011*, p. 538.

[4] *jeje*s: os jejes ou daomeanos são um povo africano que habita o Togo, Gana, Benin e regiões vizinhas, representado, no contingente de escravos trazidos para o Brasil, pelos povos denominados *fon, éwé, mina, fanti e ashanti*. O apogeu desse tráfico foi durante o século XVIII, durando até 1815, no chamado "Ciclo da Costa da Mina" ou "Ciclo de Benin e Daomé". *Candomblé Jeje* é o candomblé que cultua os *Voduns* do Reino de Daomé, levados para o Brasil pelos africanos escravizados em várias regiões da África Ocidental e África Central. Essas divindades são da rica, complexa e elevada Mitologia Fon. Introduziram o seu culto em Salvador, Cachoeira e São Felix, na Bahia. Também em São Luís, no Maranhão e, posteriormente, em vários outros estados do Brasil.

Dessa maneira, realizei um estudo etnográfico, a fim de entender a autodefinição dos integrantes das *comunidades de terreiro* ou *casas de santo*[5]. Retomei parte da história dos africanos antes de sua chegada ao Brasil para compreender como ocorreram as primeiras manifestações em terras brasileiras.

Tendo a memória social dos integrantes das *casas de santo* como ponto de partida, a reconstrução da história do candomblé no Espírito Santo não deve ser analisada como uma narrativa homogênea. Como sabemos, a memória e as narrativas orais são múltiplas e marcadas por versões variadas (POLLAK, 1989 e 1992). Além do mais, os saberes a respeito dos *orixás*, até a década de oitenta do século XX, eram revestidos do maior sigilo, pois, além das perseguições, havia muito preconceito e pouca liberdade (para todos os cidadãos). Os dados estatísticos demonstram que nos anos 1970 a umbanda foi uma das religiões que mais cresceu no país e o candomblé não sofreu com o fechamento significativo de casas, diferentemente de outros períodos, sendo a Constituição Federal Brasileira de 1988 o marco legal para a liberdade religiosa, estabelecida por lei para os integrantes das religiões de matriz africana.

Os dados apurados relativos à memória e ao processo de construção da identidade dos integrantes das *comunidades de terreiro* no Espírito Santo remontam, em suas genealogias imaginadas, ao surgimento do candomblé no Brasil, sobretudo na Bahia. As diversas narrativas afirmam que, após a libertação dos escravizados, começaram então a surgir as primeiras casas de candomblé, tornando-se um fato que esse segmento religioso, desde o seu surgimento, tenha incorporado diversos elementos do cristianismo. Por muito tempo, crucifixos e imagens foram exibidos nos templos, assim como os *orixás* (*òrìṣàs)* eram frequentemente identificados com santos católicos. Algumas casas de candomblé também incorporaram entidades *caboclas*, que eram consideradas pagãs, assim como os *orixás*.

Escravizados e quilombolas foram forçados a mudar situações que não mudariam se não submetidos à pressão escravocrata e colonial, mas foi deles a direção de muitas dessas mudanças, pois não permitiram se transformar naquilo que os senhores desejavam. Nisso, aliás, reside a força e a beleza da cultura que os escravizados e quilombolas legaram à posteridade. Sendo assim, não podemos negar que a construção a partir da resistência foi uma resposta à situação opressiva existente na colônia. Além do mais, foi o meio encontrado

[5] Ao longo de todo o texto foram utilizadas as categorias nativas em itálico. Para designar os templos de culto de candomblé, podem aparecer termos como: *casas de santo, casas de axé, terreiro, roça de candomblé, ile, barracão de candomblé.*

para a construção de uma nova identidade, a de brasileiros descendentes de africanos ou de integrantes de comunidades religiosas de matriz africana.

A etnografia se propôs a descrever os processos de construção de identidades e de visibilidade dessas religiões de matriz africana e desconstruir as concepções estereotipadas e preconceituosas em relação a esses segmentos religiosos, sobretudo as que associam as práticas ritualísticas à realização de malefícios. Discutir *comunidade de terreiro* nos remete ao exercício etnográfico de analisar o contexto e seus sujeitos. Para isso, a pesquisa se valeu do referencial teórico de Barth (2000), a partir do qual as identidades dessas comunidades foram analisadas. Tal escolha teórica se justifica pelo fato de a presente dissertação se propor a construir um saber antropológico sobre essas comunidades a partir do trabalho de campo etnográfico. Um estudo sobre o candomblé *nagô*, usando o referencial teórico de grupos étnicos e etnicidade, foi realizado por Dantas (1998), que escreve:

> [...] os estudiosos que, como Fredrick Barth e Abner Cohen, têm analisado a etnicidade como uma forma de organização no presente, insistem que, sendo a etnicidade uma categoria relacional, a cultura do grupo em contato com outros não desaparece ou se funde, simplesmente, como afirmavam os teóricos da aculturação, mas será utilizada para estabelecer o contraste. Nestas circunstâncias não será conservada a cultura como um todo, mas serão ressaltados alguns traços, justamente para mostrar sua distinção. A escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo, enquanto tal, depende dos outros grupos com que está em contato com a sociedade em que se acha inserido, uma vez que os sinais diacríticos devem poder opor-se, por definição, a outros do mesmo tipo (Cunha, 1970:37). Deste modo, ao apresentar a herança cultural africana nagô não me proponho fazer a etnografia completa do terreiro, o que neste caso, seria irrelevante, nem testar através de comparações com a África, se o que é apresentado como legítima tradição africana encontra paralelo entre os povos iorubas. Para os objetivos deste trabalho, pouco importa se são realmente africanos os estoques culturais apresentados como tais. No limite, poderiam até ser forjados. Importa que o grupo os considera como africanos e que foram escolhidos, pelo próprio grupo, como significativos, sendo usados como sinais da diferença em função das quais se afirma a 'pureza nagô' (DANTAS, 1988, p. 91).

Buscou-se elucidar o problema da organização e da formação das *comunidades de terreiro*, bem como analisar os sinais diacríticos e símbolos eleitos como demarcadores da identidade dos integrantes do candomblé. Os desafios e as dificuldades serão destacados nesse ensaio.

1. Lugares de oferendas, recursos naturais e propostas de cartografia social

> Usar só o necessário, não predar as coisas que Deus colocou na natureza. Ter cuidado com o que se faz pra não danificar a natureza e o ambiente. Nas oferendas eu não deixo nada que vai agredir a natureza, nós não deixamos. E se a gente vê, a gente recolhe. Nós não deixamos. Isto é uma coisa da gente, nós não agredimos a natureza (Edinéa de Iemanjá, 2013).

2. Lugares de oferendas e usos de recursos naturais

> Os noviços, vestidos de panos esfarrapados, uma jarra contendo infusões de folhas dirigem-se a uma lagoa situada numa floresta sagrada e voltam vestidos com um pano branco para ser levados a um lugar escondido, atrás de um muro de panos (VERGER, 2002, p. 51-52).

O cuidado e a preocupação com a natureza são princípios do candomblé, visto que as divindades estão diretamente mescladas à natureza, isto é, são partes dela. Nesse sentido, para as comunidades religiosas do candomblé, além da reverência à natureza há uma questão de autopreservação. Seus integrantes ressaltam a importância da relação entre os cuidados com o meio ambiente e as práticas religiosas dos terreiros, observando que os lugares demarcados para realizações de oferendas se tornam cada vez mais restritos e, em função de perseguições, os cuidados com eles precisam ser redobrados.

> Eu não faço nenhum tipo de oferenda que tenha vidro, louça... Não faço de forma alguma. Eu acho lindo você oferecer, fazer uma oferenda dentro de uma folha. Quer ver um Omolocum mais lindo montado dentro das folhas do abebé? Fica belíssimo. Então eu não tenho que agredir a natureza. Se é da natureza que eu extraio toda a energia pra manter as nossas tradições, então eu não posso destruir a natureza (Rogério de Iansã, 2013).

Diversos rituais acompanhados de oferendas são realizados em lugares como rios, cachoeiras e matas. Esses lugares podem coincidir com propriedades privadas e a intransigência de seus proprietários vem dificultando o acesso de integrantes das religiões de matriz africana aos locais propícios para os rituais.

> Muita dificuldade, as cachoeiras estão fechadas e não tem lugar pra fazer as oferendas. As ruas nós não podemos usar que somos apedrejados, até o mar está difícil pra ser usado. Ervas muito mais ainda, porque na minha casa a gente usa muitas ervas, folhas e coisas da natureza. Todos os lugares estão fechados e não temos onde colher uma erva, aí muitas vezes você arrisca de levar um tiro no pé

> (risos). Porque a gente passa debaixo dos arames e você sabe que não pode passar. Nós fomos à beira do rio, igual outro dia nós fomos e aí eu tive que brigar com um italiano lá em Biriricas, porque ele falou que nós estávamos fazendo macumba, xingando tudo em qualquer coisa e gritando que o Brasil é dele. Eu falei: 'Sou mais brasileira que você e vou fazer macumba aqui. Tira o rio daqui, arranca daqui' (risos) (Edinéa de Iemanjá, 2013).

Para as lideranças do candomblé, alguns recursos naturais como rios, cachoeiras, matas e ervas não deveriam ser de propriedade individual e privada, pois expressam energias de divindades que são forças que se manifestam coletivamente e em diferentes lugares. Deveriam ser considerados recursos e lugares públicos que pudessem ser usados para a realização de cerimônias e oferendas por todas as religiões. Para que isso possa ocorrer, esses recursos naturais necessitam de cuidados, valorização e dispensam agressões, pois têm relação com o direcionamento que esses líderes religiosos imprimem às suas vidas e ao ensinamento de seus filhos de santo.

> A gente cultua cada elemento da natureza. Pra gente tem um valor, tem uma diretriz. Então, hoje em dia, quando a gente vai fazer uma oferenda fora, a gente leva nas vasilhas, a gente chega lá, apanha as folhas, que é uma coisa da mata, pra deixar as oferendas nos rios, na natureza. A gente não é mais como antigamente que arriavam tudo [...]. Hoje, a gente faz o possível pra poder melhorar isto cada vez mais e estamos passando para os nossos filhos deixarem para os que vierem aí depois (Rita de Oxum, 2013).

Apoiados nos debates sobre sustentabilidade, estão ocorrendo movimentos das comunidades de terreiros, em conjunto com outros povos e comunidades tradicionais, para a criação de políticas públicas que amparem essas comunidades que estão engajadas na luta pela preservação ambiental, pela sustentabilidade[6] e pelo mapeamento social (ou cartografia social) de lugares considerados sagrados, como os lugares de oferendas e de cultos.

3. Desafios às propostas de demarcação social de lugares de cultos e de oferendas

Os entrevistados estão dispostos a aderir ao movimento da cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, tendo em vista que Rogério já é parte dele, mas 50% ainda estão presos a uma visão saudosista e romântica das relações políticas internas e deles com as agências do Estado, visto que esperam por um trabalho "tranquilo" e "sem conflitos". Essa

[6] Segue o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, disponível para download: <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/plano-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana.pdf>.

ausência de conflitos é pouco provável, sobretudo quando se trata de assegurar o direito ao reconhecimento da identidade e da demarcação de lugares de rituais desses agrupamentos que sempre enfrentaram intransigências, intolerâncias e rejeições para terem o direito de realizar seus cultos e oferendas. Algumas lideranças, de forma isolada, tentaram iniciar essa atividade de mapeamento dos terreiros nos anos 2012 e 2013, mas as iniciativas não obtiveram sucesso por falta de pessoa jurídica legalizada para captar e administrar os recursos.

A partir das entrevistas, organizei em ordem numérica crescente algumas dificuldades e desafios para realizar a demarcação social dos lugares de culto e de oferendas, como segue:

1º) O maior problema para levar adiante um projeto de mapeamento social dos terreiros está na dificuldade de reunir seus zeladores. Verifiquei que, conforme o relato de Rogério de Iansã, diversos zeladores têm dificuldade de entender suas casas de candomblé como parte de um projeto coletivo e, às vezes, falam em *negócio de fulano* para se referirem a uma *casa* que está sob a liderança de uma determinada pessoa. Nessa concepção, o entrevistado afirma que "baixa logo o barraco" e diz: "Por acaso a gente tá falando de religião só pra um? Não é pra todo mundo?" A força política que os terreiros poderiam ter se enfraquece, porque diversos zeladores não têm a consciência de que devem participar da luta e, segundo Rogério, entendem que basta um lutar por todos.

2º) Outra dificuldade está relacionada à expansão urbana. As casas de candomblé, que estavam em lugares afastados dos bairros das cidades e que ainda são denominadas *roças*, tornaram-se *imprensadas* e *exprimidas* por residências, praças, comércios e igrejas. Em dias e horários de festas – que ocorrem na maioria das vezes à noite –, os integrantes de *casas de santo* tocam seus instrumentos musicais e cantam, sendo eles denunciados por meio da legislação sobre o silêncio, sob acusação de transgressores da ordem e da lei. Em outras situações, os moradores vizinhos a essas casas têm feito abaixo-assinados exigindo que elas saiam do bairro, como ocorreu com a *casa* de Mãe Edneia de Iemanjá, a qual teria respondido aos assinantes: "Quando eu cheguei, não tinha nenhuma casa em volta. Eu cheguei primeiro, os incomodados que se mudem, eu não mudo não" (Edinéa de Iemanjá, 2013).

Na busca de alternativas para permanecerem nos bairros, os líderes religiosos têm mudado os horários de seus rituais, sob o argumento de que não pretendem ferir o direito dos outros. Em outros casos, como relatou Rogério de Iansã, o terreiro de sua mãe-de-santo, em função do *imprensamento*, saiu da cidade de Salvador e foi para um bairro do *interior*, do meio rural. O ogã Valdecir, da casa da Sr.ª Dezinha, destaca o caso de Pai Wilson, que

quando instalou sua *roça de santo* no bairro Laranjeiras, no município da Serra (onde atualmente os moradores têm alto poder aquisitivo), no local existiam poucos moradores e sua *casa de santo* era aceita. No entanto, com o crescimento urbano e as edificações de mansões, a *casa de santo* passou a ser pressionada pelos moradores, que desde então recorrem à legislação sobre o silêncio. O referido *pai de santo* colocou sua *casa* à venda. Desse modo, os líderes entrevistados viabilizam a alteração nos horários das festividades.

> Agora com este horário eu não toco mais à noite. Eu não posso fazer uma festa a noite. No máximo dez, onze horas, o máximo. E quando meu pai fica empolgado, quando ele vem, ele se empolga, ele adora e quando vemos é duas horas, uma hora e meia: "pai, pelo amor de Deus", porque já bateram na minha porta para impedir, querendo que eu parasse com o toque, com tudo por causa do horário, porque vizinho fala e atrapalha [...]. Eu estou praticamente encurralada, preciso de espaço, mas não tem como, porque o vizinho do lado é crente não vende, não abre mão, ele está ali, ele é sozinho, sem família, mas está ali (Dezinha de Oxum, 2013).

> Então, leva pra cachoeira, porque tem que existir a natureza. A gente não vai fazer isto com um balde, com uma mangueira no fundo do quintal. Eu tenho todas estas facilidades, a minha roça, a minha casa que a gente chama de roça, o meu barracão fica perto de uma mata, perto de uma praia, perto de uma lagoa. Nós temos tudo ali perto, mas não se sente à vontade. Eu fui fazer uma coisa pra uma filha de santo minha, que o orixá dela virou ela, saiu com um balaio lindo na cabeça, mas juntou tanta gente que parecia que eu estava fazendo uma peça teatral. E todo mundo assim apavorado, tinham evangélicos e começaram a gritar, e era Oxum que saiu pulando aquela coisa maravilhosa. As dificuldades estão aí, mas eu me sinto muito feliz. O que eu fiz até hoje eu acho que eu fiz o certo (Rita de Oxum, 2013).

3º) Os lugares de cultos na natureza, matas, praias, rios, cachoeiras e encruzilhadas, assim como as ervas usadas para as cerimônias e tratamentos estão cada vez mais poluídos e escassos (em função dos desmatamentos), requerendo, assim, a viabilização de alternativas.

> Quando eu vim pra aqui, eu escolhi esse local, porque não tinha absolutamente nada aqui [...]. Hoje, ali onde tem uma vala, quando eu cheguei, era uma nascente. Uma água limpíssima! Era uma água que até tinha mandado analisar na época, podia beber a água. Cansei de oferecer presentes pra Oxum ali, lavar a cabeça de filho de santo, pra eu. Hoje já não tem mais isso, né. Na época era tudo aberto, cheio de mato [...]. Essa parte da frente aqui do morro era erva pura. Erva que a gente saía pra colher folha aqui, era um luxo. Tinha tudo! Fiquei encantado quando eu vim pra cá. Comprei por isso. Hoje não tem mais nada. É uma grande demanda das comunidades. É uma grande dificuldade, porque a gente precisa criar, ter um espaço. Estamos batalhando com relação a isso. Mas criar um espaço aqui no município que, pra preservar a mata, pra gente ter, lá em Queimado. De

> ser construído um espaço cultural, pra receber as pessoas, para o povo de terreiro, pra dentro do projeto. A ministra esteve aqui, sabe, já tá até tramitando isso em Brasília, a gente já conseguiu que isso fosse tombado. No governo Dilma nós já tivemos mais de uma visita aqui. Isso já tá sendo encaminhado. É uma vitória. Eu talvez não colha esses frutos, mas não pode ser tão egoísta de pensar que os próximos não colherão. Estou trabalhando pra isso. Estou dando a minha contribuição (Rogério de Iansã, 2013).

4º) Argumentam que o alto custo dos bens (materiais e simbólicos) para a manutenção das *casas de santo* e a realização dos rituais, assim como a falta de união (federações fracas e com poucos trabalhos), estão entre os maiores desafios a serem enfrentados pelos praticantes das religiões de matriz africana para que as mesmas se consolidem no mercado dos bens religiosos de alta concorrência.

5º) Superar a noção da falta de tempo que os atuais adeptos do candomblé se queixam, dividindo-se entre trabalho e estudos, e esse é um dos grandes desafios. Afirmam que no passado as pessoas ficavam mais tempo recolhidas em seus rituais de iniciação e de obrigação, chegando, no caso da nação jeje, há seis meses e a um ano de recolhimento. Essa falta de tempo afetou os rituais, pois tiveram seus tempos de duração reduzidos e os integrantes de algumas nações, com uma visão menos flexível acerca dessa questão, não conseguem repensar parte de suas tradições e falam das dificuldades para mantê-las. Parte dos entrevistados entende que algumas adaptações têm sido necessárias, não só na questão do tempo das obrigações religiosas, mas também em termos de modernização e de questões financeiras, pois ficar muito tempo cuidando de um *iaô* implica aumento de despesas e tanto o iniciado quanto o iniciador têm que trabalhar e têm famílias para tomarem conta.

6º) Esse desafio, segundo a visão de uma *iyalorixá*, consiste em administrar as diferenças em termos de educação moral, pois para a tradição do candomblé, mesmo na atualidade, as pessoas de procedências sociais e de formação moral distintas devem conviver dentro da mesma casa, como se fossem uma família. Essas pessoas foram criadas em lares distintos e com diferentes tipos de orientação moral. Nesse sentido, a *Sr.ª* Rita entende ser uma grande dificuldade liderar pessoas com índoles morais e problemas de caráter tão diversos, causando certo desconforto, pois nessa tradição religiosa o iniciado deve tornar-se parte da *família de santo* e conviver dentro da mesma casa, criando relações de confiança e afinidade.

> Dificulta também, sabe o que é? Você ficar mexendo muito com o ser humano, você precisa ter estrutura pra isto. Ultimamente as pessoas estão muito maltratadas, muito desgastadas, os maiores problemas que estão

> mais em evidência desgastam muito a gente e que não nos levam a grandes resultados. São problemas com drogas, com o caráter da pessoa. Alguns problemas me trazem muito medo: uma pessoa viciada, uma pessoa que tem a tendência à promiscuidade, uma pessoa que não tem uma moral muito forte, ficar vigiando menina sem juízo que fica depois que todo mundo está deitado, que fica pelos cantos namorando os outros. Isto acontece não é só em casa de orixás não, isto acontece nas igrejas também, isto acontece em qualquer lugar, eu não tenho paciência. Eu sou zeladora e não tenho paciência mais e nem tenho idade nem tolerância pra aguentar estas coisas. Então, a primeira coisa que eu vou fazer é mandar ir embora. Então, eu não quero muita gente, eu não quero quantidade, eu quero é qualidade e está difícil qualidade, está muito difícil [...]. Eu tenho uma casa que é de família, é um ambiente em que qualquer pessoa pode chegar, eu não quero arriscar de colocar muita gente lá dentro. Então tudo isso dificulta realmente (Rita de Oxum, 2013).

O mapeamento ou cartografia social é uma vontade daqueles que acreditam que isso poderá facilitar o acesso às políticas sociais do governo para os povos e comunidades tradicionais do Brasil, entre os quais, o *povo de santo*. Contudo, as dificuldades e a falta de convergência são notórias, pois o desenvolvimento de um trabalho criterioso acerca da localização das casas e dos lugares de oferendas necessita de recursos, sobretudo do sentimento de pertencimento às comunidades religiosas que têm projetos políticos a serem compartilhados no presente e no futuro entre os adeptos das religiões de matriz africana.

No início de 2015, um projeto de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo começou a realizar a cartografia dos terreiros, uma grande conquista para os integrantes do candomblé e para a história do nosso estado.

Considerações Finais

Alguns temas foram analisados no decorrer do texto, com foco especial em **identidades e preconceitos** a partir do candomblé no Espírito Santo. Apresentei como os *zeladores* entrevistados definem o candomblé: como uma *religião de matriz africana,* denominada a partir da construção de suas memórias e genealogias nas *famílias-de-santo*. Os zeladores defendem que se trata de uma tradição em que os saberes são transmitidos pela memória e oralidade. Na definição do candomblé por seus integrantes, analisei os símbolos e sinais diacríticos delimitadores de fronteiras de *comunidades de terreiro, casas de santo, axés e nações* de candomblé e demarcadores do pertencimento dos seguidores a elas.

As lembranças sobre o axé – forças, energia e lutas dos ancestrais –, compartilhadas e vivenciadas nos rituais, possibilitam que as pessoas iniciadas incorporem essa força por meio da possessão. Por ser criado por africanos e seus descendentes escravizados no Brasil, o candomblé é uma religião que, ao longo da história, tem passado por diferentes processos de demonização, perseguição e discriminação, não apenas em função de sua origem em segmentos étnicos dominados, mas por não excluir as pessoas por causa de suas condições e opções sexuais. Nele, a opção sexual não é importante e, em muitos casos, o sacerdócio é exercido por pessoas do sexo feminino e por homossexuais, o que não é compartilhado pelas religiões cristãs no ocidente. Assim, as mulheres, por serem dotadas de sentimentos e capacidade de maternidade, transferem esse sentimento e força para suas *famílias-de-santo*, ajudando, desse modo, na condução da vida dos seus e redescobrindo sua força e seu papel social.

Os rituais de oferendas e sacrifícios de animais, que muitas vezes são mal interpretados por pessoas não iniciadas, são feitos de forma bastante ordenada e a carne desses animais é aproveitada para a alimentação, principalmente durante as funções e em dias de festa. Ao término dessas festas públicas, um banquete é oferecido aos convidados e aos membros da religião.

Os animais sacrificados como oferendas a que se referiu uma das *iyalorixás* no decorrer do trabalho, sobretudo o carneiro e o cabrito, são usados para demarcar o corpo do iniciado escolhido pelas divindades. Esse corpo é a morada de uma nova consciência e um lugar de memória onde os ancestrais e as divindades africanas se manifestam, principalmente no decorrer dos rituais festivos, não para punir e castigar, como fizeram os senhores de escravizados, mas para celebrar a passagem, sempre, para novas vidas.

A partir de então, esses corpos enquanto totalidades são convocados à busca de uma nova visão de si, não mais a partir de uma moral cristã e senhorial que os açoitava, que explorava sua força de trabalho e condenava suas práticas sexuais (ao mesmo tempo que se beneficiava delas). Essa corporalidade enquanto totalidade não apenas física, mas sim culturalmente demarcada por uma comunidade que ali imprime consciências, memórias, valores e jeito de se manifestar estará para sempre convocada a se reinventar para além dos determinismos homogeneizadores das ideologias e doutrinas dos colonizadores.

Os desafios a serem enfrentados para a superação dos **preconceitos** em relação às religiões de matriz africana têm como primeiro passo o investimento na produção de conhecimento sobre o assunto, sobretudo por pessoas iniciadas.

O avanço dos **preconceitos** dos neopentecostais cria situações constrangedoras e criminosas em relação às práticas religiosas do candomblé, em um regime político democrático em que a liberdade de expressão religiosa é garantida por lei. Em função da concorrência acerca do monopólio dos bens religiosos advindos do avanço dos neopentecostais, combater o **preconceito** que desqualifica o candomblé enquanto religião que se insere no universo do sagrado é um dos desafios atuais dos seguidores e defensores do candomblé.

Os *babalorixás* e *iyalorixás* lembram que o *povo de santo* já foi alvo de muitas perseguições por parte da Igreja Católica no passado e que, atualmente, os terreiros se tornaram o foco da perseguição das igrejas neopentecostais, que crescem cada vez mais em número de integrantes e na perseguição aos afro-religiosos. Observam que *a aversão às religiões afro*, principalmente pelos denominados *crentes*, está apoiada no preconceito arcaico da sociedade de modo geral, que já deveria ter sido superado. Uma *iyalorixá* afirma que gostaria de entender qual é o motivo de tanto incômodo por parte dos neopentecostais, visto que a maior parte de suas igrejas, sobretudo nos bairros de periferia, onde estão também as *casas-de-santo*, já está lotada de gente.

Nesse sentido, os *zeladores* ressaltam a necessidade de tomada de consciência do direito à liberdade religiosa e à expressão dessa consciência, como uma das estratégias de defesa contra a intolerância e a perseguição religiosa.

O candomblé é um produto cultural das diásporas africanas no Brasil. Para cá vieram africanos de diversas nações e povos daquele continente, que praticavam múltiplas formas de crença, resultando, desse modo, em uma religião que nunca foi una e pura, mas resultado dos processos de trocas e interações não apenas entre os africanos e seus descendentes, mas com os próprios colonizadores. Por isso, o candomblé é um produto da diversidade e, portanto, muito mais rico e complexo do que pode parecer. O processo de interação e hibridização, no entanto, não é uma mistura confusa, inconsciente e massificadora, ao contrário, pois é na interação que os integrantes das diferentes nações do candomblé estabelecem as fronteiras não apenas entre elas, mas delas com a umbanda, com as igrejas evangélicas e com a igreja católica.

Dentre os diversos demarcadores sociais das diferenças culturais, empregados pelas *casas* e *nações* de candomblé, retomo alguns apresentados pelos entrevistados: a) a *tradição oral*, seguida da *senioridade* e do *respeito à hierarquia* na transmissão dos saberes como uma de suas peculiaridades, visto que ali *tempo é posto*, não se tratando de qualquer *tempo*, mas daquele que transcorre acompanhado da aprendizagem acumulada na memória e

transmitida nas práticas ritualísticas do candomblé; não é qualquer *mais velho* que ocupa *posto* na hierarquia, mas aquele que consegue assimilar e transmitir os saberes tradicionais relativos aos rituais; b) *fidelidade* (denominada *mojuba*) às *casas*, ao *axé*, às *nações*, à tradição e às autoridades que ocupam *postos* superiores aos iniciados; c) uso de línguas rituais (ioruba, kibundo ou jêje) nos cantos, onde se transmitem os mitos, como segredos do *povo do axé;* d) as indumentárias e símbolos que vestem e diferenciam as divindades entre si e são empregadas(os) pelos próprios adeptos para demarcarem seu pertencimento ao candomblé; e) a aprendizagem no preparo das oferendas, muitas vezes apresentadas como alimentos às divindades que se expressam em lugares e forças da natureza.

A pesquisa também verificou que os trabalhos produzidos na academia, no teatro, na música e nas imagens sobre o candomblé vêm sendo apropriados por diferentes atores sociais ligados a esse universo religioso, como meios de registros e de divulgação das casas, axés e nações do candomblé.

Por fim, frente aos processos políticos de reconhecimento de práticas, valores e saberes tradicionais, tem ocorrido uma reação aos encolhimentos das religiões de matriz africana diante do crescimento de igrejas neopentecostais. Essas igrejas legitimam e transmitem suas doutrinas e práticas em teologias da prosperidade e da vitória, de forma contrária às tradições afro-brasileiras, que são classificadas por essas igrejas concorrentes pelo monopólio dos bens religiosos como arcaicas, vencidas e derrotadas na guerra do bem contra o mal. Engajados em movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais do Brasil, alguns *babalorixás, iyalorixás* e *zeladores(as)* propõem a demarcação por meio de mapeamentos sociais ou de cartografias sociais de lugares de rituais e de oferendas, tendo por objetivo o reconhecimento como novos sujeitos de direitos e de políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais do Brasil, bem como a demarcação, acesso e preservação de lugares de rituais e oferendas e de recursos naturais como raízes, ervas, folhas, rios, lagoas e cachoeiras. Tudo isso – associado às propostas de construção de uma unidade (ou *união*) política dos denominados como *povo de santo*, *povo do axé* e *comunidades de terreiros* – é apresentado como um conjunto de desafios às religiões de matriz africana da atualidade. Nesse sentido, como um dos militantes da causa dessas religiões, o babalorixá Rogério de Iansã, afirma: "as pessoas de nossa religião devem parar de criticar tudo o que é feito e passar a fazer algo. Essa é uma grande contribuição para a nossa religião".

O trabalho sobre candomblé no Espírito Santo não está definitivamente concluído, pois há muito ainda para se produzir sobre esse tema por aqui. Deixo minha contribuição,

mas há ainda um caminho enorme para os próximos *irmãos de axé* e pesquisadores, que podem adentrar e vivenciar, mas dificilmente desvendar completamente esse universo do sagrado no candomblé. *Axé, povo de santo*!

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

BARBÁRA, R. **A Dança das Aiabás:** dança, corpo e quotidiano das mulheres de candomblé**.** São Paulo: FFLCH/USP, tese de doutorado, 2002.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** RJ: Contra Capa, 2000.

BENISTE, José, **Dicionário de *yorubá*-português**. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DANTAS, Beatriz G. **Vovó nagô e papai branco:** usos e abusos da África no Brasil. RJ: Graal, 1988.

GERRTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: Guanabara, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. de Laurent Leon Schaffter. SP: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: _____; RANGER, Terence (Orgs). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa / Portugal: Edições 70, 1987.

LOPES, Nei. **Novo Dicionário de Banto do Brasil**. São Paulo: Pallas, 1999, p. 23.

MACIEL, Cleber da Silva. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo** - Práticas Culturais Religiosas Afro-Capixabas. DEC/ UFES: Vitória - ES, 1992.

OLIVEIRA, Osvaldo M. de. **Negros, parentes e herdeiros:** um estudo da reelaboração da identidade étnica na comunidade de Retiro, Santa Leopoldina-ES. Niterói-RJ: PPGACP/UFF, 1999

_____, **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS-UFSC, 2005.

PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In**: Estudos Históricos**, RJ, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, RJ, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SILVA, Vagner Gonçalves da; AMARAL, Rita. **Foi conta para todo canto:** as religiões afro-brasileiras nas letras do repertório musical popular brasileiro. Afro-Ásia (UFBA), v. 34, p. 189-235, 2006.

_____, **O Antropólogo e sua Magia:** trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2000.

VERGER, Pierre. **Orixás.** São Paulo, Corrupio, 1981.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3. ed., Brasília: Editora da UNB, 2004. [1920].

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE HELVÉCIA E O USO DA MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA

Renato Pasti
Graduado em licenciatura - UNEB

Resumo: Os movimentos quilombolas surgiram como espaço de resistência e luta pelos direitos políticos e sociais. Essas lutas por reconhecimento de direitos dos grupos quilombolas atravessaram as vicissitudes dos regimes políticos brasileiros e se instrumentalizaram nas relações de identidade, memória e de posse da terra. Nesse contexto de disputas contínuas se insere o distrito quilombola de Helvécia, que se localiza no município de Nova Viçosa, no Território de Identidade do Extremo-sul da Bahia. Em meados do século XX, essa região foi impactada pelo avanço da monocultura do eucalipto e a desterritorialização e marginalização dessa comunidade tradicional. Para frear o avanço da monocultura, em 2005, a comunidade de Helvécia buscou seu reconhecimento como remanescente quilombola. Ao utilizar suas vias de memória, para alicerçar a resistência contra a invasão do grande capital, a comunidade fez uso dos costumes, lugares enlaçados em sua memória que figuram como elementos ancestrais de sobrevivência. Justaposto estes enredos, o presente trabalho de pesquisa bibliográfica busca analisar, à luz das vias da memória coletiva, as práticas de resistência da comunidade frente a marginalização e as violações de seus sentimentos de pertencer à terra e a posse da memória.

Palavras-chave: memória; resistência quilombola; monocultura do eucalipto.

Abstract: The quilombos movements emerged as space of resistance and struggle for political and social rights. These struggles for rights' recognition of quilombo groups crossed the vicissitudes of Brazilian political regimes and instrumentalised in identity relationships, memory and land tenure. In this context of continuous dispute falls within the quilombo district Helvécia, located in Nova Viçosa, at the Identity territory of the Far South of Bahia. In mid- twentieth century the region was impacted by eucalyptus monoculture forward and dispossession and marginalization of this traditional community. To stop monoculture breakthrough in 2005, the Helvécia community sought recognition as quilombo remaining. When using your memory pathways in support resistance against the invasion of big business, the community made use of customs, snared places in your memory that figure as ancestral elements of survival. Thus, the present bibliographical research study, seeks to analyze at the light of the way of the collective memory, the community resistance practices, front of marginalization and the violations of their feelings of belongs to earth and memory possession.

Keywords: memory; quilombo resistance; eucalyptus monoculture.

1. A comunidade de Helvécia entre a desterritoriaização e a reterritorialização

A comunidade de Helvécia está localizada no extremo sul da Bahia, mais especificamente no município de Nova Viçosa e, no ano de 2005, foi reconhecida pela Fundação Palmares como área remanescente quilombola. Seu passado está ligado à Colônia Leopoldina, uma sesmaria de posse suíço-alemã, fundada em 1818, originalmente destinada ao povoamento, mas que se constituiu como colônia agrícola, com grande número de

escravos. Ao histórico de Helvécia agrega-se a expansão do eucalipto, que teve início no meado do século XX, no Extremo sul da Bahia.

O sistema escravista e a monocultura do eucalipto deixaram marcas profundas ligadas às características étnicas e culturais da população e, evidenciaram formas identitárias e de resistência da comunidade em relação ao espaço, suas histórias e sua gente.

Com a expansão da produção de eucalipto na região e o estabelecimento da indústria de papel e celulose, os espaços onde anteriormente imperavam as atividades tradicionais da agricultura familiar deram lugar à monocultura. A dominação hegemônica das terras pelo grande capital da empresa de celulose realinhou as relações sociais, desarticulou as organizações econômicas e por consequência, provocou a reelaboração das relações da população local com a sua própria memória no/do espaço.

Gradualmente a compra de terras e a invasão do eucalipto mobilizaram a população local negra. A partir de confrontos com as empresas do agronegócio e disputas políticas internas na comunidade, levaram o grupo a se organizar e iniciar a luta pelo reconhecimento do distrito de Helvécia como espaço remanescente quilombola.

Nesse contexto de relações ambíguas de poder, algumas vozes e silêncios, que permeiam discursos na comunidade, trouxeram à tona questionamentos sobre os bastiões da memória coletiva, na perspectiva da posse da terra e desterro, que definiram/definem a organização e vivência da comunidade de Helvécia. Assim também, é pertinente compreender a utilização dos subterrâneos da memória e evidenciar seus lugares reminiscentes para tornar visível a luta da comunidade contra a infiltração desagregadora do capital latifundiário das empresas de celulose.

Portanto, para analisar os conflitos ligados ao direito, à memória e a terra neste lócus é preciso salientar algumas questões norteadoras: A) De que forma a expansão do domínio de terras pelas empresas de agronegócio, no extremo sul da Bahia, desarticulou os vínculos de memória na/da comunidade? B) De que forma a Memória coletiva contribuiu/contribui para que a comunidade resista às consequências da invasão da cadeia produtiva do eucalipto? C) Como a busca do reconhecimento como comunidade remanescente quilombola reelaborou a memória coletiva ou fez emergir suas memórias subterrâneas, e qual a relação entre o território, ritos, performances e a memória coletiva de Helvécia? Pouco a pouco, essas problemáticas corporificaram-se em tema para a análise do binômio memória/resistência na comunidade remanescente quilombola.

No intuito de alcançar resultados na pesquisa, que visassem perceber os alicerces nos lugares de memória que dão sustentação às práticas tradicionais, foram analisados dados, documentos e fontes orais no sentido de compreender a formação da memória coletiva na comunidade de Helvécia. Sendo assim, objetivando também, compreender como os sujeitos e o grupo, na comunidade, se valem da memória coletiva, conferindo-lhe novas configurações e se instrumentalizando essa como elemento de resistência contra os impactos da monocultura de eucalipto.

2. A memória e a terra como alicerces do sentimento de pertença

O distrito quilombola de Helvécia, localizado no Território de Identidade[1] do Extremo-sul da Bahia apresenta configurações sociais e econômicas típicas do contexto do Brasil imperial. Sua formação está ligada ao início do século XIX, mais especificamente no ano de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Nesse período a demografia brasileira ainda era insipiente, motivo pelo qual o rei português D. João VI decretou que fossem doadas sesmarias para colonos estrangeiros que se interessassem na formação de povoados e exploração de terras no Brasil (Gomes, 2009, p. 39). Durante todo o século XIX, a comunidade de Helvécia[2] se envolveu na produção de café, sendo que "a principal propriedade que garantia o crédito aos produtores de café era o escravo", como afirma Carmo (2010). A utilização da mão de obra escrava se fazia presente em muitos dos ramos de produção, assim estabelecendo um número significativo de escravizados na região, como assevera Alane Fraga do Carmo sobre os primeiros momentos da colônia de Leopoldina:

> Os vários relatórios dos presidentes das provinciais e os documentos do consulado da Suíça na Bahia discutem a questão da mão de obra empregada no cultivo do café na Colônia de Leopoldina. São quase exclusivamente braços escravos, africanos e crioulos em número muito superior ao de estrangeiros. É difícil, entretanto, precisar a exata população escrava na colônia ao longo dos seus quase setenta anos de existência (CARMO, 2010, p. 31).

[1] Regionalização recentemente estabelecida pelo atual governo da Bahia constituída a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região, onde a divisão vem sendo utilizada para a implementação de políticas públicas no Estado, segundo a SEPLAN (2013).
[2] As sesmarias da colônia de Leopoldina foram doadas a grupos de colonizadores suíços e alemães, por esse motivo a colônia foi rebatizada de Helvécia, em homenagem aos grupos de colonizadores suíços.

Carmo evidencia que, logo, junto ao aumento da produção, também se fazia necessário a demanda por uma maior quantidade de mão de obra cativa, o que marca a intensificação das ações escravagistas. Proporcionalmente como resposta ao sistema opressivo da escravidão, emergia a prática de insubordinação, ligada aos projetos de resistência e liberdade (MATTOS, 2008). Quase sempre, estes projetos de liberdade estavam vinculados à posse da terra, aos vínculos de parentesco e pertencimento com a comunidade, geralmente reforçados pelas práticas dinâmicas de sociabilidade[3] que reafirmavam os laços de identidade do grupo.

A posteriori, nos desenlaces do sistema escravista, a abolição correspondeu para população cativa de Helvécia a possibilidade de articular novas trajetórias, através do distanciamento dos miasmas da condição escrava. Segundo Fraga (2006), o processo da possessão de terras[4] gerou possibilidades de melhoria de condições econômicas e sociais, e sobretudo, a possibilidade de se distanciar do estigma da submissão do cativeiro, ou seja, o acesso à liberdade.

Gomes (2009) assevera que a gestão desses pequenos lotes de terra pelas famílias dos ex-cativos se baseava na coletividade do trabalho, forma mais eficiente de sobreviver às adversidades. Nessa coletividade, o grupo buscava também fortalecer sua identidade como forma de resistência.

Portanto, essa coletividade era evidenciada em várias situações: para lavrar a terra, construir casas ou comemorar a colheita, a comunidade se reunia em atividades como danças e festejos que reforçavam os laços do grupo (SANTANA, 2014). Portanto, há indícios que a identidade dos ex-escravos se ancorava na memória coletiva. Nessa perspectiva de análise Michael Pollak (1992) concorda com Halbwachs sobre a memória quando afirma que, esta é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletiva.

> A *priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constante (POLACK, 1992, p. 201).

[3] As dinâmicas de sociabilidade a que se faz referência são os elementos das danças como o bate barriga (dança de tradição africana), festejos como o samba de viola, as religiosidades de matriz africana, trabalhos em grupo na construção de casas como o embarreiro, entre outros. Assim, as práticas agregadoras do grupo que reafirmam o sentimento de pertence e colaboração, embasam a resistência do grupo frente às adversidades do contexto (SANTANA, 2014).

[4] Sobre a posse de terra em Helvécia, pesquisas não deixam claro como os ex-escravos chegaram à obtê-las. Contudo, nas narrativas de antigos moradores a posse da terra é justificada como uma doação da Princesa Isabel. Os moradores afirmam que receberam aproximadamente 25 braças por família. A pesquisadora da UNEB Liliane Mª Cordeiro Gomes (2009), em sua dissertação de mestrado, afirma que há uma lacuna nesse episódio histórico e que o grupo utiliza a memória como forma de preencher tal "hiato", ela assevera: "talvez este hiato tenha sido preenchido na memória das pessoas de Helvécia buscando um fio condutor entre o fim do cativeiro e a posse das terras".

Nesse sentido, quanto a construção e vicissitude coletiva da memória, Beatriz Sarlo (2004) complementa que esses sujeitos, marginalizados durante tanto tempo, e ainda hoje relativamente ignorados buscam novas exigências e tendem a fortalecer o movimento de resistência recorrendo aos discursos da memória. No caso de Helvécia, a memória é referenciada em práticas como a dança do Bate-barriga, as Festas de Terreiro, Samba de Viola, o Embarreiro, entre outras práticas sociais, que possibilitam a sobrevivência da memória do grupo, pari passo, que essas memórias são os esteios dos movimentos de resistência.

Assim, a sociabilidade presente no espaço de Helvécia, proporcionava aos sujeitos (individualmente) e ao grupo a reafirmação da identidade e a garantia de que as memórias construídas não desapareceriam, sendo evocadas nas ações coletivas, nos festejos, nos féretros e etc. Sobre isso, Maurice Halbwachs (2012) afirma que lembrar não é meramente reviver, e sim, refazer com imagens e ideias de hoje as experiências do passado e estas, tem o poder de unificar e até aproximar. Ocorre, segundo o autor, que a memória individual é fortalecida pela memória coletiva, desde que as lembranças tenham significados para o sujeito, como se faz transparecer em Helvécia. Acerca disso ele assevera:

> Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo [...] (HALBWACHS, 2012, p. 48).

Contudo, as relações tradicionais que emergiram da posse da terra pelos negros de Helvécia, como foram supramencionados, esbarram um século depois em fatos que desarticulam a vivência da comunidade: o advento da cadeia produtiva do eucalipto no Extremo-sul da Bahia, que fraturou as estruturas concebidas nas relações de sociabilidade da comunidade com o espaço.

A produção do eucalipto e o estabelecimento das indústrias multinacionais (Suzano Celulose e a FIBRIA) têm desestruturado os modos de vida tradicionais, marginalizando, gerando subempregos e violentando a memória do grupo e a sua relação com a terra. A posse da terra pelas empresas de celulose aumentara significativamente no final dos anos 80, deslocando os pequenos produtores rurais de suas terras e em virtude disso rompendo os laços de memória e produção tradicional existente entre estes que lhe conferia significados de pertencimento. Ao passo que o latifúndio da monocultura se expandia, a comunidade de Helvécia era marginalizada

dos dividendos de sua produção. Sobre o domínio das terras empreendido pela FIBRIA e os impactos sociais sobre a população de Helvécia, Gomes salienta:

> Diante desta situação, a comunidade viu-se obrigada a deslocar-se de seu lugar em busca de alternativas de emprego e sobrevivência. Esses deslocamentos ocorrem tanto para destinos próximos do distrito, como a cidade de Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, como para centros mais distantes, entre os quais Vitória, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte (GOMES, 2008. p. 96).

É possível perceber nesse relato que as terras foram gradualmente ocupadas pela monocultura, ilhando a comunidade, provocando migrações, interferindo diretamente e indiretamente nas ações coletivas, desagregando o sentimento de grupo e ferindo as memórias que durante tanto tempo conferiram identidade à comunidade. Sobre a perspectiva do desterro dos lugares de memória, Pierre Nora laça olhares buscando perceber a reciprocidade entre a destruição da memória coletiva e a sobrevivência dessas através de espaços que encarnam suas reminiscências, como afirma Nora (1984):

> A curiosidade pelos locais onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1984. p. 7).

É possível que através das palavras de Pierre Nora, entenda-se que a comunidade quilombola tenha recolhido a memória coletiva em lugares de memória (as próprias práticas de sociabilidade e locais físicos como terreiros, igrejas, cemitério e etc.) e que também são bombardeados por ações destrutivas do grande capital.

Contudo, é latente o possível esfacelamento de lugares de memória de Helvécia em detrimento da ocupação territorial do eucalipto, e tal fato, pode ser exemplificado, observando o cemitério da comunidade que se encontra sitiado pelos "pés de eucalipto", e atualmente está engolfado pelo mato e isolado da cidade, em outras palavras, depredado pela monocultura. Neste fato, se evidencia uma violência física e também simbólica[5] que tal produção promove.

[5] O conceito de simbólico foi utilizado no texto com base em: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Todavia, como um evento de resistência à disseminação do eucalipto, que sufoca e marginaliza a comunidade de Helvécia, para garantir a sobrevivência do grupo surgiu a iniciativa de pleitear a oficialização de suas raízes quilombolas, buscando desta forma, subsídios para conter as lacerações causadas pela monocultura sobre as raízes identitárias da comunidade. A partir dessa ação, o que fica implícita no "emquilombamento"[6] é uma tentativa de resistir às dominações contemporâneas do grande capital. Assim, no ano de 2005, Helvécia foi reconhecida pela Fundação Palmares como área remanescente quilombola[7].

As condições contemporâneas e externas à comunidade referida abalaram/abalam as condições materiais e sociais de existência do grupo, ao passo que se desagrega a consciência sobre o pertencimento a essa comunidade, proporcionalmente também, se ergue o desejo de manutenção da memória. Nora afirma que "a memória emerge de um grupo que ela une", portanto, "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto" (NORA, 1993). Nesse sentido, ao passo que a comunidade sofreu a invasão do eucalipto, esta buscou renovar a resistência nas vias de suas próprias memórias.

Consonante a essa prática de reafirmação, a memória coletiva aferiu ao grupo a função de alicerce e de forças centrípetas aos indivíduos da comunidade. Jacques Le Goff (1994) corrobora com Halbwachs ao afirmar que:

> [...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1994, p. 469).

Assim, a memória do grupo ascende sobre as circunstâncias de conflito, buscando na coletividade e na ancestralidade raízes profundas suficientes para resistir a invasão imperativa da cadeia produtiva do eucalipto. Ao passo que se reconhecer quilombola aferiu ao grupo a dimensões de memória e identidade que outrora eram subterrâneas, sob circunstâncias de opressão, o reconhecimento encarnou a funcionalidade da resistência. Sobre a disputa entre as memórias, ditas, oficiais e as memórias subterrâneas ou marginalizadas, Pollack afirma que:

[6] Emquilombamento refere-se a semantização do ato de resistência, das comunidades tradicionais com origem étnica africana, de se tornar quilombo ou se reconhecer como quilombola;
[7] Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.

> [...] Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa (POLLACK, 1985, p. 3).

Nesse campo de disputa, as memórias subterrâneas que emergiram sob uma conjuntura de conflitos ganham contornos de contestação, a partir do contexto que as reelaboram, e que por vias destas instrumentalizam as lutas por direitos da comunidade. Se se declarar ex-escravo denotava sistema simbólico de opressão, ou mesmo atrair sobre si olhares de discriminação, agora para a comunidade de Helvécia as memórias que foram silenciadas se tornaram instrumentos de luta e resistência.

Assim, concebendo a memória como eixo norteador, esta breve análise buscou a articulação metodológica a partir das fontes orais, recorte etnográfico e análise historiográfica. Nesse recorte metodológico, as fontes orais foram norteadoras no processo no sentido de articular a análise e dar voz à população do distrito. Thompson (1998) e Portelli (1997) consideram que a história oral ao trazer evidências sobre o passado convertem as falas dos narradores em instrumentos com os quais podemos interpretar e escrever a história. Assim, sendo uma comunidade ligada a grupos africanos e de tradição oral, as narrativas dos moradores de Helvécia contribuíram com a observação sobre alguns impactos provocados pelos movimentos recentes do grande capital, assim como disputas ainda em curso. Contudo as fontes revelaram que mesmo após o distrito ter sido reconhecido pela Fundação Palmares, como comunidade remanescente quilombola, os desafios e conflitos ligados às empresas de celulose, ou aos agentes de seu capital, são uma realidade presente, tornando o campo da memória nesse local um palco cotidiano de disputas de poder.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARMO, Alane, Fraga. **Colonização e Escravidão na Bahia:** A Colônia de Leopoldina (1850-1888). Dissertação apresentada o Curso de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade:** Histórias de libertos e escravos na Bahia (1870-1910). Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. **Helvécia:** homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005). Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2 edição - 6 Reimpressão, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MATTOS, Wilson Roberto. **Negros Contra a Ordem:** Astúcia, resistência e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e História:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho:** algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

SANTANA, Gean, Paulo, Gonçalves. **Vozes e versos quilombolas umas poética identitária em Helvécia**. Tese de doutorado interdisciplinar, Programa de pós-graduação em estudos e linguagens, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva; tradução Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte; UFMG, 2007, p. 17.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado:** História Oral. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1998.

A COMUNIDADE DE ALTO IGUAPE: DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA TRANSLOCAL

Roberto Izoton
PGCS/UFES

Resumo: Este trabalho faz uma apresentação etnográfica da comunidade quilombola de Alto Iguape, que se situa na região montanhosa do município de Guarapari, no estado do Espírito Santo. Inicialmente contextualiza a comunidade, argumentando que ela é uma comunidade quilombola translocal. Em seguida, analisa suas relações de parentesco, destacando seus arranjos de casamentos. Depois aborda suas atividades econômicas e relações de trabalho desenvolvidas e estabelecidas na roça, na rua e no mar. Por fim, trata de sua religiosidade, focalizando seu caráter popular e negro.

Palavras-chave: memória; identidade; comunidades quilombolas.

Abstract: This work is an ethnographic presentation of the Alto Iguape quilombo community, located in the mountainous region of Guarapari, in the state of Espirito Santo. Initially, it creates a context for the community, arguing that it is a translocal quilombo community. Then, it analyzes their kinship relations, highlighting their marriage arrangement. Hereafter, discusses their economic activities and working relationships developed and established in the countryside, on the street, and at sea. Finally, it deals with their religiosity, focusing on its popular and black ethos.

Keywords: memory; identity; quilombo communities.

Introdução

A comunidade quilombola de Alto Iguape situa-se na localidade das Goiabas, na região montanhosa de Guarapari, no Espírito Santo. Ela teve sua certidão de autodefinição como remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2012. De acordo com uma de suas narrativas de origem, a comunidade teria sido formada por descendentes dos ex-escravizados, oriundos de duas fazendas que existiam em Guarapari e que, em meados do século XVIII, pertenciam ao padre Antônio Siqueira de Quental: a fazenda Engenho Velho e a Fazenda do Campo. Essa narrativa, que é apropriada por alguns membros da comunidade e da Associação Remanescentes do Quilombo Alto Iguape (ARQUI), se baseia em pesquisas realizadas por José Amaral Filho (2009), historiador residente no município, que parte de relatos contidos no livro **Viagem ao Brasil**, do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (1940). Em sua obra, o naturalista austríaco descreveu a república negra que estava estabelecida sobre aquelas fazendas em 1815.

O relato sobre o "refúgio" de ex-escravizados na região está presente na memória dos membros mais antigos da comunidade, como o senhor Emílio Borges de Almeida, de 94

anos de idade, que contava a seus filhos e netos histórias que costumava ouvir de seu pai. Essas histórias, que me foram passadas com mais detalhes por João de Almeida, presidente da ARQUI e filho de seu Emílio, dão conta de que o avô deste senhor, que se chamava Gustavo Pinto Ribeiro, teria sido escravizado na Fazenda do Campo, de onde fugiu com sua esposa Maria Vicente da Conceição para se abrigar nas Goiabas. Foram as histórias de seu Emílio que impulsionaram os processos de constituição da identidade quilombola e de reconhecimento da comunidade de Alto Iguape.

É possível dizer que a comunidade quilombola de Alto Iguape é uma comunidade translocal (SAHLINS, 1997), pois, desde o final da década de 1940, algumas de suas famílias fizeram um movimento de saída da localidade das Goiabas em direção à região litorânea de Guarapari, com o intuito de morar mais próximo dos núcleos urbanos do município, em busca de melhores condições de trabalho. Mesmo assim, essas famílias, que se estabeleceram nos bairros chamados Samambaia, Banqueta, Jabaraí, Kubitschek, São Gabriel, Paturá e Elza Nader, dentre outros, mantêm forte vinculação com seus parentes das Goiabas e seus membros se sentem pertencentes à comunidade. Neste trabalho, estou me detendo no núcleo das Goiabas, que compreende a comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares, e no núcleo de Jabaraí, que abriga o maior número de membros da comunidade fora das Goiabas, e no qual, assim como nas Goiabas seus membros reproduzem o esquema da família extensa (AUGÉ, 1978), vivendo uns próximos dos outros.

Nas seguintes seções deste trabalho, focalizarei as relações familiares, as atividades econômicas e relações de trabalho e as práticas espirituais e religiosas estabelecidas e desenvolvidas pelos membros da comunidade translocal de Alto Iguape. Esta comunicação é um recorte do terceiro capítulo da dissertação que estou elaborando para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS-UFES).

1. Relações familiares na comunidade de Alto Iguape

Ilka Boaventura Leite (2000, p. 344), ao tratar sobre a ressemantização do conceito, escreve que “de todos os significados de quilombo, o mais recorrente é aquele que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação a uma experiência intra e intergrupos”. Para esta autora o direito quilombola se remete, então,

> à organização social, diretamente relacionado à herança, baseada no parentesco; à história, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao fenótipo, como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo (LEITE, 2000, p. 345).

A importância das relações de parentesco, ou das relações familiares, para as comunidades quilombolas pode ser observada na comunidade de Alto Iguape, que nos dois núcleos em que me detenho neste trabalho é formada principalmente pelas famílias Santana, Rangel, Borges de Almeida, e Mendes da Vitória. Os membros dessas grandes famílias casaram-se entre si, constituindo assim vários núcleos familiares menores. Outras famílias também vieram a se agregar a essas quatro por meio de casamentos, como os Pereira Barcelos, os Marcelino, os Santos, os Cristóvão e os Albertino. Das grandes famílias mencionadas, os Santana e os Borges de Almeida descendem respectivamente de Cláudio José de Santana e de Deoverdino Borges de Almeida, que são filhos de Gustavo Pinto Ribeiro e de Maria Vicente da Conceição. A memória dos Rangel, por sua vez, se remete mais remotamente ao seu antepassado Luiz Pinto Rangel, que é da mesma geração de Cláudio José de Santana e de Deoverdino Borges de Almeida.

Seu Emílio, que é filho de Deoverdino Borges de Almeida, explica que a diferença nos sobrenomes dos filhos de seu avô se deve ao antigo hábito da adoção dos sobrenomes dos padrinhos das crianças na ocasião do batismo. Ele conta que seu pai era casado com Valentina Maria do Sacramento, com quem teve quatro filhos. No mesmo período, de acordo com seu Emílio, Deoverdino também mantinha relações conjugais com Ana Maria do Sacramento, que foi morar com o casal quando tinha 12 anos. Deoverdino e Ana Maria tiveram seis filhos, um dos quais é seu Emílio. Depois que suas duas mulheres faleceram, Deoverdino passou a morar com Lidurgéria Maria da Conceição, com quem adotou uma menina chamada Benedita Vitória, em virtude do falecimento de sua mãe durante o parto.

O senhor João Cláudio Santana era filho de Cláudio José de Santana com Aurélia Maria da Conceição, que era irmã de Luiz Pinto Rangel. Ele casou-se com Benedita Vitória, com quem teve 14 filhos, dentre os quais estão algumas de meus principais interlocutores do núcleo das Goiabas, que são Benedita Santana, Rosa Aparecida Santana dos Santos e Maria das Dores Santana, mais conhecida como Dorinha. Seu João faleceu durante minha pesquisa, aos 90 anos. Seu Emílio, por sua vez, casou-se com dona Alicia Santana, irmã de seu João, e com ela teve 16 filhos, dentre os quais figura João de Almeida, presidente da ARQUI.

A família Santana, que descende de Cláudio José de Santana a partir de seu João, e a família Rangel, que descende de Luiz Pinto Rangel por meio de seu filho Angelino Pinto Rangel, são as principais famílias do núcleo das Goiabas. A família Borges de Almeida, que descende de Deoverdino a partir de seu Emílio, é uma das principais do núcleo de Jabaraí. Além dela, compõem este núcleo outro ramo da família Santana e a família Mendes da Vitória. O primeiro é formado pelos descendentes de Inácio Santana e Idelfina Mendes Santana; a segunda é constituída pelos descendentes de Maria Santana Mendes e José Mendes da Vitória. Vale destacar que Inácio Santana e Maria Santana Mendes são filhos de Cláudio José de Santana. José Mendes da Vitória e Idelfina Mendes Santana também são irmãos.

Observei entre os membros da comunidade de Alto Iguape dois arranjos de casamento que chamam a atenção: 1) casamentos entre primos, não importa de que grau; e 2) casamentos nos quais dois irmãos de uma família se casam com dois irmãos de outra família, sejam esses irmãos biológicos ou adotivos, promovendo assim o que chamo de troca de irmãos. Ambos os arranjos, na minha perspectiva, têm como objetivos reforçar a endogamia da comunidade e estabelecer ou estreitar alianças entre os sujeitos. Se considerarmos as narrativas segundo as quais Gustavo Pinto Ribeiro era um ex-escravizado, que se libertou da escravidão na Fazenda do Campo e que as Goiabas eram um "refúgio" para ele e para outros indivíduos em igual situação, vemos que tais objetivos se justificam. Desse modo, os arranjos de casamentos mencionados podem ser considerados uma herança transmitida entre as gerações de membros da comunidade (THOMPSON, 1993), que são descendentes do Gustavo.

Os casamentos entre seu Emílio e dona Alicia e entre seu João e Benedita Vitória são exemplos tanto de casamentos entre primos quanto de troca de irmãos. Nesse caso específico, o estabelecimento e o estreitamento de relações entre os membros da comunidade foram acompanhados de uma transmissão de herança material. De acordo com relato de Dorinha, a casa em que ela e seus irmãos moravam com seus pais anteriormente foi derrubada pelo vento, por ser uma construção de estuque coberta de palha. Depois desse evento, a família foi viver na casa onde o ancião das Goiabas morou até falecer. Já seu Emílio contou que seu João morava em outra parte das Goiabas, e que a casa em que este senhor morava no início da minha pesquisa pertencia a Deoverdino Borges de Almeida. Segundo a narrativa do ancião de Jabaraí, seu João passou a morar naquela casa em virtude de seu casamento com Benedita Vitória, que fora criada por seu tio.

Outro exemplo de troca de irmãos ocorreu na geração dos anciões[1] das Goiabas, entre os irmãos Inácio Santana e Maria Santana Mendes e os irmãos José Mendes da Vitória e Idelfina Mendes Santana. Ambos os casais desceram das Goiabas e compuseram o núcleo de Jabaraí da comunidade de Alto Iguape. O primeiro casal que se estabeleceu mais próximo da área urbana de Guarapari foi aquele formado por José e Maria. Ele foi seguido pelo casal formado por Inácio e Idelfina, devido ao estreitamento entre as relações já existentes entre famílias Mendes da Vitória e Santana, em virtude dos casamentos endogâmicos de seus membros.

Membros da geração intermediária da família Mendes da Vitória também realizaram trocas de irmãos com outras famílias da região litorânea de Guarapari, como é o caso dos Monteiro, que são uma família de pescadores da aldeia de Perocão[2]. Nesse caso, Maria da Penha Mendes da Vitória e Valdete Mendes da Vitória casaram-se respectivamente com Orestes Monteiro e João Monteiro. Aqui a troca de irmãos não reforçou a endogamia da comunidade, mas atuou no sentido de estabelecer alianças entre as famílias envolvidas.

2. Atividades econômicas e relações de trabalho na comunidade de Alto Iguape

Três tipos de atividades econômicas foram desenvolvidos ao longo do tempo na comunidade translocal de Alto Iguape: o trabalho na roça, que compreende as atividades agrícolas; o trabalho "na rua", ou seja, na cidade, principalmente em seus setores de comércio e serviços; e o trabalho no mar, que se refere à pesca e à cata de mariscos. Essas atividades econômicas se distribuem entre os membros da comunidade de acordo com suas gerações.

Os anciões dedicavam-se principalmente ao trabalho na lavoura. Todos os membros da geração intermediária exerciam atividades agrícolas, sendo que hoje se dividem entre o trabalho na roça, que é realizado por Valdemar Santana, José Aníbal Santana e Gerônimo Santana, filhos de seu João, e por Paulino Rangel e Manoel Adilson Rangel, filhos de Angelino Pinto Rangel; e o trabalho na rua, exercido por Dorinha, que faz faxinas e já foi cuidadora de idosos e por João de Almeida, que é porteiro. Maria das Graças Santana – também filha de seu João – é aposentada, mas relatou que trabalhou como empregada doméstica. Já os membros da geração mais nova atuam nos setores de comércio e serviços,

[1] Chamo de geração dos anciões da comunidade de Alto Iguape aquela formada pelos netos de Gustavo Pinto Ribeiro. Geração intermediária é como classifico os filhos dos anciões, e geração mais nova é como designo os filhos e netos dos membros da geração intermediária.
[2] Perocão é uma antiga e importante vila de pescadores do litoral norte de Guarapari, que se localiza próximo à Jabaraí.

como Rosana Santana dos Santos – filha de Rosa – e Luzinete Almeida Rangel – filha de Manoel Adilson Rangel e Celina Almeida Rangel –, que respectivamente trabalham em um restaurante no centro de Guarapari e em uma padaria em Buenos Aires; Jossemar Santana dos Santos – neto de Inácio e Idelfina, mais conhecido como Polaco –, que trabalha com comunicação visual; e Adriano Albertino da Vitória – neto de José Mendes e Maria –, que é professor de História da rede estadual de ensino e atua como diretor do SINDIUPES. Adriano e Polaco foram os únicos membros da geração mais nova que, até o presente momento da minha pesquisa, afirmaram ter trabalhado na roça.

Benedita, Dorinha e Rosa relataram que as filhas de seu João também trabalhavam com este senhor na roça, que ele plantava na parte mais elevada das Goiabas e nas terras de outros proprietários do entorno. Benedita lembrou que ela e suas irmãs faziam uma escala segundo a qual, a cada semana, uma delas ficava em casa cuidando dos afazeres domésticos e preparando o almoço para os demais membros da família que trabalhavam na lavoura. Benedita afirmou que preferia ir para a roça, pois lá o serviço era pesado, mas tinha hora para acabar, o que não acontecia quando ela ou suas irmãs ficavam em casa.

Paulino cultiva bananas no terreno que herdou de seu pai, onde também cria gado à meia com outros proprietários que não têm pasto em suas terras. Além disso, também planta café à meia em uma fazenda do entorno, mas disse que assim que acabar o contrato, na última colheita, não fará mais isso e se dedicará exclusivamente à sua propriedade. Manoel Adilson, por sua vez, trabalha a dia produzindo hortaliças na horta da família Machado, em Buenos Aires[3]. Trabalho a meia, ou meação, é uma relação de trabalho agrícola por meio da qual, no final do processo, o trabalhador entrega 50% da produção ao proprietário do terreno ou do gado. A meação é realizada tanto na terra dos empregadores – por exemplo, quando estes são proprietários do terreno em que se cultiva o café – quanto na terra dos empregados – por exemplo, quando a eles pertence o pasto em que o gado é criado. No final do processo, o trabalhador vende a sua parte da produção. Trabalho a dia, ou diária, é uma relação de trabalho agrícola por meio da qual os lavradores diariamente recebem dinheiro pelos serviços prestados a outros proprietários nas terras destes.

Darcy Ribeiro (1977), quando trata do patrimônio fundiário brasileiro, divide os camponeses em dois escalões básicos, que são os parceiros e os assalariados. O escalão dos parceiros é formado pelos meeiros e pelos terceiros – que recebem a terça parte da produção

[3] Localidade da região montanhosa de Guarapari próxima das Goiabas e fundada por imigrantes italianos.

no final do processo. É interessante que, segundo o autor, a parceria é contemporânea dos engenhos de açúcar do período colonial e absorveu muitos negros forros, no interior regime escravista, e ex-escravizados, depois da abolição. Assim, os fazendeiros fixavam os negros em suas terras, mas não os tornavam trabalhadores assalariados. Já o escalão dos assalariados é formado por um contingente de trabalhadores, em grande parte temporários, e por seus familiares, que não são remunerados por suas atividades.

A partir da categorização dos trabalhadores rurais trazida por Ribeiro, entendo que enquanto a meação está para uma relação de trabalho não assalariada, devido à natureza da sua remuneração, a diária é uma relação de trabalho assalariada, mesmo que temporária, por ser remunerada em dinheiro. Mesmo assim, de acordo com relatos dos membros da comunidade de Alto Iguape, a meação traz mais estabilidade aos trabalhadores, por ser regida por um contrato assinado com os proprietários. O trabalho a dia, por sua vez, não é registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social nem é regulado por um contrato formal, pois os lavradores estabelecem tal relação com os proprietários apenas para "ganhar o dia", conforme expressou seu Emílio.

João de Almeida contou que, antes de descer para Jabaraí, também exerceu atividades agrícolas no terreno de sua família e nas fazendas do entorno das Goiabas, sendo algumas delas pertencentes a descendentes de imigrantes italianos. É interessante que ele relatou que chegou a trabalhar um dia no que restou da Fazenda do Campo. O filho de seu Emílio conta que, nessa época, percebia que as relações que os fazendeiros tinham com ele e com outros trabalhadores era análoga à relação entre senhores e escravizados.

> Era aquela, aquela coisa de, realmente, de escravidão mesmo, não era uma coisa de, de, de um ser humano chegar e... E de valorizar como um trabalhador. Não, eles queriam te usar como escravo. Ainda tinha em mente deles que a gente ainda era escravo, [...] aquele povo que pagava a dia pra gente. Eu trabalhei, eu trabalhei com um cidadão, eu trabalhei com um cidadão, aqui mesmo na Fazenda do Campo, isso aí depois que já havia liberado, né? Que segundo dizem, não existia mais escravo, mas de uma forma ou de outra existia, camuflado. Eu trabalhava descalço, dentro de, de uma área enorme, assim, que só tinha juá – é aqueles espinho, chama de juá. Entendeu? Então, o que que eu fazia? Eu roçava, e limpava o lugar pra botar o pé. Quando eu acabava de cortar aquilo dali e olhava pra trás, eu não tinha mais por onde passar. E era espinho puro! Então, tudo o que eu cortava era espinho, quando olhava não tinha. Então, o cara, ele ficava vigiando a gente. Ele botava uma sete légua, cruzava os braço e ficava assim, ó. O tempo todo te olhando na cara pra você não parar de cortar, entendeu? (Entrevista do autor com João de Almeida, Guarapari, 2014).

De acordo com João de Almeida, outra herança transmitida (THOMPSON, 1993) entre as gerações da comunidade de Alto Iguape que se remetia ao período do cativeiro era o modo mais embrutecido e mais extenuante de trabalhar, bem como a realização de atividades agrícolas que exigem mais esforço físico.

> Então, o povo que trabalhava era um povo revoltado, um povo que não tinha, assim, paciência de trabalhar. Era um povo que trabalhava se matando, entendeu? Essa coisa de... De pegar peso demais! Essa coisa de... de rasgar qualquer coisa na unha lá. Entrava no mato e saía cortando, e saía derrubando. Aquilo dali já não era nem tanto, é... Pela mentalidade deles, mas era daquilo que eles sofreram lá e foram passando pros outros que tinha que ser assim (Entrevista do autor com João de Almeida, Guarapari, 2014).

Narrativa parecida foi apresentada por seu Emílio. Ele contou que, na sua juventude, trabalhava tanto no terreno de sua família, com cultivo de subsistência, e em outras localidades do interior do município, como Rio Calçado e Barro Branco, para a produção de café à meia. Segundo o ancião de Jabaraí, suas filhas também trabalhavam com ele, e a sua família era conhecida pela realização de serviços difíceis.

> Nós começemos a trabaiá na roça com oito ano, as minhas fia também começaro a trabalhar com oito ano. Trabalhava no negócio de... Mas elas roçava, elas derrubava, elas pintava e bordava comigo! Rapaz, fazia tudo! Trabalhava fora. Nóis num tinha serviço ruim pra nóis, não! Nosso nome era o povo do arranque! Nosso nome mesmo, era o povo do arranque. Todo o serviço encravado eles, eles tava chamando nóis (Entrevista do autor com Emílio Borges de Almeida, Guarapari, 2015).

A diária e a meação são relações de trabalho hierárquicas, em que há um patrão e um empregado, que os membros da comunidade de Alto Iguape mantinham principalmente com os descendentes de imigrantes de italianos da área rural de Guarapari para a obtenção de dinheiro, com o qual compravam aquilo que não produziam em suas roças. João de Almeida observa, porém, que estas relações nunca se davam no sentido contrário, e que os membros da comunidade nunca a estabeleciam entre si nem com outros negros do entorno. Neste último caso, era estabelecida outra relação de trabalho: o mutirão, que é coletiva e horizontal.

Presenciei um mutirão realizado nas Goiabas, em abril de 2015. Nessa ocasião, membros dos dois núcleos da comunidade se reuniram para limpar um dos córregos que cortam a região e que fornece água principalmente para a casa de Manoel Adilson e Celina. Devido à seca que se abateu sobre o Espírito Santo nesse verão, as fontes de água da

comunidade tiveram seu volume drasticamente reduzido, e todos os córregos que elas alimentam praticamente secaram. O objetivo desse mutirão foi retirar o barro e o húmus que se acumulou sobre a superfície do referido curso d'água, para facilitar a queda da fina lâmina do líquido que resistia a seca. Foi muito interessante observar a divisão sexual do trabalho realizada nesse mutirão. Enquanto as mulheres ficaram reunidas na casa de Manoel Adilson e Celina, e com ela prepararam o almoço, os homens, junto com Manoel Adilson, se dirigiram ao córrego para trabalhar na sua limpeza.

Outra atividade econômica outrora desenvolvida pelos membros da comunidade de Alto Iguape é a pesca e a cata de mariscos, realizada no litoral de Guarapari. Como indiquei acima, essa atividade era complementar para aqueles que realizavam atividades agrícolas nas Goiabas, mas se constituiu na principal ocupação de alguns membros do núcleo de Jabaraí. De acordo com Adriano, estes últimos foram introduzidos à pesca em decorrência de relações estabelecidas com membros de famílias de pescadores de Perocão, como os Cristóvão e os Albertino, relações essas que inclusive fomentaram casamentos entre as famílias de Jabaraí e as de Perocão.

Inicialmente, os membros que desceram das Goiabas conciliaram as atividades agrícolas com a pesca, até que a maior rentabilidade da segunda ocupação fez com que alguns deles se dedicassem exclusivamente a ela, como foi o caso de Antônio Mendes da Vitória, filho de José Mendes da Vitória e Maria Santana Mendes, que morreu em um naufrágio em alto mar enquanto pescava. Adriano lembrou que, quando os membros da comunidade que permaneceram nas Goiabas desciam para pescar e catar mariscos, era comum que eles se juntassem com os membros do núcleo de Jabaraí, num movimento chamado por eles de "ajuntamento". Então, eles iam juntos para as pedras da Praia do Morro pescar e catar mariscos e eram abrigados no final do dia por José Mendes da Vitória e Maria Santana Mendes. Seu Emílio e João de Almeida já tinham me contado que, quando ainda moravam nas Goiabas, desciam a pé para pescar e catar mariscos no litoral e que dormiam na praia quando isso acontecia, o que destoa dos relatos de Adriano em relação ao abrigo fornecido por seu núcleo familiar, mas corrobora sua narrativa da prática da pesca pelos membros da comunidade.

3. Práticas religiosas e espirituais na comunidade de Alto Iguape

Pude observar que os membros da comunidade quilombola de Alto Iguape de todas as gerações e em ambos os núcleos onde estou pesquisando são bastante religiosos. Em sua maioria,

eles professam o catolicismo em sua vertente popular (FREYRE, 2006), pois os sujeitos de minha pesquisa de mestrado veem Deus e os santos praticamente como membros da família, se sentindo próximos deles e por eles amados. Além disso, o catolicismo popular praticado por esses sujeitos é também negro, o que se vê pela centralidade da devoção a São Benedito.

São Benedito é um santo negro, nascido na vila de São Fratelo, na Sicília, e filho de africanos etíopes escravizados que foram vendidos naquela ilha italiana. Tendo sido liberto junto com seus pais, serviu como religioso em conventos de Palermo, também na Sicília, nos quais exercia atividades de faxineiro e cozinheiro. Devido à sua ascendência africana e à sua condição inicial de escravizado, São Benedito é bastante cultuado pelos negros brasileiros. No Espírito Santo existe a narrativa segundo a qual o navio Palermo, que trazia africanos escravizados para a então capitania, passou por uma violenta tempestade quando estava próximo da costa e naufragou. Os negros, antes do naufrágio, se agarraram ao mastro do navio pedindo a proteção de São Benedito, conseguiram milagrosamente chegar vivos em terra e prometeram celebrar anualmente festas em homenagem ao santo.

Tais festas, na região litorânea do Espírito Santo, entre os municípios de Linhares e de Guarapari são chamadas de congo, devido ao nome do estilo de música que é nelas tocado, ou tambor, em referência ao principal dos instrumentos utilizados pelas bandas de congo[4]. O ponto alto das festas realizadas em honra a São Benedito é a fincada do mastro, no qual uma longa estaca de madeira com a bandeira do santo nela hasteada é fincada no chão. A fincada do mastro é uma referência ao naufrágio do navio Palermo e ao milagre que acreditam ter garantido a sobrevivência daqueles que o ocupavam.

Na primeira vez que estive nas Goiabas, observei que na sala da casa de seu João havia na parede uma prateleira em que, ao lado de dois troféus de futebol, repousavam um crucifixo com a imagem de Cristo, uma imagem de São Benedito, outra de Nossa Senhora da Penha e dois pequenos oratórios. Quando questionado se era devoto de São Benedito, seu João respondeu que "São Benedito é muito querido meu" e que "São Benedito toda a vida foi meu colega. Toda a vida eu fui puxa-saco dele". Então ele lembrou do tempo em que "brincava

[4] A gama de instrumentos de congo varia de acordo com município em que ele é praticado. Em Guarapari, além dos tambores, feitos basicamente de barris nos quais são fixados os couros que são percutidos, são utilizados também ganzás, que diferem das casacas típicas do congo de Vila Velha, de Cariacica e de Serra por não possuir uma cabeça esculpida em seu topo nem um relevo que simula a vestimenta homônima ao redor de suas ranhuras, chocalhos, chocalhos de contas, caixa e apito. Esses dois últimos instrumentos são de uso exclusivo dos capitães das bandas, e demarcam sua autoridade, pois são utilizados respectivamente para ditar o ritmo dos demais instrumentos e para dar fim a cada jongo.

tambor a noite inteira", e afirmou que os jongos[5] que mais gostava diziam o seguinte: "São Benedito, meu amor, foi embora e me deixou" e "São Benedito, meu pai, nosso congo já vai". Isso demonstra tanto o caráter popular quanto o colorido negro de sua religiosidade.

A proximidade com São Benedito também aparece na narrativa da filha de seu João em relação à escolha de seu nome. Benedita contou que sempre afirmaram a ela que o santo homônimo era seu padrinho, pois sua mãe passou muito mal quando estava para dá-la à luz e o parto durou seis dias. Somente depois que sua avó adotiva, que era a parteira, fez uma promessa a São Benedito é que a menina nasceu sem complicações para si e para a mãe. É interessante que a mãe de Benedita possuía o mesmo nome que o escolhido para sua filha, e que Benedito e sua variante feminina, depois de João, é o nome que mais se repete entre os membros da comunidade quilombola de Alto Iguape.

Os membros do núcleo das Goiabas da comunidade de Alto Iguape frequentam a igreja católica de Buenos Aires. Essa igreja tem forte presença de descendentes de imigrantes italianos, tanto que logo após a sua porta principal, à direita de quem entra no templo, há uma fotografia emoldurada que retrata o centro de um sacrário, em destaque, e em que se lê a seguinte legenda escrita em italiano: "Miracolo Eucaristico 'L'Ostia convertita in Carne..."". Ainda assim, Paulino e sua irmã Elielza Rangel Santana relataram que seus pais haviam trabalhado em uma das reformas da igreja, e que seus antepassados também participaram de sua fundação.

Os membros dos dois núcleos da comunidade quilombola em que realizo a pesquisa também praticam o congo. Pude observar isso na festa da Consciência Negra, organizada pela ARQUI no Campo do Manoel, às margens da BR 101, próximo à entrada de Iguape, em 22 de novembro de 2014. Tal festa contou com a participação de vários membros do núcleo de Jabaraí e de Paulino, do núcleo das Goiabas, apesar de ser realizada próximo a este último. A festa se iniciou com uma partida de futebol entre o time da comunidade quilombola e o time da Associação Escolinha Rural de Futebol de Guarapari (AERF)[6]. Depois do jogo é que se iniciou o congo, dirigido pelo mestre Tião, do Trevo de Guarapari, que cedeu os instrumentos tocados pelos membros da comunidade.

Achei muito interessante que quase todos os membros da família de seu Emílio tocam todos os instrumentos do congo e se revezavam neles. Chamou-me atenção também o fato

[5] Em Guarapari, jongo é o nome que se dá aos versos cantados, enquanto congo é a denominação da festa, da música ou mesmo do tambor. Não confundir com jongo ou jongo do Sudeste, que são outras manifestações culturais afro-brasileiras.
[6] A AERF foi uma das agências que participou do processo de reconhecimento da comunidade quilombola de Alto Iguape. Seu presidente, Reginaldo Lucas Loureiro, é coordenador de projetos da ARQUI.

de dona Alicia, aos 94 anos e sentindo dores, em decorrência do tratamento que faz contra o câncer, ter tocado ganzá e dançado o congo. Nesse momento, os jongos eram puxados ora pelos membros da comunidade, ora pelo mestre Tião. Vale dizer que este puxou um jongo que afirmou ter composto em homenagem à comunidade quilombola, que diz: "Comunidade, digo muito obrigado. Quando precisar de nós, mande o pequeno recado".

Seu Emílio havia me contado anteriormente que, quando moravam nas Goiabas, eles tinham todos os instrumentos de uma banda de congo, e que os tambores foram feitos por eles mesmos, com barris que compraram em Vila Velha. O ancião de Jabaraí lembrou que, com esses instrumentos, ele e seus parentes brincavam o congo em várias localidades do interior de Guarapari. Porém, antes de mudar com dona Alicia para Jabaraí, há uns 15 anos, ele vendeu os instrumentos.

Seu Emílio e João de Almeida afirmaram que o congo é um traço distintivo da cultura da comunidade quilombola, ou como um sinal diacrítico, utilizando o conceito de Fredrik Barth (1998). Eles contaram que, apesar de terem antigamente uma banda nas Goiabas, eles sempre participavam das festas de São Benedito em Alto Rio Calçado[7], junto com grupos de outras localidades, em vez de fincarem o mastro ali. O presidente da ARQUI faz a leitura de que a prática do congo se enfraqueceu no interior de Guarapari, devido ao surgimento de outros produtos culturais.

> Ali [em Alto Rio Calçado] já foi um *point* de todas as festas, era muita gente, cara! Você olhava aquele morrinho ali, era de baixo em cima. Quando se falava "festa de São Benedito", lotava! Aí, vem assim... É mais ou menos assim, [...] também a tecnologia foi aumentando, foi aumentando as balada, aquele monte de coisa, e aí foi mudando (Entrevista do autor com João de Almeida, Guarapari, 2015).

Ainda assim, de acordo com João de Almeida, o congo tem sido resgatado por ser mais divulgado pela mídia ultimamente. É interessante que, na visão dele, o congo como um demarcador da identidade quilombola é algo essencial e até mesmo imutável. Por isso, um de seus anseios enquanto presidente da ARQUI é a aquisição de novos instrumentos para a comunidade quilombola de Alto Iguape.

Apesar de a maior parte dos membros da comunidade de Alto Iguape serem católicos, dois núcleos familiares de Jabaraí aderiram ao protestantismo, o grupo de Orestes e Maria

[7] Localidade da região montanhosa de Guarapari com forte presença de negros e de descendentes de imigrantes alemães.

da Penha fazem parte da igreja cristã Maranata, e o de Jaci Mendes da Vitória e Maria Helena Barcelos são da igreja Adventista. Além disso, Adriano contou que seus tios Antônio e Benedito Mendes da Vitória praticaram o candomblé, apesar deste último, que ainda está vivo, não comentar sobre isso com seus familiares. Tal religião afro-brasileira, segundo Adriano, ainda é praticada por Marta Borges de Almeida, filha de seu Emílio e dona Alicia. Adriano levantou a hipótese de que o candomblé era praticado nas Goiabas por seus antepassados, mas que a religião foi abandonada pela maioria deles a partir do contato que tiveram com os descendentes de imigrantes italianos na igreja católica de Buenos Aires, para serem mais aceitos por eles em sua congregação.

> Imagino que na época ainda existia essa coisa do candomblé! Deve ter existido... Eu não tenho relatos, eu não tô te dizendo de relatos, tá? É uma hipótese. Então, eu acredito que essa, esse contato com a comunidade de Buenos Aires fez com que a comuni... os membros da comunidade quilombola de Alto Iguape, em algum momento, em algum período, é, tivessem esse movimento de negação da própria identidade pra assumir a identidade com a qual eles seriam reconhecidos naquele núcleo de Buenos Aires (Entrevista do autor com Adriano Albertino da Vitória, Vitória, 2015).

A narrativa de Adriano lembra a perspectiva de Max Gluckman (1987), segundo a qual um grupo social, no contato com outros grupos, pode abandonar costumes endoculturais, que são elementos da cultura do próprio grupo, e adotar costumes exoculturais, que são elementos da cultura do grupo com o qual interagem. Nesse caso, o candomblé pode ter sido um costume endocultural abandonado pelos membros da comunidade de Alto Iguape, e o catolicismo um costume exocultural por eles adotado na interação com os descendentes de imigrantes italianos de Buenos Aires. Ainda assim, o colorido negro é presente no catolicismo praticado por eles, como demonstrei acima. Ainda de acordo com Adriano, outra prática espiritual que existiu na comunidade de Alto Iguape foi o benzimento. Tal prática, que segundo Lidiane Alves da Cunha (2012, p. 4) é típica de "mulheres que se dizem católicas, mas recebem influência de crenças espíritas, como as religiões afro-brasileiras e dos rituais indígenas", foi mantido por Maria Santana Mendes.

Considerações Finais

Esta comunicação abordou alguns dos elementos que foram e que são utilizados pelos membros da comunidade quilombola de Alto Iguape como fundamentos de sua identidade.

Tais elementos foram inclusive mobilizados pelos sujeitos da pesquisa no processo de reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares. Apesar de trabalhar com parte de meu referencial teórico, não propus aqui uma reflexão teórica sobre minha pesquisa e me detive na descrição etnográfica do grupo em que realizo minha pesquisa. Os limites desse trabalho justificam minha opção.

Referências

AMARAL F., José. Perocão, uma das aldeias mais antigas do Espírito Santo. **Blog Cultura Maratimba**. Guarapari, 13 jul. 2009. Disponível em: <http://culturamaratimba.blogspot.com.br/2009/07/perocao-uma-das-aldeias-mais-antigas-do.html>. Acesso em: Acesso em: 17 nov. 2014.

AUGÉ, Marc. Introdução ao vocabulário do parentesco. In: _____. (Org.). **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa: Edições 70, 1978. p. 11-74.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-250.

CUNHA, Lidiane Alves da. Saberes e religiosidades de benzedeiras. In: **Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)**, v. 13, 2012. São Luís. Anais... São Luís, 2012. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/565>. Acesso em 15 ago. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 227-344.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processos e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1977.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, 1997, p. 103-150.

THOMPSON, Paul. A transmissão da herança entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada nas histórias de vida. In: **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1993, p. 9-19.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO NORTE DO ES

Sandro Nandolpho
CEUNES/UFES

Resumo: O avanço do agronegócio, na Região Norte do ES, tem impactado profundamente as comunidades do campo, promovendo uma dupla expropriação, a da terra e a das subjetividades. A escola, sob a perspectiva da Educação do Campo, tem sido um território de resistência e produção de subjetividades que se opõe à lógica de mercado e sua lógica consumista. Nesta perspectiva, buscamos investigar a Licenciatura enquanto território estratégico de formação e produção de subjetividades e seus desdobramentos nos espaços escolares e respectivas comunidades. Na pesquisa realizada buscamos um diálogo teórico com José de Sousa Martins e sua sociologia crítica sobre a relação do capitalismo com o campo; e Slavoj Zizek e suas análises sobre a produção de subjetividades na atual configuração do capitalismo. Os métodos utilizados foram o Estudo de Caso e o Método Analítico de investigação da psique. As conclusões parciais apontam para a Licenciatura em Educação do Campo como território privilegiado de produção de subjetividades, em que a lógica do campesinato vem ocupando espaço, forçando uma reconfiguração da instituição universitária.

Palavras-chave: educação do campo; subjetividade; território.

Abstract: The advance of agribusiness in Northern of Espírito Santo, has deeply impacted countryside communities, promoting a double expropriation, of the land and of the subjectivities. The school from the perspective of Rural Education has been an area of strength and production of subjectivities that opposes itself to market logic and its consumerist logic. In this perspective we seek to investigate the Licenciature as a strategic territory for training and production of subjectivities and its developments in the school and their community spaces. In the study we seek a theoretical dialogue with José de Sousa Martins and his critical sociology of capitalism's relationship to the countryside and Slavoj Zizek and his analysis of the production of subjectivities in the current configuration of capitalism. The methods used here were the Case Study and Analytical Method of the psyche investigation. Partial conclusions point to a Licenciature in Rural Education, as a privileged territory of subjectivities production, in which the logic of the peasantry is taking up space, forcing a reconfiguration of the university.

Keywords: rural education; subjectivity; territory.

Por meio da Lei nº 601 de 1850, a terra tornou-se uma mercadoria cara, acessível somente a uma pequena parte da população brasileira com condições financeiras para adquiri-la, excluindo da possibilidade de aquisição ex-escravos, imigrantes e trabalhadores livres. A estes, desprovidos de condições financeiras, não havia outra alternativa se não trabalhar em terras alheias para um dia, eventualmente, quem sabe, trabalhar em sua própria terra. Esta conjuntura histórica, levou o sociólogo José de Sousa Martins, em seu livro "O cativeiro da Terra" a afirmar que "[...] o país inventou a fórmula simples de coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo, se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava" (MARTINS, 2013, p. 10).

Capitaneada pela economia de exportação e pelo latifúndio, a transição para o capitalismo foi marcada pela institucionalização da propriedade da terra como propriedade territorial capitalista, acasalando terra e Capital, promovendo uma profunda concentração de renda e um aumento do volume da reprodução ampliada do Capital, em outras palavras, tornou a terra cativa (MARTINS, 2013).

Com o fim da escravidão, tanto negros quanto índios aculturados e mestiços sofreram um intenso processo de exclusão não só da terra, como das novas configurações do trabalho livre, avolumando um contingente considerável de desvalidos e deserdados, que perambulavam por todos os cantos das grandes e pequenas cidades. Nesta mesma época, o sistema de colonato em São Paulo, a peonagem e o regime de barracão na economia da borracha na Amazônia representam, segundo Martins (2013), os marcos de uma lógica híbrida que faz com que a economia funcione como economia capitalista, com bases em uma sociedade ainda organizada em relações sociais e valores pré-modernos.

> Uma forma de servidão que persiste no Brasil e representa a incorporação de mecanismos de acumulação primitiva na formação e disseminação da grande e até moderna empresa agrícola, extrativa e pecuária. Em ambos os casos, o próprio empresário criou inventivamente ajustamentos econômicos que lhe permitiam ganhar como capitalista e pagar como senhor de escravos [...] (MARTINS, 2013, p 37).

O difícil acesso a posse da terra, o avanço dos grandes latifúndios e a inserção do trabalho livre como substituto do trabalho escravo, engendrou no Brasil, sob a lógica capitalista, variadas formas de relações não capitalistas de produção no campo.

> O Capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É própria dessa lógica de exclusão, a *inclusão*. *A sociedade capitalista, desenraiza, exclui, para incluir,* incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão (MARTINS, 1997, p. 32).

Neste complexo processo de desenraizamento, exclusão e inclusão, existem dois movimentos que merecem nossa atenção, por configurarem aspectos relevantes que fundamentaram nossa pesquisa sobre a produção social da subjetividade, envolvendo o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, na

Universidade Federal do Espírito Santo, enquanto território de produção de subjetividade. O primeiro movimento foi a imposição da dinâmica produtiva da agricultura capitalista à atividade produtiva familiar campesina, configurada na sua versão moderna pelo agronegócio. O segundo movimento, corresponde ao processo de estigmatização do homem do campo e da cultura campesina frente à necessidade de modernização da estrutura agrária do país.

Segundo Martins (2013), a tendência do Capital é tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. Ao longo do século XX, a lógica capitalista que encampou a produção agrícola brasileira, excluiu e incorporou de variadas formas, não só os imigrantes europeus como também o contingente de negros e mestiços e índios, do trabalho no campo.

A intensificação da subordinação do campo à indústria e a cidade, complexificou as relações de produção no campo, aumentando a expropriação e a exclusão não só da terra como do trabalho. Tal configuração da dinâmica agrária brasileira traz uma marca histórica nos conflitos pela terra no Brasil, frente ao processo de concentração fundiária, que é a violência.

O Agronegócio pode ser definido como um conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativista, que são comercializadas com maior ou menor grau de beneficiamento (CARVALHO, 2005).

Nos últimos anos, com o avanço do agronegócio, a região norte do Espírito Santo vem sendo tomada pela monocultura de cana-de-açúcar e pelo cultivo de eucalipto. Além de expropriar da terra inúmeras comunidades do campo, o agronegócio também vem incorporando em sua produção pequenos agricultores, que abandonam a produção familiar autossustentável, para adotar a produção monocultora voltada para o mercado.

O avanço do Agronegócio, configurado por exemplo, pela Fibria, tem impactado fortemente os povos das águas, das terras e das florestas, como por exemplo, as comunidades quilombolas situados nos municípios vizinhos de São Mateus e Conceição da Barra. Tais comunidades estão cercadas de eucaliptos por todos os lados, sendo que a cultura do eucalipto e a dinâmica do Agronegócio, os impede de reproduzir as suas tradições, como também os restringem economicamente a trabalhar por um salário reduzido em relação aos trabalhadores brancos nas fazendas ou no “cato do facho” – coleta de gravetos para a produção de carvão.

Neste cenário socio-histórico e cultural, de confronto de lógicas, de projetos de comunidade e sociedade, que buscamos desenvolver uma pesquisa sobre as formas de expropriação da terra e seus impactos na produção da social da subjetividade.

Ao operar no território do mercado, o agronegócio investe na criminalização dos movimentos sociais do campo e sua luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização deste tipo de luta popular. O controle do território e das formas de acesso a terra é o objetivo da mercantilização da Reforma Agrária. Nesta disputa de território, o cenário do campo caracteriza-se pela complexidade e variedade não só de embate e contestação à capitalização do campo, mas também nas suas relações com o mesmo (IANNI, 1985).

O agronegócio ancorado pela mídia e pelo discurso de intelectuais vinculados às causas do Capital, vende a ideia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível, organizando as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza, comparando as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como lógica hegemônica, o agronegócio, busca cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento, eliminando as diferenças sob a égide do mercado e demarcando uma agenda política que tenha o negócio como referência.

> Mas uma característica essencial da sociedade atual é ver o mercado se impor por toda a parte. As formas pré-capitalistas de auto-subsistência, de autoconsumação, são cada vez mais marginalizados. Os camponeses são ora expulsos de suas terras para se tornarem proletários, consumidores de produtos de mercado, ora obrigados a se tornarem eles mesmos produtores para esse mercado (assim, seguidores, também consumidores de outras mercadorias) (GOUNET, 2000, p. 95).

No imaginário nacional o avanço do campo mercantilizado, impacta nas subjetividades não só do brasileiro como também na do homem do campo, nos últimos anos observa-se um movimento de transformação do caipira em consumidor. O estereótipo do caipira sobre o homem do campo contribuiu de forma significativa para o avanço do agronegócio e a consequente lógica de mercado que opera em busca de seu sujeito ideal, o consumidor.

No ano de 1914 Monteiro Lobato criou um personagem bastante representativo do discurso moderno, surgido no alvorecer da república, sobre o homem do campo, seu nome era Jeca Tatu. Configurando a imagem estereotipada do homem do campo, pelo homem urbano, moderno e civilizado, este personagem caracterizando o caboclo brasileiro é definido por Monteiro Lobato como uma:

> [...] espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, como o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 1994, p. 164).

Segundo Alves Filho (2003), o personagem Jeca Tatu passou por algumas transformações identitárias no pensamento de Monteiro Lobato, resultante das experiências socioculturais vivenciadas pelo autor. No entanto, foi a primeira identidade que mais se fixou no imaginário social como representativa da identidade do homem do campo – foi a do caipira: um personagem soturno, um tipo racial inferior, degenerado, produto de má eugenia, sem posse, sem tradição familiar e analfabeto, um agregado preguiçoso e avesso à civilização responsável pelo atraso brasileiro que predominou entre 1914 e 1918.

Tal imagem do caipira foi tecida em nosso imaginário social em torno do estereótipo da preguiça, uma representação ideológica fundamentada nas teorias racistas em voga na época, comum ao pensamento da classe latifundiária vinculada aos setores exportadores. Partindo do estereótipo da primeira caracterização do personagem feita por Monteiro Lobato, a sociedade brasileira não só racionalizaria as desigualdades socioeconômicas existentes no país, como também representariam ideologicamente as classes subalternas a partir do mito da bondade e ingenuidade, forjando uma identidade para o homem do campo, a partir do moderno e do urbano (ALVES FILHO, 2003).

Segundo Martins (1990), o termo caipira constitui um sujeito que vive longe da cidade, é rústico, matuto, atrasado e preguiçoso, tal alcunha seria fortemente demarcada na perspectiva ideológica das classes dominantes que concebem o trabalhador rural e o mundo rural como tradicional. No entanto, o termo caipira também designa o trabalhador rural não assalariado, destituído da propriedade da terra, conhecido, até 1950, como agregado, colono, tabaréu, matuto, morador de engenho e sitiante. Após 1950, caipira e camponês passaram a ser sinônimos, designando a situação de classe dos trabalhadores rurais, marcando a negação de seu reconhecimento como elementos contingentes do senhor de terras, como era denotado nos termos agregado, morador de engenho e sitiantes.

A perspectiva pejorativa que constitui o termo caipira para Martins (1986) estaria vinculada ao estabelecimento da cultura agrícola tradicional, com o caipira como ponto de apoio de efetivação do mundo capitalista e urbano no país. O caipira estaria no centro de

uma ligação entre o urbano e o rural, pautada na relação de dependência do primeiro em relação ao segundo, tendo em vista que o mundo rural se configurando como mercado consumidor e comprador de mercadorias urbanas e também como fornecedor de produtos de preços baixos para a alimentação e o abastecimento dos grandes centros urbanos.

Neste sentido, a sociedade urbana brasileira estabeleceria um vínculo unilateral de integração com o mundo rural tradicional, representando-o de forma subordinada a ela e não reconhecendo a sua própria dependência em relação ao estabelecimento agrícola tradicional. O caipira seria uma construção ideológica, produzida pelo mundo urbano em relação ao mundo rural, que remeteria a ideia de baixa produtividade para justificar a submissão da sociedade agrária ao mercado, aos estilos de vida e as concepções urbanas (MARTINS, 1986).

O avanço no campo do agronegócio tem levado a agricultura campesina e familiar a se integrarem á lógica produtiva do mercado. O processo de mercantilização não abrange somente a esfera tecnológica, englobam também as esferas da cultura, da imagem e do signo.

> [...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. *De camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1994 p. 126-7).

A revolução das telecomunicações situa-se, de forma estratégica, como produtoras de imagens, signos, visões de mundo, estilos de vida e subjetividades, na legitimação do agronegócio como caminho para o desenvolvimento econômico, social e cultural do campo. Outra perspectiva, aberta por este processo, é o constante movimento de sedução às possibilidades de consumo, acesso e fruição dos mais variados bens de consumo, tornados essenciais para a felicidade do indivíduo.

Algumas pesquisas e estudos têm sido realizados no Brasil sobre a inserção da lógica de consumo no campo, dentre eles destacamos alguns que tratam da incorporação desta lógica pela juventude camponesa, em algumas comunidades rurais brasileiras.

Menasche e Schmitz (2007), Gaviria e Pezzi (2007), Carneiro (1998), Castro (2005), apontam que boa parte dos jovens pesquisados se dedicam a ocupações não--agrícolas, pois uma renda autônoma em relação a unidade de produção familiar permite o acesso aos bens de consumo, tal renda individualizada representaria a oportunidade de adquirir bens valorizados por pessoas da mesma faixa etária, ao mesmo tempo que possibilitaria a incorporação de padrões estéticos que o deslocaria para uma não-estigmatização de sua condição de colono. Os jovens pesquisados, ao mesmo tempo em que almejam bens urbanos, afirmam o campo como o lugar de moradia desejado, como um lugar de calma, segurança, alimentos saudáveis, valorizando também seu pertencimento aos laços de parentesco e sociais que o ligam à família e à comunidade rural.

Partindo da lógica de mercado a "[...] maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor" (BAUMAN, 1999, p. 87). A lógica de mercado tem atingido o campo através do avanço do agronegócio e a as novas tecnologias de informação associadas a ela. Uma de suas estratégias busca atingir o plano das subjetividades, dos desejos, dos afetos, convertendo-as à sua lógica. Os bens de consumo são vinculados, no imaginário produzido pela mídia, como promotores ou facilitadores de vínculos pessoais, oferecendo status, inclusão social, amizade e amor.

A conjugação do melhor dos dois mundos, por um lado a tradição representado pela família, localidade e cultura de origem, por outro a modernidade expressa na realização de um projeto autônomo, possibilitada pelo trânsito entre o rural e o urbano, tem sido simbolicamente representada pela motocicleta, bem de consumo, carregada de significados referentes ao estilo de vida urbano. A motocicleta como objeto de desejo, comumente adquiridos pelos jovens rurais, os possibilita uma mobilidade material e simbólica entre o que há de melhor em ambos os mundos.

A fuga do estigma de caipira, traz em si, uma busca por outras referências identitárias, que visam atender a necessidade de uma auto-imagem calcada numa estética urbana e seu respectivo estilo de vida. A necessidade de uma auto-imagem apreciada, que não gere mal estar, opera um direcionamento ao desejo em satisfazê-la, o desejo, por sua vez, mobiliza mudanças na constituição da subjetividade. A questão que se coloca, é o agenciamento do desejo pela lógica do consumo, que se torna não só intermediadora da satisfação, da realização e do bem estar, como também reguladora da própria subjetividade, jogando-a também para a

esfera do mercado. Assim, a "subjetividade" do sujeito, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável (BAUMAN, 2008, p. 20).

Os bens de consumo, além de atender as necessidades materiais, apresentam sentidos simbólicos, que estabelecem e mantém significados e relações sociais que configuram identidades e construção de realidades. O consumo constitui-se como ritual cujo propósito é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos sendo um comunicador que fala de quem consome, de sua família, de sua localidade. Ao mesmo tempo que são necessários bens e serviços que saciem a fome e a sede e que forneçam abrigos, também o são para mediar as relações sociais (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

Partindo da dupla expropriação operada pelo Capital e sua lógica de mercado, a expropriação da terra e das subjetividades, buscamos investigar os povos do campo, compreendendo-os como possuidores de seus próprios códigos de conhecimento e de sua própria concepção de destino, que são tão legítimos quanto os códigos e concepções adotadas por setores da sociedade vinculados à lógica do Capital, ao mercado e ao agronegócio.

A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo representa um marco, nas políticas voltadas para a educação e as escolas do campo. Neste sentido, a Licenciatura da Educação do Campo, no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, vincula-se a uma proposta de educação que esteja no campo e também seja do campo, ou seja, uma educação como prática social, que reconhece e busca segundo Caldart (2012):

> [...] a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência de organização, de compreensão política, de modo de vida [...]. Seus desafios atuais continuam práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra-hegêmonicas, ela exige teoria, e exige cada vez mais rigor de análise da realidade concreta [...] (p. 262).

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, resultado do processo de construção promovido historicamente pelo movimento de educação do Campo e de articulação com os sujeitos do campo, insere-se no Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), sendo um dos centros da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e está localizado em São Mateus, no norte do Estado. Buscando atender às necessidades educacionais da região norte do Espírito Santo, fortaleceu-se as parcerias e a participação das secretarias municipais de educação

e organizações sociais do campo: Movimento dos trabalhadores Rurais - MST, Movimento dos pequenos agricultores - MPA, Regional das Associações dos Centros Familiares em Formação em Alternância do Espírito Santo - RACEFFAES, Comunidades Quilombolas e Indígenas, Colônia de Pescadores (UFES/CEUNES, 2012).

Objetivando a formação de educadores do campo, para atender às realidades culturais e sociais específica dos povos do campo, e diagnósticos sobre o Ensino Fundamental e Médio das comunidades do campo da região a serem beneficiadas, o projeto pedagógico do curso assinala que:

> A formação para o Educador do Campo deve também garantir conhecimentos para dialogar com outras áreas visando a construção de um processo educativo articulado aos interesses dos povos do campo. Espera-se que os educadores sejam conhecedores dos movimentos sociais e dos debates promovidos no campo, para atuarem em práticas educativas escolares e não escolares comprometidas com a posse e uso sustentável da terra e a interação do meio comunitário com o escolar (através de pesquisas, estudos de campo, entrevistas na comunidade, etc.) (UFES/CEUNES, 2012, p. 93).

O curso proposto tem por finalidade formar licenciados em Educação do Campo, dentro da proposta dos princípios e do regime de Alternância, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais ou habilitação em Ciências da Natureza, sendo que o estudante deverá optar por uma das duas habilitações. O curso ocorrerá através de etapas presenciais que serão equivalentes a semestres de cursos regulares, realizados em regime de alternância entre Tempo/Espaço Universidade e Tempo/Espaço Comunidade, permitindo o acesso e a permanência nesta Licenciatura dos professores em exercício, além de não condicionar o ingresso de jovens e adultos na educação superior à alternativa de deixarem de viver no campo (UFES/CEUNES, 2012).

A organização do Curso de Licenciatura em Educação do Campo dentro do regime e dos princípios da Pedagogia da Alternância, associada ao protagonismo dos movimentos sociais na sua construção e implementação, insere na universidade outra forma de se pensar a formação superior, que leve em consideração um dos pilares da Educação do Campo, que é, como aponta Cladart (2004), o direito da população de ser educada no lugar onde vive, pensada desde este lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais, com uma preocupação política e pedagógica com o jeito de educar estes sujeitos.

A lógica em que a Licenciatura em Educação do Campo está assentada vincula-se em uma subjetividade que opera a partir de alguns marcos, que deflagram estranhamentos à atual estrutura organizacional universitária, que produziu, segundo Chauí (2003), uma

Universidade Operacional, marcada por uma produção do conhecimento não mais pensada a partir de um projeto social de largo alcance ou no bem estar das pessoas, mas sim em suprir as necessidades do mercado capitalista. E nesta perspectiva operacional, configura-se no tripé ensino-pesquisa-extensão, uma lógica individualista e fragmentada na formação e produção de conhecimento, produzindo e reforçando um tipo de subjetividade alinhada à lógica de treinamento, mercado e consumo.

Pensar a formação superior a partir de marcos, como por exemplo: alternância e auto-organização; contrastam com a lógica presente neste modelo de Universidade Operacional, forçando não só uma repensar organizacional como também as práticas e saberes que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, produzindo um campo de subjetividade diverso, mais enraizado na perspectiva da construção coletiva do conhecimento.

Na alternância o movimento de formação ocorre em tempos e espaços distintos, o tempo comunidade/universidade, através de um método organizado de forma a valorizar a troca da experiência da vida, os saberes e práticas das comunidades campesinas com as teorias e práticas acadêmicas da universidade. Os temas geradores, os planos de estudos, os processos de sistematização e aprofundamento das questões a serem investigadas nos tempos e espaços da comunidade, impõem um desafio à lógica organizacional disciplinar que serve de parâmetro para a organização do tempo universitário. Incorporar o tempo comunidade no computo das horas de encargo docente, seja nas esferas do ensino, da pesquisa e extensão, pressupões não só uma regulamentação nos órgãos superiores da universidade, mas também um processo de subjetivação de uma outra lógica formação, que propõe outras formas de relação entre ensino, pesquisa e extensão, em que uma está contida na outra e vice-versa.

Dentro da perspectiva da alternância, desenvolve-se o trabalho como princípio educativo de inserção da realidade, que inclui o trabalho produtivo e o autosserviço, ou seja, a prestação de serviços nos espaços coletivos. A auto-organização, por sua vez, marca a influência da construção do coletivo na formação individual, potencializando as ações coletivas no processo de aprendizado, como também fundamentando e consolidando uma forma de subjetividade calcada na construção coletiva do conhecimento, da vida, que se expressa em uma nova ética para novas relações sociais.

A prática de auto-organização enquanto princípio formativo em cursos de formação superior na universidade, trazida pelos alunos oriundos de escolas e movimentos sociais, rompe com a prática cotidiana de interação dos alunos, com os espaços que ocupam, no caso

a universidade, e os sujeitos que lá trabalham. Na lógica universitária operacional, a organização é hierárquica e individualista, as demandas tendem a ser reduzidas ao individual, mesmo os espaços em que o coletivo se faz presente, a experiência e os encaminhamentos tendem a ser individualizados.

Organizando-se em comissões os alunos, na vivência da auto-organização, agilizam e encaminham as demandas do coletivo, que contemplam, na medida do dialogado e acordado, as demandas individuais, em um franco exercício de construção coletiva e solidária de novas lógicas e experiências de subjetivação de valores e práticas formativas. A auto-organização também impacta na forma como a construção e socialização do conhecimento é vivenciada, levando toda a potência da ação educativa para os fazeres discentes, deslocando o centro de poder do indivíduo para o coletivo.

Os resultados parciais da pesquisa apontam que a atual política de governo tem privilegiado a lógica empresarial da gestão educacional, o que tem reconfigurado a correlação de forças dentro do Estado e condicionado as políticas públicas educacionais com o corte de financiamentos, o fechamento de escolas do campo, e um recuo frente ao princípio da alternância na gestão dos tempos escolares. Uma política que tende a se alinhar e a corroborar com a lógica mercadológica do agronegócio, incidindo sobre o território escolar, e reforçando uma forma de subjetividade marcada pelo consumismo. Por outro lado, a criação da Licenciatura em Educação do Campo, além de um espaço de construção e afirmação de subjetividades, constitui-se em um território estratégico, na correlação de forças políticas em relação à educação voltada para o campo. Um território que precisa e está sendo ocupado e reconfigurado a partir de outras lógicas educacionais, de outras formas de produção de subjetividades.

Neste sentido a Licenciatura em Educação do Campo, como território privilegiado de produção de subjetividades, em que a lógica do campesinato vem ocupando espaço, forçando uma reconfiguração da instituição universitária. As práticas e saberes dos povos da terra, das águas e das florestas constituem fortes elementos produtores de uma subjetividade não alienada, integrada e enraizada aos ritmos ecológicos da natureza, podendo constituir, se potencializada para isso, identidades marcadas por uma compreensão mais profunda de seu pertencimento socioambiental, das relações de força que atravessam tais pertencimentos.

Neste sentido, reconfigurar a universidade a partir dos saberes e práticas materiais e imateriais dos povos da terra, das águas e das florestas podem potencializar a constituição de subjetividades de uma outra ordem, diversa daquela proposta pelo lógica de mercado e

reforçada pela organização universitária operacional, como o possível pode se estabelecer na forja de sujeitos, cuja a constituição subjetiva e identitária seja ao mesmo tempo, integradora, combativa e criativa.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALVES FILHO, Aluízio. **As metamorfoses do Jeca Tatu:** a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Collin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: _____. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Vida para o consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (Org.). **Mundo rural e política.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópoles: Vozes, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair:** uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** [online]. 2003, n. 24, p 5-15.

GAVIRIA, Margarita Rosa; PEZZI, Silvane Maria. O poder simbólico da renda na mobilização social dos jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, Renata (Org.) **Agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

GOUNET, Thomas. Fim do trabalho, fim do emprego? In. CARRION, Raul K; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). **Crise do Capitalismo Globalizado**. Porto Alegre: Editória UFRGS, 2000, p. 93-111.

IANNI, Octávio. Revoluções Camponesas na América Latina. In. SANTOS, José Vicente Tavares dos (org**.). Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora, 1985, p. 15-45.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense. 1994

MARTINS, José de Sousa. **O cativeiro da Terra**. São Paulo. Contexto. 2013.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: VOZES, 1990.

_____. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec,1986.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila Claudete. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org.) **Agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

UFES/CEUNES. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. 2012. Disponível em: <http://www.ceunes.ufes.br/downloads/geral/PPC%20Licenciatura%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf>. Acesso em 20/10/2014.

O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS: ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A PRESERVAÇÃO CULTURAL

Tauã Lima Verdan Rangel
Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao PPGSD da UFF. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário São Camilo.
E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

Resumo: No Estado do Espírito Santo, as panelas de barro são o tradicional recipiente de moquecas de peixe e outros frutos do mar, tal como da torta capixaba, iguaria tradicional consumida no período das festividades da Semana Santa. "Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuram, na literatura gastronômica, 'a mais brasileira das cozinhas', por reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana". É verificável, dessa maneira, que o crescimento da região trouxe consequências diretas para a atividade desenvolvida, porquanto desvirtuou a essência cultural do ofício, passando a permeá-lo por traços empresariais, fomentado, sobremaneira, pelo Município de Vitória/ES, com vistas a estabelecer um circuito turístico urbano, que acaba suplantando as pequenas artesãs, cujo ofício é desenvolvido em seus quintais e que recebem um fluxo menor de visitantes e clientes do que aquele que frequenta o galpão da região. Neste passo, o presente busca analisar o embate entre a preservação do ofício das paneleiras de Goiabeiras e o conflito existente com o crescimento urbano desenfreado, sobretudo em decorrência das consequências produzidas pela ampliação das fronteiras sem planejamento.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; paneleiras de Goiabeiras; saberes tradicionais.

Abstract: In the state of Espirito Santo the clay pots are traditional container of fish stew fish and other seafood, such as the Capixaba pie, traditional delicacy consumed during the period of the festivities of Holy Week. "Icons of capixaba cultural identity, pie, the fish stew and the clay pots won the world and configure, the gastronomic literature", as the most Brazilian of kitchens "for gather and mix elements of indigenous, portuguse and african cultures". It is verifiable, thus, that the region's growth brought direct consequences for the activity performed, because distorted the cultural essence of the craft, starting to permeate it for business lines, supported by Vitória/ES County, in order to establish an urban tourist circuit that ends up supplanting the small artisans who developing the craft in their yards and receiving a lower flow of visitors and customers than that which attends the shed in the region. In this step, the present it analyzes the conflict between preserving the craft of Goiabeira's potters and the conflict with the reinless urban growth, as a result of the consequences produced by the expansion of borders without planning.

Keywords: economic development; potters of Goiabeiras; traditional knowledge.

1. Ponderações inaugurais: a edificação do meio ambiente cultural em consonância com o entendimento doutrinário

Em sede de comentários introdutórios, cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que

a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Assim, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura. “A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos” (BROLLO, 2006, p. 15-16). Desta maneira, a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto da sobrevivência da própria sociedade.

Nesta toada, ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto um complexo macrossistema, é perceptível que se trata de patrimônio incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Meirelles (2012, p. 634), em suas lições, anota que “o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens moveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria” ou ainda em razão do proeminente valor artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico e ambiental. Quadra anotar que os bens compreendidos pelo patrimônio cultural compreendem tanto as realizações antrópicas como obras da Natureza; preciosidades do passado e obras contemporâneas.

Nesta esteira, é possível subclassificar o meio ambiente cultural em duas espécies distintas, quais sejam: uma concreta e outra abstrata. Neste passo, o meio ambiente cultural concreto, também denominado material, se revela materializado quando está transfigurado em um objeto classificado como elemento integrante do meio ambiente humano. Assim, é possível citar os prédios, as construções, os monumentos arquitetônicos, as estações, os museus e os parques, que albergam em si a qualidade de ponto turístico, artístico, paisagístico, arquitetônico ou histórico. Os exemplos citados alhures, em razão de todos os predicados que ostentam, são denominados de meio ambiente cultural concreto.

Diz-se, de outro modo, o meio ambiente cultural abstrato, chamado, ainda, de imaterial, quando este não se apresenta materializado no meio ambiente humano, sendo, deste modo, considerado como a cultura de um povo ou mesmo de uma determinada comunidade. Da mesma maneira, são alcançados por tal acepção a língua e suas variações regionais, os costumes, os modos e como as pessoas relacionam-se, as produções acadêmicas, literárias e científicas, as manifestações decorrentes de cada identidade nacional

e/ou regional. Esses aspectos constituem, sem distinção, abstratamente o meio ambiente cultural. Consoante Brollo (2006, p. 33), "o patrimônio cultural imaterial transmite-se de geração a geração e é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente", decorrendo, com destaque, da interação com a natureza e dos acontecimentos históricos que permeiam a população.

O Decreto Nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências, consiste em instrumento efetivo para a preservação dos bens imateriais que integram o meio ambiente cultural. Como bem aponta Brollo (2006, p. 33), em seu magistério, o aludido decreto não instituiu apenas o registro de bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural brasileiro, mas também estruturou uma política de inventariança, referenciamento e valorização desse patrimônio. Ejeta-se, segundo o entendimento firmado por Fiorillo (2012, p. 80), que os bens, que constituem o denominado patrimônio cultural, consistem na materialização da história de um povo, de todo o caminho de sua formação e reafirmação de seus valores culturais, os quais têm o condão de substancializar a identidade e a cidadania dos indivíduos insertos em uma determinada comunidade. Necessário faz-se salientar que o meio ambiente cultural, conquanto seja artificial, difere-se do meio ambiente humano em razão do aspecto cultural que o caracteriza, sendo dotado de valor especial, notadamente em decorrência de produzir um sentimento de identidade no grupo em que encontra inserido, bem como é propiciada a constante evolução fomentada pela atenção à diversidade e à criatividade humana.

2. Singelos comentários ao patrimônio cultural imaterial

Tal como pontuado alhures, a cultura apresenta, como traços estruturantes, elementos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, os quais caracterizam uma sociedade ou, ainda, um grupo social determinado, compreendendo, também, as artes e as letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Neste passo, é possível evidenciar que, em sede de meio ambiente cultural, o conjunto de elementos que dá azo ao patrimônio imaterial se apresenta como um dos mais relevantes traços caracterizadores da identidade de uma população, não somente para a presente e as futuras gerações, viabilizando a compreensão da humanidade e toda a sua evolução histórica.

Com efeito, é possível trazer à colação, com o escopo de robustecer as ponderações estruturadas, o conteúdo do preâmbulo da Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco:

> Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade,
>
> Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção [...]
>
> Reconhecendo que a diversidade das expressões culturais, incluindo as expressões culturais tradicionais, é um fator importante, que possibilita aos indivíduos e aos povos expressarem e compartilharem com outros as suas idéias e valores, [...]
>
> Tendo em conta a importância da vitalidade das culturas para todos, incluindo as pessoas que pertencem a minorias e povos indígenas, tal como se manifesta em sua liberdade de criar, difundir e distribuir as suas expressões culturais tradicionais, bem como de ter acesso a elas, de modo a favorecer o seu próprio desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Ao lado disso, o conjunto de manifestações culturais, enquanto patrimônio imaterial de uma população, encontra-se estritamente atrelado à liberdade e à essência da vida humana e pode ser considerado no plano jurídico como bem cultural, que confere concreção aos direitos humanos e como axioma de sustentação do patrimônio cultural. Trata-se de uma estrutura que robustece os laços de identificação de um determinado grupo populacional. Ora, não é possível olvidar, em razão da dinamicidade da vida contemporânea, tal como a difusão de informações e assimilação de valores diversificados, que o patrimônio cultural imaterial é constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em razão da influência do ambiente, das interações com a natureza e com a história. À sombra, a utilização da língua consiste no exercício dos direitos culturais linguísticos, contrapartida dos direitos oriundos da liberdade de expressão e comunicação, tal como a substancialização do bem cultural intangível, especialmente por meio das formas de expressão.

Desta feita, em decorrência do assinalado, o patrimônio cultural imaterial se apresenta como elemento estruturante da diversidade característica de uma população. Ora,

o Texto Constitucional assinalou que o tratamento da cultura e dos bens culturais defluiu dos elementos que sustentam o Estado brasileiro como Estado Democrático de Direito. Em razão disso, é possível afirmar a discussão alicerçada na diversidade cultural, e, por extensão, nos direitos e bens culturais dessa decorrentes, tem seu alicerce nos dispositivos constitucionais, já que o sistema jurídico consagra um Estado de direito cultural e indica a construção de um Estado Democrático Cultural. Quadra pontuar que o traço cultural democrático é estabelecido constitucionalmente, notadamente: (i) pelos artigos que versam acerca da cultura, sobre a necessidade de respeito à diversidade cultural brasileira e sobre a importância da tutela dos bens culturais que são bastiões dos grupos formadores da sociedade; e, (ii) pela estruturação do Estado para a tutela dos valores culturais com a colaboração da comunidade. Desta sorte, conquanto o Texto Constitucional não apresente uma definição estanque do que é patrimônio cultural brasileiro, dispõe que o seu tratamento deve-se orientar pelo respeito à diversidade e à liberdade e na busca da igualdade material entre e para os grupos constituintes da sociedade brasileira, maiormente os grupos desfavorecidos histórica, social e economicamente.

3. O instituto do registro enquanto instrumento para a preservação do meio ambiente cultural

Em sede de anotações introdutórias, cuida anotar que o registro do bem cultural de natureza imaterial, para ser considerado válido e legítimo, reclama harmonia com o ordenamento jurídico vigente. Com efeito, o Texto Constitucional consagra em seu bojo a definição acerca de quais bens constituem o patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo, por via de consequência, as normas de proteção a esse patrimônio, consoante afixa a redação do artigo 216. É verificável que o dispositivo em comento faz expressa referência aos bens portadores de identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Desta feita, é possível salientar que a Carta de 1988 não estrutura a sociedade brasileira como um todo homogêneo, mas como uma sociedade multifacetada, constituída por diferentes grupos, cada um portador de identidades e de modos de criar, fazer e viver específicos.

Com efeito, o posicionamento é dotado de proeminência na medida em que o Texto Constitucional, com clareza solar, sublinha que o seu interesse não está centrado apenas em proteger objetos materiais que gozem valor acadêmico, mas também os bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade de cada grupo formador da sociedade

brasileira. Ora, cada um dos diversos grupos, assim como seus modos de fazer, criar e viver, é objetivo de proteção conferida pelo Ente Estatal. Ao lado disso, a Carta de 1988 apresenta com características fortes os ideais republicanos e democráticos, refletindo em todas as matérias nela versadas esses corolários, até mesmo porque estrutura-se como escopo fundamental, entalhado na Constituição, o de edificar uma sociedade livre, justa e solidária. Desta feita, a concepção em testilha informa a maneira por meio da qual o Estado deve proteger e promover a cultura.

Nesta linha, ainda, cuida mencionar que a ação cultural pública se apresenta como absolutamente imprescindível à democratização da cultura, sendo considerada como o procedimento que propicia a convergência e o alargamento do público, tal como a extensão do fenômeno de comunicação artístico, consoante o ideário de que a política cultural é, juntamente com a política social, um dos modos utilizados pelo Estado contemporâneo para assegurar sua legitimação, ou seja, para oferecer como um Estado que vela por todos e que vale para todos. Ao lado disso, em razão da proteção cultural se fazer conjuntamente com o Estado e a sociedade, pode-se destacar que o Texto Constitucional afixou que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, lançando mão, para tanto, de inventários, registros e tombamentos, além de outras formas de acautelamento e preservação.

Infere-se que, dentre os instrumentos previstos para proteger os bens culturais brasileiros, encontra-se o instituto do registro, o qual se encontra regulamentado pelo Decreto Nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Imperioso se faz assinalar que a criação do instituto do registro está vinculada a diversos movimentos em defesa de uma compreensão mais ampla no que se refere ao patrimônio cultural brasileiro. “No Brasil, a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se numa trajetória a que se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães, mas em que se incluem também as sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos indígenas”, como bem observa Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 62). De igual modo, o instituto em comento reflete as reivindicações dos grupos de descendentes de imigrantes das mais diversas procedências, alcançando, desta maneira, os “excluídos” do cenário do patrimônio cultural brasileiro, estruturado a partir de 1937.

Nesta esteira, evidencia-se que o registro tem por finalidade reconhecer e valorizar bens da natureza imaterial em seu processo dinâmico de evolução, viabilizando uma apreensão do

contexto pretérito e presente dessas manifestações em suas distintas versões. Márcia Sant'Anna, ao discorrer acerca do instituto em comento, coloca em realce que "não é um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode também ser complementar a este" (SANT'ANNA, 2003, p. 52). Assim, o registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento acerca do bem cultural de natureza imaterial, equivalendo a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, em suas plurais facetas, possibilitando, a partir de uma fluidez das relações, o amplo acesso ao público. Nesta perspectiva, o escopo é manter o registro da memória dos bens culturais e de sua trajetória no tempo, eis que este é o mecanismo apto a assegurar a sua preservação.

Em razão da dinamicidade dos processos culturais, as mencionadas manifestações desbordam em uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser alicerçada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são emoldurados por uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não pode ser engessado nesses conceitos, sendo mais importante, nas situações concretas, o registro e a documentação do que intervenção, restauração e conservação. Acrescente-se que os bens escolhidos para registro serão inscritos em livros denominados: (i) Livro de registros dos saberes, no qual serão registrados os conhecimentos e modo de fazer; (ii) Livro das formas de expressão, o qual conterá as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; (iii) Livro dos lugares, no qual se inscreverá as manifestações de espaços em que se concentram ou mesmo reproduzem práticas culturais coletivas; e, (iv) Livro das celebrações, no qual serão lavradas as festas, rituais e folguedos, consoante afixa o Decreto Nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

4. O ofício das paneleiras de Goiabeiras: entre o desenvolvimento e a preservação cultural

Como país dotado de um multiculturalismo ímpar, o Brasil, por meio da Constituição Federal, confere proteção ao pleno exercício dos direitos culturais, garantindo, em consonância com a forma estabelecida no §1º do artigo 215, a tutela jurídica de toda e qualquer manifestação vinculada ao processo civilizatório nacional. Neste viés, essa

concepção constitucional de dimensão multicultural na estruturação e tutela do patrimônio cultural brasileiro é sagrada pela manutenção do liame existente entre sociedade-Estado na materialização de tarefas de promovam tanto o exercício dos mencionados direitos, tal como a proteção e fruição dos bens culturais materiais e imateriais que lhe conferem suporte. Neste cenário, "a fabricação artesanal de panelas de barro é o ofício das paneleiras de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito Santo. A atividade, eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário" (BRASIL, 2015d, p. 13).

Figura 1 - Paneleira de Goiabeira moldando as panelas de barro.



Disponível em: <http://www.guiacuca.com.br/evento/festa-das-paneleiras-de-goiabeiras-2010>. Acesso em 22 ago. 2015.

Cuida reconhecer que o ofício das paneleiras materializa a técnica de cerâmica de origem indígena, cujo aspecto proeminente está assentado na modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino. Em que pese a urbanização e o adensamento populacional que passou a submergir o bairro de Goiabeiras, o ofício familiar da feitura de panelas de barro continua substancialmente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade daquela região. É imperioso o reconhecimento do aspecto cultural dos modos de fazer, no tocante ao ofício das paneleiras de Goiabeiras, tanto assim que tal prática foi o primeiro bem cultural registrado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Livro de Registro dos Saberes, em 2002.

Figura 2 - Queima das panelas de barro de Goibeiras.



Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com>. Acesso em 22 ago. 2015.

Figura 3 - Panela de barro finalizada.



Disponível em: <http://www.rotascapixabas.com/2012/09/09/o-novo-galpao-das-paneleiras-de-goiabeiras/>. Acesso em 22 ago. 2015.

Com efeito, no Estado do Espírito Santo as panelas de barro são o tradicional recipiente de moquecas de peixe e outros frutos do mar, tal como da torta capixaba, iguaria tradicional consumida no período das festividades da Semana Santa. "Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuram, na literatura gastronômica, 'a mais brasileira das cozinhas', por reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana". Ao lado disso, como manifesto patrimônio cultural imaterial do Estado Capixaba, o processo característico da produção das panelas de Goiabeiras conserva todos os aspectos peculiares e indissociáveis com as práticas dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. No mais, as panelas continuam sendo modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares, preservando, pois, o ofício caracterizador de proeminente patrimônio cultural imaterial, encontrando, assim, respaldo e proteção na Constituição Federal.

Ao lado disso, há que se reconhecer que a forma de preparação das panelas de barro do Bairro de Goiabeiras observa um procedimento secularmente estruturado, sendo que a técnica de cerâmica empregada é reconhecida, a partir de estudos arqueológicos desenvolvidos, como legado proveniente das tribos indígenas Tupi-guarani e Uma, sendo que o maior número de elementos identificados está diretamente associado ao segundo grupamento. Verifica-se que o saber refletido no ofício registrado foi apropriado dos índios pelos colonos e descendentes de africanos estabelecidos à margem do manguezal, localidade reconhecida historicamente como um local no qual era desenvolvido o ofício.

> Depois de secas ao sol, são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, quando ainda quentes. Sua simetria, a qualidade de seu acabamento e sua eficiência como artefato devem-se às peculiaridades do barro utilizado e ao conhecimento técnico e habilidade das paneleiras, praticantes desse saber há várias gerações. A técnica cerâmica utilizada é reconhecida por estudos arqueológicos como legado cultural Tupi-guarani e Una, com maior número de elementos identificados com os desse último. O saber foi apropriado dos índios por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam panelas de barro (BRASIL, 2015, p. 15).

Pontualmente, convém mencionar que, em decorrência do aspecto nos modos de fazer em comento, as paneleiras executam seu ofício nos quintais e no galpão da associação, alimentando, via de consequência, as relações familiares e de vizinhança próprias da atividade. Ao lado disso, percebe-se que os espaços de morar e trabalhar se confundem, pois cada casa é uma oficina, na qual o fazer panelas de barro convive, cotidianamente, com os afazeres domésticos e com a criação dos filhos e netos, nos momentos de festa, de perdas e manifestações de fé. “Em casa como no Galpão, é usual a presença de crianças participando das atividades, tanto modelando a argila em pequenos formatos, como trabalhando no alisamento das panelas” (BRASIL, 2015d, p. 21).

À luz do exposto, o reconhecimento das panelas de bairro de Goiabeira ultrapassa os limites territoriais do Estado do Espírito Santo, maiormente quando associadas à moqueca e à torta capixaba, expressões típicas da culinária da região, disseminando o seu aspecto cultural. Ora, verifica-se, assim, que, de utensílios domésticos, as panelas passaram a usufruir de categoria de ícone da identidade cultural do Estado do Espírito Santo. Distintamente de outros grupos produtores de bens culturais que, a despeito de sua relevância para a formação nacional, se encontram marginalizados na dinâmica social e econômica hegemônica, o grupo de paneleiras da região de Goiabeiras conquistou, sobretudo a partir da década de 1980, a consciência de sua importância no que tange ao processo de construção da identidade cultural regional. “O trabalho institucional do Iphan em favor da salvaguarda do ofício das paneleiras de Goiabeiras está voltado para o acompanhamento dos processos e das atividades tradicionais, bem como das ocorrências de intervenções nas condições de produção, comercialização e promoção das panelas de barro” (BRASIL, 2015d, p. 47-48).

É notório que o patrimônio cultural imaterial encerrado no ofício das paneleiras de Goiabeiras reflete a confluência dos pilares que estruturam a constituição e consolidação da cultura brasileira, pautando-se na assimilação de modos de fazer que remontam aos povos

nativos anteriores à chegada de europeus e africanos no continente americano. Mais que um singelo ofício suburbano, a confecção de panelas de barro, observado o procedimento estabelecido pelas paneleiras de Goiabeira enseja patrimônio dotado de elevada densidade, desdobrando-se, pois, em singular elemento integrante do cenário complexo e multifacetado que compreende a cultura nacional. Trata-se, com destaque, de apropriação e perpetuação dos saberes assimilados e, até hoje, empregados na subsistência de uma população que nutre um liame identificador, o qual está intimamente atrelado ao ofício desempenhado.

Figura 4 - Selo de procedência das panelas da Associação das Paneleiras de Goiabeiras.



Disponível em: <https://claudiovereza.wordpress.com>. Acesso em 22 ago. 2015

É interessante ressaltar que, no ano de 2011, foi deferida a indicação geográfica, na modalidade de indicação de procedência, para a panela de barro de Goiabeiras, produzida em Vitória. “O deferimento foi publicado na RPI do dia 26 de julho de 2011. A partir desta data, a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) terá um prazo de 60 dias para efetuar o pagamento da taxa prevista para expedir o certificado de registro” (VEREZA, 2011, s.p.). Com o registro das panelas de Goiabeiras, elevou-se para onze (11) o número de produtos brasileiros com procedência certificada por meio de indicação geográfica. Ao lado disso, cuida apontar que a certificação protege os produtos de eventuais falsificações, assegurando, por consequência, sua procedência e ampliando a competitividade. É oportuno consignar que a indicação de procedência para o artesanato brasileiro vem crescendo, sendo que a primeira foi deferida para o artesanato do capim dourado do Jalapão, no início de agosto de 2011 e a segunda para as panelas de barro de Goiabeiras.

Ocorre, contudo, que se verifica, devido ao aumento desordenado e despido de prévio planejamento do núcleo urbano, que o ofício desempenhado pelas paneleiras de Goiabeiras

encontra-se em risco, notadamente em decorrência da degradação das áreas de mangue, local do qual é retirada a matéria-prima para a prática do patrimônio cultural registrado. Mais que isso, há que se reconhecer, ainda, que o crescimento urbano da região culminou na profissionalização e concorrência da atividade. Objetivando atender a um mercado consumidor, a produção que é desenvolvida no galpão passou a gozar de um ritmo empresarial com maior visibilidade publicitária, ao passo que as paneleiras do fundo de quintal foram ofuscadas comercialmente, após a notoriedade recebida pelo galpão. É verificável, dessa maneira, que o crescimento da região trouxe consequências diretas para a atividade desenvolvida, porquanto desvirtuou a essência cultural do ofício, passando a permeá-lo por traços empresariais, fomentado, sobremaneira, pelo Município de Vitória/ES, com vistas a estabelecer um circuito turístico urbano que acaba suplantando as pequenas artesãs, cujo ofício é desenvolvido em seus quintais e que recebem um fluxo menor de visitantes e clientes do que aquele que frequenta o galpão da região. Assim, quadra apontar que, em razão da renda que não consegue atender aos gastos mínimos da população, as paneleiras estão migrando do ofício tradicional em busca de renda fixa e atividades formais.

Considerações Finais

Em harmonia com todo o escólio apresentado, prima colocar em destaque que a construção do meio ambiente cultural sofreu maciça contribuição com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja acepção compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, fossilífero, turístico, científico, refletindo as características de uma determinada sociedade. Ao lado disso, quadra anotar que a cultura identifica as sociedades humanas, sendo formada pela história e maciçamente influenciada pela natureza, como localização geográfica e clima. Com efeito, o meio ambiente cultural decorre de uma intensa interação entre homem e natureza, porquanto aquele constrói o seu meio, e toda sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultural.

O crescimento desordenado da região do Bairro de Goiabeiras, na cidade de Vitória/ES, em conjunto com a degradação acentuada da região de mangue e a publicidade conferida ao ofício das paneleiras daquela região desembocam em um cenário de extremos contrastes. Tal fato decorre da premissa do Estado do Espírito Santo e o Município de Vitória

buscarem estabelecer um circuito turístico urbano, fechando, contudo, os olhos para as consequências produzidas, principalmente para as pequenas artesãs, eis que o Galpão das Paneleiras de Goiabeiras recebeu claramente contornos empresariais. Assim, as paneleiras que atuam em seus quintais atendem um público relativamente pequeno, quando comparado com aquele que frequenta o galpão, produzindo, dessa maneira, de acordo com as encomendas feitas pelos clientes, cujo número é inalterado, por consequências, os ganhos financeiros não são tão significativos quanto aqueles recebidos no galpão.

A rentabilidade insuficiente para atender os gastos domésticos cotidianos faz com que muitas paneleiras sejam compelidas a desenvolver outras atividades no mercado formal de emprego como serviço geral, faxineira, empregada doméstica e outros. Mais que isso, a população mais jovem, ao observar que o trabalho é desgastante e não possui elevada rentabilidade, está cada vez mais buscando postos de trabalho com remuneração fixa, perdendo o interesse pelo ofício desenvolvido. Tal situação, em um futuro breve, associado à falta de argila, poderá comprometer a sobrevivência de tal patrimônio cultural. Diante disso, por perceberem a ameaça à sua tradição, as paneleiras se colocam à disposição para ensinar o ofício àqueles que se interessam, mesmo que não sejam parentes ou não morem no bairro.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 ago. 2015a.

_____. **Decreto N° 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 ago. 2015b.

_____. **Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 ago. 2015c.

_____**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 22 ago. 2015d.

_____**. Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 22 ago. 2015e.

_____. **Ministério da Cultura**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 22 ago. 2015f.

BROLLO, Sílvia Regina Salau. **Tutela Jurídica do meio ambiente cultural**: Proteção contra a exportação ilícita dos bens culturais**.** 106f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br>. Acesso em 22 ago. 2015.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 38 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em 22 ago. 2015.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em 22 ago. 2015.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental:** Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011. 2 ed. Salvador: Editora *Jus*Podivm, 2012.

VERDAN, Tauã Lima. Princípio da Legalidade: Corolário do Direito Penal. **Jurid Publicações Eletrônicas**, Bauru, 22 jun. 2009. Disponível em: <http://jornal.jurid.com.br>. Acesso em 22 ago. 2015.

VEREZA, Cláudio. **Panelas de barro de Goiabeiras recebem certificado de indicação geográfica**. Disponível em: <https://claudiovereza.wordpress.com/2011/08/02/panelas-de-barro-de-goiabeiras-recebem-certificado-de-indicacao-geografica/>. Acesso em 02 out. 2015.

GT 11 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES

Coordenadores:

Prof.ª Dr.ª Andrea Bayerl Mongim (UFES)

Prof.ª Dr.ª Celeste Ciccarone (UFES)

Debatedores:

Prof.ª Dr.ª Cleyde Amorim (UFES)

Prof. Dr. Lusival Antonio Barcelos (UFPA)

DESAFIOS DA/NA PRÁTICA DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS, POR DOCENTES EM FORMAÇÃO, ACERCA DAS PRÁTICAS CULTURAIS ORIUNDOS DA AFRODIÁSPORA

Danúbia Aires de Souza
FCSES

José Jairo Vieira
FE/UFRJ

Débora Nascimento
FCSES

Stephany C. de Freitas
FCSES

Resumo: Este trabalho trata de um relato de experiência cujo objetivo foi investigar como acadêmicos matriculados na disciplina "Danças Folclóricas e Populares" do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo (FCSES) e do Projeto de Extensão em Dança, interpretam e representam às práticas culturais presentes no estado. Foram realizadas visitas a Vila de Regência e a Vila de Itaúnas, sendo possível vivenciar as comemorações do Centenário da Memória de Caboclo Bernardo e os Festejos em homenagem a São Sebastião e São Benedito. Os dados foram coletados por meio de registros fotográficos, produção de relatórios, além de entrevistas e questionários. Os resultados apontam à necessidade de transcender da reflexão para a ação, no que tange aos desafios relacionados à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nos processos de formação docente, visto que a abordagem das questões étnico-raciais na Educação Básica encontra-se atrelada à formação inicial dos professores. Ressaltamos a importância dessa experiência com vistas à superação de paradigmas e estereótipos historicamente fortalecidos, especificamente acerca das práticas culturais de matriz africana, afro-brasileira e indígena, à medida que incita a reflexão sobre o vivido, além da ressignificação do nosso olhar sobre nós mesmos, nosso povo, nossa cultura.

Palavras-chave: identidade; formação docente; práticas culturais.

Abstract: This work is an experience report which aimed to investigate how academics enrolled in the discipline "Folk dances and Popular" of the Bachelor's Degree in Physical Education of the Faculdade Católica Salisiana do Espírito Santo (FCSES) andthe Extension Project in Dance, are interpreted and represented in cultural practices present in the state. Visits were conducted in Vila de Regência and Vila de Itaúnas, being possible experienced the celebrations of the Memory Centenary of the Caboclo Bernardo and Celebrations in honor of Saint Sebastian and Saint Benedict. Data were collected through photographic records, reports , as well as interviews and questionnaires. The results point to the need to transcend from reflection to action, with respect to the challenges related through the implementation of the law 10.639/03 and 11.645/08 in teacher training processes, as the approach to ethnic and racial issues in Basic Education is linked the initial teacher training. We point out the importance of this experience with a view to overcoming paradigms and stereotypes historically strengthened, specifically about the cultural practices of African origin, African-Brazilian and Indigenous (natives), as it incites reflection on the lived, beyond the redefinition of our view about ourselves , our people, our culture.

Keywords: identity; teacher training; cultural practices.

Introdução

A pesquisa no cotidiano da formação docente teve como foco analisar como um grupo de acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo (FCSES) interpretam e representam as práticas culturais, manifestadas em torno dos *saberesfazeres*[1] artísticos, oriundos da afrodiáspora.

O presente trabalho trata de um relato de experiência, na qual propôs-se aos alunos integrantes (bolsistas/voluntários) do grupo de estudo implementado a partir das atividades propostas no Projeto de Extensão em Dança, juntamente com um grupo de acadêmicos matriculados na disciplina "Danças Folclóricas e Populares", uma visita à Vila de Regência e a Vila de Itaúnas, com o intuito de promover uma aproximação entre os acadêmicos e as práticas culturais que constituem o patrimônio cultural capixaba.

A intenção pela pesquisa emergiu durante as aulas desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Educação Física da FCSES, nas disciplinas "Teoria e Metodologia da Dança" e "Danças Folclóricas e Populares". Onde em uma tentativa de implementação de elementos da cultural corporal[2] de origem afro-brasileira, identificamos, a partir de relatos dos acadêmicos, que parte considerável dos participantes desconhecia e/ou rejeitava determinadas práticas corporais, como o jongo, o maculelê e a capoeira.

Vale ressaltar, que os acadêmicos que alegavam conhecimento das práticas, em parte a relacionavam ao espiritismo, estranhamento esse que segundo Rodrigues (2007, p. 17) "[...] tem origem nos modos de expressão em que são produzidas tais práticas – são tidas como marginais por usarem alegorias (tambores, estandartes) que são comuns nas religiões afrodescendentes". O que contribuía para o fortalecimento do desdém e/ou brincadeiras que depreciavam os aspectos relacionados especificamente às características culturais de origem africana de afro-brasileira.

Esses episódios contribuíram para que várias inquietações e questionamentos emergissem. Qual a gênese da falta de conhecimento e resistência relacionada às práticas culturais e manifestações da cultura corporal que contém imbricações com as matrizes africana e afro-brasileira? Como não reproduzir leituras e discussões estereotipadas sobre o

[1] Apoiamo-nos em Alves (2004) ao propor na escrita a junção dos pares, visto que ainda percebemos o quanto às dicotomias emergentes em função do desenvolvimento das ciências, na Modernidade, corroboram para o fortalecimento da fragmentação do pensar, da *reflexãoação*, pois assim o aprendemos dicotomizados: *espaçostempos*, *reflexãoação*, *apendizagemensino*, *saberesfazeres*.

[2] Cultura corporal diz respeito ao acervo de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal na forma de jogos, ginástica, esportes, lutas, entre outras práticas corporais (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

negro e sua cultura? Em que medida em nosso fazer docente, acabamos reforçando estereótipos e representações negativas sobre o negro, seu padrão estético e sua cultura? E, como a prática docente pode promover a superação dessa forma de pensar e agir em relação ao negro, suas tradições e cultura?

Para tanto propôs-se especificamente: **Promover uma aproximação entre os sujeitos e as práticas culturais observadas;** analisar como os acadêmicos representam essas práticas, identificando se e como estas participam da constituição identitária dos sujeitos; propor uma reflexão acerca dos principais desafios que envolveram a práxis pedagógica das Africanidades[3], identificando pontos nevrálgicos e discutindo formas de enfrentar os dilemas do cotidiano docente.

Ressaltamos nessa pesquisa, que parte considerável das manifestações e artefatos culturais produzidos e selecionados para investigação, emergiu das construções culturais das populações indígenas e africanas e afro-brasileiras, além da imperiosa contribuição europeia. Contudo, considerando os limites da pesquisa, estabelecemos como foco para análise, a abordagem da influência cultural africana e afro-brasileira na/para construção do patrimônio cultural capixaba. Sem desconsiderar as outras matrizes (ameríndia e europeia), visto ser praticamente impossível dialogar na cultura brasileira sem considerá-las.

Faz-se relevante pontuar que a partir do contexto da diáspora africana em que povos de diferentes regiões do continente migraram para o Brasil, suas simbologias passaram por um processo de reconstrução de significados se adaptando a dinâmica cultural de outra realidade. Portanto diversas manifestações culturais relacionadas à língua, a dança, a ciência, a arte, a culinária, os costumes, a visualidade e a religiosidade, têm se configurando enquanto práticas de resistência e afirmação identitária, que tem buscado reconhecimento no escopo da cultura nacional brasileira (SILVA, 2012, p. 3).

Nessa perspectiva apoiamos a discussão em torno das referências estéticas e éticas, bem como as implicações nos processos de (des)construção identitária dos sujeitos participantes da pesquisa a partir da vivência e apreciação (observações, produção áudio visual e imagética) das práticas culturais. Ponderando os posicionamentos éticos, estéticos e políticos que assumem, sob a hipótese da existência, não só de uma tensão entre identidade

[3] Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (SILVA, 2005, p. 155).

cultural e subjetividade dos futuros docentes, considerando a existência de ideias de preconceito e de discriminação racial, vinculadas às práticas culturais de matriz africana e afro-brasileira. Como também a presunção de significativa fragilidade na prática docente no tocante ao trato de questões relativas à diversidade e a diferença na formação inicial de professores de Educação Física.

Apoiamo-nos em Bhabha (2005) que apresenta dois conceitos imprescindíveis para entender o processo de dominação e superioridade que um povo exerce sobre o outro: o estereótipo e a mímica. Segundo o autor, o estereótipo opera no sentido de reconhecer e de recusar a diferença, impondo um enquadramento, uma classificação, que muitas vezes não corresponde à realidade social. Já a mímica constitui-se em uma das estratégias mais ardilosas e eficazes do poder e do saber colonial, pois se mostra ao Outro, como fonte de inspiração para a imitação, a cópia e consequentemente para a relativização da cultura subalterna.

Ainda segundo o autor, ao discorrer sobre o conceito de diversidade cultural e diferença cultural, destaca a preferência pela utilização desse último termo para o tratamento das questões ligadas a cultura. Segundo ele, a diversidade cultural abrange um universo de coisas, enquanto a diferença cultural representa melhor como enunciados são criados para promover a legitimação de determinadas culturas em relação a outras (BHABHA, 2005).

A abordagem das questões étnico-raciais na Educação Básica está atrelada à formação inicial dos profissionais da educação. O escopo das leis está em promover a discussão e valorização de todo acervo cultural e histórico das populações de ascendência africana e indígena, atribuindo maior visibilidade à contribuição desses povos para a construção da identidade brasileira. Assim, consideramos imprescindível que essa discussão esteja presente no *espaçotempo* da escola, via formação de professores.

Nessa perspectiva, ponderamos a necessidade de intervenções como esta, à medida que compreendemos que parte considerável dos acadêmicos em formação logo estará atuando como docentes em escolas públicas e privadas da região, e o distanciamento/desconhecimento, outrora mencionado, tornam-se cíclicos à medida que esses conhecimentos continuam excluídos dos nossos currículos acadêmicos e escolares, ou relegados ao lugar do exótico, trabalhados sob uma perspectiva acrítica e por vezes caricaturados.

1. Caminhos percorridos...

Inicialmente, com a turma matriculada na disciplina "Danças Folclóricas e Populares" (2014/1), foi realizado um diagnóstico, por meio de um questionário com o intuito de identificar quais os conhecimentos a turma obtinha acerca das práticas culturais existentes no país e mais especificamente no Espírito Santo. Estratégia esta, também adotada com as acadêmicas/bolsistas do projeto de extensão em dança.

A opção pelo grupo específico deu-se em função das possibilidades de aprofundar as discussões acerca da temática proposta, visto que a disciplina apresenta em sua ementa o estudo dos aspectos socioculturais das danças e manifestações folclóricas e populares, além de contemplar o trato das questões referentes à diversidade cultural e as relações étnico-raciais.

Outra estratégia utilizada foi à técnica de leitura de imagens, onde os acadêmicos após efetuarem a leitura de imagens diversas, pertencentes às manifestações populares e folclóricas da cultura capixaba. Descreviam e posteriormente relatavam suas impressões e conhecimentos acerca do observado. Nessa perspectiva, as imagens não cumpriam apenas a função de informar ou ilustrar, mas, sobretudo de produzir conhecimento.

Dentre as atividades previstas na disciplina tem-se a apresentação de um seminário sobre as Relações Étnico-raciais. Este momento favoreceu a problematização e o esclarecimento de diferentes questões, especificamente de questões que historicamente foram invisibilizadas no que tange aos povos indígenas e as populações negras que em solo brasileiro foram escravizadas.

Todavia, considerando a importância da vivência, experimentação, do fazer e sentir nos processos de *ensinoaprendizagem.* Além das vivências propostas nas aulas, ponderamos que a verdadeira essência emergente dos batuques e demais práticas culturais mencionadas na disciplina, só afetariam e seriam realmente internalizadas por parte dos sujeitos, no contato direto com os *saberesfazeres* artísticos. Com isso, foi proposta uma atividade de campo por meio de uma viagem à Vila de Regência, onde os acadêmicos puderam vivenciar as comemorações do Centenário da Memória de Caboclo Bernardo em junho de 2014. Na ocasião foi possível apreciar o encontro das bandas de Congo, Jongo, Caxambu, além de apresentações de capoeira.

Esse primeiro contato despertou o olhar dos acadêmicos, com particular proeminência para os participantes do projeto de extensão em Dança. Com isso, foi proposta uma visita a Vila de Itaúnas com intuito de participar dos Festejos em homenagem a São

Sebastião e São Benedito, realizado em janeiro de 2015. Onde foi possível conhecer e apreciar as apresentações do Ticumbí, Alardo, Reis de Bois, Folia de reis, Boi Pintadinho, Jongo, Congo e Caxambu.

2. Primeiras impressões: superando os mitos, os medos e o desconhecimento

Os principais conhecimentos acerca do folclore e da cultura popular relatados por parte dos acadêmicos vão de encontro as práticas culturais vivenciadas e/ou tematizadas durante a escolarização, sendo as mais mencionadas as lendas e a quadrilha na festa junina. O que reforça a superficialidade com que historicamente essa temática vem sendo abordada nos currículos escolares.

No que tange ao currículo, Pacheco (2005, p. 141) compreende-o como, "[...] um lugar privilegiado para (des)construção de identidades, ou de processos de subjetivação", embora historicamente possa ser descrito como um dispositivo social e ideológico de reprodução de uma identidade que continua sendo notavelmente "[...] iníqua em termos de classe, gênero e raça" (APPLE,1989, p. 26).

Em relação à Educação Física é válido pontuar que, enquanto disciplina escolarizada, onde o corpo como seu objeto de intervenção é o principal referencial a ser considerado no trabalho do professor e na ação do aluno. Destaca-se que sua história aponta para um distanciamento do corpo negro, na medida em que o corpo idealizado pela Educação Física partiu da imagem corporal dos gregos, portanto de um corpo branco. Essas diretrizes "[...] assumiram importância vital na construção da matriz racista e na ideologia racial brasileira, formulada e difundida no século XIX. Fortalecendo a hegemonia de uma corporeidade quase sempre branca, cristã, burguesa, eurocêntrica, heterossexual e racista" (MATTOS, 2007, p. 11).

Quando questionados em relação aos conhecimentos que obtinham acerca das práticas culturais de matriz africana e afro-brasileira, os relatos envolvem várias dimensões, que perpassam desde a vivência de práticas corporais como a capoeira, a superficialidade com que esses saberes historicamente foram tratados no *espaçotempo* da escola. Normalmente relacionando à imagem do negro a figura do escravo nos navios negreiros e nos canaviais.

Aspecto esse, que de certa forma reflete a pouca visibilidade do negro nos livros didáticos, especificamente no que se refere a sua contribuição na história, cultura economia

do país, com proeminência para o período compreendido como pós-abolição. Haja vista a completa ausência dos povos indígenas, salvo quando no "descobrimento" do Brasil.

No relato da acadêmica "F[4]" os aspectos mencionados são traduzidos da seguinte forma:

> [...] no período onde vivenciei o ensino fundamental e médio posso pontuar que não me recordo de um estudo sistematizado e aprofundado sobre tais culturas. Infelizmente ao remeterem ao negro ou a África, eram assuntos sobre a escravidão, período de muito sofrimento, interrompido pela lei Aurea. [...] os conhecimentos sobre a cultura indígena obtive apenas "como um povo que já estavam no Brasil antes dos portugueses chegarem". A minha maior dúvida no decorrer de todo meu ensino básico foi sobre (Quem realmente descobriu o Brasil? Os índios ou os Portugueses?) pois era algo pouco aprofundado.

A luta da comunidade afro-brasileira por reconhecimento e afirmação de direitos, especificamente no que se refere à educação, passou a ser fortalecida pela promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que estabelecem obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo oficial da Educação Básica. O escopo das leis está em promover a discussão e a valorização de todo acervo cultural e histórico das populações de ascendência africana e indígena e, assim, trazer visibilidade à contribuição desses povos na construção da identidade brasileira.

Essa temática ainda carece de incontestável atenção, à medida que compreendemos que a efetivação da lei transcende ao cumprimento de sua obrigatoriedade nos documentos que regem as instituições. Sendo necessário, nesse sentido, propor uma reflexão crítica acerca da temática mencionada a partir dos *saberesfazeres* vivenciados no chão da escola e na formação de professores.

Corroborando, Silva (apud MEC/SECAD, 2006, p. 56) chama a atenção para a "[…] falta de conteúdos ligados à cultura afro-brasileira que apontem a importância desta população na construção da identidade brasileira, não apenas no registro folclórico ou datas comemorativas, mas principalmente para a compreensão do respeito às diferenças".

Todavia, o que mais chamou a atenção, foi e continua sendo a intencional negação dos saberes em função das concepções religiosas. Esta ainda constitui-se enquanto entrave, com vistas à equidade nos processos educativos, especificamente no que se refere ao trato das Africanidades nos currículos acadêmicos e escolares.

Ainda em relação à religiosidade, consideramos importante destacar duas passagens vivenciadas no decorrer da experiência. A acadêmica "S", pondera que em seu caso, parte

[4] O nome dos participantes da pesquisa não será divulgado, com isso, utilizamos letras para nomeá-los.

do desconhecimento das práticas culturais mencionadas na pesquisa, deve-se a sua formação religiosa. Segundo ela "[...] o papel da igreja evangélica reforçava o pensamento e postura preconceituosa sobre os mesmos". Ou seja, sobre determinadas práticas culturais, especificamente as manifestações que envolvem batuques, tambores e danças. Características marcantes também na religiosidade caracterizada como afro-brasileira que também foi/é alvo de muita condenação e perseguição.

Já o acadêmico "C" apresenta o seguinte relato:

> Tais atividades me trouxeram a oportunidade de "sentir na pele" essas diferentes manifestações de cultura, que algumas nem mesmo ouvira falar antes da graduação. Não posso deixar de destacar um fato ocorrido na pesquisa em Itaúnas. No momento da fincada do mastro de São Benedito, ouve certa confusão por conta da profundidade do local que o mastro seria fincado, ou por conta da posição do estandarte (não sei se posso chamar dessa forma). Um dos senhores que o carregavam, mais exaltado se afastou do grupo, se ajoelhou frente ao mastro que estava no chão e o beijou em forma de oração. Isso chamou minha atenção por minhas raízes religiosas e também por perceber que outras pessoas estavam pela festa "empunhando" suas latinhas de cerveja. Isso evidenciou a diversidade de sentidos que as manifestações culturais têm.

Imagem 1 - Fincada do Mastro de São Benedito - Itaúnas/ES



Fonte: Arquivo pessoal.

As constantes pressões da Igreja Católica para extinção dos cultos e rituais de matriz africana e afro-brasileiras levou às religiões afro-brasileiras a junção de aspectos das crenças e rituais católicos com tradições africanas e, por vezes, indígenas. Estabeleceu-se, assim, o sincretismo religioso, forte característica presente nas religiões e práticas culturais brasileiras, conforme podemos perceber na imagem abaixo (ALBUQUERQUE, 2006).

Imagem 2 - Banda de Congo Konshaça em Vila de Regência/ES



Fonte: Arquivo pessoal.

A expressão "sentir na pele" relatada pelo acadêmico, nos conduz ao diálogo com os ensinamentos de Lopes (1990, apud Silva, 2005, p. 159) de que "[...] na cultura de origem africana só tem realmente sentido o que for aprendido pela ação, isto é, se no ato de aprender, o aprendiz executar tarefas que o levem a pôr 'a mão na massa'".

Nesse sentido, faz-se imperioso transversalizar, problematizar e, sobretudo oportunizar a vivencia dessas *saberesfazeres* na formação de professores, de forma que as às práticas manifestadas em torno do patrimônio imaterial das culturas populares alcancem o chão da escola. Pois, se compreendemos que a aprendizagem efetiva-se a partir da experiência, do fazer e sentir, nada mais coerente do que por "a mão na massa". Só assim, sendo conhecidas, que estas práticas poderão legitimamente consideradas como bens patrimoniais.

3. Segundas, terceiras impressões: ressignificando o olhar e (des)construindo identidades

Segundo LOURO (citado por GOMES, 2005, p. 43) "[...] como sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.)". Nessa lógica, reconhecer-se numa delas supõe, portanto "[...] responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência".

Nesse processo, conforme destaca Hall (2001), nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias. Ainda segundo o autor,

> [...] a cultura é constituída de instituições, símbolos e representações; um modo de construir sentido que tangencia a organização tanto de nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas, ao produzirem sentido com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Os sentidos oriundos das histórias contadas na cultura são memórias e imagens que conectam o presente com o passado dos indivíduos e projetam seu futuro [...] (HALL 2001, p. 50).

Nesse sentido, tendo como pressuposto que "[...] as práticas e artefatos culturais encontram-se articulados aos processos identitários dos sujeitos, e que estes ao viverem a situação de rememorar/narrar estas práticas passam por processos de atualização identitária" (PASSOS, 2010, p. 146). Destacamos alguns relatos que fortalecem a importância do fazer e do sentir nos processos de formação cultural e estética dos sujeitos que o vivenciaram.

Inicialmente a surpresa toma conta do olhar, que ora analisa, com o estranhamento fruto de uma formação que fez ausentes, invisíveis e inaudíveis, os *saberesfazeres* artísticos oriundos de uma ancestralidade negada. Ora, deslumbra-se com tamanha energia que emerge dos batuques, da cantoria por vezes pouco compreendida e do bailado que oscila entre a contida (porém forte) movimentação característica de nossos ancestrais indígenas. E a frenética movimentação de ombros e quadris acompanhando os tambores da ancestralidade negra.

Imagem 2 - Dança do Jongo - Vila de Itaúnas 2015



Fonte: Arquivo pessoal

A acadêmica "E" descreve esse momento da seguinte forma:

> Não sabia se registrava, se perguntava, se eu me metia nas rodas para dançar junto...até que...somente observei. Notava-se algo surreal, distinto de tudo, pois não conhecia. [...] eles estavam presentes ali levando sua gratidão, adoração, família e alegria, interagindo. Percebi o quão distante estamos das nossas raízes e como também potencializamos a exclusão e "recriminamos" tais manifestações de maneira equivocada. Pude entrar em conflito constante comigo.

Percebe-se, na fala que antecede, que o contato com as práticas culturais fez emergir uma série de conflitos que, por conseguinte, culminou no que poderíamos chamar de crise, perda e/ou (des)construção das identidades anteriormente afirmadas. Todavia, segundo Bhabha (2005), uma saída para esse conflito, está no exercício de rememorar como o colonizado era antes da colonização, seu passado de luta e escravidão. Não com a intensão de sanar os conflitos atuais, mas sim, fazer surgir algo novo, que não se iguala ao passado – que agora faz-se consciente na mente do colonizado – mas que também não continua refém das amarras culturais que o colonizador propõe.

As práticas culturais oriundas dos nossos ancestrais africanos e manifestadas por meio das danças e folguedos populares constituem-se práticas de resistência, construídas a luz da resistência às crueldades vivenciadas nos cativeiros e senzalas e manifestadas por meio do corpo em movimento nas diferentes práticas que compõem o patrimônio cultural nacional. Que mesmo passando por processos de ressignificação, continuam carregadas de simbologias, sentidos e significados que engrandecem o patrimônio cultural nacional.

Acrescenta-se, no diálogo com Martins (2012, p. 18) que "[...] possibilitar a construção, o conhecimento e a valorização dessa cultura antes negada poderia levar uma tomada de consciência (corporal e *negra*)". Logo, atribuir sentido, significado e visibilidade a essas manifestações corroboram para superação de paradigmas historicamente construídos, que ainda hoje continuam sendo usados para "camuflar o pertencimento étnico-racial, na tentativa de encobrir dilemas referentes ao processo de construção da identidade negra" (GOMES, 2003, p. 138).

4. Relações étnico-raciais nos processos de formação docente: desafios, reflexões e ações

A relação entre pesquisa, formação do professor e prática pedagógica tem recebido destaque nos discursos políticos e acadêmicos sobre educação no Brasil, especialmente sobre a formação do professor como pesquisador. Nessa perspectiva, a possibilidade de discutir e refletir

sobre a formação de professores a partir de vivências como docente em uma instituição criada e pensada com esta finalidade, configura-se como uma valorosa experiência com vistas à investigação de práticas efetivas e de construção de conhecimentos sobre o que fazemos e como podemos melhor desenvolver nossos objetivos em todos os níveis de ensino.

Findo o processo de investigação e coleta de dados identificamos alguns aspectos que carecem de maior atenção, dentre estes ressaltamos: a importância da formação estética e cultural dos discentes, com vistas à superação de paradigmas relacionados às práticas culturais e ao trato com a diversidade e a diferença; a necessidade de transcender da reflexão para a ação, especificamente no tocante aos desafios relacionados à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Consideramos significativo pontuar ações emergentes da pesquisa realizada: A elaboração de dois planos de intervenção que foram desenvolvidos com crianças estudantes de escolas públicas do Município de Vitória, matriculadas no Programa de Extensão "Esporte Cidadão", uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Vitória e a FCSES; a ampliação das atividades do projeto de extensão em dança por meio de uma parceria com um Centro Municipal de Educação Infantil de Vitória, tendo por escopo fomentar o ensino do Folclore e da Cultura Popular na escola. Atendendo cerca de 70 crianças por semana com idades variando entre 02 e 05 anos; a inserção da temática étnico-racial em dois projetos aprovados para iniciação científica na FCSES e a produção artística do espetáculo **"Di Versos",** trabalho desenvolvido no projeto de extensão em dança, que será apresentado em dezembro de 2015.

Ressalta-se que consideramos o presente relato à concretização temporal da intervenção proposta. Visto que, considerando tanto os aspectos qualitativos resultantes do trabalho, quanto os pontos nevrálgicos ainda latentes. Daremos continuidade à proposta, sendo os próximos destinos o Sitio Histórico de São Mateus e a Aldeia Indígena situada em Aracruz.

Ao levantar essa discussão, propõe-se não o esgotamento da referida temática, visto a complexidade do problema mencionado. A intenção é de reacender o debate com vistas ao comprometimento com a equidade em educação para com outros grupos que compõem a diversidade humana e que por suas especificidades, foram colocados em situação de inferioridade. Quem sabe assim possamos transcender do "mito" para uma verdadeira "democracia racial" em nosso país.

Destacamos a importância de experiências como estas para a formação cultural e estética dos sujeitos que a vivenciam, especificamente para o escopo desta pesquisa, de docentes em formação, à medida que incitou a reflexão sobre o vivido, o desconhecido, sobre

as interpretações e representações construídas acerca das práticas culturais presentes no Estado. Além da ressignificação do nosso olhar sobre nós mesmos, nosso povo, nossa cultura.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.

ALVES, Nilda & OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Imagens de escolas**: espaçostempos de diferenças no cotidiano. Educ. Soc. [online]. 2004, v. 25, n. 86, pp. 17-36.

APPLE, Michael W. **"Educação e Poder".** Trad. de Maria Cristina Monteiro, Porto Alegre: Artes Médicas,1989.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação. 23, maio, agosto,2003, pp. 75-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro, Ed: DP&A, 2005.

MARTINS, R. Bruno. **A negação do corpo negro e a educação física escolar**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

MATTOS, Ivanilde Guedes. **A negação do corpo negro**: representações sobre o corpo no ensino de educação física. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2007.

PACHECO, J. A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PASSOS, Mailsa Carla. **Museus, ruas e mercados**: processos identitários e alianças da diáspora. Currículo sem fronteiras, v. 10, n. 2, pp. 146-156, jul./dez. 2010.

RODRIGUES Miranda, Marina. **Leituras de imagens**: da casaca à konshaça: mediações na particularidade do enredo cultural serrano, na formação de professores em educação à distância. / Marina Rodrigues Miranda. 2007.

SILVA, P. B. G. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: Kabengele Munanga. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: 2005, v., p. 155-172.

A ESCOLA SILENCIA AS DIVERSIDADES? ESTUDO DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM CARIACICA-ES

Emanuel Vieira de Assis
Colégio Castro Alves

Fabrisa Leite B. da Silva
Colégio Castro Alves

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo de caso que busca compreender a forma pela qual o discurso acerca da diversidade do Brasil, muito presente nos documentos oficiais, deriva e produz, no ambiente da sala de aula de uma determinada escola em Cariacica/ES, o efeito de sentido de desigualdade/discriminação. O objetivo geral é observar as representações dos alunos em relação ao discurso ideológico capitalista pautado por uma concepção de escola voltada para o mercado de trabalho e para o que as obras didáticas consideram como desenvolvimento econômico da nação e como estes fatores suprimem o conhecimento e o desenvolvimento de diversidades no espaço escolar. O que se espera com esta pesquisa é que, através da análise destes elementos, se desenvolvam críticas que possam contribuir para o debate sobre o caráter ideológico da escola, e da educação como um todo, em relação às diversidades presentes no espaço escolar.

Palavras-chave: escola; diversidade; preconceito

Abstract: This work presents a study of case that seeks to understand the way in which the discourse about diversity of Brazil, which is present in official documents, comes from and produces, in the classroom environment of a private school in *Cariacica/ES*, the effect of sense of inequality/discrimination. The overall objective is to observing the representations of the students in relation to the capitalist ideological discourse pointed by a school that look for geared to the labour market and what the textbooks consider how economic national development and how these factors suppresses the knowledge and development of diversity at school's space. What is expected whit this research is that through the analysis ofthese elements, developing criticisms that can contribute to the debate on the ideological character of the school and education as a whole, in relation to the diversity what is present in the school environment.

Keywords: school; diversity; prejudice.

Introdução

O mundo no qual cada um vive
depende da maneira de concebê-lo,
que varia, por conseguinte,
segundo a diversidade das mentes.
Arthur Schopenhauer

A escola se apresenta como um espaço onde os diferentes se encontram. Alunos, professores, funcionários e gestores, cada qual com suas experiências de vida, impressões

sobre a realidade, formação, desejos e concepções de mundo, interage com o outro num processo de construção e reconstrução constante de pensamentos.

Neste palco, qual o papel da escola na organização e/ou reorganização destas diferenças? Os discursos ideológicos produzidos pela escola buscam alinhar um pensamento e comportamento homogêneo para com os discentes? As diferenças são trabalhadas de forma a se evidenciarem como um instrumento importante de aprendizado e desenvolvimento de novas ideias?

A escola reflete a pluralidade cultural presente na sociedade. Diante da heterogeneidade presente nas salas de aulas, faz-se necessário refletir sobre as ideologias presentes no ensino como forma de produção e reprodução de sentidos que visem à homogeneização de resultados esperados. Resultados estes muitas vezes impressos nas avaliações como meio de reproduzir ideias colocadas por ideologias nem sempre condizentes com as realidades e diversidades presentes no segmento discente. O controle disciplinar muitas vezes imprime uma ideia de ordem, de correto e de organização que não correspondem ao que as diferenças existentes na escola trazem como ordem, como correto e como organização. São padrões estabelecidos pela própria instituição escolar que oprimem e sufocam a participação do diferente.

A partir do momento em que essas ideologias dominantes de fazem presentes no currículo escolar, a perspectiva multiculturalista perde espaço enquanto campo político. Porém, cabe à escola adotar caminhos viáveis para que o multiculturalismo se faça concreto nas práticas curriculares, pois "os partidários da homogeneização frequentemente não levam em conta a criatividade da recepção e a renegociação de significados" (Burke, 2003, p. 111).

Diante destas questões, este trabalho apresenta-se como um estudo de caso que busca compreender a forma pela qual o discurso acerca da diversidade, muito presente nos documentos oficiais, deriva e produz, no ambiente da sala de aula de aula, o efeito de sentido de desigualdade/discriminação. Tal discurso muitas vezes acarreta no silenciamento de grupos sociais identitários que não encontram espaço de reconhecimento e participação no ambiente escolar. Alunos enfileirados em carteiras, excesso de avaliações tradicionais quantitativas, exigência de comportamentos, roupas e acessórios padronizados. Tudo isso se torna importante para a preservação da cultura e domínio de grupos privilegiados e do status quo, apesar de nem sempre de forma consciente (Moreira; Candau, 2003, p. 157).

O objetivo geral é analisar as representações dos alunos em relação ao discurso ideológico produzido pela escola e como ele pode suprimir o conhecimento e o desenvolvimento de diversidades no espaço escolar. O que se espera com esta pesquisa é

que, através da análise destes elementos, se desenvolvam críticas que possam contribuir para o debate sobre o caráter ideológico da escola, e da educação como um todo, em relação às diversidades presentes no espaço escolar; de forma a identificar possíveis situações de discriminação e silenciamento das identidades culturais no ambiente escolar, apontar como se expressa o discurso ideológico dominante no currículo escolar e refletir sobre as condições de produção do discurso enquanto parte constitutiva da relação sujeito/linguagem na produção e circulação de sentidos.

Para que fosse realizado, este trabalho contou com um estudo de caso de caráter quantitativo e qualitativo como instrumento de coleta de dados. Como ponto de partida da pesquisa, houve a aplicação de um questionário aberto e fechado aos alunos matriculados no ensino médio. Além disso, entrevistas de grupo focal realizadas como forma de observar as impressões deixadas pelos alunos em relação ao tema, forneceram as materialidades a serem analisadas.

1. Educação, discurso e neutralidade

Segundo Orlandi (2001, p. 22) "a ideologia se caracteriza, assim, pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade". Neste sentido, considerando que é através da linguagem que o sujeito atribui sentido sobre si mesmo e sobre o mundo, poderemos observar elementos relacionados aos gestos de interpretação produzidos nas relações sociais dominantes.

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político, não temos como não interpretar (ORLANDI, 2007, p. 09).

Com esta reflexão, Eni Orlandi embasa o posicionamento deste trabalho de que os discursos ultrapassam as fronteiras da estrutura linguístico-sociais e buscam, para além dela, os efeitos de sentido de seu dizer.

E toda essa composição fez com que pudéssemos entender que a constituição sócio histórica do sujeito permite a compreensão da ideologia dominante que está se materializando neste discurso presente em sala de aula e, por conseguinte, a compreensão dos efeitos de sentidos que esta prática discursiva acarretará no aluno/leitor que, na escola, terá acesso ao discurso referente à diversidade.

A educação – transmitindo conhecimento de uma geração a outra – é, portanto, juntamente a outras instituições, responsável pelo processo de sociabilidade do ser.

Dessa forma, desde uma sociedade primitiva em que a educação é vista como uma atividade cotidiana, presente nas cerimônias e nos rituais, passando pelas sociedades escravistas e feudais até chegar à atualidade, a educação constitui-se como o processo pelo qual se transmite aos indivíduos os conhecimentos necessários para que ele possa se integrar à sociedade.

Esta atitude de visualizar a educação como uma prática social faz com que ela seja tomada como um processo longo e complexo cuja ausência traria dificuldades ao ser humano, sobretudo numa sociedade em que as condições e os instintos naturais não são suficientes para garantir a sobrevivência da espécie humana.

Ao tomarmos, neste estudo, o posicionamento de que a cultura é representativa do povo que a possui e, ao mesmo tempo, é resultado de processos históricos, assumimos que não existam culturas superiores ou inferiores, mas diferentes. E ainda que, não devam ser tomadas como superiores ou inferiores as questões relacionadas às diversidades, quaisquer que sejam elas.

Sabendo-se que em nenhum momento os discursos analisados poderiam ser tomados como neutros – afinal estão inscritos sócio historicamente – a análise procurou observar a forma pela qual ele está sendo construído, e de que maneira se relacionava com o mundo.

Compreendendo que discurso é “efeito de sentido entre interlocutores” e que é na língua que este discurso se materializa, tomados as sequências discursivas dos elementos de análise como materialidade para compreender os efeitos de sentido de cada um bem como os efeitos de sentido produzidos pelos “diálogos” de ambos.

Bakhtin (1992) afirma que o homem constrói sua existência dentro das condições socioeconômicas objetivas, de uma sociedade. Somente como membro de um grupo social, de uma classe social é que o indivíduo ascende a uma realidade histórica e a uma produtividade cultural. Para a Análise do Discurso, o sujeito do Discurso é histórico, social e descentrado. Descentrado, pela Ideologia e pelo inconsciente. Histórico, por que não está alienado do mundo que o cerca. Social, por que não é o indivíduo, mas aquele apreendido num espaço coletivo. “O

sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da Língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam" (ORLANDI, 2002, p. 20).

Fomos, assim, desenvolvendo o trabalho de forma a se fazer perceber que a escola tida como um importante fator de mudança social na verdade não tem poderes para modificar as estruturas, e, mais até, é ela a responsável por confirmar e sustentar esta estrutura.

2. Multiculturalismo e educação

Quais os discursos que são produzidos pela escola a respeito das diferenças e uma possível padronização de comportamentos e ideias no espaço escolar? Quais os discursos que os alunos expressam acerca deste tema? Eles encontram liberdade para isto? O multiculturalismo se faz presente na escola estudada? Do que se trata o multiculturalismo?

Trata-se de uma perspectiva na qual os sujeitos são plurais, não há hierarquias quanto às formas de pensar, interagir e se comportar, pois as diferenças são vistas como importantes para o processo educativo e assim, todos estão preparados para dialogar com o diferente. A ideia de padronização cultural se dissolve, pois não é capaz de responder as necessidades de compreensão da complexidade cultural cada vez mais presente. Assim, não faz sentido conceber uma escola voltada somente para um público, como geralmente ocorre o predomínio de uma educação direcionada para um grupo erudito, letrado e que seja capaz de reproduzir os discursos e conteúdos pautados por um conhecimento e comportamento dominante.

De acordo com Semprini (2006), o ponto chave do multiculturalismo é a diferença, que ele trata como "uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inserida no processo histórico" (Semprini, 2006, p. 11).

Assim, ele sinaliza que a perspectiva multiculturalista gera uma ruptura com um pensamento homogêneo de sociedade e de cultura, onde a humanidade caminha para uma evolução natural, como se orienta os modelos ocidentais de cultura determinados historicamente, como a ideia do branco erudito, "bem educado", de uma sociedade patriarcal, cristã e obediente.

Dessa forma, o multiculturalismo trata a diversidade e a diferença não como problemas, mas como elementos centrais na prática educativa. Os currículos escolares devem pautar suas orientações tendo o diferente não como algo a ser combatido e neutralizado, mas o entendendo como figura importante no processo de ensino e aprendizagem. É importante

salientar que a diversidade não deve ser trabalhada nos espaços escolares como algo folclórico, mítico e exótico. Esta forma de encarar as diferenças só a torna algo distante da realidade dos sujeitos escolares. Trabalhar a diversidade como elemento central significa colocá-la como aspecto comum, dissolvido na cultura escolar e importante para o desenvolvimento das discussões e práticas escolares. Assim, todos os indivíduos e grupos são tratados como inacabados e possíveis de mudança (Canem; Oliveira, 2002, p. 61-62).

Este trabalho envolvendo currículo escolar e multiculturalismo leva em consideração que escola e cultura não podem ser vistas de forma independentes, pois elas estão entrelaçadas, assim como na sociedade, onde a pluralidade cultural se manifesta (Candau; Moreira, 2006, p. 160). Se na realidade social, as diferenças estão presentes e se comunicando a todo o momento, por que na escola o pensamento homogêneo e a unilateralidade cultural deve ser a perspectiva central?

3. Metodologia e resultados

Como professores da rede básica de ensino, acreditamos que o ensino não deve ser dissociado da pesquisa. Esta tarefa, que geralmente está ligada às universidades, não possibilita a maioria dos professores do ensino básico a trabalharem concomitantemente ao ensino. Porém, para que o processo de ensino e aprendizagem não se torne estanque, repetitivo e descontextualizado da realidade dos sujeitos escolares, faz-se necessário este trabalho de pesquisa. A falta de ligação com a academia não pode ser justificativa para que este trabalho não seja realizado.

Por isso, buscamos realizar um estudo de caso de caráter quantitativo e qualitativo como instrumento de coleta de dados. Como ponto de partida da pesquisa, o trabalho consiste na aplicação de um questionário aberto e fechado aos alunos matriculados no ensino médio. Os dados coletados foram analisados à luz das teorias que envolvam questões relacionadas ao multiculturalismo.

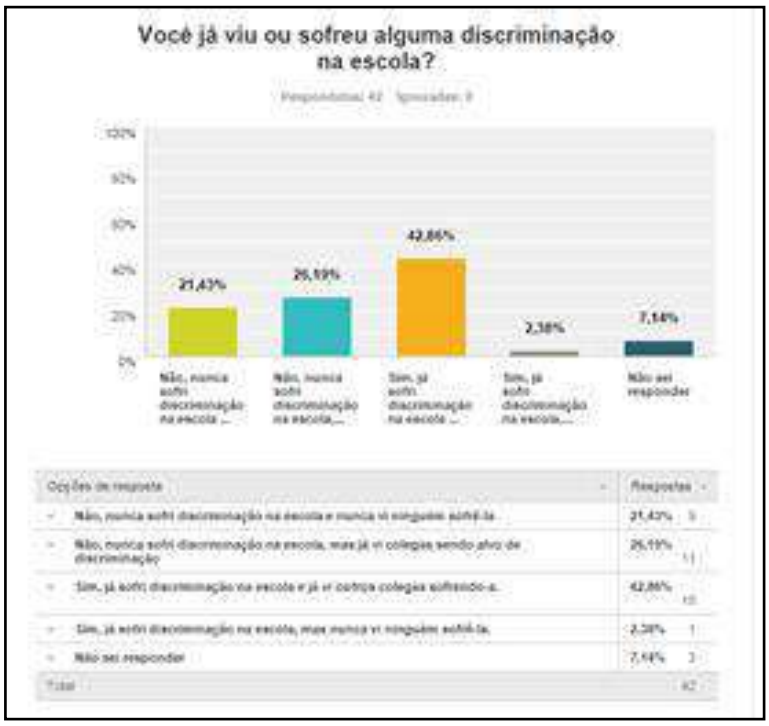
Os questionários foram aplicados aos alunos do 2º ano e do 3º ano do Ensino Médio e totalizou 42 respostas, no período de treze dias, através de uma plataforma virtual em que os mesmos não precisavam se identificar.

A primeira questão a ser respondida pelos alunos referia-se ao fato de já ter visto ou já ter sofrido discriminação na escola. Do total de respostas:

- 69,05% disseram que já sofreram ou já viram alguém sofrendo este tipo de violência na escola;
- 21,43% responderam "não, nunca sofri discriminação e nunca vi ninguém sofrê-la".

Este dado pode levantar duas hipóteses. Uma, de que estes alunos não percebem alguma forma de discriminação que possa estar presente no espaço escolar, talvez por estarem inseridos em grupos ditos dominantes e que comumente não sofrem desta violência. Ou, por estarem tão envolvidos com os discursos discriminatórios, que estes se tornam "transparentes", impossibilitando uma percepção/reflexão. E a outra é que há um trabalho da escola para que este tipo de situação não ocorra e que este trabalho atinja somente alguns alunos.

A primeira hipótese parece mais adequada, visto que se houvesse de fato um amplo trabalho de luta contra formas discriminatórias, ele abarcaria a maioria dos alunos e não uma minoria.



Em seguida, o respondente tinha opção de comentar a discriminação sofrida na escola e entre elas, alguns comentaram e exemplificam a violência exercida pela instituição, como:

- Aluno 1: "Involuntariamente, uma professora me ofendeu dizendo que todos os ateus são imorais";

- Aluno 2: “Consigo ver a diferença que eu e outras pessoas são tratadas, pelo fato de talvez não ter uma renda tão alta quanto a de outros alunos, há também a diferença que professores tratam alunos mais inteligentes e alunos com dificuldades de aprendizagem, consigo ver nitidamente o quanto um aluno mais inteligente é bem tratado por um professor e o com dificuldade acaba sendo ‘esquecido’, ou o que na rua seria reconhecido por um professor por ter dinheiro ou por ser mais inteligente, o outro com dificuldade e com uma renda menos passaria dispercebido (sic)”;
- Aluno 3: “Uns dos casos foi em aulas de educação física onde os alunos com um certo peso maior eram sempre os últimos a ser escolhidos em jogos”;
- Aluno 4: “Durante a colagem de cartazes contra o preconceito (mas especificamente a homofobia), um funcionário da escola questionou se eu a minha amiga tínhamos autorização para a colagem, já que a escola não pode ‘incentivar’ certas coisas”;
- Aluno 5: “Frequentemente me sinto prejudicada pela preferência de uma parte dos funcionários da escola por alguns alunos que apresentam boas notas, ou que demostram com facilidade tudo que sabem fazer”;

Nestas falas, podem-se observar algumas formas de discriminação por parte de professores e funcionários da escola, como renda, peso, orientação sexual e ritmo de aprendizagem.

Em algumas situações e por alguns alunos, a tentativa de padronização ocorre como modo de referência a ser seguida, gerando posturas de estranhamento quando não realizada.

Todos estes discursos acerca da diversidade que deslizam para discursos da desigualdade fazem com que se reflita acerta da identidade que se está construindo no aluno que, no ambiente escolar, vive estas situações. Em filosofia, de onde o termo se originou, identidade

> refere-se primeiramente, aquilo que dá a alguém sua natureza essencial e sua continuidade; em seguida, ao que faz duas pessoas ou grupos de pessoas, terem características comuns. O conceito envolve negação e diferença: algo é alguma coisa e não outra” (PIRES, 2001, p. 11).

Cavalcante afirma que

> “[...] um mesmo fato pode ser captado e interpretado de formas diferentes por diferentes sujeitos o que resulta em diferentes discursos, que por sua vez, materializam-se em diferentes textos que, uma vez postos em circulação na sociedade, possibilitam várias leituras [...]” afinal “o sujeito leitor também

> produz sentidos e o faz a partir de referências culturais e ideológicas do grupo social no qual se inscreve" (CAVALVANTE, 1996, p. 36).

Com isso vai-se estabelecendo os pares inteligente/pouco inteligente, boas condições de vida/ condições de vida ruins/, de aspecto dito aceitável/de aspecto dito não aceitável; de forma que o aluno tenha um ou outro elemento do par como opção para identificar-se, e esta identificação não é livre, e sim construída a partir das condições sócio históricas em que este aluno está inserido.

Como questão aberta, o aluno poderia descrever como ele acha que a escola o vê e o trata em relação a sua identidade. No total, 37 responderam e destes, 16 alunos sinalizaram uma visão positiva do tratamento da escola, afirmando que a instituição o trata de forma normal, sem discriminação e ou tentativa de igualar a outros.

Por outro lado, a maioria lançou críticas na forma de tratamento da escola, gerando uma conduta de não identificação por parte destes alunos, por considerar que a instituição escolar da qual estudam não leva em consideração as diferenças e comportamentos identitários que eles manifestam, como afirma uma aluna: *Preferem dar mais atenção aos alunos excelentes em matemática, física e química ou quem foi o melhor no simulado. Não tenho muito espaço para demostrar minha identidade, e alguns professores não nos levam a sério. Alguns professores desconversam, outros reprimem. Alguns nos tratam como experiências de laboratório: como ele vai se comportar em tal situação? E depois jogam na sua cara o resultado dessa experiência (assim como a nota das provas que parece ser tudo que importa, deslizes não são permitidos). Claro, não jogam na sua cara de maneira obvia, mas você será tratado ou ouvido de acordo com a sua nota, quanto maior a sua nota, mas importante e incrível você é). Se você foi ruim, te olham com decepção por um longo tempo, e é necessária paciência da sua parte até que ele(a) te perdoe (professor(a)), e se você foi bem ele(a) te expõe, levanta seu ego de maneira que os outros vejam como você é brilhante e sintam-se obrigados e ser como você. Ai sim. Parabéns, você é um excelente aluno! Vai ganhar voz, destaque, vai ser exemplo, vai ser melhor SEMPRE. E os outros que te acompanhem, não interessa se os outros são diferentes, de repente bons em outras coisas, mas isso não interessa, não são bons nos testes, provas, deveres do portal, em responder perguntas que reprimem na hora da aula, eles não são bons como você! E não podem ser ouvidos com tanta seriedade como você que é um EXCELENTE aluno. Excelente aluno em matemática, física e química, porque você é um desastre em português, suas respostas em filosofia são confusas e tem uma opinião superficial sobre todos os assuntos necessários na redação do ENEM. Mas isso não*

importa! Você é um EXCELENTE aluno, parabéns! Aqui um presentinho, gente, batam palmas e na próxima vez dediquem-se mais! Aí eu penso: mais para quê? Para ser bom em calculo ou para convencer ao professor que posso ser bom em outras coisas? Tipo uma que eu goste. Parece que estão tão preocupados em destacar um, dois ou três alunos para estabelecer um padrão que todos DEVEM seguir. Mas nós não queremos segui-los, e desanima demais ir todos os dias para a escola sentir-se assim, obrigada a ser boa no que eu não sou (boa não, EXCELENTE). Claro que todos nós temos que estudar, dedicar-se. Mas estamos lá principalmente para aprender, e para que possamos aprender alguns erros serão cometidos. Mas feri errar quando esperam de nós perfeição. Faço a prova com medo do olhar de reprovação. Dou minha opinião sabendo que não vou ser ouvida.

Esta ideia de padronização da forma de aprender fica é comentada por outro aluno na resposta da questão: *Ela nos prende, toma essa liberdade que ainda está crescendo junto com a nossa opinião. Não sei o porque dessa padronização, talvez uma melhor forma de organização ou então mostrar para os outros de fora como os alunos são pessoas lineares na melhor forma da sociedade padrão, aquele padrão em que todos os pais querem ver seus filhos. E caso você tente por seu verdadeiro eu de fora, pronto você virá o REBELDE, que precisa ser contido.*

De acordo com Esteban (2001), no processo de ensino e aprendizagem o erro é um importante instrumento pedagógico, desde que se crie ambientes confiantes e estimulantes para se aprender com ele. Desta forma, alunos que acertam e alunos que erram devem conviver e aprender uns com os outros, afim de que os desafios sejam encarados juntos e este processo de torne dinâmico. Mas para alguns alunos, nem sempre a escola valoriza isto, como afirma o aluno: *A escola quer que o aluno seja bom em tudo que faça, em todas as matérias, com todos os professores. Quer que tenha um alto rendimento escolar, em todas as matérias, todas, sem exceção. E isso é bom, mas não quando nos vemos obrigados a sermos "perfeitinhos". O comportamento "adequado" que seria silêncio o tempo todo, quem pergunta de mais é tachado de enjoado, quem é contra questiona o porquê que uma coisa ocorre de determinada maneira é ignorado, muitas vezes recebe respostas, mas insuficientes. Deveria, na escola, ser permitido que alunos errem, pois ali nós alunos estamos aprendendo. E não sermos tratados como um todo que não tem nada pra fazer da vida além de estudar. Para informação de todos: os alunos possuem uma vida fora da escola. O que mais me incomoda é a pressão por querer que eu mostre resultados, mas não apenas por assim dizer, querem que eu seja a melhor, (muito obrigado pela consideração,*

mas não existe lugar pra todo mundo ser melhor neste sistema capitalista que vivemos). Parece que um aluno bom não pode tirar nota baixa, qual é o problema?

Considerações Finais

Compreendendo que discurso é "efeito de sentido entre interlocutores" e que é na língua que este discurso se materializa, tomamos as sequências discursivas dos elementos de análise como materialidade para compreender os efeitos de sentido de cada um bem como os efeitos de sentido produzidos pelos "diálogos" de ambos.

Fomos, assim, desenvolvendo o trabalho de forma a se fazer perceber que a escola tida como um importante fator de mudança social na verdade não tem poderes para modificar as estruturas, e, mais até, é ela a responsável por confirmar e sustentar esta estrutura.

A linguagem se institucionaliza tanto historicamente quanto sobre uma forma de ação sobre o outro e sobre o mundo. E é na linguagem, através dos discursos, que as ideologias são materializadas, reproduzidas e perpetuadas.

A escola não está criando discursos, ela está colocando em circulação discursos já cristalizados na sociedade brasileira, provocando efeitos de sentidos que mantêm o preconceito, na forma de não valorizar as diferentes formas de aprender, buscando constituir alunos que tenham um padrão de notas, de comportamento e processo de aprendizagem.

Importantíssimo salientar que ao chegarmos ao fim desta pesquisa é que começa, efetivamente, o "trabalho". Trabalho de se questionar, de se pensar, professores e demais envolvidos na educação, qual o papel que a escola está tendo na constituição, e solidificação, de uma sociedade voltada para os interesses do ser social e não para a disseminação de preconceitos.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CANEM, Ana; OLIVEIRA, Angela M. A. de. **Multiculturalismo e currículo em ação:** um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação. n. 21, p. 61-74, 2002.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira:** o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal. 2007.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura (s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação. n. 23, p. 156-168, 2003.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Terra a vista**: Discurso do confronto - velho e novo mundo. São Paulo, 2003

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007b.

PIRES, Vera Lúcia. **Questões sobre identidade e diferença**: tensão entre o mesmo e o outro. In: Fragmentum. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Laboratório Corpus; n. 1. Set. 2001.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo.** São Paulo: EDUSC, 2006.

PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDE: DESAFIOS METODOLÓGICOS E PRÁTICAS INOVADORAS

Euzeneia Carlos
Doutora em Ciência Política, professora adjunta do PPGCS e coordenadora de área do Pibid Ciências Sociais da UFES. E-mail: euzeneiacarlos@gmail.com

Larissa Pinheiro
Mestre em Ciências Sociais e bolsista do Pibid Ciências Sociais da UFES.
E-mail: larissafma@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o projeto pedagógico "Participação Estudantil" desenvolvido, na disciplina Sociologia, em escola pública estadual de ensino médio na cidade de Vitória. Tal projeto visa ampliar as condições de participação e de protagonismo estudantil da juventude a partir de um trabalho pedagógico caracterizado por um duplo sentido: possibilitar ao aluno ser um agente ativo e construtor do conhecimento e, fomentar a emergência de formas diversas de participação e representação na vida escolar e fora dela. A análise se baseia em instrumentos do método qualitativo e quantitativo: observação participante, entrevista semiestruturada e questionário estruturado. Buscou-se examinar a realização do Projeto enquanto uma proposta metodológica inovadora e refletir acerca de suas implicações sobre o processo ensino-aprendizagem e a formação política e cidadã da juventude.

Palavras-chave: participação; juventude; sociologia.

Abstract: This article analyzes the pedagogical project "Student Participation" developed in sociology discipline in high school public in the city of Vitória. This project aims to expand the conditions of participation of youth characterized by a double meaning: to enable the student to be an active agent and builder of knowledge and to foster the emergence of various forms of participation and representation in school life and beyond. The analysis is based on instruments of qualitative and quantitative method: participant observation, semi-structured interview and structured questionnaire. We sought to examine the Project as an innovative methodological approach and reflect on its implications on the teaching-learning process and the political education and civic youth.

Keywords: participation; youth; sociology.

Introdução

No contexto escolar, a temática da participação e da juventude busca desenvolver ações de incentivo à atuação e organização dos jovens nos seus processos de desenvolvimento pessoal, social e de vivência política. Nestes termos, as atividades educacionais deverão propiciar o desenvolvimento de metodologias voltadas à participação e a "pluralidade de manifestação da juventude, estabelecendo formas de apoio para o desenvolvimento de alternativas estruturadas de organização [...], representação e participação estudantil no contexto escolar e social" (BRASIL, 2011, p. 16).

Este artigo analisa um projeto pedagógico denominado "Aprendendo a participar – como desenvolver um projeto de participação estudantil na escola", doravante "Participação

Estudantil", aplicado em escola pública estadual de ensino médio na cidade de Vitória, em 2014. No que preconiza as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006), este projeto visa ampliar as condições de participação e de protagonismo estudantil da juventude a partir de um trabalho pedagógico na disciplina Sociologia, caracterizado por um duplo sentido: (i) possibilitar ao aluno ser um agente ativo e construtor do conhecimento e (ii) fomentar a emergência de formas diversas de participação e representação na vida escolar e fora dela. Desse modo, esta proposta é consonante as diretrizes do Currículo Básico Escola Estadual que destaca a importância da Sociologia como forma de: "Possibilitar ao aluno uma atitude investigativa/cognitiva e uma prática social voltadas para a autonomia e participação, através da compreensão da construção social da realidade e da emergência de ações efetivas para transformá-la [...]" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 95).

O Projeto aborda o conceito de participação relacionado a uma concepção de cidadania, ou seja, toma-se a participação estudantil como a apropriação dos alunos dos meios de reflexão que lhes possibilitem a elaboração de uma consciência crítica que parta para uma ação prática na escola e no seu entorno.

Neste artigo, buscamos analisar o desenvolvimento do Projeto Participação enquanto uma proposta metodológica inovadora e refletir acerca de suas implicações sobre o processo ensino-aprendizagem; seja na assimilação pela juventude de conhecimentos sociológicos pertinentes seja na sua formação política e cidadã. Neste intuito, foram utilizados instrumentos do método qualitativo e quantitativo para a coleta de informações e análise dos dados, a saber: observação participante ao longo da concepção e execução do projeto, aplicação de entrevista semiestruturada a três atores-chave e de questionário estruturado a 138 alunos do ensino médio da escola.

1. Democracia, participação e juventude: discussão teórica

Desde a década de 1960, em face da crítica à democracia representativa ou modelo do elitismo pluralista (MACPHERSON, 1978), emergiu uma concepção participativa de democracia, "pautada na ideia da ampla participação dos cidadãos nos assuntos de interesse da coletividade" (LÜCHMANN, 2002, p. 22). Essa acepção parte dos teóricos clássicos como Rousseau e J. Stuart Mill e enfatiza a retomada da articulação entre o conceito de cidadania e o de soberania popular.

Rousseau ressalta o caráter pedagógico da participação política, o seu cunho transformador sobre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes dos indivíduos que interagem dentro delas. Em sua teoria avalia o papel da participação para além de sua função como complemento protetor de uma série de arranjos institucionais, enfatizando, sobretudo, o efeito psicológico provocado sobre os que participam: o cidadão que participa da tomada de decisões, mesmo sendo um indivíduo de interesses privados, aprende a ser também público. Deste modo, a função central da participação na teoria de Rousseau é educativa, em seu sentido mais amplo, ou seja, seu sistema ideal é concebido para desenvolver uma ação responsável, individual, social e política como resultado do processo participativo. Em seu caráter educativo, "a participação pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor" (PATEMAN, 1992, p. 40).

Stuart Mill acrescenta novas dimensões à teoria da democracia participativa, conforme afirma Pateman (1992, p. 46). O autor argumenta que a participação nas instituições formais da democracia apenas se efetiva como um comportamento orientado pelo espírito público e responsável se o indivíduo tiver aprendido a se autogovernar na vida cotidiana, ou seja, seu intelecto e disposições morais necessários à participação democrática somente são alterados caso tenha se desenvolvido nos hábitos diários da cidadania, onde se dá o verdadeiro efeito educativo da participação.

Partindo do pressuposto de que a teoria da democracia participativa se construiu em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente, Pateman (1992) afirma que o máximo de participação de todas as pessoas em todas as esferas (e não somente nas instituições representativas) é condição ao desenvolvimento de atitudes e qualidades necessárias à vida verdadeiramente democrática. Para ela, o processo participativo promove e desenvolve as qualidades que são necessárias à sua autossustentação, na medida em que leva a aquisição de prática de habilidades cidadãs e procedimentos democráticos. Nas palavras da autora: "[...] para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas" (PATEMAN, 1992, p. 61).

A participação possibilitaria aos indivíduos a capacitação e conscientização para tomada de decisões políticas, alimentando-se e reproduzindo-se do próprio processo de socialização coletiva. Assim, a participação é entendida como um processo que gera o

desenvolvimento da cidadania e seu efetivo exercício configura-se como fator principal na transformação das condições de subordinação política e de injustiças sociais.

2. Participação e juventudes

O debate teórico-conceitual em torno do tema da participação tem uma longa tradição de estudos e análises, particularmente na ciência política. Soma-se a isto o fato de na contemporaneidade as possibilidades de ampliação e fortalecimento da democracia vislumbrar uma direção comum: a participação de atores sociais múltiplos e plurais na tomada de decisões políticas. As experiências de combinação entre mecanismos de democracia participativa e de democracia representativa, nas duas últimas décadas, têm conferido ao termo participação novos significados. Neste contexto, o conceito de participação pode ser desdobrado em participação política, popular, cidadã e social.

O conceito de participação política ressurge na concepção representativa de democracia, segundo a qual a participação dos cidadãos tem um sentido decisional e restringe-se ao processo eleitoral. Com efeito, pode ainda ser compreendido como o exercício de atividades político-partidárias, ser membro em associações civis, além de manifestações de protestos, marchas, ocupação de edifícios. Recentemente, esse conceito de participação política vem traduzindo novos conteúdos e sentidos. Emerge do debate teórico uma visão heterodoxa e emancipatória da política, depreendendo-se alguns elementos e valores comuns, tais como "a solidariedade, a não preocupação com a tomada do poder, o respeito à pluralidade e às diferenças, a prática de relações democráticas" (TEIXEIRA, 2002, p. 26).

Esta noção de participação, embora seja essencial seu sentido decisionístico e de intervenção dos atores da sociedade civil no processo decisório, permanece insuficiente à constituição da legitimidade política, requerendo para tanto uma dimensão argumentativa na formação da vontade pública. Segundo Avritzer (2000), esse conceito vem sendo complementado pela concepção pautada em processos de discussão e avaliação no qual os diferentes aspectos de uma determinada proposta são pesados, a partir de uma tendência a reavaliar o peso do elemento argumentativo no interior do processo deliberativo. Habermas (1984), em sua preocupação em estabelecer uma forma de debate argumentativo na análise do político, observa que a formação de uma esfera pública para a argumentação emerge

historicamente como o resultado de um processo no qual os indivíduos demandam dos governantes justificação moral dos seus atos em público.

A ideia de participação popular, por sua vez, configura-se nos anos oitenta associada aos movimentos populares. Neste contexto, a participação nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisões orienta-se pelas categorias de classes populares e povo. A participação popular foi definida como esforços da sociedade civil em movimentos sociais urbanos e associações de moradores para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições do Estado (GOHN, 2001).

Na década seguinte, o aprofundamento da categoria cidadania e a construção de novos espaços de ações coletivas inscritos na relação entre o público e o privado vão valorizar os conceitos de participação cidadã e de participação social para designar as novas formas de inserção participativa dos cidadãos na vida pública. A reorientação da ação dos movimentos sociais e sua atuação dirigindo-se muito mais para a gestão de políticas exige, como coloca Telles (1994, p. 52), "requalificar a participação popular nos termos de uma participação cidadã que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem pública regida pelos critérios da equidade e justiça".

Na participação cidadã, a categoria central passa a ser a sociedade em vez de ser a comunidade ou o povo. A participação é concebida enquanto intervenção social ao longo de todo o processo de formulação e implementação de políticas públicas. Tem como característica principal a tendência à institucionalização, a partir da criação de estruturas de representação da sociedade civil. Para Teixeira (2002, p. 30), a participação cidadã busca aperfeiçoar o sistema de representação, "exigindo a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social e a transparência das decisões".

Já a participação social se constrói na relação sociedade e Estado. Neste tipo de participação, a mobilização social passa a ser compreendida como energias a serem canalizadas para objetivos comuns, em vez de uma aglutinação de pessoas para fins de protestos e manifestações públicas. Para Gohn (2001, p. 1212), nessa modalidade de participação ocorre um "esvaziamento do conteúdo político da mobilização e a sua transfiguração em processo para atingir resultados". Nesta concepção ganha relevância a categoria de pertencimento, entendida como um sentimento de identidade que gera motivação nos atores sociais, além da redefinição do conceito de solidariedade e de trabalho voluntário, articulados às novas redes de sociabilidade.

Em que medida estes conceitos expressam a participação juvenil? Qual é o significado da participação da juventude? Quais repertórios de ação coletiva predominam entre os jovens? A compreensão da participação como "tipos puros" são insuficientes para apreender o engajamento das juventudes na contemporaneidade, dado que a relação entre os jovens e o espaço público é complexa e multifacetada. Conforme aponta Dayrell (2013, p. 31), "há uma diversidade de estratégias utilizadas pelo mundo juvenil no sentido de construir sua visibilidade pública e sua práxis social".

Essa complexidade e diversidade de formas de manifestação política e social expressam a heterogeneidade das culturas e sociabilidades juvenis. No entanto, essa diversidade nem sempre está presente nos estudos. Ao contrário, no século XX, os estudos associaram a juventude ora a delinquência ora a transformação social ora a apatia e despolitização (CASTRO, 2009). Assim, se na década de 1960 tornou-se recorrente a ênfase na juventude revolucionária e seu potencial transformador, principalmente em decorrência dos novos movimentos sociais; no período pós-transição ressalta-se a juventude como apática ou desinteressada da vida pública e da política. Três aspectos devem aí ser considerados.

Em primeiro lugar, conquanto o movimento estudantil brasileiro tenha passado por significativas transformações em sua estrutura organizacional, nos seus propósitos, identidades sociais e redes de relações sociais, permaneceu atuante ao longo das duas últimas décadas na defesa de suas causas gerais (MISCHE, 1996).

Em segundo lugar, nesse contexto, nota-se o surgimento de novas organizações e grupos culturais e políticos que se identificam como jovens (CASTRO, 2009). Ademais, os dois grandes "ciclos de protesto" de âmbito nacional que marcaram a cena pública no país no período pós Constituição de 1988 foram protagonizados pela juventude, a saber, o Movimento dos Caras Pintadas Pró-Impeachment do presidente Collor de Mello, em 1992, e os Protestos de Junho de 2013.

O terceiro aspecto se refere ao suposto descrédito dos jovens em relação à representação política. De acordo com os estudos de Dayrell (2013) e Ibase/Pólis (2006), a limitada quantidade de dados sobre a participação sociopolítica da população brasileira, impede a afirmação de que a juventude é o único segmento que não apresenta maiores índices de participação, dado que essa pode ser a realidade do conjunto da população. Ademais, algumas pesquisas apontam uma coincidência entre (i) os índices de participação da juventude e aquele do conjunto da população, inclusive, o baixo nível de envolvimento

com os partidos políticos e sindicatos, e (ii) a correlação positiva entre os níveis de instrução e de rendimento e a propensão à associação, em ambos os segmentos (IBASE/PÓLIS, 2006).

Dayrell (2013) argumenta que a participação juvenil ultrapassa as formas institucionais de participação cuja compreensão não deve se restringir aos partidos políticos, sindicatos, grêmios estudantis, etc. Acentua haver por parte dos jovens uma negação das formas tradicionais de participação quando solapadas pelo clientelismo e nepotismo, o que não significa, contudo, o desconhecimento da sua legitimidade quando bem-sucedidas. Assim, algumas pesquisas destacam:

> [...] o afastamento dos jovens dos sindicatos, mas não a sua negação; a desconfiança em relação aos partidos; mas o reconhecimento de um interesse difuso sem a participação correspondente; e a busca de uma política sem rótulos tradicionais que designam posições de direita e esquerda (SPOSITO, 2000 apud DAYRELL, 2013, p. 32).

Neste contexto, emergem novas formas de associativismo e participação juvenis que precisam ser identificadas e compreendidas, as quais podem caracterizar repertórios mais autônomos, espontâneos e fluidos. Além das formas contestatórias de ação direta, dos coletivos juvenis e das manifestações culturais outra configuração da participação juvenil é acentuada por Dayrell (2013) – o voluntariado.

O trabalho voluntário é acentuado pelos jovens pela sua capacidade de mobilização e de aperfeiçoamento da participação política (IBASE/PÓLIS, 2006). Trata-se de um tipo de intervenção de caráter individual voltado para o desenvolvimento social e a atenuação dos efeitos das desigualdades sociais. Entendemos que o trabalho voluntário não necessariamente é esvaziado de conteúdo político e – sendo de diversos tipos, objetivos e estratégias – muitas vezes se inscrevem "num novo processo de envolvimento da juventude atual com a política e a vida pública" (DAYRELL, ibid., p. 33). Nas palavras do autor:

> Estas novas formas de associativismo juvenil podem apontar para um alargamento dos interesses e práticas coletivas juvenis que fomentam mecanismos de aglutinação de sociabilidades, de práticas coletivas e de interesses comuns. Tais ações apontam para a questão da identidade juvenil e o direito a vivenciar a própria juventude como mobilizadores de uma possível participação social. Além disso, novas formas de ação e novos temas parecem se articular em torno de ações coletivas que se dão de múltiplas formas e com níveis diversos de intervenção no social, muitas vezes de uma maneira fluida e pouco estruturada (DAYRELL, 2013, p. 33).

3. Projeto participação: metodologia e práticas inovadoras

A investigação como base da educação escolar é uma forma de envolver alunos e professores em um processo permanente de questionamento e reflexão sobre a realidade. Este projeto pedagógico pretendeu contribuir com o tema da participação estudantil e teve como objetivo promover ações de incentivo que despertassem o senso crítico dos alunos, contribuindo para a sua formação política e cidadã.

O projeto foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Fernando Duarte Rabelo, localizada na Praia de Santa Helena, Vitória/ES. Há uma peculiaridade desta escola o fato dela não ser uma escola de bairro. Por ser considerada uma escola modelo referência de ensino, trata-se de uma escola muito procurada. Por isso, chegam alunos de diferentes localidades da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Quando foi realizado um diagnóstico inicial na escola, no início dos trabalhos do Pibid Ciências Sociais, em 2014, o tema da participação estudantil foi apontado como uma das questões mais urgentes a serem trabalhadas, haja vista uma demanda da própria escola de instrumentalizar os alunos para se mobilizarem de forma organizada em suas reivindicações, e, inclusive de incentivar a reorganização do próprio grêmio estudantil que se encontrava inativo – considerado a instância máxima e legítima de participação estudantil.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (2006), que orientam o desenvolvimento da cidadania e do exercício do direito, propostas de ações que viabilizam a articulação e o protagonismo dos alunos são relevantes, e, esta foi à intenção deste projeto. O objetivo maior do projeto foi desenvolver o interesse nos alunos pela participação, a partir do conhecimento acerca da participação estudantil dentro e fora dos muros da escola, reconhecendo o papel protagonista do estudante como agente de transformação social.

Quanto aos objetivos específicos deste projeto pedagógico, destacamos: a) compreender conceitos e teorias referentes ao tema participação, com ênfase na participação estudantil na história política brasileira recente; b) orientar os alunos sobre como conduzir suas demandas de forma legítima; c) incentivar a criação de formas de participação cidadã, tendo como protagonista da mudança o aluno, viabilizando o exercício da cidadania dentro da escola e; d) desenvolver o senso de participação dos alunos nas mais variadas áreas da vida social para além da escola.

O projeto se deu inicialmente como projeto-piloto, abrangendo as turmas da segunda série do ensino médio do turno matutino[1]. Com isso, nossa intenção foi recortar o objeto de aplicação e análise a fim de dimensionar de forma compacta as atividades formativo-pedagógicas e os resultados do projeto, facilitando a obtenção de resultados. A seguir apresentaremos a metodologia, aplicada entre os meses de julho a setembro de 2014.

Na primeira parte do projeto foi realizado um levantamento histórico e de público, tendo como enfoque a participação estudantil. Coletamos os dados por meio de um questionário por amostragem, aplicado aos alunos da escola[2]. Também foram realizadas algumas entrevistas individuais semiestruturadas de modo a conhecer os diferentes pontos de vista em relação ao tema. Na segunda parte do projeto foram desenvolvidas as seguintes atividades formativo-pedagógicas: aulas expositivas-dialogadas; roda de conversa; confecção de fanzines e varal sociológico, as quais detalharemos a seguir.

Primeiramente realizamos aulas expositivas-dialogadas por meio de apresentação de uma linha do tempo, elaborada em slides e em banner, sobre a participação estudantil na história política recente do país, abrangendo quatro importantes eventos políticos: durante o período da ditadura militar; no movimento das "Diretas Já"; no movimento "Fora Collor" ou dos "Caras-Pintadas" e mais recentemente nos "Protestos de Junho". A ideia desta exposição logo no início do projeto foi motivar os alunos a aprenderem mais sobre o tema. A dinâmica foi interessante porque os alunos tiveram oportunidade de participarem diretamente das aulas, contribuindo com questionamentos e apontamentos que demonstraram o interesse dos mesmos pela temática proposta pelo projeto.

Em seguida, organizamos uma roda de conversa com o título "Movimento Estudantil na Prática" que contou com a participação de um ex-gremista do Colégio Estadual, outra escola de referência em Vitória. A dinâmica da palestra foi conduzida pelas bolsistas de iniciação à docência que dialogaram com o palestrante convidado por meio de um bate-papo, com participação da plateia que favoreceu a apresentação das experiências vividas pelo convidado e reflexões sobre a participação estudantil. Estiveram presentes 140 alunos aproximadamente.

Concomitantemente, os alunos iniciaram a produção de fanzines que é um tipo de publicação impressa independente, cuja expressão informativa e de arte pretende fugir das

[1] O projeto foi replicado para as turmas da segunda série vespertino da escola, ao mesmo tempo, pela professora supervisora e com recursos do Pibid Ciências Sociais.
[2] O questionário foi aplicado às turmas do ensino médio: 1M4, 1M1Integrado, 2M2, 2M2Integrado, 3M1 e 3M1Integrado. São turmas regulares e técnicas de Rede de Computadores.

formas tradicionais de comunicação e mídia. A proposta do fanzine foi o desenvolvimento de diferentes temáticas[3] relacionadas ao tema participação. Em grupos, os alunos receberam orientação de como desenvolver o fanzine por meio de um roteiro de instrução previamente disponibilizado e tendo como exemplo um fanzine produzido pelas pibidianas com o tema da participação estudantil na história brasileira que serviu de modelo.

Ao final, os alunos apresentaram suas produções no Varal Sociológico denominado "ParticipAÇÃO". Durante uma semana os fanzines foram expostos no pátio da escola, juntamente com poemas/poesias e fotos sobre a participação estudantil na história política brasileira. Ao todo foram confeccionados 57 fanzines.

4. Perfil associativo e político da juventude

A caracterização do perfil associativo e político da juventude se baseia na aplicação de questionário estruturado aos alunos de seis turmas do Ensino Médio Regular e do Ensino Médio Técnico em Rede de Computadores, do turno matutino, da Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo, em julho de 2014[4]. Do total de 169 alunos matriculados nessas turmas, 138 responderam ao questionário, perfazendo uma amostra de 81,66% do universo investigado. Dos respondentes 43,48% estão matriculados no 1º ano, 32,61% no 2º ano e 23,91% no 3º ano (Tabela 1). Cabe assinalar que o 3º ano, além de ter menor número de matriculados, também consiste em nossa menor amostra (68,75%).

Tabela 1 - Composição dos respondentes por série do Ensino Médio

Turmas	Respondentes	%
1º ano	60	43,48
2º ano	45	32,61
3º ano	33	23,91
Total	**138**	**100,00**

Fonte: Projeto Pedagógico Participação Estudantil, 2014; Pibid Ciências Sociais-UFES.

[3] Os temas desenvolvidos foram os seguintes: participação estudantil na história do país; grêmio; eleições; movimentos sociais; democracia e cidadania; o povo como ferramenta da mudança social, por fim, política e cotidiano.
[4] Conforme dito, o questionário foi aplicado antes da execução das etapas do projeto participação e seu objetivo foi realizar um diagnóstico inicial das percepções dos alunos do ensino médio acerca do tema.

A faixa etária dos estudantes é de 15 a 18 anos de idade, classificada como jovens segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujo recorte vai de 15 a 24 anos.

O questionário levantou as percepções dos jovens acerca de seu perfil associativo. Do total de estudantes, apenas 13% afirmou participar de associação, entidade política ou movimento social, sendo o 3º ano a série de maior participação (18,18%) e o 2º ano a menor (4,4%) - Tabela 2.

Tabela 2 - Você participa de alguma associação/entidade política ou movimento social?

Turmas	Sim	Não	NR	Total
1º ano	10	49	1	60
2º ano	2	42	1	45
3º ano	6	27	0	33
Total	**18**	**118**	**2**	**138**
Percentual	**13,04%**	**85,51%**	**1,45%**	**100%**

Fonte: Projeto Pedagógico Participação Estudantil, 2014; Pibid Ciências Sociais-UFES.

No entanto, a propensão dos jovens respondentes a participar de um grêmio estudantil é maior e alcança 30,43% (Tabela 3). Vale destacar, ainda, que quando perguntados se participariam de um projeto que estimule a participação estudantil o nível de adesão salta para 48,55%, estando a maior receptividade no 3º ano (57,58%).

Tabela 3 - Você participaria de um grêmio estudantil?

Turmas	Sim	Não	NR	Total
1º ano	18	41	1	60
2º ano	15	30	0	45
3º ano	9	24	0	33
Total	**42**	**95**	**1**	**138**
Percentual	**30,43%**	**68,85%**	**0,72%**	**100%**

Fonte: Projeto Pedagógico Participação Estudantil, 2014; Pibid Ciências Sociais-UFES.

A pesquisa do Ibase/Pólis (2006) mapeou o grau de mobilização dos jovens no Brasil e demonstrou que 28% da juventude participam no seu bairro ou em qualquer parte da

cidade, de algum grupo social. Esse indicador é similar aquele encontrado no conjunto da população brasileira (DAYRELL, 2013).

O perfil político dos jovens do ensino médio, por sua vez, é caracterizado por suas percepções da importância e do papel da participação estudantil no contexto escolar. A quase totalidade dessa juventude (98,55%) reconhece a importância da participação dos alunos nas decisões da escola, com destaque em todas as séries do ensino médio (Tabela 4).

Esta participação, além de concebida como um valor em si, pelo seu potencial educativo, pedagógico, inclusivo e formador da cidadania é esperado como um mecanismo eficiente na produção de melhores resultados no processo decisório e na gestão da escola. Conforme demonstram os dados, 90,58% dos jovens do ensino médio apontam que a sua participação na escola melhoraria o ambiente escolar, vislumbrando, assim, um efeito prático da participação no cotidiano vivido.

Tabela 4 - Você acha importante a participação dos alunos nas decisões da escola?

Turmas	Sim	Não	Total
1º ano	59	1	60
2º ano	44	1	45
3º ano	33	0	33
Total	**136**	**2**	**138**
Percentual	**98,55%**	**1,45%**	**100%**

Fonte: Projeto Pedagógico Participação Estudantil, 2014; Pibid Ciências Sociais-UFES.

Este perfil associativo e político da juventude do ensino médio demonstra, por um lado, que a adesão às formas tradicionais de participação como associações, entidades civis e movimentos sociais não está tanto em evidência, e acompanha a tendência da população brasileira em geral. Por outro lado, a sua caracterização política aponta que os jovens não são indiferentes ou desinteressados da participação como um todo, ao contrário, eles reconhecem a relevância de seu engajamento no contexto escolar e o papel da participação na melhoria das decisões tomadas.

5. Inovação nas práticas pedagógicas e promoção da participação

A EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo possui tradição de participação em processos políticos na região da Grande Vitória, em articulação com outras escolas. A escola participou de

forma integrada aos Protestos de Junho de 2013[5]. No início de 2014 pudemos observar de perto a mobilização dos alunos dando apoio à greve dos professores da rede estadual[6]. Isso se deu a partir dos debates que foram promovidos no começo do ano com relação ao movimento grevista, com destaque para as aulas de Sociologia onde o Pibid Ciências Sociais atua.

Foi uma das escolas que iniciou o movimento de apoio à paralização dos professores. Os estudantes são protagonistas até na organização política estudantil na região. A escola tem uma característica peculiar de não ser de comunidade, ao contrário, concentra alunos que vem de vários locais da Grande Vitória, o que colabora na mobilização do movimento. Apesar de a escola estar inserida em um bairro nobre Praia de Santa Helena, a sua clientela é formada por alunos de nível sócio econômico baixo a médio, oriundos do entorno da escola e outros distantes da Grande Vitória.

Apesar de serem avançados em termos de participação estudantil fora dos muros da escola, a participação dentro dos muros da escola era ainda um tanto incipiente. Além disso, os alunos desconheciam a função do grêmio estudantil dentro da escola em si. Por duas vezes, nos anos de 2012 e 2013, ocorreram tentativas frustradas de se criar um grêmio na escola que não foi à frente devido à desmobilização dos alunos de um modo geral. O projeto veio exatamente nessa tentativa de auxiliar os alunos a se organizarem para esta modalidade de participação estudantil.

Antes de dar início ao mesmo nos deparamos com uma situação que alterou a concepção original do mesmo que foi a reorganização do grêmio pelos próprios alunos por meio de Assembleia Geral dos Estudantes na escola, no dia 30 de julho de 2014, o que pudemos tão somente acompanhar e dar apoio à implementação do mesmo. Essa realização, segundo o presidente do grêmio se deu ao espírito de mudança que tomou o Brasil em 2013.

Algumas semanas depois ocorreu à primeira eleição e eleita a chapa única "#Movimente-se". A partir disso, deu-se início aos trabalhos do grêmio na escola cujo nome é "Honestino Monteiro Guimarães". Para o presidente do grêmio por meio desta organização os alunos têm seus direitos reconhecidos e são representados por uma organização formada por e para os alunos. Por meio dele os alunos têm suas ideias, propostas e reclamações

[5] Foi uma série de protestos populares (com um número grande de estudantes) que ocorreram em todo o país que inicialmente contestava o aumento das tarifas de transporte público e que em seguida se expandiu para outros temas, como gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, má qualidade dos serviços públicos, corrupção, etc.

[6] No mês de abril de 2014 em apoio à paralização dos professores, os alunos da escola foram em cortejo até a direção da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu), juntamente com alunos de outras escolas. Os alunos se mobilizaram por meio das redes sociais, denominando o movimento de "Hoje a aula é na rua". A greve dos professores da rede pública durou 37 dias.

ouvidas, e, conforme o caso, o grêmio busca soluções para que o ambiente escolar seja agradável ao convívio. Contudo, quando se trata de faltas disciplinares ou atos infracionais o grêmio acaba sendo mal visto pelos alunos por não interferir nesses casos.

Outro ponto importante que coloca é que os alunos desconhecem seus direitos e deveres como estudante e que são mais cobrados pelos seus deveres, e, muitas vezes são ocultados seus direitos como estudantes. Para ele a participação é pouca aplicada e requerida pelos alunos. De fato, seu ponto de vista coincide com os resultados encontrados nos questionários aplicados aos alunos.

Segundo a professora de Sociologia, apesar dos professores serem engajados politicamente e motivarem a existência do grêmio, a dinâmica da escola fez com que a orientação sobre participação estudantil fosse adiada e que alguns professores vissem o grêmio como uma ameaça. Para ela o aluno tem uma visão reduzida da participação estudantil que se restringe apenas ao lado dos conflitos dos assuntos que emergem no cotidiano da escola. Então, antes seria necessário se organizar para depois participar.

A partir do questionário aplicado, concluímos que os alunos acreditam que seja importante a participação estudantil nas decisões na escola e que conhecem o que vem a ser um grêmio estudantil, entretanto, ao serem questionados se participariam do mesmo, a maioria não participaria. Reconhecem, contudo, que se participassem das decisões da escola contribuiria para a melhoria do ambiente escolar. A reorganização do grêmio pelos próprios alunos demonstrou a forma como eles encontraram para se articularem no espaço escolar, e, encontraram uma ocasião oportuna devido ao fato de ganharem o apoio do diretor da escola.

Em última análise, podemos dizer que a aplicação do projeto participação se correlaciona aos resultados obtidos no processo ensino-aprendizagem, especialmente, em dois aspectos. Em primeiro lugar, pelo conhecimento sociológico adquirido acerca do tema da participação e da democracia e expresso pelos alunos, seja na sala de aula seja nas atividades extraclasse seja ainda nos fanzines confeccionados. Em segundo lugar, pela contribuição do projeto à formação política e cidadã dos educandos, tendo fomentado processos de engajamento na participação estudantil que potencialmente impactam seu cotidiano dentro e fora da escola.

Referências

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. In: **Lua Nova**, n. 49, 2000, p. 25-46.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. OCN-EM. Ciências Humanas e suas Tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. **Programa Ensino Médio Inovador** (ProEMI). Diretoria de Currículos e Educação Integral/Coordenação Geral do Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

CASTRO, E. G. Juventude. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. (Orgs). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 194-226.

DAYRELL, J. Por uma sociologia da juventude. In: OLIVEIRA, L. F. (org.) **Ensino de Sociologia**. Desafios teóricos e pedagógicos para as ciências sociais. Seropédica/RJ: Ed. UFRRJ, 2013, p. 17-37.

ESPÍRITO SANTO. **Currículo Básico Escola Estadual**. Vitória: Secretaria de Estado de Educação/SEDU, Espírito Santo, 2009.

GOHN, M. G. Participação: novas e antigas concepções na gestão pública. In: **Anais do IX Encontro da ANPUR.** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 1206-1217.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IBASE/PÓLIS. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Regional Belo Horizonte, 2006.

LÜCHMAN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa**. A experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Tese de Doutorado, Campinas-SP, IFCH-UNICAMP, 2002. 225p.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal:** origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. N 5 e N 6, 1997, p. 134-150.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992. 165p.

EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo. **Projeto Político Pedagógico** (PPP). Vitória/ES: SEDU, 2012.

TEIXEIRA, E. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 2002. 224 p.

TELLES, V. Sociedade Civil, Direitos e Espaço Público. In: **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo: Instituto Pólis, n. 14, 1994.

AFRICANIZANDO

Fabíola dos Santos Cerqueira
PIBID Ciências Sociais/UFES

Alexandre Holanda Nascimento
Mestrando em Geografia/UFES

Resumo: O Projeto "Africanizando", desenvolvido durante o ano letivo 2015 com jovens estudantes do Ensino Médio da EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão, em parceria com o PIBID Ciências Sociais/UFES, visa atender as Leis 10639/2003 e 11645/2008, as quais tornam obrigatório o Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira e dos indígenas na Educação Básica. Abordamos no desenvolvimento do projeto a (des)construção histórica do racismo e a permanência política e ideológica das teorias racistas que inferiorizam a população negra no imaginário social, através de Rodas de Conversa Sociológicas, pesquisas bibliográficas, produção de painéis com dados políticos, sociais, culturais e econômicos de países africanos, oficinas, aula de campo em comunidade quilombola, vídeos, músicas e customização de bonecas negras.

Palavras-chave: cultura afro-brasileira; história da África; escola.

Abstract: The Project "Africanizing" developed during the 2015 school year with youth high school students from EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão in partnership with PIBID Social Sciences/UFES, that aims to meet the Laws 10639/2003 and 11645/2008 which make mandatory the teaching of the History of Education and Culture of the African and Afro-Brazilian and indigenous in Basic Education. Approach in Project development a(un)building historical of racism and political and ideological persistence of racist theories that abashes the Black population in the social imaginary, through Sociological conversation, library research, production of panels with political, social, cultural and economic data of African countries, workshops,field class in a quilombola community, videos, music and Black doll's customization.

Keywords: afro-brazilian culture; history of Africa; school.

Introdução

O presente trabalho refere-se a um relato de experiência desenvolvida na EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão, localizada no município de Serra/ES, no turno noturno, com jovens estudantes do 3º ano do Ensino Médio Regular, de forma interdisciplinar, entre as disciplinas Sociologia e Geografia, em parceria com o PIBID Ciências Sociais/UFES, no primeiro semestre letivo de 2015.

Através de Rodas de Conversas abordando a História e a Cultura da África e dos Afro-brasileiros, assim como de trabalho de pesquisa e elaboração de banners, os estudantes apresentaram trabalhos sobre países da África, focando nos seguintes aspectos: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Idioma, Culinária, Danças, Músicas, Aspectos Históricos e Geográficos, Organização Social e Espacial, Forma de Governo, Religião, País Colonizador,

assim como aspectos da contemporaneidade, como a existência ou não de conflitos envolvendo o país escolhido para a pesquisa.

Todo o trabalho foi registrado através de vídeos e fotografias. Essa proposta está embasada na Lei 11645/2008 (BRASIL, 2008), a qual prevê a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas de Educação Básica.

Acreditamos que a não discussão dessas temáticas no contexto escolar, somado às teorias racistas que, mesmo já tendo sido derrubadas cientificamente permeiam o imaginário social, na perspectiva política e ideológica, abrem espaço para que práticas de racismo ocorram também no cotidiano da escola reverberando nas famílias e por seu turno na sociedade.

Rocha (1994) afirma que o etnocentrismo é uma visão do mundo no qual nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo, e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. Passamos a julgar o "outro" segundo o que pensamos, sentimos e acreditamos ser correto. O "eu" passa a ser a referência para o "outro". O reconhecimento da diferença é ameaçador justamente porque fere a nossa própria identidade cultural. A sociedade do "eu" passa então a ser reconhecida como a melhor, a superior, a civilizada por excelência.

Rocha aponta ainda:

> Aqueles que são diferentes do grupo do eu – os diversos "outros" deste mundo – por não poderem dizer algo de si mesmos, acabam representados pela ótica etnocêntrica e segundo as dinâmicas ideológicas de determinados momentos (ROCHA, 1994, p. 15).

Daí torna-se necessário um esforço de relativizar, a fim de não transformar a diferença em desigualdade, que hierarquiza as culturas e os homens e as mulheres em superiores e inferiores.

> Relativização [...] é o esforço de compreender a significação dos comportamentos, pensamentos e sentimentos do "outro", nos termos da cultura do "outro" [...], a tarefa relativizadora da antropologia seria a de denunciar as lentes como lentes, lembrando que nenhuma delas é única, melhor, superior, intransformável ou insubstituível [...] não é nada fácil relativizar, pois a relativização vai contra as tendências etnocêntricas espontâneas do pensamento, que é sempre pensamento segundo os cânones de determinada cultura (RODRIGUES, 2003, p. 135).

A relativização possibilita que a diferença seja vista em sua riqueza:

> O ser da sociedade do "eu" e os da sociedade do "outro" devem estar mais perto do espelho onde as diferenças se olham como escolha, esperança e

> generosidade. Devem estar, também, mais longe das hierarquias que se traduzem em formas de dominação. [...] A ida ao "outro" se faz alternativa para o "eu" (ROCHA, 1994, p. 93).

No início do ano letivo de 2015 resolvemos montar o "Painel Sociológico", no corredor da escola. A proposta era de que o mesmo fosse temático. Abordamos cinco temáticas: Equilíbrio do Planeta Terra; Manifestações ABL; Bullying; Tribos Juvenis; e Onde está o Negro?

Figura 1 - Painel Sociológico



O último painel (Onde está o Negro?) foi proposto duas vezes, ficando exposto por aproximadamente três semanas e o teor das mensagens escritas nos trouxe muitas preocupações, uma vez que explicitava o racismo, o ódio e o desrespeito ao outro, disfarçado na forma de "brincadeiras". Diante dessas preocupações, levamos o painel para a sala de aula e lá solicitamos que os próprios estudantes fizessem a análise e então pudemos debater o assunto com eles de forma mais aprofundada, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 - Análise dos Painéis Sociológicos em sala de aula



Muitos ficaram espantados com as frases e palavras que liam. Outros eram indiferentes. Muitos mostravam-se indignados. Foi o impacto do resultado do "Painel Sociológico" que mais influenciou no direcionamento deste projeto, sobretudo, devido às frases, algumas de cunho preconceituoso, como "O negro está onde tem pessoas praticando racismo", "Somos todos macacos", "Camuflados na escuridão", "Os negros estão nas cadeias", "Não me julgue por não ser igual", "O negro está roubando", "Preto é cor, negro é foda", dentre outras frases e palavras de baixo calão, todas escritas em letras grandes e destacadas, o que fazia com que outras, de caráter afirmativo, sumissem, já que eram escritas de forma discreta, no canto do painel, quase imperceptível, como "Abra sua mente, negro também é gente", "Mostre sua raça, mostre sua cor", "Enquanto a cor da pele for identidade sempre haverá guerra", "Diga não ao racismo".

Esse projeto é uma aposta de que o conhecimento a respeito do outro (sua história, sua cultura, sua religião), nesse caso aqui o negro, poderá desconstruir o racismo. Os preconceitos são socialmente aprendidos, logo, podem ser desconstruídos, com conhecimento a respeito do outro, vencendo o etnocentrismo, superando política e ideologicamente a ideia de raças superiores. Foi essa ideia cruel, que no século XX, dizimou mais de 6 milhões de judeus, negros, ciganos, homossexuais e todos os que não cabiam na forma "ariana" de Hitler, na Alemanha. Quiçá, esse mesmo racismo esteja tácito nos movimentos migratórios da contemporaneidade entre a África e a Europa.

1. O desenvolvimento da experiência

Para o desenvolvimento das atividades aqui relatadas utilizamos textos (COSTA e OLIVEIRA, 2013, p. 63-75; 92-99), imagens e músicas; discussões em pequenos grupos nas salas de aula; rodas de conversa; aula expositiva dialogada; pesquisas e apresentações de trabalho; produção de banners; e customização de bonecas negras. Ao longo dos dois primeiros trimestres, a partir de aulas expositivas dialogadas, leitura de textos e trabalhos em pequenos grupos, músicas, vídeos e rodas de conversa, trabalhamos com os conceitos sociológicos de culturas, etnocentrismo, racismo, preconceito, discriminação, teorias racistas e mito da democracia racial.

No dia 07 de maio de 2015 tivemos a 1ª Roda de Conversa Sociológica "Africanizando", com o Pedagogo angolano Abraão Nicodemos Ndjung (Figura3), objetivando desmistificar a África primitiva. Ele abordou a cultura angolana e os conflitos porque passa vários países

africanos, dentre eles, a República Democrática do Congo, onde ele nasceu e de onde teve que sair devido à guerra. Falou de sua experiência nos campos de refugiados e da exploração de Coltan, produto extraído das minas e que serve para a fabricação de celulares, computadores e aparelhos eletrônicos. É o efeito do capitalismo na vida das pessoas de lugares mais distantes o que foi também abordado nessa roda de conversa. Esse momento foi especialmente para os estudantes do noturno e contou com a participação de cerca de 60 estudantes e Professores de Sociologia, Geografia, Língua Portuguesa, História e Matemática.

Figura 3 - 1ª Roda de Conversa Sociológica



No dia 18 de junho de 2015 tivemos a 3ª Roda de Conversa, a qual teve como tema "As Religiões de Matriz Africana", mediada pela Professora da Rede Municipal de Vitória, Indiomara Sant'Anna (Figura 4).

Figura 4 - 2ª Roda de Conversa Sociológica



2. "No meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho..."

Os desafios para a elaboração e execução deste projeto foram muitos e acredito que ainda teremos muitos a serem vencidos até o final do ano letivo e a sua "finalização". Agrupar todos os profissionais interessados para planejar coletivamente as ações a serem desenvolvidas foi o maior de todos os desafios. Muitas vezes tivemos que recorrer às redes sociais ou ao e-mail para nos comunicar, já que presencialmente nem sempre foi possível. Só faltou mesmo uma web conferência (o que não teria sido uma má ideia).

Conseguir motivar os estudantes, que a princípio parecia ser a maior de todas as "pedras", foi muito fácil, principalmente porque as atividades planejadas os tinham como foco da aprendizagem (principalmente os do 3º ano). Uma estratégia foi a problematização dos conceitos como tema da redação, nos moldes do ENEM. Embora a superação do racismo não seja tão fácil, já que apesar de todos os argumentos científicos, culturais, históricos percebemos que alguns estudantes e até professores, verbalizam frases/palavras ofensivas e que mostram desconhecimento acerca do outro. Superar o etnocentrismo não é milagre. É persistência e muito trabalho.

Coordenar um projeto como este tendo apenas uma aula por semana também não foi nada fácil. A Sociologia tem um grande potencial como disciplina, pois nos permite trabalhar de forma interdisciplinar com todos os outros componentes curriculares, sobretudo, quando apostamos na pesquisa sociológica como eixo do trabalho. Mas a carga horária de trabalho dificulta a ampliação de muitas discussões, daí que tentamos contornar essa "pedra", no turno noturno (onde foi possível), disponibilizando meu tempo livre para estar em parceria com o Professor de Geografia, Alexandre Holanda Nascimento, para o desenvolvimento de algumas atividades, em sala de aula, conforme a Figura 5. As apresentações de trabalho foram excelentes e superaram nossas expectativas. Acreditamos que o fato do trabalho ter sido solicitado, cobrado, incentivado e avaliado por professores de duas disciplinas contribuiu para o empenho dos estudantes.

Figura 5 - Trabalho de Pesquisa e Elaboração de Banner - Conhecendo os Países da África



No segundo trimestre produziram pesquisas sobre aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos de países africanos, de forma interdisciplinar com Geografia. Essas pesquisas foram materializadas em banner e apresentadas em sala de aula. No noturno fizemos a apresentação juntando na mesma aula os professores de Sociologia e Geografia para a avaliação dos trabalhos.

Ainda no segundo trimestre tivemos a customização de bonecas negras. Do total de 50 (cinquenta) bonecas, 27 (vinte e sete) foram doadas por amigos e parceiros para que fossem customizadas e posteriormente, doadas a um orfanato do município da Serra. Ressaltamos que além da customização das bonecas, os estudantes deveriam escolher um nome para elas, o qual deveria estar relacionado com mulheres negras que lutaram em prol da liberdade e da igualdade racial, demandando disso um aprofundamento ainda maior em antropologia cultural sobre o povo do continente em tela. Dois nomes escolhidos e que chamara atenção até o momento: **Dandara** (esposa de Zumbi dos Palmares) e **Luiza Mahin** (mãe biológica de Luiz Gama – poeta e abolicionista –, quitandeira que, segundo o filho, foi uma das articuladoras da Revolta dos Malês). Além disso, na distribuição das bonecas em sala de aula, pudemos observar uma postura diferente nos meninos, que ao invés de fazer brincadeiras machistas com os que seguravam as bonecas, passaram a escolhê-las e a verbalizar que queriam aquelas que se fossem filhas/filhos se pareceriam com eles. Destacamos aí a questão de gênero colocada de forma positiva, pois pudemos refletir sobre a paternidade responsável.

Figura 6 - Customização das bonecas negras




Conclusão

Sabemos que esse trabalho está só no começo, pois se faz necessário realizá-lo diariamente. A Lei 10639/2003 completou 12 anos em maio e mesmo sendo reforçada (e ampliada com a obrigatoriedade da inserção da cultura indígena na educação básica) a partir da Lei 11645/2008, percebemos o quão longe estamos de ver essas temáticas incluídas no currículo da Educação Básica. Infelizmente, conforme nos faz refletir Martin Luther King, "aprendemos a voar como pássaros e a nadar como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos".

Acreditamos que a experiência vivenciada por nós na EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão pode ser desenvolvida em outras unidades de ensino, com a mesma metodologia, adaptando-a as especificidades da comunidade escolar. Acreditamos ainda que este trabalho deve ser de continuidade e envolver todos os componentes curriculares e transversalizar o currículo escolar. Há necessidade de problematizar o racismo no ambiente escolar e a forma como visibilizamos o negro. Sem isso continuaremos a naturalizar posturas racistas, as quais rejeitamos.

Durante a avaliação do projeto com os estudantes, fomos surpreendidos com as seguintes afirmações:

> "Só parei para pensar que não existem bonecas negras depois desse trabalho".
>
> "Minha filha é negra e o primeiro presente que dei a ela foi uma boneca branca. Se fosse hoje, daria uma boneca negra. Esse projeto me estimulou a enxergar isso".
>
> "O projeto foi muito bom. Gostei do vídeo "Vista minha pele", pois foi a primeira vez que vi um branco passando pelo que passo diariamente".
>
> "O trabalho em parceria com Geografia foi muito bom. Ótima ideia".

O momento de recebimento das bonecas customizadas foi muito emocionante. Além de perceber através das rodas de conversa o amadurecimento dos estudantes em relação à discussão a respeito do racismo e da África, percebi que nos aproximamos a partir desse trabalho. Era comum ser procurada para ouvir como as mães, as tias, as cunhadas e irmãs estavam empolgadas com essa atividade.

O que mudaria numa próxima aplicação seria a realização de uma aula de campo numa comunidade quilombola. Penso que seria a primeira coisa a ser feita. Infelizmente tivemos que deixar para o terceiro trimestre, devido à falta de recursos. A experiência com a pesquisa sociológica é muito importante para o desenvolvimento de projetos que trabalham temas como identidade, preconceito e discriminação. O contato com o outro, com o diferente, com o "estranho" e com a sua história é capaz de mobilizar ainda mais para o trabalho.

Como acreditamos que o racismo não é natural, ou seja, não nascemos, mas nos tornamos racistas, apostamos que a escola, através da conscientização e do conhecimento, pode contribuir para atitudes de respeito à diversidade. Para tanto precisamos estar dispostos a abordar as temáticas que envolvem os direitos humanos em sala de aula e a exigir uma postura de respeito por parte de todos. Acreditamos que assim estaremos fazendo nossa parte enquanto educadores.

Referências

BRASIL. **Lei 11.645**, que Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 22 ago. 2015.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para Jovens do Século XXI.** 3ª Ed. - Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos)

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e comunicação**: princípios radicais. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2003

A IMPORTÂNCIA DO PIBID PARA A PROMOÇÃO DA LICENCIATURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Leonardo Rangel
Bolsista Pibid Ciências Sociais/UFES

Yamilia Siqueira
Bolsista Pibid Ciências Sociais/UFES

Larissa Pinheiro
Bolsista Pibid Ciências Sociais/UFES

Euzeneia Carlos
Coordenadora Pibid Ciências Sociais/UFES

Resumo: Este artigo avalia os resultados de uma experiência de formação docente em duas escolas públicas da Grande Vitória/ES, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) Ciências Sociais. Nele buscamos apresentar as contribuições do Pibid para a formação docente e a consolidação da licenciatura nas Ciências Sociais, enfatizando o processo de formação de futuros professores na interação entre o ambiente universitário e o escolar, e na relação entre a formação teórica e a prática, tendo em vista os desafios da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.

Palavras-chave: sociologia; formação docente; Pibid.

Abstract: This article analyzes the results of a teacher training experience in two public schools in Grande Vitória/ES, through the *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência* (PIBID) in Social Sciences. We seek to present the Pibid contributions to teacher training and the consolidation of degree in Social Sciences, emphasizing the process of future teachers training in the interaction between University and school environment, as well the relationship between theory and practice, and in view of Sociology discipline challenges in high school.

Keywords: sociology; teacher training; PIBID.

Introdução

Apresentamos relatos vivenciados em duas escolas da rede pública estadual da Grande Vitória, denominadas EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo, localizada na Praia de Santa Helena, Vitória/ES e EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão, localizada na Avenida Desembargador Mário da Silva, Jardim Limoeiro, Serra/ES. Em 2014, as escolas foram escolhidas para receber o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), experiência inédita realizada pela Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E é a partir da realização do programa nestas duas escolas que conseguimos elaborar a reflexão sobre este primeiro ano de construção do Pibid nas Ciências Sociais, tentando pensar sobre o papel e a relevância do Pibid para a consolidação da Licenciatura.

Este artigo não se restringe ao levantamento bibliográfico sobre o Pibid ou sobre a licenciatura de Ciências Sociais, mas sim se propõe a documentar parte das reflexões sobre o programa ao longo de um ano de sua implantação. Assim, será enfatizado os seus impactos na formação docente dos bolsistas e na licenciatura em Ciências Sociais, ou seja, será levado em conta o que a implantação do Pibid contribuiu e contribui para os alunos da graduação. Explicitaremos a relevância do programa, suas realizações e as demandas geradas.

Ao longo de mais de um ano do Pibid nas Ciências Sociais, foi possível etnografar (GEERTZ, 2008) semanalmente uma série de percepções, relatos e situações significativas, através de nossos diários de campo. Além do nosso caderno de campo utilizamos também o método etnográfico de observação participante tendo como principal objetivo compreender distintas relações que envolvem o ambiente acadêmico e o escolar. Segundo Tura (2013, p. 187):

> A observação participante tornou-se uma referência importante na distinção entre as diferentes abordagens, caracterizando-se, num sentido, pela presença constante do observador no campo e a observação direta das atividades de um grupo no local de sua ocorrência. Haguette (1987) distinguiu basicamente concepções com relação a essa metodologia. Uma em que define como uma forma específica de coleta de dados que se sobrepõe à entrevista e ao questionário e outra que a entende mais especificamente como instrumento de mudança social, considera o observador mais ativo e capaz de planejar com o grupo intervenções no contexto social (TURA, 2013, p. 187).

Nós alunos "pibidianos" nos enquadramos como observadores ativos, estando semanalmente dentro de nosso campo de estudo, a escola, sempre em contato e em constante reflexão sobre a educação escolar e a Sociologia no Ensino Médio, e procurando intervir rotineiramente nos processos de ensino objetivando colaborar com a melhoria da educação e do ensino de Sociologia. Utilizando como ferramenta de observação o diário de campo para compreender e analisar as relações entre Pibid, Escola e Universidade.

Apesar da contribuição fundamental da observação participante e do caderno de campo para o auxílio da construção textual, este documento não constitui uma etnografia em si, o que se pretende é construir uma avaliação do programa e das metas de formação de professores e da consolidação da licenciatura em Ciências Sociais. Bem como, buscarmos uma reflexão sobre a relação da Sociologia com a sala de aula, relatando objetivos alcançados, demandas criadas e também as experiências e percepções geradas nos alunos bolsistas em contato com a Sociologia no Ensino Médio.

1. PIBID e consolidação da licenciatura nas Ciências Sociais

Neste ano de 2015, o Pibid Ciências Sociais concluiu seu primeiro ano de experiência na Universidade Federal do Espírito Santo. Neste período o Pibid foi a principal conquista da licenciatura no curso, tendo difíceis responsabilidades e muitos resultados em pouco tempo de implantação, um programa que vem adquirindo identidade e maturidade e se propondo a superar desafios, sendo estes desafios tanto da própria execução do programa, quanto dos objetivos a serem alcançados como a formação de futuros docentes em Ciências Sociais e a consolidação da Licenciatura.

Este artigo vem a se consistir no relato das realizações do Pibid até o momento. A contribuição do programa na formação dos bolsistas, e no processo de consolidação da licenciatura nas Ciências Sociais, e uma reflexão acerca das práticas do Pibid, com intuito de ampliar seu papel e contribuir na realização de seus objetivos. Considerando as vivências e impressões dos próprios "pibidianos" na construção deste artigo.

O Pibid Ciências Sociais começou suas atividades em março de 2014, contando com duas professoras supervisoras, abrangendo duas escolas da Grande Vitória, juntamente com uma professora na coordenação de área, quatro professores colaboradores, e quatorze bolsistas. Este grupo formado iniciou o programa nas escolas de Ensino Médio, possibilitando a comunicação e trocas de saberes entre escola e universidade.

Tratando então do desafio para a consolidação da licenciatura no curso de Ciências Sociais, o Pibid tem a responsabilidade de ser a principal conquista do curso para pensar e praticar o ensino da Sociologia no Ensino Médio. Nossa primeira ação com o intuito de contribuir com a formação de professores e trazer o debate sobre as práticas educacionais para o curso foi a realização de "Rodas de Conversa" (Figura 1). Trata-se de um espaço aberto pelo Pibid para pensar temas relacionados ao trabalho docente, com professores convidados para tratar de assuntos como: "O currículo de Sociologia no Ensino Médio", "Desafios da diversidade no Ensino Médio", entre outros assuntos, além de rodas de conversa ministradas pelos próprios bolsistas usando como temas "Desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais no Ensino Médio"[1].

[1] Do período de maio de 2014 a junho de 2015 foram realizadas seis Rodas de Conversa, nas quais estiveram presentes, no total, 101 participantes.

Figura 1 - Roda de conversa realizada no dia 08 de maio de 2014.



Fonte: Acervo Pibid Ciências Sociais UFES, 2014.

Além das vivências escolares, as rodas de conversa são os principais momentos de formação do Pibid, proporcionando o debate, questionamentos, e maior conhecimento acerca dos assuntos relacionados à educação, contribuindo também para a integração dos grupos das escolas. Outra vantagem também das rodas de conversas é que outros estudantes da graduação podem participar desse momento, podendo discutir a licenciatura no curso, trazendo relatos e experiências diversas. Este espaço de discussão deve ser cada vez mais valorizado funcionando como integralizador com a participação de mais estudantes, contribuindo que não participantes do Pibid também se beneficiem do programa.

Outras importantes realizações do Pibid foram as participações em eventos, sendo o primeiro evento que participamos a VIII Semana de Ciências Sociais da UFES, realizada nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2014, onde apresentamos os projetos realizados nas escolas de Ensino Médio, demonstrando a importância do Pibid para a educação e para a Sociologia no ensino escolar. Os trabalhos apresentados foram o "Aprendendo a Participar: Como Desenvolver um Projeto de Participação Estudantil na Escola", realizado pela escola EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo, e o projeto "Pesquisa Sociológica, Desvelando a Cultura Guarani na Perspectiva do Ensino Médio", realizado pela escola EEEFM Aristóbulo Barbosa Leão.

Outro evento com participação e realização do Pibid Ciências Sociais, junto com outros programas de iniciação à docência foi o Encontro da Rede de Formação em Ciências Humanas (REFOCH) com a temática "Cotidiano, currículo e formação na Educação Básica",

realizado no dia 27 de novembro de 2014, e o II Seminário do Programa Institucional do PIBID-UFES com a temática "Cotidiano escolar e integração de conhecimentos na formação de professores" (Figura 2), realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 2014. Eventos como estes que contribuem para a integração dos projetos de diferentes áreas, as trocas de conhecimento e de práticas que favorecem a valorização das licenciaturas e do Pibid como um todo, sendo uma grande realização para o Pibid Ciências Sociais conseguir em menos de um ano participar, e também organizar importantes eventos.

Figura 2 - II Seminário do PIBID-UFES, 29 de novembro de 2014.



Fonte: Acervo Pibid Ciências Sociais UFES, 2014.

Uma das mais recentes atividades realizadas pelo Pibid Ciências Sociais foi à vivência na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, no dia 11 de julho de 2015. Tal visita de campo foi organizada em decorrência dos trabalhos realizados pelos grupos das duas escolas em que o Pibid participa, onde estão sendo trabalhados os conteúdos sobre cultura negra, etnicidade e africanidade com os terceiros anos do Ensino Médio, conforme preconiza a Lei nº 10.639/2003. A vivência trouxe a oportunidade de conhecer um quilombo, seus moradores e a aprender sobre a história e a cultura de comunidades tradicionais. Contamos com um roteiro para a vivência, em que tivemos a oportunidade de conhecer a escola local, assistir a uma "Roda de Caxambu Mirim" (Figura 3), visitar as obras do projeto do governo federal "Minha Casa, Minha Vida Quilombola" e realizar a "Trilha das Árvores Centenárias na Floresta Nacional de Pacotuba".

Figura 3 - Roda de Caxambu Mirim, 11 de julho de 2015.



Fonte: Acervo Pibid Ciências Sociais UFES, 2015.

Esta experiência contém grande valor na formação profissional dos futuros professores de Sociologia, contribuindo para que os bolsistas levem estes saberes para a sala de aula. A vivência no quilombo contou com a colaboração de dois professores antropólogos do departamento de Ciências Sociais, participação de alunos da pós-graduação e de outros cursos, além de toda a equipe do Pibid. Contando com mais um momento de interação entre o Pibid e a comunidade acadêmica.

Os eventos aos quais participamos, realizamos, e as ações que produzimos, consistem em mais um dos meios que podemos utilizar para dar protagonismo às licenciaturas no meio acadêmico, valorizando a profissionalização dos futuros docentes. Para as Ciências Sociais da UFES, estes momentos propiciados pelas rodas de conversa, eventos, seminários e outros meios que integrem a comunidade acadêmica é o início de um trabalho para a concretização da licenciatura dentro do curso de Ciências Sociais. É o momento em que o foco sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio ganha espaço e visibilidade, condição para que a licenciatura deixe de ser uma extensão do bacharelado.

A consolidação da licenciatura em Ciências Sociais é inerente à qualidade da formação dos licenciados e futuros profissionais docentes. As licenciaturas, segundo as Diretrizes para a Formação de Professores da UFES, devem formar um profissional “de caráter amplo com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permitisse interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade” (BRASIL, 2005, p. 6-7).

Assim, a UFES trata a formação de professores com um caráter sócio-histórico de sua formação. Exigindo-se que a universidade forme profissionais que sejam capazes de darem a seus alunos formação integral que sejam valorizados os aspectos cultural, científico e ético, e que forme indivíduos que sejam cidadãos autônomos, preparados para exercer a cidadania e que também estejam aptos para o mercado de trabalho.

É compreensível que o Pibid não é o responsável pela formação de todos os profissionais da educação nem pela formação integral dos alunos participantes, porém, o Pibid é um grande auxiliar na formação docente, tanto para os bolsistas quanto para os demais estudantes das Ciências Sociais que não participam do programa de bolsas de forma direta, mas podem manter o vínculo participando, por exemplo, das rodas de conversa. Como relatado anteriormente, sobre as contribuições já realizadas pelo programa, as contribuições para a licenciatura das Ciências Sociais podem e devem ser ainda maiores, visto que o Pibid tem como responsabilidade a consolidação da licenciatura do curso, como dito, não sendo o único responsável, mas devendo ser um grande contribuidor. O Pibid é o principal núcleo da Licenciatura de Ciências Sociais da UFES, com objetivo de formar professores de Sociologia voltados para desenvolver novas práticas de ensino, e estimular a construção de alternativas didático-metodológicas para melhorar o ensino das Ciências Sociais no Ensino Médio.

Também é necessária para a formação do professor a reflexão sobre as práticas docentes. Nosso campo de estudos e de trabalho que é a escola de Ensino Médio, não deve ser somente um ambiente de aplicação das práticas de ensino, mas também um campo de reflexão das mesmas, para que se construa conhecimento científico e com criticidade sobre elas, e que o processo de formação não se torne a simples reprodução de práticas vivenciadas. Nas Diretrizes para a Formação de Professores da UFES é levantado alguns dos problemas dos cursos de licenciatura da universidade, alguns deles são:

> [...]
> E) inadequação de tempos e espaços curriculares específicos na grade curricular para efetivação de práticas de ensino e estágio supervisionado que visem à formação de profissionais para o magistério que se voltem à reflexão-ação-reflexão do ensino e da aprendizagem em toda a sua extensão; [...]
> K) falta de tratamento e incentivo à pratica da pesquisa como elemento de produção de conhecimento vinculado a temas diretamente ligados às etapas da Educação Básica; [...]
> I) presença de dicotomias entre pensar *vs* fazer, teoria *vs* prática, trabalho *vs* estudo (BRASIL, 2005. p. 12).

Estes três pontos são dificuldades que estão sendo e devem ser superadas pelo Pibid, nossas realizações e práticas tomadas até hoje caminham a passos largos para isto. Devemos, no entanto, utilizando nossas vivências nas escolas, construir saberes que possam ser compartilhados para toda a comunidade acadêmica. É necessário pensar e repensar nossas práticas. O Pibid como meio de consolidação da licenciatura em Ciências Sociais deve se voltar também para a universidade, pensar e produzir conhecimento sobre o Ensino de Sociologia, sobre a Escola e sobre a Educação, pensar o trabalho e o ambiente do trabalho docente, deve-se tentar compreender o papel da Sociologia no ensino médio, o sentido e objetivos de lecionar Sociologia e também a nossa formação, construindo assim um arcabouço teórico de cunho científico para que se valorize a pesquisa no campo da educação, e que a licenciatura ganhe espaço na academia. Para concluir julgamos necessária a contribuição de Amaury Cesar Moraes:

> [...] Aliás, Bourdieu, em entrevista a Menga Ludke, ampliava sua crítica aos sociólogos que abandonaram o objeto 'educação' para os pedagogos, abrindo até mão dessa especialidade – sociologia da educação – para os educadores (Ludke, 1991). De fato, se a sociologia da educação constitui um referencial fundamental na formação de professores no antigo curso normal, dando um caráter de *modernidade* e *eficiência*, como 'ciência da educação', para a pedagogia em nível médio ou superior (cf. Meucci, 2002), garantindo mercado de trabalho para egressos das ciências sociais, com o tempo, tanto esse mercado foi-se restringindo a egressos da pedagogia (cf. Resolução MEC nº 399/89) como foi desaparecendo como linha de pesquisa ou disciplina dos cursos de ciências sociais (MORAES, 2003, p. 9, grifos no original).

No que ressaltamos a importância das Ciências Sociais, valorizamos e retomamos os estudos das práticas educacionais, ou seja, passamos a realizar pesquisa sobre a educação que contribui para o desenvolvimento das licenciaturas, algo que não deve ser abandonado pelo licenciando nem pelo licenciado.

2. A Sociologia e as práticas educacionais do Pibid no Ensino Médio

A partir da promulgação da Lei nº 11.684 de 2008 (que altera o artigo nº 36 da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases - LDB), e do ano de 2009, a disciplina de Sociologia tornou-se obrigatória no currículo proposto para os alunos do Ensino Médio no Brasil. Sabe-se que a educação em geral não é exclusivamente da escola, não se restringindo a um período único da vida do estudante. Assim, compreendemos que

toda a prática em torno do ambiente escolar constitui um lugar privilegiado para o processo de ensino-aprendizagem na formação do aluno. De acordo com Mota (2005):

> [...] investigar e discutir a sociologia no ensino médio é de especial relevância para a percepção do seu processo de construção e instituição na escola; e também da sua recepção social, [...] sua incipiente constituição como disciplina escolar, permite-nos perceber o imaginário e as expectativas que existem e que têm sido difundidas a respeito de sua especificidade e de sua importância (ou não) na educação escolar dos estudantes (MOTA, 2005, p. 88-89).

Desta forma, a inclusão da Sociologia como disciplina no currículo escolar do Ensino Médio constituiu-se em objeto de análise na medida em que após a sua inclusão muito se tem questionado acerca de: (i) seu papel na formação dos alunos, (ii) suas metodologias de ensino e (iii) suas formas de avaliação da aprendizagem dos estudantes no que concerne à cidadania, reflexão e crítica e sua operacionalidade.

A disciplina Sociologia está situada nas três séries do Ensino Médio, com uma aula por semana de 55 minutos. A carga horária anual é de 120 horas, ou seja, 40 horas/trimestre. Para preparação das aulas, as professoras supervisoras do Pibid contam com o Plano de Ensino Anual (2015), com o Currículo Básico da Escola Estadual e os Referenciais de Sociologia da Sedu. Além desses documentos também são utilizados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN+EM) e Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCN-EM) que fornecem os parâmetros para o cumprimento das demandas da disciplina de Sociologia.

Considerando essas questões, a prática dos bolsistas no ambiente escolar é realizada de acordo com a dinâmica da escola e de seu processo educacional. Os licenciandos pibidianos participam de todas as atividades realizadas pelas professoras supervisoras, desde o planejamento até a preparação de materiais didático-pedagógicos e de pequenas intervenções durante as aulas, seguindo o modo operacional que a disciplina está inserida no Ensino Médio.

Fazer parte do Pibid, principalmente no início da inserção escolar é sentir-se como um corpo "estranho" na escola. Essa sensação de deslocamento no ambiente escolar é compartilhada por muitos de nós pibidianos, talvez porque sentimos que somos realmente exteriores ao ambiente escolar, ou seja, não nos enquadramos nem no papel de docente e nem no de aluno. Porém, essa sensação de deslocamento deve ser aproveitada, pois ao mesmo tempo em que deixamos de ser meramente alunos ainda não somos professores. Portanto, o Pibid nos dá essa oportunidade de inserção no ambiente escolar através de uma condição peculiar, cuja vivência

deve servir de experiência e reflexão acerca dos problemas e possibilidades do exercício docente, quiçá problematizada e aprofundada como objeto de estudo.

Outra vantagem que o Pibid acrescenta à formação docente é o de habituar-se ao ambiente escolar. Vivenciar a sala de aula antes de ser realmente professor nos transmite um saber importante, podemos ao longo dela ir experimentando o nosso próprio fazer docente, a cada projeto pedagógico que dá certo ou errado, ou seja, cada intervenção bem ou malsucedida contribui com a formação do futuro jovem professor[2].

Além da realização de projetos pedagógicos em si, o contato com a aplicação do OCNs e do PCNs do ensino médio contribuiu para a familiarização e o maior conhecimento dos conteúdos a serem por nós trabalhados. É de grande importância para que um professor esteja preparado para a sala de aula, compreender as possibilidades e as dificuldades do currículo que circunscrevem o trabalho docente e a vida cotidiana escolar.

No caso da Sociologia em que temos apenas uma aula semanal, são várias as dificuldades, uma delas a de ministrar conteúdos completos, seja por conta do curto tempo da aula ou pelas tantas interrupções que a aula de Sociologia sofre, "sociologia é aula de dar recado", é o estigma que a matéria sofre pelo desconhecimento de seus conteúdos, sendo comentada como "matéria que fala de tudo". Concordamos com Lourenço (2008, p. 11):

> Outro ponto bastante importante é evitar afirmar que a Sociologia é uma 'ciência fácil', que ela 'está em tudo', ou que ela estuda 'de tudo um pouco' (portanto, não estuda nada, ou não tem uma identidade), ou ainda, discorrer que determinada abordagem vai 'além das fronteiras das ciências sociais'.

De maneira que se evite a perpetuação de estigmas, e de vícios sobre a disciplina, é necessário ganhar território e valorização da disciplina dentro do espaço escolar, evitar que seja vista como uma aula vaga pelos alunos e como uma aula livre a ser utilizada para qualquer fim pelo corpo escolar. Estigmas e precarizações que devem ser combatidas, por isso deve ser dada importância para a consolidação de identidade e sentido para a disciplina, que possibilite a afirmação do papel que a Sociologia tem no ensino médio, dever este de nós "pibidianos", estudantes de licenciatura e de todos os docentes de Ciências Sociais.

Nesse sentido, as supervisoras das duas escolas integradas ao programa ministram com êxito a disciplina, refutando a ideia de que a Sociologia não reprova. Elas

[2] No ano de 2014, os principais projetos pedagógicos executados nas escolas pelo Pibid Ciências Sociais foram: Participação Estudantil; Diversidade em Ação; Cotidiano em Cena e Cultura Guarani.

desenvolveram um compromisso com os alunos, de formar seu espaço de legitimidade junto à comunidade escolar, uma vez que "[...] o papel da Sociologia no Ensino Médio é a desnaturalização, o estranhamento e a tomada de consciência dos fenômenos sociais [...]" (LOURENÇO, 2008, p. 3). Dessa forma, reconhecemos a importância e o compromisso que os alunos mantêm com a disciplina. Eles participam dos debates, tarefas, retornam de forma significativa às propostas elaboradas em sala de aula.

Percebemos que os alunos levam as discussões para além das salas de aula, e até mesmo para outras disciplinas, identificando como a Sociologia pode interagir e contribuir com o pensamento crítico dos alunos, mesmo quando se é trabalhado temas, autores e conceitos de tamanha densidade, confirmando com o que diz Sarandy (s/d, p. 2):

> [...] a sociologia tem a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao lado de outras disciplinas, pois promove o contato do aluno com realidades distantes e culturalmente diferentes. É justamente nesse movimento de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras que desenvolvemos uma compreensão de outro nível e crítica.

Aqui compreendemos a habilidade e clareza das professoras quando ministram o conteúdo, pois a linguagem acadêmica é diferenciada da linguagem e exposição do conteúdo para o Ensino Médio. Reconhecendo a dificuldade da transposição dos conteúdos e práticas do Ensino Superior para o Ensino Médio, concordamos com Lourenço (2008) quando relata em seu artigo que nessa transposição é necessário fazer mediações, ou seja, adaptar os conteúdos propostos em termos de métodos e recortes. Nesse intuito, buscamos sempre realizar essas transposições ao lidar com conteúdo complexo voltado ao aluno do Ensino Médio. Nesse propósito, destacamos a importância do contato com os alunos, manter um diálogo com eles e trocar experiências como fundamentais para a avaliação das melhores formas de lidar com o ensino da Sociologia na prática, criando o nosso próprio método de ensino em meio às inúmeras dificuldades do ambiente escolar.

A escola como um todo apresenta várias dificuldades para o trabalho docente, as salas de aulas são lotadas, causando desgastes para as professoras e para nós na realização de determinadas atividades, além disso, a escola não fornece recursos audiovisuais de modo adequado para todos os professores. Sobre esse último aspecto, a falta de suporte no uso de aparelhos de informática limita a dinâmica das aulas, pois subir e descer escadas, andar em corredores com *datashow* e *notebook*, carregar livros, pauta, bolsas e demais materiais

necessários para ministrar uma aula e ainda atender alunos pelo caminho, não é tarefa fácil. O professor nesse momento se multiplica diante das demandas da sala de aula.

Durante o nosso período de formação sentimos falta de trabalhar com a interdisciplinaridade, pois a Sociologia não corresponde apenas a conteúdos específicos descritos nos documentos e currículos oficiais, a Sociologia também trabalha com temas transversais, principalmente que perpassam as disciplinas de História e Geografia. Percebemos inúmeras vezes o interesse das professoras em trabalhar com as demais áreas do conhecimento, mas as tentativas são em vão. Não há tempo hábil de planejamento para sentar e discutir sobre essa questão. Infelizmente a educação ainda não é prioridade em nosso país como já diagnostica Lourenço (2008, p. 5):

> Educação nunca foi prioridade no Brasil, contudo, atualmente temos presenciado um momento de grande degradação do valor da educação. Ela não é mais tida como um valor e sim como um instrumento. Aprender é para a vida e não necessariamente para ganhar alguma coisa.

Percebemos nitidamente que muitos alunos estudam apenas em função de adquirir o diploma do Ensino Médio e que não levam o aprendizado para a vida. Infelizmente, costumam realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) apenas para alcançarem a aprovação no Ensino Médio, pois a mesma é obrigatória. Na nossa percepção, não há muito interesse em realizar a prova para obter nota para o ingresso na universidade pública. Entretanto, as professoras reconhecem a importância da disciplina e seu comprometimento com a formação profissional dos alunos, além da formação cidadã, alguns alunos ingressaram no curso de Ciências Sociais na UFES no ano de 2015, o que vem motivando o trabalho das professoras e o nosso, afinal, os esforços para o aprendizado são recíprocos. Supervisores e pibidianos se dedicam em prol da formação dos alunos.

Reconhecemos o desinteresse pelo ingresso a uma universidade pública até mesmo pela falta de motivação das famílias e da própria escola. Não ocorre uma preparação escolar para atender a linguagem do público juvenil, notamos a insegurança de muitos ao falar de mercado de trabalho, carreira e planos futuros, pois "[...] no Brasil, o princípio da incerteza domina o cotidiano dos jovens, que se depara com verdadeiras encruzilhadas de vidas [...]" (DAYRELL, 2007, p. 1113).

Ao relatar esses desafios percebemos a importância da Sociologia para manter um diálogo expressivo com os alunos, estar em sala de aula é um desafio contínuo. O contato

direto com a Sociologia no Ensino Médio por meio dessa experiência, nos fez perceber na prática como as Ciências Sociais é aplicada para os alunos de Ensino Médio, em outras palavras, qual é a sua verdadeira finalidade. Nesse sentido, "embora parece óbvio o estudo, enfatiza-se que a Sociologia permite compreender a relação indivíduo e sociedade, pois é ela que estabelece uma explicação mais direta do que acontece com cada um de nós e a organização da sociedade mais ampla [...]" (PEREIRA, 2007, p. 147). Transmitir o conteúdo teórico acadêmico para o público jovem de forma didática com o objetivo de alcançar a *Imaginação Sociológica*, não é tarefa fácil. Ser professor de Sociologia é um grande desafio ao qual pretendemos assumir em prol de uma educação de qualidade, que almejamos alcançar.

Conclusão

A recente implantação do Pibid Ciências Sociais na UFES trouxe um novo olhar acerca da prática docente para futuros professores e profissionais da educação. Assim como possibilitou a reflexão acerca da institucionalização das Ciências Sociais enquanto disciplina de Sociologia no currículo escolar do Ensino Médio, meio a inúmeros questionamentos sobre sua implementação e real objetivo em relação à formação do indivíduo. Ao analisarmos os relatos escritos em nossos cadernos de campo podemos perceber o quanto a licenciatura das Ciências Sociais ganhou visibilidade no curso e na universidade como um todo. Durante o primeiro ano de implementação do Pibid, desenvolvemos inúmeras atividades nas escolas, as quais apresentaram em seminários dentro da própria universidade. Contamos com o apoio de uma equipe de professores que contribuíram para a nossa formação por meio de rodas de conversa que nos fez repensar as práticas educacionais em torno da disciplina de Sociologia para o Ensino Médio.

Resultados bons foram alcançados durante esse período, assim como a identificação de recursos variados e métodos para se pensar a prática docente e atuar perante as demandas da rotina escolar. Ser professor não é tarefa fácil, seria importante se todos os alunos do curso de licenciatura fossem contemplados com o Pibid em sua formação. Estar em contato com o ambiente escolar ainda nos anos iniciais de formação é de suma importância, entender como é feito o processo de transmissão do conteúdo acadêmico para o universo juvenil de forma didática é pensado e praticado constantemente.

No entanto, percebemos que o impacto na escola depende de uma menor ou maior aceitação do próprio Pibid no seu espaço escolar, por isso, acreditamos que seja importante

uma maior interação entre o Pibid e as escolas participantes. Ou seja, quanto maior o apoio dado ao projeto, maiores serão as chances de impactos positivos na escola, e, consequentemente melhores serão os resultados dos trabalhos realizados, o que poderá ser compartilhado como experiência para outras escolas ligadas ou não ao Pibid e na própria universidade. Com isso, fortalecemos a educação básica que, ao fim e ao cabo, é o nosso objetivo principal: melhorar a qualidade da educação básica brasileira.

O projeto ainda está longe de atender todas as demandas como a falta da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento afins, assim pouco é feito para que as disciplinas dialoguem entre si e promovam maior interação na vivência escolar do aluno. Muito esforço é necessário para se alcançar as demandas da sala de aula. Seminários e eventos do Pibid são fundamentais para visualizarmos os resultados e benefícios desse projeto. Participar do Pibid nos possibilita estar em contato direto com a realidade que a Sociologia perpassa no Ensino Médio em nossos anos iniciais de formação. Além disso, é possível desenvolver pesquisas lidando em sala de aula com a função de professor e pesquisador, tendo a chance de enxergar a realidade de outra forma, inclusive, intervindo na mesma e aperfeiçoando sua prática educacional.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Para a Formação de Professores na UFES**, 2005. Disponível em: <http://www3.prograd.ufes.br/documentos/diretrizes/diretrizes_versao_final.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. **PCN+Ensino Médio**. PCN+EM. Orientações Curriculares Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2002.

DAYRELL, J. “A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torna da socialização juvenil”. **Educ. Soc**., Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

_____. Por uma sociologia da juventude. In: OLIVEIRA, L. F. (org.). **Ensino de Sociologia**. Desafios teóricos e pedagógicos para as ciências sociais. Seropédica/RJ: Ed. UFRRJ, 2013, p. 17-37.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas.** Cap. 1 - A descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. Rido de Janeiro: Editora SA, 2008.

LOURENÇO, Julio C. **Finalidades, metodologias e perspectivas do ensino de sociologia no ensino médio**. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 20 mai. 2015.

MORAES, Amaury Cesar. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia:** entre o balanço e o relato. *Tempo soc.* [online]. 2003, v. 15, n. 1, pp. 5-20. ISSN 1809-4554. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100001>.

MOTA, Kelly Cristine Correa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira da Educação**. mai.-ago., 2005, n. 29.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. OCN-EM. Ciências Humanas e suas Tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

PEREIRA, Luiza Helena. Qualificando Futuros Professores de Sociologia. **Mediações**, Londrina, PR, v. 12, n. 1, p. 143-158, jan./jun. 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio**: desenvolver a perspectiva sociológica: objetivo fundamental da disciplina no Ensino Médio. (s/d) Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2015.

TURA, Maria de L. R. A observação do cotidiano escolar. In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília Pinto de, VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DPA, 2003. p. 183-206.

ESTÉTICA DE RESISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Luana da Costa Fonseca
PUC-Rio

Resumo: esse artigo surgiu da sistematização dos estudos para a aplicação da Lei Federal nº 10.639/03, uma das metas do projeto visa discutir o enfrentamento do racismo a partir da abordagem da estética de resistência do corpo e cabelo negro. A partir disso, buscar a afirmação identitária, embasado que um "sujeito social se constitui nas relações sociais" Cunha Jr (2005) a emancipação e a afirmação da identidade requerem relações verdadeiramente humanas. Não existe 'empoderamento' para indivíduos isolados. A escola tem um papel fundamental na construção identitária da/do aluna/o negra/o, pois a/o professora/o lida com a/o aluna/o concreto e essa/o aluna/o é a síntese de inúmeras relações sociais. A identidade é definida por essa síntese que fazem sentindo para um determinado grupo social. A estética aqui pode ser compreendida como percepção, o que vestimos, o modo que usamos o cabelo transmitem a noção de estética que queremos construir. Deste modo, a estética faz parte da estrutura da identidade. O projeto tem como objetivo observar que a autoafirmação e a autoestima dessas/os alunas/os está relacionada com o melhor desempenho nos estudos e nas relações sociais.

Palavras-chave: racismo; identidade; educação

Abstract: This article came from the studies systematization for the implementation of Federal Law 10.639/03, one of the project goals is discussing the racism confrontation from the approach of the body's resistance aesthetics and black hair. From this we aim the identity affirmation, based on the affirmation that "social subject is constituted in social relations" Cunha Jr. (2005) emancipation and identity affirmation require truly human relations. There is not 'empowerment' to isolate individuals. The school has a key role in identity construction of the black students, because the teacherdeals withthe concrete student and this student is the synthesis of numerous social relations. Identity is defined by this synthesis that make sense to a particular social group. The aesthetic here can be understood as perception, what we wear, the way we use hair can convey the notion of aesthetics that we want to build. Thus, the aesthetics is a part of the identity structure. The project aims observing that self-assertion and self-esteem of those students are related to the better performance in studies also in social relations.

Keywords: racism; identity; education.

Introdução

Esse artigo surgiu da sistematização dos estudos para a aplicação da Lei Federal nº 10.639/03, em uma escola estadual da cidade do Rio de Janeiro. Estudos estes que se manifestaram a partir que o PIBID Ciências Sociais PUC-Rio se inseriu na escola. O PIBID – Programa Institucional de Iniciação a Docência – proporciona um diálogo entre professores universitários, alunas/os de graduação e professores da educação básica e consequentemente estimula a pesquisa e valorização da prática docente, renovando as relações aluno; professor e escola, ampliando os olhares para trabalhar com as diversidades

e incentivando a/o graduanda/o a responder e compreender a realidade social, política e cultural dentro desse contexto escolar.

O PIBID Ciências Sociais PUC-Rio, tem como uma das suas principais identidades trabalhar a construção de pertencimento e apropriação do espaço escolar e com isso aprofundar o respeito das diversidades. O projeto de aplicação da Lei 10.639/03 surgiu dessa mediação de equilibrar e compreender a relação aluna/o e escola e todas as particularidades.

Uma das metas do projeto visa discutir o enfrentamento do racismo a partir da abordagem da estética de resistência com o foco no cabelo negro. A identidade é definida por síntese de diversos fatores sociais, fatores esses que fazem sentindo para um determinado grupo social, o professor que lida com a/o aluna/o concreto em seu cotidiano essa/o aluna/o é a síntese dessas inúmeras relações sociais.

No contexto escolar, discutir essas relações sociais priorizando o campo étnico racial é buscar relevância e a necessidade da discussão sobre identidade e a autoafirmação. A autoafirmação da identidade negra é construída na troca, na experiência e representatividade, não existe 'empoderamento' para indivíduos isolados, sobretudo quando se transfere "idealisticamente o problema do plano das contradições objetivas para o da psicologia social individual" (MEZAROS, 2002, s/p). O racismo é e "está institucionalizado na discriminação sistemática de pessoas negras sofrem no trabalho, moradia, no sistema educacional e no assédio pela polícia e autoridades de controle e migração" (CALLINICOS, 2000, p. 4).

Um dos objetivos do trabalho é buscar a experiência de aceitação e identificação de suas características. Aceitar a negritude, não querer disfarçar as características mais visíveis, como por exemplo, o cabelo. A escola que se localiza na Gávea, zona sul do Rio de Janeiro, porém é constituída em sua maioria por alunas/os das favelas do Vidigal e Rocinha e na contextualização histórica, em sua maioria negra. O ambiente escolar por muitas vezes reforça o padrão estético ocidentalizado, o que dificulta a construção e o reconhecimento da identidade negra. A escola precisa saber lidar com situações discriminatórias, com argumentos sólidos, buscando sempre apoio em literaturas que antes não eram consultadas.

A Lei Federal 10.639/3, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, afirma que "garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas sintam-se valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade" (LDB, 2009, p. 2). Em resumo, a escola precisa ser um ambiente acolhedor e que reconheça as diferenças e que estimulem

a autoestima das/dos alunas/os negras/os que historicamente são marginalizados, principalmente dentro do contexto escolar. A valorização das identidades é um passo fundamental para reestabelecer o prazer de estar na escola e pertencer ao espaço junto com os demais.

1. Racismo e identidade

Racismo e identidade são temas importantes que precisam estar presentes na escola, mas, as questões sociais a tomam de sobressalto, as intenções isoladas pouco podem fazer. E a compreensão e percepção que o cabelo negro tem um significado social dentro e fora do ambiente escolar, o cabelo pode ser considerado expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil e trabalhar a revalorização do cabelo no ambiente escolar é de extrema importância, pois trabalha um resgate da ancestralidade e a consciência da sua beleza e consequentemente o pertencimento. Como diz Neusa Santos Souza: "ser negro no Brasil é tornar-se negro" (SOUZA, 1990, p. 77). A compreensão do "tornar-se negro" dentro do contexto de discriminação orienta o nosso olhar para a necessidade de considerar como que a identidade se constrói no plano simbólico.

O cabelo negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, a negação da estética negra e a institucionalização do cabelo 'ruim' *versus* o cabelo 'bom', o cabelo 'ruim' é a expressão do racismo e da desigualdade racial.

Compreende-se então, que para o negro, a intervenção no cabelo é mais que uma questão de vaidade ou estética e sim, uma questão identitária. E a escola tem um papel de mediação desses conflitos e de afirmação da identidade e diversidade. A expressão estética negra é inseparável do plano político, econômico e do espaço de pertencimento. Aqui fazendo o recorte para o gênero, mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, as valorizações do padrão de beleza ocidental são reforçadas nos bancos escolares e trabalham com o aprofundamento do racismo e a descaracterização da mulher negra e o isolamento da sua cultura e o aprofundamento da sua baixa estima.

Os espaços urbanos e sociais que vivemos a complexificação das sociedades dificultam a construção social da identidade, os mapas de orientação são tortuosos e contraditórios. A fluidez das fronteiras de uma cidade mexe com os códigos de emoção e estilo de vida que são ancorados em leis simbólicas de grupos. A dinâmica do espaço escolar solidifica ainda mais os

códigos e os estilos de vida, os engessamentos das práticas escolares não se equilibram com a fluidez das fronteiras dos espaços urbanos. O cabelo e o corpo negro são códigos e linguagens da sociedade brasileira, elas representam e vão além da moldura escolar. Os engessamentos das práticas escolares principalmente nas escolas públicas e particulares brasileiras trabalham com o ideal de igualdade que deságua na democracia racial e com isso oculta os conflitos raciais.

O estilo do cabelo e o sentido de subjetividade que atribuímos se relaciona com o espaço e a expressão a ser passada, que pode ser usado para camuflar o pertencimento ético/racial ou o reconhecimento de suas raízes. A aplicação da lei 10.639/03 na escola estadual busca enfatizar esse reconhecimento de raízes e a partir de alguns depoimentos de alunas/os é possível identificar essa transformação não só de reconhecimento como também pertencimento ao seu lugar de fala e dentro do ambiente escolar.

Como por exemplo, a fala de Dara[1], aluna do 2ª ano do Ensino Médio: "Eu sou muito forte, a minha vida sempre foi luta. Sou negra e mulher, esse é o meu cabelo, esse é o meu jeito de ver a vida e as pessoas tem que aceitar isso". Podemos destacar que ela coloca a negritude à frente da definição de mulher. Compreende-se então, um 'empoderamento' do coletivo para o individual, uma resposta a todos os processos de exclusão, esteriotipação e distorções raciais. É um ato pequeno, mas o depoimento da Dara revela o poder da fala e o pertencimento ao espaço escolar e suas raízes. Aqui podemos destacar a importância da inserção das/os alunas/os de graduação via PIBID em escolas públicas, pois é um passo fundamental para a renovação e diálogos mais sólidos entre a universidade e a escola e a construção de um espaço escolar mais atento à realidade das/os alunas/os.

A discussão sobre a estética de resistência na escola é cotidiana, tendo em vista que algumas construções são legitimadas e institucionalizadas, como a ideia do cabelo 'ruim' *versus* o 'bom' produzindo desigualdades e sendo determinantes no processo de exclusão. Porém, nessa discussão cotidiana, além da marcação da estética negra, a classe, o gênero, a opção política e a opção sexual são interligadas e estão na fluidez das fronteiras, como dito acima. Na discussão, é possível observar as distintas formas de se colocar e agir no meio social, pensar a identidade circunscrita da ideia de raça que perpassa não somente a categorização de si, e que se estabelece a partir da identificação com o outro e a escolha que o ator social faz da sua identidade, a partir da sua trajetória de vida, suas características e o seu processo de individualização.

[1] Neste trabalho, atribuímos nomes fictícios aos entrevistados.

2. Racismo e espaços

A partir dessas abordagens da estética do corpo e cabelo negro como ferramenta de enfrentamento do racismo, o projeto remodelou algumas mesas e rodas de conversa, trazendo também os interelações das discussões sobre identidade que é construída historicamente em meio a mediações que diferem de cultura para cultura.

O projeto também se propôs a discutir com mais aprofundamento sobre a construção de se 'tornar negro' e o alinhamento com as pesquisas políticas sobre o racismo estrutural e institucionalizado.

O sociólogo Pierre Bourdieu ao escrever sobre as transformações no sistema escolar evidencia que o sistema escolar contém fronteiras fortemente traçadas e marcadas e levam a interiorização das divisões escolares que consequentemente as divisões sociais, um sistema de classificações imprecisas e a hierarquização simbólica.

O processo de identidade social sem espaço para a compreensão da diversidade possibilita a instabilidade estrutural, e a crise social passa ser a individual, e esse sistema escolar perdura até os dias de hoje reforçando as classificações meritocráticas.

> Vê-se como é ingênua a pretensão de resolver o problema da "mudança social" atribuindo à "renovação" ou à "inovação" um lugar no espaço social – para uns, o mais elevado e para outros, o mais baixo – sempre alhures, em todos os grupos "novos", "marginais" e "excluídos", para todos aqueles cuja primeira preocupação consiste em introduzir, a qualquer preço, a "renovação" no discurso: caracterizar uma classe como "conservadora" ou "inovadora" – sem precisar sob qual aspecto – é, recorrendo tacitamente a um padrão ético, situado necessariamente no ponto de vista social, produzir um discurso que, praticamente se limita a dizer o lugar de onde se articula porque faz desaparecer o essencial, ou seja, o campo de lutas como sistema de relações objetivas no qual as posições e tomadas de posição definem-se relacionalmente e que domina ainda as lutas visam transformá-lo: é somente com referência ao espaço de disputa que as define que elas visam manter ou redefinir, enquanto tal, quase completamente, que se pode compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam conservar e transformar ou transformar para conservar (BOURDIEU, 2013, p. 151).

Com discussões e compreensões mais embasadas, a interdisciplinaridade é a pauta principal de todo o projeto, pois é a ação educativa mais viável. As conversas e debates saíram na moldura estabelecida e se transformaram em discussões cotidianas e chegaram a outras aulas, possibilitando o exercício interdisciplinar. "A viabilidade política de um projeto social,

propriamente dita, dependerá de sua eficácia em mapear o sentido às emoções e sentimentos individuais" (VELHO, 2004, p. 33). Esse alcance singular do projeto de mapeamento das emoções e sentimentos é a linha mais tênue e o ponto mais difícil de explorar, por exemplo, quando ouvimos a seguinte frase após a uma conversa sobre os processos de exclusão histórica, "me sinto triste quando alguém fala mal do meu cabelo, mas eu só choro em casa".

Essa frase dita por uma menina de 16 anos que está em processo de transição capilar e com baixa estima e consequentemente relações estremecidas no espaço escolar e notas baixas. A frase dessa menina revela todos os privilégios negados e a sustentação do padrão de beleza eurocêntrico imposto. E para além dessa moldura, existe ainda a questão de classe, que enfatiza mais ainda a distinção por não ter o poder de compra. Trazendo novamente Bourdieu para a discussão sobre a realidade da representação e representação da realidade.

> Os sujeitos classificantes que classificam as propriedades e as práticas dos outros, ou as deles próprios, são também objetos classificáveis que se classificam (perante aos outros) apropriando-se das práticas e propriedades já classificadas (tais como vulgares ou distintas, elevadas ou baixas, pesadas ou leves, etc., ou seja, em última análise, populares ou burguesas) segundo sua repartição provável entre grupos, eles próprios classificados; as mais classificantes e as mais classificadas dessas propriedades são, evidentemente, aquelas que são expressamente designadas para funcionar como *sinais de distinção* ou *marcas da infância* [...] (BOURDIEU, 2013, p. 446).

Retomando a estética do corpo e cabelo negro e trabalhando a distinção dos penteados característicos, como as tranças ou *box braids, existe a hierarquização entre as/os negras/os e isso realça o processo de competição/reprodução e destaca a classe dentro da questão de hierarquização. Porém é importante destacar aqui, que não existe hierarquia de opressão, como muito bem salientado pela intelectual Audre Lorde. O projeto como é contínuo não tem um prazo para terminar e sim para desenvolver cada vez mais discussões sobre formas de enfrentamento do racismo e busca do pertencimento com a sua identidade e o seu lugar de fala em diferentes ambientes.*

As classes e suas classificações se constituem na busca pela diferenciação/distinção dentro de estruturas sociais incorporadas. A busca simbólica por se distinguir até dentro do seu próprio grupo de pertencimento, sublinha mais uma vez o complicado processo de individualismo e isolamento.

Em uma das rodas de conversa realizada na hora do almoço, uma menina chorava desesperadamente, pois alguém tinha escrito na porta da sala "Beta, não tira nem a peruca

para lavar" e ela dizia alto: "eu tenho certeza que foi uma menina com o cabelo igual ao meu que escreveu isso". Essa questão desencadeou em discutir a política do julgamento e o processo de distinção e individualismo ao invés da busca do coletivo.

A autoafirmação da estética que equilibra estrutura da identidade com o pertencimento tem que ser construída de forma coletiva, não deixando a valorização individual, mas equilibrando e proporcionando desenvolvimentos de fala política dentro do contexto de reproduções de racismo no espaço escolar e fora dele. É necessário que as/os professoras/es estejam preparadas/os para quebrar essas estruturas do racismo estrutural e transformar em ação de enfrentamento do racismo.

A busca por representações de falas, líderes negras/os, convites a professores negras/os, luta pela mudança na grade escolar para a aplicação da lei 10.639/03 e inserção desses intelectuais no cotidiano da escola é essencial para a autoestima e valorização das raízes de matriz africana, e o PIBID Ciências Sociais PUC-Rio, tem como princípio levar esses representantes nas escolas para a participação nas rodas de conversa, palestras, debates. Buscando novamente ampliar as discussões, Bourdieu foi necessário para trabalhar questões dos capitais culturais e o habitus, "a proposição fundamental que define o habitus como necessidade que se torna virtude nunca é experimentada com tanta vontade evidência que quanto no caso das classes populares" (BOURDIEU, 2013, p. 350).

O gosto da necessidade devolvida pela competição e imposiçoes de uma estrutura com modelo padrão e que impõe formar e de obrigada a ter o gosto por cerros produtos para se encaixar e identificar com certos grupos e pertencer ao padrão dito o 'certo'. Faz com que a competição cresça entre pessoas do mesmo grupo, trabalhando aqui com a questão racial. A disputa entre obter os melhores produtos para cuidar a estética potencializa uma distinção e uma reprodução desnecessária e enfatiza os capitais culturais, econômico. Após alguns meses de conversa é possível perceber que o pertencimento e a busca de uma fala política e consciente vêm se estruturando na escola e nos espaços para além dos muros da escola.

E essa consciência de ir contra a imposição do padrão de beleza eurocêntrico e a ideologia de branqueamento sustentando pela sociedade competitiva, principalmente nos espaços urbanos acaba balançando algumas relações com pessoas brancas e a apropriação com o uso de acessórios afros. Outro ponto fundamental de discussão dentro do projeto é a apropriação cultural que podemos compreender quando Bourdieu escreve "a aquisição da cultura legítima pela familiarização insensível no âmago da família tende a favorecer, de

fato, uma experiência encantada da cultura que implica o esquecimento da aquisição e a ignorância dos instrumentos de apropriação" (BOURDIEU, 2013, p. 10).

O cabelo é simbólico, a pessoa negra sair na rua já é um ato de resistência dentro dos parâmetros conservadores de uma cidade baseada e construída na ideia da democracia racial. O empoderamento tem que se consolidar para além das características e acessórios afros, como os turbantes, blacks, tranças, roupas, não é apenas isso que vai livrar a pessoa negra de sofrer racismo, a estética de resistência em si é o primeiro passo para enfrentamento cotidiano e consciência da sua importância para outras pessoas negras.

> [...] favorecer processos de 'empoderamento': principalmente orientados aos atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, ou seja, menores possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos. O 'empoderamento' começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem, para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O 'empoderamento' tem também uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados etc., favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil (CANDAU, 2005, p. 35).

Gayatri Chakravorty Spivak, uma intelectual feminista compreende-se também que o discurso de resistência tem que ser compreendido em todos os espaços.

> Dessa forma, Spivak desvela o lugar de incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Agir dessa forma, Spivak argumenta, é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido. Spivak alerta, portanto, para o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro (SPIVAK, 2010, p. 14).

Conclusão

O projeto de aplicação da lei 10.639/03 vem aos poucos desconstruindo o que muitos livros didáticos oferecem. Um desconhecimento da história afeta essa produção de livros e o próprio currículo escolar. As/os aulas/os saem da escola sem sequer ouvir falar de uma liderança negra. A escola tem que contribuir no processo de afirmação da identidade negra. A instituição escolar que desconhece todo o contexto de negritude e africanidade acabam desaguando no "perigo da história única". Ideia trabalhada pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie Ngozi, "a história única cria estereótipos e o problema com os

estereótipos não é eles serem mentira, é serem incompletos. Fazem com que uma história se torne na única história" (NGOZI, 2008).

A escola por sua vez, em sua estrutura mais simples deveria trabalhar como um instrumento transformador sobre as consciências, acaba por reproduzir as relações sociais e emoldurando em cada período histórico. E que aprofunda ainda mais a democracia racial de um país, e folclariza um estudo sobre a diversidade brasileira e a suas histórias ligadas a África, traçando a ideia de que a África é um único país. O racismo precisa ser compreendido em sua base, como muito bem apontado pela filosofa Djamila Ribeiro, "racismo é um sistema de opressão e, para haver racismo, deve haver relações de poder. Negros não possuem poder institucional para ser racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui" (RIBEIRO, 2014).

> O racismo está profundamente conectado ao sistema capitalista. Não somente afirma a escravidão como constituição social natural, mas tende a favorecer a opressão argumentando favoravelmente pela diversidade de raças, entendendo ser a "raça" negra inferior à branca. Com o avanço da ciência experimental, bem como da eugenia e da biologia, a inferioridade da "raça" africana foi elevada ao patamar de ciência (SILVA; BERTOLDO 2010, p. 110).

Como conclusão, podemos compreender que a escola tem que ser uma estrutura que trabalhe com a diversidade com embasamento, e não uma estrutura que potencializa a exclusão racial e social da/o aluna/o. É necessário entender que essas discussões vão além dos muros da escola, mas a escola é uma ferramenta importante da inserção da/o aluna/o na sociedade que fortifica o processo de distinção por raça, classe, espaço. Conclui-se que a escola encontra limites para abordar racismo e identidade nas ações. As práticas pedagógicas necessitam de continuidade. A Lei 10.639/03 existe e cabe aos professores e aos projetos, como o PIBID aplicarem e ampliarem o olhar e a fala de cada aluna/o. Não deveria ser uma lei, ela devia estar a muito tempo em cada pessoa que se propõe a comunicar e trocar experiências com os outros proporcionando o conhecimento, o pertencimento, a afirmação da identidade e a felicidade de ser e estar.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção.** Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BRASIL. Ministério de Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de**

história e cultura afrobrasileira e africana. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e racismo**. São Paulo: Zahar, 2000.

CANDAU, V. M. (org.). **Cultura(s) e educação entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CUNHA JR. Henrique. Nós, afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: Romão, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília, 2005.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Disponível em <http://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

NGOZI, Chimamanda Adichie. **O perigo da história única**. 2008. Disponível em <http://www.ted.com/talks>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Falar em racismo reverso é como acreditar em unicórnios**. Revista Carta Capital, 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

SAVIANI, Dermeval. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, José Bezerra da; BERTOLDO, Maria Edna. O racismo como subproduto da sociedade de classes. **Revista Espaço Acadêmico**, ano X, n. 112, set. 2010.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE OS GUARANIS DE ANGRA DOS REIS E PARATY

Maria Betânia Guerra Duarte
MPF

Resumo: O Ministério Público Federal (MPF) acompanha as políticas públicas para educação nas comunidades indígenas do Estado do Rio de Janeiro desde 1997. Este tempo correspondeu a um período de discussão e construção dessas políticas em nível nacional – um processo dinâmico, que contou no Rio de Janeiro com avanços e recuos por parte dos guaranis e dos gestores de educação. A fiscalização que cabe ao MPF inseriu-se no bojo dessas mudanças, tornando-o também um ator neste processo. Por muito tempo a atuação da instituição consistiu no envio de ofícios e acompanhamento dos fatos por meio de relatórios antropológicos. Tendo em vista uma maior cobrança das comunidades diante da morosidade do Estado, esses instrumentos mostraram-se ineficazes. Assim, a assessoria antropológica foi a campo; articulou e ouviu os índios; elaborou relatórios diagnósticos; organizou reuniões com a comunidade, os Procuradores e os gestores visando firmar compromissos e prazos; debateu e sugeriu linhas de ação para os Procuradores. O resultado dessas medidas foi a expedição de recomendação e ajuizamento de ação judicial que, entre outras conquistas, redundou na criação do Conselho de Educação Escolar Indígena e na implementação do segundo segmento do ensino fundamental.

Palavras-chave: educação escolar indígena; comunidades guarani; direitos indígenas.

Abstract: The Federal Public Ministry (FPM) follows the public education policies related to the indigenous communities in the state of Rio de Janeiro since 1997. This time span corresponds to a period of discussion and construction of these policies at a national level – a dynamic process that has been dealing with advances and drawbacks by the Guarani and the education managers. The inspection process attributed to the FPM has become part of these changes, turning the Federal Public Ministry into an actor in this process. For a long time the institution's actions consisted in elaborating tasks and following facts through anthropological reports. Taking in consideration the increasing demands from the indigenous communities versus the government's laxness, these instruments have proven to be ineffective. Therefore, the anthropological consultants went on the field; joined and heard the indigenous populations; elaborated diagnostic reports; organized meetings with the communities, attorney generals, and managers, seeking commitments and deadlines; debated and suggested lines of action to the attorney generals. The result of these actions was the delivery of recommendations and legal actions, which, amongst other conquests, resulted in the creation of the Indigenous Education Council and the implementation of the second segment of basic education.

Keywords: indigenous education; guarani communities; indigenous rights.

Introdução

O Ministério Público Federal (MPF) acompanha as políticas públicas para educação nas comunidades indígenas do Estado do Rio de Janeiro desde 1997. Este tempo correspondeu a um período de discussão e construção dessas políticas em nível nacional – um processo dinâmico, que contou no Rio de Janeiro com avanços e recuos por parte dos guaranis e dos gestores de educação. A fiscalização que cabe ao MPF inseriu – se no bojo dessas mudanças, tornando-se o Parquet Federal também um ator neste processo.

Por anos, contudo, a atuação da instituição consistiu no envio de ofícios e acompanhamento dos fatos apenas por meio de relatórios antropológicos. Tendo em vista uma maior cobrança das comunidades diante da morosidade do Estado, esses instrumentos mostraram-se ineficazes.

Isto posto, a Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis provocada pela assessoria antropológica, acionou-a para ir a campo; articular e ouvir os índios; elaborar relatórios, diagnósticos; organizar reuniões com a comunidade, os Procuradores e os gestores, visando firmar compromissos e prazos; debater e sugerir linhas de ação para os Procuradores da República, em conjunto com os índios. O objetivo deste trabalho foi subsidiar os operadores do Direito em sua atuação, através do esboço do estado da arte dessas políticas educacionais, que será apresentado ao longo do texto.

1. Metodologia

A metodologia partiu de observações etnográficas realizadas nas aldeias guarani dos Município de Angra dos Reis e Paraty, Estado do Rio de Janeiro, no período de 1997 a 2015. As situações de pesquisa aconteceram sempre em reuniões em que estiveram presentes as comunidades, os gestores das políticas para educação no Estado e demais atores sociais, colaboradores da implementação desse processo, tais como organizações não-governamentais, universidades, etc.

A participação da pesquisadora ocorreu na qualidade de antropóloga do Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, na condição de assessora de Procuradores da República com atuação no acompanhamento e fiscalização de políticas públicas para educação indígena.

A partir desse lugar, elaborou-se um inventário de problemas e de possíveis soluções apresentadas pelos indígenas. As demandas reiteradamente trazidas formaram uma pauta que se repetia em reuniões periódicas, fazendo com que, aos poucos, fossem sendo aperfeiçoadas as técnicas de enfrentamento de questões não resolvidas ou mal resolvidas.

2. Caracterização do contexto

A título de caracterização da educação escolar indígena no Rio de Janeiro, inicialmente verifica-se que no Estado do Rio de Janeiro existem seis aldeias guarani: Aldeia

Sapukai, em Angra dos Reis; *Aldeias Ka'aguy Hovy Porã* (Mata Verde Bonita) e Itaipuaçu, em Maricá; e Aldeias *Itaxin*, *Arandu Mirim*, Araponga e Rio Pequeno, em Paraty. Dessas comunidades, da etnia guarani, apenas a de Rio Pequeno é caracterizada como pertencente ao subgrupo kaiowá, sendo as demais designadas como do subgrupo mbyá. A população de todas as aldeias é calculada em cerca de 800 indígenas.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) é o órgão oficial responsável pela educação indígena. Os Municípios também podem atuar desde que preencham alguns requisitos previstos na Resolução CNE nº 05/2012. O Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto 33.033/2003, incorporou ao sistema de ensino do Estado a categoria "educação indígena" no âmbito da educação básica. Os níveis de ensino oferecidos abrangem as primeiras séries do ensino fundamental – do primeiro ao quinto ano. Neste ano de 2015 foi iniciado o 6º ano, com professores não indígenas nas aldeias de Paraty e Angra dos Reis. Há também o ensino para jovens e adultos (EJA).

A estrutura existente compõe-se de uma escola na Aldeia de Bracuí e três salas de extensão vinculadas, situadas nas Aldeias de Rio Pequeno, *Itaxin* e Araponga. Esse desenho foi concebido levando em conta os entraves burocráticos para implementação de escolas nas aldeias, considerando o pequeno número de crianças em cada comunidade. Além desta, que foi a primeira escola, existe também uma unidade escolar em Maricá, que funciona em um *container* fornecido pela Prefeitura. Em Itaipuaçu está pendente o atendimento à demanda de um prédio escolar.

De acordo com o documento "Comunidades Educativas Indígenas do Estado do Rio de Janeiro", elaborado pelos guaranis do Rio de Janeiro na Conferência Regional de Educação Indígena (CONEEI), realizada no Paraná em 2009, existem ao todo cerca de 180 alunos matriculados na estrutura escolar acima.

Os índios hoje reivindicam a mudança desse modelo "escola – salas de aula vinculadas", uma vez que ao longo do tempo houve um significativo aumento populacional nas aldeias e, consequentemente, uma demanda maior por escolarização. Além disso, apesar de situadas no mesmo Estado, a realidade de cada comunidade é diferente da outra, apresentando necessidades e propostas diversas, afetas aos seus respectivos contextos.

Segundo indica o documento acima, nas escolas do Rio de Janeiro o que existe hoje em termos de conquistas são: prédios escolares; contratação de professores indígenas; merendeiras e zeladores indígenas; merenda escolar; proposta curricular e projeto político-

pedagógico sendo construídos coletivamente; ensino bilíngue, tendo o guarani como língua de instrução (primeira língua).

O documento aponta que todos os professores e o pessoal de apoio (merendeiras, vigias, serventes) são guarani e, no quadro das escolas, a única *juruá* (não-indígena) é a diretora. A médio prazo os índios desejam que todos os profissionais de escola sejam indígenas. No 6º ano, implantado no ano corrente, os professores são *juruá.*

Um dos problemas principais na implantação da educação indígena que prima pelo protagonismo dos índios, no Rio de Janeiro e em outros Estados, é a necessidade de capacitação para formação de professores indígenas.

Para viabilizar a contratação, o Ministério da Educação promoveu a participação dos professores indígenas das aldeias do Rio de Janeiro no Curso de Formação para Professores Indígenas Guarani das regiões Sul e Sudeste, intitulado Protocolo Guarani, ministrado em Santa Catarina de 2003 até 2010.

A participação no Protocolo Guarani, além de capacitar, permitiu uma reflexão sobre educação e ensejou trocas entre índios guarani originários de aldeias diversas, dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

Entretanto, durante o curso, frequentemente os professores se ausentavam de suas comunidades para as aulas presenciais no Estado de Santa Catarina e as escolas ficavam sem professor, gerando um custo alto para a comunidade. Procurava-se suprir a falta dos professores na semana do curso com monitores, o que nem sempre era possível pois não era fácil conseguir voluntários para esse papel.

3. Um processo em andamento: demandas apontadas pelos guaranis

Em 2010, após concluído o Protocolo Guarani e o curso de EJA para formação de agentes de saúde e saneamento indígenas promovido por um *pool* de universidades, em conjunto com a FUNASA, houve um momento de paralisação das ações de educação escolar que gerou grande insatisfação.

O MPF passou a ser acionado para que ocorressem mudanças nesse cenário. A partir desse chamado, a Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis, com a assessoria antropológica do órgão, passou a organizar reuniões periódicas para resolver questões relativas à educação. Participaram dessas reuniões representantes da Procuradoria

da República no Estado do Rio de Janeiro, da SEEDUC/RJ, Secretarias Municipais de Educação de Paraty e Angra dos Reis, universidades, FUNAI, ONGs, professores indígenas e demais interessados na construção da agenda de educação para os povos indígenas do Estado do Rio de Janeiro. As reuniões aconteceram nas Aldeias de Bracuí, em Angra dos Reis, e Parati-mirim, em Paraty, entre 2010 e 2015.

A partir de notas e observações tomadas durante a participação nessas reuniões, destacou-se um inventário de problemas e de possíveis soluções apresentadas pelos índios e demais atores sociais, construídas coletivamente.

Em apresentação do seminário "O Rio de Janeiro continua índio", ocorrido no Museu da Justiça/RJ, em agosto de 2015, representantes da SEEDUC/RJ sistematizaram as atuais demandas dos guaranis àquela Secretaria nas seguintes:

- Ofertar ensino fundamental, médio e EJA.
- Ofertar ensino médio na modalidade de magistério indígena.
- Contratar professor indígena para escolas indígenas.
- Construir coletivamente com a comunidade indígenas as matrizes curriculares da educação básica.
- Criar cargo de professor indígena.
- Manter e ampliar a oferta de ensino nas aldeias indígenas.
- Manter a interlocução permanente entre as comunidades indígenas e os responsáveis pela promoção da educação escolar indígena nas Secretarias de Educação.
- Efetivar parcerias com os Municípios que, por critérios e anuência da comunidade, executam educação escolar indígena, objetivando o atendimento e a qualidade na educação indígena.
- Reunir com a equipe gestora para alinhamento e direcionamento das demandas.

As demandas apontadas pela SEEDUC/RJ não esgotam todas as reclamações dos índios em relação à educação nas aldeias do Estado do Rio de Janeiro, surgidas nas reuniões, tais como: as crianças frequentam as escolas mas obtêm muito pouco êxito no aprendizado da leitura e da escrita; as aulas são ministradas de forma descontínua e sem currículo definido; alguns ritos da formalização da educação escolar ainda não são cumpridos, como a concessão de diploma, por exemplo, ao final de cada ciclo, até porque há uma certa indefinição quanto à seriação: as famílias cobram, sem sucesso, avaliações de resultados dos

alunos, não necessariamente através de notas mas sim de aferições periódicas que tragam segurança para os pais sobre o desenvolvimento escolar dos seus filhos; falta supervisão e acompanhamento satisfatórios do processo pedagógico dos professores indígenas em suas atividades. É necessário, portanto, melhorar a organização do cotidiano escolar.

O contexto atual desmotiva os professores, resultando em evasão e deixando sobrecarregados os que permanecem. Às vezes as salas de aula vinculadas ficam muito tempo sem professores. Eventualmente a SEEDUC/RJ consegue um professor *juruá* (não indígena) substituto, que também fica desestimulado e desiste em pouco tempo de exercício;

No documento elaborado por ocasião da Conferência Regional de Educação Indígena, preparatória para a I CONEEI, os índios do Estado do Rio de Janeiro apontaram, em linhas gerais, os seguintes caminhos para melhoria, que coincidem com os apontados pela SEEDUC/RJ e observados nas reuniões nas aldeias:

- Transformar cada sala de extensão em uma Unidade Administrativa com CNPJ próprio, para garantir autonomia financeira e de gestão;
- Implantar o Ensino Fundamental (segundo segmento) na modalidade EJA, com organização curricular, nas aldeias de Angra e Paraty, para jovens e adultos;
- Implantar um curso de magistério indígena, presencial, nas aldeias, com módulos intercalados nas cidades de Angra e Paraty, para suprir demanda reprimida de ampliação da escola;
- Promover concurso público específico para os professores indígenas;
- Garantir representatividade indígena nos espaços de formulação e acompanhamento de políticas públicas em Educação Indígena no Estado, como: Comissão Estadual de Educação Indígena; Conselho Estadual de Educação e Conselho Municipal de Educação;
- Implantar na estrutura da SEEDUC/RJ, órgão ou departamento específico de gestão da Educação Escolar Indígena, com equipe e infraestrutura de trabalho coerente com a demanda das escolas indígenas, conforme orientação da legislação federal;
- Ampliar a discussão nas comunidades sobre o modelo de escola mais adequado ao projeto de futuro dos Guarani no Rio de Janeiro;
- Estimular a articulação política dos professores em uma OPI - Organização dos professores indígenas, garantindo espaços de estudo e organização coletiva.

Nas reuniões realizadas entre 2010 e 2012 foram apresentadas pelos indígenas algumas ideias que complementam, reiteram e especificam a implementação das propostas acima. Tentamos sistematizá-las abaixo, procurando manter fidelidade ao sentido original das falas dos índios:

- Formalização da educação escolar (concessão de diploma, por exemplo);
- Aprovação pela SEEDUC/RJ da criação de três unidades escolares, cada uma com a sua respectiva diretoria;
- Nova formação, capacitação e treinamento dos professores indígenas mais próximo às aldeias;
- Flexibilização da legislação estadual relativa à contratação de professores indígenas;
- Contratação de professor(a) para Rio Pequeno;
- Criação do Núcleo de Educação Indígena ou Conselho de Educação Indígena, de acordo com o previsto na legislação;
- Ensino fundamental com terminalidade e definição de séries;
- Possibilidade da eventual contratação de professores *juruá* para agir em parceria com os indígenas, apoiando-os e orientando-os;
- Aproveitamento das iniciativas educacionais já existentes, inclusive material didático e metodologias produzidos no âmbito do curso de EJA Guarani e do Protocolo Guarani;
- Criação de uma secretaria nas escolas que comporte a organização documental: fichas dos alunos, arquivos, notas fiscais, etc.;
- Mais professores e assessoria pedagógica prestada pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Angra dos Reis;
- Contratação dos formados pelo EJA como professores do 1º segmento;
- Apoio financeiro da SEEDUC/RJ para a criação do EJA Guarani;
- Funcionamento do EJA Guarani nas próprias comunidades, em paralelo com o ensino regular;
- Aperfeiçoamento do EJA através de encontros mais frequentes (periodicidade maior do que a mensal) e continuidade das assessorias das universidades;
- Curso de formação de professores, estruturado como magistério, em nível de ensino médio, com duração de quatro anos (600hs), desenvolvido pela UFF - Campus Angra dos Reis, em parceria com escola estadual de Angra dos Reis e com aproveitamento de proposta curricular semelhante à elaborada no âmbito do antigo Núcleo de Educação Indígena do Estado do Rio de Janeiro (NEI/RJ), extinto em 2002;

- Parceria oficial com os Municípios e instituições envolvidas através da assinatura de termos de convênio e/ou cooperação técnica entre a SEEDUC/RJ, a SME/AR e as universidades envolvidas.

Na aldeia de Parati-mirim os índios sugeriram capacitação antropológica para os professores não indígenas que trabalhem na supervisão, como forma de ambientá-los nas comunidades e na cultura guarani.

4. Empecilhos e avanços

Algumas reivindicações dos índios foram conquistadas ao longo desses anos com o processo de discussão através das reuniões com os atores sociais, tais como a criação da sala de extensão de Rio Pequeno e a contratação temporária de professor indígena para esta aldeia. Igualmente, duas turmas de EJA vieram a se formar; foi contratada monitoria para auxiliar a supervisão pedagógica; iniciou-se o 6º ano em duas aldeias.

Contudo, desde 2010 encontra-se em andamento a formalização de um convênio entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - Campus Angra dos Reis e a SEEDUC/RJ, sem que se obtenha autorização da SEEDUC/RJ para o seu início. O objetivo do convênio é oferecer o curso de magistério diferenciado no nível de ensino médio, com o envolvimento e apoio do Colégio Estadual Engenheiro Artur Vargas, situado em Angra dos Reis, em parceria com a Secretaria de Educação daquele Município. Os entraves burocráticos são imensos para o início deste curso.

Levar essa iniciativa adiante, entretanto, dependeria também da existência de alunos concluintes do ensino fundamental. Assim, a partir de 2011 a Secretaria de Educação do Município de Angra dos Reis, em parceria com a SEEDUC/RJ e com universidades, continuaria a oferecer o curso de EJA Guarani em paralelo com o curso de nível médio. Os alunos que o desejassem poderiam, inclusive, participar concomitantemente dos dois cursos – EJA e magistério –, tendo em vista a urgência de solução de problemas relativos à formação de professores indígenas e a demanda de que os profissionais de ensino sejam indígenas. Além disso, o ensino regular do primeiro segmento do ensino fundamental continuaria sendo oferecido às crianças indígenas.

Até então, ao longo da primeira década do século XXI, as principais ações da SEEDUC/RJ diziam respeito à formação dos professores indígenas, com apoio ao

engajamento dos docentes no curso Protocolo Guarani, ministrado em Santa Catarina, e à contratação provisória, em paralelo, desses professores participantes do curso.

Em paralelo a essas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado, foi levada a cabo uma iniciativa exitosa, por um *pool* de universidades do Rio de Janeiro, entre os anos de 2004 e 2010, sobre a qual abriremos aqui um parêntesis para contar como foi. Trata-se do curso de Ensino para Jovens e Adultos Indígenas, o EJA Guarani, concebido para a formação de agentes de saúde e saneamento indígenas.

A partir da constatação da escolaridade incompleta dos agentes indígenas de saúde (AIS) e agentes indígenas de saneamento (AISANs), com a aquisição precária da leitura e da escrita em português e em guarani, a UFRJ, o Pró-Índio/UERJ e o Laboratório da Imagem e do Olhar (Leio) / Faculdade de Educação/ UFF – atuantes desde a década de noventa na formação de professores e na assessoria de produção de materiais paradidáticos junto às aldeias guarani na Baía da Ilha Grande – articularam-se para, em conjunto com a Funasa e em parceria com as Secretarias de Educação dos Municípios de Paraty e Angra dos Reis, constituir o EJA Guarani.

Duas turmas de agentes foram organizadas: uma em 2004, que se formou em 2007; outra constituída em 2007, que se formou em 2010. A escolarização teve um caráter semipresencial com encontros presenciais mensais. O curso foi constituído em dois módulos, cada uma com a duração de dez meses. O primeiro com Português, Etnociências, Etnomatemática e Artes. O segundo com Guarani, Etnogeografia e Etnohistória. Em cada mês houve uma concentração de três dias, em tempo integral. Entre cada encontro presencial mensal, os professores da Secretaria Municipal de Angra dos Reis (SME/AR), vinculados ao EJA, realizavam estudos dirigidos com os exercícios acordados com a assessoria e dispostos no material didático concebido em conjunto com os índios.

Considerando a importância da oralidade na cultura guarani, a organização dos temas foi realizada de acordo com seus interesses e universo cotidiano procurando privilegiar os assuntos mais presentes no trabalho dos AIS e dos AISAN nas aldeias.

O Projeto EJA Guarani atendeu aos seus objetivos, capacitando os agentes e conferindo-lhes o diploma do ensino fundamental e, em dezembro de 2010, recebeu a Medalha Paulo Freire do Ministério da Educação.

Este projeto, portanto, ocupou um lugar que estava vago, nesta primeira década do século XXI, preenchendo um vácuo existente nas políticas públicas de educação para os povos indígenas do Estado. Feita essa digressão, voltamos aos impasses da educação

oferecida aos indígenas pela SEEDUC/RJ. Como dissemos anteriormente, finalizado o Curso de EJA Guarani e o Curso do Protocolo Guarani de Formação de Professores, os indígenas passaram a pressionar a SEEDUC/RJ e a Procuradoria da República para a oferta da educação escolar indígena de forma regular e satisfatória.

Em 2011, algumas reuniões e visitas foram realizadas pela SEEDUC/RJ, para conhecimento da realidade dos índios. A Secretaria iniciou um levantamento, aldeia por aldeia, dos problemas de cada escola. A partir dessas incursões em áreas indígenas, a SEEDUC/RJ apresentou uma proposta de construção de prédio escolar e de implantação de um projeto educacional já conhecido na SEEDUC/RJ - o Projeto Autonomia. Nenhuma das duas propostas, contudo, constava na agenda elaborada anteriormente pelos indígenas. O Projeto Autonomia foi implantando, mas não atendeu às reivindicações dos índios.

A maioria dos óbices alegados pela SEEDUC/RJ para a implantação do modelo educacional almejado são de ordem burocrática. A necessidade de contratação de professores indígenas sem a formação integralizada demorou a ser reconhecida como direito, mesmo prevista em legislação a educação diferenciada, com especificidades próprias. Persiste a demanda pela contratação definitiva, por concurso público, de professores já formados, sendo necessárias providências para encaminhamento de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para aprovação.

Do mesmo modo, considerando que os prédios escolares já existem pelo menos em três aldeias, a aprovação do projeto de criação de três unidades escolares autônomas depende de autorização da SEEDUC/RJ e, principalmente, de vontade política para adaptar as normas dos não índios às necessidades dos índios.

A assessoria pedagógica é muitas vezes descontínua, fragmentada, prejudicando o cotidiano escolar. Assim, possíveis parcerias são deixadas de lado, não só entre as universidades, como também no âmbito administrativo, entre as Secretarias de Educação Municipal e Estadual, e também entre os demais participantes do processo de construção de educação indígena no Estado.

Outro grande impasse nos andamentos necessários para a implementação da educação diferenciado no Estado é, como foi colocado anteriormente, a discussão entre os indígenas sobre que escola querem e para que a querem, ou seja, para que projeto de futuro esperam que a escola vá contribuir em suas aldeias. Este é um tema que vai e volta na realidade educacional do Rio de Janeiro.

As soluções para a superação de tais obstáculos passam, sem dúvida, pelo incremento do controle social com a entrada em funcionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro. Nesse *locus*, que existe em vários Estados do Brasil, os problemas e soluções são trazidos à baila e debatidos, por índios e/ou não índios, facilitando a cobrança de ações, a exemplo do que acontece nos Conselhos de Saúde Indígenas.

Nas reuniões mencionadas neste trabalho buscou-se formalizar o controle social. Nessas reuniões começaram a ganhar corpo algumas propostas dos índios. Considerando que os compromissos assumidos nas reuniões não surtiam mais efeito, o MPF expediu Recomendação para que se atendesse ao acordado e ajuizou ação civil pública, gerando resultados positivos e alguns avanços. Mas ainda há muito por fazer.

Considerações Finais

No acompanhamento que realizamos das políticas de educação escolar e nas reuniões das quais participamos com as comunidades do Rio de Janeiro, os índios relataram que o processo educacional diferenciado indígena no Estado é um dos mais incipientes do Brasil.

Durante muito tempo o poder público esteve ausente alimentado, tanto pela máquina burocrática e falta de vontade política, quanto pelo questionamento dos próprios índios sobre os benéficos e prejuízos que a educação escolar formal, mesmo diferenciada, poderia trazer para as suas comunidades.

Em paralelo, o projeto do curso de Ensino para Jovens e Adultos Guarani, direcionado à escolarização de agentes de saúde e saneamento conferiu aos índios um sentido especial para o aprendizado, na medida em que o conteúdo do currículo se ancorava no atendimento às demandas da sua realidade. Sentido este que caminhou na direção do diálogo intercultural e que contribuiu para afirmar esta possibilidade.

Para fazer jus ao que se conquistou até agora, é preciso valorizar os avanços obtidos na implementação da educação escolar indígena entre as aldeias de Angra dos Reis e Paraty, conquistado através do controle social ocorrido nas reuniões promovidas pelo MPF e reforçado pelas medidas subsequentes tomadas pela instituição.

O início do 6º ano, a criação do Conselho de Educação Escolar Indígena, a formação para os professores que lecionam no 6º ano e a realização do EJA foram alguns avanços.

Entretanto, questões como a contratação temporária dos professores indígenas continuam gerando situações inaceitáveis, como o fato de algumas turmas do 1º segmento terrem ficado um semestre sem professor e sem aulas em 2015. Além disso, até então não foi aprovado pela SEEDUC/RJ o curso de magistério para formação de professores indígenas, proposto pela UFF desde 2010. Sem contar que o Conselho de Educação Escolar Indígena, criado em 2014, ainda não entrou em funcionamento.

O processo educacional diferenciado teve, e continua tendo, avanços e recuos. É um caminho em construção. O momento atual, de preparação para a II CONEEI, a ocorrer em 2016, nos acena maior participação, controle social e empoderamento dos guaranis de Angra dos Reis e Paraty.

Referências

BARROS, Armando Martins; SANTOS Fernanda Muniz; BARBOSA Gabriela dos Santos (orgs.). **EJA Guarani:** o registro de uma história e perspectivas atuais. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

BARROS, Armando Martins (org.). **EJA Diferenciado Indígena para Agentes Guarani de Saúde e de Saneamento** - Nhembo'e Tapé. Aldeias mbyá do Rio de Janeiro. Itaxi, Araponga, Sapukai, Rio Pequeno, Mamanguá, Camboinhas. v. I. Português, Etnomatemática, Etnociências. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BARROS, Armando & CASTRO, Renata Pinheiro (org.). **Ara reko:** memória e tempo Guarani. Trad. MONSERRAT, Ruth & SILVA, Algemiro (Karai Miri). 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo do mundo:** entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

PISSOLATO, Elizabeth. **Tape Porã, impressões e movimento** - Os Guarani Mbyá no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2012.

TELLES, Lucila Silva (coord. Editorial). **Maino'i rape** - O caminho da sabedoria. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFPC: UERJ, 2009.

Documentos

Documento preparatório da I Conferência Nacional de Educação Indígena - Comunidades educativas indígenas do Estado do Rio de Janeiro. 2009.

Atas de reuniões sobre educação indígena ocorridas nas aldeias do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2010 e 2015.

INVESTIGANDO AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE-RS

Pâmela Rodrigues Altamor
FURG

Vanise dos Santos Gomes
FURG

Resumo: O presente artigo apresenta reflexões motivadoras de pesquisa acerca da formação continuada de professores de jovens e adultos (EJA), tendo por objetivo situar historicamente os interesses da pesquisadora, bem como promover breves reflexões acerca do lugar ocupado pelas discussões sobre EJA nos cursos de formação inicial e nas pesquisas em nível de mestrado e de doutorado. Nestes últimos, busca-se evidenciar um panorama amplo do modo como a formação continuada de professores em EJA tem sido tratada por pesquisadores, sendo levantadas, no banco de teses da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pesquisas realizadas entre os anos de 2009-2015. A partir dos resultados encontrados nesta investigação ressalta-se a importância de produzir estudos referentes à formação continuada dos professores da EJA. Em todas as produções investigadas, salienta-se a importância da formação continuada específica para educadores que atuam com jovens e adultos, considerando que a prática de formação oportuniza reflexões acerca da complexidade que envolve o trabalho em sala de aula, contribuindo com a constituição dos educadores, com a melhoria da qualidade da formação continuada do docente na EJA e, consequentemente, com a qualidade da escola pública.

Palavras-chave: formação continuada; educação de jovens e adultos; constituição docente.

Abstract: This article presents reflections about the Youths and Adults Education (EJA) continuing teacher training, having as an aiming to situate historically the researcher's interests as well as promoting a brief reflections on discussions about youths and adults education in the initial teachers program and in master's and doctoral researches. The intention is to highlight how the continuing teachers education has been treated by researchers, the study has being conducted based on the CAPES database enhancing the productions between 2009-2015. The result found in this research emphasizes the importance of producing studies on the continuing teacher education teachers. In all investigated productions, it emphasizes the importance of specific continuing education for ones who works with youths and adults students. Concerning that the training practices give the opportunity to reflect about the complexity that involves working in class, to constitute as teacher and to develop the continuing teachers training quality as well as the public school quality.

Keywords: continuing teacher education; youths and adults education; teacher tonstitution.

Introdução

Diante da complexidade que envolve o cenário educacional brasileiro muitas são as inquietações que me acompanham enquanto uma educadora/pesquisadora em formação. Busco, ao longo desta escrita, contar um tanto de minha trajetória acadêmica para, então, melhor evidenciar minha escolha em pesquisar a formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os caminhos percorridos durante minha formação inicial me permitiram transitar pela Educação Jovens e Adultos, proporcionando vivências que aqui busco brevemente citar a fim de contextualizar minha relação com essa área do conhecimento. Ainda que as discussões sobre EJA nas disciplinas cursadas ao longo do curso de pedagogia entre os anos de 2006-2010 eram poucas, a motivação pelo debate nesta área do conhecimento foi-me seduzindo ao inserir-me, no mundo acadêmico, em espaços em que o debate ganhava lugar de destaque.

Momentos como a participação no Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos e Alfabetização - NEEJAA/FURG, a prática do estágio supervisionado com jovens e adultos e a atuação em um curso de especialização envolvendo a formação de professores da EJA, oportunizaram-me aprimorar estudos envolvendo esta modalidade de ensino, despertando inquietações que contribuíram significativamente para o nascimento desta pesquisa.

Entre antigos e novos desafios que envolvem a Educação de Jovens e Adultos, lutas e conquistas históricas, conteúdos curriculares inadequados, infraestrutura precária para atender aulas noturnas, falta de apoio pedagógico, índices altos de evasão, escolho dedicar meus estudos à formação continuada dos professores da EJA, atentando para as particularidades que envolvem este educador. Por que esta temática? Até onde consigo perceber, encontro neste tema um respaldo para ampliar meus próprios conhecimentos sobre educação de jovens e adultos, tema tão periférico nos cursos de pedagogia e, na sequência, contribuir para que a formação continuada de professores da EJA seja pensada e valorizada enquanto ambiente de constituição destes docentes.

A formação continuada dos professores da educação básica é assegurada no Art. 67 da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem como objetivo oferecer ao professor a possibilidade de discutir, refletir e criar condições necessárias para enfrentar a complexidade do sistema educacional. No entanto, o que temos encontrado é uma formação continuada pautada em uma perspectiva instrucionista, que parece não vir contribuindo para avanços qualitativos da educação. De acordo com Imbernón (2009, p. 30), os encontros oferecidos aos professores têm se convertido, muitas vezes, em potencializadores da exclusão social, pois não parecem acrescentar informações significativas para qualificar suas práticas, algumas vezes contribuindo apenas para que os sujeitos fiquem desconfortáveis diante da profissão. Nesse sentido, que Soares (2008, p. 85) chama a atenção para a importância das discussões envolvendo a formação dos profissionais que atuam na EJA, uma vez que “a formação dos educadores tem se inserido na problemática

mais ampla da instituição da EJA como um campo pedagógico específico que, desse modo, requer a profissionalização de seus agentes".

O educador da EJA tem o direito de participar de uma formação continuada permanente, que considere, valorize e estude essas especificidades de sua ação docente que, entre outros aspectos, encontra o desafio de lidar com uma diversidade cada vez maior de educandos. Arroyo (2005, p. 29) ao escrever sobre a diversidade que envolve os estudantes da EJA, afirma que, "desde que a EJA é EJA, os jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, vivem da economia informal, negros, vivem nos limites da sobrevivência". O autor ainda chama atenção para o discurso escolar que os trata, *a priori*, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional.

É neste sentido que se destaca a importância da formação continuada específica para educadores da EJA, de forma que proporcione aos educadores reflexões acerca da complexidade que envolve o trabalho em sala de aula com jovens e adultos, atrelado à diversidade e necessidades dos educandos, da escola e da comunidade que atende. Arroyo (2006, p. 21), ao retratar sobre essa formação específica para EJA, considera que "se caminharmos no sentido de que se reconheçam as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, aí sim teremos de ter um perfil específico do educador da EJA e, consequentemente, uma política específica para a formação desses educadores".

Ainda, é interessante ressaltar, que a importância da formação continuada específica aos educadores da EJA se reforça diante do aspecto deficitário que a formação inicial apresenta. Refiro-me, aqui, à formação ofertada nos cursos de Pedagogia, caracterizada como polivalente uma vez que visa formar um profissional que possa transitar por diferentes áreas do conhecimento pedagógico, sem possibilitar, no entanto, aprofundamento teórico-prático em nenhuma delas.

A Resolução CNE/CP nº 1/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, define que o curso formará profissionais para o magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para as matérias pedagógicas no Curso Normal de nível médio e de cursos da Educação Profissional, e ainda mantêm a formação de profissionais da educação prevista no artigo 64[1] da Lei nº. 9394/1996. Segundo Gonçalves (2012, p. 74) essas políticas públicas educacionais têm provocado

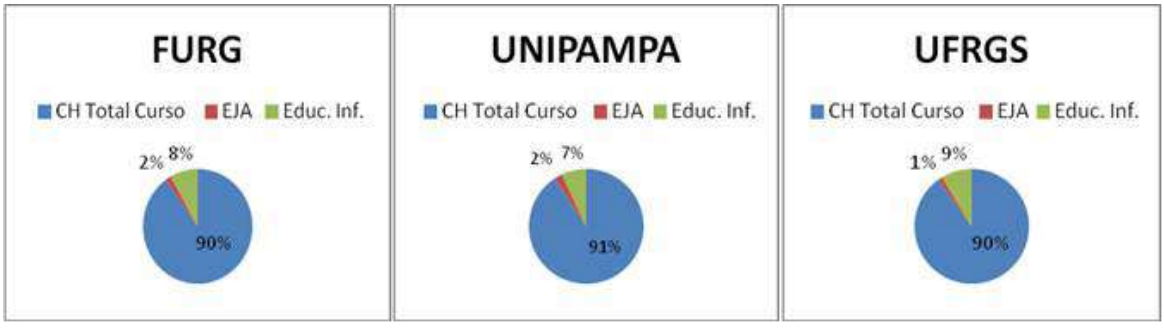
[1] Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

repercussões não só no cotidiano da escola como também no trabalho docente e na própria identidade dos profissionais da educação.

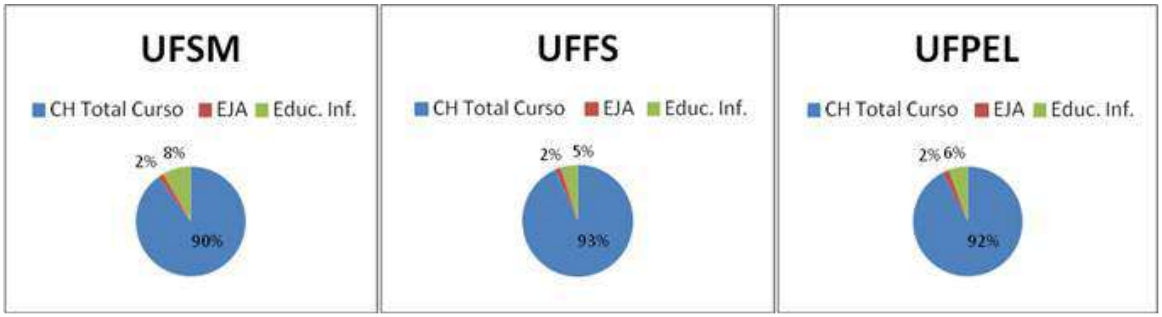
Os estudos de Soares (2002) demonstram que a maioria das universidades brasileiras que oferta o curso de Pedagogia não oferece componentes curriculares suficientes para a formação o campo específico da educação de pessoas jovens e adultas. Tal afirmação também se confirma diante da análise atual das grades curriculares que configuram os cursos de Pedagogia das seis universidades federais do estado do Rio Grande do Sul: FURG[2], UFSM[3], UFRGS[4], UFFS[5], UFPEL[6] e UNIPAMPA[7]. Observa-se que, ao considerar a carga horária total dos cursos de Pedagogia de tais universidades, apenas uma disciplina que trata das especificidades da educação de jovens e adultos é ofertada, o que correspondem no máximo a apenas 2% da carga horária total dos cursos. Outras disciplinas são oferecidas como optativas, deixando clara a carência na formação inicial dos professores no que se refere às discussões sobre EJA.

O mencionado acima contribui para a histórica marginalização que acompanha a educação de jovens e adultos, pois, mesmo os cursos se configurando como polivalentes, devendo atender múltiplas formações, ao compararmos o número de disciplinas vinculadas ás discussões sobre infância, por exemplo, encontramos uma carga horária que representa mais que o dobro da oferecida para os debates pertinentes à EJA. Podemos melhor visualizar tais informações a partir dos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Carga horária dedicada a educação de jovens e adultos nos cursos de Pedagogia nas Universidades Federais no estado do Rio Grande do Sul



[2] Universidade Federal do Rio Grande - FURG.
[3] Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
[4] Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
[5] Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.
[6] Universidade Federal de Pelotas - UFPEL.
[7] Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.



Se ampliarmos a análise para, então, melhor prestar atenção nas ementas das disciplinas que constituem os componentes curriculares dos cursos de pedagogia das IES acima mencionadas, é possível verificar que a EJA é citada em algumas disciplinas que envolvem metodologias da Língua Portuguesa, Matemática, Alfabetização e Ciências Sociais. No entanto fica o questionamento: Será que essas disciplinas dão conta de discutir de forma específica a complexidade que a educação com jovens e adultos demanda?

É precisamente a partir dos argumentos mencionados acima que justifico a razão social da pesquisa aqui proposta, pois entendo ser emergencial pensar e repensar a formação continuada de professores no campo da EJA, de modo que se ofereça aos professores respaldo teórico e pedagógico para atuar com as especificidades desta modalidade de ensino. Como expressa Nóvoa (2001):

> A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia de mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola (NÓVOA, 2001, p. 28).

O autor ainda salienta sobre a importância das pesquisas educacionais terem por objetivo o estudo acerca do professor, pois é necessário compreender a complexidade da docência e para isto é preciso reconhecer que neste mesmo profissional há a pessoa do professor, que tem sua identidade, medos, anseios, valores e expectativas.

É tomando por referência as ideias acima mencionadas que se configura a pesquisa realizada em nível de mestrado, caracterizada como qualitativa, na qual propomos investigar *as contribuições da formação continuada na constituição dos professores da EJA no município de Rio Grande/RS*. Tal objetivo pode ser melhor especificado por meio das seguintes indagações:

Como ocorre o processo de formação continuada para os professores da EJA no município de Rio Grande/RS e qual a influência dessas formações na constituição desses profissionais?

É interessante salientar que a escolha de pesquisar a formação continuada dos professores do município de Rio Grande/RS, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, está atrelada ao momento histórico que cidade vem atravessando no que se refere a conquistas na área da educação. O novo plano de carreira do magistério público municipal sancionado em fevereiro de 2015 é uma dessas recentes conquistas. Tal plano garante avanços na carreira dos professores municipais como o pagamento do reajuste do Piso Salarial Nacional dos profissionais da educação; criação de dois níveis de valorização dos professores que possuem mestrado e doutorado, com índice de reajuste de 10% para cada um dos novos níveis; ajuste na tabela de valorização para enquadramento dos professores com licenciatura curta na mesma base percentual dos professores do nível II; e ajuste na tabela de progressão por tempo de serviço, de modo que os professores atinjam 100% de acréscimo dos seus vencimentos em 30 anos de trabalho, igualando-se, assim, aos demais servidores do município.

A instituição da EJA enquanto modalidade de ensino é recente no município. No ano de 2012, a Secretaria de Município da Educação - SMED, no intuito de garantir o acesso à escola aos alunos com 15 anos ou mais de idade, deliberou as políticas curriculares específicas para a EJA garantindo, assim, o trabalho dos educadores desta modalidade.

É considerando tal momento histórico e a identificação da pesquisadora com a temática da formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que surge a proposta de investigação aqui apresentada. Com tal proposta buscamos colaborar com a melhoria da qualidade da formação continuada do docente na EJA e, consequentemente, com a qualidade da escola pública, de modo que o trabalho investigativo venha a contribuir em futuras avaliações da Secretaria de Município da Educação - SMED da cidade do Rio Grande- RS acerca da formação continuada ofertadas aos docentes.

1. A produção stricto sensu na formação de educadores de jovens e adultos no período 2009/2015

O conjunto significativo de pesquisas produzidas no campo da educação de jovens e adultos é um ponto de partida importante a ser considerado ao propor-se o estudo aqui em questão. Isso porque as pesquisas no campo da EJA não são recentes, tampouco solitária. Pesquisadores da educação embrenham-se por processos investigativos que possibilitam

ampliar as compreensões sobre a educação de jovens e adultos a partir da análise de campo empírico e de discursos ali produzidos.

O que buscamos realizar, aqui, constitui-se como um encontro com pesquisas cujos interesses convergem para compreensões acerca da formação continuada de professores de jovens e adultos. O que tem sido investigado, nos cursos stricto sensu, a este respeito? Que sujeitos tem sido olhados, escutados? Que pontos de partida poderíamos tomar, neste trabalho, considerando as pesquisas já realizadas?

Importa localizar (ou relocalizar) a pesquisa que aqui propomos, expondo seus principais objetivos para, então, deixarmos evidente o porquê de nossas escolhas. O que desejamos é olhar com uma maior atenção aos processos formativos continuados de educadores de jovens e adultos, investigando *as contribuições da formação continuada na constituição dos professores da EJA no município de Rio Grande/RS*.

Consideramos que os estudos de tipo estado da arte auxiliam na compreensão dos discursos que estão sendo produzidos sobre um dado tema em um determinado momento histórico. Ainda, conforme expressa Sérgio Haddad (2000), coordenador de projeto que propõe o estudo sobre o estado da arte das pesquisas que envolvem a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, realizadas entre 1986 e 1998:

> Os estudos de tipo estado da arte permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura (HADDAD, 2000, p. 4).

O presente artigo partiu da análise da produção acadêmica *strictu sensu* em educação, expressa em teses de doutorado e dissertações de mestrado, defendidas durante o período de 2009 a 2015, que tiveram como específico foco de estudo a formação continuada de professores em EJA. Importa salientar que a escolha do recorte temporal toma como base a data de assinatura do Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, sancionado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Tal decreto vem reforçar os Arts. 61 a 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que garante o direito do professor à formação continuada e abrange as diferentes modalidades da educação básica.

> Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:
> IV - Identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;
> VII - ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;
> X - Promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais (BRASIL. Decreto *Nº 6.755, de 29/01/2009).*

2.1. Levantamento dos dados

O levantamento dos dados aqui apresentados foi feito no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior-CAPES o qual é reconhecido como o sistema online oficial do governo brasileiro, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), para compilação de arquivo de teses e dissertações brasileiras.

A primeira etapa de tal levantamento consistiu-se na identificação de dissertações de mestrado e teses de doutorado que envolvessem as políticas públicas de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, considerando estudos relativos a educação formal que tratam de processos da escolarização básica. A identificação dos trabalhos foi realizada através da pesquisa de palavras-chave como *formação de professores Educação de Jovens e Adultos – Políticas Públicas formação de professores Educação de Jovens e Adultos – políticas publica para Educação de Jovens e Adultos* e do conteúdo dos resumos das obras.

A partir daí, foram encontradas 183 pesquisas referentes ao tema deste estudo, porém com uma análise mais detalhada dos resumos considerou-se que alguns deles não eram pertinentes ao recorte temático do estado da arte em questão. Este processo conduziu à seleção de apenas 31 pesquisas que apresentavam discussões mais aprofundadas referentes à formação de educadores de jovens e adultos, sendo 21 sobre formação de professores e 10 sobre políticas públicas que envolvem esta formação.

No que se refere às pesquisas sobre formação de professores em EJA, a maior parte da produção é gerada em teses de doutorado (14), sendo sete as dissertações que abordam esta temática divididas entre as seguintes regiões: 7 região sudeste, 5 região Sul, 8 região Nordeste e 1 região Norte. Referente às temáticas políticas públicas em EJA, foram selecionadas 10 pesquisas, 3 teses e 7 dissertações, 9 na região sudeste e 1 na região sul.

2.2. Analisando as produções acadêmicas:

Diante dos dados apresentados no gráfico III podemos perceber que o número de produção acadêmica que envolve a educação de jovens e adultos é significativamente expressivo no centro-sul do país, particularmente na Região Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo. Das 31 pesquisas selecionadas, o estado de São Paulo responde a 12 das 16 produções pertencentes à região sudeste. Para Haddad (2000. p. 11):

> A localização dos centros de pós-graduação acaba por atrair pesquisadores da própria região, influindo na escolha dos objetos de estudo. Assim, preponderam as pesquisas sobre práticas de educação de jovens e adultos desenvolvidas naqueles estados em que se localizam as universidades (SP, RJ. RS, MG, PB). Esse perfil de estudos reflete as próprias condições em que se realizam as pesquisas de pós-graduação: financiamento escasso, limites de tempo, ausência de projetos integrados. Fica evidente que a pesquisa nessa área temática carece de meios adequados para realizar estudos de maior fôlego, como os de avaliação de políticas e programas ou sobre analfabetismo/alfabetismo, por exemplo.

Das pesquisas selecionadas todas se caracterizam como qualitativas descritivas e apontam, em sua maioria, para um resgate histórico sobre a Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, destacando a crítica da EJA enquanto educação compensatória e não emancipatória. É o que pode ser observado no estudo de Rocha (2010).

> Historicamente sabemos que Educação de Jovens e Adultos enquanto política compensatória não garante aos alunos a reinserção ao mundo do trabalho como produtores autônomos, tampouco o exercício de uma cidadania crítica e participativa, afirmam somente o compromisso com o capital, deixando assim, a mercê da manutenção de sua lógica os trabalhadores como dependentes da pobreza e da exclusão.

Ainda que motivadas por uma temática em comum as propostas investigativas das teses e dissertações antes citadas apresentam particularidades diferentes uma vez que direcionam seus olhares para questões específicas no que tange a EJA. Assim, dos estudos apresentados, apenas 21 discutem a formação de professores, sendo que, destes, são cinco os trabalhos que promovem um olhar mais atento à formação continuada de educadores de jovens e adultos.

No que se refere às demais pesquisas, seus focos investigativos transitam por analises que buscaram compreender trajetórias pessoais e profissionais de educadores da EJA, bem

como por processo de formação desses profissionais, particularidades da EJA no curso de Pedagogia e caminhos e desafios que percorrem a profissionalidade docente.

Os resultados das pesquisas, embora realizadas em lugares e temporalidades distintas, apontando várias necessidades e problemas da educação de jovens e adultos considerados clássicos nessa modalidade de ensino. Questões como a marginalização da EJA na estrutura educacional surgem como situação crítica a ser superada entre todos os trabalhos pesquisados. A evasão e a repetência apresentam-se como problemas educacionais relacionados a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica. Assim como, antigos anseios também se reafirmam e indicam uma série de reivindicações como: infra-estrutura adequada às aulas noturnas, recursos pedagógicos, metas e objetivos claros, formação continuada, apoio pedagógico de qualidade, supervisão pedagógica que garanta o cumprimento das ações dos docentes, conteúdos curriculares significativos, coordenação pedagógica e professores com expectativas positivas em relação a aprendizagem dos alunos.

2.3. Algumas obras e suas contribuições:

Das 31 pesquisas que envolvem este estudo, cinco (três dissertações e duas teses) se destacaram, uma vez que abordam discussões específicas a respeito da formação continuada do educador de jovens e adultos, consideradas pertinentes por vir ao encontro do estudo proposto para a presente proposta de mestrado.

Salientamos que a leitura completa das produções ficará para um momento posterior, considerando que a pesquisa encontra-se em período inicial. Neste momento busco apontar as produções selecionadas, brevemente, apresentando alguns dados referentes às pesquisas.

Os cinco estudos selecionados para maior análise e entendidos como importantes para este estudo, levando-se em consideração a similaridade de seus focos, centram atenção na formação continuada, trazendo em suas investigações apontamentos referentes sua importância no processo de constituição do professor, bem como salientando a necessidade de construir de políticas públicas voltadas para a formação e valorização desses profissionais.

Na dissertação de Menezes (2011) sobre a práxis docente na EJA, estudo vinculado a Universidade Federal do Amazonas-UFAM, o autor buscou analisar de que maneira se realiza a práxis do educador da educação de jovens e adultos em uma escola estadual do

município de Tabatinga-AM, refletindo sobre as políticas públicas empreendidas pelo estado brasileiro para a formação docente. Os procedimentos metodológicos foram realizados através de levantamento bibliográfico, aplicação de formulários a oito docentes e 94 discentes do 3º ano do ensino médio da educação de jovens e adultos, além de entrevistas semiestruturadas com seis, dos oito docentes envolvidos no processo de investigação. Com seu estudo Menezes (2011), concluiu que:

> [...] todos os professores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da modalidade EJA não possuem formação específica para atuarem nesta modalidade de ensino, bem como suas práticas ainda reproduzem o enfoque da pedagogia tradicional. [...] embora não tenham formação específica, os professores se esforçam para realizar seu trabalho da melhor maneira possível. Identificamos ainda, que as condições para a realização do trabalho docente são insuficientes no sentido de potencializar o processo de ensino aprendizagem na EJA. Por fim, acreditamos ser necessário priorizar no campo das políticas públicas ações voltadas para a formação e valorização dos profissionais da educação.

Menezes, assim, buscou abranger não apenas a voz dos docentes, mas também a dos educandos atuantes na EJA, concluindo que encontra, em seu estudo, uma realidade que não é local, mas que representa o modo como a educação escolar no campo da EJA tem sido tratada: professores sem formação específica para este nível de ensino.

Alves (2012), ao analisar a formação continuada do professor da EJA e sua contribuição para o enfrentamento dos desafios vivenciados no contexto escolar, investigou 17 profissionais que atuam com jovens e adultos no município de Pedreiras/MA. Sua dissertação de Mestrado foi realizada pela Fundação Universidade Federal do Piauí-UFPI, e para coleta dos dados foram utilizados questionários e entrevistas semiestruturadas. O autor salienta:

> O estudo aponta a importância da formação contínua para os educadores de jovens e adultos, pois consiste na oportunidade para refletir as limitações da prática, retomando-as com uma postura mais crítica. Vale salientar que o movimento de repensar a prática, indagando à sua maneira de agir, faz com que o educador se conscientiza de que pode ser o gerenciador de sua própria aprendizagem.

Na tese de Silva (2012), estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, a autora propôs pesquisar como se caracteriza os aspectos teóricos necessários a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores da Educação de Jovens e adultos no município de Campina Grande/PB. Para tanto, foram investigados

aspectos sobre os marcos teóricos abordados na formação dos professores da EJA da Secretaria de Educação do Município de Campina Grande/PB, como o perfil dos sujeitos alfabetizadores da EJA. A tese de Silva (2012) revela que:

> O estudo revelou fora que a maior parte dos professores e demais agentes escolares que atuam na EJA não tem formação especifica nessa área e realizam seu trabalho pedagógico utilizando o que sabem sobre a escola das crianças. Isso aligeira e situa-se fora de um projeto político que reflita e busque alternativa para a questão da inclusão desses alunos.

A proposta do estudo de Porcaro (2011), em sua Tese, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, foi investigar a formação de educadores de jovens e adultos, identificando os desafios que se interpõem na construção de sua profissionalidade docente no cenário educacional. Especificamente a autora investigou a inserção profissional do educador da EJA, identificando os desafios e possibilidades que permeiam sua atuação e analisando o olhar desses educadores sobre a sua profissão e o impacto da experiência no processo de sua construção profissional. Os sujeitos da pesquisa foram 25 educadores, um de cada estado brasileiro. Como resultado de seu estudo Porcaro (2011) aponta:

> Na vivencia cotidiana, no enfrentamento das dificuldades que se interpõem a sua pratica e na busca de alternativas para a superação dessas dificuldades. A construção de sua profissionalidade docente ocorre à medida que vivenciam a realidade específica da EJA e, a partir daí, criam alternativas de ação, utilizando-se dos recursos de que dispõem.

Ao investigar sobre a experiência da formação continuada para professores da EJA no município de Valinhos/SP, Barbeto (2010) considerou a importância da formação continuada na visão de seis professoras da rede municipal. Para tanto, analisando as metodologias utilizadas em sala de aula, os conteúdos desenvolvidos com os alunos e se houve ou não valorização do professor pela Secretaria da Educação do município.

> Os resultados obtidos revelam não apenas a importância, mas também a necessidade de uma formação continuada para os professores que atuam na EJA. É evidente que, além da implementação de políticas que contemplem a formação continuada do professor, haja continuidade das mesmas, pois um dos problemas mais frequentes na EJA é a descontinuidade dessas ações.

Considerando os resultados das produções acadêmicas mencionadas, percebe-se uma unanimidade na constatação da necessidade de uma formação específica para os professores que atuam em EJA. A maior parte dos professores, sujeitos das pesquisas, não tem formação na área e sua constituição enquanto docente da EJA se dá na vivencia cotidiana em sala de aula, na relação com os educandos e no enfrentamento das dificuldades que a docência apresenta. Neste sentido, os professores ressaltam a importância da formação continuada específica para educadores de EJA, considerando que a formação oportuniza reflexões acerca das limitações da prática, retomando-as com uma postura mais crítica.

As conclusões dos trabalhos selecionados, ainda, denunciam a escassez de políticas públicas permanentes para a formação dos educadores da EJA e expressam a necessidade de priorizar essas políticas de forma que garantam condições para a realização do trabalho docente no sentido de oferecer aos professores respaldo teórico e pedagógico para atuar com as especificidades desta modalidade de ensino.

Considerações Finais

No presente recorte desta pesquisa buscou-se analisar as produções *stricto sensu* referentes às políticas públicas de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos (EJA), defendidas no período de 2009 a 2015. Com tal estudo percebem-se pontos em que pesquisadores já avançaram apresentando respostas e novos questionamentos acerca desta modalidade de ensino, como o entendimento da necessidade de uma formação específica para o professor que atua com jovens, assim como a importância da construção políticas públicas voltadas para a formação e valorização desses profissionais.

A partir dos resultados encontrados nesta investigação confirma-se a ausência de estudos sobre a formação continuada dos professores da EJA no município de Rio Grande/RS, e se reafirma a importância de produzir estudos envolvendo tal temática. Em todas as produções investigadas, salienta-se a importância da formação continuada específica para educadores que atuam com jovens e adultos, considerando que a prática de formação oportuniza reflexões acerca da complexidade que envolve o trabalho em sala de aula, contribuindo com a constituição dos educadores, com a melhoria da qualidade da formação continuada do docente na EJA e, consequentemente, com a qualidade da escola pública.

Referenciais

ALVES, Rejane de Oliveira. **Formação do professor da educação de jovens e adultos:** implicações políticas e pedagógicas. 01/12/2012, 140 f., MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Biblioteca Depositária: JORNALISTA CARLOS CASTELO BRANCO.

ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: Soares, Lêoncio. (Org.) Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos:** um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (Orgs.) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e dá outras providências. Brasília/DF: MEC, 2009.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução 1/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Maio de 2006b. Disponível em <http://mec.gov.br/cne>. Acesso em 2 de junho de 2006.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

GONÇALVES, Suzane. **O Sentimento de Pertencimento na Formação do Pedagogo:** o curso de Pedagogia da FURG no contexto das novas Diretrizes Curriculares. Rio Grande, Tese de Doutorado, 2012. Disponível em: <http://www.argo.furg.br/?BDTD>.

HADDAD, Sérgio (coord.) **O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil:** a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998. Relatório técnico de pesquisa. Ação Educativa, 2000. Disponível no site de Ação Educativa - <http://www.acaoeducativa.org>.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional:** Formar-se para a mudança e a incerteza. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

MENEZES, Eloy Lima. **A práxis do educador da educação de jovens e adultos:** um estudo de caso na Escola Estadual Pedro Teixeira no Município de Tabatinga-AM. 01/10/2011, 100 f., MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Biblioteca Depositária: CENTRAL DA UFAM.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, António (Org.) Os professores e sua formação. 2.ed.Portugal: Dom Quixote, 1995.

PORCARO, Rosa Cristina**. Os caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos no Brasil.** 01/02/2011, 186 f., DOUTORADO em EDUCAÇÃO.

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

ROCHA, Nadeje. **As políticas de educação de jovens e adultos no Brasil e suas formas institucionais e históricas no município de Paulínia-SP:** as contradições e potencialidades do conceito de trabalho como princípio educativo emancipatório. Tese de Doutorado, 2010.

SILVA, Valdecy Margarida. **Alfabetização e Letramento:** contribuições à formação de professores alfabetizadores da Educação de Jovens e Adultos. 01/03/2012, 235f., DOUTORADO EM EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Biblioteca Depositária: UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH-A.

SOARES, Leôncio. **O Educador de Jovens e Adultos;** um estudo sobre a habilitação de EJA dos cursos de Pedagogia do país. IN: XIV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Porto Alegre, 2008. CD.

SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. 296p.

LEI 11.645/08 E IFBA: LACUNAS E INICIATIVAS

Taíse de Jesus Chates
IFBA

Resumo: Concepções discriminatórias em relação às populações negras e indígenas são recorrentes na sociedade brasileira em espaços diversos. Para se contrapor a tal situação, foram promulgadas as leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam do ensino de história e cultura relacionadas às populações afro-brasileiras e africanas e indígenas, respectivamente. Este trabalho tem como objetivo discutir elementos relacionados à implementação da Lei 11.645/08 no Instituto Federal da Bahia - IFBA, que é uma das instituições com Licenciatura Intercultural Indígena no estado da Bahia, atualmente. A análise tem como foco lacunas e iniciativas até então observadas sobre a implementação da Lei e conta com entrevistas e questionários com diversos/as participantes da comunidade escolar, além da observação constante e participante da autora, que leciona na instituição aqui referida.

Palavras-chave: Lei 11.645/08; questão indígena na escola; etnicidade.

Abstract: Discriminatory beliefs regarding the black and indigenous populations are recurrent in Brazilian society in several areas. In order to counter such a situation, it was enacted the laws 10.639/03 and 11.645/08, which dealing with the teaching of History and culture related to african-Brazilian, African and indigenous populations, respectively. This work aims to discuss elements related to the implementation of the Law 11,645/08 at the Federal Institute of Bahia - IFBA, which is one of the institutions with Indigenous Intercultural Degree in Bahia today. The analysis focuses on gaps and initiatives hitherto observed on the implementation of the Law and has interviews and questionnaires with different / the participants of the school community and the constant observation and participant of the author, who teaches at the institution referred to herein.

Keywords: Law 11,645/08; indigenous issues in school; ethnicity.

Introdução

A Lei 11.645/08, que modifica a Lei 10.639/03 e a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, obriga o ensino de história e cultura indígenas e afro-brasileiras em território nacional, assim ampliando a Lei 10.639/03, que obrigava o ensino de história e cultura afro-brasileiras. Embora a Lei 11.645/08 conte com sete anos de sua promulgação, os esforços no país para implementá-la são incipientes. No IFBA não é diferente, focamos o ensino de história e cultura dos povos indígenas brasileiros, visto que a pesquisa em curso é realizada por uma docente que realizou pesquisa de mestrado voltado para a questão indígena[1] e é intitulada "Lei 11645/08 e o IFBA: história e cultura indígenas no Instituto". Os instrumentos utilizados na pesquisa vão desde entrevistas, questionários, cadernos de campo e levantamento de dados institucionais. O

[1] Ver Chates (2011).

foco é o Campus Camaçari, o que se trata de um direcionamento, e não uma restrição na análise e na apresentação de dados acessados ao longo da pesquisa.

Sem dúvidas, e possível afirmar que as escolas indígenas brasileiras contam com um acúmulo importante no que diz respeito ao tratamento da interculturalidade no espaço escolar. Enquanto os povos indígenas vêm se apropriando da escola como instrumento de defesa, com o objetivo de não serem mais enganados, como foram historicamente pelos "brancos", as escolas afro-indígenas continuam cumprindo um papel de natureza colonizatória, tentando ignorar a participação dos indígenas no processo de formação da sociedade brasileira.

A Lei 11.645/08 enfatiza as disciplinas de história, artes e português (BRASIL, 2008), mas prevê a abordagem das temáticas relacionadas às populações africanas, afro-brasileiras e indígenas em todo o currículo.

Neste texto, primeiro faço um breve relato sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA e, na sequência, apresento algumas reflexões e pontos observados até agora no diagnóstico sobre a implementação da Lei na Instituição. Sigamos com a discussão.

1. Um pouco sobre o IFBA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, conta com uma história de 115 anos, nos quais teve uma série de nomes diferentes. Entre esses, Liceu Industrial de Salvador (1937); Escola Técnica de Salvador; Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA (1965); Centro de Educação Tecnológica da Bahia - CENTEC (1976); Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA (1993) e; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, a partir de 2008.

Os interesses iniciais ligados à Rede de Educação Profissional no Brasil foram variados ao longo de sua história. Inicialmente, os objetivos em relação aos Liceus de Artes e Ofícios no Brasil.

Oliveira e Santos (2012), sobre a trajetória da Instituição, defendem que:

> Neste percurso, percebemos que a instituição adquiriu experiência e notoriedade no que se refere à Educação Profissional. Resta saber se está apta para atender a reivindicações por direitos sociais, indo além da reserva de vagas, através da adoção das cotas, para a seleção dos candidatos, na busca por garantia de igualdade de direitos para todos os seus estudantes em progredirem em seus estudos e/ou conseguirem formação que lhes proporcione o progresso profissional (OLIVEIRA e SANTOS, 2012, p. 16).

Tecendo relação com o que defendem as autoras, creio que a garantia dos direitos sociais é indispensável e não se restringe à reserva de vagas. Todavia, levando em consideração o tema deste artigo, aponto que o progresso profissional e acadêmico também não dá conta de uma escola inclusiva. É necessário pautar que as escolas contem com constantes reflexões sobre o caráter dos conhecimentos e formatos mediados por elas, para que as práticas educativas possam ser alvo de transformação efetiva.

2. A Lei 11.645/08 e o IFBA: leituras sobre a temática indígena e sua discussão no Instituto

Como base para a desconstrução das diversas variantes do racismo na sociedade brasileira, que pode estar ligado às questões raciais e de diversidade étnica nesse contexto, visto que, historicamente, a construção do conceito de raça se pautou na estigmatização não somente da população negra, mas também da indígena. Para a utilização da escola como um instrumento de superação do racismo, Munanga defende que:

> Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade. Considerando que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos e os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo (MUNANGA, 2005, p. 18).

Com base nas entrevistas e questionários é possível afirmar que, se analisarmos de maneira ampla, os estudantes contam com conhecimentos mais aprofundados sobre os conceitos de raça e etnia, bem como sobre os direitos e problemas dos povos indígenas no Brasil. Destaca-se a especificidade das áreas de humanas e linguagens no conhecimento de questões étnicas e raciais.

Os conceitos de raça e etnia, embora sejam recorrentemente vistos como sinônimos, abarcam diferenças importantes. O conceito de raça surgiu na Zoologia e na Botânica, com o intuito de classificar espécies animais e vegetais e, posteriormente, foi apropriado por

outros campos para designar diferenças humanas. Com o progresso da genética, foi comprovado que não existem raças na espécie humana (MUNANGA, 2003). Entretanto, com a queda da crença que existiriam raças dentro da espécie humana na biologia, o racismo não se desconstruiu junto, visto que uma série de hierarquizações sociais foram construídas a partir de tal conceito e de interesses colonizatórios. Munanga define:

> O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2003, p. 03).

Embora possa parecer um detalhe teórico, a distinção entre raça e racismo é indispensável para compreender as nuances da discriminação racial nas escolas e na sociedade como um todo. Nesse sentido, é importante fazer a distinção também em relação ao conceito de etnia, Munanga (2003, p. 12) realiza a seguinte diferenciação: "o conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico". Assim, podemos explicar como um indígena pode, a partir de uma concepção pautada na ideia de que o mesmo faria parte de uma raça específica, sofrer racismo, mesmo tendo como forte elemento identitário sua etnia indígena. Reflexões como esta tem passado longe do cotidiano do IFBA, no Campus Camaçari e em outras unidades, se formos levar em consideração os diversos relatos. Expostos alguns pontos, passo para o relato do que foi observado em relação ao que pensam estudantes, professores/as e técnicos administrativos sobre a questão étnica/indígena.

Alguns equívocos recorrentes sobre a questão étnica são, como exemplo, definir etnia como diferenças individuais ou abordá-la como algo inerente às diferenças entre grupos sociais indiscriminadamente. Também é usual na relação direta feita entre raça e etnia, como se os dois conceitos fossem sinônimos e não estivessem relacionados a elementos conceituais e empíricos que, embora próximos em diversos contextos, contam com diferenças consideráveis.

Como já exposto, tais conceitos não abarcam diferenças somente teóricas, mas sim políticas e, desse modo, devem ser observadas no ambiente escolar se a superação do racismo é um objetivo adotado efetivamente. Além disso, é recorrente a referência a uma imagem dos povos indígenas pautada na ideia de índio genérico, que ignora a grande diversidade cultural presente entre os povos indígenas brasileiros.

A grande maioria dos informantes destacou que quase não ouve falar sobre os povos indígenas dentro da escola, apontando que, nas poucas vezes em que a questão indígena é tratada na escola, isso acontece nas disciplinas de humanas ou na "Semana de Consciência Negra"[2].

Visto que os estudantes de ensino médio contam com a modalidade integrada, que é o ensino técnico integrado ao médio. Faz-se necessário refletir sobre tal especificidade no que diz respeito à implementação da Lei 11.645/08. O coordenador do curso de eletrotécnica, Josan Freitas, enfatiza a importância da formação docente no tema e relata não ter conhecimento de atividades relacionadas à questão indígena em disciplinas da área técnica no curso que coordena. O professor João Marcelo Fernandes, coordenador do curso de Tecnologias da Informação, também indica a inexistência de conteúdos específicos relacionados à questão indígena nas disciplinas técnicas do curso de TI, bem como a importância da formação docente nesse sentido.

É fato que existem áreas do conhecimento historicamente mais habituadas a trabalhar com a questão indígena, porém, faz-se necessário que se avalie a seguinte questão: se há, ainda, uma maior dificuldade de tratar tais questões em determinadas áreas, não devemos, contudo, deixar de observar a necessidade formativa para todas as áreas, afinal, com o conhecimento sobre a questão, cada profissional tem maiores possibilidades de inseri-la em suas atividades.

No que diz respeito aos conhecimentos sobre história e cultura dos povos indígenas, as concepções, usualmente, são bastante genéricas, apontando que os índios já estavam em terras brasileiras antes da chegada dos colonizadores e reconhecendo um olhar restrito, pautado no que é veiculado pela mídia. Além disso, uma lógica de que os indígenas estariam se aproximando da cultura do homem "branco" nos tempos atuais indica uma noção essencialista de cultura, bem como uma leitura próxima ao conceito de aculturação. Sobre tal conceito, destaca-se que Malinowski já apontava a seguinte crítica:

> Consideremos, por exemplo, o termo aculturação que, depois de algum tempo, começou a se propagar e ameaça tomar o terreno, sobretudo nos escritos sociológicos dos autores norte-americanos. Além de sua fonética ingrata, o termo aculturação contém todo um conjunto determinado de implicações etimológicas inadaptadas. É um termo etnocêntrico com uma significação moral. O imigrante deve se aculturar (*to acculturate*) assim como os indígenas, pagãos e os infiéis, os bárbaros e os selvagens, que gozam do "benefício" de ser submisso à nossa grande cultura ocidental (MALINOWSKY, apud ATHIAS, 2007, p. 70).

[2] A Semana de Consciência Negra é um evento que vem acontecendo anualmente no IFBA - Campus Camaçari. A mesma costuma contar com palestras, oficinas e apresentações estudantis em sua programação e vem sendo organizada por comissões voltadas especificamente para a organização da atividade.

O conceito de aculturação abarca alguns problemas. Aqui elencamos os seguintes: parte de uma noção de cultura essencialista, ignorando o caráter dinâmico das transformações culturais; está preso a uma significação moral etnocêntrica e pautada nos moldes colonizatórios, como já defendia Malinowski. Ou seja, é emergencial a necessidade de desconstruir concepções pautadas no conceito de aculturação, tanto nas escolas quanto no contexto social de maneira mais ampla.

Enquanto se observa um indicativo de que, entre os servidores, a apropriação seja maior em relação ao que pauta a Lei 11.645/08, do que sobre elementos relacionados aos povos indígenas. Entre os estudantes a dinâmica é inversa. A maioria dos estudantes mostra maior conhecimento sobre os povos indígenas, mesmo com aprofundamento distante do tema, do que sobre a Lei. Tal ponto levanta a seguinte questão: haveria, entre os servidores, uma tendência a se ater a pontos legais, ou seja, uma obrigatoriedade ligada às suas atribuições na escola? Com tal reflexão, defendo que seja importante aliar a sensibilização à responsabilidade legal de cada profissional no ambiente escolar.

A estudante Larissa da Hora, ao responder sobre elementos que gostaria de pontuar e não estava no questionário, lançou a seguinte questão: “Onde estão os indígenas? ”. Creio que o questionamento seja bastante representativo em relação a como a escola vem tratado a questão indígena: como algo distante. Assim, a abordagem acaba não se distanciando daquela utilizada pela mídia, que enquanto aborda conflitos internacionais relacionando-os à crise europeia, ignora o longo massacre do qual vem sendo alvo os Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, por exemplo. Maher (2006, p. 15) destaca que “fomos educados no interior de um sistema de educação construído a partir de um posicionamento ideológico que procura diluir as identidades indígenas com o intuito de torná-las menos visíveis aos olhos da nação brasileira”. Logo, para superar a tentativa de invisibilizar, diluir as diferenças e consolidar uma ideia de que os povos indígenas estariam distantes da realidade dos estudantes, é preciso fortalecer a compreensão de que existe uma presença concreta dos povos indígenas na sociedade brasileira, bem como da diversidade sociocultural e da necessidade de garantia de seus direitos.

E inegável a centralidade que a escrita tem nos sistemas escolares baseados em formatos eurocentrados, como na sociedade brasileira. A partir disso, é necessário analisar a existência de livros didáticos e de outros materiais voltados para a temática indígena na escola. Segundo um dos bibliotecários do campus Camaçari, Fábio Galeão, o acervo

bibliográfico da escola sobre questão indígena poderia ser mais amplo, visto que existem poucos livros na biblioteca, sendo restritos às áreas de humanas e linguagens.

Todavia, a análise sobre a abordagem da questão indígena na escola não deve se pautar somente nos instrumentos historicamente utilizados pelas escolas. Tantos os povos indígenas quanto os africanos têm a oralidade como elemento central para a educação em suas sociedades. Desse modo, é preciso repensar a escola enquanto espaço formativo que não pode ser encarado de maneira estanque. As instituições sociais têm como elemento a historicidade, ou seja, a capacidade de transformação ao longo da história e de acordo com as necessidades de cada sociedade e, assim, não podem ser vistas como um espaço intacto.

Não foi manifestada pelos informantes nenhuma negativa em relação à importância da implementação da Lei 11.645/08 no Instituto ou no Campus Camaçari. Entretanto, mesmo com o discurso voltado para a necessidade de implementar a Lei, os indicativos de ações para tal se restringem à Semana de Consciência Negra e à proposta de uma Semana de Consciência Indígena. Destaca-se a dificuldade de utilização de dois dias letivos e meio para realização da Semana de Consciência Negra do IFBA - Campus Camaçari em 2012. Na ocasião, a Direção de Ensino alegou dificuldade de sensibilizar os docentes do Campus e de remanejamento das atividades daqueles dias letivos.

Aqui, cabem algumas considerações: mesmo sendo convencida pela comissão de organização da Semana de Consciência Negra que, entre vários argumentos, lembrou que o Instituto já fora notificado anteriormente em relação à implementação da Lei 11.645/08, até hoje não houve uma movimentação da Direção de Ensino para cobrar das coordenações e dos docentes do Campus uma posição em relação à implementação da Lei. Destaco que, com isso, não quero individualizar a responsabilidade da implementação da Lei paras os/as servidores, mas que, com uma postura de convocação dos profissionais da comunidade escolar, no mínimo, seriam elencadas dificuldades para colocar a Lei em prática e um diagnóstico básico de tais elementos estariam de posse da Direção. Para não dizer que só falei de espinhos, aponto que, desde o ano de 2013, a Semana de Consciência Negra faz parte das atividades previstas no calendário letivo do Campus.

Ainda assim, a estudante Daniele Freitas apontou sua leitura sobre a postura da gestão do IFBA - Campus Camaçari sobre a implementação da Lei:

> Não muito atenta ou preocupada em implementar a lei no campus. Pois a lei entrou em vigor em 2008 e até agora não foi implementada, nem houve

> discussão com a comunidade, ou qualquer atitude que demonstrasse preocupação em fazer a lei vigorar de forma eficaz.

Partindo do pressuposto de que a implantação de uma Licenciatura Intercultural Indígena – LINTER – significaria um compromisso de gestão com a questão indígena, concluiríamos que a situação do IFBA - Campus Porto Seguro, em relação à implementação da Lei 11.645/08, estaria em boas condições. Entretanto, o professor do IFBA - Campus Porto Seguro, João Veridiano, que atua na Licenciatura e no ensino médio integrado, relata que "não existe a preocupação e a discussão sobre a implementação dessa Lei no Campus de Porto Seguro do IFBA", e em relação ao IFBA, de modo geral, "não é possível apontar ponto de implementação". O mesmo descaso está presente em relação à LINTER, segundo o professor, que defende que "não há apoio institucional, os docentes viajam sem diárias e com carros precários, não há discussão pedagógica do corpo docente sobre o curso". Assim, sobre a relação direta entre a LINTER e a implementação da Lei 11.645/08, Veridiano destaca que "não parece haver relação entre a Lei e a implementação do curso no campus, tampouco no IFBA".

Visto que, historicamente, as nossas licenciaturas não ofereceram para os graduandos condições de formação em questões relacionadas às heranças culturais, sociais, econômicas etc. dos povos indígenas e africanos na formação da sociedade brasileira, defendo a necessidade urgente de operacionalizar sistemas de formação docente e de demais profissionais que atuam no espaço escolar. É demasiado idealista acreditar que um problema estrutural de séculos, que é a redução das matrizes culturais africanas, afro-brasileiras e indígenas, vai se resolver a partir de boa vontade individual. Sobre a importância da formação docente voltada para a questão indígena, o professor de história do Campus Camaçari, Alex Ivo, defende que:

> Nossa formação acadêmica, marcada por um forte eurocentrismo, desprezou tais conhecimentos. O pouco que tive acesso foi através de um curso de extensão sobre história indígena, com 16 horas. O assunto mais flagrante hoje é a luta dos indígenas pelo direito às suas terras e o duro enfrentamento que eles fazem contra o agronegócio e sua representação política.

O professor também destaca como propostas "A inclusão de atividades regulares de formação de quadro docente e técnico da instituição; incorporação dessa temática no planejamento pedagógico dos cursos". Logo, urge a necessidade de implantar programas de formação não somente docente, mas também das comunidades escolares de maneira geral, voltados para a questão indígena.

A realização da pesquisa em curso, que embasa os dados expostos neste artigo, conta com a concepção de que é necessário levantar propostas para a aplicação da Lei no Instituto. Desse modo, aponto algumas iniciativas observadas nos últimos anos em relação à discussão sobre questão indígena nessa instituição, apesar da ausência de uma política institucional consolidada voltada para a implementação. Em artigo anterior, relatei que existem

> Algumas iniciativas que vêm acontecendo no *campus*, apesar da postura omissa da gestão do Instituto, seja em nível do campus, ou do Instituto como um todo. Com a realização das semanas de consciência negra, alguns/as docentes vêm realizando atividades com acompanhamento nas turmas voltados não somente para a questão racial, mas também étnica indígena. Tal ponto não se restringe ao campus Camaçari, é possível citar como exemplos com os quais tive contato: palestras proferidas por diversos profissionais, Jornadas das Relações Étnicas e Raciais no campus Salvador, bem como oficinas ministradas por mim nos *campi* Vitória da Conquista e Ilhéus, nos anos de 2012 e 2013, respectivamente. Cogita-se ampliar a pesquisa atualmente com foco no campus Camaçari para outras unidades do Instituto (CHATES, 2015, p. 11).

Cita-se ainda a Pós-Graduação em Relações Étnicas e Raciais, realizada no IFBA - Campus Salvador e o Grupo de Estudos em Temática Indígena, sediado no IFBA - Campus Porto Seguro. Sobre a primeira, ainda conta com apenas uma disciplina, com carga horária de 30 horas, voltada para a questão indígena, o que é insuficiente para uma formação básica voltada para essa temática. Sobre o Grupo de Estudos, o professor João Veridiano, presidente, relata que:

> O Grupo de Estudo em Temática Indígena nasceu do interesse de alguns professores atuantes na LINTER. Entretanto, o Grupo despertou interesse de pesquisadores de outras instituições que possuem interesse em questões indígenas. O foco era que o grupo desenvolvesse atividades coladas ao curso, mas, por vários motivos institucionais, o grupo foi construindo um caminho próprio.

O grupo tinha o objetivo de realizar atividades na área, como o IX Encontro Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas (ELESI), que aconteceu em 2013 no IFBA - Campus Porto Seguro.

Conclusões

Hoje, infelizmente, se reportar à Lei 11.645/08 no IFBA é pautar a não aplicação da mesma. Como docente que vem estudando a questão há dois anos, defendo a necessidade de

realizar projetos de formação sobre a temática indígena junto a um processo de sensibilização e responsabilização dos setores responsáveis e dos servidores, após promoção básica de condições para que os mesmos possam ser empoderados em relação à implementação da Lei no Instituto.

Me parece muito simbólico que um Instituto, que é sediado em um estado com um dos maiores contingentes de pessoas negras fora da África e que contou com o primeiro espaço de invasão portuguesa no que hoje são terras brasileiras, conte com um descaso tão grande na aplicação da Lei. Tal fato aponta um caminho ainda muito longo a ser trilhado. Em contrapartida, a esperança de uma mudança de quadro pode ser sustentada pela existência de um grupo de servidores que vem atuando de maneira dispersa e capilarizada no Instituto, pautando a questão racial mais fortemente e, em certa medida, a questão indígena.

Os dedos escrevem palavras pessimistas sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no IFBA, mas o desejo é que esse quadro seja revertido. Embora a escola seja historicamente um espaço que tem legitimado a existência de diversas opressões, creio que desistir da transformação da mesma é desistir da reconstrução de uma sociedade em moldes igualitários. Se não é possível, nos dias atuais, viver sem escola, que possamos virá-la do avesso e atribuí-la um caráter público de verdade, uma escola para todos, com todos e de todos.

Referências

ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na Antropologia brasileira**: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira/Renato Athias. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 03 set. 2015.

CHATES, Taíse de Jesus. **A domesticação da escola realizada por indígenas**: uma etnografia histórica sobre a educação e a escola Kiriri. Salvador, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA: 2011.

CHATES, Taíse de Jesus. **Lei 11.645/08 e educação escolar indígena**: relações, reflexões e possíveis aprendizados. Porto Alegre, Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015.

MAHER, Teresinha Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In.: GRUPIONI, Luís Donizete (org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MUNANGA, Kabenguele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ em 05 de novembro de 2003. Disponível em <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 03 de set. de 2015.

MUNANGA, Kabenguele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. revisada. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Alcione Silva de Oliveira e; SANTOS, Georgina Gonçalves dos. **Cem anos de IFBA:** as mudanças nos perfis dos estudantes. Niterói, RJ, Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2012.

UM CASO DE "VANDALISMO": COMPROMISSO COM A GRANDEZA ESCOLAR NA ARENA PÚBLICA DA INTERNET

Ubirajara Santiago de Carvalho Pinto
UENF

Resumo: O presente trabalho aborda a questão da justiça escolar no contexto da escola contemporânea, tomando como foco de análise empírica um caso de vandalismo que deu origem ao que a abordagem da sociologia pragmática chamou de "momento crítico". Parte-se do pressuposto de que os agentes sociais, ao avaliarem criticamente um caso de vandalismo ocorrido na escola, fazem-no de modo reflexivo e dentro de limites de racionalidade. A partir disso, o trabalho analisa os critérios de justiça mobilizados pelos estudantes do ensino médio do Instituto Federal Fluminense/Macaé e procura avançar o debate da justiça escolar no quadro da universalização do acesso à escola que, na atualidade, comporta um público de diferentes classes sociais, além da diversidade cultural e das diferentes vozes que, nela, demandam reconhecimento.

Palavras-chave: socialização política; justiça escolar; pragmatismo.

Abstract: The present article focuses on justice question in the context of contemporary school. We analyzed a case of 'vandalism' from the pragmatic sociology perspective, so to say, as a "critical moment". We assume that the social agents estimate critically what happened in the school and are able to reflect and criticize these events. From this starting point, the paper analyses the multiple criteria of justice mobilized by the students of one technical school and seeks to advance the discussion about justice in the contemporary education.

Keywords: political socialization; educational justice; pragmatism.

Introdução

A escola contemporânea se revela mais complexa tão logo se tenha em conta as transformações que nela se passaram no último século e que, por assim dizer, tem se passado no mundo político contemporâneo[1]. Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é pensar a escola a partir da pluralidade de regimes justificação e de ação que nela se apresentam.

[1] Refiro-me à ampliação do acesso à escola, quer dizer, à universalização da escola em consonância com as ideias apresentadas por Derouet que, após referir-se à distribuição em forma de sino (normal) das classes sociais na escola, usa a expressão escola explodida para se referir sinteticamente ao quadro complexo de transformações por que passou a escola desde seus princípios na França até a atualidade, período em que todas as classes estão formalmente na escola, mas em que as exigências que se colocam para a escola fazem apelo a um critério compósito de justiça, na medida em que na escola se apresentam uma pluralidade de critérios de justiça, muitas vezes, em tensão. Paralelamente a isso, o mundo contemporâneo pode ser pensado, em sua ampliação da crítica e das manifestações políticas, pelo que foi denominado "modernidade liberal estendida" por Peter Wagner em "Modernidade, Capitalismo e Crítica" (In: Fórum Sociológico número 5/6 (2a Série), p. 41-70). Dito de modo resumido, ele propõe uma análise das 'modernidades' que mostra as tensões e ambiguidades da autonomia e da liberdade na teoria social e, *pari passu*, um quadro de extensão das demandas de justiça colocadas pela democracia liberal e a modernização econômica que desemboca na exigência de revisão das abordagens no sentido de compreender as socialidades contemporâneas mediante conceitos que tenham, numa palavra, substância empírica.

Procederemos, pois, à análise de um momento crítico (BOLTANSKI e THÉVENAUT, 1999, p. 359) a partir da *démarche* da sociologia pragmática da crítica. Assume-se, como ponto de partida, a reflexividade e a competência crítica dos atores em suas próprias operações críticas, no sentido de que eles conhecem as tensões e restrições envolvidas na ordenação das grandezas, embora não criem sistemas filosóficos para sustentar, em toda sua generalidade, 'um critério último de justiça', tal como se pode ler em *De la Justification* (1997).

Nas sociedades complexas contemporâneas, marcadas pela mesma institucionalidade cujos princípios de justiça confinam com os desvelados pelas filosofias políticas organizadas na gramática política de Boltanski e Thévénaut em torno de seu modelo de cidade (1997, p. 96-97), os atores sociais, em suas denúncias e reclames, colocam em pauta critérios plurais de justiça. As situações de crise (BOLTANSKI, 1999, p. 359), constituem-se, neste sentido, especialmente propícias à investigação acerca do modo como se produzem os acordos e se (re)ordenam as grandezas, poder-se-ia dizer, sobre como se faz e se refaz a comunidade política da escola.

Em se tratando de formas de coordenação das ações que não degeneram em violência nem aos limiares da afetividade, há restrições às operações críticas que podem ser analisadas a partir de uma gramática plural. O estudo acurado desta gramática, mobilizada pelo estudantado e por aqueles que se encontram noutros pontos da ordem de grandeza que preside a escola, permite-nos conhecer melhor as construções políticas daqueles que tomam parte na socialização política da educação (RESENDE e GOUVEIA, 2013).

A perspectiva da sociologia pragmática, neste sentido, nos leva a seguir os atores no quadro de suas atividades e competências na arena pública. O trabalho de qualificação e a ordenação das grandezas na escola deixa entrever disputas, controvérsias, reavaliações e zonas problemáticas, as quais nos permitem perceber como se dá a produção de acordos e desacordos, isto é, como se faz o comum nas escolas (RESENDE, 2013, p. 105). Além disso, acessar "as lógicas e os dispositivos que sustentam os comportamentos no espaço da escola permite aceder a uma *outra escola* que os alunos constroem para além das regras formais em que os estabelecimentos de ensino assentam" (Rayou 1998 *apud* RESENDE p. 111).

A abordagem pragmatista, aberta a novas construções críticas, remete-nos a um campo de investigações empíricas formidável, sobre as formas pelas quais se produzem acordos, estados de compromisso e perspectivas críticas que se dão no quadro de limites reflexivamente conhecidos pelos atores.

1. O julgamento de pessoas e objetos: a grandeza da escola à prova da realidade.

Para pensar o que faz o 'comum' na escola, escolhemos o que julgamos ser um *momento crítico* (BOLTANSKI E THÉVENAUT, 1999, p. 359). Ele deu lugar a uma denúncia da diretora de ensino do que podemos chamar, a partir da *démarche* proposta por Boltanski e Thévenaut (1997), de uma *falha de grandeza*. Ela denuncia, publicamente, na página oficial da escola no *facebook*, um recente ato de depredação do patrimônio público da escola. O litígio gira em torno de por em evidência uma falta de grandeza e, portanto, uma injustiça ou uma falta de justeza num agenciamento" (BOLTANSKI e THÉVENAUT, p. 169, 1997). Desta falta resulta uma discordância que pode ser um conflito social no mundo cívico.

Como procuraremos mostrar, isso dá azo a uma prova pública da grandeza da escola e dos que nela agem, colocando a escola, seus atores, objetos e investimentos de forma sob avaliação crítica. Este momento crítico foi capaz de colocar à prova a grandeza não só de alunos, mas da prática de alunos, professores e da direção. As provas a que se submetem adultos e jovens permitem pensar suas diferentes lógicas de agir, suas continuidades e rupturas (RAYOU, 2005).

É neste sentido que, à contrapelo da ordenação das grandezas presidida pela cidade cívica, que instaura um compromisso dos debatedores na arena pública virtual para com o caráter reprovável da falta de 'respeito' para com a ordem cívica da escola, é possível escutar outras vozes. Terão lugar de ser, uma vez denunciado o ocorrido, comparações com eventos passados, referências a outras lógicas de justificação da grandeza e modos de ação, enfim, a outras justificações da falha de grandeza, as quais se reputam o 'sentido da crise' denunciada na *arena pública* virtual.

Assim, reportaremos os dados aos modos de justificação e às lógicas de ação política discutidas por alguns autores que se debruçam sobre a escola, o estudantado, seu modo de agir e o criticismo dos atores no mundo contemporâneo. Estamos cientes, seja dito, de que este primeiro movimento de reflexão, que parte do que nos pareceu ser um *acontecimento-chave* (RAYOU, 2005, p. 472), só pode ser feito pelo fato de que, enquanto professor da escola, tenho acesso a referências situadas no 'comum' desta escola. A esta análise puramente qualitativa e ancorada no texto, seria fecundo aliar o método utilizado por Rayou (2005), que une o significativo e o representativo, combinando dialeticamente o *survey* e sua abrangência aos incidentes sensíveis às experiências dos atores, no sentido de sua

mobilização em torno de critérios de justiça e do que para eles, ainda que em controvérsias, revela-se como fundamento do 'comum'.

A partir disso, seria completar a análise com estudos de caráter etnográfico, a fim de colorir aquelas zonas de sombra e aquelas regiões problemáticas que levam o estudo para os pontos mais agonísticos da escola ou para modos de agir que podem ser melhor pensados não pela polissemia da justiça política, mas pelo engajamento dos alunos enquanto pares e situados em uma cultura estudantil que, de certo modo, os distancia da cultura escolar, que dispõe de investimentos de forma específicos (de estirpe republicana) e que com ela se tenciona. Avancemos, pois, mais um passo, na preparação da análise dos termos derivados da denúncia.

1.1 O compromisso cívico com a escola

Apesar da discussão acerca do desajustamento produzido pelo ato qualificado como vandalismo e, reiteradamente, reforçado em sua significação imoral pelos que aderiram ao debate e o qualificaram como aquém da dignidade comum, outras vozes fizeram apelo a critérios que não dizem respeito ao 'bem comum cívico da escola'. Podemos dizer, destarte, que a ordem cívica esteve em compromisso com outros mundos (BOLTANSKI e THÉVENAUT, 1997, p. 373-378). E sua *falha de grandeza*, no decurso da prova, verá o aparecimento de outras naturezas e mundos, assim como o questionamento de algumas de suas formas de investimento. Reminiscências de eventos anteriores que (des)qualificaram outras formas de ação são referidas ao desajustamento 'atual' da ordem cívica da escola.

1.2 A justiça plural e o (des)valor da ordem cívica da escola

A partir da denúncia já mencionada, começa a altercação sobre as razões da falha. A altercação recai sobre a qualidade, isto é, a grandeza dos alunos, visto que o 'mal feito' é atribuído a alunos na denúncia. Depois de uma série de manifestações de apoio à punição daqueles que atentaram contra a lógica cívica da escola, na qual a 'menoridade' (e o repasse da punição para a família) e o respeito aparecem, temos uma justificação da falha de grandeza da escola pautada no mérito: "E creio que só vai ficar pior com essa nova regra da cota e esse sistema de não jubilar depois de repetir duas vezes o mesmo ano..." diz o aluno L. M. E., após outras manifestações de repúdio que reforçam a pré-cidadania dos alunos que

teriam cometido tais violações da ordem cívica, pode-se ler: "Um conjunto de erros. Desde o fim das jubilações até a permissão da entrada de estudantes ainda despreparados para uma instituição como o IFF, na qual saber lidar com a liberdade é fundamental. Também não podemos esquecer da responsabilidade de alguns professores que 'jogam' seus alunos nos laboratórios e somem pela escola para não dar aula. Os laboratórios devem ser sempre acessados com algum responsável", diz o aluno G. C.

O valor meritocrático, como se viu, associa-se à importância da eficiência do funcionamento dos investimentos de forma da escola, da responsabilidade do professor, ladeado por uma ideia de liberdade que reclama também a responsabilidade de uma 'tutela cívica' que, lembra essa justificação, faz também parte de uma sala de aula bem ordenada. Há aí uma composição de critérios de justiça: liberdade, responsabilidade, eficiência e mérito. Como se nota, a situação de crise evidencia o desajustamento de pessoas e objetos, confrontando a coatuação dos envolvidos com sua experiência e suas expectativas futuras. Assim, diz outra aluna, R. L.: "Destruíram o que não funcionava 100% pra comprarem novos, não?"

A proposição do mérito, tal como exposta acima, encontrará, contudo, reações críticas, quer providas pela ideia, ainda que incompleta, de que deve haver uma *discriminação positiva* (DUBET, 2004, p. 545), como se pode ler em "Vocês nem sabem quem foi e já estão acusando os cotistas, tá cheio de sangue azul nesse iff hein", como diz o aluno F. A., quer por uma justificação que também apela para o doméstico: "Gente, o fato ocorrido não pode ser associado ao não-jubilamento e ao programa de ações afirmativas, por favor não se equivoquem. O incidente é provido de *falta de uma coça em casa*, irracionalidade, falta de caráter e egocentrismo", diz o aluno E. M., ao apresentar uma justificação em termos plurais.

Na sequência do debate, dois eventos sociais que foram proibidos pela direção da escola serão lembrados. Interditados que foram pela ordem cívica da escola, alguns alunos os mobilizam no sentido de justificar a irrupção do desajuste: "Todo mundo sabe que isso é culpa da ausência de trote", diz J. B., em coro com outros alunos. Ao passo que E. M. sustenta que o "Piranhabol tinha seu valor pedagógico, construção de caráter através de saudáveis competições onde se trabalhava a tolerância através do contato com transgêneros". Comecemos pela alusão ao trote.

O trote lança mão, a nosso ver, de um compromisso entre o mundo doméstico – na medida em que ele propiciaria, de certo modo, a compreensão do lugar do aluno na ordem doméstica hierarquizada da escola – e o mundo cívico. Para a antropóloga Ana Lúcia Modesto,

o trote reforça a hierarquia, opondo-se, neste sentido, à igualdade cívica[2]. Por outro lado, este critério diverso daquele da ordem cívica da escola é também a reivindicação de um espaço de sociabilidade que comporta um jogo complexo de proximidade e distância entre os alunos. Ele pode ser pensado também a partir de outro modo de ação, a saber, a *philia*, com tudo que isso comporta de outros mundos e tensões na escola (RAYOU, 2005, p. 467).

Detenhamo-nos, agora, no sentido do "Piranhabol"[3]. Sua reminiscência é frequente na fala dos alunos do IFF/Macaé. Trata-se de uma competição ao estilo do futebol americano, na qual os times de alunos se travestem invertendo os gêneros e o contato físico excede o uso ordinário do corpo, o que contribui sobremaneira para a vinculação de seus participantes num evento deveras diverso da "ordem corrente" da escola que, com efeito, funda-se na *philia*, na simetria e também pode ser pensado como uma forma de sociação no sentido de Simmel, qual seja, a competição entre os participantes[4]. O caráter horizontalizante do evento nos parece tal que vale mencionar o uso de bebidas entre os pares. Ocorre que se trata de uma competição e, como tal, nem sempre os limites respeitam as formas de se fazer a equivalência entre os competidores.

A última edição do evento, em 2012, deu lugar a um conflito físico entre alunos, que ganhou as dimensões de um *momento crítico* (BOLTANSKI e THÉVENAUT, 1999, p. 359). De sorte que o evento, após ser submetido à prova, mediante comissão disciplinar, foi retirado do calendário estudantil, sendo qualificado como desajustado à ordem cívica da escola e suas expectativas de conduta. Assim, a competição conhecida como "Piranhabol", uma vez ausente, teria, na evocação do aluno, que ver com a crise atual, na medida em que propiciava experiências de proximidade que contribuíam para a formação dos alunos e, por extensão, do cidadão.

Entre as manifestações de apoio à ordem cívica da escola, assim entendida nos termos articulados pela diretora de ensino na denúncia, se fazem e refazem as "economias de grandeza da escola". O mérito será, por sua vez, denunciado em sua parcialidade, pela justificação doméstica na qual se localiza a falha. "Ainda tem gente que diz que não existe preconceito nem racismo no brasil... Quem faz esse tipo de coisa é MAU EDUCADO e não

[2] In: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/027790.shtml>, 'O trote é uma prática arbitrária que foi naturalizada', boletim da UFMG/1814. A ideia de naturalização, com efeito, não é compatível com a *démarche* que aqui se optou, na medida em que produz o reducionismo da sociologização e trata o evento 'trote' como explicável a partir de um critério único e positivo, ao qual apenas o pesquisador tem acesso.

[3] A ideia de inversão de gêneros está implicada no neologismo 'piranhabol' que une o 'bol' do futebol americano com o termo 'piranha' que se refere tipicamente ao gênero feminino e é carregado de conotações morais negativas relativamente a uma moral patriarcal.

[4] Remetemos à abordagem de Simmel do conflito como forma de sociação (Vergesellschaftung). A competição é uma modalidade de conflito na qual as regras fazem o nivelamento das partes envolvidas e que tem, pois, um aspecto civilizador: ela nivela as partes e permite a objetivação de valores subjetivos.

cotista/repetente", diz a aluna D. R. Vê-se que a qualificação do ato imoral se desvincula, de certo modo, do êxito nas provas tipicamente escolares. Desdobram-se, como já dito, uma pluralidade de critérios de justiça: "Sabia que iriam me chamar de racista KKKKKKKK O que eu quis dizer é que cada vez está mais fácil de entrar no IFF, as pessoas que entravam antigamente ralaram para estar lá, por isso tinham amor pela escola, de certa forma. Agora não é mais um desafio, não tem mais essa emoção, então o pessoal está cagando. Não estou dizendo que todos que entrarem por causa dessa nova cota ou ficarem lá repetindo pra sempre são assim...", retorquiu o aluno L. M.

Não se trata, diz o aluno, de atacar pessoas, mas de fazer referência ao mérito e à eficiência como critérios de justiça que, uma vez ausentes, produziriam o desarranjo da ordem de grandeza de pessoas e objetos que deveriam estar sob a equivalência das grandezas da escola. A discussão segue no sentido de avaliar o valor do mérito dos alunos que tem acesso à escola. A esta altura, alguns alunos adscrevem sua classificação no concurso de entrada. Nega-se, em seguida, o vínculo entre cota/mérito e a conduta denunciada na abertura do julgamento.

Dá-se, aqui, a primeira intervenção da diretora de ensino, após feita a denúncia: "A discussão está interessante. Queria contribuir com uma informação, concorrência de 2015: Automação 8,6 candidatos por vaga; Eletromecânica 9,4 candidatos por vaga; Eletrônica 4,7 candidatos por vaga; Meio Ambiente 5,2 candidatos por vaga. Infelizmente ainda é alta". E, um pouco adiante, ela retoma: "Acho alta, Cássio. Tem muito vestibular que tem concorrência menor que essa. O ideal é que pudéssemos atender mais pessoas, pois temos 500 pessoas que querem entrar e 440 ficam de fora, é muito triste..." A tristeza aludida tem como critério a ordem cívica, uma vez que a escola é referida como um 'bem comum' a todo cidadão e, como tal, acessível independentemente de outras esferas de justiça.

O desajustamento de pessoas e dos objetos é pontuado à intervalos. O aluno M. D. diz: "Quando eu era do IFF, o 'vandalismo' era tomar uma ducha no chuveiro na piscina depois da pelada", seguido pelo aluno P. F. que emenda: "Virar as cadeiras da sala já dava uma confusão fudida HAUHAUHAUHuahuahuahuahano".

Passemos, doravante, à fase final da análise. Deparamo-nos com a seguinte pergunta: "E uma instituição desse nível não possui ao menos uma câmera de segurança?", indaga o aluno C. C. Que receberá como resposta uma justificação da diretora, não por acaso referendada pelo critério cívico, já que, como diretora, ela está investida desta grandeza nessa atuação: "Triste é uma instituição 'desse nível' precisar de câmeras de segurança. Já

solicitamos as imagens das câmeras do Sicoob e o processo de compra de outras está na fase final, *câmeras que infelizmente precisamos*". Não por acaso as aspas da diretora em "desse nível", já que se trata da grandeza da própria escola que, nesta arena, é objeto das sucessivas avaliações. Ademais, a infelicidade da necessidade do controle das condutas por câmeras deve-se, na justificação da diretora, a uma falha na ordem cívica da escola: tal falha recai sobre os 'menores', os mais jovens na ordem de grandeza escolar, isto é, os alunos, que assim como os mais velhos importam pouco para a *cidade cívica* (BOLTANSKI e THÉVENAUT, 1997).

Findo o julgamento, parece-nos que o *acontecimento-chave* nos forneceu um bom exemplo de prova de realidade. Como diz Rayou "crianças e jovens devem, como os adultos, submeter-se à prova de realidade, únicas suscetíveis, num mundo de múltiplos princípios de legitimação, de liberar "valores" orientados para a justiça e sendo o objeto de um acordo" (2005, p. 167). Ora, o que se desvela no julgamento é a *grandeza* da escola e de seus partícipes. O que se questiona diz respeito, também, às providências tomadas frente ao ato em juízo, no sentido do (re)ajustamento do acordo cívico.

Importa lembrar, neste sentido, que

> sucede do fato de que qualidades de grandeza e pequenez não são vinculadas às pessoas que uma política de justiça deve solucionar disputas ao fazer a convenção de equivalência se submeter a uma prova. Apenas no desfecho da prova, no decurso da qual as partes conflitantes são induzidas a mencionar os objetos e os fins de um mundo compartilhado, que seu estado de 'grandeza' é revelado. É pelo fato de que seus argumentos são confrontados com a realidade que a ordem produzida pela prova (que uma prova diversa poderia desafiar) pode ser qualificada como justa (BOLTANSKI, In: *The Politics of Pity*, excerto, p. 4, data).

2. O 'comum' plural da escola e suas tensões

As tensões que se revelam na escola, sobretudo nas situações de prova a que nela se submete o estudantado, mostram, de um lado, o fechamento da concepção política republicana, até certo ponto refratária às lógicas de atuação e justificação política dos estudantes que, por seu turno, estão aquém da cidadania política republicana da escola e, por outro lado, revelam-se portadores de outras formas de ação e justificação de sua autonomia cujas vozes são audíveis. Assim, se tomarmos à sério a investigação dos modos de ação fundados na *philia* e na proximidade, suas tensões com outros mundos e regimes de justificação, alarga-se o campo de investigação empírica da socialização política na escola

contemporânea que viu, nas últimas três décadas, uma ampliação significativa de seus quadros institucionais, assim como a diversificação sem par da oferta e da demanda escolar. Para o caso francês, aliás, a complexidade da disputa e da oferta dos recursos distribuídos pela escola encontra boa descrição em Derouet (2010).

Assim, tendo em vista o modelo de cidade de Boltanski e Thévenaut (1997), a ordenação das grandezas de uma escola pode ser analisada sob o prisma da reflexividade e das formas de ação de seu público, isto é, os alunos, tal como nos mostram Resende e Gouveia (2013) ao abordarem a amizade como modo de ação e o insulto moral entre pares, revelando toda uma economia de grandezas diversas daquelas do mundo adulto. E, a despeito de ser pública, a escola pode ser remetida ao mercado como bem mercantil pelos atores que, por assim dizer, também adquirem a competência requisitada para fazer a equivalência nas operações típicas do mercado.

Na contrapartida crítica dos alunos, aliás, dispostos numa condição de, por assim dizer, pré-cidadania, numa ótica puramente cívica/meritocrática e suas situações de prova, vislumbra-se outras lógicas de ação política: quando não reduzidas por uma 'cidade' em compromisso com ela, ou em disputa por uma redução em outro bem comum, mas assentes em critérios de justiça política plurais.

Essas tensões que perpassam a escola e suas situações encontram eco na abordagem de Boltanski e Thévenaut, ao formularem o modelo de cidade para dar conta das operações críticas e disputas a que se entregam as pessoas: "ainda que o modelo de cidade não faça referência senão a um princípio de justificação, ele é uma resposta à multiplicidade de princípios sem a qual o mundo seria um éden" (1997, p. 100-101). E, como dizem à página seguinte

> A redução da pluralidade de formas de generalidade operada pelo modelo de cidade esclarece, igualmente, sua 'fórmula de investimento': o sacrifício exigido para se aceder a um estado de grandeza aparece, pois, tenuemente ligado à extensão das outras cidades. A chance particular dos pequenos, sacrificada no estado de grande, é assim o traço de outros 'bens comuns' que não podem ser reconhecidos como tais na cidade (1997, p. 102).

No momento crítico aqui analisado, o compromisso com a ordem cívica da escola fará as vezes de uma "ordenação mais geral, ancorada num princípio superior comum, que é, a bem dizer, o critério das grandezas, [e que] permite conter os desacordos dentro do admissível, evitando sua quebra ao colocar em causa o princípio do acordo" (1997, p. 101).

3. Outras grandezas: a internet e a voz dos alunos

É digno de nota que a internet é uma marca das práticas de comunicação na atualidade, de maneira a dar lugar, amiúde, a situações de controvérsias acerca de temas variados. Sua presença massificada no cotidiano e na socialização dos jovens tem sido notada nas ciências sociais (MORDUCHOWICZ 2012 e 2013). Tendo isso em vista, escolhemos como objeto de uma primeira investida analítica sob a ótica da sociologia política da educação, no quadro teórico da sociologia pragmática da crítica, as reações dos alunos, alguns professores e da diretora de uma escola pública.

Considerado amplamente inaceitável, o ato denunciado carreia consigo avaliações morais sucessivas daqueles que fazem a socialidade da escola. Ancoradas numa gramática plural, podemos perceber que os jovens seguem linhas de socialização política que não convergem, deixando-se de lado uma postura *adultocêntrica* (RAYOU 2005 *apud* RESENDE e GOUVEIA, 2013), simplesmente com a política no sentido das formas de investimento da cidadania republicana, para as quais a escola representou, sobretudo no século XVIII e XIX (DEROUET, 2010, p. 1009), a liberação do acesso às instituições do estado moderno do familismo e das nobiliarquias locais, uma vez que o processo de escolarização teve, com seu fundo meritocrático, o avanço de hierarquizar não pela origem social, mas no transcurso nivelador das provas escolares.

No sentido aludido, os alunos se encontram muito bem cientes dos investimentos de forma que devem ser por eles preenchidos, a fim de aceder ao mundo do "alto", por referência à hierarquia de grandezas que presidem às provas – que são provas de grandeza – na escola, assim como o comportamento no sentido do público e da cidade cívica.

Por fim, podemos dizer que os alunos, ao mobilizarem uma diversidade de critérios de justiça, apresentam-se capacitados a contribuir para a reflexão sobre o que é uma escola justa (DUBET, 2004). À possibilidade de envergar diferentes critérios de justiça, assim como à demanda pelo reconhecimento de outras modalidades de ação, somam-se à ampliação das condições de exercício da crítica nas situações escolares e cotidianas.

4. Considerações sobre a escola justa e o bem comum

É impossível, posto que utópico, sustentar como justificação, numa sociedade complexa, a perfeita igualdade dos seus membros como critério de justiça. Primeiro, por que

ela não existe. Segundo, por que ela não comporta as necessidades e possibilidades das pessoas que nela conduzem suas vidas e que podem, inclusive, hoje mais do que outrora, demandar um tratamento equitativo a sua situação, consoante diferenças que não podem ser apagadas pelas desigualdades reais nem por uma igualdade fantasiosa.

De modo análogo, a escola francesa, uma vez unificada em 1940, ao pretender nivelar as pessoas sob um fundamento cívico, não logrou solucionar os dilemas da igualdade e da liberdade – que se encontram tensionados nas democracias liberais contemporâneas e nas formas de investimento da escola – de uma vez por todas (DEROUET, 2010, p. 1008). Acresce que projetar como critério único da justiça escolar a igualdade de oportunidades converte-se em meta quimérica, uma vez que a escola contemporânea é o espaço de uma diversidade de trajetórias e de classes cujas demandas de justiça mobilizam critérios plurais. Pode-se postular, neste sentido, um rol de critérios de justiça que, embora não forneçam uma fórmula sintética mágica, já que o 'comum' da escola é feito e refeito constantemente, permitem avançar a reflexão da justiça escolar (DUBET, 2004).

Admitindo-se que o princípio do mérito logrou a separação da esfera de justiça escolar de outras esferas de justiça (WALZER, 1984, p. 319), as qualificações operadas nas formas de investimentos da escola e sua forma de equivalência fundada no mérito colocam problemas para a questão da igualdade que, por outro lado, é também objeto de reclame, mas deixa de ser pensada como um objetivo a todo custo e desatento às desigualdades justas. A reflexão sobre a justiça escolar deve considerar, portanto, a presença de pelo menos mais 4 critérios, a saber: 1) a discriminação positiva no sentido da justiça distributiva ou equitativa de John Rawls; 2) a justiça como prestação de contas; 3) a garantia de competências mínimas e 4) a eficácia e a utilidade social da formação escolar (DUBET, 2003, p. 544-549). Combinados à meritocracia, estes critérios permitem avançar o sentido do que é uma escola justa e como ela deveria tratar seu público.

5. Conclusão: as formas de engajamento político e a abordagem pragmática

A pesquisa que procuro desenvolver – no doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF – se debruça sobres as atitudes, as formas de cognição e as formas de engajamento político dos estudantes do IFF/Macaé, escola em que, atualmente, sou professor. Ela parte de uma proposta metodológica que pretende inventariar quantitativamente – far-se-á um *survey* – o ser da política entre os alunos, no sentido de perceber descontinuidades

de comportamento político nesta geração de estudantes correlacionadas a variáveis socioeconômicas, socioculturais e suas referências na socialização familiar.

Pode-se dizer, neste sentido, que a abordagem pragmatista da socialização política da educação permite aprofundar nuances e tensões que nos colocam problemas que o método quantitativo não parece suficiente para explicar e compreender: ela revela outras formas de se fazer a política na vida dos alunos, que demandam a pesquisa etnográfica e o levantamento de situações críticas nas quais os que tomam parte na escola revelam suas posições e suas formas de fazer o "comum", para além dos arranjos formais tipificados pela ciência política.

Estas formas de engajamento do estudantado, não obstante o rumo futuro de suas tendências, não podem ainda ser pensadas como substitutas das que presidem as instituições da democracia atual, tal como adverte Rayou (2007, p. 29-30), ao pensar a lógica da proximidade/distância e da responsabilidade na atuação dos jovens franceses escolarizados.

Parece razoável, contudo, pensar o descontentamento político e as novas formas de engajamento político, batizadas como não-tradicionais, em seus vínculos com as tensões que, atualmente, afetam a dinâmica política da socialização dos estudantes. Tanto os movimentos sociais quanto as formas de denúncia e de vocalização das demandas na atualidade se opõe, com frequência, às formas de ação cristalizadas em organizações típicas da cidadania republicana, quais sejam, os partidos, os sindicatos e as instituições coladas no poder público.

Soma-se a isso a baixa confiança nas formas cívicas tradicionais em várias regiões do mundo, sobretudo entre os mais jovens, que são, por alguns cientistas sociais – que em certo sentido contribuem para o encapsulamento da cidadania republicana – qualificados como avessos à política. Por outro lado, surgem propostas de renovação, ainda em gestação, em torno da ideia de organizações deliberativas fundadas na horizontalidade.

Acresce que o programa de pesquisa da socialização política da educação, ao nos confrontar com as lógicas de ação e de justificação política dos jovens, permite compor melhor a riqueza do que aqui denominamos, sem pretensão substancialista, de o 'ser da política' dos que fazem a unidade analítica que escolhemos, a saber, a escola. Se, por um lado, o inventário quantitativo nos fornecer dados de baixa atuação cívica tradicional entre os estudantes, ao passo que nos conceda alguma novidade acerca do engajamento político nas ditas novas formas de participação, tais como protestos, boicotes, assinatura de petições virtuais, numa lógica mais pautada na escolha do que na lealdade (NORRIS, 2004, p. 2), por outro lado, o estudo de *acontecimentos-chave* da escola em combinação com o método

quantitativo, poderá nos fornecer evidências para sustentar a criticidade política presente nas escolas contemporâneas, assim como a presença marcante de uma reflexividade crítica no estudantado, cada vez mais atento às questões e dilemas públicos, ainda que se afaste ele das tonalidades de ação valorizadas pela tradição republicana.

Uma vez que a participação, as atitudes e a cognição política comportam várias dimensões explicativas, as quais extrapolam o status econômico, o capital cultural e as referências domésticas, a abordagem pragmatista do 'ser da política' entre os alunos poderá revelar dimensões da ação política que, à luz destes fatores, poderiam vir a ser consideradas improváveis. Ela pode contribuir, ademais, para responder quais temas do debate público mobilizam os estudantes – a despeito de uma possível baixa participação cívica tradicional – sem cair nas armadilhas de depositá-los numa condição de pré-cidadania ou apoliticismo. Por fim, a abordagem que deu o tom deste trabalho pode fornecer um quadro qualitativo de contrafactualidades às tipologias estatísticas que serão, destarte, apenas uma face da coleta de dados para análise, devendo ser reportadas à práxis dos atores em seus próprios termos, para daí dar lugar a uma atividade de síntese explicativa dos modos e das razões de ser do político entre os estudantes.

Referências

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. De la Justification - les économies de la grandeur. Gallimard, 1997. In: **Politix.** v. 3, n. 10-11. Deuxième et troisième trimestre, p. 124-134, 1990.

_____. **The sociology of critical Capacity**. European Journal of Social Theory, p. 359-377, 1999.

BOLTANSKI, Luc. The Politics of Pity, excerpt, In: **Distant Suffering**: Morality, Media and Politics, Cambridge, p. 3-11).

DEROUET, Jean-Louis. **Crise do projeto de democratização da educação e da formação ou crise de um modelo de democratização?** Algumas reflexões a partir do caso francês (1980-2010). In: Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 1001-1027, jul.-set. 2010.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

MODESTO, Ana Lúcia. **O trote é uma prática arbitrária que foi naturalizada**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/027790.shtml>, acesso no dia 25 jan. 2015.

MORDUCHOWICZ, Roxana. **Los adolescentes del siglo XXI**: los consumos culturales en un mundo de pantallas. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2013.

_____. **Los adolescentes y las redes sociales**. La construcción de la indentidad juvenil en Internet. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2012.

NORRIS, Pippa. **Young people & Political Activism**: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice? Report for the Concil of Europe Symposium. Disponível em: <http:/www.pippanorris.com>.

PFAFF, Nicolle. **Youth culture as a context of political learning**: How young people politicize amongst each other. Disponível em: <http://you.sagepub.com/content/17/2/167>.

QUÉRÉ, Louis. **L'espace public**: de la théorie politique à la métathéorie sociologique. In: Quaderni. N. 18, Automne 1992. p. 75-92.

RAYOU, Patrick. **Crianças e jovens, atores sociais na escola**. Como os compreender? In: Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 91, p. 465-484, mai./ago. 2005.

_____. **De proche en proche, les compétences politiques des jeunes scolarisés**. In: Éducation et Sociétés, p. 15-32, n. 19/2007/1.

RESENDE, José Manuel e GOUVEIA, Luís. **A sociabilidade escolar à prova do reconhecimento no regime da philia**: o (in)aceitável do insulto moral entre pares. p. 97-130, 2013.

_____. **As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino**: outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares. Fórum Sociológico, p. 2-14, 2013.

SIMMEL, Georg. **Coleção Os Grandes Cientistas Sociais** - Coletânea de textos. Org.: Evaristo de Moraes Filho. Cord.: Florestan Fernandes. Ed.: Ática, 1983.

WAGNER, Peter. **Modernidade, Capitalismo e Crítica**. In: Fórum Sociológico v. 5/6, p. 41-70, sem data.

WALZER, Michael. **Liberalism and the art of separation**. In: Political Theory, v. 12, n. 3. p. 315-330, 1984.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES: CINEMA COMO RECURSO DIDÁTICO NA ESCOLA

Wilson Camerino dos Santos Junior
Mestre em Educação/Ifes. Bolsista de extensão no país (c) - CNPq
E-mail: wilson.santos@ifes.edu.br

Wendell Marcel Alves da Costa
Graduando em Ciências Sociais/Ufrn. Bolsista Pibic - CNPq
E-mail: marcell.wendell@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir a dignidade humana por meio de práticas didáticas na escola. Para isto propõe a utilização do cinema como mediador na abordagem da diversidade em espaços de educação formal ou não. A educação em direitos humanos tem por objetivo discutir a valorização da dignidade humana, ou seja, o reconhecimento do homem como um sujeito histórico demarcado por diferenças culturais. Objetivamos problematizar o cinema como mediador da(s) diversidade(s) no processo educacional. Os referenciais teóricos utilizados foram Magri (2009), Xarão (2011), Pequeno (2008). No âmbito do cinema, refletiremos as contribuições de Costa (2003) e Xavier (2005), para compreender o cinema como dispositivo e instituição social e, para saber as experiências e usos da linguagem cinematográfica nas escolas, Rizzo Junior (2011) e Lima (2013). Especificamente abordaremos a educação em direitos humanos e seus fundamentos e a questão didática nas abordagens do cinema. A metodologia utilizada foram os estudos de revisão bibliográfica. Os resultados de nossa pesquisa apontam para as abordagens da(s) diversidade(s) por meio do cinema como política educacional.

Palavras-chave: direitos; cinema; educação.

Abstract: This paper aims to discuss human dignity through teaching practices at school. For this was proposed the use of film as a mediator in the approach of diversity in formal and informal education spaces. The human rights education aims to discuss the enhancement of human dignity, namely the recognition of man as a historical subject marked by cultural differences. We aimed to discuss the film as mediator of variety in the educational process. The theoretical framework used were Magri (2009), Xarão (2011), Pequeno (2008). About the cinema we are going to reflect the contributions of Costa (2003) and Xavier (2005), to understand the cinema as a device and a social institution, and to know the experiences and practices of film language in schools, Rizzo Junior (2011) and Lima (2013). Specifically discuss the human rights education and its foundations and didactic approaches on the issue of cinema. The methodology used was a bibliographic review. The results of our research point to the approaches' diversity through the cinema as an educational policy.

Keywords: rights; cinema; education.

Apresentação

No século XX algumas questões das violações aos direitos humanos vêm ganhando especial atenção nos debates das políticas públicas. A fome, o trabalho, o direito a educação e outras violações são questões que até hoje permeiam as reflexões dos denominados direitos fundamentais do homem, direitos estes previstos em legislações internacionais e nacionais. Algumas das violações aos direitos humanos perpetuam no cenário público e privado do

tecido social, sobretudo as violações que concernem às questões da diversidade religiosa, de gênero, da etnia e outras que corriqueiramente são conduzidas por práticas etnocêntricas pelo fundamentalismo tradicional societário, ao invés de serem gestadas por políticas públicas.

Mediante os contextos de ausência do Estado, práticas etnocêntricas e intolerância para com a diversidade são estabelecidas as práticas de ódio para com as diferenças sociais existentes, práticas estas construídas sistematicamente pela cultura heteronormativa que é uma cultura compostas de valores religiosos, de valores de gênero e estabelecimento de classes sociais, valores estes de estabelecimentos societários com práticas culturais já definidas, sem a possibilidade do reconhecimento do outro, ou seja, sem possibilidade de reconhecer a diversidade.

Contrapondo a este contexto que vivenciamos escolhemos debater/propor neste trabalho que as políticas para as diversidades devem se dar por meio de processos educativos da educação formal ou não, possibilitando discutir a dignidade humana por meio de dispositivos didáticos, apontando a utilização do cinema como o dispositivo mediador da relação diversidade e reconhecimento da dignidade humana.

A escolha da educação em direitos humanos é por a concebermos como importante referencial teórico metodológico quando o objetivo é tratar direitos humanos. Podemos considerar que a educação em direitos humanos se divide em dois grandes eixos para tratar a questão da dignidade humana, sendo esta questão seu principal fundamento.

O primeiro eixo são os aspectos históricos, filosóficos, políticos e jurídicos e o segundo eixo os fundamentos culturais e educacionais. No âmbito desta divisão metodológica, o diferencial de falar de educação em direitos humanos e, não unicamente em direitos humanos, refere-se que a educação em direitos humanos ultrapassa a legislação prescrita, portanto, ela busca o reconhecimento da dignidade humana.

Em suma, neste ensaio refletiremos como a educação em direitos humanos corrobora no debate do exercício da liberdade, da preservação da dignidade e da proteção à própria existência, sendo os direitos humanos responsáveis por zelar pela humanidade que cada um de nós possui, ou seja, a garantia da dignidade humana. E um dos instrumentos didáticos que podem colaborar na difusão das práticas da educação em direitos humanos é o cinema, que retira espectador de sua posição de ouvinte, e o coloca como sujeito de ação no processo de subjetivação da imagem como representação da sociedade. Neste caso, objetivamos a indignação do espectador, mediante a identificação da violação de direitos, não apenas no filme, como também em seu cotidiano.

1. Educação em direitos humanos no processo de escolarização

A educação em direitos humanos há mais de uma década vem sendo debatida enquanto recurso teórico-metodológico na implementação de políticas públicas ou sociais mediante a identificação de violação de direitos humanos. O termo direitos humanos é corriqueiramente estudado como garantia daquilo que é fundamental ao ser humano, mas e a educação em direitos humanos? Qual é a sua proposta diferencial mediante aos contextos de violações que estamos circunscritos?

De acordo com Zenaide (2008), a educação em direitos humanos possui por base a educação para a paz, contra todas as formas de autoritarismos, guerras, extermínios, ou seja, contra todas as práticas violadoras do direito à vida das pessoas em situação de desvantagem social, tais como os trabalhadores da via camponesa, os gays, as lésbicas, os transexuais, os transgêneros, as travestis e outros identificados por sua expressão de gênero ou pela orientação sexual em desvantagem. Também podemos apontar pertencentes a este contexto de violação: os negros em desvantagens sociais, as mulheres não reconhecidas socialmente pelo seu exercício de gênero, as crianças e adolescentes historicamente violadas, os adolescentes em conflito com a lei, os jovens inseridos em situação de desoportunação social contínua e os idosos sem seguridade social.

Neste sentido a educação em direitos humanos como um referencial teórico-metodológico é uma proposição que possui por objetivo incentivar por meio de práticas didáticas contínuas e correlatas ações interdisciplinares de resistência cultural contra todas as formas de violação aos direitos humanos. Com base em Zenaide (2008, p. 130), definimos o princípio metodológico da educação em direitos humanos:

> [...] fundamentação da paz, da liberdade e da justiça, [...] reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana; a proteção dos direitos humanos pelo império da lei; o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; a igualdade de direitos entre homens e mulheres; o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla; o ensino e a educação que promova o respeito aos direitos e às liberdades. [...] ser reconhecido como sujeito de direitos, de dignidade, proteção dos DH, segurança pessoal e social, fraternidade, igualdade, extinção da escravidão, acesso à justiça e ao asilo, ao trabalho e ao padrão de vida, à nacionalidade e à educação em direitos e à liberdade. [...] para os deveres universais de todo ser humano para com a coletividade, a responsabilização com a comunidade, a qual vive, trabalha, constitui identidades e modos de ser e de vida.

Para a autora, a adoção da educação em direitos humanos significa inserirmos na pauta das práticas educacionais questões específicas, como: os direitos dos povos a liberdade e a paz, temáticas como a cidadania, o direito humanitário, a democracia, a justiça social, entre as demais ações que busquem a materialidade da promoção aos direitos humanos e do reconhecimento mútuo. Para Zenaide (2008), a educação em direitos humanos tem como proposta central a construção de uma cultura universal dos direitos humanos.

No âmbito da construção de uma cultura universal dos direitos humanos é que concebemos a educação em direitos humanos como oponente instrumento de um processo norteador para abordarmos as questões das diferenças de educação formal ou não. O diferencial da educação em direitos humanos se pauta pela consolidação da dignidade humana para além da legislação. Falar em educar em direitos humanos significa implementar práticas culturais de reconhecimento do outro em sua pluralidade. O educar em direitos humanos ultrapassa qualquer acordo, tratado ou convenção, significa reconhecer o outro a partir de sua diversidade como sujeito de direito.

De acordo com Pequeno (2008), o fundamento dos direitos humanos é correlata a própria essência do ser humano, é o reconhecimento do homem como um sujeito inacabado e imerso numa formação diacrônica a partir de sua experiência com o mundo, desta forma o homem vai construindo a sua essência como pessoa, ou para aquilo que denominamos de busca pelo reconhecimento e afirmação da dignidade humana. A dignidade humana é o conceito central para consolidarmos as práticas didáticas formais e não formais da educação em direitos humanos. A dignidade é a qualidade da pessoa humana, ou seja, aquilo que confere humanidade ao sujeito.

Para Pequeno (2008, p. 23) os direitos humanos são:

> Os direitos humanos são aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição biológica, psicológica, econômica, social cultural e política. Os direitos humanos se aplicam a todos os homens e servem para proteger a pessoa de tudo que possa negar sua condição humana. Com isso, eles aparecem como um instrumento de proteção do sujeito contra todo tipo de violência. Pretende-se, com isso, afirmar que eles têm, pelo menos teoricamente, um valor universal, ou seja, devem ser reconhecidos e respeitados por todos os homens, em todos os tempos e sociedades.

Poderíamos suscitar o seguinte questionamento neste momento: existe possibilidade de alguém conferir humanidade a alguém por meio de práticas pedagógicas em espaços de

educação formais ou não formais? Iremos afirmar que sim e, baseados a partir de Pequeno (2008), em dois princípios epistemológicos: a dignidade é um valor incondicional e a dignidade é um valor incomensurável.

A dignidade como valor incondicional está baseada na possibilidade desta se apresentar e ser do outro como independente de qualquer contexto. Seja o autor da ação violadora, ou seja, o violado, ambos possuem o direito inerente de terem a sua dignidade na condição de ser humano protegida pelo Estado, mercado e pela sociedade civil. A dignidade como valor incondicional é toda e qualquer ação que promova o fim da negação, da violação e da invisibilidade.

Já a dignidade humana como um valor incomensurável faz menção ao princípio da indignação, tais como o contexto que reconhecemos que a dignidade do outro enquanto ser humano foi atingida. O reconhecimento da incomensurabilidade da dignidade humana reside na indignação quando verificamos a condição de exclusão e invisibilidade quais massas da população são colocadas, sem condições de defesa e até mesmo de garantia da vida. Totalmente em situação de desvantagem social em relação aos demais extratos do tecido social.

A tentativa de exemplificar por meio de dois princípios a dignidade humana nada mais é do que uma tentativa de demonstrar que ao defendermos o ser humano enquanto um sujeito social dotado de práticas culturais e históricas atreladas à vida, estamos a favor de do reconhecimento da existência de um sujeito que teve sua condição de ser humano invisibilizada. Para Pequeno (2008) quando defendemos a dignidade humana de outra pessoa, estamos em busca da vida social menos injusta e mais digna.

Neste sentido, ao debatermos com nossos educandos o princípio da dignidade humana nossa abordagem deve ser aberta ao reconhecimento que trabalhadores da via camponesa, os gays, as lésbicas, os transexuais, os transgêneros, as travestis e outros identificados por sua expressão de gênero ou pela orientação sexual em desvantagem. Ainda temos os negros em desvantagens sociais, as mulheres não reconhecidas socialmente pelo seu exercício de gênero, as crianças e adolescentes historicamente violadas, os adolescentes em conflito com a lei, os jovens inseridos em situação de desoportunação social contínua, os idosos sem seguridade social, os migrantes, os refugiados e os querentes de asilo político que são exemplos de pessoas que devem inicialmente ser reconhecidas pela sua condição de ser humano, para que o Estado, o mercado e a sociedade civil possam identificar a seguridade social em que serão acolhidos a partir dos tratados legais internacionais ou locais.

A educação em direitos humanos, ao tratar da existência do ser humano para além da legislação, conforme fundamenta Xarão (2011), propõe que possamos compreender a pluralidade intrínseca à condição humana. Ainda, Magri (2009) aponta a importância do sujeito se posicionar de forma crítica ao mundo, vivendo a sua própria existência e não a existência dos outros, sendo estas proposições apontadas pelos autores importantes práticas didáticas a serem adotadas pelos educadores.

O escolarizar em educação em direitos humanos a partir de Xarão (2011), Magri (2009) e Benevides (2007) remete ao educador tratar a humanização das relações sociais, tendo por pressuposto relações baseadas no direito a diversidade. O artigo 1º da Declaração Internacional de Direitos Humanos de 1948, reza: "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos", este artigo deve ser a referência principal para que os educadores identifiquem em conjunto aos membros de uma comunidade educacional o direito a educação, ao trabalho, a saúde e demais direitos fundamentais como uma garantia da dignidade humana.

Considerando o exposto até o presente momento, compreendemos que a utilização do cinema como possibilidade formativa pode oportunizar a discussão em torno de temáticas envolvendo o gênero, a diversidade sexual, a participação política, a cidadania, o meio-ambiente, a tecnologia, a etnia, o racismo e outras temáticas quais sejam correlatas a afirmação e reconhecimento da dignidade humana.

O cinema pode ser considerado como um dispositivo didático de práticas educacionais na escola, que permitirá ao educador promover a sensibilização, as reflexões e novas possibilidades de relacionamento entre os indivíduos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pois as temáticas específicas que aludem à dignidade humana proporcionam uma descolonização do olhar etnocêntrico.

2. Cinema e seus aspectos formativos na educação em direitos humanos e diversidades

A didática tem como premissa adquirir no espaço escolar, na sala de aula, fundamentos que orientem o professor na tarefa de ensinar o aluno, procurando maneiras e recursos para que o processo de ensino-aprendizagem seja, de forma dialogada e multicultural, um canal por onde novos conhecimentos se apresentarão na interação professor-aluno. Frente a isso, compreende-se que a metodologia de ensino seja um conjunto de regras e normas prescritivas, mas não *delimitantes*, visando à orientação do ensino do aluno (VEIGA, 1993).

Particularmente, no ensino da Sociologia, a Secretaria de Educação Básica (2006) orienta a admissão de estratégias didáticas para a aprendizagem do aluno. Essas motivações entrecruzam-se com os saberes correntes na educação em direitos humanos e diversidades, por que, justamente, novas paisagens humanas serão validadas no exercício de recorrer a novos dispositivos didáticos. Sendo assim, além da aula expositiva e de seminários, o professor pode, para desenvolver o senso crítico e novas leituras socioculturais em seus alunos, optar por excursões, visitas à museus, parques ecológicos, leitura e análise de textos, vídeo, televisão, fotografia, charges, cartuns, tiras e, como abordaremos neste trabalho, o cinema.

O cinema como ferramenta de ensino tem sido utilizado em diversas realidades escolares (RIZZO JUNIOR, 2011; LIMA, 2013). Cada vez mais, os professores estão aderindo ao uso da linguagem cinematográfica para provocar a discussão em torno de temáticas envolvendo sexualidade, política, meio-ambiente e, neste caso, a educação em direitos humanos. Nesse sentido, este trabalho compreende o cinema como instituição social (COSTA, 2003), funcionando como uma representação das relações sociais e da significação dos discursos proferidos na sociedade.

Como instituição, o cinema também incorpora noções estabelecidas na sociedade, códigos, representações, signos, sentidos históricos e culturais estabelecidos nas convenções idealizadas nas interações sociais. Em suma, antes de tudo, para utilizar o cinema como um dispositivo que angarie discursos no campo da educação em direitos humanos e na desconstrução dos marcadores sociais da diferença[1], precisa-se igualmente entende-lo como arte que repercute ideologia e construção de espacialidades representativas em seu discurso fílmico.

Visto isso, as possibilidades formativas do cinema são múltiplas. De acordo com Almeida (2014), existem duas formas de abordar o cinema em sala de aula, sendo uma como àquela que é a *exposição do mundo*, ou seja, analisando as diferentes repercussões representacionais que a linguagem cinematográfica atinge na encenação no produto

[1] "Problemas sociais e problemas de pesquisa sócio-antropológica especificam-se crescentemente em sujeitos de direitos minoritários referidos a marcadores de raça, etnia, gênero e orientação sexual, que passam a ocupar de modo inédito a agenda política e acadêmica do país. Ao se penetrar no labirinto da produção de categorias identitárias e formas de discriminação associadas àqueles marcadores de diferença, é possível perceber como a produção do saber vem atuando e sendo incorporada aos movimentos sociais em questão. Trata-se, portanto, não apenas de reelaborar questões clássicas e recorrentes sobre miscigenação, erotismo e nação, mas também refletir sobre o impacto das políticas de identidade e de ações afirmativas, percorrer o embate entre políticas de escopo universalista e políticas de promoção de direitos especiais, bem como buscar a compreensão renovada de convenções, representações e sociabilidades associadas a raça, etnia, religião, deficiência, sexualidade e gênero" (NUMAS, 2012, p. 349).

audiovisual, e outra como *problematização do mundo*, desmistificando as variadas facetas da realidade fílmica e da realidade real, representada como tal na imagem cinematográfica.

É deveras importante ressaltar a noção de realidade que o cinema proporciona para os espectadores. Logo, o professor tem como função desconstruir, junto com os alunos, a imagem, relativizando as noções fomentadas pelo que é posto na narrativa audiovisual. Nesse sentido, é preciso evitar o ditame de que o cinema é uma representação da realidade. Ele é mais do que isso, o cinema é uma representação da realidade que ressignifica e que cria, em seu discurso, uma realidade, um espaço fílmico que oriunda histórias fantásticas; releituras da realidade e do imaginário.

Dito isso, o cinema tem uma importância formadora, de espectadores preocupados com a leitura do que está inscrito na imagem. Segundo Fresquet (2013, p 123):

> O cinema [...] alarga nosso conhecimento do mundo, do tempo e de nós mesmos. A possibilidade de identificar essa relação entre mim e o outro, mediada pela câmera, constitui uma mola para ativar a tensão entre dois estados cuja potência pedagógica o cinema movimenta com especial competência: crer e duvidar. Transitar entre esses dois polos que paralelamente nos aproximam de certa materialidade do real para o infinito do imaginário exercita a inventividade de ensinantes e aprendentes em dois gestos fundadores da educação: descobrir e inventar o mundo.

Como aspecto formativo de espectadores críticos por meio do cinema, entendemos que a realidade escolar atravessa algumas dificuldades, tanto estruturais quanto conceituais. Muitas vezes as instituições de ensino não possuem estrutura para a exibição de filmes e vídeos para a ilustração do conteúdo do professor; e, além disso, o próprio professor não tem formação suficiente para realizar a devida desconstrução do produto audiovisual exibido. Assim, o longa-metragem ou, mais comumente, o curta-metragem termina por não reaver os aspectos formativos que apresentamos anteriormente, por que justamente perpassa a falta de estratégias de uma orientação pedagógica audiovisual.

Contudo, as possibilidades formativas do cinema são várias, não se restringindo ao campo educacional, mas funcionando como um leque nos campos institucionais. O cinema tem na *experiência estética* a relação entre espectador-filme no momento em que as nuances artísticas do filme atingem o primeiro, gerando identificação ou repúdio; *imersão do imaginário*, que por meio da similitude o espectador orienta-se na narrativa fílmica; *modelos de existência*, na medida em que os arquétipos recorrentes abrangem medidas de identificação/projeção; e *formas de pensamento*, na função de ensinar a pensar de modo plural (ALMEIDA, 2014, p. 16).

Em suma, Almeida (2014, p 15) afirma:

> É esse exercício de nos situarmos constantemente de outra vez no mundo, porque um filme nos *des-orientou*, nos *des-situou*, que constitui o caráter formativo do cinema. A equação entre a somatória desses momentos, a subtração de outros tantos, tudo multiplicado pelos discursos que nos atravessam, é que resultará nos nossos itinerários de (auto) formação.

Tomando a escola como um espaço por onde o indivíduo sofre influências culturais e políticas no seu processo de formação, ela igualmente precisa se inteirar das novas dinâmicas socioculturais envolvidas com a construção de identidades dos jovens alunos. O cinema é um fator determinante na construção da juventude pós-moderna, que se vê bombardeada de informações por todos os dispositivos de comunicação hoje existentes. Neste sentido, é importante a fusão entre o cinema e a educação escolar, "[...] porque traz para a escola aquilo que ela se nega a ser e que poderia transformá-la em algo vívido e fundamental: participante ativa da cultura e não repetidora e divulgadora de conhecimentos massificados, muitas vezes já deteriorados, defasados" (ALMEIDA, 2001, p. 48).

Além disso, muito correntemente são construídos estereótipos sobre o negro e a mulata, o homossexual masculino e o comportamento afeminado, a mulher brasileira e o desejo, o pobre e a desigualdade social, fatores que estão imbricados quando as questões permeiam os debates envolvendo política e sociedade. O senso comum, a cultura popular e os discursos dos alunos devem ser incitados, motivados; o espaço da sala de aula necessita cada vez mais de liberdade de expressão mediada pela posição do professor. O cinema, nesta etapa, vai além de uma mera ferramenta ilustrativa do tema em questão; ele abre novos campos de discussão, problematiza conflitos sociais e interpela o espectador em sua posição de ouvinte.

Considerações

Os resultados do ensaio apontam para a Educação em Direitos Humanos como uma política educacional que pode colaborar nas abordagens das políticas da(s) diversidade(s) nos processos de escolarização. Ainda aponta a necessidade de implementação do plano nacional de Educação em Direitos Humanos (2013) e das referências e diretrizes da Educação em Direitos Humanos (2007), por oportunizarem diretrizes gerais que levam ao conhecimento dos direitos humanos e do reconhecimento da dignidade humana.

A abordagem didática utilizando o cinema propicia colocar em debate o fundamentalismo societário de um modelo de família tradicional e único, os valores, as atitudes, a defesa e promoção de uma única religião, a cristã. Trabalhar com filmes permitirá reflexões sobre um fundamentalismo que têm colocado parcelas da sociedade em situação de desvantagem social, como o negro, o homoafetivo, a mulher, os espíritas, o filho de santo e outra(s) diversidade(s). Os resultados apontam ainda a didática a ser desenvolvida com base na Educação em Direitos Humanos mediada pelo cinema, como um desvelar da(s) diversidade(s) como anomalia e sim as coloca como uma construção social.

O recurso didático de filmes em sala de aula para gerar diálogo com os alunos sobre questões de direitos humanos e diversidades, em síntese, precisa estar regimentada numa abordagem inter e multidisciplinar entre os campos do conhecimento. Mais do que qualquer outra arte, o cinema possui a junção de diversas realidades sociais, pois é, ao mesmo tempo, uma arte antropológica, sociológica e política; logo, é uma linguagem ideológica e repleta de convenções orientadas pelo imaginário social. O profissional da educação escolar que estiver no encalço da busca de ferramentas de ensino, neste caso o cinema, terá que se orientar na leitura e análise de filmes junto com os seus alunos, principais atores sociais e multiplicadores da reflexão em direitos humanos.

Referências

ALMEIDA, R. **Possibilidades Formativas do Cinema**. In: REBECA, ano. 3, ed. 6, jul./dez., 2014.

ALMEIDA, M. J. **Imagens e sons**: a nova cultura oral. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos:** Do que se trata? In: Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 2000.

_____. **Direitos Humanos**: Desafios para o Século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, v. 1, p. 335-350.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos /** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

Ciências Humanas e suas Tecnologias. Secretaria de Educação Básica - Brasília: \Ministério da Educação, 2006. 133 p. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio - 3 volume).

COSTA, A. **Compreender o cinema**. São Paulo: Globo, 2003.

FRESQUET, A. **Cinema e Educação**: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e "fora" da escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LIMA, M. F**. Formação dos professores para a inserção das mídias em sala de aula**: uma proposta de ação, reflexão e transformação. In: Holos, ano. 3, v. 3, pp. 100-110.

MAGRI, C. A. **Paulo Freire**. In: Eldon H. Mulh; Elisa Mainardi; Iltomar Siviero; Márcia Carbonari, Nilva Rosin, Paulo C. Carbonari. (Org.). Textos referenciais para a educação em direitos humanos. 1ed. Passo Fundo - RS: Editora IFIBE, 2009, v. 1, p. 1-131.

Núcleo de Estudos Sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS). In: Cadernos de Campo, São Paulo, n. 21, p. 1-360, 2012.

PEQUENO, M. J. P**. Os fundamentos dos direitos humanos**. In: Maria de Nazaré Zenaide; Lucia de Fátima Guerra. (Org.). Direitos Humanos: capacitação de educadores. 1ed: 2008, v. 1, p. 23-28.

_____**. Ética, educação e direitos humanos**. In: Maria de Nazaré Zenaide; Lucia de Fátima Guerra. (Org.). Direitos Humanos: capacitação de educadores. 1ed: 2008, v. 1, pp. 35-39.

RIZZO JUNIOR, S. A. **Educação audiovisual**: uma proposta para a formação de professores de Ensino Fundamental e de Ensino Médio no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: S. A. Rizzo Junior, 2011, 189p.

VEIGA, I. P. A. **Didática**: uma retrospectiva histórica. In: Repensando a Didática. DAMIS, Olga Teixeira (Org.). Campinas: Papirus, 1993.

XARÃO, J. F. L. **A intolerância é intolerável**: notações para um projeto de educação em direitos humanos. In: VIOLA, Solon Eduardo Annes; ALBUQUERQUE, Marina. (Org.). Fundamentos para educação em direitos humanos. São Leopoldo: Sinodal, 2011.

ZENAIDE, M. N. T. s. **Educação em e para os Direitos Humanos**: conquista e direito. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy e DIAS, Adelaide Alves. (Org.). Direitos Humanos: Capacitação de Educadores. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. 2, p. 121-140.

APONTAMENTOS SOBRE ETNICIDADE NA ESCOLA

Yamilia Siqueira
Bolsista Pibid Ciências Sociais - UFES

Larissa Pinheiro
Bolsista Pibid Ciências Sociais - UFES

Resumo: Neste artigo apresentaremos alguns apontamentos a respeito de como se processa o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, tendo como referência EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo, localizada em Vitória/ES, ligada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Antes disso, apresentaremos como o movimento negro se articulou em favor dessa política educacional; a regulamentação e complementação da legislação e os desafios de sua aplicabilidade nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: etnicidade; história e cultura afro-brasileira; Pibid.

Abstract: In this article we present some notes about how is handled the teaching of History and African-Brazilian culture in schools, with reference the school EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo, located in Vitória/ES, which is linked to the *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência* (Pibid) of Social Sciences course at the Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Before that, we are going to present how the black movement was articulated in favor of educational policy; regulation and completion of the law and the challenges of its applicability in Brazilian schools.

Keywords: Ethnicity; History and African-Brazilian culture; Pibid.

Introdução

A Lei nº 10.639/2003 e as relações étnico-raciais na escola surgiram como tema devido à vontade de nos aproximarmos dessa área, haja vista que se discute nas universidades a sua baixa inclusão nos currículos das escolas o que forma por si só um objeto de estudo. Também a escolha pela temática ocorreu devido à nossa inserção na escola através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Dessa forma, o tema se apresenta como de grande relevância para os nossos estudos[1].

De um modo geral, acompanhando a rotina escolar na EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo foi constatado um déficit com o tema das relações étnico-raciais, de fato, trata-se de um tema urgente a ser debatido na escola. Nosso objetivo neste artigo foi

[1] Este artigo é resultado de reflexões realizadas durante as aulas de Política e Organização da Educação Básica, Instrumentalização de Ensino de Antropologia, Estágio Supervisionado I e Antropologia da Etnicidade, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

identificar como se apresenta a etnicidade em uma escola pública da Grande Vitória e como a escola se desenvolve em relação à Lei nº 10.639/2003. Depois de quase dois anos acompanhando a rotina escolar foi percebida a existência de muitos problemas ligados às diferenças étnico-raciais que se manifestam em *bullying*, por vezes, aparente, por vezes submerso. Ao mesmo tempo se percebeu uma reação por parte de alunos afrodescendentes no sentido de afirmação de uma identidade e de um pertencimento a um determinado grupo social. Esse será o recorte do nosso artigo.

A disciplina de Sociologia no Ensino Médio tem sido a porta para discutir temas da diversidade, sendo que neste ano está se promovendo um projeto que visa discutir os efeitos das desigualdades étnico-raciais no país e refletir acerca das posições sociais dos negros e negras no contexto brasileiro. Esse trabalho na escola teve como pano de fundo alguns acontecimentos na escola ocorridos no ano passado relacionados a preconceito e racismo contra estudantes afrodescendentes que será discorrido mais à frente.

Como mencionado anteriormente, o projeto foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Fernando Duarte Rabelo, localizada na Praia de Santa Helena, Vitória/ES. A escola está situada geograficamente em um bairro considerado nobre da capital, no entanto, a sua clientela é formada por alunos de nível socioeconômico baixo a médio, oriundos de regiões próximas e distantes da escola. Há uma peculiaridade desta escola o fato dela não ser uma escola de bairro. Por ser considerada uma escola modelo referência de ensino, trata-se de uma escola muito procurada. Por isso, chegam alunos de diferentes localidades da Região Metropolitana da Grande Vitória.

A análise deste processo ocorreu sob um olhar antropológico, tendo como metodologia de pesquisa a etnografia com observação participante, objetivando compreender as interferências tanto internas quanto externas que afetam a etnicidade de um determinado grupo social. O artigo tem como referencial teórico autores da disciplina da área de educação que discutem o tema das relações étnico-raciais, assim como análises de antropólogos como Barth (2005), Hannerz (1997) e Sahlins (1997) que discutem o tema da etnicidade.

Para chegarmos ao universo da escola em si, pretendemos inicialmente fazer um percurso da inserção da temática das relações étnico-raciais nas escolas que se inicia com a promulgação da Lei nº 9.394/1996 que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", que foi alterada *a posteriori* pela Lei nº

10.639/2003 que por sua vez foi complementada pela Lei nº 11.645/2008[2]. Em linhas gerais, será abordado os seus antecedentes, incluindo a luta do movimento negro a favor dessa política; as mudanças na legislação no governo Lula e os desafios de sua aplicabilidade nas escolas.

1. Os antecedentes e a luta do movimento negro

O movimento negro foi constituído há muito tempo, formando um dos mais importantes movimentos na sociedade brasileira, a exemplo dos quilombos que se tornaram verdadeiros símbolos de resistência. Com o fim da escravidão e o início do trabalho livre, os negros foram inseridos na lógica do sistema capitalista com base no mito da democracia racial[3] que acabou por construir uma naturalização da desigualdade racial no Brasil. Contudo, foram se constituindo, dentro do movimento negro, espaço de organização, diversas associações, além de clubes recreativos e culturais que buscavam solidariedade e cooperação mútua e com preocupação com as novas questões como acesso ao trabalho, à educação e contra a desigualdade racial (DA ROCHA, 2006).

Desde o início, uma das bandeiras de luta do movimento negro foi o estabelecimento de uma educação plural e inclusiva. Muitos foram os exemplos de ações em favor disso, com destaque para Frente Negra Brasileira, na década de 1930, que lutava por uma educação que contemplasse a História da África e dos povos negros, além disso, que combatesse práticas discriminatórias na escola. Uma década depois, o Teatro Experimental do Negro (TEN) começou a discutir as primeiras propostas de ação afirmativa no país. Em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) já defendia a inclusão da história da África e do negro no Brasil no currículo escolar. Nesse período o movimento negro contou com o apoio de Florestan Fernandes, que juntamente com outros estudiosos brasileiros se lançavam contra o mito da democracia racial (BRASIL, 2013).

Na década de 1980, as reivindicações do movimento negro se juntaram com a luta dos trabalhadores por direitos sociais. Nesse mesmo período, o movimento negro contribuiu com o texto da Constituição de 1988 que estabeleceu ineditamente o crime de racismo, além disso, definiu a demarcação territorial das comunidades quilombolas, estabeleceu a proteção

[2] Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
[3] "[...] Tentativa da elite brasileira esconder ou minimizar os efeitos da escravidão e da inserção do negro no capitalismo brasileiro" (DA ROCHA, 2006, p. 25).

às manifestações da cultura afro-brasileira e incluiu no currículo de história as contribuições das diversas culturas e etnias à formação do povo brasileiro (DA ROCHA, 2006). Essa mesma década foi rica em termos de discussão entre o Movimento Social Negro, intelectuais e pesquisadores da área da educação sobre a necessidade de um currículo que refletisse a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira (BRASIL, 2013).

Mesmo após a Constituição de 1988 que foi estabelecido o crime de racismo, não ocorreu de fato efetivas medidas desejadas para o combate às desigualdades raciais, "[...] mas contabiliza o mérito de ter simbolicamente, através da inclusão da questão racial como tópico no debate público, auxiliando na problematização de certo 'desconforto' quanto à defesa da democracia racial" (VIEIRA, 2007, p. 89).

Destaca-se a marcha "Zumbi dos Palmares[4]", em 1995, que contou com dezenas de milhares de manifestantes. Segundo Brasil (2013) a marcha "[...] representou um momento de maior aproximação e reivindicação com propostas de políticas públicas para a população negra, inclusive com políticas educacionais, sugeridas pelo governo federal". A partir dessa década vários sindicatos incorporaram o tema racial em suas agendas, o que gerou uma denúncia na Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a existência da discriminação racial no mercado de trabalho (DA ROCHA, 2006).

A criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996 foi o primeiro documento oficial a inserir em seus pressupostos a proposta de realização de ações afirmativas tendo avançado na discussão de políticas de igualdade por adotar a doutrina da proteção internacional dos direitos humanos, com base nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Pré-vestibulares para negros e carentes foram adotados com o objetivo de preparar grupos excluídos para o ingresso a universidade, tais iniciativas influenciaram a abertura de cotas para estudantes afrodescendentes nas universidades públicas (VIEIRA, 2007).

Ainda nesse período destacamos a atuação parlamentar do senador Abdias de Nascimento e da senadora Benedita da Silva, lideranças nacionais do movimento negro que apresentaram proposições dentro da legislação oriundas do próprio movimento. Aumentou bastante nesse período o número de estudos e pesquisas sobre a situação racial no país, muitos financiados por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (DA ROCHA, 2006).

[4] Reuniu aproximadamente trinta mil pessoas no dia 20 de novembro, em Brasília. A finalidade do ato foi denunciar a ausência de políticas públicas para a população negra.

Estudos especialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), conquistaram destaque ao abordar a relevância do componente étnico-racial no entendimento do quadro de pobreza e exclusão social do país, o que contribuiu para as teses defendidas pelo movimento negro e a reivindicação de políticas afirmativas que começaram a ser lançadas nesse período. Um dos destaques no campo do ensino foi à inclusão da temática diversidade como um tema transversal dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 2000 (DA ROCHA, 2006).

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, no ano de 2001 foi um marco nas discussões sobre as relações raciais no Brasil. A partir disso, ocorreu um tratamento diferenciado da questão racial, sendo incluída como prioridade na pauta das políticas públicas no país (BRASIL, 2013). Foram formuladas políticas de ação afirmativa, com destaque para as cotas para ingresso nas instituições públicas de ensino superior destinadas a negros e indígenas (LIMA; CASTILHO, 2010).

Foi durante o governo Lula[5] que foi assinada a Lei nº 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira (DA ROCHA, 2006)[6]. Com isso, o ensino de História e Cultura Africana no sistema de Educação Básica em disciplinas específicas de História, Português e Artes se tornou obrigatória. A lei é fruto de um processo que visa à retificação histórica de um currículo oficial que perpetuou a cultura e as raízes ancestrais de parte considerável da população brasileira em silêncio (SANTOS, 2010).

Segundo Dias (2004 apud DA ROCHA, 2006), tratou-se de uma resposta às antigas reivindicações do movimento negro, o que favoreceu o governo, pois esse intento dificulta que este segmento da sociedade causasse algum constrangimento no início da gestão petista. Ainda assim, o governo sofreu pressões internas e externas que impossibilitaram a criação do órgão responsável por promoção de igualdade racional, tão almejado, o que veio a ser criado um pouco mais tarde.

[5] Nesse mesmo período o governo sofreu com a reforma universitária que foi bastante criticado, pois de fato se desenvolveu dentro um programa controverso (PROUNI), na medida em que se instituíam políticas públicas para jovens pobres e excluídos do ensino superior, mas através do setor privado de ensino, por meio de parcerias público-privadas, o que levantou protestos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e do próprio movimento negro que por sua vez ficou dividido. A grande expectativa do movimento negro é aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que traz em seu bojo o direcionamento mais recente do movimento que é de ocupar os espaços na vida social brasileira (DA ROCHA, 2006).

[6] Em março de 2008, o artigo 26-A obteve uma complementação em sua redação: acrescentou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena, além da história e Cultura Afro-Brasileira dando origem a Lei nº 11.645/08.

A promulgação da Lei nº 10.639/03 foi importante, mas o movimento negro não se deu por satisfeito. Foram realizadas reuniões em vários lugares do país, enquanto as entidades negras reclamavam a presença de uma estrutura no primeiro escalão do governo. No mesmo ano, o presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR)[7], com *status* de Ministério, assumindo uma representante do movimento negro, Matilde Ribeiro. Nesse período o governo se externou em relação à necessidade de se desenvolver políticas públicas afirmativas (DA ROCHA, 2006).

Todo esse debate visou contribuir para a compreensão de todo o processo histórico e cultural relacionada não apenas as relações de trabalho, mas também com as políticas afirmativas que abrem espaço para o 'resgate da identidade e autoestima dos integrantes da comunidade afrodescendente brasileira' que condicionara a fomentação 'um sentimento de pertencimento a um povo' (SANTOS, 2010, p. 42).

2. As dificuldades de aplicação da Lei nº 10.639/03 nas escolas

A literatura narra várias dificuldades de aplicação da lei nas escolas. Com o sancionamento da Lei nº 10.639/03 e posteriormente a Lei n° 11.645/08 foram implantadas as "políticas curriculares oficiais que não costumam ser um reflexo do pensamento de docentes e demais pessoas ligadas ao cotidiano escolar" (SANTOS, 2010, p. 43), uma vez que raramente essas pessoas são inseridas nas discussões de novas propostas governamentais.

As políticas curriculares, além de trazerem um conjunto de prescrições a serem implantadas pelas escolas, chamam a atenção, segundo Goodson (2005, apud SANTOS, 2010) pelo fato de o currículo escrito ser apenas um documento legal, evidenciando as intenções políticas e uma estrutura institucionalizada da escolarização. Quando apresentado aos professores o currículo documental passa de pré-ativo em ativo, pois os professores são convocados a se enquadrarem na lógica de legitimação desse currículo. A fim de adaptar as mudanças propostas sem que haja rejeição e se torne alvo de resistência, assim como foi o currículo oficial, o governo dispõe de um meio considerado complementar ao processo oficial, sendo este o livro didático. Os livros didáticos rapidamente foram adequados aos padrões dos conteúdos relativos à nova proposta

[7] A SEPPIR é responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados, com ênfase na população negra. No planejamento governamental, à pauta da inclusão social, foi incorporada a dimensão étnico-racial e, ao mesmo tempo, a meta da diminuição das desigualdades raciais como um dos desafios de gestão (BRASIL, 2013).

por envolver questões mercadológicas passando os conteúdos relacionados por um filtro governamental, sendo previamente selecionados (SANTOS, 2010).

É notório retratar o papel do livro didático, pois ele é a principal ferramenta didática utilizada em sala de aula pelos professores, principalmente, para alunos de classes populares. "Para as crianças empobrecidas, esse livro ainda é, talvez, o único recurso de leitura na sua casa, onde não se compram jornais e revistas" (DA SILVA, p. 23, 2005). A criança negra no livro didática era inferiorizada expandindo a teoria do branqueamento efetivada por uma expressão de negatividade da raça negra em detrimento da superioridade de determinada raça.

A lei por si só não seria suficiente para mudar ou inserir uma nova prática escolar, segundo Chervel (1990, apud SANTOS, 2010), seria necessário que a lei atendesse alguma realidade do universo escolar libertando-a da demanda de satisfação dos poderes públicos. Em relação ao conteúdo abordado desde o século XIX, principalmente, na disciplina de História, o negro é apresentado como um elemento estrangeiro incorporado à cultura nacional, sendo retratado de forma 'folclorizada e pirotesca', segundo Fernandes (2005, apud SANTOS, 2010, p. 49) que argumenta a falta de valorização a diversidade étnico-cultural da formação do nosso país.

E para mudar ou intervir nessa visão não é suficiente à implementação da Lei nº 10.639/03 por si só. Para que ganhe vida, necessária uma revisão do trabalho docente, a partir da sala de aula. Apesar das dificuldades, felizmente, alguns professores têm feito um esforço para inserir temas ligados às questões étnico-raciais em suas práticas, como afirma Gomes (2002, p. 40):

> Aos poucos, os educadores e educadoras vêm interessando-se cada vez mais pelos estudos que articulam educação, cultura e relações raciais. Temas como a representação do negro nos livros didáticos, o silêncio sobre questão racial na escola, a educação de mulheres negras, relações raciais e educação infantil, negros e currículo, entre outros, começam a ser incorporados na produção teórica educacional.

Certamente, para que a Lei nº 10.639/03 surta efeito, necessário o investimento na formação de professores que necessita de um modo geral de uma "[...] reorganização tanto em termos de conhecimento, como em termos pedagógicos" (OLIVEIRA, SALES, GOUVÊA, 2014, p. 21). Essa demanda se realiza devido a um passado pedagógico eurocêntrico, e, com isso, exige-se uma tomada de posição política, epistemológica e identitária, de forma a possibilitar um diálogo entre diferentes conhecimentos, culturas e sujeitos históricos (OLIVEIRA, SALES, GOUVÊA, 2014).

Todavia, na prática, as dificuldades de efetivação da lei justificadas pelos professores apontam falhas em relação à falta de formação acadêmica inicial, falta de formação

continuada, falta de materiais necessários que não dão suporte para o professor trabalhar o conteúdo em aula. Outras dificuldades são levantadas devido a questões de conflito pessoal e ideológico dos próprios professores levantadas por Rocha (2009, apud SANTOS, 2010). Essa restrição em relação ao processo de adequação à lei mantém uma 'impressão de concordância' (SANTOS, 2010, p. 52) da aplicabilidade da lei, pois a ausência de indagação e o silêncio impedem propostas pertinentes para soluções dos devidos casos de discordância à própria lei.

Independentemente de qualquer uma dessas dificuldades apresentadas para que a Lei nº 10.639/03 obtenha resultados, necessário um esforço dos docentes e das instituições formadoras, no sentido de se colocarem como protagonistas para a implementação desse dispositivo legal, pedagógico e político. Para que haja inclusão da diversidade, necessária a implantação de ações de natureza política, acadêmica e também pessoal para superar as ausências, invisibilidades e concepções hegemônicas do currículo sobre relações étnico-raciais que ainda se fazem presentes (OLIVEIRA, SALES, GOUVÊA, 2014).

Nas próximas linhas traremos algumas considerações sobre a etnicidade e a escola.

3. Analisando a etnicidade na escola

No trabalho de campo na escola de ensino médio foi constatado que de um modo geral se percebe uma falta de debate na escola a respeito dos estudos referentes aos elementos da cultura negra. Na maior parte das vezes ou quase sempre se assume a cultura do branco como algo legítimo ou a única a ser considerada, restando ao negro estar numa posição de inferioridade na busca do conhecimento de suas próprias origens. Com isso, a história negra fica de lado e se conserva a postura eurocêntrica no exercício da educação.

Além disso, pela falta de conhecimento e o tema não ser devidamente problematizado, não ultrapassamos a visão simplista do senso comum e a cultura negra acaba assumindo na maior parte das vezes um caráter pejorativo. Esse problema é reproduzido todos os dias em sala de aula e, de um modo geral, a escola não dá conta de problematizar o assunto. Ao mesmo tempo, se percebe que alunos negros se esforçam na tentativa de se criar estratégias de resistência e de autoafirmação de sua identidade, principalmente em termos estéticos o que pode ser constatado na escola.

O Ensino Médio é a etapa de ensino da Educação Básica com menor cobertura e maior desigualdade entre negros e brancos:

> Segundo dados do Censo do IBGE/2010, 54% da população negra não havia completado o ensino médio. No ensino médio, a taxa de estudantes é de 52,4% brancos e a de negros, 28,2%. Acreditamos que a Educação das Relações Étnico-Raciais pode contribuir para a ampliação do acesso e permanência de jovens negros e negras no ensino médio e possibilitar o diálogo com os saberes e valores da diversidade (BRASIL, 2013, p. 51).

E o que vem a ser etnicidade? Segundo Barth (2005, p. 01) "o contraste entre 'nós' e os 'outros' está inscrito na organização da etnicidade: uma alteridade dos demais que está explicitamente relacionada à asserção de diferenças culturais". Como a etnicidade acontece na escola? O discurso pedagógico ao privilegiar a questão racial, não gira somente em torno de conceitos, disciplinas e saberes escolares, mas também aborda a questão do negro referindo-se ao seu pertencimento étnico, à sua condição socioeconômica, à sua cultura, ao seu grupo geracional, aos valores de gênero, etc. A partir desses discursos, consciente ou inconscientemente sobre o corpo do negro que são reproduzidos estereótipos e preconceitos (GOMES, 2012).

E já sabemos uma das origens disso. Entender os grupos étnicos em termos de raça é ter uma visão essencialista que não leva em consideração a centralidade das relações entre os grupos e as diversas culturas espalhadas no mundo. As formulações sobre os grupos étnicos se centram na identificação de determinadas características fenotípicas. Esse tipo de entendimento foi superado, tanto por parte da Antropologia quanto da Biologia. Destacamos os trabalhos de Franz Boas, Lévi-Strauss e Clifford Geertz. No entanto, a ideia de raça não só funcionou como tese científica sobre as características biológicas distintas, mas também como ideologia e fundamento para os vários tipos de preconceito e formas de racismo[8] (LIMA; CASTILHO, 2010).

O que acontece é que o racismo continua com muita força agindo sobre o senso comum e nas concepções dominantes dentro das sociedades ocidentais. Constatamos essa repercussão na escola. Pudemos vivenciar por diversas vezes opiniões e atitudes racistas em sala de aula. As aulas de Sociologia buscam todo tempo acabar com certos estereótipos e estigmas sociais, o que dá muito trabalho porque as visões de mundo são muito arraigadas. No ano passado, a escola teve uma situação de *bullying* contra uma aluna negra que ganhou uma competição que escolhia representantes estudantis da escola.

O fato ganhou notoriedade nos corredores da escola e nas redes sociais. Não vimos por parte da escola uma atitude mais enérgica de tratar a situação, o que caiu na impunidade. Havia

[8] O racismo como ideologia justificou as arbitrariedades e os desmandos do colonialismo nas Américas e na África, estabelecendo a raça negra como um dos seus alvos principais, juntamente com os povos indígenas (LIMA; CASTILHO, 2010).

vários quesitos na escolha desses alunos. Não se tratava apenas de um concurso de beleza. A aluna é reconhecida pelo corpo docente por ser uma ótima aluna. No momento em que a aluna foi escolhida foi vaiada e alvo de comentários maldosos de cunho preconceituoso e racista do tipo de que a aluna estaria se valendo de cotas raciais – algo visto como demérito pela maioria dos alunos.

Mas, nos perguntamos quem é o aluno do Ensino Médio? É em sua maioria formada por alunos proveniente da periferia da Grande Vitória e de origem afrodescendente. Então, por que reproduzem preconceito e racismo se eles mesmos são alvos de preconceito e racismo também? Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, a referência familiar se divide entre os pais responsáveis diretos pelo sustento e manutenção da estrutura familiar, e a ocupação deste papel por avós maternos, em sua maioria. Havendo em raros casos a presença de avós paternos como agentes mantenedores da instituição familiar. O nível de escolaridade dos pais é variável, bem como a situação econômica, tendo em vista transferências de local de trabalho e remanejamentos para empresas que investem na sua formação educacional como prioridade para promoções nas mesmas. Havendo, contudo, um índice considerável de pais analfabetos e desprovidos de uma renda que dê condições de sustentos e manutenção de familiares, favorecendo com isso uma inserção dos alunos no mercado de trabalho (como menores aprendizes ou estagiários) e outros em busca de qualificação e habilitação para conquistar e/ou garantir a permanência no trabalho.

Como dito anteriormente, há uma peculiaridade desta escola que não é uma escola de bairro. Essa falta de vínculo com a comunidade faz com que essa escola não seja considerada de bairro, mas central, por atender a região metropolitana. Trata-se também de uma escola modelo no sistema de ensino estadual também o porquê de ser tão procurada. Seus alunos são em sua maioria de origem africana, ou seja, afrodescendentes ou afro-brasileiros. Então, nos perguntamos como esses alunos são capazes de reproduzir preconceito? Aparentemente existem mais igualdades do que diferenças entre esses alunos.

Contudo, segundo Brasil (2013) o uso do termo étnico na expressão étnico-racial significa “[...] marcar as relações tensas advindas das diferenças na cor da pele e nos traços fisionômicos. Demonstra, ainda, a raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, europeia e asiática”. A partir desse entendimento, necessário demarcar o uso dessa expressão nas políticas sociais e tudo do que dela advém, como os próprios projetos escolares.

Ainda assim, parece se formar na escola um grupo de alunos, mesmo que de diferentes turmas e séries que compartilham das mesmas práticas, representações, símbolos e rituais por meio dos quais o jovem busca demarcar sua identidade juvenil. Assim, acaba formando uma espécie de tribo, algo comum e típico da condição juvenil. Eles agem apropriando-se de uma cultura da qual acreditam fazer parte e juntos lutam contra formas impostas por outras culturas e pela restauração de suas origens e tradições (SAHLINS, 1997). Não é um grupo somente, mas vários grupos dentro da escola, dentre eles de jovens afrodescendentes.

Percebemos que os alunos se reúnem no pátio da escola durante o recreio em dias específicos da semana por iniciativas próprias para realizarem duelos de hip-hop formando grupos juvenis que se reconhecem dentro de determinada cultura, sendo a maioria formada por alunos afrodescendentes. Reconhecemos que "a cultura possui fronteiras móveis e em constante expansão. Tampouco é conjugada no singular, posto que é plural, marcada por intensas trocas e muitas contradições nas relações entre grupos culturais diversos e mesmo no interior de um mesmo grupo" (GUSMÃO, 200, p. 16).

Logo após o ocorrido, foram afixados vários cartazes em vários locais da escola com as seguintes mensagens supostamente colocados por alunos[9]:

> Meu cabelo crespo, minha identidade, minha raiz!
> Portanto, respeite-o.
>
> Que cabelo é este?
> Cabelo que conhece suas raízes;
> Cabelo que não se esconde mais;
> É o nosso cabelo político;
> Cabelo crespo.

Gomes (2002) coloca a importância da trajetória escolar na construção da identidade negra, mas, infelizmente, essa construção tem relação com o reforço de estereótipos e representações negativas em relação ao padrão estético, como falado anteriormente. A autora questiona se este é o padrão de beleza presente nas escolas hoje. Segundo ela mesma aborda, o padrão de beleza é baseada na 'brancura', mesmo sendo uma sociedade miscigenada como a nossa. A partir dessa constatação coloca se isso afeta ou não nossa vida nas diferentes

[9] Até uma chapa que concorria ao grêmio estudantil na escola fez sua campanha apoiando essa causa colocando em um dos seus cartazes: "meu cabelo é bom, ruim é o racismo". A aluna que foi alvo de racismo, no caso, usa cabelo afro o que gera estranheza por parte dos outros alunos.

instituições sociais em que vivemos como na escola? Certamente sim. E dois elementos ficam em evidência: a cor da pele e o cabelo.

Observamos que o cabelo entre as meninas é alvo de maior preocupação, as alunas dos terceiros anos, por exemplo, utilizam os cabelos de modo a manter certa identidade. Notamos que são as alunas dos terceiros anos que mantém seus cabelos crespos naturais. Acreditamos que por estarem mais amadurecidas, tentam fugir do processo de branqueamento. Elas usam adereços que definem seus estilos. Percebemos que as alunas negras dos primeiros e segundos anos em sua grande maioria, entretanto, mantêm seus cabelos lisos ou presos, seguindo um padrão de beleza predominante.

Mas, por que esses alunos não se reconhecem como negros? A resposta se inicia com o processo de branqueamento pelo que passou a população brasileira após a abolição da escravatura. O governo promoveu a imigração maciça de europeus considerados agentes mais eficazes de acelerar a passagem do Brasil agrícola e rural para o capitalismo industrial e urbano. O Brasil do pós-abolicionismo colocou o negro de lado. Aliada a esse fato, dados do IPEA indicam o fosso existente entre a população afrodescendente e a não negra, restando aos negros patamares mais baixos da pirâmide social. Ainda por cima a atuação da televisão e da publicidade reproduzem os padrões de beleza dos astros e estrelas de Hollywood (LOPES, 2008).

Por essas e outras razões não citadas existe uma resistência por parte de alguns alunos de não se identificarem como negros e tomarem uma atitude negativa contra uma colega de escola. Os alunos não se viram representados pela colega, e, talvez, se sentiram confrontados com a ideia de quem são eles próprios. São muitas questões que são colocadas a respeito deste assunto e o problema do preconceito é patente, mesmo quando se vê a ascensão social de negros em nossa sociedade.

Por outro lado, o conceito de etnicidade também é contra a tendência à reificação e objetivação do conceito de cultura como base de identificação dos grupos étnicos. Aqui está a contribuição de Fredrik Barth que identifica como foco central da investigação dos grupos étnicos a fronteira étnica que define o grupo, em detrimento do conteúdo cultural por ela delimitado (LIMA; CASTILHO, 2010). O melhor termo a ser utilizado é etnicidade em lugar de culturas para designar a construção dinâmica de fronteiras naturalizadas como diferenças culturais (BARTH, 1995 apud PAYET, 2005).

Parece difícil conceber a ideia de fronteira cultural dentro da escola, mas, ela está presente, tanto fora como dentro dela. Segundo Payet (2005) a fronteira vai sendo construída e depois

cristalizada nos domínios simbólicos e visíveis como na mídia, na política e também na escola. Todavia, não são estáticas e impermeáveis, por meio delas existem contatos e interações, com fluxos e contrafluxos como coloca Hannerz (1997), inclusive com a presença de conflitos sociais.

Considerações Finais

A partir dos estudos realizados deste artigo percebemos o quanto foi custoso todo o processo de inserção da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no contexto educacional brasileiro. Não somente em relação à legislação, mas, e principalmente, da resistência encontrada na sala de aula por parte dos professores e das dificuldades devido à falta de materiais didáticos. A Lei nº 10.639/03 não é somente uma questão curricular, ela é também uma questão sociocultural, uma vez que não dispomos de meios que nos permitam afirmar ter havido as discussões necessárias para esse entendimento. Não é o bastante criar uma lei quando ela parece não vir de encontro às necessidades reais.

É necessária uma atuação ativa na desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados ao ensino da História Africana e Indígena, devendo ser compreendido como necessário para dar um passo adiante na tentativa de inserção da trajetória histórica dos antepassados de parte considerável da população brasileira. Não existe um manual a ser seguido para tratar do tema das relações étnico-raciais na escola, muito embora seja um tema obrigatório e de essencial importância de ser debatido. Existe uma dificuldade de se discutir o tema na escola e a disciplina que mais se coloca à disposição para tratar do assunto é a Sociologia. Trata-se de algo que professores de outras disciplinas de um modo geral não assumem essa tarefa para si.

E também o que não pode acontecer é do preconceito e o racismo ficarem impunes, sendo necessário comunicar situações como essas às autoridades competentes para resolver o caso. E por fim, o que não se pode permitir é que a escola torne um lugar para a manutenção da desigualdade racial.

Referências

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - out. 2005.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. In: **Revista Antropolítica**. UFF, Niterói. n. 19, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394. Brasília, **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1996.

____. Presidência da República. Lei nº 10.639. Brasília, **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2003.

____. Presidência da República. Lei nº 11.465. Altera a nº Lei 10.639 de 10 de janeiro de 2003. Torna obrigatório o ensino de História da África, Cultura Afro-brasileira e Cultura Indígena em todos os currículos escolares. Brasília, **Diário Oficial da União**, 11 mar. 2008.

____. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

DA ROCHA, L.C.P. **Políticas Afirmativas e Educação:** a Lei nº 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. UFPR: dissertação de Mestrado, 2006.

DA SILVA, A.C. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo. **Projeto Político Pedagógico** (PPP). Vitória/ES: SEDU, 2012.

GOMES, Nilma Lino Gomes. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**. set.-dez, 2002, n. 21.

GUSMÃO, N. M. M. **Desafios da Diversidade na Escola**. Londrina: Revista Mediações, 2000.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: **Mana**. N. 3, v. 1, 1997, pp. 7-39.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

PAYET, Jean-Paul. A escola e a modernidade: o risco da etnicidade, o desafio da pluralidade. **Análise Social**, v. XV (176), 2005, 681-694.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I e II). **Mana**, out 1997, v. 3, n. 2, p. 103-150.

SANTOS, R. A Lei nº 10.639/03: entre práticas e políticas curriculares. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 41-59, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; SALES, Sandra Regina; GOUVÊA, Fernando César Ferreira. A Lei nº 10.639/03, a formação e a prática docentes: contextos, problematizações e respostas. In: **Educação e Relações Étnico-raciais:** entre diálogos contemporâneos e políticas públicas. Petrópolis: De Petrus et Alii; Brasília: CAPES, 2014.

VIEIRA, A.L da Costa. A Experiência de Ação Afirmativa no Brasil: questões sobre a implementação, institucionalização e manutenção. In: **Diversidade & Ações Afirmativas**. Rio de Janeiro: Espalhafato Comunicação e Produção, 2007.

GT 12 - MUNDO DO TRABALHO: NOVAS E VELHAS CONFIGURAÇÕES

Coordenadores:

Prof. Ms. André Moulin Dardengo (UFES)

Prof.ª Dr.ª Lívia de Cássia Godoi Moraes (UFES)

CAFÉ CONILON: A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA COLHEITA NO MUNICÍPIO DE SOORETAMA NO ES

Amanda Teixeira Silveira
UFES

Arthur Almeida da Silva
UFES

Rayssa Deps Bolelli
UFES

Resumo: O presente artigo analisa o caso de exploração do trabalho na fazenda de café Conilon em Córrego Alegre, no município de Sooretama, no Espírito Santo, a partir da releitura de Marisa Silva Amaral e Marcelo Dias Carcanholo sobre o conceito de superexploração de Ruy Mauro Marini. Pretende-se mostrar como a dependência dos mercados periféricos aos mercados centrais influi na economia a tal ponto de gerar um regime de exploração da classe trabalhadora na periferia diferenciado do centro. A análise será realizada a partir da teoria da dialética da dependência para contextualizar como se dá o processo de superexploração da força de trabalho na contemporaneidade.

Palavras-chave: Dialética da Dependência; superexploração; café.

Abstract: The present article analyzes the case of labor exploitation in Conilon's coffee farm in Córrego Alegre, in the municipality of Sooretama in Espirito Santo, from the reinterpretation of Marisa Silva Amaral and Marcelo Dias Carcanholo on the concept of overexploitation by Ruy Mauro Marini. The aim of this paper is to show how the dependency of peripheral markets towards central markets influences the economy directly generating a working class operation regime in the differentiate periphery from the center. The theory of dialectic of dependence helps us analyze and contextualize how the process of overexploitation happens in the contemporary labor force.

Keywords: Dialectic of Dependence; overexploitation; coffee.

Introdução

O Espírito Santo, em pleno século XXI, ocupa o segundo lugar na lista de estados que possuem trabalhadores em situação análoga ao escravo, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego do Espírito Santo (MTE), no ano de 2014, de acordo com a reportagem do G1 Espírito Santo. Só no município de Sooretama, no Norte do Estado, foram encontrados 86 trabalhadores em condições deploráveis de permanência durante o período de colheita do café Conilon.

Desta maneira, podemos verificar que a tendência do mercado global, analisada por Ruy Mauro Marini (2005), sobre a teoria da dialética da dependência e da superexploração, está presente de maneira expressiva em todo o país, ainda em tempos atuais. Com isso, propomos, neste artigo, analisar como a superexploração está presente no Espírito Santo por

meio do caso da lavoura de café no município de Sooretama, no ES, traçando um panorama a partir do esquema proposto por Marini (2005) e reanalisado por Amaral e Carcanholo (2012).

Segundo Amaral e Carcanholo (2012), a dependência proposta por Marx – teoria da dependência – ocorre no condicionamento da economia de alguns países que se desenvolvem a partir da expansão de outras economias. Desta forma, pode ser observado, no que tange a economia nacional, que há uma desigual proporção na relação de produção no que diz respeito ao desenvolvimento de setores, pois estes necessitam se apoiar no subdesenvolvimento de outras partes. Essa desigual proporção está relacionada com a teoria marxista da dependência. Portanto, há uma lógica contrária da acumulação do capital que ocorre por meio da expansão das economias dependentes (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

No que diz respeito às regiões que ocorrem as precarizações no âmbito trabalhista e consequentemente ocorre a dependência, Osorio (2012) aponta a América Latina como região do continente americano que acompanhou transformações radicais na economia a partir da crise capitalista no final de 1960. Desta forma, este período de mudanças ocasionou a divisão internacional do trabalho e reformulações na economia mundial. Para Eduardo Galeano (2013) esta divisão internacional do trabalho se configurou entre ganhar e perder, ou seja, os países centrais ganham e os periféricos perdem.

> Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. [...] Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café [...], destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los (GALEANO, 2013, p. 17).

A mudança apontada por Osorio (2012) elucida um novo padrão exportador de reprodução do capital que tem a ver com as mudanças tecnológicas que foram surgindo ao longo desse processo. Ao analisar este novo padrão, podemos considerar que Amaral, Carcanholo (2012) e Osorio (2012) concordam ao dizer que toda a produção do excedente ocorre não por meio dessas novas tecnologias, mas, sim, pela superexploração da força de trabalho.

Em vista disso, vários reflexos deste novo padrão imposto na América Latina são identificados, como o salário e as condições de trabalho que são atingidos pela precarização. Osorio (2012) ressalta que na precarização “não se consegue evitá-las apesar das políticas

sociais levadas a cabo por alguns Estados ou do crescimento significativo alcançado por algumas economias" (OSORIO, 2012, p. 123).

Outro ponto também lembrado por Osorio (2012) se trata da ligação que o padrão de exportação implicou na perda de poder aquisitivo dos assalariados que estão no mercado interno. Neste padrão também é analisado que há certa capacidade de concorrência nos mercados externos, o qual residem na deterioração dos salários locais e na diminuição do custo do trabalho em si, por exemplo, os benefícios sociais para estes trabalhadores (OSORIO, 2012).

Não obstante, no presente artigo não iremos estender a discussão a respeito do padrão de exportação de produção do capital, mas sim a estruturação da condição de trabalho na qual é essencial para o crescimento e permanência do capital. Sendo assim, a seguir será exposto o esquema da dialética da dependência em que se dá a superexploração do trabalho definida por Ruy Mauro Marini (2005).

1. As relações dependentes

A partir da divisão mundial do trabalho, do colonialismo e, posteriormente, o imperialismo, já anunciados por Marx, o capitalismo avança suas contradições a níveis exorbitantes. A díade patrão *versus* operário desenvolve-se para as duplas capitais (nisso se inclui os primeiros estados nacionais europeus Portugal e Espanha até as primeiras potências capitalistas como Inglaterra e Holanda) *versus* colônias, tem sua segunda fase no neocolonialismo ou imperialismo e, posteriormente, dá lugar ao capitalismo industrial *versus* capitalismo periférico, isso após a independência política das colônias, mas não obtém independência econômica. As relações de dependência entre o centro e a periferia capitalistas não são oriundas diretamente do sistema colonial anterior ao século XIX, mas sim do processo de expansão imperialista exercido pelas potências capitalistas centrais no fim deste mesmo século.

> É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p. 141).

Assim, “a situação dependente [é] como um condicionamento da economia de certos países em relação ao desenvolvimento e expansão de outras economias” onde segundo Theotonio dos Santos “os países dominantes poderiam se expandir e se autos-sustentar, ao passo que os dependentes apenas poderiam fazê-lo como um reflexo da expansão dos anteriores”, ou seja, “a expansão de economias dependentes é um reflexo da lógica contraditória da acumulação de capital em escala mundial” (DOS SANTOS apud AMARAL; CARACANHOLO, 2012, p. 87).

Dentro da teoria marxista os primeiros a tratarem das relações entre os países centrais e os periféricos, embora não utilizassem essa nomenclatura, foram os teóricos do imperialismo. A teoria marxista da dependência, neste sentido, se diferencia destes teóricos por darem centralidade nas consequências sociais e econômicas que a expansão e dinâmica de acumulação capitalista causam na parte periférica do sistema (DOS SANTOS, 2012).

A partir do século XX, com o avanço das relações econômicas globais, as contradições presentes desde a gênese do capitalismo passam a atingir de forma mais intensa os países periféricos. Ou seja, enquanto o capitalismo central passa a se ocupar com o setor de serviços, produção de novas tecnologias, pesquisas e a expandir suas indústrias a níveis multinacionais, os países de terceiro mundo devem receber essas empresas e conceder-lhes mão-de-obra barata, regimes de trabalho mais flexíveis (menos leis trabalhistas) e produzir alimentos e *commodities* não só para si, mas prioritariamente para o mercado internacional. Devem trabalhar em dobro para manter a economia mundial. Assim, as teorias terceiro mundistas passam a observar tal fenômeno e chamá-lo de superexploração (DOS SANTOS apud AMARAL; CARACANHOLO, 2012).

Porém é preciso pensar a teoria da dependência em sua dissonância com as teorias vigentes. É preciso compreender o capitalismo moderno a partir de uma ótica que não somente inclua a exploração e a superexploração, mas que tenha essas categorias em sua centralidade. Para tanto, é preciso entender o capitalismo central como dependente no capitalismo periférico, sendo a sua recíproca verdadeira. Em suma, não resumimos aqui a dependência como sendo unilateral, mas a entendemos como sendo mútua, ou seja, o desenvolvimento das periferias depende da lógica do capitalismo central, assim como este depende necessariamente da economia capitalista periférica para sua existência e reprodução (DOS SANTOS apud AMARAL; CARACANHOLO, 2012).

2. Superexploração da força de trabalho

A superexploração do trabalho se trata de um termo desenvolvido a partir dos estudos de Ruy Mauro Marini, o qual introduziu este pensamento ao marxismo latino-americano, na metade da década de 1960, com base na teoria do valor da obra de Karl Marx. Este termo passou a ser usado em seu texto *Suddesarollo y Revolución*, de 1967. Não obstante, Marx, em *O Capital*, já especulava algumas ideias que poderiam vir a ser analisadas para o entendimento da superexploração: "[...] quando Marx identifica situações em que a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor assume relevância teórica para a compreensão da dinâmica do sistema" (MARQUES, 2013, p. 21).

Sendo assim, o cerne da superexploração se deu início com os escritos de Marx, e principalmente com a teoria do valor a partir da obra sobre a *Dialética da dependência* (2005), de Ruy Marini. Entende-se que "o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não incremento de sua capacidade produtiva" (MARINI, 2005, p. 154).

No capítulo XIV do livro I de *O Capital*, Marx explica que a duração do tempo de trabalho pode ser decisiva no preço da força de trabalho. Em um de seus escritos fica claro que o cálculo sobre o valor de cada dia trabalhado (força de trabalho) possui uma média que se resulta na "duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento" (MARX apud MARQUES, 2013, p. 22).

O prolongamento da jornada de trabalho acaba por desgastar e comprometer a reprodução da força de trabalho, sendo assim desvalorizando o seu valor[1]. Diante disto, a restauração desta força de trabalho desgastada pela aceleração da jornada, não chega a ser compensada, pois não vale à pena, mesmo com a constância dos valores nominais e do aumento. Além disso, existe o ponto que calcula o tempo de vida de um trabalhador, o qual

[1] O valor total da força de trabalho, do ponto de vista do capital, leva em consideração não só o tempo de vida útil do trabalhador, ou seja, o total de dias que o possuidor da força de trabalho pode vendê-la em boas condições no mercado de trabalho, assim como o tempo de aposentadoria, em que o trabalhador não participará da produção. O valor total (tempo de vida útil e de vida média total) é que determina o valor diário da força de trabalho, apresentando como parâmetros as condições históricas e morais existentes na época. O salário que corresponde ao pagamento diário da força de trabalho e respeita o valor desta deve permitir ao indivíduo que trabalha a reposição do desgaste de seu período produtivo e não produtivo, de acordo com o tempo médio de sua vida. Essa é a maneira como atua a lei do valor sobre a força de trabalho, sob as "condições normais" de exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista (MARQUES, 2013, p. 23).

resulta no desgaste rápido em que não é possível estabelecer uma recomposição desse gasto na vida humana, que foi estabelecida pelas horas a mais trabalhadas. Para tanto, a queda do valor do preço da força de trabalho abaixo do seu valor ocorre a partir do momento em que é imposta a jornada de trabalho prolongada.

> [...] vê-se que Marx define o cálculo do valor diário da força de trabalho com base no seu valor total; ou seja, sobre a duração média ou normal do tempo de vida do trabalhador. Ele remete, assim, ao efeito que o prolongamento da jornada de trabalho pode implicar em termos de desgaste acelerado, em progressão geométrica [...] (MARQUES, 2013, p. 23).

A partir dos estudos de Marx, Marini elucida o conceito de superexploração em que destaca três características de apropriação, que tange ao tempo de trabalho excedente no qual os capitalistas se empenham para obter o lucro por meio da diminuição do preço da força de trabalho: "[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho [...]" (MARINI, 2005, p. 156).

Desta maneira, Marini (2005) aponta que os processos que produzem o aumento da jornada de trabalho e, por consequência, a intensificação do mesmo, acabam por reduzir a vida do trabalhador a tal ponto que não é possível que ele consiga alcançar um tempo adequado de descanso, ainda que seja remunerado pelas horas trabalhas a mais.

No entanto, Amaral e Carcanholo (2012) também ressaltam que as economias baseadas no controle de mercado são regidas pela capitação de excedentes de países dependentes para países dominantes. Como já citamos acima, esta é a base para que seja compreendido o processo da dialética da dependência. Sendo assim, é visto por Amaral e Carcanholo (2012) que há uma distinção no contexto local, em que é nomeado de tecnologia capital-intensiva num contexto de mercado de trabalho barato.

Todo esse processo resulta em uma exploração da força de trabalho, compreendida do ponto de vista da mais-valia relativa que "se dá justamente como consequência do já mencionado intercâmbio desigual e dos mecanismos de transferência de valor que ele reforça" (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 88).

Essa radicalidade da exploração da força de trabalho é a maneira que o mercado externo possui para impulsionar a saída de recursos que, por consequência, resulta em problemas graves para os trabalhadores. Segundo Amaral e Carcanholo (2012) há apenas uma solução para que as economias periféricas garantam algum tipo de acumulação de capital para si, é com o aumento

do excedente por meio da superexploração da força de trabalho, junto à lógica da reprodução do capital. No entanto, é válido lembrar, como foi exposto acima, que as economias estão apoiadas umas às outras e que tanto os trabalhadores das regiões periféricas quanto os das regiões centrais sofrem com esta superexploração do trabalho. Com isto, há em volta desse sistema uma série de problemáticas que ocasionam a má distribuição de renda e por consequência surgem situações precárias de cunho social na população dos países periféricos.

Para tanto, será exposto como se dá a supexploração da força de trabalho por meio da análise realizada por Amaral e Carcanholo (2012) em que esclarece as quatro características principais da superexploração da força de trabalho, e é por meio destas que traçaremos a análise do caso do munícipio de Sooretama, no ES.

A superexploração da força de trabalho, apontado por Marini (2005), é uma caracterização da dependência ocasionada pelas economias dominantes de países centrais sobre as economias dependentes de países periféricos e culmina com a lei de acumulação capitalista de Marx, na qual suprime o mercado a tal ponto que cria um exército industrial de reserva destinado para a acumulação do capital. Sendo assim, todo esse resultado, que está apoiado neste esquema da dependência, impacta a classe trabalhadora de maneira perversa (OSORIO, 2012).

A superexploração ocorre em função da transferência de valor entre as economias periféricas e centrais, ou seja, a mais-valia que é produzida na periferia é levada para atender ao centro. Amaral e Carcanholo (2012) chama este processo de um "capitalismo *sui generis* na periferia" exatamente pelo motivo de que todo o excedente produzido é dirigido em formato de lucros para os países centrais. Portanto, a economia interna acaba por enviar uma quantidade demasiada de excedente no qual não pode retrair para si (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 90).

Contudo, a expropriação de valor só consegue obter compensação de uma margem de acréscimo por meio do plano de produção, o que significa que somente com a superexploração é possível completar a acumulação interna. Para tanto, podemos compreender que a explicação deste fato ocorre com o entendimento de duas concorrências abordadas por Amaral e Carcanholo (2012): a intrassetorial e a interssetorial. A concorrência intrassetorial é a que está dentro de um mesmo setor produtivo, e a interssetorial é a que está entre setores distintos de produção e se configura por meio da análise da Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (LQTTL). Em nota de roda pé, Amaral a Carcanholo (2012) esclarecem como esta lei ocorre.

> [...] Esse aumento de produtividade se configura, em primeira instância, numa ampliação da relação entre meios de produção e força de trabalho (MP/FT), ou a relação entre o capital constante (c) capital variável (v) investimentos, também se amplia, mesmo que seja em proporção menor do que a aquela outra. Ou seja, o que se percebe é uma maior participação de c em relação ao capital global – e, portanto, uma participação reduzida dos salários em relação a este último. E, como taxa de lucro é uma função da taxa de mais-valia e da compensação orgânica do capital, *pressupondo uma taxa de mais-valia constante*, o crescimento da composição orgânica do capital leva necessariamente à queda da taxa de lucro (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 90).

Sendo assim, na concorrência intrassetorial ocorre o aumento de produtividade em um setor específico que gera a produção de produtos em um mesmo intervalo de tempo. E, com isso, o capitalista consegue reduzir o valor individual das mercadorias em um nível abaixo do valor de mercado e se apropriar da mais-valia extraordinária[2]. Já o nível da concorrência interssetorial é incorporado quando a uma ideia de progresso técnico ligado ao capital individual e que está inserido direta ou indiretamente a setores de produção de bens de consumo de luxo (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

A mais-valia extraordinária ou superlucro, sendo aplicada por vários capitalistas individuais pode submeter a um excesso de mercadorias que levam a uma queda na taxa de lucro devido a esta alta produção. Portando, fica claro que o interesse do capitalista é o de gerar a mais-valia extraordinária à custa da força de trabalho.

Até este ponto, expomos que toda a estrutura em volta do capital está predestinada apenas ao pensamento lucrativo e não ao de traçar boas condições de trabalho e salariais para estes que são a mola propulsora do capitalismo nos países periféricos e centrais.

Portanto, com base no que já foi exposto, a estrutura da superexploração do trabalho ocorre a partir das quatro características que Amaral e Carcanholo (2012) propõem a partir do pensamento de Marini (2005). Não obstante, observa-se neste artigo que já citamos as três características de Ruy Mauro Marini (2005), e o que se percebe é que a proposta de Marini recebeu um acréscimo a partir do pensamento de Amaral e Carcanholo. Diante disto, estas quatro características podem aparecer de maneira isolada ou combinada que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista nos países periféricos (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

[2] "Mais-valia extraordinária ou superlucro: o valor individual refere-se à quantidade de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria numa empresa específica; o valor de mercado é a medida de todos os valores individuais de todas as empresas conjuntamente (é o trabalho socialmente necessário); e a mais-valia extraordinária é a diferença entre esses dois valores quando de sua realização no mercado" (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 91).

Em primeiro lugar está o "aumento da intensidade do trabalho" em que o mesmo é intensificado e o trabalhador produz mais valor num mesmo espaço de tempo. A segunda forma é "o prolongamento da jornada de trabalho" que se resulta no aumento de tempo do trabalho excedente, sendo assim este tempo de trabalho ultrapassa o que seria necessário para a própria reprodução do trabalhador. O operário segue "produzindo após ter atingido um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo". Na terceira forma há "a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista". É posto que o capitalista ao se enxergar fortalecido no sentido de condicionar uma queda dos salários[3] a uma posição inferior a que corresponderia ao valor da força de trabalho. A última forma abordada por Amaral e Carcanholo (2012) sobre "a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal", diz respeito à determinação do valor da força de trabalho que está relacionada e é "histórico-social". Neste sentido, fica entendido que há um aumento no valor e quando a produção deste sobe e não é remunerada de maneira integral, surge uma nova forma de superexploração do trabalho (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 99).

Contudo, a seguir será exposto a análise do caso de superexploração da força de trabalho, na fazenda de café, no município de Sooretama, a partir das quatro características apresentadas neste trabalho. Por ser uma bebida consumida no mundo todo, entendemos a relevância deste produto para a economia mundial. E, por resultante, toda a estrutura que se dá a partir do intercâmbio de mercadorias entre países. Deste modo, podemos já de antemão destacar que, de fato, a dialética da dependência e a superexploração do trabalho se faz presente neste caso devido à alta demanda no café no mundo.

3. Superexploração: colheita de café Conilon em Sooretama

O município de Sooretama, no Norte do Espírito Santo, foi apontado pelo Ministério do Trabalho (MTE) em segundo lugar na lista de localidades que possuem exploração do trabalho na pesquisa realizada em 2014. Sooretama é uma região que possui grande produção de café no Estado e, de acordo com esta pesquisa, 86 trabalhadores foram encontrados em uma fazenda, em

[3] "A ampliação do exército industrial de reserva (EIR) é um bom exemplo, dado que os trabalhadores empregados se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente a existência de pressão por parte dos desempregados, que se sujeitariam a uma remuneração inferior em troca de trabalho" (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 100).

Córrego Alegre, em condição de trabalho análogo ao escravo, cujo o nome da propriedade não foi divulgado, como afirma a reportagem do G1 Espírito Santo.

O contraditório a respeito dos dados apresentados sobre o trabalho considerado escravo, é que o Espírito Santo é o segundo Estado maior produtor de café no Brasil, com predominância para a espécie Conilon. No ano de 2014, a safra brasileira de café gerou mais de 45,3 milhões, sendo que 32,3 milhões de café Arábica e 13,0 milhões de Conilon (CONAB, 2015). No total, o PIB do café no Brasil no ano de 2014 é de R$ 3.293.350.393,00 (CETCAF, 2014).

De acordo com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café (CETCAF), os tipos de café produzidos em todo o Espírito Santo são o Arábica 20% e o Conilon 80%, sendo que 60% do café Arábica é exportado e 40% vai para o mercado interno, já o Conilon exporta 10% do café e 90% é destinado para o mercado interno. Os principais destinos são: Estados Unidos, Eslovênia, Alemanha, países da região do Mediterrâneo e Argentina (CETCAF, 2014). Desta forma, podemos apontar esta porcentagem como uma problemática, pois o café produzido na fazenda de Sooretama, onde foi encontrado condições inferiores de trabalho, é o café do tipo Conilon considerado um café de baixa qualidade. Ou seja, ainda que o café Arábica tenha pouca produção no Estado é ele que é mais exportado e, portanto, podemos identificar que há uma alta demanda, no que tange a própria manutenção do mercado interno, já que este está propenso a realizar a distribuição do café Conilon dentro do Brasil.

Segundo a tabela de caracterização do parque cafeeiro no Estado do Espírito Santo, há um total de 82.400 mil propriedades sendo que destas 68,16% produzem café. Cerca de 33.456 mil propriedades produzem a espécie Conilon, e 22.713 mil são destinadas à produção do café Arábica. É evidente, portanto, que há uma alta produção de café Conilon no Estado para o seu próprio mercado. Só no período de 2014 cerca de 9.950.000 safras de café Conilon foram enviadas ao mercado interno, lembrando que 10% desse total é exportado, e ainda este número fica acima do café Arábica, que neste ano rendeu 2.899.700 safras, sendo que 60% foram exportados (CETCAF, 2014).

Esta produção em grande escala do café Conilon no Espírito Santo e no Brasil ocorre porque este tipo de café é de pior qualidade em relação ao café arábica que é muito consumido na Europa, por exemplo. Segundo reportagem na página Uol, os brasileiros estão acostumados a consumir um café de péssima qualidade, além de estar muito abaixo do padrão europeu. O consumo limitado do café nobre no Brasil está ligado ao baixo poder aquisitivo de uma parte da população e à falta de oportunidade para as pessoas provarem café de qualidade.

O Conilon, muito utilizado nas casas brasileiras é misturado e transformado em café solúvel e possui baixo custo. Da espécie café *coffea canephora*, com 2,2% de cafeína, o café Conilon tem o sabor e aroma amargo e pouco apreciado, com 3 a 7% de açucares. As plantas são rústicas e produzem o dobro de grãos do café Arábica. Além disso, são produzidos de qualquer maneira, sem cuidados ou tratamento no campo (CULTIVANDO, 2011). Já o café Arábica possui características opostas à bebida citada acima. Da espécie *coffea arabica*, o tipo arábica possui 1,2% de cafeína, quase a metade de cafeína apresentada no café Conilon. O sabor e aroma são suaves e doces com maior acidez, contém 6 a 9% de açucares, o dobro do Conilon, e seu plantio exige cuidado, pois suas plantas são sensíveis e produzem menos grãos. No mundo, o café Arábica representa 70%, já o café Conilon apenas 30% (CULTIVANDO, 2011). Com estes dados é possível notar por que o café Conilon é tão produzido no Brasil, as plantas deste café produzem mais grãos e não exigem tantos cuidados, ou seja, tende haver muito mais trabalho e pouco investimento para dar conta da plantação do grão, em vista do seu baixo custo.

Contudo, as condições de trabalho denunciadas pelo MTE, no município de Sooretama, podem ser compreendidas a partir deste panorama, no que tange ao valor que se dá não só ao produto, mas também à mão de obra. Como foi exposto, o café Conilon não exige cuidados especiais, pois este tem boa aceitação em qualquer localidade, produz em maior quantidade e é pouco apreciado para a exportação, o que leva a um cenário propenso à exploração do trabalho. Desta forma, o caso de Sooretama é analisado como um exemplo desta superexploração da força de trabalho, em que estão presentes todas as precariedades em questão neste trabalho, impostas pela dependência entre mercados.

A abordagem no município ocorreu no dia 4 de junho de 2014, pelo Ministério do Trabalho e Emprego junto à Polícia Federal. Na fazenda em Córrego Alegre foram encontrados os trabalhadores em condições desumanas com o esgoto a céu aberto, passando por dentro dos dormitórios e, além de tudo, todos os resíduos eram despejados ao lado do local de convívio deles, segundo reportagem do G1 Espírito Santo. Os trabalhadores relataram que o único local viável para comer era dentro dos dormitórios onde passava o esgoto. Além do mais, os trabalhares não só se alimentavam expostos ao cheiro do esgoto, mas também dormiam nessas condições.

Além disso, várias exigências do MTE não foram cumpridas pelo proprietário da fazenda no período que manteve os trabalhadores alojados. Por exemplo, o único banheiro do alojamento não possuía azulejos, também não foi oferecido nenhum produto de higiene, como papel higiênico, sabonete etc. Os trabalhadores não tinham condições sequer para a alimentação. O

bujão de gás, por exemplo, não era disponibilizado pelo proprietário, eram os trabalhadores que arcavam com estes gastos. Do mesmo modo, a carteira de trabalho de todos os trabalhadores estava com o dono da fazenda, no entanto, segundo o Ministério do Trabalho a carteira de trabalho tem que ser devolvida ao trabalhador após 48 horas que é o período de retenção para ser assinada.

Ao descreverem a situação imposta, muitos trabalhadores disseram que tentaram juntar dinheiro para voltar para casa, no entanto, o que era pago pelo proprietário não era suficiente nem para a permanência dos trabalhadores no local. A fazenda de Córrego Alegra, em Sooretama, já estava notificada com 15 autos de infração e a multa para o proprietário, pelas condições insalubres as quais os trabalhadores estavam submetidos, custou à época, R$ 1 milhão, de acordo com a reportagem G1 Espírito Santo.

Por isso, podemos apontar que as quatro características de superexploração da força de trabalho citadas por Amaral e Carcanholo (2012), de acordo com a análise inicial de Marini (2005), estão presentes no caso da fazenda de Sooretama. A seguir será exposta a análise diante deste caso de superexploração da força de trabalho na fazenda localizada no município de Sooretama, no Espirito Santo.

A primeira característica de superexploração apontada por Amaral e Carcanholo (2012), diz respeito ao aumento de intensidade do trabalho em que podemos compreender que os trabalhadores da fazenda de café foram trazidos de suas cidades natais para morarem em alojamentos e produzirem mais valor num mesmo espaço de tempo, ou seja, plantarem e colherem café. Na segunda característica, podemos avaliar que o trabalhador, alojado na propriedade onde as plantações de café ficavam, trabalhava a qualquer momento e esse tempo de trabalho ultrapassado gerou para o proprietário mais excedente. A terceira característica diz respeito ao salário que, como já foi citado neste capítulo, não permitia aos trabalhadores saírem daquela condição e tinham que juntar dinheiro para comprar uma passagem de volta para casa. E isto ocorre, de acordo com Amaral e Carcanholo (2012), devido ao fortalecimento da classe capitalista que impõe uma queda no salário a um nível inferior, ou seja, esses trabalhadores são colocados numa situação de que se eles não quiserem trabalhar nessas condições, ou se por ventura reivindicassem seus direitos, não mudariam nada, pois existem muitas pessoas que estão à espera de um "emprego" como este por necessidade. No que tange à economia, esta situação é confortável para o capitalista. A última característica analisada se trata do valor da força de trabalho que, quando o trabalhador não recebe remuneração pela produtividade realizada pela força de trabalho, há uma nova forma de superexploração do trabalho. Neste caso, como os

trabalhadores moravam na fazenda de café e o pagamento do salário, entre as outras necessidades que tinham que ser ressarcidas pelo dono da fazenda não eram realizados, podemos considerar que a última característica também se enquadra no cenário vivido por esses trabalhadores.

O valor total (tempo de vida útil e vida média) determina o valor diário da força de trabalho, portanto, por esses trabalhadores estarem 24 horas no ambiente de trabalho e em condições insalubres, já é um indicativo de uma nova superexploração, pois nem a esse ponto eles deveriam estar. E para ressarcir o salário de todo cálculo do valor total deveria ser contado não só o tempo integral, mas também as condições em que viviam os trabalhadores, pois estes nem estrutura física possuíam para recuperar o desgaste do período produtivo e tampouco do período não produtivo.

Considerações Finais

O objetivo da presente pesquisa foi discutir como ocorre o processo de superexploração da força de trabalho, a partir do conceito da dialética da dependência na contemporaneidade. Desta maneira, notamos que a dependência dos países periféricos aos países centrais impulsiona o mercado mundial ao ponto de propiciar condições favoráveis à exploração do trabalho, no que tange ao aumento da jornada do trabalho, a intensificação do mesmo, as remunerações a baixo do seu valor e outras formas de superexploração que surgem a partir desta lógica.

Para tanto, o caso da lavoura de Sooretama que propusemos analisar trouxe-nos a evidência de que a superexploração do trabalho está presente e não se difere aos casos já analisados, pois todas as modalidades e formas apresentadas pelos autores Marini (2005), Amaral e Carcanholo (2012) se assemelham com o caso relatado a respeito da fazenda de café, no Norte do Espírito Santo. Além do mais, o caso de Sooretama apresenta uma superexploração da força de trabalho que não só foi gerada pela lógica da dialética da dependência entre nações, mas sim pela dependência num contexto local e geral dos trabalhadores que sofreram com as péssimas condições de trabalho.

Desta forma, ainda que o café Conilon não tenha valorização para a exportação e não seja de boa qualidade, o mesmo é comercializado no mercado interno e o seu plantio tem baixo custo. Ou seja, muito café tem que ser plantando para que se tenha uma margem de

lucro e, com isso, os trabalhadores são submetidos a exaustivas horas de trabalho para realizar a colheita, pois cada pé de café Conilon produz o dobro de grãos do Arábica.

Galeano (2013) descreve esta situação, ao dizer que a América Latina continua trabalhando como serviçal para atender aos países ricos. E a situação se torna pior quando se trata de atender ao próprio mercado (interno), visto que o café Conilon não tem tanto valor quanto o Arábica, ou seja, é preciso aumentar a jornada de trabalho na colheita de café e, para que isto aconteça, não há outro meio senão a superexploração da classe trabalhadora.

Desde a mudança do padrão exportador de reprodução do capital com a chegada das tecnologias, as grandes produções nas lavouras de café ainda permaneceram com o processo de colheita realizado por trabalhadores. Sendo assim, o uso do trabalho artesanal ainda está presente, principalmente na separação dos grãos até a finalização do processo para que ele possa ser consumido. Claro que ressaltamos neste procedimento que existe a presença da tecnologia, como máquinas, caminhões e etc., porém, ainda assim é predominantemente e essencial a presença da força de trabalho neste tipo de produção.

Portanto, podemos concluir que os trabalhadores da fazenda de café em Sooretama, no Norte do Espírito Santo, estavam sujeitos à superexploração da força de trabalho, no qual as quatro características apontadas por Amaral e Carcanholo (2012) puderam ser identificadas e analisadas. Observamos também que existe a dependência do mercado interno sob a sua própria condição, pois o produto, neste caso, o café Conilon, possui pior qualidade e para que se tenha o lucro tem que haver uma grande produção. Desse modo, o mercado do café Conilon, de alguma forma, precisa acompanhar o mercado do café Arábica, sendo que o preço deste café é mais elevado comparativamente ao do Conilon. Pois, isto propicia uma concorrência no próprio mercado interno, que para se completar cria condições para a superexploração do trabalho.

Referências

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da Força de Trabalho e Transferência de Valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. **Padrão de Reprodução do Capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

BONATO, José. **Acostumado a 'péssima qualidade', brasileiro consome pouco café nobre**. Reportagem publicada na UOL em 24/10/2013. Disponível em:

<http://economia.uol.com.br/agronegocio/noticias/redacao/2013/10/24/acostumado-a-pessima-qualidade-brasileiro-consome-pouco-cafe-nobre.htm>. Acesso em: 27 jun. 2015.

CETCAF. **Breve histórico do café arábica no Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.cetcaf.com.br/links/cafeicultura%20capixaba.htm>. Acesso em 24 jun. 2015.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_01_14_11_57_33_boletim_cafe_janeiro_2015.pdf>. Acesso em 27 jun. 2015.

CULTIVANDO. **Qual a diferença entre o café arábica e o conilon?** Disponível em: <http://www.cultivando.com.br/cotidiano/cafe_arabica_x_conilon.html>. Acesso em 24 jun. 2015.

DOS SANTOS, T. Subdesenvolvimento e dependência. In: LÖWY, M. (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma ontologia de 1909 aos dias atuais. 3. ed., ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 398-402.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

MARINI, M. R. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, P. J (Orgs). Ruy Mauro Marini, vida e obra. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-181.

MARQUES, Pedro. **Dependência e Superesploração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Brasília: Ipea: ABET, 2013.

NOBRES, J. **Homens deixam lavoura no ES após flagra de irregularidades no trabalho**. Reportagem publicada no G1 Espírito Santo em 06 de junho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2014/06/homens-deixam-lavoura-no-es-apos-flagra-de-irregularidade-no-trabalho.html>. Acesso em: 27 jun. 2015.

CULTURA E TRABALHO IMATERIAL: NOTAS PARA O DEBATE

André Peralta Grillo
UFJF

Resumo: Este trabalho visa apresentar algumas hipóteses e conclusões parciais sobre pesquisa voltada para a observação e análise da relação entre as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e a produção cultural, entendida como a produção de atividades, bens ou eventos culturais e artísticos. O foco está na inserção do "trabalhador da cultura" na lógica do "trabalho imaterial" (GORZ, 2005) e do "mundo conexionista" da "cidade por projetos" (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Os dados baseiam-se em pesquisa em andamento com a rede "Circuito Fora do Eixo", que extrapola o âmbito da produção cultural estrito senso e radicaliza algumas das tendências que tenho como hipótese podem se impor de forma mais geral (ao menos como possível fonte de fortalecimento do engajamento) ao domínio da produção de cultura e arte.

Palavras-chave: produção cultual; trabalho imaterial; fora do eixo.

Abstract: The purpose of this paper is to present some hypothesis and partial conclusions on a research that aims to observe and analyze the relationship between contemporary changes in labor and the cultural production, understood as the production of activities, goods or events in art and culture. The focus is on the insertion of the "culture worker" in the logic of the "immaterial labor" (Gorz e etc) and of the "connectionist world" of the "project city" (Boltanski & Chiapello). The data is grounded on an ongoing research with the network "Circuito Fora do Eixo", which goes beyond the scope of strict cultural production and radicalizes some of the trends I have as a hypothesis that can generally be spread (at least as a possible source of engagement) into the field of art and cultural production.

Keywords: cultural production; immaterial labor; fora do eixo.

Este trabalho visa apresentar algumas hipóteses e conclusões parciais sobre pesquisa voltada para a observação e análise da relação entre as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e a produção cultural, entendida como a produção de atividades, bens ou eventos culturais e artísticos. O foco está na inserção do "trabalhador da cultura" na lógica do "trabalho imaterial" (GORZ, 2005; CAMARGO, 2011) e do "mundo conexionista" da "cidade por projetos" (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Os dados baseiam-se em pesquisa em andamento com a rede "Circuito Fora do Eixo", que extrapola o âmbito da produção cultural estrito senso e radicaliza algumas das tendências que tenho como hipótese podem se impor de forma mais geral (ao menos como possível fonte de fortalecimento do engajamento) ao domínio da produção de cultura e arte.

Tendo como principais referências às mudanças no mundo do trabalho contemporâneo André Gorz e a obra conjunta de Luc Boltanski e Eve Chiapello, busco desenvolver a discussão sobre o "trabalho imaterial" e o "mundo conexionista da cidade por

projetos" em torno do novo perfil de trabalhador esperado, e mais recompensado, dentro dessa lógica. Tomando então o campo da produção de cultura e arte como um *locus* privilegiado neste sentido (algo a ser demonstrado no decorrer da pesquisa), o objetivo é demonstrar o quanto o trabalhador da cultura no Brasil, enquanto produtor, se encontra permeado, ou sobre influência, da lógica de rede do mundo conexionista e sobre a égide das ingerências decorrentes da preponderância do trabalho imaterial como fonte de valor.

A pesquisa parte do estudo de caso da rede "Circuito Fora do Eixo" (FdE), fundada em 2005 por produtores culturais de cidades fora do eixo Rio-São Paulo, e pautando sua organização em princípios inspirados na economia solidária, no coletivismo, colaborativismo, mobilidade, fluidez e no engajamento militante. O FdE possui basicamente duas facetas: circuito cultural e movimento social. Embora minha pesquisa não busque, em princípio, uma representatividade do "produtor cultural brasileiro" (em termos de uma amostra representativa), o FdE se mostra um bom começo neste sentido, na medida em que possui agentes, coletivos e sedes em todas as regiões do país (chegando em seu auge a todos os Estados), o que me fez ter contato com produtores dos mais variados cantos. O estudo de caso (em andamento) inclui análise de documentos "oficiais" (como carta de princípios e regimento interno) e de declarações públicas em eventos registrados e disponibilizados por meios virtuais, assim como acompanhados de forma presencial, observação participante em festivais, congressos e imersões, entrevistas semiestruturadas e acompanhamento das atividades da rede, e de sua repercussão, por meio das plataformas digitais de redes sociais e outros meios virtuais. Posteriormente, pretende-se estender a pesquisa a outros produtores em outros contextos.

O FdE, como dito, não se reduz à esfera da produção cultural, atuando fortemente, principalmente a partir de 2011, também como movimento social. Minha hipótese, desenvolvida alhures (GRILLO, 2014b, 2015a, 2015b), é que a rede se constitui no que chamei de "rede de militância laboral", na qual trabalho e militância são atividades indistintas. Ou seja, o engajamento militante, a defesa de uma (ou várias) causa(s), se confunde com a atividade produtiva, inserida aqui no mercado de bens simbólicos e culturais do que se pode chamar "cultura independente brasileira", em especial no nicho da música. Nesse sentido, a extrapolação do âmbito da produção cultural seria uma forma de radicalização das formas de atuação e de engajamento típicas do novo mundo do trabalho e, talvez, uma possibilidade de explorar de forma mais intensa seu potencial mais "libertário", ante a tendência a precariedade e autoexploração. Minha hipótese mais geral, que pelo caso estudado tem se mostrado válida,

é de que a produção de atividades ligadas a cultura e a arte são gratificantes em si (embora não dispense ou torne desnecessário outras formas de recompensa), para quem tem um envolvimento genuíno com as mesmas, permitindo uma realização pessoal e um engajamento mais pleno do que em relação a uma atividade a qual o sucesso da mesma é indiferente a seus trabalhadores (como o aumento dos lucros de um banco), ou sendo relevante apenas no sentido de possíveis retornos financeiros. Ou seja, uma atividade que se realiza não pelo dinheiro, ou não só pelo dinheiro. O FdE radicaliza neste sentido porque não há, de fato, retorno financeiro, embora possam haver simbólicos. Por esta seara viso começar a compreender melhor o trabalhador da cultura no novo mundo do trabalho.

Este artigo divide-se então em três partes, além desta introdução. Na primeira, apresento a discussão sobre o "novo mundo do trabalho", sobre a lógica do "novo capitalismo", a partir dos autores supramencionados, fazendo referência ao produtor cultural neste contexto. Em seguida, apresento o FdE, sua formação, desenvolvimento e algumas de suas principais características. Por fim, concluo retomando minhas hipóteses, relacionando a atuação dos agentes do FdE com a lógica do mundo conexionista, sob a égide do trabalho imaterial, embora sua atividade dificilmente possa ser chamada de "capitalista", na medida em que a organização não tem fins lucrativos e, de fato, por seu *modus operandi* impossibilitar a acumulação privada de capital econômico.

I

A partir do conceito de "trabalho imaterial"[1] é possível identificar três dimensões da reestruturação do mundo do trabalho contemporâneo: um conceitual, outro organizacional, e um terceiro da perspectiva do sentido da ação do indivíduo.

O primeiro nível, conceitual, se refere ao questionamento da validade, ou pertinência, do uso da teoria econômica do valor-trabalho, especialmente a versão crítica de Marx. No caso, essa negação não seria da aplicação desta teoria ao capitalismo (inegável a qualquer autor com alguma relação mínima que seja com o marxismo ou vertentes intelectuais de esquerda (comum aos "teóricos do imaterial")), mas à incapacidade da mesma dar conta da produção de valor no "novo capitalismo", "cognitivo", "informacional", "em rede", "pós-

[1] Sobre os inúmeros autores e correntes que utilizam o conceito, ver (CAMARGO, 2011).

fordista". A tese[2] é de que o valor das mercadorias se realiza predominantemente em seus atributos imateriais, tornando o tempo de trabalho que cria o valor imensurável. Isso não exclui a materialidade da produção de bens, duráveis ou não, apenas afirma que o que há de imaterial, simbólico, de *branding*, são preponderantes ao valor em relação à sua utilidade, sendo cruciais aqui os gastos com propaganda e *marketing*, o trabalho criativo de *designer* e etc. O tempo gasto para se conseguir uma "sacada" em propaganda é imensurável, assim como a qualificação dos trabalhadores pós-fordistas, do "capital humano" das empresas (GORZ, 2005), na medida em que esse capital é formado pelos conhecimentos e experiências adquiridos em grande parte no mundo da vida, do lazer e da sociabilidade "lúdica".

O segundo nível, organizacional, trata do que Boltanski & Chiapello (2009) chamam de passagem da predominância da lógica industrial para a lógica de rede na organização das empresas e do mundo do trabalho, caracterizando a ascensão do "novo espírito do capitalismo", a nova ideologia que leva ao engajamento (no sentido de dedicação apaixonada) dos trabalhadores à produção pós-fordista, ideologia no sentido de crenças e valores, ancorados em instituições e que orientam a prática, referendados por provas, sanções e recompensas. Segundo os autores, o capitalismo muda de "espírito" a partir da incorporação parcial das demandas dos movimentos de crítica, no caso os movimentos de contestação (em especial da juventude) dos anos 60 do século passado no ocidente, que alcançou, em diferentes matizes, nível global, e ficou conhecido como "Contracultura"[3]. Em meio a uma crítica mais ampla, voltada contra a sociedade consumista e tecnocrática, sobressaem as demandas por relações não-alienantes de trabalho, da valorização da subjetividade e do envolvimento do trabalhador em sua atividade produtiva, em oposição à lógica da "linha de montagem" do fordismo, além da crítica às formas sociais hierárquicas. Essas demandas são incorporadas às relações trabalhistas, chegando ao discurso do patronato em convergência com a ascensão do toyotismo. Em termos organizacionais temos, então, flexibilidade e polivalência em grupos de trabalho, hierarquias menos rígidas e fluxos de comunicação mais horizontais (facilitados pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - NTIC), incentivo ao envolvimento do trabalhador e a contribuição do mesmo criativamente, relativizando, em teoria, a separação estrita entre concepção e execução.

[2] Em geral os autores que trabalham com o conceito fazem referência ao próprio Marx, afirmando que o mesmo já teria antecipado os desdobramentos do mundo do trabalho expressos no conceito nos seus "Grundrisse" (MARX, 2011; CAMARGO, 2011; ANTUNES, 2009).
[3] Sobre Contracultura, ver (GOFFMAN & JOY, 2004; ROZAK, 1972; MARCUSE, 1979; 1999).

Ressaltando que essa apropriação e reestruturação do capitalismo foi a forma de legitimar a expansão generalizada do processo de precarização do trabalho. A expansão do setor de serviços e a informatização (via automação) mesmo das atividades industriais "clássicas", como a produção automotiva[4], também fazem parte deste processo.

Por fim, o terceiro nível expressa os outros dois na perspectiva do indivíduo, ou seja, o perfil esperado (e melhor recompensado) do trabalhador no pós-fordismo. Flexibilidade, mobilidade, adaptabilidade, capacidade de decisão e improviso, de cooperação, de trabalho em equipe, habilidade de comunicação, sociabilidade, desapego (a lugares e pessoas), envolvimento da personalidade e da subjetividade no trabalho, criatividade, habilidade em fazer contatos e expandir redes, são algumas das características que ensejam a conquista do patamar de "grandeza" no contexto normativo da "cidade por projetos" (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009; GORZ, 2005). São características que, em princípio, aumentariam a liberdade e a autonomia, na vida e no trabalho, refletindo a incorporação das demandas contraculturais:

> Assim, por exemplo, as qualidade que, nesse novo espírito, são penhores de sucesso – autonomia, espontaneidade, mobilidade, capacidade rizomática, polivalência (em oposição à especialização restrita da antiga divisão do trabalho), comunicabilidade, abertura para os outros e para as novidades, disponibilidade, criatividade, intuição visionária, sensibilidade para as diferenças, capacidade de dar atenção à vivência alheia, aceitação de múltiplas experiências, atração pelo informal e busca de contatos interpessoais – são diretamente extraídos do repertório do maio de 68 (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 130)

Os autores enfatizam que o espírito do capitalismo busca motivar e engajar os agentes mais dinâmicos da economia, impulsionando assim a mesma. No caso do novo espírito, estes agentes seriam basicamente executivos e engenheiros, por sua posição e poder na divisão do trabalho, por seu papel decisivo na mesma. Porém, como afirma também Sennet (2005) ao falar do "Novo Capitalismo", este estilo de vida que propicia uma maior liberdade e autonomia a esses agentes mais dinâmicos, que possuem os pré-requisitos para se tornarem notáveis, adquirirem grandeza – e que lhes permite não almejar a segurança de um emprego formal com carteira assinada, já que sua notabilidade lhe garante ser sempre requisitado em novos projetos – , se dissemina na sociedade como um todo como ideal que, de fato, não pode ser vivido e realizado por todos, que em sua maioria estaria bem melhor em um emprego formal e seguro,

[4] Para uma boa descrição desta informatização a partir da automação, ver (GORZ, 1987).

e servindo assim para justificar (legitimar normativamente) a precarização do trabalho e a perda dos direitos trabalhistas, algo que para esta grande maioria é apenas prejuízo.

E onde entre a produção cultural neste contexto? No caso brasileiro, as políticas culturais a partir dos anos 90 estimulam a criação de um ambiente que é, literalmente, uma cidade por projetos, possibilitando, institucionalmente, a realização desta dinâmica, embora dificilmente (pra maioria) garanta que se possa viver da realização de projetos culturais financiados por editais. Assim, uma questão geral que norteia meu trabalho é se a produção cultural no Brasil, a partir dos anos 90, incorpora esta lógica em rede, esse contexto normativo da cidade por projetos, com seus atributos específicos que são recompensados e que levam à grandeza e ao sucesso.

Outra questão, interligada a essa, se refere à possibilidade de pleno envolvimento no trabalho, característica central ao "novo espírito do capitalismo", e que decorre diretamente da crítica, no âmbito da Contracultura, à sociedade tecnocrática. A partir da pergunta de Gorz (2005) sobre como se ter pleno envolvimento em uma atividade cujos fins são indiferentes ao indivíduo, como o lucro do banco para o bancário, ao menos para o engajamento, a dedicação apaixonada (BOLTANKI & CHIAPELLO, 2009), desenvolvo a hipótese de que a produção cultural talvez possa, em princípio, atender efetivamente às demandas por envolvimento da subjetividade e por uma vida laboral mais plena e realizada, na medida em que se tem a Produção Cultural como trabalho significativo, ou gratificante em si.

II

Em minha pesquisa tenho trabalhado alguns aspectos que considero necessários para a compressão do surgimento e desenvolvimento da rede "Circuito Fora do Eixo", como a discussão sobre a reconfiguração da indústria da música no Brasil, conjugando as novas tecnologias de distribuição, compartilhamento (e de pirataria), com o impacto substantivo, na produção cultural brasileira como um todo, das políticas culturais centradas em editais e leis de incentivo, a partir da criação da Lei Rouanet a nível federal, em um modelo replicado nos níveis estaduais e municipais, baseados ou em fundos próprios de fundações de cultura ou em isenção fiscal (como a Rouanet a partir do Imposto de renda); a discussão sobre movimentos sociais contemporâneas e as novas formas de ativismo, imbricadas também com as implicações neste plano das NTIC; o debate sobre formação de redes e laços de

reciprocidade, sobre experimentos de vida, trabalho e família contemporâneos, a partir da reapropriação recente da teoria da dádiva de Mauss; e uma discussão mais ampla sobre Contracultura (GRILLO, 2014a; 2014b; 2015a; 2015b).

Não há espaço aqui para desenvolver todos estes aspectos. Irei me ater, então, a algumas ponderações suscitadas por eles, ao tratar brevemente da formação, desenvolvimento e desdobramentos do FdE, apresentando algumas características e momentos importantes para a compreensão de sua trajetória.

Embora seu ato de fundação "oficial" seja realizado em dezembro de 2005, a compreensão da formação do FdE passa pela história do que pode ser considerado seu primeiro coletivo, o Espaço Cubo, de Cuiabá. As duas principais lideranças aqui, e que mantêm esse protagonismo na rede até hoje, são Lenissa Lenza e Pablo Capilé. Ambos são estudantes de comunicação em 2001, Lenissa na UFMT e Pablo na rede particular. Segundo Lenissa, que participava do movimento estudantil como liderança no C.A. de seu curso, Pablo a procurou no intuito de articularem possíveis ações conjuntas, aproximando os, normalmente, distantes mundos das faculdades públicas e particulares. A partir daí, e com a aproximação do fim de sua atuação direta no movimento estudantil, vislumbram algo para além da faculdade, algo que, segundo a mesma, permita levar adiante o que normalmente se encerra com a graduação acadêmica – a experimentação e o engajamento críticos e subversivos – e dar continuidade à produção de eventos "alternativos".

O primeiro núcleo é formado por cinco pessoas, contando, além do mencionados, com músicos e *designers*. Não há referências teóricas, apenas amigos morando juntos e formando, sem usar o nome, um caixa coletivo. Quase uma república, porém a diferença é que não formam apenas um espaço de moradia e convivência de amigos, mas um empreendimento que deveria manter seus moradores, que exerciam inúmeras atividades na área de comunicação, e que iram se consolidar na produção de eventos regulares de música alternativa, além de assumirem a realização do festival Calango, anteriormente realizado por uma dupla de produtores amigos. Os locais de moradia, assim como o número de moradores, mudam algumas vezes, até se consolidarem em uma casa no centro da cidade, antes ocupada por uma produtora parceira, e já com a presença constante e parceria dos membros do coletivo. Para lá, espaço que possibilitava também a realização de shows, se transferiram, junto com os equipamentos de estúdio que possuíam, desde o começo (trocados por Pablo por seu carro), e que utilizavam para troca de serviços. Realizam então os "12 atos", na

proposta de um evento mensal, e no qual trazem bandas que já eram (como Autoramas) ou se tornaram (como os *Forgotten Boys*) destaque no cenário independente nacional.

O Espaço Cubo forma o modelo de coletivo que será posteriormente adotado, total ou parcialmente, pelos outros coletivos do que vai ser a rede FdE. Nele estão presentes o caixa-coletivo (com retiradas por demandas, a partir de cartões compartilhados e registro das movimentações), a sede-moradia (os membros moram na sede do coletivo), a dedicação exclusiva, e o sentido militante da atividade coletiva.

Na segunda metade da década de 2000, temos no Brasil uma série de festivais independentes de grande e médio porte consolidados, possibilitados pelas políticas culturais de fomento vigentes, entre eles o Calango. No intuito de estabelecer contato com bandas independentes e outros produtores desta "cena alternativa", os membros do Cubo começam a circular pelos festivais, a princípio mais próximos (como em Goiânia), e, posteriormente, pelo resto do país, para cuja comunicação contribuem de forma fundamental as NTIC.

A consolidação como rede e a atuação como movimento tem como marco os encontros presenciais nacionais, os "Congressos Fora do Eixo". O primeiro é realizado em 2007, em Cuiabá, junto com o festival Calango, e conta com representantes de coletivos espalhados por todo o país. No segundo, realizado em Rio Branco (AC) no ano seguinte, tem-se a presença de aproximadamente 100 pessoas (o dobro do anterior). É fundamental aqui a presença de membros do "Massa Coletiva", de São Carlos, já presentes no anterior, mas, desta vez, acompanhados do professor da UFSCAR, e especialista em economia solidária, Ioshiaqui Shimbo, que sugere a criação coletiva de uma carta de princípios e de um regimento interno[5], levando a uma sistematização da ação da rede.

A carta de princípios reafirma os valores do colaborativismo e da descentralização, da lógica *hacker* (pautadas no código aberto e no software livre), sua postura anti-hegemônica aos "modos de produção, circulação e fruição com ênfase no campo da cultura", o fomento da produção criativa e autoral, valorização do ser humano e "da igualdade de condições e da polivalência individual e coletiva", a busca por "equilibrar trabalho manual e intelectual", o fomento a criação de moedas sociais, a organização experimental e cambiante da rede, as práticas de comunicação livre, a proposta de se "criar ferramentas de formação e qualificação dos agentes", etc. Forma-se, assim, um sistema orgânico e coeso de

[5] Ambos estão disponíveis, junto com um cronograma desde 2001 de momentos, números e eventos considerados mais importantes pela rede, no seu site oficial <http://www.foradoeixo.org.br>.

valores e princípios, e que reflete as demandas assimiladas pela cultura ocidental a partir do movimento de Contracultura (como exposto na parte I). Isso em uma atividade que, ao contrário dos setores avançados da economia que incorporam essas demandas na formação do "novo espírito do capitalismo", não possui fins lucrativos, e que impossibilita a acumulação privada e não realiza uma acumulação coletiva de capital, ao menos econômico.

O regimento interno, aprovado em 2009, serve hoje como documento histórico da trajetória do FdE, na medida em que a organização da rede se encontra atualmente transformada, mais enxuta, embora mantendo os mesmos princípios. Ao invés das inúmeras frentes gestoras (simulacros das instituições "mainstrem", como Banco FdE, Partido FdE, Mídia FdE e Universidade Livre FdE) e temáticas (Música, Palco, Literatura Audiovisual), a divisão está mais entre o núcleo de comunicação e o núcleo de produção, embora ambos possam partilhar as mesmas pessoas, e a referência e recurso às frentes mais específicas ainda possa ser feita.

Antes disso, em 2011, é possível observar um momento de inflexão na rede, que passara a dar mais ênfase e fortalecer-se como movimento social, sem deixar de lado sua atuação como circuito cultural (mantendo até hoje um circuito de festivais por todo o país, a Rede Brasil de Festivais[6]. Isso se depreende da própria fala de Capilé no III Congresso FdE (outubro de 2010), em Uberlândia: "estamos fortes como circuito cultural, mas fracos como movimento social". Tratei detidamente desta questão alhures (GRILLO, 2014b; 2015a; 2015b), em interpretação próxima a desenvolvida por Savazoni (2014). Este define o FdE como uma "rede político cultural", afirmando que ela passa a realizar mais plenamente suas características a partir deste momento em que passa a fortalecer sua atuação como movimento social, se aproximando de outro movimentos, participando da organização e articulação de uma série de atividade em rede, como as marchas da liberdade e os movimentos Existe Amor em SP (contra a candidatura de Russomano a prefeitura de SP) e Mobiliza Cultura (contra a presença de Ana de Holanda como ministra da cultura). A minha interpretação difere na medida em que dou mais ênfase na continuidade da inserção do FdE no mercado de bens culturais, chamado independente, ou seja, sua atuação como circuito cultural e como uma rede de produtores culturais, desenvolvendo projetos principalmente (mas não só) em torno de festivais de música (ou de artes integradas) independente (s).

Utilizo então, para definir o FdE, o termo rede de militância-laboral, para acentuar o fato de que em sua atuação há uma indistinção entre militância e atividade produtiva. A

[6] Que surge a partir de uma dissidência na Abrafin (Associação Brasileira de Festivais Independentes), formada em 2005.

diferença para agentes de outros movimentos que tem dedicação exclusiva à causa é que no FdE a própria atividade militante se realiza na produção de bens ou eventos que se inserem em um mercado, no caso, de bens culturais[7].

Os agentes do FdE apresentam uma identidade militante com a rede, assumindo sua atividade como uma luta, e como algo que envolva toda a sua vida (como manifesto na expressão recorrente "vida FdE"). Possuem ampla mobilidade, em geral entre os festivais, com deslocamentos seja por motivo de ajuda na produção, seja na cobertura, assim como para a realização de atividade de formação (em todos os tipos de atividades desenvolvidos na rede). No período de expansão, algumas de suas lideranças realizavam as chamadas "colunas", fazendo contato com pessoas ligadas à cultural nas mais diversas cidades, em especial no interior, no intuito de apresentar sua iniciativa e interligar mais pessoas, grupos e/ou coletivos à rede, ou mesmo apresentando o modelo de coletivo por eles utilizado.

III

A partir do exposto, concluo retomando e aprofundando minhas hipóteses de trabalho suscitadas pela pesquisa com o FdE, e que se incluem em um projeto mais amplo de estudo da produção cultural no Brasil contemporâneo, visando o desenvolvimento de uma metodologia de estudo do "trabalhador da cultura" hodierno.

Fica claro no perfil dos agentes do FdE, e em seus valores professados, as características e demandas defendidas pela Contracultura, e assimiladas pelo novo espírito do capitalismo. A participação no FdE engendra o desenvolvimento, percebido como uma transformação pessoal e intersubjetiva, das habilidades mais valorizados no contexto do trabalho imaterial e do que Boltanski & Chiapello (2009) chamam de "ambiente normativo da cidade por projetos". Constitui-se em uma organização em rede ímpar, na medida em que congrega atividade produtiva e engajamento político/cultural, além da defesa de uma ethos, um estilo de vida que se propõe contra-hegemônico, embora, como visto, em muitos aspectos próximo dos setores mais dinâmicos da economia, tendo, porém, outro sentido para seus agentes.

Dois pontos são importantes aqui: (1) o sentido mais pleno da realização de uma atividade cujo fim é em si valorado, e não apenas um meio para se adquirir capital ou poder:

[7] Um movimento como o MST, por ex., tem fins econômicos e se insere em um mercado, mas nele há uma separação entre o momento de militância e o momento de produção, no caso, agrícola.

a produção cultural; (2) uma rede que radicaliza esta tendência possível à atividade, na medida em que se constitui em um movimento social e é imbuída de um sentido militante em sua atividade, mesmo as mais específicas de produção.

Muitas questões para o tema proposto decorrem daí. Um projeto seguinte é diferir os diferentes tipos de produtor cultural no contexto do Brasil recente, no qual se observa a ascensão e profissionalização desta categoria, e da formação de um "saber" específico e especializado em "gestão cultural", o que é atestado pelo surgimento e difusão de cursos dedicados à área, seja em universidades, escolas técnicas, ou em organizações e por produtores particulares. Nesse sentido, tenho já realizado algumas atividades de uma pesquisa para identificar esses diferentes tipos, observando o produtor mais estritamente voltado para a produção como negócio, e em outro extremo os produtores militantes, que tomam a produção como atividade militante, e entre ambos os produtores que podem de forma mais ou menos acentuada incorporar o sentido militante, de realização dos fins de uma causa, ou do fomento da cultura como uma causa, como produtores, com ou sem vínculos com movimentos, que participem de conselhos de cultura.

Mais do que concluir ou definir, peremptoriamente, algo, este trabalho, desta forma, visa levantar uma série de questões e possibilidades de pesquisa para o debate, ensejando aplainar uma seara para um longo projeto que possa contribuir para uma melhor compreensão e valorização da produção cultural no Brasil contemporâneo.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

BARCELLOS, R. **Por outro eixo, por outro organizar:** a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro. 2012, 348f. Tese (doutorado em administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BECKER, H. **Mundos da Arte**. Lisboa: Horizonte, 2008.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CALHOUN, C. **"New Social Movements" of the early nineteenth century**. Social Sciense History, v. 13, n. 3, 1993.

CAMARGO, S. **Trabalho Imaterial e produção cultural:** a dialética do capitalismo tardio. São Paulo: Annablume, 2011.

COCCO, G. et all (orgs.) **Capitalismo cognitivo:** trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DE MARCHI, L. **Do marginal ao empreendedor**: transformações no conceito de produção fonográfica no Brasil. Revista Eco-pós, v. 9 n. 1, 2006.

GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13 n. 28, set./dez. 2014.

GOFFMAN, K.; JOY, D. **Counterculture through the ages:** from Abraham to acid house. U.S.A.: Villard Books, 2004.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **O imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Metamorfoses do Trabalho:** crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2007.

GODBOUT, J. **O espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRILLO, A**. Cultura, Arte e Trabalho Imaterial:** a Produção Cultural e as mudanças no mundo do trabalho. Anais da III Jornada de Ciências Sociais da UFJF, 2014a.

_____. **A militância laboral e a cibercultura:** produtores ativistas no ciberespaço. Anais do III Seminário Fluminense de Sociologia (UFF), 2014b.

_____. **Movimento social das culturas:** uma análise a partir da rede Circuito Fora do Eixo. Anais do VI Seminário Nacional de Sociologia e Política (UFPR), 2015a.

_____. **Arte laborans:** produção cultural no novo mundo do trabalho. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), 2015b.

HERSCHMANN, M. (org.). **Nas bordas e fora do mainstream musical**. São Paulo: Estação das Letras, 2011.

HIRSCHMAN, A. **Shifting Involvements:** private interest and public action. Princeton University Press, 2002.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMOS, A. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

KEROUAC, J. **On the Road (Pé na estrada)**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: ETC, 1999.

_____. **A ideologia da Sociedade Industrial:** o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica à economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROZAK, T. **A Contracultura:** Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

RUDIGER, F. **As teorias da Cibercultura:** perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva.** In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naiff, 2003.

OFFE, C. **New Social Movements:** challenging the boundaries of institucional politics. Social Research, 52:4, 1985.

PICHARDO, N. **New social movements:** a critical review**.** Annu. Rev. Sociolo., 23, 1997.

PUTNAN, R. **Bowing Alone:** the collapse and revival of American Community. New York, USA: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.

SCHEREN-AREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13 n. 28, set./dez. 2014.

_____. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História:** debates e tendências, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008.

SENNET, R. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, J.P.; RODRIGUES, I.J. (orgs.). **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SAVAZONI, R. **Os novos bárbaros:** a aventura política do fora do eixo. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

VAZ, G.N. **História da Música Independente**. Brasília: Brasiliense, 1989.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO NO BRASIL: IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO DAS MULHERES[1]

Bruna Raissa Cruz Caldas
UEMA

Joallysson Desterro Bayma
UEMA

Resumo: Nas últimas décadas, percebe-se que a globalização da economia capitalista fragmentou o espaço econômico mundial, influenciando, também, a evolução das políticas públicas de emprego. Paralelamente a essa evolução, podemos apreciar o avanço das políticas públicas de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, porém é notório que as políticas de emprego e as políticas de igualdade permanecem, frequentemente, contraditórias. Em 1980/90, se intensificou um processo de mudança nas estruturas econômicas, sociais e políticas, que culminaram com o aumento da contradição ente os interesses do capital e do trabalho. Isto causou o avanço do desemprego e da precarização do emprego, este último se dando a partir da implementação de várias políticas públicas de emprego de caráter neoliberal que flexibilizaram as normas de contratação. A implementação dessas políticas afetou diretamente o conjunto dos trabalhadores e, em particular, o trabalho feminino, pois na medida em que a flexibilização aumentou a inserção das mulheres no mercado de trabalho, isto ocorreu a partir da maior precarização do trabalho das mulheres. Foi dessa forma que o capital se utilizou da persistente divisão sexual do trabalho de modo a aumentar sua mais valia.

Palavras-chave: mercado de trabalho; política pública de emprego; trabalho feminino.

Abstract: In the last decades, the globalization of the capitalist economy has fragmented the world economic space influencing as well, the evolution of public employment policies. Parallel to these developments, we can appreciate the advancement of public policies on equality between men and women in the labor market, but it is clear that employment policies and equality policies remain often contradictory. In 1980/90, a process of change in economic structures, social and political structures intensified, which culminated with increasing contradiction being the interests of capital and labor. This caused the spread of unemployment and precarious employment, the latter giving from the implementation of various public policies of neoliberal jobs that offer flexible procurement rules. The implementation of these policies directly affect all workers and, in particular, women's labor, since insofar as the relaxation-increased the participation of women in the labor market, this happened from the most precarious labor of women. That is how the capital was used as a persistent sexual division of labor in order to increase their assets.

Keywords: job market; public employment policy; working women.

Introdução

Após a crise do sistema fordista, o processo de mundialização tornou o sistema relacional entre estruturas econômicas, sociais, políticas e capital/ trabalho diferentes. Tais relações são muito mais instáveis e a dependência entre as economias dos países tornaram-se um traço característico de acordos e pactos econômicos internacionais. Tais fatos tornam-se mais visíveis pela abertura

[1] Trabalho produzido como resultado de pesquisa de iniciação cientifica.

econômica ao comercio mundial e pelo desenvolvimento dos mercados financeiros, que influenciam diretamente na forma de administrar as empresas e gerar os recursos destinados à distribuição de renda, elementos que consubstancialmente possuem bastante peso no ato de planejamento das chamadas políticas redistributivas e de emprego. O modelo pós-fordista exibe um novo regime salarial, um modelo que se associa à variabilidade contratual. Assim, pode-se dizer que a relação salarial, ou em outras palavras o ganho pelo exercício de funções previamente estabelecidas em contrato, sofre com uma nova forma de reprodução do capital.

Nesse modelo de produção, as políticas públicas tornam os interesses da classe dos trabalhadores mais enfraquecidos, sendo muito utilizadas como argumento de que são as melhores saídas para o enfrentamento de crises, para a aquisição de estabilidade monetária, de flexibilidade do emprego e do trabalho, assim como para outros elementos que favoreçam o crescimento econômico.

Isso ocorre em função do atual modelo produtivo necessitar da desregulamentação do mercado de trabalho para viabilizar sua reprodução. Vale ressaltar que, o aumento da flexibilidade pode ter, de fato, elevado o número de contratação, mas não deixou de ser orientado pelas diferenças contratuais que variam de acordo com a idade, gênero e a raça, o que acaba por consistir em uma precarização da força de trabalho significativa.

Deve-se ressaltar que a flexibilização está ligada a aspectos da organização salarial do regime de acumulação e do modo de regulamentação do período fordista, principalmente a uma faixa de tempo posterior ao momento econômico conhecido como os "Trinta Gloriosos". Foi nesta época posterior, que ocorreu uma desaceleração do crescimento, por conta dos gastos de produção, que trouxeram redução dos lucros e do consumo e, consequentemente, a contratação da ação intervencionista do Estado, que se deu por meio das privatizações e cortes nos gastos públicos. A partir de então a adoção de flexibilização contratual tornou-se um meio usual para suprimir as tentativas de aumento do preço da força de trabalho e redução dos custos de produção. Nesse transcurso socioeconômico, o capitalismo patrimonial surge como uma forma de acumulação do capital financeiro, que deposita no trabalho uma condição esquizofrênica. Isto ocorre porque, na condição de trabalhador, o trabalhador luta por aumento de salário e, na condição de acionista da empresa em que trabalha, o trabalhador deseja maior rentabilidade. Porém, esta última escolha implica em redução dos gastos, em outras palavras, redução no quadro contratual da empresa.

Além do capitalismo patrimonial, se observa também ao desenvolvimento do capitalismo cognitivo, marcado pela importância determinante e crescente das novas

tecnologias de informação e comunicação na produtividade das empresas. Essa vertente do capitalismo encontra-se ligada ao domínio técnico e cognitivo, e o aspecto do "saber fazer" determina a variedade salarial que um trabalhador pode estar sujeito. Em outras palavras, houve uma bipolarização salarial dos trabalhadores, pois de um lado há cargos que exigem qualificação e que são acompanhados de elevada remuneração e, do outro, há empregos pouco qualificados com baixa remuneração, o que na maioria dos casos de países ditos "periféricos" pode significar uma elevada desigualdade salarial. Essa bipolarização é relativamente menor nos países de capitalismo central onde as desigualdades salariais, embora existentes, são inferiores às desigualdades praticadas nos países de capitalismo periférico.

Os modelos de produção vão se apresentando e sinalizando aspectos semelhantes e diferentes, de acordo com realidade em que estão sendo aplicados, e das lutas sociais presentes em cada sociedade. Dessa forma, o Estado está mais ou menos presente na elaboração de políticas públicas voltadas para o emprego. Tais políticas se relacionam com mercado econômico, gerando consequências, a princípio, benéficas para a sociedade, mas que, no fundo, favorecem à precarização do emprego. No Brasil as influências dos modelos produtivos se articulam ao comportamento do Estado ante às questões relacionadas ao mercado de trabalho e vão se assentando dentro das políticas públicas, o que instiga a uma reflexão sobre as implicações de tais políticas no mercado de trabalho brasileiro e suas possíveis influências na qualidade de emprego dos trabalhadores (as), levando em consideração as diferenças que possam se apresentar a contratação e a qualidade de emprego referente ao mercado de trabalho feminino.

1. Precedentes das políticas públicas de empregos para mulheres

No Brasil e em outros países foram adotadas políticas públicas de emprego como uma ferramenta do Estado para fomentar a economia e, a princípio, elevar a produtividade do mercado nacional. A partir da crise do fordismo, as políticas de emprego adotadas no Brasil foram diferentes das adotadas até então. Em particular, a partir da década de 1990 elas adotaram um caráter de desregulamentação do mercado de trabalho como parte de um discurso de "desenvolvimento" e de redução do desemprego em massa. Essas políticas de emprego implicaram na flexibilização do tempo de trabalho e nas formas de contratação do trabalhador, prejudicando com mais intensidade a força de trabalho feminina. Elas incidiram

também nas demissões e na redução dos custos do trabalho. A partir de uma análise de dados estatísticos sobre a evolução da flexibilização do emprego no Brasil, constatamos que, nos últimos anos, o progresso na precarização do emprego continuou. Isto ocorreu para o emprego em geral e para o emprego feminino em particular.

É importante fazer uma ressalva. No Brasil a partir da segunda metade da década de 2000, o desemprego vem sendo controlado e o avanço da mulher no mercado de trabalho tem aumentado. Contudo, os dados que comprovam essas afirmações não deixam de explicitar o aumento da precariedade no emprego para o conjunto dos trabalhadores.

Nesta pesquisa, uma análise dos dados relativos a esse progresso conduz a enfatizar a discriminação contra o emprego das mulheres que ainda hoje persiste e a evolução da flexibilização no Brasil. Observa-se ainda as consequências dessa flexibilização enquanto principal condição para a sustentação de um "'novo' regime de acumulação" (HIRATA, 1998, p. 07). Processo este sexuado, haja vista que utilizam das construções sociais para justificar as relações salariais, que promovem entre os sexos, hierarquia e segregação entre os empregos ditos femininos e empregos ditos masculinos.

No aspecto de políticas de emprego no Brasil deve-se considerar a estruturação do mercado de trabalho, ou seja, a composição desse mercado no que tange a sua parcela de trabalhadores formais e informais, tal aspecto deve ser observado para que se verifique até que ponto as políticas de emprego voltadas para as mulheres surtem algum efeito, neste sentido destaca-se duas das principais políticas públicas observadas que repercutem no mercado de trabalho feminino. Trata-se da política de microempreendedor individual e da emenda constitucional nº 72.

O programa Microempreendedor Individual foi criado para atender trabalhadores brasileiros que exerciam atividades geradoras de renda por conta própria, e que desejam uma formalização que lhes classificasse de algum modo, e garantisse alguma seguridade profissional. Os trabalhadores que se encaixam no referido perfil poderiam, a partir do dia 19/12/2008, entrar na categoria de pequeno empresário, ou nos termos da lei complementar nº 128, Microempreendedor Individual (MEI). Para que um trabalhador possa participar dessa classe deve ter a receita bruta anual de até no máximo R$ 60.000,00, e não apresentar participação ou vínculo em outra empresa como titular ou sócio, o trabalhador MEI pode ter até um empregado contratado que receba o salário mínimo ou peso da categoria.

As vantagens oferecidas pela lei do Microempreendedor Individual ao trabalhador que se caracteriza como pequeno empresário são registros no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que confere ao trabalhador a abertura de conta bancária, o acesso a empréstimo e emissão de notas fiscais, há também a vantagem de que o MEI pode ser enquadrado no Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) ficando isento dos tributos federais, tais como, imposto de renda, Programa de Integração Social (PIS), contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) , Imposto sobre produto industrializado (IPI) e a Contribuição sobre o Lucro Líquido. Desta maneira, o que o trabalhado MEI paga é valores fixos mensais de R$ 40,40, referente à prestação de serviços, ou R$ 45,40 referente a comércio e serviço, esses valores referentes aos trabalhos que podem ser exercidos pelo MEI são destinados a Previdência Social e ao Imposto Sobre Circulação de Mercados e Serviços (ICMS) ou ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, tais valores, são atualizados anualmente, seguindo as respectivas alterações do valor do salário mínimo.

O programa microempreendedor Individual pode ser analisado como parte do processo de precarização, ou seja, o Estado se envolve para alargar os limites do regime de emprego através do fomento e de estratégias e planos para a redução do desemprego, o que consideravelmente ocorre por meio das políticas publica de emprego, que dentro de um regime neoliberal precisa articular os antagonismos entre a geração de renda e as condições de trabalho. Para que estas estruturas de redução das taxas de desemprego atuem no cenário econômico era preciso que as camadas que geravam alguma renda pudessem ser inseridas dentro de aspectos de legalidade, o que não significaria a extinção da precarização do emprego, embora o microempreendedorismo possa contar com determinadas ferramentas de consultoria oferecidas pela própria política dos MEI, resta refletir sobre as condições de estabilidade de produção de renda que para esses trabalhadores considerados como “autônomos legalizados” ainda é relativa.

A emenda constitucional de número 72 é referente aos direitos dos trabalhadores domésticos. Sendo complementar ao artigo 7º da Constituição Federal, esta emenda conferiu maior seguridade aos trabalhadores domésticos, pois a partir da mesma, a empregada doméstica passa a ter jornada de trabalho e pagamento de horas extras definidos em lei. Através da emenda, a jornada diária de trabalho não pode ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, e o pagamento de horas extras e adicional noturno deve

estar de acordo com a legislação vigente, ou seja, o valor de uma hora normal de trabalho acrescido de 50%. A emenda trouxe também normas de saúde, proibição de diferenças salariais, e reforçou a proibição de discriminação, no que diz respeito a gênero, a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

O emprego doméstico é um serviço muito utilizado no Brasil, é uma categoria que abriga grande contingente de trabalhadores, especialmente do sexo feminino. De acordo com o IBGE em 2011, estimava-se que 6,6 milhões de trabalhadores estavam inseridos no segmento de serviços domésticos no Brasil. Antes da Emenda, o trabalho realizado por esta categoria enfrentava a desigualdade de vivência no acesso a direitos garantidos as outras categorias socioprofissionais. Essa disparidade entre direitos relativos à trabalhadora doméstica e aos demais trabalhadores se justificava pela desvalorização do trabalho doméstico, naturalizado como uma atividade feminina e, frequentemente, realizada no espaço privado, isto é, longe dos espaços públicos de valorização e produção (direta) de riqueza.

De acordo com o MTE as ocupações que podem ser enquadradas nesta categoria abarcam atividades como: cozinheiro (a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro (a), vigia, motorista particular, jardineiro (a), acompanhante de idoso. Permanecem fora desta proteção as trabalhadoras diaristas.

O trabalho doméstico é exercido em sua maioria por mulheres em situação de vulnerabilidade. Um percentual considerável é composto por mulheres negras. Entre os anos de 2004 e 2011 o percentual de trabalhadoras domésticas elevou-se de 56, 9% para 61% de acordo com dados do IBGE e da Pnad (IBGE, 2011). Quando se observa os dados de escolaridade e faixa etária, nota-se que mulheres acima de 60 anos correspondem à faixa de trabalhadoras com maior proporção de analfabetas ou com o ensino fundamental incompleto. Em 2011 o IBGE divulgou dados que demonstram níveis de analfabetismo verificados em 19,5% para ocupadas entre 60 a 64 anos e em 24,6% para as ocupadas com 65 anos ou mais (IBGE, 2011).

O trabalhado doméstico no Brasil permanece marcado pela informalidade. No nível nacional o percentual de contribuição das domésticas aumentou de 26,9%, em 2004, para 34,9% em 2011. Existe, porém, uma disparidade entre as regiões do país. A região norte foi a que registrou o menor percentual de contribuição desta categoria socioprofissional, passando de 10,5% em 2004 para 18,0% em 2011 (IBGE, 2011).

O volume de trabalhadoras domésticas no Brasil denota, por um lado, a importância dessa atividade enquanto grande empregadora e geradora de renda para um contingente

substancial de mulheres e, por outro lado, a desigual repartição das tarefas domésticas no seio da instituição familiar.

Dessa forma, embora o recurso ao trabalho doméstico permita a um número substancial de mulheres (empregadoras) a inserção no mundo do trabalho produtivo e público, portanto, valorizado, este recurso ocorre a partir da externalização das atividades domésticas de reprodução familiar que se faz mediante um exército de servidoras que, na maioria das vezes, vivem em condições precárias de emprego e de trabalho.

2. As políticas públicas e os impactos sobre o emprego das mulheres

As políticas públicas e as ações do mercado econômico estão relacionadas e afetam o mercado de trabalho de variadas formas, mas, para compreensão dos elementos relacionados aos impactos sobre o trabalho feminino, evidencia-se a análise a partir de três aspectos, que neste estudo podem ser considerados básicos, estes aspectos são a entrada no mercado de trabalho, cuidados com a saúde ou o controle de natalidade, e a mobilização social feminina. É preciso ressaltar que estas são bases para construção de um entendimento, e que a partir de outros prismas essa atividade de reflexão pode adquirir outros elementos.

A entrada no mercado de trabalho deve-se principalmente ao desenvolvimento tecnológico e a propagação desses instrumentos que contraíram funcionalidades relativas ao mundo do trabalho e suas produções, pode-se dizer que algumas das regiões brasileiras contam com um processo de produção informatizado, aspecto que se deve ao fato da economia mundializada exigir uma acelerada e constante produção. Este elemento proporciona o aumento de empregos femininos, principalmente pelo fato de muitos desses trabalhos estarem envolvidos a trabalhos manuais, atividades estas que através da visão patriarcalista costumam ser visualizadas como “adequadas” às mulheres. A entrada feminina no mercado de trabalho é construída e envolta em noções que lhes posiciona em cargos mais inferiorizados e em situações de trabalho de tempo parcial, precarizado e casos de trabalho informal, estas características passam pelo que se pode denominar de representações sociais acerca das mulheres, algo que é inserido, organizado e naturalizado nas consciências individuais e ganham abrangência na esfera pública limitando as atividades sociais e profissionais das mulheres a ambientes e funções mais específicas no mercado de trabalho. A respeito deste aspecto, Tânia Mourão argumenta:

> Nas relações no âmbito do trabalho, entretanto, ainda prevalece à velha dicotomia que tornaria natural, por exemplo, as diferenças entre papeis sociais e competências atribuindo-as às diferenças sexuais e justificando, assim, as desigualdades entre homens e mulheres trabalhadores. Em meio a tantas transformações, permanecem antigas representações que se mostram resistentes a mudanças e se expressam nas relações de trabalho e na maneira como o trabalho feminino e o masculino são percebidos e valorizados (MOURÃO, 2006, p. 28).

O aspecto dos cuidados com a saúde ou o controle de natalidade está relacionado aos instrumentos empregados pelas mulheres para facilitar ou favorecer seu estado físico no mercado de trabalho, em outras palavras, os cuidados que as mulheres costumam empregar para seu bem estar colaboram para seu rendimento profissional e favorece a manutenção de suas atividades empregatícias, o que pode ser observado dentro desse elemento que comporta a questão de saúde feminina é também o controle sobre sua reprodutividade que é controlada por meio de usos de anticoncepcionais e dos métodos contraceptivos, esses métodos são empregados pelas mulheres no que se refere ao mercado de trabalho para organização e planejamento reprodutivo, sem que este aspecto afete as questões relacionadas à sua produção. É interessante ressaltar que embora haja uma legislação voltada para o amparo legal das trabalhadoras gestantes, há a ideia de que tais trabalhadoras, por causa de suas gravidezes, custariam mais caro ao sistema de produção, essa característica afeta a remuneração e os índices de contratação feminina no país. Mourão descreve que:

> A ideia de que é mais caro contratar uma mulher do que um homem devido, basicamente, aos custos indiretos associados à maternidade e ao cuidado infantil, apesar dos seus salários serem em média inferiores, tem uma forte presença no imaginário social e empresarial. [...] esses supostos maiores custos justificariam as desigualdades salariais que continuam existindo entre homens e mulheres (MOURÃO, 2006, p. 19).

A questão das mobilizações femininas está relacionada a itens como a saúde da mulher, a luta contra a discriminação de gênero e pelo direito de exercício da liberdade, essas mobilizações estão envolvidas também na questão da empregabilidade e melhores condições de trabalho para as categorias de trabalho com contingentes significativos de trabalhadoras. Trata-se de mulheres organizadas através dos movimentos sociais e de representações políticas que adentram no espaço público com a intenção de desnaturalizar concepções que afetem as suas condições de trabalho, bem como, os índices de empregabilidade feminina e suas condições de trabalho. Este pode ser considerado um significativo elemento de

visualização das questões que envolvem o trabalho feminino e as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras, pois os movimentos são instrumentos sociais que gestam espaços de apresentação, de reivindicações, de debates e de possibilidades, gerando a tomada de posicionamento e de luta por institucionalizações e legalizações das demandas empregatícias femininas. Em sua análise Mourão argumenta:

> Avanços alcançados nas últimas décadas, desde os movimentos das sufragistas, dos movimentos feministas e outros processos de inclusão social, ainda não foram suficientes para a eliminação de traços marcantes do sistema patriarcal que por tanto tempo dominou a mentalidade de nossa sociedade ocidental. Entendemos que tais desigualdades se manifestam de formas diversas em diferentes contextos socioculturais, locais e regionais e suscitam, por parte de mulheres e homens, diferentes reações, resistências e estratégias (MOURÃO, 2006, p. 23).

Entende-se que a intensidade das questões apresentadas pelos movimentos precisa está em constante ação, pois as lutas que referem as questões de desigualdade entre os gêneros é, também, a luta por mudança de mentalidade, por desconstrução de realidades desiguais e pela aceitação de diferenças, que por sua vez, não denotam incapacidade de ação relativa a qualquer atividade social, política e econômica.

Este esquema de reflexão possibilita itens básicos para a análise dos impactos das políticas públicas de emprego sobre o emprego das mulheres, pois a partir da identificação das políticas de emprego, do estudo da condição feminina relacionada ao mercado de trabalho, pode-se colocar que as alterações realizadas na política do seguro- desemprego fragilizaram a seguridade da classe trabalhadora e exercem sobre esta classe uma forma de controle, a partir do momento, em que esta classe se perceber obrigada a permanecer ligada a um vínculo empregatício por maior quantidade de tempo.

Sobre estas condições ocorre uma rotatividade considerada negativa, pois a permanência no vínculo contratual se dá em virtude da redução de oportunidades de emprego. É preciso atentar para duas características, a primeira é que nestas situações econômicas de recessão as mulheres costumam serem as primeiras a serem demitidas, pois como já foi dito, costumam ser vistas como mãos de obras mais caras; a segunda é a de que o seguro-desemprego é uma política, inicialmente, pensada para atendimento dos trabalhadores com vínculo contratual e que outras categorias de trabalhadores acabassem não sendo alcançadas. Para casos de contratos por tempo determinado, instrumentos de contratação muito empregados para contratação feminina, as alterações no seguro-desemprego fragmentam as

classes de trabalhadoras, incentivando além da permanência no posto de trabalho já precarizado, uma competição elevada por vagas de emprego mais ainda terceirizadas.

O Serviço Público de Emprego é uma política relacionada à intermediação de emprego, assim pode-se dizer que os Sines, espalhados pelo país, juntam ofertas de emprego e apresentam estas oportunidades contratuais e suas condições, oferecendo um acompanhamento através da oferta de cursos que qualifiquem, minimamente, o trabalhador, em observância às questões desempenhadas pelos Sines e no que diz respeito à empregabilidade feminina, notou-se que a oferta de cargos e o processo de qualificação da trabalhadora são ainda demasiados voltados para atividades socialmente desvalorizadas, dentre os cargos que os Sines, normalmente, apresentam em suas listas para diferentes estados brasileiros. As atividades de empregada doméstica, babá, serviços gerais, vendedor interno ou externos e recepcionistas, que em sua maioria são ocupados por mulheres, estão sempre presentes, e este elemento pode ser também percebido como uma problemática relacionada a aspectos de qualificação e especialização das trabalhadoras, no que diz respeito ao acesso das mulheres a condições educacionais qualificadas.

A qualificação social e profissional articuladas a órgãos como os Sines constroem um perfil de trabalhadoras mais tecnicistas, com um processo de qualificação voltado para atividades empregatícias que engrossam o contingente de trabalhadoras em atividades relacionadas a condições precárias, de movimentos repetitivos e determinado esforço, o que comunga como uma espécie de dificuldade que as trabalhadoras possuem para alcançar cargos de chefia. De modo geral, o processo de qualificação oferecido não prepara a sua clientela para postos que exigem mais atividade reflexiva, tomada de decisões, de iniciativas exigidas pelo mercado de trabalho nacional, deste modo, o capital transpõe o tempo de trabalho e ocupa o tempo livre da trabalhadora, pois é neste *ínterim* que os processos de busca por melhores qualificações acontecem. Esta é uma forma de aumento do rastro de produção, pois o tempo livre seria aquele em que não se produz, e que com as transformações na produção do capital passou a ser empregado indiretamente para a geração de mais capital. O que na condição das trabalhadoras se mescla com as tarefas domésticas, o cuidado com a família e a busca por melhor qualificação e ascensão profissional.

A política do microempreendedorismo individual entra em acesso com uma grande quantidade de trabalhadoras que estão em situação informal, que exerce atividades que não apresentam vínculo contratual, mas gera renda para manutenção de suas necessidades. Essas trabalhadoras do mercado considerado “informal” são alcançadas por uma proposta de política

pública que lhes retira da desregulamentação, oferecendo benefícios semelhantes aos de trabalhadores com vínculo contratual, mas que em contrapartida não incide sobre as condições e instrumentos de trabalho desta classe. A política voltada para essa atividade pode ter sido elaborada no intento de proporcionar a garantia de uma determinada seguridade a essa classe de trabalhadores, mas essas características de seguridade não modificaram tanto as condições de precariedade das funções desenvolvidas por esta categoria, o que se nota é que ocorreu uma inserção da lógica empresarial, que está associada a uma racionalidade instrumental da produção do capital, o que produz mais flexibilização, geração de subcontratos e terceirização, uma elevação dos aspectos de competição e a fragmentação da classe que consisti no público alvo desta política.

Dentro desta análise, é preciso ressaltar a emenda constitucional de nº 72 como um dos aspectos de relevância do mercado de trabalho feminino, essa emenda que trata dos trabalhadores domésticos além de reafirmar a definição legal de trabalhadores domésticos, favoreceu alterações na aquisição de direitos e no reconhecimento valorativo de uma categoria profissional ocupada em sua grande maioria por mulheres. As mudanças descritas nessa emenda podem ter estabelecidos pontos que antes o sistema legal deixava em aberto, mas paira sobre essa legalização mais específica de contratação a forma flexibilizada que ocorre através dos serviços prestados por diaristas, pois esse regime de trabalho torna acordos entre os que contratam e os contratados mais fluídos e com pouca seguridade, permitindo uma rede crescente de precarização dos serviços prestados por essa classe de trabalhadoras. Pode-se dizer que embora esta emenda possa significar para a classe das trabalhadoras domésticas uma estratégia de enfrentamento à precariedade inerente a maior parte da categoria, ressalta-se que, uma real mudança no que tange à categoria de trabalhadoras domésticas requer o combate à desvalorização que recai sobre sua atividade. Portanto, torna-se necessária uma mudança de postura quanto à divisão do trabalho doméstico no seio familiar.

As políticas analisadas se relacionam por apresentarem em suas propostas o enfrentamento de questões relacionadas à precarização do trabalho, as questões de ilegalidade de atividades e de alteração do perfil do trabalhador brasileiro, mas por conviverem com aspectos da realidade sob os quais não conseguem adquirir controle podem vir a sinalizar esgotamento, e, posteriormente, enfraquecer-se no processo de qualificação dos trabalhadores, o que fica muito mais visível dentro de um cenário de crise ou recessão, em que os gastos governamentais são reduzidos e a segregação existente dentro dessas categorias políticas vão se tornando evidentes no que tange à raça, à idade e ao gênero. Ao

mesmo tempo, é preciso refletir que o eixo de conexão dessas políticas é a manutenção do sistema capital, e suas atividades ficam sempre comprometidas quando o regime de produção apresenta-se abalado. Elevando, desta forma, tendências de contratação pouco permanentes e mais flexibilizadas, que se aproximam do aumento da terceirização. Este aspecto tornou-se visível com a proposta de terceirização que tramitou na câmara e que se dirigiu ao senado no primeiro semestre do ano de 2015, uma das principais marcas dessa proposta seria a possibilidade das empresas poderem terceirizar todas as funções empregatícias em seu quadro de serviços, e não somente em atividades de apoio, como são percebidas as categorias segurança, manutenção e limpeza. Esta onda de terceirização pode, significativamente, afetar o nível de empregabilidade das mulheres e suas atividades tendem a se tornar mais precarizadas, assim como de todas as classes trabalhadoras.

3. Mercado de trabalho para mulheres no Brasil

Na década de 2000, a mulher, gradativamente foi ganhando espaço no mercado de trabalho. Durante os anos 90 a início de 2000 a realidade do Brasil, estava atrelada a uma evolução econômica, que tinha como base a implementação da flexibilização do emprego, visando à expansão e crescimento econômico. Contudo, esse processo resultou na precarização do emprego e na desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, dessa forma afetando com mais intensidade a força de trabalho feminina no mercado de trabalho brasileiro.

A participação feminina tem aumentado no mercado de trabalho desde começo da década de 2000. Porém, no contexto da flexibilização a mulher está inserida no mercado em grande parte, no trabalho doméstico e no trabalho informal, ou seja, a mulher ganhou maior espaço no mercado, mas esses trabalhos não são valorizados, reconhecidos e bem remunerados. Pelo contrário, em maioria são mal remunerados e com alta instabilidade, aspectos que contribuem para que permaneça uma desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho, fortalecendo a divisão sexual do trabalho, ou seja, a segregação e a hierarquia entre trabalhos ditos femininos e masculinos.

Entre 2006 a 2009 as taxas referentes à ocupação e participação da mulher no mercado de trabalho foram crescentes. Porém a partir de 2010, as mulheres possuem alguns indicadores que demonstram uma piora nos resultados das pesquisas. A este propósito, citamos a taxa de participação feminina no trabalho que teve uma queda cuja manutenção ocorreu até o ano de 2013.

Nesse trabalho através de um recorte de gênero, tivemos como objetivo mostrar as relações de gênero no mercado de trabalho, apontando alguns dados quantitativos, como a ocupação, desocupação, a formalidade e informalidade. É importante recorrermos aos indicadores socioeconômicos para observarmos que a precarização é ainda mais forte quando realizamos análises sexuadas.

Tabela 1 - Taxa de ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo (%)

Ano	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Homem	93,7	94,1	95,0	94,0	95,3	95,5	95,1
Mulher	89,1	89,4	90,5	89,2	91,0	91,9	91,6
TOTAL	91,7	92,0	93,1	91,9	93,4	93,9	93,6

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC.

De acordo com os dados da tabela acima, percebe-se que a quantidade de mulheres ocupadas de 2006 a 2013 teve um crescimento, contudo isso não significa dizer que o total do percentual de mulheres que estão ocupadas está em condições favoráveis de emprego. Os indicadores fazem-nos perceber, também, que mesmo havendo um aumento da inserção da mulher no trabalho ao longo dos anos, isso não significa que ela se equiparou com o percentual de homens ocupados, como é visto acima, em 2013 a taxa de ocupação masculina é de 95,1% enquanto a ocupação feminina só chega a 91,6%. Mostrando-nos assim a desigualdade existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 2 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo (%)

Ano	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Homem	6,3	5,9	5,0	6,0	4,7	4,5	4,9
Mulher	10,9	10,6	9,4	10,8	9,0	8,1	8,4
TOTAL	8,3	8,0	6,9	8,1	6,6	6,1	6,4

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPEA/DISOC.

Ao analisar a taxa de desocupação de acordo com os sexos, nota-se que houve uma redução significativa no período de 2006 a 2013 para ambos os sexos, as taxas femininas de

10,9 em 2006 passa para 8,4 em 2013, enquanto as taxas masculinas reduziram de 6,3% para 4,9% no mesmo intervalo.

Entretanto, novamente comprovando a contínua desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho, os percentuais nos mostram a diferença entre o nível de desemprego feminino em relação ao masculino. No período total da pesquisa, a desocupação feminina permanece sempre superior à desocupação masculina.

Conclusão

Em observância as políticas analisadas, pode-se dizer que as políticas de emprego para mulheres no Brasil estão centradas sobre bases que se concentram na capacitação, informação e formalização, pois o processo de geração de emprego e incentivo ao mercado está pautado na elevação do contingente trabalhadores e trabalhadoras especializados, para uma posterior distribuição no mercado de trabalho e na criação de leis e decretos que ampliem a formalização dos trabalhadores e trabalhadoras em estado informal, pois este aspecto amplia a receita lucrativa do estado e traz a possibilidade de maior controle sobre a produtividade do mercado.

O Estado utilizou essas políticas públicas com o argumento de favorecer o crescimento econômico, dessa forma as políticas públicas de emprego implicaram na flexibilidade do emprego e do trabalho, prejudicando diretamente a força de trabalho feminina. A flexibilização de forma geral tende a precarizar o mercado de trabalho, pois aumenta a exploração das trabalhadoras e trabalhadores, agravando, relativamente, as condições de trabalho, o que penaliza os salários e flexibiliza a jornada de trabalho. Para as mulheres, a flexibilização atinge-as com mais intensidade, aumentando as desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho.

Referências

ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

COSTA, Albertina de Oliveira Costa; HIRATA, Helena *et al* (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2014

IBARRA, Antonio. Mercado de trabalho brasileiro: identificação dos problemas e propostas de enfrentamento na perspectiva da agenda social-desenvolvimentista, *in* FONSECA, Ana, FAGNANI, Eduardo (Org.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil:** O Estado nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006

MOURÃO, Tânia M. Fontenele. **Mulheres no topo de carreira:** flexibilidade e persistência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

MORETTO, Amilton José. **Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro:** a experiência recente. Escritório da OIT no Brasil, Brasília, 2010.

TAFNER, Paulo. **Brasil:** o estado de uma nação - mercado de trabalho, emprego e informalidade. IPEA, Rio de Janeiro, 2006.

TECENDO DIÁLOGOS COM PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA: OS LICENCIADOS E OS NÃO LICENCIADOS

Eveline Caren Genesini Pereira
FURG

Vanise dos Santos Gomes
FURG

Resumo: As discussões apresentadas constroem-se a partir da realização de pesquisa junto a quatro professores de língua inglesa: dois licenciados e dois não licenciados. Todos atuando como professores em diferentes espaços – escolas e cursos de idiomas, localizados em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Nas últimas décadas, a formação de professores é uma das pautas mais discutidas quando o assunto é educação. É notável a mobilização de esforços por parte dos docentes em desconstruir ideologias quanto à figura do professor. A atuação do professor está ligada não só à formação, mas também à relação com a sociedade, condições de trabalho, políticas de valorização, entre outros fatores. O atual contexto social impõe desafios e/ou pressões além de uma reestruturação do trabalho docente, o papel do professor assume uma nova roupagem, ainda frágil. Sendo assim, este artigo tem por objetivo fazer uma conexão entre o contexto neoliberal com suas concepções, as políticas de formação de professores e o cenário do ensino de língua inglesa.

Palavras-chave: professores de língua inglesa; formação docente; mundo do trabalho.

Abstract: The discussions presented in this paper are constructed from the investigations of four English language teachers: two bachelors and two non-bachelors. All teachers were working in different spaces – schools and language courses, located in Rio Grande in Rio Grande do Sul. In the last decades, teacher training is one of the most discussed guidelines when discussing education. It is possible perceive a mobilization effort to deconstruct ideologies on the teacher figure. The role of the teacher is not only training, but also the relationship with society, working conditions, valuation policies, among other factors. The current social context poses challenges and / or pressures as well as a restructuring of teaching; the teacher's role takes on a new guise, still fragile. Thus, this article aims to make a connection between the neoliberal context and its views, teacher-training policies and the teaching setting of the English Language.

Keywords: english teacher; teacher training education; work world.

Introdução

Começamos esse texto com as palavras de Demo (2000, p. 79, grifo nosso), as quais dizem que "o mercado se aproveita da fragilidade dos professores, sobretudo do fato de que seja profissão invadida por todos os lados, mesmo por leigos, dando a entender que **qualquer um pode ser professor**". Considerando o que foi dito pelo autor, esse artigo pretende refletir sobre o contexto de trabalho do professor de língua inglesa (LI) e alguns aspectos sobre formação e desenvolvimento profissional dos professores.

"Qualquer um" é uma expressão muito forte, mas presente na realidade de professores de LI. Desde a graduação, a "invasão" de leigos que passam a se assumir como professores é um tema que permeia minhas pesquisas. Isso porque sou professora de LI e atuei em diferentes contextos profissionais, entre eles os cursos livres (cursos de idiomas), nos quais me deparei com um número significativo de professores não-licenciados, alguns cursavam medicina, outros; direito, e poucos; letras.

Em 2010, defendi minha monografia de especialização intitulada "O que interessa é o professor se comunicar: questões ideológicas no discurso de professores de Língua Inglesa como Língua Estrangeira". Na qual questionava o porquê de tantos profissionais não licenciados atuando, inclusive no ensino público, a resposta foi a falha na formação dos licenciados, os quais não apresentavam fluência na língua estrangeira, ao contrário dos outros, não licenciados, que já haviam vivido fora do país.

O cenário contemporâneo com sua cultura do instantâneo, a competitividade, o consumismo e a globalização (VEIGA-NETO, 2011) acentua a necessidade do aprendizado da LI e favorece para a fragilidade, em particular, do professor de LI que, se não possuir fluência na língua, não pode ocupar certos espaços profissionais. Antes de discutir a fragilidade desse trabalhador faz-se necessária a contextualização da contemporaneidade.

1. Contemporaneidade: alguns aspectos relevantes

Após ter contextualizado o cenário de discussão desse artigo, propõe-se aqui abordar a concepção de sujeito neoliberal e contextualizar o neoliberalismo e suas influências na educação.

Nas últimas décadas o mundo vem se transformando de maneira rápida, com a globalização da economia e o fortalecimento do neoliberalismo. É possível entender o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas que defendem a não participação do estado na economia, centrando a sua prática no mercado, no consumo, o cidadão se reduz ao conceito de consumidor (VEIGA-NETO, 2011). Encaminhar processos e obter resultados é a peça-chave do neoliberalismo, a rapidez e fluidez atingem o nosso cotidiano, para Bauman (2009), nada no mundo tem por objetivo a permanência, tudo é volátil e dispensável. É o mundo líquido, conforme expressa o autor, cujas formas vão-se adequando, modificando, sem que nada permaneça identificável. Isso porque tudo se transforma em uma velocidade tal que impossibilita a solidez.

> No mundo líquido moderno, de fato, a solidez das coisas, tanto quanto a solidez das relações humanas, vem sendo interpretada como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, compromissos a longo prazo, prenunciam um futuro sobrecarregado de vínculos que limitam a liberdade de movimento e reduzem a capacidade de agarrar no vôo as novas e ainda desconhecidas oportunidades. A perspectiva de assumir uma coisa pelo resto da vida é absolutamente repugnante e assustadora. E dado que inclusive as coisas mais desejadas envelhecem rapidamente, não é de espantar se elas logo perdem o brilho e se transformam, em pouco tempo, de distintivo de honra em marca de vergonha (BAUMAN, 2009, p. 661).

Frente a um cenário de fluidez e de rápidas transformações, uma concepção contemporânea de sujeito surge como reflexo, segundo Veiga-Neto (2000) tem-se um "sujeito-cliente" com possibilidades diversas, inclusive a de escolha. Esse poder de decisão, por um produto, uma mercadoria, um serviço, entre outros, é produzido pela própria atividade econômica. "E para que cada um possa fazer "livremente" suas escolhas, é preciso que saiba como fazê-las e, para que saiba como fazê-las, é preciso aprender a combinar múltiplos critérios de escolha" (p. e1). Assim a competitividade é vista como elemento de maior importância, uma vez que o próprio Estado se empresaria, e tal atividade se espraia e o sujeito ideal do neoliberalismo torna-se "aquele que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente competente para competir melhor fazendo suas próprias escolhas e aquisições" (p. e1).

Crucialmente estamos colocados na posição de competidores, na qual só os melhores vencem. E, se nossas identidades sociais são afetadas, nossos meios de interação social também são. A educação, a partir da ótica neoliberal, deixa seu lado social e político, ingressa no mercado e funciona como tal, substituindo a sua função de formar cidadãos, pela comercialização de um produto (a educação), e o consumidor passa então a ter direitos sobre esse bem adquirido.

Produtora de mercadorias, a educação busca sanar as exigências no mundo do trabalho, deixando de ser um instrumento de humanização. O conhecimento tornou-se produto, um bem simbólico, *status*, o qual busca-se cada vez mais a fim de diferenciar-se, "no mundo de hoje, se espera que os seres humanos busquem soluções privadas para os problemas derivados da sociedade e não soluções derivadas da sociedade para problemas privados" (BAUMAN, 2009, p. 665).

Neste contexto, a figura do professor também sofre mudanças, junto com o neoliberalismo diversas reformas no âmbito da formação de professores foram e são feitas, nas últimas décadas cada vez mais vem se investindo na formação desse profissional. Mas, quem é esse profissional? Que influências o neoliberalismo traz para sua atuação docente?

2. O professor: quem é este profissional?

Frente ao cenário apresentado na seção anterior, é possível afirmar que todo o cotidiano como, as ofertas de emprego e o perfil/identidade dos profissionais foram e estão sendo remodelados. O espaço educacional tem sentido as pressões contemporâneas:

> o problema que hoje se coloca está na necessidade de as instituições educacionais formais e não-formais se preocuparem com um conjunto de competências que estão muito mais em nível da subjetividade/intersubjetividade da atuação profissional e pessoal do que nas qualificações anteriormente prescritas pela educação convencional (VILLELA, 2007, p. 17).

O professor contemporâneo torna-se múltiplo e incompleto, não preenchendo as lacunas/qualificações exigidas pelo mundo do trabalho. Nesse trabalho, julgo de grande importância discutir alguns conceitos acerca da palavra "professor". Quem é esse profissional? Ou mais especificamente, quem são os professores de LI? Recorro a Paiva (1996), a fim de obter uma definição/concepção de "docente ideal":

> Comecemos pelo ideal. O professor de inglês deveria ter, além de consciência política, bom domínio do idioma (oral e escrito) e sólida formação pedagógica com aprofundamento em linguística aplicada. Em número reduzido, temos profissionais bem formados dentro do perfil ideal que acabamos de descrever. A boa formação é, muitas vezes, fruto apenas de esforço próprio, pois os cursos de licenciatura, em geral, ensinam sobre a língua e não aprofundam conhecimentos na área específica de aprendizagem de língua estrangeira (PAIVA, 1996, p. 9, grifo nosso).

Na discussão do professor ideal, ao abordar a questão da "sólida formação pedagógica", Celani (2001) colabora ao dizer que essa deve ocorrer dentro do espaço universitário, pois "esse profissional [o professor] não brota do nada. Deve ser educado para tal" (ibid., p. 34). Porém, há um problema evidente, (principalmente no caso do ensino de línguas): o discurso de que "qualquer um pode ser professor" (DEMO, 2000; CELANI, 2001), bastando apenas "saber" a língua. Retomando os estudos de Paiva (1996), a autora comenta a respeito de investigação realizada com professores de Minas Gerais, na qual os próprios docentes expõem uma realidade semelhante com a abordada por esse trabalho e com os dizeres de Demo e Celani:

> [...] de um lado, profissionais com fluência oral (a escrita muitas vezes deixa a desejar) **adquirida** através de intercâmbios culturais ou outro tipo

> de experiência no exterior e sem formação pedagógica; do outro lado, profissionais egressos de cursos de Letras (que lhes proporcionaram poucas oportunidades de **aprender** o idioma) e precária formação pedagógica. Os primeiros estão quase sempre nos cursos livres de idiomas e os segundos nas escolas de primeiro e segundo graus (DEMO, 2000; CELANI, 2001, p. 9, grifo nosso).

A dicotomia entre ideal e real mostra "uma realidade" vivenciada no ensino de línguas estrangeiras. Entre "saber o idioma" e "saber ensiná-lo" existe um grande abismo que só uma formação acadêmica adequada poderá suprir, porém é inegável a invasão de outros profissionais na área de educação, ou seja por profissionais não habilitados para tal, porém com requisitos necessários para atuação na área: a fluência na língua. Esses profissionais, na maioria das vezes, eram encontrados em espaços educacionais não formais, cursos de idiomas, porém uma das entrevistadas atuava como professora numa escola pública há diversos anos.

Pinheiro (2003), em uma pesquisa realizada na cidade de Fortaleza-CE, objetivando investigar o perfil do professor de Língua Inglesa de alguns cursos livre, entrevistou cerca de 150 professores. Nessa pesquisa a autora descobriu que mais de 50% dos docentes de língua estrangeira lecionavam por um período curto, mudando para empregos em outras áreas. Tal fato tinha como justificativa a formação inicial desses professores (i.e. Engenharia e Medicina). Por serem, conforme Paiva (1996) os classificou, "[...] profissionais com fluência oral [...] sem formação pedagógica", esses profissionais procuravam na atividade de lecionar uma maneira de sustento durante o período em que estudavam.

Apesar de Pinheiro não discutir a questão de quem realmente deva atuar como professor de ILE, Celani (2001) e Ur (2002) afirmam que o professor de ILE deveria ser um **graduado** que tenha habilidades no manejo do conhecimento, as quais foram desenvolvidas e construídas ao longo da formação enquanto docente e também da prática em sala de aula. Ur (ibid., p. 389-392) ainda admite que os professores não-licenciados podem ingressar em curso de formação docente, licenciando-se, mas adverte para o fato de que "saber uma língua estrangeira" não é um requisito suficiente para ensiná-la.

Moita Lopes (1996) afirma que, no contexto educacional brasileiro, não há a necessidade de "técnicos da língua" que conhecem regras e detêm certo grau de proficiência linguística próximo ao dos nativos da língua, mas sim de profissionais reflexivos que se preocupem com a produção do conhecimento na sala de aula, vendo essa como um espaço de interação entre teoria e prática. E ainda, segundo o autor, esse profissional só encontrará uma formação teórica comprometida no espaço acadêmico. Corroborando as ideias de Moita

Lopes, Demo (2000) discute que a valorização do próprio docente também depende de uma educação profissional (formação) adequada.

Ainda sobre o "ser professor", Malatér (2007) afirma que o processo de tornar-se professor é uma tarefa difícil, e que é imprescindível o comprometimento com a formação inicial e continuada de professores despertando assim "professores para o compromisso profissional" (MALATÉR, 2007, p. 1295). Ur (2002) complementa ao discutir que alguns professores de ILE ainda não estão engajados na questão profissional, "ainda existem muitos amadores, que pensam que saber Inglês é suficiente para ensiná-lo, resultando em uma queda do padrão de ensino"[1] (UR, 2002, p. 391-392, nossa tradução).

A "invasão" de "profissionais" sem formação pedagógica, porém com fluência na língua a ser ensinada, já exposta por Paiva (1996) e por Pinheiro (2003), anteriormente, colabora para essa queda no padrão de ensino, além de fragilizar uma categoria já abalada.

A demanda exacerbada por falar uma língua estrangeira faz com que um número grande de pessoas recorram aos cursos de idioma que ao procurarem profissionais capacitados, não encontram e acabam oferecendo a vaga para ex-alunos, ou pessoas que moraram no exterior. Paiva (1996), ao discutir a formação docente e os currículos de Letras, afirma que o desenvolvimento das habilidades orais é ignorado na maioria dos cursos de graduação, essa falha faz com que muitos profissionais da LI sejam excluídos do mundo do trabalho, restando-lhes os concursos públicos, os quais não cobram conhecimento oral da língua.

O que se percebe é que a educação, enquanto ciência, defende o trabalho em redes, a educação humanitária, porém não discute sobre a importância da educação na sociedade e na vida de cada pessoa, sem avançar significativamente para além da escola, esquecendo que o espaço educativo é bem mais amplo. Demo complementa ao dizer que a educação

> sequer descobriu ainda a marca reconstrutiva política do conhecimento, pois não consegue dialogar com o mercado e as novas forças produtivas, e em vez de algo transformador, mantém-se funcional ao sistema. É preciso, pois, modernizar a formação de professores e romper com a ingenuidade pedagógica, da qual "o mercado sabe aproveitar-se da energia desconstrutiva do conhecimento" (DEMO, 2000, p. 93).

[1] There are still too many amateurs around, who think that is enough to know English in order to teach it, resulting in lowering of teaching standards (UR, 2002, p. 391-392).

Considerações Finais

No decorrer desse texto, buscou-se discutir as reformas neoliberais e a realidade do professor de LI, percebeu-se, então, que devido há uma demanda grande no mundo do trabalho e a falha na formação fazem com que a carreira torne-se frágil e desvalorizada. Maués (2003, p. 91) afirma que "a formação desses profissionais passou a ser vista como muito 'teórica', desvinculada de uma prática efetiva e afastada das demandas das escolas e da sociedade".

Apesar de haver estudos sobre a formação de professores, ainda são poucas as pesquisas que abordam a questão de quem ocupa o espaço profissional docente de LI no Brasil. Ainda é comum observar, nos classificados de emprego, impressos em diferentes jornais, a procura por professores de idiomas, porém não é frequente, como pré-requisito, a exigência da formação acadêmica em Letras, sendo somente a fluência na língua-alvo importante.

Faz-se necessário conceituar quem é esse profissional da educação, em específico o professor de línguas. Celani (2001) em seu texto "Ocupação ou profissão?" apresenta o conceito de Boyle para o termo profissão:

> *Profissão* é uma corporação que restringe seu quadro de membros a partir de considerações não ligadas ao mercado, sendo **os padrões profissionais não impostos pelo mercado, mas pela opinião dos próprios profissionais** (CELANI, 2001, p. 23, grifo nosso).

Boyle (1988), ao afirmar que a questão profissional não é imposta pelo próprio mercado, mas sim "pela opinião dos próprios profissionais", aborda uma questão polêmica. Se os profissionais definem o seu meio profissional, a concepção de quem deva atuar como professor é sim uma questão de "construção" de discurso. Uma vez naturalizado o discurso de que qualquer um pode ser professor, só o próprio professor pode desnaturalizá-lo.

Logo, um dos fatores/forças que delineiam uma profissão como a do magistério ser julgada como "invadida por todos os lados" (CELANI, p. 33, 2001) são os próprios professores. O dizer e o agir desses fazem com que se naturalizem ou desnaturalizem discursos como o de saber algo, nesse caso, falar fluentemente uma língua estrangeira, é o suficiente para poder ensiná-la.

Volpi (2001, p. 137-138) enfatiza o papel social docente, afirmando que esse profissional deve ter "profundo conhecimento não só da matéria que leciona como também da teoria do conhecimento e das ciências pedagógicas" e "essa é uma incumbência específica da

Universidade". Corroborando, Leffa (2001, p. 356) afirma que o professor trabalha com a essência do ser humano, e, mesmo sendo uma tarefa fascinante, é necessário um "longo e pesado investimento [...] para formar um professor de línguas estrangeiras". Além disso, a formação desse profissional requer não só o domínio da língua, mas também da competência pedagógica.

A experiência acumulada no ensino de línguas é apontada pelos professores como importante, mas só ela não é suficiente. Discutir quem é melhor professor de ILE não é o objetivo, e sim, mostrar que a demanda *versus* formação influencia fortemente na valorização profissional. Mas é preciso mais, apesar da lei afirmar que para atuar como docente é necessária a formação acadêmica/técnica, é preciso a fiscalização e o controle.

A Lei de Diretrizes Base da Educação (LDB) de 1996, no Título VI, art. 61 a 67, assim como o Decreto Nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999 preveem que os professores de educação básica devem estar capacitados "em nível superior, em curso de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação" (LDB, Título VI, art. 62) e com a Lei 12.014/2009 que altera o art. 61 da Lei no 9.394, com a finalidade de discriminar as categorias dos profissionais da educação.

A promoção de discussões sobre legislação e estatutos que regulamentam a situação do professor não devem ficar limitadas somente ao espaço acadêmico, pois como visto neste trabalho, há professores não-licenciados trabalhando na área das línguas estrangeiras. A valorização do professor deve abranger contextos sociais diversos.

O Ministério da Educação e da Cultura (MEC), recentemente, tem promovido, em mídia aberta, propagandas a respeito da importância e valorização do profissional professor, como sendo uma das classes trabalhistas mais importantes na sociedade, não só do Brasil como nos principais países desenvolvidos. Mas é preciso mais, como afirma Demo (2000, p. 59), "transformar é termo forte [e] implica, no mínimo, passar para o outro lado. Necessita-se, ainda, desenhar o que seria esse outro lado, além das condições de passagem".

Mudar demanda esforço, para tentar desnaturalizar é preciso saber qual discurso está naturalizado, só assim ele poderá ser questionado e, então, talvez, modificado. Demo (ibid., p. 78) ainda salienta a necessidade de "resgatar o professor", pois além de "formação adequada" é necessária a "inserção digna no mercado de trabalho". O autor alega que a precariedade na formação do professor gera uma fragilidade à profissão, fazendo com que ocorra uma "seleção negativa", ou seja, "a tendência de entrada na profissão de pessoas com desempenho acadêmico inferior" (ibid., p. 80). Demo ainda afirma que "educar-se melhor é

condição necessária para voltar ao mercado, mas não é suficiente, porque nisso está embutido um ostensivo efeito seletivo" (ibid., p. 94).

Tal excerto demonstra que é necessário haver um forte empenho por parte de futuros professores em ter conhecimento, por exemplo, em nível linguístico avançado na língua-alvo, para que haja a desnaturalização do discurso de que "o importante é o professor se comunicar" independente da formação acadêmica. Além disso, é necessário que, no meio acadêmico, sejam discutidas questões a respeito da profissão, juntamente com a importância do "educar-se", pois "ser profissional docente de LE é ter conhecimento de conteúdo, de técnicas e da metodologia do ensino de língua estrangeira, falar bem a língua e ser criativo" (CELANI & MAGALHÃES, 2006, p. 329).

Referências

BRASIL. Lei 9394 - LDB - **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei 12.014**, Altera o art. 61 da Lei no 9.394 a respeito da formação do professor de nível básico.

_____. **Decreto 3276**, Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação Básica e dá outras providências, de 6 de dezembro de 1999.

BAUMAN, Zigmunt. Entrevista sobre a educação com Alba Porcheddu, 2ª parte: **Os desafios da educação:** aprender a caminhar sobre areias movediças. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, mai./ago. 2009.

CELANI, M.A. A.. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão? In: LEFFA, Vilson. Leffa (Org.) **O Professor de Línguas Estrangeiras**: construindo a profissão. Pelotas: EDUCAT, 2001 p. 21-40.

DEMO, P. **Ironias da educação**: mudanças e contos sobre mudança. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MALATÉR, L. S. O. Identidades Docentes no Filme ―Mentes Perigosas‖: O que temos para a aula de hoje? In: BONINI, A. [et.al] (Org.) **Anais do 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**. Tubarão: UNISUL, 2007. p. 1287-1296.

MAUÉS, Olgaídes C. **Reformas internacionais da educação e formação de professores**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 89-117, mar de 2003.

MOITA LOPES, L.P. **Oficina de Linguística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

PAIVA, V.L.M.O. **"A formação do professor de línguas estrangeiras**". Trabalho apresentado no dia 29 de novembro de 1996, durante o I Encontro Nacional sobre Política de Ensino de Línguas Estrangeiras de 1996, promovido pela ALAB em Santa Catarina, no período de 28 a 30 de novembro de 1996.

PINHEIRO, J. de D. Developing the teacher I am. In: GIMENEZ, Telma (Org.). **Ensinando e Aprendendo Inglês na Universidade**: Formação de professores em tempos de mudança. XVI Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa. Londrina: ABRAPUI, 2003. p. 161-164.

UR, P. The English teacher as Professional. In: RICHARDS J. C. & RENANDYA W. A. (Ed). **Methodology in Language Teaching**. An Anthology of Current Practice. Cambridge, 2002 p. 388-392.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Educação e governamentalidade neoliberal**: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRRERO, V, CATELOBRANCO, G. (Orgs). Retrato de Foucault. Rio de Janeiro: NAU, 2000.

_____. **Governamentalidades, neoliberalismo e educação**. In: BRANCO, G.C. (Orgs.) Foucault: filosofia e política. Belo Horizonte: autêntica, 2011.

VILLELA, E. C. **A fragilidade de mudança no trabalho dos professores na condição da pós-modernidade**. Contrapontos - v. 6 - n. 1 - p. 11-27 - Itajaí: 2006 Disponível em <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/847> Acesso em: dez. 2014.

VOLPI, M. T. A formação de professores de língua estrangeira frente aos novos enfoques de sua função docente. In: LEFFA, Vilson. Leffa (Org.) **O Professor de Línguas Estrangeiras**: construindo a profissão. Pelotas: EDUCAT, 2001. p. 133-141.

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS RELAÇÕES COM A SUBJETIVIDADE DOS INDIVÍDUOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida
Doutoranda em Sociologia - UFPE. Graduação em Comunicação Social/Habilitação em Jornalismo - UNICAP e Ciências Sociais/Bacharelado - UFPE. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. E-mail: gfalcaoalmeida@gmail.com.

Resumo: Com a expansão do neoliberalismo, vemos críticas a diversas questões das estruturas trabalhistas, desde a rotina de horas semanais dentro de um estabelecimento até as formas de vínculos empregatícios. Neste cenário, conforme assinala o sociólogo norte-americano Richard Sennett, o capitalismo flexível aparece como uma possível alternativa às formas rígidas de burocracia e os males da rotina. Nele, pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo e que assumam riscos continuamente, além de dependerem cada vez mais de leis e procedimentos formais. Porém, a aparente liberdade fruto da flexibilização do trabalho traz à tona uma série de crises de valores de caráter nos indivíduos, que constitui os traços pessoais que damos a nós mesmos e pelos quais buscamos que os outros valorizem. Isso tem a ver com o que Ulrich e Elisabeth Beck colocam por "biografia do faça você mesmo", de se responsabilizar por suas escolhas e, sobretudo, estar disposto a correr riscos constantes. Diante disso, é objetivo do presente texto discorrer sobre o que caracterizam as novas configurações do trabalho e de que forma isso causa impactos nas relações sociais e na concepção de indivíduos autônomos e, muitas vezes, vistos como realizados e felizes.

Palavras-chave: trabalho; flexibilização; crise de valores.

Abstract: With the expansion of neoliberalism, we see a number of critical issues with the labor structures, from the weekly hour routines within an establishment up to the forms of employment relationships. In this scenario, as pointed out by the American sociologist Richard Sennett, flexible capitalism appears as a possible alternative to rigid forms of bureaucracy and the evils of routine. In it, workers need to be agile and open to change in the short term and take risks continuously, increasingly relying on laws and formal procedures. Nevertheless, the apparent freedom fruit of labor flexibility brings up a number of moral values crises on individuals, which is the personal traits that we give ourselves and for which we seek others to value. This has to do with what Ulrich Beck and Elisabeth wrote in "the biography do it yourself", to take responsibility for choices and, above all, be willing to take constant risks. Therefore, the aim of this paper is to discuss what features the new settings of labor and how it has an impacted on social relationships and the vision of autonomous individuals, often seen as fulfilled and happy.

Keywords: work, flexibilization, moral value crisis.

Introdução

No intuito de discutirmos sobre as crises de subjetividade relacionadas ao trabalho no mundo contemporâneo, trazemos para este texto um debate entre os sociólogos norte-americano Richard Sennett e os alemães Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, autores cujas ideias estão mais próximas de uma abordagem com o olhar mais voltado ao indivíduo e que o colocam como chave analítica para se entender problemas sociais mais amplos.

Enquanto para Sennett o elemento central de sua leitura é o trabalho, para Ulrich e Elisabeth Beck é a modernidade. Porém, o conceito fundamental para os dois é a globalização, tendo a noção de capitalismo como algo forte.

No livro "A corrosão do caráter" (2009, p. 9), Richard Sennett coloca como central na abordagem o capitalismo flexível, que ataca as formas rígidas da burocracia, bem como os males da rotina cega. Nele, pede-se aos trabalhadores que sejam rápidos, estejam dispostos a mudanças em curto prazo e que assumam riscos continuamente, além de dependerem cada vez menos de leis e procedimentos formais. A aparente liberdade traz à tona uma série de crises pelas quais os indivíduos estão passando nesse cenário econômico. São crises de valores e de caráter, que são os traços pessoais que damos a nós mesmos e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. Para o autor, o novo capitalismo flexível impõe como questões centrais sobre o caráter. No intuito de refletir sobre essas questões, ele traz à tona trajetórias de vida de pessoas aleatórias, mas cujos exemplos são bastante ilustrativos dessas angústias trazidas pelo capitalismo flexível.

Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim promovem uma discussão acerca de um diagnóstico do que tem significado os impactos da segunda modernidade na vida dos indivíduos e de como eles se constituem enquanto tal. O que caracteriza esse período de reestruturação capitalista são quebras de narrativas, incongruências estruturais. A preocupação dos autores é com o "tornar-se indivíduo" ou, posto em questão: quem é esse indivíduo contemporâneo? Eles começam por discorrer sobre o caso da Alemanha Oriental e dos países do Leste Europeu que, após a queda do Muro de Berlim, nos anos 90, viram-se diante de uma a liberdade que não tinham antes, bem como de um novo estilo de vida ocidental que implicava numa guinada para um processo cada vez maior de individualização. Para eles (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002, p. 2), esse conceito significa tanto a desintegração de formas sociais previamente existentes, como o aumento da fragilidade de categorias como classe e status social, papeis de gênero, família, vizinhança etc. ou, como no caso da Alemanha Oriental, está ligado ao colapso de normas sancionadas pelo estado, quadros de referências e modelos. Eles questionam (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 2): "[...] Que novos modos de vida estão vindo a ser onde os velhos, ordenados pela religião, a tradição ou o Estado, estão quebrando?". É transmitida a ideia de que os indivíduos são todos livres é a mesma que impõe o que os autores denominam por "biografia do faça você mesmo", que é sempre uma biografia do risco ou da "corda bamba", um estado de

permanente comprometimento. As decisões passam a ser de responsabilidade dos indivíduos que, livres, são penalizados por erros ou fracassos.

Os autores abordados nos ajudam a entender as seguintes questões: Como é que chegamos ao ponto de sermos responsáveis por todas as coisas? Ou, ainda: que forças sociais estão criando esse sujeito autônomo e, muitas vezes, visto como feliz?

Através do diagnóstico da realidade social, os autores constroem uma análise sociológica a partir do indivíduo e que não faz com que caiam no psicologismo. Fica bastante claro, a partir das leituras deles, que patologias sociais podem se tornar problemas individuais. Ulrich e Elisabeth Beck pontuam que, quase toda a sociologia, através de um "viés congênito", é baseada em uma negação da individualidade e do indivíduo. Neste sentido, o trabalho e muitas de suas mudanças que temos visto nas últimas décadas é um elemento central na nossa discussão teórica. Questionamos: como se encontra o indivíduo que já não tem mais a rotina como uma inimiga? Quais são os seus desafios no mundo do trabalho e nas relações interpessoais?

A discussão dos autores nos mostra o quanto temos que olhar para os indivíduos com o intuito de entendermos contextos mais amplos. Percebemos que problemas vivenciados no nosso cotidiano, como depressão, desemprego, crises econômicas, têm uma ligação extrema com o capitalismo e a globalização. E, como todos nós estamos inseridos nesse contexto, acabamos não nos dando conta de que, muitas vezes, reproduzimos, por exemplo, essa visão de que cada um é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Acabamos não questionando todo o processo da individualização que existe por trás de muitos discursos de culpabilidade dos indivíduos. Neste sentido, o trabalho é um elemento importante para entendermos algumas das crises do capitalismo contemporâneo.

1. Richard Sennett e o capitalismo flexível

No livro "A corrosão do caráter" (SENNET, 2009, p. 9), Richard Sennett coloca como categoria analítica central o capitalismo flexível, que ataca as formas rígidas da burocracia, bem como os males da rotina cega. Nele, pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo e que assumam riscos continuamente, além de dependerem cada vez menos de leis e procedimentos formais. O autor (SENNETT, 2009, p. 10) acrescenta que: "Diz que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a

flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas". No entanto, essa aparente liberdade traz à tona uma série de crises pelas quais os indivíduos estão passando nesse cenário econômico. São crises de valores e de caráter, que são os traços pessoais que damos a nós mesmos e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. Para o autor, o novo capitalismo flexível impõe como questões centrais sobre o caráter:

> Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas ao longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdade e compromissos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo constantemente reprojetadas? (SENNETT, 2010, p. 10).

Para refletir sobre essas questões, ele traz à tona trajetórias de vida de pessoas aleatórias, mas cujos exemplos são bastante ilustrativos dessas angústias trazidas pelo capitalismo flexível. Ele começa descrevendo a rotina e os objetivos de Enrico, um imigrante italiano que trabalhava como faxineiro nos Estados Unidos. Sua vida se resumia, basicamente, ao trabalho para poder juntar dinheiro e, assim, custear o estudo dos filhos. Ele conseguia calcular o seu tempo: sabia, por exemplo, quando iria se aposentar. Enrico era fortemente impelido pelo sonho americano de mobilidade ascendente para os filhos. Sennett coloca questionamentos sobre os efeitos do capitalismo flexível a partir das trajetórias de Rico, o filho do italiano, que ascendeu socialmente, conseguindo bom estudo e emprego, mas que parecia rejeitar o estilo do pai. Enquanto a esposa de Rico dirigia uma equipe de contadores, ele abriu uma pequena empresa de consultoria, que fazia com que tivesse que correr de um lado para outro em resposta aos mutáveis caprichos ou ideia dos clientes. É interessante perceber que Sennett (2009, p. 18) relata que Rico não tinha um papel fixo que lhe permitisse dizer aos outros: "É isto o que faço, é por isso que sou responsável". Ele temia que as medidas que precisava tomar e a maneira como tinha de viver para sobreviver na economia moderna houvessem posto sua vida emocional, interior, à deriva. As mudanças institucionais no mercado de trabalho pareciam mexer diretamente com as angústias de Rico, ainda que ele não se desse conta de tal fato. Diferente do tempo do pai, Rico vivencia a era do trabalho a curto prazo, por contrato ou episódico, em que as tarefas não são claramente definidas, com redes caracterizadas pelos laços fracos, que se concretizam no trabalho de equipe, em que a equipe passa de tarefa em tarefa e muda de pessoal no meio do caminho. Dessa forma, Sennett questiona como Rico pode dar o exemplo de compromisso mútuo, de

lealdade para os filhos em meio a um mercado que tem como característica principal os laços fracos. Para além dessa crise, ainda havia o fato de que a esposa precisava ser transferida de cidade por causa do trabalho, o que fazia que eles não criassem laços, por exemplo, com a vizinhança. Ou, ainda, nas palavras do autor:

> Se eu fosse explicar mais amplamente o dilema de Rico, diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável (SENNETT, 2009, p. 27).

Vemos que o caso de Rico é bastante comum no sistema em que vivemos, que exige que encaremos como algo necessário essa flexibilidade. Agora, é preciso que estejamos dispostos a mudar de trabalho, de moradia, de cidade, entre outros. É preciso combater o tempo rotineiro, tão característico da sociedade moderna e da ordem industrial, contexto em que Rico estava imerso. É como se passássemos a "controlar" o nosso tempo, porém não nos damos conta do que essa flexibilização traz consigo uma série de responsabilidades e queda de limites entre e o trabalho e a vida familiar, por exemplo. A ideia de "trabalhe para você mesmo" carrega a mensagem de que a pessoa tem que estar disponível todo o tempo. A vitória contra a rotina pode deixar um vazio existencial nos indivíduos.

Além do exemplo de Rico, Sennett descreve a vida de Rose, que é proprietária de um bar em Nova Iorque, que foi chamada para trabalhar numa agência de publicidade especializada em bebidas. Ela aceitou o desafio, que a fez estar em contato constante com tópicos do mundo flexível: "mudança", "oportunidade" e "novo". Ela se sentia o tempo todo sendo testada, bem como com a sensação de estar sempre começando de novo, embora não soubesse em que posição estava. Ela não conseguia perceber sequer a existência de medidas objetivas que se aplicassem a fazer um bom serviço. Além disso, ela sentia que já estava fora dos padrões etários, pois a flexibilidade equivale a juventude e ela se considerava velha, pois já tinha mais que cinquenta anos. Esse receio também acontecia com Rico. Nesse contexto, o elemento central na análise de Sennnett é o risco que, no cenário do capitalismo flexível, torna-se normal, comum ou, ainda, um ato de heroísmo (SENNETT, 2009, p. 94): "A própria instabilidade das organizações flexíveis impõe aos trabalhadores a necessidade de 'trocar' de vaso, isto é, de correr riscos com seu trabalho". Ele ainda acrescenta o pensamento de um dos autores que será posteriormente discutido no presente texto, Ulrich Beck:

> A disposição de arriscar, porém, não deve ser domínio apenas de capitalistas de risco ou indivíduos extremamente aventureiros. O risco vai se tornar uma necessidade diária enfrentada pelas massas. O sociólogo Ulrich Beck declara que, 'na modernidade avançada, a produção social da riqueza é sistematicamente acompanhada pelas produções sociais de riscos (SENNETT, 2009, p. 94).

Acompanhando do risco, vem a ideia de fracasso que, para o autor, é um grande tabu moderno. É como se a oposição entre o sucesso e o fracasso transmitisse a ideia de responsabilização individual ou do "Eu não sou bom o bastante". Ele utiliza o exemplo dos trabalhadores da IBM, altamente qualificados, que ou foram demitidos ou tratados como escriturários inferiores ou faxineiros. Isso os deixou crises profundas, pois dedicaram anos de suas vidas àquela empresa. Ele resume essa ideia:

> Um eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências – essas são as condições adequadas à experiência do trabalho de curto prazo, a instituições flexíveis e ao constante correr riscos. Mas, há pouco espaço para compreender o colapso de uma carreira, se se acredita que toda história de vida é apenas uma colagem de fragmentos (SENNETT, 2009, pp. 159-160).

Todos esses casos de trajetórias de vida acabam por ter como questão central: "Como construir narrativas num contexto de capitalismo flexível?". Tratam-se de crises de valores e de problemas nos indivíduos que não são meramente psicológicos, mas que têm relação direta com patologias sociais e, principalmente, contemporâneas. São narrativas singulares, mas ao mesmo tempo comuns. Num cenário de esgarçamento total dos laços sociais, surgem perguntas do tipo: Como nos responsabilizamos, nos comprometemos numa situação de fluidez absoluta? O que significa liberdade, responsabilidade, compromisso com o outro?

Os exemplos podem nos submeter à ideia de que Sennnett utiliza personagem social, conceito colocado na introdução deste trabalho: o autônomo, a pessoa mais velha em um novo emprego, os funcionários de longa data que são demitidos. Porém, é preciso perceber a singularidade dessas trajetórias. São exemplos para refletirmos sobre problemas sociais mais gerais, mas ao mesmo tempo não podem ser utilizados como estruturais nem determinísticos. Eles nos fazem perceber que questões que, na discussão do personagem social, certamente seriam relegadas ao psicologismo, são tratadas pela Sociologia do Indivíduo como ligadas às patologias sociais. Podemos perceber o que Brym et al. pontua ao discorrer sobre a Sociologia:

> Você sabe há bastante tempo que vive em sociedade; no entanto, pode ser que, até o momento, não se tenha dado conta plenamente de como a sociedade vive em você. Padrões de relações sociais afetam seus pensamentos e sentimentos mais íntimos e influenciam suas ações e, portanto, ajudam a definir quem você é (BRYM et al., 2006, pp-7-8).

2. Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim: a modernidade e a individualização

Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim abordam os significados dos impactos da segunda modernidade na vida dos indivíduos e da constituição deles como tal. Para eles, o que caracteriza esse período de reestruturação capitalista são quebras de narrativas, incongruências estruturais. A preocupação dos autores é com o "tornar-se indivíduo" ou, posto em questão: quem é esse indivíduo contemporâneo? Eles começam por discorrer sobre o caso da Alemanha Oriental e dos países do Leste Europeu que, após a queda do Muro de Berlim, nos anos 90, viram-se diante de uma a liberdade que não tinham antes, bem como de um novo estilo de vida ocidental que implicava numa guinada para um processo cada vez maior de individualização. Para eles (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 2), esse conceito significa tanto a desintegração de formas sociais previamente existentes, como o aumento da fragilidade de categorias como classe e status social, papeis de gênero, família, vizinhança etc. ou, como no caso da Alemanha Oriental, está ligado ao colapso de normas sancionadas pelo estado, quadros de referências e modelos. Eles questionam (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 2): "[...] Que novos modos de vida estão emergindo onde os velhos, ordenados pela religião, a tradição ou o Estado, estão quebrando?" Isso leva a outro aspecto que eles explicam da seguinte forma:

> Trata-se, simplesmente, que nas sociedades modernas novas exigências, controles e restrições estão sendo impostas em indivíduos. Através do mercado de trabalho, o Estado e as instituições de bem-estar, as pessoas estão amarradas em uma rede de regulamentações, condições, ressalvas. Do direito à pensão para proteção de seguro, de bolsas de estudo para as taxas de imposto: todos estes são pontos de referências institucionais que marcam o horizonte dentro do qual o pensamento moderno, planejamento e ação devem ocorrer (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 2).

Esse cenário das sociedades modernas que transmite a ideia de que os indivíduos são todos livres é o mesmo que os impõe o que os autores denominam por "biografia do faça

você mesmo[1]", que é sempre uma biografia do risco ou da "corda bamba", um estado de permanente comprometimento. As decisões passam a ser de responsabilidade dos indivíduos que, livres, são penalizados por erros ou fracassos.

> A escolha errada de carreira ou apenas o campo errado, agravada pela espiral de infortúnio privado, divórcio, doença, a casa recuperados – tudo isso é simplesmente chamado de má sorte. Esses casos trazem à tona o que sempre foi secretamente nos cartões: a biografia do faça você mesmo pode rapidamente se tornar a biografia do colapso (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 3).

Porém, esse processo de individualização não foi uma opção dos indivíduos. Inspirando-nos no que Jean Paul-Sartre coloca ao discorrer sobre o existencialismo, os indivíduos estão condenados a ser livres. Neste caso, estão condenados à individualização.

> A individualização é uma compulsão, ainda que paradoxal, para criar, para encenar gerenciar, não só a própria biografia, mas os laços e redes que o rodeiam e para fazer isso em meio a mudanças de preferências e em sucessivas fases de vida, enquanto que constantemente se adaptam às condições do mercado de trabalho, o sistema de ensino, o estado de bem-estar e assim por diante (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 4).

Os indivíduos devem ser capazes de planejar as suas vidas a longo prazo, de se adaptar às mudanças e de organizar e improvisar, estabelecer metas, reconhecer obstáculos, aceitar derrotas e sempre tentar novos começos. Além disso, na perspectiva dos autores, precisam de iniciativa, tenacidade, flexibilidade e tolerância à frustração (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 4). Eles devem estar preparados para as oportunidades, perigos e incertezas. Podemos perceber isso cotidianamente, por exemplo, com pessoas que sofrem de depressão e que são responsabilizadas por estarem assim. Problemas sociais, como doenças, vícios e desemprego passaram a ser vistos como de culpa e responsabilidades individuais. No entanto, eles acabam por serem diretamente transformados em disposições psicológicas, em sentimento de culpa, ansiedade, conflitos e neuroses.

Ao mesmo tempo em que a modernidade permite a ideia de que é possível fazer por si mesmo o seu destino, parece não levar em consideração as questões sociais, que muitas vezes interferem nesse processo. Esse processo de individualização é visto no presente. Podemos

[1] Do-it-yourself biography.

questionar: que liberdade é essa que obriga os indivíduos a serem livres? Os autores colocam que o que, às vezes, vê-se é uma prevalência da anomia em relação à autonomia.

Nesse contexto, as rotinas e as instituições são entendidas como tendo uma função desorientadora. Porém, a sua destruição pode ter consequências negativas na vida dos indivíduos, como estresse e depressão. Trata-se do que os autores pontuam como quebras da linearidade. Antes, na sociedade industrial, na primeira modernidade, as rotinas eram altamente definidas e orientadoras das vidas das pessoas. Agora, com a quebra delas, cada um é responsável pela sua dinâmica de vida e pelos seus horários. O que se vê, muitas vezes, são indivíduos confusos, perdidos e desamparados.

Um exemplo que eles mostram é o do casamento que, antes não servia à felicidade individual, mas era um meio de se alcançar a sucessão familiar e material. A estabilidade da ordem social e hierarquia dependiam dele. Segundo os autores:

> O casamento não foi realizado em conjunto com o amor, a auto-descoberta e auto-terapia de dois assalariados buscando um ao outro e a si mesmos, mas foi fundada em obrigação religiosa e materialmente ancorada nas formas conjugais de trabalho e de vida (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 9).

Com o desenvolver da modernidade, o casamento se tornou uma filial do Estado, sendo legalmente ordenado. A ordem mundial do casamento tornou-se a ordem individual que deve ser questionada e reconstruída pelos indivíduos. Trata-se de uma situação individual dependente de instituições (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, pp. 11-12). Nesse contexto, em outras esferas da vida, parece que o desejo das pessoas cada vez mais é por ter sua "própria vida[2]", isto é, elas querem assumir o controle de suas vidas, independente das demais ou de instituições. Elas querem ser as autoras de suas histórias, que criam suas identidades individuais. No entanto, isso implica em assumir responsabilidade por infortúnios pessoais e eventos imprevistos. Segundo os autores:

> Dinheiro significa o seu próprio dinheiro, espaço significa o seu próprio espaço, mesmo no sentido elementar de uma pré-condição para uma vida que você pode chamar o seu possuir. Amor, casamento e paternidade são obrigados a ligar e manter unida a própria história de vida centrífuga do indivíduo. Seria apenas um pequeno exagero para dizer que a luta diária por uma vida própria tornou-se a experiência coletiva do mundo ocidental. Ela expressa o resto de nosso sentimento comum (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 22).

[2] A life of one's own.

Eles evidenciam que, para entendermos o sentido de coesão social, é preciso começarmos a partir do reconhecimento de que o individualismo, a diversidade e o ceticismo estão inscritos na cultura ocidental.

Na era global, a vida não é mais sedentária ou vinculada a um lugar específico, mas sim viajante, literal e, metaforicamente, uma vida nômade, em que é gasta em carros, aviões, telefone, internet, que caracterizam uma transnacionalidade alongada além das fronteiras Os autores denominam por "globalização das biografias[3]", que significa, na verdade uma poligamia de lugar: as pessoas estão casadas com vários lugares ao mesmo tempo. Para eles (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 25): "A transição da primeira para a segunda modernidade é também uma transição de lugar monogamia para colocar a poligamia". Neste contexto, espera-se que as pessoas vivam as mais diversas e contraditórias identidades e riscos transnacionais e pessoais. A individualização significa destradicionalização.

É preciso entendermos o curso e as consequências de processos de individualização no seio da sociedade, que são de interesse para que compreendamos grandes mudanças sociais na fase avançada da modernidade. Segundo os estudiosos em questão:

> Há fortes indícios de que eles tendem a trazer uma mudança no significado social e no padrão de tais estruturas centrais do mundo da vida, como a família (casamento, paternidade), os papéis de gênero, relações com a comunidade, as relações de trabalho e filiações partidárias e que eles ajudam a explicar os "novos movimentos sociais" e comportamento político em geral, incluindo a questão do consenso e governabilidade nas sociedades modernas (BECK; BECK-GERNHEIM, 2002, p. 31).

A individualização, para eles, pode ser entendida como um produto do mercado de trabalho, manifestando-se na oferta e na aplicação de uma variedade de habilidades. Eles colocam que os indivíduos se tornam relativamente independentes dos laços sociais herdados ou recém-formados, como família e a vizinhança. Ao se tornarem independentes, a vida deles assume uma qualidade independente que, pela primeira vez, torna possível a experiência de um destino social. Eles também chamam a atenção para o isolamento que os grandes centros urbanos promovem. Muitas pessoas preferem ficar fechadas em seus apartamentos a terem relações na rua ou com os vizinhos.

Os autores também discorrem acerca da "tirania das possibilidades". Isso está inserido na ideia de que a individualização significa autonomia, emancipação e liberdade. É como se

[3] Globalization of biographies.

agora tivéssemos muitas possibilidades e só coubessem aos indivíduos as escolhas. Nas palavras deles (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002, p. 27): "Hoje, mesmo o próprio Deus tem que ser escolhido". As pessoas se tornam responsáveis por decidir sobre as mais diversas esferas de suas vidas. Por exemplo, a ideia é de que se elas se alimentam mal e desenvolvem problemas como obesidade é por culpa própria e não por uma série de *fast-foods* espalhados pelos lugares nem tampouco as condições econômicas que não permitem o contrário. Isso é uma quebra com a primeira modernidade, das possibilidades já dadas. Porém, essas escolhas mascaram as condições sociais que, muitas vezes, cerceiam essa aparente liberdade. Na verdade, trata-se de um discurso fortemente propagado pelo liberalismo de que os indivíduos são todos iguais.

Como consequência disso, temos que os problemas sociais são cada vez mais percebidos em termos de disposições psicológicas, como sentimento de culpa, inadequações pessoais, ansiedade e neuroses. É preciso, na cultura do *self*, ter preparo para situações de conflito, capacidade de conflitos, coragem etc. Nas sociedades modernas, diferentemente das tradicionais, é preciso aprender a lidar com as incertezas no cotidiano, com as decisões a serem tomadas e as consequências dessas, sejam positivas ou não.

3. Debate acerca dos autores

Richard Sennett, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim mostram as quebras de narrativas que são características, na abordagem de Sennett, do novo capitalismo flexível e, nas dos demais autores, da segunda modernidade. O sociólogo norte-americano deixa isso muito claro no exemplo de Rico, cuja narrativa diferia drasticamente da do seu pai, que pôde vivenciar a linearidade e o controle do tempo através do trabalho, do dinheiro, da rotina de um modo geral. O filho já não podia fazer isso e estava à mercê das constantes mudanças no mercado de trabalho e das suas mudanças de cidades por causa disso. A geração que vive essa quebra da rotina parece ter lutado tanto por isso, mas ao mesmo tempo não sabe o que fazer. Sennett argumenta:

> O tempo de curto prazo, flexível, do novo capitalismo parece excluir que façamos uma narrativa constante de nossos labores e, portanto, uma carreira. Mas, não arrancar dessas condições algum senso de continuidade e propósito seria literalmente faltarmos a nós mesmos (SENNETT, 2009, p. 146).

Ulrich e Elisabeth Beck (2002, p. 32) afirmam que a educação está ligada com a seleção, exigindo, daí, expectativas do indivíduo de mobilidade ascendente. Essas expectativas

permanecem em vigor mesmo em casos em que essa mobilidade ascendente é uma ilusão. Essa ideia está ligada à história de Rico, que teve os estudos custeados através do trabalho do pai e, assim, pôde ascender e entrar no mercado de trabalho desejado. Porém, é justamente o trabalho o elemento central e estruturador das crises que ele apresenta em relação a valores. No entanto, a possibilidade de ascensão social é justamente uma das grandes propagandas do liberalismo, que se funda no indivíduo e em sua liberdade. É como se ninguém ou nenhuma instituição pudesse impedir o seu desenvolvimento, mas apenas suas impossibilidades pessoais. Isso está ligado não só ao processo de individualização, como Ulrich e Elisabeth Beck apontam, mas à ideia de fracasso, que Sennett trabalha ao discorrer sobre os trabalhadores da IBM. Ao mesmo tempo que somos indivíduos livres e responsáveis por nossas escolhas, temos o peso da obrigação de lidar com o fracasso e é como se não conseguíssemos conectá-los a mudanças mais gerais ou estruturais. Se tenho mais de cinquenta anos e não consigo mais emprego, a culpa é minha, que nessa idade estou desempregada ou que não fiz cursos para me capacitar. Além disso, os indivíduos ainda têm que lidar com a concorrência entre si, que causa o seu isolamento dentro de grupos sociais homogêneos.

Essa questão está ligada diretamente ao risco. Sennett mostra que o correr risco passou a ser um imperativo no novo capitalismo flexível. É preciso arriscar em estar mudando de emprego, de fazer investimentos próprios sem a certeza de que vai ter algum retorno, de mudar de cidade ou estado etc. É necessário estar sempre passando por testes e começando do zero. Quem não fizer isso, é como se estivesse condenado ao fracasso por culpa própria. Sennett (2009, p. 103) coloca: “Numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham”. Segundo ele, o risco envolve mais que simplesmente oportunidade: a pessoa que se apresenta ao novo patrão ou grupo de trabalho tem que ser atraente e estar disponível. Isso pode ser notado, por exemplo, em empresas que demitem os funcionários e, posteriormente, contratam-nos sob a forma de terceirização ou de consultoria. Depois disso, inverte toda a lógica de responsabilização, que passa da empresa para os indivíduos e que os torna responsáveis pelos riscos. Essa é a ideia de individualização dos riscos sobre a qual Ulrich e Elisabeth Beck argumentam. É preciso saber lidar com as frustrações:

> [...] Decisões, aquelas possivelmente indecidíveis, dentro das diretrizes que levam a dilemas –, mas as decisões que colocam o indivíduo, como um indivíduo, no centro e, correspondentemente, penalizam os estilos de vida e comportamentos tradicionais (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002, p. 4).

Sennett (2009) ainda afirma que a oposição entre sucesso e fracasso transmite a ideia de que, se temos indícios de conquistas materiais, não seremos perseguidos por sentimentos de insuficiência e incompetência. Isso tem a ver com a ideia de ter sua "própria vida", que Ulrich e Elisabeth Beck colocam. A partir do momento em que vivemos no novo capitalismo flexível a era do "trabalhe para você mesmo", temos muito da noção da "vida própria", aparentemente sem interferências. No caso de Rico, ele tem a sua vida própria e a ilusão de que domina o seu tempo. Mas, vive correndo de um lado para o outro e tem que arcar, por exemplo, com o prejuízo de ficar doente. Isso acontece em contextos de trabalhadores autônomos que, se deixarem de trabalhar um dia, estão deixando de ganhar dinheiro. Isso acaba gerando um ciclo de exaustão no trabalhador, que não pode sequer tirar férias, pois não tem nenhuma fonte de renda durante aquele período.

Considerações Finais

Os autores abordados neste trabalho nos ajudam a entender as seguintes questões: Como é que chegamos ao ponto de sermos responsáveis por todas as coisas? Ou, ainda: que forças sociais estão criando esse sujeito autônomo e, muitas vezes, visto como feliz?

Através do diagnóstico da realidade social, os autores constroem uma análise sociológica a partir do indivíduo e isso não faz com que caiam no psicologismo. Fica bastante claro, a partir das leituras deles, que patologias sociais podem se tornar problemas individuais. Ulrich e Elisabeth Beck pontuam que, quase toda a sociologia, através de um "viés congênito", é baseada em uma negação da individualidade e do indivíduo. Eles acrescentam:

> Quase toda a sociologia, através de um "viés congênito", é baseada em uma negação da individualidade e o indivíduo. O social tem sido quase sempre concebido em termos de tribos, religiões, classes, associações e, sobretudo, mais recentemente, de sistemas sociais. Os indivíduos eram o elemento intercambiável, o produto das circunstâncias, as máscaras de personagens, o fator subjetivo, o ambiente de sistemas, em suma: o indefinível (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002, pp. 14-15).

Conforme eles colocam, a Sociologia deve repensar seus conceitos e sua rotina de pesquisa. É preciso estarmos atentos a quem é esse indivíduo no mundo globalizado ou, nos termos de Sennett, capitalista flexível e de Ulrich e Elisabeth Beck, moderno e, principalmente, individualizado. Em ambos os contextos, vivenciamos um individualismo. Para os três autores,

estamos diante de um contexto de nomadismo, pois as pessoas têm que estar dispostas a irem para qualquer lugar em nome do trabalho. Vivenciamos isso no Brasil através de concursos públicos, em que as pessoas que passam têm que estar disponíveis a irem a qualquer parte do país.

A discussão dos autores nos faz refletir sobre novas configurações do trabalho. Se imaginamos a rotina como nossa maior inimiga, é preciso pensarmos sobre de que forma o capitalismo está se apropriando da falta dela. A lógica do capitalismo flexível, pontuada por Sennett, ou da "biografia do faça você mesmo", trabalhada por Ulrich Beck e Elisabeth-Gernsheim, trazem uma série de questões atreladas: as constantes mudanças de cidades ou ambientes de trabalho, as crises de valores, a disponibilidade de estar sempre correndo riscos.

Essa abordagem também nos mostra que é possível construir análises sociológicas a partir dos indivíduos. Percebemos que problemas vivenciados no nosso cotidiano, como depressão, desemprego, crises econômicas, têm uma ligação extrema com o capitalismo e a globalização. E, como todos nós estamos inseridos nesse contexto, acabamos não nos dando conta de que, muitas vezes, reproduzimos, por exemplo, essa visão de que cada um é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Acabamos não questionando todo o processo da individualização que existe por trás de muitos discursos de culpabilidade dos indivíduos.

Referências

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **Individualization**. Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage, 2002.

BRYM, J. Robert et al. **Sociologia:** sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson, 2006.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

WORKAHOLISM: ABORDAGEM E PROBLEMATIZAÇÃO DO FENÔMENO A PARTIR DA NOÇÃO DE HABITUS

Jéssica Barros Altoé
UFES

Resumo: O presente trabalho constitui-se como um primeiro esforço teórico de análise do fenômeno Workaholism a partir das lentes das ciências sociais. A expressão, que tem sua origem na junção de duas palavras da língua inglesa: "work" *(trabalho)* e "aholism" (extraído de *alcoholism,* que significa "alcoolismo"), surge na década de 1970 para nomear o fenômeno do mundo do trabalho que se configura pelo intenso e nocivo investimento de tempo e esforço que indivíduos fazem em seus respectivos empregos, remetendo a noção de um indivíduo que vive uma relação de vício laboral. O objetivo que norteia este trabalho é expandir o conhecimento científico sobre o fenômeno a partir da noção de *Habitus*, de Pierre Bourdieu, com a intenção de superar a definição do objeto enquanto uma síndrome, oriunda de predisposições de caráter psicológico do indivíduo. Nossa compreensão sobre este fenômeno é estruturada a partir de uma perspectiva multicausal e cíclica do processo de formação de um *habitus* workaholic. Para esta proposta, uma breve revisão da literatura acadêmica sobre o tema será feita.

Palavras-chave: *workaholism*; vício laboral; *habitus*

Abstract: This study is a first effort of a theoretical analysis of the Workaholism phenomenon through the social sciences. The term originates by joining two English words: the first one "work" and the second one "aholism"(extracted from alcoholism). The term rose in the 1970s to name the labor phenomenon that shaped by intense and harmful investment of time and effort by individuals in their jobs, referring to the individual's labor addiction. The aim of this work is to expand the scientific knowledge about the phenomenon from the notion of habitus, of the French author Pierre Bourdieu, with the intention to overcome the definition as a syndrome, which originated as psychological predispositions of an individual. Our understanding of this phenomenon departs from a multi-causal and cyclical perspective of the formation process of a workaholic habitus. We will do a brief review of the academic literature on the subject.

Keywords: workaholism; labour addiction; habitus.

Introdução

Longas jornadas de trabalho encerradas com alguns relatórios sendo levados para casa nos finais de semana e feriados com a justificativa de resolver aquilo que ficou pendente, resistência para sair de férias e ao, finalmente, fazê-lo, após postergar o máximo possível, ligar para a empresa para ter certeza de que está "tudo em ordem", falta de tempo para lazer e família, problemas de saúde desencadeados por altos índices de stress, necessidade constante de estar no controle da situação. Estas e outras características poderiam apenas nos indicar a realidade de um indivíduo moderno extremamente comprometido com seu trabalho e que "encontra dificuldade em dar sentido a sua vida se não for através dele" (ALBORNOZ, 1986, p. 24). Contudo, ao serem analisadas de forma

mais minuciosa, estas também podem ser características que evidenciam o perfil de um potencial profissional *Workaholic.*

O termo *Workaholism* tem sua origem na junção de duas palavras da língua inglesa: "work" que significa "trabalho" e "aholism", extraído de "alcoholism", que por sua vez significa "alcoolismo". Logo, o termo em sua conotação original nos remete a noção de um indivíduo que vive uma relação de vício tal como um alcoólatra, só que neste caso o vício em questão é o trabalho.

A expressão surge como tentativa de nomear um fenômeno do mundo do trabalho que se configura pelo intenso e nocivo investimento em termos de tempo e esforço por parte dos trabalhadores em seus respectivos empregos e/ou carreiras. Segundo Serva e Ferreira (2006), este fenômeno emerge no cenário global após a década de 1970, marcada pela crise do modelo de produção fordista e o concomitante surgimento das ondas de reestruturação produtiva, que entre os muitos desdobramentos podemos elencar a intensificação da competitividade empresarial como um dos mais significantes.

Sem uma tradução literal possível para o português, a expressão é comumente utilizada para designar casos em que o indivíduo se encontra em uma rotina de trabalho excessivo e compulsivo, ou seja, uma relação de total absorção laboral que age em detrimento de sua qualidade de vida.

O *Workaholism* evidencia-se como um objeto ainda não explorado pelas ciências sociais. Com isso, a produção de conhecimento acerca do fenômeno parte, predominantemente, do campo de ciências como a psicologia e administração, que privilegiam o entendimento do objeto a partir de condicionantes psíquicas do indivíduo, negligenciando a relevância de práticas e valores disseminados no campo social como agentes estruturantes do fenômeno.

Logo, para situar este objeto em uma esfera mais profunda e ampla de discussão, em um primeiro momento este trabalho fará uma revisão bibliográfica panorâmica do que a literatura já desenvolvida nos diz acerca do chamado fenômeno *Workaholic* – definição do conceito, causas, consequências e resultados empíricos.

Em seguida, apresentaremos o contexto econômico e social ao qual é atribuído o surgimento do fenômeno e as transformações ocorridas no mundo do trabalho, como a reconfiguração de fronteiras e a promoção de um novo espírito capitalista, que veem compor o pano de fundo do cenário *Workaholic*.

Por fim, realizaremos uma análise do processo de formação do que acreditamos ser um *Habitus Workaholic*. A problematização do objeto será feita à luz do conhecimento sistematizado por Pierre Bourdieu, que nos permitirá promover uma reflexão das categorias estruturantes e estruturadas do modo de vida do trabalhador *Workaholic*.

1. Workaholism: O que sabemos a respeito

Apesar de soar como um neologismo, a palavra *Workaholic* já faz parte do dicionário Oxford de Inglês como substantivo utilizado para definir "uma pessoa que trabalhe de forma compulsiva e excessiva por longas horas"[1]. A literatura aponta o psicólogo americano Wayne Oates como um dos primeiros nomes a explorar a situação de vício em relação ao trabalho em sua obra *Confessions of a Workaholic*, de 1971.

Embora o debate tenha se expandido de lá pra cá, no Brasil muito do que se encontra em termos de informação sobre o tema é difundido de forma superficial pela mídia popular tal como salientado por Carlotto (2011) ao dizer que "o que se verifica, hoje, é uma grande quantidade de informações com definições gerais e orientações voltadas para a autoajuda, geralmente, executadas por sites comerciais". Em revistas especializadas em gestão de carreiras, por exemplo, não é rara a presença de matérias intituladas com dizeres do tipo "*Workaholic*, o herói que virou vilão" e recheadas de definições superficiais que povoam o senso comum corporativo, tais como "o *workaholic* é o profissional moralmente manco, que penaliza os demais pela sua própria falta de planejamento, má gestão do tempo, incapacidade de trabalhar em equipe e, quem sabe, distúrbios psicológicos" (Revista Exame, 2011).

Enquanto isso a produção acadêmica que norteia a compreensão científica do fenômeno *Workaholic* em si, bem como suas causas e efeitos, ainda é, majoritariamente, oriunda de campos específicos do conhecimento, mais precisamente de profissionais europeus e norte-americanos de áreas como psicologia e administração.

Dentre os autores dedicados ao entendimento do *Workaholism*, Patrícia Almeida cita além de Oates, outros como Killinger (1991); Salomone (1994); e Porter (2005); "que demonstram que essa ligação excessiva ao trabalho, além de ser efeito de alguma disfunção psíquica anterior, leva o trabalhador a outras perturbações, sejam elas físicas ou mentais" (DOS SANTOS, 2010, p. 16).

[1] Extraído de <http://www.oxforddictionaries.com>, em 5 jul. 2015.

É possível identificar como recorrente as referências feitas ao trabalho de Wilmar Schaufelli pelos demais autores que compõem a revisão desta literatura. Segundo Mazzetti, Schaufeli e Gugliemi (2014) o *Workaholism* é uma síndrome caracterizada pelo comportamento obsessivo do indivíduo em relação ao trabalho, o levando a dedicar extraordinária parte de seu tempo a longas jornadas de trabalho que se estendem para além das horas previstas pelo contrato de trabalho. Alguns dos indicadores mais associados a este quadro são o cumprimento de extensas jornadas de trabalho no próprio escritório, seguidas do hábito de levar trabalho para casa nos finais de semana e feriados e o incontrolável impulso de pensar em trabalho mesmo quando fora do ambiente laboral, como em momentos de férias ou de lazer com família e amigos.

Ainda segundo Schaufeli, o quadro de *Workaholism* é composto pela combinação de duas dimensões presentes no *Workaholic*, a dimensão comportamental e a dimensão cognitiva. Respectivamente, a primeira é nomeada como uma categoria de trabalho excessivo e se refere a indicadores objetivos como a mensuração de horas trabalhadas e a redistribuição de tempo feita entre trabalho e lazer, através dos quais, geralmente, é constatado que o indivíduo *Workaholic* trabalha além do necessário para cumprir as demandas organizacionais e econômicas. Já a segunda, é nomeada como categoria de trabalho compulsivo, associada ao impulso para o trabalho que deflagra um quadro de obsessão em relação ao trabalho. Este quadro, geralmente, é analisado após avaliação de características e traços de personalidade como perfeccionismo, ultradetalismo, autoeficácia, centralização de tarefas entre outras.

A partir da convergência de características como as acima mencionadas, o perfil *workaholic* traçado é o do profissional orientado para o sucesso, de personalidade competitiva, com autoimposição de metas que acarretam efeitos negativos que vão além da exaustão física ou psicológica, mas que também comprometem relações afetivas no âmbito corporativo e familiar (SCHAUFELI, 2014; SCOTT et al., 1997). Segundo conceito elaborado por Spence e Robbins (1992) o vício em trabalho é constituído por um alto envolvimento com o trabalho por meio de forte impulso e baixa satisfação com o mesmo.

No México, o fenômeno é designado pela expressão *Trabajolismo*, contudo, a definição de *workaholism* – ou vício laboral, como nós pretendemos utilizar – utilizada por autores latinos consiste na mesma cunhada por autores como Schaufeli que leem o vício laboral como uma tendência do sujeito a investir muito no trabalho, em termos de esforço e

tempo, preso a um compromisso emocional e uma incapacidade de desconectar-se do trabalho que não se deriva de necessidades ou circunstancias externas (ROCÍO e POZO, 2010).

Um estudo piloto feito baseado na *Dutch Work Addiction Scale* (DUWAS)[2], desenvolvida por Schaufeli, dividiu e classificou trabalhadores em dois grupos, Executivos/Administradores e Operacionais. De acordo com os resultados divulgados, características da categoria Trabalho Compulsivo (TC) foram identificadas em níveis equivalentes em ambos os grupos, enquanto o número de profissionais com níveis de Trabalho Excessivo (TE) acima da média foi maior no grupo de Executivos/Administradores. Com isso, o estudo identificou que a presença de níveis acima da média em ambas as categorias, TC e TE, era maior entre os profissionais do grupo de Executivos/Administradores, apontando maior grau de vulnerabilidade destes profissionais a um quadro de vício laboral do que em profissionais com funções operacionais (CASTILLO e GOMEZ, 2012). Já com uma abordagem de perspectiva econômica, Hamermesh (2005) aponta evidências de que pessoas com maior escolaridade e renda sofrem mais com o vício laboral e estão mais dispostas a adiar os planos de aposentadoria.

Acreditamos que os resultados e conclusões das pesquisas mencionadas se corroborem, o que nos permite sugerir que o campo social no qual estes indivíduos estão inseridos seja explorado como variável preponderante para a manifestação do *Workaholism*.

Distinguir um profissional viciado de um profissional engajado, comprometido, com o trabalho não é tarefa fácil por ser tênue a linha que diferencia o vício do comprometimento. Para especialistas (VAN BEEK et al.,2012) ambas são formas de relação de bem estar com o trabalho, entretanto, estas podem ser classificadas em boas ou ruins.

Diferentemente do *Workaholism*, o Engajamento é considerado uma forma positiva de comprometimento com o trabalho onde o indivíduo engajado é proativo e mostra maior satisfação com o seu próprio trabalho e com a empresa, o que lhe proporciona melhores performances sem que haja comprometimento de aspectos psicológicos, fisiológicos ou afetivos. Este tipo de relação seria aquela vivenciada pelos apaixonados pelo trabalho – ou como as mídias populares os vem chamando, *Worklovers* – que através de uma experiência sadia de trabalho se realizam enquanto indivíduos.

Isto é justificado com a afirmação de que este tipo de relação é baseada em um estado mental de vigor, dedicação e absorção. O trabalhador engajado é altamente resiliente, possui muita energia e persistência para investir no trabalho que está realizando, isto é, vigor. A

[2] Escala Holandesa de Vício do Trabalho, criada por Schaufeli e disponível em <http://www.wilmarschaufeli.nl/>.

dedicação ocorre através do profundo envolvimento com o trabalho e a experiência de viver algo significante e transformador que inspire, entusiasme e orgulhe o sujeito. Quanto à absorção, esta corresponde ao fato do sujeito estar completamente concentrado em sua atividade, capaz de passar longas horas concentrado sem se sentir cansado ou desgastado pelo esforço empenhado.

Até aqui já foi dito que as motivações que orientam os sujeitos viciados e os comprometidos com o trabalho são de ordens distintas, pois o *workaholic* é guiado por um impulso obsessivo já o profissional engajado é guiado pela paixão realizadora que o trabalho lhe proporciona. Contudo, faz-se necessário esclarecer que embora *workaholism* e síndrome de burnout estejam associadas a uma série de resultados negativos ambos não são a mesma coisa.

O Burnout é comumente definido como uma crise de esgotamento profissional desenvolvendo-se de forma cumulativa e paulatinamente no indivíduo. Três dimensões da síndrome são a exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal no trabalho. Geralmente, devido ao stress, pessoas que até então nunca haviam apresentado diagnóstico de problemas psicopatológicos começam a sofrer com sintomas como a depressão (Carlotto, 2002). O trabalhador que sofre com este tipo de síndrome adota um comportamento de indiferença com o trabalho, "ele desenvolve um bloqueio mental em relação ao seu trabalho" (VAN BEEK et al., p. 32).

2. Metodologia

Foi utilizada como metodologia para este trabalho uma revisão bibliográfica de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, especificamente, sobre o Fenômeno *Workaholic*. Em seguida, a análise e proposta de reflexão do fenômeno foram feitas com base no referencial teórico trabalhado em sala pela disciplina Teoria Antropológica do PPGCSO/UFES, bem como através de leituras complementares de outros autores das Ciências Sociais.

3. O Contexto de um novo espírito

Enquanto objeto de pesquisa, as mudanças no mundo do trabalho não se tratam bem de uma novidade. Com o gerenciamento cientifico de Taylor podemos observar, segundo Braverman, "a separação de trabalho mental do trabalho manual" onde "as unidades de

produção operam como a mão vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante" significando "a mais decisiva medida simples da divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção" (BRAVERMAN, 1986, p. 112-113).

Com Ford, ergue-se a emblemática figura do trabalhador ideal e a gerência científica toma denotação de uma ideologia de "reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista" (HARVEY, 2002, p. 121).

Posterior a crise do Fordismo, se passa a vivenciar um período de alta competitividade empresarial em escala global e, inevitavelmente, vimos acontecer as ondas de reestruturação produtiva que, como exemplo próximo, Antunes (2006, p. 78) nos recorda "a enorme redução do contingente de trabalhadores bancários no Brasil dos anos 1990 em função da reestruturação do setor, ou ainda daqueles serviços públicos que foram privatizados e geraram um enorme desemprego". Logo, reverberam teorizações acerca de uma possível sociedade 20/80[3] e a emergência de novas modalidades de trabalho precarizado, como, por exemplo, os terceirizados e *part-time*, que deixam claro para a classe que vive do trabalho a necessidade de reinventar-se ora "o mundo atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da cultura fordista, fortemente especializados, e os substituem pelo trabalhador polivalente e multifuncional" (ANTUNES, 2006, p. 78).

O mercado de trabalho contemporâneo atribui ao trabalhador polivalente e multifuncional a expectativa de que o mesmo seja capaz de incorporar "características que anteriormente eram exclusivas do empregador, as virtudes empreendedoras do trabalhador assalariado fazem parte do mapa de competências das empresas" (COLBARI, 2007, p. 85) o que evidencia uma mudança cultural do trabalho pautada em um discurso que valoriza o sujeito proativo e inovador, um novo modelo de trabalhador empreendedor que se contrapõe ao modelo do trabalhador fordista.

Alves (2011) discute a captura da subjetividade do trabalhador a partir do fomento de um espírito toyotista. O modelo Toyota de produção inaugura um período de inovações organizacionais que impulsiona o aumento da terceirização e do trabalho por encomenda, sendo a fábrica toyotista uma "fábrica enxuta" (ALVES, 2011, p. 49). Como efeito, Alves

[3] Hans Peter e Harold Schumann trazem em A Armadilha da Globalização a formulação feita por capitalistas e pragmáticos de que apenas 20% da população em condições de trabalhar no século 21 bastariam para manter o ritmo da economia mundial, ficando os 80% restantes fadados a uma realidade problemática.

adverte que enquanto no taylorismo-fordismo o gesto físico foi mecanizado, no modelo japonês a mecanização atinge corpo e mente do homem produtivo (ibid., p. 64). As práticas de gerenciamento moderno buscam estimular nos trabalhadores valores e crenças condicionadas a uma ideologia a partir da qual são disseminadas "noções estruturantes de flexibilidade, transferibilidade, polivalência e empregabilidade que irão determinar o uso, controle, formação e avaliação do desempenho da força de trabalho" (ibid., p. 76).

Nesta linha, a noção de espírito toyotista de Alves, desenvolvida a partir de um modelo de produção específico, está em consonância com a definição que Boltanski e Chiapelo (2009) trazem de um espírito forjado a partir de todo um modo de produção, o espírito do capitalismo, que se trata de

> Um conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida em sentido favorável a ordem capitalista (p. 42).

Uma ordem que reordena as fronteiras que delimitam um estilo, um certo modo de vida, e é sobre isso que falaremos a seguir.

4. Fronteiras, subjetividade e modo de vida

Fronteiras são limites estabelecidos para marcar o que está dentro e o que está fora, tem a ver com descontinuidades e obstáculos. Ao contrário, a noção de fluxo nos sugere movimento, passagem, deslocamento, não sendo à toa o quanto se fala em fluxo de capital, fluxo de trabalho e de mercadorias. Contudo, o conceito de fluxo não se encerra apenas como um processo de deslocamento espacial, pois há a possibilidade de interpretá-lo em sua dimensão essencialmente temporal (HANNERZ, 1997).

Com isso, as fronteiras que outrora estruturavam a vida do trabalhador fordista em domínios mais delimitados – como a separação entre espaço casa x espaço trabalho – foram dissolvidas pelas práticas de legitimação de uma cultura do trabalho que se ampara no fluxo de virtualização do trabalho abstrato, que deixa de restringir-se ao local de trabalho e preenche os espaços de lazer e do lar (ALVES, 2011).

O uso de novas tecnologias por parte das organizações promoveu intensas mudanças no modo de interação do indivíduo com seu trabalho, sendo significante o modo como tais interações agora são estabelecidas e vivenciadas fora do espaço designado para sua realização. A atribuição do e-mail e o celular como tecnologias pioneiras na implosão das fronteiras entre vida profissional e pessoal (VOCÊ S/A, 2011) é recorrente entre pesquisadores que procuram estudar o conflito vivido por indivíduos ao lidar com os limites entre ambiente de trabalho e ambiente familiar. Aplicada em estudos sobre estes tipos de conflito, a abordagem da construção social parte da perspectiva de que o indivíduo é um agente corresponsável pelo processo de construção dos limites e de negociação nos modos de interação, o que se contrapõe a uma abordagem do indivíduo como um receptor passivo das condições do meio.

A fim de salvaguardar a impermeabilidade das fronteiras de violações e invasões que partem dos domínios do trabalho em direção aos domínios de casa e vice-versa, foi identificada entre indivíduos (KREINER, HOLLENSBE & SHEEP, 2009) a utilização de repertórios de ação compostos por táticas comportamentais, temporais, físicas e comunicativas. Esses repertórios são compostos por ações que variam entre o uso de pessoas para atender e filtrar telefonemas recebidos fora do horário de trabalho, o uso de uma linha telefônica somente para assuntos profissionais que possa ser desligada nos finais de semana e nas férias preservando desse modo a linha pessoal – a qual o número só é informado a pessoas selecionadas –, a aplicação de constantes triagens entre as obrigações de trabalho e as de casa a fim de gerenciar o tempo (o que eu tenho que fazer, o que eu deveria fazer e o que eu quero fazer) até o uso de dois calendários ou duas agendas para marcação de eventos conforme sua natureza, profissional ou familiar, e a utilização de molhos de chaves distintos, um para as chaves de casa outro para as do escritório.

É claro que não são todos os indivíduos que conseguem estabelecer medidas que delimitem fronteiras tão claras entre o espaço da vida profissional e a vida pessoal, evitando, assim, que haja uma interface entre ambos, do contrário não teríamos workaholics levando trabalho para ser feito em casa nos dando a certeza de que assim como o estresse e a depressão, o workaholism também evidencia uma colonização intensa da vida social pelos requisitos empresariais (ALVES, 2011, p. 98). Na maioria das vezes as fronteiras espaciais, temporais e psíquicas que existem entre o indivíduo e seu trabalho são reordenadas de tal forma que fazem emergir um novo modo de vida estruturado com base na naturalização de práticas cotidianas sobre as quais esse indivíduo não possui ferramentas que lhe permitam

refletir a respeito. A centralidade que o trabalho ocupa na vida do trabalhador nos é dimensionada pelo conceito de modo de vida com o qual Borsoi (2011) trabalha:

> Aqui é importante uma ressalva sobre o que compreendo como modo de vida. Neste caso, não me refiro apenas à forma como os trabalhadores conduzem seu cotidiano depois do trabalho, mas à experiência que aborda a vida do trabalhador, seja no trabalho, seja fora dele. Isto porque parto do princípio de que o modo de trabalhar tem relação intrínseca com o que ocorre na vida das pessoas depois de uma jornada de trabalho. Neste sentido, o trabalho é tomado como elemento fortemente constituidor, ou, no mínimo, organizador da nossa vida social, familiar e psíquica. Um exemplo disto está na forma como estabelecemos o tempo para trabalho, sono e lazer. Dificilmente deixamos de trabalhar durante um período do dia porque precisamos nos divertir ou simplesmente dormir. Ao contrário, tendemos a abrir mão de horas necessárias de sono para realizarmos uma tarefa que julgamos importante (p. 2).

É com a noção de trabalho enquanto categoria constituidora do modo de vida do indivíduo trabalhador que iremos agora pensar o trabalho de forma ampla e experimental como categoria estruturante de um *habitus Workaholic.*

5. Pensando o *Habitus Workaholic*

A tarefa de pensar o fenômeno *workaholic* como objeto sociológico culmina na desafiadora tentativa, dada a envergadura da obra de Pierre Bourdieu, de fazê-lo tendo como instrumental teórico o conceito de *Habitus*.

Cuch (1997) nos lembra que embora Bourdieu não tenha sido o criador do conceito de *Habitus* – e isso o próprio Bourdieu o faz em seu capítulo *A gênese dos conceitos de habitus e de campo* (1989) – foi o pesquisador que o utilizou de forma mais sistematizada, apresentando o conceito como:

> Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, funcionar como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor que se tenham em mira conscientemente estes fins e o controle das operações necessárias para obtê-los [...] (BORDIEU *Apud* CUCH, 1997, p. 171).

A noção de *habitus* nos "auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica [...] que habilita pensar o processo de constituição de identidades

sociais no mundo contemporâneo" (SETTON, 2002, p. 61), e por que não considerar que os indivíduos viciados em trabalho não o são devido ao processo dialético de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade? Como já foi problematizado antes, os estudos sobre vício em trabalho são crescentes e, de maneira única e exclusiva, tangenciados por áreas do conhecimento preocupadas com a definição de um conceito e identificação das consequências. Sem desmerecer o esforço empenhado por todos os pesquisadores que ajudaram a compor a literatura sobre o fenômeno *Workaholic*, acreditamos ainda serem muitas as limitações de entendimento sobre o mesmo dado o pouco que foi pensado e produzido pela sociologia sobre o fenômeno em si e as causas sociais que o compõem.

É fácil encontrarmos profissionais que por ocuparem cargos de destaque em organizações se sentem diretamente pressionados por um discurso empreendedor que vem sendo fortemente disseminado na forma de um novo "referencial ético-político e ideológico que permeia as diferentes modalidades de trabalho e de ação social, dentro e fora do universo produtivo, na vida privada e na vida pública" (COLBARI, 2007, p. 76). Esses profissionais são os mesmos que após cumprirem sua jornada de no mínimo oito horas diárias e quarenta horas semanais (conforme previsto pela legislação trabalhista brasileira), se vêm incumbidos de cumprir uma agenda de compromissos sociais em nome da empresa, como jantares com clientes e participação em feiras e eventos, ou em eventos organizados pela própria empresa como são muito comuns os churrascos organizados pelo diretor da empresa, os amigos x de final de ano, as noites de premiação ou de lançamento de um novo produto, enfim, uma verdadeira agenda de lazer corporativo para o profissional.

Somam-se aos valores e práticas corporativas um discurso de uma ética do trabalho voltada para a satisfação do desejo de consumo de bens e serviços e pronto: temos um sistema de esquemas individuais socialmente constituídos de disposições estruturadas e estruturantes, adquirido nas e pelas experiências práticas, constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano, que tem como resultante uma subjetividade socializada (SETTON, 2002, p. 63).

Não pretendemos a desqualificação dos apontamentos que consideram a existências de traços de personalidade fatores relevantes para o desenvolvimento de uma relação de vício laboral, pois reconhecemos o fenômeno como resultado de uma realidade composta por causas sociais, econômicas e políticas complexas. Nosso trabalho almeja fomentar o debate sobre a construção de um *habitus workaholic*, enquanto um processo de combinação causal

composto por variáveis internas e externas ao indivíduo, que, por sua vez, contribuem para o processo de socialização com o mundo do trabalho.

Por fim, acreditamos que variáveis relativas ao meio, como as práticas de gestão e o discurso normativo disseminados no campo social das organizações atuem enquanto estruturas estruturadas que, uma vez somadas a variáveis internas como trajetória de vida e traços de personalidade do ator, criam estruturas estruturantes de um *habitus workaholic*, fomentado de forma cíclica pelo realinhamento de fronteiras espaciais e subjetivas que dão origens a novos modos de vida.

Conclusão

Este trabalho constitui-se como um primeiro esforço teórico de análise do fenômeno *Workaholism*, a partir das lentes das ciências sociais, pretendendo evitar que a compreensão do fenômeno ficasse limitada a sua definição enquanto uma síndrome oriunda de predisposições de caráter psicológico do indivíduo. Para isso, a noção de *Habitus*, de Pierre Bourdieu, orientou nossa reflexão sobre o fenômeno de modo que o mesmo fosse compreendido em sua multicausalidade, dando origem ao cíclico processo de formação de um *habitus workaholic*, estruturado a partir de variáveis internas e externas ao indivíduo *workaholic*.

Embora até aqui tenhamos apresentado algumas das definições e conceitos recorrentes na literatura que integra o arcabouço teórico desenvolvido sobre o fenômeno, consideramos que são muitas as arestas a serem aparadas no que tange a tarefa de definir, identificar e diferenciar o vício de outros tipos de experiências em relação ao trabalho.

Acreditamos que à medida que avancemos no exercício de repensar este fenômeno a partir de um aporte sociológico com ênfase em suas causas sociais, econômicas e culturais estaremos mais próximos um entendimento mais denso e refinado sobre o mesmo. Logo, concluímos ser necessária a elaboração de uma agenda de pesquisa que oriente aqueles interessados em explorar o fenômeno em profundidade.

Referências

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense: 1986, p. 7-78.

ALVES, Giovani. **Trabalho e Subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução Ivone C. Benedetti; São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BORSOI, Isabel C. F. **Trabalho e Modo de Vida:** O caso de trabalhadores de novas áreas industriais. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, Mundialização e Estados Nacionais: A questão da emancipação e da soberania. São Luis, MA, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1989.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

CARLOTTO, MARY S. **A Síndrome de Burnout e o Trabalho Docente**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002

_____. **Adição ao trabalho e relação com fatores de risco sociodemográficos, laborais e psicossociais.** Psico-USF, v. 16, n. 1, p. 87-95, jan./abr. 2011.

CASTILLO, J.A., GÓMEZ M. C. **Excessive work or addiction to work:** workaholism in a Colombian company. A Pilot study trough application of DUWAS test. Rev Cienc Salud 2012; 10 (3): 307-322.

COLBARI, Antônia de L. **A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira**. In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n. 1, v. 1, Abril 2007. pp. 75-111.

CUCH, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**; Tradução de Viviani Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DEL ROCÍO, M.; POZO, H. **Trabajolismo:** Radiografía Contingencial de una adicción. Revista Mexicana De Análisis De La Conducta 2010 Num 3 (12-10 / 3-11) Mexican Journal Of Behavior Analysis 36, 117-135.

DOS SANTOS, Patrícia Almeida. **Workaholic:** uma relação de prazer ou sofrimento? 164f. Dissertação apresentada ao Departamento de Mestrado Profissional em Administração, Faculdades Pedro Leopoldo, 2010.

HAMERMESH, D.S.; SLEMROD, J. **The Economics of Workaholism:** We Should Not Have Worked on this Paper. NBER Working Paper Series, 2005. <http://www.nber.org/papers/w11566>.

HANS, Peter Martin & SCHIRMANN, Harold. **A Armadilha da Globalização -** o assalto à democracia e ao bem-estar social. São Paulo. Ed. Globo, 1997.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos:** Palavras-Chave Da Antropologia Transnacional. Revista Mana 3(1):7-39, 1997.

HARVEY, David. A **condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2002.

KREINER, G.E.; HOLLENSBE, E.C.; SHEEP, M.L. **Balancing Borders and Bridges:** negotiating the work-home interface via boundary work tactics. Academy of Management Journal, 2009. v. 52, no4, 704-730.

MAZZETI, G.; SCHAUFELI, W.B.; GUGLIELMI, D. **Are Workaholics Born or Made?** Relations of Workaholism With Person Characteristics and Overwork Climate. International Journal of Stress Management. 2014, v. 21, n. 3, 227-254.

REVISTA VOCÊ S/A. **Workaholic, o herói que virou vilão**. Disponível em <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/workaholic-o-heroi-que-virou-vilao>. Acesso em: 06 jul. 2015.

REVISTA EXAME. **Procura-se atleta corporativo**. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0759/noticias/procura-se-atleta-corporativo-m0050422>. Acesso em: 05 jul. 2015.

SERVA, Mauricio; FERREIRA, Joel Lincoln Oliveira. **O Fenômeno Workaholic na gestão de empresas**. Rap, Rio de Janeiro, p. 179-200, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a02.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2014.

SETTON, Maria da Graça J. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu:** uma leitura contemporânea. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05> Acesso em: 10 jul. 2015.

VAN BEEK, I. et al. **For Fun, Love, or Money**: What Drives Workaholic, Engaged, and Burned-Out Employees at Work? Applied Psychology: An International Review, 2012, 61 (1), 30-55.

O RETORNO DOS TEMPOS DIFÍCEIS? INSEGURANÇA LABORAL NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICA

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
UFES

Resumo: O estudo analisa as condições gerais do mercado de trabalho formal do Brasil no contexto da atual crise econômica, sobretudo no que concerne aos setores e perfis de trabalhadores mais afetados pela redução do emprego no primeiro semestre do ano em curso. O mercado de trabalho formal no Brasil viveu um período de expansão significativa nos últimos anos, revertendo o quadro de desemprego elevado que se configurou como realidade na década de 1990. Entretanto, no contexto da crise econômica, o mercado de trabalho perdeu mais de 390 mil empregos formais nos seis primeiros meses do ano de 2015, contribuindo assim para o crescimento da taxa de desemprego, que atingiu seu patamar mais elevado desde junho de 2010. Mediante a análise dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Plataforma do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), identificou-se que os setores mais afetados pela redução do emprego formal foram a indústria de transformação e a construção civil. Por outro lado, também ocorreu redução significativa das admissões por primeiro emprego, o que sinaliza maiores dificuldades aos jovens que buscam por uma primeira inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: mercado de trabalho; crise econômica; insegurança laboral.

Abstract: The study examines the general conditions of the formal labor market in the current economic crisis in Brazil, especially with regard to the sectors and profiles of workers who were the most affected by job losses in the first half of this year. The formal labor market in Brazil has experienced a significant period of expansion in recent years, reversing the high unemployment rate in the 1990s. However, in the current context, the labor market has lost more than 390, 000 formal jobs in the first six months of 2015, thus contributing to the growth in the unemployment rate, which reached its highest level since June 2010. It was found through the data provided by the Ministry of Labor and Employment (MTE), and through the General Register of the Platform of Employed and Unemployed (CAGED), that the sectors affected by the reduction in formal employment were mostly the manufacturing industries and construction. There was also significant reduction in admissions for first time applicant to the labor market, which indicates greater difficulties for young adults seeking a first entry into the labor market.

Keywords: labor market; economic crisis; job insecurity.

Introdução

A trajetória recente do mercado de trabalho no Brasil aponta para uma ampliação significativa no número de postos de trabalho nos últimos anos. Em um hiato de aproximadamente quinze anos, vivemos um período ímpar na história do país, no qual, pela primeira vez, o vínculo formal se tornou o tipo de inserção com maior peso na composição do emprego. Esse quadro permitiu a superação do cenário colocado na década de 1990, de elevado

desemprego, decorrente de condições econômicas adversas e de reestruturação de amplos setores produtivos, que envolveram a dispensa de grandes contingentes de mão de obra.

Contudo, desde o início de 2015, tem-se acompanhado uma tendência de forte reversão nesse quadro. Considerando o primeiro semestre do ano em curso, observa-se uma redução de aproximadamente 390 mil empregos formais no mercado de trabalho do país. Ademais, a taxa mensal de desemprego medida pela Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de 4,3% em dezembro de 2014, para 6,9% em junho de 2015. Desse modo, já é possível afirmar que o cenário acima exposto sinaliza claramente a interrupção do um ciclo de expansão do mercado de trabalho formal no Brasil.

Desse modo, o presente estudo tem por objetivo identificar os segmentos do mercado de trabalho mais afetados pela redução do emprego formal no primeiro semestre de 2015, considerando o cenário de crise econômica, bem como identificar de que modo a retração do mercado de trabalho tem afetado os jovens que buscam por um primeiro emprego.

Para tanto, foram consultados os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mais especificamente os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponíveis em plataforma específica na Internet.

Cabe destacar que esses dados abrangem todo o mercado de trabalho formal do país e que a plataforma que dá acesso a eles foi criada para suprir as necessidades de informações na área social. Os dados foram submetidos a tratamento estatístico, de modo a evidenciar os contornos gerais do mercado de trabalho no primeiro semestre do ano em curso.

Nesse artigo, primeiramente, discute-se a trajetória recente do mercado de trabalho no Brasil, sobretudo no que concerne à expansão do emprego formal. São apresentados estudos realizados por pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre a temática, enfatizando as transformações e permanências nas características do mercado de trabalho, principalmente quando comparado ao período anterior. Busca-se também elementos conceituais que contribuam para a discussão sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Após, analisa-se os dados relativos ao período proposto nesse estudo, a fim de identificar os setores econômicos mais influenciados pela retração do emprego e em que medida a laboral na condição de primeiro emprego tem sido afetada. Por fim, nas considerações finais, empreende-se a sistematização das questões fomentadas pela realização do estudo.

1. Trajetória recente do mercado de trabalho no Brasil: questões para análise e debate

O mercado de trabalho formal no Brasil passou por um período de significativa expansão a partir do início do século XXI. Somente entre os anos de 2000 e 2014 foram criados mais de 23 milhões de empregos no país[1], representando um crescimento de 88,13% nos postos formais de trabalho. Esse crescimento do mercado de trabalho formal inverteu a lógica histórica de supremacia do emprego informal como o tipo mais característico de inserção laboral.

Autores como Márcio Pochmann argumentam que esse processo pode ser entendido como de recuperação do mercado de trabalho e de transição do neoliberalismo para um modelo social-desenvolvimentista, que reafirma a soberania nacional no processo de desenvolvimento, contrapondo-se ao cenário da década de 1990, sabidamente de desemprego elevado, de reestruturação produtiva e de redução do protagonismo estatal no processo de desenvolvimento (POCHMANN, 2010).

Pochmann destaca que o processo de retomada do emprego nacional esteve relacionado a um compromisso político assumido pelo governo, em consonância com políticas distributivas que se assentaram no acesso ao mercado de trabalho, mas também em programas sociais de transferência direta de renda. O autor afirma que:

> O compromisso político em torno da retomada do emprego nacional, aliado aos esforços de melhor repartição da renda nacional, especialmente para os segmentos populacionais mais vulneráveis, constituíram as principais referências de enfrentamento da condição de pobreza e da desigualdade de renda. A capacidade da economia nacional de gerar emprego se mostrou suficiente para absorver os trabalhadores ingressantes e parte dos que se encontravam desempregados, assim como as políticas de proteção social e trabalhista se apresentaram mais efetivas e eficazes no enfrentamento das mazelas sociais (POCHMANN, 2010. p. 49).

Tais medidas, consubstanciadas por uma orientação política de valorização do papel do estado, permitiram a retomada daquilo que Pochmann denomina como "trajetória de construção do projeto de sociedade salarial[2]" (POCHMANN, 2010. p. 52), ou seja, a recuperação de um projeto nacional que permita a valorização do mercado de trabalho formal

[1] Segundo dados disponíveis na plataforma RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego.
[2] O conceito de Sociedade Salarial foi amplamente discutido pelo sociólogo francês Robert Castel no livro intitulado "As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário".

como inserção padrão na esfera produtiva, de modo a garantir um conjunto de proteções sociais e conferindo aos trabalhadores maior capacidade de planejar suas vidas.

Segundo Baltar e Krein, a expansão do mercado de trabalho no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2003, se deve a fatores externos, como o crescimento da demanda por *commodities* no mercado internacional e a elevação dos seus preços, e também a fatores internos, visto que ocorreram no período a redução da inflação, a retomada do crescimento econômico e a valorização dos salários acima do índice de inflação:

> A situação se reverteu completamente com os efeitos sobre a economia brasileira do crescimento da demanda e aumento dos preços internacionais das *commodities*, a partir de 2003. O crescimento do PIB ficou mais forte, a inflação diminuiu, cresceu muito o emprego formal e recuperou-se o poder de compra da renda do trabalho. Fortes aumentos do valor do salário mínimo e reajustes das categorias profissionais maiores do que a inflação fizeram com que a elevação do poder de compra da renda do trabalho acontecesse com diminuição das diferenças entre trabalhadores (BALTAR e KREIN, 2013. p. 284).

Os autores afirmam ainda que desde a década de 1960 não se observava no país um aumento da renda do trabalho em paralelo com a redução da desigualdade social, medida pelo índice de GINI.

Entretanto, Baltar e Krein argumentam que o período pós 2003 não pode ser compreendido de maneira homogênea, visto que os efeitos da crise do mercado *subprime* norte-americano influenciaram no ritmo do crescimento econômico no período. Se entre os anos de 2003-2008 o país Brasil cresceu em média 4,8%, de 2008-2012 esse índice reduziu para 2,6%. Em consequência, ocorreu a desaceleração do índice de população ocupada, bem como da relação entre o PIB por pessoa ocupada, frente ao período anterior (BALTAR e KREIN, 2013).

Em estudo sobre as novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil, Ângela Borges discute a influência do novo quadro do emprego no país, considerando variáveis relativas ao perfil sócio-ocupacional do trabalhador. Mediante análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAE) de 2002 a 2009, a autora afirma que mesmo no quadro recuperação do mercado de trabalho verificado nos anos 2000, os jovens e as mulheres se mantiveram em condição de maior vulnerabilidade:

> [...] é possível afirmar que, tal como evidenciado na crise que se abateu sobre o mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa, também na fase de recuperação o mercado de trabalho urbano no Brasil não tem sido capaz de acolher integralmente os segmentos de trabalhadores “jovens” e das

> "mulheres", que permanecem como os dois agregados mais expostos aos riscos desse mercado (BORGES, 2010. p. 629).

Borges também argumenta que apesar da ampliação do mercado de trabalho em termos quantitativos, nos anos 2000, se mantiveram práticas largamente adotadas na década de 1990, como a flexibilização dos contratos, a terceirização de serviços e a precarização dos vínculos de trabalho, mediante, por exemplo, a contratação de cooperativas de trabalho fraudulentas (BORGES, 2010).

Em artigo publicado em meados de 2013, Adalberto Cardoso afirma que a "condição nem nem" é estrutural no Brasil para a população jovem. Tal condição diz respeito a não inserção dos jovens na educação formal e no mercado de trabalho, concomitantemente.

Segundo o autor, a crise econômica desencadeada nos países ricos depois de 2008 colocou em debate as possibilidades de inserção dos jovens em termos de suas perspectivas futuras. Por seu turno, no Brasil, a "condição nem nem" pode configurar uma situação ainda mais dramática, visto que pode contribuir para a perpetuação da vulnerabilidade social do grupo familiar:

> No Brasil, a recorrência no tempo da taxa "nem nem" de exclusão (que lhe confere um caráter estrutural) não produziu os mesmos protestos que na Europa, em parte porque ela afeta mais as classes subalternas e as famílias mais pobres. E é exatamente por essa razão que o país não pode considerar normal ou aceitável que um em cada dez de seus jovens do sexo masculino entre 18 e 25 anos esteja fora da escola e do mercado de trabalho. Essa proporção não é homogeneamente distribuída no território, sendo muito pior nas regiões e municípios mais pobres do país e, mais ainda, nas famílias de baixa renda. Isto é, a taxa "nem nem" de exclusão é maior nas regiões e famílias mais vulneráveis, e, nesse sentido, deve ser tratada como um dos elementos centrais dessa vulnerabilidade. Isso quer dizer que o país *está transmitindo a vulnerabilidade de uma geração a outra* em proporção significativa (CARDOSO, 2013. p. 310).

Considerando a manifestação de Cardoso, depreende-se que o principal desafio colocado às políticas públicas, no que tange a inclusão dos jovens, é de criar mecanismos de inclusão que permitam a superação de uma situação de invisibilidade social, decorrente do não lugar que é a "condição nem nem".

No quadro do Brasil contemporâneo, a crise econômica que passou a se desenhar no início de 2015, somado à política de austeridade adotada pelo governo federal, que envolve a diminuição do gasto público e a elevação das taxas de juros, entre outros aspectos, tem contribuído para a reversão do quadro de expansão do mercado de trabalho formal. No tópico seguinte, são

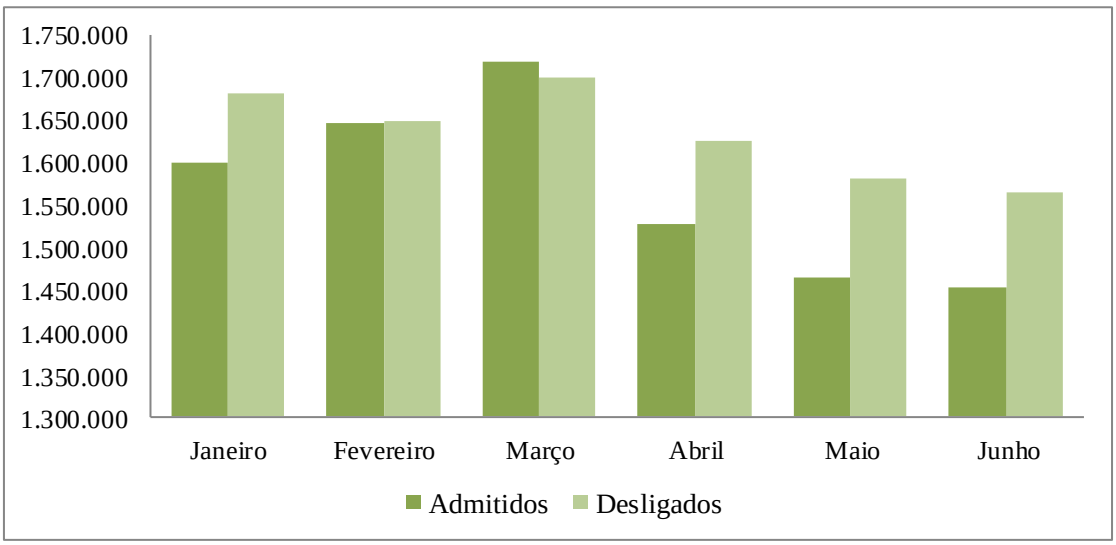
apresentados os segmentos do mercado de trabalho mais afetados pela redução do emprego formal no primeiro semestre de 2015. Cabe mencionar que, para a efetivação da pesquisa empírica, foram utilizados dados dos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

2. O mercado de trabalho no primeiro semestre do ano de 2015 no Brasil

Os primeiros efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho no Brasil podem ser observados já no mês de janeiro, conforme mostra o **Gráfico 1.** Mesmo que janeiro seja um mês que tradicionalmente apresenta um número significativo de dispensas, devido às rescisões dos temporários contratados para as festas de final de ano, em 2015 o saldo entre admissões e desligamentos representou o fechamento de aproximadamente 81.700 vagas de emprego apenas nesse mês.

Considerando a evolução das contratações, percebe-se que depois de março há uma queda gradual até o mês de junho, último da série analisada. Do mesmo modo, as demissões também apresentam redução, mesmo que sejam sempre superiores às contratações no período, exceção feita ao mês de fevereiro.

Gráfico 1 - Evolução das admissões e desligamentos no mercado de trabalho formal do Brasil (jan.-jun. 2015).



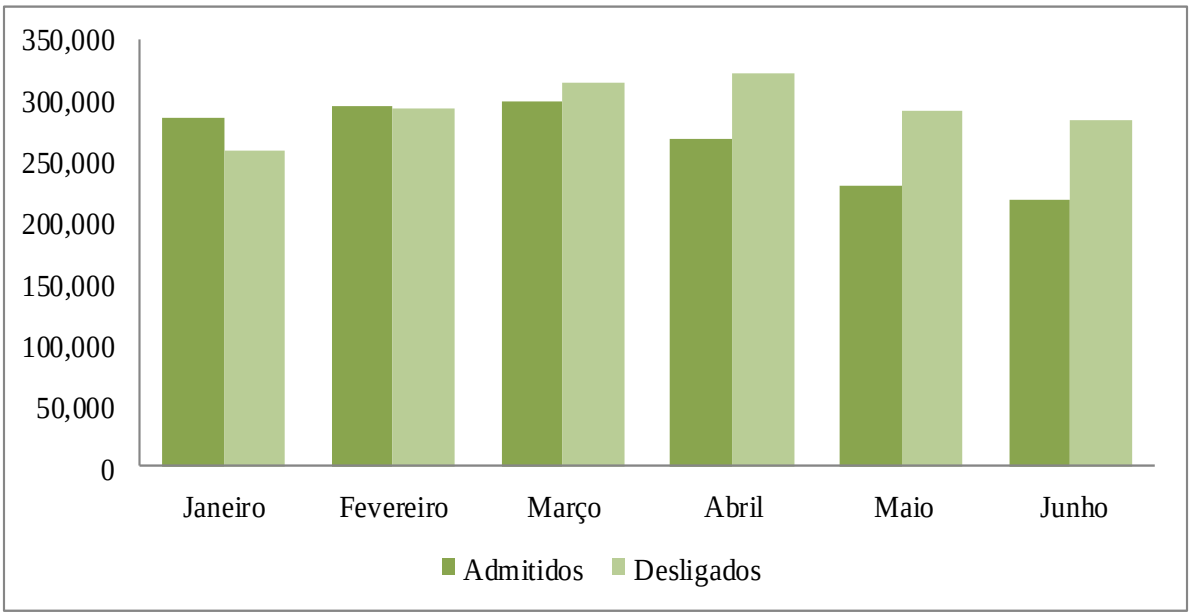
Fonte: CAGED/MTE.

A análise dos dados relativos aos setores da atividade econômica indicou que a indústria de transformação e a construção civil foram os mais afetados pela redução de empregos no primeiro semestre de 2015. Esses dois setores responderam pelo fechamento de aproximadamente 295 mil postos de trabalho, de um total de 390 mil para todo o mercado de trabalho formal.

No que concerne à indústria de transformação, identificou-se o fechamento de aproximadamente 164 mil postos de trabalho no período. As contratações apresentaram um leve aumento entre os meses de janeiro e março, mesmo que neste último mês as demissões tenham superado as contratações. A análise do **Gráfico 2** permite também perceber que os maiores volumes de dispensa ocorreram nos meses de março e abril.

Devido à importância do emprego industrial, que possui médias salariais mais elevadas que as dos demais setores e tende a apresentar maior tempo médio de permanência no emprego, pode-se afirmar que a diminuição do emprego na indústria contribuiu também para a redução da média geral da qualidade do emprego no país.

Gráfico 2 - Evolução das admissões e desligamentos na Indústria de Transformação (jan.-jun. 2015).

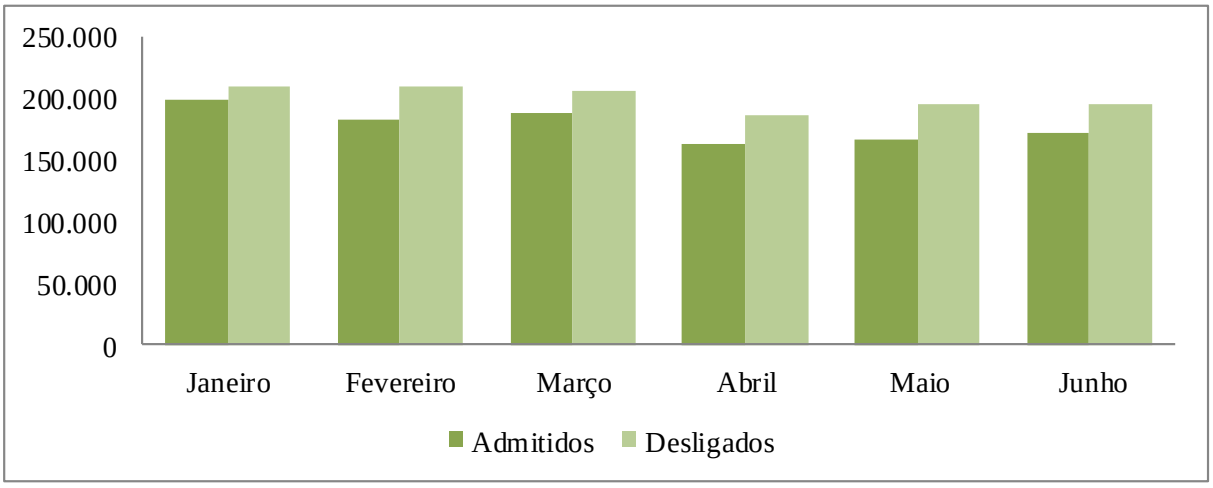


Fonte: CAGED/MTE.

Já a construção civil foi o único segmento analisado que apresentou saldo negativo entre admissões e desligamentos em todos os meses analisados. O total de vagas fechadas na construção civil no período analisado corresponde a aproximadamente 130 mil. Pode-se

supor que isso está relacionado diretamente com aspectos mais amplos da crise econômica, bem como com impossibilidade de prever seus efeitos de médio e longo prazo. Como a construção civil é bastante dependente de financiamentos, seja no que concerne às obras de infraestrutura, seja no que tange ao mercado imobiliário, e um dos efeitos da crise econômica foi o aumento das taxas de juros no mercado, parece bastante coerente que a construção civil tenha sido um dos principais setores afetados pela redução no número de trabalhadores empregados com vínculo formal.

Gráfico 3 - Evolução das admissões e desligamentos na Construção Civil (jan.-jun. 2015).

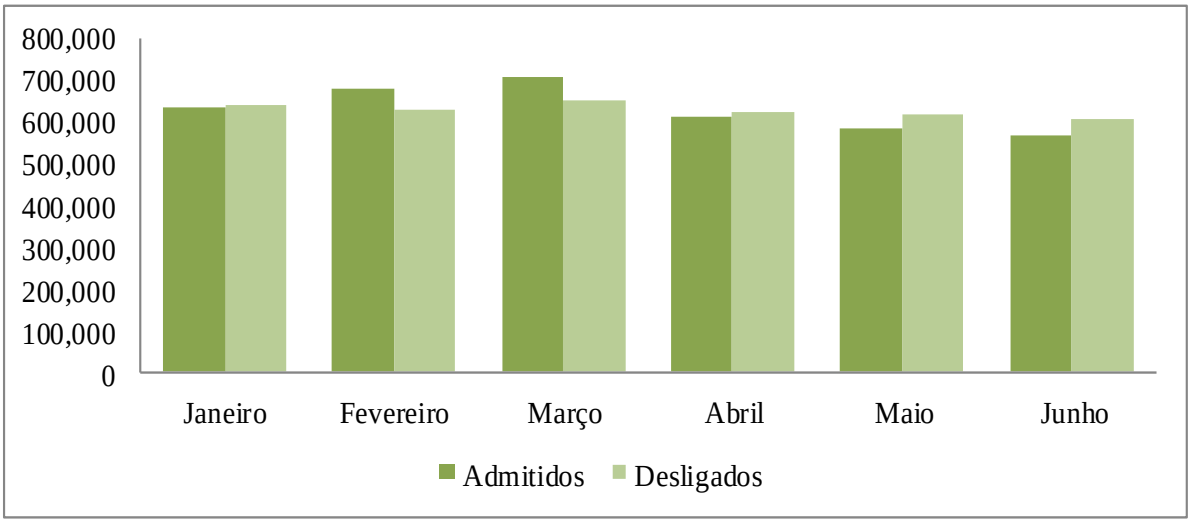


Fonte: CAGED/MTE.

Por seu turno, no setor de serviços ocorreu processo inverso ao observado na indústria de transformação e na construção civil, visto que foram criadas aproximadamente 20 mil novas vagas de emprego no período. Isso se deve ao saldo positivo dos meses de fevereiro e março. Entretanto, em abril, maio e junho, percebe-se o enfraquecimento das admissões nos serviços, inclusive apresentando saldo negativo na relação com os desligamentos.

Considera-se que convém acompanhar o desempenho do setor de serviços no contexto da crise econômica. Como se trata de um setor com um grande volume de empregos, caso se mantenha a trajetória de redução de postos de trabalho iniciada em abril teremos um impacto ainda mais significativo no crescimento da taxa de desemprego do país.

Gráfico 4 - Evolução das admissões e desligamentos nos Serviços (jan.-jun. 2015).

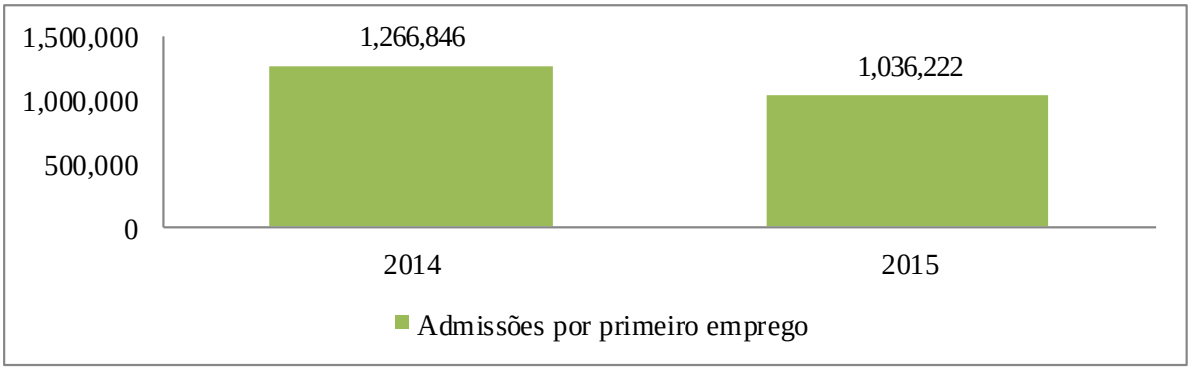


Fonte: CAGED/MTE.

Em relação às admissões por primeiro emprego, constatou-se queda de 18,2% quando se compara o mesmo período de 2014. Esse indicador sugere maiores dificuldades aos jovens que buscam uma primeira inserção no mercado de trabalho. No primeiro semestre de 2014 as admissões por primeiro emprego representaram 11,8% do total de contratações, ao passo que esse percentual sofreu pequena redução, totalizando 11% no primeiro semestre de 2015.

Mesmo que pouco representativa em termos percentuais, a diminuição das admissões por primeiro emprego, no quadro geral das admissões, reforça o quadro desfavorável à inserção dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo aqueles que buscam uma primeira experiência empregatícia.

Gráfico 5 - Comparação das admissões por primeiro emprego (Primeiro semestre/2014 - Primeiro semestre/2015).



Fonte: CAGED/MTE

Apesar do curto período de tempo em questão, a análise dos dados permite inferir que os efeitos da crise econômica já afetam de modo bastante evidente o mercado de trabalho e o emprego formal, mesmo que nesse primeiro momento o impacto inicial da crise seja mais perceptível em determinados setores da atividade econômica, como a indústria de transformação e a construção civil, do que em outros, como o setor de serviços.

Do mesmo modo, a análise dos dados que representam a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do primeiro emprego sugerem dificuldades, sobretudo, para aqueles oriundos das classes populares, visto que as suas oportunidades de dar continuidade aos estudos, no ensino médio ou universitário, muitas vezes dependem da possibilidade de realizar uma atividade remunerada.

Considerações Finais

Embora para responder ao questionamento proposto no título do trabalho sejam necessários tempo e novos estudos, pode-se afirmar que vive-se um novo momento econômico no país e que o cenário que se configura tem acarretado em influências significativas para o mercado de trabalho. Após um período de importante crescimento do emprego formal e, por consequência, redução das taxas de desemprego, o primeiro semestre do ano em curso o fechamento de aproximadamente 390 mil vagas de emprego, o que representa, em números absolutos, quase o total de empregos criados no ano anterior – visto que em 2014 foram criados aproximadamente 396 mil empregos formais.

Mesmo que, em uma perspectiva de médio prazo, a intensidade dos efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho seja incerta, pode-se afirmar que os trabalhadores estão mais sujeitos à insegurança laboral no contexto atual, dado que a retração do mercado de trabalho, e a consequente elevação do desemprego, se apresentam como um importante limitador das oportunidades de reinserção no mercado de trabalho em caso de demissão. Por outro lado, a retração das admissões por primeiro emprego demonstra um dos efeitos da crise econômica: a restrição às oportunidades dos mais jovens.

Por fim, cabe mencionar que o presente estudo, de caráter preliminar, terá sequência ao longo do ano de 2015, no intuito de acompanhar o movimento do mercado de trabalho, mas também de incorporar novos elementos à análise, como: a) dinâmicas ocupacionais no interior dos setores econômicos; b) perfis de trabalhadores mais afetados pela crise, segundo sexo, faixa etária, escolaridade, entre outras variáveis.

Referências

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2015.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jun. 2015.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 jun. 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição de rendimentos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

INFORMALIDADE NO SETOR CALÇADISTA: UM ESTUDO ENTRE TRÊS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

André Junqueira Caetano
PUC Minas

Luís Henrique Silva Ferreira
PUC Minas

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a informalidade dos mercados de trabalho do setor calçadista de três municípios brasileiros, localizados em diferentes regiões do território nacional, a partir de uma perspectiva comparativa. Na parte metodológica, criaram-se dois modelos de indústria calçadista, baseado em características de sua unidade produtiva e do seu mercado consumidor. Os dados analisados são referentes aos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010. Os principais resultados encontrados dão conta que em uma indústria calçadista menos estruturada, há maior quantidade de trabalho informal, com maior proporção de migrantes e mais horas trabalhadas.

Palavras-chave: indústria calçadista; mercado de trabalho; mercado de trabalho no setor calçadista.

Abstract: The aim of this article is to analyze from a comparative perspective, the informality of the labor market in the footwear industry in three Brazilian municipalities located in different regions of the country. Methodologically, we created two ideal-type models of footwear industry based on the characteristics of production, a targeted consumer market and labor organization. The data analyzed refers to 2000 e 2010 census. Findings demonstrate that in a less structured footwear industry, there is a more informal labor, more migrants and more hours worked.

Keywords: footwear industry; labor market; labor market on footwear industry.

Introdução

O setor calçadista brasileiro é um importante ramo da indústria de transformação, ocupando, de acordo com o Censo de 2010, cerca de 470.000 de trabalhadores, o que equivale a 6% do total dos ocupados na indústria de transformação. Os principais estados produtores de calçados do país são o Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Paraíba e o Ceará. No estado gaúcho destacam-se as regiões do Vale do Rio Sinos, do Vale do Rio Paranhana, Vale do Rio Taquari e a Serra Gaúcha. No estado de Minas Gerais, o polo calçadista do município de Nova Serrana. No Ceará, destacam-se os polos da Região do Cariri, de Sobral e o da região da capital do estado, Fortaleza. No estado de São Paulo, destacam-se os municípios de Franca, Birigui e Jaú. Em Santa Catarina, o Vale do Rio Tijucas. Na Bahia, sua região sul, e, na Paraíba, as regiões de João Pessoa e Campina Grande.

De fato, no Brasil, o setor calçadista tende a se aglutinar em alguns municípios polos, assumindo uma diversidade de arranjos da organização da produção e do trabalho e, por

conseguinte, na composição da mão de obra e nas condições de trabalho. As condições de trabalho referem-se às características que determinam a qualidade do mesmo, desde o emprego com carteira de trabalho assinada até o nível de remuneração. Por composição da mão de obra entende-se as características sóciodemográficas, especificamente sexo, idade, escolaridade e status migratório, que tendem a se associar às condições do trabalho.

Em vários setores da economia, nos arranjos produtivos mais informais e precários, a mão de obra ocupada tende a ser mais jovem, feminina, e ter uma proporção maior de imigrantes. Considerando a evolução da indústria calçadista em municípios polos e a diversidade dos arranjos organizacionais da produção e do trabalho nesse segmento, este artigo analisa a composição da mão de obra ocupada e as condições de trabalho neste setor nos municípios de Sapiranga, no estado do Rio Grande do Sul, Nova Serrana, em Minas Gerais, e Camocim, no Ceará. O objetivo da escolha desses três municípios é compará-los em dois momentos distintos, 2000 e 2010, de forma a compreender como o componente trabalho se ajusta à organização produtiva, determinada pelo tipo de produto e seu público alvo, levando em consideração a evolução da atividade calçadista em cada desses municípios.

As condições de trabalho encontradas no setor calçadista são as mais variadas possíveis, desde o trabalho fabril, principalmente nas grandes indústrias, até o trabalho domiciliar. As formas de contratação e pagamento usadas pelo setor também são diversas, do trabalho formal assalariado com carteira assinada ao trabalho informal assalariado e ao informal autônomo na forma de contratação de terceiros com remuneração por produção em períodos determinados, prevalecendo os semanais e quinzenais.

A escolha de Sapiranga se deu pelo fato do município ter a gênese de sua indústria calçadista há mais tempo, já estar mais consolidada e com grau de maturação maior, sendo sua estrutura mais fabril. Já a escolha de Nova Serrana se deu tanto pelo seu destaque nacional na produção de calçados por adotar um modelo menos fabril. A escolha de Camocim se deveu ao fato deste município pertencer aos novos territórios da produção de calçados no Brasil, surgidos a partir de 1990. O propósito desta seleção é avaliar se o município cearense possui características de sua mão de obra e produção mais parecidas com o perfil de Sapiranga ou de Nova Serrana.

1. A indústria calçadista brasileira

Segundo Lima, Borsoi e Araújo (2011), a partir do fim dos anos 1990 e início dos

anos 2000, a modernização das indústrias de calçados tem-se caracterizado pela adoção de novas tecnologias e novos procedimentos na organização da produção advindos do processo de reestruturação produtiva. Isso se deve, principalmente, ao fato desta modernização ser caracterizada pelo trabalho intensivo, em que pese à adoção de inovações com relação aos produtos, materiais, maquinaria, informatização nas fábricas e aumento da produtividade das unidades de trabalho. Percebe-se, no âmbito produtivo uma rotinização da produção por meio da qual as indústrias adotam uma mescla de elementos organizacionais distintos, como a permanência de uma linha de montagem tradicional fordista-taylorista ao lado de equipes voltadas a produtos específicos, adotando estratégias como, por exemplo, o *kanban*.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2011), no ano de 2010, o Brasil produziu 893,9 milhões de pares de sapatos, com uma arrecadação da ordem de 12.340,4 milhões de dólares. Cerca de 348,7 mil empregados formais compunham a força de trabalho das 8,2 mil empresas formalizadas. As exportações chegaram à casa dos 143 milhões de pares, arrecadando cerca de 1.487,00 milhões de dólares. Já as importações somaram 28,7 milhões de pares, com um gasto de 304,6 milhões de dólares. O consumo *per capita* de pares de calçados no Brasil foi de 4,1. Analisando os dados para as principais regiões produtoras de calçado do país, o Sudeste foi responsável pela produção de 188,5 milhões de pares, ou seja, 21% do total produzido no Brasil no ano de 2010. Desse total, foram exportados 8,7 milhões de pares, 6% do total nacional, com rendimentos da ordem de 152,2 milhões de dólares, 10% do total arrecadado em exportações. São 89,7 mil empregos formais, 26% do total nacional e 4 mil empresas, 48% do total nacional. São responsáveis por esses números os estados de São Paulo e Minas Gerais.

A região Sul, a mais tradicional no segmento de calçados no Brasil, foi responsável no ano de 2010 pela produção de 302 milhões de pares, ou seja, 34% do total produzido no Brasil. Foram exportados 31,6 milhões de pares, 22% do total exportado pelo país. Essas exportações chegaram à ordem de 732,7 milhões de dólares, 49% do total de exportações. São 129,7 mil empregos formais, 37% do total nacional e 3,4 mil empresas, 41% do total nacional. Esses dados correspondem ao total produzido no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor da região.

A região Nordeste, atualmente é a maior produtora de calçados do país, respondeu em 2010 por 399,2 milhões de pares produzidos. Isso corresponde a 45% do total produzido no país. O Nordeste é também o maior exportador, sendo que atingiu a marca de 102,1

milhões de pares idos para o exterior, 71% do total nacional. Essas exportações chegaram à ordem de 595 milhões de dólares, 40% do total brasileiro, ficando atrás da região Sul, que arrecadou em 2010, 732,7 milhões de dólares, 49% do total nacional. Em 2010 eram 125,6 mil empregos formais, 36% do total nacional, e 627 empresas, 8% do total nacional, demonstrando um grande número de empregos para poucas empresas.

Em relação à produção por tipo de material usado no calçado, os dados disponibilizados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2011) mostram que, em 2010, o Brasil produziu cerca de 487,4 milhões de pares de calçados feitos de plástico ou borracha, 54,5% do total de calçados produzidos. Os calçados feitos de couro somam 252,7 milhões de pares, 28,2% do total. Os calçados esportivos atingiram a casa de 88,2 milhões de pares, 9,8% e os calçados de outros materiais, 65,6 milhões de pares, 7,3%.

Os calçados produzidos a partir do plástico e da borracha são principalmente sandálias e chinelos. Essa produção é voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, principalmente marcas famosas como Havaianas. Essa produção encontra-se principalmente nos estados nordestinos. Os calçados produzidos a partir do couro, matéria prima mais cara e que precisa de maior elaboração, atende à demanda de calçados masculinos, mas, principalmente, de calçados femininos, especialmente botas e sapatos. Essa produção é voltada para a parcela do mercado interno com maior poder aquisitivo e também ao mercado externo. Já os calçados esportivos, produzidos a partir de materiais sintéticos, matéria prima de menor custo que simulam o couro, são produzidos tanto para o mercado interno de baixo poder aquisitivo quanto para exportação para países em desenvolvimento.

2. Metodologia

Para análise, selecionaram-se três municípios polos da indústria calçadista localizados em três estados distintos em que o setor calçadista tem presença importante no âmbito nacional. Esta seleção baseou-se na historicidade deste segmento industrial em cada um desses municípios, do surgimento à consolidação, na especialização da produção de mercadorias distintas para públicos-alvo diferenciados e, por conseguinte, na diferenciação e especificidades na organização produtiva. Os três municípios selecionados são apresentados a seguir.

O primeiro município, Sapiranga, localizado no estado do Rio Grande do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, distante 62 km da capital do estado, através da BR-

116, em 2010 possuía uma população residente de 74.985 habitantes. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) dos anos de 2000 e 2010, o município possuía, em 2000, 268 indústrias de calçado, enquanto o estado do Rio Grande do Sul possuía 2.504, ou seja, em Sapiranga localizavam-se 11% das indústrias de calçado do estado. Em 2010, o número de indústrias de calçado em Sapiranga subiu para 423, um crescimento de 57,8% em 10 anos. Em relação ao total do estado, com 3.827 indústrias em 2010, as indústrias localizadas em Sapiranga representavam 11%, proporção pouco superior à de 2000. Sapiranga destaca-se ainda por sediar a calçados Paquetá, uma das maiores e mais tradicionais indústrias de calçados do Brasil, que contém unidades produtivas no Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e também na Argentina e na República Dominicana. Além disso, o município possui mão de obra altamente especializada, dado que existem escolas de treinamento voltadas para o setor instaladas no município. Os calçados produzidos em Sapiranga são em sua maioria feitos à base de couro, matéria-prima de alto custo, tanto para homens, quanto para mulheres. São sapatos sociais, botas, voltadas para um público alvo de alto poder aquisitivo, em relação à demanda interna e também para exportação, haja vista a boa qualidade dos produtos. Dessa forma, a organização do trabalho demanda determinada qualificação, uma vez que os produtos são altamente especializados.

Nova Serrana, Minas Gerais, está localizado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, distante 112 km da capital do estado e a 42 km de Divinópolis, principal cidade da região. A fabricação de calçados em Nova Serrana, de acordo com Suzigan e colegas (2005), iniciou-se a partir da produção de artigos de couro e botinas rústicas para atender a demandadas atividades agrícolas e de pecuária que ali existiam. É interessante observar que tanto o polo sulista, quanto o polo paulista, também desenvolveram-se da mesma forma, a partir do surgimento de atividades ligadas a pecuária e posteriormente ao trabalho do couro. De acordo com Suzigan e colegas (2005), o município é conhecido como a “capital nacional do calçado esportivo”. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2000, Nova Serrana possuía 570 indústrias de calçados, enquanto o estado de Minas Gerais possuía 1.237, ou seja, o município era responsável por 46,0% das indústrias de calçado do estado. Em 2010, o número de unidades produtivas no município aumentou para 879, apresentando um crescimento de 54,2% em 10 anos. Em 2010, Minas Gerais possuía 1.757 indústrias de calçados, ou seja, em Nova Serrana localizavam-se 50% do total, o que demonstra sua importância tanto em 2000 quanto em 2010. De acordo com a

Federação das Indústrias de Minas Gerais (2009), o setor calçadista do município concentra sua produção principalmente na fabricação de tênis e seus componentes, para os públicos masculino, feminino e infantil. Produz-se também chuteiras, chinelos, rasteiras, chinelos e calçados ortopédicos, principalmente a partir de material sintético. Esses produtos são de baixo custo, voltados principalmente para o mercado interno de baixo poder aquisitivo e quando para exportação, para países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Nesse contexto, a produção não demanda alto grau de especialização do trabalho, como tende a ser o caso Sapiranga.

Camocim, no estado do Ceará, distante aproximadamente 370 km da capital Fortaleza. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o município possuía, no ano 2000, uma unidade produtiva, de um total de 175 no estado do Ceará, isto é, em Camocim estavam 0,6% das indústrias de calçado do estado. Em 2010, o número de indústrias aumentou para cinco no município e no estado para 351 indústrias, isto é, em Camocim estavam 1,4% do total do estado. Camocim especializou-se na produção de calçados em couro natural ou sintético, tanto para os públicos masculino, feminino e infantil. A principal indústria de calçados da cidade, a Democrata Calçados, é oriunda do polo calçadista de Franca (SP). Nessa indústria, com uma unidade produtiva em Camocim, produz-se calçados masculinos, tendo como público principal o mercado interno brasileiro, porém parte da produção é destinada para exportação, principalmente para países da Europa, América Latina, Ásia e Estados Unidos. No caso de Camocim, percebe-se um processo de migração de unidades produtivas sediadas em Franca, no estado de São Paulo, para o Ceará, em busca de competitividade, baseada principalmente nas isenções fiscais e outros benefícios oferecidos pelo Executivo Estadual e pelas Prefeituras, no intuito de gerar empregos. Dessa forma, espera-se que o perfil de Camocim esteja mais próximo do perfil de Sapiranga, tanto pelo tipo de produto fabricado quanto pelo seu público-alvo. Ressalta-se ainda que no estado do Ceará, a maior quantidade de indústrias calçadistas encontra-se localizadas nas cidades maiores, como a capital Fortaleza, com 98 indústrias e Juazeiro do Norte, com 156.

A base de dados utilizada foram as dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e as amostras acopladas a eles. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Demográficos reproduzem informações imprescindíveis para determinar o planejamento de políticas públicas e também dos serviços a serem utilizados pela

população. Os censos e as pesquisas amostrais realizadas conjuntamente a eles constituem a única fonte de dados no âmbito nacional com representatividade para o nível municipal.

Para identificar os trabalhadores ocupados no setor calçadista dos municípios selecionados foram utilizadas as variáveis 'atividade', que permite identificar a atividade principal em que o indivíduo tinha o seu trabalho, ou seja, o principal ramo de negócio em que ele trabalhava. Mais especificamente, foram selecionados os indivíduos classificados na categoria 'Fabricação de calçados e partes de calçados, de qualquer material', conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares (CNAE Domiciliar). Essa classe contempla grande diversidade de atividades relacionadas à produção de calçados e seus componentes desde a fabricação de calçados de borracha, couro, plástico e partes de calçados, tais como saltos e solados, até serviços de corte, costura e pesponto. A identificação por meio da atividade principal foi complementada com a utilização da variável 'ocupação', isto é, a ocupação do indivíduo no trabalho que tinha, sendo ele o único trabalho ou o principal, caso ela tenha mais de um. O trabalho principal é definido como aquele com o maior número de horas trabalhadas. Foram identificadas, de acordo com a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (CBO Domiciliar), duas ocupações referentes ao setor calçadista: 'sapateiros e afins' e 'operadores de máquinas para fabricação de calçados e afins'.

A análise comparativa foi realizada por meio de tabulações cruzadas utilizando-se variáveis indicadoras da composição e características da força de trabalho empregada bem como das condições de trabalho no setor calçadista dos municípios selecionados de forma a situá-los entre os dois modelos.

Dessa forma, os dados dos Censos dos anos 2000 e 2010 foram utilizados para analisar a força de trabalho do setor calçadista de cada município, situando-os em relação aos modelos de organização da produção e do trabalho na indústria calçadista. Os resultados da análise são apresentados a seguir.

3. Resultados

Com relação ao grau de informalidade, foi observado que entre os anos de 2000 e 2010, os municípios de Nova Serrana e Camocim apresentaram diminuição no percentual de trabalhadores informais, ao passo que em Sapiranga esse percentual aumentou. Mesmo apresentando um crescimento considerável de trabalhadores com carteira de trabalho

assinada, aumento de 34% no período, Nova Serrana, dentre os três municípios, tinha o maior grau de informalidade em 2010. Em Sapiranga, por sua vez, observou-se crescimento no percentual de trabalhadores sem a carteira de trabalho assinada, 20,9% no período.

No que concerne à composição por sexo dos trabalhadores do setor calçadista, observa-se que no ano 2000, nos três municípios, havia predominância de trabalhadores do sexo masculino. Em Nova Serrana, os homens representavam 52,3% do total de ocupados no setor, enquanto que as mulheres representavam 47,7%. Em 2010 os trabalhadores constituíam 55,3% do total dos ocupados no setor e as mulheres, 44,7%. Em Sapiranga, no ano 2000, as mulheres representavam 41,2% do total de ocupados no setor e os homens 58,8%. Em 2010, há uma inversão no município gaúcho e as mulheres passam a ser maioria na composição da mão de obra do setor. Enquanto que os homens eram 48,4%, as mulheres representavam 51,6% do total da força de trabalho do setor.

Com relação à informalidade por sexo, observa-se que em Nova Serrana e Sapiranga, tanto no ano 2000, quanto em 2010, as mulheres eram maioria na informalidade. No ano 2000, 50,8% das mulheres empregadas no setor calçadista do município mineiro não possuíam registro em carteira, enquanto que para os homens esse percentual era de 43,2%. Em 2010, comparativamente a 2000, a informalidade caiu para ambos os sexos. Nesse ano, 36% das mulheres e 31,1% dos homens encontravam-se na informalidade. No município gaúcho, em 2000, 18,5% das mulheres do segmento calçadista encontravam-se na informalidade. Entre os homens esse percentual era de 14%. Em 2010, para ambos os sexos aumentou a informalidade, passando para 21,4% entre as mulheres e 19,8% entre os homens.

Em relação à remuneração utilizou-se a informação padronizada em salários mínimos. No ano 2000, o salário mínimo era de R$ 151,00 e em 2010, R$ 510,00. No ano 2000, em Nova Serrana e Sapiranga, tanto os trabalhadores formais quanto os informais eram maioria na faixa de até um salário mínimo. No município mineiro, 59,6% dos informais e 49% dos formais estavam nesse estrato salarial. Em Sapiranga, esses percentuais eram de 70,5% e 69,8%. Em Camocim, os informais eram 73,9% entre os que recebiam até um salário mínimo. Entre os formais, 93,1% recebiam até um salário mínimo e entre os informais 100%. Em Nova Serrana, tanto os trabalhadores formais, quanto os informais eram maioria na faixa de um a dois salários mínimos. Entre os formais, 72,3% e entre os informais, 60,2%. Em Sapiranga, os formais eram maioria entre aqueles no estrato entre 1 e 2 salários mínimos, 73,7%, enquanto que entre os informais, o maior percentual encontrava-se na faixa de até um salário mínimo, 48,4%.

No que diz respeito à participação de imigrantes na composição da população ocupada no setor calçadista nos municípios analisados, em Nova Serrana, no ano 2000, 47,1% dos trabalhadores informais residiam no município há menos de dez anos, ou seja, quase a metade dos informais eram imigrantes recentes. Entre os trabalhadores formais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era praticamente a mesma, 46,6%. Em 2010, percebe-se uma inversão. Entre os informais, 34,7% residiam no município há menos de dez anos e, entre os formais, 55,1%. Em Sapiranga, no ano 2000, 62,7% dos trabalhadores formais residiam no município há menos de dez anos. Entre os trabalhadores informais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era de 19,3%. Em 2010, entre os trabalhadores formais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era de 66,2% e entre os informais 33,8%.

Considerações Finais

Em Nova Serrana, MG, verificou-se um crescimento da indústria de calçados, com aumento da população ocupada no setor e, também, o crescimento no número de indústrias. Essa tendência pode ser explicada pelo aumento do poder de compra das classes de baixa renda, Neri (2008), para a qual os produtos fabricados no município mineiro são destinados. São, em sua grande maioria, tênis esportivos de material sintético para ambos os sexos, sandálias “rasteirinhas” também de material sintético, voltado para o público feminino e, as falsificações de calçados de marcas mundialmente famosas. Identificou-se também, o aumento, entre os 2000 e 2010, na formalização dos trabalhadores do setor calçadista, no bojo da crescente formalização no Brasil após 2004 (BORGES, 2010). Em relação à composição sexual da força de trabalho do segmento, tanto no ano 2000 quanto em 2010, a maioria dos trabalhadores em do sexo masculino. No que se refere à remuneração, no ano 2000, tanto os trabalhadores formais quanto os informais recebiam até um salário mínimo e no ano de 2010 tanto formais quanto informais passaram a receber entre um e dois salários mínimos. Em relação aos migrantes com até nove anos de residência no município, entre 2000 e 2010, percebeu-se uma redução da sua participação entre os trabalhadores informais e aumento entre os formais. Essa tendência pode ser explicada pelo aumento da formalização das relações de trabalho no Brasil após 2004 (BORGES, 2010).

Em Sapiranga, RS, houve redução da mão de obra ocupada no setor e aumento do

número de indústrias entre 2000 e 2010. A redução dos postos de trabalho deveu-se, provavelmente, à migração das empresas daquela região para a região Nordeste visando diminuição de custos de produção. Em relação à informalidade, entre 2000 e 2010 percebeu-se aumento do percentual de trabalhadores sem o registro em carteira, apesar de Sapiranga apresentar alta taxa de formalidade em comparação a Nova Serrana. Em relação à composição sexual da força de trabalho do setor, em 2000 a maior parte era composta por homens e em 2010, por mulheres. As mulheres eram maioria entre os informais em ambos os anos. No que se refere à jornada de trabalho, percebeu-se um aumento substancial dos trabalhadores formais trabalhando mais de 44 horas por semana. No tocante à remuneração, os formais passaram a ganhar mais; para os trabalhadores informais o padrão salarial permaneceu o mesmo. Sobre a migração, entre 2000 e 2010, houve aumento dos trabalhadores formais e informais entre aqueles com nove anos ou menos de residência no município. Ainda em relação à migração, percebeu-se que o peso dessa variável é baixo para Sapiranga quando comparada a Nova Serrana. O município gaúcho apresenta taxas migratórias inferiores ao mineiro, demonstrando sua baixa atratividade para trabalhadores migrantes.

Camocim representa um caso particular, pois, apesar do aumento da mão de obra e do número de indústrias entre 2000 e 2010, o setor calçadista empregava um número relativamente pequeno de trabalhadores. Esse aumento provavelmente se deveu ao fato de que a Democrata Calçados, grande indústria oriunda de Franca (SP), migrou parte de sua produção para Camocim atraída pela incipiente organização sindical, pelos incentivos tributários e fiscais oferecidos pelo estado e município (LIMA, BORSOI e ARAÚJO, 2011). De qualquer maneira, Camocim é o município, dentre os três analisados, com maior taxa de trabalhadores formais, tanto em 2000 quanto em 2010, com maior participação masculina em ambos os anos analisados, apesar de ter ocorrido um aumento da participação feminina. Em 2000, os trabalhadores formais ganhavam mais que os informais, o que não se verificou em 2010, quando havia equiparação salarial entre as duas categorias. Em relação à jornada de trabalho, os informais trabalhavam, em média, mais em ambos os anos e em relação à migração, percebeu-se percentuais muito baixos de imigrantes com até nove anos de residência no município.

Em síntese, Sapiranga e Camocim se distinguem de Nova Serrana por apresentarem proporção de trabalhadores informais substancialmente menor. Além disso, Sapiranga e Camocim têm uma participação de imigrantes com menos de nove anos de residência no município bem inferior a Nova Serrana nos dois anos em consideração. Em que pesem as

diferenças entre os três casos analisados, as diferenças nos níveis salariais e na jornada de trabalho são pequenas. Diante dos resultados encontrados, e levando-se em conta a complexa organização e diversidade da indústria calçadista nos diferentes estados e municípios, outras perspectivas analíticas emergem para avançar o entendimento das questões propostas neste artigo. Com relação ao trabalho, o nível educacional da mão de obra ocupada e os diferenciais por sexo no que se refere ao grau de formalização e aos rendimentos são importantes para a compreensão ampliada de sua adequação às orientações da produção. Ademais, a migração de indústrias calçadistas da região Sudeste para a região Nordeste, suas consequências no âmbito do trabalho e as diferenças entre regiões merecem análise específica e aprofundada.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Revista Ideias**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 13-24, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS- ABICALÇADOS. **Brazilian Footwear:** Indústria de calçados do Brasil 2011. 2011. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br>. Acesso em: 05 jan. 2013.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, dez. 2010.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, v. 20, n. 59, p. 111-170, out. 2005.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, jan./abr. 2010.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil**. Revista de Economia Política, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan./mar. 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS; INSTITUTO EUVALDO LODI; SINDICATO INTERMUNICIPAL DA INDÚSTRIA DO CALÇADO DE NOVA SERRANA. **Diagnóstico da Indústria Calçadista de Nova Serrana - 2009.** Belo Horizonte, 2009, 52 p.

IBGE. **Censo 2010** - A Pesquisa em Andamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/anexos/anexo_5_3_pesquisa_andamento_port.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2014.

LIMA, Jacob Carlos.; BORSOI, Izabel. Cristina. Ferreira.; ARAÚJO, Iara. Maria. Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 367-384, 2011.

NAVARRO, Vera. Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado:** A indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais a reestruturação produtiva. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006, 304p.

NERI, Marcelo. Côrtes. **A nova classe média.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

POCHMANN, Márcio. O desemprego no governo Cardoso. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 2 ago. 2000. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/p/pochmann5.doc>. Acesso em 7 mai. 2013.

POCHMANN, Márcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados,** v. 23, n. 66, 2009.

POCHMANN, Márcio. **Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90.** Instituto de Economia, Unicamp. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>. Acesso em 7 mai. 2013.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Ministério do Trabalho e Emprego**, Brasília, 2000. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em 20 mai. 2013.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Ministério do Trabalho e Emprego**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em 20 mai. 2013.

SUZIGAN, Wilson.; ET.AL. A Indústria de Calçados de Nova Serrana (MG). **Nova Economia**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 15, p. 97-116, 2005.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005, Cap. 3, p. 91-126.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2002.

DOS MODOS DE SE RELACIONAR COM A POLÍTICA: O CASO DE DUAS GERAÇÕES DE TRABALHADORES

Maria Gilvania Valdivino Silva
Doutoranda USP. Bolsista CNPq.

Resumo: O objetivo central desse estudo é compreender e analisar os processos de formação e transmissão de valores, condutas e comportamentos dos moradores de um bairro popular da região do ABC Paulista no que se refere ao mundo da política. Interessa-nos compreender e analisar os processos de socialização política entre duas gerações de moradores desse bairro: a primeira formada por trabalhadores migrantes, nascidos na década de 1950, e a segunda, por seus filhos nascidos no ABC entre as décadas de 1980 e 1990. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre a socialização política, que pode ser definida como um processo de transmissão e aquisição de informações, percepções, sentimentos e preferências sobre a política, que incide sobre mecanismos de desenvolvimento de representações, princípios de formação de atitudes e comportamentos políticos, processo colocado em prática desde a infância, no seio familiar e desenvolvido ao longo de toda a trajetória do indivíduo, sendo impossível separar a socialização política da formação de valores, atitudes, comportamentos e crenças comuns (MUXEL e PERCHERON 1985; PERCHERON, 1993).

Palavras-chave: socialização; política; gerações.

Abstract: The main goal of this study is to comprehend and analyse the processes of formation and transmission of values, conducts and behaviors of residents in a common neighborhood in the region of the ABC paulista, concerning the political sphere. The main concern is to comprehend and analyse the processes of political socialization between two generations of residents of the mentioned neighbourhood: migrant workers, who were born in the 1950's, compose the first generation and the second, is composed by their sons, born in the ABC, between the 1980's and the 1990's. Therefore the study is an investigation about political socialization, that can be defined as a process of transmission and acquisition of information, perceptions, feelings and preferences about politics, that falls over the mechanisms of development of representation, principles of attitudes formation and political behaviors. Practiced and developed since childhood, this whole process is developed throughout the whole trajectory of the individual, being possible to separate the political socialization from the formation of values, actions, behaviours and common beliefs (MUXEL e PERCHERON 1985; PERCHERON, 1993).

Keywords: socialization; politcs; generations.

Esse texto irá tratar de uma pesquisa em andamento sobre os processos de formação e transmissão de valores, condutas e comportamentos relacionados ao mundo da política, ou seja, ao conjunto de valores e atitudes e normas relacionados à política, tanto no que diz respeito à organização e administração do Estado (BOBBIO, 2009), quanto ao que se refere à direção, participação ou organização de diferentes tipos de associações que defendam ou reivindiquem alguma causa de interesse comum. Interessa-nos entender a maneira como se dá esse processo de transmissão e aquisição entre os moradores de um bairro da cidade de Sã Bernardo do Campo, região do ABC Paulista.

Neste artigo o leitor irá encontrar uma breve síntese sobre os conceitos que norteiam nossa pesquisa, bem como uma apresentação da região estudada e dos sujeitos da pesquisa, além da apresentação e discussão de alguns dados levantados até o momento.

Isto posto, prosseguimos esclarecendo que nossa investigação trata da socialização política, conceito que podemos definir como o processo de transmissão e aquisição de informações, percepções, sentimentos e preferências específicas sobre a política (MUXEL e PERCHERON 1985; PERCHERON, 1993). Nosso objetivo principal na pesquisa é compreender a maneira como esse processo é posto em prática entre duas gerações de moradores do bairro Ferrazópolis, que foi escolhido como *lócus* dessa análise em função de sua tradição operária e das mudanças pelas quais passou ao longo dos anos, em grande parte, resultado das transformações no mercado de trabalho industrial da região do ABC Paulista. Para este artigo, trataremos de alguns aspectos sobre o relacionamento das diferentes gerações com a política.

A primeira geração foco de nossa análise é formada por trabalhadores migrantes, que nasceram entre a década de 1950 e 1960, já a segunda, é constituída por seus filhos, nascidos no ABC entre as décadas de 1980 e 1990.

Apenas a título de esclarecimento, destacamos que a região do ABC possui tradição política anterior à chegada da indústria automobilística, mas é fato notório a visibilidade que a região passou a ganhar a partir do final da década de 1970 por conta do Movimento Operário e o chamado Novo Sindicalismo. A partir desse período, a imagem dos trabalhadores metalúrgicos do ABC passou a ser fortemente associada às "grandes greves" e, também, ao Partido dos Trabalhadores, porém, essa associação direta, atualmente, representaria uma imagem um tanto estática das relações políticas na região, considerando as transformações vivenciadas no ABC Paulista desde a década de 1970 até hoje.

Porém, elementos de uma certa "tradição política" que se forjou entre os trabalhadores do ABC tais como, a "significativa densidade" de participação, materializada em diferentes modos de engajamento: sindicatos, partidos, associações de moradores de bairro, ONG's, cooperativas, etc., permanecem na região e, com isso em mente, optamos por realizar a nossa pesquisa em um bairro, no intuito de apreender a dinâmica sócio-política desses trabalhadores fora do ambiente da fábrica. Nossa escolha foi então pelo bairro Ferrazópolis, o qual consideramos um espaço privilegiado para a realização de uma investigação que tematiza a relação das pessoas com a política, pois o mesmo possui tradição de participação e engajamento associativo, sindical e partidário, relacionada com sua origem

operária e seu papel na formação do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Grande parte dos primeiros moradores de do bairro trabalhava na indústria automobilística, embora essa não seja mais a realidade do bairro. A realização de nossa pesquisa anterior (de mestrado), nos permitiu observar, entre outros aspectos, que a elevação das exigências em termos de escolaridade e qualificação profissional que incidiram sobre os trabalhadores do setor metalúrgico, após o processo chamado de "reestruturação produtiva", desencadeado nas indústrias da região especialmente ao longo dos anos 1990, fez com que a maioria dos moradores de Ferrazópolis fosse excluída desse setor produtivo (PEREIRA, 2012).

Embora tenha havido importante transformação na configuração do bairro, a pesquisa de mestrado nos permitiu constatar a persistência de uma forte identificação desses antigos trabalhadores metalúrgicos e de seus filhos (que também dificilmente alcançam postos de trabalho na indústria metalúrgica, especialmente nas montadoras) com determinados aspectos do que denominamos "tradição política operária do ABC", tais como a valorização da defesa dos direitos dos trabalhadores, da organização sindical e, em menor nível, mas presente, a organização partidária (PEREIRA, 2012)

Isto posto, a construção do nosso problema de pesquisa, bem como, o recorte dos sujeitos de nossa investigação nos conduziu ao campo de estudos da **socialização política** com ênfase sobre dois conceitos fundamentais: **a transmissão intergeracional e os processos de socialização**, dois fenômenos interligados (TOMIZAKI, 2010).

Nossa hipótese é de que a análise da formação e transmissão de valores e condutas concernentes à política no bairro Ferrazópolis, passa pela compreensão das relações que unem e/ou opõe as gerações em questão, bem como pelas condições de formação dos dois grupos geracionais delimitados para análise. De modo que aquilo que pode ser considerado por cada uma dessas duas gerações como fundamental em relação à política está ligado a suas trajetórias e experiências geracionais. Em meio aos processos de socialização que são mais amplos, todo indivíduo acaba adquirindo uma maneira própria de se relacionar com a política, o que pressupõe determinados "conteúdos", preferências, modos de percepção, julgamentos e condutas a respeito de assuntos, questões e fatos políticos (PERCHERON, 1993).

Desse modo, nosso estudo objetiva ainda compreender e analisar a formação, identificação ou aversão a determinadas posições políticas e partidárias, verificando seus efeitos sobre a decisão do voto, para a qual são mobilizadas diferentes estratégias pelos eleitores. Além do que, a bibliografia consultada nos aponta a estreita relação entre o voto e a posição social dos

eleitores (GAXIE, 1989; BOURDIEU, 2005). Para este artigo, pretendemos apresentar dados e resultados obtidos até o momento, visto que a pesquisa ainda está em andamento.

Para o desenvolvimento da pesquisa, diferentes procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos vem sendo mobilizados, como realização de observação e pesquisa de campo, aplicação de questionário[1] com uma amostra representativa da população do bairro.

Tendo esclarecido pontos sobre os conceitos mobilizados para a análise e, norteado o leitor sobre o andamento e os detalhes da pesquisa que deu origem a este artigo, as linhas que seguem apresentarão brevemente o bairro escolhido para a análise, tendo como pano de fundo a região em que ele se encontra (ABC Paulista), mostrarão, de modo mais detalhado, as duas gerações que são foco da pesquisa e, por fim, apresentaremos alguns dados e ponderações já realizadas.

1. Um bairro e duas gerações de trabalhadores

De seu surgimento em meio à forte especulação imobiliária do início da década de 1970 aos dias de hoje, Ferrazópolis se constituiu como um importante bairro de São Bernardo do Campo, embora bem localizado em relação ao centro da cidade, à Rodovia Anchieta e à fábricas como, por exemplo, a Volkswagen, a (extinta) Brastemp, foi, desde o início, um bairro formado por trabalhadores, que guarda até hoje, muito da tradição operária de sua formação, mas é mais um entre muitos bairros populares, pobres nas grandes cidades que formam a Região Metropolitana de São Paulo.

A ampla maioria daqueles que se instalavam no bairro, à partir de sua fundação em 1972 (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 1987), era formada por migrantes oriundos do estado de Minas Gerais e de muitos estados da região Nordeste, especialmente, Ceará e Paraíba. Tratavam-se de trabalhadores rurais, recém convertidos em operários, que chegavam em números cada vez maiores para o trabalho nas fábricas da região do ABC Paulista.

[1] Esta etapa da pesquisa está em desenvolvimento, portanto, os dados apresentados aqui referentes aos questionários ainda não representam a amostra completa da população do bairro, em um universo que compreende a população maior de 18 anos. A amostra foi sorteada a partir de um plano amostral por conglomerados em dois estágios. No primeiro estágio, sortearam-se setores censitários com probabilidade proporcional ao tamanho e, no segundo estágio, foram selecionados domicílios dentro de cada um dos setores censitários sorteados.

De acordo com Sader (1988) entre os anos de 1960 e 1980, a população da Região Metropolitana de São Paulo mais do que triplicou, fenômeno impulsionado pela onda migratória, voltada principalmente para a busca de uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho industrial.

Embora o contingente de imigrantes fosse grande, a preparação das cidades para recebê-los foi praticamente inexistente. Os novos moradores precisavam de um lugar para viver, mesmo que não fosse o ambiente ideal. Nesse contexto, as periferias das cidades cresceram, pois a necessidade de um lugar para morar, fugindo dos altos preços cobrados em alugueis acabou direcionando uma massa de trabalhadores para locais de moradia mais afastados e ou, menos equipados, como era o caso de Ferrazópolis, próximo ao centro, porém, sem nenhuma infraestrutura para receber moradias.

Essa característica do surgimento dos novos bairros impulsionados pela demanda por moradia fez parte da história desses migrantes, inclusive, no que diz respeito a sua atuação política, pois muitas das melhorias conseguidas em seus locais de moradia foram resultado de intensa luta dos moradores, aliados a lideranças políticas e religiosas que emergiam em meio à própria população do bairro (PEREIRA, 2012; IFFLY, 2010).

Desse modo, uma rede de solidariedade foi se formando ao longo dos anos no bairro Ferrazópolis, essa rede se forjou em torno de determinadas experiências partilhadas pelos moradores, como, por exemplo, a migração, a entrada no mercado de trabalho industrial e a vivência cotidiana no bairro e envolvia a vida privada e coletiva destas famílias. Temos os movimentos coletivos de bairro, que lutavam pela garantia de direitos e infraestrutura mínima para a comunidade local, o que expressou inclusive na fundação da primeira associação do bairro já em 1975. A partir de 1978, destacou-se também uma rede de comunicação entre as mulheres e os vizinhos, que promovia a informação e ajuda mútua entre os moradores, se constituindo em uma importante rede de apoio, atuando, por exemplo, na busca por emprego e no cuidado com os filhos.

Todas essas experiências vivenciadas pelos moradores do bairro nos auxiliam a pensar o conceito de gerações, fundamental ao nosso estudo. Baseados em Mannheim, entendemos que o fenômeno geracional extrapola a proximidade dos nascimentos e considera as experiências vivenciadas por um grupo geracional o que irá contribuir para constituí-lo como tal. Nesse sentido, os moradores da primeira geração analisada por nós são pertencentes ao grupo que se convencionou chamar de **“os peões do ABC”**: trabalhadores de origem rural,

vitimados pelo trabalho infantil, migrantes, que enfrentaram péssimas condições de moradia, trabalho e salário quando da sua inserção no mercado de trabalho industrial. Além disso, essa geração também vivenciou um acontecimento histórico fundante: a onda grevista no ABC Paulista, deflagrada no final da década de 1970 (PEREIRA, 2012).

Da participação nesse acontecimento histórico, embora com diferentes níveis de engajamento e/ou proximidade com os eventos em questão, é possível dizer que essa geração adquiriu um modo de vida, o que inclui valores, práticas e determinados modos de perceber o mundo, que são próprios à condição operária no ABC Paulista, entre os anos 1970 e 1980 (TOMIZAKI, 2007 e 2010).

Constatamos a persistência de uma forte identificação dos antigos trabalhadores metalúrgicos com aspectos da tradição operária do ABC, tais como a valorização da defesa de direitos dos trabalhadores, a participação na organização sindical e partidária, até então, preferencialmente ligada ao PT (PEREIRA, 2012). Aspectos dessa tradição operária do ABC Paulista permaneceram mesmo após estes trabalhadores terem sido "expulsos" do setor metalúrgico, o que ocorreu, na maioria dos casos, pela elevação das exigências, neste setor em termos de escolaridade e qualificação técnica, sobretudo, durante os anos 1990[2]. Entre os membros que compõe a segunda geração, observamos também alguns elementos dessa tradição, o que pode ser expresso pela preferência por um posto de trabalho em empresas com atuação sindical significativa, o que garantiria a preservação dos direitos dos trabalhadores.

A segunda geração, formada por jovens nascidos entre as décadas de 1980 e 1990, cresceu e se socializou na região do ABC, que neste período já estava consolidada como importante polo industrial e era símbolo do movimento operário brasileiro, foco do Novo Sindicalismo e ponto de partida para a formação do PT e da CUT. Além desses fatores, há que se considerar também que, a segunda geração passou pelo período de intensas transformações no mercado de trabalho industrial da região, o que, como já citamos, acabou por retirar muitos de seus pais do mercado de trabalho industrial e incidir dramaticamente sobre suas possibilidades de acesso aos postos de trabalho na indústria metalúrgica, sobretudo, os mais desejados postos, quais sejam: as montadoras de automóveis (PEREIRA, 2012).

Não seria exagero afirmar também que as tradições sociopolíticas da região do ABC Paulista sofreram, nos últimos anos, profundas modificações, um dos elementos a ser

[2] Vale ressaltar, que muitos dos moradores da primeira geração foco de nossa análise estavam também envolvidos em lutas por moradia digna ou por melhorias nos bairros em que viviam por meio de associações de moradores ou junto às Igrejas Católicas da região (IFFLY, 2010).

destacado **novamente** do conjunto dessas mudanças é o prolongamento do período de escolarização dos trabalhadores brasileiros, em especial dos trabalhadores do ABC Paulista (TOMIZAKI, 2007). Dado que a necessidade de possuir níveis de escolaridade cada vez mais altos é um ponto chave na definição das expectativas e destinos dos jovens do ABC, principalmente depois dos anos 1990, bem como na compreensão das contradições e conflitos vivenciados entre pais e filhos operários no mundo todo, neste estudo, tal questão aparece como elemento importante na definição dos dois grupos geracionais estudados (RAMALHO e RODRIGUES, 2007; BEAUD, 2003).

Dentro desse contexto, nossas pesquisa anterior evidenciou a intensidade da socialização para o trabalho em diferentes famílias moradoras do bairro, ficando a política, em segundo plano no que tange a socialização familiar, porém, a atuação política (mais intensa por parte dos pais do que das mães, na maioria dos casos, visto que a ampla maioria daqueles que trabalhavam em indústria metalúrgica no bairro eram os homens), influenciou de maneira significativa o modo como a segunda geração entende e se relaciona com a política, seja por meio de engajamento e participação ou total aversão, o que muitas vezes ocorreu em função da dedicação quase que exclusiva dos pais às atividades de militância, o afastando assim da família.

É importante ressaltar ainda que a família não é o ambiente exclusivo para a socialização, enfatizamos que esse processo não é linear e também, nunca totalmente finalizado e podemos citar como importantes instâncias socializadoras a escola, o grupo de pares, o lugar de moradia, o trabalho, as mídias, etc (LAHIRE, 1998; SETTON, 2005).

Isto posto, o foco principal de nossa análise, como já dito anteriormente, é a socialização política, portanto, partirmos do princípio de que todo e qualquer indivíduo é socializado politicamente. Destacamos três dimensões desse tipo de socialização, quais sejam: (i) a socialização política, processo que todo e qualquer indivíduo passa durante sua socialização, que assume os contornos do meio no qual ele nasceu, cresceu e viveu até determinado momento de sua vida; (ii) a socialização para a política, típica dos processos de socialização no interior de famílias que se dedicam à vida pública ou à militância política e que, sistematicamente, organizam experiências socializadoras que permitam aos seus filhos o acesso a determinados conteúdos e práticas considerados relevantes para o exercício da opção político-ideológico do grupo ao qual a família pertence e, finalmente, (iii) a socialização na política, processo que ocorre quando indivíduos jovens ou adultos se inserem em experiências políticas que reconfiguram seu quadro de valores, comportamentos e percepções do mundo.

Desse modo, inferimos que a primeira geração passou por essa última dimensão (socialização na política) de maneira mais intensa, o que não exclui outras modalidades de socialização que não são nosso objetivo analisar neste momento. Já a segunda geração acabou por vivenciar, de maneira mais significativa, a primeira dimensão, a socialização política, que ocorreu de maneira mais genérica e ampla (PERCHERON, 1993; PEREIRA, 2012).

Essa segunda geração, de maneira geral, tem uma participação menos significativa em diferentes associações ou agremiações que lutam por alguma causa comum. O que não quer dizer que esta participação seja nula. Os dados recentes que vem sendo coletados[3] no bairro mostram que 53% dos moradores entrevistados até o momento, parcela significativa da população participa ou já participou de alguma organização associativa, mas o tipo de engajamento se dá de maneira diferente. Ao questionarmos o tipo de associação, os sindicatos aparecem na frente, entre aqueles que participam ou já participaram de organizações desse tipo, o sindicato aparece em primeiro lugar, com 38,8% das respostas. Porém, esse dado precisa ser problematizado, como veremos a seguir.

Entre os entrevistados da primeira geração, a participação sindical, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980 se dava de maneira mais intensa e efetiva, com atuação em comissões de fábrica, ocupação de cargos de delegados e diretores sindicais, participação em assembleias e demais atividades oferecidas pelas instituições, e, como já sabemos, a militância sindical se converteu em militância partidária para importante parcela dos entrevistados da primeira geração. Já aqueles pertencentes à segunda geração, a participação sindical não é vivida da mesma maneira (é claro que essa informação não limita todos os membros desse grupo geracional a não participação sindical, há casos em que isso ocorre, porém, entre os entrevistados até o momento, essa participação ativa não atinge relevância), muitos declaram estar associados ao sindicato apenas para ter preservados os seus direitos de trabalhador, encaram a instituição como um meio de ter garantias no emprego e, quando entram em uma empresa em que o sindicato é atuante, consideram que este é um bom local para trabalhar. Outros, declaram ter total aversão ao sindicato, e entre estes, alguns são filhos de militantes sindicais, e que enxergam a instituição, nos moldes atuais, em que se privilegia a negociação, como algo muito diferente daquilo pelo qual seus pais lutaram (PEREIRA, 2012).

[3] Enfatizamos mais uma vez que estes dados fazem parte de uma parcela da amostra que vem sendo coleta no bairro por meio da aplicação de questionários domiciliares com os moradores, tratam-se de dados bastante preliminares, pois a coleta ainda não foi finalizada, portanto, não possuímos toda a amostra necessária e estão sendo citados neste artigo apenas a título de ilustração, pois estamos conscientes do fato de que sem a amostra finalizadas, ainda não podemos estabelecer conclusões mais definitivas sobre essas informações.

No que tange a participação em outros tipos de associação[4], 15,8% dos entrevistados já atuaram em pastorais da Igreja Católica, número este que já conta com um pouco mais de membros da segunda geração. Ainda não temos resposta definitiva para explicar este fato, mas nossa hipótese é a de que a Igreja teve papel importante durante o processo de socialização das duas gerações, a maioria dos moradores do bairro entrevistados até o momento se declara católica, (61% dos entrevistados até o momento) e, por conta disso, além da socialização na própria igreja, muitos tenham chegado a participar de pastorais. Além do que, há lideranças religiosas na região, oriundas do período de importante atuação da Igreja Católica da região ao Movimento Operário nas décadas de 1970 e 1980.

No que tange ao momento da escolha do voto[5], acreditamos que este seja influenciado **também** pelo processo de socialização, seja no interior da família ou em outras instâncias. Embora as manifestações de apoio aos partidos e candidatos ocorram em níveis diferentes entre as gerações, eram recorrentes entre os entrevistados, respostas como "voto no PT por influência familiar" ou, "voto no PT, porque é muito forte aqui no bairro"[6]. De acordo com Bourdieu (2005), o voto é expresso e produzido a partir das condições sociais em que se encontra o eleitor, o autor cita Durkheim (1990) para destacar que o voto não pode ser visto apenas sob seu caráter individual, pois, "cada opinião individual, por formar-se no seio de uma coletividade, tem algo de coletivo" (DURKHEIM, 1990: 138). Tanto para os membros da primeira geração que foram socializados na política, quanto para os membros da segunda geração que foram socializados politicamente de maneira mais ampla, as lutas coletivas de associações de bairro, a tradição operária e político sindical presentes no bairro desde sua formação exerceram e ainda exercem papel importante nas formações das opiniões e decisão do voto entre os sujeitos foco de nossa análise.

Observamos a dinâmica do bairro durante dois períodos de campanha eleitoral para presidente (2010 e 2014), embora as duas eleições tenham se dado em conjunturas diferentes,

[4] O restante das respostas positivas no que tange à participação em outros tipos de organizações associativas corresponde a organizações sem denominação, organizações não governamentais e partidos políticos.
[5] Estamos conscientes da vasta bibliografia da área das ciências políticas sobre as diferentes variáveis consideradas pelos eleitores no processo de escolha e decisão do voto, porém, entre estes estudos a variável socialização aparece de maneia tímida, sendo considerada dento de um processo mais amplo que considera os sentimentos (de maneira geral) dos eleitores na decisão do voto. Nossa pesquisa pretende verificar qual o tipo e a importância da influência do processo de socialização para a escolha do voto, no contexto do bairro Ferrazópolis (CARREIRÃO e BARBETTA, 2002; SINGER, 1994 e 2012; GRILL, 2012; FIGUEIREDO, 1991 E QUADROS, 2003).
[6] Respostas associadas à melhoria de vida para os pobres, trabalhadores e nordestinos também apareceram em grande número, na verdade, representam parcela muito significativa entre os dados obtidos até o momento, porém, essa discussão será trabalhada de maneira profunda em outro momento, considerando o conceito cunhado por André Singer conhecido como "lulismo" (SINGER, 2012).

no que tange às expectativas da população enquanto ao governo do PT, a credibilidade do partido, a situação econômica no Brasil e no mundo, destacamos o fato da persistência da tradição petista no bairro Ferrazópolis, tradição esta que é herdeira do passado operário e da importante atuação do partido na formação política do bairro, inclusive com a existência de um núcleo que fora fundado no ano de 1982[7]. O PT é o partido mais apoioado entre os eleitores que vivem no bairro, as manifestações públicas de apoio aos candidatos à presidência que não fossem do Partido dos Trabalhadores, eram incipientes, mesmo nas eleições de 2014, entre os entrevistados até o momento, 76% declararam votar no PT.

Isto posto, notamos que dentro de um contexto de diferentes condições de vida e socialização, a segunda geração guarda alguns elementos da primeira, no que tange à maneira de se relacionar com a política, o que se deve em grande parte à entrada dos pais no mercado de trabalho industrial, o tipo e a intensidade da **socialização na política** que muitos deles vivenciaram, assim como, as transformações em escala macro que ocorreram na sociedade e no mercado de trabalho, a superação em níveis de escolaridade, por parte da segunda geração, foram, na maioria dos casos, insuficientes para alcançar mobilidade social significativa em relação à primeira geração. As rupturas da segunda geração são aparentes, não há forte engajamento político, a identificação partidária não é tão intensa como foi por parte da primeira geração e, é muito frágil.

Entre continuidades e rupturas entre as gerações, este estudo está sendo levado à frente, buscando entender a dinâmica sociopolítica do bairro Ferrazópolis, os modos de vida e as maneiras como se dão os processos de socialização política entre os moradores, por meio do entendimento da transmissão intergeracional de elementos relacionados à política.

Referências

BEAUD, S. **80% au bac... et après?** Les enfants de la démocratisation scolaire. Paris: La Découverte, 2003.

BOURDIEU, P. O mistério do ministério: das vontades particulares à ‘vontade geral’. In: CANEDO, L. B. (org). **O sufrágio universal e invenção da democracia**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política.** V. 1 e 2. Brasília: Editora UnB, 2009.

[7] Informação de pesquisa de campo, 2014.

CARREIRÃO, Y. de S. e BARBETTA, P. A. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região metropolitana da Grande São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 19, n. 56, outubro de 2004.

DURKEIM, E. **Leçons de Sociologie.** Paris: PUF, 1990.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto:** democracia e racionalidade. São Paulo: Ed. Sumaré: ANPOCS, 1991.

GAXIE, D. (dir.) **Explication du vote.** Um bilam des études électorales em France. 2ª ed. Paris: Références, 1989.

GRILL, I. G. "Ismos", "Ícones" e "Intérpretes": as lógicas das etiquetagens na política de dois estados brasileiros (MA e RS). In: **Rev. Sociol. Políti.** Curitiba: v. 20, n. 43, p. 193-220, outubro de 2012.

IFLLY, C. **Transformar a metrópole**. Igreja Católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo 1970 - 2000. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

LAHIRE, B. **L'homme Pluriel.** Paris: Nathan, 1998.

MUXEL, A. PERCHERON, A. Histoires politiques de famille. premières illustrations. **Life Stories / Récits de Vie.** Paris: v. 1, 1985.

PERCHERON, A**. La Socialization politique.** Paris: Armand Colin, 1993.

PEREIRA, M. G. V. **Experiências de socialização:** o caso de famílias de trabalhadores do bairro Ferrazópolis em São Bernardo do Campo. Dissertação de Metrado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, Departamento de biblioteca pública e preservação de memória da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. **Documento de informações sobre os bairros**, ano de 1987.

QUADROS, D. G. A decisão do voto no Brasil: um modelo explicativo para as eleições presidenciais. **Revista Sociol. Polít.** Curitiba, v. 20, v. 153-156, jun. 2003.

RODRIGUES, I. J; RAMALHO. J. R. (orgs.) **Trabalho e sindicato em antigos e novos tempos produtivos.** Comparações entre o ABC paulista e o Sul fluminense. São Paulo: Anablume, 2007.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena.** Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988.

SETTON, M. G. J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo**. Tempo Social.** São Paulo**,** v. 17, n. 2, 2005.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro.** São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.

_____. **Os sentidos do Lulismo.** Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TOMIZAKI, K. **Ser metalúrgico no ABC**: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores. Campinas: Centro de Memória da Unicamp/Arte Escrita/ FAPESP, 2007.

_____. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Educ. Soc**., Campinas, v. 31, n. 111, abr./jun. 2010.

O TERRITÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA E SUAS MULTITERRITORIALIDADES

Francisleila Melo Santos
Mestranda em Gestão Integrada do Território - UNIVALE

Marina Braga da Silva
Graduada em Direito. Mestranda em Gestão Integrada do Território - UNIVALE

Resumo: O instituto da terceirização consiste na transferência de serviços relacionados à atividade meio da empresa tomadora à empresa prestadora, responsável pela contratação dos empregados que serão os prestadores de serviço. Para ser considerada lícita a aplicação da terceirização deve ocorrer de acordo com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, nos serviços de conservação e limpeza, no trabalho temporário (Lei nº 6.019/74), na subempreitada (art. 455, CLT), nos serviços de vigilância (Lei nº 7.102/83), caso seja realizada fora dessas hipóteses é considerada ilícita e nesses casos muitas vezes acontece a precarização da relação de trabalho. Em face dos estudos sobre os processos de terceirização e de precarização assim como as múltiplas configurações do território neles envolvidas, identificou-se a necessidade da compreensão das territorialidades existentes nas relações de trabalho terceirizadas haja vista que, as irregularidades jurídicas podem vir a acontecer no local onde ocorre a prestação de serviço do empregado, no território da empresa prestadora ou da empresa tomadora. Interpretadas as ocorrências da terceirização nas relações de trabalho consideradas ilícitas é possível constatar as relações de poder nas multiterritorialidades.

Palavras-chave: território; terceirização; precarização.

Abstract: The Outsourcing Institute is the transfer of related services to medium activity of the borrowing firm providing company, responsible for the hiring of employees who are service providers. To be lawful, the application of outsourcing should take place according to the Precedent 331 of the Superior Labor Court in the maintenance and cleaning service, temporary labor (Law No. 6,019 / 74), on the subcontract (art. 455, CLT) the monitoring services (Law No. 7.102 / 83). If carried out these hypotheses it is considered illegal and in such cases, it often happens in the precariousness of the employment relationship. Given the studies of outsourcing and casualization processes as well as the multiple configurations of the territory involved in them, we identified the need of understanding the existing territoriality in outsourced labor relations given that the legal irregularities may happen in the site which is the provision of employee service in the territory of the provider company or the borrowing firm. Interpreted the events of outsourcing in labor relations considered illegal it can be seen the power relations in multiterritorialidades.

Keywords: territory; outsourcing; precariousness.

Introdução

Em uma abordagem interdisciplinar a prática da terceirização das atividades laborais pode ser correlacionada ao Território, ao Direito e à Administração, sendo utilizada de forma ampla pelas empresas na atualidade.

A ótica jurídica trata da aplicação da terceirização para empresa tomadora, empresa prestadora de serviços e empregados. A matéria consta em leis esparsas e na Consolidação das Leis do Trabalho e em súmula do Tribunal Superior do Trabalho. No que tange ao emprego da terceirização, esta não é permitida na atividade-fim, ou seja, quando se tratar da atividade principal, é cabível apenas na atividade meio – consideradas secundárias – que não estão ligadas ao seu objetivo precípuo, entretanto empresas de diversos seguimentos da economia a usam de forma ilegal, terceirizando parte de seu serviço ou processo produtivo. Uma das consequências da utilização de forma inadequada da terceirização por parte das empresas é a precarização das relações de trabalho, diferenças salariais, jornadas extenuantes, discriminação entre os trabalhadores, altos índices de acidente de trabalho e a formação do vínculo de emprego com o tomador de serviços.

Na perspectiva territorial a terceirização está relacionada ao território e à multiterritorialidade devido à possibilidade de sua ocorrência em múltiplos espaços. Para HAESBAERT (2004a, p. 344) a noção de multiterritorialidade é construída através do contexto que as relações sociais implicam em entrecruzamento de diferentes territórios, no produto da sobreposição de territórios hierarquicamente articulados ou "encaixados", relacionando este conceito à terceirização, a multiterritorialidade abarca uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios (ou várias opções de fornecedores), que se colocam a disposição da empresa tomadora – mas também qualitativa, na medida em que se torna possível a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios (quando por exemplo a empresa pode terceirizar diferentes atividades com diferentes fornecedores – ainda há casos onde mais de um fornecedor executa o mesmo produto ou serviço).

Do ponto de vista administrativo a terceirização é utilizada com a finalidade de redução de custo. Apesar de sua aparente viabilidade econômica, é necessária a observação dos preceitos legais quanto à sua aplicabilidade, pois o seu descumprimento na seara jurídica pode acarretar aumento nos custos para a empresa tomadora de serviços e assim torná-la inviável.

O objetivo deste trabalho é analisar o território das relações de trabalho terceirizadas, as relações de poder nele exercidas, tendo em vista a ocorrência de ilicitude, de precarização nas atividades laborais, as suas múltiplas configurações e compreender as territorialidades existentes nesse contexto, considerando que as irregularidades jurídicas podem acontecer no território da empresa tomadora assim como da empresa prestadora, ou fora de ambas, resultando em multiterritorialidades. Para a construção das análises adotamos como

metodologia a interpretação de dados secundários disponibilizados no site do Ministério Público do Trabalho através da seção notícias, no qual consta informação da atuação do órgão ministerial nos casos de terceirização ilícita e precarização da relação de trabalho na prática. A jurisprudência foi utilizada com a finalidade de conhecer o posicionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, a legislação pertinente à temática, referências bibliográficas, artigos acadêmicos indexados no Google Escolar e na plataforma Sciello integram a pesquisa. Adotamos os estudos do geógrafo Rogério Haesbaert como referencial teórico para a abordagem territorial e analisando os conceitos apresentados pelo autor, identificamos o território enquanto lugar produtor de identidades, significados, multiterritorialidades, correlacionando-as com os múltiplos cenários onde ocorre a terceirização.

1. Terceirização ilícita e precarização da relação de trabalho

Diante do uso da terceirização pelas empresas em diversos seguimentos da economia e das suas repercussões para empregados e empregadores, é importante apresentar a hipóteses nas quais a terceirização é aplicável.

Embora no Brasil não exista uma legislação específica sobre a terceirização, ela é considerada legal quando realizada no trabalho temporário (Lei nº 6.019/74), empreitada (art. 455, CLT), nos serviços como vigilância (Lei nº 7.102/83), limpeza e conservação, de acordo com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na Administração Pública o decreto lei nº 200/67 e a lei nº 5.645/70 estabelecem as condições de sua aplicabilidade para as empresas e os empregados.

Inicialmente apresenta-se o seu conceito na perspectiva do Direito do Trabalho. Nesse sentido os ensinamentos de DELGADO (2015):

> "[...] é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justrabalhista que lhe seria correspondente. Por tal fenômeno insere-se o trabalhador no processo produtivo do tomador de serviços sem que se estendam a este os laços justrabalhistas, que se preservam fixados com uma entidade interveniente. A terceirização provoca uma relação trilateral em face da contratação de força de trabalho no mercado capitalista: o obreiro, prestador de serviços, que realiza suas atividades materiais e intelectuais junto à empresa tomadora de serviços; a empresa terceirizante, que contrata este obreiro, firmando com ele os vínculos jurídicos trabalhistas pertinentes; a empresa tomadora de serviços, que recebe a prestação de labor, mas não assume a posição clássica de empregadora desse trabalhador envolvido" (DELGADO, 2015, posição 12390).

No contexto da terceirização os conceitos de atividade-meio e atividade-fim são importantes, pois eles são utilizados para verificar se a terceirização é lícita ou não. O primeiro está relacionado à atividade-fim da empresa, está estritamente ligada a seus atos constitutivos e o segundo são os serviços considerados como de apoio para a sua atividade principal (MARTINEZ, 2015. p. 271).

A precarização das relações de trabalho devido à terceirização ilícita, ou seja, realizada em atividade-fim da empresa tomadora, viola a Constituição Federal no que tange aos princípios fundamentais previstos no artigo 1º, entre eles a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.

A terceirização ilícita em decorrência de ser aplicada em atividade-fim pode ser verificada na seguinte jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região:

> CONCESSONÁRIA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. ATIVIDADE-FIM. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DIRETO COM A TOMADORA DE SERVIÇO. I - A contratação de trabalhador por empresa interposta para prestar serviço inerente à atividade-fim da empresa tomadora é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com esta última. Inteligência do item I da Súmula 331 do E. TST. II - Como consequência da terceirização ilícita e do reconhecimento do vínculo de emprego com a tomadora dos serviços, tem-se a responsabilidade solidária da prestadora dos serviços (artigo 9º da CLT c/c artigos 265 e 942 do CC) (TRT 17ª R., RO 0001263-53.2014.5.17.0010, Rel. Desembargador Carlos Henrique Bezerra Leite, DEJT 21/07/2015).

No que tange ao uso da terceirização como forma de precarização dos direitos trabalhistas destaca-se a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 3º região:

> EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. EMPRESA PÚBLICA. BANCÁRIOS. EQUIPARAÇÃO. Não há dúvidas de que a terceirização havida entre as reclamadas se efetivou para desenvolvimento de serviços vinculados à atividade-fim da tomadora, com redução dos direitos trabalhistas dos empregados envolvidos na execução do contrato de prestação de serviços, o que fere a ordem jurídica, já que utilizado o instituto como meio de precarização das relações de trabalho. Além disso, por se tratar a segunda reclamada (CEF), de empresa pública, a contratação de empregados, por intermédio de empresa interposta, para execução de serviços vinculados à sua atividade-fim, constitui meio de obstar a exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público. Assim, tendo em vista a irregularidade da terceirização firmada entre as reclamadas, e em face da prevalência do princípio da isonomia preceituado nos artigos 5º, caput e 7º, XXX, da CR/88, devem ser assegurados à obreira todos os direitos e benefícios conferidos aos empregados da instituição bancária, relativos à categoria profissional dos bancários (Processo: 000023732.2013.5.03.0111

> RO, Data de Publicação: 28/02/2014). Órgão Julgador: Quinta Turma Relator: Milton V. Thibau de Almeida Revisor: Marcus Moura Ferreira.

A precarização dos direitos trabalhistas também pode ser verificada na seguinte decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região:

> HIPÓTESE DE TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM BANCÁRIA. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE RECLAMANTE, NA CONDIÇÃO DE BANCÁRIO, E O TOMADOR DOS SERVIÇOS (BANCO BRADESCO). O caso dos autos revela hipótese típica de terceirização ilícita, já que o reclamante exercia atividade-fim do banco reclamado, relacionada à captação de clientes e concessão de empréstimos, conforme evidenciam os depoimentos pessoais dos prepostos das rés. Ora, como a finalidade do banco é a obtenção de lucro com as transações mercantis que realiza na área financeira, de se entender que todas as pessoas que, direta ou indiretamente, oferecem seus produtos (em seu nome) a terceiros, estão lidando com sua atividade principal, notadamente quando fazem parte de um mesmo conglomerado econômico, como na hipótese. Em suma, diante do arcabouço fático-probatório, é forçoso reconhecer que o reclamante executava atividades tipicamente bancárias, intrinsecamente relacionadas à atividade-fim do segundo reclamado, sem as quais esta restaria inviabilizada. Trata-se, pois, de um perverso processo de intermediação ilícita de mão de obra, classicamente conhecido como "marchandage"[1], com vistas única e exclusivamente à redução de custos com mão de obra e precarização dos direitos trabalhistas ("dumping" social), bem assim com indubitável intuito de desvirtuar, impedir e fraudar a aplicação dos preceitos referentes à atividade profissional de bancário (art. 9º da CLT), em franca ofensa não só a um dos princípios reitores da OIT, qual seja, "o trabalho não é uma mercadoria" (Declaração referente aos fins e objetivos da Organização Internacional do Trabalho – anexo da Constituição deste organismo internacional), mas também a todo o edifício constitucional voltado a proteger o trabalhador e o valor social do trabalho (arts. 1º, III e IV; 3º, I e III; 5º, XXIII; 7º, caput; 170, caput e incisos III, VII e VIII; e 193, todos da CRFB). Disso decorre que se tem por nulos de pleno direito os atos praticados pelas reclamadas, nos termos do art. 9º da CLT, consequentemente, reputa-se correta a conclusão a quo que reconheceu o liame empregatício entre reclamante e segundo reclamado, real empregador, à luz dos artigos 2º e 3º da CLT. Recurso empresarial improvido (TRT-2 - RO: 00003833520145020089 SP 00003833520145020089 A28, Relator: MARIA ISABEL CUEVA MORAES, Data de Julgamento: 17/03/2015, 4ª TURMA, Data de Publicação: 27/03/2015).

A redução de custos utilizada pelas empresas também é uma forma de terceirização ilícita que leva a precarização do trabalho. Nessa perspectiva a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região:

[1] Marchandage é uma palavra francesa que quer dizer "negociação". O marchand é o "negociante" (Martinez, 2015, p. 271).

> CONTRATAÇÃO POR INTERPOSTA PESSOA. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. FRAUDE CONFIGURADA (CLT, ART. 9.º). FORMAÇÃO DO VÍNCULO DIRETAMENTE COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS (TST/SÚMULA N.º 331). O fenômeno da terceirização há de ser compreendido de maneira rigorosamente restritiva, na medida em que – tendo raiz na redução de custos – precariza as relações de trabalho. A contratação de operários por interposta pessoa para a execução de serviços afetos à atividade finalística e permanente do empreendimento encerra manifesta fraude, sobretudo quando verificado que o locador da mão-de-obra é arremedo de empresa, o que traduz autêntica hipótese de merchandising. O ato assim praticado se reveste de nulidade (CLT, art. 9.º), formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços (TST, Súmula n.º 331, I). (Acórdão 1ª Turma Processo 1422-2010-007-10-00-RO - Rel. Juiz Convocado João Luis Rocha Sampaio, Julgado em 14/9/2011 - Publicado em 23/9/2011). (TRT-10 - RO: 42201200110004 DF 00042-2012-001-10-00-4 RO, Relator: Desembargador Dorival Borges de Souza Neto, Data de Julgamento: 19/09/2012, 1ª Turma, Data de Publicação: 28/09/2012 no DEJT).

Assim, a terceirização ilícita contribui para a precarização dos direitos dos trabalhadores, das condições de desenvolvimento das atividades laborais, prejudicando-os com relação aos benefícios concedidos por meio de acordos coletivos, pois os terceirizados não têm os mesmos direitos dos demais empregados e ainda há entre eles diferenças salariais. Tais fatos podem ser comprovados com a notícia: CSN é condenada em R$ 1 milhão por terceirização ilegal publicada em 27/11/2013 no site do Ministério Público do Trabalho (MPT, 2013), a seguir será apresentada a tabela demonstrativa da precarização das relações de trabalho terceirizadas em diversos segmentos da economia.

2. Terceirização ilícita e precarização da relação de trabalho na prática contemporânea

A tabela apresentada abaixo comprova a prática da terceirização ilícita, da precarização da relação de trabalho e os custos advindos dessas irregularidades, no período de 2011 a 2015. A identificação dessas situações ocorreu em virtude da atuação do Ministério Público do Trabalho.

Tabela 1 - Quadro representativo dos eventos de terceirização ilegal por área de atuação do empreendedor

Ramo de atividade	Procuradoria	Ano	Número do processo
Complexo Industrial Portuário	Pernambuco (PB)	2011	0001587.90.2011.5.06-0192
Administração portuária	Belem (PA)	2015	0000540-43.2015.5.08.0012

Aviação	Brasília (DF)	2014	0000477-54.2012.5.10.0016
Biotecnologia de cultivos	Araraquara (SP)	2014	0000145-76.2014.5.15.0049
Celulose e papel	Salvador (BA)	2013	0002069-52.2010.5.05.0531
Combustíveis	Campinas (SP)	2012	0000347-09.2012.5.15.0151
Companhia energética	Brasília (DF)	2014	01722-2012-013-10-005
Hospital	Araraquara (SP)	2015	0000744-81.2013.5.15.0006
Indústria calçadista	Salvador (BA)	2014	0002084-80.2013.5.05.0251
Indústria de bebidas	Bauru (SP)	2015	0010267-28.2014.5.15.0089

Fonte: Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Geral) - Elaborado pelas autoras.

Em caráter ilustrativo foi elaborada a tabela acima cuja escolha dos casos apresentados ocorreu de forma aleatória, apresentando apenas um caso por ramo de atividade sem se atentar a Procuradoria ou ao empreendedor, desta forma foi possível constatar através da sessão notícias do site do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Geral, que a ocorrência da terceirização ilícita acontece em diversos segmentos da economia na iniciativa pública e na privada. Todos os processos tiveram sua origem em casos de terceirização ilegal.

3. Os estudos territoriais e as relações de trabalho: multiterritorialidades em debate

A abordagem das territorialidades humanas neste trabalho será apresentada através das contribuições das autoras Rosa Maria Quadros Nehmy e Elizabeth Costa e Dias em seus estudos sobre as mudanças no mundo do trabalho e a reorganização do Sistema Único de Saúde publicado em 2010 e nos trabalhos de Rógério Haesbaert através de seus estudos que abarcam o território e as multiterritorialidades.

O território analisado através da geografia do trabalho para Nehmy e Dias possui interpretações que o vinculam a ideia de se tratar do "[...] único lugar a atribuir sentido de pertencimento, um lugar de referência no mundo da vida aos trabalhadores desterritorializados e, em decorrência, reterritorializados na e pela precariedade, na atualidade..." (NEHMY E DIAS, 2010, p. 21). As autoras complementam seus estudos através da análise do local de trabalho onde destacam que "a globalização e a informatização criaram as condições de existência da empresa aberta em relação aos ambientes social e geográfico, extrapolando os limites físicos da fábrica" (NEHMY E DIAS, 2010, p. 18), em seguida fazem uma reflexão sobre os impactos advindo da flexibilização quando aplicada ao trabalho, para as autoras "[...]

a flexibilidade insere-se também na jornada de trabalho, manifestando-se sob as formas de autonomia e terceirização do emprego, estimulando o uso, pelo capital, do trabalho precário e ampliando o desemprego estrutural...” (NEHMY E DIAS, 2010, p. 18). A terceirização ilícita pode causar a precarização do trabalho e tal fato acarreta riscos à saúde do trabalhador “[...] é nesse território mutante, fluido e flexível da acumulação do capital que se configura o “novo” mundo do trabalho onde se desenha o perfil dos trabalhadores urbanos – e crescentemente dos rurais nos agronegócios – com reflexos sobre sua vida e sua saúde” (NEHMY E DIAS, 2010, p. 18). Ao analisarem as potencialidades e os limites das relações de trabalho as autoras discutem o que intitulam de categoria analítica: o território (NEHMY E DIAS, 2010, p. 13). Em reflexão quanto à relação trabalhador X capital elas apresentam a desterritorialização através da concepção de DELEUZE E GUATARRI (1996):

> [...] no Capital, Marx mostra o encontro de dois elementos ‘principais’: dum lado, o trabalhador desterritorializado, transformado em trabalhador livre e nu, tendo para vender a sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de a comprar. Estes dois fluxos, de produtores e de dinheiro, implicam vários processos de descodificação e de desterritorialização com origens muito diferentes. Para o trabalhador livre: desterritorialização do solo por privatização; descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; privação dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. Para o capital: desterritorialização da riqueza por abstração monetária; descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas; descodificação dos meios de produção pela formação do capital industrial, etc (NEHMY E DIAS apud DELEUZE E GUATARRI, 2010, p. 21).

O processo de territorizalização e de desterrritorialização também pode ser verificado em relação ao capital consoante o seguinte fragmento:

> Segundo a proposta de Deleuze e Guattari, a desterritorialização e a territorialização são processos concomitantes. Na sociedade contemporânea, o capital se desterritorializa e ao mesmo tempo se reterritorializa em um novo formato, em “um território onde vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – um território-rede ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (NEHMY E DIAS apud DELEUZE E GUATARRI (2010, p. 20).

Dando sequência as análises das obras dos autores privilegiados nesta pesquisa, cabe-nos aprofundar a compreensão dos trabalhos de Rogério Haesbaert que discorrem sobre multiterritorialidade "[...] conjunto superposto de vários territórios (ou territorialidades) cuja abrangência pode ir bem além dos seus limites"(HAESBAERT, 2004, p. 10), assim o trabalhador terceirizado atua sob multiterritorialidades que abarcam desde a existência de múltiplos territórios destinados a atuação destes trabalhadores assim como naqueles em que há precariedade nas relações de trabalho que por vezes é exercida em condições degradantes.

Visando ampliar esta compreensão, apresentamos de maneira apenas ilustrativa a multiterritorialidade nas relações de trabalho em uma empresa terceirizada distribuidora de energia elétrica. Os trabalhadores terceirizados dessa área podem trabalhar no ambiente da empresa tomadora, no da prestadora ou em local diverso e ainda essa relação pode ser precária no que tange aos seus direitos trabalhistas. Com base em noticia, "Distribuidora de energia é condenada em R$ 3 milhões, veiculada no site Ministério Público do Trabalho (MPT), em 17/06/2013, verifica-se no caso concreto, a terceirização de sua atividade de forma ilícita e ainda violação a legislação vigente no que tange a saúde, a segurança do trabalho, sem fornecer equipamentos de proteção individual, sem realizar os exames admissionais e desse modo precariza os direitos dos trabalhadores, se comparado aos empregados próprios de empresa**s do mesmo seguimento econômico** (MPT, 2013).

Os estudos de HAESBAERT (2004b, p. 19) afirmam que "pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma nova sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas". Assim quando tratamos a terceirização e a precarização nas relações de trabalho, tais conceitos podem ser empregados com a finalidade de não haver as ilicitudes jurídicas, inclusive a não discriminação. Na terceirização em alguns casos ocorre um estigma social quanto ao trabalho terceirizado: o trabalhador se sente em situação de "menos valia" em relação a outros que trabalham na mesma atividade, porém não está vinculado diretamente a empresa tomadora do serviço. Trabalhadores do setor elétrico entrevistados na matéria Terceirização sem Limites na Revista on-line Proteção (2015) narram os desafios de atuar de maneira precária em uma atividade de alto risco. O eletricitário Robson Pereira trabalhador terceirizado vítima de acidente de trabalho afirma "ao perder os braços, mudou completamente a minha vida", Robson não possuía vínculo empregatício formal nem mesmo capacitação para executar a atividade, o que configura a precarização da relação de trabalho.

Para HAESBAERT (2004, p. 19) o território enquanto espaço dominado e ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional tanto no sentido da convivência de "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. Este fato é percebido quando na terceirização, a empresa detentora do know-how contrata outra, para que esta exerça uma atividade a qual ela domina, relacionada à sua atividade meio, assim a contratada deverá fazê-lo nos mesmos moldes da contratante. As análises das relações de poder que ocorrem no território material bem como as relações de apropriação e organização no espaço simbólico, relacionando-as com a terceirização ilícita convergem para a precarização do trabalho. Nesse sentido as relações espaciais humanas resultam da influência e do poder.

> Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta por seus desterritorializadores (HAESBAERT, 2004b. p. 259).

A análise sugere, portanto, a complexidade do ponto de vista dos estudos territoriais sobre a terceirização de atividades laborais, pois estas configuram em múltiplas apropriações de um mesmo território (multiterritorialização).

4. Administração e terceirização em diálogo

Após o declínio do modelo taylorista/fordista, surgiu o novo padrão organizacional intitulado toyotismo que deu início a uma reengenharia da estrutura empresarial, onde empresas periféricas passaram a contratar trabalhadores sem ou pouco qualificados, para atividades temporárias ou instrumentais da atividade-fim (MARTINEZ, 2015, p. 270).

Na área da administração, a terceirização no Brasil teve início na década de 1980, mas o seu destaque ocorreu no decênio seguinte, em decorrência da abertura comercial e da desregulação dos contratos de trabalho (POCHMANN, 2013, p. 2).

A administração é uma ciência interdisciplinar, sua aplicação envolve as ciências exatas, filosóficas e humanas; quando o objeto de estudo é a terceirização, as ciências contábeis e as ciências administrativas caminham lado a lado. A terceirização é vista por muitas empresas como uma maneira eficaz na redução do custo fixo de fabricação. Para alcançar esta eficácia os gestores recorrem à aplicação da contabilidade. Segundo Bruni (2010) a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira apoiam a tomada de decisão do gestor: "[...] enquanto para a contabilidade financeira existe a necessidade de distinção entre custos e despesas, para a gerencial existe a preocupação em separar gastos que sofrem os efeitos de uma decisão nos gastos que nada sofrem" (BRUNI, 2010, p. 55).

A terceirização do ponto de vista da administração é utilizada pelas empresas como um instrumento de redução de custos. Desse modo, devem ser considerados os valores para a própria empresa produzir, os valores a serem pagos à empresa terceirizada e as possíveis repercussões financeiras dessa decisão. Nessa perspectiva a decisão depende, pois, "não só da atual estrutura de custos, mas da que existirá após o momento da decisão" (MARTINS, 2009, p. 226).

Assim, ocorre na terceirização: a empresa tomadora de serviços não pode considerar para a sua tomada de decisão apenas os valores fixos, imediatos, apresentados pela prestadora, pois em virtude de contrato, podem aparecer desembolsos não previstos anteriormente, como os valores pagos a título de indenização por dano moral coletivo, no caso de Ação Civil Pública, indenização prevista na súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho, que trata da responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviços devido ao inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora e "há corrente jurisprudencial que defende a responsabilidade solidária entre a empresa prestadora e a tomadora, no caso de acidente de trabalho, com fundamento nos artigos 932, III, 933 e 942, § único do CC" (CORREIA, 2014, p. 149).

Considerações Finais

Diante das análises, faz-se necessário considerar que a interdisciplinaridade permite a validação da ocorrência da precarização das relações de trabalho terceirizadas e os impactos que essa pode causar tanto para a empresa tomadora, empresa prestadora e o empregado. Assim ao aplicar a terceirização, esta precisa ser amplamente estudada, haja vista a dimensão e a complexidade do instituto.

Desse modo, as empresas envolvidas na terceirização devem zelar pelo adimplemento das obrigações relativas ao vínculo empregatício, pois o empregado, considerado hipossuficiente na relação laboral não pode ser prejudicado em virtude de sua aplicação ilícita e da precarização.

Referência

Aerolínea é condenada por terceirização ilegal. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2014/julho/empresa%20argentina%20e%20condenada%20por%20terceirizacao%22ilegal/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BELO HORIZONTE. **Tribunal Regional do Trabalho.** (3. Região). Recurso ordinário 0000237-32.2013.5.03.0111 RO. Recorrente(s): Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. (1) Caixa Econômica Federal (2). RECORRIDO(S): OS MESMOS E (1) JESSICA GOMES FERREIRA ALVES (2). Relator: Milton V. Thibau de Almeida. Disponível em: <https://as1.trt3.jus.br/juris/detalhe.htm?conversationId=530>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BRASÍLIA. **Tribunal Regional do Trabalho** (10. Região). Recurso Ordinário 42201200110004. Recorrente: Politec Tecnologia da Informação S/A. Recorrido: Gisele Gracano Ribeiro e outros. Relator Desembargador Dorival Borges de Souza Neto. Brasília, 28 de setembro de 2012. Disponível em: <http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24406240/recurso-ordinario-ro-42201200110004-df-00042-2012-001-10-00-4-ro-trt-10. Acesso em: 29 jun. 2015.

BRUNI, Adriano Leal. In: BRUNI. **Os custos e a contabilidade gerencial**. In.: BRUNI. Administração de custos, preços e lucros. 4.ed. 2010. São Paulo: Atlas. p. 55 a 105.

Companhia de docas é obrigada a nomear aprovados em concurso. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2015/maio/companhia%20de%20docas%20e%20obrigada%20a%20nomear%20apaprovad%20em%20concurso/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CSN é condenada em R$ 1 milhão por terceirização ilegal. **Ministério Público do trabalho.** Disponível em: < http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2013/novembro/csn%20e%20condenada%20em%20rs%201%20milhao%20por%20terceirizacao%20ilegal>. Acesso em: 30 jun. 2015.

DELGADO, Mauricio Godinho. In.: DELGADO. **Terceirização trabalhista**. Curso de direito do trabalho. 14. Ed. São Paulo: Ltr, 2015. Posição 11348-13526. Disponível em: <https://read.amazon.com/>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Distribuidora de energia é condenada em R$ 3 milhões. **Ministério Público do trabalho**-procuradoria geral. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2013/junho/distribuidora%20de%20energia%20e%20condenada%20em%20rs%203%20milhoes>. Acesso em: 30 jun. 2015.

Eletrobrás pagará R$ 300 mil por terceirização ilegal. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2014/maio/eletrobras%20pagara%20rs%20300%20mil%20por%20terceirizacao%20ilegal/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004a.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

Justiça suspende contratos irregulares em maternidade. Ministério Público do trabalho. <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2015/marco/justica%20suspende%20contratos%20irregulares%20em%20maternidade/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MARTINEZ, LUCIANO. Empregador. In: MARTINEZ. **Curso de direito do Trabalho**. 6. ed. 2015. São Paulo. Saraiva. p. 197-284.

MPT ganha ação contra Ambev por terceirização ilegal. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/74dd00fe-4d16-42e7-a7c2-4e87f92055db/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Multinacional está proibida de terceirizar atividade-fim. **Ministério Público do trabalho**. <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2014/fevereiro/multinacional%20esta%20proibida%20de%20terceirizar%20atividade%20fim/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; DIAS, Elizabeth Costa. **Os caminhos da Saúde do Trabalhador:** para onde apontam os sinais?. CEP, v. 30130, p. 100, 2010.

Pepsi é processada em R$ 1 milhão por terceirização ilegal. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2015/fevereiro/pepsi%20e%20processada%20em%20rs%201%20milhao%20por%20terceirizacao%20ilegal/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

POCHMANN, Marcio. SINDEEPRES: As Relações do Trabalho Terceirizado. **Seminário 20 Anos de Terceirização no Brasil.** Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.diap.org.br/images/stories/terceirizacao_nobrasil.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2015.

Raízen é processada por terceirização de corte mecanizado. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2012/abril/raizen%20e%20processada%20por%20terceirizacao%20de%20corte%20mecanizado/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SÃO PAULO. **Tribunal Regional do Trabalho (2. Região).** Recurso Ordinário Processo RO 00003833520145020089 SP. Recorrente: 1º Promotora de Vendas LTDA e Banco Bradesco, Bradesco Financiamentos, Rogério Alves da Silva. Recorrido: OS MESMOS Relatora Maria Isabel Cuerva Moaraes. São Paulo, 17 de março de 2015. Disponível em:< http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/202214739/recurso-ordinario-ro-3833520145020089-sp-00003833520145020089-a28>. Acesso em: 03 ago. 2015.

Suape obrigado a chamar todos os aprovados em concurso. **Ministério Público do trabalho.** Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2011/dezembro/suape%20obrigado%20a%20chamar%20todos%20os%20aprovados%20em%20concurso/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Suzano pagará R$ 2 milhões por terceirização ilegal. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2013/julho/suzano%20pagara%20rs%202%20milhoes%20por%20terceirizacao%22ilegal/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

TRT condena empresa por terceirizar venda de passagens. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2014/setembro/trt%20condena%20empresa%20por%20terceirizar%20venda%20de%20passagens/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Via Uno é condenada em R$ 2 milhões. **Ministério Público do trabalho.** <http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/noticias-antigas/2014/julho/via%20uno%20e%20condenada%20em%20r%202%20milhoes/>. Acesso em: 15 jul. 2015.

VITÓRIA. **Tribunal Regional do Trabalho.** (17. Região). Recurso ordinário 0001263-53.2014.5.17.0010 RO. Recorrente: Leonardo de Souza Moreira. Recorrido: 1) Dimensão - Serviços de Telecomunicações e Tecnologia Aplicada LTDA; 2) GLOBAL VILLAGE Telecom S.A. Relator: Desembargador Carlos Henrique Bezerra Leite disponível em: <http://www.trtes.jus.br/sic/sicdoc/DocViewer.aspx?id=257&sq=424398304&pq=ICh7dGVyY2Vpcml6YcOnw6NvfSAmIHtpbMOtY2l0YX0gJiB7ZX0gJiB7YXRpdmlkYWRlfSAmIHtmaW19KQ==&fmt=2>. Acesso em: 15 jul. 2015.

A LAICIDADE DO DIABO: BIOPOLÍTICA DA INCLUSÃO

Igor Sousa Mariano Fraga
Graduação em Direito - UFOP

Steferson Zanoni Roseiro
Graduando em Pedagogia - UFES

Resumo: Este trabalho objetiva, a partir de análise e problematização de uma tirinha produzida e divulgada em uma página de Facebook, intitulada *Um sábado qualquer*, discutir a inclusão estratégia biopolítica e apontar como, na contemporaneidade, essa estratégia tende a se ramificar e enraizar. Tomando como referenciais privilegiados Foucault (2014) e Pelbart (2011) em suas discussões sobre biopolítica e em Deleuze (2010; 2013) a problemática dos modos de produção do corpo social, esse ensaio discute a inclusão em sua dimensão pejorativa, em seu caráter altamente eficiente no quesito "inserção ao social capital". Indaga, afinal, a que se inclui quando o objetivo das ações políticas governamentais é a própria inclusão. É desse modo que a figura de Luci, na tirinha problematizadora, apresenta seu potencial, por vezes invisibilizado, de indagar quem, afinal, são os demônios da inclusão.

Palavras-chave: inclusão; biopolítica; capitalismo.

Abstract: This aim of this study is to analyze and question a strip produced and published on a Facebook page titled *Um sábado qualquer*, discussing the biopolitics strategy inclusion and point out how, in contemporary times, this strategy tends to branch and root. Taking as references from Foucault (2014) and Pelbart (2011) in their discussion of biopolitics and Deleuze (2010, 2013) the problem of the social body production methods. This essay discusses the inclusion in its pejorative dimension, in character highly efficient in the category "inclusion to social capital". It asks, after all, what includes the very own governmental policy action of inclusion. Luci, one of the strip's character shows its potential, sometimes, invisibilize to ask whom, after all, the demons of inclusion are.

Keywords: inclusion; biopolitics; capitalism.

1. A máxima do desejo capitalístico

Há uma máxima desejante na sociedade em que vivemos, e, sem delongas, a máxima diz: cultuem o Capitalismo (AGAMBEN, 2006), façam-no prolongar-se em uma festa sem fim. Essa máxima rege nossos modos de viver, ver e pensar o mundo. Aprendemos a nos relacionar com os corpos (físicos, teóricos, políticos, econômicos, sociais, etc.) dentro desse regime de verdade que, desde sua origem sem data fixa, faz com que o culto ao consumo se torne o único meio de produção de desejos por nós conhecido. Viveríamos, assim, não em uma sociedade de altos padrões disciplinares ou coercivos; ao contrário, viveríamos em uma sociedade que, a todo momento, somos reinseridos ao fluxo capitalístico. Como afirma Deleuze (2011), vivemos em uma sociedade do controle e o poder não pode ser pensado

como repressão, mas como altamente produtivo; em uma sociedade em que o panóptico não mais cabe de metáfora – no lugar, daria vazão às cifras codificadas.

Viveríamos, portanto, na relação com essas cifras. Relacionamo-nos com elas e também as produzimos. As cifras funcionam não exatamente como códigos ou como números, mas como signos numéricos codificados que dizem exatamente o que somos, o que fazemos, o que buscamos, o que queremos. Por isso é que, nessa relação cifrada, é impossível falar de uma *imposição* da cifra; ao mesmo tempo que nos tornamos produtos e produtores dessas cifras, nós as desejamos. Há algo extremamente sedutor nesse encontro – e mesmo sabendo que a "linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição" (DELEUZE, 2013, p. 226), almejamos esse mundo do *acesso*, esse lugar da *informação*, do *poder*. É que o poder, em seu modo mais assustador, é apaixonante.

Por isso, é preciso olhar para a sociedade cifrada por essa ótica da sedução: queremos nos ver nela, queremos ter nossas cifras lidas e admiradas. E que, inclusive, venham os defensores do lado oposto e digam "Não queremos!", mas, apontamos, mesmo nesse *não querer*, há um fascínio envolvido, afinal, só é possível dizer "Não quero" dentro do jogo em que a pessoa se reconhece fascinada, de certa forma, por esse poder. Quando negamos nossa vontade de ocupar esse poder, negamos apenas uma de suas faces; sempre cairemos em outras de suas artimanhas. Afinal, como dizia Foucault (2013a), pensar a sociedade *sem poder* é, desde já, inconcebível; a grande questão é como articular os jogos de poder de modo a não eliminar toda a vida que se difere.

A questão foucaultiana e também deleuziana da estética da existência é, portanto, uma problemática à máxima capitalística: em meio à verdade do culto ao Capital, ao Deus Mercado, é possível fazer ruir essa "verdade" endeusada? E, diante das tentativas de brecha, como o capital opera?

Eis, portanto, nossa questão. Esse não se trata de um trabalho sobre estéticas de vida – embora também o seja –, mas um ensaio para chamar atenção: ali onde algo pode ser uma força contracapital, há a máxima capitalística, há a força da captura da aparelhagem do Mercado. Em nossa ânsia de nos inserirmos (inserção social, inserção acadêmica, inserção contra-hegemônica, inserção informativa, inserções diversas) temos produzidos grupos cada vez mais apáticos e menos comunicantes, cada vez mais exibicionistas (sob o lema, às vezes, de militantes) e menos problematizadores.

Todavia, não daríamos contar de falar do lugar que, inclusive, estamos. De todos os modos, estamos/somos (também) desses grupos que, de algum modo, buscam uma inserção sem fim. Buscamos, todos, de algum modo, aquilo que Foucault (2013b) chamou de normalização, ou, como Rech (2013) fala, da *inclusão*. Relacionamo-nos com as cifras, as produzimos, e, ao mesmo tempo, queremos ser lidos, produtores e produtos dessas cifras. Esse é o jogo infinito da inclusão. Inclusão essa que, como diz a autora, é a proposta base de toda e qualquer ação governamental neoliberal. O neoliberalismo, forma suprema (conhecida) do Capitalismo, é altamente includente.

E que nos perdoem, ainda que minimamente, a todas as formas discursivas que buscam as inclusões (porque nunca há *uma* inclusão), mas digamos o que há tempos já nos perguntamos: quais inclusões podem ser produzidas dentro de uma sociedade em que a única referência é o Deus Mercado?

2. Capital desejante

Objetivando discutir como, em uma sociedade capitalista, as propostas de *inclusão* passam a ser, na verdade, *incluir em um sistema de produção capitalista*, indagamos: como, afinal, são engendrados esses *desejos* de inclusão? Como a máxima capitalística ganha tanta força chegando ao ponto de parecer irrefreável?

Se a máxima capitalística é a produção de um culto sem fim em que "não é possível distinguir entre dias de festa e de trabalho, mas [produz] um único e ininterrupto dia de festa em que o trabalho coincide com a celebração do culto" (AGAMBEN, 2006, p. 63), é preciso garantir a todos os devotos um modo de participação nesse culto. Todavia, em primeiro lugar, é preciso que esse culto produza devotos. E essa se torna, portanto, a primeira grande missão da aparelhagem Capital.

Félix Guattari e Suely Rolnik (2007), cartografando os processos de subjetivação do capitalismo, apontam como principal força dessa sociedade a real conexão entre "as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo" (GUATTARI; ROLNIK, 2007, p. 35). Pela integralização dessas três grandes forças, o que se produz não são subjetividades individuais que somadas, dariam a "subjetividade social" ou uma "ideologia"; o Capital muito se destaca por sua capacidade de produção de subjetividade em escala planetária, em nível micro e macrossocial.

A produção em nível planetário dessas subjetividades passa, portanto, a ser uma produção capitalística a qual, a todo momento, somos reinseridos. Dissemos, antes, que ao nos relacionarmos com as cifras da sociedade de controle, buscamos nos inserir nesse jogo de algum modo. Isso não significa, em absoluto, dizer que morremos de amores por qualquer modo de funcionamento do Grande Capital; ao contrário, significa que todas as peças da maquinaria levam à produção incessante dessa subjetividade capitalística e que, portanto, só nos é possível escapá-la em momentos muito curtos e por demasiado exaustivos. Diríamos ainda, junto com Foucault, que essas fugas são pequenos cortes que conseguimos fazer – por meio de uma luta sem fim – contra esse demônio fascista do capitalismo[1].

Assim, já não mais cabe apontar no outro a produção de subjetividade capitalista; somos sempre, e também, parte das engrenagens produtoras dessa lógica. O modo de vida capitalístico é, a todo momento, reinserido em nossas relações. Se o Deus-Mercado é a forma pela qual tudo gira hoje, todas as relações em nossa sociedade parecem gerir esse lugar, essa deidade. A vida contemporânea não encontra sem outro para além do dinheiro.

Esse processo de continuidade, de reintrojeção permanente do modo de vida capitalista produzem, assim, *desejo*. É que o Grande Capital é, na verdade, uma Grande Máquina com alta capacidade de articulação. Como Guattari e Rolnik apontam, o Capitalismo garante sua vida ao conectar as máquinas que, antes, nenhuma outra sociedade foi capaz de fazer. Ou, como diz Deleuze, se o "ato fundamental da sociedade é codificar os fluxos e tratar como inimigos aqueles que em relação a ela se apresentem como um fluxo não-codificável que põe em questão todo [...] o corpo dessa sociedade" (DELEUZE, 2010, p. 21, tradução nossa), o Capitalismo age justamente na contramão desse processo – ele se desenvolve a cada vez que um novo fluxo corre por sua superfície.

> É que, para nosso gosto ou desgosto, o capitalismo é fundamentalmente imoral ou, pelo menos, profundamente capaz de substituir os seus códigos morais e 'bons costumes' por outros que o façam seguir adiante (ONETO, 2014 p. 135).

[1] Foucault, em 1977, escreveu o prefácio da edição americana de *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, intitulada "Introdução à vida não-fascista". Nesse prefácio, Foucault chama atenção para um fascismo estratégico que rasteja na superfície da vida produzindo não formas de aniquilação radicais como os apresentados pelas formas de governo, mas fascismos que são produzidos em nome de *verdades*, de *controle de desejos* e que, com isso, produzem não-vidas. É nesse sentido que o capitalismo é, mesmo em sua forma "mais leve", já e sempre, produção de vida fascista.

Justamente por se constituir desse modo imoral quanto as suas morais, como diz Paulo Onetto, desterritorializante por natureza, é que essa máquina é capaz de se estender ao infinito e prolongar seu culto, prolongar seu ininterrupto dia de festa. Atuando em todas as esferas de produção de vida, a Grande Máquina Capital produz desejos, modos de ser e estar, modos de pensar, de falar, de comer, de se relacionar com os aparatos tecnológicos, produz, enfim, por meio de agenciamentos coletivos, as subjetividades capitalísticas. É que, no processo de expansão sem fim, a Máquina Capital garante seu funcionamento ligando-se a todas as máquinas que pode se estender. Por isso é que não faz sentido, hoje, falar de algo além ou aquém ao capitalismo: tudo, de algum modo, foi assaltado pelos agenciamentos dessa máquina. É que, enquanto máquina, o capitalismo produz tanto fluxos quanto cortes capitalísticos; ou seja, ele tanto opera na produção de vida capitalista quanto na captura de outros modos de vida, recodificando-as ao capitalismo.

É justamente desse modo, portanto, que a conversa sobre desejo e produção incessante de desejo na sociedade capitalista encontra, por meio de sua máxima, a necessidade contemporânea do capitalismo: incluir aqueles que, até então, vinham sendo deixado às margens.

3. O nascimento da inclusão

Estabelece-se, assim, um jogo no qual, como Foucault já anunciava desde *Vigiar e Punir*, a nova ordem é a de *fazer viver*. Todas as estratégias, todos os emaranhados das produções desejantes traçam, agora, não mais a exclusão ou a repressão. Para dar vazão à máxima capitalista já afirmada por Agamben, é preciso que as estratégias suscitem a vida.

Esse emaranhado de estratégias políticas, de tecnologias de saber e de poder incidindo sobre a vida em sua forma mais completa é o que Foucault vai chamar de *biopolítica* (apud PELBART, 2011). Diante da Máquina Capital que articula diferentes máquinas – de produção, de controle e de institucionalização da psique –, o produto é, justamente, a vida. Não é que, antes, a vida nunca foi pensada e organizada mediante aparatos jurídicos, econômicos, políticos e sociais; ao contrário, as formas de relação das sociedades implicam isso. Todavia, se antes os fluxos não codificáveis eram suprimidos, removidos ou ignorados, no Capitalismo e na biopolítica, esses códigos são reorganizados de modo serem normalizados.

Essa nova organização implica, portanto, uma concepção de poder que não pode ser vertical. Como dissemos, anteriormente, o poder, aqui, só pode ser concebido em uma horizontalidade na qual as pessoas envolvidas se sintam no lugar de acioná-lo de algum modo. Isso não quer dizer, obviamente, que não existam formas de dominação ou de opressão, todavia, isso não é o próprio do poder, esse não é, nem de longe, o objetivo do poder. Diante dessa sociedade que começa a emergir em meados do século XVIII, inserem-se instituições e ações políticas voltadas para produzir conhecimento, e, nesse ato de conhecer, produzir relações de poder, afinal, o poder "[...] só pode funcionar graças à formação de um saber, que é para ele tanto um efeito quanto uma condição de exercício" (FOUCAULT, 2013b, p. 45).

A emergência desse poder ligada a um campo de saber que mais produz do que reprime, vê-se como algo que "[...] detém em si os princípios de transformação e de inovação" (FOUCAULT, 2013b, p. 45). Não é para menos, portanto – crente de seu caráter transformador e inovador –, que essa sociedade biopolítica (do controle, capitalista) é a primeira sociedade que passará a acreditar no papel *corretor* de suas instituições, de seus aparelhos de poder. Essa estratégia de correção não apenas evoca o poder como produtivo, mas também, por meio da produção de saberes sobre a vida, produz novas formas de vida. É desse modo, portanto, que em *A vontade de saber* (FOUCAULT, 2014), Foucault entrelaça a vida à política, e, para fazer garantir a primeira, encarrega-se de fazê-la dependente da segunda. E, portanto,

> [...] um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. [...] Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelho (médicos, administrativos [, educativos] etc.) cujas funções são sobretudo reguladores. *Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida* (FOUCAULT, 2014, p. 155-156) [grifos nossos].

É justamente por isso – por essa capacidade normalizadora do exercício do poder – que o Capitalismo ganha sua força máxima. É somente nesse momento em que se percebe capaz de corrigir/normalizar que a Grande Máquina Capital cria um modo de realizar sua máxima. E, desde então, não cessa de se realizar. A cada novo obstáculo, a cada novo fluxo aparentemente não codificável, a Máquina Capital realiza um duplo processo comum à

modernidade: primeiro, passa a tomar notas, a produzir conhecimento sobre aquilo que lhe escapa; em seguida, passa a regulá-lo, normatiza-o. Nada mais perigoso pertinente ao Capital do que a classificação, rotulação e normatização do diferente.

Ora, é óbvio, portanto, que junto a esse ordenamento político emerge uma figura até então incorrigível; vemos emergir alguém que pode ser *corrigido*, precisando apenas de um "[...] certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobreintervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção" (FOUCAULT, 2013b, p. 50).

Não é à toa que Foucault (2014) afirma que o capitalismo só encontra condições de desenvolvimento em meio às organizações biopolíticas. São as técnicas de gerenciamento da vida que permitem ao capitalismo realizar-se. É, principalmente, o aparato tecnológico normalizador e corretivo que introduz a possibilidade de produzir a vida objetivada pela Máquina Capital que, de algum modo, sempre se engraçou no horizonte.

Em jogo está já, desde que o capitalismo é pensado, a lógica da inclusão, a lógica na qual, em nome de capitalizar-se, tudo é possível. Tudo é tão possível que, inclusive, a institucionalização corretora é tornada laica – a tudo e a todos é possível se reinserir na sociedade; todos se veem em um empreendido jogo de inclusão. Na contemporaneidade encontramos, assim, as mil estratégias políticas de inclusão; é que todas as formas de inclusão precisam ser criadas.

4. A laicidade do diabo ou da institucionalização do inferno

Imagem 1 - *Reinclusão social*.



Artista: Carlos Ruas. Disponível em: <https://www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial>. Acesso em: 16 de julho de 2015.

Ora, é assim que brincamos, portanto, com a tirinha de *Um sábado qualquer* e, obviamente, nos deixamos brincar com ela. Luci, o personagem criado para acompanhar o inferno, aparece e, visivelmente, sua postura já é outra. Poderíamos dizer, à guisa da conversa até agora, que ele é uma figura altamente contemporânea – parece, em primeiro momento, aliviar toda uma tensão agonizante. Afinal, diante da promessa de tortura eterna, um alívio imediato: "Hoje buscamos a reinclusão do espírito na sociedade". E, aos temerosos de plantão, realmente poderia não haver alívio maior.

E, talvez, justamente por isso, é que o discurso da inclusão é tão sedutor (RECH, 2013). Não é que não vejamos certas desvantagens nas políticas inclusivas, mas, ao contrário, é que eles se fazem presentes diante de situações em que qualquer alternativa parece válida. Diante de uma mazela parece se abrir um convite. E é assim que a inclusão se apresenta nos documentos oficiais, nos discursos políticos: como um *convite* para participar dessas propostas.

Pensemos, portanto, na figura até então incorrigível. Diante do inferno, ele passaria a eternidade agonizante; todavia, na maior religião contemporânea – o Capitalismo (AGAMBEN, 2006) –, não é o inferno, a agonia. A bem da verdade, o inferno foi institucionalizado; é apenas mais um espaço de reinclusão, de reinserção. E, por isso, apresenta todo o aparato da vida contemporânea. Que, ironicamente, retoma a própria vida endeusada pelo Mercado.

Eis portanto o lema do neoliberalismo vivaz produtor dos governamentos da vida: garantamos que a vida seja inserida na própria vida, que se evite a exclusão porque essa seria, assim, a produção de um outro modo de vida. Luci demonstra isso muito bem, afinal, mesmo ele sendo uma figura milenar, ele demonstra todas as características necessárias na atualidade para viver a vida do bem-estar: um sorriso nos lábios e a vontade de fazer algo de bom pela sociedade.

E logo que isso é evocado, um calafrio percorre nosso corpo. Duas possibilidades aparecem imediatamente: ou o diabo tem fama desmerecedora ou o diabo reside na nova promessa. E, como Foucault (apud VEIGA-NETO; LOPES, 2007) lembra: *tudo é perigoso*.

Assim, lançamos ao diabo um olhar duvidoso. Há algo de *laico* nessa personagem, algo que parece dizer "Todos são bem-vindos", que parece negar a existência de conflitos em prol de um "bem maior", que, no caso, seria a sociedade.

Essa falsa laicidade, ou, talvez, essa postura "politicamente correta" diz, tal qual as políticas de inclusão, de um modo de encantamento e conquista do outro pelo discurso. A

inclusão só funciona pela *arte de seduzir* (RECH, 2013). Se a inclusão nas propostas neoliberais não foi feita em imperativo, ela não poderia agir de outro modo que não pela sedução do outro por seu discurso. É preciso ser eficaz e imediato, e, portanto, agir sobre o *indivíduo* em prol da assim aclamada sociedade. O inferno institucionalizado é, justamente, todo o aparato político e econômico infinitamente multiplicado para que a sociedade, tal qual ela é, perpetue. A máxima capitalística ainda vale: culto prolongado em um único dia de festa sem fim.

A inclusão (capitalística) encontra, assim, sua medida de funcionamento enquanto capaz de se estender a todos e produzir, no encontro com o outro, o desejo de incluir incessantemente. Dada a máxima do Capital, poderíamos facilmente apontar para a inclusão como a prática de governamento superior dessa máquina.

E, aí, a inclusão cria uma estratégia de funcionamento que aparece sempre de modo sedutor – nunca forçada e invasiva. É preciso que se aproxime de ambos – do excluído e do socialmente aceitável – de modo sutil e agradável para que, em ambos os lados, o produto seja o de convalescência. É preciso que, visivelmente, a sociedade rejeite a "dominação" e faça-se, portanto, prazerosa. É, por fim, uma estratégia biopolítica e, como não poderia deixar de ser, age sobre cada indivíduo de modo a produzir condutas e formas de ser.

O risco de sermos capturados, reinseridos, incluídos verte por todos os poros. Diz-se de inclusão na educação, na saúde, social, nos vínculos empregatícios. Faz-se campanha de inclusão, e, a cada vez mais ecoamos as vozes sem nos perguntarmos: a que se destina essa inclusão? Por que nos seria tão interessante incluir? Por que, de repente, incluir? É por um ato de humanidade? Ou por uma questão de produtividade? Que jogos se exercem à frente das estratégias de inclusão?

5. Uma inclusão grande demais para ser verdade

> [...] contra esse poder [...] as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre o que ele se investe – isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo. [...] Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la (FOUCAULT, 2014, p. 157).

À guisa da aposta foucaultiana, uma parada para respirar. As políticas de inclusão parecem nos sufocar, e, se até aqui, falamos apenas de seu lado negativo, é porque desconfiamos avidamente de sua alta circulação. Há sempre algo incômodo naquilo que todos concordam.

Pois, então, que produzamos estranhamentos no próprio discurso da inclusão. Ali, onde a inclusão se encaixa perfeitamente – nas escolas e em suas salas de multirrecursos, por exemplo –, façamos a exclusão "socialmente aceitos" ou criemos funcionamentos reversos e cômicos. Façamos a própria sedução chacoalhar e rir diante de seus enunciados.

Esse desejo, para bem delinear, não é o de exclusão dos "historicamente incorrigíveis" ou por uma seleção elitista. Discordamos da inclusão e, se possível, afirmaremos essa discórdia quantas vezes forem necessárias. Mas é menos por uma questão social e mais por uma questão tática. É que, de todos os modos, acreditamos na vida, ou melhor, nas vidas que não são e não podem ser produzidas nos agenciamentos capitalísticos. E, se nada escapa a eles, que criemos vácuos – bolsões, dobras, espaços – dentro da própria maquinaria capitalística; que criemos vidas onde pode haver apenas uma.

É que, como brinca Agamben (2006), em meio ao teor apocalíptico de sua conversa, o que nos resta é profanar tudo aquilo que, de algum modo, é sacralizado. E o profano só pode ser produzido com o outro, no encontro, no coletivo, criando comunidades e, ironicamente, só esse próprio ato já produz outras práticas de inclusão e talvez falássemos, já, de outras apostas. Mas, afinal, a quem interessa discutir a profanação?

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Trad. José Severino Assmann. São Paulo: Cortez, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.

_____. **Derrames entre el capitalismo y la esquizofrenia**. Trad. Equipo Cactus Editorial. 2. reimp. Buenos Aires: Cactus, 2010.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Rev. Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013a.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). 2. ed. 3. tir. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013b.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ONETO, Paulo Domenech. A “lei mais profunda do capitalismo” e sua vigência: descodificação e desterritorialização. In: MARQUES, Davina; GIRARDI, Gisele; OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. (Orgs.). **Conexões**: Deleuze e territórios e fugas e... Petrópolis: De Petrus et Alii; Campinas: ALB; Brasília: CAPES, 2014.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Iluminuras, 2011.

RECH, Tatiana Luiza. **A inclusão educacional como estratégia biopolítica**. In: FABRI, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo and LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc. [online]**. 2007, v. 28, n. 100, pp. 947-963.

A AUTOPRODUÇÃO DO HOMEM A PARTIR DO TRABALHO: MARX, ENGELS E LUKÁCS

Vinicius Tomaz Fernandes
UFES

Resumo: A partir da década de 1980, um conjunto de teóricos das mais diversas áreas do conhecimento elaboram as chamadas teorias do fim do trabalho, onde enunciavam não só o fim do trabalho material, mas também o fim de sua centralidade. O presente trabalho busca refutar estas teorias do fim do trabalho a partir da reafirmação da centralidade ontológica do trabalho, bem como apontar as repercussões metodológicas para a teoria social. Para isto retoma a ontologia materialista presente nos escritos de Karl Marx em *O Capital* e de Friedrich Engels em *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. Em seguida nos debruçamos sobre o desenvolvimento realizado por Gyorgy Lukács em *Para uma Ontologia do Ser Social II*. A retomada deste arcabouço teórico possibilita a superação crítica das teorias do fim do trabalho e a reafirmação de sua centralidade na atualidade, bem como o diálogo com a teoria social contemporânea acerca de diversas questões ainda levantadas.

Palavras-chave: trabalho; ontologia; ser social.

Abstract: From the 1980s, a group of theoreticians from various fields of knowledge elaborated theories of the so-called end of work, where they enunciated, not only the end of the material work, but also the end of its centrality. This paper seeks to refute these theories the end of labor from the restatement of ontological centrality of work, and to identify the methodological implications for social theory. For this, we base the study on the materialistic ontology present in the writings of Karl Marx "Capital" and Friedrich Engels in "The Role of Labour in the Transformation in Monkey Man". Then we look back on the development done by Gyorgy Lukacs in The Ontology of Social Being II. The resumption of this theoretical framework makes it possible to overcome the critical theories of the end of work and the reaffirmation of its central role in the present as well as the dialogue with contemporary social theory on a number of issues still raised.

Keywords: work; ontology; social being.

Introdução

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário
(MORAES, 1992, p. 243)

Diante deste cenário que se afirmava no mundo do trabalho – marcadamente com a reestruturação produtiva – teóricos de diversas áreas do conhecimento acadêmico, a partir da década de 1980, elaboraram as chamadas "teorias do fim do trabalho". Cada qual com suas particularidades questionavam em comum: teríamos chegado à sociedade do fim do trabalho? O trabalho perdera seu estatuto de centralidade? As respostas para tais questões

eram, por conseguinte, afirmativas. O marco deste debate é a publicação, em 1982, de *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*, do filósofo austríaco radicado na França, André Gorz. Múltiplas versões e fundamentações do fim do trabalho foram elaboradas posteriormente, dentre os autores destacam-se: Claus Offe (1989), Robert Kurz (1993), Jurgen Habermas (1992), Jeremy Rifkin (1995), Domenique Méda (1997) e outros.

Estas teorias são sustentadas por dois pilares fundamentais e indissociáveis. Um destes pilares é a tese de que, em função da automação e do crescimento exponencial do setor de serviços, chegaríamos a uma sociedade onde inexistiria produção material – ou onde esta produção fosse insignificante – frente à hegemonia da produção imaterial, marcadamente àquela ligada ao conhecimento, comunicações e etc. Outro pilar seria propriamente o fim da centralidade do trabalho, sobre este os autores formulam de maneira geral que a própria história teria invalidado a centralidade do trabalho fundamentada pela perspectiva marxista, que por consequência teria caducado em sua capacidade de compreensão da realidade social. Enunciando o fim da centralidade do trabalho, alguns autores baseiam suas análises em um relativismo ontológico – como é o caso de Gorz –, já outros deslocam a esfera da centralidade para o âmbito da linguagem – como Habermas.

Nisto reside a atualidade do debate. Dada a imprecisão da crítica à ontologia marxista, propomos neste trabalho o resgate desta, fundamentando sua reafirmação e suas consequências para a teoria social contemporânea. A realização destes objetivos constitui, portanto, em uma refutação das teses do fim da centralidade do trabalho, de maneira geral, e da tese de Gorz, em particular.

Para tanto, iniciaremos o debate com as obras de Karl Marx, em especial n'*O Capital* (2013) em seu capítulo quinto *O processo de trabalho e o processo de valorização*, onde o autor demonstra as raízes ontológicas nas quais é fundada a sua teoria do valor-trabalho, em que o trabalho não é reduzido meramente à sua forma assalariada, mas pelo contrário, compreendido como metabolismo entre homem e natureza. Passaremos, em seguida, para a retomada do clássico texto de Friedrich Engels, *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (2013), onde o autor demonstra a processualidade dialética e contraditória da constituição do homem enquanto ser social fundado a partir do trabalho. Por fim, debruçaremos sobre as contribuições de Gyorgy Lukács a este debate, em sua complexa obra *Para uma Ontologia do Ser Social II* (2013), onde o autor dá desenvolvimento às formulações de Marx e Engels, em diálogo com a filosofia de sua época.

1. Por uma ontologia materialista

Marx dá início ao quinto capítulo de *O Capital* – O processo de trabalho e o processo de valorização – afirmando o caráter do trabalho. Este, para Marx, se realiza, enquanto ato, no que antes somente era uma potência. O trabalho é, antes de tudo, e necessariamente, um processo entre homem e natureza. Isto é, regulado e controlado pelo próprio homem, ele realiza sua confrontação com a matéria natural (MARX, 2013).

Demarca, em seguida, um elemento fundamental para a compreensão da ontologia do trabalho: não se refere às formas animalescas do trabalho, mas quando este já se encontra desvencilhado de suas formas instintivas. Afirma:

> Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente antes de construí-la com cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 255-256).

Isto é, tanto o homem quanto a abelha se relacionam de determinada maneira com a natureza. A distinção na relação compreende, exatamente, na capacidade do homem de previa ideação, ou seja, aquilo que será chamada de capacidade teleológica. Enquanto a abelha referência sua atividade com a natureza de modo puramente instintivo, ou, como denominava Lukács (2013) de maneira epifenomênica, o ser social concebe anteriormente a direção pela qual pretende transformar a matéria.

Ao passo que transforma a natureza ao seu redor, o trabalho exercido transforma a natureza do próprio ser que o realiza. Esta é a principal contribuição de Engels na elaboração do texto *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (2013), onde pretende, justamente, elaborar teoricamente o salto ontológico em que se funda o ser social. Expõe o autor:

> O trabalho é fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamentar de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (2013, p. 13).

Dito isto, segue expondo que por consequência direta do modo de vida do macaco e das necessidades provenientes deste, estes seres foram cada vez mais se acostumando a

prescindir das mãos para caminhar, adotando progressivamente a postura ereta. As mãos eram utilizadas de maneiras diferentes dos pés, elas serviam já para colher e sustentar frutos, até mesmo para construir espécies de telhados na copa das árvores como meio de se proteger das chuvas e tempestades. As mãos serviriam, ainda, como forma de defesa em brigas com outros macacos ou animas de espécie distinta (ENGELS, 2013, p. 14).

"Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele" (ENGELS, 2013, p. 15). No que diz respeito, comparativamente, à constituição biológica da mão do macaco e do homem, ainda existe grande aproximação quando se fala em número de ossos e de músculos. Mas existe uma grande distância na capacidade de realização de trabalho por meio destas mãos, resultado de milhares de anos de transformação. Como exemplifica o autor, nenhuma mão simiesca teria construído o mais simples machado de pedra. O conjunto de necessidades e de novas necessidades criadas davam o impulso para cada passo dado em direção ao aumento da destreza e da habilidade com as mãos, possibilitando novas capacidades. Estas eram transmitidas como heranças entre as gerações e poderiam demorar centenas de anos.

Mas, a mão representa somente um membro em um organismo complexo que se transformava enquanto todo. Juntamente ao trabalho, surgia a necessidade entre os homens de comunicação. Desenvolvia-se, à sua maneira, a linguagem. Fator fundamental para o desenvolvimento do ser social. Não nos cabe apontar, entre trabalho e linguagem, qual precedeu a outra cronologicamente. O que é possível apontar é a prioridade de ordem ontológica do trabalho, sem o qual a linguagem não poderia ter se desenvolvido[1].

Deste modo, a confecção dos instrumentos de trabalho – dos mais simples aos mais complexos, do martelo à furadeira – passando pela domesticação dos animais, o desenvolvimento da agricultura até o advento da produção industrial, corresponde a uma ineliminável relação do homem com a transformação da natureza ao seu redor por meio do trabalho.

Lukács (2013), em sua *Para uma Ontologia do Ser Social II*, aponta já para os limites da tentativa de Engels, apesar de também indicar seus méritos. Afirma a impossibilidade de reconstrução da transição do macaco em homem, por, obviamente se tratar de um fenômeno histórico. Limita-se, portanto, a ser reconstruído intelectualmente a partir do estágio superior,

[1] Como afirma Lukács (2013, p. 44): "No entanto, é preciso ter claro que com essa consideração isolada do trabalho aqui presumido se está efetuando uma abstração; é claro que a socialidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente".

isto é, tendo na anatomia do homem a chave da anatomia do macaco, apreendendo suas tendências de desenvolvimento. Alerta, ainda, para o caráter concomitantemente processual e de salto, onde o ser transita para um desenvolvimento qualitativamente diferente – o ser social.

Marx não foi o primeiro pensador a expor sobre o caráter teleológico do trabalho, sobre o qual nos referimos no início deste subcapítulo, antes dele Aristóteles e Hegel já haviam apreendido esta característica. No entanto, para estes, não foi compreendida a questão ontológica, sendo assim, a teleologia foi elevada a uma categoria cosmológica universal. Deste modo, a teleologia não teria se restringido à *práxis* humana, mas ampliada à própria história, dando um sentido único ao devir (LUKÁCS, 2013, p. 47-48).

> Essa maneira de ser do trabalho sem dúvida também foi claramente compreendida por Aristóteles e Hegel; mas, na medida em que tentaram interpretar de maneira igualmente teleológica o mundo orgânico e o curso da história, viram-se obrigados a imaginar a presença, neles, de um sujeito responsável por esse pôr necessário (em Hegel, o espírito universal), resultando disso que a realidade acabava por transformar-se inevitavelmente num mito. No entanto, o fato de que Marx limite, com exatidão e rigor, a teleologia ao trabalho (à práxis humana), eliminando-a de todos os outros modos do ser, de modo nenhum restringe seu significado; pelo contrário, ele aumenta, já que é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico (LUKÁCS, 2013, p. 51-52).

Neste momento é fundamental destacar que a localização da teleologia exclusivamente no trabalho se dá a partir do rompimento de Marx com a perspectiva idealista, em prol da leitura de uma ontologia materialista. Isto não representa uma restrição, pelo contrário, mas sim uma superação da oposição entre teleologia e causalidade. Isto é, para Hegel, cuja filosofia é de orientação teleológica, haveria uma superioridade da teleologia sobre a causalidade. Para Marx, trata-se de recompor este cenário, ao configurar a teleologia no campo da *práxis* humana, tendo na teleologia e na causalidade como polos em um processo real unitário.

O que significa, do ponto de vista da ontologia, tratar teleologia e causalidade enquanto unidade? Explica-se: no ser-em-si da natureza inorgânica não existe qualquer intenção predefinida, assim como no ser-em-si na pedra não há intenção em transformar-se ou ser utilizada como machado. Ela só pode cumprir esta função quando seu conjunto de propriedades é posto a partir de uma combinação tal que torne isto objetivamente possível. O homem deve reconhecer o nexo de suas propriedades para realizar a capacidade de utilização concreta.

"Natureza e trabalho, meio e fim chegam, desse modo, a algo que é em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao final, o produto do trabalho" (LUKÁCS, 2013, p. 55).

Isto é, a partir da natureza à sua volta, o homem a concebe e reproduz no plano da consciência, aquilo que Lukács denominou *espelhamento*. Do espalhamento nasce uma forma de objetividade – isto é, de relação do sujeito e objeto –, mas não de realidade, já que esta é concebida no plano na consciência e se constitui enquanto representação, não se configurando enquanto reprodução idêntica da realidade enquanto tal. Deste espelhamento deriva um complexo de potências e alternativas.

A simples escolha da uma pedra determinada para a confecção de um machado, e não outra, é um ato na consciência, não puramente biológico – epifenomênico. Dá-se a partir do espelhamento, isto é, elaboração na consciência daquilo que foi observado e experienciado, reconhecendo nas propriedades na pedra aquelas que a tornam aptas ou não aptas para realização do fim desejado. Isto, obviamente, não significa que a pedra escolhida para confeccionar o referido machado se adequará tal qual como posto na consciência. Apesar do esforço para máxima aproximação, o resultado do processo de trabalho nunca é exatamente tal como foi teleologicamente ideado. Além disso, pode haver propriedades da pedra utilizada que a tornam inaptas ou menos aptas para realização daquele fim determinado. Ou ainda, o desconhecimento de propriedades da pedra não escolhida que a tornariam mais adequadas para a confecção do machado. O que objetivamos, por fim, expor neste momento é a infinidade de alternativas possíveis, mesmo quando se fala em um produto do trabalho aparentemente tão simples como o machado. O pôr destas alternativas desencadeia um nexo de causalidades que, tal como as alternativas, também não tem limites. Não se trata, portanto, de um único ato ou decisão. Trata-se de um processo ininterrupto de transformação, de compreensão da realidade pela consciência e de surgimento de novas alternativas.

> Por essa razão, a alternativa é continuamente repetida nos detalhes do processo de trabalho: cada movimento individual no processo de afiar, triturar etc. deve ser considerado corretamente (isto é, deve ser baseado em um espelhamento correto da realidade), ser corretamente orientado pelo pôr do fim, corretamente executado pela mão etc. Se isso não ocorrer, a causalidade posta deixará de operar a qualquer momento e a pedra voltará à sua condição de simples ente natural, sujeito as causalidades naturais, nada mais tendo em comum com os objetos e instrumentos de trabalho. Desse modo, a alternativa se amplia até ser a alternativa de uma atividade certa ou errada, de modo a dar vida a categorias que somente se tornaram formas da realidade no processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 72).

Pelo exposto, Marx supera a subjugação da causalidade pela teleologia realizada por Hegel. Serão entendidas, agora, como um processo unitário, em incessante transformação e em síntese dialética. O trabalho é, como já afirmamos, processo onde se transforma a natureza e o próprio sujeito que o realiza. Cabe ao indivíduo concreto, na realidade concreta, elaborar as alternativas possíveis e optar por realizar o pôr teleológico que deseja. Deste processo tanto natureza quanto o homem não permanecem os mesmos, são transformados pelo trabalho.

O progressivo conhecimento e domínio das propriedades naturais e dos nexos causais transformam e retrocedem as barreiras naturais, mas nunca as suprimem. Como exemplifica Lukács (2013), anterior às navegações, o mar representava uma barreira, um limite espacial naquele momento instransponível, a partir do trabalho, o mar se tornou um meio de estabelecimento de contatos cada vez maior. Isto é, a barreira natural continua existindo na materialidade, no entanto, o domínio de suas propriedades e de suas causalidades abre um leque infinito de possibilidades de atuação do homem, retrocedendo as limitações que antes esta barreira impunha.

"O processo social real, do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios, é o que determina [...] o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem ser realizadas" (LUKÁCS, 2013, p. 77). É exatamente este caráter de elaboração das alternativas, de posterior escolha, execução e, por fim, supervisão das cadeias causais que o homem supera a relação epifenomênica dos animais com a natureza, onde a "consciência" destes é totalmente condicionada pela biologia. Passa a ter domínio consciente sobre o instintivo, ao passo de que, se analise que for nocivo ao trabalho, suportará o cansaço até determinado momento. O acúmulo de experiências de trabalho também cumpre o papel de fixar determinadas ações como reflexos condicionados, além de controlar e corrigir a forma pela qual ocorre a execução.

A coexistência, ao invés da negação mútua, entre teleologia e causalidade, por fim, fundamenta, ontologicamente, a unidade entre teoria e prática: a *práxis*. Já que é no trabalho em que a causalidade espontânea se torna causalidade posta conscientemente. Onde a realidade é apreendida pela consciência e decodificada entre seus nexos, propriedades e cadeias causais. É justamente no trabalho em que se dá não só a relação entre homem e natureza, mas homem e homem, homem e sociedade. Desta forma, o trabalho se constitui

enquanto modelo da práxis, ou seja, a *práxis* vai para além do trabalho, mas tendo neste o seu fundamento primeiro[2].

Ocorre progressivamente a complexificação do trabalho, ao passo que se afasta deste por teleológico primário que descrevemos e, ainda, na medida em que será cada vez mais mediado socialmente.

> A reprodução física do homem enquanto ser vivo biológico é e permanece o fundamento ontológico de todo e qualquer ser social. Todavia, trata-se de um fundamento cujo modo de existência é sua transformação ininterrupta no social cada vez mais puro, ou seja, é, por um lado, criação de sistemas (complexos) de mediação, visando realizar essas mudanças e ancorá-las na realidade funcionando dinamicamente, e, por outro, retroação desse meio ambiente autocriado – criado pelo gênero humano – sobre o seu próprio criador, dessa vez, contudo – de modo diretamente ontológico –, como retroação que pode ser aplicada a cada homem singular que, a partir de sua própria atividade, é modificado pelos seus objetos, socializado em seu ser biológico (LUKÁCS, 2013, p. 254).

Do que tratamos quando falamos em mediação social? Por exemplo, o choque entre determinadas matérias gera um atrito tal que esta energia se perpetua como forma de energia mecânica pelo ar. Esta energia mecânica alcança o tímpano de determinado indivíduo, que capta esta energia como som. No entanto, o ser social não recebe este som apenas como uma manifestação físico-biológica, mas a apreende socialmente. De tal maneira que este som pode representar desde um sinal de perigo – que assustará o indivíduo – ou até como música, que terá uma reação completamente distinta do homem em relação ao exemplo anterior. O que define se esta onda mecânica que se propaga pelo ar – som – será um sinal de perigo ou de afago não é a disposição pela qual corre até alcançar o tímpano, mas se deve, sim, ao conjunto de mediações e de complexos sociais responsáveis por garantir significado a este som que é recebido pelo homem.

É pela unidade entre teoria e prática, *práxis*, e pelas mediações sociais do trabalho que não pode haver qualquer apreensão da realidade pela consciência de forma neutra ou imparcial. Todo pôr teleológico é socialmente determinado, isto é, se realiza em relação à necessidade socialmente construída. Como vimos, é tão somente a partir do próprio processo de trabalho em que se conhecem as propriedades da natureza e como controlá-las para que dominemos a cadeia causal que orientará o trabalho em relação ao produto que deve ser

[2] Não é nosso objetivo, nesta monografia, examinar a questão da práxis enquanto tal, apenas apontar seu fundamento no trabalho. Para maiores aprofundamentos, ver mais em *Filosofia da Práxis* (1977), de Adolfo Sáchez Vázquez.

realizado. Os erros são fundamentais para que o homem tome um conhecimento ainda mais aprofundado sobre os elementos em questão e apreenda isto em forma de conhecimento. Desta maneira, a *práxis* emerge enquanto critério absoluto da teoria.

Ainda sobre a complexificação ascendente do trabalho, fica claramente exposta no que tange os pores teleológicos secundários[3], estes repercutem em afastamento dos pores teleológicos primários. Como exemplifica Antunes (2009) sobre a relação entre ciência, teoria e trabalho, existe um grande distanciamento da ciência com as primeiras formas do trabalho, isto não significa, no entanto, que haja qualquer rompimento da ciência com sua base originária, não havendo uma desvinculação completa, mas uma autonomia relativa. Não se devemos entender, portanto, os pores teleológicos primários e secundários como momentos desvencilhados ou como hierarquicamente valorados, mas como desenvolvimento do complexo do ser social.

Percorremos todo este caminho teórico realizado por Lukács para reafirmar a negação das teses do fim do trabalho e de sua centralidade. Primeiramente, entendendo o trabalho enquanto condição *sine qua non* para o desenvolvimento humano, consistindo em um elemento comum em todas as formações sociais, tornando-se impossível a ascensão de uma sociedade em que o trabalho se faça ausente.

Em segundo lugar, refutando o fim de sua centralidade a partir da prioridade ontológica do trabalho. Isto nada tem a ver com uma hierarquia de valores, não se trata de conceber qual dimensão – identitária, comunicacional, classista – está moralmente em escala superior ou inferior. Trata-se de, entendendo a realidade como um complexo de múltiplas – e infinitas – determinações, compreender o trabalho enquanto aquele que detém um momento predominante, isto é, realizar a análise a partir da produção e reprodução da sociedade.

Por este motivo, o marxismo não compreende a divisão do trabalho a partir da divisão da sociedade em classes. Pelo contrário, foi somente a partir da divisão do trabalho que pode emergir a sociedade de classes, dada sua prioridade ontológica.

> Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. Essa tendência do desenvolvimento da divisão do

[3] Por pores teleológicos de segundo tipo, Lukács se refere aos pores teleológicos secundários, isto é, aqueles pores teleológicos que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, para que estes realizem os pores desejados.

> trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes [...] (LUKÁCS, 2013, p. 180).

Esta divisão do trabalho só foi possível a partir da característica do próprio trabalho de produzir mais do que o necessário para a reprodução da existência humana, além da divisão ter partido de uma necessidade eminentemente orgânica: entre jovens e idosos, homens e mulheres. O desenvolvimento da divisão do trabalho permitiu que este mais-trabalho realizado por um homem fosse apropriado por outro, culminando, ainda, no advento da propriedade privada. Disto emerge, portanto, a sociedade de classes. Ou seja, é impossível o rompimento com a sociedade de classes capitalista sem que haja qualquer ruptura também com a divisão do trabalho.

Por fim, a ontologia materialista também negará o trabalho enquanto atividade essencialmente alienada, aviltante, do qual trata Gorz. Pelo contrário, Lukács trata o trabalho enquanto germe da liberdade, já que este aparece enquanto conjunto de alternativas, possibilidades e potências que podem ser manifestadas pelos indivíduos em sua *práxis* concreta. Desta forma, a liberdade não é tratada como um não lugar, mas como o poder do ser social em realizar sua escolhe dentro do conjunto da materialidade. É claro que o desenvolvimento das forças produtivas será condição básica para a redução do tempo de trabalho socialmente necessário, possibilitando que o indivíduo empregue sua existência em outras tarefas que não somente a reprodução da existência. No entanto, este não é um caminho automático, tampouco repercute no fim do próprio trabalho, mas abre um leque ainda maior de alternativa e potencialidades de transformação. Sobre este assunto, trataremos mais detalhadamente no capítulo posterior.

2. Polêmicas: essência e dualidade

O trabalho tal qual tratamos até aqui não deve, por modelo, ser, simplesmente, generalizado de forma mecânica, o que corresponderia à sua fetichização. Determinadas vertentes do marxismo, propriamente aquela marcada pelo estruturalismo, estabeleceram, a partir do trabalho, a economia enquanto única e maior determinação, fator que gerou longas e insolúveis controvérsias. Isto é muito distinto da postura que afirmamos anteriormente, considerar a centralidade ontológica do trabalho e sua condição como momento predominante.

Dentre as diversas polêmicas reunidas em torno da ontologia do trabalho, destacamos a questão da essência. Esta foi muitas vezes tomada como uma natureza que antecede o indivíduo e que, além disso, se expressa neste indivíduo ao longo do desenvolvimento histórico. Não parece ser essa, no entanto, a concepção de essencialidade de Marx e de Lukács. Pois bem, o trabalho é ou não é essência do ser social na ontologia materialista? Não e sim.

Não, no sentido da essência em que acabamos de descrever. Enquanto substância que antecede a própria existência ou enquanto aquela que corresponderia à própria natureza do ser. Na análise de Lukács (2013), estas seriam leituras de uma essência metafísica ou existencialista. Por isto, para o autor a essência só pode ser compreendida em sua dimensão decisivamente real, prática: isto é, enquanto essência concreta.

> Como o trabalho aparece como gênero do devir homem do homem, a sua essência, ou seja, a interação ininterrupta entre ser natural e ser social, o pôr teleológico que coloca essa interação em movimento real e, com ela, o papel condutor da consciência em atos que realizam tais conexões dinâmicas, todos esses componentes do complexo devem ter o efeito determinante também para o ser do homem (LUKÁCS, 2013, p. 289).

A essência concreta é, antes de tudo, uma essência subordinada à autoprodução do homem a partir do trabalho. Neste sentido, é correto afirmar o trabalho enquanto fundamental, indispensável, condição *sine qua non* para o ser-em-si do homem. Mas é incorreto afirmar que esta essencialidade lhe antecede, isto é, uma essência a-histórica. A essência concreta é conformada a partir de "[...] atos concretos de um homem concreto dentro de uma parte concreta de uma sociedade concreta" (LUKÁCS, 2013, p. 284). Desta forma, o autor reafirma as bases sobre as quais está sustentada uma das mais conhecidas afirmativas de Marx, em *A Ideologia Alemã* (2014), quando afirma que a consciência não determina o ser, pelo contrário, o ser, a vida, que determina a consciência. Em suma, é o conjunto de alternativas, negações e afirmações das alternativas, experiências e práticas que formam, ininterruptamente, o ser, enquanto tal.

Decorrente desta é a questão da dualidade envolvendo indivíduo e sociedade. Melhor dizendo, qual dos polos realizaria preponderância sobre o outro e que, por consequência, seria ponto de partida para a análise? Questão esta que se coloca desde a chamada Sociologia Clássica (Marx, Durkheim e Weber) até a Sociologia Contemporânea e suas mais recentes contribuições (Bourdieu e Giddens). Tratamos, portanto, do debate que envolve o

Individualismo Metodológico, cujo principal expoente é Weber, e o Coletivismo – ou Holismo – Metolodológico, notadamente Durkheim, Parsons e, para alguns autores, também Marx[4].

A distinção fundamental entre as duas correntes é que enquanto uma, o individualismo metodológico, parte a análise do ponto de vista do indivíduo particular, utilizando de forma central categorias como a de ação social, a outra, coletivismo metodológico, parte sua análise a partir da supremacia da sociedade sobre o indivíduo, utilizando centralmente categorias como o fato social. Pierre Bourdieu e Anthony Giddens esforçam-se para superar esta polarização com as teorias do estruturismo e estruturação, respectivamente. Salvo as distinções e particularidades de cada construção teórica, de maneira geral, tem em comum a imbricação entre ação individual e estrutura histórica. Isto é, a importância da ação do indivíduo na transformação da realidade e da própria estrutura, mas também, por outro lado, reforçando o papel da estrutura enquanto aquela que exerce influência e delimita o campo de ação deste indivíduo (DOMINGUES, 2001).

O que objetivamos apontar é como a partir concepção de essência concreta do qual tratamos, Lukács (2013) superava a dicotomia indivíduo x sociedade. Dialogando com sua época histórica, estabelece uma crítica às correntes filosófica das quais foi contemporâneo:

> Com efeito, é tão falso pensar que há uma substância não espacial e não temporal da individualidade humana, que pode ser modificada apenas superficialmente pelas circunstâncias da vida, quanto é errôneo conceber o indivíduo como simples produto do seu meio (LUKÁCS, 2013, p. 284).

Trata-se, portanto, da formação da individualidade humana, que para ele não é nem apenas substância, tampouco reles produto do meio. Realiza a crítica, com isto, primeiramente para a perspectiva existencialista, onde o autor caracteriza a concepção de essência desta corrente como "entidade mecânica" e "rígido-abstrata". Por outro lado, também se opõe ao neopositivismo que, em suas últimas consequências, faz da essência um objeto que "praticamente não oferece resistência a qualquer manipulação" (Lukács, 2013, p. 284).

Em suma, a dualidade entre indivíduo e sociedade é tratada como falsa antinomia. Para a superação crítica desta perspectiva, Lukács (2013) propõe o

[4] Existe um grande debate acadêmico sobre a classificação de Marx como "Coletivista Metodológico", não consideramos esta compreensão como acertada, entendendo a especificidade do materialismo histórico frente a estas vertentes da sociologia.

> [...] tertium datur ontológico, o nosso conceito mais geral e simultaneamente histórico de substância revela-se sobre um novo lado. Pois já vimos que o "elemento" imediato do acontecimento histórico-social, que, apesar de sua complexidade interna, não pode mais ser decomposto como componente de complexos sociais justamente em sua dimensão ontológica, mas que deve ser tomado assim como é, em seu ser-propriamente-assim, nada pode ser além da respectiva decisão alternativa de um homem concreto (LUKÁCS, 2013, p. 284).

Ou seja, neste *tertium datur* o ser social se constitui e se constrói em processo nas tomadas de decisões alternativas, que se encadeiam e se cruzam de infinitas maneiras. O que ocorre para o homem enquanto gênero, também ocorre para o homem particular, ele confere a si mesmo a sua individualidade dentro da sociedade concomitantemente com o processo de trabalho. Sobre o papel do trabalho na constituição do indivíduo, expõe:

> Como toda alternativa real é concreta, mesmo que conhecimentos, princípios e outras generalizações tenham um papel decisivo na resolução concreta, esta conserva tanto subjetiva como objetivamente o seu ser-propriamente-assim concreto, atua também como tal sobre a realidade objetiva e, a partir daí, tem o seu peso e exerce a sua influência, antes de tudo, sobre o desenvolvimento do sujeito. Aquilo que chamamos de personalidade de um homem constitui tal ser-propriamente-assim de suas decisões alternativas (LUKÁCS, 2013, p. 285).

Com isto, Lukács analisa este processo de formação do indivíduo a partir da perspectiva da totalidade. Considera, portanto, os determinados limites, tanto no que se refere à barreira natural que tratamos no subcapítulo anterior, quanto do lugar em que parte na história. Em consonância com a afirmação de Marx *em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011a) – os homens fazem sua própria história, mas a fazem sob condições históricas determinadas previamente – Lukács não compreende indivíduo e sociedade enquanto determinações antagônicas, pelo contrário entende como unidade em transformação dialética.

Por fim, é importante ressaltar que não nos cabe, nem tampouco é nossa pretensão, esgotar o debate do fim ou da permanência da centralidade do trabalho. O que buscamos, muito brevemente, é resgatar e traçar linhas gerais de fundamentação do trabalho enquanto aquele fundante do ser social. Isto é, recuperar a ontologia materialista como forma de refutar o relativismo ontológico tão presente tanto em André Gorz como em outros autores, que muito repercutem na teoria social contemporânea. Que possamos, ainda, a partir do debate da centralidade do trabalho continuar avançando no método de análise da realidade e fornecendo explicações para as constantes transformações pelas quais passa a nossa sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo : Boitempo, 2009.

_____. Trabalho sem Positividade, Valor sem Valor e Imaterialidade sem Materialidade. **O Social em Questão**, pp. 15-28, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo & PRIEB, Sérgio. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, R. (org.) **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2011.

DOMINGUES, João Marcelo. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ENGELS, Friedrich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: ANTUNES, R. (org.) **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GORZ, Andre. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **O Imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2007.

HABERMAS, Jurgen. **The Theory of Communicative Action**. Londres: Polity, v. II, 1992.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LUKÁCS, Gyorgy. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

_____. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉDA, Domenique. **Società Senza Lavoro**: per uma nuova filosofia dell'ocupazione. Milão: Feltrinelli, 1997.

MORAES, Vinicius. **Antologia Poética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NAKATANI, Paulo. A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho. In. MANFROI, V. M. & MENDONÇA, L. J. (orgs.) **Política Social**: Trabalho e Subjetividade. Vitória: Edufes, 2011.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

VAZQUES, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GT 13 - AMÉRICA LATINA, INTELECTUAIS, IDENTIDADES E DESCOLONIALIDADES

Coordenadores:

Prof.ª Dr.ª Adelia Miglievich Ribeiro (UFES)

Prof. Dr. Antonio Carlos Gil (UFES)

O PÓS-COLONIAL, O ANTI-COLONIAL E O DECOLONIAL: A CRÍTICA DO PONTO DE VISTA DO SUL

Adelia Miglievich-Ribeiro
Bolsista PQ-Produtividade CNPq nível 2; Taxa de Pesquisa/Fapes;
Professora Ufes: PPGL e PGCS/UFES.

Resumo: Trato, primeiramente, do pós-colonial que nasce na segunda metade do século 20 longe da América Latina nas guerras de libertação em África e Ásia, cujo efeito epistêmico é a desconstrução da metanarrativa da modernidade que havia inventado a "diferença colonial" como subalternidade. Em seguida, provoco o diálogo com o pensamento latino-americano, retomando José Martí, Manoel Bonfim e, mais contemporaneamente, Darcy Ribeiro, que se fez herdeiro do legado anterior e promoveu uma releitura dos processos de colonização na América Latina. Minha hipótese é de que o atual "giro decolonial", encabeçado pelo grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que tem por um de seus expoentes Walter Mignolo, possui uma linhagem intelectual que exige desde a retomada do pensamento anti-colonial das lutas independentistas na América Latina até o diálogo recente com o pós-estruturalismo, ambos capazes de formular densa crítica ao eurocentrismo. Na combinação de vertentes da crítica temporalmente díspares e aparentemente conflitantes, noto uma potencialialização do pensamento emancipatório hoje.

Palavras-chave: crítica pós-colonial; giro decolonial; América Latina; intelectuais; Darcy Ribeiro.

Abstract: I examine, first, the post-colonial born in the second half of the 20th century out of Latin America in wars of liberation in Africa and Asia whose epistemic effects is the deconstruction of meta-narrative of modernity that had invented the "colonial difference" as subordinate. Then tease the dialogue with the Latin American thought returning José Martí, Manoel Bonfim and more contemporaneously with Darcy Ribeiro who became heir of the previous legacy and promoted a reinterpretation of the processes of colonization in America Latina. My hypothesis is that the current "working decolonial", headed by Modernity / Coloniality group (M / C), whose one of the exponents is Walter Mignolo has an intellectual pedigree that demands since the resumption of anti-colonial thought of the independence struggles in Latin America by the recent dialogue with post-structuralism, both able to formulate dense critique of Eurocentrism. In combining temporally disparate strands of criticism and seemingly conflicting, I notice a potencialialização of emancipatory thinking today.

Keywords: post colonial critical; decolonial turn; Latin America; intellectuals; Darcy Ribeiro.

Apresentação

As epistemologias do Sul vêm a questionar certo tipo de produção intelectual que eliminou a autorreflexão acerca do contexto cultural e político do qual emergem. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010) assim intitularam uma de suas coletâneas, destacando que as experiências sociais mormente tomadas como "universais" são não menos "locais" que quaisquer outras, ainda que seu poder de enunciação e de conquista de audiência seja maior, uma vez que é proveniente de países que detêm a direção dos processos de globalização econômica e cultural.

Falar de validação do conhecimento é também falar de legitimação de práticas sociais autorizadas pelo conhecimento validado. Tenho insistido em artigos anteriores (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2012, 2013, 2014a, 2014b, 2014c) que não se trata de mero capricho a aposta na crítica pós-colonial (e decolonial) para o aprofundamento das teorias sociais em fins do século 20, mas de trazer à luz abordagens capazes de alargar a percepção das possibilidades de existência no mundo e, também, de aprofundar a competência analítica da ciência. Não entendo, por isso, a reescrita pós-colonial como paroquialista e provinciana, ao contrário, a pretensão é bem mais ousada: expandir o universalismo mediante aprendizados em outras línguas que não a hegemônica e a partir de modelagens teóricas que não aquelas que tendemos a importar acriticamente. E, ousadia maior, o pós-colonial ambiciona produzir teorizações a partir da periferia, a fim de serem lidas igualmente nos centros de produção do conhecimento científico.

Nada há de surpreendente no fato de que um significativo número de intelectuais pós-coloniais e decoloniais tenha se estabelecido nas universidades do Norte e que seu primeiro idioma seja o inglês. Talvez seja o único modo encontrado para serem reconhecidos além de suas comunidades originais. A provocação de Dirlik (1997), de que seria um contrasenso a ocupação pelos pós-coloniais de cátedras em universidades dos países centrais, portanto, parece frágil ao ponto de Stuart Hall preferir não responder em prol de considerações críticas mais relevantes[1]. Observo que alguns desses intelectuais vêm efetivamente de sociedades das quais, nos casos mais graves, foram literalmente expurgados. Outras vezes, não foram submetidos a perseguições, mas a aspiração aos estudos pós-graduados impôs a diáspora. O dado é revelador de um planeta de oportunidades assimétricas também na ciência, dependendo

[1] Segundo Arif Dirlik a crítica pós-colonial é empregada "principalmente por intelectuais deslocados do Terceiro Mundo, que estão se dando bem em universidades americanas prestigiadas" (*apud* HALL, 2009, p. 96). Stuart Hall remete tal crítica a "cheiro de metralha politicamente correta" e não lhe dá atenção, exceto ao que identifica como "questões maiores", que se aproximam das críticas formuladas por Ella Shoat e por Anne McClintock acerca do pós-colonialismo, nas palavras da última, uma "suspensão arrebatada da História" (Op. Cit.). Também atenta à crítica desta abordagem como perigosamente conservadora, por obscurecer distinções nítidas entre colonizadores e colonizados e um suposto menosprezo pela análise da estruturação capitalista do mundo moderno, aposta num ambíguo "pós-moderno" que, para Dirlik, resvalava num tipo de "culturalismo". Hall responde todas as críticas de maneira bem fundamentadas. Em primeiro lugar, recusa a interpretação do "pós", do pós-colonial como periodização cronológica, substituindo-a pelo exclusivo sentido epistemológico de abrigar perspectivas inéditas da construção da subalternidade e de sua reprodução hoje. No que concerne à virada linguística e cultural, faz o *mea culpa* e lamenta que o inequívoco ganho trazido pelo pós-estruturalismo seja ainda subutilizado na discussão contemporânea da acumulação de capital e no exame das novas subjetividades a partir das transformações objetivas no mundo do trabalho. O autor afirma que, na impossibilidade de se negar as mutações no capitalismo global, deve-se requisitar dos pós-coloniais a retomada da atenção à nova divisão internacional do trabalho, às novas tecnologias de informação global, à transnacionalização da produção, dentre outros temas, diante dos quais o olhar pós-colonial tem o que acrescentar (HALL, 2009, p. 95-120).

de que parte do globo em que você nasce e de qual é sua língua materna. Na prática, a maioria dos intelectuais diaspóricos vive a "dupla inscrição" e faz seu trabalho *lá* e *cá*. Híbridos, por excelência, fortalecem o argumento de que a ciência, como artefato humano, é um poderoso instrumento para dar visibilidade ou, ao contrário, invisibilizar realidades, povos e culturas.

Empreendo aqui um exercício teórico, a fim de postular que mais de um século antes de se falar em "pós-colonial", a partir das experiências de libertação em África e em Ásia, as guerras independentistas na América Hispânica se processaram e, nesse contexto, as narrativas decoloniais nasciam em solo latino-americano. O atual movimento intelectual conhecido como "Modernidade/Colonialidade" (M/C), contudo, é que promove um belo trançado, ao retomar o pensamento crítico latino-americano e fazê-lo dialogar com as inspirações recentes do pós-estruturalismo francês e dos estudos culturais britânicos, contidas no "grito" pós-colonial que passa a ser recepcionado nas terras ameríndias. Por isso, é vazia tal recepção se negligenciadas as raízes ameríndias que em nosso continente fizeram germinar o anti-colonialismo desde há muito. Contudo, à luz das contribuições de José Martí, Manoel Bonfim e, destacadamente, Darcy Ribeiro, podemos pensar no poder do "giro decolonial" latino-americano. Walter Mignolo, um de seus representantes, bem nota a relevância da articulação das vozes dissonantes a partir do Sul:

> Diversamente da Ásia e da África, a América tornou-se 'filha' e 'herdeira' da Europa, durante o século 18. Por isso, o pós-ocidentalismo dá uma melhor ideia do discurso crítico da América Latina sobre o colonialismo [...]. Os três legados coloniais, espanhol/português, franco/britânico e o dos Estados Unidos, foram claramente descritos, uns trinta anos depois de José Martí em Cuba, por José Carlos Mariátegui no Peru [...]. Eu sugeriria que, apesar das dificuldades que implicam os termos pós-colonial – e o menos familiar pós-ocidentalismo – não deveríamos esquecer que ambos os discursos contribuem para uma mudança na produção teórica e intelectual, que descrevi como 'gnose liminar', ligada à subalternidade e à 'razão subalterna'. Não é tanto a condição histórica pós-colonial que deve reter nossa atenção, mas os *loci* pós-coloniais de enunciação como formação discursiva emergente e como forma de articulação da racionalidade subalterna (MIGNOLO, 2003, p. 138-9).

Mignolo entende o que denominou "razão subalterna" como um conjunto diverso de práticas teóricas que emerge *dos* e responde *aos* legados coloniais na interseção da história euro-setentrional moderna (MIGNOLO, 2003, p. 139). Marcar as divergências entre o pós-colonial "além mar" e o "decolonial" latino-americano é pertinente, mas nem tanto quanto perceber os aportes em comum da crítica ao sistema colonial de opressão por parte daqueles

que estiveram sob o domínio dos impérios modernos, sem omitir as especificidades dos processos geo-históricos, aqui, na América Latina, e lá, na África e na Ásia.

As lideranças mestiças dos novos Estados-Nação acreditaram-se "brancas" quanto ao lugar social ocupado e recriaram o "colonialismo interno", conceito proposto apenas em 1960 pelos sociólogos mexicanos Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen, silenciando os povos afrodescendentes e os indígenas. Por sua vez, as guerras de libertação em África não tinham dúvidas quanto à afirmação da negritude e viam com profunda desconfiança a mestiçagem. Em sua descolonização, o "inimigo de cor" (brancos e mulatos) pareceu mais nítido do que um século antes, nas repúblicas fundadas nas Américas. Fato é que, como disse Klor de Alva, citado por Mignolo (2003, p. 148), o México não é a Índia, o Peru não é a Indonésia e os latinos nos Estados Unidos não são argelinos. Ainda assim, nem lá nem cá a questão social foi satisfatoriamente resolvida e as elites nacionais negras de lá, como as brancas-mestiças de cá, impuseram novos colonialismos recriando enredos conhecidos. Não por outro motivo ainda é necessário falar em "racionalidade subalterna" e buscar aprendizados recíprocos nas experiências distintas do Sul do globo.

1. Intelectuais pós-coloniais e a *razão subalterna*

Disse em *Africanidades e brasilidades: desafios epistemológicos ou sentidos da crítica pós-colonial para as ciências sociais hoje* (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014a) que Michel Foucault, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze, Jean Baudrillard, Jacques Derrida, Guy Debort, dentre outros, ao recusar de forma jocosa qualquer noção unitária de razão e ao explicitar o totalitarismo nela contido, promoveram uma salutar desconstrução da metanarrativa da modernidade a partir da experiência europeia. Tal movimento de desconstrução epistemológica foi útil aos pós-coloniais em África e Ásia que, naquele momento, a partir de lutas concretas, enfrentavam o sistema colonial que insistia em mantê-los aprisionados ao estigma da subalternidade e corroborava relações de poder e dominação. Mas há uma peculiaridade nada negligenciável na crítica pós-colonial ao pós-moderno, aquela que emerge nas colônias como discurso de contra modernidade. Nas palavras de Mignolo:

> A razão subalterna, ou como queiram chamá-la, nutre e é nutrida por uma prática teórica estimulada por movimentos de descolonização após a Segunda Guerra Mundial, que em seu início tinha pouco a ver com empreendimentos acadêmicos (Césaire, Amílcar Cabral, Fanon) e tinha em

> seu centro a questão da raça. Se o pensamento marxista pode ser descrito como tendo a classe em seu cerne, a teoria pós-colonial pode ser descrita como tendo-o na raça [...]. A razão subalterna é aquilo que surge como resposta à necessidade de repensar e reconceitualizar as histórias narradas e a conceitualização apresentada para dividir o mundo em regiões e povos cristãos e pagãos, civilizados e bárbaros, modernos e pré-modernos e desenvolvidos e subdesenvolvidos, todos eles projetos globais mapeando a diferença colonial (MIGNOLO, 2003, p. 143).

O ganês Kwane Anthony Appiah, ao discorrer sobre o pós-colonial, ensina que este, influenciado pela virada linguística, tem, em sua criação própria, algo a ensinar ao genérico pós-moderno, dado que sua crítica à razão iluminista não se motivava por dilemas teóricos com Hegel ou Weber, mas expressava a resistência concreta ao massacre de seus povos. Nesse sentido, Mundibe, Soyinka, Achebe, Farrah, Gordimer, Labou Tansi e tantos outros fizeram da contestação pós-colonial, diferentemente do pós-moderno ocidental, uma concreta, urgente e consequente advertência "em nome das vítimas sofredoras de 'mais de trinta repúblicas'" (APPIAH, 1997, p. 216). O pós-colonial afasta-se, assim, de qualquer pós-moderno celebratório e de tom individualista. Nele, há projetos coletivos em questão. Trata-se de povos que buscam se legitimar como partícipes simétricos de um inédito "universal ético, em nome do humanismo": outro humanismo, provisório, historicamente contingente, antiessencialista, nem por isso, menos exigente em sua preocupação vigorosa de "evitar a crueldade e a dor" (APPIAH, 1997, p. 216).

Frantz Fanon, um dos fundadores do pós-colonial, martiniquense, diaspórico, revolucionário em Argélia – psiquiatra que atuou e descobriu a insuficiência da clínica em contexto de dominação colonial, quando a alienação experimentada pela pessoa era sintoma de uma estrutura social adoecida, na qual todos estavam condenados à "despessoalização" (desumanização) –, escreveu em *Pele negra, máscaras brancas* (2008 [1952]) sobre a neurose do racismo a atingir negros e brancos. Em linguagem psicanalítica, Fanon revelou o regime do delírio nas relações cotidianas entre colonizador e colonizado, em que um é chamado à existência pelo olhar do outro, maniqueísta, que não dá espaço às vidas reais. Suspendem-se as relações pelas representações redutoras da dicotomia que escraviza negros e brancos, respectivamente, em suas supostas inferioridade e superioridade. Acerca do medo que preside a relação, Fanon remete ao caso do negro e de sua corporeidade em um mundo de brancos:

> Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem

> de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas. Sei que, se quiser fumar, terei de estender o braço direito e pegar o pacote de cigarros que se encontra na outra extremidade da mesa. Os fósforos estão na gaveta da esquerda, é preciso recuar um pouco. Faço todos esses gestos não por hábito, mas por um conhecimento implícito. Lenta construção de meu eu enquanto corpo, no seio de um mundo espacial e temporal, tal parece ser o esquema. Este não se impõe a mim, é mais uma estruturação definitiva do eu e do mundo – definitiva, pois entre meu corpo e o mundo se estabelece uma dialética efetiva (FANON, 2008, p. 104).

Noutro espectro, Edward Said – nascido palestino em Jerusalém, cidadão norte-americano por herança do pai que lutou na I Grande Guerra pela Força Expedicionária Americana – expõe o estereótipo do "árabe" em *Orientalismo. O Oriente como reinvenção do Ocidente* (2007[1978]), tido como obra fundante da crítica pós-colonial, a par dos escritos de Fanon. Na obra, explora a falácia das ideias-força "ocidente" e "oriente", falsas sinonímias de civilização e barbárie. Redescobre os mitos compilados e reforçados em uma vasta literatura designada "orientalismo", que compõe os currículos de universidades e as estantes das bibliotecas do "mundo ocidental", o qual se inventa na exata medida em que furta os atributos humanos do "outro", obscurecendo-o.

> No início do século XIX, as teses do atraso, degeneração e desigualdade orientais em relação ao Ocidente associavam-se muito facilmente a ideias de sobre as bases biológicas da desigualdade racial [...]. A essas ideias era acrescentado um darwinismo de segunda categoria, que parecia acentuar a validade "científica" da divisão das raças em adiantadas e atrasadas, ou europeias-arianas e orientais-africanas. Dessa forma, toda a questão do imperialismo, assim como era debatida no final do século XIX tanto por pró-imperialistas como por anti-imperialistas, levava adiante a tipologia binária das raças, culturas e sociedades adiantadas e atrasadas (subjugadas) (SAID, 2007, p. 280).

Podemos afirmar que os pós-coloniais, ao rediscutir a diferença colonial em seus desdobramentos contemporâneos, realizam algo como uma geocrítica do conhecimento. Disto nos fala Inocência Mata, em *Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas* (2014), ao notar que os estudos pós-coloniais inauguram um desvio ou um redirecionamento rumo a uma epistemologia alternativa, de maneira a relativizar o peso das "mediações metropolitanas" (referências bibliográficas, quadros analíticos e conceitos) na legitimação da produção intelectual que emerge nos países periféricos. Há neste empenho um exercício

antropofágico[2] de revisão dos cânones e um alargamento, por conseguinte, dos sujeitos e do *loci* de enunciação. Isso nos remete aos intelectuais críticos latino-americanos, desde inícios do século 19, em que pesem as especificidades, em sua tarefa de afirmação do direito a narrar sua própria história e discernir acerca do mundo no qual participam.

2. Os anti-coloniais: Martí, Bomfim e Darcy Ribeiro

A América Latina experimentou, em seu período pós-independência, o sonho de uma "Pátria Grande" que ganhou maior evidência na vida e na obra do cubano José Martí, em especial a partir de *Nuestra América* (1993), publicado pela primeira vez em 1891 e da qual não somente a América Espanhola fazia parte, mas também o Brasil e "para a qual ainda caminhamos no sentido de uma maior integração cultural, política, econômica, acadêmica, filosófica" (BRUCE, 2012, p. 1). O texto veio a se tornar profundamente significativo, de maneira que, sobre ele, Boaventura de Souza Santos comenta: "Martí expresó [...] una serie de ideas que otros – como Mariátegui y Oswald de Andrad, Fernando Ortiz y Darcy Ribeiro – han continuado" (SANTOS, 2004).

A proposta de *Nuestra América* dirigia-se ao esforço em interpretar a América Latina a partir dela própria. Para Rodríguez (2006), o pensador cubano firmava simultaneamente seu latino-americanismo e seu anti-imperialismo no entendimento de que aqui nascia "um povo novo, diferente do aborígene e do espanhol" (RODRÍGUEZ, 2006, p. 12), que requer, na criação de sua vida, soluções específicas.

A crítica martiniana remetia, também, ao padrão de modernidade e desenvolvimento econômico e social norte-americano, sugerindo, em oposição, um caminho próprio para a América Latina. Pode-se perceber a essa altura uma mudança de eixo nas preocupações martinianas, em que o "outro" da América Latina deixava de ser fundamentalmente a Europa e passava a ser "o gigante das sete léguas" (MARTÍ, 1993, p. 121), ou seja, a política intervencionista dos Estados Unidos na área latino-americana.

Martí contrapunha-se ao capitalismo desenfreado que fazia a vida material sobrepor-se à espiritual, apostando em um caminho alternativo, que acreditava corresponder à originalidade histórica de "la América nueva!" (MARTÍ, 1993, p. 127). Sua concepção de unidade continental, assim como a de construção de uma identidade latino-americana, é

[2] O poeta brasileiro Oswald de Andrade (1990) trouxe à baila a metáfora da *antropofagia* como capacidade de assimilar ou, ainda, "anabolizar" criticamente uma dada formação cultural. Essa perspectiva *canibal*, aqui positiva e inovadora, permitiria, na esfera da cultura, a apropriação crítica de ideias estrangeiras.

coetânea ao amadurecimento de sua crítica às metanarrativas modernas, tanto na perspectiva do liberalismo quanto do republicanismo, como também ao positivismo e a certas ideias de progresso técnico e científico, antecipando o atual "giro decolonial".

Seguindo as trilhas de Martí, reconhecemos também a ousadia do brasileiro Manoel Bomfim, cuja "relevância reside na singularidade de seu pensamento na história das ideias no Brasil – que não tinha uma tradição de pensadores preocupados com o tema latino-americano" (NEVES, 2008, p. 3). Bomfim, por isso, pode ser considerado um pensador de vanguarda, a influenciar aqueles que também se recusavam a reproduzir teorias exógenas acriticamente, de maneira que é válido afirmar sua presença na construção de um pensamento autônomo a partir da América Latina, colocando em xeque a superioridade ocidental-setentrional e descortinando a face oculta da modernidade iluminista: a colonialidade.

Na época de Bomfim, a erudição que se enaltecia era tanto maior quanto mais distante se fazia da realidade latino-americana (e brasileira). Os eruditos não transmitiam nada de novo, simplesmente reproduziam copiosamente o que liam nos livros que vinham de além-mar, manifestando explícito desprezo pela produção de uma ciência adequada a explicar sua própria sociedade.

> Para Bomfim os intelectuais latino-americanos, estavam impregnados de uma "cultura livresca", que era a busca da interpretação da realidade no senso comum ou através da importação de teorias gerais elaboradas em livros estrangeiros, utilizados como resposta para a realidade social desses países. O erro desses intelectuais era tomar a causa como sintoma, estabelecendo sempre a visão consagrada nos livros, perpetuando-se um sentimento de mal-estar, em decorrência da aplicação dessas ideias importadas à realidade brasileira (BECHELLI, 2009, p. 78).

Maria Nunes (1997, p. 20) indica o intelectual sergipano como "um dos primeiros estudiosos brasileiros a fazer a distinção entre cultura e raça, confusão comum entre nós até o florescimento da antropologia cultural", o que lhe possibilitou, num tempo em que pensar otimistamente os "povos novos" era quase tão herético como a crítica pós-colonial é ainda contemporaneamente, recusar qualquer teoria racista, apontando o sistema colonial e os neocolonialismos como causas principais dos obstáculos à superação do atraso. Bomfim foi, pois, um dos primeiros teóricos a valorizar a mestiçagem assim como antes fora José Martí.

Seu "biologismo sociológico", produto da formação em medicina e da atmosfera positivista do início do século XX, não o levou, ao contrário, a pactuar com as teses racistas de seu tempo, tendo servido para a formulação da metáfora do "parasitismo social" e para a compreensão

da relação perniciosa da metrópole para com suas colônias e do senhorio para com seus escravos. Praticamente esquecido no pensamento social brasileiro, talvez de Bomfim se possa dizer:

> A verdade é que Manoel Bomfim elaborou **uma síntese intelectual particular e diferenciada – tendo como marco de referência os mesmos elementos históricos, sociais, culturais e políticos postos à disposição dos demais intelectuais da sua época.** Em suma, o pensamento e a obra de Manoel Bomfim (com todas as suas virtudes e contradições) se inscreve perfeitamente no interior do campo intelectual do seu tempo, diferenciando-se, no entanto, como um **contradiscurso** (ou como um **discurso crítico**), do discurso ideológico dominante, ao qual, com singularidade, matizes e características próprias, a obra e o pensamento da maioria dos seus pares estavam atados (AGUIAR, 2000, p. 33-34, grifo do autor).

Darcy Ribeiro contraria uma longa história de marginalização de Manoel Bomfim no cenário intelectual brasileiro, alçando-o ao posto de "grande intérprete do processo de formação do povo brasileiro" (RIBEIRO, 1993, p. 15). É fato que, anos depois de escrever *América Latina. Males de Origem*, publicado pela primeira vez em 1905, Manoel Bomfim viu a unidade latino-americana se transfigurar numa ardilosa armadilha dos interesses exógenos para aviltar as "unidades nacionais soberanas" no continente, uma vez que tal terminologia era mormente utilizada como "epíteto condenatório", em sua premonição da Guerra Fria e não como uma referência positiva acerca da "unidade política e culturalmente constituída" (AGUIAR, 2000, p. 26, *apud* ROMERA Jr., 2014, p. 30). Darcy Ribeiro, por sua vez, retomando o debate no auge da Guerra Fria, nos anos 1960, constata a irreversibilidade da classificação dos países ao Sul dos Estados Unidos da América como *América Latina* e busca, na criação ainda que alheia do conceito, uma estratégia de autoafirmação dos povos latino-americanos como "uniformidade cultural [...] prometendo concretizar amanhã sua unidade sócio-política e econômica" (RIBEIRO, 1996, p. 22).

O estudioso sabia, pois, da diversidade interna dos povos americanos, tanto que se dedicou a tipologizá-los. Escreveu, para falar do mundo extraeuropeu, sobre os "povos transplantados", ao se referir às culturas ameríndias que sobreviveram ao contato com os ibéricos, francófonos e anglo-saxões, chamando-as de "povos testemunhos". Chegou até África para designar os "povos emergentes"[3] e concentrou-se, em sua obra, em enaltecer, na convergência tensa dos processos

[3] Os *Povos-Testemunho* correspondem, no sistema classificatório darcyniano, àqueles que são "os representantes modernos de velhas civilizações", assolados pelo "impacto traumatizador da expansão europeia, de que começam a recuperar-se agora partindo das mais precárias condições de empobrecimento" (RIBEIRO, 1983, p. 539). Os *Povos-Transplantados* – resultado da migração de grandes contingentes populacionais, majoritariamente europeus, para novas geografias – reeditam apenas os velhos contextos europeus" (RIBEIRO,

civilizatórios, "a formação de um conjunto de povos, não só singular frente ao mundo, mas também crescentemente homogêneo" (RIBEIRO, 1996, p. 23), a partir da América Latina, fruto da fricção interétnica dos portugueses e dos espanhóis com os povos indígenas, de um lado e, de outro, com os africanos trazidos como mão de obra escrava para o "Novo Mundo".

Em *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos* (1983), Darcy Ribeiro elaborou de modo original uma teoria explicativa para a América Latina, que o obrigou a relacioná-la à história da expansão da Europa Ocidental, constituindo-se em núcleo de um novo processo civilizatório e lançando-se sobre todos os povos em ondas sucessivas de violência, de cobiça e de opressão.

Do ponto de vista político-social, os empreendimentos coloniais escravistas nas Américas produzem a dita nova população, nascida e integrada nas plantações e nas minas, a qual "já não era europeia, nem africana, nem indígena, mas configurava protocélulas de um novo corpo étnico" (RIBEIRO, 1975, p. 29). Em sua análise antropológica, o sistema econômico europeu conformou "cada povo e até mesmo cada pessoa humana, onde quer que houvesse nascido e vivido", aos "ideais de riqueza, de poder, de justiça, ou de santidade" de seus colonizadores (RIBEIRO, 1983, p. 51).

Apesar disso – e esse é o vigor de sua tese – a aculturação não se daria sem o recurso das hibridizações, que não deixam intacta a cultura em tese mais forte, com base em seu potencial bélico. Por isso, sua ênfase nos "povos-novos", configuração histórico-cultural oriunda da conjugação, da deculturação e do caldeamento das matrizes étnicas distintas e que se reinventam no Brasil, no Paraguai, na Venezuela, na Colômbia e no Chile, assim como nas Antilhas e em parte da América Central e do Sul dos Estados Unidos (RIBEIRO, 1975).

> Os *Povos-Novos* constituíram-se pela confluência de contingentes profundamente díspares em suas características raciais, culturais e linguísticas, como subproduto de projetos coloniais europeus. Reunindo negros, brancos e índios para abrir grandes plantações de produtos tropicais ou para a exploração mineira, visando tão-somente atender aos mercados europeus e gerar lucros, as nações colonizadoras acabaram por plasmar povos profundamente diferenciados de si mesmas e de todas as outras matrizes formadoras.
>
> Postos em confronto nas mesmas comunidades, estes contingentes básicos, embora exercendo papéis distintos, entraram a mesclar-se e a fundir-se

1975, p. 43). Os *Povos-Emergentes*, que recebem menos atenção do antropólogo se comparados aos demais, estão representados por nações "que emergem da condição tribal à nacional" (RIBEIRO, 1983, p. 539), sobretudo em África e Ásia, nos processos de descolonização da segunda metade do século 20.

> culturalmente em maior intensidade do que em qualquer outro tipo de conjunção (RIBEIRO, 1983, p. 92).

Darcy Ribeiro reconhece, contudo, que uma ideia de "unidade étnica" era frágil demais para garantir a integração latino-americana. Há de se explicar que o colonialismo gera subalternidades e as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas mantiveram-se, por largo tempo, de costas uma para as outras, "cada uma delas se relacionava diretamente com a metrópole colonial" (RIBEIRO, 1986, p. 11). Efetivamente, as nações latino-americanas mantiveram-se voltadas para os centros econômicos mundiais europeus e norte-americano, dos quais dependiam, de maneira a subestimar as potencialidades das alianças entre vizinhos. Para se incorporarem à modernidade-mundo, tais nações foram conduzidas por elites associadas ao imperialismo que se sentiam como se fossem seu prolongamento. Convictas, tal como no bovarismo, de que não eram também "povo novo", acreditavam que manteriam seus privilégios quanto mais próximas estivessem dos países centrais, inclusive no que se refere a gostos e costumes. Nascia daí a mais perversa dominação, com o silenciamento da "diferença colonial". Em que pese a evidência da transculturação, o discurso legitimador afirmava, nas práticas e nas instituições, a superioridade da cultura euro-setentrional:

> Em sua expansão, as fórmulas europeias da verdade, da justiça e da beleza se impõem progressivamente como valores compulsórios. Tão poderosos pela força persuasiva de sua universalidade, quanto pelos mecanismos coativos através dos quais de difundiam. No mesmo passo se espraiam pelo mundo as línguas europeias, originárias todas de um único tronco, que passam a ser faladas por maior número de pessoas que qualquer grupo de línguas anteriormente existente. Seus vários cultos, nascidos de uma mesma religião, se tornam ecumênicos. Sua ciência e as tecnologias delas decorrentes se difundem também pela terra inteira. Seu patrimônio artístico com a multiplicidade de estilos em que se exprime transforma-se em cânones universais de beleza. Suas instituições familiares, políticas e jurídicas, moldadas e remoldadas segundo as mesmas premissas, passam a ser ordenadoras da vida social da maioria dos povos (RIBEIRO, 1983, p. 62-63).

O autor explicava com base, de um lado, na imposição de um modelo cultural e, de outro, em "como fator contingencial, e não como uma etapa ou apenas um estado 'atrasado' em contraposição a modelos avançados de sociedade" (MATTOS, 2007, p. 135), o "atraso" impingido aos povos latino-americanos. Aqui o atraso não se apresentava, portanto, como antípoda da modernidade, ao contrário, era seu coetâneo, produzido por ela, uma modernidade exógena, imposta, negadora da autonomia e da integridade étnica das populações da América Latina.

Darcy Ribeiro chamou de "atualização histórica" (ou modernização reflexa) essa pseudomodernidade que se dá como cópia, não orquestrando os diversos matizes em pluralismo virtuoso, mas excluindo as diferenças em razão de algum discurso homogeneizador e totalitário. Propõe, em contrapartida, a "aceleração evolutiva" como a potência afirmativa de nações ciosas de seu destino a enfrentar os receituários vindos dos dominadores. Ao contrário das leituras mais superficiais, a evolução, para Darcy Ribeiro, opera-se empiricamente na tensão e na luta entre civilizações, de modo que chegamos ao sistema colonial conhecido.

Contudo, transformações históricas são inevitáveis e inéditas, evoluções se processam sob a ideia de um multievolucionismo jamais linear, que mostrará outros modos de produção social. A utopia darcyniana é que a América Latina ainda possa anunciar ao mundo, num futuro remoto, uma sociedade de outro tipo, não mais submetida aos antigos e novos colonizadores, também não mais reprodutora do datado imperialismo e tampouco da atual opressão do capitalismo internacional sobre os países periféricos.

Como Manoel Bomfim, Ribeiro sabia que nem a unidade geográfica nem a "racial" funcionariam aqui como fator de unificação, mas, distintamente daquele, via a construção da unidade latino-americana a partir da objetividade da condição de subalternidade a unir seus povos, submetidos a *plantation*, cujos trabalhadores – filhos e netos da mão de obra escrava a se somar, depois, às levas de imigrantes aqui chegadas em condições rudimentares – se formaram historicamente como "proletariado externo". A integração latino-americana não recusaria, portanto, a rica pluralidade étnico-cultural existente, porém se faria projeto político de autonomia e libertação: "A América Latina existiu desde sempre sob o signo da utopia. Estou convencido mesmo de que a utopia tem seu sítio e lugar. É aqui" (RIBEIRO, 1986, p. 65).

Darcy Ribeiro participou, muito antes de se falar nisso, da expansão dos *loci* de enunciação do conhecimento, anteriormente situados com exclusividade no mundo europeu-setentrional. A partir da América Latina, desenhava uma nova teoria dos processos civilizatórios em nível mundial, desestabilizando narrativas e confrontando saberes.

3. A "gnose liminar" a partir da América Latina e o "giro decolonial"

Walter Mignolo reconhece na obra de Darcy Ribeiro um esforço pioneiro de deslocamento de formas hegemônicas do conhecimento ao traduzir "um sangrento campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento" (MIGNOLO, 2003, p.

35). Na percepção da subalternização do conhecimento, elabora sua crítica seguindo as pegadas daquele que nomeia "antropologiano",[4] Darcy Ribeiro. Chama de "gnose liminar" a emergente e poderosa perspectiva do subalterno que "está absorvendo e deslocando formas hegemônicas de conhecimento" (MIGNOLO, 2003, p. 35) e associa o empenho de Darcy Ribeiro, por sua vez, leitor de José Martí e de Manoel Bomfim, à participação ativa nessa produção de conhecimento em sua audácia de teorizar, a partir do Terceiro Mundo, sobre a história universal, dando também o protagonismo às civilizações do Sul.

Mignolo incorpora a força da contribuição darcyniana ao movimento teórico de raízes andinas, "Modernidade/Colonialidade", que projeta, em nível mundial, os intelectuais latino-americanos, a exemplo de Ramón Grosfoguel, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Maldonado-Torres e Castro Gómez, para repensar os *loci* de enunciação do conhecimento, destacando que as teorias construídas a partir do "Terceiro Mundo" não são apenas *para* o Terceiro Mundo, como se se tratasse de uma "contracultura 'bárbara' perante a qual a ciência do Primeiro Mundo tem de reagir e acomodar-se" (MIGNOLO, 2003, p. 417), mas são produtos intelectuais tão legítimos quanto os que vêm do hemisfério Norte. Uma vez entrelaçada nas tensões das ideologias e do poder que quiseram em vão separar império e colônia, em sentido real ou metafórico, a "gnose liminar" provoca efetivamente releituras e reescritas da história, novas cosmologias, inéditas compreensões e não isenta a academia de sua responsabilidade nessa tarefa, pois: "Remapear a nova ordem mundial implica remapear as culturas do conhecimento acadêmico e os *loci* acadêmicos de enunciação em função dos quais se mapeou o mundo" (MIGNOLO, 2003, p. 418).

Amplificar as vozes e a audição das vozes em todo o planeta, abranger um mundo de histórias locais e propor inusitadas articulações da "diferença cultural" implica assumir a "diversalidade como projeto universal" (MIGNOLO, 2003, p. 420). Há de se entender, pois, o "giro decolonial" tanto como um discurso crítico que traz à luz o lado colonial do sistema mundial moderno, explicitando a colonialidade embutida na própria modernidade, quanto como um discurso que altera a proporção entre os locais geo-históricos (ou histórias locais)

[4] Assim preferia Darcy Ribeiro se denominar no lugar de "antropólogo, segundo Mignolo (2003, p. 35), para se deixar conhecer como um antropólogo do Terceiro Mundo que escrevia em fins dos anos 1960, em plena Guerra Fria, e nas primeiras décadas de consolidação daqueles que se chamariam "estudos de área". Entendia nesta forma de traduzir o termo antropólogo um marcador de sua alta consciência da subalternização do conhecimento produzido a partir da América Latina. Diga-se, de passagem, que isto nunca inibiu o intelectual brasileiro, ao contrário, deu-lhe a certeza de sua escrita como forma de combate.

e a produção de conhecimentos. Segundo Mignolo, o reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes, mas complementares:

> 1. A crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; e 2. a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo, o orientalismo (como objetificação do lócus do enunciado enquanto 'alteridade') e estudos de área (como objetificação do "Terceiro Mundo", enquanto produtor de culturas, mas não de saber) (MIGNOLO, 2003, p. 136-137).

Não se trata de retomar o simplismo de uma suposta propensão automática à crítica quando erigida pelos subalternos. Há distintas competências em jogo para validar ou invalidar o conhecimento produzido por quem for e onde for. Ainda assim, é bom que se possa atentar para uma assimétrica localização dos centros produtores de saber, sobretudo, sob a alcunha de ciência, que tende não casualmente a subestimar a periferia do sistema global. É também crível que a vivência da subalternidade traga à tona perspectivas de análise até então desconhecidas, uma vez que não se nega "a cumplicidade das teorias pós-coloniais com as 'minorias'" (MIGNOLO, 2003, p. 165-166).

Para Mignolo, o continente latino-americano é uma localização geo-histórica central do ponto de vista da produção de "pensamento liminar", aquele nascido em um horizonte cognitivo inédito, fruto da atitude descolonizadora da ciência em face de seus cânones que, por séculos, calaram as culturas não letradas e quaisquer saberes que a ciência moderna não conseguia classificar. Descentrando a Europa, ao localizá-la em um brevíssimo instante dos dez milênios até então percorridos por diversos povos e culturas na história da humanidade, Darcy Ribeiro inspira Mignolo que, então, vê no pensamento liminar um acúmulo de saberes silenciados, retomados conscientemente na forma de uma emergente e poderosa gnosiologia contra o discurso único, que oculta a multifacetada história de modernidades híbridas e entrelaçadas.

Considerações Finais

Como diz Bhabha (2007, p. 101), "relembrar nunca é um ato tranquilo de introspecção. É um doloroso se relembrar, uma reagregação do passado desmembrado para compreender o trauma do presente". Contudo, se conhecer é preciso, admitir que a cultura, ciência e, portanto, a cultura científica, existem, também é, como campo de luta.

Quisemos propor a força da articulação entre o pós-colonial em África e Ásia e o "giro decolonial" latino-americano. Recordamos Fanon, Said e Appiah com a intenção de ver neles um apelo ético irrefutável: um humanismo crítico e, por isso, ampliado. Disto resulta que o pós-colonial, ao desconstruir com as ferramentas teóricas que recepcionam antrofagicamente as instituições e os discursos da modernidade ocidental, não refuta exatamente as "energias utópicas" – sabemos, por exemplo, que na luta sul-africana contra o *apartheid*, havia ideais humanistas presentes –, mas submete-as à crítica, sobretudo, em seu conteúdo teleológico. Trouxemos Walter Mignolo, expoente do contemporâneo "giro decolonial" latino-americano, descobrindo nele a aposta em "outro pensamento", efetivamente cosmopolita, não mais o provinciano eurocentrismo – um falso cosmopolita –, porém, levando a sério sua competência descolonizadora, transdisciplinar, transcultural e, por isso, transmoderna, de modo a garantir "a retirada da colonialidade dos subterrâneos do imaginário da modernidade (e da pós-modernidade como sua crítica)" (MIGNOLO, 2003, p. 286). No entanto, o diálogo entre os pós-coloniais e a "Modernidade/Colonialidade" deixaria muito a desejar se não se restituísse o valor das reflexões pioneiras dos filhos da terra, mormente esquecidos, os estudiosos da América Latina e de sua diversidade. Darcy Ribeiro é um deles.

Desmistificando o universalismo em abstrato, revelando-o como "ocidentalismo" e acentuando a hibridez da modernidade-mundo, em que há dos "povos testemunhos" aos "povos novos", Darcy Ribeiro pode ser projetado ao *status* de autor precursor do pós-colonial, o que reitera nossa percepção de que, ao contrário do propalado, a crítica pós-colonial não é conivente com o relativismo pós-moderno, senão no crucial aspecto da aceitação da contingência que torna a ideia de destinos inelutáveis indefensável.

As conexões entre a utopia darcyniana e o "giro decolonial", no que se refere à inspiração pós-colonial, por isso, vêm ao encontro da esperança de um "humanismo ético" revisitado, capaz de articular várias e diferenciadas vozes elevadas, enfim, à evidência. Conforme também observou Bhabha (2007), a crítica a partir das ex-colônias vem a subverter as relações de mando e obediência ainda hoje existentes, quebrando e mesclando coleções organizadas e sistemas culturais, desterritorializando processos simbólicos, fazendo nascer e expandir os gêneros "impuros" e redefinindo temporalidades, atores e espectadores. Nesse cenário, talvez, seja possível ressintonizar a América Latina sonhada, íntegra porque diversa, palco contemporâneo da criatividade humana, como escreveu Darcy Ribeiro.

Referências

AGUIAR, Ronaldo C. Um livro admirável. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação:** realidade da soberania nacional. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 22-34.

ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**: a antropofagia ao alcance de todos. São Paulo: Globo, 1990.

APPIAH, Anthony. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.

BECHELLI, Ricardo S. **Nacionalismos anti-racistas**: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

BRUCE, Mariana. Apresentação. **Revista Contemporânea**. n. 2, p. 1-5, 2012 (Dossiê Nuestra América).

DIRLIK, Arif. A aura pós-colonial: a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global. **Novos Estudos Cebrap**, 49, nov. 1997, p. 7-32.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009 (Coleção Humanitas).

MARTÍ, José. Nuestra América. In: ZEA, Leopoldo (Org.). **Fuentes de la cultura Latinoamericana**. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 119-127.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais. Desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**. Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014.

MATTOS, André L. L. B. de. **Darcy Ribeiro**: uma trajetória (1944-1982). 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, Campinas, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M. A antropologia/antropofagia darcyniana e a consciência do colonialismo intelectual. In: ALMEIDA, Julia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria; GOMES, Heloísa Toller (Orgs.). **Crítica pós-colonial**. Panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: 7letras/Faperj, 2013, p. 119-138.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. Darcy Ribeiro e a crítica pós-ocidental de Walter Mignolo: notas sobre processos civilizatórios nas Américas. **Dimensões**, v. 29, p. 281-308, 2012.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. Intelectuais a autoconsciência latino-americana: por uma crítica à razão ocidental. **Realis -** Revista de Estudos Antiutilitaristas e pós-coloniais. v. 3, n. 2, p. 55-73, 2013. Disponível em: <http://www.revista-realis.org>. Acesso em: 20 dez. 2014a.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M.. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais. v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014b.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M. Africanidades e brasilidades: desafios epistemológicos ou sentidos da crítica pós-colonial para as ciências sociais hoje. In: OLIVEIRA, Jurema; SOARES, Luís Eustáquio. **Africanidades e brasilidades**. Ensino, pesquisa e crítica. Vitória: Edufes, 2014c, p. 11-28.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

NEVES, Cleiton R. das. **Discutindo identidades**: Manoel Bomfim e o discurso identitário Latino-Americano. In: I SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UFG/UCG. set. 2008, Goiânia. Disponível em: <http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_15_CleitonNeves_DiscutindoIdentidades.pdf.> Acesso em: 15 jan. 2014.

NUNES, Maria T. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In.: BOMFIM, M. **O Brasil na América:** caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 13-25.

RIBEIRO, Darcy. **Configurações Histórico-Culturais dos Povos Americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina**: a Pátria Grande. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Darcy. La cultura Latinoamericana. In: ZEA, Leopoldo (Org.). **Fuentes de la cultura Latinoamericana**. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 99-118.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, o antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

RODRÍGUEZ, Pedro P. **Martí e as duas Américas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROMERA Jr., Edison. **A ideia de América Latina na obra de Darcy Ribeiro**: um ensaio sobre o pensamento social latino-americano. Vitória: UFES-CCHN-DCSO, 2014. Monografia de final de curso, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

_____. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de S. **Nuestra América**: reinventando un paradigma. Casa de las Américas, n. 237, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/158_Nuestra%20America-Casa%20de%20las%20Americas.pdf.> Acesso em: 04 mai. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

COLONIALISMO INTERNO E DEPENDÊNCIA: UM DEBATE TEÓRICO SOBRE A SUBORDINAÇÃO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Camilla dos Santos Nogueira
Doutoranda do PPGPS - UFES. Bolsista FAPES.

Resumo: Os estudos sobre o colonialismo interno, realizados por diferentes acadêmicos, analisam o fenômeno que se dá de forma intranacional, ou seja, dentro de uma mesmo Estado-nação, sendo, portanto distinto do colonialismo. Já a Teoria da Dependência, em sua vertente marxista apresenta as circunstâncias socioeconômicas da América Latina, entendendo que há uma relação de dominação de uns países sobre outros, precisamente nas relações econômicas entre a periferia e o centro. Segundo os novos autores da dependência, a fase atual do capitalismo, ocorre a partir da ascensão do neoliberalismo. Esta nova fase da dependência pode ser entendida como a atual face do colonialismo, agora considerado como interno, internacional e transnacional. As consequências estruturais que determinam esta nova dependência são a dominação mundial dos mercados e o aumento da superexploração dos trabalhadores através da transnacionalização dos mercados.

Palavras-chave: teoria da dependência; colonialismo interno; América Latina.

Abstract: Studies of internal colonialism, conducted by different scholars, analyze the phenomenon that takes place in intranational form, in the same nation-state, and therefore distinct from colonialism. Already the theory of dependence, in the Marxist perspective presents the socioeconomic circumstances of Latin America, understanding that there is a relationship of domination of some countries over others, precisely in economic relations between the periphery and the center. According to new authors of addiction, the current phase of capitalism occurs from the rise of neoliberalism. This new phase of dependence can be understood as the current face of colonialism, now considered as internal, international and transnational. The consequences structures that determine our new dependence is world domination of markets and the increased exploitation of workers by globalization of markets.

Keywords: dependency theory; internal colonialism; Latin America.

Introdução

Desde o início do século XX, o conceito de dependência tem sido utilizado para descrever a situação latino-americana num contexto de economia capitalista globalizada, cuja superação, para autores como José Carlos Mariátegui (2011), deveria necessariamente passar por um projeto socialista construído a partir das classes nacionais, trabalhadores urbanos, camponeses e indígenas; excluindo a aristocracia fundiária e a burguesia, cujos interesses, de resto, já estavam alinhados com o imperialismo norte-americano. No entanto, será a partir da década de 1960, através de uma importante produção intelectual que o conceito de dependência será desenvolvido naquilo que foi denominado como Teoria da Dependência latino-americana.

Nesse contexto, a preocupação com o colonialismo interno, foi desenvolvido com especial atenção por Pablo Gonzalez Casanova (1969, 2006), Rodolfo Stavenhagem (1969) e Bomfil Batalla (1972), no final da década de 1960. Já nos anos 80 o colonialismo interno foi recuperado por autores como Aníbal Quijano (2005), que analisou a situação de colonialidade do poder[1]. Abundantemente utilizada, sobretudo na década de 1970 esta ideia permitia caracterizar as formações sociais do México, Bolívia e Equador.

No entanto, torna-se relevante recuperar o conceito de colonialismo interno e relacioná-lo com o conceito de dependência, na tentativa de entender as partes, diga-se aspectos econômicos, políticos e culturais, e assim resgatar o todo. Este, portanto será o objetivo do presente ensaio, que está divido em três partes. A primeira parte trata a relação entre o colonialismo e o colonialismo interno, através de uma digressão sobre ambos conceitos do ponto de vista histórico e do ponto de vista teórico. Na segunda parte o leitor encontrará as ideais dos teóricos da dependência pertencentes à vertente marxista, sendo eles André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, e Vânia Bambirra. Finalmente, na terceira e última parte, encontra-se o aporte do presente ensaio: estabelecer uma relação teórica entre o conceito de colonialismo interno e da dependência no que diz respeito aos aspectos da superexploração e dos aspectos da globalização neoliberal. Aqui o objetivo é mostrar como estes conceitos, que possuem diferenças teóricas, apresentam também convergências que nos permitem analisar a situação de subordinação dos países latino-americanos.

Neste sentido a hipótese do estudo parte do entendimento de que as categorias dependência e colonialismo interno permitem o entendimento mais completo, e representam dois dos paradigmas das ciências sociais latino-americanas que dão conta de explicar as condições de subordinação da região, buscando imaginar outro sistema social mais justo e solidário, que contribua a construção de um projeto libertário que possa superar a fragmentação analítica entre as esferas econômicas, políticas e culturais. Ao mesmo tempo, se postula uma posição que combate a recuperação imitativa dos processos de desenvolvimento operados nos países centrais, portanto problematizando o estudo desde uma perspectiva das ideias latino-americana.

[1] Quijano pensa América Latina a partir das culturas indígenas e afrodescendentes e das relações materiais que se constroem com esta população, relações mediadas por valores racistas e eurocêntricos. No presente trabalho não discutiremos os conceitos apresentados pelo autor.

1. Do colonialismo ao colonialismo interno

Como fenômeno concreto, o colonialismo faz referência à relação de dominação e exploração na qual uns países – geralmente potências econômicas e militares –, submetem a outros países apropriando-se inclusive de seu território. Os primeiros são conhecidos como metrópoles, enquanto que os demais são chamados de colônias. Para Casanova (1996):

> […] la colonia es: 1º Un territorio sin gobierno propio; 2º Que se encuentra en una institución de desigual respecto de la metrópoli donde los habitantes sí se gobiernan a sí mismos; 3º Que la administración y la responsabilidad de la administración conciernen al Estado que la domina; 4º Que sus habitantes no participan en la elección de los más altos cuerpos administrativos, es decir, que sus dirigentes son designados por el país dominante; 5º Que los derechos de sus habitantes, su situación económica y sus privilegios sociales son regulados por otro Estado; 6º Que esta situación no corresponde a lazos naturales sino "artificiales", producto de una conquista, de una concesión internacional, y 7º Que sus habitantes pertenecen a una raza y a una cultura distintas de las dominantes, y hablan una lengua también distinta (CASANOVA, 1996, p. 230).

O colonialismo como processo histórico encontra dois grandes momentos: 1) a colonização da América, com a qual Espanha, Portugal, Grã-Bretanha e França foram os principais beneficiados, e 2) a colonização de algumas regiões da África, Ásia e Oceania, durante os séculos XVIII, XIX e parte do XX, por parte da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Bélgica e Itália. É fundamental destacar que esta segunda onda colonizadora conta com um novo ingrediente produto da revolução industrial: o capitalismo como sistema político e econômico dominante. Sobre o aspecto da expansão de países centrais a países da periferia, Casanova (1996) afirma que:

> El desarrollo internacional ocurre dentro de una estructura colonial: la expansión de la "civilización", del progreso social y técnico de la occidentalización del mundo, de la evangelización, de la difusión de las ideas liberales y socialistas, ocurre en un cuadro de relaciones desiguales entre los países desarrollados y subdesarrollados. Y los motivos o motores de la colonización no sólo son económicos, como es obvio, sino militares, políticos, espirituales. Pero la función económica y comercial de las colonias es inmediata y general, marca un tipo de tendencias, de constantes en el fenómeno colonial, que ya apuntaba (CASANOVA, 1996, p. 231).

Para Casanova, no entanto as definições do colonialismo não são suficientes, por se tratarem de uma explicação jurídico-política, formalista, além de não permitirem uma análise

dinâmica da estrutura colonial dependente, não explicando o objeto de domínio, a função da dominação e a forma como o domínio funcionam.

Feita esta primeira aproximação histórica do colonialismo, entramos no tema deste trabalho, a noção de colonialismo interno, que é uma tentativa de precisar conceitualmente o desenvolvimento histórico da questão colonial nos Estados-nacionais do terceiro mundo, especificamente na América Latina.

A origem da categoria do colonialismo interno se remonta a uma proposta secundária, e de certo modo circunstancial, que o sociólogo norte-americano Charles Wright Mills fez no Brasil em 1960 e foi revitalizado em uma antologia postumamente recopitalada por Irving Horowitz em 1964. O sociólogo mexicano Pablo González Casanova (1963) retoma o conceito de Wright Mills ampliando e aprofundando a análise da América Latina, particularmente o México. Paralelamente o sociólogo germano-mexicano Rodolfo Stavenhagen (1963), aplica a noção ao estudo os povos indígenas, extrapolando posteriormente ao contexto africano.

Existem significativas diferenças, por parte de seus principais pesquisadores na conceitualização, tratamento e utilização da categoria de colonialismo interno relacionadas às noções de sociedade e de estrutura social. Por um lado, Rodolfo Stavenhagen (1969) tratará a categoria colonialismo interno dentro de uma totalidade social inter-relacionada e não como uma ou várias estruturas sociais homogêneas e/ou fechadas que coabitam dentro do mesmo Estado-Nação; mas sim como estruturas ou conjuntos sociais vinculados entre si que constituíram uma formação histórico-social comum, mesmo que segmentada. Estas diferenças têm importantes implicações nos usos de colonialismo interno, sobretudo no que diz respeito à análise das dinâmicas sociais na América Latina.

Por outra parte, Casanova (1963) se refere ao colonialismo interno como um fenômeno que atua em uma sociedade dual ou plural, isto leva a um modelo de sociedade na qual os grupos que atuam nela, se encontram separados com diferenças, no entanto apresentam-se de uma forma homogênea e sem contradições aparentes.

Pablo González Casanova descreve o colonialismo interno como “relaciones sociales de dominación y explotación entre grupos culturales distintos, cada uno con sus propias estructuras de clase. El colonialismo interno implica una forma de explotación y dominación combinada” (CASANOVA, 1996, p. 67), una mistura entre “feudalismo, esclavismo, trabajo asalariado y forzado, aparcería y peonaje, servicios gratuitos”. Dessa forma afirma que:

> 1º El colonialismo interno corresponde a una estructura de relaciones sociales de dominio y explotación entre grupos culturales heterogéneos, distintos. Si alguna diferencia especifica tiene respecto de otras relaciones de dominio y explotación (ciudad-campo, clases sociales) es la heterogeneidad cultural que históricamente produce la conquista de unos pueblos por otros, y que permite hablar no sólo de diferencias culturales (que existen entre la población urbana y rural y en las clases sociales) sino de diferencias de civilización. La estructura colonial se parece a las relaciones de dominio y explotación típicas de la estructura urbano-rural de la sociedad tradicional y de los países subdesarrollados, en tanto que una población integrada por distintas clases (la urbana o la colonialista) domina y explota a una población integrada también por distintas clases (la rural o colonizada) (CASANOVA, 1996, p. 240).

O colonialismo interno unicamente se faz perceptível quando as antigas colônias conquistam sua independência (ao menos no aspecto formal) e se convertem em Estados-nacionais independentes, o que permite a chegada ao poder de uma nova classe social.

A categoria de inspiração marxista, procura caracterizar a continuidade colonial das estruturas sociais dos territórios que outrora foram colônias europeias, baseando-se na distinção diacrônica da espacialidade global do colonialismo como um fenômeno simultaneamente internacional e intranacional. Segundo esta proposta conceitual, a dupla espacialidade do fenômeno colonial se faz necessária uma especificação da natureza e características do aspecto colonial dentro no espaço das novas repúblicas, que dê conta de maneira concreta das relações entre os Estados, as classes dominantes nativas (crioulas) e os povos indígenas.

Essas relações geridas dentro do Estado-nação seriam esclarecidas sobre a categoria de colonialismo interno designando uma estrutura prolongada de relações sociais de domínio e exploração entre grupos culturais heterogêneos dentro das sociedades duais ou plurais (CASANOVA, 1965). Desta forma, as classes ou grupos dominantes nativos, exercem controle colonial sobre o restante dos grupos sociais preexistentes à formação do Estado-nação.

Assim, se configura uma estrutura social colonial onde os setores hegemônicos dominam culturalmente e exploram materialmente os povos indígenas, reproduzindo internamente as dinâmicas coloniais globais associadas a modalidades especificas de acumulação de capital. Da mesma forma em que as áreas desenvolvidas do planeta mantêm os países periféricos em uma condição de subdesenvolvimento, as classes dominantes crioulas manteriam no subdesenvolvimento os setores dominados dentro do âmbito nacional. Desta forma, fenômenos próprios do capitalismo internacional como a formação de áreas periféricas marginalizadas fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra, que dependem

estruturalmente dos centros econômicos e políticos, se produziriam a escala intranacional como reflexo de padrões do colonialismo imperial (externo).

Neste sentido, os padrões de diferenciação social não se restringem ao âmbito exclusivo das classes sociais como nos países do Primeiro Mundo, pois segundo o colonialismo interno as hierarquias sociais estariam também organizadas por diferenças étnicas e raciais que justificariam a existência da estrutura social colonial. Por este motivo, as análises de classes sociais utilizadas para explorar as realidades latino-americanas seriam insuficientes para dar conta das dinâmicas internas das ex-colônias (STAVENHAGEN, 1969).

O processo de descolonização da África e Ásia iniciado no final da década de 1950 e a necessidade de encontrar uma definição geral que dê conta das dinâmicas históricas de formação das estruturas sociais dos Estados-nacionais no Terceiro Mundo, encontrou um importante correlato na categoria de colonialismo interno.

As ciências sociais hegemônicas e vários expoentes do pensamento crítico, muitas vezes colocam o problema do colonialismo interno como um fenômeno puramente cultural ou racial resolvido com a "modernização", a "integração nacional" e a construção de um estado homogêneo, com língua e cultura só. Uma leitura crítica das lutas contra o colonialismo e as lutas internas busca construir um Estado multiétnico. De certa forma, a noção analítica desenvolvida por González Casanova e Stavernhagen foi também uma resposta crítica a teoria da modernização de corte weberiano e a sociologia dominante da época representada no funcionalismo-estrutural.

2. Teoria da dependência

Durante os anos 1960, a Teoria da Dependência mostrou que o subdesenvolvimento dos países periféricos estava relacionado com a expansão dos países industrializados, de modo que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento apareciam como diferentes aspectos de um mesmo movimento. Naquela época, a Teoria da Dependência, apresentou aspectos estruturais que fundamentaram as desigualdades entre nações. Até então, o subdesenvolvimento era visto como uma condição necessária para um processo de desenvolvimento evolutivo que se pretendia.

Como resultado da complexidade das interpretações sobre o tema da dependência, há muitas controvérsias a respeito da classificação das vertentes teórcias dependentistas. No presente

estudo, não temos intenção de estabelecer o debate dentro da Teoria da Dependência, e optaremos pela corrente marxista da dependência representada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, com contribuições de André Gunder Frank e Vânia Bambirra por acreditar que estes intelectuais apresentam ideias mais condizentes com a realidade latino-americana.

Com a publicação, em 1966, de "The Development of Underdevelopment", na revista Monthly Review, André Gunder Frank acunhou a frase "o desenvolvimento do subdesenvolvimento" que, em certo modo, pode ser considerada como o ponto de partida da Teoria da Dependência. Neste trabalho, Frank esboça suas primeiras ideais, afirmando que:

> Los países que ahora son desarrollados nunca fueron subdesarrollados, aunque bien pudieron ser no desarrollados. El subdesarrollo contemporáneo es en gran medida el producto histórico de relaciones económicas y de otras relaciones pasadas y que continúan, entre los satélites subdesarrollados y los ahora países metropolitanos desarrollados (FRANK, 1966, p. 18).

A transferência do excedente existe na cadeia onde estão envolvidas metrópoles e regiões periféricas. Frank afirma que, por meio da transferência, as burguesias locais urbanas exploraram as sociedades camponesas. André Gunder Frank era um excêntrico teórico, não só por ser o precursor da temática dependentista e, em seguida, do "sistema mundial", mas por ter um pensamento singular, com uma compreensão sensível dos modos de reprodução capitalista em países subdesenvolvidos, junto com seu compromisso político.

Bambirra define dois tipos principais de estrutura dependente: a tipo A, formado por alguns países com o processo de industrialização a partir da última década do século XIX; e a tipo B, onde se agrupam países onde a industrialização começou a partir da Segunda Guerra Mundial, com uma forte presença de capital estrangeiro. Para a autora, apenas México, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia mostraram uma burguesia industrial nacional incipiente idealizadora do próprio projeto de desenvolvimento, oferecido ao conjunto da sociedade. Essa circunstância deu espaço para o surgimento do populismo como um fenômeno político.

Da mesma forma, Bambirra afirma que durante os anos 1950, as burguesias nacionais tornaram-se "sócias menores das empresas multinacionais, tornando-se classes dominantes-dominadas, abdicando das bandeiras anti-imperialistas e nacionalistas populistas" (Bambirra, 1972) resultado da presença de investimento estrangeiro direto no setor de manufatura, que desnacionalizava a propriedade privada. Para a autora, este processo culminaria com muitos golpes durante os anos 1960 e 1970.

Theotônio dos Santos foi um dos grandes precursores da Teoria da Dependência. Durante o exílio no Chile, seguido por vários anos no México, Teotônio dos Santos formulou uma das mais destacadas análises sobre a dependência na América Latina.

Em seus estudos, o autor sintetizou três formas históricas de dependência. A primeira seria a dependência colonial, dada quando as exportações de produtos primários era a atividade econômica principal e estava dominada pela aliança do capital comercial e financeiro europeu com os Estados colonialistas. A segunda forma de dependência se fortalece no final do século XIX, e é a dependência em relação à área "financeiro-industrial", caracterizada pela dominação do capital nos centros hegemônicos, que se expandia por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para consumo próprio. Consequentemente, a produção nos países dependentes é destinada às exportações e determinada pela demanda dos centros hegemônicos. A estrutura de produção interna é caracterizada pela especialização rígida e pela monocultura em algumas regiões.

A dependência supunha, portanto, exploração do excedente de países atrasados. Isso possibilitava o desenvolvimento industrial de alguns países "e limita esse mesmo desenvolvimento em outros, submetendo às condições de crescimento induzindo pelos centros de dominação mundial" (DOS SANTOS, 1975, p. 178). Dos Santos diagnosticava que a dependência da América Latina continuaria na medida em que não pudesse transformasse "em uma economia autossustentável ou independente" (DOS SANTOS, 1975, p. 180).

Ruy Mauro Marini desenvolve em Dialética da Dependência (1973), uma das linhas teóricas mais crítica do capitalismo global e sua expressão em países dependentes. Marini destaca que a história da América Latina não é uma história a parte, sem relação com a dos países desenvolvidos, mas sim deve ser considerada a partir de um elemento integrador e inseparável do sentido de totalidade.

O autor define a dependência na América Latina através dos conceitos de "intercâmbio desigual" e "exploração do trabalho", observando a inserção da região no contexto do capitalismo global. Para Marini, o ciclo de dependência da América Latina se intensificou com o crescimento do comércio internacional e, como resultado das assimetrias geradas pelo intercâmbio desigual, onde os produtos primários exportados pelos países dependentes não apresentam grandes ganhos quando comparados com os produtos industrializados altamente especializados produzidos nos países centrais. Nas condições de mercado, tal desigualdade

intensifica a deterioração dos termos de intercâmbio[2]. Para recuperar a mais-valia perdida nas relações estabelecidas pelo mercado, em condições de intercâmbio desigual, a solução adotada pelos países latino-americanos foi o aumento da exploração do trabalho.

De um modo geral, a exploração é entendida como a capacidade de se apropriar do valor produzido pelo trabalhador por parte do capitalista através de três mecanismos: mais-valia relativa (expansão da produtividade física do trabalho por meio de mecanização, aumentando o ritmo de trabalho), mais-valia absoluta (extensão da jornada de trabalho mantendo os salários constantes) e o pagamento de salários abaixo do valor que garante a reprodução do excedente dos trabalhadores. Na América Latina, a superexploração é caracterizada pelo uso excessivo dos três mecanismos mencionados, a partir do pagamento de um salário que não permite a reprodução adequada da vida do trabalhador. Ou seja, que o superexploração era forma de obter lucro através do aumento da intensidade do trabalho, aumento da jornada de trabalho-formas clássica de exploração do trabalho – e a redução do consumo do trabalhador.

A importância deste momento de produção de conhecimento, entretanto, ultrapassa o projeto de desenvolvimento para América Latina até então determinado pela concepção industrializante da CEPAL, e pelas teorias neoclássicas do comércio internacional, que naturalizaram as relações que o colonialismo impôs entre o centro e a periferia.

3. Colonialismo interno e dependência

> Los aislamientos de categorías pueden ser la mejor forma de no definir las categorías. Son la mejor forma de no entender las definiciones históricas de la clase trabajadora y de la lucha de clases cuidadosamente encubiertas o mediatizadas por las estructuras actuales y mentales del capitalismo realmente existente (CASANOVA, 1996, p. 423).

Muito embora a projeção da Teoria da Dependência dentro do marxismo e sua importância para explicar a situação periférica dos países da região no sistema capitalista, as contribuições da Teoria da Dependência têm sido celebradas com ênfase especial nos aspectos econômicos que são de fato relevantes. Assim, a explicação sobre a relação desigual entre os países deveria ser compreendida especialmente dentro do cenário de comércio global em que algumas nações se expandem e reproduzem sua situação de dominação sobre outras que, por

[2] Tese proclamada por Raúl Prebisch em seus estudos na CEPAL.

sua vez, somente se reproduzem como reflexo da expansão das primeiras, o que gera um efeito negativo sobre seu desenvolvimento imediato (DOS SANTOS, 1974).

A escola marxista da dependência foi intensamente criticada por diversos autores por não considerar os aspectos internos dos países latino-americanos que também podem ocasionar a dependência econômica. Agustín Cueva, em Problemas e Perspectivas da Teoria da Dependência (1974) critica os dependentistas por superestimarem os fatores externos, em detrimento dos internos, e não estender a análise para as classes sociais. Cueva afirma que a Teoria da Dependência não releva a dinâmica interna dos países, pois explica o desenvolvimento de uma formação social por sua articulação com outras formações.

Em um nível mais geral, em resposta a Cueva, Bambirra, afirma que Dos Santos, ou até ela mesma, dão importância a fatores internos e as lutas de classe, não sustentam uma tese estagnacionistas e reconhecem que a entrada de capital acelera o desenvolvimento capitalista. Bambirra diz que haviam duas contradições fundamentais na sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, entre o imperialismo e as nações oprimidas, de acordo com Lênin e a Internacional Comunista; e a segunda, a que existe entre a burguesia e o proletariado. Desta forma se pode tratar dialeticamente a tensão entre as contradições de classe e as contradições nacionais, ou seja, aspectos internos e aspectos externos.

O artigo "As desventuras da dialética" (1979), em co-autoria José Serra e Fernando Henrique Cardoso criticam Marini dizendo que o autor pecou pelo economicismo de sua análise, e por excessiva interpretação estagnacionistas, e pela tendência em minimizar os fatores internos na determinação da dependência.

Marini se defende no artigo Las razones del neodesarrollismo (1978) afirmando que, "reducida a sí misma, la lucha política se vuelve desprovista de cualquier base explicativa sólida" (MARINI, 2000, p. 231). No sentido marxista, a própria materialidade econômica determina os termos das relações nos âmbitos político e social. Finalmente, sobre a crítica de que Marini superestima fatores externos como determinantes da dependência, a resposta é que existe adesão dos grupos internos a ideologia e projetos dos grupos externos. Deste modo, o fator externo exerce forte influência sobre o interno, através do estabelecimento de alianças, para satisfazer os interesses particulares das classes internas. Assim tanto Marini, como Frank e Bambirra acreditam que as alianças estabelecidas pela burguesia nacional com o capital internacional, utilizando-se da superexploração como forma de superar as diferenças existentes.

Apresentado este debate em torno à relevância dos aspectos internos dado pela teoria dependência, vale, no entanto afirmar que os aspectos culturais da dependência, contudo, não tiveram a mesma projeção nos estudos que se concentraram no campo econômico. Isto deve ser compreendido, em parte, pela relevância da correlação imediata observada entre a circunstância de atraso das forças produtivas da maior parte dos países da América Latina, com sua situação de dependência econômica em relação principalmente aos Estados Unidos.

Nesse contexto, a preocupação com o colonialismo interno complementa a ideia de dependência, na medida em que ambas correntes de pensamento buscaram explicar os motivos da subordinação latino-americana aos países centrais, determinada também por fatores externos.

Esta complementaridade pode ser verificada ao situar o fenômeno no seu contexto histórico, nota-se que o processo de colonização da América Latina sempre esteve enquadrado em um sistema "mercantilista-capitalista em expansão", na qual as metrópoles construíram seu próprio desenvolvimento. Este desenvolvimento foi obtido à custa do subdesenvolvimento das colônias que funcionavam como "exportadoras de matérias-primas" nos lugares onde era obtida mão-de-obra barata o que para Casanova (2006) é reforçado por que: "Siempre que hay una colonia se da, en efecto, una condición de monopolio en la explotación de los recursos naturales, del trabajo, del mercado de importación y exportación, de las inversiones, de los ingresos fiscales" (CASANOVA, 1996, p. 232).

O desenvolvimento de umas regiões a custas do subdesenvolvimento de outras é um fenômeno que também está presente nas próprias colônias: enquanto que nos centros mineiros e cidades principais se gerava o desenvolvimento, outras regiões estavam condenadas ao subdesenvolvimento. Estas relações de exploração e dominação de tipo colonial subsistiram, seja sobre a forma de metrópole-colônia, centro-periferia ou cidade-campo. Dessa forma Casanova estabelece a relação do estudo do colonialismo interno com a dependência, afirmando que: "En esas condiciones se puede abordar el estudio del colonialismo y la dependencia, por el monopolio que un país ejerce sobre outro" (CASANOVA, 1996, p. 232).

Outro aspecto está relacionado à definição de exploração. Para a Teoria da Dependência marxista a superexploração é um mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar as perdas derivadas das relações econômicas internacionais. Portanto, nos escritos de Marini, fica claro que a dependência está relacionada com as classes e a superexploração.

Já Casanova, explica a exploração desde um aspecto mais amplo ao afirmar que:

> La estructura colonial y el colonialismo interno se distinguen de la estructura de clases, porque no son sólo una relación de dominio y explotación de los trabajadores por los propietarios de los bienes de producción y sus colaboradores, sino una relación de dominio y explotación de una población (con sus distintas clases, propietarios, trabajadores) por otra población que también tiene distintas clases (propietarios y trabadores) (CASANOVA, 1996, p. 241).

Desta forma nota-se que não há diferença substancial na análise, e sim âmbitos de análise diferentes que, de certo ponto, se completam. Enquanto Marini dá ênfase ao comportamento exploratório do capitalista da periferia, Casanova apresenta a exploração da sociedade como um todo. O raciocínio fundamental, que relaciona tais concepções é a ideia de que a acumulação do capital no interior dos países dependentes está caracterizada pela existência de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva, o que, desde o ponto de vista da mais-valia relativa e absoluta, junto à redução dos salários de reprodução do trabalhador, resulta em uma violenta exploração da força de trabalho.

Em "Colonialismo Interno (una redefinición)" (2006), Casanova apresenta o novo colonialismo interno como sendo internacional, intranacional e transnacional, como triunfo mundial dos projetos globalizadores e neoliberais. Este novo aspecto do colonialismo é caracterizado pelo autor como:

> […] el triunfo mundial del capitalismo sobre los proyectos comunistas, socialdemócratas y de liberación nacional, la política globalizadora y neoliberal de las grandes empresas y los grandes complejos político-militares tiende a una integración de la colonización inter, intra y transnacional. Esa combinación le permite aumentar su dominación mundial de los mercados y los trabajadores, así como controlar en su favor los procesos de distribución del excedente en el interior de cada país, en las relaciones de un país con otro y en los flujos de las grandes empresas transnacionales (CASANOVA, 1996, p. 425).

Para Casanova, portanto, com a globalização e as políticas neoliberais, o colonialismo agora não é só um aspecto interno, mas também internacional e transnacional. Para autores como Orlando Caputo Leiva, Cristóbal Kay, Adrián Sotelo Valencia e Marcelo Dias Carcanholo, cujas pesquisas utilizam o mesmo marco de análise da Teoria da Dependência marxista, a partir da década de 1970 se inicia uma nova fase do capitalismo mundial, a fase neoliberal, que representa para América Latina uma nova forma histórica da dependência.

O modelo, paradoxalmente orientada pelo Estado, internalizou as exigências do mercado financeiro, em detrimento da economia nacional e das políticas sociais. O modelo

representou, em suma, a falta de compromisso com as demandas sociais, por um lado – dando menos importância a setores como a classe trabalhadora industrial, campesinos e povos originários –, e por outro lado beneficiando a classe média empresarial e os grupos financeiros. A vigência da superexploração do trabalho no capitalismo avançado se mistura com a superexploração do trabalho nas periferias, que retroalimenta a valorização dos capitais. Que é precisamente a ideia apresentada por Casanova quando afirma que:

> La política globalizadora y neoliberal redefine las empresas y los países con sus redes internacionales, intranacionales y transnacionales. El mundo no puede ser analizado si se piensa que una categoría excluye a las otras. En cuanto a las relaciones de dominación y explotación regional, las redes articulan los distintos tipos de comercio inequitativo y de colonialismo, así como los distintos tipos de explotación de los trabajadores, o las distintas políticas de participación y exclusión, de distribución y estratificación por sectores, empleos, regiones (CASANOVA, 1996, p. 426).

Portanto para Casanova a nessa nova fase da dependência, onde o colonialismo se reforça por redes internacionais, intranacionais e transnacionais, a exploração dos trabalhadores é intensificada.

Sotelo explica que a nova lógica da globalização do capital redefiniu a divisão internacional do trabalho e pressionou as antigas periferias dependentes da América Latina a adotar mudanças econômicas e políticas de acordo com as novas determinações. Para Sotelo, do ponto de vista da Teoria da Dependência, tanto a América Latina como as novas periferias executam funções determinadas pela nova divisão internacional do trabalho. Em Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial (2007), Sotelo apresenta um conjunto de fenômenos que resumem a evolução da lógica das políticas neoliberais e reestruturação produtiva: a desregulamentação do trabalho, a implementação da flexibilidade laboral e precarização do trabalho. Para o autor, a articulação desses três elementos ilustra o regime de trabalho atual adotado em quase todo o mundo.

Uma característica apresentada por Sotelo que se destaca nesse contexto é o aumento dos empregos informais e temporários. Para Sotelo, predomina em todo o mundo o trabalho "golondrina" (barco), com contratos de curta duração. O tele trabalho é outra categoria que se expandiu na última década, até mesmo os trabalhadores qualificados, com altos rendimentos e graus universitários, se submetem a esse trabalho precário e instável. Segundo Sotelo, a falta de organizações sindicais e políticas inativas desfavorecem as condições de trabalho.

Deste modo em meio das grandes mudanças ocorridas desde o triunfo global do capitalismo, o colonialismo interno, ou intracolonialismo, e sua relação com o colonialismo internacional, formal e informal, e com o transnacional, é uma categoria complexa que se reestrutura nas suas relações com as demais, e que reclama ser considerada em qualquer análise crítica do mundo que se inicie desde o local ou o global e que pode ser complementada pela análise da dependência econômica que explica os efeitos sócio-políticos estabelecidos entre o centro e a periferia a forma como a superexploração se intensifica.

Reflexões Finais

Apresentar as ideias presentes na teoria sobre o colonialismo interno e a Teoria da Dependência, é uma sorte de prosseguir no debate teórico desde o ponto de vista dos paradigmas que indica que não é mais possível pensar dentro de um paradigma ocidental ou eurocêntrico, e que agora deve se avançar com as epistemologias que se colocam como alternativa desde o Sul. Trata-se, em síntese, de valorizar novas conceituações ou explicações para aquelas visões de mundo e questões outrora obscurecidas e negadas pelo paradigma científico moderno. Trata-se, finalmente, de questionar a própria noção de desenvolvimento, tão cara dentro da própria Teoria da Dependência e dos projetos políticos alternativos pensados nos anos do desenvolvimentismo latino-americano.

Já que ambas teorias defendem que a relação de dependência entre os países do centro e da periferia, intensificada no período neoliberal mantém os países periféricos em condição de subdesenvolvimento, com efeitos perversos sobre a classe trabalhadora. Portanto, reconhecer a enorme importância dos aportes sobre o colonialismo interno e relacioná-lo com a Teoria da Dependência permite um debate mais substancial sobre a situação de subordinação e exploração que a América Latina vive há séculos, e que atualmente se configura pela mundialização do capital.

Referências

BAMBIRRA, V. (1972). **“El capitalismo dependiente latinoamericano”**. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972.

BONFIL, G. (1972). **“El concepto de Indio en América:** Una categoría de la situación colonial”. Anales de Antropología. v. IX México. Disponível em: <http://www.suang.com.ar/resegnas/ElconceptodeindioenAmerica.pdf>.

CARCANHOLO, M. D. (2002). **Abertura Externa e Liberalização Financeira:** Impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. Tese de Doutorado. IE/UFRJ. Rio de Janeiro.

_____ (2009). "Dependência e superexploração da forca de trabalho no desenvolvimento periférico". In: **A América Latina e os desafios da globalização** / Emir Sader e Thetonio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores) - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial.

CARDOSO, F. y Serra, J. "As desventuras da dialética da dependência". In: **Estudos Cebrap**, n. 23, São Paulo, Cebrap, 1978.

CASANOVA, P. (2006). "Colonialismo Interno: uma redefinição". In: BORON, Atílio et al. (Comp.). **La teoría marxista hoy:** problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____ (1969). **Sociologia de la Exploración**. México: Siglo XXI.

_____ (1996). **Sociologia de la Exploración**. México: Siglo XXI.

DOS SANTOS, T. (1968). **"El Nuevo Carácter de la Dependencia"**, Santiago, Chile: Ed. do CESO.

_____ (2000). **"A Teoria da Dependência:** Balanço e Perspectivas". Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

FRANK, A. (1966). **"The Development of Underdevelopment"**. Monthly Review Pres.

MARIÁTEGUI, J. C. (2011). **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Boitempo.

MARINI, R. (1978). **"Las razones del neodesarrolismo"**. Publicado en Revista Mexicana de Sociología, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, México, UNAM, p. 57-106.

_____ (1992). **"Desenvolvimento e dependência.** Archivo de Ruy Mauro Marini con la anotación". Artigo publicado no Correio Braziliense. Disponível em: <http://www. mariniescritos.unam.mx/> (acesso em 10.03.2012).

_____ (2000). **"Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini"**; organização e apresentação Emir Sader. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.

MARTINS, C. E. (2009). "A superexploração do trabalho e a economia política da dependência". In: **A América Latina e os desafios da globalização** / Emir Sader e Thetonio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores) - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial.

MARTINS, C. E. y Sotelo, A. (2009). **"A América Latina e os desafios da globalização"**. / Emir Sader e Thetonio dos Santos (coordinadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores) - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial.

QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. Lander, Edgardo (org.). **A Colonialidade do saber:** eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: Clacso.

OSORIO, J. (2009). "Dependência e superexploração". In: González, P. (2003). "**América Latina:** história de medio siglo". Ciudad de México: Siglo XXI.

STAVENHAGEN, R. (1969). **Las clases sociales en las sociedades agrarias.** Siglo XXI, México.

WRIGHT MILLS, C. (1964). **"El problema del desarrollo industrial"**, en Poder, política y pueblo. Fondo de Cultura Económica, México.

O PROJETO POLÍTICO-ESTÉTICO DO CINEASTA GLAUBER ROCHA: *TRANSE* E DESCOLONIZAÇÃO

Cíntia C. Braga Dantas
Graduada em História pela UFES. Mestre em Memória Social pela UNIRIO.
Doutoranda em História pela UFU.

Resumo: Glauber Rocha projeta a *mise-en-scène* da história da colonização como parte do projeto revolucionário que objetiva a descolonização cultural, como fundamento para a promoção da autonomia política e o fim das desigualdades sociais. Parte-se do princípio de que na esfera política Glauber idealizava a construção de uma cultura revolucionária capaz de romper com as velhas estruturas coloniais, desde sempre e até hoje, atualizadas. Ele tinha conhecimento do inventário de fatos da História, que o esclareceram sobre a ausência de entraves que pudessem representar um rompimento com a dependência gerada pela colonização. O nascimento de uma cultura revolucionária seria a condição para o estabelecimento de rupturas capazes de obstaculizarem a atualização do mando, por parte dos colonizadores, e da subserviência, por parte dos colonizados, no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: revolução; transe; descolonização.

Abstract: Glauber Rocha projects the mise-en-scène of the history of colonization as part of the revolutionary project that aims at cultural decolonization, as the basis for promoting political autonomy, and an end to social inequality. It starts from the principle that in the political sphere Glauber envisioned building a revolutionary culture capable of breaking with the old colonial structures ever since and to nowadays. He was aware of the inventory fact of history, that accounted for the absence of barriers that could represent a break with dependency generated by colonization. The birth of a revolutionary culture would be the condition for the establishment of disruptions able to prevent updating the command, by the settlers, and subservience on the part of the colonized in Brazil and in Latin America.

Keywords: revolution; trance; decolonization.

O trabalho de interpretação do projeto político-estético de Glauber Rocha apresenta-se como a leitura de uma historio-cinematografia, ou seja, investiga-se uma obra em que a história política e social da colonização é expressa pela forma cinematográfica. Partindo da relação antagônica entre colonizadores (Europa) versus colonizados (América Latina e África) e daquilo que o colonialismo legou aos povos do chamado Terceiro Mundo, Glauber Rocha cria outra representação para essa história, com vistas a fazê-la desenvolver-se dialeticamente. A cada retorno à historiografia tradicional da colonização, ele se deparava com uma história marcada pela ausência de rupturas e resolve criar suas próprias referências na luta pelo estabelecimento da libertação cultural e de uma transição política.

"A revolução é uma mística" porque é a partir da cultura religiosa dos povos subdesenvolvidos, que Glauber irá se inspirar para dar forma ao seu projeto político e estético. A questão é pensar a relação entre os pares: *transe/revolução* e *mística política/religião*, como

elementos centrais deste projeto. Glauber se negou a adotar a "razão dominadora", representante do pensamento colonialista, como a única capaz de desencadear os processos de conscientização. O cineasta irá identificar na nossa tradição religiosa, a substancialidade cultural necessária para construir seu cinema místico, no qual o *transe* representa a vontade de movimento e a urgência da ruptura. Glauber se apropria do elemento sobrenatural da religião, na intenção de colher da factualidade da história dos povos colonizados, que junto à força de sua imaginação, constituem matéria para dar forma aos arquétipos correspondentes à mística política.

A forma cinematográfica do subdesenvolvimento elaborada por Glauber Rocha encontrou na tradição do misticismo seu principal tropo, certificando sua estética e validando sua obra com o sentido da pertença[1]. Para fundar o "novo" era imprescindível retornar ao "antigo", desvendando as origens na construção permanente da estética da ruptura. O primeiro passo para a Revolução seria a descoberta da História, ou como chamava H(eu)storia[2], mobilizando o arcabouço de narrativas da historiografia e da literatura, juntamente com sua experiência junto à cultura popular, para a montagem do conjunto de sua obra.

O estudo visa à interpretação da obra fílmica do cineasta Glauber Rocha, de onde partimos para identificar seu projeto de descolonização cultural. Historicamente este projeto de dar forma ao fenômeno do subdesenvolvimento ficou conhecido como *Cinema Novo*. O Cinema Novo é um movimento vanguardista que por meio da linguagem cinematográfica retratou a cultura brasileira, primando por uma estética que correspondesse à ontologia do homem subdesenvolvido, herdeiro da tradição do colonialismo. O objetivo aqui é compreender de que maneira o maior expoente do cinemanovismo[3] pensou a contribuição do cinema para uma revolução da consciência. Nas palavras de Glauber,

[1] Entenderemos "sentido da pertença" a partir dos horizontes da hermenêutica gadameriana em *Verdade e Método I - traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, especificando: "o sentido da pertença, isto é, o momento da tradição no comportamento histórico-hermenêutico, realiza-se através da comunidade de preconceitos fundamentais e sustentadores. A hermenêutica precisa partir do fato de que aquele que quer compreender precisa estar vinculado com a coisa que se expressa na transmissão e ter ou alcançar uma determinada conexão com a tradição a partir da qual a transmissão fala" (2008, p. 390).

[2] Ivana Rocha (1997), na apresentação de "Cartas ao mundo", explica: "A vida privada de Glauber se confunde e se dissolve na História, ou melhor, na H(eu)storia, fórmula glauberiana que aparece em diferentes textos indicando essa dissolução das fronteiras entre o individual e o coletivo" (p. 10).

[3] Em um artigo em 1962, Glauber viceja, "Nós não queremos Eisenstein, Rossellini, Bergman, Fellini, Ford, ninguém. Nosso cinema é novo não por causa da nossa idade [...]. nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil é nova e nossa luz é nova e por isto nossos filmes nascem diferentes dos filmes da Europa. [...] Nossa geração tem consciência: sabe o que deseja. Queremos fazer filmes anti-industriais; queremos fazer filmes de autor, quando o cineasta passa a ser comprometido com os grandes problemas do seu tempo; queremos filmes de combate e filmes para construir um patrimônio cultural" (apud GOMES, p. 135).

> [...] a linguagem que o cinema – novo persegue, é a linguagem que dependerá de fatores sócio-político-econômicos para se comunicar efetivamente com o público e influenciar na sua libertação não pretende ser a organização de uma academia, no sentido tão prezado pelos teóricos que precisam de Deus para se salvar, mas proliferação de estilos pessoais que coloquem em dúvida permanente um conceito de linguagem, superestágio da consciência (ROCHA, 1981, p. 117).

Assim, o que Glauber conceitua como Cinema Novo, carrega as marcas de seu projeto revolucionário e o movimento deveria produzir "filmes de combate e filmes para construir um patrimônio cultural" (apud GOMES, p. 135). A condição de colonizado era uma das maiores preocupações do cineasta, e a sede de revolução movia-o na busca por alguma força política capaz de representar uma oposição a uma realidade em que as mudanças foram sempre adiadas. Glauber descobre o materialismo histórico como teoria que o orientaria na construção de seu projeto revolucionário. O principal motor desta revolução seria o movimento dos contrários, identificado no método dialético, que teria como consequência uma síntese. O palco dos acontecimentos apresentados pela história seria a matéria bruta, de onde seriam colhidos os temas para dar forma ao cinema revolucionário, operado dialeticamente, como o próprio diretor irá enfatizar em diversas declarações. O projeto é, portanto, político porque toma posição no plano ideológico, visando uma transformação da sociedade, sendo o cinema a linguagem responsável por dar a forma a essa ideologia revolucionária.

O trabalho de interpretação do projeto político-estético de Glauber Rocha apresenta-se como o desafio da leitura do filme histórico. O trabalho do prof. Alcides Freire Ramos (2002) de investigação da obra "Os Inconfidentes" de Joaquim Pedro de Andrade nos inspirou na elaboração da metodologia do trabalho de interpretação. Segundo Ramos (2002), o filme histórico é uma das formas de trabalho mais instigantes que o historiador pode encontrar em sua relação com o cinema. Esta relação é estabelecida não somente com o filme em si, mas com um trabalho de interpretação da produção de significados realizado ao longo da história, por meio, por exemplo, da crítica cinematográfica, também conhecida por estética da recepção. O crítico seria um produtor de significados, porém, suas considerações não são mais legítimas, por exemplo, do que as do espectador. A pesquisa de Ramos (2002) foi fundamental para entendermos a importância de dialogar com outros intérpretes, na intenção de compreender e problematizar a produção de significados acerca da obra de

Glauber Rocha. No nosso caso, dialogaremos também com a crítica, mas fundamentalmente, com a tradição acadêmica que se dedicou a pensar seu projeto político e estético.

Foram selecionados[4] cinco de seus longas-metragens: *Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964); Terra em Transe (1967); Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro (1968), Leão de Sete Cabeças (1970) e Cabeças Cortadas (1971)*; seus livros: *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro* (2003), publicado em 1963, e *Revolução do Cinema Novo*, de 1981. Deste último destacamos três ensaios: *Estética da Fome (1963), A Revolução é uma Eztétyka (1967)* e *Eztétyka do Sonho (1971)*, além de cartas e entrevistas que nos ajudarão a pensar a reunião de elementos filosóficos e historiográficos, configurados pela estética do *transe*, entendido como a potência responsável por desencadear a ação revolucionária, correspondente ao movimento de descolonização da consciência.

Para ilustrar a principal preocupação do projeto glauberiano, resgatamos uma das muitas polêmicas que envolvem Glauber. Marcelo Rubens Paiva, no suplemento Mais na *Folha de São Paulo*, em 5 de maio de 1996, narra uma situação em que Glauber encontra o ativista político Fernando Gabeira, na ocasião de sua estadia em Cuba, no início dos anos 70.

> Fernando Gabeira observava: "Glauber tinha admiração pela guerrilha, que aumentou quando chegou em Cuba. Sentia-se um agente internacional, queria se integrar na luta armada. Tinha uma visão romântica, queria fazer grandes tarefas revolucionárias como cinegrafista (sic), filmar sequestro, ações, um combatente com uma câmera na mão. Queria aderir sem perder seu lado cineasta". Glauber, pelo contrário, afirmava que Gabeira era quem pretendia induzi-lo a atos como assalto a bancos, para que morresse e desse um mártir importante para a guerrilha. [...] especificamente quanto à Gabeira, Marcelo Rubens Paiva informou: "Foi na Copélia que Gabeira cobrou de Glauber o filme sobre a revolução brasileira para fazer finanças e divulgar a luta armada, filme para ser visto por milhões, com atores populares como Jack Palance (no papel de Lamarca), Jane Fonda (no papel de Iara Iavelberg, companheira de Lamarca) e música dos exilados Caetano e Gil. "Gabeira você tem Hollywood na cabeça e está me pedindo para fazer o que sempre combati. Você quer meu suicídio" disse Glauber. Gabeira teria respondido que "você deve se matar como cineasta e renascer como revolucionário". Anos depois Glauber deu uma entrevista ao *Pasquim* com o título "Gabeira tentou me matar em Havana" (Apud GOMES, 1997, p. 294).

Adotar a estética hollywoodiana representava para Glauber o suicídio de suas ideias. Caso se matasse como cineasta, enterraria o revolucionário, pois cinema e revolução eram

[4] O recorte se refere ao material selecionado para minha pesquisa de doutoramento, que apresento de forma abreviada para este Congresso.

duas faces do mesmo projeto, que ao contrário da ação direta com vistas à tomada do poder, visava combater a dominação imperialista com arte revolucionária, isto é, uma batalha travada no campo das ideias. A estética que daria forma ao seu projeto revolucionário era tão importante quanto o conteúdo de teor político e ideológico, assim, se adotasse a forma do cinema estadunidense invalidaria todo o seu projeto.

O conceito de *Revolução* concebido por este projeto se caracteriza pelo primado da independência política e da autonomia artística e intelectual. O principal objetivo do projeto glauberiano era a descolonização da consciência do homem subdesenvolvido, e para tanto, era fundamental voltar-se para a tradição. E é na tradição do *Misticismo* da cultura popular, que Glauber encontra a referência que singulariza a visão de mundo do povo colonizado, mais precisamente no fenômeno do ***Transe***, que classifica como a "instabilidade das consciências". No Terceiro Mundo o *transe* teria a função de desestabilizar para promover uma ruptura capaz de efetivar a descolonização cultural.

Com base na constatação de que ainda não sofremos um processo de descolonização cultural, pensamos a importância de atualização do ideário glauberiano, sendo esta uma das motivações, que nos conduziu à investigação de seu projeto de emancipação dos povos colonizados, com atenção especial para o Brasil. O que se percebe é que desde a morte de Glauber, em 1981, com a vitória do projeto neoliberal e o crescente alinhamento do Brasil na nova ordem mundial, representada pelo fenômeno da globalização, é que um projeto de descolonização na atual conjuntura seria entendido ou como peça de museu. A visão totalizante que Glauber e seus contemporâneos congregavam sobre a urgência de uma transição política, com maciço apoio popular, orientados por uma ideologia revolucionária, cedeu espaço às lutas fragmentadas, dirigidas por grupos conhecidos como minorias (movimento negro, comunidade LGBT, movimento de gênero, movimentos ecológicos, etc.). Nas últimas décadas, acompanhamos a inserção do Brasil dentre as maiores economias mundiais, e no campo político a consolidação dos valores democráticos foi uma das condições para seu reconhecimento internacional, aumentando o volume de investimentos que reduziram as desigualdades sociais, mais com o alargamento do poder de consumo e menos pela redução da dependência cultural.

A obra produzida por Glauber Rocha é a fonte histórica de onde partimos para investigar o sentido de uma revolução dos povos subdesenvolvidos concebida desde o plano cinematográfico, diferente daquela idealizada pelos representantes da luta armada. Trata-se

de diferenciar um pensamento revolucionário, que com a linguagem cinematográfica ganhou uma forma revolucionária, na qual o movimento da consciência era mais importante do que a ação direta, por exemplo, por meio dos sequestros e assaltos. O cinema revolucionário teria a função de expor a forma do subdesenvolvimento, com a finalidade de despertar uma consciência política e com isso promover a independência cultural dos povos colonizados. Não se tratava de fazer a revolução para o povo, libertando-o sem sua participação, mas sim, de educar com as imagens, e com isso despertar a visão e o pensamento para o problema da dependência cultural, e consequentemente, política.

Parte-se do princípio de que na esfera política Glauber idealizava a construção de uma cultura revolucionária capaz de romper com as velhas estruturas coloniais, desde sempre e até hoje, atualizadas. Ele tinha conhecimento do inventário de fatos da História, que o esclareceram sobre a ausência de entraves que pudessem representar um rompimento com a dependência gerada pela colonização. O nascimento de uma cultura revolucionária seria a condição para o estabelecimento de rupturas capazes de obstaculizarem a atualização do mando, por parte dos colonizadores, e da subserviência, por parte dos colonizados, no Brasil, na América Latina e na África. Em outras palavras, a cultura revolucionária, sob a forma da arte revolucionária, seria capaz de dar efetividade ao movimento dialético, superando-se assim a cultura primitiva do subdesenvolvimento.

A dialética, usada recorrentemente por Glauber, será entendida como uma vontade de movimento, que é registrado com frequência nas entrevistas, cartas e ensaios, ou seja, a dialética foi assimilada por ele dentro da perspectiva do materialismo histórico, tão comum nos anos 60 e 70. Entretanto, iremos problematizar o que Glauber chamou de dialética para classificar seu projeto, contrapondo suas ideias com um estudo sobre os conceitos modernos de: revolução, crítica e razão esclarecida, com o reforço da *Lógica do disparate*, um estudo filosófico de um pensador brasileiro, o prof. Dr. Bajonas Brito Júnior[5]. Neste estudo, o autor inquire a aplicação do método dialético de interpretação da realidade brasileira, afirmando que nossas relações político-sociais nunca foram alteradas, não se verificando em nossa história um rompimento com a cultura do mandonismo, estabelecida desde os primórdios da colonização, com a permanência das oligarquias no poder, revezando-se de tempos em

[5] "Não há aqui [Brasil] um lugar dialético, o olho do absoluto, o fim desde o qual se possa retornar para recolher o movimento e suas contradições. [...] A experiência cotidiana, portanto, não porta uma dialética, porque suas oposições, ao invés de se oporem, se acomodam e se compensam, numa cumplicidade hierárquica, com a qual, além disso, a consciência e a crítica entram em conluio" (Lógica do disparate, Bajonas Teixeira de BRITO JÚNIOR, 2001, p. 82).

tempos, sem nunca ter havido a participação da sociedade nos contextos de transição. Em suma, a fórmula importada da dialética não se aplicaria aos trópicos, e o que queremos mostrar é que no conjunto da obra de Glauber também, pois seu cinema político buscou na tradição do misticismo e não nas teorias modernas o elemento que caracteriza seu aspecto revolucionário, negando a influência da estética burguesa e europeia como a maior expressão da ruptura com o modelo colonizador.

O objetivo central desta investigação é identificar o ideal revolucionário no projeto político Glauber Rocha com base na análise da construção de sua estética, assim sendo, a forma para expressar suas ideologias era prioridade, ou seja, não era suficiente apenas o conteúdo político da revolução, mas também a forma da revolução, pois "A Revolução é uma Eztétyka". Caso a forma não fosse elaborada levando-se em conta a singularidade da cultura da colonização, o projeto incorreria no erro de reproduzir os paradigmas importados dos colonizadores, assim como propôs Gabeira em sua tentativa de aplicar o conteúdo do pensamento marxista à estética hollywoodiana. Desta maneira, a "Estética da Fome" e a "Eztétyka do sonho" representariam a radicalização do projeto de Glauber de romper definitivamente com a dependência cultural, pois a forma do inconsciente era a negação do racionalismo, marca maior da dominação colonial.

O texto "Estética da Fome", de 1965, elege a fome como o "nervo" de uma "sociedade incivilizada", e inaugura uma série de ensaios cuja proposta central era chamar atenção para o subdesenvolvimento como marca das nações colonizadas. Em 1967, Glauber escreve "A Revolução é uma Eztétyka", descrevendo um possível caminho para a revolução pela via da arte e cultura revolucionárias, representada por um cinema épico e didático. E em 1971, com a "Eztétyka do Sonho", Glauber funda novas diretrizes para a prática revolucionária, e conclama a ruptura radical com as metrópoles colonizadoras, que ainda atualizavam sua dominação pela via da cultura e da produção de conhecimento, neste contexto o principal algoz é a razão, legítima representante do pensamento colonial, ela precisaria ser substituída pela mística impressa no "sonho libertador". A série de ensaios representa, portanto, um manifesto político em defesa da descolonização cultural das nações do Terceiro Mundo. Os textos são conceituações de Glauber a respeito de uma estética capaz de dar forma ao cinema revolucionário, concebido em bases cada vez mais autênticas.

Sob a égide dos textos: *Estética da Fome* e *A Revolução é uma Eztétyka*, Glauber realiza *Deus e o Diabo na terra do sol (1963), Terra em transe (1967) e Dragão da maldade contra o*

santo guerreiro (1968). Nesta fase, verifica-se a necessidade de estabelecer parâmetros historiográficos (como o exemplo da Revolução Cubana) e referências conceituais (materialismo dialético), para fundamentar seu projeto de descolonização, projetado nas obras fílmicas.

Nos idos de 1970, os filmes: *Leão de Sete Cabeças (1970)* e *Cabeças Cortadas (1971)* eram seus mais novos lançamentos, caracterizados por uma abordagem que valorizava elementos, tais como, o irracionalismo e o inconsciente, discursivizados em "Eztétyka do Sonho" (1971). Neste contexto a proposta era atacar o racionalismo da tradição ocidental, ou seja, o ideal revolucionário antes ancorado na concepção da história *magistra vitae*, passa a inspirar-se no em uma perspectiva pós-moderna de crise da metafísica, influenciado pelo surrealismo como base para a crítica à cultura civilizada, a mesma responsável pelo projeto colonizador moderno. Sobre *Leão de Sete Cabeças* explica, "O filme contesta de maneira brutal e honesta a cultura europeia, o cinema, a política. É um filme humilde e insolente. [...] um filme mágico, primitivo, inconsciente e panfletário" (ROCHA, 1997, p. 390), e sobre *Cabeças Cortadas*, "É o primeiro verdadeiro filme surrealista depois de *L'Âge d'Or*, um filme contra Shakespeare, contra a concepção clássica e imutável da tragédia, é um filme irônico [...]" (ROCHA, 1997, p. 390-391).

Sylvie Pierre (1996) ao apresentar uma entrevista[6] de Glauber, publicada no *Le Monde* em 1971, afirma que o solilóquio serviu para que ele pudesse explicar a nova empreitada de sua arte revolucionária, cujo esquema representativo dava sinais de esgotamento, assim passava então a dirigir suas críticas à "velha razão" e se empenhava em construir um cinema cada vez mais independente, tanto politicamente, quanto esteticamente. "Rocha estava extremamente preocupado em acertar as contas com o pensamento de esquerda racionalizado que começava a dominar entre os intelectuais" (PIERRE, 1996, p. 191). Nesta ocasião, Glauber demarca uma fronteira entre seus filmes brasileiros (*Deus e o diabo, Terra em transe e Dragão da maldade*) e os filmes do exílio (*Leão de sete cabeças e Cabeças cortadas*), e estabelece uma pedra angular em sua obra,

> Compreendi que para mim estava encerrada a época em que eu representava o cavaleiro da esperança, o profeta de uma revolução fracassada, a bandeira de uma geração em revolta. O *Leão de sete cabeças* e *Cabeças cortadas* representam o fim desta época (PIERRE, 1996, p. 193).

[6] Na verdade, não foi propriamente uma entrevista. O fato é que Glauber "escreveu ele mesmo as perguntas e as respostas e enviou o texto a Louis Marcorelles, com quem tinha bastante amizade para propor esse procedimento um tanto impertinente" (PIERRE, 1996, p. 190).

Isso não quer dizer que Glauber havia sepultado suas intenções em explorar o potencial revolucionário dos povos subdesenvolvidos, mas que o caminho escolhido pelos intelectuais de esquerda – tributários do racionalismo europeu e envergonhados da condição de colonizados – seria substituído por um desvio que levaria ao "sonho libertador" capaz de se libertar da "velha razão" com a força do inconsciente. Desconfiado das trilhas indicadas pelo que denominava de "razão dominadora", e compreendendo as ideologias como armadilhas desta, ele reafirma seu desejo de revolução, agora livre dos valores ortodoxos,

> [...] a criação artística pode articular a História segundo sua ideologia, mas não tenho mais nenhuma fé nos valores ortodoxos de minha própria ideologia. A ideologia não me interessa como escapatória ou certificado de boa consciência. Minha ideologia é um **movimento contínuo em relação ao desconhecido**, o que não exclui minha luta contra o imperialismo, o fascismo e outras deformações políticas (PIERRE, 1996, p. 194) (Destaque meu).

Ao tomar a ideologia como um *movimento contínuo em relação ao desconhecido*, Glauber pensa seu próprio pensamento, compreendendo que a privação do homem colonizado é também a sua própria privação. Ele encara a condição de subdesenvolvimento como algo a ser superado de forma singular, e não mais calcado em modelos importados dos colonizadores. O que se nota é que o cineasta não esperava mais compensar a vergonha que sentia por ter nascido em uma terra em que milhares de seres humanos passavam fome, com um fascínio em relação à cultura civilizada que lhes legara tal condição, acreditando desta maneira, poder sanar o problema do terceiro mundo com ideologias revolucionárias, tais como, o comunismo e o socialismo, calcadas na tradição filosófica liberal. Sua revolução se daria em bases próprias, e o *transe* brotaria desta cultura colonizada, servindo como ponto de partida para a elaboração de um fazer político e uma estética, nascido da mística, "Esta raça, pobre e aparentemente sem destino, elabora na mística seu momento de liberdade" (ROCHA. Eztétyka do sonho, 1971). Glauber atualiza seu projeto assumindo a mística como fundamento secreto de seu saber e de seu agir. Desta forma, o *transe* será sempre uma potência, cabendo às películas à tarefa de materializar tal fenômeno, gerando no espectador uma agonia por se debater com algo que nunca se efetiva, frustrando-o a cada fotograma em que aguarda pela *Revolução*.

Os ensaios: "Estética da Fome", "A Revolução é uma Eztétyka" e "Estética do Sonho", expressam a vontade de movimento retratada na forma fílmica, enxergando, pois, a

dialética própria da linguagem cinematográfica[7], como aquela capaz de mover também o real, na busca pela superação do "condicionamento econômico e político". Assim, o projeto de descolonização implica a manutenção de práticas revolucionárias que recriem incessantemente a ideia de movimento e ruptura, tanto nos textos escritos, quanto na forma do filme "[...] Glauber projetava em seus filmes uma profusão de imagens, a traduzirem um mundo interior em *perpétuo movimento*, denso, agitado e trágico como era sua própria concepção de vida" (GOMES, 1997, p. 401) (Destaque meu).

Glauber reformula o sentido revolucionário, instaurado pelo evento *meta-histórico* da Revolução Francesa, na compreensão do historiador Reinhard Koselleck (2006),

> Poucas palavras foram tão largamente disseminadas e pertencem de maneira tão evidente ao vocabulário político moderno quanto o termo "revolução", trata-se de uma dessas expressões empregadas de maneira enfática, cujo campo semântico é tão amplo e cuja imprecisão conceitual é tão grande que poderia ser definida como um clichê. No entanto, claro está que o conteúdo semântico de "revolução" não se reduz ao seu emprego potencial como lugar-comum. Revolução alude muito mais a desordem, golpe ou guerra-civil, assim como a uma transformação de longo prazo, ou seja, a eventos e estruturas que atingem profundamente o nosso quotidiano (KOSELLECK, 2006:61).

O estabelecimento de um novo absoluto resultou de um processo dialético de tomada de consciência, em que aqueles que no passado eram sujeitados e sem autonomia tornam-se atores no contexto da revolução. O projeto iluminista delegou ao conhecimento o poder de desencadear a mudança, sendo assim, a razão seria o principal vetor da revolução. No lugar da razão Glauber escolhe a mística,

[7] O estudioso da estética cinematográfica Noël Burch (2008), na obra *A práxis do cinema*, nos explica que a estrutura da linguagem cinematográfica possui uma organização dialética. Ele analisa parâmetros cinematográficos, tais como, os relativos à decupagem, por exemplo, "A própria natureza desses parâmetros sugere-nos as diretrizes de sua organização dialética (características espaciais e temporais dos *raccords*, relações entre os dois espaços, relações plásticas dos planos entre si). Citemos de passagem os outros parâmetros da decupagem que cabem numa organização deste tipo: tamanho dos planos, ângulo e altura da câmera, direção e velocidade (consideradas no interior do plano) dos movimentos da câmera e dos personagens. [...] a experiência do cineasta (e as tentativas de organizar as durações dos planos como tal, independentemente de seu conteúdo) tem mostrado e que a percepção da duração de determinado ponto está condicionada a sua legibilidade. A duração aparente é, *grosso modo*, uma função direta da *legibilidade*: um primeiro plano simples de dois segundos parecerá mais longo do que um plano de conjunto cheio de gente, e com a tela branca ou escura, mais longo ainda. Por isso, a organização das durações *perceptíveis* é afinal tão complexa e necessariamente tão empírica quanto a das elipses; por isso também, esse ou aquele motivo rítmico, medido simplesmente em segundos e em imagens, nunca será percebido como o seu homólogo sonoro, não ser que consista numa simples alternância de imagens brancas e pretas. Construído com imagens tão pouco complexas, um tal motivo permanecerá como mera visão do espírito, imperceptível enquanto estrutura coerente. [...] Além dos parâmetros relativos à decupagem, existem outros com potencial dialético, em virtude de seu potencial dicotômico" (BURCH, 2008, p. 73-75) (Destaque do autor).

> Para mim é uma iluminação espiritual que contribui para dilatar a minha sensibilidade afro-índia na direção do mito original de minha raça. Esta raça, pobre e aparentemente sem destino, elabora na mística seu momento de liberdade (GLAUBER apud PIERRE, 1996, p. 137).

Os protestos, os manifestos, os embates político partidários, dentre outras formas de resistência política não seriam suficientes para a revolução do terceiro mundo. No Brasil do início dos anos 60, por exemplo, quando o movimento das forças produtivas, representado pelo desenvolvimentismo, precisou encarar as novas relações de produção, em que o proletariado adquiriu certo protagonismo junto aos movimentos de classe, a dialética da história fora interrompida com o golpe de 64, que sufoca a contradição, impedindo a revolução. O "sonho libertador" seria a outra face da revolução, pois era oriundo da história e da cultura subdesenvolvida, neste caso, o *transe* – aquele que fenomenaliza a *mística política* – emerge como elemento extraído da cultura do colonizado. Ao invés de apostar nos preceitos iluministas, Glauber enxerga na mística um potencial para a crítica, pois é a partir dela que o colonizado elabora seu momento de liberdade. O sonho seria um espaço da liberdade, ou seja, o lugar do inconsciente, ambos reúnem as condições necessárias para o surgimento do *transe*, por sua vez, a principal via de acesso para a revolução.

A intenção revolucionária, estampada em seus manifestos, ensaios e filmes, expressa, como vimos, seu objetivo maior de materializar o processo de descolonização cultural, que deveria ter acontecido antes da emancipação política, devendo ser essa a última a representação de uma ruptura, e não a continuação mascarada do colonialismo. Era a consciência que deveria ganhar movimento, era no plano da superestrutura que a mudança haveria de se efetivar, criando condições para uma ruptura definitiva com a forma da opressão ideológica, legada pelo colonizador.

Referências

BRITO JR, Bajonas Teixeira. **Lógica do disparate**. Vitória: Edufes, 2001, 390p.

BURCH, Noel. **Práxis do cinema**. Tradução Marcele Pinthon e Regina Machado. São Paulo: Perspectiva, 2008, 217p.

GADAMER, Hans George. **Verdade e método I.** Tradução Flávio Paulo Meurer; revisão da tradução Enio Paulo Giachini, 10 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 631p.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

RAMOS, Alcides. **Canibalismo dos fracos**: cinema e história no Brasil. Ed. EDUSC, 2002.

ROCHA, Glauber. **Cartas ao mundo**; organização Ivana Bentes, São Paulo: Cia das letras, 1997, 793p.

ROCHA, Glauber. **Revolução do cinema novo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981, 243p.

PIERRE, Sylvie. **Glauber Rocha**: textos e entrevistas com Glauber Rocha. Campinas, SP: Papirus, 1996, 276p.

A DEFESA DA IDENTIDADE ÉTNICA E A LUTA POR AUTONOMIA NO MOVIMENTO ZAPATISTA

Júlia Melo Azevedo Cruz
UFMG

Resumo: O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento social que surgiu em Chiapas na década de 1980 em um contexto de crescente conscientização indígena e reivindicação à pluralidade de culturas no México, tem como uma de suas principais demandas o reconhecimento e o respeito à identidade dos povos indígenas. Contudo, os zapatistas não lutam pela identidade étnica em contraposição à identidade nacional: são índios que se declaram, antes de tudo, cidadãos mexicanos. É um movimento que não se dissocia do restante da sociedade do México, não busca a separação de seus grupos, tampouco a integração nos moldes indigenistas do século XX. Os indígenas chiapanecos querem ser integrados à sociedade mexicana tendo em vista suas particularidades, seus costumes e suas tradições. Por defenderem o caráter pluricultural da nação e entenderem que possuem práticas e costumes diferentes de outros grupos da sociedade nacional, reivindicam a autonomia das comunidades indígenas no que diz respeito ao âmbito político, econômico, cultural e até judiciário. Buscaremos, neste trabalho, analisar as relações entre a defesa da identidade étnica e da pluralidade cultural e a reivindicação por autonomia pelo movimento zapatista.

Palavras-chave: zapatismo; identidade; autonomia.

Abstract: Zapatista Army of National Liberation (ZANL), social movement that emerged in Chiapas in the 1980s in a context of growing indigenous awareness and claim the plurality of cultures in Mexico, has as one of its main demands the recognition and the respect for identity of indigenous peoples. However, the Zapatistas do not fight for ethnic identity in opposition to national identity: are Indians who claim to be, first of all, Mexican citizens. It is a movement that can not be dissociated from the rest of the Mexican society, does not objetive the separation from their groups, either integration in indigenous molds of the twentieth century. Chiapas Indians want to be integrated into Mexican society in view of its peculiarities, their customs, and traditions. The movement claim the autonomy of indigenous communities in regard to political, economic, cultural and even legal framework, for defending the multicultural character of the nation and understanding that have different practices and customs of other groups of national society. We aim on this paper is analyze the relationship between the defense of ethnic identity and cultural plurality and Zapatista movement's demand for autonomy.

Keywords: zapatismo; identity; autonomy.

Introdução

O processo de construção da nação do Estado mexicano no século XIX foi marcado, assim como o da maioria dos Estados latino-americanos, por valores políticos e culturais ocidentais, no qual os povos indígenas tiveram pouquíssima participação. A elite criolla pós-colonial do país impôs um modelo baseado na ideia de civilizar e desenvolver a sociedade mexicana por meio de sua homogeneização cultural, inspirada em elementos europeus. Após a Revolução Mexicana de 1910, houve uma redefinição do projeto nacional, o qual passou

a ser moldado pela ideologia da mestiçagem. Os mestiços, que formavam um grupo bastante heterogêneo, passaram a ser vistos não mais como um grupo inferior resultado do cruzamento entre diferentes raças, mas como o grupo social dominante que constituía o "fio condutor da história mexicana" (PUIG, 1998: 2). O novo projeto nacional, que dava origem a uma nova identidade nacional, tinha como objetivo integrar e homogeneizar a parte da população que não se identificava como mestiça, ou seja, os povos indígenas. Para tal, foi desenvolvida uma série de medidas que visavam apagar as especificidades culturais desses grupos, para que essas fossem congruentes com os padrões de desenvolvimento mexicanos (PUIG, 1998: 1). O discurso nacionalista de tipo integracionista pautou as ações do Estado em relação aos índios durante grande parte do século XX, no que se refere à educação, política, cultura e economia. É possível perceber que, portanto, seja um projeto de construção do Estado-nação baseado em valores europeus (como se deu no século XIX), seja baseado na ideologia da mestiçagem, os índios sempre foram excluídos da ideia de nação mexicana.

A partir da década de 1920, após o processo revolucionário, o Estado mexicano instaurou no país o indigenismo, política que tinha como objetivo incorporar os indígenas à comunidade nacional por meio de sua aculturação, mestiçagem e ocidentalização. Os índios eram vistos como um obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento do país, e deveriam, assim, abandonar seus traços culturais e sua forma de vida, e assimilar os valores mestiços, que eram em grande parte conformados pela influência espanhola de caráter ocidental. Um exemplo das políticas indigenistas levadas a cabo pelo Estado foi a tentativa de que os indígenas adotassem o espanhol como idioma principal. Apesar de que o indigenismo sofreu mudanças ao longo dos anos, e na década de 1940 houve uma maior valorização das culturas indígenas no México, o Estado ainda tinha como objetivo integrá-lo à sociedade nacional moderna e ocidental por meio de aculturação (GIL, 2013: 67). De acordo com Antonio Carlos Amador Gil, "o indigenismo é uma política governamental nutrida por uma visão de mundo que aponta as políticas e ações dirigidas aos indígenas, porém desde uma perspectiva não indígena" (GIL, 2009: 6).

Na direção oposta deste pensamento, começaram a surgir então, a partir da década de 1970, uma crescente conscientização dos povos indígenas, o que fez com que a ideologia indigenista passasse a dar lugar a uma valorização da identidade étnica e do caráter pluricultural da nação mexicana. Diversas organizações indígenas dos mais variados tipos começaram a surgir em várias partes do território mexicano – e também de modo geral na

América Latina – e diversos atores sociais e políticos se incluíram nesta luta: membros de ONGs e de organizações de direitos humanos, movimentos religiosos como as comunidades eclesiásticas de base, ativistas campesinos, dissidentes acadêmicos do cenário urbano, representantes de partidos políticos opositores ao PRI (Partido Revolucionário Institucional)[1], entre outros (DIETZ, 2005: 30). Constatamos então um "despertar étnico"[2], que começou a redefinir as relações entre Estado e sociedade, entre a maioria mestiça e as minorias indígenas. Simultaneamente, nas últimas décadas do século XX, o México entrou no cenário neoliberal e a crescente privatização das terras comunais indígenas ameaçava cada vez mais as bases territoriais e sociais das comunidades índias (DIETZ, 2005).

Nesse sentido, novos movimentos sociais surgiram demandando uma reformulação de vários aspectos da sociedade mexicana, com reivindicações de participação ativa dos indígenas na vida política nacional, de autonomia das comunidades índias e de fortalecimento da vida comunal. Foi nesse contexto, aliado às mobilizações contra a globalização neoliberal no México e no mundo[3], que surgiu o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), cuja composição majoritária é indígena e cujas demandas centram-se em torno das questões mencionadas acima. Contudo, a defesa da identidade étnica pelos zapatistas não se dá em contraposição à identidade nacional: são índios que se declaram, antes de tudo, cidadãos mexicanos. É um movimento que não se dissocia do restante da sociedade do México, não busca a separação de seus grupos, tampouco a integração nos moldes indigenistas do século XX. Os indígenas chiapanecos querem ser integrados à sociedade mexicana tendo em vista suas particularidades, seus costumes e suas tradições. Por defenderem o caráter pluricultural da nação e entenderem que possuem práticas e costumes diferentes de outros grupos da sociedade nacional, reivindicam a autonomia das comunidades indígenas no que diz respeito ao âmbito político, econômico, cultural e até judiciário. Buscaremos, neste trabalho, analisar as relações entre a defesa da identidade étnica e da pluralidade cultural e a reivindicação por autonomia pelo movimento zapatista.

[1] O Partido Revolucionário Institucional esteve no poder ininterruptamente por setenta anos no México, de 1929 a 2000, quando assume Vicente Fox, do PAN (Partido da Ação Nacional). Uma das maiores reivindicações do movimento zapatista, principalmente nos primeiros anos, foi justamente a mudança de governo e do sistema de partido de Estado.

[2] A luta indígena possui tradição secular no México, desde os tempos da colonização. Com a ideia de "despertar étnico", apenas queremos enfatizar o fato de que essas lutas indígenas passaram então a ter um caráter explícito de valorização da identidade indígena.

[3] Em 1992, foi assinado, entre o México, os Estados Unidos e o Canadá, um tratado de livre comércio chamado NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), que firmava o compromisso do governo mexicano com o neoliberalismo e representava grandes prejuízos para os povos indígenas e camponeses, com ameaças de perda de terra e trabalho.

1. Identidade étnica no movimento zapatista

Partindo de uma perspectiva dinâmica do conceito de identidade étnica, partilhamos da acepção do antropólogo Fredrik Barth. Identidades étnicas são construídas em um processo de interação entre grupos sociais, na qual ocorre uma diferenciação em relação ao "outro". Essa categoria, assim como qualquer identidade coletiva, não é estática e alheia aos contextos históricos e sociais: a noção de etnia indígena, por exemplo, foi construída durante o processo de conquista dos espanhóis, no qual houve uma distinção em relação aos colonizadores (BARTH, 1976: 39). Entretanto, o modo como os índios se viam, sua cultura, seus costumes e suas formas de organização não permaneceram a mesma desde então; ao longo dos séculos, os povos indígenas redefiniram sua identidade, adaptando-se às novas realidades (BARTH, 1976: 41).

Outro ponto importante a ser destacado é o de que os limites étnicos de um grupo não dependem de fatores territoriais, mas sim sociais; as etnias não dependem de espaços físicos ou geográficos delimitados, mas criam seu próprio espaço de ação (DÍAZ-POLANCO, 2005: 16). A população do estado de Chiapas, onde atua o EZLN, é bastante heterogênea, com grupos étnicos culturalmente distintos que dividem um mesmo território. O movimento zapatista, por sua vez, também possui essa característica: não é composto apenas por uma etnia senão por várias, dentre elas os tojolabales, tzetzales, tzotziles e choles. Integrantes do povo tojolabal, por exemplo, não estão todos reunidos em um só lugar, mas ocupam diversas comunidades zapatistas e convivem com indígenas de outros povos. Pode-se dizer que o EZLN é um movimento pluriétnico, que defende o reconhecimento da identidade étnica indígena como um todo. Segundo Guther Dietz, "el elemento organizativo común se define no en base étnica, sino bajo el criterio "comunalista", el recurso a la comunidad (…) como punto de partida de las correspondientes actividades políticas de la organización en cuestión" (DIETZ, 2005: 99).

O Exército Zapatista de Libertação Nacional surgiu na Selva Lacandona em 1983, mas fez sua primeira aparição pública somente em 1994, quando da entrada em vigor do NAFTA, tratado de livre comércio assinado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá, que representava mais exclusão para os indígenas e ameaça de perda de terra e trabalho. A princípio, o grupo zapatista evitava declarar-se como indígena, com o objetivo de lograr apoio de toda a nação mexicana. Inicialmente, suas principais demandas se referiam à saída do então presidente neoliberal Carlos Salinas de Gortari (1998-1994), novas eleições

democráticas e um novo governo que atendesse às suas reivindicações por terra, trabalho, saúde, educação, liberdade, democracia e justiça. Aos poucos, os integrantes do movimento evidenciaram seu caráter majoritariamente indígena e assim, a defesa pelos direitos dos índios, pelo reconhecimento de sua identidade, por autonomia e por uma plena participação política desses cidadãos tomou lugar central na fala dos insurgentes.

Entre outubro de 1995 e janeiro de 1996, o EZLN organizou o chamado Diálogo de San Andrés, um encontro que contava com a participação dos integrantes zapatistas, de outros povos indígenas do país, da sociedade civil e de representantes do governo, no qual seriam discutidos temas como direitos e cultura indígena, democracia e justiça, direitos da mulher em Chiapas, entre outros. Os temas de discussão contemplavam aspectos locais, regionais e nacionais. A primeira mesa de trabalho – e a mais importante do diálogo – foi a de Direitos e Cultura Indígena, cujas demandas centrais se referiam ao reconhecimento dos povos indígenas e de sua cultura, à necessidade de autonomia dos mesmos (de território, governo, economia, administração, justiça), à questão da terra (reivindicavam reforma no Artigo 27 da Constituição Mexicana[4] que garantisse terras comunais aos índios) e à participação política indígena. Os zapatistas enfatizavam que estes eram problemas de caráter nacional e não regional, e que a partir dos acordos estabelecidos com o governo federal durante o diálogo, a sociedade mexicana construiria um novo projeto de nação. Em um dos comunicados referentes ao Diálogo de San Andrés, o EZLN explicita sua intenção:

> El pensamiento del EZLN en el diálogo y la negociación no es el de tratar de conseguir la satisfacción de nuestras demandas, sino la satisfacción de las demandas fundamentales del pueblo mexicano; no es el de pretender la representatividad de todas las fuerzas sociales, sino garantizar que cada fuerza social y política tenga un lugar para decir su palabra; no es el de negociar la exclusión del otro, sino la tolerancia y la inclusión basadas en el respeto a los distintos pensamientos y las diferentes propuestas. El pensamiento del EZLN es incluir a la sociedad en su conjunto en una negociación que tiene por meta final la transición a la democracia. Y esta transición es la base fundamental de la paz; la transición a la democracia es la única que hará posible la paz (COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN, 1996).

O Diálogo de San Andrés foi apenas uma das iniciativas focadas na questão

[4] Em 1992, o então presidente Carlos Salinas de Gortari promoveu uma reforma no Artigo 27 da Constituição, acabando com a perspectiva dos camponeses da partilha da terra, com a criação de condições para o desmantelamento dos *ejidos*, as comunidades agrárias provenientes da Revolução Mexicana. Os zapatistas, portanto, queriam uma nova reforma em tal artigo, de modo que esse retornasse ao "espírito original" proposto por Emiliano Zapata.

indígena desenvolvidas pelo movimento zapatista, que se intensificaram após seus primeiros anos de atuação. Ao longo dos anos, o EZLN participou de Fóruns Nacionais Indígenas, realizou marchas dos povos índios, entre outras. Os acordos assinados pelo governo federal em San Andrés de Los Pobres representavam ganhos importantíssimos para as comunidades indígenas do país e, infelizmente, não foram colocados em prática. De maneira geral, esses acordos estabeleciam:

> O Estado deve promover o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito à livre determinação dos povos indígenas […] que se exercerá num marco constitucional de autonomia assegurando a unidade nacional. Poderão, em consequência, decidir sua forma de governo interna e suas maneiras de se organizar política, social, econômica e culturalmente. O marco constitucional de autonomia permitirá alcançar a efetividade dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos em relação à sua identidade (Governo Federal e EZLN *apud* ORNELAS, 2005: 141)[5].

Notamos, então, que essas discussões organizadas e protagonizadas pelos insurgentes zapatistas colocaram em evidência, no âmbito nacional, a questão das identidades étnicas indígenas, da necessidade de reconhecimento das especificidades culturais dos índios e de sua autonomia. Anteriormente, as identidades étnicas indígenas não foram valorizadas e discutidas pela grande maioria dos intelectuais, ao menos até as últimas décadas do século XX. A sociedade mexicana não se colocava como pluriétnica e pluricultural, ao contrário, buscava ser homogênea para configurar-se enquanto nação plena. A partir da década de 1970, uma nova concepção acerca de identidade étnica e de seu lugar na comunidade nacional passou a ser elaborada, pelos intelectuais e pelos povos indígenas. O Estado, infelizmente, ainda segue dando pouco reconhecimento aos indígenas e rejeitando componentes indígenas da cultura nacional – como é possível perceber através do não cumprimento dos Acordos de San Andrés. De acordo com Hector Diaz Polanco, o Estado, pautado por valores liberais, defende princípios e direitos supostamente universais – que, ao contrário, são bastante particulares e dizem respeito a uma forma específica de ver e organizar a sociedade – que acabam por aplastar a diversidade. Dentre esses princípios estão principalmente os direitos civis e políticos, que conferem uma pretensa ideia de igualdade a todos os cidadãos. Direitos relacionados ao âmbito econômico, cultural e social ocupam

[5] Pronunciamento que o governo federal e o EZLN, em conjunto, enviaram às instâncias de debate e decisão nacional, em 16 de fevereiro de 1996.

lugar secundário nas políticas do governo (DÍAZ-POLANCO, 2005). Desse modo, as lutas por reconhecimento, autonomia e mudança nas formas de participação política dos povos indígenas ficam relegadas, com a justificativa de que esses são cidadãos como quaisquer outros, com direito ao voto nas raras oportunidades de exercício de democracia no país.

Diferente disso, Yvon Le Bot coloca que para os zapatistas, a identidade é tão importante quanto à igualdade. Não querem somente ter direitos cívicos iguais ao resto da população mexicana; os zapatistas querem ser tratados como cidadãos, porém com atenção, respeito e reconhecimento às suas diferenças étnicas, culturais, sociais.

> [...] a exigência de reconhecimento não se esgota no acesso à cidadania, mesmo que esta respeite as diferenças. A cidadania é uma parte da resposta, não é a totalidade da resposta. Por detrás destas contestações, por detrás das afirmações de identidade, há na verdade exigências mais profundas, mais íntimas, que não dependem da esfera política, nem nas sociedades tradicionais nem nas sociedades modernas. Dizem respeito à afirmação do sujeito, pessoal e coletivo, que não se restringe à sua relação com o político (LE BOT, 1997: 64).

Dessa maneira, percebe-se que a defesa da identidade étnica no movimento zapatista ocupa lugar central em suas reivindicações, que exigem mais do que a reforma agrária ou a mudança do sistema político. Entretanto, entendemos que a demanda zapatista por respeito às identidades indígenas não entra em conflito com a defesa feita pelos insurgentes chiapanecos de reconhecimento dos índios como cidadãos mexicanos. O zapatismo procura combinar múltiplas identidades – étnica, nacional e global[6] –, reforçando a identidade coletiva ao mesmo tempo em que as identidades individuais, combinando o geral e o particular, sem, contudo, apagar as particularidades.

Ao reivindicarem sua condição de cidadãos mexicanos, os zapatistas defendem uma participação ativa na vida política nacional e uma maior interação entre os povos indígenas, a sociedade mexicana e o Estado, que se daria partir de uma redefinição de suas relações. O objetivo do movimento é colocar em prática a valorização do caráter pluricultural da nação. Tendo isso em vista, o EZLN reivindica a autonomia de suas comunidades, pois, por meio dela, sua interação com a sociedade nacional e com o Estado traria menos danos aos aspectos

[6] Ao utilizarem uma máscara para cobrir o rosto – o *pasamontañas*, um dos ícones de grande popularidade dos zapatistas –, os atores sociais deste grupo afirmam que não possuem somente uma identidade específica e que toda e qualquer pessoa pode tornar-se um zapatista; a luta deles é uma luta mundial. Assim, articulam sua identidade com um caráter global, de todos aqueles que se identificam com a luta em favor das minorias do mundo.

culturais dos povos indígenas. Consideramos essa busca por autonomia estreitamente relacionada à demanda pelo reconhecimento de suas identidades étnicas. Uma autonomia que, contudo, não busca a separação dos povos indígenas da comunidade nacional e que, ao contrário, tem o objetivo de fortalecer sua integração no seio da sociedade mexicana.

2. Luta por autonomia e experiências de autogoverno no movimento zapatista

É possível dizer que o projeto autonômico do movimento zapatista começou ainda em 1994, quando, em dezembro deste ano, os zapatistas se lançaram em uma campanha chamada "Paz com Justiça e Dignidade para os Povos Indígenas", na qual as tropas insurgentes saíram de suas posições de montanha e ocuparam vários territórios, declarando a existência dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Os MAREZ eram pequenos territórios sobre o controle das bases de apoio zapatistas no estado de Chiapas, e podem ser vistos como base social do movimento zapatista e como projeto alternativo de sociedade. Esses municípios tem o mérito de haver melhorado as condições de vida de suas comunidades, por meio de esforços coletivos – de seus moradores, dos integrantes do EZLN e da própria sociedade civil, que enviava ajuda – nas áreas da saúde, educação, cultura e de produção. Na base dessa experiência situa-se a comunidade, que realiza assembleias constantes para discutir todos os aspectos que permeiam sua vida, suas formas de organização política, social, econômica e cultural. A assembleia comunitária é aberta à participação de todos (inclusive os mais jovens e as mulheres) e a chave de sua operação é a busca pelo consenso. Há, ainda, Conselhos Municipais, formados pelos representantes de cada comunidade que conformam o município. Esses conselhos possuem comissões para cada área (justiça, assuntos agrários, cultura, educação, entre outras) e surgiram como uma alternativa às autoridades "oficiais" da região (ORNELAS, 2005: 138). De acordo com Raúl Ornelas:

> A formação dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões territoriais arbitrárias dos municípios "oficiais", os municípios rebeldes são o resultado da afinidade de suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território (ORNELAS, 2005: 134).

Em 2003, após o não cumprimento de fato dos Acordos de San Andrés, o EZLN declarou a criação dos chamados *Caracoles*, outra alternativa autonômica, que tinha o objetivo de intensificar a experiência dos MAREZ. Em resumo, cada Caracol é composto por diversos municípios rebeldes, que, por sua vez, integram o Caracol por meio de delegados enviados a sua respectiva Junta de Bom Governo (JBG). As JBG são uma nova instância de governo da experiência zapatista, que tem como função coordenar regionalmente certo número de MAREZ, zelar pelos princípios zapatistas e representá-los, interna e externamente. Isso intensifica os alcances da experiência autonômica e possibilita que os municípios rebeldes se foquem mais na condução da administração local, que diz respeito à habitação, à saúde, ao trabalho, à terra, etc. Cada região zapatista passou a ter, assim, três níveis de governo: o regional, integrado por uma JBG; o municipal, com um Conselho Autônomo de um município rebelde; e o comunitário, com representantes de cada comunidade (BRANCALEONE, 2009: 5). Todas essas instâncias praticavam formas de democracia direta e participação ativa da população em resistência, tinham rotatividade de mandatos e mecanismos de vigilância, o que confere força, legitimidade e vitalidade à autonomia zapatista. Além disso, como demonstra Antonio Carlos Gil, o EZLN, em 2003, desligou-se de qualquer instituição governamental, o que radicalizou sua prática autonômica (GIL, 2013: 113).

O objetivo central das experiências de autogoverno é justamente não depender do governo federal, uma vez que os zapatistas perceberam, desde 1994, que diálogos e acordos frutíferos com seus representantes seriam difíceis de lograr[7]. Nesse sentido, colocam a resistência na prática e criam eles mesmos um espaço onde possam melhorar suas condições de vida, desenvolver livremente sua cultura, suas formas de organização social, política e econômico. Segundo Raúl Ornelas, "o desenvolvimento das autonomias mostra que as propostas zapatistas não são ideia para o futuro, mas cuja realização se enraíza no presente, na vida e na luta cotidiana das comunidades em resistência" (ORNELAS, 2005: 22). Contudo, a intenção do movimento zapatista é de que algum dia o direito à autonomia seja reconhecido constitucionalmente pelo governo federal. É importante destacar que a luta por territórios autônomos não tem como objetivo que esses se separem do país ou construam um espaço paralelo desvinculado ao nacional; os zapatistas são cidadãos mexicanos e desejam ser reconhecidos como tal, querem participar da vida política da nação e elaboram diversas

[7] Vale destacar que, enquanto o diálogo com o governo federal falha, os diálogos com a sociedade civil são centrais bastante frutíferos para os zapatistas, ao longo de todos seus anos de atuação.

propostas para isso. “Os zapatistas querem-se resolutamente mexicanos, indígenas mexicanos. A questão indígena é para eles uma questão nacional central, concebida numa perspectiva diferenciada de integração que não seja a assimilação. O movimento se destaca por procurar combinar o comunitário e o nacional, assim como o ser indígena e o ser mexicano” (GIL, 2013: 111). Ademais, de acordo com os integrantes do EZLN, a experiência autonômica não implica que o Estado deva deixar de ter responsabilidades para com as comunidades indígenas, assim como as últimas não deixariam de ter direitos e deveres em relação ao país. Diferente disso, a autonomia apenas possibilitaria a construção de espaços onde os povos indígenas possam se autodeterminar livremente.

Dessa maneira, acreditamos que a luta por autonomia está intimamente relacionada com a defesa pela identidade étnica, pois seria justamente nos territórios autônomos onde os indígenas poderiam valorizá-la e desenvolvê-la, por meio da preservação de seus costumes, tradições, especificidades culturais e sociais. Além disso, é importante destacar que, para os zapatistas, a valorização da identidade étnica e a criação de territórios autônomos não constituem um obstáculo à unidade da nação. Por meio deles, há, ao contrário, uma maior inserção dos povos indígenas na comunidade nacional e uma melhor relação entre o Estado e os índios.

Considerações Finais

Podemos perceber, portanto, que a valorização de identidades étnicas que defende o EZLN difere da ideologia e das políticas indigenistas que vigoraram ao longo do século XX no México. De acordo com os zapatistas – e também com outros movimentos indígenas que passaram a atuar de maneira consoante no mesmo momento –, os indígenas e seus componentes identitários devem ser reconhecidos enquanto parte da cultura nacional. Esses novos sujeitos políticos lutam contra a tentativa de integração dos povos índios por meio de sua aculturação, mestiçagem e ocidentalização; defendem a ideia de que a nação mexicana não deve ser homogênea, mas, ao contrário, pluricultural e pluriétnica. Por outro lado, os indígenas chiapanecos também expressam seu desejo de que suas comunidades não sejam vistas como algo à parte da comunidade nacional. A diversidade deve ser respeitada e reconhecida, porém há um elemento comum que os integra: o fato de serem cidadãos mexicanos. Assim, o EZLN defende e articula, ao mesmo tempo, identidade étnica e identidade nacional.

Para reforçar tal ideia, no campo das ações, os zapatistas protestam contra a exclusão

das comunidades indígenas do cenário político nacional, contra a falta de voz dos indígenas e de suas propostas no sistema de partido de Estado. Numa tentativa de inverter o jogo, o EZLN promoveu iniciativas de diálogos com o governo e com a sociedade civil, como a Convenção Nacional Democrática (em 1994), o Diálogo de San Andrés (em 1995), a Consulta (em 1995), o Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo (em 1996), ações com ampla participação de vários grupos da sociedade mexicana que tinham como objetivo de aprofundar a relação das comunidades indígenas com o restante da sociedade mexicana e ampliar sua participação no sistema político do país. Essas iniciativas tiveram o mérito de colocar as pautas indígenas em evidência no âmbito nacional.

Para que essa relação e integração dos povos indígenas na comunidade nacional se deem sem que suas especificidades sejam apagadas em meio à cultura dominante, os zapatistas defendem a construção de territórios autônomos, onde esses tenham direito à livre determinação. Os povos índios possuem maneiras próprias de ver o mundo e de se organizar, que devem ser reconhecidas, respeitadas e, além disso, devem ter seu devido espaço para que possam existir na prática. Não só no movimento zapatista, mas também nos projetos políticos defendidos em geral pelos povos indígenas no México e na América Latina, a demanda por autonomia tem ocupado lugar central nas últimas décadas. Segundo Hector Díaz Polanco, "la autonomía traza el sendero pluralista que estos pueblos proponen para construir sociedades nacionales que sean a un tiempo democráticas y justas" (DÍAZ-POLANCO, 2005: 1).

Referências

BARTH, Fredrik. **Los grupos étnicos y sus fronteras:** la organización social de las diferencias culturales. México: Fondo de cultura econômica, 1976.

BRANCALEONE, Cassio. **A experiência de autogoverno zapatista em questão.** XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.aacademica.com/000-062/2207>.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **Mensaje a los asesores e invitados del EZLN para la Mesa sobre Democracia y Justicia**. México, 18 mar. 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/03/18/mensaje-a-los-asesores-e-invitados-del-ezln-para-la-mesa-sobre-democracia-y-justicia/>.

DÍAZ-POLANCO, HÉCTOR. Los dilemas del pluralismo. In: **Pueblos indígenas, estado y democracia.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101026125122/4DiazPolanco.pdf>.

DIETZ, Gunther. **Zapatismo y movimientos étnico-regionales en México**. Nueva Sociedad, n. 140, p. 33-50, nov./dec. 1995.

_____. Del indigenismo al zapatismo**:** la lucha por una sociedad mexicana multi-étnica. IN: **La lucha por los derechos indígenas en América Latina**. POSTERO, Nancy Grey e ZAMOSC, Leon (editores). Quito: Ediciones Abya - Yala, 2005, p. 53-128.

GIL, Antonio Carlos Amador. Do indigenismo à autonomia: organizações indígenas e as lutas pela reestruturação do Estado Nacional Mexicano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** - História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=19210>.

_____. **O lugar dos indígenas na nação mexicana:** tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX. Vitória: Aquarius, 2013.

LE BOT, Yvon. **O sonho zapatista**. Lisboa: Edições ASA, 1997.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. In: **Hegemonias e emancipações no século XXI**. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf>.

PUIG, Andrés Fábregas. **Los pueblos indios y el nacionalismo mexicano**. Revista Universidad de Guadalajara, n. 13, inverno 1998-1999. Disponível em: <http://www.cge.udg.mx/revistaudg/rug13/lospueblos.html>.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Identidad indígena y multiculturalidad en América Latina**. Araucaria, Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, Sevilla, v. 4, n. 7, primeiro semestre, 2002.

O NASCIMENTO DA TRAGÉDIA: A FACE RENASCENTISTA DE ÁNGEL RAMA

Pedro Demenech
Doutorando em História Social da Cultura pela PUC Rio sob orientação de Ricardo Benzaquen de Araújo, pesquisador discente vinculado ao Laboratório de Estudos de História Política e das Ideias da UFES e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Só na criação há liberdade
(Nietzsche, verão de 1883).

Resumo: Bogotá, 3 de outubro de 1972: procedente de Montevidéu, Ángel Rama seria deportado duas vezes em menos de trinta e seis horas pelo governo colombiano. Mandado para o México, retorna à Colômbia e de lá faz conexão para Venezuela. Tais circunstâncias coincidem com um momento produtivo de sua carreira, quando coloca em prática o projeto de criar e entender o que seria a unidade cultural latino-americana – fato que, com o avançar da década de 1970, torna-se evidente. Consta que o nome de Ángel Rama estava numa "lista negra" emitida pelo governo colombiano, no intuito de impedir a entrada de pessoas "subversivas" no país. Tão logo a extradição de Rama tornou-se pública, escritores como o argentino Júlio Cortázar e de outras partes da América pressionam o governo por explicações sobre o assunto. Assim, dada a deportação, Rama evidencia seu compromisso ético tanto para o desenvolvimento de valores democráticos quanto o papel da América no mundo marcado pela polarização política entre capitalistas e socialistas.

Palavras-chave: Ángel Rama; intelectual; Biblioteca Ayacucho.

Abstract: Bogotá, October 3rd, 1972: Ángel Rama, coming from Montevideo, would be deported twice in less than thirty six hours by the Colombian government. He, sent to Mexico, returned to Colombia and from there went to Venezuela. These circumstances coincide with a productive moment of his career, when he put into practice the project of creating and understanding what would be Latin American cultural unity – a fact that, with advancing the 1970s, became evident. Reportedly the name of Ángel Rama was a "blacklist" issued by the Colombian government in order to keep out people "subversive" in the country. As soon as the extradition of Rama became public, writers like the Argentine Julio Cortázar and others from others countries of America had pressed the government for explanations on the subject. Thus, given the deportation, Rama showed its ethical commitment to both the development of democratic values and America's role in the world marked by political polarization between capitalists and socialists.

Keywords: Ángel Rama; intellectual; Ayacucho Library.

Introdução, ou da queda: Ángel Rama em Caracas

Bogotá, 3 de outubro de 1972: procedente de Montevidéu, Ángel Rama seria deportado duas vezes em menos de trinta e seis horas pelo governo colombiano. Mandado para o México, retorna à Colômbia e de lá faz conexão para Venezuela. Tais circunstâncias coincidem com um momento produtivo de sua carreira, quando coloca em prática o projeto de criar e entender uma unidade cultural latino-americana – fato que, com o avançar da década de 1970, torna-se evidente.

Consta que o nome de Ángel Rama estava numa "lista negra" emitida pelo governo colombiano, no intuito de impedir a entrada de pessoas "subversivas" no país. Tão logo a extradição de Rama tornou-se pública, escritores como o argentino Júlio Cortázar e de outras partes da América pressionam o governo por explicações sobre o assunto. Ante as apelações, Álvaro Uribe, então senador, intervém a favor de Rama.

A imprensa colombiana qualificou o ato, por parte do governo, como excessivo. Entretanto, essa "caça às bruxas e aos fantasmas" seria frequente ao longo da década de 1970, criando um ambiente hostil para o desenvolvimento intelectual e a liberdade de expressão. Assim, dada a deportação, Rama evidencia seu compromisso ético tanto para o desenvolvimento de valores democráticos quanto o papel da América no mundo marcado pela polarização política entre capitalistas e socialistas. Essa circunstância não só aponta na direção dos principais argumentos presentes em sua obra, como também permite analisar o papel público que Rama atribuía a si.

Chegando em Caracas, Rama deu ao jornal *El Nacional* o seguinte: "¿Podria explicarme por qué estoy aquí en condiciones imprevistas?" e, sem respostas sobre o motivo de estar na Venezuela, prossegue:

> Las autoridades me permitieron la entrada al país, y cuando a la salida del aeropuerto tomaba un taxi, un funcionario de apellido Berbesi, fuera de sí, tomó mis maletas y me obligó a regresar al avión con destino a México después de una hora de retraso ocasionado por el señor Berbesi. Él no me dio ninguna explicación, y excepto su iracundia, tampoco sé nada de él (S6.C36.c1)[1].

Já no México, Rama não pôde deixar o aeroporto, tendo que dormir sob vigilância policial. Prossegue:

> ¿Ve usted cómo existe de verdad el señor Berbesi? Es para volverse loco. Menos mal que el señor Berbesi existe, porque se no existiera, nos quedaría la posibilidad de negar Kafka. [Rama sentiu-se como] el personaje de El proceso, procesado y perseguido y condenado como el señor K, sin llegar nunca a saber los motivos. [Mas] cuando Kafka se produce al nivel del subdesarrollo latinoamericano, los efectos son menos oníricos y sí muchos más brutales y grotescos (Idem).

[1] Essa documentação está no Arquivo de Ángel Rama. De tal modo, cito a documentação tal como está dividida. Respectivamente: *S* se refere à série, *C* à caixa e *c* à carrapeta em que se encontra o documento citado.

Apesar da situação, a expulsão contribuiu para Rama se mostrar ativo na esfera pública. Logo após sua expulsão, ele afirma com veemência aquilo que considerava ser: um especialista em cultura latino-americana. Vejamos:

> Soy especialista en cultura latinoamericana, he trabajado en casi todas las Universidades latinoamericanas y jamás he tenido conflictos en ninguno de esos lugares. La persecución a los intelectuales latinoamericanos es el último deporte de muchos gobiernos del continente, que quizás crean que de este modo acallan las demandas de justicia y libertad de sus pueblos, con las cuales siempre me he sentido mancomunado. Y si ese es el motivo de estas persecuciones, debo decir honradamente que van a seguir persiguiéndome porque yo seguiré estando del lado de los pueblos hispanoamericanos (Idem).

O trecho acima é significativo para a imagem pública que Rama procurou construir. Em 1971, quando foi professor visitante na Universidade de Río Piedras, em Porto Rico, passou por situação similar à da Colômbia, quando seu visto de permanência foi negado pelo governo por haver se solidarizado com as lutas de independência (BLIXEN e BARROZ-LÉMEZ, 1986, p. 42). Assim, valores como "liberdade" e "justiça" são necessidades éticas para o desenvolvimento dos "povos latino-americanos", valores esses que serão incorporados na sua obra crítica. Temos um ponto importante no qual o desenvolvimento cultural está conectado imprescindivelmente à liberdade intelectual. Desse modo, questionado sobre suas convicções políticas, Rama respondeu:

> Nunca he escondido mi repudio a las dictaduras y a la injusticia social, y creo que mientras la democracia no porte justicia a las clases marginadas es cuestionable. Por eso he me dedicado a la cultura para poder pertenecer a los pueblos y la democracia en el sentido lato. Soy un hombre de ideas socialistas que jamás ha militado en ningún partido político, porque quiero mantener independencia de crítico literario. Por eso, cuando tuvo que discrepar con los cubanos en el caso Padilla lo hice con entera responsabilidad (S6.C36.c1).

Rama constrói imagem heroica de si: crítico literário independente, interesses individuais acima dos partidos políticos; uma moralidade exacerbada para enfrentar a realidade latino-americana de perseguição aos intelectuais imposta por regimes autoritários. Deste modo, dedicar-se à cultura é enfrentar e reverter a lógica da repressão, que cerceia a liberdade e produz desigualdade social. Dado o tom de sua declaração, podemos dizer que ele emula uma trajetória intelectual em que a atividade crítica é orientada por valores éticos

e a vida política é definida pela esfera pública. Inspira-se em figuras como Pedro Henríquez Ureña, Alfonso Reyes, Mariano Picón-Salas – críticos literários que fizeram suas carreiras na interseção de deslocamentos geográficos forçados e com a precariedade intelectual americana, prezando a autonomia intelectual do continente, enfrentando governos autoritários e o imperialismo ianque. Próximo dessas figuras, Rama se converte na figura do "herói moderno" capaz de enfrentar as contradições da sociedade à medida que se moderniza. Essa estética intelectual de Rama nos aproxima ainda mais de sua obra, quando no contraste de posições ele busca uma síntese.

Essa heroicidade de Rama aproxima-se de uma visão trágica da vida, que não aceita nem suporta a realidade: resistir à presença de qualquer autoritarismo, seja qual for, pois antagoniza com ditaduras e, ao lado povo e classes oprimidas, afirma seu papel de crítico independente e homem de ideias. Rama produz a síntese do homem que enfrenta o Estado e se aproxima da vida coletiva, atuando na esfera pública em dissonância dos discursos dominantes. Ele está conectado à tradição que afirma a unidade dos povos latino-americanos através do desejo de autonomia intelectual.

Nesse momento especialmente que a América Latina vê a liberdade de expressão ser cerceada por governos autoritários que ascendendo, em diversos países do continente, criam grupos marginalizados reprimidos sistematicamente com violência. Assim, nem o governo cubano construído pela Revolução está isento de crítica.

Mesmo se considerando socialista, Rama justifica sua coerência em romper com o governo cubano por conta da perseguição ao escritor Herberto Padilla – o episódio conhecido pela historiografia como *caso Padilla* evidencia a autonomia intelectual que Rama defende.

Desde seu início, a Revolução Cubana mobilizou, em escala continental, intelectuais que nutriam por ela simpatia e, ao mesmo tempo, viam-na como modelo de socialismo posto em prática. Ocorre que, ao passar dos anos, a política cultural adotada pelo governo revolucionário cubano passou a exigir maior coerência e disciplina por parte de seus apoiadores em relação aos princípios adotados para levá-la adiante. Sendo assim, o poeta Herberto Padilla, desde 1967, passou a tecer publicamente críticas à atuação e às decisões tomadas pelo governo. As atitudes de Padilla culminaram com sua detenção, em 1971, e, após ser solto, apresentou-se publicamente para confessar seus *desvios* e se declarar defensor da Revolução (COSTA, 2013, p. 179-180). Tal gesto gerou um cisma entre os intelectuais na América Latina.

Gilman escreve que as consequências desse caso expõem a complexidade de

circulação dos discursos no interior do campo intelectual latino-americano, considerando a problematização do que deveria circular (ou não) nos âmbitos privado e público, dadas as nuanças na maneira dos intelectuais se posicionarem diante do fato (GILMAN, 2012, p. 237). Desse modo, expõe-se os motivos que levaram os intelectuais a se dividirem, pois, a relação deles com a Revolução Cubana entrou num ponto embaraçoso. A crítica ao governo cindiu o grupo de intelectuais, até então unidos, entre os que apoiavam e se distanciavam da Revolução, procurando sustentar uma posição crítica e independente. Com isso, levantou-se o debate sobre a delicada posição do intelectual em ser uma consciência crítica na sociedade (Ibid., p. 251).

A posição de Rama o leva a romper com o governo cubano e revela o distanciamento de formas autoritárias de governo. Seu comprometimento, visto como tarefa pública e independente, traz à tona o modo como operacionaliza a categoria de "cultura latino-americana", uma vez que põe em discussão central a noção de autonomia. Por conta das posições e das escolhas que fez, Ángel Rama se assume publicamente como intelectual em defesa da autonomia crítica. Crucial para o desenvolvimento cultural, a liberdade é mais que necessária, transmuta-se em valor defendido pessoal e publicamente por Rama. Desse modo, retomando o episódio kafkiano do qual se diz protagonista, na Colômbia, declara ao *La Nación* que "al llegar a Maiquetía junto con mi esposa Marta Traba, respiramos felices el aire de libertad que se vive en Venezuela" (S6.C36.c1).

1. Aspiração e nostalgia depois da queda

No papel de estudioso da cultura Rama se aproxima de categorias que lhe afastam de interesses político-partidários, pois considera que o ofício crítico consiste numa atividade independente, capaz de produzir e revisar valores que produzem e regem uma sociedade. Portanto, sua intervenção crítica está estritamente vinculada à experiência social.

No ano de 1972, Rama lança *La generación crítica 1939-1969*, uma reunião de notas, ensaios e artigos escritos durante os 20 anos anteriores, como pode se constatar a partir do levantamento bibliográfico feito por Blixen e Barroz-Lémez (1986, p. 208-09). Parece que o projeto de Rama seria escrever um segundo livro sobre o assunto, pois o livro tem como subtítulo "I. Panoramas". Na nota introdutória, escrita em 1971, ele justifica: "Si el volumen está numerado es porque aspiro a recoger, en un segundo tomo, diversos ensayos, éditos e inéditos, sobre las obras y escritores del período que aquí se revisa panorámicamente y en el

próximo en forma monográfica" (RAMA, 1972, p. 10). Entretanto, jamais voltou a trabalhar com essa questão e acredito que isso seja sintomático para nosso trabalho. Deste modo, encontramos uma via de acesso aos argumentos da crítica da cultura feita por Rama.

Nesse sentido no único livro que dedicou sistematicamente ao estudo da cultura de seu país, o Uruguai, analisa os problemas no tom de nostalgia, lançando perguntas:

> La pregunta que nos dirige el extranjero no es demasiado distinta de la que se ha venido formulando el hombre común uruguayo, aunque éste, obviamente, com mayor desconcierto y emoción: ¿Qué nos ha pasado? ¿Por qué hemos llegado a esto? ¿Cómo fue que se nos perdió aquel Uruguay? ¿Cómo se conluyó así, tan de golpe, el bienestar, el civilismo, la democracia? (RAMA, 1972, p. 11).

Todas essas perguntas são sinônimas para somente uma questão: o que ocorre com cultura uruguaia? A percepção de um Uruguai sustentado pela felicidade individual e a confiança no Estado estava se desintegrando. Isso coloca em cheque a reforma social modernizadora conhecida como *Battlismo*, iniciada pelo presidente José Battle y Ordoñez logo na primeira década do século XX, que produzia, ou ao menos respaldava, uma série de valores sociais que davam aos uruguaios a sensação de serem diferentes de seus vizinhos latino-americanos, com cidadãos exemplarmente educados e instituições sociais e políticas democráticas – conhecido naquele momento por "Suíça das Américas".

Assim, a cultura cunhada pelo *Battlismo* dava sinais de desgastes desde a década de 1950. Juan Fló[2] escreveu que essa situação gerava observadores hipercríticos sem que se tornassem agentes ativos na transformação social. Como consequência, esse criticismo, essencial à vida intelectual, teria produzido paralisia diante das circunstâncias instauradas. A visão de futuro para Fló seria a seguinte: "Se fosse possível fazer previsões, poderíamos dizer que nosso destino é o de salvar nós mesmos como exceção ou indivíduos. Nenhum de nós, já que existimos somente como potência, tem a capacidade de justificar a vida cinzenta em que vivemos" (FLÓ apud GREGORY, 2009, p. 7).

Fló, nessa análise, não oferece soluções nem grandes esquemas: ataca o individualismo como possível causa da paralisia. Porém, 20 anos após a publicação do ensaio, a sociedade uruguaia viu seu estilo de vida ruir. A vida ficou mais cinzenta com a chegada da década de

[2] Trata-se do ensaio *Problemas de la juventud en nuestro país*, de 1952, feito para um concurso organizado por *Marcha*. Fló, com 21 anos, percebeu um problema do qual a intelectualidade uruguaia se ocuparia nas duas décadas seguintes, até o golpe de Estado de 1973. Anos mais tarde, Fló tornou-se professor de estética na *Universidad de la República*. Parte dessa reflexão foi elaborada a partir da troca de informações que tive com Fló.

1970, quando o presidente eleito, Juan María Bordaberry (1972-1976), tornou-se ditador.

Um historiador fez a seguinte observação no livro *La conciencia histórica uruguaya*: "Uruguai, um país sem problemas, de repente tornou-se um país problemático" (TORRES WILSON apud GREGORY, 2009, p. 1). O espanto de Torres Wilson e os questionamentos de Fló nos levam até algo desejado com grande intensidade e que não se realiza. Esse fenômeno, que parece acontecer repentinamente, parece ser inexplicável: diagnosticam as causas de sua existência, porém parecem estarrecidos com os acontecimentos. A narrativa sobre o Uruguai não mais existia ou já estava agonizando.

Deste modo, constatando esse problema, Rama formula o seguinte pensamento:

> Cuando el preguntante de turno se aleja, podemos reflexionar un instante: en ese uruguayo, la pregunta por las causas antecede, como absurdo y obsesivo ritornelo, a la inquisición acerca del futuro, aunque sea esta, obviamente, la interrogación que urge. En ese trastrueque de prioridades tocamos el corazón del desconcierto: la nostalgia de un idealizado paraíso, ya perdido; el empecinamiento con que se sale a preguntar por algo que ya no existe; el matiz desvalido o rencoroso con que se le piden cuentas al pasado. Porque ahora, recién ahora, se comprende el engaño en que se ha vivido y hay todo un pasado oficial que se revela como un fraude (RAMA, 1972, p. 11).

A composição e diluição da cultura uruguaia estudada por Rama trazem uma questão: a desagregação da unidade nacional uruguaia. Aquele país construído pelo *Battlismo* se desgasta e as falhas econômicas e sociais expõem os problemas de um sistema de valores no qual a sociedade fora alçada.

Para Rama, o problema residia na incapacidade dos intelectuais uruguaios se articularem por mudanças sociais, enfrentando a ordem estabelecida. Entretanto, o próprio Rama, após *Lá Generación Crítica* e o golpe, vai deslocando suas questões para a formação de outra unidade, já que o Uruguai não poderia mais ser a síntese daqueles valores que ele defendia publicamente.

Segundo Blixen e Barros-Lémez (1986, p. 48), a partir desse momento a carreira e os projetos de Rama vão se desenvolvendo no exterior à medida que há a ampliação e sistematização de seus horizontes e conhecimentos sobre a América. Desde o episódio de Caracas, tratado na seção anterior, Rama retorna rapidamente ao Uruguai para, outra vez, voltar à Venezuela.

Uma vez na Venezuela, surpreendido pelo golpe de Estado no Uruguai, Rama

trabalha como professor da Escola de Letras da Universidade Central da Venezuela[3] e toma conhecimento de que não pode retornar a sua terra natal. A partir da chegada dos militares ao poder aquele Uruguai, fruto do *Battlismo*, foi desmantelado pelo próprio Estado – que governou a partir do estado de exceção, suspendendo a ordem democrática. Esse evento põe um ponto final na cultura em que Rama se formou.

Rama abandonou o que deveria ter sido o segundo tomo de *La Genarción Crítica*, porém, em seus estudos sobre o Uruguai encontramos as chaves que lhe auxiliam no estudo da cultura na América Latina. Nesse sentido existe uma passagem do nacional ao continental na obra crítica de Rama. E, embora as dificuldades, Rama vive, nesse período, um momento intenso de produção intelectual e se coloca na condição de intelectual latino-americano. Segundo Peyrou (2007, p. 27), o exílio se transforma num acicate que impulsiona seu vigor intelectual.

Com o futuro desmantelado, faz sentido que a nostalgia se manifeste, afinal, um passado sólido se desmontou. E a forma com que Rama o analisa nos revela outra face sua atuação: a trágica. Assim, o juízo de Rama está próximo da reflexão de Rosset (1989), em *Lógica do Pior*, que considera o enfrentamento da realidade como a impossibilidade de reverter a ordem estabelecida. Entretanto, esse é o paradoxo dessa lógica: reconhecer o impossível é a possibilidade de pensar o impensado e estabelecer um discurso à margem do oficial, que apregoa o progresso preterindo a liberdade. Rama, então, se volta para a revisão dos valores sociais em que foi criado e estabelece uma busca por um equilíbrio social que permanece instável.

Essa face trágica de Rama contrasta com aquele passado idealizado, que se lança cegamente em direção ao futuro. Quando Rama e sua vida são brutalmente transplantados, ele se obriga a criar elementos que lhe auxiliam numa direção oposta ao paraíso perdido de *La Generación Crítica*. O transplante de uma terra a outra, acredito, contribuiu ainda mais para a articulação que Rama faz entre sua história pessoal com a da América Latina.

Insatisfeito com o presente, Rama enfrenta e experimenta uma ruptura tanto material como simbólica com o passado uruguaio, encerrado pela consciência de não poder voltar para casa. Nesse período começa a escrever um diário que o acompanha durante seu desterro. Desvinculado de sua terra natal, abre o diário, em primeiro de setembro de 1974, da seguinte forma:

> A esta edad, normalmente, se redactan las memorias. A falta de ellas, me decido por una anotación de diario, ni público ni íntimo. Con los peligros del soliloquio (ese enrarecimiento del vivir al ser desgonzado de sus

[3] No levantamento de Blixen e Barros-Lémez (1986, p. 48), constata-se que Rama dava, nesse período, três cursos: *Estrutura da poesia latino-americana*, *Introdução à simbologia* e *A novela breve de Juan Carlos Onetti*.

> naturales quicios) pero también con los beneficios de la subjetividad, particularmente en un ser humano que siempre ha procurado reemplazarla por las coordenadas intelectuales o las comunitarias (trabajo, movimientos políticos).
>
> […]
>
> Todo tiene que ver con esas heridas secretas, o esas obsesiones y temores que me acompañan de siempre, vivas e irresolutas, y que llaman a una consideración (RAMA, 2008, p. 43-44 passim).

Acredito que o diário escrito por Rama ajude a mapear as principais questões de seu pensamento crítico, pois segundo Rosa (2009, p. 39) esse texto serve como ferramenta para pensar e acompanhar tanto o desenrolar de questões pessoais de Rama como fatos que marcam a história da América Latina. Nesse sentido parece que Rama opta pela produção de um futuro. Quando viu que aquele tempo e espaço uruguaios se fecharem no horizonte, restou-lhe abrir outros que não seriam encerrados por questões políticas. A política é cada vez mais deslocada para o âmbito da cultura, pois lhe possibilita incorporar o inesperado a sua própria narrativa pessoal.

Poderíamos contar, também, com a análise de Pachet sobre diários íntimos, ao abordá-los como uma narrativa que se passa fora do tempo histórico regular (PACHET, 1990, p. 9), pois são produzidos longe de regras sociais que regulam a atuação de quem o escreve. Porém, essa característica pode ser temporária, já que um diário publicado passa a integrar e interagir com a obra de quem o produziu. Assim, diante das dificuldades que cercam o indivíduo, o diário pode ser um "instrumento de aperfeiçoamento moral", lugar de trabalho da alma[4] (Ibid., p. 13). A origem dessa prática é religiosa, embora, com fenômeno de secularização moderna passe a se proliferar entre os sujeitos que procuram se singularizar perante a massificação que atinge a sociedade, principalmente, após a Revolução Industrial. Porém, diferente de quem se confessa, o escritor de diários não segue estritamente práticas e ritos regulados por valores religiosos. O diário é, então, como um barômetro que registra acontecimentos, escolhas, percalços, entre outros fatos, que são incorporados ou não pela alma. Deste modo, o diário é capaz de medir a consciência e criar uma unidade que pode vir a ser incorporada na história.

O diário íntimo seria uma metonímia do seu escritor. A construção de um diário é, geralmente, atrelada às experiências do sujeito, mesmo que não haja um compromisso efetivo com a verdade. Funciona como um depósito de *souvenires*, que garante autenticidade às

[4] O termo "alma" designa o movimento que o indivíduo sente acontecer dentro de si, um aflorar da subjetividade na medida em que ele está se conectando ao mundo.

experiências de quem o escreve, pois, sua narrativa passa a estar vinculada com a do escritor que, a partir dela, procura urdir a reflexão interna com os eventos exteriores do seu cotidiano[5].

O escrutínio das *feridas secretas* reabertas por Rama deve ser entendido como um lançar-se ao futuro. Diferente da concepção que vislumbra o presente enquanto prolongação do passado, quando uma memória se atualiza, o sentido é outro: a lembrança do diário está mais próxima da aspiração de se aventurar, afinal, o passado não aparece mais como província segura.

Manter as feridas secretas abertas à consideração, deixar elas vivas e irresolutas. Ora, essa preferência soa estranha quando se procura a solução viável aos impasses. Não parece ser esse o caminho escolhido por Rama, afinal, seus questionamentos *nem íntimos, nem públicos* apontam para direção oposta à resolução. Resistir ao conflito, incorporar suas experiências e lições e organizá-las numa narrativa são alguns dos trabalhos realizados por Rama.

Essas reflexões de Rama são próximas da elaboração que Stewart (1993) tece sobre a narrativa, vista como estrutura de desejo capaz de inventar seus objetos para se distanciar deles, logo que são inscritos num intervalo daquilo que se deseja e do que é desejado – o futuro frustrado pela indisposição do passado em deter-se no presente.

Na verdade, uma busca vã: a entrada no paraíso, já perdido; a teimosia cínica de sair perguntando por algo que já não existe; pedir rancorosamente que o passado preste contas. Nada disso, aliás, auxilia no trabalho de cicatrização das feridas, apenas as esconde sob a instabilidade do presente. Rama, então, tentando acertar-se com o passado, aproxima-se da nostalgia da perda e da aspiração do que pode ganhar. Para isso, Stewart (1993) dá o nome de *doença social da nostalgia* e diz que não há cura, mas a localização de seu sintoma pode inscrever a relação numa narrativa de possível origem para o objeto que se deseja (no caso de Rama, a América Latina).

A palavra *longing*, do inglês, é a pedra-de-toque dessa relação. Para Stewart, seus significados estão relacionados ao *desejo ardente*, às *fantasias extravagantes das mulheres durante a gravidez* e ao *pertencimento*. Entretanto, traduzida para o português, pode ser entendida simultaneamente como *saudade* – desejo de reavivar algo que já se passou – e *aspiração*, enquanto vontade de realização. A saudade dirige sua força ao passado, a aspiração para o futuro. Assim, quando o *desejo ardente* não se realiza, o futuro torna-se passado: um futuro passado que, segundo Stewart, é adiado na origem e no fim da narrativa que o engendra. A localização do que seria o desejo está subordinada a uma formação histórica.

[5] Parte dessa reflexão é inspirada no estudo de Stewart (1993).

É o *absurdo e obsessivo ritornelo* daquele *desconcerto* uruguaio de *La Generación crítica* quando o futuro é interrogado por Rama que, também, está presente em sua alma:

> Vivir en la inseguridad, al día, sin saber que será de uno mañana, como en un incesante derrumbamiento. No consigo acostumbrarme. Toda la cultura uruguaya de mis años se edificó contra esa situación, construyendo un entramado vigoroso y planificado destinado a instaurar la seguridad.
>
> Lo vi deshacerse como una rede mal tejida. Nos dejó a todos flotando en el vacío. A mí con la sensación constante del viaje por desfiladeros pedregosos entre cataclismos, centellas que revientan, tierra que se resquebraja, aire seco, peligros y acechanzas inevitables. De esa condición es posible que proceda la resignación con que me veo siguiendo adelante, con calma o inconsciencia, con indulgencia (RAMA, 2008, p. 51-52).

Recusar o presente pode parecer insanidade, mas não é essa a questão de Rama. Quando o destino *vigoroso e planificado* se rompe, o elo com o passado é desfeito. Assim, o *desejo ardente*, de que fala Stewart, vai sendo ressignificado: o conjunto de fios que sustenta a rede da narrativa uruguaia, agora à deriva, se desfaz. Entre as desventuras, uma escolha: enfrentar a circunstância e transcendê-la tanto material como simbolicamente à medida que outra narrativa é tecida. A reconstrução da história, nesse caso, repete-se como diferença. Recolocando seu desejo no mundo e se reposicionando, Rama vai, aos poucos, reformulando aquilo que lhe escapou.

Como no conto "O Aleph", de Jorge Luis Borges, quando o narrador se depara com uma pequena esfera que o coloca no "lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do orbe, vistos de todos os ângulos" (BORGES, 2000, p. 693), mas sem que o passado possa ser recuperado. Nesse aleph, o tempo está sujeito ao espaço, tornando-se história quando o presente se desfaz – como sucede com o diário de Rama.

Assim, quando as *fantasias extravagantes* estão próximas da aspiração, remetem a um lugar idealizado de origem, uma paisagem intocada pelo homem. Implicam uma separação entre a *realidade* biológica (o útero, a origem) e a *realidade* cultural que dá sentido à narrativa, como a maternidade que inscreve o ser humano no mundo. A existência de uma anterioridade permite a cultura se assentar, como Rama deslocado de seus *eixos naturais*, tendo que se reinserir em outra cultura.

A mudança forçada para uma realidade distinta da que lhe formou impele esse movimento. O rompimento com o vínculo uruguaio faz com que pedaços e pequenas memórias sejam incorporados às bases existências de sua nova condição. Infância, família, coordenadas intelectuais e o próprio passado enfraquecem com a sensação de perder aquilo

que lhe pertencia. Entretanto, do vínculo rompido com o passado nasce outro, ainda mais forte: a aspiração de aproximar-se da América Latina, através de sua cultura.

Quando o sentimento de pertencer à cultura de origem já não é mais concreto, cabe engendrar outra via de pertencimento. Deste modo, Rama produz uma história pessoal e aberta para o futuro. Trata-se de uma história mais aberta e porosa, oposta ao destino planificado que se transforma em futuro passado porque não se realiza.

Rama, em Caracas (Venezuela), condiciona sua vida a um novo estilo e produz a centelha que estreita o seu vínculo com a cultura latino-americana, projeta e renova seu fôlego enquanto homem público.

> En El Nacional un periodista cultural (español, claro aunque avecinado en el país desde hace treinta años) arremete contra nuestro proyecto de Biblioteca Ayacucho aduciendo los argumentos del Siglo XIX de Menéndez Pelayo: que hay una unidad que presta la lengua y que por lo tanto sólo puede encararse una colección donde estén los clásicos españoles. Hasta aquí es simplemente un extemporáneo uso de una tesis vieja que los españoles ya no aplican, ni di hecho nunca aplicaron: no existe ninguna biblioteca española (Ribadeneyra, Clásicos Castellanos) que incorpore a los hispanoamericanos en plano de igualdad con los castellanos y que junto a Bécquer publique a Sarmiento. […] Aquí sale a luz el viejo y sólo embozado desprecio por las antiguas colonias que sigue anidando en el pecho de los españoles y que sólo los grandes espíritus (como Unamuno) fueron capaces de vencer para leer, comentar y debatir con toda libertad y un mismo plano, lo peninsular y lo hispanoamericano (RAMA, 2008, p. 52).

Rama defende o que foi sua maior obra em vida: a Biblioteca Ayacucho. Contrário às posições de Menéndez Pelayo (gramático e historiador da literatura espanhola), Rama não enxerga a cultura americana subordinada à história da Espanha e nem aceita totalmente que a língua e a conquista espanholas sejam as chaves de leitura para a unidade latino-americana. E escreve, como que se queixando, "que quinientos años de historia cultural no puedan depararnos trescientos volúmenes calificados sería certificar la inferioridad de un pueblo y una verdadera fatalidad histórica que lo condenaría por siempre a la esterilidad" (Ibid., p. 53).

Trata-se de interpretar a história cultural latino-americana em igualdade com a da Europa e, assim, produzir um sentido contrário a essa fatalidade que condena o continente à esterilidade. Rama, nesse sentido, dá-se o trabalho de tornar visível uma história que estaria em constante movimento e que lhe permitiria enfrentar e pressionar, até a fímbria, o futuro passado que, em primeira instância, paralisa.

A partir disso, lidou com inúmeras questões que o levam a pensar sobre o passado e o

futuro da América Latina (que naquele momento eram submetidos às ditaduras), como também o sentimento de nostalgia que o acomete. Todos esses pontos se conectam com a esperança de definir e conceituar uma ideia de cultura para o espaço latino-americano. Preocupado com a dimensão do futuro, Rama projeta a Biblioteca Ayacucho como instrumento de articulação entre a história cultural latino-americana com as obras que a imaginam e a projetam no tempo.

Referências

ARCHIVO de Ángel Rama. **La expulsión de Colombia**. Série 6. Caixa 36. Carrapeta 1.

BLIXEN, Carina e BARROS-LÉMEZ, Alvaro. **Cronologia y bibliografia de Ángel Rama**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1986.

BORGES, Jorge Luis. O Aleph. In: **Obras completas I**. Trad. Flávio José Cardoso. São Paulo: Globo, 2000, p. 686-698.

COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais, política e literatura na América Latina**: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa. São Paulo: Alameda, 2013.

GILMAN, Claudia. **Entre la pluma y el fusil**: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina. 2. Ed. ampl. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012 (2003).

GREGORY, Stephen. **Intellectuals and left politics in Uruguay, 1958-2006**: frustrated dialogue. Eastbourne: Sussex Academic Press, 2009.

PACHET, Pierre. **Les baromètres de l'âme**: naisssance du journal intime. Paris: Hatier, 1990.

PEYROU, Rosario. Prólogo. In: RAMA, Ángel. **Diario**: 1974-1983. Buenos Aires: El Andariego, 2008.

RAMA, Ángel. **Diario**: 1974-1983. Montevideo: Trilce, 2008 (2001).

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998 (1984).

RAMA, Ángel. **La generación crítica (1939-1969)**: I Panorama. Montevideo: Arca, 1972.

ROSA, Sandro Ricardo. **O *Diario* de Ángel Rama**: a vítima e o carrasco. 2009. 247 f. Tese (Doutorado em Literatura) - Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROSSET, Clément. **Lógica do pior**. Trad. Fernando J. Fagundes e Ivana Bentes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

STEWART, Susan. **On longing narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection**. Durham: Duke University Press, 1993 (versão para Kindle).

GT 14 - SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DAS PRÁTICAS CORPORAIS, ESPORTE E LAZER

Coordenadores:

Prof. Dr. Carlos Nazareno Ferreira Borges (UFES)

Debatedores:

Prof.ª Ms. Scheila Antunes (UFES)

Prof. Dr. Otávio Tavares (UFES)

EXCLUSIVO PARA MULHERES: MOTIVADORES DE ESCOLHA EM UMA ACADEMIA FEMININA DE VITÓRIA-ES

Camila Rissari Correia
UFES

Resumo: O público feminino acaba se tornando alvo do mercado de consumo e pretendendo atender a essa demanda de produtos e serviços, o número de academias para mulheres aumentou nos últimos anos. Neste sentido, considerando como campo de pesquisa a academia *Contours*, exclusiva para mulheres, situada no Município de Vitória/ES, temos como objetivo: identificar o(s) motivador(es) de escolha em frequentar uma academia feminina a partir das mulheres frequentadoras. O trabalho se concentra no estudo de caso, e como coleta de dados foi realizada entrevista semiestruturada focalizada e observações em campo. Escolhemos para entrevistar dez mulheres frequentadoras da academia em questão. Para a análise dos dados, adotamos elementos da análise de conteúdos de Bardin (2009). O resultado consiste que seis das dez entrevistadas preferiram a *Contours* por não ter a presença de homens, relataram que se sentem mais livres no momento da realização dos exercícios. Vale ressaltar que este trabalho faz parte de uma dissertação de Mestrado em andamento e atende a um dos seus objetivos específicos.

Palavras-chave: academia de ginástica; mulher; consumo.

Abstract: The female audience turns out to mark the consumer market and intending to meet this demand for products and services, the number of gyms for women has increased in recent years. Hence, considering how search field the Contours gym exclusively for women, located in Vitória/ES city, we aim to: identify the motivating of choice in attending a women's academy from the participating women. The work focuses on case study, and the data collection was conducted focused semi-structured interviews and field observations. We chose to interview ten women frequenters of the academy Contours. For data analysis, we have adopted elements of Bardin content analysis (2009). The result is that six of the ten interviewed preferred the Contours for not having the presence of men reported that they feel freer at the time of the exercises. It is noteworthy that this work is part of a Master's thesis in progress and meets one of its specific objectives.

Keywords: gym; woman; consumption.

1. A nova tendência entre as academias de ginástica

Na sociedade moderna há o crescente destaque do corpo, mas é nas academias de ginástica que ele ganha especial atenção. Os sujeitos fazem-se em pedaços somáticos a serem investidos de modo específico, configurando um ambiente estruturado de acordo com as regiões anatômicas, na qual modificam cada parte do corpo com o objetivo de atingir um corpo ideal, discurso hegemônico do culto do corpo proveniente dos esquemas da indústria cultural (HANSEN e VAZ, 2006).

Esse discurso hegemônico do culto ao corpo, para Castro (2003), está intimamente ligado à constituição do moderno. Para a autora, as práticas físicas passaram a ser mais

regulares e cotidianas no contexto moderno, expressando-se na proliferação das academias de ginástica pelos centros urbanos.

De acordo com Wenetz (2007), as academias habitualmente se relacionam com o *fitness*, sendo que este pode ser compreendido como uma atividade física que gera uma melhor forma física e bem-estar, além de compreender que também são lugares da "moda", como qualquer outro espaço que vende algum serviço. No mundo *fitness*, Borges *et al.* (2007) apontam para um "mercado", que dentre diversas estratégias empregadas para ganho de competitividade, sobressaem o sistema de franquias[1]. O modo e a velocidade como as franquias se difundem impressionam. Segundo Ortiz (2000, p. 32),

> [...] a fabricação industrial da cultura e a existência de um mercado mundial exigem uma padronização dos produtos, onde a corporação global, a um baixo custo, opera em todo mundo como se ele fosse uma entidade singular; ela vende as mesmas coisas, e da mesma maneira em todos os lugares.

O autor comenta sobre a lucratividade das empresas franquiadas, como por exemplo, a Fendi, Chanel. Mesmo que a renda *per capita* entre os Estados Unidos e o Brasil seja distante, essas empresas franquiadas irão alcançar um nível positivo de vendas, ou seja,

> O exemplo das franquias das marcas é um bom indicador deste processo desigual de globalização. Apesar dos problemas sociais sérios que enfrenta, nas áreas de educação e de saúde, e da disparidade de renda da população, o Brasil é o oitavo maior faturamento mundial por lojas franqueadas, superando a Itália, a Espanha, e aproximando-se do Japão (ORTIZ, 2000, p. 178).

A partir dos aspectos sobre o sistema de franquias, podemos perceber que as academias de ginástica, planejadas por meio de franquias, também podem lucrar independente do país que esteja instalada. Sobre as academias, Silva (2001) aponta uma crítica. A autora considera que estes espaços onde se realizam a "malhação" são constituídos por objetos, portadores de normas de ação. As normas desses objetos conferem empecilhos sobre a vontade e a criatividade dos sujeitos, que ao entrarem em relação com esses objetos, impõem-se sobre aqueles que ali se encontram; a lógica do trabalho corporal ali desenvolvido é a da máquina.

[1] "Uma franquia empresarial é um sistema pelo qual um franqueador sede ao franqueado o direito de uso da marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração do negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador mediante a remuneração direta ou indireta" (BRASIL, 1994, art. 2º).

Estas academias, este mercado *fitness*, buscam atender a demandas solicitadas por grupos específicos, consumidores que estão em busca de serviços diversificados que possam atender as suas necessidades no que se refere à prática de exercício físico. Borges et al. (2007) expõem que o comércio de práticas corporais, especificamente para o público feminino, ganha força e legitimidade, em especial, "devido à intensificação das preocupações com a estética relacionada aos padrões de beleza vigentes que, cada vez mais, aparece colada à própria noção de saúde" (p. 241). Os autores ainda salientam que "as academias de ginástica criam e recriam novas práticas corporais como uma alternativa para se vender um corpo mais belo e saudável" (p. 241). E nesse contexto, percebemos que

> As exigências de adequação às imposições do mercado recaem com maior ênfase sobre o corpo da mulher. Isso fica evidente ao observarmos os produtos e serviços produzidos e consumidos em maior escala para e pelo segmento feminino. Porém, faz-se importante destacar que o sucesso na comercialização destas práticas necessita da identificação do consumidor que se busca seduzir. Assim, as práticas corporais ambientadas em academias de ginástica devem se apresentar de modo a encantar suas potenciais consumidoras, objetivando sua identificação com o serviço oferecido (BORGES et al. 2007, p. 242).

O público feminino acaba se tornando alvo do mercado de consumo e, pretendendo atender a essa demanda de produtos e serviços, o número de academias aumentou nos últimos anos, concomitante ao crescimento da indústria da beleza juntamente com seus salões de beleza, clínicas estéticas, cirurgias plásticas e outras modalidades (FURTADO, 2007). Neste sentido, a possibilidade de um corpo perfeito, noticiada pelos meios de comunicação de massa, que motiva e/ou causa insatisfação das mulheres, contribuem para a busca por produtos e serviços que solucionem ou amenizem esse descontentamento. Gradativamente é apropriado pelas mulheres a possibilidade de felicidade ser sinônimo de um corpo bonito, jovem, saudável, livre das "temíveis" gordurinhas, que desagradavelmente desalinham o corpo feminino. Isso porque, em nossos dias, a identidade do corpo feminino, de acordo com Del Priore (2000), corresponde ao equilíbrio entre a tríade beleza-saúde-juventude, ou seja, as mulheres cada vez mais são submetidas a identificar a beleza de seus corpos com juventude, a juventude com saúde. Essa tríade nos mostra que, gradualmente as mulheres passam a ser responsabilizadas por sua aparência, como se fosse obrigação na sociedade moderna ser belo(a).

E para se modelar uma das alternativas é investir tempo e, principalmente, dinheiro nas academias de ginástica. E neste contexto contemporâneo, Azevedo (2011) expõe que as

academias exclusivamente femininas começam a se destacar. Borges et al. (2007) específica que com o aumento da venda e a comercialização de equipamentos e práticas corporais específicas para o segmento feminino, na tentativa também de atender as exigências do mercado do *fitness*, foi perceptível o surgimento desta nova tendência entre as academias de ginástica.

Falando um pouco mais sobre as academias para mulheres, estas surgem já no final do século XX nos Estados Unidos. As franquias pioneiras nesse exclusivo mercado são as academias *Curves* e *Contours*. Com o passar do tempo, as franquias atingiram inúmeras unidades pelo mundo. Rocha (2011) expõe que as duas redes de academias possuem propostas parecidas tanto no método de treinamento quanto na forma de atrair e conquistar as clientes. De acordo com a autora

> Os treinos duram trinta minutos e priorizam as atividades cardiovasculares e de fortalecimento muscular, imprescindíveis para a perda de peso, a academia investe em um ambiente voltado para "os gostos femininos" e no discurso psicologizante dos prazeres e benefícios da atividade física. Outra particularidade comum às academias é a ausência de espelhos nas suas instalações físicas (2011, p. 46).

Um ambiente meticulosamente projetado para atender "os gostos femininos" remete-nos a pensar sobre a segmentação do mercado por gênero, idade e etnia. Pavani citado por Rocha (2011, p. 45) descreve essa ação como uma estratégia adotada por várias empresas em prol de atrair e satisfazer as necessidades de seus clientes. Essas segmentações podem ser ressaltadas nas indústrias de cosméticos e produtos de higiene e beleza que lançam linhas de produtos específicos para mulheres e homens. Na área de serviços podem ser observadas as clínicas de estéticas e as academias de ginástica específicas por gênero.

Além disso, podemos considerar que a inserção da mulher no mercado de trabalho, no campo esportivo e a gradual conquista de sua independência financeira e social, como elementos que provocaram mudanças na sociedade, e assim, perspectivaram o surgimento e o crescimento das academias femininas neste contexto. Outro fator que Rocha (2011) coloca em questão é o discurso psicologizante dos prazeres e benefícios da atividade física, ainda mais se estes benefícios estiverem atrelados a um corpo magro e sarado. Esse discurso hipnotiza, seduz as mulheres a procurarem espaços que promovam ou facilitem o acesso a esse prazer tão almejado, esse benefício tão necessário.

A academia para mulheres se percebe como mais uma opção de consumo dentre as outras academias de ginástica. Mais uma alternativa de consumo pelas mulheres. É o que

Lipovetsky (1983) chama de processo de personalização, um novo modo organização e orientação da sociedade, um novo modo de gerir os comportamentos:

> [...] já não através da tirania dos pormenores, mas com o mínimo possível de coação e o máximo possível de opções, com o mínimo de austeridade e o máximo de desejo, com o mínimo de constrangimento e o máximo de compreensão (1983, p. 8-9).

Estes ideais os quais o autor menciona caracterizam algumas orientações para a organização e o comportamento dos indivíduos na sociedade presente. E neste caso, voltando-se a nos referir sobre o consumo, este se empenha na dissipação luxuriante dos seus produtos, imagens e serviços, com o hedonismo que provoca, com o seu clima eufórico de tentação e proximidade, a sociedade de consumo revela até à evidência a amplitude da estratégia da sedução (LIPOVETSKY, 1983). A sedução oferece um número cada vez maior de escolhas e combinações por medida, permitindo uma circulação e seleção livres. Bauman (2001) contribui e argumenta que a vida organizada em torno do consumo é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e "quereres" voláteis, porém não mais por uma regulação normativa. O objetivo é dispor às pessoas uma diversificação cada vez mais vasta de bens e de serviços. O entendimento sobre a sedução na perspectiva de Lipovetsky se configura:

> Em um processo que estabelece e remodela segundo um processo sistemático de personalização cuja obra consiste essencialmente em multiplicar e diversificar a oferta, em propor mais para que nós decidamos mais, em substituir a coação uniforme pela livre escolha, a homogeneidade pela pluralidade, a austeridade pela realização dos desejos. A sedução remete para o nosso universo de gamas opcionais, de sessões de produtos exóticos, de ambiente psi, musical e informacional, no qual cada um pode a vontade de compor a lista dos elementos da sua existência (1983, p. 19).

Podemos associar a escolha das academias femininas pelas mulheres como um consumismo *cool.* Antes de refletirmos sobre essa possível comparação, faz-se necessário esclarecer o conceito de "homem *cool*" abordado por Lipovetsky (1983):

> O homem cool não é nem o decadente pessimista de Nietzsche, nem o trabalhador oprimido de Marx, ele se parece mais com o telespectador tentando "assistir" uns após outros aos programas noturnos ou com o consumidor enchendo o seu carrinho ou, ainda, com a pessoa em férias que hesita entre uns dias nas praias espanholas ou num acampamento na Córsega. A alienação analisada por Marx, resultante da mecanização do

> trabalho, deu lugar a uma apatia induzida pelo campo vertiginoso das possibilidades e o self-service generalizado (LIPOVETSKY, 1983, p. 24).

O homem *cool*, denota um homem enfraquecido, sem qualquer tipo de apoio externo e que a qualquer momento pode cair. Mas, o que quer dizer um "homem enfraquecido"? Um homem que não está mais sob pressão, livre das correntes tradicionais e conduzido pela lógica hedonista. A pós-modernidade maquinou um indivíduo "narcisista" voltado apenas para si, em busca de realização e satisfação pessoal. Isto é, o que caracteriza uma sociedade narcisista é a vivência do presente e não mais vinculada ao passado e ao futuro. O sentido histórico já não faz mais sentido, as pessoas não se prendem mais as instituições e desacreditam em seus valores (CRUZ, 2011).

Com o processo de personalização, o individualismo sofre um *aggiornamento* – adaptação – designado de narcisismo. Uma individualidade dotada de uma sensibilidade psicológica, desestabilizada e tolerante, centrada sobre a realização emocional de si próprio, ávida de juventude, de desportos, de ritmos (LIPOVETSKY, 1983). Um homem sensível apoiado na cultura pós-moderna, a qual está identificável por diversas características:

> Busca da qualidade de vida, paixão da personalidade, sensibilidade extrema, desafecção dos grandes sistemas de sentido, culto da participação e da expressão, moda *rétro*, reabilitação do local, do regional, de certas crenças e práticas tradicionais (LIPOVETSKY, 1983, p. 12).

É nesse panorama que o consumismo *cool* se manifesta. Estamos atravessando um consumismo que deixou de ser pesado e *hot* e se tornou leve e *cool*, um consumismo que já digeriu tanto a crítica da opulência quanto a do excesso (LIPOVETSKY, 1983). Santaella (2008) reforça que diferente do consumo ostentatório, do consumo pesado, destinado acima de tudo a se mostrar e a ser visto, o consumo *cool* é emocional, experiencial, psicologizado, feito de emoções sutis, capaz de gerar o prazer íntimo da diferença proporcionada pelo consumo de produtos de qualidade. Assim como os produtos, os serviços de qualidade também geram prazer e satisfação dos consumidores, neste caso, as academias femininas compõem este mercado que visa o consumo da satisfação, da alta qualidade, rigorosamente planejado e articulado para atender as consumidoras *cool*:

> Consumidora *cool* é, por isso, consumidora exigente, aquela que sabe buscar o algo mais da qualidade para a satisfação de seus desejos plurais. Vivemos numa época em que o consumo da qualidade democratiza-se cada

> vez mais, permitindo as pequenas e até as grandes extravagancias de refinamentos nem sempre visíveis, refinamentos para o prazer dos sentidos que desembocam em uma emoção, em uma sensação de conforto, de harmonia, de bem-estar. Uma emoção despertada e sentida com leveza (SANTAELLA, 2008, p. 111).

Se a consumidora *cool* preza a qualidade do produto ou serviço, logo ela é exigente quanto aos fatores que os constituem, ou seja, se ela for a um restaurante para jantar e verificar que o estabelecimento é limpo, climatizado com cadeiras confortáveis e um bom atendimento, irá priorizá-lo ao invés de um restaurante que é falho em alguns pontos. A exigência quanto à qualidade como um todo é preferência da consumidora *cool*. "Em paz com o efêmero, o consumismo *cool* subverte a relação com o estritamente necessário em favor da qualidade e dos produtos especiais" (SANTAELLA, 2008, p. 111).

Assim, são os serviços e os produtos que trazem os benefícios adicionais do prazer do uso, que valorizam a contribuição psicológica que a beleza, o cuidado de si trazem para a vida. Longe de serem dispensáveis são gêneros de primeira necessidade para a ressonância dos sentidos e para a festa privada das emoções, complementa a autora.

Neste viés, faz-se aqui a relação das academias para mulheres com o consumismo *cool*, este composto por consumidoras que priorizam e buscam a qualidade, bem-estar e o prazer no ato de consumir esses serviços.

Considerando os pressupostos trabalhados nessa parte inicial, os quais envolvem o as academias exclusivas para mulheres, mostraremos a seguir as estratégias metodológicas do trabalho e identificar e refletir sobre o(s) motivo(s) das mulheres em frequentar uma academia exclusiva.

2. Caminhos metodológicos

O interesse em pesquisar as academias para mulheres surgiu por meio de vários questionamentos provenientes do exercício da minha profissão, na área *fitness*. Professora da sala de musculação de uma academia mista[2] acumulei algumas inquietações quanto ao comportamento e opiniões dos alunos da academia. Estar participando do mundo *fitness* te *deixa* a par das novidades e dos serviços e produtos que são oferecidos neste mercado.

[2] Academia mista possui o sentido de não exclusivo, isto é, aberto para homens e mulheres.

Deste modo, tomei conhecimento da existência das academias exclusivas, fiquei curiosa quanto a sua proposta de trabalho e o que as diferenciava das academias convencionais. Em um levantamento inicial, busquei encontrar quantas academias femininas estão funcionando nos Municípios da Grande Vitória, localizando uma em Vitória, duas em Vila Velha e outras duas em Cariacica, municípios que compõem a Grande Vitória. As duas academias localizadas em Vila Velha e a de Vitória fazem parte de redes internacionais de academias, em especial, a franquia *Contours.* As que estão localizadas em Cariacica são academias particulares, não vinculadas a nenhuma franquia internacional.

O propósito inicial foi selecionar uma academia para a pesquisa, a proveniente da rede de franquias situada no Município de Vitória. A escolha da academia feminina deste município se justifica por ser a única disponível e também por eu ter trabalhado[3] e residir neste contexto. Este espaço exclusivo possui todo um suporte administrativo, metodológico e de *marketing* para todas as unidades franqueadas no Brasil e no mundo. Elegemos a academia *Contours*, situada no bairro da Praia do Canto, para o desenvolvimento do trabalho.

Esta academia franquiada possui suas particularidades, possibilidades e limites, principalmente, no que se refere a sua metodologia dos trinta minutos, isto é, um circuito composto por exercícios de caráter funcional[4] e exercícios realizados em máquinas. A aluna que realiza esse circuito possui cinquenta e cinco segundos para cada plataforma, mudando para a próxima estação após atingir o tempo limite, ao comando de uma voz feminina gravada que sai dos autofalantes, “Mude a Estação”. Além disso, a academia é considerada uma unidade piloto pela franquia, pois conta também com as modalidades de musculação e *spinning*[5], não presentes nas demais unidades. Isso significa dizer que são inovações que estão em fase de teste, com o intuito de verificar a aprovação e satisfação do público frequentador. É importante destacar que todas as profissionais são mulheres, desde a dona da unidade a responsável pela limpeza. Nenhum homem pode circular ou permanecer por muito tempo nesta academia.

Vale ressaltar que o presente estudo faz parte de um estudo maior – dissertação de mestrado – em andamento e atende a um dos seus objetivos específicos. Neste sentido, considerando os pressupostos sobre as academias exclusivas para mulheres, temos como objetivo: Identificar o(s) motivador(es) de escolha em frequentar uma academia exclusiva para mulheres.

[3] Trabalhei em uma academia mista situada no Município de Vitória-ES.
[4] Baseia-se, principalmente, em movimentos naturais do ser humano, como pular, correr, puxar, agachar, girar e empurrar. O praticante ganha força, equilíbrio, flexibilidade, condicionamento, resistência e agilidade.
[5] É um programa de treinamento cardiovascular, sem competição, praticado sobre uma bicicleta estacionária.

A pesquisa se concentra no estudo de caso, considerado representativo de um conjunto de casos comparáveis: "o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências" (SEVERINO, 2007, p. 121).

O instrumento de coleta para a pesquisa foi realizado através da entrevista semiestruturada focalizada. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 279), a entrevista semiestruturada focalizada é "quando há um roteiro de tópicos relativos ao problema a ser estudado e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser, sobre razões, motivos, esclarecimentos". Neste sentido, escolhemos para entrevistar dez mulheres frequentadoras da Academia *Contours*, unidade de Vitória, com o critério de frequência de pelo menos três vezes na semana; ter tido contato com o antigo endereço da unidade[6], além da disponibilidade para a entrevista. Dentre a lista de quinze alunas que se encaixavam neste perfil, fornecida pela própria academia, somente dez alunas retornaram positivamente no que se refere à disponibilidade para as entrevistas. Em relação às alunas não entrevistadas, algumas desmarcaram as entrevistas por falta de tempo ou algum compromisso e outras não retornaram o contato. O critério de uma maior frequência das alunas se justifica pelo contato maior com a instituição, na qual poderá nos fornecer embasamento e um melhor suporte às entrevistas.

Além das entrevistas como coleta de dados, está sendo feito o uso de observações em campo. Estas são de grande importância para a compreensão do cotidiano das alunas e dos profissionais, tendo um olhar mais de perto acerca dos bastidores da dinâmica desta academia. Como pesquisadora, estou realizando as observações enquanto aluna, ou seja, participando ativamente das atividades da academia. Em outro momento, transcrevo essas observações para um diário de campo. Essa medida tem o propósito de não despertar olhares curiosos ou diferenciados das professoras e alunas em relação a minha presença, enquanto pesquisadora.

As dez entrevistas foram feitas em uma sala disponível na própria academia, esta foi cedida pela direção da unidade sem nenhuma objeção. Após a finalização de todas as entrevistas, no momento da transcrição, também consideramos as expressões de felicidade e desapontamento das alunas, na elaboração das suas respostas.

Para a análise dos dados coletados nas entrevistas, adotamos elementos da análise de conteúdo, organizando-os em dados por categoria para facilitar no momento da sua interpretação

[6] A Contours, unidade de Vitória, até Dezembro de 2014 situava-se na Avenida Rio Branco no Bairro da Praia do Canto. No início de 2015 mudou para a Rua Chapot Presvot, localizada no mesmo bairro.

e compreensão. Bardin (2009) denomina esta técnica de análise categorial, pois funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categoria, "entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de ser aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples" (2009, p. 199).

3. Entrada exclusiva: motivos que levaram as mulheres a frequentarem uma academia feminina

Quando ficamos sabendo da existência de uma academia exclusiva para mulheres, quais os principais questionamentos que nós fazemos? Primeiro, o que essas academias exclusivas se diferenciam das não exclusivas, das mistas? Segundo, o que motivam essas mulheres a frequentarem estes espaços?

Identificamos por meio da análise de conteúdo, que seis das dez mulheres entrevistadas responderam que escolheram a *Contours* por ser uma academia frequentada só por mulheres, ou seja, não tem a presença de homens. O fortalecimento do setor das academias femininas a partir da década de 1990 se mostra associado ao fato de o homem ser representado com um elemento interventor negativo no contexto da prática de exercícios físicos e academias de ginástica convencionais ou mistas, especialmente quando provoca, com o olhar (excessivo, invasivo, crítico) direcionado para a mulher, situações inibidoras e/ou constrangedoras (COELHO FILHO; FRAZÃO, 2015). Observamos a fala da entrevistada:

> Eu escolhi porque acho bem mais confortável de se malhar entre mulheres, você não tem que se preocupar "ai vai aparecer isso, vão olhar pra minha bunda, vão olhar..." então meu motivo foi esse, além de ficar bem perto da minha casa, mas o principal era esse, malhar junto com mulheres. Não gosto esse negócio de homem ficar olhando, né... falei pro meu marido: "vou malhar!" Ele: "onde?", aí eu falei que só tem mulher... aí ele: "tem certeza?"... "Não entra homem nenhum, não tem nem vigia", aí ele disse "ah ta bom!!!!". Então é isso, pra mim foi isso (Rose, 55 anos).

A entrevistada nos mostra que prefere as academias exclusivas para mulheres por se sentir mais à vontade no momento da realização do exercício físico, "você não tem que se preocupar se vai aparecer isso, se vão olhar pra minha bunda". Aqui a aluna explicitamente se refere ao olhar masculino, um olhar que incomoda, um olhar crítico no que se refere ao corpo da mulher. Outro fator motivador dessa escolha foi o aval, a permissão do marido. No final do relato a entrevistada nos mostra um possível diálogo entre os dois, quando o assunto

girou em torno da sua entrada em uma academia. Quando ela o esclarece que se trata de uma academia que só tem mulheres, que não possui a presença de homens, ele consente.

A presença da mulher na modernidade é acompanhada por mudanças, direitos concedidos e espaços conquistados, no entanto, não estranhamos quando nos deparamos com situações como essa, relatada pela Rose. Mesmo que Lipovetsky (1997) tenha caracterizado a mulher contemporânea como um novo modelo imbuído de autonomização em relação à influência tradicional exercida pelos homens, acreditamos que ainda veremos situações semelhantes como essa descrita pela aluna. Contudo, entendemos que as mulheres de hoje não se encontram mais no período de submissão alienada ao representante patriarcal e/ou estrutura de poder que as estabelecia, simplesmente, como produto (COELHO FILHO; FRAZÃO, 2015).

Outras alunas comentam sobre a liberdade que possuem ao fazer atividade física na *Contours*:

> Porque eu acho mais confortável, do que todo mundo junto, misturado, eu não gosto não, eu acho que você tem mais liberdade aqui, nesse sentido, liberdade de ter só mulher, de ser todo mundo do mesmo sexo, eu acho melhor (Amanda, 20 anos).
>
> Olha... a liberdade né, por não ter homem, eu acho isso uma vantagem (Adriana, 51).
>
> [...] a gente tem muita liberdade, pelo fato de ter só mulher, não tem desfile de moda, eu sou muito simples, não tem essas coisas que você vê nas outras academias, você não tem que tá desfilando, não tem que tá muito linda e maravilhosa, isso me incomoda muito (Luísa, 57 anos).

O sentido de liberdade entendido pelas entrevistadas se refere mais uma vez a exclusão do olhar masculino. A presença de apenas mulheres na academia inibe aquela sensação de "estar sendo observada", e assim elas se sentem mais à vontade em vestir a roupa que quiserem e realizarem determinados exercícios de uma maneira mais "tranquila". No estudo de Coelho Filho e Frazão (2015) não foi diferente, das vinte e três entrevistadas, vinte e uma responderam que preferem as academias femininas por se sentirem mais a vontade, maior liberdade para a prática de exercícios físicos. Então, isso significa dizer que com a ausência do homem, a mulher se sente mais à vontade de transitar, de se vestir e realizar os exercícios despreocupadamente nas academias para mulheres? Tudo indica que há possibilidade de afirmarmos essa questão, no entanto, a aluna Cátia ao comparar a *Contours* com uma academia mista, nos mostra a seguinte contradição:

> O que mais me chamou atenção foi ser uma academia para mulheres, **eu achei que a gente tem mais privacidade, num fica sujeito ao olhar do homem, do outro né**, mulher com mulher tudo é mais tranquilo né, a gente fica mais íntima [...] A academia grande tipo a Vitória Sports[7], meus filhos malharam lá por muitos anos, e a Vitoria Sports vivia me convidando pra ir, porque seria um plano familiar e ia ficar mais barato, sempre fiquei tentada, cheguei a olhar, mas eu acho que é uma academia impessoal, num tem essa interação que tem aqui. Lá é cada um com seu *personal*, todo mundo desfilando, a roupa mais chique, se você num tiver maquiada, se você num tiver com aquela roupa top da moda, **você é um nada, ninguém nem te olha** (Cátia, 59 anos, grifo nosso).

O depoimento da entrevistada ratifica a principal escolha das mulheres ao frequentarem uma academia feminina, maior "privacidade", não ter a presença de homens. Entretanto, a aluna sentiu certo desconforto quando visitou a citada academia mista. Apesar de considerá-la uma academia impessoal, com pouca interação entre as pessoas, Cátia se mostrou incomodada em não ter um "olhar direcionado para si", ou seja, ela relatou que se você não estiver maquiada, com a roupa top da moda, você não é nada, ninguém te olha. É no mínimo contraditório você ir em busca de uma academia para mulheres para ter mais privacidade, fugir do olhar do outro, e de certa forma criticar outras academias por não ter esse olhar.

Ainda sobre essa questão, a aluna vai mais além quando se refere à *Contours*: "[...] me sinto parte da família, tô aqui há tantos anos, conheço todo mundo. Todo mundo me conhece, sabe o meu nome, todo mundo sabe o que eu faço, como é que eu sou, então isso é muito legal". Cátia se sente bem na academia, se sente reconhecida, pois todos a conhecem, sabem o que ela possui, sabem o que ela faz, sabem quem ela é, ou seja, ela se sente "vista". Nesta especifica situação, será que a entrevistada queria mesmo fugir do olhar do outro? Como ter privacidade em um local que ela deseja ser reconhecida, notada?

As questões apresentadas nos mostram desafios no desenvolvimento do trabalho do pesquisador. Por mais que na análise dos dados a resposta do entrevistado indique certa similaridade quanto à de outros entrevistados, o pesquisador deve canalizar sua atenção na interpretação das respostas como um todo e não apenas uma por uma. A análise isolada das respostas proporcionará uma compreensão parcial ou uma compreensão nebulosa/distorcida da realidade do sujeito pesquisado.

Outro fator preponderante nas entrevistas como um grande motivador de escolha e, principalmente de permanência na *Contours* consiste na presença de equipamentos e

[7] A Vitória Sports é uma academia mista, também situada no bairro da Praia do Canto.

treinamentos específicos para mulheres, além de ter atendimento personalizado pelas professoras. A entrevistada Luísa nos conta sobre a sua preferência:

> Eu gosto porque eu acho um treino bom, as meninas são atenciosíssimas, são quase um *personal*; [...] os aparelhos tão sempre atualizados, tá tudo muito atualizado, elas estão sempre fazendo revisão, passa um tempo "ahh vamo mudar o treino". A variedade de aula né, a gente tem o circuito normal que já é bem divertido, que você não faz a mesma coisa, não é enjoado, é curto o tempo... se você quiser fazer mais tempo, você tem a opção, mas se você tiver só aquele tempo, ele é curto, não é cansativo. Me agradou demais.

A atenção recebida, os aparelhos personalizados, a variedade de aulas são possibilidades que a academia feminina oferece a fim de atender os desejos/necessidades de suas clientes/consumidoras. Assim como a foto do site da *Contours* que expõe a opinião de uma aluna – "Do meu jeito, no meu tempo!" – A exigência das alunas frente às possibilidades de consumo se materializa no momento de escolha de uma academia de ginástica. A escolha e a permanência em uma academia feminina também se fazem presente por esses atrativos:

> [...] Aqui o treinamento é mais especifico pra mulher, dá um treinamento mais pra mulher, o que você quer, eu acho legal. As aulas coletivas também, eles olham o que a mulher gosta né, que nas outras academias tem assim, aulas mais diversificadas, mas não é tanto assim, pra mulher (Carla, 45 anos).

Os atrativos "personalizados" oferecidos pela academia buscam ampliar os prazeres de suas alunas, planejando aulas e arquitetando um ambiente que corresponda ao gosto e preferência das mesmas. Nessa perspectiva, para que aconteça a satisfação das exigências do público em questão, há a diversificação cada vez mais vasta de bens e serviços. Hoje, o "*self-service*" designa o modelo geral da vida nas sociedades contemporâneas que veem expandir de modo vertiginoso as fontes de informação, o leque de produtos expostos nos centros comerciais e hipermercados tentaculares, nos armazéns ou restaurantes personalizados (LIPOVETSKY, 1983).

A personalização dos espaços, como o caso da *Contours*, prolifera a sedução dos consumidores, esta sedução opera em função das motivações individuais, de uma vida flexível cheia de opções. Para Lipovetsky (1983, p. 19), "sedução no sentido em que o processo de personalização reduz os quadros rígidos e coercivos, funciona suavemente jogando a cartada da pessoa individual, do seu bem-estar, da sua liberdade, do seu interesse

próprio". A flexibilização de horários e a oferta de novas modalidades de exercícios físicos, quando tratamos das academias para mulheres, veem para atender alunas como a Márcia:

> Olha só, eu sou um pouco exigente pra exercício, detesto academia que todo mundo faz a mesma coisa, num acredito que todo mundo precisa da mesma coisa, todo mundo precisa trabalhar muito braço, muito perna, muito bumbum. Então aqui eu acho que o trabalho é mais direcionado ao que você precisa, faz o trabalho aeróbico, faz alongamento, faz fortalecimento de joelho, faz tudo antes e depois você parte para o exercício que o seu corpo precisa realmente. Então por isso que eu procurei, porque ela é direcionada para o que a gente quer.

A mudança, o novo, o *self-service* de produtos e serviços caracterizam a sociedade contemporânea (consumista), deste modo, a aluna que está hoje matriculada na *Contours* e por algum motivo não se sentir "atendida" ou "contemplada", logo procurará outra academia que a atenda, como por exemplo, as academias mistas.

Diante a esses pressupostos, é importante considerar e reconhecer nossas limitações quanto às problematizações das questões emergentes, no que se refere ao processo de análise das entrevistas, contudo, essas questões também oferecem ao leitor elementos para a construção de reflexões acerca do tema e consequentemente suscitar futuras investigações.

Referências

AZEVEDO, I, R. **Motivos de adesão à prática de exercícios físicos em uma academia exclusivamente feminina de Porto Velho-RO**. Monografia de Conclusão de Curso. UNIR, Porto Velho, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. Edições 70, 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.955, de 15 de Dezembro de 1994**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8955.htm>. Acesso em: 19.12.2014.

BORGES, P.J.A. et al. **Acumulação flexível, técnicas de inovação e grande indústria do fitness:** o caso curves Brasil. Revista Pensar a Prática. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/1070/1671>. Acesso em: 10.06.2014.

CASTRO, A. L. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, cultura de consumo e estilos de vida. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

COELHO FILHO, A. A, FRAZÃO, P. D. **Motivos para a prática de ginástica em academias exclusivas para mulheres**. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, (São Paulo) 2015 Jan-Mar; 29 (1): 149-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180755092015000100149&script=sci_arttext>. Acesso em: 22.04.2015.

CRUZ, N. D. **A discussão filosófica da modernidade e da pós-modernidade**. Metavóia, São João Del-Rei/MG, n. 13, 2011. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalable/3_DANIEL_NERY_DA_CRUZ.pdf>. Acesso em: 10.04.2015.

DEL PRIORE, M. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

FURTADO, P. R. **Novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho do professor nas academias de ginástica**. Revista Pensar a Prática, 10/2: 307-322, UFG 2007. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/1110/1675>. Acesso em: 30.07.2014.

HANSEN, R.; VAZ, A. F. **"Sarados" e "gostosas" entre alguns outros:** aspectos da educação de corpos masculinos e femininos em academias de ginástica e musculação. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2894/1530>. Acesso em: 11.06.2014.

LIPOVETSKY, G. **A Terceira Mulher**: permanência e revolução do feminino. 1997.

_____. **A Era do Vazio**. Barueri, SP: Manole, 1983.

MARCONI, A.M, LAKATOS, M.E. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ROCHA, J. C. **Corpo belo:** um estudo antropológico em academia de ginástica feminina. Dissertação de Mestrado. UFPI, Teresina, 2011.

SANTAELLA, L. Mulheres em tempo de modernidade líquida. **Comunicação & Cultura**, n. 6, 2008, p. 105-113. Disponível em: <http://cc.bond.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/06_05_Lucia_Santaella.pdf>. Acesso em: 09.04.2015.

SEVERINO, J.A. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A M. **Corpo, ciência e mercado**: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipoda felicidade. Campinas/Florianópolis: Autores Associados/EDUFSC, 2001.

O CORPO NA MODERNIDADE LÍQUIDA: A BIOPOLÍTICA E OS CORPOS DÓCEIS

Claudio da Silva Costa
UVA

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar a relevância do corpo na sociedade da modernidade líquida, considerando a sua dupla função, pois, o corpo além de ser algo a ser moldado também molda as normas tácitas, os procedimentos e a cultura da sociedade. Como forma de atingir uma análise mais acurada, esta pesquisa se enveredou nas relações dicotômicas de como o corpo é tratado na igreja de matriz neopentecostal Bola de Neve Church. Este processo se realizou através de entrevistas com os membros desta congregação, observando a flexibilidade e os pontos rígidos dos dogmas da igreja e considerando criticamente a concepção foucaultiana de corpos dóceis. A sexualidade, também, é abordada neste trabalho dimensionando uma investigação sobre a relação de limites da doutrina eclesiástica com a cultura de exposição do corpo, contemplando a hipertrofia midiática do sexo na sociedade, sob a égide interpretativa da biopolítica, estudada por Giorgio Agamben.

Palavras-chave: corpo; religião; biopolítica.

Abstract: This study aims to analyze the relevance of the body in the liquid modernity society, considering its dual function as the body apart from being something to be molded also shapes the unspoken rules, procedures and culture of society. In order to achieve a more accurate analysis, this research is embarked on dichotomous relations as the body is treated in the Pentecostal parish church Bola de Neve Church. This process is accomplished through interviews with the members of this congregation, noting the flexibility and hard points of the church dogmas and critically considering Foucault's concept of docile bodies. Sexuality also is addressed in this paper sizing an investigation into the limits of church doctrine relationship with the body's exposure to culture, considering the media hypertrophy of sex in society under the aegis of the interpretative biopolitics, studied by Giorgio Agamben.

Keywords: body; religion; biopolitics.

Introdução

Esta pesquisa entra em um contexto de estudos que pretendem desnudar as práticas e os usos do corpo, contemplando uma perspectiva sociológica e filosófica, alinhando-se às discussões da contemporaneidade com a finalidade de granjear uma intelecção dos discursos sobre o corpo e sobre a biopolítica.

O corpo é interpretado em nossa atual sociedade como produto, e ao mesmo tempo, como consumidor, assim como em um fluxo perpétuo consumimos a nós mesmos. O corpo como objeto de desejo e que deseja simultaneamente. O corpo que dita, mas que é manipulável; corpo que é quantificável e precificado como qualquer mercadoria. O corpo que na religião da vida líquida desenvolve-se quase sem clivagem entre o profano e o sagrado, rende dividendos e é alvo de investimento.

O corpo para ser aceito na sociedade necessita passar por uma adequação ao modelo vigente, e isto implica disciplina e adestramento, pois as tendências paradigmáticas impõem ao indivíduo possuir controle sobre o seu próprio corpo. O corpo desta forma valorizado, e até mesmo fetichizado, inverte o seu significado e passa a ser substantivado na sociedade, fazendo que as instituições se ajustem as demandas do corpo. Este trabalho desenvolve esta lógica inversa, no qual, o corpo além de ser algo a ser moldado também molda as normas tácitas, os procedimentos e a cultura da sociedade. Além disto, este estudo açambarca o uso deste mesmo corpo como instrumento de captação ideológica e mercadológica.

Uma dessas instituições que receberam a influência do imperativo do corpo é a igreja. Neste estudo é desenvolvida uma análise sobre como o corpo é administrado na Bola de Neve Church, através de entrevistas com os membros desta congregação, observando a flexibilidade e os pontos rígidos dos dogmas da igreja e considerando criticamente a concepção foucaultiana de corpos dóceis. A sexualidade, também, é abordada neste trabalho dimensionando uma investigação sobre a relação de limites da doutrina eclesiástica com a cultura de exposição do corpo, considerando a hipertrofia midiática do sexo na sociedade, sob a égide interpretativa da biopolítica.

Segundo Michel Foucault (1999, p. 134) “deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...]”. Foucault, desta forma, associa o gerenciamento do corpo a uma lógica de política moderna, ligando a biopolítica ao nascimento do Estado Moderno e entendendo o corpo não no âmbito individual, mas na esfera populacional, “reconhecendo as influências constitutivas do poder pastoral, características do poder eclesiástico presente no mundo judaico-cristão medieval” (ASSMANM; BAZZANELLA, 2012, p. 2).

O filósofo italiano Giorgio Agamben encaminha o seu estudo sobre a biopolítica, prosseguindo com as análises desenvolvidas por Foucault, que Agamben alega não ter caminhado ao “local por excelência da biopolítica moderna: a política dos grandes Estados totalitários dos Novecentos” (2007, p. 125). Agamben ao trabalhar assuntos como campo de concentração, direito e eugenia, aproxima a biopolítica à tanatopolítica, que consiste em um poder gerencial sobre a morte de cada indivíduo, realizando uma associação com o poder soberano. O presente estudo colhe do trabalho dos dois filósofos, em um processo dialético que contribui para a otimização do instrumental teórico a fim de suscitar a melhor intelecção da

pesquisa. A biopolítica, deste modo, é entendida neste trabalho como um mecanismo bem ajustado de administração arregimentado por instituições – neste caso especifico a religião – capaz de gerir sobre a vida, instalando nos corpos padrões que sirvam a interesses específicos.

A Igreja Evangélica Bola de Neve (BDN) é uma representante das igrejas neopentecostais que adentraram neste mundo líquido, nesta nova comunicação criada entre o mundo e o indivíduo, e que abarca uma dominação da matéria sobre a metafísica. A igreja é frequentada por lutadores de jiu-jitsu, skatistas, surfistas, fisiculturistas e outros atletas, compondo um grupo que tem como característica principal, o culto ao corpo. A Igreja Bola de Neve está adaptada a uma nova realidade, na qual, a vaidade não é mais pecado. Segundo Ghiraldelli (2007, p. 13) "Há um imperativo moral de nossos tempos que se expressa como imperativo estético: ou nos colocamos como corpos, pois somos corpos, ou não temos espaço na sociedade", e é por esta lógica que a Bola de Neve consegue atrair um crescente número de pessoas a sua congregação. Os membros da igreja exibem corpos esculpidos, com roupas que revelam todo o cuidado que tomam com o corpo; obedecendo a uma lógica de visibilidade sexualizada, presente em todos os meios de comunicação.

O pentecostalismo surgiu no Brasil entre 1910 e 1911 com as igrejas Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus, conseguindo um crescimento exponencial e se estabelecendo tenazmente no país. Mariano (1999, p. 23) classifica o pentecostalismo em três correntes que foram se materializando no decorrer do tempo: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo. Como já foi citado a Bola de Neve pertence ao neopentecostalismo, assim como a Igreja Nova Vida, a Universal do Reino de Deus e a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, e que consiste na ênfase da guerra espiritual contra o diabo, na teologia da prosperidade e em um antiasceticismo. Segundo Silva (2007, p. 7) os neopentecostais "defendem um evangelho triunfalista focalizado na defesa de que o crente está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo; logo a mensagem é de preocupação com esta vida e com este mundo"; diferindo assim do pentecostalismo clássico que tinha como principais características o falar em línguas, a busca do paraíso e o comportamento de recrudescimento ascético. O deuteropentecostalismo se aproxima dos pentecostais clássicos, mas guarda as suas peculiaridades como a cura divina.

As igrejas neopentecostais valorizam o momento presente, a vida presente, o mundo presente, pois há uma troca da eternidade pelo carpie diem, inserindo, desta forma, a religião em um contexto de modernidade líquida. Bauman (2008, p. 134) esclarece esta nova realidade pós-

moderna ao afirmar que "no tempo pontilhizado da sociedade dos consumidores, a eternidade não é mais um valor e um objeto do desejo". Esta característica de aproximação com os valores mundanos, aliado ao antiasceticismo, pelo menos retoricamente, das neopentecostais como a Bola de Neve, tornam a religião mais plástica capaz de se ajustar e absorver as demandas segmentadas dos fiéis desta sociedade consumista.

Ao conduzir este trabalho pelo viés psicanalítico, Freud (2006) nos apresenta os conceitos do princípio de prazer e do princípio da realidade, no qual o primeiro representa os instintos mais básicos, ligados ao prazer, a satisfação imediata e a ausência de repressão, enquanto o segundo privilegia o oposto, a restrição do prazer, o adiamento da satisfação e a segurança sob o efeito da repressão. Na modernidade líquida, o princípio do prazer é superlativo e foi bem absorvido pelas igrejas neopentecostais, tornando-se um atrativo para a captação de novos fiéis.

Este trabalho tem como objetivo alcançar as seguintes reflexões:

- Verificar a relevância do corpo na atual sociedade
- Entender o uso do corpo como controle social e mercadológico
- Analisar a flexibilidade das igrejas neopentecostais em seus aspectos doutrinários

1. Metodologia

O presente trabalho ao se dedicar as análises que coadunam aspectos de foro comportamental e de pesquisas a estudos referentes ao uso do corpo nas instituições eclesiásticas, demanda um instrumental que possibilite a arrecadação de dados; por este motivo foi utilizado a entrevista. Esta entrevista, que compõem a primeira parte do estudo, continha um pequeno questionário direcionado especificamente aos fiéis que frequentam a Igreja Bola de Neve, na Avenida do Pepê, 1124, na Barra da Tijuca, bairro que fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro; e foi realizado entre os meses de janeiro e abril de 2014.

As perguntas se referiam às relações entre o fiel e a igreja, e às normas de conduta exigidas pela Igreja. Na entrevista havia um questionário com seis perguntas:

- Pergunta 1: Qual a sua idade?
- Pergunta 2: Qual é a sua profissão?
- Pergunta 3: Você pode se vestir como quiser para ir à Igreja?

- Pergunta 4: Há alguma recomendação clara da igreja sobre sexo?
- Pergunta 5: Você namora ou já namorou alguém da sua igreja?
- Pergunta 6: Faz alguma atividade física? Por quê?

Na segunda da parte do trabalho, com posse dos dados colhidos durante a entrevista houve um confronto com os estudos mais recentes sobre a influência do neopentecostalismo na sociedade, contemplando uma análise de abordagem dialética.

2. Resultados e discussão teórica

A maioria dos fiéis abordados para a entrevista não se sentiram à vontade, havendo um considerável número de recusas a responder às perguntas, e mesmo entre aqueles que concordaram participar da entrevista percebeu-se um constrangimento com algumas questões. Mesmo com esta dificuldade foi possível fazer algumas conexões e chegar a algumas considerações. Ao todo 154 pessoas responderam ao questionário e 85% dos fiéis que participaram estão na faixa de 15 a 30 anos.

Alguns resultados chamaram a atenção, um, por exemplo, foi em relação à liberdade que a Igreja permite na escolha do vestuário dos fiéis, todos os entrevistados foram categóricos em afirmar que têm total autonomia na opção do que vestir nos dias de cultos. Esta liberdade entre em um cálculo mercadológico para captar fiéis, segundo Maranhão Filho (2012, p. 86), a "BDN faz parte de um mercado religioso no qual os concorrentes criam (ou ressignificam) e oferecem produtos e mercadorias que objetivam fatias cada vez maiores do mercado religioso através da conquista do imaginário e desejo do consumidor". A possibilidade de manter as suas preferências de moda em detrimento ao vestuário mais sóbrio e rígido das igrejas tradicionais, faz com que os fiéis se sintam mais à vontade e mais receptivos a se incorporarem a uma igreja que ofereça um relativo grau de autonomia. Dantas (2010, p. 55) afirma que os fiéis da BDN "possuem visual despojado, usam tatuagens e piercings, vestem roupas descontraídas que valorizam os contornos do corpo, aderem a acessórios da moda, pertencem a diferentes 'tribos'[...]".

A maioria dos fiéis entrevistados (90%) estão ligados a alguma atividade física, demonstrando a preocupação em manter o corpo bem esteticamente, como responderam 70% dos membros da igreja inquiridos. Em um estudo realizado por Maranhão Filho (2012) foi verificado

que os fiéis que a BDN almejavam atingir inicialmente eram majoritariamente surfistas, e isto se comprova pela ornamentação da igreja que mantém como púlpito uma prancha de surfe no estilo longboard, além de uma decoração com motivação praiana que se tornou a marca registrada desta igreja.Com o tempo a congregação aumentou o seu espectro de fiéis abarcando além de surfistas, outros tipos de atletas. Esta ligação com o esporte foi sedimentada com a promoção de eventos esportivos por parte da igreja e de evangelizações realizadas na praia.

Outro ponto interessante é que 90,74% dos entrevistados afirmam que a Igreja mantém o discurso conservador sobre o sexo, recomendando a continência sexual antes do casamento. Seguindo o resultado da pesquisa o namoro entre membros da igreja é estimulado, mas mantendo entre os jovens o cuidado em se manterem celibatários. Em uma pesquisa de Dantas (2010) realizada sobre a BDN verificou-se o forte controle sobre a sexualidade dos fiéis, entrando em consonância com o presente estudo. A liberalidade que é permitida no que se refere ao vestuário não tem continuação quando o assunto é sexo.

> O controle, portanto, não assume um caráter negativo. Aparece como uma forma de cuidado e como possibilidade de pôr ordem às experiências afetivas. De acordo com alguns depoimentos, as normas da igreja não são obrigatórias. Os jovens passam a segui-las espontaneamente, sem sofrer imposição. Com o tempo, eles terminam assimilando-as e sendo orientados por elas. Contudo, a análise dos dados e a observação do cotidiano revelaram-nos algo distinto. Na realidade, ocorre um longo e contínuo processo de internalização da censura, que parece voluntário e natural (DANTAS, 2010, p. 58).

O cristianismo sempre manteve uma moralidade disciplinadora e Foucault apurou que esta moralidade já estava presente no Império Romano, antes mesmo da conversão de Constantino e da oficialização do cristianismo no império feito por Teodósio. Segundo Foucault (2004, p. 64-65), o cristianismo aproveitou estas interdições e normas já estabelecidas e amplificou este poder, através do que ele chamou de pastorado, ou seja, uma categoria de indivíduos da sociedade cristã que funcionavam como condutores, pastores, que guiavam outros membros desta sociedade cristã, cuidando de cada membro individualmente, porém, tendo um poder que atuava sobre a multiplicidade de indivíduos para garantir a salvação do seu rebanho. Ao examinarmos as conjunturas da biopolítica instalada no cristianismo praticado atualmente, principalmente, nas congregações neopentecostais, percebe-se que este poder pastoral permanece a administrar os usos do corpo, porém, atendendo a uma flexibilização anunciativa que serve para atrair fiéis.

Em nossa modernidade líquida as interdições aos usos do corpo foram abrandadas para atender a uma demanda de nossa época, pois, "é o 'princípio da realidade' que agora se presume estar no banco dos réus" (BAUMAN, 2007, p. 117). Mas, embora o princípio do prazer esteja em voga em nossa sociedade líquida as igrejas, como a BDN, mantêm o seu núcleo duro no que se refere a alguns preceitos eclesiásticos. Há uma disputa tácita entre o corpo hedonista da vida líquida e o corpo dócil, que, segundo Foucault (1999, p. 118), é "um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e modificado". Os corpos dóceis foucaultianos estavam inseridos em um capitalismo de produção, que para sustentar e desenvolver o sistema havia a necessidade de que os corpos estivessem adequadamente condicionados ao trabalho produtivo. Os corpos dóceis continuam fazendo parte do processo econômico que sustentam o capitalismo, mas desta vez, dentro de uma sociedade de consumo e não de produção, no qual, o próprio corpo torna-se o produto e o consumidor.

O corpo reflete as ingerências culturais, políticas, sociais e psicológicas definidas por cada sociedade, pois, como diz Marcel Mauss (1974), cada sociedade possui hábitos que lhe são característicos. Sob este prisma em que o controle, as interdições e a coerção são instrumentos que moldam, configuram o corpo em uma realidade que também é mutável – pois, cada época elege padrões que podem distar de uma geração a outra – temos o corpo disciplinado. Berger entende esta disciplinarização como uma interiorização do sistema que a sociedade impõe, mas adverte que

> O indivíduo não é modelado como uma coisa passiva, inerte. Ao contrário, ele é formado no curso de uma prolongada conversação (uma dialética, na acepção literal da palavra) em que ele é participante. Ou seja, o mundo social (com suas instituições, papéis e identidades apropriados) não é passivamente absorvido pelo indivíduo, e sim apropriado ativamente por ele (1985, p. 31).

Este cenário da sexualidade coeva incide sobre o corpo suas marcas, seus modos e suas modas, principalmente, sobre a juventude. O sexo se impõe ao jovem hoje não mais como algo delicado, não é mais um tabu, as liberdades sexuais conquistadas naturalizaram o sexo, por isso, alguns veículos midiáticos direcionados ao público cristão evangélico, como o periódico estadunidense Christianity Today, abordaram, em algumas edições, o tema da sexualidade e a maneira de como transmitir o conhecimento mais adequado aos jovens, refletindo sobre a dualidade implícita e conflitante entre o princípio do prazer e o princípio da realidade.

> O desafio para uma compreensão evangélica da sexualidade, então, é articular a natureza do prazer e sua relação com a sexualidade de tal modo que não haja espaço para a libertinagem, mas também se evite o puritanismo. Precisamos desenvolver uma abordagem do corpo que evite tratá-lo como um instrumento de prazer pessoal limitado apenas pelo mandamento de não prejudicar o próximo. Caso contrário, acabará se permitindo que atitudes hedonistas e egoístas se infiltrem em nosso ensino e, por fim, solapem o nosso testemunho (ANDERSON, 2011, p. 2).

A pesquisa demonstrou que 80% dos entrevistados estão envolvidos em algum relacionamento (casados ou não), sendo que 75% têm como parceiros um membro da própria igreja e 20% têm como parceiros membros de outras congregações. Apenas 5% dos fiéis entrevistados estão envolvidos com pessoas que não seguem o cristianismo evangélico. Os relacionamentos amorosos entre os fiéis da BDN são valorizados e como já foi citado, são até estimulados. No trabalho do Maranhão Filho (2012, p. 97), ele relata que há um ritual de noivado que ocorre durante o culto em que os fiéis proponentes realizam o pedido de noivado ou casamento, com prévio consentimento do pastor e recebendo as bênçãos e a aprovação de todos os presentes. Dantas (2010, p. 69) pesquisou o processo de namoro entre os jovens cristão da BDN e percebeu que este ritual faz parte de um mecanismo de controle supervisionado pelos líderes da congregação. Há uma nítida administração dos desejos, e dos corpos dos membros da igreja.

O ponto contrastante entre a pesquisa de Dantas e o presente estudo é que Dantas encontrou uma pequena quantidade de jovens fiéis envolvidos em namoro na igreja e inferiu que o rigor, o alto controle e a institucionalização do namoro afastam os jovens de assumir um compromisso, pois se sentem pressionados em fazer uma escolha adequada. Mas as pesquisas que se baseiam este trabalho verificaram um alto número de jovens envolvidos em algum tipo de relacionamento, sem que houvesse uma percepção de retração dos seus desejos e dos seus impulsos. O rigor e a formalidade utilizados para se efetuarem os relacionamentos foram sublimados; o desejo suplantou as idiossincrasias burocráticas da congregação, porém, este desejo saciado entra nos cálculos da biopolítica da instituição.

Considerações Finais

O corpo assumiu uma relevância na sociedade que não pode mais ser desprezado e os seus desejos exteriorizados passaram a ser considerados e incluídos nos planejamentos, nos cálculos e na engenharia das principais instituições sociais. As igrejas, principalmente, as

neopentecostais, absorveram esse fragoroso recado dado pela sociedade e assumindo uma configuração mais plástica cederam, mesmo que parcialmente, às necessidades do corpo.

A Igreja Bola de Neve, que é uma legitima representante das igrejas que abraçaram esta postura mais aberta das religiões inseridas nesta modernidade líquida, desenvolveu a sua congregação atenta às necessidades do corpo contemporâneo, do corpo espetacularizado, do corpo que se impõe, do corpo estético e do corpo intrínseco. A BDN obedecendo a uma lógica de mercado ofereceu disciplinas eclesiásticas aparentemente mais flexibilizadas como um atrativo para granjear mais fiéis em pleno espírito capitalista de livre-concorrência, considerando, evidentemente, a ingente quantidade de igrejas neopentecostais que oferecem o mesmo serviço espiritual.

A BDN ao oferecer disciplinas eclesiásticas menos rígidas age como se embrulhasse uma pedra com uma embalagem sofisticada, moderna e muito bela. A embalagem atrai os compradores, mas quando abrem o produto percebem que é a mesma pedra de sempre; ou seja, embora o discurso seja vanguardista e antiascético, na verdade, a congregação mantém de maneira pétrea muitas posições eclesiásticas, mormente, no que se refere às questões sobre sexualidade. A flexibilização se encerra na exterioridade, pois, no cerne da igreja prevalece o dogma duro e controlador que domina a mente e o corpo dos fiéis.

Através dos resultados e confrontando com pesquisas recentes que exploram a temática de religião e sexualidade, percebe-se que a biopolítica, que consiste no cálculo sobre a vida e na gerência dos corpos por alguma instituição, é parte integrante da igreja Bola de Neve que pertence ao segmento de religião de vertente neopentecostal; pois, mesmo professando um discurso mais liberal, a igreja Bola de Neve perpetua valores ascéticos e conservadores, administrando a vida dos seus fiéis através deste prisma.

A pesquisa encontrou interdições, pois embora o debate sobre sexualidade esteja em voga, a externalização de certas particularidades, mesmo que pouco invasivas, encontra uma natural retração. Mas mesmo havendo algumas recusas, o número de entrevistados da congregação estudada demonstra que as questões do corpo e da sexualidade não assustam mais e já fazem parte da realidade de muitas igrejas. E como foi exposto neste trabalho, as igrejas, principalmente, as de matriz neopentecostal souberam gerir com uma eficiência empresarial as demandas desse importante ator social, o corpo.

O capitalismo globalizado, elemento basilar da nossa modernidade líquida, moldou e está moldando a nossa realidade sociocultural. As relações e interações estão sob a égide

de um espirito mercadológico que não poupa nem as angústias existenciais e nem as demandas por sentido de vida. Há uma superficialidade venal que rege as ações coletivas e que deflagram uma guerra interior nos indivíduos, e que são mitigadas por mais venalidade e verdades rasas que atendem a uma necessidade imediatista e epitelial.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANDERSON, Matthew L. Teologia do Corpo. In: **Christianity Todaynov**, 2011. Disponível em <http://www.cristianismohoje.com.br/artigos/teologia/teologia-do-corpo>. Acesso em set. 2015.

ASSMANN, Selvino; BAZZANELLA, Sandro. A máquina dispositivo política: a biopolítica, o estado de exceção, a vida nua. In: LONGHI, Armindo (org.). **Filosofia, política e transformação.** São Paulo: LiberArs, 2012.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida Para Consumo**: A Transformação das Pessoas em Mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: Elemento para uma Teoria Sociológica da Religião. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

DANTAS, Bruna S. de A. **A Dupla Linguagem do Desejo na Igreja Evangélica Bola de Neve**. Religião e Sociedade 30 (01), p. 53-80. Rio de Janeiro, 2010.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michael. Sexualidade e Poder. In: **Ética, *Sexualidade*, Política:** Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio do Prazer.** Disponível em: <lacan.orgfree.com/freud/textosf/alemdoprincipiodeprazer.pdf > Acesso em jul. 2013.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Corpo**: Filosofia e Educação. São Paulo: Editora Ática, 2008.

MARANHÃO FILHO, Eduardo M. de A. **"Nós somos a dobradiça da porta"**: Notas Preliminares sobre as Mulheres na Bola de Neve Church. Mandragora, v. 18 n. 18, p. 81-106. 2012.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Revista de Ciências Sociais.** v. 3, n. 1, jun. Porto Alegre, 2003.

MARZANO-PARISOLI, Maria M. **Pensar o corpo**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais: a noção de pessoa. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EDUSP, 1974.

SILVA, Francisco J. C. da. **Pentecostalismo e Pós-Pentecostalismo**. Revista Eletrônica Inter-Legere n. 2 jul.-dez. 2007. Disponível em <http://cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/2/es01.pdf>. Acesso em ago. 2015.

TANGO NA RUA: LAZER E ESPAÇO CORPORAL RESSIGNIFICADOS NA PAULISTA

Cristiana Felippe e Silva
PUC/SP-CNPQ

Resumo: Analisar o Tango na Rua (TNR), realizado no último domingo do mês, no calçadão da Avenida Paulista, em São Paulo, na interface da antropologia urbana e do corpo é o objetivo do presente artigo, utilizando os conceitos Richard Sennett, David Le Breton e autores do tango. A reflexão é feita por meio de uma leitura crítica da cidade e das típicas formas de lazer, possibilitando uma reinterpretação corporal dos modos de relacionar-se com a paisagem e com os espaços urbanos, que dessensibilizam o corpo ao serem planejados com ênfase para a circulação. A etnografia da prática do TNR permite fazer visível a necessidade de outros espaços de vínculos e expressão cultural urbana, ao configurar novas representações da cidade, distintas das tradicionais. A partir da análise bibliográfica e da observação participante em bailes de tango na rua, realizados em São Paulo e em Buenos Aires, o movimento é visto como intervenção urbana, no qual os transeuntes remodelam as linhas da paisagem, identificando lugares vazios, pessoas e sentimentos que geralmente passam despercebidos.

Palavras-chave: tango; corpo; cidade.

Abstract: Analyze the Tango on the Street, held on the last Sunday of the month, on Paulista Avenue sidewalk, Sao Paulo, in the interface of urban and body anthropology is the purpose of this article, using the concepts of Richard Sennett, David Le Breton and tango authors. The reflection is done through a critical reading of the city and about the typical forms of leisure. It allows a body reinterpretation about the ways in which they relate to the landscape and to the urban spaces, that desensitize the body when is planned with emphasis to the movement. The ethnography of the Tango on The Street makes visible the need of other spaces of cultural bonds and urban expression, to configure new representations of the city, different from the traditional ones. From the literature review and the participant observation in dancing tango on the street, carried out in Sao Paulo and Buenos Aires, the event is seen as urban intervention, in which passers-by redesign the landscape lines, identifying empty places, people and feelings that often go unnoticed.

Keywords: tango; body; city.

Naquela noite de domingo, Sampa[1] torna-se um pouco portenha e traz ares de Perfume de mulher[2]. Rostos colados, casais enlaçados pelo abraço, ao som de bandoneon, bailando ao ar livre em pleno calçadão da Avenida Paulista. Organizado desde 2009, o Tango de Rua paulista deseja popularizar o baile originário da região rio-platense (na Argentina e no Uruguai), incentivando outras pessoas a dançar, estimuladas pelo movimento que ocorre em Buenos Aires e em outros países. A manifestação é promovida por um grupo de voluntários paulistas, amadores e profissionais, que aprenderam tango com familiares ou em academias de dança de salão em São Paulo e Buenos Aires.

[1] Nome carinhoso dado pelos moradores à cidade de São Paulo.
[2] Filme com Al Pacino que popularizou a música Por una Cabeza, um clássico do tango.

Ao som vindo do aparelho ligado na banca de jornal, o baile de tango de rua, também denominado milonga, onde se toca também ritmos brasileiros como forró e samba nos intervalos, possibilita uma leitura crítica da cidade e das típicas formas de lazer, possibilitando uma reinterpretação corporal dos modos de relacionar-se com a paisagem e os espaços urbanos. A prática do TNR permite fazer visível a necessidade de novos espaços de expressão cultural urbana, ao configurar novas representações da cidade, diferentes das já conhecidas.

Por meio de pesquisa bibliográfica documental e de campo, com participação observante nos bailes de tango de rua em São Paulo e em Buenos Aires, o trabalho traça a etnografia do Tango na Rua, baile gratuito e aberto a quem queira dançar no último domingo de cada mês na Avenida Paulista e analisa a prática como intervenção urbana e performance de sociabilidade, "num espaço público planejado apenas para a circulação de pessoas como mercadorias, desprivilegiando o contato e a experiência sensorial", segundo Sennett (2003).

A Avenida Paulista, cenário do tango na rua, geralmente é vivenciada como espaço público com função apenas de movimentação, destinada à passagem, não à permanência. O corpo moderno, em movimento constante, transita em um espaço construído para circular, produzir e consumir, o que significa para Sennett que:

> […] os habitantes ou os trabalhadores de uma estrutura urbana de alta densidade são inibidos ao sentirem qualquer relacionamento com o meio no qual está colocada essa estrutura. Em segundo lugar, significa que, assim como alguém pode se isolar em um automóvel particular para ter liberdade de movimento, também deixa de acreditar que o que o circunda tenha qualquer significado além de ser um meio para chegar a finalidade da própria locomoção (SENNETT, 1988, pag. 29).

Num espaço construído para a circulação do automóvel e de mercadorias, transformado em um simples corredor, o espaço urbano perde qualquer atrativo para o motorista que deseja atravessá-lo. A visão que ele tem ao volante é a de "um lugar escravizado às regras de locomoção e neutralizado por elas", segundo Sennett (2003).

A iniciativa do Tango na Rua começou em parques e praças de São Paulo, até se fixar no calçadão da Avenida Paulista, aparecendo num cenário da Avenida Paulista, como em outros locais da cidade, onde o viajante tanto quanto o espectador vive o que Sennet denomina de *experiência narcótica*, com o corpo se movendo *passivamente anestesiado*, num espaço para *destinos fragmentados e descontínuos* (SENNETT, 2003).

No início, alguns professores voluntários, ofereciam aulas gratuitas para os que

nunca haviam tido contato com dança e queriam se arriscar. Hoje, predomina apenas o baile, formado por professores, alunos e admiradores em geral do tango, que desejam trocar experiências, novos passos e promover a integração cultural entre o Brasil e a Argentina. São atores sociais vindos de diferentes contextos sociais e níveis técnicos de dança. Eles constituem sua inserção num espaço que compreende desde aquele que vai dançar pela primeira vez até profissionais que ganham para fazer espetáculos.

Alguns dos que passam para assistir, não ficam só na vontade, quando tem coragem de aceitar um convite para dançar. O grupo é frequentado por pessoas de idades variadas, geralmente adultos de classe média, apaixonados pelo ritmo e que se predispõem a bailar os tradicionais passos da dança. Atualmente, a comunidade do TNR paulista é seguida por quase duas mil pessoas nas redes sociais e tem recebido também a visita de estrangeiros. Há, inclusive, relatos de estrangeiros que se sentiram mais à vontade para começar a bailar em São Paulo.

O clima é bem informal, então o vestuário é bem diferente dos bailes de tango de salão de casas de tango. Ao contrário do brilho de vestidos e sandálias, dos ternos, camisas e gravatas, o vestuário no TNR é mais esportivo, com muitos de calça jeans e tênis. A maioria das pessoas procura apenas se vestir com roupas mais confortáveis para dançar e sapatos que possam deslizar, mas a maioria das mulheres não dispensa suas sandálias. Os que vem mais caracterizados com vestidos e sapatos, geralmente saem de lá para ir direto a um baile pago e fechado depois.

1. Redesenhando o espaço: do traçado duro para o circular

Mulheres e homens chegam ansiosos para a primeira dança. São atores sociais e agentes capazes de transformar o espaço do calçadão da Avenida Paulista, em frente ao parque Trianon Masp, ressignificando um local que seria apenas para circulação e movimento passageiro, sem nenhum vínculo. Eles remodelam as linhas da paisagem, identificando lugares vazios, pessoas e sentimentos que geralmente passam despercebidos. Um local que seria apenas de passagem, com o movimento de ir e vir nas formas retas traçadas pelo andar dos transeuntes, é redesenhado e transforma-se no vivenciar da circularidade da ronda do baile e do próprio abraço. O espaço transformado dá visibilidade a um corpo geralmente desvalorizado pela dinâmica urbana, dando lugar a um ambiente heterogêneo que desestimula a segregação.

O primeiro acorde dá início ao baile, quando se ouve geralmente o bandoneon (instrumento típico desse ritmo portenho). Às mulheres, esbanjando charme, ajeitando os

cabelos e sorrindo, cabe mirar para os cavalheiros com quem elas desejam bailar e aguardar o convite, feito nas milongas tradicionais com o chamado cabeceio (um gesto de virar levemente a cabeça para baixo ou ao lado demonstrando que quer tirá-la para dançar). No tango de rua paulista, no entanto, como é mais informal, o cabeceio ocorre algumas vezes e, em outras, o rapaz faz o pedido verbalmente apenas dizendo: *vamos dançar, ou quer bailar?*

O Tango na Rua, aguça as percepções e os "sentidos anestesiados" (SENNETT, 2003) por um corpo que normalmente se move passivamente dentro da estrutura arquitetônica da cidade moderna, concebida para privilegiar o fluxo e evitar aglomerações. Os milongueiros relatam que o coração pulsa mais forte quando o convite para bailar é aceito e ambos se deixam ser embalados ao som da música, geralmente bem romântica e saudosista e ao ritmo da respiração e do calor do outro.

A dança é um exercício de contato, porque é "através do tato que nos arriscamos a perceber algo ou alguém como estranho" (SENNET, 2003, p. 20). As mãos se tocam e o abraço sela o pacto da dança a dois, na qual se baila geralmente encostando o peito e o rosto colado ao do parceiro. Alguns chegam a fechar os olhos, por alguns minutos, para se envolver ainda mais com a música e talvez perder um pouco da timidez de se apresentar a céu aberto. Durante alguns minutos, se a disposição de dançar for parecida, a sensação descrita pelos frequentadores é como a de se viver brevemente, uma paixão, sem que haja nenhuma necessidade de vínculos depois da dança.



Fonte: <https://www.facebook.com/TangoRua?fref=ts>

Dá para se sentir em uma típica milonga e até se imaginar como um artista num espetáculo em meio às luzes dos carros que passam e aos aplausos dos que assistem,

admirados, filmando e fotografando. São pessoas que param sentadas nas muretas da Paulista ou em pé para observar, famílias com carrinhos de bebê, namorados e casais que se inspiram para mais um beijo, ao som da música. No meio do baile, já houve até um casal de noivos trajados e acompanhados com o seu fotógrafo, porque tinham se conhecido pelo tango e essa dança acompanhava toda a trajetória deles, com lembranças em São Paulo e Buenos Aires. O baile vira um exercício de alteridade, no qual "as relações entre os corpos humanos no espaço determinam suas reações mútuas, como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam" (SENNETT, 17, 2003).

2. Sincronia coreográfica dos que não bailam

Mesmo quem não está dançando, como os que param para assistir, os ciclistas, os motoristas e os pedestres que simplesmente passam, sem se dar conta, também fazem parte de uma "coreografia da interação social vista como dança" (Libreto, 2009) no espaço da Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Seus gestos e posturas seguem uma sincronia com os corpos dançantes, seguindo a análise de Le Breton:

> A cena da interação desenha uma figuração simbólica dos corpos no espaço. Numa imagem semelhante à conversação, ela evoca uma coreografia no qual os movimentos regrados dos parceiros sutilmente se invocam e se respondem, criando ritmo e coerência. […] A mudança de posição de um ator causa a mudança do outro, mesmo que seja para manter uma disposição propícia ao intercâmbio ou simplesmente numa forma de acompanhamento inconsciente. […] os gestos se entrelaçam e se revezam com fluidez e delicadeza, com a mesma espontaneidade visível numa pista de dança (LE BRETON 2009, p. 106).

Alguns homens dançam com outros homens no Tango de Rua, fazendo reviver um pouco as origens dessa dança quando era bailada entre imigrantes no cais do porto, tanto na Argentina quanto no Uruguai. Eles treinavam para esquecer a saudade da família deixada em outro país e também com o objetivo de dançar depois com mulheres em bordéis e cabarés, no final do século XIX. As mulheres que bailavam na época eram prostitutas ou negras remanescentes da escravidão, que dançavam com negros, como constata Soares:

> […] o sucesso dos homens brancos para terem alguém para bailar dependeria de sua habilidade como dançarinos – algo que se mantém até os dias de hoje, independente de raça, situação econômica, cultural ou

> quaisquer diferenças. Quando o tango começou, as "moças de família" não dançavam essa dança, lhes era proibida. Por isso os homens treinavam entre si, para desenvolverem-se na arte e assim terem maior sucesso na hora de eleger com quem bailar (SOARES, 2011, p. 21).

As músicas selecionadas no Tango na Rua são tocadas em tandas (grupo de três a quatro canções de um mesmo estilo), de tango clássico, milonga (um ritmo mais alegre e rápido, com tambores) ou tango valsa. Diferente de outros países, onde não se dança nos intervalos, ou se toca um rock, os corpos paulistas levam modelagens diferentes na dança ao escutar e bailar também outros ritmos de dança de salão, geralmente mais alegres e festeiros: forró, gafieira, samba-rock, salsa, zouk e bolero.



Fonte: <https://www.facebook.com/TangoRua?fref=ts>

Atualmente, o TNR está realizando iniciativas em conjunto com grupos tangueiros de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, promovendo o evento no mesmo dia nas três cidades. O encontro, é inspirado nos tangos de rua que ocorrem em Buenos Aires, Estados Unidos e cidades europeias, como Lisboa, Paris e Londres. Em 2014, em evento organizado pelas redes sociais, cerca de 3 mil fiéis dançaram um Tango na Rua, na Praça São Pedro, no Vaticano para homenagear o aniversário de 78 anos do Papa Francisco. O tango de rua já foi até utilizado como forma de protesto ambiental pacífico em Istambul, na Turquia, em 2013, contra a demolição do parque Taskim Gezi.

O Tango na Rua em São Paulo tem estimulado também outras manifestações culturais. Muitos fotógrafos profissionais ou amadores com suas câmeras e seus celulares

costumam registrar o momento. Inspirado pelo bailar dos tangueiros, uma artista plástica levou o seu cavalete e pintou um quadro enquanto rolava a milonga e, no final, recebeu aplausos dos presentes ao mostrar sua obra, agradecendo a todos pela inspiração.

Em outra ocasião, um rapaz todo vestido de branco com roupas bem confortáveis, entrou no meio da milonga e começou a interpretar sozinho a música. No meio de tantos casais, ele fazia só, sua própria dança individual, sem precisar seguir as regras das técnicas e da conduta de uma milonga. É a rua como "teatro do mundo" (Senett), com palco e plateia misturados e intercalando suas funções. Ninguém o incomodava, nem ele atrapalhava o fluxo da ronda (círculo do baile sempre dançado no sentido anti-horário). Dos pedestres que passavam se ouvia: *será que é palhaço, bêbado, bailarino ou louco?*

O discurso desse comentário mostra o quanto os quatro (palhaço, bêbado, louco e bailarino) ainda estão tão próximos e interligados no imaginário popular. A rua é também dos bêbados, dos palhaços, a arte é dos bailarinos e dos loucos. E dos cães que também se aproximam e às vezes também recebem alguns afagos dos milongueiros.

O Tango de Rua é palco também dos abraços e dos afetos escassos no mundo contemporâneo. Sentir os vínculos e laços que os unem, nem que sejam frágeis e durem somente os minutos da dança de uma música (no máximo 4 minutos), porque não se deve repetir os parceiros.

O TNR não tem hora certa para acabar, depende muito da disposição dos participantes, que dançam até em dias de garoa e quando a chuva dá uma trégua, geralmente até umas onze da noite, horário em que o metrô ainda está aberto e todos possam voltar para casa, afinal, no dia seguinte adeus ao tempo do lazer, quebrado pelo ritmo do trabalho.

O desejo da maioria é que a dança saideira, por volta das onze nunca tenha fim. Nesse cenário, termina a milonga com a última tanda, mas não a coreografia da interação social, quando predominam os "rituais de despedida, com o vai-e-vem de discursos, silêncios e gestos, movimentos que se respondem com a precisão de um relógio" (Le Breton, 2009). No desfecho do baile, "os atores desvinculam-se, após a última e breve recomposição de sua harmonia que ocorre no momento da despedida, provocando a ruptura da frágil sincronia gestual anteriormente entrelaçada", segundo Le Breton (2009):

> O anúncio de que a interação está chegando ao fim se traduz mediante uma palavra hesitante, olhares furtivos, movimentos de recuo, uma particular entonação. Lentamente os corpos se desprendem de sua mútua dependência simbólica (LE BRETON, 2009 p. 107).

A intervenção costuma ser promovida também, uma vez por ano, no Memorial da América Latina, geralmente no dia do trabalhador, primeiro de maio. A partir de setembro de 2015, passou a ser realizada também no Centro Cultural Vergueiro de São Paulo, chamada de Ocupação urbana.

Num baile onde a mirada forte é essencial para chamar o parceiro à dança, o tango de rua convida a novos olhares sobre a cidade e as relações entre seus atores. A música e a dança no calçadão são um convite para identificar lugares e sentimentos, onde normalmente pedestres e motoristas passam despercebidos e se deslocam ou se movimentam de forma automatizada, "descortinando um lugar escravizado às regras de locomoção e neutralizado por elas", como afirma Sennet (2003).

O bailar, assim como o caminhar pela cidade, é analisado como coreografia de interação e sincronia social, segundo Le Breton e também como instrumento capaz de modificar o espaço e as interações, a partir do conceito de Sennet de que "as relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam" (SENNETT, 2003).

A pesquisa avalia que o Tango na Rua permite uma nova relação entre os atores sociais, na qual se reativam as capacidades sensoriais, permitindo questionar a maneira como as cidades são planejadas. Os tangueiros paulistas expressam diferentes modos de viver na fronteira corporal, cultural e espacial. O movimento do TNT visa ressignificar e apropriar-se da cidade, criando encontros e sistemas simbólicos que produzem sentidos na troca e no reforço dos vínculos de sociabilidade.

Referências

CAROZZI, María Julia. **Las palabras y los pasos**. Etnografías de la danza en la ciudad. Editorial Gorla, Ediciones EPC de Periodismo y Comunicación, 2011. Introdução.

DAMATTA, Roberto. **Individualidade e liminaridade**: considerações sobre ritos de passagem e modernidade. Mana. V. 6, 2000: 7-29.

FELIX, Jorge. **São Paulo, a cidade de Richard Sennett**. Brasileiros. Acessado em 05 set. 2015. Disponível em <http://brasileiros.com.br/2015/08/sao-paulo-cidade-de-richard-sennett>.

JACOBS, Jane (1992). **The death and life of great American cities**. Nova York, Vintage Books, Random House Inc.

LE BRETON, David. **Anthropologie du corps et modernité**. Paris: PUF, 1992 (Caps: 1,4). [Tradução ao português: Antropologia do corpo e modernidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011].

_____. **As paixões ordinárias**. Antropologia das emoções. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

MAGNANI, José Guilherme. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 17, n. 49. São Paulo, 2002.

_____. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Hucitec, 1998 (1 Ed., Brasiliense, 1984).

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 (1935): 399-422.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra** - o corpo e a cidade na Civilização Ocidental. Record, Rio de Janeiro, 2003 (1994). Introdução. Capítulo 1.

_____. **O declínio do homem público**. Companhia das Letras, São Paulo. 1988.

SOARES, Lorene. **É necessário dois para bailar tango**. Doutorado em Psicologia Clínica. PUC - São Paulo. 2011.

TURNER, Victor. **O processo ritual:** estrutura e anti-estrutura. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1974. Capítulo 3 - Liminaridade e communitas: 116-159.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 6. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Catraca livre. Em clima portenho domingo é dia de tango na rua na paulista. 26 de julho de 2013. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/sp/ar-livre/indicacao/em-clima-portenho-domingo-e-dia-de-tango-na-rua-na-paulista>. Acesso em: 20.07.2015.

Comunidade do **Facebook** no suporte bibliográfico. Disponível em: <https://www.facebook.com/TangoRua> Acesso em: 20.07.2015.

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NOS USOS DAS ORLAS DOS MUNICÍPIOS DE SERRA E VITÓRIA-ES

Leonardo Perovano Camargo
Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação Física - UFES.

Lorenna Pereira Oliosi
Professora Mestre do Curso de Educação Física - UVV.

Junia Helena F. dos Santos
Acadêmica do Curso de Educação Física - UFES.

Carlos Nazareno Ferreira Borges
Professor Doutor do Centro de Educação Física - UFES.

Kamila da Penha Braz DeFante
Acadêmica do Curso de Educação Física - UFES.

Resumo: Este estudo é uma discussão a partir do subprojeto de uma pesquisa que tem a intenção de investigar a relação público-privado a partir dos usos que a iniciativa privada estabelece sobre os espaços públicos. Analisou-se os usos das orlas em projetos de intervenção com esporte e lazer e de como opera a política, de tal forma a identificar como estas ações incidem sobre os direitos constitucionalmente previstos de acesso ao esporte e ao lazer. O lócus do estudo foram as orlas dos municípios de Serra e Vitória/ES, onde foram mapeadas as iniciativas de intervenção e atores sociais envolvidos. Nos procedimentos metodológicos, utilizamos como planos de pesquisa os estudos descritivo e explicativo; mapeamentos e questionários com os responsáveis pelas intervenções. Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009), sendo organizados nos seguintes aspectos: mapeamento das práticas corporais; (não) ocorrência da relação público-privado; (não) incidência sobre os direitos sociais constitucionalmente estabelecidos. Os resultados apontam para concepções sobre espaço público como espaço para todos, mas, ocupado de acordo com interesses pessoais; concepção unívoca de benefícios nas parceiras e; oferta de serviços sem institucionalização e regulamentação, mostrando ausência de responsabilidades do Estado.

Palavras-chave: esporte e lazer; políticas públicas; relação público-privado.

Abstract: This study is a discussion from the subproject of a research that intends to investigate the public-private relationship of the uses of the private sector on public spaces. It was analyzed the uses of waterfront beaches in intervention projects with sports and leisure and how politics operates in such a way to identify how these actions affect the rights constitutionally previewed to this access to sport and leisure. The locus of the study were the waterfront beaches of the municipalities of Serra and Vitória-ES, where the responsible of the interventions and social actors involved were mapped. In the methodological procedures, it were used as research plans the descriptive and explanatory studies; mapping and questionnaires with those responsible for interventions. The data were analyzed by content analysis (Bardin, 2009) and is organized into the following aspects: mapping of corporal practices; (no) occurrence of the public-private relationship; (no) effect on the constitutionally established social rights. The results indicate conceptions of public space as a space for everyone, but, used according to personal interests; univocal conception of the partner benefits and; offer without institutionalization and regulation services, showing the absence of responsibilities of the State.

Keywords: sport and leisure; public policy; public-private relationship.

Introdução

A Constituição Federal Brasileira de 1988 colocou o esporte e lazer como direitos de todos os cidadãos, ampliando assim, as discussões acadêmicas e ações no campo da gestão pública. Os artigos 6º e 217º instituem que políticas de Estado deveriam ser aplicadas para a população, mobilizando a construção de políticas públicas nesta direção.

Nota-se que onde há demanda por serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado, mas não há capacidade no cumprimento desta demanda, a iniciativa privada acaba ocupando esta lacuna, vide o caso dos planos de saúde e educação particular.

Já no campo de esporte e lazer, a exploração privada dos espaços públicos vem ocorrendo em diversas localidades, principalmente nas partes privilegiadas das cidades, como as orlas urbanizadas.

Faz-se necessária a discussão desses usos, passando por diversas questões sociológicas e antropológicas para uma análise de maior qualidade, utilizando temas dessas áreas como desigualdade, classes, políticas públicas, educação, profissionalismo, além de discussões nos campos da saúde, sobretudo a educação física.

Nas análises de políticas públicas relacionadas a lazer encontramos um indicador importante que é a concepção que os gestores têm de lazer (MARCELINNO, 2001), e através desta análise justifica-se o crescimento de políticas de governo nesse setor nos últimos anos sustentadas no direito social garantido constitucionalmente (BORGES et al., 2009; AREIAS; BORGES, 2011).

1. Objetivos e percurso metodológico

Neste estudo, buscamos observar e descrever as relações entre os setores públicos e privados nos usos dos espaços públicos nas orlas dos municípios de Serra e Vitória no Espírito Santo. Para tanto, identificamos as práticas de esporte e lazer privadas, nas orlas de Serra e Vitória/ES e observamos como essas práticas se desenvolvem. Buscamos ainda, identificar a relação do poder público com a exploração privada destes espaços com vistas a realizar uma análise se; e como incidem sobre os direitos sociais estabelecidos constitucionalmente no acesso ao esporte e ao lazer.

Desta forma, os procedimentos metodológicos para coleta de dados e construção dos conhecimentos ocorreram em três etapas. A primeira etapa consistiu no levantamento

bibliográfico através da coleta de informações para suporte teórico, utilizando como fontes livros, artigos científicos, banco de dados e periódicos, que possibilitaram apresentar o contexto da pesquisa e os avanços nos estudos sobre esta temática. Estudo e discussão do material em levantamento. Busca e captação de documentos publicados pela gestão municipal, possibilitou identificar as políticas públicas operadas localmente, bem com as ações e projetos que estabelecem relação com a iniciativa privada e/ou ações e projetos desenvolvidos nos espaços públicos das orlas de Serra e Vitória/ES.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados por meio de mapeamento das práticas de esporte e lazer desenvolvidos *in loco* nos espaços públicos investigados. A partir do material coletado, realizamos entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas a cada sujeito responsável por projetos de esporte e lazer que animam os espaços públicos em tela.

No protocolo para mapeamento das atividades, usamos um critério de eliminação dos questionários das atividades que ocorriam há menos de um ano, focando naquelas que tinham mais propriedade para responder as questões pertinentes as nossas discussões.

Por fim, na última etapa, buscou-se analisar de que forma a relação público-privado nas políticas de utilização dos espaços públicos na orla de Serra e Vitória/ES incidem sobre os direitos sociais estabelecidos constitucionalmente no acesso ao esporte e ao lazer. Para análise dos dados, optamos por aspectos relacionados aos objetivos específicos, que foram os seguintes: mapeamento das práticas corporais; (não) ocorrência da relação público-privado; (não) incidência sobre os direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

Os dados foram coletados por meio de um instrumento semiaberto constituído de 22 questões. Para melhor clareza de nossa tarefa, informamos que a apresentação dos dados será pelas recorrências encontradas nas respostas às questões apresentadas, o que faremos mostrando a recorrência da resposta a cada questão específica por meio da representação RQ (Por exemplo: RQ 8, representa recorrência de respostas à questão 8).

2. Específicos

- Identificar, em territórios delimitados, as políticas públicas de utilização dos espaços e equipamentos públicos e/ou espaços e equipamentos privados de esporte e lazer conveniados com o Estado;

- Analisar, em territórios delimitados, como ocorre a parceria entre a iniciativa privada e o Poder Público na utilização dos espaços e equipamentos públicos e/ou espaços e equipamentos privados de esporte e lazer conveniados com o Estado;
- Compreender se e como as políticas de utilização dos espaços e equipamentos públicos e/ou espaços e equipamentos privados de esporte e lazer conveniados com o Estado, incidem sobre os direitos sociais estabelecidos constitucionalmente no acesso ao esporte e ao lazer.

3. Resultados

Não encontramos planejamentos e execuções oficiais das políticas de utilização das orlas de Serra e Vitória/ES para prática de atividades corporais, deste modo, passamos a considerar para a análise as outras fontes de informação previstas na metodologia e coletadas em campo.

Nas orlas de Serra, a utilização é bem tímida, talvez pela condição socioeconômica do município ou por outras opções de esporte e lazer oferecidas por academias privadas.

Na Praia de Jacaraípe, município de Serra/ES, foram mapeadas 6 práticas. Das 6 práticas de esporte e lazer, cinco foram excluídas pela margem de corte da pesquisa. A prática que atendeu aos critérios é a modalidade surfe. O responsável pela prática é do sexo masculino, com formação completa em Educação Física. O tipo de atendimento é particular e público (singularidade a qual retornaremos adiante). No âmbito particular, são atendidas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, nos gêneros masculino e feminino. Quanto ao âmbito público, são atendidas crianças em idade escolar, também dos gêneros masculino e feminino. Quanto a ocorrência predominante dos dias e turnos de funcionamento desta prática, o atendimento particular acontece de segunda a sexta feira no período matutino, enquanto o atendimento público acontece nas terças e quintas feiras, nos períodos matutino e vespertino.

Já na orla de Camburi, foram detectadas várias atividades sistemáticas e contínuas como assistemáticas e esporádicas, sendo expostas a seguir:

4. Mapeamento das práticas

Foram mapeadas dezoito (18) práticas corporais na orla de Vitória/ES, entre elas, o número de práticas corporais de esporte e lazer foram seis (6), as demais foram relacionadas a

práticas corporais voltadas para a saúde, e dentro das seis (6) práticas de esporte e lazer mapeadas, conseguimos entrevistar cinco (5) sujeitos responsáveis pela intervenção.

Entre as cinco (5) entrevistas realizadas, duas (2) foram excluídas pela margem de corte da pesquisa, pois eram atividades que ocorriam há menos de um ano.

Entre as entrevistas realizadas as modalidades praticadas foram duas (2) de futebol de areia e uma (1) de vôlei de praia. O gênero dos responsáveis pelas atividades são uma (1) Feminino e três (3) Masculino. Há mais de um responsável em uma modalidade, a de vôlei de praia.

Os grupos sociais atendidos foram: Crianças (3), Adolescentes (2), Jovens (2), Adultos (2) e Idosos (1). Todos atendem os gêneros masculino e feminino.

5. (Não) ocorrência da relação público-privado

Quando perguntamos sobre o início da prática que o responsável pela atividade desenvolvia no espaço público, ou seja, para a instalação da prática, as respostas mais fortes foram "relacionadas a percepção que o espaço estava sem uso em determinados horários e com uso em outros por outra modalidade, sendo bom para a sua prática e havia demanda, portanto, o responsável simplesmente colocou anúncio de oferta e iniciou". Sendo que alguns responderam de maneira mais tímida, "que fizeram contato com órgãos públicos para ver se era permitido usar o espaço" (RQ 08).

Ao serem questionados a respeito de sua prática ocorrer em espaço público, portanto quais estratégias eram usadas para o contato com o setor público (governo) para o bom funcionamento da sua prática, as respostas apontaram maior incidência de "um contato informal com pessoas que são do poder público, conseguindo assim uma autorização informal (de boca) das mesmas para funcionar". Porém alguns disseram constituir grupo de sujeitos que trabalham no espaço, "participando de reuniões e encontros que se propõem regular o uso dos espaços" (RQ 14).

Já quando perguntamos quanto a existência de mecanismos de controle e fiscalização por parte do poder público, a maioria afirmou que "não acontece, que cada um trabalha no espaço e se mantém pela qualidade do seu trabalho" (RQ 15).

Apesar de afirmarem não ocorrer fiscalização, quando perguntamos se em alguma rara vez ocorreu qualquer tipo de fiscalização no uso do espaço, ou questionamento quanto

à cobrança para este uso, informaram que "há relatos de visita de órgãos municipais e conselhos profissionais" (RQ 16).

E quando questionamos sobre questões gerais que envolvem o uso do espaço onde suas práticas acontecem e o uso por outros sujeitos, nos informaram que "a antiguidade é posto, quem está trabalhando a mais tempo tem direito ao espaço, quem chega depois que procure outro". Sendo que alguns disseram que "o espaço é público e não tem regulamentação específica, portanto, em cada dia de trabalho, quem ocupa primeiro tem a prioridade" (RQ 18).

Neste aspecto da falta de regulamentação, também há evidências de que isto ocorra na praia de Serra/ES, pois ficou evidenciado pelo sujeito que há uma informalidade nas relações estabelecidas com o Poder Público quanto à permissão para o uso do espaço.

6. (Não) incidência sobre os direitos sociais constitucionalmente estabelecidos

Ao perguntarmos sobre as dificuldades ou facilidades de se instalar neste espaço, "os responsáveis disseram que houve facilidade porque no espaço não existem atividades ofertadas pelo Poder Público, e há pessoas interessadas nas práticas, uma vez que há carência dessas práticas também em outros espaços públicos ou privados" (RQ 09).

Já ao serem questionados sobre as estratégias que os responsáveis usam para manter o funcionamento da prática, nos responderam que "o funcionamento das atividades é mantido pelo pagamento dos praticantes, sem qualquer participação da prefeitura ou de outro órgão público, e que havia patrocínios e parcerias com outras instituições (clubes, colégios, associações, etc.)". Alguns disseram que "há promoções para captar interessados, tais como 'pacotes' entre duas ou mais pessoas da mesma família, descontos para pessoas com menor renda, etc." (RQ 10).

Sobre o perfil socioeconômico dos indivíduos que aderiram a proposta de atividade dos responsáveis, nos informaram que "a maioria era de classe alta e média alta, sem informação real da renda, mas quanto ao local de residência e posse de bens, indicavam alto poder aquisitivo". Em menos casos houve também a resposta que "não era identificada a classe social, pois não há controle sobre isso, porém, aparentemente todos têm condições de pagar os valores cobrados" (RQ 12).

Ainda falando sobre o perfil socioeconômico dos clientes, questionamos se existem estratégias para agregar pessoas com outros perfis, a fim de aumentar o número de praticantes, e responderam que "permitiam fazer uma aula experimental para provocar o

gosto pelo ‘quero mais’, sendo que com menos intensidade surgiu a resposta do feitio de promoções do tipo: quem trouxer mais uma pessoa, ganha desconto” (RQ 13).

E sobre questões gerais que envolvem o uso do espaço onde as práticas acontecem, os responsáveis informaram que “seria muito bom fazer parcerias formais com o poder público, em que houvesse regulação do uso dos espaços e possibilidade de convênios com financiamento público para as atividades desenvolvidas, ampliando assim o número de praticantes que não podem pagar, mesmo permanecendo como iniciativa privada” (RQ 17).

Discussões e conclusões

Inicialmente, temos um trabalho com foco político e de acordo com Bobbio (2000), “O conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligada ao conceito de poder” (p. 160), ou seja, as “coisas” são como são pelas escolhas de determinados agentes de poder decisório de natureza política.

Essas “coisas” analisadas são definidas pelas políticas públicas, como exemplo: o investimento em ações de esporte, em espaços de lazer, etc., dependem de vontade política para acontecer, deixar de acontecer, evoluir ou regredir. Deste modo Azevedo (2001), afirma que:

> [...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e por isso guardam estreita relação com a as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria (p. 6).

Deste modo, para determinada política pública vir a ser, a memória e vontade coletiva precisam pressionar determinados agentes políticos selecionados, para que estes representantes venham a fazer valer essas representações sociais, que a sociedade acredita ter de si. Como Sousa e Antunes (2008) analisaram:

> [...] a partir de questões socialmente problematizadas, surgem políticas públicas para determinado setor, há um “reconhecimento” por parte do Estado desta necessidade/problema, e a política pública específica do setor virá para “suprir” os anseios de determinada representação social (p. 6).

Por esta razão, seria interessante a educação política dos cidadãos, para que a sociedade possa apresentar propostas de políticas públicas para as problematizações sociais

surgidas, e a partir desta pressão social o Estado "reconhecer" e criar políticas públicas para atender estes anseios.

Uma causa da dificuldade na educação política pode vir da própria palavra "política", que além das conotações negativas que vem carregando atualmente, tem aspectos semânticos na própria palavra que não trazem uma clareza evidente. Heidermann e Salm (2009) identificaram essas dificuldades e problematizaram da seguinte maneira:

> A expressão "política pública" (no inglês, *public policy* causa espécie em língua portuguesa. Por que seria necessário reassegurar o caráter público a uma palavra derivada *de polis*, o Estado helênico clássico? A própria palavra "política", por si só, já suscita um mundo de discordâncias no diálogo e nos debates entre as pessoas. Por isso, cabe fazer aqui um pequeno esclarecimento para tentar compreender e superar a polissemia; isto é, torna-se necessário discernir as principais significações atribuídas ao termo "política". Só então se pode firmar a noção de política pública (p. 28-29).

Notamos redundância na expressão "política pública", visto que a palavra política por si só já é referente às relações sociais, e a polissemia atribuída a palavra pode ser a causa dessa confusão. Frey (2000) clareia essa discussão ao definir três dimensões a essa palavra:

> [...] a literatura sobre "policy analysis" diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de "polity" para – denominar as instituições políticas, "politics" para os processos políticos e, por fim, "policy" para os conteúdos da política:
>
> • a dimensão institucional "polity" se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
> • no quadro da dimensão processual "politics" tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
> • a dimensão material "policy" refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (p. 216-217).

Então política é tanto o sistema político (instituições, regras...), como o processo de conflito de ideias (jogo de persuasão e interesses), quanto àquilo que se concretiza e chega efetivamente à população. Nestes três significados (sistema, conflitos e produto), vemos que não há como escapar das "políticas" ao discutir qualquer problemática social. Acreditamos

que para entendermos melhor e para atribuir uma análise melhor a nosso trabalho, nosso foco deve ser nesta distinção tripla, também apontada por Souza (2006):

> O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o "bom" governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (p. 22).

Entender como e por que certas opções são tomadas, tanto para investimento em esporte e lazer, como corte de orçamento, ampliação de políticas públicas existentes ou redução/finalização de projetos em andamento, pode ser um bom balizador, e por si só dá um bom norte para o embasamento de um estudo explicativo.

Certos fenômenos que notamos na política de modo geral é a forma como os gestores encaram as necessidades de ação: ou por necessidade de poder político puro ou pela necessidade da resolução de algum problema por pressão social. Souza (2006) explica que:

> Quando o ponto de partida da política pública é dado pela política, o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão, ao passo que, quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso (p. 30).

Enquanto a barganha geralmente é baseada na resolução de interesses próprios e troca de favores, a persuasão pode ser tanto por poder atual, como o de convencimento explicativo que determinado investimento e ampliação de orçamento em determinado setor faz-se necessário. Acreditamos que este último caminho pode ser obtido tanto pela pressão social, como por estudos que clareiem e analisem determinados fenômenos, a fim de dar subsídios e argumentos para o processo decisório dos governantes. Esta necessidade de fazer com que o governo 'aja' é definido assim por Souza (2006):

> Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (p. 26).

Acreditamos que o presente estudo poderá contribuir neste sentido, analisando, descrevendo e tentando explicar determinadas realidades sociais que encontramos em campo.

Estas realidades sociais, que são diretamente e indiretamente causadas pelas decisões políticas (investimento, corte, ampliação ou redução em determinadas áreas), se dão como o contraste urbano que pretendemos esmiuçar futuramente, como apontou Pellegrin (2004), em seu livro crítico de equipamentos de lazer: [...] ao mapear uma cidade e os equipamentos de lazer que nela existem, contrastes urbanos diversos se fazem claros aos nossos olhos (PELLEGRIN, 2004, p. 72).

Mais especificamente na nossa pesquisa, notamos que a exploração privada dos espaços públicos para práticas de esporte e lazer vem ocorrendo em diversas localidades, principalmente nas partes privilegiadas das cidades, como as orlas urbanizadas. Faz-se necessária a discussão desses usos, passando por diversos assuntos sociológicos e antropológicos para uma análise de maior qualidade, utilizando temas dessas áreas como desigualdade, classes, políticas públicas, educação, profissionalismo, além de discussões nos campos da saúde, sobretudo a educação física.

Nas análises de políticas públicas relacionadas a lazer encontramos um indicador importante que é a concepção que os gestores têm de lazer (MARCELINNO, 2001), e através desta análise justifica-se o crescimento de políticas de governo nesse setor nos últimos anos sustentadas no direito social garantido constitucionalmente (BORGES et al., 2009; AREIAS; BORGES, 2011).

A partir deste ponto discutiremos os dados levantados e relacioná-los com as leituras feitas ao longo da pesquisa, lembrando que nossos objetivos específicos são identificar as políticas públicas de utilização do espaço público de esporte e lazer, não tendo encontrado documentos específicos sobre a temática, analisar como ocorre e se ocorre parceria entre iniciativa privada e poder público, onde notamos extrema fragilidade nesta relação e por fim, compreender se e como as políticas de utilização incidem sobre os direitos sociais, tendo notado a inexistência, consideramos que as mesmas não incidem sobre os direitos constitucionalmente estabelecidos.

Pelo mapeamento, pode-se observar uma quantidade considerável de intervenções por iniciativa privada na orla de Vitória, ocupando espaço e tempo, da mesma forma, parecer haver uma demanda considerável de pessoas que buscam práticas orientadas de saúde e, para o interesse desse trabalho, de esporte e lazer.

Sabe-se que a orla de Vitória possui 04 módulos do Serviço de Orientação ao Exercício (SOE), sendo 02 na Praia de Camburi, 01 na Praça dos Desejos e 01 na Prainha de Santo Antônio (BACHETTI, 2014). Enquanto Política Pública, este quantitativo frente ao número de intervenções que mapeamos é claramente insatisfatório, o que nos permite inferir insuficiência de atendimento em práticas regulares de esporte e lazer de forma pública e gratuita a um número considerável de cidadãos da cidade. Mas, como o atendimento é realizado por iniciativas privadas, sugere-nos a indagação: Qual a relação entre o poder público e os intervenientes privados?

As evidências apontam que a relação público-privado é bastante frágil, considerando aspectos relacionados a regulamentação do espaço, a tributação, a fiscalização, incentivos e uso da força. Uso da força, este definido como força policial ou poder de polícia, na garantia das deliberações do governo e "ordem" pública.

Além de apontarem também que a forma como as intervenções são feitas tem pouca possibilidade de se efetivarem como políticas públicas (em parceria com o estado), a favor dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

Notamos que o esporte e lazer, tornaram-se assuntos relevantes nas discussões acadêmicas e gestão pública, essencialmente após a Constituição Federal de 88, ao considerá-los direitos de todos os cidadãos. E vemos historicamente, as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, apresentarem as características de seletividade, fragmentação, exclusão, setorialização e assistencialismo (BONALUME, 2011). Percebemos que a orla privilegiada fragmenta a população, seleciona os possuidores de mais recursos e exclui aqueles que não tem condições financeiras, deixando um ente privado atuar sem regulamentação, e os praticantes serem apenas os que podem pagar, mesmo em zona pública.

Há o crescimento de políticas de governo neste setor, especialmente nos últimos anos sustentadas no direito social garantido constitucionalmente (BORGES et al., 2009; AREIAS; BORGES, 2011), e no caso específico de Vitória-ES, vemos o SOE (Serviço de Orientação ao Exercício), como proposta que apareceu nos nossos mapeamentos e tem como característica exclusiva a oferta pública de práticas corporais com foco na promoção da saúde. Porém Carvalho (2008) atenta para a necessidade de participação política para a busca de garantia dos direitos sociais, trazendo a população para auxílio na formulação e execução das políticas públicas.

Walter (2004), destacou três fatores importantes para a compreensão da formação da estrutura de esporte e lazer municipais, sendo: a criação de espaços públicos; a influência do

planejamento urbano da cidade nas práticas esportivas desenvolvidas; e a proposta de descentralização das ações de esporte e lazer. Onde o poder público não atua, a iniciativa privada vem e ocupa, e esta presença privada nos espaços públicos pode trazer, segundo Matos (2001), um caráter de mercadoria ao espaço urbano, trazendo elementos de privatização, comercialização do espaço urbano. Sendo assim, o poder público precisa de uma visão ampla e integrada para utilizar o espaço urbano em prol da população, garantindo o acesso às práticas de esporte e lazer para todos os cidadãos nestes espaços públicos (MARCELLINO, 2007). Assim sendo, notamos a ausência do estado nestes espaços públicos, gerando uma situação de clientelismo que é, segundo Farias (2000, p. 49) a "apropriação privada da coisa pública".

Nas nossas visitas, encontramos diversas práticas no uso da orla de Vitória, tanto sistemáticas e contínuas, como assistemáticas e esporádicas, que revelaram uma ausência de fiscalização e controle por parte do poder público no uso desses espaços.

Percebemos que a ocorrência da relação público-privado é frágil, visto que os responsáveis simplesmente chegaram aos espaços e começaram suas atividades, sendo estas com mais de um ano de duração. Alguns poucos tentaram contato com órgãos públicos, mas a autorização que disseram ter ocorrido foi informal, "de boca", ficando a cargo dos próprios utilizadores da região, encontros para tratar desta regulação de uso. Além de informarem não haver fiscalização, ouviram dizer que órgãos municipais e conselhos de classe já realizaram visita. Deste modo, eles próprios criaram regras informais de uso, sendo a prioridade dada aos mais antigos a utilizarem à orla.

Já em relação aos direitos sociais ao esporte e lazer, constitucionalmente estabelecidos, também notamos não haver esta incidência, pois informaram não haver atividades ofertadas pelo Poder Público, mas haverem pessoas interessadas nestas atividades. Desta forma, não havia auxílio por parte do governo para o desenvolvimento das modalidades, sendo o perfil mais identificado o de classe alta e média alta, permanecendo nas atividades, em quase hegemonia, aqueles que têm condições financeiras de pagar. Pessoas de outros perfis têm direito apenas a uma "aula experimental" e caso capte outros participantes, pode haver um desconto. Porém notamos que os responsáveis se mostraram abertos à formalização das atividades com o Poder Público, constituindo regulação, convênios e ampliação dos praticantes mesmo entre os que não têm condições de pagar.

Diante do exposto, nossa percepção geral é que os resultados apontam para concepções sobre espaço público como espaço para todos, mas, ocupado de acordo com interesses

pessoais; concepção unívoca de benefícios nas parceiras e; oferta de serviços sem institucionalização e regulamentação, mostrando ausência de responsabilidades do Estado.

Acreditamos que as reflexões encontradas podem servir como aporte para o planejamento de políticas públicas e legislação, de participação, intersetorialidade e na relação público-privada no campo de esporte e lazer, além de futura relação com outros subprojetos ou pesquisas similares realizadas em outras regiões do Espírito Santo, e até mesmo em outros estados brasileiros.

Referências

AREIAS, K. T. V; BORGES, C. N. F. **As Políticas Públicas de Lazer na Mediação entre Estado e Sociedade:** Possibilidades e Limitações. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas - São Paulo: Autores Associados, 2011.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores associados, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BONALUME, C. R. **O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer.** Licere, v. 14, n. 1, Belo Horizonte, 2011.

BONALUME, C. R.; ECHER, S. R. IV Seminário nacional de gestão de políticas públicas em esporte e lazer - participação popular: governo e população partilhando o poder da decisão. In: LIBERATO, A., SOARES, A. (org's). **Seminário nacional de políticas públicas de esporte e lazer**. EDUA: Amazonas, 2009.

BORGES, C. N. F. et al. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Espírito Santo: Políticas de Governo X Políticas de Estado. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**: Consensos e controvérsias. Rio de Janeiro: SBS/UFRJ, 2009.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, J. H. **Parceria público privada na gestão municipal do lazer:** encontros e desencontros na "Praça da Criança" na cidade de Mossoró-RN. Revista Espaço Acadêmico, ano X, n. 12, 2010, p. 88-98.

COSTA, Vera Lucia de Menezes; TUBINO, Manoel José Gomes. **Esportes praticados na areia da praia:** representações simbólicas do espaço lúdico. Artus - Ver. Ed. Fís. Desp., v. 18, n. 1, p. 27-37, 1998.

FREY, K. **Políticas Públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, jun. 2000, p. 211-259.

HEIDEMANN, F. e SALM, J. F. **Políticas públicas e Desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte:** políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. *et al*. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana:** o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas. Curitiba: OPUS, 2007.

MATOS, L. S. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINI, N. C. **Lazer e esporte:** políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

OLIOSI, L. P**.** ; et al. Análise das Instalações Públicas de Esportes e Lazer do Município de Vila Velha-ES. In**: 25º Congresso Internacional de Educação Física** - FIEP 2010, 2010, Foz do Iguaçu. I Congresso Internacional de Ciências da Saúde, Meio Ambiente e Educação, 2010. v. 80. p. 693-696.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REIS, N. C. G.; LIMA, R. R.; GOMES, S. D. Espaço urbano como aspecto constituinte da política de esporte e lazer em São Luís - MA. In: ARAÚJO, S. M.; VIANA, R. N. A. **Esporte e Lazer na Cidade de São Luís do Maranhão:** elementos para construção de uma política pública. São Luís: EDUFMA, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUSA, R.L.Q. e ANTUNES, M.F.S. **Os Espaços Públicos de Lazer para a Prática Esportiva:** Mapeando a Cidade de Uberlândia - MG**.** Pesquisa de Pibic/CNPq (2007-2008) para Faculdade de Educação Física - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul.-dez. 2006, p. 20-45.

SILVA, Kelson de Oliveira. Lazer, espaço público e qualidade de vida na capital Potiguar. **Revista Turismo:** estudos e práticas, UERN/RN, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 48-60.

PELLEGRIN, A. Equipamento de lazer. In: GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 69-72.

WALTER, M. R. **Políticas públicas e descentralização do esporte e lazer da prefeitura municipal de Curitiba:** gestão 1997-2000 e 2001-2004. 2004. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação e, Educação Física da Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2004.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO FORTALECIMENTO DA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NAS DIFERENÇAS

Maikel Dias Nunes
UNESC

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar o projeto de pesquisa de Mestrado que se debruçará em um estudo que estabelece o papel da Educação Física na desconstrução de estereótipos, mitos e discriminações em relação às diferenças, com um recorte para as relações étnico-raciais e das diversidades sexuais, na perspectiva da valorização do sentimento de pertencimento, bem como da construção identitária desses grupos, observando e expondo as formas de compartilhamento de saberes e conhecimentos, com um olhar crítico para a formação do sujeito, bem como o atravessamento dos seus corpos nesse processo de construção de subjetividades. Há de se observar a importância das diferentes expressões artísticas e esportivas, também outras atividades que contemplem o combate à homofobia em ambiente escolar e, as políticas de ações afirmativas de desconstrução do racismo. A justificativa desse trabalho está na importância que o Educador exerce no cotidiano dos educandos e como sua propagação pode auxiliar numa plena formação, focalizando numa visão política, bem como crítica da realidade e do meio em que essas minorias estão inseridas.

Palavras-chave: educação física; identidades; diferenças.

Abstract: This work intends to present the Master's research project, which will focus on a study that sets out the role of Physical Education in the deconstruction of stereotypes, myths and discrimination in relation to differences, giving priority to ethnic-racial relations and sexual diversity in the perspective of sense of belonging enhancement, as well as the identity construction of these groups, observing and exposing forms of knowledge and expertise sharing with a critical look to the formation of the subject, as well as passing over their bodies in this subjectivity construction process. The importance of the different artistic and sporting expressions must be noted, also other activities that contemplate the fight against homophobia in the school environment and the affirmative action policies of deconstruction of racism. The justification of this work is the importance that the educator exercises in the routine of learners and how its propagation can assist in a full training, focusing on a political vision, as well as criticism of reality and the environment in which these minorities are inserted.

Keywords: physical education; identities; differences.

Introdução

O presente trabalho, que compreende o projeto de pesquisa de Mestrado, que ainda será realizado, se debruçará em um estudo que estabelece o papel da Educação Física na desconstrução de estereótipos, mitos e discriminações em relação às minorias, com um recorte para as relações étnico-raciais e das diversidades sexuais, na perspectiva da valorização do sentimento de pertencimento, bem como da construção identitária desses grupos, observando e expondo as formas de compartilhamento de saberes e conhecimentos,

com um olhar crítico para a formação do sujeito, bem como o atravessamento dos seus corpos nesse processo de construção de subjetividades.

Faz necessário observar a importância das expressões artísticas e esportivas, também outras atividades que contemplem o combate à homofobia em ambiente escolar e, as políticas de ações afirmativas de desconstrução do racismo, principalmente no que se refere ao cumprimento da Lei 10.639/2003, responsável por alterar a Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Base da Educação Nacional. De acordo com a o parecer da lei, "os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileira" (BRASIL, 2003), não se restringindo apenas a estas áreas, uma vez que o referido parecer fala da transversalidade desses conteúdos, que devem ser explorados em todas as disciplinas do currículo oficial do ensino de base, contemplando, inclusive, a área de Educação Física.

A justificativa está na importância que o Educador exerce no cotidiano dos educandos e como sua propagação pode auxiliar numa plena formação, focalizando numa visão política, bem como crítica da realidade e do meio em que essas diferenças estão inseridas. O principal objetivo dessa pesquisa é pensar na formação do sujeito e da sua identidade a partir de um trabalho conjunto entre Educador e Escola, que através das atividades artísticas e recreativas em sua prática cotidiana, possibilite a criação de saberes que contribuam para uma visão plena e consciente dessas diferenças sociais, desconstruindo estereótipos e estigmas que impedem o pleno desenvolvimento do indivíduo e das suas habilidades, pensando sempre na construção de saberes que dialoguem com uma formação transformadora e libertária.

1. Discutindo as questões

O papel da Educação Física está cada vez mais presente na vida das pessoas, tornando-se um espaço bastante significativo, principalmente no que diz respeito à construção identitária do sujeito no ambiente escolar, o que se concebe desde a aplicação de práticas esportivas/artísticas no conhecimento corporal e da composição biológica humana, bem como da promoção de qualidade de vida saudável e sustentável mas, principalmente quando adotamos um posicionamento crítico, político e responsável contra qualquer tipo de injustiça e discriminação, seja ela cultural, social, étnico-racial, de gênero, crença ou orientação sexual (DAOLIO, 2004).

Através de ações que fortaleçam o entendimento dessas identidades e necessidades, pensamos num estudo que se coloque como essencial para a o combate aos padrões dominadores e massificantes, que se relacionam principalmente às questões ligadas à estética, a ética, ao social, ao econômico, a cultura etc. É preciso que se tenha uma postura que de fato se contraponha às práticas racistas, sexistas e homofóbicas, assim como um trabalho na recuperação da autoestima, afetividade, e no emponderamento do sujeito por ele mesmo.

Sabemos que a formação da identidade perpassa por várias formas de interação na qual o sujeito está inserido, desde o ambiente familiar, escolar, social, afetivo, da comunidade, que atravessa toda a sua vida, e é essa interação que vai auxiliar na formação pessoal, se colocando em constante situação de confronto com a formação cultural tradicional, fornecendo assim as bases que vão construir ou desconstruir as noções de pertencimento.

> É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais [...] (LOURO, 2000, p. 03).

Sabe-se que a escola contribui diretamente na construção identitária do sujeito, por se tratar de uma instituição de saber-poder[1] onde passamos grande parte de nossa vida. O ambiente escolar é responsável pela alfabetização, pelo fomento de saberes, pelo convívio social, bem como se coloca muitas vezes como reprodutor de formas e práticas racistas, segregacionistas, cerceando a subjetividade do sujeito, legitimando padrões, culminando em um processo de formação e práticas que geram violência psicológica, moral e até mesmo física.

A forma que se estabelece a vivência cultural em âmbito escolar vai direcionar a visão do indivíduo, por se tratar de um ambiente social padrão, que rege condutas normativas. A escola atua na construção do "eu", pois oferece a identificação de suas crenças, de sua ética e de seus valores, ao mesmo tempo, cria relações de conflitos, frustrações, vergonhas e humilhações, trazendo consequências para a construção da identidade do sujeito.

Os modelos de identidade dispersos nas sociedades referem-se às formações de indivíduos ligados por laços ancestrais e tradicionais, moldando personalidades e formas de

[1] Expressão conceituada pelo filósofo Michel Foucault.

pensar a vida, as relações, as instituições, os afetos, os corpos, compondo unidades fixas e presas a ideologias e perspectivas não autorais.

> As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele "tempo perdido" quando a nação era "grande"; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as "pessoas" para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente (HALL, 1992, p. 56).

A política de identidades a que se refere Stuart Hall (1992) pensa novas identidades sociais que são atravessadas, sugeridas, anunciadas, promovidas pelos prazeres e desejos corporais forjados social e culturalmente. Está no espaço da história e da cultura a definição das múltiplas formas identitárias, ou seja, sexuais, de gênero, de etnia, nacionalidade, classe etc.

Essa multiplicidade de identidades constitui um desdobramento das posições de sujeito, na medida em que esses são atravessados e interpelados pelas instituições, situações, grupos sociais e reconhecer-se numa determinada identidade supõe, pois, aderir e responder afirmativamente a uma interrogação, estabelecendo um lugar de pertencimento. Esse reconhecimento é bastante complexo e instável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas ou até contraditórias.

Esse processo fragmentário na construção da identidade produz o que se chamou de sujeito pós-moderno, percebendo-o não como possuindo uma identidade única, fixa, essencial, mas algo móvel e disperso. Essas identidades são formadas e forjadas continuamente pelas formas como as representações se processam, bem como pelas interpelações sofridas pelo sistema político, econômico, social e cultural que nos rodeia. Os sujeitos acabam assumindo identidades diversas em diferentes momentos; identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" único coerente. Mas cada um possui múltiplas identidades contraditórias, caminhando e levando a caminhar em várias direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 1992, p. 13).

Entende-se assim, que somos sujeitos de múltiplas identidades e elas podem ser ao mesmo tempo, atraentes e descartáveis; assimiladas ou rejeitadas. A identidade é algo transitório e contingente, portanto é sempre fragmentada, instável, histórica e plural.

Assim, podemos afirmar que a escola tem total influência nos atravessamentos dos corpos e na formação da subjetividade dos indivíduos, principalmente das diferentes alteridades, e no que se refere às identidades das minorias, observamos práticas que apelam para formas variadas de exclusão e discriminação.

> Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Dessa forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000, p. 06).

Desta forma, pensamos que a Educação Física tem muitas armas para contribuir com a formação identitária dos docentes, principalmente desses grupos historicamente espoliados e excluídos, construindo atividades que contemplem o coletivo de forma mais ampla, como os esportes, jogos e brincadeiras, assim como uma variedade enorme de temas multilaterais/transversais, que atravessam outras áreas do conhecimento como a Filosofia, Artes, Ciências Sociais, Política, Psicologia, Matemática, História, Geografia etc. Além de poder passear por vários universos de informação, o profissional da Educação Física na sua prática docente, ainda tem a legitimidade para discutir, debater e sanar dúvidas, ou seja, temos possibilidade de acessar o conhecimento no que diz respeito as especificidades, os direitos, a cultura e a subjetividade de cada indivíduo no ambiente escolar.

Mas o grande trunfo da Educação Física para realização de um trabalho com as minorias é os educadores serem preparados para trabalhar com problemas internos e externos de cada um, e essa área do conhecimento tem como base pensar as especificidades e singularidades de cada educando. A Educação Física pode oferecer um método de ensino, de observação, avaliação, aplicação de formação de saberes com um olhar específico e individualizado. Com isso temos um catálogo de vantagens com os alunos, bem como um contato mais próximo, acessando de fato as suas dificuldades, peculiaridades, onde moram, quem são seus pais etc. Esses parâmetros e dados que o profissional da Educação Física possui

é extremamente importante para o diálogo com as diferenças e o combate às práticas discriminatórias e cerceadoras de subjetividades variadas.

Observa-se em alguns momentos poderosas e radicais rupturas, entretanto as formas de resistências acontecem frequentemente como movimentos móveis e transitórios, que aparecem nas sociedades abrindo brechas, deslocando contextos, rompendo hegemonias e formando novos agrupamentos, atravessando os sujeitos, remodelando e recortando-os, traçando em seus corpos lugares irredutíveis.

> [...] Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco a maneira do estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder (FOUCAULT, 1988, p. 92).

O recorte que essa pesquisa pretende realizar com o estudo das relações étnico-raciais, vem para fortalecer o debate nas crises de identidade e, buscar formas e material para se trabalhar com todas as diferenças que existam em ambiente escolar. Pesquisas mostram que esse recorte quase não está sendo trabalhado na escola, principalmente na área da Educação Física, mesmo sabendo que o Ministério da Educação junto com o Plano Nacional introduziu a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e, também para História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que tem como conteúdo de base a elaboração de um trabalho e projetos dentro das perspectivas dessas relações, e a falta de fiscalização das instituições de ensino com relação a real implementação das diretrizes, bem como o despreparo dos profissionais e, não podemos esquecer também um certo impedimento por conta da influência da religião, geralmente de orientação cristã, na práxis do profissional de educação, tem se colocado como protagonistas no descumprimento da lei.

Sabe-se que a desigualdade na educação continua crescendo, em que os negros ainda tem que trabalhar mais cedo para ajudarem sua família, por isso o enorme número de evasão de negros na escola, também o dificultoso acesso às universidades, além do racismo refinado que atravessa o espaço escolar, como xingamentos, cantigas, narrativas e lendas em que o negro é considerado inferior, “coisa ruim”, etc.; personagens estereotipadas na literatura, a própria ideia de “livro negro” da escola e outras formas tácitas ou explícitas de discriminação.

> O racismo e a discriminação produzem exclusões ao acesso à educação: nas possibilidades de se adentrar a ciclos formais de escolaridades, desde a pré-escola até a universidade; de ver reconhecida e valorizada a diversidade de contribuições dos diferentes grupos étnicos e suas culturas ao patrimônio da humanidade (CARNEIRO, 2000 apud CABRAL, 2004, p. 160).

Esse projeto também contempla como recorte temático o estudo das diferenças sexuais, assunto que se coloca como extremamente atual e tem pululado os debates acerca do papel da escola no combate as práticas discriminatórias, bem como da homofobia. Falar sobre sexualidade, principalmente no espaço escolar, ainda é um tabu, e quando é referenciado torna-se algo privado ou da intimidade do sujeito.

Pensando no conhecimento e concepção dos corpos, sabe-se que estes criam sentidos sociais e esses mesmos sentidos criam, por sua vez, exclusões e preconceitos. As práticas pedagógicas da sexualidade que ainda são reproduzidas nas escolas, como a produção da masculinidade do homem forte, construída pela prática esportiva, pela competição e pela violência consentida ou não, também representada por uma visão machista e sexista com relação aos papeis do homem e da mulher, dialogam com a formação e legitimação de um padrão, sendo este construído em bases racistas, sexistas e homofóbicas (o normativo se inscreve no rosto da figura masculina, branca, burguês, cristão, heterossexual etc.).

É nesta visão de uma "verdade absoluta", de um padrão a ser atingido, na formação identitária unilateral e fixa, que surge a homofobia, sendo esta expressada pelo julgamento de valores, descaso ou exposição ao ridículo das diferenças sexuais, como se fosse extremamente contaminadora, fazendo com que estas minorias sejam obrigadas a buscar "esquizofrenicamente" esse padrão a qualquer custo para se sentirem inseridas, culminando assim em sérias problemáticas na construção dessa identidade. É, portanto, no combate ao disciplinamento dos corpos e das formas unívocas de identidades que se coloca, mais uma vez, o profissional e as práticas metodológicas da Educação Física.

Com um estudo afirmativo dessas duas correntes temáticas, observamos uma enorme possibilidade da área da Educação Física para a desconstrução de determinados padrões, como o objetivo de pensar a igualdade para as diferenças, tanto no que se refere à relação educando versus educando; também docente versus discente.

Cabe também a fiscalização para que essas temáticas e práticas de combate às exclusões sejam aplicadas corretamente, já que dentro do Plano Nacional é colocada que tais questões são de extrema importância e que a qualificação desses profissionais da Educação é

fato emergencial nesse processo. Sem esquecer que o CNE/CP n° 003/2004, homologado em 19 de maio de 2004, deixa bem claro como deve ser o tratamento das relações sociais em âmbito educacional, no sentido de promover o direito de todos os brasileiros e garantir o acesso a todos os níveis de escolaridade, ou seja, todo ensino de base e, em todas as disciplinas, com profissionais aptos em identificar e desconstruir qualquer manifestação estereotipada, racista e homofóbica, construindo uma escola igualitária e respeitosa, quanto aos diferentes tipos de grupos existentes no Brasil e no Mundo.

Com base nestas justificativas, utilizaremos como balizas teóricas no desenvolvimento deste trabalho, os estudiosos da pós-modernidade, principalmente, Michael Foucault, Stuart Hall, Homi Bhabha, dentre outros. Também focalizaremos nas obras dos estudiosos da área de Educação Física como Jocimar Daólio e Cunha Junior etc. Contemplamos analisar o material de Guacira Lopes Louro (com relação aos estudos das sexualidades e pedagogias do corpo) e Petronilha Beatriz Gonçalvez e Silva (sobre as relações étnico-raciais), além de autores como Paulo Freire, Hélio Santos, Marcelo Paixão etc.

Os principais objetivos estão na possibilidade de mostrar as possíveis formas que a prática de Educação Física pode ser utilizada de forma efetiva na aplicação de projetos e conteúdos de base no ensino das culturas africanas e afro-brasileira dentro das questões culturais, sociais e étnicas e, também das diversidades sexuais.

Faz-se necessário observar como a escola tem se colocado em relação às formas de discriminação que atravessam esse espaço de sociabilidade, bem como na perspectiva da desconstrução de tais práticas. Desejamos pensar como o universo da Educação Física pode contribuir com uma formação de sujeitos empoderados, conscientes das suas subjetividades, preparados para enfrentar uma sociedade que ainda produz discursos de hegemonia e exclusão.

É através da inclusão de conteúdos afro-centrados na prática docente, como por exemplo, na dança e nos esportes de origem africana ou afro-brasileira; na criação de referências positivas na cultura, nas artes, nos esportes; na valorização dos traços e especificidades fenotípicas; no debate sobre preconceito e discriminação; no incentivo às peculiaridades de cada sujeito, que pensamos na contribuição da área da Educação Física na formação de identidades múltiplas, que se forma na diversidade e no compartilhamento de experiências plurais.

Também o debate sobre as questões relacionadas à formação do gênero; os papeis sociais relacionados à figura da mulher e do homem; como as práticas esportivas marcam e

forjam identidades de gênero, criando muitas vezes estereótipos e violências, além do diálogo sobre as sexualidades policiadas e a formação de sujeitos da diferença.

A metodologia se faz de pesquisa bibliográfica e tendo em vista o recorte temático que apresenta, ou seja, o papel da Educação Física no fortalecimento e na construção de identidades, observando as relações étnico-raciais, bem como as diversidades sexuais, coloca-se como privilegiada, portanto, a interdisciplinaridade, que estará presente nas escolhas metodológicas efetuadas. Assim, ainda que o universo da Educação, bem como da área específica tenha a indiscutível primazia no estudo, a pesquisa também se debruçará na abordagem da Filosofia, Sociologia, Artes, Cultura, História, Geografia e Psicologia.

Algumas Considerações

Observando a formação dos sujeitos na pós-modernidade, bem como as diferentes alteridades e o papel da escola e da educação formal nesse processo, também uma maior observação das pesquisas na área da Educação Física para a perspectiva do corpo e das subjetividades nas diferenças, imaginamos que esse projeto possa contribuir para os estudos culturais e acadêmicos, avaliando essa disciplina na perspectiva da interação com outras áreas do conhecimento, fortalecendo vínculos e desconstruindo práticas racistas e homofóbicas, bem como promovendo diálogos que possam mediar empoderamentos e irrupções, na busca por uma sociedade que respeite essas diferenças, no valor à vida e as multiplicidades das escolhas e dos devires.

Referências

BRASIL, Congresso Nacional, (2003). **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial, Brasília, 10 de janeiro de 1996. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CABRAL, Clóvis. “A cor da pobreza”. In: SOUSA JÚNIOR, Wilson Caetano de (Org.). **Nossas raízes africanas.** São Paulo: Centro Atabaque de Cultura Negra e Teologia, 2004.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo.** 12. Ed. Campinas: PAPIRUS, 2007.

DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura.** Campinas: Autores Associados, 2004.

FOUCAULT, Michel. “Método”. In. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALL, Stuart. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

A EXPLORAÇÃO DA IMAGEM DA MULHER BRASILEIRA NOS ANÚNCIOS TURÍSTICOS

Mariana da Conceição Alves
Bacharel em Humanidades e Graduanda em Turismo pela UFVJM.

Alan Faber do Nascimento
Doutor em Geografia Humana e Professor do curso de Turismo da UFVJM.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de exploração da imagem da mulher brasileira com base no papel desenvolvido pela EMBRATUR, de modo a investigar como os discursos produzidos pela instituição podem ter contribuído tanto para criar uma ideologia que neutralizasse os ataques políticos à ditadura militar quanto para estruturar um mercado de bens e serviços simbólicos. A ideia é mostrar que a divulgação do "destino Brasil", por meio de uma sistemática exploração imagética, se vincula a necessidades dialeticamente combinadas tanto em nível político quanto econômico-estrutural. Porquanto, ao fetichizar a mulher brasileira, o governo militar não só resolvia os impasses políticos e ideológicos instaurados pelo regime quanto criava condições para o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil.

Palavras-chave: EMBRATUR; mercantilização; mulher.

Abstract: This current study aims to analyze the process of exploring the image of Brazilian women based on the role developed by EMBRATUR, in order to investigate how the speeches produced by the institution may have contributed not only to creating an ideology that neutralizes political attacks on the military dictatorship but also to structuring a Market of assets and symbolic services. The purpose is to show that advertising of the "Destination Brazil", through a systematic exploration of images, links combined at both the political and structural-economic levels. Therefore, by fetishizing Brazilian women the military government, does not only solve political and ideological issues create by the military government but also created conditions for the development of cultural industry in Brazil.

Keywords: EMBRATUR; commercialization; women.

Introdução

Crescemos numa nação em que as pessoas dizem ser o país do futebol. Vivemos em um país em que os anúncios turísticos exploraram durante anos a exuberância de uma beleza natural através de um discurso carregado de exotismo que chegava até mesmo a se assemelhar a idealização do paraíso. Além disso, essa mesma nação é formada não somente por um povo alegre e hospitaleiro, aficionado por futebol e carnaval, mas também por mulheres sensuais. Afinal, quem nunca ouviu dizer que o Brasil do samba e do carnaval é conhecido pela beleza e a sensualidade de suas mulheres? Quem nunca ouviu relatos de amigos ou conhecidos que voltaram do exterior estarrecidos com o imaginário que os estrangeiros possuem do Brasil, como um lugar paradisíaco, exótico e com mulheres

lascivas? O fato é que a imagem da mulher brasileira, atraente e que muitos arriscam afirmar ser uma das mais belas do planeta, vem sendo explorada há muitos anos não somente pelo mercado publicitário e o *trade* turístico, mas, sobretudo, pelo Estado, como uma mercadoria que compõe o chamado "destino Brasil".

Historicamente, em âmbito institucional, o processo de mercantilização da mulher pelo turismo se iniciou antes mesmo da criação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) na década de 1960, empresa governamental cuja atuação foi paradigmática na erotização da imagem da mulher brasileira. A título de ilustração, esse processo já se fazia presente na chamada era Vargas. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, o turismo foi utilizado como um mecanismo para divulgar as belezas do Brasil, num momento em que havia uma nítida preocupação do Estado com a construção da identidade nacional. Além disso, como aponta Santos Filho (2008), o projeto estatal, também, se ligava aos objetivos do Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais, que possuía como uma de suas prerrogativas a repressão ideológica sobre os discursos que contrariavam a ideologia do Estado. Dito de outro modo, o turismo foi utilizado, nessa época, como instrumento para divulgar interna e externamente uma imagem que se queria passar.

Algo semelhante ocorreu no período da ditadura militar. A título de explicação, a EMBRATUR, à época chamada de Empresa Brasileira de Turismo, foi criada em 1966 durante o governo Castelo Branco. A instituição estava incumbida de gerenciar tudo que envolvia a atividade turística, como o financiamento e fomento de planos, programas e iniciativas ligadas à "indústria do turismo", assim como o estudo do mercado turístico e a divulgação do Brasil no exterior (KAJIHARA, 2010).

Ao contrário do discurso oficial, porém, para Santos Filho (2008), a EMBRATUR foi criada para cumprir o objetivo de criar e divulgar uma imagem do país que escondesse as denúncias de tortura e repressão, muitas delas feitas por exilados políticos, e que pudessem comprometer a ideologia do governo militar: "o governo brasileiro necessitava urgentemente criar outra imagem, cujo apelo recaiu sobre a mulher brasileira; aproveitando da natureza, do sol, do mar, e do fetiche de mulheres sedutoras dançando no carnaval do Rio de Janeiro" (SANTOS FILHO, 2008, p. 03).

Por outro lado, a utilização da mulher pela EMBRATUR como um atrativo turístico deve ser entendida, através da nova política a ser executada pelo Estado brasileiro, reflexo das mudanças ocorridas no desenvolvimento do capitalismo no país. Como nos revela Ortiz

(2006), o golpe militar não implicou apenas em mudanças políticas, mas também na própria economia que se adentra em um processo de racionalização do capital. “Pode-se afirmar que, no período em que a economia brasileira cria um mercado de bens materiais, tem-se que, de forma correlata, se desenvolve um mercado de bens simbólicos ligados à área da cultura” (ORTIZ, 2006, p. 81). Nesse contexto, são vários os fatores que contribuem para o desenvolvimento desse mercado que possuía como maiores investidores as multinacionais e o Estado, como por exemplo, o crescimento da classe média e a concentração da população nos centros urbanos que deram abertura a uma gama de bens simbólicos que são consumidos cada vez mais. Além do mais, a cultura seria um instrumento de construção de uma identidade nacional e ao mesmo tempo de controle, esforços demonstrados na própria concretização do “Sistema Nacional de Turismo”. Outro aspecto importante a ser ressaltado é a importância do trabalho de inculcação de uma consciência nacional efetuada pelos militares para apaziguar os conflitos sociais existentes no país. Sendo assim, não apenas a EMBRATUR, mas também outros órgãos ligados ao governo, como a EMBRAFILME, estavam envolvidos em um processo de sensibilização de uma consciência nacional (ALFONSO, 2006).

Aprofundando neste debate, este artigo tem como objetivo, analisar o processo de exploração da imagem da mulher brasileira com base no papel desenvolvido pela EMBRATUR, de modo a investigar como os discursos produzidos pela instituição contribuíram tanto para criar uma ideologia que neutralizasse os ataques políticos à ditadura militar quanto para a estruturação de um mercado de bens e serviços simbólicos no Brasil. A ideia é mostrar como a divulgação do “Brasil destino”, por meio de uma sistemática exploração imagética, se vincula a necessidades relacionadas a estruturação econômica e política vivida no período militar assim como criava condições para o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, na qual estavam incluídos o turismo e o lazer.

Para enfrentar essa questão, foram adotados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Deste modo, em um primeiro momento, com a finalidade de entender os processos contemporâneos de construção de publicidades, marcas e imagens, imprescindíveis para discutir o processo de erotização da mulher brasileira, foram consultadas as obras de Fontenelle (2003) e Padilha (2006). Em um segundo momento, realizou-se uma análise dos discursos produzidos pela EMBRATUR por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema, a exemplo dos trabalhos de Alfonso (2006), Kajihara (2010) e Oliveira e Silva (2011). Concomitantemente a análise do material de divulgação, foi feita uma

leitura sistemática de autores que discutem o novo papel do Estado no campo da cultura e na estruturação de um mercado simbólico a partir dos anos 1960, caso do trabalho desenvolvido por Ortiz (2006). Adicionalmente, para subsidiar a discussão teórica, foi realizada a pesquisa documental no site do Ministério do Turismo no qual, por meio da Lei de Acesso à Informação, foi possível solicitar o livro EMBRATUR 40 anos. Neste material, foi possível analisar os dados de entrada de turistas no Brasil durante a ditadura militar, assim como algumas transformações econômicas e estruturas turísticas criadas nesse período.

1. Publicidade, imagem e marca

Não é exagerado afirmar que a imagem da mulher brasileira se tornou um lugar-comum carregado de exotismo e sensualidade. Tal imagem está arraigada no imaginário internacional e pode ser percebida em diferentes situações, sejam nas corriqueiras, como na fala de um visitante, ou em áreas mais formalizadas, caso dos anúncios turísticos. Note-se o que diz uma reportagem da revista *Tutto Turismo* sobre a cidade do Rio de Janeiro: "É fácil encontrar companhia, as mulheres brasileiras não se fazem de difícil" (CAPONERO, 2007, p. 227). Seria preciso dizer que o objetivo da propaganda não consiste em dizer se as mulheres brasileiras são lascívias ou não, mas sim consolidar uma imagem-signo para vender uma mercadoria? Outro exemplo que nos chama a atenção é dado por Caetano (2004) citando a propaganda da agência paulista DPZ sobre o carnaval do Rio de Janeiro. O anúncio composto de cinco mulheres nuas com belos corpos e tarjas pretas tapando a região pubiana e os seios vinha acompanhado de um texto em inglês com a seguinte tradução: "Carnaval do Rio. De 12 a 15 de fevereiro. 96 horas contínuas de diversão, mulheres bonitas, homens bonitos, prazeres [...], sexo seguro e samba. E por final, mas não menos importante sem as tiras" (CAETANO, 2004, s/p). Desnecessário dizer que a propaganda, além de vender o carnaval brasileiro como uma festa relacionada aos prazeres, busca divulgar a mulher como objeto de desejo e consumo.

É por essa razão que Fontenelle (2003) irá afirmar que não é mais relevante para o mercado se uma imagem ou uma marca reflitam o real, e sim que a marca seja divulgada da forma que ela deseja ser percebida: "as imagens passam a circular, então aparentemente descoladas do mundo material da produção, embora fortemente conectadas ao circuito mercantil" (FONTENELLE, 2003, p. 289). Dentro desse processo que, por sua vez é contraditório, o consumo de imagens nutre um ciclo que destrói o sentido de permanência,

cuja lógica mercantil proporciona uma segurança passageira que o próprio mercado é responsável por eliminar. Daí por que a marca passa a sugerir uma experiência que só o seu consumo é capaz de oferecer. Daí, também, o motivo pelo qual, nos anúncios e nas campanhas publicitárias, os destinos turísticos são divulgados de forma a salientar que suas características só poderão ser encontradas naquele local. É o que se sucede quando se divulga que, somente no Brasil, encontraremos um povo alegre e hospitaleiro, ou que a mulher brasileira é de uma beleza étnica jamais vista em qualquer outro país.

Raciocínio semelhante desenvolve Padilha (2006). Para a autora, atualmente, a publicidade e o consumo estão envolvidos na lógica do lucro, que vincula constantemente o ato de consumir a uma busca de felicidade. Apoiando-se nas reflexões de Brune (1981), Padilha (2006) destaca as sete atuações ideológicas da publicidade contemporânea, quais sejam: o reduzir, frustrar, erotizar, alienar, recuperar, condicionar e infantilizar. O "reduzir" é induzido pela publicidade por meio da promessa de satisfação proporcionada pelos signos – evidentemente, algo que nunca será saciado e que, em razão da experiência desiludida, justificará novos desejos de compra. O "frustrar" alimenta o sentimento de vazio, tão necessário na lógica de consumo, porquanto induz o consumo e a vontade de querer mais e mais. O "alienar" promove não apenas o sentimento de perda de personalidade, mas também leva as pessoas a darem mais importância para o olhar do outro do que para si próprio. O "condicionar" está relacionado à tese do complexo de castração; no caso, a mercadoria supriria algo que falta por natureza. E o "infantilizar" promove um sentimento de nostalgia, propício aos produtos que vendem a fuga do cotidiano.

No que aqui nos concerne, a terceira atuação ideológica é que nos chama mais a atenção. De fato, a erotização dos produtos, frequente não apenas nos anúncios e discursos turísticos, mas nas campanhas das diversas mercadorias, induz a ideia de que a sexualidade humana é algo passível de consumo, num processo intencional em que o desejo sexual se reduz ao desejo de compra: as coisas do amor se convertem no amor pelas coisas (PADILHA, 2006).

A esse propósito, veja-se o exemplo dado por Padilha (2006) sobre uma campanha publicitária da rede de calçados francesa *Eram*: "para vender sapatos, resolveu alertar para o fato de não estar explorando o corpo da mulher, e colocou uma cadeira com sapatos, um avestruz com botas e um homem nu com sapatos de salto" (PADILHA, 2006, p. 119). Por incrível que pareça, a campanha tinha como objetivo não explorar o corpo feminino, tanto que, nos seus anúncios, trazia a seguinte legenda: "nenhum corpo feminino foi explorado neste

anúncio". Evidentemente, que tal objetivo não foi cumprido, primeiro porque, para continuar vendendo sapatos, a rede ridiculariza o corpo feminino, ao substituí-lo por um avestruz; e, sobretudo, porque carrega a mensagem implícita de que qualquer alternativa à exploração do corpo feminino no mundo da propaganda acaba se tornando ridícula.

A publicidade, portanto, utiliza apelos como o prazer e a felicidade para, por meio da subjetividade, evidenciar o consumo, daí por que não apenas as mercadorias são consumidas, mas, sobretudo, os valores que a publicidade se encarregada de veicular.

2. Promoção turística do Brasil e a formação de um novo mercado simbólico na ditadura militar

Para além dessas questões ligadas à utilização da mulher pela publicidade, o fato é que há um consenso, na bibliografia, sobre a divulgação turística desenvolvida pela EMBRATUR quando o tema é a contribuição da instituição na criação e consolidação de diversos estereótipos que marcam a identidade nacional brasileira. É o que observam, por exemplo, Oliveira e Silva (2011) sobre a contribuição da EMBRATUR para a construção de uma imagem de libertinagem sexual existente no exterior, por meio da utilização da imagem da mulher brasileira atrelada à sensualidade.

De imediato, vale frisar que, na década de 1970, a promoção turística do Brasil era estruturada basicamente no tripé: Carnaval, mulheres e Rio de Janeiro. Kajihara (2010) afirma que a mulher brasileira aparece no material de divulgação da EMBRATUR em dois momentos: como parte do carnaval e de biquíni. A esse propósito, a autora destaca que, apesar de as mulheres estarem de biquíni, era difícil identificar o local em que estavam, o que sugere que a preocupação não era divulgar as belezas e atrativos de nosso país, e sim, os corpos das brasileiras. Adicionalmente, o Carnaval, também, foi outro ícone explorado na divulgação, contudo não como uma festa que expressa a cultura popular, pois, como apontam Oliveira e Silva (2011), o carnaval foi explorado como uma festa sensual, alegre e calorosa. Tanto que, nos anúncios, os rostos dos foliões estavam sempre associados a mulheres com corpos bronzeados, caracterizando a festa como uma manifestação dos prazeres. Algo similar acontecia com a divulgação da cidade do Rio de Janeiro, em que a mulher era divulgada como o maior atrativo turístico, como se observa na ilustração abaixo:



Fonte: Revista Rio, Samba e Carnaval, 1975 (apud ALFONSO, 2006).

Algo semelhante aconteceu na década de 1980. No período, a imagem da mulher brasileira continuou a ser explorada pelos anúncios da EMBRATUR juntamente com o carnaval. Porém, apoiando-se em Kajihara (2008), é interessante explicar que a imagem da mulher passa a ser explorada tanto diretamente, pela utilização de suas imagens de biquíni, como também no símbolo de uma campanha turística de 1983, intitulada *Fly to Brazil*, cujo símbolo era uma borboleta colorida: "segundo o dicionário de símbolos *Lexicon* (2004), devido sua beleza multicolor a borboleta é o emblema da mulher no Japão. Na mitologia grega, a personificação da alma é representada por uma mulher com asas de borboleta" (KAJIHARA, 2008, p. 50).



Fonte: EMBRATUR,1983 *apud Kajihara, 2008.*

Outra característica dos anos 1980 é a exploração do futebol pela publicidade turística da EMBRATUR. Sintomático disso, é a elevação do jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, ao posto de embaixador do Turismo no Brasil. A imagem de Pelé foi largamente utilizada nos materiais promocionais da EMBRATUR. Além disso, o jogador participou de encontros com personalidades de vários países, caso da entrega da "Estatueta da Paz", que simbolizava o Cristo Redentor (KAJIHARA, 2008).

Vale destacar, também, que, no período, a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos se ligava a objetivos políticos, e não só comerciais e turísticos. Referimo-nos à ditadura militar brasileira. Santos Filho (2008) chama a atenção para a necessidade de se questionar o caráter estritamente organizacional e operacional da criação da antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Afinal, umas das principais preocupações do governo militar era a imagem veiculada do país no exterior por ativistas e exilados políticos, notadamente as notícias de tortura e repressão circulavam internacionalmente e representavam uma ameaça ao governo, ainda que não admitisse, oficialmente, o uso de órgãos institucionais para efetuar uma contrapropaganda. É por este motivo, que o autor ressalta a semelhança entre a condução do turismo no governo Vargas e durante o golpe militar de 1964. Para o autor, em ambos os períodos históricos, o turismo foi utilizado como escudo para camuflar interesses político-econômicos: "se 1930 foi para firmar a imagem de Getúlio como pai dos pobres e dos trabalhadores, em 1964 os militares usaram do turismo para divulgar o exotismo do carnaval e da terra dos prazeres erótico e exótico" (SANTOS FILHO, 2008, p. 10).

Estruturalmente, a utilização da imagem da mulher pela EMBRATUR como um atrativo turístico não deve ser entendida tão somente como uma "fachada" contra os abusos da ditadura militar. Isso porque naquele período estava em curso uma nova política, decorrente das demandas que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro impunha ao Estado. Nesse sentido, pode-se dizer que o golpe militar possuiu um duplo significado: por um lado, ele se define por sua dimensão essencialmente política; por outro, aponta para transformações mais profundas que se realizam no nível da economia" (ORTIZ, 2006, p. 80). Tais necessidades surgiram de modificações profundas ocorridas na infraestrutura econômica nacional e global, que impulsionaram a racionalização de um novo mercado de bens e serviços simbólicos, resultado da urbanização, da industrialização e do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa: "pode-se afirmar que, no período em que a economia brasileira cria um mercado de

bens materiais, tem-se que, de forma correlata, se desenvolve um mercado de bens simbólicos ligados à área da cultura" (ORTIZ, 2006, p. 81).

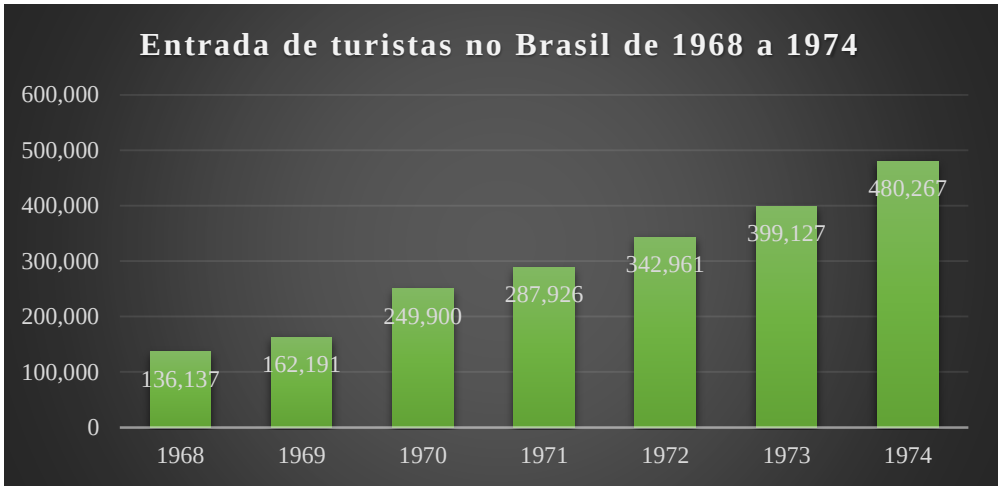
É por esse motivo que chama a atenção a tentativa de concretização de um Sistema Nacional de Cultura e a consolidação de um Sistema Nacional de Turismo como forma de estimular a cultura para utilizá-la como instrumento de integração nacional. Adicionalmente, por volta da época em que a EMBRATUR é instituída, são criados, por exemplo, o Instituto Nacional de Cinema (INC), o Conselho Federal de Cultura e a EMBRAFILME. O interessante é que, à diferença das instituições culturais até então criadas, cuja missão se baseava na preservação da memória nacional e do folclore brasileiro, esses novos órgãos passam a ter uma nova atuação na esfera cultural, pautada pelo incentivo à produção, à distribuição e à comercialização dos bens culturais. Sintomático disso é o aumento das produções cinematográficas, que, nos anos 1967-1968, ainda no governo do general Médici, considerado o de maior repressão, registra uma média de 50 películas realizadas, levando o Brasil, posteriormente, à posição de quinto maior produtor cinematográfico do mundo, quando, em 1976, são produzidas 85 películas. Sem dúvida, uma ascensão expressiva, se levarmos em conta que, em fins da década de 1950, a média girava em torno de 30 filmes realizados (ORTIZ, 2006).

Outro exemplo é que, a partir de 1964, o Estado começa atuar criando normas voltadas à esfera cultural como leis e portarias que organizariam a produção desses bens culturais, assim como o incentivo financeiro a atividades culturais. Daí a razão pela qual é equivocada a ideia de que a censura no Brasil ocorreu de maneira discricionária, porquanto a ditadura não censurou, indiscriminadamente, o cinema, o teatro e a música, e sim determinadas peças teatrais, composições musicais e filmes: "o que gostaria de ressaltar é que esta ideologia não se volta exclusivamente para a repressão, mas possui um lado ativo que serve de base para uma série de atividades que serão desenvolvidas pelo Estado" (ORTIZ, 2006, p. 83).

Além dessas transformações, durante o período da ditadura militar são criadas e desenvolvidas estruturas voltadas para a atividade turística. De acordo com a própria EMBRATUR (2006), a década de 1960 foi propícia para o desenvolvimento da atividade turística, haja vista que, em âmbito nacional, com o desenvolvimento da malha rodoviária e da indústria automobilística a classe média brasileira é impulsionada a viajar mais. Além disso, na década de 1970 com o chamado "milagre econômico", ocorre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) concomitantemente com taxas baixas de inflação, e o governo começa a implementar instrumentos para incentivar o turismo. Prova disso é que, nessa época, são

criados os aeroportos internacionais de Manaus, Recife e Galeão no Rio de Janeiro; bem como é instalado o primeiro hotel de uma rede hoteleira internacional no país (Hilton São Paulo) – sendo que 542 novos projetos de hotéis em diversas regiões do país foram aprovados até o final do governo do general Médici. Pela mesma razão, no âmbito educacional, em 1971, é instituído o primeiro curso de Turismo na Universidade Anhembi Morumbi. E em 1979 o turismo passa a figurar 5° lugar no *ranking* das exportações brasileiras, dados e estatísticas que demonstram como o turismo se tornava um novo setor de acumulação de capital.

Prova disso, é que dados divulgados pela instituição apontam que, no período de 1968 a 1974 (considerado pela historiografia como o de maior repressão) ocorre um aumento no número de entrada de estrangeiros no país, dado que subsidia nossa discussão:



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados divulgados no livro EMBRATUR 40 anos.

Contudo, é importante destacar que, ao longo dos anos, ocorreram algumas mudanças no direcionamento do material promocional da EMBRATUR. Essas mudanças são identificadas mais precisamente a partir da década de 1990, cuja estruturação turística se volta para o ecoturismo e o patrimônio cultural, mas também cria ações para o combate à exploração sexual. A esse propósito, de acordo com Alfonso (2006), o turismo sexual foi identificado como um problema pela EMBRATUR, no qual deveria ser sanado, já que estava sofrendo pressões de vários segmentos da sociedade. Diante disso, a EMBRATUR elaborou algumas ações para conter a situação como, por exemplo, a Campanha de Combate ao Turismo Sexual Infanto-Juvenil, divulgada pelos hotéis e companhias aéreas, além das mudanças de direcionamento da promoção turística que focaram em outros produtos como o ecoturismo e o patrimônio cultural.

Considerações Finais

Através de nossa discussão teórica e apoiando-se mais uma vez em Ortiz (2006), podemos afirmar que a atuação do Estado brasileiro foi um elemento importante para o desenvolvimento da indústria cultural brasileira, pois dinamizou o mercado cultural que surgia durante a ditadura militar através de sua política governamental. Como vimos, a dinamização desse mercado se deu através de várias iniciativas como a criação de instituições como a EMBRATUR e a EMBRAFILME, a tentativa de concretização de um Sistema Nacional de Cultura e a consolidação de um Sistema Nacional de Turismo, o estabelecimento de normas e regras para a produção cultural e a construção de estruturas voltadas a atividade turística como os hotéis e aeroportos. Nesse sentido, o Estado avistou uma grande viabilidade econômica ao divulgar ícones como a mulher brasileira através de um apelo sexual e o carnaval como uma festa dos prazeres, por exemplo, porque a divulgação de tais ícones se associaria a ideia de um país cuja características se assemelhariam a um verdadeiro paraíso terreal, o que proporcionaria um maior fluxo de turistas e consequentemente geraria maiores lucros e criaria condições para que esse mercado de bens e serviços simbólicos se mantivesse no Brasil, no qual estavam incluídos a indústria do turismo e do lazer.

Entretanto, apesar de todas as mudanças no direcionamento do *marketing* turístico de nosso país, a difusão dessa imagem trouxe sérios problemas para o Brasil, como, por exemplo, o desenvolvimento do turismo sexual. Tanto que, nos aeroportos brasileiros, apesar de todas as campanhas contra esse tipo de turismo, ainda são encontradas pessoas que agenciam mulheres (SANTOS FILHO, 2008). Ora, o mesmo Estado que contribuiu para a criação dessa imagem e que induziu, de certa forma, o turismo sexual, ao tentar atualmente, reverter algo que foi criado e alimentado por ele não estaria, contribuindo, assim, para a existência de um espaço de contradições?

Referências

ALFONSO, L. P. **EMBRATUR:** Formadora de imagens da nação brasileira. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

CAETANO, R. A publicidade e a imagem do produto Brasil e da mulher brasileira como atrativo turístico. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 27, Porto Alegre. São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

CAPONERO, M. C. **A imagem do Brasil na Itália:** divulgação do patrimônio natural, cultural e antropológico. São Paulo, 2007.

EMBRATUR. **EMBRATUR 40 anos**: uma trajetória do turismo no Brasil. 2006.

FONTENELLE, I. A. **O nome da marca:** Mcdonalds, fetichismo e cultura descartável. São Paulo. Boitempo. Fapesp. 2003

KAJIHARA, K. A. **A Imagem do Brasil no Exterior**: Análise do Material de Divulgação da EMBRATUR desde 1966 até os dias atuais. Trabalho de conclusão de curso - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/espaco_academico/prêmio_mtur/downloads_prêmio_FGV/Graduaxo-1x_Lugar-A_Imagem_do_ Brasil_no _Exterior.pdf>. Acesso em 03.09.2014.

PADILHA, V. **Shopping Center:** a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo. 2006.

OLIVEIRA, C. R. S.; SILVA, A. C. S. Análise de conteúdo da imagem do Brasil obtida através da divulgação oficial da Embratur. In: **Congresso Virtual Brasileiro - Administração**, 8., 2011. *Anais*... <http://www.convibra.com.br>, 2011.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS FILHO, J. **Ditadura militar utilizou a EMBRATUR para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato**. Instituto Zequinha Barreto, 08.05.2008.

MACACOS, HASHTAGS E BANANAS: FUTEBOL, RACISMO E REDES SOCIAIS

Mariana Schade da Silva
UFES

Resumo: O presente artigo é um recorte, resultado da minha pesquisa apresentada como monografia e tem como objetivo analisar algumas demonstrações racistas que ocorreram contra jogadores negros em estádios de futebol e através das redes sociais no ano de 2014. O ano foi marcado por inúmeros casos de racismo que ganharam grande repercussão nacional e internacional, como o caso do goleiro Aranha e do jogador Daniel Alves. Durante a Copa do Mundo, alguns casos de racismo foram registrados em nosso país e pelas redes sociais os brasileiros foram vítimas de vários insultos racistas, fato que foi pouco divulgado pela imprensa. Ao final do trabalho serão apresentadas algumas considerações sobre os resultados obtidos com a pesquisa realizada.

Palavras-chave: racismo; futebol; redes sociais.

Abstract: This article is an excerpt, a result of my research presented as term paper, and aims to analyze some racist demonstrations that took place against black players inside soccer stadiums and through social networks in the year 2014. Such year was marked by numerous cases of racism which gained great national and international repercussions, as the case of goalkeeper Spider and player Daniel Alves. During the World Cup, some cases of racism were recorded in our country and the social networks Brazilians were victims of various racist abuse, a fact that has been little reported in the press. At the end of the work will present some considerations on the results obtained from the survey.

Keywords: racism; soccer; cocial networks.

Introdução

O ano de 2014 foi marcado por inúmeras demonstrações racistas dentro e fora dos estádios de futebol. A internet teve um papel fundamental nestes tristes episódios, pois foi através das redes sociais que muitos racistas se manifestaram, insultando jogadores e torcedores ou apoiando atitudes preconceituosas de outros indivíduos. Durante a Copa do Mundo, os brasileiros não foram vítimas apenas das piadas referente ao vexatório 7 a 1. Antes da humilhante partida, os brasileiros foram vítimas de racistas estrangeiros, como os espanhóis e (principalmente) os argentinos.

Após o Mundial, no dia 28 de agosto, assistimos o ex-goleiro do Santos, o Aranha, ser chamado de “Macaco” por vários torcedores do Grêmio, em uma partida da Copa do Brasil. Esse caso de racismo foi o que teve maior repercussão nacional, devido a atitude do jogador que não se calou diante dos insultos, denunciou, e principalmente, não se intimidou diante de boa parte da imprensa que não economizou nos esforços e nas tentativas, de realizar uma espécie de “encontro do perdão” entre a torcedora Patrícia Moreira, flagrada pelas

câmeras, e o jogador. Além do "caso Aranha", tivemos outros jogadores que passaram por isso, como o Tinga, Daniel Alves, Arouca e um árbitro de futebol, atualmente comentarista de arbitragem, o Márcio Chagas.

Para analisar os conflitos presentes no futebol, recorri a Max Gluckman (1987), e o futebol foi tratado neste trabalho como uma situação social, que segundo o autor é "o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com o seu comportamento em outras ocasiões" (GLUCKMAN, 1978: 238).

1. O preconceito racial de marca no Brasil

Oracy Nogueira (1985) denominou o preconceito racial brasileiro como "preconceito racial de marca". Após analisar as manifestações racistas nos Estados Unidos e no Brasil, o autor concluiu que em nosso país o preconceito racial está diretamente ligado ao fenótipo do indivíduo, isto é são os traços negroides que identifica quem é ou não negro em nosso país, enquanto nos Estados Unidos é a descendência africana que determina quem é negro no país.

Destacarei as principais características do preconceito racial de marca, pois elas são fundamentais para a compreensão dos casos de racismo que serão analisados neste artigo:

- A concepção de quem é negro varia em relação à região e a classe dos indivíduos;
- É intelectivo e estético, pois varia também segundo a dimensão dos traços negroides;
- Não é incompatível com laços de amizade, uma pessoa pode gostar de determinadas pessoas negras, sem que isso mude sua atitude preconceituosa com as demais pessoas negras. No preconceito racial de marca, traços negroides em alguém querido são considerados como um defeito físico, podendo causar pena;
- A ideologia é miscigenacionista, pois se espera que negros desapareçam como tipo raciais e assimilarista, pois se espera também que o indivíduo vá abandonando a sua herança cultural em busca da "cultura nacional";
- O indivíduo tende a tomar consciência de sua cor apenas em situações de conflitos;
- A reação é individual;
- O indivíduo busca sempre compensar a sua marca, ostentando aptidões para ser aceito;
- No Brasil a luta do grupo discriminado se confunde com uma luta de classes.

Portanto, no Brasil, as características tomadas pelos agentes discriminadores para definir o grupo discriminado são os traços físicos dos indivíduos. É justamente a aparência que determina quem é ou não negro em nosso país. Gates, importante pesquisador norte americano da cultura negra, fala sobre essa complexidade:

> Nos Estados Unidos, todos os afrodescendentes são classificados como negros; no Brasil, as categorias raciais passaram por um processo anabolizante e existem pelo menos 134 categorias de afro-brasileiros. Os brasileiros, ou pelo menos assim me disseram, creem que a cor está nos olhos de quem a vê (GATES, 2014: 35).

As dezenas de categorias raciais citadas pelo autor não caberiam neste artigo, mas trago os significados das classificações mais amplas de cor de pele, analisados por Silva:

> Negro: Escravo, empregado com ofensa e com menosprezo; empregado mais pelos paraíbas, conceitualmente seria mais escuro que o preto.
> Preto: Em geral atribuído na terceira pessoa – de quem se fala, atribuído na presença de alguém, assume caráter quase pejorativo.
> Escuro: Usado no sentido geral do preto.
> Bem escuro ou moreno mesmo: Literalmente preto.
> Caboclo: Mais escuro que o mulato no tom de pele – quase preto, cabelos lisos.
> Moreno: Mais claro que o mulato e os demais traços mais finos, cabelos ondulados. Categoria que mais se aproxima da ambiguidade, podendo servir como atenuante da intensidade da cor de qualquer das categorias anteriores.
> Claro: Muitas vezes sinônimo de branco, às vezes a pele de branco, mas alguns traços, como o cabelo, do preto.
> Branco: Em geral apenas atribuído na terceira pessoa ou no sentido dos brancos em geral (SILVA, 1998: 131-132).

Podemos observar que as próprias classificações, "negro" e "preto" são utilizadas com o intuito de ofender ou menosprezar alguém. As inúmeras categorias raciais nos indicam as tentativas de tentar fugir de tais classificações e principalmente do que elas representam.

1.1 Os crimes de racismo e injúria racial

No Brasil, o racismo é um crime previsto pela Lei nº 7.716 e é aplicado quando acontece uma conduta discriminatória a um número indeterminado de pessoas (a uma coletividade), devido a sua raça, etnia ou religião. É um crime imprescritível e inafiançável. Já a injúria racial é um crime que está tipificado no artigo 140, presente no Capítulo V, na parte especial do Código Penal dos crimes contra a honra. O crime de injúria racial é aplicado

quando acontece uma conduta discriminatória a determinada pessoa, e a pena é muito mais leve, o réu pode responder em liberdade desde que pague a fiança e tenha sua prescrição determinada pelo artigo 109 do Código Penal. A distinção desses dois crimes é de extrema importância, pois ofensas como o "Macaco" e "Preto fedido", que foram dirigidas aos jogadores são atitudes racistas, mas que segundo a nossa Lei são julgadas como injúria racial, já que foram destinadas a uma única pessoa.

2. Vítimas de racismo em estádios de futebol no ano de 2014

2.1 Arouca

No dia 05 de março, Santos e Mogim Mirim se enfrentaram pelo Campeonato Paulista. O Santos venceu por 5 a 2, mas o que chamou a atenção na partida não foi a vitória expressiva do Peixe e sim as demonstrações racistas por parte dos torcedores do Mogim Mirim. O jogador Arouca foi chamado de macaco diversas vezes e ainda ouviu um torcedor dizer que ele estava jogando país errado, que deveria procurar uma seleção africana para jogar.

Apesar de toda confusão, o árbitro não registrou nada na súmula do jogo após a partida. As denúncias dos atos racistas partiram de repórteres e jornalistas presentes no estádio. O jogador Arouca se pronunciou através de uma Nota oficia divulgada à imprensa:

> Na saída do jogo desta quinta-feira, contra o Mogim Mirim, fui alvo de insultos racistas de um torcedor do time adversário. É lamentável e inaceitável que ainda haja espaço para esse tipo de coisa hoje em dia. Isso só mostra que o ser humano tem muito a evoluir e a crescer, que não estamos nem perto de um mundo que viva a harmonia entre as pessoas e todas as suas diferenças.
>
> Tenho muito orgulho das minhas origens africanas, que foi o que o sujeito tentou usar para me ofender, dizendo que eu deveria procurar uma seleção de lá para jogar. Dando a entender que um negro igual a mim não serve para defender a seleção brasileira. Como se algumas das páginas bonitas da história da nossa seleção não tivessem sido escritas por jogadores como Leônidas, Romário e pelo Rei Pelé, também negros. Não ouvi os gritos de "macaco" que alguns repórteres disseram ouvir, mas, caso tenha realmente acontecido é ainda mais triste.
>
> Eu sei muito bem de onde venho e de toda a minha luta para chegar onde cheguei, por isso senti na pele o que aconteceu comigo hoje – logo depois que fizeram com o Tinga outro dia e também do caso do juiz no Rio Grande do Sul – me deixa muito decepcionado. Acabou com a alegria pela boa atuação do nosso time, pelo belo gol que fiz, ou seja, pelo que deveria ser a essência do esporte (Arouca, 06 de março de 2014).

No dia 24 de março o Tribunal de Justiça Desportiva ouviu um depoimento de um jornalista e condenou o Mogim Mirim a pagar uma multa no valor de 50 mil reais. O advogado do Mogim Mirim, João Zanforlim, alegou que os atos não poderiam ser considerados como racistas, apenas como "falta de educação", como se fosse algo próprio do futebol.

> A multa foi exagerada pelo que aconteceu. O que o clube tinha para fazer ele fez. Agora controlar boca de torcedor... Se tiver de fazer isso será o fim do futebol. Isso acontece normalmente no campo do futebol, mas não deveria. Foi falta de educação acima de tudo (João Zanforlim, 24 de março de 2014).

2.2 Daniel Alves

No dia 27 de abril, o lateral brasileiro, Daniel Alves jogando pelo Barcelona teve uma banana arremessada em sua direção por um jogador do time Vilarreal, quando ia cobrar um escanteio. A reação de Daniel foi surpreendente: Antes de cobrar o escanteio, descascou a banana e a comeu. Segundo o jogador foi uma reação instintiva:

> Foi tão natural e instintivo que só depois, pensei na preocupação de meus pais, porque eu nem pensei se tinha alguma coisa na banana. [...] Há racismo na Espanha, porque eu sofro isso em campos diferentes. Não foi um caso isolado (Daniel Alves, 29 de abril de 2014).

A reação do jogador já seria motivo para polêmicas, mas o que trouxe de fato o assunto para discussão foi à iniciativa do jogador Neymar que após o jogo publicou em sua rede social uma foto com seu filho, segurando uma banana e a hashtag #somostodosmacacos. A partir desse momento, uma nova campanha havia sido lançada e rapidamente estourou nas redes sociais. Famosos e anônimos começaram a postar fotos com bananas e com a hashtag sugerida. O Barcelona chegou a se pronunciar dizendo que o Daniel Alves havia unido o mundo do esporte contra o racismo.

Mas nem todos concordaram com a campanha. Muitos internautas fizeram questão de opinar e vários representantes ligados à causa negra se posicionaram contrários à campanha alegando que a frase ao invés de acabar com o preconceito estaria apenas reforçando um estereotipo racista.

Daniel rebateu as críticas dizendo que "É hipocrisia criticar uma campanha contra o racismo. Os críticos estão se apegando ao contexto e não ao objetivo que é conscientizar as pessoas que somos todos humanos e somos todos iguais" (Daniel Alves, 30 de abril de 2014).

Como podemos observar sua resposta foi contraditória, pois "somos todos humanos" e "somos todos iguais" é bem diferente do "somos todos macacos". Mas como a ideia não foi dele, não podemos afirmar até que ponto ele estava ciente da diferença ou estava apenas defendendo a ideia do amigo e colega de clube, Neymar.

Depois da polêmica foi descoberto que a campanha foi criada por uma empresa de publicidade, contratada por Neymar, que tinha como objetivo protestar de forma criativa, pois segundo o jogador, já foi vítima de racismo na Espanha. Em solidariedade ao amigo, Neymar decidiu antecipar a campanha.

Em nota, o Vilarreal disse que o torcedor que atirou a banana foi banido do estádio El Madrigal "para o resto de sua vida". O Barcelona elogiou a postura do rival dizendo que "sua condenação pública e imediata às agressões públicas registradas em El Madrigal vão na direção correta". Já Daniel Alves destacou que devemos sempre "pagar o mal com o bem". Para o jogador, foi uma postura severa adotada pelo Clube, que não trará resultado, pois, em sua opinião, não será capaz de criar uma consciência contra o racismo.

2.3 Márcio Chagas

O árbitro negro Márcio Chagas, hoje comentarista de arbitragem, foi vítima de insultos racistas quando apitava uma partida entre Esportivo e Veranópolis em Bento Gonçalves no dia 05 de março. Torcedores do time Esportivo o acusaram de ladroagem e gritaram coisas como "Volta pra selva" e "Preto ladrão".

> Percebi que corria um risco grave que poderiam ter feito algo muito pior comigo. Não teve nenhuma polêmica no campo. O Esportivo até ganhou. Mesmo assim os torcedores gritavam 'Preto ladrão' e 'Volta para a selva' o tempo todo (Márcio Chagas, 06 de março de 2014).

Além de perturbarem a vida do árbitro dentro de campo, os torcedores cobriram a lataria do carro e o cano de descarga com bananas após a partida.

> Quando me deparei com meu veículo com as portas amassadas e bananas por cima... Banana no cano de descarga... Eu fiquei muito decepcionado por ser tratado dessa forma já que vivemos em uma cidade relativamente educada e evoluída. Eu pensei no meu filho. Eu pensei: Vou dar um beijo no meu filho e dizer pra ele: "Cara para ti isso não vai acontecer, isso é muito ruim... Muito ruim..." (Márcio Chagas, 06 de março de 2014).

O vice-presidente jurídico do Esportivo teve a coragem de garantir que as fotos do carro repleto de bananas não haviam sido tiradas dentro das dependências do clube, e prometeu apenas averiguar o caso. Posteriormente, o Esportivo foi penalizado pelo Tribunal de Justiça Desportiva com a retirada de nove pontos do campeonato gaúcho.

2.4 Goleiro Aranha

O caso de racismo que envolveu o goleiro Aranha foi o que teve maior repercussão no ano de 2014. Tudo começou no dia 28 de agosto, na partida entre Grêmio e Santos pela Copa do Brasil. Torcedores gremistas revoltados com o placar de 2 a 0 para o Santos começaram a gritar palavras como "macaco" e "preto fedido" fazendo gestos que imitavam o macaco. Mas diferentemente de todos os outros jogadores, Aranha logo entendeu o que estava acontecendo, e não se intimidou. Virou para a torcida e batendo em seu braço, respondia que não tinha vergonha de sua cor. Dirigiu-se ao árbitro e relatou as ofensas, não recebeu atenção, mas insistiu e a partida foi suspensa aos 42 minutos do segundo tempo.

> O fato de ter uma campanha contra o racismo no telão da outra vez não é à toa. A torcida xingar e pegar no pé é normal. Mas daí começaram a falar 'preto fedido' 'cambada de preto', fiquei nervoso, mas fiquei me segurando. Fizeram rápido e pouco e um coro de macaco, para não dar tempo de pegar. Pedi para o câmera virar e mostrar, mas ele não fez isso. Fico p... Desculpe o palavrão. Com essas coisas acontecerem aqui. Mas isso dói, dói... Não é possível. Vem falar que eu estava insultando a torcida, virei e falei que eu era preto sim, negão sim. Sempre tem algum racista aqui no meio. Está dado o recado para ficar esperto para a próxima partida. Hoje tem leis, mas no futebol o torcedor usa de várias maneiras para desestabilizar os jogadores (Aranha, 28 de agosto de 2014).

O árbitro nem sequer relatou o ocorrido na súmula do jogo, foi graças às imagens da emissora ESPN Brasil que os atos racistas foram comprovados e que alguns torcedores puderam ser identificados. Entre os torcedores, estava a torcedora Patrícia Moreira flagrada gritando ferozmente a palavra macaco.

Após a divulgação das imagens, o Grêmio emitiu uma Nota oficial:

> O Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense lamenta e repudia o ato de racismo ocorrido na noite desta quinta-feira, durante partida realizada pela Copa do Brasil na Arena do grêmio. O Clube se solidariza com o atleta Aranha e com seu clube, Santos, ressaltando que atos como esse são frutos de atitudes

> individuais e isoladas, que em nada representam a grandiosidade e o respeito da torcida gremista. Informamos que o departamento Jurídico do Clube em conjunto com a administração da Arena já está tomando todas as medidas possíveis para que os envolvidos neste episódio sejam identificados e para que os materiais disponíveis sejam enviados às autoridades policiais, a fim de tomarem as providências cabíveis no âmbito criminal.
>
> No que se refere às ações administrativas, caso os responsáveis sejam identificados sejam sócios do clube, estes serão imediatamente suspensos do quadro social e impedidos de entrar no estádio (29 de agosto de 2014).

Muitos jogadores e técnicos foram questionados sobre o assunto e deram suas opiniões. Através dos comentários podemos notar que o racismo é visto como algo cultural e como um crime sem punição em nossa sociedade. Destaco agora a fala do técnico Muricy Ramalho:

> Isso é coisa do nosso país. Está nesta situação, os caras brigam, roubam em cima, isso é um exemplo do país. Nossa educação é ruim. O cara vai para dentro do campo como na rua está acontecendo, xingar as pessoas. E sabe que não vai acontecer nada. Isto está chato. Eu trabalhei dois anos com o Aranha no Santos. O cara que xingou... Primeiro que deveria ser preso. E segundo que não teve a chance de conhecer o Aranha. Imagina como tá o filho do Aranha. Isso é um reflexo do nosso país (Muricy Ramalho, ex-técnico do São Paulo, 29 de agosto de 2014).

A imagem da torcedora gremista, **Patrícia Moreira** foi amplamente divulgada pela imprensa. A torcedora chegou a ter sua casa apedrejada e queimada por populares. No dia 04 de setembro, Patrícia deu seu primeiro depoimento à polícia e alegou que não teve nenhuma intenção de injuriar o goleiro Aranha e seu advogado usou um argumento, ridículo, alegando que 'macaco' não pode ser considerado um insulto racista, pois faz parte do contexto do futebol, assim como chamar o juiz de "filho da p..."

A partir desse momento Aranha começou a ser pressionado pela imprensa para perdoar Patrícia Moreira, lembrando que neste caso, perdoar seria retirar a queixa.

> Estou desculpando ela, mas infelizmente, por um erro que cometeu, vai ter de pagar. Queriam que eu desse o perdão sem ela me pedir desculpas. Acompanhei todo o caso, os amigos dela mostraram que ela não é racista, mas ela sumiu, deletou todos os perfis das redes sociais. Não falou com ninguém. Demorou muito tempo para tomar uma atitude. Como cristão, como ser humano, precisava do pedido dela para desculpar. Isso não quer dizer que eu não quero que a justiça seja feita. Ela errou, tem as consequências (ARANHA, 06 de setembro).

A torcedora Patrícia Moreira participou de vários programas de televisão, e tentou justificar que não era racista, alegando que já havia namorado com um homem negro, e mostrando fotos onde aparecia atendendo uma criança negra em seu antigo trabalho e em algum evento social onde estava próxima de pessoas negras. Essa é uma atitude típica dos racistas brasileiros, que nunca assumem os seus atos, sempre alegam que não são racistas, enfatizando que conhecem, são amigos ou gostam de pessoas negras. E esses laços não significam nada, pois o preconceito racial de marca não é incompatível com os laços de amizade.

No dia 19 de setembro Grêmio e Santos se reencontraram pela primeira vez após o ocorrido em uma partida do Campeonato Brasileiro e a recepção não foi nada amistosa. Quando Aranha entrou em campo para o aquecimento, a torcida vaiou, e com a bola rolando entoaram um coro de "corno" e gritaram provocações como "gordo fronha", "fracassado" e o "macaco" foi substituído por um sonoro "branca de neve". Após o jogo Aranha falou com os repórteres:

> É triste ver que a torcida do Grêmio concorde com aqueles atos. Se tiver que dar desculpas para este povo, não dou desculpas não. [...] Eu, sinceramente, esperava ser recebido de outra maneira. Acreditava que a grande maioria tinha repudiado as atitudes. Pelo que vi hoje, concordam com tudo. Acham isso bonito. Eles seguem a vida deles, e eu a minha (Aranha, 19 de setembro de 2014).

No dia 3 de setembro, o Tribunal de Justiça Desportiva decidiu pela exclusão do Grêmio na Copa do Brasil, o time recorreu e a punição dada foi à retirada de três pontos, o que de qualquer forma retirou o Clube da competição. A torcedora Patrícia Moreira e outros três torcedores, Éder Braga, Fernando Ascal e Fernando Rytchter foram indiciados pelo crime de racismo. Tudo parecia que seria diferente, até que em novembro a Justiça suspendeu o processo de Patrícia e dos demais torcedores. A punição sugerida pelo Juiz Marco Aurélio Xavier, do Foro Central de Porto Alegre foi que os torcedores se apresentassem 30 minutos antes do início de cada partida do Grêmio e saíssem 30 minutos após o seu término.

Procurado pela BBC Brasil, no dia 25 de novembro o juiz Marco Aurélio Xavier deu a seguinte afirmação sobre a sua decisão: "A justiça foi feita e a medida é proporcional à gravidade do fato".

Para a Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB de São Paulo, a advogada Carmem Dora, falta consciência negra para o poder Judiciário no Brasil:

> Eles saíram praticamente ilesos dessa agressão toda. Falta consciência Negra para o Poder Judiciário o Brasil. [...] Por que o Judiciário entendeu que ela (Patrícia) estaria sendo execrada pelo clamor público? E ele (Aranha) não está sendo execrado também pelo comportamento dela?" (CARMEM DORA, 25 de novembro de 2014).

O vice-presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade da OAB, Humberto Adami, se questionou onde estaria o racista no Brasil, "onde está o racista preso nesse país? Não tem. O crime determina prisão sem direito a fiança, então o juiz pensa muito antes de mandar um cidadão para as cadeias, que já estão cheias. Na cabeça deles esse é um crime menor" (HUMBERTO ADAMI, 25 de novembro de 2014).

3. Casos de racismo na copa do mundo

A Copa do Mundo é um evento de proporção global, onde as nações afirmam suas identidades perante as outras. Para os brasileiros, as Copas são eventos memoráveis onde a força do futebol pode ser avaliada em nosso país (GUEDES, 1998). Durante a Copa do Mundo realizada no Brasil, aconteceram algumas demonstrações racistas, principalmente através das redes sociais. Os brasileiros foram ofendidos, o jogador Marcelo e um fotógrafo foram insultados, e até a cantora Rihanna foi uma das vítimas dos ataques racistas na internet.

Tudo começou no primeiro jogo da Copa, disputado entre Brasil e Croácia no dia 12 de junho. O jogador Marcelo acabou entrando para a história do futebol fazendo o primeiro gol contra em uma partida de estreia da Copa do Mundo. Bastou o gol acontecer para o assunto virar assunto nas redes sociais e a expressão "tinha que ser preto" foi diversas vezes repetida, como "Tira esse Marcelo de campo. Depois vai dizer que sou racista, mas tinha que ser preto", "O Marcelo que fez gol contra, tinha que ser preto mesmo (nada contra preto)", "Olha o meu cachorro falou sobre o gol que 'tinha que ser preto né' que cachorro mau".

Assim como fez a torcedora Patrícia Moreira, observamos que nenhum dos torcedores brasileiros assumiram sua posição racista, ao contrário, foram capazes de ressaltar que não tinham "nada contra preto".

No dia seguinte, as vítimas do preconceito foram os próprios brasileiros. No dia 13 de junho, a Holanda venceu a Espanha por 5 a 1 na Arena fonte Nova, na Bahia. Os brasileiros presentes no estádio comemoraram cada gol marcado, aplaudiram e se alegraram com o espetáculo que assistiram. Os espanhóis, revoltados com a derrota foram para as redes

sociais “desabafar”. Mas o alvo das críticas não foram os jogadores espanhóis por terem apresentado um fraco futebol em campo, e sim os brasileiros por terem comemorado com os holandeses a vitória de sua seleção. No twitter fomos chamados diversas vezes de “monos”: “Los monos estos brasileños como saben que no tienen nada que hacer se alegran de la derrota de España y hacen la ola , los pobres”, Olé, olé, olé. Ya lo escuchaba yoen sudafrica!!! BRASILEÑOS MONOS!!!!”.

Mas foram os argentinos que protagonizaram os casos mais emblemáticos de racismo. No dia 15 de junho, torcedores argentinos tentaram invadir o estádio do Maracanã, antes da partida entre a Bósnia e Argentina. Mesmo com a vitória de 2 a 1 em cima da Bósnia os argentinos ainda quebraram as cadeiras e insultaram com ofensas racistas alguns torcedores presentes. O resultado foi quinze argentinos presos, sendo que dois foram detidos pelo crime de injúria racial.

Muitos argentinos acamparam perto do Terreirão do Samba, no Rio de janeiro para acompanhar a final da copa do Mundo. O fotógrafo negro Carlos Júnior, estava tirando fotos pra uma revista americana dos grupos de torcedores acampados, e foi vítima de insultos racistas de alguns argentinos. Carlos começou a tirar fotos dos argentinos fazendo gestos e sons imitando macacos, mas mesmo assim os torcedores não se intimidaram e continuaram com as ofensas.

Após fotografar os racistas, Carlos decidiu se aproximar e explicar que no Brasil o racismo é crime, os argentinos por sua vez responderam que estavam apenas brincando, que essa era uma brincadeira típica de argentinos e brasileiros... Carlos chamou o guarda (que alegou não ter percebido nada) e lhe mostrou as fotos. Diante do guarda os argentinos se desculparam e Carlos optou por não denunciar. O caso apenas se tornou conhecido, pois o fotógrafo mostrou as fotos em seu facebook.

No dia 13 de julho, aconteceu a final da Copa do Mundo, entre a Argentina e a Alemanha. Os argentinos perderam por 1 a 0 na prorrogação, e os brasileiros e até a cantora Rihanna foram lembrados pelos torcedores nas redes sociais. Os brasileiros foram chamados de macacos e de alguns palavrões que não podem ser expostos neste artigo. Já a cantora Rihanna foi ofendida por dois motivos: por ter elogiado o goleiro argentino Romero com a frase “Romero está no ponto” o dia 21 de junho, e por ter vindo ao Brasil e ter torcido pela Alemanha. Como o goleiro esnobou, dizendo que não sabia quem era a cantora, os argentinos criaram a hashtag #Romeronotediobola, e completavam com ofensas como “negra trola ressentida” e “negra petera”.

Notas Finais

Infelizmente o racismo no futebol é visto na maioria das vezes como sendo algo natural do esporte, e as ofensas racistas são tratadas como uma reação desesperada ou imatura dos torcedores. Os jogadores, por sua vez não denunciam as ofensas que recebem, alegando que não há punição em nosso país, se recusando na maioria das vezes a falar sobre o assunto.

A falta de punição citada pelos jogadores é uma realidade no Brasil. Como pudemos observar, as leis de racismo e injúria racial favorecem os racistas brasileiros. É comum se ouvir "o racismo é crime no Brasil", sim é verdade, mas todas as ofensas relatadas neste trabalho, como "macaco", "preto ladrão" e "preto fedido", seriam julgadas apenas como injúria racial já que foram destinadas a determinadas pessoas, e dessa forma os agressores teriam penas muito mais leves. Assim como apontou o vice-presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade da OAB, Humberto Adami, o racismo no Brasil é visto como um crime menor, prova disso é a punição que foi dada para os torcedores envolvidos com o caso Aranha. Foi um desfecho decepcionante. Entretanto, a atitude do goleiro Aranha de denunciar não foi em vão. A coragem do goleiro permitiu que ele fosse ouvido e abriu portas para que o racismo fosse discutido, mesmo que de forma primária, e com certeza incentivará muitos jogadores a levarem o caso adiante.

Denunciar e falar sobre o racismo é essencial em uma sociedade em que os negros aprendem desde a infância que os seus caracteres negroides enfeiam sua aparência, e que na maioria das vezes só tomam consciência de sua cor quando são vítimas do preconceito racial. A luta contra o racismo não pode ser apenas a "luta do Aranha" ou a" luta do Arouca", por exemplo. A luta contra o racismo deve ser ao menos, a luta de todos os negros, já que ainda é cedo para se pensar em uma luta que envolva toda a sociedade brasileira, uma sociedade que ainda hoje se recusa a admitir que é racista.

Referências

GATES, Henry Louis, JR. **Os negros na América Latina**. 1ª Ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades modernas**. São Paulo: Global, 1987.

GUEDES, Lahud Simoni. **O Brasil no campo de Futebol**: Estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto, quanto branco**: estudos de relações raciais Prefácio de Thales de Azevedo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SILVA, Jorge da. **Violência e racismo no Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1998.

Fontes consultadas

BOECHAT, Breno. De cabeça inchada, argentinos disparam comentários racistas contra brasileiros em redes sociais. **Extra**, Rio de janeiro, 13.09.2014. Disponível em: <http://extra.globo.com/esporte/copa-2014/de-cabeca-inchada-argentinos-disparam-comentarios-racistas-contra-brasileiros-em-redes-sociais-13245081.html>. Acesso em 28.09.2014.

BOECHAT, Breno. Após elogiar goleiro argentino, Rihanna é vítima de comentários racistas de 'hermanos' na internet. **Extra**, Rio de janeiro, 14.09.2014. Disponível em: <http://extra.globo.com/esporte/copa-2014/apos-elogiar-goleiro-argentino-rihanna-vitima-de-comentarios-racistas-de-hermanos-na-internet-13253420.html>. Acesso em 28.09.2014.

ESPN. Conmebol pede calma a Cruzeiro e promete "sanções pertinentes" em caso Tinga. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/389125_conmebol-pede-calma-a-cruzeiro-e-promete-sancoes-pertinentes-em-caso-tinga>. Acesso em 02.10.2014.

ESPN. Aranha é chamado de 'macaco' por torcida do Grêmio. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/436034_aranha-e-chamado-de-macaco-por-torcida-do-gremio>. Acesso em: 10.09.2014.

Exame Abril. Conmebol multa time em U$$ 12 mil em caso Tinga. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/conmebol-multa-time-em-us-12-mil-em-caso-tinga-2>. Acesso em 03.10.2014.

GERMANO, Paulo. **Vítima de preconceito na Serra, árbitro Márcio Chagas já se Acostumou a ofensas racistas**. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2014/03/vitima-de-preconceito-na-serra-arbitro-marcio-chagas-ja-se-acostumou-a-ofensas-racistas-4438804.html>. Acesso em 30.09.2014.

KONCHINSKI, Vinícius. **Invasão, briga e racismo, jogo de Copa de Maracanã tem 15 detidos**. Disponível: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/16/invasao-briga-e-racismo-jogo-de-copa-no-maracana-tem-15-detidos.htm>. Acesso em 28.09.2014.

MENDONÇA, Renata. **Caso Aranha fica sem Julgamento**: "Falta consciência negra ao judiciário" diz OAB. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/11/141125_racismo_futebol_aranha_rm>. Acesso em dez. 2014.

PERDIGÃO, Thiago. **Racismo no Brasil?** Daniel Alves: "Estou assustado, somos um povo negro". Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/minuto/Racismo-Brasil-Daniel-Alves-assustado_0_1222677939.html#ixzz3IolOFbeC>. Acesso em 02.10.2014.

PROVENZANO, Fabrício. **Fotógrafo é vítima de provocação racista de argentino no Rio**. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/fotografo-vitima-de-provocacao-racista-de-argentino-no-rio-13236881.html>. Acesso em 28.09.2014.

Site Diário Catarinense. Tinga é vítima de racismo em jogo do Cruzeiro pela Libertadores no Peru. Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/esportes/noticia/2014/02/tinga-e-vitima-de-racismo-em-jogo-do-cruzeiro-pela-libertadores-no-peru-4418397.html>. Acesso em 02.102014.

Site Esporte Terra. Marcelo sofre racismo após gol contra: "Tinha que ser preto". Disponível: <http://extra.globo.com/esporte/copa-2014/apos-elogiar-goleiro-argentino-rihanna-vitima-de-comentarios-racistas-de-hermanos-na-internet-13253420.html>. Acesso em 28.09.2014.

Site Esporte Terra. Espanhóis questionam festa e chamam brasileiros de macacos. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/espanhois-questionam-festa-e-chamam-brasileiros-de- macacos,603c0cbb91796410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em 28.09.2014.

Site Zero Hora. Aranha perdoa torcedora mas diz quer ela vai ter que pagar. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/gremio/noticia/2014/09/aranha-perdoa-torcedora-mas-diz-que-ela-vai-ter-que-pagar-4592764.html>. Acesso em 20.09.2014.

TONETTO, Maurício. **"Quero ser um símbolo nacional contra o racismo"**, diz Patrícia Moreira. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/gremio/noticia/2014/09/quero-ser-um-simbolo-nacional-contra-o-racismo-diz-patricia-moreira-4599892.html>. Acesso em 25.09.2014.

AUDAX: O CLUBE-EMPRESA, O NEGÓCIO SOCIAL E A CONDUÇÃO DE VIDAS PELO MERCADO

Marina de Mattos Dantas
PUC/SP

Resumo: A proposta origina-se de pesquisa de doutorado em andamento e apresenta o caso do Audax Esporte Clube de São Paulo (atualmente Grêmio Osasco Audax Esporte Clube), um dos primeiros clubes-empresa a surgir no país, ainda no ano de 2003, quando uma primeira alteração na lei 9.6415/1998 – também conhecida como Lei Pelé – permitiu aos clubes brasileiros se constituírem enquanto sociedade empresária limitada, assumindo, assim, a característica de entidade com fins lucrativos. O Audax surge como projeto social do Grupo Pão de Açúcar com objetivo de formar craques dentro de campo e talentos para outros mercados. A prática de produzir o jogador como um produto a ser comercializado, simultaneamente à apresentação da formação como um projeto social, se aproxima do que se chama no meio empresarial de Negócios Sociais ou Negócios Inclusivos que se baseia na produção de lucro através da produção de trabalhadores e diminuição da pobreza. Nesse sentido, mantem-se como principais interlocutores na pesquisa os estudos de Michel Foucault sobre a racionalidade neoliberal e os de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a produção de subjetividades. Dessa maneira, busca-se respostas sobre como jogadores profissionais empreendem-se no futebol e como o futebol profissional produz subjetividades para o mercado de atletas.

Palavras-chave: futebol; empreendedor-de-si; negócios sociais.

Abstract: The proposal has been based on a doctoral research in progress and presents the case of *Audax Esporte Clube de São Paulo* (currently *Grêmio Osasco Audax Esporte Clube*). It was one of the first soccer clubs in Brazil to emerge as a company, in 2003, happening when an amendment in a federal law (9.6415/1998) – which regulates the practice of sports in the nation – allowed clubs to exist as enterprises, having, therefore, the characteristics of profit entities. In this context, Audax emerged as a social project of *Grupo Pão de Açúcar* to form aces to the fields and talents to other markets. The practice of producing players as products, while presenting their training as a social project, resembles what is called Inclusive Business in the business environment. This is based on the profit through the production of workers and poverty reduction. In this way, remains as interlocutors in this research the studies of Michel Foucault about the neoliberal rationality and Gilles Deleuze and Felix Guattari about the production of subjectivities. In this perspective, answers are needed to know how professional players engage themselves in soccer market and how the professional soccer produces subjectivities for the athletes market.

Keywords: soccer; entrepreneurs; inclusive business.

A presente proposta origina-se de pesquisa em andamento sobre o futebol profissional na atualidade e seus efeitos no jogador anônimo, buscando compreender os efeitos político-sociais que produzem modos de vida nesse âmbito.

Partindo de pesquisas prévias acerca do sonho de ser jogador (DANTAS, 2008) e da atuação da psicologia do esporte em categorias de base (DANTAS, 2011), compõe-se uma cartografia da realidade do jogador que se profissionaliza, mas não ocupa posições de

destaque nas grandes "vitrines" do futebol, circulando como anônimo pelo mercado e assim mantendo em funcionamento a máquina do futebol profissional.

No intuito de se investigar um processo em curso, especificamente o processo de produção de subjetividades no futebol profissional contemporâneo, as escolhas metodológicas para a pesquisa norteiam-se pela *cartografia* como um modo de operar a análise de um campo de relações que produzem efeitos de poder.

Para além de uma metodologia e na recusa deste termo em seu sentido utilitarista, a cartografia como pensada por Deleuze e Guattari (1995) se constitui como um estudo de fluxos onde não se pretende categorizar ou homogeneizar práticas ou formas de ser, e sim atentar para as tensões presentes no campo indicado e sua diversidade que produzem formas de governar a si e os outros. "Para o cartógrafo o importante é a localização de pistas, de signos de processualidade. Rastrear é também acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo" (KASTRUP, 2009, p. 18), acompanhando um processo e não representando um objeto. Nesse sentido, o pesquisador não se depara com um objeto sobre o qual coletará dados, mas com um campo de forças ao qual estará atento.

Para efeitos dessa cartografia, recorre-se a documentos oficiais, observação em jogos de futebol, entrevistas com alguns desses jogadores profissionais e tudo mais que puder colaborar no entendimento das relações de poder que se exercem entre jogadores e clubes no âmbito do futebol profissional.

Assim, compondo com os estudos de Michel Foucault sobre o governo dos vivos e a racionalidade neoliberal, junto aos escritos de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a produção de subjetividades, e, principalmente com os estudos acerca do futebol na área das ciências humanas e sociais como os de José Paulo Florenzano (1998), Marcelo Proni (2000), Arlei Damo (2007) e outros, busca-se compreender: as produções de saber, poder, verdades e governamentalidade – condução de condutas – no futebol profissional; os efeitos disciplinares e regulamentadores na produção de modos de vida dos jogadores de futebol profissionais anônimos; suas circulações de mercado após a saída das categorias de base; as capturas das potencialidades e resistências que os mantêm na profissão e os efeitos sociais que são produzidos a partir dessa realidade, como negócios sociais.

No momento atual da pesquisa, sobre o qual se dedica este texto, expõem-se análises partindo-se da Lei do Passe e da Lei Pelé, dos relatórios institucionais e outras informações veiculadas ao público até o ano de 2013 pelo Audax Esporte Clube, instituição escolhida

como uma das inserções no campo ao qual se realiza a pesquisa[1], sobre o qual se discute nesse artigo, situando-o como clube-empresa, como um negócio social e elaborando conversas iniciais sobre o governo ou condução de vidas pelo mercado.

A noção de governo, nesse sentido, é compreendida em sintonia como a desenvolvida por Michel Foucault (2009, p. 20) que não se refere somente a:

> [...] uma instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens.

A essa noção de governo, Foucault denominou *governamentalidade*, que, em linhas gerais, diz respeito à condução de condutas.

1. A condução de vidas no mercado da bola: o redimensionamento do jogador em empreendimento e dos clubes em empresas

Para entender a produção de *governamentalidade* no futebol profissional, é preciso estar atento às tecnologias de poder forjadas e utilizadas nesse ambiente, através das quais a racionalidade neoliberal se exerce, como regras, normas e ações que situam o futebol como atividade econômica.

Portanto, parte-se da promulgação da Lei Pelé (9.615/98), não por ela ser fundadora das práticas neoliberais no futebol, mas por ser um momento no qual várias tecnologias dessa racionalidade se articulam através do esporte – mas não exclusivamente dele – no país. A lei nos fornece pistas sobre como o modelo de clube-empresa confundiu-se e naturalizou-se como sinônimo de profissionalismo no futebol.

No futebol masculino profissional brasileiro observam-se, ao menos desde os anos 1980, indícios da atualização da organização da modalidade à racionalidade neoliberal. Segundo Foucault (2008, p. 77), a respeito dessa forma de governo, presencia-se a "[...] juridificação do mundo que deve ser pensada em termos de organização de um mercado".

[1] Em setembro de 2013. O Audax Esporte Clube foi vendido pelo Grupo Pão de Açúcar ao Grêmio Esportivo Osasco. Tal acontecimento impactou nas políticas e estruturas do clube, as quais constituem parte da pesquisa, porém não será analisado no presente artigo. De modo que quando, ao se falar em Audax, faz-se referência às estruturas e políticas mantidas anteriormente à referida negociação.

A Lei Pelé é a legislação que, dentre outras modificações no posicionamento do esporte como atividade profissional, revoga o artigo 13 da Lei do Passe[2] (6.354/76), até então reguladora responsável pela negociação da força de trabalho do jogador.

Segundo o artigo 11 da referida lei de 1976, entendia-se "por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término" (6.364/76). O atleta somente teria o "passe livre" ao completar trinta e dois anos de idade e dez anos de serviço efetivo em seu último clube, concomitantemente.

Embora a prática da negociação da força de trabalho pelo clube empregador conotasse tons de subordinação na relação entre o jogador e o clube, Florenzano (1998) ressalva que havia o consentimento do jogador em sujeitar-se a essa prática para jogar profissionalmente. Essa condição do passe propiciava, assim, o uso mercadológico do atleta.

Com a revogação do passe, o atleta passa a ser negociante direto dos seus contratos com os clubes. Porém, na legislação, somente em 2000 aparece redigido como norma regulamentadora na Lei Pelé: "Art. 38. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não profissional depende de sua formal e expressa anuência".

No entanto, anuência – consentimento ou aprovação – não é sinônimo de decisão o que torna questionável a autonomia do jogador nessas relações que se estabelecem no mercado futebolístico. Em meio a essa liberdade de mercado, um novo investidor constata a possibilidade de uma oferta de serviço: o agente ou empresário, responsável por negociar contratos para os jogadores em clubes que atuam em competições profissionais da modalidade, para o qual a maioria dos jogadores que buscam o sucesso no futebol profissional delega tal exercício de poder.

Assim, ao contrário do que faz supor uma leitura literal da legislação acima tratada, os jogadores continuam sendo "vendidos". A principal mudança a partir do final dos anos 1990 é que o negócio está centralizado no jogador, caracterizado, simultaneamente, como produto e produtor direto do espetáculo futebolístico, reconfigurando-o como um empreendedor, ou seja, como capital humano que se lança no mercado em busca do sucesso profissional e cujo mercado exige a configuração de um *staff* próprio.

[2] "Art. 13. Na cessão do atleta, poderá o empregador cedente exigir do empregador cessionário o pagamento do passe estipulado de acordo com as normas desportivas pertinentes" (6.364/76).

No capitalismo neoliberal, não é somente a força de trabalho que está em jogo. A acumulação de valor no próprio corpo como um produto e também as estratégias de venda desse produto que, neste caso, é o jogador, se destacam no mercado.

Nesse sentido, nos aproximamos do que Damo (2007, p. 112) descreve como *capital futebolístico*:

> O conceito de capital futebolístico, como modalidade específica de capital exigida dos atletas profissionais, foi concebia a partir da influência bourdiana, como uma constelação de atributos que permitem a alguém inserir-se legitimamente num dado campo social [...] os capitais futebolísticos são os atributos que garantem o acesso de um menino a um centro de formação, o que inclui desde o conhecimento do talento – por agentes autorizados pelos clubes e não por um observador qualquer – até os vínculos com agentes/empresários, passando pela percepção dos limites e possibilidades de movimentação no campo profissional [...]. Em sentido restrito, referindo-se aos atributos propriamente corporais de um indivíduo, os capitais futebolísticos perfazem um leque amplo e variado de disposições físicas, psíquicas e sociais que extrapolam, significativamente, a dimensão técnica e, sobretudo, uma dada dimensão em particular, muito valorizada pelo senso comum, associada ao controle da bola – malabarismos, floreios, etc.

O conceito elaborado pelo autor expressa o acumulo de capital humano desejado para um futebolista ser reconhecido como profissional. Além disso, expressa a conversão do indivíduo em valor de mercado, tal como indica Foucault (2008) nas sociedades onde a racionalidade neoliberal se exerce. É o valor econômico embutido no corpo.

Pensado nesse sentido, durante o processo de formação, o atleta adquirirá novos capitais futebolísticos e aprimorará os que possui. Damo (2007) diferencia formação e produção de jogadores, afirmando que em um centro de treinamento de clubes profissionais ambos ocorrem. O termo formação caracteriza o aprendizado de uma profissão, o ensino de competências ligado a certa benevolência da parte daquele que ensina, ao passo que o termo produção está ligado à construção de um produto.

> As disciplinas implicadas no treinamento [...] visualizam o processo a partir da lógica instrumental, no sentido do aperfeiçoamento e da otimização dos produtos e da produção, contribuindo para naturalizar os procedimentos dos quais se servem, ocultando em seus discursos a dimensão histórica e social da formação (DAMO, 2007, p. 113-114).

Criados desde cedo numa espécie de "bolha" esportiva, o jogador deve empenhar-se em aprimorar não somente sua técnica, mas também sua conduta e tudo que contribua para formá-lo enquanto capital humano desejável no mercado.

Porém, como "carreiras curtas, auge precoce, difícil reconversão, restrições de mercado laboral e discrepâncias salariais são características estruturais da profissão" (DAMO, 2007, p. 94) grande parte desses jogadores formados/produzidos, quando não desistem da carreira profissional, acabam em circuitos secundários, mas tão relevante quanto desse mercado, regido pelas mesmas regras, mas sem alcançar o mesmo sucesso pessoal e empresarial desejável por muitos que se empenham nesse processo – ser um jogador-celebridade.

Os jogadores aqui considerados anônimos, não são os jogadores da várzea. Diferentes também dos jogadores celebridades, geralmente atuam em clubes considerados pequenos quanto ao número de torcedores, títulos e de anos em atividade.

Sem a mesma expressão midiática que faz dos clubes tradicionais grandes vitrines que favorecem a utilização da imagem do jogador como um de seus capitais mais rentáveis[3], esses pequenos clubes investem na fabricação de atletas para os grandes, esperando em uma transação futura, lucrar com a venda deste por ter sido o clube formador ou senão incorporar a preços reduzidos jogadores com certa experiência para fomentar tecnicamente o equilíbrio da equipe, incluindo possível liderança, e que se localizam entre o anonimato e o currículo profissional secundário, cuja função também é a de fortificar e preparar a subjetividade ascensional ou estagnada dos mais novos e promissores.

Portanto, visando lucrar no competitivo mercado de jogadores, os clubes investem não somente no aprimoramento da técnica do atleta, mas em produção de modos de vida desejáveis ao mercado, principalmente ao mercado europeu, exigindo outras qualificações para além das físicas e técnicas como domínio de línguas estrangeiras e habilidades para lidar com os meios de comunicação (DANTAS, 2011), ou simplesmente adequá-los ao mercado secundário ou outras ocupações para os que não se consolidarem no mercado.

Os atletas que se profissionalizam, mas não têm acesso a esses grandes clubes, convivem mais próximos à fronteira entre ser e não ser profissional. São anônimos em relação àqueles que se projetam nas grandes vitrines, mas colaboradores para a

[3] O direito de imagem é o valor correspondente à exploração comercial da figura pessoal do atleta em publicidades. Este se difere do direito de arena que é a quantia paga aos protagonistas do espetáculo futebolístico pelas transmissões das partidas. Juntamente ao salário, a soma dessas quantias compõem a renda mensal do jogador. No caso dos jogadores anônimos, a exploração da imagem é inexistente e o direito de arena, quando há, é bem menor que o pago aos jogadores de grandes clubes que tem seus jogos transmitidos por grandes emissoras de televisão.

competitividade no mercado, embora recebendo bem menos do que o esperado por seus conhecimentos especializados e sua curta carreira.

Segundo afirma Damo (2007, p. 99), "as possibilidades de reconversão dos capitais futebolísticos são restritas, visto que os investimentos são demasiadamente especializados para servirem ao que quer que seja para além do futebol". Em vista disso, muitos jogadores aposentados, ou mesmo aqueles que desistem da carreira antes dos vinte anos, procuram se recolocar no mercado como técnicos, preparadores físicos, empresários, nutricionistas, psicólogos ou outras especialidades relacionadas ao esporte como jornalistas e comentaristas esportivos. Outros tentam mudar de modalidade, recorrendo ao futsal e futebol de areia, onde o mercado é mais restrito, porém, o número de concorrentes é menor. Ainda em meio aos exemplos dos que tomam outros rumos, aqueles que não querem competir ou não encontram espaço no grande mercado do futebol de campo, podem recorrer ao mercado dos amadores do futebol de várzea.

Por parte do Ministério Público, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90), há uma preocupação com o "descarte" desses jogadores sem um redirecionamento de suas forças produtivas para outras atividades. Nesse sentido, é possível notar uma preocupação por parte dos clubes formadores em preparar também esses jovens para a possibilidade de não serem escolhidos no mercado (DANTAS, 2011).

Em meio a essa perspectiva, o Audax talvez tenha sido o primeiro clube-empresa brasileiro criado não somente para produzir jogadores, mas também visando o aproveitamento daqueles que de uma maneira ou de outra não são absorvidos pelo mercado da bola.

2. Audax, um negócio social?

Um dos primeiros clubes-empresa a surgir no país, ainda no ano de 2003, quando uma primeira alteração na Lei Pelé[4] permitiu aos clubes brasileiros se constituírem enquanto sociedade empresarial limitada, assumindo, assim, a característica de entidade com fins lucrativos em suas práticas, o Audax – na época Pão de Açúcar Esporte Clube (PAEC) – surge como projeto social do Grupo Pão de Açúcar (GPA) com o objetivo de formar craques dentro de campo e de talentos para outros mercados. Assim, o diferencial da empresa Audax é que, para além de jogadores, formava cidadãos, segundo a filosofia da própria empresa.

[4] Segundo o parágrafo 9º do artigo 27: "é facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos artigos. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil" (10.672/03).

Idealizado pelos empresários Abílio Diniz, então presidente do grupo supracitado, e Carlos Brunoro, empresário do meio esportivo, o PAEC emerge como projeto social no interior do que o GPA chama de "iniciativas de responsabilidade socioambiental e qualidade de vida" (GRUPO PÃO DE AÇUCAR, 2013). Concomitantemente à formação/produção de jogadores para o mercado futebolístico, o clube busca alcançar a elite dos campeonatos da modalidade, ascendendo, em dez anos, da série B à série A1 do Campeonato Paulista.

Os clubes-empresa são entendidos na racionalidade neoliberal como modelo ideal de se formar/produzir e comercializar jogadores, bem como de se fazer futebol profissional no Brasil, pois ainda que poucos sejam os clubes constituídos como empresa no país, mesmo as associações sem fins lucrativos se pautam no modelo empresarial em sua gestão.

A prática de produzir o jogador como um produto a ser comercializado, simultaneamente à apresentação da formação como um projeto social, se aproxima do que se chama no meio empresarial de Negócios Sociais ou Negócios Inclusivos que se baseia na produção de lucro através da produção de trabalhadores e diminuição da pobreza. Para Teodósio e Comini (2012, p. 410):

> Negócios Inclusivos é um termo adotado para explicar as organizações que visam solucionar problemas sociais com eficiência e sustentabilidade financeira. Pode-se dizer que Negócios Inclusivos são aqueles voltados à geração de oportunidades de emprego e renda para grupos com baixa mobilidade no mercado de trabalho, dentro dos padrões do chamado "trabalho decente" e de forma autossustentável, estabelecendo relações com organizações empresariais privadas tradicionais na condição de fornecedores ou distribuidores de seus produtos ou serviços [...]. Essa análise revela que perspectivas, riscos e idealizações semelhantes às presentes na teorização sobre Negócios Inclusivos também podem ser encontrados entre indivíduos envolvidos na gestão de projetos de responsabilidade social empresarial, mesmo que para eles essa denominação seja uma novidade.

Enquanto projeto do GPA, o Audax possuía elementos de um negócio inclusivo na medida em que era economicamente viável, pois os patrocínios e a venda de jogadores sustentavam o clube; e como projeto social, é voltado para a parcela mais pobre da população, possibilitando a inserção desses no mercado de bens e serviços.

Vale ressaltar que nesse último quesito, no antigo centro de formação do Audax – aonde o clube formava/produzia não somente jogadores para seus times, mas principalmente para grandes transações comerciais no mercado da bola –, incentivava-se os jovens nos quais não se

enxergava potencialidade para seguir na prática futebolística a especializarem-se em outras áreas que garantiam a sustentabilidade da equipe de futebol, arcando com as despesas dessa formação e retornando para ser treinador de goleiro, preparador físico ou assumindo alguma outra função no próprio clube. Outra opção era ser empregado em algum dos outros empreendimentos do GPA, como caixas, sacoleiros ou gerentes na rede de supermercados do grupo.

3. Conduzindo vidas úteis ao mercado...

Os negócios inclusivos convertem a pobreza estrutural do capitalismo em matéria prima numa relação em que, enquanto ambos, empregador e empregado, sentem-se ganhando, produz subjetividades capitalizadas cada vez mais voltadas para o mercado neoliberal.

Nesse contexto, onde está em jogo mostrar-se como um bom produto, a propagação da imagem do jogador é um elemento importante, pois é ela que garantirá o aumento exponencial do valor do atleta enquanto capital humano. Nesse meio, a tendência à delegação de decisões sobre suas próprias vidas a outras pessoas – sendo esses agentes especializados ou mesmo membros da própria família – é algo visto como necessário a uma carreira de jogador-celebridade, ápice do sucesso que poucos deles alcançarão. Enquanto terceiros decidem quais os melhores caminhos para o atleta empreender-se, "o jogador só precisa se preocupar em jogar bola" – frase esta repetida quase como um "mantra" por alguns dirigentes de clubes e empresários.

A proliferação desse atual modelo empresarial dos clubes em consonância com a racionalidade neoliberal intensifica a circulação de atletas no mercado futebolístico, produz um efeito que faz os jogadores parecerem cada vez mais autônomos em suas vidas profissionais, ao mesmo tempo em que se dispõem estritamente restringidos em sua formação para fins cada vez mais mercadológicos.

Em sua estratégia de responsabilidade social, o clube produzia apenas empregados para si próprio, seja para o Audax – e, posteriormente, lucrando com um ou outro que se destacaram no mercado mundial – ou para outros empreendimentos do GPA, tendo como matéria prima as pessoas ditas "em situação de vulnerabilidade social", recicladas nos moldes de um capitalismo sustentável.

No caso dos jogadores anônimos, a maioria, quando persiste na profissão, raramente consegue contratos por tempo maior que a duração de um campeonato – de três[5] a seis meses –, muitas vezes enfrentando também longos períodos de desemprego durante os quais permanece constantemente a tensão entre persistir na carreira ou procurar outro emprego.

Mais do que uma questão de gerenciamento da força de trabalho, as mudanças apontadas indicam as tentativas de apreensão de vidas pelo mercado, naturalizando a vida extracampo do jogador cada vez mais como algo a ser conduzido em benefício do aprimoramento do produto. E nesse processo, os jogadores são instigados a "só pensar em jogar bola" enquanto da direção de suas vidas, cuidam os outros.

Referências

BRASIL. **Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976**. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm>. Acesso em: mai. 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em: mai. 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003**. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10672.htm>. Acesso em: 20.03.2014.

DAMO, Arlei. **Do dom à profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: ANPOCS, 2007.

DANTAS, Marina de Mattos. **Subjetividade, capitalismo e esporte**: vivências e discussões sobre tornar-se jogador de futebol. Monografia (conclusão do curso de Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Psicologia, Belo Horizonte. 2008. 40f.

DANTAS, Marina de Mattos. **Futebol de base e produção de subjetividade**: o psicólogo do esporte e a formação do atleta contemporâneo. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Rio de Janeiro. 2011. 106f.

[5] Duração mínimo do contrato do jogador profissional, de acordo com a Lei Pelé.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: _____. **Mil Platôs**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: curso do Collège de France, 1979-1980 (aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980). Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. Centro de Cultura Social: São Paulo, 2009 (E-book). Disponível em: <http://www.ccssp.org/arquivos/textos/Do%20governo%20dos%20vivos.pdf >. Acesso em 20.03.2014.

GRUPO PÃO DE AÇÚCAR. **Iniciativas de responsabilidade socioambiental e qualidade de vida.** Disponível em: <http://www.grupopaodeacucar.com.br/responsabilidade-socioambiental/iniciativas-de-responsabilidade-socioambiental.htm>. Acesso em: mai. 2013.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza; COMINI, Graziela. Inclusive Business and poverty: prospects in the Brazilian context. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 410-421, jul./ago./set. 2012.

TURISMO EM CUBA, UM LAZER IMAGINADO: PERSPECTIVAS, REPRESENTAÇÕES E CONTRADIÇÕES NA ILHA SOCIALISTA

Rodrigo Ayres Almeida Camurça
UFJF

Resumo: O presente tem o intuito de produzir uma reflexão sobre o papel do turismo exterior na realidade cubana, através das noções de imaginário, hospitalidade, consumo, lazer, sociabilidade e diferença. A ideia aqui é através de uma sociologia/antropologia do lazer, do consumo e do turismo, buscar identificar qual é o intuito das representações publicitárias, tanto de agências e órgãos especializados de turismo nos países fora do eixo socialista, como o Brasil, quanto dos órgãos do Estado cubano voltados para o turismo. Buscaremos mostrar como ambos buscam produzir estímulos ao fomentar o desejo de visita do turista estrangeiro ao país, a partir da difusão de um imaginário de Cuba como uma sociedade singular com forte identidade própria, o que revelaria uma qualidade de autenticidade característica deste país. Além disso, nossa análise procurará revelar também as contradições, estranhamentos e até conflitos que esta atividade turística pode produzir, através do encontro e interação entre uma modalidade "capitalista" ligada ao consumo revelados na globalização, ao dispêndio de dinheiro (no caso moeda estrangeira, dólar), como é o turismo, e a sociedade cubana que se pretende igualitária e resistente às influências desagregadoras exteriores.

Palavras-chave: turismo; lazer e imaginário

Abstract: This work intends to produce a reflection on the role of external tourism in the Cuban reality through the notions of imaginary, hospitality, consumption, leisure, sociability and difference. The idea here is through a sociology/leisure, consumption and tourism anthropology, seek to identify what is the purpose of advertising representations, both agencies and specialized tourist organizations in countries outside the socialist axis, such as Brazil, as the Cuban state agencies focused on tourism. We will focus to show how both seek to produce incentives to instigate the desire to visit of foreign tourists to the country, from the dissemination of an imaginary Cuba as a single society with a strong own identity, which would reveal a quality feature of authenticity peculiar of this country. In addition, our analysis also seek to reveal the contradictions, strangeness and even conflicts that tourism can produce, through the encounter and interaction of a "capitalist" modality linked to the consumption revealed in globalization, the outlay of money (if foreign currency, dollar), as is tourism, and Cuban society that intends to be egalitarian and resistant to external disruptive influences.

Keywords: tourism, leisure and imaginary.

O turismo, enquanto fenômeno social e subjetivo promove diversos estímulos àqueles a quem se dirige, desde o momento de se decidir viajar ao seu ato. Estes estímulos são fundamentais para que se fomente uma expectativa do local e dos habitantes a serem visitados, através de diversos símbolos e imagens definidas. Por sua vez, objetos utilizados para se promover tais expectativas são diversos, tais como os livros, o cinema, a propaganda, os *folders* entre outros que transmitem o desejo do emissor de retratar determinada territorialidade e provoca, no público receptor, expectativas a respeito de tal local representado.

Pensando nestas relações entre imaginários e construção de experiência turística, o trabalho aqui desenvolvido busca se utilizar de Guias Turísticos, panfletos, *folders* e catálogos, que revela Cuba atual como espaço de fruição do lazer, do exótico através de uma experiência do clima "revolucionário" e "romântico" que aquela sociedade desperta. Através do relato e da publicidade veiculados em Guias turísticos e entrevistas com agências[1] e promotores deste turismo[2], pretendo analisar a situação que as atividades turísticas produzem num país com as características singulares de Cuba (de economia planejada e estatizada logo antagônica à sociedade de consumo capitalista e sua principal potência, os EUA).

Ao prosseguirmos após essa breve apresentação, para a concepção de consumo e sua relação travada com a indústria de turismo exercida em Cuba, podemos partir da ideia de que o Estado comunista se insere na globalização e no mercado capitalista a partir do que é consumido pelos estrangeiros e como este Estado se coloca economicamente através do turismo para com o resto do globo.

Quando acionamos Featherstone (1995) e Bauman (2000) basicamente nas obras "Consumo e pós-modernismo" e "Modernidade Liquida", buscamos estabelecer um entendimento acerca de uma teoria do consumismo que nos ajudará a desenvolver melhor nossa hipótese e o papel que o turismo tem nesta situação econômica dúbia que se passa atualmente em Cuba. Estes autores traçam perspectivas fundamentais para se tratar do consumo que discorreremos – apenas ressaltando aqui que o consumo é um leque muito amplo que inclui diversas atividades, mas que nos concentraremos no consumo ligado a atividade do lazer. Exemplificando afirmamos que os bens de consumo não são iguais aos bens de uso e sim relevantes a uma fantasia onde o papel chave são os meios de comunicação na produção de um certo excesso de imagens e informações que ameaçam um sentido de realidade (FEATHERSTONE, 1995, p. 121), ou como Bauman explicita, "a vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis" (BAUMAN, 2000, p. 90).

Estas questões são as que discutiremos mais a fundo ao longo deste artigo.

A partir do primeiro autor entendemos que primeiramente concepção de consumo tem como premissa a expansão da produção do capitalismo e das mercadorias deste modelo, onde se dá uma vasta acumulação de mercadorias culturais na forma de bens de consumo.

[1] Agência Força turismo, locada no Rio de Janeiro. Agência Autentica Cuba, Órgão estatal cubano.
[2] Presidente da Associação José Martí RJ, no qual organiza o turismo militante/brigada

Nesta modalidade se encontra uma concepção do lazer que cria laços de individualidade do poder de consumir que pode ser resultante de um controle/manipulação ideológico dos detentores da produção do consumo (FEATHERSTONE, 1995).

Partimos da premissa que o uso da mercadoria é um vínculo para determinar distinções e que prazeres emocionais do consumo, os sonhos e desejos celebrados no imaginário cultural produzem tipos de excitação física e prazeres estéticos que reverberaram na produção particular do que tem que ser consumido.

É importante destacar que vemos uma ruptura com o que Bauman chama de "consumo fordista", marcado pela produção mais uniforme, para outro tipo marcado pela diferenciação, onde a necessidade de novos mercados e novos públicos fomentados pela publicidade/mídia é uma tendência crescente. O valor de bens de uso é superado pelo valor de troca, sendo assim as mercadorias passam a ter certa liberdade/variedade definidas na escolha, aliada a uma ilusão cultural, posto que a publicidade é foco de criar tais ilusões e explorá-las fixando imagens de romances, exotismo, beleza, realização, comunalidade e vida boa nos bens de consumo mundano, tais como bebidas alcoólicas, máquinas e o turismo aqui estudado (FEATHERSTONE, 1995, p. 32-33). É importante destacar, para o autor, também que este caráter subjetivo da exploração dos imaginários românticos abrem brecha para uma individualização de escolha ou decodificação do que consumir posto em relação a sua experiência e busca do prazer (CAMPBELL, 2001). Destaca-se que o indivíduo contemporâneo se comunica a partir das experiências, estilos e bens de consumo quebrando e descartando sucessivos obstáculos "sólidos" que limitam o voo livre da fantasia (BAUMAN, 2000, p. 89).

> A preocupação com o estilo de vida, com a estilização da vida, sugere que as práticas de consumo, o planejamento, a compra e a exibição dos bens e experiências de consumo na vida cotidiana não podem ser compreendidos simplesmente mediante concepções de valor de troca e calculo racional instrumental. [...] Transforma-se o estilo num projeto de vida e manifestam sua individualidade e senso de estilo na especificidade do conjunto de bens, roupas, praticas, experiências, aparências e disposições corporais destinados a compor um estilo de vida (FEATHERSTONE,1995, p. 123).

Vemos a partir do autor que a sociedade de consumo torna-se essencialmente cultural,

> A vida social fica desregulada e as relações sociais tornam-se mais variáveis e menos estruturadas por normas estáveis. A superprodução de signos e a reprodução de imagens e simulações resultam numa perda do significado estável e numa estetização da realidade, na qual as massas

> ficam fascinadas pelo fluxo infinito de justaposições bizarras, que levam o espectador para além do sentido estável (FEATHERSTONE, 1995, p. 34).

Essa é para Jameson (1979) uma "cultura sem profundidade" que emana a partir do final da segunda guerra mundial, onde nesta a cultura se faz preponderante a saturação de signos e mensagem onde é possível dizer que tudo na sociedade atual tornou-se cultura, (JAMESON, 1979 *apud* FEATHERSTONE, 1995, p. 34) e que o ingrediente "romântico" desta é o papel fundamental para o desenvolvimento do consumo moderno (CAMPBELL, 2001).

Ao adentrarmos na questão do consumo podemos destacar que é o poder de consumo que molda as relações hierárquicas e de demarcação social, onde a maneira de se consumir determinados produtos e a forma de utilizá-los determina em maior número o grau da esfera social a qual pertence. A maneira como diferentes grupos de grau social distintos consomem é o que determina o caráter e qualidade deste produto.

> Um fluxo constantemente renovado de mercadorias torna mais complexo o problema da leitura do status ou posição hierárquica do portador de mercadorias. É nesse contexto que se tornam importantes o gosto, o julgamento discriminador e o conhecimento ou capital cultural que capacitam grupos ou categorias especificas para a compreensão e classificação adequada das mercadorias novas, bem como para a maneira de usá-las (FEATHERSTONE, 1995, p. 36).

É de fato importante para este trabalho identificar que a partir deste novo caráter do consumo percebemos que há um crescimento de condições cada vez maiores de bens de consumo simbólico, em que cada vez mais existem novos especialistas e intermediários culturais capazes de vasculhar diversas tradições e bens culturais para criar e recriar novos bens simbólicos e fornecer interpretações suficientes para que o consumidor se veja interessado e "apaixonado" pelo produto, afim de, no nosso caso se obtenha a experiência desejada/imaginada (FEATHERSTONE, 1995).

Especificamente no que tange ao deslocamento reproduzido em forma de consumo, podemos afirmar que a produção econômica do consumo é ligada ao excesso, e tanto no capitalismo quanto no modelo socialista/estatizante implantado pelo Estado cubano, (pelo menos no que observei da propaganda turística) vemos um apelo à produção da publicidade destacando as imagens e locais de consumo que endossam os prazeres individuais ligados ao excesso.

E as imagens e explorações simbólicas dos locais de visitação promovem uma ilusão entre a fronteira da arte e da vida cotidiana. Seguindo nesta linha, o que é proporcionado ao

consumidor é um imaginário espetacular, justaposições bizarras, confusões de fronteiras e numa mistura de imagens, pessoas, onde esses lugares de desordem cultural tornam-se fontes de fascínio, desejos e posteriormente nostalgias (FEATHERSTONE, 1995).

Entendo que ao longo das pesquisas que fizemos, as peças publicitárias exercitam uma criação e um fomento ao desejo, através de uma romantização dos locais turísticos da saga da Revolução em Sierra Maestra e do seu povo alegre, hospitaleiro como produto da experiência de "fraternidade" socialista; e também a partir de uma estetização da paisagem, como um local exótico ou "parado no tempo", logo não sujeito a contaminação sugerida no Guia Turístico que pesquisamos (2012) e a partir das entrevistas em campo com agências e brigadas[3].

Fica nítido a partir das nossas pesquisas, que o ato de viajar é dependente da relação promovida pela publicidade como provedora do desejo à experiência da viagem com as imagens, signos, bens simbólicos evocativos de sonhos e de um discurso próprio para o consumo do romântico e das próprias emoções obtidas antes, durante e depois do deslocamento.

> Para se movimentar através dos espaços urbanos ou vivenciar os espetáculos dos parques temáticos e museus, é preciso um "descontrole controlado das emoções" (WOUTERS, 1986). As imagens podem evocar prazeres, perturbações, carnavalização e desordem, mas é necessário ter autocontrole para vivenciá-las (FEATHERSTONE, 1995, p. 45).

Diante da demarcação do que é cultura e suas formas exercidas no deslocamento dos indivíduos, ou seja, na prática do turismo, defendemos uma posição de que o consumo é um marco para determinar/distinguir as características dos turistas, os seus desejos, as buscas românticas ao exótico e como isto é determinado pelas posições das interpretações publicitarias que fomentam experiências imaginosas. É tendência uma produção direcionada para um nicho especifico de consumidores, isto é uma característica comum aos bens de consumo, que fica evidente tratando do turismo em Cuba, pois o que veremos adiante, são que os produtos criados pelos publicitários para que se efetue a viagem a Cuba, são específicos e evocam a condição local cubana como subjetiva e romântica.

É interessante questionar o papel do consumo na sociedade cubana, que a nosso ver se dá economicamente de forma dúbia, no sentido da sua experiência social cotidiana e sua produção do turismo. O Estado cubano, diante do embargo norte-americano, controla sua

[3] Brigadas representa um grupo de pessoas solidárias à cuba que viajam a mesma para fazer uma programação de visitas a locais tidos como conquistas da revolução (educação, hospitais e museus da revolução). Que ao nosso ver se aproxima desta modalidade que chamamos de turismo militante

população a partir do racionamento do consumo, onde a individualidade de escolha dos produtos é inexistente e, a partir do subsidio aos bens comuns, determina o poder de escolha dos indivíduos acarretando internamente numa publicidade restrita que se difere do modo de produção do consumo nas sociedades capitalistas. No entanto, a política turística cubana se insere neste tipo de consumo contemporâneo provido pelas sociedades capitalistas, quando abre as portas ao capital estrangeiro, às grandes cadeias hoteleiras e ao turismo massificado (representado pelo turismo de descanso, pesca, e das belezas caribenhas). Além disso, utilizam-se de um imaginário sobre seu povo e território, a fim de alcançar visitas de turistas estrangeiros, acarretando no que discutiremos adiante, a relação de estranhamento entre habitante/turista.

Procuramos, a partir deste ponto, prosseguir nosso trabalho conceituando uma das práticas chaves para a condução desta pesquisa. Ao pesquisarmos particularmente o exercício do turismo em Cuba, percebemos que o advento do "não trabalho" e do "tempo livre" são conceitos que determinam a prática do "lazer", e da participação dos atores sociais nas atividades sócios/culturais que serão abordadas a partir das concepções do imaginário e da hospitalidade inseridas nas peças publicitárias. Trataremos o conceito do lazer a partir das obras de Jofre Dumazedier (2004), que sugerem uma serie de ocupações exercidas pelos indivíduos, que tendem a preencher o espaço/tempo não vinculado às práticas da ocupação profissional, ou seja,

> O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2004, p. 34).

Temos então que o lazer é baseado na distância do local de trabalho e de seu ambiente de vivência, ou seja, sua habitação natural, casa/moradia. Avançando nesta concepção, conceituemos três tipos de lazer essências para esta pesquisa a partir do autor que estamos trabalhando.

Dumazedier retrata o lazer de tipo *função de descanso*, que corresponde a sanar uma deterioração do corpo/físico desgastado pelas obrigações da vida habitual e acentuadas pela função/rotina do trabalho que procura mais uma vez a distância do trabalho/casa (Dumazedier, 2014) e a uma busca ao ócio e o determinadamente o descanso (muitas vezes não alcançado). Quando tendemos a investigar nosso objeto de pesquisa e nossa proposta, percebemos uma forte aproximação/inteiração entre este tipo de lazer e o que se propõem propagar as grandes massas publicitarias para o turismo globalizantes/massificados.

Entendemos que este tipo de lazer reproduz nas imagens documentais (tanto nas vinculadas pelo Estado cubano quanto dos meios de comunicação em geral) um turismo cubano aproximado do turismo massificado/globalizado, que representa os moldes das sociedades contemporâneas em geral. A partir das análises percebemos que a publicidade em questão atua para impulsionar os turistas estrangeiros a visitar Cuba a partir da possibilidade da experiência do descanso, particularmente em praias exóticas, com serviço de alta qualidade em *resorts*, remetendo a este viajante um serviço que proporcionará um não "trabalho". É interessante aqui observar nas diversas imagens/folders que coletamos uma aparência do local, marcado por um gozo do campo do descanso e fuga das obrigações familiares, onde seus filhos e companheiros estão livres/seguros para realizar seu descanso.

Em um segundo momento, o autor vai classificar um lazer de *função de divertimento, recreação e entretenimento*, que consiste em um meio de evitar a fadiga e o tédio, despeito do momento atual humano, que alienado, se tem um sentimento de aflição e privação, necessitando uma ruptura com o universo regular, sendo este tipo de lazer um fator de equilíbrio que tenta superar as coerções da vida cotidiana sempre em busca de uma vida de contemplação, compensação, fuga por meio de divertimento, evasão para um mundo diferente e diverso do enfrentado todos os dias (DUMAZEDIER, 2014). Neste quadro tendemos a alinhar o lazer de descanso com o de entretenimento, no sentido que os dois se aproximam ao turismo globalizado/massificante, no intuito que os dois fenômenos do lazer utilizam dos mecanismos naturais cubanos (praia, sol, mar) e dos equipamentos turísticos do mesmo (resorts, pesca marinha e golf) existentes em no território cubano. Percebemos esta relação quando analisamos a peça publicitária que representa a pesca marinha , vemos dois sujeitos aparentemente relaxados e alegres (de um lado um sujeito no seu tempo de "não trabalho" e um outro servindo ao equipamento turístico), pescando um peixe significativamente exótico, o que queremos abordar aqui é o detalhe do ajudante (empregado) que representa a condição para que o turista não faça esforço e se mantenha no estado de descanso, este fará o serviço de carregamento e compras dos matérias essenciais para o "prazer" do hóspede além de sanar qualquer possível imprevisto. Aqui entendemos um lazer de entretenimento (prática da pesca marinha) intercalado com o descanso fora do seu ambiente casa/trabalho que remete às responsabilidades profissionais e de sustentação.

Adentrando a terceira e última função do lazer aqui trabalhada, denominada de *função de desenvolvimento da personalidade*, que segundo Dumazedier é uma ação

dependente do seu interior, do mecanismo do pensamento e de sua ação na vida cotidiana, que nas palavras do autor:

> [...] permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais; possibilita o desenvolvimento de livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassada pela continua e complexa evolução da sociedade e incita a adotar atividades ativas na utilização de fontes diversas de informação tradicionais ou modernas (imprensa, filme, rádio, televisão) (DUMAZEDIER, 2014, p. 33-34).

Sendo esta função agregadora de novos desenvolvimentos de aprendizagens individuais/voluntarias que sustentarão a experiência a sua vida cotidiana contribuindo para suas condutas internas e transformando-as/determinando-as na volta a vida social do seu convívio.

Percebemos a partir deste tipo de lazer uma aproximação com o discurso das peças documentais deste turismo de cunho "romântico-revolucionário", militante/brigadas, são estas que traçam um imaginário de um turismo de aprendizado histórico-cultural, experiências sociais singulares, um convívio com uma aura única/igualitária e com uma sociabilidade dos habitantes cubanos que aglutinará experiências à sua volta.

A partir do exercício de analisar as imagens e entrevistas, encontramos este discurso presentes imagens expostas no Guia *Lonely Planet* assim como nos discursos dos entrevistados, em especial nos promotores do turismo militante/brigadas, que ao nosso ver transparece um apelo a um turismo diferenciado/singular, regado de aprendizados socioculturais que trarão um desenvolvimento da sua personalidade. Observando o discurso do Guia podemos aproximar este do que nós chamamos de "romântico-revolucionário", Para o Guia *Lonely Planet*, "Os outdoors se tornaram o meio de preservação da propaganda política [...] é impossível viajar sem deparar com um lema de Che ou um poema quase bíblico exaltando as virtudes heroicas de José Martí" (SAINSBURY e WATERSON, 2012, p. 11). Na nossa análise, esta citação provoca um imaginário de desejo a um modelo não pertencente a nossa realidade, e de certa forma, a um saudosismo as conquistas da revolução cubana.

É importante destacar as características do tipo de turismo militante/brigada, este que exprime um discurso e programação evocando às conquistas do regime/modelo cubano (saúde, educação e economia resistente) e as conquistas do passado (estatização, enfrentamento aos EUA), afim de exercer à esta experiência um apelo ao "romantismo-revolucionário" e um

acumulo de capital sociocultural referente à Cuba. Este tipo de turismo especifico tem o seu viés marcado pelo aprendizado da política/economia/sociedade cubana intercalado com as visitações a pontos históricos e a uma relação de proximidade com a população cubana, que ao longo da dissertação buscaremos nos especializar neste seguimento especifico.

Quanto ao conceito do imaginário, um dos mecanismos/práticas essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, procuramos entender o que é difundido pelos meios de comunicação do Estado cubano e dos demais publicitários identificando uma iniciativa de produção de desejos e expectativas ao deslocamento no âmbito do lazer.

Tomamos o conceito a partir dos pensamentos desenvolvidos por Gilbert Durand numa interpretação da visão de Gaston Bachelard:

> Aqui, imaginário refere-se às representações e aos símbolos que guardam uma autonomia em relação ao empírico, ao perceptivo e ao mnemônico. Os estudos do imaginário postulam a universalidade de certas imagens chamadas de *arquétipos* que desempenham um papel crucial no campo das motivações psicológicas e culturais das sociedades. O imaginário diz respeito à força simbólica de determinadas imagens nas condutas e mentalidades dos indivíduos (DURAND,1989, p. 29).

Podemos, então, entender o imaginário como um modo de criar desejos, sonhos, crenças e formas, contribuindo para a escolha de determinadas iniciativas, ou seja, essa informação "imaginada" se insinua e modela a vida psíquica e social dos nossos concidadãos.

Nossa pesquisa passa a tecer um caminho que a sociedade/civilização da imagem é anterior a "sociedade do consumo", onde primordialmente o pensamento e a vida dos homens são modeladas/refletidas por tais imagens do que o ato de se consumir (ROCHA PITTA, 1984). No campo da indústria do turismo, é notável que a atividade do imaginário é a de produzir sonhos e deslocamentos, desde a busca pelo exótico e o desconhecido até as atividades pré-definidas, como roteiros turísticos que prometem experiências ligadas à aventura. Deste modo, no turismo, o imaginário funciona como uma forma de desfrutar o sonho desconhecido, enquanto um objeto palpável, onde sonho e o símbolo tomam corpo e consistência ontológica acarretando o reencontro romântico da espiritualidade e da imagem (ROCHA PITTA, 1984).

O imaginário não será aqui trabalhado como uma dimensão englobante, mas como uma construção que estabelece uma diferença entre imagens, valorizando a especificidade daquelas produzidas em Cuba (URRY, 1996, p. 18). Este imaginário se traduz em vários tipos de produtos criados para estimular o turismo na ilha, como guias, *folders*, livros, etc. (URRY,

1996, p. 18). É interessante destacar que este imaginário não é somente explorado como um todo acabado, analisável em series fixas, mas, também, como um processo constante de equilíbrio e desequilíbrio no qual os procedimentos experimentais podem positivamente intervir, onde especificadamente no turismo cubano estas experiências individuais e históricas modelam o imaginário a ser fomentado pelas estruturas dominantes do mercado desta indústria turística (ROCHA PITTA, 1984).

No caso do imaginário turístico em Cuba, o que nossa pesquisa tende a sugerir é que existe uma afinidade das estratégias de divulgação de imagens/imagens socioculturais, na ilha, por agências de turismo das sociedades modernas capitalistas, com aquelas produzidas pelas estruturas turísticas do Estado Cubano difundido um imaginário da cultura cubana una, aproximada de uma sociabilidade hospitaleira, vinculada a um histórico revolucionário que traduz o povo cubano.

> Cada cultura tem suas imagens privilegiadas como possui suas modalidades culinárias próprias, mas cada cultura tem também suas "drogas "que intervém ao nível da normalização cultural de uma sociedade, pode igualmente intervir ao nível das deficiências do imaginário para "normalizar, compensando as divagações habituais em "hipo" ou em "hiper", ao nível da imaginação individual (ROCHA PITTA, 1984, p. 26-27).

A partir da nossa pesquisa nos propomos a identificar os discursos vinculados a Cuba a partir da propaganda turística da ilha, assim como os discursos já captados por promotores destes tipos de turismo. Abordando o guia (2012) vimos que este difunde estímulos ao "imaginário" promovendo um desejo ao exótico, onde destaca-se a conduta e o espírito de resistência criativa do povo frente ao bloqueio econômico dos EUA, que nosso texto sugere que exista um discurso de apropriação da identidade nação (cubana) no sentido de promover uma sociabilidade hospitaleira do habitante da ilha.

Em Cuba, o apelo às figuras heroicas da revolução (ou que escreveram sobre feitos heroicos) é fundamental para a manutenção de um ideal revolucionário assumido pelas instituições do Estado e apropriado enquanto imagens para a sedução romântica de um turismo "politizado" (assim como imagens sobre o evento em playa giron), que retoma o enfrentamento dos revolucionários à tropa liderada pelos norte-americanos na tentativa de um golpe ao desembarcar na praia Girón[4].

[4] Praia Giron, berço da batalha travada em abril de 1961 entre os revolucionários cubanos (situação no governo) contra um grupo liderado pela CIA norte-americana que tinha o intuito de tomar o poder estatal e instaurar o capitalismo de mercado. Ao final do 17 de abril o grupo contrarrevolucionário é derrotado e o estado cubano se afirmar formalmente de caráter socialista.

Utilizando das palavras de Colin Campbell, as peças publicitárias em si e as propagandas do Estado cubano são quadros e episódios tipicamente "românticos" no sentido mais amplo de mostrados como exóticos, imaginosos e idealizados, ao passo que o verdadeiro objetivo dos anúncios, evidentemente, é o de induzir a comprar os produtos postos em destaque ou, em outras palavras, a consumir o produto no caso aqui posto o turismo em Cuba (CAMPBELL, 2001).

Ao nos referimos ao termo "hospitalidade" estamos, de forma indireta, ligando a questão do conceito do imaginário e a da abordagem retratada pelos meios de comunicação e seu mecanismo de criar desejos ao exótico. Nos interessamos a partir deste ponto em conceituar este termo "hospitalidade" e demonstrar os momentos em que está presente o imaginário da hospitalidade dentro dos veículos de propaganda turística.

Partimos da ideia de que a hospitalidade como conceito é "uma troca contemporânea, idealizada para aumentar a reciprocidade (bem estar) entre as partes envolvidas através da oferta de alimentos e/ ou bebidas e/ ou acomodação" (LASHLEY; MORISSON, 2004, p. 4) e que trabalha sob a ótica de três dimensões/domínios, sob a perspectiva do *social*, *privado* e *comercial*.

Vemos que a hospitalidade de domínio *social* considera cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados a condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação (LASHLEY; MORISSON, 2004, p. 5), identificamos este tipo de hospitalidade próximo do que queremos tratar quanto aos meios de propaganda do turismo em Cuba, que procuram promover seus habitantes a partir do que chamamos de "vocação hospitaleira", ou seja, um imaginário de que a população cubana atual tem vocação incorporada para a hospitalidade que é advinda de uma experiência histórica construída no modelo que se mantém desde a gênese da revolução em 1959. Tal vocação é explorada como algo "genuíno" produto desta experiência histórico-social revolucionária em Cuba Tudo isto visa criar laços com o turista estrangeiro no intuito de fazer este visitar Cuba.

No que tange hospitalidade comercial, que não trataremos a fundo aqui, entendemos que em Cuba, assim como no resto do globo, segue-se um modelo de grandes empresas, parques e museus que representam um tipo padronizado de relações sociáveis entre agentes, nativos locais e turistas.

Postas estas questões, procuramos aproximar nossa pesquisa à hospitalidade *social* que a nosso ver representa o tipo de turismo e propaganda especifica que queremos aprofundar.

O que queremos abordar aqui é uma ótica hipotética, na qual a diferenciação é entre o panorama de vivência do turismo em uma sociedade capitalista (pautada nas trocas de mercado – *commodities*) e a socialista (pautada nas trocas devido às necessidades de captação de divisas), onde a atividade turística comercial existe, mas não impera sozinha, tendo em Cuba uma fertilidade do campo social, de um "espírito mais abrangente" ligado ao grupo (Hyde, 2010).

O que estamos a sugerir é que a imagem pela qual Cuba é principalmente representada (nos redatores dos guias das agências exteriores a Cuba e nos órgãos oficiais de turismo estatal, por motivos distintos mais afins) é a de um povo movido por uma *vocação hospitaleira*.

Esta imagem/discurso encontra-se, por exemplo, difundida no Guia *Lonely Planet "Cuba"* (2012) e nas entrevistas feitas, como principal norte para tais respostas às nossas hipóteses, onde o país é representado como lócus de alegria, a música, a simplicidade e a proximidade do povo cubano é acessível aos turistas estrangeiros. Essas imagens são veiculadas como adjetivos, onde transparecem amenizar o estranhamento inicial com o inabitual, de certa forma atenuando a tensão vivida em uma viagem ao "desconhecido" e "exótico", pela proximidade social com o estranho e reforçam o conceito desta hospitalidade em Cuba. Como por exemplo, neste trecho do Guia turístico: "a maior atração de Havana é a sua *autenticidade*, os habaneros não sobrevivem, apenas: eles nadam e mergulham, planejam e sonham, criam e debatem e acima de tudo eles vivem – com uma rara paixão" (Grifo nosso, SAINSBURY; WATERSON, 2012, p. 50).

Ao final propomos que a representação da hospitalidade apresentada aqui, a partir dos relatos do *Guia Lonely Planet* "*Cuba"* (2012), dos livros reportagem como o de Morais, "A Ilha" (1976) e das publicidades estatais, refletem uma busca e promoção de um imaginário ligado a relação de identidade, sociabilidade hospitaleira e autenticidade, este essencial para o processo da indústria do turismo em Cuba. O texto visa compreender os apelos do imaginário cubano percebendo que o mesmo busca estabelecer uma forte ligação da hospitalidade presente na ilha com o fato social vivido nos seus diversos momentos históricos que moldaram tal território (geográfico e social), apropriando-se desta *vocação hospitaleira* cubana à trajetória "exitosa" da Revolução já há mais 40 anos no poder.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **De Martí a Fidel:** A revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espirito do consumismo moderno**, Rio de Janeiro. 2001

DUMAZEDIER. Joffre. **Lazer e cultura popular, Perspectiva**, São Paulo, 2004.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo** / Mike Featherstone; Tradução Júlio Assis Simões. São Paulo: Studio Noel, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**, Rio de Janeiro, DP e A. 2002

LASHLEY; MORRISON. **Em busca da hospitalidade:** perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Manole, 2004.

MORAIS, F. **A Ilha**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

OURIQUES, H, R. **A produção do turismo***:* fetichismo e dependência. Campinas, SP: Alínea, 2005.

ROCHA PITTA, Danielle Perin, **O imaginário e a simbologia da passagem**; organizado por Danielle Rocha Pitta, Recife: Editora Massagana, 1984.

SADER, E. **A Revolução Cubana.** São Paulo: Moderna, 1985.

SADER, E. **Cuba***:* um Socialismo em construção. São Paulo: Vozes, 2001.

SAINSBURY, B. e WATERSON, L. **Lonely Planet Cuba** - Guia da Cidade**.** São Paulo: Globo Editora, 2012.

SANTOS FILHO, J. **Ontologia do turismo***:* estudo de suas causas primeiras. Caxias do Sul: Educs, 2005.

THOMPSON, Jonh B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

URRY, J. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**.** São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999.

PROJETOS ESPORTIVOS NO ÂMBITO SOCIAL E A CRIMINALIDADE JOVEM - UMA PERSPECTIVA DE ESTUDO

Scheila Espindola Antunes
Faculdade do Futuro

Yuri Marcio
IFES

Silva Lopes
IFES

Otávio Guimarães Tavares da Silva
CEFD/UFES

Resumo: O presente trabalho organiza sua discussão entorno de três pontos chaves: o esporte, o projeto social e a criminalidade jovem. O entrelaçamento desses elementos constitui-se na proposta inicial de um estudo sobre impactos sociais promovidos por projetos esportivos de cunho social. Realizou-se uma aproximação com a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, com foco na noção de autocontrole e controle da violência pelo Estado, para refletir o esporte na formação dos indivíduos. As noções de projeto e campo de possibilidades de Gilberto Velho foram empregadas no debate sobre o projeto social e, a sociologia do desvio de Howard Becker foi acionada para a reflexão e debate acerca da criminalidade na juventude.

Palavras-chave: esporte; projeto social; criminalidade.

Abstract: This paper shows a discussion about the relationship between sport, social project and youth crime. The interweaving of these theoretical elements was possible through the theory of the civilizing process of Norbert Elias, the concepts of project and possibilities camp created by Gilberto Velho plus the sociology of deviance of Howard Becker.

Keywords: sport; social project; crime.

Introdução

Existe em nossa sociedade um discurso já naturalizado ou uma espécie de senso comum sobre as potencialidades do esporte no trato com valores éticos, estéticos e morais. Valores caros às sociedades contemporâneas. Embutidas nesse tipo de discurso estão premissas que apontam o esporte como ferramenta de elevado potencial dentro de ações sociais que intencionam alcançar crianças e jovens em situação de risco social. Neste contexto, observa-se a existência de um número elevado de projetos esportivos de caráter social. Em princípio, projetos deste tipo passam a ser inseridos nas comunidades como um campo de possibilidades que se apresenta aos seus participantes e lhes oportuniza o desenho e desenvolvimento de diferentes projetos individuais ou coletivos.

No entanto, a literatura acadêmica ainda não apresenta evidências conclusivas que deem conta de sustentar as afirmações em torno do potencial educativo do esporte e/ou de seu impacto em processos relacionados a situações de risco social. Antunes (2015) a partir de uma base de dados de 2.081 artigos, identificou 31 artigos relacionados a pesquisas sobre projetos esportivos de cunho social, dos quais somente 01 buscou identificar, junto aos participantes, possíveis impactos do projeto social em suas vidas.

Contudo, vale destacar que revisões internacionais têm obtido resultados semelhantes. Um estudo feito por Janssens (2004) em 44 projetos de educação através do esporte realizados na Europa identificou a ausência de avaliação como um dos grandes problemas a serem enfrentados. Bailey (2005) em uma revisão sobre as evidências relacionadas às relações entre educação física, esporte e inclusão social no Reino Unido identificou a presença de dados contraditórios e problemas metodológicos que indicam que mais pesquisas de campo se fazem necessárias de modo a produzir evidências empíricas que superem as afirmativas teórico-conceituais. Sandford, Duncombe & Armour (2008) chegam a conclusões muito similares: mais estudos empíricos devem ser realizados acerca da avaliação dos resultados produzidos pelos projetos sociais esportivos.

Com base nessas evidências, a articulação entre os elementos projeto social, esporte, impactos sociais e juventudes permitiu o desenho do objeto de estudo "impactos promovidos por projetos esportivos, de cunho social, na vida de crianças e jovens em situação de risco social". Tema atual, porém, ainda carente de evidências empíricas que lhe permitam maior suporte ao debate do esporte como ferramenta para a educação em valores e mudanças comportamentais significativas à vida em sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho organiza sua discussão entorno de três pontos chaves: o esporte, o projeto social e a criminalidade jovem. Para o debate acerca do esporte no campo da formação social, optou-se por acionar dois importantes elementos da teoria do processo civilizador, de Norbert Elias, que são: o autocontrole e o controle da violência pelo Estado. Acompanhada pelo debate sobre a educação em valores por meio do esporte, a partir das premissas de Gunar Breivik, Melchor Gutiérrez Sanmartin, Johan Steenbergen e Jan Tamboer.

Para o debate sobre o esporte no combate à criminalidade por meio do projeto social serão acionadas as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* presentes nas discussões de Gilberto Velho. Por fim, a criminalidade na juventude como carreira desviante a ser

combatida/inibida pelo projeto social esportivo será discutida a partir do diálogo com Howard Becker e sua proposta de sociologia do desvio.

1. O esporte e a educação em valores

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer o conceito de esporte que será empregado no debate aqui pretendido. Assim, por esporte, compreender-se-á toda prática corporal que exige rendimento físico; possui uma regulamentação e estabelece algum nível de competitividade entre seus praticantes (GAYA; TORRES, 2004).

Para compreender o papel exercido pelo esporte dentro dos projetos de cunho social, acredita-se que a teoria do processo civilizador de Norbert Elias pode trazer importantes contribuições ao debate pretendido, a partir da abordagem e discussão de duas características fundamentais dessa teoria, o autocontrole e o controle da violência pelo Estado. O autocontrole, brevemente pode ser compreendido como uma espécie de reação do indivíduo as pressões externas que lhe exigem um controle de si, controle interno de suas pulsões, de seus instintos (mais agressivos ou animalescos). Enquanto o controle da violência pelo Estado pode ser caracterizado como a ação constante de instituições de poder criadas especificamente para cumprir as funções de vigilância dos indivíduos. O sistema de normas e correspondentes punições das infrações são os instrumentos que o Estado utiliza para o controle da violência e do comportamento dos indivíduos para a vida em sociedade.

O processo civilizador, segundo Elias (1993), pode ser considerado resultado do entrelaçamento de ações e planos individuais que geraram redes de relacionamentos capazes de conduzir atitudes e comportamentos das pessoas dentro de uma dada comunidade. A dinâmica social se constituiu a partir do entrelaçamento desses planos e ações (individuais) que, conectados pelo conflito, coerência ou concorrência, deram origem a formas de conduta e convício social. Esse processo caminhou, mesmo que sem planejamento específico para isso, como afirma o autor, numa direção bem específica, a constituição do Estado democrático como uma nova forma de organização social. Elias (1993) discute em suas obras a maneira como o processo civilizador se desenvolveu a partir de pequenos processos civilizatórios os quais, por sua vez, desencadearam outros processos civilizadores.

A esportivização dos passatempos e divertimentos antigos na Inglaterra passou por um processo de sistematização durante o século XVIII em busca de maior organização e

regulamentação das práticas corporais. O processo de regulamentação dos passatempos de modo cada vez mais elaborado e rígido caminhou na direção do aumento da ordem e da segurança coletiva ao mesmo tempo em que constituía seu caráter mimético. Por tanto, as práticas físicas ao serem esportivizadas passaram por processos civilizatórios que permitem apontar o esporte como elemento social importante já no período Vitoriano (HUGGINS, 2004). É por esse caminho que as considerações de Norbert Elias para o debate sobre o esporte como mecanismo de controle da violência pelo Estado são válidas. A pressão externa exercida pelo conjunto de novas normas aplicadas sobre os indivíduos gera neles a necessidade do autocontrole, da autodisciplina. Do entendimento e respeito às normas. Cabe ao indivíduo controlar suas pulsões e tensões, respeitar os conjuntos de normas, as regulamentações preestabelecidas, que passam, com o avanço das mudanças sociais, a condições mais explícitas, diferenciadas e rigorosas. Pelas necessidades geradas sobre o autocontrole do/no indivíduo, a racionalidade deve assumir condição primordial dentro das relações humanas. Isso para que sejam garantidas a segurança e a ordem nas sociedades. Por tanto, a sobreposição da racionalidade a qualquer manifestação emotiva exacerbada exige dos indivíduos uma clara renúncia à liberdade e ao prazer o que para Elias (1992) resulta num mal-estar que precisa ser canalizado. Foi nesse contexto que o esporte assumiu um importante papel nas sociedades modernas que, de certa forma, vem cumprindo até os tempos atuais.

A perspectiva que o esporte assume, em sua vertente moderna nas sociedades inglesas, que é a de servir como internalização do autocontrole pelo indivíduo pode ser percebida ainda hoje. Por isso, o diálogo com a teoria de Norbert Elias ainda é possível e significativo, em especial quando se pretende analisar o papel social que o esporte ainda tem assumido em certos contextos sociais.

A prática esportiva regular, seja na perspectiva do lazer ou do rendimento, é um processo que, a longo prazo, tende à racionalização e ao controle dos afetos. Ela apresenta (ainda) um elevado potencial no que se refere à promoção de mudanças nos comportamentos e sentimentos dos indivíduos.

Segundo Elias (1993), os processos civilizatórios são iniciados na educação da criança, desde muito cedo, junto a formação de sua personalidade. Certamente esse é um dos motivos que fazem ações sociais e educativas voltadas à infância muito presentes em diferentes contextos sociais. No entanto, embora as fases mais jovens de vida sejam os períodos maior maleabilidade, mais propícios à internalização de valores e normas, os

processos de socialização são contínuos. Portanto, os indivíduos serão direta ou indiretamente afetados pelas relações interpessoais que estabelecerem ao longo da vida.

As regras sociais ou esportivas são internalizadas pelos indivíduos a partir dos diversos e contínuos processos formativos pelos quais passam. No coletivo, na convivência e troca de experiências obtidas dentro de um contexto regido por valores, normas e exigências específicas permitem o desenrolar de um processo importante à busca pelo autocontrole. Esse processo permite a socialização dos indivíduos a partir do momento em que internalizam os valores, normas e comportamentos necessários para a permanência no grupo social.

O debate acerca dos valores operados pelo esporte torna-se, nessa perspectiva, ainda mais pertinente. Uma vez que, a internalização de valores objetivados pelo qual passa um indivíduo, é imprescindível para a orientação de suas condutas, comportamentos, atitudes dentro dos contextos sociais aos quais pertence ou nos quais transita.

Para Zabala (1998, p. 46), valores são "os princípios ou as ideias éticas que permitem às pessoas emitir um juízo sobre as condutas e seus sentidos". De modo semelhante, Coll et. al. (2000) compreende os valores como princípios éticos pelos quais as pessoas sentem um forte compromisso emocional e que empregam para julgar condutas. Sanmartin (1995), afirma que os valores são fruto da relação de alguém que valora algo. Portanto, valores não podem ser compreendidos como propriedades de coisas ou de ações. Mas, devem ser compreendidos como resultados das interações do homem na sociedade em que vive. Os valores, segundo o autor, são os fundamentos orientadores que as pessoas mobilizam para julgar e tomar decisões morais. Podem ser considerados, ainda, como um conjunto de elementos que permitem a análise entre o que se deseja realizar e o que a sociedade espera que seja realizado. Valores, portanto, são frutos das interações humanas com o meio e a forma de vida em sociedade.

Admitir a existência de valores no esporte ajuda a compreender alguns argumentos comuns nas justificativas utilizadas para a inserção ou manutenção de ações sociais esportivas. Os discursos apontam para a possibilidade de pleno usufruto, por parte dos praticantes, dos valores operados por meio do esporte com um caráter valorativo sempre positivo. No entanto, é necessário compreender que existem duas dimensões bem específicas quando se trata do debate acerca de valores no esporte. A literatura tem apontado para o uso de duas perspectivas de interpretação dos valores no esporte: valores intrínsecos e valores extrínsecos.

Segundo Breivik (1998) e Steenbergen & Tamboer (1998), valores intrínsecos são aqueles pertencentes ao próprio esporte. Podem ser compreendidos como bens internos,

portanto, autotélicos. Só terão sentido e somente poderão ser assimilados, compreendidos por aqueles que praticam esporte. Os valores intrínsecos, ainda segundo Steenbergen & Tamboer (1998), são diferentes dentro dos variados tipos de esporte. Estão ligados às características específicas de uma determinada prática esportiva. Por isso, as experiências oriundas da prática do tênis, por exemplo, serão diferentes daquelas desfrutadas com a prática do voleibol. Isto permite pensar na noção de valores do esporte.

Já os valores extrínsecos, sob a ótica dos mesmos autores, são aqueles que estão além do esporte em si. Eles configuram o esporte como um meio para a sua obtenção. São caracterizados como bens externos, por isso, heterotélicos. A dimensão dos valores extrínsecos no esporte permite a utilização mais funcional da prática esportiva, pois utilizam do esporte para a obtenção de resultados, tais como: ligados à saúde, aquisição e/ou melhoria de habilidades motoras, status social, fonte de renda e ainda mudança de comportamentos e atitudes. Deve ser observado que o caráter dual do esporte (STEENBERGEN; TAMBOER, 1998), tal como duas faces de uma mesma moeda, na verdade estão estreitamente interconectados, permitindo-se o debate sobre "valores do esporte" e "valores no esporte". Isto permite problematizar o uso que se faz do esporte para a educação ou a "reabilitação" social de indivíduos.

2. O projeto social como um campo de possibilidades

Os estudos de Nichols (2007) apontam a existência de três tipos de intervenção que podem ser praticadas por meio de programas ou projetos sociais no combate à criminalidade na juventude. Com base na categorização de Brantingham e Faust, Nichols (2007) denomina de intervenção primária os projetos sociais criados em áreas sem problemas sociais, como medida preventiva. A intervenção secundária diz respeito aos projetos sociais destinados às pessoas que vivem em situação de risco, mas que ainda não cometeram nenhum tipo de infração ou crime. E, prevenção terciária, os projetos que trabalham diretamente com os indivíduos que estão em situação de conflito com a lei, ou já são reincidentes. Qualquer um desses tipos de intervenções, quando idealizadas a partir do esporte acabam oferecendo atividades que oportunizam, ao mesmo tempo, excitação e autocontrole.

Mas, se por um lado o projeto social pode ser considerado de algum modo como uma estratégia de excitação controlada, por outro, pode apresentar-se como um campo de

possibilidades aos seus participantes. Para que eles elaborem ou redefinam seus respectivos projetos de vida, sejam esses projetos individuais ou coletivos.

Gilberto Velho (1994), em seus estudos de antropologia social trabalhou com as noções de *projeto* e *campo de possibilidades*. A noção de projeto Velho (1994) adotou de Alfred Schutz (apud VELHO, 1994, p. 58) o qual define *projeto* "como conduta organizada para atingir finalidades específicas". Velho (1998, p. 58) acrescenta:

> A consistência do *projeto* depende, fundamentalmente, da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*. As circunstâncias de um presente do indivíduo envolvem, necessariamente, valores, preconceitos, emoções. O *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*.

Tais considerações permitem discutir o papel da trajetória anterior do ator social aliada ao seu momento presente para a constituição de projetos para o futuro. Nesse sentido, o projeto esportivo social permitiria o restabelecimento ou a mudança de valores no presente para o desenho de perspectivas futuras. Especialmente, quando se tratam de projetos sociais de prevenção terciária, segundo a tipologia proposta por Nichols (2007). Isso porque, segundo Velho (1994), as visões retrospectivas em confronto com as visões prospectivas permitem que o ator social tome consciência de suas ações atuais e situe suas motivações. Esse processo lhe permite assimilar sua trajetória até o momento presente e desenhar possibilidades para o futuro por meio da interação do indivíduo em um campo social. É nesse contexto que aparece a noção de *campo de possibilidades.*

Segundo Velho (1994), o *campo de possibilidades* pode ser compreendido como uma dimensão sociocultural que oferece condições para a elaboração e implementação de *projetos* individuais e coletivos. Assim, os integrantes de um projeto social têm a possibilidade de redesenhar seus projetos individuais a partir do ingresso numa nova dimensão sociocultural, configurada pelos valores, normas e atitudes que constituem esse projeto social. Os projetos esportivos sociais permitem a interação entre atores sociais e suas diferentes trajetórias de vida. Possibilitam o encontro dos *projetos* individuais assim como, ocasionam o entrelaçamento das trajetórias dos atores aos elementos sociais e culturais que circulam no tempo e espaço do projeto social. Segundo Velho, (1994, p. 25):

> Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Suas pertinências e relevâncias serão definidas contextualmente.

Nessa linha de discussão, é possível pensar o projeto social como um *campo de possibilidades* no qual os *projetos* individuais dos participantes transitam, podendo promover mudanças, transformações, redefinições uns aos outros. Além dos *projetos* individuais, também é possível pensar o projeto social como um *projeto* coletivo de uma determinada comunidade e/ou organização. Seja pela maneira como se organiza a participação dos atores, seja pelos objetivos idealizados ou pelos motivos que o fundaram.

Aqui temos duas questões relevantes. Em primeiro lugar, o projeto social configurado como *campo de possibilidades* e *projeto* coletivo, não será vivido de maneira homogênea pelos atores sociais. Ainda que os *projetos* individuais estejam em concordância com o coletivo, pode haver diferenças na atribuição de sentidos e significados aos valores, normas e juízos. Dadas as particularidades de cada ator, especialmente, aquelas que definem sua trajetória biográfica até aquele momento, lugar e condição de vida. Em segundo lugar, pode-se questionar distâncias e proximidades entre os projetos individuais e o projeto da entidade que institui e organiza o projeto social. Como demonstrou Zaluar (1994), a maior ou menor convergência entre os projetos dos atores sociais e das comunidades nas quais eles estão localizados e o próprio projeto da instituição pode determinar tanto a aderência e rotatividade dos sujeitos no projeto social quanto a própria identidade do projeto.

> Os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente (VELHO, 1994, p. 25).

3. A criminalidade na juventude

Falar em *projeto* individual não significa afirmar que todo *projeto* individual possui objetivos e metas positivas. É preciso considerar os desviantes também como atores sociais que desenham seus *projetos* e os desenvolvem a partir do *campo de possibilidades* que a eles se apresenta. A construção de uma carreira no crime, sustentada por uma trajetória de infrações

desde muito cedo pode ser também definido como um *projeto* individual. Um *projeto* desenhado a partir de perspectivas apontadas dentro do *campo de possibilidades* presente na vida do ator.

Para discutir a criminalidade na juventude sem perder de vista as noções de *trajetória*, *projeto* e *campo de possibilidades*, a sociologia do desvio de Howard Becker se mostra significativa nesse ponto do debate. Em especial, quando o autor traz à discussão a noção *de carreira desviante*, que dialoga bem com a noção de trajetória apresentada por Gilberto Velho.

Assim como as regras, o desvio é uma criação da sociedade. Grupos sociais organizam seus modos de vida a partir de conjuntos de regras por eles criados. A própria constituição desses conjuntos de regras já indica a existência do desvio, pois, as regras em si criam o desvio quando são infringidas. Assim, o comportamento desviante é fruto da rotulagem dada àqueles que infringiram as regras pré-definidas. Para Becker (2008, p. 15):

> Regras sociais definem situações e tipos de comportamentos a elas apropriados, especificando algumas ações como "certas" e proibindo outras como "erradas". Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se esperava viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*.

A rotulagem de um ato considerado socialmente como desviante vai depender de como as pessoas reagem a ele. Pois, um ato pode ser considerado desviante tanto pela sua natureza (quando uma regra é violada), quanto pela reação que ele provoca nas pessoas que identificam o ato desviante. Becker (2008) afirma que o desvio não está contido unicamente no ato desviante, mas, também na interação entre o indivíduo desviante e aqueles que reagem ao desvio. Ao discutir o desvio, o autor traz significativos elementos para a compreensão da criminalidade na juventude, que dão suporte inicial para o debate pretendido neste texto. Esses elementos são: a noção de *carreira desviante* e as *subculturas*.

As subculturas podem ser compreendidas como grupos que se organizam a partir de normas e condutas bem específicas, as quais nem sempre estão de acordo com as regras e normas vigentes na sociedade de maneira geral. A noção de *outsider*, ou desviante, vem desse contexto de configuração das subculturas. O que seja, o jovem infrator, por exemplo, é caracterizado um *outsider* para a grande parcela da sociedade. Por outro lado, se considerada a criminalidade numa dada comunidade (ou grupo) como uma subcultura, o jovem infrator é considerado "um de dentro". A maneira como o grupo se organiza e os

valores que operam no seguimento de um conjunto de normas, criadas pelo próprio grupo, vai determinar quem está "dentro" e quem está "fora".

Becker (2008) alerta para o fato de que o desvio, dentro de uma subcultura, além de não ser classificado como tal para os membros do grupo, muitas vezes justifica-se pelos motivos que levam os desviantes a cometer o desvio. O autor menciona como exemplo pequenas infrações cometidas por jovens classificadas por eles próprios como atos de justiça. Vandalismos por vingança contra uma autoridade escolar ou professor considerado injusto, os roubos a lojistas denominados de trapaceiros, os ataques aos homossexuais são exemplos, segundo Becker (2008, p. 39), de que "[...] tudo pode ser, aos olhos do delinquente, danos infligidos a um transgressor...". O desvio é justificado pela subcultura como uma ação reativa a algo classificado, pela própria subcultura, como inadequado, injusto ou impróprio.

Já a noção de carreira desviante, debatida por Becker (2008), diz respeito a um processo que envolve várias etapas. Para a construção de uma carreira desviante não basta uma sucessão de desvios. A carreira desviante é fruto de uma trajetória de vivências e experiências acumuladas pelo desviante. Becker (2008) afirma que um padrão constante, permanente de desvios se dá a partir do momento em que o desviante desenvolve motivações e interesses que o conduzem à atividade desviante. E, esse processo depende da tomada de conhecimento, pelo desviante, dos prazeres que o desvio pode oferecer. "O indivíduo aprende, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular" (BECKER, 2008, p. 41).

Mas, se por um lado a carreira desviante pode integrar o jovem à uma subcultura (do crime) a qual lhe apresentará um determinado *campo de possibilidades*, por outro lado, gera sua exclusão social. Pois, a rotulagem do jovem como infrator, como um *outsider*, coloca-o a margem da sociedade padrão e, como consequência, limita ou mesmo impede por completo sua participação nela. A construção de uma carreira desviante assume duplo sentido, serve como meio de integração à subcultura do crime e, ao mesmo tempo, como meio de exclusão social do grupo *normal*. Neste contexto, duas *démarches* podem ser feitas. A primeira é que inclusão e exclusão social podem ser pensadas de maneira relacional. A segunda refere-se ao caráter histórico e não-rígido destas demarcações[1].

[1] As mudanças nas atitudes e nas leis relacionadas à conjugalidade e ao casamento são apenas um dos bons exemplos do caráter contextual da norma e do desvio.

Tomando como foco as práticas esportivas e a educação física, Donnelly (apud BAILEY, 2005) apresenta uma categorização de inclusão/exclusão social em quatro dimensões as quais denomina da seguinte maneira: espacial, relacional, funcional e de poder. A dimensão espacial está diretamente ligada às condições econômicas, as quais podem aumentar ou diminuir distâncias entre os indivíduos e o seu acesso a bens diversos. A dimensão relacional define a inclusão (ou a exclusão) social por meio do sentimento de pertencimento e aceitação (ou a ausência desses sentimentos) dentro de um determinado grupo social. A dimensão funcional diz respeito a inclusão social que é operada por meio do aumento de conhecimentos e nível de compreensão do mundo e seu funcionamento, assim como, pressupõe a ampliação de habilidades variadas que permitam ao indivíduo ingressar nesse mundo, em especial no mundo do trabalho. E, por fim, a dimensão do poder coloca a inclusão social como uma condição que permite ao indivíduo participar das decisões que regem a vida de sua comunidade, pressupõe mudança no lócus de controle. O inverso ocasionaria, na perspectiva de Donnelly (apud BAILEY, 2005), a exclusão social.

Considerações Finais

Nessa linha de debate é que se intenciona aprofundar o conhecimento acerca de impactos que um projeto esportivo de cunho social pode gerar na vida de indivíduos jovens. Tanto interessa o estudo com aqueles que ainda não cometeram um desvio, propriamente dito, como com aqueles que já foram rotulados como desviantes, os *outsiders*. Todos participantes ou egressos de um projeto esportivo social.

O estudo partirá do pressuposto de que o projeto esportivo social pode ser admitido como um *campo de possibilidades* com potencial para interromper a carreira de desvio promovendo alterações nos projetos individuais dos jovens desviantes. Para tanto, a pesquisa empírica será fundamental. Para que evidências tragam suporte à discussão, seja para confirmar perspectivas de que existem impactos positivos do projeto esportivo social na formação de valores e atitudes dos jovens, seja para refutar essa hipótese.

Referências

ANTUNES, S. **Levantamento Preliminar da Produção Acadêmica em Educação Física sobre Projetos Esportivos Sociais**. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências

do Esporte e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Vitória: CBCE, 2015.

BAILEY, R. Evaluating the relationship between physical education, sport and social inclusion. **Educational Review**, v. 57, n. 1, 2005 (p. 71-90) (Francis & Taylor Online).

BECKER, H. S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BREIVIK, G. Sport in high modernity: Sport as carrier of social values. **Journal of the Philosophy of Sport,** n. 25, 1998 (p. 103-118).

COLL, C. et al. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitude**.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. v. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. Ensaio sobre o desporto e a violência. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial Ltda, 1992.

GAYA, A.; TORRES, L. O Esporte na infância e adolescência: alguns assuntos polêmicos. In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. (Eds.). **Desporto para crianças e jovens**: razões e finalidades. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004 (p. 57-74).

HUGGINS, M. **The Victorians and Sport**. Londres: Hambledon and London, 2004.

JANSSENS, **Education Through Sport**: A review of good practices in Europe. Local: editor, ano.

NICHOLS, G. **Sport and crime reduction**: the role of sports in tackling youth crime. Abington: Routledge, 2007.

SANDFORD, R.A.; DUNCOMBE, R.; ARMOUR, K. M. The role of physical activity/Sport in tackling youth disaffection and anti-social behavior. **Education Review**, v. 60, n. 4, 2008 (p. 419-435) (Taylor & Francis Online).

SANMARTIN, M. G. **Valores sociales y deporte**. Madrid: Gymnos, 1995.

STEENBERGEN, J.; TAMBOER, J. Ethics and the double character of Sport: an attempt to systematize discussion of the ethics of Sport. In: MCNAMEE, M. J.; PARRY, S. J. (Eds) **Ethics and Sport**. London: E & FN Spon, 1998 (p. 35-54).

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ZABALA, A. **A prática educativa***:* como ensinar. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

ZALUAR, A. **Cidadãos Não Vão ao Paraíso**. São Paulo/Campinas: Escuta/EDUNICAMP, 1994.